00100.108423/2018-86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII SUP. A AO Nº 108, QUARTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2018

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de junho de 2018 7

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de junho de 2018 27

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 42

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2018 44

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018 133

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018 159

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2018 214

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de junho de 2018 (em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) 246

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de junho de 2018 (em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) 272

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2018 302

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2018 317

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2018 338

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 407

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 435

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 439

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2018 479

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de junho de 2018 504

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 565

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de junho de 2018 (em conjunto com a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais) **(vide item 1.2)**

1.5 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 571

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2018 574

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2018 576

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018 578

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2018 590

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2018 592

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2018 594

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2018 640

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2018 757

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 6 de junho de 2018 (em conjunto com a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais) **(vide item 1.2)**

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2018 810

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2018 826

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2018 915

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2018 940

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2018 942

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2018 943

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2018 994

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2018 996

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2018 1040

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2018 1042

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2018 1059

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 1060

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 1062

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2018 1067

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2018 1069

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2018 1114

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2018 1115

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2018 1189

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2018 1191

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2018 1264

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2018 1291

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2018 1375

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2018 1445

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2018 1481

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2018 1516

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2018 1571

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2018 1612

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2018 1680

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2018 1703

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2018 1755

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2018 1815

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2018 1852

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2018 1906

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 1937

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 1983

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2018 1987

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2018 2032

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2018 2093

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 2109

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 2110

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 2115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 2120

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2018 2124

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2018 2162

1.11 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2018 2164

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2018 2165

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Eduardo Braga, Airton Sandoval, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Otto Alencar, Omar Aziz, José Medeiros, Benedito de Lira, Rudson Leite, Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, José Serra, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 23 de 2018 (Aviso 41/2018-BCB na origem), de 25 de maio de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, e Correspondência do Sr. Antonio Vieira Cordeiro, questionamento em relação a existências das Taxas de Exploração de Recursos Minerais, Taxa Anual de Hectáres-(TAH) e Guia de Utilização-(GU), e pela extinção das mesmas; Moção de Apelo nº 72/2018, da Câmara Municipal de Chapecó-SC, no sentido de apoiar o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2018; OF nº 072/2018-ASJUR, Cumprimento ao Presidente do Senado Federal pela condução dos trabalhos na sessão de apreciação dos vetos à LEI 13.606/18, que dispõe sobre o Funrural e Crédito Rural; Moção de Repúdio nº 02/2018, de 13 abril de 2018, da Câmara Municipal de Gaspar-SC, pelo atraso ao pagamento do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) e ao aumento abusivo das Taxas de Administração dos recursos das emendas parlamentares; OF PR-71/2018, de 15 de maio de 2018, da Academia Brasileira de Ciências, apelo para que paute proposta que autoriza operação de crédito externo, cujos recursos destinam-se ao "Programa Inovar para Crescer; Moção de Apelo nº 22/2018, da Câmara Municipal de Xanxerê-SC, para que seja mantida a Lei Complementar nº 157, de 2016. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes." **Autoria:** Deputado Sandro Mabel. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, de 2010 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Azeredo; com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas." **Autoria:** Senador Sergio Souza; com o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil." **Autoria:** Deputado Betinho Gomes; com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho delas decorrentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 195 de 2015 e contrário ao PLC nº 30 de 2015 e aos PLS nº 87 de 2010, nº 447 de 2011, e nº 339 de 2016. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 195 de 2015 e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2015 e aos Projetos de Lei do Senado nºs 87 de 2010, 447 de 2011 e 339 de 2016. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem." **Autoria:** Senador Paulo Duque. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 397 de 2011, com as Emendas nº 1 e 2-CE, e pela prejudicialidade do PLS nº 188 de 2010. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera os art. 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer nova definição de empresa, bem como dispor sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social, na forma que especifica." **Autoria:** CPI da Previdência (CPIPREV). **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** À Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame da matéria. O Presidente dá boas vindas ao Senador Rudson Leite e a reunião é suspensa por três minutos. **ITEM 6 - MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigues Palma. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Resultado:** O Presidente designa relator "ad hoc" o senador Dalírio Beber. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2011 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica; instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência, desde que este seja feito mediante apresentação de documentos que permitam ao CADE estimar o dano causado; determina a sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo; e torna a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência." **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 3-CCJ. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Após a leitura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, a apreciação da matéria é adiada. O presidente comunica aos membros da comissão a suspensão da reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. A reunião é reaberta às dez horas e cinquenta e nove minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da 20ª Reunião. (*Pausa.*)

Como ainda não temos quórum, vou aguardar, para a deliberação da ata da semana anterior.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento dos senhores.

Banco Central do Brasil. Aviso nº 23, de 2018.

Correspondências: Moção nº 2, de 2018, da Câmara Municipal de Gaspar, Santa Catarina; Ofício PR-71, de 2018, da Academia Brasileira de Ciências; Ofício nº 72, de 2018, Asjur, da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Moção 72/2018, da Câmara Municipal de Chapecó, Santa Catarina; Ofício nº LT 169, de 2018, da Câmara Municipal de Xanxerê, Santa Catarina; correspondência do cidadão Antônio Vieira Cordeiro sobre exploração de recursos minerais.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Como nós ainda não temos quórum e temos que deliberar sobre a ata da reunião anterior, solicito ao Senador Ferraço que faça a leitura do item 1, que são cinco projetos tramitando em conjunto.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Autoria: Deputado Sandro Mabel

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, de 2010

- Não terminativo -

Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Azeredo

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Autoria: Senador Sergio Souza

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 195, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 598 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Autoria: Deputado Betinho Gomes

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PLC nº 195 de 2015 e contrário ao PLC nº 30 de 2015 e aos PLS nº 87 de 2010, nº 447 de 2011, e nº 339 de 2016.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Ricardo Ferraço, não podemos votar, mas V. Exª poderia fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, é como procederei.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 195, que tem por objetivo alterar o Código Civil para permitir que contratos de prestação de serviços celebrados entre empresas possam ter prazo superior a quatro anos. Atualmente, o art. 598 daquele Código limita os contratos a quatro anos.

Segundo o Deputado Betinho Gomes, autor da matéria, a limitação temporal atualmente existente é uma herança do Código Civil de 1916, que, por sua vez, foi inspirado no Código Civil Português de 1867. Naquela época, o contratado para prestar serviços era usualmente pessoa física. A limitação temporal do contrato tinha assim, por objetivo, evitar formas modernas de servidão humana. Trata-se de uma preocupação justa e meritória, mas que não se aplica a relações entre pessoas jurídicas, empresas. Dessa forma, o autor não vislumbra motivações razoáveis que justifiquem a fixação de um prazo máximo para a duração do contrato, como consta atualmente no art. 598 do Código Civil.

A vigência da lei será a partir de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

O projeto foi inicialmente analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em abril de 2016, foi aprovado o relatório do Senador Douglas Cintra, concluindo favoravelmente ao projeto, que passou a constituir o Parecer da Comissão.

Em março de 2017, o Plenário da Casa aprovou os Requerimentos nºs 141 e 142, ambos de 2017, dos Senadores Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, para tramitação conjunta do PLC nº 195, de 2015, com o PLC nº 30, de 2015, que já tramitava em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2010, e 447, de 2011.

Poucas semanas após, ainda em março de 2017, o Plenário do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 185, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, para que as matérias passassem a tramitar em conjunto com o PLS nº 339, de 2016.

Em 2012, passou a tramitar conjuntamente com o PLS nº 447. Enfim, são vários, Sr. Presidente, os projetos que tramitam apensados a esse propósito e objetivo. Entre eles, o PLS nº 339, de 2016, que dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalho deles decorrentes, passou a tramitar em conjunto com os demais após a aprovação do Requerimento nº 185, de 2017, do Senador Paulo Paim. O projeto havia recebido relatório favorável.

Conforme mencionamos anteriormente, a limitação de quatro anos para os contratos prevista no art. 598 do Código Civil tem por objetivo coibir uma possível sujeição extrema do prestador de serviços, levando-o a um regime de servidão pessoal. Essa limitação fazia, com certeza, todo o sentido quando o prestador de serviços era pessoa natural. Atualmente, quando parte significativa dos serviços é prestada por empresas, o temor de a relação contratual se transformar em uma relação de servidão perde sentido. Registre-se, contudo, que o PLC somente permite a elaboração de contratos de longo prazo para empresas, não alterando a atual limitação de prazo quando o prestador de serviços for pessoa física.

A possibilidade de firmar contratos de longo prazo, digamos, de dez, quinze ou vinte anos, é extremamente benéfica para a economia dadas a estabilidade e as variáveis de previsibilidade. Contratos de longo prazo permitem maior segurança jurídica e estimulam o investimento, tanto físico como em capital humano. Imaginemos, por exemplo, uma firma de manutenção que consegue firmar um contrato de dez anos junto a uma grande empresa. Essa firma, tendo maior estabilidade na demanda por seus serviços, terá mais incentivos para alugar por longo prazo um escritório, pagando, provavelmente, alugueis mais baratos, assim como outros custos. Também terá mais incentivos em investir em maquinário ou em treinamento de pessoal, pois sabe que haverá maior prazo para diluir os custos com investimento. Enfim, contratos longos contribuem para a redução de custos e o aumento da produtividade.

Ressalte-se que a lei não obrigará, mas tão somente permitirá que sejam firmados contratos de longo prazo se as partes assim entenderem. Obviamente, há setores ou situações onde contratos de menor prazo atendem melhor às demandas de ambos os lados, e tais contratos poderão continuar sendo celebrados. Mas onde houver mútuo interesse para contratos mais longos, não haverá mais empecilhos legais.

Em relação aos demais projetos apensados, os PLS nºs 87, de 2010; 447, de 2011; e 339, de 2016; e o PLC no 30, de 2015, relembramos que eles tratam de terceirização da mão de obra. Por isso, avaliamos haver perda de objeto e finalidade das matérias.

O arcabouço jurídico em relação a este tema foi amplamente alterado pelo Congresso Nacional no ano de 2017. Trata-se das alterações introduzidas na Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Primeiro, foi com a chamada Lei da Terceirização: a Lei no 13.429, de 31 de março de 2017. A lei decorreu da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Substitutivo deste Senado Federal para o Projeto de Lei no 4.302, de 1998.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2015, e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, e dos Projetos de Lei do Senado no 87, de 2010, nº 447, de 2011, e nº 339, de 2016, pelos fundamentos que apresentamos anteriormente.

É como relato, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Como nós não temos quórum, deixaremos a discussão e votação para a próxima reunião. (*Pausa.*)

O item 2 já foi lido e foi concedida vista coletiva.

Não temos quórum.

O item 3 também já foi lido.

Quanto ao item 4, o Senador Caiado pediu para retirar de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2017

- Não terminativo -

Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:)

O item 5 foi para reexame.

O item 6 é não terminativo.

Eu perguntaria se o Senador Dalírio poderia ser o Relator *ad hoc* do item 6 da Presidência da República, cujo Relator é o Senador Rodrigues Palma. (*Pausa.*)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 6° da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigues Palma

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Relator *ad hoc*, Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2018.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 10, de 2018, do Banco Central, encaminhando a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.

O Banco Central estimou a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

Inicialmente, apresenta uma perspectiva sobre a evolução da economia no segundo trimestre de 2018, destacando: recuperação consistente da economia brasileira, ainda que operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção e elevada taxa de desemprego; quadro externo favorável, com a atividade econômica global apresentando crescimento disseminado; e comportamento da inflação favorável, com possível propagação por mecanismos inerciais produzindo trajetória prospectiva de inflação abaixo do esperado. A conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa sobre a economia, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

Contudo, o relatório alerta que uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária, o que se intensifica com a reversão do corrente cenário externo favorável a economias emergentes.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamento nos conceitos M1 e M4 mantiveram-se dentro dos intervalos de flutuação estabelecidos pela Programação Monetária para o quarto trimestre de 2017.

Para as metas indicativas dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2018, considerou-se o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, consistente com o regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal.

Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para M4 corresponde a 7,9% no segundo trimestre de 2018.

A relação entre o M4 e o PIB deverá apresentar expansão ao longo do ano de 2018, trajetória consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis em doze meses.

Análise.

Nos termos dos §§1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no §3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Em virtude da adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância.

Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2018 mostra projeções tecnicamente consistentes. Para o ano de 2018, destaque para a ampliação de 5,1% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de ampliação de 6% para a base monetária restrita, de 7,7% no conceito de M4 e de 8,6% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 14, de 2018 (nº 166, de 2018, na origem), do Presidente da República.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Dalirio Beber.

Não havendo quórum, passo para o item nº 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com parecer favorável ao projeto.

O item nº 15 tem como Relator o Senador Otto Alencar, representante ilustre da Bahia.

Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

É o PLS 260, de 2017, que altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 260, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha. A proposição altera art. 1º da Lei nº 12.212, de 2010, para ampliar o alcance da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), à qual fazem jus as unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A ampliação proposta se dá em duas vertentes: (I) aumenta as faixas de consumo de energia elétrica vinculadas à Tarifa Social; e, (II) aumenta os descontos na tarifa plena associados a cada faixa. Não há alteração nos requisitos para a classificação de um consumidor na Subclasse Residencial Baixa Renda. Tampouco altera os benefícios específicos para famílias indígenas e quilombolas, que fazem jus a desconto de 100% no consumo até 50kWh/mês.

Se aprovado, o PLS em análise promoverá as seguintes alterações:

1) A faixa de consumo até 30kWh por mês e desconto de 65% passará para até 50kWh por mês e desconto de 70%;

2) A faixa de consumo entre 31 e 100kWh por mês e desconto de 40% passará para entre 51 e 150kWh por mês e desconto de 50%;

3) A faixa de consumo entre 101 e 220kWh por mês e desconto de 10% passará para entre 151 e 250kWh por mês e desconto de 20%;

4) O consumo acima do qual o consumidor deixa de fazer jus à Tarifa Social passa de 220kWh por mês para 250kWh por mês.

O autor da matéria justifica a necessidade dessas alterações em face da insuficiência do benefício da Tarifa Social para as populações carentes, ainda mais diante da grave crise econômica por que passa o País.

A matéria foi encaminhada inicialmente à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em que recebeu parecer pela aprovação, sem emendas. Chega agora a esta Comissão para deliberação em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, cabe à CAE opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas, assim como sobre tarifas, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras competências. Cabe também a esta Comissão a análise dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa, em face da decisão terminativa que foi outorgada a esta Comissão.

Quanto à constitucionalidade, conforme determina o art. 22, inciso IV, da Carta Magna, é competência privativa da União legislar sobre energia. A iniciativa de leis ordinárias por membro do Senado Federal é legítima, e o PLS não invade matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme disposto no art. 61, *caput* e §1º. Por essas razões, o projeto está assente na Constituição Federal.

Acerca da juridicidade, vemos que o PLS atende aos requisitos de inovação, abstração, generalidade e imperatividade. A técnica legislativa da proposição é adequada e atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, deve-se louvar a sensibilidade do Senador Roberto Rocha em propor uma alteração que, se aprovada, vai beneficiar diretamente milhões de famílias de baixa renda, com graves dificuldades para pagamento das taxas de energia, que tiveram aumento substancial.

A ampliação do alcance da Tarifa Social de Energia Elétrica é uma justa iniciativa num país eivado de desigualdades sociais, onde milhões de cidadãos vivem no limiar da linha de pobreza. O reposicionamento das faixas e dos descontos da Tarifa Social vem oportunamente em socorro desses cidadãos, incapazes de mudar sua condição socioeconômica por virtual falta de oportunidades nas escolas e pelas dificuldades impostas pelos anos de falta de instrução, tanto no ensino fundamental como no segundo grau. Universidades até mostram a dificuldade de se atingir um grau de escolaridade para competir com outros que tiveram melhor sorte.

A Tarifa Social é subsídio cruzado, por meio do qual a população de renda mais elevada contribui para a mitigação das carências da população de baixa renda. A alteração proposta representa um aumento anual de R$780 milhões na transferência de renda entre consumidores. Trata-se de subsídio de impacto relativamente pequeno quando comparado com as receitas globais da indústria da eletricidade, que arrecada mais de R$100 bilhões por ano. Portanto, o impacto que a ampliação da Tarifa Social terá sobre as tarifas é mínimo, mormente se comparado com o enorme benefício que pode trazer às famílias de baixa renda.

Voto.

Diante do exposto, recomendamos a aprovação do PLS nº 260, de 2017, do nobre Senador Roberto Rocha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Como não há quórum, nós não podemos colocar em votação. Ficam a discussão e a votação para a próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo aos Srs. Senadores que todos os 15 itens da pauta estão lidos.

Como não há quórum, nós não podemos votar.

Proponho que a gente suspenda a reunião por dez minutos, já que chegou mais um Senador, fazendo 12, e precisaríamos de mais dois Senadores para completar o quórum. Se em dez minutos não completarmos o quórum, suspenderemos a reunião imediatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa, aproveite.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está havendo uma audiência pública na CCJ e vários Senadores estão lá. Talvez, se pudesse pedir que eles viessem só para completar o quórum para dar seguimento à reunião de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos suspender a reunião por dez minutos e pedir que alguém vá lá para que a gente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, as matérias são todas de caráter terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. Há não terminativas, mas mesmo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há não terminativas também?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há seis matérias não terminativas que nós poderíamos votar se aparecessem mais dois Senadores. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Comunico ao Senador Cristovam que nós suspendemos a reunião por dez minutos, para que nós possamos ter quórum para votar, pelo menos, as não terminativas, porque já foram lidas todas as matérias, mas nós ainda não temos quórum suficiente para votar nem mesmo as não terminativas.

Quero aproveitar para saudar aqui o Senador Rudson Leite, que comparece pela primeira vez à nossa Comissão. Quero fazer uma saudação e dar, em nome de todos os Senadores, as nossas boas-vindas.

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. É uma honra estar aqui presente com todos vocês e discutir assuntos que sejam de interesse do nosso País. Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 10 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa, está reaberta a nossa reunião. Já temos quórum para deliberar.

Antes de deliberarmos, está faltando um item para a leitura, do qual o Senador Armando Monteiro é o Relator.

É o item 13, de autoria do Senador Aécio Neves.

Relatório, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar o adiamento, porque há umas sugestões que aconselham um reexame do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Armando Monteiro pede para adiar a leitura do relatório em virtude de algumas modificações que pretende fazer ao ouvir sugestões.

Passaremos à votação, então, já que temos quórum, do item 1.

O item 1 é o item que tem como autores: Deputado Sandro Mabel, Senador Eduardo Azeredo, Senador Sergio Souza, Deputado Betinho Gomes e Senador Randolfe Rodrigues. Teve o relatório do Senador Ricardo Ferraço, favorável ao PLC nº 195 e contrário ao PLC 30, de 2015, e aos PLS 87, de 2010, 447 e 339, de 2016.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Ferraço permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Ferraço, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 195 e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, e aos Projetos de Lei do Senado nº 87, nº 447 e nº 339.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem.

Autoria: Senador Paulo Duque

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2011

- Não terminativo -

Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao PLS nº 397 de 2011, com as Emendas nº 1 e 2-CE, e pela prejudicialidade do PLS nº 188 de 2010.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pela prejudicialidade do PLS nº 188 de 2010, e favorável ao PLS nº 397 de 2011, com as Emendas nº 1 e 2-CE.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

3. Em 5/6/2018, foi concedida Vista Coletiva da matéria.

Esse relatório tinha sido discutido no dia 5/06. Se não me engano, a Senadora Simone Tebet pediu vista e, em seguida, vista coletiva.

Eu não vou colocar em votação... (*Pausa.*)

Em função de a Senadora Simone Tebet, ao pedir vista, ter feito algumas observações, vou deixar para mais tarde a votação desse item, aguardando a presença da Senadora Simone.

Pediria que verificassem se a Senadora Simone está na CCJ para que ela desse presença aqui, para que possa discutir, se for o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 422, de 2017

- Não terminativo -

Altera os art. 15 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer nova definição de empresa, bem como dispor sobre o aumento ou redução de sua contribuição à Previdência Social, na forma que especifica.

Autoria: CPI da Previdência

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

2. Em 5/6/2018, foi concedida Vista Coletiva da matéria.

Coloco em votação o relatório do Senador Pimentel, que foi contrário ao projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o projeto permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O item 4, de autoria do Senador Cristovam Buarque, é da relatoria do Senador Caiado, que pediu para retirá-lo de pauta.

O item 5 foi pedido também para reexame pela Senadora Maria do Carmo Alves.

(É o seguinte o item retirado para reexame:

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 5/6/2018, foi concedida Vista Coletiva da matéria.)

Item 6.

O relatório foi lido pelo Relator ad hoc Dalírio Beber.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o projeto permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável ao projeto, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O item 13 é o último projeto não terminativo. O Relator é o Senador Armando Monteiro, que pediu para reexaminar o projeto.

(É o seguinte o item retirado para reexame:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para tornar a multa à prática de cartel por empresa ou grupo econômico, proporcional ao tempo de duração da infração à ordem econômica; instituir o ressarcimento em dobro aos prejudicados que ingressarem em juízo, ressalvados os réus que assinarem acordo de leniência ou termo de compromisso de cessação de prática, além de outros incentivos ao acordo de leniência, desde que este seja feito mediante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de documentos que permitam ao CADE estimar o dano causado; determina a sustação do termo da prescrição durante a vigência do processo administrativo; e torna a decisão do Plenário do CADE apta a fundamentar a concessão de tutela da evidência.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 3-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ.)

Na ausência da Senadora Simone Tebet e do Senador Pimentel, que pediram vista, fica adiado o item 2.

Não havendo mais nada a deliberar em função da falta de quórum para apreciação de matérias terminativas, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e dezoito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Simone Tebet, Valdir Raupp, José Pimentel, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Romero Jucá, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Rudson Leite, Cristovam Buarque e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª, 20ª e 21ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: OF nº 431/2018-GP, de 22 maio de 2018, da Câmara Municipal de Botucatu-SP, ao Presidente do Senado Federal, solicitando envidar esforços junto a esfera competente, no sentido de elaborar legislação que conceda isenção de impostos, como o IPI e ICMS, aos moto taxistas e o Aviso nº 24, de 2018 (nº 747-GP/TCU- na origem), de 20 de junho de 2018, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão n º 1270/2018 proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 015.940/2017-9, na sessão de 6/6/2018, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, inicia a apreciação da primeira parte da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 2/2018-CN – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, designado ad hoc, senador Ricardo Ferraço. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 2/2018-CN: **Emenda nº 01** – CAE 1 – Código da Ação – 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato – Quantidade/Meta – 2.000.000; **Emenda nº 02** – CAE 2 – Código da Ação – 210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial - Quantidade/Meta – 2.000; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 2/2018-CN: **Emenda nº 03** – CAE 3 – Referência: Artigo 11 Inciso XV – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 04** – CAE 4 – Referência: Artigo 90 – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 05** – CAE 5 – Referência: Artigo 11 Inciso XV – Tipo Emenda: Aditiva; **Emenda nº 06** – CAE 6 – Inciso XXXIV – Tipo Emenda: Aditiva. O Senador Ronaldo Caiado solicita a inclusão de Item extrapauta, que é aprovada. 2ª Parte: ITEM EXTRAPAUTA 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 42 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Sr. Eduardo Refinetti Guardia, Ministro da Fazenda, bem como convidado o Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre as operações de crédito contratadas entre o Estado de Goiás e aquela instituição financeira". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 42/2018 – CAE. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadora Simone Tebet solicita a inclusão de Item extrapauta, que é aprovada. ITEM EXTRAPAUTA 2 – Mensagem (SF) Nº 59 de 2018 que: “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável - Hortolândia - SP". Autoria: Presidência da República. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 3). ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43 de 2018 que: “Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 59 de 2018, que ‘*Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável - Hortolândia – SP’*”. Autoria: Senadores José Pimentel e Simone Tebet. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 43/2018 – CAE, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 4 – Mensagem (SF) Nº 58 de 2018 que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos" (Programa Inovar para Crescer)." Autoria: Presidência da República. O Vice-Presidente da Comissão designa relatora “ad hoc” a Senadora Simone Tebet. Resultado: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 5). ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 44 de 2018 que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 58 de 2018, que ‘*Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao ‘Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos’ (Programa Inovar para Crescer)*" Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: A comissão aprova o Requerimento nº 44/2018 – CAE, de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

A leitura da ata nós faremos posteriormente.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para conhecimento da Comissão, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1270/2018, proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC/015.940/2017-9, na sessão de 6/6/2018, acompanhado do relatório e do voto que eu fundamento.

Ofício da Câmara Municipal de Botucatu, São Paulo, solicitando apoio dos Parlamentares na elaboração de propostas de isenção de impostos, como IPI, ICMS, aos profissionais mototaxistas.

Esses expedientes serão encaminhados aos membros da nossa Comissão.

Antes de voltar à pauta de hoje, antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 19ª, 20ª e 21ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A pauta hoje trata da discussão e votação das emendas desta Comissão ao

A pauta de hoje trata da discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 02/2018-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

EMENDAS DA CAE AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Finalidade:

Discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN nº 02/2018-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

Relator: Senador Armando Monteiro

Na ausência do Senador Armando Monteiro, eu pediria ao Senador Ricardo Ferraço que assumisse a Relatoria *ad hoc*. E, desde logo, eu agradeço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente, com muita alegria e satisfação, nós aceitamos a designação de V. Exª para apresentar o relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei n° 2, de 2018-CN, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO 2019) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do projeto da LDO 2019, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução n° 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2019: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo 11 – Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2019; d) Anexo 111 – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; e) Anexo IV.1.a – Anexo de Metas Anuais 2019 a 2021; e f) Anexo IV.2 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de cancelamento ou acréscimo das metas constantes do PLDO ou de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emenda para acréscimo de meta constante do PLDO ou para inclusão de ação no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de 2 (duas) emendas por comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e comissão mista permanente do Congresso Nacional.

Encontra-se em análise, por esta Comissão, 85 propostas de emendas apresentadas. Dentre tais propostas, 11 são propostas de emendas de texto, e 74, relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais.

Em relação às emendas ao texto, entendemos não propor as de números:

a) 22, 23, 24, 26 e 53, por inserirem despesas no rol daquelas que não serão objeto de limitação de empenho, o que engessa o orçamento da União, dificultando a administração e priorização dos recursos pelo Governo Federal.

b) 25 e 27, por inserirem dispositivo no art. 55 do PLDO 2019, cuja ausência não trará grandes prejuízos, uma vez

por inserirem dispositivo no art. 55 do PLDO 2019, cuja ausência não trará grandes prejuízos, uma vez que o financiamento imobiliário pode ser adquirido pelos beneficiários em outro momento, não sendo necessário que se faça no início do exercício.

Quanto às emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, entendemos que todas possuem relevância, porém, devido ao limite de duas emendas que esta Comissão possui, optamos por aquelas que estivessem mais relacionadas à área temática da Comissão e que, dentro dessa restrição, tivessem o apoio do maior número de Senadores.

Ressaltamos, ainda, que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

5

Somos, portanto, pela aprovação, por esta Comissão, de todas as emendas de texto, de nºs 13, 75, 76 e 77, assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019:

> a) Emenda 56 na ação 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que engloba as emendas 8, do Senador Randolfe Rodrigues; 16, do Senador Acir Gurgacz; 19, do Senador Waldemir Moka; 33, da Senadora Lúcia Vânia; 39, da Senadora Simone Tebet; 44, do Senador Cristovam Buarque; 63, da Senadora Kátia Abreu; 69, do Senador Elmano Férrer; 72, do Senador Romero Jucá; e 82, da Senadora Lídice da Mata.
>
> As microempresas são responsáveis por cerca de 52% dos empregos formais gerados em nosso País. Esses números justificam a necessidade da adoção de medidas de fomento ao setor, estimulando o empreendedorismo, fator preponderante para a dinamização da economia nacional, e
>
> b) Emenda 43, na ação 210E - Promoção de Desenvolvimento Industrial, do Senador Cristovam Buarque, que engloba as emendas nº 5, do Senador Randolfe Rodrigues; 21, do Senador Waldemir Moka; 40, da Senadora Simone Tebet; 70, do Senador Elmano Férrer; 73, do Senador Romero Jucá; e 81 da Senadora Lídice da Mata.
>
> O Programa de Desenvolvimento Industrial atende à implementação de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do setor industrial, observando-se a vocação econômica das microrregiões do País, estimulando a competitividade e reduzindo as desigualdades intra e inter-regionais.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço na qualidade de Relator *ad hoc*, uma vez que o Senador Armando Monteiro não pôde comparecer a esta reunião.

Então, depois do parecer do relatório do Relator, as emendas estão em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrarmos os trabalhos e em atendimento às normas regimentais... (*Pausa.*)

O universitário aqui está dizendo que eu estou colocando o carro na frente dos bois – o nosso Alexandre. (*Pausa.*)

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, o requerimento que faço à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vem em forma de convocação ao Sr. Ministro da Fazenda Eduardo Refinetti Guardia, mas, na verdade, é porque nós somos limitados em não poder convocar o Presidente da Caixa Econômica Federal. O intuito não é realmente ouvir o Ministro, e, sim, convocá-lo para que ele possa trazer o Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal, para esclarecimento de empréstimos que eles estão avançando com o Estado de Goiás. Isso tem preocupado enormemente todas as pessoas que conhecem de contas públicas, das finanças do Estado e do mínimo de equilíbrio fiscal em que se encontra neste momento o Governo do Estado de Goiás.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria também rapidamente de fazer aqui um roteiro mínimo, uma explicação mínima da gravidade com que se encontra hoje a situação fiscal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

6

Estado de Goiás e essa avidez ainda por querer buscar mais empréstimo, sendo que o Estado de Goiás foi um Estado que foi rebaixado pelo Tesouro Nacional, e, como tal, está sem condições para poder contrair empréstimos com aval da União.

Então, os termos são:

> Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Sr. Eduardo Refinetti Guardia, Ministro da Fazenda, bem como o convidado Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar esclarecimentos sobre as operações de crédito contratadas entre o Estado de Goiás e aquela instituição financeira, ou seja, a Caixa Econômica.

A notícia veiculada na mídia informa que a Caixa emprestou, no ano passado, R$3,4 bilhões aos Estados e Municípios. Piauí, Pernambuco, Pará e Goiás receberam R$2,2 bilhões e 15 Municípios captaram R$1,3 bilhão. Segundo a própria Caixa, os empréstimos para o Governo do Pará e Governo de Goiás foram concedidos sem garantia da União. A rigor, a Caixa concedeu empréstimos recebendo receita tributária como garantia, o que é proibido pela Constituição brasileira.

A descoberta desse expediente, levou o Conselho de Administração do banco a suspender as operações em que a União não figurasse como garantia da operação. O art. 167 da Constituição veda, proíbe, impede a vinculação de receitas futuras com impostos a financiamento bancário. O mesmo vale para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que são transferências feitas pela União

os Municípios, que são transferências feitas pela União ao dividir a arrecadação de impostos federais com os demais entes federativos. A única exceção é quando o empréstimo tem aval do Tesouro Nacional. Nesse caso, Municípios e Estados podem colocar as receitas tributárias ou fundos de participação como contragarantia.

Não é isso que tem ocorrido com o Estado de Goiás. O quadro fiscal comprometido das contas públicas goianas fez com que o *rating* do Estado no *ranking* de capacidade de pagamento (CAPAG) do Tesouro Nacional fosse enquadrado na nota C. Ocorre que, diante das recentes normativas do Tesouro, a União só pode prestar garantia em operações de crédito de entes que apresentem nota A ou B. A conclusão é óbvia, de que a Caixa não pode mais emprestar recursos ao Estado de Goiás até que o ente restabeleça sua capacidade de endividamento.

A despeito de todas essas informações que apontam para a impossibilidade de realização de uma operação de crédito entre a Caixa Econômica e o Estado de Goiás, veículos da imprensa – e já há agora informações dentro do próprio Governo – notificam uma operação em curso, na qual seria concedido ao Governo de Goiás o aporte de R$510 milhões, tal como autorizado pela recente Lei Estadual nº 20.083, de 2018.

O eventual empréstimo se avizinha, sendo que hoje a mídia no Estado de Goiás já dá uma autorização, feita por decreto do atual Governador do Estado, para que a agência de transporte do Estado de Goiás vincule parte desse dinheiro a pagamento das empreiteiras no Estado de Goiás, sendo que a matéria sequer foi autorizada até o momento.

Então, Sr. Presidente, o eventual empréstimo que se avizinha viola a Constituição, tal como já apontou o Tribunal de Contas da União , que reforçou o entendimento de que há impossibilidade de vinculação de receitas em favor do banco mutuante, ou seja, o banco não tem prerrogativa para se arvorar a contingenciar, bloquear fundo de participação nem de Estado, nem de Município. A Constituição só concede essa prerrogativa à União quando ele é avalista, e Goiás, por estar desclassificado pelo Tesouro Nacional, não tem a menor condição de dar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7

contas ao fundo de participação do Estado como garantia de um empréstimo à Caixa Econômica Federal.

Considerando, sobretudo, a impossibilidade de a União figurar como garante em tal operação por força do *rating* inferior ao devido na forma da legislação federal, hoje Goiás, letra C, requeiro sejam instadas as autoridades mencionadas no corpo deste requerimento a explicar

autoridades mencionadas no corpo deste requerimento a explicar de que forma estão sendo levadas a efeito operações de empréstimo em manifesta contrariedade ao que prescreve a legislação de regência.

Este, Sr. Presidente, é o requerimento de minha autoria. E uma observação que faço também aos pares é que a União, reforço, não garante porque o Estado não tem as condições. E agora, querem criar outra metodologia em que o Estado pode fazer empréstimo com bancos, e a Caixa Econômica teria a partir daí condição – veja bem, um final de Governo –, deixando com que o FPE já seja bloqueado pela Caixa Econômica sem que haja aí a participação da União.

Além disso, Sr. Presidente, também nos causou estranheza, e o próprio Ministério Público de Contas do Estado de Goiás fez uma orientação contrária a algo que é muito estranho, ou seja, o governador de Goiás, no final de 2017, ampliou o contrato com a Caixa Econômica Federal para poder se ocupar do pagamento da folha de todos os servidores do Estado sem abrir um processo de licitação. Ou seja, o Ministério Público de Contas do Estado de Goiás disse: olha, não se pode prorrogar por cinco anos porque esse é um novo contrato, não é prorrogação. Então deveria haver uma licitação para saber para quem interessava e em que condições o Estado de Goiás não seria penalizado.

Então, Sr. Presidente, é uma segunda posição que nós estamos colocando para ouvir. E reafirmo a V. Exª que não é de interesse nosso a vinda do Ministro da Fazenda, até porque é uma matéria que não tem nada a ver especificamente com o Presidente, mas, por ser a Caixa Econômica Federal subordinada ao Sr. Ministro e nós não podemos convocar o Presidente da Caixa Econômica, a única alternativa regimental é exatamente essa. Mas, lógico, acredito que a Mesa, ao aprovar, entrando em contato com o Presidente da Caixa Econômica poderá simplesmente atender a essa reivindicação, para não deixar que Goiás caminhe para uma situação de total ingovernabilidade diante do caos que está se avizinhando.

O próprio relator do Tribunal de Contas do Estado de Goiás já deu uma entrevista dizendo que Goiás provavelmente não terá condições sequer de pagar a folha de pagamento. Ora, como o Estado vai tomar agora mais 520 milhões para pagar empreiteira, sendo que o próprio orçamento do Estado não é capaz de quitar hoje o juro das contas

Hoje, nós temos um Estado que tem um déficit orçamentário, pagando anualmente R$1 bilhão de juros. Ele só poderia contrair novos empréstimos

se ele tivesse um superávit no mínimo de 1 bilhão e 1 real, para poder amanhã ter essa condição de ter o aval da União. Como tal, Sr. Presidente, essa solicitação é o requerimento que apresento à Mesa e peço aos demais Pares o apoio, para podermos ouvir do Presidente da Caixa Econômica que tipo de manobra está sendo feita, já que o próprio Tribunal de Contas da União já encaminhou parecer contrário a essa modalidade. Infelizmente, o meu Estado de Goiás já praticou um empréstimo sem ter esse aval do Tesouro Nacional e da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8

Aprovado o requerimento que solicita a convocação do Exmo Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Eduardo Guardia, e o convite ao Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal, para os esclarecimentos devidos, nos termos do presente requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Em vez de convocação, o "universitário" aqui me advertiu que, regimentalmente, fica melhor, em vez de convocação, ser convite.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu acho que aprovar o convite caso ele...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Pela ordem, com a palavra a Líder Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu peço a inclusão extrapauta da Mensagem nº 59, de 2018, de autoria da Presidência da República, que solicita autorização para operação financeira entre o Município de Hortolândia, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento – CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável do Município de Hortolândia, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, só para esclarecer: nós passaremos a convite caso ele se disponha a vir, certo, Presidente? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Aprovado o requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado, vamos passar agora à discussão. É uma solicitação extrapauta da Senadora Simone Tebet. Trata-se da Mensagem nº 59, de 2018.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2018

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável - Hortolândia - SP".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do PRS apresentado.

Eu quero acrescentar que recebi um apelo do Deputado Orlando Silva no sentido de que pudéssemos votar esta matéria.

Com a palavra, portanto, a Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

9

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente, até porque está prevista, inclusive, a liberação, o desembolso financeiro, já para o ano de 2018, daí a urgência, Sr. Presidente.

O Programa tem como objetivo promover a integração geográfica e humana no Município de Hortolândia. Para tanto, são previstos gastos relativos: à implantação de pontes, travessias, novos viários; à recuperação e preservação ambiental; à ampliação da rede municipal de ensino e de saúde; ao aprimoramento do sistema de segurança pública; e ao incentivo à prática de atividades esportivas e de lazer.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, na forma da recomendação homologada pela então Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão em 2 de outubro de 2014. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. Manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura do contrato de garantia, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresentou óbices à realização da operação, sujeitando-a às mesmas condicionalidades previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Da análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal confere ao Senado competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, cabe a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados.

Essas normas também constam de resoluções da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segunda a Secretaria do Tesouro Nacional, o "Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável – Hortolândia – SP" contará com até US$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares) provenientes da CAF, acrescidos de contrapartida municipal mínima de US$52.884.951,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e um dólares do Município, portanto, de Hortolândia).

Os desembolsos são previstos para serem realizados entre 2018 e 2021.

O custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa Libor de seis meses para o dólar dos Estados Unidos, mais a margem variável definida pelo Banco, está situado em 5,07% ao ano, que é inferior ao custo estimado das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 4,72% ao ano para uma duração de 7,19 anos.

Ainda de acordo com a STN, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado e da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual do Município e conta com dotações necessárias e suficientes na lei orçamentária do Município de Hortolândia.

Por meio de nota, a Secretaria do Tesouro Nacional expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Hortolândia é "A", sendo, portanto, a operação de crédito pleiteada elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à adimplência, a STN afirma que o Município de Hortolândia está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas. Além mais, a STN cita documentos do Poder Executivo Municipal do Tribunal de Contas que atestam a observância pelo Município de Ortolândia dos gastos mínimos com saúde e educação do pleno exercício da competência tributária dos limites das despesas com pessoal.

Adicionalmente, relata que, por meio da declaração do Chefe do Poder Executivo no sistema de Análise de Dívida Pública, operações de crédito e as garantias da União, Estados e Municípios, o ente declara não ter assinado até a data do presente nenhum contrato na modalidade de PPP.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a seu tempo, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Enfim, tanto a STN quanto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam verificadas as condicionalidades anteriormente previstas.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 59, de 2018, nos termos do projeto de resolução que estamos apresentando.

Apenas repetindo que se trata de um empréstimo junto à Corporação Andina de Fomento, na ordem de US$52 milhões, mas tendo uma contrapartida de US$58 milhões por parte do Município, num prazo aqui previsto de carência de até 54 meses, a partir da data da assinatura, e com um prazo de desembolso de até seis meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 meses para a solicitação do último desembolso.

Por fim, o cronograma estimado será na média de US$10 milhões por ano, de 2018 a 2021.

É o relatório que coloco à disposição desta douta comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, conforme a nossa Relatora Simone Tebet esclarece, a Prefeitura preenche todos os pré-requisitos da Secretaria do Tesouro Nacional, que é classificado como Classe A no seu processo de endividamento. Ou seja, é um baixíssimo índice de endividamento.

A contrapartida feita pela Prefeitura é superior ao montante do empréstimo, sem esquecer que, em data anterior, essa Prefeitura também fez um empréstimo junto à mesma entidade de fomento, cumprindo na sua totalidade e, por isso, está tendo um novo empréstimo para dar continuidade à infraestrutura daquele Município.

A posição do Partido dos Trabalhadores é favorável ao relatório da Senadora Simone Tebet, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

11

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da mesma forma, Sr. Presidente, essa é uma demonstração até neste momento de crise, pois o recurso que chega para o Município vai gerar muitos empregos, vai melhorar a qualidade de vida e é uma coisa de longo prazo também, tanto para o investimento como para o pagamento.

Então, quero registrar por parte, inclusive, do meu Partido, o PR, que estou aqui indicando também o voto favorável.

Com certeza, esses recursos serão extremamente importantes, dada inclusive essa experiência de que já foi contraído empréstimo no passado e a Prefeitura o cumpriu também. Então, é uma demonstração de que a Prefeitura, até pela classificação, tem um risco muito baixo e, com isso, há a capacidade de tomar o empréstimo e, claro, de pagá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Continua em discussão a matéria relatada pela Senadora Simone Tebet.

a matéria relatada pela Senadora Simone Tebet. As Srªs...

Chegou na hora. Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Cheguei na hora. Eu estava aqui do lado, na Comissão de Relações Exteriores, Sr. Presidente, em sabatina de embaixadores e recebi um telefonema logo cedo do Deputado Orlando Silva me pedindo que...

O Deputado Orlando Silva me ligou logo cedo pedindo que pudéssemos... Olha aí, ligou para todos, está vendo? Que pudéssemos fazer um esforço no sentido de aprovar ainda hoje nesta comissão esse projeto autorizando a operação de crédito. Exatamente.

E logo cedo fomos verificar e o projeto tinha sido distribuído apenas hoje e eu quero cumprimentar muito e fazer o agradecimento em nome do Deputado Orlando Silva, Senadora Simone. E tenho certeza, eu acho que é extensivo a toda a Bancada de São Paulo, pela forma solícita e compromissada com que V. Exª agiu, garantindo que a gente pudesse votar essa matéria no dia de hoje.

Então, eu quero registrar aqui meu voto favorável. Cumprimentando, Senador Garibaldi, V. Exª, que preside a sessão, mas, se me permite, sobretudo e especialmente a Relatora da matéria, Senadora Simone Tebet, por ter apresentado um relatório responsável, importante e, sem dúvida nenhuma, muito esperado pela população de Hortolândia, no Estado de São Paulo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Agradeço a Senadora Vanessa. Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sr. Presidente, diante do consenso e da relevância do projeto, tendo em vista a necessidade já da contratualização ainda para este ano para ter o primeiro desembolso de U$10 milhões ainda em 2018, eu solicito a urgência. Lembrando, inclusive, que o prefeito de Hortolândia se faz presente nesta comissão, acompanhado de sua equipe.

E nós, que conhecemos um pouco o interior de São Paulo, sabemos de quão importante é a cidade de Hortolândia para a região, próxima a São Paulo. É um centro tecnológico de estudos, inclusive. Tem problema relacionado à segurança pública em função do grande presídio federal que possui. Tenho certeza de que esse recurso não só é necessário como vai ser muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bem aplicado a favor do povo paulista e paulistano porque, quando um Município é atendido em questão ambiental, de infraestrutura, logística, saúde e educação de um Estado, todos os Municípios do mesmo Estado ganham com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Eu também quero cumprimentar o prefeito de Hortolândia, que aqui se encontra. Minhas melhores saudações para o prefeito, parabenizando pelo fato de ser uma prefeitura das menos endividadas do Brasil, certamente.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Simone Tebet, como Relatora *ad hoc*.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora quero parabenizar também o Deputado Orlando Silva.

Senadores José Pimentel e Simone Tebet pedem urgência.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o pedido

As senhoras e os Senadores que concordam com o pedido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência. Novamente parabéns ao Prefeito Angelo.

Eu peço desculpas à Simone Tebet, porque em um outro projeto de financiamento que nós votamos, ela não era *ad hoc,* não; ela era titular. Mas agora se trata de uma matéria cujo Relator é o Senador Otto Alencar, que não pôde chegar aqui.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 44, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 58 de 2018, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao 'Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos' (Programa Inovar para Crescer)".

Autoria: Senadora Simone Tebet

Peço, portanto, à Senadora Simone Tebet, que relate esse projeto.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Pois não, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dando continuidade ao que V. Exª já mencionou, o programa tem como objetivo geral aumentar a produtividade da economia nacional, através do fomento à inovação. Constituem seus objetivos setoriais o aumento do investimento em inovação pelas empresas em setores prioritários, a elevação da adoção de tecnologias por parte das micro, pequenas e médias empresas com potencial de inovação, a facilitação à expansão de empreendimentos dinâmicos e o fortalecimento da capacidade institucional da Finep.

O programa em questão foi considerado como compatível à obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos na forma da recomendação homologada pelo Ministério do Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 24 de maio de 2017. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil em 16 de outubro de 2017. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças da União na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes à mutuária. No parecer, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendido e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo ministério, antes da assinatura do contrato, do grau de cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apresenta óbices, sob a ressalva de que, previamente, a assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificada a adimplência da Finep para com a União e suas entidades controladas, visto que o BID informou, em carta datada de 19 de março de 2018, que as condições prévias ao primeiro desembolso já estão substancialmente cumpridas.

Da análise.

Conforme a Constituição Federal confere ao Senado a competência para autorizar as operações externas de natureza financeira de interesse da União e cabe também a esta Casa dispor sobre os limites globais e condições de operações de crédito externas dos entes da Federação.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, o programa Inovar para Crescer contará com até US$600 milhões provenientes do BID, acrescidos da contrapartida da Finep, estimada em US$103,6. Os desembolsos são previstos para serem feitos em 2017 e 2021, sendo que os valores previstos para 2017 já foram executados pela mutuária e serão sacados do credor a título de desembolso.

O custo efetivo da operação flutuante, conforme a variação da taxa de três meses para o dólar mais a margem

Variação da taxa de três meses para o dólar, mais a margem aplicável para os empréstimos do capital ordinário do banco, está situado em 3,35% ao ano, que é inferior ao custo máximo das emissões da União na mesma moeda, a qual se situa em 5,35% ao ano.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Finep possui capacidade para pagamento, para contratar a operação de crédito pretendida.

A operação também se encontra amparada no Plano Plurianual da União de 2016 a 2019. Além do mais, a CTN ressalta que a Finep não possuía, na data estabelecida, obrigação financeira perante a União cujo controle seja de responsabilidade do Tesouro. Ademais a CTN atesta que a União possui margem para a concessão da garantia pleiteada.

Ao final do exercício de 2017, o total de garantias concedidas pela União estava em 41,39% da Receita Corrente Líquida, abaixo dos 60% estabelecidos em resolução.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral frisou que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública contrárias à Constituição e às leis do País, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

créditos, isto é, as vedações impostas na Resolução de 2007, tendo portanto cumprido todas as exigências.

Em relação à adimplência da mutuária a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional afirma que, por ocasião da assinatura do contrato, será verificado o adimplemento quanto aos pagamentos dos tributos, Sr. Presidente.

Diante de todo o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem 58, nos temos que já foram já foram lidos e que não convém aqui repetir, Sr. Presidente.

É o parecer que coloco à disposição desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/MDB - RN) – Agradeço à Senadora Simone Tebet.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-la, está agora encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Simone Tebet, na qualidade de relatora *ad hoc*.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O Relatório passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado.

Em votação também o requerimento para urgência.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

Antes de encerrarmos os trabalhos, em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião para o encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com as emendas aprovadas.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como estão.

Está aprovado e será publicado no Diário do Senado Federal.

Lembro, antes de encerrar...

Peço um pouco de silêncio, por gentileza, e, antes de encerrar esta reunião, eu anuncio desde logo a realização de uma audiência pública, que terá como tema: Instruir o Projeto de Lei da Câmara no

... tema instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, que "dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014", e as proposições apensadas, que são: PLS 181, PLS 131, PLS 330/2013.

O Senador Ricardo Ferraço foi o autor dessa proposição.

Então, vamos encerrar por aqui a reunião da CAE para passar à audiência pública.

Está encerrada a reunião presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Waldemir Moka, Airton Sandoval, José Pimentel, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, José Medeiros, Vanessa Grazziotin, Rudson Leite, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Antonio Carlos Valadares, João Alberto Souza e Reditario Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, José Serra, José Agripino, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLC 53/2018, de autoria do Deputado Milton Monti. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, que "Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014", e proposições apensadas (PLS 181/2014, PLS 131/2014, e PLS 330/2013). **Participantes:** Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Glauce Carvalhal, Superintendente Jurídico da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSEG; Renato Opice Blum, Professor convidado e Coordenador do Curso de Direito Digital da INSPER; Bia Barbosa, Coordenadora do Intervozes e da Coalizão Direitos na Rede; Sergio Paulo Galindo, Presidente-executivo da Brasscom - Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação; Igor Rodrigues Britto, Consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; Laura Schertel, Professora de Direito Civil da Universidade de Brasília; Danilo Doneda, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e Consultor pela União Europeia; Patrícia Ellen, Diretora-executiva da Optum; Henrique Lian, Relações Institucionais e Mídia da Associação de Consumidores - PROTESTE; Marcelo Bechara, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT; Carlos Affonso Souza, Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio - ITS Rio; Marcel Leonardi, Diretor de Políticas Públicas do Google no Brasil; Christina Aires Lima, Confederação Nacional da Indústria - CNI; Pedro Hartung, Coordenador do Programa Prioridade Absoluta - Instituto Alana; Leandro Alvarenga Miranda, CNDL; Marcelo Crespo, Faculdade de Direito de Sorocaba - FADI; Andriei Gutierrez, Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES; Vanessa Lopes Butalla, Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB; Felipe Brandão, Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - camara-e.net; Wanderley Mariz, Diretor de Relações Governamentais da Câmara Americana de Comércio - Amcham Brasil; Rachel Gonzaga, Brasil, Bolsa, Balcão - B3. Antonio Carlos Negrão, Federação Brasileira de Bancos - Febraban. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Garibaldi Alves Filho

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia três de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Romero Jucá, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Jorge Viana, José Pimentel, Kátia Abreu, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Rodrigues Palma e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, José Serra, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 30, de 2018 (SEI nº 2/2018/GEEST/COSCD/CODIV/SUDIP/STN-MF na origem), de 15 de junho de 2018, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao mês de maio de 2018; Ofício nº 200/2018, de 24 de maio de 2018, da Câmara de Vereadores de Itajaí-SC, Moção de Apelação ao Presidente do Senado Federal, para que adote medidas urgentes no sentido de rever a política de preços aplicada aos combustíveis; Ofício nº 79/2018/DEP/LEG, de 29 de maio de 2018, da Câmara Municipal de Bento Gonçalves-RS, Moção de Repúdio aos constantes aumentos nos preços de combustíveis e o Ofício nº 072/2018, de 12 de junho de 2018, do Conselho Regional de Economia-DF, ponderações sobre a iniciativa de desmembramento do IPEA, contida na Emenda nº 1, que adiciona parágrafo único ao art. 40-B da Lei. 13.502/17e. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio ofício circular. O Senador José Pimentel solicita a inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018, o que é atendido pelo Plenário. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014." **Autoria:** Deputado Milton Monti. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 53 de 2018, com emendas apresentadas, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 330 de 2013; 131 de 2014; e 181 de 2014. Após leitura do relatório, o Presidente propõe a suspenção da discussão para votação de itens terminativos. Ao final da discussão dos itens terminativos, faz uso da palavra os (as) Senadores (as) Vanessa Grazziotin, Jorge Viana, Armando Monteiro, José Agripino e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, com as emendas de redação nºs 1 e 10 a 56 – CAE, rejeitando as emendas nºs 2 a 9, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 330, de 2013, 131, de 2014 e 181, de 2014. Aprovado também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de urgência para a matéria (Item 19). **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano." **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Cristovam Buarque, Romero Jucá, Simone Tebet, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Dalírio Beber, Armando Monteiro e Ataídes Oliveira. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem." **Autoria:** Senador Paulo Duque. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 397 de 2011, com as Emendas nº 1 e 2-CE, e pela prejudicialidade do PLS nº 188 de 2010. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto, com seis emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar à Agência Nacional de Telecomunicações formas e condições de apresentação de relatório de atividades ao Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 13 de 2013, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Dalírio Beber, Ricardo Ferraço e Kátia Abreu e Rose de Freitas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovado também requerimento de urgência para a matéria (Item 21). **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Sistema Nacional para gestão responsável dos investimentos públicos." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de uma Zona de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Sérgio Rogério de Castro. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 10 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves, substituída *ad hoc* pela Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Armando Monteiro. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). Aprovado também requerimento de urgência para a matéria (Item 20). **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. Fez uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 3 – CAE (Substitutivo), por 13 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto e as emendas nºs 1 e 2 – CI. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2011 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Fez uso da palavra as Senadoras Vanessa Grazziotin e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. Fez uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 – CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma abstenção. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Fez uso da palavra as Senadoras Kátia Abreu e Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 8 votos contrários, 7 votos favoráveis e nenhuma abstenção. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A comissão rejeita o projeto, por 11 votos contrários, 3 votos favoráveis e nenhuma abstenção. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, modificando as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 46 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 53 de 2018, que "Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014", que tramita em conjunto com os PLS nºs 330, de 2013; 131, de 2014 e 181, de 2014." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 46/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 45 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 31 de 2017, que "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos"." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 45/2018 – CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 47 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 334 de 2017, que "Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal"." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Resultado:** A Comissão aprova o Requerimento nº 47, de 2018 - CAE, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, com a emenda nº 1 – CAE. Aprovado também requerimento de urgência para a matéria (Item 23). **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 48 de 2018** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 76 de 2018, que "Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018"." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 48/2018 – CAE, de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento.

Ministério da Fazenda: Ofício "S" nº 30, de 2018.

Correspondências: Ofício nº 200, de 2018, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina; Ofício nº 79, de 2018, da Câmara Municipal de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul; Ofício nº 72, de 2018, do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio ofício circular.

Item 2.

Vamos começar, a pedido do Senador Ferraço, pelo item 2.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a nossa Câmara Federal é a nossa grande parceira na tramitação de várias matérias, entre elas essa do Simples Nacional, no entanto, lá há uma dinâmica um pouco diferente do Senado Federal, dinâmica essa que atropela alguns prazos de maior reflexão para nós. No entanto, há uma matéria de suma importância, que é reabrir o Simples Nacional para ser incorporado...

que é reabrir o Simples Nacional para ser incorporado às micro e pequenas empresas que aderiram ao Refis e que foram atendidas pela Receita Federa.

Em janeiro de 2018, a Receita Federal excluiu do Simples Nacional 470.916 empresas por estarem inadimplentes, cumprindo a Lei Complementar 123, portanto, de acordo com o que determinou o Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, nós aprovamos o Refis com o apoio de V. Exª e de todos nós desta Comissão em especial, houve o veto, e só em abril de 2018 o Senado Federal, por unanimidade, e a Câmara derrubaram o veto, também acordado com o Governo Federal.

Parte dessas empresas fez adesão ao Refis do Simples Nacional, e em torno de 120 mil delas tiveram os seus Refis aprovados pela Receita Federal. Foi aberto esse diálogo com o Governo, que concorda em abrir o prazo extraordinário para que elas possam aderir ao Simples Nacional. Essa janela seria de 30 dias exclusivamente para as empresas que fizeram adesão ao Refis e que são em número de 120 mil.

Estou pedindo a V. Exª, com a anuência dos nossos pares, para incluir na pauta de hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018, que trata dessa matéria.

Antecipadamente, agradeço a V. Exª a sua atenção a este Senador por ter me designado Relator dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

Coloco à apreciação dos Srs. Senhores Senadores o pedido do Senador Pimentel de colocar extrapauta o Projeto de Lei nº 76, não terminativo.

Os Srs. Senadores que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Está na pauta de hoje para o relatório do Senador Pimentel.

Item nº 2.

Estamos invertendo a pauta a pedido do Senador Ferraço.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de um projeto extremamente importante, delicado e sensível para um segmento muito relevante para a economia brasileira que é o da construção civil, uma das nossas mais importantes locomotivas, Senador Armando Monteiro, na geração de empregos, de oportunidades, que vem enfrentando enormes desafios. Um desses mais importantes desafios é a insegurança jurídica, enclausurando ou mesmo trazendo gargalos aos empreendedores brasileiros.

ou mesmo trazendo gargalos para os empreendedores brasileiros.

Trata-se, portanto, de projeto de lei que versa sobre o direito de rescisão de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

Nos termos do arts. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre aspectos econômicos de quaisquer proposições a ela submetidas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de direito civil, art. 21, I, da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotada de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A proposição observa o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no sentido de que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da CF) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema é de grande relevância, dizendo respeito diretamente à segurança jurídica de ramo importantíssimo da economia que é a construção civil mediante incorporação imobiliária e parcelamento de solo urbano.

É preciso apontar, inicialmente, que o direito brasileiro contou com três momentos cruciais a respeito do tema: as mencionadas Lei nº 4.591, 1964 (incorporação imobiliária), Lei nº 6.766 (parcelamento de solo urbano) e Lei nº 10.931, de 2004 (patrimônio de afetação em incorporação imobiliária).

Essas importantes leis responderam às necessidades existentes nos períodos em que foram editadas.

Para não nos alongarmos em demasia, vamos apenas mencionar rapidamente a razão da última delas, a Lei nº 10.931, de 2004, que tratou da possibilidade de instituição de patrimônio de afetação em incorporação imobiliária.

Na atualidade, estamos com outro desafio, para o qual o Congresso Nacional é chamado a dar uma resposta rápida e eficiente: o grande número de distratos ou resilições de contratos de aquisição de imóveis em incorporação por iniciativa do comprador.

A questão de fundo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que não é jurídica, e, sim, econômica, é a forte crise pela qual passa o Brasil. Houve uma queda generalizada nos preços dos imóveis especialmente a partir de 2014. Já se vislumbrava isso em 2012, mas em 2014 – eu chamo atenção para esse fato, Sr. Presidente – o problema se tornou grave, com uma quantidade imensa de imóveis prontos ou em fase final de construção, mas sem o correspondente número de pessoas que, embora quisessem, não tinham recursos ou mesmo crédito em patamares aceitáveis para comprar esses imóveis. Essa situação perdura nos dias de hoje, sem que se vislumbre solução, em termos econômicos, para esse crucial problema econômico com elevado reflexo social.

Em razão da

com elevado reflexo social.

Em razão da perda de valor de mercado desses imóveis, um número significativo de pessoas desejou simplesmente desfazer as compras ou promessas de compras. São os famosos "distratos".

É notório o grande número de distratos ocorridos especialmente a partir de 2014 até os dias atuais. Isso prejudicou enormemente o setor da construção civil, setor esse que é intensivo em mão de obra. A construção civil, em um país carente de habitação, está seriamente prejudicada.

É importante, Sr. Presidente, fazer aqui um comentário. A regulamentação dos distratos não alcança os programas sociais de moradia popular, como o Minha Casa Minha Vida. Nós estamos falando aqui de investimentos imobiliários para médio e alto custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação ficou tão crítica que os valores dos distratos passaram a ser maiores do que o volume de vendas das companhias empreendedoras. Eu vou repetir, Sr. Presidente: a situação ficou tão crítica que os valores dos distratos passaram a ser maiores do que o volume das vendas do setor da construção civil. As incorporadoras listadas em bolsa de valores passaram a divulgar dados relativos ao volume líquido de vendas (valores recebidos por vendas subtraindo valores devolvidos por distratos). Tal dado jamais havia sido divulgado, exatamente porque a questão do astronômico número de distratos nunca havia existido, em qualquer dos nossos ciclos econômicos da história brasileira.

Para termos uma ideia mais clara do tamanho da questão que estamos tratando é importante olharmos alguns dados do setor.

De acordo com informações divulgadas pelo setor, os distratos representaram 42,9% do volume das vendas em 2017 – último ano com dados completos. Apenas nos empreendimentos de Médio e Alto Padrão (MAP) este percentual foi de 52,9%. Ou seja, de cada duas unidades lançadas, realizadas e contratadas, uma foi distratada, levando, na prática, por ausência de uma regulamentação, de uma diretriz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu peço silêncio ao Plenário. Está-se discutindo um dos mais importantes projetos que estão vigorando nesta Comissão, que tem relação fundamental com a questão do desemprego neste País, que tem consequências imediatas.

Por favor, peço silêncio para que todos possam ouvir o relatório do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência, assim como das Srªs e dos Srs. Senadores.

O fato objetivo é que o elevado volume de distratos gera enorme pressão sobre as finanças das companhias, que pode comprometer e tem comprometido o andamento das obras já lançadas, reduz o volume de novos empreendimentos – essa é uma realidade, este não é o gargalo específico evidentemente porque temos tantas outras questões, mas este tem sido apontando como um ponto central, gerador de grande insegurança jurídica – e, por consequência, tem reduzido fortemente a geração de emprego e oportunidades neste setor que, volto a reafirmar, é uma das locomotivas na geração de emprego em nosso País.

Como consequência da crise econômica com elevado reflexo social e do alto volume de distratos, houve uma grande redução no volume de lançamentos no mercado.

Segundo estudos feitos pela Fipe, entre 2010 e 2013, eram lançadas anualmente em nosso País cerca de 859 mil unidades imobiliárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(...) lançadas anualmente em nosso País cerca de 859 mil unidades imobiliárias. Dados oficiais da Fipe. Com o advento da crise econômica, no período 2014-2017, esta média caiu para cerca de 454 mil unidades, ou seja, uma redução de 47% da atividade econômica nesse segmento empreendedor.

Ainda de acordo com o mesmo estudo da Fipe que nós consideramos nesse nosso trabalho, estima-se uma perda de mais de um milhão de empregos e de mais de R$ 8 bilhões em impostos, apenas no segmento de médio e alto padrão, pela interrupção, pela descontinuidade do nível de lançamentos e atividade econômica. Além disso, gera grande volume de questionamentos na justiça. Ou seja, na ausência de uma lei que regulamente, essas controvérsias foram em grande parte ou totalmente judicializadas e faltou por certo um padrão para essas definições, que são as mais díspares em todo País, em razão da interpretação de cada magistrado.

É nesse sentido que o Congresso brasileiro é convocado a se manifestar para definição de uma regra clara, na visão, Sr. Presidente, de que segurança jurídica é a norma das normas, é o que permite previsibilidade, é o que permite planejamento para o empreendedor brasileiro, que ao empreender está gerando oportunidade de emprego e trabalho, para que as pessoas, com seu esforço, com seu talento, com sua vocação possam levar dignidade para suas famílias.

Fica clara, portanto, a meu modestíssimo juízo, a relevância do problema jurídico, para o qual o Congresso Nacional tem a possibilidade e a obrigação de, mediante edição de lei, solucionar.

A Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), estabelece, de forma justa, que nos contratos de compra e venda imóveis mediante pagamento em prestações, são nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor, o que está consagrado no art. 53 do Código de Defesa do Consumidor. Note-se bem – e eu enfatizo: é proibida, de acordo com a legislação consumerista, a perda total das quantias pagas.

Nunca é demais lembrar que o Código de Defesa do Consumidor foi um importante advento civilizatório em nosso País.

Isso não significa, obviamente, que não possa e não deva existir cláusula prevendo multa pecuniária para as hipóteses em que o comprador está em mora ou inadimplente e o fornecedor. O que não pode existir, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é cláusula prevendo de novo a perda total das parcelas pagas.

Obviamente, também se consideram nulas cláusulas abusivas, no sentido de penalizar o consumidor com multas cujo efeito resultante seja equivalente ou próximo da perda total das parcelas pagas.

Entendemos que essa orientação por parte do Código de Defesa do Consumidor é absolutamente correta. Contudo, a jurisprudência evoluiu para conceder ao comprador de imóvel em incorporação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imobiliária, mesmo sem qualquer descumprimento contratual por parte da incorporadora, mesmo sem qualquer motivo ou causa jurídica motivada ou imotivada, o direito de descumprir e de rescindir o contrato celebrado – no caso aqui – com a incorporadora.

E nós detalhamos aqui (...)

E nós detalhamos aqui uma questão importante que está relacionada ao Código Civil, ao art. 475, em vigor: "A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos". É o que está consagrado no Código Civil no art. 475. Trata-se de direito daquele que, tendo cumprido suas obrigações contratuais, tem o direito a perdas e danos contra quem descumpriu o avençado. Não se trata de "direito de arrependimento", não se trata de direito à rescisão contratual imotivada.

A questão do "direito de arrependimento" está no art. 473, mas que exige, explicita ou implicitamente, norma para que esse direito possa existir. A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte. Além disso, há o art. 478 do Código Civil, para além do art. 475, que condiciona o direito, porém, à hipótese de onerosidade excessiva de prestação para uma parte, que provoque extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis. A disposição é de clareza solar, ou seja, a simples queda no valor de mercado de um imóvel não pode ser alegada como motivo justo para aplicação do art. 478 do Código Civil.

Trata-se de regra distinta da prevista no art. 1.088 do Código Civil, já revogado, que previa expressamente o "direito de arrependimento", desde que fosse paga indenização.

Ou seja, Sr. Presidente, na ausência de uma lei, de uma regra que possa parametrizar, estabelecer limites para esses marcos, nós, brasileiros, estamos submetidos, na prática, às jurisprudências. E as jurisprudências estão tendo força de lei. Na prática, isso se releva como uma usurpação do dever do Congresso Nacional e do Parlamento brasileiro de estabelecer as regras claramente para que essas regras possam mitigar e possam equilibrar essas relações, Sr. Presidente.

A questão que se coloca é: qual o percentual dos valores pagos pelo comprador que pode ser retido pela incorporadora a título de indenização? Por exemplo, a súmula do STJ que tratou do caso não define esse teto.

E quanto ao prazo com a incorporadora? Na minha avaliação, a solução da súmula do STJ não é a mais razoável, pois impacta fortemente o fluxo de caixa desses mesmos empreendimentos, prejudicando não apenas o andamento do feito da obra, da realização, mas prejudicando também o interesse do conjunto, porque no patrimônio de afetação isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por via de consequência, são prejudicados os compradores que não distrataram, pois normalmente eles não receberão os imóveis no prazo em razão da asfixia financeira...

Por via de consequência, são prejudicados os compradores que não distrataram, pois normalmente eles não receberão os imóveis no prazo em razão da asfixia financeira causada pela obrigação pretoriana unilateral de devolver as verbas que, em vez de serem usadas para as construções, são destinadas ao comprador que, de forma imotivada, optou por rescindir o contrato; ou seja, é, de fato, uma situação que tem causado um enorme desequilíbrio e uma enorme desorganização num segmento muito importante para a economia brasileira.

Não há, Sr. Presidente, em nosso marco legal, legislação a respeito dessa questão. Há um tenebroso vazio legislativo a respeito. Em razão disso, a jurisprudência aplica critérios casuísticos, a depender do que o magistrado entende ser o mais "justo" no caso concreto, tornando a questão imprevisível e extremamente insegura juridicamente, com efeitos nefastos para o desenvolvimento econômico.

Com efeito, a jurisprudência trata a questão com nível de uniformidade inferior ao adequado, nada razoável. Não se pode culpar, naturalmente, o Judiciário pela ausência de uniformidade absoluta, visto que inexiste lei a respeito. E esta lei tem o condão, tem o objeto de tornar muito claros e previsíveis marcos e definições em relação a essa questão.

Atualmente, prevalece o entendimento de que pode ser retido pela incorporadora o montante de 10% a 25% dos valores pagos pelo comprador, mas é uma definição que tem dependido basicamente da interpretação individual de cada magistrado que julga aquela questão de acordo com a sua avaliação. Na ausência de um regramento, nós não temos um protocolo, não temos uma uniformidade no enfrentamento dessa questão, num país como o nosso, que é continental.

Esse entendimento da possibilidade de distrato imotivado parece ser bom, porque protegeria o consumidor. Na verdade, ele realmente concede uma vantagem ao comprador, mas quem é intensamente beneficiado com esse entendimento, Sr. Presidente, não é essa pessoa e sim o especulador imobiliário, que está fortemente posicionado no mercado: caso os preços dos imóveis subam, o especulador terá lucro, que poderá ser exponencial; caso caiam de preço, o especulador poderá desfazer o contrato com um prejuízo muito limitado; ou seja, o especulador imobiliário está protegido, podendo fazer o seu posicionamento, a sua aposta com risco absolutamente mitigado. E aquele que corre o risco, aquele que empreende, aquele que gera emprego está submetido e subordinado a essas questões que têm gerado uma enorme insegurança jurídica, e, ao gerar essa insegurança, por certo, um forte valor de inibição na retomada dessa que é uma importante atividade econômica.

Essa situação não existe, Sr. Presidente, em nenhum tipo de mercado financeiro de qualquer país do mundo. Nós fizemos uma pesquisa para identificarmos inclusive, Sr. Presidente, como se comporta o direito comparado, como está posicionado o Brasil em relação a tantos países mundo afora. Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

México, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Portugal, Austrália... Em nenhum desses países nós temos

Austrália, em nenhum desses países, nós temos tamanha insegurança jurídica. Em todos esses países, na prática – o que nós consideramos até um excesso –, se você faz o contrato e, por condição motivada ou imotivada, você não respeita o contrato, você perde 100% daquilo que você contratou.

Eu estou me referindo, Sr. Presidente, ao Direito Comparado. Eu acho que nós precisamos olhar para o mundo, até porque não é possível que a gente continue inventando determinadas jabuticabas que só existem no Brasil e em alguns países da América do Sul. Por que determinadas regiões do mundo se desenvolvem, prosperam, e a América do Sul e o Brasil ficam insistindo em inventar, em criar determinadas condições que, na prática, têm se revelado contra o interesse nacional? Então, nós observamos o Direito Comparado e, mundo afora, não identificamos nada parecido, muito pelo contrário, com aquilo que tem sido praticado em nosso País.

Então, Sr. Presidente, a nossa avaliação é a de que esse projeto e esse debate é um debate maduro, é um debate pronto, é uma das mais importantes reformas microeconômicas, porque nós precisamos, para além do tripé macroeconômico, para além de observar a questão monetária, a questão cambial, a necessária disciplina fiscal, responsabilidade nos gastos públicos, qualidade nos gastos públicos, nós precisamos trabalhar para melhorar questões microeconômicas, como essa que nós temos feito aqui, inclusive nesta Comissão, com a liderança do Senador Armando Monteiro, que vem liderando, e o Senado já se posicionou em relação a tantas dessas questões que impactam positivamente o ambiente de negócio, o ambiente de empreender em nosso País, deixando claro que nós precisamos acabar com esse preconceito contra quem empreende neste Brasil, até porque empreender no Brasil não é coisa para amador; é coisa para profissional, tamanha a intervenção do Estado brasileiro no dia a dia e na realidade das empresas que geram emprego e oportunidade para que as pessoas possam desenvolver.

Por isso tudo, Sr. Presidente, sem mais delongas, por essas razões e tantas outras, é que nós votamos pela constitucionalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 68, que foi aprovado pela Câmara Federal com a seguinte emenda de redação.

> EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao proposto *caput* do art. 67-A, acrescentado à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, na forma do art. 2º do PLC nº 68, de 2018, a seguinte redação:
> Art. 2º.....
> .....
> "Art. 67-A. Em caso de desfazimento do contrato, mediante distrato ou resolução por inadimplemento absoluto de obrigação do adquirente, este fará jus à restituição das quantias que houver pago diretamente ao incorporador, atualizadas com base no índice contratualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, delas deduzidas, cumulativamente:

....."

.....

É apenas uma emenda de aperfeiçoamento de técnica legislativa que não altera a forma com que o projeto foi aprovado na Câmara.

É como relato, Sr. Presidente, por absoluta convicção da necessidade de nós não perdemos tempo com esse

necessidade de nós não perdermos tempo com esse tema. Nós estamos inclusive à margem de um recesso parlamentar, que será seguido de um processo eleitoral, e nós precisamos ter a honestidade de afirmar que durante esse processo – está aqui o meu querido e estimado amigo, decano e Senador José Agripino que sabe que no período eleitoral nós temos uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Tão jovem e tão decano, a vida é contraditória.

Reconhecendo a perspectiva de possibilidade de não termos um rendimento aqui nos meses de setembro e de outubro, e mesmo de agosto, de nós não perdermos tempo, Sr. Presidente. Esse é um tema que temos debatido aqui há meses. Há meses que nós aguardávamos por uma inciativa como essa. Eu registro inclusive que há projetos nesta Casa tratando do tema, como é o caso do projeto de autoria do Senador Romero Jucá. Esse tema fez parte de muitas reuniões que nós fizemos sob a liderança de V. Exª, com o Ministério da Fazenda, em que nós saímos de lá muito convencidos da necessidade de um regramento.

Por isso mesmo, apresentamos este projeto na direção de que a Comissão possa naturalmente deliberar, discutir, e seguirmos adiante com essa necessidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Para discutir.) – Presidente, não tenho dúvida da importância de um projeto como esse. Fiquei de certa maneira tocado pelo argumento, entre muitos outros, de que isso diminui um certo incentivo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especulador, que compra apartamento para depois vender muito mais caro como se isso fosse bilhete de ingresso em jogo de futebol.

Mas temo o contrário também, que desincentive o comprador que quer o apartamento, que faz as contas, que vê que o que ele vai pagar está nos limites da sua renda e que tem medo, caso ele descubra que a renda não é suficiente, da multa que ele vai ter.

Por essa razão, gostaria de pedir vista ao projeto e me comprometo, se outros pedirem também ou não, de trazer em uma semana uma análise, depois de conversar com o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de lembrar o seguinte: eu participei de várias discussões. Evidentemente que a minha opinião é tão importante quanto a de qualquer outro Senador, mas este projeto é de uma urgência relevante, em função de que determinado setor da construção imobiliária, que é a grande alavanca de geração de emprego no País, está literalmente paralisado em função dessa questão dos distratos. Enquanto isso não ficar claro, não vamos ter essa situação resolvida.

Mas o que eu queria lembrar agora é que se – o que nós queremos – o Brasil vencer na próxima sexta-feira, na próxima terça-feira nós provavelmente teremos outro jogo do Brasil, e a possibilidade de não haver quórum aqui na CAE é enorme, como todos os Senadores sabem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas o jogo é à tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Deixe-me só terminar.

E normalmente a dificuldade – estou só lembrando – é muito grande, lembrando que provavelmente também seria a última reunião deste semestre, o que levaria a que esta discussão só

(...) o que levaria a que esta discussão só voltasse a esta Casa em agosto, trazendo prejuízo gigantesco à questão, que já é grave, da geração de empregos na indústria imobiliária.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pela... Presidente, eu pedi também...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou passar a palavra para a senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou passar a palavra para todos que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu já me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A senhora está inscrita, com certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Romero Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/MDB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente; meu caro Relator Ricardo Ferraço; Srªs e Srs. Senadores; meu caro Senador Cristovam Buarque, que coloca a intenção de pedir vista.

Eu gostaria de um pouco da atenção dos Senadores e das Senadoras, porque esse é um assunto sobre o que eu tenho me debruçado, tendo em vista a repercussão no quadro da economia brasileira.

Nós tivemos um período de crescimento da construção civil no Brasil e da valorização dos imóveis. Houve um *boom* da construção civil e muitas pessoas compraram apartamentos. Todo mundo entrou num processo de aquisição de apartamentos.

Como era a regra e é a regra ainda hoje? A pessoa compra um apartamento, compra um imóvel; esse imóvel a pessoa vai pagando. Na regra normal, num determinado momento, pela regra de mercado, o que acontecia? As pessoas que quisessem passar esse apartamento adiante procurariam um comprador. Essa é a regra de mercado no mundo todo. Você vende. E normalmente se vendia por um imóvel sendo valorizado. Ganhava-se um *plus*, um ágio em cima da compra do imóvel.

Ora, o que aconteceu? Houve uma crise econômica no País, houve uma crise de capacidade de emprego. E nós tivemos, então, de repente, ajuizada ação e descoberto ou construído uma jabuticaba brasileira. O que se definiu, sem ter lei específica, mas começou a ser o comportamento de alguns juízes? A pessoa comprava um apartamento, não queria mais esse apartamento, ia na empresa, pedia para devolver o apartamento, a empresa colocava algumas questões que são importantes de serem esclarecidas... Porque quando uma empresa vende um imóvel, além dos seus recursos, paga despesa de corretor, de comercialização, de publicidade. Ela tem uma série de despesas indiretas que se configuram no momento da venda do imóvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, como não havia legislação, o que ocorreu? Começaram decisões judiciais da justiça de primeira instância mandando devolver todo o recurso que a pessoa tinha pagado. Começou a ocorrer isso. Em alguns casos mandando até corrigir o recurso, o que era algo completamente fora de propósito. Mas criou-se um comportamento. O que se verificou quanto a isso? Com a garantia de que a pessoa poderia pedir para que todo o dinheiro fosse devolvido, se não quisesse mais tocar o imóvel, criaram-se dois tipos de compradores: o comprador que queria comprar efetivamente o imóvel para sua família e aquele especulador que entrava num processo de compra do imóvel e amanhã, se esse imóvel não valorizasse, ia lá e pedia a devolução corrigida da empresa construtora. Ora, isso criou uma enorme distorção no mercado imobiliário brasileiro.

Nós estamos com um estoque muito grande de imóveis. As empresas começaram a devolver esse dinheiro, por conta de decisões judiciais. Isso gerou um impasse na construção civil. Claro que gerando um impasse na construção civil, gerou um impasse no processo de construção (...)

Claro que gerou um impasse na construção civil, gerou um impasse no processo de construção da geração de empregos na construção civil. Nós tivemos no ano passado uma diminuição do número de empregos na construção civil. Se nós tivéssemos invertido essa matriz, ano passado nós teríamos tido resultado positivo no balanço da geração de emprego. Ele foi negativo porque a construção civil demitiu mais de 120 mil pessoas nessa situação.

Ora, o que estamos definindo aqui? Uma regra clara para que garanta a devolução, o que é um avanço. Na maioria dos países do mundo não há devolução; a devolução é pela venda do mercado. Nós estamos garantindo uma regra, e o que essa regra diz? Primeiro, para quem comprou um imóvel normal – normalmente, o imóvel normal é comprado dando-se de sinal total de 20 a 30%; o restante é financiado –, na devolução do imóvel normal, o que se está discutindo aqui é que não será devolvido até 25% do valor da entrada. Então, se a gente estiver discutindo 20% de entrada, vai-se discutir 25% de 20%, que representa 5%, que é despesa de cartório, de comercialização, de publicidade e tudo mais. Então, quando se fala na devolução de até de 25%, não é do valor do contrato; é do valor que foi pago. Se foi pago menos de 25%, é menos de 25%. Portanto, essa questão precisa ser esclarecida. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Foi criado no momento de crise da construção civil, por conta de quebra de empresas construtoras, uma instituição chamada patrimônio de afetação, que está fazendo a construção dos imóveis. O que é patrimônio de afetação? As pessoas compram o imóvel não garantido pela construtora; compram um imóvel garantido por uma SPE, por uma instituição formada pelos compradores e pela construtora, que vai garantir e alocar recursos específicos para aquela construção. É como se fosse um consórcio, são pessoas que se juntam para construir o imóvel. Nesses casos, se uma pessoa que está pagando esse consórcio para construir o imóvel junto com outras pessoas quiser sair, ela vai de continuar a pagar até o final e, depois, ela tem a condição de ter devolvidos 50%. Ora, essa é uma garantia; não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer dizer que ela não possa vender esse imóvel de patrimônio da afetação por quanto ela quiser se for mais de 50% – 50% é a garantia.

Agora, no patrimônio de afetação, alguém que está ali junto com várias pessoas de repente retirar o dinheiro e afundar aquela cooperativa, aquele consórcio formado para construir o imóvel é penalizar o restante dos compradores que estão construindo esse imóvel e colocando os recursos.

Então, Senador Tasso, Srªs e Srs. Senadores, a posição do Governo... O Governo discute muito essa questão. Há dois anos apresentei um projeto quanto a isso. Infelizmente, o projeto não andou; a Câmara tinha ficado de votar prioritariamente esse projeto, mas o projeto demorou. Esse é um assunto extremamente importante para a economia e para os empregos no Brasil.

Quero registrar que querer dar essa garantia de 100% de devolução é algo que não existe em canto nenhum do mundo em nenhum tipo de operação. Seria a mesma coisa que alguém comprar uma ação na Bolsa por x, daqui a dois anos essa ação diminuir de valor e chegar à Bolsa e pedir a devolução do dinheiro pelo que comprou historicamente, porque a ação caiu na Bolsa. Ora, a compra de ação, a compra de um imóvel ou qualquer...

Ora, a compra de ação, a compra de um imóvel ou qualquer operação comercial é uma operação de mercado, portanto, sujeita a ganhos e a prejuízos. Na verdade, as pessoas têm de ter cuidado quando compram um imóvel e, a partir dessa regra, terão mais cuidado em comprar para especular. O comprador normal continuará comprando, mas o especulador terá mais cuidado, porque não terá mais essa rede de proteção de devolução de 100%, o que é inexequível.

As empresas brasileiras estão quebrando; as construtoras estão numa situação de muita dificuldade. Se taparmos o olho e não votarmos esta matéria rapidamente, estaremos relegando à falência, à concordata, à busca de recuperação judicial muitas empresas construtoras brasileiras neste ano. E levar as construtoras à recuperação judicial e à falência prejudica, no final das contas, o próprio comprador brasileiro que esteja na condição de perder o seu imóvel, e aí ele perde tudo o que deu e vai discutir na Justiça com a massa falida, portanto, uma situação muito pior do que essa regra que está proposta aqui no projeto de lei.

Assim, eu queria fazer um apelo às Senadoras e aos Senadores – a posição do Governo é de aprovação – para não pedirmos vista. Aprovaríamos uma urgência aqui, discutiríamos no Plenário da Casa qualquer tipo de mudança a ser feita e ganharíamos o tempo necessário, tendo em vista a premência do calendário. Ficam aqui esse apelo e essa posição. Acho que pedir vista aqui ou não, por uma semana, não resolve a questão. Acho também que, se for pedida vista nessa situação, com o quadro de emergência desta matéria... Se houver insistência no pedido de vista, o Senador Tasso Jereissati poderia dar vista de 24 horas e faríamos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã para tratarmos desta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Romero.

Senador Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não discuto nem a importância e nem a relevância do projeto, muito menos a sua urgência, mas esta matéria também era urgente em 2014, quando começou a crise; em 2015, quando começou todo o processo; em 2016 e em 2017, e nem por isso nós a votamos às pressas, sem uma audiência pública ou sem conhecer a fundo o mérito do projeto.

Nós temos projetos, inclusive, melhores, de autoria de Senadores desta Casa, que não foram para a frente, mas que podem, num esforço concentrado dos colegas, já que o assunto é tão relevante, ser aprovados e mandados para a Câmara.

Agora, aqui foram colocadas muitas questões, e não vou me delongar na minha fala. Concordo com quase tudo o que foi dito pelo Relator, inclusive quando ele fala que a questão é muito mais econômica do que jurídica. Nós sabemos disso. Mas ele trata muito da questão do especulador, muito da questão das incorporadoras e fala que as construtoras tiveram de mandar embora mais de um milhão de pessoas, que estão desempregadas. Mas são essas pessoas desempregadas e desamparadas que vão sofrer no futuro com um projeto que está olhando muito mais pelas incorporadoras do que pelos mutuários. Aqui se fala muito do especulador, mas 90% das pessoas que contratam são mutuários da classe média e média baixa. E não podemos nos esquecer de que estamos mexendo na lei de parcelamento do uso do solo. Estamos falando também de lotes. São pessoas de baixa renda que, muitas vezes, com o sacrifício de uma poupança, compram lotes para poderem construir suas casas. Não dá para aprovar o projeto somente pelo aspecto econômico, sem analisar a questão jurídica, até porque parece que há aqui um interesse de levar com urgência para Plenário, o que significa não passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Eu apontaria pelo menos três itens que acho relevantes.

Repetindo, acho que o projeto é importante, é urgente e tem a minha aprovação, se feitos alguns ajustes, mas, da forma como está, eu não tenho condições de votar, Senador Ferraço, porque eu não tenho nem conhecimento

eu não tenho condições de votar, Senador Ferraço, porque eu não tenho nem conhecimento. O projeto chegou acho que semana passada, o relatório de V. Exª saiu na sexta-feira. Eu me penitencio, porque só tomei conhecimento dele hoje, não tive tempo realmente de olhar. Então, a culpa é mais minha, não é de V. Exª como Relator, mas o projeto não chegou há 15 dias nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou apontar só três itens, e aqui muito mais por desconhecimento de minha parte. Um dos itens aqui fala que, a partir de agora, com essa lei, as construtoras terão prazo adicional de 180 dias para entrega do imóvel, sem que com isso se caracterize mora ou inadimplemento, ou seja, não vai pagar absolutamente nada para o mutuário, para o comprador pelo atraso da entrega do empreendimento, sem qualquer, inclusive, condicionante. Que tipo de atraso é esse? Por quê? Quais são os casos que efetivamente gerariam esse direito para a construtora? Porque alguns casos geram mesmo. Em alguns casos de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, fato da administração, é possível realmente as incorporadoras demorarem mais de 180 dias, sem que haja culpa ou dolo por parte delas e com isso o comprador não teria direito a nada, mas a norma aqui está aberta, é um tipo aberto que leva a uma série de questionamentos.

O segundo ponto, Sr. Presidente – vou ficar apenas em três –, é no caso das incorporações sujeitas ao regime de patrimônio de afetação. Fala que hoje a súmula do Supremo estabelece que não há prazo nem percentual para devolução no caso direito de arrependimento do comprador. É verdade. Também é verdade – o Senador Romero Jucá tem razão e o Senador Ferraço – que o direito de arrependimento quase não existe na maioria dos países do mundo, mas essa é a regra há muito tempo; mexer nela significa colocar certas condições que dão certo conforto ao comprador.

Nesse caso, o que diz hoje – e por isso que causa insegurança e vai continuar causando insegurança jurídica se aprovarmos dessa forma –, lá se prevê, a critério do juiz, de 10 a 25% de multa, ou seja, o incorporador pode reter de 10 a 25% do valor já pago.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Hoje, é a regra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Acabei de dizer. Fica a critério do juiz, eu disse que fica a critério do juiz, como regra, de 10 a 25%, mas vai continuar não havendo regra, porque aqui estabelece que a multa estabelecida será de no máximo 50%, não se fixa valor. Isso vai gerar novamente uma discussão jurídica se isso não é uma cláusula abusiva ou leonina. Vai ter que reter multa de 50%? Esse é outro questionamento.

E, por fim, e este é o mais grave, Sr. Presidente, eu não quero aqui discutir a questão jurídica, apenas esclarecer o porquê do fato do nosso pedido também de vista, e esse é o mais grave, eu chamo atenção dos Srs. e Srªs Senadoras, em relação aos lotes. Aqui fala que a multa para o comprador que desiste do lote – e normalmente quem compra lote, nesses casos, a maioria absoluta compra lote, e depois, por desemprego, por necessidade, é obrigado a devolver, olhem só! – é de 10% do valor do contrato.

Então, se para um terreno que custa R$100 mil ele já pagou 10 mil, caso desista, Senador Armando, vai ter que devolver para a construtora 80, porque a multa... Vejam bem, eu vou repetir, se para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso cabe uma emenda de redação, tudo bem, resolve grande parte do problema e do meu questionamento em relação ao projeto, mas não acho que isso seja uma emenda de redação. Vou repetir, no caso de lotes, havendo rescisão do contrato, por fato – não é nem culpa –, por fato imputado ao adquirente, este adquirente paga uma multa de 10% do valor do contrato.

Eu dei o exemplo dos R$100 mil. Eu vou dar um exemplo, então, de 1 milhão. Se para um lote que custa 1 milhão o proprietário, o adquirente pagou R$100 mil

e o proprietário, o adquirente pagou R$100 mil, desiste, por alguma razão, ele vai ter que devolver R$800 mil. Seis, sete, oito vezes o que já pagou?

Então, são questões como essa, Sr. Presidente, embora toda a relevância, urgência e mérito do projeto... É um projeto em que eu também tenho interesse na aprovação, para garantir a segurança jurídica, mas é um projeto que requer um maior debate. Acabei de recebê-lo, estou analisando agora aqui, peço desculpas aos Senadores se falei alguma impropriedade inclusive jurídica, mas é um projeto da mais alta relevância, que mexe não com o especulador, mexe com a classe média, mexe com o cidadão comum, com o cidadão mais humilde que quer comprar um terreno e que tem o sonho da casa própria, Sr. Presidente.

Por isso, infelizmente, eu não posso também abrir mão do pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, na condição de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, a Senadora Vanessa quer se pronunciar.

Em seguida, eu passarei a palavra para V. Exª fazer, como Relator, as suas observações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu primeiro quero cumprimentar a Senadora Simone Tebet, porque grande parte do que eu vou expressar aqui, das minhas preocupações, já foi dito pela própria Senadora.

Chamou muito a minha atenção... Eu não peguei a leitura desde o início, mas peguei já o suficiente para perceber o que foi registrado pela Senadora Simone. Eu acho que aqui se fala muito do especulador, do construtor, e não se fala quase nada do mutuário, daquele que, com muita dificuldade, exerceu o direito de fazer a compra do imóvel, assim cumprindo e determinando a realização de um sonho de uma vida inteira. E, lamentavelmente, Sr. Presidente, por conta da crise econômica por que passa o País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas dessas pessoas perderam os empregos. E, se perderam os empregos, vão precisar de fazer o distrato do imóvel adquirido. Então, essas pessoas é que têm que ser o alvo da maior preocupação da Comissão.

Veja, a própria construção civil, que é um dos setores da economia que emprega o maior número de trabalhadores, tem sido a maior vítima, e é óbvio que esses demitidos são aqueles que deixam de pagar. E aí, Sr. Presidente, eu não vejo esse debate como um debate maduro, como aqui foi tentado colocar.

Não é um debate novo, mas não é um debate maduro sobre o texto de um projeto de lei que nós não conhecemos. E um texto de um projeto de lei que, na minha opinião, tem muitas armadilhas; tem muitas questões cujo entendimento não é tão óbvio e tão claro assim.

Se, de fato, o Governo, Senador Romero Jucá, tivesse tanto a preocupação de aprovar um projeto tão urgente, tão importante do ponto de vista da resolução dos problemas da microeconomia brasileira... Veja, eu sou uma daquelas que tem um projeto semelhante apresentado em 2017, ano passado, início do ano passado. O meu projeto passou pela comissão de fiscalização financeira e controle, aliás, este projeto sequer foi remetido para aquela comissão. Aí fica, logo de imediato, o primeiro questionamento: por que alguns projetos idênticos passam por tantas comissões e outros não passam? Por quê? A regra não deveria ser para todos? Por quê? A regra não deveria ser para todos, uma vez que há semelhança de objetivo? Não deveria ser? Mas parece-me que não é.

E não é somente o meu projeto. Eu fui informada aqui – e até ele confirmou – de que o Senador Dalirio tem um projeto semelhante. Tantos outros Parlamentares... V. Exª tem um projeto semelhante. E por que urgência agora? Eu não digo só porque a gente não tem o direito de pedir vista, Senador. Eu não creio que V. Exª fará o que nunca fez aqui. V. Exª tem levado e dirigido esta Comissão de forma exemplar. É como V. Exª tem feito. Não importa de onde vem, para que seja e qual o destino do projeto. Não importa. V. Exª tem agido dentro da mesma regra.

Então, eu não creio que V. Exª, mesmo tendo mantido o pedido de vista agora, chamaria uma reunião para amanhã, porque isso – desculpe-me – não faz parte do seu feitio. E não é assim que V. Exª tem adquirido tanto respeito de todos os seus pares nesta Comissão.

Mas vamos lá. Feitas essas observações, eu não vou entrar no conteúdo do debate porque eu não conheço o projeto. Muito do que eu vi e entendi do projeto é aquilo que a imprensa divulga – muito. Eu entendo perfeitamente do meu, porque nós o elaboramos e o apresentamos.

Aliás, alguém aqui disse que é um absurdo prever 80% de devolução do valor pago, mas essas têm sido as decisões do Poder Judiciário. E foi baseado nisso que eu apresentei o meu projeto de lei, que vai exatamente no sentido oposto deste projeto que nós estamos debatendo aqui, exatamente no sentido oposto. Porque ele aqui fala de multa mora de no máximo 25% em um caso. Em outro caso, no máximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 50%. Isso é a multa! É o valor que ficará retido pela multa, mas não é o único valor, Senadora Simone. Aqui, além da multa, há vários itens que dizem que também não serão devolvidos à comissão de corretagem a integralidade; a pena convencional que é essa de que falei de 25%; quantias correspondentes aos impostos, cotas de condomínio, valor correspondente à fruição do imóvel, calculado de acordo com critério pactuado; demais encargos incidentes sobre o imóvel, e daí vai!

Tanto, Srs. Senadores, que o §5º do projeto diz o seguinte... Vejam só a gravidade do que nós estamos discutindo aqui. O §5º diz o seguinte: Caso a incorporação não esteja submetida ao regime de Patrimônio de Afetação, de que trata a Lei 10.931, de 2004, e após as deduções a que se referem os parágrafos anteriores, se houver remanescente a ser ressarcido ao adquirente.

Vejam, se houver remanescente. Ou seja, o empreendedor, o construtor pode ficar com uma quantia até superior a 80% do que foi pago. É o que está aqui. De maneira transversa, mas é o que está aqui. Esses são os cálculos que muitos dos que entendem do setor estão fazendo.

Então, Presidente, eu, lamentavelmente... Não é porque não considere urgente. Tanto considero que apresentei um projeto, ainda no ano passado. Mas nós não podemos, em uma semana, decidir da forma como querem que decidamos o que nós estamos debatendo aqui há mais de dois anos, no mínimo, muito mais do que dois anos.

Então, Sr. Presidente, mantenho o pedido de vista com apelo a V. Exª de que façamos a reunião semana que vem. Todos viremos a Brasília na semana que vem, todos viremos e poderemos, não só estudando o projeto, mas dialogando durante esta semana – inclusive apresentei um requerimento para fazermos uma audiência pública –, como diz a Senadora Simone Tebet, fazer os ajustes que, sem dúvida nenhuma, o projeto requer.

Não façam, não façam com este projeto o que fizeram com a reforma trabalhista: votar sem nenhuma emenda para que seja sancionado pela Presidência da República. Não! Nós temos de olhar quais são os reais impactos desse projeto no setor e principalmente para o pobre do trabalhador, que está deixando de realizar o sonho de uma vida inteira e ainda poderá ser penalizado com a retenção de mais de 80% de tudo que ele pagou através das suas economias doloridas.

Então, é o apelo que faço a V. Exª.

Mantenho o pedido de vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Com a palavra o Relator, Senador Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, rapidamente, eu apenas acho que os Senadores e as Senadoras, de forma geral, têm todo direito de se expressarem. Eu peço apenas um pouco de atenção para nós não nos precipitarmos em avaliações.

Quando um Senador ou uma Senadora fala que o relatório protege esse lado e não protege aquele lado, isso me parece uma coisa precipitada. Todos nós temos o nosso juízo de valor e todos nós precisamos respeitar as convicções de cada um. Essa é uma obrigação de todos nós.

A minha convicção é de que este projeto equilibra, sim, as relações entre um e outro, até porque o relatório, Senadora Simone Tebet, abre enormes perspectivas para o caso de distrato imotivado ou não. Em muitos casos há, de fato, motivação para aquilo em função da crise, da perda do emprego e assim por diante, mas há casos imotivados. E os casos imotivados, segundo dados estatísticos da Fipe e da USP, estão em maior número do que os dados de casos motivados.

Agora, o projeto trabalha com a taxa de até 50%. Até 50% pode ser 20%. Se não houver conciliação entre as partes, a questão vai ser judicializada. Sendo judicializada, de novo, quem vai definir é o juiz, que pode definir 5%. Na hora em que V. Exª propõe definir 25%... Existem muitos casos em que o magistrado definiu 20%. Então, se nós definirmos 25% aqui, estamos lesando o mutuário e não o incorporador. Então, essa não é uma questão simples que nos move na direção de fazermos avaliações muito precisas em relação a essa questão.

Os dados técnicos e estatísticos mostram... E é bom que a gente reitere, Presidente: nós não estamos falando de programas sociais, nós não estamos do Minha Casa, Minha Vida, nós não estamos falando da defesa daqueles que fundamentalmente precisam da nossa atenção. Isso aqui é para imóvel de médio e alto padrão. Quando nós observamos a média dos últimos 12 meses de distratos em alto padrão, ela é da faixa de 51%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Ferraço, V. Exª me permite...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Deixe-me concluir o meu raciocínio, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu só queria fazer um questionamento ao senhor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, eu vou concluir o meu raciocínio, e após...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Onde está escrito aqui que é de médio e alto padrão só?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Após o meu raciocínio, eu ouço...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É apenas isso, Senador. Se V. Exª puder...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Após o meu raciocínio, eu ouço V. Exª. Por gentileza, eu quero concluir o meu raciocínio e terei prazer em ouvir V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu só estava tentando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que eu estou afirmando é que, estatisticamente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... agilizar o debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que eu estou falando afirmativamente é que os dados da Fipe indicam que, nos imóveis de médio e alto padrão, o distrato chega a 51%; nos demais, a 24%. O que eu estou afirmando é que há uma evidência, há um componente óbvio de especulação nesse segmento. E esse especulador, quando exerce a ausência dessa regra, não só está se favorecendo como está prejudicando o conjunto das pessoas que, naquele patrimônio de afetação, fizeram as suas economias. Não estamos tratando aqui das pessoas de boa-fé e de bom propósito. Nós não podemos misturar na mesma cesta as pessoas que, de forma motivada, tiveram problemas – evidentemente que não! O que nós estamos dizendo é que, em tempo algum, houve uma evidência tão clara de que esse segmento está sendo alvo, em larga escala, de uma especulação irresponsável.

Agora, eu ouço, com muito prazer, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu acho que eu fui citada...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu teria só dois questionamentos a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por favor, vamos tentar dar ordem aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – A Senadora Simone pode...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, Senadora Vanessa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Primeiro, eu não vou entrar em polêmica aqui e muito menos discutir a questão jurídica com o Senador Ferraço, porque ele conhece muito mais a matéria do que eu – foi Relator da matéria –, mais uma razão por que eu peço vista, justamente por não conhecer o projeto. E é direito desta Senadora, como membro desta Comissão,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro, claro! Imagine...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – ... ter direito a votar.

Segundo ponto, Senador Ferraço: eu acho que V. Exª estava lendo e tentando achar – e eu agradeço – uma solução para a minha resposta, ou conversando com o seu assessor, tanto é que o Presidente chamou a atenção de V. Exª... Eu comecei dizendo que concordo com 90% do que foi apresentado no relatório e fiz uma crítica muito grande ao projeto, não ao relatório de V. Exª. Aliás, V. Exª, junto com essa equipe, foi muito eficiente de, em menos de uma semana, apresentar um relatório dessa grandeza.

Então, é apenas para deixar muito claro que eu fiz uma análise – e eu acho que isso faz parte do debate – em relação ao projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Por fim, justamente por essas questões e essas dúvidas – de repente, eu vou dar razão a V. Exª em relação a muito do que foi colocado, mas não ainda – é que nós precisamos nos debruçar...

Eu gostaria apenas de reforçar três pontos. O primeiro: o projeto, embora importante, não faz a divisão aqui entre especulador e cidadão comum, mutuário, comprador de boa-fé; ainda, no caso de resiliência ou desistência, não faz a separação da desistência imotivada da motivada. Então, são essas questões que poderiam aprimorar e melhorar um projeto dessa grandeza e dessa importância que eu trago à luz desta Comissão, lembrando – e aí a Senadora Vanessa foi muito feliz – que esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande, neste momento, para com o País, não só com determinados segmentos por mais importantes e geradores de empregos que sejam. Nós estamos falando aqui de algo que mexe com a vida de qualquer cidadão que queira, no futuro, assinar um contrato com uma imobiliária para ter o sonho da casa própria realizado; não é só a questão especulativa.

de sua assessoria, que é tão competente, junto com a sua equipe, exatamente para fazer essa divisão sobre em que caso o percentual será maior, em que caso será menor, porque está fixando mesmo. Por que não 50% – não até 50% –, no caso comprovado de especulação? E se deixaria um percentual menor ou de até 25, que seja, no caso de resiliência motivada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Então, são essas questões que eu acho fundamentais para que nós possamos ter realmente um projeto que atenda ao interesse público.

O Senador Armando realmente foi feliz quando disse que o projeto do Senador Dalirio, da Senadora Vanessa, trata exatamente dessa diferença, porque nós podemos estar querendo atender a um segmento importante que vai gerar emprego, combater, e temos que combater realmente aquele que especula e que causa um dano nocivo a toda a sociedade, porque isso gera também um efeito econômico, não só a falência ou a insolvência dessas empresas, mas aumento, inclusive, de preço por conta dos custos. E também nós temos que dar uma tranquilidade na separação para aquele cidadão que queira...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Posso contribuir?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu já encerrei, eu acho que não cabe aqui um debate com V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, é muito rapidamente.

Eu acho que V. Exª trata de uma questão muito relevante e importante sobre resiliência motivada ou imotivada, e, no caso de ela ser imotivada, ela ser agravada ou penalizada de forma diferenciada. O.k.? Perfeito. A questão – e eu me debati com esse tema – é como, num ambiente negocial, fora da judicialização, você identificar numa mesa o que é iniciativa ou resiliência motivada em relação à imotivada.

Eu encontrei – confesso para V. Exª com muita humildade – enormes dificuldades. O Senador Dalirio identifica: se for considerada imotivada, aí nós carregamos na penalidade; se for motivada, não. A questão central é como identificar no debate negocial – e aqui eu revelo a minha humildade; eu não encontrei um formato de como conseguir classificar, porque esse é um tema muito subjetivo nas relações das pessoas –, como provar ou como conseguir, na conciliação ou na negociação, provar aquilo que é imotivado e aquilo que é motivado? E aí revelo a minha humildade, eu não consegui uma fórmula.

Agora, se V. Exª puder nos ajudar nessa fórmula, será obviamente muito bem-vinda.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Me permite, Presidente, para encerrar? Ele acabou me provocando uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há outros oradores ainda.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu posso responder ao Senador Ferraço em menos de um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu responderia a V. Exª, primeiro: o nosso papel é fazer leis, a lei rege *in abstracto*, ponto. Quem tem que regulamentar são decretos. E o caso concreto também vai provar ou não.

Em regra, você pode ter, no caso concreto, inúmeras situações, mas é possível, sim, algum regramento, inclusive em relação à perda de emprego. Isso já excluiria uma grande parte. Mas, de qualquer forma, nós não podemos esquecer que tudo o que se aprova no Senado, no Congresso está sujeito à discussão judicial.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro!

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Quando nós votamos o Código Penal, culpa, dolo, omissão, nós estamos tratando de termos indeterminados e subjetivos, como é também a questão da rescisão, resiliência motivada ou imotivada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigada, Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto.

Nós temos dois Senadores inscritos, e a Senadora Vanessa pediu, em função de ter sido citada, a palavra, lembrando que ainda temos dois Senadores inscritos, mais o Senador Armando Monteiro; são três Senadores inscritos ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – São quatro Senadores inscritos, então.

Senadora Vanessa, por obséquio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então, Presidente, eu acho que o debate avançou para aquilo que nós registramos aqui. O projeto, Sr. Presidente... A gente tem que tomar

para aquilo que nós registramos aqui.

O projeto, Sr. Presidente... A gente tem que tomar cuidado com as palavras, porque da forma como elas são ditas, a interpretação difere da realidade. Por exemplo: nós ouvimos aqui o Relator dizendo que nós não podemos confundir o inadimplente com o especulador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, foi mais ou menos assim. Não exatamente com essas palavras, mas foi assim. Mas o debate...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Está vendo, eu poderia falar com V. Exª de forma tão mal-educada como V. Exª falou comigo, mas eu não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Da mesma forma, Senador...

Não, me dê licença, Senador.

Veja, Presidente, de repente ele percebeu que o que estava dizendo não há lastro no que está escrito. Porque o projeto não separa quem é quem. Se a pessoa comprou por especular, para ganhar dinheiro nesse mercado, ou se ela comprou para morar. Não dá! Todos são atingidos no mesmo nível e da mesma forma.

Outra questão que tem que ser reposta. Aqui foi dito: "Não vamos confundir com a moradia de baixa renda, do Minha Casa Minha Vida, isso aqui são imóveis de alto padrão." Eu apenas ia perguntar do Relator onde é que está escrito isso? Não está! Não separa porque não está escrito em canto nenhum. Inclusive isso faz parte, sim, para projetos do Minha Casa Minha Vida. Porque no Minha Casa Minha Vida não são apenas aqueles imóveis que as pessoas compram quase que de forma gratuita, adquirem quase que de forma gratuita, não. Há o Minha Casa Minha Vida por faixas. E aqui, sim, está sujeito a isso aqui.

Então, Sr. Presidente, é isso. Eu não quis estender o debate, porque acho que nós mantivemos o pedido de vista, não apenas eu, a Senadora Simone manteve, e acho que vários aqui mantêm e é necessário. E em um dia, Presidente, nós não temos como analisar esse projeto e nem o debater.

O que nós queremos é melhorá-lo em benefício da grande maioria da população. E quem é a grande maioria da população? São aqueles que adquirem imóveis, Sr. Presidente, que podem estar sendo duramente penalizados. Repito, esse negócio de juros de mora de 25% ou de 50% não procede. Isso apenas a mora, a multa. Fora isso, há uma série de itens que serão retidos pela construtora de quem comprou, que podem representar até um pouco mais do que 80% de tudo o que foi pago. Já pensou? É essa a penalidade que nós vamos aplicar a um desempregado, que comprou um imóvel e por falta de condições de continuar pagando...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... é isso que nós vamos aprovar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa, V. Exª já deu a sua argumentação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu concluí, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para que os outros Senadores possam ter a oportunidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não falei tanto quanto os que me antecederam, mas concluo a minha participação.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que se nós conseguirmos aprofundar o debate sobre a questão da motivação e da imotivação, conseguimos preencher uma lacuna que ainda há nesta matéria.

Nessa parte da imotivação, há uma série deles que são plausíveis. Por exemplo: o desemprego, que é uma situação objetiva; a questão de ter um único imóvel e não pode pagar; a questão da separação – nós assistimos a muitas famílias, um homem e uma mulher constituem uma família, adquirem um imóvel, logo em seguida essa família não se sustenta, e a renda não dá para pagar. Há outros exemplos

(...) essa família não se sustenta e a renda não dá para pagar. Há outros exemplos.

Eu faço isso porque nós já tivemos, de 67 para cá, Presidente, quatro grandes políticas habitacionais no Brasil. Todas elas tiveram pontos positivos e pontos negativos. A primeira foi com a criação do BNH, em 67, tendo como lastro o Fundo de Garantia, o Plano de Equivalência Salarial e também o FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais). Isso vigorou até 87. Em 87 o Brasil quebrou. Foi ao Fundo Monetário Internacional. Houve uma série de exigências e uma delas foi a extinção do BNH e a revogação de toda essa política habitacional.

Ficamos num vazio, de 67 a 94. Com o Plano Real nós criamos uma nova política habitacional parecida com essa, só havia a questão da afetação. Não enfrentamos a questão da desafetação do patrimônio. No que resultou isso? A Encol, o maior símbolo... Em 2002, quando voltamos a fazer um grande debate sobre isso, a Encol tinha 42 mil imóveis e havia lesado a classe média brasileira, por conta de uma política que nós fizemos olhando apenas para o mercado. Só uma empresa, a Encol, para variar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuando aqui na região de Brasília, Goiás... Todos nós conhecemos muito bem. Eu estou pegando a Encol por ser a maior delas.

Em 2004, nós criamos uma nova política habitacional. Construção do Congresso Nacional e o principal ponto foi o Minha Casa Minha Vida, voltado para os que têm menor renda, e a lei de desafetação imobiliária, para complementar a política de 94, que não tratou disso. Esse processo chegou a excelentes resultados e veio até 2014.

Em 2014 começa novamente a grande crise econômica, uma crise nacional. Já fizemos muitos debates sobre isso, nesta Comissão. E ao que está vinculada? Ao desemprego! De 2007 a 2014, o Brasil viveu o pleno emprego gerado pelas micro e pequenas empresas. Esse público é basicamente do Minha Casa Minha Vida. Para se ter uma ideia, em 2012, quando esse processo começava a aparecer, as empresas fora do Simples só geraram, no Brasil, 54 empregos a mais do que o que havia em 2013. Quando chegou em 2014, esse setor fora do Simples já apresentou 362 mil empregos a menos. E essa parte que aqui estamos tratando é exatamente dos trabalhadores, na sua ampla maioria, das médias e grandes empresas, que têm melhor renda.

Quando chegamos em 2015, fomos ao fundo do poço. Tivemos um milhão e trezentos e quinze mil empregos a menos, nas empresas fora do Simples, que foi quando a crise apareceu com maior intensidade. Em 2016, nós tivemos um milhão e quarenta e cinco mil empregos a menos, nas empresas fora do Simples. Em 2017, tivemos 357 mil empregos a menos, nas empresas fora do Simples. Aí vem esse resultado de 342 mil empregos das empresas do Simples a mais do que o que tinha em 2017. Por isso nós trabalhamos somente a diferença. Mas quando você abre isso, o desemprego está nas empresas fora do Simples.

De janeiro a maio de 2018, as empresas fora do Simples estão apresentando um saldo de (...)

De janeiro a maio de 2018, as empresas fora do Simples apresentaram um saldo de aproximadamente 39 mil empregos; e foram 328 mil empregos das empresas do Simples. Como as empresas do Simples têm maior capacidade de empregabilidade e esse público pertence ao Minha Casa, Minha Vida, é por isso que a crise ainda não chegou ao Minha Casa, Minha Vida – espero que não chegue.

O que estamos produzindo aqui resolve parte dos problemas, mas, na minha leitura, nobre Relator, por quem tenho um enorme carinho, não dá conta, ainda. Precisamos aprofundar um pouco; não está longe de chegarmos a esse resultado. Eu quero ajudar nesta discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, acho que está havendo uma confusão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não. Eu faço questão de fazer uma intervenção, por favor.

Eu fui designado Relator e apresentei o meu relatório. V. Exªs estão à vontade para fazerem aquilo que suas convicções determinarem. Está parecendo que estou sendo penalizado por ter ...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É um reconhecimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... apresentado a minha convicção.

Eu respeito a convicção de todos. Eu apenas entreguei o meu relatório. Ponto. Fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço...

Passo a palavra ao Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Rapidamente, apenas para dizer que, de fato, o momento exige que o Congresso se reúna e discipline essa matéria. Vimos de mais de quatro anos de dificuldades em função das rescisões que estão acontecendo em número gigantesco e que colocam, digamos, as incorporadoras em situação de dificuldade absoluta. Verdadeiramente a intenção do nosso Senador Ferraço é no sentido de ganharmos tempo e colocarmos um diploma que regulamente essa situação que vive o setor imobiliário em razão dessas múltiplas resilições contratuais.

Nós fizemos um projeto no ano passado, o 288, que exatamente estabelece duas condições: a rescisão motivada e a imotivada. A motivada tem muito mais esse aspecto do caráter social, ou seja, o impacto que um cidadão, um comprador possa ter em função de acontecimentos adversos, sobretudo o desemprego. E a imotivada, de fato, tem de ter um tratamento diferenciado, porque ele tem de ter uma punição. Afinal de contas, nós fechamos os contratos de compra e venda com a cláusula "Este contrato é celebrado de forma irrevogável, irretratável e não sujeito a arrependimento", e isso passa a não valer mais nada, uma vez que vamos admitir que a rescisão contratual possa existir a qualquer momento, provocada pelo próprio comprador, porque só interessa ele; ele só avalia a condição dele.

Por outro lado, nós também temos de disciplinar a forma de devolução dos recursos, ou seja, dos valores que foram pagos amortizar a compra do apartamento ou da residência. Nisso também deve ser levado em conta o fato de se o comprador já está dispondo do uso do imóvel comprado. Ou seja, são aspectos que, no nosso projeto, antevimos.

Mas melhor de como está é qualquer projeto que se proponha a discutir isso.

Se nós tivéssemos tempo de uma força tarefa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ... e pudéssemos remeter à Câmara o projeto com algumas considerações a esse respeito, tenho certeza de que para o setor seria muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Dalirio.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu considero que o debate parlamentar é sempre algo positivo. Eu percebi aqui que há uma convergência...

Eu percebi aqui que há uma convergência num ponto essencial que é o de reconhecer que há hoje claramente um grave problema que vem, de alguma maneira, concorrendo para travar o mercado imobiliário no Brasil. E todos reconhecem que esse é um setor que tem de ser estimulado para retomar o seu nível de atividade, sem o que o País não vai se reencontrar de forma mais sustentável com o crescimento.

No debate, aqui, eu pude perceber que há algumas preocupações que eu reconheço como pertinentes, de modo a se buscar uma solução mais equilibrada dessa questão.

Eu acho que seria possível, e sempre reconhecendo a competência do nosso Senador Ferraço... Todos, de alguma maneira, ficam instando o Senador por reconhecer que ele é sempre um relator muito competente; aliás, ele produz relatórios saneadores, via de regra.

Então, eu queria ver se seria possível, reconhecendo, por exemplo, que o projeto do Senador Dalírio, na minha avaliação, é muito melhor do que esse projeto que veio da Câmara... Acho que seria possível – não sei se a Senadora Simone entende assim – construir algo nesse período de vistas, de modo a que a gente pudesse fazer um acordo mínimo que ensejasse a possibilidade de votação nesses próximos dias, ou no Plenário na quarta-feira.

Era essa a contribuição que eu gostaria de oferecer, por reconhecer que há convergência...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não entendi. Na quarta-feira amanhã?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Não, na quarta-feira que vem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Era este o meu propósito: ver se contribuirmos para buscar uma solução de equilíbrio.

Muito obrigado, Senador Armando.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Tasso, eu ainda não tive acesso a este projeto, mas posso adiantar que se trata de um assunto de extrema importância para o nosso País, principalmente ouvindo aqui o nosso Senador Dalírio, que é do mercado imobiliário, como eu também sou do mercado imobiliário.

Eu lamento, Sr. Presidente, que as coisas aqui no Senado Federal e na Câmara Federal só acontecem depois do desastre ocorrido. Esse desastre já ocorreu em 2015. Nós o estamos discutindo agora em 2018. Centenas de empresas do mercado imobiliário já faliram, já entraram em insolvência – centenas! Já perdemos mais de 1,3 milhão empregos nesses três últimos anos pela deficiência do Congresso Nacional, por ser uma Casa calada, com toda a vênia, e não ter se debruçado em cima desse tema, Dalírio – não ter se debruçado em cima desse tema.

O que está acontecendo agora com esse setor tão importante que mais emprega no Brasil é o que aconteceu com a Petrobras, é o que aconteceu agora recentemente com o diesel: depois que o ladrão chega e rouba é que nós, então, vamos nos preocupar. É claro que o pedido de vista, Sr. Presidente,

nós, então, vamos nos preocupar. É claro que o pedido de vista, Sr. Presidente, é regimental, mas nós temos que nos debruçar em cima disso aqui e dar uma resposta imediata; nós precisamos fazer com que a economia deste País volte a crescer, para gerar emprego e renda. Não estamos aqui para penalizar o consumidor, principalmente eu, que sou Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, mas nós temos que ser responsáveis à altura de não deixarmos um segmento como este ir ladeira abaixo, como já foi.

Há mais de 5 mil projetos hoje arquivados dentro das empresas, por falta de uma legislação que dê segurança jurídica. Um cidadão compra um apartamento... Um exemplo, Sr. Presidente: você lança um empreendimento com cem unidades, você vende as cem unidades com entrada mínima, 60 dias depois, e 80% destes clientes, por uma rescisão motivada ou imotivada, abandonam o projeto; a empresa quebra.

Então, eu lamento muito a gente estar discutindo tão somente agora esse projeto. Eu espero que, na semana seguinte, a gente conclua, vote. E eu vou pedir urgência nesse projeto para ir para o plenário, porque aqui está se falando do PIB do nosso País, aqui nós estamos falando de 4, 5 milhões de empregos e distribuição de renda, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senhor Ataídes.

Eu pediria a atenção dos Srs. Senadores, pediria à Senadora Simone, porque nós temos a seguinte questão pela frente: no caso, parece que há um acordo em relação à vista coletiva, Senador Romero, que nós levaríamos para a próxima terça-feira. Durante essa semana, a Senadora Vanessa tem aqui um pedido de requerimento de audiência pública, mas, para que nós possamos ganhar, durante essa semana, que nós possamos fazer não necessariamente uma audiência pública, mas que fossem chamados líderes do setor, de vários setores para que nós pudéssemos fazer uma conversa das lideranças que estão discutindo o assunto, que pediram vista, mais o Relator e outros que tenham interesse, durante essa semana. E que nós possamos votar isso na próxima terça-feira de manhã, correndo o risco de que não haja quórum. Nós vamos torcer para que o Brasil vá jogar na terça-feira.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente.

Se V. Exª me permite, Presidente...

Presidente, se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, Presidente, acho que V. Exª captou. Vista concedida, é óbvio que ele voltará semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E nós estaremos aqui, ou na terça ou, no mais tardar, na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas o que eu estou propondo é que V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, mas eu acho que o debate seria importante se público, além das conversas, que teriam que ocorrer antes, para que não atrapalhe.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas esse debate público tem que ser essa semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Essa semana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não há tempo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não vejo tempo para fazer essa semana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não há tempo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não vejo tempo para fazer esta semana. Nós estamos na terça-feira aqui e para pedir uma audiência pública para amanhã vai ser difícil convocar todo mundo. É essa a questão.

Mas, junto com o Senador Ferraço, com o Senador Romero, com V. Exª e com a Senadora Simone, poderíamos convidar para uma conversa as pessoas que estão liderando os dois lados da situação. Não existe nenhuma má vontade em fazer, eu só estou vendo o tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu estou entendendo. Eu concordo plenamente com V. Exª, sem problema.

Se a maioria acha que não há tempo... Por mim, acho que nós teríamos quarta à tarde ou quinta pela manhã, em que poderia ser feita. Mas, se a maioria acha desnecessário, então, Presidente, eu me curvo à maioria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu acho necessário que todos, inclusive V. Exª, possam ouvir as lideranças envolvidas, amanhã, mesmo que seja em horários diferentes, que possamos ouvir a todos e termos bem clara a posição de cada um.

Ficamos assim então. Vamos torcer para o Brasil ganhar de qualquer maneira.

Foi concedida vista coletiva.

Fica para a próxima terça-feira a nossa votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na quarta-feira, às 10h da manhã.

Se não houver quórum na terça-feira, faríamos na quarta-feira, às 10h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Definido.

Voltamos ao item 1. Estaremos novamente com relatório competente, novamente um item polêmico, com relatório do Senador Ferraço.

Senador Ferraço, V. Exª tem notado que para esses itens mais polêmicos nós temos designado V. Exª, pela competência dos seus relatórios, como Relator, pela capacidade de aprofundar cada um desses assuntos.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Autoria: Deputado Milton Monti

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014

- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 53 de 2018, com 43 emendas apresentadas, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 330 de 2013; 131 de 2014; e 181 de 2014.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Informo ao Relator que foram apresentadas 14 emendas à matéria.

Com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse nosso relatório já foi apresentado. Houve solicitação de que nós não o votássemos. Houve solicitação de que fizéssemos mais audiências públicas. Nós fizemos, posteriormente a essas manifestações, audiências públicas. Nós incorporamos um conjunto de questões que surgiram neste período.

Novamente nós estamos aqui com aquele dilema, Sr. Presidente. Trata-se de um tema importante, em que o Brasil novamente está atrasado. É incrível como o Brasil, via de regra, está atrasado em relação a essas questões. Todos os países da América do Sul já dispõem de regras para proteger dados pessoais, considerando que o dado pessoal, que a privacidade das pessoas é uma garantia, um direito fundamental consagrado na nossa Constituição Federal. Se na prática, no dia a dia...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu queria pedir... Porque nós não estamos ouvindo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está com toda razão o Senador Armando Monteiro. O Senador reclama, todos reclamam da barulheira, da muita conversa que existe no plenário, impossibilitando os Senadores de ouvir o sempre competente relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Portanto, considerando que de fato, na prática, nós estamos atrasados, esse tema é consagrado e pacificado na América do Norte e na Europa Ocidental há décadas.

Na América do Sul, todos os países do Mercosul já dispõem de regras para proteger a privacidade das pessoas, como garantia fundamental.

Esse foi um debate que nós, de maneira concomitante, não apenas o Senado, mas a Câmara fez. E o projeto que nós estamos relatando, na prática veio da Câmara, relatado pelo Deputado Orlando Silva, e ao longo desse processo, nós dialogamos muito.

O Deputado Orlando Silva, que foi o Relator desta matéria na Câmara, incorporou um conjunto de propostas que foi alvo de debates aqui no Senado. Nós fizemos o mesmo. E os nossos textos foram, no tempo, aproximando-se muito e construindo ambientes de convergência.

Ocorre que a Câmara conseguiu ser mais célere que o Senado e aprovou essa proposta, que a meu juízo é uma proposta muito razoável. É muito difícil se conseguir colocar de pé um texto perfeito. Todos os textos acabam merecendo contribuições, sugestões, críticas. Mas, na prática, o texto apresentado pela Câmara, que foi relatado pelo Deputado Orlando Silva, aproximou-se muito daquilo que nós entendemos, no conjunto do processo aqui no Senado.

Na prática, Sr. Presidente, nós não estamos apresentando emendas que alterem o propósito, o escopo e o objeto desse projeto. As emendas que estamos apresentando são basicamente... Não apenas eu as estou apresentando, mas um conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores, e são emendas para aperfeiçoamento de técnica legislativa e emendas que foram (...)

de técnica Legislativa e emendas que foram alvos desses debates e dessas audiências públicas que nós fizemos aqui. Na prática e no resumo, é isso, Sr. Presidente.

Nós estamos levando para o mundo da internet um conjunto de regras, um conjunto de limites, um conjunto de consequências para empresas ou pessoas que, no mundo da internet, no mundo digital, ousam continuar achando que a internet é um mundo sem regras, sem limites, um mundo do vale tudo. Isso é absolutamente diferente de qualquer interpretação que possa levar à questão de que este projeto trabalha com censura. Não, não trabalha com censura; trabalha com regras, com limites, com responsabilidades que são objetivas, responsabilidades que são solidárias e que estão devidamente fundamentadas ao longo deste parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos valemos muito da experiência internacional, nos valemos muito daquilo que foi feito recentemente inclusive na União Europeia, que colocou de pé um novo Código Geral agora no dia 25 de maio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É a segunda versão, registra aqui o Senador Armando Monteiro.

Muito daquilo que foi discutido na União Europeia nós estamos incorporando. Nós procuramos criar regras de equilíbrio que possam trabalhar a proteção à privacidade das pessoas, mas também não facilitar ou não criar estímulos a que não haja neste ambiente a inovação, porque a inovação é um elemento fundamental no plano das relações e do mundo digital.

As emendas que apresentamos ou acatamos são as seguintes. Faço aqui um arrazoado já feito, já apresentado, já lido aqui nesta Comissão, e, diante daquilo que já falamos, eu não vou ler de novo, mas apenas partir para o voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, com a apresentação das emendas de redação a seguir; e pela rejeição das demais proposições apensadas, que, por força de Regimento, eu estou obrigado a ler:

EMENDA Nº - CAE

Exclua-se do inciso I do art. 3º do PLC nº 53, de 2018, a expressão "salvo o tratamento previsto no inciso IV do *caput* do art. 4º desta Lei", adequando-se a pontuação do dispositivo remanescente.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte §2º ao art. 3º do PLC nº 53, de 2018, renumerando-se os demais:

"Art. 3º.....

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do *caput* do art. 4º desta Lei."

Substitua-se, no inciso I do art. 4º do PLC nº 53, de 2018, o termo "pessoais" pela expressão "particulares e não econômicos".

Dê-se ao inciso III do art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º.....

III – realização para fins exclusivos de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado;

d) atividades de investigação ou repressão de infrações penais;”

Substitua-se, no projeto, a expressão “órgão competente” por “autoridade nacional”, adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O inciso II, do art. 5º, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º.....
.....
II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre a origem racial ou étnica, a convicção religiosa, a opinião política, a filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;" (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Substitua-se, no inciso III, do art. 5º, do PLC 53, de 2018, a expressão "dados anonimizados: dados pessoais relativos” por “dado
anonimizado: dado relativo".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Substitua-se, no inciso IV, do art. 5º, do PLC 53, de 2018, o termo "localizado" por "estabelecido".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Substitua-se, no PLC 53, de 2018, o termo "responsável" por "controlador", salvo no inciso XIX, do art. 5º; no §2º, do art. 13; no art. 14; e no inciso II, §2º, art. 50, desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O inciso XIII, do art. 5º, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º.....
.....
XIII – bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Substitua-se, no PLC 53, de 2018, a expressão "organização internacional" por "organismo internacional", adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O inciso VI, do art. 7º, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º.....
.....
VI – para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O inciso X, do art. 7º, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º.....
.....
X – para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Substitua-se, no §5º, do art. 7º, do PLC 53, de 2018, o termo "responsáveis" por "controladores".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *caput*, do art. 10, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10. O legítimo interesse do responsável controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Os inciso I e II, do art. 10, do PLC 53, de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10.....
I – apoio e promoção de atividades do controlador; e
II – proteção em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou a prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.
....." (NR)

Dá-se ao Título da Seção II, do Capítulo II, a seguinte redação, Seção II, Dos dados pessoais sensíveis.
EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O *caput*, do art. 11, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
O inciso I, do art. 11, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 11.....
I – quando o titular ou seu responsável legal consentir de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
A alínea "a", do inciso II, do art. 11, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 11.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....
II – .....
a) cumprimento de obrigação legal e regulatória pelo controlador;
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Exclua-se, na alínea "b", do inciso II, do art. 11, do PLC 53, de 2018, a expressão "e uso".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
A alínea "d", do inciso II, do art. 11, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 11.....
.....
II – .....
.....
d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato, processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
....." (NR)

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CAE
(Ao PLC 53, de 2018)
Deem-se aos §§3º e 4º, do art. 11,
Deem-se aos §§3º e 4º do art. 11 as seguintes redações:
“Art. 11.....
.....
§3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com o objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do poder público, no âmbito de suas competências.
§4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com o objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.
.....”
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao *caput*, do art. 12, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais, para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

....."

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no *caput* do art. 1º, a expressão "pseudomização" por "pseudonimização".

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14.....

.....

§2º No tratamento de dados de que trata o §1º deste artigo, os controladores deverão manter pública informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

.....

§4º Os controladores não devem condicionar a participação dos titulares de que trata o §1º deste artigo a jogos, aplicações de internet ou outras atividades para o fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade."

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 14, §5º, o termo "responsável" por "controlador".

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso IV do art. 15, a expressão "da legislação em vigor" por "ao disposto nesta Lei".

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso II do art. 16, o termo "estudos" por "estudo".

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Excetua-se do §1º do art. 18 a expressão "e os organismos de defesa do consumidor".

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Inclua-se, no art. 18 do projeto, o seguinte parágrafo:

"Art. 18.....

.....

O direito a que se refere o §1º, deste artigo, também pode ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor."

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 22 do PLC a seguinte redação:

"Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao §4º do art. 23 a seguinte redação:
"Art. 23.....,.....
.....
§4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de que trata o *caput* deste artigo, nos termos desta Lei.
....."
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Substitua-se, no §5º do art. 3º, o termo "serviços" por "órgãos".
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Exclua-se do inciso VI do art. 34 o termo...
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Substitua-se, no §5º do art. 35, o termo "*caput*" pelo "§1º".
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Substitua-se, no inciso II do §1º do art. 42, o termo "responsáveis" por "controladores".
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao §3º do art. 43:
§3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do *caput* deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.
....."
EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao art. 45 a seguinte redação:
"Art. 45. As hipóteses de violação ao direito do titular
Art. 45. As hipóteses de violação ao direito do titular, no âmbito das relações de consumo, permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.
Substitua-se, no § 1º do art. 46, a expressão "dados sensíveis" por "dados pessoais sensíveis".
Substitua-se, no *caput* do art. 50, a expressão "responsáveis" por "controlador (es). Dê-se ao art. 52 a seguinte redação:
I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
II – multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$50 milhões por infração.
III – multa diária, observado o limite total a que se refere e publicização da infração, após devidamente apurada e confirmada sua ocorrência.
IV – bloqueio de dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
V – eliminação de dados pessoais a que se refere a infração;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> VI – suspensão parcial ou total do funcionamento de banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;
> VII – suspensão do exercício de atividades de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração, pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período;
> VIII – proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados;
> .....
> § 3º. O dispositivo, nos incisos I, IV, V, VI, Vll, VIII e IX do *caput* deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto nas Leis nºs 8.112, 8.429 e 12.527.
> .....
> Dê-se ao art. 55 a seguinte redação, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Estou pedindo compreensão e paciência a V. Exª, assim como às Srªs e aos Srs. Senadores, porque eu sou obrigado regimentalmente a fazer essa leitura minudente e detalhista.

> "Art. 55. Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Justiça.
> § 1º A ANPD deverá ser regida nos termos previstos na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.
> § 2º A ANPD será composta pelo Conselho Diretor, como órgão máximo, e pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, além das unidades especializadas para a aplicação desta lei.
> § 3º A natureza de autarquia especial conferida à ANPD é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Substitua-se, no *caput* do art. 56 e no *caput* do art. 57 do PLC 53, de 2018, a expressão "Autoridade Nacional de Proteção de Dados" por "ANPD".

Substitua-se, nos §§ 1º e 2º, do art. 56, do PLC 53, de 2018, a expressão "Autoridade" por "ANPD".

Após avaliação destas emendas, chegaram aqui, Sr. Presidente, novas emendas que eu estou obrigado a relatar, por força regimental.

A Emenda nº 1 afeta os arts. 11 e 16 do projeto, basicamente, esclarecendo que às obrigações legais que fundamentam as regulações propostas sejam também incluídas aquelas regulatórias, tal como previsto no inciso II do art. 7º.

Somos favoráveis à emenda, mas alterando sua natureza para emenda de redação (...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos favoráveis à emenda, mas alterando a sua natureza para emenda de redação. De fato, promovemos a mesma modificação em nosso parecer quanto à mudança no artigo...

Assim, acatando a Emenda nº 1, nós estamos rejeitando as emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Finalmente, acatamos a emenda do Senador Armando Monteiro, que sugeriu em bom tempo uma modificação no termo do art. 16, tal como proposta pela Emenda nº 1, com a qual concordamos a ponto de acatar a emenda sugerida.

Outra proposta do nobre Senador constitui a inclusão da palavra "ou" nos incisos que asseguram os regimes excludentes de responsabilidade civil no art. 43. Concordamos com a sugestão e apresentamos emenda de redação respectiva.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, com a apresentação das emendas de redação, a seguir e da Emenda nº 1, da CAE, como emenda de redação, e pela rejeição das demais proposições:

> Exclua-se do inciso I do art. 3º a expressão "salvo tratamento previsto no inciso IV do caput desta lei", adequando-se a pontuação dos dispositivos.

Finalmente, Sr. Presidente, é como relato, pedindo escusas às Senadoras, aos Senadores e àqueles que nos acompanham, mas por força de Regimento, fui obrigado a fazer essa leitura detalhada e minudente.

É como relato.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Eu gostaria de fazer um pedido aqui, que não é normal: que nós, em função de termos número, quórum para terminativos, quero pedir a aquiescência de todos os Senadores que pediram a palavra para que nós fizéssemos rapidamente votação de alguns projetos terminativos que estão aqui, já que esta é uma das últimas reuniões deste período. Nós teremos, provavelmente, poucas oportunidades em agosto para termos quórum. Então, que nós fizéssemos a votação rápida dos terminativos já lidos aqui, e retomássemos em seguida a discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De acordo, Sr. Presidente! De acordo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, é para falar apenas 30 segundos. Apenas 30 segundos. Eu não posso deixar de falar, se V. Exª permite.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Nós vamos voltar a discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Então é o seguinte: se for votação nominal, V. Exª abre a votação nominal e eu falo enquanto votamos. Eu quero fazer apenas uma observação, não vou discutir conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, mas volta a discussão. Em seguida, nós voltamos à discussão. O que eu estou pedindo é para aproveitar o quórum; votamos e em seguida voltamos à discussão do projeto. O.k.?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Posso até falar durante o procedimento de votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Abre a votação e eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Item 12, terminativo, já lido. Já lido, número 12, terminativo. (*Pausa.*)

Projeto de Lei do Senado, item 12, terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro. Relator: Senador Valdir Raupp. O projeto já foi lido. Já foi discutido também o projeto. Já foi encerrada a discussão. Colocamos em votação. O painel está aberto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só um minutinho. Só um minuto, por favor.

A Senadora Vanessa tinha pedido para falar; em seguida, Senador José Agripino.

É rápido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, eu apenas quero fazer um registro aqui, visto que tivemos um debate bastante árido no projeto anterior. Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de cumprimentar o Relator da matéria, eu me refiro ao projeto de lei de proteção dos dados pessoais, o Senador Ricardo Ferraço.

Nós tínhamos um outro projeto tramitando, que ele também relatava aqui, e, de forma muito solícita, ele atendeu não apenas um pleito de seus colegas, mas da sociedade civil e aguardou a chegada do projeto de lei da Câmara. Então, eu não poderia deixar de cumprimentá-lo por esse fato, porque ele poderia plenamente ter insistido na votação daquele projeto anterior, mas, acatando aquilo que foi o diálogo, audiências públicas de várias entidades, ele agora apresenta um belíssimo relatório, garantindo o conteúdo do que veio da Câmara, apenas melhorando do ponto de vista da redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é apenas para cumprimentar, Senador, o Relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço.

Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, vai chover canivete. (*Risos.*)

Vai chover canivete...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E, mais uma vez, a Senadora Vanessa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... porque não é comum a Senadora Vanessa fazer qualquer comentário elogioso ao meu trabalho. Mas eu acato com muita alegria esse comentário e sei que esse comentário é em razão de eu ter acatado o relatório do Deputado Orlando Silva. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E, mais uma vez, provavelmente vai votar junto com V. Exª, porque o projeto agora é do Deputado Orlando Silva.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou esperar essa chuva bondosa de canivete para o lado de cá também na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, o pedido que faço, em meu nome e em nome do Senador Jorge Viana, é de, após a votação dos itens que terão votação nominal, propor a V. Exª e ao Plenário a antecipação do item 10, que é uma matéria importante, que possibilita a contratação de operações de crédito externo e interno por consórcios públicos. É uma matéria não terminativa que beneficia Municípios. Se puder ser objeto de antecipação de pauta, é o item 10.

Eu acho que a Comissão ganharia e o País ganharia. É a proposta que faço a V. Exª para ser submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado. Senador, com certeza, nós colocaremos. Assim que votarmos os terminativos e encerrarmos a discussão em que nós estávamos, colocaremos em pauta o item nº 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadores que ainda não votaram, Senador Fernando Bezerra... Senador Ataídes, já votou?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço, Senador Ferraço, V. Exª não votou.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para votar...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O voto.

Sobre essa proposta que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não. É votação nominal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está bem.

Eu, logo em seguida, estou inscrito para fazer uso da palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k., com certeza.

Falta...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... eu gostaria de justificar o meu voto "não".

Pode ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pode ser agora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu temo que esse projeto dilua recursos. Na época da aprovação do Fundo Social, eu lembro que debatemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muito cuidado. Eu próprio queria concentrar em educação, terminou chegando também em saúde, esporte, ciência e tecnologia e meio ambiente.

entrou em educação, terminou chegando também saúde, esporte, ciência, tecnologia e meio ambiente.

De qualquer maneira, para educação está garantido 50%, mas eu temo que sejam diluídos recursos que iriam para ciência, tecnologia, meio ambiente, esporte e saúde.

Em caso de desastres sociais, eu creio que a geração deste momento deve fazer o seu esforço. A prefeitura deve fazer o seu esforço; pode buscar recursos no Estado, buscar recursos federais e não tirar dinheiro do Fundo Social, que é um recurso que vai se esgotar quando acabar o petróleo.

Por isso, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam, que fez a justificação do seu voto.

Falta apenas o voto do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O projeto foi aprovado com 13 votos SIM e 01 voto NÃO, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que justificou o seu voto.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2011

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 5/6/2018, foi lido o relatório da matéria.

O projeto já foi lido, mas não foi encerrada a discussão.

Coloco em discussão o projeto do Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

O painel está aberto.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, é a ZPE?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ZPE nos Municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu quero, Sr. Presidente, declarar também meu voto favorável a este projeto, porque nós temos a convicção plena e absoluta de que a criação de mais uma área, mais uma zona de processamento de exportação não interfere com a Zona Franca de Manaus.

Então, tem o nosso total apoio o Estado do Piauí, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes. (*Pausa.*)

A Senadora Kátia está votando? (*Pausa.*)

O Senador Agripino ainda não votou?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa, já votou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam, por obséquio.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Piauí?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Piauí.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Em homenagem ao Governador Wellington, a todo o Estado do Piauí, eu votarei na criação dessa zona de processamento de exportação. Posteriormente, nós faremos também no nosso Estado, o Tocantis. O Piauí faz parte do Matopiba, que é a mesma região da qual faz parte o Tocantins.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Vamos encerrar a votação.

Resultado: SIM, 14 votos; NÃO, zero votos.

A matéria foi aprovada em caráter terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 5/6/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão.

O projeto já foi lido. Já foi encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação.

Está iniciada a votação. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É só para dizer que eu fui Relator desse projeto. No dia da discussão, não estive presente. Fui substituído, creio, pela Senadora Simone Tebet, se não me engano.

Quero dizer que esse é um projeto, Senador Paim, que eu relatei, embora não presencialmente, com muito prazer. Ele toca pouquíssimo nos gastos com a saúde, porque é número muito pequeno de pessoas que têm essas doenças, mas o impacto de cuidar dessas pessoas é imenso para essas pessoas e suas famílias. Então, com um custo mínimo para nós todos, brasileiros, nós vamos trazer benefícios muito altos para um número pequeno de nossos compatriotas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Eu quero parabenizar o Senador Paim, o Senador Cristovam e a Senadora Simone por esse projeto. Eu conheço pessoas e sei da dimensão do drama que essas pessoas vivem e que o acesso a esses medicamentos pode aliviar.

Falta votar o Senador Ataídes.

Senador Ataídes, já votou?

Senadora Kátia, já votou? (*Pausa.*)

Senadora Vanessa, se puder votar...

Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na próxima vez, lembraremos às Srªs Senadoras que passem menos creme nos dedos. (*Risos.*)

Providenciaremos um lencinho úmido na mesa das Srªs Senadoras quando houver votação.

Fica encerrada a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Rejeitado... Não, não, não. Aprovado. A Comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1, da CAE, que é em caráter terminativo.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2016

- Terminativo -

Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer contrário ao projeto.

2. Em 5/6/2018, foi lido o relatório da matéria.

O projeto já foi lido. A matéria está em discussão. A matéria já foi lida.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o relatório, que é pela rejeição. O relatório é pela rejeição. Portanto, quem vota com o o Relator vota "não". Só repetindo: quem vota com o Relator vota "não".

Os Senadores já podem votar, lembrando que quem vota com o Relator Pedro Chaves vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – ... eu gostaria de registrar: a autoria desse projeto é do Senador Donizeti Nogueira, meu primeiro suplente de Senador pelo Estado do Tocantins, que esteve um ano e oito meses nesta Casa e apresentou excelentes projetos para colaborar com o Brasil e com o nosso Estado do Tocantins.

Então, eu quero parabenizar o Senador Donizeti Nogueira pelo projeto de lei, pela autoria e pedir aos colegas Senadores que analisem e votem a favor desse projeto de grande relevância para o País.

Tocantins agradece e se orgulha do nosso suplente, Senador Donizeti Nogueira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora.

Senadora Vanessa, com o Relator, "não". Quem vota com o Relator vota "não"; quem vota com o autor vota "sim".

Senador Cristovam, Senador Cristovam, se puder votar... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge. (*Pausa.*)

O Senador Rodrigues Palma está votando?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Presidente, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – A Senadora Vanessa tem dúvidas aqui a respeito do que está sendo proibido.

Vanessa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, nós estamos aqui discutindo e há quem imagina que a proibição seria de todos os produtos à base de pressão que usam gás propano butano. Na realidade, não é isso, Sr. Presidente, é apenas buzina. Está aqui: "Art. 1º Fica proibida a comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano envazado em tubo de aerossol a menores de 18 anos de idade".

É isso, Presidente. É buzina, não é outro produto. É só a buzina.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Buzina envazada em tubo de aerossol.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Isso.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Tem causado muitas queimaduras e problemas de saúde para jovens, Sr. Presidente.

Eu peço aos colegas que – sei que está todo mundo apressado – deem uma olhadinha, por favor, no texto.

Viu, Senador Agripino? Por gentileza, vote SIM.

Jorge, já votou SIM?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Deixe-me só dar uma informação adicional, sem querer tomar partido, mas só informo que a matéria também foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer contrário também ao projeto. Estou dizendo a votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Falta um voto.

Quem é que está faltando?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Vamos votar o que está escrito no texto e não o que a Comissão de Direitos Humanos votou, senão esta Comissão só copiaria o que há nos direitos humanos e votava.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

É o Jorge Viana que está faltando? (*Pausa.*)

Está faltando um voto. (*Pausa.*)

Senador Cristovam, alguma observação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu apenas estava em dúvida se a favor do projeto era SIM ou NÃO, porque nós estamos recusando a...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É pela rejeição do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu não quero votar pela rejeição, eu quero aprovar o projeto. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Porque este projeto protege menores de idade em relação a um produto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, o voto é SIM.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Está bom. Então, acertei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Encerrada a votação. Todos já votaram? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Será que deu empate? Aqui está para desempatar a votação, a não ser que... (*Pausa.*)

Vamos aqui à nossa comissão técnica

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O resultado foi: SIM, 7 votos; NÃO, 8 votos.

Então, aprovado o relatório.

Rejeitado o projeto. A Comissão rejeita o projeto.

Último item, terminativo, que nós vamos votar.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Otto Alencar

O projeto já foi lido.

A matéria está em discussão.

Senadores que queiram discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aberta a votação.

Senadores, já podem votar.

Lembro que a matéria é pela... O relatório...

Srs. Senadores, por obséquio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senhores, só um pouquinho de atenção.

O Relator foi pela rejeição do projeto.

Portanto, quem vota com o Relator vota "não", lembrando que o projeto foi pela rejeição.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está votando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite usar a palavra mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Nós estamos aqui, Sr. Presidente, numa pesquisa profunda, e é muito grave essa questão do gás de buzina. Nós temos aqui várias notícias de mortes de jovens ocasionadas por utilização de gás de buzina. E mais aqui: dizem que o gás usado na buzina é uma droga alucinógena, que apresenta riscos enormes à saúde, relatando casos de mortes, inclusive. E para quem tinha dúvida, está aqui a buzina. É só a buzina. Nós não estávamos votando o gás. Era só a buzina. Está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Vamos pedir o recurso. Pede o recurso ao Plenário. Pede o apoio de todos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Será que a gente não pode, Sr. Presidente, voltar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A Secretaria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Ele é terminativo. Então, tem que fazer o recurso.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Recurso para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A nossa assessoria técnica aqui recomenda que seja feito um recurso para o Plenário.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – E eu já gostaria, Sr. Presidente, de pedir a revisão de todos os colegas, porque, de fato – não é só porque é um Senador do Tocantins; eu votaria contra, tranquilamente, se não concordasse –, é gravíssimo. Eu estudei a matéria, li antes de vir para cá e até achei, juro por Deus, que ia ser unanimidade. Nem me preocupei em argumentar tanto. Mas eu gostaria, então, que nós fizéssemos um recurso para o Plenário e pedir a revisão de todos os colegas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Então, eu solicito a V. Exª que faça um recurso

Eu solicito a V. Exª que faça um recurso para o Plenário e nós o encaminharemos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Então, em votação o Item 17.

Falta a Senadora Vanessa, o Senador Ferraço, a Senadora Kátia Abreu.

Senadora Kátia Abreu, solicitamos que V. Exª vote. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana, por obséquio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a votação, vamos ao resultado do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 3 votos;

NÃO, 11.

A matéria está rejeitada pela comissão.

Nós voltamos, então, à discussão do Item 1 desta reunião, cuja matéria já foi lida pelo Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão o Item 1.

Com a palavra o primeiro inscrito, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Exª. Acho que é muito importante a nossa decisão, primeiro, de fazer uma inversão de pauta. O Senador Ricardo Ferraço fez a apreciação da matéria que aqui nós aprovamos que trata da proteção de dados do cidadão.

É um projeto que originalmente saiu da Presidente Dilma, chegou à Câmara, onde o Deputado Orlando foi Relator. Aqui tivemos, como Relator, o Senador Ricardo Ferraço, que fez uma adaptações ao projeto, mas manteve a essência dele.

Essa é uma matéria que não tem mais volta. Nos tempos desse big brother em que transformamos a sociedade mundial, nós vamos ter que aperfeiçoar a nossa legislação mesmo, mas não com propósito de censura. É bom que se diga. Não é com propósito de censura, de jeito nenhum, mas de proteção ao cidadão.

Nós estamos expostos. Todos nós estamos expostos. Veja a *fake news*, a maldade toda que é feita com as informações sobre nós todos. Mas, no nosso caso, somos pessoas públicas e temos que zelar por isso. Mas o cidadão comum está hoje absolutamente vulnerável. Ele não tem informação, não sabe como essas empresas lidam com as nossas informações, de todos nós.

Acho que esse projeto é fundamental. Tem que ser ressaltado aqui – quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço –, e dizendo que nós também nos associamos – houve uma manifestação da Senadora Vanessa –, e apoiamos o projeto, o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Eu pedi a inscrição, porque acho que vale a valorização do que estamos decidindo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Isso tem que ser ampliado, Sr. Presidente. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que priorizar todo e qualquer projeto que venha nesse propósito de garantir a proteção de dados do cidadão.

garantir, fazer a proteção de dados do cidadão para...

Eu uso um termo: "a maldade está sempre grávida". Nada de misturar com a beleza da gravidez, do nascimento. Mas a maldade está sempre ali à espreita, está sempre vindo. E, nesses tempos atuais, em que – volto a repetir – se vive uma espécie de Big Brother, uma exposição total e absoluta, ou os legisladores adotam medidas no sentido de proteger o cidadão e de fazer com que haja regramentos na sociedade nesse sentido, ou vamos pagar caro por isso.

Eu ontem estava lendo uma matéria, que dizia que uma notícia falsa na Índia sobre criança, sobre sequestro de criança, levou à morte de pessoas. Era uma notícia falsa. Mataram pessoas, lincharam imediatamente.

Então, é muito grave o lidar com isso, não é uma coisa simples. Estamos à véspera de um processo eleitoral. Alguns vão ser execrados às vezes com base em mentiras, outros vão ser inocentados, outros, criminosos inocentados, e acho que o Congresso, acho que o Senado hoje presta um serviço ao cidadão, já que a gente às vezes é tão cobrado. Mas, quando nós tomamos uma medida que é do interesse da sociedade, do cidadão, acho que devemos fazer o registro dela.

Queria parabenizar V. Exª por ter priorizado esse item, o Senador Ricardo Ferraço, o Deputado Orlando e a ex-Presidente Dilma por ter tomado a iniciativa no Executivo de fazer essa matéria tramitar nas Casas. E hoje ela sai daqui, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com esse relatório do Senador Ricardo Ferraço, que compreende bem esse tema, que trabalha com essa matéria e que nos ajudou, quase consensualmente aqui, a aprovar o seu relatório.

Parabéns, Senador Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Para discutir, estão escritos a Senadora Vanessa, o Senador Armando, em seguida V. Exª, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu já fiz as observações que considerei necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas quero dizer da importância. O mundo inteiro, a União Europeia, ainda neste ano de 2008, também aprovou a legislação que garante a segurança pessoal nas redes. Isso vai ser um avanço significativo para todos, não apenas para as pessoas físicas, mas para as pessoas jurídicas também.

Por exemplo, o projeto permite, até que enfim, garante a possibilidade legal de reclamarmos de empresas estrangeiras que promovam qualquer tipo ou que hospedem quaisquer questões não autorizadas, depreciativas em relação à pessoa, o que nós não podemos fazer antes dessa legislação, com a alegação, por exemplo, do Twitter e do Facebook de que a sede dessas empresas é fora e que, portanto, não poderia haver a busca ou a penalização.

A partir da aprovação dessa lei, nós teremos isso, ou seja, é um avanço significativo, porque, cada vez mais, as pessoas estão expostas na rede, que é uma rede aberta, em que os dados não transitam apenas pelo nosso País, mas concomitantemente no mundo inteiro.

Então, quero cumprimentar, mais uma vez, o Senador Ferraço pelo relatório, assim como o Deputado Orlando Silva, que, juntamente com o conjunto de entidades... Há aqui uma manifestação, o manifesto das entidades, com mais de 68 entidades, Sr. Presidente, apoiando esse importante projeto de lei.

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, acho que o Brasil está atrasado nessa matéria, porque mais de 100 países já têm marco, já dispõem de um marco e de uma legislação de dados adequada.

Portanto

e de uma legislação de dados adequada. Portanto é imperativo que o Brasil possa criar um marco que de alguma maneira evite uma situação que já se observa de certo isolamento do Brasil em prejuízo inclusive de uma maior inserção econômica do País. Todos os modelos de negócios novos são intensivos em dados. Portanto, quando se fala em indústria 4.0, quando se fala, Senador Fernando Bezerra, na agricultura tecnificada, exportadora para a Europa, nós estamos falando de algum modo na necessidade de termos um marco para tratar essa questão dos dados.

Agora é claro que o mérito do projeto é buscar um equilíbrio entre as garantias individuais, e isso é algo que em termos civilizatório nós não podemos abrir mão, o papel central do indivíduo na sociedade, mas a isso tem que se associar também uma preocupação com a busca do dinamismo econômico, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País que deve ter propensão à inovação, a buscar modelos criativos... Portanto não há como deixar de reconhecer a importância estratégica, fundamental, da aprovação.

Essa matéria foi fruto de um debate muito amadurecido, quase dois anos em que se assegurou uma ampla audiência de autoridades públicas, da sociedade civil, de representantes da academia... Todos os setores empresariais, Senador Tasso, se alinham na defesa desse, seja da área de serviços, do comércio, da indústria, da área de Tecnologia de Informação... Portanto, é um projeto muito importante e eu quero mais uma vez reconhecer e destacar o papel sempre muito competente que o Senador Ferraço desempenha sobretudo nessas matérias mais sensíveis.

Portanto, Senador Ferraço, receba também este testemunho do meu reconhecimento à sua sempre providencial relatoria.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de conversar com o relator, Senador Ricardo Ferraço, por quem eu tenho grande admiração e grande respeito. Ele fez um trabalho, eu reconheço, hercúleo.

Ele tentou inclusive algumas modificações para melhorar o texto e melhorar a prestação do serviço que a lei fará à sociedade como um todo, ao cidadão, na proteção de dados pessoais.

Ele avançou no que ele pode, mas ele teve um limite, que é a pressa em se aprovar essa matéria, e a pressa impede que o texto, mexido na sua essência, no seu mérito, volte à Câmara e, em voltando à Câmara, dentro do processo eleitoral do segundo semestre, é muito provável que essa matéria não mereça aprovação. Então vão-se os anéis e ficam os dedos.

Eu vou votar essa matéria com esse reconhecimento, primeiro ao trabalho do relator, segundo com o reconhecimento da urgência dessa matéria, terceiro de que há imperfeições ou melhoramentos que podem se incorporar e precisarão se incorporar. O próprio relator concorda comigo, principalmente no que diz respeito à proteção de dados pessoais no setor bancário. Haveria necessidade de alguns reparos e alguns acréscimos justos, corretos, legítimos e defensáveis, completamente defensáveis.

legítimos e defensáveis, completamente defensáveis. Ocorre que, se eles forem incorporados – S. Exª o Relator tem a consciência e, por isso, não o fez –, a matéria voltaria para a Câmara. E, em voltando para a Câmara, a aprovação da matéria de interesse nacional poderia ficar sob interrogação.

Eu quero fazer esse registro, com o elogio à competência do Relator, mas com os reparos de que o texto está bem feito, mas não está nem perfeito nem acabado. E haverá ainda um certo tempo para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria possa ser discutida, possa ser melhorada, possa ser apreciada, e a sociedade fique protegida, se não no seu todo, pelo menos numa expressão majoritária do contingente de homens e mulheres a quem se dedica essa matéria. É a consideração que faço, com o elogio e o cumprimento ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª.

Na sequência, Senadora Kátia Abreu. Com a palavra, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Apenas para reiterar a importância deste projeto, Sr. Presidente, parabenizar o Relator da matéria, Ferraço, e dar apenas um exemplo para que aqueles que estão nos ouvindo neste momento possam entender melhor, com clareza, a importância do projeto.

Por exemplo, se eu vou até a uma farmácia comprar medicamentos, quero a nota fiscal e entrego o meu CPF, naquele momento, a farmácia que já tem um acordo, por exemplo, com uma empresa de seguros pode vender todo esse banco de dados, inclusive de acordo com a medicação que eu comprei, sabendo, por exemplo, que tenho uma doença crônica x. Aí eu fico recebendo o material, que eu não quero e que não autorizei. E vários outros casos, não só na farmácia, mas em todo o comércio. Muitas empresas, muitos comerciantes – não são todos – vendem esse banco de dados sem a nossa autorização, e há uma invasão de privacidade importante. Que venha dar segurança a todos nós de que isso não vai acontecer.

E também com relação às *fake news*. Nós teremos uma segurança maior de encontrar o autor, de encontrar a distribuição caso isso tenha sido feito no nosso banco de dados.

Então, eu voto a favor dessa matéria, porque protege o consumidor, protege aqueles que querem a sua vida preservada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Ferraço, que gostaria de dar uma palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradecer as mais diversas manifestações de reconhecimento ao esforço coletivo que foi empreendido na construção desse consenso. Não é fácil construir consensos numa Casa em que as pessoas têm as suas convicções, as suas histórias, as suas trajetórias, mas nós conseguimos isso neste projeto, que, na prática, coloca o nosso País em pé de igualdade com os demais países numa questão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é fundamental, ou seja, a intimidade das pessoas, a privacidade das pessoas é uma conquista civilizatória. Na prática, no nosso dia a dia, o meu direito termina onde começa o direito do meu semelhante. Qualquer um de nós não pode imaginar hoje a vida sem a internet, a vida sem o mundo digital. É impossível nós imaginarmos hoje, nas nossas relações humanas, nas nossas relações profissionais, a vida sem as redes sociais, sem os aplicativos, enfim, que facilitam muito o dia a dia das pessoas, mas esse mundo precisa de regras civilizatórias, precisa de limites, deveres, responsabilidades. Da mesma forma que, quando uma pessoa endereça

da mesma forma que, quando uma pessoa endereça uma carta, Senador Cristovam Buarque, sela aquela carta, coloca no correio e o destinatário recebe aquela carta, se essa carta for violada, você está violando a intimidade e a privacidade da pessoa, no mundo digital também precisa ser assim. Não importa se as relações são pessoais ou econômicas ou que dimensão elas tenham.

O fato é que, conscientemente ou não, no dia a dia, nós estamos emprestando os nossos dados pessoais, os nossos hábitos e os nossos costumes em qualquer dos aplicativos que usamos. Se você utiliza o waze, se você utiliza o Airbnb, se você utiliza o Uber, o táxi ou o 99, enfim, um desses aplicativos todos, se você faz uma compra no comércio eletrônico, você está deixando ali os seus dados, as suas impressões, o seu DNA, e isso tudo é transformado numa ferramenta muito importante nessa conjuntura em que vivemos de quarta revolução, enfim, revolução digital, e vira atividade econômica de coisas lícitas e ilícitas.

Então, este projeto, e quero crer inclusive, Sr. Presidente, que nós poderíamos consensar, até porque nós temos um regime de urgência votado em plenário. Se esse processado chegasse em plenário ainda hoje e houvesse consenso nessa direção, nós temos toda a possibilidade de o Senado votar essa proposta ainda hoje no plenário, considerando a convergência que foi alcançada.

É o apelo que faço, ao tempo em que agradeço não apenas aos meus colegas, mas às mais diversas entidades da sociedade civil que trabalharam duramente, não apenas aqui na Casa, mas também na Câmara. E aqui quero reconhecer o esforço feito, na Câmara, pelo Deputado Orlando Silva. Ao longo desse período, nós conversamos, compartilhamos muito e foi possível alcançar até aqui essa importante vitória para um patrimônio das pessoas, que é a sua individualidade e a sua privacidade.

Então, agradeço e peço que, ao cabo, nós possamos, em regime de urgência, mandar essa proposta para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado relatório, que passa a constituir o parecer da CAE...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...favorável ao PLC nº 53, de 2018...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E a urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...e contrário aos PLS's nºs 330, 131 e 181, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Ciência...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu pedi urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como há o pedido de urgência, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A matéria vai, em regime de urgência, para o plenário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Armando Monteiro tinha pedido a palavra.

Em seguida, V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu solicitaria uma inversão para apreciarmos o Item 10, que é uma matéria muito importante, que envolve a possibilidade de consórcios municipais. Eu gostaria de contar com...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria só a atenção dos colegas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu me somo ao Senador Agripino e ao Senador Armando. É muito importante essa matéria – nós estamos falando dos Municípios brasileiros – e nós deliberarmos sobre ela, possibilitando a formação de consórcio.

Eu ajudei a fundar os primeiros consórcios de Municípios no Acre e acho que é uma matéria importante. É uma grande contribuição que vamos dar aos Municípios brasileiros nesse primeiro semestre, aqui na comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Eu faço esse apelo junto com os colegas Senador Armando, Senador Agripino e outros.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado faço esse apelo junto com o colega Senador Armando, o Senador Agripino e outros.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana,...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... sua colocação foi registrada.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cristovam Buarque, gostaria de falar algo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, eu gostaria de pedir inversão, para aproveitar o quórum, do item 6, que beneficia os professores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ok. V. Exª...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Esse projeto, se V. Exª é o Relator, há esse pedido de inversão, que colocaria na frente o item nº 10. Não sei se V. Exª concorda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, eu não vou debater. Ficaria depois do item 10.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica logo em seguida, Senador, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dalirio, queria fazer algum comentário?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Queria aproveitar a presença do Senador Fernando Bezerra, que é Relator do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ficaria em seguida ao item 6. Nós teríamos o item 10, que foi pedido por três Senadores, a inversão de pauta, evidentemente se o Plenário aceitar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Esse aqui já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Alguma coisa contra, Senador?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – É porque eu estou retornando agora à CAE. Fiquei um período fora da Comissão. Esse projeto trata da possibilidade de os consórcios municipais também proporem financiamentos internacionais?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Esse é o item nº 10, de que está sendo o pedido de inversão. É isso.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Ah, ok. Então vai entrar em discussão esse?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, vamos ler o relatório do Senador...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Ah, desculpa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Que é da Senadora Maria do Carmo Alves, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Relator *ad-hoc* é o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Poderia ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ou o Senador...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Quero. Cadê ele? Cadê o projeto? Me dá aí, Armando, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Não, rompidos para sempre. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, o projeto já foi lido no dia 5/6, e foi aberta vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O projeto?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Qual é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O item 10.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O item 10, me informa aqui a secretaria que é um novo relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ah, desculpa.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – De quem é a autoria?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Projeto do Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

É submetido à apreciação desta Comissão...

Só um minutinho. Onde você fez a chave é o lugar que você ia ler?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Vou copiar *ipsis litteris*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Resolução 31, de 2017, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

O PRS nº 31, de 2017, possibilita aos consórcios públicos estaduais ou municipais, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito público ou privado, contratar operações de crédito externo e interno.

Determina ainda que os limites, as vedações e as demais condições e exigências previstas pela Resolução nº 43, de 2001, para a contratação de operação de crédito serão observados individualmente por cada ente que dele participe.

Sr. Presidente, eu queria pedir silêncio ali no fundo, por favor. As comemorações aí já acabaram.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Com toda razão, Senadora Kátia Abreu. Peço silêncio.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Não, este projeto é maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há uma Senadora, Kátia Abreu, lendo um projeto.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – De alto interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Espero de todos o silêncio, para que todos possam ouvir.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Como Relatora.) – Na justificação, o autor enfatiza que o presente projeto de resolução do Senado busca assegurar a possibilidade de consórcios públicos estaduais ou municipais contratarem operações de crédito internas ou externas. A ausência de uma referência expressa aos consórcios públicos na Resolução do Senado

> A ausência de uma referência expressa aos consórcios públicos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que disciplina os limites, garantias e condições de autorização para operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem sido motivo para a Secretaria do Tesouro Nacional não acatar pedidos de operações de crédito envolvendo essas entidades.

Sempre a Secretaria do Tesouro, ela complica a vida de todo mundo.

O Projeto de Resolução nº 31, de 2017, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental, pois se refere à regulamentação do exercício de competência privativa constitucionalmente atribuída ao Senado Federal.

Assim, o projeto de resolução em exame não apresenta vício de constitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada.

Adicionalmente, todos os requisitos regimentais pertinentes à matéria foram cumpridos.

É verdade que as resoluções do Senado Federal atualmente em vigor e que regulamentam esse preceito constitucional, as de nºs 40 e 43, de 2001, não explicitam os consórcios públicos entre os entes habilitados a pleitear e contratar operações de crédito.

A despeito dessa constatação, cumpre ressaltar que a literatura jurídica sobre a natureza dos consórcios tende a entendê-los como entidades integrantes da administração indireta dos entes associados, de forma que, implicitamente, estariam submetidos às disposições das referidas resoluções, sendo, portanto, em princípio, habilitados a realizar operações de crédito.

A alteração proposta à Resolução nº 43, de 2001, é, portanto, pertinente e meritória, possibilitando que aquelas associações, hoje restringidas em seu direito de acesso ao crédito, devido à referida lacuna legal, tenham, expressamente, delimitadas as responsabilidades das partes envolvidas nas associações e, consequentemente, demarcadas as condições sob as quais se processará a apuração da observância dos limites globais e demais exigências para a contratação das operações de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relevância do projeto se manifesta ainda em sua importância para que se viabilize, aos Municípios com população inferior a 90 mil habitantes, o acesso a operações de crédito externo – internacional. Como se sabe, esses Municípios, hoje, estão, na prática, impedidos de pleitear operações de crédito externo, pois a Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) somente analisa e credencia pleitos com garantia da União de Municípios com populações superiores a esse número, conforme a sua Resolução nº 294, de 18 de setembro de 2006. Obviamente, a não concessão de garantia da União praticamente inviabiliza que esses entes tenham acesso ao crédito externo. Também nesse contexto, entendemos meritório e oportuno o Projeto de Resolução nº 31, de 2017.

Destaque-se, porém, que o PRS nº 31, de 2017, antes de contornar situação impeditiva de acesso de pequenos Municípios ao crédito externo, facilita e confere maior efetividade e eficácia às ações dos consórcios públicos, ao regulamentar o seu acesso ao mercado financeiro, interno e internacional.

A propósito, vale ressaltar que os consórcios racionalizam o uso dos recursos públicos, e seu acesso ao crédito – para mim uma das melhores coisas aqui, é importante isto: desde que respeitados os limites e condições impostos aos consorciados – contribuirá para uma maior eficiência administrativa e para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

e para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Entretanto, em conformidade com a própria lei que regulamenta os consórcios públicos, entendemos que o PRS nº 31 não pode se descuidar do controle que deve ser exercido sobre os impactos dessas operações financeiras no endividamento público.

É o que pretendemos com os aperfeiçoamentos que propomos, nos termos de emenda substitutiva que apresentamos na conclusão deste parecer.

Essa emenda visa detalhar os procedimentos a serem observados por cada participante do consórcio no cumprimento das condições e limites de endividamento de que tratam as referidas resoluções do Senado.

Nesse sentido, para viabilizar essa avaliação individual, o consórcio público deverá definir, no momento da contratação da operação de crédito, a forma a ser adotada para a repartição das parcelas de seu valor total entre os consorciados. Para tanto, ou se utiliza a quota-parte do ente da Federação no contrato de rateio vigente no momento da contratação do crédito, ou a quota de investimentos atribuída a cada ente consorciado, incluída a hipótese de que um ou mais consorciados não assumam parcelas de responsabilidades em determinada operação.

Esse mesmo critério deverá ser observado relativamente às garantias e contragarantias a serem prestadas pelos entes consorciados, ou seja, elas deverão se limitar a valores proporcionais ao valor apropriado por cada ente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a emenda que apresentamos acresce novos dispositivos à Resolução nº 43, de 2001, os arts. 20-B e 20-C, para tratar das responsabilidades financeiras dos entes associados nos casos de sua retirada ou de sua exclusão do consórcio público ou de extinção de seu contrato.

Por fim, vale ressaltar que mantivemos no projeto a vedação da constituição de consórcios públicos tão somente para fins de contratação de operações de crédito, reforçando as diretrizes e os objetivos da própria Lei nº 11.107. Reitera-se, assim, que a obtenção de crédito não se encontra entre os objetivos fundamentais dos consórcios.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2017, na forma da emenda substitutiva que apresentamos a seguir:

Leio ela toda, Senador Armando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não precisa.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – A cópia está na mão de todos e já foi descrita aqui toda a emenda.

Obrigada pelo silêncio da Comissão. Fiquei comovida.

O projeto é maravilhoso. Não sei ser vocês estavam embevecidos com a minha voz ou se o projeto que é de fato muito importante, pelo menos na minha concepção.

As duas coisas? Muito obrigada.

Eu fiquei simplesmente encantada com esse projeto, é muito útil. Muito importante essa possibilidade, porque a união faz a força. Com a dificuldade que os Municípios e os Estado têm, nós podemos ter essa estratégia maravilhosa de otimizar recursos até mesmo para ligação de estradas entre os Estados e entre os Municípios, e obras na área de saúde, na área de educação, enfim, complexos regionais, isso é maravilhoso. E o Tocantins tem vários consórcios municipais. E eu inclusive tenho colocado emendas do Orçamento da União para fazer asfalto nos Municípios. E quero deixar a sugestão aos colegas que eu coloquei seis milhões de emendas em 2017, já foram liberados, para a compra de máquinas e equipamentos para que asfaltem os Municípios com as máquinas mais exclusivas, aquelas que não têm uso rotineiro. Então, vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

otimizadas as minhas emendas usando dois grupos, dois conjuntos e, de 139 Municípios, vai atender 80 Municípios no Tocantins asfaltando 100% de cada um deles até o final do mandato dos prefeitos. Consórcio é um grande ganho para a população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Seja bem-vinda de volta a nossa Comissão. A sua voz realmente fez falta a esta Comissão.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para discutir.) – Eu queria registrar, Sr. Presidente, que essa matéria é de grande importância, de grande alcance, mas gostaria de destacar que o relatório da Senadora Maria do Carmo foi, me parece, um marco importante porque deu ao projeto, a meu ver, aperfeiçoou a proposta do nobre autor que o Senador Antonio Carlos Valadares conferindo uma posição de absoluta responsabilidade a luz dos preceitos de responsabilidade fiscal etc. Então, quero me congratular com a Senadora Maria do Carmo e dizer que tudo isso foi valorizado não só pela voz – que, de resto, é sempre agradável –, mas pelo brilho, pela articulação e pela competência da Relatora *ad hoc*, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria vai a votação.

Senadores e Senadores que concordam com o relatório da Senadora Maria do Carmo lido aqui pela Senadora Kátia Abreu permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado e passa a constituir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Sr. Presidente, quero requerer a urgência para este projeto ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ..constituir o parecer da CAE favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 da CAE.

O Senador Fernando Bezerra coloca o pedido de urgência. Todos concordando com o pedido de urgência a matéria vai ao Plenário aprovando o requerimento de urgência.

O Senador Fernando Bezerra que muito gentil e elegantemente como é praxe do seu comportamento concordou em ver sua vez alterada para ceder à voz Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 6.

Projeto do Senador Wilson Matos, que altera a Lei no 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre avaliação dos professores na educação básica pública.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque a quem passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que venho relatando esse projeto e, na última sessão, houve, após a leitura e discussão do relatório dia de maio, o Senador Fernando Bezerra Coelho levantou questão quanto à compatibilidade com o novo regime fiscal mais conhecido como teto de gastos e que essa emenda constitucional, na qual votei e defendo, exige a indicação da fonte de recurso.

Eu quero lembrar que no meu parecer eu indiquei como fonte a extinção dos incentivos fiscais ao setor de termoeletricidade revogando a Lei nº 10.302, de 27 de novembro de 2001. Essa revogação gerará uma redução de 1,230 bilhão nos gastos tributários da União. Se 50% dos professores receberem esse décimo quarto salário, que é a proposta do Senador, o custo seria de 952 milhões – menos. Agora, imagine se 50% das nossas escolas subirem, de um ano para outro, nas avaliações que são feitas. O Brasil seria outro. Lamentavelmente, não vai custar tanto esse projeto, vai custar muito menos, porque nós não vamos conseguir subir dessa maneira.

Então, Sr. Presidente, atendendo à preocupação corretíssima do Senador Fernando Bezerra Coelho e de outros membros da Comissão, nós solicitamos ao Conorf que analisasse a compatibilidade da fonte de recursos indicada para cobrir as despesas para o pagamento desse bônus salarial aos professores. A análise feita, Sr. Presidente – e está aqui no documento –, é de que isso seria perfeitamente possível, tanto legalmente quanto fiscalmente. Desta feita, esclarecemos que atendemos às exigências legais – pelo menos eu creio – ao estimar o impacto orçamentário e financeiro da proposta e indicar os recursos para o seu custeio. Os recursos para o custeio podem, conforme epigrafado na Lei de Responsabilidade Fiscal, advir do aumento permanente de receita por meio de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Ao mesmo tempo, nós estamos propondo a extinção dessa isenção.

Quanto à conformidade ao novo regime fiscal, a manifestação da Conorf, por nós compartilhada, foi no sentido de que a criação de uma nova despesa primária obrigatória é possível, desde que tenha a devida compensação exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por isso, Sr. Presidente, para não continuar tomando muito tempo a essa hora do dia, é que eu insisto que esse projeto deverá ser aprovado para podermos dar essa contribuição aos nossos professores. Na prática, isso significa que a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não está sujeita ao teto dos gastos. É algo que eu quero lembrar, ou seja, é possível, sim, aumentar os recursos do Fundeb. A PEC do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teto já previa isso – desde que indiquemos a fonte. Ou seja, os gastos totais sim, têm que se manter, mas havendo fontes, é possível conseguir, e é através do Fundeb que estamos aqui propondo essa valorização dos trabalhadores em educação.

Eu relembro, para os que não perceberam ainda o projeto: ele prevê que todos os professores de uma escola – todos, não um ou outro – que tenha subido na classificação do Ideb, o índice de educação de base, de um ano para outro, esses professores receberão um bônus, uma espécie de salário adicional ao décimo terceiro, um décimo quarto salário. Eu creio que é uma maneira barata de incentivar os professores, sem criar algo de que os sindicatos reclamam muito, que é uma disputa entre eles. Não, são todos daquela escola, e isso vai trazer uma coisa interessante: os professores vão se fiscalizar, vão se incentivar, porque, se um não for eficiente

Isso vai trazer uma coisa interessante: os professores vão se fiscalizar, vão se incentivar, porque, se um não for eficiente na melhoria da *performance* da escola, os outros perderão também. Então, haverá um incentivo coletivo aos professores da escola que melhorar no Ideb.

Essa é a proposta, Senador, a que eu peço apoio.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação da matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Cristovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Foi aprovado o relatório.

Parabenizo aqui não só o autor do projeto como o Relator, o Senador Cristovam.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do §1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: favorável ao projeto.

O item 7, de autoria do Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina, vai ser relatado finalmente pelo Senador Fernando Coelho, que, sempre muito elegante...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...concordou em ficar até esta hora aqui, deixando de lado o seu sarrabulho, que comi no seu Estado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE. Como Relator.) – Eu acho que V. Exª deve agradecer a paciência ao Senador Dalirio Beber, que está esperando ansiosamente pela votação desse projeto, que é de iniciativa do eminente Senador por Santa Catarina.

Na realidade, Sr. Presidente, vou me dispensar de ler meu relatório, porque a matéria é muito importante. Eu poderia resumir meu relatório de forma muito objetiva.

Eu acho que o Senador Dalirio Beber traz para a apreciação desta Comissão, através desse projeto de lei, a preocupação com o equilíbrio fiscal dos Estados e dos Municípios brasileiros. Ele pretende que as receitas advindas de *royalties* não sejam computadas para efeito do cálculo da despesa com pessoal. O exemplo mais claro disso é o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro foi à falência, foi a breca. As receitas de *royalties* de petróleo tiveram, em determinado momento, um crescimento extraordinário, e se considerou essa receita como uma receita permanente, fixa. E aí veio a involução nos preços de petróleo, a queda acentuada dos *royalties*, ao lado de outros equívocos administrativos que não cabe aqui pontuar. Mas ele traz à atenção e à reflexão do Congresso Nacional o fato de que a gente deveria tratar melhor essas receitas eventuais, sobretudo essas receitas advindas de *royalties*. Se isso vale para o petróleo, vale para o minério. O preço da extração do minério no mercado internacional também varia muito. E os Municípios e Estados brasileiros não podem se valer disso para poder promover a sua política de despesa com gasto de pessoal, muitas vezes inchando a máquina pública.

Eu dou o meu parecer favorável à aprovação do projeto. O Senador Dalirio Beber conseguiu convencer todas as resistências que foram postas, inclusive, por parte da assessoria técnica da Liderança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo, que, na sua nota técnica, questionava se não seria melhor um percentual de 50%. Ora, trata-se de uma questão conceitual. A receita de *royalty* é estável por natureza

A receita de *royalty* é estável por natureza e não pode ser considerada de forma permanente.

Outra ponderação é se o período de transição fixado pelo Senador Dalirio Beber era adequado ou não. O período que o Senador fixou foi de dez anos. Portanto, isso não vai gerar nenhum embaraço para nenhum Estado poder se adequar, começando com uma redução de 5%, depois de 10%. De forma gradual, ao longo de dez anos, você vai extirpar da base de cálculo da despesa com pessoal essas receitas de *royalties*.

Portanto, em nome da saúde financeira dos Municípios e Estados brasileiros, em nome dos instrumentos de uma responsabilidade fiscal que está a cobrar de nós legisladores, cada vez mais, posições transparentes, claras... É evidente que nós nos estamos aproximando do período eleitoral, e muitos poderão até questionar se isso é correto ou não. É correto! O Brasil atravessa a maior crise fiscal da sua história, e os Estados brasileiros também! É preciso que a gente tenha aqui desprendimento, coragem, firmeza.

Esse projeto de lei do Senador Dalirio Beber vem em boa hora, e, portanto, o nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Fernando Coelho.

Tem a palavra o Senador Dalirio Beber, como autor.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – O Senador Fernando Bezerra foi muito hábil no entendimento do que, de fato, deseja esse projeto de lei. Inclusive, também há os *royalties* de geração de energia elétrica. Nem sempre em função de secas, existe a geração de energia que vai alimentar o Município com essa arrecadação. Na verdade, essa receita é uma compensação, e essa compensação deveria ser aplicada em investimentos que vão promover o desenvolvimento do Estado ou do Município, para, aí sim, automaticamente, se gerar riqueza através do aumento da arrecadação de impostos.

Por isso, a intenção é a de se fazer com que essa receita, que é extraordinária, que não é gerenciável pelo gestor, tanto pelo governador quanto pelo prefeito, fique fora dos limites para cálculo de despesa com pessoal. Se nós tivéssemos agido dessa forma, com certeza nós teríamos a saúde de muitos Estados e de muitos Municípios hoje assegurada. Por isso, louvo a relatoria do Senador Fernando Bezerra e peço que os nossos pares acolham e aprovem esse projeto, que tramita nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Rose Abreu, ou melhor, Rose de Freitas. É que a Kátia, lá atrás, pediu a palavra também. As duas pediram a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu achei que ficou lindo, Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Gostei também. (*Risos*.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Eu também amei.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Vamos trocar?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Kátia de Freitas e Rose Abreu.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar pelo projeto. Segundo, acho que, se o Brasil fosse tratado no conceito com que se formatou esse projeto, nós viveríamos dentro do quadro da realidade.

Quando se fala sobre os *royalties* na questão da energia elétrica, é mais grave ainda, porque falta planejamento, falta a concepção do que é a verdadeira receita. O que está fora do meu Estado vive dentro disso. Usam-se os recursos dos royalties, paga-se pessoal. Depois, quando começou a faltar isso nessa lei do compartilhamento dos *royalties*, a Lei da Partilha, nós começamos a ver a decadência financeira e econômica do Estado.

Então, eu parabenizo e digo que o exemplo

decadência financeira e econômica do Estado.

Então, eu o parabenizo, digo que o exemplo dessa lei serve para o Brasil inteiro. Que não possamos ficar fazendo conta para gastar o dinheiro que não está no seu bolso nem é verdadeiro no cotidiano do dia a dia, quando se administra, consequentemente, a parte financeira e econômica do Estado.

Parabenizo e voto a favor, com o maior prazer!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora (*Fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rose. Senadora Kátia de Freitas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigado, Sr. Presidente. É o maior orgulho usar o nome da minha colega, é um elogio para mim.

Sr. Presidente, eu gostaria de apenas reiterar que não se trata só de petróleo, mas de recursos hídricos. No Estado de Tocantis, 23 Municípios do Estado foram impactados com represas por conta de usinas hidrelétricas e também estão recebendo há anos esses recursos.

Eu não quero aqui fazer uma crítica frontal, uma culpa aos prefeitos, porque, no Tocantis, pela falta de emprego, pela falta de industrialização, os prefeitos se sentem muito pressionados a empregar na máquina pública, certo? Agora mesmo, no Tocantins, quase ninguém acredita, mas nós temos 35 mil servidores concursados e temos 23 mil contratados. Nós estamos... No mês de maio, Sr. Presidente; nós usamos 102% da receita corrente líquida do Estado de Tocantins apenas com a folha de pagamentos. Então, muitos aqui podem entender o resultado da eleição no Estado, certo? Cento e dois por cento da receita corrente líquida. De abril, passou de R$340 milhões, para maio, R$690 milhões. Então, essa é a situação do meu Estado.

Agora, imagine o que fazer com 23 mil pais de família que estão empregados, grande parte deles indevidamente. O que fazer com essas pessoas? Criaram uma irresponsabilidade que vai ter uma consequência grave na vida de cada pessoa que está empregada.

Então, eu quero apenas dar esse exemplo para mostrar aos nossos prefeitos do Brasil e aos governadores que esses recursos de *royalty* não são uma coisa com que podemos contar para o resto da vida. Então, isso são receitas extraordinárias e ocasionais. Então, imagine se uma receita dessas, de gás natural, de petróleo, dos próprios recursos hídricos acaba, o que fazer com esses servidores que, às vezes, foram até concursados, abriram concurso pensando no *royalty* do recurso hídrico, da usina hidrelétrica, do petróleo, do gás natural, e outros minérios também estão incluído, não é isso?

Então, eu acho que muita providência esse projeto. Acredito que será aprovado por unanimidade, porque recursos de *royalties* são para investimento, são recursos da natureza e que nós temos que deixar para as próximas gerações. Essa é a responsabilidade de um país, que ele tem com o seu povo e com a sua futura geração.

Então, voto com prazer. Parabenizo o Senador Dalirio Beber por essa iniciativa. Voto a favor, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão está encerrada. Colocado em votação. As Srªs Senadoras e Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado.

Eu queria me congratular com o projeto do Senador Dalirio Beber.

Item nº 9, de autoria... Item nº 9, que tem como Relator e foi

Item nº 9, que tem como Relator... Foi decidido...

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Sérgio Rogério de Castro

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

A Relatora é a Senadora Rose de Freitas, que chegou ofegante a esta Casa.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a questão do potencial exportador do Espírito Santo, que é reconhecido nacionalmente, é o que deve ser reconhecido nessa matéria, pois a criação dessa ZPE, que está ainda no estágio inicial e que passa por esta Comissão, tem como objetivo beneficiar a exploração do petróleo e tem a capacidade de elevar nosso Produto *per capita.*

Essa ZPE tem a vantagem de estar localizada em uma área em que vai ser construído um porto central. Autorizada já a construção da iniciativa privada, ela vai completar o nosso complexo portuário, que abrange, inclusive, interesses da Região Sudeste como um todo.

Então, a análise a que ele se prende é sobre o aspecto econômico e financeiro. Ele coloca que a deliberação, a consulta vem em virtude de haver esses aspectos.

Inclusive, há certa restrição de não se apreciar nenhuma ZPE, mas esse é um recurso de decisão terminativa, que é muito importante. Há os aspectos da regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade. Essa matéria passou por várias discussões. É um instrumento de incentivo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de exportações no meu Estado, que, como já dito, tem sucesso com a exportação em vários países, entre eles, os Estados Unidos, a China.

Esse conhecimento é importante que os Parlamentares tenham. Os incentivos oferecidos atraem investimentos estrangeiros. É um projeto que hoje vai gerar cerca de quatro mil empregos naquela região, com recursos, inclusive, de Roterdã, que, há muito tempo, não investia em nenhuma planta como essa no mundo inteiro, mas que está investindo.

É uma forma equilibrada de a gente incentivar a produção e de até ter concurso no mercado internacional. A ZPE viabiliza o aumento do valor agregado às exportações a que estamos referindo e contribui para a geração de emprego, que é fundamental, hoje, no País.

O que é mais importante é que ela acaba contribuindo para acabar com esse desequilíbrio regional. Nós temos a oportunidade de ter uma planta como essa dentro do setor privado na região. Já é um problema estudado. Há 12 anos se discute esse assunto, e agora estamos começando a caminhar.

Então, a instalação dessa ZPE é para estimular o desenvolvimento do setor industrial e de serviço.

Eu peço, então, a aprovação dos meus pares para esse projeto específico, porque é uma situação muito peculiar da nossa região.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Rose.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A matéria, então, está aprovada.

O relatório que passa a

A matéria então está aprovada. O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Parabéns, Senadora Rose. Valeu o esforço.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Pela ordem.) – Antes de me retirar, eu gostaria de deixar aqui uma sugestão. Nós aprovamos matérias importantíssimas aqui hoje. Nós temos plenário hoje e amanhã. Foram unanimidade praticamente aqui o projeto dos consórcios, o projeto sobre os *royalties* do petróleo, gás e hídrico, e mais umas duas matérias importantes. Quem sabe o Presidente Eunício poderia colocar em pauta, e nós encerraríamos o semestre aprovando essas importantes matérias para o Brasil, Sr. Presidente? É apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senadora Kátia. Só lembro que, para algumas dessas matérias, já foi pedida urgência aqui na Comissão, e elas vão para o plenário ainda hoje. Vamos depender da disposição do Presidente da Casa, Eunício Oliveira.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Surgiu uma dúvida: esse projeto que votamos agora também pode ter urgência?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Acho que não porque não é terminativo aqui.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Porque ele tramita em duas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Porque ele ainda vai...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Eu posso, então, fazer o requerimento no plenário...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – No plenário, sim.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Conforme o Pimentel, eu posso fazer no plenário. Eu gostaria de contar com o apoio de todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – É, da mesma forma... Não, eu colherei assinatura no plenário, conforme o Pimentel está orientando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k., então. O item 7 já vai ao plenário, mas não hoje. Ou é hoje? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, estou requerendo a urgência nessa matéria do Dalirio.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k. Todos concordam com a urgência requerida pelo Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Valeu o esforço, Senadora Rose de Freitas.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.

Autoria: Deputado Jorginho Mello

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao projeto.

Favorável ao projeto, com uma emenda.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 500, de 2018, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jorginho Mello, contém três artigos e um único objetivo, expresso em sua ementa e repetido em seu art. 1º: "permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, em janeiro de 2018 foram excluídas 470.916 micro

470.916 micro e pequenas empresas e 1.270.000 empreendedores individuais. Até ontem, dia 2 de julho, desse público, nós já tínhamos a quantia de 215.321 micro e pequenas empresas que fizeram adesão ao Refis do Simples Nacional e 23.619 microempreendedores que também tinham feito essa adesão.

O prazo de adesão termina no dia 9 de julho, agora. Portanto, estamos chegando ao final desse processo.

No art. 2º desse projeto, propõe-se acréscimo do art. 2-A à recém aprovada Lei Complementar 162, de 2018, para autorizar o retorno dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do Simples Nacional em 1º de janeiro 2018 que aderirem de forma extraordinária ao programa do Refis nacional. Volto a registrar que até ontem são estes números: nós tivemos 215.321 micro e pequenas empresas e 23.619 empreendedores individuais.

O retorno desse público não tem nenhum efeito fiscal e nem tão pouco impacta na Lei de Responsabilidade Fiscal porque eles estavam no Simples, foram excluídos nesse de 2018 e retornarão, caso o Senado aprove esse projeto de lei, ao Simples e, com isso, permite pagar o parcelamento que eles estão fazendo e também voltarem ao sistema, com todas as limitações que a Lei Complementar 123 impôs, respeitados todos aqueles itens ali constantes.

Por isso, Sr. Presidente, a Câmara o aprovou por unanimidade. Esse projeto de lei atende a todos os preceitos constitucionais e regimentais, atende à Lei de Responsabilidade Fiscal e é por isso que o nosso parecer é favorável.

Estamos apresentando, Sr. Presidente, um complemento de voto no art. 2º, na parte em que tem uma pequena alteração. Na lei aprovada na Câmara, eles determinaram que o prazo é 30 dias para que eles possam fazer adesão ao Simples desse público específico. Esse prazo de 30 dias está mantido. No entanto, eles fizeram uma redação que trazia em consideração esse prazo de 30 dias contado da data de adesão ao PERT do Simples Nacional, que é o Refis, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.

Ora, nós temos parte deles que fez adesão em abril, outros fizeram adesão em maio e, se for contar os 30 dias a partir da data da adesão, eles não serão incluídos. O que nós estamos fazendo como emenda de redação? Esse prazo continua de 30 dias, contados da data de publicação desta lei complementar. Para quê? Para que todos tenham o mesmo prazo de 30 dias, que é o objetivo do projeto de lei, e não trazer qualquer impedimento futuro junto à Receita Federal.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável com essa emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Pimentel permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Pimentel, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Pedimos também requerimento de urgência para essa matéria relatada pelo Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há pedido de urgência.

Se todos concordarem, a matéria vai em regime de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Não havendo mais matéria a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 h horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Rose de Freitas, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Eduardo Lopes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra a presença de Deputada Federal Carmen Zanotto; Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília; Instituto Lado a Lado pela Vida; e Go All – Todos pela Vida. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria a Instituição de Pesquisas Sociais Independente (IPSI) no âmbito do Senado Federal." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Airton Sandoval. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes." Autoria: Deputado Jean Wyllys. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Flexa Ribeiro em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas." Autoria: Deputada Carmen Zanotto. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11 de 2018 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater a importância da Medicina Personalizada no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS. Para tanto sugiro que sejam convidados: Dr. Sandro Martins, do Ministério da Saúde; Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado; Dr. Marcelo Cruz, Médico Oncologista do Programa de Desenvolvimento Terapêutico de Hematologia/ Oncologia da Feinberg School of Medicine - Northwestern University, Chicago; Dra. Patricia Polla, Médica Geneticista Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Dr. Denizar Viana, Médico Cardiologista e Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Maria de Fátima Coelho Maia, Representante dos pacientes (em tratamento no Hospital BP Mirante, em São Paulo)." Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 9/2018 e do RDH 52/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2018 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retorna à Pauta da próxima Reunião Deliberativa para arguição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública do indicado e posterior votação procedida por escrutínio secreto. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Minuta de Requerimento Nº , de 2018 que : "Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2018." Autoria: Sen. Flexa Ribeiro e Sen. Waldemir Moka. Resultado: Aprovada a apresentação de minuta de Requerimento de Urgência perante o Plenário do Senado Federal. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Paulo Paim, e as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião será destinada à deliberação de três itens não terminativos, 11 itens terminativos e dois requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senadora Marta Suplicy, pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, se nós poderíamos incluir um item extrapauta, que é a indicação do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da ANS.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pode ser. E, como nós não temos ainda quórum para votação, eu vou pedir para V. Exª fazer a leitura.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou pergunta a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou por meio do Alô Senado, no número 0800-612211.

Quero lembrar que, neste momento, será feita somente a leitura do relatório, que será votado na próxima quarta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 29, de 2018, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O *curriculum vitae* informa que o Sr. Rogério Scarabel Barbosa é brasileiro, natural da cidade de Marília, São Paulo, tem 48 anos e é bacharel em Direito, tendo-se graduado, em 1993, pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília (Univem).

O Sr. Rogério Scarabel Barbosa declara ter permanecido associado, até recentemente, ao escritório de advocacia Imaculada Gordiano Sociedade de Advogados, onde advogou, de agosto de 2004 a abril de 2018, como Coordenador da Área de Direito da Saúde. Informa ter requerido licença de seus dois números de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um na Seção de São Paulo e outro na Seção do Ceará.

Exerceu, ainda, as seguintes atividades profissionais: cooperado e Diretor Financeiro da Cooperativa Nacional Mista de Múltiplos Serviços e Trabalhos, em Lins, São Paulo, de 1999 a 2000; sócio e coadministrador da empresa Siscomp, de 1995 a 1997; sócio e coadministrador da empresa Futuro, de 1996 a 1998; sócio titular e administrador empresa Rogério Scarabel Barbosa ME, de 1993 a 1994.

O *curriculum* apresenta sua formação acadêmica, na qual se destacam os cursos de especialização em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor, na Universidade de Fortaleza (Unifor), e em Gestão Hospitalar e Organizações da Saúde, na Universidade Federal do Ceará. Lista também suas participações em congressos, além de mencionar artigo científico do qual ele foi coautor.

O indicado incluiu carta em que manifesta sua convicção de que sua formação e trajetória profissional o habilitam para o desempenho do cargo de Diretor da ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal devem apresentar declaração sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores.

A documentação enviada pelo indicado para atender a esses requisitos contém declarações, certidões e outros documentos. Ele envia declaração de que: i) é casado com Márcia Real Machado, funcionária e Diretora Administrativa do Hospital São Carlos LTDA; II) é irmão de Marcelo Scarabel Barbosa, o qual é médico e cooperado da Cooperativa Unimed Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, mas não ocupa cargo de diretoria na Cooperativa; III) não possui outros parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Por meio de outra declaração, informa que participou, como sócio, proprietário ou gerente das cinco empresas ou pessoas jurídicas elencadas em seu *curriculum* e anteriormente identificadas neste relatório.

Para certificar esse histórico de participação, envia cópias de documentos.

Acerca da regularidade fiscal, o indicado declara que se encontra “regular perante o Fisco” nas três esferas e apresenta cópias das respectivas certidões.

Declara também que não possui débitos trabalhistas, conforme atesta a cópia da Certidão Negativa.

Ele declara que consta ou constou como parte autora em quatro feitos processuais por ele listados e em outros quatro como parte ré. Segundo o indicado, destes últimos, um já foi arquivado e dois aguardam baixa definitiva após os débitos terem sido efetivamente pagos. Com relação ao último deles, ele informa que a situação processual traz as seguintes informações, abro aspas: “Apresentada certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo, demonstrando que o indicado se retirou da cooperativa executada em momento anterior à ocorrência dos fatos geradores (2 anos antes). Apresentada Exceção de Pré-executividade para afastar a responsabilidade como corresponsável tributário”, fecho aspas.

Por fim, apresenta declaração de que, nos últimos cinco anos, atuou na condição de advogado nos seguintes Tribunais: STF, STJ, TRF da 1ª Região e outros.

E, para o mesmo propósito, ele declara que atuou também na condição de advogado perante os seguintes órgãos públicos e agências reguladoras: ANS, Cade, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Ceará e outros.

Ele ressalva que o escritório em que atuou por dez anos possui mais de sete mil processos nos quais seu nome consta da procuração, mas que ele não atuou efetivamente – abro aspas – “em todos os processos ou tribunais em razão da organização da sociedade”– fecho aspas. E conclui declarando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca teve atuação como funcionário, colaborador ou terceirizado em qualquer tribunal ou juízo, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da ANS na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador Flexa.

Lido o relatório, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado, esta Presidência concede, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

A matéria retornará à pauta em data oportuna – vai retornar na próxima semana – para arguição e posterior votação em escrutínio secreto da indicação.

Agora nós vamos para o item 3 da pauta. Não temos ainda quórum para terminativo, mas o Senador Moka poderá fazer a leitura.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Solicito, após o Senador Moka, Presidente, a inversão da pauta para leitura do item 7.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Concedida.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Moka para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Como Relator.) – Srª Presidente, vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2018 (Projeto de Lei nº 8.470, de 2017, na Casa de origem), de autoria da Deputada Carmen Zanotto, que objetiva instituir a notificação obrigatória dos casos e eventos em saúde relacionados ao câncer e a malformações congênitas.

O projeto possui quatro artigos. O art. 1º define o seu escopo. O art. 2º adiciona o art. 4º-A à Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012 – Lei dos 60 Dias –, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, o qual estabelece que as doenças, agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias terão notificação e registro compulsórios, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o Território Nacional, nos termos regulamentares.

O art. 3º, por sua vez, acresce ao art. 4º da Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, que assegura a validade nacional à Declaração de Nascido Vivo (DNV), regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências, um novo §5º, que obriga que a Declaração de Nascido Vivo contenha campo para que sejam descritas, quando presentes, as anomalias ou malformações congênitas observadas no bebê.

O art. 4º, cláusula de vigência, define que a lei resultante de eventual aprovação do projeto de lei entrará em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

A autora argumenta que a notificação compulsória de eventos relacionados ao câncer permitirá a identificação de gargalos de assistência, diagnóstico, tratamento e prevenção da doença, bem como estabelecer dispositivos técnicos para o efetivo cumprimento da Lei dos 60 Dias.

Originalmente, a proposta da Deputada Carmen Zanotto tratava apenas da notificação obrigatória de eventos relacionados ao câncer, mas a sua tramitação em conjunto com outros projetos resultou na aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um substitutivo que incorporou também a comunicação compulsória de malformações congênitas.

A proposta, que não recebeu emendas, foi distribuída para a apreciação da CAS, de onde seguirá para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto sob análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O objetivo principal da matéria que ora analisamos é obrigar o registro, pelos serviços de saúde públicos e privados, de dois tipos de agravos à saúde: as neoplasias malignas e as malformações congênitas.

Como o câncer é segunda maior causa de mortalidade no Brasil, responsável por cerca de 15% dos óbitos anuais, é importante estabelecer medidas e políticas públicas voltadas ao rastreamento, tratamento e reabilitação desse conjunto de doenças. Para que isso se dê de maneira efetiva, é fundamental contar com uma boa estratégia de planejamento e ação do aparato de saúde, o que certamente requer boas fontes de informação.

Dentro desse contexto, há várias organizações e associações que têm lutado pelos direitos dos pacientes com câncer. Nessa linha de frente, destacamos a atuação do Go All, grupo de trabalho, sem fins lucrativos, composto por diversos setores da sociedade, que se unem para criar uma agenda de trabalho colaborativa em torno de um propósito comum: trabalhar para que cada cidadão brasileiro tenha acesso aos avanços da oncologia contemporânea, tanto na prevenção quanto na terapêutica.

Vale lembrar que o Parlamento tem dedicado especial atenção à saúde das pessoas com câncer, visto que aprovou, há cerca de cinco anos, a Lei nº 12.732, de 2012, para garantir o início do tratamento do paciente com neoplasia maligna no prazo de até 60 dias a partir da comprovação do diagnóstico. No entanto, as responsabilidades do Congresso Nacional em relação aos indivíduos enfermos não se encerraram apenas nesse ponto, visto que há inúmeras barreiras operacionais que ainda impedem que os acometidos tenham acesso à devida terapêutica.

Um desses gargalos certamente é a falta de informação, em tempo adequado, a respeito dos casos das neoplasias malignas e de outras variáveis importantes relacionadas à sua ocorrência, lapso esse que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas e a regulação do acesso aos serviços de saúde que prestam suporte e tratamento às pessoas com a doença.

Dessa forma, consideramos conveniente complementar as disposições da citada Lei dos 60 Dias, impondo ao Sistema Único de Saúde (SUS) que a detecção de novos casos da doença seja obrigatoriamente notificada, principalmente para que as providências inerentes ao início do tratamento sejam tomadas.

Da mesma maneira, merecem atenção especial do poder público as malformações congênitas, vez que tais afecções frequentemente necessitam de intervenção profissional tempestiva, para que a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do recém-nascido e o seu desenvolvimento sejam preservados. Para que a rede regionalizada possa ser usada de maneira eficaz por esses pequenos pacientes, é necessário prover o SUS de tal informação, que será útil para o correto referenciamento para os serviços especializados.

Assim sendo, pelos claros benefícios advindos do projeto e pelas vantagens que proporciona para a administração do SUS, julgamos que deve ser aprovado por esta Casa legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2018.

É este o relatório, Srª Presidente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Aqui a gente prefere que não se manifestem, mas eu vou citar o nome das entidades que estão aqui presentes: Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília; Instituto Lado a Lado pela Vida; e o Go All – Todos pela Vida.

Eu parabenizo todas vocês pelo esforço, pela dedicação à causa; também, e principalmente, a autora, Deputada Carmen Zanotto; e o Relator Moka, que fez um relatório realmente muito expressivo.

Nós não podemos votar, falta uma presença. Na hora em que nós atingirmos 11 no quórum, nós votaremos.

Vamos, agora, a uma inversão de pauta a pedido do Senador Caiado.

Eu tenho que ler do item antes, mas V. Exª quer falar?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim, Presidente.

Solicitaria a V. Exª só também a condição de continuar... Porque V. Exª fez referência ao trabalho do Senador Moka, em continuidade também ao trabalho da Deputada Carmen Zanotto, nossa colega na Câmara dos Deputados.

O Senador Waldemir Moka conseguiu mostrar com toda clareza, em seu relatório, o quanto essa notificação compulsória dará maior agilidade essa notificação compulsória dará maior agilidade e condição para que as pessoas portadoras de câncer e de malformações congênitas possam ter um tratamento adequado, com mais celeridade. E também os próprios pais terão conhecimento até dos desdobramentos de malformações, que, muitas vezes, demoram a aparecer do ponto de vista de ser detectado por um cidadão, uma pessoa comum; no entanto, no relatório médico, isso já pode, pelo menos inicialmente, ser colocado como sinais de complicação já na fase de crescimento da criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-la e dizer que cada vez mais nós vamos dando ao Sistema Único de Saúde mais transparência, exigindo cada vez mais ações para que possamos dar qualidade de vida a toda a população brasileira.

Espero que a mamografia retorne aos 40 anos de idade, para que também as mulheres... A nossa Deputada está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Vou pedir à Deputada Carmen Zanotto para tomar assento aqui conosco, para que quando for votado nós possamos nos congratular.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente. É verdade, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – A Deputada Carmen Zanotto é muito dedicada às questões da saúde, principalmente ao câncer.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Parabéns!

Então, Presidente, eu encerro meus cumprimentos, aplaudindo aqui o nosso Relator, Waldemir Moka, e a nossa colega Deputada Zanotto, que tanto tem trabalhado nesse setor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Quer dar uma palavra? É meio fora do Regimento, mas acho que é importante, você estando aqui presente.

Com a palavra.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Muito obrigada, nobre Senadora Marta.

Em seu nome, quero saudar todos os Senadores e Senadoras. Saudar as palavras do Senador Caiado. E aqui eu falo muito mais do que como Deputada Federal Carmen Zanotto. Nossos agradecimentos são em nome da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, que congrega a todos nós, homens e mulheres, da Câmara e do Senado que são preocupados e que têm na sua pauta legislativa a luta com relação à garantia dos direitos ao acesso rápido ao tratamento, ao tratamento de qualidade. E nós só vamos conseguir tratamento de qualidade exatamente como o nosso nobre Relator, Senador Moka, nos coloca, que é tendo dados com clareza. A gente pode ter, inclusive, depois, estudos epidemiológicos para até ter mais segurança. Quando se fala que uma região tem mais câncer de um tipo, outra de outro, são hábitos alimentares, o meio ambiente? O que está levando àquelas causas?

Hoje nós temos o registro do câncer de colo de útero e de mama, mas, com essa iniciativa legislativa que deverá ser, em seguida, deliberada aqui na Comissão e, depois, no Plenário, com certeza, o Sistema Único de Saúde poderá se organizar melhor. Mas isso é fruto de um trabalho coletivo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente parlamentar que eu presido e das entidades que lutam todos os dias. E aqui eu quero saudar todas as entidades que lutam todos os dias para o acesso ao tratamento o mais rápido possível, porque nós sabemos que o tratamento do câncer... E todos nós aqui passamos. Todos nós temos um histórico familiar, temos um amigo, temos um vizinho e sabemos o que passa uma família que precisa do acesso ao tratamento no Sistema Único de Saúde.

Então, Senadora Marta, muito obrigada. Muito obrigada a cada uma das Senadoras e dos Senadores desta Comissão, porque tenho certeza de que, na sequência, será deliberado. E que com esses dados a gente possa avançar no fortalecimento da legislação, mas, em especial, no tratamento e no cuidado com cada um dos nossos pacientes.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Muito obrigada, Carmen Zanotto. Tem toda a razão no sentido de que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Um momentinho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Um momentinho.

Olha, eu estou sendo informada de que o quórum está a caminho e que é melhor abrimos a discussão para votar em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Era isso, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era isso. Com a rapidez devida.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, eu tenho de fazer uma burocracia.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Aberta a discussão.

Eu vou falar uma frase e abro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu também quero uma frase só.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para dizer que informação e diagnóstico são tudo. Então, apreciei as suas considerações porque os que nos assistem pela televisão terão uma informação maior sobre o que trata e sobre a importância deste projeto.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

Aproveito para, já que deu quórum, votar.

Cumprimento V. Exª pela matéria colocada em pauta.

Cumprimento a nossa querida Deputada Carmen Zanotto, relatora de alguns projetos inclusive nossos, que está se ajeitando lá para resolver. Com muito carinho, acompanho também o seu trabalho.

Cumprimento o Senador Caiado também, que é médico e que fez aqui também uma bela defesa, e, com muito carinho, claro, o nosso relator, Senador Waldemir Moka, que fez um relatório objetivo, direto, que mostra, mais uma vez, que é uma luta de todos nós o combate ao câncer, enfim, e a defesa da vida.

Encerro aqui e cumprimento ambos, a autora e o relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora, eu só vou lembrar que a Deputada Federal Carmen Zanotto é a nossa Ana Amélia lá na Câmara, porque a autora da Lei dos 60 Dias – eu acho importante lembrar – é a Senadora Ana Amélia. Se bem me recordo, eu também fui o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu estava lembrando a falta dela neste momento. Ela é sempre presente e, hoje, neste dia... Realmente os projetos mais importantes em relação ao câncer, ao combate ao câncer, a Senadora Ana Amélia traz para esta Comissão.

Nós temos quórum.

Vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria que estou representando também ela aqui, pela Bancada gaúcha.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – É verdade.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2018, a matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Eu pediria a alguém que solicitasse urgência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Urgência, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Urgência aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem. E a urgência?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não. O pedido de urgência já foi feito.

Mas eu quero parabenizar a Deputada Carmen Zanotto por tudo o que já foi dito aqui, pela preocupação, pelo engajamento nessa prevenção do câncer e por muito mais. A qualidade do seu projeto, Deputada, é demonstrada pela forma como tramitou. Esse projeto é de 2018. Já foi aprovado na Câmara. Não chegamos ao fim do primeiro semestre e o estamos aprovando aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Chegou esta semana aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois é. Isso é a prova de como este projeto é importante.

E parabéns ao Senador Moka, que foi mais rápido do que a Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Que teve agilidade em mandar rápido o relatório também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois é. Muito rápido.

Parabéns, Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu acho que deu tudo certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

Parabéns a todos das associações.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, concedida a urgência, vai ao plenário. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Item 7:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para leitura do seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Vem para análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 148, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que visa a assegurar o rastreamento de doenças crônicas não transmissíveis no âmbito do Sistema Único de Saúde, SUS.

Para tanto, o projeto inclui o Capítulo IX no Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde – LOA), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

O Capítulo IX incluído pela proposição na LOA é composto pelo art. 19-V, que determina seja ofertado, no âmbito do SUS, atendimento com o objetivo de diagnosticar precocemente, ainda em fase assintomática doenças cardiovasculares, diabetes melito, neoplasias malignas e qualquer outra afecção passível de rastreamento, na forma do regulamento.

O §1º do art. 19-V impõe que seja assegurado o acesso tempestivo do paciente a procedimentos propedêuticos e terapêuticos, sempre que houver solicitação de médico nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O §2º determina que os serviços e ações relacionados ao rastreamento especificado no caput sejam amplamente divulgados à população.

Pela cláusula de vigência – art. 2º –, a lei que se originar do projeto entrará em vigor 180 dias após a data de publicação.

Na justificação da matéria, o autor alega que todas as doenças com maior impacto sobre a taxa de mortalidade no Brasil, a exemplo das doenças do aparelho circulatório, são passíveis de rastreamento e de diagnóstico precoce. Segundo ele, essa medida, além de contribuir para o aumento da sobrevida dos pacientes e para a redução da taxa de morbidade, terá impacto positivo sobre o orçamento da saúde, uma vez que o custo da terapia na fase inicial da doença é significativamente menor que aquele nas fases mais avançadas.

A matéria foi distribuída exclusivamente para análise e decisão da CAS, em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à CAS, na forma do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre o mérito de proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde sobre as competências do SUS.

Tendo em vista a análise exclusiva e terminativa da CAS, incumbe a esta Comissão examinar também os aspectos de constitucionalidade e juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto em análise.

No que tange à constitucionalidade, o projeto não padece de vícios, vez que é competência da União legislar sobre proteção e defesa da saúde (inciso XII do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar a respeito dessa matéria.

Nos aspectos de juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, também não há óbices a apontar.

Quanto ao mérito, é inegável a importância de qualquer medida que busque priorizar o diagnóstico precoce das doenças não transmissíveis, pois isso melhora o prognóstico, diminui as comorbidades e as complicações, melhora a qualidade de vida, contribui para a diminuição das taxas de mortalidade e implica a redução dos custos com o tratamento.

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são a principal causa de mortalidade no Brasil e no mundo. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2013, 72,6% do total de óbitos registrados no País foram por DCNT, ou seja, Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Quase 80% desses óbitos foram devido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às quatro principais: doenças cardiovasculares (40,9%); neoplasias (23,3%); doenças respiratórias crônicas (8,2%) e diabetes mellitus (7,0%).

Além de constituírem o grupo de doenças de maior magnitude no País, as DNCT atingem, especialmente, as populações mais vulneráveis, como as de baixa renda e de baixa escolaridade, seja pela maior exposição aos fatores de risco, seja por menor acesso à informação.

Em função da gravidade das DCNTs e seu impacto sobre os sistemas de saúde e a sociedade, em setembro de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma Reunião de Alto Nível sobre DCNT, que resultou em uma declaração pela qual os países-membros se comprometeram a trabalhar para deter o crescimento desse grupo de doenças.

Já em nosso País, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022, instituiu duas metas que contemplam o rastreamento de neoplasias em mulheres: aumentar a cobertura de mamografia em mulheres entre 50 e 69 anos para 70%; e aumentar a cobertura de exame preventivo de câncer de colo uterino em mulheres de 25 a 64 anos para 85%.

No entanto, outras DCNTs também devem ser alvo de ações de rastreamento, a exemplo do diabetes e da hipertensão arterial, o que trará benefícios para as pessoas que desconhecem ser portadoras de tais doenças.

Assim, o diagnóstico precoce dessas e de outras doenças, realizado por meio de ações de rastreamento, conforme prescreve o projeto de lei em comento, deve receber atenção prioritária quando da formulação das políticas públicas de saúde.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2016.

Srª Presidente, resumidamente, quero aplaudir a iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Realmente, é um trabalho que tem sido desenvolvido não só na ampliação das ações do Programa de Saúde da Família, que tem dado um suporte enorme para que possamos qualificar cada vez mais as pessoas que lá estão, incluindo também nesse programa nacional de saúde – acreditamos que em um curto espaço de tempo – a presença da nutricionista, a presença de um professor da área de exercícios físicos, como também de um psicólogo, o que é fundamental para tratarmos essas doenças crônicas.

O rastreamento dela se torna um ponto de controle maior, dado que as cardiopatias, como as doenças vasculares e até mesmo a hipertensão, vêm, muitas vezes, em decorrência de um diabetes tratado mal, de uma alimentação totalmente contrária àquela a que o paciente deve corretamente ser submetido, com uma dieta específica, e, também, com um mínimo de atividade física, para que essas pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, se nós atacarmos objetivamente, como está aqui, nos centros de diagnóstico antecipado de diabetes, que é a causa determinante, provavelmente, desses 42% de doenças cardiovasculares, veremos que esse índice deve estar em torno de 70%, como sendo causa determinante dessas complicações cardiovasculares e outras, como insuficiência renal, cegueira e outras lesões vasculares. Nós teremos, aí sim, uma qualidade de vida e um tratamento das pessoas em condições muito melhores do que as condições precárias em que se encontram hoje.

Então, as minhas palavras são de agradecimento à iniciativa do Senador Cristovam Buarque. Senti-me imensamente honrado em poder relatar essa matéria, Presidente.

O voto é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu não vou abrir para a discussão, porque acredito que a matéria é muito importante e, se abrirmos para discussão, teremos de encerrar e, depois, votar. Eu acho que seria melhor retomarmos a discussão depois.

Em virtude da falta de quórum para a deliberação de matérias terminativas, fica adiada a discussão e a votação da matéria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes.

Autoria: Deputado Jean Wyllys

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Amorim, gentilmente, permitiu que, em não estando presente, fosse designado Relator *ad hoc* o Senador Flexa.

Concedo a palavra, assim, ao Senador Flexa Ribeiro para proceder à leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, por indicação de V. Exª, farei a leitura do relatório do Senador Eduardo Amorim.

Srs. Senadores, Srª Senadora, encontra-se sob exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 12, de 2018 (Projeto de Lei nº 2.350, de 2015, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jean Wyllys, que altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar os direitos educacionais às mulheres gestantes, em estado de puerpério e lactantes.

O art. 1º do PLC altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. O art. 1º da Lei passa a garantir o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, à estudante em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda, a partir do oitavo mês de gestação e até seis meses após o nascimento da criança (o texto em vigor atualmente menciona somente o estado de gravidez e assegura o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês e durante três meses).

Além disso, o art. 1º da lei passa a contar com três parágrafos, sendo que o §1° reproduz o conteúdo do atual parágrafo único da norma vigente, pelo qual o início e o fim do período de afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da instituição de ensino – a única alteração foi a substituição do termo “escola”, atualmente em vigor, pela expressão “instituição de ensino”.

O §2º acrescido ao art. 1º da lei tem conteúdo semelhante ao teor do *caput* do art. 2º hoje em vigor e estabelece que, “em casos excepcionais devidamente comprovados mediante laudo médico, poderá ser aumentado, antes e depois do parto, o período de repouso, incluída a estudante no regime de exercícios domiciliares".

E o §3º acrescentado determina que, “sem prejuízo da garantia do direito ao afastamento para regime de exercícios domiciliares, as instituições de ensino terão suas instalações físicas adaptadas, além de prover medidas de acolhimento à adolescente grávida, em estado de puerpério ou lactação".

O *caput* do art. 2º da lei tem o conteúdo modificado e fica acrescido de quatro incisos que elencam direitos assegurados às estudantes em exercício domiciliar, quais sejam: acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógico próprio, com cronograma e plano de trabalho, para o período de afastamento (inciso I); utilização de instrumentos pedagógicos, disponibilizados pela instituição de ensino, bem como de meios análogos aos utilizados na educação a distância, para a realização de tarefas e esclarecimento de dúvidas (inciso II); realização de todos os testes, provas e demais exames, inclusive as provas finais, preferencialmente em consonância com o calendário escolar, com vistas ao regular e tempestivo aproveitamento do curso, sempre que compatível com o estado de saúde da estudante e com as possibilidades do estabelecimento de ensino (inciso III); continuidade do recebimento de bolsa de estudos (inciso IV).

O atual parágrafo único do art. 2º, que assegura "às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais" passa a constar como "revogado", por ter o seu conteúdo sido abarcado pelo inciso III do *caput* do artigo.

O art. 2º do PLC nº 12, de 2018, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – acrescentando-lhe o art. 80-A, cujo *caput* atribui aos sistemas de ensino a responsabilidade de "oferecer atendimento educacional e acompanhamento pedagógico próprios, em qualquer nível ou modalidade de ensino, para as estudantes em estado de gravidez, puerpério ou lactação em livre demanda que se encontrem sob o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, nos termos da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975".

O parágrafo único do art. 80-A, inserido na LDB pelo art. 2º do PLC, explicita que o cumprimento do disposto no artigo "deverá contemplar ainda a adaptação de instalações no ambiente do estabelecimento de ensino".

O art. 3º do PLC obriga o Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a estimar o montante da despesa decorrente do disposto no art. 2º da lei que o projeto originar e incluir essa estimativa no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após o transcurso de 60 dias da publicação da referida lei.

Por fim, o art. 4º do PLC estatui a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de publicação da lei que o projeto originar.

Nesta Casa, o PLC nº 12, de 2018, foi distribuído à CAS e posteriormente às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), às quais será encaminhado nessa ordem.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Acerca da matéria em análise, o grande mérito da proposição é estender o regime de exercícios domiciliares para as lactantes até seis meses após o parto, de forma a possibilitar-lhes seguir a recomendação do Ministério da Saúde (MS) de manter seus bebês em aleitamento materno exclusivo durante esse período. Nos primeiros seis meses, o Ministério da Saúde orienta que a mãe amamente seu bebê em regime de livre demanda, o que pode significar que ele irá mamar de oito a doze vezes ao dia. Assim, a medida prevista no projeto irá garantir as condições necessárias para a estudante proporcionar ao seu filho os inúmeros e comprovados benefícios para a saúde advindos do aleitamento materno exclusivo.

No entanto, a proposição comete alguns equívocos que demandam correção. O primeiro deles é que a extensão até seis meses após o parto só se justifica se a estudante estiver amamentando seu bebê. Se, por qualquer razão, ela não estiver na condição de lactante – vontade própria, feto natimorto, morte do recém-nascido ou qualquer condição que impeça a lactação –, os seis meses não serão necessários. A princípio, o prazo de três meses a partir do oitavo mês, atualmente em vigor, é suficiente para abranger o final da gestação e o puerpério, períodos em que se recomenda liberar a mulher de quaisquer obrigações que acarretem esforços físicos desnecessários e resguardar seus períodos de repouso.

Também demandam correção o parágrafo único do art. 80-A, a ser incluído na LDB, e o §3º, a ser acrescido no art. 1º da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, porque não faz sentido exigir que os sistemas de ensino promovam a adaptação de suas instalações físicas para atender a gestantes em regime de exercícios domiciliares.

Outro problema diz respeito à técnica legislativa empregada na proposição: o projeto apresenta o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, como “revogado”, mas não contém uma cláusula expressa de revogação do dispositivo.

Também levamos em consideração, conforme bem lembrou nota técnica a nós enviada pela Marinha do Brasil, que o art. 83 da LDB esclarece que “o ensino militar é regulado por lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com normas fixadas pelo sistema de ensino". Dessa forma, entende-se que o ensino militar faz parte de um sistema autônomo, que não se enquadra nas determinações previstas na LDB e em normas conexas, razão por que se excluem das regras dispostas no projeto as estudantes das Escolas Militares das Forças Armadas.

Por fim, excluímos o conteúdo do art. 3º do projeto, pois, no Novo Regime Fiscal, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro – conforme determina o art. 113 do Ato das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) –, não sendo apropriado transferir essa incumbência para a União cumpri-la após o projeto ter sido aprovado.

No caso do projeto em análise, tendo sido excluídos os dispositivos que tornavam obrigatória a adequação das instalações físicas dos estabelecimentos de ensino, o impacto financeiro do projeto sobre os entes da Federação limitar-se-á aos recursos necessários para disponibilizar a plataforma de ensino a distância a todas as estudantes de escolas e universidades públicas que entrem em regime de exercícios domiciliares.

Tendo em vista que esse impacto recairá sobre o setor educacional, caberá à Comissão de Educação, como última comissão a opinar sobre o projeto nesta Casa, cuidar da estimativa.

Assim, por entendermos que a matéria é meritória e para corrigir os equívocos apontados, sugerimos a apresentação de substitutivo ao texto do PLC nº 12, de 2018.

O voto, Sr. Presidente, Senador Moka: pelo exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 12, de 2018, na forma do seguinte substitutivo, que se encontra, já, de conhecimento de todos os Senadores.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Lido o relatório, a matéria, que não é terminativa, está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Waldemir Moka, o que a Senadora me dizia agora é que ela teve que correr à CCJ, porque estão debatendo lá a questão da segurança. Por isso é que a Senadora Marta teve que sair.

Eu quero, primeiro, cumprimentar o Deputado Jean Wyllys pela importância do projeto. É um belíssimo projeto. Trata-se de projeto que garante à mãe estudante condições, resumidamente, eu diria, de tranquilidade para estar perto do seu filho recém-nascido em seus primeiros meses de vida.

E quero dizer, Sr. Presidente, que nós recentemente já aprovamos aqui 180 dias, projeto da Senadora Rose de Freitas. No serviço público também é um tempo maior. Por isso que eu seria muito simpático a que ficassem os 180 dias como propõe o projeto original, mas, como tenho, de fato, um grande carinho e respeito também pelo Senador Eduardo Amorim e pelo Senador Flexa, que leu o relatório, a minha intenção era pedir vista porque, na forma do substitutivo ora apresentado, o projeto vai retornar de novo à Câmara, e é um projeto importantíssimo, mas nós acompanharemos, votaremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoravelmente porque não é terminativo. O projeto vai para a CDH e lá podemos tentar construir o entendimento na linha de garantir também os 180 dias.

Então, cumprimento tanto o Deputado Jean Wyllys, cumprimento o Senador Eduardo Amorim e também o Senador Flexa Ribeiro e votaremos favoravelmente, simbolicamente, sem pedir vista, não criando nenhum obstáculo, até porque ele vai para mais duas comissões ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Regina, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Na mesma linha do Senador Paim, parabenizo o Deputado Jean Wyllys por ter tido essa ideia.

A gente aprovou o marco legal da primeira infância e foi uma comoção inclusive, houve gente que chorou, foi uma tarde inteira de discussão. Então, esses são passos. Não adianta só aprovar o marco legal e não dar os passos necessários, porque isso aqui não é proteção à mulher necessariamente, é a proteção à criança, que precisa ser amamentada até os seis meses no mínimo. O senhor é médico e sabe dessas regras. Eu acho que o projeto está mais completo, mas também, como não é terminativo, não há nenhum obstáculo aqui, e a gente discute na CDH depois.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Eu coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2018, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento da sua tramitação.

Os outros projetos são todos terminativos.

Há falta de quórum, mas eu antes gostaria de aprovar dois requerimentos que se encontram na mesa.

Requerimento da Senadora Ana Amélia, que não está presente, porém eu subscrevi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para debater a importância da Medicina Personalizada no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Para tanto sugiro que sejam convidados: • Dr. Sandro Martins – Ministério da Saúde; • Sra. Marlene Oliveira – Presidente do Instituto Lado a Lado; • Dr. Marcelo Cruz – Médico Oncologista – Programa de Desenvolvimento Terapêutico de Hematologia/Oncologia – Feinberg School of Medicine; Northwestern University, Chicago; • Dra. Patricia Polla – Médica Geneticista - Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Pós-Graduação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; • Dr. Denizar Viana - Médico Cardiologista - Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; • Sra. Maria de Fátima Coelho Maia – Representante dos pacientes (em tratamento no Hospital BP Mirante, em São Paulo).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

Observações:

- Lido em 09/05/2018.

A autoria do requerimento é da Senadora Ana Amélia, eu o subscrevi.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao segundo requerimento.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 9/2018 e do RDH 52/2018, seja incluído entre os convidados o Sr. Silviano Santiago, ensaísta, poeta, professor, contista e romancista brasileiro.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Observações:

- Lido em 09/05/2018.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma frase, como disse à Senadora: quero cumprimentar a Comissão porque hoje votamos uma série de projetos, todos voltados à saúde, à vida, e V. Exª, como médico, foi um dos que nos liderou aqui, juntamente, claro, com outros Senadores que são especialistas nessa área. E até o requerimento da Senadora vai no mesmo sentido também da questão da saúde.

Só isso: cumprimentar a todos, porque qualquer pesquisa que a gente faça hoje neste País de interesse da população vai na saúde, educação e segurança, independentemente da ordem, mas eu diria que a saúde, a vida, estaria até em primeiro lugar.

Cumprimento V. Exª, a Presidenta e também todos os autores e relatores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Senador Paim.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente sessão.

Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Edison Lobão, Rose de Freitas, Ângela Portela, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Pedro Chaves e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 591 de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha em meio digital, cópia do Acórdão nº 610 de 2018, que trata de pedido de reexame interposto pelo então Diretor do Departamento e Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, Rafaelo Abritta e pelo então Consultor Jurídico do Ministério da Saúde, Fabrício Oliveira Braga, contra os subitens do Acórdão 331 de 2015, mantidos pelo Acórdão 445 de 2017 relativo a Relatório de auditoria operacional realizada no Programa Mais Médicos, em especial no Projeto Mais Médicos para o Brasil, no período compreendido entre Junho de 2013 e março de 2014; e Ofício nº 2847 de 2018, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha a Moção nº 9, de 2018, de Apoio à paralisação e a toda movimentação dos empregados da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp pelo cumprimento do acordo coletivo de trabalho, que prevê aumento salarial de 3,59% retroativo a 1º de junho de 2017. Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Indicação de Autoridade. ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2018 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Aprovado Parecer favorável à indicação do Senhor ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão, por 9 (nove) votos SIM, 3 (três) NÃO e nenhuma ABSTENÇÃO. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." Autoria: Senador José Agripino e Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com minuta de Requerimento de Urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal (item 22). ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2 de 2018 que: "Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2018: Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADO Nº 282, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2018-CAS (Item 21), de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Sérgio Petecão. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." Autoria: Senador Jader Barbalho. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, combinado com o art. 96-B, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir os trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” e debater os problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação dos seguintes convidados: Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB); Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e Representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF)." Autoria: Senador Dalirio Beber. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a fim discutir a alta taxa de mortalidade infantil na Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Para tanto, como convidados indicamos: Representante do Ministério da Saúde; Secretário Estadual de Saúde do Estado do Piauí, Sr. Florentino Neto; Diretor da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Dr. Francisco Macêdo; Representante do Ministério Público do Estado do Piauí, Dr.ª Carla Daniela Furtado; Representante dos Médicos e/ou Funcionários da Maternidade." Autoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 8/2018, seja incluído o seguinte convidado: 1. Representante do Ministério da Educação - MEC." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 514/2017, que altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico. Em virtude da complexidade do tema e de suas repercussões para o conjunto da sociedade, proponho a organização da audiência em duas mesas para as quais sugiro a presença dos seguintes convidados: 1ª Mesa: Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Dr. Valentim Gentil Filho, Neuropsiquiatra, Livre-Docente em Psiquiatria e Professor Titular de Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da USP; Dr. Luís Fernando Tófoli, Doutor em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Psiquiatria pela USP, Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da UNICAMP; Renato Filev; Neurocientista do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID; Margarete Brito, Associação de Apoio a Pesquisa e a Pacientes da Cannabis Medicinal – APEPI; e; Cidinha Carvalho, Cultive Associação de Cannabis Medicinal. 2ª Mesa: Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência. Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Drogas; Representante do Ministério da Educação; Dr. João Paulo Becker Lotufo, médico pediatra, assessor de direção do Hospital Universitário da USP; Dr. Prof. Alberto José de Araújo, Pneumologista, Doutor em Engenharia de Produção, Membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina - CFM e da omissão de Combate ao Tabagismo da Associação Medica Brasileira – AMB; Dr. Emilio Figueiredo, advogado da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas – REFORMA." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17 de 2018 que: "Nos termos do inciso V do art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2017, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível", para atendimento do Requerimento de tramitação em conjunto, de minha autoria, apresentado à Mesa Diretora em 24/04/2018." Autoria: Senador Romero Jucá e Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Minuta de Requerimento Nº , de 2018 que : "Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2017." Autoria: Sen. Elmano Férrer. Resultado: Aprovada a apresentação da minuta perante o Plenário do Senado Federal. Usam da palavra os Senadores Hélio José, Dalírio Beber, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Sergio Petecão, Elmano Ferrer e as Senadoras Ana Amélia, Rose de Freitas, Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa, ordinária, da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira parte, sabatina do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); na segunda parte, teremos deliberação de três itens não terminativos e treze itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Aviso nº 591 de 2018, do Tribunal de Contas da União, que encaminha em meio digital, cópia do Acórdão nº 610, de 2018, que trata de pedido de reexame interposto pelo então Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, Rafaelo Abritta, e pelo então Consultor Jurídico do Ministério da Saúde, Fabrício Oliveira Braga, contra os subitens do Acórdão 331, de 2015, mantidos pelo Acórdão 445, de 2017, relativo a relatório de auditoria operacional realizada no Programa Mais Médicos, em especial no Projeto Mais Médicos para o Brasil, no período compreendido entre junho de 2013 e março de 2014.

Ofício 2.847, de 2018, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha a Moção nº 9, de 2018, de apoio à paralisação e a toda movimentação dos empregados da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pelo cumprimento do acordo coletivo de trabalho, que prevê aumento salarial de 3,59% retroativo a 1º de junho de 2017.

Os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Peço ao Senador Moka que vá até nossa sala de recepção e acompanhe o Sr. Rogério Scarabel Barbosa, que estará hoje aqui se submetendo à apreciação do Senado Federal para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 29, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Sr. Rogério Scarabel Barbosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Em 16.05.2018, lido o Relatório, a Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).

- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

O Relator já leu o relatório. Ele está a caminho.

Nós vamos, então, conceder a palavra, por 20 minutos, para o Sr. Rogério Scarabel Barbosa.

Após a fala dele, nós abriremos para as perguntas, se houver questões dos Senadores e das Senadoras, e para alguma observação, evidentemente, do Senador Flexa Ribeiro, que foi o autor do relatório.

Com a palavra o Sr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – Bom dia a todos.

Peço licença para realizar alguns agradecimentos antes de iniciar a minha fala.

Quero agradecer a Deus pela oportunidade que ora se apresenta na minha vida; à minha família, que mais uma vez deixa seu conforto e estabilidade para que eu encare com tranquilidade mais esse desafio, que é estar à frente da ANS, caso eu tenha a honra de ser aprovado no dia de hoje – eu amo muito vocês!

Agradeço também a S. Exª a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, Relator do processo nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos os Senadores e demais autoridades aqui presentes e a todos os servidores desta Casa, que, nesse curto prazo em que por aqui passei, sempre me dedicaram a mais cordial atenção; e aos diretores e servidores da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que tão gentilmente se fazem presentes neste momento.

Agradeço também, de forma muito especial, a todos os profissionais que sempre estiveram ao meu lado.

E a todos os demais presentes aqui, o meu muito obrigado.

Iniciei minha carreira como advogado na década de 90, na minha querida cidade de Lins, no interior de São Paulo. Nos anos 2000, tive o meu primeiro contato com a área da saúde, que logo me contaminou e, nos últimos 16 anos, venho me dedicando aos estudos e ao serviço nessa área tão importante e sensível em nossas vidas.

No ano de 2004, mudei-me para a cidade de Fortaleza, onde passei a me dedicar exclusivamente à área da saúde, advogando para beneficiários, médicos, hospitais das mais diversas especialidades, clínicas de diagnósticos por imagem, oncologia, nefrologia, laboratórios, operadoras de saúde, na atenção básica, postos de saúde e também para as UPAs 24horas.

Trabalhei com todos os níveis de assistência e complexidade e, em todas as empresas em que prestei serviço, atuei em conjunto com a alta administração no auxílio jurídico da gestão e na tomada de decisões, sempre defendendo o Estado de direito e a adequada aplicação das leis e normas que norteiam a atividade da saúde, seja na seara pública, seja na seara privada.

Em minha trajetória, os estudos e a formação foram uma constante em minha vida. Para uma melhor compreensão do funcionamento de uma unidade de saúde, cursei especialização em Gestão Hospitalar e Organizações de Saúde e, para entender a saúde como um todo, cursei especialização em Saúde Coletiva, mas ainda falta a conclusão. Mais recentemente, terminei a especialização em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor, o que fiz sempre debatendo as questões ligadas à saúde. E agora estou diante desse novo e importante passo em minha carreira, seguramente o maior de todos, que é o de compor uma das cadeiras da ANS.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, criada pela Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, tem por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com os prestadores de serviço e os consumidores, e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País. Assim, a ANS tem uma grande tarefa, que é a de regular o setor com essencial importância para o Brasil, tanto importância econômica quanto importância social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas como exemplo, quero apresentar aos Srs. Senadores alguns dados que demonstram a dimensão desse setor: 47 milhões de pessoas possuem plano de assistência médica; 23 milhões de pessoas com planos exclusivamente odontológicos; 759 operadoras médico-hospitalares; e 399 exclusivamente odontológicas.

O montante de recurso financeiro movimentado também demonstra a importância do setor para o Produto Interno Bruto. Em 2016, a receita das operadoras médico-hospitalares foi de 158 bilhões, e a despesa assistencial somou 135 bilhões. Por sua vez, as operadoras odontológicas tiveram receita da ordem de 3 bilhões e suas despesas assistenciais somaram 1,5 bilhão. Os dados assistenciais possuem números igualmente importantes. A cada ano, são centenas de milhares de procedimentos realizados entre consultas, internações, exames complementares e terapias.

Outro ponto que merece destaque é o número de pessoas empregadas nesse setor, direta e indiretamente, na cadeia de saúde. Em outubro de 2017, esse número correspondia a 3,4 milhões de pessoas, o que representava, naquele momento, 7,9% do total da força de trabalho no País: 2,4 milhões atuavam como prestadores de serviço de saúde; 821 mil atuavam como fornecedores e distribuidores; e 151 mil atuavam diretamente com os entes regulados, ou seja, as operadoras de saúde.

Esses números demonstram os desafios da atuação da Agência na busca de um consenso e de um equilíbrio entre as partes interessadas em um setor tão complexo. Em razão disso, entendo que é papel precípuo de uma agência reguladora trabalhar para a estabilidade do setor regulado, minimizando os conflitos e trazendo maior segurança a todos os atores. Corroborando com esse entendimento, como pauta da nova agenda econômica para 2018, o Governo Federal incluiu, como prioridade para retomada do crescimento econômico, o fortalecimento da atuação das agências reguladoras.

Desde a sua criação, a ANS desenvolveu relevante papel para o setor de saúde suplementar. O mercado foi, em grande parte, saneado, tirando assim operadoras que não tinham condições econômico-financeiras para honrarem seus contratos com os beneficiários de saúde. Foram editadas regras mais rígidas em relação ao acompanhamento econômico-financeiro, assim como à apresentação dos ativos garantidores; o rol de procedimentos em eventos em saúde foi se aperfeiçoando e se ajustando às variações epidemiológicas da população; o processo de cobrança de ressarcimento do SUS foi melhorado. Para se ter uma ideia, em 2017, a agência bateu um recorde de arrecadação com mais de 500 milhões sendo repassados aos fundos nacionais de saúde.

Regras que trazem maior segurança na relação entre as operadoras e os prestadores de serviço também foram editadas, como a Troca de Informação de Saúde Suplementar, o conhecido TISS, e a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar (TUSS), além de normativos que trouxeram mais clareza às regras contratuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito da fiscalização, também se observam avanços importantes, a exemplo da criação da NIP, que é um instrumento de intermediação preliminar, um instrumento de mediação que visa à solução consensual de conflitos entre as operadoras e os beneficiários. Ela apresenta resultados muito expressivos. A cada cinco reclamações no ano de 2017, quatro foram resolvidas, ou seja, mais de 88% de todas as demandas, quase 90% de todas as demandas recebidas, o que demonstra a importância do papel da Agência como ente mediador.

Acordos de cooperação com o Poder Judiciário, inclusive com o próprio Conselho Nacional, Ministério Público e órgãos de defesa do consumidor, também foram firmados, entre outros tantos avanços.

Entretanto, não obstante todos os avanços nesses últimos 20 anos, desde o marco regulatório advindo da Lei 9.656 e com a própria criação da ANS, acredito que ainda temos grandes desafios pela frente, que requerem, ao menos, algumas reflexões, entre as quais peço licença para destacar algumas.

A sustentabilidade do setor. O setor de saúde suplementar é marcado por um forte mutualismo. Precisamos amadurecer o debate em alguns pontos: a sustentabilidade econômico-financeira das operadoras, o envelhecimento populacional, a incorporação tecnológica com a análise de custo e efetividade e a avaliação do custo médico-hospitalar do setor.

As questões da judicialização. É preciso buscar novas alternativas para se reduzirem os conflitos do setor, especialmente entre as operadoras e os prestadores de serviços. Esses conflitos, muitas vezes, traduzem riscos assistenciais aos beneficiários.

Os planos individuais. É importante pensarmos algumas formas de se induzir o aumento da oferta dos planos individuais.

Os caminhos em tempos de crise. Nos últimos anos, o setor de saúde suplementar teve uma sensível redução do número de beneficiários. Como esse setor é muito sensível à economia do País, crises econômicas afetam diretamente o seu desenvolvimento. Observa-se, por exemplo, que o comportamento do número de beneficiários é muito parecido com a variação de emprego. Com o aquecimento da economia, gera-se, então, aumento do número de beneficiários.

Melhora da qualidade dos serviços prestados. Um ponto em relação ao qual cabe grande reflexão é a necessidade do aumento da capacidade instalada nas redes prestadoras de serviço. Esse debate envolve não somente a ANS, mas também o Ministério da Saúde e da Educação. O País precisa incentivar a formação de alguns profissionais em algumas especialidades.

Maior interação da sociedade. Nós precisamos sair desse modelo de participação social e passar para um modelo de interação social, em que a sociedade possa interagir de forma mais efetiva em todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os momentos da elaboração das políticas e, principalmente, pensarmos medidas regulatórias de longo prazo. Qual será a realidade do setor daqui a 20 anos?

Desse modo, a partir de tudo o que foi exposto, tenho certeza das responsabilidades que assumo ao entrar para a ANS e buscarei trabalhar com afinco para que tenhamos uma saúde suplementar com mais qualidade para os beneficiários, menos conflituosa e com valores éticos e humanos mais presentes.

Por fim, agradeço, mais uma vez, a todos e me coloco à disposição para os questionamentos que tiverem.

Meu muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, senhor.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, poderíamos abrir o painel para votação para aproveitar o pessoal que está presente enquanto fazemos o debate?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Podemos abrir o painel de votação.

Nós temos aqui alguns questionamentos do e-Cidadania. Depois darei a palavra à Senadora Ana Amélia.

A primeira questão vem de Minas, mas acho que não é muito referente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós não podemos abrir o painel ainda, faltam três presenças. Há oito, e precisamos de onze. Daqui a pouco haverá.

Marcelo Almeida, de Minas: "Todas essas agências nacionais viraram centros de aparelhamento político-ideológico. Qual o resultado que essas agências têm entregado à sociedade brasileira?"

Há uma que é pertinente à nossa audiência, do Sr. Son Marinho, do Rio de Janeiro: "Regulação da contratualização entre operadoras e prestadores de serviços de saúde: o senhor pensa que a ANS deve ser mais impositiva com suas normas, delimitando bem qual deve ser o índice de reajuste de contratos, ou as normas devem ser de caráter indutor, como o Fator de Qualidade?"

Há uma da Srª Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: "O senhor trabalha em um escritório que defende várias empresas da área de saúde. Não existiria um conflito de interesse na sua atuação na ANS?"

Eu também vou fazer minhas perguntas. Em seguida abro para a Senadora Ana Amélia e, depois, fazemos de três em três.

As minhas perguntas são as seguintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) solicitaram à Comissão de Ética Pública da Presidência da República que seja averiguado conflito de interesse na sua indicação para a ANS. Essa solicitação foi motivada pelo fato de o senhor ter sido sócio do escritório Imaculada Gordiano Sociedade de Advogados, até abril de 2018, atuando junto à ANS para representar interesses de empresas da área de saúde em diversos processos. Esta é a pergunta: o senhor representou planos de saúde, hospitais, clínicas, ambulatórios ou instituições desse perfil frente à ANS? Gostaríamos que o senhor explicasse essa situação e tudo o que diz respeito a essa questão, que é parecida com a questão de uma pessoa que mandou pelo e-Cidadania.

Outra questão seria: como o senhor pretende promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde? Que proposta teria para a questão dos reajustes elevados nos planos de saúde, considerando que os planos alegam que a sua principal razão de aumento é a elevação dos custos do procedimento?

Outra questão: como o senhor pretende melhorar a atividade de fiscalização na Agência Nacional de Saúde Suplementar, considerando o seu conhecimento sobre as empresas do setor regulado?

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para suas questões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente desta reunião, caros colegas Senadores, caro Dr. Rogério Scarabel Barbosa, a sua indicação foi questionada por duas instituições, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que encaminharam uma carta à Comissão de Ética Pública da Presidência da República pedindo que se abra uma averiguação sobre os antecedentes profissionais do senhor, que é indicado para o cargo de Diretor da ANS.

O exercício da advocacia não é um mal, é uma atividade regular. A questão que eu levanto é se o senhor, na advocacia, só trabalhou em favor das empresas de planos de saúde e empresas de saúde suplementar ou se o senhor também trabalhou defendendo o interesse dos usuários. Eu faço essa pergunta porque o Idec é um instituto de defesa dos consumidores, e o usuário consumidor do plano de saúde é também um consumidor. É esse consumidor que me interessa. Individualmente ou coletivamente, gostaria de saber se o senhor, em algum momento, operou. A intenção é mostrar o equilíbrio, porque, pelo que é dito aqui, o senhor teria trabalhado muito mais defendendo os planos de saúde.

Há também uma queixa em relação aos planos de saúde. Qual a sua visão sobre plano de saúde em relação aos serviços prestados, às coberturas e a outros temas relacionados a isso? Há algumas multas que são aplicadas pela ANS. Como estão essas multas? Estão sendo cobradas?

Eu recebi uma carta do fisioterapeuta Fabiano Francisco Betuzzi, de São Paulo, da cidade de Sertãozinho. O que ele está dizendo? Eu lhe coloco o questionamento dele: "Escrevo para pedir sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ajuda em relação aos impostos que nós, fisioterapeutas, estamos sendo tributados desde janeiro de 2018." Esse problema da tributação não é seu, mas eu o trago porque ele faz uma relação com os planos de saúde. Eu faço a leitura da carta:

> Recebemos tão pouco de convênios médicos [aí é que está a questão], em torno de R$5 por sessão, e os mesmos até ganham usando de nossa profissão, que é tão linda e importante para a reabilitação de pessoas. Perguntam para mim por que não paro de atender convênios. Em minha cidade, Sertãozinho, São Paulo, temos 120 mil habitantes, sendo que 100 mil habitantes [interessante esse dado que ele traz, não sei se é realmente isso que acontece lá] possuem convênios por conta das empresas.

São convênios coletivos, aqueles contratos coletivos que as empresas fazem. Deve haver muita empresa em Sertãozinho. A Senadora Marta conhece mais, porque é de São Paulo.

> Não consigo deixar pacientes de convênios, caso contrário não pago minhas contas. Não bastassem os aumentos de valores em alimentos, combustíveis [digam os caminhoneiros que estão parados], entre outros encargos e produtos, esses impostos pagos pelo Simples Nacional, em torno de 17% do meu faturamento, estão ficando pesados. E acredito que várias firmas terão, em breve, de fechar suas portas.

Aqui não vou tratar da tributação, porque não é de sua competência, mas sim da relação dele, fisioterapeuta, com as empresas de plano de saúde, pelo baixo preço que pagam pelo serviço. Então, esta é a questão: uma sessão de fisioterapia, que custa em média R$100, vale R$5,60 para o plano de saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, é o que está aqui.

A Presidente da Fenafisio... A baixa remuneração é uma das principais reclamações dos profissionais de saúde que atendem convênios médicos. De acordo com a fisioterapeuta Marlene Izidro Vieira, Presidente da Fenafisio (Federação Nacional de Entidades Prestadores de Serviços de Fisioterapia) – é um pouco o que disse o Fabiano Francisco Betuzzi –, o valor pago pelos planos por atendimento fisioterapêutico de 50 minutos varia de R$5,60 a R$23, enquanto a consulta particular custa, em média, R$100. Então, essa é a diferença. Estamos sem reajuste há 20 anos, e isso é absolutamente preocupante.

Aliás, também a questão das hemodiálises está no mesmo caminho, um tema que levamos ao Ministro Gilberto Occhi, junto com o Senador Eduardo Amorim e com o Senador Moka, porque é muito complicada a questão da hemodiálise em todo o País, não só aqui em Brasília, mas também no Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul, e o sindicato dos médicos está envolvido nessa campanha para tentar um reajuste para os atendimentos, seja pelos planos de saúde, seja pelo próprio Sistema Único de Saúde, que é público.

Então, trago essas duas questões para o senhor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O segundo inscrito é o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Srª Presidente, meus cumprimentos. Ao sabatinado, Sr. Rogério Scarabel Barbosa, meus cumprimentos também.

As questões são as seguintes.

1 – A consulta ao organograma da ANS mostra que a única vaga atualmente disponível, além do cargo de Diretor-Presidente, que também está ocupado interinamente, é a Diretoria de Gestão. A análise, Scarabel, de seu histórico profissional evidencia que, além de ter advogado por longo tempo na defesa de empresas pertencentes ao setor regulado pela ANS, suas atividades pregressas ocorrem exclusivamente na esfera privada, em empresas do setor de informática. Diante disso, pergunto: o senhor estará no comando da Diretoria de Gestão da ANS? O senhor espera ser indicado para o cargo de Diretor-Presidente da ANS? Como o seu histórico profissional o habilita a ocupar esses cargos tendo em vista o fato de nunca ter exercido qualquer atividade como gestor público?

2 – Considerando os quatro eixos temáticos da Agenda Regulatória de 2016/2018 da ANS – garantia de acesso e qualidade assistencial, sustentabilidade do setor, integração com o SUS, aprimoramento das esferas regulatórias e seus respectivos macro projetos –, eu pergunto: caso esta Casa aprove sua indicação para o cargo de Diretor da ANS, qual será a sua linha de atuação prioritária na agência e qual é o principal objetivo que o senhor buscará alcançar? A seu ver, há alguma grande questão ausente da Agenda Regulatória 2016/2018 da ANS? Em sua opinião, quais serão os temas prioritários da próxima agenda regulatória da ANS?

3 – Algumas das proposições que alteram a lei dos planos de saúde em tramitação no Senado foram motivadas pelo fato de os planos coletivos não estarem sujeitos a limites de reajustes definidos pela ANS, o que permite a livre negociação desse reajuste entre as operadoras e a entidade contratante do plano coletivo. Atualmente a ANS estabelece um teto de reajuste apenas para os planos individuais ou familiares, que hoje raramente são ofertados pelas operadoras, as quais acabam forçando os seus potenciais consumidores a aderirem a planos ligados a alguma entidade contratante. Assim, são apenas 9,4 milhões de clientes em contratos individuais ou familiares, geralmente mais antigos; os outros 38 milhões estão em planos coletivos empresariais ou por adesão que pode ser reajustado de forma livre. A ANS julga que as pessoas jurídicas possuem maior poder de negociação com as operadoras, o que tende a resultar na obtenção de percentuais vantajosos para a parte contratante. No entanto, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) discorda dessa tese e argumenta que mesmo uma entidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forte tem poder de barganha pequeno na hora de negociar. O Idec defende um teto de reajuste também para os planos coletivos e recomenda que a ANS considere a capacidade de pagamento do consumidor. Diante disso, eu pergunto: qual a opinião do senhor sobre essa proposta de mudança da lei? Quais os benefícios esperados para os consumidores de planos privados de assistência à saúde contratados coletivamente? O senhor concorda que esses projetos tornarão a lei mais justa para os consumidores desses planos? Quais os possíveis prejuízos dessas mudanças para as operadoras dos planos privados de assistência à saúde?

Por gentileza, eu queria que fosse passada uma cópia para o nosso nobre sabatinado, Srª Presidente.

A ANS é uma das poucas agências reguladoras que não têm sede no Distrito Federal. Aqui, em Brasília, estão o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Eu queria muito saber do nosso inquirido quais as motivações que levam a isso e também qual a opinião dele a respeito disso, porque, se é aqui que estão as discussões políticas e decisórias, eu acho que a ANS deveria estar aqui para que a gente pudesse estar mais próximos para cobrar da ANS suas ações e ter, talvez, um escritório no Rio de Janeiro.

A ANS, muitas vezes... Eu acho que eu e, talvez, alguns poderíamos nos somar – acho necessário fazer uma CPI – para apurar se a ANS está sendo mais advogada dos planos de saúde e contra os servidores e os contribuintes brasileiros que pagam plano de saúde, porque é muito complicado entender a inoperância da Agência, que tem que fiscalizar e regular os planos de saúde – essa é a função da ANS – que deitam e rolam. E o pobre do brasileiro, que paga preços altíssimos por planos de saúde, hoje têm mais dificuldade, muitas vezes, de ser atendido pelo plano de saúde do que pelo próprio SUS, o que onera de forma terrível o nosso governo, já que o SUS seria para atender, teoricamente, as pessoas que não têm acesso a planos de saúde. Ocorre que a burocracia e a falta de uma regulamentação e de uma fiscalização nos planos de saúde são tão grandes que a maioria das pessoas acaba recorrendo ao SUS.

Então, eu gostaria de saber meu nobre inquirido Scarabel... Eu sou servidor público concursado. Há vários servidores públicos concursados na ANS. Para ganhar um salário de R$14 mil, que é o salário que ganha o Diretor-Geral da ANS, qual seria a atratividade de um advogado *player* de mercado, como V. Sª é, defensor dos planos de saúde em todas as ações junto à ANS, para assumir um cargo para ganhar R$14 mil por mês e ter... Eu gostaria de entender quais são seus compromissos nessa linha, porque todos os seus clientes anteriores, que estão do outro lado do balcão, vão querer saber qual é a situação. Será que é uma atitude franciscana de sua parte deixar de ser advogado desses planos para ser um diretor da ANS ganhando R$14,5 mil reais por mês, sabendo-se dos vários e vários servidores de carreira que há na ANS que poderiam estar fazendo essa tarefa? Por que se está pegando uma pessoa do mercado para fazer essa tarefa? Eu queria entender melhor essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mais algum inscrito?

Não está aberto ainda, Senador Amorim.

Senador, ainda falta mais um.

A Senadora Rose de Freitas tem a palavra.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Bom dia a todos.

Eu, inicialmente, queria colocar algumas preocupações.

Os planos de saúde têm estado envolvidos em uma grande controvérsia relativamente a tudo aquilo que a gente pensa que deveria ser a política adotada, fiscalizada pelo governo, inclusive implementada, para fazer a fiscalização e a regulação da saúde suplementar no Brasil.

A política da ANS não assegura, não cuida dos interesses das pessoas com 50 anos ou mais que queiram ter acesso aos planos de saúde.

Eu confesso a V. Sª que fico muito constrangida de debater este assunto aqui da forma como estamos debatendo.

Recebemos, aqui, no plenário, uma série de observações e relatos sobre depoimentos que foram feitos à Polícia Federal, e eu vejo conflito de interesses claramente, sem denegrir a imagem de V. Sª, que precisariam ser esclarecidos antes que se produza aqui uma sabatina e a consequente votação para indicação do nome de V. Sª.

No entanto, já que V. Sª está aqui e já que nós temos que conversar – não é mais um debate –, eu considero que nós temos obstáculos severos para debater essa indicação, para votá-la e nos colocarmos diante de uma situação onde nós, ditos representantes do povo brasileiro, temos que cuidar daquilo que deve ser do interesse da população.

Os planos de saúde hoje nem de longe abrigam interesses da população. Eles abrigam interesses empresariais. E V. Sª vem de uma parte desse cenário que eu estou identificando aqui e pleiteia hoje estar na ANS, que também, por outro lado, não cumpre sua finalidade, como muitos e muitos outros membros de empresas estatais, de autarquias e por aí afora, que deveriam estar cuidando do desenvolvimento social do País, mas não o fazem no exercício de suas funções.

Eu apresentei um projeto recentemente exatamente com o objetivo de deixar claro o que eu acho que uma diretoria da ANS deveria fazer, e eu vejo que nós não temos aqui política que assista àqueles que pagaram seus planos de saúde e que deles precisam. Eu apresentei esse projeto, que está em discussão, sobre o tempo de carência, para que as pessoas... Essa contabilidade é muito perfeita para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor empresarial dos planos de saúde, mas não tem nada justo, não tem nada humano quando se trata de abrigar o interesse daqueles que fazem com que sobrevivam esses planos de saúde.

Então, direitos não estão assegurados de maneira nenhuma, e a luta renhida que tem o consumidor, o cliente é exatamente na direção de fazer prevalecer o seu direito contratual na hora em que dele precisa para, muitas vezes, socorrer a própria saúde.

Então, primeiro, eu experimento um sentimento de contradição muito grande por essa indicação, e peço vênia ao senhor, porque, para exercer um cargo de diretor da Agência Nacional, em que pese o tempo que o senhor tem para se ausentar de um ramo e estar em outra posição que não seja conflituosa de interesse e nem coloque sob suspeição nada disso, eu acho que nós deveríamos ter capacidade de analisar isso com mais tempo.

Também, por outro lado, há essa questão das ações que envolvem a finalística da sua atuação à frente da diretoria, possivelmente – nós temos aí discussões várias sobre a questão orçamentária, da qual eu sempre participei. Queremos argumentos que possam nos dar a condição de acreditar que o senhor, à frente dessa diretoria, poderá ter metas, poderá ter trabalhos, que são muito específicos dessa área, que poderão corrigir, ou pelo menos diminuir, todas as falhas que nós enxergamos na atuação da ANS em nível nacional.

Eu estava me atendo aqui ao Orçamento. Vou me subtrair dessa discussão, porque, na verdade, vejo aqui que o Orçamento diminuiu de um ano para o outro. O padrão de exigência da ANS também diminuiu, e o do povo nem de longe é atendido.

Então, é a observação que quero fazer. Acho que o Governo deve ter tido alguma razão para fazer a indicação de V. Exª, mas nós aqui temos de trabalhar sobre a discussão e sem nenhuma pressão de qualquer natureza, para que possamos votar com liberdade os nomes que aqui são apresentados.

Portanto, vejo uma contradição muito grande na sua indicação, acho que precisamos ter esclarecidas todas as questões que estão aqui atualizadas no relatório que nos chegou à mão e, por outro lado, não sei se V. Sª estudou alguma perspectiva inovadora que lhe permita ir para uma diretoria em que hoje as grandes observações e demandas estão em cima da deficiência e do total desrespeito aos direitos daqueles que, ao adquirirem o plano de saúde, esperam ter dele tão somente o seu atendimento técnico, profissional e contratual respeitado.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Não havendo mais nenhum inscrito, está aberta a urna de votação. Temos 11 presentes, há quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem a palavra agora para suas respostas o sabatinado.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O Senador Flexa já leu o relatório...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Eu só queria um pedido de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu vou pedir para o Senador...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Se V. Exª me permite...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Não vou atalhar seu trabalho, mas é que entendo que, quando estou em dúvida, tenho o direito de parar no caminho.

Eu pergunto a V. Exª se deveríamos continuar com esta reunião antes de estarem esclarecidas todas as questões que foram aqui elencadas no relatório que está com cada um dos Senadores aqui presentes.

É o que eu quero perguntar a V. Exª. Uma pauta é uma pauta, uma indicação é uma indicação, e uma sabatina é uma sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim, mas nós...

Eu vou perguntar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Primeira coisa: foi lido o relatório na reunião anterior. Como o Senador Flexa é o Relator e não está presente, nós vamos conceder *ad hoc* para o Senador Dalirio. Entrementes, eu vou consultar cada um se abrimos as urnas antes ou se abrimos as urnas depois de todas as respostas do sabatinado, porque acho que procede a questão de V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Com a palavra o Senador...

Um momento, um momento. Vamos ver o que o Senador Moka sugere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Srª Presidente, eu acho o seguinte. Foram feitas várias colocações em função de informações que chegaram à Comissão. Eu acho que o indicado tem todo o direito de respondê-las.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É isso o que ele vai fazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Aí, essa questão de continuar ou não continuar deve ser resolvida logo após as explicações do indicado, porque...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acho que não tem mais continuar ou não continuar. Ele vai responder. O Senador Dalirio vai ler o relatório, e ele vai responder. Abrir-se-ão as urnas, e vai ser votado, porque aqui não é porque vem ser sabatinado que tem "sim" e ganha. Não é isso. Aqui, se a Comissão achar que o sabatinado não deve ser aprovado, ele receberá "não" na urna, e estará resolvido. É isso o que vai acontecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Então...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Eu queria perguntar a cada um qual o procedimento que deveria ser adotado, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senador Flexa, nós estamos adiando a votação até o final das respostas do sabatinado. Como V. Exª chegou e é o Relator, nós vamos pedir a V. Exª para ler de novo o relatório, ou fazer um resumo do relatório, por favor.

O Senador Dalirio, gentilmente, ia ser o Relator *ad hoc*.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mas agora, com a presença do Flexa... Ele é autor do relatório, portanto deve ser lido por ele.

Acho, contudo, que, diante dos questionamentos que foram apresentados aqui hoje pelos Senadores, é importante que o painel seja aberto apenas após ouvirmos as respostas do sabatinado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Concordo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A intenção é deixar todo mundo bem esclarecido com relação ao que, de fato, foi levantado nesta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim, é esse o encaminhamento que estamos dando.

Então, com a palavra o Senador Flexa, e depois o sabatinado responderá às questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Srª Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu já fiz a leitura do relatório do Sr. Rogério Scarabel Barbosa, indicado pelo Presidente da República para Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

No relatório que foi lido, o Sr. Rogério informa sua atividade profissional antes da indicação para a ANS. Nessa atividade como operador do Direito, ele teve algumas participações também com relação a empresas da área médica, de produtos farmacêuticos, mas diz aqui no relatório que ele já se afastou, inclusive, do escritório de advocacia no qual ele estaria trabalhando. E explica a questão em relação à sua esposa, que é diretora de uma unidade de saúde, e ao irmão, que é médico cooperado e que não tem nenhuma ligação com a diretoria da cooperativa.

Essas são as informações que o Sr. Rogério Scarabel Barbosa colocou para que pudéssemos – e para todos os Senadores – ter o relatório feito.

Entregou as certidões negativas de débitos trabalhistas e certidão da Junta Comercial. Como eu já disse, retirou-se, inclusive, da cooperativa executada em momento anterior à ocorrência dos fatos geradores, dois anos antes.

Apresentou também... Há uma questão tributária em relação à qual ele está sendo acionado, mas há uma exceção de pré-executividade para afastar a responsabilidade como corresponsável tributário. Então, quando houve isso, ele não estava mais participando da diretoria da... Deixem só eu ver aqui qual é o... Da cooperativa que foi executada. Então, ele já tinha se retirado dois anos antes. Assim, esse débito que está sendo questionado não foi feito à época em que ele estava como diretor.

Também declara que atuou como advogado perante órgãos públicos e agências reguladoras, tanto a ANS, como o Cade, o Crea e outros.

Então, essas são as informações que nos foram trazidas no processo para que se pudesse fazer o relatório. As Senadoras e os Senadores estão de posse não só do relatório, mas do processo completo, para avaliá-lo e fazermos a sabatina do indicado, Sr. Rogério Scarabel Barbosa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senador Flexa.

Nós tivemos aqui já todos os questionadores se colocando com perguntas bastante claras. Vamos agora às respostas do Sr. Barbosa.

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – Inicialmente, quero agradecer pelos questionamentos apresentados.

Vou começar pela questão da Srª Fernanda Carvalho, relativa a conflito de interesse na minha atuação, que também é um questionamento colocado a respeito do Idec e da Abrasco, também feito pela Senadora Suplicy e pela Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre atuei como advogado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – Ah, perdão.

Eu sempre atuei como advogado na área da saúde. Há 16 anos eu atuo na área da saúde defendendo a lei e as normas, tanto a Lei Orgânica da Saúde quanto as normas da agência reguladora. Toda minha atuação sempre foi pautada dessa forma.

Em relação à minha atuação na ANS. E0u advoguei na área da saúde, dentro da ANS, para apenas uma operadora de saúde. É uma operadora filantrópica, que é apenas um escritório na cidade de Fortaleza, que se chamava Plano de Assistência à Saúde e, hoje, se chama Plano São Camilo e tem 3 mil vidas.

Eu não só advoguei para planos de saúde; eu advoguei na agência muito mais na defesa das normas quanto às relações existentes entre beneficiários de operadoras de saúde e prestadores de serviço e operadoras de saúde. Então, essa foi a minha realidade dentro da Agência de Saúde Suplementar. Eu sempre advoguei... Em verdade, o que eu sempre fiz, atuando como advogado, foi colaborar com a agenda regulatória, foi colaborar com a agência no sentido de fazer com que os atores que ali estavam cumprissem as normas editadas pela Agência, cumprissem as determinações que estavam em lei. Isso foi sempre o que eu fiz. (*Pausa.*)

Em relação a como se pretende melhorar a fiscalização: eu penso que a fiscalização da Agência é de muita qualidade, ela tem um corpo técnico muito atuante. A Agência cobre todo o Estado brasileiro, ou seja, todo o Brasil; tem 12 núcleos de fiscalização, e alguns até atuam em vários Estados. Eu já falei, inclusive, no meu discurso inicial do volume de multas que estão sendo aplicadas, e isso se deve a uma grande fiscalização, a uma grande atuação, uma forte atuação realizada pela Agência de Saúde em relação aos seus prestadores.

Então, o que eu tenho de compromisso para firmar com os senhores é de sempre melhorar, porque sempre cabe melhoria na ação regulatória. Esse é o meu compromisso. Eu não tenho compromisso nenhum que não seja com a sociedade, com o princípio da legalidade e o princípio da moralidade dentro da minha atuação na Agência de Saúde. (*Pausa.*)

Se eu pretendo promover a defesa do interesse público na assistência suplementar?

Sim, claro, eu acabei de falar. Em toda a minha atuação como profissional da advocacia, em nenhum momento eu fiz qualquer ato que não tivesse vinculação perfeita e total com a lei. Inclusive, quando atuava, auxiliando na gestão de hospitais públicos, todos os meus pareceres sempre foram voltados ao cumprimento do princípio da legalidade, ao cumprimento do princípio da moralidade e da transparência principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que toda atividade pública, principalmente na atividade da agência reguladora, deve ser pautada por total transparência. Eu penso que a Agência segue nesse mesmo caminho. Hoje, inclusive, as reuniões são televisionadas, para que todo mundo possa acompanhá-las. Então, essa sempre foi a minha promoção do interesse público, a defesa do interesse público, e nunca foi diferente, e não teria por que mudar neste momento.

Em relação aos reajustes elevados nos planos de saúde, alega-se que sua principal razão são elevados custos de procedimento. Exatamente. Em relação aos valores dos planos de saúde, uma discussão que muito se coloca sempre é a relação do índice da inflação com o índice divulgado pela agência que cuida da saúde suplementar. Uma coisa que é importante nós compreendermos é que o índice de inflação analisa o preço, o preço de determinado período, e o índice da variação médico-hospitalar em relação ao que a Agência acaba por analisar... Ele analisa a sua utilização; não só o preço, mas também a sua utilização.

Esse não é um fenômeno que ocorre somente no Brasil. Esse fenômeno ocorre no mundo todo. No mundo todo, os valores da variação médico-hospitalar são maiores do que os índices de inflação, e dessa forma também é feito aqui no Brasil.

Quanto aos contratos coletivos: eles são livres exatamente por aquilo que foi explanado, porque entende-se que, por se tratar de uma empresa, ela teria condições de negociar de igual para igual com os planos de saúde. Não existiria a hipossuficiência, aquela hipossuficiência técnica e econômica que existe no caso do consumidor do plano individual, que não teria força suficiente para negociar com a operadora de saúde. Por isso esses planos individuais são regulados pela Agência, e os planos coletivos não o são.

Mas eu penso que a Agência vem melhorando nesse aspecto da análise e da fiscalização. Inclusive, já existe a norma que fez o agrupamento de pequenos contratos, que era uma das reclamações também; que pequenos contratos com poucas vidas também não tinham a força para fazer a negociação com a operadora de saúde. Penso que esse ponto já foi visto no agrupamento dos contratos de 30 vidas.

Meu compromisso – claro, se os senhores me aprovarem – é continuar trabalhando nessa linha, fazendo essas análises, fazendo as análises de impacto para saber se é preciso ampliar ou não esse número de contratos e se está havendo ou não essa regularidade na negociação dos contratos coletivos com as operadoras. (*Pausa.*)

Penso que esse 6 também foi abordado. Falei agora dos planos coletivos. (*Pausa.*)

Acho que aqui está...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – De conflito já falei também.

Em relação ao Sr. Fabiano, o fisioterapeuta, a questão que a Senadora Ana Amélia colocou: a questão dos impostos é uma questão legislativa.

Em relação ao pagamento baixo pelos planos na capacidade de negociação: parece-me um grande ponto de conflito entre as instituições. Tanto a Agência quanto a legislação avançaram. Temos a Lei 13.003, de 2014, que deixou muito claro o relacionamento precário entre os prestadores de saúde... Mostrou-se a impossibilidade de se manter um relacionamento precário entre os prestadores e as operadoras de saúde. Então, lá é exigido o contrato por escrito. É obrigatório que exista o contrato por escrito, o reajuste anual – tem que haver o reajuste anual. E também a Agência tem três normas que tratam desse reajuste. Ou seja, se não houver a negociação, no contrato, de um percentual, a Agência define um percentual mínimo para que seja aplicado nessa relação dos prestadores com as operadoras.

Então, eu penso que esse ponto vem melhorando, vem se aprimorando. É claro que a gente precisa fazer uma avaliação do que ocorreu de 2014 até hoje em relação a essas discussões. Meu compromisso, claro, é sempre motivar essa diminuição de conflitos, seja em relação aos beneficiários com a prestadora, seja em relação aos prestadores com a operadora de saúde. Penso que é muito importante esse... Na verdade seria uma prioridade até que fosse feita, uma vez que a Agência Nacional, quando ela faz a regulação, ela busca exatamente isto: um equilíbrio, um equilíbrio e um bom senso para que se tenha um bem-estar na prestação de serviço.

Em relação ao Senador Hélio José, menciono que eu só trabalhei na esfera privada e assumiria, então, um cargo de gestão na ANS.

Primeiro, a questão da esfera privada. Como eu falei na minha fala inicial, eu sempre trabalhei advogando na área jurídica e auxiliando a gestão dos hospitais, a gestão das clínicas. Então, são 16 anos nesse trabalho, eu tenho uma visão muito ampla em relação à questão da gestão. Eu tenho formação em gestão hospitalar e em organizações de saúde, então eu tenho a gestão. Claro que isso é próximo, mas não é fazer a gestão especificamente. Mas, dentro dessa perspectiva, lá estão gerentes, técnicos, diretores, e a gestão da ANS é uma gestão compartilhada. Quem faz a gestão são todos os diretores e não somente um diretor.

E a questão da minha condução para ser da Diretoria de Gestão ou não: isso vai ficar a cargo da diretoria colegiada, que faz esse questionamento. No momento, a indicação é apenas para que eu seja Diretor da Agência.

Em relação à sede no Rio de Janeiro: essa é uma determinação legal. A lei, quando foi formulada, determinou que a sede fosse no Rio de Janeiro. A minha opinião, se deveria vir para cá ou se deveria ficar lá... Não tenho uma opinião específica a respeito disso. Penso que poderia ser aqui, mas o custo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência de uma agência para Brasília... Não sei como isso se daria, essa questão dessa transferência. É uma determinação legal, não acredito ter condições de resolvê-la no momento.

Em relação ao questionamento de V. Exª quanto à atratividade da ANS para mim. Essa é uma pergunta importante. Primeiro quero dizer que estar na ANS é um desejo meu – eu estive com o senhor e já lhe falei isso pessoalmente. Parece-me um cargo de muita importância, em que pese a questão salarial que o senhor colocou. Eu penso que isso vai ser um grande desafio na minha vida. Na verdade, um grande desafio na minha carreira. Só isto bastaria para resolver a questão da atratividade para mim: eu posso contribuir com a sociedade, posso contribuir com a minha vida de 16 anos atuando nesse mercado, e acho importante ter também dentro da diretoria da Agência uma visão da iniciativa privada, uma visão de quem atuou da forma como eu atuei.

Os questionamentos da Senadora Rose de Freitas em relação às controvérsias: foi aquilo que eu já havia explanado há pouco. Quanto às controvérsias do setor, eu penso que realmente são um desafio. Eu até já coloquei na minha fala inicial essas questões dos planos de pessoa individual, familiar e também em relação às pessoas idosas. Realmente esse é um desafio, nós precisamos avançar, e a senhora tem aqui o meu compromisso de avançar nessas discussões. Acaba havendo uma controvérsia em razão também dos valores que são praticados, e a Agência segue no sentido de fazer essa fiscalização, como eu disse já anteriormente, em relação às NIPs e às fiscalizações das operadoras de saúde.

Não cumprir seu papel quanto aos direitos assegurados: segue no mesmo caminho. A Agência tem vários acordos com as defensorias públicas, PROCONs e DECONs em todo o Brasil, assim como com os tribunais de Justiça, para fazer essas análises e participar tecnicamente, colaborar tecnicamente. Da minha parte, fica aqui o meu compromisso para continuar fazendo esse trabalho especificamente.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – O senhor já está respondendo, mas eu gostaria até de acrescentar uma pergunta.

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – É que, na verdade, me preocupa muito a alteração dos contratos dos planos no meio do caminho, sem que nenhuma posição da Agência Nacional tenha sido tomada.

Recentemente, foi surpreendida por uma pesquisa que mostrava que pessoas que tinham contratos individuais passaram a não ter mais direito a eles. Eles foram abruptamente interrompidos. Isso foi objeto de denúncia em vários órgãos de defesa do consumidor, mas nada foi... Não tivemos o pronunciamento de ninguém, da Agência Nacional principalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão da idade, eu já falei com o senhor, mas me preocupa também a questão da carência. A cada dia, em função da conveniência do mercado próprio, dos planos, eles alteram o tempo de carência, eles vão aumentando a carência a cada dia que passa, e tirando das pessoas o direito de ter uma assistência. Elas se sacrificam, na iminência de falência do setor público no atendimento à população de saúde, mas elas vão sendo prejudicadas cada dia mais. E nenhum posicionamento da Agência Nacional de Saúde!

O SR. ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA – Em relação a cancelamento e à questão da carência, como a senhora está mencionando, realmente não se seguem os ditames que estão previstos na lei, porque não pode haver o cancelamento abrupto de contrato individual, tampouco a modificação das carências que existem já previstas na legislação própria sobre esse tema.

A questão de a Agência não ter se pronunciado no passado... Eu quero dizer à senhora que fica um compromisso meu de fazer essas análises todas as vezes que houver esse comportamento e de atuar fortemente. Eu penso que a Agência atua fortemente fazendo não a manifestação pública, mas, seguramente, agindo na fiscalização e na punição dessas operadoras que assim agem.

Penso que era só...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Gostaria de saber se mais algum Senador tem perguntas.

Não havendo mais perguntas, libero...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É só para fazer um registro aqui. O Relator do indicado apenas passa as informações para o Plenário, para os Senadores componentes da Comissão, as informações que foram enviadas pelo próprio indicado e também outras que possam ter chegado ao processado. Em nenhum momento, o Relator, qualquer um que seja, emite juízo de valor do indicado, tanto que o relatório termina exatamente dizendo: "Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da ANS na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão." Isso ocorre não só no caso do Sr. Rogério Scarabel Barbosa, mas no de qualquer outro, para qualquer agência reguladora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós todos aqui já fomos Relatores desse tipo de questão, simplesmente trazemos a biografia fornecida pelo sabatinado. Mas eu acredito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não necessitamos ter preocupação nesse sentido, porque aqui ele está de viva voz, respondeu às questões, e cada Senador ou Senadora poderá fazer sua avaliação individual e votar.

A urna está aberta. Estamos aguardando a votação.

Nós vamos precisar de 11 votos. Vamos ter que aguardar um pouquinho. (*Pausa.*)

Chamo os Senadores da Comissão de Assuntos Sociais que estejam presentes nesta Casa porque a urna está aberta para a votação da sabatina do Sr. Rogério Scarabel Barbosa.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Marta...

(*Interrupção do som.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e eu estou chegando só agora porque nós comemoramos até tarde ontem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Foi bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Imagino que V. Exª abriu a reunião já falando da nossa vitória ontem, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Não, eu não abri. Eu abri só com os temas daqui, mas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu não acredito, Senadora!

Nós estávamos lá – a Senadora Rose, os Senadores – ontem no julgamento do tribunal...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – As duas Senadoras.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – As duas Senadoras e muitas Deputadas, acho que mais de 20 Deputadas Federais, acompanhando o julgamento da nossa consulta, a consulta da Bancada feminina – a Senadora Rose e todas nós –, que fizemos ao TSE diante do julgamento recente do Supremo Tribunal Federal, que decidiu, a partir de uma ação provocada por nós, mas impetrada pelo Ministério Público Federal, que as mulheres, que representam 30% obrigatoriamente das chapas de candidaturas, têm de ficar, no mínimo na mesma proporção, com os recursos do fundo partidário.

E por que isso? Porque, anteriormente a essa última reforma eleitoral, a minirreforma anterior, a partir de emendas nossas, da Senadora Marta Suplicy inclusive, que pediam um mínimo de recursos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Cinco por cento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – O mínimo. Nós pedíamos o mínimo de recursos para as campanhas eleitorais das mulheres.

Aí, o que aconteceu? Aqui e na Câmara, os homens, que são maioria – não quero generalizar, mas era quem conduzia as negociações – colocaram lá que nós teríamos, então, direito a no mínimo 5% e no máximo 15. Vejam que absurdo: 30% só poderiam gastar, no máximo, 15% do dinheiro. Isso fez com que houvesse essa ação de inconstitucionalidade.

A partir daí, a decisão do Supremo não apenas foi a nosso favor, mas foi baseada no que diz a Constituição Federal. Então, não foi um julgamento só daquela lei, mas uma interpretação da Constituição Federal. Se determinado gênero, obrigatoriamente, ocupa 30% da chapa, ele tem que ter acesso a no mínimo 30% dos recursos.

Ontem ganhamos, e a partir de agora as mulheres terão direito não apenas aos 30% dos recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral, mas também do tempo de televisão e de rádio. Eu e a Senadora Marta ontem ficamos atônitas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... porque o passo que nós demos, Senadora, a vitória que nós tivemos nessas últimas semanas foi muito superior àquilo que nós conquistamos nas últimas décadas no Parlamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acredito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu ouso dizer isso. A lei da cota, de sua autoria, é de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É de 1994.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... de 1994. Acho que a gente aprovou em 1995 ou em 1996...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Não; é de 1994, porque eu saí no final de 1994. Foi aprovada em 1994 e foi seguidas vezes reformulada...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sim, reformulada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... sempre tentando fazer com que ela valesse melhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) –... mas nunca conseguimos uma plena...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nunca! Exato.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... uma ação afirmativa de fato do jeito com que ela era aplicada. A primeira vez em que ela vai ser aplicada de forma real é agora.

E é muito interessante, porque faz pouquíssimo tempo que nós conseguimos, como V. Exª acabou de mencionar, os 5%. E também fazia parte de uma lei, que também fui eu que fiz, a obrigatoriedade de esse recurso só ir para os partidos que criassem uma secretaria da mulher. O nosso Partido, o MDB, não tinha secretaria da mulher – estou falando de três, quatro anos atrás. Ela foi criada para poder receber esse fundo, que é um fundo muito pequeno.

Aí houve toda essa provocação ao Supremo e, ontem, uma consulta de Senadoras e de Deputadas ao Tribunal Eleitoral. E nós duas fomos, porque era muito importante, mas não com tanta expectativa, apesar de sabermos que a Relatora Rosa Weber é uma mulher bastante feminista e que a Procuradora-Geral também tem se posicionado frente às mulheres. Mas o mais interessante foi que os dois votos... O voto da Procuradora-Geral Dodge foi de uma clareza, de uma singeleza e de uma objetividade que derruba qualquer dúvida que alguém pudesse ter a respeito dessa ação afirmativa para as mulheres. E pode ser para homem também, se um dia isso vier a acontecer – o que eu duvido muito –, ou seja, se eles vierem a ser 30% de candidatos.

E também é muito interessante que, se houver mais mulheres do que 30%, o recurso também...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Vai proporcional.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... vai proporcional.

Quer dizer, elas realmente bancaram, e foi muito bom.

E aí, quando elas acabaram de falar, foi tão impactante – quebramos o protocolo, todo mundo aplaudia tanto – que o Ministro Fux, que presidia, se virou e disse: "Não há nada mais a ser dito" ou qualquer coisa assim. E aí nós achamos que talvez um ou outro fosse falar. O Barroso também disse que não precisava mais falar, porque os votos eram realmente muito fortes, e mais dois resolveram se pronunciar, mas foi por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o País deu um passo importante para nós mulheres ontem.

Bem, falta o Senador Airton, que acabou de chegar e vai votar. E há outro caminho... Mas acho que nós já temos quórum, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senadora Vanessa, já votou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Então, por favor. (*Pausa.*)

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. *Fora do microfone*.) – Eu quero esclarecer essa dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone*.) – Que dúvida?

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Sou suplente aqui na Comissão e, na ausência do titular, eu votei. O titular comparece agora; o que acontece?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O voto do titular conta como voto, e o da senhora conta como um voto, mas não para...

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Não conta, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Não conta, na verdade.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Mas está errado isso. A presença é na hora da votação. A senhora, computando o meu voto, não pode extingui-lo, não pode retirá-lo, não pode anulá-lo. Isso é o que diz a Casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A votação continua aberta.

E quem regula... V. Exª está equivocada. Se quiser, poder tentar mudar a lei, mas a lei diz: o sistema, automaticamente, é que muda o voto. (*Pausa.*)

Declaro encerrado o processo de votação e iniciada a apuração eletrônica dos votos.

Apuração, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Fim da apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proclamo o seguinte resultado: 9 votos SIM; 3 votos contrários.

Zero em branco.

Total de votos: 12.

A Comissão de Assuntos Sociais aprova parecer favorável à indicação do Sr. Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre escolha de autoridade será incluído em série no final da Ordem do Dia.

Nós temos alguns projetos não terminativos – para falar a verdade, dois – que estão na pauta.

Gostaríamos de chamar também o Senador Garibaldi, um deles foi posto a seu pedido.

Há dois projetos. Nós temos também uma leitura da política pública.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2018: Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Dalirio Beber

O Senador Dalirio Beber vai agora apresentar sua proposta de trabalho.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir à leitura da sua Proposta de Plano de Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Srª Presidente Marta, Srªs e Srs. Senadores, conforme fora escolhido em outra reunião da Comissão de Assuntos Sociais, nós estamos trazendo hoje a proposta de trabalho para a realização da análise da Política de Atenção Hospitalar e a contratualização dos hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS).

Por força da aprovação do Requerimento nº 2, de 2018-CAS, e em atendimento ao art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX; e 100, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS" foi selecionada para ser avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2018.

A intenção do tema definido é dar a oportunidade de debater a situação das entidades beneficentes sem fins lucrativos que atuam no âmbito do SUS, especialmente das Santas Casas de Misericórdia, que têm grande relevância no cenário da atenção à saúde no Brasil.

Sendo assim, trago à apreciação desta Comissão o Plano de Trabalho que servirá de referência ao processo de avaliação das políticas em epígrafe.

As Santas Casas de Misericórdia fazem parte da história da assistência à saúde no Brasil desde seus primórdios. Antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ocorrida a partir da promulgação da Constituição de 1988, o acesso à saúde no Brasil não era universal. Naquele período, somente as Santas Casas ofereciam assistência médica gratuita às pessoas que não eram beneficiárias do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Extinta pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, essa autarquia prestava atendimento médico somente àqueles que contribuíssem com a previdência social, ou seja, que fossem formalmente empregados, com "carteira assinada".

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da publicação da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), contudo, essa situação mudou, e o sistema de saúde no Brasil passou a ser universal. Nesse novo contexto histórico, a grande capilaridade e a amplitude da rede de hospitais filantrópicos foram fundamentais para o SUS cumprir a determinação constitucional de garantir, a todos, acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Desse modo, não é exagero afirmar que a rede de atendimento filantrópico foi – e ainda é – indispensável para o SUS.

Hoje em dia, os hospitais filantrópicos permanecem em papel de destaque na saúde brasileira. No entanto, enfrentam o desafio de manter a sua viabilidade financeira, especialmente em um cenário de restrição orçamentária, custos crescentes e demanda por novos investimentos.

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualmente existem 1.618 hospitais gerais beneficentes sem fins lucrativos no Brasil, ou seja, 31,5% do total de hospitais gerais. Esses hospitais oferecem mais de 160 mil leitos ao SUS, o que corresponde a 38% do total de leitos disponíveis no sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, segundo informações do Departamento de Informática do SUS (Datasus), entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2018, as entidades sem fins lucrativos – entre as quais se destacam principalmente as santas-casas – foram responsáveis por 42% das internações no SUS.

Desde a implantação do SUS, essas instituições vêm sofrendo progressivo endividamento, o que tem afetado a continuidade e a prestação de serviços.

Apesar dos benefícios tributários instituídos para esse segmento – isenção das contribuições previdenciárias sobre a folha de salário, sobre a receita ou faturamento (PIS/Cofins) e sobre importação de bens ou serviços (PIS/Cofins-Importação) –, há muitos anos as instituições de saúde filantrópicas vêm enfrentando persistente crise financeira.

De acordo com a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), a dívida total das Santas Casas era, em 2005, de R$1,8 bilhão, ao passo que, em 2011, o montante atingiu o valor de R$11,2 bilhões. A situação é tão dramática que, atualmente, estima-se extraoficialmente que as santas-casas e demais hospitais filantrópicos devem, no conjunto, mais de R$22 bilhões. Há dívidas trabalhistas e tributárias, além daquelas com fornecedores e com o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores. Por conseguinte, são frequentes as paralisações de atendimento em virtude da falta de recursos.

Diante desse quadro, a sobrevida das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos está cada vez mais dependente de políticas públicas efetivas.

Ações sugeridas.

Além da pesquisa em fontes documentais, a análise da política pública em questão levará em consideração subsídios oriundos de audiências públicas e de requerimentos de informações.

Em relação às audiências públicas, a princípio, serão realizadas duas reuniões: a primeira, em junho, e a segunda, em agosto. A primeira terá o intuito de levantar problemas e desafios enfrentados pelo segmento de entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao SUS e contará com a participação da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB); do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e, do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif). Já a segunda, pretende-se que seja propositiva, com o objetivo de acolher propostas para a elaboração da versão final do relatório.

Os requerimentos de informação elaborados serão dirigidos aos Ministérios da Saúde, da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social para esclarecer pontos obscuros e atualizar dados e informações.

I. Pesquisa de fontes documentais

a. auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b. estatísticas de saúde

c. estudos e relatórios

d. artigos científicos

II. Requerimentos de informação

III. Audiências públicas

IV. Compilação e análise dos dados e informações

V. Sistematização

a. gráficos e tabelas

b. relatório preliminar

c. relatório final

O relatório final deverá ser apreciado e votado pela Comissão até o final de novembro deste ano.

Então, o desejo é de que, de fato, esse trabalho possa contribuir para ajustar as informações e oferecer à Comissão de Assuntos Sociais um trabalho que possa permitir, ver de fato a importância dos hospitais filantrópicos no conjunto da prestação dos serviços de saúde através do Sistema Único.

A gente sabe que o desejo dos Constituintes era no sentido de oferecer a universalização dos serviços de saúde diretamente pelo Poder Público, mas esse desejo da época dos nossos Constituintes não se configurou até o presente momento. E, sem a participação efetiva dos hospitais beneficentes filantrópicos, com certeza, nós não teríamos os níveis de atendimento à população brasileira quanto à saúde.

Esse é o Plano de Trabalho que nós submetemos à consideração e à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais; bem como também um requerimento já no sentido de nós termos a realização da primeira audiência pública prevista para junho apresentado à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senador Dalirio, cumprimento V. Exª pelo Plano de Trabalho. Não poderia estar em melhores mãos por sua trajetória e pelo interesse nessa área que V. Exª tem demonstrado em todas audiências públicas por essa questão.

Acredito que esse seja um relatório muito instigante, que vai demandar uma enorme carga de trabalho de V. Exª. Nós já agradecemos por essa dedicação porque poderá a nossa Comissão, através do seu relatório, dar sugestões e tentar melhorar essa terrível situação que vivem as santas-casas, que, como V. Exª bem colocou, atende quase metade da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Moka para as considerações.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Eu queria só...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A matéria está em discussão, desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – ... como sugestão ao Plano de Trabalho do Senador Dalirio Beber – que, como V. Exª já disse, é um Parlamentar extremamente zeloso, já tive oportunidade de trabalhar com S. Exª várias vezes, sempre presente e atuante –, queria saber se nessa avaliação de políticas públicas não caberia um capítulo específico sobe drogas, Senadora Marta. Eu perguntaria ao Senador Dalirio Beber. Porque, quando a gente vai falar numa audiência pública, os hospitais vão falar exatamente da questão do recurso. E a questão das drogas é principalmente no sentido preventivo, a forma de atuar. Ouvido o pessoal, qual seria, na opinião deles, a melhor política pública para que a gente pudesse prevenir, principalmente, sobretudo entre os jovens...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Comentava com a Senadora Ângela que isso me preocupa quanto ao jovem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acho que...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Estaria um pouco fora do tema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acho que o escopo e o desafio que ele tem são gigantescos. Só que V. Exª já está dando a próxima relatoria que nós vamos ter que fazer. É fantástica essa ideia, só que eu acredito que nós deveríamos fazer um grande debate durante o ano para apresentarmos um relatório a partir exatamente de investigação nessa área.

Nós vamos ter nesta Comissão um debate com as maiores autoridades do País sobre o uso medicinal da *Cannabis*, um projeto que está na nossa Comissão. Isso vai ser muito interessante, as pessoas que virão debater. Vamos fazer em duas partes, de manhã e de tarde, porque são pessoas extremamente ocupadas que não poderiam vir e têm muito a dizer. Uma parte se pronunciará sobre prevenção, principalmente com adolescentes, que são o grande foco e preocupação; e outra parte sobre a legalidade, as possibilidades de uso, malefícios e benefícios, se porventura esta Comissão votar a regulamentação da *Cannabis* para uso medicinal.

Então, acho que será a primeira coisa feita com relação a essa questão, porque muito mais ampla e implica outras situações completamente diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu agradeço, isso em que ficar na mente. É estranho que não tenha aparecido nesta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu só estou insistindo...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vamos ouvir o Relator. De repente, ele quer colocar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Só estou insistindo porque hoje em dia temos os CAPs. Mas, desde a política anterior, o Brasil não tem mais os chamados sanatórios. Essas pessoas, às vezes, precisam, no hospital, de uma internação, até para uma medicação mais prolongada.

Por isso que eu digo que, às vezes, um capítulo à parte ou uma discussão, ainda que seja no sentido de chamar a atenção... Eu entendo o que a senhora disse.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu entendi. Acabei de visitar, na semana passada, um hospital em São Paulo, na Zona Leste – Zona Leste ou Norte, nem lembro mais qual hospital, porque foram muitos –, um dos únicos. Parece que há dois hospitais somente em São Paulo que têm internação psiquiátrica. É uma internação extremamente custosa. Eram hospitais do Estado ou do Município.

Nesse sentido é um ponto, mas vamos deixar a palavra ao Relator para ele fazer sua reflexão. Ele que aceita ou não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu queria apenas acrescentar o seguinte: na semana passada nós tivemos, na sessão do Congresso, a apreciação do veto àquela questão do Cebas para as instituições comunitárias terapêuticas. Foi feito um acordo com o Governo no sentido de que ele editasse uma medida provisória para fazer com que a internação nessas unidades terapêuticas, que são entidades beneficentes, pudesse ser celebrada diretamente com o Ministério da Saúde.

Hoje, quem faz a contratação dessas vagas, o credenciamento dessas instituições para oferecer bolsas de internação para a recuperação de drogados químicos ou alcoólatras é o Ministério da Justiça. Então, quem viabilizava os recursos para que o Ministério da Justiça fizesse isso era o orçamento do próprio Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Social e, na grande maioria, em termos de valores, era o Ministério da Saúde.

Com a proposta e o acordo para que nós não derrubássemos o veto – acordo este realizado juntamente com as comunidades terapêuticas, cuja redação deve sair nos próximos dias –, vai ser baixada uma medida provisória permitindo que o Ministério da Saúde seja realmente o credenciador ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o contratante dessas vagas. E esta será uma oportunidade para nós discutirmos essa questão de transformar efetivamente essa assistência como uma atividade de saúde pública.

Portanto, aqui, a sugestão seria de nós nos atermos, mais ou menos, a essa questão, que é para dar um enfoque às entidades que prestam assistência, que são os nossos hospitais filantrópicos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vale a palavra do Relator?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu me sinto contemplado, Senadora Marta Suplicy, só que essa questão... O Brasil, há um tempo, era corredor de drogas; hoje, é um dos principais países usuários de drogas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É; a situação é dramática.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Essa é uma questão fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Realmente, V. Exª tem razão. A situação é grave, e esta Comissão deverá... Mas eu acho que não adianta fazer uma ou duas audiências públicas sobre isso. O tema merece um relatório com o escopo daquilo que o Senador está propondo agora e que terá de ser feito anualmente. Então, fica para o ano que vem.

Nós temos sobre a mesa um requerimento... Aliás, não; vamos, primeiro, ler o requerimento do Senador Dalírio que é para a realização de uma audiência pública.

Antes, porém, encerro a discussão sobre o que falamos agora e coloco a matéria em votação.

Em votação a proposta do plano de trabalho.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Aprovada a proposta que passa a constituir o plano de trabalho desta Comissão de Assuntos Sociais para a avaliação da política pública neste ano de 2018.

Passamos à leitura do requerimento de audiência pública apresentado.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, combinado com o art. 96-B, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir os trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" e debater os problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação dos seguintes convidados:

• *Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB);*

• *Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);*

• *Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e*

• *Representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF).*

Autoria: Senador Dalirio Beber.

Concedo a palavra ao autor.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Gostaria apenas de me colocar à disposição para colhermos eventuais outras sugestões...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas com o limite de mais dois.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É, de mais dois, para nós chegarmos a seis.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito bem.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Caso nós tenhamos mais alguns nomes inscritos adicionalmente, quando formos votar nós aprovaremos também esses nomes. (*Pausa.*)

Agora é uma consulta aos caros colegas.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do inciso V do art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2017, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível", para atendimento do Requerimento de tramitação em conjunto, de minha autoria, apresentado à Mesa Diretora em 24/04/2018.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros.

Esse requerimento é da autoria dos Senadores Romero Jucá e Sérgio Petecão, aqui presente.

Concedo a palavra ao autor para encaminhar.

E por que eu estou colocando dessa forma? Porque ele já foi lido aqui e nós tínhamos um acordo de que, quando fosse lido o projeto, ele não seria mais retirado. Ocorre que, no caso específico, também há um dado a mais: ele também foi pedido pela Mesa. Então, como nós nunca tivemos essa situação de um projeto lido ter de ser retirado com pedido pela Mesa...

Da minha parte, não há nenhum problema em retirar, desde que os autores do projeto queiram fazê-lo.

Trata-se de um projeto que dispõe sobre o fundo de garantia.

Concedo a palavra a um dos autores do requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para encaminhar.) – Srª Presidente, é lógico que o Plenário é soberano, e a senhora teria de submeter o requerimento ao Plenário, mas essa retirada é apenas para que nós possamos fazer algumas adequações no sentido até melhorar o projeto. O nosso pedido é nessa linha.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Tenho certeza.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a retirada do projeto de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está retirado de pauta o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2017.

(É a seguinte a matéria retirada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia pelo trabalhador que não possuir outro recurso líquido disponível.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 04.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.)

Passemos à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016, de autoria dos Senadores José Agripino e Garibaldi Alves.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros.

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Aqui a votação é simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada.

A proposição é altamente meritória, pois trata de um dos problemas de saúde pública mais relevantes da atualidade – o uso abusivo de drogas –, merecedor de atenção e de recursos que auxiliem no seu enfrentamento e cuja abordagem deve privilegiar ações de prevenção e educação voltadas para as populações mais vulneráveis.

É justamente este o objetivo da proposição: garantir que a maior parte dos recursos do Funad – 70% – chegue aos municípios e seja destinada a projetos de entidades integrantes do Sinase.

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 1986, e sua denominação foi alterada para Fundo Nacional Antidrogas, pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, modificada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

O art. 2º da Lei nº 7.560, de 1986, dispõe sobre as fontes de recursos desse Fundo e o art. 5º, sobre a destinação desses recursos, que inclui, entre outras, as seguintes finalidades: programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas (inciso I); programas de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária (inciso III); financiamento de organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários (inciso IV); reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados (inciso V); e financiamento de entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Sinase (inciso X).

É justamente para essa última finalidade – o financiamento de projetos de entidades do Sinase – que o projeto propõe destinar 70% dos recursos do Funad, desde que sejam entidades com atuação no âmbito municipal.

A relevância de se promover a destinação de recursos do Funad para os Municípios, conforme quer o projeto, fica evidente quando nos deparamos com os dados alarmantes aportados pelo autor da proposição, que indicam concentração desses recursos na esfera da União e, ao mesmo tempo, a falta de aplicação de grande parte deles nas finalidades a que se destinam.

A informação obtida do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) de que apenas 27% dos recursos previstos para o Funad, entre 2011 e 2016, foram efetivamente aplicados é estarrecedora. É injustificável que, diante do quadro de abuso de drogas no País, os recursos do Funad disponíveis para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem aplicados em ações de educação e qualificação profissionais, prevenção, tratamento e recuperação dos usuários de drogas, entre outras destinações previstas em lei, não sejam efetivamente utilizados.

Com relação à destinação desses recursos para entidades que integram o Sinase, há que se reconhecer a relevância do trabalho socioeducativo voltado para os adolescentes que tenham cometido atos infracionais, que é o objetivo daquele Sistema.

O Sinase foi originalmente concebido pela Resolução nº 119, de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), e, posteriormente, instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional.

Com o advento da Lei nº 12.594, de 2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nas três esferas de governo, dos chamados "Planos de Atendimento Socioeducativo", os quais devem prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes infratores atendidos. De acordo com a lei, os Municípios têm a responsabilidade de criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade), enquanto os Estados são responsáveis por programas para a execução das medidas socioeducativas em situações de semiliberdade e internação.

Aqui eu queria destacar que o autor do projeto, o Senador José Agripino, foi muito sábio ao destinar os recursos do fundo no momento em que o jovem ainda está cumprindo a medida socioeducativa, Senadora Marta, em situação de liberdade assistida e prestação de serviços, quer dizer, ainda é possível se trabalhar bem em todas essas áreas de educação, de assistência e de integração com a família, porque ele ainda está em uma situação em que é muito mais provável ele se recuperar e ter uma vida digna, saindo da situação de vulnerabilidade.

O objetivo do Sinase é a efetiva implementação de uma política pública intersetorial especificamente destinada ao atendimento de adolescentes envolvidos na prática de ato infracional e suas respectivas famílias, de forma a que se criem condições para que eles tenham oportunidades de aprendizagem, socialização e desenvolvimento, para que possam construir um projeto de vida e ter uma inserção social saudável.

Dados do Levantamento Anual da Coordenação-Geral do Sinase, de 2012, mostram aumento da taxa de atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas, que passou de 7,5%, em 2010, para 26,6%, em 2011. Esses dados indicam a grande vulnerabilidade social a que estão expostos os adolescentes, especialmente relacionada ao tráfico de drogas, e corroboram a importância de se destinarem recursos do Funad para o trabalho socioeducativo realizado no âmbito do Sinase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, há que se atentar para o fato de que o projeto de lei ora sob análise destina recursos para as entidades que desenvolvem trabalho junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade –, que estão na esfera de atuação municipal. Ficam excluídas as entidades que atuam com adolescentes em regimes de semiliberdade e internação, pois elas são da alçada dos Estados.

Nesse aspecto, também vislumbramos como relevante a proposta, pois, as medidas em meio aberto devem ser priorizadas como o meio mais adequado de lidar com os adolescentes que praticam atos infracionais, em contraposição às medidas de privação de liberdade.

De acordo com especialistas da área, as graves deficiências de financiamento do trabalho socioeducativo voltado para a liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade comprometem a execução de uma política de qualidade, o que tem contribuído para o descrédito das medidas em meio aberto e para o crescente encaminhamento de adolescentes para a internação.

Portanto, é absolutamente meritório destinar recursos do Funad para as entidades do Sinase que atuam no âmbito municipal, aquelas responsáveis pelas medidas em meio aberto. Além de descentralizar e garantir o uso efetivo dos recursos do Fundo, essa medida irá ajudar a viabilizar os projetos de intervenção socioeducativa voltados para adolescentes autores de atos infracionais, muitos deles ligados ao tráfico de drogas. Ao focalizar essa parcela da população particularmente vulnerável, o projeto prioriza o campo da prevenção do uso e do tráfico de drogas.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016.

Eu fiquei muito feliz, Senadora Marta, por relatar e elaborar essa análise do projeto de lei de autoria do Senador Agripino, porque se trata, realmente, de um projeto de grande relevância e importante demais, haja vista que os sistemas socioeducativos do nosso País estão largados, abandonados e sem financiamento.

Como nós podemos ver aqui no relatório, apenas 27% dos recursos foram efetivamente investidos, e, enquanto isso, o sistema socioeducativo está completamente abandonado, porque os Municípios não têm condições de fazer investimentos e financiar o atendimento desses jovens infratores.

Então, voto pela aprovação desse projeto, parabenizando o Senador José Agripino.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senadora Ângela Portela, parabéns pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando V. Exª disse do sentimento de alegria que teve por poder relatar essa matéria, eu tive o mesmo sentimento enquanto ouvia o seu relatório, pois é um projeto que realmente pode fazer a diferença.

Vamos parabenizar o Senador José Agripino por ter tido a ideia de colocar isso em um projeto de lei.

Lembro que nós tivemos aqui nesta Casa grandes debates sobre a questão socioeducativa. Não chegamos a falar de financiamento, mas sabemos que isso é um dos grandes problemas também.

Vamos ver: se no momento eles foram postos num local que eu acho que não é o mais adequado, que é aquele guarda-chuva da segurança, e esse recurso for para eles, vai ser algo muito positivo. Porque realmente essas medidas socioeducativas de vários projetos sobre os quais eu tenho tido a oportunidade de conversar, quando têm o mínimo de recurso, realmente recuperam um grande número de jovens. E a reincidência é pequena comparada com a de outros projetos.

Então, parabéns por esse relatório que V. Exª fez tão rapidamente e pela competência com que o executou.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – É apenas, Senadora Marta Suplicy, para reforçar. Esse projeto reforça, e a gente percebe isso. Pelo menos em Campo Grande já existe uma equipe, por incrível que pareça. São oficiais, são militares que, durante um período de aula, entram e fazem uma espécie de palestra, prevenindo.

Eu fico imaginando que a maior parte do recurso tem que ser investido na base, nas cidades, nas pessoas que realmente atuam com o jovem, porque muitas vezes esses recursos se perdem numa burocracia enorme e não vão diretamente para aqueles que estão cuidando, às vezes, com muito sacrifício, para manter uma casa de abrigo ou mesmo para evitar... Porque nós sabemos que o *crack* é uma droga que vicia com uma enorme facilidade.

Por isso eu adianto o voto, dizendo que parabenizo a Relatora, Senadora Ângela, e o Autor, Senador Agripino Maia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Já vou dar a palavra ao Senador Elmano.

Também pensei que aí estamos cuidando dos que estão com problema. Agora quão importante seria termos uma obrigatoriedade da prevenção do problema nas escolas, porque lá que começa, não é? Então, isso seria algo em que teríamos que pensar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Um momento, eu acho que o Senador Elmano pediu antes a palavra. Depois vou dar a V. Exª.

Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI. Para discutir.) – Srª Presidente, meus colegas Senadores e Senadoras, eu fui prefeito de uma capital e considero essa questão da droga um dos maiores problemas que nós enfrentamos sob o ponto de vista social. Esta semana mesmo, eu vi a iminência da destruição de uma família em decorrência exatamente de uma situação de alta gravidade, e, em nossa cidade, uma capital, não havia uma unidade que pudesse atender àquele caso específico. O pai, com uma situação muito boa em termos financeiros, dentro de seis dias a partir da semana passada, foi de UTI aérea para o Estado de São Paulo, para uma casa de tratamento, com o custo diário de R$1,3 mil – uma situação gravíssima. Ele tem condições de fazer isso, mas a maior parte das famílias não têm. E esse é um dos problemas mais graves.

Então, mesmo reconhecendo o mérito, quer dizer, a concepção do projeto e a maestria da relatoria, eu queria pedir vista desse projeto pelo envolvimento maior dessa questão no âmbito nacional. Sei que a capilaridade de todas essas nossas ações, no campo social, sobretudo, e de outras ações de atuação local, municipal é prioridade, a base. Eu sempre defendi isso, durante toda a minha vida e atividade pública, no serviço público. Mas, ressaltando a grandeza do mérito do projeto e da Relatora, eu pediria vista por cinco dias, ou seja, de acordo com o tempo regulamentar.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu reconheço que o pedido de vista é regimental, mas eu queria fazer um apelo a V. Exª, porque ele ainda vai ser votado na CAE, em caráter terminativo. Então, eu acho que aqui nós estamos julgando e discutindo o mérito. É um apelo que faço, para que na CAE o senhor possa...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Em se tratando de um apelo de uma pessoa pública...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Mas é claro que...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Mas veja bem, eu creio que este é um assunto...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Espere um pouquinho!

Vista concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque há uma coisa, Ângela, desculpe. Nós estamos, às vezes, nos habituando a fazer aqui algo que eu acho muito ruim para nós. Muitas vezes, eu tenho vontade também de dizer: "Desse projeto, eu não iria pedir vista nunca, porque vai para outra comissão e, na outra, então, se discute; na outra, se resolve." Então, temos votado, às vezes, eu diria – pedindo desculpas pela palavra –, até levianamente, em algumas situações, porque vai para outra comissão, e lá se faz a discussão. Eu acredito...

Eu não sei por que V. Exª pediu vista; vista concedida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vista coletiva, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – E, na próxima reunião,...

Concedo pedido de vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento.

Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Espere aí, há o Senador...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir.) – Não há problema nenhum. É apenas para dizer o seguinte: nós estamos tratando de um fundo. Se formos olhar, nós temos outros tantos fundos em que não têm havido também, digamos, uma aplicação desses recursos para a finalidade para a qual eles foram criados. Então, nós deveríamos até aproveitar essas oportunidades,...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Para pensar.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Porque o que o Governo tem feito? Tem trabalhado com os fundos para produzir o superávit primário. Na verdade, temos fundos com bilhões e bilhões de reais.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É verdade.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós apresentamos um projeto no sentido de fazer com que, se há dinheiro sobrando nos fundos, e não é aplicado, nós temos que deixar de cobrar as taxas correspondentes. Por quê? Porque o fundo tem que produzir o resultado para o qual foi criado. Essa é uma questão. Se apenas menos de um terço foi aplicado, é sinal de que esse recurso não seria necessário. Portanto, a distribuição, a partilha com os entes federados, no caso, Municípios, é uma tentativa de fazer com que esses recursos, de fato, atinjam a finalidade para a qual o fundo foi criado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Por isso que o projeto é muito válido e muito bom. Mas vamos voltá-lo na semana que vem.

Temos outro projeto, que também é simbólico, da relatoria da Senadora Ângela também.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra para a Senadora Ângela Portela, para proferir à leitura do seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutir e votar o presente projeto de lei.

Matérias que tratam da fixação de jornada de trabalho para determinadas profissões inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas na Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada à lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada está adequada para a disciplina da matéria em exame.

No que concerne ao mérito, reputamos que a matéria é de todo justa e razoável.

Entende o próprio Conselho Federal de Psicologia que algumas profissões, entre elas a Psicologia, têm peculiaridades que fazem da redução da jornada de trabalho muito mais que um sinal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento social; uma verdadeira necessidade para assegurar e proteger a saúde física e mental dos profissionais.

O psicólogo, de maneira especial, no seu dia a dia de trabalho, precisa enfrentar uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação.

Frequentemente, esses profissionais são incapazes, após uma desproporcional jornada de trabalho não raramente mal remunerada, de simplesmente se subtraírem aos problemas com os quais lidaram durante o dia.

O saldo dessa exaustiva e inapropriada carga de trabalho é, evidentemente, negativo: o esgotamento emocional, a perda do interesse em trabalhar, oscilações de humor e uma sorte de problemas psicossomáticos como problemas digestórios e dores de cabeça.

Os profissionais da área da Psicologia, em seus vários campos de atuação, sejam eles da área pública ou privada, estão sujeitos a doenças sérias devido ao contexto de sofrimento no trabalho.

Além disso, sobressai o interesse dos pacientes, que deve ser considerado para fins desta deliberação. Como se trata de saúde, se deseja sempre a melhor prestação do serviço, em condições adequadas, a fim de assegurar a qualidade do trabalho à população.

É sabido que a frustração com o trabalho impacta de muitas formas o desempenho do serviço prestado, além de gerar problemas trabalhistas como absenteísmo e mesopatias que impactam diretamente na economia.

A redução da jornada ora proposta insere-se, ademais, no pleito de grande parte dos profissionais da Psicologia e de outras profissões. Essa demanda foi legitimada, por exemplo, por vários relatórios das Conferências do Ministério da Saúde, formadas por profissionais, trabalhadores e gestores da saúde.

Há, também, notável esforço das entidades representativas dos psicólogos que, além da tentativa de reduzir a jornada de trabalho dos psicólogos, procura lhes assegurar um piso salarial digno, inserido dentro de planos de carreiras razoáveis.

A redução da jornada de trabalho servirá, portanto, como anteriormente dito, ao aprimoramento do serviço oferecido à população, à proteção contra os baixos salários recebidos pelos profissionais, à pacificação entre legislações municipais e estaduais, que exigem jornadas de trabalho distintas para psicólogos.

Segundo estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a diminuição de horas de trabalho aumenta a eficiência e, portanto, a produtividade dos trabalhadores. Na mesma pesquisa da OIT, afirma-se que, a despeito dos contra-argumentos que afirmam erroneamente que a redução da jornada de trabalho aumenta os custos para os empregadores, há ganhos reais na receita do produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marginal por hora trabalhada, nesse procedimento, além de fazer com que a entrada de bens de capital, *vis-à-vis*, seja relativamente mais atraente.

Por fim, registre-se que a proposição caminha no sentido de dar aos psicólogos tratamento isonômico já assegurado a outras profissões da área de saúde, tais como fisioterapeutas, assistentes sociais, odontólogos, médicos, dentre outros.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2017.

Esse é o nosso voto e o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O projeto está aberto para discussão, mas acabei de lembrar, Senadora Ângela, que esse é um projeto em que fiz um substitutivo em 2014. Olhe que interessante! Em 2014, o Congresso aprovou o PLC 150/2009, que estabelecia jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos. O projeto sofreu veto da Presidente da República Dilma Rousseff. Em março de 2015, o Congresso manteve o veto.

Ao justificar o veto, Dilma alegou que a redução da jornada impactaria o orçamento dos entes públicos, sobretudo os Municípios, com riscos políticos de atendimento do SUS. Segundo a Presidente, a medida também poderia elevar custos dos empregadores no setor privado.

O veto prevaleceu mesmo depois de manifestações pela derrubada feitas pela maioria dos Líderes e Parlamentares que usaram a palavra. Ao encaminhar a votação, eles destacaram a importância e a complexidade, a que V. Exª se referia, exercida pelos psicólogos. Apesar disso, os votos não apareceram na quantidade necessária, quando o painel de votação registrou o resultado.

Esse substitutivo que eu havia proposto no Senado, por aqui foi aprovado e foi motivo do veto depois, e perdemos, foi modificação do texto original do Deputado Felipe Bornier, que previa a jornada de trabalho e os percentuais referentes a hora extra dos psicólogos que seriam definidos por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho. No Senado, o meu projeto substitutivo era igual a esse que estamos aprovando agora, que é a jornada máxima de trabalho de 30 horas. Vamos ver se, desta vez, nós conseguimos passar aqui.

Eu não sei se ele... Deixe eu ver, a votação aqui é simbólica.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É simbólica.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Ele vai... Não, ele vai direto para o plenário.

Então, lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

V. Exª, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Eu pediria urgência, no sentido de que nós mandássemos logo para o plenário. Eu creio que, dessa forma, eu fui voto vencido, foi muito pertinente a lembrança, a retrospectiva que a nobre Presidente fez nesse instante aqui, porque...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Já têm 30 horas.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – ... é uma injustiça.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É a maior a injustiça com os psicólogos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – São operadores da saúde; não há justificativa.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É verdade, só eles que precisam reduzir.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Nunca entendi realmente. Acho que é uma matéria muito importante. E creio que nós devamos aprovar o mais rapidamente possível, no sentido de que nós reparemos essa injustiça cometida com esses profissionais, os psicólogos.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu quero lembrar, Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Urgência concedida.

Pois não, Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu só quero lembrar que esse projeto é uma sugestão de um cidadão, através do Portal e-Cidadania, quer dizer, o Senado Federal disponibiliza aos cidadãos que também possam dar ideias de projetos. E aqui foi o Sr. Ramon Duarte que solicitou, através da Sugestão nº 6, de 2017, originária da Ideia Legislativa nº 65, do Portal e-Cidadania. Então é importante também porque, além de ter sido aprovado na Comissão de Direitos Humanos, é iniciativa de um cidadão que está participando do processo legislativo junto conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – São as coisas funcionando. Acho muito bom.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2017.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal com urgência para prosseguimento da tramitação.

Requerimento do Senador Elmano Férrer.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a fim discutir a alta taxa de mortalidade infantil na Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Para tanto, como convidados indicamos:

• Representante do Ministério da Saúde;

• Secretário Estadual de Saúde do Estado do Piauí, Sr. Florentino Neto;

• Diretor da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Dr. Francisco Macêdo;

• Representante do Ministério Público do Estado do Piauí, Dr.ª Carla Daniela Furtado;

• Representante dos Médicos e/ou Funcionários da Maternidade.

Autoria: Senador Elmano Férrer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao autor para encaminhar.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como a justificativa ficou muito clara, nós já tivemos este ano 115 mortes...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nessa maternidade?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – ... nessa maternidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Meu Deus!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Nessa, 115.

Agora, eu ressaltaria que essa maternidade é uma maternidade de campanha de guerra, doada pelo governo inglês em 1973. Exauriu-se o tempo de vida útil dessa maternidade, que já decorreu há vinte anos. Lamentavelmente se arrasta uma pretensão de vários governos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas ela é pública ou é privada?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – É pública. A única que é pública na capital, a única. Pois bem. E vários Governos, tanto federal quanto estadual, vêm nessa luta de se fazer uma maternidade. Quer dizer, a paciência dos pacientes ultrapassou os limites.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É uma vergonha.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Então, eu creio, em se tratando de uma Comissão que trata de questões relacionadas à parte social, que esgotaram-se todos os meios possíveis, imagináveis e inimagináveis. Então creio que isso aqui já é uma decisão da sociedade em resolver 118, aliás...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acredito, Senador, que esse requerimento de V. Exª provavelmente vai ajudar a dar uma chacoalhada para que as pessoas responsáveis tomem alguma atitude, porque o que V. Exª está colocando é um escândalo.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Creio que nós estaremos dando uma contribuição ao Estado, porque nessa maternidade todo o entorno da grande Teresina é atendido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É inacreditável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PI) – Então, é uma situação dramática.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Daremos, depois, urgência, Senador, quando a votarmos, semana que vem. Aí, daremos urgência à data.

Requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 8/2018, seja incluído o seguinte convidado:

1. Representante do Ministério da Educação - MEC.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Será dia 6 essa audiência pública. Virá a especialista na área de educação, Claudia Costin. Promete ser uma audiência extremamente interessante pelo conhecimento da pessoa que virá. Nós vamos tentar aproveitar ao máximo. Virá a Drª Claudia Costin e um representante do Ministério da Educação. Ainda não sei o nome dele, porque pedi a eles para enviar uma indicação, mas é para aprovar também o nome que virá do Ministério.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação semana que vem.

Requerimento da CAS.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 514/2017, que altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico.

Em virtude da complexidade do tema e de suas repercussões para o conjunto da sociedade, proponho a organização da audiência em duas mesas para as quais sugiro a presença dos seguintes convidados:

1ª Mesa: Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização.

1. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

2. Dr. Valentim Gentil Filho, Neuropsiquiatra, Livre-Docente em Psiquiatria e Professor Titular de Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da USP;

3. Dr. Luís Fernando Tófoli, Doutor em Psiquiatria pela USP, Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da UNICAMP;

4. Renato Filev; Neurocientista do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID;

5. Margarete Brito, Associação de Apoio a Pesquisa e a Pacientes da Cannabis Medicinal – APEPI; e

6. Cidinha Carvalho, Cultive Associação de Cannabis Medicinal.

2ª Mesa: Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência.

1. Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Drogas

2. Representante do Ministério da Educação

3. Dr. João Paulo Becker Lotufo, médico pediatra, assessor de direção do Hospital Universitário da USP

4. Dr. Prof. Alberto José de Araújo, Pneumologista, Doutor em Engenharia de Produção, Membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina - CFM e da omissão de Combate ao Tabagismo da Associação Medica Brasileira - AMB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Dr. Emilio Figueiredo, advogado da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas – REFORMA.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Esse projeto é de minha autoria.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para ser votada semana que vem.

Não havendo mais nenhum projeto terminativo – e, para matéria terminativa, não temos o quórum adequado –, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marta Suplicy, Waldemir Moka e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Valdir Raupp, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Rodrigues Palma e Pedro Chaves. Justifica ausência o Senador Hélio José. Deixam de comparecer demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Julho Amarelo, a ser realizado a cada ano, em todo o território nacional, no mês de julho, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra as hepatites virais." Autoria: Deputado Marcos Jose Reategui Souza. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas." Autoria: Senador José Agripino e Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a sessenta anos." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." Autoria: Senador Jader Barbalho. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2018 que: "Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, combinado com o art. 96-B, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir os trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” e debater os problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação dos seguintes convidados: Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB); Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e Representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF)." Autoria: Senador Dalirio Beber. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a fim discutir a alta taxa de mortalidade infantil na Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada na cidade de Teresina, Estado do Piauí. Para tanto, como convidados indicamos: Representante do Ministério da Saúde; Secretário Estadual de Saúde do Estado do Piauí, Sr. Florentino Neto; Diretor da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Dr. Francisco Macêdo; Representante do Ministério Público do Estado do Piauí, Dr.ª Carla Daniela Furtado; Representante dos Médicos e/ou Funcionários da Maternidade." Autoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 8/2018, seja incluído o seguinte convidado: Representante do Ministério da Educação - MEC." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2018 que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 514/2017, que altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico. Em virtude da complexidade do tema e de suas repercussões para o conjunto da sociedade, proponho a organização da audiência em duas mesas para as quais sugiro a presença dos seguintes convidados: 1ª Mesa: Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Dr. Valentim Gentil Filho, Neuropsiquiatra, Livre-Docente em Psiquiatria e Professor Titular de Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da USP; Dr. Luís Fernando Tófoli, Doutor em Psiquiatria pela USP, Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da UNICAMP; Renato Filev; Neurocientista do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID; Margarete Brito, Associação de Apoio a Pesquisa e a Pacientes da Cannabis Medicinal – APEPI; e Cidinha Carvalho, Cultive Associação de Cannabis Medicinal. 2ª Mesa: Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência. Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Drogas; Representante do Ministério da Educação; Dr. João Paulo Becker Lotufo, médico pediatra, assessor de direção do Hospital Universitário da USP; Dr. Prof. Alberto José de Araújo, Pneumologista, Doutor em Engenharia de Produção, Membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina - CFM e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira – AMB; Dr. Emilio Figueiredo, advogado da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas – REFORMA." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II combinado com o art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2018 que: "Nos termos dos incisos IX e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações: 1. Acerca da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS: a. Que procedimentos tiveram seus valores majorados nos últimos cinco anos? b. Quando ocorreu o último reajuste linear da Tabela? Qual alíquota foi aplicada nessa ocasião? c. Que reajustes de procedimentos estão previstos para 2018? Quando serão efetuados e quais procedimentos serão contemplados? d. União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem pagar valores superiores aos da Tabela para serviços de saúde vinculados ao SUS? i. O Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Saúde remunera determinados estabelecimentos de saúde com valores superiores aos da Tabela? Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas? ii. Que critérios são utilizados para pagamentos diferenciados? iii. Qual é o embasamento normativo para a execução de pagamentos em valores acima dos previstos na Tabela? 2. O Ministério da Saúde concede incentivos financeiros a determinados estabelecimentos de saúde, além dos valores constantes na Tabela? a. Como isso é feito e em que circunstâncias? b. Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas? c. Que critérios são utilizados para pagamentos desses incentivos? d. Existem incentivos específicos para as entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS? i. Como isso é feito e em que circunstâncias? ii. Quais são eles? iii. Qual a sua base normativa? iv. Há previsão de novos incentivos? v. Que instituições estão sendo atualmente beneficiadas pelos incentivos? 3. Qual é a participação do setor de entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia, em termos de número de estabelecimentos, recursos físicos e produção, em 2017: i. Na assistência ambulatorial? ii. Na assistência hospitalar? 4. Quais são as quantidades de procedimentos e os valores totais pagos pelo Ministério da Saúde às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente às Santas Casas de Misericórdia, por complexidade do procedimento (atenção básica, média complexidade e alta complexidade) e por grupo de procedimentos (de acordo com a Tabela SUS), no ano de 2017: i. Na assistência ambulatorial? ii. Na assistência hospitalar?" Autoria: Senador Dalirio Beber e Senador Waldemir Moka. Resultado: Lido. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2018 que: "Nos termos dos incisos IX e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeremos sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações: 1. Acerca dos débitos com tributos, incluídas as contribuições previdenciárias, das entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia: a. Qual é o montante da dívida tributária consolidada do setor, por modalidade de tributo? b. Que programas governamentais voltados ao saneamento dessas dívidas estão vigentes? i. Quais são as suas principais características? ii. Qual o número de instituições participantes de cada programa? 2. Acerca do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS): a. Qual é o montante de créditos tributários e não tributários devidos à União abrangidos pelo Prosus? b. Qual é o número de instituições aderentes? c. Qual a taxa de inadimplência? d. O Ministério da Fazenda considera que o Prosus atingiu os objetivos pretendidos? 3. Há previsão de instituição de novos programas governamentais com vistas ao fortalecimento das entidades privadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde? 4. Sobre os gastos tributários relativos as entidades beneficentes da assistência social que prestam serviços a saúde ao SUS, e especificamente aos gastos com as Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos: a. Qual é o montante das perdas de receita com gastos tributários, por tipo de tributo? b. Quais outros benefícios e incentivos recebidos por essas entidades geram perda de receita? c. Qual é o montante desses benefícios, por modalidade?" Autoria: Senador Dalirio Beber e Senador Waldemir Moka. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Paulo Paim, Paulo Rocha e as Senadoras Regina Sousa, Ângela Portela e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens não terminativos, onze itens terminativos e quatro requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Nós vamos ler dois requerimentos porque ainda faltam duas pessoas para termos quórum.

Passo à leitura do requerimento de minha iniciativa.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II combinado com o art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Esse é um pedido também vindo do Presidente da Anvisa, que vai retirar-se e que gostaria de apresentar um balanço para a nossa Comissão, que é a Comissão mais próxima da Anvisa – mantemos contatos bastante frequentes –, das suas propostas e feitos, principalmente, e das ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que caracterizaram a sua gestão, por sinal, bastante boa. Há um grande apreço aqui da Comissão, sempre muitos bem atendidos e ouvidos.

Lido o requerimento, a matéria retornará na próxima pauta para votação.

Temos dois requerimentos do Senador Dalirio Beber. Se o Senador Moka puder subscrever também, nós poderemos caminhar com eles. O Senador Dalirio ainda não está presente, mas a gente inicia a leitura do relatório.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos dos incisos XI e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Acerca da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS:

a. Que procedimentos tiveram seus valores majorados nos últimos cinco anos?

b. Quando ocorreu o último reajuste linear da Tabela? Qual alíquota foi aplicada nessa ocasião?

c. Que reajustes de procedimentos estão previstos para 2018? Quando serão efetuados e quais procedimentos serão contemplados?

d. União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem pagar valores superiores aos da Tabela para serviços de saúde vinculados ao SUS?

i. O Ministério da Saúde remunera determinados estabelecimentos de saúde com valores superiores aos da Tabela? Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas?

ii. Que critérios são utilizados para pagamentos diferenciados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iii. Qual é o embasamento normativo para a execução de pagamentos em valores acima dos previstos na Tabela?

2. O Ministério da Saúde concede incentivos financeiros a determinados estabelecimentos de saúde, além dos valores constantes na Tabela?

a. Como isso é feito e em que circunstâncias?

b. Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas?

c. Que critérios são utilizados para pagamentos desses incentivos?

d. Existem incentivos específicos para as entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS?

i. Como isso é feito e em que circunstâncias?

ii. Quais são eles?

iii. Qual a sua base normativa?

iv. Há previsão de novos incentivos?

v. Que instituições estão sendo atualmente beneficiadas pelos incentivos?

3. Qual é a participação do setor de entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia, em termos de número de estabelecimentos, recursos físicos e produção, em 2017:

i. Na assistência ambulatorial?

ii. Na assistência hospitalar?

4. Quais são as quantidades de procedimentos e os valores totais pagos pelo Ministério da Saúde às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente às Santas Casas de Misericórdia, por complexidade do procedimento (atenção básica, média complexidade e alta complexidade) e por grupo de procedimentos (de acordo com a Tabela SUS), no ano de 2017:

i. Na assistência ambulatorial?

ii. Na assistência hospitalar?

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Puxa, está bom, Senador Moka! Estão excelentes essas perguntas! Nós vamos ter um relatório que vai ao fígado.

Esse requerimento é do Senador Dalirio Beber, subscrito pelo Senador Moka.

Concedo a palavra ao autor.

V. Exª, Senador Moka, gostaria de fazer algumas considerações?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Nobre Presidente, subscrevi conscientemente, porque eu sei que o Senador Dalirio Beber é um Senador muito zeloso, capaz, competente e acho que o que ele está requerendo aí são informações importantes para que ele possa, realmente, fazer o relatório para o qual V. Exª o designou, o relatório de Avaliação de Políticas Públicas, este ano aqui na Casa. Eu acho que são informações importantes para que ele possa, realmente, fazer um relatório que dê um raio-X de corpo inteiro das políticas públicas do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito bem. Acredito que realmente essas perguntas, se forem bem respondidas, darão um panorama para o Senador Dalirio fazer um excelente relatório.

Nós temos outro requerimento dele, para a mesma finalidade, provavelmente:

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos dos incisos IX e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeremos sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

1. Acerca dos débitos com tributos, incluídas as contribuições previdenciárias, das entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia:

a. Qual é o montante da dívida tributária consolidada do setor, por modalidade de tributo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

b. Que programas governamentais voltados ao saneamento dessas dívidas estão vigentes?

i. Quais são as suas principais características?

ii. Qual o número de instituições participantes de cada programa?

2. Acerca do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS):

a. Qual é o montante de créditos tributários e não tributários devidos à União abrangidos pelo Prosus?

b. Qual é o número de instituições aderentes?

c. Qual a taxa de inadimplência?

d. O Ministério da Fazenda considera que o Prosus atingiu os objetivos pretendidos?

3. Há previsão de instituição de novos programas governamentais com vistas ao fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde?

4. Sobre os gastos tributários relativos as entidades beneficentes da assistência social que prestam serviços a saúde ao SUS, e especificamente aos gastos com as Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos:

a. Qual é o montante das perdas de receita com gastos tributários, por tipo de tributo?

b. Quais outros benefícios e incentivos recebidos por essas entidades geram perda de receita?

c. Qual é o montante desses benefícios, por modalidade?

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros

Esse requerimento foi feito pelo Senador Dalirio Beber e subscrito pelo Senador Moka para podermos lê-lo no dia de hoje.

Acredito que já está claro o motivo desses questionamentos.

Lido esse requerimento, como foi lido o outro, a matéria retornará à pauta na semana que vem para votação.

Vamos ler agora o item 1 da pauta, do Senador Paulo Rocha, que se encontra aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Julho Amarelo, a ser realizado a cada ano, em todo o território nacional, no mês de julho, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra as hepatites virais.

Autoria: Deputado Marcos Jose Reategui Souza

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Presidenta, nobres colegas, esse é o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2018, do Deputado Marcos Reategui, que institui o Julho Amarelo, a ser realizado a cada ano, em todo o Território nacional, no mês de julho, quando serão efetivadas ações relacionadas à luta contra as hepatites virais.

A proposição contém dois artigos. O primeiro institui a efeméride objeto da proposição, enquanto o segundo estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação. Portanto, é um projeto simples.

Na justificativa, o autor argumenta que o Brasil tem como prioridade a realização de campanhas nacionais que estimulem os seus cidadãos a se vacinarem contra a hepatite e buscarem o diagnóstico precoce. Além disso, defende que a instituição do mês de julho como o de luta contra as hepatites virais é de suma importância para o combate a essas doenças, que representam grave ameaça à saúde pública do País.

No Senado, a proposição foi distribuída para análise exclusiva da CAS, de onde deverá seguir para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

As hepatites virais são doenças infecciosas que atacam o fígado, sendo, em muitos casos, assintomáticas. Para o combate a essas doenças, é de grande importância que haja um diagnóstico precoce. Além disso, a vacinação é a melhor forma de prevenção.

Consideramos, assim, que a instituição de um mês destinado a chamar a atenção para as hepatites virais é um instrumento eficaz de conscientização acerca de seus riscos e formas de prevenção e tratamento.

A escolha do mês de julho faz referência à data escolhida pela Organização Mundial de Saúde para a celebração do Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais, que é 28 de julho.

Consideramos, pois, meritório o projeto. Ademais, não vislumbramos óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

Portanto, Presidenta, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2018.

É o meu relatório e o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Nós estamos com nove presenças, precisamos de mais duas para podermos votar.

Alguém gostaria de falar sobre... Bem, eu vou falar um pouquinho.

Quer falar, Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS. Para discutir.) – Eu acho importante chamar a atenção: hepatite é uma coisa importante, essas chamadas hepatites virais. Há gente que tem hepatite e descobre isso depois de algum tempo. Há casos em que as pessoas passam a ter um problema crônico no fígado em função de repetidas hepatites, e eu acho importante chamar a atenção. É uma coisa extremamente transmissível. O contágio da hepatite é muito fácil, faz-se simplesmente por falar, por algum contato, fluido, secreção. Por tudo isso, eu acho que chamar a atenção e dedicar um mês para que a gente preste mais atenção e faça, realmente, um combate preventivo é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu parabenizo o relatório do Senador Paulo Rocha. Sinceramente, eu acho que campanhas como essas são sempre muito bem-vindas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu concordo. Nós começamos a fazer campanhas há alguns anos já. Eu me lembro das primeiras campanhas que marcaram, que foram sobre o vírus HIV e sobre a aids, e do impacto que tiveram, porque as pessoas eram extremamente mal informadas. Com essas campanhas, realmente, com toda a sua eficiência – foi o Ministério da Saúde extremamente eficiente no caso do HIV –, houve uma queda rápida até para nós brasileiros. Mas hoje seria muito importante fazer uma campanha em relação ao vírus, porque está aumentando enormemente o número de jovens contaminados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Permita-me.

Até porque a campanha que nós fizemos já tem algum tempo, e essa geração não visualizou a campanha.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Exato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Então, eles não têm informação do risco que correm. Por isso, eu acho que V. Exª tem razão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – São dois fatores, eu acho. Primeiro, naquela época nós tínhamos mortes. O Cazuza morreu de aids. Celebridades queridas, admiradas, morriam de aids. Então, isso impactava, até pelo medo. E a campanha, junto com o medo que existia, acabou tendo resultado fantástico.

Depois, houve um retrocesso na questão de educação sexual nas escolas. Há falta de informação. Esse é um tema, Senador, do qual não se fala mais. É tabu nas escolas. O que a gente vê? Aumento de gravidez na adolescência, aumento do vírus HIV, como se não falar de sexualidade na escola fosse acabar com a sexualidade da juventude. Então, esse retrocesso que nós vivemos – e vivemos no País todo, eu diria – não permite que se avance nessas questões e que se protejam os jovens, porque o jovem é protegido com informação, e não com ignorância. É isso que precisamos entender no País e que está muito difícil de se fazer entender, eu diria.

Então, essa questão do Julho Amarelo, para fazer uma campanha forte sobre hepatites virais no mês de julho, eu acredito que possa também ter um impacto bom, assim como nós sempre tivemos um impacto forte no mês das mulheres, quando pintamos tudo de cor-de-rosa – acho que a gente tem os discursos, e sempre ajudou –, e nos meses que nós aqui nós votamos, vários meses, para várias categorias de importância, para sermos lembrados de estar atentos a essas categorias nesses meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vou suspender o item 1 até a gente poder votar. Já temos dez. Falta uma pessoa para termos quórum. (*Pausa.*)

Senadora Ângela, V. Exª podia assumir a Presidência para eu fazer uma leitura? Eu sou a autora, não posso ler. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo.

Autoria: Senador Jader Barbalho

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy para leitura do seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relatora.) – Relatório.

Vem ao exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 510, de 2017, de autoria do Senador Jader Barbalho, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo.

O projeto inclui parágrafo único no art. 9º do CDC para determinar que os rótulos e embalagens de produtos colocados no mercado de consumo deverão exibir advertência sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas, de acordo com a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (Linach). Ainda segundo o dispositivo, essa advertência deverá ser exibida de maneira ostensiva e adequada, na forma do regulamento.

A lei porventura originada do projeto entrará em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

De acordo com o autor da proposição, os diferentes tipos de câncer acarretam grande demanda de atendimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde, os quais consomem significativo volume de recursos, cujo crescimento, no período de 2010 a 2015, foi da ordem de 66% – relembrando, o número é forte.

Em publicação de 2013, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, da OMS, elaborou uma lista das substâncias cancerígenas e das situações de risco que estão presentes na vida das pessoas. Com base nessa lista, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social publicaram, no Brasil, a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos. A Linach constitui a referência que o autor da proposição utiliza para determinar que todos os produtos colocados no mercado de consumo tragam advertências sobre a presença de alguma substância que represente risco para câncer.

A proposição foi distribuída exclusivamente para a análise da CAS, que decidirá em caráter terminativo. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais apreciar o projeto no que tange à proteção da saúde. No presente caso, como a este Colegiado cabe a decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, devemos reconhecer, à luz dos dados atuais sobre morbidade e mortalidade por câncer, que o projeto de lei sob análise trata de tema de extrema relevância para a saúde pública brasileira.

Estimativas do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) indicam que, para o biênio 2018-2019, haverá a ocorrência de 600 mil casos novos de câncer a cada ano. À exceção do câncer de pele não melanoma, os tipos de câncer mais incidentes em homens serão próstata (31,7%), pulmão (8,7%), intestino (8,1%), estômago (6,3%) e cavidade oral (5,2%). Nas mulheres, os cânceres de mama (29,5%), intestino (9,4%), colo do útero (8,1%), pulmão (6,2%) e tireoide (4,0%) serão os mais frequentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de envelhecimento da população brasileira aponta para um cenário epidemiológico em que se espera um aumento expressivo da prevalência do câncer, com impacto financeiro significativo sobre o SUS, que deve assegurar atenção adequada às pessoas com a doença. Além de o câncer acometer um número cada vez maior de doentes, as ações para seu diagnóstico e tratamento apresentam alta complexidade e custos crescentes. De 2010 a 2015, o gasto do Ministério da Saúde com tratamentos contra câncer cresceu 66%, tendo passado de R$2,1 bilhões para R$ 3,5 bilhões.

O aumento do número de casos de câncer ocorre não só pelo fenômeno de envelhecimento populacional, mas também pela maior exposição das pessoas a fatores de risco, muitos deles evitáveis, como o tabagismo, alimentação inadequada e sedentarismo. De acordo com a OMS, cerca de 30 a 50% das mortes por câncer poderiam ser evitadas.

A perspectiva de aumento da incidência de câncer na população indica a urgência de se investir na promoção de saúde, com foco na modificação dos padrões de exposição aos fatores de risco – seria mais uma semana ou um mês que poderíamos colocar; acho que não há um mês para prevenção de câncer. Nesse sentido, a disponibilização de informação adequada para a população sobre esses fatores de risco para câncer torna-se indispensável, e é justamente esse o objetivo da proposição ora analisada.

Ademais, o projeto coaduna-se com o espírito do Código de Defesa do Consumidor, que, em suas disposições, leva em conta a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo e a necessidade de ação governamental para protegê-lo.

A nosso ver, a medida que o projeto em análise propõe é uma das formas de proteger o consumidor, dentre as que nós citamos. Considerando que os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social editaram, mediante portaria conjunta, a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos, para ser usada como referência na formulação de políticas públicas, nada mais justo que utilizá-la para aperfeiçoar a política de defesa do consumidor.

Cremos que a aposição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas nos rótulos dos produtos colocados no mercado de consumo, conforme a proposta prevista no projeto, é medida que aperfeiçoa a proteção dada ao consumidor, ao contribuir para a divulgação de informação útil e necessária para induzir práticas mais saudáveis.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices à aprovação da matéria.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 510, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Como nós não temos, ficam adiadas a votação e a discussão da matéria.

Devolvo a Presidência à Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O item 1 pode ser votado, porque temos 11 agora.

Item 1 da pauta. Vamos retomá-lo. Trata-se do Julho Amarelo.

Retomamos a discussão sobre as hepatites virais, para ser realizada uma campanha durante o mês de julho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara 35, de 2018.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pode.

Então, vamos abrir a discussão. Deu quórum.

Aquele projeto que a Senadora Ângela acabou de ler, que é da autoria do Senador Jader Barbalho e de minha relatoria, pode ser votado. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Bem, nós temos aqui os requerimentos.

Já que não temos quórum, a sugestão é que sejam lidos os requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, combinado com o art. 96-B, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir os trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" e debater os problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação dos seguintes convidados:

• *Representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB);*

• *Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);*

• *Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e*

• *Representante do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF).*

Autoria: Senador Dalirio Beber

Observação:

- Lido em 23/05/2018.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam, concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Então, devolvo a Presidência à Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É porque ela está querendo voltar a um projeto de lei de que eu sou Relatora.

Orientação aqui da Secretaria: o Senador Moka assume a Presidência, então. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Assumindo a Presidência, item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2016

19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para destinar aos Municípios no mínimo 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas.

Autoria: Senador José Agripino e outros

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 23.05.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Eu consulto a Senadora Relatora, Ângela Portela, se tem algum comentário a respeito desse relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Bem, o relatório já foi lido semana passada.

Só queria lembrar que esse projeto do Senador Agripino destina 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas aos Municípios, acrescentando dois parágrafos ao art. 5º da lei que cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com o produto do tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas e dá outras providências.

Então, o projeto destina esses recursos do fundo nacional para que os Municípios possam, através do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), fazer investimentos no sistema de proteção aos adolescentes infratores, medidas que cabe aos Municípios atender no combate ao uso de drogas entre os adolescentes.

Só para lembrar do que trata esse projeto do Senador Agripino, que é muito relevante para a nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Só por uma questão de justiça, está escrito que a autoria é do Senador Agripino e do Senador Garibaldi.

20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Dois potiguares.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Os dois.

Em discussão o relatório da Senadora Ângela Portela.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Eu acho que é justo o que se está colocando aqui. É uma reivindicação da Confederação Nacional dos Municípios, inclusive, porque é no Município que acontece tudo, principalmente a questão do uso de drogas.

Acho que os Municípios precisam começar a assumir essa prevenção, porque, quando chega para o Estado, já vem dependente, para aquele tratamento mais especializado. E eu acho que esse dinheiro, indo para o Município, é para trabalhar a prevenção, porque a melhor coisa que há é a prevenção, para não deixar que a pessoa chegue a ser dependente, porque quando é dependente o tratamento é especializado, já tem de ir a outros centros.

Então, é justo que os Municípios... Devem estar presentes os planos de trabalho também de prevenção, mas é muito importante, porque tudo acontece é no Município; logo, a verba tem que ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero só cumprimentar os dois autores, José Agripino e outros... É o Senador Garibaldi?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Garibaldi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – E cumprimentar a Senadora Ângela Portela, porque isso vai fortalecer os Municípios. Todos aqui acho que somos municipalistas. Quanto mais descentralizarmos... Em questões como esta, que atingem diretamente a população, é muito, muito positivo que esses recursos fiquem efetivamente, nesse percentual, para os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Para discutir.) – Igualmente, Sr. Presidente, quero cumprimentar os autores e também a Relatora, Senadora Ângela Portela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tudo que fizermos, Presidente, em benefício dos Municípios brasileiros é muito bem feito. Nós sabemos a dificuldade por que passam as prefeituras municipais, especialmente no setor de saúde, em razão de os recursos não serem suficientes para os atendimentos. Apesar de as disposições constitucionais determinarem transferências de recursos da União e dos Estados para os Municípios, para o atendimento de saúde, os Municípios ainda têm que avançar nos seus orçamentos próprios, nas suas receitas próprias para dar cumprimento às tarefas que lhes são impostas.

Portanto, Presidente, eu considero muito importante tudo aquilo que nós fizermos para fortalecer a receita dos Municípios, porque isso vai melhorar, de uma forma muito direta, o atendimento à população, que está ali no Município; é ali que ela mora, é ali que ela trabalha, é ali que ela constrói a sua família e a riqueza deste País.

Então, quero mais uma vez parabenizar os autores, Senador José Agripino e também o outro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Garibaldi Alves.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – ... Senador Garibaldi Alves, bem como a Senadora Ângela Portela, pelo relatório que nos apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Obrigado.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Presidente, naturalmente, não só os autores como também a Relatora conhecem o problema existente hoje no País, que é o problema da federação. Ainda há concentração no Governo Federal, e o Município é o primo pobre dessa história. E é lá – como já disse aqui o nosso Senador – que acontecem as coisas, porque a necessidade da população está onde ela vive, no Município.

Esse tipo de projeto corrige, em parte, a situação. Então, são meritórias a iniciativa e a aprovação deste projeto. Mas nós haveremos ainda de avançar muito mais nessa questão do Município, não só da transferência, através do FPM, aumentando os repasses, como também... Nos últimos tempos se avançou muito na questão de políticas via Município, mas o Governo Federal, por exemplo no governo Lula, aumentou muito a questão da saúde, mas foi na infraestrutura – UPAs (Unidades Básicas de Saúde) –, e o custeio ficou para o Município. Então, acho que essa ideia de pensarmos em projetos que transfiram orçamentos para os nossos Municípios, principalmente na questão do custeio, é fundamental para resolver o problema da nossa população.

Então, é meritório esse projeto, e temos que aprová-lo, inclusive, por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só uma palavra, que a nossa querida Relatora aqui me alertou, que é a prevenção. A palavra-chave é a prevenção. Então, antes que a droga entre com toda a força, o projeto tem esse papel. Era só esse complemento, elogiando a todos e, naturalmente, à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) – Sem dúvida.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2016.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Há, agora, três requerimentos.

Eu pergunto, por uma questão até de tempo – sei que há colegas aqui que... –, se eu posso ler os três requerimentos para votarmos os três em globo. É possível? Tenho permissão do Plenário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/MDB - MS) –

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a fim discutir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alta taxa de mortalidade infantil na Maternidade Dona Evangelina Rosa, localizada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Para tanto, como convidados indicamos:

• Representante do Ministério da Saúde;

• Secretário Estadual de Saúde do Estado do Piauí, Sr. Florentino Neto;

• Diretor da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Dr. Francisco Macêdo;

• Representante do Ministério Público do Estado do Piauí, Drª Carla Daniela Furtado;

• Representante dos Médicos e/ou Funcionários da Maternidade.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Observações:

- Lido em 23/05/2018.

Como o Senador Elmano Férrer não está presente, eu vou subscrever o requerimento.

Ele já foi lido também, com a presença do Senador, então pode ser votado.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 8/2018, seja incluído o seguinte convidado:

1. Representante do Ministério da Educação - MEC.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Lido em 23/05/2018.

Também já foi lido o requerimento com a presença da Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao terceiro e último requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 514/2017, que altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico.

Em virtude da complexidade do tema e de suas repercussões para o conjunto da sociedade, proponho a organização da audiência em duas mesas para as quais sugiro a presença dos seguintes convidados:

1ª Mesa: Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização.

1. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

2. Dr. Valentim Gentil Filho, Neuropsiquiatra, Livre-Docente em Psiquiatria e Professor Titular de Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da USP;

3. Dr. Luís Fernando Tófoli, Doutor em Psiquiatria pela USP, Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da UNICAMP;

4. Renato Filev; Neurocientista do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID;

5. Margarete Brito, Associação de Apoio a Pesquisa e a Pacientes da Cannabis Medicinal – APEPI; e

6. Cidinha Carvalho, Cultive Associação de Cannabis Medicinal.

2ª Mesa: Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência.

1. Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Drogas

2. Representante do Ministério da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3. Dr. João Paulo Becker Lotufo, médico pediatra, assessor de direção do Hospital Universitário da USP

4. Dr. Prof. Alberto José de Araújo, Pneumologista, Doutor em Engenharia de Produção, Membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina - CFM e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Medica Brasileira - AMB.

5. Dr. Emilio Figueiredo, advogado da Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas – REFORMA.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Lido em 23/05/2018.

Eu coloco os três requerimentos em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação é em globo.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os três requerimentos.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007

- Terminativo -

Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Em 25.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Em 10.11.2009, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

- Votação nominal.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013

- Terminativo -

Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 09.05.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 18.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Em 19.05.2015, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Em 16.05.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016

- Terminativo -

Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 25.04.2018, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 18.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Em 10.08.2016, durante o prazo regimental, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 1-T.

- Votação nominal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 25.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Em 30.08.2017, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Votação nominal.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 22.11.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017

- Terminativo -

Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 18.04.2018, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais pelo Relator "ad hoc", Senador Paulo Paim, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

19ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (53ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (20ª REUNIÃO), EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quatro minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Regina Sousa, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 52/2018 e 98/2018, de autoria da Senadora Regina Sousa, RDH 84/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Hélio José, RAS 9/2018, de autoria da Senadora Regina Sousa e da Senadora Marta Suplicy, e RAS 12/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy. **Finalidade:** Debater sobre: "A cidadania da população LGBT, com foco na terceira idade e no envelhecimento: 'O tempo de nossas vidas' ". **Participantes:** Paulo Albernaz Mello Bastos (João Nery), Transexual; e Bayard Tonelli, Ator e um dos fundadores do grupo artístico Dzi Croquettes. A Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Raicarlos Durans, militante político LGBTI; e Rosilene Gomes da Silva, Assessora da liderança do PT. **Resultado:** Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Às nove horas e trinta e três minutos a Senadora Marta Suplicy passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Marta Suplicy e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com 20ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 52 e 98, de autoria da Senadora Regina Sousa, e do Requerimento nº 84, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Hélio José, todos de 2018, da CDH, e ainda do Requerimento nº 9, de autoria da Senadora Regina Sousa, e do Requerimento nº 12, de autoria da Senadora Marta Suplicy, ambos de 2018, da Comissão de Assuntos Sociais, para debater o tema "A cidadania da população LGBT, com foco na terceira idade e no envelhecimento: 'o tempo de nossas vidas'".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Cumprimento a Mesa e, muito especialmente, a parceira com a Senadora Regina, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Muito bem-vindo, Bayard Tonelli, que tem um trabalho fabuloso. É ator, poeta, tradutor, diretor de arte, coreógrafo, mas o que eu lembro bem é que você é um dos fundadores do antológico Dzi Croquettes, que fez a alegria e foi muito, muito, muito famoso. Foi nos anos 70, 80? Em que ano foi?

O SR. BAYARD TONELLI – Em 1972 e 1981. Voltamos em 1988 e, depois, em 2012 e 2016. Em 2016, eu dei uma parada para fazer outros trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O Tonelli participou de 25 longas-metragens e de inúmeros curtas no cinema nacional, desempenhando as mais diferentes funções. Daqui a pouco, nós vamos ouvi-lo.

Também quero dar as boas-vindas a João Nery, psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor universitário, psicoterapeuta e consultor em gênero e sexualidade, especializado em sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia.

Nós mudamos um pouco aqui a ideia, pois vamos falar de envelhecimento. Eu acho que a oportunidade que nós temos hoje aqui, Bayard, principalmente em relação à história pessoal do João Nery, é muito única. Nós temos a oportunidade de ouvir o relato de uma pessoa que viveu a história, um transexual. Agradeço se você tiver – não sei se eu diria a gentileza, ou a coragem, ou a vontade – a generosidade, eu diria, de nos contar o que foi esse percurso, porque o que falamos aqui no Senado fica no arquivo do Senado. E eu imagino que, daqui a 10, 15, 20 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando os estudiosos forem procurar esse arquivo, forem entender o que aconteceu, nessas décadas, no País, em relação às pessoas LGBTI, nós vamos ter uma história bastante longa, e essa história eu tenho certeza de que vai ser muito importante quando constar com seu depoimento.

Então, com a palavra Paulo Albernaz Mello Bastos (João Nery), por 20 minutos. Ali está o controle do seu tempo. Por favor, colocar 20 minutos.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – O microfone está ligado?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Está ligado. Pode começar.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Boa noite a todas, a todos e a "todxs", porque nós temos os não binários também, que são invisíveis na nossa sociedade binarista, que só acha que existem homens e mulheres, quando, na realidade, nós temos uma gama enorme de gêneros, independentemente, inclusive, dos intersexuais, se formos abordar a questão biológica também.

Eu nasci no Rio de Janeiro, numa família de classe média. Tive a oportunidade de estudar. Nasci com corpo feminino, e, naquela época – nasci em 1950, portanto, estou com 68 anos –, nem a palavra trans existia. Eu nunca me senti uma mulher. Desde que eu me entendo por gente, eu me considero do gênero masculino. Aos nove anos, minha mãe me leva a uma psicóloga, mas ela, claro, não me diagnosticou como trans, porque também desconhecia esse termo.

E eu não queria crescer, queria ser uma eterna criança, porque eu sabia a barra que eu iria começar a enfrentar. Eram outras épocas, eram outros tempos; não é como hoje, que uma criança pode dizer para o pai que se sente um menino, como é o caso do filho do Brad Pitt. E eu sempre fui uma criança que manifestava: eu queria usar *short*, sem camisa, mas tinha que usar vestido, tinha que botar saia para ir para a escola; tinha que usar tudo. Porque, quando você nasce, a sociedade já está preparada para recebê-lo com tudo pré-moldado.

Então, como eu vim ao mundo como uma menina, eu tive um nome feminino, eu tinha que botar vestido, eu tinha que me comportar como uma menina, viver em um mundo social privado, como toda mulher, enfim, me submeter a uma série de coisas, e nada disso fazia parte do meu universo. Eu não podia subir em árvore, eu não podia andar de carreta, eu não podia jogar bola de gude, eu não podia ser um moleque de rua, como eu gostava.

E aí, eu sofria transfobia na pracinha em que eu brincava, me chamavam de Maria Homem, depois, na escola, me chamavam de Paraíba. Eu não sabia nem que palavra era essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O que passava na cabeça da menina nessa condição?

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Todas as vezes em que me tratavam de "ela", eu corrigia para "ele" mentalmente. Eu lembro que isso era uma obsessão na minha infância. Imagine, cada vez que me chamavam de "ela", eu corrigia para "ele" mentalmente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Você sabe, João, que, quando você falou da filha da Angelina Jolie, uma das coisas que mais chamaram atenção é que falavam: "*She*", e ela dizia: "*He*, John."

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Hoje eu acho que já se manifesta verbalmente isso. Mas, naquela época, era impossível.

E eu conto tudo aqui nesse meu livro, *Viagem Solitária*. Aqui sou eu com 14 anos de idade e aqui eu com 27, quando eu faço a cirurgia. Eu sou o primeiro transexual masculino a fazer a cirurgia no Brasil, em 1977, durante a ditadura militar. E era proibida, era considerada mutilação do humano. Meu médico foi condenado a dois anos. Não por minha causa, mas por ter operado em 1971 uma mulher trans. Ele já morreu, o Roberto Farina, em São Paulo.

Bem, eu consegui estudar, me formei em Psicologia e sempre me preocupei com a questão da sexologia. Naquela época, se falava sexólogo, hoje já se fala em gênero e sexualidade. E sempre estudei as sociedades primitivas por minha conta, as sexualidades em Samoa, os antropólogos culturalistas, enfim. E fui abrindo a minha cabeça e descobrindo que a sexualidade era uma invenção social. Quer dizer, no sentido é um construto, porque cada cultura tem uma forma de se comportar, que varia do tempo, que varia, enfim.

Judith Butler hoje, desde a década de 90, já esclarece muito bem essa questão do gênero. O que você carrega entre as pernas não tem nada a ver com a sua identidade de gênero, que é uma coisa muito importante de ser diferenciada e que a sociedade confunde muito, entre o que é identidade de gênero e orientação sexual. A identidade de gênero é como você se identifica, no caso como homem, como mulher, ou como as duas coisas, ou como nenhuma das duas coisas, ou como outra qualquer; e a orientação sexual fala da afetividade, fala do desejo, então, independe da sua identidade sexual. Eu poderia ser um trans *gay* se eu gostasse de homem, no caso, fosse ele cisgênero ou transgênero.

Cisgênero quer dizer... Cis é um prefixo latino, quer dizer do mesmo lado. Uma pessoa cisgênera é a dita, entre aspas, "normal" na nossa cultura, porque é a que tem a coerência entre o seu gênero e o seu genital. Então, este é um homem ou uma mulher cisgênera. Eu, não, eu não tenho essa coerência, portanto, eu sou um transgênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas acontece que, no nosso País, nós não temos políticas públicas para transgêneros e não temos políticas públicas para não binários. Então, nós somos obrigados a ter um rótulo para ter essas políticas. Por isso, eu me defino como um homem trans ou como um trans homem, que, aliás, é uma palavra que eu prefiro porque eu não sou homem, eu sou trans. Eu faço questão de não ser um homem cis, pertencente a essa sociedade machista, que eu acho que é a nossa grande patologia social. Eu acho que no cis tinha que estar o machismo, e não a transexualidade. Enfim, há uma sociedade sexista, heteronormativa compulsoriamente. Então, eu tenho o maior orgulho de ser trans, apesar de toda a dificuldade que eu passei.

Eu, depois de formado, dei aula em três universidades no Rio de Janeiro. Eu comecei ainda com uma identidade feminina e comecei também um curso de mestrado. Nessas alturas, eu estou com 24 anos. E, na década de 70, começam, então, os movimentos contraculturais e a moda unissex surge, para a minha salvação. Eu corto o meu cabelo, eu passo a usar *jeans*, que não existia, e me torno uma figura unissex.

E aí, eu começo a viver, aí eu tenho essa cara que eu estou aqui, esse gato aqui. Eu não tenho barba não, nem me hormonizo. Mas, olha que loucura, eu dou aula na faculdade com essa cara. E era a maior confusão, porque quem não me conhecia me tratava no masculino; e quem me conhecia me tratava no feminino, a família e os amigos. Então, eu vivia duas vidas, duas identidades sociais. Não é um caso de esquizofrenia, apenas identidades sociais completamente distintas.

E aí, o que aconteceu? Eu me submeto, eu descubro uma equipe no Moncorvo Filho, pioneira, que começa a estudar o transexualismo. Até hoje era uma doença, agora, com a decisão do Supremo, deixou de ser. Mas ainda consta no CID como uma doença. E eu faço a histerectomia, que é a retirada dos órgãos reprodutores internos. Faço a conhecida mastectomia, que é um termo que a Medicina usa, mas é errado. Porque, na verdade, mastectomia é a retirada das mamas, por exemplo, de uma mulher com câncer, que nem o mamilo se recoloca. E, no caso dos homens trans, não é. No caso dos homens trans, é uma mamoplastia, em que você transforma uma mama feminina em uma mama masculina. Então, não é uma questão estética, é restauradora.

E fiz uma neo-uretra também, para poder urinar em pé, para uma futura neofaloplastia, ou seja, a feitura de um pênis. Acontece que essa cirurgia, a neofaloplastia, é considerada no Brasil – só no Brasil e só para homens trans – experimental. Portanto, ela só pode ser feita em hospitais universitários.

Agora, qualquer homem aqui que perdeu o seu pênis, o que não é raro, por câncer, por falta de higiene, por gangrena devido a diabetes... Há muitos homens que perdem o pênis nem por isso deixam de ser homens, o que comprova a minha tese – a minha não, a nossa tese – de que o gênero independe dos órgãos genitais. Ninguém deixa de ser homem porque perdeu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pênis. Pode ficar com a autoestima abalada, mas ele pode reconstituir o pênis dele com qualquer urologista em qualquer hospital que ele escolher. E nós, não.

Então, isso também é um preconceito da Medicina. Para a Medicina, eu sou um transexual feminino. Quem me define é minha genitália até hoje, e não masculino. Para vocês verem como é. A cadeira de gênero e sexualidade só existe em cinco universidades no Brasil como obrigatórias. Então, formam-se médicos, psicólogos, assistentes sociais sem a menor noção do que seja a diferença entre gênero e sexualidade. Isso é uma coisa muito séria. E a Medicina talvez seja uma das áreas mais transfóbicas e mais ignorantes nessa questão.

Como lidar com um corpo trans? Bom, aí depois que eu me formo, que eu descubro essa equipe, que eu faço as cirurgias, surge o segundo problema: como trabalhar sendo uma figura masculina e com documentos femininos? Eu não podia entrar na Justiça, como até pouco tempo se podia, para mudar meu prenome e gênero. Nenhum juiz me daria essa mudança naquela época. Até hoje são transfóbicos, imagine naquela época!

E aí por acaso recebi uma transexual com o marido e o filho na minha casa, que me deram força, e eu resolvi ir a um cartório e cometer o meu segundo crime. O primeiro foi ter me operado em uma época em que a cirurgia era proibida. Não existia SUS, não existia processo transexualizador. Isso foi surgir 20 anos depois.

E aí, eu fui ao cartório e tirei uma nova certidão masculina. Disse que nunca tinha sido registrado, que eu precisava servir o Exército. Eu estava com 27 anos, tive de dizer que tinha 18, e consegui uma nova identidade. E, com isso, eu fico com dois CPFs, um de mulher, outro de homem. E por isso fiquei 30 anos dentro do armário para não ser preso.

E perdi, como homem, todo o meu currículo escolar. Eu me torno um analfabeto, eu deixo de ser psicólogo, eu deixo de ser professora universitária, no caso, perco meu mestrado. E passo a ser pedreiro, passo a ser pintor de parede, passo a ser tradutor de *pocketbook*, passo a ser massagista de shiatsu, chofer de táxi. Eu tive várias profissões que não exigiam currículo, para sobreviver. Nunca o Estado me ressarciu dessa perda. Eu estou desempregado, eu não tenho aposentadoria, eu vivo com ajuda. Meu pai fez cem anos agora, ainda está lúcido, embora a memória recente dele seja comprometida, e ele me dá uma ajuda. Paga meu plano de saúde.

E sou "casado", entre aspas, pela quarta vez, com uma museóloga, funcionária pública, que é aposentada agora, há 22 anos. No meu terceiro casamento, eu sempre fui um homem apaixonado pelas minhas relações. Nunca conseguir ser um trans galinha. Eu sempre me envolvi, sempre me apaixonei, coisas muito difíceis no mundo masculino. Eu continuo mantendo tudo o que eu aprendi do mundo feminino que eu considero positivo, como a emotividade, a afetividade, poder chorar, poder perder, poder ser fraco, não carregar no ombro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse peso que o mundo masculino carrega. Eu mantenho na minha personalidade, eu sou um trans homem feminino.

E eu, como já disse, sou um trans feminista, inclusive. Sou inteiramente a favor de que a mulher seja dona do corpo dela. Eu sou contra a proibição do aborto. Eu sou contra, enfim, tudo o que possa reprimir, porque são os homens quem ditam as regras e quem dita o que pode e o que não pode na nossa cultura, na nossa ciência e na nossa literatura. E eu acho que está na hora de as mulheres falarem cada vez mais alto e estão falando, não é?

Eu sei o que é um assédio sexual. Felizmente, nunca fui estuprado, mas é comum que um homem trans seja estuprado. Mas não é o estupro que uma mulher sofre, é chamado estupro corretivo, que também as lésbicas sofrem, para mostrar, para ensinar o que é ser mulher. E esse estupro, como também o das mulheres, normalmente é praticado pela própria família.

Eu viajei muito. Eu, depois desse livro, me tornei um ativista dos direitos humanos e dou palestras em congressos, em seminários. Enfim, dei muitas entrevistas na televisão logo quando saiu meu livro, no Jô Soares, na Gabriela. E, com isso, eu criei um exército de filhotes. Eu tenho um perfil no Facebook só para atender os homens trans. Eu fiz 26 grupos fechados, em que, dentro desses grupos, eu coloco profissionais capazes de atender os homens trans. Agora se não precisa mais de advogados, mas o que eu consegui: ginecologistas, psicólogos, cirurgiões, etc.

Aliás, a saúde é um problema seriíssimo para os transexuais. Um homem trans, por exemplo, precisa de ginecologista. E, no SUS, a ginecologia como a obstetrícia são uma especialidade exclusivamente feminina. Então, nem o nome social pode ser usado dentro do SUS. Se um homem trans for ao SUS, para fazer um tratamento ginecológico, ele não pode dar o nome social masculino dele, porque o sistema vai ler como fraude. Um homem não pode ter assistência de ginecologista. Assim como, se um homem trans engravidar, o que é muito comum, não para virar mãe, para virar pai, a identidade dele não muda, ele também não terá direito ao SUS, porque será lido como fraude. E, se ele tiver já mudado o nome dele, aí ele não é nem atendido; se ele tiver já mudado o nome legalmente.

O Supremo Tribunal Federal agora, no dia 1º de março de 2018, finalmente nos deu a cidadania, porque uma pessoa que não tem direito ao próprio nome não existe como cidadão. Apesar de pagarmos impostos, nós não temos direito à moradia, nós não temos direito a atendimento médico, nós não temos direito a abrigos. Somos expulsos de casa ainda menores de idade, a maioria. As tentativas de suicídio são muito altas. Não temos direito a trabalho, ninguém dá trabalho a trans. Agora, algumas empresas multinacionais estão abrindo para a diversidade, não só de gênero, mas de uma maneira geral, e eu soube agora que a Gol contratou a primeira transexual. O Carrefour também tem já 30 trans trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para vocês terem uma ideia, a média de vida de uma travesti é de 35 anos de idade. Ou ela morre de Aids, ou ela morre por drogas, ou ela morre assassinada, que é o mais comum, ou suicídio. Então, falar sobre a velhice trans é muito difícil.

Eu estou escrevendo o meu quarto livro. O primeiro foi *O Erro de Pessoa*, que eu escrevi aos 27 anos, enquanto me recuperava da cirurgia, e 30 anos depois eu escrevo *Viagem Solitária*. Este livro aqui inspirou a novela agora, recente, da Gloria Perez, A Força do Querer, para quem eu dei consultoria, inclusive.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – E ela fala sobre a transexualidade masculina pela primeira vez na televisão.

Quarenta e nove por cento da população brasileira não sabe o que é a palavra trans, desconhece a transexualidade, mistura transexualidade com homossexualidade, que não tem nada a ver. Então, é preciso, apesar de essa decisão do Supremo ter passado por cima do Legislativo, como fez também com o casamento civil igualitário – porque parece que a Câmara cada vez anda mais para trás, infelizmente –, nós temos que agradecer, evidentemente, essa decisão do Supremo, embora ela tenha sido dada no momento em que o Supremo sofre bastantes críticas, inclusive internacionais – nós todos sabemos disso. Mas finalmente houve uma atitude muito lisonjeira, muito necessária, e hoje podemos ir a um cartório e mudarmos o nosso prenome e o nosso gênero, sem precisar de cirurgias ou laudos psiquiátricos. Portanto, despatologiza a transexualidade. Mas isso não é suficiente. É preciso de leis que nos protejam.

Então, só para concluir, eu gostaria de que a mídia... Eu gostaria de que houvesse um movimento popular, de que tivesse cursos de formação, enfim, de que houvesse uma conscientização da sociedade para podermos ser respeitados e conhecidos. Enfim, cada um tem o direito de ser o que quiser.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós que agradecemos, João. É uma coisa tão forte o que você conta que as pessoas estão tão longe de imaginar o que é essa trajetória. E ainda há os percalços que nós temos.

Foi bem colocado, o Supremo agora deu alguns direitos, até direitos plenos. Nós temos o projeto do Jean Wyllys e da também Deputada Erika Kokay. Aqui tem, desde 2011, o meu projeto sobre trans também.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – E a lei João W. Nery.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E nós temos muita dificuldade em fazer isso, de prosseguir.

Agora, sua fala também levantou algumas questões importantes de leis que precisam ser ajustadas em relação aos serviços públicos prestados, porque, por exemplo, não ouvi falar ainda desse assunto, de como que um trans masculino vai fazer uma consulta no SUS e ocorrer toda essa confusão, e ainda ocorre.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS (*Fora do microfone.*) – Ainda ocorre.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Quer dizer, isso tem que ser visto, isso tem que ser levado...

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS (*Fora do microfone.*) – É só mudar o sistema do SUS.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É, tem que ser levado ao Ministério da Saúde, para que possa... Acho que não é nem questão de lei; é uma questão de conversa.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS (*Fora do microfone.*) – Quando eu falo em lei, é porque nós temos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – ... por exemplo, a Lei Maria da Penha, que protege basicamente as mulheres. Muitos trans que não querem mudar de nome, porque como é que fica no presídio? Para que ala nós vamos? Para que delegacia vamos? (*Fora do microfone.*)

Se formos presos, vamos para o presídio masculino. Aí é uma desgraça, porque somos estuprados. Nem todos os presídios tem alas LGBT.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – E também essa questão dos diplomas. Também isso hoje já deve ter mudado.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Não, basta você mudar a sua certidão, você mudará todos os documentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – E aí a certidão você já tem. É um problema mais do SUS.

Eu infelizmente vou ter que me retirar, porque tenho uma Comissão de Assuntos Sociais para presidir. Vou chamar a Presidente desta Comissão, que é a Senadora Regina Sousa, e ela agora continua os trabalhos aqui com o Bayard e, ao mesmo tempo, abre as questões para as pessoas sobre isso. Foi simplesmente uma abertura da nossa conferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Eu queria só fazer um complemento à questão do Supremo. (*Fora do microfone.*)

A Lei João W. Nery, a Lei de Identidade de Gênero, tem um artigo, que é o art. 5º, que o Supremo não levou em conta. Ele fala é muito importante, fala sobre os menores, a proteção dos menores trans, porque os responsáveis, muitas vezes, pelas crianças e adolescentes abusam delas e não respeitam a identidade delas. Então, elas teriam, segundo o PL 5.002/13, direito a recorrer ao Ministério Público. E agora, com o Supremo, não tem proteção mais para os menores. Eles têm que ficar nas mãos dos responsáveis e serem estuprados, apanhados e não serem respeitados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Está registrado.

Passo a palavra agora, e a Presidência, à Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos.

Vamos continuar.

Serão 20 minutos para o Bayard. Ele já foi apresentado, mas ele é um dos fundadores do grupo artístico, como é que se chama?

O SR. BAYARD TONELLI – Dzi Croquettes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, 20 minutos para o Bayard. Com um minuto avisa, mas também temos tolerância, assim, para concluir, prorrogamos um pouquinho.

O SR. BAYARD TONELLI – Bom dia a todos.

Sou gaúcho, nasci em 1947. A sexualidade entrou na minha vida bem cedo, como brincadeiras de criança. Dentro da alegria do prazer das brincadeiras infantis, o sexo surgiu como uma brincadeira usual. Aos quatro anos, eu tive um pequeno problema que não me afetou muito, porque um vizinho tentou me estrangular. Provavelmente, ele era adolescente, ficou excitado comigo. Eu devo tê-lo apalpado, porque um pau duro para mim era uma brincadeira normal, e ele tentou me estrangular. Não me afetou muito, mas, aos quatro anos, eu tive também um momento que me marcou muito, quando eu conheci Getúlio Vargas. Na campanha de 1951, eu fui a um almoço, e Getúlio, no final do almoço, passou para conversar com as senhoras das autoridades presentes e passou a mão na minha cabeça. Isso marcou muito a minha família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1954, eu descobri a violência sexual, que podia ser estuprado, que tinha lugares que eu tinha que evitar, pessoas que eu tinha que evitar, porque podiam querer me pegar e podiam querer me comer à força. Então, eu aprendi muito cedo, e isso sem interferência, sem conhecimento da minha família. Sou filho de militar, jogador de futebol, técnico, comentarista. Tive um pai maravilhoso, que nunca me reprimiu. Fui criado em quartel e campo de futebol, mas não admitia jogar futebol, porque para mim, ao jogar futebol poderiam encostar em mim, e eu não admitia que nenhum homem encostasse em mim, porque eu sempre achava que qualquer tentativa de encostar em mim era uma tentativa de querer abusar de mim. Então, eu não podia jogar futebol, porque, se eu estava com a bola no pé e alguém me tirasse a bola, eu saia chutando e querendo matar a pessoa. E, como tinham me ensinado aos quatro anos que estrangular era uma possibilidade, eu, pequenininho, aprendi que pular no pescoço das pessoas e tentar matar era autodefesa.

Também, aos sete anos, uma coisa que me marcou muito foi a carta-testamento do Getúlio, porque foi o primeiro documento importante que eu comecei a ler, e eu quis entender o porquê, o que era esse suicídio, esse abandono da vida, essa possibilidade de deixar de existir.

Dentro do mundo oriental, não é tão condenado, como para nós, o suicídio; é uma opção de vida. (*Pausa.*)

O SR. BAYARD TONELLI – E eu sou muito curioso. Se alguém fala, eu quero ouvir o que a pessoa está falando. Aí eu fico...

Então, é isso. Aos sete anos, eu descobri isso e comecei a me defender, evitar. Sabia, modéstia à parte, que eu era considerado bonitinho. Então, nas brincadeiras de rua, eu tinha um limite até aonde eu podia ir. Eu não podia entrar no matinho que tinha para brincar de soldado e bandido, porque alguém podia querer me agarrar.

Então, eu sempre vivi alerta e, desde cedo, apaixonei-me por putas e freiras e sempre odiei padres. As freiras me fascinavam pela opção desse amor divino ao Cristo, e as putas pela sua dedicação. E eu venho de uma geração que conheceu as putas que chegaram depois da guerra no Brasil, refugiadas, pessoas com cultura, pessoas sábias, e essas pessoas realmente me fascinavam. Então, eu sempre aprendi muito com esse tipo de gente. Os padres eu detestava, porque, desde criança, eu já sabia que eles gostavam de pegar os garotinhos. Então, nunca admiti estudar em colégio de padre. E, como já falei, eu tive um pai maravilhoso, que, desde criança, sempre me ouviu e me respeitou. Então, o que eu falava o meu pai acatava, desde criança. E eu fui descobrir isso só adulto, porque não percebemos esses privilégios. Mas, então, vivi, desde criança, alerta e atento aos perigos externos.

Aos 12 anos, eu tive uma explosão hormonal. Os meus hormônios explodiram. Então, fui uma criança que começou uma vida sexual com dois anos e meio, três, e aos 12, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pintou a sexualidade, meus hormônios explodiram, e eu virei um vulcão ambulante. Comecei a ter problemas de pele e comecei a me identificar com as minhas tias, que estavam na menopausa e que tinham aqueles calores infernais. Eu e me identificava com aquelas senhoras aos 12 anos: por que eu tinha aqueles calores? Por que eu explodia? Por que o meu sangue fervia? Então, isso me marcou muito.

Mas, sempre na defensiva, a partir dos sete anos, comecei a ler muito. Então, a literatura me deu possibilidades de saída, o imaginário e o mundo fantástico da imaginação.

Tive o prazer de participar, em 1961, da legalidade com o Brizola, que me marcou muito, que eu achei que seríamos revolucionários e que poderíamos mudar o Brasil.

Aos 17, eu tive a desilusão da revolução do golpe militar, e isso me marcou muito, porque houve um afastamento. O meu pai era militar da linha getulista e PTB. Na minha casa se parou de falar de política, mas, ao mesmo tempo, o meu pai nunca proibiu o que eu fizesse ou a minha irmã. Nós tínhamos liberdade. Só o respeitávamos, porque ele trabalhava muito, era um pai provedor; trabalhava a semana inteira em dois, três empregos, e isso nos dava o respeito para não levar a parte política, a parte social do centro acadêmico.

Comecei a trabalhar muito novo na linha de *show*, e, por ser filho desse homem, desde cedo eu fui muito... O meu pai sempre foi considerado um homem de caráter, e, por isso, eu acho que, desde criança, eu recebi alguma parte disso e, desde novo, eu comecei a trabalhar na parte social dos centros acadêmicos e na parte financeira. Naquela época, por ser filho de militar, eu levantava o dinheiro dos eventos para a esquerda e não sabia direito onde era empregado o dinheiro; me poupavam, porque o meu pai trabalhava no quartel general. Então, eu, como filho de militar, podia circular e aprendi, desde pequeno, a dar ordem-unida, sem precisar gritar e dar esporro, e a polícia me respeitar. Então, desde pequeno, eu me senti um privilegiado por esse lado, porque eu sempre soube dar uma ordem-unida, sem nunca ter ido ao Exército, e comandar um esquadrão. Isso me deu certo privilégio na articulação da minha vida social.

Mesmo assim, em respeito à minha família, não conseguindo me aceitar, querendo amar... Só que, um dia, em 1961, aos 14 anos, a televisão chegou a Porto Alegre, e eu vi Lennie Dale, que é o coreógrafo dos Dzi Croquettes dançando, e assumi para mim que eu estava desejando um homem e que eu queria conhecer aquele cara que dançava daquela maneira, porque eu queria dançar. Isso me marcou muito. Aos 14 anos, eu olhei a televisão e disse: "Eu quero conhecer esse homem e estou excitado por esse homem".

Essa é a minha vida. Aos 17, com o golpe militar, a estrutura social ficou meio esgarçada, e eu comecei a desbundar, a viajar, a conhecer o Brasil. Nessas viagens, fui para a Bahia, tentei viver na Bahia. A Bahia é maravilhosa. A melhor coisa na Bahia é não fazer nada, porque vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo na sua mão. Quando eu tentei trabalhar na Bahia, foi um horror. Então, na Bahia, eu vivia muito melhor sem fazer nada, curtindo.

Eu tinha de tomar uma atitude. Eu estudava arquitetura, queria deixar de estudar e resolvi ir para São Paulo. Cheguei a São Paulo, comecei a fazer cinema, Boca do Lixo, teatro amador, fiz de tudo em São Paulo, e comecei a trabalhar na Record. Fui para São Paulo para trabalhar na linha de *show*, porque eu trabalhava, no Rio Grande do Sul, em musicais; e fui para São Paulo trabalhar na Record. Mas o festival não saía.

E eu sempre fui um homem que as mulheres adoravam, e as putas sempre foram apaixonadas por mim. Então, onde eu chegava, se tinha puta, elas vinham atrás de mim. Eu andava com meia-dúzia sempre atrás de mim. Quando vi, queriam que eu virasse cafetão de puta. Eu digo: "Não, eu não tenho idade para ficar cafetinando mulher para machista reprimido que não sabe ganhar mulher".

Aí comecei a fazer teatro amador, cinema na Boca do Lixo. Considero o meu primeiro filme muito marcante, Vozes do Medo, que foi um filme proibido durante anos, com coordenação do Roberto Santos, no qual eu fiz dois episódios, um revolucionário e um caixeiro-viajante. Um dos episódios era um episódio *gay*. Eu fui atrás do diretor e disse: "Eu quero fazer esse de *gay*", porque era uma história louquíssima, com os *gays* mais loucos de São Paulo, e não me deixaram fazer porque disseram que eu não tinha perfil para fazer esse filme. Na época, todo mundo dizia que eu seria um galã; e tudo que eu não queria ser na vida era um galã. Eu queria ser um ator, um artista, queria dançar, mas galã eu achava o ó. Hoje em dia, eu me arrependo, porque galã ganha muito bem, mas na época eu não queria. Eu enfrentei o diretor, bati boca, e ele dizia: "Você não tem perfil para fazer personagem *gay*". Revoltado, eu não fiz, mas considero meu primeiro filme, porque é de um grande diretor, o Roberto Santos, é um filme emblemático que mostra a situação brasileira nos anos 70 em São Paulo e que foi proibido durante anos. Um filme com Guarnieri, Roberto Santos, grandes atores, grandes diretores, Capovilla. Então, eu considero esse o meu primeiro filme.

Aí, fui trabalhar em arquitetura em São Paulo. A mulher do meu arquiteto era professora de voz, só que o regime militar prendeu os dois. Então, eu abandonei a arquitetura e virei modelo fotográfico. Um fotógrafo de uma agência me chamou e, em um ano, eu virei o modelo fotográfico mais fotografado, com três *outdoors* de rua. Comecei a fazer teatro, e a crítica falou que finalmente um modelo era bom ator.

De desbunde, de ácidos, drogas e sexo, fui para o Rio de Janeiro, e a gente fundou o grupo Dzi Croquettes, que me deu espaço para eu assumir a minha sexualidade. Na realidade, o que eu sempre buscava era o amor, não era o sexo. O sexo, para mim, nunca foi o principal, a minha primeira meta. A minha meta era amar e ser amado. Era muito complicado, porque as pessoas me desejavam, as pessoas me queriam, até pretendiam me usar, mas eu botava mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

barreiras. Eu era superpopular, superconhecido, o povo achava que eu era a maior das putas, mas, na hora do pega pra capar, eu sempre pulava fora, porque o que eu buscava era o amor, um amor utópico que não existia. Então, eu sempre me protegi dessa parte do contato sexual.

Não sei se importa aqui, mas quero dizer que minha formação foi com o Brizola como prefeito e governador de Estado. Então, eu sou brizolista de vivência; sou Getúlio de nascença e brizolista de vida, de infância e de crescimento. Continuo atuando, buscando saídas, mas Brizola foi meu líder que nunca conseguiu chegar aonde nós gaúchos e brasileiros almejávamos. Estive com ele no Rio de Janeiro, nessa época em que ele voltou, mas, devido a circunstâncias que não vêm ao caso.

Aí começou a minha sina no Dzi Croquettes. Foi aquele mundo, mil pessoas atrás, homens, mulheres, diretores, príncipes, banqueiros, astros. Então, a gente tinha na nossa porta pessoas fantásticas, supercultas, todas nos desejando, todas querendo nos levar para a cama, mas essa não era a minha meta. A minha meta era o trabalho de grupo, fazer um trabalho social e, através de uma comunidade, conseguir transformar o mundo, o que era uma busca da gente nessa época. Só que a realidade era outra, a gente conseguiu existir durante nove anos no Brasil, França, Itália, Bélgica e Portugal, que eram os países em que a gente trabalhou. Marcamos a cultura na França, influenciamos a moda e a televisão na França. Depois voltamos para o Brasil, em 1980, fizemos um espetáculo que se chamava TV Croquettes Canal Dzi. Depois a TV Globo fez a TV Pirata, que era bem em cima do espírito desse nosso espetáculo. Então, durante anos, o Dzi Croquettes influenciou o Fantástico, TV Pirata, moda, cinema, teatro de besteirol, mas o nosso espaço foi meio oculto com a chegada da aids. Com a chegada da aids, eu não aguentava mais. Eu me vesti de mulher durante nove anos, eu parti para moda e fui fazer Embaixada de Marte, que era um ateliê de moda, artesanato em couro, que vestiu Erasmo Carlos, Moraes Moreira, Ney Matogrosso, no primeiro Rock in Rio, Elis Regina, Simone, todas as estrelas, e exportávamos para o mundo inteiro. Era Governo Sarney.

Começamos a nos expor pelo mundo, porque, com as nossas roupas do Rock in Rio, os roqueiros do mundo inteiro vieram atrás da gente, só que, na época em que a gente era exposto no mundo inteiro, a Eberle parou de fabricar os metais que a gente usava nas roupas dos roqueiros; o couro brasileiro começou a ser exportado, e você não comprava mais; houve o Plano Cruzado, e Brasil inteiro parou de comprar da gente. A gente exportava para Londres, Nova York, Paris, para as quatro principais capitais do mundo os nossos artigos eram vendidos. O Brasil parou de comprar, até os Territórios pararam de comprar. Eu tive 60 funcionários com carteira registrada e desisti para nunca mais ter funcionários, porque, artista fazendo teatro, tive de ir a Justiça do Trabalho, em Caxias, naqueles processos intermináveis. Até que um dia rodei a baiana, despedi o meu advogado, me esculhambei na frente do juiz. O juiz adorou, mas, quando ele viu, eu comecei a esculhambar meus funcionários, os advogados e a Justiça. Aí o juiz suspendeu a audiência. Logo a seguir, os funcionários todos me procuraram e fizeram acordo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu mostrei para eles que a gente ia pagar advogado, perder tempo, e que eles iriam ganhar menos do que eu estava propondo, e que eu iria pagar muito mais do que eu estava propondo para eles. Então, cheguei a esse acordo.

Não sei se estou fugindo do assunto, mas é para mostrar a minha trajetória dentro dessa vida.

Mais uma vez, eu me dediquei ao trabalho comunitário de formar, na Baixada Fluminense, num lugar de gente superpobre. Eu comecei a empregar menores de idade e a pagar um salário mínimo como salário inicial. Tive mais uma vez ameaças... Já tive diversas ameaças de morte na vida. Nessa época, eu tive outra ameaça de morte, porque estávamos pagando salário mínimo para menores de idade na Baixada Fluminense. Com a nossa chegada lá, nos anos que passei lá, houve um crescimento econômico na região, e crianças começaram a ser arrimo de família, a sustentar os pais. Tanto que queriam que eu entrasse para a política nessa época, mas eu nunca quis entrar para a política, porque a minha preocupação não era fazer carreira dentro da política; a minha preocupação era fazer na sociedade, na vida, na transformação. Sempre tive esse foco.

Já tive possibilidades de enriquecer, já tive propostas de casamento maravilhosas, já tive todas as possibilidades que as pessoas sonham de ascensão social e sempre abri mão pelo meu caráter, pela formação e pelos meus ideais de vida. Continuo fiel ao que eu imagino. Sou um artista de terceira idade, marginal, que vim aqui para falar de solidão, mas adoro a minha solidão, quando é para o meu crescimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BAYARD TONELLI – Acabou o meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Não, pode continuar.

O SR. BAYARD TONELLI – O meu problema com a solidão é a solidão social que discrimina, humilha, exclui a guetos e leva as pessoas ao suicídio. Essa solidão social que é imposta pela sociedade e pelas leis, que aqui há esse grupo tentando transformar, buscando uma saída... É por isso que estou aqui, porque eu me sinto gratificado de ver que não sou só eu que tenho essa preocupação, pois precisamos transformar a nossa sociedade.

Eu vou falar uma poesia bem curta para acabar e dizer o que eu penso:

De olho no furacão, me perco no redemoinho
Levado pelo vento, me perco do redemoinho
E me torno mais um desastre ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia, eu acredito que nós somos 7 bilhões de desastres ambientais no mundo.

Enquanto nós não nos conscientizarmos de que a Terra é um organismo vivo que respira, que transpira, que tem fogo interno e que precisa ter respeito e consideração...

E, quanto à questão de gênero, o meu sonho de vida é que, no futuro, todos sejamos trans. Que todos consigam transcender, porque, enquanto o ser humano não transcender na Terra as picuinhas, as misérias, as hipocrisias, as falsidades, não vamos conseguir transformar a nossa vida, o nosso País, o nosso continente e o Planeta.

Este é o meu discurso inicial. Eu não sei se eu saí um pouco do foco, mas é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BAYARD TONELLI – ... para me colocar em relação a isso tudo, porque nós precisamos transformar, e essa nova palavra trans, que é tão discutida, que está no início de tantas palavras, tem que ter a sua força entendida e respeitada, como o Planeta, o ser humano e todas as diferenças que fazem este mundo em que vivemos. Cada um tem a liberdade de ser o que quer ser, sem dominação, sem escravidão, sem imposição.

Obrigado. (*Palmas.*)

João é um querido. Fizemos um filme muito bom, juntos: De Gravata e Unha Vermelha. Diversas pessoas que estão aqui se apresentando estão nesse filme. Você também fez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BAYARD TONELLI – Desculpe. Eu achei que você tinha feito também.

Através do cinema, da arte, da poesia e da dança, eu procuro celebrar e transformar, no que eu puder fazer para melhorar a vida.

Quando eu era jovem, eu achava que eu ia mudar o mundo. Agora, se eu puder mudar o meu próximo e mudar a mim mesmo, eu já estou no lucro.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Duas histórias lindas, embora o tema, o foco, a questão do envelhecimento, tenha sido... Mas, em algumas falas do João, aconteceu a questão... Eu não compreendo, não aceito: como é que você não tem uma aposentadoria? Perdeu a identidade, porque mudou a documentação?

O SR. BAYARD TONELLI – Eu também não tenho aos 71 anos e comecei a trabalhar em 1965.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E como é que é essa busca? Depois, vou voltar para vocês. Há uma pessoa no plenário que quer falar. Depois, volto para vocês.

O SR. BAYARD TONELLI – Não temos aposentadoria...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu já fico com este questionamento: como é que pode perder o título? Que Justiça é essa que deu uma coisa de um lado e tirou de outro? Você perde seu título, sua profissão. Como é a busca de resgatar isso? Você fala depois também.

Para a plateia são cinco minutos – para eles, foram vinte.

É Rai...?

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – Raicarlos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Raicarlos. Então, ele vai usar cinco minutos da palavra. Se mais alguém quiser usar... Depois, eu retorno para eles, porque eu também tenho outras comissões a que eu tenho que ir, pois tenho que apresentar relatórios, mas eu vou voltar para vocês da Mesa também. Então, são cinco minutos, Raicarlos, do Pará.

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – Eu sou um homem trans e solicitei a fala, porque só temos nós três aqui, com o João Nery e o artista Bayard, com os servidores e os assessores da Casa. Então, eu me sinto na obrigação de falar.

Eu não fui convidado para a audiência como palestrante, pois não sou palestrante, mas eu quero dizer que o envelhecimento é o que determina a vida de todos nós.

Eu quero contraditar o João, porque nem tudo está perdido. João faz um diagnóstico muito arrasador, muito para baixo. Nós precisamos reestruturar o Estado brasileiro. Eu sou um homem político. Eu não sou artista, Bayard, não sou compositor, não sou poeta; eu sou um homem político. Nós precisamos reestruturar o Estado brasileiro. Primeiro, o golpe, que acabamos de viver há dois anos. A economia está toda desestruturada, e a sociedade, por sua vez, também fica desestruturada. E as pessoas trans têm um limite de militância muito tenro; não se conquista nada neste País em luta política, sem organização política. Não se conseguem as coisas no anarquismo, cada um faz o seu. Não existe isso.

Eu tenho 57 anos e estou a minha vida inteira na luta política, Senadora Regina. E eu sou seu fã, eu a admiro muito quando a senhora está lá, ilhada, na tribuna do Senado, e aquele golpista Zé Medeiros falando lá o tempo inteiro, soprando, quando a senhora fala – pode me processar, não tem problema, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito ainda na organização política popular da sociedade. Sem isso, não há como sobrepor o que nós estamos vivendo hoje.

Sobre as questões de gênero, de sexualidade, o João deu uma aula. Eu não trato dessas questões, porque eu trato dos vieses políticos. Eu entendo que nós estamos em campos ideológicos demarcados, nós estamos de um lado da sociedade, nós somos do lado da maioria, nós somos do lado que não comunga com a burguesia. Então, nós estamos num Estado burguês, onde a correlação de forças é determinada pelo poder econômico histórico de 518 anos. Não se muda nada num tempo tão longo.

E nós pessoas trans, homens e mulheres... Eu sou um homem trans, sempre vivi a minha transexualidade.

Na ditadura, eu fui preso, João. Eu estava militando na ditadura e fui preso. Eu nunca admiti ser chamado de ela.

Eu consegui reaver todas as minhas questões de aposentadoria. Consiga a sua também. Eu consegui reverter as minhas.

Eu tenho formação filosófica, sou bacharel em Direito, sou militante dessa causa, mas também sou militante das causas maiores do povo brasileiro. Não se consegue nada sem organização política. O que acontece hoje no mundo LGBT – e aí eu me incluo, porque eu também sou LGBT – é falta de organização política. É um monte de organizações, cada uma puxando para o seu lado. Isso divide as forças no mesmo campo de atuação político-ideológica.

Eu não posso falar diferente, Senadora Regina. Eu falo assim. Eu vim para este Senado e para a Câmara dos Deputados, para o debate logo mais à tarde, para falar disso. Nós estamos envelhecendo, e a nossa vida é rápida. Nós somos muito vulneráveis. Eu passei minha vida inteira me protegendo. Eu não vou dizer como me protegi, mas eu me protegi desde a militância política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – Já concluo, tenho mais 58 segundos.

Eu me protejo desde a militância política. Quem me protege e me protegeu, Senadora Regina, foi a militância política na esquerda. Eu sempre fui da esquerda, eu sou comunista.

Ora, ora, nós temos que rasgar o véu! Hoje, nós temos avanços imensos no Estado brasileiro – luta nossa, João! Luta nossa! Se as coisas não chegam aonde as pessoas querem... Querem chegar hoje e amanhã já estar tudo resolvido! Isso não pode, não existe, nem com dinheiro nos Estados Unidos. Eu estou indo para os Estados Unidos em setembro, fazer o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

último desejo, que é o último pedaço que falta no meu corpo, com meu dinheiro. Não estou ocupando o Estado, nem as pessoas.

Eu também não vou salvar ninguém, não estou salvando ninguém, nem oriento, porque eu acho que a orientação... E nos cabe fazer isso, mas eu acho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – ... que eu não tenho essa prerrogativa.

Definitivamente, concluindo, esta audiência devia estar aqui lotada de pessoas interessadas do meio LGBT. Nós precisamos falar para nós mesmos e para esta Casa. Nós estamos sendo vistos. Eu não sei como, mas, lá em casa, eu vejo todo mundo dessas Comissões. Então, nós estamos nos vendo, e todo mundo vê, todo mundo emite opiniões, todo mundo tem a sua participação de contribuição nesta luta.

Eu, como um homem trans, não acho que a luta está derrotada, eu não acho que nós estamos derrotados e eu não acho também que não tenhamos para onde ir; nós temos, sim, aonde ir, nós sabemos aonde ir, nós já estamos fazendo esse caminho.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Raicarlos. Você tem razão na questão da divulgação. Eu acho que talvez tenhamos que melhorar, mas, geralmente, uma audiência é pedida por um grupo ou por uma instituição, e imaginamos que esse grupo que pede para fazer a audiência vai mobilizar...

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – Eu não sei quem pediu, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu também não sei, porque foi a Marta... Aí depois a pessoa pediu para fazer conjunta com a CDH.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, pediram – deve estar nos arquivos – na Casa, e a Marta achou que era melhor juntar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Também há o pessoal na Câmara, porque lá já começou também. Então, dois eventos na mesma hora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAICARLOS COELHO DURANS – Mas nós temos muita gente! Dá para encher Brasília.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu sei. Eu também tenho reclamado muito dessa presença. As pessoas pedem e não mobilizam as pessoas que precisam escutar isso.

E não é só na questão LGBTI, mas, em todas as questões, nas audiências, a gente faz um esforço para trazer pessoas de fora e aí, na hora, das pessoas que pediram, vem só uma pessoa ou nem vem, às vezes.

Mas, de qualquer forma, como você falou, a gente está sendo visto, o Brasil inteiro está vendo a gente e vai ser repetido certamente hoje ou amanhã à noite – geralmente se repete. Então, isso é importante, porque as pessoas vão tomando conhecimento das histórias que a gente ouviu aqui e que pouca gente deve saber. Então, ficaram vendo o que é.

E a questão da temática que você tratou eu acho que é também importante a gente saber, até porque, como é um assunto mais recente, a gente vai ter as primeiras gerações de idosos LGBTI. Antes as pessoas eram aquela coisa escondida, como você falou, no "armário". Então, a gente vai ter a primeira geração idosa mesmo. Embora a gente, com 68 anos – eu tenho 68 anos também –, não se sinta ainda idoso, mas vai haver uma geração de idosos. Quem está cuidando? Aí já há o caso aqui: não há aposentadoria. Tem que se cuidar, tem que haver o cuidado com as pessoas, tem que haver o acesso à saúde, há políticas para isso, e esta audiência vai ajudar a gente a pensar nessas políticas.

Mais alguém do plenário? (*Pausa.*)

Então, eu retorno...

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Eu tenho direito à réplica?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, você vai falar, vai haver uma volta para a Mesa, já que...

A SRª ROSILENE GOMES DA SILVA – Senadora Regina, posso só pautar aqui uma questão?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Rosi quer pautar.

A SRª ROSILENE GOMES DA SILVA – O jornal *O Globo*, em 2014, fez uma matéria que fala sobre a questão da depressão do *gay* e, de uma maneira geral, sobre a população LGBT não envelhecer, além das dificuldades dos direitos: a questão da aposentadoria, a questão até do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambiente para conviver. Então, isso tem gerado a questão dos maus-tratos, da solidão. Eles colocam, inclusive, que, muitas vezes, nessa idade, voltam-se para o "armário" justamente por uma situação de não ter um local adequado de viver a sua velhice.

Então, eu queria que vocês comentassem sobre isso, sobre essa questão da depressão, sobre esse retorno depois de várias atividades políticas, sociais, as lutas pelos direitos de vocês todos, inclusive fazendo um recorte de que, a partir do governo Lula, que fez a primeira conferência LGBT no País – é inédito um Presidente abrir uma conferência LGBT... Então, a gente tem que dar esse crédito, fazer esse resgate sobre essa possibilidade de buscar as políticas públicas, não é? O Programa Brasil sem Homofobia foi um programa com várias ações de combate à homofobia, além de outros decretos que foram garantidos.

Então, como é que fica tudo isso e, ao chegar à velhice, como a gente pode garantir esses direitos realmente de fato?

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Rosi.

Eu quero dizer que a questão do abandono do idoso não é própria da população da LGBTI. Os idosos neste País estão abandonados, a família abandona, deposita num asilo. Então, realmente é muito sério e, claro, para a população LGBTI, há mais essa questão de recolher a sua opção para poder ser aceito, porque, mesmo nos asilos, se você liga para um asilo desse aí e pergunta se há algum idoso *gay*, ou idosa lésbica, ou trans, eles dizem que não, porque eles não identificam.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Não aceitam.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou retornar para você, por cinco minutos.

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Para responder a questão dela, só existem duas teses sobre esse assunto. Se as travestis envelhecem? Muito raro, só as artistas, as transformistas, que não querem falar sobre velhice. Andei tentando entrevistá-las, mas é muito difícil, porque elas passam a vida investindo no corpo, em silicones líquidos, correndo risco de vida e, quando chegam à velhice, não têm filhos, não têm família, porque foram expulsas de casa menores de idade e, enfim, quase todas caem na prostituição.

Não existe asilo para transexuais. Aceitam os *gays*, mas eu conheço, por exemplo, mais de um caso de transexual feminino – no caso, se montou como mulher – que se vestiu de homem para poder entrar num asilo e, quando descobriram, expulsaram-no.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, para ter tratamento médico, eles também voltam a se vestir de homem para poder ter assistência médica, porque a documentação é masculina. Então, você abre mão da sua identidade de gênero para poder ter acesso à saúde e talvez à família também – a família só aceita se você voltar a se vestir de homem ou de mulher, enfim.

Então, na velhice, eu só conheço eu de homem trans velhos, depois dos 60. Há o Raicarlos ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Você tem 58 anos, ainda não é, pelo Estatuto do Idoso, velho, mas, como um trans, você é um sobrevivente, como eu. Então, já pode ser considerado um velho.

Enfim, eu não sou um cara pessimista, não. Eu estou aproveitando este espaço aqui para exatamente fazer um registro do que nós passamos, o que não é fácil, somos super-heróis. Enfim, eu tenho oito próteses no meu corpo, eu tenho uma artrose sistêmica e nenhum médico... Já me ofereci ao Ministério da Saúde para ser cobaia, e eles não quiseram. Não me procuraram, apesar de manifestar interesse. Ninguém sabe. Eu fui ao maior especialista em testosterona. Eu tomo testosterona há 40 anos. Eu entrei na menopausa aos 27 e, em vez de tomar estrogênio, eu tomo testosterona. Mas não existe nenhum estudo relacionado entre testosterona e artrose.

Eu tenho, como disse, oito próteses, eu já tive um infarto, eu tenho quatro *stents* no coração, uma placa na coluna, eu já fiz duas operações de quadril totais de prótese, e ninguém sabe – nem a minha geriatra, a minha reumatologista é capaz de dizer – se a causa são os hormônios.

Eu estou com câncer agora, estou com metástase. Fiz uma quimioterapia há dois dias, por isso vocês me desculpem eu estar um pouco cansado, porque agora é que começam os sintomas.

Mas eu estou na luta. Enquanto eu estiver vivo, eu estou escrevendo, porque é um registro que fica, e eu sei que eu sou o primeiro, estou na frente, não tenho nem em quem me basear.

Então, eu teria muitas coisas ainda a dizer.

Quanto à minha aposentadoria...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – ... eu não paguei INSS. Quer dizer, paguei enquanto era mulher; depois de homem, eu tive biscates, chofer de táxi, essas coisas todas. Acabei, naquela época, nem pagando INSS, essas coisas, mas o Estado nunca me ressarciu dos danos morais que me causou.

É isso.

Eu trouxe uma mala de meus livros para vender, que é uma das formas de eu ganhar dinheiro, para também divulgar o que é vida de um homem trans e para diminuir o preconceito, que é baseado na ignorância.

Enfim, eu torço. Eu sei perfeitamente que meu pai foi cassado, foi exilado, foi comunista também. Eu tenho noção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ALBERNAZ MELLO BASTOS – Não foi só a sexualidade que me atravessou, também a política me atravessou.

E conheci Brizola, conheci Jango, conheci Darcy Ribeiro, que foi meu mentor intelectual no Uruguai. Meu pai foi exilado no Uruguai.

Enfim, eu também tenho noção dessa importância da economia e da política como uma estrutura social, mas isso não faz com que eu deixe de mencionar, sobretudo em relação ao Ministério da Saúde, as falhas enormes que precisam ser corrigidas para atendimento ao trans. A sua própria Região Norte não tem um SUS com processo transexualizador; só há um ambulatório em Belém, que, graças a você, foi criado. Então, todos os trans homens que moram na Região Norte estão complemente abandonados em termos de cirurgia. Eu sei disso. E as tentativas de suicídio que eu recebo pelo Facebook são quase diárias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bayard, por cinco minutos.

O SR. BAYARD TONELLI – A gente sabe que, na nossa sociedade, como é estruturada, o idoso não tem direito a quase nada: ou você consegue atravessar a barreira e construir uma estrutura, porque não há respeito pela vivência, pela sabedoria, pelo que aprendeu, poucas pessoas conseguem atravessar isso... Dentro das minorias, então, é bem mais terrível.

No meu caso, eu comecei a trabalhar em 1965 para a Prefeitura de Porto Alegre; em 1970, comecei a fazer teatro e cinema, mas numa época em que, para fazer teatro, você comprava nota, poucas pessoas registravam na carteira de trabalho. Então, eu tenho não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantas peças, já devo estar chegando a 30 longas, devo ter mais de 50 curtas, alguns médios, mas isso tudo acaba quase não contando.

Eu consegui provar para minha aposentadoria seis anos em que eu tive uma firma e o tempo em que eu trabalhei para a Funarte. Eu trabalhei duas vezes na Funarte: uma vez no governo Collor, fui demitido pelo Collor; e outra vez que eu trabalhei agora no governo Lula, no Arte sem Barreiras, que trabalhava com artistas especiais, onde eu aprendi muito, onde eu me libertei de muitos preconceitos que a idade estava me dando, porque eu comecei a trabalhar com artistas especiais: cadeirantes que dançam, cego que cantam, pessoas que, com muita dificuldade, conseguiram desenvolver seu trabalho artístico. E essas pessoas me ensinaram muito, porque eu era um pouco preconceituoso. Eu era daqueles que, como eu tinha feito grandes espetáculos, filmes com diretores famosos, quando me chamavam para trabalhar, eu queria saber quem era o produtor, quem era o diretor, qual era a estrutura. E a poesia... E essas pessoas me libertaram, porque eu vi que muitas vezes o diálogo com uma pessoa você pode conseguir um resultado muito maior do que você fazer uma audiência para 200 pessoas. Muitas vezes, tocando uma pessoa, você consegue muito mais do que você falando para 200 pessoas que não se tocam com o seu discurso. Então, isso me deu uma outra dimensão.

Mas continuo. Tenho um processo no Ministério da Justiça, tentando validar os anos que eu trabalhei no exterior, porque eu trabalhei anos no exterior divulgando o Brasil. Trouxemos muito turistas, levamos o Brasil para a moda francesa, para o teatro.

E saí duas vezes do Brasil devido ao regime militar: pressão, ameaças de morte, humilhação, a primeira vez; e a segunda por pressão de jornalistas. Então, eu saí duas vezes. Tenho provas comprovando isso. Aqui eu entrei tarde, porque eu nunca fiquei muito tempo preso. As minhas prisões sempre foram rápidas. Sempre havia alguém para me tirar. Eu nunca fiquei muito tempo preso, mas saí duas vezes do Brasil por causa do regime militar. Tirei documentos na França. No final, voltei para o Brasil e continuei trabalhando comprando nota, porque uma época eu resolvi sair dos palcos e fiquei dez anos trabalhando como produtor de grandes espetáculos. E para isso me pagavam, mas eu tinha que comprar nota, porque ninguém queria registrar.

Em 1965, foi meu primeiro trabalho. Tenho 47 anos de teatro e cinema. Tenho 53 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BAYARD TONELLI – E acontece isso: eu consigo provar só 11 anos. Tentei agora fazer uma aposentadoria por essa mixaria do salário mínimo, este Governo me trancou. Então, eu tenho duas aposentadorias trancadas. Eu me banco. Há dois, três anos eu comecei a ter problemas econômicos e parei de pagar plano de saúde, mas sou uma pessoa privilegiada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tenho amigos. Se eu precisar tenho médico, se eu precisar tenho hospital. Eu tenho pessoas que me garantem essa estrutura, mas por ser um artista respeitado pelo meu perfil, pela minha vida e pelas minhas amizades, não por nada governamental. Apoio eu não tenho nenhum. Eu sou marginalizado.

Por isso, quando me chamaram para cá, eu disse que eu ia falar sobre mágoas e misérias de um artista marginal da terceira idade na tentativa de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BAYARD TONELLI – ... sobreviver e transcender à hipocrisia social reinante no nosso País.

Sobre o que eu poderia falar aqui? Ficar contando as maravilhas do sucesso que eu fiz no meu passado, ou contar a miséria que eu vejo, a desgraça, as pessoas e os amigos assassinados, os conhecidos, as pessoas se suicidando e a aids voltando a matar nossa juventude? Não sei se vocês sabem que há agora – a Márcia Rachid está vindo aí para falar disso – uma nova geração de 18 a 24 anos que, quando vai procurar médico, já está morrendo. Estão morrendo de aids de novo.

Então, as coisas conseguem evoluir até um certo ponto, e, quando as pessoas acham que está resolvido, há a retomada, como há a retomada do fascismo, dos reacionários, e tudo isso é a pressão da manutenção.

Eu, de vez em quando, coloco como a luta de milênios, como se o terceiro milênio ainda não tivesse conseguido se instalar, e as forças retrógradas do milênio e do século passado tentam sobreviver.

Então, a gente está nesse conflito, e nesse conflito a gente tem um papel importante, mas também o nosso tempo é curto. Eu já estou com 71 anos, sou da terceira idade, já estou indo para a quarta. E eu nem sei o que eu sou, porque eu adoro fazer um general fascista, reacionário, mas gosto também de fazer deusas, rainhas, e fotografo hoje em dia muito para mulheres. As mulheres me chamam muito para fotografar nu. Então, eu agora resolvi, aos 71 anos, tirar a roupa, quando o motivo é artístico e bom. E normalmente é mulher. Os homens não me chamam, mas as mulheres me chamam muito para tirar a roupa, e eu estou tirando, enquanto eu estiver vivo e alguém quiser ver, porque eu sou um artista que eu me expresso em diversas áreas. Estou aí dançando, de vez em quando quase morro, porque o povo quer que eu dance, estou com 71 anos, tem que ter uma preparação e a dança exige muito, e aí eu quase morro depois dos espetáculos, mas pedem e eu danço, estou lá. E pretendo morrer de pé. Quero estar de pé. As pessoas que eu mais admirei na minha vida são pessoas que, na véspera da morte, estavam de pé. Então, espero, na véspera da minha morte, estar de pé para não poder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a solidão para mim tem os dois lados; tem o lado social, que é triste, degradante, humilhante, que não deixa espaço, que vai sufocando, vai estrangulando e jogando como lixo da história. É sobra o idoso no Brasil. A gente vê isso nos asilos, a gente vê isso nos amigos e pessoas que têm até vergonha de mostrar as suas deficiências. Eu acho muito importante a gente mostrar os processos, como o João faz aqui, falar tudo que acontece, porque a gente tem o privilégio de poder falar e de dar uma outra possibilidade para essas pessoas que não tem praticamente nada, nada e nada. Eu, que tenho tão pouco, me sinto privilegiado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Bayard.

A gente poderia ficar ouvindo vocês aqui a manhã inteira. Eu sei que vocês têm muito o que contar, e o Brasil tem muito o que saber, mas, infelizmente, eu estou sendo aqui cobrada porque a Marta não está conseguindo abrir a Comissão dela porque essa audiência é conjunta, e só abre lá quando eu fechar aqui. Então, estou sendo cobrada para encerrar a reunião.

Agradeço a disposição de vocês terem vindo aqui. Sei que não é simples chegar, que há muita burocracia e problemas de saúde, inclusive, mas vieram aqui e enriqueceram o conhecimento das pessoas que estão assistindo, com certeza, e da gente que está aqui. Só tenho a agradecer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (21ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (25ª REUNIÃO), EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes, Roberto Muniz, Lasier Martins, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública Interativa (RAS 08/2018, RAS 15/2018 e RCE 24/2018), atendendo aos requerimentos RAS 8/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy, RAS 15/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RCE 24/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Discutir o Desenvolvimento de Competências Sociais e Suas Implicações para o Mercado de Trabalho no Futuro. Participantes: Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas e ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro; e Fernanda Marsaro dos Santos, Diretora de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam a palavra o Senador Roberto Muniz e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta esta reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir o desenvolvimento de competências sociais e suas implicações para o mercado de trabalho no futuro, em atendimento ao Requerimento nº 8 e Requerimento nº 15 da CAS, e do Requerimento nº 24 da Comissão de Educação, todos de 2018, de minha iniciativa.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas interessadas em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio de portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, 0800-612211.

Convido, para compor a Mesa, as nossas ilustres oradoras: Fernanda Marsaro dos Santos, Diretora de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e Srª Claudia Costin, Especialista em Políticas Públicas e ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Bem-vindas.

Nós temos que reconhecer que o século 21 demanda novas abordagens do processo de aprendizagem no mundo todo. Cada vez mais as nossas crianças e nossos adolescentes vão precisar aprender a colaborar, a exercitar a criatividade, o pensamento crítico, solução de problemas, participação cidadã, ser produtivo, ser responsável.

No Brasil, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada recentemente, oferece uma grande oportunidade ao estabelecer, como fio condutor curricular, o desenvolvimento de dez competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, tais como: pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania. Essas competências visam a assegurar aos alunos brasileiros uma formação humana e integral, e, por isso, eles não constituem um componente em si mesmo. Não há uma aula específica para trabalhar; essas competências devem ser tratadas de forma transdisciplinar, distribuídas por todos os componentes.

Trata-se de um desafio futuro enorme que precisamos encarar no presente, a fim de recuperar as falhas que tivemos no passado. Essa crise foi evidenciada primeiramente por constantes revisões do perfil profissional buscado pelas empresas, que se torna cada vez mais técnico e forçado em traços de personalidade como persistência e facilidade de relacionamento. Um segundo sintoma é o distanciamento entre o universo acadêmico e o laboral, marcado pela elevada porcentagem de profissionais que terminam em empregos completamente fora da sua área de atuação.

Estudo realizado em parceria da Fundação Getúlio Vargas com a JP Morgan em 2017, com 417 empresas no Estado de São Paulo, detectou entre as lacunas que dificultam o preenchimentos das vagas de emprego, além daquelas de caráter técnico provenientes em parte das conhecidas deficiências do ensino brasileiro, a carência de habilidades sócio emocionais, tais como: postura profissional, responsabilidade, comprometimento, perseverança, disponibilidade para aprendizado contínuo, facilidade de relacionamento e autocontrole.

As crianças que ingressaram em nossas escolas de ensino fundamental, no início de 2018, serão jovens adultos à porta do ensino superior em 2030. Nesse período, a missão escolar é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prepará-los para profissões que ainda não existem, empregos que ainda não foram criados, tecnologias que não foram ainda inventadas, enfim, para resolver problemas que ainda não foram elaborados.

Temos a responsabilidade de educar nossas crianças, tornando-as competentes, equipadas com o conhecimento, as capacidades, as atitudes e os valores que os tornam capazes de serem os construtores de um futuro melhor. Estudantes preparados para o futuro precisam de ser agentes ativos com responsabilidade para participar no mundo e, assim, influenciar pessoas, eventos e circunstâncias e até mudar este mundo.

Além de identificar que tipo de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores vão necessitar os estudantes para ter sucesso e modelar o seu mundo, precisamos questionar como o nosso sistema educacional poderá desenvolver tanta competência.

Nesse contexto, muitos atores são chamados a desempenhar um papel para que estas competências possam ser desenvolvidas. De forma geral, todos devemos nos considerar aprendizes, não apenas os alunos, os gestores políticos, as famílias, as comunidades e, claro, os professores e as próprias escolas. Se a aprendizagem está no centro, é crítico o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem.

Quero falar um pouco das duas convidadas. Claudia Costin tem um extenso e invejável currículo. Foi ministra da Administração e Reforma do Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, Secretária de Cultura do Estado de São Paulo e Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, ocasião em que a nota das escolas municipais na prova do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) subiu 22%. Foi vice-presidente da Fundação Victor Civita, Diretora Sênior de Educação do Banco Mundial e Gerente Setorial de Redução da Pobreza e Gestão Econômica para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial. Claudia exerceu cargos acadêmicos na Universidade de Harvard; na PUC de SP; Fundação Getúlio Vargas; Insper; École Nationale d'Administration Publique (Enap) de Québec, Canadá. Atualmente, trabalha para o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe), do qual é fundadora.

Por acreditar no poder da educação colaborou na criação do movimento "Todos pela Educação" de cuja Comissão Técnica é membro, mantendo contato com milhares de professores pela mídia social. Sua capacidade de transitar por diferentes culturas e classes sociais, sua incessante curiosidade na busca da melhor forma de ensinar e formar professores faz dela uma referência para mim e para muitos outros que se interessam pela educação.

Fernanda Marsaro dos Santos vem representando o Ministério da Educação é Pós-Doutora em Educação, com Doutorado na mesma área: Política e Administração da Educação pela Universidade Católica de Brasília (2014).

É a atual Diretora de Articulação e Expansão das Redes de Educação Profissional e Tecnológica da Setec; é mestre em educação pela Universidade Católica de Brasília; especialista em docência do ensino superior, educação à distância, administração escolar, orientação educacional e gestão educacional, com MBA em gestão pública pela FGV; foi Coordenadora de Políticas Educacionais para a Juventude e Adultos da Secretaria de Educação do DF; coordenou as diretorias de ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos; é tutora de cursos de especialização; foi Diretora de Educação Profissional da Secretaria de Educação do DF, onde é professora concursada da Rede Pública de Ensino; possui experiência na gestão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

execução de projetos, programas e políticas públicas (Pronatec, Rede e-TEC, Profuncionário, PROEMI e dos Programas Parlamento Jovem Brasileiro e Jovem Senador).

Eu acredito que nós estamos hoje com duas representantes excepcionais da área de educação e vamos aprender muito. Por isso, fiz um pouco diferente a condução no sentido de termos menos palestrantes, para podermos absorver mais da competência e da sabedoria das nossas convidadas.

Vamos começar com a Profª Drª Claudia Costin, por meia hora.

A SRª CLAUDIA COSTIN – Eu peço desculpas por falar de pé. Eu não sei falar sentada. Vício de professor.

A minha apresentação, eu imagino, já está aí.

O que eu trouxe para falar hoje é sobre o futuro da educação no Brasil frente ao futuro do trabalho, que é um tema bastante presente nas nossas discussões mais recentes, especialmente porque eu integro a Comissão Global da OIT sobre o futuro do trabalho, que vem se debruçando sobre o que vem acontecendo com a automação, a robotização e a extinção de postos de trabalho no período mais recente, bem como as competências para o século XXI, muitas das quais já consideradas na Base Nacional Comum Curricular.

Eu começo falando do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 daqueles objetivos recentemente aprovados pela ONU, em setembro de 2015, de que o Brasil é signatário – 194 países assinaram. E ele diz, basicamente, que o mundo vai assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

É importante observar, para quem se lembra dos Objetivos do Milênio, que, quando falamos, no final da década de 1990, em objetivos para o milênio, nós pensávamos só em acesso e educação primária. Agora, nós estamos falando não só em acesso, mas em qualidade também, ou seja, que é importante garantir que essa educação seja equitativa e que se gerem oportunidades de aprendizagem para todos.

Esse objetivo se desdobra em várias submetas. Eu não vou falar de todas, mas eu selecionei três para a gente enfatizar.

O Brasil, entre esses 194 países, comprometeu-se em, até 2030, assegurar que todas as meninas e meninos completem a educação primária, que no nosso caso se chama Fundamental I, e secundária, que vai até o final do ensino médio, de qualidade, livre e equitativa, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e efetivos.

Um comentário breve. Isso quer dizer que o Brasil se compromete a que todos os jovens completem o ensino médio, coisa que não fazemos ainda. Nem sequer temos todos os jovens com matrícula no ensino médio. Mas não basta só estar matriculado; há de haver qualidade, e, infelizmente, pelos dados que eu vou mostrar, não há.

Quando se fala em resultados de aprendizagem relevantes, estamos falando de uma ligação com o mercado de trabalho, que é muito importante. Não basta que esses resultados sejam bons ou efetivos; é importante que eles sejam relevantes para a sociedade em que a gente está, que inclui o processo de automação e robotização, portanto com habilidades ainda não presentes nos currículos atuais de educação.

Ao mesmo tempo, outra meta com a qual nós nos comprometemos é relativa à educação e a programas de primeira infância, inclusive a educação pré-escolar. O Brasil avançou ao exigir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que as crianças de 4 e 5 estejam matriculadas, mas é importante considerar que a meta se refere à prontidão para o ensino primário, no nosso caso, o Fundamental I.

A outra e última que eu trouxe é a de aumentar de forma expressiva o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas, para a empregabilidade e para o empreendedorismo; ou seja, a escola deve preparar para isso já nas etapas anteriores, no ensino fundamental; porém, a escola técnica tem um papel a cumprir também aqui.

Tendo assinado esse compromisso, é importante falar dos riscos ou dos desafios que o futuro traz para o Brasil. Nós vivemos hoje, infelizmente, um crescimento forte da desigualdade social. Eu moro no Rio de Janeiro. As pessoas se queixam muito da violência e pedem mais polícia. Eu gostaria de lembrar que o que gera violência e criminalidade não é só a pobreza, mas sobretudo a desigualdade social. E o crescimento da desigualdade social tem uma ligação muito forte com a educação, especialmente quando se pensa uma educação para os pobres e outra completamente diferente para os ricos. Equidade é muito importante em educação.

Outro desafio que o futuro traz para o Brasil é justamente esse referente ao futuro do trabalho. Nós vivemos tempos de intensa automação e, dada a presença da Inteligência Artificial ou de algoritmos que definem tarefas, há uma intensa extinção de postos de trabalho no mundo todo.

Na Universidade de Oxford, dois especialistas, Frey e Osborne, chegam a falar de, até 2030, termos a extinção de dois bilhões de postos de trabalho.

Mesmo que esse cenário catastrófico não se confirme, é importante dizer que tarefas dentro de postos de trabalho vêm sendo modificadas. O posto de jornalista, por exemplo, não vai ser extinto, mas hoje há algoritmos em que se colocam dados e datas, e o próprio *software* constrói a narrativa, substituindo níveis inferiores dentro da tarefa de jornalista. A mesma coisa ocorre com advogados: muitas das coisas que advogados iniciantes faziam, hoje são substituídas por *softwares*, o que mostra que não se trata apenas de tarefas repetitivas que vêm sendo automatizadas, mas tarefas que demandam elaboração e concepção, o que vai colocar uma pressão importante sobre o como a gente ensina e o que a gente ensina dentro das escolas.

Além disso, o bônus demográfico se extingue em estimados 12 anos. Bônus demográfico é essa ideia de que nós temos mais gente trabalhando do que dependentes, crianças que não trabalham ou idosos que dependem dos que trabalham. Isso quer dizer que se a gente não aumentar a produtividade do trabalho, nós não teremos, com os que trabalham hoje, como cuidar dos que não podem mais ou não podem ainda trabalhar. E a produtividade do trabalho, para complicar, no Brasil, está estagnada e num patamar muito baixo.

E produtividade de trabalho tem uma ligação, uma correlação muito forte com qualidade da educação: é preciso não só estar matriculado na escola, mas aprender. Além disso, eu não preciso contar aqui no Senado o que significa o populismo e a cidadania frágil: apesar de nós termos um discurso sobre o fato de que a escola deve formar cidadãos críticos, nós não temos uma prática de formação de cidadãos críticos. E cidadão crítico é aquele que é autônomo para se informar, que verifica fontes diversas, porque sabe ler e interpretar bem o que lê, entende os dados a que Parlamentares se referem. Então, a escola tem um papel muito importante a desempenhar.

Porém, nós temos hoje uma qualidade da educação que ainda precisa avançar muito. Para podermos nos comparar com outros países e termos uma visão melhor do que é a educação no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil, o PISA, que é um teste internacional de qualidade da educação, aplicado para jovens de 15 anos, pode nos ajudar muito a entender.

O Brasil participa do PISA desde 2000. Houve uma época em que começou a melhorar, mas já está estagnado. O último PISA com resultados divulgados é o de 2015. Na semana passada, foi aplicada uma nova etapa do PISA entre os nossos jovens; ela é feita a cada três anos. Em 2015, entre 70 economias que tiveram seus resultados divulgados, o Brasil ficou em 66º lugar em Matemática, 63º em Ciências e 59º em Leitura e Interpretação de Textos, o que quer dizer que a oitava economia do mundo em termos de PIB está nessas posições tão frágeis.

O PISA é centrado em competências, não em conteúdos. A competência de ler e interpretar textos, fundamental para a cidadania e para a empregabilidade e o empreendedorismo; de ter o raciocínio matemático desenvolvido e o desenvolvimento de uma mente investigativa, que é a base de todas as ciências.

O que também impressiona... Porque a gente pode dizer: "Bem, nós vamos mal no PISA porque o Brasil foi um dos últimos países no continente a universalizar o acesso ao ensino fundamental, então isso se refere talvez à questão dos estudantes mais pobres". Mas, quando a gente olha para os estudantes mais ricos da amostra brasileira, os 25% mais ricos da amostra brasileira se saíram pior que os 25% mais pobres da OCDE. Ou seja, há alguma coisa estruturalmente errada, porque os 25% mais ricos vão para escolas particulares, onde provavelmente há muito mais condições de gestão de professores, de absenteísmo ou de outras coisas, de reposição de professores que eventualmente estejam doentes. O que há de comum entre a escola pública e a escola privada, onde a elite matricula seus filhos? É a mesma formação inicial de professores, a formação que eles recebem na universidade.

Eu vou falar um pouco depois disso, mas a Finlândia só mudou a sua educação... A gente fala muito da Finlândia e lembra que eles são um país coeso, um país que sempre valorizou a educação, mas eles não tinham uma educação de qualidade até o momento em que eles decidiram que formar professores é investir em formar para uma profissão. O curso de formação de professores tem que ser profissionalizante, como era o antigo Normal. Mas agora é dado, na Finlândia, um mestrado profissional. Nós decidimos que para formar professores basta ensinar – eu vou exagerar um pouquinho – sociologia da educação, filosofia da educação, história da educação. Nós temos que mexer nisso.

A matrícula de jovens de 15 anos cresceu – com 15 anos, já deveriam estar no ensino médio, mas não necessariamente estão – de 65%, em 2003, para 82%. Ou seja, em acesso nós estamos melhorando, mas ainda não em qualidade.

Alguns outros dados, só para a gente entender o Brasil: só 38% dos jovens de 15 anos estão na série correta para a idade, o que é muito pouco; um em cada oito alunos de 15 anos já abandonou a escolaridade formal – pode ser que eles abandonem e depois voltem, mas já abandonaram.

E há um dado interessante para o Brasil: apesar de o retorno líquido dos diplomas universitários no Brasil estar caindo, um jovem que termina a faculdade ganha 125% a mais do que um jovem que só fez o ensino médio, mas os jovens não sabem disso. No PISA fizeram um questionário para os jovens; eles acham que vão ganhar 30% a mais se fizerem faculdade. Então, eles precisam ser incentivados a continuar com a escolaridade.

O Brasil teve grandes avanços no acesso à pré-escola. Hoje, pelo dado do último Censo, 92% das crianças de 4 e 5 anos estão na pré-escola, o que é um dado a ser celebrado. Temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que investir na qualidade dessa pré-escola. E a Base Nacional Comum Curricular, na parte de educação infantil, é bastante contemporânea e aponta na direção de uma melhoria.

No entanto, quando a gente olha para a creche, que pode ser um ponto importante para compensar as diferenças de origem socioeconômica no desempenho escolar futuro, são os mais pobres, aqueles que estão no cadastro do Bolsa Família que menos participam de creche ou estão presentes nas creches.

Temos grandes disparidades idade-série, o que quer dizer que o jovem é muito mais velho do que deveria ser a partir do sexto ano. Sexto ano é uma série que eles repetem muito.

Dada a progressão continuada, muitos sistemas só começam a repetir no sexto ano. E, aí, começam a repetir numa série em que não há mais professor alfabetizador.

E os professores, no Brasil, como eu disse há pouco, hoje são formados na universidade, não mais no curso Normal, de nível médio, porém, num curso excessivamente focado nos pilares da educação.

Eu sou do Conselho Consultivo da USP. Para pegar melhor universidade nossa, um professor de Matemática faz três anos, três anos e meio de Matemática, depois seis meses de matérias referentes aos pilares da educação – Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação –, junto com colegas de Educação Física, de Física, de Letras e assim por diante. Ele não aprende didática específica e, sobretudo, ele não aprende a práxis do professor.

Eu conheci sistemas educacionais no mundo inteiro e fico impressionada como, nos melhores sistemas educacionais, o professor pisa no chão da escola desde o primeiro ano, para assistir a aulas de colegas mais experientes, para aprender a assumir pedaços, trechos de aula, e, no Brasil, nós temos um estágio que, infelizmente, deixa a desejar. Muitas vezes é apenas um ritual burocrático.

E é importante dizer – muitas vezes se fala da crise do ensino médio – que o problema começa cedo. Se nós pegarmos os dados da ANA, da Avaliação Nacional de Alfabetização, dados do Inep, 54,7% dos alunos, no final do terceiro ano, não estão alfabetizados. Eles não leem. Quanto à escrita, são 33,9% que estão em nível insuficiente. Em Matemática, 54,4%. Ou seja, nós não estamos alfabetizando nas três primeiras séries do ensino fundamental.

No quinto ano, 60% não aprendem o adequado em Português e Matemática, na média das duas disciplinas. E, no nono ano, aquele que vai depois alimentar o ensino médio, se nós pegarmos o dado de Matemática, 83% não aprendem o adequado. Há um erro estrutural.

Esses dados se referem à educação pública. Nós não estamos ensinando como deveríamos.

E nós estamos vivendo o século XXI, em que precisamos nos preparar para o futuro do trabalho.

No ensino médio, alguns dados aqui de acesso são bem conhecidos, mas eu queria pegar um dado importante, para nós usarmos melhor o tempo, depois, para eventuais debates.

Houve uma discussão muito importante quando veio a lei do novo ensino médio. Eu confesso que não gostei que tenha vindo por medida provisória, mas é importante abrir os olhos para o seguinte fato: se nós olhamos para os 30 primeiros países do Pisa, nenhum deles têm, como o Brasil tem, só quatro horas de aula em média – quatro a quatro e meia, em média. E nenhum deles tem mais de oito disciplinas para as setes a nove horas de aula que eles têm.

O Edgar Morin chamaria o que nós estamos fazendo – ele fez uma análise interessante sobre o ensino médio francês, como é que deveria ser reconfigurado o ensino médio francês –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de uma fragmentação absoluta dos saberes. Treze disciplinas para quatro horas de aula é um verniz de cada disciplina. Ninguém aprende a pensar. Ninguém aprende a pensar matematicamente, com tão poucas aulas de Matemática; ninguém aprende Artes. Eu fiquei muito impressionada quando o Faustão, para pegar um lumiar da educação – estou brincando um pouco com a coisa –, falou que vão acabar com as aulas de Artes e de Educação Física, mas ninguém aprende arte com trechinhos, de algumas horas só, de aulas de Artes. Para atender a interesses corporativistas, nós criamos 13 disciplinas obrigatórias.

Então, foi correta a ideia de diminuir o número de disciplinas obrigatórias e de estabelecer itinerários formativos alternativos, como fazem os 30 melhores países no Pisa. Eu não acho que nós temos de copiar tudo que os países desenvolvidos fazem, mas nós podemos, sim, nos inspirar e contextualizar, porque não é à toa que determinados países têm sistemas educativos melhores do que os nossos.

Se nós acharmos que o ensino médio vai bem, o Ideb, que é o índice que mede a qualidade da educação, é de 3,7, numa escala de 0 a 10. Ou seja, estamos muito mal.

O que é que a Base nos traz, em termos de competência? O primeiro comentário aqui é que o Brasil demorou a ter orientações mais precisas para a elaboração de currículos. Voltando aos 30 melhores países no Pisa, todos eles, com uma exceção, têm currículos nacionais ou pré-currículos, como é o nosso caso agora, para definir claramente os direitos de aprendizagem e garantir equidade. Se não há equidade... Se você, em nome de uma pretensa autonomia do professor... O professor, com uma carreira pouco atrativa e com uma formação que ainda deixa a desejar, acaba não tendo autonomia. Mas, por conta de uma pretensa autonomia do professor, nós decidimos não definir os direitos de aprendizagem. Então, é importante que se tenha, agora, finalmente a Base, pelo menos a parte referente à educação infantil e ao ensino fundamental.

Nós vamos no caminho correto ao focar competências, não conteúdos, não uma listagem de conteúdos. Nós inovamos ao incluir na Base competências para o século XXI, como competências socioemocionais – vou falar daqui a pouco sobre elas –, experimentação, que é uma ideia muito forte na Base, e solução de problemas.

Só abro um parêntese rápido: o Pisa começou a avaliar agora a resolução colaborativa de problemas, que é uma das competências para o futuro do trabalho. Entre os 44 países que participaram dessa avaliação, nós tiramos o último lugar. Então, estamos mal.

A parte referente à educação infantil na Base explicita o que é brincar com intencionalidade pedagógica.

Eu fui Secretária de Educação e visitei inúmeras creches, não só no Rio de Janeiro, mas em vários outros lugares. Muitas vezes, há uma compreensão equivocada do que é o brincar na educação infantil. Nessa etapa, as crianças aprendem, até muito mais do que em outras etapas, de forma lúdica. Isso não quer dizer que não deva haver intencionalidade pedagógica, ou seja, eu preciso também aqui nessa etapa definir direitos de aprendizagem, o que uma criança pequena deve aprender. E o brincar é a forma de trabalhar. Eu preciso organizar os espaços para que isso aconteça, eu tenho de ter planejamento da aula para que isso aconteça bem.

A parte referente ao ensino médio – aqui vai uma pequena crítica ao que fizemos com o ensino médio – está incompleta. Eu li a Base e não acho que ela está no formato adequado. Eu acho que, ao querer fugir de 13 disciplinas, fomos genéricos demais. Espero que o Conselho Nacional de Educação, nas suas audiências, consiga avançar no sentido de aperfeiçoar a base do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que são essas tais competências socioemocionais? A minha colega do MEC, com certeza, vai falar um pouco mais disso, mas eu queria pegar algumas delas que são decisivas para esse mundo em que a gente vai viver. Uma delas é a empatia. Em tempos de ódio exacerbado nas redes sociais e nas ruas, é muito importante lembrar que empatia é o que nos faz humanos. Nenhum robô tem empatia. Nós jamais seremos substituídos por robôs no que diz respeito à empatia. Então, isso é um trabalho que a escola deve desenvolver. Muitas vezes se diz que esses valores devem ser ensinados pelos pais. E o que fazem as crianças e jovens que não têm pais em condições de trabalhar esses valores com eles? Então, cabe à escola, sim, trabalhar a questão de empatia, de solidariedade.

Há outra competência muito importante. Há um livro recentemente traduzido para o Brasil de Angela Duckworth chamado *Garra*, que é uma tradução livre da expressão *grit*, que quer dizer "esforço com paixão". O que faz dos atletas bons atletas é garra. Ora, garra pode ser ensinada na escola, para se ter garra no processo de aprendizagem. Um aluno que não aprendeu que o seu esforço vai ser decisivo para a sua aprendizagem tem poucas chances de ter sucesso escolar. Então, persistência e garra são associados e são duas competências socioemocionais muito importantes para o mundo em que a gente vai viver.

Resiliência diz respeito a duas coisas: você vem de um meio vulnerável e consegue se levantar. Isso é muito importante para a educação, especialmente em áreas conflagradas, em áreas de alta vulnerabilidade. Também é importante o conceito de resiliência como "eu caio, eu me levanto", "eu erro, e isso não quer dizer que estou fadado ao insucesso para sempre". Isso quer dizer que, no processo educacional, o erro, em vez de ser penalizado, tem de ser visto como uma oportunidade para o crescimento. Eu sempre digo que, nas escolas, deveria haver uma estátua ao erro. O professor, quando visse um aluno errar, em vez de humilhá-lo, deveria aproveitar o momento, porque outros podem ter um raciocínio equivocado como esse. É preciso usar isso como uma oportunidade fantástica de aprendizagem.

Autocontrole e autoeficácia, que são duas competências socioemocionais muito importantes, também têm de ser valorizados. A criança não tem o córtex pré-frontal desenvolvido e, então, tem dificuldade mesmo de autocontrole. Mas, progressivamente, tanto a família quanto a escola podem trabalhar o autocontrole, não com raiva, não com ressentimento, porque o aluno não o tem ainda, mas ensinando-o a se autocontrolar.

Agora, eu trouxe três atitudes que peguei do livro, da biografia de Walter Isaacson sobre Leonardo da Vinci e que acho que são muito contemporâneas em tempos de robôs. Leonardo da Vinci tinha uma profunda curiosidade, e a curiosidade é o que move a educação. Ele tinha criatividade, mas não tinha uma criatividade dissociada da curiosidade científica. Ele era um artista e um cientista ao mesmo tempo. Ele pesquisava o voo das aves, ficava horas analisando anatomia, dissecando cadáveres para ver exatamente como o músculo de alguma coisa funcionava. Ele tinha imaginação. Essas três atitudes podem e devem ser desenvolvidas numa escola em que não haja apenas quatro horas de aula e em que não haja 13 disciplinas dentro da grade.

Por último, em termos de atitudes, saiu um relatório recente da OCDE que fala que a principal atitude que uma escola tem de ensinar na OCDE é o protagonismo, que, em inglês, é chamado *student agency*. O aluno precisa aprender que ele é o portador de um sonho construtor da sua vida e responsável pela sua escolaridade. Então, ele tem de aprender a ser empreendedor da sua própria vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Base vai colocar, em frente de tudo isso que eu falei, um desafio tremendo para o professor. O professor já está sobrecarregado, mas vai ter de ser preparado para um papel diferente, muito menos de mero fornecedor de aulas e muito mais de assegurador e ativador de aprendizagem. Vai ser muito importante, para que isso aconteça, que o MEC, que anunciou que vai ter uma Base Nacional Docente, invista na preparação dessa tal Base Nacional Docente, porque os currículos das universidades não preparam para essas coisas a que eu estou me referindo. A autonomia universitária não quer dizer que não haja regulação por parte do MEC do que deve ser um bom currículo de universidade. Então, fica aqui a lembrança.

Para resumir algumas coisas a que eu me...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLAUDIA COSTIN – ...referi – que susto; prometo que estou acabando – e que têm a ver com tendências já visíveis de educação no mundo, nós temos de olhar para o foco em resolução de problemas, em criatividade – essa tendência está muito forte e pode ser transdisciplinar, pode e deve – e na personalização do ensino.

Só para resumir, na Idade Média e no começo da Idade Moderna, os nobres tinham preceptores que os ensinavam de forma individualizada. Quando entramos na sociedade de massas, corretamente se construiu uma escola que ensina para todos da mesma maneira. Hoje, a tecnologia nos permite recuperar essa individualização para amplas massas. Então, hoje, com plataformas adaptativas, que conseguem identificar exatamente o que que cada aluno já consegue aprender ou não consegue ainda aprender, nós podemos retomar a personalização do ensino.

Há a flexibilização dos currículos, ou seja, todos têm os mesmos direitos de aprendizagem, mas nem todos precisam aprender da mesma maneira. Interesses têm papel dos alunos e formas distintas de aprender. Então, isso é importante. E também o que é chamado – desculpe, a sigla está em inglês – de aprendizagem com base em projetos ou com base em problemas, *Project Based Learning*, pode ser uma estratégia de religar os saberes.

É preciso ensinar a pensar. A escola tem uma função muito importante que é ensinar a pensar. Quando surgiu aquela ideia da Escola sem Partido, fiquei muito chocada. Fico imaginando um exército de vereadores fiscalizando o que os professores ensinam, e essa é a escola com a qual eu não sonho. Mas é importante entender o seguinte: a escola tem de ensinar a pensar criticamente, sim, mas o pensar criticamente não significa eu transmitir a minha visão de mundo para os alunos, mas, sim, formá-los como pensadores autônomos, o que é muito mais desafiador.

Há a ideia de aprendizado profundo. Hoje, usa-se a expressão *deep learning* para aprendizado de máquinas. Eu acho que nós temos de superar as máquinas, para termos um aprendizado profundo nosso, como gente.

Há competências cognitivas associadas a competências socioemocionais. Cursos de competências socioemocionais não necessariamente funcionam; o que funciona é um professor que tem suas competências socioemocionais desenvolvidas e que repassa essas competências no ensino da sua disciplina. Não precisa haver uma disciplina a mais. Aqui aproveito para dizer: dificilmente, um professor vai ensinar empatia se ele faz *bullying* com o aluno.

Quanto ao protagonismo do aluno, eu já me referi a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto – finalizo com isso –, qual a escola a se construir? Aqui, é a minha utopia, e termino com ela: em primeiro lugar, uma escola em que todos aprendam, em que haja excelência com equidade. Não cabe mais eu ensinar e depois ver: aprendeu, aprendeu; não aprendeu, eu reprovo. É preciso construir uma escola em que o professor é um assegurador de aprendizagem e em que ele é apoiado para ter esse papel; uma escola em que tanto alunos como professores trabalhem colaborativamente. Eu não posso ensinar solução colaborativa de problemas ou ensinar os alunos a serem parte de um time se os professores não são um time, se eles não colaboram.

Aqui vai um lembrete: um terço do tempo do professor é destinado para atividade extraclasse, para planejamento de aulas, para estudo e tudo mais. Isso deveria ser cada vez mais exercido dentro da escola, com os seus colegas.

É preciso construir uma escola que trabalhe valores e atitudes – não é errado uma escola ensinar valores e atitudes, ao contrário –; uma escola que forme cidadãos globais, o que não quer dizer aderir à globalização, mas quer dizer pensar em nós como não apenas habitantes de uma cidade ou de um país, mas como parte da humanidade, da condição humana; uma escola em que os saberes não estejam fragmentados; uma escola que ensine a pensar; uma escola que reserve tempo e espaço para o protagonismo do aluno.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu é que lhe agradeço, Profª Claudia.

Há várias coisas que depois poderemos abordar, aprofundar e discutir, mas vamos deixar isso para depois da palestra da Drª Fernanda Marsaro dos Santos, Diretora de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), a quem concedo a palavra.

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Bom dia, Senadora Marta Suplicy! Agradeço a oportunidade e o convite.

Cumprimento também a Drª Claudia pela oportunidade de compartilhar experiências aqui, lado a lado.

Eu vou falar um pouquinho do novo ensino médio articulado com a educação profissional e das competências socioemocionais na formação desse jovem que, em curto prazo, vai encarar o mundo do trabalho.

Dando um pontapé inicial, falando um pouquinho da Base Nacional Comum Curricular, o que ela define? Essa Base chega para definir um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades. Entendo que, com a definição de uma Base Comum Curricular em nível nacional, nós teremos um parâmetro único para nossas redes estaduais, possibilitando, assim, uma equidade, trazendo a possibilidade de a gente trabalhar, nos nossos diferentes Estados, um conteúdo balizador, um mínimo que deve ser trabalhado em qualquer um dos Estados da nossa Federação.

Essa Base serve também para nortear os currículos. Por quê? Porque, a partir da aprovação da Base Nacional Comum, as secretarias estaduais terão de envidar esforços, então, para a construção dos seus currículos nos seus sistemas de ensino. Elas terão de elaborar propostas em que todas as escolas, públicas e privadas, tanto de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, definam o currículo que vai ser trabalhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A partir daí, a gente começa a conversar um pouco sobre como a educação profissional se insere nesse contexto. A gente tem pré-definido até o momento, se não houver nenhuma mudança, que, de Base Nacional, até 1,8 mil horas – eu digo "até 1,8 mil horas", mas isso pode ser flexível de um Estado para outro – vão ser definidas, então, por essa Base, que, por fim, no curto prazo, vai se transformar em um currículo em cada um dos Estados. A partir daí, caso a opção seja por um curso técnico, por uma formação profissional e técnica, essa unidade de ensino, essa escola, essa rede estadual ou essa comunidade escolar que fizer essa opção, após concluir essas 1,8 mil horas, ou durante esse período – nada fica engessado no sentido de que essas 1,8 mil horas precisam se dar no primeiro ano ou no primeiro semestre, pois elas podem ser diluídas ao longo dos três anos do ensino médio; isso fica facultado à definição do currículo –, pode agregar a isso 800 horas de um curso presencial técnico ou um curso de mil horas. Por quê? No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nós temos cursos com carga horária variando de 1,6 mil horas até 1,8 mil horas, dependendo da complexidade desse curso, passando aí por um curso técnico de finanças, podendo chegar até um curso técnico em enfermagem, por exemplo, que tem uma carga horária mais robusta devido ao estágio.

Agregado a isso, o estudante, para concluir o ensino médio, vai precisar integralizar o seu currículo com um total de 3 mil horas. Então, se a gente somasse o que ele vai trabalhar na base mais um curso técnico de mil horas, ainda assim, ele não conseguiria concluir seu ensino médio integralizando todas as horas. Então, ele poderia fazer uma opção por cursar disciplinas de aprofundamento. Essas disciplinas de aprofundamento poderiam ser da Base Nacional Comum – as três disciplinas que foram ditas pela Profª Claudia –, ou ele poderia aprofundar seu conhecimento até na formação técnica.

Isso vai ser facultado, uma vez que o novo ensino médio possibilita a flexibilização. O estudante vai escolher o que quer fazer. Se ele fizer uma opção por um curso técnico de 1,2 mil horas, por exemplo, ele integralizaria seu currículo em sua completude, agregando as 1,8 mil horas da base e mais as 1,2 mil horas do curso técnico, que é o nosso terceiro exemplo ali. Ele também, hoje, tem a possibilidade de fazer uma parte do seu curso técnico na modalidade a distância, o que está sendo ainda amplamente discutido.

Desculpem-me, passei o eslaide errado.

Outras possibilidades de arranjos que nós temos – é um pouquinho da Base Nacional como um agregado à educação profissional – seriam apenas itinerários de formação profissional, que chamamos de cursos FIC, Formação Inicial e Continuada. O estudante não tem, por exemplo, interesse de fazer um curso técnico, nada o obriga a ter de fazer um curso técnico em sua totalidade. Ele pode sair hoje qualificado por meio de simples itinerários formativos. Eu vou citar um exemplo. Ele cursa 400 horas de um curso de cuidador de idoso; ele fez um semestre. Só que ele quer continuar e concluir enfermagem. Então, ele vai continuar seu itinerário formativo até que se concluam as horas de enfermagem. "Não, eu não tenho mais interesse. Não me identifiquei." Hoje, o novo ensino médio permite isso. Então, eu concluí o primeiro módulo, eu saí com a qualificação de cuidador de idoso e passei para outra área.

A partir daí, a gente começa a ver as possibilidades de a gente trabalhar com os diferentes itinerários, seja programa de aprendizagem, sejam diferentes cursos FIC que, no final, agregarão a carga horária total do currículo. E aí entram, com muita tranquilidade, as competências socioemocionais, que, como diz a Prof. Claudia, podem e devem se agregar às disciplinas da Base Comum, como também se somar à formação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quem é esse jovem que o mundo do trabalho quer hoje? Quem é esse estudante de que o comércio e a indústria precisam? Eles precisam de um estudante que, ao ser provocado, ao viver uma situação em que há a possibilidade de resolver um problema, tenha condição socioemocional e capacidade de equilíbrio para responder às situações adversas do seu cotidiano. Se o chefe chamar sua atenção, como ele vai reagir? Ele está pronto para isso? Se ele está, por exemplo, fazendo um curso técnico em mecânica, se está ali numa configuração do motor do carro e se esse motor fundir, como ele vai reagir para ter de falar isso para a pessoa que está do outro lado, que é o consumidor?

Então, todas essas habilidades no mundo do trabalho são necessárias e precisam ser, de fato, trabalhadas dentro do currículo do ensino médio.

Voltando um pouquinho à definição de como o aluno vai fazer a escolha do que ele quer cursar, a Base Nacional Comum fica como balizadora para todas as redes, e, a partir daí, entram as possibilidades de escolha das áreas de conhecimento, podendo o estudante perpassar pelas linguagens e tecnologias, depois matemática e tecnologia, ciências humanas e sociais aplicadas ou escolher o itinerário das ciências da natureza e tecnologias ou, por fim, a formação técnica e profissional, que aqui eu dispenso um pouco mais da atenção.

Esse novo ensino médio...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Só quero uma informação: de lá, ele precisa escolher todas? São obrigatórias essas cinco?

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Não. Ele não precisa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Quantas ele precisa escolher?

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – É facultada a escolha. Ele vai ter de perpassar em sua totalidade – é o que eu disse no eslaide anterior – pelas 1,8 mil horas da Base.

Dentro dessa Base, há todos os componentes curriculares; não há exclusão de nenhum componente. Não há obrigatoriedade de que todos perpassem todos os anos, mas também não há exclusão de nenhum. Quando se diz que não vai haver Artes ou Espanhol, isso é uma inverdade. As 1,8 mil horas podem contemplar todas as disciplinas da Base Curricular. É claro que a lei está posta, tratando algumas como obrigatórias, mas o fato de não serem obrigatórias não implica que elas estejam excluídas do currículo. A partir de 1,8 mil horas, quando o aluno concluir a Base Nacional, aí sim, ele vai escolher qual desses itinerários gostaria de fazer: "Professor, tenho interesse em perpassar por dois." Está facultado, a gente não vai limitar o estudante a um itinerário, se ele tem interesse em dois. Ele vai construir seu currículo de acordo com as possibilidades que a unidade escolar ofertar, é claro, porque há a capacidade também de oferta.

Esse novo ensino médio, então, considera as múltiplas trajetórias da formação do estudante. Ele respeita as habilidades e os interesses. Ele tem de envolver disciplinas de aprofundamento, tem de pensar na vocação profissional. É importante o olhar, com um projeto de ensino, para a resolução de problemas. É preciso pensar em estratégias de correção de fluxo.

A flexibilização curricular é a maior evidência e o maior destaque. Por quê? Porque, pela primeira vez, o nosso jovem vai ter a possibilidade de escolher o que quer cursar. Eu sempre utilizo a minha fala de que, no Brasil, a gente precisa parar de considerar o fracasso; a gente precisa evidenciar o sucesso do estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, a Profª Cláudia foi muito feliz em citar: por que cursar 13 disciplinas? De repente, eu não me identifico com todas elas. Ou é o que há hoje tradicionalmente: "Estudei ao longo de um ano, sou estudante da 3ª série do ensino médio, tenho 16 anos. Das 13 disciplinas, não obtive sucesso, não logrei êxito em quatro, mas perdi o ano todinho. E todas as nove disciplinas em que obtive sucesso?" Por que o fracasso está sobrepondo o sucesso? Por que o aluno perde um ano inteiro, se não logrou êxito em quatro e obteve sucesso em nove?

Então, esse novo ensino médio vem para romper paradigmas, para possibilitar ao estudante novas trajetórias, considerando o sucesso sobre o fracasso.

Aqui, a gente começa a falar um pouquinho dessas competências que precisam ser evidenciadas no ensino médio. Esse currículo das redes estaduais, da rede federal e privada precisa considerar as competências cognitivas alinhadas aos conteúdos tradicionais. Ou seja, a gente não vai precisar criar uma disciplina socioemocional, para que o estudante consiga adquirir essas competências. Isso tem de estar dentro do currículo, integrado a esse currículo.

É preciso que, dentro da Base Nacional Comum, com os mais diferentes componentes assim definidos, se trabalhe a capacidade do aluno de decidir, de julgar, de raciocinar, de pensar no abstrato, de interpretar. Além disso, a gente precisa alinhar todas essas possibilidades de competências socioemocionais, então, ao novo ensino médio. Ele tem de viver, aprender a viver e a conviver, aprender a trabalhar, tem de atuar criticamente, tem de aprender a resolver problemas. Ele tem de aprender a trabalhar colaborativamente.

Quanto à importância do desenvolvimento dessas competências, cito que, pela primeira vez, realmente, nós nos preocupamos com as competências socioemocionais como fator de diferenciação na formação integral dos estudantes. Eu digo que existe uma tríade que é superimportante entrar em destaque. Nós temos de garantir para todos os estudantes acesso, permanência e formação integral. Então, se a gente garante essa tríade, a gente vai possibilitar aos nossos estudantes a valorização de várias habilidades. Dentro da linguística, vai ler, compreender textos, escrever textos. Dentro da lógica matemática – só estou citando exemplos –, a gente vai possibilitar a capacidade de processar uma informação quantitativa, dados. Aqui, eu pontuo algumas trilhas em que as competências socioemocionais precisam ter destaque, como o protagonismo juvenil, que já foi citado aqui anteriormente. O nosso estudante precisa ser um estudante autônomo, precisa integrar as competências nas mais variadas disciplinas do currículo, a competência cidadã, a capacidade de debater democraticamente e de trabalhar o projeto de vida. Esse novo ensino médio, com essa flexibilização curricular, permite que nossas redes tenham bons orientadores educacionais que levem o estudante a planejar seu projeto de vida no futuro, a fazer um planejamento financeiro, a ter uma participação democrática e responsabilidade social.

Quais são os desafios que estão atrelados a essas novas demandas? Primeiro, a elaboração dos currículos, considerando os itinerários formativos em consonância com as habilidades socioemocionais. Por quê? Não é o Ministério da Educação que vai elaborar o currículo, é o Estado. O Ministério da Educação, a partir da aprovação da Base Nacional, vai ser colaborador dos Estados na elaboração desse currículo. Esses currículos precisam ser capazes de atender de forma ágil às demandas do mundo do trabalho e à participação cidadã.

Também acho que é um desafio que esses itinerários formativos considerem os estilos individuais de aprendizagem. Nós temos alunos com capacidades diferenciadas uns dos outros. Há a necessidade, então, de desconstrução de um modelo engessado ou de um modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tradicional, ou seja, há a necessidade de uma educação que exercite, de fato, a criatividade e a inovação.

Estou quase finalizando.

Também pontuo como desafio a criação de novos ambientes de aprendizagem para além dos muros da sala de aula e a garantia de acesso – eu disse da tríade –, de permanência...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – ...e de desenvolvimento da formação integral do estudante.

E, por fim, há o desafio de regulamentar. Está posto que o ensino médio precisa mudar. E agora como os Estados vão absorver isso em frente dessas mudanças?

Agradeço a minha participação. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada pela colaboração. Acho que foi complementar ao que a Profª Claudia também trouxe e suscita algumas indagações.

Pergunto ao Senador Roberto Muniz se gostaria de fazer suas considerações?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Marta, primeiro, eu queria parabenizá-la pelo formato que a senhora traz aqui para o debate e que oportuniza que haja mais profundidade na exposição de cada convidado.

Então, eu queria saudar a ex-Ministra Claudia Costin e a Drª Fernanda e parabenizá-las pelas apresentações. Eu queria também fazer uma provocação antes de falar a elas duas, fazendo também um pouco diferente.

Uma das coisas que ficou muito clara é a questão de a resolução colaborativa ser um grande desafio para o nosso País. O maior desafio na política hoje é haver uma resolução colaborativa. Então, na verdade, a política hoje sofre dessa incapacidade da sociedade de fazer isso. E a sociedade sofre porque a política também não se propõe a fazer isso. Então, nós aqui, dentro do Senado Federal, do Congresso Nacional, da política partidária, vivemos a incapacidade de ter um projeto de país.

Sendo assim, eu acho que é importante a gente ter um olhar de espelho e de sociedade política, porque a gente, às vezes, pensa que o problema está na política ou está na sociedade. Nós fazemos parte desse todo. Então, nós sofremos aqui a incapacidade de fazer uma proposta de futuro para o País.

E, aí, eu só queria fazer, primeiro, uma pergunta a elas duas, Senadora. É que, se vocês tivessem hoje a oportunidade de serem Presidente da República e tivessem a oportunidade de fazer três mudanças significativas... Uma eu já percebi, Drª Claudia, que seria na formação do professor. Essa ficou clara para mim, esse seria um dos pilares.

Eu queria, primeiro, fazer essas perguntas a elas, para elas serem muito sucintas e dizerem três pontos que modificariam no sistema da educação brasileira que nos poderiam gerar resultados que nós não conseguimos até hoje.

Então, eu queria, primeiro, fazer essa pergunta, se a senhora me permitir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Claro.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E, já que estamos só nós aqui, aproveitar esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria perguntar à Drª Claudia Costin e à Drª Fernanda três questões que fossem importantes e fundamentais para que a gente pudesse propor como uma resolução colaborativa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bom, primeiro a formação; segundo, o orçamento. Eu já me meti na história, mas a terceira eu ainda não pensei. Vou deixar para a Claudia começar.

A SRª CLAUDIA COSTIN – Bom, obrigada pela pergunta.

Eu não pretendo ser Presidente da República. Nunca me candidatei a nada, a não ser para o centro acadêmico da minha escola! (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso não é um privilégio. Isso é uma perda para o País!

A SRª CLAUDIA COSTIN – Mas, em todo caso, eu concordo com esse comentário.

É gozado, porque, cada vez que eu leio sobre resolução colaborativa de problemas, eu penso o quanto nós não pensamos nisso como País. Talvez a falha esteja mesmo na nossa educação, que não nos leva a trabalhar juntos, e o momento que a gente vive é particularmente grave – desculpem a minha percepção um pouco triste.

O que que eu faria para garantir uma educação melhor? Todas as análises técnicas de educação mostram que nenhum sistema é melhor que a qualidade dos seus professores. Ou seja, o elemento mais importante para se investir é o professor.

Isso quer dizer, em primeiro lugar, melhorar a atratividade da carreira. Não é só porque o salário é baixo para o professor – e ele é baixo –, é porque a respeitabilidade social da profissão é baixa. E há, até, uma tendência na mídia de colocar o professor como uma vítima, como um coitadinho, como se ele não pudesse ser um profissional que pudesse ter orgulho das suas práticas. E, por vezes, eu devo confessar que nós, professores, caímos na armadilha. Então, a gente também, quando fala de uma coisa que fez bem, fala: "Olha, mas são terríveis as minhas condições" etc.

Então, primeiramente, tem-se que trabalhar muito na atratividade e na respeitabilidade social da carreira de professor. Isso quer dizer, entre outras coisas, ter um processo de triagem, ou de seleção de professores, também ainda mais rigoroso, mesmo que precisemos de muitos professores.

Em segundo lugar – eu ainda não decorei direito os protocolos quando a gente se refere a um Senador –, o Senador enfatizou a questão da formação de professores. Eu acho que essa formação tem que ter caráter profissionalizante. Eu juntaria isso à questão de que, infelizmente, há certa precarização, hoje, na contratação de professores, o que leva a que se contrate professores para 16 horas. No Rio de Janeiro se contratam professores para 16 horas. Ora, isso quer dizer que o indivíduo pode ser bombeiro durante o dia e, durante 16 horas, ser professor de crianças ou de adolescentes, à tarde ou à noite. Isso não é adequado. Ser professor é uma profissão. Então, junto com a formação de professores, eu diria que nós temos que promover uma profissionalização do professor; ou seja, contratar para 40 horas, para dar aula numa única escola, com o tempo de planejamento e de estudo incluído nessas 40 horas, como a Lei do Piso, aliás, já determina. Então, trata-se de profissionalizar o professor.

Faltou um terceiro. Esse terceiro está associado à tarefa que o Brasil está fazendo hoje, que é ter uma base, como a Constituição já demandou, traduzida, nos próximos anos, em currículos subnacionais, ou seja, currículos estaduais e municipais. Isso pode ser feito em regime de colaboração, o que é o ideal, porque há muitos Municípios pequenos, que só têm uma ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

duas escolas. Então, o governo estadual deveria coordenar seus Municípios na elaboração do currículo, como hoje está fazendo Goiás, como hoje está fazendo o Ceará, como hoje está fazendo o Espírito Santo, para mostrar que é amplo o espectro partidário, resolução colaborativa de problemas.

E preparar materiais instrucionais adequados para apoiar a ação dos professores. É considerar que nós não precisamos só de um projeto de país, mas nós precisamos de um projeto de educação nacional e, quem sabe, de um sistema nacional de educação que viabilize e informe essa construção de um projeto de país.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Drª Claudia.

Agora com a palavra a Drª Fernanda.

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Bem, me foi dado o desafio de pontuar três questões.

Eu acho que o orçamento é um caso a se pensar, uma vez que a melhoria da qualidade da infraestrutura dos espaços escolares, distanciando o sucateamento dos nossos estudantes, certamente faria com que fosse diminuída a evasão escolar e também aumentaria o interesse do aluno de estar nesse ambiente. Quem é que não gosta de estudar num lugar bonito, organizado, em que se sinta bem, um lugar que tenha uma boa merenda escolar? Com um bom orçamento também haveria possibilidade de investimentos em tecnologia. Quanto mais as nossas escolas estiverem preparadas para esse novo jovem que a gente está recebendo hoje nas escolas, com mais qualidade a gente vai conseguir trabalhar.

Com relação ao segundo ponto: eu penso que é preciso valorizar um pouco mais... Não é que não seja valorizado, mas eu vejo que é preciso um novo olhar para a educação básica em detrimento da educação superior. Com isso, a gente mudaria o cenário no Brasil.

O meu filho tem nove anos – eu vou citar um exemplo – e hoje está na escola pública. Há casos de famílias de classe média alta cujos filhos passam a vida inteira numa escola particular para, no ensino superior, irem para uma universidade pública – olha a inversão! –, ao passo que o nosso jovem passa a vida inteira na escola pública e algumas vezes não consegue ascensão e entrar no ensino superior público, ele tem que fazer uma universidade paga. Então, acho que essa é uma inversão de valores. É preciso conseguir ter um olhar melhor para a educação básica e preparar esse nosso jovem para que, tendo passado toda a sua educação básica no ensino público, também consiga ter acesso à educação superior pública.

Por fim, porém não menos importante – deixei por último, mas, na minha opinião, é o mais importante –, a valorização do professor, a valorização do docente. Que professor é esse? Que profissional é esse que hoje recebe uma formação de três anos na sua licenciatura, vai para uma sala de aula e, muitas vezes, até adoece, porque ele não está acostumado com a realidade dos jovens que a gente recebe? O adoecimento docente hoje, dentro das mais variadas pesquisas acadêmicas, é o que está em destaque, porque, quando entra em sala de aula, ele entra em pânico. Ele não sabe nem como lidar com tanta diversidade presente: é o aluno que tem altas habilidades; é o aluno que tem vulnerabilidade social; é o filho do traficante; é o filho do cidadão que é rico; é o hiperativo. Então, há uma diversidade. São tantas situações com que ele se depara que acaba não logrando êxito.

Vejo que a atratividade para esse profissional também é um ponto. É preciso pensar em alguma política para esse professor não desistir da sua carreira. É claro que – sou professora –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vou defender aqui que a questão de salário também está muito aquém do que deveria ser. Afinal, valoriza-se o médico e deixa-se o professor em segunda posição, sendo que é o professor que forma o médico, não é?

Eu agradeço. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu queria fazer uma consideração – acho que aqui nós vamos fazer uma conversa.

Eu tenho Estado em algumas audiências públicas e me interessado no assunto educação e, principalmente, o que poderia dar jeito na nossa educação. Eu achei que o novo currículo médio vai ser uma boa porta, mas o que me chamou atenção – eu gostaria que também que fosse comentado – é que nós tivemos aqui o representante das universidades brasileiras na área de educação, de formação de professores, que estava muito preocupado porque esse novo currículo e tal ia causar muita confusão. O que me chamou atenção é que ele não entendeu que não é que vai causar confusão: nós queremos fazer uma revolução. É isso que tem que ser feito. E é isso que eu temo que as universidades não estejam entendendo – ou não estão entendendo ou não querem se reestruturar, gastar, pensar, pesquisar para conseguir trazer esse novo professor, porque não é com as aulas, que tanto a Claudia quanto a Fernanda mencionaram, que nós vamos fazer essa mudança. Não adianta. Eles podem até ser mais bem remunerados, mas, se não souberem ensinar, não vai adiantar.

Nós temos que pensar e, talvez, as nossas comissões possam começar a fazer uma pressão nessa direção – há algumas coisas que conseguimos, pelo menos, pressionar. O que se pensa fazer? Em quanto tempo se pensa fazer? Qual é o planejamento? Que conferências estão sendo feitas? Foi bem colocado aqui que nós não estamos descobrindo nada. Já há história de como fazer bem, já há currículos de como formar bem professor.

Nós estamos muito atrasados. Nós estamos num círculo vicioso, querendo mudar sem mudar o antes, que é o principal. Eu diria até que não precisava ser tão rápido mudar o que está lá. Há que se mudar o que está antes e fazer uma formação continuada dos professores que já estão na lide, para que eles possam ir se apropriando aos poucos.

Eu queria ouvir a opinião dos convidados.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Veja só, é fantástico percebermos que há uma convergência. A sua fala converge com a da Senadora Marta, converge com a da Fernanda. E, se formos sentar, vamos ver que há uma convergência da grande parte das pessoas que militam na área da educação sobre a importância do professor. Eu quero começar por aí porque eu acho que isso é comum.

Uma das coisas que tive oportunidade, quando fui prefeito em uma cidade da Bahia, de discutir é que essa questão da valorização do professor e a questão da atratividade da carreira são discutidas há muito tempo. Quando o Fundef iniciou lá atrás, havia professores que não ganhavam um salário mínimo.

Na verdade, investimos. Não foi o suficiente, mas não podemos dizer que ficou esquecido. Mas, mesmo assim, não se tornou atrativo. Também não podemos dizer que a formação dos professores piorou, porque, se formos ver, desde o Fundef, que depois virou Fundeb, a grande maioria dos professores hoje tem nível universitário no Brasil. Então, nós também melhoramos nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se formos olhar a questão das escolas, em que pese termos escolas muito ruins, veremos que a grande maioria do parque da infraestrutura escolar melhorou nos últimos 20 anos.

Então, passamos por algumas questões que conquistamos, Drª Claudia, mas percebemos que a resultante de todas essas conquistas não mexeu em nada nos indicadores que fazem a avaliação da qualidade.

Fica claro que, até os 14 anos, nós botamos 98% de crianças na sala de aula. Essas escolas, na verdade, não são escolas para mim, viraram depositário, é um depósito de pessoas. Na verdade, estamos confiscando a infância dessa nossa juventude. Nós a tiramos da rua e botamos na escola para não ensinar nada. Por quê? Quando vamos ver os indicadores, eles nos trazem uma tragédia. É uma tragédia: mais de 50% nas Regiões Norte e Nordeste... Setenta por cento não sabem ler nem escrever!

Entre os jovens de 15 a 17 anos: a cada três jovens, apenas dois, ao passar dos 15 anos, continuam na escola. Um terceiro está nas ruas à mercê do quê? Às vezes da marginalidade, às vezes da ociosidade, do desemprego, da incapacidade de ter futuro.

Então, nós chegamos a um momento em que precisamos realmente – eu acho que a Senadora Marta tem completa razão –fazer uma revolução. Não é uma evolução, porque nós evoluímos e não mudamos nada; colocamos as crianças na sala de aula e não lhes demos educação.

Então, eu queria trazer algumas questões para dialogar com vocês.

Como é que nós podemos ter atratividade para o professor se nós não temos meritocracia? Todas as vezes em que nós discutimos meritocracia... Em qualquer outra atividade, é através da meritocracia que você estabelece a diferença entre os que produzem bem e os que produzem dentro do que é necessário. A meritocracia precisa ser discutida. Por que não é discutida no Brasil a meritocracia dentro da educação? Essa é uma primeira pergunta que eu quero deixar para que estabeleçamos esse diálogo.

Não temos professores iguais. Todos os professores não são iguais. Há professores que têm salas de aula que são exemplos: as crianças deixam de ir brincar porque querem ir ver o professor. Como é que a gente pode valorizar esse professor? Esse é um ponto.

Quais são as outras formas pelas quais a gente pode valorizar o professor?

Claro: aumentar os salários. Aí nós temos a questão do orçamento. Eu falo sempre, digo há mais de 25 anos de vida pública, que a gente tem um Brasil nos almoxarifados, certo? Se qualquer secretário de educação quiser fazer uma grande revolução no seu Estado, Senadora Marta, vá ao almoxarifado da secretaria de qualquer Secretaria de Educação. Lá estarão milhões de livros, talvez milhões de equipamentos, cadeiras quebradas, muita coisa que foi comprada e não foi usada. Temos um país que jogamos fora que está nos almoxarifados e, às vezes, a pessoa não tem nem como jogar fora. Às vezes o Estado não tem nem condições, porque não é apto aquele material para você fazer uma venda, através de leilão, e você tem que ficar bancando galpões, que é um custo imenso.

A questão do orçamento. E aqui eu quero trazer uma conversa que tive com o Senador Walter Pinheiro, que hoje é Secretário de Educação: precisamos olhar o dinheiro velho. Temos dinheiro novo? Não, mas temos dinheiro velho.

Há alguns locais onde estamos colocando dinheiro e não estamos tendo resultado, porque não há avaliação de política pública neste País. Precisamos fazer avaliação de política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive oportunidade, na Comissão de Educação, de ser o Relator do Pronatec. O Pronatec foi importante. Aliás, é importante, mas ele não deu os resultados que imaginávamos, porque, ao desenhar a política pública, nós não tínhamos metas claras, não tínhamos focalização, não tínhamos indicadores.

Então cabe à educação fazer um grande debate sobre os gastos, as despesas do Ministério e das Secretarias de Educação. Esse, sim, é o maior desafio que nós vamos ter. Trata-se de olhar o dinheiro que existe para que a gente gaste melhor. Todas as vezes, Senadora, nós ouvimos aqui: "Não, falta dinheiro." Claro que falta dinheiro. Se você pegar o que o Fundeb paga para um aluno e o que é gasto ou investido em uma mensalidade de escola privada, vê que há uma diferença imensa entre esses recursos.

E a gente quer fazer mágica; a gente quer fazer com que a mesma educação alcance a pessoa com 10% do orçamento anual. Então, a gente precisa encarar isso, essa é uma realidade. E acho que a Drª Fernanda traz uma questão que a gente precisa realmente olhar: como fazer esse orçamento melhorar?

E quero fazer outra provocação.

Eu tive a oportunidade de ir a Cuba em 1997. Eu fui um dos primeiros – o primeiro prefeito na Bahia com certeza – a fazer convênio com os médicos cubanos. Eu trouxe médicos cubanos, aproveitei e fui visitar o ministério da educação. Lá, o ministério da educação é separado: mistério da educação básica e ministério da educação superior.

Quando eu cheguei lá, vi uma coisa interessante: as aulas eram nas salas de aula. Então, o primeiro contato que o professor tinha com a educação... Desde o primeiro semestre ele tinha contato com a sala de aula, com o aluno – isso que a senhora falou –, mas isso a gente não consegue fazer aqui.

Eu quero fazer uma provocação.

Não sou do setor, não sou da área, mas gosto, preciso que a educação no País melhore para que eu possa legar para as minhas filhas um país melhor. Mas será que não é hora de a gente também, já que é tão grave essa questão do ensino fundamental e do ensino médio, pegar o Ministério da Educação e colocá-lo para focar nisso; pegar as universidades, levá-las para o Ministério da Ciência e Tecnologia e ampliar a visão do Ministério da Ciência e Tecnologia para que ela possa ingressar no século XXI?

A gente talvez tenha que fazer uma revolução mesmo, Senadora Marta. Não sei se é isso, mas eu fico inconformado ao perceber que a gente está com o mesmo time, jogando da mesma e tomando goleada a cada ano. Todo ano a gente toma 7 a 1 na educação, certo?

Então, para finalizar, eu queria dizer esse novo currículo, essa base curricular vai nos dar oportunidade... É claro que também vai nos trazer um desafio enorme, porque a gente vai requerer de escolas, de professores... E aí eu quero trazer também uma questão importante, que são gestores.

O gestor de escola é fundamental. Às vezes a gente fica muito focado no professor, mas o gestor da educação, o diretor da escola é fundamental para ele fazer animação e a gestão do processo.

Então, eu acho que, quando a gente falar de professor, a gente deve dizer "o professor e o diretor escolar". A gente precisa trazer o diretor escolar... Às vezes até... É incrível, Senadora: eu já vi ótimos professores não serem bons diretores, mas também há bons diretores que não querem ser diretores porque ganham menos. Ganham menos, porque perdem a locação da sala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de aula, giz e todos aqueles ganhos por estar lecionando. E o que a gente faz com isso? Quer dizer, a gente coloca alguém para coordenar todos para ganhar menos! Então, a gente precisa trazer para este debate essa questão.

Eu queria dizer que a gente tem esse desafio e contar uma história rápida, de uma experiência que tive quando fui Secretário do Trabalho lá no Estado da Bahia.

Todos sabem que há uma visão sobre os baianos, a visão de que há, vamos dizer, uma certa leniência ao trabalhar. Eu acho isso muito interessante, porque em dois momentos eu vi que a gente não sabe usar a nossa cultura como uma alavanca na área do trabalho. Todas as vezes que, como Secretário do Trabalho, recebi pessoas que vinham olhar como capacitar os trabalhadores baianos, percebi que elas queriam fazer do trabalhador baiano o mesmo tipo do trabalhador que trabalhasse em São Paulo ou em Nova York. Acontece que na Bahia nós temos as nossas referências culturais, e elas precisam ser respeitadas, e elas precisam ser qualificadas para que aquilo que é positivo seja ampliado.

Aí eu conto sempre a história de que, se você for passar 24 ou 48 horas na Bahia, é óbvio que você talvez se sinta um pouco perdido. Se vai de São Paulo, a pessoa quer que rapidamente seu café chegue ali, mas, se tomar um café por mais de três dias ou ir a uma barraca de praia ou a um bar por mais de dois ou três dias, no segundo dia já é íntima da pessoa que a atende. E isto é um diferencial enorme: a capacidade da empatia, de tornar alguém próximo a você, entender a sua situação. No baiano isso é natural, ele nasce dessa forma, mas a gente não tem isso como algo fundamental para o crescimento.

E aí quero dar o testemunho do pessoal da Ford. Eu era Secretário do Trabalho em 2001, e a Ford estava se instalando. Nós tínhamos recursos do FAT, o Fundo de Amparo do Trabalhador, para fazer a capacitação. Não existia nenhum trabalhador, nenhum trabalhador capacitado para a indústria automobilística. Seis meses depois, em reunião com a diretoria da Ford, ouvi: "Olha, já alcançamos os indicadores internacionais das melhores indústrias do mundo." "Já?" "É, por duas questões. Uma, o ambiente de trabalho, superalegre, superpositivo, e a capacidade das pessoas de não terem medo de aprender." Essas são características da comunidade, da cultura local.

Aí, depois, em 2009, o Cirque du Soleil foi lá para a Bahia, e eu tive oportunidade de ver a sua construção – eu era Secretário de Agricultura e ficava dentro do Parque de Exposições. E há um momento, Senadora Marta, que é como se fosse bater a laje, é quando sobe o mastro central, uma operação complicada. Lá estava uma engenheira canadense, e ela disse a mim e a Jaques Wagner, que era o Governador então, que ela não havia estado em nenhum outro país, em nenhum outro local, onde as atividades tivessem sido feitas com tanta presteza, com tanta colaboração e com um espaço de tempo tão curto para aprendizado. E a gente não consegue traduzir isso como um valor. Por quê? Porque a gente não tem nas nossas escolas a capacidade de pegar essas características e essas habilidades e transformá-las em competências.

Eu queria parabenizar vocês.

Acho que a gente vai precisar ter uma voz mais firme nessa revolução, Senadora Marta. Eu acho que essa questão do orçamento e do dinheiro velho, das políticas públicas, a questão de fazer com o ensino superior... Não é apartar, mas dar a ele uma possibilidade de seguir um caminho para que a gente tenha um olhar mais qualificado sobre o ensino fundamental e o ensino médio. Trata-se de a gente colocar mais força nisso – não liberando o outro; ao contrário, fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com que seja coordenado – e trazer para os nossos jovens uma coisa que é fundamental: a capacidade de poder sonhar com o futuro, que é o que nós estamos tirando deles.

Era isso que eu queria dizer, e dou os parabéns à Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Acho que nos enriqueceu muito a sua exposição.

Eu até lembrei, quando a gente fez os CEUs em São Paulo, em comunidades extremamente pobres, que tínhamos que ter diretores, gestores, com mais competência do que a gente tinha, porque eram escolas com três equipamentos muito importantes, de educação, de cultura e de esporte, e nós não tínhamos essa experiência.

Aí tivemos uma ideia que foi muito boa – e eu não lembro se eles foram para a USP ou se nós conseguimos na FGV. Primeiro selecionamos os que tinham interesse – sem ter grande interesse, você não vai conseguir alguém bom. Os que manifestaram interesse foram selecionados e, aí, foram fazer o curso e viraram gestores. Acho que esse foi um dos ingredientes que ajudou a funcionar muito bem. E nesse ingrediente está garra, de que você também estava falando.

Então, a gente está vendo que, na educação, são muitas as características necessárias, é preciso ter muita qualidade para a pessoa dar certo.

Eu gostei também de ver a sua preocupação em relação à formação.

Agora vamos ver as considerações que as nossas duas convidadas têm.

A SRª CLAUDIA COSTIN – Está certo.

Bom, primeiro: são dois Senadores que foram gestores, foram prefeitos. Isso faz toda a diferença para entender a educação, porque a educação não deve ser entendida dissociada das outras políticas públicas, ela tem que trabalhar com as demais políticas públicas e, no caso específico de São Paulo, eu acompanhei os CEUs e esse desafio de integrar três políticas públicas tão importantes. Eu acrescentaria a isso a importância de se integrar a saúde à educação.

Mas deixem-me fazer alguns comentários.

Adorei as falas.

Senador Roberto Muniz, primeiro, eu queria comentar sobre a meritocracia. Ele é um princípio constitucional e ele é pouco usado, porque, como o Brasil é muito desigual, a gente tem medo de, ao lidar com situações muito desiguais, lidar com o mérito, mas é importante lidar com o mérito.

Nós fizemos algumas experiências em educação muito interessantes, que é jogar luzes para professores que fazem a diferença.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a gente tinha uma avaliação no final do primeiro ano para saber se a criança saía alfabetizada – nós estamos falando aqui dos dados da Ana para chamar atenção. E com a avaliação que a gente fazia, que era externa, pela Federal de Juiz de Fora, nós identificávamos quais eram as dez melhores turmas a cada ano.

Eu havia um café da manhã com os dez melhores professores alfabetizadores e, curiosamente, nem sempre eram os professores de escolas de classe média – nós temos escolas públicas que a classe média frequenta. Nessa etapa, em que você trabalha muito com decodificação, o repertório cultural familiar não tem tanta diferença. E muitas vezes eram professores que estavam dando aula em favelas conflagradas – o Rio de Janeiro tem muito disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa que eu notei desses dez melhores professores, que mudavam a cada ano porque nós tínhamos o princípio de que o professor acompanhava a turma para o segundo e para o terceiro anos... Então, a cada ano – eu fiquei lá cinco anos e meio –, eram novos professores. Curiosamente, nenhuma delas, nesses quatro anos, tinha mestrado – nenhuma delas tinha mestrado! Podemos perguntar se é por que é ruim fazer mestrado – não creio – ou se é por que o mestrado está ensinando as coisas erradas. Em segundo lugar, várias, normalmente três ou quatro, eram de áreas conflagradas, de áreas de conflito. E eram pessoas extremamente simples. O que as diferenciava eram duas coisas, a meu ver: primeiro, entender que cada aluno é único e que é preciso ensinar de uma maneira diferente para cada um deles; em segundo lugar, ter orgulho das suas práticas, pensar essa ideia da garra misturada com o orgulho de suas práticas.

Então, a meritocracia tem um papel mesmo num país desigual: reconhecer professores que fazem a diferença. Nós, às vezes, temos medo de reconhecer o professor que faz a diferença para não deixar o outro com inveja, mas a vida é meritocrática. Então, precisamos ver como a gente lida com essa questão de equidade e meritocracia.

O outro comentário é sobre a revolução a ser feita – é uma revolução, sim. Eu fico pensando que a gente fala das tarefas a serem feitas pelas faculdades de educação... Imaginem uma faculdade de engenharia que diga assim: "Parem o futuro do trabalho, parem de automatizar aqui no Brasil, não coloquem mais robôs, porque a faculdade de engenharia não está pronta para isso." Ninguém falaria isso ou que a Medicina não está pronta para a telemedicina.

As faculdades de educação têm de olhar com seriedade para o mundo que a gente está vivendo e para o fato de que vamos ter de fazer duas tarefas de uma vez só: recuperar o atraso educacional na educação convencional e pensar na educação para o século XXI ao mesmo tempo. Nós não temos o direito de ser "etapistas" porque o mundo está avançando.

Então, este ponto acho importante: ter consciência de que nós vamos, sim, ter de fazer uma revolução no modo pelo qual formamos professores na formação inicial e na formação continuada. E todas as pesquisas mostram que o melhor ambiente para a formação continuada é dentro da escola, é o trabalho colaborativo e o estudo colaborativo da equipe escolar. Isso joga para a terceira questão que foi levantada, que é a questão do diretor escolar.

Concordo em gênero, número e grau: as melhores escolas são aquelas que têm o melhor gestor escolar que coordena a melhor equipe de professores. O diretor de escola é como se fosse o maestro de uma orquestra. O trabalho educacional não é um trabalho individual, é um trabalho de equipe, é o trabalho de uma orquestra. E uma boa orquestra tem partituras, tem um bom maestro que trabalha com a sua equipe, não só em tarefas burocráticas que as Secretarias de Educação demandam, mas a questão da aprendizagem, que é fundamental.

Eu visitei – desculpem os comparativos internacionais, mas eu acho que a gente tem de olhar para fora de vez em quando – muitas escolas em Xangai, que é o melhor sistema educacional do mundo. A cultura deles é completamente diferente da nossa, eu não quero copiar. Mas eu quero só dizer uma coisa que me chamou a atenção: cada escola em Xangai é referenciada a uma universidade, todas as faculdades em Xangai que formam professores têm uma escola de ensino fundamental e médio referenciada a eles; todo diretor tem uma cota de aulas de seus professores para assistir, nenhum plano de aula de professor é apresentado sem que os pares validem os seus colegas e o diretor da escola. Ele é o maestro. Então, é um trabalho importante. Por isso, concordo com essa visão: o diretor de escola tem de ganhar mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ele ganha, ele tem de ser mais valorizado. Nós temos que pensar o que é gestão democrática num contexto em que o diretor tem um papel central em coordenar essa orquestra.

Por último, concordo em gênero, número e grau – faz anos que eu defendo – que deveria existir o Ministério da Educação olhando para a educação básica, e fazer como existe em São Paulo e em vários Estados que adotaram esse modelo, as universidades estaduais estão nas Secretarias de Ciência e Tecnologia. Isso seria bom para a ciência e tecnologia e ia ser bom para o País.

Fica a ideia. Graças a Deus, eu não estou impondo, eu lanço a ideia como cidadã, que eu acho que isso faz...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu sempre pensei isso. Agora, a gente tem obstáculos para a gente fazer esse debate. Eu acho que isso deveria vir da própria Academia. A própria Academia deveria se ver com esse futuro. Mas a gente não consegue.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sabe o que é Senador, é tudo engessado. Então, tem de quebrar o gesso, isso que o é mais complicado. Aí tem de haver um tumulto de pessoas mais jovens que as próprias academias que consigam pensar isso e que façam esse enfrentamento para a mudança. Serão os interessados que vão ter que pensar isso; vem da juventude, vem dos alunos, vem dos professores mais jovens.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Há uma coisa que a gente tem de entender e que a gente não falou: as redes sociais hoje criaram um outro ambiente que se a gente não entender... A escola ficou chata, a escola é chata. E se a gente não trouxer para dentro da escola a possibilidade... Quando eu falo escola, as minhas filhas estão todas em universidade, e eu chamo escola, porque eu acho que escola é escola, a vida toda é escola.

Fui, em outro dia, fazer um curso na FDC. Eu chamo escola. Acho que tudo é escola. Aqui, para mim isto aqui é uma escola. Eu estou passando aqui, no Senado. Quando soube que a senhora vinha para cá, fiz questão – e não é demérito para ninguém – e disse: "Quero ouvir a Drª Cláudia Costin". Porque isto aqui é uma escola. Ela não só ensina a política, não. Aqui há debates importantíssimos. É um debate de vários setores.

E a gente precisa entender que local de aprender é na universidade, na escola, na igreja, dentro de casa, em toda escola. Tudo ensina.

Então, acho, Senadora, que realmente a gente vai ter, dentro da ideia de revolucionar, que fazer algumas provocações. Pode ser que sejam pertinentes; às vezes não são pertinentes. Mas a gente tem que sair desse lugar-comum, e esta ideia de dar mais foco ao ensino fundamental e ao ensino médio, sem tirar o foco da universidade, para que essa dialogue com esse novo mundo que está aí fora, com esse novo ambiente de trabalho, talvez, dentro do MEC, não vá conseguir cumprir essa função.

Ela pega e leva toda a *expertise*, a gente cria outra situação, quer dizer, fortalece também o Ministério da Ciência e Tecnologia, que fica completamente perdido. Ele não tem capilaridade. Fica num debate macro, mas não tem a capilaridade, porque a capilaridade do mundo do trabalho está no Ministério do Trabalho. Então, você fica no vazio, na nuvem, discutindo a ciência e a tecnologia. E o local mesmo hoje de discutir a ciência e a tecnologia é a nuvem. Mas o fato é que a gente precisava dar capilaridade à ciência e à tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Claro que a educação fundamental também precisa de ciência e tecnologia, mas talvez o melhor local para que a gente inicie esse processo de revolução seja nas universidades.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A Drª Cláudia quer complementar uma ideia. Depois passo a palavra à Drª Fernanda.

A SRª CLAUDIA COSTIN – Eu queria comentar mais três pontinhos rápidos.

Um é esse ponto que foi levantado aqui da qualidade do gasto em educação. De fato, todo mundo comenta que o maior orçamento é o orçamento da educação. É importante lembrar que ele gasto, sobretudo, em pessoal, porque educação se faz com gente, com professor. Mesmo assim, isso coloca um desafio enorme para a gente de olhar cada centavo que gaste em educação. Acho que rever programas que a gente tem em educação, olhar para o almoxarifado, como o Senador apontou, é fundamental.

Recentemente, pude fazer uma análise da qualidade do gasto em Lajeado, no Rio Grande do Sul. Foi muito interessante. A gente percebe que às vezes se fala "vamos cuidar da educação" de uma maneira genérica, faz-se um programinha aqui, que soa bonito, mas que não tem resultado nenhum. Então, é importante analisar isso.

Com relação especificamente a Cuba, há um autor, um pesquisador de Stanford chamado Martin Carnoy, que conhece muito bem a educação brasileira. Ele escreveu um texto com um título muito provocativo, pelo menos para nós, que é "Excelência Acadêmica de Cuba", em que mostra que, justamente, apesar de ser pouco conhecida a educação de Cuba – ou, eventualmente, para nós que não a conhecemos, associada a uma visão ideológica, uma visão de mundo –, eles conseguem ter uma educação de muita qualidade. E uma das coisas é que eles enfrentam, eles têm professor generalista até o nono ano, algo para a gente pesquisar. Eles não necessariamente vão... Muitos vão, mas eles evitam a fragmentação em tantos professores, algo a se olhar.

O outro comentário é o que a Senadora Marta levantou de que educação é uma tarefa complexa. Educação não é para amador – não é para amador. Por isso que deveria ser muito mais valorizada. Um bom professor tem que lidar com uma situação tão complexa – e acho que a Profª Fernanda levantou isso bastante –, com tantas situações com que ele lida, mas, em vez de fazer como a imprensa e vitimizar o professor, a gente deveria usar isso para valorizar o professor, para pensar em melhores planos de carreira para o professor e em mais valorização do professor.

E, por último, sobre as redes sociais. Eu sou uma ativista do Twitter e eu passei a fazer isso porque eu observei que, fora do Brasil e crescentemente no Brasil isso começou a acontecer, muitos professores estão no Twitter e discutindo suas práticas entre eles. Tenho hoje 77 mil seguidores no Twitter e eu não escrevo sobre marca de xampu, eu não discuto política no Twitter, eu escrevo só sobre educação, ciência e tecnologia, e tem muita gente atenta a isso.

Então, a rede social pode ser um problema, mas pode ser também uma oportunidade. Só lembrar isso.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Passo a palavra à Drª Fernanda.

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Eu me sinto bastante contemplada com as falas aqui já citadas, mas eu fiz algumas pequenas anotações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à questão da meritocracia, eu venho de uma Secretaria Estadual de Ensino que é do Distrito Federal e eu sei o quão é difícil debater esse tópico com os nossos professores. Primeiro, a literatura já faz uma série de críticas em relação a grandes pesquisadores, eles já apartam isso da discussão. Acrescido a isso, somam-se os sindicatos, que também não aceitam nem que se comece um debate.

Então, eu sinto que os Secretários Estaduais de Ensino se sentem enfraquecidos para começar essa discussão. Talvez não tenham nem espaço. É complicadíssimo. Discutir quem é o professor que vai ser mais bem remunerado, porque aprovou... Seria maravilhoso, já pensou? Essa classe logrou isso, os alunos todos saíram alfabetizados. Então, vamos ter um olhar diferenciado para esse professor. Que olhar? Como é que vai ser isso? Vai excluir os outros? E aí? Então, são vários contextos que não entram nem em pauta.

Como é que poderia ser a valorização docente para além da questão salarial? Claro que a gente não pode deixar de lado, nunca, a questão salarial. Bons planos de carreira sempre causam atratividade na profissão sim, seja ela de professor, qualquer outra. Se você vai fazer um concurso público, a primeira coisa que você vai olhar, certamente, é: qual é o salário? Ao final da minha carreira, eu vou chegar a quanto, eu vou aposentar com quanto? Não adianta, isso é fato.

Mas também há oportunização de qualificação. Vamos observar um cenário. Eu vou trazer aqui o recorte sobre de onde eu venho: 40 mil professores concursados, menos de 100 doutores, pouco mais de 1,9 mil mestres. Que dado é esse? O que a gente tem? Como é que a gente pode valorizar o professor oportunizando-o à qualificação, ao acesso a isso?

Um outro tipo de possibilidade de oportunizar esse professor, de valorizar esse professor é a troca de experiências. Coloque esse professorado para viver uma experiência que seja regional, que seja em outro país. O que ele tem hoje? Ele entra numa carreira de 25 anos, e esses 25 anos são iguaizinhos: entra numa sala de educação básica, 4º ano, 3º ano. Que atração esse professor tem para fazer diferente? O que há de atrativo para esse profissional? Bem, oportunizar o professor a viver programas e projetos ou políticas públicas estaduais que venham a beneficiá-lo.

Vamos citar o exemplo da educação nas prisões. A maioria dos Estados oportuniza que, dentro da classe de professores concursados, se faça uma seleção para os profissionais que vão atuar dentro das prisões. Para isso, ele tem uma formação diferenciada, ele tem uma atenção diferenciada, carga horária diferenciada, salário diferenciado. Essa é uma forma de a gente valorizar esse profissional? Sim. Mas por que ocorre isso só para os profissionais que vão atuar dentro das prisões? Quais seriam outras abordagens? Que outros olhares poderiam acontecer para as classes especiais? Certamente! Imagine quão qualificado tem que ser um profissional tem que ser um profissional para lidar com autistas, para lidar com síndrome de Down, e tantas outras situações. Não é só o profissional que vai lecionar para o privado de liberdade que precisa de uma formação diferenciada.

Quando o senhor falou do Pronatec, Senador Muniz, isso quase caiu no meu colo. Hoje, a diretoria de que eu estou à frente abraça o Pronatec, que é uma política pública que já teve maior visibilidade alguns anos atrás. Certamente, se a gente observar o orçamento, verificaremos que chegou a mais de R$2 bilhões e hoje tem pouco mais de R$400 milhões. Então, se a gente enxergar um cenário aí, o porquê disso tudo, o porquê da descontinuidade, talvez eu classifique isso como crescimento desordenado no passado. Foi muito dinheiro, e, como foi relatado por V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exª, pensaram-se em muitas vagas no mesmo ano. E a continuidade, o monitoramento e o acompanhamento disso? Vale, sim, debater essa questão.

Corroboro suas indagações e colocações. O Pronatec é uma política pública ímpar no meu entendimento. Há críticas, há dificuldades, há limitações, mas eu acho que nada perpassou esse modelo. Quem é que fez melhor? Onde é que há alguma coisa diferente? Há dificuldades até de execução, porque há Estados que têm recursos na ponta de mais R$60 milhões e não conseguem executar. Então, as dificuldades estão desde a gestão macro, no sentido de como se monitorou isso no passado, de 2011 até 2018. Quais são os indicadores que a gente tem?

O que eu vejo hoje é que há um percurso, um modelo diferenciado para esse Pronatec, que é o MedioTec, que é uma iniciativa dentro do Pronatec. É focado em quê? No estudante do ensino médio, no estudante regularmente matriculado em escola pública ou em estudantes matriculados em instituições privadas e que são bolsistas, que passam também a ter direito a essa qualificação profissional e técnica. Então, eu acho que já existem outros olhares para o Pronatec.

Eu sou completamente a favor da continuidade, mas há uma continuidade pensada também nesse novo ensino médio. Que tipo de estudante é esse que vai escolher um itinerário, sim, que precisa de formação técnica e profissional? Mas as nossas escolas, hoje, de educação básica, não estão preparadas em sua totalidade. Eu vou citar o exemplo do DF: há 96 escolas de ensino médio, salvo engano, e um pouco mais de dez de ensino técnico. Vai absorver? Talvez não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Posso perguntar uma coisa? Eu fui Relatora do Pronatec, fiquei muito entusiasmada e, depois, também muito triste com o que aconteceu. Agora uma coisa que não estou entendendo: com essa reforma do ensino médio, não pode haver um aproveitamento do Pronatec, que pode, realmente, potencializar tudo o que você está falando?

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Sim, Senadora, tanto pode, deve e está acontecendo. Nós tivemos uma iniciativa lançada em dezembro de 2016 – eu não fazia parte ainda da gestão; estou há pouco mais de seis meses –, que se chama MedioTec, que hoje está amplamente divulgada. O MedioTec é uma iniciativa do nosso Pronatec. O Pronatec é a bolsa formação, que é uma política pública de qualificação tanto do trabalhador quanto do estudante. Hoje ela já acontece na forma concomitante, ou seja, o estudante regularmente matriculado no ensino médio já faz, em turno contrário, essa qualificação e pode, sim, agregar ao seu currículo do ensino médio.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Porque, que eu me lembre, era extraordinária a possibilidade de qualificação, do recurso, de tudo mais. E pode ser recuperado. Não sei se é recuperar aquele recurso daquela monta, mas a organização que tinha está lá, não mudou.

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Eu sou superfavorável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bom, você está no Pronatec. Agora tem que ir atrás dessa...

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – É, mas o Ministro Rossieli tem envidado esforços para ter um olhar diferenciado para o quinto itinerário, sabendo que muitos dos estudantes podem escolher cursar essa opção. E a gente precisa preparar os Estados para tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje já há aporte de recursos nas secretarias estaduais de ensino, bem como na Secretaria de Ciência e Tecnologia para fazer essa oferta.

Bem, na discussão de tira ou não tira a educação superior do Ministério da Educação, eu não me sinto muito confortável para falar desse tema uma vez que estou lá dentro, mas a gente tem relatos de experiências concretas em relação às nossas redes estaduais, onde o ensino técnico está dentro da ciência e tecnologia. Muitos Estados têm esse modelo. As Secretarias de Estado de Educação fazem a gestão da educação básica, ensino fundamental médio e educação infantil; e as Secretarias de Ciência e Tecnologia fazem a gestão do ensino técnico. E são experiências exitosas, logram êxito. Então, eu acho que cabe, sim, uma reflexão, talvez, quem sabe no futuro não muito tardio, dessa flexibilidade.

Quando a gente pensa no gestor escolar, no diretor de ensino...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só uma questão. Você falou uma palavra. Precisa ter do Conselho de Educação essa flexibilidade, é isso? Ou uma decisão...

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – Para o ensino técnico e para a ciência e tecnologia...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Para o ensino técnico.

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – ...é decisão do governador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Do próprio Estado, né?

A SRª FERNANDA MARSARO DOS SANTOS – É, do próprio Estado.

Agora, para a educação superior, não é a minha pasta. Eu confesso que não sei te falar, mas acredito que seria do Presidente para tirar de um Ministério para outro – penso eu.

Em relação à questão de o gestor, de os diretores de ensino terem condição diferenciada – quando eu digo condição diferenciada, seria para fins financeiros –, certamente, eles precisam ter gratificação diferenciada até para causar melhor envolvimento, tentar tirar da zona de conforto o professorado, trazer novidades. Mas eu acredito que, quando a gente diz que perde quando vai para a gestão, isso depende muito do plano de carreira dessa rede. Hoje eu tenho mais conhecimento dentro da rede do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Os planos de carreira amarram isso. Então, é autonomia do Secretário de Estado. Quando ele escrever o plano de carreira, ele tem que delimitar: "Para estas funções: coordenação, supervisão, gestão escolar, entre outros; orientadores, por exemplo, etc." Nós temos inúmeras outras funções para além do professor, do docente. Ele já pode prever isso e esse diferencial ficar garantido.

Também é da competência e da autonomia do Secretário de Estado definir se esse grupo de professores vai permanecer com as gratificações pedagógicas, porque a gratificação de quem está em sala de aula é a gratificação pedagógica. O que o profissional que está numa gestão que vai lidar com a formação desses professores tem apartado da gestão pedagógica? No meu entendimento, nada. Então, isso fica muito fácil também garantir num plano de carreira.

Bem, esses foram os apontamentos que eu registrei aqui.

Agradeço ao Senador Roberto Muniz, à Senadora Marta Suplicy e à Profª Claudia pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Lembrei de uma coisa que a Drª Fernanda comentou agora sobre a oportunidade de ver outras culturas, de o professor ter essa oportunidade.

No CEU, a gente também fez isso. Houve uma experiência interessante de um portal, com alguns programas na área das artes, que se chamava Man a la Pate, ou seja, mão na massa. Era um programa de arte junto com o Instituto Tomie Ohtake, mas era municipal. Os professores de arte que quisessem poderiam se habilitar e participar. Depois, alguns eram selecionados para fazer um estágio na França, nesse programa também. Também para os que ensinavam em algumas escolas de CEU a gente conseguiu, com algumas parcerias, ensinar línguas. Esses professores, alguns deles, também eram selecionados para viagens ao exterior. Isso dava uma motivação. Era uma coisa muito disputada também.

Então, são pequenas coisas que valorizam, além do salário. A pessoa tem alguma coisa especial; ela volta e ensina para os outros, dá aula nas outras escolas. Eu acho que foi interessante a sua observação.

Passo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Só uma questão.

O Ministro da Educação esteve aqui, e eu fiz uma provocação a ele sobre essa questão da meritocracia. Talvez a forma de a gente romper essa visão um pouco mais fechada da educação, podendo diferenciar as pessoas que colaboram para a educação de forma diferenciada, seja a gente começar dando incentivos às escolas que alcançarem os coletivos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É claro.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Vamos sair um pouco do indivíduo, talvez na primeira etapa, e a gente focar no que o Ministério da Educação pode fazer depois de ter os indicadores, através do Enem, do Enad e de tantos indicadores que a gente já tem, para que aquela escola possa ter acesso a um recurso para investir ainda mais, diferente de todos os outros repasses que são já feitos de uma forma comum. Talvez se a gente iniciar esse processo de forma coletiva, isso gere, lá na ponta, esse incentivo para que as pessoas se coloquem ainda mais observando os interesses da educação como um todo.

Eu fico sempre batendo nessa tecla, porque senão a gente continua com esse indicador do PISA aí, em que nunca conseguimos mexer em nada. Ampliamos só na Matemática 10%, nos últimos dez anos, e estamos no mesmo patamar. E não podemos dizer: "Tivemos péssimos Ministros da Educação." Tivemos alguns bons Ministros da Educação; podemos registrar bons Ministros da Educação no País. "Ah, não fizemos nada." Não, houve avanços, como eu destaquei, desde os prefeitos. Quantos prefeitos estão comprometidos? Quantos professores e diretores estão comprometidos? Mas, infelizmente, o resultado não tem sido suficiente.

Então, a questão da meritocracia coletiva talvez seja um desafio que o Ministério da Educação possa ter.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Quando V. Exª falava, eu estava pensando mais na política. Nós vamos ter agora eleições presidenciais. A questão da educação é sempre *en passant*. Educação, saúde, segurança: todo mundo fala que isso é importante. De concreto, não há nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, talvez devêssemos realizar sabatinas aqui. Por que só são sabatinados nos grandes centros de indústria? "Qual é o seu projeto para educação?" As perguntas seriam exatamente como as que nós fizemos aqui. Também pode ser em um local...

Todos nós já fizemos campanha na vida. É muito difícil, durante uma campanha, gastar – vou dizer gastar, mas não é a palavra – duas horas em uma discussão desse tipo – é difícil numa campanha. Mas, no preparo em um ano de campanha, talvez as pessoas possam escutar, num debate, ideias diferenciadas, aprofundar-se e chegar – quem chegar lá – com uma cabeça já mais diferenciada, senão nós vamos chegar com o mesmo programa de educação, com o mesmo programa de saúde, melhoradinho aqui ou melhoradinho ali.

Acho que, talvez de tudo que a gente possa discutir ... Na economia, eu não creio que nós vamos ter muita variação do que deve ser feito no País, mas, na educação, certamente isso pode mudar o caminho do País, e talvez possamos tentar fazer alguma coisa; como Senadores, podemos ter essa abertura.

Eu quero agradecer a presença da Drª Fernanda Marsaro dos Santos, que tanto contribuiu, e da Drª Cláudia, que também deu uma contribuição excepcional para nós. Agradeço ao nosso Senador Roberto Muniz, que também nos ajudou a ampliar e a pensar juntos.

Aqui eles não dizem, com antecedência, a que horas passa a reunião, mas a repetem várias vezes na Rádio Senado, e fica, nos arquivos do Senado, a nossa discussão.

Muito obrigada a todos.

Eu vou encerrar essa parte da audiência e continuar agora a parte deliberativa.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 4, de 2018 A PROJETO DE LEI DO SENADO - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para definir que a receita tem validade em todo o território nacional, independentemente da unidade federada em que tenha sido emitida." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do SCD 04/2018. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 04, de 2018. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS." Autoria: Deputado Antonio Brito e Deputada Benedita da Silva. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocados no mercado de consumo." Autoria: Senador Jader Barbalho. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II combinado com o art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19 de 2018 que: "Nos termos dos incisos XI e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações: 1. Acerca da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS: a. Que procedimentos tiveram seus valores majorados nos últimos cinco anos? b. Quando ocorreu o último reajuste linear da Tabela? Qual alíquota foi aplicada nessa ocasião? c. Que reajustes de procedimentos estão previstos para 2018? Quando serão efetuados e quais procedimentos serão contemplados? d. União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem pagar valores superiores aos da Tabela para serviços de saúde vinculados ao SUS? i. O Ministério da Saúde remunera determinados estabelecimentos de saúde com valores superiores aos da Tabela? Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas? ii. Que critérios são utilizados para pagamentos diferenciados? iii. Qual é o embasamento normativo para a execução de pagamentos em valores acima dos previstos na Tabela? 2. O Ministério da Saúde concede incentivos financeiros a determinados estabelecimentos de saúde, além dos valores constantes na Tabela? a. Como isso é feito e em que circunstâncias? b. Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas? c. Que critérios são utilizados para pagamentos desses incentivos? d. Existem incentivos específicos para as entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS? i. Como isso é feito e em que circunstâncias? ii. Quais são eles? iii. Qual a sua base normativa? iv. Há previsão de novos incentivos? v. Que instituições estão sendo atualmente beneficiadas pelos incentivos? 3. Qual é a participação do setor de entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia, em termos de número de estabelecimentos, recursos físicos e produção, em 2017: i. Na assistência ambulatorial? ii. Na assistência hospitalar? 4. Quais são as quantidades de procedimentos e os valores totais pagos pelo Ministério da Saúde às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente às Santas Casas de Misericórdia, por complexidade do procedimento (atenção básica, média complexidade e alta complexidade) e por grupo de procedimentos (de acordo com a Tabela SUS), no ano de 2017: i. Na assistência ambulatorial? ii. Na assistência hospitalar?" Autoria: Senador Dalirio Beber e Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

SOCIAIS Nº 20 de 2018 que: "Nos termos dos incisos IX e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da “Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)” pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeremos sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações: 1. Acerca dos débitos com tributos, incluídas as contribuições previdenciárias, das entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia: a. Qual é o montante da dívida tributária consolidada do setor, por modalidade de tributo? b. Que programas governamentais voltados ao saneamento dessas dívidas estão vigentes? i. Quais são as suas principais características? ii. Qual o número de instituições participantes de cada programa? 2. Acerca do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS): a. Qual é o montante de créditos tributários e não tributários devidos à União abrangidos pelo Prosus? b. Qual é o número de instituições aderentes? c. Qual a taxa de inadimplência? d. O Ministério da Fazenda considera que o Prosus atingiu os objetivos pretendidos? 3. Há previsão de instituição de novos programas governamentais com vistas ao fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde? 4. Sobre os gastos tributários relativos as entidades beneficentes da assistência social que prestam serviços a saúde ao SUS, e especificamente aos gastos com as Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos: a. Qual é o montante das perdas de receita com gastos tributários, por tipo de tributo? b. Quais outros benefícios e incentivos recebidos por essas entidades geram perda de receita? c. Qual é o montante desses benefícios, por modalidade?" Autoria: Senador Dalirio Beber e Senador Waldemir Moka. Resultado: Aprovado. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa, leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos, doze terminativos e três requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2018
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para definir que a receita tem validade em todo o território nacional, independentemente da unidade federada em que tenha sido emitida.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do SCD 04/2018.
Observações:
- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Cara Presidente, é com alegria... Primeiro, quero lhe agradecer por haver me designado Relatora desta matéria, primeiro, porque fui a Relatora original do projeto de iniciativa do Senador que presidiu esta Comissão de Assunto Sociais, o saudoso Jayme Campos, a quem queríamos e continuamos querendo muito bem.

Pois o Projeto do Senador Jayme Campos, o 325, de 2012, do qual fui Relatora, tratava de dar validade nacional a receitas médicas emitidas em cada Estado.

Os conselhos regionais tinham o entendimento de que um médico em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo... Aquela receita só poderia ser comprada e aplicada no Estado de origem do médico que emitiu a receita.

O projeto dele era no sentido de que todas as receitas tivessem validade no Território nacional, algo extremamente razoável para um País de dimensões continentais, até porque, em caso de medicamentos de uso contínuo – o que foi muito bem argumentado aqui –, a pessoa tinha dificuldade. Às vezes, uma pessoa, saindo em viagem, acabava ficando mais tempo do que o esperado. E aí, como ela iria comprar o medicamento com uma burocracia muito grande?

Esse projeto do Senador, aprovado aqui, foi para a Câmara e a Câmara produziu um substitutivo. Creio que sinceramente melhorou substancialmente ou complementou o projeto.

Lembro também que sou autora de um projeto, o 367, do Senado Federal, que trata das receitas manipuladas. Uma é a receita para produtos sintéticos que estão à disposição nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

farmácias e outros são as manipulações, que são medicamentos bem diferenciados, de acordo com formulações feitas para cada paciente.

E a Câmara, ao colocar nesse substitutivo as duas opções, são receitas médicas de medicamentos sintéticos e também as manipulações. Eu acho que ela complementou e poderá perder depois a eficácia ou a validade o meu projeto que está ainda tramitando na Câmara.

Pois, então, quero dizer... E aí para simplificar vou direto à análise:

A iniciativa do Senado Federal – com o PLS n° 325, de 2012 – apresenta regra geral para determinar a validade nacional da receita médica ou odontológica, qualquer que tenha sido o local de sua emissão. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi alterada para incorporar a explicitação de que a medida abrange as receitas de medicamentos entorpecentes, psicotrópicos e outros sob regime de controle especial, atendida a legislação federal específica.

Do ponto de vista do mérito, o SCD, o substitutivo da Câmara dos Deputados – esse é o significado da sigla – não altera o objetivo do PLS nº 325, de 2012. A validade nacional das receitas para todos os tipos de medicamentos, que é o objeto do PLS, mantém-se preservada com o substitutivo da Câmara.

Parece-nos meritória a alteração promovida pela Casa Revisora de explicitar que os medicamentos sujeitos a controle especial – os únicos que atualmente não podem ter suas receitas aviadas em Unidade da Federação diferente daquela onde elas foram emitidas – também estão incluídos na medida pretendida, para evitar qualquer dúvida quanto à abrangência da norma que se pretende criar.

Assim, tendo em vista que o substitutivo da Câmara dos Deputados, como eu disse, aprimora a proposição do Senado Federal – em homenagem de novo ao seu autor Jayme Campos –, preservando o seu objetivo essencial, que é permitir que todos os cidadãos possam adquirir os medicamentos de que necessitam onde quer que estejam, inclusive, os medicamentos sujeitos a controle especial, não vemos óbice ao seu acatamento.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 4, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012.

Esse é o voto, Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Senadora Ana Amélia, eu não sei se entendi bem. Só receitas que têm que ter manipulação que não podem ser feitas em outro Estado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não. Todas elas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Todas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui é porque havia uma distinção sobre psicotrópicos, aqueles medicamentos que são de tarja preta, que podem gerar dependência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, então, com o substitutivo da Câmara, esses também estão incluídos na regra geral e podem ser adquiridos. Emite a receita. Se um médico de Brasília emitir a receita, esse medicamento pode ser comprado, se o paciente viajar para São Paulo, em São Paulo ou, sucessivamente, em qualquer Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É uma questão de bom senso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De bom senso, exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Está em discussão o relatório da Senadora. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos permanecem como se encontram? (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados nº 04, de 2018.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Senadora, esse era um bom projeto para votar rápido, porque beneficiaria muita gente. As pessoas ficam muito aflitas quando se esquecem de levar um remédio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso acontece.

Na semana passada, na semana do feriado, estive em Washington, e nos Estados Unidos é muito rigoroso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito. Eles não aceitam daqui também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. E veja só: mas é uma coisa contraditória para mim. Você vai ao balcão de uma farmácia, de uma CVS ou de Duane Reade, lá em Nova York ou nos outros estados, e compra, por exemplo, o ácido acetilsalicílico de todas as formas, que são anticoagulantes também, como a aspirina.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, há uma variedade de produtos. Aí você vai comprar um anticoagulante lá de marca, 100mg. Para esse precisa ter receita. Eu não tinha levado o suficiente. Tenho que tomar um anticoagulante por dia. Aí me vi diante de uma coisa contraditória, porque eu podia comprar a aspirina ali na prateleira e tomar a dosagem que quisesse e tal, mas para o anticoagulante receitado só com receita médica. Então, são essas coisas que a regulação... Eles devem ter a sua razão de ser. Mas, de fato, não pude comprar e fiquei sem o medicamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acho que ajuda muito essa possibilidade de, no Brasil, nós podermos ter uma receita. Às vezes, a pessoa sai de férias e já leva duas receitas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Em viagens. Há gente que viaja muito a trabalho também. Ajudaria muito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para algumas receitas, pelo conteúdo dos agentes químicos de que são feitos os produtos, precisa levar a identidade porque tem que ficar uma cópia da solicitação do médico – em geral, do dermatologista, porque são tópicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Aliás, eu não sei se V. Exª leu – acho que li esta semana – que há uma discrepância enorme nos preços de produtos manipulados, não necessariamente cosméticos. Há manipulados para várias coisas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em tudo. Eu uso para rosácea, que dá na pele.

A rosácea são essas manchinhas vermelhinhas provocadas por estresse. Eu agora, já se tornou crônica a rosácea, porque, quanto maior o nível de estresse, mais as manchinhas aparecem. Aí não há maquiagem que resista. Nesse componente desse medicamento há produtos que são tarja preta, mas precisa de identificação, da minha identidade, da receita do médico, do percentual daquilo que tem. Então, é muito rigorosa a manipulação desses medicamentos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O que essa matéria comentava era a diferença de preço de até 300% a mais. Isso não é só ganância, isso tem a ver com a qualidade dos produtos que põem, o que me deu uma preocupação grande, porque a gente não tem como saber que produto está sendo posto, vai lá a receita, põe o produto, não sei também como barateia ou não, se põe a menos ou a mais, ou de qualidade inferior. Nisso, nós consumidores ficamos muito desprotegidos, não há fiscalização. De repente, há uma fiscalização aleatória. É farmácia de manipulação, baixa lá uma fiscalização, pega as receitas e vê o que eles estão fazendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu aproveito até essa abertura de V. Exª, Presidente Marta Suplicy, porque eu estive, na semana passada, visitando um centro de pesquisas de medicamentos biológicos. Diferente dos medicamentos sintéticos, que são composições químicas, os biológicos são retirados de células de mamíferos, portanto, muito mais próximos da genética humana, caminhando para aquilo que eles convencionam chamar de medicina individual ou personalizada. Então, a eficácia desse medicamento biológico é considerada mais adequada, porque o risco de intoxicação por um produto químico no organismo será menor, porque ele será mais identificado com a composição do ser humano.

E quanto aos investimentos que estão sendo feitos na área de câncer, por exemplo, ou na área de cardiologia, ou na área renal ou de endocrinologia, para se ter uma ideia da relevância, é da ordem de US$6 bilhões/ano de investimento em pesquisa. Então, é uma área muito importante. Os pesquisadores, encontrei até um brasileiro do Rio Grande do Sul que está há nove anos nesse instituto de pesquisa em Maryland, consideram que o câncer será como outras doenças crônicas, tratável ao longo da vida, desde, é claro, que seja identificado precocemente. Por isso, o nosso trabalho de ter muita prioridade na identificação.

Eu sou autora de um projeto do teste do pezinho. Nós temos só seis identificações de doenças no bebê que nasce, mas se pode chegar a 50. Imaginem poder identificar a possibilidade de aquele bebê recém-nascido ter no futuro uma determinada doença e já se preparar para aquilo. Primeiro, é muito mais barato; a possibilidade de cura é muito maior; e é tudo melhor para a família e para a própria criança. Então, eu penso que tínhamos que caminhar para isso. Agora, tudo vai para o custo do SUS, e aí o orçamento é curto e há os dilemas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A possibilidade de vida por muito mais tempo do que conhecemos hoje está exatamente nessa pesquisa individualizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por exemplo, em Israel, eles já têm cura para o câncer, exatamente estudando genética das pessoas, e toda a medicação é desse tipo.

Só que hoje, como ainda é uma coisa muito difícil e muito cara, pouquíssimas pessoas têm acesso, mas acho que em mais algumas décadas vai ser esse o caminho em que vamos ter esses atendimentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Inclusive, Senadora, para terminar, nesse que é o grupo de pesquisa do mesmo grupo que faz esses medicamentos, eles estão convencidos de que há possibilidade, no médio ou longo prazo, de encontrar uma vacina ou medicamento para curar diabetes. O diabetes é hoje o problema com as sequelas mais graves.

Eu perguntei qual o maior desafio numa sociedade como a americana, em que o índice de incidência de câncer é muito elevado e a obesidade é um problema de saúde pública, nos Estados Unidos, qual era o maior desafio: a obesidade e suas sequelas ou o diabetes. Eles disseram que é disparado o diabetes, porque o número de problemas decorrentes do diabetes é muito maior: cegueira, amputação, convulsão...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – E é relacionado com obesidade?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem relação, mas só a obesidade dará problemas nas articulações, para caminhar, joelhos e tal, cardiológicos, evidentemente, mas não reproduz tantas sequelas como as provocadas pelo diabetes. Eles estão trabalhando intensamente nessa área. E já tem também uma vacina viral para a gripe, mas para o hemisfério norte, que não é injetável, são gotas que se põem no nariz e já se está vacinado contra a gripe. Então, a evolução é muito grande, nós temos que trilhar ainda um caminho muito longo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Vamos aos requerimentos.

Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Se V. Exª me permite, antes dos requerimentos, sabemos que não temos quórum para projetos terminativos, que é o caso do nosso projeto, item 15.

Senadora Ana Amélia, imagine, nós ainda temos na legislação brasileira um instituto absurdo pelo qual, para que uma mulher faça laqueadura na rede pública, é necessária a autorização do marido, a autorização do macho. É um instituto absurdo!

Nós apresentamos um projeto de lei, tenho a honra de ter a Senadora Marta como Relatora. Obviamente, não temos quórum para deliberação, mas sugiro, se for conveniente para V. Exª, a leitura do projeto para, no momento em que tivermos quórum, apenas apreciá-lo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim, eu vou ler o trecho, uma menção breve...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posso fazer um adendo ao que disse o Senador Randolfe?

Concordo plenamente com isso. Não se pode retirar aquilo que estamos buscando, que é a liberdade da mulher nas suas escolhas. Seria o mesmo caso se a mulher fosse a responsável por determinar vasectomia no marido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Haveria um ataque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O homem jamais faria vasectomia, veja só.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Imaginem imposição, ter que consultar...

Mas esse projeto, Senador Randolfe, se fôssemos discutir dez anos atrás, haveria um levante masculino contrário. Eu já cansei de escutar isto: o filho é meu! Esquecem depois quem vai cuidar do filho, quem carrega por nove meses, quem acaba, na realidade, cuidando desse filho, é pai e mãe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Veja, Presidente, isso é um resquício na nossa legislação do Direito Canônico, um resquício das Ordenações Filipinas do século XVII, em que a mulher é tratada como objeto do marido. E, lamentavelmente, até uma legislação recente – a legislação que estamos alterando é a lei do SUS – manteve esse resquício feudal, da época da ordenação filipina...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas fique calmo que essa discussão vai pegar fogo. Eu tenho certeza de que teremos alguns colegas contra.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2018
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II combinado com o art.96-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

- Lido em 30/05/2018.

Esse requerimento é de minha autoria, foi lido em 30/5 e agora está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2018
- Não terminativo -

Nos termos dos incisos XI e XIII, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face dos trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Acerca da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SUS:

a. Que procedimentos tiveram seus valores majorados nos últimos cinco anos?

b. Quando ocorreu o último reajuste linear da Tabela? Qual alíquota foi aplicada nessa ocasião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

c. Que reajustes de procedimentos estão previstos para 2018? Quando serão efetuados e quais procedimentos serão contemplados?

d. União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem pagar valores superiores aos da Tabela para serviços de saúde vinculados ao SUS?

i. O Ministério da Saúde remunera determinados estabelecimentos de saúde com valores superiores aos da Tabela? Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas?

ii. Que critérios são utilizados para pagamentos diferenciados?

iii. Qual é o embasamento normativo para a execução de pagamentos em valores acima dos previstos na Tabela?

2. O Ministério da Saúde concede incentivos financeiros a determinados estabelecimentos de saúde, além dos valores constantes na Tabela?

a. Como isso é feito e em que circunstâncias?

b. Que serviços são esses e quais são as instituições contempladas?

c. Que critérios são utilizados para pagamentos desses incentivos?

d. Existem incentivos específicos para as entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS?

i. Como isso é feito e em que circunstâncias?

ii. Quais são eles?

iii. Qual a sua base normativa?

iv. Há previsão de novos incentivos?

v. Que instituições estão sendo atualmente beneficiadas pelos incentivos?

3. Qual é a participação do setor de entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente das Santas Casas de Misericórdia, em termos de número de estabelecimentos, recursos físicos e produção, em 2017:

i. Na assistência ambulatorial?

ii. Na assistência hospitalar?

4. Quais são as quantidades de procedimentos e os valores totais pagos pelo Ministério da Saúde às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços de saúde ao SUS, e especificamente às Santas Casas de Misericórdia, por complexidade do procedimento (atenção básica, média complexidade e alta complexidade) e por grupo de procedimentos (de acordo com a Tabela SUS), no ano de 2017:

i. Na assistência ambulatorial?

ii. Na assistência hospitalar?

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:
- Lido em 30/05/2018.

Eu acho que eu já li isso. (*Pausa.*)

Já foi lido, eu só vou pedir a concordância dos Senadores.

Este requerimento contém uma série de perguntas, muito bem formuladas pelo Senador Dalirio Beber e pelo Senador Moka, e se refere ao trabalho que o Senador Dalirio vai fazer em relação aos hospitais filantrópicos e às informações que ele está pedindo ao Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Senadores que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Este é a segunda parte do mesmo, só que agora para o Ministério da Fazenda, também é subsídio para o Senador Dalirio Beber em relação ao relatório que ele está fazendo para a nossa Comissão sobre os hospitais filantrópicos.

Senadores e Senadoras que concordam com essas questões que já foram lidas aqui para o Ministro de Estado da Fazenda permaneçam como se encontram. Todos concordam? (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vou pedir à Senadora Ana Amélia que assuma a Presidência porque a relatoria do próximo item é minha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, Relatora do item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

Passo a palavra à Senadora para a leitura do projeto, como combinado com o autor, com a Relatora e com esta Senadora agora, aqui, que está em exercício, presidindo temporariamente, para que façamos, assim que haja o quórum, a votação de uma matéria tão importante quanto esta que interessa à pauta das mulheres.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relatora.) – Relatório.

Vem para o exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2018, que modifica o §2º do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que, conforme sua ementa, "regula o §7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências."

O art. 1º do PLS nº 107, de 2018, altera o §2º do art.10 da mencionada Lei nº 9.263, de 1996, que define as únicas situações em que é permitida a esterilização voluntária. O atual §2º diz:

> "§2º É vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O novo §2º possibilita que a esterilização voluntária, cirúrgica, seja realizada logo a seguir, durante o período do "pós-parto ou do pós aborto imediato". Eis seu texto:

> §2º É vedada, exceto nos casos de cesarianas sucessivas anteriores ou em outras situações previstas em regulamento, a esterilização cirúrgica em mulher durante o parto ou aborto, admitindo-se a realização da esterilização no período do pós-parto ou do pós-aborto imediato, durante a mesma internação, segundo a decisão da mulher pronunciada no prazo estabelecido no inciso I.

Em seu art. 2º, a proposição revoga o §5º do mesmo art. 10º da Lei nº 9.263, de 1996, tornando possível a decisão unilateral da pessoa que deseja se submeter à esterilização cirúrgica, sem a necessidade do assentimento do cônjuge.

A proposição foi distribuída unicamente aqui para a CAS, que sobre ela decide em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS o exame de matéria relativa à "proteção e defesa da saúde", o que evidencia a regimentalidade da apreciação do PLS 107 por este Colegiado.

Não se observam problemas de constitucionalidade na proposição. Materialmente, desdobra o valor constitucional do planejamento familiar, conforme o comando do §7º do art. 226 da Carta Magna, sem contradizer qualquer outra ideia constitucional. Formalmente, trata-se de exercício de competência constitucional do Parlamento, vasada na forma adequada, a lei, conforme os arts. 24, inciso XII, 48 e 61.

A proposição não contradiz qualquer outra norma do ordenamento jurídico vigente e não é redundante, porque acrescenta conteúdo normativo ao ordenamento, o que a torna perfeitamente jurídica.

Quanto ao mérito, eu gostaria de esclarecer, logo de saída, que não apenas vejo valor na proposição, como a considero um avanço ao facilitar o acesso das pessoas a um relevante instrumento de saúde reprodutiva.

Conforme diz a própria ementa da Lei nº 9.263, sua finalidade é a de regular o §7º do art. 226 da Constituição, que trata dos direitos reprodutivos.

A intenção manifesta da lei é a de regular o uso dos direitos reprodutivos, dentre os quais está o de esterilização voluntária de mulheres e de homens, levando em consideração diversos fatores que possam influenciar o uso racional e saudável desses direitos. O legislador identificou dois grandes inimigos da razão, no caso: (i) o estado puerperal, que influencia o julgamento por meio de forças psicológicas que se dissiparão com o passar dos dias e que prejudicam o melhor juízo da mulher; e (ii) as pressões culturais, sociais e do estamento dos médicos, bem como das gestantes, que levam a elevadíssimo índice de partos cesáreos. O legislador, assim, buscou impedir o que costumava ocorrer: que o interesse na esterilização se transformasse, ele próprio, em causa da indicação médica da cesariana. Sabe-se que o parto deve ser normal, e o parto cesariano só se deve justificar por razões médicas, isto é, estritamente atinentes à saúde. A indicação de cesariana com o fim do exercício de um direito reprodutivo não pode tornar-se, portanto, razão médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tendo tudo isso em mente, a proposição o que faz é permitir o que a lei anteriormente impedia, a saber, a associação entre cesariana e esterilização; medida desejada e oportuna para muitas mulheres que não terão outra oportunidade de se submeter a outra cirurgia e se afastar de suas funções cotidianas. Cabe ainda destacar que a mulher corre menos riscos quando os procedimentos são realizados em uma única oportunidade.

Além dessas razões de interesse da mulher, devemos mencionar que a medida certamente representará um custo menor para o serviço de saúde, por aproveitar a equipe médica no momento do parto cesárea, a internação e a ocupação de um leito, por exemplo.

A nosso ver, a condição emocional gerada pelo puerpério e as pressões sociais já são suficientemente neutralizadas pela permanência em vigência dos demais conteúdos normativos do referido art. 10. Vejamos seu *caput*, seu inciso I e seu §6º:

> Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações:
> I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

Quer dizer, isso foi muito bom, Senador Randolfe, porque ela vai decidir isso antes da confusão do parto, de qualquer transtorno que possa estar ocorrendo.

E o §6º:

> § 6º A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei.

Outras salvaguardas também seguirão vigentes: necessidade de consentimento por escrito, dado em boas condições de julgamento e com sessenta dias de antecedência. A proposição, assim, logra regular melhor a matéria, ao associar direitos e interesses individuais razoáveis ao planejamento familiar.

Ao revogar o §5º da Lei nº 9.263, de 1996, a proposição também acerta: não há boas razões constitucionais para se atribuir ao cônjuge poder de veto sobre decisão que é, em si, exercício de direito individual bem assegurado pela Carta Magna no art. 5º, incisos I, VIII, X e outros.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2018, pelo qual eu também parabenizo o Senador Randolfe. Lindo projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Meus cumprimentos à Relatora. Muito bem... Não poderia haver pessoa mais adequada para fazê-lo, uma militante da causa, dos direitos das mulheres há muito tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu renovo os cumprimentos ao Senador Randolfe Rodrigues, também um Parlamentar que tem no seu mandato esse compromisso com a causa em defesa dos direitos das mulheres; à Relatora, Senadora Marta Suplicy, pelo aperfeiçoamento, pela explicitação de todos os fundamentos que são constitucionalmente assegurados à liberdade da escolha das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

22ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Também quero cumprimentar a Senadora, porque, ao colocar a leitura, já adiantamos um passo, demos o primeiro passo no prosseguimento na próxima reunião deliberativa, com o quórum necessário para que haja a discussão e a votação desse projeto oportuno e meritório.

Passo, agora, a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Em virtude de outros Relatores não estarem presentes para lerem os relatórios que ainda faltam, em virtude do quórum para se votar, está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Otto Alencar. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 35, de 2018, da Câmara Municipal de Arroio Grande, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Apoio e solicitação de emendas parlamentares para a construção do Hospital Regional a ser atendido integralmente pelo Sistema único de Saúde, e administrado pela Universidade Federal de Pelotas; Ofício nº 4.279, de 2018, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha a Moção de Apoio nº12, de 2018, da Comissão Permanente de Assuntos Portuários e Marítimos, pela negociação extrajudicial com o Governo Federal e com suas empresas estatais patrocinadoras, para o recebimento dos créditos recebíveis constantes no relatório do Portus, referente ao exercício de 2016, para amenizar os efeitos do rateio de parte de Déficit Técnico; Ofício nº 32, de 2018, com Moção de Repúdio nº 1, de 2018, do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, referente à proposta da Federação Brasileira de Plano de Saúde – FEBRAPLAN de criar um novo sistema Nacional de Saúde, em substituição ao Sistema Único de Saúde; Moção de Apoio nº 86, de 2018, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde do Distrito Federal pela defesa da universalidade, equidade e integralidade da saúde pública brasileira, e pela Nota de Repúdio do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde do Distrito Federal à proposta da Federação Brasileira de Plano de Saúde de construir sistema de saúde em substituição ao Sistema Único de Saúde, o SUS; Manifesto do Sindicato das Indústrias da Construção Civil da Região Oeste do Estado de São Paulo pela flexibilização para a aprovação dos contratos do programa Minha Casa Minha Vida; Carta de 6 de abril de 2018 da Sociedade Brasileira de Hipertensão Arterial, Sociedade Brasileira de Cardiologia, e da Sociedade Brasileira de Nefrologia, com posicionamento contrário à portaria número 739/12, do Ministério da Saúde, que altera a portaria de Consolidação nº 5-GM, de 28 de setembro de 2017, reduzindo os recursos para o programa “Aqui Tem Farmácia Popular”. As referidas entidades manifestam preocupação com a possível interrupção do acesso contínuo aos medicamentos para controle da hipertensão arterial; e o Aviso nº 712, de 2018, que encaminha o Acórdão nº 1.198, de 2018, e o relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União que trata de auditoria realizada pelo TCU durante o período de 1º de janeiro a 3 de novembro de 2017, sobre as bases de dados inerentes à concessão, à manutenção e ao pagamento de benefícios sociais no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais. A Presidência Informa que os referidos documentos ficam à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para as consultas que se fizerem necessárias. A Presidente da CAS comunica abertura de prazo na CAS para apresentação de emendas à LDO 2019, PLN nº 2, de 2018, de hoje, quarta-feira, dia 13, até terça-feira que vem, dia 19, às 12 horas. A deliberação das emendas na CAS será dia 20 de junho, quarta-feira, às 9 horas da manhã. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS." Autoria: Deputado Antonio Brito e Deputada Benedita da Silva. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2007 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013 - Terminativo - que: "Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para assegurar atendimento voltado ao rastreamento de doenças no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016 - Terminativo - que: "Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório pela Relatora "ad hoc", Senadora Ana Amélia, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Telmário Mota. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para obrigar que os rótulos e as bulas desses produtos alertem sobre a presença de substâncias com o potencial de desencadear reações alérgicas." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde." Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a anotação do estágio na Carteira do Trabalho e da Previdência Social e da inclusão do estagiário como contribuinte individual da Previdência Social." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." Autoria: Senador Jader Barbalho. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores: Maria do Carmo Alves, Ana Amélia, Waldemir Moka, Regina Sousa, Otto Alencar, Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

23ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens que são não terminativos e de onze itens que são terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Como temos expediente sobre a mesa, passo a lê-los.

Ofício 35, de 2018, da Câmara Municipal de Arroio Grande, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio e solicitação de emendas parlamentares para a construção do Hospital Regional a ser atendido integralmente pelo Sistema Único de Saúde e administrado pela Universidade Federal de Pelotas.

Segundo ofício.

Ofício 4.279, de 2018, da Câmara Municipal de Santos, São Paulo, que encaminha a Moção de Apoio nº 12, da Comissão Permanente de Assuntos Portuários e Marítimos, pela negociação extrajudicial com o Governo Federal e com suas empresas estatais patrocinadoras, para o recebimento dos créditos recebíveis constantes no relatório do Portus, referente ao exercício de 2016, para amenizar os efeitos do rateio de parte de déficit técnico.

3. Ofício nº 32, de 2018, com Moção de Repúdio nº 1, de 2018, do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, referente à proposta da Federação Brasileira de Planos de Saúde (Febraplan) de criar um novo Sistema Nacional de Saúde em substituição ao Sistema Único.

4. Moção de Apoio 86, de 2018, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde do DF pela defesa da universalidade, equidade e integralidade da saúde pública brasileira e pela nota de repúdio do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde do Distrito Federal à proposta da Federação Brasileira de Planos de Saúde de construir sistema de saúde em substituição ao Sistema Único de Saúde, o SUS.

5. Manifesto de Sindicato das Indústrias da Construção Civil da região oeste do Estado de São Paulo pela flexibilização para aprovação dos contratos do programa Minha Casa, Minha Vida.

6. Carta de 6 de abril de 2018 da Sociedade Brasileira de Hipertensão Arterial, Sociedade Brasileira de Cardiologia e da Sociedade Brasileira de Nefrologia com posicionamento contrário à Portaria nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

739/12, do Ministério da Saúde, que altera a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, reduzindo os recursos para o Programa Aqui Tem Farmácia Popular. As referidas entidades manifestam preocupação com a possível interrupção do acesso contínuo aos medicamentos para controle da hipertensão arterial.

Essa aqui talvez nós pudéssemos retomar para estudar o que fazemos como Comissão, porque parece que é algo em que nós temos sociedades bastante representativas: a Sociedade Brasileira de Hipertensão, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, de Nefrologia. Depois a gente pode conversar sobre esse assunto, como podemos encaminhar de uma maneira mais forte.

Essa de Arroio Grande já foi lida.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 712, de 2018, que encaminha o Acórdão nº 1.198, de 2018, e o relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada pelo TCU durante o período de 1º de janeiro a 13 de novembro de 2017 sobre as bases de dados inerentes à concessão, à manutenção e ao pagamento de benefícios sociais no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais. Informo que o referido documento fica aqui à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Agora emendas. Isso é importante. Comunico abertura de prazo para apresentação de emendas à LDO 2019, PLN nº 2, de 2018, conforme esse calendário abaixo. Quando eu vi o calendário, eu reclamei. Como um calendário de uma semana para a gente fazer as emendas? Mas aí lembrei que toda vez é igual. O prazo é muito curto, então nós temos que estar muito atentos.

Nós abrimos hoje o prazo de emendas, nesta quarta-feira, dia 13. O encerramento vai se dar na terça-feira que vem, dia 19, até às 12 horas do dia. E a deliberação das emendas aqui conosco, na CAS, vai ser dia 20 de junho, quarta-feira, às 9 horas da manhã, para que possamos decidir.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas: http://cn/emendas. E a via impressa assinada pelo Senador, que deve ser membro desta Comissão, entregue perante a secretaria desta Comissão de Assuntos Sociais.

Informo ainda que esta Presidência designou o Senador Eduardo Amorim, que aceitou, para relatar as emendas a serem apresentadas na CAS.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2014

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

23ª

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Autoria: Deputado Antonio Brito e outros

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Votação simbólica.*

É de autoria do Deputado Antônio Brito e também da Deputada Benedita da Silva. A Relatoria, no Senado, é a Senadora Maria do Carmo Alves. O relatório é pela aprovação, a votação é simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves para proferir a leitura de seu relatório. Com a palavra a Senadora.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE. Como Relatora.) – Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, vou me ater à análise do projeto.

De acordo com art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matéria que envolva a assistência social, o que torna regimental o exame do presente PLC.

O projeto tem sua origem no relatório final da subcomissão especial destinada a acompanhar e discutir o SUAS, de autoria do Deputado Antonio Brito, aprovado em dezembro de 2010. A referida subcomissão foi criada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados com o objetivo de identificar avanços e oportunidades de melhoria para a consolidação do sistema socioassistencial e, ao final dos trabalhos, apontou a necessidade de fortalecimento da marca do SUAS.

Uma boa marca tem o poder de comunicar aquilo que é essencial em um serviço ou um produto lançado no mercado, criando no seu público-alvo a necessidade de consumir um ou outro. Na administração pública não é tão diferente: o desenvolvimento de uma marca própria possibilita a valorização da ação estatal, que passa a ser mais conhecida e, dessa forma, mais usufruída pelo público.

Realmente, a elaboração de uma identidade visual para o SUAS tem o mérito de facilitar o acesso do cidadão a toda a rede de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Não importa onde o usuário esteja, ele reconhecerá a marca da assistência social nas entidades e organizações integrantes do sistema e saberá que ali poderá contar com o atendimento de que precisa.

Trata-se, ainda, de imprimir maior transparência às políticas públicas implementadas pelo Estado e, assim, de ampliar as condições para o exercício de direitos assegurados pela legislação brasileira.

Com o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2014.

Era o que tinha a dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senadora.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Antes de entrar no mérito do relatório da Senadora Maria do Carmo, eu quero, com 24 horas de atraso, cumprimentar, em nome do meu gabinete também, a Patrícia, que ontem fez aniversário, da Secretaria Executiva desta Comissão, Senadora Marta, que, desde que assumiu esse posto, guindada que foi pela sua dedicação, competência e exemplar compromisso com os trabalhos legislativos da Comissão... Faço isso em nome do Senador Moka também, da Senadora Maria do Carmo, de todos os membros desta Comissão, pela Patrícia e pela equipe da Secretaria, toda a equipe. É um trabalho exemplar, uma conduta exemplar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Concordo. O que seria de nós sem a Patrícia? (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, exatamente. É muito aplicada a Patrícia.

Aliás, a antecessora também foi uma pessoa... Era uma mulher também, nossa amiga, que trabalhou aqui, e eu a acompanhei desde a época em que... Quando chegamos aqui, Senador Moka, era o Senador Jayme Campos o Presidente da CAS. E estive, esta semana, agradecendo a V. Exª por ter sido Relatora de um projeto que voltou da Câmara, originalmente. Depois continuei aqui, votamos e aprovamos, e está no jornal da CAS, que é coordenado pela nossa Assessora de Imprensa, também muito eficiente. Então, tudo isso é para registrar.

Mas digo que a iniciativa do Deputado Antonio Brito – que eu conheço, é da Bahia, é muito vinculada à saúde, às santas-casas – é um pouco daquilo que nós precisamos, de sinais e de símbolos. Eu acho que o que dá, o que confere credibilidade, o que confere respeito a uma instituição ou a um serviço é o próprio serviço em si e que a pessoa reconhece. Então, a lei vem, claro, para reafirmar esses valores, mas o ideal é que a gente não tivesse.

O Brasil é um país feito de sopa de letrinhas ou de siglas. Nós temos sigla para tudo, é sigla de partido, é sigla de nomes, é sigla de coisas. E a gente fica nesse emaranhado que é uma coisa meio complicada, mas decorre talvez da nossa cultura cartorial, a nossa cultura, em que precisamos de sinais, de retórica, de tudo.

Independentemente disso, o relatório da Senadora Maria do Carmo tem a síntese necessária, parece até de uma jornalista. E eu, claro, sou favorável, porque o SUS é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, criamos uma outra sigla. Temos o SUS, que é o primeiro, original, e aí criamos agora o Sisp, que é para a segurança pública. É Sisp o nome que agora vai ser? É Sisp, não é? É o nome da lei que foi aprovada, de que o Relator foi o Senador Anastasia, na CCJ, que é o Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp), é equivalente ao SUS, mas para a segurança pública. E nós vamos, assim por diante, criando mais siglas, aumentando mais essa salada de frutas já complicada e complexa.

Mas, independentemente disso, a Senadora Maria do Carmo fez um relatório que tem poucas linhas e há um voto também. É extremamente objetiva a iniciativa do Deputado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu concordo, Senadora, que é um relatório bom de ler, de ouvir, porque vai no ponto, bem curtinho, e pega duas coisas importantes. E foi mencionada também pela Senadora Ana Amélia a questão da marca. Todo mundo que quer vender algum produto investe na marca e investe numa marca; não há 50 marcas do mesmo produto. E nós fazemos essa confusão.

E eu acho que vai adiantar também para o fato de como as pessoas ficam perdidas, as pessoas querem ir ao posto, ao serviço tal. Aí, não sabem qual é a marca, ficam perdidas e vão para um lugar, são mandadas para outro, acham outra marca, chegam. Então, esse parece um projeto simples, mas é um projeto que vai ter um impacto muito importante. Então, parabenizo.

E, agora, encerrada a discussão, ponho em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu queria apenas e tão somente... É um projeto tão importante, eu tenho uma irmã que é assistente social e realmente se vê o alcance. Eles fazem um serviço, prestam um serviço de uma enorme qualidade, de uma importância muito grande, e, muitas vezes, a pessoa que está recebendo aquele serviço não sabe realmente definir quem é que o está prestando, porque não há, não há em lugar nenhum o SUS. Então, eu achei fundamental. Parabenizo o Autor e o relatório da Senadora Maria do Carmo, dizendo que eu achei muito importante.

E aproveito também, Patrícia, para cumprimentá-la e toda a equipe, e, ao mesmo tempo, lembrar da Dulcídia, que é o contrário da Patrícia. A impressão que eu tenho é de que a Patrícia é boazinha; e a Dulcídia não é brincadeira, não. (*Risos.*)

A Dulcídia era antes dela. E, de vez em quando, ela dava uma bronca no Presidente. Mas eu me lembro dela com muito carinho e eu acho que todos vocês. Ela, na verdade, implementou essa agilidade, esse compromisso.

Nós todos sabemos – não quero subestimar ninguém – que esta Comissão, que V. Exª preside, que já tive a honra de presidir, é sem dúvida uma das comissões mais organizadas do Senado. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devemos isso à equipe sempre muito atenta, muito competente que nos acompanha e, é claro, também à determinação, assiduidade de V. Exª, que a preside magnificamente bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senador. Nós estamos com uma produtividade excelente.

É, na semana que vem, Andréia, que vai sair o nosso livro da Comissão, que ficará pronto? Semana que vem, todos vão receber a nossa publicação do que a CAS fez este ano. E eu acho que todos vão ficar satisfeitos; ficou bem interessante.

Bom, faltam duas pessoas, dois Senadores para que eu possa abrir a votação. Estamos com o quórum de nove; faltam mais dois. Então, eu vou interromper agora, passar para um próximo item e adiar, porque, daqui a pouco, chegam mais dois, e a gente já começa de onde estávamos, recomeça. (*Pausa.*)

Nós temos um item aqui que ainda não foi lido, o item 7, que é da minha autoria; o Senador Pimentel é o Relator. E eu vou pedir à Senadora Ana Amélia: pode ser Relatora *ad hoc* do item 7? (*Pausa.*)

Bom, aí nós já teremos: todos os itens que estão previstos para hoje estão lidos. E, então, vamos precisar de gente para votar. Todos já foram lidos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, de 2016

- Terminativo -

Modifica os arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o ajuizamento de ação regressiva pela Previdência Social em face dos responsáveis por violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 25.04.2018, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A relatoria é do Senador Pimentel; *ad hoc*, Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura *ad hoc* do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, Senadora Marta Suplicy.

Cara Senadora, Senador, vou também, para economizar, direto à análise.

Todas as questões regimentais foram atendidas. A matéria não apresenta também vícios de constitucionalidade ou de juridicidade e está na adequada técnica legislativa.

Quanto ao mérito dessa proposta, não há reparos a fazer, já que se trata de um projeto que objetiva dar maior eficácia ao ressarcimento dos gastos da Previdência Social. A medida também traz a importante capacidade de se tornar um instrumento valioso no enfrentamento à violência contra a mulher.

Registre-se que hoje algumas ações regressivas nesse sentido já vêm sendo ajuizadas, mas enfrentam certa resistência do Poder Judiciário pelo fato de não haver previsão legal expressa, ou seja, cobertura legal.

Com efeito, pode-se constatar que, na atual redação do art. 120 da Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991, há tão somente previsão da obrigação de a Previdência Social ajuizar a ação regressiva nos casos de prestações ocasionadas por acidente do trabalho. Não existe, contudo, menção na lei à violência contra mulher. Trata-se de evidente lapso legislativo, que vem dificultando o ajuizamento de ações nesses casos. É imprescindível, portanto, que essa lacuna seja preenchida em nosso ordenamento jurídico, até porque o exercício do direito de regresso, para além da finalidade indenizatória do gasto público, tem forte caráter punitivo-pedagógico, pois não deixa de ser uma grave sanção pecuniária ao agressor.

No Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas, 40% das mulheres já sofreram violência doméstica em algum momento de sua vida. Em 2014, foram mais de 45 mil estupros registrados no País. A cada duas horas uma mulher é assassinada aqui, em grande parte dos casos por homens com os quais elas têm relações afetivas, situação que coloca o Brasil na quinta posição em um *ranking* de feminicídio que avaliou a incidência do crime em 83 países. É uma estatística trágica e vergonhosa – essa frase é minha, está no meu grifo.

O número de casos de violência doméstica registrados no Brasil aumentou em 2017, aponta um estudo divulgado recentemente pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça. No total, foram relacionados 1.273.398 processos em tramitação nas justiças estaduais em todo o País, sendo que apenas no ano passado foram registrados 388.263 novos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Até o final de 2017, havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um processo judicial de violência doméstica para cada cem mulheres brasileiras. O número de casos pendentes se manteve estável em 833.289 processos.

É difícil calcular precisamente os custos associados a todos os tipos de violência sobre os sistemas de saúde e previdência. Estudos demonstram, todavia, que as vítimas de violência doméstica têm mais problemas de saúde, apresentam maiores custos com cuidados de saúde e vão com maior frequência aos serviços de urgência do que as pessoas que não têm um histórico de violência doméstica como esse.

Com a medida preconizada pelo projeto sob exame, espera-se uma forte redução do número de casos de violência no Brasil, uma vez que as condenações obtidas nessas ações regressivas atuam como medida punitivo-pedagógica aos agressores, sejam eles efetivos ou potenciais.

Pelo exposto, o voto já feito pelo Senador Pimentel é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2016.

Este é o voto, Srª Presidente, cumprimentando-a pela autoria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Em virtude da falta de quórum para deliberação de matérias terminativas, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Nós temos nove presenças... Presenças, não. Nós temos quórum de nove, precisamos de mais dois.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Apenas um detalhe...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Além de cumprimentá-la pela oportunidade desse projeto, eu quero registrar que, segunda-feira, terei em São Paulo, à noite, um jantar com um empresário que tem uma angustiante preocupação. Ele diz que é inaceitável que o Brasil tenha 300 mil meninas violentadas ou abusadas sexualmente. Então, ele está fazendo uma reunião que é a Campanha do Bem, que é exatamente para dar prioridade a ações, sejam elas legislativas ou ações comunitárias ou de entidades de classe, para tentar reduzir essa chaga, essa vergonha por que passamos.

No seu projeto, há esse dado – que o relatório do Senador Pimentel apresenta –: nós estamos em quinto lugar de 83 países em violência doméstica. Eu queria que fosse o último país em violência doméstica. E uma coisa mais trágica ainda é constatar que a violência é dentro de casa, não é uma violência externa, como é em geral. E também no caso das meninas e dos menores é dentro de casa também, Senadora. Então, isso é duplamente trágico, porque é um desamor, é uma coisa inaceitável, seja pelo efeito de drogas, da drogadição, seja pelo excesso de álcool, de bebida alcoólica ou de qualquer outra coisa, seja ainda pela forma, pela cultura muito machista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No meu Estado também, um Estado politicamente muito respeitado no País, o índice de violência contra as mulheres é muito elevado. Não se justifica.

Então, é preciso uma educação de tolerância, uma educação pela paz, uma educação nas escolas, em todos os aspectos. A gente está vivendo aí um aumento, que, para mim, sinceramente, decorre basicamente da questão da impunidade.

E, quando a gente tratou de ampliar as medidas protetivas da Lei Maria da Penha para que não dependesse apenas... Dependerá sempre de uma autorização judicial para se afastar o réu, aquele que agride a mulher ou a criança – afastá-lo, para ele manter uma distância –, para que o flagrante seja feito à espera da autorização judicial, mas que a autoridade policial possa exercer esse trabalho.

Então, o que nós aprovamos, inclusive com uma emenda que foi acolhida pelo Senador Humberto Costa – uma emenda que o Senador Randolfe Rodrigues e eu fizemos –, foi para que a expressão delegado de polícia fosse substituída por autoridade policial, considerando que em muitos casos, em muitos Municípios, não existe delegado de polícia – em 30% dos Municípios brasileiros não há delegado de polícia. Então, trocamos pela expressão: "Quando não houver delegado, qualquer agente da polícia poderá exercer essa apreensão no flagrante do assédio."

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Foi bom o que aconteceu, mas V. Exª está falando e eu estou lembrando que esta semana ocorreu um fato gravíssimo, que viralizou nas redes sociais, de um menino vestido... Ele queria comer, estava ali, e alguém ofereceu para pagar, e foi uma coisa violentíssima, porque o segurança tirava o menino. Por quê? Porque o menino era pobre, malvestido e provavelmente achou que era um mendigo. Provavelmente, o menino tinha fome e não tinha dinheiro mesmo para pagar, mas um cidadão que estava dentro se ofereceu para pagar, e um indivíduo que estava ali como segurança queria tirar o menino de qualquer jeito, como se, estando malvestido, não pudesse ficar. Aí a gente fica pensando que nós vivemos no País do preconceito, porque...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ser pobre é feio, ser negro é feio, ser de gênero, homossexual é feio...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A mulher, se usa roupa curta, também...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ou muito decotada...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... é mulher fácil, leviana, isso e aquilo. Então, realmente é muito camuflado e de repente explode, e aí a gente vê em todo o seu tamanho. Esses casos, nós começamos o assunto falando dos estupros e de violência doméstica...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Abuso sexual...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... também relacionados a tudo isso. No fundo, a gente pode pôr um nome maior, mas esse nome maior não significa que não abranja tudo, que é a educação. Educação do respeito, isso que não existe, educação da paz, do respeito. Um padrasto, um pai que violenta um filho, uma filha, o que é isso?!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, eu quero fazer um registro. Eu sempre, o viés de ter exercido muito tempo a comunicação, as redes sociais vieram, para o bem ou para o mal, prestar um serviço à sociedade. Aquele ato, pena que não saiu o nome do autor... Tão importante quanto o gesto do jovem, porque era um jovem que enfrentou o segurança para pagar a comida e fazer o menino comer ali, para dar dignidade àquela criança – certamente aquela criança se sentiu empoderada e viu que a sociedade não é tão ruim quanto parece, naquele momento pelo menos –, essa pessoa que teve o papel mais importante foi a pessoa que gravou e divulgou a cena. Não foi o personagem que estava ali fazendo, foi a pessoa que gravou, porque com a gravação é que a mídia soube e postou. Todos os grandes noticiários nacionais postaram aquilo. Eu recebi aquilo no sábado e me impressionou aquela cena sob o aspecto do preconceito.

Eu prefiro dar comida do que dar dinheiro para a criança, para que o adulto não explore a criança, como acontece em muitos casos, ou pega a comida e joga fora. Então, o adulto pode explorar.

A pessoa que fez isso acabou contribuindo não só para a punição do segurança – certamente o segurança recebeu orientação para isso, mas não teve discernimento de separar o joio do trigo e de explicar também para a direção do estabelecimento, do *shopping*, a circunstância em que aquilo estava acontecendo. Mas ele bancou uma ordem que podia ser executada de outra maneira. Mas a pessoa que gravou e divulgou aquilo tem um papel muito relevante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Tem, Senadora.

Eu me lembrei também de uma empresa, acho que Starbucks, em que houve uma cena desse tipo. Parece-me que havia duas moças negras que ficavam lá e não encomendavam nada, e eles as mandaram se retirar; aí chegou um homem branco que era quem elas estavam esperando, quando imediatamente mudou toda a situação. Houve uma revolta gigantesca. Estou contando isso, porque a atitude da empresa foi legal: ela fechou, no dia seguinte, para um rearranjo de conversa com todos os funcionários.

Agora, eu não sei o que fez esse *shopping*. Provavelmente nada. Eu li, no final, o que fizeram com o tal do segurança... A empresa ainda quis salvar a cara dizendo que o supervisor foi lá, pediu desculpas, não sei o quê. Tem que ir além disso, ela tem que dar o exemplo, para não vivermos mais essas situações.

Eu dou a palavra à Senadora Regina e, depois, ao Senador Moka.

Pois não, Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Enquanto estamos aguardando o quórum, é bom fazer essas discussões.

O Atlas da Violência é estarrecedor! Não é só contra a mulher. São 135 estupros, metade em menores de 13 anos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Foi o que mais me espantou.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esses meninos e meninas vão ser os infratores do futuro. Aí acham que é só reduzir a maioridade penal que resolve! Não! Eles vão continuar sendo estuprados e sendo infratores, com 11 anos, com 12 anos... É muito sério isso.

A gente precisa fazer esse debate. O problema da gente é que as audiências públicas... A gente faz audiências públicas para tentar achar caminhos, para ouvir, mas as pessoas não vão às audiências públicas, nossos pares não vão. É para a gente achar uma saída, porque há alguma coisa para se explicar.

Por exemplo, a questão da violência contra a mulher. Eu acompanhei aquele caso do juiz e do promotor que pegam mulher na marra para fazer esterilização. Se ela é moradora de rua e tem filhos já, ela, então, tem que ser esterilizada, sem ela ter ninguém, nenhum acompanhamento social, nenhuma assistente social, nenhum defensor público?! Aí ele acha que fez uma grande coisa, em vez de procurar a solução para o problema social dela! Aconteceu nesses dias, neste final de semana. Isso é muito sério, muito grave! É porque é a mulher, pois será que pegariam um homem para esterilizar? Então, temos que trazer isso para nós, porque é muito sério isso.

E há também a questão do feminicídio. No meu Estado, neste último mês, foram dois por semana. Gente de classe média, capitão do Exército, sai para namorar, com a namorada, declarando amor, e, no final, mata. Outro foi um capitão da Polícia Militar. Houve um pedreiro. E houve os dois que saíram para fazer um curso de capacitação, ela professora, ele também; ao chegaram à casa deles, começaram a bater boca, e ele matou. Aqui, em Brasília, houve um caso em que, na audiência de custódia, o juiz liberou o homem, que, ao sair dessa audiência de custódia, foi lá e matou a mulher! A audiência de custódia era exatamente por conta da agressão que ele fazia à mulher.

Temos que estudar isso, porque está ficando difícil. Não é só penalidade, porque, por exemplo, no Piauí, todos os casos de feminicídio são resolvidos na hora; a polícia já sabe quem é e vai atrás; eles são resolvidos, já há julgamento pela lei de feminicídio, em que eles são condenados, mas a lei não está resolvendo, não está intimidando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Assim como a arma não vai resolver um problema desse tipo. E a sociedade está cada vez mais violenta, mais polarizada.

Eu fazia o acompanhamento de televisão, faz bastante tempo, e ficava muito impressionada com a violência dos programas de televisão infantis. Eram desenhos animados japoneses que matavam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trucidavam. Então, eu falava: "Isso vai dar muito errado, porque a criança, em vez de apresentar uma possibilidade de negociar a diferença, jogava uma bomba, o outro sumia, mas depois o outro aparecia vivo." Quer dizer, a forma de negociar era totalmente equivocada, porque era na porrada, no murro e depois, numa fantasiosa imaginação, ele aparecia vivo, mostrava que não havia consequência nenhuma. Era muito grave aquilo.

A gente fez uma campanha muito grande para esses desenhos sumirem. Demorou, diminuíram. Hoje eu não vejo tanto desenho animado para saber como é que estão.

Mas, até na Câmara, agora, às 2h, nós vamos ter uma audiência em que vai falar a atriz Maria Paula, que agora é Embaixadora da Paz, a convite da Deputada Keiko Ota, sobre a paz. Eu até tenho vontade de saber: o que estão propondo? Será que há alguma coisa que estão propondo? Porque, no nível do que nós estamos vendo não só de violência sexual, mas de preconceito contra crianças, preconceito contra uma pessoa negra, preconceito contra um pobre, preconceito em tudo, eu acho que, no Brasil, nós temos que nos cuidar, porque, se esse tiro hoje está indo em situações de amor e de desafeto, que não estão combinados, daqui a pouco, a gente está atirando na própria família, por desavenças de polarização – eu estou falando agora de uma situação da política, que está ficando muito, muito ruim.

Já vimos uns embates no Rio Grande do Sul que foram complicados. No Rio Grande do Sul, não; no Paraná. Mas eu acho que isso tende a se tornar mais difícil, se a gente não ficar muito atento. O Senado é uma caixa de ressonância para o País para a gente poder denunciar e se colocar.

Com a palavra o Senador Otto. A gente está comentando ainda o primeiro projeto, saindo um pouco do tema.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu agradeço...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Só um pouquinho. É nominal o item?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Desculpa. Eu vou votar e, aí, dou a palavra. Pode ser?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bom. Claro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Já que todos concordam, vamos aproveitar.

Não havendo...

É o 8.742, do Deputado Antonio Brito e Deputada Benedita, Deputada Maria do Carmo é Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É 112 – eu falei 102 –, 112.

Não havendo...

Vamos encerrar a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto de lei.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da sua tramitação.

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

Estava atento aqui à colocação da Senadora Ana Amélia a respeito do fato que aconteceu no *shopping* na Bahia, em Salvador, na nossa capital. E realmente houve uma iniciativa do senhor lá que filmou o fato, que é um fato muito desagradável, terrível e de preconceito contra um jovem negro, que tinha fome e pediu uma alimentação a um senhor, que realmente teve a sensibilidade de fazer. As pessoas, na maioria das vezes, negam e até são grosseiras com algumas pessoas que têm esse problema de serem economicamente fracos e terem falta de recursos.

Eu observo isso muito até nos pontos de semáforo na Bahia, e eu tenho alguns clientes lá na Bahia de semáforo, que eu passo, abro o meu vidro e atendo, converso, às vezes, ajudo, porque a gente tem que ter sensibilidade com essas pessoas. E esse fato do *shopping* contra esse jovem de nome Matheus – o primeiro nome dele é Matheus – chocou muito a nossa sociedade lá como um todo, até porque Salvador e o Recôncavo, Salvador é a Roma negra da Brasil. Nós temos lá mais de 80% de pessoas – homens, jovens e mulheres – que têm descendência e influência da África, que nós chamamos lá carinhosamente de Mama África.

Tantas músicas já foram feitas ressaltando a influência da África, pelo Olodum, pelo Ilê Aiyê, que é a cultura viva do nosso Estado. Dessa cultura, saiu a música que cresceu no Brasil inteiro por Caetano, por Gil e tantos outros que exaltaram essa cultura nossa, que eu louvo muito. Até porque, se há uma coisa na minha vida que me deu uma consciência muito grande do ponto de visto humanitário, foi a convivência com a cultura baiana, afrodescendente.

Eu convivi, por muitos anos, no Terreiro de Jesus, a escola de Medicina era no Terreiro de Jesus, e a 300m ficava a academia de capoeira de Mestre Bimba. Eu aprendi capoeira lá com o Mestre Bimba e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele me ensinava a cultura deles do respeito, de não ter preconceito, enfim e aquilo me chocou profundamente.

Mas eu queria dar um dado positivo disso. Eu sou torcedor do Esporte Clube Vitória, que ontem perdeu para o São Paulo, V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu sou corintiana.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Corintiana?

Perdeu de 3 a 0, o juiz nos lesou muito. O Vitória tem um programa chamado Vitória Cidadania, que acolheu o Matheus. O Matheus vai estudar na escola do meu clube lá, do Vitória, vai ter condição de ir para o futebol...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Isso é lindo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É. Nós temos lá...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É preciso viralizar uma barbaridade para ter um resultado desse.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, o Matheus foi acolhido pelo Esporte Clube Vitória, eu queria parabenizar a diretoria do Vitória, o Sr. Ricardo Davi, que é o Presidente, e todos os diretores. Esse programa Vitória Cidadania acolhe crianças que têm problemas sociais. Já são quase 400 crianças que estudam nessa escola que podem fazer futebol, vôlei, natação e daí podem sair alguns que podem ter sucesso na vida esportiva. Então, ele foi acolhido, está muito bem lá, tranquilo.

E tem que se punir quem fez isso lá. Sobre essa punição, inclusive eu fiz contato com as autoridades do meu Estado para se levantar essa questão e punir para não ficar sem punição alguém que toma uma decisão tão preconceituosa como essa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sabe, Senador, V. Exª acho que estava fora e entrando na hora que eu estava contanto aquele caso da Starbucks, que fez um dia para reciclagem dos seus funcionários referente a situações, a posturas referentes ao preconceito. Esse *shopping* poderia fazer isso. Não é? É o mínimo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Exatamente. É o mínimo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não, desculpa, Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu vou colocar dois assuntos, que, na minha opinião, têm muito a ver com tudo isso.

A lei não está resolvendo essa questão... Eu faço parte da Frente Parlamentar da Pré-Escola, da criança de 0 a 6 anos. Eu tenho comigo, isso me impressionou aqui mesmo, o Osmar, lá do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, ex-Secretário de Saúde, um pediatra, Deputado Federal, um estudo recente dos chamados neurocientistas mostra que a personalidade é formada nos primeiros mil dias de vida, nos três primeiros anos de vida.

Eu tive o prazer de ouvir aqui vários professores canadenses, franceses, e me lembro de um filmete que não me saiu mais da cabeça: uma criança que não tinha um ano, bonita, forte, sendo contida. Certamente, não era a mãe da criança, ela vermelha, chorando, com raiva daquilo. Aí ele para o filmete e diz o seguinte: "Imaginem essa criança, um menino, com 1,8m, com 80kg, o que ela pode fazer." Essa é a questão. Não importa, às vezes, e é comum, um jovem, um homem que veio de uma família estruturada, de um berço rico, é cruel, racista.

Então, tem muito a ver, na minha opinião, com essa questão do afeto. As crianças são colocadas em creche. Eu acho que a creche tem que ser selecionada. O importante é o carinho, o afeto. Você vê filhos de lares humildes, homens e mulheres que se transformaram em cidadãos exemplares. Essa questão da pré-escola, se queremos ter uma sociedade melhor, é preciso investir exatamente no cuidado das nossas crianças.

Outra coisa, as mulheres, eu sempre repito isto: as mulheres precisam fazer uma autocrítica. As mulheres são 52% da população, portanto, são maioria da população. Elas são mães dos outros 48%, da minoria. Nós fomos todos, na maioria, educados por professoras, por mulheres, alfabetizados por mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Agora eu vou ter de reclamar: a vítima não pode se tornar culpada. Isso é uma discussão do feminismo há muito tempo. O senhor está atrasado, Senador. Isso, durante a década passada...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Desculpe, a senhora vai me dar a palavra ou não?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A palavra é toda sua, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Porque eu acho o seguinte: se existe uma maioria, se existe essa questão, e são as mulheres que educam e alfabetizam os filhos, eu não estou dizendo que a mulher é culpada disso; estou dizendo que essa questão precisa ser discutida. Por exemplo, a maioria dos Parlamentos não tem mulher. "Ah, mas não há dinheiro, porque os homens discriminam!" Mas esses homens precisam ser, desde crianças, orientados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tive uma mãe, saudosa D. Ramona, uma mulher que colocava para a gente, desde pequeno, essa questão da discriminação, de não poder tratar de modo desigual a mulher, a irmã. Então, eu penso comigo. Sabia que haveria reação, mas, longe de ser contra a questão feminista, no meu Estado, eu montei, no meu Partido, o PMDB Mulher. Eu sou um dos favoráveis a todas as listas que possam incluir mais mulheres na política. Por quê? Porque acho que a mulher contribui para melhorar a política. Vocês são mais atenciosas, mais dedicadas, têm mais compromisso. Isso tudo é verdade. Agora, precisa também haver essa questão, olhar também e até haver uma discussão se isso é uma avaliação que precisa ser feita ou não. De repente, é uma avaliação equivocada, mas eu digo sempre.

Ficar discutindo essas questões é importante, muito importante, primeiro, que a criança seja, desde pequena, principalmente nos primeiros mil dias de vida, acolhida com afeto. Não é a questão material, é o afeto, o carinho, sentir-se querida. Isso vai fazer, porque ele mostrou a formação dos neurônios, como se dá a formação do centro afetivo, do centro cognitivo. Tudo isso acontece nos primeiros dias de vida, nos três primeiros anos de vida, quando se dá a formação do cérebro. E isso tem muito a ver, depois vai refletir muito no homem e no cidadão.

Então, eu acho que, se queremos uma sociedade mais justa ou melhor, temos de investir na criança. E a criança hoje, em função da economia e tal, as mulheres, as mães saem para trabalhar, por necessidade, é claro, as crianças ficam em creches. Essas creches, muitas vezes, não têm pessoas com essa formação ou que pelo menos gostem da criança, saibam tratar a criança.

Na maioria das vezes, quando você vai ver, aquele que cometeu um crime cruel tem um problema na infância dele, a raiz do problema vem da infância: criança maltratada, estuprada, desnutrida. Uma criança desnutrida, nos três primeiros anos de vida, não consegue fazer um cálculo matemático de nível superior, porque o cérebro dele não dá conta de ter esse tipo de aprendizado. Sei que é uma realidade ruim, mas é uma realidade hoje já comprovada. E essa questão da chamada pré-escola ou criança de zero a seis anos é discutida muito hoje.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bom, os assuntos variaram muito, ficou bastante amplo.

O que eu quero dizer é que a mulher nunca pode ser a responsável pela questão que ela vive nesse sentido de pobreza, de incapacidade de dar amor, de poder alimentar direito. Certamente isso não era o que eu tinha entendido o que V. Exª estava falando, porque minha reação foi muito forte, porque se fez muito isso: culpar a mulher, quando na verdade é vítima de uma situação.

A maioria das mulheres que não têm muita condição não têm condição nem de dar comida, não têm condição de cuidar da criança. E o desespero de uma mãe assim dá para a gente compreender. Não é que a gente vai aceitar, achar que é bom, mas dá para compreender como é difícil dar atenção para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma criança pequena. E quanto menor precisa de mais atenção, carinho e cuidado, numa situação de destituição de cidadania completa, que é o que no Brasil a gente está vendo.

Aliás, isso que nós estamos discutindo tem a ver com o começo da discussão da nossa reunião aqui, que é dos estupros, de pai estuprando filha, de toda a violência com a mulher que ocorre em casa, porque vai repetir o comportamento do pai dela com ela ou com ele. E aí nós temos esse ciclo vicioso.

E concordo que a única resposta que a gente tem para isso é através da educação. Não há outra possibilidade, porque, se às vezes no lar não consegue, a creche, a pré-escola e a escola propriamente dita sempre têm condição de resgate por aprendizagem.

O Senador Paim queria se expressar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um comentário muito rápido sobre essa questão da violência contra criança, adolescente e a própria mulher. V. Exª é uma estudiosa dessa área, a Senadora Regina também. Apesar da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher, criança e adolescente continua crescendo.

E, se não me engano, V. Exª falou do caso do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul, minha terra natal, que eu acompanhei passo a passo, é o caso da Naiara Gomes. Ela tinha sete aninhos, simplesmente estava se deslocando da casa para o colégio, e foi sequestrada, diria, por um cidadão – e até usei o termo, um executivo de uma empresa, e a empresa disse que ele não era executivo lá – que ninguém imaginava que ele poderia... Ele era respeitado na empresa. Ele leva a esposa e a filha para a casa de um parente, sequestra a menina, estupra, mata de forma cruel.

E isso chocou toda a cidade e o Rio Grande do Sul em si. E, por sugestão dos grupos que trabalham nessa área, me levou a apresentar aqui o Diploma de Honra Naiara Gomes, que é o nome da menina, para que todo ano, no dia 4 de junho, que é o dia internacional da luta contra a exploração sexual de criança e adolescente, a gente tenha também no Brasil... Há cinco pessoas que se destacaram nessa área. Foi um movimento feito lá no Estado.

E, aqui, termino, dizendo que eu estive conversando com os policiais que aqui também estiveram e me disseram que nunca viram um crime tão violento contra uma criança, com sete anos, por um cidadão, em tese, ilibado. Por isso as preocupações levantadas aqui.

Eu vi também o vídeo do menino, vi em casa. Foi algo que não dá para imaginar. O jovem queria só pagar o lanche do menino, e o cara não deixava. V. Exªs comentaram aqui.

Então, esses absurdos que nós temos, na linha em que vocês falaram, que combater. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nada mais havendo a tratar e não havendo quórum para as votações dos terminativos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, José Pimentel, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes, Dário Berger, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame; e do Ex-Deputado Federal Luiz Carlos Bassuma. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica alteração no calendário de prazos para apresentação e votação na CAS de emendas à LDO 2019: abertura do prazo para o dia dezenove de junho, terça-feira, encerramento dia vinte e dois de junho, sexta-feira, às dezoito horas. A votação será dia vinte e seis de junho, terça-feira, às onze horas e trinta minutos. A Presidência informa que o Relator das Emendas da CAS ao PLDO 2019 é o Senador Eduardo Amorim. A Senadora Marta Suplicy comunica o recebimento do Ofício nº 5.590, de 2018, do Conselho Federal de Medicina, encaminhando nota técnica sobre as consequências da maconha para a saúde, de autoria do Dr. Alberto José de Araújo e do Dr. João Paulo Becker Lotufo, e informa que o referido documento será anexado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2017, e vai ficar disponível em meio eletrônico no sítio do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa - 1ª Mesa, atendendo ao requerimento RAS 16/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Instruir o PLS 514/2017, que "altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico". 1ª Mesa - Maconha Medicinal: caminhos e alternativas para a legalização. Participantes: Luís Fernando Tófoli, Psiquiatra e professor da UNICAMP e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos; Renato Filev, Neurocientista do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID; Margarete Brito, Coordenadora-Geral da Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de Cannabis Medicinal – APEPI; Cidinha Carvalho, Presidente da Cultive - Associação de Cannabis e Saúde; Renata de Morais Souza, Gerente de Produtos Controlados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa - 2ª Mesa, atendendo ao requerimento RAS 16/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Instruir o PLS 514/2017, que "altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo da cannabis sativa para uso pessoal terapêutico". 2ª Mesa - Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência. Participantes: João Paulo Becker Lotufo, Doutor em Pediatria pela USP, e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria nas ações de combate ao álcool, tabaco e drogas; Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da UnB; Alberto José de Araújo, Pneumologista, Membro da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tabagismo do Conselho Federal de Medicina - CFM e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira - AMB; Gustavo Camilo Baptista, Diretor de Articulação e Projetos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; Felipe Felisbino, Coordenador Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica, do Ministério da Educação. A Presidência faz a leitura de mensagens recebidas pelo portal e-cidadania. Resultado: Audiência Pública Realizada. A reunião é suspensa às onze horas e vinte e dois minutos para almoço e reaberta às treze horas e dezessete minutos. Às treze horas e trinta e sete minutos, a reunião é suspensa novamente para troca de plenário, sendo reaberta às treze horas e quarenta e um minutos. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka, a Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão, e o Ex-Deputado Federal Luiz Carlos Bassum. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Vou começar com o Comunicado nº 3, de 2018, aguardando ainda a chegada de uma das palestrantes.

Reforço o comunicado de abertura de prazo para apresentação de emendas à LDO 2019, PLN nº 2, de 2018. Peço para Senadores, Senadoras e assessores que nos estejam vendo pela televisão também que prestem atenção, porque mudou o prazo da apresentação da Lei Orçamentária. Então, nós mudamos a abertura para 19 de junho, terça-feira, com encerramento em 25 de junho, segunda-feira. Até as 18h nós receberemos as emendas propostas pelos membros da CAS para o Orçamento.

A deliberação das emendas da CAS vai ser feita no dia 26 de junho, terça-feira, às 11h30 da manhã. O Relator escolhido foi o Senador Eduardo Amorim para a deliberação de quais emendas serão selecionadas pela Comissão de Assuntos Sociais para o Orçamento.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e em via impressa assinada pelo Senador membro desta Comissão, entregue perante a Secretaria desta Comissão de Assuntos Sociais no prazo já comunicado.

Temos aqui uma retificação. Foi antecipado – por isso nós estamos fazendo este comunicado – para o dia 22 de junho o recebimento das emendas. Então, ficou um tempo curto, mas é o tempo que foi decidido pela Lei Orçamentária.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2017, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que altera o art. 28, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para a descriminalização do cultivo da *Cannabis* para uso pessoal terapêutico, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 16, de 2018, de minha iniciativa.

Informo que esta audiência pública será dividida em duas partes: a primeira Mesa com o tema "Maconha medicinal: caminhos e alternativas para a legalização"; e a segunda Mesa, "Educação para a Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência".

Informo, ainda, que esta audiência pública é interativa – várias pessoas já mandaram alguns comentários, que eu vou até ler. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, digitando www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, 0800-612211. Repito: 0800-612211.

Comunico também aos oradores convidados que a Presidência concederá a palavra por dez minutos a cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos esperando a chegada de uma das palestrantes. Entrementes, eu vou ler alguns comentários do e-Cidadania que já chegaram, e aí iniciaremos.

Samuel Figueiredo, de São Paulo: "É tão bom ver mais um passo para uma regulamentação da *Cannabis*. Chega de violência com essa guerra inútil".

Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "O traficante detém o monopólio da produção, distribuição e comercialização das drogas no mundo atual. Descriminalizar a droga para inibir a violência é o mesmo que acabar com o direito de propriedade para inibir o roubo".

Taís Nunes, do Espírito Santo: "Sou a favor da liberação para uso medicinal, tendo em vista os grandes avanços, já provados através da ciência, dessa substância como auxiliadora em alguns tratamentos. Se é lícito adquirir livremente drogas como Aspirina, Paracetamol, entre outros, por que não liberar a *Cannabis?*"

Daniel Ribeiro, do Paraná: "Por favor não se esqueçam de nós, pesquisadores, pois a autorização para as universidades também é superimportante!"

Kira Shinigami, de Santa Catarina: "Não vejo qual a razão para ser considerado criminoso quem planta *Cannabis* para cuidar da própria saúde. Mesmo quem faz uso recreativo planta para não recorrer ao tráfico. Plantar é a melhor maneira de combater o crime".

Pedro Henrique, de Pernambuco: "Um retrocesso. Demonstra o quanto o Poder Público é ineficaz e fraco para combater o crime. *Cannabis* é suprimento para o crime".

Bem, como vocês veem, o povo está interessado. As opiniões são as mais diversas. E nós estamos aqui exatamente para possibilitar a todos os Senadores e às Senadoras a instrução desse projeto.

Convido para compor a Mesa o Dr. Luís Fernando Tófoli, Psiquiatra e Professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos – bem-vindo, Dr. Tófoli.

Dr. Renato Filev, Neurocientista do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

Drª Margarete Brito, Coordenadora-Geral da Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de *Cannabis* Medicinal.

Cidinha Carvalho, Presidente da Cultive – Associação de *Cannabis* e Saúde.

E Renata de Morais Souza, Gerente de Produtos Controlados da Anvisa – muito bem-vinda.

Antes de dar a palavra, informo que cada um dos oradores terá dez minutos. Ali nós temos um relógio, que apita, automaticamente, um minuto antes de se encerrar o prazo.

Eu vou fazer uma pequena fala de abertura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS 517, de 2017, é decorrente de uma proposta legislativa do e-Cidadania. O que é o e-Cidadania? O e-Cidadania é a possibilidade de o brasileiro, de qualquer cidadão entrar na internet do Senado e fazer uma proposta. Essa proposta tem adesão ou não tem adesão. Se ela tiver adesão e chegar a receber 20 mil apoiadores, ela vai para a Comissão de Direitos Humanos e lá se transforma num projeto, para o qual é escolhido um relator. Esse relator avalia a proposta, aceita-a ou não, e aí ela começa a tramitar se ela aceita que aquela é uma boa ideia.

Essa proposta caminhou desse jeito, ou seja, chegou aqui, e o Relator... Ela não veio do jeito que está agora; ela veio como descriminalização da maconha. O Relator pediu o arquivamento. Eu achei que podia haver alguma coisa interessante no que se refere ao uso medicinal, aí fiz um substitutivo. O substitutivo foi aprovado e virou um projeto de lei de outra forma, ou seja, não descriminalizando todo tipo de maconha, para todo uso, como estava no projeto original, mas propondo uma coisa mais focada. Então, o mais focado, que é este Projeto 157, permite o semeio, o cultivo e a colheita da *Cannabis* para uso pessoal, terapêutico, em quantidade não mais que suficiente ao tratamento, de acordo com a indispensável prescrição médica.

Para entender melhor, o primeiro contato que eu tive foi com a mãe de uma jovem que estava fazendo esse uso medicinal. Aí, eu consegui entender a dimensão do problema, e a dimensão do vazio que as famílias que têm jovens com epilepsia passam para comprar o medicamento, que é importado – o preço do medicamento. E nesse testemunho a mãe me contou o número de crises epiléticas que a criança tinha até ter entendido que podia fazer um óleo. Mas para isso ela correu muitos lugares; foi ao Chile, aprender a fazer. Eu fiquei muito tocada com essa situação, porque não tinha ideia da dimensão. São dois milhões de brasileiros que sofrem de epilepsia e que podem se beneficiar com esse medicamento.

Qual é o interesse? É poder fazer um projeto que realmente atenda as pessoas que poderão fazer esse uso e, ao mesmo tempo, fazer algo que possa ter uma tramitação nesta Casa. Então, nós temos que saber os limites, até aonde a gente pode ir, e fazer o projeto o mais amplo possível para que as famílias possam ser beneficiadas. Essa é a ideia. E os detalhes todos de como fazê-lo nós vamos aprender, primeiro, com esta primeira audiência pública, com a segunda, que vamos ter à tarde, e com outras que se seguirão, ou até individualmente, depois, quando nós formos buscar uma compreensão para fazermos o melhor possível.

Eu queria lembrar também que nem o Senado Federal tampouco o Brasil estão sozinhos nesta discussão. Recentemente, percebemos que vários países, em diferentes estágios, estão enfrentando esse debate, cada um considerando as suas particularidades culturais, suas realidades socioeconômicas, seus processos civilizatórios. Nosso desafio é, sem desconsiderar as experiências internacionais, construir uma solução institucional política e técnica genuinamente adequada ao quadro brasileiro. Em virtude da complexidade do tema e das suas repercussões no conjunto da sociedade, propusemos essas duas Mesas – claro, não temos nenhuma intenção de esgotar o assunto aqui.

Então, sem mais delongas, vamos começar dando a palavra à Srª Renata de Morais Souza, Gerente de Produtos Controlados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – Bom dia a todos!

Muito obrigada pelo convite. Em nome da Anvisa, eu agradeço a todos os presentes. Gostaria de cumprimentá-los e de dizer que estamos muito satisfeitos de poder estar aqui participando deste debate.

Eu trouxe uma breve apresentação para ajudar a contextualizar: quais são as legislações internacionais que versam sobre esse tema, quais são as normas atuais, a legislação brasileira que também traz já algumas diretrizes sobre isso, e um pouco do espaço de atuação sob a perspectiva da competência da Anvisa. Então, eu vou trazer um pouco dessa visão mais técnica e mais regulatória sobre o tema.

Para falar disso a gente precisa dizer que a *Cannabis* é uma planta que está sujeita a controle internacional. Existe uma convenção, que é hoje fiscalizada pela ONU, por essa Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, que traz para todos os Estados-membros da ONU diretrizes sobre esse tema. O que essas convenções dizem? Quais são essas convenções? Basicamente, sobre *Cannabis*, a gente deve focar o nosso olhar sobre essas duas primeiras convenções: a de 1961, que foi internalizada pelo Decreto 54.216, de 1964, que traz a *Cannabis* listada no seu anexo; e a convenção de 1971, que é a Convenção de Psicotrópicos, que traz o THC, um os principais componentes cannabinoides presentes na *Cannabis*.

Para que a gente comece a abordar o tema sob a perspectiva regulatória, é preciso entender o que a Convenção traz. A de 1961, que traz a *Cannabis*, lista essa planta, as resinas, os extratos e as tinturas nas Listas 1 e 4, que são as listas mais restritivas dessa convenção. Ela define, dentre vários aspectos, que o país deve proibir a produção, manufatura, exportação, importação, etc., várias atividades, mas traz um item importante: ela excetua para fins médicos e científicos essa proibição, sob controle e supervisão direta do país-membro. Então, apesar da possibilidade de permissão para esses dois fins, é necessário que o país faça um controle e uma supervisão direta das atividades.

A convenção de 1971 vai também na mesma linha; traz um dispositivo muito semelhante à de 1961. Ela diz que o THC também deve ser proibido para todos os tipos de atividades, todo tipo de uso, exceto para fins científicos e propósitos médicos muito limitados, por meio de estabelecimentos médicos e pessoas autorizadas pelas autoridades governamentais. Então, sob a perspectiva internacional, aqui a gente encontra, sim, um espaço possível de atuação regulatória.

A nossa lei, hoje, que trata da política sobre drogas, a Lei nº 11.343, de 2006, também vai nesse mesmo alinhamento. Apesar de proibido o plantio, a cultura, a colheita de vegetais dos quais possam ser extraídos drogas, no parágrafo único do art. 2º, essa lei diz que a União pode autorizar o plantio, o cultivo, a cultura, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização. Então, aqui a gente já vê algumas possibilidades condicionadas a algumas atuações do órgão regulatório, do órgão competente.

E, aí, o decreto que regulamenta a Lei 11.343 já define a quem compete essa autorização. No seu art. 14, ele diz que o Ministério da Saúde, além de baixar instruções de caráter geral sobre limitação e fiscalização, controle e produção de drogas, que é o que já existe na Anvisa – a gente tem aí a Portaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

344, que já traz o tema –, também é o Ministério que autoriza o plantio, a cultura desses vegetais. Mas, no parágrafo único, o decreto traz que a competência aqui especificada se estende também aos órgãos e entidades que lhes sejam vinculados. Então, foi feito na Anvisa já um levantamento jurídico, uma análise jurídica sobre isso, e o parecer que foi apresentado pela procuradoria é que, sim, a Anvisa é competente para autorizar o cultivo de plantas controladas – lembrando que a gente tem aí não só a *Cannabis*, mas outras plantas também controladas.

Essas finalidades de cultivo eu vou tentar trazer de uma forma mais objetiva. Com base nas nossas legislações, o que a gente pode fazer? Finalidade científica, pesquisa – agora eu vou começar a tratar como pesquisa –, ou para finalidade medicinal.

Para pesquisa – ali o item saiu já tampado – a gente tem dois caminhos: ou o acesso aos produtos ocorre por meio de importação, ou por meio, se se tratar de planta, do cultivo. Lembro que a via do cultivo ainda não está regulamentada pela Anvisa, mesmo que a finalidade seja a pesquisa. É o que se está discutindo no momento. Hoje a gente tem a via da importação. Os dois levam à permissão da pesquisa e do desenvolvimento, o que traz diversos benefícios de fato. Por exemplo, a gente vai contar com mais evidências científicas, com possibilidade de haver novas tecnologias, novos medicamentos, inteligência policial, inovações. Então, o que falta no âmbito da pesquisa é a regulamentação da atividade do cultivo, em termos de segurança, contenção da planta, quem é autorizado etc.

No âmbito medicinal, a gente já tem um medicamento registrado. Então no Brasil já se podem usar produtos à base de *Cannabis* ou os seus derivados, por meio do registro de medicamentos. Nesse caso, há o Mevatyl, internacionalmente conhecido como Sativex. Ele já está no mercado brasileiro, a empresa já o lançou, já está sendo comercializado, mas trata somente espasticidade na esclerose múltipla, não é indicado para o tratamento de epilepsia. Então, a gente encontra aí uma lacuna de falta de disponibilidade no mercado de produtos registrados.

Aqui eu trouxe a lei, que traz que qualquer medicamento tem que ser registrado antes de ser entregue ao consumo.

No âmbito medicinal, a Anvisa já conta também com uma regulação para importação por pessoa física, que é regulada pela RDC 17. Hoje a gente tem mais de 3,5 mil pacientes autorizados e mais de 5 mil pedidos. E isso só vem crescendo, como a gente mostra ali naquele gráfico. Se vocês acompanharem a barra verde, ela representa, em cada mês, o ano de 2018. Pode-se ver, por exemplo, em abril, a diferença de pedidos que ocorreram de 2015 a 2018. Então, a gente vê uma tendência de crescimento exponencial de pessoas que procuram o acesso por meio da importação.

Mas aqui a gente percebe um problema: essa importação não dá acesso a produtos seguros ou comprovadamente seguros, porque eles não foram avaliados por nenhuma autoridade sanitária. Eles são produtos comercializados sem passar por uma avaliação de eficácia, segurança e qualidade. Então, preocupa-nos, em termos sanitários, que o acesso esteja ocorrendo por meio de produtos cuja utilização fica realmente na responsabilidade do médico e do paciente. Então, o que falta no âmbito medicinal? A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente já viu que a importação é possível, e aí qualquer empresa, por exemplo, poderia, a partir da apresentação de estudos clínicos, regularizar seu produto e disponibilizá-lo no mercado. Mas para aquela que deseja cultivar a planta para fins de produção no País, esse caminho ainda não está regulamentado. Então, essa segunda linha é o que ainda está em discussão para que haja mais possibilidades, para termos mais opções terapêuticas – é o que está do lado direito ali –, traria mais produtos seguros...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – ... possivelmente um menor custo, mais opções terapêuticas e uma menor burocracia para o acesso, porque ele não precisaria mais acessar por meio da importação necessariamente. Então, a gente teria um caminho aqui.

Então, o objetivo na Anvisa é discutir esses dois caminhos, o que então daria origem à fabricação nacional de produtos regulados, produtos seguros, e também a possibilidade de desenvolver pesquisas e produtos etc.

Lembro que, quanto a produtos seguros, aqui, quando a gente fala de *Cannabis*...

É o último eslaide. Já vou finalizar.

Eu acho importante a gente dizer do que a gente está tratando. A *Cannabis* tem uma diversidade de possibilidades de produtos. Não é simplesmente a flor. Existem cápsulas, óleos, extratos, diferentes teores, diferentes composições, diferentes formas de administração. E tudo isso pode conferir diferentes efeitos. Então, a gente não está falando de um efeito só – acho que os nossos próximos palestrantes vão trazer isso mais evidentemente. E a gente não consegue tratar tudo num pacote só, porque a gente pode estar falando de diversos produtos.

Em tudo isso, para se comprovar a segurança, no mínimo – no mínimo! –, eles precisam ser fabricados de acordo com alguns critérios de qualidade; esse e qualquer outro produto para tratamento de saúde. A gente precisa evitar contaminação, assegurar o teor, composição, o processo de produção precisa ser robusto, porque tudo isso influencia na dose que vai ser administrada, na posologia que vai ser aplicada. Porque o prescritor fica com aquela dificuldade para saber quanto tem aquele produto, qual é o teor. Como é que ele vai saber a dose necessária, por exemplo, para o tratamento de epilepsia, que a gente sabe que precisa ser uma dose mais específica, mais controlada? E tem de haver eficácia e segurança também, porque é a partir de dados de estudos clínicos que se conhece se o produto tem evento adverso, se tem contraindicação, se tem interação medicamentosa. A maioria dos pacientes usam outros medicamentos. Então, quando a gente chama de produto seguro, minimamente a gente está dizendo isso; é conhecer minimamente essas informações, para inclusive definir dose etc.

A Anvisa está estudando esse assunto. Foi formado um grupo de trabalho interno. A gente já fez um levantamento das regulações internacionais, fez um estudo prévio dos modelos existentes ou que estão em implantação, e atualmente a gente se encontra na etapa de proposição da iniciativa regulatória, que é aprovada pela Diretoria Colegiada da Anvisa. Essa etapa ainda não aconteceu, é a próxima etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de uma forma geral, posso dizer que a regulação do cultivo, sob a perspectiva da Anvisa, de atuação da Anvisa, que precisa se preocupar em diminuir o risco à saúde, passa por estes três parâmetros: é necessário garantir a segurança do cultivo, ou seja, controlar o acesso ao local, às plantas, evitar a possibilidade de desvios e promover a contenção daquela planta – é isso que a gente vê em todos os modelos internacionais –, então as pessoas têm que estabelecer mecanismos de segurança de acesso; é necessário o atendimento às convenções e à legislação brasileira; e, com isso, viabilizar a pesquisa e a produção de produtos seguros.

É isso. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu que agradeço, porque já dá uma boa ideia de em que momento nós estamos na Anvisa, da qual vamos depender muito, pela regulamentação de toda a lei, se for aprovada, para poder funcionar.

Inclusive, vamos manter contato para saber mais detalhes do que vocês estão encaminhando.

Com a palavra Luís Fernando Tófoli, Psiquiatra e Professor da Unicamp e Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos.

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – Bom dia.

Agradeço o convite para poder falar a vocês. Agradeço à Senadora Marta e saúdo os Senadores presentes, em nome dela, e todos os presentes também. Sejam bem-vindos!

O tempo é muito curto, dez minutos, para o tanto que precisa ser falado. Então, eu vou me adiantar logo em dizer para vocês três pontos principais que eu vou abordar nesta apresentação.

Um é a pergunta – e vou passar isso bem rapidamente, até porque a apresentação da Renata já nos facilita – sobre se maconha é remédio ou pode ser. O segundo, no qual eu vou me ater um pouco mais, é discutir os potenciais riscos das leis vinculadas à aplicação da regulamentação da maconha medicinal, usando como principal exemplo as variações nos Estados Unidos, de Estado para Estado, onde há leis diferentes nesse tocante, e, com isso, funciona como um laboratório de estudos para a gente poder verificar alguns dos resultados. E, por fim, fazer uma argumentação para vocês sobre por que é necessário a gente regulamentar. De certa forma, a fala da Renata já me facilita bastante, porque ela já coloca bem claramente que já existe maconha medicinal no Brasil, por via judiciária, e aí nós não temos regulação do legislador. Então, esse é um ponto que eu vou abordar no final.

Para começar, então, eu quero dizer para vocês que eu não tenho nenhum conflito de interesse com a indústria da *Cannabis*, seja recreativa, seja medicinal. Eu sou um pesquisador, não recebo dinheiro da indústria farmacêutica e nunca fiz nenhum convênio para fazer pesquisa com as empresas de outros países que já exploram legalmente a *Cannabis*.

Há três pontos de partida importantes, além das três perguntas que eu mencionei para vocês. Primeiro, há riscos associados à maconha. Nós não vamos em nenhum momento negligenciar esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso que a gente tenha conhecimento sobre isso. Infelizmente, não há tempo para eu abordar esses riscos para vocês, mas é importante que a gente tenha...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós teremos as perguntas depois, quando poderemos, então...

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – Excelente.

Então, depois podemos conversar sobre isso também. E haverá a Mesa da tarde também, a audiência da tarde, que pode também ajudar nisso.

Outro ponto é a ideia de que a *Cannabis* medicinal serve – e de fato isso a gente encontra popularmente – como uma espécie de desculpa para o uso recreativo ou para... Como se fosse para simplificar a complexidade da questão da *Cannabis*. Não é este o ponto também. É uma planta complexa, interagindo com outro organismo bastante complexo, que se chama ser humano, em sociedades complexas também. Então, é importante levar tudo isso em consideração.

Mas também não podemos usar esse tipo de desculpa como forma de negligenciar o fato das propriedades terapêuticas e de como podemos, do ponto de vista da regulamentação, maximizar benefícios e reduzir riscos.

E, do ponto de vista dos efeitos negativos, há grupos que são mais vulneráveis. À guisa de facilitar o raciocínio de vocês, é importante ter a clareza de que os mais jovens são os mais vulneráveis.

Evidentemente, nós estamos falando de jovens que não têm doenças graves, o que é uma outra configuração completamente diferente, porque ela envolve crianças com doenças graves como o autismo, como a epilepsia refratária. Estamos falando do jovem médio. Esses estariam mais expostos aos riscos, principalmente vinculados ao consumo precoce e exagerado de *Cannabis*, porque aí está associado aos riscos sobre os quais a gente pode conversar depois.

Então, para começar, maconha é remédio?

Quando a Anvisa já me antecede, dizendo que já existe um processo organizado pela Anvisa e intermediado pela Justiça brasileira, isso já me facilita para eu poder dizer para vocês que sim, é. Mas em que termos?

Recomendo a leitura desse documento. É um livro, na verdade, organizado pela Academia Americana de Ciências, Engenharia e Medicina, que faz um consolidado das melhores evidências científicas disponíveis – ele saiu em 2016, se não me engano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – ... em 2017. Evidentemente, as evidências vão crescendo com o tempo e, depois, é preciso ser reeditado. Mas atualmente é o que traz, de uma forma simplificada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condensada num volume só, os melhores dados. E eles vão investigar uma série de doenças que estão aí como propostas para a *Cannabis* medicinal.

O que a gente pode dizer é que, do ponto de vista da melhor evidência científica disponível, as doenças para as quais a *Cannabis* ou o uso de canabinoides – são também duas coisas diferentes, e depois do Renato pode me ajudar esclarecer essas diferenças... Já temos evidência suficiente para dizer que é remédio para essas doenças ou para estas situações: náusea causada pela quimioterapia – e a evidência melhor, do ponto de vista científico, é a dos canabinoides, embora a gente saiba que a maconha fumada pode ter um papel nisso também, anedoticamente, como a gente chama –; falta de apetite; dor crônica; dor de origem neurológica, neuropática, por lesão neurológica; e espasticidade, que é a rigidez muscular, especialmente quando é causada por uma doença chamada esclerose múltipla. Além disso, a gente tem o uso compassivo em uma série de outras situações em que, a olhos vistos – as mães, inclusive, vêm trazendo essa questão; as mães e os pais das crianças com doenças graves –, por uso compassivo, se percebe melhora nas crianças. Mas a gente não tem estudos sobre isso.

Este é um ponto importante: a ciência se move em um ritmo que nem sempre é o ritmo da necessidade das pessoas. A gente faz o melhor possível, mas existe uma série de restrições a respeito disso, e às vezes a sociedade civil – aliás, frequentemente – toma a frente e conduz, como a gente vai ouvir aqui na própria Mesa depois.

Lembro que, quando se vai falar de canabinoides, há um pouco essa ideia de que o THC é um canabinoide muito negativo e o CBD é o positivo... Em ciência, não existe bem ou mal. Existem riscos, existem problemas, existem fatores que podem ser favoráveis ou não aos seres humanos em circunstâncias diferentes.

O que a gente tem, do ponto de vista da neurociência, é já uma evidência de que há um efeito de interação entre os canabinoides que justifica, em alguns casos, uma observação clínica de melhores respostas no uso da planta, e não só dos canabinoides isolados, embora eles também possam ser usados em algumas circunstâncias, em diversas circunstâncias inclusive. Então, a maconha é uma planta rica em diversos produtos, na verdade, e vem sendo refinada pela humanidade para uso há muito tempo.

Quais são os riscos associados à regulamentação medicinal? A gente tem alguns resultados que são preocupantes, são os mais desafiadores, que incluem: a redução no preço e o aumento da potência da maconha, embora esse seja um efeito que tem acontecido na maconha, de uma forma geral, em qualquer ambiente, legalizado ou não – então, não fica muito claro se isso é por causa exatamente das leis da maconha medicinal ou não –; o aumento do risco de exposição pediátrica à maconha – crianças que comem o medicamento à base de maconha de seus pais e de seus avós e, com isto, geram emergências psiquiátricas –; e a redução do risco.

Sobre a emergência, eu vou falar um pouquinho para vocês. Isso é uma coisa que, do ponto de vista da regulação do legislador, tem um ponto importante. Em relação à redução da percepção do risco, há uma associação de que, em alguns Estados onde há a maconha medicinal, haveria uma diminuição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percepção de que a maconha tem riscos. Entretanto, esse também é um efeito que tem acontecido em toda parte, nos países que regulamentaram ou nos que não regulamentaram, que legalizaram ou que não legalizaram. Tem havido uma sensação geral de que a maconha é menos lesiva do que ela pode ser. E aí vem o ponto – que é o mais importante – que independe da regulamentação, que é a educação para a prevenção dos verdadeiros riscos, de quais são os verdadeiros riscos associados à maconha e que, de certa forma, independem das leis sobre maconha medicinal.

Então, esse é um dado dos Estados Unidos, mostrando um claro aumento no número de relatos de crianças que tiveram emergências consumindo maconha depois que foi aprovada a lei da maconha medicinal no Colorado. E o Colorado é bastante desregulamentado. De certa forma, eles permitem produtos em uma variedade muito grande, inclusive balinhas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – ... que são coisas que crianças podem ter a vontade de consumir.

Eu vou me apressar aqui, mas vou estourar um pouquinho o tempo.

Outra coisa que a gente sabe é que parece estar associado consistentemente o aumento do uso da maconha por adultos nos Estados onde se regulamenta a maconha medicinal, o que é mais ou menos óbvio. Se se aumenta o acesso a indivíduos adultos, eles vão apresentar em diversas situações e dizer: "Olha, eu estou usando o remédio, procure um médico que a prescreva". E isso está associado a um certo aumento também. Se isso é uma coisa negativa ou positiva, ainda não fica muito claro, no caso de adultos. No caso de crianças e jovens, é obrigatoriamente ruim se isso acontecer. O ponto é que não acontece, no caso dos jovens – e vou mostrar isso para vocês.

Do ponto de vista de trânsito, os dados são controversos. Há dados que apontam por uma redução no número de acidentes fatais; outros dados mostram um aumento do número de pessoas com medidas positivas para canabinoides em acidentes fatais – não é o mesmo dado, então uma coisa pode acontecer ao mesmo tempo da outra –; e ainda há o detalhe também que eu vou mencionar para vocês, que é a heterogeneidade das leis de maconha medicinal nos Estados Unidos.

Do ponto de vista tranquilizador, o que a gente sabe... Isso é bem consistente, porque já existem metanálises, que são estudos que condensam diversos estudos; é um estudo que condensa diversos estudos, demonstrando que as leis da maconha medicinal não causam aumento no consumo de jovens. Isso pode parecer paradoxal, mas foi repetido várias vezes, em diversos estudos, com diversos desenhos, e esse resultado é bastante consistente. Talvez seja porque "agora quem usa maconha é vovozinho", e isso ficou fora de moda. Não sei. O fato é que isso está acontecendo nos Estados Unidos de forma consistente. E isso nos tranquiliza, na verdade.

Do ponto de vista favorável, existe uma associação na redução no consumo e no número de mortes por opioides. Vocês devem saber que nos Estados Unidos está havendo um problema muito grave de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



aumento de consumo de opioides em diversos Estados, e, nos Estados onde há a maconha medicinal, isso tem um impacto mais brando, e o número de mortos por overdose de opioides é mais baixo.

Há uma redução no consumo de álcool. E aí há um *tradeoff*; a gente ainda não sabe muito bem, em termos de saúde pública, o que é mais positivo ou não. É possível, inclusive, que fumar mais maconha e beber menos álcool tenha um impacto positivo na saúde pública. Isso ainda não está suficientemente esclarecido.

Não há efeitos negativos na segurança pública, e ela não parece funcionar como porta de entrada, especificamente no caso da maconha medicinal.

Já mencionei isto e vou ter que falar muito rapidamente: as leis da maconha medicinal nos Estados Unidos são muito diferentes de um Estado para outro. Há Estado que regulamenta só um canabinoide, há Estado que regulamenta o uso da planta, alguns vão proibir comestíveis, outros, não. Então, é importante ter isso em clareza.

Agora, para concluir: por que é necessário a gente regulamentar? A primeira razão é que já vem acontecendo. Esses são os países que têm o registro, que legalizaram a maconha medicinal. O mais recente que entrou nessa lista foi Portugal, há alguns dias inclusive.

Então, quando a gente ouve falar, a gente pensa só nos Estados Unidos, mas, na verdade, nos Estados Unidos, são Estados nos Estados Unidos, assim como acontece na Austrália, e alguns países já fizeram essa regulamentação há bastante tempo, como o Canadá, que legalizou a maconha recreativa ontem, à noite, e já regulamentou a medicinal desde 2001.

Outro ponto. Este é um dado da própria Anvisa, mostrando as doenças para as quais já foi prescrita a maconha medicinal no Brasil, segundo dados de 2017. Então, já está acontecendo. Aqui são as especialidades médicas que prescreveram; em destaque, em amarelo, aquelas que são autorizadas pela resolução do CFM, que teoricamente não autorizaria todas as especialidades médicas. Mas as especialidades médicas brasileiras estão prescrevendo para diversas doenças. Isso já está acontecendo. A grande questão é regulamentar isso de uma forma consciente, ciente, desapaixonada, com base nas evidências e na discussão ampla dentro da sociedade e controlando. Por exemplo, eu sou totalmente contrário à ideia de comestíveis que pareçam com doces ou balas, isso não faz o menor sentido; remédio tem que ter cara de remédio.

Para concluir, há mais uma razão, e eu acho que essa é a principal razão pela qual é preciso regulamentar. Eu trago o caso aí – vocês devem conhecer – do filme O Óleo de Lourenzo. Esses são os personagens reais, o Lorenzo Odone e o seu pai, que ajudaram a descobrir um alimento, na verdade um óleo derivado de extratos vegetais que é capaz de interromper o desenvolvimento da doença gravíssima que o filho dele tinha. Os dois já faleceram atualmente. Isso foi a sociedade se movimentando. E, no Brasil, a discussão da *Cannabis* medicinal veio por conta principalmente das crianças portadoras de epilepsia refratária e mais adiante das crianças portadoras de autismo, com um óleo também envolvido nessa história, mas esse é um óleo extremamente caro. É o que a Anvisa pode, na atual prerrogativa legal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem, organizar, é o que ela pode fazer: tem que vir de uma indústria farmacêutica. Só que ele é extremamente caro, como vocês vão ver.

E o que a sociedade brasileira está fazendo? Estão aqui a Margarete, que vai falar depois de mim, e o esposo Marcos. Eles já têm autorização para plantar a maconha e fazer o óleo para uso compassivo dentro da sua família. A sociedade está se movimentando, e a gente precisa tirar aquelas pessoas que estão – e é um número grande de pessoas – fazendo isso para cuidar de seus filhos da ilegalidade. Eu acho que essa é a principal razão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada pela exposição.

Agora, eu vou dar a palavra ao Dr. Renato Filev, neurocientista do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

O SR. RENATO FILEV – Olá! Bom dia a todas e a todos!

É um prazer estar aqui.

Saúdo a Senadora Marta pelo convite, em nome de todos os Senadores presentes.

Eu trabalho na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) com o tema da cânabis. Minha declaração de conflito de interesse é que também não tenho nenhum vínculo com nenhum tipo de empresa. Sou acadêmico e pesquiso a cânabis há cerca de dez anos.

O uso terapêutico é um uso bastante tradicional, remonta há cinco mil anos. Essa gravura aí é de um imperador chinês chamado Shen Nung, que fez o primeiro relato de uso terapêutico da cânabis na história da humanidade.

Recentemente, há cerca de 30 anos, o sistema endocanabinoide foi descoberto, uma maquinaria celular que permite economias de gastos energéticos dentro das células, principalmente dos neurônios, e nós, todos os organismos humanos, produzimos a nossa maconha endógena, como o Prof. Carlini fala, que são endocanabinoides, substâncias provenientes do nosso organismo, da nossa constituição, que participam de processos fisiológicos e que encontram na maconha semelhantes ou substâncias análogas que realizam a mesma função endógena do nosso organismo.

Se eu fosse resumir para que serve o sistema endocanabinoide no nosso organismo, ele serve para estas cinco funções: relaxar, comer, dormir, esquecer e proteger. Ele é um regulador fisiológico da homeostase, modulador de outros sistemas de neurotransmissão, como a dopamina, a serotonina e a noradrenalina. Sua deficiência desencadeia uma série de enfermidades, e, por conseguinte, ele pode ser alvo farmacológico para diversos tratamentos. No entanto, por ser recente, necessita de uma maior compreensão desse potencial e de estudos científicos que versem sobre a temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. George Kunos é um dos expoentes na pesquisa com canabinoides, inclusive é Diretor do Instituto Nacional de Abuso de Álcool e Alcoolismo nos Estados Unidos. Ele aponta para um dado bastante interessante: "Modulando a atividade do sistema canabinoide, podemos interferir em quase todas as doenças que afetam os [seres] humanos..." Então, existe um grandíssimo potencial aí que precisa ser compreendido, que precisa ser estudado a fundo, de maneira responsável, de maneira séria.

Em contrapartida, na cânabis, os fitocanabinoides, os canabinoides presentes na cânabis e que conseguem interagir com o nosso organismo, também cumprem um papel de ação terapêutica. Há um dado importante, que eu acho que vale a pena ressaltar, que é o efeito comitiva. O efeito comitiva é a interação dos diversos canabinoides e de outras moléculas presentes na cânabis, como, por exemplo, os terpenos ou óleos essenciais, as substâncias que dão a fragrância, o aroma e o odor, que juntos interagem e resultam em um efeito diferente do que existiria se você utilizasse cada componente isoladamente.

Então, o efeito comitiva é resultante final de efeitos e se configura em uma reposta final, em uma resposta diferente de um dos princípios ativos isolados. Então, o efeito comitiva é responsável, então, por uma diversidade do efeito terapêutico. Isso pode ser benéfico e precisa ser aprofundado, porque a maioria dos estudos científicos realizados até hoje foi feita com princípios ativos isolados. Então, a gente precisa compreender a utilização desse potencial de forma mais ampliada.

Como a Renata já trouxe, as convenções internacionais, de fato, não proíbem a utilização dos canabinoides para finalidades médicas, terapêuticas e científicas. Então, é um dever nosso regulamentar o acesso para essas finalidades dentro do Território nacional. É importante destacar que, como as convenções nunca proibiram o uso para essas finalidades, a regulação do acesso terapêutico e científico ficou a cargo dos países, da regulação dos próprios países, e cada um desses fez da forma que lhe convinha no momento.

Só que, no Brasil, como o Tófoli também já colocou, nós temos a realidade de pacientes que conquistaram na Justiça um salvo-conduto para cultivo terapêutico. Essa realidade já existe para 19 famílias, foram 19 *habeas corpus* concedidos para doenças crônicas e incapacitantes. O que o Governo tem a oferecer àqueles cidadãos, como a medicina convencional, não funcionou, fracassou, e o entendimento dos juízes é o de que, de fato, então, a cânabis ou os canabinoides em extrato ou *in natura* poderiam beneficiar aquelas pessoas.

Eu fiz um resumo sobre esses tipos de acessos que a Renata colocou.

Então, os produtos importados são suplementos alimentares, não são medicamentos registrados. Eles têm uma padronização variada e têm ausência de estudos; as agências regulatórias dos países não permitem a execução desses estudos clínicos. Há diversidade de produtos e de apresentações, como o Tófoli mostrou também, como, por exemplo, as balinhas, que podem também causar danos e prejuízos.

Os custos para acesso a esses medicamentos importados são de intermediário a alto, e as limitações são justamente a qualidade e a consistência desses produtos, que são questionáveis, e o teor de canabinoides, que é variável. Quando se faz uma análise de cromatografia, por exemplo, desses produtos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós percebemos que o rótulo difere do que foi retirado do aparelho. Então, existe aí uma diferença. Talvez, se o medicamento fosse registrado, haveria uma precaução, uma preocupação com esse tipo de variável.

O medicamento registrado é o Mevatyl, um medicamento fitoterápico de alta padronização e de estudos consistentes, mas é um produto único. O custo é elevado, varia de cerca de R$1 mil a R$3 mil por mês para o paciente, dependendo da sua patologia. As limitações são estas: ele é uma única apresentação, dentro das diversas formas de se apresentar o produto canabinoide, é um *spray,* que é absorvido pela mucosa oral, e o tratamento é caro e limitado. Já os artesanais são produzidos, extraídos de forma caseira, de forma artesanal, e a padronização é inexistente, visto que cada um faz da forma que lhe convém. Existem muitos relatos de casos, demonstrando a progressiva melhora de pacientes de patologias crônicas com a utilização desses óleos. Há uma relativa limitação de apresentações, até porque são produtos farmacêuticos produzidos de maneira artesanal. Então, realmente se limita a quantidade, a versatilidade desses produtos.

No entanto, em geral, os cultivos vêm sendo feitos com genéticas apropriadas, genéticas que apresentam perfis de canabinoides que podem beneficiar certo tipo de enfermidade, como é o caso de cepas ou de variedades de cânabis que apresentam alto teor de canabidiol, no caso do controle das epilepsias resistentes ao tratamento convencional. O custo é baixo, é intermediário, e há uma necessidade de orientação de boas práticas desses cidadãos para manejo, cultivo, extração e consumo.

Segundo a Lei de Acesso à Informação – nós obtivemos esses dados da Anvisa, no dia 18 de maio de 2018 –, 4.617 brasileiros têm autorização de importação desses produtos. Foram 78 mil unidades de produtos importados até o momento. Mais de 800 médicos os prescrevem, de uma diversidade de especialistas, como o Tófoli pontuou, para uma diversidade de enfermidades. Houve 62 reações adversas relatadas e notificadas à Anvisa, sendo 10 delas classificadas como graves. Então, nós temos um universo de 78 mil unidades de importação e 10 classificações de eventos adversos graves, segundo o próprio dado que a Anvisa nos cedeu.

O custo de um extrato importado pode variar, em média, de R$375 a R$7 mil por mês, sendo um tratamento bastante distante da realidade do cidadão brasileiro. Como eu ressaltei, em alguns dos produtos, a própria FDA aponta irregularidade na concentração, na composição desses produtos, alertando para algumas marcas cuja importação o Governo brasileiro permite. Há um desencontro do teor do produto e do que é alertado no rótulo.

Eu destaco aqui a necessidade da compreensão da classe médica e dos farmacêuticos para terem à mão uma ampla gama de produtos canabinoides, não apenas cápsulas e produtos isolados. Também têm de pensar e conhecer a utilização da matéria orgânica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO FILEV – ...da flor *in natura*. Essa é uma realidade mundial. A maioria dos usuários que fazem uso terapêutico o faz a partir da flor. Então, nós precisamos pensar em como regular isso.

A minha perspectiva é a de que, através de boas práticas, esses profissionais possam conduzir e orientar estas pessoas, agrônomos, médicos, farmacêuticos, a como produzir esses produtos de maneira menos danosa nas suas casas. Existe, evidentemente, como eu enfatizei, uma diversidade de produtos canabinoides. O Prof. Sidarta Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fala "as maconhas" e não só um tipo de maconha. Existem maconhas com baixíssimos teores de THC, que não produzem efeito euforizante, enquanto outras, com altos teores de THC, são buscadas por quem faz uso social. As diferenças da planta, nas suas características macro e microscópicas, configuram, então, uma diversidade de possibilidades e também um desafio de se encontrar a cepa adequada para o seu tratamento, para a remissão dos sintomas e para o tratamento da enfermidade, mas se torna claro também o potencial terapêutico da maconha.

Aqui nós temos um panorama de uma terapia milenar e de uso contemporâneo, que demanda uma necessidade de regulação. Eu enfatizo aqui o que está na nossa Constituição e também nas regulações tanto do Ministério da Saúde como do que a gente discute dentro dos Conselhos de Medicina e das área de saúde: o direito inalienável à saúde; o direito à escolha da ampla terapia; o acesso às informações idôneas; o protagonismo do paciente na escolha terapêutica, que é fundamental no ajuste da dose – dizem que o paciente pode ser seu próprio cromatógrafo, saber qual teor de canabinoides é adequado para aquela remissão dos sintomas – e na percepção da remissão desses sintomas.

Nós já temos um precedente jurídico, uma judicialização desses acessos, desses pedidos. Eu acho que o legislar, que é o que está na incumbência dos senhores, vai aumentar o acesso à saúde e ao tratamento, sem deixar apenas nas mãos dos juízes esse tipo de abordagem, que amplia o acesso a milhões de brasileiros, para que possam se beneficiar desse tipo de terapia.

Para finalizar, destaco a perspectiva do associativismo. O cultivo associativo tem diversas modalidades, mas pode fortalecer a troca de informações para boas práticas de cultivo; diminui os custos de produção; auxilia quem não pode ou não consegue produzir seu medicamento; diminui a probabilidade de interrupção do tratamento, com o acesso a cepas e genéticas variadas e específicas, de acordo com a sua enfermidade; facilita a troca de informação e produção de pesquisas; amplia o acesso a esses medicamentos; e reduz o dano associado ao mercado ilegal.

Aqui, para finalizar, eu destaco as iniciativas de associações que já existem no Brasil. Há uma dezena de associações espalhadas em todo o Território nacional que vêm, de uma forma ou de outra, tentando facilitar o acesso de pessoas enfermas a uma terapia que, embora milenar, é bastante promissora para a remissão dos seus sintomas.

A Cultive é a associação de São Paulo da qual faço parte, como membro.

Agradeço o convite e a discussão. Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada. Foi bastante interessante.

Passo a palavra agora à Margarete Brito, Coordenadora-Geral da Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi).

Eu tenho uma dúvida: é cânabis ou *Cannabis*?

O SR. RENATO FILEV – Os dois servem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Os dois podem.

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – No Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa está grafado cânabis, com acento no primeiro "a", mas muita gente fala Cannabis, pelo uso.

O SR. RENATO FILEV – O Dicionário Houaiss permite as duas formas: cânabis ou *Cannabis.*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – *Cannabis sativa* e *Cannabis* sátiva...

Eu vou falar *Cannabis*, então.

Com a palavra a Margarete.

A SRª MARGARETE BRITO – Bom dia a todos e a todas!

Primeiro, eu quero agradecer o convite à Senadora e parabenizar pela iniciativa do debate toda a Comissão.

Cumprimento toda a Mesa e me apresento. Eu sou Margarete, sou advogada, sou mãe da Sofia e da Bia. A Sofia foi quem me trouxe para esta luta. Eu me mantive na luta por conta de inúmeras injustiças que fomos vendo nesse caminho. Sou Coordenadora-Geral da Apepi e membro da Renfa e também, em 2015, considerada traficante internacional de drogas. É irônico, mas, pela lei, pelo fato de importar medicamento que estava na Portaria 344 da Anvisa, as ações eram consideradas tráfico internacional. Hoje em dia, a gente só faz tráfico nacional.

Pela Lei 11.343, art. 33, o ato de solidariedade de ajudar o próximo ainda é considerado tráfico de drogas. Então, esse é o principal motivo por que a gente precisa avançar e precisa fazer a regulamentação. A minha contribuição nestes dez minutos é exatamente isto: pensar e refletir sobre a necessidade de alterações que a Lei 11.343 precisa ter e sobre a questão do cultivo, da minha experiência pessoal e da minha experiência como coordenadora de uma associação, sobre a segurança, sobre como isso pode ser uma coisa tranquila, não um bicho de sete cabeças, como muita gente pensa que é.

Eu fui a primeira família brasileira a ter autorização para plantar maconha e fazer o remédio da minha filha em casa, porque, no finalzinho de 2015 e no comecinho de 2016, eu me desorganizei, fiquei sem o óleo importado e recebi um óleo por doação. Esse recebimento por doação é considerado, pela Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.343, tráfico. Para a minha surpresa, o óleo artesanal funcionou, para a minha filha, melhor ainda do que o óleo importado. Então, em vez de outras pessoas correrem o risco, eu mesma resolvi aprender a plantar e a fazer o remédio da minha filha.

Esse é o cultivo, um cultivo pequeno, doméstico, que a gente tem em casa. É sempre importante mostrar, porque é muito diferente daquela imagem que a televisão passa da maconha prensada, no morro, cheio de armas em volta. É uma planta como qualquer outra planta, talvez não como qualquer outra planta, porque ela é toda envolvida de tanta polêmica, o que não deveria acontecer.

Mostro a importância de haver uma regulamentação. Esse eslaide mostra que só foi possível essa oficina de cultivo dentro de uma universidade, levando uma planta, porque o meu cultivo era permitido. Então, em vez de ficarmos cheios de medo, de mito, quando temos uma permissão, quando fazemos as coisas dentro da legalidade, conseguimos informar, conseguimos tirar os riscos ao invés de aumentá-los. Então, para mim isso é muito simbólico, porque são várias mães, várias famílias que fazem o uso. Muitas delas plantam ilegalmente. Quando você tem as coisas dentro de um ambiente permitido, você consegue informar, consegue reduzir a insegurança e os danos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Faço uma pergunta só: essas oficinas eram dadas para mães ou para outras pessoas?

A SRª MARGARETE BRITO – Para mães e famílias. Todo mundo que está de toquinha aí são mães, são famílias. Muitas delas já plantam, a grande maioria ilegalmente. Muitas já fazem o remédio dos filhos. Essa é uma parceria que a gente tem com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, um projeto de extensão, em que é possível essa ajuda, porque, pelo fato de eu ter o salvo-conduto num *habeas corpus*, a gente consegue avançar nessa questão da informação. Por isso, é importante a gente regulamentar.

Existe uma planta. Pela primeira vez na história, a gente consegue levar uma planta de maconha dentro da universidade, exatamente porque a gente não estava fazendo nada de ilegal.

Essa é outra oficina. A pergunta que a gente mais ouve é se é fácil fazer, se é seguro e se é de qualidade. Não é nenhuma inovação essa questão da extração alcoólica, é um processo feito com qualquer outra planta, não só com maconha. Se você perguntar a qualquer farmacêutico, ele vai dizer que esse processo de extração não é nada novo. Então, é seguro, sim, principalmente quando você consegue fazer dentro da legalidade, quando você consegue apoio, por exemplo, de uma universidade como a UFRJ.

Aqui temos até o *e-mail* para quem quiser entrar em contato.

Esse é um protocolo que a Profª Virgínia, coordenadora do projeto, fez dessa planta. Essa planta, a Harle-Tsu, é uma planta rica em CBD. Através dessas oficinas, nós conseguimos fazer um protocolo para haver uma padronização básica.

Esse eslaide é para mostrar que esse óleo artesanal que todo mundo questiona pode ter qualidade melhor inclusive até que os importados, em que a gente paga uma fortuna, quando a família pode pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer fazer um comparativo do óleo artesanal com o óleo importado. Sem falar da questão do custo e do controle de qualidade, uma informação muito importante que a gente vem trazendo é sobre o sistema endocanabinoide. O sistema endocanabinoide é como uma digital, como a Cidinha falou outro dia: cada pessoa tem o seu. A medicina canábica, eu acredito que, com o avançar das pesquisas, a gente vai chegar a essa conclusão de que pode ser uma medicina personalizada. Então, a vantagem da regulamentação do cultivo se dá muito por isso.

Na experiência que a gente tem com os nossos filhos e com as famílias, a gente vê que, com a possibilidade de achar a sua planta certa, a sua cepa certa, talvez você consiga alcançar uma terapêutica mais adequada. Então, eu acho que esse é um ponto muito importante de que a gente precisa falar quando a gente fala da permissão do cultivo domiciliar, doméstico.

E se a gente continuar como está? Quem não tem condição? Como plantar sem semente? E qual a opção do cultivo associativo? Eu acho que este projeto de lei é uma iniciativa muito bacana, mas a gente tem de avançar no debate. A gente não tem como falar de regulamentar o cultivo individual e doméstico sem a gente falar da importação de semente. Como aquela pessoa que tem uma receita médica e que agora pode plantar em casa vai obter a sua muda? Como ela vai obter a sua semente? Ela não consegue fazer isso se ela não fizer uma associação com o tráfico, porque, se eu der para outra pessoa uma planta, uma semente, ela, necessariamente, estaria cometendo um crime de tráfico.

Também é importante dizer que muitas famílias, embora tenham boa vontade e queiram plantar, não têm espaço, não têm tempo. É importante a gente avançar no debate da questão do cultivo associativo. É muito importante que seja permitido esse cultivo associativo, que já existe, que é um fato social. Então, a gente precisa pensar na questão da regulamentação também do cultivo associativo.

Isto aqui é um exemplo de quando é proibido e de quando é permitido.

Em João Pessoa, a Abrace Esperança é coordenada pelo Cassiano, que, numa das audiências públicas em Brasília, na época do Senador Cristovam Buarque, saiu preso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARGARETE BRITO – Hoje, ele é coordenador da primeira associação do Brasil que tem permissão para plantar. Hoje, eles atendem mais de 800 pacientes e estão conseguindo melhorar os produtos cada dia mais. Tudo por quê? Porque não faz dentro da ilegalidade. A ilegalidade só traz para a gente prejuízo. Eles conseguiram agora fazer um convênio com a Universidade Federal da Bahia para a ampliação do cultivo para pesquisa. E, pela primeira vez na história no Brasil – mais uma vez, é importante repetir que é porque não é proibido –, eles conseguiram aprovar no Conselho de Ética e Pesquisa um teste clínico com o óleo artesanal. Então, isso é muito importante.

Ao contrário disso, a proibição gera um comércio informal de óleo medicinal. Então, recentemente, foi preso um dos companheiros que fornecem e atendem a um mercado, a uma demanda que existe dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do País. Ele foi preso e, depois, enfim, já não está mais preso, porque é um caso de uma associação já constituída que fornece para pacientes.

Sempre quando a gente ouve o outro lado, a gente escuta dizer que existem interesses, fala-se em George Soros, na indústria, dizendo que existe o interesse da indústria, que quer legalizar a maconha, porque vai dar lucro, pois é um mercado bilionário. A gente tem de prestar muita atenção quando a gente ouve isso, porque também houve interesse financeiro na proibição. Então, é importante a gente pensar nisso.

Aqui, esse eslaide é para mostrar que muitas das nossas crianças utilizam a *Cannabis* para fins terapêuticos porque estavam quase morrendo com o fenobarbital, estavam com o cabelo caindo, estavam moles. Essas crianças tomam 400 milhões de remédios que acabam com a saúde. Então, quando a gente fala dos perigos da maconha, a gente também tem de pensar nos perigos dos outros remédios que essas crianças tomam. A gente nunca pode esquecer isso.

Meu tempo acabou. Então, esse eslaide é só para a gente pensar também no interesse da proibição.

Aqui, eu acho que o Renato Filev já falou muito bem do uso milenar.

Esta aqui é a redação da Lei 11.343. De um lado, o que a gente considera como solidariedade a Lei 11.343, no seu art. 33, considera como tráfico. Então, a gente mostra aí a importância da regulamentação.

Eu termino – esta é a minha filha linda –, lendo aqui: "A desobediência civil é um verdadeiro fundamento da liberdade. No caso do uso terapêutico da maconha, obedecer a essa lei vigente e injusta é ser desumano. Por isso, seguiremos plantando e ajudando o próximo. Precisamos que sejam regulamentadas todas as formas de acesso!"

Gente, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada.

Eu quero também agradecer a presença do Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, da cidade de Piracicaba, do PV, de São Paulo.

Agora, vamos ao último depoimento, que é o da Cidinha Carvalho, Presidente da Cultive – Associação de Cannabis e Saúde.

A SRª CIDINHA CARVALHO – Primeiro, eu quero agradecer à Senadora Marta pelo convite e também pela sua coragem em pedir vista do relatório do Petecão, quando ia ser engavetado, e transformar num projeto de lei.

Senadora, peço, como mãe e como representante de várias famílias de pacientes, que a Senadora continue com um olhar de mulher, de mãe e de uma autoridade em que estamos depositando muita esperança de que haja o prosseguimento desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou mãe da Clárian, que é portadora da síndrome de Dravet, uma epilepsia severa, com risco de morte súbita. Eu também sou membro da Cultive – Associação de Cannabis e Saúde, em que o Dr. Elisaldo Carlini é o nosso Diretor.

Antes de começar, eu só queria mostrar para vocês, rapidamente, um vídeo com alguns relatos de outras patologias, além da epilepsia, que é conhecida por todos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª CIDINHA CARVALHO – Essa é a Clárian, que toma óleo há quatro anos, um óleo artesanal. No início, ela começou com um importado. Na época, paguei US$500. Eu não tinha condições de continuar com esse tratamento. A minha luta começou em julho de 2013, quando vi o caso da Charlotte Figi, com a mesma síndrome da Clárian. Desde então, a Clárian vem tomando óleo artesanal, e as crises diminuíram 80%. A minha filha não corria, não subia escada sozinha, não pulava. Hoje, ela pula, corre, sobe escada sozinha. O cognitivo melhorou incrivelmente, o equilíbrio dela melhorou muito, assim como o tônus muscular. Minha filha não tinha sudorese desde bebê, o que é uma característica da síndrome de Dravet, e, com quatro meses tomando óleo, minha filha começou a transpirar. Minha filha já teve várias paradas respiratórias convulsionando, por ser uma epilepsia severa, e uma parada cardiorrespiratória. A nossa vida era só hospital. Faz quatro anos que ela toma o óleo, faz quatro anos que eu não sei mais o que é um pronto-socorro.

Eu e o meu marido temos o *habeas corpus*. É até contraditório você dizer que você tem um *habeas corpus* para você não ser presa, porque você está plantando, cultivando uma planta para tirar a sua filha do risco de morte. É praticamente uma inversão de valores. Enfim, por falta da regulamentação, a lei pede isso.

Quando nós começamos, na verdade, nós dependemos de uma rede para, assim como o Renato Filev falou, nós obtermos o clone com uma genética específica, até mesmo para testar outras espécies, até encontrar a melhor resposta, para obter melhores práticas de cultivo, para obter melhores práticas de extração de óleo. A farmacêutica Renata nos instrui com a extração do óleo, para obter a melhor prática nisso, e com a purificação do óleo.

Por que estou dizendo isso? Porque, embora o autocultivo seja de extrema importância, o cultivo associativo não está incluído nesse projeto de lei. Tudo isso que eu e meu marido tivemos com essa rede de pessoas é o que cultivo associativo oferece. Ele dá todo o respaldo para as pessoas nas melhores práticas de autocultivo e de tudo que eu já citei, também fazendo a inclusão das pessoas que já são excluídas justamente pelo limite físico, por causa da sua patologia, pelo limite físico de espaço, como a Margarete falou. Há muitos casos de mães em que os maridos, ao verem um filho especial, acabam abandonando a casa, e essas mães têm de fazer papel de pai e mãe e ainda trabalhar fora, cuidando do filho. Elas não têm tempo nem estado psicológico para isso.

Então, o cultivo associativo acaba sendo abrangente, incluindo aqueles que realmente estão excluídos. Hoje, a maioria, mais de 90% dos pacientes, está sendo excluída por causa do alto custo e pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



fato de o importado não oferecer várias opções. O autocultivo é muito importante. Por quê? Porque você tem de saber a cepa que você está dando para seu filho, justamente para você dar continuidade se obtiver uma boa resposta ou, então, se você não obtiver uma boa resposta, para você testar outras cepas até você encontrar a melhor resposta.

Fora isso, o cultivo associativo faz um trabalho de redução de danos, o que hoje a Cultive já faz e várias associações já fazem. Inclusive, nós mesmos da Cultive damos cursos para as mães que chegam ali até mesmo cheias de preconceitos, com o preconceito até mesmo de falar a palavra "maconha". Dizem: "Não posso falar maconha." Então, falam *Cannabis*. E até mesmo não se pode dizer que é CBD, porque não é só CBD, mas são todas as substâncias que estão juntas, e todas elas agem em um efeito comitiva. Quando usei a artesanal com a minha filha, quando, depois, mudei para o artesanal, realmente, foi uma mudança incrível, pois, até hoje, estou vendo avanços na minha filha. Minha filha está começando a se alfabetizar, o que antes era impossível.

Além disso, esses pacientes que realmente não têm condições de importar acabam recorrendo à ilegalidade, como a Margarete citou, sem saber nenhuma procedência do óleo, porque acaba sendo um pouco mais barato que o importado – eu até diria que nem tão barato. O associativo pode oferecer uma forma democrática, com baixíssimo custo.

A indústria farmacêutica já está aí. Nós queremos um acesso democrático. Um acesso democrático é ter uma livre opção de escolha e ter essa escolha respeitada. A indústria farmacêutica não precisa de luta. Nós estamos aqui na luta, para que todos tenham esse acesso. Só que é muito triste saber que ela já chegou dentro da luta, enriquecendo-se cada vez mais, com tanta dor, com tanto sangue derramado. E essas dores continuam. Por quê? Porque ela não contempla todos os pacientes que necessitam.

O que eu tenho a dizer é que nós que estamos cultivando com autorização ou não só estamos exercendo nosso direito legítimo à saúde diante de uma lei omissa. A regulamentação é extremamente necessária, é emergencial, mas de forma ampla, de forma que possa...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CIDINHA CARVALHO – ...incluir todos, com o autocultivo e com o cultivo associativo. Eu até acabei resumindo um pouco, justamente por causa do tempo. Nós estamos tão à deriva, que hoje a lei que nós temos não nos protege, e o que nós precisamos é disto: uma lei que nos proteja, que não nos trate da mesma forma que trata o traficante. É assim que nós estamos sendo tratados e vistos pela lei.

Com isso, eu aproveito para mostrar para vocês que a planta que está sendo julgada está aqui: eu planto no quintal da minha casa. Está nesse óleo, nesse vidrinho. A minha filha toma 12 gotas, duas vezes ao dia, o que a tirou do risco de morte, trouxe todos esses avanços para a minha filha, trouxe qualidade de vida para a minha filha e para a família inteira.

Então, eu aproveito para entregar às mãos da Senadora um pedido, uma minuta, pedindo uma emenda para incluir o cultivo associativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu lhe agradeço.

Agradeço à Cidinha, que foi meu primeiro contato com o problema. Nós ficamos um bom tempo conversando, e, quando ela terminou de explicar, eu falei: não tenho nenhuma dúvida de que a gente tem de ir atrás disso. Eu não tinha ideia da dimensão do benefício que nós poderíamos ter e de toda a situação que foi muito bem descrita aqui. Vocês podem ter a certeza de que vou tentar fazer o melhor.

Eu tenho agora algumas questões que me ficaram, que fui anotando em papeizinhos aqui. A partir da fala, eu já tinha entendido que o cultivo associativo tem de estar presente na lei. Agora, a gente pode fazer uma lei que é mais genérica, simplesmente autorizando a plantação para uso medicinal, e aí a regulamentação fica para o Ministério da Saúde, para a Anvisa e tal, ou a gente pode introduzir alguns parâmetros do que a gente acha importante – quando eu digo "a gente" são vocês, que trabalham nessa área. Essa é uma das questões que já está colocada para todos. Eu gostaria de saber o que vocês acham.

Depois, uma das coisas que eu aprendi quando comecei a ler sobre isso é a riqueza das cepas da *Cannabis*. Pode haver uma cepa muito boa para epilepsia, mas pode haver outra cepa ainda melhor para epilepsia. Como fazer isso, essa "experimentação", entre aspas? Ou seja, você planta e aí vai experimentando o óleo que você faz para diferentes cepas, e cada paciente vai ter de experimentar como é. É isso?

A SRª CIDINHA CARVALHO – O que nós sempre instruímos primeiro é sempre começar com alto CBD e menos THC, que é esse que eu cultivo para minha filha.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É o mais geral e depois o mais específico. É isso?

A SRª CIDINHA CARVALHO – A gente fala que é o que tem menos THC. Por quê? Porque o THC, em alta dose, pode dar algum efeito psicoativo. Então, até mesmo para não ter um mal-estar, a gente sempre indica começar com o mais alto CBD e com menos THC.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Então, chegamos a uma questão: se a gente permite o uso associativo medicinal, talvez tenha de haver alguma regulamentação, para não acontecer esse tipo de coisa. Entende?

A SRª CIDINHA CARVALHO – Senadora, o problema é o efeito psicoativo. Os anticonvulsivantes dão efeito psicoativo. A minha filha ficava dopada com vários anticonvulsivantes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Entendi.

A SRª CIDINHA CARVALHO – Além de ficar dopada, ela teve até intoxicação medicamentosa e ficou sem andar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Entendi. Os remédios são piores do que a *Cannabis* ou a experimentação de como chegar ao melhor.

A SRª CIDINHA CARVALHO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Há outra coisa: quem orienta o paciente? Por exemplo, se a pessoa tem uma pessoa da família que precisa, ela vai a que tipo de médico?

A SRª CIDINHA CARVALHO – Isso depende da patologia. Se for algum problema neurológico, a gente indica um neurologista que já tenha conhecimento com a *Cannabis* terapêutica. Se for alguém que está com câncer, a gente indica algum oncologista que também tenha esse conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É sempre o mesmo médico da área referente à doença que a pessoa tem?

A SRª CIDINHA CARVALHO – Nem sempre.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas ele pode não achar que é bom. Vocês têm indicações? Como é feito isso?

A SRª CIDINHA CARVALHO – Nem sempre, porque há médicos também que... É a mesma coisa. Há médico que já receitou para mim topiramato, que é anticonvulsivante, para emagrecer. É o *off label*, como é chamado na medicina, que ele pode prescrever para outras patologias se ele achar que pode ter o mesmo resultado. Ele está amparado pela lei. Alguém me corrija se eu estiver errada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª CIDINHA CARVALHO – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu vou deixar agora... As perguntas que eu tenho são muito vagas. Nós vamos ter de aprofundar mais isso. Nós temos de buscar um medicamento que seja eficaz, que tenha qualidade, que tenha segurança e que tenha bom preço. Esse tem de ser o norte do que a gente vai fazer. E como garantir tais fatores em um ambiente com alto cultivo? Essa é uma das questões sobre a qual eu também gostaria de uma reflexão. Como garantir que as plantas cultivadas e seus extratos terão seus princípios terapêuticos desejáveis e com o mínimo de risco e de efeito colateral? Acho que a senhora colocou muito bem que não tem nada contra a empresa, o laboratório. Que façam os remédios em laboratório e que a gente tenha a opção para a pessoa poder fazer o seu cultivo legalizado ou comprar o remédio!

Eu tenho dúvidas de como será feito isso, no sentido... Só de falar do que nós começamos a discutir, os laboratórios estão muito acesos em fazer isso. Ninguém tem nada contra o laboratório.

A SRª CIDINHA CARVALHO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas tenho muito receio de o mercado ser invadido por um monte de pílulas mágicas e coisas do tipo. Acho que a Renata vai poder falar um pouco sobre isso.

São muitas dúvidas ainda. Eu vou dar... Que hora nós temos agora?

A SRª MARGARETE BRITO – Eu posso só falar uma coisinha?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Acho que posso dar cinco minutos para cada um, para voltar a fazer suas considerações. Quer começar?

A SRª MARGARETE BRITO – Eu queria só falar uma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Comece, então. São cinco minutos, Margarete.

A SRª MARGARETE BRITO – Sempre que ouço essas várias dúvidas, penso na diferença entre um ambiente de proibição e um ambiente onde isso seja permitido. Quando você pensa em uma regulamentação, começa a haver pesquisadores, você começa a ter mais informação. Então, por exemplo, em relação às dúvidas, nos países onde é regulamentada, existe determinado número de cepas que são estudadas para determinadas doenças. Para dores, por exemplo, no Canadá – alguém, de repente, que tenha mais conhecimento pode me corrigir, se eu estiver errada –, há quatro ou cinco cepas já muito estudadas para a dor, há outras que são estudadas e que funcionam melhor para epilepsia, há outras calmantes, há outras para pessoas que precisam de um pouco mais de energia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A gente não precisa criar a roda, não é?

A SRª MARGARETE BRITO – A gente não vai inventar a roda. Então, sempre a gente tem de pensar que, quando a gente tem a regulamentação, a gente vai ter informação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Quer começar?

Com a palavra o Dr. Renato Filev.

O SR. RENATO FILEV – Eu queria comentar algumas coisas. Uma é sobre essa questão da regulamentação, se se insere na lei ou se deixa para a Anvisa regulamentar. As convenções internacionais nas quais a Anvisa se sustenta para regular a *Cannabis* nunca proibiram o acesso para finalidades terapêuticas ou científicas, para finalidades de pesquisa, e até hoje não foi regulamentado. Eu temo que isso aconteça também se a gente deixar na mão da autarquia, para que ela o faça.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Deixe-me fazer um comentário: eu soube que o Presidente da Anvisa agora está muito debruçado sobre essa questão. Eu gostaria que a Renata depois mencionasse. Ele vem à Comissão para falar de outros assuntos, mas certamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone.*) – Já concluiu?

O SR. RENATO FILEV – Perfeito. Não, ainda não, desculpe-me.

Então, eu endosso a colocação da Margarete. A gente tem de pensar em como garantir a padronização dentro de um cenário regulado. Não adianta a gente pensar em tentar garantir a regulamentação em um cenário em que o produto é ilícito. Então, a partir do momento em que ele for colocado dentro de um cenário legal, vão se criar as oportunidades de se garantir essas padronizações de acesso a uma cepa com genética garantida, estável, e a produtos que permitam o cultivar atingir a sua capacidade máxima e adequada.

Existem alguns estudos na comunidade acadêmica que apontam que existem aproximadamente sete *clusters*, ou sete agrupamentos, de variáveis de maconha. Então, embora haja uma ampla diversidade de perfis de canabinoides diferentes em cada cepa, em cada variável, existem esses agrupamentos. Então, em um cenário em que a pesquisa é facilitada, em que há uma regulação do produto, obviamente novas pesquisas serão feitas também. Mas, *a priori*, de ponto de partida, a gente já tem algumas informações que mostram que as variantes, as cepas, se agrupam em sete perfis. Então, esse já seria um ponto de partida.

É importante destacar que cada enfermidade vai precisar de um perfil de canabinoides, mas também de uma via de administração. No caso da epilepsia ou no caso do Parkinson, por exemplo, a pessoa pode tomar por via oral um extrato com canabinoides concentrados, mas, em momentos de crises, de espasmos, ou na crise convulsiva, ela pode lançar mão de outro produto – pode vaporizar ou aplicar um *spray* intranasal –, de alguma coisa que a tire daquele cenário agudo, daquele quadro agudo. Como são doenças crônicas, você pode aumentar o teor de canabinoides no plasma, no sangue dessa pessoa, através da via oral, mas pode também lançar mão de produtos que possam retirá-la de um momento de crise. E, para cada uma, pode ser um perfil de canabinoides específico.

A clínica dos fitoterápicos não é uma clínica tão amplamente divulgada e conhecida como a clínica dos alopáticos. A gente precisa também trabalhar em uma educação permanente, para que profissionais da saúde saiam com essa especialidade, com esse conhecimento e *know-how* de trabalhar com fitoterápicos para a terapia dessas enfermidades.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada.

Agora vem uma pergunta... Eu acho que, quanto menos a gente engessar um projeto, é melhor. Ao mesmo tempo, tem de haver bastantes garantias.

Essas questão de que são seis cepas que são...

O SR. RENATO FILEV – Sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – São sete cepas para diferentes doenças. Por exemplo, uma coisa desse tipo... Seria interessante incluir na fabricação, por exemplo, por indústrias, uma coisa assim, ou deixar mais livre? Na hora em que você limita, há uma vantagem, porque você limita e sabe que vai ser fabricado o que é importante realmente. Só que a gente sabe o que é importante realmente hoje, mas amanhã se pode descobrir outra coisa. Então, você engessa, e fica péssimo. Então, é melhor deixar mais vago isso, não é?

O SR. RENATO FILEV – Posso complementar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pode.

O SR. RENATO FILEV – Na verdade, são sete agrupamentos de cepas, mas, assim como é a característica dos cultivares, fazer a associação de dois tipos diferentes, de duas variáveis diferentes, é muito comum. Então, existe uma infinidade, milhares de tipos de maconha. Esses agrupamentos tornam o perfil bioquímico dessas variedades semelhante, mas existe uma possibilidade muito maior do que só sete perfis.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A minha preocupação – já estou percebendo que, em um projeto de lei, talvez, a gente não devesse colocar – é: como impedir a proliferação de remédios através da *Cannabis* que não vão servir para muita coisa? E também nós sabemos que, por exemplo, o cultivo vai ser só com receita médica; o remédio por farmácia também vai ser com receita médica. Mas, depois, acho que a Renata, da Anvisa, vai poder falar mais.

Renata, você já não quer falar? Depois, fala o Dr. Tófoli.

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – O.k.! Realmente, a gente precisa enquadrar bem aquilo de que a gente está tratando. Vou tentar aqui ajudá-los.

Pelas demandas que vêm sendo apresentadas, por exemplo, cultivo em associações ou cultivo doméstico, esse tipo de cultivo, de fabricação ou de elaboração de medicamento não se assemelha à elaboração de medicamento no âmbito industrial. De fato, não há evidência ou referência que possa dar à Anvisa a segurança de dizer que eles serão iguais ou serão seguros da mesma forma. Quero deixar claro que a gente nunca vai chegar a esse patamar. O que a gente está discutindo aqui, possivelmente, é uma regulação específica, porque se a gente vai à seara do que existe hoje... Aí vou colocar um pouco dos desafios dentro da Anvisa, independentemente de isso ser proibido até – esta é uma limitação para qualquer fitoterápico. Existe a Lei nº 6.360, que diz que o medicamento tem de ter registro para ser distribuído. Nesse lugar, a gente se esbarra, e é onde está a limitação, por exemplo, para regular o uso medicinal de um produto que nunca teve um estudo clínico. Essa é uma dificuldade legal que eu acho que pode ser, sim, tratada no âmbito desta Casa.

O que outros países fizeram – por exemplo, o Canadá – foi estabelecer uma política para a *Cannabis* especificamente, por meio de uma lei que deu o mandato para o Health Canada, que, aí sim, é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade reguladora, para regular aquilo, mas ele trouxe alguns parâmetros, e esses parâmetros é que destravaram algumas outras questões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Então, imediatamente, vamos procurar a lei no Canadá para aprofundar.

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – Eu acho que a gente pode se colocar à disposição também para fazer uma discussão mais técnica, com mais detalhes.

Eu acredito, sim, que a lei teria de trazer alguns parâmetros que destravem essas questões legais, que já são existentes, porque existem outros fitoterápicos também que estão aí e precisam cumprir com todas as outras regras, que são o registro, o estudo clínico. Então, a gente precisa fazer uma legislação específica para a *Cannabis,* para dar esse mandato legal. É preciso dizer assim: o.k., para a *Cannabis*, é possível fazer a fabricação num ambiente em que não haja todos os requisitos, por exemplo, de uma indústria farmacêutica, mas em que haja requisitos mínimos de segurança para uma administração, para a parte clínica mesmo. Israel fez isso, tem guias clínicos para isso, mas eles foram todos subsidiados por uma lei, por algo legal, que deu à autoridade reguladora isso.

Então, esse é o maior desafio da Anvisa. A gente consegue, sim, regular, por exemplo, o cultivo, mas só para aquilo que é lícito hoje, para o que é possível hoje. E hoje o que a gente encontra na legislação é medicamento registrado. Então, eu não consigo avançar muito por conta da legislação, da Lei 6.360. Eu acho que é mais ou menos esse o cenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Ajudou muito, porque eu acho que, a partir daí, a gente já sabe o enfoque em que a gente tem de caminhar.

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – Eu vou aprofundar um pouquinho aqui as reflexões a partir do que a Renata falou e, enfim, do que todos falaram.

Eu acho que é importante termos em vista o quanto isso é peculiar nesse caso. Nós estamos falando de algo, como o Renato falou, absolutamente tradicional, antigo. Já há relatos de maconha tendo efeito para controle de epilepsia no século XIX, o que fazia parte de um guia, o chamado Chernoviz, se eu não me engano, de medicina popular. As pessoas tinham muita dificuldade de acesso ao médico no século XIX. Então, eram muito populares livros que faziam diversos tipos de receitas, de tratamentos, inclusive até como arrumar uma fratura, colocar no lugar e tudo isso. E lá estão descritos historicamente vários usos, inclusive, de tipos diferentes de *Cannabis*. Nós estamos falando de algo que já fazia parte da farmacopeia dos nossos tataravós e que agora se assemelha, de certa forma, à aloe vera, à babosa, ao guaco, que alguém pode plantar em casa, mas, ao mesmo tempo, é um psicotrópico vetado por convenções internacionais. E todo o ambiente da proibição da maconha recreativa, o seu impacto no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encarceramento – e isso tem também problemas para a saúde –, isso afeta toda a história. Por que não temos pesquisa para isso? Porque o ambiente não permite fazer pesquisa com tranquilidade.

E nós estamos falando de algo que foi moldado pelos seres humanos. Há maconha que não tem nada de psicoativo, que é o cânhamo, usado para fazer fibra, e há várias maconhas com efeitos diferentes, dependendo do que vamos usar do ponto de vista terapêutico ou social. O Sidarta Ribeiro gosta de dizer que a maconha é como o cachorro: foram desenvolvidas raças, há raças assustadoras, mas há o pequinês, há o *poodle*, há os cães de companhia. Moldamos essa outra espécie, da mesma maneira que moldamos a espécie *Canis lupus familiaris*.

Como transferimos isso para a lógica da Anvisa, que foi montada dentro de uma estrutura para dialogar com a indústria farmacêutica basicamente? Eu, por exemplo, faço pesquisa com uso terapêutico de psicodélicos, basicamente a *ayahuasca*. Para eu conseguir os reagentes de que eu tenho necessidade para fazer algumas análises simples, eu tenho de pagar taxas; sem nenhum interesse de medicamento específico, de ganhar dinheiro com isso, eu preciso pagar as mesmas taxas que a indústria farmacêutica paga para poder ter os reagentes. Então, isso está dentro da própria estrutura de como a Anvisa foi montada. E não é uma forma de falar mal de quem trabalha na Anvisa, mas de entender como ela é regulada. A partir daí, é muito importante que essa lei, ao sair, dê esta oportunidade de certa garantia de que vá funcionar não pela lógica única da indústria farmacêutica. Eu acho que esse é o ponto. Nada tenho contra existir indústria farmacêutica dentro desse processo, isso é extremamente fundamental e importante, mas é fundamental, talvez mais ainda, que proporcione formas de autocultivo, de cultivo compartilhado e de acesso.

Por outro lado, fico pensando que não dá para deixar também como no caso da Lei de Drogas, a Lei 11.343, se eu não me engano. Ela diz: o plantio, para fins científicos, vai ser regulamentado pela agência responsável, que é a Anvisa. E está aí. A lei tem dez anos, e isso não foi regulamentado. Agora, por um movimento dentro da Anvisa, pressionada pela sociedade, a Ansiva começa a fazer essa regulamentação do plantio para fins científicos. Então, é importante haver também... Não sei como isso se coloca dentro da lei – vocês é que são especialistas em fazer lei –, mas é preciso pressionar para que não se fique esperando que dez anos se passem para que isso seja regulamentado. Essa é uma preocupação que eu tenho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – Para concluir, falo na questão da receita médica. Eu queria só lembrar que, em alguns casos, em alguns países, a maconha medicinal também funciona não unicamente com receita médica. Há alguns países que consideram a possibilidade de o próprio indivíduo decidir se ele adquire e usa a maconha medicinal por conta própria. Eu sei que isso é polêmico, mas eu só queria trazer que existem algumas leis em alguns países que funcionam desse jeito. Não sei como é que isso pode ajudar dentro da questão das famílias, mas acho que valeria a pena olhar essas leis, como elas funcionam em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada. Nós precisamos olhar. Precisamos pensar em tanta coisa, inclusive na possibilidade de isso tramitar. Esta é uma Casa em que esse assunto ainda é um pouco um tabu. Então, precisamos fazer isso de forma que possibilite a todos, mesmo os que têm um pouco o pé atrás, entendendo melhor o que é e vendo uma regulamentação bastante cuidadosa, que se sintam à vontade para votar.

Eu vou ler. Eu não li ainda, gente. Acabou de chegar um monte de perguntas do e-Cidadania. Eu não sei o que vai aparecer aqui, mas vou ler, porque acho que está bem interessante haver tanta pergunta.

A primeira pergunta é feita à representante da Anvisa.

Eu vou fazer todas as perguntas, e depois vocês comentam.

Diz Daniel Ribeiro Grijo, do Paraná: "O art. 28 da Convenção de Entorpecentes de 1961 diz: 'A presente Convenção não se aplicará ao cultivo da planta de *Cannabis* destinado exclusivamente a fins industriais (fibras e sementes) [...]'. Por que esse tipo de cultivo é proibido?"

Eu acho que aqui até nós comentamos um pouco, mas podem falar mais.

Há outra pergunta desse cidadão: "Por favor, não se esqueçam de nós, [que somos os] pesquisadores. A autorização para universidades também é superimportante!"

Eu tinha acabo de escrever aqui como inserir diminuição de taxa ou isenção de taxa para insumo ou para pesquisa.

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA (*Fora do microfone*.) – Já se está propondo isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Já se está propondo?

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA (*Fora do microfone*.) – Há um projeto de lei...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Então, no projeto de lei, já podemos inserir isso.

A SRª RENATA DE MORAIS SOUZA – ...para se retirar a taxa. É uma proposição, inclusive, da nossa gerência para a parte de pesquisa. A gente sabe que é...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós podemos inserir isso ou fazer isso paralelamente, porque ficou muito claro que isso vai precisar ser feito.

Edri Alves de Almeida, também do Paraná, diz: "Enquanto se debate a regularização, pessoas morrem, outros entram em estado gravíssimo, outros têm de suspender o tratamento, outros são presos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



mesmo tendo a prescrição médica [como nós ouvimos aqui], outros morrem nesta guerra sanguinária, falida, que só interessa aos poucos que lucram com ela."

Edri Alves de Almeida – aqui só há pessoas do Paraná; não, mais atrás, há pessoas de outros Estados – também afirma: "Muitos pacientes não têm garantia de ter o remédio na hora em que precisam devido ao alto custo do produto importado. Nós já temos autorização judicial para que alguns pacientes possam cultivar suas plantas para fazer uso medicinal [...]". Isso é verdade, comentamos aqui, mas ainda é pouco.

Flávio Thozo, do Paraná, diz: "'A ignorância atravanca o progresso'. Boa sorte a todos! E que se mostre que ignorância é a proibição do autocultivo da planta. Chega de prender não traficantes à toa! Somos pessoas normais, não [somos] criminosos."

Jonas Rafael Rossatto, do Paraná, afirma: "Também acho que deve ser informado a todos os presentes que todo indivíduo pode optar pela homeopatia, por exemplo. Então, deve-se dar a liberdade a qualquer cidadão de optar pelo tratamento com *Cannabis* sem a necessidade de um especialista, valendo a liberdade individual!"

Diz Lívia Carvalho, do Rio de Janeiro: "A legalização da maconha pode ser o primeiro passo para a descriminalização das drogas. O enfraquecimento do crime organizado e o fim da falida política de guerra às drogas pouparão muitas vidas pobres, periféricas e negras."

Lívia, a mesma senhora do Rio de Janeiro, faz três observações: "A legalização da maconha só traz benefícios à população, aos pacientes que dela necessitam, à qualidade de vida e, muitas vezes, até à preservação da vida, à ciência, que poderá avançar em diversas possibilidades terapêuticas ainda não exploradas."

A mesma senhora afirma: "Não suportamos mais importar remédios para nossos filhos, que podemos fazer aqui, por R$1,5 mil, por R$2 mil, por R$3 mil por mês. [É um absurdo!] Temos pressa, e a vida dos nossos filhos não pode esperar."

Roberto RC, do Rio de Janeiro, declara: "Contra. Já temos muitas drogas. Falta de cultura política. A venda a menores e o uso de bebidas por eles já é tão comum, que, se liberar, passará para a veia social da sociedade. Até as crianças usarão. O que não é crime torna-se hábito."

Do Acre, Márcio Camargo Cordeiro diz: "Liberar apenas para fins medicinais precisará de ter controle rígido. Primeiro, a pessoa terá de ter um laudo médico comprovando a necessidade de uso, cabendo a um juiz proferir a decisão. Esse produto, maconha, poderá ser adquirido nas delegacias, onde um delegado fornecerá o necessário." Aí eu acho que já vai complicar um pouco.

Do Amapá, diz Mara Lúcia Costa Santos: "Se for para consertar o problema de saúde e não trazer danos para universos, se for para uso terapêutico, é um direito humano, então diremos sim [...]".



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Bahia, Cláudia Bloisi Vaz Sampaio diz: "Esperamos que as pessoas que insistem na continuidade dessa proibição nunca tenham um filho que necessite desse tratamento, só assim verão que pode ser a última solução. Esse tratamento devia estar no serviço público de saúde, por ser barato e de fácil acesso. Liberação já!"

Joaquim Reis, da Bahia, diz: "Apoio essa causa. Minha filha, portadora de retardo mental e TEA, precisa usar esses medicamentos."

Douglas Sousa, do Ceará, diz: "Legaliza!"

Diz Ítalo Coelho de Alencar Sobreira, do Ceará: "*Cannabis* é remédio desde sempre. O uso terapêutico é um direito humano fundamental, assim como o uso social chamado 'recreativo', pois lazer, bem-estar e felicidade também são direitos humanos!"

O Ítalo Sobreira, o mesmo senhor, faz mais duas observações: "Senadora, a regulamentação permitirá que as universidades públicas pesquisem e produzam os produtos da *Cannabis* como forma de controle de qualidade e democratização do acesso, assim como formar profissionais que possam assessorar as famílias a fazer o autocultivo."

O mesmo senhor pergunta: "Vai haver transmissão ao vivo?" Está havendo na internet, pode achar no YouTube depois. Procure na Comissão de Assuntos Sociais. Uma parte desta audiência foi transmitida ao vivo; depois, entrou outra comissão. Mas, inteira, ela está no YouTube para quem quiser ter acesso.

Rodrigo Bardon, do Ceará, faz duas questões: "Alguém pode passar um *link* para acompanhar ao vivo?" Veio tarde. "Será transmitida por algum meio?" Já acabei de explicar: pela internet.

Víctor Meyer, do Ceará, diz: "Excelente passo para que pacientes e suas famílias, muitas vezes sem condições financeiras para importar os remédios à base de *Cannabis*, deixem de ser taxados de traficantes. Viva o plantio e a regularização da *Cannabis* medicinal!"

Esta eu já li.

Há uma questão de um cidadão, via Alô Senado, que não quis dar o nome. Ah, deu o nome, sim! Liane Pereira, do DF. afirma: "Minha filha Caroline, de 8 anos, é portadora da síndrome de Dravet e tinha de 50 a 60 crises por dia, mas, após o uso da *Cannabis* terapêutica, essas crises foram zeradas. Estou torcendo pela descriminalização da *Cannabis*, pois esta traz qualidade vida."

Fábio Filgueira de Sousa, do DF, faz duas observações: "Legalizem o uso pessoal de *Cannabis* para fins terapêuticos"; "Legalizem o cultivo pessoal de *Cannabis* para fins terapêuticos". Aqui veio errado.

Mauro Machado Chaiben, também do DF, diz: "Precisamos incentivar a produção nacional e respeitar famílias que precisam desse medicamento. A possibilidade de associações é de extrema importância para abraçar as famílias que não possuem condições de cultivar seu próprio remédio."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Espírito Santo, diz Taís Nunes: "Sou a favor da liberação para o uso medicinal, tendo em vista os grandes avanços já provados através da ciência dessa substância como auxiliadora em alguns tratamentos. Sé é lícito adquirir livremente drogas como aspirina, paracetamol, entre outros, por que não liberar a *Cannabis*?"

Eu acho que eu já li todos.

A Srª Cidinha era a última que ainda não tinha se manifestado. Então, ela está com a palavra.

A SRª CIDINHA CARVALHO – Eu queria complementar. Houve até um dos comentários também dizendo que há, pela lei, algumas liminares.

Eu vou citar o exemplo de uma mãe, Maria Antônia, mãe de Wellington. Ele, que tem pouco mais de 30 anos, tem epilepsia severa e é totalmente dependente da mãe. A mãe ganha menos de dois salários mínimos. Ela tem uma liminar judicial para o Estado subsidiar o importado. Faz três anos, e o Estado o subsidiou apenas uma vez. Quer dizer, nessa situação, há vários pacientes que estão na Cultive, na nossa associação. Eles não podem esperar, não têm como esperar.

Essa mãe depende de doações. É o que nós fazemos: um grupo de mães ajuda outras mães, que, como a Margarete falou, correm risco, correm total risco. E nós nos ajudamos a tentar ter acesso não só a esse óleo, mas também às melhores práticas, porque todo conhecimento que nós estamos tendo partiu de baixo para cima; isso não se deu do médico para baixo, para a população, mas, sim, as mães é que acabaram buscando os conhecimentos.

Quando eu comecei, em 2013, a primeira opção em que eu pensei foi buscar no tráfico, porque o estado da minha filha era desesperador, e eu poderia perdê-la a qualquer momento. Mas, antes disso, eu fui ler. Por quê? Porque o caso dela era muito delicado. Eu não conhecia nada da maconha. Eu tinha medo, de repente, de pegar uma substância, de ela entrar em parada novamente e de eu perdê-la por tentar acertar. Mas, antes disso, eu fui buscar isso.

Todas as mães estão buscando conhecimento, uma está compartilhando com a outra. Esse compartilhamento está sendo de baixo para cima, das mães para os médicos. E nós temos relatórios observacionais. Há quatro anos, a minha filha toma o óleo e faz exames periódicos, e não deu nenhuma alteração, mas, muito pelo contrário, só benefícios.

Também o que eu tenho a dizer... A Senadora perguntou: "Como vocês indicam?" A gente começa indicando realmente para tomar com mais CBD e com menos THC, mas isso não é regra de dose. Não há padrão de dose, porque cada um responde de uma maneira. Há muitas crianças com epilepsia que acabam não respondendo com mais CBD e com menos THC, que respondem com um por um, o mesmo THC e CDB, ou com mais THC e com menos CBD. Há uma resposta única para cada um. Então, o cultivo associativo, o autocultivo possibilita tudo isso.

De que nós precisamos? Hoje nós temos a UFRJ, e eu também enviei meu óleo para a UFRJ fazer os testes. Nós precisamos de mais laboratórios regionais, para que possamos ter esse respaldo, o respaldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associativo e o respaldo do autocultivo. O associativo já pode dar esse respaldo para o autocultivo. Há a possibilidade de parceria com os laboratórios regionais. Conforme os comentários que a maioria colocou, a regulamentação vai trazer tudo isso, até mesmo o encarceramento, que não está sendo debatido aqui, que não é o foco desse assunto, mas ela abrange todas as áreas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada.

Eu gostaria de agradecer a cada um dos participantes, porque vocês ajudaram imensamente nessa gama de reflexões. Foi a primeira audiência em que a gente teve a ideia do desafio do problema. Nós já temos várias possibilidades por onde começar a trabalhar. Espero poder contar com cada um, na medida em que formos prosseguindo, e ter o compromisso com cada um, pois enviaremos o projeto de lei antes de ele se tornar público, para que cada um possa dar a sua contribuição, porque foram extremamente úteis.

Muito obrigada.

Está encerrada a audiência.

Recomeçaremos às 13h com outro tipo de discussão. Onde está? (*Pausa.*)

Eu quero saber o título oficial do que nós vamos discutir à tarde.

A 2ª Mesa, à tarde, vai tratar de educação. A gente está falando aqui da maconha para fins medicinais. Quando eu comecei a pensar na Mesa, conversando com várias pessoas estudiosas, começamos a falar do consumo da maconha pelo adolescente. Como está sendo? O que ocorre? Há malefício, de fato? Há algum benefício? E, se há malefício, como devemos prevenir? Então, essas informações, essas perguntas nós vamos discutir na Mesa às 13h. O título é "Educação para Prevenção e Ciência e sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência".

Virão aqui Gustavo Camilo Baptista, Diretor de Articulação e Projetos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; Felipe Felisbino, Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica, do MEC; João Paulo Becker Lotufo, Doutor em Pediatria pela USP e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria nas ações de combate ao álcool, tabaco e drogas; Alberto José de Araújo, pneumologista, membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira; e Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da UNB.

Concluídas as exposições, então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Senadora, eu gostaria de me manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Com enorme prazer, Senador Moka!

V. Exª tem a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Quero cumprimentar a Mesa como um todo e dizer que este assunto só é polêmico porque falta informação. Eu acho que uma audiência como esta contribui para a informação.

Você fala no tratamento e no uso de *Cannabis* para fins medicinais. Eu sou médico, já vi crianças com crises epilépticas repetitivas e sei que realmente funciona. Não há como você negar isso. A dificuldade que você tem é exatamente esta: ou a pessoa importa, ou, então, como disse a Cidinha, vai acabar tendo de recorrer ao tráfico. Isso é uma coisa, quer dizer, é o extrato, é para fim medicinal. Agora, ao querer misturar isso com prazer, aí, Marta, eu acho que vamos acabar dificultando a aprovação de um projeto que traz tantos benefícios às pessoas que necessitam disso. Não adianta querer juntar isso e defender a liberação da maconha. Não há como! Aqui, não vai passar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nós estamos a anos-luz disso. Eu concordo. Por isso, eu tirei a recreativa e coloquei focada na medicinal. V. Exª tem toda a razão. Agora, nós temos de nos unir. V. Exª tem uma importância enorme nesta Comissão; a sua fala está sendo ótima.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu gostaria de terminar, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim, eu só estou aplaudindo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – A senhora não me deixa concluir.

Estou colocando isto aqui como alguém que quer contribuir. Eu, como médico, também sou obrigado a dizer isso. Já tive enormes discussões sobre isso. Não sei se há algum colega médico na Mesa.

Eu não sei o porquê, mas há gente que passa a vida inteira fumando cigarro e que para na hora em que quiser. São pessoas que não têm tendência a vício. Mas há gente que começa com a maconha e que não para na maconha. É difícil ver alguém que toma uma droga mais pesada que tenha iniciado por aquela droga mais pesada; normalmente, o início vem de drogas mais leves. Isso é discutido. E a população, sobretudo a pessoa que não tem informação, tende a achar que vão liberar a droga no País, e isso é uma coisa que não vai acontecer.

Por isso, estou dizendo que nós temos de ter foco na discussão da liberação para uso medicinal, porque aí várias pessoas vão defender, como eu vou defender e vou dar o testemunho. Agora, não sou e não serei nunca favorável à liberação, porque as pessoas reagem de forma diferente. Essa é a verdade. Há gente que realmente fuma maconha a vida inteira, sem que isso lhe traga qualquer tipo de malefício, e que fica o tempo todo na maconha, mas há gente que não, que começa com a maconha e que vai parar nos opiáceos, no ópio, e não é pouca gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a forma de fazer evoluir a tramitação de um projeto como esse é a gente ter foco exatamente naquilo que está sendo discutindo aqui.

Eu, lamentavelmente, só pude ouvir a Renata e o Luís Fernando. Ouvi o Renato pela televisão. Eu não ouvi tudo. Mas eu achei que a contribuição, a audiência foi válida. Mas tenho, como médico, de me posicionar nisso. Eu já travei, como Deputado Federal, vários debates sobre isso. Na minha avaliação, não adianta insistir na questão da liberação. Pode ser que um dia se chegue a isso, mas, na população como um todo, a reação é negativa e acaba evitando que se aprove o projeto da regulamentação para uso medicinal. São coisas muito diferentes. Isso vai realmente trazer muito benefício, sobretudo para as crianças, não só para as crianças, mas principalmente para as crianças que têm crises epilépticas repetitivas.

Então, eu queria só colocar minha opinião.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não. Nós estamos hoje bagunçando tudo aqui, mas pois não.

O SR. LUÍS FERNANDO TÓFOLI – Eu vou ser breve.

Senador Moka, o senhor tem toda a razão. Concordo com dois pontos fundamentais de que o senhor falou: a importância da informação, da informação de qualidade sobre um tema em que existe certa cortina de fumaça, se me permite o trocadilho; e o fato de que este projeto trata do uso medicinal, do uso terapêutico. Eu não veria como esse projeto poderia fazer de outra forma. Essa é minha opinião.

Entretanto, do ponto de vista da informação, é importante a gente lembrar algumas coisas também, porque nós médicos acabamos vendo esse lado que o senhor mencionou em que há diversos problemas. Existe uma tendência maior de vermos justamente isso que o senhor falou. Há uma potencialidade de progressão, que, hoje em dia – isso vai ser provavelmente falado na Mesa da tarde –, tem a ver com vulnerabilidades pessoais, tem a ver com vulnerabilidades sociais. Por vezes, focamos só na substância, mas, de fato, há essa possibilidade, embora seja a exceção dos usuários, como o senhor mencionou também. Há aqueles com os quais não acontece isso.

Embora a matéria em pauta, a matéria em tela seja medicinal – e é isso que se está discutindo –, a gente não pode se esquecer da necessidade de discutir também esse outro campo, como o senhor falou, mais para frente, em outro momento, inclusive para clarear, porque tudo na cabeça das pessoas vem com esta palavra "liberação". Quando a gente discute políticas de drogas, a gente discute legalização, regulamentação pela legalização, descriminalização do porte – que é descriminalizar o usuário, que é outra coisa – e uso medicinal. E a imprensa, inclusive, coloca tudo como a mesma coisa: liberação.

Então, estou aproveitando o momento para a gente poder lembrar de aprofundar essas discussões também, para lembrar também que a prisão leva a danos à saúde, leva a danos à saúde mental também, enfim, para fazer uma problematização sobre isso, insistindo e reiterando que compreendo que este projeto seja um projeto vinculado ao uso terapêutico, com o que concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu concordo e é exatamente isso que eu quero dizer. Neste momento, eu acho que, se a gente realmente quer aprovar a *Cannabis* para fins medicinais, o foco, neste momento, tem de ser esse. Querer achar que as pessoas vão entender sem uma informação maior é realmente apostar, porque vamos ouvir discurso de que vai começar por aí, mas aí todo mundo vai plantar, aí de repente todo mundo vai querer consumir, e aí não vai haver fiscalização. Você conhece os argumentos.

Então, acho que nós temos de ter – para quem quer realmente ter uma opinião a respeito do uso para fins medicinais – um foco. Se a gente deixar cair para essa discussão neste momento, eu temo pela tramitação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu acredito que nós discutimos todas as possibilidades de como deve ser esse projeto e temos clareza exatamente de como ele tem de ser delimitado, porque nós queremos que ele passe aqui e tramite bem, vá bem.

A partir das considerações do Senador Moka, eu também já tinha colocado que tem de haver um limite muito claro do que está sendo discutido e do que vai ser possível. Nós acreditamos que hoje demos um passo bastante importante.

Eu vou agora declarar suspensa a presente reunião e anuncio a reabertura para as 13h, neste Plenário 9, para darmos início, então, à nossa 2ª Mesa de Debates sobre "Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência".

Até mais! (*Palmas.*)

(Suspensa às 11 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 17 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro reaberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião é destinada à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2017, que altera o art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para descriminalização do cultivo de *Cannabi*s para uso pessoal terapêutico.

Daremos início à realização da 2ª Mesa de debates e trataremos de outro tema, que nada tem a ver com o da 1ª Mesa, em que houve a discussão em torno da *Cannabis* medicinal. Agora, nós vamos ter uma discussão sobre "Educação para Prevenção e Ciência sobre as Repercussões do Uso da Maconha na Adolescência".

Mais uma vez, relembro que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ler um comunicado antes de começar a nossa audiência.

Comunicado nº 3.

Eu gostaria de reiterar a comunicação dos prazos para a apresentação de emendas à LDO. Já recebemos hoje algumas emendas de Senadores, mas temo que alguns não tenham escutado que temos um prazo curto. Essas emendas são para dispor sobres as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e para dar outras providências, conforme o seguinte cronograma. Prestem atenção!

A Casa está recebendo as emendas desde ontem, 19 de junho. O encerramento se dará no dia 22 de junho, que é a próxima sexta-feira. É um tempo muito exíguo, até as 6h. A deliberação das emendas da CAS será feita no dia 26 de junho, que é a próxima terça-feira, às 11h30. Temos de estar aqui presentes. Nós a antecipamos de quarta para terça porque achamos que seria mais prudente e porque tem de abrir uma reunião da CAS só para isso, pela lei. O Relator será o Senador Amorim.

Eu esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas, e a via impressa deve ser assinada pelo Senador membro desta Comissão e entregue perante a Secretaria desta Comissão de Assuntos Sociais.

Convido para compor a 2ª Mesa nossos ilustres oradores Gustavo Camilo Baptista, Diretor de Articulação e Projetos da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas do Ministério da Justiça – seja muito bem-vindo –; Felipe Felisbino, Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do MEC – seja bem-vindo –; João Paulo Becker Lotufo, Doutor em Pediatria pela USP e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria nas ações de combate ao álcool, tabaco e drogas – seja bem-vindo, Professor –; Alberto José de Araújo, pneumologista, membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal De Medicina e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira – seja muito bem-vindo –; Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da UNB.

Nós aqui estamos estipulando dez minutos para cada conferencista e, depois, fazemos outra rodada com mais cinco, conforme o tempo nos permitir, para alinhavarmos algo que ficou não tão esclarecido.

Eu gostaria de dizer da importância desta audiência pública hoje e de repetir que ela é outro momento, bem diferente daquela realizada pela manhã. De manhã, nós trabalhamos para a instrução do projeto de lei para tornar possível a *Cannabis* de uso medicinal. Hoje estão vivendo uma dificuldade enorme os milhares de cidadãos que gostariam e necessitam – tivemos vários depoimentos – desse uso para aliviar seus problemas, suas dores e suas doenças. Agora, nós vamos tratar de outro assunto. O assunto de que vamos tratar agora é a discussão da *Cannabis* e os impactos que ela possa ter na adolescência, as consequências e as formas que hoje são utilizadas para prevenção e informação do adolescente sobre o uso da maconha.

Então, declaro que vamos ter agora o início.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, relembro que esta audiência é interativa e que, como já declinei, pode ser acessado o portal e-Cidadania ou o Alô Senado, pelo 0800-612211.

Comunico aos oradores que a Presidência dará dez minutos. Ali há um relógio que marca e avisa um minuto antes por um som, que é automático. Se a pessoa estiver na metade da frase, por favor, tenha toda a liberdade para completar o pensamento. E, depois, reassumiremos com as outras dúvidas que se seguirão.

Vamos começar com Dr. Gustavo Camilo Baptista, Diretor de Articulação e Projetos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – Obrigado.

Boa tarde a todos!

Eu trouxe uma apresentação. Se puderem colocá-la...

Inicialmente, quero dizer que é uma honra para nós, do Ministério da Justiça, participar desta audiência pública. Vamos aproveitar a oportunidade para falar um pouco do nosso trabalho dentro do Ministério e das competências da nossa Secretaria.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas tem dois grandes papéis. Tem um papel de articulador da Política Nacional sobre drogas do Governo Federal e, dentro desse contexto, secretaria o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que tem representação de várias outras pastas do Governo Federal bem como de órgãos da sociedade civil. Ela tem a composição do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, dos órgãos de segurança pública – Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Segurança Pública – e, por conseguinte, do Ministério da Educação, do Ministério de Direitos Humanos, da Anvisa, da Receita Federal, dentre outros órgãos com competência vinculada a uma política de drogas.

A política de drogas, de forma em geral, precisa ter elementos que conciliem a redução de demanda, a redução de oferta, a redução de danos, que, em outras palavras, consigam articular as diferentes políticas públicas, as diferentes ações estatais que se vinculam às questões de drogas.

Está difícil localizar? Eu havia passado hoje de manhã. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Estamos com um probleminha aqui no computador. Vai demorar dois minutos. Então, vou pedir ao Dr. Gustavo para interromper e vou dar a palavra para outra pessoa. Assim que acabar, nós voltamos para sua apresentação.

Desculpe-me!

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – É claro, sem problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vou dar a palavra, então, para João Paulo Becker Lotufo, Doutor em Pediatria pela USP e Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria nas ações de combate ao álcool, tabaco e droga.

Por favor, tem de consertar o relógio marcador. (*Pausa.*)

Por favor, estou sendo informada de que o Felipe e o Alberto não têm um PowerPoint. Então, vamos começar por eles por causa do probleminha que acabamos de ver.

Vamos começar pelo Felipe Felisbino, que não tem nenhuma apresentação, enquanto o PowerPoint fica pronto. Ele é Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do MEC.

O SR. FELIPE FELISBINO – Boa tarde!

É uma satisfação estarmos aqui mais uma vez participando da sua convocação, com a sua direção nos trabalhos, Senadora Marta Suplicy.

Em nome do Ministério da Educação, trabalhamos aqui os temas transversais da educação básica, delineados nos PCNs, nos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação básica, agora aprimorados e muito bem encaminhados pela BNCC. Então, a temática que nos traz aqui e que vamos apresentar são as ações do Ministério da Educação junto aos territórios escolares, com o intuito de conscientizarmos e de formarmos uma rede de combate ao uso de drogas.

Nós estamos muito presentes, em parceria com o Ministério da Saúde, no PSE (Programa Saúde na Escola). Nós temos, nesse programa, a formação continuada dos professores. Há uma oferta desde 2014 de cursos de 180 horas, que visam à prevenção do uso de drogas, envolvendo a comunidade escolar, o dirigente escolar, o professor, o aluno. E, dessas vagas, 30% são destinados à sociedade civil que está no entorno daquela unidade escolar. Nós, nesse histórico de quatro anos, já conseguimos com o PSE alcançar 248 mil pessoas que estão envolvidas com a educação nessa temática de prevenção do uso de drogas.

Um dos componentes específicos do PSE é a promoção e a prevenção à saúde, a prevenção do uso de álcool, de tabaco e de outras drogas e o curso de prevenção do uso de drogas para educadores das escolas públicas neste primeiro momento. O PSE 2017 foi o último edital de chamada pública de adesão às prefeituras. Nós estamos presentes num universo de 5.040 Municípios, em 5.040 Secretarias Municipais de Educação, num universo de 85 mil escolas de educação básica, com 30 milhões de brasileiros matriculados nessas 85 mil unidades escolares. O nosso universo de alunos é de 52 milhões de brasileiros. Então, estamos com 30 milhões nessa assinatura, nesse acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

Além desse trabalho em conjunto, em parceria com o Ministério da Educação, nós temos um histórico muito positivo de ação junto à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça. Temos o melhor *case* de intervenção e de orientação hoje da educação pelo índice de profissionais que concluíram esses cursos que foram ofertados à comunidade escolar. Essa nova oferta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para 2018 está sendo rediscutida pelos dois Ministérios, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça. Está em andamento, dando continuidade à nossa experiência do passado, o curso de combate, agora alcançando e preparando os profissionais da saúde, dos postos de saúde, que estão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FELISBINO – ...em atividade na comunidade escolar, que estão próximos da comunidade escolar, sempre em parceria com uma universidade federal, que desenvolve o material didático-pedagógico com que se vai fazer essa formação do profissional.

Como falei para vocês inicialmente, nós tivemos várias outras atividades no combate. Então, tivemos o programa "*Crack*, é possível vencer", também em parceria com o Ministério da Justiça, com bons índices, com bons encaminhamentos, com bons resultados. A temática foi muito bem situada, assegurada e amarrada dentro da BNCC, da proposta da Base Nacional Comum Curricular, que versa sobre os temas transversais e integradores da educação básica.

No quesito saúde, nós temos essa orientação muito bem delineada. Agora, isso está num processo de audiências públicas, de debates das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação na construção, na concepção dos seus novos currículos à luz da BNCC. Esses temas têm de ser assegurados nas áreas de conhecimento, nas áreas de formação, nos objetivos de aprendizagem e nas habilidades e competências programadas ou elencadas pela BNCC, o que devemos alcançar na construção dos novos currículos.

Então, avançamos muito na direção da prevenção e da orientação do uso de drogas, sempre buscando a cooperação, sempre buscando a participação dos outros mecanismos e organismos do Governo Federal. Eu citei aqui duas grandes parcerias: Ministério da Educação e Ministério da Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada pela participação.

Passo a palavra para Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Referência sobre Drogas da UnB.

Alberto José, pneumologista, você tem apresentação também? (*Pausa.*)

Então, vou conceder a palavra para o Lotufo.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO (*Fora do microfone.*) – Também tenho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Se todos têm, então é melhor a gente mudar de sala. Vamos mudar de sala. Para qual sala vamos?

Estamos interrompendo a nossa apresentação para a mudança de sala, em virtude do fato de que não está funcionando o PowerPoint.

Para qual sala iremos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há alguém que não precisa fazer a apresentação? Se todos precisam, então esperamos. (*Pausa.*)

A audiência está suspensa por cinco minutos, que é o tempo que vamos ter para mudarmos para o Plenário 15.

Já podemos nos locomover.

(*Suspensa às 13 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 41 minutos.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Já estamos acomodados no Plenário 15.

Declaro reaberta a reunião.

Eu estava perguntando sobre o MEC, ou melhor, eu não estava perguntando, eu escutei. Mas, como agora a gente tem alguns minutos antes de darmos a palavra, quero saber como as escolas pleiteiam essa ida do MEC, qual a metodologia, como ela foi desenvolvida, se há *follow-up* do método utilizado. O senhor poderia discorrer um pouco sobre isso, enquanto nós aguardamos?

O SR. FELIPE FELISBINO (*Fora do microfone.*) – A adesão ao Programa Saúde na Escola é feita pela municipalidade, pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Saúde. E as escolas da rede municipal de ensino já ficam cobertas, já ficam com a atenção do programa. O programa vai para dentro da escola a partir da adesão. Não precisa mais...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O PSE, então, é para o professor?

O SR. FELIPE FELISBINO – Para o professor.

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O professor se voluntariava? De que cadeiras esses professores geralmente são? Qual é o interesse?

O SR. FELIPE FELISBINO – É multidisciplinar.

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Esse curso seria feito, na prática, junto com o aluno ou é só de informação? Como é esse curso oferecido? Há uma interação com o aluno, e ele tem uma supervisão separada, o professor? Como ele aprende a fazer essa interação?

O SR. FELIPE FELISBINO – Nesse primeiro momento, foi com o professor. Então, o professor tinha um orientador, um tutor, que o acompanhava durante a execução da carga horária do curso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculado a universidades. Ele concluía o seu curso e, na conclusão do curso, apresentava um *case*, um encaminhamento da sua comunidade escolar.

Então, dando seguimento a isso, nós estamos agora em parceria com o PSE, com o PeNSE, que é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, que vai encaminhar às escolas participantes um questionamento sobre a identificação, sobre o encaminhamento, sobre o tratamento, quais as providências que vamos ter. Daí há esse *feedback* da unidade escolar, do território escolar, que participou desse conjunto.

Então, estamos indo para um terceiro momento, que vai nos dar elementos para planejarmos o quarto momento. Em parceria, nesse planejamento do quarto momento, a Senad já está se antecipando, preparando a área da saúde. Se a escola identificou, vai encaminhar para quem? Vai encaminhar para o posto de saúde, para a saúde, para os encaminhamentos possíveis. Então, é para a etapa 2017/2018 que os profissionais da saúde estão sendo capacitados.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada, Professor Felipe Felisbino.

Agora, voltamos ao primeiro orador, Gustavo Baptista, que teve de ser interrompido. Mas agora já está pronto o PowerPoint.

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – Eu agradeço.

Já havia falado algumas coisas. Eu já tinha falado um pouco sobre os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, que inclui o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, que inclui órgãos federais, estaduais e municipais. Eu já tinha falado de maneira geral com relação à estrutura do Conselho, à necessidade de haver uma política que inclua vários ministérios, para que haja uma política de drogas coerente, para um ministério não fazer uma coisa e outro ministério fazer outra coisa.

No final do ano passado, o Governo Federal percebeu a necessidade também de articular políticas que se vinculam com o que a gente chama de redução de demanda, que é uma das facetas de uma política de droga de qualquer país. E, dentro desse contexto, ele montou um Comitê Gestor Interministerial para integrar as políticas sobre drogas relacionadas à prevenção, formação, pesquisa, cuidado e reinserção social. Esse comitê foi composto inicialmente pelo Ministério da Justiça, que, na época, estava vinculado à segurança pública também, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Ministério do Trabalho. Eu cheguei posteriormente e acho que falta, por exemplo, a presença do Ministério da Educação dentro desse comitê.

Esse comitê tenta dar uma organicidade maior às políticas de prevenção, cuidado e reinserção social na área de drogas no País. Por que isso foi considerado relevante? Porque havia, muitas vezes, dois ministérios com a mesma política concorrendo entre si. Dessa maneira, o Governo Federal ficava muitas vezes desarticulado. Há, por exemplo, projetos de prevenção que tinham o mesmo nome em duas pastas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes, e, em cada pasta, havia um encaminhamento diferente com relação ao mesmo projeto, ou seja, os ministérios terminavam concorrendo entre si.

O Comitê Gestor, dentro desse contexto, tenta dar coerência para a política do Governo Federal na área de prevenção, cuidado e reinserção social e pesquisa na área de drogas.

Desse aqui já falei de maneira ampla.

Os eixos. Isso é uma parte do eixo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, a articulação interministerial. Um segundo eixo, evidentemente, são políticas de cuidado e reinserção social; pesquisa; formação e prevenção; e articulação.

Não vou entrar aqui em cuidado e reinserção social. Não é parte tão relevante em si.

A parte de pesquisa é muito relevante, porque normalmente um país depende de pesquisas epidemiológicas para conseguir verificar os impactos de determinadas políticas na população em si. Então, há uma linha muito forte, na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, de fomento a pesquisas, em especial de caráter epidemiológico, para entender o uso e a dependência de drogas dentro da população, para tentar verificar, eventualmente, a eficiência ou a eficácia de políticas.

Na parte de prevenção e formação, nós temos uma parceria, que durante algum tempo foi com o MEC e durante algum tempo a Senad fez sozinha – tal número está incorreto ali; ele é muito superior àqueles 70 mil –, que é um acordo com a UnB de realização de ações de formação para profissionais de escola em si. Em outras palavras, esses cursos são normalmente montados em EaD, são disponibilizados para professores da rede pública, com uma carga horária de aproximadamente 120 horas-aula, e tenta-se, dentro desse contexto, capacitar o professor a realizar ações de prevenção dentro da escola de maneira sistêmica; não apenas, muitas vezes, na escola, mas considerando a articulação da escola com família e com outros operadores.

Nós temos também um portal que disponibiliza conteúdos em formato EaD de acesso ao público no *site* do Ministério da Justiça, que, digamos, é uma espécie de curso sem tutoria, ou seja, a pessoa faz o curso, ela mesma, e tem acesso a diferentes tipos de formação dentro do *site* do Ministério da Justiça.

E, em um terceiro eixo, há cursos de formação e qualificação para profissionais de outras áreas, não na área educacional. A gente tem um curso chamado Escuta, para profissionais da área da saúde, em que a gente ofereceu sete mil vagas em 2018; e um curso com previsão para o segundo semestre, para profissionais, de execução penal e medidas socioeducativas, cinco mil vagas em 2018.

Um ponto que eu também gostaria de destacar como muito relevante é que o Ministério da Justiça organizou uma série de outras ações de prevenção nos anos anteriores tentando criar projetos de prevenção focados em públicos específicos, aí diretamente por um fomento do Ministério da Justiça, incluindo, dentre outros, programas voltados para crianças de sete a dez anos, voltados para adolescentes e voltados para famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos desses programas tiveram avaliação negativa, ou seja, verificou-se que um dos grandes problemas da área de prevenção ao uso de drogas é que muitas vezes um programa, ao invés de diminuir a motivação de uma pessoa usar drogas, termina aumentando essa motivação; ele tem um efeito, uma externalidade negativa ou um efeito iatrogênico – são os nomes técnicos. Em outras palavras, em alguns programas, o Ministério da Justiça fez a aplicação e fez uma pesquisa de seguimento, de avaliação de impacto, de maneira que, um ano depois, foi verificar se aquela criança, aquele adolescente que tinha passado pelo programa, usava mais ou menos drogas. Em alguns casos, verificou-se que houve um uso superior na população que passou pelo programa, quando comparada com a população que não realizou o programa em si.

Em outras palavras, isso fez com que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone.*) – Estimulou?

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – Exatamente. É um dos problemas complicados na área de prevenção de drogas. Alguns programas que o Ministério da Justiça realizou no passado tiveram avaliações externas que mostraram a estimulação.

É um dos problemas também das campanhas nacionais de prevenção. Muitas vezes, campanhas que foram feitas nos Estados Unidos, por exemplo, terminaram aumentando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – ... o uso em si, em vez de diminuir.

Em outras palavras, o Ministério da Justiça, hoje em dia, por meio do Comitê Gestor Interministerial, tem muita preocupação de, antes de lançar um programa em larga escala, fazer uma avaliação piloto dele, para verificar se ele não tem um efeito iatrogênico.

Dos três programas que nós implementamos no passado, nós e o Ministério da Saúde fizemos uma divisão: o Ministério da Saúde está cuidando de dois, tentando fazer uma reavaliação do programa, verificar os erros e lançar uma segunda versão em caráter piloto; e nós estamos com um programa específico, chamado Famílias Fortes, de que nós estamos aguardando o resultado da primeira avaliação e estamos fazendo um redesenho para lançar uma segunda edição em caráter piloto, ou seja, sem o tamanho de política pública.

O curso de formação para professores tem uma característica interessante dentro desse contexto, porque ele tem algumas avaliações de processo – sabe-se que os professores adoram esse curso, têm muita demanda por esse curso –, mas a gente não tem muito claro, com metodologias aceitas pelos órgãos públicos, a avaliação de impacto. A gente gostaria de tentar fazer isso na próxima edição, que deve ser a sétima edição desse programa.

Bem, basicamente é essa a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada pela colaboração.

Pediram-me para dizer que nós estamos reabrindo a 24ª reunião – tem que ficar gravado isso.

Então, agora eu vou dar a palavra a Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Centro de Referências sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da UnB.

O relógio continua sem funcionar, gente.

A SRª ANDREA GALLASSI – Não, acho que está lá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Agora foi.

A SRª ANDREA GALLASSI – Está legal.

Boa tarde a todas e a todos.

Senadora, parabéns por acolher esta audiência e realizá-la. Acho que esse debate é superimportante. A gente teve uma excelente introdução na parte da manhã e agora acho que a gente vai poder expandir a questão com esse outro tema, especificamente voltado para a questão dos adolescentes.

Eu vou pedir a gentileza de colocarem ali a apresentação. (*Pausa.*)

Bem, como a Senadora me apresentou, eu sou professora da UnB e coordeno um centro de pesquisas sobre drogas. Eu vou, então, trazer algumas questões relacionadas ao tema, especificamente, da adolescência e vou tentar me ater aos 10 minutos – esta apresentação foi desenhada para 15 minutos; vamos ver o que eu consigo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu vou pedir, então, para usar os seus 15 minutos, senão, fica uma falta grande.

A SRª ANDREA GALLASSI – Legal. Vou até olhar aqui o horário.

É importante que a gente comece dizendo sobre essa relação de adolescência e vulnerabilidade. Quando a gente fala da questão de uso de drogas na adolescência, a gente está falando de uma questão que está composta, junta, com outras questões que também compõem esse cardápio de vulnerabilidades.

Eu digo isso porque o meu foco específico, quando eu discuto as questões relacionadas aos adolescentes e à população em geral, é muito voltado para essa população mais periférica, para essa população que tem menos assistência do Estado. Então, quando a gente olha esse eslaide, eu coloco uma série de vulnerabilidades às quais os adolescentes estão expostos, e o uso de drogas é um deles; eu não posso dizer que ele é o principal, ou não, e também não posso dizer que as outras vulnerabilidades causam o uso de substância, mas é fato que a gente tem que observar que esses adolescentes também estão expostos a essas outras situações adversas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe alguns dados científicos para a gente tentar pensar um pouquinho nessa relação de uso de maconha e adolescência. Acho que essa é uma questão importante, e eu procurei trazer as principais questões que são elucidadas quando esse debate acontece.

De acordo com o Nida – o Nida é uma agência americana ligada à saúde, e ela é a principal, vamos dizer, organizadora, financiadora e a que detém grande parte das evidências científicas sobre drogas. Eles fizeram um levantamento – as referências estão embaixo – para tentar entender um pouco o que leva os adolescentes a experimentarem drogas. As três principais razões que eles observaram foram: para se sentirem bem, ou seja, os adolescentes usam drogas porque acham que é legal, que isso faz bem; para fazerem as coisas melhor, como estudar, se relacionar, enfim, conviver com os seus grupos; e por curiosidade ou porque outros estão usando. Então, acho que é legal termos claras essas razões, porque isso nos ajuda a pensar em medidas, já que o tema é esse, de prevenção e de abordagem dessa população.

O que as evidências nos mostram hoje: que o uso pesado de maconha e de forma precoce aumentam as chances de se ter problemas quando adulto. O Prof. Tófoli falou isso de manhã. Acho que não há muita discussão com relação a uso entre adolescentes ou uso pesado. De fato, você aumenta o risco. Eu não posso dizer em causalidade – e vou reforçar isso adiante –, mas que aumenta o risco. Porém, o uso na adolescência e juventude não implica necessariamente o uso problemático na vida adulta. Então, de manhã também foi falado que esse uso problemático ou dependência – como queiram chamar – é uma exceção à regra. Qual é a regra? A regra é usar com poucos problemas ou nenhum problema. Então, eu não posso dizer que quem usa quando adolescente vai desenvolver um problema necessariamente quando adulto.

O mais importante, segundo essas literaturas que eu trouxe, é a gente entender quais razões para o uso de substâncias estão mais associadas a problemas no futuro. Eu acho que isso é bem importante: a gente entender por que os adolescentes usam substâncias, para que eu possa planejar intervenções mais focadas e adequadas.

Há um outro estudo, também relativamente atual, de 2011, que analisou 2,4 mil estudantes do ensino médio americano, de uma amostra de 16 mil. Os Estados Unidos têm um programa que se chama Monitoring the Future. Eles monitoram os adolescentes desde a década de 70 com relação ao uso de drogas. Então, eles têm uma amostra gigante de dados, e esse estudo pegou uma mostra desses dados e acompanhou esses adolescentes até os seus 32 anos, por 17 anos – se eu errei na idade aí, me desculpem; mas eles foram acompanhados por 17 anos –, para observar se aqueles que relataram uso de álcool e de maconha quando adolescentes reportavam problemas quando adultos.

O interessante dessa pesquisa foi observar que o uso de álcool quando adolescentes esteve majoritariamente associado a um uso problemático quando adultos, o que não aconteceu com a maconha. E aí, muito nessa linha do que eu trouxe, para entender as razões que esses adultos relataram de por que mantiveram esse uso, eles referiram que era para ficarem bêbados, para fugirem do tédio, para relaxarem, para se divertirem com os amigos e aliviarem raiva e frustração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria chamar atenção com relação a essas questões que eu trouxe, com relação às razões para o uso. Eu acho que é legal a gente observar que há uma ideia de que adolescentes ou adultos usam drogas, inclusive álcool, para fugir de problemas; o uso está sempre associado a uma questão negativa, vamos dizer assim. Mas a gente observa que há um *mix*, e que essa questão da diversão, do prazer, como também foi falado na Mesa da manhã, é uma coisa que está associada ao uso de substância também. Eu acho importante que a gente tenha isso claro, até para desenvolver programas de prevenção, para se aproximar de adolescentes, com uma fala assim: "Eu entendo que você usa porque é legal, mas como a gente pode fazer a vida, enfim, de alguma maneira, ser divertida, com menos problemas, etc.?" Acho que é importante destacar essas razões.

Um outro dado. Este foi publicado em abril de 2018 pela *JAMA Psychiatry*, uma das revistas de saúde mais importantes do mundo, que fez uma revisão sistemática, que é um agrupamento de revisões; uma revisão da revisão. Ela agrupou vários estudos que fizeram pesquisas com o mesmo objetivo, e o objetivo era a associação entre o uso de maconha e a função cognitiva entre usuários adolescentes de maconha. E, aí, o resultado dessa revisão, publicado este ano, demonstrou que houve, sim, um prejuízo pequeno desses adolescentes que faziam uso de maconha na sua função executiva, mas, quando passadas 72 horas de abstinência, esses adolescentes retornavam para um padrão de função cognitiva que tinha um efeito muito pequeno ou não significativo. Então, isso é uma outra questão importante para a gente poder observar e, de alguma maneira, quebrar alguns mitos de que: "Ah, quem usa maconha vai ficar 'goiaba', vai ficar passado, vai ficar... " – enfim, a metáfora que a gente queira usar.

Eu trouxe um outro dado também muito falado, que é o uso de maconha por adolescentes e o desenvolvimento de psicose.

Antes de mais nada, eu queria deixar bem claro – eu deveria, na verdade, ter colocado essa frase no início, no eslaide anterior – que existe um pressuposto, que é o seguinte: adolescente não deve ter contato com droga, ponto. Acho que isso a gente tem que deixar claro; que a gente tem que evitar que adolescentes tenham contato com álcool, com tabaco, com maconha, com *crack*. E, se eles estão tendo, a gente tem que entender também por que isso está acontecendo.

Bem, essa discussão da associação entre psicose e uso de maconha é uma discussão que vem tomando a pauta na última década pelo menos. E, aí, o que as evidências científicas vêm demonstrando? Que a gente não pode estabelecer uma relação causal: ele desenvolveu esquizofrenia, alguma psicose, porque ele fuma maconha. Essa relação causal, não há evidência que sustente essa causalidade. Eu não estou dizendo que não há possibilidade ou que não há risco, como eu aponto ali; não se exclui a possibilidade de haver essa relação em alguns casos ou de se aventar a possibilidade de haver essa relação.

Outro dado que é bem consolidado na literatura é: o uso pesado de maconha é o fator que apresenta maior associação para o desenvolvimento de psicose. Então, a gente volta àqueles pressupostos: o adolescente não tem que ter contato com substância; e, quando tem, e tem de uma forma pesada, esse é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sim, um fator de risco para poder desenvolver psicose. Mas uma coisa é dizer que é fator de risco, outra coisa é dizer que há causalidade.

Por que a gente não pode falar de causalidade? Justamente porque a gente está falando de um problema que é multifatorial. São vários fatores que se associam ao fato de uma pessoa desenvolver algum quadro de psicose se ela usou maconha; não é só isso. Como eu mostrei no primeiro eslaide, quando a gente vai discutir as vulnerabilidades às quais os adolescentes estão expostos, elas são várias. Eu não posso estabelecer relação causal, isso é um fato. A gente está falando, então, de um problema multifatorial que tem relação com as outras vulnerabilidades. Esse estudo que eu trouxe ali foi um estudo que trouxe – é recente, do ano passado – uma associação com a questão hereditária relacionada à psicose.

Então, as relações causais a gente tem que de ver uma forma muito cautelosa, e essa associação direta a gente não pode afirmar que aconteça, justamente porque a gente não tem estudos que assegurem esse tipo de afirmação.

Aqui eu trouxe alguns dados, só para a gente ter uma ideia, um pouco, do que a gente tem de uso de drogas entre os adolescentes – é uma sequência de quatro eslaides. Trata-se de um estudo realizado pelo Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas), em 2010, com uma população de estudantes do ensino médio, tanto de escolas privadas quanto de escolas públicas, com representação brasileira.

Então, aqui são estudantes – é uma afirmação que a gente pode dizer – que representam os estudantes brasileiros. E aqui é uma comparação entre Estados Unidos e o Brasil com relação ao uso de drogas. Como a gente pode observar, a única substância que os brasileiros estudantes do ensino médio usam mais que os americanos são os inalantes: loló, cola de sapateiro, lança-perfume. As demais substâncias nós usamos menos que os americanos.

Aqui, trago o uso de álcool comparado com vários países. É também interessante a gente observar que, dentre os países latino-americanos, especialmente sul-americanos, nós, de fato, entre Brasil, Colômbia, de alguma maneira, temos um uso de álcool na vida mais exacerbado. Porém, quando a gente observa os outros países, como Alemanha, Reino Unido e Suíça, o nosso uso também não é algo muito espantoso.

O tabaco, enfim, é uma política absolutamente consolidada em nosso País, uma política de sucesso. Regulamentamos, regulamos o tabaco sem disparar nenhum tiro. Essa expressão eu não acho muito boa, mas é verdade: a gente não teve que proibir o tabaco; a gente conseguiu regular, e os dados demonstram de fato que a gente tem aí, entre os adolescentes, um uso bastante pequeno quando a gente compara com os demais países.

Quanto à maconha, que é o foco deste debate, também a gente tem que os estudantes, em torno de menos de 10%, ou seja, 8,6% de estudantes, entre 15 e 16 anos, referiram ter usado maconha pelo menos uma vez na vida.

Uso do *crack*: bastante pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse eslaide é interessante porque o Gustavo, que representa a Senad, me antecedeu e trouxe a política do Ministério da Justiça, quer dizer, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, e é bem importante dizer que a nossa política refere, orienta o cuidado e a intervenção junto aos adolescentes de uma maneira bem clara no seu texto: "orienta a promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos" e uma intervenção intersetorial. Então, quando o Gustavo apresenta os ministérios que compõem a política, enfim, essa portaria ministerial, é importante a gente observar que há uma série de ministérios envolvidos justamente porque é uma questão que deve ser tratada de forma inter e intrassetorial.

Acho que é importante só fazer um destaque, porque, no final do ano passado, houve a aprovação de uma resolução no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas que, de alguma maneira, conflita com a política atual, uma vez que essa resolução, que não é superior à própria política, traz alguns pontos que são um pouco conflitantes e, na minha opinião, obviamente, retrocedem nessa política absolutamente consolidada, de 2005, que está bem atual e é o que a gente defende, justamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDREA GALLASSI – ... por abordar a questão na perspectiva da saúde, da redução de danos e dos direitos humanos.

Agora, eu estou já me encaminhando para o final e quero só deixar alguns pontos para a gente pensar nessa política, numa abordagem sobre drogas para adolescentes.

É importante destacar que a maioria dos riscos e prejuízos relacionados às drogas ilícitas não é naturalmente inerente ao problema das drogas, mas é fruto de uma política que é equivocada, que não garante os direitos, ou seja, expõe adolescentes a outras vulnerabilidades. É o que eu digo: adolescente não deve fazer uso de substância; se a está usando é porque de alguma forma o Estado não chega de alguma maneira para proteger esses adolescentes e entregar os direitos que lhes são assegurados. E essa exposição traz as vulnerabilidades que eu acabei de dizer. Mais danosa do que a própria droga é a política que a gente adota para tratar.

Um outro dado importante, que já é bem batido, mas é importante destacar, é que o potencial de dano das drogas ilícitas não é maior do que o das drogas lícitas. Acho que isso é uma coisa que também deve ficar clara.

A gente tem que pensar em elevar fatores de proteção de adolescentes e minimizar fatores de risco. Então, quanto mais eu consigo possibilitar com que este adolescente vivencie a sua adolescência de acordo com as suas necessidades e com os seus direitos sendo gozados, a gente consegue afastá-los de situações de risco.

Adiar a experimentação é um fato bastante importante, ou seja, quanto mais tardiamente a pessoa tem contato com uma substância, inclusive álcool, é melhor do ponto de vista de diminuir a questão da possibilidade de desenvolver dependência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isto aqui, para mim, é um dos pontos principais: a questão da educação responsável sobre drogas. Por quê? Porque a gente passou a vida inteira – eu tenho 39 anos, e as pessoas aqui têm mais ou menos essa idade – vendo "drogas, nem morto" e aquele monte de propaganda super, enfim, alarmante, temerosa, sem que houvesse, de fato, uma discussão responsável, clara, que pudesse falar: "olha, vamos aqui conversar, papo reto" – como os próprios adolescentes dizem –, "sobre o que de fato são os problemas ocasionados pelo uso de maconha quando usada em excesso, ou não". Enfim, isso, para mim, Senadora, é o ponto chave quando a gente discute o uso de drogas entre adolescentes.

Prevenção e tratamento são investimentos mais custo-efetivos do que a repressão, mas a gente precisa de evidência científica para pensar no modelo que a gente quer tanto de prevenção – o próprio Gustavo apresentou que teve dificuldades com a questão dos programas de prevenção que eram financiados, então a gente precisa ter um pouco de evidências, e o estudo que foi realizado demonstrou que, talvez, não fosse um programa adequado – como de tratamento, da mesma forma.

A gente tem que abordar esse assunto de uma maneira bastante pragmática. Então, audiências como esta são superimportantes para que a gente desapaixone o debate e o trate de maneira séria, correta; para que a gente se interesse em debater este assunto à altura da complexidade que ele tem.

Era isso que eu queria falar.

Agradeço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Agora, passo a palavra ao Dr. João Paulo Becker Lotufo, Doutor em Pediatria pela USP, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria nas ações de combate ao álcool, tabaco e drogas.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Agradeço esta oportunidade.

Eu represento a Sociedade Brasileira de Pediatria nessa questão.

Vou mostrar um pouquinho a incidência de tabaco na população de 10 a 17 anos, do 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. A gente vê que o pulo do gato, mais ou menos, é ali com 13, 14 e 15 anos. E a gente tem ali que 25% da população, aos 17 anos, já experimentou o cigarro. Aqui nós estamos falando de experimentação. Só que aquele roxinho lá em cima é o indivíduo que já usa diariamente, e o azulzinho claro é aquele que já usa duas ou mais vezes por dia.

Para a gente ter uma ideia, essa é a incidência de experimentação de álcool, aos 17 anos – a última coluna –, em que o roxinho é aquele que bebe todo dia e o azul claro é aquele que bebe duas ou mais vezes por dia.

E aqui, a maconha: 20% dos jovens nas escolas públicas – foram 10 escolas públicas que investiguei no entorno da USP – já experimentaram a maconha. A gente tem ali o roxinho, que é o usuário diário, e o azul claro é aquele que usa duas ou mais vezes por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito próximo do tabaco. Para muitos dos adolescentes, a primeira droga não é mais o tabaco; já é a maconha a primeira droga utilizada.

Eu gosto de comparar esta situação aqui: 300 casos de dengue para 100 mil habitantes é epidêmico, é uma epidemia. Todo mundo conhece o nome do pernilongo e o que precisa fazer para acabar com a dengue. Se eu pegar 100 mil jovens de 17 anos, com essa minha estatística, nós vamos ter que 25 mil experimentaram o tabaco; 20 mil, a maconha; 5 mil, o *crack*; e 60 mil, o álcool. Se eu considerar que 20% desses são dependentes, em 100 mil jovens de 17 anos, eu tenho 5 mil tabagistas, 4 mil maconhistas, mil no *crack* e 12 mil alcoólicos. Isso é muito alto comparado com os 300 casos de dengue para 100 mil habitantes. E qual é a política pública que a gente tem para isso?

Numa escola classe A de São Paulo, perguntei para os alunos por que os avós deles fumavam. E eles colocaram isto claramente: porque era chique, porque era charmoso, porque tinha *glamour*, dá prazer, acalma, socializa. Eles disseram que a maioria das pessoas fumava – o que não é verdade – e que os avós achavam que o tabaco não viciava e não conheciam os problemas de saúde causados pelo cigarro.

Quando perguntei por que o jovem usa maconha, houve a coincidência de respostas: acham chique, é charmoso, tem *glamour*, dá prazer, acalma, socializa, a maioria das pessoas usa – o que não é verdade –, acham que não vicia e não conhecem os problemas de saúde relacionados à droga.

Então, para mim, a maconha hoje é o tabaco da década de 50. Quer dizer, para os meus pais, para os meus avós passarem da adolescência para a vida adulta, existia um pedágio, que era o tabagismo. Hoje, a maconha ocupa esse lugar.

Há vários trabalhos mostrando aí problemas na educação. Por exemplo, o Fergusson mostrou isto aqui: na Corte que ele acompanhou: na Nova Zelândia, quando a pessoa estava com 16 anos, quem nunca usou maconha, 14% abandonou a escola; quem havia usado mais de 100 vezes, 80% abandonou a escola. Então, há relação com esse tipo de coisa.

Há trabalhos científicos mostrando diminuição de massa cinzenta com uso de maconha, e também há trabalhos cientificamente comprovados com o problema da esquizofrenia, surto psicótico, etc.

Eu sou um pediatra que trabalha com pneumologia pediátrica, por isso comecei a trabalhar com tabagismo. Toda essa luta antitabágica eu acompanhei de perto. E não é possível que eu tenha, em um consultório pediátrico pequeno, seis comas alcoólicos aos 14 anos de idade – nós estamos falando de coma alcoólico, e não de vomitar no banheiro – e seis surtos psicóticos por uso de maconha, dos quais dois estão esquizofrênicos, lesados pelo resto da vida. Então, isso tem aparecido para o pediatra, e por isso a Sociedade Brasileira de Pediatria está preocupada.

A gente sabe que, na hora em que se legalizar a droga – não estou falando de maconha medicinal; estou falando de legalização, como aconteceu em alguns Estados americanos –, dobra-se o uso. Dobrando-se o uso, nós vamos ter mais crianças e adolescentes utilizando e vamos ter mais problemas em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui, por exemplo... Na pediatria, o gráfico da esquerda está mostrando atendimentos do Samu, vamos chamar assim, nos Estados que aprovaram a maconha medicinal e a legalizaram, e a intoxicação também em crianças de zero a cinco anos. Há um mês, eu atendi uma criança de cinco meses no pronto-socorro, convulsionando durante quatro horas, porque ela ingeriu a droga que o pai havia preparado. O pai pôs a droga em uma garrafa de água, a tia preparou a mamadeira dessa criança com essa garrafa, e a criança convulsionou durante quatro horas. Então, nos Estado Unidos, dobrou a intoxicação em crianças, e nós já estamos começando a atender esse tipo de coisa aqui.

Quando se pergunta para o jovem qual é a cidade ou país em que a droga está liberada, todo mundo fala de Amsterdã, Holanda. Eu estive em Amsterdã recentemente – meu filho mora lá. Este é o *coffee shop* mais antigo de Amsterdã, que foi fechado por estar próximo de uma escola. Então, na Holanda não é liberada a droga; é tolerada, segundo a Embaixadora que me falou. É tolerada no sentido de que existem lugares em que você pode usar, mas mesmo esses lugares estão diminuindo. Foram fechados já 50% dos *coffee shops* na Holanda porque não estão interessados no turismo da maconha.

O nosso trabalho de prevenção é patrocinado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Foram feitas atividades em dez escolas, no entorno da USP, em que a gente, a cada mês, teve uma atividade na escola. Esse tipo de trabalho tem que ser contínuo. Você ir a uma escola para fazer uma palestra de prevenção é efetividade zero – todo mundo já sabe disso –, mas esse projeto foi contínuo, durante o ano inteiro, com várias atividades na escola.

Nós montamos um caderno de aulas, de propostas de aulas, para que o professor... Quando eu fui fazer esse projeto na escola, meu filho, que era professor estadual e municipal, falou: "Pai, esquece, esse projeto não vai funcionar, porque o professor não vai fazer isso. O professor não tem esse tipo de atitude. Olha, eu vejo dados aí – não querendo causar polêmica – de 'tantas' escolas que já fizeram isso ou aquilo. Na frente, na ponta, as escolas não têm esse tipo de atividade."

Esse foi um projeto que nós fizemos de preparar 64 aulas dentro do currículo escolar do Fundamental II, com as oito matérias clássicas – Português, Matemática, História, Geografia, Artes, Ciências, Educação Física e Inglês –, nas quais cada professor tem uma aula de prevenção de álcool e uma de tabaco para ser colocada em prática dentro do currículo escolar já existente. Então, são várias aulas trabalhando questões relacionadas ao currículo escolar, mas usando material de prevenção de drogas. São 64 aulas que estão no nosso *site,* disponíveis a qualquer professor que queira utilizar esse material.

O que a gente vê? No nosso trabalho, o professor de Matemática colocou uma questão de prova na lousa: o pai de família fuma dois maços; cada maço custa R$10; quanto ele já gastou, se ele fuma há 20 anos? Essa questão matemática é simples: R$140 mil. Essa é a questão que foi colocada, do custo de 20 anos de cigarro. Na verdade, isso causou uma certa polêmica, porque esse professor teve que discutir esse assunto durante duas aulas; a questão do custo da droga dentro da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na festa junina, onde eu estava com o meu projeto, um pai me chamou e falou: "O senhor que é o tal do Dr. Bartô? O senhor é sacana, hein!" "Por quê?" – perguntei eu. Ele falou: "É que, quando eu acendo cigarro, meu filho pede a bicicleta nova dele, porque eu já gastei R$140 mil em cigarro." Então, através da criança, isso chega à família.

Nós mostramos o pulmão bom, e o pulmão ruim: o pulmão bom parece uma esponja; o pulmão ruim parece uma bucha. É a fibrose do enfisema pulmonar, por exemplo. Um garoto de 14 anos parou de fumar com a aula de Ciências, porque o avô dele era dependente de oxigênio, e ele entendeu o que era fibrose pulmonar.

Mostramos coisas talvez chocantes: uma tromboflebite obliterante com amputação de perna. Chorou ali uma menina do Fundamental I quando viu essa cena, e eu fui chamado à direção da escola – aos 60 anos de idade; é duro ir para a direção aos 60 anos. Mas eu mostrei o cartaz do Fundamental I que ganhou o prêmio de cartazes na escola...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – ... dizendo: "Fumar é tão legal Por que você não tenta?" "Vai, então, me passa um!" Depois, os dois estão sem perninha ali. E a Natália ainda coloca ali: "Eu me arrependi!" "Eu também!"

Mostramos uma dependente de oxigênio, e ganhou o concurso de cartazes este aqui: "Fumar é a mesma coisa que correr de braços dados com a morte – mas nem correr, andar mesmo, porque quem fuma não corre!" Quem fuma não corre; é a falta de ar do enfisematoso.

Este trabalho nosso é em relação à experimentação de droga. Esporte é importante? Sim. Espiritualidade é importante? Sim. Mas o que deu diferença estatística na experimentação de droga? Quem tinha diálogo no relacionamento familiar diminuiu a experimentação de droga em 60%, tanto o álcool, como o cigarro, a maconha e o *crack*. Então, a gente trabalha muito com isso. Nós temos que aumentar o diálogo da família em relação à droga. O nosso projeto aumentou em 60% a discussão do assunto de drogas nas famílias.

Este é o livro da Sociedade Brasileira de Pediatria: *Álcool, Tabaco e Maconha: Drogas Pediátricas* – porque o pediatra está atendendo esse tipo de situação.

Este é o material que a gente distribui em todos os lugares. Nós temos um programa de aconselhamento breve na consulta pediátrica, em que a gente discute com a família o problema de droga e distribui o material. E esse material funciona, porque um avô veio parar de fumar, no mês passado, no meu ambulatório – apesar de ser pediatra, eu trato o tabagista. Eu lhe perguntei: "Por que o senhor veio parar de fumar aos 75 anos?" Ele comentou assim: "É que o senhor deu um livrinho desses para o meu neto, e, cada vez que eu acendo o cigarro, o meu neto me faz ler o livro novamente. Eu já li o livro 68 vezes. Eu resolvi parar de fumar." Então, isso chega na família através da criança.

Este é o nosso *site*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo à mão da Senadora Marta Suplicy uma carta da Sociedade Brasileira de Pediatria com dez sugestões para a gente diminuir a experimentação de álcool e de drogas na criançada e na adolescência, assinada pela Drª Luciana Rodrigues Silva, e o Caderno de Propostas de Aula, que pode ser implantado se houver interesse.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu bati o olho aqui nesse trabalho que o senhor está enviando e uma das coisas que vi foi a retirada da propaganda de cerveja da mídia, entre as 6h e as 21h, inclusive aquelas que informam sobre os possíveis "baixos teores" ou "zero teor de álcool em sua composição".

Pode haver baixo teor ou zero teor?

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – É, existe cerveja sem álcool.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – O problema da legislação é que a cerveja é considerada refrigerante, vamos chamar assim. A propaganda é proibida para bebida alcoólica com mais de 13 graus Gay-Lussac, e a cerveja tem 4, 5, 6.

A propaganda de cerveja foi proibida na mídia de dezembro de 2014 até maio de 2015, se não me engano, pois houve um promotor do Rio Grande do Sul que bateu o martelo nessa questão, mas isso foi revogado – pela indústria, é óbvio. Isso impressiona as crianças. Um filho de um médico perguntou para ele: "Pai, o que é ser brahmeiro?" Porque a propaganda dizia que "O sucesso é ser brahmeiro". Então, a propaganda influencia muito. E foi isso funcionou no tabagismo. A coisa mais importante na luta antitabágica foi a retirada da propaganda da mídia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Hoje nós temos, na nossa Comissão, vários projetos de lei para retirar-se a informação de que há componente transgênico, para retirar-se a proibição, dizendo que faz mal à saúde. Essa é uma discussão muito grande, com *lobbies* muito variados e muito pesados aqui. Há vários em votação e que são discutidos nesta Comissão, o que também é bastante preocupante, porque a gente sabe o impacto que podem ter.

Achei muito interessante a forma de apresentação. Depois, teremos um momento de discussão – porque foi antecipado o plenário hoje – de como é feito, em termos concretos, de qual é a metodologia. Não vou pedir para fazermos agora, porque, de repente, eles podem nos interromper por começar a sessão.

Então, vamos dar a palavra ao nosso último orador – depois, a gente volta –, Alberto José de Araújo, pneumologista, membro da Comissão de Tabagismo do Conselho Federal de Medicina e da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gozado... Eu percebi que estamos falando da maconha, mas como ela está ligada ao tabaco, não é?! Acho que todos aqui não deixaram de colocar a questão do tabaco. Impressionou-me muito a menção feita pelo Dr. Lotufo de que o tabaco de ontem é a maconha de hoje. Eu não tinha pensado nisso. Mas é bem verdade.

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – Obrigado, Senadora. É um prazer estar aqui neste debate.

Eu atuo na área de drogas, mais particularmente tabaco e álcool, maconha nos últimos anos, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e participo dessa comissão cujo nome é Drogas Lícitas e Ilícitas, do Conselho Federal de Medicina.

Nós vamos mostrar alguma coisa. Vamos pular alguns eslaides, porque já moram mostrados pelo André e tal, e com isso vamos ganhar um pouco mais de tempo.

Essa é uma imagem da Índia, mostrando um pouco essa questão da cultura, que está muito ligada à questão da maconha, talvez mais do que a qualquer outra droga.

Também quero declarar que não tenho conflitos de interesse. O meu interesse é no campo acadêmico, de pesquisa e de *advocacy* – atividade societária.

Isto já foi falado de manhã. Há uma quantidade de substâncias – não são alcaloides os princípios ativos da *Cannabis* –, uma quantidade imensa, pelo menos cem, das quais algumas dezenas podem ter efeitos medicinais, mostrando que há esse uso também – esta é uma tintura de *Cannabis sativa* usada na Índia, para dor e para induzir o sono. Porque existem dois tipos de *Cannabis*. Há uma que é usada mais para relaxamento. Essa aqui é encontrada no Oriente. Então, é muito antigo o uso da maconha no aspecto medicinal.

Quero lembrar que existe uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável e Políticas Integradas na Ação e Prevenção, da qual o Brasil é signatário. Nessa agenda, em relação às drogas, diversos fatores devem ser considerados nas políticas.

Eu chamo bastante atenção para este fator da exclusão social e da estigmatização, que entram num outro debate, num outro campo, que é o da descriminalização: não criminalizar um indivíduo que é dependente, que tem porte de pequenas quantidades de maconha, o que acaba atingindo de forma desigual a sociedade, porque são os pobres, os negros e os favelados que vão para as cadeias entrar na escola do crime e começar a usar outras drogas.

Precisamos, então, entender todo esse processo dessa agenda integrada para que a gente faça muito não só ação de recriminação, mas ações de prevenção. Por exemplo, em grande parte das escolas que têm aulas sobre drogas, quem é que dá a aula sobre droga? É um agente de segurança, é um policial e é um bombeiro. Não é legal isso. Deveria ser um professor! Porque a visão dele é outra, a missão dele é outra, é a de reprimir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui dados mostrando que 247 milhões de pessoas usaram droga no último ano. São dados do Atlas de Drogas no Mundo, publicado pelo órgão das Nações Unidas relacionado com drogas. E uma coisa interessante: é o único órgão relacionado com drogas e com crime. Ou seja, trata a droga como algo de segurança, e não de saúde, de educação.

Então, nós vemos que 28 milhões de pessoas sofrem algum distúrbio, no caso do uso de droga; e somente uma em seis pessoas que precisa de algum tipo de abordagem está em tratamento. Ou seja, essa população é negligenciada. Se formos considerar que grande parte dessa população começa a consumir droga na adolescência – tabaco, 70% a 80%; álcool, 70%; maconha, 60% a 70% –, há mais negligência ainda.

Então, esse é o relatório.

A maconha, de todas as drogas ilícitas, é a mais usada no mundo, tanto na forma de resina quanto na de erva. E agora a gente tem a maconha potencializada, que é o *skunk*, que pode chegar a 20%, 30% do teor de maconha. Está mudando também a maconha. Como o tabaco mudou com os aditivos, a maconha mudou ao longo do tempo também. Esse é o Relatório Mundial sobre Drogas.

Também foi dito de manhã – vou passar rapidamente – que a maconha, mais até do que o tabaco, se apresenta de formas múltiplas. No Colorado, nós temos *cookies*, bolos, *candy,* pirulitos, sorvete com maconha. Aqui no Brasil, a garotada da universidade em que eu trabalho já criou o brigadeiro de maconha para aumentar a renda. Aqui nós temos bebidas... Olhem só a quantidade imensa de formas de consumo!

No Brasil, há 1,5 milhão de usuários diários; 7% experimentaram e 3% consumiram a droga no último ano. Há 1,3 milhão que relatou sintomas de abstinência da maconha. Este é um mito: "A maconha não causa dependência; seu uso é inofensivo." Esse é o estudo do Lenad/Inpad, que o Prof. Laranjeira coordena – parece que ele tem um estudo mais recente, de 2016, mas os dados ainda não foram divulgados –, que mostra a relação de 1,3 milhão de pessoas com dependência. Então, isso não é pouco. Uma parte dessa dependência se estabelece entre os 15 e os 16 anos, que é o mesmo pico da dependência para o tabaco; não a do álcool, mas a do tabaco começa nessa faixa de idade.

Então, o que nós levantamos, nos últimos seis meses, no trabalho junto com o Lotufo, nessa comissão do CFM? Nós já protocolamos esse documento técnico hoje de manhã. Nós levantamos o que há de evidência científica, tanto no uso medicinal da maconha, que foi discutido na parte da manhã, quanto em relação aos efeitos para a saúde. O que tem relação de causalidade e o que não tem? Esse material, depois, nós poderemos disponibilizar para vocês, na página do Conselho Federal de Medicina, ou trocando depois *e-mail*.

Bem, o que a gente viu aqui? No consumo da maconha, mais ou menos em que momento acontece o efeito? Duas a quatro horas após ser inalada; em apenas uma hora quando ingerida. O tabaco demora nove segundos para fazer efeito; a maconha demora um pouco mais. Ela demora de trinta a quarenta minutos, pelo menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os efeitos incluem: percepção alterada do som, das cores e de outras sensações; confusão mental; ansiedade e ligeira paranoia; redução da coordenação e do equilíbrio; e também alterações em relação à pressão arterial e à frequência cardíaca, aumentando a chance de ataque cardíaco. Todo mundo vai sentir isso? É claro que não. Vai depender da dose, da época em que começa a usar, e alguns dos efeitos as pessoas não vão sentir na segunda experimentação ou na terceira. Outros efeitos, como confusão mental e paranoia, o uso continuado vai favorecer, principalmente se forem duas ou três vezes por semana. O consumo em doses altas, então, vai levar à agitação psicomotora, ansiedade e pânico, distanciamento da realidade e redução do tempo de reação.

Por isso, no Colorado, que é um dos Estados que está querendo rediscutir a liberalização da maconha, o índice de acidentes de trânsito, em oito anos com a lei lá, aumentou drasticamente, porque a maconha diminui os reflexos e, quando associada com o álcool, o que é costumeiro, aumenta mais ainda esse risco.

No longo prazo, há dificuldades cognitivas, na concentração, na capacidade de aprendizagem e memória.

Lá também, o Estado do Colorado era um dos cinco Estados com melhor índice de performance dos estudantes até o ensino médio. Eles passaram, em oito anos, do quinto para o vigésimo lugar. Então – é a expressão que a gente usa –, há um certo emburrecimento, uma certa dificuldade de aprendizagem. Se começa a fazer um curso, começa a haver evasão, começa a ter dificuldade de concluir se faz esse uso mais regular da droga.

Além disso, a maconha é irritante para os pulmões. Ela é queimada também; é um fumo. A maconha é um fumo, então ela aumenta a probabilidade de crise de asma, traz agravamento em quem já tem asma, maior propensão para ter tosse, resfriado e redução do sistema imunitário.

Na mulher e no homem, há a queda da libido, ciclo menstrual irregular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – ... redução na ovulação. No homem, pode levar a uma redução do número de espermatozoides.

V. Exª me concede uns dois minutinhos para concluir?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – Como falou a Drª Andrea, quanto à psicose induzida por *Cannabis*, o que nós encontramos não foi uma relação de causalidade, mas uma relação que a gente chamou de excesso de risco, independentemente do fator genético, de ter psicose induzida por *Cannabis*, de ter transtorno psicótico. Inclusive, não só do tipo esquizofrênico, mas depressão, pensamento suicida e tal. E não está claro se esses problemas podem ser revertidos após uma para de longo prazo. Então, pessoas mais vulneráveis vão ter um aumento dessa chance de desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na gravidez, na amamentação, não se deveria usar nem a maconha medicinal. E, se for usar, teria que controlar-se o uso da dose ou pensar em outra medicação. Normalmente, na gravidez não se deveria usar medicação nenhuma, nem maconha medicinal, nem qualquer outro princípio farmacológico, mas há situações em que há a necessidade de usar-se alguma coisa. O uso está associado a transtornos na atenção, memória e resoluções de problemas nas crianças quando entrarem para a escola, aos seis, sete anos. Isso é observado no tabaco também, no tabagismo na gravidez. E o bebê pode apresentar síndrome de abstinência.

No leite materno, o THC pode sair em quantidades de quatro a seis vezes mais do que em qualquer outro líquido corporal. Isso também acontece com a nicotina. Então, as mulheres que estão amamentando não devem consumir a droga ou usar algum princípio.

Então, nós temos diversos problemas da maconha.

Eu vou fechar com este eslaide aqui.

Esse é o grupo de evidências que está lá no Nida 2017, esse relatório da associação americana que saiu este ano, ou melhor, no ano passado, sobre a questão da maconha. Ele classifica em: evidências moderadas; limitadas – evidências ainda insuficientes –; ou, se ainda não há evidências comprovadas, o que precisa de estudos. Então, nós vemos que há diversos domínios na área psicossocial que já têm evidências em relação aos prejuízos cognitivos com o uso da maconha; evidências substanciais sobre o consumo problemático de *Cannabis*.

Finalmente aqui, também, nesse relatório que nós apresentamos, há um capítulo especialmente dedicado a evidências de uso medicinal.

E aqui, só ilustrando, para terminar, quero dizer que, efetivamente, nós temos dois grandes campos de batalha em relação à maconha. Um deles é garantir que as boas propriedades medicinais, ainda algumas desconhecidas, desses canabinoides, possam ser aproveitadas para benefício humano; e, ao mesmo tempo, evitar que a maconha possa provocar dor, doenças nas pessoas, especialmente se o consumo começa na juventude. Então, essa é a grande questão.

E isso implica – para completar o triângulo – que não podemos produzir mais criminosos a partir da criminalização dos jovens que são encontrados com trouxinhas de maconha. Então, essas são grandes questões.

Fechando aqui, agora nós temos a maconha eletrônica, a vaporização da maconha, que já foi lançada na Suíça e na Bélgica; o cigarro eletrônico de maconha, com 30% a 40% de THC. Ou seja, é mais uma forma de poder trazer grandes prejuízos.

Esses são mitos e crenças que a gente trabalha lá com os jovens, com os universitários.

Vou mostrar só uma imagem aqui, as referências, dizendo que há uma data muito importante para todos nós: 26 de junho é o Dia Internacional de Combate às Drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O senhor desculpa... Uns quatro quadros para trás – o senhor passou um pouco rápido por causa da sua preocupação com o tempo...

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – Ah, sim. Desculpa. O dos mitos?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim, o que é isso?

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – "Fumar maconha é uma alternativa natural e mais segura do que os cigarros regulares" – dos universitários lá onde eu dou aula, na UFRJ, um grande percentual fuma maconha, e eles acham isso. Mas fumar maconha não é uma opção segura. Os efeitos físicos, psicológicos e sociais são numerosos. O uso crônico pode gerar a psicose induzida por *Cannabis*. Isso é o que a gente responde lá no trabalho que a gente faz de prevenção.

"Ao interromper o consumo, o usuário não sofre com sintomas de abstinência." Não; ele pode ter abstinência, em grau menor do que o do tabaco, mas pode ter, conforme mostrou o trabalho do Lenad. Em torno de 26 a 30% podem desenvolver dependência.

"Fumar maconha não é viciante, ao contrário do tabaco." Também causa dependência.

"Fumar maconha é menos ofensivo do que fumar cigarros regulares." Depende; para ataque cardíaco, há uma revisão deste ano que mostra que, se a pessoa já tem predisposição a algum problema cardíaco, o simples fato de ela estar em um ambiente em que pessoas fumam maconha pode desencadear algo. Mesmo o fumante passivo de maconha.

Assim, é preciso a gente considerar todas essas questões na análise desse problema, porque, como o Lotufo disse, no momento em que se legaliza, não só vai haver um *boom* da indústria do tabaco, que já está de olho. Lá nos Estados Unidos, já há cigarros de maconha produzidos pelas grandes multinacionais do tabaco, como há o cigarro eletrônico. Enfim, a maconha pode vir até em um combo aí, junto com nicotina ou, quem sabe, junto com o *crack*. Porque a moda do consumo são os combos.

Então, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bem, agradeço a sua apresentação e também comunico o recebimento do Ofício nº 5.590, de 2018, do Conselho Federal de Medicina, encaminhando nota técnica sobre as consequências da maconha para a saúde. É de autoria do Dr. Alberto José de Araújo (organizador) e do Dr. João Paulo Becker Lotufo (revisor).

Informo que o referido documento será anexado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 514, de 2017, e vai ficar disponível em meio eletrônico no sítio do Senado Federal.

Parece que é um trabalho bastante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É, eu tenho interesse em ler para saber, porque vai nos ajudar aqui na orientação.

Agora eu vou dar a palavra para consideração final de cada um dos... Não é hábito, mas, como nós não estamos com a presença dos Senadores, que estão no plenário, eu vou dar a palavra ao senhor, que participou da nossa mesa anterior.

Pois não.

O SR. RENATO FILEV – Obrigado, Senadora.

Eu queria fazer uma observação e uma pergunta em relação a equiparar a maconha ao tabaco. Em verdade, é um tanto complicado fazer essa comparação, visto que, só nos Estados Unidos, um dado que vem se repetindo ano a ano, inclusive da Organização Mundial da Saúde, é que cerca de meio milhão de pessoas morrem, só naquele país, só nos Estados Unidos, por ano por causa direta ao consumo do tabaco. Já em relação à maconha, existe um único relato de caso de morte por intoxicação por maconha na literatura científica, que é um estudo de 2014, do pesquisador Hartung, da Alemanha. Então, não dá para a gente comprar uma droga que mata meio milhão de pessoas em um país com uma droga para a qual existe um relato na história da Medicina de morte por intoxicação de uso.

Segundo isso, considerando que todos os apresentadores levaram em consideração essa equiparação, e a gente consegue enxergar no tabaco um modelo de regulação responsável, em que não se proibiu o uso da substância, mas ao mesmo tempo se conseguiu reduzir de maneira significativa o número de usuários da substância, por que não utilizar a mesma política de controle do tabaco para a maconha?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É uma crítica feita pelo Dr. Renato Filev, neurocientista do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Foi um ponto interessante levantado.

Eu acho que eu vou dar a palavra aos dois que se pronunciaram em relação à equiparação – não foi equiparação; foi colocando até uma analogia.

Vamos lá.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Na verdade, veja, a nossa preocupação, da Sociedade Brasileira de Pediatria, é em relação ao uso precoce das drogas, qualquer que seja ela. Então, a nossa questão é retardar a iniciação de drogas, se não se puder abolir.

É a mesma coisa com o álcool. Nos Estados Unidos é com 21, e a nossa molecada está aqui bebendo com 12, 13, 14 anos. Então, é retardar o início do álcool.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazer essa comparação é uma comparação no sentido de iniciação de uso. Quer dizer, o nosso jovem hoje pensa na maconha como se pensava no cigarro. Seria uma questão disso. Eu não estou comparando uma coisa com outra.

É lógico que o tabaco é muito... Apesar de a maconha ter 55% mais cancerígenos do que o cigarro, você fuma dois, três, quatro baseados, e acabou. No cigarro, o nosso índice recorde são 80, 100 cigarros por dia.

Agora, na hora em que você pega uma droga... O cigarro hoje tem 1% de nicotina, e a maconha tem 2% de THC – a maconha oficial no Uruguai. Mas, se a gente não tivesse o controle do tabaco, você teria tabaco hoje com 2%, 3%, 4% de nicotina. Com a maconha, a mesma coisa.

Então, se quer usar, tudo bem, nada contra, mas use depois dos 21. Esse é o ponto de vista da Sociedade Brasileira de Pediatria. Quer dizer, o risco de usar na criança e no adolescente é muito grande. Então, essa comparação é mais no sentido de iniciação de uso de drogas, porque a maconha hoje tem sido, na periferia, a primeira droga utilizada; o pessoal já pula o tabaco.

O SR. ALBERTO JOSÉ DE ARAÚJO – Só para complementar, quero dizer o seguinte: é claro que a gente não está falando em termos... O tabaco é insuperável. O tabaco mata mais do que todas as drogas, morte violenta, acidente de trânsito. E o tabaco responde por uma sexta parte de todas as mortes do mundo, principalmente as doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e câncer, dentre outras.

Mas, quanto à maconha, só nos últimos cinco anos começaram os estudos mais de longo prazo para ver efeitos em relação à maconha como um fator concorrente para morte, como há os estudos já de mais de cinquenta anos em relação a tabaco e câncer, por exemplo. Há, inclusive, alguns princípios da maconha que se suspeita possam proteger o indivíduo de ter câncer ou de desenvolver um enfisema. Há estudos recentes mostrando isso. Então, a maconha, ao mesmo tempo em que agride, também tem um remédio de certa forma para evitar um mal maior – simplificando.

Então, a preocupação é a de que nós não estamos falando... Como se falou de manhã aqui, as maconhas, eu diria para você, nós não estamos falando mais da maconha dos anos 70, dos anos 80, dos anos da revolução, dos anos da ditadura, dos anos da revolução estudantil. Nós estamos falando de uma maconha concentrada que está vindo aí. E essa maconha concentrada, a gente não sabe o que poderá acontecer com ela, como não sabe o que poderá acontecer com o cigarro aquecido e com o cigarro eletrônico. Por isso, a gente é contra também que essas novas formas sejam introduzidas no Brasil.

Então, nós não temos a dimensão disso. Certamente não vai ser igual à do tabaco, mas pode nos trazer bastantes surpresas, e nós temos que ter essa responsabilidade. Até porque, certamente, muitos de nós não vamos estar daqui a 30, 40 anos para poder presenciar o que vai acontecer, a não ser espiritualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – A Srª Margarete Brito, que também participou da outra Mesa, que é Coordenadora-Geral da Associação de Apoio à Pesquisa e a Pacientes de *Cannabis* Medicinal, também gostaria de fazer uma intervenção.

A SRª MARGARETE BRITO – Eu fiquei com uma dúvida – é uma dúvida que eu sempre fico, quando ouço essa fala de quem é contra a regulamentação. De fato, hoje em dia, existe uma quantidade muito menor de fumantes do que existia alguns anos atrás. Hoje em dia, é fato, você olha ao redor, em todos os ambientes, em vários ambientes, e pouquíssimos jovens fumam cigarro, o tabaco. Então, por que os senhores... Não é? Isso não é fato? Com a educação feita de várias formas, reduziu-se muito o número de pessoas fumantes. Eu vejo pouquíssimos jovens fumando tabaco hoje em dia.

Por que, então, os senhores não defendem esse mesmo critério para redução do uso de maconha fumada em um ambiente legalizado? Os senhores não acham que, em um ambiente legalizado, conseguiriam fazer esse mesmo trabalho de redução da maconha fumada, como se fez com o cigarro?

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Eu diria o seguinte: o cigarro, na década de 50, era uma coisa; o cigarro hoje é outra. Nós éramos 30% de fumantes no País; hoje nós somos 10% de fumantes. Só que, dos jovens, 25% estão experimentando. Então, se a gente não tomar cuidado, vai haver uma reversão nessa história.

Então, nós temos que continuar trabalhando a prevenção. Quer dizer, na luta antitabágica houve quatro tópicos importantes: retirada da propaganda, aumento do preço do cigarro, tratamento gratuito para a população e o quarto eu esqueci agora aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – E advertências, etc., etc.

Então, eu não gostaria de estar, daqui a 30 anos – o Alberto não vai estar aqui, mas eu vou estar aqui –, trabalhando a mesma coisa que nós estamos trabalhando com o cigarro.

Eu só queria deixar uma coisa clara. É o seguinte: nós não somos contra o que foi dito hoje de manhã. Em absoluto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Não... Nós estamos discutindo outra coisa, e a pergunta não era essa. A pergunta que foi mencionada antes é que o tabaco mata muito mais, é muito mais prejudicial e tal. E a maconha tem menos efeitos nocivos e tem muitos positivos. Do tabaco, eu acho que eu não saberia citar nenhum positivo, a não ser... Deve haver algum, pelo menos de a pessoa ficar assim... Pôr a mão – não tem onde pôr a mão, fica segurando o cigarro, qualquer coisa do tipo. Então, ficou meio pairando essa dúvida, que foi o que a Margarete colocou: por que não pode ser feito um trabalho de diminuição do uso, prevenção – é diminuição do uso –, como foi feito com o tabaco com tanto êxito? Eu sei que demorou muito tempo, e deu muito certo. E a resposta não foi tão clara.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Na verdade, é o seguinte. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARGARETE BRITO (*Fora do microfone.*) – Não é para fazer daqui a 30 anos. A gente tem hoje uma quantidade de jovens fumantes...

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Sim.

A SRª MARGARETE BRITO (*Fora do microfone.*) – ... de maconha. Então, para que vamos fazer esse trabalho daqui a 30 anos? A gente tem que fazer hoje.

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Temos que fazer hoje, eu não tenho dúvida.

A SRª MARGARETE BRITO (*Fora do microfone.*) – Então? Mas fazer em um ambiente legalizado não é mais adequado?

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Eu acho que, legalizando, nós vamos ter aumento de consumo. Do ponto de vista de saúde, eu vou ter mais problemas. Se eu analisar do ponto de vista judicial, etc., talvez eu tenha vantagens. Então, quando me perguntam: "Você é a favor da legalização ou não?" Eu não tenho nenhuma preocupação com isso. Eu não sou nem a favor, nem contra. Eu sou a favor de se fazer uma ampla campanha de prevenção para que a gente diminua a iniciação na droga. Ponto. Se vai legalizar... Eu digo o seguinte: já está legalizado. Onde você não encontra maconha hoje?

A SRª MARGARETE BRITO – Exatamente!

O SR. JOÃO PAULO BECKER LOTUFO – Você encontra em qualquer lugar. Só esqueceram de oficializar a liberação.

Na escola em que eu atendi, houve uma rede de distribuição na escola. Foi uma delação premiada de um aluno. Havia dez alunos que distribuíam a droga dentro da escola. Quando você pega uma família que reprime o garoto e corta a mesada dele porque ele está usando maconha, em três meses ele está traficando. Isso é de classe social alta que eu estou falando.

Então, legalizar, ou não, não é o problema. O que a gente precisa é aumentar o conhecimento da população sobre o risco da droga. Esse é o ponto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Bem, eu tenho aqui o e-Cidadania, que também está se manifestando.

Eliane Nunes, de São Paulo: "Eu acho equivocado misturar o dano com a cura. O dano existe, porque a maconha nacional é a prensada. Se fizer como na Suíça, que vende maconha *hemp oil*, *hookah* e canabidiol em supermercado, nós tratamos todos." Bem, se alguém conseguiu entender e quiser explicar... Porque eu não entendi bem o que é *hemp oil,* o que é isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É óleo. Bem, depois, se alguém quiser responder essa questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paula Paz, do Distrito Federal: "Senadora Marta, eu sou mãe de um autista severo. Meu filho faz uso medicinal de *Cannabis* há dez meses e teve avanços no seu desenvolvimento. Eu sou associada à Aliança Verde, coordenadora de assuntos do canabidiol pelo Moab, que é o Movimento Orgulho Autista Brasil. Precisamos da regulamentação da *Cannabis*, direito ao cultivo também."

Fábio Portela, do Rio de Janeiro: "O uso da maconha entre adolescentes já existe com a proibição. É fato que não tem como proibir o uso. O mínimo a ser feito seria cuidar da qualidade e da saúde pública." Estão bem antenados com o que nós estamos conversando.

Anderson Nazareno, de Minas: "Quais as vantagens de uma educação para drogas em um cenário regulamentado no atual modelo de prevenção proibicionista? Não seria mais adequado um modelo mais calcado em informações científicas do que o modelo Proerd ora vigente?"

Rafael Ladeira, do Distrito Federal: "O maior perigo é a proibição. Precisamos resguardar a soberania do Brasil com produção local, seja o autocultivo ou o cultivo associativo. Não podemos virar *commodity* do mercado internacional. Queremos direito de escolha e que a *cannabis* faça parte da farmácia viva."

Italo Coelho, do Ceará: "A Sociedade Brasileira de Pediatria é a favor da proibição dos remédios farmacológicos por conta de seus possíveis, e muitas vezes comprovados, efeitos colaterais? É importante lembrar que há inúmeros casos de envenenamento com essas drogas. Demagogia não ajuda no debate."

Paula Paz, do DF: "Senadora..." Esse eu já li.

Bem, essas são as considerações do pessoal que assiste e que faz essa interação conosco. Eu vou dar um pouquinho de tempo – aí, cada um se controla – para uma saudação de despedida para cada.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu posso falar um minuto, Senadora? Um minuto, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Só um minuto. Eu queria apenas parabenizar por esta iniciativa a Comissão. Não quero me estender, mas quero parabenizar, porque esse assunto é muito importante.

E eu queria só dizer, assim, o que eu sinto também por ter um pai que praticamente faleceu pelo uso do tabaco – era a única pessoa que fumava na família.

O mundo levou 30 anos, precisou sacrificar uma geração para medir os efeitos do tabaco na saúde para depois reprimir com sucesso. Da maconha ainda nem se tem isso. Então, nós podemos estar hoje – quem está estimulando a legalização – fazendo, às vezes, esse preço ser pago daqui a 20, 30 anos, pior do que o cigarro, porque não existe estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu pergunto para quem é da pediatria da criança – só esta pergunta que eu deixo no ar para responder: o senhor tem uma filha de cinco, seis, sete anos de idade, inteligentíssima, e ela vê toda hora dizerem "maconha é ilegal"; na cabecinha dela, isso também não presta. Agora, na hora em que ouvir todo mundo falar "maconha é legal", isso vai se tornar, para aquela criancinha, estimulante moral. Esse é o grande risco desse processo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Diferentes opiniões.

Vamos agora dar a palavra para o Felisbino.

O SR. FELIPE FELISBINO – Agradeço a oportunidade de o Ministério da Educação estar aqui interagindo com essa temática tão importante e relevante e deixo aqui a nossa disponibilidade, a nossa abertura para a programação de políticas públicas.

Nós estamos, então, nesse processo de BNCC, na construção dos currículos, nos Estados, nos Municípios, e o nosso Plano Nacional de Educação prevê, orienta todos esses entes federativos no regime de colaboração. Nos temas transversais, nós estamos construindo uma proposta que harmonize, que catalize esse sistema, esse regime de colaboração.

Então, os exemplos que eu citei aqui a vocês, nesta tarde, são resultados positivos dessa organização de regime de colaboração, e nós temos que ampliar isso. Então, eu vejo aqui como grandes parceiras as sociedades de pediatria, e o Conselho, que também poderão ser parceiros que poderão estar nesse regime colaborativo para organizarmos a política pública que vai chegar até o território escolar, em sala de aula, e chegar à comunidade escolar dos nossos alunos.

Então, mais uma vez, muito obrigado, Senadora Marta, por esta oportunidade de estarmos aqui interagindo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada.

Eu vou pedir rapidamente agora que o Ministério da Justiça se pronuncie. Parece que abriu a Ordem do Dia, então nós vamos ter que encerrar. Mas, por favor. Depois dou a palavra à Andrea, e encerramos.

O SR. GUSTAVO CAMILO BAPTISTA – Queria, então, brevemente agradecer o convite de V. Exª para a realização desta audiência pública e deixar-nos à disposição. No *site* do Ministério da Justiça, temos sempre informações da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e dos cursos que nós realizamos em EaD. As pessoas que tiverem interesse podem acompanhar no *site*. Nós vamos abrir cursos no segundo semestre para públicos específicos, inclusive para professores. Recomendo que olhem o *site* www.mj.gov.br.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada.

E agora com a palavra Andrea Gallassi, Coordenadora do Centro de Referência.

A SRª ANDREA GALLASSI – Obrigada.

Muito brevemente, eu acho que a Margarete, com a fala dela, ajudou. Quer dizer, para pensarmos em um modelo de prevenção, é importante que tragamos essa discussão para um cenário que é legalizado. Se a proibição existe para afastar as pessoas do contato com a substância, ela está absolutamente, então, equivocada, porque não estamos conseguindo fazer isso. Esse é um dos primeiros argumentos que se sustenta quando se fala em proibição, para que as pessoas não tenham acesso, mas, como o próprio Dr. Alberto falou, as pessoas estão consumindo. Desculpa, o Dr. Lotufo falou.

Legalizado está, e está mesmo, Senadora. Se quisermos comprar maconha é mais fácil do que comprarmos um antibiótico na farmácia. Eu garanto para a senhora que é. O *campus* em que eu trabalho na UnB é o *campus* de Ceilândia, que é uma cidade daqui, do Distrito Federal, que é bastante vulnerável. É a cidade mais populosa, a região administrativa mais populosa e com bastante vulnerabilidade do ponto de vista socioeconômico, e eu garanto para a senhora que as pessoas com que eu me relaciono no Centro de Atenção Psicossocial de Ceilândia garantem isso com certeza.

E justamente para que possamos discutir um modelo de prevenção, temos que trazer para o cenário em que o Estado atua com todas as suas pastas, e não só a pasta da segurança. Temos que trazer para um cenário onde está a educação, que está aqui, onde está a saúde, onde está a própria segurança também. Então, acho que é importante destacarmos essa questão.

E, como temos um cardápio de maconha, temos para diferentes indicações, precisamos estudar essas substâncias, para justamente pensar quais são as devidas indicações. E aí eu acho que temos que pensar, então, trazendo para a questão da saúde pública, que é também por onde eu falo, temos que pensar do ponto de vista epidemiológico e dos impactos. Ou seja, se imaginarmos as mortes e tudo o que a proibição gera – a cidade do Rio de Janeiro é a mais emblemática –, será que não é uma questão de saúde pública imaginarmos a violência e as mortes todas ocasionadas pelo tráfico, pela proibição? Acho que isso é uma questão muito importante para pensarmos.

E, por fim, eu queria colocar assim, para pensarmos um pouquinho... Mesmo com os danos do tabaco, absolutamente sabidos, absolutamente consolidados na literatura – e temos uma política de sucesso –, eu queria sugerir que possamos pensar se, mesmo com todos esses danos, alguém aqui imaginaria um cenário de proibição do tabaco. Eu acredito que não. Então, acho que é importante termos isso em mente para que nos desapaixonemos, olhemos essa questão e, de fato, regulemos para afastar – eu concordo absolutamente, no meu eslaide estava claro – o contato dos adolescentes com essas substâncias. Em um cenário regulado, vamos ter as restrições para que essas pessoas não acessem, justamente como é com o tabaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

24ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP. *Fazendo soar a campainha.*) – A senhora estava falando, e eu pensei: na verdade, o tabaco foi tendo leis restritivas, e hoje quase em nenhum lugar você pode fumar. Quer dizer, se você quiser fumar, como funcionária de uma loja, você tem que ir para a rua. Daqui a pouco, já não estão mais admitindo pessoas que fumam, porque ninguém quer um funcionário indo fumar na rua ou dentro do carro.

Nesta semana, acho que nós aprovamos um projeto, ele está em discussão aqui – eu não sei se foi nesta semana que foi aprovado ou se discutimos para ter um Relator –, com mais proibição: dentro de carro e para criança, para várias coisas. Então, vai sendo cerceado. Mas o interessante é que está sendo cerceado de uma forma que não foi no começo. As pessoas foram primeiro tendo a informação, e, a partir da informação, foi vindo a proibição. Eu não diria a proibição, na verdade, mas foi vindo restrição.

A SRª ANDREA GALLASSI – Restrição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – E as pessoas foram ficando envergonhadas. Por exemplo, se alguém começar a fumar aqui, vão dizer: "Ficou louco! Vai fumar aqui?" Eu não estou falando aqui, no Senado nacional. Se eu entrar na sala da sua casa, tirar um cigarro e começar a fumar, eu vou ser muito mal-educada. Então, isso foi ficando... Alguma coisa foi introjetada, e as crianças foram aprendendo. É muito interessante!

Eu acho que a coisa mais interessante que aprendi nesta segunda Mesa foi isso. Nós temos que ter um cuidado, porque nós não sabemos exatamente quais as consequências da maconha. Ela pode ser muito nociva em alguns casos e pode não ser em outros. Cada organismo vai responder de um jeito, a vulnerabilidade de cada um – nós estamos falando do adolescente e da criança –, ou vai ser de outro.

Então, como nós devemos fazer essa prevenção no sentido de eliminar a possibilidade de termos pessoas viciadas? Porque também já vimos que é possível ser viciado. Não é a maioria que fica, mas há uma gama enorme que pode ficar.

Eu agradeço a presença de todos os que vieram e que colaboraram para que possamos sempre fazer uma reflexão e aprofundar um tema que se discute na nossa sociedade. Aliás, discute-se pouco, eu acho. Fala-se muito, discute-se pouco, e temos que avançar e aprofundar.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 22 minutos. Reaberta às 13 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 37 minutos, reaberta às 13 horas e 41 minutos e encerrada às 15 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dalirio Beber, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Reditario Cassol, João Alberto Souza e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, para instruir o RAS 2/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy; e atendendo ao requerimento RAS 13/2018, de autoria do Senador Dalirio Beber. Finalidade: Instruir os trabalhos de avaliação da "Política de Atenção Hospitalar e da Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde (SUS)" e debater os problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS). Participantes: José Luiz Spigolon, Diretor-Geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB; Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS - Região Centro-Oeste; Rodrigo César Faleiro de Lacerda, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS; Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas – Fonif; Adriano Carlos Ribeiro, Assessor da Confederação Nacional de Saúde - CNSaúde. A Presidência faz a leitura de mensagens recebidas pelo portal e-cidadania. Resultado: Audiência Pública Realizada. Usam da palavra os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy, Presidente desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dalirio Beber

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom dia a todos e a todas.

É com grande satisfação que nós damos por aberta a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir os trabalhos de avaliação da Política de Atenção Hospitalar e da contratualização dos hospitais filantrópicos no Sistema Único de Saúde, conforme Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2018; de seleção da política pública do Poder Executivo para avaliação nesta Comissão; e debate dos problemas e os desafios enfrentados pelas entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2018, de minha iniciativa.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, 0800-612211.

Comunico que nós vamos conceder a cada um dos nossos convidados o tempo de dez minutos para que faça a exposição; depois das apresentações, nós partiremos para o debate.

Informo ainda que nós fizemos também o convite à Confederação Nacional de Saúde, na pessoa do Sr. Tércio, aqui hoje representado por Adriano Ribeiro.

Eu gostaria de convidar o Sr. José Luiz Spigolon, Diretor-Geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB).

Eu gostaria também de convidar o Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) Região Centro-Oeste.

Eu gostaria de convidar também Rodrigo César Faleiro de Lacerda, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Eu gostaria de convidar o Sr. Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria finalmente de convidar, representando o Sr. Tércio da Confederação Nacional de Saúde, o Sr. Adriano Carlos Ribeiro.

Antes de iniciarmos, é importante que nós manifestemos a nossa alegria de ver debatida aqui, na manhã de hoje, uma temática tão importante, que é a participação efetiva dos hospitais filantrópicos, das santas-casas, dessas instituições beneficentes que, em parceria com o Governo Federal ou através do Sistema Único de Saúde, colocam-se à disposição para uma prestação de serviço à altura do que desejam todos os cidadãos brasileiros que, por uma razão ou por outra, têm necessidade de atenção à sua prevenção, mas sobretudo à questão da recuperação quando existe a necessidade de um tratamento médico-hospitalar.

Com certeza, nós todos valorizamos o trabalho que fazem as instituições filantrópicas nessa área da saúde. E, por isso, a Comissão de Assuntos Sociais, através da Presidência da Senadora Marta Suplicy, como os demais membros, Senadoras e Senadores, elegeu essa temática para que fosse avaliada durante o exercício de 2018.

A contribuição que os nossos convidados certamente nos prestarão ajudará não só ao Senado, mas também ao Congresso como um todo, sobretudo para conhecermos, em maior profundidade, algumas questões que possam, durante a nossa jornada, merecer alguma contribuição no sentido de fazer com que, de fato, essa parceria, cada vez mais, fortaleça-se para o bem de todos os brasileiros.

Nós gostaríamos de conceder dez minutinhos de tempo a todos os nossos convidados, a começar por José Luiz Spigolon, Diretor-Geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, e dizer que contamos com a participação de todos aqueles que estão sintonizados através da TV Senado, no portal e-Cidadania, bem como através do Alô Senado, no 0800-612211.

Com a palavra o Sr. José Luiz Spigolon.

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – Muito bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Presidente e autor da iniciativa desta audiência pública, o Senador Dalirio Beber. Cumprimento os nossos colegas de Mesa em nome do Secretário Humberto Lucena.

Farei uma breve apresentação sobre isso, permitindo-me depois ficar à disposição dos senhores para questionamentos.

No primeiro momento, quero destacar aquilo que é a dimensão do setor filantrópico no Sistema Único de Saúde. São quase 2,5 mil instituições, 1.358 delas são certificadas pelo Ministério de Saúde como entidade beneficente de assistência social e outras 1.135 não o são. Devo destacar aqui que essas 1.135 não gozam de nenhum benefício de isenção da cota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

previdenciária por não ter o certificado. E não têm os certificados por problemas havidos com os secretários municipais de saúde, de que vamos falar depois, ou então porque não desejam tê-lo.

Os dados que vou apresentar são todos retirados dos bancos de dados do Ministério da Saúde e atualizados no dia 12 de abril de 2018. São 2.170 unidades hospitalares filantrópicas, 1.704 delas atuando no Sistema Único de Saúde e 468 não atuando. Geram essas 2.172 entidades quase 1 milhão de postos de trabalho. São 990 mil postos de trabalho atualizados esses agora em abril de 2018. E também contam com cerca de 160 mil médicos que atendem como profissionais liberais ou que são pessoas jurídicas.

Disponibilizamos para o sistema público de saúde nada menos que 132.500 leitos, o que representa 37% de toda a capacidade de atendimento do SUS. As internações em 2017: enquanto o SUS realizou 11,5 milhões de internações, as nossas instituições responderam por 4,780 milhões. Destaquei em vermelho as organizações sociais. Nesse volume de 4,780 milhões de internações não estão contabilizadas cerca de 1,1 milhão a 1,2 milhão de internações realizadas pelas organizações sociais, a maioria delas derivadas de hospitais filantrópicos. Portanto, se nós tirarmos 1,1 milhão de internações dos 5,9 milhões que estão contabilizados pelo setor público, as santas-casas passam a ter mais de 51% de todo o atendimento no sistema público de saúde em 2017.

Há um detalhe que precisa ser destacado, que é a forte participação dessas instituições nos procedimentos de alta complexidade. Os senhores vejam aí que nós estamos quase em 70% de todos os procedimentos de quimio, de radioterapia, de internações em cirurgias oncológicas, em cirurgias cardiológicas. Portanto, assume um papel estratégico para a alta complexidade do sistema público de saúde. E, na base ambulatorial, que não é muito o foco aqui, foram 295 milhões de atendimentos ambulatoriais no ano de 2007, com uma significativa participação de 69% de toda a radioterapia e quimioterapia no SUS; de 58,14% dos transplantes, que é um programa de sucesso no Brasil, reconhecido no exterior.

Passo agora para o primeiro foco desta audiência pública, que é a Política Nacional de Atenção Hospitalar.

De uma forma geral, a Confederação das Santas Casas apoiou integralmente a publicação da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), que foi instituída pelo Ministério da Saúde em dezembro de 2013, destacando que essa política é aplicável a todas as instituições que atuam no sistema público de saúde, os hospitais públicos e privados que prestam serviços no âmbito do sistema.

Em 2016, após ter discutido muito com o Ministério da Saúde, a CMB editou uma Nota Técnica nº 01, de 2016, que entregou à direção do Ministério da Saúde, sugerindo pequenas medidas de reformulação apenas na implantação da política nacional, entendendo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

subfinanciamento que persiste nos sistema único impedia que muitos hospitais prontamente pudessem atender na integralidade aquilo que a política estabelece. Portanto, nós pedimos que fosse discutida uma gradualidade na implantação da política. Como eu disse, nós reconhecemos que a política traz uma contribuição muito importante para a melhoria da qualidade assistencial da nossa população.

Passo agora para o outro foco desta audiência pública, que são os problemas da contratualização também originados em lei e originados em portarias do Ministério da Saúde.

A Lei 8.080, ao tratar do Capítulo Da Participação Complementar, estabeleceu que o SUS pode, sim, recorrer às disponibilidades da iniciativa privada, seja ela com ou sem fins lucrativos, sempre que não houver disponibilidade estatal para atender a demanda da população. Só que a lei e os legisladores desta Casa sabiamente estabeleceram que essa participação tem que ser formalizada por contrato ou convênio, e, ao sê-lo, têm que ser observadas as regras e normas de direito público. Em outras palavras, as portarias que complementam isso têm que obedecer ao que está na lei de concorrências públicas, a 8.666, de 1993.

O que se verifica? Primeiro, que não há contrato e convênio na maioria daqueles 1,7 mil hospitais. Simplesmente prestam o serviço e não conseguem alinhar com o gestor a existência de um contrato, muito menos observando as normas de direito público. Lembro que a Constituição e a Lei 8.080 também estabelecem que há uma prioridade das entidades filantrópicas, uma preferência no caso da contratação. Chamo a atenção dos senhores para este importante dispositivo que o legislador introduziu na Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Estou falando do art. 26 e estou falando dos dois parágrafos deste artigo.

O artigo diz que os critérios e valores para a remuneração dos serviços devem ser estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde. Até a edição do Decreto 7.508, que regulamentou esta lei, essa competência era entendida como exclusivamente do Ministério da Saúde. A partir da edição do decreto, essa competência passa a ser da Comissão Intergestores Tripartite, formada pelo Conass, Conasems, que têm os seus representantes aqui, e pelo Ministério da Saúde. O mais importante, esses critérios e valores precisam ser aprovados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – ... no Conselho Nacional de Saúde. Nunca o foram! Jamais o Ministério da Saúde adotou valores de remuneração, ou a tripartite, e jamais isso foi observado pelo Conselho Nacional de Saúde.

Quer dizer, é letra morta na lei, assim como o §1º, em que claramente o legislador definiu que, na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração, deverá o gestor nacional do Sistema fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados. Lamentavelmente, isso também jamais ocorreu nesses 30 anos do Sistema Único de Saúde.

E, finalmente, os contratos devem manter o equilíbrio econômico-financeiro. Aqui, senhores, o que se paga, com base em 2017, no levantamento nacional que nós fizemos, para cada R$100 gastos no atendimento do Sistema Único, hoje, com todos os recursos, incluindo os incentivos, a participação, quando há, do Estado ou do Município no financiamento, representa R$65.

Desde a vigência da Lei 8.080, sempre houve enormes dificuldades para que se assinassem esses contratos e convênios com gestores. Aquelas cláusulas que são entendidas como fundamentais e necessárias em qualquer avença jurídica não são permitidas: não se admite definição de data de pagamento dos serviços prestados; não se admite a inclusão de cláusulas com multa e punição de atrasos de pagamento; não se admite a definição de periodicidade de reajuste e de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Os pagamentos de atendimento excedentes às metas pactuadas e solicitados pela central de regulação do sistema gestor não são pagos, e anualmente os hospitais convivem com 800 mil, 900 mil internações, que já chegaram a mais de 1 milhão, sem cobertura de pagamento pelo Sistema Único de Saúde, com alegação de falta de teto financeiro. E, para estimular a contratualização, o Ministro e hoje Senador Humberto Costa, membro desta Comissão, criou o incentivo à contratualização, que é um incentivo, e há aqui, lá do início da sua gestão como Ministro e que também acabou não tendo os reflexos que se pensavam. Apenas cerca de 750 instituições conseguiram realizar o sonho de ter um instrumento jurídico regulando a sua participação no sistema público de saúde.

Por conta da ausência de contratos, muitas instituições perderam os seus certificados de entidades beneficentes de assistência social. Nós temos o caso aqui de uma de São José dos Campos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – ... com valores extremamente contundentes para finanças do hospital em relação ao que a Receita vem e tributa na ausência da isenção.

Esta Casa, para tentar resolver isso, aprovou, neste ano, agora em 2018, a Lei 13.650, na qual dá condições ao Ministério da Saúde de denunciar a omissão dos gestores municipais e estaduais na não formulação desses contratos.

As regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a contratualização são claríssimas, preveem obrigatoriamente a presença de recurso tripartite, dinheiro do Estado e do Município que raramente é colocado. É uma raridade quando se encontra uma solução para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também uma interpretação muito equivocada dos gestores do SUS em relação ao que se constitui em pagamento pré e pós-fixado definido claramente em portaria do Ministério da Saúde. É por isso que dissemos aí que chega a ser tendenciosa essa interpretação que os gestores têm.

E, finalizando, Sr. Presidente, a gente trouxe aqui dois, três problemas independentemente de haver contrato ou não. Então, olhe, o que predomina hoje em nível nacional? É uma total retenção de valores que o Ministério da Saúde vem repassando regularmente nos últimos dois anos e que dificilmente chegam às instituições para as quais eles são destinados. Isso fica retido na secretaria municipal e estadual de saúde, com atrasos significativos de pagamento. Hoje eu recebi e tenho aqui um caso em Pernambuco, que coloco depois à disposição, em que a troca de prefeito há dois anos gerou 14 milhões de atraso nos pagamentos, e o prefeito atual acabou tendo que compor com o hospital de pagar isso em cinco anos. Imaginem os senhores o custo da assistência médico-hospitalar e você ter que atender ao doente, colocar o recurso, pagar os seus fornecedores, os seus trabalhadores e demorar cinco anos para receber.

Então, há um problema que se tornou crônico, em que se retêm produtos de emendas parlamentares que acrescentaram recursos para a média e alta complexidade e recursos de incentivos que são repassados para o Ministério da Saúde. Há advogados que entendem que isso é uma apropriação indébita, que isso é crime de apropriação indébita praticada pelos gestores uma vez que o recurso está portariado pelo Ministério da Saúde, há portaria destinando para aquele hospital, para aquela razão social, para aquele CNPJ o valor que lhe é de competência.

Exigências descabidas de se produzir mais serviços para poder receber emendas parlamentares. Os Parlamentares realmente, entendendo a crise de saúde e o subfinanciamento do sistema, houveram de estabelecer essa condição de um regramento de emendas impositivas que sejam canalizadas para ajudar no financiamento. Mas isso se tornou exatamente uma forma de exigir que você faça cirurgias eletivas, etc., para poder ser liberado.

E, finalmente, este é um mal muito complicado. O Brasil é do tamanho e da dimensão que todos os senhores conhecem. São 5.670 Municípios e há uma elevada interinidade de secretários municipais de saúde. Há conhecimentos anunciados pela Confederação Nacional de Municípios de que a média de secretários de saúde no País é de dois por ano. Há casos de cinco no mesmo ano, há casos de três, de quatro secretários de saúde no mesmo ano.

Isso dificulta completamente, Sr. Presidente, senhores colegas de Mesa, qualquer tipo de planejamento ou de funcionalidade adequada de um serviço da importância do serviço de saúde e isso reflete exatamente no que a pesquisa que foi anunciada ontem mostrou: 75% da população brasileira desaprova completamente o Sistema Único de Saúde. Portanto, aí está o reflexo dessa pesquisa, uma necessidade urgente de se comporem gestores e prestadores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

serviços para que a gente dê resposta àquilo que a população brasileira está esperando em termos de qualidade de saúde.

Equipamentos nós temos até demais, equipamentos a que me refiro são leitos hospitalares, ambulatórios, leitos de UTI. O que falta é uma organização e seriedade efetiva, falta cumprir o que a lei estabelece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ SPIGOLON – ... e que não é cumprido e de que não há, portanto, nenhuma cobrança.

Agradeço ao senhor.

Peço desculpas, Sr. Presidente, por ter avançado um pouco no tempo.

Em nome da confederação, agradeço a oportunidade que nos foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós que agradecemos ao José Luiz Spigolon pela sua brilhante explanação.

Com certeza, foram ultrapassados alguns minutos do tempo previamente estabelecido, mas nós sabemos que tudo isso é em favor da causa objeto da nossa audiência pública.

Na sequência, rapidamente, passamos a palavra ao Adriano Carlos Ribeiro, que é o Assessor da Confederação Nacional da Saúde, pedindo que, se puder, possa se ater aos dez minutos. Ficamos felizes para darmos sequência e podermos ainda dedicar uma parte considerável da nossa audiência pública ao debate e a eventuais perguntas que possam ser dirigidas para mais esclarecimentos.

Com a palavra o Adriano Carlos Ribeiro.

O SR. ADRIANO CARLOS RIBEIRO – Bom-dia.

Quero agradecer ao Senador Dalirio, meu conterrâneo de Santa Catarina, representando a Confederação Nacional de Saúde e nosso Presidente Tércio Karsten.

Acredito, Senador Dalirio, que a explanação do nosso decano Spigolon retrata com muita nitidez a situação de toda a rede de hospitais do País.

Eu vou fazer um enfoque na questão orçamentária para que a gente possa trazer outros dados ao debate.

Temos uma situação caótica que é a distribuição dos recursos da União *per capita,* e isso faz as unidades da Federação terem um pagamento totalmente anacrônico. Essa questão do *per capita* afeta não só o Estado de Santa Catarina, mas toda a Federação. Esse recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa ser colocado em pauta e distribuído de forma mais equânime. Essa situação do *per capita* faz com que Estados recebam um cidadão que valha mais do que outro de outra Federação. Essa situação cria embaraços e distorções na planta orçamentária do País.

Outra situação que nós temos que discutir e deixar muito clara é a responsabilidade de cada ente da esfera estadual, municipal ou federal. Nós não temos clareza disso. Se nos atermos aos detalhes do País, temos Estados da Federação que, com recursos próprios, conduzem a saúde em detrimento de outros que são dependentes do Ministério da Saúde. Essa distorção e essa falta de responsabilidade de cada ente geram para a rede de hospitais privados filantrópicos uma verdadeira necessidade de receitas de onde eles não conseguem buscar. Então, se houvesse a clareza do que é a responsabilidade do ente municipal, do ente estadual, seja no serviço ambulatorial ou numa internação hospitalar de alta complexidade, as receitas oriundas desde os entes dariam um fôlego para que essa rede que hoje está colapsada pudesse, pelo menos, sobreviver.

E, pensando nisso, temos que pensar em cadeias de atendimento. Nós precisamos prover no modelo, por exemplo, de São Paulo, que tem hospitais estruturantes, Spigolon, e hospitais de apoio com resolutividade. A quantidade de leitos hoje no País é muito alta, mas a taxa de ocupação é pequena, devido à não estruturação das redes de atendimento de urgência e emergência no País. Esse é um problema crônico que nós temos que enfrentar.

Precisamos dotar todo o País de estrutura de atendimento de alta complexidade e de suporte à vida nos hospitais menores. Que se estabeleçam neles esse fluxo de atendimento para que possa haver resolutividade, lembrando que, em muitos casos, somente os hospitais filantrópicos são a única porta de entrada de saúde que a população tem. E é com esse olhar da população, do atendimento ao SUS que precisamos nos guiar, precisamos pensar na população que precisa desse atendimento e dessa única porta de entrada.

Vejamos, essa questão é tão complexa que hoje temos vários casos no País em que, num hospital com baixa resolutividade e quantidade de leitos, o gestor municipal quer implantar uma unidade de saúde na frente do hospital. Então, vai haver duas unidades de saúde fazendo a mesma coisa e usando o mesmo recurso. Precisamos otimizar, nas instalações já consolidadas, o atendimento, seja ambulatorial, seja de média e alta complexidade, e não disputar o mesmo espaço e disputar o orçamento que já é pouco. Aí não se gera resultado para a população.

A relação com gestores estaduais e municipais... E aqui faço a complementação das informações do Spigolon. O Senador Dalirio foi coordenador da nossa Bancada de Santa Catarina quando houve a primeira Bancada da saúde para Santa Catarina.

Há diversas prefeituras não só no nosso Estado, mas em diversas unidades da Federação que ainda não repassaram recursos de emendas, exatamente por querer atribuir à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção. E foi um pedido do Presidente Tércio ao Senador Dalirio, Presidente da Comissão da LDO 2019, que o repasse dos recursos dos hospitais e emendas de custeio fossem diretamente para o CNPJ, para o banco dos hospitais e não passassem pelos seus gestores. Isso está criando um embaraço para toda a rede e não há necessidade, Senador Dalirio. E esse pleito da CNSaúde é fundamental para que possamos ter o desafogo, Spigolon, e que possamos efetivamente usar o recurso que o Parlamentar assim destina.

Hoje cada repasse está virando uma verdadeira briga. O Senador Dalirio sabe porque eu já conversei com ele sobre esse assunto. Nós precisamos ter efetividade, resolutividade no recurso que chega. Em Santa Catarina também, citando um exemplo, nós temos recursos de outubro de 2017 que a Secretaria de Estado da Saúde ainda não repassou para a nossa rede apesar das inúmeras tratativas.

Sobre a questão da contratualização – e aí eu queria ter uma noção – eu fui Superintendente de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde em meu Estado, onde vimos o seguinte: os nossos hospitais não sabiam que estavam contratualizando, a nossa secretaria não estava sabendo o que faziam naquele hospital. São contratos que não especificam o número de atendimentos e não fazem encontro de contas do custo efetivamente dos serviços que são prestados. Nós temos que ter noção exata de que, quando se contratualiza, temos que fazer uma memória de custos dos serviços a serem prestados e temos que pensar em mudar o pensamento de que o hospital não é atrativo para os Municípios.

Na maioria dos Municípios brasileiros, quando o hospital é estabelecido, a maior folha de pagamento – se não é a primeira, é a segunda – é o hospital. Os melhores salários pagos aos médicos, aos prestadores de serviços são os dos hospitais. Nós precisamos entender o hospital como parceiro do comércio e prestador de serviço neste País. Ele gera receita e renda para os Municípios, porque movimenta, o hospital tem essa oportunidade. Então, no momento em que os entes municipais entenderem que o hospital é a mola propulsora da economia da região, ele vai ter um olhar diferente. Nós temos que ter essa visão para ver como que o hospital agrega ao Município e ao seu entorno.

Na questão da contratualização o que está ficando evidenciado é totalmente uma distorção do valor entre o que é efetivamente o custo do hospital e o efetivamente pago. E daí começa a acarretar vários danos à rede, que é a dívida. Se vocês pegarem os balanços das redes de hospitais, a quantidade de dívida e juros pagos aos bancos é algo surreal. Nós estamos, além de um trabalho subfinanciado, pagando ao sistema financeiro juros para quitar dívidas do dia a dia e, quando chega o mês de dezembro, temos que fazer outro aporte financeiro para pagar o décimo terceiro.

Essa clareza de que a rede é totalmente defasada acarreta a contratação de profissionais, porque os médicos, os profissionais enfermeiros só vão ter atração para ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

àqueles hospitais que tiverem uma estrutura para realizarem os serviços. Hoje há uma quantidade de hospitais que não conseguem agregar valor aos seus produtos devido ao sucateamento dos valores que são pagos. Temos que ter essa noção para que esses hospitais, no mínimo, encontrem a receita e a despesa no mesmo patamar.

A questão da produção dos hospitais está devidamente ligada...

Voltando ao assunto das redes, a maioria de nossos hospitais não consegue gerar produção porque não tem uma rede organizada. Essa produção tem que ser pensada na nova política de atenção hospitalar, Spigolon. Nós precisamos sentar com nossos parceiros, que são os entes municipais e estaduais, sendo que nós não temos assento na CIB e na CIR. E isso é uma coisa contraditória.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO CARLOS RIBEIRO – Eles fazem reunião de CIB, mas nós não temos... Só sabemos das decisões depois que nós somos outorgados a fazê-las. Nós precisamos inverter esse processo e ter assento nessas comissões bipartites e regionais para que as decisões que digam respeito aos prestadores de serviços sejam efetivamente compactuadas e discutidas em grupo.

Senador, só para concluir, como diz o Hino de Blumenau, aqui é progresso. O senhor está trazendo progresso aos nossos hospitais filantrópicos e está trazendo uma luz, porque parecia que a gente já estava no final do túnel.

Muito obrigado, em nome do Presidente Tércio, pela oportunidade de a Confederação vir aqui expor este importante assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Adriano, muito obrigado pela tua contribuição.

A Comissão de Assuntos Sociais tem realmente esse compromisso de debater este assunto e todos os demais que são inerentes à sua atuação no sentido de que nós aperfeiçoemos, que consigamos melhorar essa parceria, que é vital.

Nós tivemos, na Constituição de 1988, a decretação da obrigação do setor público de prestar assistência médico-hospitalar a todos os brasileiros. E a partir daí começou-se a construção desse sistema, que está vigorando até hoje. E a participação das entidades filantrópicas na área da saúde é indispensável e, portanto, se projetará por longos e longos anos ainda, até que, talvez, um novo modelo surja a ponto de dispensar, digamos, o trabalho dos hospitais filantrópicos, dessas entidades beneficentes que tanta importância têm nesse conjunto da prestação de serviços de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No entanto, como ainda vai muito longe, nós vamos tentar otimizar esse trabalho, essa parceria fazendo com que o Poder Público de fato valorize no tamanho necessário para que os hospitais possam continuar prestando essa importante tarefa de assistir à saúde dos brasileiros.

Vamos ao nosso terceiro convidado.

Passamos a palavra ao Custódio Pereira, que é Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), por dez minutos.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – Bem, ao mesmo tempo em que eu cumprimento a Mesa e os presentes, eu quero cumprimentar o Senador Dalirio Beber pela iniciativa de trazer este debate tão importante para o nosso País.

Eu vou me permitir dar uma visão muito rápida sobre o setor como um todo, focando, depois, na área da saúde. Vou apresentar, rapidamente, uma pesquisa, que foi feita de forma inédita, que mostra a contrapartida das instituições filantrópicas, mostrar também a relevância da contrapartida do setor de saúde e, finalmente, alguns pontos do dia a dia dos grandes desafios do setor de saúde.

Primeiro, a filantropia no Brasil começou com o descobrimento do Brasil, antes de ministérios, antes de leis, antes de normas. Essa iniciativa é feita por uma questão de missão, de visão, de carisma, e, como nós estamos vendo aqui, apesar de todas as dificuldades, essas instituições continuam à frente atendendo às pessoas.

Certamente, outras iniciativas, como a da educação, o Pateo do Collegio, o próprio Mackenzie, em 1870, já dava bolsas para os filhos dos escravos... Essas iniciativas filantrópicas já mesmo sem o Cebas... Por isso que, quando foi iniciada a apresentação, se falou em filantrópicas com o Cebas e filantrópicos sem o Cebas. Eu gostaria de enfatizar depois, na apresentação, só a fatia do Cebas.

Nós tivemos origem nesse clamor do setor de uma falta de reconhecimento, porque muitas pessoas são atendidas em instituições filantrópicas, e não sabem que são atendidas por uma instituição filantrópica. Não sabem sequer da luta que está sendo feita para que ela possa ser atendida.

Então, nossa missão é atuar na defesa das entidades beneficentes, promovendo a sinergia e o fortalecimento do setor, visando à plena garantia dos direitos constitucionais. E, com isso, nós estamos defendendo os direitos daqueles que estão na ponta e que mais precisam.

As organizações que representam o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas... Nós estamos praticamente em todos os setores. A ABIEE, a Anec, a CMB, que está aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representada pelo Spigolon, a Conib, de toda a comunidade israelita, a Cebraf, de todas as fundações, a Febraeda, de todas as associações socioeducacionais... Bom, a Anec é de todas as instituições católicas de ensino básico e superior e a ABIEE é de todas as evangélicas também. Então, essa é a representatividade.

E o importante também... O Spigolon trouxe o número da saúde: 1,358 mil.

Spigolon, posso lhe dizer que os números, por coincidência, estão batendo perfeitamente, porque se fala em dados, em números, e muitas vezes depende do dia, da origem, mas estão batendo.

Nós representamos 1,123 mil instituições filantrópicas no Brasil, isto é, que fazem o atendimento com o Cebas. Nós não estamos considerando, por exemplo, aquelas mil e poucas instituições que perderam o Cebas e que estão agora com mais uma luta, que é se defender contra a tributação que vem em cima na hora em que você perde o certificado.

Na educação são 3,954 mil instituições. Aí são as mantenedoras e as mantidas. Isto é, são as faculdades, universidades, instituições de ensino. E a assistência social, que é a maior parte, 5,811 mil.

Nós fizemos uma pesquisa com dados oficiais dos três Ministérios, da Saúde, da Educação e da Assistência Social; e dados da Receita Federal.

Pela primeira vez nós conseguimos compilar e sistematizar os dados. Posso dizer a vocês que os dados da saúde foram os mais complexos e os mais difíceis de você ter uma visão global de números com muita diversidade de dados. Então, essa é uma visão muito simples, mas muito importante. São dados de 2014 e 2015, mas hoje, com a atualização da pesquisa que nós estamos fazendo, os dados não mudaram em termos percentuais.

Então, arrecadação total da Previdência: R$348 bi. As imunidades representam só 2,87%. Portanto, o problema da previdência não é um problema gerado pelas filantrópicas, pois representamos só 2,87%, e nós retornamos 600% daquilo que nos é dado de imunidade. Então, para os R$10 bilhões que nós recebemos, nós retornamos R$60 bilhões. Quer dizer, não é um gasto, mas um investimento, na verdade.

Então, para cada R$1 investido, as instituições filantrópicas retornam R$5,92. E nós estamos falando isso com base em dados científicos. Não são dados inventados.

Há o fator da intangibilidade que eu vou explicar rapidamente.

O setor da saúde é o que mais se destaca. Nós representamos, instituições filantrópicas na saúde, 53% de todo o atendimento no Brasil, sendo que, considerando a alta complexidade, nós atingimos o índice de 60% de todo o atendimento no Brasil. Na educação, quase 32% dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossos alunos são bolsistas, quer dizer, muito mais do que a lei determinava no passado, que é 20%. E assistência social, quase 63% de atendimento gratuito.

Então, vocês vejam a representatividade do setor e, dentro da representatividade do setor, a representatividade do setor de saúde. São 161 milhões de atendimentos, e nós geramos cerca de 1,3 milhão de empregos.

Na saúde, para cada R$1 de imunidade que nós temos, a saúde retorna 7,35 vezes. É um número... Por que esse número é tão extraordinário? Exatamente pelo que foi dito. As santas casas estão endividadas, com problemas, e, então, o valor que é investido é muito maior do que a imunidade e muito maior até que a sua capacidade financeira de sustentabilidade.

Na área de assistência social, 5,73 vezes e na área de educação, 3,86 vezes. Eu quero dizer que, na atualização esse dado da educação já passou para 4,24. Quer dizer, no total, nós retornamos 5,92 vezes o que recebemos.

Na área da saúde, 990 Municípios só têm um hospital, e esse hospital é filantrópico. Desses 990 Municípios, 49 são hospitais que atendem comunidades de extrema pobreza. Se os hospitais deixarem de atender, nós teremos quase mil Municípios sem nenhuma assistência hospitalar, porque isso é feito por hospitais filantrópicos. O número é muito forte, muito impactante e muito importante.

Outra coisa, também muito rapidamente, é que as filantrópicas não são isentas. Não há um gasto tributário, não há, como se diz aí, uma renúncia tributária, mas as filantrópicas são imunes à tributação. Então, é uma não incidência, não uma isenção que é dada e que pode ser tirada. Eu não vou entrar nesse detalhe, mas mostro aí o que é imunidade e o que é isenção, e as filantrópicas são imunes pela Constituição. Inclusive, recentemente, na ADIn 2.028 isso foi reconhecido. Então, hoje já é um ponto pacífico.

Dentro daqueles R$10 bilhões de totais que você vê na tarja preta ali, R$3,8 bilhões são na parte de educação, R$5,7 bilhões são na parte de saúde e R$0,9 bilhão é na parte de assistência social. A assistência social tem um número maior de entidades, mas um número muito pequeno em termos de valor de imunidade.

E aí nós fizemos um estudo, porque a educação tem que dar bolsas, a saúde tinha que dar os 60% de leitos do SUS e a assistência social tinha que dar 100% de atendimento gratuito. E aí nós fizemos os indicadores. Por exemplo, na área de educação, vocês podem ver ali que, para cada R$1 de imunidade – está até errado, está "isenção" –, nós temos um retorno tangível de, 1,92 e um retorno intangível de 2,3; na saúde, 4,56 de tangível e 2,82 de intangível.

Intangível na educação, por exemplo, é que está provado – e nós temos dados também que mostram – que as instituições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – ... filantrópicas dão uma qualidade muito maior do que a média geral das instituições filantrópicas – 5,92 é o total.

Eu quero agora passar para alguns dados. Na minha primeira apresentação, não tinha considerado esses problemas que a audiência está solicitando. Então, peguei alguns dos casos, duas organizações, inclusive a nossa, que é a de Santa Marcelina. Nós deveríamos atender a 60%, e atendemos a 88% do SUS.

Então, a Irmã Monique me deu alguns dados. As tabelas não tiveram reajuste. Nós estamos vendo isso, há dez anos. Somente alguns itens. Todos os procedimentos são deficitários, salvo algumas exceções, como transplante; não atualização da tabela; depois, falta de investimento em equipamento e modernização; a grande demora no cadastro das redes e dos leitos de UTI, chegando a demorar um ano, um ano e meio. Se você tem mais leitos, há mais leitos de UTI. Só o trâmite para passar isso nas várias comissões é de um ano, um ano e meio, sem ter essa condição de disponibilizar para o SUS.

A municipalização descentralizou demais – vou tomar a liberdade de ler – os poderes, dando aos pequenos como aos grandes Municípios muita autonomia, dificultando os trabalhos em rede, o que diminuiria a duplicação de equipamentos e permitiria a regionalização de serviços especializados. Quer dizer, um Município maior poderia atender a dois ou três Municípios menores, que estão ali próximos.

A não existência de um prontuário eletrônico. A pessoa vai a uma AMA, a uma APS; depois, se vai a um hospital, tem que fazer novamente os exames, porque não há um sistema eletrônico centralizado de dados dos pacientes.

O médico hoje é o principal profissional. Como nos Estados Unidos, por exemplo, os outros operadores da área de saúde, como os de enfermagem, têm o prestígio e podem ajudar e colaborar nesses serviços.

Depois, também, centralização de cuidado profissional, que está ali e que já falei; distanciamento entre a academia e o serviço; pouco incentivo para pesquisa clínica, que possa ter um impacto real nos serviços e ser transformador, inovador.

Por exemplo, nós temos uma faculdade de Medicina. E, na faculdade de Medicina, todo trabalho que é desenvolvido é revertido ao hospital, mas não há nenhum programa, nenhum incentivo para esse tipo de trabalho que é feito.

A judicialização é excessiva, tem atrapalhado muito o serviço. Os juízes definem que se tem que dar um leito numa UTI, e muitas vezes tem que ser escolhido – ou o próprio juiz deveria escolher quem vai ficar e quem vai tirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um problema que nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – ... de judicialização.

Estou concluindo. Esse é um dado que todos conhecem, de 2011 a 2015. São os vários indicadores que mostram a média de gastos de inflação, de 2011 a 2015, de 72,28%, quando, na parte dos reajustes, foram 6,2%. Eles mostram, em gastos, o aumento de 72,28%; e o de receita, de 6,2%. Não é preciso explicar mais nada.

Nós estamos falando até 2015. Não tive tempo de atualizar os dados, está certo?

Eu queria só, no meio de tudo isso, talvez pensar numa solução.

Tive o privilégio de presidir a Lei Rouanet da educação, que está transitando aqui, no Senado, por acaso. Acho que o Blairo é que teve essa iniciativa.

Há incentivos para a cultura, e não há nada de errado nisso. Mas, se alguém doa dinheiro para o Cirque du Soleil, pode deduzir no Imposto de Renda. Mas nós não temos uma Lei Rouanet para a educação, nós não temos uma Lei Rouanet para a saúde, que são as coisas mais importantes.

Então, eu gostaria de deixar esse desafio. Sei que há outros projetos tramitando, mas gostaria de deixar isso como uma solução.

Agradeço aos Senadores. Desculpe-me o tempo que ultrapassei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Custódio Pereira, pela sua explanação – uma excelente contribuição.

E, sobre esse último tópico da Lei Rouanet, nós temos um projeto de autoria do Senador Paulo Bauer, que cria exatamente, também, no nível de saúde, essa possibilidade de que a captação de um percentual pudesse ser destinada a programas de saúde. E a relatoria desse projeto, digamos, foi de minha autoria.

Então, vamos trabalhar, no sentido de que isso se torne realidade, para ir aos poucos dando condições de que as nossas entidades filantrópicas tenham mais uma fonte de financiamento para programas de interesse do setor.

Vamos agora ao quarto orador. Fala, então, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Região Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, por dez minutos, o Sr. Humberto.

O SR. HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA – Bom dia, Senador.

Quero primeiramente agradecer a oportunidade de estar aqui, nesta Casa, que é a minha casa de origem. É sempre um prazer rever os colegas e voltar aqui, ainda mais representando o Conass, que é o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, uma instituição importantíssima desde o nascimento do SUS que faz grandes discussões em relação aos temas da saúde pública no Distrito Federal.

E me foi dada a missão de representar aqui o Presidente Leonardo Vilela, que é o Secretário de Saúde de Goiás, em relação principalmente à Lei nº 13.650, que foi aprovada para regularizar a situação dos hospitais filantrópicos que não têm contratualização.

Nós discutimos esse tema muito vividamente, na última assembleia do Conass, que foi no mês passado, e tivemos lá a presença do Ministério da Saúde, através do Departamento do Cebas, o DCEBAS, que fez uma explanação sobre a lei.

Primeiramente, gostaria de dizer que a importância dos hospitais filantrópicos, das instituições filantrópicas para a saúde pública é tremenda. Nós iniciamos essa tendência, esse crescimento dos filantrópicos, com o nascimento da Santa Casa da minha cidade natal, Santos, o antigo Hospital de Todos os Santos, em 1543, fundado por Brás Cubas.

Depois houve um grande crescimento, ao longo dos séculos, desse tipo de instituição, e, até meados do século XX, essa era a única forma de se fazer saúde pública. Não havia outra forma, não existia o direito dos cidadãos a terem saúde pública. Isso foi finalmente consolidado na Constituição de 1988, depois da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Hoje, mais de 50% do orçamento total do SUS é destinado aos filantrópicos. E peço para a gente dar um passo atrás, para entender por que isso acontece.

Nós temos nos filantrópicos um grande apoio para a saúde pública, por quê? São hospitais, instituições privadas, que funcionam com base em regras privadas, mas que recebem ou deveriam receber um financiamento do Poder Público, além de receber os incentivos fiscais que são da natureza da instituição que não tem fins lucrativos e que trabalha em parceria com o Poder Público.

Hoje, é tão importante que tenhamos esse sistema, que não tenho nenhuma dúvida quando digo que o sistema de administração direta para a saúde pública hoje é completamente incompatível. Não há uma velocidade suficiente para dar as respostas à saúde, e as instituições filantrópicas conseguem, porque trabalham num sistema diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje, por exemplo, a instituição de saúde que tem a maior eficiência por real gasto é uma Santa Casa, se não me engano, a Santa Casa da Bahia, que produz o maior número de procedimentos com o mesmo recurso.

Nós temos aqui, no Distrito Federal, uma dificuldade: não temos filantrópicos aqui. Como os filantrópicos se desenvolveram até mais ou menos a metade do século XX e Brasília nasceu em 1960, nós não temos essa válvula que tanto ajuda a saúde pública. Nós temos um filantrópico aqui, que é o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, que faz praticamente todos os nossos transplantes e que consegue funcionar de uma forma mais eficiente.

Nós temos investido em outros modelos de administração, que pensem a forma de fazer saúde para a saúde, e não com base na Lei nº 8.666, que certamente não foi pensada para a saúde e que hoje gera uma série de problemas para os gestores.

Mas vou pedir licença para partir de uma fala do Dr. Spigolon. Quando ele fala da alta rotatividade de secretários municipais de saúde, quero reforçar que também é de secretários estaduais de saúde. Então, nós tivemos, nos primeiros 30 meses dessa última legislatura, a cada mês, a troca de um secretário estadual de saúde. E somos só 27. Então, é algo impensável. Essa descontinuidade é realmente terrível. Não é só terrível para os filantrópicos, mas também é terrível para as políticas públicas em geral. Meus sete antecessores ficaram no máximo sete meses na Secretaria. Isso é um problema muito sério. E por que isso acontece? Acontece, porque fazer saúde pública é extremamente difícil no Brasil.

Hoje, nós temos um financiamento de saúde pública que corresponde a 3,8% do PIB. Já é um ponto percentual acima do que era há 20 anos, e a participação do Ministério da Saúde não cresceu, continuou em 1,7%. Isso significa que todo esse aumento da carga, esse aumento da demanda por saúde pública está recaindo sobre o colo dos Estados e Municípios e, certamente, também dos filantrópicos, que têm as dificuldades que foram aqui apontadas.

O Conass apoia completamente este pleito, por exemplo, de atualização das tabelas, este pleito de novos investimentos nos filantrópicos, a necessidade de aumentar a velocidade de cadastramento dos serviços, para que consigamos receber o financiamento, que deveria ser tripartite em todos os momentos. O SUS foi pensado para ter 50% do financiamento federal, e não estamos conseguindo atingir.

Além disso, nós temos uma grande perseguição aos gestores da saúde. Nós temos vários órgãos de controle, temos uma Constituição que muito corretamente estabelece princípios como a integralidade e a universalidade da saúde pública, a equidade, e muitas vezes esses princípios são mal interpretados. Parece que há uma responsabilidade objetiva de todos os gestores, independentemente de haver orçamento, de haver a possibilidade de realizar e de entregar absolutamente tudo que é solicitado. Evidentemente, não é isso que o princípio da universalidade e da integralidade preconizam. Na verdade, o que precisamos é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

planejar para que todos tenham acesso à saúde, mas fazendo a devida alocação do recurso considerando a sua limitação.

E, sobre isso, eu quero entrar em um ponto da Lei 13.650 que é extremamente preocupante, que foi o principal ponto discutido na assembleia do Conass, que é o art. 3º da Lei 13.650, que altera o art. 11 da Lei 8.429, que é Lei de Improbidade. A Lei 13.650, teoricamente, é somente para a obtenção da certificação do Cebas e exige a contratualização que nós entendemos seja saudável; é importante que as regras estejam bem definidas em contratos. Existe um grande número de Estados e Municípios que tem instituições filantrópicas atuando que não têm essa contratualização. É saudável que tenham, embora não se possa simplesmente cortar do dia para a noite e dizer: "Olha, o gestor que fizer os pagamentos estará agindo com improbidade." Precisamos de um tempo de transição para isso. Aqui, no Distrito Federal, não temos esse problema, porque o nosso único filantrópico... Na verdade, temos dois, temos um menor, e são ambos contratualizados.

Mas nós temos simplesmente um lançamento na Lei 8.429, de forma seca, de um dispositivo que se lê da seguinte forma, que estabelece como ato de improbidade, é o inciso X que foi acrescentado:

> Art. 11 .....
> X - transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Esse dispositivo quando é lido no conjunto da Lei 13.650, ele diz uma coisa, mas quando ele é lançado de forma isolada dentro da Lei de Improbidade Administrativa, o que ele parece fazer é criar uma responsabilidade para qualquer gestor que faça um pagamento sem contrato. Isso gera uma preocupação muito grande, porque nós temos, em todos os Estados, em todos os Municípios, algumas despesas em que não se consegue concluir a contratualização.

Eu vou dar os exemplos do Distrito Federal. Eu cheguei à Secretaria de Saúde no dia 2 de março de 2016, nós tínhamos R$600 milhões de despesas sem cobertura contratual. E eram despesas que são absolutamente inarredáveis para o gestor. Por exemplo: nós fazíamos o pagamento da alimentação hospitalar sem contrato naquele momento; hoje já temos contratos. Na verdade, desses R$600 milhões, hoje restaram menos de 10% sem contrato nesse período. O fato é que não se podia deixar de fazer o pagamento. Se a entidade que faz o fornecimento da alimentação hospitalar parar de fornecer, os pacientes morrerão em poucos dias, porque não vão receber a devida alimentação. Se paramos com o contrato de vigilância, que também não tinha a devida formalização, os vigilantes sairiam dos hospitais. E nós vimos aqui, no Distrito Federal, algumas greves de vigilantes, na verdade, paralisações temporárias, nos últimos dois anos. E todos pararam os hospitais, inclusive havia um estímulo para que a população invadisse os hospitais e promovesse vandalismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA – Da mesma forma, para a limpeza também não havia contrato. Como é que um hospital público funciona sem ter uma limpeza absolutamente regular e sendo feita de forma correta uma vez que nós temos uma série de aspectos de saúde pública, de saúde, na verdade, relacionados à higiene? Então, esses são só exemplos. Nós tínhamos também lavanderia, internet, contratos de *home care*, na verdade, despesas com *home care,* e nada disso tinha contrato.

E como é que um gestor deixa de fazer esse pagamento? Nós temos, na Lei 8.666, uma previsão expressa de que, ainda que não haja contrato, o Estado não pode se locupletar, ele não pode tomar um serviço que é de sua responsabilidade e não fazer o pagamento. Então, quando nós ouvimos o DCEBAS dizer que esse projeto nasceu no Executivo e que isso não muda muito a Lei de Improbidade, isso nos gerou uma grande preocupação, porque os gestores da saúde já são extremamente perseguidos por órgãos de controle. Quando se lança na lei um dispositivo que parece retirar do contexto que essa responsabilidade aumenta, eu entendo que nós estamos na contramão de outra lei, que é a Lei 13.655, que veio reconhecer as dificuldades do gestor da saúde em todos os níveis e veio tentar amenizar o rigor excessivo que alguns órgãos de controle têm com os gestores.

E essa lei que eu espero que seja utilizada plenamente na interpretação da Lei 8.429, no novo inciso X, diz o seguinte:

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

É o novo art. 22 da Lei 13.655.

E o art. 28 estabelece que:

> Art. 28 O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Ou seja, estabelece um padrão, não é qualquer erro que pode levar à responsabilidade do gestor.

Então, essa preocupação foi colocada pelo Conass, e peço a sensibilidade do Ministério da Saúde, do Congresso em relação a esse dispositivo, porque eu não tenho dúvida de que ele será utilizado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA – ... de forma nociva contra gestores na saúde que só querem e só se esforçam para tentar prover assistência num cenário de extrema dificuldade.

Eu dou exemplo pessoal, eu sofri duas ações de improbidade no último ano. Uma das ações... Existe uma tendência de usar ações pessoais em vez de processar o Estado; processar os gestores pessoalmente, pedir o bloqueio de contas pessoais dos gestores da saúde, como se o salário dos gestores fosse mais uma fonte de financiamento do SUS; e também pedir prisão de secretários de saúde, pedir prisão de secretários municipais, estaduais e de outros gestores na saúde. Isso tem acontecido e tem se usado também o instrumento da ação de improbidade para dizer que o gestor pessoalmente é ímprobo, ou seja, é desonesto na condução da coisa pública quando determinado sentimento, determinada opinião do órgão de controle não é atendido.

Eu sofri duas. Uma por não ter contratado telefonia. Havia oito anos que a Secretaria de Saúde não tinha um contrato de telefonia. Nós fizemos o contrato de telefonia, e, curiosamente, a ação de improbidade pedia que o Distrito Federal contratasse. Como é que se processa pessoalmente uma pessoa para que um ente público faça uma contratação? Ainda bem que a ação não foi recebida. O Tribunal de Justiça acabou de julgar, inclusive, e foi bastante duro com a promotora que moveu essa ação, que foi a mesma que moveu uma segunda ação para que se comprassem ressonâncias magnéticas no Distrito Federal. Então, realmente, houve um total desvirtuamento da ação de improbidade, e nos preocupa disposições desse tipo, porque parece que enrijecem na contramão do reconhecimento do trabalho dos gestores públicos

Então, quero, mais uma vez, para encerrar, expressar o apoio do Conass às entidades filantrópicas, expressar a importância das filantrópicas para a nossa saúde pública e pedir que a gestão da saúde seja vista com sensibilidade em todos os níveis de Governo de Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Queria agradecer ao Humberto Lucena Pereira da Fonseca pela sua contribuição, com essa explanação, inclusive mostrando as dificuldades dos gestores na área da saúde, o que de fato acontece de norte a sul, Brasil afora.

Queria também dizer que nós temos as presenças hoje dos nossos consultores da Comissão de Assuntos Sociais, que acompanham todas as manifestações, todas as contribuições, palestras, exatamente para nos ajudarem a construir, ao longo desta jornada, um documento que possa, de fato, contribuir para as melhorias que todos os envolvidos buscam em nível de Brasil. Então, para a sua apresentação, nós convidamos o Rodrigo César Faleiro de Lacerda, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), para fazer uso da palavra, no tempo estabelecido de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CÉSAR FALEIRO DE LACERDA – Bom dia a todos, bom dia, Senador. Agradeço a oportunidade. No momento, cumprimento toda a Mesa Diretiva e trago um abraço do nosso Presidente Mauro Junqueira, que, infelizmente, não pode estar presente aqui hoje, mas reconhecemos a importância do tema para o Sistema Único de Saúde, tanto na Rede de Atenção como em específico na contribuição dos filantrópicos e parceiros dentro do Sistema Único de Saúde.

Eu acho que sobre esse tema serão construídas propostas que, com certeza, contribuirão para desburocratizar e facilitar o processo de organização e de gestão, o que nós mais buscamos hoje, de forma tripartite. Nós sabemos que, ao longo do tempo, até mesmo atendendo a um princípio do SUS, houve a descentralização, mas, ao mesmo tempo, não fortalecemos o processo de regionalização. E agora, recentemente, nós tivemos a oportunidade de construir duas Resoluções, a 23 e a 37, que vêm ao encontro do fortalecimento do processo de regionalização e governança dessa Rede de Atenção.

Nós acreditamos muito na força do planejamento, o planejamento ascendente, aquele que parte das necessidades e princípios apontados a partir dos conselhos, dos vereadores, da comunidade, para que nos organizemos da melhor forma na Rede de Atenção. Então, ao longo do tempo, nós temos trabalhado nesse sentido de fortalecer o processo de planejamento, porque eu acho que dessa forma conseguiremos institucionalizar esse processo e apontar melhor as responsabilidades dos três entes da Federação nesse processo de regionalização.

Quando nós falamos de planejamento regional integrado, que é a Resolução 37, que traz as responsabilidades dos entes da Federação em relação à Rede de Atenção, em específico àquilo que é de responsabilidade dos três entes da Federação, falamos também da participação do Ministério da Saúde nesse espaço macrorregional que será a base para a organização e o planejamento.

Nós temos que fazer uma análise situacional desses territórios, identificar as necessidades, as possíveis sobreposições de ações e serviços de saúde para que não continuemos a fazer iniquidade em regiões do País que são superprestadoras de serviço e em outras com deficiências cujas necessidades entendemos que têm que ser observadas. Então, nesse processo, eu acho que os filantrópicos, a parte hospitalar como um todo, a Rede de Atenção não está descolada da atenção básica nem da média, nem da alta complexidade; nós temos que trabalhar como um todo. E esse processo de contratualização e organização de forma planejada, com responsabilidades adstritas aos três entes da Federação, é super importante.

Hoje, fica-se a cargo seja do Estado, seja do Município a responsabilidade de contratualizar, de financiar, de gerir, de monitorar, de avaliar as entidades de forma desarticulada. Nós temos que organizar melhor esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Lei 13.650 trouxe avanço, uma vez que vai facilitar o processo de contratualização e de organização de incentivo às entidades filantrópicas. Porém, traz essas preocupações que o Secretário Humberto já colocou. Nós temos orientado, até mesmo para inserção deste art. 11 na Lei de Responsabilidade Fiscal, que os gestores não repassem recursos sem contratualização, porque mais uma vez seremos penalizados neste processo. Da mesma forma, esse artigo inibe nós passarmos recursos sem contrato que sejam de emenda parlamentar.

Então, são dificuldades que nós temos no dia a dia, são situações pelas quais sofremos e que são demandadas por parte dos Municípios e dos Estados. Hoje, nós temos dificuldade, porque grande parte dessas gestões estão nas secretarias estaduais. Por mais que as entidades estejam sediadas nos Municípios, a gestão está na secretaria estadual.

Então, nós temos que buscar, de fato, alternativas e parcerias para que não prejudiquemos a continuidade desse serviço. Eu acho que isso é importante ressaltar aqui, porque isso pode trazer prejuízos para o Sistema Único de Saúde, uma vez que o gestor será penalizado por improbidade, como está dito hoje na legislação.

Dentro deste processo, como disse o nosso amigo Spigolon, ao longo do tempo, reconhecendo a importância desse setor dentro do processo de organização e da Rede de Atenção, nós temos várias dificuldades. Nós temos hoje um financiamento que deveria ser por critério de rateio, em que os entes da Federação no processo de descentralização deveriam ter acompanhado o processo de financiamento, e não foi dessa forma, seja para os Municípios, seja para os Estados. Sem falar da insuficiência que existe hoje.

Nós temos que melhorar o processo de financiamento, porque hoje, só por parte do Ministério da Saúde nós temos dezenas de alocações de recursos. Nós financiamos por tabela, que é uma parte, e talvez não seja a parte maior; por incentivo; por ajuste; por contratualização; por IHAC, nos Amigos da Criança; por Rede de Atenção temática, seja Cegonha ou seja de urgência; alocação por preços diferenciados, inclusive em redes temáticas – pagamos um preço diferenciado para quem é da UTI da rede Cegonha ou para quem é UTI dentro do Teto MAC.

Então, nós temos que trazer este processo de organização e planejamento neste espaço regionalizado, macro, para que atendamos às necessidades daquele território, para que identifiquemos os vazios assistenciais, as possíveis sobreposições de serviço e ações de saúde, para que consigamos especificar nesse processo de planejamento no plano ou na programação as responsabilidades dos entes da Federação, porque nós somos extremamente contrários a quem não cumpre com suas obrigações, a quem não repassa aquilo que é direito, seja para os hospitais filantrópicos ou privados etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós não somos a favor disso, mas, ao mesmo tempo, nós temos que buscar melhores condições para distribuir as responsabilidades, porque os Municípios hoje representam em torno de 23% a 24% da sua aplicação em saúde, quando deveriam ser 15%. Há Municípios colocando acima de 30%. Então, com as responsabilidades e com os Estados, da mesma forma.

Nós temos que buscar equidade neste processo. Nós temos que organizar melhor esse processo de saúde e da Rede de Atenção.

Nós temos acreditado muito, temos trabalhado de forma tripartite, com Conass, Conasems e Ministério da Saúde, em busca de fortalecer esse processo de organização para isso, porque o SUS é hierarquizado. Nós não conseguiremos, seja ente qualquer, resolver o problema de saúde se nós não tivermos um processo de cooperação, um processo de governança, em que as pessoas têm que abrir mão do poder individualizado para que consigamos instituir um processo de cooperação, de governança cooperativa naquele espaço regionalizado, porque não adianta cada um querer resolver o seu problema ou resolver a sua situação específica.

Nós temos que organizar melhor essa Rede de Atenção para dar resposta. Para isso, nós temos que trabalhar na questão do custo, porque os custos são diferenciados também. Não adianta aumentarmos a tabela, porque em se aumentando a tabela ou se pagando por produção, nós vamos resgatar aquilo que o Inamps já vinha praticando ao tempo em que nós corremos hoje. Nós pagamos hoje por saúde, e não por doença. Nós temos que mudar essa forma de financiamento. Tanto é que, em relação ao incentivo à contratualização, ao contrato global, se nós levantarmos o custo das prestadoras,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CÉSAR FALEIRO DE LACERDA – ... das entidades, das prestadoras de serviços, para que paguemos, de fato, o que é reconhecido dentro daquele processo regionalizado, não acredito que o custo que se tenha na Região Sudeste seja o mesmo que se tenha na Região Norte, ou que se tenha na Região Nordeste; até mesmo dentro de cada Estado os custos são diferenciados, os parâmetros são diferenciados.

Nós temos que melhorar o monitoramento, a avaliação e a informação, porque hoje nós temos muitos dados e poucas informações para a tomada de decisão, porque são dados fragmentados que não contribuem para o processo de planejamento.

Então, é um desafio enorme que nós temos. Eu acho que há algumas respostas que foram apontadas aqui, inclusive responsabilizando, às vezes, o Município por aquilo que ele não está empoderado para efetivar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos é que nos dar as mãos, de forma tripartite. Não concordamos com a participação de entidades, quaisquer que sejam, na Tripartite, porque a Comissão Intergestores Tripartite é de gestores. As entidades já participam do Conselho Municipal de Saúde, já participam de outros fóruns, inclusive neste processo macrorregional será instituído um comitê gestor, em que haverá a participação garantida dessas entidades para contribuir com esse processo de organização e de atenção à saúde.

Então, são desafios que a gente tem e estão postos aí.

Das emendas Parlamentares, já falei.

A rotatividade dos secretários é uma situação que nos preocupa também, mas o fato de a gente fortalecer e institucionalizar um processo de planejamento pode ser uma alternativa para que a rotatividade tenha pouca interferência neste processo ou na garantia daquilo por que está responsabilizado cada ente da Federação.

Sobre o pagamento *per capita*, já respondi aqui.

De Comitê Gestor de Governança, já falei.

Sobre a tabela do SUS, a gente está praticando outra forma de financiamento hoje, porque não é só a tabela, inclusive os hospitais filantrópicos e privados recebem, de forma global, por várias outras fontes também.

Informação à saúde.

A judicialização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CÉSAR FALEIRO DE LACERDA – ... é uma preocupação grande nossa.

Eu acho que vou parar por aqui.

Deixa para a gente...

Então, essa é a preocupação nossa.

Agora, especificamente sobre essa Lei 13.650, nós temos esse artigo do qual nós temos que dar conta. Os filantrópicos têm que se organizar juntamente com os Municípios e Estados para darem conta dessa contratualização – porque seria o ideal para todos nós que estivessem todos contratualizados –, com metas e definições específicas e responsabilidades de cada ente da Federação para que consigamos melhorar e organizar esse processo de redes de atenção e regionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Nós agradecemos ao Rodrigo César Faleiro de Lacerda, que é Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), pela sua contribuição nessa explanação, que, com certeza, vai contribuir e está contribuindo para que nós tratemos esse assunto com a seriedade que a Comissão de Assuntos Sociais deseja.

Queria agradecer a presença da Senadora Regina Sousa.

Queria agradecer também a presença, agora, já, da nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta Suplicy, que assume o comando desta reunião, uma vez que ela foi uma das grandes apoiadoras de que essa temática dos hospitais filantrópicos pudesse ser avaliada na sua parceria com o setor público e permitisse que a atenção a todos os brasileiros pudesse ser de grande nível, elevada.

Senadora Marta, já que os cinco fizeram as suas explanações, e nós estamos agora num momento em que franqueamos aos Senadores da Comissão a possibilidade de perguntar e de questionar, gostaria de, na sequência, entregar a cada um dos nossos cinco palestrantes um rol de perguntas que gostaríamos que até fossem respondidas por escrito durante os próximos dez dias, porque, aí, também daria mais tempo de elas serem refletidas no que diz respeito a eventuais fornecimentos de números para se permitir que nós possamos ter um conteúdo maior durante a análise por parte desta Comissão.

Com a palavra, a nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Presidente, em exercício, da Comissão, Senador Dalirio Beber, eu quero parabenizá-lo, primeiramente, por ter aceito essa missão, que não é fácil, como todos os expositores devem ter conhecimento, pela dedicação que está tendo ao tema e pela exposição de cada um no seu tempo e possibilidade também de abrir essa janela para poderem responder por escrito. Nós consideramos extremamente importante esse resultado, porque a relatoria de uma Comissão é algo bastante forte e que tem impacto.

Então, nós podemos, realmente, fazer um grande trabalho e temos um Relator da matéria extremamente respeitado pela Comissão e aqui, no Senado.

Então, temos certeza de que o resultado será muito profícuo.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Aqui temos também a presença do nosso Senador, médico, Eduardo Amorim, que fará o uso da palavra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez que tem sido insistente em algumas demandas nessa área da melhoria da condição de vida dos brasileiros.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu que agradeço, Senador Dalirio, nosso colega de Partido.

Agradeço, especialmente, a nossa Presidente Senadora Marta Suplicy, pela bela condução que ela faz aqui, nesta Comissão.

E estamos prontos para apresentar aqui o nosso relatório, o nosso parecer sobre a designação que nos foi colocada, com muito prazer e com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A Senadora Maria Regina, gostaria de fazer uso da palavra?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Gostaria de falar porque eu sei que é para instruir um projeto. A gente já debateu tanto esse assunto, principalmente sobre as Santas Casas. A gente já debateu demais. É hora de a gente chegar a uma solução. Esse projeto precisa andar. Fazemos audiências públicas, mas temos também que fazer o projeto andar. Ele passa por tantos lugares, demora tanto! Acho que há uns três anos começamos a fazer esses debates aqui. É preciso acabar com esse sofrimento. Não é fácil, porque sei que o SUS é um problema muito sério. Mas temos que chegar logo a um termo para resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom, agradecemos as manifestações, tanto da Presidente Marta Suplicy quanto da Senadora Regina e do Senador Eduardo Amorim.

Vamos conceder três minutinhos de tempo...

Não dá?

Então, vamos distribuir um questionário que poderá ser respondido oportunamente, dentro dos próximos 15 dias, por cada um dos nossos convidados de hoje.

Então, para finalizar essa parte da audiência pública, eu gostaria de, em nome da Comissão, do Senado Federal, agradecer a contribuição de José Luiz Spigolon, do Humberto Lucena Pereira da Fonseca, do Rodrigo César Faleiro de Lacerda, do Custódio Pereira e do Adriano Carlos Ribeiro. Foi realmente uma contribuição bastante válida essa que cada um dos nossos palestrantes nos prestou na manhã de hoje.

Declaramos encerrada a nossa audiência pública. A nossa Presidente vai dar continuidade aos trabalhos, porque vamos ter uma sessão deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

26ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e dois minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, João Alberto Souza, Wellington Fagundes e Reditario Cassol. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas da CAS ao PLDO 2019. Finalidade: Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018 (PLDO 2019), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Autoria: Presidência da República. Relator das Emendas da CAS: Senador Eduardo Amorim. Resultado: Aprovadas 19 (dezenove) Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLDO 2019, sendo 02 (duas) Emendas de Inclusão de Meta e 17 (dezessete) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1 – CAS – 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Unidade Estruturada (unidade) – 2.500; Emenda nº 2 – CAS – 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Serviço estruturado (unidade) – 3.000. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 3 – CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Iniciativa: Senadora Maria do Carmo Alves; Emenda nº 4-CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – Despesas Relativas ao Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher – Iniciativa: Senadora Maria do Carmo Alves; Emenda nº 5-CAS – Artigo 36, Parágrafo 5 – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 36, Parágrafo 5 – Aplicação em Saúde do IPCA e taxa de Crescimento IBGE – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 6-CAS – Artigo 64, Parágrafo Único, Inciso II, Alínea e – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 64, Parágrafo Único, Inciso II, Alínea e – Compatibilidade com a Lei nº 13.019, de 2014 – MROSC – Organização da Sociedade Civil – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 7-CAS – Artigo 139 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 139 – Contratos com base em metas do PLPPA – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 8-CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – Mais Médicos - despesas ressalvadas - Anexo III – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 9 – CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – SUAS - Anexo III – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 10-CAS – Artigo 36, Parágrafo 5 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 36, Parágrafo 5 – Valores pagos em ações e serviços públicos de saúde – Iniciativa: Senador Humberto Costa; Emenda nº 11-CAS – Artigo 36, Parágrafo 5 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 36, Parágrafo 5 – Aplicação em Saúde do IPCA e taxa de Crescimento IBGE – Iniciativa: Senadora Ângela Portela; Emenda nº 12 – CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – Mais Médicos - despesas ressalvadas - Anexo III – Iniciativa: Senadora Ângela Portela; Emenda nº 13-CAS – Artigo 38 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 38 – Adequação das dotações do Fundo Nacional de Assistência Social – Iniciativa: Senadora Ana Amélia; Emenda nº 14-CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – Ressalvar do contingenciamento as despesas do Fundo Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistência Social – Iniciativa: Senadora Ana Amélia; Emenda nº 15-CAS – Artigo 68, Inciso I – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 68, Inciso I – EMENDA ADITIVA – Iniciativa: Senador Airton Sandoval; Emenda nº 16-CAS – Artigo 36, Parágrafo 5 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 36, Parágrafo 5 – Aplicação em Saúde do IPCA e taxa de Crescimento IBGE – Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 17 – CAS – Artigo 36 – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 36 – Reajuste dos Aposentados GFIP – Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 18-CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 –Mais Médicos - despesas ressalvadas - Anexo III – Iniciativa: Senador Paulo Paim; Emenda nº 19 - CAS – Item 66 – Aditiva – Anexo III, Item 66 – SUAS – Anexo III – Iniciativa: Senador Paulo Paim. Usam da palavra a Senadora Marta Suplicy e o Senador Eduardo Amorim, Relator das Emendas na Comissão de Assuntos Sociais. A Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima sexta Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

26ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação da ata da reunião anterior.

Vou pedir para a sala se esvaziar, porque há muita gente que participou do outro debate. Vou pedir para fazerem os comentários sobre o debate que acabou lá fora, por favor.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à discussão e a votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018, (PLDO 2019),...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – ... a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 176 emendas, sendo 159 de acréscimo ou inclusão de metas e 17 emendas ao texto da lei.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir a leitura do seu relatório.

Chamo todos os Senadores para virem à nossa Comissão, porque em breve haverá a votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy, colegas Senadores, Senadora Regina Sousa, Senador Dalirio Beber, que estava até há pouco com a gente, vou direto à análise, Srª Presidente.

No que se refere às emendas apresentadas, inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, somos pela apresentação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares. Como bem disse a nossa Presidente, foram 176 emendas, 17 delas propostas de emendas de texto, 159 emendas propostas de emenda de inclusão ou acréscimo de meta, no anexo de prioridades e metas que estão listadas no anexo 2.

Já em relação às emendas para inclusão ou acréscimo de meta, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas de emenda surgidas e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, ou seja, foram 159 que foram apresentadas e poderemos acolher apenas duas emendas. O inegável mérito das propostas apenas acentua o impasse e agrava, com toda a certeza, a dificuldade da escolha.

De início, somos pela inadmissão das emendas nºs 12, 87 e 121, em decorrência do item 2.3.5 do Parecer Preliminar, segundo o qual serão inadmitidas as emendas que destinem recursos a despesas obrigatórias, classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 - RP 1.

Ademais, após acurado exame em torno da questão, resolvemos levar em conta a frequência com que as propostas se repetiram, procurando atender um maior número de Parlamentares proponentes, bem como a relevância da temática tratada pela atuação temática desta Comissão.

Ou seja, Presidente, colegas Senadores, utilizamos dois critérios para escolher as duas emendas das 159 apresentadas: primeiro, o critério da frequência, ou seja, aquelas que foram mais apresentadas; e, segundo, pelas áreas temáticas. Procuramos atender às duas principais áreas da saúde, ou seja, atenção especializada e atenção da rede básica.

Então, dentro de tais parâmetros, foram selecionados acréscimos de metas para as duas ações a seguir: Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, sete emendas, dos Senadores Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Elmano Férrer, Romero Jucá, Lídice da Mata e Eduardo Amorim; e Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

26ª

Saúde, dos Senadores Lídice da Mata, Romero Jucá, Elmano Férrer, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Randolfe Rodrigues.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Portanto, Srª Presidente, colegas Senadores, o nosso voto: em face do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão de todas as emendas ao texto do PLDO 2019 elencadas no Anexo 1, bem como das seguintes emendas de acréscimo ou inclusão de meta ao anexo de Prioridades e Metas: Cód. Ação 8.535, Unidade Estruturada; e Cód. Ação 8.581.

Esse é o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Nobre Senador, quero parabenizá-lo, porque sei que o tempo foi extremamente exíguo e V. Exª conseguiu fazer uma seleção das mais votadas, porque muitas vezes a gente também vota em várias, porque há muita coisa importante. Mas eu o parabenizo, porque, com o que for recurso para a saúde básica especializada, não há erro, nós vamos atender o Brasil todo nessa área, que é exatamente a de que nós mais precisamos. O restante das sugestões era muito interessante, mas não podemos atender a todos.

Parabenizo V. Exª.

E vamos, então, à votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu que agradeço, Srª Presidente, pela confiança.

E quero dizer que, repito, foram dois critérios: os mais escolhidos, as mais votadas; e o segundo critério, que foi pela estruturação. Eu acho que a gente atende a atenção especializada e a rede básica, portanto, contemplando quase todo o segmento da saúde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Exatamente.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o relatório pela aprovação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao PLN nº 2, de 2018.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras presentes que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer com as Emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018.

As emendas aprovadas desta Comissão irão agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 26ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Paulo Paim, Paulo Rocha, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Reditario Cassol, José Medeiros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RAS 3/2018, de autoria do Senador Humberto Costa e do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater a grave situação sobre a compra do medicamento para doenças raras, Aldurazyme (laronidase), Myozyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase). Participantes: Cleonice Lisbete Silva Gama, Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde; Eduardo Seara Machado Pojo do Rego, Diretor do Departamento de Logística em Saúde substituto, do Ministério da Saúde; Pedro Ivo Sebba Ramalho, Diretor Adjunto da Diretoria de Gestão Institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Ricardo Ogawa, Presidente da Shire no Brasil; Thomas Gierse, Diretor da Unidade de Negócios da Sanofi/Genzyme; Marcelo Rodolfo, Gerente-Geral da Alexion Pharmaceuticals; Regina Próspero, Vice-Presidente do Instituto Vidas Raras; Maria Cecília Oliveira, Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves - Afag. A Presidência faz a leitura de mensagens do Portal e-cidadania. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Boa tarde a todos e a todas.

Estamos reunidos aqui hoje para uma audiência pública que entendemos ser da maior relevância.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a grave situação da compra dos medicamentos para doenças raras – Aldurazyme (laronidase), Myosyme (alfa-alglicosidase) e Fabrazyme (beta-agalsidase) –, em atendimento ao Requerimento da CAS, nº 3, de 2017, de iniciativa minha e do Senador Paulo Paim.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, que é o 0800-612211.

Eu queria inicialmente me desculpar com os presentes pelo atraso. Nós estamos tendo, simultaneamente, reunião do Congresso Nacional e precisávamos estar lá para votar e obter o quórum.

Estão aqui presentes e convidados os seguintes oradores que vão participar desta audiência: a Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Drª Cleonice Lisbete Silva Gama, a quem convidamos para a Mesa; o Dr. Eduardo Seara Machado Pojo do Rego, Diretor do Departamento de Logística em Saúde, substituto, do Ministério da Saúde; o Sr. Pedro Ivo Sebba Ramalho, Diretor Adjunto da Diretoria de Gestão Institucional (Diges) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Sr. Ricardo Ogawa, Presidente da Shire no Brasil; o Sr. Thomas Gierse, Diretor da Unidade de Negócios da Sanofi/Genzyme; e o Sr Marcelo Rodolfo, Gerente-Geral da Alexion Pharmaceuticals.

Estão presentes várias associações e familiares de pessoas que têm algumas doenças raras, que estão também representadas. Ao longo da audiência, eu vou fazendo o registro. Ao final, também uma dessas entidades poderá se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso objetivo com esta audiência pública foi exatamente discutir a situação que todos nós reputamos como grave no que diz respeito à situação da compra de medicamentos para doenças raras, em especial aqueles a que eu me referi.

Várias decisões judiciais obrigaram o Ministério da Saúde a fornecer esses medicamentos. Em vez de realizar uma dispensa, o Ministério optou por licitar. A empresa que apresentou o menor preço não possui o registro nem o DDR. Segundo noticiado, o Ministério da Saúde teria estimulado pacientes a entrarem com pedidos na Justiça para que o Ministério da Saúde importasse esses medicamentos ainda que sem o devido registro. A empresa brasileira que tem registro, segundo o que foi divulgado pela imprensa, teria oferecido vender pelo mesmo preço do importado. A Anvisa, por decisão judicial, foi obrigada a liberar a importação. E o Ministério da Saúde teria pago integralmente, sendo que, até o presente momento, pelas informações que nós tivemos, não teve ainda o atendimento desse pedido concretizado.

Então, para podermos, de alguma maneira, aprofundar este debate e, quem sabe, até encontrar alguma saída em que a Comissão de Assuntos Sociais possa ajudar, possa contribuir para a conquista de um entendimento – foi esse o objetivo –, esse requerimento foi apresentado.

Eu vou conceder a palavra aos componentes da Mesa. Todos terão direito a dez minutos. Mesmo que o Ministério da Saúde tenha aqui dois representantes, são secretarias diferentes, e é importante que nós possamos ouvir os argumentos de ambos. Então, são dez minutos. Quando estiver faltando um minuto, um alarme tocará – não sou eu que toco aqui –, controlado pelo cronômetro.

Inicialmente, convido para usar da palavra a Drª Cleonice Lisbete Silva Gama, Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

A SRª CLEONICE LISBETE SILVA GAMA – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos da Mesa. Boa tarde a todos os presentes. A minha fala vai ser bem breve.

Os medicamentos para doenças raras, inicialmente, são comprados por ações judiciais e passam por outro departamento do Ministério da Saúde. Ao longo do tempo, alguns medicamentos foram sendo incorporados pelo SUS. Aí a gente tem prazos, que são cumpridos ou que a gente tem, entre a incorporação e a aquisição. Então, alguns desses medicamentos já passaram pela Conitec, já foram incorporados. Alguns já têm protocolo clínico para o tratamento. E a gente precisa ainda da pactuação com os gestores estaduais e municipais em relação ao financiamento. Então, nós temos este fluxo: a necessidade, a incorporação no SUS, o protocolo clínico e terapêutico, a pactuação com os gestores, até a aquisição. O prazo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse processo é de 180 dias. No entanto, se houver qualquer atraso numa dessas fases, a gente vai ter atraso nas aquisições.

Por exemplo, o medicamento laronidase foi incorporado em setembro de 2017, o protocolo clínico está o.k., mas a pactuação com os gestores ocorreu somente em fevereiro de 2018, quando foi a última pactuação.

A mesma coisa aconteceu com o medicamento idursulfase, que também foi incorporado no ano passado, porém a pactuação ocorreu somente em fevereiro.

Em relação aos medicamentos alfa-alglicosidase e betagalsidase, eles ainda não foram incorporados.

Adicionalmente, eu vou falar também do medicamento tafamidis, que também ainda não foi pactuado na CIT. E esses dois últimos estão sem o protocolo definido.

Então, no Departamento de Assistência Farmacêutica, nós não temos como iniciar a aquisição em função de essas fases não terem sido contempladas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora podemos ouvir o Dr. Eduardo Seara Machado Pojo do Rego, que é o substituto do Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Boa tarde a todos.

Primeiramente, Senador, muito obrigado. Obrigado a todos os membros da Mesa.

Eu gostaria, primeiramente, de declarar que, sem qualquer conflito de interesse, sou servidor público da Casa. Sou do Ministério da Saúde há seis anos, há cinco anos sou Coordenador-Geral, há quatro anos sou Coordenador-Geral de Análise das Contratações de Insumos Estratégicos para a Saúde no DLOG, há um mês sou Diretor substituto do departamento.

Eu vou fazer um breve relato da época, porque vocês vão entender. Quando eu era Coordenador-Geral da CGIES, a CDJU (Coordenação de Compra por Demanda Judicial) era subordinada à minha Coordenação-Geral. Em 2016, houve uma mudança na estrutura do Ministério, e a Coordenação de Demanda Judicial saiu da minha Coordenação e passou para a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos. Então, quando eu era Coordenador-Geral – à época, o Alexandre Pozza era o Coordenador da Demanda Judicial –, o cenário da aquisição era outro, era diferente do cenário que hoje estamos vivendo. É por isso que eu quero fazer um histórico para a gente entender um pouco por que os modelos usados anteriormente não poderiam funcionar nos modelos de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiramente, da mesma forma que a gente faz hoje a gente fazia antigamente, que é encaminhar para todo mundo as cotações de preço. Então, cotávamos com várias empresas, e, para alguns medicamentos, somente uma empresa apresentava cotação, razão pela qual, para a melhoria do abastecimento e com o intuito de trazer mais resultado às compras por demanda judicial, optamos por fazer um pregão. Fizemos um pregão para que a aquisição fosse um fornecedor único para todas as demandas judiciais da Rename. Não obtivemos sucesso. A indústria farmacêutica não participou do pregão. Foi uma tentativa do Ministério de comprar mais rápido. Não tivemos nenhum interessado.

Na sequência, pegamos cinco medicamentos em que não havia cotação – somente uma empresa cotava e somente uma empresa tinha registro na Anvisa, razão pela qual fizemos um contrato de inexigibilidade –, quais sejam, Replagal e Elaprase, com a empresa Collect, representada pela Uno, cujo fabricante é a Shire; e, em um segundo contrato, Naglazyme, Fabrazyme e Myozyme, com a empresa Genzyme, hoje Sanofi.

À época, qual foi a condição que nós trouxemos para o Ministério? Acho que é bom deixar bem claro que a CGIES e a CDJU, a minha Coordenação-Geral e a Coordenação-Geral do Alexandre Pozza, tiveram dificuldade interna. Ninguém acreditava nesses contratos. Achavam que a gente estava fazendo errado, que não poderia fazer, porque a previsibilidade da demanda judicial é muito tênue. Apesar de ser um continuado, a gente não tinha a garantia de que aquele paciente ia continuar tomando aquele medicamento. Mesmo assim, compramos a ideia. Chamamos a indústria para conversar e falamos para ela: indústria, vamos fazer um contrato, e essa contratação tem que se mostrar vantajosa. O que é isso? Quando a gente compra os medicamentos incorporados, todos os medicamentos incorporados têm, ano a ano, diminuição de preço. Então, essa é a realidade do SUS. O SUS só se sustenta, só aumenta o número de pacientes, a capilaridade por quê? A gente, a cada ano, compra mais e, a cada ano, a gente compra mais barato. Essa é a realidade dos incorporados. Trouxemos as empresas das demandas judiciais, sentamos à mesa e falamos isso. Vamos fazer o contrato? Fizemos o contrato. Doze meses depois, qual foi a resposta da indústria? "Queremos o reajuste da CMED." Logo, não se cumpriu o que se havia prometido para a gente no sentido de trabalhar contratos sucessivos, razão pela qual o contrato não permaneceu. Então, tanto a empresa Shire quanto a empresa Genzyme do Brasil não trouxeram para a gente vantajosidade na continuidade da contratação.

É importante lembrar aqui que, à época, as empresas falavam para mim: "Pojo, não se preocupe. Quando incorporar, os preços vão cair lá embaixo." O.k.? À época, não havia incorporação. Ficamos aguardando. E o que aconteceu em 2015, 2016? O volume da demanda cresceu demais. Em 2015, a gente adquiriu R$646 milhões em medicamentos por demanda judicial. Em 2016, esse volume passou para R$1,251 bilhão, o que significa que dobramos a quantidade de aquisição por demanda judicial. O mais interessante é que desse R$1,251 bilhão 90% estavam concentrados em dez medicamentos. Então, quando a gente fala de R$1 bilhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estou falando de R$1,138 bilhão em dez medicamentos. O que a indústria olhou e falou? "Espere aí. Esse mercado me interessa. Por que não entrar nesse mercado junto com as empresas fabricantes?" Foi quando a gente começou a cotar, e outras empresas apresentaram cotação para a gente. E aí, sim, tivemos a dúvida jurídica: eu desclassifico a empresa porque ela não tem DDR ou eu excepcionalizo a DDR? Foi essa a grande causa da discussão entre o Ministério da Saúde e a Anvisa.

Então, eu gostaria de deixar bem registrado que não houve nenhuma alteração do Ministério da Saúde. Simplesmente, o mercado se mostrou diferente para a gente. E eu peço, gente, uma atenção – é a oportunidade de a gente estar falando aqui: a Lei de Licitações é para comprar caneta e para comprar medicamento. Não é fácil, como gestor – pelo amor de Deus, eu estou falando de vidas! –, a gente, simplesmente, falar: empresa, eu vou exigir de você, vou te dar a exclusividade porque você tem o registro. Em outros casos de demanda judicial, eu não preciso do registro. Então, houve essa dúvida jurídica, e essa foi a grande confusão, enfim, brigas que nós tivemos – brigas, no sentido bom, porque acho que tudo veio para melhorar. Inclusive, a demanda melhorou muito. Eu acho que a gente mudou bastante com relação a isso.

Nisso, veio a incorporação de dois medicamentos: a Shire com a Elaprase, e a Sanofi com a Aldurazyme. Para a minha surpresa, sentamos à mesa para negociar com as duas empresas em separado, e o que me deram de desconto? A Sanofi apresentou 4% desconto, e a Shire me deu próximo de 0% de desconto. Aí eu pergunto para a indústria farmacêutica: cadê? "Quando incorporar, tudo vai ser diferente." "O SUS vai ter um resultado melhor quando a gente incorporar." O que aconteceu? Não houve redução de medicamento.

Outra preocupação... Para a gente, nada mudou com relação à forma de contratação. Continuamos cotando. A diferença foi: o mercado se mostrou mais interessado. Veio a Anvisa. O que a Anvisa fez? Mudou totalmente o entendimento: "agora, a gente não vai mais excepcionalizar"; "a gente não vai mais deferir em 24 horas para demanda judicial". A gente não teve informação nenhuma da Anvisa de como se vai proceder. E, para nossa surpresa, até hoje, se cair na mão de algum fiscal, a LI é deferida excepcionalmente em 24 horas; se cair em outro fiscal, a LI é indeferida. Temos exemplos de indeferimentos de empresas que têm o registro no Brasil; tentaram fazer importação e, simplesmente, tiveram suas LIs indeferidas pela Anvisa. Então, esse é mais um percalço nosso de dificuldade.

Para finalizar, as duas coisas que temos feito para melhorar ainda mais as nossas contratações são: estamos criando um instrumento convocatório agora para fazer as compras por demanda judicial; e a nossa segunda intenção é gerar um contrato. Porque hoje, se eu desabastecer um medicamento incorporado, corro e faço um aditivo de contrato de 25%, como a lei nos faculta. Em demanda judicial, por não haver contrato, eu não consigo fazer isso. Então, hoje já há um movimento no Ministério da Saúde para melhorar o instrumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

convocatório, com muito mais exigências, e fazer a assinatura do contrato a cada agrupada para que a gente possa ter essa vantagem de poder fazer os 25% nos casos mais graves.

Eu quero dizer, gente, que fica parecendo que a gente é o lobo mau da história, mas... Não estou mais à frente da Demanda, mas estive durante dois anos à frente da Demanda Judicial. E para mim – agora eu vou falar como CPF – é muito gratificante a gente estar discutindo aqui. Eu nunca tinha visto isso. As discussões, o quanto a gente tem acesso às associações, como a gente está próximo, como esta sala está lotada de gente querendo saber o que vai acontecer; isso é muito importante. Então, eu acho que a gente tem que pensar em caminhar para um sentido único. Acho que aqui a gente não tem que entrar na seara de se aconteceu isso ou aconteceu aquilo; a gente tem que se preocupar com o abastecimento do paciente. E nisso o Ministério da Saúde tem se mostrado, sim, preocupado, tanto que, apesar de algumas compras terem causado tanta polêmica, a gente continua correndo atrás, abastecendo, a gente continua publicando compras, a gente continua adquirindo. Então, acho que é muito importante deixar registrada a preocupação do Ministério da Saúde em abastecimento. E peço, mais uma vez, para não acharem que nós somos, simplesmente, o lobo mau da história. A gente não quer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Não estamos fazendo mal a ninguém nem é essa a nossa intenção. A nossa intenção mesmo é essa.

Então, eu gostaria de deixar esse registro com relação aos incorporados, o que era uma expectativa muito grande do Ministério, às alterações que a gente vem fazendo e à tentativa de chegar a um denominador comum junto à Anvisa, para a gente não ter hoje, como a gente tem, 20 dias, 30 dias para o deferimento de uma LI. Então, esse é o nosso apelo aqui, não como Ministério da Saúde – eu não estou respondendo pelo Ministério; estou respondendo pelo Departamento de Logística. Devo deixar isto bem claro: estou falando da parte de compras mesmo, da dificuldade em que hoje a gente está de comprar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Eu queria registrar aqui a presença do Instituto Vidas Raras, por intermédio da sua Vice-Presidente, Drª Regina Próspero; e da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Raras (Afag), cuja Presidente, Maria Cecília, está presente com 12 pacientes que têm doenças raras.

Eu vou convidar agora o Dr. Pedro Ivo Sebba Ramalho, que é Diretor Adjunto da Diretoria de Gestão Institucional (Diges), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO IVO SEBBA RAMALHO – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Humberto Costa pelo convite à Anvisa, representando aqui o Diretor-Presidente, Dr. Jarbas Barbosa, que está em viagem em missão internacional nesta data.

Eu trouxe uma apresentação. Vou tentar ser rápido para que a gente cumpra com os dez minutos.

A Anvisa não faz compra de medicamentos, a Anvisa não faz incorporação de medicamentos. A Anvisa faz o registro de medicamentos e o controle, a fiscalização da importação, da comercialização, do uso desses produtos no Brasil.

A minha agenda hoje vai ser relacionada à regulamentação que a Anvisa adotou recentemente para doenças raras, para que a gente tenha um panorama e possa compreender o esforço que a Anvisa tem feito em termos de facilitar e agilizar o registro de novos produtos no Brasil. Vou falar do caso particular – que é o objeto da audiência – da aquisição desses três produtos pelo Ministério da Saúde, no que diz respeito à participação da Anvisa. Vou explicitar isso oportunamente. E, ao final, vou falar um pouco das regras gerais sobre a importação de produtos e dos casos excepcionais, inclusive, que o Ministério da Saúde muito usa como rotina.

Em termos da regulamentação, então, que a Anvisa adotou recentemente, trata-se da RDC 205, de 2017, uma resolução que a Anvisa fez, digamos, em tempo recorde. A gente fez o processo de iniciativa, que é a primeira etapa do processo de regulamentação na Anvisa, em dezembro de 2016, e, já ao final de dezembro de 2017, a Diretoria Colegiada da Anvisa teve a oportunidade então, após o processo de consulta pública, de aprovar essa resolução, que trata de estabelecer procedimentos mais céleres, tanto para a anuência de ensaios clínicos a serem realizados no Brasil, quanto também para o registro desses medicamentos para doenças raras. E temos tido já resultados bastante importantes em relação à aplicação dessa RDC da Anvisa, porque o setor farmacêutico está se organizando de forma tal a fazer o desenvolvimento desses produtos no Brasil e procurar mais ainda o Brasil e a Anvisa para registrar esses produtos aqui.

Algum registro aqui eu faço, com esse gráfico, sobre os tempos relacionados à análise de processos de registro para medicamentos novos no mundo. Compara-se ali o Brasil com os principais países chamados de mercados maduros – o Brasil está em mercados emergentes – para que a gente tenha a ideia de uma comparação que é possível fazer entre os tempos de que a Anvisa dispõe para analisar os seus processos de registro de medicamentos novos e as principais ou mais desenvolvidas autoridades regulatórias do mundo, como é o caso dos Estados Unidos, pela FDA, da Europa, do Japão, do Canadá, da Austrália e assim por diante.

Aqui também há um outro gráfico para registrar – e esse material vai ficar disponível para a Comissão, Senador – os tempos que são necessários para o registro desses produtos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercados emergentes, destacando-se o Brasil, com o chamado *gap*, o tempo entre o primeiro registro dado no mundo, que em geral é nos Estados Unidos, que é o maior mercado e também desregulamentado do ponto de vista de controle de preços, e os demais países. O gráfico mostra que o Brasil é sempre, ou quase sempre, o primeiro país a ser procurado pelas empresas, depois dos Estados Unidos, para registrar esses produtos, e também, em geral – ali com um tempo negativo, inclusive –, antes do deferimento do próprio registro lá nos Estados Unidos, demostrando que o Brasil já se apresenta hoje com um sistema regulatório bastante estável, previsível e que tem merecido a atenção desses *players*, digamos assim, no mercado.

Bem, trago aqui também e vou passar rapidamente os conceitos que são adotados nessa resolução da Anvisa sobre doenças raras, para novos medicamentos. A Anvisa inovou nesse sentido, e a gente entende que tem havido, como eu disse, uma boa resposta do setor.

Não vou me ater muito, Senador. Vou, digamos, logo ao que interessa do ponto de vista do objeto da audiência. Aqui, exemplos de produtos que já foram registrados nos últimos anos, produtos novos que são destinados a doenças raras, incluindo aí os três casos que são objeto da audiência pública que nós estamos realizando neste momento.

Qual é, então, o resumo do caso que é objeto desta audiência de hoje? Há aquisição, pelo Ministério, desses três produtos – os três produtos que já foram mencionados aqui –, pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde, que, para o cumprimento de decisões judiciais que foram dadas para vários pacientes, publicou, abriu um edital para que então pudesse receber propostas comerciais de empresas para a compra desses três produtos – Aldurazyme, Myozyme e Fabrazyme.

Nesse certame aí, a empresa vencedora foi a empresa Global Gestão em Saúde S.A., no critério de menor preço, tendo sido pretensamente atendidos todos os requisitos que o edital propugnava naquele momento. E, do ponto de vista do Ministério, todos os produtos seriam fabricados pela empresa Genzyme Corporation – essa foi a documentação apresentada lá nesse certame, lá nesse edital – e fornecidos pela empresa Global.

Lembro aqui, com destaque, que se trata de um procedimento que foi todo conduzido, e sempre o é, pelo Ministério da Saúde, sem qualquer participação e interferência da Anvisa, seja nos requisitos, seja na análise, seja na habilitação das empresas. A Anvisa só participaria, como participou, na fase posterior a esse edital, que foi a fase de importação desses produtos.

Bem, a Anvisa tomou conhecimento, digamos assim, pelo menos do ponto de vista formal, em 12 de janeiro. O edital havia sido publicado, salvo engano, em outubro de 2017. A Anvisa foi oficiada pelo Ministério da Saúde em 12 de janeiro de 2018, pelo Departamento de Logística, solicitando o deferimento em caráter excepcional de três licenças de importação, exatamente para esses três produtos que já foram mencionados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A motivação alegada pelo Ministério da Saúde naquele pedido de excepcionalidade... Nós vamos ver depois que a Anvisa recebe muitos, dezenas, talvez centenas de pedidos de excepcionalidade dessa natureza por ano do Ministério da Saúde, mas a motivação, nesse caso aí, foi a ausência da Declaração do Detentor de Registro para a empresa ganhadora do edital, que foi a Global, e a alegação de que esses produtos seriam adquiridos da mesma fabricante, Genzyme Corporation, que é detentora do produto regularizado na Anvisa. Lembro que, no edital publicado pelo Ministério da Saúde, já havia a previsão de apresentação pelas empresas da Declaração do Detentor de Registro (DDR) para habilitação das empresas fornecedoras, especialmente a ganhadora.

Nesse processo de licença de importação, em resumo, as Licenças de Importação que foram protocoladas pelo Ministério da Saúde vinham lá – aí é o caso do Myozyme, salvo engano – com um documento, entre outros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO IVO SEBBA RAMALHO – ... que é a fatura ou *invoice*, que é o documento que informa ali os dados de aquisição, de compra etc., que é como um resumo. A empresa vendedora do produto, naquele documento, *invoice* ou fatura, era a empresa Alcopi Internacional, uma empresa panamenha; a compradora, com pagamento 100% antecipado, a empresa Global Gestão em Saúde, sediada no Brasil; o fabricante do produto, Genzyme da Alemanha, não mais aquela informação da Genzyme Estados Unidos, como estava no eslaide anterior; a procedência do produto para a vendedora Alcopi vinha do país Suíça; e o Ministério da Saúde figurando, então, como um ente consignado somente para receber a carga.

Bem, fizemos então a análise desses três pedidos de excepcionalidade e chegamos à conclusão de não autorização nesse caso aí, basicamente por estes três motivos que estão projetados: os três medicamentos, Aldurazyme, Fabrazyme e Myozyme, possuem registro na Anvisa, em nome da empresa Genzyme do Brasil Ltda., e não da empresa Genzyme Corporation, Estados Unidos, como foi informado no pedido de licença de importação excepcional; a empresa vencedora do edital, a Global Gestão em Saúde, não apresentou a declaração de detentor do registro no Brasil, na Anvisa, a Genzyme do Brasil; e também não estava regularizada na Anvisa e, de resto, na vigilância sanitária também local, não possuindo, principalmente em relação à Anvisa, a autorização de funcionamento para importar, distribuir, armazenar e transportar medicamentos. Além disso, além de o produto já possuir registro no Brasil, a gente verificou, junto à Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que esses produtos estavam normalmente em comercialização no Brasil, ou seja, não havia um desabastecimento no Brasil que justificasse a importação de produtos de fora do Brasil.

Então, a Anvisa informou ao Ministério da Saúde a decisão, por meio desse Ofício 32, em 26 de janeiro, e o Ministério da Saúde solicitou, em 5 de fevereiro, uma reconsideração. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como não havia nenhum fato novo e não havia nenhum saneamento dessas pendências, a Anvisa manteve o indeferimento.

Eu não tenho aqui a data do ajuizamento da ação, mas houve o ajuizamento de uma ação pela empresa Global, que pleiteou junto ao Judiciário o afastamento da exigência de apresentação dessa DDR, que foi chamada na ação de "declaração da pessoa jurídica detentora da regularização dos medicamentos junto à Anvisa", para fazer a importação desses produtos.

Em 28 de fevereiro, a Global ganhou a antecipação de tutela em juízo, e a Anvisa foi intimada, dias depois, para o cumprimento dessa decisão. Ocorre que, apesar de o juízo ter isentado a empresa Global de apresentação de um dos documentos, ela ainda devia, digamos assim, não havia ainda apresentado, não havia se regularizado frente a outros requisitos que também são necessários, do ponto de vista sanitário, para que ela possa operar com objetos regulados pela vigilância sanitária, medicamentos.

Logo depois, de qualquer forma, a Anvisa foi obrigada pelo Poder Judiciário, por meio da determinação judicial, a liberar essas cargas de produtos pela licença de importação para a empresa Global em caráter excepcional, e o fez. E de forma pública noticiou isso, inclusive no seu portal também, falando nessa oportunidade sobre os riscos que os pacientes, que seriam a quem seriam fornecidos esses produtos, teriam ao consumir esses produtos, de que a Anvisa não tinha qualquer informação sobre a procedência, a garantia da qualidade, do controle dentro da cadeia logística de importação desde a origem até o consumo final dentro do Brasil.

Lembro que a DDR (Declaração do Detentor de Registro) não é um documento meramente formal que a Anvisa exige burocraticamente para cumprir lá e fazer um processo de autorização de uma Licença de Importação por um terceiro, que não é aquele detentor do registro junto à Anvisa. A DDR serve para garantir uma série de aspectos de qualidade, segurança e eficácia daquele produto que está sendo importado, além da própria autenticidade do produto, lembrando que a responsabilidade sobre todos esses produtos regulados pela Anvisa, a vigilância sanitária em geral, que circulam no Brasil... Eles têm precipuamente a responsabilidade de qualidade, segurança e eficácia do detentor de registro na Anvisa, sob fiscalização, obviamente, da vigilância sanitária. Mas a empresa que é a responsável original é sempre a detentora do registro, que tem um conjunto maior de informações para fazer o controle de qualidade e o seguimento do consumo em toda a cadeia logística, até o consumo final, além do que, juridicamente, é ela que responde para qualquer evento adverso ou outro problema de inefetividade terapêutica que possa ocorrer com aquele produto.

Esse foi, em um breve resumo, o caso dessa compra do Ministério, de que – repito –, a Anvisa participou, não do ponto de vista...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PEDRO IVO SEBBA RAMALHO – ... da compra, mas do processo de importação.

E agora termino a minha apresentação – já sei que passei do tempo, Senador – com o regramento geral, o marco regulatório, digamos assim, dado pela legislação ordinária, mas também pela regulamentação editada pela própria Anvisa para fundamentar e dar segurança e previsibilidade para esses processos de importação de produtos regulados pela Anvisa em geral, pela vigilância sanitária.

A Anvisa não, digamos, inventou uma regra por ela mesma. A legislação, desde a década de 70 – Lei 6.360, de 1976 –, já define em vários dos seus dispositivos regras que a Anvisa é obrigada a cumprir, e, de novo, não do ponto de vista burocrático, mas para garantir a segurança sanitária daqueles produtos e o bem-estar e a saúde da população.

Então, há vários artigos.

O art. 2º menciona que só poderão importar empresas autorizadas, à época pelo Ministério da Saúde, hoje pela Avisa.

"É vedada a importação de medicamentos [...] sem a prévia manifestação favorável do Ministério da Saúde [à época, hoje a Avisa]."

"Nenhum dos produtos de que trata [...] [a Lei 6.360], inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no [...] [órgão sanitário]."

Ou seja, se nós temos produtos registrados no Brasil nós devemos consumir esses produtos, e não importar outros produtos que são semelhantes a eles ou que tenham o mesmo princípio ativo ou que tenha a mesma indicação terapêutica, por quê? Porque a autoridade sanitária nacional não analisou esses produtos que vêm de fora e já analisou aqueles que já estão registrados. Portanto, temos já um acúmulo de informação sobre aquilo e empresas, que são as detentoras de registro, responsáveis por garantir a qualidade desses produtos.

"Compete à Agência [Anvisa] [...]: VIII – anuir com a importação [desses produtos]." Ou seja, nenhum dos produtos pode entrar antes de a Anvisa autorizar, sejam eles produtos em caráter excepcional, sejam mesmo aqueles produzidos fora do Brasil, como produto final, e entram sendo importados pelos próprios detentores de registro no Brasil.

Além disso a Avisa, obviamente, regulamentou a matéria, para editar vários aspectos específicos de requisitos técnicos, por meio basicamente da RDC 81, de 2008 – já há 10 anos –, de conhecimento geral de todos os atores do setor farmacêutico etc., definindo um conjunto de requisitos.

Eu destaco ali algumas das documentações necessárias para esse processo de importação: fatura comercial; conhecimento de carga embarcada; laudo analítico de controle de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualidade; informações sobre a pessoa jurídica importadora; declaração do detentor do registro autorizando a importação quando é realizada empresa terceira – e não aquele detentor do registro. Essa aí é a famosa de DDR.

Bem, como procedimento normal – já finalizando, Senador –, a gente tem aí um conjunto de passos que têm que ser dados não somente junto à Anvisa, mas também junto ao Ministério da Fazenda, Receita Federal, por meio do sistema Siscomex, sistemas também da Anvisa, recolhimento de taxa. É um conjunto de passos que ainda a Avisa trabalha para simplificar, para acelerar, e já tem feito alguns ganhos quanto a isso. Um exemplo é a desnecessidade atual de autorização de pré-embarque para cargas que venham de fora do Brasil, entre outras.

Há alguns dados aqui relacionados ao volume de peticionamentos, de pedidos de autorização, de Licença de Importação na Anvisa. São quase 300 mil pedidos por ano. No ano de 2017, foram 293 mil, sendo que 10% disso são representados por medicamentos em geral, não só para doenças raras, e sendo que, desses 10%, 1% seria relacionado aos pedidos do Ministério da Saúde, o que dá uma média geral para todos os produtos, não só medicamentos, de 1,2 mil pedidos que são anuídos pela Anvisa por dia, e para medicamentos cerca de 120.

Temos procedimentos especiais – que acho que são do interesse em da audiência – que são utilizados pelo Ministério da Saúde, mas também por pessoas físicas. São procedimentos bem mais simplificados, aqueles que não configuram importação com quantidade sujeita à comercialização. Podem ser feitos por pessoas físicas sem processo, sem taxa, simplesmente com uma receita médica ou com um laudo, fazendo a importação simples e comprovando isso junto à Anvisa e à Receita Federal. Isso está baseado lá no Decreto 8.077, que regulamenta a Lei 6.360 citada há pouco.

Há outros procedimentos que são destinados a vários outros casos, como o caso, por exemplo, de importação do canabidiol para tratamento de crianças com epilepsia, espasticidade, por meio de uso compassivo, lá na RDC 38, de 2013. E os critérios mais recentes estão relacionados na RDC 203/2017, da Anvisa, que definiu critérios expressamente para essas importações em caráter excepcional, que são muito realizadas pelo Ministério da Saúde, com base na autorização legal – a Anvisa não autoriza sem que haja um fundamento legal para tal –, mediante a prévia solicitação do Ministério da Saúde, a análise, excepcional, e a resposta da Anvisa ao Ministério, que tem sido dada, como eu disse, em um grande volume durante o ano de 2017.

Aqui nós temos os dados relacionados a essas importações, no número de 128 pedidos excepcionais, que foram todos anuídos pela Anvisa, sempre com muita celeridade, em poucos dias, para que Ministério da Saúde possa cumprir com a sua função de fornecedor no âmbito do Sistema Único de Saúde, especialmente no caso dos pacientes com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Finalizando, de fato, trago perspectivas em relação a esse tema e registro aqui o grande esforço que a Anvisa tem feito, nos últimos anos e meses, para fazer a promoção do acesso a medicamentos, a promoção do acesso de pacientes a medicamentos para doenças raras. De um lado, resumindo aí o que eu disse antes em relação a registro, a RDC 205, recentemente aprovada, em dezembro de 2017: simplifica procedimentos e reduz prazos de registro para novos medicamentos; promove a pesquisa clínica, o desenvolvimento desses produtos no âmbito nacional, em Território nacional; e o registro prioritário desses medicamentos para doenças raras, em prazos bastante céleres, por conta da necessidade e da urgência que nós sabemos que os pacientes têm em receber esses produtos. E, de outro lado, para a importação: dando alternativas de importação mais ágeis para pessoas jurídicas em geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO IVO SEBBA RAMALHO – ... para pessoas físicas e pelo Sistema Único de Saúde, notadamente pelo Ministério da Saúde; e garantindo sempre um apoio e um atendimento constante ao Ministério da Saúde para processos de importação desses produtos para atendimento dessas demandas urgentes, especialmente as demandas judiciais.

Então, era isso, Senador.

Eu me coloco aqui à disposição, desculpando-me novamente pelo transcorrer do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Convido o Sr. Ricardo Ogawa, Presidente da Shire no Brasil, para falar por 10 minutos.

O SR. RICARDO OGAWA – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu queria agradecer ao Senador Humberto Costa pela oportunidade de estar presente na Mesa. Acho que esta é uma grande oportunidade que a gente tem para discutir um tema tão relevante como o tratamento para doenças raras.

Antes de começar a apresentação que eu preparei, eu queria só esclarecer alguns pontos levantados pelo Dr. Eduardo, que acho importantes.

Realmente nós, assim como o Ministério, somos totalmente favoráveis à assinatura de contratos, porque eu acho que o contrato garante a manutenção do tratamento contínuo para os pacientes. Infelizmente, a última vez que nós assinamos contratos para os dois produtos que temos no Brasil – idursulfase e alfagalsidase – foi em 2015, e depois disso a gente não conseguiu chegar a acordos.

Nós estamos sempre abertos, Dr. Eduardo, a sentar à mesa. O que a gente sempre coloca, e eu sei que às vezes é difícil entender, é que os preços praticados no Brasil, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos para esses dois produtos especificamente, são os menores do mundo, e mesmo assim a gente luta para tentar trazer um preço que seja mais acessível ao Governo. Então, a gente vai estar sempre apto e disposto realmente a ter essas discussões com o Ministério da Saúde.

Com relação à negociação do produto incorporado, que é o caso do idursulfase... E, quando o senhor diz que a gente está oferecendo 0% desconto, a gente ainda está em um processo de negociação, a gente nem chegou a oferecer um desconto, mas garanto ao senhor que vai ser maior do que isso, vai ser bem maior do que isso, justamente porque a gente está negociando com a casa matriz um desconto maior, para que a gente consiga realmente atender a necessidade do Ministério da Saúde. Volto a dizer, temos o mesmo interesse e queremos chegar a um acordo comum.

Um outro ponto importante para deixar claro se refere aos distribuidores não autorizados. Nós somos superfavoráveis a haver concorrência no mercado. Nós não somos favoráveis realmente é a que um distribuidor não autorizado – como foram os últimos casos que aconteceram – ganhe uma concorrência de preço e não tenha, primeiro, como Dr. Pedro Ivo deixou claro, nem registro na Anvisa para fazer a distribuição nem fonte para trazer o produto. Eles não sabem nem de onde vão trazer o produto, sem a menor garantia de qualidade e de entrega do produto.

Feito esse esclarecimento, eu gostaria de iniciar a minha apresentação.

Esse é só um slide para falar um pouco sobre a Shire. A Shire é uma empresa com mais de 30 anos no mercado – aqui no Brasil, a gente já está há mais de 10 anos –, comercializando produtos nas áreas de hematologia, doenças raras, neurociências e imunologia, e temos total interesse... Repito, temos 10 anos aqui no Brasil e total interesse em permanecer no País, investindo realmente no tratamento de pacientes que tanto necessitam de produtos para doenças raras.

Falando um pouco dos novos produtos que a gente tem para o futuro, a gente tem mais de 40 programas de novos produtos que poderão ser trazidos aqui para o Brasil também.

Estes são alguns dos desafios que nós temos aqui, no País. Basicamente são: nós temos os distribuidores não autorizados, com a grata surpresa de que isso já está sendo resolvido, pelo menos nos últimos meses, mas veio a ser um grande problema; e temos também um problema... Não é um problema, mas a gente gostaria de entender melhor como é o fluxo das informações do Núcleo de Judicialização. É importante a gente entender como é que funciona realmente esse fluxo de informações, porque a gente entende que, uma vez que o Núcleo de Judicialização começou a operar, começou a haver bastante atraso.

Aqui, só um gráfico que eu queria mostrar – são dados públicos: nas últimas compras que foram feitas em 2017, você vê que foi feita uma compra para 135 pacientes; depois disso, não foi feita nenhuma compra, em maio de 2017; e você vê que isso ocasionou uma falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tratamento para pacientes com MPS II, ou síndrome de Hunter, durante quase cinco meses. Essa compra veio a ser regularizada a partir de abril de 2018, e, mesmo assim, para um volume, para um número bastante menor. Se você olhar aqui para a barra azul, é exatamente a compra que foi feita: foram 126 pacientes em maio de 2017, e 117 pacientes em abril deste ano.

A gente tem basicamente a mesma figura no tratamento de Replagal. Também não houve a compra sendo feita ou o processo de licitação de preços sendo vencido pela Global Saúde.

No caso de MPS II, no caso de Elaprase, eles ganharam isso em outubro ou novembro de 2017. A Global Saúde foi a vencedora e não conseguiu fazer a entrega do produto. Isso ocasionou um grande atraso realmente nessa entrega de produto para o tratamento dos pacientes. Por isso é que você vê, nesse período de outubro de 2017 até fevereiro de 2018, uma falta de tratamento real. Os pacientes com MPS II, ou síndrome de Hunter, ficaram sem tratamento durante um período bastante longo.

De novo, se você analisar qual é a diferença de preço entre o que foi oferecido entre a Global Saúde e o que foi oferecido pela Shire, era uma diferença ínfima, uma diferença de R$18. Então, acho que a gente acabou não dando atenção para o principal ator nesse caso, que é o paciente que está sofrendo na ponta, com algo que poderia ser facilmente negociado. Infelizmente, a gente não teve a oportunidade de ter essa negociação, e isso ocasionou essa grande falta de tratamento.

Quero explorar aqui algumas sugestões que a gente queria colocar na mesa.

Eu acho que a volta da exigência da DDR foi um grande avanço. A gente percebe que, nas últimas cotações de preço, o Ministério da Saúde está voltando a exigir a DDR. Acho que isso garante exatamente a qualidade e a procedência do produto. Isso é extremamente importante.

O cadastramento desses distribuidores autorizados. Nós temos distribuidores que estão autorizados a trazer o produto. O grande problema é quando você tem distribuidores de países como Turquia, que, de novo, não conseguem nem definir de onde vão estar trazendo o produto. Então, é importante que a gente conheça quais são os distribuidores que efetivamente vão estar trazendo o produto com segurança e com qualidade.

Definição dos prazos para análises feitas pelo Núcleo de Judicialização. Acho que isso é extremamente importante.

Acho que ter uma clareza maior sobre as informações desses casos que estão sendo analisados, avaliados pelo Núcleo de Judicialização é importante, mas seria importante também a gente conhecer quais são esses prazos. Em muitos casos, a gente sabe que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pacientes que estão sem tratamento durante um período muito longo, e a gente não sabe nem exatamente se esse caso está sendo avaliado ou não pelo Núcleo de Judicialização. A gente sabe que o Núcleo de Judicialização já tem um processo formatado, mas acho que seria importante ter uma estrutura e ter uma sistematização dessa informação, que pudesse ser checada por qualquer pessoa que tenha interesse em saber como vai esse processo dentro do Núcleo de Judicialização. Acho que o maior desespero para um paciente é não saber exatamente quando ele efetivamente vai receber o tratamento que ele costumava receber, no passado, de forma contínua.

Volto a enfatizar a assinatura do contrato anual. Acho que a assinatura do contrato anual é algo que favorece todas as partes. Se a gente conseguir chegar a um acordo com o Ministério da Saúde e assinar esse contrato anual, certamente a gente vai estar favorecendo uma vez mais o ator principal, que é o paciente, que tanto necessita desses produtos para melhor qualidade de vida e – por que não dizer também – até mesmo para sobreviver.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – O senhor teria mais tempo. Terminou?

O SR. RICARDO OGAWA (*Fora do microfone*.) – Sim, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Sr. Ricardo Ogawa, Presidente da Shire no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Thomas Gierse – como se fala?

O SR. THOMAS GIERSE – É Gierse. É meio complicado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É complicado para mim.

Ele é Diretor da Unidade de Negócios da Sanofi/Genzyme.

O SR. THOMAS GIERSE – Antes de mais nada, boa tarde a todos.

Obrigado pela oportunidade, Senador. Agradeço a presença da Mesa e de todos aqui na audiência em relação a esse tema tão importante.

Reitero as palavras do Ricardo de que o ator principal, em que se deveria estar focando, em termos de se encontrar uma solução, é o paciente, que é a parte mais frágil no processo, que sofre a maior parte das consequências de tudo que está sendo discutido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para começar, eu gostaria de rapidamente elencar três prioridades que norteiam sempre a conduta da Sanofi e que nortearam a conduta da Sanofi inclusive nesse processo que está aqui em discussão.

O primeiro deles é uma presença sólida constante no Brasil. Então, é com o País. No ano que vem, a Sanofi está completando cem anos de presença no Brasil. Ela gera um volume enorme de empregos aqui. Só de empregos diretos são quase cinco mil. E 90% dos produtos que a Sanofi comercializa são vendidos e produzidos aqui no Brasil.

Do lado, a Sanofi Genzyme também é uma das pioneiras em doenças raras no Brasil. Ela completou 20 anos, no ano passado, e teve o primeiro produto incorporado pela Gaucher. Então, a história também é muito forte no passado, no presente, e a gente reitera que será assim também no futuro.

Temos buscado parcerias constantes de longa duração com o Ministério, inclusive com transferência de tecnologia, como já foi o caso com vacinas, e há duas PDPs (transferências de tecnologias) que estão em andamento dentro da área de raras, inclusive uma delas com um dos produtos em discussão aqui, o Fabrazyme.

A segunda área de prioridade, como não poderia ser diferente, obviamente, são os pacientes. Esta é só uma maneira como isso se reflete. Existem programas humanitários, justamente para suportar aqueles sem condição de aceso aos produtos – aqui estou falando em dimensão global, mas também no Brasil. Então, são mais de 2,5 mil pacientes impactados

Reitero aqui também uma mensagem similar à da Shire. Os preços aqui no Brasil – isso é parte do nosso compromisso – são os mais baixos no mundo para esses três produtos que a gente está mencionando.

O terceiro compromisso é com a ciência, porque é através da ciência que conseguimos disponibilizar os tratamentos para as doenças raras, sabendo-se que a maior parte das doenças raras ainda não tem nenhum tratamento disponível.

Aqui, um exemplo de como dados relacionados a essas doenças são consolidados para gerar conhecimento e mudança de conduta médica. Em específico aqui, com relação a doenças raras, apenas para alinhamento de conhecimento, a gente sabe que, primeiro, o diagnóstico já é uma barreira por si. Então, para as doenças que a gente está tratando, o número de diagnósticos, frente a uma prevalência esperada, é em torno de 5% a 35%. Então, também existe uma necessidade grande de se trabalhar por essa frente. E geralmente o tratamento disponível é apenas um para essas doenças.

O sistema de produção também é bastante complexo. São produtos oriundos de engenharia genética. E, no caso, uma fábrica no mundo produz os medicamentos justamente por essa complexidade, o que não permite que as fábricas sejam multiplicadas pelo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, com relação ao caso específico aqui, menciono alguns fatos.

O primeiro é que existe uma tendência clara de evolução junto ao Ministério. Então, a partir de março, a gente restabeleceu o fornecimento para uma parte importante dos pacientes dessas áreas terapêuticas. É o mesmo volume e preço da licitação de outubro do ano passado, na qual a Global foi a vencedora.

Lembro e menciono também que a diferença de preço, assim como mencionado pela Shire, foi mínimo, foi de 0,5%. Então, me surpreende pensar que a causa de não se conseguir chegar a um acordo, nesse caso específico, tenha sido o preço, já que a diferença era tão pequena.

Desde então, desde março, a situação tem evoluído e as compras têm ocorrido com uma certa regularidade, restabelecendo o tratamento daqueles pacientes de que tanto precisam.

O ponto de atenção aqui é que o contrato de outubro ainda não foi cancelado. Ele está vigente até o momento, mesmo a Global não tendo entregado ainda os produtos e já tendo recebido antecipadamente o pagamento pelos mesmos. Para ser mais preciso, eles fizeram uma pequena entrega, que foi em torno de 3% do volume total licitado.

Então, o nosso pedido aqui na busca de uma solução é em duas grandes áreas.

Primeiro, garantir que a regulamentação sanitária seja executada conforme necessário, afinal o propósito dela é garantir qualidade de tratamento para os pacientes, e também com fluxo contínuo de tratamento para esses mesmos pacientes.

Então, começando um pouco pelo que já foi mencionado aqui: a busca de protocolos clínicos na área de doenças raras e de contratos de maior duração. Obviamente, a gente sempre também está disposto a negociar e a sentar para conversar a respeito disso.

Nos casos de licitação, isto também já tem sido uma melhora nos processos mais recentes: uma apresentação da documentação requerida de maneira antecipada, e não posterior, após ter sido publicado o ganhador do processo licitatório, garantindo então que realmente o distribuidor ou a empresa que ganhe tenha condições de entregar, para que não ocorram fatos como esse, em que um ganhador de outubro do ano passado até agora não teve condições de entregar.

Para pagamento antecipado, que seja oferecida também uma carta de fiança bancária, de maneira a garantir o retorno, no caso da entrega que não seja feita.

Então, essa seria a minha mensagem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o último orador, Marcelo Rodolfo, que é Gerente-Geral da Alexion Pharmaceuticals.

O SR. MARCELO RODOLFO – Boa tarde!

Meu nome é Marcelo, e eu estou aqui representando a Alexion.

Eu gostaria de saudar as autoridades aqui presentes, em especial a Senadora Regina, pelo interesse no assunto, e o Senador Humberto Costa – que deixou a sala agora há pouco – por presidir essa sessão. Sou muito grato pelo interesse do Senado nos desafios envolvidos no acesso a medicamentos inovadores. É realmente uma honra poder estar aqui para compartilhar um pouco das nossas opiniões nesse assunto.

Eu queria parabenizar em especial as pessoas que têm se envolvido no tema ao longo dos anos e que estão presentes hoje aqui, nesta reunião tão importante para todos os pacientes impactados pelo tema que está em discussão.

Eu também queria parabenizar os colegas das outras empresas, o Ricardo e o Thomas, que estão aqui hoje; funcionários do Governo; membros honoráveis do Congresso; público em geral, uma vez que se permite discutir abertamente muitos problemas atuais que afetam o acesso a novas terapias, que podem salvar a vida de pacientes com doenças raras e ultrarraras, que possuem pouca ou nenhuma opção de tratamento.

Esses pacientes merecem nosso trabalho em conjunto para chegar a um consenso, superar os desafios e oferecer a eles a melhor possibilidade de sobrevivência com a melhor saúde.

O som está melhor agora? Vocês não querem que eu recomece, não é? (*Pausa.*)

A Alexion – eu queria comentar um pouquinho com vocês – é uma empresa biofarmacêutica global, especializada em novas terapias para pessoas com doenças raras. Estamos totalmente comprometidos com o Brasil e seus desafios e necessidades de saúde pública. Buscamos a aprovação de todos os nossos medicamentos para garantir a nós, brasileiros, o acesso aos melhores tratamentos já reconhecidos pelas diversas agências reguladoras e financiados por muitos governos em todo o mundo.

O Soliris é um medicamento importante para os pacientes que sofrem com a hemoglobinúria paroxística noturna (HPN) e com a síndrome hemolítico-urêmica atípica, mais conhecida por SHUa, dois distúrbios ultrarraros crônicos, graves e potencialmente fatais.

O Soliris demonstrou, nos últimos dez anos, que pode transformar e salvar vidas de pacientes com HPN e SHUa e atualmente atende às necessidades desses pacientes em mais de 50 países, incluindo países como Estados Unidos, Japão e Inglaterra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas estimativas mundiais relatam que, antes da disponibilização do tratamento com Soliris, um a cada três pacientes com HPN morreu no período de até cinco anos após o diagnóstico, e quase oito a cada dez pacientes com SHUa morreram, necessitaram de diálise renal ou tiveram dano renal permanente no período de um ano após o diagnóstico.

Esse medicamento foi aprovado pela Anvisa e teve o seu preço definido pela CMED no ano passado. A nossa estimativa é de que cerca de 450 pacientes atualmente diagnosticados e elegíveis ao tratamento com HPN e SHUa estejam no Brasil, para os quais o Soliris é o único medicamento aprovado e é a única esperança de uma vida normal.

A nossa empresa também fabrica outros dois medicamentos importantes, ambos já aprovados pela Anvisa e atualmente em revisão para definição de preço pela CMED: o Kanuma, para tratamento de pacientes com deficiência de lipase ácida lisossômica; e o Strensiq, para o tratamento de pacientes com hipofosfatasia perinatal, infantil e juvenil.

Essas duas doenças metabólicas ultrarraras podem levar a lesões em múltiplos órgãos e à morte prematura. Historicamente, muitas crianças com LAL ou HPP morriam nos primeiros anos de vida. Muitas delas com LAL não chegam a completar sequer um ano de vida. O Kanuma e o Strensiq também são os únicos medicamentos aprovados para essas doenças.

A concessão dos pedidos de compra de Soliris a um distribuidor não autorizado, a partir de dezembro de 2017, levou a uma interrupção de vários meses na distribuição do medicamento para os pacientes, como foi apresentado também pelos colegas das outras empresas. Na época em que a distribuição foi retomada, há pouco mais de dois meses, muitos desses pacientes com SHUa ou HPN tinham apresentado piora significativa no seu estado de saúde. Inclusive, alguns deles faleceram devido à falta de acesso ao medicamento.

Nós seguimos rigorosamente as leis e a regulamentação brasileira, assim como o Código de Conduta da Interfarma para o comportamento ético e transparente das empresas farmacêuticas.

O atual processo oficial de aquisição de medicamentos pelo Governo, regulamentado pela Lei 8.666, de 1993, está claro e é totalmente compreendido pela nossa empresa e pelos nossos distribuidores autorizados. Estamos em total conformidade com esse processo.

A segurança e o bem-estar dos pacientes que usam os nossos medicamentos são de extrema importância para nós. Por isso, possuímos os mais altos padrões de qualidade de fabricação, manuseio e entrega desses medicamentos, que são produtos biológicos complexos e perecíveis.

O Brasil é um país continental, o quinto maior território do mundo, com climas que variam de neve, na Região Sul, condições semiáridas no Nordeste, e Região Norte extremamente úmida. O Soliris é um produto biológico complexo, sensível tanto quanto uma vacina, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa estar sempre armazenado entre 2ºC e 8ºC, até o momento de o paciente recebê-lo, por meio de uma infusão em um centro de referência ou hospital. Com base nesses detalhes, eu espero que todos tenham a compreensão de como é importante manter o controle dos altos padrões de manuseio e entrega desse produto.

Esse é um compromisso nosso, a qualidade do nosso medicamento e a segurança do paciente, e está relacionado ao controle rigoroso da cadeia de suprimentos, que abrange desde a fabricação do produto até o fornecimento aos nossos clientes, e utiliza somente os distribuidores cuidadosamente analisados e monitorados de perto para a manipulação dos nossos medicamentos.

Por isso, quando soubemos que um distribuidor não autorizado havia sido escolhido para distribuir o Soliris, notificamos imediatamente o Ministério da Saúde e a Anvisa, porque, nesse caso, não poderíamos garantir a segurança do paciente. Nós não podemos garantir a origem, a qualidade, a eficácia e a segurança de um medicamento sensível, como o Soliris, que foi manipulado por distribuidores não autorizados. Também não podemos controlar os possíveis riscos aos pacientes que venham a usar esses medicamentos.

Nossa empresa não estava ciente da existência desse distribuidor não autorizado e nunca foi procurada por ele. Na verdade, não sabemos de onde eles pretendiam obter o Soliris, e, por uma questão de política de qualidade e de segurança, conforme declarei, nós exigimos que todos os distribuidores sigam os rigorosos padrões definidos pela Alexion para que todos os requisitos relacionados à segurança do paciente sejam atendidos.

Infelizmente, nessa situação, chegamos a confirmar que parte da documentação entregue pela empresa não autorizada ao Ministério da Saúde para ganhar os contratos do Soliris tinha conteúdo não reconhecido por nós como original, o que foi devidamente também comunicado ao Ministério da Saúde e à Anvisa. Desde então, esse distribuidor não autorizado foi penalizado pelo Ministério e impedido de participar de processos de aquisição de medicamentos por um período de nove meses.

Quando soubemos que um distribuidor não autorizado estava participando de um processo de compras, reitero, nós trabalhamos de forma diligente com as autoridades competentes, para tentar resolver essa situação da melhor maneira possível.

É bom saber que os pacientes com HPN e SHUa estão começando a receber Soliris novamente. Mesmo assim, com base na nossa experiência, as quantidades atualmente solicitadas de Soliris podem não ser suficientes para atender as necessidades de todos os pacientes elegíveis para receber o medicamento. Por isso, continuamos nosso trabalho junto aos funcionários do Ministério para alinhar e garantir a previsão de demanda e ajustar a produção e o envio do medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também estamos abertos e apoiamos o diálogo contínuo entre todas as partes, para evitar que distribuidores não autorizados interrompam o tratamento dos pacientes novamente.

Além disso, eu gostaria de apresentar alguns temas sobre como os pacientes com doenças raras e ultrarraras podem se beneficiar de novas terapias, que podem salvar vidas no futuro. Nesse sentido, a Portaria 199, de 2014, do Ministério da Saúde, é realmente inovadora ao colocar o foco da comunidade médica em questões importantes, como diagnóstico, treinamento médico e conscientização, mas seu valor poderia ser ainda maior se tivéssemos ênfase em detalhes sobre o acesso a medicamentos órfãos. Assim, gostaríamos muito de contribuir sobre possíveis evoluções, por meio de conversas colaborativas.

Também estamos motivados com a solicitação que o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, fez para a Conitec avaliar a incorporação do Soliris ao SUS. Somos totalmente solidários com o Governo nessa questão.

Nós compreendemos as limitações de acesso dos pacientes que dependem do Judiciário e acreditamos que os pacientes que usam Soliris terão um atendimento muito melhor em um sistema apoiado por protocolos e diretrizes de tratamentos clínicos orientados por especialistas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO RODOLFO – Atualmente, num diálogo aberto com as autoridades, com o objetivo de fomentar as discussões sobre a incorporação ao SUS, estamos preparados para trabalhar com o Governo e todas as partes interessadas, para assegurar que os protocolos clínicos reflitam o melhor atendimento ao paciente.

Nós reconhecemos o impacto financeiro da inovação para os pacientes nos orçamentos de saúde e estamos abertos a fazer os esforços para encontrar soluções de financiamento responsáveis e sustentáveis para as nossas terapias, para que os pacientes possam se beneficiar delas o mais rápido possível e para que os pagadores possam gerenciar os custos e, de fato, reconhecer o valor dos nossos medicamentos.

Temos o compromisso de garantir que os pacientes com doenças raras e ultrarraras se beneficiem das terapias atuais e futuras desenvolvidas e fornecidas pela nossa empresa e queremos colaborar com todas as partes interessadas, para garantir um ambiente confiável e favorável.

Em nome de todos, aqui no Brasil, que trabalham comigo na Alexion, e dos meus colegas no mundo inteiro da empresa, quero agradecer novamente aos organizadores e anfitriões desta reunião por esta importante discussão. Fico à disposição para perguntas na sequência.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, obrigado ao Dr. Marcelo Rodolfo, restando tão somente o Dr. Thomas Gierse, Diretor da Unidade... Já falou, desculpem. Eu tive que sair.

Então, eu convidaria a Drª Srª Regina Próspero, que representa aqui o Instituto Vidas Raras, para, em dez minutos, representando as entidades todas que aqui estão também, fazer a sua manifestação, para que eu possa abrir para os Senadores aqui presentes e para novas considerações dos participantes.

Pois não.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Senador, muito obrigada, até por ter pedido esta audiência, que para nós é um tema muito relevante e muito preocupante. Nós temos passado por situações nunca dantes pensadas desde outubro do ano passado, quando todo esse imbróglio começou. Os nossos pacientes, tanto de mucopolissacaridose tipo 1, como de Fabry, Pompe, Eculizumab, MPS II e outros também, que, de repente, viriam a ser acometidos por esse imbróglio, ainda estão sofrendo por toda falta de medicamento.

Eu quero até parabenizar o Eduardo Pojo pela fala, porque realmente o processo que vocês fizeram uns anos atrás, em 2015, com compra de um ano, foi excelente. Aquele é um contrato modelo que eu vivo pregando que vocês devem continuar fazendo, sim, até por economia do Governo e benefício do paciente. Os nossos assistidos nunca foram tão bem...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Assistidos!

A SRª REGINA PRÓSPERO – Assistidos, como naquela época. Desculpa! Não faltou remédio, foi uma compra bem estruturada. É um modelo, já está pronto, não precisa inventar a roda, é só continuar.

Em relação a essa compra da Global... E graças a Deus que a Tuttopharma não deu certo, porque sabíamos que iríamos passar pela mesma situação. Em relação à compra da Global, no dia 24/04, nós tivemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados e de lá para cá não teve alteração. Houve algumas promessas de que, no dia seguinte, o prazo se esgotaria, que a empresa seria penalizada, que se ela não cumprisse o prazo, iria ser desclassificada; até hoje isso não aconteceu.

E aí é uma coisa que eu não entendo: um pagamento antecipado, entrega não efetuada ou minimamente entregue... Eu fico me questionando. Aí até eu quero que vocês que ajudem a responder.

Todos os nossos produtos são termolábeis, como falou o Marcelo Rodolfo, para Eculizumab, e para as outras doenças também. Nós temos o maior cuidado com esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtos, para que ele seja bem acondicionado e o paciente tenha um produto com toda a qualidade.

A minha pergunta, para quem possa responder: quando vocês fazem uma compra no Ministério da Saúde, qual o prazo de validade do medicamento que a empresa tem que entregar? Alguém pode me responder?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Depois podem responder.

A SRª REGINA PRÓSPERO – O que eu sei é um prazo de no máximo 22 meses. O que eu soube? Os 70 frascos que a Global entregou têm diversos números de lote, diversas datas de validade que não atendem a essa exigência.

Há frascos que só têm um frasco de um lote. Esse um frasco vai ser testado? Se ele for testado, ele vai ser descartado. Como vocês vão fazer para testar todos esses 70 frascos, de forma que o meu assistido seja bem assistido? Porque, como eu disse na outra audiência pública, se fosse o meu filho que estivesse nessa situação, eu não teria segurança para dar o remédio para ele.

Onde tem tanto remédio para ser vendido fora da empresa, um medicamento que é totalmente controlado e feito de forma totalmente artesanal? São perguntas que nós, enquanto associação, temos feito.

Então, eu gostaria muito de ter essas respostas, eu gostaria muito de saber como está o teste desses medicamentos que vieram para o Brasil, que está em forma parece que preliminar, parar poder trazer outros ou outros tantos lotes, para dar os R$20 milhões. Como vai ser? Nós já estamos quase fazendo um ano disso tudo. É um desperdício. Se nós estávamos falando em economia, então, eu acho que o padrão não deu certo.

Bom, variação de lote, data de validade são coisas que vocês exigem do brasileiro; então, tem que ser exigido também daquele que está trazendo de fora.

E, concluindo, a economia... Eu queria que alguém me detalhasse como ela está, porque não estamos vendo essa economia. Sou totalmente a favor do mercado aberto, que venham outras pessoas para trazer medicamento. Eu acho que a concorrência é muito boa, favorece o consumidor final, mas desde que tenha qualidade. Eu não posso aceitar que o meu assistido tenha um produto à disposição dele que eu não sei se vai trazer um dano para a saúde dele, que já é comprometida, ou se vai realmente fazer bem.

Então, fica esse nosso questionamento. Diante de tantas mortes que nós tivemos em todo esse período de quase um ano, se valeu a pena, ou se vocês vão resolver logo esse imbróglio, punir quem deve ser punido e trazer o medicamento que precisa ser trazido mesmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para que os nossos assistidos tenham toda a segurança de saber que o medicamento que está chegando na casa dele é totalmente qualificado e usável.

Obrigada! Obrigada, Senador, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Além de eu não ser versada, assim, no assunto – não sou da área –, tenho muita curiosidade. Por isso, toda vez que há audiências públicas dessas, nesse sentido, da saúde principalmente, eu estou presente. Ouvir, não ouvi todo mundo, mas ouvi algumas coisas, e as perguntas dela ali são muito pertinentes, da associação.

Mas compra governamental já é um problema, e na área da saúde, então, não é só o medicamento de doença rara. Qualquer medicamento de dispensação gratuita pela Secretaria de Saúde também é um caos, e os secretários de saúde sempre dizem que é o fornecedor que não entregou no prazo, que está faltando, que ainda estão produzindo.

Então, eu acho que a primeira coisa que poderíamos examinar é como desburocratizar na área da saúde, porque o doente não pode esperar. Se ele segue o mesmo rito de qualquer compra, precisaria ter um modelo diferenciado de compra para essa área, principalmente de doenças raras e de medicamentos de um modo geral. Também, ontem, ouvi do Secretário de Saúde do meu Estado falar sobre equipamentos. A empresa não entregou no prazo, e a resposta que ela dá é: "Estamos produzindo por encomenda, porque não estamos vendendo. A economia está parada, não estamos vendendo e não vamos ficar com equipamentos encalhados. Então, estamos produzindo por encomenda".

Então, vai demorar a entregar agora. Um equipamento que o hospital precisa para melhorar o atendimento, para fazer as cirurgias da própria cidade, mas tem que esperar. Então, é preciso uma linha de estudo de mudança na burocracia e na parte legal de tudo que se refere à área da saúde. As compras governamentais na área de saúde são todas problemáticas.

A gente vê doentes renais que vão receber os remédios, chegam lá e não há o remédio. O que dizem? "Pedimos, está aqui." Mostram a licitação, mostram o processo de pedido, mas não entregaram, e aí o doente renal, que precisa tomar aquele remédio todo dia, é que deve esperar? Isso precisa mudar.

Então, imagina para doença rara. Mais ainda! Precisa mudar, e acho que o Ministério da Saúde é quem tem de fazer esse comentário e ver o que pode ser feito nessa área, porque não é possível que quem pague o preço seja justamente aquela pessoa mais vulnerável, que é o doente, o paciente que está lá esperando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fico por aqui, porque as perguntas dela foram muito pertinentes, e essa minha parte é mais sobre a questão do procedimento para chegar ao paciente. Eu sei que houve a questão do distribuidor... A fraude sempre existe também neste País, mas isso também é uma questão interna do Ministério para resolver. Todas as coisas não podem cair no colo do paciente, que precisa muito disso para ter uma vida melhor, uma vida mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, aqui, por intermédio do e-Cidadania, nós tivemos dois questionamentos, de duas pessoas de São Paulo.

O Sr. Demian Magalhaes diz:

> Tiago Queiroz (Diretor do DLOG) afirmou que aquisições de medicamentos com fornecedor exclusivo não poderiam ser feitas por inexigibilidade de licitação porque a Conjur/AGU teria dado parecer contrário. Poderia indicar que parecer é esse, que não pôde ser identificado/localizado?

A outra pergunta é também de São Paulo, do Sr. Jorge Junior:

> O Ministério da Saúde não possibilita o contato com os pacientes. É quase impossível conversar com alguém sobre a compra e distribuição dos medicamentos. Nenhuma informação é passada aos pacientes.

Há uma pessoa que me pediu a palavra. A gente não vai poder abrir para todo mundo. Tem que ser muito especialmente aqui. Eu vou lhe ceder a palavra, mas não vou poder abrir para mais gente. Seria bom identificar-se.

A SRª MARIA CECÍLIA OLIVEIRA – Eu sou Maria Cecília Oliveira. Sou Presidente da Afag. Nós trouxemos aqui mais de dez pacientes com doenças raras. Infelizmente, outros não puderam vir porque estão com os seus tratamentos interrompidos. Outros acabaram de se restabelecer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Afag, não é?

A SRª MARIA CECÍLIA OLIVEIRA – Afag (Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves).

O que também vem acontecendo com essas interrupções que ainda permanecem, que ainda continuam?

As entregas estão sendo feitas de forma ainda irregular; os pacientes estão recebendo, quando recebem, às vezes, para apenas um mês de tratamento, e os pacientes ficam se questionando: "Meu Deus, será que vai vir no próximo mês?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a suposta economia, na verdade, traz prejuízos; prejuízos de quase 20 pacientes assistidos pela Afag que já faleceram; pacientes internados. E outra coisa: muitos pacientes, por exemplo, de HTN, quando o tratamento fica interrompido por muito tempo, além das consequências nefastas para a vida dele – muitas vezes uma trombose, um AVC, infelizmente até o óbito que aconteceu com dezenas –, muitas vezes ele tem de voltar para o tratamento inicial, que é a dose de indução. A dose inicial é potencializada, é uma dose muito maior. Ou seja, onde está a suposta tentativa de uma economia por parte do Governo?

Obviamente, a economia acontece quando se deixa de socorrer esses pacientes e de atender essas ordens judiciais, mas elas estão continuando, e está sendo exigido dos pacientes, trimestralmente, relatório e receita médica. E a Afag está num esforço tremendo para que esses pacientes entreguem relatório e receita a cada três meses, mas a gente não pode esquecer que esses pacientes são atendidos pelo SUS, e nem sempre esses pacientes conseguem também uma nova consulta, e esse também é um argumento usado pelo Ministério muitas vezes para suspender um tratamento.

A suspensão é muito prejudicial para o Governo também. Esses pacientes são internados, vão a óbito, e muitos vão, sim, recorrer à Justiça para uma indenização, porque são famílias despedaçadas, são pacientes de 30 anos, de 23 anos que deixaram filhos. E o que é pior: nesses casos, havia medicamento em estoque, e foi entregue quando já não havia mais o que fazer para esses pacientes.

Então, a pergunta que faço, Eduardo. Eu sei que realmente se está tentando restabelecer essa situação, mas ainda há muito que ser feito.

Se o Ministério... E aqui falo não só pela Afag, como pelas outras associações. As associações sempre estiveram dispostas a colaborar com o Ministério da Saúde, com informações do paciente, como estamos fazendo diariamente. Diariamente, o Ministério está nos pedindo informações sobre os pacientes: receitas, relatórios ou se o paciente está em casa ou não para entregar. E nós estamos rotineiramente fazendo isso.

E, aqui, então, fica mais uma ideia para que possa tentar ajudar na melhoria, para que somente os pacientes que vão ganhar esse contato, que o Ministério realmente abra mais: converse com os pacientes e com as associações, estabelecendo esse contato, com reuniões. Vamos ver os pacientes? Eu tenho a relação de todos os pacientes e há toda atualização que eu faço. Seria muito mais simples para o Ministério se houvesse essa aproximação maior, e sempre pedimos isso, porque podemos ajudar muito esses pacientes, como estamos ajudando neste momento, inclusive nas entregas, quando o paciente não está em casa.

E outra coisa que também vale a pena verificar, Eduardo: muitas entregas estão sendo feitas agora, também por determinação do núcleo, para os hospitais, para as instituições públicas, e isso lá dentro não está sendo devidamente nominado para o paciente. Eu tenho um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

paciente no Nordeste, de HTN; estava em estado gravíssimo, internado, e esse medicamento já havia sido entregue no hospital um mês antes, e não tinha sido feita a relação entre essa entrega e esse paciente que está lá em estado gravíssimo, internado.

Então, tentou-se fazer o quê? "Não entregamos mais na casa do paciente". O. K., mas, entregando-se numa unidade de saúde, é preciso ter a correta nomeação, a identificação desse tratamento para o paciente, senão também pouco a associação poderá ajudar. Então, eu acho que são situações que nós lançamos aqui, e a associação se coloca à disposição do Ministério, como sempre se colocou, justamente para ajudar nessa assistência e otimizar essas entregas, para que não falte realmente para os pacientes e que não aconteçam essas situações também, obviamente, de compras infundadas, compras já pagas, em que não há entregas.

Isso, realmente, me desculpem, não é economia! Infelizmente, o que aconteceu aí foi praticamente um genocídio e que pode estar acontecendo ainda, porque não acabou. Muitos pacientes, isso é bom reafirmar, ainda continuam sem tratamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só, antes de passar a palavra àqueles que queiram manifestar-se, fazer algumas questões e um pouco também o advogado do diabo.

É lógico que eu tenho absoluta convicção de que não podemos trabalhar com uma visão de que só se deve levar em consideração ou considerar mais relevante a preocupação com a economicidade e deixar em segundo plano a preocupação com a questão da qualidade, da garantia. Enfim, isso inclusive é uma característica da pseudocapacidade de gerenciamento que alguns o tempo inteiro vendem por aí, e vendem inclusive a ilusão de que os problemas do SUS se devem a questões meramente gerenciais, e nós sabemos que não é isso. Particularmente, nessa última gestão do Ministério da Saúde, esse discurso era muito frequente, e coisas como essa que estamos discutindo aqui é resultado dessa concepção. Às vezes, vamos fazer uma economia, e pode ser uma economia burra. Mas eu não quero qualificar isso de uma economia burra, até porque eu quero cumprir aqui o papel do advogado do diabo.

O Dr. Pedro Ivo mostrou que a empresa que ganhou essa licitação, essa concorrência, quando fez a especificação do medicamento, apresentava um medicamento da Genzyme – desculpe porque no começo falei genzi –, que teria origem na Suíça e que teria sido comercializado a partir da Alemanha. O Ministério da Saúde precisa dizer aí da qualidade desse medicamento, mas a empresa precisa dizer se, de fato, esse medicamento era de um outro fabricante dela própria em outro país e por que nesse país seria, digamos, com essa diferença de preço tão significativa? Porque aqui não existe cordeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente sabe como essa coisa funciona, a gente sabe como essas empresas de medicamentos agem, inclusive no Brasil, porque não é à toa que é a segunda alternativa de lançamento de produtos novos exatamente porque nós temos todo um encadeamento, uma rede, que termina também produzindo distorções importantes. É lógico que é preciso garantir a cada cidadão e a cada cidadã brasileira a oportunidade de viver, de ter uma condição digna de vida, mas a gente sabe que, por outro lado, os orçamentos também são finitos, e, às vezes, nem sempre o custo-benefício justifica que se deixe de usar um medicamento para usar outro.

Não estou dizendo que são as empresas aqui, por favor; mas nós sabemos que muitas empresas tentam fazer um papel de controle social, organizar grupos e tal, até financiar advogados e ter bom relacionamento com juízes, para que possam também vender o seu peixe. Então, faço as duas perguntas: se a Genzyme reconhece esse medicamento que foi vendido para o Brasil por esse preço lá embaixo; se realmente é um produto da Genzyme suíça ou alemã? Por que esse preço seria mais baixo ou se é simplesmente um processo de falsificação ou de fraude que existiu nessa questão?

E o Ministério da Saúde também tem de explicar como se pode adquirir medicamentos tão caros, pagar antecipadamente e não haver o recebimento.

Queria ouvir as respostas a essas questões.

Poderíamos começar com...

O SR. THOMAS GIERSE – Sim, claro.

Bem, antes de mais nada, infelizmente, o Senador não pôde estar na minha explanação. A diferença de preço nesse caso foi de 0,5%, e inclusive nós nos colocamos à disposição para entregar no mesmo valor da distribuidora ganhadora, a Global, porque está em questão... Acho que ela foi inclusive convidada, mas não pôde estar presente – o que é uma pena – para que pudéssemos ouvir a outra versão também da parte deles.

Segundo, reafirmo que os preços do nosso portfólio sobre doenças raras no Brasil é o mais baixo no mundo. Isso também, em parte, acho que por buscar... A gente sabe das condições de acesso e a onerosidade do sistema de saúde e a gente busca também contribuir com isso.

Com relação à garantia e à qualidade do produto que representa hoje 3% do pedido total, que foi o volume entregue. Então, foram 70 frascos de 2.500 que deveriam ter sido entregues, a gente não tem acesso a esse medicamento e não conhece sua procedência, justamente porque não houve uma DDR, porque não foi seguido o trâmite que normalmente deveria ter sido seguido através da regulamentação sanitária da Anvisa. Esse caso específico foi judicializado, houve uma liminar que permitiu que a distribuidora adquirisse o produto sem esse controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, não temos acesso a esse produto, não sabemos da sua origem e tampouco podemos atestar a qualidade do produto. Imagino que seja por isso que o Ministério, como foi declarado aqui, esteja fazendo exames ou perícia nesses produtos.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Bom, Senador, o senhor gostaria que eu respondesse todas as perguntas ou a gente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, pode responder logo.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Então, vou começar pela Regina. Queria agradecer, Regina, por toda parceria que a gente vem tendo ao longo desses anos. Eu, um pouco mais afastado, mas o DLOG sempre presente.

Há um pedido nosso para as associações: a gente ainda tem dificuldade com a lista de pacientes. Então, queria usar este momento aqui para pedir a vocês a lista de pacientes. A gente ainda não tem essa clareza de quem são os pacientes. Isso seria muito importante.

Então, uma determinação nossa: vamos oficiar a vocês, para que perguntemos todos os pacientes e vocês nos informem que... Enfim, foi uma orientação passada para mim hoje, e vamos oficiar a vocês.

Você falou muito com relação ao processo de penalidades da empresa. Já existe, no caso da Global, um processo de penalidade para ela. Estão demonstradas para o Ministério as novas compras do Ministério da Saúde. Está demonstrado que a gente não esperou a entrega da Global para retomar o abastecimento. Então, tem de ficar claro também que não é por causa de uma compra que a gente vai parar as demais compras. Então, o Ministério, sim, retomou outras compras, para que o abastecimento voltasse ao normal. É nisso que a gente está trabalhando.

Volto a falar da dificuldade. A Senadora falou muito bem com relação à lei. Volto a falar que a nossa lei é para comprar canetas. Não é para comprar medicamentos. Temos muita dificuldade de comprar medicamentos com a Lei 8.666. Temos mesmo! Tivemos algumas possibilidades de sugestões de alteração, mas é muito complexo mesmo: comprar medicamento com a 8.666 não é fácil, e isso é uma das causas...

Você havia perguntado em relação ao prazo transcorrido. Em todas as nossas aquisições, não é demanda judicial. Todas, 30% do prazo transcorrido é o que aceitamos para o recebimento. No ato do recebimento, só pode ter transcorrido 30% da sua validade. Então, essas são as nossas condições de aceite, para a Global e para qualquer outra empresa. Então, não é da empresa, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma exigência que o juiz nos passou, e isso foi repassado para a empresa, foi a exigência de teste de qualidade. Haverá o teste, e a empresa já se comprometeu. Segundo informações da empresa, ela não trouxe todos os lotes porque quer comprovar que o medicamento é verdadeiro para, depois, trazer todo o restante. E, do restante, fazer também a análise; mas ela já quer deixar comprovado que os medicamentos não são falsificados. Essa é a intenção da empresa. Por isso, ela ainda não embarcou tudo.

Com relação ao pagamento antecipado. Pagamento antecipado por demanda judicial, quase todas as nossas compras por demanda judicial são com pagamento antecipado. Há duas empresas à mesa, e tanto a Shire quanto a Alexion podem nos confirmar isso. São empresas que recebem antecipadamente do Ministério. Isso é uma cultura feita por demanda judicial. A gente sempre realizou o pagamento antecipado. Então, não foi uma ação da Global. Isso era a prática.

Hoje, claro que acho que tudo... Temos que progredir e, hoje em dia, estamos pedindo que os pagamentos sejam postecipados. Porém, ainda existe uma insegurança das empresas de embarcarem o medicamento sem o devido pagamento. Então, não foi feito somente para a Global, e, caso a Global, com o processo de penalidade, veja que estava errada em algum momento, por óbvio, o dinheiro será ressarcido.

O processo ainda não terminou, porque ela ainda não entregou todo o medicamento. Então, não há que se falar ainda de término de contrato.

Enfim, a Senadora falou muito bem sobre a lei. Acho que é muito importante a gente discutir, Senador. É muito difícil para a gente na ponta. A aquisição é mesmo complicada com a lei que a gente tem hoje.

Respondendo ao e-Cidadania: com relação à inexigibilidade que Tiago Queiroz disse que não poderia fazer inexigibilidade, porque a Conjur não disse. Desculpem-me, mas não sei a que caso ele está se referindo. Eu não posso me manifestar aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Então, não sei. O que acontece é: somente o registro não é razão para a inexigibilidade. A inexigibilidade por lei é quando não há competição. Então, haver o registro não é justificativa para ser inexigível. Inexigível é quando não há competição. Não há razão para se fazer uma licitação. Ela se torna então inexigível, porque será um processo mais barato do que uma licitação. Só por isso. Mas, sobre o caso concreto, infelizmente não vou poder responder ao internauta, porque não sei de que caso ele está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta foi sobre um canal aberto para a gente, sobre a dificuldade do Ministério da Saúde.

A reestruturação do Ministério criou uma coordenação-geral de gestão de demanda judicial em Saúde, que saiu do âmbito do DLOG, não fazemos mais essa parte. Quem faz essa parte é CGAJUR. Então, essa resposta, esse acesso quem tem que dar a vocês não somos nós. Infelizmente ou felizmente, isso foi tirado da CDJU e passou para uma coordenação geral que hoje se chama Núcleo de Judicialização.

Sobre o prazo da compra já foi falado.

Senador Humberto, o senhor falou muito bem com relação à preocupação dos preços. Às vezes, a gente falar que não é vantajoso, não é economia, a gente comprar por R$100 mil a menos, como o Alex alegou que são apenas R$100 mil, 0,5%. Eu digo para vocês que R$100 mil é muito dinheiro. Eu faço muita aquisição por demanda judicial com R$100 mil. Então, a gente falar em 0,5% fica parecendo pouco, mas não é pouco, é muito.

E outra questão, e aí, gente, vou cair na lei. Se, amanhã, eu não comprar pelo mais barato, o que o TCU vai falar para mim? O que é R$100 mil? De repente, amanhã, o que é um milhão? O que são dois milhões? A gente faz aquisições de 900 milhões, a gente faz aquisições com as empresas aqui sentadas de 400 milhões por ano. "Ah, o que é um milhão?" Um milhão é muito.

Então, Senador, infelizmente, entendo a sua preocupação, mas a gente tem que entender que a lei me obriga a comprar o mais barato. A lei hoje é clara: compre pelo menor preço. Infelizmente não posso fazer diferente hoje com relação a medicamento. O que a gente pode fazer é melhorar o instrumento para a gente comprar melhor o produto final, mas, no momento, de outubro, como estão falando, até agora, o que foi julgado foi o menor preço, conforme manda a lei. Então, a gente não pode fugir muito disso.

Sobre pagamento antecipado já falei. Isso era uma prática da demanda judicial.

E, por fim, a empresa está fazendo os testes para a gente averiguar a veracidade do produto e, então, poder embarcar o restante do produto, mas o Ministério da Saúde em nenhum momento parou as compras.

Sobre a última questão, que a Maria Cecília falou, com relação aos prazos. Existe uma insegurança do gestor de qual prazo ele compra. Ele compra para um ano, para dois meses, para seis anos? A lei não fala o rito para uma dispensa. E, quando é um tratamento contínuo, o juiz não fala para gente: "Eu te garanto que em dois anos esse medicamento não vai mudar. Eu não te garanto que em três anos vai entrar outro medicamento". Então, existe uma insegurança do gestor em fazer grandes compras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E outra questão também que está se levando em conta é sobre as dificuldades dessas empresas que estão entrando nas aquisições. Se eu fizer uma compra de seis meses, vocês imaginam como a gente vai conseguir abastecer com uma segunda compra se eu fizer uma compra de seis meses, e uma empresa amadora não conseguir entrar, não conseguir embarcar. Então, essa é uma das ideias de a gente fazer por dois meses.

Mas, como as coisas melhoraram muito, o instrumento convocatório novo melhorou, a ideia de contrato melhorou muito, a gente está voltando à ideia de comprar para seis meses, que era o que a gente fazia anteriormente. (*Palmas.*)

A SRª REGINA PRÓSPERO – Faz um contrato de um ano, como vocês já fizeram. Foi excelente para todo mundo. Economia de um lado e o usuário final bem atendido.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Regina, na verdade, o que eu prefiro? Eu prefiro voltar ao modelo de não desabastecer.

Com relação ao contrato...

A SRª REGINA PRÓSPERO – Já ajuda.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Com relação ao contrato, eu acho, sinceramente, que faltou uma parceria gigantesca da indústria. Eu acho que realmente faltou.

A gente tinha uma expectativa de diminuição de preço. Gente, em momento algum estou falando que tem de fazer uma coisa em detrimento da outra. Não, a gente quer abastecer, a gente vai abastecer. Agora, eu preciso de vantagem de preço para a gente poder tornar isso aqui sustentável. Lembrando que, em 2016, a gente estava falando de R$1,2 bilhão. É muito dinheiro! E a gente vai fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há algumas questões aqui que acho que boa parte delas foi colocada ou respondida.

De toda a forma vou ler.

Ruth Mendes, de Minas Gerais: "Minha irmã Margarete foi grande ativista na causa dos portadores de doenças raras, mas como portadora, não resistiu à falta do Soliris. Está liberado o descumprimento em decisões judiciais no Brasil?"

Francisco José, do Ceará – via Alô Senado: "As indústrias farmacêuticas produzem certos medicamentos com preços muito altos. Quando se tratar de doenças raras, a patente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos medicamentos para as doenças citadas deve ser quebrada, como foi feito com o coquetel para a aids?"

Marcos Ramas, de São Paulo: Sou portador de HPN. Em 2017, tivemos várias faltas do Soliris. Em 2018, fiquei quatro meses sem o Soliris. Por conta disso, tive trombose venosa profunda na perna esquerda e insuficiência renal. De janeiro até abril deste ano, tive que fazer seis transfusões sanguíneas".

Grupo ACPAG Gaucher, de Santa Catarina: "Por que existe tanta demora para fazer o PCDT, de doenças raras já que as medicações têm registro na Anvisa e, portanto, não haveria tanta judicialização, pela qual o Governo não teria tanto gasto?"

Os que quiserem se manifestar. Pedro quer falar?

O SR. PEDRO IVO SEBBA RAMALHO – Acho que não houve nenhuma questão dirigida diretamente à Anvisa, mas eu queria reforçar algumas questões e também comentar algumas afirmações feitas durante a nossa audiência de hoje aqui.

Bom, primeiro, reforçar que o papel da Anvisa para nós – e espero que para todos vocês – esteja muito claro, é o de preservar e garantir a segurança sanitária dos produtos e a qualidade de vida e a saúde da população. Portanto, vamos ser sempre, digamos, guardiões desses requisitos que são exigidos para esses produtos serem fabricados, importados, comercializados e consumidos no Brasil. A Anvisa tem, nos seus quase 20 anos de vida, aprimorado muito o seu papel, os seus procedimentos. É fato que a gente tem ainda muito a melhorar, mas no que diz respeito, por exemplo, ao citado e comentado processo de importação de produtos, a gente conseguiu reduzir, nos últimos meses, por conta de uma melhoria e atualização na nossa regulamentação e nos nossos procedimentos de trabalho, vários dias para a liberação dos produtos que são importados, em geral. Eu estou falando daqueles 290 mil pedidos de importação feitos no ano de 2017, por exemplo.

A gente já teve, em alguns postos da Anvisa, uma quantidade de dias muito longe do razoável para que a Anvisa pudesse liberar produtos. Hoje, a gente tem já um processo de redução disso. Em média para medicamentos, por exemplo, a gente, e aí pegando casos mais complexos, tem levado 15 dias para liberar uma carga que vem do exterior. Estou falando de produtos que muitas vezes têm uma documentação bastante complexa, exigem uma inspeção física naqueles produtos. Mas isso em geral.

Para o Ministério da Saúde, é regra, posso dizer que em quase todos ou em todos os casos, a Anvisa concede o que a gente chama de priorização para análise desses processos de importação. E aí são poucos dias, não vai chegar a dez dias; como regra são cinco dias, para que a gente possa liberar o mais rapidamente possível, dado que são cargas mais volumosas que vão atender a pacientes do Sistema Único de Saúde e com toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

complexidade, que já foi comentada aqui, no processo de aquisições que a gente tem por meio da legislação para licitações, a Lei 8.666.

Queria com isso também reforçar a necessidade de a gente continuar fazendo esse processo com bastante cautela e controle desses processos de importação, e não só esses, mas também na análise dos pedidos de registro, para que a gente tenha mais produtos registrados no Brasil e dependa cada vez menos de processos de importação de produtos que venham de fora do País, para que inclusive se desenvolva o nosso parque fabril nacionalmente, para que a gente possa fazer desenvolvimento de produtos em território nacional, e com isso inclusive não só ampliar acesso por meio da maior oferta, como também pela redução de preços e atendimento dos pacientes em geral e, em particular, de doenças raras, que vão precisar de um cuidado maior, com disponibilidade frequente, sem interrupções, como também já foi bastante comentado aqui.

De resto, as questões propriamente, como já alertei na minha apresentação, relacionadas à aquisição, preço, requisitos, habilitação de empresas, se é possível ou não fazer inexigibilidade quando pode, a Anvisa não vai ter como se manifestar, não é nossa competência, mas a gente vai estar sempre disposto a contribuir com informações, etc. E, sendo, por exemplo, casos em que haja um único detentor de registro na Anvisa, a visão que nós temos é que aquela empresa é a mais recomendável de ser procurada para que se faça o processo de aquisição, a não ser que ela autorize alguma outra por meio da famosa e já muito comentada DDR (Declaração do Detentor da Regularização), para que uma empresa terceira faça a comercialização em seu nome. Se não houver isso, não há que ter uma comercialização porque não se tem garantia de qualidade e procedência do produto.

É simples assim. Eu acho que esse processo, se existe alguma coisa de boa nele, nesses últimos meses do ano de 2018, em que foi muito noticiada a discussão entre Ministério da Saúde e Anvisa em termos de estar cumprindo ou não os requisitos, é tão simples quanto isso.

Se há um detentor único do registro, tem que haver o documento autorizado por essa empresa para fazer a comercialização, senão a gente vai ter possivelmente um grande risco para os pacientes consumirem esses produtos com segurança para manutenção da saúde, melhoria do quadro ou pelo menos a sobrevida, que em muitos casos infelizmente deve ocorrer.

É isso, Senador. Com isso faço as minhas considerações finais, agradecendo novamente pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alguém mais da mesa quer fazer alguma observação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Sobre as três perguntas do internauta...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só queria fazer uma observação para que você também possa fazer a sua reflexão. É lógico que o Tribunal de Contas vai em cima do Ministério da Saúde se este não utilizar o menor preço, mas ele vai também se aquilo que o Ministério da Saúde adquirir não for registrado, não for equivalente do ponto de vista de eficácia. Então, essa preocupação tem que estar presente o tempo inteiro. E essa questão da DDR é uma referência. É a referência!

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Razões pelas quais, Senador, neste caso, a gente está exigindo os laudos do medicamento para comprovar a eficiência do medicamento.

Só respondendo às três perguntas do internauta, para finalizar. Ele nos questiona com relação ao descumprimento do juiz. Realmente não podemos descumprir uma ordem judicial, porém não podemos ultrapassar os limites da lei. Então, a lei às vezes nos dificulta no atendimento, principalmente, de uma determinação judicial tão célere.

Com relação à quebra de patente, aqui a gente não está falando de medicamento patenteado. Estamos falando aqui de medicamentos que têm registro único...

A SRª KÁTIA CRISTINA ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – O senhor não falou nada com nada. O senhor falou é que tem que cumprir medida judicial.

Qual é a lei? A medida judicial não é uma lei?

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – A lei para a aquisição de medicamentos é 8.666, de 1993. Eu não posso...

A SRª KÁTIA CRISTINA ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – ...é essa medida judicial que nos garante receber a medicação. Nós não estamos recebendo. Tenho até... Desculpe... Tenho aqui documentações que comprovam que ano passado fiquei internada por três vezes e fui levada a quase falecer.

O senhor me perdoa, Sr. Senador, porque eu não tenho a palavra para isso. Mas o senhor falar que o senhor está cumprindo a lei e está descumprindo o mandado judicial, eu não consigo entender, eu sou leiga. O senhor me explica...

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Desculpa se eu não fui claro com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não estou falando em momento algum de descumprimento do juiz. Só estou falando que, para o cumprimento do juiz, precisamos perpassar por uma lei chamada 8.666. E assim vêm as dificuldades nossas em adquirir medicamentos por demanda judicial.

Somente isso. Em momento algum eu falei que a gente iria descumprir a determinação judicial por conta de uma lei. Pelo amor de Deus, se me entenderam errado, desculpa se eu não fui claro.

Só estou falando...

A SRª RUTH HELENA ARAÚJO MENDES FERREIRA (*Fora do microfone*.) – A minha irmã faleceu por não cumprimento da decisão judicial. Ela esteve frente a frente com a Ministra Cármen Lúcia, ela esteve frente a frente com o então Ministro Ricardo Barros, inclusive um assessor dele falou para ela que ela poderia atravessar a rua e morrer, e que talvez ela não morresse por falta de medicamento. Ela morreu! Hoje completam quatro meses que a minha irmã morreu. Eu estive com ela no hospital até o último minuto, até o último suspiro dela, e ela morreu por falta do Soliris. Então, descumpriram a ordem judicial!

A minha irmã esteve várias vezes aqui com os senhores, lutando pelos portadores de doenças raras, muitas vezes sem condições de vir, sem condições físicas de vir.

E ela vinha por todos, ela se esquecia dela. Ela abriu mão da vida dela lutando por todos, pelos pacientes raros do Brasil. Muitos pacientes se manifestaram: "Eu me sinto órfão porque ela era a voz dos pacientes".

Não desmerecendo todos os outros pacientes que estão, as associações, mas a minha irmã foi uma ativista que abdicou de todo o resto da vida dela e da família, e ela não teve o Soliris. Ela morreu em Belo Horizonte. Hoje, dia 26, completam quatro meses, e coincidentemente, hoje, dia 26, é a data em que ela recebeu sua primeira infusão, no dia 26/6/2013. Até junho do ano passado ela tinha o medicamento, às vezes atrasava, às vezes não tinha.

Então, que lei é essa? Não acontece nada com quem descumpriu. Simplesmente ignoram a vida? Descumprem descaradamente? E cada paciente que morre, nós, familiares, estamos sentido mais uma punhalada, porque eu, como irmã da Margareth, conhecida como Margareth Pérola... Pérola era o significado dela, do nome dela. Eu, como irmã da Margareth, e todos os meus familiares, cada vez que acompanhamos a notícia de um paciente que faleceu por falta de medicamento, nós nos sentimos mais arrasados ainda, porque vemos que ela lutou tanto e não está aqui para lutar mais pelos pacientes, e a ajuda foi em vão e continua sendo.

A lei está sendo descumprida! Porque cumpre a lei, na hora de comprar o medicamento tem que comprar o mais barato, entendo, é justo, comprar o mais barato, e é porque está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cumprindo a lei. Aí na hora de cumprir a lei da decisão judicial para garantir a vida, a vida da pessoa, essa lei é ignorada? Dois pesos e duas medidas?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Gente, gente, deixe-me só fazer uma colocação aqui... Só um minuto. Vejam... Vamos deixá-lo terminar a fala. Nós fizemos essa convocação da reunião, acho que ela cumpriu o seu objetivo. Não quer dizer que está encerrado o assunto.

Nós podemos, daqui a pouco tempo, marcar uma nova audiência, inclusive para que a gente possa abrir espaço para que as pessoas, as associações possam se manifestar mais do que hoje. Acho até que foi um erro. Mas dado o adiantado da hora, vamos terminar com a fala dele e vamos, o mais breve possível... Vamos ficar acompanhando como vai ser o desfecho dessa questão e também voltaremos a discutir mais à frente as medidas que foram tomadas e as demandas ainda existentes.

O SR. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO – Então, existe um movimento do Ministério para melhorar a compra e com ela voltar o abastecimento.

Com relação à quebra de patente, quanto aos medicamentos que a gente está citando aqui, nem sempre se está falando de patente, mas se está falando de registro. Então, a gente está falando de exclusividade para medicamento que tem registro.

Não tem nada a ver com quebra de patente. Não há necessidade de quebra de patente. Há necessidade de se entender: medicamento com registro único é exclusivo? Isso em nenhum lugar na lei está dizendo. E é isso que está sendo imposto ao Ministério da Saúde para adquirir.

E, por último, com relação ao Soliris, o que nos causa estranheza, no dia 15/6 foi aberto um pedido de LI junto à Anvisa, e hoje, no dia 26/6, foi colocado em exigência. A empresa com quem a gente fez a compra é a Alexion, representada pela Multicare, que tem registro no Brasil.

Aí eu pergunto... A gente fez a nossa parte! Depois de 16 dias a gente recebe da Anvisa um pedido de exigência? Eu estou comprando da Alexion e estou trazendo pela Multicare, que tem registro no Brasil.

Então precisamos entender que existem vários outros fatores em que a gente precisa trabalhar junto. Acho que agora é o momento de nós, Ministério, trabalharmos com a Anvisa para acertar as arestas. Por quê? A teoria está muito bonita, mas a prática é essa que acabei de falar para vocês. O Soliris está há 11 dias parado, esperando o deferimento de uma LI de uma empresa que tem registro no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



27ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado gente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria agradecer a participação de todos os componentes da Mesa, a participação de todas as entidades que aqui estiveram, a participação de todas as pessoas que vieram até a Comissão de Assuntos Sociais; agradecer todos aqueles e todas aquelas que nos acompanharam pela TV Senado, pelo e-Cidadania, enfim. E reafirmar esse nosso compromisso de que vamos acompanhar a solução dessa divergência e vamos novamente convocar uma audiência, dentro de poucos meses, para que possamos fazer um balanço conjunto sobre essa questão e analisarmos eventuais saídas.

Então, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 57 minutos.*)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Romário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Eduardo Lopes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Exposição do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, atendendo ao requerimento RAS 18/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Finalidade: Apresentação do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, do balanço das atividades desenvolvidas pela Anvisa. Participante: Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A Presidência fez a leitura de mensagens recebidas no Portal e-cidadania. Resultado: Audiência Pública realizada. A Presidência faz a leitura do RAS 21, de 2018. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, e as Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à exposição do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, para apresentar o balanço das atividades desenvolvidas pela Anvisa, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2018, de iniciativa desta Presidência.

O Sr. Diretor-Presidente terá 30 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, concederemos a palavra aos Senadores inscritos.

Peço à Senadora Ana Amélia para acompanhar o Diretor-Presidente da Anvisa até a mesa. (*Pausa.*)

Repetindo: serão concedidos 30 minutos ao expositor. Depois teremos os questionamentos dos Srs. Senadores e Senadoras pela ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, por 30 minutos.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer esta oportunidade nesta Comissão tão importante, a Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa da Presidente desta Comissão, a Senadora Marta Suplicy, e também a dois Senadores que têm também uma participação muito intensa, além da Presidente Marta, no campo da saúde: o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia.

Eu acredito sempre que faz parte das obrigações do servidor Público ele prestar contas à sociedade e uma das maneiras fundamentais de se prestar contas à sociedade é exatamente prestando contas aos representantes da sociedade. Então, todos os anos, tenho vindo aqui a esta Comissão apresentar o relatório de atividades do ano anterior. Trouxe o relatório. Os Senadores estão recebendo um resumo dele.

Eu acredito que, mais do que só olhar para trás e vermos o que foi feito, o relatório de atividades permite também, sem dúvida nenhuma, que a gente olhe quais são as tendências, o que está funcionando, o que deve ser mantido, o que deve ser reforçado e o que dever ser aperfeiçoado. Então, é com esse espírito que nós passamos à apresentação.

Na Anvisa, nós temos trabalhado com um planejamento estratégico. Eu creio que isso tem sido importante para a Anvisa. Nós temos hoje vários objetivos estratégicos que estão aí e grande parte deles ligados a entregas finalísticas da agência para a sociedade, por exemplo, ampliar o acesso seguro, aprimorar o marco regulatório e assim por diante. Tudo isso é detalhado em indicadores, metas que são monitorados trimestralmente. Eu passo, então, a um por um desses objetivos detalhando.

No tema de acesso seguro a produtos e serviços, a Anvisa tem se esforçado para reduzir filas e reduzir os tempos de análise. O resultado disso é que, no ano passado, nós demos registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 784 medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos ativos – praticamente mais de um por dia; a mais de mil produtos para saúde, que são os equipamentos médicos, uma gama muito grande de produtos; mais de mil saneantes, que também são regulados pela Anvisa; a 403 registros de alimentos; a 799 de cosméticos, que é outra área também regulada pela Anvisa.

O destaque que temos do ano passado: 33 produtos biológicos, 11 para doenças raras, que é um tema que tem sido muito debatido nesta Comissão, 8 oncológicos. Aí estamos falando de produtos, todos eles, ultra-inovadores, que possibilitam o acesso da população a alternativas que não havia – destaco a atrofia muscular espinhal por exemplo. Nós tivemos um tempo de análise semelhante ao da agência americana, da agência canadense, e o Brasil passou a contar, no ano passado, com opção terapêutica para essa doença gravíssima – antes não havia nenhuma. Biossimilares também é um tema que tem sido debatido aqui no Senado, o tema da intercambialidade. Demos registro, pela primeira vez, a três produtos biossimilares no ano passado, o que é importante porque ajuda a baixar o preço dos produtos biológicos, aumentando a concorrência e a possibilidade de utilização de ofertas.

Aqui temos e, vou detalhar um pouco, a redução de filas. Inclusive, uma lei aprovada neste Senado e depois na Câmara foi fundamental para pudéssemos ter um resultado importante, porque ela possibilitou que déssemos um tratamento inteligente a umas filas históricas que havia na Anvisa, porque éramos obrigados a trabalhar só com o critério de tempo. Então, reduzimos bastante. Dos genéricos e similares, a fila reduziu em mais da metade; inovadores, 16%; e assim por diante.

Aqui temos feito o acompanhamento, só trouxe isso como exemplo: no ano passado, tínhamos cerca de 800 pedidos de registro de similares e genéricos na fila. A política de genéricos no Brasil foi tão exitosa, e se iniciou pelo ano 2000, que fez com que, primeiro, crescesse uma indústria nacional muito importante. Hoje, das dez maiores empresas farmacêuticas do Brasil, cinco são de capital nacional. E, claro, há um mercado muito aquecido. Então, são pedidos dezenas, centenas de registros de medicamentos genéricos todos os anos. E como tínhamos que fazer o tratamento disso pela ordem de entrada, essa fila de 800 praticamente se mantinha imutável. Na Anvisa, entravam 400, saíam 400, mas não tinham capacidade de tratar a fila.

A Lei 13.411, que deu prazos para a Anvisa, o que foi importante, eu participei aqui nesta Casa de audiências sobre isso, reconhecendo que era importante ter prazos, fez também algo extremamente importante: possibilitou à Anvisa, com critérios públicos e transparentes, organizar a fila de maneira diferente. Agrupamos em quatro – isso foi debatido com o setor regulado, de maneira totalmente as claras, digamos assim –, conseguimos reduzir de cerca de 800 hoje, em abril, para 174.

Amanhã vamos ter um ato na Anvisa em que vamos anunciar o dia, daqui a pouco, em que vai acabar a fila de genéricos e similares no Brasil, ou seja, entrou com o pedido de registro, no dia seguinte já entra em processo de análise, não terá que esperar dois, três anos, como era comum de acontecer.

Aqui também é uma estratégia para redução de medicamentos inovadores, que são aquelas moléculas novas que fazem diferença na vida das pessoas. No ano passado, em dezembro de 2017, essa fila era de 85. Nós estamos hoje com uma fila de somente 22 – estamos chegando a 22 só em fila –, e estamos com a expectativa de, em novembro, ter zero, nem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais produto em fila, ou seja, entrou um medicamento inovador, no outro dia, entra em processo de análise, não vai perder um mês, nem dois, nem seis aguardando.

Outra questão sobre o marco regulatório. Fizemos agora uma agenda regulatória melhor, quadrienal, para dar transparência e o setor regulado saber exatamente o que vamos regular a cada ano, saber quais são as prioridades da agência. No ano passado, tivemos 72 Resoluções de Diretoria Colegiada aprovadas, várias delas. Uma delas, que destaco, é a organização de ações de vigilância sanitária entre União, Estados e Municípios. Isso é, às vezes, um pesadelo para algumas áreas do setor regulado, porque o Município vai a uma clínica, por exemplo, e há alguma orientação; no outro semestre, vai ao Estado, que dá outras. Havia Município que estava fazendo regulamentos específicos diferentes do resto do País. Então, essa RDC permite organizar melhor atribuições e responsabilidades.

Fizemos a regularização de débito, possibilitamos o parcelamento de débitos não tributários para facilitar somente para pequenas e médias empresas, aprovamos um tratamento diferenciado para diagnóstico e pesquisa clínica em doenças raras de maneira que tenham mais flexibilidade na análise e mais rapidez. Fizemos um novo regramento para dar prioridade a determinados produtos, por exemplo, uma vacina que vai entrar no Programa Nacional de Imunizações, um medicamento que foi desenvolvido no Brasil ou os três primeiros genéricos, porque, quando eles entram, baixam o preço e aumentam o acesso, e assim por diante.

Fizemos também critérios bem estabelecidos para importação, em caráter excepcional, do que, muitas vezes, o Ministério da Saúde precisa para atender determinadas situações, a simplificação do processo de avaliação toxicológica para facilitar e acelerar o registro de novos produtos para uso na agricultura.

Também para a concessão de certificado de boas práticas de produtos para saúde houve um processo de maior interação com outras agências internacionais.

Também para a parte de importação de produtos destinados a pesquisa agora têm praticamente uma entrada imediata no Brasil. Todas as pesquisas que têm vinculação oficial com o CNPq, que representa mais de 95% do total de pesquisas realizadas no Brasil, agora já tem seus produtos entrando de maneira praticamente imediata.

Tivemos também a própria questão de patentes. Nós fizemos um acordo com o INPI e isso é talvez um dos gargalos grandes que temos no Brasil. Há uma fila de muitos anos e há um conflito de legislação, praticamente, entre duas leis que trazem atribuições distintas para a Anvisa e INPI. Nós pedimos à AGU para fazer uma intermediação e fizemos um acordo com o INPI para dar mais agilidade nessa tramitação.

Fizemos também uma guilhotina regulatória, que é, vamos dizer assim, para eliminar tudo que é antigo, que não tem mais uso como norma; organizamos os temas em bibliotecas; fizemos 45 consultas públicas no ano passado, que é uma maneira de a sociedade participar de forma efetiva; ampliamos em 81% as certificações, Certificados de Boas Práticas emitidos em 2017. Quando a gente compara com 2014, os Certificados de Boas Práticas estão ocorrendo hoje em dia com mais agilidade, ou seja, entre a empresa solicitar a inspeção, a inspeção ser feita e o certificado ser concedido.

Tivemos aqui, só detalhando, aquele passivo de registro, e, por outro viés, digamos assim, saímos, praticamente mês a mês, ano passado, de um passivo de registro vindo para medicamentos. Aqui está para produtos para saúde. No ano passado, por exemplo, chegamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a ter 139 produtos esperando na fila. Hoje já estamos somente com 28, só 3% do passivo também na área de produtos para saúde, que são os equipamentos médicos, que vai de um *stent* a um aparelho de PET-Scan, que vai de uma maca, de um aparelho odontológico, que também é outra fila que está sendo praticamente zerada ainda no correr deste ano.

Na área de alimento, é uma indústria bastante forte no Brasil e que tem crescido, o número de registros tem crescido. Mesmo com a crise econômica, a gente vê que o número praticamente se mantém e temos procurado dar agilidade.

Cosméticos no Brasil têm um mercado importante. Nós estamos fazendo processos... Ontem mesmo, na reunião da Diretoria Colegiada, aprovamos uma forma mais simples de registro de produtos sem risco, como por exemplo xampu infantil, sabonete infantil, etc., que ainda tinha um processo complexo de registro. Saneantes e agrotóxico, a gente fez esse peticionamento simplificado, e tivemos 489 decisões publicadas de avaliação toxicológica feitas no ano passado. A avaliação toxicológica, como a gente fala, é porque quem dá o registro é o MAPA: MAPA, Ibama e Anvisa. O que a Anvisa faz é a avaliação toxicológica. Fizemos 489 no ano passado.

Bom já aí no pós-uso, no uso em mercado, o tema resistência antimicrobiana, que é talvez uma inquietação global hoje. Participamos do Plano de Ação.

Também na questão da segurança do paciente, trabalhamos em conjunto com o Ministério da Saúde com a questão da segurança do paciente e com o aumento das notificações para que a própria população, os médicos, os profissionais de saúde notifiquem, e mais quando há um problema, uma queixa técnica, com medicamento ou com equipamento. Tivemos 285 denúncias sobre serviços de interesse para a saúde distribuídos no ano passado. Tudo isso é repassado para que o Município faça a inspeção: o serviço de tatuagem, o serviço para idosos, creches, tudo que chega até a Anvisa é praticamente imediatamente passado para o Município.

Na área de fumígenos, que também está sob regulação da Anvisa, nós fizemos, no ano passado, a substituição das imagens e das mensagens nas embalagens dos produtos. Isso foi uma adequação à legislação brasileira. Quando o Brasil incorporou a Convenção Quadro do Tabaco na legislação brasileira e depois no decreto presidencial, se propôs um aumento da área de advertência. Então, agora as imagens são novas, de maneira a retirar um certo cansaço visual, porque as imagens anteriores já tinham dez anos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Aquele olho aberto...

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – O olho está todo cheio, como um derrame no olho, para demonstrar uma das possibilidades de problemas que o cigarro pode trazer, os problemas de circulação periférica inclusive em relação ao olho. Então são imagens maiores e novas para chamar mais a atenção.

No Sistema de Vigilância Sanitária, a Anvisa tem atuado, no ano passado, em todas as etapas estaduais e municipais na Conferência Nacional.

Temos trabalhado bastante para apoiar Estados e Municípios na qualificação do pessoal. Como nos Municípios deste País nós temos uma atividade muito intensa com quem fiscaliza na prática, uma farmácia, um hospital, uma clínica, esse papel de capacitá-los para que eles possam desempenhar suas funções. Então tivemos aí 84 cursos, são vários cursos à distância, que capacitam. Por exemplo, mais de 1.700 pessoas foram capacitadas no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na cooperação técnica e financeira, também nós repassamos, no ano passado, para Estados e Municípios mais de 265 milhões. Isso é parte do financiamento do sistema, porque outra parte seguramente é obtida pelos Municípios e Estados com as taxas que cada Município tem no seu âmbito para dar licenciamento para empresas.

A área de portos, aeroportos e fronteiras é uma área sempre complexa da Anvisa. Vários Senadores nos procuravam durante esse período e nós dizíamos: olha, vamos trabalhar no sentido de melhorar o processo, porque nós já temos muita gente em portos e aeroportos. Na verdade, o problema é a organização. Houve uma mudança, eu creio, no ano passado, importante nessa área. Aproveitamos que havia um novo diretor, que havia uma nova gerência e temos já uma redução do número de dias, o que é importante. A gente chegou a ter portos e aeroportos no País com 56 dias, inclusive lá em Viracopos por exemplo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas sem aumentar pessoal?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Sem aumentar o pessoal, com uma melhor alocação dessas pessoas, Senadora, e com a especialização. Porque uma das coisas de que as pessoas se queixavam era: o mesmo produto, se entra pelo Porto do Rio de Janeiro, entra; se for entrar pelo porto de Salvador, não entra. Se ele entra pelo aeroporto de São Paulo, leva uma semana; mas se ele vai entrar pelo aeroporto do Rio, leva um mês. Então, isso ajudava a desorganizar toda a área de logística do Brasil. As empresas faziam o monitoramento dos tempos de cada aeroporto e dirigiram suas cargas, porque preferiam pagar o custo do transporte rodoviário do que o custo de armazenagem. Só na área de produtos para a saúde, estima-se que os custos de armazenagem acrescentaram, em 2016, R$620 milhões, o que é absolutamente inaceitável. Então a expectativa nossa é a de chegarmos, no máximo, a 7 dias – em 2017, isso já foi atingido – como tempo médio de análise. E eu acredito que, com as ferramentas tecnológicas que nós temos hoje, é possível reduzir ainda mais. A expectativa é de que a gente chegue ao final deste ano com cinco dias no máximo.

Cooperação e convergência regulatória é fundamental, porque a gente tem hoje, uma das expectativas da população, de que os reguladores têm que dar conta, é que, quando o medicamento tem registro no Estados Unidos, as pessoas perguntam por que ele ainda não está disponível no Brasil. Então, quanto mais a gente tiver processos semelhantes no mundo, esses processos poderão ser trabalhados em conjunto.

Na área de equipamentos para a saúde, por exemplo, a gente tem, naquela sigla lá do MDSAP, um programa de auditoria única para produtos médicos Brasil, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Nós acreditamos. Auditorias privadas são 13 que já estão autorizadas. Uma empresa recebe auditoria dessa empresa e essa mesma auditoria é utilizada pelas cinco agências para dar o Certificado de Boas Práticas em Fabricação. Economiza tempo e dinheiro das agências e tempo e dinheiro das empresas.

Nós fomos avaliados e mantidos como agência de referência nas Américas, junto com os Estados Unidos, Canadá e outras agências. Temos participado de todos os fóruns internacionais, com vistas a promover maior harmonização regulatória. O mundo se ressente de a Organização Mundial de Saúde, lá atrás, não ter tido um papel mais ativo. Então a que isso leva? Mesmo entre Estados Unidos e Canadá, um dossiê de registro de medicamento não é igual. Ele olha teoricamente as mesmas coisas: qualidade, segurança e eficácia, mas nós estamos falando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um documento de 5 mil, às vezes, 10 mil páginas. E não é absolutamente igual. Então há um esforço hoje dos reguladores de que, quanto mais nós avançamos em harmonização, menores serão os tempos de demora para análise.

Nós tivemos, no ano passado, a primeira vez em que Estados Unidos e Europa fizeram a análise conjunta de um medicamento – primeira vez na história. Ou seja, no mesmo dia saiu o registro em um e em outro, porque sempre há uma demora entre seis e oito meses. Um desenvolvedor primeiro pede registro nos Estados Unidos, porque é o maior mercado e o mercado mais desregulamentado do ponto de vista financeiro, enquanto vai ajustando os dossiês para depois entrar no Japão, na Europa. Até o Japão usou isso como... O Japão dá prioridade quando o registro é pedido lá, no máximo, três meses depois de nos Estados Unidos. Eles dão isso como uma... Para tentar diminuir essa distância. Então, quanto mais se investir para que os processos sejam semelhantes, você vai diminuir o tempo e o retrabalho feito por cada agência. Houve todo um esforço da Anvisa para participar mais desses temas.

O planejamento, como eu falei, eu acho que é importante, porque dá transparência para a população, para o setor regulado. Pelo nosso contrato de gestão, cumprimos 78% dos indicadores, tivemos resultados acima de 80% do nosso contrato de gestão com o Ministério, tivemos aí 1.740 servidores capacitados, 191 em programa de desenvolvimento gerencial, implantamos o teletrabalho, o controle de ponto flexível, isso foi uma das estratégias que a gente usou para reduzir aquela fila de genéricos.

A nossa meta, Presidente Marta, era que, para entrar no teletrabalho, a gente tinha que parametrizar e exigia, no mínimo, 20% de aumento de produtividade. Nós obtivemos 25% de aumento de produtividade. Ou seja, é como se a gente tivesse contratado um quarto a mais de força de trabalho com a medida gerencial. Claro, isso não cabe em todas as áreas, mas, numa área de análise de um dossiê, a pessoa pode fazer ou no trabalho ou em casa e fica ali metrificado o tempo.

Implantamos a redução jornada com a redução proporcional, o que era uma demanda antiga dos servidores – a lei permitia, mas a Anvisa não fazia; demos posse a 78 novos servidores, que são técnicos administrativos, que tinham vindo de um concurso. A Senadora Marta inclusive nos ajudou nesse pleito, porque apesar de... E o apoio da própria CAS também foi importante. E temos agora um programa de aposentadoria. Havia uma queixa, isso eu acho que é bom para a autoestima dos servidores, de que, quando se aposentavam, eram quase expulsos. Todos eles hoje recebem um diploma, reconhecendo a contribuição que deram, e um crachá, porque, como tinham que entregar o crachá... Aquilo ali era uma coisa simbólica. Ele recebe agora um crachá igual ao do servidor, só que de aposentado, para que continue a ter acesso à Anvisa, vamos dizer assim, mas não como uma pessoa externa. Isso dá uma humanização...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Um reconhecimento.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Exatamente. Tivemos várias atividades também de utilizar novas tecnologias.

Só vou chamar a atenção: ali onde tem *webinar*, *webinar* é como uma aula feita pela internet. Na área de produtos para a saúde, como a gente tem maca, aparelho de medir pressão, vários equipamentos, a gente tem muita pequena e média empresa que não conhece direito o ambiente regulatório brasileiro. Então, nós fizemos esses *webinars*, que são aulas dadas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internet sobre como fazer para pedir registro de um produto para a saúde: um aparelho de medir pressão, um termômetro, uma maca, um equipamento cirúrgico etc. Nós tivemos aí mais de 14 mil participações virtuais na hora em que elas estavam sendo dadas. Elas ficam disponíveis. Então, se um empreendedor abre uma empresa hoje, está importando, por exemplo, um aparelho de medir pressão, glicosímetro, etc., ele encontra aí como fazer, o que é que é requerido para que ele implemente.

Estamos trabalhando com o CNPq e outras instituições para desenvolver pesquisas nessa área.

Relacionamento com a sociedade: a Anvisa atende em todos os canais de acesso quase 350 mil durante o ano, seja por *e-mail*, seja pelo 0800. Tivemos 88% de resolutividade no primeiro atendimento, nossa ouvidoria recebeu quase 20 mil demandas, 61% provenientes do setor regulado. Nós trabalhamos bastante com o setor regulado, na melhoria, vamos dizer assim, da satisfação das pessoas com o atendimento. Nós tínhamos praticamente parado num patamar de 78% ou 79% durante vários anos. Com essas mudanças que foram feitas com base nas críticas que foram apresentadas, nós subimos quase dez pontos percentuais, que têm se mantido. Ou seja, houve efetivamente uma melhora da... Participamos em 38 audiências públicas no Congresso Nacional, 38% a mais do que em 2016, o que eu acho que é um bom sinal, um sinal de que o Congresso, quando precisa, sabe que pode contar. Convida a Anvisa e a Anvisa vem participar e dizer a sua opinião, ajudar no debate.

Temos acompanhado 444 propostas legislativas e implantamos um parlatório virtual: quando uma empresa tem um problema num processo, ela pede uma reunião na Anvisa, essa reunião é feita numa sala e é gravada. Nós implantamos a possibilidade de a empresa fazê-lo agora a distância, que é o Parlatório Virtual, para beneficiar principalmente pequenas e médias empresas, que têm um custo grande de vir até Brasília. Isso está sendo testado já como piloto durante o ano de 2017 e agora está sendo implantado. A gente realiza 2.500 reuniões de parlatório. Parece muito, mas a gente nega quase essa mesma quantidade pela falta de tempo e de servidores para atender todas; com o Parlatório Virtual, a gente pretende, praticamente, chegar a atender toda a demanda, porque as reuniões também poderão ser menores, mais rápidas, facilitando a resolução.

Fizemos várias reuniões com o setor regulado, a gente chama de DR – Discussão de Relacionamento –, entre nós e o setor regulado, foram extremamente produtivas. Assim, várias sugestões importantes foram feitas, pegamos todos os temas: como é que eles viam a Anvisa, o que é que eles achavam que a Anvisa poderia melhorar em termos de relacionamento, de transparência, de dar resposta.

Concluindo aqui, alguns desafios que eu creio que são importantes: avançar no processo de convergência regulatória internacional – eu acho que é um desafio no mundo inteiro; ampliar os canais para que instituições acadêmicas, sociedade civil e o setor regulado participem cada vez mais do processo regulatório; continuar a aperfeiçoar o nosso processo de pré-mercado – como a gente fala –, que é o registro, e fortalecer a vigilância quando um produto já está em uso; alcançar força de trabalho compatível com a abrangência da atuação da Anvisa – eu sempre tenho um apoio importante aqui dos Senadores, a própria Presidente Marta Suplicy foi extremamente ativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo brincando, mas sério, que transporte tem três agências, Senadores: uma para transporte aéreo, que é a Anac; tem uma para transporte terrestre, que é a ANTT; e tem uma para transporte fluvial, que é a Antaq. Nós juntamos, na verdade, várias agências dentro da Anvisa. A gente, quando olha saneante, cosmética, agrotóxico, cigarro, produtos para a saúde, medicamentos, alimentos, só há um paralelo no mundo, que é a agência americana, o FDA; porque no resto do mundo inteiro o que eles fizeram foi concentrar ou só medicamento, ou medicamento e produtos para a saúde – as outras áreas estão divididas.

Como eu digo, isso já faz parte do cenário, agora não tem muito o que reclamar. Mas é importante que se olhe que a particularidade da Anvisa vai requerer, sabendo que o momento é difícil... Eu acho que toda solicitação de servidor tem que ser muito bem justificada, e a falta de servidor também não pode ser uma desculpa para você não inovar num processo de trabalho, mas se a gente não tiver um processo permanente de renovação da força de trabalho, o que vai acontecendo é que muita gente vai se aposentando e, inevitavelmente, a gente perde a capacidade de responder.

Continuar a avançar nas responsabilidades de cada esfera gestora: nós quase tivemos um desabastecimento de radiofármacos no Brasil, porque havia uma divergência entre o Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a Anvisa: o Estado de São Paulo e a Anvisa com a mesma opinião, e o Município de São Paulo com outra opinião. Só que o radiofármaco lá é para o Brasil inteiro, não é só para o Município de São Paulo. Então, eu liguei, inclusive, para o Secretário de São Paulo e eu disse: olha, eu sinto muito, mas nesse caso tem que prevalecer a visão nacional, porque nós vamos desabastecer o País, e eu não posso permitir que se desabasteça o País. Se fosse só São Paulo, eu diria: olha, isso é problema do Município. Ele concordou inteiramente. Mas é um dos exemplos, de vários, em que a gente tem uma agenda desse ano sendo construída para que cada um saiba exatamente qual é a sua responsabilidade. Fortalecer a política de governança e o modelo tecnológico como facilitador da inovação.

Aí está o relatório de atividades, o *link*.

Eu só concluo, fazendo primeiro uma prestação de contas: ano passado eu vim aqui e dei algumas sugestões. Vários Senadores eu acho que têm trabalhado já com esses projetos de leis, que têm ajudado bastante. Estão aí alguns temas: o Registro Especial Temporário, a obrigatoriedade de registro no País – que a Senadora Ana Amélia apresentou –, a Senadora Marta apresentou já outros, tem vários projetos de lei que vão aperfeiçoar muito a nossa atividade regulatória. E agora nós estamos já com outras sugestões para fazer aos Senadores que possam resolver o problema atual. O modelo é muito complexo, a gente tem leis dos anos 70, leis que estão ultrapassadas: a lei ainda diz que o registro do medicamento é a sua inscrição num livro próprio, etc., quer dizer, estamos descumprindo a lei, porque não tem mais livro para a gente inscrever num livro próprio, por exemplo. Então tem, na legislação, que ficar bastante clara a definição da União como esfera competente para normatização, porque, na área de normatização, há uma interpretação no Brasil como se a gente não fosse um país federativo, mas único, quase como se a gente fosse vários países. Então, às vezes tem normas que um Município aprova e estão absolutamente em desacordo com o regramento internacional.

Outro exemplo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Previsão – já estou terminando – de simplificação do registro a ser regulamentado pela Anvisa.

Hoje se gera certa incerteza dentro da Anvisa quando nós fazemos um processo de simplificação de registro, porque, quando nós falamos em registro, a gente está falando: uma coisa é registrar um medicamento, outra é registrar um alimento, outra é registrar um cosmético. Então, dentro do próprio medicamento, uma coisa é um medicamento inovador para câncer, e outra é um fitoterápico com 40 anos de uso. Então, esse processo de simplificação, com a previsão legal de fazê-lo, poderia dar muita base para a Anvisa regulamentar e modificar.

A criação do registro provisório também é outra coisa que seria fundamental, principalmente em doenças raras e em medicamentos ultrainovadores. Se há um medicamento que completou um ensaio clínico de Fase II, poderia haver um registro provisório enquanto a gente acompanhasse a Fase III, e, se tudo corresse bem, seria dado o registro definitivo; caso não, seria cassado. A lei, hoje em dia, só fala em registro. Então, gera uma incerteza nos técnicos se a gente pode ou não dar um registro provisório. Isso poderia facilitar muito, principalmente para doenças raras e medicamentos muito inovadores.

A reunião de pré-submissão a nossa legislação hoje não permite. Há novas tecnologias, Senador Moka, por exemplo, e isso é fundamental. Hoje se está falando, por exemplo, em próteses feitas em impressoras 3D, já se está falando em lente de contato que vai ficar medindo a glicemia e mandando para... Já há um adesivo; a pessoa coloca um adesivo, que fica monitorando parâmetros cardíacos. Quer dizer, em coisas desse tipo, a gente poderia formalmente fazer um processo antes da submissão do registro, regulamentado pela Anvisa, mas com a previsão legal de não parecer nenhum tipo de favorecimento, com regras claras, para não parecer favorecimento a um ou a outro.

A lei nossa fala em indução a erro na questão de nomes. Isso para medicamentos tem um sentido, porque, se você tiver um erro, você pode fazer algo grave. Mas, no caso de cosméticos, por exemplo, faz mesmo diferença olhar isso? Será que a gente não estaria invadindo o território quase do direito do consumidor? No caso de uma barrinha de cereal, a Anvisa é obrigada a ter uma quantidade grande de força de trabalho, porque há um debate dentro: o que quer dizer induzir a erro? A gente tem de analisar cada nome de barrinha de cereal, se há letras parecidas com outra ou não, bem como em cosméticos, em xampus, em sabonetes, por exemplo.

Então, fica mais claro na lei que seria "evidente risco de erro na dispensação e administração de medicamentos". Aí isso ficaria claro, o que foi, talvez, o objetivo dos legisladores em 1977, para você não pegar um medicamento que é para hipertensão e dá-lo para uma pessoa que está com diabete. Então, isso é que tem de ser evitado, mas da maneira como está...

Um Termo de Ajustamento de Conduta nós não temos. Então, muitas vezes, Termos de Ajustamento de Conduta... Vamos dizer que é um genérico de um Termo de Ajuste de Conduta. Se se chega a uma empresa hoje e se é uma empresa que só ela produz aquele medicamento para o Brasil, nós fazemos um relatório, e, muitas vezes, o fiscal fica na dúvida: eu devo interditar ou não? E não existe essa previsão na lei, o que daria mais segurança de dizer: "Olha, eu não vou interditar..." É claro que, se houver um risco sanitário grave, tem de interditar mesmo, não há nem discussão. Mas, se não há esse risco, como é que poderia ser feito isso com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cronograma, por exemplo, de medidas a serem adotadas, para que, de mês em mês, a Anvisa fosse lá e verificasse o cumprimento? Isso também ajudaria muito na melhoria da atividade.

Então, essas e outras sugestões nós vamos encaminhar para a Presidente da CAS como contribuições, porque nós acreditamos que essa foi uma experiência muito boa no ano passado. O Senado e a Câmara, acredito, trabalhando em conjunto, podem aperfeiçoar isso muito. São leis de 1977, como eu disse, de outro momento, de outra época, que podemos aperfeiçoar bastante.

Enfim, é isso, mais uma vez, quero agradecer a contribuição que os Srs. Senadores têm nos dado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Dr. Jarbas, eu já darei a palavra, em seguida, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Moka, mas quero fazer só um breve comentário.

Tenho acompanhado isso há bastante tempo, antes como membro e depois como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Eu gostaria de fazer algumas observações.

Primeiro, o que mais me impactou, do que o senhor colocou, foi a aceleração que se deu na Anvisa. Se houve pressão ou não pressão, colaboração ou não, a Anvisa mudou em sua gestão. Ela realmente deu um salto – não sei se eu poderia chamar de qualidade, mas, talvez, também, de rapidez. Aqui, eu tenho uma prova. Nós labutamos muito pela questão do aeroporto. Essa era uma preocupação enorme, porque tínhamos poucas pessoas, algumas iam se aposentar. Os remédios iam ficar parados. E, de repente, foi conseguido um extraordinário sucesso, sem mais pessoas, por gestão diferente. Então, isso também me chamou a atenção.

A outra questão, pela qual eu o parabenizo, foi a internacionalização que houve na sua gestão. Acho que foi uma preocupação também muito incentivada aqui pela própria Senadora Ana Amélia. Faz uma enorme diferença fazermos parte agora do que já se faz e já se aprova no mundo.

A questão da diminuição dos prazos ficou muito evidente pelos dados. A contratação dos servidores, acredito, foi também uma determinação sua, em um momento em que estava muito difícil abrir qualquer caminho, tendo sido esses servidores muito bem treinados, como V. Sª explicou.

Agora, tenho uma pergunta. Quando o senhor explicava a modernização da legislação sanitária – isso eu vou deixar, porque nós vamos fazer as perguntas todas juntas –, eu fiquei curiosa quanto à questão da indução ao erro. É pequena a pergunta, é meio irrelevante, mas isso me chamou a atenção. Por exemplo, na cosmetologia, nós trabalhamos muito aqui, principalmente a Senadora Ana Amélia e eu, com os desastres que ocorrem quando as pessoas começam a fazer procedimentos estéticos. Na cosmetologia, eu quero saber se o olhar da Anvisa é um olhar... O tal do cosmético faz o milagre que promete? Ou ele pode fazer mal? É uma questão.

Há outra questão. Eu queria uma opinião do senhor, pela sua experiência. Nós temos um debate muito grande sobre a questão dos agrotóxicos, que está nos jornais. Nesta Comissão, não passou, foi direto... Aqui, não passou, mas foi encaminhada para a Comissão de Agricultura, onde passou em dez minutos. E, depois, foi aprovada, foi para a Câmara. Há um debate grande e sério no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho acompanhado pelos jornais a posição contrária da Anvisa, a posição contrária da Embrapa, a posição contrária de vários. Eu gostaria de saber por que a Anvisa está se pronunciando nesse sentido.

E há a questão – provavelmente, os dois Senadores que usarão a palavra irão aprofundar isto – do preço dos planos de saúde. Eu sei que a Anvisa não a regula, sei que existe outra regulação por outro lado, mas, com a sua experiência, nós gostaríamos de saber também sobre esses custos extraordinários que nós temos visto na saúde, que estão sendo aumentados, é verdade. Com as tecnologias e novas coisas, eles vão aumentar o preço dos planos, mas as pessoas não vão ter acesso a essas novas tecnologias pelas quais estão sendo aumentados os custos. Então, eu gostaria de uma reflexão. Provavelmente, os meus colegas vão fazer perguntas de forma mais profunda e pontual.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Caro Presidente Jarbas Barbosa, mais uma vez, o senhor vem aqui dar uma demonstração do comprometimento de uma instituição que deve regular a interface entre o consumidor, o usuário e o poder concedente, que é a Anvisa, que, ao registrar um produto, está assegurando ao usuário daquele produto, seja ele de limpeza ou de saúde ou um medicamento, que tenha segurança suficiente para fazer uso dele sem nenhuma sequela.

Eu quero renovar... Ontem mesmo, no plenário, estávamos debatendo sobre a questão da ANS, sobre os preços, sobre os aumentos abusivos das mensalidades dos planos de saúde. Eu falava sobre dois casos específicos, e um deles se refere à própria ANS, que fica mais do lado da empresa do que do lado do paciente, sem fazer uma intermediação equilibrada. Ela não faz isso, fica de um lado apenas, do lado mais forte. E também há a Anac, que regula a questão dos passageiros, o que até foi mencionado aqui.

Então, veja que há uma área em que o reflexo é direto, quando se trata do passageiro na Anac. Mas, na área de transportes, que trata de logística, existem três agências, uma para cada modalidade: fluvial, rodoviário e aeroportuário. São três agências.

A Anvisa trata de saúde pública. Mais do que de saúde, trata de alimentação, de medicamentos, de produtos saneantes, como material de limpeza. Então, é uma gama em que ela deveria ter exatamente, talvez, mais um reforço na sua composição. Mas isso não vem ao caso.

O que nós queremos oferecer? Eu falava com o Senador Moka. Presidente Jarbas, é uma contribuição que podemos dar. O senhor deu, em um resumo, quais são as coisas que estão desatualizadas e que impedem, do ponto de vista legal, os avanços que são benéficos para a sociedade. Então, eu queria dizer que o Senador Moka e eu nos dispusemos a assinar, mas temos de ter o apoio da Anvisa, porque nós somos generalistas. O Moka é médico, mas eu não o sou, sou jornalista. Temos de fazer uma depuração, uma limpeza, de todas essas coisas que têm de ser retiradas da legislação e que hoje estão desatualizadas, porque, em 1977, não havia computadores com a agilidade que existe hoje. No sistema, hoje, já estão falando de *blockchain*, algo relativo à regulação de dados, ao controle de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quanto ao que a Anvisa fizer, nós dois nos encarregaremos de apresentar um projeto de lei com esta finalidade: a limpeza. E a consultoria do Senado, que é muito eficiente, nos ajudará nisso.

Nessa questão da burocracia que foi mostrada aqui, quem vai pagar vai ser o consumidor, porque não vai haver jeito, ninguém vai bancar, assumir o custo de uma distribuidora de medicamentos que fica trancada em um porto, como a Senadora Marta falou, por tantos dias. Esse custo adicional do armazenamento ficará no bolso do usuário que vai comprar esse produto, seja médico ou de outro tipo.

Eu queria falar que o senhor foi muito didático em relação a uma questão: o senhor falou que acha que é importante toda a cautela em relação ao tabaco. Eu penso que, realmente, o usuário... Mas eu queria lembrar, como sou do Rio Grande do Sul, que 90% da folha do tabaco são exportados hoje, são US$4 bilhões da nossa balança comercial, mas 40% do cigarro consumido no Brasil, Dr. Jarbas, são contrabandeados, 40% do tabaco! Como se vai fazer um controle sobre isso, sobre esse produto?

Já que falamos em tabaco, a Senadora Marta levantou a questão dos agrotóxicos. Há, eu diria, uma espécie de mantra: "O Brasil é o maior consumidor do mundo de agrotóxico." A pessoa que diz isso não sabe, primeiro, que o maior consumidor por quantidade de agrotóxicos ou defensivos agrícolas, o maior consumidor percentual em quilos por hectare é a Holanda, por quilo. A quantidade no Brasil, porque é um país tropical... O Brasil é um país tropical, é um país que colhe duas ou três safras por ano, duas a três safras por ano. Qual é o país do Hemisfério Norte que é capaz de fazer isso? Então, essas condições que nós temos... Há herbicidas para ervas daninhas. Nós temos vários tipos de inseticidas, porque há aqui lagartas que não existem na Europa, no Hemisfério Norte; há a ferrugem asiática, que não há nesse hemisfério; há uma série de pragas, como os gafanhotos, no Hemisfério Sul. O nosso concorrente é a África, que está avançando tecnologicamente com o apoio da China e de outros países. Essa questão tem de ser vista aqui de maneira absolutamente equilibrada.

É claro que é preciso ver o componente químico de um fertilizante e saber se algum dos seus componentes tem algum tipo de efeito danoso. No Rio Grande do Sul, a grande discussão sobre os modificados geneticamente era se aquilo era ruim. Só que lá existem passarinhos, abelhas; todos estão lá vivos, maravilhosos, funcionando. Quer dizer, se isso fosse realmente aquilo que pintam os adversários da agricultura sustentável, não seria dessa forma.

Por fim, só trato de mais uma questão, Dr. Jarbas. Há um grande debate na sociedade hoje, especialmente médica e farmacêutica, da indústria farmacêutica, sobre a questão da intercambialidade entre os biossimilares e os biológicos, especialmente no caso do SUS. Quem vai regular se o médico deve fazer a troca de um biossimilar por um biológico? É a Anvisa que vai fazer isso? Vai ter de haver uma lei? Ou a responsabilidade é do médico para fazer isso? Então, aonde nós vamos? E como é feito nos outros países esse trabalho?

Muito obrigada. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Agora, com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Dr. Jarbas, Presidente da Anvisa, eu me lembro do dia e até do local em que fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentado para o Dr. Jarbas pelo Senador José Serra, que o conhecia, quando Ministro da Saúde. Ele trabalhou com o Senador José Serra.

Eu gostaria de dizer também que essa questão do tempo foi um projeto do Senador José Serra, que eu relatei. Eu me lembro da polêmica que houve aqui para estabelecer dias e tal. Eu quero lhe dizer que isso o tempo melhorou muito, Dr. Jarbas. E eu quero creditar isso à sua eficiência como gestor, sem dúvida nenhuma. Mudou muito!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deu um *upgrade*.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Frequentemente, eu ouço aqui elogios à Anvisa, e também sou um dos que os fazem. Eu conheci a Anvisa antes e depois. É claro que esse elogio se estende à equipe que o senhor lidera. Mas é fundamental eu dizer isso. Houve a ajuda da Senadora Marta. Sempre a gente falava que a Anvisa precisava ter realmente mais servidores, até em função dessa diversificação já comentada pelo senhor e pela Senadora Ana Amélia.

O que me chamou a atenção – e nós, eu e a Senadora Ana Amélia, comentamos aqui – é que, em tudo que os senhores acharem que a legislação possa ser atualizada no sentido de melhorar o desempenho, nós estamos dispostos a aqui fazer uma legislação no sentido de retirar isso, de melhorar as condições, até para facilitar o trabalho da Anvisa.

Sobre essa coisa de agrotóxico, é preciso ver o seguinte: tudo é agrotóxico. Na verdade, defensivo agrícola é uma coisa. A pessoa já coloca o nome "agrotóxico" de forma agressiva, como se falasse: "Cuidado, que isto aqui vai te matar! É uma coisa tóxica."

É preciso também estabelecer outra coisa. Eu vejo as pessoas falando, e se dá a impressão de que o produtor rural coloca aquilo maciçamente, de propósito, como se fosse uma coisa cruel. E não é assim. Aquilo custa muito caro. Se o produtor rural pudesse fazer o seu plantio sem usá-lo, ele o faria. O problema é que o risco aumenta, porque você vai ter outro tipo de contaminação.

Eu acho que o que é vendido, Senadora Marta Suplicy, passou pela análise da Anvisa. Não existe nenhum defensivo que não tenha sido analisado. Agora, é claro que existe contrabando, em que o sujeito que vai ali ao Paraguai e pode trazer um produto, com o qual, aí sim, a gente tem de ter cuidado. Mas o chamado defensivo passou... E a pessoa fala aqui nos debates: "Veneno!" É algo que eu acho extremamente agressivo. Não sou nem produtor rural, mas, evidentemente, isso incomoda, porque é muito agressivo. O meu Estado faz uso disso. Então, no dia em que ficar muito claro o que é veneno, agrotóxico, defensivo agrícola... Essas coisas precisam ficar esclarecidas para a população.

A pessoa fala assim: "Nós vamos fazer orgânico." Se eu puder comprar o orgânico... Isso é diferente para hortaliça ou para outra coisa. Agora, no plantio em escala de soja ou de milho, como é que se vai produzir em grande escala? Não se consegue fazer isso.

A Senadora Ana Amélia disse: "O meu Estado é um Estado que faz três safras ao ano." São três safras ao ano! Antigamente, a gente chamava de safrinha uma safra de milho entre uma safra de milho e de soja. Havia a oportunidade. Só que a chamada safrinha virou uma terceira safra em função da grande produção. Você vai comparar um Estado com três safras com um País que faz uma única safra? Não há como!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós ficamos sendo massacrados. O pior é que o próprio brasileiro ajuda nisso, bem como, às vezes, uma pessoa que não tem o menor conhecimento disso! Fala como se fosse *expert*, mas não conhece, não sabe nada de química, não sabe nada do que é um organoclorado ou um organofosforado, não sabe quanto tempo demora para aquilo ser degradado. Antigamente, havia um produto chamado Gamexame, que é o hexaclorobenzeno. Aquilo, sim, tinha um efeito colateral muito grande.

Sobre essas coisas todas a Anvisa tem uma responsabilidade. E é importante que a gente tenha, no comando da Anvisa, técnicos capazes de dizer: "Isto aqui não pode, é proibido. Isto aqui vai ter um efeito colateral." É isto que acho que é fundamental: é você confiar na agência reguladora que está fazendo esses exames e liberando o produto para o seu uso comercial.

Eu vou parar por aqui e dizer ao Dr. Jarbas: parabéns à Anvisa! Nós temos de melhorar. O senhor mesmo reconhece que há muito o que se fazer. Mas eu o parabenizo, neste momento, pela sua vinda, pela sua dedicação, pela vontade de querer mostrar, como realmente mostrou, o que foi feito, o que avançou e o que pode ainda avançar mais. Parabéns pela sua exposição!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senador Moka.

Eu gostaria de parabenizar a Senadora Regina Sousa, que hoje faz aniversário.

Os parabéns da nossa Comissão, Regina!

Vamos agora dar a palavra ao nosso visitante, Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Anvisa, para responder os questionamentos dos Senadores.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado.

Primeiro, quero agradecer muito as palavras. Creio que a Anvisa possui uma fortaleza muito grande, que é um corpo técnico muito qualificado. Esse corpo técnico, quando desafiado a ter uma atitude inovadora para melhorar as suas práticas, tem reagido de maneira extremamente construtiva e produtiva, o que, sem dúvida nenhuma, é responsável por todos esses resultados que a gente tem obtido.

A Senadora Marta fez algumas considerações muito importantes. A primeira foi a questão da indução a erro. Quero só esclarecer o que nós estamos falando. Nenhum alimento ou cosmético pode alegar coisas que não é capaz de fazer. Então, não é possível um xampu ser vendido dizendo-se que ele vai fazer, por exemplo, nascer cabelo em quem tem calvície. Isso continua absolutamente proibido. Agora, o que acontece é que, com essa dubiedade de hoje, por exemplo, para mudar... Hoje em dia, há algo que é comum na indústria de cosmético. Por exemplo, há um hidratante para o verão, um hidratante para o inverno, com cores diferentes, ou há um hidratante para homem e um hidratante para mulher, com cores diferentes. Tudo isso...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – O protetor solar...

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Protetor solar tem de ter registro. Mas, mesmo para hidratante ou para xampu, até para se fazer uma mudança de *marketing*, por exemplo, de cor, é preciso haver a autorização prévia da Anvisa atualmente.

A mudança que está sendo feita é uma mudança de maior responsabilização do produtor, para ele ficar responsável pelo produto, para a gente separar o que pode ser lesivo à saúde – aí, sim, é atuação da Anvisa –, de maneira que ninguém coloque no xampu ou no alimento uma propriedade que ele não tem, porque ele não é medicamento. Em um alimento ou, muitas vezes, em um suplemento, as pessoas querem colocar um nome que é quase o nome de um hormônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro que aquilo ali vai induzir a pessoa a achar que isso vai continuar sem... A precisão na lei vai possibilitar mais a gente focar esse nosso âmbito.

Em relação à lei dos agrotóxicos, esse está sendo um tema muito debatido. Tenho a opinião de que a gente precisa acelerar os processos de agentes no Brasil, porque produtos novos tendem a ser muito menos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Lesivos.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – ...tóxicos e danosos que os produtos antigos. Inclusive, quando a lei brasileira chamou lá atrás o produto de "agrotóxico", é porque, naquela época havia, o DDT, ou seja, havia produtos efetivamente com potencial de dano muito grande. Então, quanto mais se moderniza o processo, a gente tem mais possibilidade de ter produtos novos.

Por isso, a Anvisa fez esse esforço. Só, no ano passado, nós fizemos 489 liberações de produtos que estavam na Anvisa. É muito? Ainda não é. Por quê? Porque, como o mercado brasileiro é muito aquecido, quando cai a patente de um produto, a gente tem de 30 a 40 genéricos daquele produto pedindo registro. Então, é preciso um processo de priorização muito grande por parte do Ministério da Agricultura, que é quem diz quais são os produtos prioritários a cada ano a serem avaliados.

Existe área em que eu digo: "A gente não precisa de mais gente, mas, nessa área, a gente precisa de mais gente." O exame de um produto é muito complexo. A gente está falando de provas que são feitas com cobaias, e se fazer a extrapolação de cobaia para ser humano não é simples. Você está falando de estudos populacionais que também não são de fácil análise. Nós mandamos gente, por exemplo, para a Alemanha, dez servidores, pelo menos, eu acredito, nesses últimos dois anos, para um intercâmbio com a agência alemã de análise de risco.

Agora, a posição da Anvisa em relação à lei é porque a lei, na prática, quase retira a avaliação do risco sanitário do processo de avaliação. Eu creio que isso é ruim, porque, efetivamente, o Ministério da Agricultura não tem nem atribuição legal nem capacidade para fazê-lo. O Ministério da Agricultura não tem equipe técnica para isso. Nós trabalhamos em conjunto com o Ministério da Agricultura e com o Ministério do Meio Ambiente uma proposta de decreto-lei. Sugerimos, inclusive, ao Ministério da Agricultura que, na entrega à Casa Civil, fosse debatido o que pudesse dali ser decreto mesmo ou mudança legislativa, para se fazer um debate sobre isso. Mas eu acho que esse debate atualmente está quase parado, digamos assim, por conta do projeto de lei que está na Câmara.

Nós vamos estar à disposição do Senado para expor as nossas razões na audiência pública, mas nós nos posicionamos contrários ao projeto de lei, basicamente porque, na nossa impressão, ele retira a avaliação do risco sanitário, o que vai ser ruim para a saúde e também para a agricultura, porque determinados mercados internacionais fazem, hoje em dia, questão de que haja uma avaliação muito criteriosa. Ela tem que ser eficiente. Ela não pode demorar anos. Ela tem que ser com eficiência para que novos produtos substituam os produtos antigos, que, geralmente, são mais tóxicos. Mas acho que isso, efetivamente, pode ser feito com a participação dos três pilares, como é hoje: a agricultura avaliando a importância agronômica, a Anvisa avaliando o impacto à saúde, e o Ibama avaliando o impacto ao meio ambiente. Se nós tirarmos algum desses pilares, eu acho que isso vai ser muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Preço de plano de saúde. Apesar de ser uma área da ANS, a Anvisa dá uma contribuição nisso, Senador. Eu creio que, talvez, o grande debate... Primeiro, qual é a contribuição da Anvisa? A Anvisa tem a responsabilidade de ser a Secretaria Executiva da CMED, aquela câmara que envolve cinco Ministérios e regula, economicamente, medicamentos. Quando entra com pedido de registro, o medicamento inovador recebe um preço. Os nossos preços de medicamentos inovadores hoje são, em média, um sexto do preço no mercado americano. Para alguns medicamentos ultrainovadores, o nosso preço hoje é um décimo do preço americano e um terço do preço europeu. Então, ao estabelecer esse teto na entrada, eu acho que a Anvisa já dá uma contribuição para que, depois, o Ministério da Saúde, ao incorporar o medicamento no SUS, consiga ainda um desconto maior. E os planos de saúde poderiam também negociar, inclusive, com patamares mais baixos.

Há um problema, claro. Como a inflação médica tem crescido muito, sem se modernizar a gestão eu acho que não se vai conseguir plano de saúde com preço razoável. Eu acho que o injusto e o que as pessoas reclamam é que não se cobra dos planos de saúde que modernizem seus processos. Por exemplo, nos Estados Unidos... Eu participei de uma Mesa, ano passado, em São Paulo, em que falei no sistema de registro de implantes, que é uma coisa que pode baratear o preço também no Brasil, porque o implante entra por um preço, e muitas vezes é cobrado, lá no hospital, de oito a dez vezes aquele preço. Então, nós estamos concluindo o processo do Registro Nacional de Implantes, que começa com prótese de quadril, de joelho e stent. Isso também é outra contribuição que pode ser dada. Nessa Mesa, havia uma administradora da junção dos seis maiores planos de saúde americanos. Até para eles, que são ricos, o preço começa a ser insuportável se não mudar a gestão.

Então, em vez de sempre repassar para o consumidor, há que se começar a obrigar modelos diferentes – por exemplo, pagar por desfecho e não por procedimento. Uma mulher, por exemplo, com câncer de mama paga, vamos dizer assim, um pacote de procedimentos que envolve o câncer de mama, desde a mamografia até a quimioterapia, etc. Nem todas vão utilizar todos os procedimentos, mas isso desestimula, muitas vezes, a prescrição indevida. Eu tive um caso em mim mesmo. No final do ano, eu tive uma infecção urinária, estava de férias e fui ao hospital, basicamente, para conversar com um colega e pegar uma prescrição de antibiótico. Ele queria que eu fizesse uma tomografia. (*Risos.*)

Eu disse: mas eu não tenho nenhum sintoma de haver algo ruim com o meu... Quer dizer, se o modelo não mudar, o custo vai ser insuportável, porque sempre é transferido para o usuário final. E, no mundo inteiro hoje, há esse debate de como ter mecanismos de redução disso.

Em relação à questão da modernização legislativa, nós vamos enviar, ainda esta semana, já uma proposta, uma sugestão e ficar à disposição da CAS e dos Senadores para contribuir, trabalhar com as assessorias dos Senadores, com a nossa Consultoria Legislativa do Senado, que é tão qualificada.

Tabaco. Realmente, há esse problema do contrabando. Eu acho deve haver uma fiscalização mais efetiva. A gente tem buscado uma modernização, Senadora. Inclusive, agora, quando eu fui relator do processo de atualização do registro do tabaco, indiquei que a Anvisa deveria já fazer também uma modernização da regulamentação, debatendo, por exemplo, o papel dos chamados novos equipamentos, que, por um lado, podem ser apresentados como uma alternativa para quem não consegue parar de fumar, reduzir o teor de nicotina, etc., mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por outro lado, podem trazer o risco, talvez, de um estímulo maior à experimentação precoce. Então, já fizemos um painel científico, inclusive com pesquisadores internacionais, e a ideia é que isso, ao longo deste ano, caminhe para uma regulamentação.

A intercambialidade tem sido debatida. E a Anvisa tem tomado a posição de que isso não seja um aspecto regulatório. Por quê? No caso do genérico, nós temos um teste, que é a chamada biodisponibilidade/bioequivalência, que permite comprovar para a gente que aquele medicamento é absolutamente equivalente ao medicamento de referência no corpo humano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas ele é sintético, não é?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – No caso dos biológicos, nós não temos um teste como esse. O biossimilar entrega na Anvisa ensaios clínicos que ele realiza, demonstrando que é seguro e eficaz. Mas ele pode ser substituído de maneira automática? Nós ainda não temos essa resposta. Então, no mundo inteiro, com exceção dos Estados Unidos... Os Estados Unidos foram o único país que disse: a intercambialidade vai ser regulatória. Depois que eles tomaram essa decisão, eu creio que eles viram, vamos dizer assim, a dificuldade técnica para isso. Tanto o é que até hoje eles ainda não soltaram um guia de intercambialidade. Ainda não há nenhum. Não há nenhum medicamento que eles digam que se pode trocar por outro. Por quê? Se gente disser, num regulatório, que é intercambiável...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está assumindo o risco.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – É. E quem vai fazer a intercambialidade... Como é hoje no genérico. Hoje, no genérico, você chega com uma prescrição de referência, e o profissional, o farmacêutico, na farmácia, pode dizer "além desse, há esses quatro genéricos", porque é absolutamente equivalente. Se a gente colocar no regulatório, o dispensador vai poder substituir. E nós estamos falando de doenças complexas, que não podem... Têm que ficar na mão do prescritor, na nossa opinião, na mão da elaboração do protocolo.

O Conselho Federal de Medicina me procurou e disse: "mas, muitas vezes, o Ministério faz o protocolo só com base no custo". Eu disse: então, cabe ao conselho cobrar que o Ministério da Saúde tenha critérios cada vez mais transparentes, ouça a sociedade científica para ter o protocolo adequado. Mas não é fácil você trocar, às vezes, um medicamento para câncer sem que a família saiba, sem que o médico tenha confiança naquilo que está sendo feito.

Então, nós estamos procurando agilizar o registro de biossimilares para que haja mais competição, e o preço reduza, mas essa decisão da intercambialidade é uma decisão que tem que ser olhada ainda caso a caso, até porque, quando a gente fala de alguns tipos de câncer e de algumas doenças, cada vez mais, o que a ciência nos diz? Embaixo desse guarda-chuva, na verdade, há situações muito distintas. É por isso que, muitas vezes, o médico usa drogas de primeira linha, vai observando o comportamento e, às vezes, tem que trocar, seis meses depois, porque não funcionou tão bem como em outro paciente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Presidente, já que o Presidente Jarbas está tocando no assunto, apenas comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Anvisa já tem um conceito ou uma ideia da eficácia para considerar um biológico mais eficaz no tratamento de algum tipo de doença do que um remédio sintético? Ou não tem ainda esse exame ou esse conceito ou esse princípio?

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Quando ele registra, Senadora, quando pede registro, ele tem que apresentar as provas clínicas, demonstrando que é seguro e que é eficaz. Muitas vezes, esse estudo de eficácia é o que a gente chama de estudo de não inferioridade: quando ele se compara com outro medicamento, ele tem que provar que ele não é inferior. Então, nesse caso, por exemplo, o prescritor fica com as duas opções para prescrever, mas nós não podemos dizer ainda que pode trocar. Talvez, daqui a dois, três anos, haja um estudo feito, talvez, até em bancada de laboratório que permita dizer: esse biossimilar é tão equivalente ao original, ao inovador que você pode trocar; se não tiver um, dê o outro um dia, volte para ele na semana seguinte, que é a mesma coisa. Com genérico de medicamento químico, nós podemos fazer isso; com biológico, ainda não. É por isso que a gente está agindo com certa prudência.

Senador Moka, quero parabenizá-lo pela Lei nº 13.411. Eu vim aqui, e muita gente, inclusive, achando: "mas vai colocar prazo; a gente vai ter problema". Eu acho que está correta a sociedade. E, nesse caso, o Senado, representando a sociedade, diz para a Anvisa: Anvisa, a gente quer mais eficiência. E, ao mesmo tempo, ele nos deu aqueles instrumentos de fazer com que déssemos esse tratamento mais inteligente à fila, e estamos acabando com as filas praticamente. Então, parabéns por essa iniciativa, que prova como o Legislativo pode melhorar muito um ambiente legislativo que fortaleça uma regulação eficaz.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Marta, eu queria duas coisas, só para terminar. Eu queria lembrar: a nossa Senadora Regina fez aniversário...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Quando a senhora saiu...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já passaram os parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Está muito bem lembrado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A senhora está muito prestigiada e merece, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas dizer, por uma questão de justiça: aqui o Senador Moka falou não só do Dr. Jarbas, que deu essa nova, digamos, posição de eficiência e eficácia da Anvisa como agência reguladora, mas da equipe. Mas eu queria também precisar muito, para ele não dizer que a Senadora não lembrou: o Marcos Paulo é o responsável pela assessoria parlamentar. Mantenha o Marcos Paulo, porque o trabalho dele é exemplar no respeito e no relacionamento. Tudo o que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demanda ele atende prontamente, ele e sua equipe – porque não é sozinho. Quero fazer esse reconhecimento à equipe da Anvisa.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito bem lembrado, Senadora, porque ninguém trabalha sozinho ou tem êxito sozinho. E aqui, como V. Sª colocou, a parceria da Anvisa com a CAS tem sido extremamente produtiva. E eu espero que continue, porque a equipe, realmente, funciona bem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu queria contar uma coisa que V. Exª mencionou, porque acho que é muito importante para o Brasil. É o Parque Tecnológico de São José dos Campos, que tem parceria com a Embraer, com tudo de mais avançado que existe. E eles têm possibilidade de desenvolver agora próteses não só para nós, mas, eventualmente, para exportação.

Bem, eu fiquei tão entusiasmada com o projeto! Ele falou com o Presidente. Eu levei ao Ministro Occhi, que ficou maravilhado com o projeto. Nós não temos o recurso para começar. É uma coisa grande, é um projeto de 53 milhões, mas com 20 a gente até o começava. Pelo que percebi, sem ser dessa área, seria abrir um caminho para o Brasil fazer as suas próteses, da melhor qualidade, porque o que se produz em São José dos Campos nessa área de pesquisa é de excelência. E eu queria ter no senhor também um parceiro nisso, porque, realmente, eu percebi que pode fazer uma diferença gigantesca.

Nós gastamos uma fábula importando próteses. Outro dia, fui a um hospital, e havia uma pessoa que estava há uma semana com o pé para cima. Peguntei o que estava acontecendo, se tinha sido operada ou não. Ela disse: "não; estou há uma semana esperando prótese". Dentro de um leito de hospital, porque também não tinham feito leilão, etc., etc., das próteses, que são importadas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lá no seu Estado, estão sendo fabricados os aceleradores nucleares – é como se chamam. É uma coisa realmente revolucionária, Senadora, só que cada equipamento custa R$5 milhões, porque são realmente muito importantes no tratamento de câncer. E aí, agora, depois de feito, nós não temos a imprevisibilidade. E tem que pagar ICMS. Então, o equipamento vai ficar mais caro. Então, é preciso um entendimento também sobre essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Talvez a gente possa fazer uma lei para que alguns equipamentos médicos não precisem pagar, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais útil do que xarope, não é?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – É duro.

Mas, eu me esqueci de falar de uma coisa muito importante. Antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Caiado, eu queria saber a posição da Anvisa sobre o projeto de lei que permite o uso da *Cannabis* para uso medicinal. Eu sou a autora, ou melhor, a Relatora do projeto que permite e descreve como fazê-lo, porque, até onde consegui entender da questão, as cooperativas seriam uma melhor abordagem do que plantar cada um no seu quintal, onde não teríamos nenhum controle de nada. Mas a Anvisa já deve ter se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

debruçado sobre isso, e eu vi que apoia. Eu queria, então, ouvir um pouco, se eu entendi certo, sobre o uso medicinal que eu vi, para crises de epilepsia – há depoimentos de mães contando que crianças que tinham oito crises por dia passaram a não ter crises. Quer dizer, quando você ouve o depoimento das famílias, você passa a acreditar que aquilo faz uma diferença enorme e que nós devemos ajudar. Eu queria saber se a Anvisa tem alguma reflexão acumulada sobre isso.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para fazer suas considerações, e a Senadora Regina também vai falar depois dele.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, realmente eu quero não só me congratular com o Presidente da Anvisa, que está aqui hoje para fazer um relato da sua atuação durante esse período, mas também, ao mesmo tempo, buscar aquilo que é uma tentativa nossa em relação a doenças raras.

Essa matéria tramita na Câmara há um período, veio para o Senado Federal, e coube a mim a relatoria, na subcomissão presidida pelo Senador Waldemir Moka. E nós tivemos, Sr. Diretor-Presidente, a preocupação em corrigir excessos que retiravam a condição de a Anvisa poder, ali, sim, ter pelo menos um espaço para poder qualificar como eficiente a droga; para poder exigir também que as empresas prestassem as informações em tempo hábil; que não houvesse a determinação específica de que preço a empresa ou o laboratório tivesse apresentado; e também colocamos um prazo, que está previsto hoje já dentro da lei. Ou seja, nós já trouxemos as doenças raras para um tratamento diferenciado, prioritário, mas a matéria já está prevista também dentro daquilo que é a Lei 13.411, de 2016, lei esta que dispõe sobre a vigilância sanitária, a que ficam sujeitos os medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos. Ou seja, há um rito diferenciado, há uma prioridade, há como realmente ser considerado como medicamento órfão e como dar maior celeridade à análise feita pela Anvisa desses medicamentos que podem produzir resultados para essas pessoas, no Brasil todo, que sofrem cada vez mais, que se sentem excluídas na mão do Estado e que, muitas vezes também, são manipuladas por pessoas que, no intuito de, às vezes, tentar trazer uma medicação, vendem uma verdadeira utopia para as pessoas que estão infelizmente acometidas por essas doenças. Então, Presidente, nosso interesse é levar um mínimo de segurança para essas famílias.

Nós tivemos um cuidado enorme, ouvimos aqui todas as entidades, buscamos todas as informações, e foi construído um texto original. Logo a seguir, foram também feitas alterações no texto, que já tramitou na Câmara. E a esse texto nós incluímos quatro emendas, que são especificamente voltadas para a área da Anvisa. O que é importante para nós é saber como a Anvisa vai proceder em relação a esse texto do projeto de doenças raras.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Vamos ter que interromper a leitura, porque, primeiro, temos algo burocrático, que é ter que encerrar essa sessão para começar a deliberativa. E não encerramos ainda.

Então, vou passar a palavra à Senadora Regina e, depois, ao nosso convidado. Aí nós encerramos, o Senador Caiado acaba sua leitura, e nós votamos.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É bem rápido. É que eu lembrei que há uma polêmica, nas redes sociais, principalmente no Twitter – é um pessoal que parece que atua em rede, pois são muitos; a gente se cansa de olhar –, sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obesidade. Parece que há uma substância que a Anvisa não libera, e eles fazem insinuações. Então, parece que mensalmente eles jogam, e todo mundo vai para o Twitter dizer a mesma coisa. Inclusive, são pessoas obesas e também médicos que dizem que têm pacientes obesos. Eu não lembro o nome da substância. Eles dizem que são os laboratórios que não deixam, fazem insinuações. Então, eu queria saber se o senhor conhece essa polêmica, que rola muito nas redes sociais que eu acompanho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Com a palavra o convidado Jarbas Barbosa da Silva, para fazer suas considerações finais.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado. Vou fazer considerações rápidas, por conta do tempo.

Primeiro, a Senadora Marta Suplicy está absolutamente correta de cobrar, porque a regulação tem que ser o indutor da inovação. Então, dentro daquelas sugestões de projeto de lei, por exemplo, Senadora, tendo o Brasil normatizado – como em outros países, em que existe a possibilidade legal de realizar, de maneira transparente, com editais de chamada pública – para que a Anvisa preste como se fosse uma assessoria regulatória... Hoje nós já o fazemos para projetos de parceria público-privada do Ministério da Saúde. Mas por que um desenvolvedor brasileiro, que está implantando uma empresa para desenvolver algo novo, não pode receber essa mesma orientação? Hoje, não existe essa possibilidade legal. Então, nós sempre ficamos nessa dúvida.

Sem dúvida nenhuma, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico no Brasil, a nossa balança comercial ainda é amplamente negativa: nós importamos muito mais do que exportamos. E nós precisamos ver todos os instrumentos que temos.

O PL da *Cannabis* medicinal eu não conheço a fundo, mas nós vamos, sem dúvida alguma, preparar uma nota com a nossa posição. Eu só lhe conto, Senadora, que, dentro do âmbito da lei que já existe, a lei de 2006, e lei e o decreto que estabelecem a Política Nacional sobre Drogas, a lei permite duas excepcionalidades para o plantio de *Cannabis* e outras plantas, que é exatamente para pesquisa científica, e para a produção de medicamentos.

Nós fizemos, desde que eu cheguei à Anvisa, algumas missões internacionais. Técnicos da Anvisa foram ao Reino Unido, foram ao Canadá, e estivemos, por videoconferência, com Israel e com alguns Estados Americanos que já regulamentaram o tema.

Nós da Anvisa – eu digo sempre assim – não entramos na casa do indivíduo. E é bom que não se entre, porque o Estado, às vezes, já se mete em mais coisa do que deveria. Então, se a pessoa quiser fabricar um medicamento para si, dentro de casa, ele fabrica. O problema da Anvisa é quando ele vai para a comercialização, para o setor público.

No caso do plantio individual, também há um problema da legislação brasileira, o que talvez seja um dos debates que haverá dentro dessa lei de que a senhora é a Relatora. A lei atual já permite o plantio para produção e para pesquisa, mas a gente não tem isso normatizado. O que está acontecendo, então? As famílias têm que entrar na Justiça, ganham um *habeas corpus* e produzem em situações absolutamente precárias, porque, quando a gente fala de *Cannabis*, a gente está falando de várias espécies e subespécies, que, dependendo da umidade, da luminosidade, variam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

28ª

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As plantações que a nossa equipe visitou e das quais fez vídeos são todas em galpão, com requisitos de segurança e de qualidade absolutamente rigorosos para que o teor de canabidiol que vai expressar, ou de THC ou de outra substância, seja bem conhecido.

Então, nós estamos já na fase final de colocar uma proposta de regulamentação em consulta pública. Inclusive, cinco empresas pelo menos já me procuraram – só a mim –, canadenses, americanas e brasileiras, que teriam interesse de fazer investimento para produção do canabidiol no Brasil, tendo em vista que já há estudos. Além dos depoimentos das famílias, como a senhora mencionou, que são importantes, já há vários estudos sérios. A Academia Americana de Neurologia fez uma revisão sistemática, há um mês, dois meses, e a publicou em vários quadros, mencionando, além dessas crises epiléticas repetidas de algumas síndromes de crianças e adolescentes, também pessoas em tratamento de câncer. Eles fazem uma revisão sistemática de vários estudos demonstrando o benefício que pode ser produzido por isso. Então, a gente está tratando dessa maneira.

Alteramos um pouco a regulamentação brasileira para permitir o registro e fizemos o registro do primeiro medicamento – como medicamento mesmo – à base de derivados, de substâncias da *Cannabis*, que é o Mevatyl. Ele já tinha sido registrado no Reino Unido e foi registrado no Brasil. Ele não serve para essas crises convulsivas, ele serve para a espasticidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – ... de algumas doenças com artropatias graves. Ele já está disponível para venda no Brasil.

Mas nós vamos analisar o projeto de lei para dar uma contribuição importante para senhora.

O Senador Ronaldo Caiado perguntou sobre o tema das doenças raras.

Senador, eu estive inclusive aqui, mas não pude visitá-lo porque o senhor tinha sofrido aquele acidente e estava em licença, mas visitei o Senador Moka para colocar a Anvisa à disposição.

O tema das doenças raras é importantíssimo, porque, quando a gente fala em doença rara, às vezes a gente pensa que é uma ou são duas pessoas, mas não. Na definição da Organização Mundial de Saúde, é um caso para 65 mil pessoas. Quando a gente coloca isso em 200 milhões de pessoas, a gente tem centenas, milhares, dezenas de milhares de pessoas acometidas no Brasil, muitas vezes sem alternativa terapêutica, porque, às vezes, não há interesse dos grandes laboratórios em produzir. Então, eu acho que o tema tem que ser tratado efetivamente como algo específico.

Nós procuramos contribuir. O projeto de lei, na nossa opinião, vai ser um avanço importante para o Brasil. A gente tem uma legislação... O projeto nos pareceu bastante equilibrado, abordando todos os temas principais.

Na área regulatória, nós fizemos essa resolução, a diretoria colegiada, ano passado, que dá flexibilidade para o registro de produtos destinados a doenças raras. Muitas vezes, ao abordar uma doença rara, nós estamos falando de, por exemplo, uma população pediátrica apenas e que já tem um medicamento. Então, se surge um medicamento novo, não é fácil, e eticamente também é complexo, convencer a família ou o prescritor a trocar o medicamento daquela criança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é um medicamento que já funciona, por outro medicamento que talvez funcione melhor, mas a família se sente insegura. Então, nós fizemos toda uma regulamentação agora para que, por exemplo, sem precisar de um ensaio clínico de fase 3, só com a fase 2, o medicamento para doença rara que se demonstre seguro e tenha a possibilidade de eficácia já tenha um registro na Anvisa. Então, eu creio que a nossa regulação está muito sintonizada com o projeto de lei, que – eu creio – vai atender a essa demanda das famílias brasileiras que sofrem com doenças gravíssimas que acometem os seus familiares.

Senadora Regina Sousa, primeiro, parabéns pelo seu aniversário. Esse tema da obesidade... Eu, de vez em quando, recebo em rede social algumas mensagens não muito elegantes e nem muito educadas em relação a alguns temas, e esse é um deles.

Isso foi antes de eu chegar, inclusive, à Anvisa, mas eu fui estudar o processo. Durante os anos de 2010 a 2014, várias agências reguladoras internacionais, não foi só a Anvisa – o FDA, a agência canadense, a europeia – retiraram da possibilidade de comercialização três, principalmente três substâncias. Uma delas continua podendo ser usada no Brasil com determinadas restrições, que é a sibutramina. Mas retiraram três substâncias por quê? Eram substâncias antigas, dos anos 70. Então, o fato de ser uma substância dos anos 70 dá a possibilidade de você observar no mundo real. Ou seja, com 30 anos de uso, o que os estudos estão demonstrando dessa substância? O que os estudos apontavam? Não têm eficácia, não são capazes de reduzir o problema da obesidade e, segundo, têm um efeito importante: elas são primas das anfetaminas, então estão criando um problema de dependência. Muitas vezes, algumas dessas pessoas tomam um coquetel, que era muito preparado no Brasil em algumas farmácias de manipulação, que junta ansiolítico... Então, a pessoa, na verdade, fica com um estado de bem-estar mais produzido pela substância do que pela perda de peso e com o risco de ficar, inclusive, com dependência. Então, várias dessas substâncias foram retiradas, inclusive aqui, do Brasil, e uma delas permanece com o controle mais rigoroso. Existem novas substâncias, já que são mais seguras e mais eficazes.

Eu acho que esse é quase um processo natural que ocorre no mundo. E a obesidade, infelizmente, talvez seja um dos grandes desafios que nós vamos ter que olhar com um conjunto de políticas públicas: atividade física, alimentação melhor e, claro, também agilizando os processos de análise para que os médicos brasileiros tenham mais alternativas para prescrever.

Enfim, esse é o esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada.

Eu quero agradecê-lo, pela gentileza da vinda a esta Comissão, Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu acho que o senhor sai desta Comissão hoje – pode sair – muito orgulhoso, porque há uma unanimidade na Comissão pelo seu trabalho, competência e seriedade com que tem conduzido a Anvisa.

Obrigada pelo comparecimento.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Eu que agradeço, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu vou ler um requerimento, fecharei a reunião e abriremos para... É só para ler. Fecharei a reunião, e a abrimos para o Senador Caiado ler o projeto.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discutir as recentes decisões publicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que autorizaram as operadoras a reajustarem os planos de saúde médico-hospitalares individuais e familiares em até 10%, no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019, e que atualizaram as regras para aplicação da coparticipação e franquia em planos de saúde, possibilitando a cobrança de um percentual de até 40% por procedimentos realizados.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Leandro Fonseca da Silva, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde (ANS); um representante do Tribunal de Contas da União; e um representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A partir da reunião que estávamos tendo, pareceu-me extremamente necessário a gente poder ter essa audiência pública. Gostaria de já perguntar, porque vamos votá-la na próxima quarta-feira, e, aprovando-a, já convidar as pessoas para ver se conseguimos agilizar o prazo. Nós vamos votar agora, na segunda, não é? Por isso, nós estamos terminando esta; para votar e, na próxima quarta-feira, a gente já ter a audiência pública sobre o tema, porque esse tema está aí, mas ele tem que estar presente.

Eu gostaria de saber se o Senador Moka, a Senadora Regina e o Senador Caiado, que estão presentes, gostariam de acrescentar outro nome. Se não o fizerem hoje, a gente faz o aditivo na próxima quarta. Eu não coloquei a Anvisa porque deixei três setores para que a gente pudesse explorar mais, ouvir mais, com mais detalhes, e entender melhor os processos diante dos quais estamos, tão difíceis de resolver.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu sou favorável. No momento, não tenho nenhum nome para indicar, mas sou favorável à audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não.

Então, na quarta-feira que vem, se algum membro da Comissão quiser indicar, a gente faz até um extra para isso, porque eu sei que está sendo um pouco açodado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião e convoco, imediatamente, a abertura da 29ª Reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Renan Calheiros, Roberto Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Hélio José, Ângela Portela, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, José Serra, Lasier Martins, Benedito de Lira, Omar Aziz, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Pedro Chaves, Paulo Rocha e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 20ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, de 2018 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Omar Aziz. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Humberto Costa, Lasier Martins e Ana Amélia. Observação: Rejeitado Requerimento nº 29, de 2018-CCJ, de votação nominal. Aprovado Requerimento nº 30, de 2018-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2018 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Humberto Costa, Lasier Martins e Ana Amélia. Observação: Rejeitado Requerimento nº 31, de 2018-CCJ, de votação nominal. Aprovado Requerimento nº 32, de 2018-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 3 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado em Turno Suplementar. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADO Nº 631, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Wilder Morais, nos termos regimentais. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar." Autoria: Deputada Laura Carneiro. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 8 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências”, para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Favorável às Emendas n° 4-S e 5-S, favorável à Emenda n° 8-S, nos termos da subemenda que apresenta, pela rejeição das Emendas n° 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S e pela aprovação da emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo em Turno Suplementar, as Emendas nºs 4-S-CCJ, 5-S-CCJ, 14-S-CCJ (de redação), e a Emenda nº 8-S nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S. Observação: Durante a Reunião, a Presidência designa o Senador Randolfe Rodrigues para relatar a Emenda nº 14-S, apresentada pelo Senador Wilder Morais, a qual recebeu parecer favorável. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 6º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para prever que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado a partir da condenação em 2º grau." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 1° e 2° ao art. 39 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para determinar que o Juiz da execução penal proceda a habilitação da vítima nas ações de natureza indenizatória promovidas pelo condenado." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997." Autoria: Deputado Hugo Leal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2017 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2018 AO PROJETO DE LEI DO SENADO nº 618, de 2015 - Não Terminativo - que: "Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018, com duas emendas de redação e as ressalvas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao SCD com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação, e as ressalvas que apresenta. Observação: Durante a discussão o Senador Humberto Costa apresenta Relatório reformulado, com voto favorável ao Substitutivo com duas Emendas de redação e as ressalvas que apresenta. - Aprovado Requerimento nº 33, de 2018-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2016 - Terminativo - que: "Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 20/06/2018, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de Relatório). ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Rodrigues Palma. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista aos Senadores Hélio José e José Pimentel, nos termos regimentais. Observação: A Presidência designou o Senador Antonio Carlos Valadares relator ad hoc. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 29 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PDS 57/2018, que susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, pautado nesta Comissão, seja apreciado em processo de votação nominal." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 30 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2018." Autoria: Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz e Senador Omar Aziz. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 31 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PDS 59/2018, que susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, pautado nesta Comissão, seja apreciado em processo de votação nominal." Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 32 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2018." Autoria: Senador Eduardo Braga, Senador Acir Gurgacz e Senador Omar Aziz. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 33 de 2018 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 2, de 2018." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislação da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 23.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu queria apenas aproveitar a abertura desta reunião para um tema que não está diretamente relacionado à nossa pauta deliberativa de hoje, desta manhã. Mas, como é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, penso que o tema está absolutamente adequado a ser abordado aqui.

Aproveito esta reunião para fazer um apelo ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira, nosso colega Senador e Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores, e às autoridades brasileiras para atentar sobre o problema dos direitos humanos e da questão relacionada a pelo menos oito crianças brasileiras que estão afastadas dos pais na questão da imigração nos Estados Unidos. Um relato que foi feito pelo jornal *Folha de S.Paulo* relata que oito crianças de pais que migraram para os Estados Unidos estão isoladas, dizendo o seguinte:

> É só uma vez por semana, no sábado, que a brasileira Maria de Bastos fala com o neto com quem viajou aos EUA – por telefone.
> A avó foi separada do adolescente de 16 anos, que é autista e tem severos ataques epilépticos, depois que atravessou a fronteira americana, pedindo asilo. Apesar de ter o pedido inicialmente admitido, ela foi detida, e o menino, enviado a um abrigo a 3.500 quilômetros de distância.
> "Ele liga para ela e chora, perguntando quando ela irá voltar", relata o advogado Eduardo Beckett, que acompanha o caso. "Ela está devastada."
> A história se soma à de pelo menos outras oito crianças brasileiras que foram separadas dos pais ao atravessarem a fronteira dos EUA, segundo informou à [*Folha*] reportagem o consulado brasileiro em Houston [no Texas].
> Os dados são das últimas seis semanas, período que coincide com o início da política de tolerância zero da administração de Donald Trump com a travessia ilegal da fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"É um número muito alto", diz o cônsul-geral adjunto em Houston, Felipe Costi Santarosa. No passado, o número de casos similares era de dois ou três por ano. Agora, são cerca de quatro por mês.
As crianças brasileiras estão em abrigos nos estados da Califórnia e do Arizona. Têm entre 6 e 17 anos. Algumas são irmãos, e choram juntos pela distância da família.

É só esse relato. Vou concluir por aqui. Há muito mais informações a respeito disso, mas penso que, pela relevância social que isso representa e por se tratar de crianças brasileiras, é preciso que as autoridades, especialmente a Chancelaria, trate dessa questão como prioridade social e humanitária.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Primeiramente, gostaria de apoiar o posicionamento da Senadora Ana Amélia, mesmo entendendo aqui não ser a Comissão de Relações Exteriores, mas aqui é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do povo brasileiro da mais alta Câmara Legislativa do Brasil.

Entendo que o que o governo americano está fazendo com os imigrantes ilegais não só brasileiros, mas de todas as nacionalidades, além de desumano, é ilegal. Eles têm todo o direito de prender os imigrantes ilegais e deportá-los, mas não têm o direito de segregar as famílias e aprisionar as crianças em condições absolutamente desumanas e ilegais, no meu ponto de vista.

Portanto, eu solicito a V. Exª, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, em nome da nossa Comissão, entre em contato com o Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, para que o Itamaraty faça o seu voto de protesto e aja efetivamente para a solução desse ato desumano que o governo americano está impondo a famílias brasileiras e, se possível, que a Comissão de Constituição e Justiça, que tem representatividade, possa também fazer uma carta à Embaixada americana de desagravo não com relação à questão do cumprimento das leis americanas para admissão no território americano, mas à segregação das famílias brasileiras da forma que eles estão fazendo. Que eles detivessem e deportassem os brasileiros, tudo certo. Mas fazer como estão fazendo e como está relatado é, sem dúvida nenhuma, um ato desumano e que fere as relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos, Sr. Presidente.

Agora, falando sobre o tema, eu queria pedir a V. Exª que colocasse em votação os itens 1 e 2 da pauta, que dizem respeito aos projetos de decreto legislativo, de autoria da Senadora Vanessa, do Senador Omar e do Senador Eduardo Braga, que revogam decreto presidencial que quebra contrato. E quebra contrato, porque existe um contrato através da aprovação dos projetos na Zona Franca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manaus; quebra direito constitucional, porque a Zona Franca está constitucionalizada no art. 40, parágrafo único; e, mais do que isso, quebra a maior e mais eficiente política de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável que o Brasil construiu nos últimos 30 anos, Sr. Presidente.

Graças à Zona Franca de Manaus, 98% da Floresta Amazônica está em pé. E essa floresta em pé tem prestado grandes serviços à economia brasileira e ao povo brasileiro, além de ser a maior propriedade do povo brasileiro em megadiversidade. Em biodiversidade, esse é o maior patrimônio do povo brasileiro. E, graças a essa floresta, nós temos conseguido manter o microclima nas diversas regiões brasileiras, o que tem possibilitado ao Brasil ser o país do agronegócio, que tem possibilitado ao Brasil ser o país da energia limpa, com as hidrelétricas.

Portanto, penalizar com uma quebra de contrato, sem reconhecer a noventena, por um decreto feito na véspera de um feriado, sem ter dialogado nem conversado com absolutamente ninguém, é um ato de descumprimento de contrato e inconstitucional.

Por isso, imperioso – e eu apelo aqui às Srªs e aos Srs. Senadores – que nós votemos a favor dos projetos de decreto legislativo que estão em pauta (itens 1 e 2), para que nós possamos repor as condições de legalidade e de constitucionalidade e para que nós possamos voltar a ter segurança jurídica no modelo Zona Franca de Manaus. Portanto, é o que peço a V. Exª.

Já há quórum suficiente para essa matéria, que trata de tema sobejamente discutido. Ainda ontem, nós tivemos uma audiência pública, com mais de três horas de duração, quando tivemos a oportunidade, portanto, de esclarecer e, mais uma vez, comprovar que há quebra de contrato, que há quebra de direito constitucional e que há a quebra de um programa e um projeto de sustentabilidade da floresta ao se inviabilizar a Zona Franca de Manaus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Ao concordar com o Senador Eduardo Braga, eu proponho que a votação seja nominal nesta deliberação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Tem de ter o apoiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Primeiramente, S. Exª faça o requerimento, que será submetido oportunamente à deliberação do Plenário. Refiro-me ao requerimento feito agora pela Senadora Ana Amélia.

Mas eu quero me referir ainda à questão inicialmente posta pela Senadora pelo Rio Grande do Sul a respeito da segregação de crianças brasileiras nos Estados Unidos. Essa é uma situação recorrente naquele país, deplorável, lastimável, que merece todo o repúdio da Nação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me associo, como Presidente desta Comissão, às críticas, às observações e à condenação feitas pela Senadora Ana Amélia, como brasileira, ao governo americano por essa atitude marcada pela crueldade. Chega a ser realmente desumano o que ali se faz em relação a crianças brasileiras e a crianças de outros países.

Esta Presidência oficiará, como requer V. Exª e o Senador Eduardo Braga, ao Ministro das Relações Exteriores, o nosso colega Aloysio Nunes Ferreira, solicitando dele que aja em nome do Brasil em relação a esses acontecimentos lastimáveis.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, DE 2018

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

- em 13/06/2018, foi aprovado o RQJ nº 28, de 2018, que solicita a realização de audiência pública;

- em 13/06/2018, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 19 de junho, foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

De igual modo, o item 2, que se refere ao Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2018, que é de autoria do Senador Eduardo Braga e que tem por Relator o Senador Roberto Rocha, tem o mesmo sentido do anterior. Em razão disso, nós poremos em discussão ambos os projetos e, em seguida, procederemos à votação.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2018

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

- em 13/06/2018, foi aprovado o RQJ nº 28, de 2018, que solicita a realização de audiência pública;

- em 13/06/2018, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Pede a palavra, inicialmente, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, não quero atrapalhar nenhuma votação importante, inclusive a desse decreto, mas, como o projeto de que sou relator e que trata do chamado "encoxamento" – é um pouco mais amplo do que isso, pois trata da transformação em crime de todas as situações de assédio, de situações de constrangimento a que as mulheres são expostas – é algo muito importante, relevante, e está na posição 21ª da pauta, eu gostaria, se fosse possível, que V. Exª fizesse uma inversão, talvez não para colocá-lo em primeiro lugar, mas para colocá-lo numa condição em que pudéssemos aprová-lo hoje. É um dos poucos projetos sobre a questão da mulher que estão ainda aguardando o posicionamento do Senado Federal. Como já passou pela Câmara inclusive, a nossa votação aqui será definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador, faremos então a inversão de pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apoiar a proposta do Senador Humberto Costa em relação a esse assunto e também o item 3, que trata dos deficientes, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Depois de votarmos os dois decretos que já estão em pauta, obviamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sem dúvida nenhuma.

Em discussão os itens de nºs 1 e 2. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, há um pedido da Senadora Ana Amélia no sentido de que a votação seja nominal.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta da Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada.

Em votação os projetos dos itens nºs 1 e 2.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, com os votos contrários da Senadora Ana Amélia e do Senador Humberto Costa. (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa votação foi a votação mais fulminante que eu já vi na minha vida nesta Comissão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A competência política...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para a competência política da Bancada do Amazonas, olha, tiro o chapéu. Eu queria propor uma...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu quero pedir urgência para a matéria, tendo em vista o *periculum in mora* dos empregos que estão na Zona Franca de Manaus e a quebra de contrato. Portanto, peço regime de urgência para a matéria ir ao plenário, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Apoiamento ao pedido de urgência, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente, apoiamento ao pedido de urgência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Apoiamento, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Só queria lhe dizer, Sr. Presidente, que, com certeza absoluta, depois de uma hora de conversa do Senador Eduardo Braga com a Senadora Ana Amélia, e a gente conversou bastante aqui, ela estava...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas, como eu vou competir, Senador, com a Bancada do Amazonas com esse peso...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com o Ministro de Minas e Energia, com três Senadores, que aqui valem por 20, defendendo a Zona Franca? Não dá para concorrer. Fico sozinha.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente, é só para agradecer aos companheiros Senadores e Senadoras. É de uma importância não só econômica, mas é a questão da insegurança jurídica que se colocou no Brasil com esse decreto do Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, peço para registrar voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Registrado, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – É só para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Silêncio na Comissão, por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Somente para fazer um registro com relação à questão da Zona Franca de Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado de Rondônia é parceiro da Zona Franca de Manaus, é o nosso Estado vizinho, sempre estivemos juntos, e vamos continuar juntos. Temos grandes batalhas para travar. Se nós continuarmos com a Bancada da Amazônia unida, nós vamos conseguir fazer a nossa Amazônia se desenvolver: a Amazônia de Manaus, do Amazonas, a Amazônia do Estado de Rondônia. Dessa forma, nós vamos conseguir trazer o desenvolvimento para essa região tão importante para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há um requerimento de urgência proposto pelo Senador Eduardo Braga para os itens de nºs 1 e 2, já votados e aprovados nesta Comissão.

E, como S. Exª faz a sua proposta em latim, alegando *periculum in mora*, nós colocaremos em votação. (*Pausa.*)

Se os Senadores da Comissão não se opõem, aprovado o requerimento de urgência que será, então, proposto ao Presidente Senado para os itens nºs 1 e 2 da pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a V. Exª pela forma democrática como conduziu esse debate; agradecer a todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, àqueles que debateram e apoiaram os direitos dos amazônidas, àqueles que divergiram democraticamente, como a Senadora Ana Amélia, sempre defendendo o melhor para o Brasil; e agradecer a todos os Senadores que reconheceram o direito constitucional do Polo Industrial de Manaus e a não quebra de contrato neste País, o respeito à noventena, ao aprovar o decreto legislativo que revoga o decreto que cria todos esses óbices judiciais, sociais e econômicos a uma região que presta grandes serviços ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Lobão, se V. Exª me permite, por 30 segundos também...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... para, de forma bastante sincera, agradecer a todos os companheiros e companheiras, inclusive àqueles que não votaram a favor da Zona Franca, mas pelo diálogo de alto nível que nós tivemos no debate dessa matéria, uma matéria que, como disseram o Senador Eduardo e o Senador Omar, fala diretamente para a Zona Franca de Manaus, para o Estado do Amazonas, mas cujos reflexos são para o Brasil inteiro. Então, eu agradeço a V. Exª, ao Relator da matéria, à Senadora Maria do Carmo, que está aqui, pela compreensão. Tenho certeza de que qualquer outra unidade da Federação que estivesse na mesma situação teria o apoio de nossa Bancada, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo, Senadora Ana Amélia, que o problema não é a competência ou a garra da Bancada do Amazonas; o problema é que a causa é justa, a bandeira é justa. V. Exª também com muito afinco, como todos os Senadores do Rio Grande do Sul, defende o seu Estado. Mas nós aqui, como dissemos ontem, não estamos discutindo uma reforma tributária; nós estamos discutindo, até de forma urgente, algo que pegou o Brasil despercebido: uma assinatura de um decreto que atinge um modelo cujos incentivos estão amparados na Constituição Federal.

Então, agradeço, Senador Lobão, a V. Exª por votarmos hoje. E esperamos que, logo mais à tarde, possamos votar a matéria também no plenário do Senado.

Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu pediria aos amazonenses que deixassem a reunião seguir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já se aprovou, vai ser votado no plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o pedido do Senador Humberto Costa. Nós temos quórum e há matérias que já foram lidas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos quórum para votação das terminativas, as que já foram lidas.

E peço ao Presidente porque sou relatora de três matérias terminativas – então, queria a colaboração –, o item 9, o item 17 e o item 19. Se for possível, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nós vamos votar, Senadora,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... o item nº 21, que o Plenário já aprovou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – E, em seguida, entraremos nos projetos, pela ordem, terminativos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo, obrigada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, gostaria de apoiar essa questão pedida pelo Senador Humberto Costa e pela Senadora Ana Amélia e agradecer muito aos companheiros Senadores e Senadoras por terem aprovado o decreto legislativo que faz Justiça à segurança jurídica no Brasil. Não é a questão Zona Franca só; é a questão segurança jurídica, porque nós não podemos permitir, na Comissão de Constituição e Justiça, que esse tipo de atitude prevaleça, não só em relação à Amazônia ou ao Amazonas, mas em relação ao Maranhão, em relação a Pernambuco, em relação ao Rio Grande do Sul, em relação a qualquer Estado brasileiro. Tenham certeza de que a Bancada do Amazonas sempre será solidária aos outros Estados brasileiros.

Agradeço a V. Exª por ter sido uma pessoa muito importante para que pudéssemos chegar a essa vitória aqui, dentro desta Comissão importante. E vamos ao plenário agora, para ver se conseguimos o apoio da maioria dos Senadores a fim de que possamos aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz. Devemos celebrar também o armistício entre o Senador do Amazonas e a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Cada um faz o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 21.

ITEM 21

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, de 2018

- Não terminativo -

Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2018, com três emendas de redação que apresenta, e as seguintes ressalvas: quanto ao artigo 4º do SCD nº 2, de 2018, rejeição da redação dada ao §1º do artigo 218-C do Código Penal e acatamento do §2º do mesmo artigo convolando-o em um "parágrafo único"; quanto ao artigo 6º do SCD nº 2, de 2018, rejeição da redação dada ao inciso I do artigo 226 do Código Penal.

O Relator é o Senador Humberto Costa, a quem concedo a palavra para proceder à leitura do seu parecer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é importante fazer um registro.

Nós aprovamos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, dois projetos que tratam de tema semelhante – um de minha autoria, outro da Senadora Marta Suplicy –, e, ao chegar à Câmara, a Relatora do projeto utilizou como base para a sua proposição um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin. Então, é importante fazer esse registro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está difícil hoje, Presidente! Assim está demais!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa, eu peço a interrupção da Comissão por um minuto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Geralmente são os Senadores que fazem barulho; hoje é o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... a fim de que os assessores concluam as suas interlocuções e nós possamos prosseguir o nosso trabalho, porque, desse modo, será impossível. Eu confesso que tenho pensado até em, com a aprovação dos Srs. Senadores, em dado momento proibir a presença de assessores aqui. (*Pausa.*)

Prossiga, Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos lá.

Feito esse registro, passo à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a esta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2018, que tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; cria formas qualificadas dos crimes de incitação ao crime e de apologia de crime ou criminoso; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; e revoga o art. 61 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Trata-se de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 618, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. O texto que foi aprovado pelo Senado Federal criava tão somente o tipo penal de divulgação de cena de estupro (art. 218-C do Código Penal), e acrescentava uma causa de aumento de pena para os casos de estupro coletivo, de um a dois terços, se o crime fosse cometido em concurso de duas ou mais pessoas. Já o Substitutivo da Câmara inseriu novas disposições no projeto, a partir de outras proposições em tramitação que tratavam igualmente de crimes contra a dignidade sexual. O SCD nº 2, de 2018, aprovou as seguintes modificações ao Código Penal, em síntese:

a) previu o crime de importunação sexual em um novel art. 215-A;

b) previu que as penas previstas no *caput* e nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 217-A (crime de estupro de vulnerável) se aplicarão independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela já ter mantido relações sexuais anteriormente;

c) previu o crime de divulgação de cena de estupro e estupro de vulnerável, e de sexo ou pornografia no novo art. 218-C, *caput*, prevendo causa de aumento de pena, em seu §1º, de um a dois terços, se o crime é praticado por agente que mantém relação íntima de afeto com a vítima, ou com o fim de vingança ou humilhação. Igualmente, previu uma causa de exclusão de ilicitude em seu §2º, quando o agente pratica as condutas em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica;

d) previu o crime de induzimento ou instigação a crime contra a dignidade sexual (art. 218-D, *caput*) e o crime de incitação ou apologia de crime contra a dignidade sexual (art. 218-D, parágrafo único);

e) alterou o art. 225 para estabelecer a ação penal pública incondicionada para os crimes dos Capítulos I e II do Título dos crimes contra a dignidade sexual;

f) alterou o art. 226 para estabelecer novas causas de aumento de pena para os crimes contra a dignidade sexual, inclusive as novas figuras denominadas estupros coletivo e corretivo;

g) alterou o art. 234-A para elevar a causa de aumento de pena no caso de gravidez da vítima; e nos casos da transmissão de doença sexualmente transmissível e da vítima ser idosa ou pessoa com deficiência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

h) revogou a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor (art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Análise.

O Direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à disposição pelo Poder Legislativo, de acordo com os arts. 22, I e 48, *caput*, da Constituição Federal. Como é sabido, nesta fase do processo legislativo, o Substitutivo da Câmara é considerado série de emendas. Cabe ao Senado Federal acatá-las ou manter o texto original, sem a possibilidade de subemendá-las.

Realmente está difícil! Oh, meu Deus!

Vou dar por lido, Presidente, porque assim não dá, não tem condição!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não há condição, mas os nossos companheiros Senadores também contribuem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza! Geralmente são os que mais fazem barulho. Mas hoje está mais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Isso não acontece nunca...

Qualquer dia desses, vou propor ao Presidente do Senado que envie os nossos assessores das Comissões para assistir a uma sessão nos Estados Unidos, no Parlamento americano, para ver se eles ouvem, escutam ali um mosquito piar. Nem isso acontece. Aqui, a partir dos nossos colegas, o barulho toma conta da sala.

Prossiga, V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No mérito, as alterações da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, são benéficas e oportunas, porquanto oferecem resposta a pleitos antigos da população feminina e aperfeiçoam a legislação penal, preenchendo alguns vácuos legislativos.

Damos como o exemplo o novel art. 215-A, que cria o crime de importunação sexual. Temos a oportunidade de enfrentar definitivamente o tema, criando um tipo penal de gravidade média que contempla casos em que o agressor não comete tecnicamente um crime de estupro, mas tampouco merece ser enquadrado em uma mera contravenção penal de repercussões irrisórias.

Como podemos esquecer de episódios ocorridos no transporte público brasileiro em que homens ejacularam em mulheres, atentando de forma grave contra sua dignidade sexual? Ou mesmo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento de outros criminosos que se aproveitam da aglomeração de pessoas no interior de ônibus e metrôs para esfregar seus órgãos sexuais na vítima?

A ausência de um tipo penal específico para combater tais condutas gerou verdadeiras anomalias no sistema jurídico, pois os juízes criminais se viam impossibilitados, em muitos casos, de aplicar a justa sanção em razão da ausência de tipificação legal verdadeiramente adequada.

Assim, em muito boa hora vem o Substitutivo da Câmara dos Deputados que, em verdade, segue forma muito similar à do PLS nº 740, de 2015, de nossa autoria, considerado prejudicado pela Câmara. Embora os tipos penais presentes nas proposições mencionadas se apresentem de maneira distinta, reconheça-se que combatem de forma eficiente o mesmo fato típico e tutelam sobretudo a situação das mulheres importunadas sexualmente, em casos em que não há a violência física ou a grave ameaça presentes no tipo penal do estupro.

No entanto, com o intuito de evitar possível mal-entendido, de que o dispositivo poderia estar recriando o instituto do "atentado ao pudor' ou do "atentado violento ao pudor", optamos por fazer singela emenda de redação para ficar mais claro e preciso o objetivo do novo art. 215-A do Substitutivo da Câmara dos Deputados. Assim, deixamos claro que o ato libidinoso tipificado é aquele direcionado contra alguém, sem a sua anuência e objetificando satisfação da lascívia do agente ou de terceiro. Com isso, afasta-se qualquer interpretação que tente enquadrar no dispositivo a conduta tipificada que não esteja direcionada a uma vítima.

A pena desse novo art. 215-A – de um a cinco anos de reclusão –, embora um pouco distinta da reprimenda do PLS nº 740, de 2015, também nos parece razoável, em razão de permitir o emprego de algumas das medidas despenalizadoras da Lei nº 9.099, de 1995, especialmente a suspensão condicional do processo.

Como visto acima, a Câmara dos Deputados também avançou no tratamento de outros temas afetos aos crimes contra a dignidade sexual, tipificando novas figuras criminosas e majorando a pena de delitos já existentes no Código Penal, providências estas que também nos colocamos de pleno acordo.

Quanto aos novos crimes de divulgação de cena de estupro e estupro de vulnerável, e de sexo ou pornografia (art. 218-C, *caput*), entendemos que o projeto melhora o tratamento oferecido pelo PLS nº 618, de 2015, e complementa a conhecida Lei Carolina Dieckman, uma vez que amplia a incidência do tipo penal que passa a tutelar não somente a vítima de estupro, que sofreu com a divulgação das imagens ou invasão de dispositivos eletrônicos, mas também combate os atos em que se faça apologia ou que se induza à prática de estupro, ou que divulgue, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia.

Ressalte-se, todavia, que não há revogação dos tipos penais do art. 241 e do art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois nesse caso os sujeitos passivos são crianças e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescentes. Ademais, o preceito secundário do novel art. 218-C do Código Penal ressalva expressamente a hipótese de cometimento de crime mais grave.

Um grande mérito do tipo penal é alcançar o chamado *revenge porn*, isso é, a divulgação de cenas de nudez ou sexo da vítima por seus ex-parceiros.

Exatamente por essa razão sugerimos a manutenção do §1º do Art. 218-C.

A pena mínima do crime do art. 218-C, em relação ao disposto no PLS nº 618, de 2015, é ligeiramente reduzida (de dois anos para um ano de reclusão), o que nos parece razoável, destacadamente para possibilitar eventual suspensão condicional do processo. A Câmara dos Deputados também observou – com o que estamos de acordo – a necessidade de criar uma causa de exclusão de ilicitude, no §2º, na hipótese de publicação de natureza jornalística ou acadêmica, desde com a adoção de recurso que impossibilite a identificação da vítima, ressalvada sua prévia autorização, e se ela for maior de dezoito anos.

Quanto aos crimes de induzimento ou instigação a crime contra a dignidade sexual (art. 218-D, *caput)* e de incitação ou apologia de crime contra a dignidade sexual (art. 218-D, parágrafo único), também cremos ser inovação meritória, pois são tipos penais específico para punir as condutas graves daquele agente que induz ou instiga outrem a praticar crime contra dignidade sexual, e que incita ou faz apologia de crime contra a dignidade sexual ou de seu autor. No entanto, embora meritória a interpretação da Câmara dos Deputados, o art. 29 o Código Penal já expressa:

> Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
> 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço (...)

Portanto, o Código Penal já contempla em seu artigo 29 a possibilidade de apenamento maior do que o definido neste SCD (Substitutivo da Câmara dos Deputados). O artigo se aplica a todos os crimes, inclusive dos que tratamos aqui nesta matéria. Caso aceitasse o art. 218-D com pena de 1 a 3 anos, poderíamos estar reduzindo a pena para aqueles que concorrem com o crime. Não acredito que tenha sido essa a intenção da relatora na Câmara dos Deputados. Assim, sugiro a supressão do art. 218-D e de seu parágrafo único.

Quanto à alteração do art. 225 para estabelecer a ação penal pública incondicionada para os crimes dos Capítulos I e II do Título dos crimes contra a dignidade sexual, somos totalmente favoráveis.

Com efeito, a inclusão feita pela Câmara dos Deputados faz com que o início da investigação e da ação penal de todos os tipos dos Capítulos I e II do Título dos crimes contra a dignidade sexual prescindam de representação da vítima e passem a ser perseguidos como a maior parte dos demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes presentes no Código Penal. A Câmara compreendeu, portanto, que a apuração dos crimes sexuais interessa à toda a sociedade, e não somente à vítima, o que é extremamente justo e razoável.

Não cremos que o receio de eventual "escândalo do processo" seja motivo bastante para evitar a persecução criminal de crimes tão bárbaros. Trata-se de uma visão privatista do processo penal, de uma suposta proteção da vítima, que, em verdade, oculta a relevante cifra de impunidade dos crimes sexuais. Assim, estamos de pleno acordo com a modificação.

Quanto às alterações no art. 226 do Código Penal para estabelecer novas causas de aumento de pena, no inciso I, para os crimes contra a dignidade sexual, cometidos em determinadas circunstâncias, como exemplo, em local público, em transporte público, durante a noite, em local ermo, etc., apesar da gravidade das condutas, não podemos concordar com a diferenciação arbitrária proposta pelo Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Não vemos razão em se apenar mais gravemente o crime de estupro cometido em local público ou em transporte coletivo, ou ainda de noite, e não em local privado, em transporte privado ou durante o dia. Assim, recomendamos a supressão total do inciso I.

Por outro lado, não temos óbice em relação à alteração do inciso II do art. 226. Entendemos ser pertinente a alteração na forma verbal proposta pela Câmara dos Deputados, uma vez que esta permitirá que a penalização do agente mesmo que o vínculo entre este e a vítima não seja atual.

Da mesma maneira, somos favoráveis às alterações no art. 234-A que elevam a causa de aumento de pena no caso de gravidez e de transmissão de doença sexualmente transmissível, bem como naqueles em que a vítima seja idosa ou pessoa com deficiência, dada as consequências severas e permanentes advindas desses crimes.

Quanto à previsão de que o *caput* e os §§1º, 3º e 4º do art. 217-A – crime de estupro de vulnerável – aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela já ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime, não poderíamos estar em desacordo.

A alteração torna clara a irrelevância penal de a vítima menor de 14 anos anuir com o ato ou já possuir experiência sexual anterior, nos termos da Súmula nº 593 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), existindo ganhos de segurança jurídica em sua normatização. Embora esta tenha sido a intenção do legislador quando criou o crime do art. 217-A do Código Penal, a jurisprudência de alguns tribunais de justiça ainda permanece oscilando sobre o tema.

A revogação da contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor, prevista no art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, é obviamente necessária, pois decorrência da criação do tipo penal de importunação sexual, do novel art. 215-A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é importante ressaltarmos que, muito embora, filosoficamente, entendamos que o aumento de pena não seja a solução mais adequada para tratar a problemática criminal, nos casos que tratamos neste substitutivo, dadas as circunstâncias e a gravidade dos crimes que envolvem a dignidade sexual, os quais estão, absurda e lamentavelmente, tornando-se comuns, a sugestão do agravamento das reprimendas se afigura razoável, mas não pode ser a única forma de combater a estes delitos.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, com as seguintes ressalvas e as seguintes emendas de redação:

- quanto ao artigo 4º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, rejeição da redação dada ao artigo 218-D do Código Penal;

- quanto ao artigo 6º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, rejeição da redação dada ao inciso I do artigo 226 do Código Penal.

EMENDA Nº - CCJ (REDAÇÃO)

Dê-se ao artigo 2º do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, a seguinte redação:

> “Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 215-A:
> 'Importunação sexual
> Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro:
> Pena – reclusão, de um a cinco anos, se o ato não constitui crime mais grave.'” (NR)

EMENDA Nº - CCJ (REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2015, a seguinte redação:

> "tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro; altera para pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a dignidade sexual; estabelece causas de aumento de pena para esses crimes; cria causa de aumento de pena referente ao estupro coletivo e corretivo e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o parecer, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa, é uma prática desta Comissão a distribuição prévia dos relatórios dos Srs. Senadores relatores. Percebo que houve uma modificação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... no relatório que acabou de ser lido em relação ao anterior, que já distribuí a todos os membros da CCJ. Eu pediria a V. Exª que, sucintamente, demonstrasse quais foram essas modificações em relação ao seu relatório anterior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só aqui, Sr. Presidente, na p. 5, no terceiro parágrafo:

> Um grande mérito do tipo penal é alcançar o chamado "*revenge porn*", isto é, a divulgação de cenas de nudez ou sexo da vítima por seus ex-parceiros. Exatamente por essa razão [e aí toda essa parte que fala] – a criação de um tipo penal que já pune quem divulga, sem autorização da vítima, cenas de sua nudez –, temos por desnecessária e desproporcional a inclusão de uma causa de aumento de pena com o mesmo objetivo. Assim, optamos por sua supressão.

Mas, depois, atendendo a uma série de questionamentos do Governo, da sociedade civil, de grupos de defesa dos direitos da mulher, da criança, do adolescente, e até mesmo da entidade que representa os órgãos de comunicação, fizemos essas modificações. Então, ao invés de retirarmos essa referência, optamos pela manutenção, para deixar muito claro que, em todos esses casos, nós temos a caracterização do crime. O.k?

Depois, aqui nós optamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto. A emenda que retirava, portanto, permanece. O.k?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Em discussão a matéria.

Senadora do Amazonas, recém-vitoriosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, estão solicitando aqui que pudesse abrir... Eu falo enquanto a votação transcorre.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É não terminativo, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não; é que era a sugestão da Senadora Simone.

Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Senador Humberto Costa pelo belo relatório. E, da forma como ele iniciou, eu inicio também fazendo justiça a ele. Na realidade, nós temos aqui, nesse projeto que ele relata, dois projetos diferentes que foram já bastante debatidos e aprovados pelo Senado Federal e, ambos, encaminhados à Câmara dos Deputados.

O primeiro projeto é de minha autoria, recebeu votação unânime e trata do enfrentamento, do ponto de vista criminal, do agravo de penalidades quando temos práticas de estupro coletivo e divulgação, o que, lamentavelmente tem se tornado muito comum nesses tempos de comunicação digitalizada, Sr. Presidente.

Posteriormente, tivemos dois projetos com o mesmo conteúdo, o projeto do Senador Humberto e o da Senadora Marta Suplicy, que tratavam também da tipificação clara do crime do tal acochamento, ou seja, da importunação de mulheres que andam em transporte coletivo – e não só em transporte coletivo –, em qualquer lugar movimentado, e que sofrem agressões. Não necessariamente pela legislação era considerado como estupro, mas a ejaculação, enfim, isso era um ato de violência física, e assim não era tratado pela legislação. E, na Câmara dos Deputados, a Deputada do Rio de Janeiro Laura Carneiro juntou os dois projetos e apresentou uma matéria importante. Então, eu acho que o projeto já está bastante debatido, Sr. Presidente.

Eu gostaria de destacar um avanço que nós consideramos fundamental que é a consideração de que a denúncia... Ou seja, esse tipo de crime está sujeito a uma ação penal pública incondicionada. O que isso significa? Tal qual a Lei Maria da Penha, é uma ação de domínio público, ou seja, muitas vezes, pelas mesmas razões que levam a mulher vítima de violência, conforme determina a Lei Maria da Penha, a não fazer a denúncia ou posteriormente tirar a denúncia, isso permanece, porque a ação é incondicionada, é uma ação pública.

Então, eu cumprimento o Senador pelo belo relatório apresentado, que em nada modifica o que a Câmara dos Deputados aprovou, apenas do ponto de vista da redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, posteriormente, se V. Exª me permitir, após a votação, eu gostaria de solicitar também urgência para que possamos votar essa matéria no plenário do Senado Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu queria só fazer uma rápida colocação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Humberto Costa, Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que o Senado, o Congresso, de modo geral, muitas vezes discute temas que talvez não tenham tão grande relevância, mas esse é um tema de uma relevância muito grande, eu entendo, especialmente no momento que nós estamos vivendo hoje no nosso País, em que, ao mesmo tempo em que ações, atos como esses se multiplicam e até de outro tipo – vide o exemplo, agora, na Rússia, quando um grupo de maus torcedores brasileiros praticaram não somente assédio, mas, mais do que isso, até *bullying* contra mulheres russas, aproveitando-se da incapacidade de compreensão que elas têm do nosso idioma –, há uma grande reação por parte da sociedade.

E, às vezes, faltam os instrumentos legais para que essa reação se transforme num conjunto de atitudes ou de decisões que levem a uma mudança dessa cultura. Porque a cultura precisa, para mudar, de ações educativas, de debate, de convencimento, mas precisa também de outros instrumentos de constrangimento, como a própria legislação.

Então, é tão comum a gente assistir a situações em que, com a condescendência, com a participação, com a concordância, por exemplo, um casal que vive bem, que namora etc. resolve filmar as suas intimidades, e posteriormente um dos componentes desse casal, por revanche, resolve divulgar essas fotos, gerando... Agora, nós temos algo que vai claramente colocar que isso é um crime, assim como situações como essa de, nos espaços públicos, fazer encochamento, outro tipo de assédio ou a masturbação com ejaculação, por exemplo, coisas que são absolutamente incompatíveis com a convivência humana civilizada. E agora os juízes não podem mais alegar – com razão, eles alegavam – não haver um tipo penal em que possam enquadrar e levar adiante um processo que possa gerar punições concretas.

Então, acho que todos nós estamos de parabéns com isso. Atendemos a um pleito da sociedade num espaço de tempo razoavelmente curto, e eu acredito que essa lei vai ajudar, vai pegar bem e vai mudar uma sociedade que já está em mudança no que diz respeito a essa temática da sexualidade, ao respeito à mulher, ao respeito à diversidade sexual da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Humberto Costa pelo relatório, que, sem dúvida alguma, melhorou, aperfeiçoou a matéria que veio da Câmara dos Deputados, em termos de redação.

Eu gostaria de destacar que nesse crime, agora tipificado, de importunação sexual, a ação incondicionada que é atribuída a esse crime vem, sem dúvida alguma, em determinados casos, proteger a própria vítima, porque muitas vezes a vítima se acha intimidada, sem a devida coragem de fazer a reclamação, e o Ministério Público, independentemente de qualquer reclamação, pode tomar a iniciativa e mover uma ação criminal contra o autor. Por isso, quero registrar que, com a tipificação desse crime – que antes não era imputado, não era tipificado –, agora, sim, depois de devidamente aprovada pelo Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... essas vítimas poderão recorrer ao Ministério Público ou o próprio Ministério Público poderá tomar a iniciativa.

Parabéns ao Senador por esse relatório brilhante!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não demoro nem um minuto, Sr. Presidente. Eu só queria mesmo cumprimentar os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Hosana! Hosana nas alturas!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – É muito importante o que nós estamos fazendo. Nós estamos vendo um embrutecimento na sociedade de toda ordem: brasileiros, lá na Rússia, fazendo o que fizeram; o Presidente dos Estados Unidos enjaulando crianças, separando as famílias... É uma situação terrível! E nas ruas das cidades nós estamos vendo isso.

Eu e a Senadora Simone trabalhamos um projeto – de minha autoria; ela como Relatora – sobre a questão do estupro, talvez o crime mais subnotificado do País. As estatísticas, as previsões são de que temos mais de meio milhão de estupros no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, esse atentado ao pudor qualificado é algo que está corriqueiramente ocorrendo no convívio das pessoas, e acho muito importante que tenhamos deliberado sobre essa matéria o quanto antes.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, apenas para continuar o tema em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Vimos a manifestação da Senadora Vanessa, pela relevância que teve no protagonismo desse tema, e todas as manifestações, que nós endossamos, dos Senadores que me antecederam. Quero reforçar, ainda, Senador Jorge Viana, que há uma gravidade maior no Brasil, porque cerca de 300 mil meninas, adolescentes, sofrem de abuso sexual, e – o mais grave ainda – dentro de casa. Esse é um tema de que nós precisamos cuidar com mais atenção.

Essa cultura machista que nós vimos, como V. Exª referiu, como o Senador Humberto Costa, a Senadora Vanessa e os demais Senadores que se manifestaram, é inaceitável. Nós precisamos ter uma cultura mudada, uma educação alterada nessa relação, de um respeito mútuo, seja na questão de gênero, seja na questão entre as pessoas.

Nós estamos aí adoecendo a sociedade, por essa intolerância e por essa violência – que ataca especialmente meninas vulneráveis, de zonas de periferias, mas também de zonas urbanas –, que são significativas. Então, eu me incorporo a essas manifestações, apoiando integralmente o projeto que estamos discutindo nesse momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu louvo a iniciativa da Deputada na Câmara, autora do projeto, e o Relator Humberto Costa, aqui da Comissão de Constituição e Justiça. Trata-se realmente de um projeto de lei de grande envergadura, denso e que dignifica mais ainda a mulher brasileira.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... da Câmara dos Deputados nº 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 618, com as ressalvas que apresenta e com as Emendas de Redação nºs 1, da CCJ, e 2.

A matéria vai ao Plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, há um requerimento, que eu apresentei, sobre a mesa, pedindo urgência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer multas para partidos e candidatos nos casos de não prestação e desaprovação das contas de campanha.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 30/05/2018, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Senador Ronaldo Caiado?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sim?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pelo que eu entendo...

Estamos em processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Estamos em processo de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – A alteração da Lei 9.504 aplica uma multa, nesse caso do projeto, mas outras sanções permanecem na legislação, como, por exemplo, a perda de recebimento da cota do fundo?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Isso não muda em nada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – E também a possibilidade de responder por abuso de poder econômico permanece?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – SIM, 16; NÃO, 0.

Abstenção, 0.

Em homenagem às mulheres brasileiras, está aprovado o projeto e Emenda nº 1-CCJ. (*Palmas.*)

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, o item 3 já está pronto para ser votado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nós vamos votar primeiro os terminativos, enquanto temos quórum qualificado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em seguida, passaremos ao item 3.

Item 9.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Item 8, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 9.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela ordem.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Eu não queria ler agora. Aqui tenho uma emenda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ah, certo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para facultar aos proprietários de veículos o pagamento do prêmio do seguro em doze.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal;

- Em 09/05/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria.

Em discussão, portanto, o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – É muito claro, Sr. Presidente, o projeto: é para parcelar o prêmio do seguro ao proprietário do veículo. Apenas isto: dar essa liberalidade para o proprietário do veículo, no caso da questão relacionada ao seguro por danos pessoais causados por veículos automotores via terrestre ou por sua carga a pessoas transportadas ou não, e para facultar exatamente essa condição de pagar em parcelas iguais e consecutivas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – É a explicação da Relatora Ana Amélia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pela Relatora.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não é só parcelar... A gente quer diminuir... É um absurdo, é um roubo isso! (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, o item 10 está pronto também. Podemos votar. É terminativo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O item 20 também, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Presidente, há número para votação nominal. No item 3, só falta o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu não entendi a indagação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – No item 3, só falta votar o turno suplementar. O primeiro turno já foi votado na reunião anterior. Como há quórum, para não atrasar o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador, nós faremos a votação ainda hoje; tanto faz ser agora como daqui a pouco. Vamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – É que eu estou vendo que itens que estão lá na frente... Depois do item 3 não vem o 9, o 21? O nosso é o 3!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Voltaremos ao 3 ainda hoje. Votaremos o 3, que não é terminativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pode acontecer que não tenhamos número quando V. Exª decidir.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, o item 8 também é terminativo e está em turno suplementar. Só estão faltando algumas emendas. Nós poderemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu vou atender V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Não tenho a menor dúvida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu havia solicitado também, Senador Valadares, pela relevância que tem para as pessoas deficientes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – As pessoas deficientes! Exatamente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já votamos os itens 1 e 2?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi a votação mais rápida, Presidente Renan Calheiros. Foi uma votação fulminante! A Zona Franca de Manaus tem a mais poderosa Bancada desta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Quer dizer que eu cheguei atrasado?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; a votação foi em segundos, Presidente Renan Calheiros! Em segundos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª nunca se atrasa; estava em outras comissões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele nunca está atrasado; está sempre no horário. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Pelo menos valeu a intenção – não é, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Valeu a intenção.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Valeu a intenção de votar contra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Srs. Senadores já votaram...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já que o senhor veio ajudar a Zona Franca, Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vou encerrar a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... permaneça aí porque nós precisamos do seu voto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Foram 14 votos SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O projeto foi aprovado, e o substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 3, Senador Valadares.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Muito bem! Muito bem, Senador Lobão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sr. Presidente, esse projeto é da maior importância, porque ele protege os deficientes na sua capacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de realizar determinados direitos civis. Por exemplo, alguém pode expressar a vontade de se casar. Pela lei atual, isso não é possível. Esse projeto abre essa possibilidade e esse espaço para deficientes, por exemplo, com síndrome de Down, que podem, de um momento para outro, ser impossibilitados ou impedidos pela Justiça de praticar atos da vida civil. O projeto visa a isso, isto é, dar autonomia ao deficiente em qualquer situação, desde que ele possa expressar a sua vontade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 757, de 2015.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 757, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo.

Observações:

- Em 06/06/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 757, de 2015, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Votação nominal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação... Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 2017

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, para permitir ao contribuinte que tenha sua declaração retida para revisão o direito de apresentar documentação e de comprovar a regularidade das informações a qualquer momento, independentemente de intimação por servidor da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- em 06/06/2018, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- em 13/06/2018, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Hélio José;

- votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir a leitura do relatório e da Emenda nº 1.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – V. Exª quer que eu leia o relatório ou só a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – É só a emenda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Então, em relação à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Hélio José, opinamos pelo seu acolhimento. De fato, é necessária essa ponderação entre a prioridade a quem voluntariamente entrega documentos comprobatórios da regularidade e a segurança de apreciação das declarações que estão próximas à decadência, de forma a não ocasionar prejuízos ao Fisco, que correria o risco de perder o direito de efetivamente lançar a cobrança nesses casos.

É um aprimoramento essa emenda do Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

Trata-se de matéria terminativa. A votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria aproveitar, enquanto os Senadores votam, Presidente Edison Lobão, para lembrar o trabalho que as APAEs realizam em relação à educação especial em todo o País. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, esta instituição, a APAE, tem um trabalho extraordinariamente valoroso. Estive com eles em Esteio, com o Presidente da Federação das APAEs do Rio Grande do Sul. Eles sempre lutam com muita dificuldade. Essa foi uma instituição criada pela necessidade dos próprios pais e amigos de crianças e adultos deficientes, mas que, hoje, está coberta por essa lei que agora estamos aprovando. Elas precisam do nosso apoio sempre. Foi uma grande vitória o Congresso ter aprovado, na Meta 4 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o termo "preferencialmente na educação especial".

Então, aproveito para fazer esse registro, enquanto os Senadores votam essa matéria tão relevante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sr. Presidente, de igual modo, quero registrar a importância, a relevância dos serviços prestados pela APAE no Estado do Amazonas. É forçoso reconhecer a dedicação e a importância dessa instituição para milhares e milhares de famílias neste País que precisam de uma mão amiga em horas difíceis, e, muitas vezes, apenas a APAE está presente.

Recebemos, inclusive, uma carta da Associação de Pais e Amigos do Down no Amazonas apoiando esse projeto. E eu quero aqui, em nome deles, manifestar o voto do Amazonas favorável a esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, eu quero só parabenizar o autor desse projeto constante do item 10, o meu colega Senador Ronaldo Caiado, e também o Relator, com relação a esse projeto tão importante que dá uma facilidade maior a todos os contribuintes do Imposto de Renda, porque lhes permite corrigir as informações. Hoje, a partir do momento em que você entrega, tem de esperar a Receita Federal notificar e até multar; agora você pode fazer a correção a qualquer momento.

Parabéns ao autor do projeto e também ao Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, como autor do projeto, tive a honra de ter o colega Lasier Martins como Relator. Dentro daquela sugestão nossa, apresentada em forma de projeto de lei, ele não só relatou, como também melhorou, ao acolher a emenda que propõe dar maior transparência e também não causar nenhum prejuízo ao Fisco. Então, eu agradeço ao nobre colega Senador Lasier.

Ao mesmo tempo, peço aos demais colegas o voto favorável, para que possamos ter uma diminuição desse processo burocrático e a antecipação de todo cidadão que amanhã precise prestar maiores esclarecimentos à Receita Federal, para que não tenha que ficar apenas no aguardo de um prazo para que apresente seus documentos.

Como tal, Sr. Presidente, agradeço ao nobre Relator e aos demais pares e solicito a votação favorável ao projeto, com a alteração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Cumprimento V. Exª pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devo admitir que, de fato, as APAEs prestam um serviço significativo ao País. Por dever de justiça, devo dizer que, no Governo do Presidente José Sarney, as APAEs estavam sendo extintas, e o Presidente impediu que isso acontecesse. Devemos, portanto, ao ex-Presidente Sarney esse trabalho de natureza social profundo que foi realizado.

Os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – São 14 votos SIM; nenhum voto contrário.

Abstenção: 0.

O projeto foi aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, que "dispõe sobre a qualificação das organizações sociais e dá outras providências", para atualizar os critérios e requisitos para seu enquadramento e estabelecer novas regras para a celebração, controle e rescisão dos contratos de gestão.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável às Emendas n° 4-S e 5-S, favorável à Emenda n° 8-S, nos termos da subemenda que apresenta, pela rejeição das Emendas n° 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S e pela aprovação da emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 06/06/2018, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 427, de 2017, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o

art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo

Substitutivo integral;

- Em 12/06/2018, foram apresentadas as Emendas nºs 4-S a 13-S, de autoria do Senador José Pimentel (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vamos direto à análise das emendas apresentadas pelo Senador José Pimentel.

Nos termos dos art. 282 e 283 do Regimento Interno do Senado Federal, sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei em turno único, será ele submetido a turno suplementar, quando poderão ser oferecidas emendas nas comissões competentes, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Devem ser acatadas as Emendas nºs 4-S e 5-S, uma vez que efetivamente harmonizam a terminologia da Lei das Organizações Sociais ao Código Civil de 2002. De fato, o Código refere-se às associações como entidades sem fins econômicos e não somente sem fins lucrativos. Essa expressão torna a terminologia mais clara.

A Emenda nº 8-S deve ser parcialmente acatada, nos termos de subemenda abaixo apresentada. Há exigências importantes e que aperfeiçoam o texto legal, como a de impedir a celebração do contrato de gestão por organização social que esteja omissa no dever de prestar contas, tenha suas contas rejeitadas, ou cujos dirigentes tenham sido condenados por improbidade administrativa. Também deve ser acatada a previsão de objetos que não sejam celebrados por contrato de gestão, como atividades privativas de Estado, ou a prestação apenas de suporte administrativo.

Entretanto, há algumas disposições muito amplas que geram insegurança jurídica ou que se tratam apenas de repetições desnecessárias do que já está contemplado na Emenda. Dessa maneira, propõe-se a supressão de alguns dispositivos, conforme subemenda abaixo apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 6-S deve ser rejeitada, pois tenta espelhar o regime jurídico da Lei nº 13.019, de 2014, para as organizações sociais, o que é incompatível com as finalidades da Lei nº 9.637, de 1998. Aqui deve haver um pouco mais de flexibilidade, considerando que o Poder Público muitas vezes incentiva a criação dessas entidades que não têm como comprovar requisitos como as demais entidades sem fins lucrativos. Por essa mesma razão, deve ser rejeitada a Emenda nº 10-S.

A Emenda nº 7-S, ao estabelecer a instituição de Comitês Gestores, prevê a criação de órgão público do Poder Executivo federal, o que é vedado à iniciativa parlamentar, por força do art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal. A Emenda nº 13-S deve ser rejeitada pela mesma razão.

Diante do exposto, Sr. Presidente, vota-se pela aprovação integral das Emendas nºs 4-S e 5-S, pela aprovação da Emenda nº 8-S, nos termos de subemenda abaixo apresentada, pela rejeição das Emendas nºs 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S e pela aprovação da emenda de redação abaixo apresentada.

É esse o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Proferido o relatório, agora concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para também se manifestar sobre a emenda apresentada pelo Senador Wilder Morais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de uma emenda de adequação redacional por que passa o dispositivo do projeto de lei a ter a seguinte redação:

> [...] caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

Trata-se de uma emenda meramente redacional, e o parecer é pela sua aprovação.

Está feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores sobre se podemos realizar uma votação única para o substitutivo, as emendas e a subemenda, nos termos dos pareceres.

Em votação. (*Pausa.*)

Vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

O.k. Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Aprovado por 14 votos; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovado, em turno suplementar, e as Emendas nºs 4, da CCJ, 5, 8, nos termos da Subemenda nº 1, da CCJ, e 14, de Redação.

Rejeitadas as Emendas nºs 6-S, 7-S, 9-S, 10-S, 11-S, 12-S e 13-S.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário* da Casa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Extrapauta. Não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto.

A Relatora é a Senadora Rose de Freitas, que aqui não se encontra. Peço ao Senador Antonio Carlos Valadares que atue como Relator *ad hoc.*

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Como Relator.) – Presidente, como a matéria já foi distribuída ao Plenário, para ganharmos tempo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Faça a leitura, só a leitura. Adianta, para a próxima.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Não foi lido ainda, não?

Então, farei a leitura completa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Só adianta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – V. Exª poderá resumir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Vou fazer um resumo.

Passemos à análise.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 99, de 2017, tendo em vista que: compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios propor a legislação que cuide da remuneração de seus serviços auxiliares, o que deve ser feito por lei federal, a teor do disposto nos arts. 96, inciso II, alínea "b", e 236, §2º, da Constituição Federal; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alíneas "f"' e "l", do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nessa hipótese, notadamente sobre os emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro vinculados ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Como a União tem competência para dispor sobre a organização judiciária relativa a esse Tribunal e como os titulares dos serviços extrajudiciais são agentes públicos, a competência desta CCJ pode ser encaixada nos mencionados dispositivos do Regimento Interno.

Cremos indispensável e urgente a aprovação do PLC nº 99, de 2017, porquanto o Decreto-lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, que fez valer o ainda vigente Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal, de fato exige uma atualização – e já desde há muito, diga-se –, a fim de que se promova um justo equilíbrio na relação entre a remuneração dos registradores e tabeliães atuantes no Distrito Federal, de um lado, e a capacidade contributiva daqueles que se utilizam dos serviços por eles prestados, de outro lado.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, solicito vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista concedida a V. Exª, nos termos regimentais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista coletiva.

Item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, de 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre o Conselho Tutelar.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa*

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Antes de conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, ouço o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria apenas registrar a importância da aprovação do projeto sobre organizações sociais. Eu apresentei esse projeto com base na nossa experiência de São Paulo, que deu muito certo do ponto de vista da ação das políticas sociais do Estado. O Senador Wilder fez um magnífico relatório.

Queria agradecer também ao Senador Pimentel, que tinha muitas ideias a esse respeito, mas soube selecionar aquelas que eram mais relevantes.

Aprovamos um projeto, Sr. Presidente – precisamos ter consciência disso –, muito importante. Agora temos de fazer o trabalho na Câmara dos Deputados, para que ele possa virar realidade.

Queria me congratular, agradecer de um lado e, de outro, me congratular com os integrantes desta Comissão. Fizemos um bom trabalho neste aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Sr. Presidente, o projeto de lei que vem a esta Comissão é de autoria da Senadora Lídice da Mata e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Desde logo, impende observar, Sr. Presidente, que a proposição sob exame foi apresentada antes do advento da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que promoveu, na Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Criança e do Adolescente (ECA), diversas alterações relativas aos conselhos tutelares, muitas delas, por sinal, coincidentes com algumas das agora alvitradas pelo PLS nº 631, de 2011.

O projeto é composto de quatro artigos, descritos a seguir.

O art. 1º pretende promover alterações em conjunto nos arts. 132 a 136 e 139 do ECA, mediante alterações no *caput* do art. 132, e o acréscimo dos §§ 1º e 2º ao mesmo dispositivo, no sentido de garantir que não haja mais a quantidade mínima de apenas um conselho tutelar por Município, mas, sim, a de um conselho por microrregião ou região administrativa.

Um §3º acrescido igualmente ao art. 132 determinará a redução do limite máximo de 150 mil para 75 mil habitantes por conselho tutelar.

Por meio da adição dos incisos IV a VII ao art. 133, passarão a ser requisitos necessários à candidatura a membro do conselho tutelar (além de idoneidade moral, idade mínima de 21 anos e residência no respectivo município, já hoje exigidas) educação básica completa.

O acréscimo dos §§ 1º a 3º do art. 133 importará em que: para efeitos do reconhecimento da idoneidade moral do candidato a membro do conselho tutelar, de que trata o inciso I do artigo, será considerado inidôneo aquele que tenha antecedentes criminais ou responda a processo por violência doméstica e familiar contra a mulher; para efeitos da demonstração de conhecimento acerca da legislação básica de proteção à criança e ao adolescente, de que deve tratar o inciso VI do artigo, o candidato terá de obter aproveitamento mínimo de cinquenta por cento em teste sobre o ECA; para efeitos da comprovação de participação nos eventos mencionados no inciso VII ventilado para o artigo, os correspondentes certificados devem totalizar carga horária mínima de 180 horas.

A redação proposta para o art. 134, Sr. Presidente, não traz grandes inovações em relação às já promovidas pela Lei nº 12.696, de 2012, salvo pela explicitação da garantia de descanso semanal remunerado aos conselheiros tutelares (inciso III); com o texto sugerido para o art. 135, o projeto pretende abolir o direito dos conselheiros tutelares à prisão especial em caso de crime comum; ao adicionar um inciso XII ao art. 136, incluir-se-á entre as atribuições dos conselhos tutelares a de manter registro das oitivas realizadas e dos documentos recebidos, bem como histórico do atendimento prestado, até que o atendido complete 21 anos de idade (o texto cogitado para o parágrafo único do mesmo artigo versa sobre o afastamento, pelos conselhos, da criança ou adolescente do convívio familiar, em nada inovando em relação ao que já fez a Lei nº 12.696, de 2012).

Visa-se à completa reformulação do art. 139, detalhada abaixo: o *caput* passará a prever que os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal, pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores dos municípios e do Distrito Federal; de acordo com o §1º e seus incisos, a eleição dos conselheiros será realizada simultaneamente em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui ele trata do processo de eleição. O art. 2º do PLS nº 631, de 2011, busca inserir no ECA, concomitantemente, os arts. 135-A, 139-A, 139-B, 140-A, 249-A, 258-C e 262-A, com as finalidades abaixo especificadas.

Então, está bem claro. Todos leram quais são essas finalidades, Sr. Presidente.

O art. 3º cria uma regra de transição, estipulando que, independentemente de sua duração, o mandato dos conselheiros tutelares em exercício, quando do advento da lei, acaso resultante do PLS, se extinguirá com a posse dos que forem eleitos no primeiro pleito simultâneo realizado no País.

Análise.

No que concerne à juridicidade, o projeto possui o atributo da generalidade e é consentâneo com os princípios gerais do Direito. Enfim, o projeto está muito bem formulado.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, soam-nos razoáveis e pertinentes os fundamentos esposados na justificação do PLS nº 631, de 2011, mediante os quais fica demonstrada a necessidade de preencher certas lacunas da legislação federal sobre a matéria, em especial diante das discrepâncias que se têm observado no funcionamento dos diversos conselhos tutelares, causadas exatamente por tais omissões. Todavia, cremos que alguns importantes incrementos podem ser conjeturados para a proposição.

E, aí, Sr. Presidente, a gente segue na análise mais profunda.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 631, na forma da seguinte emenda substitutiva.

E tivemos que apresentar uma emenda substitutiva, Sr. Presidente, por essa razão de que falei: como o projeto é anterior ao ano de 2012, várias modificações aqui propostas já foram englobadas na legislação. Portanto, apresentamos o substitutivo e votamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/MDB - MS) – Presidente, eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista concedida a V. Exª.

Vista coletiva.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Senador José Pimentel, ex-Presidente desta Comissão, destemido e competente, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 10, de 2018, que cria o Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De modo resumido, propõe-se a criação de Conselho vinculado à CAE com caráter consultivo, especialmente destinado a auxiliar o Senado Federal na tarefa de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, bem como elaborar estudos, discutir e organizar eventos sobre possíveis melhorias do sistema.

O Conselho será composto por oito membros indicados pelo Presidente da CAE, sendo: um representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil; um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); um representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM); dois representantes do setor produtivo; e três cidadãos com notório conhecimento em áreas afetas à atuação do Conselho.

Nos termos do projeto, a participação no Conselho será em caráter voluntário e seus membros não farão jus a qualquer tipo de remuneração.

Os detalhes do funcionamento e da indicação dos membros serão definidos em regimento interno aprovado pela CAE.

Conforme a justificação, a CAE ressalta que a avaliação periódica a cargo do Senado Federal, nos termos do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, não tem sido realizada a contento. Não obstante iniciativas recentes, aponta que é necessário institucionalizar o processo de avaliação do sistema tributário nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi despachada a esta CCJ.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete a esta CCJ examinar a constitucionalidade, juridicidade e mérito das proposições a ela despachadas por decisão da Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade, uma vez que fora apresentado por Comissão desta Casa e trata de seus trabalhos internos legislativos e fiscalizatórios.

Para se afastarem dúvidas, não há que se falar em violação à separação de poderes no presente caso pelo fato de haver membros do Conselho oriundos do Poder Executivo. Em primeiro lugar, a participação no Conselho é meramente facultativa e sem remuneração, cabendo aos órgãos responsáveis indicar ou não um representante. Além disso, as manifestações do Conselho são meramente opinativas e não vinculam a atuação de qualquer órgão do Senado Federal.

No tocante ao mérito, deve ser louvada a iniciativa da CAE em fortalecer a competência do Senado Federal de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional, que, nos termos do art. 393-A e seguintes do RISF, deve ser objeto de relatório conclusivo elaborado por grupo de Senadores designado pelo Presidente daquela Comissão e submetido ao Colegiado em caráter terminativo.

Embora exista a previsão regimental para a requisição de documentos e informações de diversos órgãos públicos, é necessário aprofundar os mecanismos de cooperação institucional entre o Senado Federal, o Poder Executivo dos diversos entes da Federação, o setor produtivo e a sociedade como um todo.

É mais do que sabida a necessidade e urgência de uma reforma tributária no Brasil que permita reduzir as desigualdades entre os contribuintes. Boa parte dos tributos no Brasil tem forte marca regressiva recaindo com maior ônus sobre as pessoas de menor renda, o que causa o aumento da desigualdade. E uma reforma consistente somente poderá ser feita se tivermos diagnósticos sólidos sobre o nosso sistema tributário.

Desse modo, é positiva a iniciativa do presente Projeto para que o Senado Federal efetivamente contribua com essa reflexão, oferecendo alternativas e propostas ao modelo tributário vigente.

Voto.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 10, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é esse o nosso parecer.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vista, Sr. Presidente. Quero pedir vista dessa matéria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pedido de vista?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vista concedida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi pedida vista?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apenas para sublinhar o caráter pertinente do projeto do Senador Pimentel, que vai na linha de aperfeiçoamento de políticas públicas. É um projeto que merece ser bem analisado e bem aprovado na minha opinião. Queria deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A ata registrará a manifestação de V. Exª de reconhecimento ao Senador Pimentel.

Item nº 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2015

- Terminativo -

Acrescenta o art. 38-A a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para obrigar a gravação e manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, o áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Presidente, caros Senadores e Senadoras, a começar pela experiência do Autor, Senador Antonio Anastasia, que tem se preocupado, nas suas iniciativas legislativas, com o aperfeiçoamento, a desburocratização no setor público e a eficiência, eu vou direto

Eu vou direto ao voto, pela simplicidade da matéria, e até porque a emenda que eu apresentei corrige dúvidas em relação, por exemplo, às instituições que têm o controle da União e que são de capital misto, como é o Banco do Brasil, como é a Caixa Econômica Federal e outras instituições estaduais, bancos estaduais que ainda sobrevivem, como é o caso do Banrisul, porque se estaria aí invadindo a questão relacionada ao sigilo bancário. Então, isso está preservado na emenda que eu apresento.

Por todos os motivos, opinamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 398, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, na forma da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao art. 38-A da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2015, a seguinte redação:
> "Art. 38-A. As entidades mencionadas no art. 1º, parágrafo único, inciso II, desta Lei ficam obrigadas a gravar e manter, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, o áudio das sessões deliberativas dos seus conselhos de administração e fiscal, e de órgãos com funções equivalentes, se houver."
> Parágrafo Único [e aqui está, exatamente, o resguardo]. Não se aplica tal obrigatoriedade às empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição.

Esse é o voto singelo de uma lei também simples e desburocratizante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Emitido o parecer, fica adiada a discussão.

Item nº 19.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2017

- Terminativo -

Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.

A Relatora é a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Da mesma forma, não vou ao voto, porque o voto é simplesmente favorável. Mas vou ler apenas por dever de ofício e também pela relevância dessa matéria, que trata de doação de órgãos, cumprimentando a iniciativa do Senador Lasier Martins.

No mérito, consideramos louvável essa medida inovadora abraçada pelo projeto em análise, pois está muito bem ajustada ao espírito do §4º do art. 199 da Constituição, no qual já está prevista a disponibilidade de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e de acordo com o qual "a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, o princípio da proteção integral da vida, cujo marco constitucional está presente no caput do art. 5º da Carta Magna, encontra, inclusive, respaldo normativo no art. 2º do Código Civil, no qual se prevê que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Então, é dessa maneira, Sr. Presidente, que estamos fazendo o entendimento.

Deve ser desde logo assinalado que as disposições normativas mais relevantes sobre o tema estão mais bem ancoradas na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências" (Lei dos Transplantes). Nessa lei, sobressai-se o tratamento dado à "retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou para finalidade terapêutica", mediante o qual fica tal retirada condicionada – nos termos da redação dada ao seu art. 4º pela Lei nº 10.211, de 23 de março de 2001 – à "autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte".

Ao mesmo tempo, o *caput* do art. 14 do Código Civil considera "válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte".

Acrescente-se que, recentemente, foi editado pelo Presidente da República o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que "Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento", ab-rogando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997.

Esse novo Decreto, no que concerne à disposição *post mortem* de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplantes ou enxerto, primeiramente trata do tema em caráter geral, no seu art. 17, ao dispor sobre a necessidade de "consentimento expresso da família" para a retirada dessas partes do cadáver, e logo em seguida, no seu art. 20, tratando mais especificamente do mesmo tema, condiciona essa retirada *post mortem* de órgãos, tecidos e partes do corpo humano ao "consentimento livre e esclarecido da família do falecido, consignado de forma expressa em termo específico de autorização".

Feitas essas considerações iniciais, deve ser assinalado que o tema em análise tem assento na questão da tutela dos direitos da personalidade, assim considerados aqueles "enraizados na esfera mais íntima da pessoa e não mensuráveis economicamente, voltados à afirmação dos seus valores existenciais", ou, ainda, como sendo "direitos essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana, em que se convertem as projeções físicas, psíquicas e intelectuais do seu titular, individualizando-o de modo a lhe emprestar segura e avançada tutela jurídica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim é que, em princípio, os tecidos, órgãos e partes do corpo humano não seriam suscetíveis de livre disposição, como corolário do princípio segundo o qual os direitos da personalidade seriam indisponíveis. Todavia, o Código Civil houve por bem relativizar tal indisponibilidade, admitindo que tal disposição possa ser feita desde que prevista em lei, tanto no caso de pessoas vivas, por exigência médica – mesmo que importe diminuição permanente da integridade física, ou contrarie os bons costumes – (*caput* do art. 13), ou para fins de transplante (parágrafo único do art. 13), como para depois da morte, desde que, neste caso, seja feita por disposição gratuita e com objetivo científico ou altruístico (*caput* do art. 14).

A primeira questão que se coloca, no âmbito da relatividade da indisponibilidade admitida pela lei quanto à proteção dos direitos da personalidade, notadamente no que tange à disposição de partes do corpo humano para depois da morte do titular desse direito, é se a autonomia da vontade do titular do direito de personalidade seria suficiente para a consumação da retirada dessas partes do corpo humano, ou se seria lícito admitir que a família do falecido pudesse se contrapor à sua vontade e, assim, impedir essa doação, ainda que o doador já tivesse se manifestado expressa e validamente a respeito.

A outra questão diz respeito ao conflito de leis no tempo, tendo em vista que o Código Civil aborda a matéria da disposição do próprio corpo para depois da morte sem a condicionante do consentimento da família do morto que foi estatuída anteriormente na Lei dos Transplantes.

No primeiro aspecto, estamos convencidos de que a autonomia da vontade do titular do direito da personalidade – com amparo no texto do Código Civil, que expressamente lhe permite manifestar-se validamente pela doação de partes do seu corpo para depois da morte – é bastante para que a sua vontade seja respeitada sem interferências de sua família, desde que a disposição seja gratuita e com objetivo científico ou altruístico.

Isso porque tal decisão envolve aspectos da individualidade da pessoa do sujeito, relativamente ao que lhe é próprio, isto é, seu corpo, vivo ou morto. Trata-se de direito subjetivo essencial à sua pessoa, que, portanto, diz respeito a atributos específicos da pessoa humana, de maneira que, no nosso modo de ver, não há dúvida de que a manifestação dessa pessoa, quanto à disposição das partes de seu corpo, tal como prevista no Código Civil, merece a devida tutela jurídica e deve ficar livre de interferências alheias, ainda que da própria família do morto.

Quanto ao outro aspecto, se a Lei dos Transplantes, que foi editada em 1997 e posteriormente modificada em 2001, é anterior ao Código Civil, que é de 2002, e também disciplinou a mesma matéria, embora parcialmente, deve ser levado em conta que, sendo os dois corpos normativos editados por intermédio de lei ordinária, há de ser observado o disposto no §1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), segundo o qual a lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso porque, se Lei dos Transplantes era mais restritiva ao condicionar a retirada de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano após a morte ao consentimento da família, o Código Civil, que lhe é posterior, tornou essa questão mais flexível, uma vez que, por intermédio do *caput* do seu art. 14, veio simplesmente decretar ser "válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no tordo ou em parte, para depois da morte", deixando de mencionar alguma restrição no que se refere à necessidade de consentimento da família.

Eu vou ainda economizar.

Na realidade, essa lacuna que apresentamos ou obscuridade legislativa, que tem levado alguns a sustentarem a necessidade de sempre se indagar à família a respeito do seu consentimento quanto à doação de órgão e tecidos, se deve à falta de um texto expresso, que deixasse explícito o âmbito de aplicação das disposições normativas, de maneira que a Lei dos Transplantes deveria ser suficientemente clara quanto ao requisito do consentimento familiar, que deveria ser somente exigido nos casos em que o doador, em vida, não tenha se manifestado a respeito, seja a favor ou contra a doação, em interpretação sistêmica do ordenamento jurídico, que assim harmonizaria os citados arts. 4º, da Leis dos Transplantes, e 14, do Código Civil.

Ademais, no âmbito dessa mesma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, jamais poderia ser olvidado o já mencionado ditame constitucional que impõe ao legislador ordinário a criação de condições legislativas que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, sendo vedado todo tipo de comercialização (§4º do art. 199 da Constituição Federal).

Assim, é possível concluir que a não exigência de autorização da família, quando o próprio doador, em vida, tenha assim se manifestado validamente a respeito, é, inquestionavelmente, uma regulação que torna mais fácil a doação de órgãos e, com efeito, tem a capacidade de minorar consideravelmente a qualidade de vida daqueles que, desesperadamente, necessitam de órgãos doados para prorrogar, com dignidade, as suas próprias vidas.

Com esse relato, eu até poupo a leitura, porque vai ser repetitiva a manifestação, e vou direto ao voto, então, Sr. Presidente.

Em razão do que foi exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 453, de 2017, de autoria do Senador Lasier Martins, com os cumprimentos pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Emitido o parecer, fica adiada a discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Mas eu ainda estou aqui. Eu queria ler. Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu não ouvi.

Vamos reabrir, cancelar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela merece, porque o assunto que ela vai trazer é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vamos cancelar o encerramento e ouvir o Senador Serra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – ... e a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu peço desculpas de não ter estado aqui. A nossa Comissão acabou agora e não pude vir antes.

É o item 6 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senadora, para o item 6 da pauta, a Presidência tem que fazer o anúncio, o pregão do projeto, para que possamos, então, cuidar dele.

Antes, o Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, apenas para sublinhar a correção do relatório da Senadora Ana Amélia.

É um avanço muito grande na área de transplantes o fato de que, bastando a autorização daquele que é o doador do órgão, a família não tem condições de interferir. Se a doação é decidida pela pessoa, ela tem caráter impositivo e não necessita da autorização da família. Isso vai acelerar os transplantes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, que já é segundo país do mundo nessa matéria. Nós fizemos um avanço muito grande nos últimos anos.

Nesse sentido, parece-me extremamente pertinente o projeto da Senadora Ana Amélia e, oxalá...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Do Lasier Martins.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do Lasier, de que V. Exª é Relatora, é um projeto gaúcho. E temos a expectativa de que possa ser aprovado logo. É uma coisa que terá uma boa repercussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero agradecer, Presidente, o registro. Não é ninguém mais, ninguém menos do que o ex-Ministro da Saúde, o homem que criou uma instituição muito importante em São Paulo, o Instituto do Câncer, o Icesp, e também a Lei dos Genéricos, que o Brasil todo reconhece.

É bom lembrar essas questões, porque, às vezes, a memória esquece coisas relevantes para o País, ao agradecer a referência que o Senador Serra faz a essa matéria, que também considero de um alcance social quando diz que milhares de brasileiros poderiam ser salvos com essa lei mais clara.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – A palavra do Senador Serra é sempre muito bem considerada, assim como a dos demais Senadores desta Comissão. Espero, portanto, que o Senador Serra aqui se encontre na próxima semana para poder votar esse projeto de lei.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda de poder familiar.

Autoria: Deputada Laura Carneiro

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Concedo a palavra à Relatora para proferir o seu parecer.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Este projeto foi apresentado em 13 de junho de 2017, pela Deputada Laura Carneiro. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei nº 7.874, havendo sido remetido ao Senado Federal pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 12 de março de 2018.

O projeto foi, então, distribuído à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na qual estamos agora.

Na CDH, apresentamos detalhado relatório pela aprovação da matéria, cujo teor recuperamos, em grande medida. Foi assentado na CDH, segundo os termos do parecer aprovado, que o projeto é justo e razoável, pois não faz sentido manter o poder familiar de quem atente contra as pessoas com as quais, ou sobre as quais, esse poder é exercido. Igualmente, a proteção às crianças e aos adolescentes demanda que, por cautela, seja prevista a perda do poder familiar dos autores de crimes de estupro ou outros crimes contra a dignidade sexual puníveis com reclusão praticados contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar.

Conforme afirmado no parecer da CDH, "cuida-se, enfim, de reafirmar que o poder familiar é instituído em favor da família e de seus membros, e não uma liberdade absoluta para cometer quaisquer violências ou iniquidades contra a própria família. Reconhecer isso é uma questão no mínimo de bom senso, pois a dignidade das pessoas, inclusive mulheres e crianças, não pode estar sujeita aos impulsos violentos e arbitrários de ninguém".

O art. 1º trouxe o objeto do projeto para dispor que a sua finalidade é alterar o Decreto-Lei no 2.848, de 1940 (Código Penal), a Leis 8.069, de julho de 1990, e a Lei no 10.406, de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, filho ou filha ou outro descendente.

O art. 2º do projeto busca alterar o inciso II do *caput* do art. 92 do Código Penal, para dispor que será um dos efeitos específicos da sentença penal condenatória a incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra filho ou filha ou outro descendente, tutelado, curatelado ou outrem igualmente titular do mesmo poder familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º, por sua vez, modifica a redação do §2º do *caput* do art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor que a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, filho ou filha ou outro descendente.

O art. 4º do projeto acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 1.638 do Código Civil, com as finalidades abaixo especificadas: far-se-á com que, nos termos do §1º, além das hipóteses previstas no *caput* do art. 1.638 do Código Civil, haja também a perda do poder familiar, por ato judicial, àquele que praticar algum dos seguintes crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar; homicídio, feminicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, e o estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão; o §2º acrescido igualmente ao art. 1.638 do Código Civil determinará a perda do poder familiar, por ato por ato judicial, daquele que praticar contra filho, filha ou outro descendente homicídio, feminicídio, lesão corporal de natureza grave, quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica, estupro e tal.

Na verdade, o que é? Poderia um pai cometer um crime de estupro contra uma filha e continuar com o pátrio poder, mas, enfim, resumo o que nós estamos agora tornando possível.

Finalmente, o art. 4º do projeto carreia a cláusula de vigência, ao estabelecer que a lei porventura decorrente da aprovação do projeto entrará em vigor da data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a proponente argumenta que "a violência contra mulheres tem aumentado em proporções alarmantes no Brasil, exigindo medidas mais concretas e mais eficazes, a fim de proteger não apenas as mulheres, mas também os filhos que ficam expostos a esse tipo de ambiente degradante". Nesse quadro de violência, "a suspensão do poder familiar nessas hipóteses se impõe como instrumento necessário e urgente de proteção aos filhos, não podendo aguardar um trâmite burocrático demorado, de modo que a medida deve ser imposta imediatamente".

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não há nada a opor ao PLC nº 13. No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois se encontra aferida com esteio nos seguintes critérios: adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; generalidade normativa; inovação ou originalidade da matéria; e compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito, é preciso mencionar, desde logo, que a alteração veiculada pelo art. 2º do projeto ao art. 92, inciso II, do Código Penal, promove a necessária atualização do conceito de poder familiar, antes referido como "pátrio poder". Trata-se de mais uma iniciativa de adequação da linguagem expressa pela legislação ao princípio da igualdade de gênero irradiado pela Constituição Federal nos arts. 5º, inciso I, e 226, §5º.

Além disso, a alteração pretendida ao art. 92, inciso II, do Código Penal amplia os efeitos específicos da sentença penal condenatória para alcançar a incapacidade para o exercício do poder familiar. Anotamos que não se trata de um efeito automático da condenação, pois deve ser reconhecido pela sentença, de modo fundamentado. Assim, para que haja a perda da capacidade para o exercício do poder familiar, é preciso que o titular do poder familiar seja condenado por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, cometido contra filho ou filha ou outro descendente, tutelado, curatelado ou outrem igualmente titular do mesmo poder familiar. Pouco importa, nesses casos, qual foi o montante da pena de reclusão, ou o regime de início do seu cumprimento, importando somente se tratar de crime apenado com a reclusão.

Além disso, a alteração pretendida pelo projeto estende a incapacidade para o exercício do poder familiar à pessoa que cometer crime doloso sujeito à pena de reclusão e cometido contra descendentes (netas e netos, por exemplo) e contra quem compartilha o poder familiar exercido sobre a prole comum. Na atual redação, tal efeito da condenação se restringia a crime cometido somente contra filho (e filha). O projeto também torna mais clara a redação do dispositivo ao mencionar a "filha" – antes, possibilidade subjacente no texto – como sujeito passivo dos ilícitos penais que ensejarão a referida incapacidade.

Embora a redação atual do art. 92, inciso II, do Código Penal seja de aplicação rara nos tribunais, ou por esquecimento do magistrado, ou porque este se convencia de sua inutilidade no campo reeducativo e pedagógico, parênteses, (lembre-se que o efeito da perda do poder familiar é permanente, o que pode fomentar a impossibilidade de reconciliação do pai ou da mãe em relação ao filho, mesmo após o cumprimento integral da pena), o fato é que a lei civil já prevê uma forma de suspensão (mas não de perda, diga-se) do poder familiar em caso de condenação penal. O art. 1.637, parágrafo único, do Código Civil dispõe que "suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão". Assim, na hipótese de suspensão do poder familiar, pouco interessa se o delito é apenado com pena de reclusão ou detenção (pois o dispositivo somente menciona a prisão) ou mesmo se o crime teve como vítima o filho. O fundamento para a suspensão do poder familiar é a prisão efetiva do condenado, em regime incompatível com o exercício do poder familiar, como é o caso do condenado em regime fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, diante da omissão do art. 1.638 do Código Civil, que deixou de contemplar a perda do poder familiar no caso de crime cometido contra o filho, tutelado, curatelado ou outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, é que nos parecem razoáveis e pertinentes os fundamentos esposados na justificação do projeto, e abraçados anteriormente no parecer da CDH. Com efeito, fica demonstrada a necessidade de se preencher certas lacunas da legislação federal sobre a matéria, em especial em face das discrepâncias que se têm observado no tratamento da suspensão e da perda do poder familiar, causadas exatamente por tais omissões legislativas.

Em nossa avaliação, são positivas as sugestões de modificação ao Código Penal e ao ECA.

Atualmente, o art. 1.637 do Código Civil apenas admite a suspensão do poder familiar em caso de condenação criminal por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão. Se um pai vier a cometer, por exemplo, feminicídio contra a mãe de seus filhos, poderá ter, no máximo, suspenso o poder familiar por decisão judicial, com fundamento no parágrafo único do art. 1.637 do Código Civil já mencionado.

O que vemos, portanto, é uma grave lacuna na lei civil, que permite o restabelecimento do poder familiar de um pai que praticara feminicídio, ou tentativa deste, contra a mãe de seus filhos, cessado o cumprimento da pena.

Em nosso entender, este projeto corrige essa omissão legislativa, pois, como vimos, possibilita a perda do poder familiar daquele que comete feminicídio e outras condutas graves contra a mulher com quem tem prole comum.

A mensagem trazida pelo projeto é clara: a reprovabilidade da conduta do homem que pratica crime doloso grave contra a mulher, ex-mulher, companheira ou ex-companheira torna-o desprovido de condições morais para criar e educar os filhos comuns. Certamente, o projeto avança no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico para edificar novas normas legais que, dotadas de clareza e vigor necessários, tratem de evitar, de modo mais efetivo, a manutenção do poder familiar em determinadas situações mais graves de violência doméstica e familiar ou sexual ainda não expressamente destacadas pelo Código Civil.

Ressaltamos, em acréscimo, que todas essas condutas descritas nos §§ 1º e 2º ao art. 1.638 do Código Civil, são puníveis com a pena de reclusão, e guardam harmonia legislativa com a nova redação do art. 92, inciso II do Código Penal, e com a nova redação do art. 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos quais estão previstos a perda do exercício do poder familiar, tutela ou curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra filho ou filha ou outro descendente.

Por fim, quanto a técnica legislativa, note-se o cabimento da apresentação de uma emenda de redação ao art. 4º do projeto, para indicar que a redação do caput do art. 1.638 do Código Civil, e dos seus incisos, não sofrerá alteração, além do acréscimo de dois parágrafos. Assim, deve-se incluir uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha pontilhada entre o art. 1.638 do Código Civil e os seus novos parágrafos, de forma que haja a inserção dos acréscimos legais sem prejuízo dos incisos atualmente existentes no dispositivo.

Por isso, o voto, diante de todo o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13, de 2018, com uma emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ
No art. 4º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13, de 2018, insira-se um pontilhado entre o *caput* e o §1º proposto ao art. 1.638 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

É esse o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, José Maranhão, José Pimentel, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Lasier Martins, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Reditário Cassol, Wellington Fagundes, das Senadoras Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Jorge Viana, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Benedito de Lira, Omar Aziz, Antonio Calos Valadares, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Eduardo Lopes e Magno Malta e as Senadoras Marta Suplicy, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann e Lídice da Mata. Registram presença os Senadores Romero Jucá, Fernando Collor, João Alberto Souza e Paulo Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN Nº 02, DE 2018 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências", nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 02/2018-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019). O Senador Wilder Morais, Relator apresenta o Relatório sobre as 78 (setenta e oito) Emendas ao Anexo de Prioridades de Metas e as 8 (oito) Emendas ao Anexo III do texto e ao Texto do Corpo da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas: 2 (duas) Emendas de inclusão de meta e 8 (oito) Emendas de Texto. EMENDA DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa: Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal; Programa: 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública. Ação: 155N – Aprimoramento de Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal; Órgão: Ministério da Justiça; Produto (unidade de medida): Iniciativa apoiada (unidade); Acréscimo de meta: 50 (cinquenta); Justificativa: Esta emenda tem por objetivo a implementação de ações de aprimoramento da infraestrutura e de modernização do Sistema Criminal e Penitenciário, por meio de apoio à criação de vagas nos sistemas penitenciários estaduais, mediante projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional, apoio à construção e ampliação de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorção dos custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras e da elaboração de projetos executivos, aprimoramento de projetos de Sistemas de Informações Penitenciárias, modernização e aparelhamento de estabelecimentos penais e implantação de monitoramento eletrônico.; Emenda 2: Ementa: Aprimoramento Institucional da Policia Federal; Programa: 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública. Ação: Ação 15F9 – Aprimoramento Institucional da Polícia Federal; Órgão: Ministério da Justiça; Produto (unidade de medida): Obra Concluída (unidade); Acréscimo de meta: 200 (duzentos); Justificativa: Esta emenda tem como escopo o fortalecimento e aprimoramento da Polícia Federal, a fim de propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. Estes objetivos serão viabilizados por meio da contratação de empresas especializadas em construção civil, por meio de licitação, no intuito de promover todas as etapas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessárias à edificação, reformas, modernização e ampliação das unidades da polícia federal. Contratar, por meio de licitação, os serviços de manutenção necessários ao bom funcionamento dos equipamentos, sistemas e instalações adquiridos no âmbito do Projetos com financiamentos externos. Adquirir novos equipamentos em substituição aos antigos, referentes aos seguimentos de Identificação, Criminalística, Transporte, Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros. Atualizar os laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos. Custeio de toda manutenção da Academia Nacional de Polícia, visando promover treinamento teórico e prático nos Cursos de Formação profissional dos cargos do Departamento de Polícia Federal. Oferecer diversos outros cursos de atualização e aprimoramento necessários ou complementares para o exercício das atividades dos profissionais do sistema de justiça criminal. Fomentar estudos e projetos de implantação, de forma direta ou indireta, referentes à instituição da Universidade Corporativa da Polícia Federal; EMENDAS DE TEXTO: Ao Anexo II do texto: Emenda 3: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 66; Ementa: Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; Texto Proposto: Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei nº 11.343, de 23/08/2006). Justificativa: O assustador aumento no consumo de drogas no País deve ser combatido em todos os âmbitos da sociedade. As políticas públicas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, no atendimento aos dependentes e usuários, devem ter a garantia de continuidade por parte do Governo Federal. Tais políticas consistem-se de diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional; deve ser identificado, qualificado e garantido como um processo contínuo de esforços disponibilizados, de forma permanente, para os usuários, dependentes e seus familiares, com investimento técnico e financeiro conforme prevê a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que "Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências". Um exemplo a ser seguido é o da Fazenda Esperança que tem projetos em várias regiões do Brasil e que vem realizando, há vários anos, um excelente trabalho na recuperação e reintegração social de seus pacientes. Emenda 4: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 149; Ementa: Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal; Texto Proposto: ADICIONE-SE AO ANEXO III, APÓS O ITEM 66, DO PLDO 2019 - o seguinte texto: os recursos das dotações orçamentárias da Polícia Rodoviária Federal passam a ser considerados para fins do atendimento dos investimentos mínimos em policiamento ostensivo, para cumprir a sua missão Constitucional da PRF, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.. Justificativa: As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos. As aludidas Regionais PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF, distribuídas em todas as Unidades Federativas, que conjuntamente possuem aproximadamente 395 (trezentos e noventa e cinco) postos fixos de fiscalização, o que demonstra a existência de uma estrutura que abrange todo o território nacional. Dada esta atuação ostensiva e repressiva a cometimento de crimes e acidentes, bem como de atendimento a vítimas de trânsito, de forma a proteger a vida e a incolumidade física das pessoas, o patrimônio, e promover segurança pública em toda extensão viária que provê a este órgão uma alta capilaridade no território nacional, faz-se imprescindível o investimento na infraestrutura para que a Polícia Rodoviária Federal possa cumprir sua missão constitucional e o esperado pela sociedade. Emenda 5: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 66; Ementa: Exército Brasileiro - Auxílio-Moradia no Exterior; Texto Proposto: ADICIONE-SE AO ANEXO III, APÓS O ITEM 66, DO PLDO 2019 (Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9 º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União: Auxílio-Moradia no Exterior (Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e Lei nº 13.328 de 29 de julho de 2016); Justificativa: A Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior. A Lei nº 13.328 de 29 de julho de 2016 incluiu o Art. 45-A na Seção X (Do Auxílio-Moradia no Exterior) do Capítulo II (Da Constituição e do Pagamento da Retribuição no Exterior) da Lei nº 5.809, que trata do Auxílio-Moradia no Exterior. O Auxílio-Moradia no Exterior é o quantitativo devido ao servidor, a título

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de indenização, para custeio de locação de residência. Essa despesa enquadra-se no prescrito no parágrafo 2º do artigo 9º da LRF, por constituir obrigação legal da União. As atividades de servidores no exterior resultam de acordos internacionais e de postura estratégica de projeção internacional do país, o que impõem sua continuidade e em condições compatíveis com os objetivos desejados. Além disso, a sujeição dessas despesas à limitação de empenho pressiona os já escassos limites de movimentação e empenho dos Órgãos. Pelo acima exposto, entende-se que as despesas com o auxílio de moradia no exterior, direito legal do servidor, devem ser inseridas no Anexo III ao PLDO 2019. Emenda 6: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 11 Inciso XV; Ementa: Fomento à Exportação; Texto Proposto: Parágrafo 3º A dotação do Projeto de Lei Orçamentária para 2019 relativa a categoria de programação, a que se refere o inciso XV deste artigo será igual ou superior ao valor autorizado para 2018, atualizado pela inflação (IPCA). Justificativa: Essa alteração possui como escopo garantir a compensação adequada aos estados e municípios, ocasionada pela perda com a Lei Kandir, com edição em 13 de setembro de 1996, a qual não garante os índices atuais de ressarcimento devidos aos estados exportadores, levando em conta a inconstância dos referidos repasses para os Estados e municípios. A dotação constante na Lei será igual ou superior ao valor autorizado para 2018, atualizado pela inflação (IPCA). Emenda 7: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 90; Ementa: Universidade Federal de Rondonópolis; Texto Proposto: Art. 90. ... (...) § 01... (...) VI - à criação de cargos, inclusive de direção, e funções gratificadas, para a Universidade Federal de Rondonópolis, criada pela Lei nº 13.637/2018. Justificativa: A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), foi criada pela Lei n.º 13.637, de março de 2018, por meio do desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O art. 9º da Lei n.º 13.637/2018 criou os seguintes cargos na UFR: I - dez cargos de docentes da carreira do Magistério Superior; e II - 229 cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, previsto na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dos quais 74 são cargos de nível de classificação "E" e 155 são cargos de nível de classificação "D", na forma descrita no Anexo da Lei n.º 13.637/2018. Ainda, o art. 10 da lei criou os seguintes Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG): I - sete CD-2; II - oito CD-3; III - trinta CD-4; IV - setenta e três FG-1; V - cento e vinte e um FG-2; e VI - sessenta e três FG-3. Assim, especificamente sobre o provimento dos novos cargos, próprios da UFR, previstos em seus arts. 9º e 10, é necessário que se insira prévia autorização na LDO, para que essa lei preveja a possibilidade de inclusão, no anexo específico da LOA (Anexo V), do provimento dos cargos criados pela lei que criou a nova universidade federal. Não há como a universidade funcionar de maneira adequada sem o provimento dos novos cargos. A razão é porque a UFR precisa de uma estrutura administrativa e acadêmica própria de uma universidade completa e não mais apenas de um campus. Nesse sentido, na busca de viabilizar o funcionamento da UFR, apresento a referida emenda e conto com apoio dos nobres pares, no sentido de a LDO 2019 prever a permissão para que os novos cargos criados pela Lei n.º 13.637, de março de 2018, possam constar do anexo próprio da LOA (Anexo V) para seu adequado provimento. Emenda 8: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 36; Ementa: Reajuste dos Aposentados GFIP; Texto Proposto: Acrescenta após o artigo 35, um novo artigo com a seguinte redação: Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art 41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP. Parágrafo único. Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário. Justificativa: Há muito urge a implantação de uma política de valorização do valor de todos os benefícios previdenciários, já que, nos últimos anos, apenas aqueles equivalentes a um salário mínimo têm sido objeto de reais elevações. Ao longo dos anos, a discrepância entre as correções concedidas aos benefícios equivalentes ao salário mínimo e as concedidas aos benefícios cujos valores superam este patamar conduziu a um achatamento inaceitável das rendas dos aposentados e pensionistas. Isso tem que acabar. Todos merecem a mesma valorização de suas rendas. A presente emenda representa uma proposta factível para essa correção comum, que, em função da política de valorização do salário mínimo em curso, não descarta aumentos adicionais que venham a ser concedidos aos benefícios que equivalem ao piso salarial de nossa economia. A proposta é vincular a valorização comum de todos os benefícios previdenciários ao crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no mercado de trabalho formal. Assim, todo crescimento real observado nas remunerações dos empregados ativos, ao longo de determinado ano, passa a ser igualmente concedida aos aposentados e pensionistas no segundo ano subsequente. Com isso, vincula-se a renda dos trabalhadores ativos e inativos, impedindo, assim, que estes últimos deixem de acompanhar as melhorias observadas no mercado de trabalho do País. Emenda 9: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Item 66; Ementa: Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; Texto Proposto: Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (Lei nº 11.340, de 07/08/2006). Justificativa: A violência doméstica é um dos problemas mais graves e frequentemente enfrentados pelas mulheres. Para coibir e erradicar a prática uma luta política foi travada até que se resultasse na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha - LMP que promove proteção às mulheres vítimas de agressão por parte de um companheiro. A Lei 11.340/2006 também alterou o Código Penal permitindo que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham suas prisões preventivas decretadas e, principalmente, acaba com as penas alternativas que, antigamente, condenavam o homem apenas a pagar cestas básicas ou multas. Além disso, alterou a Lei de Execuções Penais permitindo que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. As medidas promovidas pela lei não atingem apenas ao agressor. A mulher agredida, a que está em situação de agressão e a que corre risco de vida têm a seu favor diversas outras garantias, tais como a saída do agressor de casa, a proteção dos filhos e o direito de reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor. No âmbito laboral, a mulher também poderá ficar até seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego caso seja constatada a necessidade de manutenção de sua integridade física ou psicológica. Entre os avanços sociais da lei, um dos mais importantes em termos protetivos é a caracterização da violência psicológica como violência doméstica. A LMP define qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial como formas de violência doméstica. Emenda 10: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Corpo da lei - Artigo 23 Parágrafo 1 Inciso III; Ementa: TRF 3ª Região; Texto Proposto: IV – às despesas decorrentes da implementação da Lei n. 13.317, de 20 de julho de 2016, no valor que superar a correção prevista no inciso II, § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Justificativa: O impacto anualizado em 2019 da implantação das parcelas, inclusive da última parcela do Plano de Cargos e Salários do Judiciário, autorizado pela Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016, acarretará um acréscimo de despesa maior que o definido pelo índice de correção disposto no caput do art. 23. Se esta diferença tiver que ser suprida com a redução de despesas de atividades e de projetos, a manutenção dos contratos para uma prestação jurisdicional minimamente possível ficará prejudicada, com a imposição de um árduo ajuste, provocando, assim, o comprometimento dos serviços essenciais prestados pelo Poder Judiciário. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dez horas e cinquenta e um minutos, do dia 26 de junho de dois mil e dezoito e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 20ª Reunião, Ordinária, da 21ª Reunião, Extraordinária, e da 22ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, não terminativo.

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

EMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA AO PL Nº 2, DE 2018-CN

Finalidade:

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PL nº 2/2018-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – para o ano de 2019, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria: Senador Wilder Morais.

O Relator é o Senador Wilder Morais, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o parecer sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

Relatório.

No prazo estabelecido por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foram apresentadas 80 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 – PLDO 2019), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Conforme detalhado nos Anexos deste Relatório, dentre as propostas apresentadas nesta Comissão, 78 se referem ao Anexo de Prioridades e Metas (Anexo I), e 8, ao texto do projeto de lei (Anexo II).

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) prevê que cada Comissão poderá apresentar até duas emendas para a elaboração do Anexo de Prioridades e Metas. O referido parecer preliminar estabelece, ademais, que não há limite para o número de emendas ao texto.

As 78 propostas de emenda ao Anexo de Prioridades e Metas são referentes a nada menos do que 37 ações orçamentárias distintas. Diante do fato de que esta Comissão poderá apresentar apenas duas emendas ao aludido Anexo, tivemos de proceder a uma análise criteriosa a fim de selecionar as ações a serem contempladas.

Nisso consideramos, especialmente, a frequência com que determinada programação foi objeto de proposta de emenda, bem assim o mérito das sugestões apresentadas. Sob tais diretrizes, selecionamos as seguintes ações orçamentárias:

> - Ação 155N – Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal, Propostas de Emenda nºs 46 a 52, autores Senadores Ana Amélia, Eduardo Braga, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes;
> - Ação 15F9 – Aprimoramento Institucional da Polícia Federal, Propostas de Emenda nºs 33 a 36, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais.

Cumpre ressaltar que, no encaminhamento proposto, estamos prestigiando a ação orçamentária relacionada ao aprimoramento institucional da Polícia Federal, instituição fundamental da República, que vem cada vez mais se notabilizando pelo incansável trabalho no combate à corrupção. Esta iniciativa busca fortalecer a Polícia Federal através da implantação de novas unidades, da reforma, ampliação e modernização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das unidades já existentes, bem como da aquisição de equipamentos de identificação, criminalística, transporte, reequipagem, inteligência, tecnologia da informação, telecomunicações, entre outros.

Em relação às propostas de emenda ao texto, somos pelo acatamento de todas elas, levando em conta o seu mérito, bem assim a inexistência de restrição quantitativa à apresentação de emendas do gênero.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas ao PLDO 2019:

- oito emendas ao texto, conforme propostas explicitadas no Anexo II do presente;
- duas emendas ao Anexo de Prioridades e Metas nas seguintes ações:

  - Ação 155N – Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal, com meta de 50 iniciativas apoiadas;
  - Ação 15F9 – Aprimoramento Institucional da Polícia Federal, com meta de 200 obras concluídas.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Em discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Estou de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não havendo quem queira discutir, encerro esta fase.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas na forma do relatório, a matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srs. Senadores, estamos mais uma vez cumprindo o nosso dever regimental e constitucional neste caso, em uma reunião extraordinária, votando as propostas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Orçamento da República.

São emendas que se dirigem à lei de organizações orçamentárias. Contemplamos fortemente, hoje, com esta votação e com o trabalho do Relator Wilder Morais, Senador por Goiás, e dos Srs. Senadores que apresentaram emendas nesta fase de exame do Orçamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Polícia Federal. Contemplamos outras instituições também, como as Forças Armadas, mas a Polícia passa a ter da parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o prestígio que merece para o exercício do seu papel fundamental neste País.

É claro que, ao dotarmos a Polícia Federal de meios mais opulentos até para que exerça as suas atividades, a Nação conta com uma atuação eficaz, porém isenta do exercício dessas atribuições que a Constituição brasileira lhe conferiu e lhe outorgou.

Com as emendas que hoje aprovamos, se elas forem acatadas também pela Comissão de Orçamento e em seguida pelo Plenário do Congresso Nacional, terá a Polícia Federal meios para se reequipar, para se modernizar, para se instrumentalizar, a fim de que, com a confiança do povo brasileiro, no cumprimento de seu papel legal, constitucional e jurídico, possa a Polícia servir ao País e a todos os brasileiros, como tem feito até aqui.

As Forças Armadas também são objeto das nossas preocupações. Nós temos pelas Forças Armadas brasileiras uma estima, um apreço e um respeito fundamentais. Dedica a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica brasileiras este apreço, na convicção de que cumprem essas forças também a sua missão constitucional.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2

Às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a presidência do senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos senadore(a)s Hélio José, Romero Jucá, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Rudson Leite, Wellington Fagundes, José Medeiros e Rodrigues Palma; presentes ainda os senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Reditario Cassol e José Pimentel, não membros. Deixam de comparecer os senadores Jorge Viana, Lindberg Farias, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e João Capiberibe. Passa-se à apreciação da pauta: discussão e votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2018, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências". O senador José Medeiros faz a leitura do relatório, de sua autoria, no qual comunica o recebimento de 16 (dezesseis) propostas de emenda, sendo 15 (quinze) destinadas a incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 1 (uma) destinada ao texto do projeto. Encerrada a discussão, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 2 (duas) Emendas seguintes de inclusão de meta: **Nº 1 | AÇÃO: 20W6 - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos | META: 3**; **Nº 2 | AÇÃO: 8499 - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) | META: 9** e à seguinte emenda de texto: **Nº 3 | EMENTA: FOMENTO À EXPORTAÇÃO | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: CORPO DA LEI – ARTIGO 11 INCISO XV**. O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Com a aprovação do Plenário, a ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Flávio Eduardo de Oliveira Santos, Secretário-Adjunto da Comissão de Meio Ambiente, a presente ata, que será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Valdir Raupp
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das propostas de emendas desta Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, PLN nº 2, de 2018.

Designo como Relator o Senador José Medeiros.

Com a palavra para a leitura de seu relatório, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome da celeridade – registro aqui a presença do Senador Cristovam Buarque –, passo direto à análise, se V. Exª assim permitir.

O escopo da emenda ao texto é garantir a compensação adequada aos Estados e Municípios, haja vista a perda ocasionada com a Lei Kandir, com edição em 13 de setembro de 1996, a qual não garante os índices atuais de ressarcimento devidos aos Estados exportadores, levando em conta a inconstância dos referidos repasses para os Estados e Municípios. Se aprovada, a dotação constante da LOA 2019 será igual ou superior ao valor autorizado para 2018, atualizado pela inflação.

Ao Anexo de Metas e Prioridades, 14 sugestões propõem emendas de inclusão de meta e uma de acréscimo de meta. Além do Ministério do Meio Ambiente, seis propostas de emendas contemplaram outros órgãos: Ministério das Minas e Energia; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça/Funai; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Nada obstante, todas elas integram a área temática da competência regimental desta Comissão.

Registramos que o quadro completo com as sugestões de emendas apresentadas encontra-se em anexo a este relatório.

E passo ao voto.

Pelas razões expostas e reconhecendo o mérito das iniciativas, somos pela apresentação por esta Comissão da proposta de emenda ao texto e das Propostas de Emenda nºs 7 e 9, conforme quadro anexo, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO 2019).

Plenário da Comissão, em 26 de junho de 2018.

Senador José Medeiros.

Vice-Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes.

Os anexos acompanham este documento.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/MDB - RO) – Obrigado, nobre Relator, Senador José Medeiros.

Discussão do relatório. O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador José Medeiros permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável à apresentação de uma emenda de texto e duas emendas de inclusão de meta desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018.

As emendas irão à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Para atender aos requisitos da CMO, as emendas deverão ser entregues na Secretaria da CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 10ª Reunião, contendo as emendas aprovadas.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.
Obrigado a todas as Srªs e os Srs. Senadores.

(Iniciada às 12 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Romário, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Rodrigues Palma e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Rose de Freitas e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, João Capiberibe e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 74/2018, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RDH 82/2018, de autoria do Senador Hélio José. Finalidade: Debater sobre: "O dia internacional de enfrentamento à LGBTIfobia". Participantes: Georgiana Braga-Orillard, Diretora do UNAIDS no Brasil – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids; Simón Cazal, Secretário Geral da Rede Regional GayLatino; Ananda Puchta, Coordenadora de Organismos Internacionais em Direitos Humanos do Grupo Dignidade / Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-Paraná; Atanásio Darcy Lucero Júnior, Membro do Grupo Identidade de Gênero e Cidadania - LGBTI - representante da Defensoria Pública da União - DPU/RS; Bruno Crepaldi, Representante do Banco Itaú Unibanco; Irina Bacci, Representante do Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo; e Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI. A Presidente faz o registro de presença do Senhor Mario Jorge Santos Filho, Diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Faz uso da palavra as Senadoras Marta Suplicy e Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Marta Suplicy

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Regina Sousa, José Medeiros, Ana Amélia, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 87/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Fechamento de agências dos Correios e demissão em massa que pode atingir até 5,3 mil funcionários". Participantes: Carlos Roberto Fortner, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT e representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI; José Rivaldo da Silva, Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – FENTECT; Jovan Sardinha da Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do DF e Entorno – SINTECT/DF; Anézio Rodrigues, Diretor Financeiro da Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios – FINDECT; e Edilson Pereira Nery, Diretor da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos - ANATECT. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Deputada Federal Erika kokay; Elizeu Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Goiás – SINTECT/GO; José Maria dos Santos Silva, Diretor de Relações Funcionais da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP; Ademir Loureiro, Representante da Federação Nacional dos Aposentados dos Correios; e Rodrigo Britto, Presidente da CUT-Brasília. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: criar uma Comissão com os convidados dessa audiência pública para acompanhar o Projeto de Modernização dos Canais de Atendimento dos Correios; e propor a criação de uma CPI das franquias. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quadragésima quarta a quadragésima sexta Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater violações aos Direitos Territoriais dos povos das águas, com objetivo de apresentar um dossiê com casos emblemáticos de violações territoriais no Brasil; denunciar os conflitos nos territórios, dando visibilidade a realidade vivenciada pelas comunidades pesqueiras; construir estratégias de enfrentamento as violações ocorridas junto a comunidades tradicionais pesqueiras." Autoria: Senador Paulo Rocha e Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98 de 2018 que: ""Requer, nos termos nos termos regimentais, em aditamento ao RDH 52/2018, a inclusão do seguinte convidado: Paulo Albernaz Mello Bastos (João Nery)"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberação de relatório de denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar Relatório de denúncia sobre violações de direitos humanos no sistema Penitenciário Federal. Resultado: Aprovado o Relatório. Às quatorze horas e quarenta e oito minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos o Senador Paulo Rocha devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. A Presidente conceda a palavra ao Deputado Federal Padre João. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e o Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 44ª à 46ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Quero aproveitar para fazer um comunicado: amanhã esta Comissão realizará uma audiência pública muito importante, às 9h30, a partir dos documentos que saíram da CIA, sobre os crimes da ditadura. Ontem, saiu um sobre o Rio Centro. Aos poucos estão aparecendo as verdades, que a gente já sabia. E a gente vai trazer alguns convidados aqui para fazer esse debate. São muito importantes a presença e a audiência das pessoas porque há uma história obscura que precisa ser recontada.

Voltando à pauta, temos o Item 9, Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, que é terminativo, mas ainda não foi lido.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

- Em 16/05/2012, foi aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos, Senadora Regina, ao nosso voto.

De acordo com o inciso VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete à CDH opinar sobre matéria que diga respeito à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental, portanto, o exame da presente proposição.

O projeto não padece de vício de inconstitucionalidade.

O PLS, em sua redação original, bem como as alterações propostas na CAS, pretende trazer maior segurança ao adolescente infrator que tenha transtorno ou deficiência mental. Parte-se do pressuposto, portanto, de que a aplicação de medidas socioeducativas, em suas espécies hoje existentes, ao adolescente que não tem como compreendê-las, não assimilando sua intenção eminentemente educativa e modificadora, traz-lhe mais prejuízos que benefícios. Cria, portanto, o projeto uma espécie nova de medida socioeducativa aplicável apenas ao adolescente infrator que apresenta transtorno mental e incapacidade de compreender o sentido das demais medidas socioeducativas.

O PLS ainda prevê a assistência à saúde mental do adolescente infrator, capaz de compreender o sentido das medidas socioeducativas, que tenha dependência de álcool ou de outra substância psicoativa.

Não temos, Senadora Regina, no mérito, oposição a fazer ao projeto, pois acreditamos que as medidas previstas serão, em tese, benéficas ao adolescente que se enquadre nas situações descritas.

Contudo, entendemos que são cabíveis algumas observações quanto à real necessidade do PLS em análise. Assim pensamos porque, ainda que apresentadas de forma mais detalhada e específica, as medidas trazidas pelo PLS nos parecem, em larga medida, já estar previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sinase.

Portanto, Senadora Regina, eu vou direto ao nosso voto, dizendo que, ainda que a proposição esteja claramente bem-intencionada, é bastante, para a rejeição da matéria, o risco de se criar, de maneira injurídica e supérflua, figuras potencialmente ainda mais agressivas ao cumprimento de medidas socioeducativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, inclusive de toda a argumentação que fazemos aqui, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, e da Emenda Substitutiva nº 1, aprovada na CAS.

Esse é o nosso parecer, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como ele é terminativo, a gente deixa para discutir e votar numa reunião que tenha quórum qualificado. (*Pausa.*)

Nós vamos passar aos requerimentos, porque dos projetos não terminativos que a gente poderia votar, os Relatores não se encontram. Então, vamos ao Requerimento nº 97, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater violações aos Direitos Territoriais dos povos das águas, com objetivo de apresentar um dossiê com casos emblemáticos de violações territoriais no Brasil; denunciar os conflitos nos territórios, dando visibilidade à realidade vivenciada pelas comunidades pesqueiras; construir estratégias de enfrentamento às violações ocorridas junto a comunidades tradicionais pesqueiras.

Autoria: Senador Paulo Rocha e outros.

O requerimento foi subscrito pela Senadora Fátima Bezerra, a quem passo a palavra para encaminhá-lo. Depois, vamos abrir uma exceção e conceder a palavra ao Padre João, porque ele também tem interesse nesse requerimento, por ser Deputado Federal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu quero, aqui, registrar a presença do nosso Deputado Federal Padre João, do PT de Minas Gerais, que foi quem inclusive trouxe essa demanda para conhecimento da nossa Comissão de Direitos Humanos, aqui no Senado, como forma também de a CDH se somar à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e acolher esse debate que consideramos extremamente oportuno, uma vez que se trata de trazer aqui uma reflexão. Esse debate diz respeito a violações, negar os direitos territoriais dos povos das águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta audiência pública pretende contribuir para apresentar um dossiê, um relatório com casos emblemáticos de violações territoriais no Brasil, denunciando os conflitos nos territórios, dando visibilidade à realidade vivenciada pelas comunidades pesqueiras e, ao mesmo tempo, construir aqui, coletivamente, propostas de estratégias de enfrentamento às violações ocorridas junto a comunidades tradicionais pesqueiras.

Senadora Regina, o requerimento foi apresentado pelo Senador Paulo Rocha e o estou subscrevendo. A sugestão é que os convidados serão definidos posteriormente, bem como também, claro, a data da realização da presente audiência.

Nós estamos com a representação aqui, das comunidades? (*Pausa.*)

Estamos aqui, Senadora Regina, com a representação das comunidades. É isso e peço o apoio.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou conceder três minutos ao Padre João, para ele falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ótimo. Já que é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É Deputado Federal.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) – Presidente, muito obrigado.

Obrigado, Senadora, também aqui, Fátima Bezerra, ex-colega lá da Câmara, e nossa Presidenta, Senadora Regina Souza, que vem lutando, também, em relação à segurança alimentar nutricional sustentável.

Presidente, Senadora Regina, essas comunidades e essa específica, a Comunidade Canabrava... Eles foram despejados de suas casas e das suas produções. Havia várias produções. Foram queimadas, destruídas suas casas, queimadas as produções, e hoje, então, estão num barraco de lona. E já havia um território que estava numa fase avançada da sua demarcação, junto à Secretaria do Patrimônio da União.

O Senador Paulo Rocha participou hoje, com o Secretário Sidrack, da SPU, e houve até o entendimento de ele participar dessa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, estão feridos lá direitos fundamentais: o direito de moradia, o direito da segurança alimentar, os jovens, crianças sem escola, idosos que já vieram a falecer de aborrecimento, de entristecimento, jovens sem perspectiva, sem horizonte, porque o território é o ponto de partida. O território é o ponto de partida para garantir dignidade.

Se hoje há tantos inchaços urbanos, com tanta violência, é a falta das políticas agrárias, políticas agrícolas, política para os geraizeiros, política para os vazanteiros, para as comunidades ribeirinhas, para os pescadores. Com essa ausência de política, vem o inchaço urbano.

Além de eles produzirem alimentos saudáveis, sem veneno, está comprometida a renda, está comprometida a moradia. Então, é nesse sentido a nossa gratidão a V. Exª, à Senadora Fátima, que já tinha sido inscrita, mas agora também com a presença do Senador Paulo Rocha, a quem quero também externar aqui, deixar registrada a minha gratidão; Senadores aqui de outros Estados, mas sensíveis a essa causa da importância dos territórios e à luta também pelos direitos humanos.

Nosso muito obrigado.

Lá, Senadora, só para terminar, é milícia armada. São militares reformados da Polícia Militar, do Exército, que se aliaram com os ruralistas, com armas que só o Exército tem, que só as Forças Armadas têm. E eles as têm utilizado, atirando contra pescadores. Há jovens lá baleados. Se a gente pega as outras áreas... Então, a situação de fato é urgente, por isso também a gente conta com este entendimento para o quanto antes realizar essa audiência pública.

Está sendo também apreciado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara um requerimento, para que a gente possa depois construir uma audiência conjunta.

Muito obrigado a V. Exª e também ao Senador Paulo Rocha e à Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada. Obrigada, João.

Paulo Rocha vai querer falar? É o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O requerimento é autoexplicativo, além das intervenções que cheguei a assistir. Lá para a Amazônia ou nas regiões onde há mais rios, a situação torna-se mais difícil ainda. O Rio Amazonas, por exemplo, com os outros grandes rios, naquela foz do Rio Amazonas, que envolve a foz de outros grandes rios como o Rio Tocantins, esse que nasce aqui perto de Brasília, desemboca também na Baía do Marajó, que é cheia de ilhas, ali é tráfego de grandes cargas e é rota de tráfico de escoamento de drogas que vêm da outra parte da América Latina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das entranhas de onde nasce o Rio Amazonas. Então, o ribeirinho, o pescador, aquele que vive ao redor, é violentado diariamente.

Ontem, eu tratei por telefone de um assunto com o Secretário de Segurança Pública, porque um bando estava nas mediações de um Município chamado Afuá, que tem mais relação com o Amapá do que com o Pará. Então, para resolver o problema da segurança ali, tinha que articular com o Secretário de Segurança do Pará para se articular com o Governador de lá, para ver se manda uma tropa, porque havia lá um bando fazendo reféns, etc.

Então, acho que é oportuno a gente fazer esse debate aqui para trazer para os corredores do Congresso essa realidade que hoje vive o nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.

Parece que essa questão de território é o problema do momento no Brasil, porque um dia desse recebi também do Pará um representante da comunidade quilombola Turé falando, exatamente, da invasão de seu território, a fábrica de dendê plantou palma dentro do seu território e cercaram as pessoas no quilombo. Estão cercados, plantaram palma, eles não têm uma saída. E aí eles passam por dentro da plantação e recebem até ameaças. Já morreu uma liderança lá e outro foi baleado. No dia que eles estavam me contando a história, chegou a foto do outro baleado, ele mesmo filmou, com sangue na camisa, ele conseguiu descer do carro e se enrolar, aí escapou. Mas foi baleado numa terra quilombola, demarcada, reconhecida.

Então, a gente tem esse problema muito sério para fazer o debate a partir disso, das comunidades pesqueiras, também da questão indígena; os índios reclamam muito sobre os agrotóxicos, os aviões passam por cima dos territórios indígenas jogando agrotóxicos também. É muito sério isso e se agravou muito nesses últimos dois anos.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Como sou Relatora, passo a Presidência ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade à nossa pauta, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão extrapauta, na verdade, trata-se de uma denúncia.

Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao apresentar e deliberar sobre violações de direitos humanos no Sistema Penitenciário Federal, a Senadora Regina, como Relatora, apresenta, portanto, a matéria, que foi incluída na pauta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Na verdade, trata-se de uma denúncia dos presídios federais. De todos os presídios chegam denúncias todo dia, mas esta veio escrita e a gente achou que tem que dar um encaminhamento. É de um grupo chamado Anjos da Liberdade, que trabalha essa questão dos presídios e outras questões de direitos humanos.

Chegou aqui uma denúncia e vou passar a ler o relatório. Não vou ler a denúncia toda, porque é muito grande, mas é sobre a situação dos presídios federais.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre violações de direitos humanos no Sistema Penitenciário Federal.

Relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu, do Instituto Anjos da Liberdade, denúncia sobre violações de direitos humanos que estariam ocorrendo no Sistema Penitenciário Federal.

Segundo o Instituto Anjos da Liberdade, ocorrem dois problemas graves no Sistema Penitenciário Federal. O primeiro diz respeito ao desvirtuamento da finalidade do sistema por parte dos Estados, que, após remeterem seus presos para o sistema, não os aceitam de volta, quando, por lei, a permanência em penitenciária federal deve ser sempre de caráter excepcional e por tempo determinado.

O segundo problema relatado é a existência de portaria publicada pelo Ministro da Justiça, de agosto de 2017, que proíbe, em caráter definitivo, as visitas íntimas no sistema penitenciário federal.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos, o que inclui os direitos dos presos.

A primeira ocorrência, caso constatada, constitui desvirtuamento da finalidade do Sistema, merecendo medidas desta Comissão para sua imediata correção. A segunda denúncia também constitui grave violação de direitos humanos dos presos, por privá-los do relacionamento com suas companheiras ou seus companheiros. Assim, merecem ser acolhidas e encaminhadas aos órgãos competentes.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie o Ministério da Justiça para que preste informações sobre os fatos narrados e se manifeste sobre eventuais providências tomadas para fazer cessar as violações noticiadas.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação. Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda há mais um requerimento de autoria da Presidenta.

Concedo a palavra à Senadora Regina para encaminhar o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, de 2018

- Não terminativo -

"Requer, nos termos nos termos regimentais, em aditamento ao RDH 52/2018, a inclusão do seguinte convidado: Paulo Albernaz Mello Bastos (João Nery)".

Autoria: Senadora Regina Sousa

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – É um aditamento ao Requerimento nº 52, de 2018, para incluir mais um convidado, o Sr. Paulo Albernaz Mello Bastos, na audiência requerida pelo Requerimento nº 52.

Então, é simples: é para aditar uma pessoa para participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Alguma objeção? (*Pausa.*)

Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O convidado será incluído na pauta da audiência pública já convocada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como os relatores dos outros projetos não terminativos não se encontram, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Eduardo Amorim, Ana Amélia e dos Senadores não membros, José Pimentel e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Paulo Paim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 94/2018, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: "Analisar as informações decorrentes dos documentos produzidos pela CIA - Agência Central de Inteligência do governo norte-americano durante o regime militar que foram abertos ao público recentemente". Participantes: Cláudio Fonteles, Ex-Presidente da Comissão Nacional da Verdade; Luiz Claudio Cunha, Ex membro da Comissão Nacional da Verdade; Iara Xavier, Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos; e Eumano Silva, Jornalista e Pesquisador. A Presidente faz os seguintes encaminhamentos: marcar uma reunião da Comissão de Direitos Humanos com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a fim de solicitar que seja pautada a ADPF 153/DF, que discute a constitucionalidade da Lei da Anistia, garantindo celeridade em seu julgamento; e que membros da CDH, da CRE e da CCJ solicitem formalmente, junto ao Governo norte-americano, toda a documentação existente na CIA a respeito do período da ditadura militar no Brasil. A Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Jean Kaio da Silva Pereira, estudante do Curso de Direito da Universidade Projeção, membro do Colégio Acadêmico da Faculdade Projeção e ativista de Direitos Humanos; Maria Cristina Vanut; Beth Almeida, Membro da CMVJ/DF – Comitê Memória Verdade e Justiça do Distrito Federal; e Gilney Viana. Às dez horas a Senadora Regina Sousa passa a presidência para a Senadora Fátima Bezerra. Às dez horas e trinta e um minutos a Senadora Fátima Bezerra devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo pelo link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 86/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Estatuto do Cigano". Participantes: José Willamis Alves da Silva, Representante dos Ciganos do Estado de Alagoas; Omar Ivanovichi, Representante dos Ciganos do Estado do Rio Grande do Norte; Mio Vacite, Representante dos Ciganos do Estado do Rio de Janeiro; Sandra Lucero, Representante dos Ciganos de Tianguá - CE; Wanderley da Rocha, Representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas - ANEC; Luis Bruno de Moraes, Representante dos Ciganos de Alto Parnaíba – MA; e Natasha Barbosa, Servidora, representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR/MDH. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Marcia Sprandel, Assessora da Liderança do PT; Jean Kaio da Silva Pereira, estudante do curso de Direito da Universidade Projeção; Cigano Calon Rogério Ribeiro, Presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará; Maria Jane Soares, Presidente da Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado – PB; Lú, Representante do Coletivo do Acampamento de Guarulhos; Maura Ney Piemonte, Representante da Associação Cedro – SP; Imar Lopes Garcia, da cidade de Santos; Phillipe Cupertino, Doutorando em Direito pela UFRJ, advogado e Professor; Carlos Kalon, Representante da Associação Cedro – SP; Jorge Nicoli, Pioneiro da Cultura Cigana; e Nardi, Casanova – Paraná. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Regina Sousa, Paulo Rocha, Jorge Viana, Eduardo Amorim, Romário, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Fátima Bezerra, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quadragésima sétima a quadragésima nona Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do PLS 591/2015 e aprovação do PLS 110/2016, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o Capítulo V ao Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, e acrescenta o § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre incentivo à contratação de empregados com mais de cinquenta e cinco anos de idade" Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater as normas legais referentes aos direitos das crianças cujos pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade e facilitar o convívio familiar em tais casos, como meio de instrução do Projeto de Lei do Senado n° 43, de 2018"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2018 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater “Direitos Humanos e os trinta anos da Constituição Federal”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater “O Sistema Sindical no Estatuto do Trabalho”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101 de 2018 que: "Requer, com fundamento no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "Direito a continuidade do emprego no Estatuto do Trabalho"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102 de 2018 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Educação e os trinta anos da Constituição Federal"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "A jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104 de 2018 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social nos trinta anos da Constituição Federal"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema: "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, para debater o tema: "Impactos da greve dos caminhoneiros no setor produtivo do Rio Grande do Sul"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107 de 2018 que: "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença de representantes da Contag, do MST, da ANVISA, do IBAMA e da Embrapa para debater: "O papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil."" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e cinquenta e três minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Ângela Portela. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental no painel, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 47ª e 49ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. Eu vou apenas, neste momento, enquanto os Senadores estão para chegar, fazer a leitura dos requerimentos. Depois, alguém assume os que forem de minha autoria, para fazer a votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "Direitos Humanos e os trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

Como eu fui Constituinte, e trinta anos é uma data simbólica, uma data marcante da Constituição cidadã, nós faríamos um ciclo de debates sobre a importância dos trinta anos da Constituição Federal.

Esse é um dos requerimentos que vamos apreciar no dia de hoje.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "O Sistema Sindical no Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "Direito a continuidade do emprego no Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Educação e os trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela importância, naturalmente, que tem a educação.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "A jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo ".

Autoria: Senador Paulo Paim

E ainda, ainda na mesma linha, um outro requerimento, discutindo a seguridade e os trinta anos da Constituição.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social nos trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu só estou fazendo a leitura dos requerimentos que vamos apreciar no dia de hoje, esperando a Senadora Ângela Portela, porque ela é Relatora de dois projetos não terminativos, se não me engano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, para debater o tema: "Impactos da greve dos caminhoneiros no setor produtivo do Rio Grande do Sul".

Autoria: Senador Paulo Paim

Essa seria uma diligência no Rio Grande do Sul.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema: "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel".

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse requerimento é uma proposta do Senador Medeiros, que eu assino junto com ele.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença de representantes da Contag, do MST, da ANVISA, do IBAMA e da Embrapa para debater: "O papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim

Esses são os requerimentos que nós vamos apreciar no dia de hoje.

Então, de imediato, passo a palavra à Senadora Ângela Portela, para que ela dê o seu parecer.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Magno Malta

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Senadora Ângela Portela, para o seu parecer.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Vamos à leitura do relatório.

O PLS nº 591, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, acrescenta o art. 396-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para garantir a redução de 50% da jornada de trabalho da mãe de filho incapaz com deficiência, sem prejuízo de sua remuneração.

Já o PLS nº 110, de 2016, do Senador Waldemir Moka, igualmente propõe a inclusão de art. 396-A à CLT. Contudo, em tal dispositivo, dispõe que a qualquer trabalhador, com filho incapaz com deficiência, será garantida a redução de 10% de sua jornada de trabalho, igualmente sem prejuízo de sua remuneração.

Em seus parágrafos, as duas proposições guardam redações quase idênticas.

Em seu §1º, definem que pessoa com deficiência é aquela com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que a incapacite para a vida independente e para o trabalho.

Já em seu §2º, as proposições estipulam que a redução da jornada de trabalho se dará mediante requerimento escrito formulado perante o empregador, devidamente instruído com laudo médico elaborado pelos peritos médicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com certidão de nascimento do filho com deficiência.

O §3º das matérias dispõe que a manutenção do benefício deve ser renovada a cada dois anos. Por fim, o §4º reza que a redução da jornada de trabalho será considerada como tempo de efetivo exercício para todos os fins legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º de ambas as proposições prevê entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Magno Malta observa a necessidade de se respeitar o princípio da igualdade, tratando-se os desiguais na medida de suas desigualdades. Assim, seu PLS visa a evitar a dupla jornada por parte das genitoras de filhos com deficiência. Observa, ainda, que sua proposição beneficia o empresariado, tendo-se em conta que as beneficiadas poderão exercer seu ofício com maior tranquilidade.

Por sua vez, o Senador Waldemir Moka, na justificação de seu projeto, nota que a proposição pretende dar efetividade a princípios constitucionais que protegem a dignidade da pessoa humana, sem que isso gere demasiados transtornos aos empregadores.

O PLS nº 591, de 2015, foi inicialmente remetido à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais. Durante a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, em razão do Requerimento nº 347, de 2017, a proposição foi apensada ao PLS nº 110, de 2016.

O PLS nº 110, de 2016, por sua vez, antes de seguir à CAS, havia recebido parecer pela sua aprovação, com a Emenda nº 1 – CDH, sob relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim.

Após o apensamento, as proposições foram remetidas conjuntamente para a CDH, devendo, na sequência, ir à apreciação terminativa da CAS. A Emenda nº 1 da CDH altera o art. 1º da proposição, dispondo sobre a criação do art. 350-A na CLT, que se desdobra em oito parágrafos. O *caput* de tal dispositivo afirma que o trabalhador que possua, sob sua guarda, filho que, na forma de regulamento, seja incapaz de manter seu próprio cuidado pessoal terá redução de 10% em sua jornada de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração.

Na sequência, em seu §1º, dispõe que a incapacidade de que trata o *caput* não deve ser confundida com desenvolvimento mental compatível com a tenra idade. Já o §2º dispõe sobre o processo para requerimento da redução da jornada, a ser acompanhado de laudo de avaliação biopsicossocial. Por sua vez, o §3º prevê a necessidade de renovação bienal do benefício de redução da jornada laboral, o qual será extinto quando não subsistirem as razões que lhe deram ensejo.

A seguir, o §4º afirma que a jornada de trabalho será considerada integral como tempo efetivo de exercício. O §5º, ademais, diz que o gozo da redução da jornada, ou sua expectativa, não constituem motivo para rescisão de contrato de trabalho. O §6º, na sequência, afirma que a guarda de mais de um filho incapaz não permite majoração da redução da jornada. Logo após, o §7º assegura o direito em tela a ambos os membros de casal que vivam em residência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum. Por fim, o §8º prevê que, no caso de guarda compartilhada, a redução de que trata o *caput* será assegurada a ambos os genitores, na proporção do tempo de convívio com o filho.

Vamos agora à análise para fazer a conclusão.

Com efeito, as proposições em tela intencionam... As proposições em tela são dos dois projetos que foram apensados, do Senador Magno Malta e do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Waldemir Moka.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Com efeito, as proposições em tela intencionam dar mais dignidade aos genitores de pessoas com deficiência, razão pela qual nos parecem ambos meritórios, os dois projetos são muito bons.

Veja-se que as proposições visam a garantir aos trabalhadores celetistas o benefício já assegurado aos servidores públicos federais pela Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Trata-se, inclusive, de movimento já presente na jurisprudência brasileira.

A nós parece sensato que se aproveitem os elevados méritos de ambos os projetos, estendendo-se, inclusive, a garantia da redução da jornada laboral a qualquer dos genitores, independentemente de seu sexo. Reconhece-se, tanto à proposição do Senador Magno Malta quanto à apresentada pelo Senador Waldemir Moka, qualidade técnica e espírito público, além de sensibilidade aos problemas sociais. Merecem, portanto, integrar-se a nosso Direito Positivo.

Para tal fim, a Emenda nº 1 ao PLS nº 110, de 2016, aprovada previamente nesta CDH, parece-nos sensata e equilibrada, conjugando harmonicamente os interesses de todos os envolvidos e fazendo, quando necessário, referência à Lei nº 13.146, de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a lei brasileira específica sobre a matéria – o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma luta muito grande do Senador Paulo Paim, não é isso, Senador?

À tal emenda, contudo, proporemos breves modificações, de forma a reforçar o requisito da deficiência como motivo que enseje o benefício, ademais de alterar a referência à ideia de incapacidade, a qual poderia ser indevidamente confundida com o instituto da incapacidade no Direito civil. Lembre-se que a nova redação do Código Civil atribui, *a priori*, ampla capacidade às pessoas com deficiência.

Nosso voto, Sr. Presidente, ante o exposto, é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as emendas que nós apresentamos, de que todos têm conhecimento. São apenas emendas de redação.

Portanto, apresentamos o nosso voto favorável ao Projeto nº 110, de 2016, com essas redações.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ângela Portela, como Relatora.

Eu vou fazer a leitura, na íntegra, porque eu havia feito, no primeiro momento, apenas a leitura do item referente ao 591. Mas V. Exª já proferiu parecer no sentido de que tramitam em conjunto os dois.

Então, por obrigação, de ofício, esse foi o relatório feito pela Senadora Ângela Portela da tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 591, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que ela explicou muito bem.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

O preâmbulo do projeto do Senador Magno Malta eu já havia lido e o deste estou lendo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, a discussão está em aberto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Coloco, então, em votação o relatório pela prejudicialidade do PLS 591, de 2015, e pela aprovação do PLS nº 110, de 2016, com a emenda que apresenta, conforme aqui descrito e argumentado, de redação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pela prejudicialidade do PLS 591, de 2015, e pela aprovação do PLS nº 110, de 2016, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para a análise da Casa em decisão terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

A assessoria está entregando os últimos documentos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ângela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 461, de 2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código do Consumidor, para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva. Para tanto, o PLS altera a redação do §2° do art. 37 da referida Lei, para ampliar a definição de propaganda abusiva. Assim, além dos casos já previstos, ficam incluídas a publicidade que ofenda a dignidade humana; ofereça sugestões de comportamento que procurem incidir, sem fundamentos razoáveis, sobre as escolhas e a autoimagem da pessoa a respeito de suas atividades e funções sociais, profissionais, familiares, politicas, morais e econômicas; ou veicule ideias e valores que pressuponham, ou contenham, visões desiguais e ofensivas de gênero.

Na justificação da matéria, a autora defende a necessidade de que a sociedade seja protegida da propaganda que atenta contra a dignidade de gênero. Ela afirma, ainda, que iniciativas nesse sentido vêm sendo adotadas em diversos países, que procuram evitar a propagação da desigualdade na veiculação de mídia relacionadas ao consumo.

A matéria foi distribuída para esta Comissão para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Vamos à análise.

O PLS nº 461, de 2017, trata de temas relacionados à garantia e promoção dos direitos humanos, e, em especial, aos direitos da mulher, o que torna regimental a sua análise por esta Comissão, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, o projeto não ofende normas constitucionais quanto à competência, é adequado juridicamente e expresso em boa técnica legislativa.

No que concerne ao mérito, trata-se de legislar sobre área da mais absoluta importância, pois a matéria busca tornar evidente no Código do Consumidor a abusividade de propagandas que submetem a sociedade a um apelo constante reforçador de papéis sociais estereotipados, muitas vezes até incitadores da violência de gênero.

Como bem assinala a Senadora Vanessa Grazziotin, países, como a Dinamarca, França, Alemanha, Noruega e Inglaterra, já adotaram medidas em sentido semelhante, buscando evitar que haja reforço de preconceito no momento em que o consumidor é estimulado a adquirir um serviço ou um produto. Note-se que a proposição se coaduna com o esforço que a sociedade brasileira vem fazendo para erradicar o preconceito e a desigualdade de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto, a fim de melhorar o seu entendimento, incluímos emenda que altera o texto da ementa do projeto, para lhe garantir maior precisão.

Ante o exposto, o voto é aprovação do PLS nº 461, de 2017, com a seguinte emenda:

> Emenda nº (CDH)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2017, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir a discriminação baseada no gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva."

Este é o nosso parecer e o nosso voto, Senador Paulo Paim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Ângela Portela deu seu parecer ao projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue agora, para análise, para CTFC, em decisão terminativa.

Senadora Ângela Portela, quero honradamente convidar V. Exª a presidir os trabalhos, para que eu possa justificar os requerimentos que apresentei.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, vamos à aprovação dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, antes, quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho que fez, belíssimo, durante anos, em relação aos servidores de Rondônia, Roraima e Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acompanhei a sua luta. É claro que me fixei mais no seu Estado, mas V. Exª fez um trabalho brilhante. V. Exª perdeu o voo naquele dia, mas a sua assessoria estava no plenário, trabalhou exaustivamente, conversou com cada um, porque havia uma controvérsia no plenário, pois haviam rejeitado um projeto de uma outra situação do Executivo, que gerava três cargos, mas felizmente, pelo trabalho da sua assessoria e pelo trabalho realizado no plenário, enfim, eu votei acompanhando o seu parecer, a sua opinião, que já me tinha deixado clara a importância.

Eles já estão lá há muitos anos. Era legalizar a situação deles. Como é que nós vamos querer que alguém fique numa situação, diria, até ilegal: estavam recebendo inclusive vencimentos de uma forma com muita controvérsia.

Então, quero só cumprimentar V. Exª pelo brilhante trabalho. O seu Estado, com certeza, vai reconduzi-la a esta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, pelo reconhecimento que V. Exª faz do nosso esforço, da nossa dedicação, do nosso trabalho contínuo, no Senado Federal, para que estes servidores do nosso Estado, do meu Estado de Roraima, de Rondônia e do Amapá, pudessem ter o reconhecimento do Congresso Nacional e fossem incluídos nos quadros da União.

Foi um processo legislativo longo, difícil e doloroso, mas eu estava sempre à disposição, dialogando com os demais Parlamentares, com os sindicalistas, com os servidores, apresentando emendas à Medida Provisória 817, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 98, que permite a inclusão destes servidores no quadro da União.

V. Exª tem toda razão. Essas pessoas prestaram serviços aos nossos Estados, no caso de Roraima, no período da transição de Território para Estado. Então, foi todo um envolvimento emocional, profissional, desses pais e dessas mães de família, que prestaram serviço na área de saúde, de educação, de segurança pública, para que o nosso Estado fosse transformado, para que a conclusão da efetivação de ex-Território para Estado fosse concluída.

Então, esses servidores merecem o enquadramento na União, pelo trabalho que fizeram nesse período.

Estamos cobrando, agora, do Ministério do Planejamento, porque a parte legislativa, felizmente, já foi concluída, que avance na análise dos documentos que apresentaram, que estes documentos o Ministério do Planejamento possa deferir e publicar no *Diário Oficial da União* o nome de todos aqueles servidores que estão enquadrados conforme a Emenda Constitucional 98, porque temos uma limitação de prazo: até 7 de julho. A partir daí, nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser feito pela Administração Pública para a inclusão de servidores, contratação de novos servidores, demissão.

Então, existe uma limitação, uma restrição da Administração Pública nesse prazo eleitoral. E a nossa luta agora é pressionar o Ministério do Planejamento para que essas publicações se efetivem no *Diário Oficial da União* e saia o contracheque desses servidores. Porque nós não podemos permitir, Senador Paulo Paim, que essa luta tão forte de inclusão desses servidores se transforme apenas em uma medida eleitoreira, não é possível isso. Nós queremos que, de fato, isso aconteça.

Por isso, eu quero lhe agradecer o reconhecimento do nosso trabalho e já passo para V. Exª para que possa defender os requerimentos que apresenta nesta Comissão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

Eu vou sintetizar o máximo os requerimentos.

O primeiro deles é o que trata de direitos humanos e 30 anos da Constituição Federal.

Como eu fui Constituinte, foi um momento mágico – eu diria – da política brasileira, da participação popular, e nós não podemos deixar que essa marca simbólica dos 30 anos passe despercebida. Então, o objetivo é este: fazer um ciclo de debates sobre os 30 anos da Constituição.

Esse primeiro, que eu já justifiquei, seria sobre a Constituição cidadã e os 30 anos.

O segundo, que também está na ordem aqui, claro, eu quero discutir o sistema sindical junto à nova CLT e ao novo Estatuto do Trabalho, porque aquela reforma que fizeram arrasou, acabou e esculhambou. De forma truculenta, tiraram toda a estrutura do movimento sindical, e nós queremos debater aqui com o tempo devido, já que eu sou o Relator da nova CLT. A senhora faz parte da Comissão e sempre tem dado a presença, já que a gente se reúne normalmente na sexta ou na segunda e, dentro do possível, o seu nome sempre está no painel garantido o debate na Comissão.

Na mesma linha, também na Subcomissão, nós vamos debater o direito à continuidade do emprego na nova CLT.

O outro se refere – aí volta à Constituição cidadã – à educação e aos 30 anos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós, querida Senadora, sempre dissemos, ao longo da vida pública e nas nossas atividades, mesmo quando eu não estava na vida pública, que a revolução, a cidadania e o verdadeiro espaço para que cada cidadão cresça pessoalmente e o próprio País passa pela educação. Então, nós vamos discutir a educação e os 30 anos da Constituição.

Esse outro volta para a Subcomissão do Estatuto do Trabalho, de que eu sou o Relator. Então, eu tenho a obrigação de aprovar nesta Comissão principal a jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo.

Aqui voltamos novamente à Constituição – e aí é um tema que V. Exª tem-nos ajudado muito; todos os temas que eu falei aqui V. Exª, em todos, teve uma participação sempre ativa –, a Seguridade Social nos 30 anos da Constituição. Quando falamos em Seguridade, só para que a população que está assistindo entenda, eu estou falando em saúde, assistência e na própria Previdência.

Nós conseguimos barrar a reforma da previdência com a grande mobilização que fizemos em todos os Estados. Quando digo "fizemos", é um movimento social. Dentro do possível, cada um de nós participou no seu Estado. Há sempre um discurso de que a Previdência poderia estar falida. A CPI mostrou que não está falida e, se nós pegarmos todo o recurso que está na Seguridade, conforme manda a Constituição, nós vamos fortalecer a Previdência, a saúde e a assistência.

E ainda, Srª Presidenta, uma proposta que veio do meu Estado, que está muito preocupado. Eu tenho aqui alguns documentos, que eu poderia até fazer a leitura rápida, Presidenta, em relação a essa audiência.

Eu recebi da Federação... Por isso eu e V. Exª ontem tínhamos, claro, controvérsias naquela proposta apresentada, mas nós entendemos que deveríamos votá-la como uma contribuição, não de situação ou oposição, para que se chegasse a um atendimento em relação à greve dos caminhoneiros.

Por que eu trago o impacto da greve dos caminhoneiros no setor produtivo do Rio Grande do Sul? Eu recebi ontem ainda – e registrei no plenário – uma nota da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. Eles sempre apoiaram a greve dos caminhoneiros, como nós sempre apoiamos e, em nenhum momento, vacilamos, mas eles pedindo também que a gente tivesse uma visão propositiva e afirmativa para ajudar em uma grande concertação, em um grande diálogo, atendendo à demanda dos caminhoneiros e também dos agricultores, porque eles precisam do diesel, por exemplo, para tocar as máquinas, o trator, que é o exemplo mais conhecido. Mas também eles dizem que era preciso votar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, achar um caminho, porque já estavam morrendo, como dizem, milhões de frangos, milhões de pintos, de suínos, por falta da ração.

Então, com toda razão, eles estão dizendo que, sem os instrumentos necessários para manter a alimentação dos animais, o prejuízo se aproxima já, como alguns dizem, de bilhões. Por isso, eles faziam o apelo, tanto a Fetraf-Sul, como eu dizia, como a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul), na mesma linha que orientou o nosso voto no dia de ontem.

Além desse requerimento, eu apresentei mais um requerimento – aí é em parceria com o Senador Medeiros, até a sugestão foi dele – para que a gente discutisse aqui política de preços e reajuste do gás, etanol, gasolina e diesel, que é o eixo dessa greve. Greve ainda que, em parte, continua, mas que nós poderíamos ouvir aqui, por exemplo, vários nomes. Eu vou conversar inclusive com todos os partidos e, de repente, trazer o Presidente da Petrobras, alguém pelo Ministério da Fazenda e alguém do Ministério da Indústria e Comércio para a gente discutir a política de preços e o reajuste do gás, etanol, gasolina e diesel . Porque o diesel, com aquela votação de ontem – e, pelo entendimento, não se tirará nada, segundo acordo e compromisso com o Presidente Eunício, dos setores mais pobres, mais vulneráveis, como a Previdência, por exemplo –, baixou R$0,46 na bomba. Isso foi importante, mas não houve nada em relação ao reajuste do gás, do etanol e da gasolina. Por isso, nós queremos aprofundar esse debate aqui, na Comissão. Eu assino junto com o Senador Medeiros e tenho certeza de que V. Exª também assinará.

O último requerimento veio da Bancada do Partido dos Trabalhadores e é para discutir o papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil.

São esses, Srª Presidente, os requerimentos que eu encaminho à Mesa para aprovação. Se V. Exª assim entender, como já fizemos em outros momentos, já que justifiquei cada um deles, poderíamos fazer a votação em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Bem, eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta e com a votação de todos os requerimentos em bloco. E já aproveito para parabenizar o Senador Paulo Paim, porque são temas muito relevantes e muito atuais do nosso País.

Então, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, só há um projeto de minha autoria, que é terminativo, claro que não vamos votar, pois já comuniquei aos Senadores que hoje votaríamos só os requerimentos para o debate dos temas. Mas vou sintetizar também, se V. Exª puder colocar, porque a nossa intenção é fazer um acordo entre situação e oposição para que brevemente, ainda neste semestre, porque no segundo semestre já se inicia a campanha eleitoral, possamos votar os terminativos. E seria bom que todos estivessem lidos.

Há um de minha autoria que, se V. Exª concordar, posso fazer um resumo e ir direto para a análise.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro.

Vamos fazer a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2017, que é terminativo. Não temos quórum, é apenas para leitura.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção à pessoa com deficiência. Logo, é regimental a análise do projeto proposto pelo Senador Cássio Cunha Lima por esta Comissão.

A proposição se apresenta hígida sob os aspectos da constitucionalidade e da juridicidade. A União detém competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, a teor do art. 24, inciso XIV, da Constituição da República.

Igualmente, a matéria não se enquadra entre aquelas cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo. A proposição inova o ordenamento jurídico, pois pretende oferecer uma solução transitória para o problema do reconhecimento da condição da pessoa com deficiência. Por fim, não identificamos vícios relativos a questões de técnica legislativa.

No mérito, estamos de acordo com o autor do projeto. A despeito dos inúmeros avanços que a LBI, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tive alegria de ser o autor, propiciou na seara de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, ainda hoje um de seus principais conceitos – a avaliação biopsicossocial – não foi concretizado.

A lei atribuiu ao Poder Executivo a criação de instrumentos para avaliação da deficiência. Embora tenhamos ciência de que essa é uma questão considerada importante para o Governo, também sabemos que nem sempre os processos relacionados a políticas públicas são desenvolvidos com a celeridade de que necessitam os grupos a que se destinam. No caso específico da avaliação biopsicossocial, pessoas com deficiência estão sendo privadas de seus direitos porque não conseguem atender a defasados parâmetros de avaliação da sua condição estipulados por uma legislação vetusta e em descompasso com a LBI (o Estatuto da Pessoa com Deficiência) e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Muitas vezes, essas pessoas têm que recorrer ao Poder Judiciário, com o objetivo de afastar regulamentos e normas que não lhes reconhecem a condição de pessoas com deficiência para o fim de exercer algum direito, o que não deixa de ser uma irônica barreira cultural à inclusão, erigida pelo próprio Estado.

Portanto, manifestamos nosso apoio à proposição, que busca equacionar esse problema ao oferecer uma solução transitória para a demora na regulamentação dos instrumentos de avaliação da deficiência.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senador Paulo Paim, Relator do projeto.

Como nós não temos quórum, e é um projeto terminativo, precisamos aguardar o quórum necessário para a discussão e a aprovação desse projeto de lei.

Algo mais, Senador Paulo Paim, que V. Exª gostaria de colocar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a V. Exª, como sempre presente. Só não estava aqui uma única vez, porque não havia combustível nos aviões. Reafirmo isso para constar nos *Anais* da Casa e lá no seu Estado também.

E quero dizer que, de fato, muitas pessoas perguntam por que a gente apresenta tantos requerimentos. Porque a Comissão de Direitos Humanos é, eu diria, o coração, o pulmão da voz do povo, não é? É aqui que a população pode questionar, até mesmo elaborar, como fez recentemente a SUG 12, a SUG 13, que trata da nova CLT. Foi elaborada na Comissão Especial, onde eu estava como Relator, e resolvemos entregar também como SUG. E agora eu posso, então, como Relator da matéria. Vou provavelmente no ano que vem ao seu Estado. V. Exª, como Senadora, e eu, provavelmente, assim espero, porque temos que acreditar em nós, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estarei também como Senador, para nós concluirmos os trabalhos de termos efetivamente uma nova CLT.

Então esta Comissão realiza por ano em torno de 180 a 200 audiências públicas. A média na Casa – e eu não estou fazendo nenhuma crítica – é de 50 audiências públicas. Mas aqui o povo fala; aqui o povo é ouvido; aqui o povo cobra; aqui o povo apresenta proposta, porque é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então, nós estamos cumprindo o nosso papel. Eu sempre digo que o nosso papel não é tanto contar a história ou escrever a história, mas é fazer a história. E V. Exª faz história nesta Casa.

Era isso. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu não posso deixar de parabenizá-lo por sua atuação neste Senado Federal. Quase trinta anos como Parlamentar, honrando, com muita dignidade, com muita seriedade, o povo do Rio Grande do Sul. A sua presença constante aqui, trazendo a população para debater temas importantes do seu Estado e do Brasil, é reconhecida por todos.

O Senador Paulo Paim é realmente um Senador que honra o mandato que o povo lhe deu, porque olha, Senador, o descrédito da atividade política é muito grande pelo povo brasileiro. E é compreensível esse descrédito, porque há uma onda de político envolvido em corrupção que envergonha a todos. E V. Exª e outros Parlamentares que felizmente têm uma atividade limpa, transparente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como V. Exª, permita-me.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Graças a Deus.

E V. Exª e outros Parlamentares que felizmente têm uma atividade limpa, transparente e que trabalha cumprindo o seu papel de Parlamentar, aqui no Poder Legislativo, sem envolvimento com nenhum ato que envergonhe a população brasileira; esta corrupção desenfreada, o desvio de dinheiro público, porque a corrupção é muito má, muito maléfica para o povo brasileiro. O dinheiro que vai para a corrupção falta na educação, na merenda escolar das nossas crianças; ele falta na saúde, para a população ter um atendimento digno nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, nos medicamentos. É uma coisa danosa e terrível para o povo brasileiro.

Então, V. Exª tem sido um Parlamentar que honra o povo brasileiro.

Obrigada, e já que não temos mais nenhuma discussão, nenhum projeto, eu declaro encerrada esta reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigada, Presidenta.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental no painel, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 47ª e 49ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. Eu vou apenas, neste momento, enquanto os Senadores estão para chegar, fazer a leitura dos requerimentos. Depois, alguém assume os que forem de minha autoria, para fazer a votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "Direitos Humanos e os trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

Como eu fui Constituinte, e trinta anos é uma data simbólica, uma data marcante da Constituição cidadã, nós faríamos um ciclo de debates sobre a importância dos trinta anos da Constituição Federal.

Esse é um dos requerimentos que vamos apreciar no dia de hoje.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "O Sistema Sindical no Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "Direito a continuidade do emprego no Estatuto do Trabalho".

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 102, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Educação e os trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela importância, naturalmente, que tem a educação.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, para debater "A jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo ".

Autoria: Senador Paulo Paim

E ainda, ainda na mesma linha, um outro requerimento, discutindo a seguridade e os trinta anos da Constituição.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social nos trinta anos da Constituição Federal".

Autoria: Senador Paulo Paim

Eu só estou fazendo a leitura dos requerimentos que vamos apreciar no dia de hoje, esperando a Senadora Ângela Portela, porque ela é Relatora de dois projetos não terminativos, se não me engano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência na forma de Audiência Pública, no Estado do Rio Grande do Sul, em data a ser definida, com membros desta Comissão, para debater o tema: "Impactos da greve dos caminhoneiros no setor produtivo do Rio Grande do Sul".

Autoria: Senador Paulo Paim

Essa seria uma diligência no Rio Grande do Sul.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater o tema: "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel".

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse requerimento é uma proposta do Senador Medeiros, que eu assino junto com ele.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença de representantes da Contag, do MST, da ANVISA, do IBAMA e da Embrapa para debater: "O papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim

Esses são os requerimentos que nós vamos apreciar no dia de hoje.

Então, de imediato, passo a palavra à Senadora Ângela Portela, para que ela dê o seu parecer.

ITEM 11

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Magno Malta

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Senadora Ângela Portela, para o seu parecer.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Vamos à leitura do relatório.

O PLS nº 591, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, acrescenta o art. 396-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para garantir a redução de 50% da jornada de trabalho da mãe de filho incapaz com deficiência, sem prejuízo de sua remuneração.

Já o PLS nº 110, de 2016, do Senador Waldemir Moka, igualmente propõe a inclusão de art. 396-A à CLT. Contudo, em tal dispositivo, dispõe que a qualquer trabalhador, com filho incapaz com deficiência, será garantida a redução de 10% de sua jornada de trabalho, igualmente sem prejuízo de sua remuneração.

Em seus parágrafos, as duas proposições guardam redações quase idênticas.

Em seu §1º, definem que pessoa com deficiência é aquela com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que a incapacite para a vida independente e para o trabalho.

Já em seu §2º, as proposições estipulam que a redução da jornada de trabalho se dará mediante requerimento escrito formulado perante o empregador, devidamente instruído com laudo médico elaborado pelos peritos médicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e com certidão de nascimento do filho com deficiência.

O §3º das matérias dispõe que a manutenção do benefício deve ser renovada a cada dois anos. Por fim, o §4º reza que a redução da jornada de trabalho será considerada como tempo de efetivo exercício para todos os fins legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º de ambas as proposições prevê entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Magno Malta observa a necessidade de se respeitar o princípio da igualdade, tratando-se os desiguais na medida de suas desigualdades. Assim, seu PLS visa a evitar a dupla jornada por parte das genitoras de filhos com deficiência. Observa, ainda, que sua proposição beneficia o empresariado, tendo-se em conta que as beneficiadas poderão exercer seu ofício com maior tranquilidade.

Por sua vez, o Senador Waldemir Moka, na justificação de seu projeto, nota que a proposição pretende dar efetividade a princípios constitucionais que protegem a dignidade da pessoa humana, sem que isso gere demasiados transtornos aos empregadores.

O PLS nº 591, de 2015, foi inicialmente remetido à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais. Durante a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, em razão do Requerimento nº 347, de 2017, a proposição foi apensada ao PLS nº 110, de 2016.

O PLS nº 110, de 2016, por sua vez, antes de seguir à CAS, havia recebido parecer pela sua aprovação, com a Emenda nº 1 – CDH, sob relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim.

Após o apensamento, as proposições foram remetidas conjuntamente para a CDH, devendo, na sequência, ir à apreciação terminativa da CAS. A Emenda nº 1 da CDH altera o art. 1º da proposição, dispondo sobre a criação do art. 350-A na CLT, que se desdobra em oito parágrafos. O *caput* de tal dispositivo afirma que o trabalhador que possua, sob sua guarda, filho que, na forma de regulamento, seja incapaz de manter seu próprio cuidado pessoal terá redução de 10% em sua jornada de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração.

Na sequência, em seu §1º, dispõe que a incapacidade de que trata o *caput* não deve ser confundida com desenvolvimento mental compatível com a tenra idade. Já o §2º dispõe sobre o processo para requerimento da redução da jornada, a ser acompanhado de laudo de avaliação biopsicossocial. Por sua vez, o §3º prevê a necessidade de renovação bienal do benefício de redução da jornada laboral, o qual será extinto quando não subsistirem as razões que lhe deram ensejo.

A seguir, o §4º afirma que a jornada de trabalho será considerada integral como tempo efetivo de exercício. O §5º, ademais, diz que o gozo da redução da jornada, ou sua expectativa, não constituem motivo para rescisão de contrato de trabalho. O §6º, na sequência, afirma que a guarda de mais de um filho incapaz não permite majoração da redução da jornada. Logo após, o §7º assegura o direito em tela a ambos os membros de casal que vivam em residência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum. Por fim, o §8º prevê que, no caso de guarda compartilhada, a redução de que trata o *caput* será assegurada a ambos os genitores, na proporção do tempo de convívio com o filho.

Vamos agora à análise para fazer a conclusão.

Com efeito, as proposições em tela intencionam... As proposições em tela são dos dois projetos que foram apensados, do Senador Magno Malta e do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Waldemir Moka.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Com efeito, as proposições em tela intencionam dar mais dignidade aos genitores de pessoas com deficiência, razão pela qual nos parecem ambos meritórios, os dois projetos são muito bons.

Veja-se que as proposições visam a garantir aos trabalhadores celetistas o benefício já assegurado aos servidores públicos federais pela Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Trata-se, inclusive, de movimento já presente na jurisprudência brasileira.

A nós parece sensato que se aproveitem os elevados méritos de ambos os projetos, estendendo-se, inclusive, a garantia da redução da jornada laboral a qualquer dos genitores, independentemente de seu sexo. Reconhece-se, tanto à proposição do Senador Magno Malta quanto à apresentada pelo Senador Waldemir Moka, qualidade técnica e espírito público, além de sensibilidade aos problemas sociais. Merecem, portanto, integrar-se a nosso Direito Positivo.

Para tal fim, a Emenda nº 1 ao PLS nº 110, de 2016, aprovada previamente nesta CDH, parece-nos sensata e equilibrada, conjugando harmonicamente os interesses de todos os envolvidos e fazendo, quando necessário, referência à Lei nº 13.146, de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a lei brasileira específica sobre a matéria – o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma luta muito grande do Senador Paulo Paim, não é isso, Senador?

À tal emenda, contudo, proporemos breves modificações, de forma a reforçar o requisito da deficiência como motivo que enseje o benefício, ademais de alterar a referência à ideia de incapacidade, a qual poderia ser indevidamente confundida com o instituto da incapacidade no Direito civil. Lembre-se que a nova redação do Código Civil atribui, *a priori*, ampla capacidade às pessoas com deficiência.

Nosso voto, Sr. Presidente, ante o exposto, é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as emendas que nós apresentamos, de que todos têm conhecimento. São apenas emendas de redação.

Portanto, apresentamos o nosso voto favorável ao Projeto nº 110, de 2016, com essas redações.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ângela Portela, como Relatora.

Eu vou fazer a leitura, na íntegra, porque eu havia feito, no primeiro momento, apenas a leitura do item referente ao 591. Mas V. Exª já proferiu parecer no sentido de que tramitam em conjunto os dois.

Então, por obrigação, de ofício, esse foi o relatório feito pela Senadora Ângela Portela da tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 591, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que ela explicou muito bem.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 591 de 2015 e pela aprovação do PLS 110 de 2016, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

O preâmbulo do projeto do Senador Magno Malta eu já havia lido e o deste estou lendo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, a discussão está em aberto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

Coloco, então, em votação o relatório pela prejudicialidade do PLS 591, de 2015, e pela aprovação do PLS nº 110, de 2016, com a emenda que apresenta, conforme aqui descrito e argumentado, de redação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pela prejudicialidade do PLS 591, de 2015, e pela aprovação do PLS nº 110, de 2016, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para a análise da Casa em decisão terminativa.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

A assessoria está entregando os últimos documentos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ângela Portela para a leitura do relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 461, de 2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código do Consumidor, para incluir o uso de visões desiguais de gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva. Para tanto, o PLS altera a redação do §2° do art. 37 da referida Lei, para ampliar a definição de propaganda abusiva. Assim, além dos casos já previstos, ficam incluídas a publicidade que ofenda a dignidade humana; ofereça sugestões de comportamento que procurem incidir, sem fundamentos razoáveis, sobre as escolhas e a autoimagem da pessoa a respeito de suas atividades e funções sociais, profissionais, familiares, politicas, morais e econômicas; ou veicule ideias e valores que pressuponham, ou contenham, visões desiguais e ofensivas de gênero.

Na justificação da matéria, a autora defende a necessidade de que a sociedade seja protegida da propaganda que atenta contra a dignidade de gênero. Ela afirma, ainda, que iniciativas nesse sentido vêm sendo adotadas em diversos países, que procuram evitar a propagação da desigualdade na veiculação de mídia relacionadas ao consumo.

A matéria foi distribuída para esta Comissão para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Vamos à análise.

O PLS nº 461, de 2017, trata de temas relacionados à garantia e promoção dos direitos humanos, e, em especial, aos direitos da mulher, o que torna regimental a sua análise por esta Comissão, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, o projeto não ofende normas constitucionais quanto à competência, é adequado juridicamente e expresso em boa técnica legislativa.

No que concerne ao mérito, trata-se de legislar sobre área da mais absoluta importância, pois a matéria busca tornar evidente no Código do Consumidor a abusividade de propagandas que submetem a sociedade a um apelo constante reforçador de papéis sociais estereotipados, muitas vezes até incitadores da violência de gênero.

Como bem assinala a Senadora Vanessa Grazziotin, países, como a Dinamarca, França, Alemanha, Noruega e Inglaterra, já adotaram medidas em sentido semelhante, buscando evitar que haja reforço de preconceito no momento em que o consumidor é estimulado a adquirir um serviço ou um produto. Note-se que a proposição se coaduna com o esforço que a sociedade brasileira vem fazendo para erradicar o preconceito e a desigualdade de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto, a fim de melhorar o seu entendimento, incluímos emenda que altera o texto da ementa do projeto, para lhe garantir maior precisão.

Ante o exposto, o voto é aprovação do PLS nº 461, de 2017, com a seguinte emenda:

> Emenda nº (CDH)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2017, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor), para incluir a discriminação baseada no gênero no rol dos elementos que caracterizam a publicidade abusiva."

Este é o nosso parecer e o nosso voto, Senador Paulo Paim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Ângela Portela deu seu parecer ao projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com a emenda que apresenta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue agora, para análise, para CTFC, em decisão terminativa.

Senadora Ângela Portela, quero honradamente convidar V. Exª a presidir os trabalhos, para que eu possa justificar os requerimentos que apresentei.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, vamos à aprovação dos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, antes, quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho que fez, belíssimo, durante anos, em relação aos servidores de Rondônia, Roraima e Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acompanhei a sua luta. É claro que me fixei mais no seu Estado, mas V. Exª fez um trabalho brilhante. V. Exª perdeu o voo naquele dia, mas a sua assessoria estava no plenário, trabalhou exaustivamente, conversou com cada um, porque havia uma controvérsia no plenário, pois haviam rejeitado um projeto de uma outra situação do Executivo, que gerava três cargos, mas felizmente, pelo trabalho da sua assessoria e pelo trabalho realizado no plenário, enfim, eu votei acompanhando o seu parecer, a sua opinião, que já me tinha deixado clara a importância.

Eles já estão lá há muitos anos. Era legalizar a situação deles. Como é que nós vamos querer que alguém fique numa situação, diria, até ilegal: estavam recebendo inclusive vencimentos de uma forma com muita controvérsia.

Então, quero só cumprimentar V. Exª pelo brilhante trabalho. O seu Estado, com certeza, vai reconduzi-la a esta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, pelo reconhecimento que V. Exª faz do nosso esforço, da nossa dedicação, do nosso trabalho contínuo, no Senado Federal, para que estes servidores do nosso Estado, do meu Estado de Roraima, de Rondônia e do Amapá, pudessem ter o reconhecimento do Congresso Nacional e fossem incluídos nos quadros da União.

Foi um processo legislativo longo, difícil e doloroso, mas eu estava sempre à disposição, dialogando com os demais Parlamentares, com os sindicalistas, com os servidores, apresentando emendas à Medida Provisória 817, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 98, que permite a inclusão destes servidores no quadro da União.

V. Exª tem toda razão. Essas pessoas prestaram serviços aos nossos Estados, no caso de Roraima, no período da transição de Território para Estado. Então, foi todo um envolvimento emocional, profissional, desses pais e dessas mães de família, que prestaram serviço na área de saúde, de educação, de segurança pública, para que o nosso Estado fosse transformado, para que a conclusão da efetivação de ex-Território para Estado fosse concluída.

Então, esses servidores merecem o enquadramento na União, pelo trabalho que fizeram nesse período.

Estamos cobrando, agora, do Ministério do Planejamento, porque a parte legislativa, felizmente, já foi concluída, que avance na análise dos documentos que apresentaram, que estes documentos o Ministério do Planejamento possa deferir e publicar no *Diário Oficial da União* o nome de todos aqueles servidores que estão enquadrados conforme a Emenda Constitucional 98, porque temos uma limitação de prazo: até 7 de julho. A partir daí, nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser feito pela Administração Pública para a inclusão de servidores, contratação de novos servidores, demissão.

Então, existe uma limitação, uma restrição da Administração Pública nesse prazo eleitoral. E a nossa luta agora é pressionar o Ministério do Planejamento para que essas publicações se efetivem no *Diário Oficial da União* e saia o contracheque desses servidores. Porque nós não podemos permitir, Senador Paulo Paim, que essa luta tão forte de inclusão desses servidores se transforme apenas em uma medida eleitoreira, não é possível isso. Nós queremos que, de fato, isso aconteça.

Por isso, eu quero lhe agradecer o reconhecimento do nosso trabalho e já passo para V. Exª para que possa defender os requerimentos que apresenta nesta Comissão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senadora.

Eu vou sintetizar o máximo os requerimentos.

O primeiro deles é o que trata de direitos humanos e 30 anos da Constituição Federal.

Como eu fui Constituinte, foi um momento mágico – eu diria – da política brasileira, da participação popular, e nós não podemos deixar que essa marca simbólica dos 30 anos passe despercebida. Então, o objetivo é este: fazer um ciclo de debates sobre os 30 anos da Constituição.

Esse primeiro, que eu já justifiquei, seria sobre a Constituição cidadã e os 30 anos.

O segundo, que também está na ordem aqui, claro, eu quero discutir o sistema sindical junto à nova CLT e ao novo Estatuto do Trabalho, porque aquela reforma que fizeram arrasou, acabou e esculhambou. De forma truculenta, tiraram toda a estrutura do movimento sindical, e nós queremos debater aqui com o tempo devido, já que eu sou o Relator da nova CLT. A senhora faz parte da Comissão e sempre tem dado a presença, já que a gente se reúne normalmente na sexta ou na segunda e, dentro do possível, o seu nome sempre está no painel garantido o debate na Comissão.

Na mesma linha, também na Subcomissão, nós vamos debater o direito à continuidade do emprego na nova CLT.

O outro se refere – aí volta à Constituição cidadã – à educação e aos 30 anos da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós, querida Senadora, sempre dissemos, ao longo da vida pública e nas nossas atividades, mesmo quando eu não estava na vida pública, que a revolução, a cidadania e o verdadeiro espaço para que cada cidadão cresça pessoalmente e o próprio País passa pela educação. Então, nós vamos discutir a educação e os 30 anos da Constituição.

Esse outro volta para a Subcomissão do Estatuto do Trabalho, de que eu sou o Relator. Então, eu tenho a obrigação de aprovar nesta Comissão principal a jornada de trabalho, o trabalho extraordinário e o salário mínimo.

Aqui voltamos novamente à Constituição – e aí é um tema que V. Exª tem-nos ajudado muito; todos os temas que eu falei aqui V. Exª, em todos, teve uma participação sempre ativa –, a Seguridade Social nos 30 anos da Constituição. Quando falamos em Seguridade, só para que a população que está assistindo entenda, eu estou falando em saúde, assistência e na própria Previdência.

Nós conseguimos barrar a reforma da previdência com a grande mobilização que fizemos em todos os Estados. Quando digo "fizemos", é um movimento social. Dentro do possível, cada um de nós participou no seu Estado. Há sempre um discurso de que a Previdência poderia estar falida. A CPI mostrou que não está falida e, se nós pegarmos todo o recurso que está na Seguridade, conforme manda a Constituição, nós vamos fortalecer a Previdência, a saúde e a assistência.

E ainda, Srª Presidenta, uma proposta que veio do meu Estado, que está muito preocupado. Eu tenho aqui alguns documentos, que eu poderia até fazer a leitura rápida, Presidenta, em relação a essa audiência.

Eu recebi da Federação... Por isso eu e V. Exª ontem tínhamos, claro, controvérsias naquela proposta apresentada, mas nós entendemos que deveríamos votá-la como uma contribuição, não de situação ou oposição, para que se chegasse a um atendimento em relação à greve dos caminhoneiros.

Por que eu trago o impacto da greve dos caminhoneiros no setor produtivo do Rio Grande do Sul? Eu recebi ontem ainda – e registrei no plenário – uma nota da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. Eles sempre apoiaram a greve dos caminhoneiros, como nós sempre apoiamos e, em nenhum momento, vacilamos, mas eles pedindo também que a gente tivesse uma visão propositiva e afirmativa para ajudar em uma grande concertação, em um grande diálogo, atendendo à demanda dos caminhoneiros e também dos agricultores, porque eles precisam do diesel, por exemplo, para tocar as máquinas, o trator, que é o exemplo mais conhecido. Mas também eles dizem que era preciso votar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, achar um caminho, porque já estavam morrendo, como dizem, milhões de frangos, milhões de pintos, de suínos, por falta da ração.

Então, com toda razão, eles estão dizendo que, sem os instrumentos necessários para manter a alimentação dos animais, o prejuízo se aproxima já, como alguns dizem, de bilhões. Por isso, eles faziam o apelo, tanto a Fetraf-Sul, como eu dizia, como a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul), na mesma linha que orientou o nosso voto no dia de ontem.

Além desse requerimento, eu apresentei mais um requerimento – aí é em parceria com o Senador Medeiros, até a sugestão foi dele – para que a gente discutisse aqui política de preços e reajuste do gás, etanol, gasolina e diesel, que é o eixo dessa greve. Greve ainda que, em parte, continua, mas que nós poderíamos ouvir aqui, por exemplo, vários nomes. Eu vou conversar inclusive com todos os partidos e, de repente, trazer o Presidente da Petrobras, alguém pelo Ministério da Fazenda e alguém do Ministério da Indústria e Comércio para a gente discutir a política de preços e o reajuste do gás, etanol, gasolina e diesel . Porque o diesel, com aquela votação de ontem – e, pelo entendimento, não se tirará nada, segundo acordo e compromisso com o Presidente Eunício, dos setores mais pobres, mais vulneráveis, como a Previdência, por exemplo –, baixou R$0,46 na bomba. Isso foi importante, mas não houve nada em relação ao reajuste do gás, do etanol e da gasolina. Por isso, nós queremos aprofundar esse debate aqui, na Comissão. Eu assino junto com o Senador Medeiros e tenho certeza de que V. Exª também assinará.

O último requerimento veio da Bancada do Partido dos Trabalhadores e é para discutir o papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil.

São esses, Srª Presidente, os requerimentos que eu encaminho à Mesa para aprovação. Se V. Exª assim entender, como já fizemos em outros momentos, já que justifiquei cada um deles, poderíamos fazer a votação em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Bem, eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta e com a votação de todos os requerimentos em bloco. E já aproveito para parabenizar o Senador Paulo Paim, porque são temas muito relevantes e muito atuais do nosso País.

Então, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, só há um projeto de minha autoria, que é terminativo, claro que não vamos votar, pois já comuniquei aos Senadores que hoje votaríamos só os requerimentos para o debate dos temas. Mas vou sintetizar também, se V. Exª puder colocar, porque a nossa intenção é fazer um acordo entre situação e oposição para que brevemente, ainda neste semestre, porque no segundo semestre já se inicia a campanha eleitoral, possamos votar os terminativos. E seria bom que todos estivessem lidos.

Há um de minha autoria que, se V. Exª concordar, posso fazer um resumo e ir direto para a análise.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro.

Vamos fazer a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2017, que é terminativo. Não temos quórum, é apenas para leitura.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidente, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção à pessoa com deficiência. Logo, é regimental a análise do projeto proposto pelo Senador Cássio Cunha Lima por esta Comissão.

A proposição se apresenta hígida sob os aspectos da constitucionalidade e da juridicidade. A União detém competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, a teor do art. 24, inciso XIV, da Constituição da República.

Igualmente, a matéria não se enquadra entre aquelas cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo. A proposição inova o ordenamento jurídico, pois pretende oferecer uma solução transitória para o problema do reconhecimento da condição da pessoa com deficiência. Por fim, não identificamos vícios relativos a questões de técnica legislativa.

No mérito, estamos de acordo com o autor do projeto. A despeito dos inúmeros avanços que a LBI, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tive alegria de ser o autor, propiciou na seara de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, ainda hoje um de seus principais conceitos – a avaliação biopsicossocial – não foi concretizado.

A lei atribuiu ao Poder Executivo a criação de instrumentos para avaliação da deficiência. Embora tenhamos ciência de que essa é uma questão considerada importante para o Governo, também sabemos que nem sempre os processos relacionados a políticas públicas são desenvolvidos com a celeridade de que necessitam os grupos a que se destinam. No caso específico da avaliação biopsicossocial, pessoas com deficiência estão sendo privadas de seus direitos porque não conseguem atender a defasados parâmetros de avaliação da sua condição estipulados por uma legislação vetusta e em descompasso com a LBI (o Estatuto da Pessoa com Deficiência) e com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Muitas vezes, essas pessoas têm que recorrer ao Poder Judiciário, com o objetivo de afastar regulamentos e normas que não lhes reconhecem a condição de pessoas com deficiência para o fim de exercer algum direito, o que não deixa de ser uma irônica barreira cultural à inclusão, erigida pelo próprio Estado.

Portanto, manifestamos nosso apoio à proposição, que busca equacionar esse problema ao oferecer uma solução transitória para a demora na regulamentação dos instrumentos de avaliação da deficiência.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senador Paulo Paim, Relator do projeto.

Como nós não temos quórum, e é um projeto terminativo, precisamos aguardar o quórum necessário para a discussão e a aprovação desse projeto de lei.

Algo mais, Senador Paulo Paim, que V. Exª gostaria de colocar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a V. Exª, como sempre presente. Só não estava aqui uma única vez, porque não havia combustível nos aviões. Reafirmo isso para constar nos *Anais* da Casa e lá no seu Estado também.

E quero dizer que, de fato, muitas pessoas perguntam por que a gente apresenta tantos requerimentos. Porque a Comissão de Direitos Humanos é, eu diria, o coração, o pulmão da voz do povo, não é? É aqui que a população pode questionar, até mesmo elaborar, como fez recentemente a SUG 12, a SUG 13, que trata da nova CLT. Foi elaborada na Comissão Especial, onde eu estava como Relator, e resolvemos entregar também como SUG. E agora eu posso, então, como Relator da matéria. Vou provavelmente no ano que vem ao seu Estado. V. Exª, como Senadora, e eu, provavelmente, assim espero, porque temos que acreditar em nós, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estarei também como Senador, para nós concluirmos os trabalhos de termos efetivamente uma nova CLT.

Então esta Comissão realiza por ano em torno de 180 a 200 audiências públicas. A média na Casa – e eu não estou fazendo nenhuma crítica – é de 50 audiências públicas. Mas aqui o povo fala; aqui o povo é ouvido; aqui o povo cobra; aqui o povo apresenta proposta, porque é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Então, nós estamos cumprindo o nosso papel. Eu sempre digo que o nosso papel não é tanto contar a história ou escrever a história, mas é fazer a história. E V. Exª faz história nesta Casa.

Era isso. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu não posso deixar de parabenizá-lo por sua atuação neste Senado Federal. Quase trinta anos como Parlamentar, honrando, com muita dignidade, com muita seriedade, o povo do Rio Grande do Sul. A sua presença constante aqui, trazendo a população para debater temas importantes do seu Estado e do Brasil, é reconhecida por todos.

O Senador Paulo Paim é realmente um Senador que honra o mandato que o povo lhe deu, porque olha, Senador, o descrédito da atividade política é muito grande pelo povo brasileiro. E é compreensível esse descrédito, porque há uma onda de político envolvido em corrupção que envergonha a todos. E V. Exª e outros Parlamentares que felizmente têm uma atividade limpa, transparente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como V. Exª, permita-me.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Graças a Deus.

E V. Exª e outros Parlamentares que felizmente têm uma atividade limpa, transparente e que trabalha cumprindo o seu papel de Parlamentar, aqui no Poder Legislativo, sem envolvimento com nenhum ato que envergonhe a população brasileira; esta corrupção desenfreada, o desvio de dinheiro público, porque a corrupção é muito má, muito maléfica para o povo brasileiro. O dinheiro que vai para a corrupção falta na educação, na merenda escolar das nossas crianças; ele falta na saúde, para a população ter um atendimento digno nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, nos medicamentos. É uma coisa danosa e terrível para o povo brasileiro.

Então, V. Exª tem sido um Parlamentar que honra o povo brasileiro.

Obrigada, e já que não temos mais nenhuma discussão, nenhum projeto, eu declaro encerrada esta reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigada, Presidenta.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e onze minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Valdir Raupp, Ângela Portela, Regina Sousa, Paulo Rocha, Jorge Viana, Romário, Vanessa Grazziotin, Telmário Mota, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 77/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Violência nas Escolas". Participantes: Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil-EBC; Ruth Meyre Mota Rodrigues, Assessora Técnica - representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF; Angela Fátima Soligo, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação - SECADI/MEC. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107 de 2018 que: "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença de representantes da Contag, do MST, da ANVISA, do IBAMA e da Embrapa para debater: "O papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil."" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Retirado pelo autor por se tratar de assunto não pertinente à CDH. A retirada é colocada em votação e aprovada. Observação: Fica sem efeito a aprovação do RDH 107 de 2018 realizada na 50ª Reunião. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 77, de nossa autoria, para debater o tema: violência nas escolas.

Cada convidado vai expressar o seu ponto de vista sobre violência nas escolas – independente de ser com o professor ou com o aluno, enfim, a violência nas escolas. Liberdade total para a opinião de cada um.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, com o *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Na abertura deste trabalho, não há como eu não falar, rapidamente, sobre a crise pela qual o País passa. O Plenário está debatendo, eu ia falar lá, mas com o compromisso assumido com vocês, por uma causa superjusta também, eu vim para cá e vim com a maior tranquilidade, ciente de que o meu dever era estar aqui, porque fui eu quem propus esta audiência pública.

Mas, rapidamente, pessoal, eu queria falar também sobre esta crise, aproveitando que nós temos aqui, também, a internet, os canais alternativos da TV Senado, e isso tudo vai também ao ar, à noite. Eu percebo que nós estamos com um grande problema, de fato, sério, e ninguém pode ser irresponsável num momento deste. Eu cheguei a levantar, esta semana, que ou se haja uma solução, ou nós poderemos estar entrando numa situação que pode levar até – vou usar um termo bem leve – à fragilidade e à derrota, digamos, da democracia. E a democracia, para mim, não pode ser derrotada nunca. Que disputem eleições, e ganhe quem ganhar, mas a democracia não pode ser derrotada. A democracia é um símbolo.

E estou muito preocupado... Quando eu usei esse termo, eu não quis ir além daquilo que eu vou ter de dizer agora: ainda eu fico com a democracia, mas não aceito a ditadura. E o que pode acontecer neste País é isso, pessoal. Não pensem que alguém está brincando. Isso tudo que está acontecendo não é de graça, os movimentos que surgem... Nunca aconteceu isso. Eu não me lembro. Olhem que eu passei pelo golpe de 64. Eu nunca vi, em dez dias, o Brasil praticamente parado.

Então, algo está acontecendo. Isso não é normal. Quando houve o golpe de 64, muita gente achava que não iria acontecer, e aconteceu. Quando golpearam a Dilma, todo mundo achava, inclusive eu e todos que estavam aqui dentro – quem disser o contrário, está mentindo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todos aqueles naturalmente que tinham compromisso com o governo –, que não iria acontecer. Quando vimos, aconteceu. E eu confesso também que eu não acreditava que chegassem ao ponto de prender o Presidente Lula. Está preso. Então, nada me surpreende mais. A minha preocupação é com o País. Anos de chumbo espero que nunca mais!

E é nessa linha que eu estou vendo o problema que está aí. A greve dos caminhoneiros é mais do que justa: preço absurdo do diesel. Um governo que aumenta, todos os dias, não somente o diesel: é a gasolina, é o etanol e é o gás. Preço do frete, pedágio, estrada esburacada, assalto, jornadas abusivas em cima dos caminhoneiros, enfim, todos os motivos da greve são justos. Eu não digo que não, e sempre apoiei não só essa como tantas outras ao longo da minha vida.

Esses preços são insuportáveis. Só no meu Estado, 73 Municípios decretaram estado de calamidade pública – 73! A economia gaúcha perdeu R$1,6 bilhão. Se a greve continuar, caminhoneiros, na minha ótica, estão com a razão. Eles não podem pagar para trabalhar. Eles estão pagando para trabalhar. Tanto é que, na pesquisa que saiu hoje, 87% da população está defendendo os caminhoneiros – 87% da população! A agricultura prejudicada; sacrifício de animais que todo mundo sabe que está acontecendo, são milhões de frangos; perda de tempo de abate; frutas e verduras apodrecendo nas médias e pequenas propriedades; empresas, indústria e comércio atingidos, e muita gente já entrou em férias. Inclusive no meu Estado, foram cerca de 3 mil numa única empresa. Enfim, para onde vamos? Podem ter certeza de que os preços vão aumentar. A inflação vai aumentar. Se aumenta o preço, aumenta a inflação. E nessa crise o desemprego também vai aumentar.

A Petrobras adota uma política maluca de preços nunca vista. Ainda hoje aumentou de novo a gasolina – hoje! Nesta crise, olha a irresponsabilidade desse Pedro Parente e companhia limitada.

Só como exemplo para vocês: eu recebi ontem, ainda, da Fetag-RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul), da Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil) filiada à CUT, ambas demonstraram para mim as suas preocupações e que o Congresso tinha que achar uma solução. Não tem como resistir mais. Calculem os pequenos produtores e agricultores, como eles estão agora já há dez dias... Como eu fui conhecer uma família, da economia familiar, e o ramo deles é o leite, eu passei lá uma manhã. Quem conhece sabe como é que é: não tem choro nem vela! Tem que pegar mesmo – e peguei na pá, na enxada – e limpar a merda – o termo é esse, não é? –, o estrume (para usar um termo mais adequado, já que eu estou com tantos professores e professoras aqui). E o estrume ali... É como eles me dizem: aquilo é todo dia, pois não têm Natal, não têm Primeiro do Ano, não têm nada. Calculem se em dez dias o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leite não é escoado, ele vai para onde? Os frangos que não são abatidos vão para onde? Se não chega a ração para alimentar os frangos: morrem de fome.

Então, a situação, de fato, está desesperadora. Gás está começando a faltar. Gasolina nem se fala. Se perguntarem para mim se meu carro tem gasolina, eu digo que não tem, está encostado; não tem gasolina e não tem mesmo. Aqui em Brasília você vem trabalhar, e parece que é sábado ou domingo. Vocês que vieram aqui sabem, não é? Estamos em pleno dia da semana. Em inúmeros Estados é essa a situação.

Por isso é que nada me surpreende. Eu peguei só algumas manchetes que eu ia mostrar lá, mas mostro aqui: "Crise no abastecimento deixa o País à beira de um colapso" – esta aqui, do Rio Grande do Sul. "Crise de combustíveis é a maior desde a abertura do setor em 1997. Nem que terminasse o movimento, para normalizar só daqui a uma semana." "'Temer falou com as pessoas erradas na greve', diz França, Governador de São Paulo." "Petroleiros entram em greve." "Avianca: 36 voos cancelados até domingo." "Petrobras [com todas essas manchetes] sobe gasolina em 0,74% na refinaria." "Oitenta e sete por cento da população apoiam o movimento." "Greve dos caminhoneiros vai resultar no PIB do segundo semestre, dizem economistas" – PIB menor, não é? "Greve dos caminhoneiros completa dez dias e deixa Goiás sem gás, com pouco combustível e sem ônibus." "Greve dos caminhoneiros trava funcionamento do Porto de Santos" – também está parando o Porto de Santos. "Apoio à paralisação é de mais 87% dos brasileiros" – Datafolha. "'Intervenção militar não é varinha mágica', diz general Mourão" – quer dizer, o assunto está sendo discutido em algum lugar. "Setor de proteína animal calcula prejuízo de R$3 bilhões com greve dos caminhoneiros." Está terminando: "'Governo se comunicou com pessoas erradas na greve', diz França" – França é o Governador de São Paulo, falando sobre Temer. "Crise de combustível é a maior desde a época..." – essa aqui já tinha lido.

A situação, de fato, é grave. Há quem já diga – outros jornais de fim de semana já falaram – que há algumas articulações para ressuscitar, como foi em outros tempos, uma emenda parlamentarista, aquele parlamentarismo de oportunismo, eu diria, de momento e de ocasião. Outros falam que há um movimento muito forte para não permitir, inclusive, que a gente tenha eleições. Eu prefiro antecipar as eleições e não ter, porque aí eu fico no campo da democracia.

Eu fiz essa fala rápida aqui para situar todos sobre o momento que nós estamos vivendo. É claro que o tema aqui vai ser a violência nas escolas. Tudo que eu falei aqui, inclusive, está na imprensa. Do que eu acho que eu sinto falta neste momento, confesso a vocês, é de estadistas, de homens que estabeleçam o diálogo, ouvindo a população, entendendo a justiça dos caminhoneiros. Porque é inegável: se nós não tivermos gente dialogando, conversando, construindo, vamos quase para uma convulsão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo aqui como se estivesse falando lá na tribuna do Senado, porque aqui não deixa de ser uma tribuna. Eu fiquei preocupado quando eu vi gente brigando por gasolina, havia um batendo com aquele – como é que chama? – galão. Um galão batendo no outro por gasolina. Eu perguntei como é que estava aqui em Brasília hoje, e me disseram que só 8% dos postos – 8% do número de postos! – têm gasolina. E o pessoal todo querendo viajar. Alimentação faltando. Então, nós estamos numa situação difícil.

É preciso muito diálogo. Eu cheguei a dizer e repito aqui: se esse tal de Temer sente que ele não resolve e não tem condições de dialogar com a sociedade, de chamar todo mundo... Chame empresário, chame trabalhador, chame caminhoneiro, chame taxista, chame de aplicativo, chame *van*, enfim chame lideranças de todos e estabeleça um diálogo para nós sairmos desse impasse. Se ele acha que ele não tem condição, digo: então renuncie.

Não seria a primeira vez na história que um Presidente renunciaria. Renuncie, porque nós estamos, de fato, numa situação muito, muito mais grave do que qualquer um possa imaginar. Só bater no Governo é fácil; eu quero ver começar a apontar soluções para esse momento.

Claro, eu estou muito tranquilo, porque há dois anos – faz dois anos mais ou menos que afastaram a Presidenta Dilma – eu dizia: "Vocês pensam que com isso aqui vão resolver? Não vão resolver nada. Vocês estão afastando a primeira mulher eleita Presidenta da República neste País; estão afastando-a sem ela ter cometido crime algum. E vocês vão ver que essa crise vai até, no mínimo, 2018, no processo eleitoral." Não ouviram. Tentei, a partir daquele momento, coletar assinaturas para eleições diretas. Conseguimos até 40 assinaturas ou 38... Não aceitaram. E deu no que deu: aquela Emenda 95 – que vocês conhecem muito bem –, que congelou todos os investimentos; reforma trabalhista; reforma da previdência; privatização de tudo... E prenderam o Presidente Lula – eu também achava que não teriam ousadia para chegar a esse ponto. E está aí o resultado, está aí o resultado, está aí o resultado... O País num caos absoluto – mas é caos mesmo, pessoal! Os informes que eu recebo são da maior gravidade.

Por isso, neste momento, a gente precisa estabelecer muita conversa para sair dessa crise, fortalecendo o processo das eleições. Eu quero eleições; pode ser que haja alguém que não queira. Eu quero! E, se puder, eu até a antecipo. Se eu pudesse, eu a antecipava. Mas sabemos que faltam quatro meses. Bom, eu já dei o meu ponto de vista.

Temer, aproveito aqui que estou falando para todo Brasil, por este microfone da democracia, porque ainda é permitido falar – como vocês vão falar aqui o que bem quiserem –: renuncie se você acha que não tem condição de assumir essa crise por que o País está passando. Como está, não dá para continuar.

Mas é isso. Vamos lá à nossa Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de chamar os convidados, havendo número regimental, consulto o Plenário – já que temos número no painel – desta Comissão se há óbice para tornar sem efeito o Requerimento 107 aprovado nesta Comissão, haja vista o objeto do requerimento não ser matéria de competência desta Comissão, nos termos do art. 102. É de minha autoria mesmo, mas havia uns problemas de redação gravíssimos ali, que iam na contramão daquilo que eu queria. Então, foi erro de assessoria.

Os Senadores que concordam com a retirada do RDH 107, de 2018, de minha autoria, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É um requerimento que foi feito, infelizmente, com uma redação inadequada, e eu tive que o retirar.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, de 2018
- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença de representantes da Contag, do MST, da ANVISA, do IBAMA e da Embrapa para debater: "O papel atual e os impactos dos agrotóxicos e dos produtos transgênicos na agricultura brasileira, na saúde do consumidor, no meio ambiente e na soberania alimentar do Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Sejam todos bem-vindos.

Agora que eu já falei o que iria falar no plenário – senão eu teria que voltar lá, e vocês teriam que ficar aqui me esperando –, vamos ao nosso tema de hoje, que vai nortear os nossos debates.

Vamos para a primeira Mesa: Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil (EBC). Seja bem-vinda, Cintia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ruth Meyre Mota Rodrigues, assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF. Seja bem-vinda, Ruth. (*Palmas.*)

Agora quero ver você reclamar, Ruth: só há mulher na Mesa. Não pense que eu não via quando você reclamava, pois eu dizia que tinha que haver homens, e ela dizia bem baixinho, quase soprando: "Homens e mulheres." Acha que eu não ouvia? Ouvia daqui. E ela tinha razão mesmo. Por isso que a maioria aqui são as mulheres agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tinha razão, inclusive; eu só brinquei agora.

Angela Fátima Soligo, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Seja bem-vinda, Angela. (*Palmas.*)

Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Seja bem-vindo, Heleno. É uma satisfação recebê-lo aqui mais uma vez – já esteve aqui outras vezes. (*Palmas.*)

E Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC). Seja bem-vindo. Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Só a título de informação, está prevista uma segunda Mesa – não sei se chegaram ainda –: Erlando da Silva Rêses, professor e 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do Andes; e Geraldo de Paiva Gonçalves, Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos.

Sobre essa nossa audiência pública de hoje, eu confesso que recebi inúmeras denúncias sobre a violência nas escolas, contra professores e entre os próprios alunos, tanto que eu encaminhei dois projetos de lei que vão na linha da cultura de paz nas escolas, que os professores da Ulbra, no Rio Grande do Sul, elaboraram. Eles pediram para mim se eu entraria com esse projeto. Entrei e ele está em debate aí, para ser melhorado, aperfeiçoado e construído de forma que atenda efetivamente os interesses dos professores, da comunidade, de pais, alunos, filhos, enfim.

Agora, neste momento... Eu fiquei muito chocado com o vídeo... Eu estava em casa – quando eu não vou para o Sul, como não vou esse fim de semana – e recebi aquele vídeo.

Eu fico aqui... Isso aqui virou uma loucura para todos vocês. Não sou só eu, não. Tenho certeza de que todo mundo é viciado no tal do WhatsApp, não? Todo mundo na mesa aqui concordou, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, na hora, deu muita tristeza. Eu vi um menino numa escola, se não me engano, em Pernambuco, sendo espancado dentro da sala de aula por seis, sete, oito meninos. Mas era espancado mesmo! E dizem que a professora estava isolada num canto – pelo menos foi a informação que eu recebi. Esse vídeo me chocou muito.

E aí, perguntando para algumas pessoas, professores e alunos, eles disseram: "Isso aí acontece muito em todo Brasil. Você viu um vídeo que alguém conseguiu pegar." Aí eu digo: "Não. Vamos, no mínimo, puxar para nós um pouco da responsabilidade", porque este Congresso tem que ter – em relação, inclusive, à crise que está aí, porque a crise começou aqui dentro. O Congresso tem que assumir essa responsabilidade: a crise começou aqui, quando afastaram a Presidenta. A história vai cobrar.

Eu peço que, se puderem, passem o vídeo agora, para nós iniciarmos o debate sobre o tema "Violência nas Escolas".

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Normalmente, quando se passa um vídeo, a gente acaba batendo palmas. Nesse caso, a gente tem quase que chorar mediante os fatos.

Agora, vocês é que vão falar sobre esse tema "Violência nas Escolas".

Começamos com a Gerente do Núcleo de Programas Especiais da TV Brasil (EBC).

A Srª Cintia Vargas está com a palavra.

A SRª CINTIA VARGAS – Obrigada, Senador.

Na verdade, a gente se sente super-honrado de estar aqui hoje (*Fora do microfone.*) ...para falar um pouquinho também do trabalho que a gente vem desenvolvendo na TV Brasil em relação a esses temas que são tão urgentes.

Vendo esse vídeo agora, eu me recordei de um outro vídeo que a gente já fez também com uma reportagem grande, no Caminhos da Reportagem, chamada Escola do Medo, em que a gente mostra situações corriqueiras nas escolas, de violência até contra professores e de situações de agressões que levam até a morte.

São temas muitos importantes que a gente acha que uma TV pública que se preze tem que trazer para discussão, em relação a temas que são relacionados a direitos humanos, a minorias, a respeito ao próximo. E a gente acabou produzindo um programa chamado Cicatrizes da Tristeza, que está tratando dessa questão da automutilação. E foi um tema que muito nos surpreendeu, porque a gente tratava muito dessa questão do *bullying* nas escolas e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente percebeu que, na verdade, o *bullying* está muito ligado a esse comportamento da automutilação também.

São vários os motivos que levam os jovens, no caso nas escolas, a se automutilarem, mas a gente tem percebido esse comportamento corriqueiro. E a gente acabou se surpreendendo, porque, quando a gente começou a pesquisar o tema, inclusive utilizando algumas cartilhas produzidas pelo Senado de combate ao *bullying*, de prevenção ao suicídio, a gente foi vendo que essas coisas estavam muito interligadas.

Eu gostaria de passar um videozinho que foi feito pela Ana Graziela Aguiar, que foi a nossa repórter que produziu esse programa e que reportou esse programa. Ela vai falar um pouco do processo de produção. Mas foi um programa que nos surpreendeu pela quantidade de jovens que nós encontramos nessa situação.

Diante disso, a gente gostaria de fazer um alerta para professores, sociedade, pais para que realmente estejam atentos aos sinais, percebam isso, porque nada disso acontece de um dia para o outro. São sinais que os jovens dão – nessa fase da adolescência, a gente convive muito com essa questão do *bullying* – e que são sinais a que a gente tem que estar muito alerta para detectar e evitar um mal maior.

Se a gente puder ver...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Bom trabalho.

A SRª CINTIA VARGAS – Na verdade, a gente quis mostrar o vídeo porque o trabalho realmente é em equipe, mas a nossa repórter que poderia estar aqui apresentando não pôde vir.

Só para a gente finalizar mesmo, para não tomar mais o tempo do pessoal aí, porque todo mundo vai falar, a única preocupação que a gente teve para produzir o vídeo, além de tentar retratar o máximo de veracidade, foi ter respeito com o tema, que é muito delicado, e com os nossos personagens, sem fazer sensacionalismo.

E também a questão de não se estimular essa prática, porque, por mais que você fale do comportamento, a gente tem que reconhecer que é uma coisa que tem que ser tratada, tem que ser vista como uma doença, algo que tem que ser tratado, e não estimulado. Então, a gente teve essa preocupação de, durante o programa inteiro, que é de uma hora de duração, não trazer essas formas, essas práticas, para que realmente a gente não venha a estimular esse comportamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais da TV Brasil - EBC. Parabéns pelo vídeo, pela produção, pela qualidade. Muito educativo, também abrindo as fronteiras.

A SRª CINTIA VARGAS (*Fora do microfone.*) – Ele está na nossa internet, na nossa página da internet.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Avise, pode avisar como se faz.

A SRª CINTIA VARGAS – Nosso programa vai ao ar toda quinta-feira à noite, às 21h45, na TV Brasil, e toda semana ele traz um tema diferente, uma grande reportagem. E todos os nossos programas ficam no nosso *site*, www.tvbrasil/caminhosdareportagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª CINTIA VARGAS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora passamos a palavra para a Ruth Meyre Mota Rodrigues, que aqui representa a Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Boa tarde a todas e todos. Estão ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, ouvimos bem.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – É um prazer imenso! Boa tarde aos colegas e às colegas, de forma muito especial à Profª Angela Soligo, que me orientou durante o doutorado. É uma alegria muito grande, Senador Paulo Paim, pela luta em prol da justiça social. Então, é uma honra, assim como é uma honra representar a Secretaria de Educação.

Bem, eu achei curioso quando o Senador falava "vou tratar desse assunto embora o tema seja violência nas escolas", porque o debate que eu venho trazer é exatamente nessa linha de pensar que a educação e as escolas não estão separadas do contexto social. Muito do que a gente vai conversar hoje é reflexo de uma ausência de democracia também nas escolas. Então, esse autoritarismo com o qual a gente tem convivido em diversos espaços é também e talvez principalmente... Porque recentemente escolheram as escolas como alvo. Então, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sofrido, como diretoria que pensa direitos humanos e diversidade, e eu quero conversar um pouquinho sobre isso.

Primeiro ponto: a gente iniciou com um vídeo que trata da questão da violência física, que, lógico, é um problema, é uma questão, mas o que é interessante é a gente pensar que a violência física é precedida por outras formas de violência. Então, a gente tem ali naquele vídeo, que me deixou bastante nervosa – a palavra é essa –, eu não sabia o que fazer, fiquei com vontade de ir lá e fazer alguma coisa... Mas, com um olhar mais atento, a gente percebe que aquela violência deve ter sido, ou com certeza ela foi precedida por outras formas de violência. A gente não vai conseguir falar sobre todas hoje, mas eu escolhi três, que envolvem o racismo, o machismo e a LGBTfobia, isso em função dos ataques que a gente tem recebido recentemente.

Então, vamos tratar da violência simbólica – peguei emprestado de Bourdieu, e algumas pessoas colocam aí também a violência psicológica –, e é dela que eu quero falar. E por quê? "Ah, não é importante falar de violência física?" Não, não é por isso; é fundamental. Mas a violência física tem alguma aceitação, não a violência, mas o combate a essa violência tem um consenso normalmente. Quando falamos "vamos combater a violência", todo mundo concorda: "É, tem que combater", seja entre alunos, entre aluno e professores ou vice-versa, mas a violência simbólica, aí sim, aí nós temos uma dificuldade para que as pessoas compreendam. É difícil falar de masculinidades tóxicas com os homens, é difícil porque ninguém quer se colocar na posição de algoz, digamos assim. Então, é uma consciência que nós precisamos construir. Aí eu só citei como exemplo, mas podemos falar das outras também. É muito difícil nos reconhecermos racistas, é realmente um processo para conseguimos identificar suas formas mais sutis.

Então, essas são algumas questões. Repito: não é diminuindo a questão, a importância de se tratar da violência física, mas pensar essas formas que normalmente não são tratadas.

Eu gosto de usar essa imagem para pensar como os diferentes grupos sociais encontram dificuldades ou não para chegarem a um determinado lugar, para ocupar um determinado lugar social. Então, no finalzinho ali a gente pode imaginar a universidade, pensando na escola, ou o mercado de trabalho, enfim. A mulher tem muito mais dificuldade, e a gente vai conversar um pouco melhor sobre isso daqui a pouco. Se for uma mulher negra, aí, mais obstáculos; uma mulher negra trans, mais e mais obstáculos. Por isso que a gente fala tanto em interseccionalidade, que é essa sobreposição de categorias de vulnerabilidade.

Ali há um exemplo. Nós temos homens e mulheres com diferentes graus de instrução – foi divulgado pelo IBGE em 2016, após o PNAD –, e observamos que, independente da instrução, o homem sempre ganha mais. Não podemos achar que isso é só coincidência. Acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é mais o momento, mas às vezes temos que voltar; e se não começarmos esses debates lá do início, não conseguimos avançar.

E aqui eu trouxe alguns dados sobre a violência. De propósito não quis falar só no âmbito escolar para que não imaginemos que seja um problema que esteja na escola. Nós precisamos conversar sobre essas violências na sociedade. E aí, claro, há um processo de retroalimentação escola-sociedade, mas precisamos pensar de forma mais ampla. Então, está ali: 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil, colocando o Brasil no quinto lugar dentre os que mais matam as mulheres no mundo. É um índice vergonhoso, é um índice assustador.

E ali a gente mostra o relógio da violência, que é mantido pelo Instituto Maria da Penha. Se vocês acessarem essa página, é muito interessante e muito triste também: a cada mulher que é assassinada ou que sofre algum tipo de violência, o relógio conta. Então, quando a gente fica um pouquinho ali, a gente se assusta e pensa: é preciso fazer alguma coisa. E aí ele traz alguns dados, por exemplo, que a cada sete segundos uma mulher é vítima de violência física; a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal, juntando as duas; a cada dois minutos uma mulher é vítima de arma de fogo, e essas mulheres que são vítimas de arma de fogo têm cor e têm classe – é importante a gente lembrar isso –, e a cada vinte e dois segundos uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. Por essa razão é tão importante pensar gênero na educação.

Agora, sim, a gente vai dizer o que tudo isso tem a ver com educação. É porque é na escola também que a gente tem as nossas primeiras lições do que é ser menino e do que é ser menina, dos brinquedos que servem para meninos e brinquedos que servem para meninas, e uma proibição de que esses brinquedos possam ser trocados. A ideia é a gente desconstruir um pouco essa lógica.

Então, eu deixo como dever de casa para os papais aqui presentes levar um brinquedo considerado feminino para o seu filho e ensiná-lo a ser um pai, por exemplo. Acho que vocês não vão fazer... Quero ver quem vai me contar depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vovô também.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Vovô também, claro.

Ali a gente traz as brincadeiras. Penso que a maioria passou por isso na escola: futebol para os meninos e queimada para meninas. Isso é feito de uma forma... Estou falando de modo geral, mas a gente sabe que existe essa separação. Ali é uma representação que a gente tem de que as mulheres não são boas com exatas, e é reproduzido de forma tão forte na escola que se torna uma profecia autorrealizável. É a mesma lógica, é essa coisa de "eu posso brincar do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quiser", não tem problema, isso não afeta em nada o desenvolvimento dessa criança, como alguns querem entender. E aí eu teria muito mais a falar da questão dessas relações de gênero na escola, mas, com tempo limitado, eu vou avançar um pouquinho e pensar na questão racial.

Eu trouxe como exemplo essa campanha feita por estudantes universitários na UnB, que resolveram, optaram por denunciar o racismo por meio de uma campanha. Cada um apresenta alguma frase racista que ouviu. Então, ali em cima, a pergunta à menina: "Você sabe ler?" Ao rapaz: "Desculpa, é que eu te vi e achei suspeito!!!" E por aí vai, eu não vou ler todas, mas essa campanha foi muito interessante para tentar evidenciar as formas como o racismo se manifesta de forma subliminar. Para mim, nem é mais subliminar isso aí, mas as pessoas ainda negam.

Aí eu tinha que trazer o exemplo desse mendigo. Eu não sei se vocês se lembram... Nem é correta a palavra mendigo, eu estou usando a palavra que eles usaram nas reportagens de Curitiba. É uma pessoa em situação de rua, e as pessoas ficaram muito indignadas. Aquela frase diz muita coisa: "A 'comoção' em torno do homem não se deve a sua condição financeira, mas sim a sua beleza." E outra reportagem, que eu não trouxe, diz assim: "Um homem bonito", e completa: "com traços finos e olhos claros." Isso é para a gente discutir o padrão de beleza e pensar quem, no Brasil, pode ser mendigo. Quer dizer que, caso tenha um fenótipo diferente, tudo bem ser mendigo. É para a gente pensar um pouco como essa lógica ainda é muito forte.

Aqui é a mesma comparação, só que comparando pessoas negras...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – ... e pessoas brancas com relação à questão salarial.

E aí a gente não pode deixar de trazer a violência que atinge a juventude negra. Um homem negro tem até doze vezes mais chance de ser vítima de homicídio no Brasil; sete em cada dez pessoas assassinadas são negras, e, de 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídio por 100 mil habitantes teve queda de 12% entre os não negros, para os negros, houve um aumento de 18%. Estamos falando do genocídio da juventude negra perpetrado pelas mãos do Estado, o que é mais grave. E aí também é um debate para várias audiências.

Eu vou passar também pela questão indígena, porque é fundamental.

E o que tudo isso tem a ver com a escola? Todos os adultos que hoje reproduzem essas violências passaram pelo sistema de ensino. Então, a gente precisa entender essa relação direta. A instituição considerada mais racista, por exemplo, é a polícia, a segurança pública, de modo geral. E essas pessoas passaram por uma escola. Não estou generalizando os profissionais da segurança, mas dizendo que é ainda uma instituição despreparada para lidar com isso, e é nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãos da polícia que esses jovens estão morrendo, em sua maioria. Isso precisa ser dito. Essas pessoas não passaram por um processo formativo que lhes dissesse o contrário.

E aí, a principal questão que temos hoje com relação aos indígenas, para além dos assassinatos, está ali nos dados de 2016: registro de 106 suicídios, que são decorrentes do preconceito étnico que atinge essa população, que acaba tornando insuportável... Em alguns casos, o suicídio é uma forma, inclusive, de não querer dar continuidade a sua etnia, o que é muito grave, é uma conta muita pesada para o Brasil carregar. A gente simplesmente dá continuidade ao genocídio dessas populações. E a mortalidade infantil.

Aqui eu ia falar um pouco da questão da legislação na educação, vou pular. Vou para a última questão, que é a LGBTfobia na escola. A gente tem, e aí vou falar do Distrito Federal, vários registros de crianças e adolescentes, normalmente adolescentes, jovens, que são espancados, espancadas, porque pertencem a esse grupo. Simplesmente assim. E aí é muito mais do que *bullying*. O *bullying* também é uma coisa que é muita discutida, todo mundo mais ou menos... Tudo que acontece as pessoas mais ou menos afirmam que é *bullying*, mas o racismo, a LGBTfobia é muito mais do que *bullying*. O racismo é estrutural. O racismo define papéis sociais. Então, a gente não pode colocar tudo ali no mesmo saco, porque isso é um problema ao se pensar o combate a essas questões.

Então, falando em violência, as manifestações homofóbicas, transfóbicas, lesbofóbicas e por aí vai são manifestações extremamente violentas. Ainda que não cheguem – e temos que lutar para isso – à agressão física, é violência. Estamos de forma tão agressiva tratando esses jovens, que eles acabam desistindo, por exemplo, de continuar frequentando a escola porque é um ambiente violento. Então, é preciso pensarmos todas essas dimensões da violência.

Uma questão que a gente tem enfrentado muito é o uso do nome social. Eu fico imaginando: alguns profissionais simplesmente se recusam a utilizar o nome social. E é muito complexo, então, a gente tem que fazer todo um diálogo, explicar... Olha que maluco você ter que negar quem é você! Olha que maluco eu falar "não vou chamar você de Paulo Paim não, vou chamar você de Marta", e pronto, porque eu decidi que você é Marta. Não, se ele está dizendo que ele é Paulo Paim, ele é Paulo Paim. Desculpe o exemplo, Senador.

Então, é um pouco nesse sentido de nos colocarmos no lugar do outro, assumir uma identidade que não é sua. E aí... Nós sabemos por que isso tem acontecido, mas olhem o quanto somos violentos, como sociedade, com essas pessoas.

Aqui a gente traz alguns relatórios. Também vou avançar um pouco, mas, para quem tem curiosidade, foi divulgado em 2012, e é só isso que a gente tem de dado oficial sobre a violência homofóbica no Brasil. Eu vou pular um pouquinho. Esses dados são dados do Grupo Gay da Bahia, que traz também algo interessante: a ausência de dados oficiais, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costumo dizer, é um dado; a ausência de dado é um dado. Os próprios grupos e movimentos sociais estão se organizando para trazer esses números. A gente não vai discutir número a número...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não sou eu.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu olhei para ele! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É automática! A cada dez minutos, ela toca, depois mais cinco, toca de novo.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Tudo bem, entendi. É sempre um susto!

Bem, a gente não vai discutir número a número ali, mas é só para a gente ter noção de que, nesse grupo de pessoas que são agredidas, estão também pessoas hetero que se relacionam com trans. Então, essa violência chega, inclusive, a essas pessoas. Nós estamos falando de pessoas que estão sendo agredidas e assassinadas pelo simples fato de pertencerem ao grupo LGBT. Eu falo de modo resumido "pertencer ao grupo LGBT" porque é um grupo bem diverso também, não é?

Aí, para falar de gênero e sexualidade na escola, eu quero trazer para vocês um pouco do nosso trabalho no dia a dia. É um desabafo e é uma denúncia também. A gente não consegue tocar alguns projetos nossos porque a gente tem que parar para responder a uma série de notificações, normalmente vindas de Deputados, notificações que perguntam coisas como: por que, na página tal do livro tal, há uma família que não é a família tradicional brasileira? E a gente tem de responder. Aí é só um exemplo.

Então, a gente tem de parar o nosso trabalho para explicar. A gente precisa parar o trabalho para justificar por que uma escola adotou um projeto com uma determinada peça teatral. Eu estou falando especificamente de uma peça que rodou o mundo, e essa escola está respondendo hoje no Ministério Público. É uma peça extremamente educativa, mas chega até nós e temos que responder por que essa peça é educativa. E por aí vai.

Então, a gente fica muito mais apagando fogo do que tocando projetos novos em função da tal da ideologia de gênero, que, sabemos, não tem nenhuma fundamentação legal ou teórica, mas alguém inventou isso e tem ganhado muita força, assim como a própria escola sem partido, e por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há um aprisionamento, um autoritarismo que é muito grave e com o qual a gente deve se preocupar.

Desculpem-me, acho que falei demais!

Estamos à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Ruth Meyre Mota Rodrigues, que falou pela Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

Agora, para ganharmos tempo, passo imediatamente a palavra para Angela Fátima Soligo, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Boa tarde a todas e todos.

Eu aqui represento o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Depois eu desconto! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São alguns questionamentos que chegaram.

Giana Finardi, do Rio Grande do Sul: "Quem protege o professor? A família é protegida, o estudante é protegido... Mas e o professor?"

Maria José Meira, de Santa Catarina: "A escola deve ter o ECA em sala de aula e trabalhar com os alunos desde a pré-escola seus direitos e deveres, para assim recuperar o respeito e a dignidade a que todo corpo docente teve, tem e terá direito."

Átila Santos: "A redução da violência nas escolas requer maiores investimentos nas famílias menos favorecidas, reduzir o custo de vida dos mais pobres e dar mais acesso à educação de qualidade a jovens e adultos, além de emprego e dignidade."

É só para situar as pessoas que fazem comentários.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, vamos lá. Aqui eu represento o Conselho Federal de Psicologia, e eu começo dizendo que a Psicologia tem um vasto campo de conhecimentos e de práticas relacionados à educação e à escola. E foi com esse vasto campo de conhecimentos e práticas que nós realizamos, entre 2013 e 2015, um grande projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa sobre violência e preconceitos na escola, projeto esse que foi considerado de interesse do Ministério da Educação na época do Ministro Mercadante.

Esse projeto foi coordenado pela Universidade Federal do Mato Grosso e também pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, especificamente o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, e a Federação Nacional dos Psicólogos. Esse grupo, que é um grupo de profissionais, todos e todas, doutores em Psicologia, nós elaboramos um projeto, e esse projeto foi executado em conjunto com dez universidades federais brasileiras, duas por região.

Eu vou passando rapidamente algumas coisas porque, senão, excederei meu tempo.

Aqui está o Fórum... As entidades estão aqui, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul, todas universidades públicas federais. E há os objetivos gerais: contribuir para a promoção de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento da violência e preconceitos na escola; construir fundamentos para a elaboração de um programa nacional de enfrentamento da violência e dos preconceitos na escola.

Bem, nós realizamos o estudo em duas fases.

A primeira fase: nós sabíamos, evidentemente, o que nós íamos pesquisar, não era inédito, já havia pesquisas na área, tanto na psicologia como no campo da educação, das ciências sociais. Então, nós fizemos um levantamento em bases de dados de produção acadêmica sobre os temas da violência e preconceitos na escola, procurando quais eram as temáticas, como tinham sido desenvolvidos os estudos e quais suas conclusões. Examinamos também relatos de práticas exitosas no enfrentamento da violência e dos preconceitos.

Numa segunda fase, nós realizamos uma pesquisa de campo em escolas públicas em todo o Território nacional. Essa pesquisa envolveu crianças do segundo ano, adolescentes do sexto ano e jovens do ensino médio e também professoras e professores e os pais. Então, foi uma pesquisa bastante grande, e nós fizemos...

Voltando: na segunda fase nós trabalhamos com oficinas com os estudantes, rodas de conversas com os pais e professores e também colocamos, em cada escola, duas caixas, uma chamada "baú da violência", e a outra, "jogue aqui o seu preconceito". A ideia era que as pessoas da escola livremente pudessem escrever o que quisessem, anonimamente, sobre preconceito e violência na escola.

Bem, com relação à pesquisa de levantamento, a gente viu que há várias temáticas que são estudadas relativas a violência e preconceitos: álcool e drogas; deficiências, inclusão/exclusão e fracasso escolar; diversidade sexual e gênero; raça, etnia e terra; temáticas emergentes e contemporâneas, como aquelas relativas a adolescentes cumprindo medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeducativas, e também aquelas pesquisas sobre professores que sofrem violência. Então, há uma diversidade bastante grande de subtemas, ou de recortes, dentro das pesquisas sobre violências e preconceitos na escola.

Bom, vamos à fase de campo.

Participaram da pesquisa 40 escolas públicas das cinco regiões geográficas, ensino médio e fundamental. Foram 1.537 participantes, sendo 1.029 estudantes, 379 da equipe escolar e 129 pais ou responsáveis.

O que os atores escolares dizem?

Por exemplo, com relação à concepção de violência e preconceitos...

Eu vou ser mais sintética, porque eu não vou conseguir falar tudo no tempo que eu queria.

Há várias práticas que são consideradas pelos professores como violência: constrangimento físico ou moral, agressão, uso da força e da coação; desvio pela força externa; a humilhação; as discussões; o desrespeito e também o uso de drogas.

A violência verbal é a que a gente encontra com mais frequência, e ela afeta psicologicamente não só alunos, mas professores e a escola como um todo.

Alguns tipos de preconceitos são entendidos como violência: a classificação e a hierarquização dos alunos por classe social, origem familiar e região.

Os sentimentos frente à violência e ao preconceito são de impotência, despreparo, fadiga, cansaço, adoecimento, depressão, síndrome do pânico, tristeza, indignação – aí é uma indignação que se volta contra as famílias – e o ceticismo em relação à melhoria da educação brasileira.

Com relação aos preconceitos que os professores e professoras mencionam, estão: preconceito racial, de gênero, de aparência física. Mencionam também o *bullying,* embora nós, como pesquisadores, não tenhamos assumido o conceito de *bullying* para explicar. E há também outros relacionados à obesidade, classe, origem familiar, moradia. Então, são vários os preconceitos identificados pelos professores.

Os próprios professores identificam os seus preconceitos quando tratam mal os seus alunos e dizem que "o preconceito não ocorre somente entre alunos; está presente, também, entre professores, coordenadores e funcionários de forma geral".

Os pais, quando falam da violência, eles falam da violência familiar ou doméstica; da violência de gênero; daquela dirigida ao professor, principalmente violência verbal; na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade – a comunidade externa é entendida como lugar de violência –; falam das brigas entre alunos; dos alunos maiores que agridem os menores; das mães que tentam bater no aluno que brigou com o seu filho; dos alunos violentos.

Quando falam dos preconceitos, eles falam do preconceito racial e, aí, falam dos apelidos que os seus filhos recebem; preconceito de aparência física; de orientação sexual – e também eles mencionam os apelidos que seus filhos recebem –; preconceito religioso; de classe social.

Entre os alunos há uma riqueza de dados enorme porque nós fizemos questão de fazer uma escuta ativa dos alunos por meio das oficinas, nas quais os alunos desenharam, fizeram atividades com o corpo, cantaram, produziram conteúdos – eram eles falando da violência e dos preconceitos. Aí, eles vão falar dos preconceitos de aparência física, não só ligados ao peso, mas a vestimenta, uso de óculos; racismo, homofobia, preconceitos de classe. No ensino médio, novos alvos são agregados: os alunos novatos, as meninas grávidas, os roqueiros. Há, então, uma ampliação das vivências de preconceito.

Eles, quando falam da violência, falam que estão expostos a violência física, verbal, atitudinal, sexual, institucional e social. Então, não é só a violência entre eles: eles falam da violência institucional, da escola.

Eles falam muito das expressões físicas da violência; falam dos preconceitos e do racismo e da homofobia como formas de violência. Também a violência sexual, de orientação machista, faz parte da vivência dos alunos.

A escola é percebida como produtora/reprodutora da violência: nas suas práticas; na precariedade dos elementos estruturais e recursos humanos. Eu vou dar um exemplo: escolas no Norte, do interior, onde faz um calor danado, e não há nem ventilador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Isso é violento, porque as crianças ficam em salas extremamente quentes.

Também falam da falta de diálogo e da omissão da escola como expressões da violência institucional.

A família também é apontada como produtora de violência, o bairro, a sociedade.

Então, as relações escolares são marcadas pelas agressões de diversas ordens. E aqui eu vou insistir: todos os setores falaram das condições de gênero, raciais, de orientação sexual, de necessidades especiais e condição etária. E os sentimentos que essas vivências engendram são: tristeza, apreensão, vergonha, revolta e insegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também quis saber o que é preciso fazer para melhorar a escola. Aí, todos os setores e os estudos falam da estrutura física, do acesso à tecnologia, de aulas dinâmicas que envolvam o cotidiano dos alunos, da gestão participativa, responsável e capaz de dialogar...

Opa, pulei um item ali!

Mas, enfim, os alunos, as famílias e a equipe escolar confirmam a vivência de violência e preconceitos. E ela não está só nas agressões físicas; ela também está no currículo escolar, ela também está no silêncio e na omissão da escola e também está nas políticas que atacam a escola.

Alunos querem ser ouvidos; e as famílias, escola e alunos precisam dialogar.

É preciso desenvolver material de referência para a formação de professores, trazer a temática da violência e dos preconceitos na formação dos professores, elaborar políticas educacionais que valorizem a carreira docente, melhorar as condições estruturais da escola, substituir a cultura do medo pela cultura do diálogo, trabalhar com toda a comunidade, romper com a visibilidade abjeta e com a invisibilidade e construir a visibilidade cidadã. Há que se discutir gênero, sexualidade e racismo, restaurar a ética, substituir o discurso repressivo pela escuta, pelo acolhimento e pelo diálogo, adequar a educação à realidade dos alunos e fortalecer laços de cooperação.

A gente colocou ali em destaque "cooperação e diálogo". Todos os estudos, assim como os depoimentos, acentuam a importância da cooperação e do diálogo amplo e também deixam muito evidente que a violência não ocorre só entre alunos. Ela ocorre entre alunos; ela ocorre na relação professor/aluno, de forma recíproca, e ela ocorre nas políticas, como violência contra a escola.

Eu queria encerrar a minha fala dizendo uma coisa que eu acho que, hoje, é absolutamente necessária: esse conjunto de elementos que eu trago aqui é fruto de pesquisa acadêmica, é fruto do estudo de muita gente que se dedica ao conhecimento, ao conhecimento voltado para melhorar a educação em escolas, e, nesse sentido, esse conjunto de saberes e de conhecimentos aponta para a total e absoluta necessidade de falar de violência e preconceito na escola, de falar de gênero, de falar de racismo, de falar de orientação sexual e falar de todas as discriminações ligadas a essas condições do sujeito.

Portanto, eu queria encerrar a minha fala dizendo o quão tóxico é o projeto Escola sem Partido, na medida em que ele busca impedir que a escola cumpra o seu papel, que é o de educar, de formar – está lá na LDB, está lá na Constituição brasileira – para a cidadania. Se a gente vai formar para a cidadania, a gente vai formar para o respeito, para a consciência crítica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre as nossas desigualdades, sobre os recortes de raça, gênero e classe, que estão presentes na escola e na sociedade, e formar para uma outra forma de relação na sociedade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – ... a relação respeitosa e cooperativa.

Então, eu queria concluir dizendo que não é possível, na perspectiva de Escola sem Partido, a escola; não é possível a educação. Então, já que estou aqui no Senado, eu queria apelar às Srªs e aos Srs. Senadores deste País que firmem o compromisso de proteger a educação, a escola, seus alunos e professores, de proteger a nossa sociedade e que se comprometam a jamais aprovar um projeto que seja tóxico para a escola e para a sociedade.

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Essa foi a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Srª Angela Fátima Soligo, que termina com um debate, famoso já neste País, sobre o projeto Escola sem Partido.

Eu ouvi a fala de uma professora de Curitiba, num determinado evento em que os professores foram agredidos, e ela dizia, ao final, mais ou menos, isso que você disse aqui, ou seja, que o que eles não querem, na verdade, é uma escola politizada, uma escola que esclareça, uma escola que tenha conhecimento; não querem que nem o professor, nem os alunos tenham conhecimento, porque, se eles o tiverem, saberão, com muito mais competência, como formar o seu senso crítico e, assim, ajudar a construir um país para todos, coisa que eles não querem. Eles querem um país para uma minoria, como, infelizmente, é hoje.

Meus cumprimentos pela bela exposição de todas as três que falaram até o momento.

Espero que, agora, nós avancemos...

Eu ia dizer uma frase, mas aqui é preciso ter todo o cuidado, porque, senão, elas... Isso não é politicamente correto! Se eu dissesse o que eu ia dizer agora, você já iria me criticar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tenho que cuidar ao máximo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, eu sei. Nem vou dizer o que eu ia dizer agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não aplaudiu? Então, vamos lá! (*Palmas.*)

Grande Angela! Grande Angela!

Passo a palavra ao Sr. Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Acho que agora vamos ouvir a bancada dos homens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, eu engoli...

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Engoliu para não dizer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês vejam: o que eu vou dizer? Ele já fez uma diferença. (*Risos.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Boa tarde a todas e todos aqui presentes a esta audiência pública. Boa tarde a quem está nos acompanhando de longe, seja pela TV, seja pelas redes sociais. Eu quero cumprimentar toda a Mesa, saudando o Senador Paulo Paim e agradecendo o convite para a CNTE estar mais uma vez aqui dialogando e debatendo sobre esse tema.

Quero dizer, Senador, que estou de pleno acordo com as suas palavras iniciais. Um país que permite ou que comete o crime, a violência de prender um ex-Presidente da República sem provas – nenhuma –, só por convicção, pratica uma violência brutal. E eu fico pensando: o que eles vão fazer com os demais seres humanos deste País se aquele que mais fez pelos pobres deste País, que mais fez pela educação deste País, está hoje preso? (*Palmas.*)

Então, é importante a gente refletir sobre isso e, pegando todas as colocações que já foram feitas aqui, afirmar para quem está nos assistindo: a população brasileira, de fato, deve ir às ruas exigir que o Presidente Lula seja solto – Lula livre! – e que tenha o direito de ser candidato, deixando que o povo, de forma, democrática, decida se quer ou não – isso é atuar de forma democrática – e que o povo, de fato, possa exercer aquilo que está na Constituição Federal, ou seja, que o poder emana do povo, que é dono do poder e define quem vai representá-lo no Congresso Nacional e nos Poderes Executivos.

Senador, esse tema, para nós, da CNTE, é uma preocupação permanente. Eu, por exemplo, sou lotado na Escola Estadual Custódio Pessoa e na Escola Municipal Drª Gelda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amorim, ambas no bairro de Paratibe, Município de Paulista, região metropolitana do Recife, em Pernambuco. E os dois exemplos dados aqui vieram de Pernambuco, que vende a imagem para o País de que a educação vai muito bem. Então, é importante que as pessoas procurem entender o que a propaganda do governo estadual diz, que Pernambuco tem um bom desempenho, que serve de modelo para o nível federal e para alguns Estados, quando, por outro lado, aqui assistimos exemplos vindos desse mesmo local que diz que está tudo bem. Então, há algo sobre o que precisamos pensar e refletir nesse caso.

As cenas que vimos aqui – é deprimente e complicado vermos essas cenas –, nós, da CNTE já anunciávamos há muitos anos, desde a nossa formação em 1990, alertando para quais rumos, quais caminhos deveríamos tomar para evitar que isso acontecesse.

Falávamos, durante toda a década de 90, como sindicalistas, reivindicando o que nós sofríamos dentro da escola e o que seria melhor para nós, para podermos avançar e termos condições de dar qualidade à educação.

No final dos anos 90, decidimos falar para a sociedade junto com a academia, e a primeira pesquisa em que a CNTE investiu, que financiou para que acontecesse foi com o Departamento de Psicologia da UnB. Então, produzimos, em 1999, o livro *Educação e Carinho*. E lá há muita coisa que nós, sindicalistas, colocamos, e a academia, com investigação e com pesquisa, mostrou que as nossas reivindicações não eram apenas de interesse corporativo, que tinham uma intenção mais ampla nesse processo.

Depois, continuamos fazendo a pesquisa. Na primeira, publicada em 1999, colocamos o título *Retrato da Escola I* e, depois, nesta aqui, *Retrato da Escola no Brasil II*. Esta aqui é uma produção organizada pelas Profªs Aida Monteiro e Márcia Ângela, da Universidade Federal de Pernambuco, que a CNTE trouxe para fazermos um trabalho conjunto.

Nesse tema da violência, eu quero fazer a leitura aqui de um trecho do artigo da Profª Aida Monteiro, referência no Brasil também na luta pelos direitos humanos – muitos devem conhecê-la. E esse artigo, "Violência escolar: negação dos direitos humanos e da formação da cidadania", foi escrito em 2004. Então, se o produto saiu em 2004, os fatos aconteceram antes. De 2004 para cá, são 14 anos. Uma geração que nasceu, passou pela educação infantil, pela pré-escola, está terminando, neste ano, o ensino fundamental e vai ingressar no ensino médio. Então, passados 14 anos, voltamos a debater o tema.

Ela diz:

> A problemática da violência nas instituições sociais não é algo novo e tem permeado a história da humanidade desde o tempo das sociedades primitivas até as sociedades modernas, configurando-se como uma questão mundial, uma vez que afeta os países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> de primeiro mundo e os países em desenvolvimento. É um fenômeno que está relacionado a fatores decorrentes de interesses econômicos, de relações de poder de caráter étnico e religioso, social, político e cultural.

E já vimos isso nas apresentações anteriores.

> No caso do Brasil, a história da formação do nosso povo é calcada em uma herança cultural de violências explícitas e simbólicas, materializadas por agressões verbais, castigos físicos, desrespeito ao ser humano, quando a sociedade o trata como coisa, objeto, mercadoria.

Quando trata como objeto, lembramos do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que lutou e luta ainda, através das nossas mentes, mãos e corações, como disse o Presidente Lula, para que sejamos sujeitos dessa história, e não objetos. Quando fala de mercadoria, a gente se lembra de um membro do Conselho Nacional de Educação, o Carbonari, que diz que a profissão de professor vai acabar, porque ele está investindo 40% em educação a distância no ensino médio, 100% na educação de jovens e adultos e que quer acabar com a nossa profissão, porque ele está ganhando dinheiro com a educação a distância, transformando-nos em mercadoria.

> Essas violências também se manifestam por atitudes preconceituosas, discriminatórias, especialmente em relação aos negros, às mulheres, aos índios e quando os poderes públicos descumprem os preceitos constitucionais em relação à garantia dos direitos dos cidadãos e das cidadãs.

Tudo isso é importante eu ler, porque as imagens nós já vimos aqui claramente expostas para todos nós.

Então, seguindo no artigo, ela vai para a conclusão:

> A escola e a prevenção da violência: algumas considerações.
> Conforme a literatura enfocada neste trabalho, os resultados dos estudos apontam diversas recomendações para tratar da problemática da violência na escola, envolvendo ações que devem ser desenvolvidas no seu entorno e ações no interior da escola.
> Fica evidente que o poder público precisa fazer-se presente no que é da sua competência, uma vez que, entre as várias causas, uma das principais é a ausência de pessoal para trabalhar na escola, em especial na segurança.

Privatizaram ou terceirizaram, Senador, todos os nossos serviços de vigilância, de merendeira da escola e serviços de limpeza, está tudo terceirizado. As nossas secretarias das escolas funcionam de forma precária. Intensificaram os trabalhos dos professores, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diário de classe, que era para ser feito na secretaria, lá não é feito, porque não há pessoal. Então, nós, professores, temos que assumir a tarefa dos nossos colegas da secretaria.

Ausência de concurso público e, conforme foi aprovada no Congresso Nacional, terceirização irrestrita, vai aumentar ainda mais esse problema nesse processo.

> Outro aspecto para se destacar é a necessidade da elaboração de um projeto político-pedagógico [que nos é tirado todos os dias] que tenha como eixo o processo de democratização da gestão da escola, de forma a possibilitar uma maior integração/participação dos seus atores e atrizes.
> Entre as várias sugestões apresentadas, é possível destacar, no entorno da escola:
> - Dar proteção aos jovens, professores e pais;
> - Manter a infraestrutura de iluminação perto da escola em bom estado;
> - Controlar a venda de bebidas alcoólicas a menores nas proximidades da escola;
> - Proibir jogos de azar em estabelecimentos nas imediações da escola;
> - Controlar e proibir a circulação de drogas ilícitas;
> - Estabelecer esquema de segurança para inibir a violência ao redor da escola;
> - Ter programas de apreensão de armas;
> - Trabalhar a polícia como protetora do cidadão;
> - Promover em todos os âmbitos da vida individual, grupal, familiar e social uma cultura de direitos humanos, mediante uma educação em direitos humanos, tendo como referência o cotidiano de uma forma a influenciar a construção de valores e mentalidades humanistas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Aqui, Senador, quando a LDB definiu o que é gasto com manutenção de órgãos de ensino e o que não é, já que muitos prefeitos utilizavam calçamento de ruas e iluminação para colocar dentro do MDE, ao ser retirado e cobrado isso, abandonaram o espaço ao redor da escola. É a falta de compromisso do Poder Público nesse sentido.

No interior da escola, diz ainda:

> - Implantar programas que utilizem os espaços das escolas nos finais de semana e durante a semana, de forma a envolver a comunidade escolar e extraescolar;
> - Trabalhar no currículo escolar temas que envolvem problemática dos jovens na perspectiva de formação à cidadania.

Trabalhar o currículo. O que eles estão nos impondo agora pela BNCC no Conselho Nacional da Educação com o Governo Federal? Agora o golpista do Mendonça Filho botava na propaganda: "O currículo agora no Brasil vai ser de ponta a ponta a mesma coisa." É isso que nós queremos para o nosso País? Ponta a ponta a mesma coisa, imposto de cima para baixo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa violência brutal é que nós queremos rejeitar. Para isso, é necessário finalizar com o que ela diz aqui:

> - Promover capacitação permanente dos professores, das professoras, dos funcionários de escola, com temas que envolvam os jovens;
> - Realizar debates, experiências positivas importantes nesse processo.

Então, isso em 2004, que já orienta as políticas que discutimos na Coneb, em 2007 e 2008, discutimos na Conae, em 2009 e 2010, discutimos em 2013, nas etapas municipais estaduais. E chegamos, Senador, a 2014, aprovada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, à Lei 13.005, de 2014, que diz em seu art. 9º:

> Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública [...], no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei [...].

Ou seja, em 24 de junho de 2016, deveríamos ter leis específicas de gestão democrática em todo o sistema. A pergunta é: quantos Estados, quantos Municípios cumpriram a lei? E todos nós estamos dizendo aqui que o diálogo é fundamental para reduzir a violência no espaço da escola.

O que eles fizeram, Senador? Deram um golpe no Fórum Nacional de Educação. Editaram a Portaria de nº 577 dizendo o seguinte: não quero participação social. O Governo golpista não quer participação social. É golpe.

Das 42 entidades do Fórum, reduziram para 18. O MEC ocupou agora a maioria do espaço do Fórum para ditar a regra de um espaço que é público, o espaço de debate da sociedade civil. E a intenção deles era desarticular os movimentos da educação. Rasgaram a boca, como a gente diz no Nordeste, rasgaram a boca.

Criamos o Fórum Nacional Popular de Educação; continuamos mobilizando o País em defesa da educação pública com a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), que teve sua etapa nacional realizada agora, 24 a 26 de maio. No dia 26, aprovamos esse documento, esse manifesto, colocado para a população brasileira.

Lançamos hoje, pela manhã, esse manifesto. Estamos aqui distribuindo em primeira mão. E aqui, com esse manifesto, quero dizer, Senador, que apontamos um plano de luta e convocamos a população brasileira para juntar-se a nós nessa batalha, nessa luta.

Por quê? Porque a violência na escola ocorre quando o Estado democrático de direito é atacado. A violência ocorre quando aumenta o genocídio da juventude negra em nosso País. A violência ocorre quando a Emenda Constitucional 95 foi aprovada – 20 anos sem investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em educação pública! Isso é uma violência brutal, uma violência brutal com o povo brasileiro, com a educação. Ela se dá quando os governos se negam a reajustar em 0,81% o piso salarial dos professores. Estamos com vários Municípios em greve neste momento porque os prefeitos, os governadores não cumprem uma lei de 2008 – isso é violência contra a escola –, aprovada nesta Casa, por unanimidade. Então, isso é violência contra os profissionais, contra a escola, contra a sociedade. Quando pegam o plano de cargos e carreira e o reduzem a zero. O Estado de Pernambuco e o Estado de Sergipe pagam o piso no nível médio ao professor de nível superior. Reduziram a zero a carreira desses profissionais. Isso é violência de Estado. E como Pernambuco está nesse patamar talvez aponte o motivo dessa imagem vinda de Pernambuco, porque a violência que sofrem esses profissionais traz uma situação que nós vimos na imagem apresentada aqui.

A violência se dá pelo que já foi falado aqui, quando inventam dizer que a escola deve ser sem partido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Paulo Freire já disse, quem defende isso, defende a linha do conservador, do que manda neste País. As leis mordaças que tramitam no Congresso Nacional são terríveis.

Então, essa violência colocada é praticada quando o Governo Federal faz cortes orçamentários, contingencia, bloqueia e sucateia a universidade pública e os institutos federais. Já há institutos federais sendo fechados por falta de recursos. Isso é violência brutal. Quando a Base Nacional Comum Curricular é imposta no serviço público com US$3 milhões que a Fundação Lemann vai implantar, investir para implantar. Qual interesse? Porque o homem mais rico do Brasil, um dos mais ricos do mundo está com esse interesse na escola pública? É para ser solidário ou quer manter a concentração de renda que existe para sua geração futura? Precisamos pensar nesse elemento.

A lei que alterou o ensino médio é violência brutal colocada para nós, com esses percentuais de educação a distância. A violência – e o senhor foi um guerrilheiro aqui, um lutador desse processo – sobre nós com a reforma trabalhista, com o fim da terceirização, com a dita, que está aí assombrando em nossas cabeças, que o golpista do Temer está dizendo que depois das eleições volta a reforma da previdência. Isso é violência que ataca o nosso processo de organização, como foi feito também pelo Ministério da Educação quando atacou o Fórum Nacional de Educação.

Então, esse conjunto de violência promovido pelo Poder Público, que teria o papel de estimular o bom convívio entre nós, estimula a disputa. Os bônus que são colocados nas redes por aí afora, para poderem alcançar o Ideb, ou o PISA, que está na Meta 7 do Plano Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação, é uma violência, porque deixamos de ter o espaço de colaboração, que foi dito aqui, de cooperação, para ter espaço de disputa, de entrega. Um colega denunciando outro porque chegou atrasado; um colega brigando com o outro porque não entregou o diário de classe. O Estado de Pernambuco, que segue um modelo horrível desse, está colocando gratificação para o diretor de escola que cumprir as metas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Qual meta? Ver se o diário está em dia.

Um professor diz assim, Senador Paulo Paim: "Estou muito preocupado porque eu vejo que a escola não pensa mais nos alunos." Quando o professor é encontrado no corredor pelo coordenador pedagógico, vice-diretor ou diretor, a primeira pergunta é: "Terminou seu diário de classe? Já está pronto, já entregou?" Ele não pergunta se o aluno está bem, se aprendeu, se não aprendeu. Quer saber do burocrático dentro do espaço da escola.

É essa violência que nós tentamos trabalhar para barrar, no enfrentamento que todos os dias nossos sindicatos colocam no processo de mobilização, de greve, na pauta de reivindicação com os governos.

Mas a nossa entidade, a CNTE, também está preocupada com a ação do momento. Por isso, em 2007, lançamos a primeira revista, que é o embrião, *Retratos da Escola.* É a revista que nós temos hoje forte nesse processo. Esse primeiro embrião foi tratar da violência, o mal que atinge as escolas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Em 2007, tínhamos a intenção aqui nesse processo de trazer nessa edição o debate sobre a violência que invade a escola, que preocupa todos os que estão dentro da escola.

No final do ano passado, por conta de 16 Dias de Ativismo pelo Fim de Violência contra as Mulheres, lançamos essa campanha: "Saber amar é saber respeitar". É uma cartilha de combate à violência nas escolas, uma cartilha para o educador, que trata, em princípio, da cultura do estupro, que está forte ainda em nosso meio. Tentamos, com essa cartilha, desenvolver uma campanha. E que não fique apenas naqueles 16 dias de ativismo, a nossa ideia é de que, a cada data comemorativa do ano, a gente desenvolva essa campanha "Saber amar é saber respeitar" para que possamos, junto com a nossa base, fazer o trabalho necessário para esse processo de organização.

São as contribuições que deixamos aqui. Continuamos junto com as demais entidades e governos aqui presentes a fortalecer a nossa luta em prol dos nossos estudantes, da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categoria profissional, por entender que a educação é uma política fundamental para as outras políticas em prol da Nação brasileira.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que falou um pouco de toda essa violência que nos levou para essa crise por que estamos passando hoje, que preocupa a todos, e tem que preocupar todo mundo mesmo. A crise é preocupante.

De imediato, Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC).

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Boa tarde.

É um prazer estar aqui. Agradeço ao Senador Paulo Paim e cumprimento os colegas da Mesa e todos os presentes.

Para nós é um tema bastante relevante e, particularmente para minha trajetória, é um tema muito especial a ser considerado. Estou há mais de 20 anos como servidor público federal. Já fui diretor do Bolsa Família nos Governos Lula e Dilma e lidar com essa temática de educação e direitos humanos, no âmbito do Ministério da Educação, nos traz um desafio muito grande de tentar trazer para dentro da perspectiva da educação básica, da educação superior, essa temática.

É uma temática que tem múltiplas abordagens, e particularmente a abordagem que estamos trabalhando na educação superior e na educação básica tem muito a ver também com o local onde a nossa diretoria se situa, que é uma diretoria dentro da Secadi do MEC (Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão), que, portanto, é muito fundamental para a perspectiva de educação em direitos humanos buscar trazer a narrativa que tem muito a ver com os direitos humanos, que é a narrativa da diversidade. Como que, ao tratar essa temática na formação dos educandos... Porque o MEC tem a responsabilidade de tratar da formação dos educandos, seja criança da educação infantil ou adulto, das universidades.

Agora, se a gente observa bem, claro que vou mencionar iniciativas que o MEC vem trabalhando nesses dois níveis, na educação básica e na educação superior como política pública para tratar desse tema, nós temos que observar que, se analisarmos bem os nossos normativos, a nossa Constituição, as nossas referências legais, é extremamente necessário considerar para a formação do educando também os elementos do desenvolvimento da pessoa e da cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma educação superior, uma educação básica muito voltada ao mercado de trabalho. Inclusive na educação básica as crianças são logo cedo muito direcionadas à perspectiva de passar nos vestibulares, no Enem. Nós temos, muitas vezes, a situação de ensinos médios virarem quase cursinhos preparatórios. Então nós temos uma lógica, sim, muito competitiva, muito do mercado de trabalho e, muitas vezes, não vemos que, para a formação do educando, nós devemos considerar a questão dos valores, do respeito ao outro.

Educar é também para viver, para conviver. Nós estamos, muitas vezes, perdendo essa dimensão na formação dos educandos, e já não é de agora, de que a criança da educação básica precisa, no seu espaço cotidiano, que é de muitas horas... Ele passa mais tempo na escola do que muitas vezes com seus pais, do que com sua família, e aquilo é um espaço para aprender na convivência. E aprender a conviver significa respeitar e aprender com a diversidade, porque todos são diferentes. Inclusive em uma escola de elite, onde aparentemente todos seriam iguais, são todos diferentes. A natureza da diversidade, por sua vez, se expressa de várias maneiras, na questão da religiosidade, da etnia, do gênero, da sexualidade, da regionalidade, enfim, vários matizes que fazem com que esta temática se coloque.

Então, respeitar e aprender com a diversidade significa um caminho, sim, para enfrentar o preconceito, a discriminação, o *bullying* e a violência. Esse é um primeiro passo. É claro que o fenômeno da violência é multifacetado, um fenômeno psicológico, sociológico, político, muito amplo. Nós temos várias maneiras de pensar o fenômeno e de lidar com ele, de enfrentá-lo. A abordagem que eu estou falando é uma maneira de ver o assunto e de encarar, que não exclui, muito pelo contrário, várias outras abordagens importantes e necessárias.

Enfrentar a questão do preconceito, da violência, do *bullying* significa, antes de mais nada, trazer para dentro da formação dos educandos que lidam com o fenômeno mais amplo da sociedade... Porque não podemos imaginar o educando descontextualizado da sociedade, e já foram trazidas também várias informações sobre a violência LGBT, a violência contra a mulher, a violência contra os negros, que não preciso aqui repetir. Isso traduz a necessidade de que enfrentemos para dentro da educação, como política pública... E eu como servidor público federal tenho essa preocupação de trazer essas temáticas e que elas se enraízem para que elas possam persistir nessa perspectiva, e os governos vão e passam, e a gente tem horizontes para a frente. De modo que a formação humana integral que é prevista na nossa Constituição, por que não deixa de ser prevista? Se a gente observar o art. 205, é a formação humana integral. O educando tem que ser formado não só para o mercado de trabalho, mas para a cidadania e para o pleno desenvolvimento da pessoa. E o pleno desenvolvimento da pessoa é ela ser reconhecida na sua identidade, ser respeitada por isso, assim como respeitar os outros na plenitude da sua identidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso está posto na nossa Constituição. É claro que temos vários normativos outros. Inclusive, agora em maio, nós tivemos alteração do art. 12 da LDB, que coloca a incumbência das escolas de promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente o *bullying*, bem como promover a cultura da paz. Essa temática se coloca de várias maneiras.

Como podemos lidar com esse assunto na educação superior e na educação básica? É essa a reflexão que vamos estar trazendo aqui.

Na educação superior... Eu falo educação superior e podemos imaginar que não tem a ver com a escola, é claro que tem. É a formação dos professores e dos profissionais que atuam também nas escolas. Na educação superior nós adotamos uma iniciativa que está sendo bastante interessante, bastante audaciosa, que é um pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos.

Em novembro de 2016, nós lançamos essa iniciativa na Capes e hoje estamos com 333 universidades e faculdades em todo o País que estão desenvolvendo, na perspectiva do respeito à diversidade, na linha do que estamos tratando aqui nessa concepção de EDH (Educação de Direitos Humanos), iniciativas de pesquisa, ensino, extensão, gestão e convivência. Estamos com 48 federais, 30 estaduais, estamos com as melhores universidades do País dentro dessa nossa iniciativa de trazer para dentro e reforçar dentro do ambiente de formação das universidades a importância de lidar com as diversidades. Até porque todas elas são importantes para o que eu coloco como formação do educando, de ele ter essa formação humana integral.

Ao conversar, por exemplo, com dirigentes de instituições particulares a gente fala isso, já que muitas vezes há interesse no mercado de trabalho e tal: tudo bem, se você quer ter um bom profissional no mercado de trabalho ele tem que ser um administrador, um advogado que saiba lidar com a diversidade humana que é inerente às relações que são estabelecidas no dia a dia. Ele não vai ser um advogado que só lida com o seu grupo restrito, limitado, familiar, cultural, esquecendo a vida que é feita dessas enormes diferenças.

Então, é inerente à formação dos educandos, portanto, no âmbito das universidades, considerar isso, inclusive para que ele seja um melhor profissional. Não é só uma questão que já seria suficiente considerarmos como uma questão ética, uma questão formativa, mas tudo bem, se você quer fazer uma discussão de mercado de trabalho, considere isso também. Porque não tem como um advogado, um administrador homofóbico, com LGBTfobia, racista... Ele pode até tentar ser um profissional, mas vai ser um profissional muito limitado.

Essa experiência com as universidades está sendo muito interessante, e nós já iniciamos este mês um mapeamento da diversidade com as cem principais universidades do País. Queremos deixar um legado para o final do ano, na perspectiva de uma sequência de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima gestão que virá, para que possamos, dentro das universidades e da política de educação superior do MEC, reforçar o tema da diversidade, que tem tudo a ver com a questão da violência, do preconceito, da discriminação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – No que se refere à educação básica, que é o objeto da presente discussão, nós também nos debruçamos bastante na nossa equipe – todos somos servidores de políticas públicas de carreira – em como deixar uma perspectiva para a educação básica nessa temática. É um desafio enorme. Temos um pacto com o federalismo, não é? Com autonomia dos Municípios, dos Estados, com quase 200 mil escolas, um País gigantesco. E o fenômeno é pesado, o fenômeno é presente, o fenômeno é real.

Os casos aqui colocados são milhares e milhares que acontecem pelo País afora. Muitas vezes há violência física mesmo contra professor, contra diretores, entre alunos. E essa violência física tem cor, ela tem expressão, ela tem... Por detrás daquele enfrentamento, existe a necessidade de se pensar o porquê daquele desrespeito, e aquele desrespeito precisa ser analisado na singularidade de sua expressão cultural. A vulnerabilidade de um estudante LGBT é muito maior para essa violência do que a de um estudante hétero branco. A de um negro em relação a um branco também; a de um estudante de religião de matriz africana é muito maior do que a de um luterano. Enfim, a violência se expressa também de alguma maneira, nessa abordagem.

Depois, Profª Angela, eu gostaria de ter acesso aos dados da sua pesquisa, e, se for o caso, de até poder apresentar lá à nossa equipe no MEC, para a gente entender como é que ele se expressa nas regiões, nas escolas, nos Estados; queria os percentuais, para a gente poder se apropriar melhor também do seu estudo.

Voltando para a educação básica – já finalizamos e estamos só em uma revisão final –, agora no final de junho vai ser lançado um seminário com os principais especialistas de EDH no País – Profª Vera Candau, Nair Bicalho, Nazaré, Fernanda Lapa, enfim –; vai ser um seminário em que nós vamos lançar os módulos formativos para a temática de educação em direitos humanos e diversidade. Nós estamos com três módulos formativos, um deles chamado "Educação em Direitos Humanos", que é um módulo mais geral sobre a temática, puxando para discussão da interculturalidade. A maneira que nós estamos querendo enxergar educação e direitos humanos para dentro da escola é fazendo uma discussão sobre interculturalidade; podíamos ter várias outras maneiras também de abordar o assunto, pois são múltiplas abordagens, mas nós estamos focando nessa necessária abordagem: as intolerâncias que nós vivemos; essa discussão de escola sem partido que o MEC várias vezes... Inclusive, quase todo mês nós fazemos notas técnicas para o Legislativo, aqui, de projetos que chegam dessa natureza, contrapondo-nos. E nós contamos com o apoio do Senador e de tantos outros para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder continuar nessa perspectiva de não avançarem esses projetos aqui dentro das Casas Legislativas.

Então, nós temos a educação em direitos humanos, um módulo que puxa para essa discussão de interculturalidade. E nós temos o módulo: "A escola e a diversidade: caminhos para enfrentamento do preconceito, da discriminação e do *bullying",* outro módulo formativo que vai ficar disponível.

E o terceiro módulo: "Mediação de conflitos no contexto escolar", com uma forte contribuição da Profª Nair Bicalho, da UnB.

Essa é uma maneira de a gente colocar para dentro da comunidade escolar, para a sociedade, para os familiares, para os profissionais da educação, a possibilidade de uma reflexão que possa ser levada para dentro da escola. O papel do MEC é formativo, não é? Então, nós estaremos colocando esses módulos formativos. Vamos conversar com o Undime e o Consed, divulgando. As secretarias municipais e as escolas podem usar à vontade para desenvolver atividades pedagógicas sobre o assunto no interior de suas comunidades, e para fazer curso de formação, fazer semanas pedagógicas, fazer discussão na sala de aula, enfim, ajudar a comunidade a refletir sobre o assunto. Esta é a maneira de a gente tentar chegar a 200 mil escolas, deixando disponíveis esses módulos formativos que permitirão, então, a essa comunidade escolar como um todo... E a gente, quando fala "comunidade escolar", se refere aos conselhos escolares, aos familiares, a todo mundo que vive ao redor da escola. Que possam, então, trazer ferramentas e discussões que ajudem a este enfrentamento das intolerâncias que vivemos nas escolas, como nós vivemos no País.

Nós estamos num momento extremamente tenso, delicado, como já foi dito aqui, e isso se expressa no dia a dia, nas convivências, nas tensões, nas violências. E, para dentro das escolas, como referências formativas, nós temos que trazer isso e enfrentar essas questões. Então, no final de junho, Senador, estamos tentando – talvez seja na Capes ou na Enap –, estamos ainda fechando o local. Serão dois dias de seminário. Depois, oportunamente, teremos as divulgações. Será um belo momento não só de colocar esses módulos formativos, mas também de afirmar, dentro da política de educação do MEC, o tema de EDH e diversidade na política de educação básica como um todo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem!

Esse foi o Diretor de Políticas de Educação e Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Dr. Daniel de Aquino Ximenes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós teríamos mais dois convidados, mas me parece que eles não puderam vir – até entendo –, devido ao problema do combustível. Repito, como eu disse na abertura: só 8% dos postos estão atendendo.

Então, fica aqui, assim mesmo, os meus cumprimentos ao Dr. Erlando da Silva Rêses, Professor, 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do Andes, e ao Geraldo de Paiva Gonçalves, Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos.

Eu pergunto se alguém do Plenário gostaria de usar a palavra. É de praxe isso.

Se alguém quiser fazer alguma consideração ou mesmo alguma pergunta, fique à vontade. (*Pausa.*)

Se ninguém quer usar a palavra, nós vamos agora para as considerações finais de cada um dos nossos convidados.

Cada um, nas considerações finais e se assim entender, terá cinco minutos.

A audiência atingiu o seu objetivo, que é trazer à luz essa questão da violência nas escolas em toda a sua extensão, como foi muito bem explorado por todos os senhores: os tipos de violência, não só a violência física. E, claro, para aprofundarmos mais este tema, precisaríamos fazer outras audiências públicas. Mas eu quero cumprimentar a todos pela qualidade das exposições.

Tenho certeza de que estamos assistindo ao vivo pela TV Senado. E todos aprenderam muito mais como interagir, como caminhar para fazer aquilo que todos nós, políticos, dizemos e vocês também dizem: a revolução, a grande mudança passa pela educação. E esse é o trabalho que os senhores e as senhoras estão fazendo.

Então, nós vamos inverter agora e vamos, daqui para lá, dar as considerações finais para a Angela Fátima Soligo, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Daí, eu vou intercalando.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Bom, eu acho que todas as falas aqui apontaram para uma coisa importante. Seria muito simplista situar a questão da violência na escola no sujeito individual e, principalmente, no sujeito aluno. É muito simplista analisar a violência e a violência escolar olhando só para o aluno. Quando a gente vê aquela cena que foi mostrada aqui, no início, de alunos agredindo um estudante ou um aluno, seria muito simplista dizer: "Olha aí, são violentos."

A gente viu aqui que a violência tem outras dimensões: ela tem a própria dimensão institucional, tem a dimensão das relações verticais – relação professor-aluno, relação gestão-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aluno – e está inserida num contexto de violência maior do que o contexto social, das próprias políticas para a educação.

Então, se a gente quer entender a violência, a gente precisa entender a sociedade em que a gente se situa. E a gente tem que entender que o modo como as políticas são engendradas não tem sido realizado para enfrentar a violência, mas tem sido um alimentador das muitas violências que acabam refletindo na escola ou acontecendo na escola.

Eu queria reportar uma coisa que não fazia parte aqui, mas em que eu acho ser importante a gente prestar atenção: a violência que se aprende por meio das mídias. E aí eu vou dizer não só das mídias alternativas, mas das mídias oficiais. Eu tenho falado isto faz 30 anos: nós vivemos há décadas a cultura da naturalização da violência. Os heróis que são apresentados para as nossas crianças e jovens são tão violentos quanto os – entre aspas – "bandidos". Então, a violência está naturalizada na nossa sociedade. Nós passivamente vivemos e convivemos com ela todos os dias. Vivemos e convivemos com ela achando que não é problema nosso, porque ainda não nos atingiu.

Então, a gente precisa lidar com isso, a gente precisa trabalhar com essas dimensões da violência, e aqueles que são os elaboradores e os executores das políticas públicas têm – e devem ter sim – o compromisso de um enfrentamento para além do sujeito individual. É uma questão política, é uma questão social e é uma questão urgente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns à Srª Angela Fátima Soligo, que falou pelo Conselho Federal de Psicologia.

Vamos agora para o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sr. Heleno Araújo Filho.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Senador, nessa conclusão aí, transitória, quero lembrar que hoje, dia 30 de maio, tem início a greve de 72 horas dos petroleiros. A Federação Única dos Petroleiros está chamando uma mobilização. E, nas considerações, o que isso tem a ver com a violência nas escolas? Tudo a ver, porque estão aí chamando a greve de 72 horas, e a CNTE está convocando suas unidades filiadas a darem apoio e a participarem efetivamente desse processo, porque o golpe, está claro, veio para entregar as nossas riquezas ao capital internacional. Pedro Parente, que está na Petrobras, está entregando a empresa, está reduzindo o consumo interno que nós tínhamos aqui, em torno de 90%, que era o que as usinas já produziram aqui, para poder importar gasolina das empresas internacionais. Então, entrou-se no âmbito de cotação de valores que não cabe ao Brasil: a gasolina aumenta aqui, o gás de cozinha também, porque nos Estados Unidos e na Europa muda o preço. Então, entrou-se num processo de sistema. Por isso é que eles estão perdidos. Eles estão com problema local e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabem como resolver, porque eles têm um acordo internacional que nos prejudica fortemente, e um acordo que passou pela entrega do pré-sal a essas empresas estrangeiras, e o pré-sal é que destinava recursos para a educação.

Por isso é importante, para a gente combater a violência nas escolas, para a gente combater a violência na sociedade, para a gente garantir mais direitos à nossa população, fazer com que este País assuma e cumpra aquilo que o Senador Paulo Paim solicitou no início da nossa conversa aqui: é muito importante que o Temer renuncie, saia, porque não tem capacidade nem competência nenhuma para conduzir este País. É importante a gente garantir as eleições gerais rapidamente nesse processo, e até antecipar se for preciso. É importante garantir que todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, agora que você entrou nesse assunto: sabe, eu estava no Rio Grande do Sul quando estoura o movimento, a greve, enfim, mas os caminhoneiros estavam avisando já há cinco ou seis meses. E quando eu cheguei aqui, o primeiro pronunciamento que eu fiz foi nessa linha. Eu tive até essa ousadia: "O certo é renunciar." Bom, e se a saída é pela via democrática, como eu falo tanto, qual é o problema de se anteciparem as eleições?

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu disse quando um jornalista me questionou se eu não achava que existem todos os prazos: "Olha, existe um princípio para quem dirige carro, para quem é do volante, que diz que é preferível perder um minuto na vida do que a vida num minuto." Quatro meses, na crise que nós estamos passando – só fortalecendo a sua ideia –, até isso nós temos que pensar.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, se for necessário, que se antecipe. Temos é que sair dessa crise.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Até porque é importante que as pessoas entendam que o orçamento do MEC para a educação agora, em 2018, teve 36% de redução; foram 36% de redução! No orçamento para o Supremo Tribunal Federal passou... Desculpe-me, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve 25% a mais, o orçamento de 2018. Então, não pode justificar que não houve recursos. O orçamento está previsto a mais. Então, existem capacidade e condições econômicas de se anteciparem as eleições. E caso se queira deixar o País em condições de reduzir a violência – e não de aumentar –, o caminho é este: renúncia de Temer, liberação do Lula, eleições diretas já, e o povo decide os rumos que o País quer tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós defendemos isso, e no voto, através do povo brasileiro, vamos respeitar. Se o povo brasileiro achar que o que eles estão fazendo está correto, e garantir no voto a permanência deles, vamos respeitar esse encaminhamento. Mas, se não for, deixe que o povo decida.

Então, não há outra forma de evitar a violência nas escolas, violência nas comunidades e nas ruas por que estamos passando neste País. Então, é importante nós reforçarmos isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – ... Senador Paulo Paim, neste momento em que estamos tendo a sensibilidade de debater esse tema e sabendo a relação que tem da violência na escola dentro da sociedade. Muito oportuna esta audiência.

Então, nós agradecemos a oportunidade de estar aqui. Estamos aqui com a nossa assessoria, que já gravou tudo e está divulgando também para as nossas bases além do Congresso e da Câmara. E vamos espalhar todo este nosso debate. É importante que as colegas e o Daniel, que apresentou material aqui... Vamos disponibilizá-lo para uma reflexão intensa da nossa base, debatendo esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Heleno Araújo filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Só queria registrar que a assessoria me passou aqui, porque tudo tem a ver: "No centro da crise, Petrobras tem privatização rejeitada por 55%", diz Datafolha. E há uma pesquisa que saiu hoje também, pela manhã, com um outro dado, e esse é até mais importante, só que o destaque é menor: segundo a Datafolha, venda da petroleira para estrangeiro é descartada por 74% dos entrevistados. E há uma outra pesquisa que saiu hoje pela manhã em que 87% da população apoiou esse movimento liderado pelos caminhoneiros, porque estavam indignados com tudo que vem acontecendo no País.

Agora, passo a palavra – daí quem vai terminar é a senhora, que foi a primeira, a que abriu – ao Sr. Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC).

Deixarei as três mulheres fazerem o encerramento.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Está ótimo, então.

Nesse pouco tempo, somente quero ressaltar, haja vista que nós temos a missão de persistir na política pública por anos – espero que ainda por alguns anos –, que nós temos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafio muito importante, no qual pudemos avançar e que pudemos detectar e observar, e teremos vários anos aí pela frente no que se refere à próxima gestão que virá e a todos os desafios educacionais, de políticas públicas que vamos estar enfrentando, que é continuar tentando reforçar, para a formação dos educandos, essa questão da diversidade, em todos os desdobramentos que virão da política de educação básica, das políticas relacionadas aos currículos... Nós temos as políticas de formação na educação superior. Nós temos que continuar nessa perspectiva, que pudemos desenvolver nesses dois anos, de reforço para formação dos educandos no que se refere à questão do respeito ao outro, que, na sua essência, é o respeito à diversidade. E isso pode se expressar de várias maneiras em termos formativos – ensino, pesquisa, extensão, na formação...

Nós hoje – eu não tinha mencionado isto na minha fala anterior – estamos com cinco universidades federais – Federal do Paraná, Federal do Rio de Janeiro, Federal da Paraíba, Federal de Tocantins e Federal de Minas Gerais – financiadas pelos nosso projetos na Secadi, desenvolvendo formação de profissionais da educação nessa temática a que me refiro aqui. São 250 educadores em média em cada universidade, sempre com a presença de profissionais da educação e de professores, podendo trabalhar essa temática junto às escolas.

Então, acho que fica este desafio para todos nós: de continuarmos trabalhando para que reforcemos essa política pública de EDH dentro das políticas educacionais.

Muito obrigado. Até mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Sr. Daniel de Aquino Ximenes.

Agora, passamos a palavra à assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF, Srª Ruth Meyre Mota Rodrigues.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu gostaria de relembrar a participação que foi lida aqui, pois eu fiquei pensando nessas perguntas. Alguém mandou: mas quem cuida do professor? Quem cuida dos pais? Das mães? Acho que foi a única que veio como pergunta; as outras, como participação.

Primeiro, há uma questão importante, se eu entendi bem – penso que sim –: nesta Mesa ninguém disse o contrário. Eu entendo a preocupação da colega que escreveu, mas ninguém disse o contrário. A gente tem toda uma preocupação – é lógico, isso talvez não tenha ficado evidente na fala – de proteger todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas há um ponto importante: na escola, a relação entre professores e estudantes não é uma relação simétrica. A gente tem relações de poder que devem ser consideradas.

Então, lógico, ninguém está aqui dizendo que não se deve combater a violência contra os professores; mas, trazendo as palavras do colega – e fantásticas –, ele trouxe uma lista de situações que evidenciam o quanto o Estado é violento com os profissionais da educação em diversos aspectos, em diversas formas, e unindo aspectos internos e externos às unidades escolares, que é algo que considero bastante importante. Acho que o contexto social, político, econômico no qual estamos inseridos com certeza deve ser considerado.

Então, voltando para as relações de poder, eu trago um pouco a importância de permitir que esses jovens falem, porque o que acontece hoje na escola é um silenciamento. Como eu coloquei inicialmente, é retrato de um autoritarismo que a gente também vive fora da escola. E aí me preocupa muito, porque a gente não consegue ouvir. Estou falando "a gente", sociedade, professores etc. A gente não consegue ouvir esses jovens. Não é aquilo que eles querem, não é dessa forma. Então, essa violência também de não permitir que essas pessoas sejam sujeitos de sua história, da construção de saberes, quando a escola nega isso, a escola tem sido muito violenta.

E aí o resultado disso – é lógico – acaba sendo jovens que não conseguem se expressar e que foram tão oprimidos que, na vida adulta, acabam não conseguindo reagir diante de situações tão absurdas. Eu avalio um pouco dessa forma, para entender essa anestesia na qual estamos inseridos, porque, diante de tudo que está acontecendo nos últimos anos, eu tenho sentido a sociedade bastante anestesiada. E, não satisfeitos, querem anestesiar e calar ainda mais professores e estudantes.

E também, rapidamente, quero falar da BNCC, que representa um retrocesso – algo que já foi colocado – não apenas por engessar o que vai ser trabalhado em todo País, mas também por representar um retrocesso quanto à discussão racial e de gênero, porque ela simplesmente apaga ou traz de forma universalista, quer dizer, trazendo exatamente o contrário da nossa perspectiva com relação a essas questões.

Então, só para concluir dessa forma e chamar os colegas e as colegas a ações mais enérgicas. Parabenizo essa atividade, por exemplo, porque penso que a gente ainda não está sabendo como reagir diante disso tudo. Acho que a sociedade ainda não entendeu como fazer. Não quero dizer, com isso, que eu tenha a respostas, mas me preocupa a nossa passividade diante do que está ocorrendo.

Então, eu finalizo trazendo um pouco essa provocação.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Ruth Meyre Mota Rodrigues, assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

Antes de eu passar para a Srª Cintia Vargas, o pessoal seleciona alguns questionamentos ou perguntas.

Vou ler uma aqui. Se ela quiser responder, responda; ou, se outro quiser responder, pode responder. Depois nós encerramos.

Luana Giacomelli, do Acre: "Como defender crianças e adolescentes da violência psicológica nas escolas? É possível expulsar alunos de uma escola sem dar explicações?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então responda já. Já responda, pronto. Eu disse que as mulheres que iriam concluir.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, veja a natureza da pergunta: como defender e a defesa é querer expulsar alunos das escolas. A expulsão não é uma medida educativa no seu sentido estrito, porque expulsão é você se afastar do problema – ou afastá-lo de você. Isso não educa. Nós temos visto medidas e apelos judicialistas, policialescos ou simplesmente excludentes para resolver o problema da violência. Então, isso não educa; não é assim. Quer dizer: "Eu posso expulsar sem explicar nada para ninguém?" Claro que não. A escola – e a escola pública – é uma instituição social, uma instituição da Nação, e você simplesmente não pode expulsar e não dar satisfação para ninguém. Além disso, expulsar não educa; não educa o que sai, não educa os que ficam.

A gente insistiu muito aqui na importância de uma transformação no modo como as relações se dão no interior da escola, na perspectiva do diálogo. Respeito ao outro é algo que se vai aprendendo ao longo da vida. E, às vezes, também estamos aprendendo o desrespeito ao outro. Então, a escola precisa trabalhar na direção do seu ofício e da sua função, que é educar. E educar é enfrentar o problema e trabalhar na perspectiva do diálogo e da formação com aquele que agride, com aquele que é agredido e trabalhar coletivamente, sem isolar, sem culpabilizar, mas tentando construir outras formas de relação.

Eu sempre tenho repetido que é muito fácil a gente dizer que a diferença está no outro, que a dificuldade está no outro, mas eu acho que a gente precisa se lembrar de que cada um de nós é o outro do outro. Eu sou o outro do outro. Então, é nessa perspectiva que a gente pode construir outras relações educativas. Essa é a função da escola. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Angela Fátima Soligo.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Breves comentários, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, breves comentários.

O Heleno também quer fazer um comentário.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Nós acreditamos que a forma de proteger, de cuidar, além do diálogo necessário no espaço da escola, é pela condução do projeto político-pedagógico da escola. É ali que se definem direitos e deveres construídos coletivamente; é ali que se definem as etapas de punição quando os direitos ou os deveres não são cumpridos nesse processo. E quando ele é discutido amplamente, cada um que comete uma falta sabe qual é a punição que vai ter, porque ele ajudou a construir o projeto. Ele vai saber a etapa que, quando ele chegar a ela, ele não é mais colocado na escola – nós não desejamos isso. Mas esse é um processo construído coletivamente.

Por isso, nós executamos o projeto político-pedagógico da escola como um instrumento fundamental para isso. É uma pena que hoje ele é construído apenas por professores e professoras que têm um tempo disponível, que fazem o produto para entregar ao MEC, para estarem inseridos no Programa Dinheiro Direto na Escola, sem a participação coletiva. Então, a participação coletiva e a construção com a participação efetiva dos estudantes são o caminho de proteger e de cuidar para evitar que aconteça expulsão sem explicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heleno Araújo Filho.

Vou passar a palavra agora para... (*Fora do microfone.*)

...a Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil (EBC), Srª Cintia Vargas, mas sem prejuízo dos outros dois questionamentos. Eu vou ler e quem quiser responder, responda livremente.

A palavra está com a senhora, por cinco minutos, para considerações finais.

A SRª CINTIA VARGAS – Eu acho que esta Mesa foi bastante democrática, acho que expressou aqui diversas opiniões a respeito da questão da violência, mas eu acho que realmente esse combate parte muito dessas questões de você garantir uma escola para todos e para todas, com diversidade – acho que isso aqui foi um consenso –, seja ela social, racial, de gênero, onde a gente pode construir realmente um espaço democrático de reflexão, de aprendizado e de garantia de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escola realmente hoje... Puxando a sardinha para o nosso lado, em relação à questão da mídia, o que a gente percebe muito é que, por mais que a gente tenha muita informação pelas redes sociais, pela internet, a gente tem um desserviço também de algumas mídias. E eu acho que isso está pautado numa educação de qualidade, sim, porque a gente fala que tem tudo à mão, em tempo real, do que acontece no País hoje, por exemplo, e o que te dá discernimento em relação a essas questões de como você mudar essa política de fazer uma escola de qualidade, perpassa também por esse espírito crítico.

Então, a gente conhece pessoas de vários tipos de formação profissional que acreditam piamente no que está no WhatsApp, no Facebook, e realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essas tais de *fake news*.

A SRª CINTIA VARGAS – Sim, exatamente.

Vão repassando aquelas informações de uma forma totalmente inadequada. Então, você acaba prestando um desserviço em vez de você realmente informar as pessoas.

Eu acho que essa educação se constrói na escola. É o espírito crítico, é a busca de uma fonte de informação segura. Então, eu acho que, você tendo realmente uma escola participativa onde você não sofra nenhum tipo de violência, seja até pela questão da escola sem partido, que todo mundo já colocou aqui, sem realmente limitar esse potencial da escola, é isso que vai garantir sujeitos, no futuro, mais críticos e pessoas capazes realmente de mudar um país. Eu acho que é por aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil (EBC).

Há dois questionamentos de que eu queria ouvir a opinião de vocês também. São afirmações. Se a gente não responder... Teria que responder outras duas, para que o internauta, já que ele foi selecionado entre tantos, diga: "Bom, fui selecionado e alguém me respondeu."

Uma delas, eu confesso que a pronúncia... Vou só pedir socorro para a professora aqui do lado.

Washington Pereira, de Santa Catarina: "A população não sabe onde encontrar um policial quando precisa. [Ele afirma.] Então, [a solução é ter] um posto policial em cada escola. [É uma afirmação.] Saberíamos onde existe polícia e, ao mesmo tempo, haveria proteção aos alunos e professores. Outra medida seria duas suspensões [gerarem] [...] expulsão para maus alunos."

A palavra está aberta a quem quiser responder. Se todos quiserem também um comentário rápido, não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu vou tentar resumir para que os colegas possam também comentar.

Algo que me preocupa muito... Washington, com todo respeito à sua colocação, é um diálogo, são reflexões fraternais, mas me preocupo muito com a ideia tão forte que se tem da punição, de achar que a gente vai conseguir alcançar bons resultados por meio da punição. E a lógica da punição é muito forte não só na escola como na sociedade. Basta assistir cinco minutos, não, a um minuto de programas sensacionalistas que existem. Não vou pedir para ninguém assistir cinco minutos aqui. Em um minutinho, a gente percebe o quanto é forte.

Hoje nós estamos falando de violência, estamos falando de direitos humanos. Então, a gente precisa pensar exatamente o contrário, porque a exclusão desse aluno e a expulsão – que é uma palavra horrível, é uma palavra forte – desse ou dessa estudante pode representar ou trazer consequências terríveis na vida desse jovem.

Eu vou falar um pouco de toda representação social negativa sobre quem trabalha com direitos humanos, e quem trabalha com isso sabe do que estou falando. Todo mundo já deve ter ouvido: "Defende bandido. Leva para casa." Eu costumo brincar: não, quem defende bandido é advogado, quando ele quer também, se ele achar que é... Não é essa a nossa linha. Não é isso.

Pensando no combate à violência, é tentar entender que resposta é essa, porque eu sempre entendo a agressividade desses alunos como uma resposta à violência anterior e como a escola tem tratado essa questão. Tentando resumir é isto: a gente deve tomar muito cuidado nesse entendimento de que é a polícia que vai dar conta dessas questões. Inclusive, a gente tem um movimento muito forte, sobretudo no Estado de Goiás, de militarização das escolas. Então, pensar a polícia para resolver questões na escola, como essa afirmação, pensar apoiar a militarização das escolas, que tem sido cada vez mais forte, e, por fim, intervenção militar no País como um todo, olha o que a gente está vivendo, é surreal. Então, são esses cuidados que a gente precisa ter.

Querido Washington, só ficam reflexões nesse sentido.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Posso complementar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, deixe-me só aplaudir aqui a Ruth, porque ela fez uma resposta do mais alto nível. E é isso que tem que ser mesmo. Quando a pessoa questiona, ela quer saber a opinião. E, às vezes, neste País, pela intolerância, se alguém pensar diferente da gente, a gente já sai agredindo. Claro que não é o nosso caso. Para a elegância da forma de responder que eu quero dar uma salva de palmas, discordando, mas com diplomacia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas agora a Cintia diz que a bola foi colocada no pênalti e ela quer também falar. Vai, então, Cintia.

Angela, Angela. Depois eu passo aqui... É Angela, eu falei Cintia.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, a primeira coisa é que ninguém defende que estudantes não vivam as consequências daquilo que fazem. Então, às vezes, as pessoas dizem: "Ah, então, não faz nada? Os alunos podem fazer o que quiserem?" Ninguém defende que as crianças e os jovens não experimentem as consequências, mas a gente defende que as consequências tenham caráter educativo, que aquela menina ou aquele menino que comete alguma ação que a escola considere inadequada, agressiva, violenta, possa aprender alguma coisa com as consequências.

Nesse sentido, nem a suspensão nem a expulsão são formas propiciadoras de boas aprendizagens. Então, é preciso que a escola saiba trabalhar as consequências numa perspectiva educativa. Vou dizer uma coisa muito simples: se roubarem o meu carro, eu não vou bater na porta da escola e pedir para um professor resolver, mas as questões da escola é a escola que tem que resolver. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um belo fechamento.

Acho que o Heleno também quer fazer um comentário.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Sim.

Eu queria comentar, Washington, que, com certeza, você está nos acompanhando aqui desde o começo e viu apresentações.

Nós das escolas públicas atendemos 86% das matrículas da população brasileira e as famílias que não estão estruturadas para atender bem, para dar as condições adequadas aos nossos estudantes. Então, o papel da escola é de acolher e incluir. Esse é o procedimento que nós temos que fazer.

Na prática, como, dentro da escola? Tendo um conselho escolar participativo e deliberativo. Nós da CNTE afirmamos que não existe isso que o MEC colocou para a gente: diretor é o principal. Não existe. Nós pedimos ao MEC que retirasse essa propaganda da televisão, que não colocasse, na mão de um profissional, o papel principal dentro da escola, porque não é. A escola deve ser gerida pelo conselho escolar, em que há o diretor da escola, professores e professoras, funcionários da escola, estudantes, pais e grupos organizados que estão inseridos ao redor da escola. Todos devem conduzir a escola na parte administrativa, financeira e pedagógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós professores nos arrogamos a dizer que só nós sabemos fazer educação neste País. O pai que bota seu filho lá, ou avó ou alguém da família, tem condições de avaliar como ele vê a escola, como ele está sentindo a escola. O próprio estudante tem condição de dizer como se sente dentro da escola. O que nós precisamos é ter espaço de escuta. Nós colocamos o PDE na escola, bônus, Ideb, matemática, português na nossa cabeça e ficamos só no conteúdo, esquecemos os sentimentos, as relações interpessoais dentro do espaço da escola e não conversamos com os nossos estudantes.

Então, com o conselho escolar gerindo a escola como um todo, tirando essa tarefa de que o diretor é o fundamental nisso, porque não é ele, tem que ser no conjunto, é importante para a gente evitar esse pensamento comum que vem à nossa cabeça, com polícia dentro da escola, levanta o muro, bota a cerca. A gente diz o contrário: derruba o muro, derruba a cerca, traz a comunidade para dentro da escola, pensamos juntos, coletivamente. Para isso, não vamos precisar de polícia dentro da escola. Então, é para isso que a gente chama o Washington a pensar junto conosco. E pode até ir... Com certeza, há uma escola pública no bairro em que ele mora. É ir lá saber quem é o pai que é da escola, qual o grupo organizado que participa do conselho. Aí, se eu descobrir que não há conselho, eu sugiro a ele que estimule a fazer um conselho escolar e que participe, porque isso nos ajuda a mudar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Heleno, que é Presidente da CNTE, deu uma proposta concreta.

Passo a palavra ao Daniel de Aquino Ximenes, que aqui fala representando o MEC.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Forçando as falas anteriores do Heleno e de outros, nós, de fato, precisamos, no País, avançar muito mais nas perspectivas democráticas de resolução de problemas.

Nós estamos tendo várias sinalizações de saídas militarizadas, em vários níveis, que em nada contribuem para a nossa sociedade, para a democracia. Então, as soluções militarizadas de resolução de conflitos dentro do ambiente da escola não são o caminho. Claro que nós temos que ter o apoio diverso, um papel próprio da segurança pública, no que se refere a um território, obviamente, mas o fenômeno da violência, que é o tema da audiência, ocorre pela questão do diálogo e pela questão da mediação de conflitos. Conflito não é para ficar debaixo do tapete; conflito é para ser encarado, discutido, refletido. Não é pela simples questão de se expulsarem alunos, como se o estivéssemos colocando para debaixo do tapete; é para enfrentá-lo e discuti-lo.

Nós temos, neste ano de 2018, 30 anos – e pouco se fala –, 30 anos da nossa Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu aprovei hoje quatro requerimentos para discutir, porque eu fui consciente. Na verdade, são 32 anos: 30 da Constituição e mais dois em que nós ficamos costurando, escrevendo, enfim, participando de um amplo debate.

Hoje eu aprovei aqui quatro debates sobre a Constituição cidadã 30 anos depois, um dos quais é a educação, para o qual os senhores serão convidados naturalmente.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Ótimo. Esse comentário dos 30 anos é para sinalizar quão conturbada e frágil é nossa democracia. E isso se reflete nessas questões bem colocadas aqui dessa dificuldade de se colocar dentro... A escola não é um ente isolado no Território; a escola é um ente que faz parte de uma série de outros atores do Território. E nós temos uma situação muito fragmentada das relações sociais, das configurações institucionais.

Então, fica esse desafio de nós enfrentarmos e entendermos que a escola faz parte de um espaço social que precisa ser considerado nesse ambiente de discussões sobre a violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! É o Daniel, que fala pelo MEC.

Olhe, sobre a progressão de justiça eu tenho ainda três questionamentos a fazer. Daí, eu vou ler os três, e cada um responda como achar melhor.

Luciene Reis, de São Paulo:

> Os professores também estão sendo agredidos. Não se pode contar mais com a educação das crianças e, principalmente, dos adolescentes. Perdeu-se o controle dos alunos, porque tudo se perdeu em suas casas, primeiramente. A lei não está mais a favor dos professores.

Deu para sacar? Se alguém quiser responder a essa...

Eu passo a pergunta, então...

Eu vou passando para você as outras duas a que nós não respondemos na verdade; só respondemos à primeira.

Maria Jose Meira, de Santa Catarina:

> A escola deve ter o ECA em sala de aula e trabalhar com os alunos desde a pré escola seus direitos e deveres, para assim recuperar o respeito e a dignidade a que todo corpo docente teve, tem e terá direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém quer dar uma conversada sobre isso?

Deixe-me passar para os...

Ah, mas falta ler a última, a última, daí vocês dividem, e podem falar até mesmo os dois.

Atila Conceição Santos, da Bahia.

> A redução da violência nas escolas requer maiores investimentos nas famílias menos favorecidas, reduzir o custo de vida dos mais pobres e dar mais acesso a educação de qualidade a jovens e adultos, além de emprego e dignidade [...].

Quem fala primeiro?

Você, Ruth, quer falar primeiro?

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – É rapidinho, rapidinho! Quero só chamar a atenção para uma palavra, de tudo o que ele leu, que é a palavra "controle". Eu fico me perguntando o quanto isso é forte entre nós professores e professoras.

E aí eu complemento com "disciplina", "silêncio", "atenção". Então, a escola, com ou sem a polícia militar, adota um caráter autoritário – sem querer fazer uma associação direta, mas já fazendo –, adota esse caráter autoritário mesmo que dialoga com a questão anterior. Então, "Olha, a gente não tem controle!"... Palavras como "controle", "disciplina", "comportamento", no sentido de "Ah, fica"... Exemplo disso é a onda de TDH, porque agora toda criança é TDH, que é uma coisa... Falando em violência, é, e daí vem a ritalina, inclusive a empresa que andou bancando as pesquisas e por aí vai.

Mas olhem a necessidade que temos. E eu vou trazer só um exemplo. Um dia eu vi uma professora afirmar: "Não, eu gosto quando são soldadinhos!". Olhe a gravidade disso, e nada disso combina com o ser jovem, com o ser adolescente, muito menos criança. É pulsante, querem participar. A aula não tem que ser aquele sistema enfileirado, cadeirinhas, e todo mundo ouvindo e, por meio da ritalina, ficando bem caladinho porque mal conseguem entender o que você está falando, que é uma violência terrível contra também os nossos estudantes.

Eu só queria deixar um pouquinho essa pulguinha atrás da orelha quanto a esse papel efetivamente da escola. Estou pegando emprestada um pouco a lógica de *Vigiar e Punir*, de Foucault. Lembrei-me um pouco disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ruth. (*Palmas.*)

Passamos a palavra para Angela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Às vezes, as pessoas olham para a gente e dizem: "Ah, eles estão falando, mas quem está na escola sabe como que é difícil!". Então, eu queria fechar com um exemplo, já que aqui se fala que as famílias não educam, que as crianças e os jovens chegam piores para a escola.

Eu vou citar o exemplo de um projeto que foi desenvolvido no Município de Hortolândia, que é uma cidade do interior de São Paulo, próxima a Campinas, que se chamava Conhecer para Aprender. Esse projeto foi coordenado e está descrito na tese da Fernanda de Freitas, para quem quiser ver.

Esse projeto levava as professoras e professores à casa de seus alunos. Os professores eram orientados sobre a visita, que eram aos sábados, e eles recebiam pela hora extra que estavam fazendo. Eles iam à casa dos seus alunos para conhecer, não para ditar regras, para conhecer a família, para saber como o aluno era na sua casa. E uma das primeiras coisas que os professores constataram e descobriram – porque eles achavam que as famílias não iriam gostar – é que as famílias se organizavam para recebê-las: faziam bolo, cafezinho; chamavam, às vezes, a família extensa, a vizinhança, "porque a professora do meu filho vem visitar a minha casa".

E esse projeto resultou em coisas muito importantes: uma mudança na visão das professoras a respeito das famílias; uma mudança das famílias na relação com a escola; uma mudança das professoras em relação a seus alunos, que elas passaram a conhecer direito; e uma mudança no desempenho do Município de Hortolândia com relação aos índices educacionais, índices de aprendizagem; uma mudança de como as pessoas se relacionavam na escola.

Então, existem experiências que mostram que atitudes abertas a conhecer sem preconceito produzem outras relações no interior da escola. Infelizmente, com a mudança de prefeito de Hortolândia, esse projeto foi desmontado. E isso é violência contra a educação e contra a escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Essa foi a Angela, que, mais uma vez, respondeu com muito equilíbrio e muita tranquilidade, orientando aqueles que perguntaram sobre o tema.

As últimas duas perguntas ou três ficaram com o Heleno e com o Daniel.

Por favor, Heleno, seus comentários, e, então, vamos para o encerramento.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Um comentário breve aqui sobre o que a Luciene Reis, de São Paulo, coloca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final do vídeo a que nós assistimos, vimos a professora sentada lá no canto. Isso me fez lembrar, Senador, que a primeira pesquisa que nós fizemos aqui, publicada em 1999, Educação e Carinho, trata de que 33% dos trabalhadores da educação e professores têm a síndrome da desistência. Lá no livro, tem o nome de *burnout*, sinônimo extenso, quando ele fala que o fogo, a chama apagou. São 33% de profissionais acometidos de doenças profissionais, mas que não estão fora da escola ainda, nesse processo. Simultaneamente, vão lá, assinam o ponto, estão presentes, mas é um pouco daquilo que vimos na cena: o que acontece na escola não é comigo; isso é da área de outro, minha parte aqui é só cuidar da parte escolar.

Então, esse sentimento que a Luciene coloca aqui é um pouco este: ver a coisa acontecendo, e esse fogo, essa disposição... Até porque passa por um ponto que nós iniciamos aqui, que é a ausência de profissionais para ajudar nesse processo em que não há concurso público. É um elemento que termina provocando essa situação.

Se, em 1999, identificamos isso, infelizmente o quadro não mudou. Eu lembro que, em 2006, quando Eduardo Campos assumiu o Estado de Pernambuco, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação entregou para ele o diagnóstico da situação, e, nesse diagnóstico da educação básica que entregamos, havia cinco mil professores afastados temporária ou definitivamente da sala de aula por problemas psicológicos. O laboratório de psicologia lá da minha terra natal é o que tem mais número de professores. Quer dizer, entregamos para dizer: olha, tem coisa muito errada nesse Estado aqui, e a gente precisa dar um jeito nisso!

Então, é essa a situação que Luciene retrata, porque, nessas condições, de fato, fica complicado você cuidar das atribuições que cabem a esses profissionais.

A Maria Jose traz para a gente o tema do ECA, que é fundamental, a fala dela mostra isso. E foi o que a gente falou aqui: a participação na construção de direitos e deveres. E isso remonta à violência do Estado. Quando essa Base Nacional Comum Curricular está sendo imposta para a gente, ela está provocando essa violência, ela está tirando essa capacidade de a gente discutir o que é essencial para aquele espaço, para aquela realidade, para aquele momento; eu sou obrigado a fazer um currículo que tem de dizer que, naquele ano, tem que dar aquilo ali.

Nós sofremos uma pressão, Senador... Eu peguei umas turmas de matemática e eu tinha que dar conta daquele conteúdo, mesmo percebendo que o aluno não conseguiu ainda somar, nem dividir, nem multiplicar; há pessoas da área de ciências também que, na oitava série, tinham dificuldade de fazer a fórmula de entender, porque não sabiam as operações básicas desse processo.

A pergunta é: para que a gente vai atropelar o conteúdo se o aluno não aprendeu o básico ainda? E estão impondo isto para a gente, essa conjunção imediata, correndo, de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem de dar conta de conteúdo para atender o que a Prova Brasil vai pedir, e não para atender a demanda do estudante.

Então, o que a Maria José, lá de Santa Catarina traz, é fundamental: estudar a base. Qual o direito que tem? Construir participando fortemente desse processo. Para isso, vamos ter que ter um ambiente, um clima que o Atlas Santos, da Bahia, nos traz: tem que dar as condições.

Onde se formam professores neste País? 75%, faculdades privadas, que enganam o MEC, dizendo que tem doutor e mestrando lá fazendo o seu curso, e esses doutores e mestres nunca apareceram lá. Eles ministram aulas com profissionais formados como a gente, só com graduação, formando professores.

Isso, sem contar uma CPI que rolou em Pernambuco e que a gente quer trazer aqui para o Congresso. A Deputada Teresa Leitão coordenou o processo lá e foi a Relatora. Três faculdades de Pernambuco e outras de outros Estados – Goiás e São Paulo – falsificaram diplomas de professores. Eles ofereciam o curso de extensão e davam o certificado de formado como professor. Então, a denúncia está colocada. O quantitativo dessa formação quando a gente compara com o quantitativo do quadro em vários Municípios é bem maior. A gente corre o risco de ter um Município com quadro de professores todo fraudulento, porque nunca foram formados de fato.

Então, isso passa por uma população que tem interesse em ter emprego imediato. É indicação política, porque concurso público não tem. É indicação política. Nós negociamos com prefeitos que dizem: "Eu não vou fazer concurso público, porque, se fizer, virão os de fora. Primeiro, vou dar emprego para os meus". Então, é contrato temporário.

Então, eu pego essa população desassistida também de profissionais, sem assistência e acompanhamento, e coloco dentro da escola para cuidar das pessoas. Isso é um pouco o que o Atlas traz: tem que ter condições econômicas favoráveis, atender quem precisa, para poder melhor defender dentro do espaço da escola... Isso é importante também levarmos em consideração para conduzir os nossos trabalhos.

Mais uma vez, obrigado. Voltamos na próxima audiência, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

Cumprimentos ao Heleno, que falou em nome da CNTE, ele que é o presidente. (*Palmas.*)

Por fim, o Daniel falando mais uma vez em nome do MEC.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Só fazer um rápido comentário, Senador Paim, sobre o que a Maria José, de Santa Catarina, traz, sobre a importância do ECA. Toda nossa fala,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de todos nós aqui, reforçou, com bastante ênfase, a questão dos sujeitos de direitos, à medida em que as crianças e adolescentes, na vivência do ambiente escolar, precisam ser respeitadas como elas são, com suas singularidades, com suas riquezas e suas identidades. Muitos dos fenômenos da violência que nós observamos na escola têm a ver com a não aceitação da diversidade, haja vista a violência contra o público LGBT, contra as mulheres, contra os negros e pessoas que seguem religiões de matriz africana.

Por que falo isso e o que isso tem a ver com o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente? Porque o ECA estabeleceu algo fundamental e coloca as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

E o que isso tem a ver com a escola e com a pergunta aqui colocada pela Maria José?

Muitas vezes... Nós temos, haja vista nossa Constituição cidadã de 88, várias legislações decorrentes que reforçam a questão dos direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma delas. Mas, muitas vezes, nós temos uma tradição muito legalista, de estabelecer as leis, as normas e uma vivência desses direitos menor do que expressam as nossas legislações. Muitas vezes. Nossa cultura não é tão democrática quanto nossas legislações apontam.

Então, com isso, como a escola, ao trabalhar a questão do ECA, pode vivenciar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos no seu dia a dia mais do que apenas, embora isto não seja pouco, falar do ECA e expor quais são suas leis, quais são seus artigos, como vivenciar na escola quando os conflitos, reconhecendo aquelas crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos que podem e devem discutir suas questões, seus fenômenos, os conflitos?

Então, a gente tem que avançar dentro do ambiente escolar, no que se refere à educação em direitos humanos e nossas pautas que aqui colocamos, e vários de nós puxamos pela questão da diversidade, como traduzir para dentro da escola essa perspectiva de sujeitos de direitos. Aí a gente está vivenciando o ECA de verdade, não só expondo e falando dele.

Então, fica um pouco desse desafio para todos nós de tentarmos avançar na vivência propriamente dita dessas nossas referências democráticas de direitos que estão estabelecidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel!

Olha, vou dizer que eu estou muito satisfeito com a fala de todos aqui. Para mim, é um aprendizado. E, como estamos falando ao vivo para todo o País – agora está ao vivo mesmo; já faz umas três horas que estamos ao vivo –, eu vou fazer uma ou duas perguntinhas só, e cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um responde se quiser. Eu estou preocupado com essa violência toda no País. Mas é no campo da educação. Eu não vou sair do tema, não. É educação.

Eu queria perguntar, responda quem quiser. Como eu vim de um berço – e falo com muito orgulho – muito pobre... Eu nasci na beira do Rio do Tega. Quem é de Caxias do Sul sabe. É o rio mais poluído que tem na minha cidade. É o rio mais poluído de Caxias do Sul. A água, para se ter uma ideia, é mais escura do que isso aqui. Eu nasci ali na beira do Rio do Tega, e, para mim, foi fundamental o dia em que eu entrei no ensino técnico.

Eu, com dez ou doze anos, vendia frutas em uma feira em Porto Alegre. Aí, fiz o teste, que era muito disputado, e consegui passar. Meus pais moravam em Caxias. Meu pai já faleceu. Eu, lá na feira, pagando maçã, fruta... Eu me lembro como se fosse hoje, porque o filme fica. Meu pai chega e diz – ele me chamava de Renato – "Renato, você vai poder voltar para casa". Eu, louco de saudade de mãe, de irmãos, dez, claro me abracei a ele, chorei, e pude voltar para Caxias. Eu estava trabalhando em Porto Alegre já. Lugar de criança é na escola, mas, naquela época, fazer o quê? Tinha que sobreviver. Mas aquilo, para mim, foi fundamental. Eu fui para Caxias, fiz o curso técnico, e, antes de ser Deputado, eu ganhava, no mínimo, dez salários mínimos como profissional técnico. Então, eu queria que vocês, se pudessem, os que quisessem, falassem alguma coisa sobre o ensino técnico. Primeira.

Segunda. Escola de tempo integral. Como vocês veem? Eu quero só a opinião. Eu sei que quem está lá ouvindo essa pergunta gostaria que alguém pudesse dizer alguma coisa.

Nessa pergunta eles gostariam que alguém pudesse dizer alguma coisa.

E terceiro, os institutos. Sabe por que os institutos? Quando eu vou para o Estado, tem fila de reitores pedindo uma emendazinha de Parlamentares, de 150 mil ou de 100 mil, para o instituto sobreviver. Eu fiquei muito preocupado com essa falta de investimento nos institutos. Então se alguém puder responder, aí eu é que vou ficar muito feliz se vocês puderem fazer uma reflexão sobre isso. Fiquem bem à vontade. Alguém quer falar sobre isso? Qualquer um dos três temas.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Sobre o tempo integral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tempo integral, ok. Pronto. Angela.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Vou falar rapidinho sobre a escola de tempo integral e depois eu vou me despedir porque eu preciso pegar o meu voo.

Mas Escola de Tempo Integral pode ser um projeto bastante interessante, um projeto que pode ampliar a vivência das crianças e dos jovens em conhecimentos muito valorizados pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanidade, que pode ampliar saberes, desde que educadores, educadoras e gestores entendam que escola em tempo integral não é aula de manhã e à tarde, que a escola em tempo integral é para promover outras experiências e vivências de formação e aprendizagem para além da aula.

Então é aula, mas é algo mais. É vivência de múltiplas linguagens, de formas de organização em grupo, vivência da arte, vivência do esporte, vivência de novos conhecimentos...

Então nessa dimensão e nessa perspectiva, escola de tempo integral será realmente um ganho para crianças e jovens. Nessa perspectiva, ok?

Peço desculpas e me despeço, mas eu tenho um voo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Angela, está liberada para pegar o seu voo.

A Ruth aqui. Eu vou daqui para cá e a gente encerra.

Ruth.

Agora os comentários finais mesmo e eu libero vocês.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Fazendo uma ponte com o que a Angela acabou de colocar, quando a escola oferta a educação integral e simplesmente oferece aula o dia inteiro, ela está ali se tornando, se tornando não, porque a escola em alguma medida tem sido já, mas ela acaba reforçando o seu papel de depósito de crianças e de adolescentes.

Então a educação integral é um projeto muito maior, não só do que se vai oferecer, mas também da perspectiva de alcance no processo formativo desse estudante.

E com relação... Eu não sei se foi essa a sua questão, mas é sobre o ensino técnico... Não sei se foi essa a sua intenção quando você colocou, mas o ensino técnico é muito interessante. E aí eu quero falar de ensino técnico *versus* universidade, porque existe todo um debate. É bastante interessante quando o ensino técnico é uma opção. E não é o que tem acontecido. Explico, é uma opção entre universidade e ensino técnico. Então, quando um jovem pode escolher efetivamente, é muito interessante! Mas o que a gente assiste é a dificuldade de acesso à universidade de alguns jovens e, mais uma vez, esses jovens têm um perfil social, a gente não está falando de qualquer jovem, e esses mesmos jovens são empurrados e acabam se tornando... Isso não é uma crítica ao ensino técnico, é uma crítica à forma como é ofertado e ao fato de se destinar a determinado segmento social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então quando ele não pode escolher, eu acho que a gente tem um problema, tem uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem que eu escolhi na época.

O.k. Vamos em frente, então.

Agora, o Heleno, CNT, Presidente da CNT.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Eu vou tentar comentar aqui cada ponto desses, brevemente.

O Daniel, na fala inicial dele, já tratou um pouco do papel da escola, da escola pública, quando fala da formação, que é muito ligada também à questão do mercado.

Boa viagem, bom retorno.

A questão de mercado é assim: preparar a pessoa para exercer a cidadania.

Então, a gente pensa assim, Senador: quando se fala que a escola do interior do Piauí é a melhor escola pública do mundo, a de Sobral também, que base foi essa? A nota do Ideb? A nota de Matemática e de Português? E exercer a cidadania e tomar conhecimento local e geral foi discutido nessa escola? Há uma formação adequada, que dê uma base para que todos os alunos ali saiam, exercitando sua cidadania?

Então, acho que esse é um ponto em que a gente precisa manter o debate, para entender que essa política está equivocada – equivocada. Precisa a escola ter este papel de fazer com que as pessoas aprendam a viver, a conviver em comunidade e a exercer sua cidadania. Ela precisa dar as condições para que isso aconteça.

Aí o que acontece? E isto é o que a Ruth levanta. Você faz uma mudança no ensino médio, dando ênfase à questão da formação técnica. "Ah, vai ser integral, porque há o notório saber técnico, vou profissionalizar." Os dados mostram que 52% dos Municípios só têm uma escola do ensino médio. A imposição de que tem que haver o ensino técnico nesse processo traz um prejuízo enorme para a população. Muitos vão ficar fora da escola nesse processo, porque existe uma orientação nesse sentido.

Então, não podemos fazer nem oito nem oitenta. Não aceitávamos o Decreto nº 2.208, de Fernando Henrique Cardoso, que proibia que a União investisse na escola técnica. Não aceitamos. Lula chegou e, no governo dele, alterou esse decreto. Veio o de nº 5.054, que não limitou fazer investimento, mas abriu três perspectivas, que a Ruth levanta aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço a escolha pelo técnico lá sozinho, faço concomitantemente... Esse processo, então, dá essa abertura, para que, como o Brasil é grande e diverso, as pessoas possam ter condições de fazer a opção ou não desse processo.

Mas a escola tem que cumprir o seu papel, está lá na LDB. E a mudança que fizeram, agora, no ensino médio corta isso. Então, com o apelo na mídia de que é isto, "Não, o povo quer o ensino técnico para trabalhar logo"... Trabalhar onde?

Volto ao Governo de Pernambuco, porque é lá que trabalho, em que atuo. Está lá o Programa Travessia. O Governo comprou os telecursos da Fundação Roberto Marinho. Dos três anos, se fazia o ensino médio em um ano e meio. Todo ano 60 mil tinham seu diploma – a artista da Globo ia lá para diplomar e tudo mais. Aí vai a Petrobras fazer um curso lá, para poder capacitar o pessoal. Abriu oito mil vagas, 68 mil inscritos, e só seis mil conseguiram, porque tiraram nota 2 na prova. Então, soltou o certificado de ensino médio, e as pessoas não aprenderam, não souberam escrever, não entenderam o que estavam escrevendo.

Então, é mentira dizer que vai oferecer a escola integral com notório saber, com formação técnica para todo mundo, que vai atender aos estudantes. O Governo mente para a população.

É importante percebermos isso, porque, apesar de todo o debate, de toda a discussão, não estamos negando que o jovem que queira fazer o ensino técnico tenha condições de fazê-lo de acordo com sua realidade, mas que se dê oportunidade também, para que os pobres que não têm condição para isso façam outra coisa.

Eu, quando você falou das feiras, lembrei que trabalhei na Ceasa, em Recife também. E meu pai, que trabalhava com muito esforço, dizia o seguinte: vai só estudar, não vai... O trabalho era biquinho para poder fazer as coisas que a gente queria fazer, porque tinha pouco dinheiro. Era assim: "Não tem trabalho, filho, é estudar, estudar, estudar". Mas ele se esforçou para isso e se matou para isso, para que pudesse estudar, ter condições de ter uma formação e mudar um pouco de vida; mas isso passa no contexto que está colocado.

Se eu fosse obrigado a ir para um curso técnico, antecipar, tudo mais, como seriam as condições, já que minha intenção era ser um professor da educação básica desde a oitava série? E se isso fosse tirado de mim, como seria esse novo profissional? Eu não teria profissão, eu não teria condições. Então, acho importante refletir sobre isso.

A educação que nós defendemos é a educação integral. Acho que já se falou nesse sentido. Chamam de tempo integral, mas não é só questão de tempo, é educação integral, porque – vou dizer assim e posso me incluir nisso porque tenho condições para isso –, além de ter meu filho na escola, eu pago uma aula de dança, pago uma aula de línguas para ele, pago um esporte, um treino de futebol, faz atividades físicas e culturais, até de música, como minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filha fez também, que complementam a atividade pedagógica da escola. Então, quando falamos em escola em tempo integral, nós estamos falando disso. Não é fazer....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ficar bem claro para todo mundo que está nos assistindo, o Brasil todo, está interessante a sua resposta, mas, como você disse, você tem condição de dar isso para o filho, ponto um. Ponto dois: calcule o exemplo que eu dei: dez filhos, pai e mãe analfabetos, ganhavam um salário mínimo. Então, foi uma salvação para mim – eu tenho que admitir – na época e é muito real.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Claro. Quem tem que cuidar disso? O Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Estado, claro.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – O Estado tem que cuidar disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não cuida.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso que nós estamos cobrando aqui hoje; mas vá em frente.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Por isso que a gente fala que a educação integral é nesse sentido. Aí, quando se vai para a LDB, lá está colocado: o ensino fundamental tem que ser, no mínimo, quatro horas, mas, progressivamente, tem que buscar o tempo integral dentro dessa perspectiva. E o que o Governo faz? Querem integralizar o ensino médio, como o Governo Federal fez. Como você integraliza o topo se a base não sustenta? Se eu integralizo na base – e aí vai construindo esse processo –, a gente vai evitar o funil que ainda existe na educação básica em nosso País. Quem quiser pegar a matrícula desde a creche, ir para o fundamental até chegar ao médio, vai ver que há um funil ainda: 80 milhões de pessoas com 18 anos ou mais não concluíram a educação básica em nosso País e continuam saindo sem concluir.

Então, essa educação integral tem que existir – defendemos isso –, tem que ser na base, na educação infantil e fundamental, e, tendo as condições, vai ampliando também para o ensino médio, e não fazer o inverso, como está acontecendo.

Como nós somos uma população enorme, grande, então tudo que fizermos ainda é pouco, como diz nosso mestre Paulo Freire, para dar conta, nas nossas mãos, do rumo democrático do nosso País. Os institutos federais são importantes nesse processo, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência nesse processo. Nesse tipo de avaliação colocada aí, é uma referência para poder ter em várias bocas de Senadores e até federalizar tudo nessa discussão. Por quê? Porque é um espaço onde há um investimento e onde há aquilo que nós defendemos. O professor que está lá tem um salário que pode ser exclusivo daquela escola, diferente de nós, da educação básica. Eu falei aqui que tenho dois vínculos – muitos têm dois –; eu tenho para a área privada, porque o salário é pouco para ficar exclusivo em um único local.

Então, você tem o instituto federal com professores dedicados, tempo exclusivo, fazendo o trabalho. A perspectiva de fazer a formação cidadã, que tem esse espaço em fazer, e a formação técnica, exigem-se investimentos, tanto na estrutura quanto no quadro de profissionais, e bolsas para os estudantes se manterem no processo de formação. Não adianta você fazer só à noite porque ele não consegue ser um bom profissional. Então, tem que dar as condições para esse jovem também ter como se sustentar ou não ser sustentado pela família porque, às vezes, não tem condições, mas com recurso para ser sustentado, para poder ser esse profissional de que o País precisa, e o instituto tem tecnologia e capacidade para formar bons profissionais.

Então, por isso, por onde o senhor passa recebe a demanda de mais recursos porque, diferentemente de alguns que dizem que dinheiro existe e só é mal gestado, isso aí também não é verdade, porque nós temos a demanda fora da escola, uma demanda que abandona a escola e temos uma escola que não garante qualidade especial.

Então, além do que está aí e que tem que ser bem gerido, de fato – e para isso a gente quer o controle social, todos os nossos documentos é isso –, e isso lembra outra coisa: isso lembra que vocês aprovaram nesta Casa, em 1996, no parágrafo único do art. 69 da LDB, que o dinheiro da educação não seria gestado, dirigido pelo Secretário de Educação. Desde 1996 que é assim. Ninguém faz, Senador. Nenhum Estado, nenhum Município coloca o dinheiro exclusivo da educação na mão da Secretaria de Educação. Se fizesse isso, o controle social seria maior, teria um maior investimento na área da educação, porque o Fundeb nós acompanhamos porque a gente consegue vê-lo, mas, além do Fundeb, há 5% dos impostos restantes e os impostos próprios dos Municípios que não entram na cesta do Fundeb. Esses recursos estão fora do nosso controle e não chegam à Secretaria de Educação por quê? Porque é na conta única do Município ou do Estado, ou na Fazenda ou na administração, utilizando os recursos educação para outras coisas.

E paro aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para o Heleno. Respondeu muito bem também.

E, por fim, Daniel, pelo MEC, e aí nós encerramos de vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Pelo adiantado da hora e, de fato, também já estou com compromissos atrasados, só reforçar.

As falas foram muito bem colocadas pelo Heleno e pelas professoras antecedentes. Quando a gente fala em tempo integral, ele tem que ser pensado. A gente observa em várias escolas públicas com dificuldade de recursos e de profissionais uma soma de horas e ela é muito mais do que isso. Ela tem que ser um projeto que englobe os vários conhecimentos sendo trabalhados, com esporte e com cultura, dentro de um projeto pedagógico estabelecido pela escola e dentro de uma vivência de educação integral, que é mais do que tempo integral.

Então, fica só esse alerta no que se refere a essa questão e ainda estamos um pouco longe de conseguirmos avançar efetivamente nisso no ambiente das escolas públicas, mas fica aí um desafio para enfrentarmos, desde que entendamos que não é um somatório de horas, é uma vivência educacional efetiva daquele estudante naquele ambiente formativo. Então, fica esse alerta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel, falou pelo MEC.

Olha, eu queria agradecer a todos. Tenho certeza de que quem assistiu a esse debate em casa ganhou muito, aprendeu muito. Eu aprendi ouvindo vocês aqui, viu? É bom que eu me prepare cada vez mais, porque eu tenho uma campanha e vão entrar esses debates todos na ordem do dia.

Enfim, a audiência pública atingiu o seu objetivo.

Muito, muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública sobre violência nas escolas. Aprofundamos e avançamos no conjunto do processo de educação do nosso povo e da nossa gente.

Um abraço a todos e que venham outras. Teremos outras, com certeza.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 77, de nossa autoria, para debater o tema: violência nas escolas.

Cada convidado vai expressar o seu ponto de vista sobre violência nas escolas – independente de ser com o professor ou com o aluno, enfim a violência nas escolas. Liberdade total para a opinião de cada um.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, com o link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Na abertura deste trabalho, não há como eu não falar, rapidamente, sobre a crise pela qual o País passa. O Plenário está debatendo, eu ia falar lá, mas com o compromisso assumido com vocês, por uma causa superjusta também, eu vim para cá e vim com a maior tranquilidade, ciente de que o meu dever era estar aqui, porque fui eu quem propus esta audiência pública.

Mas, rapidamente, pessoal, eu queria falar também sobre esta crise, aproveitando que nós temos aqui, também, a internet, os canais alternativos da TV Senado, e isso tudo vai também ao ar, à noite. Eu percebo que nós estamos com um grande problema, de fato, sério, e ninguém pode ser irresponsável num momento deste. Eu cheguei a levantar, esta semana, que ou se haja uma solução, ou nós poderemos estar entrando numa situação que pode levar até – vou usar um termo bem leve – à fragilidade e à derrota, digamos, da democracia. E a democracia, para mim, não pode ser derrotada nunca. Que disputem eleições, e ganhe quem ganhar, mas a democracia não pode ser derrotada. A democracia é um símbolo.

E estou muito preocupado... Quando eu usei esse termo, eu não quis ir além daquilo que eu vou ter de dizer agora: ainda eu fico com a democracia, mas não aceito a ditadura. E o que pode acontecer neste País é isso, pessoal. Não pensem que alguém está brincando. Isso tudo que está acontecendo não é de graça, os movimentos que surgem... Nunca aconteceu isso. Eu não me lembro. Olhem que eu passei pelo golpe de 64. Eu nunca vi, em dez dias, o Brasil praticamente parado.

Então, algo está acontecendo. Isso não é normal. Quando houve o golpe de 64, muita gente achava que não iria acontecer, e aconteceu. Quando golpearam a Dilma, todo mundo achava, inclusive eu e todos que estavam aqui dentro – quem disser o contrário, está mentindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos aqueles naturalmente que tinham compromisso com o governo –, que não iria acontecer. Quando vimos, aconteceu. E eu confesso também que eu não acreditava que chegassem ao ponto de prender o Presidente Lula. Está preso. Então, nada me surpreende mais. A minha preocupação é com o País. Anos de chumbo espero que nunca mais!

E é nessa linha que eu estou vendo o problema que está aí. A greve dos caminhoneiros é mais do que justa. Preço do diesel

dos caminhoneiros é mais do que justa: preço absurdo do diesel. É um governo que aumenta, todos os dias, não somente o diesel: é a gasolina, é o etanol e é o gás. Preço do frete, pedágio, estrada esburacada, assalto, jornadas abusivas em cima dos caminhoneiros, enfim, os motivos da greve são justos. Eu não digo que não, e sempre apoiei não só essa como tantas outras ao longo da minha vida.

Esses preços são insuportáveis. Só no meu Estado, 73 Municípios decretaram estado de calamidade pública – 73! A economia gaúcha perdeu R$1,6 bilhão. Se a greve continuar, caminhoneiros, na minha ótica, estão com a razão. Eles não podem pagar para trabalhar. Eles estão pagando para trabalhar. Tanto é que, na pesquisa que saiu hoje, 87% da população estão defendendo os caminhoneiros – 87% da população! A agricultura prejudicada; sacrifício de animais que todo mundo sabe que está acontecendo, são milhões de frangos; perda de tempo de abate; frutas e verduras apodrecendo nas médias e pequenas propriedades; empresas, indústria e comércio, atingidas, e muita gente já entrou em férias. Inclusive no meu Estado, foram cerca de 3 mil numa única empresa. Enfim, para onde vamos? Podem ter certeza de que os preços vão aumentar. A inflação vai aumentar. Se aumenta o preço, aumenta a inflação. E nessa crise o desemprego também vai aumentar.

A Petrobras adota uma política maluca de preços nunca vista. Ainda hoje aumentou de novo a gasolina – hoje! Nesta crise, olha a irresponsabilidade desse Pedro Parente e companhia limitada.

Só como exemplo para vocês: eu recebi ontem, ainda, da Fetag-RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul), da Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil) filiada à CUT, ambas demonstraram para mim: as suas preocupações; e que o Congresso tinha que achar uma solução. Não tem como resistir mais. Calculem os pequenos produtores agricultore: como eles estão agora já há dez dias...? Como eu fui conhecer uma família, da economia familiar, e o ramo deles é o leite, eu passei lá uma manhã. Quem conhece sabe como é que é: não tem choro nem vela! Tem que pegar mesmo – e peguei na pá, na enxada – e limpar a merda – o termo é esse, não é? –, o estrume (para usar um termo mais adequado, já que eu estou com tantos professores e professoras aqui). E o estrume ali... É como eles me dizem: aquilo é todo dia, pois não têm Natal, não têm Primeiro do Ano, não têm nada. Calculem se em dez dias o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leite não é escoado, ele vai para onde? Os frangos que não são abatidos vão para onde? Se não chega a ração para alimentar os frangos: morrem de fome.

Então, a situação, de fato, está desesperadora. Gás está começando a faltar. Gasolina nem se fala. Se perguntarem para mim se meu carro tem gasolina, eu digo que não tem, está encostado; não tem gasolina e não tem mesmo. Aqui em Brasília você vem trabalhar, e parece que é sábado ou domingo. Vocês que vieram aqui sabem, não é? Estamos em pleno dia da semana. Em inúmeros Estados é essa a situação.

Por isso é que nada me surpreende. Eu peguei só algumas manchetes que eu ia mostrar

lá, mas mostro aqui: "Crise no abastecimento deixa o País à beira de um colapso" – esta aqui, do Rio Grande do Sul. "Crise de combustíveis é a maior desde a abertura do setor em 1997. Nem que terminasse o movimento, para normalizar só daqui a uma semana." "'Temer falou com as pessoas erradas na greve', diz França, Governador de São Paulo." "Petroleiros entram em greve.""Avianca: 36 voos cancelados até domingo." "Petrobras [com todas essas manchetes] sobe gasolina em 0,74% na refinaria." "Oitenta e sete por cento da população apoiam o movimento." "Greve dos caminhoneiros vai resultar no PIB do segundo semestre, dizem economistas" – PIB menor, não é? "Greve dos caminhoneiros completa dez dias e deixa Goiás sem gás, com pouco combustível e sem ônibus." "Greve dos caminhoneiros trava funcionamento do Porto de Santos" – também está parando o Porto de Santos. "Apoio à paralisação é de mais 87% dos brasileiros" – Datafolha. "'Intervenção militar não é varinha mágica', diz general Mourão" – quer dizer, o assunto está sendo discutido em algum lugar. "Setor de proteína animal calcula prejuízo de R$3 bilhões com greve dos caminhoneiros." Está terminando: "'Governo se comunicou com pessoas erradas na greve', diz França" – França é o Governador de São Paulo, falando sobre Temer. "Crise de combustível é a maior desde a época..." – essa aqui já tinha lido.

A situação, de fato, é grave. Há quem já diga – outros jornais de fim de semana já falaram – que há algumas articulações para ressuscitar, como foi em outros tempos, uma emenda parlamentarista, aquele parlamentarismo de oportunismo, eu diria, de momento e de ocasião. Outros falam que há um movimento muito forte para não permitir, inclusive, que a gente tenha eleições. Eu prefiro antecipar as eleições e não não ter, porque aí eu fico no campo da democracia.

Eu fiz essa fala rápida aqui para situar todos sobre o momento que nós estamos vivendo. É claro que o tema aqui vai ser a violência nas escolas. Tudo que eu falei aqui, inclusive, está na imprensa. Do que eu acho que eu sinto falta neste momento, confesso a vocês, é de estadistas, de homens que estabeleçam o diálogo, ouvindo a população, entendendo a justiça dos caminhoneiros. Porque é inegável: se nós não tivermos gente dialogando, conversando, construindo, vamos quase para uma convulsão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo aqui como se estivesse falando lá na tribuna do Senado, porque aqui não deixa de ser uma tribuna. Eu fiquei preocupado quando eu vi gente brigando por gasolina, havia um batendo com aqueles – como é que chama? – galão. Um galão batendo no outro por gasolina. Eu perguntei como é que estava aqui em Brasília hoje, e me disseram que só 8% dos postos – 8% do número de postos! – têm gasolina. E o pessoal todo querendo viajar. Alimentação faltando. Então, nós estamos numa situação difícil.

É preciso muito diálogo. Eu cheguei a dizer e repito aqui: se esse tal de Temer sente que ele não resolve e não tem condições de dialogar com a sociedade, de chamar todo mundo... Chame empresário, chame trabalhador, chame caminhoneiro, chame taxista, chame aplicativo, chame *van*, enfim chame lideranças de todos e estabeleça um diálogo

chame a *van*, enfim, chame lideranças de todos e estabeleçam um diálogo para nós sairmos desse impasse. Se ele acha que ele não tem condição, digo: então renuncie. Não seria a primeira vez na história que um Presidente renuncia. Renuncie, porque nós estamos, de fato, numa situação muito, muito mais grave do que qualquer um possa imaginar. Só bater no Governo é fácil; eu quero ver começar a apontar soluções para esse momento.

Claro, eu estou muito tranquilo, porque há dois anos – faz dois anos mais ou menos que afastaram a Presidenta Dilma – eu dizia: "Vocês pensam que com isso aqui vão resolver? Não vão resolver nada. Vocês estão afastando a primeira mulher eleita Presidenta da República neste País; estão afastando-a sem ela ter cometido crime algum. E vocês vão ver que essa crise vai até, no mínimo, 2018." Não ouviram. Tentei, a partir daquele momento, coletar assinaturas para eleições diretas. Conseguimos até 40 assinaturas ou 38... Não aceitaram. E deu no que deu: aquela Emenda 95 – que vocês conhecem muito bem –, que congelou todos os investimentos; reforma trabalhista; reforma da previdência; privatização de tudo... E prenderam o Presidente Lula – eu também achava que não teriam ousadia para chegar a esse ponto. E está aí o resultado, está aí o resultado, está aí o resultado... O País num caos absoluto – mas é caos mesmo, pessoal! Os informes que eu recebo são da maior gravidade.

Por isso, neste momento, a gente precisa estabelecer muita conversa para sair dessa crise, fortalecendo o processo das eleições. Eu quero eleições; pode ser que haja alguém que não queira. Eu quero! E, se puder, eu até a antecipo. Se eu pudesse, eu a antecipava. Mas sabemos que faltam quatro meses. Bom, eu já dei o meu ponto de vista.

Temer, aproveito aqui que estou falando para todo Brasil, por este microfone da democracia, porque ainda é permitido falar – como vocês vão falar aqui o que bem quiserem –: renuncie se você acha que não tem condição de assumir essa crise por que o País está passando. Como está, não dá para continuar.

Mas é isso. Vamos lá à nossa Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de chamar os convidados, havendo número regimental, consulto o Plenário – já que temos número no painel – desta Comissão se há óbice para tornar sem efeito o Requerimento 107 aprovado nesta Comissão, haja vista o objeto do requerimento não ser matéria de competência desta Comissão, nos termos do art. 102. É de minha autoria mesmo, mas havia uns problemas de redação gravíssimos ali, que iam na contramão daquilo que eu queria. Então, foi erro de assessoria.

Os Senadores que concordam com a retirada do RDH 107, de 2018, de minha autoria, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É um requerimento que foi feito, infelizmente, com uma redação inadequada, e eu tive que o retirar.

Sejam todos bem-vindos.

Agora que eu já falei o que iria falar no plenário – senão eu teria que voltar lá, e vocês teriam que ficar aqui me esperando –, vamos ao nosso tema de hoje, que vai nortear os nossos debates.

Vamos para a primeira Mesa: Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil-EBC. Seja bem-vinda, Cintia. (*Palmas.*)

Ruth Meyre Mota Rodrigues, assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF. Seja bem-vinda, Ruth. (*Palmas.*)

Agora quero ver você reclamar, Ruth: só há mulher na Mesa. Não pense que eu não via quando você reclamava, pois eu dizia que tinha que haver homens, e ela dizia bem baixinho, quase soprando: "Homens e mulheres." Acha que eu não ouvia? Ouvia daqui. E ela tinha razão mesmo.

Por isso que a maioria aqui são as mulheres agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tinha razão, inclusive; eu só brinquei agora.

Angela Fátima Soligo, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Seja bem-vinda, Angela. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Seja bem-vindo, Heleno. É uma satisfação recebê-lo aqui mais uma vez – já esteve aqui outras vezes. (*Palmas.*)

E Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC). Seja bem-vindo. Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Só a título de informação, está prevista uma segunda Mesa – não sei se chegaram ainda –: Erlando da Silva Rêses, professor e 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do Andes; e Geraldo de Paiva Gonçalves, Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos.

Sobre essa nossa audiência pública de hoje, eu confesso que recebi inúmeras denúncias sobre a violência nas escolas, contra professores e entre os próprios alunos, tanto que eu encaminhei dois projetos de lei que vão na linha da cultura de paz nas escolas, que os professores da Ulbra, no Rio Grande do Sul, elaboraram. Eles pediram para mim se eu entraria com esse projeto. Entrei e ele está em debate aí, para ser melhorado, aperfeiçoado e construído de forma que atenda efetivamente os interesses dos professores, da comunidade, de pais, alunos, filhos, enfim.

Agora, neste momento... Eu fiquei muito chocado com o vídeo... Eu estava em casa – quando eu não vou para o Sul, como não vou esse fim de semana – e recebi aquele vídeo.

Eu fico aqui... Isso aqui virou uma loucura para todos vocês. Não sou só eu, não. Tenho certeza de que todo mundo é viciado no tal do WhatsApp, não? Todo mundo na Mesa aqui concordou, não é?

E aí, na hora, me deu muita tristeza. Eu vi um menino numa escola, se não me engano, em Pernambuco, sendo espancado dentro da sala de aula por seis, sete, oito meninos. Mas era espancado mesmo! E dizem que a professora estava isolada num canto – pelo menos foi a informação que eu recebi. Esse vídeo me chocou muito.

E aí, perguntando para algumas pessoas, professores e alunos, eles disseram: "Isso aí acontece muito em todo Brasil. Você viu um vídeo que alguém conseguiu pegar." Aí eu digo: "Não. Vamos, no mínimo, puxar para nós um pouco da responsabilidade", porque este Congresso tem que ter – em relação, inclusive, à crise que está aí, porque a crise começou aqui dentro. O Congresso tem que assumir essa responsabilidade: a crise começou aqui, quando afastaram a Presidenta. A história vai cobrar.

Eu peço que, se puderem, passem o vídeo agora, para nós iniciarmos o debate sobre o tema "Violência nas Escolas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Normalmente, quando se passa um vídeo, a gente acaba batendo palmas. Nesse caso, a gente tem quase que chorar mediante os fatos.

Agora, vocês é que vão falar sobre esse tema "Violência nas Escolas".

Começamos com a Gerente do Núcleo de Programas Especiais da TV Brasil (EBC).

A Srª Cintia Vargas está com a palavra.

A SRª CINTIA VARGAS – Obrigada, Senador.

Na verdade, a gente se sente super-honrado de estar aqui hoje (*Fora do microfone.*)

para falar um pouquinho também do trabalho que a gente vem desenvolvendo na TV Brasil em relação a esses temas que são tão urgentes.

Vendo esse vídeo agora, eu me recordei de um outro vídeo que a gente já fez também com uma reportagem grande, no Caminhos da Reportagem, chamada Escola do Medo, em que a gente mostra situações corriqueiras nas escolas, de violência até contra professores e de situações de agressões que levam até a morte.

São temas muitos importantes que a gente acha que uma TV pública que se preze tem que trazer para discussão, em relação a temas que são relacionados a direitos humanos, a minorias, a respeito ao próximo. E a gente acabou produzindo um programa chamado Cicatrizes da Tristeza, que está tratando dessa questão da automutilação. E foi um tema que muito nos surpreendeu, porque a gente tratava muito dessa questão do *bullying* nas escolas e a gente percebeu que, na verdade, o *bullying* está muito ligado a esse comportamento da automutilação também.

São vários os motivos que levam os jovens, no caso nas escolas, a se automutilarem, mas a gente tem percebido esse comportamento corriqueiro. E a gente acabou se surpreendendo, porque, quando a gente começou a pesquisar o tema, inclusive utilizando algumas cartilhas produzidas pelo Senado de combate ao *bullying*, de prevenção ao suicídio, a gente foi vendo que essas coisas estavam muito interligadas.

Eu gostaria de passar um videozinho que foi feito pela Ana Graziela Aguiar, que foi a nossa repórter que produziu esse programa e que reportou esse programa. Ela vai falar um pouco do processo de produção. Mas foi um programa que nos surpreendeu pela quantidade de jovens que nós encontramos nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, a gente gostaria de fazer um alerta para professores, sociedade, pais para que realmente estejam atentos aos sinais, percebam isso, porque nada disso acontece de um dia para o outro. São sinais que os jovens dão – nessa fase da adolescência, a gente convive muito com essa questão do *bullying* – e que são sinais a que a gente tem que estar muito alerta para detectar e evitar um mal maior.

Se a gente puder ver...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à apuração de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Bom trabalho.

A SRª CINTIA VARGAS – Na verdade, a gente quis mostrar o vídeo porque o trabalho realmente é em equipe, mas a nossa repórter que poderia estar aqui apresentando não pôde vir.

Só para a gente finalizar mesmo, para não tomar mais o tempo do pessoal aí, porque todo mundo vai falar, a única preocupação que a gente teve para produzir o vídeo, além de tentar retratar o máximo de veracidade, foi ter respeito com o tema, que é muito delicado, e com os nossos personagens, sem fazer sensacionalismo. E também a questão de não estar estimulando essa prática, porque, por mais

E também a questão de não se estimular essa prática, porque, por mais que você fale do comportamento, a gente tem que reconhecer que é uma coisa que tem que ser tratada, tem que ser vista como uma doença, algo que tem que ser tratado, e não estimulado. Então, a gente teve essa preocupação de, durante o programa inteiro, que é de uma hora de duração, não trazer essas formas, essas práticas, para que realmente a gente não venha a estimular esse comportamento.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais da TV Brasil - EBC. Parabéns pelo vídeo, pela produção, pela qualidade. Muito educativo, também abrindo as fronteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª CINTIA VARGAS (*Fora do microfone*.) – Ele está na nossa internet, na nossa página da internet.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Avise, pode avisar como se faz.

A SRª CINTIA VARGAS – Nosso programa vai ao ar toda quinta-feira à noite, às 21h45, na TV Brasil, e toda semana ele traz um tema diferente, uma grande reportagem. E todos os nossos programas ficam no nosso *site*, www.tvbrasil/caminhosdareportagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª CINTIA VARGAS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora passamos a palavra para a Ruth Meyre Mota Rodrigues, que aqui representa a Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Boa tarde a todas e todos. Estão ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, ouvimos bem.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – É um prazer imenso! Boa tarde aos colegas e às colegas, de forma muito especial à Profª Angela Soligo, que me orientou durante o doutorado. É uma alegria muito grande, Senador Paulo Paim, pela luta em prol da justiça social. Então, é uma honra, assim como é uma honra representar a Secretaria de Educação.

Bem, eu achei curioso quando o Senador falava "vou tratar desse assunto embora o tema seja violência nas escolas", porque o debate que eu venho trazer é exatamente nessa linha de pensar que a educação e as escolas não estão separadas do contexto social. Muito do que a gente vai conversar hoje é reflexo de uma ausência de democracia também nas escolas. Então, esse autoritarismo com o qual a gente tem convivido em diversos espaços é também e talvez principalmente... Porque recentemente escolheram as escolas como alvo. Então, a gente tem sofrido, como diretoria que pensa direitos humanos e diversidade, e eu quero conversar um pouquinho sobre isso.

Primeiro ponto: a gente iniciou com um vídeo que trata da questão da violência física, que, lógico, é um problema, é uma questão, mas o que é interessante é a gente pensar que a violência física é precedida por outras formas de violência. Então, a gente tem ali naquele vídeo, que me deixou bastante nervosa – a palavra é essa –, eu não sabia o que fazer, fiquei com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade de ir lá e fazer alguma coisa... Mas, com um olhar mais atento, a gente percebe que aquela violência deve ter sido, ou com certeza ela foi precedida por outras formas de violência. A gente não vai conseguir falar sobre todas hoje mas eu escolhi três, que envolvem o racismo, o machismo e a LGBTfobia, isso em função dos ataques que a gente tem recebido recentemente.

Então, vamos tratar da violência simbólica – peguei emprestado de Bourdieu, e algumas pessoas colocam aí também a violência psicológica –, e é dela que eu quero falar. E por quê? "Ah, não é importante falar de violência física?" Não, não é por isso; é fundamental. Mas a violência física tem alguma aceitação

Mas a violência física tem alguma aceitação, não a violência, mas o combate a essa violência tem um consenso normalmente. Quando falamos "vamos combater a violência", todo mundo concorda: "É, tem que combater", seja entre alunos, entre aluno e professores ou vice-versa, mas a violência simbólica, aí sim, aí nós temos uma dificuldade para que as pessoas compreendam. É difícil falar de masculinidades tóxicas com os homens, é difícil porque ninguém quer se colocar na posição de algoz, digamos assim. Então, é uma consciência que nós precisamos construir. Aí eu só citei como exemplo, mas podemos falar das outras também. É muito difícil nos reconhecermos racistas, é realmente um processo para conseguimos identificar suas formas mais sutis.

Então, essas são algumas questões. Repito: não é diminuindo a questão, a importância de se tratar da violência física, mas pensar essas formas que normalmente não são tratadas.

Eu gosto de usar essa imagem para pensar como os diferentes grupos sociais encontram dificuldades ou não para chegarem a um determinado lugar, para ocupar um determinado lugar social. Então, no finalzinho ali a gente pode imaginar a universidade, pensando na escola, ou o mercado de trabalho, enfim. A mulher tem muito mais dificuldade, e a gente vai conversar um pouco melhor sobre isso daqui a pouco. Se for uma mulher negra, aí, mais obstáculos; uma mulher negra trans, mais e mais obstáculos. Por isso que a gente fala tanto em interseccionalidade, que é essa sobreposição de categorias de vulnerabilidade.

Ali há um exemplo. Nós temos homens e mulheres com diferentes graus de instrução – foi divulgado pelo IBGE em 2016, após o PNAD –, e observamos que, independente da instrução, o homem sempre ganha mais. Não podemos achar que isso é só coincidência. Acho que não é mais o momento, mas às vezes temos que voltar; e se não começarmos esses debates lá do início, não conseguimos avançar.

E aqui eu trouxe alguns dados sobre a violência. De propósito não quis falar só no âmbito escolar para que não imaginemos que seja um problema que esteja na escola. Nós precisamos conversar sobre essas violências na sociedade. E aí, claro, há um processo de retroalimentação escola-sociedade, mas precisamos pensar de forma mais ampla. Então, está ali: 13 mulheres são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assassinadas por dia no Brasil, colocando o Brasil no quinto lugar dentre os que mais matam as mulheres no mundo. É um índice vergonhoso, é um índice assustador.

E ali a gente mostra o relógio da violência, que é mantido pelo Instituto Maria da Penha. Se vocês acessarem essa página, é muito interessante e muito triste também: a cada mulher que é assassinada ou que sofre algum tipo de violência, o relógio conta. Então, quando a gente fica um pouquinho ali, a gente se assusta e pensa: é preciso fazer alguma coisa. E aí ele traz alguns dados, por exemplo, que a cada sete segundos uma mulher é vítima de violência física; a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal, juntando as duas; a cada dois minutos uma mulher é vítima de arma de fogo, e essas mulheres que são vítimas de arma de fogo têm cor e tem classe – é importante a gente lembrar isso –, e a cada vinte e dois segundos uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento. Por essa razão é tão importante pensar gênero na educação.

Agora sim, a gente vai dizer o que tudo isso tem a ver com educação. É porque é na escola também que a gente tem as nossas primeiras lições do que é ser menino e do que é ser menina, dos brinquedos que servem para meninos e brinquedos que servem para meninas, e uma proibição de que esses brinquedos possam ser trocados.

possam ser trocados. A ideia é a gente desconstruir um pouco essa lógica. Então, eu deixo como dever de casa para os papais aqui presentes levar um brinquedo considerado feminino para o seu filho e ensiná-lo a ser um pai, por exemplo. Acho que vocês não vão fazer... Quero ver quem vai me contar depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vovô também.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Vovô também, claro.

Ali a gente traz as brincadeiras. Penso que a maioria passou por isso na escola: futebol para os meninos e queimada para meninas. Isso é feito de uma forma... Estou falando de modo geral, mas a gente sabe que existe essa separação. Ali é uma representação que a gente tem de que as mulheres não são boas com exatas, e é reproduzido de forma tão forte na escola que se torna uma profecia autorrealizável. É a mesma lógica, é essa coisa de "eu posso brincar do que eu quiser", não tem problema, isso não afeta em nada o desenvolvimento dessa criança, como alguns querem entender. E aí eu teria muito mais a falar da questão dessas relações de gênero na escola, mas, com tempo limitado, eu vou avançar um pouquinho e pensar na questão racial.

Eu trouxe como exemplo essa campanha feita por estudantes universitários na UnB, que resolveram, optaram por denunciar o racismo por meio de uma campanha. Cada um apresenta alguma frase racista que ouviu. Então, ali em cima, a pergunta à menina: "Você sabe ler?" Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapaz: "Desculpa, é que eu te vi e achei suspeito!!!" E por aí vai, eu não vou ler todas, mas essa campanha foi muito interessante para tentar evidenciar as formas como o racismo se manifesta de forma subliminar. Para mim, nem é mais subliminar isso aí, mas as pessoas ainda negam.

Aí eu tinha que trazer o exemplo desse mendigo. Eu não sei se vocês se lembram... Nem é correta a palavra mendigo, eu estou usando a palavra que eles usaram nas reportagens de Curitiba. É uma pessoa em situação de rua, e as pessoas ficaram muito indignadas. Aquela frase diz muita coisa: "A 'comoção' em torno do homem não se deve a sua condição financeira, mas sim a sua beleza." E outra reportagem, que eu não trouxe, diz assim: "Um homem bonito", e completa: "com traços finos e olhos claros." Isso é para a gente discutir o padrão de beleza e pensar quem, no Brasil, pode ser mendigo. Quer dizer que, caso tenha um fenótipo diferente, tudo bem ser mendigo. É para a gente pensar um pouco como essa lógica ainda é muito forte.

Aqui é a mesma comparação, só que comparando pessoas negras ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – ... e pessoas brancas com relação à questão salarial.

E aí a gente não pode deixar de trazer a violência que atinge a juventude negra. Um homem negro tem até doze vezes mais chance de ser vítima de homicídio no Brasil; sete em cada dez pessoas assassinadas são negras, e, de 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídio por 100 mil habitantes teve queda de 12% entre os não negros, para os negros, houve um aumento de 18%. Estamos falando do genocídio da juventude negra perpetrado pelas mãos do Estado, o que é mais grave. E aí também é um debate para várias audiências.

Eu vou passar também pela questão indígena, porque é fundamental.

E o que tudo isso tem a ver com a escola? Todos os adultos que hoje reproduzem essas violências passaram pelo sistema de ensino. Então, a gente precisa entender essa relação direta. A instituição considerada mais racista, por exemplo, é a polícia, a segurança pública, de modo geral. E essas pessoas passaram por uma escola. Não estou generalizando

Não estou generalizando os profissionais da segurança, mas dizendo que é ainda uma instituição despreparada para lidar com isso, e é nas mãos da polícia que esses jovens estão morrendo, em sua maioria. Isso precisa ser dito. Essas pessoas não passaram por um processo formativo que lhes dissesse o contrário.

E aí, a principal questão que temos hoje com relação aos indígenas, para além dos assassinatos, está ali nos dados de 2016: registro de 106 suicídios, que são decorrentes do preconceito étnico que atinge essa população, que acaba tornando insuportável... Em alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos, o suicídio é uma forma, inclusive, de não querer dar continuidade a sua etnia, o que é muito grave, é uma conta muita pesada para o Brasil carregar. A gente simplesmente dá continuidade ao genocídio dessas populações. E a mortalidade infantil.

Aqui eu ia falar um pouco da questão da legislação na educação, vou pular. Vou para a última questão, que é a LGBTfobia na escola. A gente tem, e aí vou falar do Distrito Federal, vários registros de crianças e adolescentes, normalmente adolescentes, jovens, que são espancados, espancadas, porque pertencem a esse grupo. Simplesmente assim. E aí é muito mais do que *bullying*. O *bullying* também é uma coisa que é muita discutida, todo mundo mais ou menos... Tudo que acontece as pessoas mais ou menos afirmam que é *bullying*, mas o racismo, a LGBTfobia é muito mais do que *bullying*. O racismo é estrutural. O racismo define papéis sociais. Então, a gente não pode colocar tudo ali no mesmo saco, porque isso é um problema ao se pensar o combate a essas questões.

Então, falando em violência, as manifestações homofóbicas, transfóbicas, lesbofóbicas e por aí vai são manifestações extremamente violentas. Ainda que não cheguem – e temos que lutar para isso – à agressão física, é violência. Estamos de forma tão agressiva tratando esses jovens, que eles acabam desistindo, por exemplo, de continuar frequentando a escola porque é um ambiente violento. Então, é preciso pensarmos todas essas dimensões da violência.

Uma questão que a gente tem enfrentado muito é o uso do nome social. Eu fico imaginando: alguns profissionais simplesmente se recusam a utilizar o nome social. E é muito complexo, então, a gente tem que fazer todo um diálogo, explicar... Olha que maluco você ter que negar quem é você! Olha que maluco eu falar "não vou chamar você de Paulo Paim não, vou chamar você de Marta", e pronto, porque eu decidi que você é Marta. Não, se ele está dizendo que ele é Paulo Paim, ele é Paulo Paim. Desculpe o exemplo, Senador.

Então, é um pouco nesse sentido de nos colocarmos no lugar do outro, assumir uma identidade que não é sua. E aí... Nós sabemos por que isso tem acontecido, mas olhem o quanto somos violentos, como sociedade, com essas pessoas.

Aqui a gente traz alguns relatórios. Também vou avançar um pouco, mas, para quem tem curiosidade, foi divulgado em 2012, e é só isso que a gente tem de dado oficial sobre a violência homofóbica no Brasil. Eu vou pular um pouquinho. Esses dados são dados do Grupo Gay da Bahia, que traz também algo interessante: a ausência de dados oficiais, como eu costumo dizer, é um dado; a ausência de dado é um dado. Os próprios grupos e movimentos sociais estão se organizando para trazer esses números. A gente não vai discutir número a número...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não sou eu.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu olhei para ele! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É automática! A cada dez minutos, ela toca, depois mais cinco, toca de novo.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Tudo bem, entendi. É sempre um susto!

Bem, a gente não vai discutir número a número ali, mas é só para a gente ter noção de que, nesse grupo

Bem, a gente não vai discutir número a número ali, mas é só para a gente ter noção de que, nesse grupo de pessoas que são agredidas, estão também pessoas hetero que se relacionam com trans. Então, essa violência chega, inclusive, a essas pessoas. Nós estamos falando de pessoas que estão sendo agredidas e assassinadas pelo simples fato de pertencerem ao grupo LGBT. Eu falo de modo resumido "pertencer ao grupo LGBT" porque é um grupo bem diverso também, não é?

Aí, para falar de gênero e sexualidade na escola, eu quero trazer para vocês um pouco do nosso trabalho no dia a dia. É um desabafo e é uma denúncia também. A gente não consegue tocar alguns projetos nossos porque a gente tem que parar para responder uma série de notificações, normalmente vindas de Deputados, notificações que perguntam coisas como: por que, na página tal do livro tal, há uma família que não é a família tradicional brasileira? E a gente tem de responder. Aí é só um exemplo.

Então, a gente tem de parar o nosso trabalho para explicar. A gente precisa parar o trabalho para justificar por que uma escola adotou um projeto com uma determinada peça teatral. Eu estou falando especificamente de uma peça que rodou o mundo, e essa escola está respondendo hoje no Ministério Público. É uma peça extremamente educativa, mas chega até nós e temos que responder por que essa peça é educativa. E por aí vai.

Então, a gente fica muito mais apagando fogo do que tocando projetos novos em função da tal da ideologia de gênero, que, sabemos, não tem nenhuma fundamentação legal ou teórica, mas alguém inventou isso e tem ganhado muita força, assim como a própria escola sem partido, e por aí vai.

Então, há um aprisionamento, um autoritarismo que é muito grave e com o qual a gente deve se preocupar.

Desculpem, acho que falei demais!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Ruth Meyre Mota Rodrigues, que falou pela Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

Agora, para ganharmos tempo, passo imediatamente a palavra para Angela Fátima Soligo, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Boa tarde a todas e todos.

Eu aqui represento o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Depois eu desconto! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São alguns questionamentos que chegaram.

Giana Finardi, do Rio Grande do Sul: "Quem protege o professor? A família é protegida, o estudante é protegido... Mas e o professor?"

Maria José Meira, de Santa Catarina: "A escola deve ter o ECA em sala de aula e trabalhar com os alunos desde a pré-escola seus direitos e deveres, para assim recuperar o respeito e a dignidade a que todo corpo docente teve, tem e terá direito."

Átila Santos: "A redução da violência nas escolas requer maiores investimentos nas famílias menos favorecidas, reduzir o custo de vida dos mais pobres e dar mais acesso à educação de qualidade a jovens e adultos, além de emprego e dignidade."

É só para situar as pessoas que fazem comentários.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, vamos lá.

Aqui eu represento o Conselho Federal de Psicologia, e eu começo dizendo que a Psicologia tem um vasto campo de conhecimentos e de práticas relacionados à educação e à escola. E é com esse vasto... E foi com esse vasto campo de conhecimentos e práticas que nós realizamos, entre 2013 e 2015, um grande projeto de pesquisa sobre violência e preconceitos na escola, projeto esse que foi considerado de interesse do Ministério da Educação na época do Ministro Mercadante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto foi coordenado pela Universidade Federal do Mato Grosso e também pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, especificamente o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, e a Federação Nacional dos Psicólogos. Esse grupo, que é um grupo de profissionais, todos e todas, doutores em Psicologia, nós elaboramos um projeto, e esse projeto foi executado em conjunto com dez universidades federais brasileiras, duas por região.

Eu vou passando rapidamente algumas coisas porque, senão, excederei meu tempo.

Aqui está o Fórum... As entidades estão aqui, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul, todas universidades públicas federais. E há os objetivos gerais: contribuir para a promoção de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento da violência e preconceitos na escola; construir fundamentos para a elaboração de um programa nacional de enfrentamento da violência e dos preconceitos na escola.

Bem, nós realizamos o estudo em duas fases.

A primeira fase: nós sabíamos, evidentemente, o que nós íamos pesquisar, não era inédito, já havia pesquisas na área, tanto na psicologia como no campo da educação, das ciências sociais. Então, nós fizemos um levantamento em bases de dados de produção acadêmica sobre os temas da violência e preconceitos na escola, procurando quais eram as temáticas, como tinham sido desenvolvidos os estudos e quais suas conclusões. Examinamos também relatos de práticas exitosas no enfrentamento da violência e dos preconceitos.

Numa segunda fase, nós realizamos uma pesquisa de campo em escolas públicas em todo o Território nacional. Essa pesquisa envolveu crianças do segundo ano, adolescentes do sexto ano e jovens do ensino médio e também professoras e professores e os pais. Então, foi uma pesquisa bastante grande, e nós fizemos...

Voltando: na segunda fase nós trabalhamos com oficinas com os estudantes, rodas de conversas com os pais e professores e também colocamos, em cada escola, duas caixas, uma chamada "baú da violência", e a outra, "jogue aqui o seu preconceito". A ideia era que as pessoas da escola livremente pudessem escrever o que quisessem, anonimamente, sobre preconceito e violência na escola.

Bem, com relação à pesquisa de levantamento, a gente viu que há várias temáticas que são...

Bem, com relação à pesquisa de levantamento, a gente viu que há várias temáticas que são estudadas relativas a violência e preconceitos: álcool e drogas; deficiências, inclusão/exclusão e fracasso escolar; diversidade sexual e gênero; raça, etnia e terra; temáticas emergentes e contemporâneas, como aquelas relativas a adolescentes cumprindo medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeducativas, e também aquelas pesquisas sobre professores que sofrem violência. Então, há uma diversidade bastante grande de subtemas, ou de recortes, dentro das pesquisas sobre violências e preconceitos na escola.

Bom, na fase de campo...

Vamos lá.

Participaram da pesquisa 40 escolas públicas das cinco regiões geográficas, ensino médio e fundamental. Foram 1.537 participantes, sendo 1.029 estudantes, 379 da equipe escolar e 129 pais ou responsáveis.

O que os atores escolares dizem?

Por exemplo, com relação à concepção de violência e preconceitos...

Eu vou ser mais sintética, porque eu não vou conseguir falar tudo no tempo que eu queria.

Há várias práticas que são consideradas pelos professores como violência: constrangimento físico ou moral, agressão, uso da força e da coação; desvio pela força externa; a humilhação; as discussões; o desrespeito e também o uso de drogas.

A violência verbal é a que a gente encontra com mais frequência, e ela afeta psicologicamente não só alunos, mas professores e a escola como um todo.

Alguns tipos de preconceitos são entendidos como violência: a classificação e a hierarquização dos alunos por classe social, origem familiar e região.

O sentimentos frente à violência e ao preconceito são de impotência, despreparo, fadiga, cansaço, adoecimento, depressão, síndrome do pânico, tristeza, indignação – aí é uma indignação que se volta contra as famílias – e o ceticismo em relação à melhoria da educação brasileira.

Com relação aos preconceitos que os professores e professoras mencionam, estão: preconceito racial, de gênero, de aparência física. Mencionam também o *bullying,* embora nós, como pesquisadores, não tenhamos assumido o conceito de *bullying* para explicar. E há também outros relacionados à obesidade, classe, origem familiar, moradia. Então, são vários os preconceitos identificados pelos professores.

Os próprios professores identificam os seus preconceitos quando tratam mal os seus alunos e dizem que "o preconceito não ocorre somente entre alunos; está presente, também, entre professores, coordenadores e funcionários de forma geral". ...de forma geral".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pais. Quando eles falam da violência, eles falam da violência familiar ou doméstica; da violência de gênero; daquela dirigida ao professor, principalmente violência verbal; na comunidade – a comunidade externa é entendida como lugar de violência –; falam das brigas entre alunos; dos alunos maiores que agridem os menores; das mães que tentam bater no aluno que brigou com o seu filho; dos alunos violentos.

Quando falam dos preconceitos, eles falam do preconceito racial e, aí, falam dos apelidos que os seus filhos recebem; preconceito de aparência física; de orientação sexual – e também eles mencionam os apelidos que seus filhos recebem –; preconceito religioso; de classe social.

Entre os alunos há uma riqueza de dados enorme porque nós fizemos questão de fazer uma escuta ativa dos alunos por meio das oficinas, nas quais os alunos desenharam, fizeram atividades com o corpo, cantaram, produziram conteúdos – eram eles falando da violência e dos preconceitos. Aí, eles vão falar dos preconceitos de aparência física, não só ligados ao peso, mas a vestimenta, uso de óculos; racismo, homofobia, preconceitos de classe. No ensino médio, novos alvos são agregados: os alunos novatos, as meninas grávidas, os roqueiros. Há, então, uma ampliação das vivências de preconceito.

Eles, quando falam da violência, falam que estão expostos a violência física, verbal, atitudinal, sexual, institucional e social. Então, não é só a violência entre eles: eles falam da violência institucional, da escola.

Eles falam muito das expressões físicas da violência; falam dos preconceitos e do racismo e da homofobia como formas de violência. Também a violência sexual, de orientação machista, faz parte da vivência dos alunos.

A escola é percebida como produtora/reprodutora da violência: nas suas práticas; na precariedade dos elementos estruturais e recursos humanos. Eu vou dar um exemplo: escolas no Norte, do interior, onde faz um calor danado, e não há nem ventilador. Isso é violento, porque as crianças ficam em salas extremamente quentes.

Também falam da falta de diálogo e da omissão da escola como expressões da violência institucional.

A família também é apontada como produtora de violência, o bairro, a sociedade.

Então, as relações escolares são marcadas pelas agressões de diversas ordens. E aqui eu vou insistir: todos os setores falaram das condições de gênero, raciais, de orientação sexual, de necessidades especiais e condição etária. E os sentimentos que essas vivências engendram são: tristeza, apreensão, vergonha, revolta e insegurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também quis saber o que é preciso fazer para melhorar a escola. Aí, todos os setores...

... melhorar a escola. E, aí, todos os setores e os estudos falam da estrutura física, do acesso à tecnologia, de aulas dinâmicas que envolvam o cotidiano dos alunos, da gestão participativa, responsável e capaz de dialogar...

Opa, pulei um item ali!

Mas, enfim, os alunos, as famílias e a equipe escolar confirmam a vivência de violência e preconceitos. E ela não está só nas agressões físicas; ela também está no currículo escolar, ela também está no silêncio e na omissão da escola e também está nas políticas que atacam a escola.

Alunos querem ser ouvidos; alunos precisam dialogar.

É preciso desenvolver material de referência para a formação de professores, trazer a temática da violência e dos preconceitos na formação dos professores, elaborar políticas educacionais que valorizem a carreira docente, melhorar as condições estruturais da escola, substituir a cultura do medo pela cultura do diálogo, trabalhar com toda a comunidade, romper com a visibilidade abjeta e com a invisibilidade e construir a visibilidade cidadã. Há que se discutir questões de gênero, sexualidade e racismo, restaurar a ética, substituir o discurso repressivo pela escuta, pelo acolhimento e pelo diálogo, adequar a educação à realidade dos alunos e fortalecer laços de cooperação.

A gente colocou ali em destaque "cooperação" e "diálogo". Todos os estudos, assim como os depoimentos, acentuam a importância da cooperação e do diálogo amplo e também deixam muito evidente que a violência não ocorre só entre alunos. Ela ocorre entre alunos; ela ocorre na relação professor/aluno, de forma recíproca, e ela ocorre nas políticas, como violência contra a escola.

Eu queria encerrar a minha fala dizendo uma coisa que eu acho que, hoje, é absolutamente necessária: esse conjunto de elementos que eu trago aqui é fruto de pesquisa acadêmica, é fruto do estudo de muita gente que se dedica ao conhecimento, ao conhecimento voltado para melhorar a educação em escolas, e, nesse sentido, esse conjunto de saberes e de conhecimentos aponta para a total e absoluta necessidade de falar de violência e preconceito nas escola, de falar de gênero, de falar de racismo, de falar de orientação sexual e falar de todas as discriminações ligadas a essas condições do sujeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria encerrar a minha fala dizendo o quão tóxico é o projeto Escola sem Partido, na medida em que ele busca impedir que a escola cumpra o seu papel, que é o de educar, de formar – está lá na LDB, está lá na Constituição brasileira – para a cidadania. Se a gente vai formar para a cidadania, a gente vai formar para o respeito, para a consciência crítica sobre as nossas desigualdades, sobre os recortes de raça, gênero e classe, que estão presentes na escola e na sociedade, e formar para um outra forma...

... e formar para uma outra forma de relação na sociedade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – ... a relação respeitosa e cooperativa.

Então, eu queria concluir dizendo que não é possível, na perspectiva do Escola sem Partido, a escola; não é possível a educação. Então, já que estou aqui no Senado, eu queria apelar às Srªs e aos Srs. Senadores deste País que firmem o compromisso de proteger a educação, a escola, seus alunos e professores, de proteger a nossa sociedade e que se comprometam a jamais aprovar um projeto que seja tóxico para a escola e para a sociedade.

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Essa foi a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Srª Ângela Fátima Soligo, que termina com um debate, famoso já neste País, sobre o projeto Escola sem Partido.

Eu ouvi a fala de uma professora de Curitiba, num determinado evento em que os professores foram agredidos, e ela dizia, ao final, mais ou menos, isso que você disse aqui, ou seja, que o que eles não querem, na verdade, é uma escola politizada, uma escola que esclareça, uma escola que tenha conhecimento; não querem que nem o professor, nem os alunos tenham conhecimento, porque, se eles o tiverem, saberão, com muito mais competência, como formar o seu senso crítico e, assim, ajudar a construir um país para todos, coisa que eles não querem. Eles querem um país para uma minoria, como, infelizmente, é hoje.

Meus cumprimentos pela exposição de todas as três que falaram até o momento.

Espero que, agora, nós avancemos...

Eu ia dizer uma frase, mas aqui é preciso ter todo o cuidado, porque, senão, elas... Isso não é politicamente correto! Se eu dissesse o que eu ia dizer agora, você já iria me criticar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tenho que cuidar ao máximo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei, eu sei. Nem vou dizer o que eu ia dizer agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não aplaudiu? Então, vamos lá! (*Palmas.*)

Grande Ângela! Grande Ângela!

Passo a palavra ao Sr. Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Acho que agora vamos ouvir a bancada dos homens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, eu engoli...

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Engoliu para não dizer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês vejam: o que eu vou dizer? Ele já fez uma diferença. (*Risos.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Boa tarde a todas e todos aqui presentes a esta audiência pública. Boa tarde a quem está nos acompanhando de longe, seja pela TV, seja pelas redes sociais. Eu quero cumprimentar toda a Mesa, saudando o Senador Paulo Paim e agradecendo o convite para a CNTE estar mais uma vez aqui dialogando e debatendo sobre esse tema.

Quero dizer, Senador, que estou de pleno acordo com as suas palavras iniciais. Um país que permite ou que comete o crime, a violência de prender um ex-Presidente da República sem provas, só por convicção, pratica uma violência brutal. E eu fico pensando: o que eles vão fazer com os demais seres humanos deste País se aquele que mais fez pelos pobres deste País, que mais fez pela educação deste País, está hoje preso? (*Palmas.*)

Então, é importante a gente refletir sobre isso e, pegando todas as colocações que já foram feitas aqui, afirmar para quem está nos assistindo: a população brasileira, de fato, deve ir às ruas exigir que o Presidente Lula seja solto – Lula livre! – e que tenha o direito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... e que tenha o direito de ser candidato, deixando que o povo, de forma, democrática, decida se quer ou não – isso é atuar de forma democrática – e que o povo, de fato, possa exercer aquilo que está na Constituição Federal, ou seja, que o poder emana do povo, que é dono do poder e define quem vai representá-lo no Congresso Nacional e nos Poderes Executivos.

Senador, esse tema, para nós da CNTE, é uma preocupação permanente. Eu, por exemplo, sou lotado na Escola Estadual Custódio Pessoa e na Escola Municipal Drª Gelda Amorim, ambas no bairro de Paratibe, Município de Paulista, região metropolitana do Recife, em Pernambuco. E os dois exemplos dados aqui vieram de Pernambuco, que vende a imagem para o País de que a educação vai muito bem. Então, é importante que as pessoas procurem entender o que a propaganda do governo estadual diz, que Pernambuco tem um bom desempenho, que serve de modelo para o nível federal e para alguns Estados, quando, por outro lado, aqui assistimos exemplos vindos desse mesmo local que diz que está tudo bem. Então, há algo sobre o que precisamo pensar e refletir nesse caso.

As cenas que vimos aqui – é deprimente e complicado vermos essas cenas – nós da CNTE já anunciávamos há muitos anos, desde a nossa formação em 1990, alertando para quais rumos, quais caminhos deveríamos tomar para evitar que isso acontecesse.

Falávamos, durante toda a década de 90, como sindicalistas, reivindicando o que nós sofríamos dentro da escola e o que seria melhor para nós, para podermos avançar e termos condições de dar qualidade à educação.

No final dos anos 90, decidimos falar para a sociedade junto com a academia, e a primeira pesquisa que a CNTE financiou para que acontecesse foi com o Departamento de Psicologia da UnB. Então, produzimos, em 1999, o livro *Educação e Carinho*. E lá há muita coisa que nós sindicalistas colocamos, e a academia, com investigação e com pesquisa, mostrou que as nossas reivindicações não eram apenas de interesse corporativo, que tinham uma intenção mais ampla nesse processo.

Depois, continuamos fazendo a pesquisa. Na primeira, publicada em 1999, colocamos o título *Retrato da Escola I* e, depois, nesta aqui, *Retrato da Escola no Brasil II*. Esta aqui é uma produção organizada pelas Profªs Aída Monteiro e Márcia Ângela, da Universidade Federal de Pernambuco, que a CNTE trouxe para fazermos um trabalho conjunto.

Nesse tema da violência, eu quero fazer a leitura aqui de um trecho do artigo da Profª Aída Monteiro, referência no Brasil também na luta pelos direitos humanos – muitos devem conhecê-la. E esse artigo, em que ela trata da violência escolar: negação dos direitos humanos e formação da cidadania, foi escrito em 2004. Então, se o produto saiu em 2004, os fatos aconteceram antes. De 2004 para cá, são 14 anos. Uma geração que nasceu, passou pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação infantil, pela pré-escola, está terminando, neste ano, o ensino fundamental e vai ingressar no ensino médio. Então, passados 14 anos, voltamos a debater o tema.

Ela diz:

Ela diz:

> A problemática da violência nas instituições sociais não é algo novo e tem permeado a história da humanidade, desde o tempo das sociedade primitivas até as sociedade modernas, configurando-se como uma questão mundial, uma vez que afeta os países de primeiro mundo e os países em desenvolvimento. É um fenômeno que está relacionado a fatores decorrentes de interesses econômicos, de relações de poder de caráter étnico e religioso, social, político e cultural.

E já vimos isso nas apresentações anteriores.

> No caso do Brasil, a história da formação do nosso povo é calcada em uma herança cultural de violências explícitas e simbólicas, materializadas por agressões verbais, castigos físicos, desrespeito ao ser humano, quando a sociedade o trata como coisa, objeto, mercadoria.

Quando trata como objeto, lembramos do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que lutou e luta ainda, através das nossas mentes, mãos e corações, como disse o Presidente Lula, para que sejamos sujeitos dessa história, e não objetos. Quando fala de mercadoria, a gente se lembra de um membro do Conselho Nacional de Educação, o Carbonari, que diz que a profissão de professor vai acabar, porque ele está investindo 40% em educação a distância no ensino médio, 100% na educação de jovens e adultos e que quer acabar com a nossa profissão, porque ele está ganhando dinheiro com a educação a distância, transformando-nos em mercadoria.

> Essas violências também se manifestam por atitudes preconceituosas, discriminatórias, especialmente em relação aos negros, às mulheres, aos índios e quando os poderes públicos descumprem os preceitos constitucionais em relação à garantia dos direitos dos cidadãos e das cidadãs.

Tudo isso é importante eu ler, porque as imagens nós já vimos aqui claramente expostas para todos nós.

Então, seguindo no artigo, ela vai para a conclusão:

> A escola e a prevenção da violência: algumas considerações.
> Conforme a literatura enfocada neste trabalho, os resultados dos estudos apontam diversas recomendações para tratar da problemática da violência na escola,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> envolvendo ações que devem ser desenvolvidas no seu entorno e ações no interior da escola.
> Fica evidente que o Poder Público precisa fazer-se presente no que é da sua competência, uma vez que, entre as várias causas, uma das principais é a ausência de pessoal para trabalhar na escola, em especial na segurança.

Privatizaram ou terceirizaram, Senador, todos os nossos serviços de vigilância, de merendeira da escola e serviços de limpeza, Está tudo terceirizado. As nossas secretarias das escolas funcionam de forma precária. Intensificaram os trabalhos dos professores, porque o diário de classe, que era para ser feito na secretaria, lá não é feito, porque não há pessoal. Então, nós, professores, temos que assumir a tarefa dos nossos colegas da secretaria.

Ausência de concurso público e, conforme foi aprovada no Congresso Nacional, terceirização irrestrita, vai aumentar ainda mais esse problema nesse processo.

> Outro aspecto para se destacar é a necessidade da elaboração de um projeto político-pedagógico que tenha como eixo o processo de democratização da gestão da escola, de forma a possibilitar uma maior integração/participação dos seus atores e atrizes.
> Entre as várias sugestões apresentadas, é possível destacar, no entorno da escola:
> - Dar proteção aos jovens, professores e pais;
> - Manter a infraestrutura de iluminação perto da escola em bom estado;
> - Controlar a venda de bebidas alcoólicas a menores nas proximidades da escola;
> - Proibir jogos de azar em estabelecimento...

– Proibir jogos de azar em estabelecimentos nas mediações da escola;

– Controlar e proibir a circulação de drogas ilícitas;

– Estabelecer esquema de segurança para inibir a violência ao redor da escola;

– Ter programas de apreensão de armas;

– Trabalhar a polícia como protetora do cidadão;

– Promover em todos os âmbitos da vida individual, grupal, familiar e social uma cultura de direitos humanos, mediante uma educação em direitos humanos, tendo como referência o cotidiano de uma forma a influenciar a construção de valores e mentalidades humanistas.

Aqui, Senador, quando a LDB definiu o que é gasto com manutenção de órgãos de ensino e o que não é, já que muitos prefeitos utilizavam calçamento de ruas e iluminação para colocar dentro do MDE, ao ser retirado e cobrado isso, abandonaram o espaço ao redor da escola. É a falta de compromisso do Poder Público nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No interior da escola, diz ainda:

– Implantar programas que utilizem os espaços das escolas nos finais de semana e durante a semana, de forma a envolver a comunidade escolar e extraescolar;

– Trabalhar no currículo escolar temas que envolvem problemática dos jovens na perspectiva de formação à cidadania. Trabalhar o currículo. O que eles estão nos impondo agora pela BNCC no Conselho Nacional da Educação com o Governo Federal.

Agora o golpista do Mendonça Filho botava na propaganda: "O currículo agora no Brasil vai ser de ponta a ponta a mesma coisa." É isso que nós queremos para o nosso País? Ponta a ponta a mesma coisa, imposto de cima para baixo?

Então, essa violência brutal é que nós queremos rejeitar. Para isso, é necessário finalizar com o que ela diz aqui:

– Promover capacitação permanente dos professores, das professoras, dos funcionários de escola, com temas que envolvam os jovens;

– Realizar debates, experiências positivas importantes nesse processo.

Então, isso em 2004, que já orienta as políticas que discutimos na Coneb, em 2007 e 2008, discutimos na Conae, em 2009 e 2010, discutimos em 2013, nas etapas municipais estaduais. E chegamos, Senador, a 2014, aprovada por esta Casa, pelo Congresso Nacional, à Lei 13.005, de 2014, que diz em seu art. 9º:

> Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública [...], no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei [...]

Ou seja, em 24 de junho de 2016, deveríamos ter leis específicas de gestão democrática em todo o sistema. A pergunta é: quantos Estados, quantos Municípios cumpriram a lei? E todos nós estamos dizendo aqui que o diálogo é fundamental para reduzir a violência no espaço da escola.

O que eles fizeram, Senador? Deram um golpe no Fórum Nacional de Educação. Editaram a Portaria de nº 577 dizendo o seguinte: não quero participação social. O Governo golpista não quer participação social. É golpe.

Das 42 entidades do Fórum, reduziram para 18. O MEC ocupou agora a maioria do espaço do Fórum para ditar a regra de um espaço que é público, o espaço de debate da sociedade civil. E a intenção deles era desarticular os movimentos da educação. Rasgaram a boca, como a gente diz no Nordeste, rasgaram a boca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criamos o Fórum Nacional Popular de Educação; continuamos mobilizando o País em defesa da educação pública com a Conape (Conferência Nacional Popular de Educação), que teve sua etapa nacional realizada agora, 24 a 26 de maio. No dia 26, aprovamos esse documento, esse manifesto, colocado para a população brasileira.

Lançamos hoje, pela manhã, esse manifesto. Estamos aqui distribuindo em primeira mão. E aqui, com esse manifesto, quero dizer, Senador, que apontamos um plano de luta e convocamos a população brasileira para juntar-se a nós nessa batalha, nessa luta.

Por quê? Porque a violência na escola ocorre quando o Estado democrático de direito é atacado. A violência ocorre quando aumenta o genocídio da juventude negra em nosso País. A violência ocorre quando a Emenda Constitucional 95 foi aprovada – 20 anos sem investimento em educação pública! Isso é uma violência brutal, uma violência brutal com o povo brasileiro, com a educação. Ela se dá quando os governos se negam a reajustar em 0,81% o piso salarial dos professores. Estamos com vários Municípios em greve neste momento porque os prefeitos, os governadores não cumprem uma lei de 2008 – isso é violência contra a escola –, aprovada nesta Casa, por unanimidade. Então, isso é violência contra os profissionais, contra a escola, contra a sociedade. Quando pegam o plano de cargos e carreira e o reduzem a zero. O Estado de Pernambuco e o Estado de Sergipe pagam o piso no nível médio ao professor de nível superior. Reduziram a zero a carreira desses profissionais. Isso é violência de Estado. E como Pernambuco está nesse patamar talvez aponte o motivo dessa imagem vinda de Pernambuco, porque a violência que sofrem esses profissionais traz uma situação que nós vimos na imagem apresentada aqui.

A violência se dá pelo que já foi falado aqui, quando inventam dizer que a escola deve ser sem partido. Paulo Freire já disse, quem defende isso, defende a linha do conservador, do que manda neste País. As leis mordaças que tramitam no Congresso Nacional são terríveis.

Então, essa violência colocada é praticada quando o Governo Federal faz cortes orçamentários, contingencia, bloqueia e sucateia a universidade pública e os institutos federais. Já há institutos federais sendo fechados por falta de recursos. Isso é violência brutal. Quando a Base Nacional Comum Curricular é imposta no serviço público com US$3 milhões que a Fundação Lemann vai implantar, investir para implantar. Qual interesse? Porque o homem mais rico do Brasil, um dos mais ricos do mundo está com esse interesse na escola pública? É para ser solidário ou quer manter a concentração de renda que existe para sua geração futura? Precisamos pensar nesse elemento.

A lei que alterou o ensino médio é violência brutal colocada para nós, com esses percentuais de educação a distância. A violência – e os senhor foi um guerrilheiro aqui um lutador desse processo – sobre nós com a reforma trabalhista, com o fim da terceirização, com a dita, que está aí assombrando em nossas cabeças, que o golpista do Temer estava dizendo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

depois das eleições volta a reforma da previdência. Isso é violência que ataca o nosso processo de organização, como foi feito também pelo Ministério da Educação quando atacou o Fórum Nacional de Educação.

Então, esse conjunto de violência promovido pelo Poder Público, que teria o papel de estimular o bem convívio entre nós, estimula a disputa. Os bônus que são colocados nas redes por aí afora, para poderem alcançar o Ideb, ou o Pisa, que está na Meta 7 do Plano Nacional de Educação, é uma violência, porque deixamos de ter o espaço de colaboração, que foi dito aqui, de cooperação, para ter espaço de disputa, de entrega. Um colega denunciando outro porque chegou atrasado; um colega brigando com o outro porque não entregou o diário de classe. O Estado de Pernambuco, que segue um modelo horrível desse, está colocando gratificação para o diretor de escola que cumprir as metas. Qual meta? Ver se o diário está em dia.

Um professor diz assim, Senador Paulo Paim: "Estou muito preocupado porque eu vejo que a escola não pensa mais nos alunos." Quando o professor é encontrado no corredor pelo coordenador pedagógico, vice-diretor ou diretor a primeira pergunta é: "Terminou seu diário de classe? Já está pronto, já entregou?" Ele não pergunta se o aluno está bem, se aprendeu, se não aprendeu. Quer saber do burocrático dentro do espaço da escola.

É essa violência que nós tentamos trabalhar para barrar, no enfrentamento que todos os dias nossos sindicatos colocam no processo de mobilização, de greve, na pauta de reivindicação com os governos.

Mas a nossa entidade, a CNTE, também está preocupada com a ação do momento. Por isso, em 2007, lançamos a primeira revista, que é o embrião, *Retratos da Escola.* É a revista que nós temos hoje forte nesse processo. Esse primeiro embrião foi tratar da violência, o mal que atinge as escolas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Em 2007, tínhamos a intenção aqui nesse processo de trazer nessa edição o debate sobre a violência que invade a escola, que preocupa todos os que estão dentro da escola.

No final do ano passado, por conta de 16 dias de ativismo pelo fim de violência contra as mulheres, lançamos essa campanha: "Saber amar é saber respeitar". É uma cartilha de combate à violência nas escolas, uma cartilha para o educador, que trata, em princípio, da cultura do estupro, que está forte ainda em nosso meio. Tentamos, com essa cartilha, desenvolver uma campanha. E que não fique apenas naqueles 16 dias de ativismo, a nossa ideia é de que a cada data comemorativa do ano a gente desenvolva essa campanha "Saber amar é saber respeitar" para que possamos, junto com a nossa base, fazer o trabalho necessário para esse processo de organização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São as contribuições que deixamos aqui. Continuamos junto com as demais entidades e governos aqui presentes a fortalecer a nossa luta em prol dos nossos estudantes, da nossa categoria profissional, por entender que a educação é uma política fundamental para as outras políticas em prol da Nação brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heleno Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que falou um pouco de toda essa violência que nos levou para essa crise por que estamos passando hoje, que preocupa a todos, e tem que preocupar todo mundo mesmo. A crise é preocupante.

De imediato, Daniel de Aquino Ximenes,•Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação – Secadi/MEC.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Boa tarde.

É um prazer estar aqui. Agradeço ao Senador Paulo Paim e cumprimento os colegas da Mesa e todos os presentes.

Para nós é um tema bastante relevante e, particularmente para minha trajetória, é um tema muito especial a ser considerado. Estou há mais de 20 anos como servidor público federal. Já fui diretor do Bolsa Família nos Governos Lula e Dilma e lidar com essa temática de educação e direitos humanos, no âmbito do Ministério da Educação, nos traz um desafio muito grande de tentar trazer para dentro da perspectiva da educação básica, da educação superior, essa temática.

É uma temática que tem múltiplas abordagens, e particularmente a abordagem que estamos trabalhando na educação superior e na educação básica tem muito a ver também com o local onde a nossa diretoria se situa, que é uma diretoria dentro da Secadi do MEC (Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão), que portanto é muito fundamental para perspectiva de educação em direitos humanos buscar trazer a narrativa que tem muito a ver com os direitos humanos, que é a narrativa da adversidade. Como que, ao tratar essa temática na formação dos educandos... Porque o MEC tem a responsabilidade de tratar da formação dos educandos, seja criança da educação infantil ou adulto, das universidades.

Agora, se a gente observa bem, claro que vou mencionar iniciativas que o MEC vem trabalhando nesses dois níveis, na educação básica e na educação superior como política pública para tratar desse tema, nós temos que observar que, se analisarmos bem os nossos normativos, a nossa Constituição, as nossas referências legais, é extremamente necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerar para a formação do educando também os elementos do desenvolvimento da pessoa e da cidadania.

Nós temos uma educação superior, uma educação básica muito voltada ao mercado de trabalho. Inclusive na educação básica as crianças são logo cedo muito direcionadas à perspectiva de passar nos vestibulares, no Enem. Nós temos, muitas vezes, a situação de ensinos médios virarem quase cursinhos preparatórios. Então nós temos uma lógica, sim, muito competitiva, muito do mercado de trabalho e, muitas vezes, não vemos que para a formação do educando nós devemos considerar a questão dos valores, do respeito ao outro.

Educar é também para viver, para conviver. Nós estamos, muitas vezes, perdendo essa dimensão na formação dos educandos, e já não é de agora, de que a criança da educação básica precisa, no seu espaço cotidiano que são de muitas horas – ele passa mais tempo na escola do que muitas vezes com seus pais, do que com sua família –, de um espaço para aprender na convivência. E aprender a conviver significa respeitar e aprender com a diversidade, porque todos são diferentes. Inclusive em uma escola de elite, onde aparentemente todos seriam iguais, são todos diferentes. A natureza da diversidade, por sua vez, se expressa de várias maneiras, na questão da religiosidade, da etnia, do gênero, da sexualidade, da regionalidade, enfim, vários matizes que fazem com que esta temática se coloque.

Então, respeitar e aprender com a diversidade significa um caminho, sim, para enfrentar o preconceito, a discriminação, o *bullying* e a violência. Esse é um primeiro passo. É claro que o fenômeno da violência é multifacetado, um fenômeno psicológico, sociológico, político, muito amplo. Nós temos várias maneiras de pensar o fenômeno e de lidar com ele, de enfrentá-lo. A abordagem que eu estou falando é uma maneira de ver o assunto e de encarar, que não exclui, muito pelo contrário, várias outras abordagens importantes e necessárias.

Enfrentar a questão do preconceito, da violência, do *bullying*, significa, antes de mais nada, trazer para dentro da formação dos educandos que lidam com o fenômeno mais amplo da sociedade, porque não podemos imaginar o educando descontextualizado da sociedade, também várias informações sobre a violência LGBT, a violência contra a mulher, a violência contra os negros, que não preciso aqui repetir. Isso traduz a necessidade de que enfrentemos para dentro da educação, como política pública. E eu como servidor público federal tenho essa preocupação de trazer essas temáticas e que elas se enraízem para que elas possam persistir nessa perspectiva, e os governos vão e passam, e a gente tem horizontes para frente. De modo que a formação humana integral que é prevista na nossa Constituição, por que não deixa de ser prevista? Se a gente observar o art. 205 é a formação humana integral. O educando tem que ser formado não só para o mercado de trabalho, mas para a cidadania e para o pleno desenvolvimento da pessoa. E o pleno desenvolvimento da pessoa é ela ser reconhecida na sua identidade, ser respeitada por isso, assim como respeitar os outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitar os outros na plenitude da sua identidade.

Isso está posto na nossa Constituição. É claro que temos vários normativos outros. Inclusive, agora em maio, nós tivemos alteração do art. 12 da LDB, que coloca a incumbência das escolas de promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, especialmente o *bullying*, bem como promover a cultura da paz. Essa temática se coloca de várias maneiras.

Como podemos lidar com esse assunto na educação superior e na educação básica? É essa a reflexão que vamos estar trazendo aqui.

Na educação superior... Eu falo educação superior e podemos imaginar que não tem a ver com a escola, é claro que tem. É a formação dos professores e dos profissionais que atuam também nas escolas. Na educação superior nós adotamos uma iniciativa que está sendo bastante interessante, bastante audaciosa, que é um pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos.

Em novembro de 2016, nós lançamos essa iniciativa na Capes e hoje estamos com 333 universidades e faculdades em todo o País que estão desenvolvendo, na perspectiva do respeito à diversidade, na linha do que estamos tratando aqui nessa concepção de EDH (Educação de Direitos Humanos), iniciativas de pesquisa, ensino, extensão, gestão e convivência. Estamos com 48 federais, 30 estaduais, estamos com as melhores universidades do País dentro dessa nossa iniciativa de trazer para dentro e reforçar dentro do ambiente de formação das universidades a importância de lidar com as diversidades. Até porque todas elas são importantes para o que eu coloco como formação do educando, de ele ter essa formação humana integral.

Ao conversar, por exemplo, com dirigentes de instituições particulares a gente fala isso, já que muitas vezes há interesse no mercado de trabalho e tal: tudo bem, se você quer ter um bom profissional no mercado de trabalho ele tem que ser um administrador, um advogado que saiba lidar com a diversidade humana que é inerente às relações que são estabelecidas no dia a dia. Ele não vai ser um advogado que só lida com o seu grupo restrito, limitado, familiar, cultural, esquecendo a vida que é feita dessas enormes diferenças.

Então, é inerente à formação dos educandos, portanto, no âmbito das universidades, considerar isso, inclusive para que ele seja um melhor profissional. Não é só uma questão que já seria suficiente considerarmos como uma questão ética, uma questão formativa, mas tudo bem, se você quer fazer uma discussão de mercado de trabalho, considere isso também. Porque não tem como um advogado, um administrador homofóbico, com fobia de LGBT, racista ser um profissional, ele pode até tentar ser um profissional, mas vai ser um profissional muito limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa experiência com as universidades está sendo muito interessante e nós já iniciamos este mês um mapeamento da diversidade com as cem principais universidades do País. Queremos deixar um legado para o final do ano, na perspectiva de uma sequência de uma próxima gestão que virá, para que possamos, dentro das universidades e da política de educação superior do MEC, reforçar o tema da diversidade, que tem tudo a ver com a questão da violência, do preconceito, da discriminação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – No que se refere à educação básica, que é o objeto da presente discussão, nós também nos debruçamos bastante na nossa equipe – todos somos servidores de políticas públicas de carreira – em como deixar uma perspectiva para a educação básica nessa temática. É um desafio enorme. Temos um pacto com o federalismo, não é? Com autonomia dos Municípios, dos Estados, com quase duzentas mil escolas, um país gigantesco. E o fenômeno é pesado, o fenômeno é presente, o fenômeno é real.

Os casos aqui colocados são milhares e milhares que acontecem País afora.

são milhares e milhares que acontecem pelo País afora. Muitas vezes há violência física mesmo contra professor, contra diretores, entre alunos. E essa violência física tem cor, ela tem expressão, ela tem... Por detrás daquele enfrentamento, existe a necessidade de se pensar o porquê daquele desrespeito, e aquele desrespeito precisa ser analisado na singularidade de sua expressão cultural. A vulnerabilidade de um estudante LGBT é muito maior para essa violência do que a de um estudante hetero branco. A de um negro em relação a um branco também; a de um estudante de religião de matriz africana é muito maior do que a de um luterano. Enfim, a violência se expressa também de alguma maneira, nessa abordagem.

Depois, Profª Angela, eu gostaria de ter acesso aos dados da sua pesquisa, e, se for o caso, de até poder apresentar lá à nossa equipe no MEC, para a gente entender como é que ele se expressa nas regiões, nas escolas, nos Estados; queria os percentuais, para a gente poder se apropriar também, de forma melhor, do seu estudo.

Voltando para educação básica – já finalizamos e estamos só em uma revisão final –, agora no final de junho vai ser lançado um seminário com os principais especialistas de EDH no País – Prof. Vera Candau, Nair Bicalho, Nazaré, Fernanda Lapa, enfim –; vai ser um seminário em que nós vamos lançar os módulos formativos para a temática de educação em direitos humanos e diversidade. Nós estamos com três módulos formativos, um deles chamado "Educação em Direitos Humanos", que é um módulo mais geral sobre a temática, puxando para discussão da interculturalidade. A maneira que nós estamos querendo enxergar educação e direitos humanos para dentro da escola é fazendo uma discussão sobre interculturalidade; podíamos ter várias outras maneiras também de abordar o assunto, pois são múltiplas abordagens, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos focando nessa necessária abordagem: as intolerâncias que nós vivemos; essa discussão de escola sem partido que o MEC várias vezes ... Inclusive, em quase todo meio nós fazemos notas técnicas para o Legislativo, aqui, de projetos que chegam dessa natureza se contrapondo. E nós contamos com o apoio do Senador e de tantos outros para poder continuar nessa perspectiva de não avançarem esses projetos aqui dentro das Casas Legislativas.

Então, nós temos a educação em direitos humanos, um módulo que puxa para essa discussão de interculturalidade. E nós temos o módulo: "A escola e a diversidade: caminhos para enfrentamento do preconceito, da discriminação e do *bullying",* outro módulo formativo que vai ficar disponível.

E o terceiro módulo: "Mediação de conflitos no contexto escolar", com uma forte contribuição da Profª Nair Bicalho, da UnB.

Essa é uma maneira de a gente colocar para dentro da comunidade escolar, para a sociedade, para os familiares, para os profissionais da educação, a possibilidade de uma reflexão que possa ser levada para dentro da escola. O papel do MEC é formativo, não é? Então, nós estaremos colocando esses módulos informativos. Vamos conversar com o Undime e o Consed, divulgando. As secretarias municipais e as escolas podem usar à vontade para desenvolver atividades pedagógicas sobre o assunto no interior de suas comunidades, e para fazer curso de formação, fazer semanas pedagógicas, fazer discussão na sala de aula, enfim, ajudar a comunidade a refletir sobre o assunto. Esta é a maneira de a gente tentar chegar a 200 mil escolas, deixando disponíveis esses módulos formativos que permitirão, então, a essa comunidade escolar como um todo... E a gente, quando fala "comunidade escolar", se refere aos conselhos escolares, aos familiares, a todo mundo que vive ao redor da escola. Que possam, então, trazer ferramentas e discussões que ajudem a este enfrentamento das intolerâncias que vivemos nas escolas, como nós vivemos no País.

Nós estamos num momento extremamente tenso, delicado, como já foi dito aqui, e isso se expressa no dia a dia, nas convivências, nas tensões, nas violências. E, para dentro das escolas, como referências formativas, nós temos que trazer isso e enfrentar essas questões nós temos que trazer isso e enfrentar essas questões.

Então,no final de junho, Senador, estamos tentando – talvez seja na Capes ou na Enap –, estamos ainda fechando o local. Serão dois dias de seminário. Depois, oportunamente, teremos as divulgações. Será um belo momento não só de colocar esses módulos formativos, mas também de afirmar, dentro da política de educação do MEC, o tema de EDH e diversidade na política de educação básica como um todo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem!

Esse foi o Diretor de Políticas de Educação e Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Dr. Daniel de Aquino Ximenes.

Agora nós teríamos mais dois convidados, mas me parece que eles não puderam vir – até entendo –, devido ao problema do combustível. Repito, como eu disse na abertura: só 8% dos postos estão atendendo.

Então, fica aqui, assim mesmo, os meus cumprimentos ao Dr. Erlando da Silva Rêses, Professor, 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do Andes, e ao Geraldo de Paiva Gonçalves, Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos.

Eu pergunto se alguém do Plenário gostaria de usar a palavra. É de praxe isso.

Se alguém quiser fazer alguma consideração ou mesmo alguma pergunta, fique à vontade. (*Pausa.*)

Se ninguém quer usar a palavra, nós vamos agora para as considerações finais de cada um dos nossos convidados.

Cada um, nas considerações finais e se assim entender, terá cinco minutos.

A audiência atingiu o seu objetivo, que é trazer à luz essa questão da violência nas escolas em toda a sua extensão, como foi muito bem explorado por todos os senhores: os tipos de violência, não só a violência física. E, claro, para a gente aprofundar mais este tema, precisaríamos fazer outras audiências públicas. Mas eu quero cumprimentar a todos pela qualidade das exposições.

Tenho certeza de que estamos assistindo ao vivo pela TV Senado. E todos aprenderam muito mais como interagir, como caminhar para fazer aquilo que todos nós políticos dizemos e vocês também dizem: a revolução, a grande mudança passa pela educação.E esse é o trabalho que os senhores e as senhoras estão fazendo.

Então, nós vamos inverter agora e vamos, daqui para lá, dar as considerações finais para a Angela Fátima Soligo, representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

Daí, eu vou intercalando.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Bom, eu acho que todas as falas aqui apontaram para uma coisa importante. Seria muito simplista situar a questão da violência na escola no sujeito individual e, principalmente, no sujeito aluno. É muito simplista analisar a violência e a violência escolar olhando só para o aluno. Quando a gente vê aquela cena que foi mostrada aqui, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

início, de alunos agredindo um estudante ou um aluno, seria muito simplista dizer: "Olha aí, são violentos".

A gente viu aqui que a violência tem outras dimensões: ela tem a própria dimensão institucional, tem a dimensão das relações verticais – relação professor-aluno, relação gestão-aluno – e está inserida

relação gestão-aluno – e ela está inserida num contexto de violência maior do que o contexto social – e das próprias políticas para a educação.

Então, se a gente quer entender a violência, a gente precisa entender a sociedade em que a gente se situa. E a gente tem que entender que, o modo como as políticas são engendradas, ele não tem sido realizado para enfrentar a violência, mas ele tem sido um alimentador das muitas violências que acabam refletindo na escola ou acontecendo na escola.

Eu queria reportar uma coisa – que não fazia parte aqui, mas em que eu acho ser importante a gente prestar atenção –: a violência que se aprende por meio das mídias. E aí eu vou dizer não só das mídias alternativas, mas das mídias oficiais. Eu tenho falado isto faz 30 anos: nós vivemos há décadas a cultura da naturalização da violência. Os heróis que são apresentados para as nossas crianças e jovens são tão violentos quanto os – entre aspas – "bandidos". Então, a violência está naturalizada na nossa sociedade. Nós passivamente vivemos e convivemos com ela todos os dias. Vivemos e convivemos com ela achando que não é problema nosso, porque ainda não nos atingiu.

Então, a gente precisa lidar com isso, a gente precisa trabalhar com essas dimensões da violência, e aqueles que são os elaboradores e os executores das políticas públicas têm – e devem ter sim – o compromisso de um enfrentamento para além do sujeito individual. É uma questão política, é uma questão social e é uma questão urgente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Parabéns à Srª Angela Fátima Soligo, que falou pelo Conselho Federal de Psicologia.

Vamos agora para o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sr. Heleno Araújo Filho.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Senador, nessa conclusão aí, transitória, quero lembrar que hoje, dia 30 de maio, tem início a greve de 72 horas dos petroleiros. A Federação Única dos Petroleiros está chamando uma mobilização. E, nas considerações, o que isso tem a ver com a violência nas escolas? Tudo a ver, porque estão aí chamando a greve de 72 horas – e a CNTE está convocando suas unidades filiadas a darem apoio e a participarem efetivamente desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo – porque o golpe, está claro, veio para entregar as nossas riquezas ao capital internacional. Pedro Parente, que está na Petrobras, está entregando a empresa, está reduzindo o consumo interno que nós tínhamos aqui, em torno de 90%, que era o que as usinas já produziram aqui, para poder importar gasolina das empresas internacionais. Então, entrou-se no âmbito de cotação de valores que não cabe ao Brasil: a gasolina aumenta aqui, o gás de cozinha também, porque nos Estados Unidos e na Europa muda o preço. Então, entrou-se num processo de sistema. Por isso é que eles estão perdidos. Eles estão com problema local e não sabem como resolver, porque eles têm um acordo internacional que nos prejudica fortemente, e um acordo que passou pela entrega do pré-sal a essas empresas estrangeiras, o pré-sal que destinava recursos para a educação.

Por isso é que é importante: para a gente combater a violência nas escolas, para a gente combater a violência na sociedade, para a gente garantir mais

direitos à nossa população, e fazer com que este País assuma e cumpra aquilo que o Senador Paulo Paim solicitou no início da nossa conversa aqui: é muito importante que o Temer renuncie, saia, porque não tem capacidade nem competência nenhuma para conduzir este País. É importante a gente garantir as eleições gerais rapidamente nesse processo, e até antecipar se for preciso. É importante garantir que todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, agora que você entrou nesse assunto: sabe, eu estava no Rio Grande do Sul quando estoura o movimento, a greve enfim, mas os caminhoneiros estavam avisando já há cinco ou seis meses. E quando eu cheguei aqui, o primeiro pronunciamento que eu fiz foi nessa linha. Eu tive até essa ousadia: "O certo é renunciar". Bom, e se a saída é pela via democrática, como eu falo tanto, qual é o problema de se anteciparem as eleições?

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eu disse quando um jornalista me questionou se eu não acha que existem todos os prazos: "Olha, existe um princípio para quem dirige carro, para quem é do volante, que diz que é preferível perder um minuto na vida do que a vida num minuto". Quatro meses, na crise que nós estamos passando – só fortalecendo a sua ideia –, até isso nós temos que pensar.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, se for necessário, que se antecipe, até sair dessa crise.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Até porque é importante que as pessoas entendam que o Orçamento – do MEC – para a educação agora, em 2018, teve 36% de redução; foram 36%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de redução! No Orçamento, para o Supremo Tribunal Federal passou.. Desculpe-me, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve 25% a mais – para o Orçamento 2018. Então, não pode justificar que não houve recursos. O Orçamento está previsto a mais. Então, existem capacidade e condições econômicas de se antecipar as eleições. E caso se queira deixar o País em condições de reduzir a violência – e não de aumentar –, o caminho é este: renúncia de Temer, liberação do Lula, eleições diretas já, e o povo decide os rumos que o País quer tomar.

Nós defendemos isso, e no voto, através do povo brasileiro, vamos respeitar. Se o povo brasileiro achar que o que eles estão fazendo está correto, e garantir no voto a permanência deles, vamos respeitar esse encaminhamento. Mas, se não for, deixe que o povo decida.

Então, não há outra forma de evitar a violência nas escolas, violência nas comunidades, nas ruas, por que estamos passando neste País. Então, é importante nós reforçarmos isso,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – ... Senador Paulo Paim, que, neste momento, está tendo a sensibilidade de debater esse tema e sabendo a relação que tem da violência na escola, dentro da sociedade. Muito oportuna esta audiência.

Então, nós agradecemos a oportunidade de estar aqui. Estamos aqui com a nossa assessoria, que já gravou tudo e está divulgando também para as nossas bases além do Congresso, aqui da Câmara. E vamos espalhar todo este nosso debate. É importante que as colegas e o Daniel, que apresentou material aqui... Vamos disponibilizá-lo para uma reflexão intensa da nossa base, debatendo esse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Heleno Araújo filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Só queria registrar que a assessoria me passou aqui, porque tudo tem a ver: "No centro da crise, Petrobras tem privatização rejeitada por 55%", diz Datafolha. E há uma pesquisa que saiu hoje também, pela manhã, um outro dado – e esse é até mais importante, só que o destaque é menor –: segundo a Datafolha, venda da petroleira para estrangeiro é descartada por 74% dos entrevistados. E há uma outra pesquisa que saiu hoje pela manhã em que 87% da população apoiaram esse movimento, porque estavam indignados com tudo que vem acontecendo no País liderado pelos caminhoneiros.

É claro que a gente levantou todas as preocupações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liderado pelos caminhoneiros. Claro que levantamos todas as preocupações que todos nós temos nessa situação por que o Brasil passa neste momento.

Agora, passo a palavra – daí quem vai terminar é a senhora, que foi a primeira, a que abriu – ao Sr. Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC).

Deixarei as três mulheres fazerem o encerramento.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Está ótimo, então.

Nesse pouco tempo, somente quero ressaltar, haja vista que nós temos a missão de persistir na política pública por anos – espero que ainda por alguns anos –, que nós temos um desafio muito importante, no qual pudemos avançar e que pudemos detectar e observar, e teremos vários anos aí pela frente no que se refere à próxima gestão que virá e a todos os desafios educacionais, de políticas públicas que vamos estar enfrentando, que é continuar tentando reforçar, para a formação dos educandos, essa questão da diversidade, em todos os desdobramentos que virão da política de educação básica, das políticas relacionadas aos currículos... Nós temos as políticas de formação na educação superior. Nós temos que continuar nessa perspectiva, que pudemos desenvolver nesses dois anos, de reforço para formação dos educandos no que se refere à questão do respeito ao outro, que, na sua essência, é o respeito à diversidade. E isso pode se expressar de várias maneiras em termos formativos – ensino, pesquisa, extensão, na formação...

Nós hoje – eu não tinha mencionado isto na minha fala anterior – estamos com cinco universidades federais – Federal do Paraná, Federal do Rio de Janeiro, Federal da Paraíba, Federal de Tocantins e Federal de Minas Gerais – financiadas pelos nosso projetos na Secadi, desenvolvendo formação de profissionais da educação nessa temática a que me refiro aqui. São 250 educadores em média em cada universidade, sempre com a presença de profissionais da educação e de professores, podendo trabalhar essa temática junto às escolas.

Então, acho que fica este desafio para todos nós: de continuarmos trabalhando para que reforcemos essa política pública de EDH dentro das políticas educacionais.

Muito obrigado. Até mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (Secadi/MEC), Sr. Daniel de Aquino Ximenes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passamos a palavra à assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF, Srª Ruth Meyre Mota Rodrigues.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu gostaria de relembrar a participação que foi lida aqui, pois eu fiquei pensando nessas perguntas. Alguém mandou: mas quem cuida do professor? Quem cuida dos pais? Das mães? Acho que foi a única que veio como pergunta; as outras, como participação.

Primeiro, há uma questão importante, se eu entendi bem – penso que sim –: nesta Mesa ninguém disse o contrário. Eu entendo a preocupação da colega que escreveu, mas ninguém disse o contrário. A gente tem toda uma preocupação – é lógico, isso talvez não tenha ficado evidente na fala – de proteger a todos e a todas.

Mas há um ponto importante: na escola, a relação entre professores e estudantes não é uma relação simétrica. A gente tem relações de poder que devem ser consideradas.

Então, lógico, ninguém está aqui dizendo que não se deve combater a violência contra os professores; mas, trazendo as palavras do colegas – e fantásticas –, ele trouxe uma lista de situações que evidenciam o quanto o Estado é violento com os profissionais da educação em diversos aspectos, em diversas formas, e unindo aspectos internos e externos às unidades escolares, que é algo que considero bastante importante. Acho que o contexto social, político, econômico no qual estamos inseridos com certeza deve ser considerado.

Então, voltando para as relações de poder, eu trago um pouco a importância de permitir que esses jovens falem, porque o que acontece hoje na escola é um silenciamento. Como eu coloquei inicialmente, é retrato de um autoritarismo que a gente também vive fora da escola. E aí me preocupa muito, porque a gente não consegue ouvir. Estou falando "a gente", sociedade, professores etc. A gente não consegue ouvir esses jovens. Não é aquilo que eles querem, não é dessa forma. Então, essa violência também de não permitir que essas pessoas sejam sujeitos de sua história, da construção de saberes, quando a escola nega isso, a escola tem sido muito violenta.

E aí o resultado disso – é lógico – acaba sendo jovens que não conseguem se expressar e que foram tão oprimidos que, na vida adulta, acabam não conseguindo reagir diante de situações tão absurdas. Eu avalio um pouco dessa forma, para entender essa anestesia na qual estamos inseridos, porque, diante de tudo que está acontecendo nos últimos anos, eu tenho sentido a sociedade bastante anestesiada. E, não satisfeitos, querem anestesiar e calar ainda mais professores e estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, rapidamente, quero falar da BNCC, que representa um retrocesso – algo que já foi colocado – não apenas por engessar o que vai ser trabalhado em todo País, mas também por representar um retrocesso quanto à discussão racial e de gênero, porque ela simplesmente apaga ou traz de forma universalista, quer dizer, trazendo exatamente o contrário da nossa perspectiva com relação a essas questões.

Então, só para concluir dessa forma e chamar os colegas e as colegas a ações mais enérgicas. Parabenizo essa atividade, por exemplo, porque penso que a gente ainda não está sabendo como reagir diante disso tudo. Acho que a sociedade ainda não entendeu como fazer. Não quero dizer, com isso, que eu tenha a respostas, mas me preocupa a nossa passividade diante do que está ocorrendo.

Então, eu finalizo trazendo um pouco essa provocação.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Ruth Meyre Mota Rodrigues, assessora técnica, representante da Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do DF.

Antes de eu passar para a Srª Cintia Vargas, o pessoal seleciona alguns questionamentos ou perguntas.

Vou ler uma aqui. Se ela quiser responder, responda; ou, se outro quiser responder, pode responder. Depois nós encerramos.

Luana Giacomelli, do Acre: "Como defender crianças e adolescentes da violência psicológica nas escolas? É possível expulsar alunos de uma escola sem dar explicações?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então responda já. Já responda, pronto. Eu disse que as mulheres que iriam concluir.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, veja a natureza da pergunta: como defender e a defesa é querer expulsar alunos das escolas. A expulsão não é uma medida educativa no seu sentido estrito, porque expulsão é você se afastar do problema – ou afastá-lo de você. Isso não educa. Nós temos visto medidas e apelos judicialistas, policialescos ou simplesmente excludentes para resolver o problema da violência. Então, isso não educa; não é assim. Quer dizer: "Eu posso expulsar sem explicar nada para ninguém?" Claro que não. A escola – e a escola pública – é uma instituição social, uma instituição da Nação, e você simplesmente não pode expulsar e não dar satisfação para ninguém. Além disso, expulsar não educa; não educa o que sai, não educa os que ficam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente insistiu muito aqui na importância de uma transformação no modo como as relações se dão no interior da escola, na perspectiva do diálogo. Respeito ao outro é algo que se vai aprendendo ao longo da vida. E, às vezes, também estamos aprendendo o desrespeito ao outro. Então, a escola precisa trabalhar na direção do seu ofício e da sua função, que é educar. E educar é enfrentar o problema e trabalhar na perspectiva do diálogo e da formação com aquele que agride, com aquele que é agredido e trabalhar coletivamente, sem isolar, sem culpabilizar, mas tentando construir outras formas de relação.

Eu sempre tenho repetido que é muito fácil a gente dizer que a diferença está no outro, que a dificuldade está no outro, mas eu acho que a gente precisa se lembrar de que cada um de nós é o outro do outro. Eu sou o outro do outro. Então, é nessa perspectiva que a gente pode construir outras relações educativas. Essa é a função da escola. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Angela Fátima Soligo.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Breves comentários, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, breves comentários.

O Heleno também quer fazer um comentário.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Nós acreditamos que a forma de proteger, de cuidar, além do diálogo necessário no espaço da escola, é pela condução do projeto político-pedagógico da escola. É ali que se definem direitos e deveres construídos coletivamente; é ali que se definem as etapas de punição quando os direitos ou os deveres não são cumpridos nesse processo. E quando ele é discutido amplamente, cada um que comete uma falta sabe qual é a punição que vai ter, porque ele ajudou a construir o projeto. Ele vai saber a etapa que, quando ele chegar a ela, ele não é mais colocado na escola – nós não desejamos isso. Mas esse é um processo construído coletivamente, por isso que nós reputamos o projeto

mas esse é um processo construído coletivamente. Por isso, nós executamos o projeto político-pedagógico da escola como um instrumento fundamental para isso. É uma pena que hoje ele é construído apenas por professores e professoras que têm um tempo disponível, que fazem o produto para entregar ao MEC, para estarem inseridos no Programa Dinheiro Direto na Escola, sem a participação coletiva. Então, a participação coletiva e a construção com a participação efetiva dos estudantes são o caminho de proteger e de cuidar para evitar que aconteça expulsão sem explicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heleno Araújo Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para (*Fora do microfone.*)

a Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil (EBC), Srª Cintia Vargas, mas sem prejuízo dos outros dois questionamentos. Eu vou ler e quem quiser responder responde livremente.

A palavra está com a senhora, por cinco minutos, para considerações finais.

A SRª CINTIA VARGAS – Eu acho que esta Mesa foi bastante democrática, acho que expressou aqui diversas opiniões a respeito da questão da violência, mas eu acho que realmente esse combate parte muito dessas questões de você garantir uma escola para todos e para todas, com diversidade – acho que isso aqui foi um consenso –, seja ela social, racial, de gênero, onde a gente pode construir realmente um espaço democrático de reflexão, de aprendizado e de garantia de direitos.

A escola realmente hoje... Puxando a sardinha para o nosso lado, em relação à questão da mídia, o que a gente percebe muito é que, por mais que a gente tenha muita informação pelas redes sociais, pela internet, a gente tem um desserviço também de algumas mídias. E eu acho que isso está pautado numa educação de qualidade, sim, porque a gente fala que tem tudo à mão, em tempo real, do que acontece no País hoje, por exemplo, e o que te dá discernimento em relação a essas questões de como você mudar essa política de fazer uma escola de qualidade, perpassa também por esse espírito crítico.

Então, a gente conhece pessoas de vários tipos de formação profissional que acreditam piamente no que está no WhatsApp, no Facebook, e realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essas tais de *fake news*.

A SRª CINTIA VARGAS – Sim, exatamente.

Vão repassando aquelas informações de uma forma totalmente inadequada. Então, você acaba prestando um desserviço em vez de você realmente informar as pessoas.

Eu acho que essa educação se constrói na escola. É o espírito crítico, é a busca de uma fonte de informação segura. Então, eu acho que, você tendo realmente uma escola participativa onde você não sofra nenhum tipo de violência, seja até pela questão da escola sem partido, que todo mundo já colocou aqui, sem realmente limitar esse potencial da escola, é isso que vai garantir sujeitos, no futuro, mais críticos e pessoas capazes realmente de mudar um país. Eu acho que é por aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cintia Vargas, Gerente do Núcleo de Programas Especiais TV Brasil (EBC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois questionamentos de que eu queria ouvir a opinião de vocês também. São afirmações. Se a gente não responder... Teria que responder outras duas, para que o internauta, já que ele foi selecionado entre tantos, diga: "Bom, fui selecionado e alguém me respondeu."

Uma delas, eu confesso que a pronúncia... Vou só pedir socorro para a professora aqui do lado.

Washington Pereira, de Santa Catarina: "A população não sabe onde encontrar um policial quando precisa. [Ele afirma.] Então, [a solução é ter] um posto policial em cada escola. [É uma afirmação.] Saberíamos onde existe polícia e, ao mesmo tempo, haveria proteção aos alunos e professores. Outra medida seria duas suspensões [gerarem] [...] expulsão para maus alunos."

A palavra está aberta a quem quiser responder. Se todos quiserem também um comentário rápido, não há problema.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Eu vou tentar resumir para que os colegas possam também comentar.

Algo que me preocupa muito... Washington, com todo respeito à sua colocação, é um diálogo, são reflexões fraternais, mas me preocupo muito com a ideia tão forte que se tem da punição, de achar que a gente vai conseguir alcançar bons resultados por meio da punição. E a lógica da punição é muito forte não só na escola como na sociedade. Basta assistir cinco minutos, não, a um minuto de programas sensacionalistas que existem. Não vou pedir para ninguém assistir cinco minutos aqui. Em um minutinho, a gente percebe o quanto é forte.

Hoje nós estamos falando de violência, estamos falando de direitos humanos. Então, a gente precisa pensar exatamente o contrário, porque a exclusão desse aluno e a expulsão – que é uma palavra horrível, é uma palavra forte – desse ou dessa estudante pode representar ou trazer consequências terríveis na vida desse jovem.

Eu vou falar um pouco de toda representação social negativa sobre quem trabalha com direitos humanos, e quem trabalha com isso sabe do que estou falando. Todo mundo já deve ter ouvido: "Defende bandido. Leva para casa." Eu costumo brincar: não, quem defende bandido é advogado, quando ele quer também, se ele achar que é... Não é essa a nossa linha. Não é isso.

Então, pensando no combate à violência, é tentar entender que resposta é essa, porque eu sempre entendo a agressividade desses alunos como uma resposta à violência anterior e como a escola tem tratado essa questão. Então, tentando resumir é isto: a gente deve tomar muito cuidado nesse entendimento de que é a polícia que vai dar conta dessas questões. Inclusive, a gente tem um movimento muito forte, sobretudo no Estado de Goiás, de militarização das escolas. Então, pensar a polícia para resolver questões na escola, como essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afirmação, pensar apoiar a militarização das escolas, que tem sido cada vez mais forte, e, por fim, intervenção militar no País como um todo, olha o que a gente está vivendo, é surreal. Então, são esses cuidados que a gente precisa ter.

Então, querido Washington, só ficam reflexões nesse sentido.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Posso complementar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, deixe-me só aplaudir aqui a Ruth, porque ela fez uma resposta do mais alto nível. E é isso que tem que ser mesmo. Quando a pessoa questiona, ela quer saber a opinião. E, às vezes, neste País, pela intolerância, se alguém pensar diferente da gente, a gente já sai agredindo. Claro que não é o nosso caso. Para a elegância da forma de responder que eu quero dar uma salva de palmas, discordando, mas com diplomacia. (*Palmas.*)

Mas agora a Cintia diz que a bola foi colocada no pênalti e ela quer também falar. Vai, então, Cintia.

Angela, Angela. Depois eu passo aqui... É Angela, eu falei Cintia.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Então, a primeira coisa é que ninguém defende que estudantes não vivam as consequências daquilo que fazem. Então, às vezes, as pessoas dizem: "Ah, então, não faz nada? Os alunos podem fazer o que quiserem?" Ninguém defende que as crianças e os jovens não experimentem as consequências, mas a gente defende que as consequências tenham caráter educativo, que aquela menina ou aquele menino que comete alguma ação que a escola considere inadequada, agressiva, violenta, possa aprender alguma coisa com as consequências.

Nesse sentido, nem a suspensão nem a expulsão são formas propiciadoras de boas aprendizagens. Então, é preciso que a escola saiba trabalhar as consequências numa perspectiva educativa. Vou dizer uma coisa muito simples: se roubarem o meu carro, eu não vou bater na porta da escola e pedir para um professor resolver, mas as questões da escola é a escola que tem que resolver. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um belo fechamento.

Acho que o Heleno também quer fazer um comentário.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Sim.

Eu queria comentar, Washington, que, com certeza, você está nos acompanhando aqui desde o começo e viu apresentações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós das escolas públicas atendemos 86% das matrículas da população brasileira e as famílias que não estão estruturadas para atender bem, para dar as condições adequadas aos nossos estudantes. Então, o papel da escola é de acolher e incluir. Esse é o procedimento que nós temos que fazer.

Na prática, como dentro da escola? Tendo um conselho escolar participativo e deliberativo. Nós da CNTE afirmamos que não existe isso que o MEC colocou para a gente: diretor é o principal. Não existe. Nós pedimos ao MEC que retirasse essa propaganda da televisão, que não colocasse, na mão de um profissional, o papel principal dentro da escola, porque não é. A escola deve ser gerida pelo conselho escolar, em que há o diretor da escola, professores e professoras, funcionários da escola, estudantes, pais e grupos organizados que estão inseridos ao redor da escola. Todos devem conduzir a escola na parte administrativa, financeira e pedagógica.

Nós professores nos arrogamos a dizer que só nós sabemos fazer educação neste País. O pai que bota seu filho lá, ou avó ou alguém da família, tem condições de avaliar como ele vê a escola, como ele está sentindo a escola. O próprio estudante tem condição de dizer como se sente dentro da escola. O que nós precisamos é ter espaço de escuta. Nós colocamos o PDE na escola, bônus, Ideb, matemática, português na nossa cabeça e ficamos só no conteúdo, esquecemos os sentimentos, as relações interpessoais dentro do espaço da escola e não conversamos com os nossos estudantes.

Então, com o conselho escolar gerindo a escola como um todo, tirando essa tarefa de que o diretor é o fundamental nisso, porque não é ele, tem que ser no conjunto, é importante para a gente evitar esse pensamento comum que vem à nossa cabeça, com polícia dentro da escola, levanta o muro, bota a cerca. A gente diz o contrário: derruba o muro, derruba a cerca, traz a comunidade para dentro da escola, pensamos juntos, coletivamente. Para isso, não vamos precisar de polícia dentro da escola. Então, é para isso que a gente chama o Washington a pensar junto conosco. E pode até ir... Com certeza, há uma escola pública no bairro em que ele mora. É ir lá saber quem é o pai que é da escola na escola pública, no bairro em que ele mora. É ir lá saber quem é o pai, que é da escola, qual o grupo organizado que participa do conselho. Aí, se eu descobrir que não há conselho, eu sugiro a ele que estimule a fazer um conselho escolar e que participe porque isso nos ajuda a mudar essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Heleno, que é Presidente da CNTE, deu uma proposta concreta.

Passo a palavra ao Daniel de Aquino Ximenes, que aqui fala representando o MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Forçando as falas anteriores do Heleno e de outros, nós, de fato, precisamos, no País, avançar muito mais nas perspectivas democráticas de resolução de problemas.

Nós estamos tendo várias sinalizações de saídas militarizadas, em vários níveis, que em nada contribuem para a nossa sociedade, para a democracia. Então, as soluções militarizadas de resolução de conflitos dentro do ambiente da escola não são o caminho. Claro que nós temos que ter o apoio diverso, um papel próprio da segurança pública, no que se refere a um território, obviamente, mas o fenômeno da violência, que é o tema da audiência, ocorre pela questão do diálogo e pela questão da mediação de conflitos. Conflito não é para ficar debaixo do tapete; conflito é para ser encarado, discutido, refletido. Não é pela simples questão de se expulsarem alunos, como se o estivéssemos colocando para debaixo do tapete; é para enfrentá-lo e discuti-lo.

Nós temos, neste ano de 2018, 30 anos – e pouco se fala –, 30 anos da nossa Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu aprovei hoje quatro requerimentos para discutir, porque eu fui consciente. Na verdade, são 32 anos: 30 da Constituição e mais 2 em que nós ficamos costurando, escrevendo, enfim, participando de um amplo debate.

Hoje eu aprovei aqui quatro debates sobre a Constituição cidadã 30 anos depois, um dos quais é a educação, para o qual os senhores serão convidados naturalmente.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Ótimo. Esse comentário dos 30 anos é para sinalizar quão conturbada e frágil é nossa democracia. E isso se reflete nessas questões bem colocadas aqui dessa dificuldade de se colocar dentro... A escola não é um ente isolado no Território; a escola é um ente que faz parte de uma série de outros atores do Território. E nós temos uma situação muito fragmentada das relações sociais, das configurações institucionais.

Então, fica esse desafio de nós enfrentarmos e entendermos que a escola faz parte de um espaço social que precisa ser considerado nesse ambiente de discussões sobre a violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! É o Daniel, que fala pelo MEC.

Olhe, sobre a progressão de justiça eu tenho ainda três questionamentos a fazer. Daí, eu vou ler os três, e cada um responda como achar melhor.

Luciene Reis, de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Os professores também estão sendo agredidos. Não se pode contar mais com a educação das crianças e, principalmente, dos adolescentes. Perdeu-se o controle dos alunos, porque tudo se perdeu em suas casas, primeiramente. A lei não está mais a favor dos professores.

Deu para sacar? Se alguém quiser responder a essa...

Eu passo a pergunta, então...

Eu vou passando para você as outras duas a que nós não respondemos na verdade; só respondemos à primeira.

Maria Jose Meira, de Santa Catarina.

> A escola deve ter o ECA em sala de aula e trabalhar com os alunos desde o pré escola seus direitos e deveres, para assim recuperar o respeito e a dignidade à que todo corpo docente teve, tem e terá direito.

Alguém quer dar uma conversada sobre isso?

Deixe-me passar para os...

Ah, mas falta ler a última,

Ah, mas falta ler a última, a última, daí vocês dividem, e podem falar até mesmo os dois.

Atila Conceição Santos, da Bahia.

> A redução da violência nas escolas requer maiores investimentos nas famílias menos favorecidas, reduzir o custo de vida dos mais pobres e dar mais acesso a educação de qualidade a jovens e adultos, além de emprego e dignidade [...].

Quem fala primeiro?

Você, Ruth, quer falar primeiro?

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – É rapidinho, rapidinho! Quero só chamar a atenção para uma palavra, de tudo o que ele leu, que é a palavra "controle". Eu fico me perguntando o quanto isso é forte entre nós professores e professoras.

E aí eu complemento com "disciplina", "silêncio", "atenção". Então, a escola, com ou sem a polícia militar, adota um caráter autoritário – sem querer fazer uma associação direta, mas já fazendo –, adota esse caráter autoritário mesmo que dialoga com a questão anterior. Então, "Olha, a gente não tem controle!"... Palavras como "controle", "disciplina", "comportamento", no sentido de "Ah, fica"... Exemplo disso é a onda de TDH, porque agora toda criança é TDH,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma coisa... Falando em violência, é, e daí vem a ritalina, inclusive a empresa que andou bancando as pesquisas e por aí vai.

Mas olhem a necessidade que temos. E eu vou trazer só um exemplo. Um dia eu vi uma professora afirmar: "Não, eu gosto quando são soldadinhos!". Olhe a gravidade disso, e nada disso combina com o ser jovem, com o ser adolescente, muito menos criança. É pulsante, querem participar. A aula não tem que ser aquele sistema enfileirado, cadeirinhas, e todo mundo ouvindo e, por meio da ritalina, ficando bem caladinho porque mal conseguem entender o que você está falando, que é uma violência terrível contra também os nossos estudantes.

Eu só queria deixar um pouquinho essa pulguinha atrás da orelha quanto a esse papel efetivamente da escola. Estou pegando emprestada um pouco a lógica de *Vigiar e Punir*, de Foucault. Lembrei-me um pouco disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ruth. (*Palmas.*)

Passamos a palavra para Angela.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Às vezes, as pessoas olham para a gente e dizem: "Ah, eles estão falando, mas quem está na escola sabe como que é difícil!". Então, eu queria fechar com um exemplo, já que aqui se fala que as famílias não educam, que as crianças e os jovens chegam piores para a escola.

Eu vou citar o exemplo de um projeto que foi desenvolvido no Município de Hortolândia, que é uma cidade do interior de São Paulo, próxima a Campinas, que se chamava Conhecer para Aprender. Esse projeto foi coordenado e está descrito na tese da Fernanda de Freitas, para quem quiser ver.

Esse projeto levava as professoras e professores à casa de seus alunos. Os professores eram orientados sobre a visita, que eram aos sábados, e eles recebiam pela hora extra que estavam fazendo. Eles iam à casa dos seus alunos para conhecer, não para ditar regras, para conhecer a família, para saber como o aluno era na sua casa. E uma das primeiras coisas que os professores constataram e descobriram – porque eles achavam que as famílias não iriam gostar – eles achavam que as famílias não iriam gostar – é que as famílias se organizavam para recebê-las: faziam bolo, cafezinho; chamavam, às vezes, a família extensa, a vizinhança, "porque a professora do meu filho vem visitar a minha casa".

E esse projeto resultou em coisas muito importantes: uma mudança na visão das professoras a respeito das famílias; uma mudança das famílias na relação com a escola; uma mudança das professoras em relação a seus alunos, que elas passaram a conhecer direito; e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança no desempenho do Município de Hortolândia com relação aos índices educacionais, índices de aprendizagem; uma mudança de como as pessoas se relacionavam na escola.

Então, existem experiências que mostram que atitudes abertas a conhecer sem preconceito produzem outras relações no interior da escola. Infelizmente, com a mudança de prefeito de Hortolândia, esse projeto foi desmontado. E isso é violência contra a educação e contra a escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Essa foi a Angela, que, mais uma vez, respondeu com muito equilíbrio e muita tranquilidade, orientando aqueles que perguntaram sobre o tema.

As últimas duas perguntas ou três ficaram com o Heleno e com o Daniel.

Por favor, Heleno, seus comentários, e, então, vamos para o encerramento.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Um comentário breve aqui sobre o que a Luciene Reis, de São Paulo, coloca.

No final do vídeo a que nós assistimos, vimos a professora sentada lá no canto. Isso me fez lembrar, Senador, que a primeira pesquisa que nós fizemos aqui, publicada em 1999, Educação e Carinho, trata de que 33% dos trabalhadores da educação e professores têm a síndrome da desistência. Lá no livro, tem o nome de *burnout*, sinônimo extenso, quando ele fala que o fogo, a chama apagou. São 33% de profissionais acometidos de doenças profissionais, mas que não estão fora da escola ainda, nesse processo. Simultaneamente, vão lá, assinam o ponto, estão presentes, mas é um pouco daquilo que vimos na cena: o que acontece na escola não é comigo; isso é da área de outro, minha parte aqui é só cuidar da parte escolar.

Então, esse sentimento que a Luciene coloca aqui é um pouco este: ver a coisa acontecendo, e esse fogo, essa disposição... Até porque passa por um ponto que nós iniciamos aqui, que é a ausência de profissionais para ajudar nesse processo em que não há concurso público. É um elemento que termina provocando essa situação.

Se, em 1999, identificamos isso, infelizmente o quadro não mudou. Eu lembro que, em 2006, quando Eduardo Campos assumiu o Estado de Pernambuco, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação entregou para ele o diagnóstico da situação, e, nesse diagnóstico da educação básica que entregamos, havia cinco mil professores afastados temporária ou definitivamente da sala de aula por problemas psicológicos. O laboratório de psicologia lá da minha terra natal é o que tem mais número de professores. Quer dizer, entregamos para dizer: olha, tem coisa muito errada nesse Estado aqui, e a gente precisa dar um jeito nisso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa a situação que Luciene retrata, porque, nessas condições, de fato, fica complicado você cuidar das atribuições que cabem a esses profissionais.

A Maria Jose traz para a gente o tema do ECA, que é fundamental, a fala dela mostra isso. E foi o que a gente falou aqui: a participação na construção de direitos e deveres. E isso remonta à violência do Estado. Quando essa Base Nacional Comum Curricular está sendo imposta para a gente, ela está provocando essa violência, ela está tirando essa capacidade de a gente discutir o que é essencial para aquele espaço, para aquela realidade, para aquele momento,

em discutir o que é essencial para aquele espaço, para aquela realidade, para aquele momento, eu sou obrigado a fazer um currículo que tem de dizer que, naquele ano, tem que dar aquilo ali.

Nós sofremos uma pressão, Senador... Eu peguei umas turmas de matemática e eu tinha que dar conta daquele conteúdo, mesmo percebendo que o aluno não conseguiu ainda somar, nem dividir, nem multiplicar; pessoas da área de ciências também que, na oitava série, tinham dificuldade de fazer a forma de entender porque não sabiam as operações básicas desse processo.

A pergunta é: para que a gente vai atropelar o conteúdo se o aluno não aprendeu o básico ainda? E estão impondo isto para a gente, essa conjunção imediata, correndo, de que a gente tem de dar conta de conteúdo para atender o que a Prova Brasil vai pedir, e não para atender a demanda do estudante.

Então, o que a Maria José, lá de Santa Catarina traz, é fundamental: estudar a base. Qual o direito que tem? Construir participando fortemente desse processo. Para isso, vamos ter que ter um ambiente, um clima que o Atlas Santos, da Bahia, nos traz: tem que dar as condições.

Onde se formam professores neste País? 75%, faculdades privadas, que enganam o MEC, dizendo que tem doutor e mestrando lá fazendo o seu curso, e esses doutores e mestres nunca apareceram lá. Eles ministram aulas com profissionais formados como a gente, só com graduação, formando professores.

Isso, sem contar uma CPI que rolou em Pernambuco e que a gente quer trazer aqui para o Congresso. A Deputada Teresa Leitão coordenou o processo lá e foi a Relatora. Três faculdades de Pernambuco e outras de outros Estados – Goiás e São Paulo – falsificaram diplomas de professores. Eles ofereciam o curso de extensão e davam o certificado de formado como professor. Então, a denúncia está colocada. O quantitativo dessa formação quando a gente compara com o quantitativo do quadro em vários Municípios é bem maior. A gente corre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o risco de ter um Município com quadro de professores todo fraudulento, porque nunca foram formados de fato.

Então, isso passa por uma população que tem interesse em ter emprego imediato. É indicação política, porque concurso público não tem. É indicação política. Nós negociamos com prefeitos que dizem: "Eu não vou fazer concurso público, porque, se fizer, virão os de fora. Primeiro, vou dar emprego para os meus". Então, é contrato temporário.

Então, eu pego essa população desassistida também de profissionais, sem assistência e acompanhamento, e coloco dentro da escola para cuidar das pessoas. Isso é um pouco o que o Atlas traz: tem que ter condições econômicas favoráveis, atender quem precisa, para poder melhor defender dentro do espaço da escola... Isso é importante também levarmos em consideração para conduzir os nossos trabalhos.

Mais uma vez, obrigado. Voltamos na próxima audiência, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

Cumprimentos ao Heleno, que falou em nome da CNTE, ele que é o presidente. (*Palmas.*)

Por fim, o Daniel falando mais uma vez em nome do MEC.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Só fazer um rápido comentário, Senador Paim, sobre o que a Maria José, de Santa Catarina, traz, sobre a importância do ECA. Toda nossa fala, de todos nós aqui, reforçou, com bastante ênfase, a questão dos sujeitos de direitos, à medida em que as crianças e adolescentes, na vivência do ambiente escolar, precisam ser respeitadas como elas são, com suas singularidades, com suas riquezas e suas identidades. Muitos dos fenômenos da violência que nós observamos na escola têm a ver com a não aceitação da diversidade, haja vista a violência contra o público LGBT, contra as mulheres, contra os negros e pessoas que seguem religiões de matriz africana.

Por que falo isso e o que isso tem a ver com o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente? Porque o ECA estabeleceu algo fundamental e coloca as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

E o que isso tem a ver com a escola e com a pergunta aqui colocada pela Maria José? Muitas vezes, haja vista nossa Constituição Cidadã

Muitas vezes... Nós temos, haja vista nossa Constituição cidadã de 88, várias legislações decorrentes que reforçam a questão dos direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma delas. Mas, muitas vezes, nós temos uma tradição muito legalista, de estabelecer as leis, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

normas e uma vivência desses direitos menor do que expressam as nossas legislações. Muitas vezes. Nossa cultura não é tão democrática quanto nossas legislações apontam.

Então, com isso, como a escola, ao trabalhar a questão do ECA, pode vivenciar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos no seu dia a dia mais do que apenas, embora isto não seja pouco, falar do ECA e expor quais são suas leis, quais são seus artigos, como vivenciar na escola quando os conflitos, reconhecendo aquelas crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos que podem e devem discutir suas questões, seus fenômenos, os conflitos?

Então, a gente tem que avançar dentro do ambiente escolar, no que se refere a educação em direitos humanos e nossas pautas que aqui colocamos, e vários de nós puxamos pela questão da diversidade, como traduzir para dentro da escola essa perspectiva de sujeitos de direitos. Aí a gente está vivenciando o ECA de verdade, não só expondo e falando dele.

Então, fica um pouco desse desafio para todos nós de tentarmos avançar na vivência propriamente dita dessas nossas referências democráticas de direitos que estão estabelecidos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel!

Olha, vou dizer que eu estou muito satisfeito com a fala de todos aqui. Para mim, é um aprendizado. E, como estamos falando ao vivo para todo o País – agora está ao vivo mesmo; já faz umas três horas que estamos ao vivo –, eu vou fazer uma ou duas perguntinhas só, e cada um responde se quiser. Eu estou preocupado com essa violência toda no País. Mas é no campo da educação. Eu não vou sair do tema, não. É educação.

Eu queria perguntar, responda quem quiser. Como eu vim de um berço – e falo com muito orgulho – muito pobre... Eu nasci na beira do Rio do Tega. Quem é de Caxias do Sul sabe. É o rio mais poluído que tem na minha cidade. É o rio mais poluído de Caxias do Sul. A água, para se ter uma ideia, é mais escura do que isso aqui. Eu nasci ali na beira do Rio do Tega, e, para mim, foi fundamental o dia em que eu entrei no ensino técnico.

Eu, com dez ou doze anos, vendia frutas em uma feira em Porto Alegre. Aí, fiz o teste, que era muito disputado, e consegui passar. Meus pais moravam em Caxias. Meu pai já faleceu. Eu, lá na feira, pagando maçã, fruta... Eu me lembro como se fosse hoje, porque o filme fica. Meu pai chega e diz – ele me chamava de Renato – "Renato, você vai poder voltar para casa". Eu, louco de saudade de mãe, de irmãos, dez, claro me abracei a ele, chorei, e pude voltar para Caxias. Eu estava trabalhando em Porto Alegre já. Lugar de criança é na escola, mas, naquela época, fazer o quê? Tinha que sobreviver. Mas aquilo, para mim, foi fundamental. Eu fui para Caxias, fiz o curso técnico, e, antes de ser Deputado, eu ganhava, no mínimo, dez salários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimos como profissional técnico. Então, eu queria que vocês, se pudessem, os que quisessem, falassem alguma coisa sobre o ensino técnico. Primeira.

Segunda. Escola de tempo integral. Como vocês veem? Eu quero só a opinião. Eu sei que quem está lá ouvindo essa pergunta gostaria que alguém pudesse dizer alguma coisa.

Essa pergunta eles gostariam que alguém pudesse dizer alguma coisa.

E terceiro, os institutos. Sabe por que os institutos? Quando eu vou para o Estado tem fila de reitores pedindo uma emendazinha de Parlamentares, de 150 mil ou de 100 mil, para o instituto sobreviver. Eu fiquei muito preocupado com essa falta de investimento nos institutos. Então se alguém puder responder, aí eu é que vou ficar muito feliz se vocês puderem fazer uma reflexão sobre isso. Fiquem bem à vontade. Alguém quer falar sobre isso? Qualquer um dos três temas.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Sobre o tempo integral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tempo integral, ok. Pronto. Angela.

A SRª ANGELA FÁTIMA SOLIGO – Vou falar rapidinho sobre a escola de tempo integral e depois eu vou me despedir porque eu preciso pegar o meu vôo.

Mas Escola de Tempo Integral pode ser um projeto bastante interessante, um projeto que pode ampliar a vivência das crianças e dos jovens em conhecimentos muito valorizados pela humanidade, que pode ampliar saberes, desde que educadores, educadoras e gestores entendam que escola em tempo integral não é aula de manhã e à tarde, que a escola em tempo integral é para promover outras experiências e vivências de formação e aprendizagem para além da aula.

Então é aula, mas é algo mais. É vivência de múltiplas linguagens, de formas de organização em grupo, vivência da arte, vivência do esporte, vivência de novos conhecimentos...

Então nessa dimensão e nessa perspectiva, escola de tempo integral será realmente um ganho para crianças e jovens. Nessa perspectiva, ok?

Peço desculpas e me despeço, mas eu tenho um vôo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Angela, está liberada para pegar o seu voo.

A Ruth aqui. Eu vou daqui para cá e a gente encerrra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ruth.

Agora os comentários finais mesmo e eu libero vocês.

A SRª RUTH MEYRE MOTA RODRIGUES – Fazendo uma ponte com o que a Angela acabou de colocar, quando a escola oferta a educação integral e simplesmente oferece aula o dia inteiro, ela está ali se tornando, se tornando não, porque a escola em alguma medida tem sido já, mas ela acaba reforçando o seu papel de depósito de crianças e de adolescentes.

Então a educação integral é um projeto muito maior, não só do que se vai oferecer, mas também da perspectiva de alcance no processo formativo desse estudante.

E com relação, eu não sei se foi essa a sua questão, mas é sobre o ensino técnico... Não sei se foi essa a sua intenção quando você colocou, mas o ensino técnico é muito interessante, e aí eu quero falar de ensino técnico, *versus* universidade, porque existe todo um debate. É bastante interessante quando o ensino técnico é uma opção. E não é o que tem acontecido. Explico, é uma opção entre universidade e ensino técnico. Então, quando um jovem pode escolher efetivamente, é muito interessante! Mas o que a gente assiste é a dificuldade de acesso à universidade de alguns jovens e, mais uma vez, esses jovens têm um perfil social, a gente não está falando de qualquer jovem, e esses mesmos jovens são empurrados e acabam se tornando... Isso não é uma crítica ao ensino técnico, é uma crítica à forma como é ofertado e ao fato de se destinar a determinado segmento social.

Então quando ele não pode escolher, eu acho que a gente tem um problema.

Então, quando ele não pode escolher, acho que a gente tem um problema, tem uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda bem que eu escolhi na época.

O.k. Vamos em frente, então.

Agora, o Heleno, CNT, Presidente da CNT.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Eu vou tentar comentar aqui cada ponto desses bem brevemente.

O Daniel, na fala inicial dele, já tratou um pouco do papel da escola, da escola pública, quando fala da formação, que é muito ligada também à questão do mercado.

Boa viagem, bom retorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de mercado é assim: preparar a pessoa para exercer a cidadania.

Então, a gente pensa assim, Senador: quando se fala que a escola do interior do Piauí é a melhor escola pública do mundo, a de Sobral também, que base foi essa? A nota do Ideb? A nota de Matemática e de Português? E exercer a cidadania e tomar conhecimento local e geral foi discutido nessa escola? Há uma formação adequada, que dê uma base para que todos os alunos ali saiam, exercitando sua cidadania?

Então, acho que esse é um ponto em que a gente precisa manter o debate, para entender que essa política está equivocada – equivocada. Precisa a escola ter este papel de fazer com que as pessoas aprendam a viver, a conviver em comunidade e a exercer sua cidadania. Ela precisa dar as condições para que isso aconteça.

Aí o que acontece? E isto é o que a Ruth levanta. Você faz uma mudança no ensino médio, dando ênfase à questão da formação técnica. "Ah, vai ser integral, porque há o notório saber técnico, vou profissionalizar." Os dados mostram que 52% dos Municípios só têm uma escola do ensino médio. A imposição de que tem que haver o ensino técnico nesse processo traz um prejuízo enorme para a população. Muitos vão ficar fora da escola nesse processo, porque existe uma orientação nesse sentido.

Então, não podemos fazer nem oito nem oitenta. Não aceitávamos o Decreto nº 2.208, de Fernando Henrique Cardoso, que proibia que a União investisse na escola técnica. Não aceitamos. Lula chegou e, no governo dele, alterou esse decreto. Veio o de nº 5.054, que não limitou fazer investimento, mas abriu três perspectivas, que a Ruth levanta aí.

Eu faço a escolha pelo técnico lá sozinho, faço concomitantemente... Esse processo, então, dá essa abertura, para que, como o Brasil é grande e diverso, as pessoas possam ter condições de fazer a opção ou não desse processo.

Mas a escola tem que cumprir o seu papel, está lá na LDB. E a mudança que fizeram, agora, no ensino médio corta isso. Então, com o apelo na mídia de que é isto, "Não, o povo quer o ensino técnico para trabalhar logo"... Trabalhar onde?

Volto ao Governo de Pernambuco, porque é lá que trabalho, em que atuo. Está lá o Programa Travessia. O Governo comprou os telecursos da Fundação Roberto Marinho. Dos três anos, se fazia o ensino médio em um ano e meio. Todo ano 60 mil tinham seu diploma – a artista da Globo ia lá para diplomar e tudo mais. Aí vai a Petrobras fazer um curso lá, para poder capacitar o pessoal. Abriu oito mil vagas, 68 mil inscritos, e só seis mil conseguiram, porque tiraram nota 2 na prova. Então, soltou o certificado de ensino médio, e as pessoas não aprenderam, não souberam escrever, não entenderam o que estavam escrevendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é mentira dizer que vai oferecer a escola integral com notório saber, com formação técnica para todo mundo, que vai atender aos estudantes. O Governo mente para a população.

É importante percebermos isso, porque, apesar de todo o debate, de toda a discussão, não estamos negando que o jovem que queira fazer o ensino técnico tenha condições de fazê-lo de acordo com sua realidade, mas que se dê oportunidade também, para que os pobres que não têm condição para isso façam outra coisa.

Eu, quando você falou das feiras, lembrei que trabalhei na Ceasa, em Recife também. E meu pai, que trabalhava com muito esforço, dizia o seguinte: vai só estudar, não vai... O trabalho era biquinho para poder fazer as coisas que a gente queria fazer, porque tinha pouco dinheiro. Era assim: "Não tem trabalho, filho, é estudar, estudar, estudar". Mas ele se esforçou para isso, se matou para isso, para que pudesse estudar, ter condições de ter uma formação e mudar um pouco de vida. Mas isso passa

e mudar um pouco de vida, mas isso passa no contexto que está colocado. Se eu fosse obrigado a ir para um curso técnico, antecipar, tudo mais, como seriam as condições, já que minha intenção era ser um professor da educação básica desde a oitava série? E se isso fosse tirado de mim, como seria esse novo profissional? Eu não teria profissão, eu não teria condições. Então, acho importante refletir sobre isso.

A educação que nós defendemos é a educação integral. Acho que já se falou nesse sentido. Chamam de tempo integral, mas não é só questão de tempo, é educação integral, porque – vou dizer assim e posso me incluir nisso porque tenho condições para isso –, além de ter meu filho na escola, eu pago uma aula de dança, pago uma aula de línguas para ele, pago um esporte, um treino de futebol, faz atividades físicas e culturais, até de música, como minha filha fez também, que complementam a atividade pedagógica da escola. Então, quando falamos em escola em tempo integral, nós estamos falando disso. Não é fazer....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ficar bem claro para todo mundo que está nos assistindo, o Brasil todo, está interessante a sua resposta, mas, como você disse, você tem condição de dar isso para o filho, ponto um. Ponto dois: calcule o exemplo que eu dei: dez filhos, pai e mãe analfabetos, ganhava um salário mínimo. Então, foi uma salvação para mim – eu tenho que admitir – na época e é muito real.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Claro. Quem tem que cuidar disso? O Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Estado, claro.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – O Estado tem que cuidar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não cuida.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso que nós estamos cobrando aqui hoje, mas vá em frente.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Por isso que a gente fala que a educação integral é nesse sentido. Aí, quando se vai para a LDB, lá está colocado: o ensino fundamental tem que ser, no mínimo, quatro horas, mas, progressivamente, tem que buscar o tempo integral dentro dessa perspectiva. E o que o Governo faz? Querem integralizar o ensino médio, como o Governo Federal fez. Como você integraliza o topo se a base não sustenta? Se eu integralizo na base – e aí vai construindo esse processo –, a gente vai evitar o funil que ainda existe na educação básica em nosso País. Quem quiser pegar a matrícula desde a creche, ir para o fundamental até chegar ao médio, vai ver que há um funil ainda: 80 milhões de pessoas com 18 anos ou mais não concluíram a educação básica em nosso País e continuam saindo sem concluir.

Então, essa educação integral tem que existir – defendemos isso –, tem que ser na base, na educação infantil e fundamental, e, tendo as condições, vai ampliando também para o ensino médio, e não fazer o inverso, como está acontecendo.

Como nós somos uma população enorme, grande, então tudo que fizemos ainda é pouco, como diz nosso mestre Paulo Freire, para dar conta nas nossas mãos o rumo democrático do nosso País. Os institutos federais são importantes nesse processo, é uma referência nesse processo. Nesse tipo de avaliação colocada aí, é uma referência para poder ter em várias bocas de Senadores e até federalizar tudo nessa discussão. Por quê? Porque é um espaço onde há um investimento e onde há aquilo que nós defendemos. O professor que está lá tem um salário que pode ser exclusivo daquela escola, diferente de nós, da educação básica. Eu falei aqui que tenho dois vínculos – muitos têm dois –, eu tenho para a área privada porque o salário é pouco para ficar exclusivo em um único local.

Então, você tem o instituto federal com professores dedicados, tempo exclusivo, fazendo o trabalho. A perspectiva de fazer a formação cidadã, que tem esse espaço em fazer, e a formação técnica exige investimentos, tanto na estrutura quanto no quadro de profissional, e bolsas para os estudantes se manterem no processo de formação porque não adianta você fazer só à noite porque não consegue ser um bom profissional. Então, tem que dar as condições para esse jovem também ter como se sustentar ou não ser tentado pela família porque, às vezes, não tem condições, mas recurso para ser sustentado para poder ser esse profissional de que o País precisa, e o instituto tem tecnológica e capacidade para formar bons profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, por onde o senhor passa recebe a demanda de mais recursos porque, diferente de alguns que dizem que dinheiro existe só é mal gestado, isso aí também não é verdade porque nós temos a demanda fora da escola, uma demanda que abandona a escola

e temos uma escola que não garante qualidade especial.

Então, além do que está aí e que tem que ser bem gerido, de fato – e para isso a gente quer o controle social, todos os nossos documentos é isso –, e isso lembra outra coisa: isso lembra que vocês aprovaram nesta Casa, em 1996, no parágrafo único do art. 69 da LDB, que o dinheiro da educação não seria gestado, dirigido pelo Secretário de Educação. Desde 1996 que é assim. Ninguém faz, Senador. Nenhum Estado, nenhum Município coloca o dinheiro exclusivo da educação na mão da Secretaria de Educação. Se fizesse isso, o controle social seria maior, teria um maior investimento na área da educação, porque o Fundeb nós acompanhamos porque a gente consegue vê-lo, mas, além do Fundeb, há 5% dos impostos restantes e os impostos próprios dos Municípios que não entram na cesta do Fundeb. Esses recursos estão fora do nosso controle e não chegam à Secretaria de Educação por quê? Porque é na conta única do Município ou do Estado, ou na Fazenda ou na administração, utilizando os recursos educação para outras coisas.

E paro aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para o Heleno. Respondeu muito bem também.

E, por fim, Daniel, pelo MEC, e aí nós encerramos de vez.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Pelo adiantado da hora e, de fato, também já estou com compromissos atrasados, só reforçar.

As falas foram muito bem colocadas pelo Heleno e pelas professoras antecedentes. Quando a gente fala em tempo integral, ele tem que ser pensado. A gente observa em várias escolas públicas com dificuldade de recursos e de profissionais uma soma de horas e ela é muito mais do que isso. Ela tem que ser um projeto que englobe os vários conhecimentos sendo trabalhados, com esporte e com cultura, dentro de um projeto pedagógico estabelecido pela escola e dentro de uma vivência de educação integral, que é mais do que tempo integral.

Então, fica só esse alerta no que se refere a essa questão e ainda estamos um pouco longe de conseguirmos avançar efetivamente nisso no ambiente das escolas públicas, mas fica aí um desafio para enfrentarmos, desde que entendamos que não é um somatório de horas, é uma vivência educacional efetiva daquele estudante naquele ambiente formativo. Então, fica esse alerta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Daniel, falou pelo MEC.

Olha, eu queria agradecer a todos. Tenho certeza de que quem assistiu a esse debate em casa ganhou muito, aprendeu muito. Eu aprendi ouvindo vocês aqui, viu? É bom que eu me prepare cada vez mais porque eu tenho uma campanha e vão entrar esses debates todos na ordem do dia.

Enfim, a audiência pública atingiu o seu objetivo.

Muito, muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública sobre violência nas escolas. Aprofundamos e avançamos no conjunto do processo de educação do nosso povo e da nossa gente.

Um abraço a todos e que venham outras. Teremos outras, com certeza.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 65/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A situação da Defensoria Pública da União com relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95". Participantes: Daisy Assmann Lima, Coordenadora de Planejamento Financeiro e Secretária de Orçamento e Finanças substituta– SOF, da DPU; Elzano Antonio Braun, Defensor Público Federal - Secretário-Geral Federal de Controle Interno e Auditoria, da Defensoria Publica da União; Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal Secretário-Geral de Articulação Institucional, da DPU; Vanessa Meireles Barreto Chervenski, Assessora Chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão - ASPLAN/DPU; Bráulio Santiago Cerqueira, Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON; Danniel Campos, Representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e Sub Defensor Público do Distrito Federal; Maurício Krepsky Fagundes, Auditor-Fiscal do Trabalho e Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho – DETRAE/MTE; Alexandro Cardoso, Representante da Associação Nacional dos Catadores - ANCAT/RS; Leonardo Penafiel, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; e Herbert Borges Paes de Barros, Secretário Nacional de cidadania do Ministério de Direitos Humanos. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Igor Roque, Representante da ANADEF; Thaisa Oliveira, Vice-Presidente da ANADEP; Antônio Lacerda, Representante da Contag; e Renato Machado, Presidente do Sindicato dos Servidores requisitados da DPU. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 65, de 2018, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema "A situação da Defensoria Pública da União com relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado pelo número 0800-612211.

Atrasamos, porque felizmente o tráfego voltou ao normal – agora vamos dizer felizmente. Enfim, houve o acordo entre os caminhoneiros, o Congresso e o Executivo, e voltamos à normalidade.

Primeira Mesa: Daisy Assmann Lima, Coordenadora de Planejamento Financeiro e Secretária substituta de Orçamento e Finanças da SOF/DPU; Elzano Antonio Braun, Defensor Público Federal e Secretário-Geral Federal de Controle Interno e Auditoria da Defensoria Pública da União; Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal e Secretário-Geral de Articulação Institucional da DPU; Vanessa Meireles Barreto Chervenski, Assessora Chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão (Asplan/DPU); Bráulio Santiago Cerqueira, Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon). Sejam todos bem-vindos!

Depois, teremos a segunda Mesa, composta por Danniel Campos, representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais e Subdefensor Público do Distrito Federal; Maurício Krepsky Fagundes, Auditor-Fiscal do Trabalho e Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE; Alexandro Cardoso, representante da Associação Nacional dos Catadores; Leonardo Penafiel, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos; e Herbert Borges Paes de Barros, Secretário Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos.

Vamos, de imediato ao tema, que já está claro.

Passo a palavra à Coordenadora de Planejamento Financeiro e Secretária substituta de Orçamento e Finanças (SOF) da DPU, Daisy Assmann Lima.

Serão dez minutos para cada um. Se todos puderem se limitar ao tempo, ajudará, porque poderemos abrir para conversar com o Plenário.

A SRª DAISY ASSMANN LIMA – Pode deixar.

Bom dia a todos!

Eu sou a Daisy, conforme fui apresentada.

Vou falar sobre os efeitos da Emenda Constitucional 95 sobre os serviços da DPU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda Constitucional 95 impôs um limite individualizado para os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública da União para os próximos 20 anos. Esse limite pode ser reajustado pelo IPCA. Esse método de correção pode ser alterado a partir do décimo ano. O limite de 2018 foi de 3%. Para se ter uma noção do que significa isso em termos da União, R$1,3 bilhão.

O que é a Emenda Constitucional 80, de 2014? A Emenda 80, de 2014, impõe que, em oito anos, a DPU esteja nos Estados. A União, em termos de Estados e do Distrito Federal, deverá com defensores públicos nas unidades jurisdicionadas. E, nesse prazo, qual será o parâmetro adotado para se chegar a esses locais? Os índices de exclusão social e adensamento populacional.

O que a gente percebe em termos de Orçamento da União a partir da autonomia funcional, administrativa e financeira da DPU? O orçamento autônomo da DPU começou em efetivo a partir de 2015, quando ele foi de R$496 milhões; ao mesmo tempo, houve a aprovação da Emenda Constituição 80, de 2014. Em 2016, tivemos um orçamento de R$469 milhões; em 2017, tivemos um orçamento de R$563 milhões, porém tivemos a aprovação da Emenda Constitucional 95. Podemos perceber que houve crescimento do orçamento, mas a Emenda Constitucional 935 impõe um estancamento do orçamento da DPU, como já pode ser percebido 2018, com o orçamento de R$551 milhões.

A DPU é um órgão sem estrutura. Temos aqui nesta Casa dois PLs a serem aprovados: o PL 7.922, que é o PL da carreira dos servidores, e o PL 7.923, que é dos cargos comissionados.

O que significa em termos práticos o teto orçamentário da DPU para 2020? O mesmo orçamento de 2017. Mas por que a DPU? Por que o ano de 2020? Porque é o ano em que a DPU não terá mais a compensação orçamentária do Poder Executivo que está utilizando atualmente. Então, senhores, o que percebemos? Que há um gargalo, há um imbróglio entre a Emenda Constitucional 95, de 2016, e a Emenda Constitucional 80, de 2014. A Emenda 95 impõe redução de gastos – isso é evidente –, e a Emenda 80, de 2014, a expansão da DPU.

Mas o que significa a DPU em termos do orçamento disponível da União? A LOA de 2018, sob a égide da Emenda Constitucional 95, de 2016, como eu já havia mencionado, é R$1,345 bilhões, mas o orçamento da DPU são R$551 milhões, ou seja, 0,04%. O que o Estado quer em relação à Defensoria Pública?

É isso o que eu tenho para hoje.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Daisy Assmann Lima, Coordenadora de Planejamento Financeiro e Secretária substituta de Orçamento e Finanças (SOF) da DPU.

De imediato, Elzano Antonio Braun, Defensor Público Federal e Secretário-Geral Federal de Controle Interno e Auditoria da Defensoria Pública da União.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Bom dia a todos!

Cumprimento o Ex^{mo} Senador Paulo Paim e, por extensão, todos os membros da Comissão, colegas presentes, o público, os demais técnicos. Agradeço, em especial, por esta oportunidade de colocar nesta Casa a nossa nova situação frente à Emenda 95.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar um panorama maior, eu resgataria a criação da Defensoria pela Constituição de 1988 como a instituição ou serviço essencial à Justiça, em relação à assistência jurídica a todos os necessitados. Então, saímos da Constituição de 1988 com uma missão, a missão importantíssima e integral de chegar a todo País, mas o ritmo de instalação e de apoio não foi nada parecido em relação a outros órgãos. Principalmente por parte do Executivo, não foi uma tarefa, vamos dizer, levada com interesse, com prioridade. Isso porque eu entrei na Defensoria em 2006, quando já haviam passados muitos e muitos anos da Constituição.

Hoje eu fico feliz não pelo fato de ser Secretário de Controle Interno e Auditoria, mas por nós termos um controle interno e auditoria, porque isso também mostra o crescimento, a estruturação e o profissionalismo, que finalmente está chegando ao órgão, porque ele sempre foi engessado e tratado, infelizmente, como algo secundário.

Eu tenho profundo respeito pelo Legislativo, por esta Casa, porque o Legislativo estava muito atento a essa situação, o que culminou com a emenda da autonomia em 2003 e com a Emenda 80, dizendo que a Defensoria teria de chegar a todo País e funcionando bem. Foi algo importantíssimo, foi, vamos dizer, lindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei desse lindo, porque este Congresso é muito criticado. Eu diria, até com razão, que esse elogio ao Congresso merece uma salva de palmas, porque dificilmente a gente recebe um elogio aqui. (*Palmas.*)

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – A emenda é maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou um defensor intransigente da Defensoria Pública. Estou muito feliz com o seu depoimento. Fui Constituinte e estive lá desde o primeiro momento.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Lembro desse fato. Acho que a única diferença do Senador Paim é que eu atravessei o Uruguai. A minha família é de Santa Catarina, mas quase sou conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dizem que gaúcho não é bairrista. O que mais os gaúchos gostam de dizer é que todos os brasileiros são gente boa, porque são gaúchos e gaúchas de todas as querências. É puxando para o Rio Grande!

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Bah!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei do bah! Vou ter de responder com o tchê! (*Risos.*)

Mas vai, doutor. Foi só para descontrair.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Então, a Emenda 80, para mim, tem até uma redundância, porque, se havia o serviço essencial à Justiça, seria óbvio que deveria a Defensoria estar estruturada em todo o País. Mas é uma redundância saudável. É como no avião em que há quatro sensores para dizer que trem de pouso não baixou; então, se falhar um, há outro. Assim, apesar de ela ser redundante, foi fantástica no sentido de que dá novamente uma missão: vamos chegar a todo o País, vamos estabelecer essa estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande inversão da nossa missão que vejo com a Constituição de 1988 é que o serviço está ativo está presente até hoje como um dos meios de prestar assistências às pessoas. Eu fui servidor em Santa Catarina do Judiciário e via que esse serviço funcionava quando o pobre estava no polo passivo das ações. Eu sou criminalista, estou na área criminal, nada a... Pelo contrário. Mas era a vez que o pobre tinha assistência jurídica. Está lá em uma situação de réu, polo passivo numa ação penal. Era nesse momento que ele tinha algum serviço jurídico, defesa.

A Defensoria passa a trabalhar em polos ativos. Essa pessoa, essa comunidade passa a tentar a ser titular de direitos. Vai lá com a ação e diz "olha, eu tenho esse direito, eu quero". Então, há uma inversão de polos. É algo também que é, vamos dizer, a nossa razão de ser, e avançando, inclusive no momento em que o Judiciário está, vamos dizer, um pouco refratário, não só nas ações judiciais, no campo do Judiciário, mas também começando a identificar problemas, situações jurídicas que podem ser resolvidas perante o Executivo, mas ainda perante os Legislativos. Então, traz essa população de forma mais organizada, com projetos de lei, já pleiteando os seus direitos e indo para o polo ativo.

Nós temos planejamentos internos, uma lei que criou uma quantia bem razoável de cargos de defensores. Infelizmente, isso em relação aos servidores ainda são projetos, mas havia uma expectativa de crescer, efetivar e, aí veio a Emenda 95.

Antes de ser defensor público, fui colega do Bráulio, fui auditor na CGU. Então, tenho esse passivo técnico. E, quanto a parte técnica, eu faria um pequeno porém, dizendo que a emenda tem alguns méritos no sentido de ela trazer o orçamento de forma objetiva. Feito isso, ela traz uma situação de congelamento total dos órgãos públicos, das funções públicas do serviço público, porque estabelece uma margem muito pequena de... Não é nem de crescimento, porque só vai acompanhar, de certa forma, as perdas inflacionárias. Até aí todos estariam nessa situação, todos os órgãos enfrentam a emenda. Mas, para a Defensoria, vai ser muito mais sensível. Por quê? Porque é um órgão que estava em desenvolvimento ainda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem problema.

Aqui são dez minutos para cada um, mas o Presidente disse, no limite, mais cinco. São 50% a mais do que tinha.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Obrigado, Senador.

A nossa cobertura territorial é hoje de 29% do Território. Tudo bem, houve algumas estratégicas nesse Território – capitais, adensamento populacional –, mas também há contraste, porque, nos grandes isolamentos geográficos, a gente tem dificuldade de ser fazer presente, a não ser como serviço itinerante.

Mas, enfim, estamos em 29% do Território; faltam 71%. Isso de maneira espacial. Se considerarmos em população, estamos em torno de 50%. Isso também não quer dizer que a gente consiga efetivamente fazer essa cobertura, porque, em alguns núcleos, como São Paulo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belém, o atendimento adequado a esse adensamento populacional demandaria muito mais estrutura, muito mais cargos.

Então, para concluir, há uma contradição muito grande entre essas emendas. Foram manifestações da vontade das Casas Legislativas, mas como a Emenda 95 não deu atenção nenhuma atenção a um órgão que ainda precisa se desenvolver, se estruturar, ele vai ficar congelado, sem conseguir cumprir a missão, o dever – para mim, é um dever – da Emenda 80 de nós sermos efetivos, completos para todos os brasileiros. É uma questão de isonomia. Hoje há brasileiro que tem assistência jurídica gratuita, se necessitar, e há cidadão que não tem, não vai ter e não tem perspectiva. Havia uma de oito anos, a Emenda 80; e a Emenda 95 não é compatível. Por mais que a Defensoria faça o dever de casa, reveja os gastos, procure a eficiência, parta para as inovações – tudo isso é possível e não há por que ser contrário a isso –, mas é inconciliável com a plenitude da nossa missão, da necessidade de cobertura. Não sei se teríamos de propor novamente para a Casa Legislativa, para o Executivo, mas vai ser uma interrogação, um ponto de escolha: qual a Defensoria que queremos?

Está muito claro, está na Constituição, está nas Emendas 73 e 80, mas o Executivo não cumpriu e criou um mecanismo burocrático com muito poder de coação. Dá para mandar alguns gestores, secretários de controle, dá para penalizar e mandá-los para o xadrez, se não cumprir. É uma dificuldade. É uma questão muito grande.

Então, eu faço uma denúncia mesmo: a Emenda 95, acredito, prejudica o serviço público de uma maneira muito forte de modo geral, mas, a Defensoria, por ter um orçamento autônomo e isolado – porque ele ficou meio sem vinculação –, não há como ter um socorro do Executivo. O Executivo planejou muito bem até ao tirar o papel de V. Exªs, no sentido de que uma emenda parlamentar para os orçamentos da União perdeu qualquer sentido, porque se a gente aceita, recebe, entra na mesma conta, no mesmo orçamento que já estava previsto.

Então, acho que foi uma forma que o Executivo pensou até para tirar o protagonismo. Já não há iniciativa de lei que implique gastos, agora também não pode haver emenda.

Obrigado à Comissão e a V. Exª pela oportunidade e aos colegas pela atenção. Desculpem ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas ficou dentro do tempo.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Mas estamos jogando a nossa vida, o nosso futuro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E defendendo sempre os setores vulneráveis. Uma salva de palmas para o Elzano Antonio Braun, Defensor Público Federal, Secretário-Geral Federal de Controle Interno e Auditoria, da Defensoria Pública da União. (*Palmas.*)

Os dois foram muito bem, tanto a Daisy como o Elzano. Eu, como Presidente... Eu não sou juiz, mas dou minha opinião. (*Risos.*)

Foram muito bem, podem ter certeza, e por isso eu digo: tudo com a democracia, nada sem a democracia, na perspectiva de que o novo governo que vai ser eleito em outubro possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender às demandas e não criar obstáculos, pelo papel fundamental que os senhores e as senhoras cumprem.

Passamos a palavra para o Defensor Público Federal, Secretário-Geral de Articulação Institucional da DPU, Sr. Francisco de Assis Nascimento Braga, aliás, Francisco de Assis Nascimento Nóbrega.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Eu ia ficar bravo por ter virado Braga. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nada a ver com o cenário aí.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Bom dia a todas, bom dia a todos! Primeiramente, obrigado ao Senador Paim por abrir esse espaço para a Defensoria Pública da União. Queria saudar os demais colegas que estão aqui na Mesa, a Vanessa, a Daisy, o Dr. Bráulio, o Dr. Elzano, os colegas defensores e defensoras que estão aqui na plateia, os colegas dos movimentos sociais, a sociedade civil.

É bom que a gente comece colocando a Defensoria Pública da União dentro desse contexto em que a gente vê, em diversas Casas Legislativas, não só aqui no Senado, mas nos Estados, também na Câmara dos Deputados, vários, diversos questionamentos feitos à constitucionalidade dessa emenda.

Então, a gente está hoje aqui fazendo um recorte – e agradeço mais uma vez ao Senador Paim por abrir esse espaço para a Defensoria Pública da União –, mas a gente vê que diversos movimentos sociais e diversos setores da sociedade civil brasileira denunciam que essa Emenda 95 traz diversas violações de direitos humanos. Então, eu queria só colocar que estamos inseridos dentro desse contexto de dificuldades que essa emenda trouxe.

Eu gostaria de aproveitar um pouco da fala do Dr. Elzano e também da Daisy para, primeiro, dizer que, coincidentemente ou não, no dia 4 de junho de 2014, foi aprovada a Emenda 80. Hoje ela completa exatamente quatro anos. E ela prevê, como já foi colocado aqui no eslaide, que nós devemos interiorizar a Defensoria Pública da União, dos Estados e do DF nos próximos oito anos, ou seja, faltam quatro anos. Infelizmente, estamos fazendo, com a Emenda 95, o sentido inverso, estamos fazendo o caminho inverso.

Eu tenho aqui alguns dados. O Dr. Elzano falou em 29%. Esses 29% é o dado mais positivo e o mais otimista que a gente pode ter. Se a gente olhar por outros ângulos, por exemplo, unidades que existem mas que não têm defensores porque não têm prédio ainda disponibilizado, esse número cai. A gente tem, no TRF1, que é o TRF da 1ª Região, que corresponde aos Estados do Norte, a Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Piauí, Goiás e o Distrito Federal, 97 sessões judiciárias da Justiça Federal, e existem 25 Defensorias Públicas da União. São 97, e temos 25. No TRF2, que é Rio de Janeiro e Espírito Santo, são 25 seções judiciárias da Justiça Federal e cinco Defensorias Pública da União. No TRF3, que é São Paulo e Mato Grosso do Sul, nós temos 52 seções judiciárias da Justiça Federal e 13 Defensorias Públicas da União. No TRF4, que são os três Estados do Sul, são 62 seções judiciárias e 15 unidades da DPU. E, por fim, no Nordeste, na minha terra, em Pernambuco e nos demais Estados que estão no TRF5, Sergipe, Alagoas, Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Norte, Paraíba e Ceará, nós temos 43 seções judiciárias e apenas dez Defensorias Públicas da União.

O que isso significa? O Estado levou até diversas cidades do interior, usando de critérios que dialogam com o que está na Constituição em relação a adensamento populacional, em relação à vulnerabilidade social, a índice de desenvolvimento humano, foram esses critérios que nortearam a interiorização da Justiça Federal também. Onde há Justiça Federal, há Ministério Público Federal, mas não há Defensoria Pública da União em 72... É mais de um terço, quer dizer, nós estamos em menos de um terço de onde há o sistema de Justiça para levar assistência jurídica gratuita.

Então, é uma situação que nos preocupa porque é um desafio que não é de hoje. Eu sou Defensor Público há 12 anos, considerando meus quatro anos de Defensoria Pública do Estado – estou vendo aqui a Drª Thaísa, da Anadep. Eu fui Defensor do Estado de Pernambuco antes de ser Defensor Público Federal. Essa interiorização sempre tem sido uma grande batalha; é um desafio para os Estados, é um desafio também para a União. A nossa situação ainda é mais dramática, digamos assim, porque a gente tem Estados em que a interiorização está bem avançada. Não é o caso da Defensoria Pública da União.

E eu menciono aqui ainda que eu estou falando especificamente e fazendo um recorte para a Justiça Federal, mas a gente sabe que a Defensoria Pública da União tem atribuição para atuar em todas as Justiças ditas especiais: a Justiça Eleitoral, a Justiça Militar, a Justiça do Trabalho e a justiça... Eleitoral, Trabalhista, Militar e o quê? Ajudem-me aí! São essas? E a própria Justiça Federal.

O que a Defensoria Pública tem feito, já que esse é um desafio antigo? A gente tem tentado, durante esses anos, principalmente mais fortemente após a Emenda 80, de 2014, além de interiorizar, a gente tem a abertura e o crescimento da Defensoria a partir de 2014, já cumprindo o mandamento do poder constituinte derivado, mas a gente tem uma outra forma de atuação, de que eu vou falar rapidamente aqui, já que meu tempo está correndo, que é em relação às itinerâncias da Defensoria Pública da União.

Primeiro, eu vou deixar claro que a atuação itinerante da Defensoria, por mais que ela seja positiva, por mais que ela leve a Defensoria, de alguma forma, a esses locais em que a gente não tem um prédio instalado, de forma alguma ela substitui a instalação de uma unidade. Isso não é uma solução definitiva, é claramente uma solução paliativa, e por quê? Para que a Defensoria consiga chegar... Por exemplo, no Pará, em que a gente tem apenas três unidades, uma em Belém, uma em Santarém e uma em Altamira, se a gente receber uma demanda de Marabá, por exemplo, por conta da Vale do Rio Doce e de uma série de situações que existem lá de violações de direitos humanos, para eu ir para Marabá e fazer um atendimento, eu preciso me articular com a municipalidade ou com alguma secretaria de Estado, eu preciso fazer essa ponte. Eu preciso ter estrutura física, eu preciso ter acesso à internet, eu preciso ter espaço físico, computadores. Então, tudo isso gera um nível de obstáculo que não haveria se a gente tivesse um prédio lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais ainda: a gente precisa deslocar os servidores, deslocar os defensores, defensores estes que estão extremamente assoberbados com suas atribuições nas suas unidades. A gente vê que a quantidade de defensores no Brasil, de defensores federais no Brasil é inacreditavelmente baixa. Infelizmente a gente tem, como já foi mencionado pelo Dr. Elzano, uma legislação que prevê mil... Igor, ajude-me aí. São mil e poucos cargos, não sei exatamente, não sei a quantidade exata. Mil e...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – São 1.271 cargos que são criados por lei, e a gente não consegue provê-los, porque falta orçamento. Quando a gente traz para essa equação a Emenda 95, a gente não vê nenhuma perspectiva de crescimento, e não há como a gente pensar em crescer, expandir dentro do Território, crescer em quantidade de unidades sem pensar em crescer em quantidade de defensores e também em quantidade de servidores. A gente hoje em dia tem este outro desafio também: além da ausência de um quadro próprio, os servidores que a gente tem, requisitados, estão sendo convocados de volta para os seus órgãos.

Eu estou com medo de estar atropelando a fala de outros colegas que me sucederão, mas a gente tem diversos desafios, e a gente está num momento em que vários desses desafios estão se ombreando e se apresentando de forma conjunta para a Defensoria Pública. Não só não temos carreira de apoio, mas o que nós temos de carreira, que são servidores requisitados em sua grande parte, estão sendo chamados de volta para os seus órgãos. São chamados de volta ou então pedem que a gente pague por eles. A partir de três anos, se você quiser ficar com esse servidor, você vai ter que pagar o salário dele. Nesse contexto, em que a gente não tem para onde destinar nem crescer, é bem preocupante a situação da continuidade do funcionamento regular mesmo da Defensoria, caso a gente não tenha uma solução também para essa questão dos requisitados.

Mais uma vez, eu reforço: a gente tem, desde 2015, principalmente atuado de forma itinerante. Eu trouxe aqui alguns dados que mostram essa atividade, o impacto dessa atividade. A gente conseguiu, em 2015, atender 42 seções judiciárias para além das que a gente já está atendendo. Então, a Defensoria Pública está em 68, 69, 70 seções judiciárias, a depender do cálculo, do parâmetro, e, em 2015, a gente conseguiu levar a Defensoria Pública para fazer esse atendimento itinerante em mais 40, 42 seções judiciárias. Mais uma vez, eu repito: é um atendimento bem limitado, porque ele depende de estrutura física. E outra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Opa!

E há outra questão que eu devo destacar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É automática. Não sou eu que aperto. (*Risos.*)

Está avisando que falta um minuto. Mas claro que, se necessário, a gente vai a mais cinco.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Em relação à atuação itinerante, ela é marcadamente judicial. Na prática, os defensores, quando estão em um lugar, eles estão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem, passando dez, quinze dias, ou até menos que isso. Então, não há tempo de você promover uma articulação com a sociedade civil, fazer uma atuação coletiva, uma atuação extrajudicial, que tem sido a marca e um grande incentivo que a legislação... Inclusive as duas Casas Legislativas colocaram na nossa lei complementar essa atuação marcadamente extrajudicial, e ela não consegue ser feita por meio de ação itinerante. Com a ação itinerante, na prática, são abertas ações judiciais, e depois é aberto novo momento de idas em campo para fazer as audiências, mas a gente não tem uma atuação plena da Defensoria Pública da União durante as itinerâncias.

Por mais que seja importante, a gente tem aqui o impacto: quando a gente vai a 40 seções judiciárias, a gente acaba impactando 100, 150, 200 Municípios, que é a circunscrição dessas seções judiciárias.

Mas ainda assim, como venho dizendo, são as itinerantes que fazem com que essa atuação seja mais voltada para a judicialização, e não para o coletivo e para o extrajudicial, por total impossibilidade. Muitas vezes, a gente tem uma internet lenta, e a gente não consegue sequer atender todas as pessoas que procuram a Defensoria naquele dia porque a gente não consegue escanear os documentos. Eu me lembro de situações em que não se tem coragem de dizer ao assistido "volte amanhã, porque vai demorar muito para eu pegar seus documentos", porque ele mora na zona rural; para ele, já foi uma dificuldade chegar até ali, e a Defensoria estará ali só uma semana. Então, é difícil realmente a gente conseguir prestar o serviço de excelência que as Defensorias Públicas prestam neste País dentro do modelo de itinerância. Mas, mais uma vez, eu reforço que é importante, porque é uma forma de fazer a Defensoria Pública chegar, a gente acaba atuando com essas itinerâncias.

Eu queria destacar ainda que existem dois tipos de itinerância na Defensoria: a itinerância que a gente faz organizando a itinerância por Brasília, que a gente chama de itinerante centralizado, e o itinerante que é de iniciativa das unidades. A gente teve, no ano de 2016, mais de 88 ações itinerantes realizadas pelas próprias unidades. E aqui é um acúmulo de trabalho. Então, o colega de Volta Redonda, do Rio de Janeiro, decide fazer uma ação itinerante dentro da sua organização de trabalho, quer dizer, um trabalho extra para ele, o mesmo em relação... Em 2017 a gente vem mantendo essa fórmula de itinerância descentralizada, em que as unidades dizem até onde podem ir, quais cidades consegue atender, de qual forma.

E temos ainda o itinerante que é o que a gente chama de Eu Tenho Direito, que é o itinerante descentralizado, mas o itinerante que existe por provocação de outro órgão. Então, está até aqui o colega do Ministério do Trabalho, que vai, imagino, falar também sobre isso: a gente vem atuando em missões itinerantes junto com um grupo móvel do Ministério do Trabalho que faz resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Desde 2015, foram mais de 900 trabalhadores. É um dado que eu tenho aqui dos relatórios dos defensores que estiveram nessas missões.

E esta também, Senador Paim, é outra preocupação: se a gente vai conseguir manter esses itinerantes com esses cortes, com essa necessidade de encolher o orçamento da Defensoria Pública da União. A gente não só não consegue ir até as unidades, abrir novas unidades, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não consegue expandir a atuação de itinerantes, levando a Defensoria para mais locais, ainda que de forma não plena. E também nos preocupa a situação dos itinerantes para resgate de trabalho escravo, que são itinerantes para mutirões, ações globais e outros tipos de ações, porque a gente está num momento de encolhimento do orçamento da Defensoria. A Daisy já colocou isto: a gente já viu o orçamento menor, e o orçamento da gente tem que ser encolhido ainda mais para se adequar aos termos da Emenda 95.

Para finalizar a minha fala, eu agradeço mais uma vez ao Senador Paim em nome da Defensoria Pública da União, em nome dos colegas que estão aqui, por poder abrir esse espaço para que a gente coloque as nossas preocupações, coloque nossa ansiedade, esse nosso temor de que o serviço da Defensoria Pública, em vez de crescer e se expandir, como ordena a Emenda 80 e como ordenam outros dispositivos da Constituição, acabe sendo alvo do movimento inverso e tenha que ser reduzido.

Eu fico muito triste quando escuto as reuniões de gestão, em que se aventa a possibilidade de fechar unidade x, de ter que fechar unidade y.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – A gente precisa falar, porque são dados reais, são reuniões que aconteceram. É uma situação real. A gente não tem como receber mais orçamento e a gente não tem como crescer. Alguma medida vai ser necessária, a gente vai precisar continuar fazendo cortes até 2020. Então se coloca na mesa isto, "essa unidade a gente vai ter"... E a gente sempre coloca como última, última opção fechar uma que já existe, mas está dentro, infelizmente, do que pode vir a acontecer, mesmo sendo o que a gente não deseja, o que a gente não quer.

Obrigado. Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal, Secretário-Geral de Articulação Institucional da DPU.

Vieram dois questionamentos ou dois comentários. Um é da Bahia, ED, da Bahia: "A Defensoria Pública é de mister benefício para a sociedade brasileira, infelizmente é relegada a segundo plano [conforme vocês têm colocado aqui], com poucos defensores públicos, o que dificulta ainda mais a inclusão de cidadãos na sociedade brasileira, não tendo quem defenda os cidadãos em questões legais."

É na linha do que vocês colocaram. O orçamento já é pouco, e o Governo agora anuncia que vai reduzi-lo ainda mais, inclusive nessa linha que me preocupa muito, no combate ao trabalho escravo. E a Emenda 95 é esse desastre, congelou todos os investimentos no País por 20 anos. Eu não vi nenhum país do mundo fazer isso. Quer crescer, quer se desenvolver, quer distribuir renda, quer gerar emprego, mas congela os investimentos!

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN (*Fora do microfone.*) – Também subtrai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Uma grande questão que eu vejo é que subtrai a vontade, a soberania popular das próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Porque a população poderia decidir, escolher um candidato que imagine que a gente está num momento em que a gente deve fazer mais gastos para crescer ou, enfim, qualquer linha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Investir.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Investir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Investir não é nem gasto.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Ou então escolher uma linha conservadora, "não, o momento é de economia, de contenção", mas é uma escolha. Mas criou-se uma projeção futura, limitando próximos governos que ainda nem foram escolhidos, não é? Essa é a minha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E um Vice-Presidente, que é Presidente, que, quando foi Vice, não defendeu essa tese. Eu espero que os próximos candidatos a Presidente e Vice defendam suas teses para que a população saiba como vai ser a postura deles durante os próximos quatro anos.

Eu lembro aqui que, como eu presidi a CPI da Previdência, o pessoal da Receita Federal também disse que eles também não têm estrutura. Então, a Receita poderia estar executando os grandes devedores, leia-se principalmente grandes bancos, e infelizmente não tem estrutura. Há um que chegou a dizer: "Paim, tu és do Grêmio ou do Inter?" Eu disse: "Eu sou do Caxias." "Isso é coisa de político", ele disse, mas numa boa. (*Risos.*)

E deu uma risada. E ele disse: "Imagine o estádio do Inter e do Grêmio lotado de processos, e nós não temos nem servidores para ajudar na execução, na seleção." É o que vocês falam aqui. Os servidores que vocês têm, eles estão retirando, e não permitem que se amplie o número de defensores. Vai na linha dessa questão colocada aqui pela ED, da Bahia. Agora sempre há alguns que... Aqui o importante é isso, e por isso é uma democracia.

Cesar Reghini, de São Paulo, diz que a emenda é muito importante diante da crise que vivemos, mas "nossos governantes precisam simplificar e desburocratizar nosso sistema para que possamos gastar menos e minimizar o custo Brasil [...]". Tem para todo gosto, não é? Então, vamos lá!

E os que falarem agora e depois também poderão fazer ponderações sobre essas duas afirmações.

Passo a palavra para a Assessora Chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão – Asplan/DPU, Srª Vanessa Meireles Barreto Chervenski.

Se a pronúncia é essa não sei, mas a intenção foi boa.

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – Chervenski.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está parecido, está bom.

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – É lá do Rio Grande do Sul, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto! (*Risos.*)

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – Não é meu, é do meu marido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse "pronto" é do Ceará. Eu fui fazer uma palestra lá no Ceará, e tudo que eu dizia, o pessoal dizia: "Pronto!" "Pronto, Senador!" Mas o que é esse "pronto"? "Ele está dizendo que o senhor tem razão." Então, já fiquei feliz.

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – Bom dia a todos! Eu sou da área de planejamento e modernização da gestão da DPU. Nós somos responsáveis pela gestão da estratégia, a estrutura organizacional e a cobertura da DPU. Então, a gente vai falar muito de números aqui.

A missão da DPU é garantir aos necessitados o conhecimento e a defesa dos seus direitos. Essa missão foi traçada desde 2012, e a gente continua firme nesse propósito. Mas, para a gente atingir, conseguir essa missão, a gente precisa de estrutura, e, como já foi falado aqui na Mesa, é uma estrutura que a gente não possui. A nossa estrutura organizacional é essa, correspondente à da Administração superior, mas nós ainda temos 76 órgãos de atuação, que atuam nos Estados e no Distrito Federal. Então, nós possuímos 14 DAS e 13 funções pertencentes ao Ministério da Justiça. Nós não temos quadro, nós não temos estrutura de cargos e função. Como a Daisy comentou, faz parte do PL 7.923, que ainda não foi aprovado.

A nossa força de trabalho é composta de acordo com esse quadro. Foi falado aqui pelo Dr. Francisco da questão dos requisitados, que correspondem a quase 20% da força de trabalho da DPU. Então, imagine todos esses requisitados voltando para os seus órgãos de origem porque a DPU não possui orçamento para ressarcir. É uma situação bem caótica.

E também há a questão dos estagiários, que correspondem a quase 60% da força de trabalho da DPU. Então, é uma situação fragilizada, quando a gente deve, sim, reforçar essa questão dos servidores próprios e dos próprios defensores – e o quadro ao lado mostra o déficit de defensores, que chega a 59%. Hoje somos 601 defensores. Eu digo somos, mas eu não sou defensora, eu sou servidora requisitada. Eu digo somos porque eu já me sinto parte da casa. A quantidade mínima necessária é de 1.469. Isso foi um estudo feito há um tempo atrás pela Asplan. Então, nosso déficit perfaz 59%.

Aqui, um pouquinho dos números da DPU. Nós estamos crescendo em termos de atendimento. Nós atingimos 1,8 milhão de atendimentos em 2017. Em relação às conciliações extrajudiciais, o número vem crescendo ao longo do tempo. Quando a gente vê 16,5 mil, a gente acha que é pouco, mas é um esforço muito grande da DPU em estar atuando nessas conciliações extrajudiciais.

E a nossa cobertura frente à população economicamente necessitada está em 56%, que é aquela parte azul do gráfico, que é a cobertura da DPU em termos populacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é a cobertura da DPU relativamente aos órgãos de atuação, frente à Justiça Federal. Então, como o Dr. Elzano comentou, nós somos 29% da Justiça Federal.

E aqui a gente pegou o exemplo do Rio Grande do Sul, um Estado bem bonito, para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E depois não digam que somos bairristas, a gente não aceita! (*Risos.*)

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – O primeiro gráfico mostra as seções e subseções judiciárias onde a DPU está. São 25 seções e subseções judiciárias, e a DPU possui 7 órgãos de atuação no Rio Grande do Sul – onde está pintadinho, colorido, a DPU está.

No gráfico ao lado, o que está em rosa são os Municípios que demandaram serviços da DPU, mas, onde a DPU não está, a gente negou atendimento. A gente não tem condições de atender a todo esse público.

Então, vejam, eu peguei o exemplo do Rio Grande do Sul, que corresponde a 55% desses Municípios que demandaram serviços da DPU, mas a gente pode ir para outros Estados com situações iguais ou até piores, como o Estado do Ceará, onde 95% dos Municípios demandam serviços da DPU, mas a DPU não pode atendê-los.

Bom, há um plano de interiorização que foi idealizado em 2014 e nele constavam 205 unidades a serem implantadas até 2022 para seguir a Emenda Constitucional 80. No entanto, ele foi suspenso, esse plano foi suspenso em 2017 por força da Emenda Constitucional 95. A gente não tinha condições de prosseguir na instalação dessas unidades. A gente já possui uma baixa cobertura da DPU frente à Justiça Federal, os 29%, e veio a Emenda Constitucional 95 trazendo risco para reduzir o quantitativo que a gente já tem. É um risco. Como o Dr. Francisco falou, é nossa última possibilidade de atuar nisso, mas, sim, existe esse risco. E isso impacta a meta de abertura de novas unidades. Então, é um contrassenso: a Emenda Constitucional 95 indo de encontro à Emenda Constitucional 80.

E aqui a gente trouxe um estudo que a Asplan fez também trazendo um cenário de restrição orçamentária: o que aconteceria com a DPU em termos de unidade? Como nós somos responsáveis pelo plano de interiorização, a gente pensou no seguinte. A que corresponderia cada um milhão de restrição orçamentária para a DPU em termos de pessoas economicamente necessitadas que deixariam de ter a cobertura da DPU? Então, quando a gente vê ali em dez milhões... Cada um milhão tem um número correspondente. Dez milhões a menos no orçamento da DPU impactariam 4,5 milhões brasileiros, esse é o número de pessoas que deixariam de ter cobertura da DPU. Esse, portanto, é um impacto social relevante sobre o qual não podemos deixar de refletir.

Esse outro gráfico traz um comparativo dos órgãos congêneres em relação ao orçamento. A gente vê ali a DPU em verde, 0,6 bilhão, ou seja, não chega a um bilhão, são 600 milhões o orçamento da DPU – arredondando um pouquinho. E o segundo órgão que posso descrever como congênere tem 3,5 bilhões.

Recentemente perguntaram qual seria o orçamento mínimo necessário para a DPU funcionar, e a gente chegou a 1,3 bilhão, considerando os dois PL, da força de trabalho, considerando os servidores, a estrutura dos cargos e funções, considerando o déficit de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensores, ou seja, dar posse aos servidores que precisariam fazer parte do quadro e também instalar essas unidades que ainda não foram instaladas. A gente chegou a 1,3 bilhão. E notem que 1,3 bilhão não chega nem à metade do segundo órgão congênere em relação a orçamento.

A gente fez outro estudo recentemente comparando os valores da assistência jurídica por processo. Hoje, quanto um processo custa para a DPU? No estudo se considera um assistido que chega e demanda um serviço da DPU e se esse mesmo serviço fosse prestado pelo mercado, considerando a tabela, considerando o piso da OAB. A gente obteve o seguinte resultado.

O custo desse processo para a DPU é R$1,5 mil e, para o mercado, seria quase R$5 mil. Com isso, a gente reflete sobre o seguinte. Se a gente considerar o ganho social como sendo o valor da assistência jurídica prestada pelo mercado menos o custo do governo, aqueles R$1,5 mil, a gente teria um ganho social, em 2017, de 2,3 bilhões. Esse é o ganho social que o Estado e a sociedade brasileira têm por manter uma estrutura como a DPU.

Essa é a minha fala.

Agradeço a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Drª Vanessa Meireles Barreto Chervenski – gaúcha, mas brasileira com certeza absoluta! É só uma brincadeira que eu faço, mas pode ter certeza de que já houve no Rio Grande essa bobagem do separatismo. Nós somos brasileiros e ponto, com muito orgulho, sim, senhor.

Muito bem, Drª Vanessa, esses dados são bem interessantes. Mil e quinhentos atendendo todo o custo social, e o mercado, que é o senhor mercado hoje, que manda neste País, cinco mil, não é? Estaria em torno de 2,3 bilhões o ganho social, não é?

Estão muito interessantes os dados. Hoje, felizmente, estamos ao vivo para todo o Brasil. As pessoas pensam que aqui estamos falando só para o plenário, mas isso não é real. Estamos ao vivo todas as segundas-feiras pela manhã. Fiz questão de que tivéssemos a presença de vocês hoje para que o Brasil conhecesse esses dados.

Se vocês assim entenderem, no fim, se quiserem, vocês poderiam fazer uma carta desta audiência com o resumo de tudo o que estou ouvindo aqui. Eu a leria no plenário do Senado e me comprometeria também, em nome da Comissão, a remetê-la para todos os candidatos a Presidente. É que eu quero que os candidatos a Presidente comecem a falar em projeto de nação para não ficarmos no debate personalizado: "Em quem tu votas?" Eu quero saber em quem vou votar e qual é o projeto de nação que esses candidatos têm. Fica para vocês analisarem essa sugestão de um resumo final.

Eu passo a palavra agora para o Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon), Sr. Bráulio Santiago Cerqueira.

O SR. BRÁULIO SANTIAGO CERQUEIRA – Obrigado, Senador Paim. Obrigado por abrir este espaço na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Eu queria também agradecer o convite da Assessoria de Relações Institucionais e de Assuntos Parlamentares da Defensoria Pública.

Bom, sem mais delongas, eu vou entrar na minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eu sou o primeiro convidado que não é exatamente da Defensoria. Eu estou aqui em nome do sindicato dos Controladores da CGU, Unacon Sindical, da CGU e do Tesouro Nacional. Inclusive, eu venho do Tesouro Nacional, sou servidor público há 11 anos.

Eu vou tratar de aspectos mais gerais da Emenda Constitucional 95, e as minhas últimas considerações vão ao encontro do que já foi colocado aqui especificamente em relação ao caso da Defensoria Pública da União e o teto de gastos.

Bom, eu quero passar três ideias para a audiência, para quem está nos ouvindo, nos acompanhando na internet e para quem está aqui.

A primeira ideia diz respeito aos problemas de formatação da regra do teto de gastos primários brasileiros, lembrando que a regra de teto de gastos é só para despesas primárias. Quer dizer, nada se fala da despesa financeira do setor público, que, aliás, é o destaque... Se há alguma coisa que chama atenção nas contas públicas brasileiras é o dispêndio com juros da dívida pública, e não exatamente o déficit primário – eu vou falar um pouco sobre isso. Eu queria trazer aqui vários problemas de formatação da regra do teto de gastos.

O segundo ponto é a inexequibilidade da emenda constitucional no Governo central. Isso se nós pretendemos continuar nos marcos da Constituição Federal de 1988, quer dizer, sem alterar profundamente a Constituição de 1988. E aí não é só a questão da Defensoria Pública. A constituição de direitos, os direitos sociais que estão previstos na Constituição, a gente vai precisar revê-los em sua ampla maioria: educação para todos, saúde pública, previdência, assistência.

Por fim, a inexequibilidade da emenda constitucional na Defensoria Pública.

Bem, vamos iniciar.

Aqui já foi comentado, o Dr. Elzano colocou muito bem... Eu queria começar destacando o déficit democrático da Emenda Constitucional 95, algo a que o Senador Paim também se referiu. Quer dizer, primeiro, isso não foi colocado nas eleições de 2014. Aliás, por nenhum candidato, muito menos pelo vencedor. A emenda – vejam bem – congela... Todos somos a favor de um Estado mais eficiente, eficaz e efetivo na prestação. Agora, do que estamos falando aqui é da redução do tamanho do Estado.

Eu sou economista e quero deixar bem claro isto: não existe, na teoria econômica, tamanho ótimo de Estado. Isso são construções sociais, históricas, culturais. E o que nós fizemos, o que o Governo Temer propôs com a anuência do Congresso Nacional, foi reduzir o Estado.

Se nós supusermos crescimento de 2,5%, crescimento real da economia de 2,5% durante 20 anos... O gasto público, o gasto do Governo central depois de 20 anos estará em torno de 12% do PIB contra 20% do PIB atualmente. Nós reduziríamos o Estado em 40% em 20 anos e sem conversar com a população, sem conversar com os próximos governos!

E eu vou mostrar aqui que a emenda... O Governo Temer vai conseguir cumprir, porque a inflação de 2016, que fixou o teto para 2017, foi mais alta do que a inflação de 2017. Isso deu espaço.

Além disso – eu sou do Tesouro, então eu conheço, eu estava lá em 2017, Senador –, o que o Tesouro Nacional fez quando viu que iria ser aprovada a Emenda Constitucional 95? Acelerou a execução de gastos em 2016 para formar uma base, um ponto de partida no Executivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente para que o Executivo cumprisse a emenda em 2017 e 2018 – não vai cumprir em 2019. A Defensoria Pública não pôde fazer isso em 2016, porque nós vimos aqui que o orçamento da Defensoria em 2016 foi menor do que em 2015, mas o Executivo conseguiu. Então, ele partiu de uma situação confortável. A Defensoria, já em 2017, não cumpriu o teto de gastos, porque partiu de um patamar diferente de execução. Esse é outro problema.

Bom, outra questão... Eu tive o cuidado aqui em relação à democracia. O Datafolha, às vésperas da votação da Emenda Constitucional 95, pesquisou. Aqueles que tinham alguma coisa a dizer sobre a emenda se colocaram da seguinte forma: 68% da população era contra a emenda; 27% a favor e, para 5%, indiferença.

Bom, o diagnóstico fiscal também subjacente... Aí é uma questão menos, digamos, política, social, histórica e mais de finanças públicas. O diagnóstico da situação fiscal subjacente à emenda é, no mínimo, míope.

E é míope por duas razões principais. Primeiro, porque não havia explosão de despesa primária antes da promulgação da emenda. Esse gráfico mostra a evolução, em azul, da receita em termos reais, variação anual, e da despesa. Vocês vejam que as barras mais ou menos... Depois da crise de 2008, depois de 2011, muda um pouco o cenário, mas, mesmo assim, na média...

Eu peguei aqui a média. Segundo Governo Fernando Henrique: receita primária, crescimento de 7%; despesa primária, crescimento médio de 5% ao ano. Olhem o que a emenda constitucional faz: ela prevê crescimento zero para as despesas, real. Isso não corresponde à história brasileira pós-Constituição. Não é só o Governo Lula, o Governo Dilma, mas é histórico isso, desde depois da Constituição de 1988.

E a receita acompanhou. Ela deixa de acompanhar depois da crise financeira internacional e também por conta das desonerações do período 2011-2014. Mas, vejam, não há explosão de despesas de 2011 a 2014. Elas crescem menos do que nos 12 anos pregressos.

Bom, eu já mencionei aqui...

Então, se olha apenas para o lado da despesa, mas e a receita? A receita para de crescer, porque o crescimento econômico declina, por causa das desonerações e por causa... Vejam o que aconteceu de 2015 para cá: queda real da receita.

A emenda é silente sobre isso. Quer dizer, caiu a receita por quê? Porque o PIB despencou. A gente vive a maior depressão da história brasileira, senão uma das maiores, mas, com certeza, a gente vive a recuperação da recessão, a pior recuperação da recessão em toda a história registrada, estatística, da economia brasileira, e isso impacta a receita.

Bom, eu não vou me estender aqui sobre a conta de juros porque isso é por demais conhecido, mas a emenda é também totalmente silente sobre isso.

Há outros pontos que eu queria comentar. Sobre eficiência, vejam o seguinte. Um cidadão que nos acompanhava pela internet mencionou a eficiência do gasto público. A Emenda Constitucional 95 é ineficiente, porque ela engessa a Administração. (*Palmas.*)

Eu estou no sindicato agora, sou dirigente sindical, mas eu acompanho o pessoal da SOF, do Tesouro. O pessoal do Tesouro tem me relatado: "Bráulio, organismos internacionais querem doar para o ICMBio, plantar árvore, reflorestar os parques nacionais, mas o ICMBio não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceitar." "Por quê?" "Porque estoura o teto de despesa. Ele não pode aceitar uma doação!" O mesmo está acontecendo nas universidades federais. Há empresas privadas e organismos internacionais querendo doar para universidades, mas os reitores não podem aceitar, porque estoura o teto de despesas. Isso é ineficiência!

Bom, vamos para frente aqui.

Por que é inexequível no Governo Federal, no Governo central? Há um aspecto estrutural. Os direitos previstos na Constituição não são compatíveis com a redução do setor público implícita na emenda.

Como eu disse, depois de 20 anos, o gasto público do Governo central cairá de 20% do PIB para 12%. Em 2015, há um trabalho muito interessante... Isto é dado oficial, do Tesouro Nacional: só o gasto social em 2015 foi de 13% do PIB. Eu não saberia os detalhes dessa metodologia para saber se o Defensor Público está aqui no gasto social, mas depois eu posso esclarecer para quem tiver dúvida.

Questão conjuntural. É aquilo que eu mencionei no início da minha apresentação. A inflação de 2016, que foi usada para corrigir o teto em 2017, foi de 7,2%, enquanto a inflação em 2017 foi 2,9%. Isso criou uma folga para a gente cumprir o teto em 2017, o Governo central como um todo.

Além disso, como eu mencionei também, o Executivo acelerou a execução das despesas ao final de 2016. Então, na prática, o Governo Temer criou uma regra fiscal de exequibilidade muito difícil, exceto no início, para alguns Poderes, e que provavelmente será descumprida já em 2018 ou em 2019.

As consequências, eu não vou examinar aqui, todo mundo que está aqui sabe quais são – vedação no exercício seguinte de concessão de qualquer tipo de aumento nominal a servidores etc.

Então, o horizonte dos próximos governos... Não é só para a Defensoria Pública, era o que eu estava colocando no início. No caso de não revogação da emenda, há enorme pressão para a redução de despesas obrigatórias, incluindo previdência, regras de transição mais severas, rebaixamento de pensões, desvinculação do salário mínimo, universidade pública, fechamento de cursos – a gente já está vendo isso –, dificuldades no custeio, cobrança de mensalidades. A população brasileira, eu volto a colocar isso, foi consultada sobre isso? Precarização do SUS, fechamento ou fusão de órgãos da Administração. A Defensoria, provavelmente, terá de fechar unidades nos Estados. Funcionalismo: congelamento nominal de salários e postergação de novos ingressos de forma indefinida.

No caso da Defensoria – para concluir –, o que acontece? Como eu disse, a emenda congelou as despesas a partir do quê? A partir das despesas de 2016. A Defensoria estava com salários congelados antes disso. Ela reajustou os salários depois, inclusive, da promulgação da emenda, valendo a partir... Os subsídios dos Defensores foram reajustados a partir de 2017, 2018 e 2019, a partir de uma baixa execução de despesa prévia.

Então, o teto de gastos para a Defensoria tomou como base um ano de repressão de despesas. O que acontece, então? Já em 2017 ela não cumpre. Cumpriu oficialmente, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos três primeiros anos, o Executivo pode compensar eventual Poder que não cumpra o teto. Além da Defensoria, Justiça Federal do DF e dos Territórios, Ministério Público da União, Justiça Federal e Justiça do Trabalho não cumpriram o teto em 2017.

Vejam só, para concluir, o pagamento total em 2017, despesa executada, supera o teto – a segunda coluna ali é o teto para 2017 –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO SANTIAGO CERQUEIRA – ... o limite já de despesa para 2018. A execução da despesa da Defensoria já supera o teto de gasto para 2018.

Uma última observação que eu queria fazer é a seguinte. Nessa recente crise da Petrobras, dos combustíveis, o Presidente da Petrobras saiu dizendo que havia – eu li isso na imprensa – entregado ao País o que havia prometido. Bom, a questão que fica para a gente é: nós queremos que a Emenda Constitucional 95 entregue o que promete ao País?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon), Sr. Bráulio Santiago Cerqueira.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se algum candidato a Presidente da República, seja homem ou mulher, quiser se eleger, tem que assumir o compromisso de revogar essa famigerada EC 95. E os dados que você nos trouxe aqui são muito importantes – para nós e para quem está nos assistindo também pela TV Senado, que, como sempre digo, são, no mínimo, 2 milhões de pessoas.

A Emenda nº 95 vai contra a assistência social – e prefiro falar assistência social, porque engloba saúde, assistência e previdência – e ainda vai contra a própria política do salário mínimo. Você sabe que eu não havia percebido isso. Se continuar assim, eles vão acabar com a política do salário mínimo, que é inflação mais o PIB, pelo menos, tirou o salário mínimo, essa é uma luta antiga. Quando eu cheguei aqui valia US$60, e, hoje, pelo menos, está em torno, claro que, com a variação do dólar, um pouco mais, um pouco menos. E isso foi graças a essa política que construímos aqui dentro, que faz, pelo menos, com que cresça de acordo com o PIB. Claro, se o PIB continuar não crescendo, só vai achatar cada vez mais. Mas esse era só um comentário rápido.

Eu queria agradecer a todos que estão nesta Mesa e pedir que retornem ao plenário, de preferência na primeira fila, porque ainda vão participar, num segundo momento, com as suas considerações finais.

Eu chamaria agora a segunda Mesa.

Antes, porém, uma salva de palmas para esta Mesa aqui, que encantou e nos preocupou, naturalmente. (*Palmas.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Sr. Presidente, antes de deixar aqui a Mesa, eu queria lhe presentear, em nome do DPU Cultural, com uma pequena lembrança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Cultura, saber, conhecimento e aprendizado.

Obrigado.

Depois, ao final, nós tiraremos uma foto. (*Pausa.*)

Então, para compor a segunda Mesa, convido o Sr. Danniel Campos, representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e Subdefensor Público do DF. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos também o Sr. Maurício Krepsky Fagundes, Auditor-Fiscal do Trabalho e chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (Detrae/MTE). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Alexandro Cardoso, representante da Associação Nacional dos Catadores (Ancat/RS). (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos aqui!

Convido o Sr. Leonardo Penafiel, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). (*Palmas.*)

E, por fim, convido para compor esta Mesa o Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Secretário Nacional de Cidadania do Ministério de Direitos Humanos.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Então, de imediato, passamos a palavra ao Sr. Danniel Campos, representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege).

O SR. DANNIEL CAMPOS – Bom dia a todas e a todos!

Cumprimento, inicialmente, o Senador Paulo Paim.

Obrigado e parabéns por esta preciosa iniciativa, Senador, de levar à sociedade esse relevantíssimo debate que a nossa sociedade precisa enfrentar.

Também cumprimento, especialmente, a todos os componentes da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Sª me permite apenas uma observação?

Para mim, claro, é bom ser elogiado por esse movimento que faço... Normalmente, aqui, eu vou de segunda a sexta. Na semana que vem, vai começar na segunda e só vai terminar na sexta a última audiência. São cerca de 200 audiências por ano, enquanto a média, aqui no Congresso, é de 50.

Mas eu quero dizer, aproveitando o seu gancho – e eu vou descontar do seu tempo lá –, que as iniciativas não são minhas; as iniciativas sempre vêm da sociedade organizada. Então, eu quero aqui dar uma salva de palmas a vocês que organizaram este evento que eu tenho orgulho de presidir. (*Palmas.*)

Aproveitei o seu gancho, mas a palavra continua contigo.

O SR. DANNIEL CAMPOS – E eu aproveito também o gancho para parabenizar a todos aqueles que me precederam na Mesa anterior e aqueles que levarão adiante esta relevantíssima iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago aqui, Senador Paulo Paim, o abraço do Dr. Marcus Edison de Lima, Defensor Público-Geral de Rondônia, atual Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais.

Eu falo aqui na representação do Condege e falo na condição de Subdefensor Público-Geral do Distrito Federal, cumprimentando, em especial, os colegas irmãos da Defensoria Pública da União.

Senador, eu tive a oportunidade de ouvir atentamente as considerações que foram feitas até então e eu gostaria de enfatizar um aspecto de enorme gravidade. Refiro-me a um estudo feito pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), pela Oxfam Brasil e pelo Centro para Direitos Econômicos e Sociais que afirma que a redução do orçamento para políticas públicas em áreas sociais estratégicas chegou a 83% nos últimos anos por conta das políticas de austeridade implementadas desde 2015. E não há a menor dúvida de que a Emenda Constitucional nº 95 agrava ainda mais esse cenário.

As políticas de austeridade têm caminhado, infelizmente, junto com um processo que, atualmente, mina os direitos humanos. Senador Paim, há uma grave falha de concepção em nossas políticas públicas. A proteção dos direitos humanos ainda não é compreendida como uma finalidade da política econômica. Há uma verdadeira inversão entre meios e fins, e, nesse contexto, cortes orçamentários vêm afetando diariamente os direitos à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao trabalho, à previdência, à água e ao saneamento, assim como os direitos políticos e civis, tais como acesso à Justiça, o direito de participação, de liberdade de expressão e de associação.

E uma consequência dramática disso, bastante sensível – eu tive acesso a esse dado na última semana –, é o franco aumento dos índices de suicídio. Esse é um efeito brutal, nem sempre visível, das políticas de austeridade: as pessoas morrem mais, as pessoas adoecem mais, as pessoas sofrem mais. Isso para não mencionar a exclusão das pessoas dos serviços de saúde pública e o escancarado processo de desfinanciamento da saúde pública, A gente não está mais diante de um processo de subfinanciamento; há um progressivo processo de desfinanciamento da saúde pública e das políticas sociais em geral.

Estamos ainda com uma ameaça séria de voltar ao mapa da fome. A quantidade de pessoas com padrão de renda abaixo da linha da miséria tem aumentado de forma preocupante. Também não se pode ignorar que essas medidas de austeridade provocadas pela Emenda Constitucional nº 95 afetam os mais pobres, amplia as diferenças, deixando ricos e pobres em trincheiras cada vez mais distantes, reforçando um retrocesso à naturalização da fome e das desigualdades.

O que é triste, o que é profundamente lamentável e o que foi invisível para o Congresso Nacional durante a discussão da Emenda Constitucional nº 95 é que, hoje, os seis homens mais ricos do Brasil têm a mesma riqueza de mais de 100 milhões de brasileiros mais pobres. Além disso, os 15% mais ricos são os que têm a maior renda não tributável. O Imposto de Renda não consegue ser progressivo para os mais ricos, que acabam pagando menos impostos.

E é importante que se compreenda que, nesse contexto, a fragilização da Defensoria Pública da União é a ponta do *iceberg*. Fragilizar a Defensoria Pública da União é enfraquecer o combate a essa desigualdade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Defensoria Pública é uma ferramenta imprescindível para o combate à exclusão social, para o empoderamento da população vulnerável. Dela depende o direito a ter direitos dos segmentos mais vulneráveis da nossa população, como a população em situação de rua, como as pessoas idosas em situação de risco, como as crianças e adolescentes em situação de risco, como as pessoas com deficiência física, mental ou sensorial, como as mulheres vítimas de violência doméstica, os trabalhadores em situação análoga à condição de escravidão, as pessoas vítimas da pobreza e da miséria, as minorias étnicas e raciais, a população LGBT entre tantas outas pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam da intervenção estatal para a proteção de seus direitos mais elementares.

Portanto, aqui, nesta excelente oportunidade, Senador Paim, eu gostaria de transmitir a mensagem do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais que ratifica as judiciosas considerações lançadas pelos ilustres expositores nesta audiência.

Cumprimento V. Exª, Senador Paim, por esta oportunidade de dialogarmos sobre esse grave problema, clamando pela revogação da EC 95 nos termos em que fora formulada.

É fundamental que este debate seja aprofundado, que este debate tome as ruas do País e que nós possamos refletir sobre os aspectos extremamente nocivos que essa Emenda Constitucional nº 95 provoca nos setores mais vulneráveis da nossa população. E não há a menor dívida de que, com a Emenda Constitucional nº 95, o processo de capilarização das Defensorias Públicas também entra em rota de colisão, também entra em choque. Daí a importância de que nós reordenemos as prioridades e façamos com que haja um processo de maior fortalecimento da Defensoria Pública, porque é assim que se fortalece a população em situação de vulnerabilidade no País.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Deixa muito claro que a permanência da EC nº 95 pode levar a uma convulsão social. O seu pronunciamento é muito claro nesse sentido. Meus cumprimentos ao Sr. Danniel Campos, representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e também Subdefensor Público do DF.

Seguindo em frente, concedo a palavra ao Sr. Maurício Krepsky Fagundes, Auditor-Fiscal do Trabalho e Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (Detrae/MTE).

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Bom dia a todos e a todas!

Agradeço, Senador Paim, pelo convite à Defensoria da União para estar aqui contribuindo com este debate que é tão proveitoso e do interesse público de todos os brasileiros.

O convite que me foi feito para participar desta audiência foi para abordar a parceria que vem sendo estabelecida entre a Defensoria Pública da União e a Auditoria Fiscal do Trabalho no combate ao trabalho escravo. Desde janeiro de 2015, a Defensoria Pública da União participa de todas as operações do grupo móvel.

Para iniciar esta minha breve intervenção aqui, gostaria de exibir, primeiramente, um vídeo sobre a última operação que foi feita no mês de abril no Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Triste e marcante. Parabéns pela produção!

Esse é um filme real, não é uma ficção. Alguém poderia pensar...

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – E recente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Recente.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – De abril deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ele comentava comigo – claro que você vai poder falar – que a EC 95 já meteu a mão e, agora, com a crise dos combustíveis, estão cortando ainda mais os investimentos em toda essa parceria que vocês fazem no combate ao trabalho escravo.

A palavra ainda é tua, Maurício.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Obrigado.

Antes de mostrar aqui alguns dados da atuação do grupo móvel, gostaria só de situar a Secretaria de Inspeção do Trabalho na estrutura do Ministério do Trabalho. Há uma divisão entre Departamento de Fiscalização e Departamento de Saúde e Segurança, estando a Detrae inserida no Departamento de Fiscalização, que está mais voltado para os acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte, inclusive na luta contra o trabalho escravo.

Em 1995, foi montado o grupo móvel. Então, de lá para cá, foi acumulada alguma experiência no combate ao trabalho escravo e algumas parcerias foram surgindo ao longo do tempo. Então, desde janeiro de 2015 para cá, foram realizadas essas parcerias, e uma das que eu considero fundamental é a parceria com a Defensoria Pública da União, que é representada por um Defensor a cada operação do grupo móvel. Então, a gente tem um fluxo de informações de cada operação a ser repassado à Defensoria e aguardamos a indicação de um Defensor.

Então, de lá para cá, eu vejo como importantíssima a participação do Defensor no local. E, como vocês viram no vídeo, são locais inóspitos onde a gente acaba entrando.

Ali, no mapa, estão plotadas as ações de 2017, só para se ter um panorama de como está essa atuação. Os pontos com estrelas azuis são aqueles onde houve atuação do grupo móvel com resgate de trabalhadores. Os pontos em laranja são os locais onde houve atuação do grupo móvel, mas não foi constatada essa condição. No mesmo ano, no mesmo período, são aquelas as ações de resgate, de combate ao trabalho escravo no âmbito das unidades regionais do Ministério do Trabalho, nas unidades de inspeção.

Então, eu vou voltar aqui ao eslaide anterior para que vocês percebam que nós atuamos em áreas em que, normalmente, nos grandes centros urbanos, não há uma atuação do Estado. Então, o grupo móvel é um grupo especial e vai a esses locais com a participação da Defensoria Púbica da União.

Eu considero fundamental essa parceria. Como vocês viram, ali são locais extremamente inóspitos onde os trabalhadores são praticamente esquecidos do fluxo normal de cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse momento, com o Estado ali presente, ele se vê como alguém que tem direitos e como alguém por quem o Estado está olhando. Então, é um cidadão que tem uma série... Por haver falta de informação daquilo que lhe é de direito e daquilo que não é, o Defensor Público, naquele momento, está ali para poder ajudar aquele trabalhador.

Sobre tudo o que está fora da seara trabalhista, do que é ou não é verba rescisória, se vai ser resgatado ou não, o Defensor está ali para poder ajudar, e tem ajudado de forma definitiva no nosso trabalho. (*Palmas*.)

Então, trabalhadores que estão há muito tempo sem receber ou que nunca tiveram uma carteira assinada têm receio por achar que, com aquilo, ele vai perder algum benefício social, ou, então, que vai perder alguma terra em algum assentamento que está sendo feito.

Sobre a questão previdenciária também, que não é área de atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, esses trabalhadores têm um conjunto de dúvidas sobre as quais o Defensor está ali para poder esclarecer. Então, ele acha que, se assinar a carteira, não vai conseguir se aposentar com uma aposentadoria especial etc. Então, o Defensor está ali para poder fechar essas dúvidas e fornecer àquele cidadão brasileiro esquecido da sociedade um mínimo de direitos. Então, é um momento primordial e essencial esse em que a Defensoria Pública da União está lá fazendo o seu papel.

Desde o início da parceria com a DPU, temos 710 trabalhadores encontrados em condição análoga à de escravo, em 380 ações fiscais pelo Brasil todo. Então, somente ações do grupo móvel das quais a Defensoria fez parte.

Então, eu tenho um acumulado de 2,2 milhões de rescisões recebidas diretamente pelos trabalhadores. Esse é um número...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois milhões de trabalhadores escravos? É isso?

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Somente de verbas daqueles que foram resgatados do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, para que fique bem claro: são 2,2 milhões de pessoas...

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Não, de rescisões que foram recebidas pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De pessoas sob regime de escravidão.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Sim, de 710, 220 receberam diretamente por meio da atuação do grupo móvel. Isso aqui não é uma atuação exclusiva da Auditoria. Há um papel importante de coordenação do grupo móvel, mas ressalto que é uma atividade conjunta entre os parceiros.

Há ainda mais uma questão em que a Defensoria Pública é fundamental. Afora desse valor das rescisões efetivamente pagas aos trabalhadores durante a ação fiscal, que é resolvida totalmente no âmbito administrativo, e afora ainda os danos morais individuais que são estipulados pelo Ministério do Trabalho, a Defensoria Pública da União tem um papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantíssimo quando aqueles trabalhadores têm algum receio: "Se eu sair daqui, deste local, será que vou receber alguma coisa? Será que a guia de seguro-desemprego, para mim, é suficiente durante um tempo? Cadê meu empregador? Será que ele está aqui ou está no exterior? Ele vai comparecer à notificação da auditoria fiscal? Como é que fica a minha situação depois do resgate?" Então, nesse momento, o defensor público tem um papel fundamental para poder garantir ao trabalhador segurança, segurança jurídica de acesso que ele não teria por meios próprios.

Quando iniciei na carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho – havia atendimento ao público em Boa Vista, no Estado de Roraima –, os trabalhadores nos procuravam para esclarecer algumas dúvidas a respeito dos direitos trabalhistas que eles teriam. Então, 90% dos casos eram de situação de trabalhador que já havia deixado o trabalho. A gente encaminhava para a Justiça do Trabalho esses trabalhadores, porque não havia mais o que se fazer durante uma ação fiscal – não haveria um flagrante ou alguma coisa que pudesse ser feita. Como a nossa estrutura também é menor e o quadro é defasado, a gente tem que dar prioridade para aquelas ações que estão ocorrendo.

O trabalhador, uma vez, reclamou de jornada excessiva ou hora extra não paga e problemas de saúde com relação à aplicação de agrotóxicos. Eu o orientei a procurar a Justiça de Trabalho, porque, como o caso dele era complexo, ele deveria procurar um advogado para auxiliá-lo no ingresso dessa ação individual. Ele me relatou que não tinha condições nenhuma de procurar um advogado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Eu, com poucos meses de atuação, sugeri a ele: "Então, procure a Defensoria Pública da União. De repente, alguém pode dar alguma orientação, algum apoio nesse sentido." Para minha decepção, algumas semanas depois, eu fiquei sabendo que a Defensoria Pública da União não atuava na área trabalhista para poder ajuizar uma ação trabalhista para os trabalhadores que mais necessitam. Então, a gente via uma quantidade imensa de trabalhadores sem esperança de ter aquilo que era um direito.

Em Brasília, a gente sabe, em conversa com os defensores com que eu tenho mais contato – Dr. Gilmar Menezes e Drª Fabiana Severo –, que a Defensoria Pública da União atua somente nos casos de trabalho escravo, isso já é uma grande coisa, mas eu me preocupo com uma parcela imensa de trabalhadores que tem que buscar a Justiça para poder fazer valerem seus direitos. No entanto, não há apoio, estrutura e pessoal, e a Defensoria Pública também tem que fazer assim, como uma expressão do trabalho: tem que estabelecer prioridades de atuação.

Esses números de trabalhadores resgatados estão no Radar do Trabalho Escravo da Escola de Inspeção do Trabalho. De 1995 para cá, passam já de 52 mil trabalhadores.

Há as parcerias que o Ministério do Trabalho firmou durante esses anos – a Defensoria Pública da União está incluída, como um parceiro que eu considero essencial.

Isso é o que eu teria a falar sobre essa parceria. E reafirmo a importância da Defensoria Pública no combate ao trabalho escravo, com uma estrutura adequada e um quadro de profissionais, de defensores dimensionado de forma adequada a atender às demandas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, que tanto necessita de um apoio, de uma segurança jurídica frente a essa condição de vulnerabilidade e de exploração dos seus direitos mais básicos, dos direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Maurício Krepsky Fagundes, Auditor-Fiscal do Trabalho e Chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Parabéns! V. Sª trouxe números marcantes e aquele dado que a gente sabia: mais de 50 mil pessoas foram libertadas. Aí, é claro, são 2 milhões em dinheiro que entraram.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES (*Fora do microfone.*) – Que receberam durante a ação fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Durante a execução. Agora, se for a fundo nos processos todos, com certeza isso mais que dobraria.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Desde 1995, são 100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desde 1995, 100 milhões. Esse dado é interessante também. Desde 1995, R$100 milhões.

Sr. Alexandro Cardoso, que aqui representa a Associação Nacional dos Catadores (Ancat/RS).

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Primeiro, bom dia a todas as mulheres e a todos os homens também!

Agradeço o convite, por meio do Defensor Público lá do Rio de Janeiro, muito meu amigo, Dr. Cláudio. Ele disse que não gosta nem de ser chamado de doutor, só para ter ideia da questão das relações que a gente vai criando, a partir do momento em que a gente enxerga no próprio Defensor a questão de a identidade e o conhecimento estarem na pessoa, e não naquele que está na condição de doutor, porque essa relação que a gente tem com a Defensoria Pública nos Estados é de uma parceria para buscar um bem comum, tanto na atuação da Defensoria Pública quanto também na nossa, como pessoa que está sendo assistida, que está sendo acompanhada pela Defensoria Pública. Então, é uma relação muito prazerosa, e a gente acaba tendo uma parceria que extrapola a questão só do trabalho e vai para todos os vínculos, porque, na verdade, a gente consegue traçar planos e conhecimentos nos quais a gente consegue avançar naquilo que a gente tem discutido.

Agradeço ao Senador Paim por estar presente aí. Sem delongas nas palavras, acho que é importante a gente identificar, na Casa, no Senado, quem são os Senadores que estão favoráveis e quem são contra, porque, na verdade, passou essa PEC da morte aqui nesta Casa. Ela foi aprovada pela maioria de Senadores. E nenhum desses Senadores está presente, assim como também não vejo presente aqui ninguém do Governo, que colocou essa PEC, porque, na hora do debate também com aqueles que vão estar, depois, fazendo esses enfrentamentos, eles acabam não vindo também por debate. Na hora em que recebi o convite, eu vi que ambos estavam convidados também. E não os vi presentes aqui. Gostaria de colocar isso claro até para que quem está nos assistindo veja que, na hora de fazer os enfrentamentos, de fazer esses debates,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de constatar os dados, os números e ver o que vai acontecer futuramente, o Governo, que não construiu a PEC junto com o povo é aquele mesmo que não vem nem para debater sobre seus próprios desdobramentos.

É uma crítica muito importante a fazer, porque isso mancha a questão da ideia de País, de Nação, de defesa de direitos da nossa própria Constituição, quando a gente coloca algo que é tão grande, que vai trazer altos impactos na sociedade brasileira, e as pessoas que colocam esse debate acabaram não vindo para fazer a própria defesa de algo que, segundo os dados, não possui defesa, é indefensável.

Eu queria colocar um vídeo aqui para nós.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Show, show, show! Parabéns! (*Palmas.*)

Eu perguntava aqui para o Alex, que me disse que esse senhor, esse moço, eu diria, que cantou também foi o que compôs. É um cantor e compositor do Paraná.

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Isso. É um movimento pela cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns!

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Foi uma luta muito grande que houve a partir de Londrina, lá no Paraná, que ganhou as telas. Aonde vou, eu levo, porque retrata muito bem a situação que a gente tem vivido. E várias delas a gente tem superado. Nesses últimos anos, a gente superou. Vou pegar o exemplo dos catadores, a situação dos catadores, nacionalmente. A gente olha que a maioria nossa ainda vive nessa condição aqui: os catadores puxando carrinho, os catadores que ainda vendem para ferro-velho, os catadores que ainda têm carroça com cavalo. A questão maior é que essas imagens aqui são do ano de 1500, na França, quando iniciou o processo da reciclagem no mundo.

Desde o ano de 1500, ou seja, desde a invasão do Brasil pelos europeus, ainda vivemos essa situação aqui.

E temos superado ou superamos muito isso a partir de quando começamos, lá desde o ano de 2003. Nós tivemos um encontro, que foi chamado de Encontro Nacional dos Catadores com o Presidente da República. E nós tínhamos, em todos os natais com os catadores, a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presença de todos os seus Ministros. Iam todos os seus Ministros para lá, ia um monte de Senadores, Deputados e sentavam junto com os catadores, com a população em situação de rua. Isso passou, depois, para o governo Dilma. Dilma ia ficar presente sempre conosco. Nós nos reuníamos dois, três, quatro, cinco mil catadores do Brasil e nos sentávamos para discutir. E muitos companheiros e muitas companheiras passaram dessa situação que vemos aqui. Mas ocorre que muitos ainda estão nessa situação. E o Governo, os governos veem os catadores e nos dão o lixo como se fosse um presente e nos colocam nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacionalmente foram se constituindo muitas leis, por exemplo, a de coleta seletiva solidária, de 2006; a de Política Nacional de Saneamento Básico, de 2007; a de Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aí está a grande questão: a maioria das catadoras e dos catadores de materiais reciclados ainda está nos lixões e nas ruas.

O que estou querendo colocar para vocês é que, nesse contexto, quando foi implantada a lei, não significa que a lei foi praticada lá no Estado, lá no Município. Essa lei está longe ainda de ser alcançada. Em Brasília, por exemplo, o lixão da Estrutural foi fechado neste ano agora. E há uma luta muito grande para implantar a questão da inclusão socioeconômica dos catadores e das catadoras.

E há uma atuação muito forte aqui da Defensoria Pública. Se não houvesse a Defensoria Pública aqui, se essa discussão estivesse só na mão do Ministério Público, infelizmente o Ministério Público, para mim, na minha avaliação – isso ainda vivo num estado em que eu tenho opinião –, está numa atuação muito mais focada na questão dos interesses dos privados, dos ricos, daqueles que sempre tiveram e que sempre gozaram de direitos e, mais, sobre os direitos dos outros. Se não houvesse a atuação da Defensoria Pública, a maior parte das nossas cooperativas já teria sido fechada e a maior parte dos catadores estaria no lixão, numa condição sub-humana; estaria mais excluída ainda do que o lixão, porque o lixão não é o fundo do poço. O fundo do poço é quando são tirados os direitos da pessoa, quando lhe é tirada a dignidade do trabalho, quando lhe é tirado o direito da condição de ser humano, quando é colocado como um marginal e quando é colocado nessa condição em que o Estado só vem com a polícia para bater e para prender.

E nós vimos o Estado nestes anos sempre atuando desta forma: o Estado aparecia só para prender. E a Justiça, nessa mesma lógica. Quando nós tínhamos acesso a alguém da Justiça era quando estávamos para ser presos. O Estado judicial sempre foi para isso.

Nós começamos a descobrir que poderíamos ter acesso à questão de defesa, de ter direitos e de que esses direitos seriam defendidos e garantidos a partir da atuação dos defensores com os quais temos relação no País, daqueles que estão lá na ponta e por meio de quem sabemos o tamanho que tem a Defensoria Pública. (*Palmas.*)

Vamos pensar na questão bem prática: se formos considerar o que é Defensoria Pública, por exemplo, em Porto Alegre.

Entramos lá e havia uns negócios lá, uns paus lá segurando para não cair o teto na cabeça. Mas, se eu vou olhar o que era o Ministério Público, era um palácio feito de mármore, com tudo de vidro. Então, a diferença entre uma coisa e outra é supergritante. Não estou aqui colocando a diferença entre a questão de que um vai ser melhor do que o outro. Estou querendo colocar que, na nossa avaliação, a Defensoria Pública é quem está na ponta, fazendo a discussão sobre as leis e o direito de igual para igual, para a garantia de direitos. Está fazendo a defesa, primeiro, da pessoa e, segundo, vai discutir outros processos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Quando vemos a questão de resíduos de lixo no Brasil, nós vemos a obrigatoriedade, por exemplo, de coleta seletiva. Quando chegamos no Município,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Município diz que não tem dinheiro, mas, ao mesmo tempo, contrata uma empresa privada e paga cinco vezes mais caro do que se contratasse os catadores, as catadoras.

Isso aconteceu na cidade do Léo, em que o prefeito simplesmente foi lá, estourou o cadeado, ocupou a cooperativa, depois fugiu do debate. Agora, está lá respondendo. O Léo, depois, vai dar uma informação maior.

Sobre essa "PEC da Morte", que foi começando a mudar de nome justamente até nos perdermos, mas, nós, como povo, entendemos que essa é a "PEC da Morte", porque é justamente a PEC que torna o Estado mínimo. E o Estado mínimo só serve para rico, para quem mama nas tetas desse Estado há muitos anos e que vive desse Estado. E esse Estado só garante salário mínimo e ainda não começou a discutir o que seria salário máximo.

Quando é que vamos colocar a pauta do salário máximo aqui e fazer com que as pessoas possam ganhar só até "x" valores? E não valores exorbitantes, como existe hoje. Quem tem dinheiro tem a tendência a ganhar mais e quem não tem não consegue nem ter acesso a uma casa.

Com a diminuição dos recursos de saúde, educação e segurança, ficamos pensando daqui a cinco anos, fico pensando daqui a dez anos: qual vai ser o caos que estaremos vivendo nas nossas comunidades, nas nossas vidas, nas nossas favelas?

E vamos ver que essa lógica de criação do Estado vai apontar para a criminalização dos movimentos sociais. Nós aprendemos que não devemos mais passar fome. Nestes últimos anos foi colocado isto: que temos direito a comer. E se nos tirarem comida, nós vamos resistir e nós vamos lutar.

E, se não houver Defensoria Pública ampliada, se não houver a capacidade de acompanhar esses movimentos que vão vir com o desdobramento dessa "PEC da Morte", nós vamos ser criminalizados e presos. E o Estado vai gastar e, em vez de gastar na saúde, na educação, no processo de crescimento e no fortalecimento do seu cidadão, vai nos tratar como marginal, nos prender e vai gastar o dobro conosco lá.

E, aí, é uma questão bem prática: se nos colocar na cadeia, nós saímos mais profissionais de lá. Esta é a maior questão: nós não saímos recuperados de forma nenhuma. Nós não queremos ser tratados como bandidos. Nós queremos ser tratados como trabalhador, como trabalhadora, não importa a situação em que estivermos. (*Palmas.*)

A DPU tem atuação em apenas 28% do território brasileiro. Há Estados em que só há um ou dois defensores atuando em todos os grupos. Aqui, nós temos os grupos. Esses grupos são aqueles com os quais ninguém quer trabalhar. Essa é a grande questão. São os grupos dos excluídos dos excluídos dos excluídos: os moradores de rua, nós catadores e catadoras, a assistência e proteção à vítima de tráfico de pessoas, as comunidades indígenas tradicionais, os trabalhadores aqui que foram colocados pelos camaradas aqui da Mesa, a questão da servidão por dívida, escravatura, escravidão, todo o processo da questão das mulheres, saúde, identidade de gênero, a questão do conflito fundiário.

Como vai se dar a questão do conflito fundiário, a partir de quando se diminuírem todos os investimentos que são aqueles a que a gente tem acesso para poder crescer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagino como vai se dar isso no Norte e Nordeste do Brasil. Imagino como vai se dar lá nas comunidades, quando começar a não ter recurso para colocar mais o aumento da creche, o aumento de escolas, o aumento de professores, o aumento de posto de saúde. Ou a diminuição de tudo isso vai dar um refluxo social tão grande, que se eles conseguirem medir as dimensões, vai dar quase uma guerra civil que poderemos ter, a partir da implantação de uma PEC como essa.

E aí colocar bem claro, para nós enquanto povo, que não foi consultado, não concordamos com isso, não concordamos nem quando não sabíamos do que se tratava, quando ainda estava escamoteado, dizendo que isso era para melhorar e para oxigenar os cofres públicos. Não concordamos com isso desde o início. Não concordamos agora, principalmente agora que sabemos do que se trata.

E, se tiverem que cortar gastos, que cortem de quem tem, não tirem de quem não tem nada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Alexandro Cardoso, Representante da Associação Nacional dos Catadores, ANCA, Rio Grande do Sul.

Parabéns pela exposição e o vídeo também marcante, essa mensagem via cultura, via a canção, a poesia, mas falando do mundo real. E a sua fala também mostra que você conhece e fez aqui uma homenagem, na verdade, aos defensores públicos.

Posso dar uma salva de palmas para eles? Devem, diga. (*Palmas.*)

Muito bem. Parabéns, Alex.

Agora, passo a palavra ao Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, o Sr. Leonardo Penafiel.

O SR. LEONARDO PENAFIEL – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todas e todos presentes.

Queria, na verdade, também aqui iniciar agradecendo a presença da TVT também, que faz uma cobertura aqui das ações do Congresso Nacional pela visão da classe trabalhadora. E isso é muito importante nessa Casa.

Queria, na verdade, aqui começar falando e prestando homenagem à Defensoria Pública da União e dizer que o Conselho Nacional de Direitos Humanos está sendo presidido por uma defensora pública da União – e aí peço uma salva de palmas à Drª Fabiana Severo. (*Palmas.*)

A Emenda Constitucional 95 foi fruto, e ainda é fruto, de muito debate e muita discussão no Conselho Nacional de Direitos Humanos, porque essa Emenda Constitucional 95 é um ataque frontal a toda a lógica dos direitos humanos. E vou colocar aqui e descrever. Então, ela é parte e hoje estamos numa campanha, junto a centenas de entidades da sociedade civil brasileira; inclusive lançamos, junto com o Conselho Nacional de Saúde, "Direitos valem mais", que é uma grande campanha contra a Emenda Constitucional 95.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, queria aqui colocar uma reflexão, que essa Emenda atinge três estruturas, que dialogam diretamente com a pauta de direitos humanos. A primeira, o sentido da democracia. Numa democracia a soberania é o povo.

Então, o povo brasileiro é que tem soberania sobre os rumos do País. No entanto, essa emenda constitucional viola essa soberania. Por quê? Ela coloca cinco eleições para frente. Estão condicionadas – e os seus eleitos – a essa agenda de retrocesso. Ela está condicionando, ela está colocando a faca no pescoço dos próximos cinco Presidentes eleitos. Olha a gravidade disso! Se, na próxima eleição agora, o povo brasileiro eleger um governo que entende que, em momentos de crise, de superação de crise, os investimentos públicos podem ser motor da retomada do desenvolvimento, essa soberania do povo nas eleições não pode ser cumprida diante do que prevê essa emenda constitucional.

Então, a primeira estrutura que é atingida com essa emenda constitucional é o sentido da democracia em nosso País. A segunda estrutura que a gente vê é a ideia da regressividade dos direitos econômicos e sociais no Brasil, que tem a ver, inclusive, com pactos, declarações de que o Brasil é signatário. Eu vou citar aqui, rapidamente, mas ela é uma afronta à ideia do Tratado de Versalhes, de Filadélfia, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 70 anos, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, do Protocolo de San Salvador, da Convenção de Viena. Todas essas declarações e esses pactos internacionais tinham e têm em seu bojo a ideia da progressividade dos direitos econômicos e sociais. Às vezes, a gente reclama, Senador, que a coisa vai devagar, que podia ir mais rápido, mas o Brasil foi avançando com uma agenda de progressividade dos direitos, às vezes – foi mostrado aqui pelo Bráulio –, mais rápido, os investimentos, etc., mas a progressividade, desde a Constituição de 1988, vai-se consolidando na agenda nacional. A emenda constitucional vai aprontar a progressividade e vai apontar e já está apontando um cenário de regressividade. Isso afronta, claramente, protocolos, tratados, enfim, todo o acúmulo da agenda internacional de direitos humanos.

E, por fim, outra grande estrutura atingida... E nós discutimos isso no Conselho Nacional de Direitos Humanos. A Emenda Constitucional 95 é um ataque ao coração da Constituição de 1988. O que está em jogo no Brasil é uma ofensiva sobre a maior consulta popular, vamos dizer, a lei maior de um país, que é a Constituição. E fazendo isso através de uma emenda, através de um Governo altamente questionável pela sociedade civil. Está fazendo isso afrontando o coração da Constituição de 1988. Então, para nós o que está em jogo hoje no Brasil é se o Brasil vai cumprir a sua Constituição ou vai aplicar a Emenda Constitucional 95, porque, no nosso entendimento, o que está em jogo e o que está em afronta é a Constituição *versus* a Emenda 95. E o Conselho Nacional de Direitos Humanos entende que a lei maior de um país, a consulta maior, o debate que houve em torno da Constituição de 1988, que puxa pra cá, puxa pra lá, etc.

Houve grandes campanhas de conscientização. Foi um debate rico em todos esses estratos da sociedade e está sendo hoje atacado em seu coração, quanto ao direito à saúde e principalmente à ideia da Constituição de 88, que é a universalidade dos direitos. É isso que a emenda constitucional está atacando: a ideia de que os direitos, inclusive o acesso à Justiça, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai entrar, é um direito universal de todo cidadão brasileiro. Então, essas três estruturas é que estão em questão hoje.

A discussão aqui sobre Defensoria Pública. Eu acho que nós precisamos deixar claro o que está sendo atacado. O que está sendo atacado é o art. 5º da Constituição Federal, a ideia do acesso à Justiça, a ideia de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recurso. É isso que está em jogo.

Quando a gente não discute o avanço, a interiorização da Defensoria Pública da União, o que nós estamos discutindo das defensorias públicas é a questão, Alex, do acesso à Justiça. O que nós estamos dizendo a essas pessoas que não têm condições, a essas pessoas que estão nos ouvindo aqui é se elas vão ter direito a acessar a Justiça. É isso que está em jogo na discussão sobre o impacto da Defensoria, e nós estamos dizendo de um órgão que está em pleno processo de consolidação no Brasil. Os dados foram mostrados. A Defensoria tinha 29%; nós temos ainda 71% para se consolidar. Então, nós estamos aqui afrontando novamente a Constituição brasileira quando impede, essa emenda, a expansão das defensorias públicas. É isso a que nós estamos assistindo com essa emenda constitucional em relação ao acesso à Justiça.

A pergunta é: o Estado brasileiro entende que o acesso à Justiça é um direito universal? O acesso à Justiça é um direito de qualquer catador e catadora? O acesso à Justiça é direito de uma pessoa que está em situação de rua ou não? Porque é isso que está em jogo. A gente tem que materializar essa questão. O que está em jogo é isso, porque quem contém condições de contratar grandes escritórios de advocacia, inclusive muitos instalados aqui, em Brasília – esses honorários que você colocou aqui, doutora, esses daqui são os baratinhos, você colocou os do piso –, esses que têm acesso a esses grandes escritórios, têm acesso à Justiça, têm acesso às medidas protelatórias, etc., etc. O que nós estamos colocando em questão aqui é um trabalhador ou uma trabalhadora, um catador ou uma catadora, uma pessoa em situação de rua. É isso que está em jogo com a limitação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PENAFIEL – ... da interiorização das defensorias públicas. Então, o acesso à Justiça, o direito constitucional de acesso à Justiça é que está sofrendo um duro ataque neste momento com essa emenda.

E eu queria aqui, para ir encerrando, falar sobre o que pensam os conselhos de direitos, em especial o de saúde e o de direitos humanos.

No Conselho Nacional de Saúde, a Recomendação nº 018, de 19 de dezembro de 2016, apontou perdas. Se essa emenda constitucional for aplicada, nesses vinte anos, mais de R$415 bilhões de recursos do Sistema Único de Saúde não serão investidos. Não é gasto, é investimento na saúde e na qualidade de vida do povo brasileiro. É disso que se trata.

A pergunta que eu faço a quem está nos ouvindo: o Sistema Único de Saúde já está *top*, já está extremamente solidado no Brasil? Eu posso abrir mão de recursos do Sistema Único de Saúde? As pessoas não têm problema com fila, não têm problema com inexistência de equipamentos de saúde? O problema da saúde está finalizado? É óbvio que não. Abrir mão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de R$400 bilhões do Sistema Único de Saúde é enterrá-lo, é enterrar o direito constitucional da universalidade do atendimento à saúde no Brasil. É disso que se trata.

Agora, quais interesses que essa emenda esconde? Interesses privados de ganhar dinheiro com previdência privada, de ganhar dinheiro com a ampliação dos sistemas privados de saúde. É isso que está por trás dessa retirada de direitos e ataque aos direitos constitucionais.

O CNDH aprovou a Recomendação nº 7, de 2017 – foi aprovada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos –, que apoia as ações diretas de inconstitucionalidade – na nossa avaliação, atinge o coração da Constituição essa emenda; então, ela é inconstitucional – e pedimos a revogação das políticas de austeridade da Emenda Constitucional 95.

A gente propôs duas questões para o Brasil enfrentar em momentos de crise, em momentos de retrocessos econômicos, de crise econômica. Em vez de aprovar uma emenda constitucional que ataca o coração da Constituição brasileira, que se construa um comitê nacional de emergência sobre impactos da política de austeridade. Nós precisamos entender esses impactos que vocês fizeram no acesso à Justiça, porque não é um impacto na Defensoria, é um impacto no direito constitucional de acesso à Justiça isso que foi colocado aqui antes, na primeira Mesa. É isso que está em questão. Nós precisamos avaliar esses impactos e um mecanismo nacional de proteção aos direitos humanos diante das políticas econômicas de austeridade.

Nós precisamos ter um mecanismo, no Estado brasileiro, para evitar que essas políticas de austeridade impactem direitos humanos fundamentais, e é nessa perspectiva que eu coloco aqui as contribuições do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

E eu queria, Senador, para reforçar essa visão da Emenda Constitucional 95, você viu o acordo que fizeram para acabar com a greve dos caminhoneiros? Onde foram atacar? Na saúde, no combate à violência contra a mulher, trabalho escravo. É isso que não é prioridade no Brasil. Para quê? Para manter uma política de preço indexada ao mercado internacional que só favorece interesses internacionais. Então, o que está colocado hoje no Brasil, tanto com essa emenda como na solução da greve, é: o Estado brasileiro serve a quem? A seu povo, à sua Constituição ou a interesses alheios ao povo e aos interesses alheios à Constituição brasileira?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Sr. Leonardo Penafiel, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Isso porque nós nem estamos falando aqui das maldades da reforma da previdência. Não estamos falando aqui das maldades da reforma trabalhista, que também está inviabilizando o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, porque ele tem para receber – como foi um caso semelhante que eu vi aqui já – "x"; se perder, ele é que vai pagar no mínimo 30, até 40 a 50% daquilo que ele teria de direito. A que ponto nós chegamos. Nenhum comentário a fazer.

Parabéns pela fala, Conselheiro Leonardo Penafiel.

Passamos a palavra agora para o Secretário Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Herbert Borges Paes de Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS – Bom dia a todos. Senador Paim e os que comigo compartilham esta Mesa, todos aqui presentes, especialmente os colegas da Defensoria Pública, os defensores públicos e as defensoras públicas aqui presentes.

O Ministério dos Direitos Humanos foi convidado a participar deste diálogo para ressaltar a relevância das parcerias que tem com a Defensoria Pública da União e as defensorias públicas estaduais. E nessa perspectiva, não poderíamos faltar neste momento, para destacar o papel valoroso que essa instituição tem, conforme todos aqui que me antecederam já têm destacado.

A Defensoria Pública é um órgão essencialmente de proteção de direitos humanos, na sua conformação, conforme presente na Constituição Federal, na sua lei complementar. Direitos humanos é o âmago da Defensoria Pública. Está lá descrito nos seus objetivos, conforme trazidos pela Lei Complementar 132, de 2009. Então a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado democrático de direito, a prevalência e a efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Portanto, integralmente um órgão com o objetivo de garantir e de promover os direitos humanos da população.

Conforme já dito, entre as suas funções, já destacadas aqui, a importância da orientação e da assistência jurídica às pessoas que têm mais necessidade. Mas gostaria ainda de destacar algumas outras das suas funções, que se relacionam completamente com a atuação do Ministério dos Direitos Humanos. Então, promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico. Então um papel fundamental de educação em direitos humanos, de conscientização, de fazer com que as pessoas conheçam os direitos que têm. Uma atribuição que considero extremamente relevante, de representar aos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, postulando perante seus órgãos. Algo fundamental para que a garantia seja plena, um olhar completo de direitos humanos desde as possibilidades dos remédios previstos nacionalmente, mas extrapolando isso. A Defensoria tem essa possibilidade de ir além. Além de promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo os seus direitos individuais, coletivos, difusos e de alguns públicos específicos que constam ali também entre as suas funções, destacando públicos que são públicos do Ministério dos Direitos Humanos.

Então o que nos traz aqui, de forma muito específica, é a garantia dos direitos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência e de outros grupos sociais vulneráveis que carecem de uma proteção especial do Estado, além de vítimas de tortura, vítimas de trabalho escravo.

E vou descrever um pouco, Senador, logo mais, essa interação com as políticas públicas que o Ministério dos Direitos Humanos coordena.

Então, é importante dizer que, nesse conjunto de órgãos que atuam pró-direitos humanos no Brasil, pela garantia dos direitos humanos de toda população, temos ali o CNDH – aqui já representado –, como um órgão colegiado que é integrado por estruturas de Estado, dentre elas a Defensoria Pública, como já dito hoje, neste mandato, na Presidência do Conselho. É um órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também em que há participação social, então é um ambiente importante de reflexão coletiva, como Estado e com a sociedade civil, sobre as políticas de direitos humanos.

No âmbito do Poder Executivo, o Ministério dos Direito Humanos exerce um papel central de coordenador de políticas de direitos humanos, mas, na nossa compreensão, a implementação de direitos humanos é parte essencial da política pública exercida por todos os órgãos. Todos os ministérios precisam ter esse olhar. No âmbito do Legislativo, quero destacar a importância desta Comissão de Direitos Humanos, onde estamos, assim como a da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. E, no âmbito da função jurisdicional do Estado, quero destacar os órgãos do Judiciário, do Ministério Público e fazer a ênfase no papel da Defensoria, com esse olhar para aqueles que têm mais necessidade.

Então, em geral, as políticas públicas de direitos humanos são, sim, políticas universais, mas que têm um olhar muito cuidadoso para aqueles que têm mais necessidade, para aqueles que têm limitação de acesso a recursos – recursos econômicos, mas também recursos outros, como educação, como a capacidade de intervir... Então, a Defensoria exerce exatamente esse papel de providenciar um equilíbrio de forças na solução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário.

Gostaria ainda de destacar que a sua atuação tem, Senador Paim e todos os presentes, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, uma estreita relação com as políticas públicas e com as ações do Ministério de Direitos Humanos. Eu falo do ponto de vista da Secretaria Nacional de Cidadania, mas certamente posso mencionar aqui a interação com outras áreas do Ministério. Gostaria de destacar a relação com o Disque Direitos Humanos, para começar.

O Disque Direitos Humanos nós muitas vezes chamamos de pronto-socorro de direitos humanos. É um número – Disque 100 – de fácil lembrança por todos, que pode ser acessado. É um canal, então, de escuta e de recebimento de denúncias. No último ano, em 2017, foram registradas 142 mil denúncias, Senador, recebidas pelo Disque Direitos Humanos. E o Disque Direitos Humanos não é um canal de processamento, de tratamento e de dar solução para essas denúncias, mas é um canal de recepção. E ele conta, então, com as estruturas de proteção aos direitos humanos que o Estado dispõe. E a Defensoria Pública, então, é um parceiro essencial. A Defensoria Pública é um canal que recebe praticamente todas essas 142 mil denúncias para serem processadas e tratadas para a defesa dos direitos das pessoas que procuram esse serviço. Ele também direciona as demandas que recebe, as denúncias que recebe ao Ministério Público, aos órgãos estaduais de direitos humanos, mas a Defensoria Pública é o número um, provavelmente, da lista de encaminhamentos do Disque Direitos Humanos.

Conforme já disse, a Defensoria tem um papel muito importante na atenção a determinados públicos. E eu gostaria de destacar algumas interações que acontecem com públicos que o Ministério dos Direitos Humanos coordena. Então, vou começar por crianças e adolescentes. Lá, nas funções da Defensoria, já consta a necessidade de uma atenção especial à proteção dos interesses e dos direitos da criança e do adolescente. Recentemente, o Ministério fez um ajuste em um dos seus programas de proteção, que é o PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), reconhecendo mais uma vez o papel da Defensoria, incluindo a Defensoria como um dos possíveis peticionários de inclusão de crianças e adolescentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ameaçados de morte e de suas famílias no programa. Mais uma vez, reconhecendo o papel da Defensoria nessa perspectiva de garantir a proteção.

E ainda, no âmbito dessa situação que temos vivido com o elevado número de imigrantes venezuelanos no Norte do País, de modo especial no Estado de Roraima, nós observamos uma situação específica relacionada a crianças e adolescentes que chegaram ao País desacompanhados de seus pais ou de responsáveis – então, muitas vezes, chegaram sozinhas, naquelas caravanas – ou acompanhadas de pessoas que legalmente não são seus responsáveis; e muitas vezes sem documentação. Então, o Conanda, que é um órgão do Ministério dos Direitos Humanos, junto com a Defensoria e outros órgãos buscaram, então, o desenvolvimento de uma resolução que orienta, então, os serviços públicos de proteção de direitos a como agir nessas situações. E a Defensoria foi chamada e tem um papel central no acolhimento da criança, no olhar para essa situação específica que estava sendo vivida, com vistas a garantir os seus direitos. Então, ela tem um papel central na entrevista que é realizada com a criança e no pedido de regularização migratória, viabilizando a regularização documental dessa criança, para que a ela possam ser garantidos os direitos enquanto estiver no nosso País. Mas vale extrapolar, Senador: para toda situação de venezuelanos que têm ingressado no nosso País, a atuação da Defensoria Pública tem sido muito presente e próxima ao Ministério dos Direitos Humanos nessa perspectiva.

No âmbito da Secretaria de Igualdade Racial, o Secretário Juvenal fez questão de destacar pelo menos três pontos em que a atuação da Defensoria tem sido muito próxima do Ministério. Em relação a comunidades remanescentes de quilombos, os quilombolas, na mediação de conflitos e na garantia de acesso, por exemplo, dos quilombolas a suas comunidades, que muitas vezes tem sido limitado por conta dos conflitos que existem. Então, a Defensoria Pública tem atuado no sentido de garantir o livre acesso ou o direito de ir e vir desses moradores. Também nos casos de denúncias de intolerância religiosa, de modo muito especial as religiões de matriz africana, uma atuação muito próxima para a defesa dos direitos daqueles que são atacados. E ainda nos casos de cotas, de garantia do acesso ao uso de cotas nas instituições de ensino superior.

Gostaria de destacar ainda rapidamente, para concluir, a atuação parceira que temos tido no âmbito da Secretaria de Cidadania, que eu coordeno, em relação à população LGBT, na atenção à violência homofóbica, que ainda acontece no nosso País. Senador, nos surpreendeu um dado divulgado no último balanço do Disque 100: um crescimento muito grande de denúncias relatando homicídios da população LGBT. Nós sabemos que o número é muito elevado, mas foi surpreendente o Disque 100 ter observado, de 2016 para 2017, um salto de 127% no número de homicídios relatados contra a população LGBT. E, recentemente, na garantia de um direito importante de reconhecimento para a população trans na troca do registro civil para a atualização do nome, conforme decisão do STF.

Em relação à população em situação de rua e catadores, aqui já é destacado, estamos fechando um acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos para capacitação em relação a atendimento e para facilitação do acesso junto à Defensoria, como o colega que me antecedeu já disse. De fato, é um canal que tem se mostrado acessível, mas que pode ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundar essa questão, via capacitação, e temos feita essa discussão no âmbito do Ciamp-Rua, que é o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua.

Nessa perspectiva, identificamos uma possibilidade de um auxílio, de uma parceria mais efetiva, envolvendo também o Parlamento, Senador Paim. Então, no ano passado, juntamente com a Defensoria, buscamos alguns Parlamentares que se dispuseram a viabilizar emendas parlamentares para aquisição de *vans* para defensorias públicas. De modo especial, foram destinadas a defensorias estaduais, para que possibilitassem a locomoção dos defensores às comunidades, aos locais onde as pessoas estão carecendo do seu acesso. Então, algumas *vans* estão sendo adquiridas pelo Ministério de Direitos Humanos com vistas a serem doadas às defensorias públicas a partir dessas emendas parlamentares que foram adicionadas ao nosso orçamento.

Em relação à vítima de trabalho escravo, também um foco que já foi aqui mencionado, mas gostaria de destacar o papel importante no debate público e na defesa do conceito do trabalho escravo que a Defensoria tem feito junto ao Ministério dos Direitos Humanos, de modo especial no âmbito da Conatrae, também lá com seus representantes, e a defesa da lista suja como um instrumento essencial para o combate ao trabalho escravo no nosso País.

Em relação à vítima de tortura, gostaria também de fazer este destaque, já concluindo a minha fala, à atuação importantíssima que a Defensoria Pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você está no tempo, tem dois minutos ainda.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS – O.k. Mas já estou caminhando para concluir.

Então, em relação à atuação importantíssima que a Defensoria Pública tem na fiscalização do sistema prisional brasileiro. Quero render homenagens aqui – não posso deixar de fazer isso – aos defensores públicos que foram feitos reféns numa unidade prisional de São Paulo, mas que, com muita habilidade, souberam conduzir aquele processo e conseguiram negociar a sua saída dali, daquela situação no presídio de Lucélia, em São Paulo. Quero reforçar a importância da presença dos defensores públicos nesse ambiente. Em algum momento foi questionado que os defensores públicos não deveriam estar ali, mas nós, como Ministério, entendemos a importância da presença nesses ambientes para verificar as situações que ali ocorrem de violações de direitos e, de modo especial, os casos de tortura, que é também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS – ... um mandato do nosso Ministério.

Gostaria, por fim, Senador, apenas de destacar que as defensorias públicas também têm um papel relevantíssimo nos colegiados que pensam as políticas públicas de direitos humanos.

Então, para além do CNDH, gostaria de destacar a presença de defensoria no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, ajudando a estruturar essa política e ajudando a realizar o controle em relação a ela, e, no âmbito da Conatrae, aqui já destacado, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Secretário Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, que elencou aqui o trabalho dos defensores nas mais variadas áreas, desde idoso, LGBT, negro, branco, índio, enfim, nas camadas mais vulneráveis e na integração nesses movimentos até de conflito, como o exemplo que você deu aí, em que eles participaram da mediação. Neste momento da nossa audiência pública, a gente abre a palavra para o Plenário e, depois, aqueles que usaram já a palavra, se tiverem algum comentário a fazer como consideração final, assim o farão.

Eu tenho aqui Igor Roque, representante da Anadef; Thaísa Oliveira, Vice-Presidente da Anadep, e Antonio Lacerda, representante da Contag.

Então começo, por cinco minutos, com Igor Roque, representante da Anadef.

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE – Bom dia a todos.

Queria iniciar parabenizando o Senador Paulo Paim como Presidente da Comissão, pela iniciativa ou por acolher a sugestão de discutir um pouco este tema, que é tão sensível ao interesse da população brasileira – população raiz do Brasil, ao pobre, à pessoa que sempre foi excluída, que não tem acesso às políticas públicas e que, através da Defensoria, busca seus direitos, briga por seus direitos para fazer com que o Estado esteja presente e atenda a suas demandas.

Enfim, Senador, eu me sinto integralmente representado pelas falas que me antecederam, de modo que trazer dados se tornaria repetitivo e cansativo. Eu trago, na verdade, um questionamento ou uma constatação: infelizmente, o Brasil é um País amador. Essa é uma realidade. Se a gente for fazer uma análise criteriosa das políticas públicas ao longo da história do Brasil, eu digo que todas elas – eu acho que a gente tem de procurar como uma agulha no palheiro para encontrar uma que não tenha sido desta forma – são feitas a toque de caixa, são feitas para dar uma resposta à imprensa, ao mercado, a uma pressão pontual de algum setor da sociedade, e, nesse contexto, foi implantada a Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública da União, como já foi colocado aqui, veio prevista, pela primeira vez, na nossa Constituição de 88 e ela só foi criada, só foi implantada oito anos depois, em 95. E a lei que criou, que implantou a Defensoria Pública da União diz, em sua epigrafe, que a implantação se dá em caráter emergencial e provisório – em 95. Nós estamos em 2018. Eu sou ruim em matemática, mas aí faz quanto tempo? Quantos anos já não se passaram? E a gente permanece num estágio emergencial e provisório.

Então, tudo no Brasil é feito assim, infelizmente. Um órgão em um País – e eu sempre digo isso, não canso de repetir – onde a marca de sua sociedade é desigualdade social, e, por isso, eu sempre digo e não canso de repetir, onde há desigualdade social há violações de direitos, um órgão que tem como mister amenizar, diminuir essa diferença social, democratizar as políticas públicas não está instalado em nossa República, não está instalado em nosso Brasil.

E até é desnecessária, eu digo, esta Emenda Constitucional 80. Infelizmente a nossa Constituição é um guarda-chuva. Quando um direito não está sendo observado: "Bota na Constituição!", como se fosse resolver. Infelizmente não se resolve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, vem o Congresso Nacional, sensível à demanda da população, à situação da Defensoria Pública no Brasil, e traz a previsão de que, em oito anos, o Estado – a União, os Estados e o Distrito Federal – teria a obrigação de interiorizar a Defensoria Pública, levar para a população que não tem acesso. E infelizmente, como já colocado, passamos quatro anos, e a gente está num caminho inverso: a gente está fechando unidades ou estudando onde fechar unidades, porque a perspectiva de abrir é nula. Então, isso é uma tristeza muito grande.

Trago a informação de que, como Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, vamos ajuizar uma ADI no Supremo Tribunal Federal para questionar a constitucionalidade da Emenda 95, à luz da Emenda Constitucional 80. A Emenda Constitucional 80 é um direito fundamental, é uma garantia fundamental, democratiza o acesso à Justiça, e a Emenda 95 põe por terra, além da 80, o resto da Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE – ... como já foi colocado aqui.

Infelizmente não sei o que vem de decisão. Se brincar, o Supremo Tribunal Federal, do jeito como está, vai dizer: "É isso mesmo. Extinga a Defensoria." É uma realidade, eu preciso dizer isso. A gente está numa situação de alerta em nosso Brasil.

Enfim, para encerrar, até fazendo um gancho na fala do Alex, quando ele reconhece a importância da Defensoria Pública fazendo um cotejo com a atuação do Ministério Público, no ano passado, saiu uma pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público trazendo a importância, a respeitabilidade e a confiança das instituições no Brasil. E a Defensoria Pública, em que pese esteja numa situação de frangalhos, foi, em vários aspectos, a instituição mais bem conceituada, seja em importância, seja na confiabilidade, seja na acessibilidade do cidadão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE – Para encerrar, eu agradeço, parabenizo, mais uma vez, a iniciativa. Fica o alerta do que a gente está vivendo no nosso Brasil: os direitos sociais, os direitos individuais e as garantias estão sendo colocados em xeque diariamente, mas a gente não pode acabar com essa luta. A gente tem que fazer trincheira, tem que continuar lutando para garantir o acesso à Justiça da população carente do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Igor Roque, representante da Anadef.

De imediato, Thaísa Oliveira, Vice-Presidente da Anadep – antes foi Anadef.

A SRª THAÍSA OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos.

Eu sou Thaísa, sou Defensora Pública do Estado do Paraná e atualmente eu estou como Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Obrigada, Senador, por promover o debate sobre o acesso à Justiça mais uma vez nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aos colegas da Defensoria Pública da União pelo convite para a Adep estar presente nesses debates.

Alex, eu tenho um agradecimento especial a você. Tão logo a Defensora Patrícia Kettermann, do Rio Grande do Sul, soube da ocorrência desta audiência pública, ela ligou e pediu que estivéssemos aqui. Estaríamos de toda forma, mas ela pediu que se transmitissem os cumprimentos e agradecimento pela sua parceria, especialmente com a Defensoria do Rio Grande do Sul, com os colegas lá.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Falando de Patrícia Kettermann, ela era Presidente da Anadep, Senador, quando a Emenda Constitucional 80 foi promulgada. E é sintomático que hoje, dia 4 de junho de 2018, nós comemoremos quatro anos da promulgação dessa emenda e estejamos discutindo retrocessos sociais. É bem simbólico e algo em que devamos pensar.

Num primeiro momento, eu fiquei pensando na importância de a Anadep participar desses debates. A Anadep é a associação dos defensores estaduais. Então, de certa forma, não é diretamente atingida pela Emenda Constitucional 95, mas nós estamos aqui em solidariedade aos colegas da Defensoria Pública da União e, em último caso, a todos os defensores públicos, e não só os defensores, mas aqueles que se sentem em casa na Defensoria – porque a Defensoria Pública não é formada só de defensores, temos servidores, estagiários, muita gente que compartilha do nosso sonho, da nossa causa.

Em último caso, queremos promover o acesso à Justiça para toda a população vulnerável. Estimamos que 80% da população seja potencial usuária dos serviços das defensorias, isso é muita gente. Eu, como defensora pública, vivi uma situação muito semelhante à que vocês estão vivendo agora. Quando eu tomei posse no Paraná em 2013, virei logo Presidente da associação local. O governo cortou em 70% o orçamento da Defensoria Pública do Paraná. E eu, como representante da associação na época, tive que recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Nós conseguimos a cautelar e hoje a Defensoria do Paraná sobrevive muito graças a essa decisão que nós conseguimos no Supremo Tribunal Federal. Infelizmente, também passamos por isso lá e tivemos que nos socorrer do Judiciário para manter a Defensoria respirando e promovendo atendimento da população.

Independentemente disso, tudo que acontece aqui com a Defensoria Pública da União, em âmbito federal, vai, de alguma forma, repercutir nos Estados. Eu fiz um levantamento com os Presidentes das associações estaduais e nós já tivemos a reprodução dessa Emenda 95 em cinco Estados. São eles aqui, para vocês: Piauí, Goiás, Rio de Janeiro, Ceará e Mato Grosso. Então, nos mesmos moldes da 95, esses Estados já estão sofrendo congelamento de gastos nos moldes do que está acontecendo aqui.

E uma outra perspectiva também: sempre que a política social falha, é ineficiente, a Defensoria sente na ponta. Então, vamos ser chamados, em último caso, para judicializar. Então, vai faltar leite em hospital, vai faltar medicamento, vai faltar vaga em creche, as pessoas vão à Defensoria. Então, sentimos a falha, somos nós que vamos tentar suprir a falha. Aí vão nos dizer: "Ah, vocês judicializam, vocês são responsáveis por tudo." Mas, quando se fala em Defensoria, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala também em eficiência, em economicidade. Nós, defensores, não atuamos apenas como atividade judiciária no processo, nós também fazemos atividade extrajudicial. Isso é economia também. Em Rondônia, por exemplo, nós temos câmaras de conciliação na saúde. Há um defensor, um procurador e a secretaria de Estado conversando e não judicializando questões sobre medicamentos. Isso é economia, sim, para a população, para o Estado e para todo mundo. É economia de dinheiro e economia de tempo também para todo mundo.

Acho que eu queria colocar isso. É óbvio que os números das defensorias estaduais não estão perto do ideal. Estamos apenas em 40% das comarcas hoje, faltando metade do prazo para que a emenda constitucional em tese devesse ser cumprida. E nós trabalhamos com número de, mais ou menos, com uma média de, mais ou menos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAÍSA OLIVEIRA – ... 10 milhões de atendimentos por ano.

Então, a mensagem que eu quero passar é a seguinte: nós fazemos parte de uma carreira com pessoas muito criativas, pessoas muito dispostas e, apesar do pouco, nós fazemos muito: 10 milhões de atendimentos não é pouco para situações que o Alex muito bem colocou aqui, estruturais, remuneratórias, comparadas com outras carreiras do sistema de Justiça. Eu tenho muito orgulho de participar dessa instituição.

E, quando, no Paraná, passamos por essa situação parecida, nós nos fortalecemos, saímos muito mais fortes. Não que não devamos ser reconhecidos e ter orçamento digno e salário e condições de trabalho justos, mas, na ausência e na escassez, nós nos fortalecemos muito e conseguimos mostrar a que viemos no Estado democrático de direito.

A Defensoria Pública da União também vai conseguir continuar mostrando a que veio.

Obrigada e a associação nacional está à disposição de todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Thaísa de Oliveira, Vice-Presidente da Anadep.

Gostei da frasezinha dela que vou pescar: "Nossos sonhos."

Muito bem, parabéns.

Antonio Lacerda, representante da Contag.

O SR. ANTONIO LACERDA – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria parabenizar o Senador Paim, que tem sido um grande parceiro nosso aí na luta pelos povos do campo, especialmente na luta pela contrarreforma da previdência, e mais uma vez nessa luta aqui contra essa questão da Emenda Constitucional 95.

Veja bem, para a gente da Contag, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, e a gente representa o campo e tem percebido que quanto a essa Emenda Constitucional 95, em cada canto que a gente chega, há uma luta na perspectiva de barrar os efeitos dessa Emenda Constitucional 95, porque ela traz prejuízo muito grande para, sobretudo, as pessoas que historicamente já foram excluídas dos processos de desenvolvimento.

Então, está muito claro que é uma proposta, um projeto de um Governo que está aí, de um Governo ilegítimo, que não foi eleito pela maioria do povo – e que a gente sabe a forma como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse Governo está aí –, que privilegia, de fato, um Estado mínimo. Então, o que está em jogo hoje é uma luta muito maior para que a gente realmente possa ter um Estado que possa preservar... E a gente experimentou o modelo, a gente vinha experimentando um modelo de desenvolvimento, a partir de 2003, em que programas sociais não eram considerados gastos, eram considerados investimentos. E está provado o quanto todos esses programas sociais no Brasil não só diminuíram a fome do povo brasileiro – muita gente passou a ter o direito de comer três vezes por dia –, mas também ajudou a dinamizar a economia dos pequenos Municípios no Brasil.

No Brasil, 70% dos Municípios brasileiros têm até 20 mil habitantes, são pequenos Municípios. Eu sou do interior do Nordeste, conheço muito bem o Nordeste, e sei o tanto que essas políticas sociais foram importantes para o desenvolvimento desses pequenos Municípios. Geraram renda, geraram emprego e as pessoas tiveram direito de comer. E hoje ainda uma coisa que nos resta – ainda –, mas que também, a partir desse modelo de desenvolvimento neoliberal voltado apenas com a preocupação da redução do Estado mínimo e privilegiar o grande capital, algumas coisas que ainda estão nos restando estão querendo também nos tirar, que é, por exemplo, a participação social. Em vários espaços de participação estão sendo – digamos assim – está ficando difícil de a gente participar nesses espaços. A gente ainda consegue participar de alguns.

Sobre a questão do acesso à justiça, eu queria voltar um pouco aqui para esse debate de hoje. Isso é fundamental. Se a gente não vai ter direto à justiça, que é onde os pobres ainda têm para recorrer, nós vamos para onde? Nós vamos esperar morrer? Então, o acesso à justiça para nós, via Defensoria Pública, é fundamental, porque ela é para os pobres, para aqueles que não podem pagar a justiça. Se já nos tiram vários direitos, tirar a oportunidade de a gente participar, tirar a oportunidade de ter acesso à justiça, eu não sei, sinceramente, aonde a gente vai chegar.

A Emenda Constitucional 95, para nós do campo, se eu for colocar aqui o orçamento que já foi retirado do campo, da reforma agrária, da agricultura familiar, do Programa Nacional da Alimentação Escolar, do Programa Nacional do PAA, da assistência técnica, enfim são vários. Não é só a questão da Emenda Constitucional 95, é um modelo que retira o orçamento do pobre.

Nós experimentamos, de 2000 para cá, não foi ainda como a gente queria, mas democratizou o orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO LACERDA – ... para os pobres também.

Então, a Contag quer se somar à luta aqui da Defensoria Pública.

Eu também represento a Contag no Conselho Nacional de Saúde. Lá nós estamos com essa luta, inclusive o Conselho está coordenando uma ação direta de inconstitucionalidade, que já está no STF. A nossa meta é pegar dois milhões de assinaturas para a gente tornar inconstitucional essa emenda, porque ela é inconstitucional. Também represento a Contag lá no Conanda, que tem razão, pois vários direitos das crianças e dos adolescentes vão ser ameaçados em função dessa emenda.

Se a gente for para a educação, é a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, é um desastre o que está acontecendo no nosso País, e a gente tem que lutar para que a gente possa reverter os efeitos malignos que essa emenda possa trazer à sociedade brasileira, sobretudo aos mais pobres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antonio Lacerda, representante da Contag, que falou muito bem, representando principalmente a agricultura familiar, os assalariados no campo, enfim, aqueles que se tornaram também setores vulneráveis.

Parabéns à nossa querida Contag.

Lá no Rio Grande do Sul, há a Fetag. A Fetraf-sul cumpre um papel nessa área também.

Com a palavra o Renato Machado, Presidente do Sindicato dos Servidores Requisitados da DPU.

O SR. RENATO MACHADO – Muito bom dia a todos e a todas.

Senador Paim, eu quero primeiro aqui agradecer também a oportunidade, como servidor da Defensoria, de a gente também estar podendo falar de algumas coisas importantes. Parabenizo os expositores pela bela exposição de todos.

Quero dizer que nós servidores, como atuantes, e que estamos aqui colaborando para fazer essa instituição forte como ela é, temos orgulho realmente de trabalhar com os defensores, de fazer aquele trabalho que todos nós sabemos da importância social.

Nesse sentido, dentro desse aspecto da Emenda Constitucional 95, eu queria colocar uma situação. Nós estamos há mais de 20 anos, pois, como vocês sabem, nós temos a defensoria há mais de 20 anos, e a carreira de apoio administrativo não foi criada. Neste contexto da Emenda 95, nós servidores estamos contribuindo. Nós queremos criar uma carreira que não vem – e nós já decidimos – trazer nenhum impacto orçamentário. Certo?

Nesse sentido, nós queríamos o apoio do Senador, com a sua estrutura técnica, com o seu conhecimento político, a sua influência política, para a gente superar essa situação. Nós temos aqui o Dr. Felipe e Dr. Igor, com quem temos trabalhado todos os dias nessa questão, buscando uma solução para esse problema, e, nesse sentido, a gente gostaria desse apoio.

Por isso, eu queria aproveitar essa oportunidade, porque é uma oportunidade realmente ímpar, em que há pessoas que podem, com certeza, colaborar nesse sentido.

Gostaria de agradecer a oportunidade, Senador. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Renato Machado, Presidente do Sindicato dos Servidores Requisitados da DPU. No que depender de nós, Renato, saiba que pode contar.

Fiquei com aquela frasezinha dela ali do sonho. Eu digo que o sonho são as nossas causas. As nossas causas são a nossa vida e a nossa luta. E eu sei que é uma causa nobre essa. É isso que dá energia para a gente. Eu tenho certeza de que vocês todos que estão aqui e aqueles que estão em casa trabalham mais, como diz uma música, se não me engano é do Fagner: "Um homem, sem o seu trabalho, perde a sua honra." Ninguém quer perder a sua honra, todos querem trabalhar. Então, há essa grandeza desse evento de hoje. E pode contar conosco naquilo que nós pudermos ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar para as considerações finais, começando com o Danniel Campos, representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, para que faça o comentário que entender mais adequado de tudo o que foi o dia de hoje.

Se todos puderem ficar entre três e cinco minutos, isso nos ajudará. Agora são 12h07.

O SR. DANNIEL CAMPOS – Senador, serei muito breve.

Sinto-me privilegiado de poder fazer parte de uma reunião como esta que discute um assunto tão caro e tão relevante para a nossa sociedade. Eu me senti absolutamente contemplado por várias das falas aqui durante a reunião de hoje.

Sou Defensor Público há 11 anos, aqui no Distrito Federal. Assumi, há um mês, a função de Subdefensor Público-Geral do Distrito Federal e pude somar-me aos integrantes do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

Gostaria de enfatizar uma das falas da Thaísa que eu acho que sintetizou... Senti-me absolutamente contemplado pela sua fala, Thaísa. Acho que a Defensoria sonha o mesmo e é luta, sobretudo luta. Então, é fundamental que a gente compreenda esses momentos de dificuldades, esses entraves, para a sobrevivência da nossa instituição e para que a gente encare isso como instrumentos de fôlego para conseguir avançar. O avanço da nossa instituição é, felizmente, um avanço da nossa sociedade.

Nós temos a oportunidade, nós defensores e defensoras, servidores e servidoras integrantes de carreiras que são tão caras, de entidades que são tão caras e tão parceiras de todos nós, de fazer parte de uma estrutura social que é absolutamente relevante e que é privilegiada no sentido de que nos permite desenvolver um trabalho de resgate das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, para que elas possam ser empoderadas e para que, de alguma forma, suas vidas possam ser transformadas. Por isso, é muito importante. Iniciativas como essas, Senador, nos dão oportunidade de refletir sobre os desafios que nós temos. Mas elas também alimentam os nossos sonhos e as nossas esperanças em busca de um trabalho cada vez mais eficaz, cada vez mais presente e relevante na sociedade, apesar das dificuldades estruturais que nós encontramos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANNIEL CAMPOS – Portanto, minha palavra é só para agradecer a iniciativa e o acolhimento dessa iniciativa por V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Foi o senhor Danniel Campos.

Vamos direto ao Sr. Maurício Krepsky Fagundes. Por favor.

O SR. MAURÍCIO KREPSKY FAGUNDES – Eu falava aqui com o Alex sobre a empatia que o servidor público tem que ter para poder atuar nessa área em que muitos não querem atuar. Então, ver o lado do trabalhador vulnerável, daquele que não tem acesso à Justiça, é um perfil da Defensoria Pública da União que compartilho com os meus colegas auditores-fiscais do trabalho. Então, nesses locais em que é mais necessário a gente tem de estar.

A Defensoria Pública tem uma capacitação para poder atuar nessa área de trabalho escravo. As turmas formam 30 defensores. Esse é o contato que o Gilmar Menezes já me passou. E isso o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mantém essa parceria com o Ministério do Trabalho, é isso o que mantém esse grupo móvel atuando em regiões do País em que o Estado não está presente. A Defensoria Pública também não está devidamente interiorizada para poder fazer atendimento.

Essa atuação realmente tem uma visibilidade grande. O grupo móvel é reconhecido internacionalmente pela forma de atuação, pela forma de coordenação entre várias instituições no mesmo local e atuando de diversas formas. Então, esse vídeo que foi passado é um vídeo institucional da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho.

Também nessas ações do grupo móvel, vários órgãos nos solicitam, o tempo todo, que nos acompanhem, registrem e mostrem, isso tanto no Brasil quanto no mundo todo.

Ontem mesmo saiu um mini documentário de *O Globo*, do repórter Vinicius Sassine, também com uma outra operação do grupo móvel, no Estado de Roraima, com a participação da Defensoria Pública da União. Registro aqui que, realmente, está avançando cada vez mais. O defensor que estava participando da operação, ao mesmo tempo em que tinha um atendimento para os trabalhadores resgatados também dava atenção a outros trabalhadores que procuravam a superintendência para oferecer denúncias. Então, isso já tem uma recepção. Há um ouvido especializado e sensível à população que mais necessita.

Como a temática aqui, Senador, hoje, é o sonho, compartilho do mesmo sonho dos defensores com uma sociedade mais justa, mais igualitária, com direitos para todos e também na luta pela erradicação do trabalho escravo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Foi o Maurício Krepsky Fagundes.

Aproveito o gancho só para comentar também, em 30 segundos, o papel dos defensores que nos assessoraram na medida provisória que tratou dessa questão de Rondônia e dos venezuelanos. Foi muito importante.

Presidi aquela Comissão Mista que tratou da medida provisória e todos achavam que o resultado ia ser um desastre. Felizmente, devido a um trabalho amplo em que todos ajudaram, saiu razoável. Essa é a análise que a gente pode fazer. Estavam lá, também, os defensores. Até em nome dos migrantes e imigrantes, peço dou uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Por favor, Alex Cardoso.

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Bom, primeiro quero colocar que quando recebi o convite, a gente articulou entre os catadores. A gente mesmo que pagou a nossa passagem para vir. É a questão de a gente ter a certeza da importância deste momento. A gente articulou, se cotizou e pagou as passagens para podermos estar presentes aqui. Nem é pela questão da devolução, mas dessa parceria que a gente estabeleceu para poder, ao mesmo tempo em que a gente é defendido, também defender quem nos defende. Nos nossos ninguém toca, estamos todos juntos, sempre unidos.

Quero colocar que essa PEC ataca aquela questão dos *ius* e da *lex,* que é aquela questão da formação da sociedade, o quanto ataca a justiça e a liberdade entre os indivíduos, quando a gente acaba não conseguindo mais pensar, planejar, agir e quando os nossos direitos são atacados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando não se tem garantia deles. Aquela questão dos principais direitos que nos garantem como seres humanos são os que são atacados. Aquele que vai dar o direito à questão do trabalho, ao nosso desenvolvimento como ser humano pensante, ativo, que pode resolver problemas, vai estar pensando, justamente, em como não ter mais problemas do que a gente já tem. A gente vai chegar ao ponto de não mais conseguir desenvolver-se como ser humano.

Nessa lógica, pensando internacionalmente, esse golpe é dado na democracia, dado na Justiça, dado na liberdade, ele é um golpe que nos retira, como cidadãos, o direito de pode agir, pensar, planejar. Tiram esses direitos e os entregam a outros, porque não há espaço vazio entre essas ações. Ou seja, quando nos retiram direitos vão garantir que estes vão se concentrar naqueles que já têm muitos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRO CARDOSO – Na verdade, a primeira das questões mais práticas que a gente pode ter é afirmar a inconstitucionalidade dessa PEC, desde quando foi apresentada, como 241, na Câmara Federal, até quando passou aqui para o Senado.

A gente também precisa entender que a inconstitucionalidade dela não é para todo mundo, mas só para aquela parcela que mais precisa, para aquela que mais trabalha, para aquela que mais paga imposto, para aquela que é mais injustiçada. Quando vamos ver o poder do Estado nesse caso não é para nos atender, mas para nos criminalizar.

O encaminhamento é o de que essa PEC seja destruída e que não tenha sobreposição. Se tivermos de ter desobediência de leis, que seja a essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alex Cardoso. (*Palmas.*)

Aproveito o ganho de você dizendo que pagou a passagem. Você não pense que aqui é fácil. Quando a gente fala que faz quase 200 audiências por ano, o que tem de notinhas e provocações sobre quem está pagando esse número de audiências. Quem está pagando é o povo, seus espertinhos! Estou falando para eles. Vieram aqui pesquisar, perguntar. É isso mesmo! Quem está pagando é o povo. Assim mesmo, nem que eu desse alguma passagem! Seria uma passagem justa, justa. Mas a gente procura não dar passagem para ninguém porque sabemos que daí saem matérias enormes dizendo: "É, faz tantas audiências públicas, mas é gastando o dinheiro de x e de y". Queria dar uma salva de palmas pelo que vocês fizeram. (*Palmas.*)

Preservando a Comissão de Direitos Humanos. Parabéns!

Foi o Alex Cardoso.

Agora Leonardo Penafiel.

O SR. LEONARDO PENAFIEL – Obrigado.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos reforça o apreço à parceria, como falei. Nossa Presidência é da Defensoria Pública da União e tem esse importante papel de fortalecer os colegiados, a discussão das políticas pública, tanto nacional quando internacionalmente.

Quero dizer que nesses quatro anos em que nós estamos aqui, da Emenda 80, não temos nada a comemorar do ponto de vista da aprovação da Emenda 95 porque ela se contradiz com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Emenda 80. Queria reforçar que o que está em jogo, com relação a não interiorização ou ao não cumprimento do Plano de Interiorização da Defensoria Pública, é o art. 5º da Constituição Federal Brasileira, o direito de acesso à Justiça, o direito universal e, principalmente, dos setores – e esse é o papel da Defensoria – que não teriam outra forma de acessar a Justiça que não pela Defensoria Pública.

Então, o Conselho Nacional de Direitos Humanos reforça a visão. O companheiro da Contag também já colocou aqui pelo Conselho Nacional de Saúde. Nós entendemos que essa emenda é inconstitucional. Fazemos parte dessa iniciativa que o Conselho Nacional de Saúde tem. Então, nós nos somamos. Inclusive, no lançamento, estive na mesa com o Ronald, que é Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Estivemos no Fórum Social Mundial, também, fazendo uma mesa entre ambos os conselhos. Estamos fazendo essa luta, na verdade, para a revogação dessa Emenda Constitucional 95 e para a aplicação, de fato, dos preceitos constitucionais.

No sentido do acesso à Justiça, no Brasil, é com a interiorização é com a interiorização das Defensorias Públicas. É disso que nós precisamos, ou seja, sair dos 29 e ir para os 50, para os 60, para os 80 e para os 100% das Defensorias Públicas em nosso País, garantindo o direito constitucional de acesso à Justiça...

(*Soa a campainha.*)

... para todo o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leonardo Penafiel! (*Palmas.*)

Gostei dessa fala em que defende: 100% de atuação da Defensoria em todos os Estados, em todas as regiões do nosso País.

Por favor, Hebert Borges Paes de Barros.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS – Bom, minha fala é para agradecer mais uma vez, a oportunidade de estarmos juntos aqui, num ambiente em que há diálogo, o que é sempre algo especialmente proveitoso para a área de direitos humanos. Trata-se da possibilidade de uma construção coletiva, de uma reflexão coletiva para podermos avançar e reformar, Senador e defensores presentes. É preciso destacar a importância do papel de cada um de vocês e da instituição em que vocês atuam para a garantia dos direitos humanos no Brasil. E o Ministério dos Direitos Humanos é muito grato por essa parceria constante, pela atuação sempre presente de todos vocês em relação às políticas que coordenamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Herbert Borges Paes de Barros! (*Palmas.*)

As políticas humanitárias em primeiro lugar – este é o caminho!

Agora vamos para Dayse Assmann Lima, por favor.

A SRª DAISY ASSMANN LIMA – Eu queria agradecer a oportunidade e me colocar à disposição para qualquer dúvida a respeito do orçamento da Defensoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta "O que é que o Estado quer", a gente espera que o Estado queira mais DPU.

É isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dayse Assmann Lima! Parabéns! (*Palmas.*)

Elzano Antonio Braun, por favor.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Eu vou ser bem rápido.

A minha felicidade hoje é saber que temos um problema muito grande, horrível, mas que não estou mais tão sozinho. Acho que esse foi um momento de reconhecimento, de reflexão, mais do que necessário. Desde o primeiro dia em que comecei a trabalhar sempre fui um insatisfeito. Acho que é da natureza do nosso trabalho não aceitar, não estar contente com as injustiças. É uma pena que não dá para exibir, mesmo rapidamente, mas quando a colega mostrou o mapa do seu Estado, mostrou os locais para os quais nós fomos demandados, para os quais houve as solicitações, mas que não conseguimos atender. Eu também pressionei porque não havia visualizado esses dados. Mas não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é possível botar na tela. A gente vai falando e os dados ficam na tela.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Provavelmente o Senador também percebeu, mas todo o noroeste e o norte gaúcho estão lá em branco. Eu me criei lá do outro lado, do lado bom, mas me criei nas barrancas lá do Uruguai. Quem conhece aquela região sabe que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As famosas barrancas do Rio Uruguai.

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – Exato.

Segundo o mapa, quem conhece sabe que a maioria daqueles Municípios tem uma realidade econômica, um desenvolvimento mais atrasado. Então, a gente tem que saber que as pessoas mais necessitadas não estão tendo nem voz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELZANO ANTONIO BRAUN – ... nem visibilidade. Quem tem desenvolvimento econômico maior tem procurado demandar mais. Essas são as vozes que estão caladas. E às vezes um dado estatístico acaba revelando, tornando ainda mais implícita essa situação.

Espero que consigamos levar adiante, fazer o nosso trabalho.

Mais uma vez, agradeço a V. Exª a oportunidade e fico muito feliz de poder expressar todas as nossas preocupações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem pela lembrança do mapa! Devíamos aproveitar o exemplo – o silêncio dos inocentes. E a voz desses inocentes são os senhores. Por isso a importância de chegarmos lá, para sermos a voz deles.

Francisco de Assis Nascimento Nóbrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo o cuidado com o Nóbrega, porque, se eu errar de novo, estarei ferrado.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – Primeiramente, eu agradeço mais uma vez ao Senador Paim pela oportunidade, pelo espaço.

Eu queria pegar um gancho no que o Alex colocou no eslaide dele. Ele fala dos grupos de trabalho da Defensoria que são mirados nas populações que necessitam de especial proteção do Estado. E anuncio que 15 dias atrás mais ou menos foram criados mais três grupos de trabalho dentro da Defensoria Pública da União. Então, além daqueles 13 grupos vulneráveis que já estavam elencados, a gente também criou um grupo específico para a população idosa, para a população com deficiência e um grupo para fomentar políticas étnico-raciais. Foi destacada essa temática que estava dentro da questão dos quilombolas e comunidades tradicionais e criado um GT específico.

Então, na minha Secretaria, que é a Secretaria-Geral de Articulação Institucional, os GTs se encontram lá junto com a Secretaria de Direitos Humanos. E também a itinerância, que foi o que falei.

Bom, eu queria também aproveitar uma referência que foi feita pelo Maurício. Inclusive, eu até fiz um convite ao Maurício recentemente para ele falar num curso de formação dos novos defensores. Espero que ele possa aceitar. Ele mencionou a atuação trabalhista da DPU, que é universal em relação ao resgate de trabalhadores em situação análoga à da escravidão. De fato, isso está, inclusive, regulamentado. Está escrito no papel que em relação ao trabalho escravo, a Defensoria Pública da União tem atuação plena. E em relação às demandas trabalhistas em geral, a gente atua no DF. Não sei se o Dr. Maurício sabia, mas a gente tem ofícios especializados em trabalhista aqui no DF. Esse é um projeto piloto, porque a gente não tem defensores suficientes para fazer isso no restante do País. A gente sabe que a quantidade de varas trabalhistas é imensa, ainda mais nesse atual contexto da Emenda 95, em que a gente se sente desafiado por causa desse encolhimento forçado do Orçamento, digamos assim.

Eu menciono ainda essa participação que a Defensoria Pública da União entende ser fundamental ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – ... nos conselhos nacionais, não só no Conselho Nacional de Direitos Humanos, que temos a honra atualmente de presidir. Ocupávamos a Vice-Presidência e agora estamos na Presidência, representando o Dr. Paz, o Defensor Público-Geral, que é quem tem o assento no Conselho Nacional de Direitos Humanos. Atuamos também na Conatrae, como já foi mencionado aqui, na Conatrap, que se refere a tráfico de pessoas, enfrentamento ao tráfico, a CNPCT, e em diversos outros conselhos nacionais.

Falando em sonhos, para encerrar, um dos sonhos que eu acalento é conseguir colocar defensores em todos os comitês nacionais e conselhos nacionais. Não temos pernas, infelizmente, ainda, para isso.

E agradeço mais uma vez as falas do Léo, as falas de todo mundo que participou da Mesa, do Alex, deixando claro que garantir o acesso à Justiça, assim como todos os outros direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais que estão sendo vulnerados pela Emenda 95, deve ser a prioridade. Devemos estar com voz uníssona nesse sentido, em defender os direitos fundamentais, os direitos humanos, contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA – ... a crueldade, digamos assim, que vários artigos dessa emenda trazem.

Obrigado mais uma vez, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco de Assis Nascimento Nóbrega.

Agora, por favor, a Srª Vanessa Meireles Barreto Chervenski.

A SRª VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI – Obrigada.

Eu quero agradecer a atenção de todos e colocar aqui só um pouquinho do meu sentimento.

Eu cheguei à Defensoria Pública da União em 2017, há um pouquinho mais de um ano, e posso falar: eu não sou da casa, eu estou na casa. E a primeira percepção que a gente tem é: Como assim? A Defensoria Pública da União funciona sem uma estrutura de cargos e funções? Mas existe isso? É possível isso? Porque, quando a Defensoria nasceu, como autônoma, ela não tinha a estrutura de cargos e funções. Então, com os poucos cargos do Ministério da Justiça, ela está tentando.

Então, como que um cargo de chefia é ocupado, com todos os compromissos e responsabilidades, sem haver o cargo correspondente?

Então, quando nós chegamos e vemos essa realidade num órgão, e vemos a quem estamos servindo, que é o necessitado economicamente, não há como não abraçarmos essa causa nem dizer não. Vamos lutar juntos e vamos estar juntos.

Então, nós, servidores públicos que estamos na Defensoria Pública, estamos juntos, tentando e pedindo a Deus, para que essa situação se reverta e tenhamos dias melhores pela frente.

Então, mais uma vez obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vanessa Meireles Barreto Chervenski. Parabéns.

E, por fim, Bráulio Santiago Cerqueira.

O SR. BRÁULIO SANTIAGO CERQUEIRA – Bom, quero novamente agradecer o convite.

Para mim, foi muito enriquecedor me aproximar da realidade de uma ponta da política pública, da política social, dos direitos humanos. Em geral, nós, dos órgãos centrais, de controle e finanças, nem sempre temos essa oportunidade de nos aproximarmos da realidade, inclusive de quem nós servimos também, que é a população brasileira, e principalmente deveríamos servir à população mais necessitada.

Bom, as minhas palavras finais dizem respeito novamente ao centro da minha fala: a emenda constitucional não é exequível, e mesmo os economistas de mercado – eu leio isso –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

defensores da austeridade permanente... Ou nós vemos os relatórios de mercado, e o mercado mesmo fala: "Não vai dar. Não vai ter efeito." Nem essa turma acredita que dá para rasgar a Constituição, do seu primeiro ao último artigo. Eles querem rasgar alguns. E talvez isso já seja suficiente para eles. E a emenda, então, seria esse acicate, esse... "Tem que fazer a reforma da previdência do jeito que a gente quer. Tem que fazer. Tem que desvincular o salário mínimo da Previdência."

Então, a emenda vai cair. De alguma forma, ela vai cair.

A segunda questão que eu queria falar é que, mesmo para chamar a atenção para isso... E isso o mercado e os economistas do mercado e da austeridade não assumem. Eles já aceitam que não é exequível, mas não falam das irracionalidades. E o caso da Defensoria está aqui para mostrar uma das irracionalidades. Quer dizer, você congela... Como eu estava conversando com o Presidente da Associação dos Defensores: ao congelar, por diferentes poderes e órgãos, você congela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO SANTIAGO CERQUEIRA – ... situações, evoluções institucionais completamente diferentes.

Eu aprendi aqui que a Defensoria está... Não vou dizer engatinhando, mas está na primeira infância, enquanto vários órgãos do Executivo não. E do Judiciário também não.

E você congela essa situação, por 20 anos... Isso é absolutamente irracional, mesmo do ponto de vista de quem acredita na austeridade, que isso vai levar à redenção, como outras situações que eu disse aqui, irracionais do ponto de vista econômico, da gestão pública. Os órgãos não podem aceitar doações.

Bom, para concluir, eu não acredito na austeridade, e vários economistas também não. Isso é... Eu não estou pregando aqui irresponsabilidade com o dinheiro público. É diferente. Mas o Estado não é uma dona de casa. Ele tem capacidade de endividamento.

Eu acho que talvez nem todo mundo saiba disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO SANTIAGO CERQUEIRA – ... e eu tenho conhecimento disso porque, enfim, é a minha profissão: eu sou do Tesouro Nacional. O Tesouro, hoje, tem 1 trilhão e 200 bilhões em caixa. Ele não pode gastar, por causa da meta de primário, por causa disso, por causa daquilo, mas nós temos 1 trilhão e 200 bilhões em caixa. O Governo está falido?

A taxa de juros da dívida pública, hoje, é uma das menores da história! Isso porque o endividamento cresceu. É diferente da dona da casa, é diferente do pai de família, que, quando se endivida mais, não consegue acesso ao crédito.

Nós não temos problema nenhum em rolar nossa dívida hoje. Nós temos 370 bilhões de reservas internacionais.

Então, para concluir: por finanças públicas voltadas para equidade, distribuição, alocar eficiência... Estabilidade: sim. Veja, qual é o problema de aumentar o gasto público hoje, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tem 14 milhões de desempregados e capacidade ociosa na economia? Qual é o problema? O Estado é para isso, e as finanças públicas deveriam ser para isso.

Eu encerro dessa forma. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bráulio Santiago Cerqueira.

Bem, amigos e amigas, a nossa audiência pública cumpriu o seu objetivo, que era dar mais visibilidade aos próprios defensores, mas com foco aqui, hoje, nessa famigerada PEC 95, que congelou todos os investimentos no País por 20 anos.

Eu saio daqui convencido de que é possível, como foi dito aqui, que essa PEC caia, que nós rejeitemos a PEC 95.

Fica aqui um apelo, já, não partidário, porque sempre dizem que qualquer fala que nós fazemos, presidindo, tem uma tendência. A tendência é clara, porque eu tenho um lado. Eu pego um lado, que são os defensores públicos, por exemplo. Então, apelo a todos os candidatos a Presidente da República, para que assumam um compromisso. Se não caírem até lá, por ação do Supremo, com as ADIs apresentadas, que todos os candidatos a Presidente da República assumam esse compromisso de trabalhar para derrubar a PEC. E sabemos que um governo, quando entra, normalmente acaba tendo uma maioria aqui, no Congresso Nacional, até por aquele discurso antigo que nós conhecemos: "Não, vamos deixar pelo menos no primeiro ano e tal..." Eu não espero que seja ao longo do primeiro ano, mas, no início do ano, o primeiro ato seja a rejeição da PEC 95.

Enfim, só posso dizer: Vida longa, vida longa aos defensores públicos, ao Brasil e a todos que têm o mesmo papel em todo o mundo! (*Palmas.*)

Um abraço e obrigado a todos.

Vamos tirar uma foto aqui, pessoal, coletiva.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Romário, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinquagésima a quinquagésima terceira Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o Capitulo V ao Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, e acrescenta o § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre incentivo à contratação de empregados com mais de cinquenta e cinco anos de idade" Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2018 - Não Terminativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater as normas legais referentes aos direitos das crianças cujos pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade e facilitar o convívio familiar em tais casos, como meio de instrução do Projeto de Lei do Senado n° 43, de 2018"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. 2ª Parte - Apresentar e deliberar relatório de denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar denúncia sobre violações de direitos humanos no Complexo Penitenciário PII, em Tremembé-SP. Resultado: Aprovado o Relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 50ª a 53ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos ao item 11, já com a presença no plenário do Exmo Sr. Senador pré-candidato a Governador do Pará, o Senador Paulo Rocha.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o Capítulo V ao Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso, e acrescenta o §16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre incentivo à contratação de empregados com mais de cinquenta e cinco anos de idade.

Autoria: Senador Cidinho Santos.

Relatoria: Senador Paulo Rocha.

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Rocha, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado pela parte que me toca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É justo, não é? V. Exª tem se destacado como Senador, mas tenho certeza – isto aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é campanha – de que se destacará muito mais como Governador do Estado, se assim o povo entender, já que V. Exª é pré-candidato.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A própria ementa anunciada por V. Exª já resume de que trata o Projeto nº 236, de 2017, do Senador Cidinho Santos, apresentado aqui no Senado, que tem por finalidade estimular a contratação de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos. Para esse fim, estabelece quotas de contratação, sendo essas de uma vaga para empresas com vinte e cinco a cinquenta empregados, cinco vagas para empresas com cinquenta e um a cem empregados e 5% do total para empresas com mais de cem empregados.

É um projeto simplório, mas de fundamental importância para incentivar. Todos sabem que o cidadão, quando chega em determinada idade, tem dificuldades, perante o mercado de trabalho, para assegurar o emprego, ainda mais com essa tentativa de os governos quererem jogar a aposentadoria para 70 anos. Enfim, o cidadão com 55 anos ainda está em condições produtivas muito importantes para o nosso País.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, para manifestar-se em caráter terminativo, à de Assuntos Sociais (CAS).

Não foram apresentadas emendas.

Conforme o disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias pertinentes à proteção dos idosos.

Com relação à idade fixada, é meritória a iniciativa, pois favorece que os idosos cheguem à velhice em condições de emprego, e com perspectivas de aposentadoria, mais favoráveis do que se as mesmas medidas fossem aplicadas somente aos que já completaram 65 anos.

A renúncia fiscal de que trata a proposição é totalmente lógica e defensável, pois mantém o trabalhador na condição de empregado, ainda que com contribuição menor da empresa, em vez de admitir passivamente que passe à condição de desempregado beneficiário. Obviamente, é melhor receber um pouco menos do que gastar muito mais.

Entendemos, portanto, que a proposta é meritória.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2017.

É o relatório e o meu voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, quero cumprimentar V. Exª e também o Senador Cidinho Santos. Como eu fui autor do Estatuto do Idoso, convivi com esse debate, inclusive.

É mais do que justo que tenhamos neste País incentivo à contratação dos idosos, até porque muitos deles não conseguiram sequer se aposentar e muitos, infelizmente, devido ao famigerado Fator Previdenciário... E, depois, criamos uma alternativa, a Fórmula 85/95, que permite que a mulher se aposente com o salário integral com 30 anos de contribuição e o homem com 35. Esses escaparam do Fator Previdenciário, a partir de projeto de lei aprovado nesta Casa e sancionado ainda pela Presidenta Dilma.

Então, a situação dos idosos, no nosso País, é de fato muito, muito, muito precária. Vários não têm sequer dinheiro para comprar remédios, aqueles de uso contínuo, porque nem todos a gente conseguia na época da farmácia popular.

Por isso, esse projeto vai garantir uma quota mínima para que homens e mulheres com mais de 55 anos tenham acesso ao mercado de trabalho e a empresa, por sua vez, terá incentivos.

Voto, com muita tranquilidade, favorável ao seu relatório e à iniciativa do Senador Cidinho Santos.

Mediante os fatos, está em discussão a matéria sobre a qual eu fiz um rápido comentário. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Paulo Rocha sobre o projeto do Senador Cidinho Santos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise da CAS, em decisão terminativa.

Segunda parte.

Apresentar e deliberar relatório de denúncia sobre violações de direitos humanos no Complexo Penitenciário PII, em Tremembé, São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatora seria a Senadora Regina Sousa. Como ela não se encontra, com autorização dela, eu concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do parecer já escrito e apresentado pela Senadora Regina Sousa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – É bom explicar para aqueles que estão nos assistindo que a nossa Comissão tem essa abrangência de receber denúncias de pessoas, eleitores, enfim, que se sentem violados em seus direitos. Denunciam para a Comissão, que encaminha para as autoridades competentes a solução desses problemas.

É fundamental que a nossa população saiba disso, porque às vezes a pessoa está submetida a uma situação onde seus direitos humanos estão sendo subtraídos, mas não tem força para enfrentar aquela situação e fica calada, sofrendo esse tipo de constrangimento à pessoa humana. Então, denunciar para a nossa Comissão é fundamental, para que a nossa Comissão, comprovadas as denúncias, encaminhe para as autoridades, que naturalmente agirão.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa recebeu notícia de violações de direitos humanos que estariam ocorrendo no Complexo Penitenciário II de Tremembé, São Paulo.

Acir Filló dos Santos, detento do referido complexo penitenciário, encaminhou a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Termo de Declaração, de seu colega detento Marcelo Pereira de Souza, que relata que foi obrigado, mediante tortura, a incriminar um inocente de nome Everaldo, pelo estupro e homicídio de duas crianças. Ele enviou uma carta escrita por outro colega dele.

Presidente, essa situação é a seguinte: Acir Filló dos Santos, detendo deste complexo penitenciário, encaminhou à CDH um Termo de Declaração de seu colega detento, Marcelo Pereira de Souza, em que ele relata que foi obrigado, mediante tortura, a incriminar um inocente, de nome Everaldo, pelo estupro e homicídio de duas crianças. E ele envia uma carta. Como não sabia escrever, pediu para o outro colega ajudá-lo a escrever uma carta longa.

Lerei alguns trechos:

> No dia 15 de outubro de 2017 eu fui "sequestrado" no meu local de trabalho, um ferro velho no bairro de São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo, e levado à força para um "barraco" na mesma comunidade onde eles me acusavam de envolvimento no crime de estupro e morte das crianças Adrielli e Beatriz, ocorrido em 12 de outubro de 2017. Eles, exigindo que eu assumisse ser o autor do crime,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> pois a imprensa e a polícia não arredavam o pé da favela investigando o caso e assim, prejudicando os "negócios" deles. Depois de eu já estar sendo espancado por algumas horas, chegou ao local um senhor negro, também sequestrado em outra localidade pelos bandidos agressores, e também o amarraram, iniciando um linchamento muito agressivo contra aquele senhor, exigindo que ele também assumisse ser o autor dos mesmos crimes contra as crianças.

Aí teve uma sessão de tortura que ele relata aqui.

> Quero aqui afirmar e reafirmo, diante de qualquer delegado, juiz ou promotor público, que por não suportar as agressões que eu estava sofrendo e para não morrer, acabei dizendo àqueles homens o que eles exigiram que eu falasse: que o senhor Everaldo tinha cometido o crime junto comigo; e que eu reafirmasse a acusação contra Everaldo para a polícia, ou eu e minha família sofreríamos a consequências.

A carta continua, naturalmente.

> Afirmo também que eu testemunhei pessoalmente o senhor Everaldo sendo espancado brutalmente para que admitisse culpa, mas ele, mesmo sendo "arrebentado", jamais admitiu ou confessou ter participado de qualquer crime. Declaro ainda, diante de qualquer autoridade, que eu nunca vi ou estive com Everaldo, que conheci no cativeiro. Eu morava há pouco tempo naquela localidade e depois fiquei sabendo que Everaldo residia em outra região de São Miguel Paulista. Além disso, não existe nenhum laudo, perícia ou prova que nos incrimine. Afirmo que estou tomando esta atitude tardia em busca de absolutamente nenhum benefício, mas somente para corrigir meu erro que se tornou também um erro da justiça, da polícia e do Ministério Público, que encarceraram um pai de família inocente que jamais teve passagem pela polícia ou qualquer problema com a justiça, como fiquei sabendo posteriormente.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos, o que inclui os direitos de detentos em unidades prisionais.

A presente denúncia, se confirmada, constitui grave violação de direitos humanos, devendo ser acolhida e encaminhada aos órgãos competentes.

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhe a documentação ao Juízo da 4ª Vara da Comarca de São Paulo, a fim de que tome conhecimento e adote as providências que entender cabíveis. E ao Procurador-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da Justiça, do Ministério Público do Estado de São Paulo, a fim de que designe promotor que possa apurar os fatos narrados. E ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, para que tome as medidas cabíveis.

É o relatório e o voto da Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu só anuncio já, antes mesmo da votação, que o meu voto é totalmente acompanhando a Senadora Regina Sousa e V. Exª, de forma que seja encaminhada ao Ministério Público, ao juiz e à vara competente, para que tomem as medidas necessárias, mediante a denúncia que chega a esta Comissão.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Paulo Rocha quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Não.

Eu ainda quero anunciar que na audiência do dia 4 de junho, que debateu o tema "Os Efeitos da Emenda Constitucional nº 95 – Teto de Gastos", no debate com a DPU, naquela dita reunião, por questão de horário, o Sr. Jean Caio, que está conosco, não pode usar a palavra. No entanto, eu me comprometi com ele e quero aqui reafirmar que na próxima audiência pública, porque esta não é uma audiência pública, ele fará uso da palavra para tecer suas considerações sobre a Emenda Constitucional nº 95.

Naquele dia, o debate foi muito profundo e todos que usaram a palavra entenderam que ela prestou um desserviço ao povo brasileiro, uma vez que congelou todos os investimentos, e com isso, todos os setores tiveram um enorme prejuízo.

Então, na próxima audiência pública, nós permitiremos que você use a palavra. Há audiência pública – já adianto – na segunda-feira que vem e na terça-feira. Na quarta-feira não, porque é deliberativa. Mas haverá na quinta-feira e provavelmente também na sexta-feira. E V. Exª poderá usar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Assim será assegurada. V. Exª não pode usar a palavra no dia de hoje, mas será concedida a palavra na audiência pública de segunda... O dia que escolher: segunda, terça, quinta ou sexta.

Eu ainda queria comentar que, infelizmente, o Brasil foi condenado agora pela OIT. A Organização Internacional do Trabalho condenou o Brasil a entrar na lista chamada "suja", simplificando, dos 24 países do mundo. O termo "lista negra" a gente não usa porque é depreciativo para um povo, para uma nação. Mas a "lista suja"...

Porque ali, aquela reforma aprovada – e não é a primeira vez que eu digo isso, inclusive temos vídeos que demonstraram quando fizemos o debate tanto nas comissões como no plenário – praticamente revoga tudo que foi conquistado pelo povo trabalhador, desde a Lei Áurea – eu diria –, até hoje. Quando diz que o negociado acima do legislado é que vale, não vale mais a lei para o trabalhador. Diz que mulher gestante pode trabalhar em área insalubre e que mãe pode amamentar em área insalubre, garante um serviço chamado intermitente... Pelos cálculos que fizemos, se o camarada tiver 17, 18 ou 20 horas, ele tem que devolver dinheiro no fim do mês e não recebe nada, porque tem que pagar o percentual correspondente à previdência. Quando oficializa a terceirização até na atividade fim, significa o quê? Não vai haver mais concurso em todas as áreas, inclusive, não vai haver mais concurso nos Municípios, nos Estados e na União. Ali, quando eles arquivaram um projeto de 1998 e aprovaram na Câmara – consequentemente foi sancionado –, não há mais limite para a dita terceirização. Com esses argumentos – porque eu li a decisão –, eu cumprimento todas as centrais que estiveram lá na OIT, os representantes das confederações, federações, sindicatos e associações. Embora o setor patronal não tenha defendido a reforma lá – porque eu li todo o documento –, não defendeu, eles apenas disseram que estavam ainda num período de experiência e ainda não tinham certeza se efetivamente ia acontecer aquilo que as centrais estavam colocando.

Não conseguiram defender porque é defensável – é indefensável! O número de brasileiros em de trabalho escravo, desempregado, em trabalho precário, em trabalho intermitente ou chamado autônomo exclusivo e – pelos dados do IBGE –, que vivem em situação de miséria aumentou para 27 milhões de brasileiros. São os desempregados, aqueles que desistiram de procurar emprego e aqueles que estão em trabalho precarizado.

Senador Paulo Rocha, por favor, V. Exª com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É muito importante essa decisão para nós que lutamos sempre quanto a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da melhoria da relação capital e trabalho e da valorização do trabalho no nosso País. Não é por falta de aviso que o Brasil entra nessa "lista suja". E é bom...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Decisão dos peritos da OIT – dos peritos!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É bom explicar, Senador Paulo Paim, para que estão assistindo a nós, que nós mesmos – nós dois – participamos de umas quatro, cinco ou seis assembleias na OIT, lá em Genebra, representando o nosso País.

Como funciona? É bem democrática, porque funciona a representação tripartite, representação dos trabalhadores, representação dos empregadores e representação de governos de cada país. Inclusive, o Parlamento vai como se fosse uma representação de governo, que, no caso, seria uma representação institucional do país.

Então, nós participamos várias vezes, a representação do Brasil é tripartite.

Então, não é só uma denúncia de trabalhador que se sente... É um fórum bem democrático, que é analisado, inclusive, por técnicos experimentados, com a representação de todos os países, democraticamente funcionando as suas democracias. Nós mesmos fomos porta-vozes de denúncia – você lembra quando nós estávamos na Comissão de Trabalho, da Câmara – do trabalho escravo no Brasil. Quando aqui mesmo alguns setores não acreditavam que havia trabalho escravo no Brasil, nós fomos para lá e conseguimos colocar... Lembro que esse debate tinha também lá o carimbo dos países que usavam produtos que se contrapunham ao meio ambiente, etc.

Então, quero dizer que esse debate é bem democrático e com representação tripartite. Significa que é uma decisão séria e a OIT, pelo menos, corrige, no conceito do debate que nós estabelecemos aqui, que foi realmente uma precarização do emprego e retrocesso na relação capital e trabalho de legislação e de pontos da Constituição que nós já tínhamos conquistado e em que já tínhamos avançado, graças à luta dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha, que contou um pouco da história daquela época em que nós participamos, inclusive, da OIT. Vimos lá como se dá essa decisão, que foi, por parte dos peritos, praticamente unânime. Alguns setores do Brasil, ligados ao Governo, tentaram criticar os peritos, desautorizar os peritos.

Acho engraçado que aqui no Brasil haja toda uma política de incentivo aos peritos para que tirem a aposentadoria, que tirem o benefício dos aposentados e pensionistas, há só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elogios. Quando lá – baseado no documento que se tinha na mão, que é a dita reforma trabalhista – os peritos condenam, aí, os peritos não são bons.

Eu, pelo menos, tenho a mesma posição em cima do mérito das causas como cada um se posiciona, seja favorável, ou seja, contra. Eu lamento muito que o Brasil tenha entrado nessa lista dos 24 países do mundo que estão denunciados pela prática de uma situação que é chamada análoga ao trabalho escravo. É lamentável isso!

Quem gostaria de ver o seu país numa lista desse porte? E tudo devido àquela famigerada reforma trabalhista, que chamam de "deforma", que saiu do Executivo – isso tem que ser dito – com sete artigos. Aqui, infelizmente, capitaneado pelo mercado, pelo setor mais conservador do empresariado, foi para 117. Aprovado na Câmara, vem para cá, nós estabelecemos uma resistência durante alguns meses, mas, infelizmente, foi aprovada sem nenhuma alteração, foi carimbada praticamente. Deram o carimbo de trabalho escravo na mão do projeto que veio da Câmara. Uma vez carimbado, foi sancionado. Havia, segundo eles, um compromisso do Governo de vetar alguns artigos. O Governo foi pressionado, não veta nenhum dos artigos, eram sete ou oito, se não me engano. Depois, pressionado, fez uma medida provisória que acabou também não emplacando, porque não deram quórum nem sequer para indicar o relator e confirmar quem seria o presidente. Aí ficou como estava.

Por isso, só há uma saída – vou passar de imediato a V. Exª –, que é a revogação dessa reforma. Revogando-a, como Relator da nova CLT, graças ao trabalho feito por todos nós na Comissão Especial que montamos, o primeiro artigo diz: Revoga-se, na íntegra, a lei que retirou todo o direito do povo brasileiro. E, de imediato, nós apresentamos uma proposta. Claro, estamos ouvindo a sociedade, não faremos como fez o Relator da Câmara – porque, no fim, foi o relator de lá, aqui só foi carimbado –, que só ouviu o setor do empresariado. Eu cansei de denunciar que a redação final foi construída na sede da CNI, aqui em Brasília.

Pela nova CLT, inclusive, nesta semana, viajarei a uma série de regiões do Rio Grande do Sul debatendo esse tema e construindo a proposta alternativa.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para uma explicação pessoal.) – E é fundamental dizer que nessa reforma trabalhista – que na verdade foi retirada de direitos – também houve um ataque direto à organização dos trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Destruíram o movimento sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... acabando com o imposto sindical sem colocar algo no lugar para se poder manter a estrutura das organizações dos trabalhadores. Todo mundo sabe que o sindicato é um instrumento fundamental da defesa dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores.

Então, também nessa reforma houve esse ataque frontal, direto à estrutura de organização dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Correto. No mesmo tempo em que nos incentivam a livre negociação, eles tiram a estrutura das entidades sindicais de estabelecerem o diálogo com a parte patronal. Dizem: "Olha, pode negociar, mas têm que ir de bermuda, chinelo de dedo e, de preferência, sem camisa, para mostrarem que não têm nada", e a pé também. Não podem ir de carro, porque não têm estrutura nenhuma. E agora, com o preço da gasolina nas alturas, não dá! Como você quer fortalecer a livre negociação, mas tira toda a estrutura de uma das partes que vai negociar, enquanto que a outra parte, que é o empregador, ficou com toda a estrutura? Porque quem mantém a estrutura mesmo do setor o patronal é o Sistema S, todo mundo sabe disso. Eu não sou daqueles que são contra o Sistema S, não. Eu não sou contra. Então, que fique o Sistema S, mas vamos estabelecer que tipo de estrutura vai ter o movimento sindical.

Eu me formei, o meu curso técnico foi pelo Sistema S. O Orlandino, que é dessa área – tive a alegria de receber o diploma das mãos dele, inclusive –, foi a Porto Alegre me entregar o diploma pela forma como eu defendo o ensino técnico. Estou muito preocupado, Senador Paulo Rocha, que também nessa área, no campo, os institutos, o ensino técnico, que tinha um decreto no passado de que era proibido, havia em torno de cem e depois avançamos para mais de quatrocentos, agora estão tirando a estrutura dos institutos também. Há toda essa formação que vem de baixo para cima e que pode ser à própria universidade.

Mas eu sou apaixonado pelo ensino técnico, dizia aqui outro dia. Claro que é uma opção, é uma opção de quem quer ir para o ensino técnico, outros não querem. Mas, como opção, para mim foi fundamental – foi fundamental! Eu, de vendedor de frutas na feira livre de Porto Alegre, tornei-me um técnico e ganhava em torno de dez salários mínimos quando eu estava dentro das empresas. Trabalhei em duas ou três só, mas não porque não tive emprego, sempre tive, sim. Por opção, fiquei em uma, fui a outra e terminei na Forjasul, que é do Grupo Tramontina. Estou licenciado, por estar no Congresso Nacional, há alguns anos, desde a Constituinte.

Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Esse debate é muito importante para a gente mostrar para os trabalhadores que foi a partir dessa valorização – eu me incluo também, sou operário gráfico, eu me formei também numa escola técnica, só que era uma escola religiosa, Salesianos... Mas o maior exemplo disso é que nós viramos operários conscientes, bons profissionais, mas também avançamos em organizar os trabalhadores para defender os seus direitos e seus interesses. A nossa geração tem esta característica. Depois, construímos a CUT, viramos Deputados e agora somos Senadores da República fazendo o grande debate do País.

E o maior exemplo disso é o nosso companheiro Lula, que também se formou no Senai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Curso técnico também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e virou uma das principais lideranças operárias no Brasil e o maior Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a todos, especialmente ao Senador Paulo Rocha, pela contribuição que deu ao debate. Só me permitam que eu anuncie as audiências públicas? Só vou anunciar a de segunda, a de terça, a de quarta – a exemplo de hoje, deliberativa –, a de quinta e a de sexta.

Semana que vem, para aqueles que puderem assistir aos debates aqui na Comissão e quiserem participar pelo e-Cidadania, podem perguntar, questionar, podem criticar e não é proibido elogiar também os painelistas.

Queria anunciar que, na semana que vem, segunda-feira, dia 11, será exatamente o que estávamos debatendo aqui com todos os convidados.

Segunda-feira, às 9h: "O Sistema Sindical no Estatuto do Trabalho". Vamos discutir toda estrutura sindical.

Terça-feira: "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel.", oportunidade em que os convidados irão debater essa crise que se instalou no País a partir da justa greve dos caminhoneiros.

Eu me somo aos 87,5% da população que, embora tenham de ter ido para as filas de diesel, de gás de cozinha, de álcool e de gasolina, se decretaram ou se manifestaram, segundo a pesquisa publicada, favoráveis à greve dos caminhoneiros.

Na quarta, é sessão deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na quinta, é "seguridade social", na ocasião dos 30 anos da Constituição Federal.

Na sexta, o tema será educação e também "os 30 anos da Constituição Federal.

Eu fui Constituinte, todos os senhores sabem, e ajudei a construir, com muito orgulho, o texto da Carta Magna, liderado por Ulysses Guimarães, por Covas, por Lula, por Cabral, enfim, por tantos nomes que marcaram o nosso tempo e a nossa história. Uns já faleceram infelizmente. Fernando Henrique também fez parte daquele momento.

Então, para marcar os 30 anos da Constituição Cidadã, nós promoveremos aqui um ciclo de debates.

Nesta quinta, repito, o tema é "seguridade social", quando se vai tratar de saúde, assistência e previdência.

E, na sexta, o tema é "educação".

Todos nós sempre falamos que a forma de mudar, fazer avançar e melhorar a qualidade de vida de um povo é pela educação. Então, vamos aprofundar o debate também sobre esse tema: "educação".

Já informo também que, no dia 18, teremos o Dia Mundial do Orgulho Autista. Eu fui um dos construtores da proposta da Lei do Autista e, com muita satisfação, estarei aqui na outra segunda com esse tema.

Na próxima terça, "nanismo: informação e inclusão nas escolas"; e, na parte da tarde, teremos outra audiência cujo tema será "propriedade industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda, com foco no PL nº 3.406".

Na quarta, dia 20, será uma sessão deliberativa.

Na quinta, dia 21, "reforma tributária" – isso na outra quinta, porque, nesta quinta, repito, será "seguridade social".

Na outra quinta, dia 21, o tema será "reforma tributária" com foco na proposta da Anfip e da Fenafisco, que, a propósito, realizaram agora mesmo, em São Paulo, o encontro internacional sobre reforma tributária solidária.

Eu, que sou um apaixonado por essa proposta, estarei nessa segunda, também à tarde, com o Presidente da Anfip para dialogar sobre esse tema.

E só não teremos audiência na próxima sexta, dia 22, porque teremos jogo do Brasil. Afinal, ninguém é de ferro, não é? Vamos deixar a turma aqui também poder cumprir os seus horários normais e poder assistir ao jogo do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na outra segunda, dia 25, vai ser "jornada de trabalho e a questão do salário mínimo", com uma série de convidados.

Na terça, dia 26. "situação da Geap e Capesaúde, que preocupa também a muitos.

Na quarta, dia 27, é sessão deliberativa.

Quinta-feira, dia 28, vai ser "fundos de pensão: cobrança extraordinária dos participantes do plano de previdência privada Petrus e venda de ativos da Petrobras", que estamos também encaminhando. Na sexta subsequente, o tema ainda está em aberto.

Eu queria lembrar que, no debate da reforma que faremos, por ocasião do transcurso dos 30 anos da Constituição Cidadã, na sequência, vamos discutir não só a Constituição Cidadã, mas também um projeto que foi apresentado aqui pelo Senado Donizeti no sentido de que a Constituição Cidadã, o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, a Lei Maria da Penha, enfim, todas essas propostas que foram transformados em lei para assegurar direitos, têm de estar nas bibliotecas de todas as escolas do País.

Eu achei o projeto muito interessante, e não é porque eu sou o autor de quatro ou cinco dessas propostas, bem como votei em todas elas pelo tempo que estou aqui dentro, desde a Constituinte, passando pela aprovação da Lei Maria da Penha, do Estatuto da Juventude etc.

Assim, esses diplomas legais estarão nas bibliotecas das escolas de todo o País. Nós já o aprovamos aqui na Comissão de Direitos Humanos. Agora for para a última comissão e, depois, vai para a Câmara dos Deputados.

Com essas informações, eu agradeço a todos e declaro encerrada a nossa reunião deliberativa de hoje aqui na CDH.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezoito minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Jorge Viana, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e dos Senadores não membros, João Alberto Souza, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Humberto Costa e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 105/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel". Participantes: Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing da Petrobras; Samuel Gomes dos Santos, Advogado e Secretário da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional; Cláudio Akio Ishihara, Diretor de Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia - MME; Paulo Cesar de Lima, Consultor Jurídico aposentado da Câmara dos Deputados; Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Ravvi Augusto de Abreu C. Madruga, Coordenador Geral de Análise Antitruste da Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Radiovaldo Costa Santos, Diretor do SINDIPETRO/BA; Fernando Leite Siqueira, Engenheiro, Vice-Diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET; José Maria, Dirigente Sindical Licenciado; Aldo Locatelli, Presidente do SINDIPETROLEO. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, José Medeiros e Jorge Viana. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 105, de 2018, CDH, de nossa autoria e de outros, entre eles o Senador Medeiros, quero lembrar, para debater sobre política de preços e reajuste do gás etanol, gasolina e diesel.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-61-2211.

Vamos, de imediato, formatar a 1ª Mesa. Teremos duas Mesas.

Convidamos de imediato o Sr. Flávio Santos Tojal, Gerente-Geral de Marketing da Petrobras.

Sejam todos bem-vindos! (*Palmas.*)

Convidamos Samuel Gomes dos Santos, Advogado e Secretário da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional. (*Palmas.*)

Convidamos Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos Paulo César Lima, Consultor Jurídico aposentado da Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E ainda nessa Mesa, Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. (*Palmas.*)

Essa é a primeira Mesa.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os presentes porque a todos os convites que nós fizemos, no mínimo, o órgão do Governo ou da sociedade civil mandou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante. Não posso aqui fazer um questionamento, uma crítica. Às vezes, eu deixo uma cadeira vazia aqui, pessoal. Não importa quem seja. Mas, na maioria das vezes, todos mandam representantes. Inclusive, tivemos muito debate aqui sobre, por exemplo, a reforma trabalhista. E o Ministério do Trabalho tem a sua posição, mas sempre mandou representante. Isso é bom, mostra o fortalecimento da democracia e o debate no campo das ideias.

E, claro, que a audiência pública visa a que a população conheça os temas em debate. A gente tem feito, em média aí, eu sempre digo que em torno de 150 até 200 audiências, conforme o ano. Quando a média, infelizmente ou felizmente, depende da visão de cada um, não passa de cem, fica entre cinquenta e sessenta.

Só quero agradecer a dois convidados do Rio do Sul, que não estão conosco nesse importante. Refiro-me ao engenheiro Raul Bergmann e ao economista José Joaquim Marchisio. Dois especialistas no tema, mas, infelizmente, não houve ajuste para que eles pudessem vir na questão da passagem. Vocês sabem que aqui a gente procura, passagem aqui é zero, mas é geral. Então, como não houve entendimento... Como eu faço muitas audiências e falo aqui abertamente, em seguida vem esse ou aquele bisbilhotar para botar a notinha: "Faz tanta audiência, mas quem paga?"

Aqui, as nossas passagens todas, quando acontece uma ou outra, às eu dou do meu bolso, uma ou outra a Comissão dá. Mas o objetivo aqui, a passagem para as pessoas virem é zero. Com esse objetivo, a gente vai mantendo aqui o padrão do trabalho da nossa Comissão, meio preocupado, claro, com o dinheiro público porque quem paga de fato... Se houvesse esbanjamento de passagens... O que não há, não há, podem fiscalizar o que quiserem. Vão ver que foram centenas de audiências, passagem uma ou outra, raras exceções. Então, eu agradeço aos dois, como não houve entendimento por nossa parte, aqui na Comissão, não deles, é por isso que eles estão aqui hoje.

Todo mundo sabe do tema, não tem como. Não vou eu ficar falando. É discutir política de preços e reajuste de gás, etanol, gasolina e diesel, só para atualizar. Essa política de preços adotada, eu não quero aqui exagerar, mas vai na linha de, um dia sim, um dia não, o preço dos combustíveis aumentar é que levou a essa greve dos caminhoneiros, que foi um impacto muito forte em todo o País. Porque eles saíam de um local para o outro, como eu comentava aqui até com um dos convidados. Por exemplo, Porto Alegre ao Amazonas ou a São Paulo, na metade do caminho, ele ficava sabendo que o que ele cobrou não mais pagava o frete que ele estava fazendo. Ou seja, muitos estavam pagando para trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o eixo. Naturalmente, isso se estende a todos. O preço do gás, para onde foi, que todos sabem, da gasolina e também do etanol. Então, esse é o eixo do debate. Eu quero que o debate seja no mais alto nível. Eu nem falo o debate. Às vezes eu falo que o diálogo aqui é de interesse nacional, é de interesse do País, para que, a partir de audiências como essa – porque não é só desta que eu sei de que os senhores estão participando – possamos avançar para uma política que atenda o conjunto da população brasileira em matéria de preço de combustíveis.

Então, de imediato, eu passo a palavra. Parece-me que ele pediu para falar primeiro. O senhor... Não, eu é que estou... Porque, às vezes, quando chega na sala... Quem fala primeiro? Eu vou pela montagem que fizeram aqui.

Então, coube, em primeiro lugar, ao Sr. Flávio Santos Tojal, Gerente de Marketing da Petrobras. Eu vou dar dez minutos, com mais cinco para cada um, mas não vou engessar em nenhum momento o diálogo, enfim, o debate aqui.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia aos demais presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para deixar todos à vontade, quem tiver algum vídeo, fique à vontade para jogar no telão. Fiquem à vontade.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Bom, de início, eu queria cumprimentar os membros da Mesa, todos os presentes, agradecer, em nome da Petrobras, a oportunidade de estar, mais uma vez, presente nesta Casa, tentando prestar esclarecimentos acerca das políticas de preço que vêm sendo praticadas pela companhia.

Nós trouxemos uma apresentação, buscando contextualizar a discussão.

No primeiro eslaide, representamos a cadeia de comercialização de combustíveis, fazendo, do lado, no canto esquerdo, a cadeia de diesel e gasolina. A origem desde o mercado externo. Alguns produtores no País, não apenas a Petrobras, com as suas refinarias, mas também formuladores, no caso de gasolinas petroquímicas, que também fornecem gasolina para o mercado, e mais combustíveis renováveis, que hoje, atualmente, são misturados aos produtos fósseis que são comercializados no mercado: a gasolina hoje com 27% de álcool anidro, e o diesel com 10% de biodiesel. Do lado de cá o GLP. Também não é o único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fornecimento da Petrobras. Também existe algum fornecimento por parte de empresas petroquímicas, centrais petroquímicas que participam também desse mercado.

A mensagem que tentamos passar é de que a Petrobras comercializa diesel e gasolina puros. E aí eu peço... Eu lamento, sobre álcool não vamos falar, porque não comercializamos álcool. O álcool e o biodiesel são comercializados diretamente por companhias distribuidoras, que fazem a mistura do diesel na gasolina e, por sua vez, comercializam junto às revendas. As distribuidoras que fazem essa adição, e elas que vendem já um produto a que damos até outra denominação, chamamos de diesel B, gasolina C. São esses produtos já com mistura de renováveis. E os postos, na cadeia, no final da cadeia, que fazem a comercialização do produto. Ou seja, há uma cadeia com vários agentes, e a discussão de preços passa pela compreensão de como esses agentes alocam, fazem a precificação dos produtos que eles comercializam ao longo da cadeia até o consumidor final.

No eslaide seguinte, a gente apresenta como hoje está estruturado o preço da gasolina que é percebido pelo consumidor final no posto de gasolina, tanto gasolina no canto esquerdo, quanto diesel no canto direito, chamando a atenção para a parcela que cabe à Petrobras, no caso, na comercialização desses produtos.

No caso do diesel, 55% do preço percebido pelo consumidor final cabe à Petrobras. Então, hoje um preço de R$2,03 seria o preço da Petrobras. Ou seja, o preço que é percebido na bomba é praticamente o dobro disso.

No caso da gasolina, um terço do preço cabe à Petrobras, hoje exatamente R$1,98 é o que está sendo comercializado pela companhia.

E a título de exemplo, a gente colocou ali num destaque, com fundo amarelo, para qualquer pessoa que venha a encher um tanque de gasolina e venha a gastar em torno de R$250. Só em tributos, desses R$250, R$107 são tributos, cabendo à Petrobras R$82,50, só para se ter uma ideia do papel ou do que cabe à Petrobras no impacto que é percebido pelo consumidor final na aquisição do seu produto.

Se a gente pegar, no caso do diesel B, não coloquei nenhum destaque, mas não é incomum, para um caminhão com tanque de mil litros, se estiver enchendo hoje o tanque por R$4 mil, a Petrobras estaria percebendo em torno de R$2 mil, e em termos de tributo, esse caminhoneiro estaria pagando R$2 mil aproximadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, a carga tributária, se o senhor me permite um comentário, Senador, a carga tributária é bastante significativa na formação final dos preços.

Queria fazer outro esclarecimento. Esses dados são com base num acompanhamento, num monitoramento que a ANP faz na ponta, nos postos de combustíveis, e esses dados são da coleta da semana de 20 a 26 de maio.

No quadro seguinte, a gente faz o mesmo quadro para o GLP de botijão, o GLP P-13. Da mesma forma que no quadro anterior, hoje a Petrobras está cobrando R$22,00 pelo botijão. É o que cabe à Petrobras...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Flávio, na parte que o senhor fala, se pudesse voltar ao eslaide anterior. Ali, olha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lindbergh, só para situar a todos – não, não vou cortá-lo, não –, é que Senador fala a todo momento em que entender adequado. Então V. Exª está cumprindo a regra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É só um ponto, para ver se ele pode já aprofundar. No ponto realização da Petrobras, a gente queria saber o lucro, quais são os gastos. Esse é o grande desafio nosso aqui, não é? Porque na discussão do preço, da política da Petrobras, eu queria que o senhor tentasse destrinchar aqueles 55% ali, se possível.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – O.k. Isso aí está cobrindo não só todo o custo de produção, da matéria-prima para eu produzir diesel e outros custos da companhia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E o lucro, não é?

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – E a lucro da companhia. A margem de lucro da companhia está colocada ali, exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que é isso – desculpe, Senador Paulo Paim, é a última intervenção –, porque é isso que a gente quer saber.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Tudo bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há dois caminhos. Pode responder agora ou no encerramento da sua fala...

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Posso responder mais tarde? Eu preferiria terminar o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Para desenvolver o raciocínio...

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Pois não.

Bom, no caso do botijão, é a mesma consideração que eu tinha feito, a exemplo que eu fiz anteriormente.

R$22 o preço do botijão, que é o que a Petrobras recebe. E hoje, o preço ao consumidor final, com essa greve dos caminhoneiros estava rodando em torno de R$70. Acho que também conforme acompanhamento de dados de mercado que a gente recebe.

Ou seja, é menos de um terço, no caso do botijão, que cabe à Petrobras, havendo uma parcela importante de tributos, uma parcela bastante importante em termos das margens de distribuição e revenda do produto. Cinquenta por cento do custo do botijão fica por conta da distribuição e revenda.

Em termos de contextualização ainda, um breve histórico do que ocorre no mercado. O mercado bem fechado até praticamente 1996. A partir daí, há uma abertura de mercado, uma quebra do monopólio da Petrobras, os preços são liberados gradativamente do ano de 1999 até o ano de 2002, quando são liberados os preços da gasolina, do diesel e do GLP, e a gente passa a viver uma situação de mercado aberto.

Mercado aberto, mercado de livre competição. Estão liberadas importações de terceiros, desde do ano de 2016, nos últimos dois ou três anos, a gente vem assistindo a um crescimento importante das importações de diesel e gasolina no País. Os preços são definidos livremente pelos agentes do setor.

A ocorrência de subsídios, a previsão para que isso aconteça de acordo com a Lei do Petróleo depende de proposição ao CNPE e a aprovação pelo Congresso Nacional...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Derivados de petróleo, falando em continuação ao livre mercado. São *commodities*, com é o trigo, cobre, qualquer metal. Ou seja, são produtos produzidos em larga escala mundialmente. Pouca ou nenhuma diferenciação entre si, são negociados em mercados internacionais.

Como são formados esses preços? A partir de um preço de mercado, como toda *commodity*, um preço colocado em mercados conhecidos de grande movimentação, por conta, a partir da condição da competitividade que esse mercado apresenta, e aí forma-se um preço competitivo.

No nosso caso aqui, o que a gente chama de Preço de Paridade de Importação. Ou seja, o preço que seria necessário para importar aquele produto para o mercado demandante.

Exemplo do que seria um Preço de Paridade de Importação. Seria buscar o que é uma cotação internacional. Como exemplo, nós colocamos no gráfico, na ilustração, o golfo americano, que é um centro importante de comercialização de petróleo e derivados. Uma outra possibilidade seria o oeste europeu, a região do ARA (Amsterdam, Rotterdam e Antuérpia). Acompanhando o comportamento desses mercados de cotações, o que a Petrobras tem feito como prática é buscar a cotação mais competitiva, custo de frete até o porto e o custo de internação desse produto até os seus pontos de venda.

Em termos de política, essa política se iniciou, a política que a gente vem seguindo foi aprovada pela diretoria em outubro de 2016, foi revista depois, em julho de 2017, e tem como referência o que eu comentei anteriormente o Preço de Paridade de Importação. Até junho de 2017, havia uma previsão de minimamente a cada mês a Petrobras reavaliar os seus preços e, se fosse o caso, promover reajuste e, a partir de julho de 2017, em consequência principalmente da competição a que a gente vinha assistindo no mercado brasileiro, a política passou a prever reajustes sem frequência definida, até diariamente.

No gráfico ao lado, a gente mostra inclusive como se comporta esse nível de importações e, a título de ilustração, também é importante mostrar embaixo ali, no canto inferior direito do eslaide, quando fala de participação de mercado da Petrobras, no caso do diesel, a gente, em janeiro, estava com uma participação de mercado de aproximadamente 64% do mercado, ou seja, 36% do mercado estava sendo atendido por importação de produto, não que houvesse limitação de capacidade de produção, mas porque havia uma competição por preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No GLP, similar. Em junho de 2017, foi aprovada uma polícia, foi revista em janeiro de 2018 e segue cotação internacional também. Os reajustes, até janeiro de 2018, até janeiro deste ano, eram implementados mensalmente e, a partir de 2018, eles passaram a ser trimestrais com o acompanhamento através de uma conta gráfica, ou seja, aquilo que não está sendo repassado mensalmente é acumulado em uma conta e, a favor ou contra a companhia, ele é incorporado no preço no ano seguinte. Observação importante: essa adequação da política teve como objetivo suavizar repasses de volatilidade do mercado internacional para o preço doméstico.

Em termo de diesel, esse quadro tenta mostrar a evolução das cotações internacionais e o preço da Petrobras com e sem tributos federais. A linha amarela mais baixa é cotação internacional; a linha seguinte, verde, é o preço Petrobras. Curioso – e gostaria de chamar a atenção – porque, quando foi implementada a política, nós tínhamos um preço de diesel de R$1,78, em outubro de 2016; em março de 2018, dois meses atrás, nós tínhamos um preço de R$1,77, ou seja, abaixo daquele do início da política. Ou seja, a gente assiste – isso, sim, é o que a gente chama de volatilidade – ao nervosismo do mercado, das cotações durante esse período e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... anda o preço praticamente constante, com variações, em termos de volatilidade, em torno de um patamar ali de R$1,78 e R$1,80. Assistimos, a partir de abril e maio, nesses dois meses recentes, ao que muitas vezes chamamos de volatilidade, mas, na verdade, isso não é uma volatilidade. Assistimos a uma quebra de ciclo, é um choque, em que a gente percebe uma elevação bastante forte do preço do petróleo. Ele salta, de lá da faixa de US$40, em que vinha seguindo até bem pouco tempo, aproxima-se bastante de US$80 – praticamente dobra o preço –, e, coincidentemente, temos uma elevação do câmbio também bastante importante. Ou seja, constrói-se uma tempestade perfeita aí no caso: há uma crise na cotação do produto e há, ao mesmo tempo, um choque também, uma elevação muito forte de câmbio.

Mas o destaque é que, de outubro de 2016 até março de 2018, o preço praticamente se comportou e não havia, eu diria, uma discussão muito acirrada do comportamento do preço dos derivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece, talvez, que não tenha sido percebido, é que há, de fato, sim, uma elevação dos preços, em julho do ano passado – em julho de 2017 –, por força de uma elevação da alíquota do PIS/Cofins. A gente tem, em 21 de julho de 2017, uma elevação de 86% na alíquota do PIS/Cofins sobre o diesel. Quer dizer, é bastante elevado, e isso cria um impacto, afasta aquela curva vermelha, que é a curva do preço da Petrobras com os tributos da curva verde. Ou seja: eu tenho uma ampliação bastante importante do tributo que vinha sendo aplicado sobre o diesel.

No eslaide seguinte, a gente traça o mesmo quadro para a gasolina, que é a mesma coisa.

A gente mostra que o preço, em outubro de 2016, oscilava em torno de R$1,55 – o da gasolina. Em março de 2018, ele está em R$1,54. Ou seja, o preço também se comporta, de outubro de 2016 a março de 2018. Praticamente é um preço constante com a volatilidade, e a Petrobras vem aplicando e acompanhando essa volatilidade.

E chamo a atenção novamente para a questão do PIS/Cofins, que também é ajustado no caso da gasolina. E, aí, é uma elevação bastante importante da alíquota do imposto. Ela sofre um aumento de quase 108% e traz um impacto bastante importante, percebido pelo consumidor final em termos de tributo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Ou seja, aquele afastamento que a gente percebe, em julho, da curva vermelha e da curva verde mostra esse aumento bastante substancial da tributação sobre a gasolina.

O quadro seguinte, do GLP, e também mostrando como andam as cotações – é a curva em amarelo – e como anda a precificação da Petrobras, que é a curva em verde. Inclusive vale observar: quando a gente faz o congelamento... O congelamento não: quando a gente muda a periodicidade de precificação, de mensal para trimestral, eu começo, de início, a acumular... Ou seja: eu praticamente interrompo a volatilidade da cotação, eu passo a acumular, durante um período, um ganho, e depois eu passo a acumular uma certa perda. É isso que está sendo contabilizado na conta gráfica, de forma que não haja perda para a companhia.

Mais uma vez eu gostaria de destacar a distância entre o valor do botijão que é percebido pelo consumidor final – e eu já tinha mencionado ali: no final de junho... Desculpem-me: no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

início de junho, está-se alcançando ali R$70 o preço médio Brasil, acompanhado pela ANP – esses dados são trazidos da ANP –, enquanto estamos com o preço de R$23 na refinaria.

Em resumo, terminando, concluindo, os preços de diesel, gasolina e GLP correspondem, respectivamente, a 55%, 33% e 32% do preço que é cobrado na refinaria, do preço que é percebido pela Petrobras. Ou seja, a Petrobras recebe esse percentual do preço que é visto pelo consumidor final.

As variações nas demais parcelas devem ser consideradas na análise do preço final ao consumidor. O que eu estou tentando trazer, Senador, é que é importante ter num debate como este a participação das empresas distribuidoras e também a participação das revendas, da mesma forma que a participação do Governo, em termos da estrutura tributária que é aplicável a este produto. Em outros produtos, como o trigo, que mencionamos agora – e, na semana da crise, houve alguns recortes de jornais interessantes, fazendo uma comparação do trigo que se elevou da mesma forma –, a cadeia de comercialização, de distribuidores, de revendas até o produtor do pão amortizou grande parte desse aumento de preços. Talvez o que tenhamos que tentar melhorar ou tentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... obter ganhos na nossa política em termos de País é que essa cadeia também consiga trabalhar e não repassar diretamente o que acontece no atacado, o que acontece na importação, trazendo esse choque para o consumidor final.

Em síntese, a Petrobras não determina esse preço que é percebido pelo consumidor final, que é visto pela sociedade. Ela respeita a livre concorrência e acompanha as cotações internacionais e taxas de câmbio.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

Estamos integralmente à disposição para demais esclarecimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Flávio Santos Tojal, Gerente-Geral de Marketing da Petrobras, que expôs o seu ponto de vista.

Eu quero registrar, no plenário, a presença da ex-Senadora Ideli Salvatti, do Senador Lindbergh Farias, do Senador Medeiros e do suplente de Senador Wilmar Lacerda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero também deixar claro que só usarão a palavra, pela grandeza e importância deste debate, os Senadores e Deputados que se encontrarem no plenário, além, naturalmente, de todos os convidados.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Samuel Gomes dos Santos, advogado e Secretário da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional – lembrando que haverá uma segunda Mesa.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Meus agradecimentos iniciais ao Senador Paim pela gentileza do convite.

Sou servidor da Casa e funciono como Secretário Executivo de duas Frentes Parlamentares Mistas: a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, cujo Presidente é o Senador Requião, e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, de que o Senador Requião também é o Presidente.

Logicamente, eu não sou um técnico, um engenheiro, um especialista em preços; sou um cidadão que trabalha aqui, no Senado Federal, sou comissionado, acompanho o debate, sou um brasileiro ocupado com esses assuntos já de muito tempo, de tradição familiar, inclusive, e eu gostaria de situar alguns pontos que talvez possam balizar de alguma maneira o debate.

Primeiramente, uma obviedade do ponto de vista da geopolítica do petróleo: o mundo se divide em dois tipos de países. Há aqueles países que produzem petróleo, e há os países que consomem petróleo. Fundamentalmente, os que produzem petróleo, a Opep e outros que não são ligados à Opep como o Brasil e outros, a Rússia, que recentemente fez um acordo com a Opep; e os países consumidores liderados pela OCDE, como a China também. Então, os interesses são evidentemente contraditórios: quem consome petróleo quer ter o poder de calibrar, quer ter a mão na válvula, quer aumentar a produção tanto quanto possível porque isso reduz o preço do produto; aqueles que produzem querem, evidentemente, monitorar, querem calibrar a produção para manter um preço em condições de construir um excedente econômico nos seus países, nas suas economias e ter esse produto por um tempo maior.

De um tempo para cá, nós verificamos no mercado internacional uma mudança. Há um tempo, não lembro exatamente quando, 60% do óleo produzido no mundo eram produzidos pelas empresas privadas, pelas chamadas sete irmãs e as suas primas. De lá para cá, nós tivemos uma mudança, de algum tempo para cá. Hoje, 80% da produção é feita pelo Estado. Ou seja, são empresas estatais que produzem o petróleo no mundo. E é claro que isso impõe, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelece uma lógica, a lógica do largo prazo, a lógica da relação intergeracional, a lógica do uso estratégico racional e do uso para os interesses da sociedade – saúde, educação, infraestrutura, etc.

A Petrobras, na década de 90, com Fernando Henrique Cardoso, era uma empresa com enormes dificuldades; era uma empresa cujo futuro não era propriamente luminoso; o que havia eram nuvens de risco, de tempestade; produzia na Bacia de Campos já com muita água, já com muito custo; era uma empresa sem perspectivas. Depois veio o pré-sal. Com o pré-sal, isso muda completamente, por razões óbvias. O pré-sal tira a Petrobras de ser uma empresa em crise, e a coloca como uma empresa que chegou a ser a segunda petroleira do mundo. Por quê? Também é alguma obviedade, mas nós estamos falando, Senador Paim, para a população, então não é apenas para os que estão nesta sala; então, é uma obviedade, mas o pré-sal... Por exemplo, consegue-se uma plataforma de 150 mil barris com poucos poços do pré-sal; talvez com quatro poços se consegue encher uma plataforma. Isso levava ou exigia talvez 10, 15 poços antes. O risco de produção do pré-sal é muito pequeno: é furar e esperar, pois está ali o petróleo. Então, tudo isso mudou absolutamente de maneira claríssima.

Nós tivemos, o que também é uma obviedade – mas não é demais dizer sempre que nós tivemos – uma mudança política recente no Brasil em razão desse achado, desse presente da natureza para o Brasil, que foi achar o pré-sal. Nós estamos vivendo o que estamos vivendo em razão disso. O golpe foi dado em razão disso. Essa gente que está aí, está aí em razão disso. Nós estamos sob ocupação estrangeira objetivamente hoje no Brasil.

A situação financeira da Petrobras, para chegar aí a uma breve referência a respeito da política de preços: a Petrobras, realmente, durante e depois do período em que descobriu o pré-sal, passou por um processo de endividamento, porque fez vultosos investimentos, especialmente em exploração e produção. Foi dali que veio. E esses investimentos têm uma maturação natural.

Então, todos aqui conhecem, sabem que a Petrobras, apesar do alarido de que era uma empresa quebrada – não vamos nem falar na associação completamente estapafúrdia entre o endividamento da Petrobras e a corrupção que a Lava Jato descobriu... Isso aí não tem absolutamente... São números completamente incomparáveis. Não vamos nem nos dedicar a isso, porque é quase uma ofensa à inteligência dos que estão nesta sala e dos brasileiros atilados que estão acompanhando este debate. E a Petrobras passou a ser dominada pelo capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

financeiro. Hoje, objetivamente, a Petrobras não é uma empresa de petróleo do Brasil; é uma empresa dominada pela lógica do curto prazo do mercado financeiro. Nós tivemos...

Senador, quer falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Nós tivemos já com o Bendine algo nesse sentido. Foi ali uma inflexão tática – não vamos fazer juízo de valor disso, mas foi. E, depois, com o Parente, foi a ocupação total da lógica do capital financeiro sobre a Petrobras. Por exemplo, você pegar... E o Parente, aliás, que se beneficiou da maturação dos investimentos feitos naquele período em exploração e produção.

E aí essa política de beneficiar os acionistas privados da Petrobras... São hoje em torno de 52%, 53% eu acho, depois da abertura do capital feita na Bolsa de Nova York por Fernando Henrique. E houve talvez o cochilo ou não do Brasil de, no momento em que o petróleo teve uma queda de preço internacional, comprar essas ações para nós termos novamente a estatal sob o domínio, sob o controle... Nós poderíamos ter comprado – a Rússia fez isso, e outros países. Mas, enfim, nós não fizemos.

E aí há esta conversa mole de que se precisa, em dois anos, reduzir o endividamento da Petrobras. Por que cargas d'água essa loucura de se fazer a redução brutal, drástica, num período curtíssimo de tempo? Não há nenhuma lógica nisso do ponto de vista da lógica econômica e de interesse nacional. Aí a empresa começou a fazer *impairments*; começou a reavaliar ativos. E toda reavaliação de ativos – nós sabemos – afeta o lucro da empresa, reduz o lucro da empresa, o que também reduz a tributação. Tudo isso é contra o interesse nacional.

Tivemos, então, na Petrobras – e temos – uma tirania do curto prazo e da lógica do capital financeiro. Depois, essa criminosa desintegração da empresa. Quer dizer, ao contrário, exatamente ao contrário da tendência internacional dos países – como a Statoil, por exemplo, que está se transformando numa empresa de energia. E a Petrobras se transformou numa empresa de produção de óleo e gás. Quer dizer, todo processo de desintegração da empresa não tem a menor possibilidade de ter uma justificativa razoável, aceitável lógica. É crime mesmo, é ataque aos interesses da Petrobras, enfraquecendo-a.

Ah, a Petrobras é o País mais do que a Petrobras, a Petrobras é importante, mas a Petrobras é instrumento, não é verdade? O que interessa é o petróleo e o interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à política de preço, eu vou concluindo por aqui porque, na verdade, temos aqui especialistas que vão tratar.

Mas o que a população brasileira já percebeu? O que o cidadão médio brasileiro já percebeu? Que a Petrobras começou a fazer uma prática de preços superiores aos do mercado internacional. Isso é um *case*, como gostam os administradores. É um *case*. Como você pratica preços acima do mercado internacional. Ao fazer isso, o que a Petrobras fez? Ela criou mercado para os competidores. Ela, a Vale e outras empresas começaram a não comprar da Petrobras, porque nós tínhamos 50 empresas importadoras de petróleo há dois anos; hoje, nós temos 300. A Petrobras criou um nicho de mercado contra os seus próprios interesses empresariais, para não falar do interesse nacional.

Aí, o restante nós temos sabemos. Os estoques da Petrobras passaram a perigosamente assumir níveis não adequados e, ao invés de reduzir o preço para desovar os estoques, começou a parar a produção das refinarias.

Nós temos 30%, acho que é mais ou menos isso, das refinarias subutilizadas. Quer dizer, é absolutamente criminoso, não tem pé nem cabeça e é uma prática, do ponto de vista empresarial. E claro que não é um descuido, um escorregão, uma falta de expertise dos administradores da Petrobras. Ao contrário, é o uso deliberado das tecnologias empresariais de gestão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – ... no sentido contrário aos interesses da empresa.

E os lucros, que o Senador Lindbergh levantou? Olha, eu vou me antecipar apenas fazendo uma referência, porque o autor desse dado está aqui, à esquerda, o Paulão. O Paulão fez um estudo para explicar que o preço do diesel, na bomba, é de 96 centavos, e a Petrobras estava colocando um preço com um lucro em cima de 150%. O que justifica um preço de 150%?

Com essa greve dos caminhoneiros, a Petrobras deu ali uma redução, e passou a ser de 126%. Quer dizer, é um negócio completamente sem pé nem cabeça. Vamos imaginar... Não queremos que seja a Venezuela, onde o cara compra um galão... Onde é mais barato comprar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gasolina do que comprar, sei lá, um refrigerante, algo assim. Mas você tem que, claro, mediar isso e usar de maneira racional esse bem finito, mas fundamental para o futuro do Brasil.

Então, é isso. Acho que o debate segue e a pergunta – como dizem os argentinos, *la pregunta del millón* – é: por que é que a Petrobras pratica lucros de 150%? Para servir a quem? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Samuel Gomes dos Santos, Advogado e Secretário da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, que fez a sua palestra na ótica pela qual ele entende o que está acontecendo.

Eu vou ordenar da seguinte forma: chegam perguntas ou questionamentos por parte da população. A cada dois que falarem, eu lerei duas afirmações, ou perguntas, que vêm da sociedade. Para evitar o pingue-pongue, porque tenho que dar tempo para todos poderem falar, os Senadores falam, fazem os seus questionamentos e, depois, no final, os debatedores dão as devidas respostas.

Então, eu só vou ler dois e, em seguida, vou passar para V. Exª, Senador Lindbergh.

Paulo, do Paraná... O que vem aqui não é nada articulado com ninguém, viu? É o e-Cidadania que manda para cá.

Paulo, do Paraná: "Os trabalhadores utilizam combustível e têm os salários corrigidos anualmente. Por que os combustíveis têm que aumentar acima da inflação em um período menor? Qualquer justificativa [segundo ele] é só para enganar o povo."

O que eu leio, eles colocam na tela. Vocês podem ter certeza de que nós não estamos falando só para este Plenário. Estamos falando para alguns milhões de pessoas que, pela importância do debate, o estão assistindo.

O segundo vem do Sr. Artur Alvim Cury, de São Paulo, que afirma o seguinte. Eu vou ler na íntegra para ficar de acordo com o que está na tela: "Tem que mudar já a política de preços da Petrobras! Não ganhamos em dólar! Estão diminuindo as atividades das refinarias brasileiras e importando mais de fora, encarecendo, assim, os combustíveis! Absurdo! Estão entregando todo o patrimônio público aos estrangeiros!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lindbergh com a palavra, a quem faço um apelo para que fique também no mesmo tempo dos convidados, em dez minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu peço, inclusive, desculpas, porque vai começar daqui a pouco a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e lá o debate é muito interessante, é sobre o sistema tributário brasileiro. Como sou autor de várias propostas relativas a esse tema, eu vou ficar me dividindo – eu vou falar agora, vou para a abertura, mas quero voltar aqui, quero ouvir muitas falas –, porque este debate de hoje aqui é central.

Mas, Senador Paulo Paim, eu vou começar também tratando de outro tema que é correlato a esse, mas tem a ver com as tarifas, com a regulação. Vou começar falando de energia elétrica e vou entrar na questão do preço dos combustíveis.

Ontem saiu uma pesquisa dizendo que 72% do povo brasileiro dizem que a economia piorou. É porque para o mais pobre, Senador Paulo Paim, é um massacre. Esse Governo Temer... Os Senadores e os Deputados aqui, a gente sabe, votam todos contra o trabalhador. A gente fica lutando por um lado, e eles defendendo grandes empresas, grandes bancos.

Eu falo não só o botijão de gás. O botijão de gás é um escândalo: 70% de aumento. As pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha! Mas, Senador Paulo Paim, o preço da energia elétrica estourou, explodiu. A gente tem aqui uma agência reguladora, a Aneel, que é nomeada pelo Temer e que liberou geral. Você pode conversar em tudo que é lugar: o preço estourou!

O mais grave é que houve uma privatização lá atrás... No Rio de Janeiro, a Light e a Ampla – a Ampla agora virou Enel – ganharam, são empresas privadas com monopólio. As pessoas não têm o que fazer, não há concorrência.

E você veja: a Aneel tomou uma decisão agora segundo a qual se pode cobrar energia elétrica por estimativa. Ela pode fazer uma estimativa, não é mais o relógio que cobra! Recebi uma ligação do Gabriel, que é Vereador em Bom Jardim, falando dessa empresa, a Enel, que entrou no lugar da Ampla: está ruim do mesmo jeito, é apagão o tempo inteiro, e estão cobrando por estimativa! É quase metade do Rio de Janeiro essa empresa, a Enel. São Gonçalo está lá, Niterói, Maricá, a Região dos Lagos. Então, isso é gravíssimo. Relativamente a isso, no caso do Rio de janeiro, Senador Paulo Paim, foi aprovada uma lei, da Vereadora Vera Lins, que proíbe essa cobrança por suposição e não pelo real consumo de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou falando isso, porque há um segundo problema que está atingindo... Isso aqui é muita gente, Senador Paulo Paim. São os *chips*. Colocaram *chips* agora e tiraram os relógios. E sabem o que acontece? Há uma ação do Ministério Público... O consumidor só perde. A ação do Ministério Público diz o seguinte: quando você tinha um relógio, você podia acompanhar o que estava gastando. Agora é um *chip*. E, aí, os preços estão vindo... E são das comunidades mais pobres!

É engraçado, eu acho que a Light, no caso do Rio de Janeiro... Eles não querem aumentar para a classe média porque tem repercussão, sai na imprensa. Estão aumentando para os mais pobres, na ponta. Tenho relatos aqui de muita gente que pagava R$60 e está pagando R$300, está pagando R$400.

Eu estou falando isso aqui, mas, no início, achei que não era tema nem meu, achei que era tema lá no Rio, para vereador, o tema da Light. Eu entrei nisso aí, Senador Paulo Paim, porque o Vereador Reimont, do Rio, me chamou para ir à Light com os moradores da comunidade de Rio das Pedras, mas a repercussão foi tão grande... Gente de Jacarepaguá, Muzema, Tijuquinha, Anil, Merck, Cidade de Deus, Pechincha, Curicica, Freguesia... Depois de outros bairros também: Magalhães Bastos, Méier, Cachambi. Quando eu vi, não era um problema só da cidade, era um problema do Estado.

Então, eu aproveito aqui, Senador Paulo Paim, porque eu quero convocar essas empresas, a Enel e a Light, para virem prestar esclarecimentos nesta Comissão que o senhor preside. E nós vamos juntar aqui uma turma de advogados, pesada, aqui de Brasília, porque, se já existe lei no caso do *chip*, também há uma lei municipal aprovada pelo Vereador Willian Coelho; depois, derrubaram o veto do prefeito. Então, a Light tem de cumprir a lei! Ela tem que tirar o *chip*. Nós temos que obrigá-los a aceitar a determinação legal. E a mesma coisa vale para essa outra empresa, a Enel, em relação a essas cobranças por suposição.

Agora, é a mesma coisa nesse lado de cá, quando a gente vai discutir os preços dos combustíveis. Olhem, os senhores, sinceramente... Um milhão e duzentas mil pessoas voltaram a cozinhar com fogão a lenha! A grande crítica que faziam ao governo da Dilma e do Lula... "Ah, estão segurando preço..." É preciso que se diga: em nenhum ano a Petrobras teve prejuízo por causa da sua política de preços; em nenhum ano. Sempre foi extremamente lucrativo. Quando teve problema, foi em 2015, foi porque, com a queda do preço do petróleo, os ativos se desvalorizaram. Em nenhum ano houve problema com a política de preço!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa política aqui não dialoga com o desenvolvimento nacional, com a vida do povo brasileiro. O advogado Samuel Gomes falou uma coisa que eu acho que é central: a Petrobras foi cooptada. A mudança de direção colocou o capital financeiro no controle da Petrobras. Quando eu perguntei ao Dr. Flávio – e vou perguntar ao Dr. Décio também depois –, é o seguinte: nós queremos que os senhores abram as planilhas, as contas.

Paulão vai falar sobre isso. Paulão fez um estudo – desculpe-me chamá-lo Paulão. O Dr. Paulo César Lima é consultor jurídico da Câmara, aposentado recentemente –, e o lucro era de 150%. Quem ganha com isso? Os acionistas da Bolsa de Valores de Nova York. Eu também concordo com o Samuel: uma tarefa que nós vamos ter, José Maria Rangel, Presidente da FUP, é fazer com que a Petrobras seja novamente 100% estatal.

Porque, vejam bem: geração de emprego. Nós temos política de conteúdo local. Eles acabaram com a política de conteúdo local, os estaleiros no Rio de Janeiro estão todos fechando. O Estaleiro Mauá tinha 6 mil trabalhadores; tem 100. O Estaleiro Eisa fechou. O BrasFELS, em Angra – não é, José Maria? –, tinha 12 mil; tem mil.

Então, a Petrobras deixou de servir ao País, a um projeto de desenvolvimento nacional, deixou de se preocupar com o povo. E eu via muita gente aqui que ficava criticando. Senador Medeiros, V. Exª, que defende o Governo do Temer, poderia vir aqui, porque o discurso era esse: "Olha, seguraram artificialmente preço." Não é correto fazer isso com botijão de gás? Será que a Petrobras não tem um compromisso nacional, ou o Governo Federal, de saber que aquilo tem um impacto violentíssimo nas contas das pessoas e no dia a dia?

O Hospital da Restauração, Senador Paim, tem uma ala de queimados, que está em 90% ocupada por gente que se queimou cozinhando com álcool nesse processo todo.

Eu espero que a Petrobras volte a ser uma empresa que pensa no País, que pensa no povo deste País. Nós estamos vivendo um cabo de guerra com o capital financeiro, que se apossou completamente dos destinos da Petrobras.

Eu vi, agora, esse quarto leilão do pré-sal. É triste ver o que estão deixando para a União – o excedente de óleo baixíssimo, 7% –, sendo que o pré-sal foi descoberto por nós, brasileiros. Foi a Petrobras! Inclusive, vale dizer que, se não fosse esse Pedro Parente, não se teria descoberto o pré-sal, não, porque não tinham investido, não tinham feito os investimentos necessários. Mas nós descobrimos o pré-sal. Está tudo lá! Eu consigo entender você dar uma parte menor para a União quando você tem o risco. Você vai lá, um mato do tamanho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, você vai explorar. Se você achar, você fica com a parte maior. Mas, no caso do pré-sal, é botar para pescar em aquário! Você está pescando em aquário; risco zero! Então, nós estamos abrindo mão de uma riqueza que era o passaporte para o futuro, Senador Paim.

E o que me deixa impressionado é como esse pessoal, esse Governo e esses Parlamentares aqui têm coragem de fazer o seguinte: não mexem no lucro dos acionistas, que é gigantesco, mas passaram a conta sabem para quem? Corte de 205 milhões na educação; de 170 milhões na saúde. Sabem de que programa? Aqui Tem Farmácia Popular. Se você for ver, fecharam todas as Farmácias Populares próprias do Governo. Mas, mesmo nas conveniadas, está faltando tudo: remédio para hipertensão, remédio para diabetes...

Aí, eu falo: deram anistia de um trilhão. Sabem qual é o impacto este ano? E nós propusemos, nós fizemos propostas alternativas – falta 1m16 para concluir. Fizemos uma proposta alternativa, que era o quê? Só por 2018, acabar aquela isenção das petroleiras. Sabem qual seria o impacto? Dezesseis bilhões. Mas, não! Nós fizemos outra proposta: aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou concluir.

Aumentar de 15 para 20%. Também não aceitaram. Aí, estão tirando da educação, da saúde e da seguridade social, que é o tema do Senador Paulo Paim; da previdência e da assistência social, porque mexer no PIS/Cofins é isso. Então, de tudo isso o mais grave, o mais escandaloso é que a conta é colocada para o povo brasileiro.

Agora, eu acho que o desafio – encerro nos meus trinta e poucos segundos –, o grande desafio nosso aqui, nesta audiência pública, Fernando, é discutir com a Petrobras, com a ANP essa questão dos custos. A gente quer, a gente queria que a Petrobras abrisse, mostrasse de quanto está sendo o lucro, porque é em cima disso, Senador Paulo Paim, é em cima disso que a gente pode mudar essa política de preços louca que foi feita pelo Governo Temer/Parente.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Lindbergh Farias. (*Palmas.*) Ele usou o tempo de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está inscrito o Senador Medeiros.

Com a palavra o Senador Medeiros – um dos signatários, inclusive, desta audiência pública – pelo mesmo espaço de dez minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senador Paulo Paim, antes, só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só permita que eu registre a presença do Senador Rodrigues Palma. Fomos Deputados juntos, durante um longo período, e hoje eu o vejo com alegria aqui, no Senado. Usará da palavra no momento que entender adequado.

Começo seu tempo agora.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Registrando que a administração de Cuiabá foi como a.C. e d.C.: antes de Rodrigues Palma e depois de Rodrigues Palma.

Senador Paulo Paim, eu fiz o convite também ao Presidente do sindicato – não sei se está registrado aí –, Aldo Locatelli. Está registrado? Eu quero, depois, se possível, que ele tenha a oportunidade de falar também, porque pode trazer grande subsídio para o debate.

Senador Lindbergh, não saia, não, porque eu vou falar de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria iniciar o tema dizendo o seguinte: primeiro, "quem pariu Mateus que o embale". Temer, Senador Lindbergh, é de vocês. Por duas vezes vocês disseram que o Presidente era o suprassumo, a última bolacha do pacote. Vocês louvavam o Temer porque precisavam dos votos do PMDB, e o PMDB era a melhor coisa que havia. Então, não venham jogar o Temer para cá, não! O Temer é consequência constitucional; consequência constitucional do *impeachment*. E não foi com o *impeachment* que, de repente, a Presidente caiu, do nada, não; ela foi desmoronando aos poucos, por n fatores que não vou dizer aqui, inclusive por um golpe interno. Todo mundo sabe que havia um acordo para que Lula fosse o candidato. Ela passaria quatro anos, esquentaria a cadeira, como o que o Perillo fez em Goiás. Ela gostou da cadeira, jogou a polícia para cima do Lula, e deu no que deu. Então, o que acontece? Por favor, não venha jogar para cima da gente o Temer, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, sobre esse debate aqui, Senador Paim, eu queria agradecer-lhe, porque V. Exª não foge do debate aqui, na Casa. O Parlamento é, acima de tudo... E eu vinha cobrando muito do Presidente Eunício pelo seguinte: há cerca de 60 dias, eu tinha conversado com o Aldo Locatelli, que é uma grande liderança. Ele é do Paraná, mas tem empreendimentos também no Estado do Mato Grosso, e já falava sobre a composição de preços naquele momento. Eu trouxe esse debate aqui para o Senado e fiz um requerimento para a Comissão de Assuntos Econômicos, que, a meu ver, seria o local para se fazer um debate, trazendo, inclusive, o Presidente da Petrobras, o Ministério da Fazenda, trazendo todo o Governo.

Bem, esse papel dormitou lá nas gavetas. Eu fiquei insistindo, pedindo e nada. E eu estou ouvindo também. Eu trabalhei 23 anos na Polícia Rodoviária Federal. Eu escuto as pessoas: "Olha, vai ter um movimento aí". Eu estou sabendo.

E isso aí não é questão de governo, não, porque, da outra vez, quando ia haver o movimento dos caminhoneiros, eu chamei o Ministro Blairo, e nós fomos ao então Ministro Miguel Rossetto. Mas eu não sei por que todo governo parece que fica surdo. Bem, o que aconteceu? Acabou vindo o movimento, e não houve discussão nenhuma sobre... Aí, de repente, no meio do movimento: "Vamos discutir o preço dos combustíveis!". E houve aquela sessão lá, no meio do movimento.

Mas eu creio que baixou a fervura. Chegou o momento de um debate sério a respeito desse tema, porque, como dizia aquele jurista norte-americano, em termos de coisa pública, não há detergente melhor do que a luz do sol. E aí V. Exª nos permite fazer esse debate. E aqui, na Comissão de Direitos Humanos, é melhor, porque não há aquele açodamento de lá, em que são três minutos. Aqui, os técnicos podem falar, e o público pode ter uma ideia melhor de como as coisas se conduzem, de como é a composição de preços, do que precisa ser feito, do que não precisa ser feito. Lógico, há a luta política também, que faz parte desse debate, não se vai fugir disso; o Parlamento é assim mesmo. Mas daqui a gente pode sair com um direcionamento, porque é disso que a gente precisa.

Nós, por exemplo, na Casa temos quem pensa que a Petrobras é uma vaca sagrada, que deve ser totalmente protegida, e que jamais se vai falar em qualquer coisa, porque "O Petróleo é nosso", e por aí vai. Há outras correntes que pensam, por exemplo, que nosso é só o prejuízo; que a gente fica só com... Que o benefício mesmo vai para a FUP, para os acionistas, e para nós fica só o osso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa discussão toda que a gente precisa fazer, porque, a meu ver, por mais que... Eu gostei da explicação do Dr. Flávio, mas, quando você chega à bomba, a realidade é dura, e aí nós temos que tratar desse tema todo. Porque, por exemplo, 30%, Senador Paulo Paim... Nós temos um Estado... Nós temos outra Petrobras. Nós temos duas Petrobras cobrando da gente: há uma que fura, tira o petróleo, refina e manda, ou importa – que seja –, mas há outras várias Petrobras em cada Estado, que põem aí 30%, 40% em cima do negócio. Então, a gente precisa ver as várias Petrobras para a gente saber o que precisa ser feito, porque o certo é que...

Dizem que, em briga de elefante, quem sofre é o capim. Então, nesse ponto, eu quero deixar aqui uma provocação ao Dr. Décio, à ANP, porque, a meu ver, o papel central não é do Parlamento, não é do Governo em si; alguém precisa cuidar da política de preços, e, a meu ver, não pode ser a Petrobras que tem que ficar com isso na mão. Porque, se eu sou o dono da padaria, ponho o preço que quiser no pão, se eu não houver quem regule esse negócio. Então, a ANP, a meu ver, precisa tomar os veios, como agência reguladora que é.

E não é só a ANP, Senador Paulo Paim. Nós precisamos, uma hora, fazer uma audiência pública aqui sobre as agências reguladoras no Brasil. É um modelo importante, interessante, mas as agências reguladoras ainda não se transformaram, como Nietzsche dizia: "torna-te aquilo que és". Infelizmente, ainda elas estão muito aparelhadas pelos partidos, e cada agência reguladora tem o seu nicho, o seu dono – não estou falando que o senhor tem um dono, Dr. Décio.

O SR. DÉCIO ODDONE (*Fora do microfone.*) – Até porque não tenho.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Mas eu estou falando o seguinte: elas precisam cumprir o seu papel sem amarras. Elas precisam cumprir o seu papel defendendo... Eu preciso... No momento em que eu estou lá em Cotriguaçu, em Mato Grosso, lá em Carlinda, ligo o telefone, e o telefone não funciona, aquela minha indignação tem que ter uma válvula de escape, e tem que ser a agência reguladora. Não adianta eu ligar para a concessionária, porque ela vai dar de ombros; não adianta eu ligar para o Parlamento; não vai haver escoamento. No combustível, a mesma coisa; na telefonia, na Anac... Enfim, eu não vejo essa vazão. Não vejo essa vazão.

Neste momento, por exemplo, a meu ver, o papel principal – e eu falei isso da tribuna –, quem tinha que estar no topo disso aí, dando as cartas e dizendo tudo como ia funcionar, era a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANP. Quem deu a batuta? Foi a Petrobras. No meio do furdunço todo, a Petrobras continuou com a política de preços, que, notadamente, a população abominou.

Bem, errado ou certo, o que eu vejo é que a classe política brasileira, Senador Paulo Paim – talvez por historicamente nós não termos passado por alguns traumas que Inglaterra passou, França passou, Estados Unidos passaram –, talvez a classe política brasileira não tenha entendido o seguinte: quem manda nessa joça é o povo. Digo isso sem demagogia nenhuma.

Eu digo isso porque citei o exemplo da Queda da Bastilha na Revolução Francesa. Dizem que o chefe daquela prisão, naquele dia, fez a parte diária do serviço e escreveu assim: "um dia normal, tempo bom, serviço sem alteração, com algumas arruaças pelas ruas", e ponto. Uma hora depois, Senador Paulo Paim, a cabeça dele estava na ponta de uma lança pelas ruas de Paris, como a dos outros todos. A população tinha varrido tudo.

Eu dei esse exemplo porque sempre observo jogos de futebol. Geralmente, há 60 mil pessoas em um campo de futebol bem lotado e, quando muito, 100 policiais. Senador Paulo Paim, 100 policiais para 60 mil pessoas são nada! Então, o que contém as pessoas é o Estado estar bem, quando estão funcionando as coisas direitinho; quando – e aí vou trazer para a gente aqui – a ANP está funcionando direitinho; quando as coisas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já me encaminho para o final.

Mas o que acontece? O Brasil não está funcionando assim. O cidadão hoje não se sente representado por este Parlamento, não se sente representado pelos seus. Ele só sente o seguinte: ele não quer saber se tem que segurar o preço ou tem que soltar o preço; ele quer que funcione. E ele está vendo que alguma coisa não está funcionando bem.

Por isso, essa discussão eu acho importante. O resto... "A Petrobras é nossa!" Nossa coisa nenhuma! Chegou a hora de a gente acabar com essa vaca sagrada. Deem uma olhada aqui, vejam o uniforme do Presidente ali. Está tudo aparelhado neste País! É de partido, Senador Paulo Paim! E não importa se é do PT ou de outro. É de partido. De cada lugar do País aqui os partidos viraram donos. A população não virou dona de nada. Nós precisamos desaparelhar o País!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Medeiros, que aqui expressou seu ponto de vista.

Vamos em frente. Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia.

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Obrigado, Senador Paim.

Bom dia a todos, demais Parlamentares – Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas –, colegas da Mesa e demais presentes aqui, nesta audiência pública.

Primeiro, eu queria agradecer o convite para o Ministério de Minas e Energia estar presente nas discussões. A ideia é contribuir, sim, com essa discussão e esse debate.

Próximo, por favor.

De acordo com a lei promulgada – que foi objeto de discussão nesta Casa também –, a Lei 9.478, estabeleceu-se que o mercado de combustíveis seria livre.

Então, diante desse dispositivo legal, o mercado de combustíveis no Brasil é livre ou pelo menos segue essa lógica de mercado livre. E, logicamente, dentro dessa lógica, procuram-se preços resultantes do equilíbrio entre oferta e demanda, como qualquer outra *commodity*, como qualquer outro produto que é comercializado em um ambiente de livre comercialização. Então, nessa política, como já foi falado aqui pelo colega que me precedeu na Mesa, o Tojal, cada agente econômico pratica a sua própria política de preços. Vejam, senhores, que isso não quer dizer necessariamente que ele vai praticar o seu custo de produção, mas, sim, o seu custo de oportunidade do negócio, como qualquer outra empresa pratica. Saber se isso é adequado ou não é outra questão. Estou falando isso do ponto de vista de como está hoje o mercado estruturado, segundo a Lei 9.478.

Outra coisa que já foi falada pelo Tojal – eu queria só repassar algumas coisas – diz respeito à paridade de importação. Como ressaltado, hoje o mercado é precificado de acordo com a cotação internacional, como qualquer outra *commodity*. Quer dizer, a questão é se isso é adequado ou não para o País. Mas hoje se segue essa lógica de acordo com o que está respaldando essa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer o seguinte: o Brasil, hoje, apesar de ser grande produtor de petróleo e apesar de ser exportador – cada vez mais, caminhamos a passos largos para a consolidação de exportadores líquidos de petróleo –, é importador de combustíveis, o que, aparentemente, é um paradoxo. Nós temos muita produção e exportação de petróleo, mas, por outro lado, a nossa produção e a nossa venda interna não são suficientes. Então, precisamos ter um complemento de importação.

Aqui, quero somente mostrar para os senhores como é que isso tem se refletido desde o ano 2000. Até 2009, nós éramos até exportadores de gasolina, por conta da produção de etanol. E o que aconteceu de 2009 para cá? Primeiro, em 2010, não houve necessidade de importação, mas, já a partir de 2011, começou a ser necessária a importação também de gasolina. Então, vejam os senhores que, em 2017 – são dados anualizados –, nós já estávamos importando o correspondente a 529 mil barris por dia, ou seja, tudo que nós importamos de derivados em 2017 corresponderia a uma refinaria de mais ou menos 529 mil barris por dia. Digo isso só para dar o nível de disposição que nós temos hoje. E aí, logicamente, os grandes produtos estão ali. O GLP está grafado em azul mais escuro; depois, vem a nafta. Vejam como temos uma disposição grande de nafta. Depois, vem a gasolina, o QAV, que é pequeno, e o diesel, que é o que mais aumentou em termos percentuais, em termos de volume.

Voltando, então, à questão de que o Brasil é deficitário na sua produção de derivados, a outra questão – obviamente, isto é de conhecimento de todos – é que a Petrobras, hoje, ainda é o maior produtor de derivados no País. Cerca de 98% mais ou menos da capacidade de produção das refinarias estão na mão da Petrobras.

A Petrobras, agora, recentemente – vale ressaltar –, apresentou dois projetos de venda de *clusters*, envolvendo o refino e algumas facilidades.

Com isso, espera-se que haja outros agentes, grandes agentes. Estamos falando, no caso do *cluster* Nordeste, de grandes refinarias, RLAM e RNEST, e dos terminais de Suape e eventuais bases e também dos dutos de interligação. E, no Sul, o *cluster* do Sul envolve a Repar, a Refap, o terminal do Rio Grande do Sul, salvo engano, e mais algumas bases e interligações. Ou seja, com isso, espera-se que, sob o ponto de vista dessa lógica econômica, haja outros agentes também praticando e trabalhando isso e competindo com o mercado da Petrobras nessa área de refino, que hoje não é monopolista de direito, mas o é de fato praticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de destacar também que, de fato, aqui se considera, sob o ponto de vista dessa lógica, que, se somos importadores, a lógica econômica diz: o preço praticado tem de seguir uma lógica de paridade de importação. É uma lógica econômica. Pode-se questionar se isso é adequado ou não, mas é a lógica econômica que está por trás disso. Também quando a gente é exportador, segue-se a lógica de paridade de exportação. Isso, basicamente, já foi...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Dr. Cláudio, o senhor poderia repetir?

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – O senhor poderia repetir? Achei isso importante e não consegui entender.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – É o seguinte: hoje, como o preço é livre e como nós somos importadores de derivados, isso segue, sob o ponto de vista econômico, uma lógica de paridade de importação. Ou seja, o preço praticado das *commodities*... Isso vale para qualquer outra *commodity*, combustíveis, soja, trigo; para qualquer *commodity*, é dessa mesma forma. O país que é importador de qualquer *commodity* paga o preço internacional mais o custo de internação desse produto, frete, tributos etc. Da mesma forma, um país que é exportador de uma *commodity* paga o preço internacional descontado desses custos, para chegar a esse outro mercado. É uma lógica econômica. Não é invenção deste Governo ou do outro governo. Trata-se do ponto de vista de uma lógica econômica.

Vejam, senhores, que não estou querendo fazer nenhum juízo de valor se isso está correto ou errado; estou falando simplesmente o que ocorre hoje no mercado sob o ponto de vista de uma lógica econômica.

Então, isso proporcionou à Petrobras fazer reajustes de tempos em tempos. Lembro aos senhores que, no passado, sempre existiu essa liberdade de preços. A Petrobras fazia um acompanhamento, e, na medida em que se estabilizavam os preços em determinado patamar, havia um reajuste para cima ou para baixo. Isso foi praticado ao longo dos governos passados. E, depois, ultimamente, praticou-se uma lógica de intervalos mais curtos. E aí, sim, o reajuste passou a ser mensal e, depois, quinzenal, chegando ao caso até de alguns reajustes de forma até diária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a situação está mais ou menos assim: quanto à gasolina, os reajustes podem ser diários, não necessariamente, porque isso depende de uma lógica e de uma precificação que a própria Petrobras tem. Vejam, senhores, que é a política da própria empresa, que não é determinada pelo Governo nem pela ANP. Não há controle de preços nessa estruturação do mercado de combustíveis.

O diesel estava sendo reajustado de forma diária até o dia 23. E, portanto, por meio da medida provisória e dos decretos, há outra precificação agora de 60 dias e, depois, a cada 30 dias.

Quanto ao GLP, a gente já tinha feito... O Governo, juntamente com a Petrobras, já havia discutido esse assunto. E a Petrobras, então, implementou outra lógica de reajustes trimestrais, para, de alguma forma, tentar segurar um pouco essa volatilidade do mercado.

O que acontece no mercado internacional é isto: se é *commodity*, eles são comercializados em bolsa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – E, nessa situação, eles fazem o quê? Fazem com que o mercado financeiro seja atacado, vamos dizer assim, de certa forma, por especuladores dos mais variados tipos. O que, normalmente, os agentes fazem? Fazem *hedge*, fazem a sua proteção para quando tiverem necessidade de comprar, para não ficarem expostos a esse preço futuro.

Vamos para o próximo eslaide, por favor.

Aqui, somente quero mostrar um acompanhamento que é feito. Nós fazemos um relatório mensal, e esse é um gráfico que colocamos todo mês, por meio desse relatório de acompanhamento de mercado, no nosso *site* do Ministério de Minas e Energia, que mostra os preços. Logicamente, vejam os senhores, isso não reflete a lógica de precificação da Petrobras. Simplesmente é um acompanhamento de preços de mercado, para haver uma referência internacional para os nossos estudos internos do Ministério de Minas e Energia. Então, nesses relatórios, nós usamos a cotação US Gulf, que é o golfo americano, mexicano e americano, que é a linha mais nervosa, pintada de vermelho. No caso, a linha azul representa o preço praticado pela Petrobras para o produtor. Quer dizer, no caso, é a própria Petrobras, que hoje é a única

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtora e a única importadora de GLP, diferentemente do que ocorre com o diesel e com a gasolina.

Vejam os senhores que nós temos esses gráficos desde 2012. De tempos em tempos, era feito um reajuste. Como está mostrado ali no PowerPoint, houve esse reajuste. Depois, ele ficou constante. Até o finalzinho de 2016, houve mais outro reajuste. Depois, foi subindo. E aí a precificação... Depois, olhem só, já começa a refletir aquela questão de não haver preços tão voláteis como os de antigamente. A linha verde representa o preço do GLP para outros produtos, outros consumidores, que não o GLP residencial em 13kg, em até 13kg.

Uma coisa interessante é que, por exemplo, até para não colocarmos tantas informações, é importante saber o seguinte: esses preços aí estão diretamente vinculados também à cotação do Brent e do WTI, que são preços de petróleo em nível mundial. Então, por exemplo – não está aí, mas vou só ler o nosso relatório –, há uma coisa que é totalmente inexplicável e insana sob o ponto de vista de como é a variação. Por exemplo, em julho de 2014, o preço do Brent estava chegando a quase US$115 o barril; o preço era de US$115 o barril. Em fevereiro de 2016, ou seja, um ano e pouco depois, ele chegou a quase US$30 o barril ou até menos um pouco do que US$30. E, hoje, voltou e está em torno de US$70 o barril. Esse gráfico mais ou menos representa isso.

Há certo *delay*, há certo atraso nessa precificação, porque isso, na realidade, é um derivado. No caso do GLP, especificamente, também há produção de GLP pela rota da produção do gás natural. Então, eles não representam exatamente esse preço, mas, com certeza, esse preço internacional também afeta esse preço.

Pode passar ao próximo eslaide, por favor.

Esse já é o caso da Gasolina A. Vejam os senhores que, no início, também existia esse preço constante. Aí, a partir de determinado momento em que se formava um novo patamar, fixava-se um novo preço. E, a partir mais ou menos do início do ano passado, já começa a haver um alinhamento de preço internacional, até se chegar mais ou menos a segui-lo. Então, vejam os senhores que, hoje, nós estamos exatamente seguindo essa precificação internacional. Não é a precificação que a Petrobras usa; a Petrobras usa outros critérios, como também outras importadoras usam outros critérios para precificar. Esse é somente o nosso controle, volto a ressaltar isso.

Vamos ao próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do diesel, são dois preços. O que está em azul escuro é o preço do diesel S-500, e o de cima, que está em verde, é o produto S-10. É a mesma lógica de mercado. Vejam os senhores que há um preço um pouco mais constante, e, no final, procura-se um preço... No final aqui – olhem! –, já no final, já está começando a haver certa precificação em termos de um valor mais constante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Não vou gastar muito tempo nisto aqui, porque, na realidade, o Tojal colocou isso. Eu só queria passar aos preços.

Então, são os mesmos preços que foram apresentados, mas, provavelmente, não são exatamente iguais, até pela forma como eles são contabilizados e também pelo período em que eles foram colocados. Mas a fonte é a mesma, é a ANP. É um dado oficial que mostra um pouco mais aberto não só o Brasil, mas um pouco do preço, como ele se reflete nos Estados. Vejam os senhores que o preço, em tese, deve refletir o custo de internação e também o custo de interiorização. Ou seja, quanto custa para chegar um combustível até o interior, até o Mato Grosso, até o Acre e a outros Estados mais distantes? Mas vejam o seguinte: a lógica necessariamente não é a do preço mais caro num ponto mais distante. Existe essa lógica, mas há outro componente, como foi destacado anteriormente, que é a questão dos tributos. Então, hoje, há muito mais uma lógica tributária do que uma lógica de distância para a precificação do combustível.

Vamos ao próximo eslaide, por favor.

Esse é o do GLP, esse é o da gasolina – é a mesma coisa –, e o próximo é o do diesel, também refletindo isso. Essas tabelas estão disponíveis no relatório de que falei e também estão aqui na apresentação, que vai ficar disponível.

Então, quero só lembrar – olhem só! – o quanto é de produto, o quanto é de tributos e o quanto é de margens. Logicamente, isto aqui não reflete ainda essa redução que houve por meio da medida provisória, porque são referenciados ainda a agosto, ou melhor – desculpem-me, minto; é um ato falho –, a abril de 2018.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – O que nós estamos fazendo agora? O Dr. Décio, Diretor-Geral da ANP, vai poder falar, talvez, isso com mais propriedade. Há uma Tomada Pública de Contribuições. A ideia do Governo é a de tentar abrir uma discussão.

Aí o ponto final que eu queria destacar é este: estamos aqui dispostos a ouvir, a receber contribuições, para que a gente possa, então, discutir e verificar o que é melhor para a sociedade, sob o ponto de vista de seguir essa lógica de mercado – veja, senhores, isso é respaldado pela Lei 9.478 –, e, por outro, como isso pode impactar de alguma forma o consumidor final, e como a gente poderia ajudar para contribuir nessa discussão. E aí, nesse ponto, a orientação nossa, do nosso Ministro e do nosso Secretário- Executivo é que nós estamos abertos para qualquer discussão que se fizer necessária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Só para quem está assistindo – e tenho certeza que muita gente está assistindo –, pelo que eu vi rapidamente ali, o gás está trimestral? É isso?

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O diesel, dois meses, porque daquele acordo com os caminhoneiros eu participei...

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Exato. O diesel, dois meses. Eu trouxe até aqui a Medida Provisória 838. São dois meses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diesel é dois meses, mas tem a perspectiva...

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – E, depois de dois meses, será a cada 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que o Congresso pode alterar e pode assegurar algo diferente.

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Isso. E, no caso, a gasolina está livre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gasolina que eu ia perguntar agora.

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – E pode ser diário ou a cada dois dias. Depende da lógica e da oscilação de preço, mas pode ocorrer até diariamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A gasolina então mudou nada em relação à política...

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Até o momento não temos nenhuma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Só para ter claro.

Só vou ler mais uma aqui, conforme combinado com a TV.

Adson, de Pernambuco – eu dou uma seguradinha porque eles pediram para dar o tempo de eles poderem colocar na tela: "A nação brasileira não aceita essa política de preços implementada pelo Sr. Pedro Parente, que privilegia os lucros dos investidores (inclusive os estrangeiros) com a exploração, sacrifício e humilhação das famílias brasileiras, pois altos preços refletem no preço de todos os produtos."

Luciano Almeida, do Rio de Janeiro: "O brasileiro não tem consciência da importância dos impostos e os nossos políticos e assessores que são os nossos gestores não sabem direcionar os recursos."

Amanda da Silva, de São Paulo: "O que acaba com qualquer política de preço é a carga tributária. Nosso sistema tributário é uma pirâmide invertida. Isso precisa mudar."

Vamos agora para o Sr. Paulo César de Lima, Consultor Jurídico aposentado da Câmara dos Deputados.

Estou seguindo religiosamente a lista de convidados.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, todos os membros da Mesa e todos os presentes, inclusive amigos nossos. Obrigado pela presença, amigos da Petrobras, onde eu trabalhei por 16 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha apresentação é grande e o tempo é curto. Então, eu estou à disposição. Esse arquivo PowerPoint vai ficar à disposição e eu também estou à disposição para fazer detalhamentos e análises sobre essa apresentação aqui.

A primeira coisa é deixar muito claro que produção de petróleo e refino de petróleo é monopólio da União e, sendo monopólio da União, ele deve ser exercido em benefício do povo brasileiro. Se de certa forma o povo brasileiro é dono do petróleo que está no reservatório, quando o preço sobe, o dono deve ser beneficiado, mas aqui, no Brasil, quando o petróleo sobe, o dono é extremamente prejudicado, como a gente assistiu aí com a greve dos caminhoneiros.

A Lei nº 9.847 também estabelece que essas atividades de abastecimento do mercado nacional de combustíveis é uma atividade de utilidade pública. Isso é utilidade pública.

Eu vou dar um exemplo aqui e tentar mostrar para vocês os lucros obtidos na fase de produção. Eu estou usando aqui a Galp porque ela é parceira da Petrobras e disponibilizou os custos de produção do petróleo dela de uma maneira mais precisa que a Petrobras. A Petrobras não disponibiliza o custo técnico de produção, então eu vou usar aqui o da Galp. Eu acredito que o custo de produção da Petrobras seja da mesma ordem de grandeza da Galp.

Então, nós estamos aqui com um custo técnico de produção em torno de US$15 por barril, segundo a Galp, e nós temos aqui outros custos que a Galp chama de *overhead*. Então, com *overhead*, podem subir os US$15 por barril. A gente pode admitir que a Petrobras pode estar acima disso, pode ter *overhead* maior, mas é nessa faixa. Nós vamos ver que a margem de lucro operacional da Galp com o preço do petróleo, com o valor do petróleo que a Galp vende, se ela vender a US$71 o barril, ela vai ter uma lucratividade de 100%. Isso aí é mais ou menos o quê? É US$35 o custo total porque, além do custo técnico e do *overhead*, nós temos a participação governamental. Então, a Galp está operando no Brasil com uma margem de lucro de 100%. Ela gasta US$35, US$36 e vende a US$71, US$72. A gente há que reconsiderar uma margem de lucro extraordinária e não tanto por mérito da Galp. O grande mérito aqui não é da Galp, ela é simplesmente uma empresa de participação em consórcio. O grande mérito aqui é da Petrobras. Esse baixíssimo custo aí de US$15 é da Petrobras. Então, eu vou fazer aqui todos os elogios possíveis a Petrobras. Tudo que eu falar aqui não é crítica à Petrobras técnica, onde eu trabalhei com os amigos aqui; se eu fizer alguma crítica à Petrobras, é à Petrobras administração, à Petrobras gestão, não são os técnicos, é a gestão deste Governo. Não é crítica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à Petrobras, é crítica à gestão da Petrobras porque uma empresa que tem um custo aí dessa ordem não pode ser criticada.

A participação governamental varia muito nos campos gigantes porque tem a participação especial. Então, é muito interessante. Na análise que eu fiz aqui, eu pego um preço de robustez de US$71 e admito que ao longo da vida do câmbio, de 35 anos, nós vamos ter esse preço, e vou chegar aqui a uma participação governamental, está certo? Isto é dado da Petrobras: o custo da extração com *royalties* de participação especial – então, está ali já somando a participação governamental – está US$20 por barril.

Isso não é real, por quê? Porque esses US$20 por barril, a gente estava com o preço do petróleo bem mais baixo do que a gente está hoje. Então, com participação governamental, a gente vai chegar realmente a US$35 por barril. Isso é um dado da Petrobras. Eu estou subindo aqui de US$20, acrescentando US$15 por barril, para considerar a participação governamental e os *royalties* também, a função do valor do barril – que também é dado da Petrobras que mostra a eficiência da Petrobras; então, a Petrobras é grande. Ela tem um custo médio do refino – isto está lá no *site* da Petrobras – de US$3 por barril. Então, se a gente somar ali US$35 com o custo médio de refino de US$3, nós vamos ter um custo médio dos derivados de US$38. Eu arredondei e pus US$40. Então esse é o custo médio.

E isso vai sair da refinaria. Se você entra numa torre de destilação atmosférica com o petróleo, vai sair lá fração de GLP, de gasolina, de nafta, de diesel, de óleo combustível. Isso sai da refinaria. É muito difícil... Existem adaptações, outras unidades, craqueamento catalítico, coqueamento retardado, pode-se fazer algumas alterações nesse perfil, mas isso vai sair da refinaria. Então, o custo médio dos derivados é de US$38. Eu pus aí o diesel, o custinho de transporte, e US$40 está bom.

Bem, com US$40 por barril, e como um barril tem 158,98 litros, nós vamos chegar a um custo de produção do óleo diesel de R$93 por litro. Então, esse é custo de produção do óleo diesel... Aliás, R$0,93 é o custo de produção do óleo diesel, e o custo médio do refino da Petrobras, eu puxei aqui um pouquinho para o diesel porque eu vou focar aqui muito no diesel,... A quanto que a Petrobras estava vendendo no dia 21 de maio, antes da crise? Estava vendendo a dois reais e trinta e três e alguma coisa. Então, R$2,33 para uma empresa que produz a R$0,93 é uma margem de lucro de 150%. A Petrobras, o Sr. Pedro Parente, falou: "Não, nós vamos reduzir para R$2,01". Para R$2,01, nós vamos aí para uma margem de lucro de 126%. O Governo propôs uma medida de subvenção e estabeleceu aí... A Petrobras está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com um preço congelado desde 1º de junho de R$2,03. Com R$2,03, a Petrobras hoje... Se ela recebesse R$2,03, ela estaria com uma margem de lucro de 118%, pois ela tem um custo de produção de R$0,93 e vende a R$2,03, então ela teria uma margem de lucro operacional de 118%.

Mas a Petrobras não vai receber R$2,03. Por que ela não vai receber? Porque, para a Petrobras e para este Governo, uma margem de 118% é baixa. As empresas, quando têm uma margem de 15%, 20% já é bom, mas, para este Governo, a Petrobras tem que ter uma margem... Aqui não é crítica à Petrobras, não. Eu acho que a empresa tem essa visão aí que é essa a margem operacional. Mas a margem operacional, a margem de lucro não é essa, porque nós estamos colocando aqui uma subvenção. Nós vamos somar naqueles 203, ainda, 30 centavos por barril. E a subvenção econômica? Sabem de onde vem essa subvenção econômica? Vem do orçamento, de corte em programa do orçamento. Sabe o que está sendo cortado com essa subvenção? Recurso para a educação, para a saúde, para a mulher, para combate à violência contra a mulher. É isso que está gerando uma subvenção econômica para a Petrobras sair de uma margem de 118 e ir para uma margem de 150. E isso não me parece nada razoável. Tecnicamente me parece ser um crime de lesa-pátria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – A Petrobras tem praticado preços acima do mercado internacional praticamente em todos os combustíveis. Realmente a gasolina, em período mais recente, deu uma equilibrada. Mas a gente pode ver aqui o óleo combustível. Olhem só a margem que a Petrobras pratica, acima do preço do mercado internacional! Por quê? Porque houve uma decisão, na minha visão tecnicamente insana – insana! –, de o brasileiro pagar sempre mais do que o mercado internacional, porque você vai pegar sempre o preço do mercado internacional, vai somar um custo de internação e ainda vai pôr uma margem que ela chama de margem de risco. Então, essa é a realidade deste nosso pobre País, que paga realmente acima do mercado internacional.

Então a Petrobras, na gestão Parente, não praticou preço de mercado internacional, praticou preços acima do mercado internacional. Com esses preços acima do mercado internacional, estouraram as importações, porque criou-se no Brasil um nicho de mercado, uma oportunidade, aí começamos a importar todos os derivados. Então, o aumento aí é grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, com esses preços que eu classifico de abusivos pela Petrobras, o que aconteceu? Criou-se o nicho de mercado, surgiram milhares de importadores, *tradings*, empresas de refino no Golfo do México, mas americanas, é a porção americana. Criou-se um nicho de mercado. Empresas realmente se recusaram a pagar os preços abusivos que a Petrobras cobrava e houve um nicho de mercado ali. Com isso as refinarias da Petrobras estão com uma carga, em abril, de 68,1%.

Então, nós temos o petróleo, temos as refinarias, mas não utilizamos as refinarias, praticamos preços acima do mercado internacional, para mim, com prejuízo para a empresa. Eu acho que se a Petrobras... Como ela maximizaria o lucro dela? Se ela praticasse o preço do mercado internacional, talvez maximizasse o lucro dela. Mas desperdiçando essa capacidade das refinarias, exportando petróleo em vez de vender o diesel a preço de mercado internacional no mercado interno, talvez ela tenha prejuízo para o acionista. Mas é uma conta complexa, eu ainda vou fazer essa conta. É uma situação complexa.

Só para vocês terem uma ideia, a capacidade atualizada de refino é de 2,390 milhões de barris por dia. Em março de 2008, estava refinando ridículos 1,629 barris por dia, com essa capacidade ociosa altíssima de refino. E se ela não refina, tem que exportar óleo, aumentam as exportações de cru.

Vamos pegar, vamos nos fixar aqui no diesel, no problema do diesel, no preço do diesel. A parcela alta é o produto. Então, a Petrobras está ficando, no litro de diesel, com 51%. Esses são dados da semana de abril, tirados do próprio Ministério de Minas e Energia. O biodiesel está representando 6%. Então, o produto aí está dando 57%. Os impostos... Antes, porque houve uma redução das alíquotas de PIS/Cofins, que também é grave, porque estamos reduzindo arrecadação de PIS/Cofins para manter lucros altíssimos. Então, houve uma redução dessa carga tributária, mas antes eram 27%. E tem ali... Está ruim de ver ali. Dez mais quanto? Transporte, distribuição e revenda. Mas a gente vê claramente que o grande problema do diesel é o produto.

É muito importante que o povo brasileiro saiba – e precisa saber disso – que sem considerar tributos, porque tributos... Nós não vamos entrar aqui em discussão de tributos, está certo? Quanto a tributos, cada país tem a sua política. Se quer tributar renda, ótimo; quer tributar lucro, ótimo; quer tributar dividendos, ótimo. A Europa tem a opção também de tributar consumo. Os Estados Unidos não têm a opção de tributar consumo, mas tributa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos fazer uma análise sem tributo, porque isso é o que de fato interessa. E depois nós vamos fazer uma grande discussão, no Brasil, sobre reforma tributária. Bem, o fato concreto é que sem tributos, o povo brasileiro, na gestão Pedro Parente, pagou pelo diesel 40% a mais que o consumidor americano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Isso vale também para a Europa, porque ali também tem Alemanha, Itália. Então, nós pagamos, sem tributo, 40% a mais do que os ricos, que são os americanos do Norte. Vamos falar: Estados Unidos. Porque no Norte tem Canadá e México, mas o México está fora disso. Vou deixar o México fora.

Vou pegar os países ricos da Europa. Todos eles pagam muito menos do que o miserável povo brasileiro, que é o dono do petróleo! Na Europa, de certa forma é difícil porque eles não produzem petróleo. Então, lá eles precisam importar. Então, lá eles praticam o preço de mercado internacional! Mas nós que somos produtores de petróleo e temos refinaria... O povo brasileiro paga mais do que eles! A pergunta é a seguinte: dá para acreditar? Pois acreditem. É verdade.

Se você considerar tributo, é claro que a situação se inverte em relação aos Estados Unidos. Como a carga tributária nos Estados Unidos é muito baixa, eles pagam menos na bomba. Na Europa, como a carga tributária é alta, eles vão pagar na bomba muito mais do que o brasileiro. Então, aquela linha verde ali... Vamos fixar bem. Essa linha verde é a gestão Parente, no Brasil, do diesel sem tributo, está certo? Essa linha verde é o preço, no Brasil, considerando tributo.

Considerando tributo, como a Europa tributa muito mais o diesel, do que o Brasil, na bomba dos países da Europa, o diesel será mais alto; e no Brasil, será mais alto do que nos Estados Unidos e no Canadá, porque os impostos no Brasil são baixos.

Eu mostrei do diesel, mas o mesmo raciocínio vale aí para a gasolina. Vocês podem ver que a gasolina no Brasil, sem tributos... Olhem lá o absurdo, sem tributos. Olhem essa linha verde! Acima de todos os países ricos. Na outra lá, já fica numa posição intermediária.

O ICMS do diesel varia. Todo mundo fala que varia de 12% a 25%, mas 25% são concentrados lá em Roraima. A tarifa média aqui do ICMS é de 14, 15%. E alguns governadores, inclusive no Rio, falaram em abaixar o ICMS. Então, os Estados brasileiros falidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e os governadores, irresponsáveis, querendo baixar ICMS. Isso é de uma irresponsabilidade... Para garantir altíssimos lucros não para a nossa Petrobras, mas para a Petrobras deste Governo.

Se nós pegarmos e compararmos então o *diesel*, em outros países, aquele azul clarinho é o tributo. Você pode ver que a tributação, no Brasil, é bem menor do que na Europa rica. Na Europa rica, eles estão falando lá em tributo três vezes maior que no Brasil.

Bem, então, alternativas... Eu, apesar de estar aposentado, tenho sido procurado por amigos Parlamentares, e eu falo: alternativa, aqui, é o que não falta. Quem tem o pré-sal, quem tem parte de refino, alternativa é o que não falta. Então, nós vamos tributar a renda das petrolíferas...

A primeira coisa é revogar o art. 1º da Lei 13.586, que, só por considerar o *royalty* como dedutível – só *royalty* –, gera uma renúncia fiscal de 1 trilhão! Eu falei em 1 trilhão aqui, mas é muito mais que 1 trilhão, porque só *royalty* é 1 trilhão.

A Galp deu muita sorte. Ela entrou no regime de concessão, não tinha o pré-sal descoberto, e pegou uma regra, lá, fantástica para ela, que é no regime de concessão, e a Galp está tendo, então, essa margem de lucro de 100%.

Essa margem de lucro só ocorre quando o petróleo está alto. Se o petróleo estiver baixo, essa margem cai. Então, vamos tributar a exportação de petróleo cru.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – É a coisa mais lógica no momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto, Sr. Paulo Cesar.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – ... tributar e alterar a atual política de preço da Petrobras.

Então, o art. 1º... Por exemplo: foi dito aqui *impairment*, não é?

Nenhum país do mundo permite que *impairment* seja dedutível da base de cálculo do imposto renda. Eu não vi nenhum. Mas, no Brasil, *impairment* é dedutível. Encargo financeiro, *impairment*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a Petrobras lança no ativo dela "bens arrendados", ela também deduz.

Bônus de assinatura.

Só o bônus de assinatura...

Se fizer um leilão este ano dos excedentes da cessão onerosa, e o bônus for de cem bilhões, nós vamos tirar dos Estados e Municípios 14 bilhões, porque o bônus de assinatura vai ser deduzido da base de cálculo do imposto de renda, e os Estados e Municípios ficam com 46%. Então, quanto ao petróleo do pré-sal, os excedentes da cessão onerosa vão representar empobrecimento do Nordeste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Dá para acreditar? Acreditem.

Então, a renúncia fiscal de 1 trilhão, tributar a exportação do petróleo cru...

Bem... Em qualquer manual básico de Economia, se você tem um monopólio, esse monopólio é regulado. Então, a Petrobras é monopolista do refino? É monopolista do refino. Então, vamos regular. Isso seria uma opção de esquerda, mas pelo menos vamos garantir que não se pratique preços acima do mercado internacional, para estabelecer uma política que não faz o menor sentido.

Bem, aí existem essas medidas do Poder Executivo, que são desastrosas, irresponsáveis tecnicamente. Então, existem as Medidas Provisórias 838, 839, os Decretos 9.391 e 9.392, todos, na minha visão, tecnicamente irresponsáveis. Então, nem vou entrar nisso.

Eu queria falar também sobre a capacidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – ... de refino da Petrobras, só para encerrar.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – É o seguinte: no ano de 2014, as refinarias estavam à plena carga, as refinarias da Petrobras produziram 49,7 bilhões de litros de óleo diesel. Hoje nós temos 10% de biodiesel. Se nós somarmos os 10%, nós vamos para 55 bilhões de óleo diesel no Brasil, sendo que 49,7 seriam das refinarias da Petrobras à plena carga e 10%, do biodiesel. O consumo do Brasil em 2014 foi 54,7, ou seja, o Brasil pode ser autossuficiente ou está muito próximo da autossuficiência em óleo diesel, que foi o grande problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos problemas aqui, vamos discutir a gasolina, mas à plena carga, a importação vai ser pequenas, mas, quanto à parcela importada, nós podemos até dar benefícios fiscais para ser comercializada no Brasil a preço de mercado internacional, mas jogar tudo a preço de mercado internacional... Isso é, tecnicamente, uma insanidade.

Então, eu já falei bastante, mas... Conclusão: falta política pública; a sociedade paga muito pelos combustíveis; o Estado arrecada pouco; os lucros empresariais são altíssimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto e meio. Eu calculei o seu tempo com o dele.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Então, agradeço muito a paciência e estou aqui à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, foi Paulo Cesar de Lima, Consultor Jurídico aposentado da Câmara dos Deputados.

Fechando esta Mesa, passamos a palavra para o Sr. Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Terá o mesmo tempo que foi destinado a todos: dez mais cinco, mas com a flexibilidade necessária.

O SR. DÉCIO ODDONE – Bom dia a todos.

Senador Paim; Senador Medeiros; demais Parlamentares aqui presentes; meus companheiros da Mesa, Tojal, Samuel, Cláudio, Paulo Cesar, Fernando, Rangel; todos presentes, o debate foi intenso. A gente ouviu aqui discussões sobre vários assuntos...

Senador Viana, também bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu registro a chegada do Senador Jorge Viana, Senador muito atuante na Casa, estava em outras Comissões, mas havia nos dito que viria aqui, prestigiar este debate.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Depois, se eu puder dar uma palavrinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

O SR. DÉCIO ODDONE – Mas dizia que estávamos aqui ouvindo um debate amplo, que cobriu vários segmentos da indústria do petróleo, não só o objeto da nossa discussão aqui, que é a questão dos preços. Então, eu me coloco à disposição desta Casa para voltar aqui, em outro momento, e discutir esses assuntos, mas vou pedir aqui a permissão do Senador Paim para me ater ao objeto desta audiência.

Eu queria só fazer um esclarecimento: primeiro, foi comentado aqui a questão da politização das agências, e eu quero reafirmar que eu tive uma honra muito grande ao ser convidado para assumir a ANP, ser sabatinado na Comissão de Infraestrutura, ter sido aprovado no Senado, ter sido indicado pelo Presidente, mas lembro que não tenho, não tive qualquer vinculação política e não tenho nenhum compromisso político. O que nós fazemos na agência é buscando o melhor interesse da sociedade.

O segundo esclarecimento que eu gostaria de fazer é que a agência reguladora da área de petróleo trabalha com as políticas determinadas pelo Governo e com a legislação vigente. E, de acordo com a legislação vigente no Brasil, hoje, preços de derivados são livres, eles são determinados livremente pelas empresas e pelo mercado. Então, não há uma determinação legal para a interferência em preço. Então, nós não temos nenhuma intenção de interferir em preço, porque isso está determinado por lei.

Quando nós analisamos como se dá a formação de preço de combustíveis no mundo, nós vimos diferentes modelos. Isso já foi comentado aqui, mas eu vou resumir. Temos o modelo americano, Estados Unidos e Canadá, que pratica a competição aberta, muitas refinarias operando, um mercado realmente competitivo, e os preços são determinados no mercado. Nós temos, também já foi falado, um modelo europeu – cito a Inglaterra como exemplo –, em que os impostos fazem o papel de colchão. Então, quando há variação no preço dos combustíveis na refinaria, fruto das variações de preço de petróleo ou de câmbio, os impostos servem de colchão. No caso do Brasil, temos, por exemplo, o ICMS que é um percentual dos preços dos combustíveis. Então, quando sobe o preço do combustível, no nosso caso aqui o imposto serve como alavancador, pois aumenta, mais ainda, o efeito na bomba. Existe um terceiro modelo que é o modelo dos fundos. O Chile, por exemplo, tem uma prática em que existe um fundo que faz a amortização das variações dos preços dos combustíveis. E temos um quarto modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o dos países que interferem efetivamente no preço da bomba: cito como exemplo a Venezuela, a Bolívia.

Então, no Brasil, o que nós vivemos. Foi relatado aqui – já na apresentação, se não me engano, da Petrobras – que os preços dos combustíveis se tornaram livres a partir de 31 de dezembro de 2001. Quando chegamos em 2016, a Petrobras comentava que sofria dificuldades para repassar preços aos consumidores, e discutia-se na sociedade as grandes perdas que a Petrobras teria sofrido por isso. Eu vi números aí de US$40 bilhões, US$50 bilhões, frutos do congelamento dos repasses das variações dos preços internacionais para os combustíveis, no Brasil. Então, a Petrobras, a partir de 2016, mudou a sua política de precificação e passou a adotar preços alinhados com o mercado. Posteriormente, em julho de 2017, essa variação, que inicialmente era mensal, passou a ser uma variação mais frequente, inclusive diária para a gasolina e o diesel.

Então, quando nós analisamos o que aconteceu no Brasil, percebe-se que saímos de um modelo em que se dizia que havia uma interferência de preço na Petrobras (e os preços internacionais não eram repassados imediatamente para o consumidor, com perdas para a Petrobras) para um mercado em que havia a prática de preços livres, de competição, mas uma competição imperfeita, porque a Petrobras continuava – também já foi mostrado aqui –, com um monopólio de fato na área de refino: 98% da capacidade de refino no Brasil é da Petrobras.

Então, isso criou uma primeira situação de preocupação que é a seguinte: nós temos uma empresa que, embora estatal, tem boa parte das ações, mais de 50%, na mão de acionistas privados e com mandato para maximizar o lucro dos seus acionistas, que é um mandato legítimo de uma empresa de capital aberto em bolsa de valores, mas que tem um monopólio num setor. Então, repetindo, temos uma competição imperfeita nesse modelo que nós temos de competição no mercado.

Segundo, não temos perspectiva de que nas próximas semanas esse quadro mude. A Petrobras mesmo, que manifestava o interesse, a intenção de vender parte do seu parque de refino já em 2016, lá na época em que a política de preço mudou inicialmente, somente lançou essa proposta ao mercado de venda das refinarias do Nordeste e do Sul agora em abril.

Então, nós não podemos esperar, sob o ponto de vista da competição, uma mudança no quadro no curto prazo. Por outro lado, também não vemos como possa haver uma mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

significativa no quadro tributário no Brasil sobre combustível porque qualquer alteração tributária demanda tempo.

Acontecendo isso e percebendo a insatisfação explícita da sociedade brasileira com o repasse diário dos aumentos dos combustíveis para os consumidores – acabamos de ouvir aqui, o Senador Paim leu várias manifestações da população que chegaram ao Senado –, a ANP, agindo como órgão de Estado regulador do setor, chamou para si a responsabilidade de abrir um debate sobre isso.

Então, quero fazer um outro esclarecimento: essa foi uma iniciativa da diretoria colegiada da ANP, adotado por unanimidade. Não houve qualquer pedido, insinuação, instrução ou ordem do Governo para que nós fizéssemos isso. Isso foi uma decisão da agência. Quero lembrar o porquê de nós adotarmos a prática da chamada pública de contribuições; por que ela é a forma mais ágil de nós contarmos com a contribuição da sociedade para o debate.

A maneira tradicional de a ANP atuar é uma maneira democrática, aberta, transparente; é através da publicação de uma resolução, que é submetida a consulta pública, para que nós tenhamos subsídios da população e dos agentes interessados sobre o que nós estamos fazendo, para depois, recolhendo esses subsídios, possamos publicar essa norma. Neste caso, nós antecipamos a consulta pública de maneira a antecipar a solução.

Por que a ANP não tomou nenhuma medida de imediato? Porque a legislação determina que as nossas resoluções, de forma transparente e aberta, têm que passar pelo diálogo com a sociedade. É isso que nós estamos propondo com esse processo que iniciamos agora. Recentemente foi aberta – ontem – a etapa de recolhimento das sugestões da sociedade.

Eu queria comentar um outro aspecto que é muito importante também, que está relacionado com todo esse debate que precedeu aqui a minha participação neste evento. A legislação brasileira determina que... Nós estamos numa democracia, numa sociedade que respeita às leis de mercado, e os preços são definidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÉCIO ODDONE – ... pelos agentes. Quando nós olhamos a situação do nosso setor de petróleo e gás – petróleo, gás, biocombustíveis, petroquímica, fertilizante –, percebemos que o potencial é gigantesco. Já se falou sobre o pré-sal aqui, e realmente o pré-sal é extraordinário. Nós fizemos um levantamento na agência e identificamos um potencial para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$2,5 trilhões de investimentos no setor nos próximos dez anos. São R$250 bilhões potenciais por ano ao longo desses próximos dez anos.

Então, uma preocupação nossa também, além de todas que já manifestamos aqui – transparência, abertura, respeito ao consumidor, cuidado com a sociedade e interesse nacional – é que esse tipo de investimento não cabe no balanço de uma só companhia, por maior que essa companhia seja, e a Petrobras é grande.

Nós precisamos de muitas empresas investindo no Brasil, só assim nós conseguiremos atrair os investimentos necessários para que a gente consiga realizar o que precisamos. Se nós tivermos uma concentração dos investimentos em uma só empresa, estaremos atrasando o progresso do País, e não queremos isso. Então, temos uma preocupação com a sociedade, com o consumidor, mas temos uma preocupação também com o desenvolvimento do País e com a continuidade dos investimentos de que nós necessitamos.

Então, para concluir, além de abrir essa consulta ao público, que nós abrimos, para recolher as contribuições dos interessados e da sociedade, sobre a periodicidade do repasse dos reajustes de combustíveis para o consumidor, nós também estamos estudando outras medidas que ajudem a aumentar a competitividade em toda a cadeia de combustíveis.

Anunciamos aqui, no plenário da Câmara dos Deputados, na semana passada, juntamente com o Cade, a criação de um grupo de trabalho que vai estudar uma série de sugestões que o Cade fez para a ANP, uma série de medidas que a ANP adotou, de forma excepcional, ao longo da crise dos caminhoneiros e outras medidas que possam ajudar, avaliando a estrutura do setor, para que tenhamos no Brasil um mercado cada vez mais aberto, dinâmico e competitivo. Essa é a única maneira de termos os preços mais justos para o consumidor.

Foi falado aqui que o Brasil pratica, as empresas praticam aqui, a Petrobras pratica um preço de paridade de importação, e esse preço de paridade de importação é o preço praticado quando há necessidade de trazer produtos, e, como nós não temos capacidade de atender o mercado interno só com produção doméstica, temos que atrair investimentos para o refino da produção de biocombustíveis também e, para isso, precisamos dessa paridade de importação.

Agora, se formos bem-sucedidos no sentido de aumentarmos a capacidade no Brasil, gerarmos atividade aqui, gerarmos emprego aqui, poderemos, sim, mais à frente, estarmos em uma situação de ter excedente de derivados de petróleo, como temos de petróleo hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podendo, sim, praticar preços competitivos, porque se houver refinaria no Brasil, com capacidade para exportar, para essa refinaria o preço que vai valer é a paridade de exportação.

Então, eu só queria dizer, para terminar, que não existe política de preços determinada pela agência. O que existe é práticas de preços determinadas pelas empresas. O que a gente viu, nesses últimos tempos no Brasil, foi a Petrobras, por uma necessidade, acredito eu, interna dela de relacionamento com os seus investidores, explicitar a sua política de preço; essa política de preço da Petrobras, uma vez explicitada publicamente, converteu-se perante a opinião numa política de preços do Governo, porque não há outra no Brasil, num País que tem uma empresa monopólica no refino, e gerou a percepção de que essa é a política de preços do Brasil ou da Agência Nacional de Petróleo. Nós não temos política de preço, não interferimos em preço e o que nós estamos fazendo agora é abrir um espaço para discussão, para que possamos definir como deve ser estabelecida esta questão no Brasil: se estabeleceremos ou não uma periodicidade mínima para o reajuste dos combustíveis a partir do repasse dos aumentos de preço, ou reduções de preço, ou os ajustes de câmbio para o consumidor final.

Então, é isso que tinha a dizer, Senador Paim. Agradeço-lhe muito a oportunidade e permaneço à disposição para qualquer esclarecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Esse foi o Sr. Décio, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O Senador Jorge Viana pediu para usar a palavra antes que a Mesa fosse modificada, porque nós vamos ter uma segunda Mesa.

Com a palavra o Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e queria cumprimentar todos os convidados desta e da próxima Mesa. Eu estava na Comissão de Educação e vim aqui pela importância deste debate, para, pelo menos, passar as minhas impressões. E tenho que correr também para a Comissão de Infraestrutura, onde eu sou membro titular. E fiquem certos de que toda terça e quarta, normalmente, eu fico sem almoço pelo número de comissões de que participo – cheguei hoje de madrugada do meu Estado – e pela tentativa de aqui desempenhar bem a função de Senador do Acre e do Brasil, especialmente neste momento difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que, de certa forma, também acompanhei as diferentes manifestações que nós tivemos. Ouvi agora a manifestação do Sr. Diretor-Geral da ANP, mas não posso, como ex-Prefeito e ex-Governador, deixar de dar a minha contribuição. Se nós pegarmos, exclusivamente, uma parte da fala do Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, ficamos com a possibilidade – a pessoa não precisa ter conhecimento na área – de entender o que está ocorrendo. Os trilhões de que nós estamos falando são um fato. São trilhões, dezenas de trilhões de reais. Qual é outro setor de que a gente fala de dezenas de trilhões de reais no Brasil? Isso explica muita coisa.

Agora, eu nunca fui preso à tese do monopólio em tudo, mas veja que contradição terrível: quando a Petrobras tinha um poder maior do que tem hoje na exploração do pré-sal, no refino e em todas as áreas da produção, exploração e também dos produtos derivados do petróleo, o brasileiro pagava um preço de combustível, e não havia paralisação no País por conta disso. Agora que eles estão sem autorização do povo brasileiro, como consequência de uma atitude irresponsável que houve no Brasil, onde, sem passar pelas urnas, se rompe com a democracia, se chega ao poder e se adotam medidas lesas-pátrias... Eu estou propondo, aqui na audiência pública, trocar o nome da ANP, com todo respeito: agência nacional das petroleiras internacionais. Por que a ANP não acendeu e apertou um botão vermelho de que o Brasil ia explodir com a Petrobras dando 225 aumentos em dois anos para o preço do óleo diesel? Isso é uma provocação para o brasileiro. Pode ser até para a nossa cultura de inflação, mas isto é uma provocação: 230 aumentos na gasolina e 225 no diesel. Ninguém apertou o botão de que isso ia estourar.

Os senhores sabem que hoje não existe mais armazém na economia em que nós vivemos? Não há mais armazém. Ninguém monta uma empresa... Antigamente, era o seguinte: se fazia, primeiro, o armazém e, depois, ia abrir a lojinha. Por quê? Por questão de logística, pelas dificuldades que há. Ninguém hoje, na economia do mundo moderno, tem armazém. Sabe onde é o armazém? Na carroceria dos caminhões, no nosso caso, que não temos outro modal, só o rodoviário. Nos outros países, nos vagões de trem. Ninguém tem armazém. Todo dia chega mercadoria, todo dia vende mercadoria, todo dia chega produto, todo dia a gente vende produto. Os inteligentes do Governo, a inteligência nacional que a Petrobras reuniu não entendeu que eles estavam danificando e dando um tiro mortal nessa logística. Bastaram três dias de paralisação, e foram dezenas de bilhões de prejuízo, que ainda estão sendo contabilizados. Houve gente que quebrou com a paralisação dos caminhoneiros. E, se parar de novo, eu estava com receio de a gente entrar e viver a primavera árabe brasileira. Sabe o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso? Todos contra todos, uma situação em que ninguém sabe onde é que vai dar. Estava para acontecer isso.

Aí o Governo, que fez essa política insana, irresponsável, de entrega do patrimônio dos trilhões nacionais, agora está tabelando o preço. Tabelando preço! Vai ficar na bomba o fiscal do Sarney: "Ah, isso aqui não pode; R$0,02 a mais". Olha que contradição! Sabe o que é que a ANP fez? "Vou fazer consulta pública." Tem que agir! Se fosse agência nacional de petróleo tinha que agir. Agir de ofício, porque lá deveriam estar os especialistas. Tabela de preço: a ANP está concordando em tabelar preço de combustível?! Está tabelado, não vamos escamotear, com data marcada da tabela: dois meses. Gente, isso mostra uma insensatez que nós estamos fazendo. Todo mundo sabe aqui que, na conta de padaria, se existe variação no preço de um produto – ótimo que tenha variação para cima e para baixo, ótimo –, pode-se fazer a cada três meses a conta de quanto perdeu, de quanto ganhou, e ponha-se o preço. Isso não é tabelar. Isso não é tabelar! O Temer está tabelando...

Foi mais ou menos isso, com erros e com acertos, que o Presidente Lula tentou fazer com oito aumentos em oito anos. Ah, estava errado? Então mude; mude o método, mas não mude o propósito.

Sabe o que aconteceu, de 2015, aqui no Brasil, para cá? O Brasil exportava pouco petróleo cru – a ANP viu – e refinava. Aí, de 2015 para cá, o Brasil deixou de refinar e passou a exportar petróleo cru. Sabe quanto que nós estamos importando? O senhor sabe? São 400 milhões de barris de petróleo por dia. Esse é o número.

O SR. DÉCIO ODDONE – Um milhão de barris.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, 1 milhão? Já chegou a 1 milhão, então. A minha conta estava defasada.

Veja, a gente produz 2,7 milhões, a maior parte é do pré-sal, e mandamos para fora 1 milhão de barris de petróleo. A Petrobras vive de quê? De vender gasolina para brasileiro e óleo diesel para brasileiro ou de exportar barril de petróleo? Essa é a pergunta, vamos respondê-la. Eu acho que a Petrobras vai viver um pouco das duas coisas, porque o pré-sal, crescendo, nós vamos ser um grande exportador de petróleo.

Mas eu acho que eu sempre pensei assim: eu sempre aprendi que, em vez de exportar uma matéria-prima, é melhor a gente exportar um produto, porque a gente gera emprego no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

país da gente. Aliás, o Governo Trump, que é chamado um dos mais atrasados do mundo, nesse aspecto foi lá e: "Foi primeiro ele, depois ele, depois ele". Quer fazer até um muro para ninguém passar do México para lá, para ele garantir emprego, o que é uma insensatez neste mundo de hoje. Mas ele está, do jeito dele, fazendo. Nós aqui estamos... Nós destruímos a indústria de componentes nacional e a ANP não fez nada! Podia ter dito: "Ei, espera aí, espera aí! Estão roubando!". Vamos pegar os que estão roubando, mas o propósito é bom ou não é bom, ou seja, o Brasil se desenvolver?

Não foi o Brasil que desenvolveu a tecnologia de explorar o pré-sal? Quem foi? Foi a Shell? Foi a grande petroleira que desenvolveu ou foi a Petrobras? Foi a Petrobras que desenvolveu.

Custava quanto explorar um barril de petróleo de boa qualidade em águas profundas? Quanto que custava? "Ah, se o barril do petróleo bater em US$35, já era, e a Petrobras quebra de vez." Quanto que está custando hoje? US$20 a exploração? Eu não sei. São US$20? Deve custar US$20, porque a tecnologia, depois de dominada, a tendência é de ficar mais barato ainda.

Aí, quando chega de US$15 a US$20, dizem: "Agora venham, petroleiras! Explorem, gastando US$15, US$20, e vendam a US$80". Que tal? É bom ou ruim? Quando a Petrobras estava com US$35, US$ 40 o barril de petróleo, era a Petrobras que estava, e ninguém falou nada, a ANP não falou nada! Mas agora, quando está o melhor negocinho do mundo explorar com um custo de US$15 a US$20, e vender a US$80, agora dizem: "Não, agora é hora de alimentar as coitadinhas das cinco maiores petroleiras do mundo". Então, vamos e venhamos!

Eu falo isto em relação à China. Todo mundo diz que o Estado tem que ser menor – concordo: se eu fosse governador hoje, o Estado iria ser bem menor –, mas a única referência de país que eu tenho que está dando 100% certo neste mundo louco de hoje é a China. O Estado lá é bem pequenininho, não é? O Estado não interfere em nada, não é? Não interfere na energia, não faz estrada, não faz ferrovia, não mexe com petróleo, o Estado lá é bem pequeninho, não é? E todo mundo compra e tenta vender e fazer negócio com a China,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... porque é o país que está hoje vencendo tudo e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora dizem que está havendo um movimento que envolve Japão e mais não sei quem para tentar pôr um pouco de freio na China. Mas será que não é uma insensatez o que o Brasil está fazendo? Nós estamos fazendo exatamente o contrário da China. Nós estamos copiando quem, gente? Quem é que nós estamos copiando?

Então, sinceramente, eu sei que não há CPI, mas eu tenho receio de que futuramente haja muitas CPIs neste País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto, Senador. Mais um minuto para V. Exª, pois são dez minutos para cada um.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não.

Quando este País voltar à sensatez, voltar a ter plena democracia, pode ser que façam CPIs, e irão trocar os presos. A China, uma vez, prendeu uma grande liderança – a China, lá atrás, antes de se desenvolver; isso estava naquele livro *Sobre a China*, de Henry Kissinger. Pegaram um grande líder e o meteram no xadrez. Aí começou a acontecer um monte de bobagem no país. Sabe o que a China fez?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – "Rapaz, só há um jeito: vamos pegar o presidiário." Ele voltou e assumiu a Presidência e consertou; e até hoje a China está dando certo.

Eu não estou fazendo nenhum presságio: só estou dizendo que a gente está vivendo tempos de injustiça, e lamento sinceramente que tenham sido tecnocratas do TCU que vieram aqui mentir, dizendo que tinha havido um crime da Presidente Dilma, e ajudaram a consolidar o *impeachment.* Que os técnicos, que os profissionais não caiam nessa armadilha, que não sejam vítimas das futuras CPIs! Não estou fazendo ameaça nenhuma, mas pode ser que alguém faça – não sei se serei Senador –, para depois ter que se explicar.

Porque quem é que está ganhando essa fortuna? Dizem que, na privatização – e eu concluo, Sr. Presidente – da Eletrobras, há gente que vai ter mesada durante 30 anos, pelos negocinhos que estão fazendo ocupando cargos importantes dentro da burocracia do Estado. O Brasil está sendo saqueado e está perdendo o rumo! E agora todos ficam sem saber, e ninguém faz parte deste Governo: "Não temos nada com isso. A ANP não tem nada a ver."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Tem tudo a ver! Assinou embaixo, não se manifestou, e todos nós temos muito a ver com o que está ocorrendo no Brasil, ora com razão, ora sem razão.

Eu peço que tenhamos uma sensatez. O Brasil hoje funciona a diesel e à gasolina. Isso vem desde a década de 50. Acendemos a luz vermelha para não vivermos uma primavera árabe. O Brasil não aguenta uma segunda paralisação. Então, vamos reconhecer que está errado, vamos consertar as coisas. Com todo mundo ajudando, ainda dará tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana!

O Sr. Flávio Santos Tojal, Gerente-Geral de Marketing da Petrobras, pediu para fazer algumas considerações, depois da fala do Sr. Paulo Cesar de Lima, Consultor Jurídico, que fez aqui suas avaliações. Como ele entende que há contradições em números e dados, eu entendi que, antes de trocar a Mesa, em que todos poderão falar no encerramento, que ele pudesse fazer algumas considerações. Pergunto se no tempo de cinco minutos é possível. V. Exª falará depois no encerramento, novamente.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Obrigado pela oportunidade.

Eu queria inicialmente me desculpar por ter fugido da pergunta do Senador Lindbergh Farias, no começo, sobre custos. Eu estava tentando aguardar qual era a base de comparação que estava sendo colocada.

Em relação ao Consultor Paulo Lima, eu acredito que estão sendo feitas algumas simplificações no tratamento do assunto lucratividade da Petrobras e custo de produção, lucros, entre outros. Estão sendo feitas algumas simplificações que talvez comprometam as conclusões.

De início, até resgatando uma fala do Chefe da Assessoria Especial da Fazenda, Dr. Marcos Mendes, na audiência pública do Congresso Nacional, em 29 de maio passado, o diesel e a gasolina não são os mais caros do mundo. O custo, o preço médio da Petrobras está abaixo da média mundial, que é de US$1,04, sem impostos. E o da Petrobras estaria em US$0,96.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cento e cinquenta por cento de lucro, a gente estaria com valor na Bolsa de Valores extremamente elevado, e eu acredito que não estaria sendo fortemente taxada. Os resultados que a Petrobras publica trimestralmente demonstram que isso aí não é bem verdade. Eu acho que uma das simplificações importantes de rebater é a de que, quando se fala no custo da Petrobras, se desconsidera o valor da matéria-prima a ser refinado para gerar o diesel. Nós estamos falando de petróleo. Se pegarmos, só para simplificar a conta, Senador Paulo Paim, e abandonar e não precisar da calculadora, se pegarmos um preço de petróleo hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo para o Plenário, como sempre fiz: nós vamos ouvir a todos...

O SR. PAULO CESAR DE LIMA (*Fora do microfone.*) – Eu vou ter direito à réplica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos ouvir todos. Eu vou coordenar aqui e vou presidir, pessoal, deixando bem claro. E o Plenário não pode se manifestar. O máximo que eu sempre permiti foi bater palmas ou não. Se quer bater palmas, bate; se não quer, não bate. Agora, a Presidência aqui vai ser minha, como o fiz em todas as centenas de audiências públicas que realizei.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Só para colocar a questão do custo do preço do petróleo, da matéria-prima a ser refinada. Só para a gente simplificar a conta e a gente dispensar o uso de calculadora: se eu fizer o petróleo hoje a US$80 – vem circulando, vem transitando aí nos últimos dias, nas últimas semanas, em torno de US$78 – e pegar um câmbio de R$4 o dólar, a gente quase chegou a isso. Mais uma vez, eu peço desculpa, é apenas para simplificar a conta: quatro vezes oito, 32, R$320 um barril de petróleo. Um barril de petróleo, como colocado pelo consultor, tem 159 litros – para conversão, vamos arredondar para 160. Uma conta simples: 320 dividido por 160, ou seja, R$320 o barril de petróleo dividido por 160 litros, eu vou ter R$2 o litro do petróleo. Uma conta simples, com o petróleo a US$80.

A Petrobras, porque o mercado de produção é aberto, disputa petróleo, compra petróleo, compra bloco para explorar, sistemática aberta, competição aberta a todas as empresas, a todas as companhias do mundo que tiverem interesse. Esse é o custo petróleo.

Se a gente pegar a informação também do mercado internacional, cotação – qualquer *site*...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... acompanha cotação no mercado internacional,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... existe o que a gente chama de *spread* entre derivados e petróleo, uma vez que o barril de petróleo tem derivados mais nobres e derivados menos nobres, o diesel e a gasolina, de modo geral, ficam em torno de 20% acima, US$14 a US$15 acima do preço do petróleo nos dias de hoje, ou seja, 20% acima, estamos chegando a R$2,4 o litro do diesel. Conta simples, sem calculadora, só usando o que é o preço do petróleo hoje, câmbio e *spread* do diesel em relação ao petróleo.

Outra conta que a gente esquece na simplificação do Dr. Paulo Cesar é que a tributação é baixa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Paulo, o senhor vai ter a sua oportunidade. Segure aí, Paulo, numa boa. Você vai ter também os mesmos cinco minutos que ele teve.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você vai ter, já estou adiantando a você.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, relaxe aí.

Um copinho d'água para nós todos, pessoal. Você vai ter os mesmos cinco minutos que ele teve. Depois nós vamos para a segunda mesa.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Quanto à questão de que a tributação no Brasil é baixa, a gente tentou mostrar aí que a tributação é bastante relevante na formação do preço final. Isso deve ser ressaltado. Não só a tributação que a gente percebe na bomba, no botijão, na aquisição do produto final, a tributação na produção de petróleo também é bastante elevada. O reajuste ou o ajuste do tributo que é pago da contribuição, da participação governamental que é paga por uma produtora de petróleo é calculado em dólar e em preço de petróleo no mercado internacional, em cotação de petróleo no mercado externo, reajustada mensalmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – As companhias que recolham *royalties* têm cálculo mensal em cima considerando o preço do petróleo internacional e câmbio. Mensalmente é feita essa contabilização do que é devido em termos de *royalties* e participação especial.

Para a gente ter uma ideia, só nessa elevação que a gente está sofrendo no ano de 2018, o que a gente registrou em termos de *royalties* e participação especial no ano anterior, em 2017, dados da ANP, R$30,5 bilhões. A previsão que a gente tem para este ano, 2018, são R$50 bilhões ou próximo a isso. Eu estou falando em R$20 bilhões só por conta da elevação de câmbio e elevação de preço do barril do petróleo no mercado internacional. Esses custos recaem sobre qualquer produtor, ou seja, é simplificar muito a gente acreditar que vai produzir um campo, como colocou o consultor, durante toda a sua vida, em torno de 20 anos, a um preço fixo de petróleo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto. Está em sete minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... ou simplificar a conta usando dados da Galp, para, a partir daí, a gente chegar à conclusão de dados de custo da Petrobras. Eu acho que isso é um certo equívoco.

Em termos de tributação, quando se compara com o custo no mercado americano, em média, no mercado americano, a tributação fica em 12% do custo de aquisição do produto na bomba. Daí parece... Quando a gente compara o preço na bomba de combustível no mercado americano com o preço no mercado brasileiro, vê essa discrepância tão grande, esse aumento tão grande, essa desproporção entre os números, mas não, necessariamente... Não é fato... Aí eu citei o executivo da Fazenda nessa última consulta pública. Para o Congresso... O preço da Petrobras hoje está no mesmo nível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pode concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... abaixo da média do mercado internacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Bem, eu estou com a sensação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minuto. Eu estou presidindo e ainda vou passar a palavra, tranquilamente.

O Sr. Flávio Santos Tojal usou oito minutos, e você terá os mesmos oito minutos.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não se preocupe. Aqui, o máximo... Eu só presido e procuro manter o equilíbrio. O resto os painelistas que farão o debate.

Então, agora, Paulo Cesar de Lima. Eu já vou lhe dar oito minutos – no sétimo, ele apita.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Ótimo.

Bem, eu estou com a sensação de que o Sr. Flávio Tojal nem sequer ouviu o que eu disse, nem sequer viu as apresentações e as transparências. Ele tinha que questionar, primeiro, essa... A gente disse: "Um custo de extração com *royalties* de participação especial de US$20." Eu já fiz aqui o somatório e cheguei aos US$35, US$38. Ele deveria questionar também se o custo médio do refino da Petrobras é de fato US$3 por barril – isso é o que está no *site* da Petrobras.

Então, vamos lá. A Petrobras falou que o custo de extração do pré-sal está abaixo de US$7, e o *break even point* já é hoje de US$30 por barril – isso já inclui a participação especial. Então, o que nós temos que questionar aqui – e eu peço que ele questione e diga – é o seguinte: se não é de US$20 por barril o custo de produção da Petrobras, qual é esse custo? Eu coloquei US$15 por barril de participação governamental. Se não são US$15... Eu só somei US$20 com US$15, nem sequer peguei o custo que a Galp falou de US$15 – eu poderia ter pegado US$15.

Eu estou dando aqui uma margem, porque, como eu trabalhei 16 anos na Petrobras produzindo petróleo – eu não sou neófito –, eu sei que, na Petrobras, historicamente, o custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual de produção é da ordem de duas vezes o custo de extração – historicamente. Como o pré-sal tem investimentos altos – isso apareceu lá na Galp –, eu fui aqui para US$20. Então, já deu uma margem de segurança aqui.

Quando eu coloco o custo médio do refino, então eu coloco US$20, mais US$15 por barril de participação especial e US$3 do custo médio de refino, que são R$38. Como há outros custos e tal, o custo vai chegar aos US$40. Eu só cheguei ao custo da matéria-prima.

Eu não vou trabalhar aqui com refino de petróleo importado, até porque o petróleo importado... A receita vai vir do petróleo exportado. Não faz o menor sentido o comentário feito pelo Sr. Flávio Tojal de comparar o preço do petróleo no mercado internacional. Não tem nada a ver! É um raciocínio realmente bem deficiente.

Estou falando aqui não é de preço de petróleo no mercado internacional. Estou falando é de custo de produção. O senhor rebata aqui os custos de produção. Se o senhor acha que o custo de produção de um litro de diesel, que eu coloquei aqui, é de US$40 por barril, não é! Não é US$40 o custo de produção do diesel. Agora, o senhor vai me mostrar aqui de onde o senhor tirou esses dados, porque eu aqui estou mostrando de onde eu tirei os meus dados. Esses dados eu tirei do *site* da Petrobras e da ANP.

Então, só para encerrar essa discussão. Vou comentar um pouquinho a agregação de valor. De fato, é isso mesmo, agrega valor. Nós estamos falando aqui em 20%. E a Petrobras está perdendo a oportunidade de agregar valor, porque, se agrega 20%, por que a Petrobras não refina, não agrega valor, em vez de importar e ter um preço, no Brasil, acima do mercado internacional? Na minha visão, como eu já disse, tecnicamente, parece-me uma insanidade. Vou fazer as contas aqui. Essa política da Petrobras não maximiza, na minha visão, sequer o lucro dos acionistas, quanto mais do povo brasileiro. E chega a ser, de certa forma, tecnicamente insana essa política adotada. Basta ver o resultado dela.

Com relação à política de preço... Agora, vou sair desse assunto, porque é tão óbvio o que eu mostrei aqui, não é? (*Risos.*)

E ele rebateu...

Olhem os preços aí. São sempre acima do mercado internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou rebater mais uma aqui. Só para deixar bem claro, isso aqui não tem nada a ver comigo. Isso eu fui lá no Ministério de Minas e Energia e falei que, no Brasil, na gestão Parente, a Petrobras praticou esses preços verdes. Não, desculpem-me!

Nesses preços verdes, nessa linha verde, estão os preços da Petrobras, cobrados na refinaria de realização, mas aqui também tem margem de transporte, distribuição e refino. Mas o que interessa não é o tributo; o que interessa é quanto que o brasileiro paga sem tributo. E, na gestão Pedro Parente, o brasileiro, como está lá, pagou 40% a mais que o consumidor americano. Então, se o Sr. Flávio Tojal quiser rebater, que rebata essa figura, esse dado do Ministério de Minas e Energia. Então, vamos ser um pouco responsáveis aqui.

Vamos ver aqui os tributos. Então, está lá, na primeira coluna, o Brasil – tributos no diesel, naquele azul claro. Pega lá o tributo no Reino Unido, na Alemanha e na Itália. É três, quatro vezes mais. Então, criar, falar que o problema do diesel é tributo, isso é enganação. Se os senhores quiserem ser enganados, os senhores se enganem. Estou mostrando aqui são dados e dados do Ministério de Minas e Energia.

Bem, encerrando esse assunto, vamos passar aqui para a questão da política de preços. Eu tenho uma visão diferente do Senador. Senador Medeiros, é o seguinte: não cabe à ANP estabelecer nenhuma política pública. Uma agência reguladora não discute política pública; ela implementa política pública. A discussão que tem que ser feita sobre combustível, no Brasil, não é na agência reguladora; é no Congresso Nacional.

As medidas que estão aqui dessa subvenção e a redução do PIS/Cofins e do diesel, para viabilizar aquela redução de 0,46 centavos no preço do diesel, uma parte vem da redução de PIS/Cofins e Cide. Zeraram a Cide, zeraram o PIS/Cofins e isso deu R$0,16 – está certo? –, R$0,11 de redução de PIS/Cofins, mas zerou. As Cides são R$0,16. Essa o Governo Federal podia fazer porque faz por decreto, e existe essa permissão.

Agora, essa subvenção de R$0,30, isso está na medida provisória, e o corte no Orçamento está na medida provisória. Então, se a gente quiser debater seriamente este País, é o Congresso Nacional; não é na agência reguladora, não. E, de certa forma, o que a gente está vendo aqui hoje realmente é uma legislação que permite ao monopolista praticar os preços que ele julga adequados. Não sei para quem. Está certo?

Eu fico até pensando... Essa política é tão insana ao ter uma carga nas refinarias de 68%...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – ... que eu fico pensando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – Qual o objetivo dessa insanidade tecnicamente?

Dentro das outras insanidades cometidas na gestão Pedro Parente, que é a desintegração da empresa... Então, desintegração. Nenhuma empresa no mundo está saindo da área de biocombustível. Pelo contrário, está entrando. Não está saindo da área de petroquímica, não está saindo da área de transporte. Foi vendida ilegalmente a NTS. Estão propondo a venda ilegal da TAG, porque: "Ah, não há permissão legal para isso." Então, a empresa está sendo desintegrada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Paulo.

O SR. PAULO CESAR DE LIMA – E quer desintegrar também, talvez, com essa política insana para viabilizar a privatização de unidades da Petrobras no Nordeste e no Sul.

Então, é muito importante que essas informações cheguem aos senhores e que, de certa forma, isso vá para a mídia, porque a grande mídia não vai dizer isso nunca. Está certo?

Agradeço. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Paulo Cesar de Lima, Consultor Jurídico Aposentado da Câmara dos Deputados.

Como a gente abriu espaço para os dois, fizemos um acordo aqui na Mesa e vamos dar três minutos, se eles quiserem usá-los, aos outros três convidados, e eles estariam liberados. Aí, nós vamos para a segunda mesa.

Então, passo, de imediato, a pedido dele, porque tem problema de voo, ao Sr. Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Cinco minutos.

O SR. DÉCIO ODDONE – Presidente Paulo Paim, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sr. Presidente, a gente poderia fazer perguntas, e eles já responderiam? Ou não? Ou fazemos só no final?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A minha preocupação é que eu não queria esvaziar a última Mesa. Se todos fizerem pergunta agora, eles vão responder, e a última Mesa ficará esvaziada.

O SR. DÉCIO ODDONE – Senador Paulo Paim, muito obrigado por me colocar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não sei se V. Exª entendeu, mas eu quero manter o maior equilíbrio possível entre as duas Mesas.

O SR. DÉCIO ODDONE – Vou tentar permanecer aqui até o final da Mesa, mas muito obrigado pela oportunidade de falar.

Eu só queria fazer alguns esclarecimentos. Espero não gastar todos os minutos que o senhor me concedeu.

Primeiro, já foi falado daqui também, e eu mesmo coloquei na minha fala inicial. Acredito que o Senador Viana que chegou no momento em que eu falava não chegou a ouvir tudo o que falamos. Quero ressaltar o que já foi colocado. Até o próprio Consultor Paulo Cesar falou: agência reguladora não faz política. Ela implementa a política.

Então, muito do que foi debatido aqui tem relação com política; tem relação com práticas empresariais da Petrobras e de outras empresas, que são responsabilidade dessas empresas e de seus conselhos de administração. O que a agência faz é implementar as políticas públicas e atuar quando há necessidade de defender o interesse dos consumidores e o ambiente de concorrência. É o que nós procuramos fazer e foi o que eu coloquei aqui ao longo da minha explanação.

Quero dizer que não há nenhum ato de desonestidade da nossa parte na condução desse processo. Estamos fazendo isso de forma transparente, aberta, direta. A chamada de consulta pública é a maneira adequada e correta que a agência utiliza sempre para fazer as suas medidas, exceto em casos excepcionais. Não foi o que praticamos em outras ocasiões, e é o que estamos tentando praticar agora, quer dizer, chamar uma medida de debate, de forma aberta, transparente, democrática, ouvindo os interessados, ouvindo a sociedade e tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intermediar esse processo, para encontrar uma solução que seja a menos intervencionista possível, porque a legislação brasileira determina que os preços dos derivados são praticados livremente e que não há tabelamento, não há congelamento, não há interferência do agente regulador na formação de preços, exceto em casos excepcionais, como foi esse caso que nós identificamos.

Então, esse é o esclarecimento que queria fazer. E, como disse inicialmente e repito, nos colocamos à disposição para o que for necessário para assessorar esta Casa em relação aos outros temas que foram levantados aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De imediato, passo a palavra para o Sr. Samuel Gomes dos Santos, Advogado e Secretário da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – O Brasil tem enfrentado uma dura experiência nos anos recentes, e, se há uma conclusão possível tirar dessa experiência, é a de que esse entramado jurídico-político assentado em crenças de uma suposta e inexistente capacidade do mercado de alocar, de maneira racional, os recursos e os bens de que a sociedade precisa faliu absolutamente. A gente escuta, com atenção, a descrição da realidade pelo cristal, pela lente de um funcionário, um servidor ou um diretor de uma agência reguladora, e parece que estão falando de outro mundo: coisas como concorrência imperfeita, aumento da competitividade, coisas assim absolutamente incríveis praticamente diante da situação, e em se tratando de petróleo ainda mais.

É claro que cada país escolhe o seu modelo. Agora, qualquer modelo tem que ter – e é esta a realidade internacional – uma ampla, uma majoritária participação governamental. Então, árvore boa não produz fruto podre. É pelo fruto que se conhece a árvore.

Um sistema pode botar teoria neoliberal, crença, fantasmagoria neoliberal, o que quiser: com um resultado como, por exemplo, o de Alto de Cabo Frio Oeste, em que a participação foi de 22%, quando o mesmo sistema de concessão tem um teto teórico de 40%, falar em competição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande erro que este Congresso, esta legislatura cometeu foi ter entregado e retirado a exclusividade da participação da Petrobras nos consórcios. Isso liquidou o controle público. Aí nós ficamos dependendo de jogos de bastidores entre as empresas estatais e não estatais estrangeiras, que dividem. Logicamente, é um cartel. Alguém vai falar em competição no mercado de petróleo internacional? Que conversa é essa? Elas dividem entre si os lotes.

Aí, por exemplo, a Alto de Cabo Frio Central teve 71%, que a Petrobras participou; o outro teve 22% – 22%! – de participação brasileira no pré-sal. Pode deitar palavra, pode deitar discurso, pode ficar rouco de tanta teoria neoliberal, não há a menor possibilidade de a Nação brasileira aceitar. Isso é um roubo, isso é um crime. Evidentemente, o próximo governo popular que nós tivermos vai ter que rever tudo isso.

O que um próximo governo popular terá que fazer? Evidentemente, vai ter que rever o sistema de comunicação social, a concessão da Globo. Evidentemente, vai ter que fazer referendo revogatório, não por necessidade legal, porque o Presidente da República e o Congresso terão os meios para fazer a revisão de tudo isso. Mas é evidente que, com o referendo revogatório, naquele período de graça do Presidente da República, de seis meses, poder rever tudo isso, passar a régua em tudo isso. Isso está mais do que falido.

Qual é a agência reguladora brasileira que não está capturada pelo mercado? Diga uma que não esteja capturada pelo mercado. Essa é uma conversa mole que não dá conta dos desafios...

O SR. DÉCIO ODDONE – Eu digo, eu digo, a ANP.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – O senhor diz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra continua com você, por favor, Samuel.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – O senhor diz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu pedi ao Paulo para assegurar a palavra para quem estava falando, eu vou pedir para você também, gentilmente, que mantenha a mesma posição que o Paulo manteve.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Então, é isso, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Devido ao aparte que você recebeu indevido, eu lhe dou mais um minuto.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – E um grande desafio, evidentemente... É claro que nós estamos vivendo essa tragédia política. Como é que a gente pode qualificar este Governo ou essas pessoas que estão à frente do País na mesma cadeira que sentou Getúlio Vargas, que sentou JK, que sentou Geisel, essa cadeira ocupada hoje?

Então, vejam, isso tudo é como dizia até aquela brincadeira em que o Clinton falou: "*It's the economy, stupid. It's the oil, stupid. It's the oil, stupid!*"

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, por favor, Samuel.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, nem usou o minuto.

De imediato, o Sr. Cláudio Akio Ishihara, Diretor de Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia, por cinco minutos, por favor.

O SR. CLÁUDIO AKIO ISHIHARA – Obrigado, Senador.

Eu vou ser bem breve, não vou usar os cinco minutos.

Só gostaria de reforçar, mais uma vez, o nosso compromisso em discutirmos e estarmos abertos a receber as contribuições e, no ambiente de discussão democrática, podermos evoluir com essas discussões de preços e tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a dizer que, sob o ponto de vista legal, a decisão tomada por esta Casa, digo o Congresso, estabeleceu que os preços são livres. Então, se a sociedade entende que não é essa a lógica, é preciso fazer alguma coisa, porque não há como um governo chegar e dizer: "Ah, é um interesse popular, tem que vir." Sim, tem que vir, mas tem que ser da forma legal.

E todas as políticas que são traçadas, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, todas elas são ratificadas no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Energéticas. Então, as decisões não são tomadas unilateralmente somente pelo Ministério de Minas, e, sim, ratificadas por esse conselho. Mas, de qualquer forma, nós estamos, sim, à disposição de toda a sociedade, não somente das pessoas e das entidades que participam desta audiência pública para ouvir, sim, e recebê-los.

E, por favor contribuam com esta consulta pública que está no ar, pela ANP, para que a gente tenha, de fato, as contribuições e as discussões que interessam à sociedade como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia.

Esta Mesa está liberada para eu chamar a segunda Mesa.

Muito obrigado a todos pelo alto nível do debate.

De imediato, a segunda Mesa: Sr. Radiovaldo Costa Santos, Dirigente Sindical; Sr. Ravvi Augusto de Abreu Madruga, Coordenador-Geral de Análise Antitruste da Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Sr. Fernando Leite Siqueira, Engenheiro, Vice-Diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Convidamos também o Sr. José Maria, Dirigente Sindical e o Sr. Aldo Locatelli, Presidente do Sindipetróleo.

Por favor, enquanto todos já estão à mesa, eu vou tomar liberdade, como eu fiz primeiro, de fazer a leitura de dois questionamentos que vieram pelo e-Cidadania.

Todos estão à mesa, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço a leitura de dois questionamentos.

Lucas, do Rio Grande do Sul: "Deve ser criado um imposto federal único sobre os combustíveis no País, para que, em caso de alta do preço do barril, o Governo diminua o imposto, controlando, assim, os preços para a população e garantindo também o lucro necessário."

Segundo questionamento, Luiz Ricardo, de São Paulo: "Se não mudar esse sistema, muito breve teremos uma estagnação e hiperinflação novamente. Que País aguenta aumentos semanais de gás, combustíveis e derivados?"

De imediato, passo a palavra.

Peço a todos, já é meio-dia, se todos puderem ficar nos dez minutos, ajudarão muito os encaminhamentos finais.

O Sr. Radiovaldo Costa Santos, Dirigente Sindical.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, os presentes e aqueles que nos acompanham pela TV Senado, é uma satisfação estar aqui, na condição de trabalhador concursado da Petrobras e de Dirigente Sindical licenciado, para poder contribuir com este debate importante. E, desde já, a categoria petroleira agradece a iniciativa dos membros desta Comissão de promoverem essa discussão de extrema importância já na segunda Mesa.

Os sindicatos e a categoria petroleira vêm, há muito, Senador, denunciando o desmonte que ocorre na Petrobras. E é importante para a gente ver que este momento ganhou força para estarmos em espaços como este, debatendo principalmente a política de preços da Petrobras, a partir da greve dos caminhoneiros, que acabou aflorando esse debate, trazendo à tona esse debate de uma coisa que, seguramente, as entidades sindicais, a FUP e os sindicatos filiados à FUP vêm há muito denunciando e demonstrando o que acontece hoje com a Petrobras.

Gostei muito da intervenção do Senador Jorge quando ele falou do termo saque, diferentemente do termo utilizado aqui pelo representante do Ministério de Minas e Energia, que usou um termo de mercado – *cluster*, venda de *cluster* –, que a população não sabe o que significa. Mas eu gostaria de afirmar, Senador, que a Petrobras está vivendo o maior saque da sua história. A Petrobras está sendo saqueada. E isso é um tema que este Congresso, o Senado e a Câmara de Deputados precisa debater com intensidade, mesmo nós sabendo que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito próximos do processo eleitoral. E mais grave ainda, porque o Governo golpista, sem legitimidade, a quatro meses do processo eleitoral, não tem nenhum respaldo popular, nenhum respaldo econômico, financeiro de nenhuma ordem que possa encaminhar as ações que estão em curso e que desmontam, completamente, a Petrobras como empresa integrada.

Eu acho que discutir a política de preços da Petrobras é importante, mas não é o principal. A política de preços está aí para ser um dos instrumentos que estão viabilizando e que viabilizam esse desmonte por que a Petrobras passa neste momento. E é tarefa nossa, trabalhadores da Petrobras, utilizarmos espaços como este para denunciar esse desmonte que acontece neste momento na maior empresa do País, uma empresa de que os brasileiros, os políticos deste País, o Senado, os Senadores, as Senadoras, os Deputados deveriam e devem se orgulhar, porque a Petrobras contribui, decisivamente, com o desenvolvimento econômico do nosso País. Ela contribui com a geração de empregos e com o desenvolvimento tecnológico.

E, quando o Senador Medeiros fez uma referência à farda que a gente utiliza e que quem é beneficiado com os lucros da Petrobras é a FUP, eu diria, Senador, que V. Exª cometeu um engano. Primeiro, porque a gente veste essa farda, porque a gente tem orgulho de vesti-la, porque nesta farda aqui não está a bandeira da Inglaterra, nem a bandeira dos Estados Unidos, nem a bandeira de nenhum país do chamado Primeiro Mundo europeu. A bandeira que está aqui é a bandeira brasileira, é a bandeira do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Estou falando do Lula Livre, rapaz! Estou falando do Lula Livre, rapaz!

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – A Petrobras foi construída...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Você veio tergiversar aqui, rapaz. Você veio torcer. Não vem falar comigo assim, não, rapaz! Eu chamei esta audiência aqui para discutir preço.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – Senador, o senhor também não fale comigo desse jeito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Você baixe a bola, rapaz!

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – O senhor tem que me respeitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Baixe a bola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, eu peço a V. Exª...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Você veio aqui para mentir, rapaz. O que eu falei foi a respeito do Lula Livre lá. Você já veio com mentira. Quer discutir preço? Nós vamos discutir preço. Eu chamei esta audiência aqui para o Senador Paim porque estou acostumado a fazer debate nesta audiência aqui com gente decente.

O Senador Paim é um sujeito do PT, um homem decente. Nós debatemos aqui reforma trabalhista. Debatemos aqui tudo que é assunto. Agora, você não me venha colocar palavra que eu não falei, não. Eu falei sobre o decalque dele lá e falei que a Petrobras estava aparelhada pelo PT e por todos os partidos passados. Então, você não venha me colocar palavras na boca. Você me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra, neste momento, volta ao Radiovaldo Costa Santos. Eu vou assegurar o seu tempo por mais cinco minutos, voltando aos dez minutos iniciais.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – Senador, eu sou trabalhador...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Não se dirija a mim, faça a sua fala aí, faça o seu negócio!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faça a sua fala, porque voltou para os seus dez minutos iniciais.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – Obrigado, Senador.

Eu sou brasileiro, trabalhador da maior empresa do País, concursado, como trabalhadores que, neste momento, mais de 50 mil, garantem o abastecimento de combustível em todo o Brasil e garantem a Petrobras como referência mundial.

A Petrobras é uma empresa construída por brasileiros. Quem descobriu o pré-sal foram geólogos brasileiros. A Petrobras é uma empresa que é referência no mundo. Nós não devemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada, Senador Paim, à Shell, à Exxon, a nenhuma das grandes multinacionais do setor. Muito pelo contrário, eles nos invejam. Nós somos líderes nesse setor.

E o Senado deste País e a Câmara dos Deputados, como órgãos máximos do Legislativo deste País, precisam defender a Petrobras, porque defender a Petrobras é defender a soberania, é defender o presente e o futuro dos brasileiros. Nós trabalhadores da Petrobras conhecemos essa empresa a fundo, com todo o respeito aos técnicos e aos representantes de outras esferas, porque, neste momento, nós estamos nas plataformas a 150km, 200km da costa brasileira, nós estamos nas refinarias, nós estamos em plena selva amazônica produzindo petróleo e gás, nós estamos em todo o País garantindo pleno funcionamento e pleno abastecimento de derivados para o povo brasileiro.

Se a Direção da Petrobras nos ouvisse, Senador, seguramente, nós poderíamos fazer muito mais do que aquilo que a Petrobras vem fazendo. Nós poderíamos produzir derivados com preços justos, adequados ao negócio, em vez de atender apenas aos interesses dos investidores internacionais, daqueles que querem a privatização da Petrobras, daqueles que promovem o saque na Petrobras.

Durante a greve dos caminhoneiros, já ali pelo quinto ou sexto dia, o ex-Presidente Parente, que foi o pior presidente que passou por essa empresa, um serviçal das multinacionais, um serviçal dos investidores, responsável por este desmonte que está em curso, se preocupou com o Brasil em caos, um verdadeiro Mad Max nacional, com as pessoas desesperadas, sem saber o que estava acontecendo, com um governo desorientado, que não sabia, inclusive, conduzir uma crise que estava em curso, e o ex-Presidente da Petrobras foi fazer uma teleconferência em inglês para acalmar os investidores.

Quem precisava de calma era o povo brasileiro, quem precisava de explicação era o povo brasileiro, que é, sim, o dono dessa empresa e das riquezas que ela representa. Mas, como a Petrobras, o petróleo e o pré-sal, Senador Paim, acabaram sendo o centro do golpe, nós estamos vendo este desmonte que acontece em curso: privatização acelerada, entrega de diversas unidades da empresa. E eles mudaram o nome, resolveram não adotar mais privatização; é venda de ativos, é venda de *cluster*, que ninguém sabe o que significa.

Venderam o Polo Petroquímico de Suape, a unidade em Pernambuco, que entrou em operação em 2012. A Petrobras investiu nove bilhões no Complexo Petroquímico de Suape. O entreguista do Parente, serviçal deste Governo golpista, entregou o Complexo de Suape para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa mexicana por 1,5 bilhão. Isso, por si só, mereceria uma investigação do Senado Federal.

Venderam plataformas construídas recentemente para empresas estrangeiras, privatizando campos terrestres do Nordeste, Senador Paulo Paim, já que nós somos do Estado da Bahia, Estado em que nasceu a Petrobras e que hoje vive um total abandono e desmonte acelerado.

Há a terceirização das atividades, porque hoje a Petrobras vira um grande negócio para as empreiteiras, que ocupam cada vez mais espaço nas unidades produtivas, nas instalações, em detrimento, inclusive, daquilo que os próprios trabalhadores da Petrobras construíram.

Precisamos deixar claro essas coisas.

O Diretor da ANP, que, pelo visto, saiu, fez uma referência a que precisamos de empresas estrangeiras, precisamos de mais investimentos além do da Petrobras. O interessante é que, em 21 anos do fim do monopólio do petróleo, nenhuma empresa estrangeira quis construir refinaria no Brasil. Nos 21 anos, a única nova refinaria construída foi construída pela própria Petrobras, a Abreu e Lima, graças ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive numa perspectiva de trazer investimento produtivo industrial para uma área pobre, com que este País tem uma dívida, que é o Nordeste brasileiro. Não construíram uma refinaria, uma única unidade efetiva! Cadê a Shell? Cadê a Exxon? Cadê as grandes multinacionais do mundo do petróleo que não tiveram nem coragem, nem capacidade, nem competência e, mais que isso, nem desejo de produzir e gerar uma refinaria aqui, no nosso País?

Agora, eles querem comprar as da Petrobras, eles querem comprar a RLAM, que está produzindo com 55% da sua capacidade, de um total de 320 mil barris de petróleo... E quase paralisam a unidade 32, a principal unidade da refinaria. Sabe por quê, Paulo Paim? Porque não havia onde colocar mais diesel, não havia mais estoque, porque a Petrobras não conseguia vender diesel. Sabe por quê? Não é porque o mercado de diesel parou, não é porque os caminhões pararam, não é porque havia uma greve; é porque hoje há 300 empresas importando diesel, porque os grandes consumidores de diesel hoje, em vez de comprarem o diesel produzido no Brasil, com trabalhadores brasileiros, gerando empregos no nosso País, gerando impostos para o Governo Federal, Estados e Municípios, preferem colocar dentro de um petroleiro nos Estados Unidos e na Europa, atravessando o Atlântico e despejando aqui, pois não há nenhum prejuízo. O preço de mercado internacional está garantido. Se o barril der um soluço, sobe o preço; se o dólar soluçar, sobe também o preço. Então, eles pensam: "Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho que comprar na mão da Petrobras, se coloco no petroleiro, compro da mão da Shell, compro da mão da British Petroleum, compro da mão de uma grande petroleira e trago para o nosso País?" Com isso, nós estamos lá com 55% da segunda maior refinaria do Brasil, o que, consequentemente, como não há processamento pleno, começa a gerar demissões, principalmente dos trabalhadores terceirizados. A Petrobras já teve 400 mil trabalhadores terceirizados. Olhem a força da geração de emprego, na crise de emprego que a gente vive neste momento no nosso Brasil.

Hoje nós estamos com um pouco mais, em torno de 150 mil. A desaceleração da Petrobras, o estrangulamento da Petrobras é um dos responsáveis pelo nível de desemprego que nós temos aí. É uma das questões que tem provocado. A Petrobras hoje, em vez de construir, com o conteúdo nacional, as plataformas no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Maragogipe, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, nós estamos construindo e gerando emprego em Singapura. Mais de 30 mil trabalhadores em Singapura sendo empregados, remunerados, quando nós deveríamos estar fazendo isso aqui.

Então, a indústria do petróleo e a Petrobras têm, sim, capacidade de tirar este País do buraco. Agora, para isso, é preciso ouvir os técnicos sérios, que apresentam proposições concretas – como o companheiro Paulão, que fez aqui referências contundentes –, e é preciso ouvir os trabalhadores da Petrobras, porque nós é que conhecemos essa empresa, nós é que sabemos, de fato, a real capacidade e a real competência do trabalhador brasileiro. E nós somos competentes.

A Shell e a Exxon e essas empresas multinacionais,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – ...Senador Paulo Paim, não vieram para cá porque nós somos competentes. E é preciso que o povo brasileiro se orgulhe dessa empresa e que defenda essa empresa. Que a gente não permita que esse ataque que a Petrobras sofre hoje por conta de um Governo sem legitimidade possa colocar no chão a mais importante empresa deste País, a maior riqueza que nós temos, uma riqueza ainda imensurável. Quanto ao pré-sal, não há nem condições de mensurarmos o que de fato ele significa. E, agora, nós estamos entregando essa riqueza de bandeja, de forma absurda,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vinte segundos.

O SR. RADIOVALDO COSTA SANTOS – ...traindo a soberania nacional, traindo o nosso povo da forma como este Governo faz.

Então, Senador Paulo Paim, agradecemos a intervenção, a oportunidade de vir aqui reafirmar o nosso posicionamento de defender a Petrobras, de defender a soberania nacional, de defender a retomada dos investimentos por parte da Petrobras, porque defender a Petrobras é defender o Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Radiovaldo Costa Santos.

Passamos a palavra, por motivo de voo, porque ele vai ter que sair em seguida, ao Sr. Fernando Leite Siqueira, engenheiro e Vice-Diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Presidente, me inscreva aí, porque depois eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª já está inscrito, Senador Medeiros.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Senador, eu queria dizer que estou representando os companheiros Raul Bergmann e Joaquim, que não puderam vir. Então, quanto à responsabilidade de representá-los, eu queria lhe pedir pelo menos mais dez minutos para poder supri-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É impossível, é impossível... Eu sei que eles poderiam estar aqui, mas até para o equilíbrio aqui na Mesa, nós vamos manter... Até para dar oportunidade para os encaminhamentos. Nós temos horário para terminar, então dez minutos para cada um.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Eu queria agradecer, então, o convite. É uma honra estar aqui participando de uma Mesa com um Senador que defende os trabalhadores e a soberania nacional; e os demais companheiros da Mesa da mesma forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final do governo Dilma, na Operação Lava Jato, a auditora americana da Petrobras, PwC (PricewaterhouseCoopers), ficou muito mal na fita, porque, em quatro anos, ela não viu a corrupção. Para se redimir, fez exigências para assinar o balanço *impairment*, redução de ativos, em 113 bilhões – 49 bilhões em 2014, 48 em 2015; 16 bilhões em 2016.

Em 2015, a Petrobras teve um lucro bruto de R$98,5 bilhões e o líquido de R$15 bilhões. Com a redução, passou para um rombo de R$34 bilhões – rombo virtual, naturalmente. Esse rombo passou a justificar as vendas de ativos, nessa altura já bem desvalorizados pelos *impairments*.

Dilma pôs Bendine na Petrobrás, que trouxe Ivan Monteiro, o qual comandou esses *impairments*.

No Governo Dilma, a política de preços teve alguns méritos – reduzir os custos para a população. Reduz os custos e é uma cadeia de redução nos produtos, nos alimentos, etc. Isso é previsto na Constituição. Mas Dilma pecou num ponto: para conter a inflação, insuflada pelo marqueteiro, empolgada, obrigou a Petrobras a importar derivados e a vender mais barato para os seus concorrentes. A companhia chegou a comprar gasolina por R$1,72 e a vender por R$1,42. Esse foi um erro grosseiro.

Segundo Glenn Greenwald, aquele que denunciou a espionagem no Brasil e na Petrobras pelo Edward Snowden, ex-membro da Agência Nacional de Segurança americana: “Logo que assumiu, Temer foi aos Estados Unidos negociar com a cúpula do governo dos EUA a entrega das riquezas do Brasil e as vantagens", naturalmente, que ele levaria em dólar. "Começou fazendo ajuste fiscal por 20 anos”. Travou o Brasil por 20 anos. Na volta, Temer nomeou Parente para retomar o desmonte da Petrobras, que ele havia iniciado como Presidente do Conselho de Administração entre 1999 e 2003.

Nós representamos ao Ministério Público, em julho de 2016, que esse senhor não poderia assumir a Petrobras por causa disso. Pedro Parente, entre 1999 e 2002, era Presidente do Conselho de Administração da Petrobras e comandou, junto com Reichstul, o processo de sua desnacionalização, que culminou com a mudança do nome para Petrobrax. Vendeu 36% das ações a preços irrisórios, por US$5 bilhões; elas valiam mais de US$100 bilhões; trocou ativos com a Repsol com prejuízo de US$2 bilhões para a Petrobras; agora, em plena Lava Jato, Parente retomou o processo de desmonte: está vendendo ativos da companhia, com prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até agora superior a 210 bilhões. Se vocês quiserem, podem ver o voto da Aepet na página www.aepet.org.br. Nós mostramos que o prejuízo supera 210 bilhões.

Um dos ativos vendidos é a malha de gasodutos do Sudeste para a Brookfield, empresa de má reputação internacional, que, na década de 90, chamava Brascan, na época – ela muda de nome cada vez que é descoberta a falcatrua. Hoje ela mudou o nome novamente, mas vendeu para o Governo a Light, a Eletropaulo, por US$1,5 bilhão, no último ano da concessão. Passaria de graça.

Outro ativo precioso vendido é o Campo de Carcará, o melhor campo do pré-sal, pois sua pressão é superior aos demais e permite a produção mais barata e a composição do óleo é da melhor qualidade. Ele vendeu por cerca de US$1 por barril, considerando que o campo tenha 3 milhões de barris. Mas o geólogo que é o assessor da Barra Energia, sócio do campo, disse que ele pode chegar a 6 milhões de barris. Então, vendeu por 50 centavos um barril de petróleo. E a Petrobras comprou, na cessão onerosa, por US$8,5 o barril e vendeu o Carcará por esse valor absurdo. Pagou R$8,3 bilhões aos fundos abutres, aqueles que compraram as ações que ele vendeu em 2001, sem consultar os acionistas da companhia. Nesse meio tempo, tem as leis e decretos do Temer contra a Petrobras e a soberania nacional. O PLS nº 131, do Serra, tirou a Petrobras da obrigação de ser operadora única. Então, a Petrobras, não sendo operadora única, facilita os dois maiores focos de corrupção na produção mundial, que são o superdimensionamento dos custos de produção e a medição fraudulenta. Uma empresa compra um sistema de produção por R$2 bilhões, declara que comprou por R$3 bilhões, e recebe esse bilhão a mais em petróleo.

Em pleno feriadão de finados, o Temer emitiu o Decreto nº 9.188, que estabelece regime especial de venda de ativos sem licitação, ou seja, validou os atos que o Parente vinha cometendo, vendendo ativos sem licitação, e prejudicou nossas ações judiciais, que se baseavam principalmente nesse argumento. Depois, fez a MP nº 795, que virou a Lei nº 13.586, que o Paulo já aqui mencionou, que concede isenção superior a US$1 trilhão em 25 anos. Recentemente, em 25 de abril de 2018. Fez o Decreto nº 9.355, que regula a cessão de campos de petróleo e gás da Petrobras. Essa cessão, pelo art. 4º do decreto, vai ser estabelecida pelo Conselho de Administração. E aí, na assembleia geral de 26/04, nomeou oito conselheiros para definir essas cessões, sendo quatro oriundos de multinacionais e quatro do sistema financeiro.

Consequências das políticas de preços do Parente. A Petrobras adotou essa política de preços em outubro de 2016, adotando preços mais altos que os internacionais. Tanto são mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altos que justificaram o aumento enorme da importação, e ninguém ia importar para ter prejuízo. Se o sujeito está importando, pagando menos do que com o custo de impostos, internalização e tudo, significa que ele está comprando lá fora muito mais barato do que o preço nacional. Isso aí é questão de conta de padaria, não é, Paulo?

Os preços internacionais têm parcela de internalização, risco, lucro, etc., e ainda assim ficam mais baixos. Os preços mais altos da Petrobras viabilizaram a importação pelas concorrentes e tornaram essa importação por terceiros altamente lucrativa. A Petrobras perdeu mercado. A ociosidade das refinarias subiu a um quarto da capacidade instalada. No primeiro trimestre de 2018, atingiu o percentual de 32%. O Tojal aqui falou em 36%. Isso é um crime contra o País, contra o povo brasileiro.

Os consumidores estão pagando muito mais caro pelo gás de cozinha. Nós vimos aqui na transparência, companheiros, 50% de margem de distribuição das distribuidoras. É um crime de lesa-pátria, hediondo, porque afeta os mais pobres, aqueles que usam o gás para fazer os seus alimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Um minuto, Sr. Presidente?

Então, quais são as razões, no nosso entender, de o Parente fazer essa jogada?

A primeira delas, jogar a opinião pública contra a Petrobras para justificar a venda de ativos e a sua privatização, o seu desmonte. Segunda, tornar a empresa lucrativa para futuros compradores que se livrarão do desgaste de acostumar o povão a pagar mais caro. Essa era a tática da privataria tucana, foi feito isso com a Eletrobras, com a Telebras. Então, o sujeito compra a Petrobras e vai vender pelo preço internacional. Aí vai dizer "Não, a Petrobras vendia mais alto!", e o povo bate palma, esse é o segundo objetivo. E a terceira, favorecer os refinadores americanos, que vêm aumentando significativamente suas vendas de diesel,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – ... cuja importação total pelo Brasil passou de 41%para 81%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Seu Parente foi convidado, não intimado, convidado a comparecer a uma CPI da Alerj, entrou na Justiça para não comparecer nem fornecer informações, contrariando violentamente a lei de transparência brasileira. Um presidente de uma estatal da importância da Petrobras não pode se negar a dar informação às pessoas.

Quem ganha e quem perde com essa política? Ganham os produtores norte-americanos de derivados, os *traders* multinacionais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, amigo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – ...que intermedeiam o negócio; importadores. E perdem os consumidores brasileiros, a Petrobras, que perde mercado, a União e os Estados federados com o impacto recessivo. O Paulão mostrou a perda que vai haver no Norte e no Sul, e batizamos essa política de "America First" – os Estados Unidos primeiro.

Aí, Senador, eu queria terminar mostrando a nossa proposta para beneficiar o País, recuperar a questão.

A Petrobras estabelece preços justos compatíveis com seus custos, mas inferiores aos do mercado internacional, e os congela de quatro em quatro meses, faz um congelamento de quatro em quatro meses e de quatro em quatro meses ajusta. A companhia pode bancar a redução do diesel de R$0,46 pois ela produz, segundo o Paulão, a R$0,93 o litro e o vendia a R$2,30 antes da crise. Então, a Petrobras pode bancar isso, não a população, que já está extremamente sacrificada. Os consumidores se beneficiam com preço mais baixo. Não é necessário reduzir impostos sobre combustíveis, mas criar impostos de exportação. Não faz sentido o povo brasileiro pagar mais imposto e as multinacionais terem um lucro fantástico e exportarem petróleo sem imposto. Isso é um crime de lesa-pátria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Essas são medidas que fortalecem a economia nacional, preservam a saúde financeira da Petrobras, porque ela recupera mercado. Feito isso, a recuperação das refinarias nos levará à autossuficiência e produção de diesel, como mostrou o Paulão aqui, gerando independência da importação, gerando independência em relação ao dólar, se os preços caírem sem necessidade de compensação tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o Temer declarou: "A compensação vai onerar em R$13 bilhões o Tesouro." A minha filha falou: "Acho muito fofo quando o Governo nos chama de 'Tesouro.'" Quem vai ser prejudicado é o povo brasileiro, que vai pagar essa conta em favor dos acionistas da Petrobras, que têm 52%, sendo 44% no exterior. Quarenta e quatro por cento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – ...em estrangeiros, 8% nacionais e a Petrobras tem apenas 46.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Fernando Leite Siqueira, engenheiro, vice-diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras, que conseguiu resumir aí no máximo em quinze minutos. Pediu dez, mas levou quinze. Então, levou cinco a mais dos dez previstos.

Eu queria passar agora, se o Medeiros, que está inscrito, concordar, ao Sr. Ravvi Augusto de Abreu Madruga, Coordenador-Geral de Análise Antitruste da Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. Eu digo se você concordar porque a preferência sempre é para os Senadores.

Como há concordância, passemos a palavra para o Sr. Ravvi Augusto.

O SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU C. MADRUGA – Boa tarde, Senador. Obrigado pelo convite. Obrigado por estar representando o Cade aqui. Vou falar um pouquinho de concorrência aqui nesta Casa, é muito importante. E também cumprimento os demais membros da Mesa.

Vou falar rapidamente aqui sobre... O assunto atual é o preço de combustíveis, mas essa análise que eu vou passar aqui, os dados e os fatos já vêm de um longo tempo de análise do Cade sobre o setor. Por que os preços são iguais ou muito próximos ou elevados, o preço dos combustíveis no Brasil, né? Basicamente por três motivos: a estrutura do setor, a cadeia de produção do petróleo e seus derivados; o sistema tributário, com alíquotas elevadas; e, da parte comportamental do mercado, pode ser porque existem cartéis e concentração de mercado. E, ao final, vou dar um exemplo de como funciona em outros países.

Vamos lá, a cadeia de produção de petróleo e seus derivados. Vou passar rapidamente porque já foi falado amplamente aqui pelos demais membros, pela Mesa anterior, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes da Petrobras, ANP. Mas eu vou dar o foco aqui no direito da concorrência, na competição, em que o Cade pode atuar.

A cadeia de produção do petróleo é caracterizada por um elevado grau de concentração. São quatro segmentos principais: exploração, refino, distribuição e revenda. Então, toda vez que nós estamos analisando esse setor, é importante vocês terem em mente cada um desses segmentos porque a estrutura é diferente em cada segmento.

Na exploração, atualmente, nós temos um oligopólio. A Petrobras é dominante, mas nós já temos outras empresas multinacionais privadas, inclusive de capital nacional, atuando na exploração no Brasil. No mercado mundial, é outro assunto. São várias empresas atuando. Mas em exploração, no Brasil, a Petrobras é dominante. Antes, havia um monopólio legal.

Refino. De fato, há um monopólio no Brasil no refino. Todas as refinarias existentes no Brasil são da Petrobras. Há uma exceção, que é Manguinhos, no Rio de Janeiro, mas que eu nem considero como concorrente nesse setor porque a produção dela é muito pequena, sequer atende a própria cidade do Rio de Janeiro. Então, nós temos uma situação de monopólio no refino.

Distribuição. Temos também um mercado muito concentrado, temos um oligopólio. BR Distribuidora, do grupo Petrobras; a Ipiranga, o grupo Ultra, é capital nacional, também um grupo brasileiro; a Shell Cosan, que é uma *joint venture* entre a Shell, uma empresa anglo-holandesa, com a Cosan, que é uma empresa do setor de usinas, de álcool, a chamada Raízen; e ali na ponta nós temos a AleSat, que é uma empresa nacional também de distribuição.

As demais empresas de distribuição no Brasil, são cerca de trezentas, têm uma atuação mais regional, não têm uma atuação nacional. Então, nós temos as quatro grandes ali. Três grandes e a AleSat ali na ponta atuando nacionalmente. As quatro maiores detêm mais de 90% do mercado.

E, na revenda, finalmente, que são os postos, que chega no consumidor final, nós temos a concorrência pulverizada. Cada cidade tem um número x de postos, com diversos empresários atuando em setor. Então, do ponto de vista da concorrência, nós consideramos que há efetiva concorrência quando o combustível chega no posto de gasolina. Tanto que nós vemos variação de preços entre os postos nas diferentes cidades, diferente da outra parte da cadeia produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema tributário. O sistema tributário é uma discussão que é importante aqui termos em mente, por quê? A solução para o problema apresentado hoje, que é o preço dos combustíveis... Existem diversos fatores para chegar à solução. Então, você tem a questão do mercado, a estrutura, o próprio papel da Petrobras. A premissa anterior, a Petrobras vai atuar como uma empresa estatal 100% tesouro nacional ou como uma empresa de mercado? Toda essa discussão passa também pelo sistema de tributação, porque se você discutir apenas a política de preços da Petrobras, isso não vai chegar ao consumidor final. Porque nós temos o sistema tributário, que afeta aí o preço final ao consumidor.

O principal tributo que afeta o preço dos combustíveis é o ICMS, que é um tributo estadual. O que acontece? Hoje em dia, o combustível... Em grande parte do Brasil, em vários Estados... A principal fonte de arrecadação do ICMS em diversos Estados do Brasil é o combustível, certo? Depois, você vai ter outros produtos; mas é o combustível.

Então, toda vez que houver uma flutuação de preços do combustível, seja para baixo ou para cima, vai afetar a arrecadação dos Estados. Isso é um fato, tanto que o ICMS hoje em dia nos Estados da gasolina, por exemplo... Tem um ICMS para o diesel, gasolina e outro para o etanol. Mas, na gasolina, a gente já está chegando a 34% no Estado do Rio de Janeiro; mais de um terço do valor do produto é ICMS.

Então, se o preço da gasolina ou do diesel, enfim, começa a ser subsidiado ou se adota outra política e esse preço começa a ser reduzido, ou seja, por um fator externo, a arrecadação dos Estados vai cair. O que vai acontecer? Os Estados vão aumentar o ICMS para recuperar a arrecadação. Aumentando o ICMS, o preço volta a subir para o consumidor.

Então, são muitos fatores. Para mudar a estrutura desse mercado, mudar a situação para o consumidor, você vai ter que passar também por reforma tributária. E pior, o ICMS é um preço de pauta, é um preço presumido. O Estado não cobra aquele preço que é vendido ao consumidor final no posto de combustível. Ele cobra da distribuidora um preço presumido. Ele supõe qual é o preço final ao consumidor, adota um preço único e faz a alíquota em cima daquele preço. O que acontece? O posto de combustível que está vendendo abaixo do preço de pauta para o consumidor está pagando mais tributo. O posto que está vendendo acima do preço de pauta está recolhendo menos. Então, causa uma distorção tributária nesse sentido.

O preço de pauta não gera incentivos para a variação de preço. Como eu disse, é um preço único, adotado pelo Estado, e o tributo é recolhido pela distribuidora. Então, o custo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ICMS é igual para todos os postos. Então, de certa forma, também diminui aí a possibilidade de o posto variar muito o preço porque ele tem um custo idêntico.

Aqui como exemplo, ficou pequeno, mas isso aqui é o que acontece quinzenalmente nos Estados. De quinze em quinze dias, os Estados publicam qual é o preço final ao consumidor para fins de tributação. Não necessariamente esse preço vai ser o preço do posto, mas para o Estado, para fins de recolhimento do ICMS, é o preço. Então, ali eu coloquei, esse daí foi válido para a primeira quinzena de maio, um pouquinho antes da crise dos combustíveis.

E ali vocês vão ter o preço de pauta para cada um dos combustíveis: querosene de aviação, diesel, gasolina comum, aditivada, etanol.

Segundo estudo da Fecombustíveis, geralmente esse preço de pauta é superior ao preço praticado no mercado, daí vem a questão de que o Estado está sempre querendo arrecadar mais e acaba colocando um preço de pauta superior ao preço de mercado.

Aqui, para fins de comparação – a gente falou muito de percentual, de valores –, esse aqui é o valor nominal, também na semana anterior à crise dos combustíveis. Eu circulei o Rio de Janeiro, porque tem o maior ICMS. Então, o tributo federal PIS/Cofins da gasolina no Rio de Janeiro, R$0,65; ICMS, R$1,6, mais que o dobro; Cide mais PIS/Cofins, R$2,25, mais ou menos naquela linha que o Tojal falou, 50% do valor do combustível é tributo. Eu grifei em amarelo os Estados nos quais o tributo estadual é mais do que o dobro do tributo federal, ou seja, também só o Governo Federal, voltando àquela linha que eu falei que envolve a reforma trabalhista ampla, atuando não resolve o problema dos preços dos combustíveis.

Exatamente dois anos atrás, quando os governadores tomaram posse, por conta da crise fiscal dos Estados, veio a notícia em janeiro de 2016, ou seja, logo após as eleições de 2015, 20 Estados e Distrito Federal sobem ICMS no País, ou seja, o preço do combustível não estava sendo alterado de acordo com o mercado internacional, estava um pouquinho mais baixo, os Estados, na necessidade de arrecadar mais, aumentaram o ICMS.

O que aconteceu de lá para cá, em dois anos? O preço da gasolina, do diesel etc. subiu mais de 50%, de acordo com os dados da Petrobras, ou seja, a arrecadação desses Estados, como eles não diminuíram a alíquota do ICMS, em combustíveis aumentou cerca de 50% em dois anos, porque é um percentual: se a gasolina custava...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU C. MADRUGA – ... R$3 dois anos atrás e o tributo fosse 10%, seriam R$0,3 de tributo; hoje em dia, com a gasolina a R$5, são R$0,5 de tributo ICMS, ou seja, assim que o preço internacional, da Petrobras sobe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU C. MADRUGA – ... os preços dos Estados também sobem. Então, esse é um problema sério.

O que o Cade tem feito nesse setor? O Cade pode atuar onde há concorrência, então nós atuamos basicamente no segmento de distribuição e revenda, que é onde há mais empresas atuando. Desde 2012, quando entrou em vigor a nova lei do Cade, nós enfrentamos 18 casos de cartel de combustíveis na revenda. Desses 18 casos, 12 foram condenados pelo Cade e seis foram arquivados por falta de provas.

Na parte de prevenção de estruturas concentradas de mercado, o Cade recentemente reprovou a concentração entre Ultragaz e Liquigás, distribuidoras de GLP, uma do grupo Petrobras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAVVI AUGUSTO DE ABREU C. MADRUGA – ...por entender que o mercado já estava muito concentrado.

E na distribuição de combustíveis automotivos, ano passado, nós reprovamos a compra da AleSat pela Ipiranga, ou seja, daquelas quatro empresas, restariam apenas três de distribuição no Brasil. Então, o Cade vetou, porque o mercado já ia ficar demasiadamente concentrado.

Advocacia da concorrência, como o diretor da ANP falou, nós sugerimos essas medidas. Essas medidas não foram sugeridas apenas pelo momento, já vêm sendo pensadas pelo Cade há décadas, e nós consolidamos as medidas para aumentar a concorrência no setor.

Apenas para concluir, em outros países, acho importante mostrar isso aqui. Essa é a variação do preço da gasolina na Alemanha. A Alemanha é um país europeu importador de petróleo, produção zero. Então, vocês veem ali o crescimento, os preços médios aumentando de 2010 a 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois muita variação mês a mês, anual; a queda de preço que ocorreu em 2016. E, em 2016, começa o barril de petróleo a subir, retomada do preço, com uma variação praticamente semanal.

Noruega é um país que tem uma estatal de petróleo, Statoil, que também segue o comportamento de preço do mercado internacional, com variação constante.

Aqui há outro exemplo, Arábia Saudita, que é um país que tem os preços controlados pelo Estado, é um país exportador de petróleo, exporta muito mais do que consome.

Então, vocês vêm a diferença de países que acompanham o mercado internacional, economia livre, com um país que tem uma estatal de petróleo. E os preços vocês vêm que não variam ao longo do tempo, muito pouco.

Recentemente, final do ano passado para 2018, houve um aumento brutal do preço da gasolina na Arábia Saudita, mas vocês vêm que o comportamento é diferente.

Para concluir, Senador, acho importante essa discussão, buscar soluções para setor, partindo de uma premissa. E a premissa é: você quer utilizar a Petrobras como política pública de preços ou você quer deixá-la ser uma empresa de mercado?

Então, primeiramente, o Governo tem que tomar uma decisão sobre o que fazer porque ela está no meio do caminho, tentando atuar como mercado livre, mas, ao mesmo tempo, há interferência estatal. E, por outro lado, a posição do Cade é por uma concorrência. Qualquer que seja a solução, tem que dar uma forma de haver concorrência nesse setor, porque seja o monopólio estatal, seja o monopólio privado, é ruim para o consumidor final. E nós, do Cade, estamos sempre pensando no consumidor final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Fernando Leite Siqueira, engenheiro, Vice-Diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

José Maria, dirigente sindical, por favor. O senhor tem 10 minutos.

O SR. JOSÉ MARIA – Senador Paim, muito obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que não me conhecem, eu sou José Maria Rangel, sou atual diretor sindical liberado.

Eu quero começar a minha fala citando alguns exemplos aqui colocados que, para mim, estão, diria, no cerne deste momento difícil que a gente vive. O Brasil vive muito provavelmente uma das maiores crises políticas, econômicas e sociais. E tudo isso nasce quando a gente tem um processo de negação da política. Muitos aqui vão se lembrar das manifestações de junho de 2013, quando as pessoas negavam a política. Para aqueles que ainda insistem nesse discurso, tudo na nossa vida gira em torno da política. Nós aqui hoje estamos discutindo um tema que é político, é a política de um Governo que acha que a Petrobras tem que servir ao mercado. Então, é político.

Dito isso, eu jamais vou negar, Senador Paim, as minhas origens políticas. Por isso que eu exibo com muito orgulho a logo da FUP, exibo com muito orgulho a logo da CUT, com muito orgulho a bandeira do meu País e com muito orgulho o adesivo do Lula Livre, porque eu acredito que ele é inocente, acredito que só ele hoje tem a capacidade de mudar o nosso País.

Então, eu não vou negar a política.

Vou tentar ser bastante criativo para não ser repetitivo, e vai ser difícil porque falar depois de tanta gente boa... Eu queria ler um trecho do discurso de João Goulart, na Central do Brasil, em 1964, que, muito provavelmente, retrata todo este momento que nós estamos vivendo.

> Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do antissindicato, da antirreforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. A democracia que eles querem é a democracia para liquidar a Petrobras (...)

Isto em 1964. Liquidar a Petrobras!

> (...) É a democracia dos monopólios privados nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu digo isto, Senador Paim, porque, chegando a esta Casa hoje, não houve como eu não voltar a 2015 e relembrar os árduos debates que nós fizemos aqui tentando impedir a mudança na Lei da Partilha. Inclusive, nesta Comissão, houve um debate de que eu participei com um Senador que anda sumido, o Senador José Serra, onde ele, que foi o autor do PLS 131, baseado numa série de inverdades, na minha concepção – respeito a opinião dele –, tentava justificar a mudança numa lei que sequer tinha sido testada. Baseado, assim como o *impeachment* da Presidenta Dilma, em falsidades, em falsas informações.

Já naquele momento eles diziam que a Petrobras era uma empresa quebrada. E vejam vocês que nenhuma empresa quebrada consegue, como conseguiu – vou citar só o ano passado, mas poderia falar do retrasado –, destinar ao mercado financeiro R$137 bilhões. A Petrobras destinou ao mercado financeiro, no ano passado, R$137 bilhões. Nenhuma empresa quebrada faz isso. Eles diziam, naquele momento também, que o preço do barril do petróleo não justificava o pré-sal, e nós dizíamos, já naquele momento, que aquilo era algo conjuntural. O barril estava a 30, 35 e hoje bate 80, e, como foi demonstrado aqui pelo Paulão, a Petrobras, custo de exploração mais participações governamentais, tem cem por cento de lucro no preço do barril do petróleo atual. O pré-sal é muito lucrativo, e nós estamos entregando essa riqueza. Eles diziam que a Petrobras era o maior escândalo de corrupção deste País. Isto foi dito em todos os corredores por que nós andávamos aqui em Brasília. E nós dizíamos que tínhamos pessoas que cometeram equívocos na administração da Petrobras, que nós sempre fomos duros combatentes contra a corrupção, que quem fizesse errado teria que pagar, agora, não era por conta disso que eles iriam desmontar a Petrobras.

Os números que foram tirados, numa conta de padeiro, da Price foram R$6 bilhões, que, para qualquer cidadão comum, é muito dinheiro, mas que não é suficiente para quebrar a Petrobras. Representa 0,1% do faturamento da Petrobras no período, o que nenhum órgão de fiscalização e controle consegue pegar.

Então, essa foi outra falácia daqueles que caminhavam para entregar a Petrobras.

E, quando a gente entra numa discussão, hoje, Senador Paim, do preço dos derivados, eu penso que seria muito pouco a gente discutir somente o preço dos derivados, que é a discussão – como colocou o palestrante que me antecedeu – de qual Petrobras queremos: uma Petrobras que atenda ao Estado ou uma Petrobras que atenda ao mercado financeiro? Essa é a grande discussão que nós vamos ter que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Petrobras que eu defendo, e que o Presidente Lula conseguiu fazer, é uma Petrobras do Estado brasileiro. Se não fosse a Petrobras do Estado, nós não teríamos descoberto o pré-sal, porque, em toda a sua história, a Petrobras só teve dois momentos – e é bom que fique claro isso –, a descoberta da Bacia de Campos, no regime militar, e a descoberta do pré-sal, no governo de Lula. Esse modelo do Pedro Parente, do Ivan Monteiro, do Temer e de todos aqueles que apoiaram o golpe – e que vão ter que responder por isso, pela degradação da vida da população brasileira –, esse modelo não descobriu nada. Esse modelo abriu o setor de petróleo no País em 1997, e as empresas privadas não construíram nada aqui, não descobriram nada aqui. Querem pegar tudo pronto. Aí é mole!

Vejam vocês – vejo que do meu tempo faltam dois minutos –, na política de preço, o que está acontecendo aqui. Há perguntas que não foram respondidas, nem pelo diretor da ANP, nem pelo representante da Petrobras. Por exemplo: por que as refinarias estão operando com carga reduzida? Eles tinham que falar aqui. Eles não falaram. Será que o preço é justo? Nós tínhamos que ter perguntado a eles. Vocês acham que R$5 num litro de gasolina é justo? Tinha que perguntar a eles. Vocês acham que pagar R$80 num botijão de gás é justo? Perguntar à população. Eles não responderam isso aqui.

A Petrobras, de maneira premeditada, sucateou as refinarias, reduziu carga, reduziu o efetivo, ela tirou mais de 2 mil operadores das nossas refinarias – mais de 2 mil operadores. Ela está deliberadamente importando derivados. E por que ela faz isso? Eles também tinham que falar aqui, os representantes da ANP. É ruim falar na ausência, mas o Senador pediu para ele ficar. Eles – ele falou aqui – vão vender as refinarias. E o que está ruim vai piorar, porque eu fui conselheiro de administração eleito pelos trabalhadores, e inclusive sou processado pelo Ministério Público Federal, junto com os outros oito conselheiros – Miriam Belchior, que eu me lembro, Graça, Guido Mantega – porque a política de preços que nós defendíamos na época era uma política de preços que levava um período, para você ver como é que se comportava o barril do petróleo, o dólar, e você aplicar o realinhamento, ou para mais, ou para menos.

Então, já naquele momento, eles queriam vender as refinarias. O investidor privado só vem se ele tiver garantia de preço internacional; não tem preocupação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA – ... se o povo vai pagar R$5, se vai pagar R$80 no botijão de gás. Não tem essa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador – para ser muito rigoroso no tempo –, a greve dos caminhoneiros, junto com a greve dos petroleiros, desnudou a fama de bom administrador do Pedro Parente. O Pedro Parente é um entreguista. É o segundo apagão que ele causa no País. Tem que haver uma investigação para saber por que ele pediu as contas em meio ao mercado financeiro aberto; quem ganhou dinheiro com a demissão do Pedro Parente, comprando ações da Petrobras. Tem que haver uma investigação sobre isso.

Ele está surfando nos resultados da Petrobras por algo de que não tem interferência nenhuma, está surfando na alta do barril, está surfando na produtividade do pré-sal, está surfando na alta do câmbio. Então, nada foi feito por ele.

E, para fechar, a melhor audiência pública de que nós poderemos participar é a audiência pública do voto, no dia 7 de outubro, para tirar esses golpistas que assaltaram o poder do Parlamento e também da Presidência da República.

E, para fechar mesmo, boa tarde, meu Presidente Lula! Nós vamos tirar você daí.

Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi José Maria, representante sindical liberado.

De imediato, concedo a palavra a Aldo Locatelli, Presidente do Sindipetroleo.

E aí nós vamos para o encerramento.

O SR. ALDO LOCATELLI – Boa tarde!

Ouvi atentamente todos. Estou finalizando, Paim. Então, vou poder falar menos, porque foi falado muito.

Eu vim aqui mais pela greve que houve, que, em determinado momento... Eu tenho 51 anos de posto de combustível, sou Presidente do Sindipetroleo há muitos anos, há mais de 20 anos. Tenho uma vida ligada aos motoristas. Represento bastante os motoristas.

Nós estamos aqui ouvindo todas as conversas da Petrobras, esse foi e não foi. O que Pedro Parente fez foi uma coisa simples: aumentar dois centavos, e o frete não aumentaria dois centavos; aumentar cinco centavos, e o frete não aumentaria. E foi diminuindo o ganho do motorista. O motorista foi achatando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou um momento que me chamaram lá na crise da greve, o Governo, a Abin: "Quem é o líder? O que estão fazendo? O que é isso, meu Deus do céu?" Eu disse: "Não há." Ardeu no bolso de todos. E aí, se querem achar um culpado, prefiro achar um culpado: os Governos dos Estados, com o ICMS. Vou exemplificar. Quando aumenta o preço do barril de petróleo, seria justo aumentar o preço do petróleo? Não vou discutir isso. Aumenta-se o preço do petróleo, do frete, do pneu, do caminhão; aumenta-se toda a despesa, vai aumentando. E o Governo do Estado vai colocando ICMS em cima de ICMS. Perguntam-me assim: "Se aumentou R$0,10, quanto vai aumentar?" Depende de como vai aumentar o frete, depende de quanto o Governo vai aumentar do que aumentou. É brincadeira de mau gosto a cadeia tributária nos Estados do Brasil! Eu tenho postos no Paraná, em São Paulo e em Mato Grosso. Eu consigo vender óleo diesel mais barato do que o que eu pago em Mato Grosso. Consigo vender óleo diesel mais barato do que o que eu pago para vender no Paraná e em São Paulo. Então, é essa a cadeia.

É o Congresso que tem de dar "um chega para lá" nos governos, porque nós somos os que mais arrecadam impostos individuais no Brasil, a cadeia de combustível. Isso gera um desconforto, e, para os governadores, é tranquilo, é fácil.

Nós não pagamos impostos, os donos de postos. Quem os paga são as distribuidoras, Shell, Ipiranga, Petrobras Distribuidora. Elas é que pagam imposto. Então, para o Governo está fácil. Nós, operadores de postos, pagamos até imposto sobre cheque sem fundo, sobre assalto, sobre roubo. E aí nós temos uma diferença muito grande.

Você pergunta a um motorista – estou aqui com muitos transportadores que vieram conosco; nós vamos, hoje à tarde, também a outro lugar –, dizendo o seguinte: "Como é que fica a sociedade?" A sociedade ficou toda a favor, no primeiro momento, da greve. Não houve donos; houve intrusos. Isso é verdade. Mas ela deu um reflexo do que estamos vendo no Brasil. Quem conhece alguns países, como eu conheço, sabe que nós temos duto, que nós temos mais meios de transporte. No Brasil, fomos limitados. Um dos palestrantes aqui falou que hoje não há mais armazém. É verdade. Hoje os nossos armazéns estão em cima de caminhões com 60 mil, 70 mil, 80 mil litros de combustível, com 40 a 50 toneladas de óleo de soja. Enfim, nós temos todos os nossos caminhões.

A nossa opinião, que é também a da federação e a das grandes companhias de petróleo, é a de se unificar o ICMS dos Estados, é a de que haja a unificação, para que não incida mais o ICMS do ICMS do ICMS. Pode-se, sim, criar uma alíquota, que é de 12%. Podia até aumentar um pouco para compensar os Estados que vão perder, e os que ganham devolvem, como era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antigamente. Eu até anotei isso aqui e pedi ao representante da ANP. Como é que se chamava antes? Eu tinha esquecido que era CNP, bem do nosso tempo, muito tempo atrás, cujo nome foi mudado por razões diversas.

Então, temos aqui um complicador: a greve e a insatisfação de todo mundo. Todo dia, aumenta o preço do petróleo. Aí eu ouço na cidade: "Poxa, Aldo, vocês são ladrões!" Eu estava aqui com meu amigo Ravvi, mostrando para ele – ele tem a mesma tabela; eu trouxe uma tabela para mostrar – a diferença de ICMS. Eu tive a oportunidade de pegar só a de óleo diesel, mas ele trouxe aqui a de gasolina também. É uma diferença astronômica! Há Estado que cobra R$1,12 de ICMS, e o menor Estado do Brasil, que é Santa Catarina, cobra R$39. Então, essa é a diferença.

Estou brigando com ele no bom sentido, porque só há nós, e ele bem representou isso. Parabéns, Ravvi! A Petrobras é única. As distribuidoras são únicas. Não há cartel no meio, não há como separar preço, não há concorrente nenhum. Então, ele estava falando aqui que há várias maneiras de baixar o preço, que o Proálcool foi uma conquista que tivemos, que poderia ser adicionado mais álcool para diminuir o preço da gasolina, que poderia ser usado o álcool de uma maneira melhor.

Mas eu aqui quero me ater a essa greve dos motoristas, de que não faço parte, mas eu, como uma pessoa que vive de motorista – nos meus 51 anos, vivo de motorista; onde perguntarem se sou motorista, vão conhecer a minha pessoa –, sempre defendi os motoristas. Nós, na greve, simplesmente nos ativemos a dar alimentação para os motoristas, também participamos para não haver briga e também participamos para acabar a greve. Ajudamos. Mas sobre essa greve, gente, eu vou dizer uma coisa para vocês que está nos olhos, que está bem à vista há poucos dias: se não fizermos nada, a greve vem, e vem bem pior; ela vem bem pior. Faz-se uma tabela que ninguém sabe como, querem tabelar o transporte de boi igual ao de soja, igual ao de carga fracionada, igual ao de farmácia, igual ao caminhãozinho pequeno na cidade, igual a 1,5 mil quilômetros, a 2 mil quilômetros. O Brasil não é uma coisa em que se faz um tabelamento. Pode-se até fazer a tabela mínima, como eles chamam. O que está acontecendo hoje é que há alguém carregando por menos e pagando mais imposto. Isso aconteceu. Então, os motoristas vão se revoltar.

Eu digo, em sã consciência, que nós precisamos, que o Congresso Nacional precisa chamar os governadores e ajustar o ICMS. O preço é aquele. Que se cobre o ICMS, ninguém é contra, e que se passe para os Estados isso. A diferença do meu Estado, de Mato Grosso, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de São Paulo vai dar só no frete, e, no frete, não pode ser incorporado o ICMS, porque ele já está incorporado no frete. Essa é a vergonha! Cobra-se ICMS do ICMS! Tinha de acabar essa incidência de impostos em cima de impostos. É isso que está gerando insatisfação quanto à gasolina.

Então, Paim, nem vou precisar de todo esse tempo, mas vou dizer o seguinte: nós temos, sim, o que fazer, mas é o ajuste que tem de ser feito, para que funcione. Se aumentássemos o óleo diesel em 20%, seguramente ia aumentar o frete em 20%, mas os governos não querem que aconteça isso, porque vai aumentar a inflação. Então, manipulam o outro dado. E é importante que a sociedade fique sabendo disso.

Não lembro quem falou que as BRs estatais, que os governos têm mais impostos, talvez, que o Governo Federal. Isso se torna uma vergonha. E eu falo do meu Estado. O Governador Pedro Taques, que nós ajudamos a eleger, disse: "Aldo, vou fazer a reforma." Alguns Estados já baixaram o ICMS. Seguramente, lá vai haver concorrência.

Eu falei, nesses dias atrás, na Câmara, o seguinte: se tu passas por um rio, do outro lado o preço é mais caro em R$0,50.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALDO LOCATELLI – Isso é impossível!

Então, obrigado por estarem me ouvindo.

Eu vou dizer o seguinte: a sugestão é a de que, se for aumentar, seja aumentado num valor que seja consistente, para que aumentem as coisas consistentemente, proporcionalmente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Aldo Locatelli, do Sindipetróleo. Vou ficar com a sua frase final aí. Os motoristas, na época, tinham avisado também já.

O SR. ALDO LOCATELLI (*Fora do microfone.*) – Tinham.

E você alertou, de novo, aqui: se não acharem uma saída o Congresso, o Executivo, caminhoneiros, empresários, enfim, todos os setores envolvidos nessa questão dos combustíveis, a greve vai voltar e mais forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós ficarmos aqui, nós teremos tempo, a tarde toda, para continuar o debate. Eu proponho que nós encerremos neste momento – todo mundo aqui colocou seu ponto de vista –, sem prejuízo de marcarmos outra audiência pública ainda antes do recesso, para que continuemos a debater esse tema, para que possamos trazer, de repente, representantes dos próprios caminhoneiros e outros setores que não foram aqui representados.

Então, vamos querer que vocês estejam aqui. Vamos conversar, em seguida, para que vocês estejam na próxima audiência pública. O.k., pessoal?

Os encaminhamentos serão dados na próxima audiência pública.

Está encerrada esta audiência pública, em que se discutiu política de preços, reajuste de gás, de etanol, de gasolina e de diesel.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e sete minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Ana Amélia, Romário, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Garibaldi Alves Filho, Wellington Fagundes, Otto Alencar, Gladson Cameli, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ângela Portela, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinquagésima quarta e quinquagésima quinta Reuniões da CDH e, também, a ata da oitava reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho - CDHET, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada." Autoria: Deputada Perpétua Almeida. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pendente de Relatório. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa." Autoria: Deputada Leandre. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do desenho universal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório pelo Senador Paulo Paim, relator "ad hoc". Em seguida é concedia vista coletiva. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 49, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revogação da Lei 8313/1991 (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater as normas legais referentes aos direitos das crianças cujos pais estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submetidos à medida privativa de liberdade e facilitar o convívio familiar em tais casos, como meio de instrução do Projeto de Lei do Senado n° 43, de 2018"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao RDH nº 89 de 2018, para que o tema da audiência pública seja "Alternativas à austeridade econômica em defesa dos Direitos Humanos e da Democracia"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Brasil forte: serviço público e estatais de qualidade"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a paralisação do processo de demarcação da Terra Indígena Krahô-Kanela no Estado do Tocantins." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos estudantes do Ensino Superior no Brasil com a redução de recursos para Assistência Estudantil, principalmente os destinados à permanência, com foco nos estudantes indígenas e quilombolas." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a promoção de autonomia de comunidades indígenas com iniciativas que visem a geração de renda e aumento do bem-estar de povos originários." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os resultados apresentados no Atlas da Violência de 2018 publicado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação dos transportes no Brasil"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberativa de encaminhamentos. Finalidade: Encaminhamento sobre decisão judicial que determinou a laqueadura compulsória de moradora de rua. Resultado: Encaminhamento aprovado. Às doze horas e quarenta e dois minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Marta Suplicy e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 54ª e da 55ª Reuniões da CDH e também da Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aprovadas as atas.

Vamos para os projetos não terminativos.

Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Deputada Leandre.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, vamos ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2017, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Para tanto, em seu art. 2º, o PLC acrescenta à referida lei o art. 48-A, que, em seu *caput*, cria, caracteriza, declara as finalidades e aponta o valor público do Cadastro. Trata-se de um registro público eletrônico com a finalidade de "coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa idosa", e cuja utilidade principal é a de permitir, a respeito da população idosa, a identificação "das barreiras que impedem a realização de seus direitos".

Conforme o § 1º, o cadastro será administrado pelo Poder Executivo Federal, que deverá resguardar a privacidade dos cadastrados. O § 2º determina que o cadastro será formado por dados integrados das diversas bases de dados do Estado e por dados a serem coletados em pesquisas futuras. O § 3º admite convênios com entidades de natureza não estatal para os fins do cadastro.

O §4º estabelece que os dados poderão ser utilizados exclusivamente para os fins naturais das políticas públicas e para estudos e pesquisas. O § 5º obriga à acessibilidade das informações do cadastro, e, por fim, o § 6º determina que o cadastro "conterá dados sobre as instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no País". Em seu art. 3º, o PLC nº 170, de 2017, determina que a lei entrará em vigor decorridos 180 dias da data de sua publicação.

Após sua apreciação por esta Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria atinente à proteção e direitos da pessoa idosa, o que faz regimental o exame da proposição. Tampouco colide a proposição com a Carta da República e com as leis em vigor, o que a torna, a nosso ver, constitucional e jurídica.

Quanto ao mérito, não podemos senão estar de acordo com a ideia central da proposição, que, a nosso ver, é a de que a realidade da vida das pessoas idosas poderá ser muito mudada para melhor com a criação do Cadastro Nacional. Nossa experiência – digo porque tive a alegria de ser o autor do Estatuto do Idoso – na vida pública revela que, em muitos casos, os problemas deixam de ser resolvidos não por falta de boa vontade, ou mesmo, às vezes, de recursos, mas, sim, pela desinformação e por não se saber onde está quem precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que. A mesma experiência me faz saber que técnicos competentes e bem intencionados, uma vez munidos da informação correta, poderão ver seus esforços alcançarem sucesso.

Enfim, devo dizer que a proposição traz, em sua simplicidade, uma grande solução, que certamente terá efeito multiplicador nas políticas públicas de atenção à população idosa.

Mediante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017.

Esse é o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ.

No item nº 15, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, a Senadora Lídice da Mata seria a Relatora. Eu pergunto se o Senador Paulo Paim aceita relatar *ad hoc*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nomeio o Senador Paulo Paim Relator *ad hoc*.

Faz tempo que esse projeto está na pauta, e o Senador autor pediu para ser colocado.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

O Relator *ad hoc* é o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Srª Presidenta, eu recebo aqui essa iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima, relatado pela Senadora Lídice da Mata.

Já que vou ser Relator *ad hoc*, numa primeira olhada, parece-me que o projeto é procedente, porque ele fala aqui de bolsistas de escolas beneficentes de assistência social. Então, demonstra que são também pessoas carentes.

Passo à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 197, de 2018, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas. Destaco: para equiparar os bolsistas de escolas beneficentes – subentende-se que, sendo escolas beneficentes, sejam pessoas carentes – para terem esse mesmo direito. Se aprovada, a lei resultante dessa proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A autor fundamenta a iniciativa na importância de assegurar aos alunos bolsistas das escolas beneficentes o mesmo tratamento concedido aos estudantes das escolas públicas, uma vez que os beneficiários dessas bolsas também são estudantes de família de renda mais baixa, que merecem aqui o nosso apoio legal.

O PLS nº 197, de 2018, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a esta última a análise em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Em razão de tudo que aqui foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2018, com somente uma emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à emenda.

> Dá-se à emenda do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2018, a seguinte redação.
> Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar, nas condições que especifica, os bolsistas de escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas.

A emenda continua.

A emenda da CDH, conforme a Senadora Lídice, é a seguinte.

> Dá-se ao art. 1º, da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, nos termos do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2018, a seguinte redação:
>
> > Art. 1º O art. 1º da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o atual parágrafo único conforme segue abaixo:
> > § 1º.....
> > § 2º No preenchimento das vagas de que trata o *caput*, equiparam-se aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, os estudantes bolsistas oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) *per capita*, que, alternativamente [dispõe ainda embaixo]:
> > I – tenham cursado, com bolsa integral, todo o ensino médio em instituição beneficente;
> > II - tenham cursado, com bolsa integral, parte do ensino médio em instituição beneficente e toda a parte restante em escola pública.

Aqui, ele dividiu em escola beneficente e pública.

Eu cumprimento o autor, o Senador Cássio Cunha Lima, mas cumprimento também a Senadora Lídice da Mata, que colocou que só em famílias em que a renda *per capita* não ultrapasse 1,5 salário mínimo, um salário mínimo e meio, e, ao mesmo tempo, ela faz uma adequação: se o cidadão esteve, digamos, meio período em escola chamada beneficente, dentro dos critérios aqui de valor e de salário mínimo, e o outro período na escola pública.

Por isso, eu acompanho a Relatora e o Senador: pela aprovação do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senadora Marta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É regimental, assegura-se à Senadora a vista do projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista coletiva, então?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre é bom.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Poderia haver uma antecipação da pauta? Eu estou com um projeto, que é o 17º, mas nós ainda temos mais um antes. Daria para ser o 17º?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sim, a gente está priorizando os Relatores que estão por aqui. Esse aí é porque a própria Senadora disse que podia relatar *ad hoc*. O Senador Paim relatou ad hoc.

Então, vamos para o item 17.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 49, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Revogação da Lei 8313/1991 (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy para a leitura do relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 49, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe seja revogada a Lei nº 8.313, de 1991, (Lei Rouanet) com redução de impostos na mesma proporção.

A referida sugestão é decorrente da Ideia Legislativa nº 89.939, que alcançou, no período de 12/09/2017 a 14/09/2017, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais.

Segundo o autor da Sugestão, "por meio da Lei Rouanet, R$11 bilhões (entre 2005 e 2015) foram destinados para projetos escolhidos pelo Governo, quando deveriam estar no bolso dos trabalhadores. A lei e seus mecanismos (Pronac, FNC, Ficart e incentivos fiscais) devem ser revogados e os impostos reduzidos na mesma proporção".

Análise.

Por força do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, em conjunto com o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH analisar as ideias legislativas recebidas por meio do portal e-Cidadania que obtiverem apoio de 20.000 cidadãos em quatro meses. É o caso da presente Sugestão, que vamos analisar.

No Brasil, a criação de leis de incentivo à cultura remonta à década de 80, com a edição da Lei nº 7.505, de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, instituída logo após a separação dos Ministérios da Cultura e da Educação.

A partir dessa lei, as empresas passaram a poder financiar, por meio de renúncia fiscal, ações realizadas por produtores artísticos, que deviam ter registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CNPC), gerido pelo Ministério da Cultura (MinC) e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Após recebido o aporte de recursos, a título de doação ou patrocínio, a entidade cultural deveria prestar contas à Receita Federal e ao Ministério da Cultura sobre essa aplicação.

Durante o governo do Presidente Fernando Collor, a Lei Sarney, bem como outros incentivos fiscais em vigor destinados à cultura foram extintos e, em seu lugar, foi instituída a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, em referência ao então Secretário de Cultura, Sr. Sérgio Paulo Rouanet.

Essa nova lei introduziu três formas possíveis de incentivo à cultura no País: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e o Incentivo a Projetos Culturais por meio de renúncia fiscal, que é o mecenato, que é a Rouanet. Saiu o produtor como elemento central e, em seu lugar, entrou o projeto cultural, que passou a ser analisado pelo Ministério da Cultura como passível de captação de recursos aptos à renúncia fiscal. O MinC analisa a proposta do projeto cultural e, se acha interessante, dá o o.k. e, aí, o responsável, aquele que apresentou o projeto, tem que sair pelo mundo tentando captar o recurso. Se consegue captar o recurso, ele pode executar o projeto. Bom, há muito debate sobre essa questão. Eu acho que o fato de essas 20 mil pessoas terem se posicionado contrariamente se deve, certamente, a vários escândalos por que a Rouanet passou, passa. É muito projeto, muito recurso e pouca capacidade de fiscalização. Então, realmente, há uma inquietação da população relativamente a esses recursos, que são renúncia fiscal.

A edição das leis de incentivo transformou a produção cultural no Brasil. A precursora Lei Sarney trouxe as primeiras experiências, que foram, depois, aprimoradas pela Lei Rouanet, que a sucedeu.

Nos seus mais de 20 anos de vigência, a Lei Rouanet promoveu uma verdadeira revolução na produção cultural do País.

Estudiosos, especialistas e profissionais do setor concordam que a indústria cultural brasileira de hoje é incomparável com a que existia antes da edição da Rouanet. Todavia, eles também acreditam que já é necessária, sim, a instituição de um novo marco regulatório, que corrija as distorções e aprimore as conquistas da lei em vigor. Quer dizer, há muita crítica.

Diversos estudos realizados por especialistas reconhecem os resultados positivos do mecanismo de incentivo da Lei Rouanet. De acordo com tais pesquisas, é inegável que se produziu extraordinária massa de estímulos para a população, provavelmente influenciando em alguma medida os processos de transformações sociais e econômicas que o Brasil experimenta nos últimos anos. Isso é evidente. Prova disso é que todas as principais instituições culturais brasileiras se mantêm parcial ou totalmente apoiadas em recursos do benefício fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Também toda a conjuntura das artes cênicas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de exposições de artes, festas literárias, desfiles carnavalescos, festivais de inverno, concertos de música erudita e instrumental, edição de livros de arte, festejos tradicionais – para citar os que a gente mais conhece – são basicamente dependentes da renúncia fiscal da Lei Rouanet.

Contudo, os especialistas consideram que o mecanismo do benefício fiscal já dá sinais de esgotamento. Há muito que fazer no campo de uma distribuição mais republicana desses recursos, criando-se estímulos e regras que favoreçam uma repartição mais equitativa com relação à distribuição dos recursos pelas regiões brasileiras.

Isso é uma crítica. Eu já fui Ministra da Cultura e quero dizer que sempre foi uma preocupação dos Ministros. Eu mesma já tentei muitas vezes. Mas a gente tem que entender algo: quem põe o dinheiro nessas produções culturais não põe por bondade; põe porque acha que é um mecanismo interessante para fazer o nome da empresa e quer um recurso em termos de *marketing*. É por isso que põe. Quando você coloca um monte de exigências – tem que fazer aqui no Sudeste ou no Sul, mas tem que fazer mais três não sei onde –, há um recuo. Então, há sempre a mesma briga. E nós temos muito mais empresas endinheiradas no Sul e Sudeste do País do que no Norte e Nordeste. Então, tem que haver um peso forte na orientação. Isso já existe há tempo, mas, mesmo assim, a quantidade de recursos que é colocada para o Sul, para o Sudeste ou para o Norte não se compara. Agora, está na hora de mexer nisso? Sim, é evidente.

No final do ano de 2014, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou para o Senado projeto de lei que visa à instituição do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), novo marco regulatório, para substituir a Lei Rouanet – ele não vai tratar só da Lei Rouanet, é grande a tarefa –, identificada nesta Casa como Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, quando chegou aqui, a proposição foi distribuída, em 2014, para a apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte. Atualmente a matéria encontra-se sob análise da CCJ, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os profissionais envolvidos com o setor cultural defendem a implementação do Procultura. Para eles, o Procultura vem aprimorar a presença do Estado no financiamento à cultura e representa um salto quantitativo e qualitativo no financiamento cultural do País em relação à Lei Rouanet.

Faz tempo que eu li o Procultura, trabalhei bastante quando ele foi aprovado na Câmara, dei muitas sugestões, acho que nessa época eu era até Ministra, mas a distância da situação econômica, Senador Paim, daquele momento é a de hoje é anos-luz. Está difícil, porque nós fizemos... Não me lembro bem, mas havia um projeto que iria aumentando paulatinamente os recursos para a cultura, e o resultado seria algo muito, muito bom. Sabemos que o dinheiro investido na cultura volta para o Estado, assim como no turismo – é a mesma coisa, só que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se investe. Mas eu acho que o projeto está com o Relator desde aquele momento, que é o Senador Roberto Rocha. Até agora, ele não se manifestou.

Dessa forma, no Procultura repousam as expectativas do setor cultural como mecanismo de incentivo à cultura dos próximos anos. E, por essa razão, em vez de revogar e simplesmente extinguir a Lei de Incentivo à Cultura atualmente vigente, conforme proposto pela sugestão em epígrafe, cabe ao Senadores e Senadoras apreciar a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados no sentido de identificar os aspectos que ainda necessitam ser aprimorados. Enfim, trata-se de dar a contribuição final para a construção de um novo marco legal que não apenas substitua, mas modernize e aprimore os aspectos da lei em vigor, que, nos últimos anos, mesmo com distorções e problemas, foi a grande ferramenta dinamizadora da produção cultural do País.

Por esses motivos, o meu voto é pela rejeição da Sugestão nº 49, de 2017, porque acredito que ela deva ser apreciada de outra forma, mais ampla, com esse projeto que veio da Câmara dos Deputados e já está aqui sob relatoria do Senador Roberto Rocha.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta.

Em discussão o relatório.

Quero só comentar que já está na hora mesmo da substituição, se for o caso, porque já deu muito problema. Quando se começa a falar muito mal de uma coisa, algo está acontecendo.

Então, esse Procultura vai sair do cofre do Estado. O empresário vai pagar o imposto, e há que se estabelecer o percentual. Não sei se projeto estabelece o percentual, essa coisa toda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Senadora, pelo que me lembro, é um projeto bastante complexo, mas muito ousado em termos de recuperação dos recursos. Eu não sei como acabou votado na Câmara, porque já deve ter sido muito mudado em relação ao original que o Ministério mandou. Em todo caso, está aqui. Como a Lei Rouanet, do jeito que está, não dá para continuar, nós temos de investir agora.

V. Exª viu que vai passar em três ou quatro comissões, e acho que está na primeira ainda.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nosso problema é o processo legislativo lento, não é? V. Exª falou que, em 2014, o projeto foi distribuído, ou chegou aqui em 2014. É lento demais o processo legislativo. Deixa a gente, assim, sem esperanças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Sabe o que eu acho, Senadora? É que essa questão do Procultura é muito ampla. Qualquer pessoa que pegue a relatoria – eu achei muito complicado ter essa relatoria – tem que dedicar um tempo, eu diria um ano, viajando pelo País, um ano discutindo com o pessoal da cultura...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em audiências.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – ...tanto com os que dão os recursos, os grandes empreendimentos e instituições culturais que dão recursos, mas também com as pessoas que usam os recursos.

É preciso saber como fazer isso chegar ao pequeno também, porque a gente financia – eu acho ótimo – grandes musicais, atores consagrados – sempre fui a favor de que fossem financiados –, agora, há que se financiar também os menores, que não conseguem chegar, porque os patrocínios não querem os menores. Eles falam assim: "Qual é o patrocínio que tem um ator da Globo?" Nada contra, mas, aí, eles patrocinam o que vai dar mais rendimento. Então, se há essa cabeça, e é uma cabeça do sistema em que vivemos, e está correto pelo sistema em que vivemos, nós temos aí que usar a função de Estado para que nós consigamos auxiliar os menores.

Então é um desafio enorme, mas nós podemos até conversar com o Senador que está com a relatoria para ver se ele não consegue, até o final do ano, que a gente passe isso, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Interessante, boa ideia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que é pela rejeição da sugestão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

O projeto segue para análise na CCJ em decisão terminativa.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aos requerimentos.

São três requerimentos do Senador Paim. Então vou ler os três, porque aí o senhor comenta... Aliás, são quatro. Aí, depois, o senhor vem presidir para eu ler os meus.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao RDH nº 89 de 2018, para que o tema da audiência pública seja "Alternativas à austeridade econômica em defesa dos Direitos Humanos e da Democracia".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Brasil forte: serviço público e estatais de qualidade".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A situação dos transportes no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "Política de preços e reajustes do gás, etanol, gasolina e diesel".

Autoria: Senador Paulo Paim.

São todos do Senador Paulo Paim, quatro requerimentos.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para fundamentar seus requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, o primeiro requerimento leva como título "Alternativas à austeridade econômica em defesa dos Direitos Humanos e da Democracia".

Essa proposta me foi apresentada por especialistas nessa área. Eles estão muito preocupados com a PEC 95, que congela todos os investimentos. Estão muito preocupados, por exemplo, neste momento em que o País teve mais de R$20 bilhões de prejuízo em função dessa situação, até hoje não resolvida, da greve dos caminhoneiros.

Ao mesmo tempo, na linha dos direitos humanos, eles demonstraram a sua preocupação com a situação da saúde: os planos de saúde aumentando quatro, cinco ou seis vezes o valor da inflação enquanto o salário do trabalhador sequer é aumentado conforme a inflação.

A mesma coisa é na linha da educação. Por isso até é que acho o projeto interessante, o do Senador Cássio Cunha Lima que é relatado pela Senadora Lídice da Mata, do qual fui Relator *ad hoc*. A Senadora Marta Suplicy pediu vista coletiva para aprofundar um pouco mais essa questão da política na área da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro é isto: na linha dos direitos humanos e da democracia, nós debatermos para onde está indo a economia deste País.

O segundo requerimento: é que, como a linha deste Governo é exatamente a privatização de tudo, não só aqui, mas também em alguns Estados, me foi proposto pelas centrais – e a última central que falou comigo foi a Central Única dos Trabalhadores – um debate sobre o Brasil forte, serviço público e estatais de qualidade.

O outro, Srª Presidenta, o 117, diz respeito à situação dos transportes no Brasil. Aí vai desde o transporte coletivo urbano à situação do transporte de carga. Há uma enorme preocupação com essa área – a demanda veio de Brasília, mas ela existe em outros Estados. O Brasil optou pelo transporte rodoviário em todos os sentidos, inclusive no transporte coletivo.

Eu, por exemplo, moro a mais ou menos uma hora e vinte minutos daqui, uma hora no mínimo, e, quando me desloco para cá, seguidamente eu encontro dois, três, quatro ônibus na beira da estrada e os trabalhadores ali. Eu pergunto o que aconteceu e ouço que o ônibus está velho, estragado. Até vir outro ônibus, eles não têm como se deslocar para o emprego, vão se incomodar, vão perder dias, o patrão reclama... Então a situação do transporte no Brasil tem de ser discutida em todos os sentidos, desde o transporte de passageiros até o transporte de carga. Mas aqui nós vamos aprofundar muito essa questão do transporte coletivo e do ponto a que chegamos.

Por fim – este é o que V. Exª lembrou –, há aquele em relação ao qual até tivemos uma audiência ontem. O que aconteceu? Esse tema é tão amplo que os convidados entenderam que não havia como discutir política de preços e reajuste... A política de preços de todos os combustíveis, não é? E aqui, claro, cita-se o reajuste do gás, do etanol, da gasolina e do diesel.

Nós começamos a reunião ontem às 9 horas da manhã e terminamos depois das 13 horas da tarde, mas não deu para fazer, inclusive, o debate, porque tínhamos outro compromisso em seguida e aquele havia sido o horário marcado. Então, eles pediram que, no mínimo, deveríamos aprovar um ciclo de debates sobre a política de preços, o reajuste do gás, do etanol, da gasolina e do diesel. Então, na verdade, faltou aqui a palavra "ciclo". Que seja um ciclo de debates para debater esse tema. É que, se chamamos um setor, o outro setor não se sente representado, teria que chamar um outro setor. Eu sou favorável mesmo a que chamemos todos.

Ontem, por exemplo, nós explicamos que chamamos a Petrobras, que chamamos a distribuidora, chamamos os representantes do Governo da área e já marcamos outra com os representantes diretos dos caminhoneiros e motoristas que dedicam a sua vida e ganham o seu salário como profissionais do volante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem também estiveram aqui os sindicatos ligados à Petrobras, por exemplo, que estão preocupadíssimos com o desgaste da Petrobras e com o lucro que estaria havendo, do qual os acionistas não querem abrir mão. Enfim, quem paga por tudo isso, no fundo, é a população e os próprios profissionais do volante, como os motoristas de carga – no caso, aqui, de caminhão.

Então, eu queria só que se incluísse no requerimento, se possível, que seria um ciclo de debates sobre política de preços e reajuste de gás, etanol, gasolina e diesel.

Esses são os requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Meu caro Senador Paulo Paim, estão em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os Requerimentos 110, 112, 117 e 118, de autoria do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São quatro, não é, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – São quatro: 110, 112, 117 e 118.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está certo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu agora quero pedir ao senhor que presida, Senador Paim, por um momento, para que eu possa defender os meus requerimentos. Depois eu tenho um comunicado a fazer, e a gente encerra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer a leitura da mesma forma que a Presidenta fez em relação aos meus requerimentos. Eu leio os requerimentos, e nós votamos em bloco.

Requerimento nº 113, baseado nas normas da Casa, cujo objetivo é discutir a paralisação do processo de demarcação da Terra Indígena Krahô-Kanela no Estado do Tocantins.

ITEM 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a paralisação do processo de demarcação da Terra Indígena Krahô-Kanela no Estado do Tocantins.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

O outro tem o objetivo de debater a situação dos estudantes do ensino superior no Brasil com a redução de recursos para a assistência estudantil, principalmente os destinados à permanência, com foco nos estudantes indígenas e quilombolas.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos estudantes do Ensino Superior no Brasil com a redução de recursos para Assistência Estudantil, principalmente os destinados à permanência, com foco nos estudantes indígenas e quilombolas.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

O outro requerimento – todos são da Senadora Regina Sousa.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a promoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autonomia de comunidades indígenas com iniciativas que visem a geração de renda e aumento do bem-estar de povos originários.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

E, por fim, o 116, que é o último.

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os resultados apresentados no Atlas da Violência de 2018 publicado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa para justificar a iniciativa desses requerimentos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Bom, eles são autoexplicativos, mas relembro um por um.

Há a questão indígena da demarcação das terras, específica lá do Tocantins, dos krahô-kanela. É uma demanda de uma população tão sacrificada, tão massacrada, que a gente não pode negar um pedido que eles fazem para que a gente discuta isso para ver se há uma solução.

O outro, o 114, é relativo à questão dos estudantes cotistas, principalmente indígenas e quilombolas que tenham bolsas. É que, agora, essas bolsas estão sendo reduzidas sem nenhuma discussão, simplesmente para fazer economia, em função de um corte de gastos, o famoso ajuste que é sempre feito em cima dos mais pobres. Então, se tiram essas bolsas, os indígenas e os quilombolas deixam de estudar. Não adianta estar na lei que eles têm direito se não se dão as condições para eles terem esse direito, para realizarem esse direito. Então, é preciso que a gente discuta isso. É a razão desse requerimento.

O de nº 115 também é sobre as comunidades indígenas, mas diz respeito à promoção da autonomia, uma coisa mais geral também. É sempre bom estar discutindo a questão indígena, porque eles estão sempre sob aquela ameaça do marco legal da validade da propriedade, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupação da terra, como se eles não estivessem nela desde as origens. E também há a experiência da convivência de um empresário com indígenas, e a gente quer mostrar para o Brasil que isso é possível. Há muitos conflitos nas terras indígenas, mas esse empresário, Omar Taleb – é Taleb? –, tem uma experiência na Aldeia Lima Campo. Ele mesmo conversou com a gente e acha importante a gente mostrar as experiências exitosas em relação ao relacionamento com os índios.

E o nº 116 é diz respeito a esse relatório que inquieta a gente, o Atlas da Violência. Em todo lugar a gente debate isso, todas as comissões estão tratando disso. Há violência de todo tipo – feminicídio, contra negros etc. –, mas o que é estarrecedor, por exemplo, é o índice de estupros de crianças: 135! De 135 estupros por dia, a metade é de crianças de até 13 anos de idade. Aí, ninguém pensa que esses meninos é que vão ser os infratores, os menores infratores, porque uma pessoa estuprada dificilmente vai ser uma pessoa normal, por mais tratamento que tenha, e imagino que a maioria não tenha tratamento. E ele vai ser um infrator. E a solução que se apresenta é a redução da maioridade penal! Ora, se ele vai ser estuprado com dez anos, ele vai ser infrator com dez anos. Vão reduzir a maioridade para dez anos?

Então, a gente precisa debater esse assunto, não só da criança. Estou dando esse exemplo porque o senti como o mais chocante, essa questão do estupro de crianças, que não têm defesa, não têm como se defender. Mas está lá feminicídio, mortalidade dos negros. Aquele Atlas precisa ser lido por todo mundo, para ver se a gente faz um grande debate sobre esse assunto da violência no Brasil.

Aí, para completar, para atender os caminhoneiros, o Governo corta justamente na verba do combate à violência contra a mulher. Então, vai entender isso... O próprio Governo que faz discursos contra a violência também!

Então, são esses quatro requerimentos que eu gostaria de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só cumprimentar V. Exª pela grandeza dos temas que traz para debate nesta Comissão de Direitos Humanos.

O primeiro enfoca a questão indígena; o segundo é sobre a educação, estudantes de ensino superior no Brasil; o terceiro trata dos povos originários, dos quilombolas principalmente; e outro, da violência. Então, só pode, de minha parte, ter aval total.

Como Presidente, eu não voto, mas gostaria até de votar. Então, coloco em votação os seus quatro requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Agora eu queria fazer dois comunicados antes de a gente encerrar.

O primeiro é que chegou a esta Comissão uma denúncia sobre a questão dos presos em Palotina, no Paraná. Uma juíza, a Drª Maria Teresa Thomaz, mandou um relatório sobre a situação dos presos nessa cidade, na carceragem temporária da delegacia de Palotina. Então, o que a gente pode fazer é registrar que o recebeu e colocá-lo à disposição dos Srs. Senadores. É muito longo, mas traz o depoimento de presos. Acho importante a gente o ler, eu vou querer ler esse relatório também. Traz muitas informações. Agora, é claro que a gente sabe que não é uma coisa específica de lá; todos os presídios no Brasil têm problemas desse tipo, de tortura, de maus-tratos, de ambiente ruim, de ambiente superlotado. Então, acho que depois, inclusive, vale a pena a gente fazer uma audiência sobre esses assuntos, mas o relatório está à disposição de todos os Senadores e Senadoras aqui na Comissão, porque é muito longo e não foi impresso. Se a gente precisar imprimir, a gente imprime.

E o outro... Eu não sei se é um requerimento ou o que é, mas eu quero fazer uma denúncia, porque um juiz de Direito e um promotor pegaram uma moradora de rua na marra, à força, para fazer histerectomia, porque ela mora na rua e já tem filhos. Então esse juiz e esse promotor se acharam no direito de fazer isso. Primeiro, há a violência contra a mulher: será que eles pegariam um homem para fazer esterilização? Segundo: é um problema social, então o juiz tem obrigação de procurar é a solução para o problema social de quem mora na rua, e não achar que agora vai esterilizar todas as mulheres que estão na rua, para não parirem, para não haver mais moradores de rua.

Então, é muito sério isso, eu acho que não pode ficar assim. Eu sei que já há outros... A Comissão da Câmara está tomando providências, mas eu acho que a gente tem de fazer a denúncia, pedir apuração, pedir punição ao Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça. E é isso que eu estou propondo aqui, que a gente faça o encaminhamento, porque... Inclusive vou ler essa matéria hoje, se der tempo, ali na tribuna, porque é estarrecedor. A gente está recebendo o Atlas da Violência, todo mundo constrangido, todo mundo comovido com a violência e, aí, a gente recebe uma notícia dessas, de um juiz e um promotor, que deveriam proteger... "Promotor de Justiça" já está dizendo que é para promover a justiça; "Juiz de Direito", para garantir direitos. Aí, eles dois se encaminham para pegar uma mulher na marra, levar para um hospital e fazer uma histerectomia.

A essas alturas ela já está na rua; já deve ter saído, está na rua. E aí? Não teve um promotor, não teve um assistente social para acompanhar, não teve um defensor público para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar essa mulher. Foi, assim, uma decisão autoritária e violenta, aliás – não é nem só autoritária, é violenta – de um juiz. Então, se acontece isso, se um juiz faz isso, a gente vai botar nossas esperanças onde?

Então, eu estou querendo fazer esse encaminhamento nesse sentido, de que não passe em branco, que tenha alguma punição para esses cidadãos, que estão lá para promover a justiça e defender o direito das pessoas. É o Sr. Promotor Frederico Liserre Barruffini e o Juiz Djalma Moreira Gomes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os encaminhamentos propostos pela Presidenta Regina Sousa eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A minha posição naturalmente acompanha V. Exª – não poderia ser diferente –, é totalmente favorável.

Aqueles que concordam com os encaminhamentos aqui propostos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Volta a Presidência para a Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, cujo horário hoje foi antecipado um pouco por conta de, às 13 horas, o plenário abrir.

(Iniciada às 12 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e oito minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e do Senador não membro José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 104/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Seguridade Social nos trinta anos da Constituição Federal". Participantes: Thayane Duarte Queiroz, Representante da Comissão de Aprovados do INSS – CAINSS; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal e Representante da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPC; Diego Cherulli, Diretor de Assuntos Parlamentares do IBDP e Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF; Fernando Zasso Pigatto, Conselheiro Nacional de Saúde do CNS; Antonio Cesar Silva Mallet, Procurador Federal da ANVISA, representante do Ministério da Saúde; Décio Bruno Lopes, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Elaine Junger Pelaez, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Waldemiro Livingston de Sousa, Presidente da APRESEFE; Moacir Meireles de Oliveira, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Instituto MOSAP; Emanuel de Araújo Dantas, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários da Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda; Ogib Teixeira de C. Filho, Diretor de Aposentados e Pensionistas do SINDILEGIS. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Moacir Lopes, Representante da FENASPS; e Magda Helena Tavares Chaves, Diretora do SINDILEGIS. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: oficiar o Ministro do Planejamento com o objetivo de que seja autorizada a nomeação dos aprovados no último concurso do INSS, em razão do déficit de servidores e da necessidade de melhor atendimento à população; fortalecer a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) na forma que é assegurado pela Constituição Federal; e fortalecer a educação. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 102/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Educação e os trinta anos da Constituição Federal". Participantes: Erlando da Silva Rêses, Professor - 2º Vice-Presidente da Regional Planalto do ANDES-Sindicato Nacional; Mauricio Dalri Timm do Valle, Professor Doutor, Coordenador do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília; Antônio Adias Nogueira, Professor, representante da Universidade Paulista UNIP - Brasília; André Santos Gonçalves, Coordenador de Educação da FASUBRA; Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Andressa Pellanda, Coordenadora de Políticas Educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Aricélia Ribeiro do Nascimento, Coordenadora Geral do Ensino Fundamental do Ministério da Educação. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Às dez horas e dezoito minutos, a Senadora Regina Sousa passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e seis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 60/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Dia Mundial do Orgulho Autista". Participantes: Fernando Cotta, Pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do MOAB; Josué Ribeiro Costa da Silva, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos – SNDPD/MDH; Simone Franco, Jornalista, mãe de autista e Diretora Parlamentar do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB; Luciane Mendes Hatadani, Ativista autista, doutorado em Genética e Biologia Molecular; Bernardo Mendina de Souza Martínez, Estudante; Silene Santana, Funcionária Pública; Amanda Paschoal, Conselheira do MOAB, Estudante da UNB e artista plástica; Francisco Djalma de Oliveira, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE; Igor de Andrade Ceolin, Estudante; César Martins, Coordenador do MOAB e pai de autista; Luciano Pereira, Advogado da AMA/DF e pai de autista; Ana Paula Gulias, Mãe de Autista, Titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal. O Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Jean Kaio, Estudante do Curso de Direito da universidade Projeção; e Vinicius Mariano, Representante da Conferência Distrital da Pessoa com Deficiência. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: fazer gestões junto ao Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, para solicitar o não despejo da AMA-DF do imóvel onde se encontra e reiterar o ofício já encaminhado ao governador; solicitar apoio à ABRACI-DF (Associação Brasileira de Autismo, Comportamento e Intervenção), que funciona em um espaço cedido em um clube privado, mas que está para ser despejada; fazer gestões junto ao Prefeito do Munícipio Frederico Westphalen/RS, José Alberto Panosso, para tratar do caso do aluno autista que foi expulso de sala de aula por ser autista; oficiar o Ministério dos Direitos Humanos a respeito das necessidades referentes à manutenção da tutela/curatela em relação às pessoas com autismo grave, pois precisam de suporte contínuo em razão de serem incapazes de gerir suas vidas sozinhas e possuem dificuldades na capacidade de comunicação e entendimento; que os pais, mães e/ou responsáveis por pessoas com deficiência que fazem jus à redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornada sem prejuízo salarial não sejam discriminados no serviço público federal e também no âmbito dos estados e municípios; oficiar a Universidade de Brasília – UnB, solicitando que realize as adaptações necessárias para que os estudantes autistas possam cumprir suas obrigações escolares dentro de suas especificidades; sugerir ao CONTRAN para alterar a regulamentação sobre a credencial de vaga especial, no sentido de que a placa indicativa da vaga não tenha escrito o termo "deficiente físico", uma vez que pessoas com deficiências não físicas também têm direito à vaga especial; encaminhar as notas taquigráficas dessa audiência pública ao (a) relator(a) do PLS 412/2015, para que a isenção de IOF na compra de carro para pessoas com deficiência seja ampliada para pessoas com deficiência não física; discutir no Congresso Nacional o uso medicinal do canabidiol para autistas; oficiar o Presidente do TJDFT para sugerir a facilitação do acesso aos pais de autistas e servidores autistas à perícia, para que tenham seus direitos garantidos. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 55ª Legislatura.

A audiência de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 60, desta Comissão, de nossa autoria, para debater o tema "Dia Mundial do Orgulho Autista".

Esta audiência pública será realizada, como todas as outras, em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e no Alô Senado, através do número 0800-612211.

De imediato, vamos convidar para a primeira Mesa os seguintes painelistas: Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho autista e Diretor Presidente do Moab.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos Luciane Mendes Hatadani, ativista autista, doutora em Genética e Biologia Molecular.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convidamos Bernardo Mendina de Souza Martínez, estudante que se dedica também muito a essa causa. (*Palmas.*)

E convidamos Josué Ribeiro Costa da Silva, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos (SINDPD/MDH). (*Palmas.*)

Convidamos Simone Franco, jornalista, mãe de autista e Diretora Parlamentar do Movimento Orgulho Autista (Moab). (*Palmas.*)

Todos estão à Mesa.

Eu vou fazer uma pequena introdução, como é de praxe, situando aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio Senado e também pela Agência aqui do Senado. Neste momento, todos sabem que, pelo sistema de comunicação da Casa, nós estamos em contato com todo o Brasil. Então, faço uma pequena abertura aqui.

Quando falamos em autismo, pensamos logo em pessoas com dificuldade de socialização, com dificuldade de comunicação e de aprendizagem.

O Luciano, que trabalha no meu gabinete, que está aqui, é deficiente visual. O pronunciamento que eu estou fazendo foi ele que escreveu. Então, qualquer erro que houver aqui, olhem para o Luciano, que está ali. Podem cobrar do Luciano?

O SR. FERNANDO COTTA – Então, está muito bem feito, tenho certeza. O Luciano é muito interessado por essa causa das pessoas com deficiência e do autismo também, que integra esse grupo de forma muito particular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai receber até umas palmas o Luciano! (*Palmas.*)

Espero que a sua noiva lá em Caxias esteja assistindo. Foi homenageado aqui com palmas.

A princípio, já imaginamos uma criança que não terá futuro, que não terá amigos, que não irá se desenvolver adequadamente. Assim alguns pensam. Um pensamento comum é que o autista vive em um mundo à parte, mas não é bem assim. O isolamento em que vivem os autistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é devido a suas dificuldades de comunicar-se, por isso não estabelecem o diálogo e têm dificuldade com algumas brincadeiras, mas interagem com todos se soubermos avançar nesse sentido. É preciso entender que o autista não tem um mundo próprio para que nós busquemos a comunicação com eles.

Não podemos também cair no extremo oposto e pensar que todo autista é um gênio. Esse transtorno foi atribuído aos gênios Leonardo da Vinci, Michelangelo, Mozart e Einstein, mas é preciso desfazer o mito de que todo autista tem superpoderes. Os casos de genialidade existem como existem em todas as áreas.

A verdade é que a ciência médica sabe ainda pouco sobre o transtorno do espectro autista, que foi descrito pela primeira vez em 1943 e somente em 1993 foi incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde como um transtorno de desenvolvimento que afeta a comunicação, a socialização e o comportamento. Entretanto, um consenso entre médicos e especialistas é que, quanto mais cedo se fizer o diagnóstico e começar o tratamento, melhor será o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas com transtorno do espectro autista.

Em todo 18 de junho, comemora-se o Dia Mundial do Orgulho Autista. No Brasil, estima-se que tenhamos 2 milhões de autistas, mais da metade ainda sem diagnóstico. A data serve para ajudar a conscientizar a população mundial sobre o autismo, um transtorno no desenvolvimento do cérebro.

No Brasil, a data é celebrada com palestras e eventos públicos como este, que acontecem em muitas e muitas cidades. O objetivo é o mesmo em todo o lugar: ajudar a conscientizar e informar as pessoas sobre o que é o autismo e como lidar com ele.

Embora a ciência saiba pouco sobre o transtorno do espectro autista, as pesquisas avançam bastante. O neurocientista brasileiro Alysson Muotri é o cientista que coordena as pesquisas mais avançadas sobre o transtorno do espectro autista no mundo. Ele é PhD em genética e professor do Departamento de Pediatria e Medicina da Universidade da Califórnia, em San Diego, Estados Unidos.

O Dr. Alysson Muotri lidera o projeto internacional A Fada do Dente. O projeto funciona por meio da coleta não invasiva de dentes de leite. As células-tronco aí presentes permitem recapturar as fases iniciais do desenvolvimento cerebral embrionário.

Por meio desse trabalho, foi possível descobrir que o transtorno do espectro autista faz com que uma célula do cérebro, astrócito, produza uma toxicina que atrapalha a passagem de informação para o autista. Para o Dr. Alysson, o principal desafio agora é o econômico. Os recursos vêm principalmente de verbas federais do governo americano do oeste da Califórnia – do oeste não; do governo americano do Estado da Califórnia –, além da filantropia.

O transtorno do espectro autista não é raro, como muitos podem pensar. De acordo com dados do Governo dos Estados Unidos, os números aceitos pela comunidade internacional são de um autista a cada 110 pessoas, o que corresponde a 70 milhões em todo o mundo.

Os números acima mostram – e estou indo para o fim já – a necessidade de maiores investimentos em pesquisas que levem à produção de novos medicamentos e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento de novos tratamentos. Por outro lado, é o cuidado das famílias que tem proporcionado aos autistas a qualidade de vida que eles têm.

Nesse processo de desenvolvimento e socialização, a escola também deve cumprir o seu papel. Segundo dados do IBGE de 2010, 37% das crianças com deficiência intelectual em idade escolar estão fora da escola. De acordo com o que preconiza o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei Berenice Piana – eu sempre digo Piana de Piana –, a educação deve ser inclusiva, como está em seu art. 27: "A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem."

Já a Lei Berenice Piana, em seu art. 4º, diz que: "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior."

Segundo a Profª Maria Teresa Eglér Mantoan, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o mais importante para uma criança com deficiência não é aprender o mesmo conteúdo que as outras, mas ter a possibilidade de aprender e colaborar, ter autonomia, governar a si próprio, ter livre expressão de ideias e ver o esforço por que consegue criar, ser recompensado e reconhecido.

Última parte.

Espero que as reflexões aqui feitas possam contribuir com a melhoria das condições de vida das crianças e adultos com o transtorno do espectro autista e de suas famílias. O momento é de reflexão, é de transformação, mas, mais do que palavras, é de ações.

Assina Luciano Ambrosio. (*Palmas.*)

Eu fui só aqui quem fez a leitura do pronunciamento que ele fez, mas eu também queria dizer da minha satisfação neste momento.

O Fernando Cotta sabe do meu carinho com essa causa. Foi numa reunião como esta, nesta mesma sala, que surgiu a Lei Berenice Piana de Piana.

Eu me lembro de quando um grupo de famílias me procuraram e falaram: "Disseram-nos que é a última trincheira. Era para ver se conseguíamos vir à Comissão de Direitos Humanos." Eu era Presidente na época, eu acho. Sempre eu sou Presidente ou o Vice aqui, há algumas décadas – eu diria, com certeza, mais de uma década.

Aí, começamos a discutir, a discutir, enfim, a lei está aí, o mérito é de vocês. Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Com você, meu querido amigo Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor Presidente do Moab.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentar todos que estão aqui na Mesa, todos que estão na plateia, as pessoas com autismo, os pais de autistas, as esposas – não é, Tatiana? – de autistas, as mães de autistas. São pessoas que têm um trabalho muito grande. E há todo esse empenho do senhor, que dura mais de uma década, sabemos disso. A Lei Berenice Piana é pela excelência dos seus trabalhos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos seus contatos. Eu lembro o senhor ligando do telefone pessoal para que os Senadores pudessem comparecer para as votações que eram necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No dia em que morreu o Vice-Presidente José Alencar. Estavam todos em Minas.

O SR. FERNANDO COTTA – E, em especial, no dia em que morreu o Vice José Alencar. Estavam no sepultamento, vieram aqui, e nós conseguimos.

O senhor suspendeu a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O apelo que eu fazia a eles era que, terminando o enterro, eles viessem para cá, devido à importância. E vocês também faziam o apelo.

E eles vieram e nós conseguimos votar naquela noite – eu acho que às 10h, 11h noite.

O SR. FERNANDO COTTA – Foi muito tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa lembrança.

O SR. FERNANDO COTTA – Uma delas, não é, Senador?

A outra é quando nós estivemos com meu filho lá em cima. Foi a primeira vez em que o Congresso usou uma luz diferente, uma luz azul no caso. Naquela época...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela primeira vez que serviu de exemplo para outros setores, que depois colocaram luz verde, luz cor-de-rosa.

O SR. FERNANDO COTTA – Exatamente.

Naquela época, inclusive ajudamos até o pessoal. Como é que vamos colocar? Chamamos a Companhia Energética de Brasília (CEB) e eles colocaram filtro, papel celofane, uma coisa muito em cima da hora. (*Palmas.*)

Se nós formos lembrar do que nós já fizemos com o senhor para mudar essa situação das pessoas com autismo, para melhorar a condição de vida, a representatividade desse grupo, porque até no meio das pessoas com deficiência ainda está aquém disso; ainda é a diferença no meio da diferença.

Então, realmente, nós vamos passar aqui o dia inteiro falando, porque em 2010, quando nós procuramos uma lei que tramitou de forma muito rápida, em 2010 nós começamos aqui com o anteprojeto, desenhando aqui na sala do Senador Paim, especial, e, aí, passando para a comissão, passando pelas comissões aqui no Senado, indo para a Câmara. Isso tudo com muita luta. A gente fala assim, mas foi conversando com cada presidente de comissão, com cada relator para que passasse. Modificamos lá; volta para cá. E a gente, enfim, consegue – há coisas que a gente não pode falar de bastidores – que a gente muitas vezes dizia: "Tem que tirar isso; tem que colocar aquilo." E o pessoal do governo: "Não, assim não vai!" Mas, enfim, conseguimos e a lei é uma realidade, e nós estamos agora sempre nessa luta.

Estamos aqui hoje também para lembrar o Dia do Orgulho Autista, que essas pessoas, os autistas – vamos dizer assim – os mais leves, os considerados mais leves têm orgulho dessa forma de ser, dessa forma de lidar, dessa forma diferente, e que nós todos temos que respeitar. E os outros, como eu, por exemplo, meu filho em especial e a minha família, e outros que eu sei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão aqui, têm direito também a ter orgulho. Mas só vão ter se as terapias forem precocemente administradas, forem especialmente – porque são muito específicas muitas vezes – administradas para essas pessoas. Nós lutamos por isso também.

Cada vez que eu vejo o Fernandinho, que certamente está lá em casa, mas não está conseguindo parar para ver a televisão – quem sabe algum dia –, eu fico feliz quando ele consegue comer com as próprias mãos, fico feliz quando ele topa subir no cavalo da equiterapia, quando ele vai lá e faz hidroterapia, quando ele consegue fazer as atividades físicas, fico muito feliz com coisas simples, do nosso cotidiano, e que, para outros são, para nós, vou colocar a coisa muito pessoal, porque é isso que nós vemos, não é tão simples assim, nós temos dificuldade às vezes.

Quantas vezes já o levei ao clube, Senador, e ele saiu: "Não, não quero." Entendeu? "Mas, espera aí, é para a piscina." "Não, não quero." E muitas vezes as pessoas me falando: "Poxa, mas você tem que olhar com um olhar diferente." Está aqui o Josué, que, antes de ser gestor público, também é psicólogo, e estou revelando aqui – permita-me essa confidência aqui, Josué –, ele fala: "Presta atenção no olhar dele, a gente não pode infantilizar." E ele tem me ajudado muito nesse sentido. Pode ser que em três meses não queira mais o clube. Adorava o toboágua, e agora não quer mais nem saber, nem chegar perto. Pode ser que ele não infantilize...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga?

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há um colega meu que diz: "O meu filho é uma graça, é uma figura; só tem um defeito." E eu disse: "Qual é o defeito?" "Não pode contrariá-lo." (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é. São os nossos filhos. É verdade.

Então, o senhor veja bem que o senhor consegue achar – e isso é muito importante – que somos também muito parecidos. Somos diferentes como os outros são diferentes, como nós todos somos diferentes.

Antigamente, quando as pessoas me perguntam, eu passava no mercado e a pessoa virava e falava para mim assim, havia alguns que falavam: "Ah, ele é diferente." Outros viravam e diziam: "Ele é louco." E eu dizia: "Louco, não; ele é autista, eu sou diabético, o irmão dele é alérgico. E você é o quê?" (*Risos.*)

Então, a gente sempre falava assim para poder descontrair. Claro que é uma diferença muito maior para uns deles, e a gente trabalha para que essas diferenças sejam aceitas.

Uma jornalista me perguntava ali fora, antes, qual que é o maior problema que a gente tem. E eu falava que é o desconhecimento, o preconceito. A gente, quando está com os nossos filhos, as pessoas nos fotografam com o olhar, nos filmam com o olhar, e eu dizia, e eu dizia que, diante disso, há muita discriminação às vezes. A gente ainda recebe, o senhor acredita, Senador? Nesse Brasil a gente ainda recebe informações de que: "Não, fulano não pode ir, porque é autista."

Outro dia me mandaram – ainda tenho no WhatsApp – um filme de uma festa junina de determinado lugar, onde todo mundo dançava, menos o autista. E ele queria dançar, ele estava no meio ali, mas a professora não dava bola para ele; só com os outros alunos, que não eram autistas, ela dançava quadrilha, tudo. Mas com o autista, não. Ele ficava pulando, pulando. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor imagina a frustração desses pais e desse indivíduo, que às vezes não sabe se expressar dessa forma, mas vai expressar depois, chateado, vai se expressar depois de outra forma, mais grave até, essa situação.

Então, é com isso que nós temos que lutar, para acabar. Para mostrar que essas pessoas... Isso já diminuiu muito, com a lei, com essa campanha. Eu acho que o nosso maior mérito aqui, Senador, foi a campanha que a gente fez. O senhor lembra com quantos a gente começou e quantos nós somos hoje no Brasil inteiro. O senhor recebe mensagens de todo o Brasil, a gente faz... Há gente nos escutando aí, nos mais diversos Estados, esperando aqui, sempre, que a gente consiga transformar isso numa melhoria da qualidade de vida. E quantos já tiveram essa melhoria na qualidade de vida? Então, muita coisa mudou, mas muita coisa ainda precisa mudar, e nós estamos aqui para isso.

Na última vez em que nós estivemos aqui, no dia 2 de abril, que é o Dia de Conscientização do Autismo, aconteceu uma coisa muito interessante: no dia 4, conforme o senhor havia falado, o senhor aqui leu, ao final da audiência, uma série de solicitações que nós fizemos e que o senhor efetivamente iria levar. E uma delas que aconteceu e que de fato nós conseguimos registrar foi a questão do centro de referência no âmbito do SUS.

Havia naquele momento uma mensagem – salvo engano, a Mensagem nº 20 ou 21, alguma coisa assim – da Irene Jucá, uma mãezinha que deve estar vendo a gente em Fortaleza, a quem eu não tenho o prazer de conhecer a não ser pela internet, e ela fez aquela solicitação e alcançou mais de 20 mil curtidas, e o senhor fez o compromisso aqui de que iria votar isso na reunião seguinte. Como foi no dia 4, na reunião seguinte, a Senadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Regina Sousa,...

O SR. FERNANDO COTTA – Regina Sousa,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que é a Presidente da Comissão.

O SR. FERNANDO COTTA – ... que é a Presidente da Comissão, naquela oportunidade foi Relatora do projeto, e ele já está aí, na realidade, tramitando como um projeto de lei do Senado, para que a gente crie, no âmbito do SUS o centro de referência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Mais uma conquista do movimento!

O SR. FERNANDO COTTA – Que é uma luta muito grande que nós temos. Infelizmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... nós queríamos muito que nossos meninos fossem atendidos, e muito bem atendidos, nos CAPS. Mas infelizmente o CAPS, com a estrutura que tem, da forma que já não suporta nem quem está lá, que dirá nossos filhos pudessem estar no CAPS. Muito pelo contrário, infelizmente há histórias de abuso quando vão, a vida dessas pessoas piora muito, mas é o que infelizmente ocorre com muita gente nesse sentido, inclusive já foi até motivo de matéria aqui da Agência Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero falar ainda rapidamente sobre essa questão do que, vamos dizer, estamos atualmente lutando mais evidentemente aqui, no Congresso Nacional. Então, a questão do censo para os autistas é uma questão que nós não temos. Não sabemos hoje, Senador, ainda quantas pessoas com autismo nós temos no Brasil, nós temos nas cidades brasileiras. Algumas saíram na frente começando a fazer uma pesquisa, mas o censo demográfico ainda não, e isso é objeto de um projeto de lei, que ainda está na Câmara, está na última Comissão, na CCJ, e, em breve, deve chegar aqui. Nós precisamos disso.

Tivemos uma vitória muito grande, ainda em alguns Estados. Goiás acho que foi, pelo menos é o que eu tive notícia, o que deu o pontapé inicial para a carteira de identificação das pessoas com autismo. Se para outras pessoas com deficiência isso é motivo de: "Não, porque não pode, está discriminando"; para nós, não, para nós, para pessoas com autismo, não, porque você olha algumas pessoas – estou vendo aqui o Bernardo, estou vendo aqui a Luciane, o Senador Paim – e, para mim, são da mesma forma; no entanto, essas pessoas têm prioridade e precisa ficar evidenciado isso. Então, o documento como esse documento em que o sujeito, na realidade, pode demonstrar ali essa sua especificidade, por exemplo, em uma fila de banco, daí eu penso até nos mais severos, que muitas vezes não têm a fisionomia com nenhuma diferença maior e que, muitas vezes, o pai ou a mãe não pode esperar.

Eu, quando vou – e, às vezes, tenho que ir com o meu filho a algum lugar que tem fila – é um desespero, é uma loucura. Então, a partir desse momento em que você tiver essa identificação no Brasil todo – e já há um projeto aqui, no Senado, nesse sentido –, nós vamos poder, na realidade, fazer com que essas pessoas sejam menos discriminadas: "Olha, está furando a fila, é sem limite", essa coisa toda. "O pai deveria ter dado limite quando era criança." Não, não é bem assim. As coisas são diferentes e, às vezes, as pessoas...

Outro dia, eu saí com o meu filho, estacionei na vaga especial, saí com o meu filho e aí me chamaram a atenção: "Ôpa, essa vaga é para pessoa com deficiência." Eu falei: "É. Deixa eu te apresentar aqui: esse é o Fernandinho. Fernandinho, como é seu nome?" Aí ele falou: "Não, mas é para pessoa com deficiência." Eu falei: "Pois é, você espere, fique olhando aí uns cinco minutos que você vai esperar." Não precisou. Ele já deu ali, já balançou a mãozinha, essa coisa toda. E aí: "Ah me desculpe." Eu falei: "Não, muito pelo contrário, você está zelando pela vaga da pessoa com deficiência, está zelando por um direito que é meu, que é do meu filho, e nós estamos aqui por conta disso." Agora: "Ah mas é que eu pensei que era só para cadeirante." "Pois é, você pensou. A gente, quando vai chamar a atenção de alguém, tem que ter certeza."

Então, eu estava lá com uma cartilha, que o Deputado Luiz Couto confeccionou um tempo atrás e tem lá a Lei Berenice Piana e a Lei Fernando Cotta, da qual muito me orgulho, mostrei-a para ele, dei um exemplar daquele para ele e falei: "Olha, está aqui. Veja bem aqui [e mostrei para ele]. Essas pessoas têm direito também à vaga especial." "Ah não sabia!" "Você já recebeu um abraço de um?"

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Aí o meu filho já tinha ido para o carro. A essa altura, ele já tinha corrido para o carro lá, não tolera muito papo, não. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu fui e falei com ele: "Não, pois é, você viu? É essa loucura. Então, assim, procure conhecer, procure..." "Ah, sim, ah tá bom. Que bom!" Então, quer dizer, quantas mães têm oportunidade de fazer isso? Quantas não têm? Quantos filhos?

Houve uma vez em que um secretário de transportes me perguntou: "Mas por que vocês precisam de isenção para comprar veículos se vocês não têm problema de mobilidade, se vocês não são deficientes físicos?" Eu disse para ele: "Você já abraçou um autista severo?" Aí ele falou: "Não." "É um abraço de urso. Já tomou alguma vez assim de um ser humano, de um autista?" Ele falou: "Não, eu pensei que isso era só luta." "Às vezes, é uma luta, mas, assim, é uma luta com o filho, muitas vezes de uma mamãe com o filho, de um irmão com o outro que precisa conter." Então, a gente precisa olhar muito isso, essas diferenças que as pessoas não conhecem.

Eu acho que o grande mérito do Senador Paim e desta Comissão, além de tantos esses outros, foi promover esse conhecimento. Muito mais pessoas hoje, quando se fala de autismo, não é como na minha época. As pessoas não são tão ignorantes, no sentido de ignorar esse conhecimento. Na minha época, Senador, quando falaram para mim: "Seu filho deve ser autista. Vamos encaminhar ele para um neuro." Tomei aquela coisa assim: autista? O que é isso? Acho que eu vi um filme na Sessão da Tarde. Hoje, eu sei muito bem que era Meu Filho, Meu Mundo, que, na época, passava na Sessão da Tarde, da família Kaufman, do Raun Kaufman. Eu absolutamente não sabia que era aquilo. Hoje, está muito melhor. As pessoas já nascem, já desde cedo... Meu filho, desde o jardim de infância, já falava com os outros, os outros já sabiam, o outro filho, o que era: "Puxa vida! Ah já ouvi falar assim, passa mais filme." Enfim, há essa coisa toda.

Sobre a questão do canabidiol, eu queria lembrar também, rapidamente, que é uma luta muito grande. O canabidiol tem funcionado para muita gente. Isso precisa ser mais pesquisado para fim medicinal. Há pessoas com autismo que têm uma melhora muito grande nesse quadro.

A Lei do Diagnóstico Precoce é uma grande vitória que nós temos, que existe aí, mas a gente está sabendo que, infelizmente, o Ministério da Saúde e setores não gostam da lei e estão se recusando a cumpri-la, Senador. Então, é um problema sério que nós temos que discutir e fazer aplicar a lei. Se você não gosta da lei – e há gente que não gosta dela –, então, faça uma proposta legislativa pelo caminho democrático, demonstre pelo caminho democrático, por que você não gosta da lei, por que você acha que não tem que haver diagnóstico precoce: "Ah não tem que diagnosticar." Há gente que... Até que um outro dia fiquei sabendo que há gente que é contra diagnosticar. Então, puxa vida, faça uma proposta legislativa, discuta com a sociedade, porque nós conseguimos aqui da forma democrática. Isso foi trabalho árduo de pais, de mães, principalmente, e de simpatizantes. Então, vamos trabalhar muito nesse sentido.

Senador, queria agradecer, mais uma vez, a participação. Já falei demais, eu sou assim mesmo. Peço desculpas por isso.

Quero agradecer a tolerância de vocês e sempre deixando o recado para você, mãezinha, para você, pai, e para você, pessoa com autismo que está nos vendo agora pela tevê, que vai ver esse filme depois, esse vídeo ou está escutando pela Rádio Senado também e por outros meios de comunicação: não desista do seu filho, não desista de lutar pelos seus direitos! A maior esperança desses direitos é você.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor Presidente do Moab, que tem a lei, a de Brasília leva o seu nome. É isso, não é? Foi aprovada uma lei em Brasília, que leva o nome dele.

A família autista é uma família – eu diria – muito solidária. Eu sinto isso. Vou contar um fato aqui que achei interessante. Eu estive agora em Gramado, fazendo uma palestra sobre previdência e direitos dos trabalhadores, enfim, falando aí das privatizações, da greve da Petrobras, e o plenário lotado. O Prefeito de Gramado... Vocês conhecem Gramado? Gramado é uma cidade referência no Estado pelo seu estilo, jeito. É uma cidade com muito turista. Está sempre lotada no fim de semana.

Aí o prefeito de Gramado pede a palavra. Vou dizer o nome dele aqui – não é do meu Partido –, João Alfredo de Castilhos Bertolucci. O apelido dele é Fedoca. Eu disse: "Posso chamar de Fedoca?" "Tem que me chamar de Fedoca, porque é o meu apelido." Ele estava lá e ele deu um depoimento.

Ele deu um depoimento espontâneo e disse: "Olha, eu estava assistindo a uma palestra sobre diversos temas sobre a pessoa com deficiência e falou a Berenice Piana de Piana e ele estava no plenário, e ela contou essa história que nós contamos aqui. Aí ele se levantou e disse: "Olha, o Senador Paim..." Ela contou que chegaram e aqui nós construímos, mas de forma muito espontânea e foi muito aplaudida, aí diz ele assim: "O Senador Paim é do Rio Grande e eu fiquei orgulhoso e tal. Ele é meu amigo, mas, como são muitos partidos diferentes, eu queria que ele fosse mais meu amigo ainda." Mas foi tão emocionante a declaração que ele deu falando da família autista e da Berenice, que eu levantei, eu estava na Mesa, eu o chamei de onde ele estava e nos abraçamos, e eu cantei um pedacinho daquela música do Roberto Carlos, "Amigos, Amigos", porque o clima levou para isso.

Então, aproveito aqui, eu sei que lá em Gramado eles estão assistindo, o Brasil todo está nos assistindo neste momento. Aliás, as pessoas pensam que aqui numa segunda-feira de manhã nós estamos falando só para o Plenário. É claro que o Plenário é importante, mas o Brasil está interagindo aqui.

Só como exemplo, já chegou aqui... Só seleciono algumas do e-Cidadania, o Artur Alvim de São Paulo: "Devemos nos preocupar em dar uma boa qualidade de vida a essas pessoas! Vejo que a Medicina Preventiva também deveria se preocupar mais com essa doença e prestar mais atenção, por exemplo, a questões alimentares e hábitos [...]", o convívio da família. Eu leio sempre o que vem na íntegra aqui. Vamos falar muito das mães aqui.

Ana Paula, Rio de Janeiro: "Parabéns pela iniciativa do Senado de protagonizar essa discussão."

Então, são algumas coisas que vão chegando e a gente vai falando.

E vamos de imediato agora para Luciane Mendes Hatadani, ativista autista, doutorada em Genética e Biologia Molecular. Você tem dez minutos com mais cinco, com mais a tolerância da Mesa, se for necessário.

A SRª LUCIANE MENDES HATADANI – Muito obrigada.

Primeiramente, desculpe-me eu estou sem voz, mas,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos ouvindo bem.

A SRª LUCIANE MENDES HATADANI – ... se não conseguirem me ouvir, por favor...

Então, meu nome é Luciane Hatadani, eu tenho doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Unicamp e eu sou cofundadora da Autistic Cooperative, que é uma iniciativa recém-criada para conectar ativistas autistas do mundo inteiro. Nós já contamos com mais de 600 membros espalhados pelo mundo todo. É uma organização criada por autistas e formada por autistas, em defesa de autistas.

Eu escolhi falar hoje, então, um pouquinho sobre alguns mitos que existem em torno do autismo e se existe ou não embasamento científico para isso. A primeira coisa que quem recebe diagnóstico às vezes escuta muito é: "Você não tem cara de autista." Não existe nenhum estudo científico, na verdade, que consiga correlacionar um conjunto de características fisionômicas ou qualquer tipo ao autismo. Então, não existe isso de cara de autista. Autista tem todas as caras, todas as formas.

Outra coisa que se diz muito e que eu não sei o quanto isso é disseminado para o público em geral é que autista não tem empatia. Empatia é essa capacidade que as pessoas têm de se identificar com o que as outras pessoas estão sentindo. Existem, na verdade, três tipos de empatia. Existe a empatia cognitiva, que é essa habilidade de você olhar para uma pessoa e saber o que ela está sentindo, o que ela está pensando. Existe a empatia emocional, que é você sentir como aquela pessoa sente, pensar como ela pensa. E existe a empatia compassiva, que é quando você se dá conta de que uma pessoa está se sentindo mal, e você oferece ajuda.

O autista vai ter um pouco de dificuldade com o primeiro tipo de empatia, que é de olhar e identificar o que a outra pessoa está pensando, o que a outra pessoa está sentindo. Mas, uma vez que nós sabemos o que está acontecendo, nós temos toda capacidade de nos identificarmos com esses sentimentos e de oferecer ajuda, quando necessário.

Outra coisa que se diz muito e em que as pessoas ainda acreditam muito é que autismo é coisa de criança. Fala-se muito em criança autista. O autismo é uma diferença neurológica, não tem cura, por assim dizer, e é para a vida inteira. Então, uma criança autista vai se tornar um adulto autista. E uma criança autista que precisava de suporte vai se tornar um adulto autista que talvez também precise de suporte da mesma forma.

Uma coisa em que se acreditava muito é que autista era coisa de menino, que só crianças do sexo masculino apresentavam autismo e, na verdade, isso tem sido cada vez mais desmistificado, porque as características do autismo se apresentam de uma forma diferente nas meninas. E porque também não se estava procurando autismo nas meninas. E hoje em dia já se falou em proporções bem mais altas: seis para um, quatro para um.

Hoje em dia, a última estimativa é de que a proporção seria de três meninos para cada menina com autismo, e que essa proporção ainda pode baixar mais ainda, caindo a dois para um ou talvez menos. E uma das coisas que influencia isso é que os instrumentos diagnósticos foram primariamente desenvolvidos para meninos. Então, as meninas acabavam não sendo diagnosticadas ou o diagnóstico acabava sendo tardio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vou falar um pouquinho sobre algo que é meio complicado, porque as pessoas falam sobre o que causa o autismo, o que faz com que uma criança nasça autista. Na verdade, na verdade, acontece que o autismo tem um alto componente genético, ele é altamente herdável. Há estimativas de herdabilidade... Herdabilidade é uma medida de o quanto da variação pode ser explicado por genética e não por efeito ambiental, e existem estimativas entre 83% e 90% de herdabilidade para todo o espectro autista.

Uma das primeiras hipóteses colocada para causa de autismo, que seria uma causa ambiental, foi o que se chamou de mãe geladeira, que seriam mães que não dão atenção para os filhos, não dão carinho, não prestam atenção e a criança se desconecta e se torna autista. Isso já foi desmistificado faz muito tempo. Isso foi baseado em psicanálise, não teve nenhuma evidência científica e isso não é verdade. Os pais não têm culpa.

Uma coisa que se tem falado há algum tempo mais lá fora, mas aqui no Brasil também se tem começado a falar é sobre a questão das vacinas, que vacina causaria autismo. Essa ideia vem desde 1998, com estudo feito por um médico chamado Andrew Wakefield, e ele encontrou uma correlação entre autismo e vacina tríplice. Esse estudo causou um escândalo, um movimento antivacinação em vários países, e na verdade esse estudo foi fraudado mesmo. Não é que ele esteja errado, ele foi deliberadamente fraudado. Desde então, existem dezenas e dezenas de estudos que não encontraram correlação nenhuma entre vacinação de qualquer tipo e autismo de qualquer lugar do espectro.

Outro mito é de que autista não socializa e isso não é verdade. Na verdade, cada autista socializa do seu próprio jeito. Nós nos comunicamos e socializamos de formas diferentes, da mesma forma que não autistas também são diferentes. Uma forma de socialização que tem sido muito importante para autistas é a socialização *on-line*, porque dá aquela possibilidade de você tirar um tempo; quando você socializou demais, você pode se afastar, você desliga, é mais fácil do que você estar numa situação em pessoa, mas isso também não impede que o autista socialize em pessoa. Eles se socializam também de formas diferentes, mas de forma alguma autistas não se socializam. São formas de socialização e comunicação diferentes.

Uma coisa um pouco complicada também, que ainda se fala, é a questão de rótulos de funcionamento. Então se falava em autista de alto funcionamento, que seria o que alguns chamam de Síndrome de Asperger, e autismo de baixo funcionamento, que seria o autista não verbal, com déficit de aprendizagem. É preciso ter muito cuidado com isso, porque às vezes o que você enxerga não é o que está por trás. Às vezes uma pessoa que pode ser rotulada de alto funcionamento tenha mais barreiras e dificuldades que não são fáceis de se enxergar e, da mesma forma, o que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIANE MENDES HATADANI – ... a gente consideraria de baixo funcionamento tem qualidades e forças que você não enxerga.

Outra coisa é dizer que autismo é uma doença. Na verdade, no nosso grupo, nós seguimos o paradigma da neurodiversidade, que é considerar os diferentes tipos de neurologias humanas como sendo parte da variação humana natural e não como defeitos. É claro que você precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

separar o que é o autismo de o que é comorbidade, como a gente chama, que são condições coexistentes, por exemplo, epilepsia; diferenças de aprendizagem e transtornos de ansiedade. Esse tipo de coisa. Mas o autismo em si, de acordo com o que nós seguimos na neurodiversidade, não é uma doença.

Eu deixei, então, por último, o maior mito de todos, talvez um dos mais importantes, de que os autistas não podem defender os seus próprios direitos. Na verdade, é isso que nós queremos fazer. E uma coisa que a gente gosta de dizer muito é: se você quiser aprender sobre autismo, pergunta para um autista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentos e parabéns pela palestra da ativista autista, com Doutorado em Genética e Biologia Molecular, Luciane Mendes Hatadani. Muito bem! Parabéns!

Agora, então, vamos para a Simone Franco, jornalista, mãe de autista e Diretora Parlamentar do Movimento Orgulho Autista Brasil.

A SRª SIMONE FRANCO – Bom dia a todos!

Bom dia a todas!

Essas datas em que a gente celebra no autismo, dia 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Autismo; dia 18 de junho, Dia Mundial do Orgulho Autista, são importantes para a gente celebrar os avanços que obtemos na nossa causa, mas também são importantes para refletirmos sobre questões em que precisamos avançar; problemas com os quais a gente ainda convive e que precisam ser superados, para que possamos, no caso dos autistas, colocá-los numa posição de respeito, de dignidade, de tratamento dentro da sociedade.

Eu queria iniciar minha apresentação, Senador, trazendo uma situação muito triste que foi revelada pela entidade Human Rights Watch. Essa entidade fez uma pesquisa, entre os meses de novembro de 2016 e março de 2018, em 19 instituições que abrigam pessoas com situações de mobilidade reduzida, distúrbios psicossociais, deficiência mental, e revelou uma situação chocante, que a gente até imaginava que tivesse sido abolida com a lei antimanicomial: pessoas entulhadas... A gente pode falar assim... Desculpa, mas é uma coisa... A gente vai até transmitir um vídeo aqui, porque é uma situação degradante, pessoas sem estímulo nenhum, sendo submetidas a tratamento desumano, com profissionais sem capacitação administrando medicações de forma irregular. Então, um quadro de descalabro total.

A gente precisa imaginar, pensar que muitas daquelas pessoas que estão recebendo esse tratamento certamente são autistas severos que estão ali naquela condição, privados de mínima condição digna de desenvolvimento, porque todo mundo tem condição de avançar, por menor que seja esse avanço, até nas questões básicas de vida. E a gente não pode esquecer desse segmento. Devemos festejar aqueles autistas que conseguem evoluir muito, como a Luciane, Doutora em Genética. Isso é maravilhoso! Mas a gente também não pode se esquecer da outra ponta, que talvez seja minoria dentro do espectro. Não sei. O senso talvez vá revelar essa realidade que ainda desconhecemos.

Enfim, eu não vou me alongar e deixarei o vídeo falar por si só.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRª SIMONE FRANCO – É uma realidade muito dura essa que a gente viu, mas é preciso a gente conhecer para a gente cobrar mudanças. Os centros de referência que a gente defende, que a gente pleiteia, vão neste caminho: que o Poder Público possa assumir sua parcela de responsabilidade, auxiliar as famílias ao oferecer um centro em que os autistas pudessem ir para fazer as atividades terapêuticas, atividades educacionais, ter a parte de saúde garantida. Isso é muito importante.

Essa situação também é uma afronta ao Código Civil, se a gente pensar que o Código Civil determina que as pessoas com necessidades especiais, com dificuldades de exprimir sua vontade não devem ser confinadas em instituições como essas, elas não podem ser privadas do convívio comunitário, do convívio familiar. Isso é uma questão importante.

Uma outra questão que tangencia essa situação mostrada pelo vídeo é que muitas dessas pessoas que estão nessa situação seriam alvo de amparo pela curatela, que é um instrumento do Direito Civil em que, quando a pessoa na fase adulta, na idade adulta, não tem condições de exprimir sua vontade, de gerir os próprios atos da vida civil, enfim, alguém é constituído pelo juiz para zelar por essa questão patrimonial e negocial pelos interesses da pessoa. Essa questão está em discussão aqui, no Congresso. Precisa-se refletir sobre as mudanças que estão sendo colocadas com instrumento porque, em algumas situações, ele, de fato, vai garantir uma proteção maior para uma pessoa que não tem condição de exprimir suas próprias vontades, de gerir de forma autônoma sua própria vida.

Com essas mudanças que estão em discussão no Congresso, a curatela pode passar a constituir uma medida extraordinária, ter uma duração restrita e ser revista em prazos curtos. Então, você, de alguma forma, pode fragilizar um instrumento que pode ser importante de proteção para muitas famílias, para muitas pessoas que não têm essa capacidade de manifestar, de defender os seus próprios interesses.

Então, é uma questão que a gente está trazendo também para reflexão, porque a gente sabe – a gente apoia o movimento da deficiência de uma forma ampla hoje em dia –, estar caminhando em defesa da autonomia plena para exercer os atos da vida civil é uma questão de afirmação política muito importante. A gente só tem que pensar se essa questão se aplica ao universo geral da deficiência. A deficiência é um segmento que tem muitas nuanças, muitas particularidades.

Eu acho fantástica essa questão da defesa da autonomia, mas a gente não pode esquecer que existe um segmento, por exemplo, os autistas severos, que estão nessa condição, eles podem ser minoria, mas a minoria tem que ser ouvida também. A gente tem que respeitar, a maioria tem uma força maior, mas a minoria não pode ser esquecida.

Então, a gente tem que refletir sobre isso, é uma questão delicada. Essa questão da flexibilização da curatela pode envolver e ter uma repercussão até sobre questões previdenciárias mesmo. A gente tem que pensar a questão de pensão e tudo.

Então, é um assunto que está em discussão no Congresso, é muito importante e a gente precisa refletir sobre isso e pensar sempre que a gente possa construir uma situação de sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhar rumo à autonomia, à conquista de direitos, mas sempre um respeitando o outro e levando em consideração as particularidades que existem e que precisam ser observadas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Foi Simone Franco, jornalista, mãe de autista e Diretora Parlamentar do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Como ela disse, o vídeo dá uma aula da gana, da vontade de vencer, de fazer acontecer, como aquele jovem ali demonstrou, e a importância de termos estrutura para isso. Por isso que vocês insistem muito no centro. Esperamos que avance. Como você fala também, é importantíssima a questão da previdência.

Muito bem!

Passo a palavra agora ao Bernardo Mendina de Souza Martínez, que é estudante.

O SR. BERNARDO MENDINA DE SOUZA MARTÍNEZ – Bom dia, tudo bem?

Sinto muito se não puder contribuir tanto quanto as pessoas que falaram antes de mim, no que diz respeito ao compartilhamento de informações ou se vocês já ouviram isso antes, mas é sempre bom poder informar pessoas que não têm conhecimento do meu caso. Eu sinto muito se não vou poder contribuir tanto com informações quanto a Luciane ou a Simone, mas espero pelo menos estar sendo útil. Muito obrigado.

Bom dia para vocês. Meu nome é Bernardo Mendina de Souza Martínez, estudante do Colégio SEB Dínatos, estou no último ano do ensino médio e tenho 17 anos. Fui diagnosticado com autismo quando tinha um ano e onze meses, mas, graças ao diagnóstico precoce e ao tratamento médico que eu recebi – no caso, a psicanálise – e a inclusão social, eu consegui reverter os principais sintomas do autismo e hoje estou tendo uma vida repleta de possibilidades, estou tendo uma vida normal, muito semelhante à de qualquer adolescente de minha idade. Vou à escola, tenho amigos, tenho animais de estimação – um cachorro e três gatos – e, não, o espaço não é grande, é um apartamento bem pequeno... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do cachorro e dos três gatos eu gostei. (*Palmas.*)

O SR. BERNARDO MENDINA DE SOUZA MARTÍNEZ – Obrigado.

Eu passeio várias vezes com o Brioche – o Brioche é o nome do cachorro, é um Shih Tzu, tem três anos e é uma graça, peludinho –, eu ajudo minha mãe em casa, quando posso, por exemplo, fazendo chimarrão e o café que ela adora, lavando louça quando posso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Opa, chimarrão! Sou obrigado a bater palmas de novo. Até chimarrão! (*Palmas.*)

O SR. BERNARDO MENDINA DE SOUZA MARTÍNEZ – Eu leio bons livros. Ultimamente, tenho lido os livros do Gabriel García Márquez, só falta um. O problema é que esse último está sendo bem trabalhoso para mim: *O Outono do Patriarca*.

No colégio, sempre busco tirar notas altas, afinal, eu tive como irmã uma pessoa que sempre foi uma aluna exemplar, a Maria Júlia Mendina de Souza Martínez, minha irmã um ano mais velho e, ainda assim conseguiu me botar de castigo quando era criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha matéria preferida é Biologia. Então, já estou gostando, você tem bom gosto no que diz respeito à área. Aliás, eu sempre me interessei por seres vivos, começou, quando eu era menor, com os dinossauros, passou para os demais animais e hoje eu gosto de estudar os seres vivos em geral.

Eu pretendo cursar Biologia, ainda não sei qual área da Biologia, numa universidade pública e depois pretendo me especializar em polícia criminal para elucidar alguns crimes. Se vai ser um perfilador ou perito, de fato, analisando evidências mais concretas, não sei, estou pensando ainda.

Eu sou muito apegado a minha família, não é mãe? Minha mãe e minha irmã sempre me apoiam em tudo que eu quero fazer, elas me ajudam quando necessário. E, apesar de o meu pai ter falecido, quando eu era bem jovem, quando eu tinha mais ou menos três anos e a minha irmã cinco, ou seja, mais ou menos em 2004, porque foi antes de eu fazer aniversário, em julho, eu, minha mãe e minha irmã temos uma conexão muito forte, somos uma família bem unida.

Eu faço parte do Moab (Movimento Orgulho Autista do Brasil), nem sabia que fazia parte, começando nos eventos. Minha mãe é uma das diretoras desse movimento, eu acho muito importante contar a minha história para o maior número de pessoas possível, para ver se em algo pode ser útil.

Apesar de ter sido diagnosticado com autismo leve, eu apresentava todos os sintomas que minha mãe chama de estereotipias: ecolalia, que, neste caso, seria repetição de palavras, dificuldade na linguagem, já que eu só fui falar com seis anos, e o uso da genitora como instrumento para conseguir cumprir minhas vontades, além de outros. Essa última parte foi bem desagradável para minha mãe, porque eu a obrigava, por exemplo, a fazer uns desenhos. Agora, imagina que minha mãe não desenha muito bem. Por exemplo, eu pedi uma vez para ela desenhar um jacaré. O que ela desenhou parecia tudo, menos jacaré. Outra vez, recentemente, pedi para ela desenhar o Brioche. Parecia tudo, menos o Brioche. Era para ser um Shih Tzu, ficou parecendo um espantalho. E eu também pegava na mão dela para indicar o que eu queria.

Hoje, tudo isso está no passado, já me resolvi diante de tudo. Bem, é verdade que eu tenho algumas manias, por exemplo, gostar de falar sozinho, apesar de não fazer isso em público, não porque eu me importo com a opinião das outras pessoas diante disso, mas porque a minha mãe se incomoda com o que elas vão pensar. Eu não consigo dormir no mesmo quarto que a minha irmã, exceto se eu estiver com muito sono e pegar no sono antes dela, porque ela faz uns barulhos bem desagradáveis, além de ela falar umas coisas bem engraçadas quando está sonâmbula, como ontem, não é mãe? Ontem, por exemplo, ela estava sonâmbula e falou para mim e para minha mãe: "Nossa, como vocês domem cedo!" Ela foi dormir antes de nós. (*Risos*.)

Considero muito importante estar aqui hoje para comemorar o Dia Mundial do Orgulho Autista e para mostrar para muitos pais e mães que sempre há esperança, por mais difícil que seja. Eu tenho um filho autista, e minha mãe sabe o trabalho que eu dei para ela em muitos momentos, que eu poderia não ter dado.

Assim como minha mãe nunca desistiu de mim, sempre buscou o melhor tratamento para mim, espero que os pais em questão não desistam de seus filhos. Desejo que eles possam ter as mesmas oportunidades que eu tive ou até mais. É sempre bom desejar o melhor. E também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejo que esses autistas possam ser pessoas boas, felizes, saudáveis e cercadas do amor das pessoas de suas famílias.

Agradeço muito e obrigado por me ouvirem.

Muito obrigado. Sinto muito se eu não pude contribuir com informações tanto quanto a Luciane ou a Simone.

Parabéns para essas duas! Parabéns para o Fernando Cotta e parabéns para as pessoas que estão falando muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bernardo Medida de Souza Martínez, estudante, foi muito bem. Com toda a crise, eu quase não ando rindo, e você me fez sorrir várias vezes. Eu dei muitas gargalhadas, com o seu espírito, com o seu alto astral, contando o mundo real, como é. Quero dar mais uma salva de palmas.

Parabéns! (*Palmas.*)

Se assim eu pudesse, quando faço minhas palestras, falar como ele, porque a arte de quem faz palestra é se comunicar com o Plenário. E o Plenário tem que sorrir, tem que bater palma.

Todos foram muito bem. Meus cumprimentos a todos.

Passamos a palavra agora ao Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Josué Ribeiro Costa da Silva.

Quero dar um elogio aqui nesse aspecto, permita-me, Josué, porque todos sabem que eu sou oposição, mas o Governo tem sempre nesta Comissão mandado seus representantes. Eu acho isso muito positivo. Toda vez que eu convoco, o Governo manda seus representantes, participa dos debates. Então, é uma satisfação enorme estar com você aqui.

O SR. JOSUÉ RIBEIRO COSTA DA SILVA – Quero agradecer naturalmente a presença e, saudando o senhor, eu saúdo todos os demais Senadores.

Fica muito difícil, não no campo conceitual, não no campo teórico, não no campo da política pública, a gente ocupar esse espaço nessa Mesa agora. O Fernando é um colega de trabalho e eu tenho sempre discutindo essas coisas. O Fernando é militante da questão autista 24 horas por dia e lá no trabalho faz parte do dia ele continuar discutindo a questão do autismo.

Eu sou psicólogo, e ele descobriu isso, e não tem sido uma questão muito fácil para mim porque ele está sempre me demandando na questão da psicologia. E todos conhecem o Fernando: "Excelência, como está isso?"

Qual a dificuldade a que me refiro? O papel que a gente ocupa de trabalhador da saúde – que eu fui tanto tempo –, trabalhador dos direitos humanos, ele acaba perdendo, se esvaindo diante dos depoimentos aqui apresentados. Ele acaba sendo muito difícil diante dos exemplos aqui dados.

E não se trata de fazer defesa de governo, de A, de B, de C, essa não é a questão, a questão é central. Por exemplo, quando aparece o vídeo que apareceu há pouco, e a gente teve a oportunidade de conversar com as pessoas da Human Rights, inclusive com o Carlos, que é o pesquisador, isso é o quê? Isso é inaceitável. Não dá para se pensar num país dessa população, com esse tamanho, com essa economia, em que isso aconteça. Obviamente isso não é aceitável.

E por que não é aceitável? Porque a gente está falando de gente, a gente está falando de gente. Mas, quando a gente vai se debruçar sobre essa realidade, e aí não se trata de defesa, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa mesma realidade que nos mostra que não são aquelas pessoas que são excluídas, a exclusão, muitas vezes, é da família daquelas pessoas. E aí, se nós temos um governo democrático, nós estamos muito longe de ter um Estado democrático. O Estado brasileiro ainda não é um Estado democrático.

E ontem, como muitos aqui presentes, eu estava em casa assistindo aos jogos, fiquei o final de semana assistindo aos jogos, não entendo de futebol, mas a seleção gosto de acompanhar, e também minha mulher e meu filho gostam muito, e eu estava ouvindo o Hino brasileiro, todos cantando, a emoção. Aí naturalmente aquela frase que a todos chama a atenção: "Verás que o filho teu não foge à luta." Talvez a gente pudesse começar essa fala aqui dizendo, lembrando que as mães dos autistas não fogem à luta. E aí mais ainda a gente tem que os teus filhos, e a Mesa é um exemplo disso, o Bernardo, a Luciane são exemplos de pessoas com autismo que também não fogem à luta. E um dos lemas principais da pessoa com deficiência é Nada sobre Nós sem Nós. Esse é um grande lema. Eu sou pessoa com deficiência, esse é o nosso grande lema.

Mas eu preciso dizer também que parte dessas inseguranças, parte dessas incertezas que foram mostradas no vídeo, estou tomando o vídeo como exemplo, e eu trouxe uma apresentação, mas não sei nem se faz muito sentido falar sobre isso, que sobre essa discussão da curatela, por exemplo, a LBI já tem um posicionamento. O Brasil já tem um posicionamento sobre essa questão da curatela. O Código de Processo Civil é de março de 2015, e a LBI é de julho de 2015. Essa questão da curatela já está resguardada pela legislação brasileira, assim como os modelos de avaliação de que eu me encarreguei e me comprometi com o público presente, quando aqui estive, de trazer uma atualização sobre isso.

Determinadas questões que foram apresentadas pela Mesa, pela Luciane, pelo Bernardo, que tão bem nos falou, são para mostrar que o processo de avaliação na sociedade brasileira já é multiprofissional, a avaliação como mostrada no Brasil, como pensada no Brasil já é ampla. E esse é um debate interessante. E lidamos com uma sociedade, ainda lidamos e somos membros de uma sociedade, e eu disse isso recentemente quando estive lá na Comissão Intersetorial de Saúde da Pessoa com Deficiência do Conselho Nacional de Saúde, em que eu questiono: que País é esse em que nós vivemos e que temos pessoas com seus carrões grandes e poderosos que param diante da igreja para falar com Deus e colocam o carro na calçada e impedem que uma mãe com deficiência cruze e vá para essa mesma igreja; que uma mãe com carrinho de bebê circule? É esse país da contradição que nós vimos. É um país em que em um dado momento acontece uma tragédia nacional, como aconteceu há uns meses um incêndio em São Paulo, quando morreram várias pessoas, e quatro, cinco dias depois foi feita uma campanha e arrecadaram 4 toneladas de alimentos. "Ah, é o país da solidariedade." Mas talvez seja o mesmo País onde vivemos em que nós ainda temos uma elite – e temos aqui o Senador que lutou a vida inteira, é um depoimento contra isso – que se recusa a abrir mão das suas próprias benesses.

O geógrafo Milton Santos, de saudosa memória, que nos ensina tanto até hoje, numa entrevista famosa ele dizia: "Numa radicalidade, não existe cidadão no Brasil." E ele dizia: "Porque nós temos uma elite que só quer direitos, e uma população que só tem deveres. A cidadania pressupõe direitos e deveres." Isso é uma constatação óbvia, isso está posto. E a solução para isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são eventos como esse, são exemplos como o do Senador, como do Fernando, do Bernardo, da Luciene e de todos aqui presentes, que procuram dedicar a vida para a mudança disso.

Na minha época de universidade, a gente costumava dizer que o fundamental não era o respeito à diferença, que isso era pouco. O fundamental era a aceitação da diferença. O respeito, às vezes, parece algo até narcísico, eu sou psicólogo: "Você lá e eu cá. Não, eu aceito, mas você lá e eu cá. Eu aceito desde que você não mexa comigo, eu aceito desde que..." Isso é o respeito. A aceitação é a convivência, é a construção coletiva.

Eu preciso voltar para a apresentação, eu tenho uma tarefa que me foi incluída pelo Senador, de voltar aqui e explicar como está essa questão da avaliação da pessoa com deficiência no Brasil. Então, de modo breve, a deficiência é percebida de diferentes formas ao longo do tempo. Todo mundo conhece e certamente vocês conhecem até melhor do que eu.

A questão do autismo, para tentar juntar os dois universos. Uma das características do Transtorno do Espectro Autista é o déficit considerável na interação social – isso já foi questionado aqui, mas em algumas situações isso ainda é verdade. A complexidade dos sintomas, a diversidade de explicações etiológicas – isso tudo eu coletei por meio das conversas com o Fernando e nos *sites*. Muitas vezes, com ausência de comunicação verbal, prejudicando ainda mais a interação social deste indivíduo.

A extensão das dificuldades enfrentadas pelo indivíduo, em nome da ciência, diferentes tipos de intérpretes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ RIBEIRO COSTA DA SILVA – A proliferação de distintas e concomitantes atuações dos profissionais envolvidos. Isso é fundamental, o Fernando deu um exemplo da inadaptação muitas vezes aparente, porque o filho dele fez equoterapia. E fico imaginando o filho de outras pessoas que não são autistas que já fizeram judô, caratê, natação, voleibol. O meu filho já está na terceira escola de inglês. É método, em grande parte, método. A teoria da pedagogia moderna diz que grande parte da população é capaz de aprender qualquer coisa, depende de tempo e de método, e paciência naturalmente.

Muitas vezes, deixa-se de olhar o indivíduo e passa-se a tratar do autismo, esquecem-se das pessoas, em função do método. Dividem-se saberes, graus de importância. Concorda-se aí com a complexidade da síndrome, deleta-se a complexidade do sujeito. Estamos falando de gente. E gente é tão variada, tão plural quanto existe.

Não dá para fazer essa discussão aqui agora, nem cabe. Acho que parte dessas discussões têm reflexo de uma noção presente na cultura brasileira, que é a noção de essencialista. Como se tivéssemos um redutor único, e a gente fosse feito uma cebola. Esse é um exemplo da psicanálise, que você vai descascando, descascando e lá no fundo tivesse aquilo que definiria cada um. Ao logo da história, essa essência foi mudando. Já foi em Freud a sexualidade, mas já foi em Marx o trabalho, em Rousseau já foi a teoria da bondade, em outros já foi a liberdade. Então, essas teorias vão mudando ao longo da história. Talvez o grande exemplo é o que nos faz aqui todos iguais é que somos todos diferentes, todos, mesmo os gêmeos – e aí temos a genética para nos ajudar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A concepção de deficiência nem sempre foi abordada na perspectiva de exigir das sociedades mudanças estruturais. A deficiência era vista como um problema e uma questão da pessoa. É um órgão... Eu ainda vou fazer uma planilha para ver como Estados e governos lidam ao longo do tempo da história. E aí a gente volta para o que me traz aqui, inclusive por conta do cargo que ocupo, a questão da deficiência, dos modelos de avaliação.

O Brasil é referência internacional para essa discussão da avaliação. O Brasil tem uma perspectiva bastante avançada. Nós temos a CIF, e aí há um dado interessante. O conceito de deficiência presente na LBI:

> Pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação com diversas barreiras, essas limitações podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Eu já disse isso e costumo dizer – eu sou uma pessoa com deficiência – que ser deficiente não é o meu principal problema. O meu principal problema é morar num país que não é acessível. Esse é a minha principal dificuldade. E minha deficiência é leve. Essas desordens de fala são do pensamento, não são físicas, são de outra natureza.

A avaliação da deficiência. De modo breve, em 2007, foi criado um grupo de trabalho pela Presidência. Em 2013, o Índice de Funcionalidade Brasileiro. Lembrem-se que é o IFBr... Depois, em 2015, a Lei Brasileira... Em abril, foi criado um Comitê, já em 2016. Em 2018, o Modelo de Avaliação entra em vigor pela LBI. A CIF, que é aquele Código Internacional de Funcionalidade. Em 2012, o Conselho Nacional de Saúde fez essa Resolução 452, que diz que o CIF deveria ser utilizado no Sistema Único de Saúde, inclusive na saúde suplementar – em 2012. Em 2013, a Lei Complementar sobre aposentadoria define também que a deficiência deveria ser avaliada a partir do CIF – então, desde 2013. Em 2015, a política brasileira, pela sanção. Em 2018, a entrada em vigor da LBI.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSUÉ RIBEIRO COSTA DA SILVA – Como era antes? De modo breve, modelo hegemônico... E aí há um quadro: no Modelo Médico, define-se o atributo na pessoa, e, no Modelo Social, a deficiência passa a ser percebida como um produto de barreiras físicas, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade.

Por conta do meu tempo, vamos agilizar aqui.

A luta de nós... Esse é o art. 2º. Esse é o decreto. A composição de um Comitê para avaliar a questão da deficiência. Os instrumentos que são avaliados.

Vou passar mais rapidamente.

A situação atual. Fase 1, do instrumento de avaliação das deficiências já está concluído, que chamamos de Avaliação de Conteúdo. A Fase 2 será feita junto com a Fase 3, modo qualitativo e quantitativo. O IFBr... Esta é a amostra: 3.457. E aqui é um conjunto de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ RIBEIRO COSTA DA SILVA – Esses são os federais. Os direitos assegurados à vida digna, qualidade, o acesso...

Por conta do tempo, eu vou guardar algumas informações para o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Sr. Josué Ribeiro da Costa Silva, Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

Sobre esses decretos que saíram agora, eu havia dito aqui ao Fernando que comentei na tribuna, de forma positiva. Não é só ter o Estatuto, mas tinha de ter avançado na regulamentação. E eu fiz um discurso nesse sentido.

Falta nesta Mesa ainda, porque ela chegou depois, a Srª Silene Santana.

Silene, eu queria convidá-la a encerrar esta primeira Mesa. Silene Santana é funcionária pública.

A SRª SILENE SANTANA – O que eu tenho para falar tem muito a ver com isso que acabou de ser apresentado. Vendo essa apresentação, chamou-me muito a atenção principalmente sobre a minha história. Eu fui diagnosticada, diferentemente do Bernardo, aos 33 anos de idade com Síndrome de Asperger, que é autismo leve, e infelizmente não foi em Brasília. Aqui em Brasília não existe autista adulto, por quê? Porque a gente vai aos médicos, eles olham para a nossa cara e falam: "Não, você não é autista, porque você está olhando no meu olho." Como é isso? "Você está falando comigo normalmente. Isso não existe. Você trabalha, você é servidora pública, você estuda, faz faculdade..." E isso porque eu não sou casada; se eu o fosse, seria pior. "Não, você pode ter tudo, menos autismo".

Eu tive de ir procurar a ajuda de um dos maiores especialistas em autismo do Brasil, o Dr. Estevão Vadasz, da USP. Ele me deu o diagnóstico, que não é aceito em Brasília. Existem todas essas leis, mas eu não costumo dizer que não consegui nenhum direito. O único direito que eu consegui até hoje foi o do estacionamento, da vaga especial. E eu já tenho o diagnóstico há cinco anos. Infelizmente, esse é o único direito que eu consegui aqui em Brasília, porque o meu diagnóstico não é reconhecido; ou seja, não adianta a gente ser diagnosticado, porque a gente não é visto mesmo assim.

Esta reunião está acontecendo pela luta dos pais. Eu admiro muito que os pais sejam bastante corajosos e vão atrás desses direitos para os seus filhos, porque muitos autistas adultos estão numa condição muito pior. Hoje eles são adultos – eu conheço alguns com 45 anos, 50, 30 –, estão morando com os pais, ou com a mãe aposentada ou viúva, não trabalham, não estudam, não conseguem se formar numa faculdade, não namoram, não saem de casa. A única coisa que eles fazem é ficar na internet e ver filme em casa. Eles não têm vida social. Eu só trabalho. Felizmente, eu consegui isso. Trabalho a duras penas, mas conheço vários autistas adultos que, mesmo com diagnóstico, não conseguem fazer parte da vida social.

Eu tenho orgulho de falar que eu sou autista. Por isso, eu estou aqui hoje me abrindo. Tenho orgulho de estar aqui falando, mas, saindo por essa porta hoje à tarde, eu tenho de trabalhar. Sou servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal há seis anos. Eu não era diagnosticada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época em que eu passei no concurso e infelizmente não posso dizer no meu trabalho que eu tenho orgulho de ser autista, porque eu já fui discriminada no meu trabalho. Hoje estou em outro lugar, em que ninguém sabe que eu sou autista, porque lá eu não posso ter esse orgulho de falar, porque ninguém acredita, ninguém aceita que um autista possa trabalhar. Ninguém aceita que um autista possa fazer faculdade. Hoje eu tenho aula na UnB, eu faço Pedagogia, e também não posso falar que eu sou autista, porque senão a professora fala: "Não, mas você vai ter de fazer trabalho em grupo, junto com todo mundo. Você não pode usar a sua doença como desculpa." Ela fala assim para mim. Eu tenho de ficar ouvindo essas coisas. E o que eu fiz? Preferi guardar esse orgulho só comigo, dentro da minha casa, com a minha família e com os meus amigos autistas.

E, aqui, hoje, eu deixo este dia para me abrir para vocês, porque eu acho que vai ajudar muitas pessoas. Se eu estou falando bem assim, foi muito treino...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E está falando muito bem mesmo. Que bom! Superando obstáculos!

A SRª SILENE SANTANA – Obrigada!

Eu fiz três anos de teatro quando eu era adolescente, estava saindo da infância, porque eu queria ser palestrante. Isso me ajudou a estar aqui hoje falando com vocês, apesar de tanta discriminação. Porque o diagnóstico só me trouxe isto: discriminação. Os meus direitos... A partir do diagnóstico, eu comecei a sentir a discriminação, o preconceito. Foi muito triste para mim, porque eu tirei um peso das minhas costas ao descobrir por que eu era tão diferente, não me sentia mais culpada de ser tão diferente assim, mas, ao mesmo tempo, quando eu falava com as pessoas, era muito triste, porque elas olhavam para a minha cara e não acreditavam; ou senão falavam: "Quer ser coitadinha..." Eu nunca usei nada disso como desculpa na minha vida. As pessoas precisariam respeitar mais as diferenças entre si e principalmente o diagnóstico do médico.

Aqui em Brasília, na rede pública, para a gente conseguir ser aceito, temos de passar pelo SUS. Tudo aqui é pelo SUS – em Brasília e no Brasil inteiro. Então, se não existe médico particular que atenda o autista adulto, imagine pelo SUS. Aí é que a gente não consegue mesmo nenhum direito.

Eu tive de sair da faculdade para conseguir o meu diagnóstico e voltei para a faculdade novamente para fazer prova oral, trabalho sem ser em grupo... Aí sim eu consegui voltar para a faculdade para poder terminar – só falta um ano. Eu já falei que faço Pedagogia. E foi por isto que eu fui atrás de diagnóstico: para tentar terminar a faculdade. Mas o diagnóstico trouxe outras coisas, o que realmente foi um susto para mim. A gente costuma ser ingênuo, não é, Bernardo? Acreditar, pensar que as leis funcionam...

Eu posso dizer que existem muitos autistas... Todo mundo já trabalhou com um autista, ou já estudou com um autista, ou até já namorou um autista, só que ninguém sabe. Se as pessoas virem as características, principalmente das meninas, que são muito diferentes do que é falado que é um autista, vão ver que elas já conheceram de perto um autista, porque o autista é bem comum na sociedade, só que ele não é visto. Ele está ali escondido. As pessoas nem lembram... "Ah, ele só é estranho." "Ah! Ele é tímido." Já me chamaram de tímida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRª SILENE SANTANA – A gente está, sim, na sociedade, só que a gente é daquele jeito, como se fosse escondido. Mas a gente está ali. A gente presta atenção em tudo que acontece e a gente quer participar. Eu acredito que isso vai a cada dia melhorar mais, porque os pais dos autistas mais severos e das crianças que estão nascendo autistas estão indo atrás dos direitos. E isso eu acho elogiável, porque, se não fossem eles, eu nem estaria aqui falando. Para eu estar aqui hoje, a luta foi grande. Não foi fácil para eu estar aqui conversando com vocês.

É muito emocionante para mim. Eu até queria expor mais coisas, mas eu não posso justamente para não ser tão criticada depois. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

Silene Santana, funcionária pública e também autista, que deu aqui o seu depoimento de vida. Meus cumprimentos!

Eu pediria que esta Mesa agora retornasse ao plenário e vou convidar a segunda Mesa para fazer aqui as suas exposições.

Segunda Mesa: Amanda Paschoal, Conselheira do Moab, estudante da UnB e artista plástica – seja bem-vinda; Francisco Djalma de Oliveira, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Igor de Andrade Ceolin, estudante; César Martins, Coordenador do Moab e pai de autista; Luciano Pereira, advogado da AMA/DF e pai de autista; Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento às Pessoas com Autismo do Governo do DF. (*Palmas.*)

Eu falei aqui com o Fernando Cotta, e ele me lembrou de que ele tinha no celular algumas fotos de como tudo começou. Ele está se lembrando das fotos. Vamos deixar as fotos no painel – são quatro ou cinco. Eu estava de cabelo pretinho naquela época e era um pouquinho mais magro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você também. Está com o seu filhão no colo. Ali foi a primeira vez em que o Congresso ficou azul. Foi nessa noite. Estamos lá em cima. (*Palmas.*)

Boa lembrança, meu amigo, Fernando Cotta. Como dizem, são tempos que não voltam mais, mas os momentos ficam gravados.

O SR. FERNANDO COTTA – As conquistas continuam e só vão aumentar, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem tiver algum vídeo, fique bem à vontade. Saem as fotos, e entra o vídeo.

De imediato, a Conselheira do Moab, estudante da UnB e artista plástica, Amanda Paschoal.

A SRª AMANDA PASCHOAL – Bom dia!

Eu vou pedir desculpas se eu estourar o tempo, mas vocês foram falando tanta coisa que eu tive de acrescentar aqui o que tenho de falar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema.

A SRª AMANDA PASCHOAL – Então, o que é o Dia do Orgulho Autista? O que significa orgulho autista? Primeiro, vamos entender o que significa o orgulho no contexto que a gente apresenta aqui, que é o mesmo contexto do orgulho negro, do Movimento Black Power; do orgulho *gay*; do orgulho de diversos movimentos políticos. E aqui é importante perceber que orgulho é o oposto de vergonha.

É possível perceber, é algo muito comum, em todas as culturas que foram subjugadas por outras culturas, colonizadas, que elas tiveram as suas características definidas como coisas negativas pela cultura... Por exemplo, uma coisa por que quase todas as culturas passam: percebi que sempre há preconceito de achar que o outro é preguiçoso. Qual era o preconceito que havia com os índios? "Ah, porque os índios são preguiçosos." Qual era o preconceito que havia contra os negros? "Ah, porque os negros são preguiçosos." E há o preconceito também com as pessoas com deficiência de achar que elas são preguiçosas. Há expressões, como, por exemplo: "Se fazer de coitado é dar uma de joão sem braço." Se você está se apoiando em algo, está dando uma desculpa, está usando isso "de muleta".

E eu acho engraçada essa expressão "de muleta", num tom pejorativo, porque muleta é uma coisa que proporciona à pessoa com dificuldade de locomoção poder andar mais, poder fazer mais coisas; é o oposto de preguiça. Imagine se a gente substituísse por algum outro objeto que também tivesse a mesma função só que para outra parte do corpo, como os óculos: "Nossa, pare de dar desculpa, você está usando isso de óculos." (*Risos.*)

Então, a gente tem o dobro do trabalho do que a maioria das pessoas tem, e ainda chamam a gente de preguiçoso e de coitadinho, achando que a gente está se aproveitando.

A vergonha sempre foi característica da opressão, como, por exemplo, pelas suas características, as mulheres são envergonhadas, sendo consideradas mais fracas, mais frágeis, de pior qualidade. Essa é uma característica do machismo, como: "Coisa de menininha é uma coisa inferior." "Você joga com uma garota", então, quer-se dizer que você joga mal.

E, em relação ao autismo, também isso acontece. Os artistas são envergonhados por suas características. Por exemplo, os movimentos repetitivos, comportamentos repetitivos de balançar as mãos, de balançar o corpo são comumente associados pela cultura como uma falta de inteligência, uma coisa a ser consertada. "Se você ficar repetindo a mesma coisa um milhão de vezes, isso é uma coisa ruim, é um sintoma a ser corrigido." Então, essas pessoas são envergonhadas no âmbito familiar... "Garotinho esquisito." "Garotinho retardado." "Olha só como ele se comporta." "Olha o que ele faz." E isso ocorre até no nível institucional. Estamos falando aqui de escolas, faculdades, mercado de trabalho, pessoas que não aceitam as características autistas e acham que essas características fazem de nós pessoas inferiores, nos envergonham.

E um exemplo muito gritante disso foi o do psiquiatra Ivar Lovaas, que criou a análise de comportamento para autistas. E o objetivo dele era que autistas ficassem indistinguíveis de seus pares, indistinguíveis de qualquer outra pessoa. Ele trabalhava para que o autista não se parecesse diferente e usava coisas como choques elétricos para que a criança procurasse o abraço de uma pessoa, havia espancamento, e a deixava amarrada na cama por vários dias. E ele dizia que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo isso pelo bem dos autistas e que, se não fizesse isso, iria ficar muito pior. E um monte de gente foi na conversa dele na época. Até hoje em dia, se você procurar Ivar Lovaas no Google, só metade dos resultados vai mostrar que ele realmente torturou autistas. E muitos vão dizer: "Ah, muito bem, o criador da ABA, parabéns para ele!"

Outro aspecto que se pode mencionar é que o Lovaas também trabalhou, com menor importância, num outro projeto da UCA (Universidade da Califórnia), que foi o chamado Feminine Boy Project, em que os pesquisadores procuravam garotos, tratavam a homossexualidade como uma coisa a ser prevenida de forma comportamental. E, no atendimento, eles diziam: "Se o seu menino faz dez dessas coisas, como brincar de bonecas, prefere brincar com meninas, possui comportamentos afeminados, por assim dizer...", era para procurá-los para fazer o tratamento experimental. E aí eles botavam os meninos para brincar num local em que havia tanto os brinquedos de menino quanto os de menina. E a mãe lá tinha de ignorar o filho enquanto ele estivesse brincando com os brinquedos de menina e só dar atenção para ele se ele estivesse apresentando comportamentos ditos masculinos.

Em um dos casos, um garoto chegou a fazer pirraça, a gritar, a brigar com a mãe, pedindo por favor para que ela desse uma atenção para ele. E ela o continuava ignorando. E se disse que era para continuar esse tratamento em casa, que dessem a ele umas fichinhas: vermelhas, para quando tivesse um comportamento feminino, e azuis, para quando tivesse um comportamento masculino. E aí davam as fichinhas. A fichinha azul poderia ser trocada por coisas depois, como doce ou alguma coisa que a criança quisesse, e, as vermelha eram trocadas por castigo; às vezes, dependendo da família, a criança até apanhava, tortura mesmo. E aí logo, felizmente, pouco tempo depois, a homossexualidade saiu do DSM. Então, eles não tinham mais como sustentar aquele projeto, que foi encerrado. Mas, mesmo assim, para as 11 crianças que participaram, eles disseram que não funcionou, muitas desenvolveram depressão e se suicidaram depois.

Quem conhece a análise do comportamento, pode ver como é parecido. "Ah, você dá uma coisinha boa, se a criança não se comportar como um autista, se ele ficar paradinho na cadeira, sem se mexer, sem rodar; tem que olhar nos olhos, tem que falar da forma certa; não pode repetir a mesma coisa um milhão de vezes. Aí você vai dar a fichinha boa, ou a fichinha ruim." Mesmo que a análise de comportamento, hoje em dia, não use eletrochoques, nem espancamentos, essas coisas...

A Michelle Dawson, que é uma pesquisadora autista, num artigo em que fala sobre a questão ética, afirma que, nesses dois casos, tanto no do ABA, quando começou, quanto nesse do Feminine Boy Project, o problema não é somente a violência. Claro, esse é um problema muito grande, mas é preciso ver como as características femininas são associadas a coisas ruins que devem ser eliminadas, assim como as características dos autistas são associadas a coisas ruins que devem ser eliminadas, por exemplo: "Você é ruim por agir como um autista, é uma coisa de que você deve se envergonhar e deve suprimir."

Então, imagine o equivalente, se isso tivesse continuado até hoje em dia... "Olha, para você ser uma mulher de sucesso, você não pode ser feminina, você não pode gostar de maquiagem, você não pode ter jeito de garota. O seu sucesso depende de quão mais masculina você pareça." E pior, para alguns, imagine se, para ter acesso aos direitos mais fundamentais, você precisasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parecer com outra pessoa que você não é, como no caso aqui, que já foi mostrado, sobre direitos mais simples das pessoas autistas, das pessoas com deficiência, em que é cobrado que a gente seja outra coisa para conseguir direitos básicos fundamentais de qualquer ser humano.

(*Soa a campainha.*)

A SRª AMANDA PASCHOAL – Então, o orgulho significa que a gente vai jogar essa vergonha pela janela. Eu tenho orgulho de ser quem eu sou. Eu vou me balançar, eu vou repetir as mesmas coisas um milhão de vezes, e isso não pode tirar os meus direitos humanos. Você não pode exigir que eu seja outra pessoa para poder ter acesso ao suporte da sociedade que todo mundo tem.

A gente fala que independência é uma falácia... Por exemplo, falou-se, lá no vídeo, que alguns precisam de ajuda para ir ao banheiro. E aí você pensa: quando a gente precisa ir ao banheiro, a gente não vai ali ao mato, cava um buraco... A gente compra uma privada, que foi fabricada; a gente usa um papel higiênico, que foi processado por uma fábrica de papel – não sei quantos processos químicos são necessários para transformar uma árvore em papel higiênico; a gente usa o sistema de encanamento que foi construído por milhares de pessoas; e ainda existe a Caesb, que é um sistema do Governo. Ou seja, a gente precisa de milhares de pessoas, até mesmo do Governo, para ir ao banheiro. (*Risos.*)

E isso é feito por todas as pessoas, mas, se a pessoa precisa de ajuda para ir daqui até o banheiro, aí pronto: "Aí já é demais, aí não pode!" Não faz sentido uma coisa dessa. Quando a gente traçou essa linha de que essas necessidades são aceitáveis, e aquelas não; de que você precisa modificar quem você é para conseguir ter direitos?

O orgulho busca autoafirmação, empoderamento, aceitação. E existe uma tendência – não sei de onde surgiu isso; eu vou ter que pesquisar – de algumas pessoas acharem que essas coisas são muito passivas, como: "Sim, eu aceito que você é autista, mas eu fico aqui, eu não mudo uma vírgula de nada, continua tudo do mesmo jeito." Não, para aceitação, autoafirmação, orgulho, a gente precisa fazer mudanças enormes na sociedade, na estrutura. Para os negros conseguirem sair de um sistema que era de escravidão, em que eles eram considerados como objetos a serem usados como gado, às vezes, até pior do que um animal, para conseguirem ser uma pessoa reconhecida, com igualdade de direitos e deveres, de oportunidade, foi preciso uma mudança profunda no sistema, na constituição da sociedade, em todos os âmbitos. Assim também deve ser com as pessoas com deficiência.

Os autistas só vão conseguir alcançar a aceitação, a inclusão, a afirmação de quem eles são com mudanças profundas na nossa sociedade, em como ela está estruturada. Isso vai desde o âmbito do macro, do que o Governo faz da legislação, até o âmbito do micro, quanto ao fato de a pessoa chegar e falar, por exemplo: "Mas ele é tão bonito! Você tem certeza de que ele é autista?" Há mudanças profundas na sociedade que têm de ser feitas. E, às vezes, mudança até mesmo num hábito estético. Foi preciso haver o Movimento Black is Beautiful para que as pessoas reconhecessem o negro como bonito, porque ser negro era visto como um erro do ponto de vista estético. E a gente está precisando também ver o autista como uma pessoa cujos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comportamentos não são sinal de pouca inteligência, ou um momento de crise não é o que determina as habilidades da vida dele toda.

Quanto à questão da autoafirmação, falou-se aqui que o *slogan* do movimento das pessoas com deficiência é "Nada sobre nós sem nós". A gente entende que a pessoa com deficiência é a maior entendida das suas necessidades, do que ela precisa. E para isso a gente precisa de comunicação e autonomia. A autonomia é um direito humano; não é independência. O Stephen Hawking precisava de ajuda, de suporte para tudo o que ele fazia, mas ele podia ter escolhas sobre a vida dele, e isso é autonomia.

Para isso, a gente também precisa de uma coisa que no Brasil está faltando muito: comunicação alternativa, porque nem todas as pessoas vão se comunicar da forma oral, como a gente está se comunicando aqui; elas precisam ser ouvidas e é preciso haver outras formas de comunicação para que a vontade delas seja expressa. Não dá para identificar: "Ah, elas não têm como expressar a vontade." E aí se cruzam os braços. A gente tem de buscar uma forma de elas expressarem a vontade delas. Ninguém é isento de vontades, ninguém é uma concha vazia com nada na cabeça. Mesmo um autista com deficiência intelectual, com epilepsia e tudo mais que você possa imaginar pode atingir formas de comunicação alternativas e expressar a vontade, mesmo que a vontade dele seja de que outra pessoa decida alguma coisa por ele.

(*Soa a campainha.*)

A SRª AMANDA PASCHOAL – Eu gostaria muito de ouvir menos sobre cientistas e mais sobre autistas que protagonizaram movimentos de lutas pelos seus direitos. Eu gostaria de ouvir mais sobre a Temple Grandin; sobre a Amy Sequenzia, que é um autista não falante, por tudo o que eu disse sobre epilepsia, ausência de fala, deficiência intelectual; sobre a Amy Feist, e tantas autistas que lutam pelos seus direitos. Eu gostaria que fossem a principal fonte de referência quando se vai falar sobre autismo. Por exemplo, eu disse que o Lovaas fazia tortura, e as pessoas acreditavam nele. Vocês sabem o que os cientistas estão realmente fazendo? Vocês têm noção de como eles tratam os autistas e o que eles realmente fazem?

Então, como foi dito, o autismo é uma variação neurológica natural. A mestre em evolução ali pode dizer que variação genética é o principal componente para que qualquer espécie evolua. Mas a gente fez esse negócio de dividir: "Essa necessidade precisa dessa ajuda, tudo bem; e dessa ajuda, não." O ser humano é social, a gente não vive sozinho. Então, quando a gente tem essa variação, no caso, neurológica, em que para nós é negado o direito, isso é uma deficiência. Não há um defeito na gente; é um problema da sociedade, e a sociedade foi feita para servir as pessoas. Então, não existem pessoas inúteis na sociedade; existem sociedades inúteis para certas pessoas. Kirk, um dos meninos submetidos ao Feminine Boy Project, desenvolveu depressão e se matou quanto adulto. Muitos aqui passaram por terapias normalizadoras, procurando distinguir características autistas, passaram por humilhações na sua família, dizendo que eles não podem ser autistas, ter traços autistas. Aí desenvolvem estresse pós-traumático, síndrome de Burnout, transtorno de ansiedade, depressão e muitos outros problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai para o final, que é o empoderamento, que é fazer tudo isso acontecer, dar voz aos autistas, mudar a sociedade profundamente em todos os seus âmbitos, micro e macro, respeitar o autista como autista, com suas características autísticas e... (*Pausa.*)

Deu branco.

Quero terminar aqui dizendo que, mesmo que todo mundo diga o contrário, eu tenho orgulho de ser autista, dos meus instintos, da minha ecolalia, de repetir as coisas. E eu não vou me envergonhar disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Amanda Paschoal, Conselheira do Moab, estudante da UnB e artista plástica. Terminou com a frase: "Tenho orgulho de ser autista". Muito bem.

De imediato, Francisco Djalma de Oliveira, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

O SR. FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero fazer, inicialmente, uma saudação ao Senador Paulo Paim, parabenizar e agradecer por toda a luta que o Senador tem empreendido em favor da causa da pessoa com deficiência e também por sempre lembrar do Conade. Já estivemos aqui em algumas ocasiões. E o Conade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Conade sempre foi, do início ao fim, um construtor de tudo que há de bom neste País nessa área.

O SR. FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

O Conade é constituído por representantes do Governo e da sociedade civil. É um órgão independente, embora vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, mas um órgão que se constitui, portanto, com representação da sociedade civil.

Além de Conselheiro do Conade, sou Diretor da Associação de Pais, Amigos e Funcionários com Deficiência do Banco do Brasil e da comunidade. Nós temos várias pessoas, colegas do banco, que são pais de autistas e alguns funcionários autistas. Então, é importante a gente perceber essa ascensão, essa conquista de vários autistas – e aqui estou extremamente emocionado e feliz por ver nas duas Mesas várias pessoas com autismo inseridas na sociedade, no mercado de trabalho. Isso é extremamente importante. Temos, no Banco do Brasil, funcionários autistas que também começam a compor a nossa associação. Isso enriqueceu muito todo esse nosso olhar para a questão do autismo.

O olhar do Conade para a sociedade, para as pessoas com deficiência, como o próprio nome e a função dele exigem, é fazer com que o Estado brasileiro cumpra o seu papel estabelecido nas leis em vários dispositivos legais de inserção social da pessoa com deficiência, de inserção na escola, de direito à saúde.

Então, dos vários componentes da vida que o Estado precisa prover, o Conade é esse órgão fiscalizador ou um órgão de controle social, como a gente fala, de todas essas questões que estão inerentes aos direitos da pessoa com deficiência. A gente briga por esse direito.

Temos vários exemplos de luta que o Conade empreendeu. Particularmente, uma ação muito frutífera e recente que empreendemos foi a luta para que não fosse cobrada mensalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas com deficiência. Não sei se vocês acompanharam isso. Houve uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que chegou ao Supremo Tribunal Federal, e, por meio da luta do Conade, nós conseguimos fazer com que ela não fosse aceita. Hoje nenhuma escola pode cobrar a mais por uma pessoa com deficiência na escola. Então, essa foi uma conquista, graças a essa nossa luta, também, evidentemente, com vários setores que empreenderam conosco.

Com relação ao autismo em si, em algumas ocasiões, eu já estive discutindo com alguns colegas que, às vezes, querem colocar "pessoas com deficiência e autismo". Até conversei com o colega Vinícius, um militante que está aqui na plenária, sobre esse assunto e com outros colegas. O que a gente observa é que é importante para o movimento com autismo se enxergar nos próprios dispositivos, como na Lei Brasileira de Inclusão e na Convenção da Pessoa com Deficiência, que são mais amplas e mais poderosas, e na própria Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que é a lei que vai dizer literalmente, no seu §2º do art. 1º, que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Então, esse é o parâmetro que a gente estabelece, e, no Conade, a gente usa como patamar necessário, de base, para toda a defesa dos direitos que nós fazemos, que ela é uma deficiência para todos os efeitos legais. Isso, portanto, é indiscutível, e não se fala mais nessa questão.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar aqui é sobre a avaliação da deficiência. Isso é extremamente importante para todas as deficiências, mas, particularmente, para o autismo, porque, como tratamos de um espectro, as várias formas de se manifestar, as várias diferenças exigem, portanto, esse olhar diferenciado.

Eu queria me reportar à fala da Silene, que esteve aqui na Mesa anterior. Foi muito importante o depoimento que ela deu, e eu vou me permitir aqui repeti-lo. Ela disse que chegava ao médico, e ele dizia: "Olha, você não tem autismo". Ele olha para a pessoa e diz: "Você não tem deficiência." Essa é uma constatação da importância da avaliação biopsicossocial.

Hoje, o que exige a Lei Brasileira de Inclusão? Que a avaliação da deficiência seja feita com base no modelo biopsicossocial. O que significa isso? Significa que não basta apenas o olhar do médico. A deficiência não está na pessoa. A deficiência está na interação da pessoa com o ambiente. Então, para que seja avaliado isso, são necessários outros olhares: o olhar do psicólogo, o olhar do assistente social, o olhar do terapeuta, ou seja, é esse amplo olhar que vai dizer que aquela pessoa, que parece não ter deficiência, tem, porque olha-se apenas para a fisionomia dela... Como o Fernando falou aqui, acontece de um guarda de trânsito chegar lá dizer: "Por que você parou nessa vaga? O seu filho não tem deficiência." Aparentemente, não é? Já fizeram isso comigo.

Abrindo um parêntese, sou pai de um filho com deficiência. Meu filho tem paralisia cerebral. É diferente do autismo, mas a gente tem em comum toda a discriminação, o preconceito, muita coisa. As deficiências convergem para esse aspecto. Eu pego o meu filho na escola, ele tem dificuldade de se locomover, e aí estaciono na vaga de deficiente, coloco lá a credencial que ele tem, a permissão para ir buscá-lo para que, quando eu voltar, ele entre lá e eu não tenha de atravessar a rua com ele andando lentamente. Uma vez, um senhor me parou quando me viu descer e disse: "Olha, você não pode parar nessa vaga aí." De certa forma, eu até agradeci a ele. Eu disse: "Está certo, o senhor está fazendo a sua função, fez muito bem e eu lhe agradeço."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expliquei a minha situação de que eu era pai de uma criança com deficiência, iria pegá-lo na escola e, quando viesse com ele, iria colocá-lo lá, mas agradeci.

Acho que esse olhar da sociedade é importante, porque muitas vezes há o nosso caso, o caso do Fernando com o filho dele, o caso de outras pessoas, como a Silene. Talvez alguém, vendo você descer do carro, vá dizer que você não tem necessidade de parar naquela vaga. Muita gente se aproveita, não tem necessidade mesmo e estaciona no lugar errado, estaciona diante da rampa. A gente, com uma cadeira de rodas, precisa daquela rampa para subir, mas as pessoas acham que não é preciso e param ali. Isso a gente considera extremamente importante, e a lei trabalha com esse tipo de barreira, que são as barreiras atitudinais. Essa barreira é extremamente importante. É extremamente necessário que a gente municie a sociedade de elementos para que todas as pessoas, conscientes disso, quebrem as barreiras atitudinais e aceitem as pessoas com deficiência.

Não muito antigamente, há cerca de dez ou quinze anos, as pessoas com deficiência, quando a sociedade não tinha essa abertura que tem hoje para lazer, para trabalho, para inserção social como um todo, ficavam condenadas a ficar em um quarto com uma televisão. Há um depoimento de uma colega minha que levou o filho para o médico e ele falou: "Olha, para o seu filho não tem jeito. O que eu sugiro é você comprar uma televisão e colocar uma grade na janela do quarto." Isso choca. Isso é chocante. A cada vez que eu falo isso eu me emociono, porque é exatamente isso que a gente quer mudar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA – Esta audiência pública tem esta finalidade, este papel de fazer com que a gente cada vez mais reverta essa situação, que as pessoas com deficiência não fiquem em casa subjugadas, tendo que passar o resto de suas vidas apenas assistindo à televisão; que tenham direito a lazer, que tenham direito ao trabalho, que tenham direito às condições de saúde e de educação como quaisquer outras pessoas.

Então, nesse sentido, eu, como representante do Conade, agradeço demais essa possibilidade de estar aqui falando para o Brasil inteiro, a TV Senado está transmitindo, nessa perspectiva. E fico muito feliz de ver pessoas com autismo virem aqui e se expressarem numa audiência pública, mostrando que têm capacidade, mostrando que têm condições de fazer uma tese de doutorado, mostrando que têm condições de trabalhar num tribunal, mostrando que podem ser estudante e ter perspectiva de se formar em Biologia. Então, é isso que a gente quer. Por isso justifica este nome: orgulho autista.

Embora a Silene não possa dizer isso hoje, porque a discriminação ainda é grande no trabalho dela, a gente luta para virar essa página e poder, no futuro, ter, de fato, orgulho de ser autista, pessoa com deficiência em qualquer lugar onde a gente esteja.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Djalma de Oliveira, Conselheiro do Conselho do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Parabéns pela exposição em que deu exemplo, inclusive, do filho. Meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, então, Igor de Andrade Ceolin, estudante, tem a palavra para a sua exposição.

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Bom dia.

Eu estou muito nervoso. Vou tentar me acalmar um pouco. Estou tremendo.

Descobri meu diagnóstico aos 24 anos de idade, bem tardiamente. Comecei a falar com três anos.

Silene, você falou naquela hora sobre aquele negócio de ser casado, namorado. Eu sou casado. No começo, foi muito difícil. O pessoal dizia: "Nossa, como você é casado? Como é?" As pessoas fazem algumas perguntas inteligentes, mas outras que ofendem. É muito difícil isso. A gente estava numa reunião com as mães de alguns autistas e perguntaram para a minha esposa: "Como você tem coragem de namorá-lo? Ele é uma criança." Eu tinha vinte... Tinha quantos anos? Eu nem lembro. Acho que tinha 28. Eu disse: "Querida, eu quero, tá?"

Vou falar um pouco sobre trabalho também. Para a gente que é autista é muito difícil, porque eu já ouvi da boca de um empresário: "Eu prefiro pagar multa a contratar uma pessoa com deficiência e vê-la ficar se batendo." De vez em quando, quando eu vou para entrevistas de emprego, eles não ligam para o meu celular. Eles ligam para o celular da minha esposa e perguntam a ela se eu vou ficar me batendo. "Quem é você? Você é a tutora dele?" Ela diz: "Não, sou esposa dele."

Amanda, eu tenho orgulho também, viu? No começo, foi bem difícil. Quando você descobre, você fala: meu Deus, o que é isso? É um bicho de sete cabeças, não vou contar para ninguém. Depois, comecei a descobrir, a pesquisar, e hoje eu ajudo algumas pessoas, tento ajudar, porque não é fácil, não.

E os médicos? Eu fui ao médico para pegar... Eu fui tentar trabalhar e um médico de uma empresa falou para mim: "Você não tem capacidade para esse cargo", que era em um hospital. "Eu vou tentar atrapalhar a sua vida. Eu vou escrever 'doente mental'." Eu falei: "Não tem problema, você pode escrever." Eu fui começar no outro dia, 7 horas da manhã, e disseram: "Não preciso mais de você, não." Eu já tinha tirado todos os documentos – todos! Estava bem feliz, porque ia começar a trabalhar. Quando cheguei lá: "Não, não precisamos de você mais, não. Pode ir embora." Esse negócio é muito complicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou no emprego?

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Não fiquei, porque cheguei às 7 horas da manhã, estava tudo certo, com a carteira, estava com tudo certo, cheguei lá e fui dispensado. Até a minha esposa perguntou: "O que aconteceu?" Eu falei: "Não sei." Cheguei lá e o chefe disse: "Pode ir embora. Não quero você aqui."

Estou desempregado, porque a gente vai fazer entrevista e não tem experiência. Como vai ter experiência se...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se ninguém te dá emprego?

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Se eles não te dão... Uma vez eu disse assim: "Você não tem experiência?" "Claro! Se vocês não dão experiência, como a pessoa vai querer?" O trabalho é muito difícil para a gente. Eu fiquei em uma empresa por seis meses e via que não era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o meu lugar, era diferente. Hoje em dia, eu sou intérprete de Libras e trabalho em evento, porque eu gosto. Não gosto de ficar preso dentro de um escritório. Para mim, tem de ser em lugar livre, cada dia em um lugar. Eu estou muito bem assim.

Não posso ser tratado como coitadinho. Meu chefe, que me apresentou a minha esposa, Tatiana, que é aquela de cabelo azul ali... (*Palmas.*)

No trabalho, ele não me tratava como coitadinho. Dentro do trabalho brigava, mas, quando saía à porta, dizia "Vamos tomar cerveja?" E eu ficava puto porque lá dentro dizia: "Não, você é meu amigo; você não pode brigar comigo desse jeito". Eu já perdi a faculdade no dia porque ele ficava até 10 horas da noite comigo me explicando as coisas, porque lá dentro ele era meu chefe e lá fora, meu amigo. Hoje é um dos meus melhores amigos e me apresentou à esposa, que é intérprete de Libras também. Seu nome é William Tomás.

A minha psiquiatra me disse que ela precisava de uma Tatiana e de um William para todo autista, porque não me tratam como coitadinho. Tem hora que ela briga mesmo. A gente gosta de repetir muito as coisas, e ela falou: "Você só pode repetir três vezes. Só. Se repetir mais, não ganha beijinho." (*Risos.*) (*Palmas.*)

Deixe-me ver o que mais... Acho que é só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Igor de Andrade Ceolin, estudante.

Fostes muito bem. Meus cumprimentos.

Vamos em frente.

César Martins, Coordenador do Moab e pai de autista.

O SR. CÉSAR MARTINS – Bom dia a todos.

Eu tenho uma filha autista e sou do Moab também. Sei que não tenho as qualificações necessárias para estar aqui, mas, devido à generosidade do Fernando, aceitei o convite.

Então, é na qualidade de pai que me coloco aqui hoje nesta Mesa. Fico muito feliz, porque este evento está acontecendo.

Do que vou falar aqui boa parte já foi dita de alguma forma ou de outra, mas eu queria trazer alguns pontos que eu considero importantes.

Primeiro, o Fernando falou rapidamente sobre a questão do censo do autismo. Por que esse censo é importante? Nós vimos vários dados durante a apresentação, como, por exemplo, que existem três meninos para cada menina autista, que existem dois, existem cinco. Qualquer número que você quiser você vai encontrar. É um autista em cada 100, um autista em cada 60 e por aí vai. Há quantos autistas considerados severos em relação ao número total? Então, a gente meio que anda às escuras. Esse censo é importante porque várias coisas dependem disso.

Primeiro, as próprias políticas públicas têm de ser baseadas em boa informação para que a política seja efetiva. Outro ponto é mais na área comercial, financeira, econômica, porque pesquisas e estudos custam bastante dinheiro, e é claro que a indústria tem de ter algum tipo de retorno. Então, é importante que se conheça o número de pessoas com autismo, para que seja possível também que novas pesquisas sejam feitas, para que haja interesse maior da indústria como um todo no investimento em pesquisas sobre o autismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro ponto, já falando um pouco mais, como disse, na condição de pai em que estou aqui. Acho que todos aqui, de uma forma ou de outra, são ligados ao mundo do autismo, mas é importante ver pessoas com autismo nesta Mesa. Vocês não têm noção de como é difícil para uma pessoa com autismo se posicionar diante do público.

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN (*Fora do microfone.*) – É muito difícil!

O SR. CÉSAR MARTINS – Às vezes, pode ser quase uma tortura. Não importa se há duas pessoas ou se há 200 ou 2 mil. Quero dizer o seguinte: há um grande esforço dessas pessoas em se posicionar em público, porque isso é muito difícil para elas. E eu fico feliz, porque, quanto mais pessoas autistas se posicionarem, melhor será a disseminação de informações, e mais as pessoas vão compreender, afinal de contas, o que é esse universo do autismo.

Junto com isso, já se tocou em outra apresentação na questão – que coisa incrível! – de que os autistas crescem. Em outra ocasião, o próprio Igor estava na Mesa em uma roda de pessoas com autismo para tratar de várias questões – questões difíceis, como, por exemplo, sexualidade, relacionamentos, escolas –, e um item era justamente o mercado de trabalho. E foi quase que unânime entre os autistas que esse era o tema mais difícil, bem mais difícil do que os outros temas, como sexualidade, que já é difícil. Então, isso é para que todos que estamos envolvidos como essa causa possamos, cada vez mais, lutar para essa questão da empregabilidade da pessoa com autismo.

A história do Igor é muito forte, e é incrível que ele consiga manter o bom humor e até a calma ao falar dessas coisas por que ele já passou. Como pai, o sangue começa a ferver. Mas, por outro lado, há também essa característica: há determinadas características humanas que você encontra na essência em pessoas com autismo, e uma delas é esta característica que, parece-me, o Igor tem: essa capacidade de seguir, de continuar, de não ficar dando volta em torno de uma mágoa, de ficar arrastando essa corrente com essa bola pesada, que é o ressentimento.

Voltando para a questão da empregabilidade, é importante que a gente tenha a visão de como isso é necessário. Essas pessoas precisam ter autonomia, e é difícil ter autonomia se você pode desempenhar uma função e não a desempenha.

O lado positivo: já existem algumas empresas que têm programas específicos para o que antigamente era conhecido como síndrome de Asperger, hoje autismo de alto funcionamento, principalmente empresas de alta tecnologia. Existem algumas empresas que têm programas de contratação de pessoas com autismo. Estou tentando aqui enxergar o lado meio cheio do copo. Esse é um caso muito específico, são empresas de tecnologia, e, devido às características desse grupo específico – que são alta concentração, alta capacidade de foco, alta capacidade de conhecer determinados assuntos –, essas pessoas acabam sendo muito úteis, por exemplo, para áreas como programação de jogos, de aplicativos, atividades que requerem uma profunda dedicação e concentração. Este é outro lado do que eu queria trazer para a discussão: a questão do mercado de trabalho para os autistas.

Há alguns pontos que eu queria trazer e reforçar, como a questão de coisas que o autismo não é. Já foi falado aqui que o autismo não é uma doença. E, como corolário dessa assertiva, o autismo não tem cura. Por não ser doença, não pode ter cura. Mas por que eu trago esse tema? De novo, como pai de autista... Um pai de autista é capaz praticamente de qualquer coisa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ajudar seu filho. Quando você está no começo dessa jornada... Esse é um mundo muito confuso, muito difícil, um caminho muito difícil de ser trilhado, e você se torna muito facilmente... Vou dizer uma coisa: por mais conhecimento que você tenha – você pode ser doutor, pode ser um gênio –, há um componente emocional, é seu filho, é sua filha. Lamentavelmente, existe uma rentável indústria do autismo e uma quantidade muito grande de profissionais literalmente se enriquecendo à custa dessa fraqueza emocional. É estranho que a gente ande neste pêndulo entre a força e a fraqueza, mas há pessoas que vendem a cura do autismo. Então, já deixando uma primeira mensagem, se você é pai ou é, de alguma forma, relacionado a pessoas com autismo, se a conversa começar com cura do autismo, você já dobre, já triplique a sua atenção. Digo isso, porque não é doença; assim, não tem cura. E é para que a gente tome um pouco mais de cuidado, tenha mais atenção e, de alguma forma, conscientize profissionais sobre essa questão do autismo. Ocorre que a gente chega emocionalmente fragilizado – no nosso caso específico foram tantas as cabeçadas que demos vida afora... Então, é outro alerta que faço aqui, porque isso pode vir de todos os lados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR MARTINS – Recentemente, aliás, no ano passado ou dois anos atrás, eu ouvi uma entrevista de um profissional bastante conhecido aqui no Brasil, principalmente quando o assunto é diagnóstico, e esse profissional, na entrevista, disse com todas as letras que o autista não é capaz de amar. É muito triste isso, primeiro porque se trata de um profissional que talvez tenha décadas lidando com autistas e não conhece os autistas.

O tempo já está se esgotando, e eu queria terminar dizendo que há muita coisa a ser feita. É claro que há, mas, de novo, eu queria terminar esta minha fala com a mensagem de que temos de tentar olhar este copo meio cheio.

Como pai de autista e agora, como outras pessoas, como colega de trabalho, como amigo, como mulher, marido, etc, há muitas coisas nesta vida que só um autista vai te proporcionar. Percebo, por exemplo, no caso dos autistas que me cercam, características como a impossibilidade de simulação de uma emoção que ele não tem; como já mencionei aqui no caso do Igor, o ressentimento é muito incomum na maioria dos autistas; e esta ferramenta, às vezes, tão danosa aos relacionamentos, a ironia maldosa. Essas são coisas que dificilmente se vê no autista.

Eu estou falando aqui como pai de autista e não tenho nenhuma pretensão de representar todos os pais, mas falo da realidade com que convivo. Experiências, por exemplo, de uma dedicação sincera, de não ressentimento, de honestidade são coisas que só essas pessoas autistas vão te proporcionar. Acho que é tentar olhar os autistas de uma outra forma, de forma mais otimista.

Infelizmente, o mundo não é feito para os diferentes, mas é interessante que as pessoas que mudam a sociedade são os diferentes. Eu nunca vi uma sociedade ser mudada por alguém que pensa igual a todo mundo. Se formos ver a história de Gandhi, de Luther King, de Jesus Cristo, veremos que nenhum deles pensava como a maioria. Então, é dar vez e voz para os autistas. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incrível como a sociedade é rápida para identificar as limitações da pessoa com autismo, mas tão demorada, tão lenta para partir para a aceitação, para a ajuda.

Esses são alguns pontos que eu queria trazer neste dia de conscientização mundial sobre o autismo.

Agradeço mais uma vez ao Fernando. Fernando, sei que não tenho todas as qualificações, mas é uma honra e um prazer estar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, César Martins, Coordenador do Moab e pai de autista, que deixou mensagens importantes para todos!

Agora, vou conceder a palavra para Luciano Pereira, advogado da AMA-DF e pai de autista.

O SR. LUCIANO PEREIRA – Eu cumprimento as senhoras e os senhores.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isso!

O SR. LUCIANO PEREIRA – É caxiense, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou caxiense.

O SR. LUCIANO PEREIRA – O destino nos reservou um homem acostumado a lutas, um sindicalista respeitado, porque essa luta não é para qualquer um, é uma luta inglória.

Nós vivemos em um País que é pródigo em produzir leis. Nós temos leis muito importantes pelas quais nós aguardamos durante muito tempo, como a Lei Berenice Piana e a Lei Fernando Cotta, que, para mim, é alguém a quem tenho de agradecer de maneira especial, porque me fez sair do sofá, literalmente. (*Palmas.*)

Como pai de um adulto autista, com autismo severo, de 26 anos, que não fala, nós passamos muito tempo trancados dentro de casa, tentando nos esconder talvez, tentando esconder nosso filho, esconder uma vergonha que não se justificava.

Eu tenho muito orgulho dele hoje, assim como tenho muito orgulho de todas as pessoas que falaram aqui. Eu queria destacar o Bernardo, a Drª Luciane, a Silene, a Amanda, o Igor. Vocês, de fato, me fazem ter orgulho de viver o que eu vivo hoje. A Ana também é parte desse esforço aí e me fez sair do sofá e enxergar que eu preciso lutar.

Além de ser advogado, sou membro de uma associação de autistas há algum tempo. É uma associação que, hoje, vive uma dificuldade muito grande. Nós temos quase 20 anos de existência e fizemos uma escolha, que foi a de lidar com adultos autistas, com jovens e adultos com autismo. De certa forma, são jovens e adultos com autismo severo que não se enquadram, não se encaixam nesse atendimento regular que existe na rede de ensino, na rede de saúde, nessa suposta rede de apoio que existe, mas que, na prática, não funciona. Nós estamos na Capital do País e vivemos hoje na iminência de ser despejados do local em que nós atuamos há quase 20 anos. Nós temos o caso de uma coleguinha do meu filho que é autista também, que lá entrou com 7 anos e que tem hoje 37 anos; ela não conhece outro lugar, a não ser a casa dela e a AMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falta sensibilidade num País em há mais de 200 mil leis. Já se fez um estudo em que se chegou à conclusão de que são mais de 200 mil dispositivos normativos. Somos pródigos em criar leis, mas nós tardamos em executá-las, nós tardamos em converter a lei em realidade. A lei está a serviço do homem, e não o contrário. Mas a lei também é feita por homens e, por isso, precisa ser revisada, atualizada e aperfeiçoada ao longo do tempo.

Como pai e como membro de uma associação de autistas, eu tenho de celebrar este dia. Este dia, para mim, representa o fato de eu ter orgulho de vocês, ter orgulho dessas pessoas que estão aqui doando seu tempo, que estão aqui falando sobre suas vidas.

Mas, ao mesmo tempo, como brasileiro, como advogado, como alguém que aceitou o compromisso de defender a lei, a justiça e a dignidade humana, é preciso pedir perdão também para essas pessoas, porque, até agora, nós não fomos capazes de transformar o mundo, para que este mundo possa aceitá-las do jeito que elas são. (*Palmas.*)

Eu espero que cada um desses pequenos grandes passos que nós damos aqui, o trabalho que o Moab tem feito, o trabalho que outras associações têm feito, o trabalho de pessoas que têm aparecido e lutado pela causa do autismo, enfim, que esse movimento, que essa roda possa aumentar. Espero que essa bola de neve possa crescer; que a gente consiga, efetivamente, fazer com que os gestores públicos, ao votarem o orçamento, lembrem que precisam destinar recurso para essa causa; que o Governo enxergue as entidades como parceiras, porque estão mais próximas do problema. Que eles possam confiar nessas entidades, para fazerem o que eles não conseguem fazer! Que eles possam confiar no autista, para decidirem o destino dele! Essa é a nossa esperança.

Apesar de estarmos na Capital do País, apesar de eu desabafar para vocês esse problema que a nossa entidade enfrenta, nós caminhamos pelos 24 gabinetes dos representantes do Legislativo e tivemos acolhidas sinceras e promessas nem tão sinceras, mas nenhuma atitude firme de defender a comunidade autista no Distrito Federal. Digo de atitude firme para se cobrar do Estado que, no mínimo, faça as parcerias necessárias para executar as políticas públicas asseguradas em leis tão bem escritas, mas que não se revelam efetivas no dia a dia.

Eu deixo minha mensagem de esperança. Eu ainda acredito. Nós escolhemos um modelo de democracia, um modelo representativo, e cremos que, em algum momento, vamos ser vistos o suficiente, para que você, Igor, não precise mais passar pelo que passou, amigão! Que a gente possa trabalhar no que a gente quer, que a gente possa ter a liberdade de fazer o que a gente quer! Esse é o meu desejo sincero.

Eu ainda tenho esperança, mas essa construção é coletiva. O Governo precisa nos enxergar, precisa enxergar que os autistas viram adultos, que eles vão ser velhos com autismo. Meu filho tem muita saúde! Ele vai muito longe! Hoje, o meu maior medo é morrer antes dele. Eu não sei o que fazer. Se eu faltar para ele, se a minha esposa faltar, como ele vai ficar? A gente queria ter a segurança de um lugar para ele, se a gente vier a faltar. Acho que esse é o medo de grande parte dos pais de autistas adultos.

Então, deixo para vocês esta minha mensagem de esperança e de fé no futuro, acreditando que as coisas possam melhorar.

Agradeço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, obrigado por tudo.

Agradeço a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Luciano Pereira, advogado da AMA-DF e pai de autista, que dá esse depoimento bem corajoso, que eu achei bonito. Isso é bonito! Todos aqui falaram muito bem. Você disse que, no início, você tinha medo, receio ou vergonha até. Esse foi um depoimento corajoso. Então, parabéns a você, ao seu filho, à sua esposa! Hoje, você advoga nessa causa, é advogado da AMA.

Casualmente, vai falar agora a Ana Paula Gulias, que é mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal, que poderá, quem sabe, nos dizer alguma coisa sobre esta questão – e não é a primeira vez que vem para cá essa denúncia – da possibilidade do despejo.

Você deu o depoimento dessa menina que chegou lá com 6 anos – guardei o número.

O SR. LUCIANO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Ela tinha 7 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou lá com 7 anos e está com 37 anos. Ela já pegou carinho por aquela casa. E agora vai ser despejada? Isso já foi dito aqui de outra vez. Se não me engano, quem esteve aqui ficou de encaminhar... Mas, independentemente do encaminhamento, se necessário for, eu já peço à Secretaria da Mesa que façamos um contato com o Governador, que formulemos uma moção em defesa da causa deles, para que não retirem as pessoas com deficiência de lá. Fica esse compromisso assumido de nossa parte.

Ao mesmo tempo, quero dizer que recebi, aqui na mesa, uma declaração da esposa do Igor, que diz o seguinte: "Ao amigo gaudério, dos pagos de Cachoeira, do Rio Grande do Sul, mando um grande abraço. Samuel Lima."

Um abraço, Samuel! Que bom que você está nos acompanhando!

Vamos dar uma salva de palmas a todos os familiares de autistas do Brasil que estão acompanhando este debate. (*Palmas.*)

Por favor, com a palavra Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do Distrito Federal.

A SRª ANA PAULA GULIAS – Bom dia a todos!

Sou Ana Paula, sou mãe do Leonardo, da Sara, do Pedro e do Saulo. O Leonardo, de 6 anos, tem autismo.

Senador, na verdade, esse cargo já foi retirado. Nós estivemos aqui... Eu digo o seguinte: uma militante não pode ocupar um cargo, porque ela vai se sentar nesta cadeira e vai lutar pelo direito dessas pessoas, custe o que custar, mesmo que custe o cargo dela. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você foi demitida, em resumo?

A SRª ANA PAULA GULIAS – Sim, sim! Nós estivemos aqui no dia 2 de abril com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA PAULA GULIAS – ... e eu coloquei exatamente o que estava acontecendo: a falta de comunicação com o GDF e como, dentro do Governo, ou a gente é militante, ou a gente lê a cartilha. Eu não leio a cartilha, eu sou militante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, fica o compromisso nosso de interagir diretamente... Eu sou Vice-Presidente, mas falo com a Regina para nós interagirmos e darmos um retorno para vocês. Vocês nos cobrem aí! Nós vamos fazer um documento...

A SRª ANA PAULA GULIAS – Não se preocupe, não! Vou trazer outras demandas para o senhor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode trazer, pode trazer!

A SRª ANA PAULA GULIAS – Eu costumo dizer que, depois que a Amanda fala, a gente fica meio sem ter o que falar, porque ela fala as coisas de uma forma muito completa e muito ampla. E, aqui, nós ouvimos o Bernardo, nós ouvimos a Silene, que se colocou de uma forma muito legal. Mas é mentira, porque a gente sempre tem o que falar. E eu vou falar.

Primeiro, quero parabenizar o Senador, mais uma vez, por todos esses anos de luta.

A luta é muito grande, mas, como temos pessoas como senhor ao nosso lado, ela fica sendo mais forte, mais visível, e isso nos dá força também. A gente olha para a Casa e fala: "Olha, nem tudo está perdido. Realmente, há gente que está aqui lutando junto com a gente." Eu agradeço muito, muito mesmo. Acho que toda a comunidade autista tem esse agradecimento para fazer ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como esta audiência está sendo transmitida ao vivo, o documento vai... Eu tentarei ligar, mas já queria fazer aqui um pedido.

O Governador Rollemberg, ou a sua assessoria, está assistindo, com certeza, a esta audiência pública, que tem repercussão em todo o Brasil e, principalmente, no DF, porque aqui diretamente as pessoas nos assistem. Eu queria fazer-lhe uma solicitação, em nome das famílias dos autistas: tome uma posição, não permita o despejo da AMA desse espaço que eles amam tanto, eu diria. Pegando aqui o nome AMA, eu diria que é um espaço que eles amam tanto!

Então, fica aqui a solicitação. O senhor foi Senador comigo, eu o conheço bem, já o visitei e lhe digo: se possível, peço que me receba, com uma comissão de autistas e de militantes, para que eles possam expor... Tenho a certeza de que a sensibilidade que eu tenho V. Exª também há de ter. E fica aqui o pedido: não ao despejo! Que a AMA fique onde está! Fica aí o pedido, Governador. (*Palmas.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Ótimo! Muito obrigada.

Quero só reforçar que nós ativistas não somos inimigos de governo nenhum. Nós queremos ser parceiros, nós queremos fazer juntos!

Tenho o meu mentor, que é o Fernando Cotta, que é uma pessoa maravilhosa. (*Palmas.*)

Eu o admiro muito. Ele tirou muitos pais do sofá, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos do lado da população autista, nós vamos trabalhar juntos. Nós trabalhamos de graça. Mentira! Nós pagamos para trabalhar! Então, não somos inimigos de ninguém, de ninguém! Nós só queremos ser ouvidos e atendidos, só isso.

Eu gostaria de agradecer ao Moab e de parabenizá-lo pelos seus 13 anos. O Fernando, como acabei de falar, é a pessoa que nos tira do sofá, como disse o Luciano. Estou na luta há seis anos. Meu filho tem seis anos. E o Fernando está aí por longos anos, muito antes do Moab. Ele é fundador do Moab, é ativista. Apesar de tudo, apesar de toda a demanda que o Fernandinho traz, ele está na luta, preocupando-se com o filho, com os nossos filhos, com os seus filhos.

Em cima disso, eu queria fazer um pedido para os pais. Eu costumo dizer o seguinte: retroagir nunca! Eu sempre avanço. Eu só volto para trás, só dou passos para trás para pegar impulso. Quando eu preciso dar aquele pulo – paf! –, aí eu volto para trás. Fora isso, sempre vou para frente! Eu queria pedir aos pais que se associem, que procurem uma ONG, que entrem na luta! Nós não vamos conseguir fazer isso sozinhos. Não só os autistas, mas também os pais precisam sair das suas cadeiras.

Sei que a luta é difícil. Tenho um filho autista grave. Sei que é difícil, mas não posso negar que meu filho precisa trabalhar em sociedade. Só que, para ele viver em sociedade, eu preciso hoje mudar essa sociedade que aí está. Eu tenho quatro filhos; três deles eu crio para o mundo, mas, quanto ao Léo, eu preciso criar este mundo para ele, porque senão não vai dar! (*Palmas.*)

Então, eu peço aos autistas, peço aos terapeutas, peço aos médicos, peço a toda a população que conhece a população autista ou que é autista: vão para a luta! Sem isso, nós não vamos conseguir! Associem-se, entrem numa associação.

Eu me apaixonei, sou orgulhosa, trabalho no Moab e acredito no Moab. Entre em uma associação. O Moab é Brasil. Para dizer a verdade, é internacional – não é, Fernando? Há um representante até fora do País. "Não, eu não quero. Quero uma outra." Então, vá, mas saia da cadeira. Precisamos de todos nessa luta. E todos precisamos.

Aqui, a gente acabou de ouvir um relato das dificuldades do autista moderado, do leve e do grave. Eu, como mãe, sou a voz do Leonardo, represento os direitos do Leonardo. Eu não o conheço tão bem, mas sei que eu sou a pessoa que mais conhece o Leonardo. Sou a voz dele e não me calo. Nunca vou me calar! Eu vou representar o Leonardo aonde quer que eu vá. E, se eu puder, represento os outros também – claro, cada um com a sua diversidade.

Então, este foi o primeiro recado, que foi para os pais: nós precisamos mostrar a nossa população. Azul, rosa, amarela, vermelha; precisamos mostrar toda a diversidade que o autismo tem.

Eu vou falar um pouco sobre o que a Simone estava falando, sobre a curatela.

Simone, realmente, nós não sabemos se os graves são a minoria. A gente não sabe; não há como saber. Sabe por quê? Os graves estão trancados dentro de casa. Estão acorrentados, estão se agredindo; não podem ir ao supermercado, porque podem se irritar com algumas questões sensoriais, esbarrar em uma prateleira, e uma prateleira cair. E aí essa mãe vai receber sabe o quê? Não é um terapeuta; ela vai receber a polícia. Então, os graves estão invisíveis, escondidos dentro de casa, porque eles crescem, ficam fortes, e nós pais ficamos fracos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ô, Luciano, tu vais morrer? Tu podes? Eu não posso morrer, não. Nós não podemos morrer. Infelizmente, a gente vai morrer. Nós vamos morrer. Mas nós não podemos morrer, sabem por quê? Porque o dia em que o Leonardo sair... O Leonardo, aos seis anos, é muito bonitinho, é uma gracinha, loirinho, olhinhos claros. Só que, quando ele se descontrola, ele é mal-educado. Isso porque ele tem seis anos. Mas, quando ele tiver 20, 30, vão chamar a polícia para o meu filho. Aí eu penso nisso e falo: temos que avançar, não dá para recuar; precisamos nos unir, todas as instituições. Precisamos nos reunir. Temos orgulho, sim, dos nossos filhos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – ... mas não temos orgulho da sociedade em que eles vivem, porque eles dizem "não" o tempo todo para os nossos filhos.

Eu vou falar sobre uma realidade, Senador, de Brasília. Mas essa é uma realidade nacional, porque nós, como Moab, estamos em todo o Território nacional, temos representantes em todos os Estados, e os nossos coordenadores estaduais nos trazem essa realidade. O GDF não se comunica com as instituições que aqui existem. Aqui, hoje, nós temos duas instituições que atendem os autistas: nós temos a AMA, que atende os autistas graves adultos; e nós temos a Abraci, que atende as crianças. A Abraci recebe zero – zero! – de ajuda do GDF. Ela está hoje em um local hoje privado e recebeu uma carta convidando, sendo retirada, com 60 crianças de baixa renda, do espaço, e o GDF não contribui com nem um centavo.

A AMA está nesse lugar há anos. E o GDF, em resposta, fez um ofício lindo, maravilhoso, porque papel aceita tudo. Papel aceita tudo, gente! É bonito! Todas as palavras cabem em um papel. Um papel dizendo para onde nós devemos levar esses autistas adultos. Deu uma lista linda, maravilhosa: hospitais... Você fala assim: "Meu Deus! Eu estou no Brasil? Mentira, né?" Aí, você vai lá... Eu fui. Eu, Ana Paula; 6 anos, Leonardo. Fui lá, e sabem o que eles falaram? "Nós não temos terapia para o seu filho, porque a nossa terapia é comunitária."

Vamos lá. Vamos falar sobre terapias. Você consegue colocar cinco autistas, mesmo que crianças, em uma sala, autistas graves, correndo, com um terapeuta atendendo? Sinceramente, acho que só Jesus na causa, né? Vou ter que apelar para Jesus, porque não consegue. Eu, Ana Paula; Sílvio, o pai; Sara, Saulo e Pedro, com o Léo, a gente não aguenta! Imaginem cinco, que não conhecem aquele terapeuta e que estão em um ambiente que não é a sua casa! É piada. Isto me ofendeu, quando eles responderam ao ofício da AMA dizendo que era para nós procurarmos o Hospital da Criança, aquele mesmo que, até há pouco tempo, ia ser fechado; mandaram procurar os CAPs, esses mesmos que, quando a gente chega lá, dizem que não têm terapia e que terão de colocá-los em uma sala com dez crianças. Então, eu fiquei ofendida.

Agora, eu tenho uma novidade para passar para vocês, principalmente para os pais de crianças. Se vocês acham que a situação dos filhos de vocês, dos nossos filhos está difícil, deixem-me falar: para criança, existe fila; existe desvio de verba, como no Ceal, aqui no DF; existe fila de atendimento; e, para adulto, não se preocupem, não há fila, porque não há nada. Não há absolutamente nada! E aí? Vamos ficar sendo revolucionários no WhatsApp?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me. Eu estou aqui agora, Senador, para desabafar. Não dá para continuar desse jeito. Ou a gente constrói este mundo para os nossos filhos ou nós vamos continuar sendo agredidos. No estacionamento, eu não tive nem tempo de falar, porque fui agredida fisicamente.

Eu vou falar de algumas coisas. Algumas pessoas falam que a carteirinha de identidade que o Fernando colocou aqui "é mais um documento". Gente, eu já carrego uma folha A4 com o diagnóstico do meu filho, porque eu tenho que mostrar o tempo todo que ele é especial. Então, a carteirinha... A gente precisa disso, Senador. Ajude-nos! Uma mãe precisa chegar a um banco e não ser retirada, como a minha amiga foi – a Carol foi retirada do banco, da fila, porque estava com a filha dela em um carrinho. Então, a gente precisa disso, sim. O.k., quem não quer não tira, e quem quer tira. Eu acho que nós estamos em uma sociedade democrática.

E, aí, eu vou perguntar: por que o Governo – os governos, de forma geral – não quer o diagnóstico precoce? O que impossibilita isso? O que impossibilita o Censo? Porque nós vamos descobrir, vamos tirar a sujeira debaixo do tapete. Vamos descobrir quantos somos, quem somos e como vivemos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Então, não podemos... Senador, a gente precisa demais dessa ajuda. A gente precisa saber quais são as instituições, porque existem muitas no País que funcionam sem dinheiro do Governo, que são pais que pagam para que seu filho tenha minimamente uma vida descente. E como eles estão sobrevivendo? E essa crise aí? Existe pai que não consegue pôr comida na mesa e é impossibilitado de entrar em um ônibus, não consegue levar os seus filhos à terapia; há desvios de dinheiro para instituições que cuidam de forma descente, como o Ceal, aqui no Distrito Federal... O que a gente vê são só escândalos. São só escândalos.

O que eu peço? Eu peço respeito a essa população, respeito aos pais, respeito aos autistas. E peço...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – ... ajuda, mais essa ajuda ao Senador, já que é o ouvido que nos escuta. Precisamos de ajuda no País inteiro, de lá de cima até lá embaixo. Somos um país grande, continental, somos um país, geopoliticamente falando, estratégico, somos um país importante, mas precisamos parar de importar estatística; precisamos do Censo, precisamos de intervenção. E, quando eu falo de intervenção, não estou falando de toque de caixa, não.

Já que os governadores, de forma geral, gostam de números, eu tenho números para vocês: se vocês pegam essa população e investem nessa população, no futuro eles vão poder trabalhar e gerar sua própria renda. Se a intervenção não vem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA PAULA GULIAS – Se essa intervenção não vem, vocês vão ter que ter muito mais abrigos para receber essas pessoas completamente dependentes.

Nós pais precisamos de ajuda, e precisamos para ontem. Não dá para esperar para amanhã.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Ana Paula Gulias, mãe de autista, titular da Gerência de Atendimento a Pessoas com Autismo do Governo do DF – ex, não é?

A SRª ANA PAULA GULIAS (*Fora do microfone.*) – Ex.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque já foi afastada.

Mas, como a assessoria aqui lembra a mim, há mais de um mês, depois daquela audiência que tivemos, nós cumprimos a nossa parte aqui. Nós ficamos com o compromisso de oficiar o Governador.

> Exmo Sr. Rodrigo Rollemberg, Governador do DF.
> Assunto: Manutenção da infraestrutura da Associação dos Amigos dos Autistas do DF (AMA-DF).
> Ofício nº 21.
> Exmo Sr. [...], a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, realizou, no dia 2 de abril, audiência pública para debater o tema Reflexões sobre o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, nos termos do Requerimento desta Comissão, de autoria conjunta dos Senadores Paulo Paim, Romário e Regina Sousa. As notas taquigráficas da reunião estão disponíveis.
> Na audiência, os convidados foram enfáticos em destacar a necessidade de garantir o cumprimento da legislação brasileira voltada aos autistas, no intuito de lhes assegurar os direitos já estabelecidos e de aprimorar o atendimento a esse segmento, envolvendo Estado e sociedade.
> Nesse contexto, foi apresentado encaminhamento no sentido de oficiar ao Governador do DF, no sentido de solicitar a manutenção da infraestrutura da Associação dos Amigos dos Autistas do DF (AMA-DF). Assim, encaminho tal pleito a V. Exª, com a solicitação de sua especial atenção na análise e determinação das providências que entenda cabíveis.
> Solicitamos, ainda, que informe a esta Comissão eventuais medidas adotadas para que possamos acompanhar o caso, nos termos do art. 102-E, VII, do Regimento Interno do Senado Federal.
> Cordialmente;
> Senadora Regina Sousa, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esse foi o ofício que nós remetemos.

O resultado que a assessoria me passa é que não deram retorno algum. Como não deram retorno algum, se você me assegurar, e espero que consiga – digo ali para a assessoria –, faça uma ligação para o Governador, para que eu fale com ele e relate o que aconteceu aqui pela segunda vez. Eu mesmo falarei com ele, e vamos oficiar novamente, baseados em tudo o que foi descrito aqui neste momento, o.k.? Se puder fazer a ligação o mais rápido possível, melhor ainda. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é de praxe nesta Comissão, nós normalmente concedemos a palavra a duas, no máximo três pessoas do plenário, pelo tempo de três minutos – porque já é meio-dia –, para que possa fazer um comentário. E assim mesmo, depois, nós vamos... Porque tanto o Igor como o Francisco pediram nem que fosse um minuto para fazerem uma consideração. E eu vou pedir que o nosso amigo Fernando Cotta faça o encerramento, se puder, em nome de todo o grupo que aqui se posicionou.

Do plenário, quem pediu a palavra? (*Pausa.*)

Diga o seu nome e use a palavra por três minutos.

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – Sou Jean Carlos da Silva Pereira, estudante de Direito, ativista humanitário.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim, todos os componentes desta emérita Comissão e vocês, pais de autistas e pessoas autistas que estão aqui, neste movimento.

Eu gostaria de falar que não resta dúvida de que os estudantes com Transtorno do Espectro Autista necessitam de inúmeras adaptações no ambiente escolar para conquistarem progressos de ordem educacional e social. Este é o conteúdo da minha palavra hoje: inclusão, autismo e direitos.

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias, como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber.

O Brasil possui uma avançada legislação, seguindo uma atmosfera global de inclusão dos autistas. A Lei Berenice Piana trouxe uma série de significativos avanços, sendo alguns de ordem pedagógica, como o direito ao acompanhante especializado. Esse direito, apesar de devidamente contemplado pelo legislador pátrio, ainda enfrenta dificuldades de ser posto em prática pela rede de ensino.

Observo um conjunto de inquietações dos pais. Assim, deve-se motivar reflexões sempre com uma proposta de leitura ampliada, ou melhor, fidedigna dessas importantes adaptações do meio escolar, garantindo com isso o aprendizado dos estudantes autistas. Se a proposta é efetivamente integrar o estudante inserido no espectro do autismo, não há como adaptar, sob o risco de desvirtuamento da expressão "escola inclusiva".

A exemplo do que ocorre na atualidade com a nebulosa responsabilidade social, a não aceitação de mais um possível dissimulado e enganoso selo de qualidade depende da postura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – ... dos pais e responsáveis, que devem dialogar insistentemente com as instituições de ensino, para encontrar a melhor forma de concretizar o direito ao acompanhamento especializado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Demos mais um passo em direção à inclusão e à aceitação social das pessoas com autismo com a Lei Berenice Piana, de nº 12.764, de 2012, que instituiu a política nacional de proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Isso significou uma grande vitória para os autistas, seus familiares e profissionais que atuam com essa população.

No §2º do art. 1º da Lei Berenice Piana, está uma simples e óbvia afirmação, mas que faz toda a diferença, quando é preciso garantir os direitos dos autistas. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Quando li essa frase na lei, espantei-me com a constatação de que isso ainda não era lei. Como assim? Até 2012, os autistas estavam simplesmente excluídos de todas as leis que protegem as pessoas com deficiência. Por quê?

Por isso tem sido tão difícil incluir essa população na sociedade. O art. 2º da Lei Berenice Piana estabelece as diretrizes da política nacional de proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – Vou citar aqui uma dessas diretrizes que considero particularmente importante. O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como os pais e responsáveis.

É um alívio ver essa necessidade básica e primordial transcrita assim, clara e objetiva, na lei brasileira. Conhecendo a causa, posso afirmar, com segurança, que o principal pilar do tratamento está na capacitação dos profissionais e principalmente dos familiares. É preciso ter pessoas estimulando essas crianças adequadamente o tempo todo em qualquer lugar.

Uma das áreas de intervenção do autismo que seguramente mais se beneficiará desta e de outras leis de proteção das pessoas com autismo que ainda virá é a inclusão escolar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluiu seu tempo. Está com dois minutos a mais já.

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – Esse tem sido o campo mais difícil em nossa atuação quotidiana. Afinal, infelizmente, ainda existe muito preconceito, resistência à mudança e falta de preparo das escolas e de profissionais, para que a inclusão dessas crianças realmente ocorra.

Acho que isso seria a inclusão escolar de fato, respeitando o que está escrito na lei, porque o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei Berenice Piana e a própria Constituição garantem esses direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Fernando Cotta vai coordenar o que ele fala, porque já se encerraram os cinco minutos.

O SR. JEAN CARLOS DA SILVA PEREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.? Valeu! (*Palmas.*)

Então, Vinícius Mariano, representante da Conferência Distrital da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um apelo do tempo, porque teríamos ainda a consideração de dar, no mínimo, a dois aqui da Mesa. E temos também o encerramento em seguida.

O SR. VINÍCIUS MARIANO – Obrigado, Senador. Vou ser bem rápido. Também sou do Moab.

Acho que ficou bem claro aqui – já viemos a várias audiências – que o direito não está na lei. Ele não nasce apenas na letra da lei. Entendo, no mínimo, uma dupla fundamentação ou sustentação: a letra da lei e os meios para que ela ocorra.

Bem, dentre os meios, é evidente que estão as políticas públicas. Acho que aqui pegaram muito leve com o Governo, com todo o respeito aos meus colegas do Governo e do Conselho, porque este é o orgulho autista, não é orgulho do Governo.

Por que digo isso? A MP do diesel acabou de retirar R$2 milhões da Ação 20YI, que é a ação que sustenta a pessoa com deficiência. E ninguém falou nada!

Então, já deixo até um relato para a Comissão, uma emenda. São R$2 milhões da Ação 20YI, que garante o aleitamento materno ou a pessoa com deficiência, em que se inclui o autista.

E também, em relação ao Capes, foi uma ação do Conade manter o autista no Capes. A lei era contra isso. O Conade o fez, e o fez baseado, enfim, numa... Eu não sei por quê, mas nós como associação temos que tomar atitude, nós temos que ter posição sobre essas coisas. A associação, que na época se posicionou pelo Capes, foi a única associação que recebeu da Secretaria de Direitos Humanos R$300 mil – isso aí já foi objeto de vários debates –; e desses, R$150 mil foram para criar um congresso com autistas, que foi excelente; e R$150 mil não foram para criar um método alternativo de comunicação, foram para criar passeios para eles criarem outras associações em outros Estados. Como é que nós queremos um método alternativo, de que o meu filho precisa, se as nossas associações usam os recursos públicos, os escassos recursos públicos, para difundir as suas próprias ideias?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. VINÍCIUS MARIANO – Sobre a letra da lei, eu queria trazer um caso aqui. No DF é impressionante o desvio de recursos de crianças autistas. Ora, se nós não defendemos os mais vulneráveis, nós vamos defender o quê? Se na lei, na emenda constitucional, são os mais vulneráveis, nós vamos defender o quê? Entende? Os adultos, se nós não defendermos as crianças com deficiência? Essa é a nossa luta, Senador, e o senhor sempre foi atento a ela.

E tenho aqui uma questão do Rio Grande do Sul, que depois eu gostaria de passar para o senhor, em que uma escola particular decidiu expulsar uma criança, e o MP entrou no caso para defender a escola contra uma criança autista de nove anos, tratando... Eu estou com o documento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Traz ele para mim, no encerramento.

O SR. VINÍCIUS MARIANO – Quase que tipificando como ser autista um crime. Ora, esse tipo de coisa nós não podemos aceitar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de passar para o senhor um pedido: talvez, se possível, na comissão, a gente ajudaria o Moab a pedir para a UnB... Primeiro, parabenizando por ter autista, mas pedindo para que ela faça as adaptações razoáveis, sem citar a nossa colega. Isso é porque a retaguarda institucional realmente dá a força para a pessoa seguir em frente.

Muito obrigado, Senador, pela sua luta e por tudo que o senhor representa para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vinícius Mariano.

Quanto a esse caso do Rio Grande do Sul, eu peço que você depois me entregue aqui, porque nós vamos, pelo menos, oficiar de imediato a escola e exigir uma resposta, para tentar reverter o caso.

Agora, nós temos, ainda aqui da Mesa, os que pediram nem que fosse um minuto, somente para dar um informe. É porque eu tinha ajustado que o Fernando Cotta faria o encerramento, mas o Igor queria só dar um informe.

Igor.

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Queria agradecer a presença da minha mãe e da minha família, que está assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cadê a sua mãe?

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Está ali! A de óculos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para a sua mãe. (*Palmas.*)

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Valeu! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E para a sua família também.

O SR. IGOR DE ANDRADE CEOLIN – Para a família, que está assistindo também. Valeu! Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Igor! Muito bem!

O Dr. Francisco Djalma, do Conade.

O SR. FRANCISCO DJALMA DE OLIVEIRA – É bem rapidinho, somente para fazer um registro de que a Associação Brasileira de Autismo tem assento no Conade; desde a sua criação é que ela está no Conade.

E eu falei com a colega Conselheira, e ela fez um levantamento de algumas demandas do movimento. E aí eu quero considerar a fala do Vinícius, porque, evidentemente, o movimento do autismo tem várias frentes, várias associações, e isso é natural num movimento rico como é esse. Então, se houver alguma coisa que dentro do próprio movimento tenha um outro viés, uma outra forma de olhar... Ainda bem que o Fernando Cotta vai falar depois de mim, pois ele pode fazer inclusive considerações com relação a isso.

Primeiro, ampliação da rede de serviço na área de assistência; ampliação dos centros-dia – aqui talvez seja uma referência que você fez ao centro de referência no âmbito do SUS, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive uma proposta que você citou –; ampliação das residências inclusivas; mais orçamento para a área da assistência social; atendimento à saúde bucal em centro cirúrgico, porque em algumas vezes a pessoa com autismo precisa ter anestesia geral; treinamento para profissionais com Método ABA, que é um método que diz respeito a modificação e controle do comportamento; e a questão do censo, que várias pessoas aqui já citaram.

Eu só queria fazer esse registro e agradeço ao Senador por essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Francisco Djalma de Oliveira, que falou pelo Conade.

Para encerrar o debate de hoje... Vamos dar um tempo especial por tudo o que ele tem feito – e aquela foto mostra isso. Eu era bem jovem ainda e nós já estávamos peleando juntos. Foi ali que surgiu a lei, tanto da cor do Congresso, que dali virou padrão, eu diria, para inúmeros outros setores que começaram a acender as luzes da mesma forma que V. Exª nos liderou naquela época. Então, Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor Presidente do Moab – e é o que dá o nome à lei do autista aqui em Brasília.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso.

Muito bem, eu queria, primeiramente, começar agradecendo a todos por estarem aqui, pois muitos tiveram que deixar seus filhos com outras pessoas.

Na realidade, a gente pôde falar, mais uma vez, nesta oportunidade, nesta celebração porque nós estamos celebrando aqui esta importante data, este Dia do Orgulho Autista. Alguns já têm a satisfação de terem isso, outros precisam de que seja implementado esse nome tão bonito, "políticas públicas", não é? Precisamos, de fato, ter garantidos os espaços na educação, na saúde, na assistência social.

Em 2005, nós tivemos a oportunidade de estar aqui em Brasília junto com a associação de autismo nacional da Suécia, e, Senador, desde aquela época de 2005, quando o movimento foi fundado fazendo uma *blitz* do autismo na Polícia Rodoviária Federal, onde nós distribuímos panfletos e essa coisa toda, ninguém sabia direito ainda o que era o autismo, o que não era. E nós tivemos a oportunidade de estar com ela, e ela nos falava sobre a questão de turismo, de colônia de férias, tipo bater da porta do pai daquela família, e – puxa! – já está no seu período de férias e existem as pessoas especializadas para poderem... E todo mundo ficou... "Puxa! Nós queremos ir para Suécia, onde é bacana. Nós queremos fretar um voo aqui, um voo só de ida".

Essa era a ideia. Mas, na realidade – vamos dizer assim –, em nosso País nós cremos que existam recursos, acreditamos ainda que existam pessoas sérias, comprometidas. Nós não estamos hoje, aqui, perdendo tempo, não. Isso tem que ficar bem claro. O Luciano, o Igor, o Djalma, o senhor, Senador, a Amanda, o César, a Ana e todos estes que estão aqui tiveram um propósito antes, tiveram uma preparação para vir aqui. Vai haver, depois disso, encaminhamentos – de alguns nós já falamos aqui – e nós esperamos que seja dado encaminhamento.

Nós estamos aqui para mais uma vez. Puxa, vida! Eu vi algumas publicações anteriores sobre o Dia do Orgulho Autista, e as pessoas falavam: "Puxa, desde 2005!" E nós estamos aqui ainda pedindo. E nós vamos ficar, pois pelo menos conseguimos muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Francisco lembrou muito a questão, que nos chama a atenção hoje, que é uma gama de direitos muito grande estarmos, de fato, consolidados. Isso porque nós fazemos parte do mundo das pessoas com deficiência, da política que envolve as pessoas com deficiência, de que o Brasil inclusive é referência nesse sentido. E o Senador Paulo Paim tem muito dessa história, carrega com ele muito dessa história de ter construído, e construído com essas pessoas, com as pessoas afins, com essa comunidade das pessoas com deficiência, das pessoas com autismo em específico, feito toda essa política pública que hoje está no papel, de que pelo menos parte dela nós conseguimos o reconhecimento.

Se cada um hoje aqui reclama que foi visto com um olhar diferenciado, que foi até agredido ao estacionar numa vaga reservada a pessoa com deficiência, pelo menos hoje nós temos esse direito da vaga da pessoa com deficiência. Até alguns anos atrás não tínhamos. Então isso é muito claro.

Eu já estive como gestor público dessa área no GDF, inclusive fui o primeiro pai de autista no Brasil a ser gestor, alguns anos atrás, para não falar muitos anos atrás, do GDF, quando nós tivemos oportunidade de trabalhar muito pela Lei Berenice Piana, pela lei Fernando Cotta, que é uma outra lutadora grande e que nunca esqueceu, que toca lá o seu trabalho maravilhoso da clínica escola...

As pessoas quando ouvem falar clínica escola pensam: Puxa, mas vão encarcerar de novo? Não, não é. Eu vou simplesmente dar condições para esse pai, para essa mãe, levar o seu filho e deixar: Puxa, aqui ele vai ter o atendimento pedagógico e aqui ele vai ter o atendimento de saúde que ele precisar.

Ah, mas precisa todo dia atendimento de saúde? Terapeuta ocupacional muitas vezes você precisa, sim, todo dia, e atendimento de saúde. Então, quer dizer, isso é importante, estar no mesmo lugar. Então isso não é segregação, não é discriminação.

Discriminação é não apoiar esse tipo de situação. Discriminação é você colocar o autista nesses tipos de estabelecimentos que foram citados aqui, em estabelecimentos que não têm a menor condição por exemplo de receber hoje qualquer tipo de pessoa. Nós infelizmente não fomos convidados, como o Vinícius muito bem lembrou aqui.

Trabalhamos o tempo todo, fizemos aqui, com o Senador Paim, construímos a lei, e não fomos convidados para a sessão do Conade, quando foi solicitado que a regulamentação da lei passasse por lá, fomos à instituição que não fomos convidados. E eu não quero crer, embora o Vinícius tenha passado dados bastante consistentes aqui, que tenha sido de propósito. De repente houve algum esquecimento de um ou de outro e ninguém defendeu ali que os autistas tinham que ficar no Capes e não teriam que ficar... Colocaram isso lá no Conade e não fizeram, infelizmente, os Centros de Referência como estava na lei, como nós gostaríamos.

Mas existem as situações e eu acredito, assim como as pessoas, a Ana Gulias deu o exemplo dela, está há menos tempo na associação e outros... O Luciano falou que foi tirado do sofá também, há menos tempo, essa coisa toda, e o Conade também a gente sabe que é um colegiado que também tem mudanças, as pessoas que representam ora são umas, ora são outras, e quem sabe vão nos escutar nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria deixar muito claro que o Senador Paim é uma pessoa que carrega isso, adotou isso e não é fácil. E pesa nos nossos ombros, e eu tenho certeza de que nos dele também, a dificuldade quando a gente ouve falar de um autista como esse, no Rio Grande do Sul, que está impedido de frequentar uma escola e está quase criminalizado, uma inversão de valores absolutamente possível, plausível.

Nós não conseguimos imaginar esse tipo de coisa. E outros tantos que estão encarcerados, como foi lembrado aqui, que, infelizmente, não constam nas secretarias de educação municipais ou estaduais ou no Ministério, se houver algum número nesse sentido, da população autista, de educação, de saúde, porque não podem frequentar esse espaço.

Então, o nosso trabalho, o trabalho que pesa nos nossos ombros é conseguir mudar essa realidade. Então, nós estamos aqui hoje, estamos fazendo encaminhamentos... Isto, na realidade, a gente faz o ano inteiro, e poucas pessoas, poucos Parlamentares nos atendem como o Senador Paim e levam isso à frente. Isto a gente tem que separar.

Eu queria dizer outra história, Senador. Eu queria – palavra – dizer aqui que não, que a gente manda aqui, e a coisa vai, mas não é. Poucos conseguem levar adiante, buscar uma resposta... O senhor demonstrou agora um exemplo aqui muito claro em relação à AMA do Distrito Federal, em relação ao Governador Rollemberg, e é isto que nós esperamos neste momento, vamos dizer assim, que pede uma mudança no cenário brasileiro político: que políticos como o senhor permaneçam, que deem lugar a mais pessoas que têm o seu pensamento, que representem verdadeiramente a sociedade brasileira.

Eu quero, então, saudar todos, em especial o Senador Paim, por, mais uma vez, estar conosco aqui celebrando este dia das pessoas, este dia especial, voltado às pessoas com autismo, o Dia do Orgulho Autista. Todos nós temos que ter orgulho dessas pessoas, merecemos, fazemos por onde, e o senhor tem sido o nosso grande defensor aqui, e é muito importante que fique muito claro para a sociedade brasileira que o senhor é reconhecido mundialmente por essa luta pelos direitos humanos, e no autismo eu digo até que é diferente porque é muito mais, porque é a pessoa que conseguiu dar vazão, verdadeiramente, aos nossos projetos, e tenho certeza de que vai dar aos que virão ainda e aos que estão sendo encaminhados.

Senador, era isto que eu queria falar.

Eu queria agradecer mais uma vez a todos por estarem aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... por conseguirem, mais uma vez, celebrar este dia e buscar melhoria para a qualidade de vida das pessoas com autismo, porque é isto que nós estamos buscando: qualidade de vida para essas famílias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Moab, que, na última audiência, propôs esta de hoje, que aprovamos no mesmo dia, e ela se realizou, eu diria.

Mas eu queria só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei, todos já falaram, só nos encaminhamentos deixar registrado que eu farei contato com o governador, por telefone ou pessoalmente. Eu farei. Depois, vocês cobrem da assessoria o resultado, que ela terá que dar para vocês.

Então, vou fazer contato com o Governador Rodrigo Rollemberg para solicitar o não despejo da AMA do imóvel em que se encontra. Se for o caso, oficiar novamente, porque até o momento não foi respondido.

Oficiar à UnB solicitando que realize as adaptações necessárias para que os estudantes autistas possam cumprir suas obrigações escolares dentro das suas especificidades.

Ver o caso do Rio Grande do Sul. Eu vou receber agora o material. Um aluno autista – vou usar este termo – foi expulso da sala de aula por ser autista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu acho que em seguida, mas diga só o nome do Município.

O SR. VINÍCIUS MARIANO – É Frederico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Westphalen.

O SR. VINÍCIUS MARIANO – Isso. Eu estava com medo de falar o sobrenome e errar.

Parece um nome, mas é um Município. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou ligar para lá.

Anota aí para eu ligar para o Prefeito, em primeiro lugar, que eu conheço para saber o que está acontecendo. E ao mesmo tempo vamos oficiar...

O SR. VINÍCIUS MARIANO – Os colegas vão passar por uma oitiva do menininho para ver o comportamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas que barbaridade!

Esses são alguns encaminhamentos. Se houver alguns outros encaminhamentos, logo terminando a reunião, eu peço a vocês que falem ali com o nosso assessor para que a gente dê os encaminhamentos.

Eu queria agradecer a todos.

Essa foto lembra o início de tudo, digamos, aqui dentro do Congresso e mostra a luta de todos vocês.

Então, parabéns a todos os familiares e também autistas e todos os que participaram desta audiência. Claro que nós teremos outras audiências tantas quantas forem necessárias.

Vida longa à família autista e a todos os militantes dessa causa.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e um minuto do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 88/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Nanismo – informação e inclusão nas escolas". Participantes: Liana Hones, Servidora Pública e pessoa com nanismo; Vélvit Ferreira Severo, Representante do Movimento Respeite o Nanismo; Flávia Berti Hoffmann, Mãe de pessoa com Nanismo; Loni Manica, Assessora do Senador Romário; José Rafael Miranda, Diretor Substituto da Diretoria de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação; Juliana Yamin, Empresária e mãe do Gabriel; Gabriel Yamin Nogueira, Estudante e pessoa com nanismo; Djarlles Pierote Costa, Pai do Davi (pessoa com nanismo); Davi Pierote, Pessoa com nanismo; e Kenia Maria de Souza Rio, Advogado e Presidente da Associação de Nanismo do Rio de Janeiro – ANERJ. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Maria Eduarda Soares de Mendonça; Esther Vitor Bezerra Silva; Marlucy Gonçalves da Silva; Marlos Nogueira; Luciano Ambrósio; Fernando Yamin; e Jaqueline Itacarambi. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: apoiar para que a Cartilha "Nanismo: Escola para Todos" seja publicada e distribuída para todas as escolas do Brasil. Às dez horas e trinta e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidência a Senadora Regina Sousa. Às dez horas e quarenta e quatro minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 69/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: Propriedade Industrial para o desenvolvimento econômico, emprego e renda com foco no PL 3406/2015. Participantes: Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - AFINPI; Mauro Sodré Maia, Diretor Executivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI; Graziela Ferrero Zucoloto, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Maximiliano Arienzo, Subchefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; Pedro Villardi, Coordenador de Projetos do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual - GTPI; Ricardo Fonseca de Pinho, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial - ABAPI; Bernardo Nepomuceno Pinto Mosquera, Físico e Pesquisador em Propriedade Industrial do INPI e Diretor da Associação dos Funcionários do INPI; Luiz Edgard Montaury Pimenta, Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI; Pedro Marcos Nunes Barbosa, Advogado e Professor Doutor de Propriedade Intelectual da PUC-Rio; Antônio Márcio Buainain, Professor livre docente no Instituto de Economia/Unicamp e Pesquisador Sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento - INCT/PPED; Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS; e André Ricardo Cruz Fontes, Desembargador Presidente do TRF 2ª Região. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar as notas taquigráficas desta audiência pública ao Ministro Chefe da Casa Civil, solicitando seus esforços para fortalecer o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por meio dos investimentos necessários e da estruturação das carreiras. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 4ª Sessão Legislativa Ordinária, 55ª Legislatura.

A audiência de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 69, de 2018, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema Propriedade Industrial para o Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, com foco no PL nº 3.406, de 2015.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos de imediato... Já estamos atrasados. Era para iniciar às 14h, eu é que atrasei, porque tive que fazer uma fala no plenário sobre mais uma esperteza que aconteceu, hoje, de manhã, numa comissão.

Enquanto eu presidia aqui a reunião com pessoas com o chamado nanismo, com pessoas com deficiência, fui chamado, correndo, para pedir vista a um projeto. Quando chego à porta, eles encerraram a reunião. Quando sento aqui de novo, eles reabrem a reunião e votam o projeto que prejudica os trabalhadores. É brincadeira. Eu acho isso o fim da irresponsabilidade, da falta de seriedade, porque não é ser mais esperto ou menos esperto. Cumpram o Regimento.

Pedir vista é uma coisa tão normal. E eles têm maioria, inclusive, para prejudicar os trabalhadores. Eu pediria vista, e votariam na semana que vem. Mas faz parte... Não faz parte da vida, faz parte da vida dos espertos. E quem age assim, de uma forma ou de outra, terá que responder, amanhã ou depois, pelo que está fazendo.

Mas vamos à nossa audiência, pela importância do tema. Vamos iniciar de imediato.

Convido o Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Afinpi. Por favor, Dr. Saulo da Costa Carvalho, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Mauro Sodré Maia, Diretor Executivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Graziela Ferrero Zucoloto, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Seja bem-vinda, Graziela. (*Palmas.*)

Maximiliano Arienzo, Subchefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores.

Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Pedro Villardi, Coordenador de Projetos do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI). (*Palmas.*)

Ricardo Fonseca de Pinho, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial (Abapi). (*Palmas.*)

Hoje, teremos ainda uma segunda Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos iniciar, de imediato, por ordem, aqui organizada pela Secretaria-Geral da Mesa, com o Sr. Saulo.

Então, passo a palavra ao Sr. Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Afinpi).

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO – Sr. Senador, eu agradeço a oportunidade, saúdo o senhor dando uma boa-tarde ao senhor e aos presentes. Passo agora a fazer a apresentação.

A propriedade industrial... Vou contextualizar: nós chamamos de propriedade intelectual toda a criação do espírito humano, toda a criação do intelecto humano. Então, a tudo aquilo que nasce a partir da inventividade humana e é aplicado dá-se o nome de propriedade intelectual. Dentro dela, nós temos a propriedade industrial, que é a aplicação econômica, financeira, industrial e tradicional – aí a gente está falando das indicações geográficas – da propriedade intelectual.

A importância do tema se dá porque a propriedade industrial, da Revolução Industrial para frente, tem sido a mola mestra para o desenvolvimento das nações e caracterizada como, na verdade, o fator de economia que gera o capital e que gera o desenvolvimento tecnológico e científico. Só que esse desenvolvimento científico, tecnológico e econômico gera, para aquele que produz, um direito de proteção de exclusividade e, para a sociedade, que é a função social da propriedade industrial, ele gera o conhecimento. Então, você entrega toda a sua pesquisa, todo o seu invento para a sociedade, e, através dessa plataforma, a sociedade é capaz de se desenvolver, criar novos mecanismos de competitividade e também de equilíbrio social nas diversas áreas.

Ocorre que a propriedade industrial hoje em nosso País é muito pouco utilizada. O panorama hoje de propriedade industrial no País, no Brasil, é um panorama que, se comparado às outras nações, está num patamar bastante precário. Se nós olharmos os descritivos de propriedade industrial nos Estados Unidos, na Europa e agora, mais recentemente, na Ásia, eles são escritos com a tinta da realidade. Aquilo que na verdade é empregado, aquilo que na verdade gerou o desenvolvimento deles consta das literaturas. No Brasil, não, esse viés é mais acadêmico, a gente discute a propriedade industrial como uma potencialidade. Ela não veio ainda como um investimento de Governo que propicie ao País a sua real potencialidade.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial nasce na década de 70 pelas mãos do Presidente Médici e se desenvolve através de convênios internacionais com grupos de examinadores de patentes da Europa que vinham para nivelar e trazer conhecimento para os nossos examinadores. Ou seja, ele nasce, na verdade, com um investimento estatal interessante e numa visão de Brasil de desenvolvimento da década de 70.

Ocorre que, da metade da década de 80 para frente, você tem uma perda muito grande de incentivo e de políticas públicas a partir do governo Sarney com relação à propriedade industrial. E isso se torna bastante marcante quando da nova Lei de Propriedade Industrial, estou falando de uma lei de 1996, a LPI, a 9.279.

O Instituto Nacional foi provido, a partir do art. 239, de autonomia financeira e administrativa, claro, acompanhada pelo Governo Federal, para que ele desenvolva projetos de propriedade industrial e dissemine a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar dos 21 anos desta lei, isso nunca ganhou um viés prático. O Governo Federal nunca dotou o INPI na prática dessa autonomia. A gente está vendo todas as políticas de propriedade industrial da década de 80 para frente esvanecer, se perder. E isso não se deve ao INPI, não se deve à administração do INPI; deve-se à ausência de políticas de governo de aproveitamento da informação tecnológica através de um desenvolvimento das diversas áreas da saúde, que é a área mais evidente, da qual a gente pode se lembrar, de quebra das patentes para fazer os medicamentos da aids e tudo – foi um momento em que houve uma maior repercussão –, das áreas sociais, através do conhecimento trazido também, porque aí você passa a ter um lucro social com o emprego da matéria, e também das áreas tecnológicas.

Como é que isso funciona? Quando alguém deposita, geralmente um estrangeiro ou um nacional, um pedido de patente, ele entrega toda a pesquisa que fez, e aquela pesquisa tem que vir a público, tem que ser disseminada para que a gente tenha um real investimento em propriedade industrial e um desenvolvimento nacional. Significa dizer que não é somente divulgar a pesquisa, é você ter uma linha de governo que crie incentivos, financiamentos que serão feitos somente através do subsídio da propriedade industrial.

Ocorre hoje que o BNDES e outras instituições dão financiamento para a sociedade civil, porém acabam sendo refinanciamentos de projetos que não foram bem elaborados. E isso daí nós temos como comprovar através de um estudo da UFRJ que consubstanciou a indicação do Deputado Hiran Gonçalves na Comissão de Desenvolvimento da Saúde e Novas Tecnologias.

Então, hoje nós estamos conferindo uma proteção à propriedade industrial sem que a função social esteja sendo corretamente aproveitada dentro do Governo. Hoje, o INPI tem um atraso de exames muito grande, que, volto a colocar, não se deve diretamente a uma política ministerial, mas à ausência de uma política governamental que aproveite a matéria, e isso acaba criando um problema social.

Desse problema, veio o processo que o Senador Paim fez para que nós possamos fazer uma análise da matéria em 180 dias. Só que nós carecemos de pessoal. Nós carecemos, inclusive, de um compromisso. Nós temos o compromisso de fazer um trabalho de qualidade e através desse trabalho devolver para a sociedade a informação que é necessária para o desenvolvimento. E nós não temos infraestrutura para isso.

Houve um substitutivo ao projeto que visa garantir ao INPI – nós agradecemos ao Senador por isso – que tenhamos o que a lei já determina, que é a autonomia financeira e administrativa. Só que isso ainda não é o suficiente. Nós temos que pegar essa informação e levá-la para as universidades, levá-la para as federações de indústria e para as federações comerciais e falar: "Vocês querem investir? Vocês podem investir, mas o que há de novo está aqui." É pegar todo e qualquer investimento que seja calcado em informações reais que fazem parte do nosso banco patentário, fazem parte do nosso rol e que simplesmente não são utilizadas.

Então, o que nos trouxe a esse debate, mais até do que a defesa do nosso órgão, é uma defesa nacional do País, da utilização de um arcabouço que o País hoje já possui. Em alguns momentos, quando nós traçamos a linha da propriedade industrial e falamos que ela estava muito mais protegida entre o início da década de 70 e o ano de 1985, não tem nada a ver com os governos militares, mas tem a ver com um programa de desenvolvimento nacional que em algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento se perdeu. E é esta a nossa proposta: queremos resgatar esse programa de desenvolvimento nacional.

Causa-nos também espécie quando há confusão entre o problema em si e a causa do problema. Hoje, discutimos, e é muito visto pelas mídias, que o INPI tem um atraso de exame e que o problema vem a ser o *backlog*, que é o nome que se dá a esse atraso de exame. Esse não é o problema; essa é na verdade a consequência do problema. A falta de uma estrutura de governo que ponha a propriedade industrial no calendário da inovação e do investimento gera ao órgão regulador da propriedade industrial as carências que hoje nós possuímos e também a falta na verdade do desenvolvimento que hoje está dentro dos nossos bancos. Nós temos um livro fechado que, por falta de cultura, por falta de costume, não é aberto. A informação nós temos, e isso acaba não sendo empregado.

Surgiu recentemente uma proposta de deferimento sumário de patentes ou também de uma revalidação de patentes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO – E isso acaba ferindo na verdade a valorização nacional. Se nós não estamos aproveitando a informação, se nós não estamos fazendo uso da informação como nós deveríamos, se você pega essa informação e a transforma num direito concreto, para que defender a propriedade industrial? É isso que as pessoas que mais conhecem a matéria vêm se perguntando.

Então, vimos defender a correta estruturação do órgão.

Eu agradeço e desculpa por ter passado do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou dentro do limite.

Cumprimento o Saulo da Costa Carvalho.

Na minha avaliação, como autor do projeto ... Eu sempre digo que não invento projetos, porque alguns pensam que eu vou para casa, sonho, venho aqui e apresento o projeto. Isso não existe. Eu tenho mais de mil projetos tramitando. Eu já transformei em lei em torno de cem projetos, ou aprovei aqui ou o Executivo aproveitou, o que acho correto também, por decreto, por portaria, por medida provisória, e virou lei.

Eu me lembro aqui porque é tanto projeto. Eu venho agora de uma briga no plenário para ver qual é o motivo da reunião. De tantos projetos... Eu discuti aqui, toda a manhã de hoje, a questão das pessoas com deficiência. Foi também um belo debate. Daí não pude estar na outra comissão. Mas já estou lembrando. Veio a denúncia, veio a reclamação para mim da demora de assegurar as patentes. E você fala aqui com toda propriedade. Bom, querem que nós aceleremos. Temos que ter infraestrutura para isso acontecer. Então, o debate vai se enrolar nesse sentido. Eu não me lembro aqui, porque até olhei aqui, mas não está. Os dados que eu tinha são que o Brasil demora três, quatro, cinco, dez anos para liberar. Em outros países, são seis meses. Enfim, são vocês que vão aprofundar o debate, mas é um tema importante. Eu espero que – como a Câmara fez um substitutivo, volta para cá – a gente construa uma saída com rapidez para atender a demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dr. Mauro Sodré Maia, Diretor Executivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O SR. MAURO SODRÉ MAIA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Paulo Paim. Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos para poder participar. Diante de um problema tão grande, eu vou exercer aqui o poder de síntese desse cenário.

Eu quero parabenizar, inicialmente, o Dr. Saulo pela sua fala, com a qual eu me irmano em grande parte.

Nós estamos aqui por causa de um grande problema, que é a desestruturação do INPI, a entrega do INPI com essa demora que nós verificamos hoje. Ou seja, nós estamos hoje com – números atuais de maio – 218 mil pedidos de patentes em atraso. Isso representa um tempo médio de dez anos e dois meses, que é uma resposta inadequada, porque ela está totalmente dissonante da proposta e do conceito de propriedade industrial, do porquê da propriedade industrial.

É verdade que a gente tem que buscar a causa e não o efeito desse problema, que é realmente esse atraso. Então, para a solução desses problemas, nós temos que buscar um breve histórico: o INPI, por décadas, sendo desassistido por décadas; o INPI, por décadas, não tendo a devida atenção, merecendo a devida atenção de um órgão que executa a Lei da Propriedade Industrial no País. E a propriedade industrial é prima irmã da inovação. Sem a propriedade industrial dando a base jurídica para o sistema de inovação desenvolver, nós vamos ter esses dois segmentos atuando muito mal.

Então, acreditamos – acredito eu, particularmente – que é através da inovação que este País vai ter condição de ter um elevar sustentável no seu desenvolvimento econômico. É através do conhecimento, da inovação que nós vamos buscar ter esse *upgrade* de *status*.

Agora, não se consegue isso se você não olhar para a inovação, não investir na inovação e não der a base adequada dentro do INPI. E o INPI, ao longo desses anos todos, foi vítima do pouco olhar também que se conferiu ao sistema de inovação no País. Ou seja, se você não dá uma atenção ao sistema de inovação, necessariamente o órgão que executa a Lei da Propriedade Industrial também não vai merecer essa mesma atenção. Então, o INPI sente isso. O INPI é um órgão de 1970, que só foi ter o seu primeiro concurso 28 anos depois, um concurso público em 1998, passados 28 anos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E nesses 28 nada?

O SR. MAURO SODRÉ MAIA – Nada. Aquele quadro que foi formado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foi se aposentando...

O SR. MAURO SODRÉ MAIA – ... foi se aposentando, e era através de convênios que havia alguma força de trabalho. Enfim, o INPI não mereceu o olhar.

Então nós chegamos até este cenário, até aqui por conta disso. Chegamos até aqui neste momento, neste cenário, com atraso, porque o INPI nunca mereceu o devido olhar, apesar de já haver, na Lei da Propriedade Industrial, lei 9.279, um dispositivo legal, que é o art. 239, que já é capaz de melhorar, de conferir essa autonomia financeira para o INPI. O INPI, com autonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira, é capaz de investir. Capaz de investir, ele vai conseguir ter uma estrutura melhor, de exame, uma melhor estrutura de resposta, uma estrutura melhor de carreira para os seus servidores, servidores esses que têm que ser entendidos como aqueles de ponta, servidores de Estado, que estão ali examinando patentes, examinando marcas e fazendo a diferença de uma atividade única no País. Então o que acontece? Nada disso nós tivemos.

E há um campo enorme para atuação do INPI ainda. O olhar que se tem em relação ao INPI é de um horizonte enorme. Por que eu digo isso? Porque o INPI na verdade tem um espaço até para a gente pensar numa mudança da sua natureza jurídica, uma mudança de natureza jurídica em que se teria, na verdade, um órgão regulador, no melhor sentido da palavra, do ambiente de propriedade industrial. Hoje você tem dispersamente alguns órgãos falando e atuando no processo de propriedade industrial, atuando talvez na parte também da propriedade intelectual. Então há a necessidade, por certo, de haver um órgão que regule esse ambiente. Esse ambiente é disperso, e por ser disperso, é enfraquecido. Ele atua sem uma sinergia, e aí ele enfraquece.

Então, o que na verdade nós tentamos e vimos buscar aqui é mitigar a gestão, e com todo o esforço do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, é fazer com que o INPI tenha hoje uma condição melhor de entrega. Para isso nós, o corpo técnico do INPI tem se dado, dado uma entrega diferenciada, em que nós já conseguimos ver alguns resultados positivos, como faz exemplo o número de marcas, porque nós passamos de 24 meses, de 42 meses que estávamos um ano atrás, nós alcançamos agora neste ano 18 meses, o que significa que o pedido que entrou um ano e meio atrás já está sendo examinado pelo INPI. E isso é um avanço significativo, um avanço que já permite inclusive a adoção do Protocolo de Madrid, coisa que está na casa também para ser decidido, enfim.

E na parte de patentes, temos uma curva em que a seta aponta para baixo, vem apontando para baixo, uma redução. Mas é um *backlog*, é um atraso em que nós não conseguimos verificar uma sustentabilidade desse decréscimo com a estrutura que nós temos hoje. Então hoje nós temos realmente uma curva descendente em 6%, e isso não vai dar uma projeção de eliminação do *backlog*, que antes, em novembro do ano passado, estava em 225 mil, e hoje nós estamos com 218 mil, batendo palmas, porque isso foi à custa de muito esforço, de muita dedicação do quadro de servidores e de examinadores técnicos do INPI.

Bem, mas nós estamos querendo buscar uma solução, e essa solução passa pela estruturação do INPI, passa pela renovação e pela discussão dos quadros do INPI, da carreira do INPI; de o INPI ter uma sede, ter autonomia financeira para ter uma sede própria.

Hoje, nós estamos no modelo de locatício; nós estamos há anos dentro do modelo locatício, pagando aluguéis para ter uma sede, que não é adequada. É uma sede em que falta um espaço adequado para o exame de patentes; um espaço adequado para o exame de marcas, um espaço humanista, aquele que precisamos ali ter para os servidores.

E nós estamos ali muito presos, buscando uma economia no máximo possível nessa solução predial que nós temos hoje, mas buscando uma solução proprietária, precisamos ter uma solução proprietária, e para isso precisamos ter autonomia financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O INPI é um órgão superavitário, um órgão que arrecada perto de 400 milhões/ano, com suas taxas, com seus preços públicos, e é contingenciado, a ponto de neste ano nós termos 80 milhões para executar – dos 400, nós temos 80 milhões.

Então, fazer a gestão pública é muito difícil, e ela é potencializada sendo dentro do INPI. Fazer a gestão pública dentro do INPI tem um grau de dificuldade potencializado por conta de todas essas amarras de orçamento que nós temos hoje para viver.

Então, autonomia financeira é fundamental. Essa autonomia financeira para o INPI é fundamental. Não faltam ao INPI quadros qualificados; o INPI é um órgão que tem dentro dos seus quadros pessoas com altíssima qualificação. Para o senhor ter uma ideia, para ingresso como examinador de patentes é preciso ter um mestrado básico, senão a pessoa não entra, é pré-requisito. Então, isso mostra muito a qualidade do corpo técnico do INPI. É um corpo técnico comprometido, envolvido.

E me dói muito quando vejo mandados de segurança sendo interpostos contra o INPI por falta de eficiência. Isso me dói porque eu vejo a dedicação desse corpo técnico. Eu o vejo sofrendo hoje e ainda sendo rotulado de ineficiente, porque tem que trazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO SODRÉ MAIA – ... um exame de um ano, furar uma fila daquele que se socorreu do Judiciário.

Então, Senador Paulo Paim, o que o INPI traz aqui, o que eu trago aqui em nome do Presidente Pimentel e trago em nome do próprio Ministério é a necessidade de um olhar adequado, um olhar para o INPI que lhe possibilite uma estruturação adequada.

Agradeço a oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Mauro Sodré Maia, Diretor Executivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que traz dados aqui que de fato preocupam. Duzentos e dezoito mil na fila.

Quando eu falava, e me fizeram a denúncia, de que eram três, quatro, cinco, nove, dez, onze... Eu achei que dez, onze já seriam um exagero, mas é real. Mas eu coloquei na justificativa.

E também não ter um prédio é sinal de que não há preocupação dos governantes – porque não é só deste Governo; são décadas pelo que percebo aqui – de dar uma estrutura de trabalho descente para um órgão tão importante, que vai decidir a questão de marcas e patentes.

E os investidores – estou me referindo já, aqui, a pequenos e médios –, na fila, esperando para gerar empregos. Eu, que trabalho tanto nessa área do social, cada empresa, seja de 10, 20, 30, 50 empregos... E nós sabemos que as micro, médias e pequenas são as que mais geram emprego e que às vezes estão precisando de uma mão, para que possam tocar o seu negócio. E para se liberarem marcas e patentes.

Passo a palavra agora para a Srª Graziela Ferrero Zucoloto, Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Boa tarde aos meus colegas da Mesa, aos participantes.

Quero agradecer o convite também da Comissão de Direitos Humanos e dizer que estou muito satisfeita de estar aqui, porque estive aqui, na audiência pública de 2016 e, me preparando para esta audiência pública, vendo o relatório que foi feito, vi que tudo que a gente comentou na outra audiência pública, tudo que a gente discutiu realmente foi considerado, foi citado e foi incorporado nessa proposta. Então, dá uma gratificação muito grande ver o nosso trabalho sendo, de fato, ouvido.

Bem, eu achei que tinha um pouquinho mais de tempo. A minha ideia inicial era retomar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui não vai haver correria, não.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São dez minutos, mas com mais cinco, pelo menos.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Então, 15 dão.

Mas vou tentar ser breve, porque há muitos colegas para falar.

A minha ideia inicial era retomar um pouquinho o que a gente discutiu em 2016, falando do PL original. A gente discutiu a questão do *backlog*, do prazo e das condições do INPI, retomando o que já foi falado aqui, na Mesa. Vou falar um pouco do substitutivo: por que gosto, por que aprovo, por que acho essa a melhor proposta, apesar de achar uma proposta boa, mas não ótima? Estou aqui para fazer um pouquinho do advogado do diabo. E vou fazer as considerações finais.

Então, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas já é um avanço em relação à proposta original? Dá para dizer isso?

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Muito avanço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é um bom sinal.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Acho que é a proposta que eu teria escrito, na verdade, embora ainda ache que ela precise de alguns cuidados, que vou citar no final.

Bem, retomando, a gente tem que falar do PL original. Ele foi lançado, basicamente, porque, como foi dito na Mesa, havia a questão da demora. A demora no exame de patentes é uma questão que está sendo discutida por todos nós, há bastante tempo.

Isso é rápido. O problema para ser resolvido está muito ligado à discussão sobre o *backlog*.

Vou repetir alguns dados aqui, que já falei na apresentação anterior. Alguns foram atualizados.

O tempo médio de análise está em torno de 11 anos. Eu vi que parece que em torno de 10... Acho que caiu um pouquinho. O último dado que vi era de 10,2. De 10 a 11 anos, então um tempo muito grande, muito superior ao dos outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, as patentes examinadas em mais de 10 anos ficam com uma duração acima de 20 anos, como a gente sabe. Então, isso gera alguns problemas.

E toda essa discussão limita a eficiência do sistema. Você vê um sistema de patentes em que a patente demora muito para ser, enfim, examinada, concedida. Isso gera uma ineficiência no sistema como um todo.

Esses são os dados mais recentes que obtive da evolução do *backlog*. Foi citado que houve uma queda, agora, recentemente, mas há uma tendência de crescimento. Isso não é um problema que aparentemente está...

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO – Duzentos e dezoito.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Duzentos e dezoito? Então, ainda é um problema considerável.

Mas sempre gosto de citar que não é um problema... Não é uma jabuticaba, não é um problema só do Brasil. Então, a gente vê que o EPO, o USPTO, outros escritórios também têm o problema do *backlog*. O Brasil tem menos, porque proporcionalmente os outros países têm muito mais depósitos. Mas é só para citar que esse problema não é só nosso.

Aqui, também, é a evolução desse tempo médio, que caiu agora, recentemente. Mas a tendência era de crescimento entre os depósitos e a concessão. Isso varia por área. Na área de telecomunicações, chega a 14 anos. Então isso gera realmente uma ineficiência em todo o sistema. E aqui esse dado eu não consegui atualizar, não sei se vocês têm dados mais atuais, de que a questão realmente, uma das questões centrais está no número de examinadores. A gente compara o INPI com os outros escritórios, e o número de examinadores aqui é muito pequeno, e a relação entre a pendência, o *backlog,* e o número de examinadores é muito grande no Brasil. Então essa situação muito dificilmente será resolvida sem um incremento no número de examinadores no INPI, para reduzir esse prazo médio de concessão, que comparativamente está muito elevado.

Uma das questões que se colocou é: "Ah, e se aumentar a produtividade? É uma questão de produtividade?" Não gosto daquelas propostas que dizem que se aumenta a produtividade tirando o almoço do trabalhador. Não são as que mais me agradam. Mas eu acho que esse gráfico mostra que esse não é o caso. Comparativamente o INPI tem uma produtividade similar à de outros escritórios importantes, como o USPTO e EPO. Então pode haver, sim, um aumento de produtividade, mas eu acho que há um limite para você tentar resolver o problema a partir dessa melhora.

Bom, em suma, exigir essa análise em 180 dias não garante que haverá, por exemplo, um aumento do número de examinadores. O Brasil tem um pouco às vezes essa mania. A gente coloca uma lei, e a lei vai nos obrigar a resolver o problema. Então se a gente colocasse essa obrigatoriedade dos 180 dias, automaticamente se contratariam novos examinadores. Não. Corre-se o risco de serem adotadas medidas alternativas, como se discutiu recentemente, do deferimento automático, por exemplo, o que geraria uma fragilidade legal e institucional, uma não confiança nas propriedades concedidas. Então aprovar o PL como originalmente proposto geraria, eu acho, esse risco. Não resolveria o problema. A gente não resolve o problema com canetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sempre digo que o projeto original é só uma semeadura.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – É, foi uma boa semeadura, propiciou este debate todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E dali para a frente é que nós vamos avançando.

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – Isso. Acho que as soluções têm que ser efetivas para realmente gerar uma confiança no sistema, e saídas rápidas e fáceis devem ser evitadas, por mais que sejam tentadoras.

Bom, enfim, em suma o que é que a gente tem? Um cenário de *backlog* elevado, número baixo de examinadores, ainda com problemas na carreira, uma produtividade que é similar à de escritórios internacionais. E também foi levantada, na audiência pública passada, a questão de 18 meses de sigilo, que já impediria a adoção do PL. Então tudo isso inviabilizaria o PL original.

O substitutivo. O que ele propõe, já que ninguém explicitou? Ele altera na verdade a Lei 5.648, que criou o INPI. E a proposta é determinar que os recursos provenientes dos serviços realizados pelo INPI sejam reinvestidos no próprio órgão. Ou seja, que os recursos não sejam contingenciados. Vou explicar por que eu acho que essa é uma solução "*second best.*" Eu brinco, como dizem na minha terra, que o ótimo é inimigo do bom. Então vamos à boa proposta.

Bom, isso aqui é um resumo do PL. Como eu falei, a ideia é só que se evite o contingenciamento. Resumidamente isso deve constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. E também há uma proposta de que se publique um plano de aplicação de recursos e investimentos, que o INPI mostre o passo a passo de onde e como esses recursos vão ser investidos, o que é bastante interessante.

Eu fiz esse levantamento bem preliminar, bem Google. Deve haver algum... Você falou em 400 milhões, que a arrecadação do INPI foi 400 milhões. Eu achei aqui esse dado de 357 milhões. Esse eu não sabia, que só 80 milhões ficaram no órgão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO – No EPO o orçamento é de €2,3 bilhões, que é inteiramente financiado pelas taxas do próprio escritório. E no USPTO chega a US$3,4 bilhões.

Pelo que eu entendi, eles tinham um problema similar aqui no Brasil, uma parte das receitas do USPTO também eram direcionadas para outras atividades e agora não é mais. Só para a gente ter uma ideia de escala de orçamento, de arrecadação dos órgãos.

Na verdade, esse é o eslaide de que eu quero falar. Eu vim aqui só para fazer o papel de advogada do diabo.

Quando você tem um órgão que vai gerar as suas próprias receitas e vai ficar com essas receitas, você corre um risco. É tentador você querer estimular o aumento dessas receitas. Isso é uma tentação.

Então, como é que você estimula o socialmente desejável, a missão que o órgão tem com essa tentação de aumentar as receitas. Eu acho que essa proposta é excelente, mas tem que ser muito bem regulamentada, a proposta tem que estar muito clara para evitar essa tentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu sempre digo, o INPI impacta na vida de todos nós, não é só na do depositante ou só daquele para quem a patente foi concedida. Ele não é só um órgão para os usuários diretos, ele é um órgão de toda a sociedade. Então, quem não deposita também é impactado por suas decisões.

A tentação de estimular receita própria. Porque alguns autores... Eu chamei aqui de viés de receita pró-receita, que pode ser um viés pró-concessão. Você pode estimular as atividades que geram mais receitas e não são socialmente necessárias. Isso tudo tem que ser desenhado com bastante cuidado.

Eu soube que, acho que a ABDI com o MDIC estão fazendo uma discussão sobre o preço – eu acompanhei recentemente. Então, para você desenhar o preço de cada um dos serviços, isso tudo tem que ser levado em conta.

Uma fronteira dúbia com os interessados nos direitos. Quem tiver um direito concedido, ele não vai ter mais poder sobre o órgão. Isso tem que ser pensado com carinho.

Uma disputa entre áreas. Eu brinco: entre patentes e marcas. Eu já vi carinhosamente pessoas que trabalham com patentes e marcas... Acho que marcas gera superávit, e patentes têm um déficit. Pelo menos, foi o último dado que eu vi. O pessoal de marcas brinca: "Ah, a gente sustenta o INPI." Há alguma brincadeira desse tipo. Então, na universidade a gente vê isso. Não sei se por que a gente já foi à USP, e lá você vê que economia e engenharia são prédios luxuosos, maravilhosos, e as ciências humanas estão meio deixadas de lado.

Então, é tomar cuidado para que esse tipo de disputa não valorizar mais áreas que gerem receita. Há uma missão social ali dentro a ser cumprida que não pode ser esquecida.

Uma questão é também se esses recursos serão suficientes para reestruturar o INPI. Eu acho que sair dos 80 milhões para ficar com os 400 é avanço bastante considerável, mas, comparado com o que a gente vê lá fora, os recursos ainda não são tão elevados assim.

E os preços dele devem refletir essa receita desejada, estimando o número de depósitos – levando em consideração, na verdade –, estimando o número de depósitos e concessões, o perfil dos depositantes e as áreas tecnológicas.

Você tem universidades, que têm desconto; pequenas empresas, que têm desconto. Esse grupo não pode ser prejudicado em nome de se aumentar uma receita, por exemplo. É só essa a minha preocupação.

Essa é uma discussão mais longa sobre o futuro do sistema, que é uma discussão que não é só para o Brasil, mas para o mundo todo. Acho que talvez exija medidas além do que a gente está discutindo para se reduzirem custos e aumentar eficiência, senão daqui a dez anos a gente pode estar aqui discutindo problemas similares de novo.

Então, eu quero deixar claro: achei a proposta excelente, achei o substitutivo um avanço muito grande em relação à primeira proposta. Eu acho que é a proposta que deve ser levada adiante, mas acho que essa discussão, quando isso for colocado na mesa, tem que estar presente.

É só isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-la pela fala. Inclusive, sou muito tranquilo em relação a essa história de eu apresentar muitos projetos. Para se ter uma ideia, o Estatuto do Idoso, quando eu apresentei, tinha 40 artigos; agora, tem mais de 200. Quer dizer, a Casa discute; a sociedade vem e debate. A ideia é boa? A ideia é boa, agora temos que avançar.

Então, toda crítica ao projeto original, para mim, é bem-vinda. Fiquem bem à vontade em fazer essa crítica. Só espero que o substitutivo atenda mesmo o que todos querem, e serei o maior defensor do substitutivo aqui no Senado.

Gostei muito da sua fala com a frase "Tem que ter responsabilidade social", "Tem que ter preocupação com o social", ao longo da sua palestra. Gostei muito. Quando se fala do social, eu já me apresento.

Vamos lá.

Maximiliano Arienzo, Subchefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério de Relações Exteriores.

O SR. MAXIMILIANO ARIENZO – Boa tarde, Senador Paulo Paim. Membros da Comissão, muito obrigado pelo convite. É um prazer voltar a esta Casa numa audiência pública. Já estive aqui em algumas ocasiões, comparecendo a mesas como esta, e sempre foi uma experiência muito prazerosa, poder participar de um debate que agora se desenvolve no âmbito desta Comissão.

Muito obrigado aos representantes. Muito obrigado a todos pelo convite. O Itamaraty fica muito feliz de poder participar deste debate.

Senador, em sendo do Itamaraty, como posso ajudar nessa discussão, sem entrar na discussão propriamente dita, porque ela é interna? E, como viram na apresentação, pela apresentação da Graziela, pela fala do Saulo e do Mauro, estes são muito mais competentes em analisar o cenário interno, as consequências, os *backlogs* e todas as circunstâncias que rondam uma propriedade intelectual e a sua gestão no Brasil.

Como o Itamaraty pode trazer algo de diferente nesse debate? Ou seja, procuro trazer uma percepção internacional do que é esse desafio, como outros países enxergam esse desafio, como levantou a Graziela, que não é só nosso, é comum a todos os países, porque mais e mais a inventividade humana é incrível e profícua. Então, isso acontece não só no Brasil, mas em vários outros países. E é um traço da nossa espécie humana o criar.

É realmente uma percepção. Países com interesses agressivos na matéria, veem um sistema nacional de propriedade intelectual, identificam um problema – existe um problema de registro, de patentes, de marcas, ali – e querem resolver aquilo, porque acaba sendo um empecilho para o desenvolvimento de novos negócios, de novos setores, investimentos estrangeiros diretos.

Isso tudo é aquele papo de você encaixar o Brasil nas cadeias de valor global, aquela ladainha toda que nós conhecemos muito bem, mas que acaba influenciando o debate interno.

Queria levantar um ponto que também pode ser agregado à discussão de vocês, que é essa conformação desse sistema nacional de PI, mais vigoroso, mais eficiente, mais representativo, mais socialmente dirigido, consciente dos desafios do País, não só econômicos, mas dos desafios sociais do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é um debate importantíssimo de ser abordado, na percepção exterior dos países que lidam com o Brasil e têm no Brasil um parceiro comercial.

Então, muitas vezes, em foros internacionais, que têm a representatividade de vocês também – o Itamaraty é a voz, mas vocês estão também atrás de nós, legitimando a nossa voz –, a gente pode ser acusado de estar querendo pregar uma determinada posição nacional, mas dentro da sua própria casa você não está implementando adequadamente aquilo que você está rezando no exterior.

Então esse é um descompasso que existe entre a boa prática nacional, o sistema nacional vigoroso, e a representação desse sistema no cenário internacional. É aí que entra o Itamaraty podendo ajudar, trazendo essa percepção a vocês, identificando esses gargalos, identificando esses problemas, sendo um observador atencioso, um ouvinte zeloso desses problemas, convidando-os a ir à minha divisão, a ir ao meu Departamento, à minha Subsecretaria, falar com nosso chanceler, expor esses problemas, procurar o apoio internacional... O que esses países fizeram para superar esses desafios, que não são exclusivos nossos? Eu acho que é por aí que podemos ter esse futuro sistema, não só nacional, mas internacional, mais legítimo, não só para nós, mas também para a comunidade internacional.

O Itamaraty está aberto a qualquer contato. Vários de vocês já estiveram na nossa divisão, já levantaram esses problemas, o que é muito importante para nós, para mim que sou novo nesse assunto... Então vocês vejam que para mim é uma experiência nova também, mas de certa maneira trago aqui o meu conhecimento e a minha experiência de tratar com outros temas que não são diferentes desses, estão confrontados com mesmo sistema nacional de interesses, de debate, de conformação da política pública nacional. E ela é assim, ela soluça. E vamos soluçando, mas vamos progredindo.

Eu acho que aqui eu ouvi coisas, por exemplo, do Saulo, do Mauro e da Graziela que trazem – eu, como Diplomata, sou um otimista por natureza – um certo conforto para mim, porque todo mundo muito carente, todo mundo pedindo: "Olha, cuida de mim!". A gente anda muito desesperançoso, a gente anda muito sem cuidado, muito descuidado. Até a minha própria casa anda assim.

Então eu acho que esse debate traz, num ambiente micro, uma realidade macro que todos nós, como cidadãos, como servidores públicos, como homens da política, enfrentamos no dia a dia. Então é muito legal poder participar desta Mesa.

Vou voltar ao ponto das experiências nacionais. A Graziela mostrou um eslaide muito interessante, e diversos países lidaram com esse tipo de problema de diversas maneiras.

Então uma análise mais detalhada, mais apurada do que esses países fizeram. Por exemplo, a Suíça, que tinha na década de 80 também um *backlog* gigantesco... Como que ela solucionou esse problema? A África do Sul tinha também um problema dessa natureza e solucionou de outra maneira. Mas todos eles passaram pelo debate, pela discussão, não pela medida pronta, não pela melhor medida, mas por aquela que funciona, por aquela que é legítima. E eu acho que isso seria uma excelente resposta para dar para aquele país que pudesse me apontar o dedo num fórum internacional e dizer: "Poxa, você tem 300 mil pedidos de patentes parados? Qual a sua legitimidade?". Eu falo: a minha legitimidade é a legitimidade de quem está discutindo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, de quem está internamente tratando dele, está debatendo, está procurando resolvê-lo. Eu vejo esse exercício aqui como um exercício extraordinário de debate.

Uma coisa que eu não posso me esquecer de falar é que a gente precisa levar essa ideia de debate adiante; a gente precisa revitalizar, por exemplo, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi). É um grupo importantíssimo para a concepção da política pública em propriedade intelectual no Brasil. É um grupo que está silenciado – não silenciado, mas está quieto, não se reúne. Por que não se reúne? Deve se reunir, a gente tem que se reunir; legitima, por exemplo, a minha posição internacional. Eu vou escutar esse debate aqui em um ambiente interministerial e vou poder suprir as minhas instruções, levar essa visão aos outros países e procurar nos outros países um programa de cooperação, uma transferência de tecnologia, uma parceria, uma ligação, um memorando de entendimento com alguém, algum desses países que conseguiram superar esse problema. O Gipi precisa ser revitalizado.

Grupos interministeriais de discussão de propriedade intelectual precisam ser difundidos. A gente precisa levar isso. A gente precisa ampliar esse debate. Por isso, quando ele acontece aqui, nesta Casa – e agradeço ao Senador Paim por trazer essa oportunidade para mim, para o Itamaraty –, novamente, é um conforto para o meu coração como diplomata ver que isso aqui pode gerar coisa muito boa, pode ser não só um elemento de um futuro melhor para o Sistema Nacional de Gestão de PI, mas pode ser uma semente para que a gente possa, internacionalmente, alavancar essas posições, alavancar nossos interesses, buscar pontos de apoio para reforma, para construção, para o fazer do nosso Sistema Nacional de PI e, consequentemente, para a geração de emprego, para a geração de renda, para a diminuição das desigualdades sociais no País.

Bem, eu acho que eu já me estendi muito. Como Itamaraty, já falei demais. Dizem que diplomata bom é aquele que fala pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso eu já ouvi também.

O SR. MAXIMILIANO ARIENZO – Então, eu acho que eu já me expus demais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAXIMILIANO ARIENZO – Quero agradecer vocês novamente pela oportunidade. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não falou demais e falou bem.

Meus cumprimentos, Maximiliano Arienzo, Subchefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, que lembra uma palavra de que eu gosto muito: de fato, há um desencanto no Brasil, e o desencanto é geral, não estou falando aqui como situação, nem oposição, nem coisa alguma. Por onde eu passo, eu vejo um desencanto generalizado e é preciso...

Eu vejo muito a palavra esperança, eu gosto muito da palavra esperançar, que é ter esperança na linha do que você falou, em fazer acontecer, em fazer acontecer eventos como este.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você traz uma visão internacional – é interessante – de ver como os outros países resolveram, e nós também queremos resolver com rapidez, e aqui algumas coisas foram levantadas já: tem que ter estrutura, no mínimo, o mínimo, o básico.

Então, meus cumprimentos.

Vamos em frente.

Parabéns pela palestra.

Convido agora o Coordenador de Projetos do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, Sr. Pedro Villardi.

O SR. PEDRO VILLARDI – Boa tarde a todas e todos. Boa tarde, Senador Paim e membros da Mesa. Meu nome é Pedro Villardi. Eu sou do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual, que é coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.

Só queria, antes de começar, Senador Paim, reconhecer a disparidade de gênero que a gente tem na mesa hoje: infelizmente, só uma mulher. Acho que, nas próximas audiências sobre esse tema, a gente podia tentar fazer um esforço para ter um pouco mais de equilíbrio nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Registro que a Comissão convida o órgão. Então, tem que mandar para cá...

O SR. PEDRO VILLARDI – Verdade. Então, a culpa é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O órgão, as entidades têm que ver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso demonstra já que tem que ter mais mulheres em todas as áreas.

O SR. PEDRO VILLARDI – É verdade.

Então, só para falar um pouco de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para dizer que – não foi meu o projeto, isso tem um tempo – havia um projeto aqui de que eu fui Relator, mas não me deixaram aprová-lo de jeito nenhum. Quando há dois candidatos ao Senado, como vai acontecer agora, um deveria ser uma mulher e o outro, um homem. Mas está engavetado o projeto e não passa.

O SR. PEDRO VILLARDI – A gente imagina o porquê.

Bom, então, só para falar um pouco da Abia, de onde eu estou falando; a Abia é uma ONG de aids do Rio de Janeiro, fundada em 1987 pelo sociólogo Betinho, que, desde então, trabalha nas políticas públicas de prevenção e tratamento ao HIV, combatendo o estigma e a discriminação, sempre com foco na cidadania e na radicalização da democracia.

Em 2003, o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual foi formado e, desde então, ele é secretariado pela Abia, e o nosso mandato é impedir ou reduzir o impacto das patentes farmacêuticas nas políticas públicas de acesso a medicamentos no Brasil e no sul global.

Então, só para situar um pouco de onde a gente fala, o nosso acúmulo nesse tema de propriedade intelectual e acesso a tratamentos, a gente tem, obrigatoriamente, o reconhecimento de patentes farmacêuticas no mundo e no Brasil há, aproximadamente, 24 anos. E o acúmulo que a gente tem, de vários relatórios em nível internacional, é no sentido de apontar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma incongruência ou mesmo uma incoerência entre o sistema de direitos humanos, Senador, e o sistema de propriedade intelectual.

Então, eu queria citar, por exemplo, o relatório "HIV e a Lei", que foi produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que teve entre seus membros de maior destaque o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que aponta no sentido de um custo humano elevado e preços elevados de medicamentos, o que indicaria que a melhor solução, neste momento, seria a moratória do Acordo Trips – veja bem, não sou eu que estou dizendo isso, mas o relatório secretariado pelo Fernando Henrique – na área de medicamentos.

Recentemente, aqui, na Câmara dos Deputados, a gente teve o estudo "A Revisão da Lei de Patentes: inovação em prol da competitividade nacional", que apontou no sentido de várias mudanças na Lei de Propriedade Intelectual no Brasil e também trouxe alguns dados, que são muito preocupantes, mostrando que, na época em que a Lei de Propriedade Intelectual foi aprovada no Brasil, isso acarretou o fechamento de mais de mil unidades produtivas e o cancelamento de quase 400 projetos de pesquisa.

Recentemente, também tivemos o Painel de Alto Nível da ONU, que foi puxado pelo Secretário-Geral, à época o Ban Ki-moon, que também apontou a incoerência entre direitos humanos e patentes farmacêuticas. E a gente tem evidências muito contundentes dessa incoerência. No Brasil – estes são apenas três exemplos –, o artigo da Lei de Patentes que a matéria do *Estadão* cita é justamente sobre as patentes pipeline, somente com quatro medicamentos o Brasil gastou mais de R$123 milhões.

O parágrafo a que a revista *Época* se refere é o parágrafo único do art. 40, que está sendo contestado hoje no Supremo Tribunal Federal, que pode fazer o Brasil gastar até mais R$2 bilhões com nove medicamentos apenas. E esse quadro foi apenas um dado que nós produzimos para ilustrar o que isso significa. Com apenas um medicamento, cuja patente foi concedida de forma injusta, o Brasil gastou a mais R$233 milhões em quatro anos. Isso significaria quase três mil ambulâncias, mais de 500 unidades básicas de saúde e mais de 700 unidades do programa Saúde da Família funcionando por um ano.

Então, quer dizer, frente à garantia do acesso universal e do direito à saúde, a gente tem que pensar muito claramente sobre o que patentes farmacêuticas representam. E a gente tem esta pergunta: patentes geram inovação? E eu digo que, na área da saúde, essa hoje é uma afirmação extremamente contestável, que a gente precisa debater muito. Por exemplo, a gente tem impossibilidade de formular doses fixas. A gente tem impossibilidades de formulações pediátricas e atraso no lançamento de versões menos tóxicas.

Só à guiza de ilustração, Senador, a empresa Gilead, uma farmacêutica norte-americana, está sendo processada nos Estados Unidos porque retardou o lançamento de uma versão menos tóxica para os pacientes vivendo com HIV, porque queria terminar o ciclo de um dos medicamentos que gerava mais dano ao rim e aos ossos antes de lançar uma versão nova. Ou seja, se a gente for pensar em inovação, poderia até ter uma inovação, mas por conta das patentes e para esgotar esse ciclo do produto, a Gilead segurou as informações desse novo medicamento e expôs ainda mais os pacientes vivendo com HIV a danos nos ossos e nos rins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem o caso da hepatite C, que recentemente, em 2014, a gente teve o lançamento da cura da hepatite C, finalmente, e a gente se pergunta: bom, por que demorou tanto tempo? E uma das respostas foi porque, nos anos 80, o vírus da hepatite C foi patenteado nos Estados Unidos, e isso retardou as pesquisas em praticamente 20 anos. Somente depois desses 20 anos, por causa de um esforço da comunidade científica internacional, que foi apropriado indevidamente, de novo, pela farmacêutica Gilead, em vários países no mundo, é que nós temos a possibilidade de cura da hepatite C no mundo.

Para a gente também falar um pouco desse binômio patente e inovação, será que isso efetivamente existe no campo farmacêutico? Esse foi um inquérito sobre o setor farmacêutico produzido pela comissão europeia, em 2009, que mostra uma queda importante no número de novos medicamentos lançados no mercado a partir de 1990 até 2007. E também existe esse *ranking* dessa revista francesa que mostra, desse número total de 1.158 novos medicamentos lançados no mercado, que o bravo que eles chamam, que são as grandes inovações, corresponde a 0%; que os medicamentos que são um real avanço são apenas 2%, e 50% dos medicamentos lançados no mercado de 2000 a 2012 não trazem absolutamente nada de novo.

Bom, isso era só para situar o problema, e a gente vem aqui mesmo para falar do problema do *backlog*, acho que é o que traz todo mundo aqui hoje.

Pelo que eu vi, o tempo da divisão farmacêutica – Dr. Mauro, o senhor me corrija se eu estiver errado – estava em aproximadamente 13 anos para decisão. E aí eu queria deixar a pergunta: quem ganha e quem perde com esse tempo?

Se a gente for pensar, por exemplo, no parágrafo único do art. 40: quanto custa ao Brasil essa prorrogação das patentes? O art. 40, em seu parágrafo único – está aqui o Pedro me olhando, porque eu sempre me esqueço de falar parágrafo único do art. 40, eu não sou advogado e o Pedro sempre me repreende com o olhar quando eu me esqueço de falar parágrafo único, – o que diz? Que passados dez anos da análise do pedido de patente, o tempo a mais será acrescido, caso a patente seja concedida. Então, por exemplo, um pedido depositado nos anos 2000, se ele for concedido em 2014, ele teria, em vez de 20 anos de duração, 24 anos de duração, ou seja, vai além dos 20 anos que o Brasil, internacionalmente, é obrigado a cumprir. E esses anos a mais é que custariam 2 bilhões ao Brasil, com apenas nove medicamentos.

Então, eu queria chamar à reflexão aqui, para a gente pensar num contexto de Emenda Constitucional 95, em que os gastos em saúde vão ser congelados pelos próximos 20 anos: como é que a gente lida com o fato de que o Brasil, podendo gastar menos, comprar medicamentos mais baratos, gasta 2 bilhões a mais?

E, claro, os pedidos pendentes, que geram, na verdade, monopólio de fato, porque, para mim e para o nosso grupo, esse é, na verdade, o grande problema, porque esse pedido pendente gera um monopólio de fato, na medida em que nenhum outro competidor entra no mercado enquanto esse pedido não for decidido. Ou seja, é negado ou mesmo concedido, e aí talvez exista alguma política pública que possa ser tomada, mas, enquanto o pedido estiver pendente, mais ou menos nada pode ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem esses 13, 14 anos na área farmacêutica em que nada pode ser feito, e a empresa, na maioria das vezes a transnacional farmacêutica, goza de monopólio sem, na verdade, merecê-lo.

Então, só para ilustrar um pouco, no campo do HIV, o que é que significa esses pedidos de patentes pendentes: em 2015 – esses dados são de um projeto chamado Access Ibas, que pesquisa Brasil, Índia e África do Sul –, dos 19 antirretrovirais – que são os medicamentos anti-HIV que o Brasil comprou em 2015 –, 13 foram comprados com dispensa de licitação. Ou seja, com exclusividade. Desses 13, apenas dois tinham patente concedida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO VILLARDI – Os outros nove tinham patentes pendentes. Então, quer dizer, o Brasil paga pela exclusividade, quando, na verdade, a gente nem decidiu ainda se aquela empresa merece aquele monopólio. É isso o que está acontecendo.

Então, o que a gente queria trazer aqui é que o fato de o Brasil ter muito tempo de análise e ter muitas patentes pendentes, na verdade, beneficia um setor, na área da saúde, que é o das transnacionais farmacêuticas, sem dúvida.

Esse é um dado que nós geramos em 2012, que mostra que 42% das patentes para antirretrovirais estavam pendentes. Bom, e quais são as causas? Eu acho que a gente discutiu aqui bastante também, mas eu queria trazer uma causa nova, que é o uso abusivo do sistema de patentes pelas transnacionais farmacêuticas.

É claro que a gente tem poucos examinadores, e acho que a Drª Graziela trouxe um dado muito interessante, que é essa relação entre o número de pedidos pendentes e o número de examinadores, que era um dado que eu não conhecia e que realmente, no Brasil, é muito alto. Agora, a gente tem que pensar também por que é que existem tantos pedidos de patentes, quando a gente viu que, na verdade, não existem muitas inovações. De onde vêm esses pedidos de patente? Justamente por uma busca de prolongar o monopólio.

Aqui, à direta, foi um estudo realizado nos Estados Unidos, mas que se aplica a vários outros países, inclusive ao Brasil, que, para apenas um medicamento, os pesquisadores encontraram 210 pedidos de patentes – um medicamento, aquele mesmo medicamento que onerou o governo brasileiro em 233 milhões em apenas quatro anos.

E aqui, à esquerda, foi também um dado que nós geramos no GTPI, que mostra os anos a mais de monopólio, caso a última patente requisitada seja concedida. Ou seja, para o Lopinavir e o Ritonavir – é o mesmo medicamento – são nove anos a mais; o Darunavir, oito anos a mais; o Tipranavir, seis, e o Abacavir, três.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO VILLARDI – E, curiosamente, esses quatro medicamentos que, se a gente olhar ali o ano de expiração da primeira patente, continuam sendo comprados com exclusividade pelo Governo brasileiro. Ou seja, nenhum desses medicamentos que a gente imaginava que estariam em domínio público agora, em 2018, está.

E existem os efeitos nefastos desse mau uso do sistema de patentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele relatório do Painel de Alto Nível da ONU, um estudo da OMPI, da Organização Mundial do Comércio e da Organização Mundial da Saúde, mostrou que 75% dos pesquisadores, no campo da pesquisa biomédica, tiveram que mudar o objeto da pesquisa, porque não conseguiram acessar uma determinada tecnologia que está patenteada, e, desses 75%, 28% abandonaram a pesquisa. Então, quanto de inovação a gente perde porque os pesquisadores não têm acesso a uma determinada tecnologia para fazer pesquisa, não é nem para comercializar?

E quais são as soluções?

Eu acho que também foi muito dito aqui na Mesa que não existe uma solução mágica. Então, por mais bem-intencionado que seja um projeto de lei que tenta limitar o tempo do exame da patente, Senador, eu acho que essa não é a solução e muito menos o deferimento sumário. Inclusive, o Diplomata Maximiliano trouxe o caso da África do Sul, se eu não me engano, e a África do Sul, recentemente, fez justamente o caminho inverso: a África do Sul tinha o deferimento sumário e, recentemente, aprovou uma lei de patentes que tornou obrigatório o exame da patente, porque justamente entendeu que essa forma de lidar com o sistema de propriedade intelectual, em que o solicitante deposita a patente e ela, automaticamente, é concedida, não estava servindo ao interesse público. Isso vem do fato de que o exame é o momento mais importante do sistema de patentes, que é quando um país, enquanto sociedade, define o que deve ser mantido no domínio público e o que deve ser apropriado pelo ente privado.

E essa preocupação com o exame foi também objeto de estudo de diversos relatórios, como esse da UNCTAD, em 2011, que coloca um guia para os países em desenvolvimento e que indica que a interpretação dos requisitos de patenteabilidade deve ser a mais estrita possível. E esse guia foi referendado pela Recomendação 2.6.1 (a) do Painel de Alto Nível do Secretariado-Geral da ONU, que diz que os governos devem aplicar definições rigorosas de invenção e atividade inventiva para prevenir o *evergreening*, que é aquela prática de estender o monopólio com muitos pedidos de patentes, e garantir que apenas as invenções genuínas recebam patentes.

Então, a nossa posição, em relação ao PL 3.406, é de um fortalecimento da estrutura do INPI...

Só para contar um caso muito brevemente: quando a gente estava trabalhando muito naquele medicamento, Lopinavir e Ritonavir, com 210 pedidos de patentes – no Brasil também, se eu não me engano, 14 pedidos –, a gente pediu cópia de vários pedidos de patentes, e a gente não recebia a cópia, a gente não recebia cópia e, extraoficialmente, a gente soube que uma empresa que o INPI tinha contratado para cuidar dos arquivos faliu, e ninguém sabia onde é que estavam os arquivos. Então, é esse tipo de desafio que o INPI enfrenta, e, num país como o Brasil, o INPI não pode ficar numa situação dessas, de, enfim, contratar uma empresa, a empresa vai à falência e não sabe onde está o arquivo... Concordo que tenha de haver uma sede melhor, tenha de haver um melhor espaço para os seus examinadores, tenha de haver um recurso para contratar base de dados. A gente que trabalha com propriedade intelectual sabe a diferença entre uma base de dados paga e a outra.

Aquele dado que a gente gerou foi só com bases de dados públicas, e a primeira vez em que eu acessei uma base de dados privada, você fala assim: "Gente, aqui não é nem a ponta do *iceberg*, tem muito mais coisa aqui."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também uma valorização dos servidores; uma solução, Dr. Mauro, que parece que o INPI está buscando é o compartilhamento da busca de anterioridade. Se isso significar somente um compartilhamento da busca de anterioridade, a gente acha que pode ser uma boa prática, mas isso é diferente de revalidar exame, que é uma coisa que preocupa muito, porque isso não diz respeito ao interesse nacional, diz respeito ao interesse de outros países, sendo aplicado ao Brasil. E isso preocupa muito a gente.

Para continuar, um fortalecimento de subsídios ao exame, que é um instrumento que a Abia e a GTPI têm utilizado bastante. Nós temos sido citados nas decisões sobre os medicamentos nos quais a gente trabalha.

Para fazer coro ao que Drª Graziela trouxe, um arranjo regulatório sólido, que tem de ser bem discutido, e tudo isso culminaria num INPI efetivamente trabalhando para o interesse público.

Nesse sentido, Dr. Mauro, eu queria entregar aqui uma carta para o senhor, que também está endereçada aos Srs. Jarbas Barbosa e Luiz Otávio Pimentel, pedindo a participação do GTPI no grupo de articulação do INPI e da Anvisa, que discute os temas polêmicos em patenteamento farmacêutico, e nós vimos que muitas organizações privadas foram convidadas, que estiveram presentes – Interfarma, VPI, Abifina, –, e o GTPI, como grupo da sociedade civil, não foi convidado. Então, nós pedimos a participação, e eu queria fazer esse pedido público e entregar a carta.

Muito obrigado. E fico à disposição para as perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Pelo que percebo até o momento, claro é mais uma reflexão, sumário não, mas que precisa melhorar, tem de melhorar, porque senão nós vamos ficar nos mesmos 10, 15 anos aí.

Dr. Ricardo Fonseca de Pinho, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial (Abapi).

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Senador, muito obrigado pelo convite. A Abapi é a Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial – são os profissionais que se dedicam a essa área de conhecimento e que atuam diretamente com o INPI.

A última vez em que a gente esteve no Congresso Nacional foi para a discussão da nova lei, que é de 1996 – já não é tão nova assim –, e depois disso, apesar de a Abapi ser uma associação que está fazendo 70 anos este ano de existência – ela é mais velha do que o INPI –, ela não foi mais convidada para nenhuma discussão. Então, eu fico muito feliz que a Abapi tenha sido chamada para essa discussão.

Eu vou tentar ser breve, vou tentar usar o tempo aqui que me foi designado, não vou, apesar de serem muito estimulantes as outras questões que foram trazidas pelos colegas de Mesa, ter tempo de discuti-las. Então, eu vou focar a minha apresentação em dois viés: o INPI e a regulamentação da profissão de agente da propriedade industrial.

Eu, quando fui eleito Presidente da Abapi, vou insistir nisso, que é uma associação de 70 anos... A Abapi, na verdade, teve relacionamento com o Departamento Geral de Propriedade Industrial, que era um órgão do Ministério do Trabalho, depois com o Departamento Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Propriedade Industrial, que ainda era um órgão do Ministério do Trabalho e, mais recentemente, com o INPI.

A Abapi sempre apoiou o INPI. Eu vou deixar, Senador, com V. Exª o nosso livro comemorativo, em que o meu trabalho fala sobre o processo legislativo da lei na Câmara, e é um livro comemorativo que conta a história dos 50 anos, mas nós já estamos fazendo 70; conta a história da Abapi e desse relacionamento da Abapi com o INPI, que foi um relacionamento tão próximo que a Abapi já emprestou até máquina de escrever para o INPI. As novas gerações nem sabem mais o que é máquina de escrever, e eu comecei a escrever como datilógrafo. Mas está aqui a história contada no nosso livro.

A primeira oportunidade que eu tive para falar foi exatamente num evento que comemorava 20 anos da Lei da Propriedade Industrial na Cândido Mendes, no Rio de Janeiro; na primeira fala, eu falei que a Abapi defende um INPI forte, um INPI com autonomia administrativa, financeira, evidentemente que regulado, evidentemente que controlado pelos órgãos de controle do Governo Federal; não é que o INPI vai ter o dinheiro e vai fazer o que quiser, quando quiser com o dinheiro. Acho que ninguém pode fazer isso com o dinheiro público, nós temos sistema de controle. Então, a Abapi sempre defendeu isso. E, como o Dr. Mauro falou aqui, acho que o Saulo também falou: o INPI trabalha com preço público. O que o INPI cobra é o valor que ele entende que é o suficiente para produzir aquele trabalho.

Então eu digo: produzir esse livro custa R$100, e aí me vem o Governo Federal e diz: "Você pode cobrar R$100, mas eu só vou te dar 40, e, com R$40, você faz o mesmo livro." Isso não existe. E é isso que acontece hoje com o INPI. É como a história do cavalo do inglês. O inglês ganhou um cavalo; no primeiro dia, o cavalo comia 5kg de ração por dia... No primeiro dia, ele deu 5kg; no segundo, ele deu 4; no terceiro, ele deu 3; no quarto, ele deu dois; quando o cavalo estava quase acostumando, o cavalo morreu. É mais ou menos o que está acontecendo com o INPI.

O INPI não cuida só de marcas e patentes. O INPI hoje cuida de marcas, patentes, desenhos industriais, registros de programa de computador, registros de topografia de circuito integrado – não é isso, Dr. Mauro? –, averbação de contrato de transferência de tecnologia, que é uma tarefa importante, porque é o dinheiro que sai do Brasil para fora, com o pagamento de *royalty*. Então, o INPI tem de ser o INPI forte, e eu não consigo ver o INPI forte sem ter uma profissão forte dos agentes; e essa é uma discussão, Senador – se o senhor ler esse livro, ler a história, o senhor vai ver –, que nós estamos tendo há anos.

Nós tivemos uma regulamentação, imagina, em 1933. Essa regulamentação ficou em vigor até 1946, e, quanto a esse decreto hoje, de 46, na época de exceção deste País, na época da ditadura militar, que foi na década de 70, houve um parecer apócrifo do INPI dizendo do procuratório perante o INPI, que então era privativo de advogado, habilitado na OAB, registrado evidentemente, para ser advogado habilitado junto à OAB, agente da propriedade industrial registrado no INPI e o próprio interessado, que atende ao direito de peticionamento aos órgãos públicos da Constituição Federal. E houve um parecer apócrifo que, simplesmente, disse:"Não. A partir de hoje qualquer um pode entrar no INPI, apresentar pedido de marca, pedido de patente, o que quiser." E o INPI sabe qual é o problema que isso representa para o INPI, porque, nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

300 – são 300 milhões, Dr. Mauro, são 300 milhões de pedidos de patente? Quantos pedidos de patentes...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – É porque demorou. É porque o debate está demorando. Já aumentou. A gente sabe... Esses quase 200 milhões ou 230 milhões... O que acontece? Há muito pedido ali mal escrito, muito pedido que não vai dar em nada, mas o INPI tem que examinar. E tem que examinar, sim, porque tem, faz parte da atribuição do INPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só porque isso vai pela internet para todo o Brasil, segundo me dizem aqui, é 218 mil.

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Está bom, deixa eu retificar, 218 mil. Desculpa. Não aumentou enquanto a gente estava conversando aqui. Não aumentou.

São pedidos malfeitos, são pedidos mal escritos, são pedidos mal formulados que ocupam os examinadores de INPI tanto na parte de patentes quanto na parte de marcas. Os examinadores têm que examinar esses pedidos, têm que ver esses pedidos. Então, isso também...

O INPI defende, inclusive, a profissão dos agentes, o INPI reconhece a profissão dos agentes. Houve um questionamento – e essa ação hoje está no Tribunal Regional Federal da 3ª Região – que proíbe o INPI de cadastrar os agentes, de fazer qualquer seleção ou, vamos dizer assim, de aceitar petições assinadas por qualquer um que se diga procurador da área. Então, a gente tem uma indústria de falsos procuradores, a gente tem uma indústria de falsos especialistas, a gente tem uma indústria de boleto fraudulento. Sai uma publicação na revista da propriedade industrial e, no dia seguinte, recebem-se vários boletos de várias empresas, e eu não vejo melhora.

Inclusive, a minha intenção, a minha sugestão é que, no substitutivo, até entre algum dispositivo que fale da regulamentação da profissão nestes termos: advogados podem representar perante o INPI, os agentes da propriedade industrial e o próprio interessado.

Defendemos esse INPI forte, porque sinceramente nós não vemos outra alternativa para resolver esses problemas do INPI, de atraso no exame de patente, de atraso no exame de marcas, que não seja trabalho. Não há solução milagrosa. E a solução é trabalhar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Concurso. O INPI precisa abrir concurso. A gente falou aqui – acho que agora eu vou acertar o valor –, Dr. Mauro, em 400 milhões, que é a arrecadação, mas existe um fundo no Governo Federal que só pode ser aplicado no INPI e não é aplicado, que está em quanto?

O SR. MAXIMILIANO ARIENZO (*Fora do microfone.*) – Há outros 400.

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Há outros 400. Então, o INPI tem uma arrecadação anual de 400 milhões e tem um fundo reservado que é para ser aplicado no INPI. Não interessa se o dinheiro existe, se o dinheiro não existe, se é contábil ou se não é contábil, mas está lá, 400 milhões com 400 milhões são 800 milhões.

O SR. MAXIMILIANO ARIENZO (*Fora do microfone.*) – São 680 milhões.

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Eu estou errando tudo. São 680 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vale a intenção. A intenção é fortalecer o órgão.

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – É porque passou de um milhão para mim já é muito dinheiro, para mim já é bastante dinheiro.

Então, há os recursos, há como se aparelhar o INPI. Eu discordo... Eu ouvi o Deputado Nelson Marchezan Júnior falando, num evento na Fiesp, em São Paulo: "Tem que ter cuidado, doutor, com essa questão de que, se ficar com todo o dinheiro que arrecada, a Receita Federal vai ficar com o dinheiro todo." Mas a situação é completamente diferente. Vamos e venhamos, o que o INPI cobra e o que o INPI recebe é um valor de preço público, não é um valor de imposto, que vai ser aplicado para a coletividade, embora o INPI tenha a função social, tenha essa função de prestigiar a coletividade.

Da fala do Pedro, é realmente essa situação, os pedidos estão lá, não estão examinados porque há um dispositivo da lei em que a indenização da patente retroage à data em que o pedido de patente foi publicado se a patente vier a ser concedida. Então, é por isso que ninguém explora. Em determinadas áreas tecnológicas, na área de eletrônico, o INPI está examinando, ainda não examinou pedidos de telefone celular daqueles que abriam e fechavam, do *flip*. Que interesse há agora se esse pedido de patente ou essa patente vier a ser concedida? Na área de eletrônico, talvez nenhuma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FONSECA DE PINHO – Na área farmacêutica, talvez haja o interesse, talvez haja esse mal uso do sistema. Agora, até para a gente detectar o que é mal uso, se não for evidente, se não for óbvio, o INPI tem que estar funcionando muito bem, porque, senão, a gente também não consegue ver isso.

Eu agradeço, Senador, a oportunidade e parabenizo V. Exª pela iniciativa de colocar essa discussão. A Abapi está sempre à disposição desta Casa para qualquer discussão pública que seja para contribuir.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ricardo Fonseca de Pinho, Presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial (Abapi), que fortaleceu muito na sua fala o INPI, com justa razão. Tem todo o nosso apoio também.

Com essa fala, nós terminamos esta Mesa. Eu queria agradecer a todos pedindo que retornem à primeira fila.

Nós vamos, de imediato, para a segunda Mesa.

E eu sempre estou controlando para não iniciar a Ordem do Dia; senão, eu tenho que sair correndo.

Eu agradeço a todos. Foi muito bom, inclusive para mim.

Convidamos de imediato, Bernardo Nepomuceno Pinto Mosquera, físico e pesquisador em propriedade industrial do INPI e Diretor da Associação dos Funcionários do INPI. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Edgard Montaury Pimenta, Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). (*Palmas.*)

Pedro Marcos Nunes Barbosa, advogado e professor doutor de propriedade intelectual da PUCRio. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Antônio Márcio Buainain, professor livre docente no Instituto de Economia/Unicamp e pesquisador sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Seja bem-vindo, Dr. Antônio. (*Palmas.*)

Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

E ainda André Ricardo Cruz Fontes, Desembargador Presidente do TRF 2ª Região. (*Palmas.*)

Começamos com o Sr. Bernardo Nepomuceno Pinto Mosquera, que é do INPI.

A palavra está com V. Exª de imediato.

O SR. BERNARDO NEPOMUCENO PINTO MOSQUERA – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer a presença aqui. Muito obrigado por ter nos convidado para falar.

Eu trouxe uma apresentação e preciso do controle. (*Pausa.*)

Obrigado.

Meu nome é Bernardo Mosquera, sou formado em física, professor também. Atualmente, eu trabalho no INPI, sou analista de patentes, sou pesquisador em propriedade industrial.

Estou muito satisfeito de poder contribuir com o diálogo aqui.

Chamaram-me para falar sobre patente, e eu falei: o que vou falar sobre patente? A primeira coisa que fiz foi procurar no dicionário, o qual diz que o significado de patente é o uso que pode ser compartilhado por todos; é uma coisa que é franqueada ao público: evento patente; que não apresenta incertezas; um conteúdo que é evidente.

Baseado nisso, o que a gente faz lá no INPI – e aí tem a ver com a propriedade em si – é conceder um direito de exclusividade que garante ao titular da patente o poder de interferir no mercado. Ele ganha um monopólio e impede que terceiros possam explorar economicamente aquele produto que ele inventou. E, somado a isso, ele determina que, em determinado território, seja limitado por um período de tempo. Em troca, o que o Estado pede? Ele pede a descrição total da invenção, ou seja, ele pede que seja revelado o segredo. E quem está dizendo isso é a própria LPI. No seu art. 42, ela fala sobre o título de propriedade e, no seu art. 40, sobre o período limitado de tempo – no caso aqui, vale ressaltar que uma patente de invenção pode vigorar por um prazo de até 20 anos, e uma de modelo de utilidade, de até 15 anos. A única ressalva, que é o parágrafo único, que já foi até falado aqui anteriormente, é que nunca o período mínimo para uma patente de invenção será menor que 10 anos.

Acho que o foco hoje, que é aquilo que a gente tem trabalhado, fala sobre a troca da descrição da invenção, que está assinalada ali pela combinação dos arts. 24 e 25, que falam que não só o relatório deverá descrever clara e suficientemente o objeto, mas as reivindicações devem definir as particularidades do pedido e de definir, de modo claro e preciso, a matéria que se quer proteger.

Então, eu trouxe para vocês aqui – isto aqui é só uma ilustração de como é feito um pedido – um exemplo de um pedido que analisei. Ele é 2002. É uma patente da Halliburton. Ela foi concedida em 2013, mas já não me lembro aqui. Ali à esquerda, a gente tem um exemplo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório descritivo. É um pedido relativamente pequeno. Ele tem 44 páginas. Ali no inventor, ele fala sobre o campo técnico e explica o que é a invenção dele. Mais adiante, ele vai fundamentar o estado da técnica. Ele vai dizer de onde ele tirou aquela ideia, qual era o problema técnico que tinha que vencer. Mais adiante, ele fala sobre as principais maneiras de poder resolver aquela montagem: como ele vai conectar, quais são os tamanhos, quais são os materiais utilizados. O pedido compreende também várias ilustrações que facilitam muito na hora de revelar o segredo. Ali estão ilustradas duas figuras. Ele mostra como vai ser o pulso. Ali há a construção e tudo mais. E uma parte que também é muito importante é o quadro de reivindicações, onde ele vai caracterizar as particularidades do invento que ele quer proteger.

Um exemplo que eu gostaria de dar, que fala muito bem, é essa patente dessa chave. Na figura, ela mostra uma chave com o número um, que tem um teclado numérico. O dono da chave digita o código que ele vai deixar gravado naquele equipamento de forma que, quando o código é validado pelo sistema – ele tem um eletroímã naquele tambor da chave, ele libera e permite que a chave rode o tambor. Se ele fizer um pedido de patente aqui no Brasil, ele vai ter que inscrever aquele pedido em português e vai depositar no INPI. Ele vai chegar à minha mesa, eu vou analisar e entender que aquilo está muito bem descrito. Ele descreveu todas as características técnicas para a construção daquele equipamento. Aí vamos supor que, por hipótese, o INPI revele aquilo

Estou muito satisfeito aqui de poder contribuir técnicas para construção daquele equipamento. E vamos por que por hipótese NP revele aquilo (...) Aí vamos supor que, por hipótese, o INPI revele aquilo, ele é publicado, e, numa cidadezinha no interior de Minas, chamada Santa Rita do Sapucaí, que tem várias universidades, tem centro de pesquisa, há um professor, com uma bolsa do CNPq, que contrata dois alunos de iniciação científica e fala: "Vamos fazer esse projeto aqui. Vamos botar essa chave para ser construída." Ele vai lá e, com todas as características que a patente revelou, ele monta aquele projeto. Os alunos apresentam numa feira de ciências, e, aí, um dos alunos, ao fazer o mestrado, fala: "Professor, e se a gente trocar aquele teclado ali e botar um sensor de impressões digitais?" O professor pondera e fala: "Não vai dar, porque a gente tem um problema tecnológico. Como você vai adaptar uma bateria ali? Não vai ter como." Fala: "Não, professor. Tenho a solução. A gente faz um novo circuito integrado, bota um banco de capacitores, desenha completamente aquele circuito."

Ou seja, o exemplo que eu dei aqui é justamente dessa troca de informações entre o inventor e o Estado, porque ele acabou de transferir a tecnologia dessa patente para uma cidadezinha no sul de Minas, num centro tecnológico. E aí, a partir de uma bolsa do CNPq num projeto de iniciação científica, ele resultou numa nova patente, que é o acoplamento de uma impressão digital num sistema de chave eletrônica.

Isso é só para exemplificar o poder que tem um pedido de patente, sendo bem analisado e sendo bem rígido com relação aos seus critérios de patente e habilidade.

Nesse sentido, a gente pode dizer que as empresas têm interessem em fazer isso. Esse gráfico aqui foi disponibilizado pelo próprio INPI e mostra a primeira década dos anos 2000. A gente vê que o número de pedidos de depósitos de patente quase duplicou. Antes, a gente tinha aquela curva vermelha, a de cima, que é a soma dos pedidos nacionais, em amarelo, e, em verde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos estrangeiros. Embora os nacionais não tenham apresentado uma curva significativa de subida, os estrangeiros apresentaram bem mais. Isso mostra que fazer essa transferência de tecnologia tem-se tornado cada vez mais importante para a gente; garantir que o pedido seja bem descrito, que ele seja bem examinado, para que essa transferência, de fato, ocorra, porque senão a gente vai garantir que eles explorem o nosso mercado, como está previsto em lei, mas a gente não recebe o benefício em troca, que é conhecer aquela tecnologia para que possa ser transferida para as nossas universidades e centros de pesquisa, ou até mesmo empresas. E aí acabaria correndo o risco de o CNPq ter de fomentar uma iniciação científica naquela área e fomentar, anos depois, novamente por não ter o segredo totalmente revelado, ou, no caso do BNDES, tem de patrocinar uma empresa com uma linha de crédito a juros mais baixos e tem de refazer esse financiamento, anos mais tarde, porque o segredo não foi totalmente revelado. Esse é um risco que a gente não deveria deixar correr.

Por conta de fazer essa análise toda, o que a gente veio discutir aqui, e parece que é o cerne do problema aqui, é falar sobre o acúmulo de pedido de patente que a gente tem guardado lá no INPI, o tal do *backlog*. Isso parece que virou assunto central, e é importante que a gente saiba como lidar com isso.

Aqui, só para exemplificar – eu vi que algumas pessoas falaram –, eu separei este gráfico com as diferentes tecnologias: tem física e eletricidade, tem tecnologia de embalagem, tem computação, mas, como os senhores podem ver, a maioria deles está acima de dez anos em tempo de espera. E aí como foi falado anteriormente, o art. 40 tem o § 1º que diz que o período mínimo de concessão de patentes tem de ser de dez anos. Então, todos aqueles que estão com um tempo de espera superior a dez anos já ganhariam uma extensão de prazo, caso o interessado na patente deseje ficar até o final dela. E, principalmente, eu chamo atenção para fármacos, que são a segunda e a terceira linhas, que estão ali em cima, que me parece que é um objeto central de esse tempo de espera ser longo, e parece que eles, aparentemente, têm um benefício bem grande.

Em contrapartida, foi falado também aqui que o número de examinadores no INPI é considerado pequeno. Eu trouxe um número ali... Eu marquei 2014. Se nós pegarmos a primeira setinha vermelha, ele pega o escritório japonês. Ele tem 186 mil pedidos de patente aguardando análise. Isso, em 2014. Mas o mesmo escritório japonês, que é a segunda setinha vermelha, conta com 1.700 examinadores de patente.

A setinha verde, que está ali em cima, mostra o INPI. O INPI tem 194 mil pedidos de patente. Isso, em 2014. Mas em 2014 ele tinha 187 pesquisadores.

O que eu quero mostrar com isso é que, para a mesma demanda de serviço que o Japão tem, o INPI conta com quase seis vezes mais examinadores do que nós.

Um outro gráfico que ilustra isso.

O amarelinho, lá no final, é o INPI. O azulzinho, que eu marquei lá, é o JPO, o escritório japonês.

Se já ficou marcante naquela tabela, aqui fica muito mais, se nós compararmos com o escritório americano e com o escritório europeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós pegarmos lá os 8 mil examinadores de patentes que existem no escritório americano e nós imaginarmos que cada um tira um mês de férias por ano, há mais examinadores de patentes em férias, nos Estados Unidos, do que trabalhando aqui, no INPI. E isso é uma coisa que vale ressaltar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO NEPOMUCENO PINTO MOSQUERA – Bom, então, a gestão atual do INPI propôs fazer um aumento gradual da produtividade. Isso, no período de 2015 a 2017. Por isso aquela redução na curva do *backlog*. Mas, aí, fica aquela minha crítica aqui: até quando nós vamos conseguir aumentar a produção, por examinador? Até que nós não consigamos mais analisar, com fidelidade, os critérios de patenteabilidade? Hoje nós estamos fazendo 55 processos anuais, mas a promessa, para o ano que vem, é que nós passaremos dos cem. E, aí, vai chegar ao outro ano e vai fazer o quê? Cento e cinquenta?

E, aí, fica aqui aquela pergunta para os senhores: quanto custa fazer um exame sem analisar cuidadosamente os critérios de patenteabilidade? E, aí, vale para fazer um exame... Pode ser um exame sumário, pode ser uma revalidação, ou pode ser simplesmente entupindo o servidor de exame e dizendo: "Olha, se você não fizer dois pedidos por dia, você não vai atingir sua meta mensal." Isso pode acontecer também.

Então, vale sentar à mesa para discutir qual o tempo necessário que se precisa para fazer um exame, contratar os servidores que precisam ser contratados e analisar esse problema com mais calma.

Dentro de uma cultura de propriedade industrial, aqui foi falado também que nós perdemos muita grana com isso.

Aqui eu coloquei esse eslaide. Está falando aqui de três retrovirais.

Só o custo anual que nós temos, por não haver esses pedidos já em domínio público, equivale à dotação orçamentária do INPI de um ano. Ou seja, estou dando o exemplo de três medicamentos e estou falando de um ano de INPI que teríamos lá.

Aqui seria mais do mesmo, que seria falar mais um pouquinho de medicamentos: temos uma redução significativa do preço, e, se nós imaginarmos que eles estão tendo uma extensão de prazos pela nossa falta de agilidade para examinar, fica aquela questão: a demora causa um problema, mas também a não análise poderia causar um problema maior ainda.

Então, como solução, as medidas seriam centrar esforços no fortalecimento do sistema de propriedade industrial no Brasil como um todo, fazer um planejamento estratégico em nível governamental, que inclua o INPI... O INPI é uma peça fundamental nesse processo, mas ele não é sozinho. E nós temos que basear isso na lei de criação do instituto, na Constituição Federal...

E aí chamo a atenção para o art. 219, que fala sobre o mercado interno como patrimônio da União, e melhorar a gestão. Quero frisar aqui que a gente tem que manter o exame técnico como é feito e manter a sua reconhecida qualidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO NEPOMUCENO PINTO MOSQUERA – Esse pontapé me parece que já foi dado, com a proposta do Senador Paulo Paim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto.

O SR. BERNARDO NEPOMUCENO PINTO MOSQUERA – Então, parece-me que o pontapé já foi dado, já tem até um substitutivo que torna o Inpi mais competitivo, no sentido de atrair investimentos estrangeiros: o fato de poder gerir os próprios recursos.

Aqui, só para reforçar, seria basicamente a aplicação do art. 239, que já está aí há 20 anos. O que a gente está reivindicando é que ele seja realmente aplicado.

Vou encerrar por aqui.

Obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu que agradeço, Bernardo Nepomucemo Pinto Mosquera, que falou da importância de valorizar o Inpi.

Eu estou apertando o tempo, porque, normalmente, o horário de iniciar a Ordem do Dia é 16h, mas eu entendo que sempre atrasa, é o normal. Então, se cada um ficar em dez minutos, dá para atingirmos a meta, para que todos possam falar. Eu vou economizar inclusive as minhas palavras aqui.

Luiz Edgard Montaury Pimenta, Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).

O SR. LUIZ EDGARD MONTAURY PIMENTA – Muito obrigado, Senador Paim. Eu queria agradecer o convite, agradecer aos meus colegas de Mesa, muitos dos quais conheço, e à plateia.

Prometo que serei muito breve. Vou fazer pequenas considerações.

A ABPI, entidade que represento, é, sem dúvida, a principal associação no Brasil e na América Latina ligada à propriedade intelectual. Tem como associados as principais empresas, advogados, escritórios, entidades ligadas à propriedade intelectual no Brasil e no exterior.

Eu falo aqui em nome dela. A ABPI tem procurado divulgar à sociedade do Brasil, de maneira geral, chamar a atenção para o problema do *Backlog*, que é um problema grave para a sociedade brasileira. Através de publicações de artigos, comunicados, a ABPI tem investido um dinheiro para isso, porque a sociedade brasileira não conhece esse problema. A verdade é que nós aqui – somos um ovinho dentro do Brasil – é que estamos preocupados e conhecemos o problema, porque a sociedade brasileira não conhece esse problema. É difícil fazer essa divulgação. A ABPI tem procurado alertar, chamar atenção para a existência desse problema.

Hoje se fala muito em inovação. A inovação, sem que haja um sistema eficaz em relação ao registro, ao sistema de registro de patentes, perde muito estímulo, não tem estímulo para isso. É inaceitável – eu gosto de usar esta palavra inaceitável, Senador –, uma patente levar 10, 12, 14 anos para ser examinada, sobretudo na área de telecom...

Alguém citou, não me lembro quem, o exemplo do *flip-flop*. Eu queria até perder um minutinho fazendo um comentário. Eu, como advogado, trabalho para uma grande empresa, um dos maiores depositantes de patente do mundo, que desenvolve tecnologia nessa área de telecom. Eu fiz uma visita a eles há pouco tempo, nos Estados Unidos, e eles têm, é curioso, um museu do avanço das tecnologias em telecomunicação de aparelho celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles têm lá expostas as diferentes tecnologias nesse correr aí, desde o *flip-flop*, que é praticamente, senão o primeiro, o segundo ou o terceiro, uma coisa que já está aí há 15 anos, 20 anos. O Inpi está hoje examinando ou por examinar tecnologia relativa a ele. Aí pergunta-se: para que perder tempo com exame disso, que é uma tecnologia já em completo desuso? Há uma importância, porque as empresas brasileiras que se utilizaram dessa tecnologia lá atrás e que não puderam remeter *royalties* para o exterior, para o detentor, para quem desenvolveu essa tecnologia, esse dinheiro está represado aqui. A empresa estrangeira que licenciou essa tecnologia tem pretensão de receber isso. Ela só pode receber isso depois que for concedida a patente relativa àquela tecnologia. Então, há uma razão de essas patentes serem examinadas e serem concedidas.

Outro ponto também importante é que a realidade das empresas brasileiras estrangeiras hoje é que elas acabam desistindo dos seus pedidos de patente, muitas vezes, pela demora, e as estrangeiras, sobretudo, acabam por desistir de requerer as patentes no Brasil. Eu vou a muitos congressos no exterior de propriedade intelectual, os principais fóruns que a gente vê mundo afora, e converso com muitas empresas que dizem: "Eu não vou mais requerer patente no Brasil. A demora lá...". Isso atinge todos nós. Então, muitos dos gráficos apresentados aí, que estão numericamente corretos, têm muitas incorreções, porque ali deveria haver um número muito maior, ou pelo menos um pouco maior, de patentes requeridas no Brasil que não têm sido depositadas aqui justamente por conta desse problema. Então, a empresa estrangeira ou as brasileiras acabam até desestimuladas a isso. Eu vou inovar, porque eu vou inovar se eu não consigo a proteção adequada via patente para minha inovação? Eu vou investir dinheiro aqui para inovar e talvez levar 10, 12, 14, 15 anos para conseguir isso? Acaba que é um desestímulo muito grande para a questão tão falada hoje da inovação.

Daí a necessidade, acho até que foi uma unanimidade aqui – parabenizo o Senador por trazer este grupo seleto aqui para poder opinar –, todos fomos unânimes até agora, no sentido de que é preciso fortalecer o Inpi, conferir autonomia financeira ao Inpi, que é um órgão superavitário, para poder se aparelhar, contratar gente, sobretudo o aparelhamento tecnológico.

Eu até queria depois... O Bernardo mostrou aqui um pedido de patente, comentou como é feito um exame. Na prática, durante o exame, se há uma demora por conta da falta de aparelhamento tecnológico do Inpi, que cause uma demora excessiva para isso, porque isso tudo é decorrente de falta de investimento. Então, o que a gente acaba concluindo é isto: todos foram unânimes no mesmo sentido de que há necessidade de fortalecer o Inpi.

Só para finalizar, Senador, atendendo o seu pedido para ser breve, a ABPI promove, todos os anos, um congresso com aproximadamente 700, 800 pessoas do Brasil e do exterior, de propriedade intelectual.

É o principal evento dessa matéria no Brasil, todo ano, no mês de agosto. Neste ano, vai ser em São Paulo. Neste ano, houve um convite – até agradeço, na presença do Mauro Maia, ao Presidente Pimentel, do INPI, que ajudou muito a trazê-los – a presidentes dos escritórios estrangeiros equivalentes ao INPI em Argentina, Chile, Uruguai, México, Espanha, Portugal... Talvez esteja faltando um ou outro. Eles comparecerão a esse congresso para, pegando a fala do Diplomata Maximiliano, fazer uma troca de experiências, porque praticamente todos tiveram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema do *backlog*, e para que eles contem como estão resolvendo ou como resolveram esse problema, a fim de haver um intercâmbio de informações e de medidas que possam até ajudar o nosso problema brasileiro e abrir a discussão ao público, para que esse debate seja produtivo e, possivelmente, benéfico para a nossa realidade brasileira.

Eu quero concluir só dizendo que a ABPI é muito firme no propósito de que se dê autonomia financeira para que o INPI possa gerir esse dinheiro e se aparelhar adequadamente para fazer frente a esse problema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, advogado Luiz Edgard Montaury Pimenta, Presidente da ABPI, que fortaleceu a linha também de que tem que haver estrutura para que não se demorem tanto as marcas e patentes.

Pedro Marcos Nunes Barbosa, advogado e professor doutor de propriedade intelectual da PUC-Rio.

O SR. PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA – Boa tarde.

Eu queria pautar na minha fala quatro elementos macros e, ao final, falar especificamente sobre o projeto de lei e o substitutivo.

Em primeiro lugar, eu queria falar sobre a questão do acúmulo de processos. Isso não é uma peculiaridade do INPI, muito menos uma peculiaridade das autarquias vinculadas ao Poder Executivo. Se nós formos pensar, por exemplo, no Poder Legislativo, existe um artigo da Constituição que fala que o Congresso tinha que editar uma lei da greve do servidor público. Comemoramos 30 anos da Constituição, e, até hoje, não há a lei da greve do servidor público. Se fôssemos falar de acúmulos de processos não julgados do Poder Judiciário, por exemplo, em matéria de patente no Supremo Tribunal Federal, a atual Presidente do Supremo Tribunal Federal até hoje não pautou ação direta de inconstitucionalidade sobre as patentes *pipeline*. E há, claro, a Geni favorita do empresariado brasileiro que é falar mal do INPI, como se o INPI fosse, em si, a representação dos problemas da propriedade industrial no Brasil, quando, obviamente, ele sofre com os problemas, mas não é a Geni desta história.

Ninguém proporia que todos os projetos de lei em trâmite no Senado ou na Câmara dos Deputados fossem automaticamente concedidos depois de alguns anos de espera. Isso seria uma proposta que geraria alvoroço social. Ninguém aceitaria que todos os pedidos de aposentadoria, com ou sem os requisitos legais, fossem automaticamente concedidos depois de muito tempo de espera no INSS, mas há outros projetos de lei, não aqueles que estamos discutindo hoje, que propõem como solução daquela tragédia conquistada, que não é aleatória – o caos nacional é sempre conquistado, nunca é por acaso –, que decidamos rapidamente, ignorando o teor meritório desses bens de produção que são as patentes de invenção.

O fato de haver projetos de lei nesse sentido e discussões no Executivo nesse sentido mostra bem como não há política industrial.

E, ao contrário do que foi dito anteriormente, nosso problema não é de política de governo; nós não temos política de Estado, política plurianual. Mal reconhecemos as Leis de Diretrizes Orçamentárias anuais, quiçá as PPAs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da questão do processo administrativo acumulado sem análise, há um problema de dinheiro. É muito fácil chegar aqui, à frente, ignorando o Orçamento público, e dizer: "Dê mais dinheiro!" De onde tiraremos o dinheiro? A questão do dinheiro tem mais de uma resposta. Uma das questões que me parece interessante é um problema em que eu posso – e me perdoem o exacerbamento da palavra – usar a expressão bolsa empresário. Por exemplo, alguém dirá que depositar a patente não é algo barato, mas, quando pegamos a tabela de custas, a portaria editada, resolução de ANPI de 2 de maio de 2017, vemos que depositar a patente para uma pessoa física é R$70. Nós estamos falando de bens de produção, muitos deles gerarão realezas, mais-valias remetidas de Banco Central para o exterior. O Brasil tem um dos maiores déficits públicos estrangeiros advindos de remessas de realezas de patentes. Está aqui a de pessoas jurídicas: R$175 para depositar um pedido de patentes. Isso é barateamento artificial de um custo que é muito maior para manter uma estrutura. Por quê? Porque, para ser um examinador de marca ou de patente do INPI, como disse o nosso Diretor Executivo, Dr. Mauro, não basta ser qualquer um da rua. O sujeito de direito tem que ter mestrado. Quantos mestres temos no Brasil? Dados do CNPq, mais ou menos 400 mil mestres e 200 mil doutores, é menos que 0,01% da população. Não há gente suficiente para capacitadamente preencher todas as vagas de que necessitamos para atender a um serviço público de alta qualidade que é aquele formulado pelo INPI. Ninguém diz que o INPI decide mal, todos dizem que o INPI não consegue decidir na velocidade da demanda que ele tem. Por que a demanda é tão grande? Entre outras coisas, porque se pratica financiamento de empresário cobrando R$175 a bens de produção que são avaliados em R$3 bilhões, R$4 bilhões.

Essa questão do dinheiro tem que ser levada a sério, porque nós tributamos bens de consumo. Se os senhores quiserem comprar uma comida na rua, vão pagar ICMS, vão pagar ISS, vão pagar IPI. Nós tributamos os bens civis – IPVA, ITR, IPTU. Agora, quando chegamos ao ápice da economia, aos grandes fatores reais de poder, nós não tributamos diretamente as patentes e as marcas, na pior política pública tributária de que eu já ouvi falar. Nós temos um problema de ausência de capital e não tributamos onde está o capital.

Em primeiro lugar, por que é muito sério quando nós discutimos o INPI? Porque o INPI constitui direitos de propriedade que são direitos de produção que engendram fator real de poder, um poder de excluir terceiros, sem pagar tributação ou, como alguns querem, sem análise de mérito.

Subindo a questão do acúmulo de processos e a questão do dinheiro... E precisamos, independentemente de dar ou não autonomia financeira ao INPI, adotar um parâmetro internacional de preços. Se R$70 fossem convertidos para 70 libras esterlinas, isso ainda estaria barato. E, mesmo se nós mudássemos o câmbio, esses preços são incompatíveis com aquilo que se deseja. Eu falo como professor e como advogado que tem clientes; nenhum cliente reclama de preços, todos os clientes precisam de resposta de serviço público de qualidade, que é prestado, mas não com a estrutura necessária.

O penúltimo tema que eu queria fazer análise macro antes de entrar nos projetos é uma questão que tem a ver com o formato administrativo. Diziam aqui que o art. 239 da Lei de Propriedade Industrial já faculta ao Executivo dar autonomia ao INPI. Mas sabemos bem que leis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que facultam ao Executivo fazer ou não fazer alguma coisa não são as primeiras a serem cumpridas em posse nenhuma.

Para ser justo, no Brasil, o INPI tem um pouco mais de 40 anos, de 1970 para cá. Eu, outro dia, li um artigo escrito por João da Gama Cerqueira, um dos maiores pensadores da área de propriedade industrial, reclamando do DNPI, mas também de autores que vieram antes do João da Gama Cerqueira, como Bento de Faria, falando mal das juntas no começo do século XX. Ninguém estava feliz com a velocidade dos trâmites, porque nenhum governo, seja golpista, seja não golpista, tratou isso como prioridade. Isto não é política pública prioritária. A maioria dos Presidentes da República não sabe o que é o INPI, o que faz o INPI, e a história mostra, por exemplo, que muitos presidentes dessa importante autarquia foram sujeitos que não tinha nada a ver com indústria, que não sabiam nada de administração. Isso é gravíssimo, porque nós tratamos os bens de produção – que, repito, são de estrangeiros, na sua maior parte – ao *laissez-faire, laissez-passer*, sem tributação. Isso demonstra como não estamos levando a sério. Mas discutir qualidade do serviço público é um avanço.

Dar autonomia financeira e administrativa ao INPI, ao contrário do que muitos gostariam de acreditar, não é a única solução. Queria aqui deixar claro que há agências reguladoras, por exemplo na área de regulação da aviação civil, na área de transportes terrestres, na área de transportes aquáticos, na área de energia elétrica, e nenhuma delas passa incólume de críticas. Queria dar um exemplo basilar, mas alguém teve uma ideia mirabolante de deixar que as companhias aéreas tributassem por despachar malas, que isso abaixaria preço. E nós vimos o que aconteceu. Não baixou-se preço, continua a qualidade do serviço piorando, porque às vezes as agências reguladoras, infelizmente – não estou dizendo que isso vai acontecer – podem ser cooptadas.

Então, não é questão apenas de dar autonomia financeira. É, em primeiro lugar, reconhecer que o INPI precisa de mais dinheiro – não só precisar de mais dinheiro, mas indicar de onde esse dinheiro virá. E aqui deixo como recomendação tratar o empresariado, que é o grande usuário do sistema de patentes, a sério, e não cobrar deles R$175 para depositar um pedido de patente. Se você quadruplicar esse valor, mesmo que a União hoje... E não importa quem assuma em 1º de janeiro de 2019, vai precisar de dinheiro, e o INPI está gerando dinheiro para a União. Ninguém vai voluntariamente – claro, a lei ajuda – querer abdicar de R$300 milhões de superávit que o INPI está gerando. Agora, se o INPI gerar mais superávit prestando um serviço público de qualidade, ainda que a União fique com um pedaço desse dinheiro e não dê autonomia completa, já há um ganho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA – Então, não adianta simplesmente a gente sonhar com soluções mágicas, mas a gente tem que mostrar de onde vai sair o dinheiro para custear esse projeto – repito – que precisa de mestres e doutores, que são essa safra de pessoas que não vai procurar migalhas. Nós temos que ter remunerações – perdão, subsídios – comparados com o serviço privado, que é quem compete com o INPI. Muitas vezes o INPI faz concurso, consegue mestres e doutores maravilhosos. Vem a iniciativa privada, usa o concurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do INPI como uma espécie de carimbo de qualidade e tira o examinador de patentes oferecendo salários melhores. Então, obviamente – repito –, nós precisamos de seriedade na política de subsídios.

Para terminar, o projeto de lei originário tem a parte boa de propor um *timing*, uma resposta, um tempo de resposta, mas é falsa a percepção de que o acúmulo de processos administrativos é responsabilidade exclusiva do INPI. Muitas vezes, o usuário do sistema de patentes é cocausador da mora. Como? Depositando pedidos que sejam tecnicamente problemáticos, não respondendo em tempo as exigências,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA – ...não cumprindo requisitos formais burocráticos, violando o prazo do art. 32 (alterações voluntárias do quadro reivindicatório). E o INPI não pode ser paternalista com isso. Perdeu o prazo, é um abraço. Nós estamos falando de bens de produção, não de bens de consumo e bens civis.

Por fim, o substitutivo tem – repito – uma proposta interessante, que ele não diz claramente se vai ser ou não uma agência reguladora. Parece, Senador, muito parecido com o Projeto de Lei do Senado – salvo engano – nº 62, de 2017, do Senador Agripino Maia, que tem uma proposta muito parecida com essa. O texto é diferente, mas a proposta é quase a mesma. Eu sugeriria, inclusive, que fosse estudado um cotejo crítico de quanto uma proposta é genuinamente diferente – aquela que veio da Câmara dos Deputados, como substitutivo, e aquela do Projeto de Lei do Senado, do Senador Agripino Maia, que tem a mesma proposta, salvo engano o nº 62, de 2017.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA – Na minha opinião, como professor, como acadêmico da propriedade intelectual, acredito que, com algumas modificações e com um controle muito claro de como vai ser empenhada essa despesa, além de um aumento de receita, o projeto substitutivo pode ser apresentado e aprovado com ressalvas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Pedro Marcos Nunes Barbosa, advogado, professor e Doutor em Propriedade Intelectual, da PUC do Rio de Janeiro. A única questão que há entre o projeto do Senador Agripino e esse que vem da Câmara é que, se pegar o do Agripino, vai atrasar. Nós temos que trabalhar em cima desse que já foi daqui para lá e veio para cá, porque agora a gente aprova ou retira alguma coisa, só para agilizar.

Eu entendi que V. Exª fez uma metralhadora giratória, cutucando um pouco em cada ponto, mas é positivo para uma reflexão maior sobre o tema. Inclusive sobrou para o Congresso, sobrou para o Judiciário, sobrou para o Executivo, sobrou para todo mundo! Mas esse é o papel, se não, não haveria razão de nós estarmos aqui. Para reflexão, ficam as suas considerações, também importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio Márcio Buainain, Professor livre docente no Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED).

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Senador, muito obrigado pelo convite. Parabenizo-o pela iniciativa da primeira proposta, que gerou um debate relevante, gerou um substitutivo também, que significa um progresso.

Eu quero começar fazendo uma constatação que é muito óbvia, que é sobre o Estado brasileiro, porque é disso que trata fundamentalmente a primeira parte do debate que nós temos aqui. Eu, algum tempo atrás, em um breve artigo no Estado de S.Paulo, caracterizei o Estado brasileiro com seis Is: é um Estado inflado, claramente inflado, que absorve hoje recursos consideráveis da sociedade, mas ao mesmo tempo insuficiente. E as insuficiências do Estado brasileiro estão por toda parte, inclusive no INPI, como acabamos de ver: insuficiência na prestação de serviços de saúde, de segurança, de educação. Por onde olhamos, o Estado brasileiro é grande e, ao mesmo tempo, insuficiente. Temos aí dois is.

O Estado brasileiro é absolutamente inefetivo. São raras as políticas públicas do Estado brasileiro que são efetivas, que têm o alcance que deveriam ter. Eu conheço uma, que é a da Receita Federal, no que se refere à arrecadação dos impostos dos contribuintes, pessoas físicas. Essa é muito efetiva e alcança praticamente todo mundo que tem que alcançar legalmente.

Esse Estado é um Estado ineficiente. Ele é ineficiente porque aloca muito mal os seus recursos – e eu não preciso me estender sobre essa ineficiência para falar do Estado brasileiro. Ele é profundamente irracional dentro dessa ineficiência, porque, alocando mal os seus recursos, nós não vemos a racionalidade. Por que eu estou alocando tanto aqui e não alocando ali, onde há necessidade? Por que eu concedo subsídios, como acabou de falar o Pedro; Bolsa Empresário? Por que eu cobro apenas R$170 de um empresário para fazer um depósito, uma análise de patente de exige muitos recursos, e cobro muito caro em muitos setores?

E ele é, finalmente, profundamente injusto. Nós temos um Estado que é um verdadeiro Robin Hood, e isso é bastante claro. É um Estado que tributa proporcionalmente os mais frágeis e redistribui para aqueles que são menos frágeis, inclusive à ampla classe média brasileira, que gosta de ser chamada de classe média, mas uma parte dela, de fato, faz parte da elite brasileira, na qual eu me insiro como professor universitário. Somos parte de uma elite, estamos entre os que ganham 1% mais da população, mas nos chamamos de classe média e nos beneficiamos desse Estado.

Então, nós precisamos repensar o Estado. Eu acho que o substitutivo é uma medida que vai nessa direção. Por que vai nessa direção? Porque ele atribui autonomia financeira, administrativa, operacional a uma instituição que é muito importante, que tem sido, na verdade, vitimizada – e como bem disse o Saulo –, sem ser a responsável – também disse o Pedro – por uma situação, que é o *backlog*, que é reconhecidamente prejudicial, principalmente ao País. Então, é preciso dotar essa instituição de condições para que ela desempenhe a sua função para, então, podermos cobrar. Isso é fundamental e isso, neste Estado brasileiro com tantos is, não é feito.

É um Estado brasileiro a que nós poderíamos agregar agora o sétimo i, que não estava no artigo, que é o Estado irresponsável, um Estado cuja parte não tem responsabilidade. E uma parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem responsabilidade porque não é responsabilizável. Como eu posso responsabilizar 190 analistas do INPI por esse *backlog*, quando, em qualquer um daqueles exemplos que foram citados ali, a menor relação tem sete vezes mais analistas do que aqui, no Brasil? Então, não dá para responsabilizar.

O Bernardo, que está aqui do meu lado, Senador, é físico com mestrado e doutorado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Só mestrado, começou o doutorado.

Eu me pergunto por que um jovem talentoso, formado, capacitado está no INPI e não está em tantas outras funções no Estado brasileiro que remuneram muito mais, que oferecem uma carreira muito mais promissora? A verdade é que a carreira deles, do INPI, é uma carreira que tem oferecido muito pouco. Cobra muito e exige um nível de qualificação que eu digo que não encontro em muitos dos meus colegas das universidades de ponta, um nível de atualização permanente, são relativamente mal remunerados perto de outras carreiras, não têm incentivos, não são valorizados e não têm sequer boas condições de trabalho.

Eu faço essa defesa, porque não tenho nenhuma relação com eles. Nós também precisamos deixar de só criminalizar o funcionário público e reconhecer as condições em que nós, muitas vezes, trabalhamos.

Agora, a proposta merece, sim, os cuidados que já foram mencionados, principalmente pela Graziela e pelo Pedro. É preciso atribuir a responsabilidade e cobrar essa responsabilidade. Nós não podemos simplesmente atribuir responsabilidade de uma maneira vaga, tendo, como contrapartida, um plano de metas e de alocação de recursos. Nós precisamos ter um contrato sério, que pode ser um tipo de contrato de gestão, entre o INPI, que terá a sua autonomia, terá os recursos para desempenhar a sua função, e a sociedade brasileira. Isso definido muito claramente em metas, em compromissos e em consequências, porque nós definimos metas e compromissos no âmbito do Estado brasileiro que não têm consequências. Eu não cumpro as metas e não cumpro os compromissos e ficamos por isso mesmo em boa parte dos casos. Então, esse é um ponto que me parece muito importante.

Segundo ponto: nós precisamos ter cuidado, porque nós hoje já temos muitas experiências de autonomia financeira. O Pedro acabou de mencionar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Nós temos, em São Paulo, autonomia financeira das universidades que funcionou muito bem durante um período de quase 20 anos, mas não nos protegeu da má utilização de recursos que colocaram as três universidades paulistas, que são as de ponta no Brasil, em uma situação verdadeiramente preocupante quando se analisa a perspectiva financeira. Então, a autonomia financeira sem contrapesos, sem limites, sem compromissos, sem responsabilização também não é a solução.

Então, eu sou muito favorável a essa mudança, porque ela representa, de fato, uma pequena reforma em uma instituição que precisa ser reformada.

Quero fazer duas considerações brevíssimas, Senador, porque o tempo já se está esgotando,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – ...sobre o *backlog,* e principalmente sobre a solução que se está dando e que se está ensaiando, que está um pouco morta, essa da concessão sumária das medidas. O exemplo que o Pedro deu é absolutamente arrasador; quem pensaria em aprovar todos os projetos de lei só porque estão tramitando há muito tempo no Senado; ou o contraexemplo de absolver todos os prisioneiros, muitos injustamente mantidos em cárcere no Brasil, porque está atrasando. Evidentemente que não é a solução. Esta é a solução que se está pretendendo para as patentes.

Eu tenho dado um exemplo que também pode ajudar a esclarecer. A patente equivale a conceder um título de propriedade, e um título de propriedade é um ativo muitíssimo importante, porque é o ativo da economia contemporânea. No passado, era terra, era ouro. A propriedade intelectual é o ativo. Independentemente de ser importante ou não, Pedro, para a inovação, ele é o ativo da economia atual, ele representa a riqueza da sociedade contemporânea. Eu estou dando esse título, eu estou concedendo esse título. Agora, imagine a propriedade da terra, Senador. Eu vou dar um título de propriedade da terra ao senhor, mas eu não examinei se aquela terra existe, onde está escrito que existe no mapa; eu não fui lá no Google Maps para saber se ela existe. Aí se diz: "Eu não examinei se há um morador ali, se há um proprietário, se há um usuário; eu simplesmente lhe dei o título, dei para o Bernardo, dei para o Pedro, dei para o Luiz, dei para o Ronaldo e distribuí esses títulos sem checar isso. Certamente haverá sobreposição. Uma parte desses títulos será sobre terras que não existem e nós vamos brigar na Justiça. E a Justiça brasileira favorece quem? A Justiça brasileira é baratinha? Cobra só os 170? Os nossos amigos advogados também não são baratos. A Justiça brasileira é cara, é morosa. Também devia ser justa, mas não é; é injusta porque favorece os que têm mais recurso. Nós jogarmos o problema para a Justiça, os litígios para a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – ...Justiça, seria um desastre total. Então, é algo que nós temos que impedir de qualquer maneira.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antônio Márcio Buainain, professor livre docente no Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Meus cumprimentos pela fala, que foi na linha da maioria.

Ninguém quer que a concessão seja automática – que seria um absurdo –, mas tem que haver critérios que não permitam que fique como é hoje. Como é hoje, se compararmos a outros países do mundo, nós não vamos chegar...

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Senador, é um absurdo o que está sendo proposto, o que está cozinhado na Casa Civil, que já foi à consulta pública, etc, etc. Então, concordamos que é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que não tem o nosso aval aqui. Pelo que eu percebo, aqui é unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Felizmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém está aceitando isso. Por isso o debate do substitutivo, que não vai nessa linha, porque percebe.

Eu só fiz um comentário rápido e disse que concordo com V. Exª. E aí se entrar no debate de Judiciário, do Legislativo e do Executivo, nós vamos longe. Eu nem quis cutucar aqui nessa área, porque falam que há muita ação no Judiciário, principalmente dos trabalhadores, mas vai ver a maioria: é por rescisão de contrato não paga.

A maioria é por rescisão de contrato não paga! Então, é fácil... Não é o caso, você apenas está alertando. Dizem: "Agora vai diminuir". Vai diminuir, mas não vão pagar direitos, e nós queremos assegurar, a todos, direitos.

E aqui no Legislativo há quem diga que há lei demais. Só estou dando um exemplo, até porque eu sou autor de inúmeras leis. Há quem diga que há lei demais, que deveríamos ter menos leis e aplicar as leis. Havia um revolucionário gaúcho, no tempo das nossas revoluções, que dizia o seguinte: "Eu quero leis que governem homens; não homens que governem as leis". Se as leis efetivamente governassem os homens, nós teríamos um equilíbrio maior.

Já falei demais.

Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa da audiência pública.

Eu estou aqui duplamente feliz de poder participar deste debate, primeiro, pelo fato de esse debate intervir diretamente nas discussões sobre as quais trabalhadores, usuários, gestores e prestadores de saúde que compõem o Conselho Nacional de Saúde têm se debruçado, que é a apropriação da tecnologia, do conhecimento humano, para fazer com que as pessoas possam manter sua saúde, viver mais e melhor. E tem sido recorrentemente um debate permanente no Conselho Nacional de Saúde a questão da utilização e a serviço de quem a ciência e a tecnologia vão se desenvolver e servir, e é um debate muito permanente.

Num segundo aspecto, é que no início da década de 90, na condição de diretor de biomédicas da União Nacional dos Estudantes – eu sou farmacêutico, fazia Farmácia –, no início da década de 90, tive a oportunidade de participar e de coordenar um fórum nacional pela liberdade do uso do conhecimento, justamente para enfrentar aqui no Congresso Nacional o processo de internalização das regras internacionais de propriedade intelectual, que, em alguns fóruns, vinha até em inglês para ser aprovado aqui o regramento, em momento em que o Brasil fugia da sua responsabilidade de construir um rumo de nação soberana, independente, que respeitasse o interesse do seu povo.

Hoje, em particular, nós vivemos um momento em que – para além do debate aqui apresentado pelos que antecederam – há alguns elementos que são fundamentais e que este debate traz à luz. Acho que uma das principais questões ao discutirmos aqui o INPI é que as quatro palavras de INPI têm bastante peso, mas talvez a palavra Nacional tenha mais destaque e maior relevância. Quando nós ficamos chocados – pelo menos é de chocar – com o fato de se propor tramitar aqui no Congresso Nacional a possibilidade da concessão sumária, não é de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estranhar, por exemplo, o que aconteceu com a Petrobras, de os reajustes dos combustíveis atenderem aos investidores e não ao interesse nacional; não é de se estranhar que você congele os investimentos por 20 anos em políticas públicas, inclusive no desenvolvimento de ciência e tecnologia, para preservar os investidores que exploram a nossa dívida pública.

Então, nós vivemos, sim, de fato – o professor aqui colocou três Is – eu diria outros três Is; nós vivemos um momento de indefinição, insegurança e instabilidade da vida nacional, em que as questões que dizem respeito ao interesse do povo brasileiro estão... Perdeu-se completamente a vergonha dos entreguistas, dos que não têm compromisso nenhum com a Nação brasileira, seja do ponto de vista da construção das normas, das legislações, seja do ponto de vista de se estabelecer regramento.

Isso tem como consequência, ao fim, ao cabo. Parece distante a discussão, mas é a vida, a vida do povo brasileiro; é a possibilidade de ter acesso a meios e condições de manter a sua vida.

Os dados mais recentes – é só buscar do IBGE – dão conta de que essa política, esse conjunto de interesses que estão sendo atendidos particularmente no Executivo e com uma grande maioria também no Legislativo já impactou no aumento da pobreza, já impactou na mudança significativa dos principais indicadores.

E trazer esse debate sobre como utilizar o conhecimento que a humanidade produz, no sentido de oferecer a uma Nação como se vai lidar com esse conhecimento, a quem você vai oferecer a estrutura e a organização do Estado, é fundamental. Por isso esse debate do INPI, da estruturação do Estado brasileiro para apresentar respostas, conseguir fazer com que a ciência, o conhecimento que a humanidade desenvolve possa se transformar em produtos, possa se transformar em processos que desenvolvam a economia e possam oferecer desenvolvimento não única e exclusivamente para o detentor da propriedade e sim para a sociedade brasileira, é fundamental.

Nós, no Conselho Nacional de Saúde, temos nos debruçado a respeito desse trágico momento que vive a vida nacional e temos apostado que a possibilidade de solução através de políticas públicas tem evidências no retrospecto em que pegamos, mais recentemente, da aplicação de uma orientação, de uma determinada política pública, com as consequências concretas na vida do povo. É isso que percebemos com a presença de negros na universidade, é isso que a percebemos na mortalidade infantil, uma série de políticas em que houve uma intervenção importante do Estado; em que a política pública, ao estruturar as ações, a estrutura do Estado, levou em conta o atendimento das necessidades da população e dá conta de encontrar importantes soluções.

Nós possuímos, o Brasil possui inteligência suficiente para buscar organizar, na estrutura do Estado brasileiro, e reunir condições de oferecer, desde que alguns compromissos orientem qualquer processo legislativo: o compromisso com o interesse do povo, o compromisso com o desenvolvimento da nossa capacidade nacional de apresentar as respostas e principalmente, para além, de dar valor nesse momento por que passamos de pintar nossas casas de verde e amarelo, de se emocionar com o Hino Nacional em momento de Copa. Para muito além dos símbolos nacionais, que é o hino, que são as cores da nossa bandeira, é fundamental levarmos em conta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nesse debate é fundamental, porque a Constituição de 88 elevou a função da propriedade à condição de direito humano para além das questões de um direito econômico.

E essa função social precisa ser respeitada da mesma forma. Defender o interesse nacional é defender a nossa Constituição.

Portanto, esse é o debate de organizar, como meus antecessores colocaram aqui, de dotar o Estado brasileiro de capacidade de organizar, de oferecer à sociedade uma estrutura que disponibilize essa ação de concessão de patentes, para que possa atender esses objetivos.

Nós, no Conselho Nacional de Saúde, tivemos uma experiência de confronto. Estamos tendo... E passou aqui pelo Senado um importante confronto muito parecido com essa lógica colocada aqui em torno do volume de análises pendentes. E esta Casa se posicionou, no nosso ponto de vista, contrária ao interesse público, contrária ao interesse da sociedade brasileira. No Conselho Nacional de Saúde está ainda hoje a responsabilidade da regulação social e pesquisa com seres humanos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – É no Conselho Nacional de Saúde que está toda uma estrutura de proteção dos sujeitos de pesquisa. Justamente com esse mesmo argumento da incapacidade, da dificuldade de analisar os processos, que esta Casa aprovou a retirada do controle social, da regulação social, da proteção dos sujeitos de pesquisa, e colocou para outros entes, tirando a responsabilidade da sociedade, do controle social, da democracia participativa. Mesmo o Conselho Nacional de Saúde conseguindo resolver reduzir drasticamente os prazos, mesmo com essa evidência sendo mudada, continua tramitando no Congresso Nacional o atendimento dos interesses do mercado e não da proteção dos sujeitos de pesquisa. Ou seja, o debate a respeito de que estrutura nós vamos ter... E o INPI também deve estar associado a essas premissas de qual interesse, de fato, que estrutura resultante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS – ...esse projeto vai atender ou não.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ronald Ferreira dos Santos , Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Eu me sinto contemplado por você ter lembrado a Constituição. Eu fui Constituinte. Eu cheguei aqui, vim da área sindical naquela época e acabei ficando até hoje, com quatro mandatos de Deputado Federal e dois de Senador. E tive muito orgulho de participar da elaboração da Constituição. E até hoje há uma versão equivocada de que nós não assinamos a Constituição. Isso não é verdade. É só olhar os Anais da Casa. Nós votamos contra uma série de artigos, mas não quer dizer que não reconhecemos. Assinamos e defendemos a Constituição, que teve, inegavelmente, para a época, inúmeros avanços. E de lá para cá só houve retrocesso em matéria do próprio texto da Carta Magna.

Vamos em frente. André Ricardo Cruz Fontes, Desembargador, Presidente do TRF 2ª Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, existe um mapa-múndi oculto no qual o Brasil não figura como o quinto maior país, ao menos se considerarmos tamanho ou território.

Nesse mapa, a participação do nosso País é muito pequena. É um mapa de produção de tecnologia. Ou talvez, mais especificamente, um mapa de titulares, ou proprietários, dessas tecnologias.

Essa é uma situação muito curiosa, porque esses países, com um argumento variado, criaram uma espécie de ordem tecnológica mundial à qual o acesso é muito restrito. E não se deve achar que isso está estranho à relação de capital trabalho. Ao contrário, o trabalhador daqui ganha menos para o de lá ganhar mais. O capital aqui é remunerado de uma forma concentrada para lá ser difundido.

Pensando nisso, há muito tempo os nossos antepassados tomaram uma decisão: enfrentar o problema. E como é que chegaram à conclusão para isso? E falo isso de coração, porque eu acredito muito no que eu vou dizer agora: na figura do Estado que intervém, do Estado que não é passivo, do Estado de um liberalismo quase selvagem – é o Estado intervencionista; o Estado quer saber o que está acontecendo. Pois bem, o Estado brasileiro tomou a seguinte decisão: nós não faremos um mero cartório dessas tecnologias que chegam ao Brasil. Não é só chegar com o documento, carimbar e dizer: "É o proprietário". Até porque a participação do Brasil é muito pequena.

Não é por acidente que o senhor deve ter ouvido aqui hoje, ainda que de forma ingênua, creio eu – falo isso de um modo muito respeitoso –, inexplicável, termos em inglês. Sabe por que fazemos isso? Porque isso é feito lá fora. Não somos nós que pensamos isso. Esse termo, *backlog*, é coisa do estrangeiro, que é usada... põem goela abaixo. É o mesmo termo que se usa de uma outra forma, em inglês: são os piratas, ineficientes, incapazes de produzir. O senhor vê os congressos internacionais: não falam bem do Brasil, não. Mas eles ignoram que nós pagamos fielmente todo ano bilhões do nosso sangue para o exterior. E pagamos corretamente. Nunca deixamos de pagar. Isso não se lembram, não falam nisso.

Pois bem. O que o Brasil fez? Não vamos criar um cartório, um mero cartório, em que se carimba e diz: "Você é proprietário". Eu vou analisar cada tecnologia que chega. Quero saber que tecnologia é essa. Ver se ela é avançada, se ela é atual. Eu lembro ao senhor, com todo o respeito, que o Brasil não tem acesso a tecnologia de foguete porque não deixam; a tecnologia de aviões porque não deixam. A Embraer não consegue produzir os próprios aviões, os aviônicos, porque a tecnologia é limitada, a ponto de não poder vender, porque os titulares dizem: "Não pode vender". A Embraer tem um mercado muito limitado e tenta se expandir com muitas dificuldades. Embora a Embraer seja um sucesso para nós brasileiros, ela tem as suas asas cortadas nesse aspecto: dessa tecnologia de que nós não temos controle, que não pertence a nós.

Pois bem. Essa pressão que se faz hoje aqui no Congresso Nacional, que não é de hoje, é uma pressão antiga, o senhor vê a possibilidade de examinar, é sempre a mesma coisa: o Brasil é ineficiente, é incapaz, não entendemos nada, é o *backlog*, é toda a linguagem estrangeira, que é mal traduzida para nós. Por que não se poderia dizer atraso? Porque a rigor não há atraso. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há na verdade é um sistema que nós criamos para proteção da nossa própria economia, do nosso próprio povo.

Esse exame feito no Brasil é uma alternativa, não haveria necessidade disso, poderíamos dizer: a partir de hoje não há exame nenhum, faremos sistema de cartório. Por que não fazem isso? Porque nós somos responsáveis pelos erros do próprio INPI. Toda vez que o INPI decide alguma coisa, é processado na justiça e paga uma fortuna porque julgou errado.

Agora, vejam os senhores, querem que seja em 180 dias. Se hoje, com o prazo que tem, o INPI é processado em milhões, em troca o que recebe? Uma quantia correspondente a uma corrida de táxi: R$70, R$50, é quanto o INPI cobra. Se fizer uma comparação entre o que o INPI recebe – R$50 por uma patente que ele defere – e os milhões que o Brasil paga atualmente, você diz: como isso é possível? É o único País no mundo que faz isso e nós somos pressionados para ignorar o exame.

Eu tenho, para mim, que se nós fizermos uma outra pesquisa, vamos verificar que os beneficiários não somos nós. A participação de Brasil é muito pequena nas suas próprias patentes. Mais do que isso, todo o sistema hoje é voltado para nós termos que pagar o tempo inteiro benefícios aos estrangeiros.

Que sistema é esse em que não há equilíbrio? Que sistema é esse que nós não conseguimos receber algo do que nós pagamos a peso de ouro?

Pois bem, hoje a nossa situação é tão lamentável que nós não temos acesso à alta tecnologia, porque é esse mesmo sistema fechado que nós temos que manter, a estrutura, para estarmos bem em nossa imagem, nessa suposta imagem no exterior que nós temos de manter.

Eu acredito que a melhor maneira de resolver isso, ou seja, examinar realmente, seria verificar, primeiramente, qual o interesse do Brasil. O nosso ponto de vista não é saber se os Estados Unidos estão chateados com o Brasil, porque são eles que impedem que nós tenhamos acesso à tecnologia. São eles que não deixam a tecnologia de avião chegar aqui, não deixam a tecnologia de computadores, não deixam chegar a tecnologia de foguetes. É só ver os jornais, isso não está escrito em livros, está nos jornais.

Querem que o Brasil deixe o sistema protetivo, o único que sobrou, que é o de examinar a patente para dizer: isso não é patente; isso tem que ser rejeitado – e o Brasil é processado porque diz isso –, por um sistema aberto, no qual a responsabilidade do Estado vai continuar. Ou seja, nós vamos continuar pagando indenizações, o Brasil continuará pagando indenizações por um sistema que não funciona, porque não vai funcionar com 180 dias, obviamente, porque é impossível que haja apreciação, que haja exame de assuntos que são totalmente novos na história do mundo e que sejam feitos nesse prazo. Nenhum País fez isso, a não ser aqueles que fazem, como mencionei, transformando isso em cartório. Carimba-se e entrega-se ao titular. Essa é a realidade.

A dúvida que nós temos hoje aqui é a seguinte: ou nós manteremos o sistema aberto para registrar tudo o que chega, que é o que se quer, ou criamos algum tipo de controle, que é o que se tem; a única coisa que se tem.

Eu sugiro, respeitosamente, que se nós tivermos que mudar o sistema de controle, ao menos retirem essa responsabilidade que o Estado brasileiro tem com essas decisões que toma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é condenado diariamente na justiça brasileira porque essas decisões são tomadas ao dissabor de um ou de outro, porque são dois, um deles perde e um deles ganha.

Não vou me estender. É essa a minha observação.

Muito obrigado por ter me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Sr. André Ricardo Cruz Fontes, Desembargador Presidente do TRF 2ª Região. (*Palmas.*)

Eu só queria fazer uma consideração final, repito, da mesma forma que iniciei.

Eu aqui sou autor de alguns estatutos. Cada estatuto é praticamente cem leis acumuladas: do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Juventude. Tudo virou lei e, felizmente, cada vez estamos conseguindo aplicá-los.

Por isso que esse desafio que os senhores aqui assumem e eu também assumo é de trabalharmos um substitutivo que seja a média de pensamento dos senhores que estão aqui representando as respectivas entidades para avançar. Eu acho que isso é possível. Se não são 180 dias, bom, o substitutivo pode apontar uma data plausível.

Eu sempre repito que, na Constituinte, por exemplo, eu defendi as 40 horas, mas soltei foguete quando passaram as 44. A minha proposta eram 40 horas semanais, mas, quando passaram as 44, fiquei feliz. Quando foi na política de salário mínimo, que existe hoje no País, a minha proposta, eu viajei no Brasil todo, era a inflação e o dobro do PIB. Mas o que eu queria? Eu queria só a inflação e o PIB, que é uma lei que tirou o salário mínimo de US$60 e está em torno de US$300.

Então, essa é uma construção coletiva que nós estamos fazendo aqui. Eu acredito que nós vamos fortalecer, sim, o INPI nessa visão primeiro da soberania nacional e, ao mesmo tempo, defender o interesse de toda a nossa gente. Eu acho que isso é possível.

Eu gostaria até de ampliar mais o debate. Com o que eu posso me comprometer é nós voltarmos a esse debate e, quem sabe, já com a presença do Relator aqui no Senado, porque, vindo da Câmara, na hora em que estiver aqui, nas nossas mãos, só se pode suprimir, não se pode alterar mais nada, não se pode incluir. Pode ser alguma emenda de redação ou mesmo de supressão.

Eu acho que, se vocês me permitirem, nós teremos que encerrar agora – acho que foi muito bom o debate –, porque tenho de ir para o plenário. Mas voltaremos numa outra audiência e eu me comprometo com a presença, quem sabe, do Relator na Câmara e no Senado, o que elaborou lá o substitutivo. O substitutivo para mim sempre é positivo. Eu sempre vejo melhor o substitutivo do que o projeto original, desde que, é claro, a gente avance. Não pode também fazer um substitutivo que é pior do que o projeto original, porque daí não tem quem concorde.

Então, agradeço a todos e dou por encerrada a audiência pública.

Uma salva de palmas a todos os senhores.

Parabéns a todos os painelistas! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Jorge Viana, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves e dos Senadores não membros, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 112/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Brasil Forte: serviço público e estatais de qualidade". Participantes: Maria das Graças Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT; Lizely Borges, Representante da Coalizão Anti Austeridade e pela Revogação da Emenda Constitucional 95; Neuriberg Dias, Assessor Parlamentar do DIAP; Pedro Armengol, Secretário de Finanças da CONDSEF; Luiz Legnãni, Secretário-Geral da COBAP; Roni Anderson Barbosa, Secretário de Comunicação da CUT; Edson Índio, Presidente da Intersindical; Gibran Jordan, Representante da CSP-Conlutas; e Rafael Georges, Coordenador de Campanhas da OXFAM - Brasil. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Anjuli Tostes, Representante da Intersindical; Eduardo Guterra, Representante da FNP – Federação Nacional do Portuários; Eduardo Araújo, Representante da CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; Pedro Paulo Pinheiro, Representante da FENTECT - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares; Nilson Alves Carrijo, Representante do SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; Jussara Griffo, Representante da CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Celestino Lourenço, Representante do FNE – Fórum Nacional de Educação; Fernando Maranhão, Representante da FASUBRA SINDCAL; Israel César, Representante da CUT; Rômulo Costa, Representante da SINDMETRO; Vanessa Bicho, Representante da Central dos Movimentos Populares; Juraci Alves, estudante quilombola; Bruno Potiguara, estudante indígena; Marcelo Neves, Professor da UnB; Jeferson Meira, Representante da CONTRAF; e David Bacelar, Representante da FUP. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: realizar Audiência Pública sobre Transporte Público Interestadual com foco na gratuidade para idosos. Às doze horas e vinte e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, Vanessa Grazziotin e os Senadores Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Jorge Viana. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Jorge Viana, José Medeiros, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, e dos Senadores não membros Wellington Fagundes, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quinquagésima sexta a sexagésima segunda Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Povos Indígenas”." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá outras providências, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2018 - Não Terminativo - que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - SUGESTÃO Nº 37, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Proibição de Submissão de Criança ao Aprendizado Sobre Sexualidade"(sic)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 41, de 2017 - Não Terminativo - que: "Você apoia que deveria haver concurso público para cargos políticos antes das eleições?" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater as normas legais referentes aos direitos das crianças cujos pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade e facilitar o convívio familiar em tais casos, como meio de instrução do Projeto de Lei do Senado n° 43, de 2018"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a 'vulneração dos direitos humanos nas comunidades tradicionais extrativistas e a violação da convenção 169 da OIT"." Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Paulo Paim. Resultado: Adiado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118 de 2018 que: "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a austeridade e retrocesso: impactos setoriais dos cortes orçamentários, com os seguintes convidados e convidadas: 1. Thomas Manz - Fundação Friedrich Ebert, Brasil 2. Pedro Rossi - UNICAMP / Brasil Debate. 3. Esther Dweck - UFRJ; 4. Ricardo Paes Mamede - ISEG – Universidade de Lisboa, Portugal; 5. João Pedro Stedile - MST; 6. Ruben Lo Vuolo - CIEPP, Argentina; 7. Denise Carreira - Plataforma Dhesca." Autoria: Senador Lindbergh Farias e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Justiça social, representatividade e as eleições de 2018 ”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O conflito fundiário urbano entre moradores de municípios do Rio Grande do Sul e a concessionária de modal ferroviário Rumo Logística S/A”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123 de 2018 que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater “O surto de Toxoplasmose em Santa Maria - RS”." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar e debater as iniciativas da sociedade civil e governo, a partir do Conselho Nacional de Economia Solidária, para a realização da IV Conferência Nacional de Economia Solidária." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124 de 2018 que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura ao comportamento de alguns torcedores brasileiros, que, se aproveitando das diferenças de idiomas, induziram cidadãs russas a falar termos chulos e de conteúdo pornográfico. Salientamos que tal comportamento não é típico do povo brasileiro que busca confraternizar com todos os povos do mundo. Manifestamos nosso voto de censura porque, ao praticar tais atos, esses torcedores mostraram um comportamento misógino incompatível com os parâmetros de civilidade de nossos povos. Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo." Autoria: Senador Jorge Viana e Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 125 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao governo dos Estados Unidos da América, pelo procedimento desumano, equivalente a tortura, separando crianças de suas famílias e as alojando de forma degradante em cercados que se assemelham a gaiolas, com o intuito de reprimir a imigração ao país. O governo dos Estados Unidos da América alega que as medidas são decorrentes de procedimentos legais que obrigariam a separar as famílias dos filhos menores, no entanto, desde o início da gestão do presidente Trump, já se anunciava que uma das formas pretendidas pelo governo para desestimular a imigração era gerar a insegurança nas mães sobre o destino de seus filhos. Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo." Autoria: Senador Jorge Viana e Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Às quatorze horas e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quatorze horas e quinze minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Às quatorze horas e vinte e seis minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quatorze horas e vinte e oito minutos o Senador Paulo Paim devolve a Presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 56ª à 62ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convido o Senador Paim a presidir, para que eu possa apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo, neste momento, a palavra à Senadora Regina Sousa para relatar o seguinte projeto:

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2018

- Não terminativo -

Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Obrigada, Senador.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 184, de 2018, de autoria do Senador Telmário Mota. A proposição intenciona especificar as atribuições de agente indígena de saúde e de agente indígena de saneamento, considerando-os como efetivos agentes comunitários de saúde, previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seu art. 1º, o PLS altera os arts. 3º e 9º da Lei n º 11.350, de 2006.

Ao art. 3º são acrescentados os §§6º, 7º, 8º e 9º. O §6º dispõe que os agentes indígenas de saúde e os agentes indígenas de saneamento são considerados agentes comunitários de saúde para os fins da lei. Por sua vez, o §7º enumera quatro atribuições de competência do agente indígena de saúde. A seguir, o §8º apresenta três atribuições de competência do agente indígena de saneamento. Por fim, o §9º define que os agentes indígenas de saúde e de saneamento deverão ter suas atividades reguladas pelas normas gerais do Sistema Único de Saúde e pelas diretrizes do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, previsto na Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Na sequência, o mesmo art. 1º do PLS acrescenta o §3º ao art. 9º da Lei nº 11.350, de 2006. Tal parágrafo dispõe que o processo seletivo público da contratação de agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento contará com a participação das comunidades indígenas em que esses profissionais atuarão.

Em seguida, o art. 2º do PLS prevê que os profissionais que, na data de promulgação da lei e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente indígena de saúde ou de agente indígena de saneamento, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o art. 9º da Lei n° 11.350, de 2006, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta da União, Estado, Distrito Federal ou Município, ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

O art. 3º da proposição, por fim, prevê vigência para a data de publicação da lei.

Em sua justificação, o autor argumenta em favor da correção de uma injustiça, dado que os referidos agentes atuam de maneira análoga aos agentes comunitários de saúde, sem que, contudo, lhes seja garantida a devida equiparação funcional em matéria de direitos. O autor ainda observa que a cláusula de transição de regimes jurídicos, prevista no art. 2º da proposição, reflete direito já devidamente assegurado pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 102-E, incisos III e VI, cabe à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem como sobre acompanhamento de políticas relativas aos direitos das minorias étnicas. Assim, mostra-se regimental a apreciação do PLS por esta Comissão.

Ademais, não vemos na proposição quaisquer óbices constitucionais, legais ou jurídicos. Mesmo sob a análise de técnica legislativa, o PLS está perfeito.

Entendemos o PLS como altamente meritório. É devida a equiparação dos agentes indígenas aos demais agentes comunitários de saúde, haja vista a larga sobreposição de atividades e atribuições – tendo os agentes indígenas de saúde, inclusive, competências adicionais, como a necessidade de conhecer práticas e saberes tradicionais.

Nas palavras da Fiocruz, é preciso haver um profissional com funções análogas às do agente comunitário de saúde e que, como ele, more no seu local de atuação, mas que tenha algumas especificidades: ele deve também traduzir idiomas para que as equipes e as comunidades se entendam, ser uma ponte entre suas diferentes concepções de saúde e de mundo e ter responsabilidades como o único profissional de saúde do local quando o resto da equipe não puder estar por perto.

Cabe, ainda, enaltecer que a Lei nº 11.350, de 2006, revela-se, com efeito, o diploma adequado para a alteração proposta.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS em decisão terminativa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Justiça social, representatividade e as eleições de 2018 ".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para fundamentar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção, Srª Presidente, é de um grupo de homens e mulheres dos movimentos sociais que estão muito preocupados com a representatividade nas eleições de 2018.

Aqui há grupo de índios, de negros, de brancos, de mulheres, de pessoas com deficiência... Enfim, que todo segmento da sociedade esteja de fato representado, quer seja nas assembleias como também aqui no Congresso e naturalmente nos cargos do Executivo, seja para governador e também para Presidente.

Esse é o primeiro requerimento, Srª Presidente.

Há outros requerimentos extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Senadores se concordam com a apresentação de requerimentos extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para os extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O conflito fundiário urbano entre moradores de municípios do Rio Grande do Sul e a concessionária de modal ferroviário Rumo Logística S/A".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente, eu diria que no mínimo seja de todo o Rio Grande do Sul, porque envolve em torno de 32 cidades. Nós temos alguns milhares de gaúchos e gaúchas que moram ao longo da ferrovia. E a Rumo Logística S.A. entrou com uma ação para que aqueles que residem ao longo da ferrovia sejam despejados das suas residências. Vai criar um caos enorme para esses milhares de gaúchos e gaúchas. Por isso uma comissão esteve aqui em Brasília, estiveram dialogando com setores do Judiciário, e se chegou a um entendimento de que como a União é parte desse processo, isso não poderia acontecer.

Por segurança – espero que se resolva com a Procuradoria-Geral da República essa questão –, nós também estamos já marcando a possibilidade de um debate aqui sobre essa questão. Entendo que há o direito adquirido, eu diria que a maioria tem o certificado de propriedade e que eles não podem ser afastados das suas residências. Nesse litígio há a discussão sobre quem indeniza ou não indeniza, e ninguém quer indenizar.

Por isso, queremos que esse tema seja fruto de audiência pública aqui ou mesmo de audiência no Estado, se for necessário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou ler o terceiro, para votarmos em bloco.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debate, nesta Comissão, para debater "O surto de Toxoplasmose em Santa Maria - RS".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Srª Presidente, esta audiência é uma sugestão do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Ainda esta semana veio aqui representante do Ministério Público que nos apresentou relatório com dados que geram preocupações e justificam a necessidade desta audiência.

O surto de toxoplasmose em Santa Maria, segundo especialistas com quem conversei, pode se tornar uma situação gravíssima no campo da saúde. Segundo eles, já existem, no mínimo, mais de mil pessoas que estariam nessa situação. E, por isso, pediram com muita ênfase que a gente chamasse o Ministério da Saúde, chamasse forças vivas da sociedade, das cidades – Santa Maria é uma bela cidade – para que se tomassem todas as providências para atender a população.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão os Requerimentos nºs 120, 121 e 123, do Senador Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu gostaria de apresentar aqui e subscrever, acho que o Senador Paim também, depois vem a redação, porque foram apresentadas pelo Senador Jorge Viana, na audiência pública da manhã, duas moções sobre os acontecimentos internacionais que estão aí relativos à Copa e aos Estados Unidos.

A primeira é sobre o comportamento dos brasileiros na Rússia, o tratamento que deram a uma mulher, uma verdadeira explosão de machismo e de misoginia. A gente está envergonhada, o Brasil está envergonhado daqueles cidadãos, dos quais, inclusive, há um do meu Estado.

O Senador apresentou aqui, e a gente não votou na audiência. Então, vou apresentar aqui para votar uma moção de repúdio à atitude deles, quase que como um pedido de desculpas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres, tanto brasileiras, como russas, mulheres do mundo inteiro, porque todo o mundo assistiu àquilo.

Coloco aqui em votação, depois vem a redação – viu, Ronald? – e encaminha-se à Embaixada da Rússia este requerimento, que é uma moção de repúdio à atitude dos brasileiros na Copa: machismo e misoginia.

E o outro, que também foi apresentado, e a gente está subscrevendo, que é em relação ao tratamento que os Estados Unidos estão dando às crianças migrantes. Eu fico até pensando: se estivesse acontecendo aquilo ali, em Cuba, na Bolívia, na Venezuela, o que a diplomacia brasileira estaria fazendo neste momento e os defensores dos Estados Unidos, os apaixonados pelos Estados Unidos estariam dizendo ali, naquela tribuna?

Ninguém toca no assunto, mas é terrível o que está acontecendo lá: crianças em jaulas... Separar criança, bebê dos pais já é uma crueldade, é uma barbaridade. Aí, colocam-se essas crianças em jaulas, no chão, cobrindo-se com papel, lençol de papel, falando com pessoas que não falam a sua língua. As crianças estão apavoradas. A gente viu as cenas, viu o vídeo que alguém conseguiu captar, porque era proibido, mas alguém conseguiu captar, conseguiu gravar, as fotografias... Eu chamo aquilo de um campo de concentração de crianças. Quem garante que aquelas crianças ainda vão se encontrar com as famílias algum dia? Então, acho que merece todo o nosso repúdio, e a gente tem que mandar também essa moção para a Embaixada americana, talvez até para o Governo americano.

São essas duas, que já foram apresentadas na audiência anterior, mas que ninguém votou.

Então, gostaria de colocar em votação essas duas moções.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isto aqui não é meu, não; isto aqui é do Jorge, eu estou só subscrevendo. O Jorge Viana já havia apresentado. É porque ninguém votou na audiência pública.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as duas moções.

E há um requerimento ainda do Lindbergh?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, do Lindbergh.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então vou ler este aqui, e depois você vem para cá de novo, pois há um requerimento meu aqui também.

Requerimento nº 118, de 2018.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a austeridade e retrocesso: impactos setoriais dos cortes orçamentários, com os seguintes convidados e convidadas: 1. Thomas Manz - Fundação Friedrich Ebert, Brasil

2. Pedro Rossi - UNICAMP / Brasil Debate. 3. Esther Dweck - UFRJ;

4. Ricardo Paes Mamede - ISEG – Universidade de Lisboa, Portugal;

5. João Pedro Stedile - MST; 6. Ruben Lo Vuolo - CIEPP, Argentina;

7. Denise Carreira - Plataforma Dhesca.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Subscrito pelo Senador Paim.

O Senador Paim quer encaminhar? Precisa fazer algum esclarecimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, nem precisa encaminhar.

A iniciativa é do Senador Lindbergh, é uma iniciativa mais que positiva. Na verdade, é em relação aos impactos, principalmente da PEC nº 95, em todas estas áreas, educação – e ele faz a listagem aqui –, enfim, que merecem uma análise profunda. Austeridade e retrocesso: impactos setoriais dos cortes orçamentários. E reúne o resultado de uma longa série de debates setoriais, saúde, moradia, direitos humanos, cultura, igualdade, educação, realizados no último ano, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisa os efeitos das políticas de austeridade fiscal na vida dos brasileiros e das brasileiras. O eixo principal é a PEC nº 95.

Sou totalmente favorável ao requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 118, do Senador Lindbergh, subscrito pelo Senador Paim.

Pediria ao Senador Paim para presidir e encaminhar os meus requerimentos.

O Presidente é o Senador Paim para encaminhar requerimentos dos quais sou autora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar e debater as iniciativas da sociedade civil e governo, a partir do Conselho Nacional de Economia Solidária, para a realização da IV Conferência Nacional de Economia Solidária.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Passo de imediato à Senadora Regina Sousa para argumentar sobre o seu requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – Este requerimento é um pedido do grupo, das cooperativas que trabalham a economia solidária. Eles tiveram um encontro aqui em Brasília há alguns dias e pediram para a gente fazer esse debate porque eles vão ter um congresso de economia solidária, então é importante que essa audiência aconteça, inclusive muito próxima ao congresso ou talvez no mesmo período dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aprovamos já com antecedência, mas é só em agosto, se não me engano. Depois vêm os convidados.

A economia solidária é um tema caro à agricultura familiar, então é preciso que a gente discuta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há outro requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse eu já li...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vamos para o item nº 11, que é um projeto de lei, não terminativo, que estava sob vista da Senadora Marta. Ela devolveu, e a gente aproveita para votar porque já foi lido.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para equiparar os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em 13/06/2018, foi lido o Relatório pelo Senador Paulo Paim, relator "ad hoc".

Já foi lido e discutido, mas foi pedida vista. Então, é só votar.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Projeto nº 197, de 2018.

Há alguns comunicados aqui.

A Secretaria da CDH recebeu as seguintes correspondências: o relatório anual das atividades do TCU (Tribunal de Contas da União), referente a 2017, o qual apresenta os principais resultados da atuação deste Tribunal, as iniciativas mais relevantes implementadas no âmbito administrativo da Casa.

O relatório está disponível no *site* do TCU, tcu.gov.br, e no Portal da Transparência.

A Moção nº 8, de 2018, da Câmara Municipal de Lavras, Minas Gerais, que repudia o ato de ameaça praticado por um menor infrator contra promotor de Justiça da Comarca de Lavras.

A Moção nº 16, de 2018, da Câmara Municipal de São José dos Campos, que repudia o brutal assassinato da Vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, apoia as manifestações de solidariedade e pesar e, ao mesmo tempo, cobra a apuração do crime. Aliás, já se vão mais de três meses, e nada de apuração de quem matou Marielle.

A Moção nº 8, de 2018, da Câmara Municipal de Caxias do Sul, que apresenta contrariedade à manutenção do auxílio-moradia repassado aos magistrados e magistradas.

E do Presidente da CNBB o agradecimento à CDH pelo apoio e solidariedade dirigidos aos organismos integrantes da conferência e a todas as entidades envolvidas na defesa da vida e dos direitos humanos.

A gente mandou uma moção de solidariedade à CNBB na época da conferência, em Aparecida.

Então, só para comunicar, e estão arquivados para quem quiser ler.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Eduardo Amorim, Ana Amélia e do Senador não membro José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 83/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Reforma Tributária com foco na proposta da ANFIP e FENAFISCO: Reforma Tributária Solidária". Participantes: Floriano Martins de Sá Neto, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Clóvis Scherer, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE; Pedro Garrido da Costa Lima, Membro do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social; Fernando Gaiger, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Artur Matos, Coordenador Técnico da Reforma Tributária da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – FENAFIM; e Rafael Georges, Coordenador de Campanhas da OXFAM - Brasil. O Presidente concede a palavra ao Presidente da FENAFISCO, Charles Alcântara. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e dos Senadores não membros Humberto Costa, Reditario Cassol, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, João Alberto Souza e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ângela Portela, Fátima Bezerra, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 76/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Saúde Pública, SUS e Planos de Saúde", com foco nos Planos de Saúde Privados e na situação da GEAP, CAPESAÚDE e de seus beneficiários. Participantes: João Paulo dos Reis Neto, Diretor Presidente da Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP; Leopoldo Jorge Alves Neto, Diretor Executivo da GEAP - Autogestão em Saúde; José Luiz Toro da Silva, Consultor Jurídico da UNIDAS - Autogestão em Saúde; Teomair Correia de Oliveira, Coordenador-Geral Substituto da Coordenação-Geral de Previdência e Benefícios para o Servidor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Vanderley José Maçaneiro, Vice-Presidente de Assuntos Fiscais da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Paula Ávila Poli, Assessora Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS; José Luiz Ramos Duarte, Gerente de Acompanhamento Especial das Operadoras da ANS; Leandro Farias, Representante do Movimento Chega de Descaso; Diego Cherulli, Diretor de Assuntos Parlamentares do IBDP e Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF; e Marco Aurélio Gonsalves, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT. O Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Fábio Rabêlo, Conselheiro da antiga GEAP–Previdência; Marizar Mansilha de Melo, Secretário-Geral Adjunto da CONDSEF; Ana Dal Lago, Representante da FENASPS; Cleuza Faustino, Representante da FENASPS; e Maria Socorro Nogueira de Souza Pinto, Representante do SINSPREV. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: realizar Audiência Pública para debater “Os impactos das políticas de Estado frente à saúde suplementar e suas consequências no SUS”; e apoiar a criação da Frente parlamentar contra os abusos dos planos de saúde na área pública e privada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma e dos Senadores não membros, José Maranhão, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Romero Jucá, Wilder Morais, Reditário Cassol, Airton Sandoval e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2 de 2018, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências")**, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Às quatorze horas e nove minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da CDH, para que possa relatar a matéria. O Senhor Vice-Presidente passa a palavra à Senadora Regina Sousa, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Vice-Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Regina Sousa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 2/2018 – PLDO 2019:

a) Emendas de Metas, conforme quadro a seguir:

Nº	CÓDIGO/AÇÃO	DESCRIÇÃO/AÇÃO	Meta	EFEITO
1	210M	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	353	Inclusão
2	210A	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	1.470	Inclusão

b) Emendas de texto.

Nº	Referência	Ementa	Texto proposto	Tipo
3	Corpo da lei - Artigo 11- Inciso XXV	Transparência para despesas destinada ao enfrentamento da violência	XXVI - resumo das políticas públicas de Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres	Aditiva
4	Anexo III – Item 66	Limitação de empenho ações enfrentamento violência domestica contra mulher	67 - Enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres (Lei Maria da Penha nº11.340, de 07/06/2006).	Aditiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nº	Referência	Ementa	Texto proposto	Tipo
5	**Corpo da lei - Artigo 105**	Autoriza o reajuste de auxílio-alimentação pelo IPCA	Art. 105. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2019, em percentual acima da variação, no exercício de 2018, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar, quando o valor per capita vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, for superior ao valor per capita da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2018	**Modificativa**
6	**Corpo da lei - Artigo 3**	Priorização PNE e Pessoas com Deficiência	Parágrafo Único. Incluem-se entre as prioridades da administração pública federal para o exercício de 2019: I - as metas inscritas no Plano Nacional de Educação - PNE; e II - as ações relativas: a) ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; b) ao Plano Brasil Sem Miséria - PBSM; c) à promoção da igualdade e ao enfrentamento à violência contra a mulher - Programa 2016; d) à inclusão das pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, com a garantia de sistema educacional inclusivo	**Aditiva**
7	**Corpo da Lei – Artigo 36**	Reajuste dos Aposentados GFIP	**Art.** Ficam estabelecidas as diretrizes para política de valorização dos benefícios previdenciários, de forma que seja assegurado aumento real aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social para os valores acima de 1 (um) salário mínimo equivalente ao reajuste inflacionário, nos termos do art41-A da lei 8.213, acrescido do percentual equivalente à taxa de crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados, observada no penúltimo exercício anterior ao do reajuste, apurada com base nas informações constantes da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de	**Aditiva**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

			Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP. **Parágrafo único.** Caso a variação a que se refere o caput seja negativa, será concedido somente o reajuste inflacionário.	

Às quatorze horas e treze minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a presidência a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Foram apresentadas 57 sugestões de emenda perante a Comissão. Como sou Relatora, passo a presidência ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidenta.

Assumo, neste momento, aqui, a presidência dos trabalhos e, de imediato, passo a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Obrigada, Senador.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sobre as propostas das emendas da Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, Congresso Nacional (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 – PLDO 2019).

Relatório.

O Poder Executivo encaminhou à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2018 (PLN 2, de 2018, Congresso Nacional), relativo à proposta das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2019 – PLDO 2019, nos termos estabelecidos nos arts. 48, inciso II, 84, inciso XXIII, 165, inciso II, e 166, todos da Constituição Federal.

No âmbito do Congresso Nacional, o exame da matéria e a emissão de parecer competem à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Nos termos da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional, e do parecer preliminar aprovado naquele colegiado, cada comissão permanente do Senado Federal pode apresentar até duas emendas de inclusão de ação ao Anexo de Metas e Prioridades, sendo ilimitado o número de emendas ao texto.

No prazo estabelecido, foram apresentadas 57 sugestões de emendas nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sendo 52 ao Anexo de Metas e Prioridades e cinco ao texto.

Fui designada Relatora da matéria, que passo a analisar.

Eu não vou ler o texto todo, porque ele é muito grande, e temos várias comissões também na mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foram apresentadas muitas emendas, 57, mas usamos o mesmo critério de agrupar pelo número de pessoas que apresentaram a mesma emenda.

Então, nessa seleção, ficou da seguinte forma: foram apresentadas emendas sobre direito da mulher, proteção à família, proteção integral e social das pessoas portadoras de deficiência, proteção à infância, à juventude, aos idosos. Então, há muitas emendas apresentadas na área dos direitos humanos, todas admissíveis, mas sabemos que temos que obedecer a uma regra.

Então, no que se refere ao mérito, consideramos as propostas relevantes e oportunas. São inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CDH. A limitação numérica imposta pelo parecer preliminar da CMO nos obriga, no entanto, a escolher apenas duas das sugestões relativas ao Anexo de Metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, está aqui o critério de definição, e, afinal, as mais citadas por todos os Parlamentares que as apresentaram – está aí o relatório para quem quiser ler a lista dos Parlamentares que apresentaram –, e ficaram essas duas, a 2.062...

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das propostas de emendas de texto recebidas, tal como apresentadas, e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

No texto, foram incluídas todas – inclusive do Senador Paim, várias, porque o texto não tem limite –, mas, no Anexo de Metas, foi a de 2.062, que é promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que foi uma em que mais Senadores colocaram a mesma emenda; e a segunda, política para as mulheres, promoção da igualdade e enfrentamento à violência. Então, essas duas emendas foram as mais citadas. Portanto, foram as destacadas para serem apresentadas no relatório. Atendeu várias pessoas, porque muita gente colocou mulheres. Embora com redações diferentes, quase todo mundo colocou a questão das mulheres, crianças e adolescentes.

Agora, é claro, há outras que gostaríamos. Eu, por exemplo, coloquei a do trabalho escravo, mas pouca gente colocou. Então, não foi selecionada. Podemos discutir essas coisas no Orçamento de novo para ver se conseguimos inserir alguma coisa nessa linha.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação da emenda à CMO, inclusive transcrevendo para o sistema de elaboração de emendas a justificação, o produto e a unidade de medida, tal qual foram apresentadas nas Sugestões 5 e 6, respectivamente. O prazo para apreciação da emenda termina no dia de hoje. Todo mundo correndo.

É este o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela apresentação das propostas de emenda de texto recebidas tal como apresentadas e das seguintes emendas em Anexo de Metas e Prioridades, como foram lidas, a 2.062 e a 2.016.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Retorno a presidência à Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vamos encerrar a reunião, porque há duas comissões ainda votando emendas, e temos que voltar para o Congresso.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Regina Sousa e Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 117/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A situação dos transportes no Brasil", com foco na mobilidade urbana. Participantes: Maria Rosa Ravelli de Abreu, Professora – Pesquisadora na área de Mobilidade Urbana e Meio Ambiente da Universidade de Brasília - UnB; Joel Oliveira Amaral, Diretor de Relações Institucionais da Associação dos Usuários do Metrô - USOMETRÔ; José Florentino Caixeta, Ouvidor e Engenheiro, representante do Departamento de Estradas e Rodagem - DER; André Soares, Presidente da União dos Ciclistas do Brasil-UCB; Carlos Penna Brescianini, Mestre em Ciências Públicas, representante do Blog Ambiente e Transporte e Ex-Coordenador do Metrô/DF; Martha Martorelli, Gerente de Projetos e Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Vidal Guerra, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo do DF – AUTRAC; e Jonas Bertucci, Representante da ONG Rodas da Paz. O Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Renata Aragão, mãe do Raul Aragão; e Nilvo Juliano, Representante da União dos Ciclistas do Brasil – UCB. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: realizar audiência pública em conjunto com a Comissão de Infraestrutura para debater sobre "mobilidade urbana". Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 123/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O surto de Toxoplasmose em Santa Maria - RS". Participantes: Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República - representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Liliane Mello Duarte, Secretária de Saúde do Município de Santa Maria; Osnei Okumoto, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Rossana Schuch Boeira, Procuradora Geral do Município de Santa Maria; Alexandre Streb, Superintendente da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria/RS; Jane Costa, Médica Infectologista da Cidade de Santa Maria - RS (Vídeo Conferência); Alexandre Schwarzbold, Médico infectologista do hospital universitário (Vídeo Conferência); Paula Martinez, Médica (vídeo conferência); e Lara Marina Zanella Martinez Caro, Procuradora da República no Rio Grande do Sul (vídeo conferência). O Presidente concede a palavra ao Senhor Daniel Cobucci de Oliveira, Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar as notas taquigráficas dessa audiência pública e oficiar o Ministério da Saúde com solicitação de: mais investimentos para o tratamento da epidemia de toxoplasmose em Santa Maria – RS; promoção de políticas de prevenção da toxoplasmose em nível nacional; criação do protocolo de diretrizes terapêuticas em casos de epidemia de toxoplasmose; ampliação da sorologia do teste do pezinho para incluir o teste de toxoplasmose; diretriz para exame mensal de toxoplasmose no acompanhamento pré-natal; planejamento para atendimento dos pacientes com sequelas oculares; reforço da verba destinada para a vigilância em saúde; reforço de verba para o Hospital Universitário de Santa Maria, que atende a gestante com toxoplasmose e as crianças com toxoplasmose congênita; e habilitação do ambulatório de gestante de alto risco do Hospital Universitário de Santa Maria. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Amélia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento 123, de nossa autoria, para debater o tema "O surto de toxoplasmose em Santa Maria – RS".

Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Conforme acertamos, passo, de imediato, a convidar aqueles que vão aqui falar sobre o tema.

Convido Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República, representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Seja bem-vinda, Tatiana. (*Palmas.*)

Permita-me, Tatiana, que eu explique... Eu sempre digo que eu não invento audiência pública e nem invento projeto. Tenho mais de mil projetos aprovados... Apresentados! Se fossem aprovados mais de mil, seria bom. Até o Pelé iria dizer: "Eu fiz mil gols, e o Paim aprovou mil projetos." São mil propostas apresentadas, e mais de cem tornaram leis. Todas elas vêm da sociedade. E a Procuradora Tatiana me procurou com essa enorme preocupação sobre o que está acontecendo em Santa Maria. Depois de ouvi-la, tive o cuidado de ligar para o Prefeito da cidade, que mostrou também as suas preocupações e me falou como estavam os procedimentos. Disse que também mandaria uma pessoa representando a Prefeitura; não sei se está presente.

Ah! Muito bem! Agradeço. Ele foi muito gentil comigo e disse: "Paim, é um problema que estamos enfrentando, mas não há problema de estarmos aí presentes."

A Drª Tatiana me trouxe a questão, que preocupou a todos, e, naturalmente, eu não poderia deixar de tomar alguma medida, como faço aqui. São em torno de quase 200 audiências públicas por ano que realizamos aqui. A média na Casa é 50, mas a demanda aqui na Comissão de Direitos Humanos é enorme. Por isso, estamos aqui neste momento.

Convido também Liliane Mello Duarte, Secretária de Saúde do Município de Santa Maria. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido Osnei Okumoto, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos Rossana Schuch Boeira, Procuradora Geral do Município de Santa Maria. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convidamos Alexandre Streb, Superintendente da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos Jane Costa, médica infectologista da cidade de Santa Maria – RS.

A Jane Costa vai fazer uma videoconferência. Se vocês concordarem, eu abrirei com a videoconferência. Pode ser, para que ela possa falar de imediato? (*Pausa.*)

Então, a Jane Costa, médica infectologista da cidade de Santa Maria, RS, participará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo também Thiego Cavalheiro, médico infectologista também da Cidade de Santa Maria.

Avisamos que estamos ao vivo para todo o Brasil. Eu explico sempre a responsabilidade de todos nós: não estamos falando só para este plenário; pela TV Senado, nós estamos ao vivo para todo o País, e este programa será, ainda, reproduzido no horário nobre.

Começo com a Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República e representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Em seguida, entrará a Drª Jane Costa, médica infectologista da cidade de Santa Maria.

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Bom dia senhoras, bom dia senhores!

Eu saúdo o Senador Paim, que, desde que tomou conhecimento da situação que vive Santa Maria, não economizou esforços, junto com sua equipe, de viabilizar esta audiência. E, no curto prazo, recebeu o Ministério Público Federal e outros entes aqui, nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Doutora, permita-me.

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não posso deixar de registrar, como ela sempre faz, a presença da Senadora Ana Amélia. Ontem, no plenário do Senado, ela registrou que eu não estava lá, porque estava presidindo uma Comissão aqui na Casa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O bom desta Comissão de Direitos Humanos, quando o Senador Paulo Paim comanda, é que todo mundo ganha aplauso. Isso é ótimo, porque começar a manhã assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para começar bem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É um gesto de cordialidade, hospitalidade e também de reconhecimento.

Senador Paim, eu queria cumprimentar a iniciativa de tratar este tema, porque a comunidade de Santa Maria, da região e do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, está apreensiva porque, até agora, os resultados dos exames laboratoriais para identificar as causas e a origem desse surto ainda são desconhecidos. E a desinformação é perigosa, porque as pessoas ficam mais inquietas. É muito importante que, o mais rapidamente possível, as autoridades sanitárias possam, através dos exames laboratoriais, encontrar a causa desse surto.

Na semana passada, houve um problema, acho, de interpretação, talvez pelo uso do verbo: "pode ter sido", e a pessoa pode tê-lo tomado taxativamente como "foi". É diferente.

Hoje o Ministro Gilberto Occhi está indo para Porto Alegre, para uma agenda grande, e estarei junto com o Ministro.

Preocupei-me porque o Prefeito Pozzobom também ficou muito preocupado, assim como as autoridades da saúde do Estado do Rio Grande do Sul, o Secretário Francisco Paz, e a Prefeitura de Santa Maria e suas autoridades. Mas o Ministério esclareceu que, na verdade, a água é uma das causas; porém existem outras causas que podem originar o problema. O técnico, o Dr. Osnei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Okumoto está aqui dar a palavra do Ministério. Estou apenas retratando o que aconteceu nos últimos dias.

Esta audiência é muito oportuna, Senador Paulo Paim, para esclarecer a população, que não pode ficar no clima de dúvida, de incerteza sobre um tema tão importante quanto esse, que diz respeito à saúde pública. Então, parabéns a V. Exª por ter acolhido a sugestão de fazer esta audiência pública para debater a questão da toxoplasmose no nosso Estado, que vive um dos maiores surtos no Rio Grande do Sul. Parabéns ao senhor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

É exatamente esse o objetivo.

A Drª Tatiana está com a palavra.

Tatiana é o nome de uma das minhas filhas.

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Então, não pode se esquecer.

É uma alegria que dois Senadores do Rio Grande do Sul estejam presentes. Sabe-se que Brasília está esvaziada, com a Copa do Mundo. Enfim, é uma grande honra dois Senadores estarem discutindo aqui a situação que Santa Maria está vivendo. Na pessoa dos dois, cumprimento os servidores da Casa e os outros Parlamentares.

Saúdo também o Secretário, o Dr. Osnei, que está representando o Ministério da Saúde, agradecendo a boa vontade, na pessoa de quem saúdo as autoridades do Executivo federal, estadual e municipal aqui presentes.

Cumprimento os colegas do Ministério Público Federal e os médicos e técnicos que estão em Santa Maria e muito dedicados a esta causa. Eles estão acompanhando por videoconferência, e os saúdo na pessoa da Drª Jane.

O dado oficial é que 569 pessoas tiveram diagnóstico de toxoplasmose confirmados em Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quantos casos?

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Foram 569 pessoas com diagnósticos confirmados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Confirmados?

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Confirmados. É o último dado, de dez dias atrás. É oficialmente o maior surto de toxoplasmose do mundo. Há ainda 312 casos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Do mundo?

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Do mundo. O recorde anterior foi em 2001, 2002, no Paraná, com cerca de pouco mais de 420 casos. Nós já passamos essa marca e temos ainda 312 casos em investigação. Esse dado é do último boletim, de dez dias atrás. Pode ser que, no próximo boletim, já se atinja a marca de 600 infectados.

Senhores, quando falamos em 600 pessoas infectadas, isso quer dizer que 600 pessoas buscaram os postos de saúde, buscaram a rede médica com sintomas, porém, no caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxoplasmose, os sintomas só aparecem em torno de 10% a 15% das pessoas. Isso quer dizer que podemos falar com segurança que há pelo menos 4 mil pessoas infectadas neste ano com toxoplasmose. Repito, é o maior surto de toxoplasmose já registrado no planeta.

Sou Procuradora da República em Santa Maria, e o meu gabinete é responsável por acompanhar os procedimentos acerca das medidas. Estamos muito preocupados. Embora reconheçamos que todos os setores estejam envidando esforços, Santa Maria ainda precisa de ajuda. E não há, ainda, um reconhecimento – digamos até nacional – da grave situação que estamos vivendo. As sequelas desta crise e as soluções para esta crise de saúde têm de ser pensadas e planejadas desde hoje.

Em Santa Maria há pessoas dedicadíssimas, eu sei. Elas dormem e acordem pensando em toxoplasmose, mas, embora tenhamos esta repercussão, ela não passou do local. Tanto é que já perguntei a pessoas que trabalham com saúde na Procuradoria do Ministério Público Federal, a pesquisadores do assunto, a Parlamentares, e a resposta que ouço à pergunta "O que o senhor sabe sobre o surto de toxoplasmose em Santa Maria?", quase unânime, é: "Sei muito pouco ou não sei de nada." E algumas pessoas ainda tratam o maior surto de toxoplasmose como "suposto surto".

A Drª Jane recebeu uma autoridade médica, uma pesquisadora médica em Porto Alegre dizendo que iria falar sobre o "suposto surto". Não é suposto; é o maior surto do planeta em uma cidade desenvolvida, em uma cidade em que as pessoas vivem, em regra, em condições de saúde, em condições sanitárias melhores do que o restante do País. Eu sei disso. Eu conheço a realidade do Nordeste e conheço muito a realidade do Norte do País. É preocupante.

Os profissionais de saúde poderão falar com mais propriedade do que eu, mas a doença é endêmica, sim. Para a maioria da população, ela é assintomática. Nessa situação, ela não é tratada como uma doença grave, mas ela não pode ser tratada assim em uma situação de epidemia. Inclusive, há pessoas que já eram imunizadas e que voltaram a se infectar, sugerindo uma mutação da cepa ou uma nova cepa do protozoário.

O grande problema hoje – e o futuro também – está nas gestantes. Já temos 50 gestantes contaminadas e 145 em investigação. Esse dado é do boletim de dez dias atrás. Já houve cinco abortos por mortes fetais e há uma grande probabilidade de o feto ser contaminado e de que ele nasça com sequelas, quase certas, pelo menos de problemas de visão, talvez indo para cegueira, para a surdez, inflamação no coração, retardo mental.

Não sei se alguém está conseguindo fazer uma conexão, se essas sequelas geram uma conexão. Eu consigo fazê-la com o zika vírus. Assim como o zika vírus, não é uma infecção que seria grave, mas, a infecção em uma gestante pode ter consequências nefastas. A recomendação médica em Santa Maria hoje é: não engravide. Uma cidade de quase 300 mil habitantes orienta suas mulheres a evitarem a gravidez, a adiarem a maternidade, porque hoje engravidar em Santa Maria é considerado arriscado.

Município nenhum no Brasil tem condições de enfrentar sozinho uma crise dessas proporções, e Santa Maria não é diferente. Qual Município está preparado para o tratamento adequado dessas crianças que nascerem com sequelas? Teremos uma geração de pessoas com deficiência vítimas do maior surto mundial de toxoplasmose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em média, 15% das pessoas vão desenvolver algum problema ocular. Isso pode se desenvolver daqui a dois anos, por exemplo; não é imediato. Elas vão precisar de acompanhamento, vão precisar de medicamentos.

Por um exemplo, um bebê que nasça com uma sequela ou desenvolva um problema ocular decorrente do protozoário, além da medicação, precisará de fisioterapia ocular, precisará de uma equipe multidisciplinar que vá trabalhar vários tratamentos, várias terapias para ele se desenvolver. Qual o Município que está preparado para isso?

Eu sei que é uma doença endêmica, e, eventualmente, surgiriam demandas parecidas. No Brasil todo podem surgir essas demandas. Mas não estamos tratando da doença na sua fase endêmica; estamos tratando da doença em epidemia. Estamos falando de uma demanda que não será eventual. É uma demanda que estatisticamente virá; essas pessoas com essas sequelas virão. Esses 15% que apresentarão problemas nos olhos, por exemplo, não serão 15% das 600 pessoas, mas serão das 4 mil pessoas – 600 são os que chegaram com sintomas hoje, mas, das 4 mil pessoas infectadas hoje, 15% podem apresentar essas sequelas.

E o Ministério Público Federal vai cobrar. Vai cobrar, por exemplo, do Ministro da Saúde o protocolo de Diretrizes Terapêuticas para Toxoplasmose, que ainda não veio, vai cobrar que o SUS inclua na sorologia do pezinho, no exame do pezinho, o teste de toxoplasmose. Também o reforço do pré-natal, para que todo mês possa haver um exame de toxoplasmose nas gestantes de Santa Maria, e um planejamento para o atendimento dessas crianças.

Nós estamos vivendo uma crise e, por isso, temos que agir de acordo com isso. Depois, pode ser que, passado o surto, voltem os protocolos normais, mas Santa Maria precisa de uma ação específica para a cidade. E acrescento que estamos falando das pessoas que são infectadas hoje, mas, como a Senadora falou, ainda não sabemos a origem do surto, embora provavelmente, pela dimensão, seja a água.

E a divulgação das medidas ainda é incipiente. É preciso de mais esforço. A principal medida é "Ferva a sua água por pelo menos um minuto". Não importa se a água é de rede de abastecimento, não importa se a água é de poço, você tem de fervê-la, e as pessoas não estão fazendo isso. As equipes que buscam as famílias infectadas constatam que as pessoas ainda não estão fazendo isso. É necessário maior esforço, e conclamo inclusive o Estado e o Município a uma campanha: Santa Maria unida contra a toxoplasmose, campanha com outras pastas, com secretarias de educação estadual e municipal, para um esforço dentro das escolas, porque às vezes é aquela criança do ensino fundamental que vai mudar os hábitos sanitários de uma família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Na própria residência, não é?

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – E, aqui, para finalizar, reconheço publicamente os esforços do Dr. Osnei, do Dr. Alexandre, da Vigilância Sanitária; da Drª Liliane, da Secretaria de Saúde; e da UFSM que, por exemplo, emprestou internet e equipamentos para que os técnicos fizessem os estudos.

Mas é preciso mais, porque os recursos são limitados. Sabemos que Santa Maria precisa de ajuda e precisa, principalmente, que haja um reconhecimento da situação grave que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentando. E o Ministério Público Federal não está buscando culpados. Ele está aqui como um órgão parceiro, assim como o Senado, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza absoluta.

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Estamos aqui juntos procurando soluções. Não estamos aqui numa busca por culpados ou numa busca por responsáveis. Estamos numa atuação preventiva e resolutiva, porque temos todos o mesmo interesse, que é o bem de Santa Maria, que é o bem da sociedade, para que, juntos, possamos superar isso mais uma vez.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República, representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Eu queria dizer que tivemos uma longa conversa aqui no Senado quando a Drª Tatiana me mostrou a gravidade da situação. Diante disso, tive o cuidado, liguei para o Prefeito que, repito, me atendeu com a maior diplomacia, e foi afirmativo e positivo quanto à importância do evento e disse que, se ele não estivesse aqui, quero reafirmar, mandaria os representantes.

Quero dizer que também liguei para o Deputado Valdeci Oliveira, porque ele preside uma comissão que está tratando dessa mesma questão na Assembleia. Ele me convidou inclusive para participar de um evento lá que eles estariam programando.

Também, por questão de justiça, fiz contato com o Deputado Pimenta e também com o Deputado do DEM, Onyx Lorenzoni, que também se colocou à disposição. Enfim, você fez contato com ele também, não é? Ele está vendo a situação. E todos querem ajudar. Então, que fique muito claro que isso não é uma questão de situação, de oposição, é uma preocupação de todos, que resolveram se somar para encontrar saídas. Sei que essa é a visão da Prefeitura, essa é a visão do Governo do Estado, essa é a visão da União e também da Procuradora da República, aqui representada na mesa.

De imediato, passo a palavra à Drª Jane Costa, Médica Infectologista da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A SRª JANE COSTA – Bom dia a todos, Srs. Senadores, autoridades representadas, colegas profissionais. A Drª Lara, do Ministério Público, também está presente.

Nós gostaríamos de manifestar a nossa preocupação com o que vem acontecendo já há quase três meses – iniciou-se no mês de março –, quando nós observamos um grande volume de pessoas previamente saudáveis na sua maioria, na quase totalidade, digamos assim, que estavam apresentando o que nós chamamos inicialmente de síndrome febril. Elas tinham febre com maior ou menor intensidade, dores no corpo, dor de cabeça, muitas vezes limitante, que evoluíram posteriormente, em número significativo, com a presença de ínguas, linfonodos no pescoço.

Inicialmente essas pessoas tinham todos os exames negativos, todas as sorologias, inclusive para toxoplasmose, negativas. Tinham manifestações laboratoriais de uma infecção, que chamávamos de mono-like, parecida com a mononucleose infecciosa, mas os exames específicos todos negativos. E como era um número grande de pessoas, nós fazíamos exames, estavam negativos, nós acionamos as pessoas da saúde, inicialmente do Estado, depois do Município e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posteriormente, do Estado do Rio Grande do Sul, porque nós achávamos que pudesse inclusive ser uma arbovirose, uma dessas infecções em que há dificuldade de se fazer diagnóstico, porque a maioria dos laboratórios não dispõem dos *kits* para fazê-lo.

À medida que o tempo foi passando, a partir da segunda semana, começamos a ter resultados positivos, com aparecimento de anticorpos IgM contra toxoplasmose. E junto com isso, nós observamos também vários pacientes com manifestações mais graves do que se via na toxoplasmose endêmica – o que, de certa forma, nos deixou mais preocupados –, com manifestação de sistema nervoso, que era uma coisa que só víamos em imunodeprimidos, comprometimento pulmonar. Então, parecia ser um quadro mais agudo, mais gritante, mais importante do que a situação endêmica que se tinha.

E a partir da terceira semana, então, ficava mais fácil porque, além do IgM, apareciam também anticorpos IgG, e aí a gente fechava; com o IgM já se tinha o diagnóstico, com o IgM e o IgG fechava-se o diagnóstico.

A partir do diagnóstico de toxoplasmose, chamou-se a atenção das autoridades. E a Secretária Municipal da Saúde, vale ser citado, foi muito pronta no acolhimento da solicitação, com o risco da toxoplasmose para gestantes.

Na verdade, não especificamente para a gestante, e sim para o concepto, e sim para o bebê, porque nós sabemos que a toxoplasmose é o "T" de uma sigla que se chama TORCH, de que os obstetras e neonatologistas têm pânico, porque são doenças que têm o que a gente chama de transmissão vertical, que a mãe transmite para o filho, e nós poderemos ter complicações que vão desde o aborto, quando no primeiro trimestre de gestação, ao retardo mental, a cegueira e várias outras complicações, como as outras doenças.

A toxoplasmose já era rastreada nessa população, orientada pelo menos no primeiro e no terceiro trimestre. Muitos já orientavam que se fizesse o primeiro, o segundo e o terceiro trimestre. Mas também nós sabemos que, quanto mais precocemente a gente fizer o diagnóstico e quanto mais precocemente se fizer o tratamento, menor será a circulação desse toxoplasma e com isso um risco menor de o concepto se tornar infectado.

Então, a partir disso, a partir do momento em que a Secretaria de Saúde do Município foi acionada, estabeleceu-se um grande mutirão no sentido de adequar as coisas ao atendimento das gestantes, ou seja, intensificar isso. E em medicina a gente aprende com o sofrimento dos outros, infelizmente. Nós tivemos a oportunidade de contactar com pessoas que atenderam outros surtos grandes, o pessoal do Paraná, na pessoa do Dr. Clóvis Arns da Cunha; o surto de São Marcos, que aconteceu em 2015, na pessoa da Doutora Lessandra Michelin, que é infectologista em Caxias, e nos foi orientado, foi citada a possibilidade de haver reinfecção, porque até então, pela literatura internacional, as gestantes que eram IgG reagentes eram liberadas, eram consideradas como sendo imunes e não se discutia a possibilidade de reinfecção.

A partir desses surtos, onde se identificou que algumas pessoas apresentaram nova curva de IgM, sugerindo que elas estavam reinfectadas, nós aumentamos, intensificamos o nosso protocolo de atendimento à gestante, especificamente, e elas passaram não só a fazer exame mensal, mas os dois exames, a pesquisa do IgG e a pesquisa do IgM, em todas as gestantes, e em todos os meses, porque vale ressaltar que a gestante, a partir do momento da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificação, ela inicia o tratamento. Até 18 semanas a droga utilizada se chama espiramicina, na dose de 1g, de oito em oito. A partir da 18ª semana ela passa a usar um *kit* que a gente chama intimamente de Spaf, que é sulfadiazina, pirimetamina e ácido folínico. E isso vai, o tratamento vai até o final da gestação. Aí podem me perguntar: "Ah, mas a toxicidade do medicamento?" Existe. Qualquer medicamento, qualquer fármaco tem possibilidade de efeito colateral, só que a possibilidade de repercussões no concepto é muito grande e sobrepassa o risco da medicação.

Então, a partir disso tudo, as autoridades todas têm-se envolvido, inicialmente o Município e o Estado e toda uma rede, não só de médicos e enfermeiros, mas envolveu o pessoal... A partir do momento que se soube que era toxoplasmose, é uma doença que é transmitida pela ingestão de água e alimentos contaminados. O gato é o hospedeiro definitivo, ele elimina o oocisto, que permanece com capacidade infectante do solo por até 18 meses. Então, é por isso que qualquer animal que ingerir ou que tiver contato com algum alimento ou com água contaminada pode se infectar, e, a partir daí, o parasita assume a forma de cisto tecidual, por isso a necessidade do congelamento e do cozimento da carne, para que se rompa o cisto que está na carne. E isso acontece conosco também. Nós temos a presença de cistos nos olhos, no sistema nervoso, nos pulmões, que poderão mais tarde apresentar a reativação.

Então, a partir do momento em que se disse que são a água e os alimentos contaminados, elaboraram-se alguns informativos, que têm sido veiculados em escolas, na Secretaria da Educação e em todos os locais possíveis, orientando-se que as pessoas fervam a água, porque o oocisto não tem sua cápsula rompida por nenhum produto químico, somente pelo método físico da fervura.

Então, tem-se que ferver a água por pelo menos um minuto, a partir do momento em que começou a fervura – não a partir do momento em que se colocou no fogo. Não. Começou a ferver, cronometra-se um minuto ou se conta até sessenta, para que ela possa ser ingerida e para que ela possa ser utilizada, inclusive, no preparo dos alimentos, no preparo das mamadeiras para as crianças – vale a pena ressaltar porque houve algumas crianças também que estavam recebendo aleitamento por fórmula –, e para lavar as verduras, para lavar as frutas; enfim, para preparar os alimentos.

Com relação às grávidas, a orientação é maciça: não tomem água *in natura*. Tem que ser fervida ou água mineral. E alimento cru, de nenhuma espécie. Por quê? Porque muitos vão ser lavados com água ou muitos estão imersos em água.

Com relação à carne, já que no nosso Estado se come muita carne, já que é um hábito alimentar da nossa região, recomenda-se que a carne permaneça em *freezer*, a menos 12 graus, pelo menos por 48 horas antes da manipulação, e que essa carne seja cozida adequadamente, ultrapassando-se os 67 graus por dez minutos, para que haja o rompimento da cápsula do cisto tecidual, que pode estar naquele músculo, naquele tecido.

Então, houve uma procura. O Município continua envidando esforços no sentido de tentar identificar a fonte. E isso é um problema, um fator complicante, porque uma das maneiras de sair do surto é identificando a fonte e tratando; a outra é a partir do momento em que não houver mais ninguém suscetível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é complicado, uma vez que mesmo as pessoas que já eram IGG reagentes têm a possibilidade de se reinfectarem, porque a gente também não tem a identificação da cepa que está sendo veiculada aqui.

Então, o trabalho continua. Há curvas mostrando que o número de casos tem diminuído. Eu ousaria dizer que isso é em função dos esforços, no sentido de educar a população, mas, em hipótese alguma, como técnica da área da saúde – eu reafirmo, em hipótese alguma –, nós podemos passar para a população uma ideia de segurança quanto às fontes ambientais. Quanto à água e aos alimentos, todas as pessoas têm que manter os cuidados preconizados.

E a solicitação de não engravidar foi uma orientação nossa a partir das reuniões, porque é muito grave você trabalhar com uma gestante infectada. Isso implica, a partir da 18ª semana, a ingestão de pelo menos mais onze comprimidos diários, até o final da gestação. Isso é um fator complicante, além de que, lá no início, nós não tínhamos a Espiramicina disponível para essa gestante.

Então, por isso também vale louvar o esforço do Município, que foi atrás e adquiriu esse medicamento para fornecer às pessoas infectadas, inclusive, fornecendo até para algumas pessoas infectadas endemicamente de outros Municípios. Nós concordamos que o que foi feito de bom tem que ser aprendido.

Nós também queremos ressaltar a necessidade de mudança de alguns paradigmas que a Drª Tatiana já citou.

A toxoplasmose realmente é uma doença endêmica, mas nós temos que mudar a forma como ela é conduzida, principalmente na gestação. Nós não podemos considerar a situação assim tão tranquila, porque nós temos um risco de 25% de contaminação do feto no primeiro trimestre, quando, pelo menos a metade, senão mais, vai resultar em aborto e os outros terão sequelas muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Drª Jane Costa...

A SRª JANE COSTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora está me ouvindo, por favor?

A SRª JANE COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, cumprimento V. Exª pela beleza da palestra, enfim, de introdução do tema. Mas eu queria, para que V. Sª e os senhores e as senhoras que estão aí entenderem, que, para dar uma dinâmica na nossa audiência pública, uma pessoa daí falasse, pois nós ainda temos no estúdio a Paula Martinez e o Dr. Alexandre.

Se a senhora pudesse, concluiria o seu primeiro raciocínio, e eu coloco alguém aqui da Mesa, porque aqui todos são especialistas, e eu acho que o Brasil quer ouvir as pessoas, como a senhora, que conhece esse tema com profundidade.

Então, eu passaria agora, de imediato, para a Dr. Liliane Mello Duarte, Secretária da Saúde do Município de Santa Maria. Depois, retorno aí para a Drª Paula. Em seguida, entra o Sr. Osnei e, na sequência, o Dr. Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser essa dinâmica? (*Pausa.*)

Então, vamos, de imediato, passar a palavra aqui para a Drª Liliane Mello Duarte, que é Secretária de Saúde do Município de Santa Maria.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE – Um bom-dia! Bom dia, Senador Paim; bom dia, Senadora Ana Amélia, que sempre está conosco. Obrigada pelo apoio. Agradeço estar aqui nesta Casa, o que muito me honra, representando a minha cidade.

Quanto à toxoplasmose, nós ficamos sabendo no dia 6 de abril, às 11h30 da noite, pelo Dr. Thiego, e tomamos as providências que julgamos cabíveis no momento, entrando em contato com o Dr. Francisco Paz, que estava assumindo a pasta da Secretaria de Saúde do Estado.

Bom, a partir dali se montou uma rede. Nós, quando trabalhamos com surto, trabalhamos em três linhas. Nós trabalhamos com a investigação do surto, com a prevenção, em medidas de prevenção e de promoção, e com os cuidados, com a assistência, ou seja, o que a gente vai fazer com o paciente doente, que está contaminado, com as pessoas que precisam desse cuidado.

A partir daí, nós montamos na Secretaria, junto com a Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, uma conduta para trabalhar nessas três linhas – na investigação, na assistência e nas medidas de promoção e prevenção –, juntamente com toda a equipe médica, em especial os infectologistas da cidade de Santa Maria, por se tratar de uma doença que é historicamente negligenciada no Brasil, que necessita rever as suas políticas públicas, principalmente a questão do pré-natal.

Acho que é o grande aprendizado. Eu tenho para mim que, nessas grandes tragédias, a gente tem que procurar trazer o aprendizado desse processo.

A toxoplasmose é uma doença, em especial, como a Drª Jane bem colocou, de importante cuidado na gestação, e merece ser revista até a questão dos exames. E são políticas públicas que acho que o Ministério vai rever, até mesmo o acesso da medicação, que o Ministério já importaria ano passado, de agosto de 2017. Ele já revia e já demonstrava preocupação nesse processo.

Em Santa Maria, em especial, como a Promotora colocou, nós temos 50 gestantes confirmadas e 145 em processo de investigação. Eu vou focar nas gestantes porque vocês todos sabem que saúde não tem preço, uma vida não tem preço, a vida de uma pessoa não tem preço, mas manter uma vida tem custos. E o Município de Santa Maria, historicamente, tem mantido com custos que o sobrecarregam. E não são custos só dessa cidade.

Então, eu venho aqui pedir apoio. E o principal apoio de que se precisa são verbas, porque a saúde neste País precisa de... Eu ouço muito falarem em gestão, mas será que há como fazer gestão com tão pouco orçamento? Sim, há como fazer gestão com pouco orçamento. Mas e quando há um imprevisto? A gente precisa de reforço nesse orçamento. Então, eu venho aqui pedir também para o nosso Hospital Universitário, que é onde as pacientes são tratadas, porque nós temos uma rede. Essas gestantes são gestantes de alto risco, como colocado pela Drª Jane. Nós temos o Agar, que é o ambulatório de gestação de alto risco do HUSM, para onde essas pacientes são encaminhadas.

Eu agradeço novamente. Sinto-me honrada de estar aqui. O que nós vimos pedir aqui foi apoio. O Ministério participou da investigação a partir do dia 26 e está participando de uma forma importante, mas nós precisamos de mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Drª Liliane Mello Duarte.

Volto agora para Santa Maria, passando a palavra para a Drª Paula Martinez, médica, que vai expor também seu ponto de vista.

A SRª PAULA MARTINEZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores. Eu sou a infectologista do Município. Atuei diretamente com a Secretária, Drª Liliane, quando ela me acionou mediante o aumento da incidência de pacientes com os mesmos sintomas, como a Drª Jane já explicou. Naquele momento, um momento tenso, a gente teve que tomar decisões rápidas, criar fluxos que não existiam para pacientes que, cada vez mais, aumentavam em números. Nossa preocupação é não ter um protocolo nacional a seguir. A gente criou coisas novas aqui, a gente criou fluxos, principalmente de gestantes, como, por exemplo, a coleta mensal de sorologias, para a qual o ministério preconiza somente coletas no primeiro e no terceiro trimestres. Como a gente estava diante de quadros de reinfecção e de gestantes potencialmente reinfectadas, a gente decidiu assumir essa posição de coletas mensais para todas as gestantes. A partir das coletas mensais, a gente sabe que os diagnósticos aumentam, e a demanda de tratamento também aumenta. Então a gente necessitou, sim, de mais tratamentos e de mais medicação, onde a gente sabia que endemicamente já era falho. Então essa busca e esse aumento de demanda nos oneraram com muito trabalho, não é, Drª Jane?

Então a gente está aqui neste debate, nesta conversa buscando uma solução definitiva, imagino eu, que seria, por exemplo, com esse protocolo que teria que vir desde 2015, que teria nos auxiliado bastante, nos conduzido bastante, a uma tomada de decisão mais rápida, talvez.

E acho que a gente tomou decisões certas, que tiveram que ser mudadas durante o caminho, porque os fluxos são dinâmicos e tiveram de ser alterados. Mas eu acho que as decisões foram tomadas corretamente. Os pacientes estão sendo atendidos. Eles ainda estão surgindo com um diagnóstico recente ou que nos remete à exposição recente e, ainda, a haver parasita no ambiente.

Isso nos deixa preocupados, mas, na outra ponta, a gente sabe que a curva está caindo. O nosso trabalho está sendo reconhecido estatisticamente, porque se os casos estão diminuindo é porque as medidas de prevenção estão sendo adotadas pela sociedade em geral. Então acho que fica uma preocupação agora mínima – não é, Drª Jane? – pelo que a gente já passou.

Mas existe, e a gente precisa manter os cuidados, a gente precisa cuidar dos pacientes que estão surgindo e ter medicação para esses pacientes, para essas gestantes, principalmente as gestantes com lesões oculares. Eu particularmente estou atendendo algumas – muitas – no ambulatório, e o tratamento é o mesmo das gestantes. Então a gente pede ajuda, a gente precisa de tratamento, e o tratamento é longo para esses pacientes também.

É isso então. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Paula Martinez, que faz aqui também a sua exposição.

E passamos de imediato para o Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Dr. Osnei Okumoto, para que ele faça a exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não limitei o tempo antes, mas em média são dez minutos para cada um. Se necessário, eu darei mais cinco – já conversamos preliminarmente aqui na Mesa. E, no final de todas as exposições, nós vamos para os encaminhamentos. Eu já percebi que tanto a Liliane – permite que eu chame assim? Pode me chamar de Paim, se quiser –, como a Srª Rossana já teriam alguns para encaminhar aqui ao final dos trabalhos. E tenho certeza de que os outros convidados também o farão na mesma linha.

Então, por favor, Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Sr. Osnei Okumoto.

O SR. OSNEI OKUMOTO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela receptividade aqui no Senado Federal. Gostaria de anunciar também a nossa satisfação de estar com a Senadora Ana Amélia, que hoje acompanhará o nosso Ministro, no Rio Grande do Sul, em uma visita; cumprimentar Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República, que nos recebeu nesta semana ainda, em Santa Maria também, juntamente com Liliane Mello Duarte, Secretária de Saúde de Santa Maria; Alexandre Streb, presente aqui, Superintendente da Vigilância em Saúde de Santa Maria também; Drª Rossana Boeira, Procuradora-Geral de Santa Maria. Gostaria também de cumprimentar a Drª Jane Costa, que eu tive o prazer de conhecer em Santa Maria e, na pessoa dela, cumprimento todos os integrantes e técnicos integrantes infectologistas de Santa Maria.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que estou acompanhado de dois coordenadores – Dr. Daniel Cobucci, Coordenador de Vigilância em Saúde Ambiental da minha Secretaria, e Dr. Renato Alves, Coordenador-Geral de Doenças Transmissíveis do Devit –; da nossa técnica, que também esteve presente recentemente em Santa Maria por quatro vezes e esteve diretamente ligada ao EpiSUS; e também o chefe de gabinete.

Então, a gente tem uma equipe totalmente disponível, caso haja necessidade de maiores esclarecimentos, para que a gente possa prosseguir depois e, posteriormente, com os encaminhamentos, Senador.

Mas eu gostaria principalmente de ressaltar que, desde o dia 26, quando a gente foi para Santa Maria, através da nossa equipe do EpiSUS, sempre o reconhecimento por parte do Ministério da Saúde que a gente estava tratando de um surto de toxoplasmose e que, logicamente, como há sempre as prerrogativas por parte do Ministério da Saúde e também nos acordos tripartites, a gente está trabalhando juntamente com o Município, juntamente com o Estado, de tal forma que a gente possa delegar aos nossos técnicos condições para que eles possam realizar todos os seus trabalhos de tal forma que possam auxiliar as Secretarias Municipais da Saúde, as Secretarias estaduais da Saúde e assim por diante.

É de extrema importância a gente ressaltar isso, porque a vigilância busca logicamente fazer o esclarecimento do que está acontecendo na região e trabalhar com a questão da assistência e do tratamento desses pacientes. A equipe do EpiSUS esteve primeiramente colhendo dados, buscando informações necessárias, elaborando questionários e aplicando esses questionários para que pudesse, através de uma metodologia de regressão logística e também de análise multivariável, chegar a uma condição em que pudéssemos apresentar um possível veículo que pudesse trazer essas contaminações que ocorreram de toxoplasmose na cidade de Santa Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Secretaria também se envolveu com outras Secretarias do Ministério da Saúde, principalmente na questão do fornecimento de medicamentos necessários a esses tratamentos, sendo viabilizados dentro do Município de Santa Maria. Em relação ao protocolo a ser utilizado no tratamento, quando nos foi solicitado, encaminhamos a Santa Maria uma técnica do CDC – uma infectologista que fazia parte do nosso grupo, mas trabalha dentro do CDC aqui, no Brasil – para que pudesse fazer um acompanhamento e logicamente trazer as informações necessárias, para que a nossa equipe do Ministério da Saúde pudesse trabalhar essas questões de uma maneira global, logicamente para, posteriormente, como a Drª Tatiana falou aqui, que pudéssemos dar continuidade a todas as consequências que envolvem esse surto lá em Santa Maria.

Mas há de se ressaltar que o Ministério da Saúde estará sempre pronto na questão do atendimento. Trabalhamos com condições de emergência em todo o País, em todos os surtos que temos enfrentado o ano inteiro. Agora, estamos enfrentando vários surtos, no entanto toxoplasmose é só o caso de Santa Maria. E os repasses fundo a fundo estão disponíveis para os atendimentos caso sejam necessários, mas trabalhamos já com aportes, através do Bloco de Vigilância em Saúde, que são repassados para os Municípios e para os Estados mês a mês.

Em todos os casos que nós temos de surtos até agora, como temos enfrentado também casos de malária e sarampo, estamos indo com a nossa equipe, aproveitando as parcerias com a Organização Panamericana da Saúde em todos os lugares, caso consideremos necessário. Em todos os momentos em que observamos a necessidade de recursos, temos condições de fazer esses aportes, desde que realmente esses blocos de vigilância sejam utilizados. Então, fazemos os aportes como temos feito na Região Amazônica neste momento em decorrência dos surtos que temos observado naquela localidade.

Então, se algum dos nossos técnicos do Ministério da Saúde quiser falar... Eu gostaria de deixar aberto para que vocês possam se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção é a seguinte: como sempre fizemos nas nossas audiências públicas, falam os convidados, e depois damos oportunidade para que o plenário também se manifeste. No caso, se os técnicos quiserem falar, eles poderão...

O SR. OSNEI OKUMOTO – Muito bem! Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles poderão complementar a sua informação, e, claro, também, a Senadora poderá usar a palavra, como sempre usou.

O SR. OSNEI OKUMOTO – Perfeitamente.

Então, nessa última reunião que tivemos na última terça-feira em Santa Maria, a intenção era fazer a demonstração dessas metodologias de regressão logística, o que foi apresentado pela equipe do EpiSUS após uma análise aqui no Ministério da Saúde na semana passada. Então, essas informações foram colhidas, trazidas até a equipe, para que a equipe pudesse fazer a análise e, logicamente, depois, fazer essa apresentação.

Não na questão única e exclusivamente da investigação dos casos dos veículos potenciais de transmissão, mas a gente pôde fazer um alinhamento mais específico com o Estado e com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município; a gente entende que isso seja de extrema importância para que se tenham as respostas necessárias e rápidas para os casos que a gente vem encontrando em Santa Maria.

Então, há disponibilidade do Ministério da Saúde em todos os sentidos. A gente já colocou isso nesta reunião, como havia sido colocado anteriormente pelo Dr. Renato em outra oportunidade, duas semanas atrás, lá em Santa Maria, e a gente vai manter todas essas atividades por parte do Ministério, de tal forma que se possa garantir toda a assistência necessária.

Em relação à toxoplasmose, a gente gostar sempre de ressaltar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSNEI OKUMOTO – Estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Tem mais um minuto.

O SR. OSNEI OKUMOTO – A gente tem que ressaltar que ele está dentro do componente estratégico do Ministério da Saúde. E, para isso, então, também utilizamo-nos da política desenvolvida em relação à essa enfermidade de tal forma que possamos seguir com as nossas atividades dando total sustentabilidade a essa situação que temos encontrado ultimamente lá em Santa Maria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi o Dr. Osnei Okumoto, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. E na sua fala, já que você deixou espaço... Eu falava aqui com a Drª Liliane e com a Drª Rossana, que me deixou no ar que um dos encaminhamentos seria recursos, e o senhor já se prontificou, se for o caso, de assegurar via Ministério. Então, já é o começo de um caminho andado.

Nesta audiência pública, já sabendo que haverá mais recursos para enfrentar essa realidade, já é um sinal.

Voltamos, neste momento, para Santa Maria, em videoconferência com o Dr. Alexandre Schwarzbold, infectologista também.

Por favor, tem o senhor a palavra.

O SR. ALEXANDRE SCHWARZBOLD – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, na sua pessoa, cumprimento os membros do Senado nesta audiência. Nas pessoas da Drª Lara, aqui presente, e da Drª Tatiana, presente em Brasília, cumprimento os membros do Ministério Público Federal. Cumprimento a Drª Jane e a Drª Paula, minhas colegas.

Falo aqui em nome da Universidade Federal de Santa Maria, onde sou professor e médico no Hospital Universitário, o hospital que vem acolhendo as nossas gestantes da cidade. Falo também em nome da Sociedade Brasileira de Infectologia, do qual sou membro e diretor no Estado do Rio Grande do Sul.

Vou tentar não me alongar e particularmente não entrar em detalhes técnicos, que a Drª Jane tão bem explicitou para nós. Corroboro todos os achados e descrições dela no que temos visto na cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Particularmente, como a Drª Jane, sou médico infectologista há mais de 20 anos e, como tal, a gente está habituado a ver toxoplasmose em nossos pacientes em todo esse período de vida profissional. Mas é a primeira vez, nesses 20 anos, que a gente está diante de um surto. E, como tal, uma epidemia que não é nova no País, mas, no entanto, mostrou particularidades que, para quem vem há muitos anos vendo toxoplasmose como doença, traz uma preocupação muito maior, uma preocupação que tem impacto social e impacto em carga da doença, impacto em mortalidade nesses pacientes, particularmente em crianças pequenas e neonatos.

E aqui, Senador, gostaria de frisar algo que também nos chama muito atenção. Como dizia há pouco, esse não é o primeiro surto no País. A Drª Jane lembrou e descreveu muito bem que tivemos um surto no Paraná, ainda nos anos 2000, e nós tivemos surtos em situações um pouco menores que este do Paraná na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. E todos esses surtos foram acompanhados pelo CDC e pelo Ministério da Saúde, e em todos eles houve implicação importante em algumas regiões dessas cidades. No entanto, de lá para cá, infelizmente estamos sentindo falta de respaldo de política pública para ter uma preocupação preventiva em qualquer cidade do País no que diz respeito à toxoplasmose.

Em Santa Maria, tivemos, diante dos primeiros casos, criou-se um corpo a partir dos técnicos, médicos e colegas que começaram a ver esses pacientes. Informamos, como a Drª Paula lembrou, o Município, a Secretaria Municipal de Saúde. E, em seguida – e aqui eu gostaria de celebrar muito a atuação do Ministério Público Federal, com Drª Lara, a Drª Bruna e a Drª Tatiana, que tiveram esse trabalho de coordenar as ações junto ao Estado, ao Município e aos prestadoras de serviço.

Na cidade de Santa Maria, a partir da ação do Ministério Público Federal, a gente conseguiu dar encaminhamento a uma série de questões muito particulares em nível local. Entre essas ações, o fluxo que se criou para atendimento desses pacientes e particularmente para a identificação desses pacientes foi muito intenso e muito forte.

E eu acho que aí foi uma participação do Município e da União, através do Hospital Universitário, mas ainda assim a gente está diante de um estado de gravidade por conta do que a Drª Jane lembrava muito bem: nós estamos diante de um agente que causa uma doença e que é um agente que está relacionado ao ambiente. E, como é relacionado ao ambiente, ele fica expondo as pessoas por mais de um ano ainda.

Nós não temos condições que nos autorize a dizer que de agora em diante está controlado o surto e que, portanto, vamos apenas notificar e vamos apenas identificar casos eventuais. Nós estamos diante de uma situação ambiental não documentada, em que, desde o início dela – eu até fui um técnico que pregou isso muito fortemente, por causa da literatura –, está muito associada à veiculação hídrica. Ainda que a gente não encontre, pois eu acho que as condições climáticas atuais talvez não nos permitam encontrar essa veiculação hídrica, é muito forte essa hipótese na cidade. Portanto, nós estamos expondo uma série de pessoas na cidade sem ter essa clareza. Ainda que a gente não encontre, a gente precisa ter como informação de política pública isto para a população: deve-se cuidar desse ambiente e deve-se cuidar provavelmente do que se alimenta e da ingesta de água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Município entrou nessa campanha conosco, mas a gente sente falta do Ministério Público nos definindo protocolos muito claros de fluxo para que corrobore com o fluxo que a gente criou no Município. O Município tem um fluxo de atendimento, tem um fluxo de identificação, mas nos falta muitos insumos para documentar isso claramente.

Esta semana mesmo a gente vê pacientes – eu vi pacientes nessa minha volta de férias –, e a gente não tem disponível, nem mesmo no Hospital Universitário, alguns testes para que a gente consiga confirmar de fato que se trata de toxoplasmose.

Não existia essa demanda, porque não existia um surto epidêmico. Agora nós estamos diante de uma cidade, de algo não esclarecido como fonte, e a gente não tem insumos para fazer confirmação de casos. E mais, como a Doutora Paula bem lembrou, nós estamos com faltas eventuais de medicamentos – por mais que se tenha o esforço do Município para isso, porque não existe um protocolo no País claramente para essa doença – para que a gente possa, com liberdade, prescrever para esse paciente, sabendo que esses pacientes vão tomar essa medicação.

Então eu gostaria de frisar o estado de gravidade que a gente ainda tem, ainda que tenha havido uma diminuição de casos. Isso ocorreu no Rio de Janeiro e em algumas regiões como a região de Goytacazes. A gente tem uma situação endêmica, mas uma situação endêmica em nível mais alto e que é muito diferente de uma população que ainda não está exposta.

Senador Paulo Paim, eu acho que a situação que acontece em Santa Maria serve de modelo, de oportunidade, para que o Ministério da Saúde – e aqui eu aproveito a presença do Osnei conosco, da Vigilância em Saúde – para que o Ministério da Saúde estabeleça um protocolo para essa doença e um protocolo amplo que diga respeito desde a prevenção, até os insumos diagnósticos e à disponibilização dos medicamentos, porque a partir do protocolo há uma exigência de provimento desses insumos, algo que a gente não tem visto com naturalidade, como rotina. Então, não obstante os esforços que o Município, a Prefeitura e até o Estado do Rio Grande do Sul que, em sequência, nos ajudou, a gente sente falta de um protocolo.

E aqui eu coloco já à disposição da Sociedade Brasileira de Infectologia, que tem um relacionamento com o corpo de infectologistas do País, então, com os técnicos, para que ajude na formulação desse protocolo se assim o Ministério entender.

Existe literatura muito clara para isso, mas o que a gente precisa é de uma política pública específica para essa doença, que, a Drª Tatiana lembrou bem, é uma doença bastante negligenciada, como outras que a gente tem no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre, médico infectologista, que já deixa aqui duas propostas de encaminhamento concretas, na mesma linha daqueles que o antecederam: prevenção, política de prevenção, política pública de prevenção; protocolo – não é, doutor? –, que V. Sª lembrou com muita convicção; e, aqui, também, mais investimentos.

Estou falando aqui com as nossas convidadas. Agora mesmo, a Drª Liliane lembra que não há investimento, que não estão chegando verbas, para que eles façam o bom combate a essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª me permite, Senador Paim, falar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora sabe que usa a palavra sempre.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Tudo que foi falado aqui, sobretudo, remeteu-me ao que aconteceu com o zika vírus, com o surto de zika vírus no Brasil. Muitas das sequelas provocadas pela toxoplasmose têm relação com o que aconteceu com o zika vírus. Eu lembro que os médicos... Aí se criou certa comoção no Brasil, quando os especialistas recomendavam um prolongamento, para não haver a gravidez, para adiar a gravidez de jovens casais como forma de prevenção eficaz, porque o custo para tratar uma criança, um neonato, um recém-nascido, depois o adolescente e o adulto... A carga é pesada. É claro que o impacto do zika vírus era muito pior, as sequelas. Aqui, no caso da toxoplasmose, está se falando em cegueira, mas no caso eram questões mais graves, do sistema neurológico das crianças, muito mais graves. Eu queria fazer essa relação, apenas para que se visse que os cuidados são os mesmos.

Mas isso me remete ao que a nossa Secretária de Saúde, a Liliane, falou. O Ministério da Saúde, eu imagino – aí o Dr. Osnei pode falar... Eu me remeto a isso, porque, quando há um problema climático no Rio Grande do Sul, um temporal ou um furacão, um tornado, há a Defesa Civil. Deveria haver uma espécie de sistema de defesa civil para a saúde, porque a Defesa Civil fica, digamos, autorizada, independentemente de orçamento, a lançar mão... Ela tem um orçamento, mas lança mão emergencialmente, dispensada de licitações, e busca rapidamente a solução daquele problema. Penso que o sistema de defesa civil deveria ser a defesa da saúde nos casos emergenciais, como esse.

Há também algo que foi sublinhado pela Drª Tatiana, do Ministério Público, pela Drª Jane, pelo Dr. Tiago, pela nossa médica infectologista e pelo Professor da Universidade: a informação é fundamental. Mas há também a necessidade de se conscientizar o paciente da gravidade, porque, às vezes, o paciente também negligencia esses cuidados. E isto é fundamental: o cuidado com a água, com o ambiente.

E há uma curiosidade. Faço até aos doutores a pergunta: por que se chama doença do gato a toxoplasmose? Qual é a relação que há, para se chamar a doença do gato? Eu sou aqui uma generalista, mas penso que as ações foram feitas. É preciso ressaltar também a preocupação das autoridades municipais.

Eu saúdo a Universidade Federal de Santa Maria, que é uma das instituições mais respeitadas do País – falo do seu curso de Medicina –, pelo trabalho e pelo envolvimento em um tema da comunidade, especialmente a sociedade de infectologistas, que estão trabalhando intensamente nessa área.

Mas a informação é fundamental para a prevenção, para os cuidados que as pessoas precisam ter no ambiente em que estão, porque se está falando muito das questões ambientais. Então, é preciso ter esse cuidado, porque, até agora, não houve identificação da origem precisa desse surto de toxoplasmose em Santa Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma ponderação que faço, com a dúvida sobre por que se chama a doença do gato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos, como combinamos, passar a palavra neste momento à Procuradora-Geral do Município de Santa Maria, Drª Rossana Schuch Boeira, e qualquer um dos convidados poderá, dentro do possível, responder às perguntas que estão chegando ao plenário.

Por favor, Drª Rossana.

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Bom dia a todos!

Não vou nominar todo mundo, porque todos já foram muitas e reiteradas vezes nominados. Mas agradeço muito aos Senadores do nosso Estado, que estão aqui juntos nesta luta que a gente trava no Município.

Eu não sou técnica da saúde. A minha função aqui é passar uma visão política e jurídica, representando o Prefeito Jorge Pozzobom, que não pôde estar aqui. Eu trago as preocupações dele em relação ao que está acontecendo no Município, a angústia em relação às necessidades financeiras, administrativas e gerenciais que a gente tem no Município, que precisa, sim, do apoio do Senado, do Ministério da Saúde, de todos os entes federativos.

Concordo com o Senador quando foi falado que a questão aqui é suprapartidária. Eu até diria que é apartidária, porque nós estamos falando de pessoas doentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Há pessoas doentes. São crianças que, com acuidade visual baixa, podem ter deficiência escolar. A gente não tem noção ou limite para alcançar os danos que isso causa para a criança, para a família, para a sociedade.

A gente precisa enxergar a toxoplasmose em Santa Maria como uma situação que tem de trazer a solidariedade das pessoas, para que cada um cumpra realmente suas obrigações. Em Santa Maria, no primeiro mês – não me canso de falar isto –, no Município, com ajuda do Hospital Universitário e dos médicos infectologistas – nenhum desses três tinha a obrigação legal de fazer isso, mas são pessoas e, como pessoas, entendem que existe um doente do lado –, resolveram a questão e trataram dos pacientes. Não faltou um medicamento até hoje na cidade por esforço único e exclusivo das pessoas da cidade que, já enlutadas por outros dramas muito sérios, aprenderam a ser solidárias.

Essa é uma situação que, por um lado, nos orgulha, mas que, por outro lado, nos traz a grande preocupação de como enfrentar as coisas, se os responsáveis – este País é muito grande, e Brasília é muito longe de Santa Maria – precisam de procedimentos que demoram.

Quando o paciente baixa, pela primeira vez, no Hospital Universitário com as piores complicações – pancreatite, encefalite –, em situações muito graves, eu não posso ligar para Brasília, para me falarem que estão licitando a compra do medicamento. Esse paciente não pode esperar. O Município foi lá e comprou o medicamento. Não é um medicamento caro, mas é um medicamento que a gente precisa usar por muito tempo em grande quantidade.

Então, a gente precisa de suporte no Município para enfrentar essas situações, porque, sim, foi pela solidariedade que não houve mais desgraça nesse surto. Houve solidariedade por parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério Público Federal e da Universidade, que emprestou computadores e imprimiu na gráfica dela panfletos. O nosso Município, com 278 mil habitantes, com um orçamento de R$700 milhões, não consegue, em hipótese alguma, arcar com isso. Ele mal consegue fazer a sua política. E, certamente, o que foi investido ali vai faltar em alguma outra política.

A gente precisa que o Senado, o Ministério e a Câmara dos Deputados olhem para essa situação, dando-nos o alento de que as coisas vão sair do papel, porque no papel o Brasil é perfeito. Nós temos no papel uma portaria reconhecendo a medicação para toxoplasmose como estratégica desde 2017. E o Ministério da Saúde ainda está completando a compra para, em outubro, mandar a medicação.

Eu não estou fazendo uma crítica ao Ministério da Saúde. Graças a Deus, hoje, todos estão juntos! Mas, no início, nós estávamos sozinhos. Não podemos esperar assim. A lei é a mesma para todo mundo. A gente precisa, sim, de compras emergenciais em situações emergenciais. E a gente precisa fugir um pouco da burocracia, que emperra que as pessoas... Eu não posso dizer para uma pessoa com pancreatite que vou esperar licitar porque não posso comprar o remédio. Isso é um absurdo! Isso é desumano! O senhor se coloque na posição de um médico que tem de dizer isso para um paciente.

No Brasil, a lei precisa sair do papel, porque, pela lei, pela portaria, desde dezembro de 2017, está tudo perfeito. A toxoplasmose é estratégica, e está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só que não chega lá, não chega à ponta.

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Só que não chega lá. Em tempo de Copa do Mundo, está todo mundo focado nisso. É por isso até que, talvez, a gente não tenha uma audiência maior hoje.

Eu gosto muito de poesia – e aqui vou falar bem à vontade – e me remeto a uma poesia do começo dos anos 1800, que é o nosso Hino Nacional, que todo mundo canta na Copa e que fala que o Brasil é grande pela própria natureza. Na minha visão, hoje ele é grande só pela natureza, porque, com o que nós, povo e os seus representantes, estamos fazendo com ele, em pouco tempo, nem na natureza ele vai ser grande. Isso é muito angustiante para uma pessoa, para um Município, para quem tem filhos, para quem não quer sair do País, para quem quer aqui fixar sua residência e crescer.

E o Município de Santa Maria, com essa epidemia, ficou à mostra dessas deficiências. Precisamos nos unir. Com muito esforço, com dificuldade, com atritos, conseguimos estabelecer protocolos próprios, porque nós não os tínhamos. A gente conseguiu comprar medicação. A gente conseguiu estabelecer um fluxo de regulação dos pacientes. E, pelo acordo tripartite, que o Secretário Osnei falou, nada disso seria a nossa obrigação. Teria de estar tudo pronto e resolvido. No papel, o Brasil é lindo e grande, como canta o seu Hino, mas, na prática, as pessoas que estão ali enfrentando... Eu nem sei como a gente consegue hoje cantar o Hino. "E o teu futuro espelha essa grandeza." O futuro de 1900 somos nós hoje. O que a gente fez com este País? Como a gente está enfrentando isso? São situações muito delicadas.

Para a toxoplasmose, especificamente, como a Drª Jane falou, não existe tratamento químico. No Município, nós temos uma grande preocupação, porque, se ela é endêmica, se ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um fato da natureza, pois vem das fezes do gato, por melhor que seja o saneamento em Santa Maria e no Rio Grande do Sul, que, como referência para o resto do País, é até exemplo apesar de ser muito precário, sendo recurso hídrico ou não – agora já está mais provado que são verduras e água –, nós não temos como evitar que aconteça um novo surto, por questões de tratamento...

O que nós temos de fazer? Conscientização da população, de uma população que não é fácil de se conscientizar. Todos sabem aqui a dificuldade que é conscientizar um povo com as dificuldades mínimas de dignidade que esse povo brasileiro apresenta. É difícil levar educação e cultura nesse nível a essas pessoas. E, para isso, a gente precisa de ajuda, ajuda prática. Não adianta estar no papel que vai ser repassada verba para Santa Maria. Ela tem de chegar lá. Não existe um meio de a gente fazer essa conscientização. A gente pode ir às escolas e passar de sala em sala, mas isso não vai mudar se os responsáveis, se os nossos representantes não olharem para nós e não mostrarem por que é que estão onde estão. Eu falo isso do Executivo e do Legislativo.

Essa é mais ou menos a mensagem que o Município, como ente, como política, tem de preocupação em relação à questão do surto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns pela fala, uma fala muito bem colocada em todos os sentidos!

O discurso é fácil. Todo mundo fala, fala, fala. Eu vejo muito isso nesta Comissão. Todo mundo fala, fala, fala! Mas e daí? O que o povo quer saber é se lá na ponta vai chegar o investimento, vai chegar a verba, vai poder haver o remédio, não é?

Por isso, os meus cumprimentos pela fala. E o objetivo desta reunião é este também, o de cobrar um investimento adequado para a saúde do povo brasileiro.

Depois, vai haver uma rodada, e todos vão falar novamente. Eu sei que todos gostariam de falar.

Agora, vou passar a palavra para o Dr. Alexandre Streb, que é Superintendente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria.

Eu sei que lá há a videoconferência. Os que estão em Santa Maria já pediram a palavra. Aí volta para vocês e volta para Brasília. O.k.?

O SR. ALEXANDRE STREB – Bom dia, Senadores! Bom dia, autoridades presentes!

É uma honra participar desta audiência.

Eu acho que tenho um testemunho específico, já que já foram abordadas todas as questões técnicas. Meu testemunho vem da minha experiência como fiscal mesmo. Sou fiscal há quase 20 anos na Prefeitura Municipal de Santa Maria. Estou, há 13 anos, na Vigilância em Saúde. A gente diz que quem vai para a Vigilância acaba sendo picado, acaba adquirindo uma espécie de síndrome. A gente se apaixona, pelo potencial que a gente vê de prevenção, pelo quanto a gente vê que é possível fazer pela população.

Reforçando o parecer da Senadora Ana Amélia Lemos, nós temos, Senadora, na Vigilância, alguém que pode defender a população. Eu acho que, quanto mais se investir em vigilância em saúde, quanto mais nos derem o potencial de defesa da população, menos vai ser necessário gastar em medicação e em tratamento. Isso é inversamente proporcional. Nós sabemos todos disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também vimos ontem um taxista muito gentil: "Ah, vocês são de Santa Maria, a cidade onde morreram muitas pessoas!" Santa Maria, infelizmente, é conhecida por essa tragédia. E nós fizemos um pacto no início deste surto: nós precisamos novamente ser reconhecidos pela nossa capacidade de superação. Eu acho que, no enfrentamento a esse surto, nós demos esse exemplo. Houve parceria com a Universidade Federal, representada pela Jane Costa, com os infectologistas, com o Ministério Público, enfim, com todas as autoridades que se somaram nessa batalha, que deram exemplo de superação de diferenças. A gente conseguiu fazer ou está conseguindo fazer um bom trabalho.

Na Vigilância, a gente tenta não falar apenas em números. Hoje, há em torno de 1,5 mil notificações. Essas notificações vêm através de telefonemas dos médicos, vêm do hospital, vêm da população que nos procura. Enfim, vêm de todo lugar essas notificações. E cada pessoa dessas... Há uma equipe na Vigilância, numa sala de crise, que foi organizada desde o começo do surto, que vai a essas pessoas, ou essas pessoas vêm à Vigilância. É feito um questionário, nós conversamos com essas pessoas. É feita uma triagem, e elas são encaminhadas para o tratamento. Então, são pessoas, são 1,5 mil pessoas que têm tido essa atenção.

Foi apresentado pelo Ministério da Saúde, na semana retrasada, um trabalho gigantesco feito por essa equipe. São milhares de ações. Juntamente com os trabalhos de investigação que foram feitos pelos residentes da UFSM e da Unifra e pelo pessoal da Vigilância em Saúde, também foram realizadas várias ações de prevenção, foram feitas fiscalizações. Foram apreendidos milhares de quilos, toneladas de carne foram apreendidas. Foram interditados estabelecimentos vinculados à possível transmissão. Enfim, foram muitas ações, foi um trabalho gigantesco.

Mas, para fechar, acho que esse trabalho de frente da Vigilância – um enfermeiro que vai lá fazer a coleta de sangue, o fiscal que vai lá fazer a interdição de um estabelecimento que causa risco à população, a pessoa que conta lá com um sistema de informação em que ela coleta dados e faz uma plataforma de dados que vai servir para subsidiar futuras ações – precisa de investimentos. A Vigilância, hoje, cada vez... E isso não é uma questão santa-mariense, é uma questão nacional. Há pouco tempo, houve o Congresso Nacional de Vigilância em Saúde, em que se viu que a vigilância cada vez mais perde espaço nessa atenção. Os blocos de investimentos são blocos únicos, e, cada vez mais, há investimento específico diminuído para a Vigilância em Saúde.

Então, faço este apelo para as autoridades: prestem atenção na Vigilância em Saúde, com esse potencial de defesa sugerido pela Senadora Ana Amélia Lemos. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alexandre Streb, Superintendente da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria!

Eu vou sempre aqui ao e-Cidadania. Eles fazem alguns questionamentos, ou perguntas, ou colocam a sua posição. Em seguida, eu vou passar a palavra para a Drª Jane.

Eu leio exatamente como chega aqui.

Meus cumprimentos, enfim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Parabenizo o Senador Paulo Paim pelo debate apresentado sobre o surto de toxoplasmose em Santa Maria – RS, conscientizando a população sobre as formas de prevenção e cuidados com a doença." Isso veio do Sr. Adilson Matias Leal, do Rio de Janeiro.

Também chegou aqui uma mensagem de Cilene Camargos, do DF – a Drª Jane já pode aproveitar, porque está na mesma linha da pergunta feita pela Senadora: "Sempre que ouço ou leio sobre toxoplasmose, é a mesma velha história de que o transmissor é o gato doméstico. Esse mito precisa ser mais bem esclarecido, pois doutores veterinários já têm estudos que comprovam que é difícil a doença ser transmitida pelo felino, tendo outras causas." Ele disse que há também outras causas.

A Drª Jane está com a palavra.

A SRª JANE COSTA – Voltamos nós, então, para esclarecimento.

O *Toxoplasma gondii* possui o seu ciclo sexuado no intestino do gato. O gato não fica doente. O gato elimina o oocisto, que é uma verdadeira partícula de resistência; só métodos físicos são capazes de eliminá-lo. Como já falei antes, esse oocisto, que é eliminado nas fezes do gato e que não causa doença no gato, permanece no ambiente com capacidade infectante por até 18 meses.

Qualquer ser vivo que esteja exposto a situações ambientais como a água ou que ingira alimentos contaminados com esse oocisto... Também vale chamar a atenção para o fato de que cada oocisto dá origem de quatro a oito estruturas infectantes. Então, no momento em que ele se abre, ele acaba tendo um potencial de infecção muito maior. Por isso, uma das nossas suspeitas para a gravidade da doença é a de que as pessoas teriam tido contato com uma carga muito grande de parasitas.

Mas dou um esclarecimento: é dita como doença do gato só porque o gato a veicula em seu intestino, e os gatinhos menores são capazes de eliminar uma quantidade muito maior de oocistos no ambiente, que chegam à casa de milhões por dia. E esses oocistos permanecem.

Nós temos de ter políticas públicas de diagnóstico, de atendimento, de controle ambiental, incluindo a população de felinos à qual a população está exposta.

Com relação à mudança de paradigma que esse surto tem de trazer, já que não acontecia... E, no Paraná, aconteceu... Há o programa Rede Mãe Paranaense, o Programa Mãe Curitibana, que veio a partir disso, mas aqui, no Rio Grande do Sul, a partir do surto de São Marcos, a coisa não evoluiu muito. Infelizmente, os técnicos do Ministério – que eles me bombardeiem depois! – , parece-me, estão muito devagar na coisa. Aliás, o papel, como todos me dizem... Eu trabalho com controle de infecção. Sempre me dizem: "No papel, aceita-se tudo." Realmente, aceita-se, mas a gente tem de atuar, a gente tem de ser proativo. Num surto dessa magnitude, nós não podemos ficar esperando o primor de um teste de avidez para confirmar.

Nós tivemos em torno de 1,5 mil pessoas notificadas até hoje. Nós temos já com diagnósticos baseados em IgG e em IgM praticamente 1,2 mil pessoas. Não é uma doença de população de baixa renda; 67% das pessoas são do sexo feminino, e a grande maioria tem curso superior. Por quê? Porque tomam mais água, são orientadas a tomar água e são orientadas a comer verduras que são lavadas com água. Então, as pessoas estão tendo uma prática nutricional mais adequada e, por isso, estão sendo mais expostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço algumas correções. O gatinho não precisa matar, não adianta tratar. O gato doméstico não tem problema. Não adianta matar o gatinho. Nós temos de cuidar do nosso ambiente e de cuidar dos nossos alimentos. Por isso, temos sido incisivos: fervam a água! A água é uma grande fonte. Nos grandes surtos que houve no mundo, a água foi implicada. E a água usamos para tudo. Usamos água para lavar hortaliças, para preparar alimentos. Então, se não fervermos a água, vamos preparar o nosso alimento e a mamadeira do nosso filho com água contaminada.

Há uma coisa para a qual tem de ser chamada a atenção: o Toxoplasma não é pesquisado em exames de potabilidade de água. O fato de a água ser potável não significa que não tenha Toxoplasma.

Então, o gato de que falamos não é de pessoas de baixa renda. Nós estamos vendo isso no surto aqui. Ela é uma doença democrática como todas as doenças que podem ser adquiridas por água e alimento. Então, nós temos de cuidar disso.

Outra coisa é que, na situação do surto, vocês viram que há 569 casos confirmados. Eles foram confirmados pelo serviço de vigilância. Todos os notificados já tiveram a confirmação laboratorial antes, com IgG e com IgM. Desses, ainda há aqueles a serem classificados e os que estão em investigação. Muitas gestantes, 140 gestantes estão sendo tratadas.

Nós não podemos esperar. Por quê? Eu discordo da Senadora Ana Amélia quanto ao fato de que é menos grave que o zika. Eu acho mais grave, porque na toxoplasmose nós podemos atuar. Se ficarmos assistindo de camarote a uma gestante com risco de ser contaminada, acho isso muito mais grave. Com o zika vírus nós não tínhamos o que fazer, a não ser o diagnóstico.

Nós já tivemos óbitos fetais, e isso é muito triste. É muito grave a gente trabalhar com essas gestantes. A toxoplasmose congênita implica... Aumenta o risco da infecção à medida que a gestação avança. No fim, é de praticamente 100%. "Ah, não dá complicação!" Pode dar complicação, sim! É uma criança que vai tomar remédio por um ano inteiro, e não há xaropinho, tem de ser manipulado. Todo mundo que teve filho sabe o que é ficar dando remédio de 6h em 6h, de 8h em 8h ou de 12h em 12h para uma criança. Ela vomita, tem diarreia, tem n complicações, tem de fazer tomografia, tem de fazer exame de fundo de olho e tem de fazer acompanhamento. E, na verdade, nós vamos ter de chegar ao final desse ano e tabular para ver o que aconteceu com essas crianças, para ver quem teve calcificação no cérebro, vai ficar convulsivo para o resto da vida e vai ter de usar anticonvulsivante.

A criança vai precisar de cuidado especial? Dependendo do momento em que o feto é infectado, como o Toxoplasma é neurotrópico, ele vai para o cérebro e para o olho da criança, e aí nós vamos ver. É o futuro que vai nos dizer.

Como técnica da saúde – conclamo os técnicos que estão aí na mesa –, eu diria que isso é responsabilidade de todos os técnicos que estão atuando. Nós não podemos nos omitir quanto a isso. Nós temos de mudar o paradigma. Nós temos de cuidar melhor da nossa população.

Acho que era só para isso que eu gostaria de chamar a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Drª Rossana, quer complementar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Na verdade, era bem específica a pergunta que foi feita. A Drª Jane me corrija se eu estiver falando bobagem, porque, como eu falei, eu não sou técnica em saúde.

Eu acredito que a senhora que falou sobre os gatos ali... Os estudos de Veterinária... Ouvi a fala da Drª Jane e quero só traduzir para uma linguagem mais popular. O gato não transmite a doença para a pessoa. Se eu tiver um gato e dormir com ele, ele não vai me transmitir a doença, porque ele não é doente. É isso, não é, Drª Jane? É a eliminação do oocisto nas fezes do gato que contamina o ambiente, e essa contaminação pode chegar às pessoas.

Então, realmente, todo mundo está falando a mesma língua aqui, os veterinários e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me comprometi a abrir a palavra ao Plenário, mas vou fazer da seguinte forma. Normalmente, em outro tipo de audiência, os encaminhamentos eu dou no final, mas, como vou ouvir toda a Mesa por cinco minutos, no mínimo, e como quero ouvir o Plenário, se necessário, vou já ler os encaminhamentos que foram construídos até o momento, para ver se há concordância ou se algo mais pode ser incluído.

Estes são os encaminhamentos:

1. ofício ao Ministério da Saúde solicitando mais investimento para o tratamento da epidemia de toxoplasmose em Santa Maria;
2. promoção de política de prevenção da doença em nível nacional;
3. criação de Protocolos e Diretrizes Terapêuticas em casos de epidemia da toxoplasmose;
4. ampliação da sorologia do Teste do Pezinho para incluir o teste da toxoplasmose;
5. diretriz para exame mensal da doença no acompanhamento pré-natal;
6. planejamento para atendimento dos pacientes com sequelas oculares;
7. reforço da verba destinada para a vigilância sanitária;
8. reforço da verba para o Hospital Universitário de Santa Maria, que atende a gestante com toxoplasmose e a criança com a doença congênita;
9. habilitação do ambulatório de gestante de alto risco no Hospital Universitário de Santa Maria.

Esses encaminhamentos e outros que poderão surgir, até concluirmos os trabalhos, já vou entregar aqui aos representantes do Governo, com uma cópia para todos os que participaram da Mesa.

Pediu a palavra, no plenário, o Sr. Daniel Cobucci de Oliveira, Coordenador-Geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde. Vou lhe dar o mesmo tempo que dei aos convidados: cinco minutos com mais cinco minutos, se necessário. O total é de dez minutos.

Em seguida, terá a palavra Cibelle Mendes Cabral, Supervisora do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – Bom dia!

Como já foi apontado, até por questões de literatura – isto também é reconhecido com base nos estudos que foram feitos pelo Ministério da Saúde, com o apoio do Episus –, uma das possíveis fontes é a água consumida no Município. Eu queria só falar algumas coisas com foco nessa questão da água, o que já foi feito, o que se pretende fazer. Quero reforçar a questão das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientações que já estão encaminhadas, porque é fundamental que a população, especialmente neste momento, tome os cuidados necessários.

A primeira coisa que eu queria reforçar é que a água vem diversas fontes, e Santa Maria não é exceção, como qualquer cidade do País. Por mais que o sistema público de água atenda um quantitativo significativo da população, é inevitável que a população também tenha acesso a outras fontes, como poços particulares. Enfim, há diversos locais. Como a gente não tem aqui a certeza de qual pode ser a fonte de fato, de qual é a fonte de água, a gente não pode descartar nenhuma. Então, a gente tem de estar atento a toda a água consumida pela população de Santa Maria.

Nesse sentido, é claro que um foco, uma importância tem de ser dada ao sistema público de água, que é operado pela companhia estadual, a Corsan. Já foram feitas algumas ações por parte da vigilância local e também estadual, acompanhada pela vigilância do Ministério da Saúde, de inspeção sanitária na estação de tratamento de água. Tentando explicar aqui, essa inspeção tem basicamente o objetivo de buscar possíveis falhas operacionais que possam ocorrer numa estação de tratamento de água, com o sentido de, caso encontrem essas falhas, orientar sobre o que deve ser feito para corrigi-las. Buscou-se também o banco de dados do monitoramento da qualidade da água para, também, nesse sentido, localizar alguma potencial falha no sistema.

Aqui eu já aproveito para fazer um parêntese sobre a questão da barreira que foi colocada aqui com relação à limitação da eficiência da desinfecção com relação à inativação desse protozoário. De fato, é verdade, hoje a gente utiliza no País, de modo geral, o cloro como agente desinfetante, e esse agente desinfetante tem uma limitação para a inativação desse micro-organismo. E aí, o que é feito por meio da portaria de potabilidade, que é um instrumento da nossa responsabilidade? A gente tem como principal barreira na estação de tratamento de água a questão da filtração. Então, a turbidez é um indicador que a gente utiliza para orientar sobre a eficiência do processo de tratamento de água. Atendendo a esse parâmetro, há uma indicação de que houve uma remoção eficiente desse protozoário.

Só que a preocupação não pode se encerrar nisso, porque a gente tem um sistema todo complexo, como é o de Santa Maria e de toda cidade do País, com possibilidade de recontaminação, por exemplo, nos próprios reservatórios: um reservatório pode não estar muito bem protegido, e um animal pode acessar esse reservatório e acabar contaminando a água do Município. Enfim, são várias questões que podem acontecer para que isso propicie a água como um dos veículos.

Uma outra ação que foi feita, um acompanhamento durante um período de operação mesmo da estação de tratamento lá de Santa Maria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – ... buscando também identificar essas falhas – já concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais cinco minutos, inclusive porque a outra técnica que ia falar abriu mão para dar o tempo para você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – Está o.k.

Nesse sentido – a gente estava em reunião agora na terça-feira, e a Corsan já sinalizou – há uma ação que já foi iniciada, inclusive, mas que vai ser continuada, de limpeza dos reservatórios do Município. Por mais que a gente não tenha ainda a certeza de que essa seja a fonte de água responsável, é uma medida proativa, uma medida de precaução, fazer essa limpeza dos reservatórios, o que é uma ação importante e está sendo desenvolvida. Mas também é importante, para além dos cuidados que já foram feitos para a população – e que eu vou reforçar daqui a pouco –, e é necessário que a própria população também o faça. Como é uma recomendação de rotina lavar a caixa d'água domiciliar a cada seis meses, especialmente neste momento é fundamental que a população também limpe suas caixas d'água. A gente pode disponibilizar as orientações de como é feita essa limpeza de caixa d'água, enfim, porque a contaminação pode estar nesse momento nesses reservatórios domiciliares. Então, é fundamental que seja feita essa limpeza.

E aí, independentemente de o surto estar num declínio ou não, independentemente dessa situação, é importante que se mantenha, de fato, a questão da fervura da água quando consumida para ingestão, para preparo de alimento cru. Então, é fundamental que se mantenha esse cuidado da fervura. Para quem tiver também filtros domésticos, esses filtros comuns que a gente costuma chamar de filtros de barro, ele também é uma barreira interessante, ajuda nessa melhoria da qualidade da água, mas é fundamental a questão da fervura.

Bem, só uma explicação sobre o que foi colocado com relação à questão da potabilidade da água. Reforçando: a portaria, de fato, não recomenda fazer o exame do toxoplasma propriamente dito, por uma questão de limitação de técnica, de custo analítico, enfim, de algumas incertezas que existem na técnica. Portanto, a gente lança mão de usar o indicador, que é a turbidez pós-filtração, para buscar essa eficiência na remoção do toxoplasma, do protozoário de um modo geral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Daniel Cobucci de Oliveira, Coordenador-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, que aqui afirmou algumas questões fundamentais, pois, independentemente de o surto estar diminuindo ou não, é preciso que a prevenção continue de forma permanente.

Para nós também foi muito, eu diria, ilustrativo e educativo. O alvo primeiro aqui do combate – e olhem que eu não sou médico nem advogado – foi a questão da água, mas também foi colocada a questão da carne. E houve diversas recomendações que nós ouvimos aqui, as quais entendo serem muito, muito importantes.

O encaminhamento final agora é o seguinte. Primeiro, eu encaminhei para cada um da Mesa as propostas elencadas fruto do debate. Eu sei que, nas considerações finais de cada um, eles poderão e devem complementar esses encaminhamentos.

Dirijo-me agora à Senadora. A senhora pode usar a palavra no momento que achar melhor, agora ou depois. Fique à vontade.

Então, eu vou voltar à Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu digo sempre, os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos. Inverto a fala e começo com o Dr. Alexandre, Superintende da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria, para suas considerações finais e também para algum comentário sobre os encaminhamentos – é isso, não é? – e o que V. Exª entender que possa fazer-nos avançar.

O SR. ALEXANDRE STREB – Primeiramente, quero só fazer uma correção que os meus colegas de vigilância em saúde me cobram sempre. A vigilância sanitária...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só avisar que, dos de Santa Maria, os três vão falar novamente também. Estão aqui na sequência.

O SR. ALEXANDRE STREB – Há só uma breve correção sobre o reforço da verba destinada para vigilância sanitária – os meus colegas da vigilância me cobram muito: vigilância em saúde engloba vigilância sanitária, então, é verba para toda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assessoria da Mesa, por favor, siga a orientação do...

O SR. ALEXANDRE STREB – A vigilância em saúde é composta por quatro vigilâncias: sanitária, ambiental, saúde do trabalhador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, nunca esqueça o trabalhador! Gostei da correção.

O SR. ALEXANDRE STREB – ... e epidemiologia.

Complemento a observação do Daniel.

Daniel, nesse momento que estão sendo feitas as limpezas dos reservatórios, concomitantemente estão sendo feitas coletas de amostras do lodo de fundo desses reservatórios.

Como a verdura também está sendo apontada, o nosso próximo passo, chegando em Santa Maria, é estabelecer um cronograma, um protocolo de investigação de algumas coisas que nós não investigamos ainda. Nós já fomos a praticamente todas as hidroponias de representatividade na cidade, com coletas de água e com coletas de verduras. Até hoje, todos os testes realizados, tanto pela Universidade de Londrina quanto pela própria UFSM, o resultado é negativo, mas isso não quer dizer muito, dadas as limitações que esses testes têm.

Como falamos, na última reunião que tivemos em Santa Maria, da possibilidade de contaminação cruzada, podendo ser a água da torneira a causadora da contaminação dessas verduras, nós também faremos uma nova investigação em alguns pontos, em entrepostos. Como essas verduras são mantidas dentro do supermercado, por exemplo, há possibilidade de estar sendo usada água de torneira para irrigar, para manter ali verdinha a hortaliça, enfim. Então, haverá, agora, a partir desses novos dados do Episus, novas ações de fiscalização e de investigação mais específicas.

Só para complementar as informações da tua fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Streb, Superintende da Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que esclarece e fortalece, mais uma vez, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante a questão da água, da verdura, e eu incluí, pelo que ouvi aqui, também, a questão do cuidado com a carne.

Passamos de imediato à Procuradora-Geral do Município de Santa Maria, Drª Rossana Schuch Boeira.

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Em relação ao que o Daniel falou, eu queria destacar também uma situação bem peculiar que foi avaliada nos questionários, porque não depende só dos entes; a população tem que se engajar nisso. E a gente constatou que, na maioria dos casos, as pessoas que responderam ao questionário nem lembravam a última vez que tinham limpado a sua caixa d'água; muitos há três anos, dois anos. Então, não dá para esperar só que o Município, o Estado, a União, o Governo, os entes façam a sua parte; a população tem que fazer a dela também. E o brasileiro é muito acostumado a isso; a gente espera as coisas. A gente precisa fazê-las também. A gente precisa ter moral para cobrar.

Então, a gente precisa que a população de Santa Maria se conscientize da necessidade de limpar as suas próprias caixas d'água. Não adianta a Corsan limpar todos os reservatórios, e, em cada caixa d'água da cidade, haver lodo depositado no fundo, principalmente, porque a limpeza vai fazer faltar água por horas ou dias, e isso vai fazer com que as caixas d'água sequem. Quando retornar a água – por favor, Daniel, me corrija, porque isso é uma coisa mais técnica, não é a minha área, embora a gente esteja quase virando especialista no assunto, porque a gente dorme e acorda falando nisso, mas, por favor, os técnicos me corrijam –, quando voltar a água, vai remexer-se esse lodo, e talvez a gente tenha um pseudossurto por causa disso. A gente precisa que a população ajude.

Como encaminhamento final, eu agradeço, em nome do Prefeito Jorge Pozzobom, em nome de toda a população do Município que ele representa, de coração, esta oportunidade que o Senado nos está dando e a iniciativa da Procuradora da República em trazer esse problema a Brasília, com os seus meios e com a sua possibilidade de acesso. Isso vai nos ajudar muito. E eu digo uma coisa: se nós conseguirmos que esses encaminhamentos sejam cumpridos, vamos, de fato, estar fazendo história para muita gente, e isso é muito importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode concluir. Está no seu tempo aí.

A SRª ROSSANA SCHUCH BOEIRA – Então, o que eu queria dizer era realmente isto: muito obrigada pela oportunidade. Espero que isso saia do papel, e não fique, como muitas coisas neste País, num papel lindo.

As nossas leis poderiam ser estudadas. Nós temos a Constituição mais cidadã do mundo, e nós temos misérias muito graves. A gente precisa começar a mudar isso!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Passamos de imediato, agora, por sugestão da Drª Tatiana, para a Drª Lara Caro, Procuradora da República, que, segundo ela, foi quem provocou esse debate, quem iniciou esse debate em Santa Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

A SRª LARA MARINA ZANELLA MARTINEZ CARO – Bom dia.

Cumprimento todos, então, em nome do Senador Paulo Paim.

Eu reitero aqui as palavras da Procuradora Rossana. Estamos justamente imbuídos do espírito de evitar uma lesão, ainda maior, aos direitos fundamentais da saúde das pessoas, não só de Santa Maria, como de todo o Brasil, porque o Ministério Público Federal – assim como é a atuação do Poder Legislativo – não se faz só em Santa Maria, mas também tem um viés nacional, e por isso é tão relevante que a questão seja levada ao Senado. Agora nós estamos com um surto em Santa Maria, mas a qualquer momento pode acontecer esse surto em qualquer outra cidade do Brasil.

Então, é muito importante, além de reiterar todos aqueles encaminhamentos que o Senador muito bem soube explicitar e traduzir – encaminhamentos que a gente verificou, aqui em Santa Maria, que toda a equipe está trabalhando como necessários –, é fundamental realmente a inclusão do teste do toxoplasma no Teste do Pezinho. Durante o procedimento, já se identificou que no Ministério da Saúde havia uma nota técnica, que foi encaminhada para esse Ministério avaliar a inclusão do Teste do Pezinho. Só que por alguma razão de andamento, esse assunto está parado, não está tendo o devido andamento. Então, eu vejo que, agora, com esse surto, este é o momento para que o Ministério da Saúde realmente faça isso, e que isso aconteça antes da ocorrência de um novo surto no Brasil, para que a gente possa enfrentar um novo surto que venha a surgir em outra cidade brasileira com esse Teste do Pezinho já incluído. Isso porque, se a gestante se contaminar no final da gestação, será muito difícil identificar essa contaminação, tendo em vista que, pelo protocolo nacional, a gestante não é obrigada a fazer mensalmente os exames para identificação da toxoplasmose.

Outro ponto relevante que eu queria também citar é que, em Santa Maria, há 278 mil habitantes; destes, 260 mil possuem água tratada pela Corsan. Como repisou a Drª Jane, é importante ficar claro que essa não é uma doença de pessoas com baixa escolaridade. Nós temos pessoas que têm formação profissional, que têm 3º grau completo, formação superior. E as mulheres são a maior parte da população contaminada. Isso é importante porque se cria a ideia de que, se eu tenho água tratada, se eu tenho conhecimento, então, não vou ser contaminado. A ideia de que se trata de pessoas da periferia, de pessoas pobres, que não lavam as mãos, não lavam as frutas que estão contaminadas, não é verdadeira. Isso vem contra a importância de divulgação de que, como disse a Drª Jane e o Dr. Alexandre, essa é uma doença democrática. Ela pode atingir a todos, especialmente aqueles que, buscando uma maior saúde, vêm tomando mais água e vêm comendo frutas e verduras. Então, justamente aquelas pessoas que buscam a saúde são aquelas que estão sendo afetadas pela toxoplasmose, e não são pessoas de baixa escolaridade, e não são pessoas que vivem na periferia. Então, eu queria fazer essa ponderação para deixar bem explicado, ou seja, não são pessoas pobres ou que recebem benefícios assistenciais que são contaminadas. Não! A maior parte é de pessoas com formação superior. Ou seja, não basta apenas a informação que as pessoas têm; são necessárias medidas, que o Governo, a União deve adotar, cobrando, por exemplo, que a estação de tratamento de água realize as devidas limpezas periódicas; que sejam feitas avaliações pela estação de tratamento, pela vigilância sanitária do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município e pela estadual, se for necessário. É preciso que isso seja feito regularmente, como já há uma previsão existente. E talvez não só em Santa Maria, mas que essa seja uma medida nacional, para que se cobre isso e que haja a implementação de uma política em todos os Municípios do Brasil.

Outro ponto muito importante é que as gestantes contaminadas são gestantes consideradas de alta complexidade, e o tratamento da alta complexidade, em Santa Maria, daquelas pessoas que não possuem plano de saúde ou não possuem condições – e da região – se dá exclusivamente no Hospital Universitário, que é o hospital de referência. Só que, de uma forma um pouco esquizofrênica, digamos assim, da própria organização do Sistema Nacional de Saúde, esse hospital, que trata todas as gestantes e todos os recém-nascidos – e está tratando –, não é formalmente reconhecido pelo Ministério da Saúde como um hospital de alta complexidade. E aí entra o que a Drª Liliane falou. Então, não chegam verbas para esse Hospital Universitário, referência para 43 Municípios da região, ter verba para tratar essas gestantes e os recém-nascidos. Então, como falou o Senador – da importância daquilo que existe; de que a previsão efetivamente se confirme, se concretize –, é fundamental que o Ministério da Saúde reconheça isso formalmente e encaminhe, assim, as verbas para que o HUSM tenha condições econômicas de tratamento dessas gestantes e recém-nascidos.

E outro ponto que me parece fundamental é a questão da medicação para bebê. Todo mundo que tem um filho sabe que criança não tem como tomar comprimido. Os bebês apenas tomam líquidos, soluções e xaropes. Não existe no mundo a apresentação desse medicamento em solução, em xarope. E esse medicamento, desde 2007, como muito bem referiu a Drª Rossana, está na lista de medicamento estratégico, ou seja, ele é medicamento da União, inclusive a apresentação pediátrica.

Então, nós temos 150 gestantes confirmadas, IgM e IgG, que estão com toxoplasmose. Nós teremos em torno de 30% a 40% de abortos. Essas crianças vão nascer, como foi referido pelos médicos, e vão precisar de remédio por um ano. A União é a responsável por fornecer essa apresentação pediátrica. Como o Ministério da Saúde vai viabilizar isso? A União precisa vir aqui fazer algum convênio com algum laboratório, porque não há como um laboratório em São Paulo manter estável essa solução, o remédio triturado, até chegar em Santa Maria. Vai ter que ser feita alguma coisa aqui para que esse remédio seja triturado em solução e se dê para essas 150 crianças de mães carentes, que não têm condições talvez de comprar esses medicamentos.

Além disso, essa solução tem que ser mantida na geladeira – o medicamento da criança. Então, por um ano o bebê que vai ter que ficar fazendo o tratamento com o medicamento triturado, em solução que não existe para vender e que não está sendo alcançado pelo Ministério da Saúde. Não está chegando. Aqui, a Santa Maria não chegou nem o medicamento, pelo Ministério da Saúde. Quem teve que fazer a compra, como referiu a Drª Rossana, foi o Município, e o Estado do Rio Grande do Sul pediu emprestado de outros Estados. Então, efetivamente, nós não temos o medicamento. E temos o problema da questão pediátrica, desse medicamento em solução. Como o Mistério da Saúde vai providenciar isso?

E, como muito bem referiu a Senadora Ana Amélia, o problema da toxoplasmose poderia dizer-se que é uma neoepidemia, que afeta as crianças e, inclusive, é pior do que o zika vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o zika, conforme me disse a Drª Jane – fui informada –, é uma questão que não tem tratamento. Aqui nós temos, então, uma criança que nasceu e que pode ter, provavelmente, uma lesão cerebral, fora a lesão ocular e pulmonar. Por um ano esse tratamento ela tem direito a receber, pois é da União o dever de fornecer. Como isso vai ser efetivamente tirado do papel e entregue para essas mães essa medicação na apresentação pediátrica durante um ano? Fica a pergunta. Não há solução ainda, e é necessário e iminente que isso seja resolvido e efetivamente respondido pelo Ministério da Saúde.

Então, eu gostaria de agradecer a todos. É um alento participar desta audiência pública, porque muitas vezes aqui, no interior do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, nós nos sentimos sozinhos e impotentes diante da grandiosidade que é este nosso Brasil. Então, é muito importante que Brasília, onde as coisas se decidem e de onde vêm efetivamente as verbas e os recursos, esteja ciente, esteja preocupada com isso e disposta a nos ajudar a resolver essa questão, também como cidadãos brasileiros.

Eu agradeço a todos e encerro a minha palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Lara Caro, Procuradora da República.

Aqui a Drª Tatiana me dizia que ela foi percebendo o que estava acontecendo, começou a se movimentar nesse sentido e mobilizou a cidade inteira.

Muito carinho de todos nós aqui. Das suas colocações, alertando, a maioria já está neste documento, mas se houver alguma que não tenha sido contemplada, que seja colocada. Mas uma fala da senhora que me marcou muito aqui – e isso é bom que todos percebam – é que esse é um caso de Santa Maria, mas pode estar acontecendo algo semelhante, neste momento, em centenas de cidades deste País. Por isso, a importância desta audiência pública, e com a participação de todos, de forma intensa, com está sendo neste momento.

Eu passo a palavra, para respeitar a sequência que eu tinha já organizado, ao doutor...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim, a Senadora Vanessa... Está para ser aberta a sessão no plenário do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... e ela está me pedindo apoio, porque tem um compromisso. Ela me pediu que ajudasse para fazer a abertura.

Esse tema é crucial, fundamental e traz muitas lições, não só as conclusões que foram feitas aqui, todas elas necessárias, inadiáveis e urgentes para serem colocadas em prática, porque pode amanhã haver um outro surto, de uma outra epidemia, e nós temos que estar preparados para isso. Então, é melhor prevenir do que remediar, que é o que nós estamos fazendo agora, em muitos casos.

Eu queria também registrar e sublinhar aquilo que foi aqui dito por muitos dos expositores, de que em Santa Maria já há um espírito, eu diria, assim, de associativismo, de cooperação. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade sofreu, teve muitos dramas, e por isso a sociedade de Santa Maria tem essa coisa da solidariedade. Então, isso é um traço.

E é importante que aquilo que foi dito na videoconferência, pelos nossos especialistas, seja preservado. Eles sabem. Aí eu entendi muito melhor sobre a doença. A primeira fase da explicação da Drª Jane para mim foi mais complicada, mas, na segunda fase, ela foi muito mais... Eu acho que qualquer pessoa que estava ouvindo entendeu bem. Não é o fato também, como a Rossana explicou, de dormir com um gatinho de estimação que vai transmitir. Não é esse o fator, o vetor de transmissão; são as fezes que podem fazer a contaminação. E também a questão dos gatinhos.

Mas foi mencionada pela Dr. Lara a questão do Teste do Pezinho. Eu sou autora de uma lei, que está na Câmara, que amplia o Teste do Pezinho. O Teste do Pezinho é uma questão que ela defendeu bastante – e aí eu quero agradecer à Tatiana, que é do Ministério Público, que também é sua colega, e aos demais membros do MP que estão aqui. Exatamente, a lei já está lá, na Câmara, e eu espero que ela venha. A aplicação desse teste chama-se Programa de Triagem Neonatal – esse é o programa geral, e o Teste do Pezinho é um deles, da Triagem Neonatal. Cada Estado usa um percentual para fazer esse teste. Não é igual para o Brasil inteiro, porque nós estamos em uma federação, e a Federação brasileira tem essas diferenças, conforme as suas capacitações, as suas habilitações. É o caso do Teste do Pezinho. E eu sou autora dessa lei, que está na Câmara Federal.

Mas eu queria agora, por fim, Senador Paim – desculpa, mas eu não podia deixar de fazê-lo –, dizer que, como Senadora, mulher, estou muito impressionada. Normalmente, em eventos de muita especialidade, você vê uma representação maciça de homens representando. Nós estamos tratando aqui de doenças e estamos vendo lá, dentre os especialistas, os infectologistas... Desculpe-me, Dr. Thiago, mas o senhor é minoria; há duas mulheres aí especialistas. O senhor está rindo, mas sei que o senhor apoia isso, o senhor apoia muito isso. Há aí a Drª Jane e a outra médica, que está ao seu lado – porque aqui eu tenho só a relação dos que estavam oficialmente marcados –, e a Drª Lara, que é do Ministério Público, como a Tatiana também. Três mulheres aí vindas de Santa Maria. E aqui, na Mesa, são três a três. Quer dizer, o Senador eu nem conto, o Senador Paim. Eu não vou contar o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como Presidente, não conto mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas são três mulheres, cada uma na sua especialidade. A Secretária Municipal de Saúde e a Procuradora do Município de Santa Maria estão aqui. Então, o representante, Dr. Osnei, do Ministério da Saúde, e o Alexandre, que é da Vigilância em Saúde de Santa Maria, e a Tatiana, que representa o Ministério Público.

Então, penso que isso é uma coisa importante. Quando se fala em empoderamento da mulher, não é necessariamente só na política que a mulher precisa estar, mas elas estão em áreas estratégicas aqui. Então, quero cumprimentá-las. Lá em Santa Maria, fico muito orgulhosa em ver médicas com o exercício da profissão, com um compromisso que ultrapassa, não apenas a tecnologia, o conhecimento e a ciência, mas um compromisso de humanidade, de transmissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do conhecimento para salvar vidas. Nós estamos tratando é disso, salvar vidas, e prevenir as doenças nas pessoas que estão sãs, que são sadias. Então, esse é o trabalho.

Parabéns, Tatiana, pelo esforço que foi feito! Sou uma defensora do Ministério Público, sou viúva de um procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, então tenho um grande carinho pela instituição, porque é defensora da sociedade.

Então, parabéns a todos lá, em Santa Maria, que nos deram uma aula aqui. Eu aprendi hoje, entendi bastante, sobretudo, pela clareza que a Drª Jane trouxe para entendermos o que faz o sistema. E cito também a Rossana, que nos chamou muito a atenção sobre a responsabilidade do cidadão, porque, se depender só dos doutores lá, dos infectologistas, do Ministério Público ou da Secretaria, ou do Ministério... São só essas medidas? Não. É a mãe que tem que ministrar esse medicamento, que eventualmente tenha – não queremos que não tenha –; é o cuidado com a limpeza da sua caixa d'água; a limpeza, o cuidado com a verdura. Alimentos cozidos. Falou-se em carne, mas você não come carne crua, você tem que cozinhar a carne. Então, eu penso já que, do ponto de vista de prevenção... Menos o quibe – há muito árabe em Santa Maria –, que é a carne crua. Mas, de modo geral, são carnes cozidas. Então, as verduras também têm que ser mais cozidas, fervidas, para que a prevenção alcance a cidadania em Santa Maria.

Então, esta foi uma – digamos – audiência que, talvez, a gente devesse ter feito antes. Eu me penitencio de não ter criado antes este ambiente, Senador Paim, com seu apoio, com o apoio de todos nós Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas nós estamos sempre juntos, V. Exª sabe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos sempre juntos. Talvez pudéssemos ter contribuído mais para – digamos – o espaço político de entrar numa ação técnica, o que é fundamental.

Então, parabéns! Estamos aqui dispostos: o seu gabinete, o meu gabinete e o do Senador Lasier Martins, que representamos o Rio Grande do Sul, e quero falar também da Bancada gaúcha, na Câmara Federal, de todos os partidos.

Como a Rossana falou, a luta é apartidária, minha querida secretária Liliane. Essa é uma luta que é da saúde; não pode ter partido. Na hora em que ela tiver, perde muito dos seu significado. Ela tem que ser de todos nós. Aqui temos que nos abraçar para vencer a guerra contra a toxoplasmose.

Então, parabéns a Santa Maria, à sua universidade, ao Ministério Público, aos médicos, à Secretária, à Procuradora, ao Dr. Osnei, ao Alexandre e também aos que vieram aqui colaborar.

E parabéns, Senador Paim!

Eu vou me dar licença para ir ao plenário, e vou falar de novo disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando terminar aqui, eu vou lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria também aproveitar, porque uma pessoa de Santa Maria muito conhecida, a quem todos queremos bem... Ele não nasceu em Santa Maria, e sim em Passo Fundo, mas é conhecido como um santa-mariense. Falo de Marcelo Canellas, um repórter muito festejado. Ele trata muito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanismo, e por isso falei nisso agora. O pai dele faleceu, está sendo enterrado em Santa Maria, e ele está vindo de Moscou, onde estava fazendo uma cobertura, para ir a Santa Maria fazer a despedida do pai.

Eu acho que isso mostra um pouco esse espírito que nós estamos comentando agora. Então, faço essa referência também, dizendo ao Marcelo que ele escreveu um texto muito bonito para o pai hoje, no Twitter, contando da viagem para chegar lá, mas exatamente a vida da gente é essa. Então, temos que prevenir para não remediar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nossa solidariedade também ao repórter que perdeu o pai.

Na sequência...

Primeiro, quero dizer que no plenário as mulheres são maioria também. Só há quatro aí sentadinhos – os outros são assessores –, e as mulheres estão em cinco. Isso é um bom sinal.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Alexandre Schwarzbold, médico infectologista do Hospital Universitário, que vai falar lá de Santa Maria.

O SR. ALEXANDRE SCHWARZBOLD – Uma palavra final, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, de agradecimento, celebrando a nossa audiência pública. Tivemos encontros muito parecidos aqui na cidade, mas esse é o primeiro momento em que houve o envolvimento do Senado, dando uma dimensão mais nacional para essa problemática da toxoplasmose.

Eu gostaria de trazer só algumas palavras finais, talvez, de alerta para algumas situações, como técnico, e ao mesmo tempo um pedido para o Ministério da Saúde. O alerta é de que é bem possível que a gente tenha um aumento de casos em um período pós-inverno, pós-chuvas. Há descrições na literatura. O Canadá foi muito claro sobre isso e publicou que existe essa possibilidade bifásica de um surto epidêmico. Então, eu não sei se, no verão, se a gente estiver um pouco desguarnecido desses insumos que a gente está aqui solicitando e pleiteando, a gente não pode ter mais dificuldades com novos casos. Isso, de algum modo, exemplifica a dificuldade que talvez a gente tenha. Então, esse é o alerta que eu gostaria de fazer.

Ao mesmo tempo, quero fazer um alerta para o Ministério da Saúde, para que a gente trabalhe em conjunto com essa questão das definições públicas dos casos e revelações do número de casos. A Drª Jane deixou muito clara a necessidade de haver esses testes sorológicos, e nós temos vários desses casos confirmados, que são IgM, IgG. Ou seja, são testes específicos para tentar mostrar "isto é toxoplasmose" em alguém que tem sintomas de toxoplasmose. Nós não precisamos de um teste de gravidez para dizer para a população se é confirmado ou não.

Por outro lado, nós precisamos de testes de gravidez, sobretudo, para gestantes, para não confundir casos epidêmicos e endêmicos. E para isso a gente precisa ser provido, porque esse é um teste que não é tão acessível e tão fácil, e a gente precisa ter no Município, obviamente nos prestadores de serviço, em particular no Sistema Único de Saúde, de modo mais facilitado.

Então, este é um primeiro pedido ao Ministério da Saúde: que olhe para a questão da toxoplasmose como um programa do País.

Eu vou fazer um paralelo com três programas da área de saúde: o programa das pessoas que vivem com o HIV/aids, os programas dos portadores de hepatite C e B, e ainda um terceiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o da leishmaniose. Todos esses três agravos são programas específicos do Ministério em que se usam medicamentos de alto custo. E eles são providos, no nível municipal, pelo ente federal. Para toxoplasmose, é negligenciado. São medicamentos muito mais baratos, mas que não são acessíveis à população numa situação, sobretudo, como essa, de muitos casos.

Então, o pedido ao Ministério é que transforme isso em um programa e que faça um protocolo clínico com diretriz terapêutica, portanto, que proveja medicamentos e insumos para isso, que tenha um olhar o País para uma situação epidêmica como essa e que a gente não saia correndo para tentar resolver um problema que eventualmente parece pontual, mas que é do País. Eu acredito que muitas cidades talvez não estejam nem com um olhar para isso, como agora, em Santa Maria, a gente está tendo especificamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre, lá de Santa Maria, que ficou de plantão todo tempo para colaborar com esse debate.

Ele é Médico Infectologista do Hospital Universitário.

De imediato, Dr. Osnei Okumoto, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. OSNEI OKUMOTO – Muito obrigado, Senador.

Mediante os encaminhamentos aqui oficializados a nós agora, como representante do Ministério da Saúde, Senador, tenho o compromisso, perante todos os que estão presentes e em relação também aos técnicos envolvidos, porque, logicamente, muitas das solicitações fazem parte de outras secretarias, mas em todas as reuniões em que estive presente, não só em Brasília, mas em outros Estados, fui porta-voz e fiz vários encontros na tentativa de podermos fazer o atendimento solicitado por parte de Estados e Municípios. Mas eu gostaria de deixar bem claro que estaremos envolvidos, pelo Item 1, em mais investimentos para o tratamento da epidemia. A Secretaria de Ciência e Tecnologia é responsável por esse setor, mas estamos constantemente conversando com eles em todos os momentos.

A criação de um protocolo e diretrizes terapêuticas, como o Dr. Alexandre falou e a Drª Tatiana também, é uma prerrogativa da SCTI, mas também sentaremos com eles para conversar sobre esse assunto; ampliação da sorologia do teste do pezinho na Secretaria de Atenção à Saúde; diretrizes para exame mensal da toxoplasmose no acompanhamento pré-natal também; planejamento para atendimento dos pacientes com sequelas oculares, o que também é muito debatido lá em Santa Maria – também conversaremos com o Secretário Francisco a respeito disso –; reforço na verba para vigilância em saúde, essa, sim, da nossa Secretaria. Temos prestado todas essas... E o repasse dessa verba, desses recursos para que a vigilância em saúde tenha essa complementação, viu, Alexandre? Estaremos conversando com você, vendo os projetos, como podemos viabilizar esses recursos, a quantidade que vocês estarão precisando. E sobre o reforço da verba para o Hospital Universitário, assim como sobre a habilitação do ambulatório também estarei conversando diretamente com o Sérgio, que é da Secretaria de Atenção à Saúde, porque é uma prerrogativa a destinação por parte deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Drª Jane, Dr. Alexandre, eu fico com o compromisso de repassar e de fazer as reuniões diretamente com os demais Secretários do Ministério. Logicamente, uma coisa que eu gosto de fazer sempre é dar resposta para tudo o que me pedem. Então, isso fica na lista. O chefe de gabinete está aqui e, logicamente, todos os dias, vamos ticando as nossas solicitações, as nossas obrigações, os nossos compromissos. Ficamos nesse dever de dar andamento a todas essas solicitações junto a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Merece minhas palmas, porque... (*Palmas.*)

... nem sempre vem aqui um secretário de governo – não estou falando deste ou daquele governo – que assume, na íntegra, o resultado de uma audiência pública, e V. Exª chamou para si a responsabilidade e disse que vai fazer tudo que é possível.

Por isso minhas palmas. Terei que bater palmas a todos os que aqui usaram da palavra neste momento tão importante não só para Santa Maria, mas para o Rio Grande e para o Brasil.

O SR. OSNEI OKUMOTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo a palavra agora para a médica Drª Paula Martinez, de Santa Maria.

A SRª PAULA MARTINEZ – Bom, então, eu só gostaria de reiterar minha fala anterior de que, sem falsa modéstia, sim, o Município foi muito eficiente como um todo em gerenciar os fluxos dos pacientes, para onde são encaminhadas as gestantes, para onde são encaminhados os pacientes com infecção aguda. E hoje, sim, a nossa preocupação com isso é mínima frente a todo um contexto que o diagnóstico de uma toxoplasmose requer. A gente precisa ser eficiente. A gente sabe, como médico, o quanto somos cobrados pela nossa necessidade de eficiência. Somos e fomos, sim, muito eficientes no manejo do surto. Só que a gente precisa – e estamos aqui para isto – consolidar essa eficiência. Não somos eficientes sozinhos, como infectologistas. Com um paciente doente na minha frente, eu preciso dessa retaguarda para a permanência dessa eficiência. Então, fica o pedido para que esses encaminhamentos realmente saiam do papel, para a gente poder manter a eficiência não só em Santa Maria, mas em nível nacional.

Eu acho que é isso.

As preocupações hoje são máximas em nível de permanência da nossa eficiência como técnicos e infectologistas na necessidade de prevenção, na necessidade de diagnósticos, e diagnósticos rápidos, sem entroncamentos, e de tratamento, de possibilidade de tratamento sem meandros. A gente precisa do remédio, a gente tem que ter o remédio, porque o paciente não pode esperar.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! O paciente não pode esperar.

Paula Martinez, médica.

Agora, Drª Liliane Mello Duarte, que é Secretária de Saúde do Município de Santa Maria.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE – Bom, eu quero agradecer ao Senador Paim, à Senadora Ana Amélia, ao Ministério Público, ao Ministério da Saúde, ao Estado, ao Dr. Francisco Paz, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenador da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde de Santa Maria, Roberto Schorn, aos médicos do Município de Santa Maria, aos infectologistas, aos oftalmologistas e aos ginecos, que estiveram muito com a gente, e à sociedade, tanto brasileira e gaúcha, a essas instituições, e quero agradecer de forma muito especial aos funcionários da Secretária Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Saúde.

Senador Paim, eu quero agradecer ao nosso Prefeito, porque eu não sou política, não tenho vinculação partidária nenhuma, e ele fez da saúde realmente uma bandeira partidária. No momento em que eu comuniquei a ele que nós tínhamos a suspeita de um surto, ele, o Prefeito Jorge Pozzobom, imediatamente, disponibilizou tudo de que nós, munícipes, precisávamos, até coisas... O Secretário de Finanças dizia: "Não, mas..." Ele disse: "Não, você se vira. Temos que liberar. É saúde. Ela está dizendo que é um surto. Existe essa desconfiança." Então, quero agradecer, de forma muito especial, ao Prefeito, pelo cuidado que teve com a população, pela forma responsável como trabalhou e como tem agido nesses momentos, realmente, como homem público que é, ao nos ajudar, porque a saúde é um tema espinhoso. Nunca vamos conseguir atender todos. Nunca!

Quero dizer ao Ministério, ao Dr. Osnei, que espero que seja diferente. Eu estava, no dia 27 de janeiro, no dia da Kiss. Muitos foram lá, muitos foram a Santa Maria, muito foi falado, mas até hoje, para o Ciava do Hospital Universitário, que atende mais de 600 pessoas queimadas ou com sequelas da tragédia da Kiss, e para o Município, que até hoje atende os pacientes e os familiares, nada foi de dinheiro. O Município, na época, contratou 22 profissionais para atender esses pacientes. O Husm criou todo um... Espero que dessa vez seja diferente.

Espero que, realmente, os homens públicos deste País tenham aprendido alguma lição com toda essa mudança que a gente precisa. Parte importante dessa mudança vem do Ministério Público a quem, hoje, nós brasileiros, devemos referenciar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode concluir.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE – Quero agradecer a todos. Em nome de Santa Maria, quero agradecer o cuidado... Não sou de Santa Maria, nasci em Santa Rosa, mas me considero uma cidadã santa-mariense. Sinto a perda, também, do Marcelo. Espero que a gente consiga cuidar dessa cidade como ela merece. Santa Maria merece um olhar diferenciado, merece cuidados como um todo.

Espero que a toxoplasmose não seja negligenciada como, historicamente, em outros momentos, essa cidade foi negligenciada. Desejo isso, Senador. Conto com o senhor, com a Senadora Ana Amélia, com a Bancada gaúcha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com o Senador Lasier.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE – Com o Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os três Sanadores trabalham sempre juntos. Isso eu queria dizer.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE – Amém! Que assim seja!

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Drª Liliane Mello Duarte, Secretária de Saúde do Município de Santa Maria, que fez aqui uma fala forte. Todos nós vivemos aquele momento da Boate Kiss. Todos nós vivemos. O Brasil viveu e, claro, as preocupações são permanentes. Por isso a fala dela foi muito forte.

Também tenho de dizer que, às vezes, quando você liga para um prefeito – e falo o que eu penso –, ele fica sempre achando que tem alguma questão política ou eleitoral no meio. O Prefeito de Santa Maria, quando eu liguei, me deu toda a atenção devida, da parte dele. Falou comigo, explicou tudo e me garantiu: "Pode marcar a audiência. Se eu não for, mandarei a responsável, no Município, por essa área da saúde." E assim ele fez.

Então, o depoimento que você dá aqui é verdadeiro e faço, também, esse complemento.

Parece-me que o Dr. Osnei quer dar uma explicação, no mínimo.

O SR. OSNEI OKUMOTO – É sobre tudo o que foi dito, principalmente sobre o que o senhor disse agora, Senador.

A gente tem observado muito essa questão política no envolvimento de uma maneira geral. Logicamente, é muito importante a fala de todos vocês em relação a essa questão. A saúde é uma obrigação de todos. Logicamente, a gente não pode colocar partidos em cima de questões em que a gente tenha uma necessidade muito grande de realizar as nossas funções, né, Liliane?

Então, eu notei que, realmente, em todos os momentos, agora, pela minha presença lá, a gente teve esse alinhamento com Santa Maria, com o Governo do Estado e também com o Ministério da Saúde, em prol do surto de toxoplasmose em Santa Maria. Eu acho que é dessa forma que a gente tem que conduzir e logicamente é dessa forma que a gente quer fortalecer essas relações tão importantes neste momento.

E quero só lembrar ao Dr. Alexandre o que ele falou lá, o perigo que a gente tem de ter um novo surto. Assim como o Dr. Daniel e o Dr. Renato sempre falaram, temos que realmente nos precaver, para que futuramente a gente também não seja pego de surpresa novamente numa questão tão difícil e tão complexa como é essa.

Eu gostaria também de dizer, ao aproveitar e finalizar, que a Cibelle esteve presente muito mais tempo que a gente lá em Santa Maria, frente à CGVR, coordenadoria de vigilância e resposta, do EpiSUS, que fez um trabalho brilhante, e é um segmento da nossa Secretaria que a gente quer regularizar, quer institucionalizar de verdade, também é um compromisso que a gente tem de ter, uma coordenação nossa, diretamente institucionalizada e, de preferência, ligada diretamente ao gabinete do secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. OSNEI OKUMOTO – Então ficam aqui as minhas considerações finais, novamente, com a graça aí da tua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui todos falarão sempre que entenderem que devem usar a palavra.

Eu passo a palavra agora para a Drª Jane Costa, Médica Infectologista da Cidade de Santa Maria, que participou brilhantemente de toda a nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª JANE COSTA – Bom, antes de mais nada, nós gostaríamos de agradecer, com certeza, pelo espaço que nos foi fornecido. Eu costumo dizer que em Santa Maria, quando se faz alguma coisa, quando acontece alguma coisa, infelizmente é muito grande. Nós fomos lembrados em todos os lugares pelo evento Kiss e, com certeza, agora seremos lembrados também pelo surto de toxoplasmose.

O que eu gostaria de reiterar de tudo o que foi dito é que nós temos que aprender, como seres humanos e como profissionais técnicos, que nós temos que ser mais proativos, nós temos que adequar os nossos processos, os nossos protocolos e, antes de mais nada, trabalhar em conjunto como sociedade.

Nós somos técnicos da área da saúde que estamos envolvidos no atendimento a pessoas que fazem parte de diversos segmentos. Nós não podemos ficar batendo: "Ah, é só a população mais vulnerável, ou a classe A, B, C ou D", ou sei lá que letrinha queiram dar. São todas as pessoas que são habitantes de Santa Maria que estão vivendo, vamos dizer assim, situação de risco desse surto. E nós temos muita preocupação com a possibilidade de termos uma segunda curva nesse surto a partir do momento de tratamento de reservatórios de água e a partir do momento, como a Drª Rossana colocou, em que a água diminua e as pessoas possam ter uma nova onda de infecção. Isso nos preocupa sobremaneira. Portanto, a gente tem que continuar chamando a atenção das pessoas para que mantenham os cuidados ainda por algum tempo. Nós não sabemos por quanto tempo ainda, mas o cuidado ambiental tem que permanecer com relação à água e com relação a todos os alimentos.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Drª Jane Costa, Médica Infectologista da cidade de Santa Maria, que colaborou muito com este debate.

Por fim, eu chamo, agora, para usar a palavra a Procuradora da República, representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Drª Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, que foi quem me trouxe essa questão aqui no Senado para iniciarmos esse debate.

Ao final, eu vou ler somente os encaminhamentos. Se houver mais alguma coisa, peço que coloquem, para que fique registrado nos *Anais* o resultado desta audiência pública que, no meu entendimento, foi muito positiva não só para Santa Maria, mas para todo o País.

Drª Tatiana.

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Gratidão, principalmente gratidão. Quero agradecer pela realização desta audiência, aos técnicos por viabilizarem que fosse feita essa videoconferência em Santa Maria. Tínhamos dúvidas realmente se seria possível...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Palmas para todos os técnicos. (*Palmas.*)

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – Foi essencial.

A 1ª Câmara de Coordenação, de que venho como representante, porque dentro da PGR é a Câmara que cuida da área de saúde, Drª Elizeta, que fez a coordenação, aqui está a Roberta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que veio me acompanhar, a PGR está dando todo apoio, ao Senado. A minha expectativa, Senador, quando eu vim procurá-lo, era: como é que as pessoas não sabem sobre o surto de toxoplasmose em Santa Maria? Como é que está todo mundo... Como isso não é uma demanda nacional? Como é que não está nos veículos nacionais de comunicação? É o maior surto do mundo! E as consequências estão sendo sentidas agora e vão ser sentidas a longo prazo. Infelizmente, elas serão sentidas a longo prazo com as infecções que temos hoje. Não estamos falando ainda nem das novas ondas de infecção, que poderão vir. Todos os técnicos, quem trabalha com isso diz que poderão vir.

Esta audiência superou muito as minhas expectativas. Eu agradeço muito ao senhor por ter viabilizado a quem veio – Dr. Osnei, Drª Liliane, Drª Rossana, Dr. Alexandre – a união de todos os entes responsáveis, que podem fazer alguma coisa, aos médicos de Santa Maria, tanto da rede pública quanto da rede privada, a preocupação, à universidade, ao hospital universitário.

Precisamos, primeiro, desse reconhecimento de Santa Maria como um caso especial, com a crise que está vivendo, com o surto. Hoje temos aqueles 569 diagnosticados já, com o teste de avidez, como o Dr. Alexandre falou, mas são muitos mais, mais de mil, 1,5 mil talvez, mil e tantos, que...

Quantos doutora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – São estes os notificados: 1.430. São pessoas que já fizeram os testes que hoje a comunidade médica aceita como suficientes para serem diagnosticados como toxoplasmose: IgG e IgM. O Mistério da Saúde já repassou, estava em atraso, mas já repassou os testes de avidez, vão ser refeitos, mas para a comunidade médica já temos quase 1.500 pessoas infectadas em Santa Maria. E essas, como eu disse, são as pessoas que apresentaram sintomas, sendo de 10% a 15% das pessoas que foram infectadas. No futuro, essas pessoas podem vir, mesmo que não sejam essas 1.500, talvez já 5.000 ou 6.000 pessoas que foram infectadas, a apresentar problemas no futuro.

Por isso precisamos de uma política, e esses encaminhamentos são um alento, para o que está acontecendo hoje, mas, espero que venha acompanhar depois, porque isso vai ser um gasto. A estrutura do SUS em Santa Maria, do Estado, não dá conta da demanda de pessoas que virão com sequelas, das crianças que terão algum problema ocular pelo nível de tratamento das terapias necessárias. Então, por isso, é preciso esse alerta, esse compromisso de todos com Santa Maria, um compromisso com esses encaminhamentos, um compromisso que vai ser para Santa Maria hoje, mas, como disse a Drª Lara, para o Brasil, porque isso aí pode acontecer em outros lugares.

Não estamos buscando culpados, estamos buscando cooperação e vamos aprender uma lição. Santa Maria parece que começa a aprender uma lição. Vamos aprender essa lição da toxoplasmose para trazer soluções para Santa Maria hoje, para o Brasil depois, com os protocolos, com os compromissos.

Eu fiquei muito sentida quando estava lendo algumas notícias na internet sobre o surto de toxoplasmose em Santa Maria. Algumas pessoas, nos comentários, diziam que Santa Maria é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade amaldiçoada, já tem uma nova crise depois de cinco anos. Mas Santa Maria não é amaldiçoada. Pelo contrário, é uma cidade abençoada – é uma cidade abençoada! –, com pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRª TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES – É uma cidade abençoada com pessoas que trabalham, que estudam muito, que são muito solidárias, e é a cidade que eu escolhi para viver.

Então, muito obrigada.

Vamos lutar por Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Uma salva de palmas para a Drª Tatiana Almeida de Andrade Dornelles, Procuradora da República, representante da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Olha, eu quero fechar e só dizer da minha tristeza por saber que existe esse surto lá, mas da minha satisfação por esta audiência pública. Desde ontem, eu fico num dilema, confesso a vocês, e vou explicar por quê. Ontem, jogo do Brasil, o jogo era às 15 horas, eu estava com uma audiência pública para discutir violência no trânsito, as consequências da greve dos caminhoneiros, essa questão toda do combustível, e veio a sociedade civil debater numa audiência pública. Aí, me chamavam no Plenário. Eu não pude ir ao Plenário ontem, fiquei com eles até as 14 horas e, depois, nem pude assistir ao jogo, ouvi pelo rádio, porque, quem conhece Brasília sabe, estava tudo congestionado. Eu estacionei o carro, eu moro longe, a uma hora daqui, estacionei o carro, escutei pelo rádio e tudo bem. Mas aprendi muito com todos que estiveram lá, com o pessoal que é ciclista, o pessoal que é motorista de táxi, motorista de caminhão, enfim, aqueles que são especialistas em trânsito; estavam todos lá e eu aprendi muito.

Como eu estou muito aqui, em Brasília, as pessoas estavam estranhando: como é que o Paim não estava na tribuna do Senado ontem? É porque eu estava na Comissão, ouvindo a sociedade civil. E tiramos uma série de encaminhamentos, mas, por mais que tenha sido importante a audiência de ontem, eu sei que vocês que estão assistindo me entendem, esta audiência de hoje foi de uma grandeza imensurável, porque aqui nós tratamos diretamente da vida, das consequências, inclusive para as crianças, para a mãe gestante e para a criança, de como vai ser o seu futuro.

Eu queria agradecer muito a todos os que se fizeram presentes, do Município, do Estado, da União, enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, lá, em Santa Maria, estão firmes, esperando o fechamento dos encaminhamentos. Olha, vocês todos merecem uma grande salva de palmas, os técnicos que ajudaram na videoconferência, a equipe da Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Esta é uma Comissão que diz o seguinte para mim às vezes – só para descontrair, eu vou ler os encaminhamentos –: "Ó, Senador, o senhor fala que não podemos trabalhar demais, mas o senhor trabalha de segunda a sexta, direto; então, como é que a gente faz?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das audiências em que temos que fazer votação nominal e simbólica, amanhã de manhã estaremos aqui de novo numa outra audiência.

Qual é a audiência de amanhã de manhã? (*Pausa.*)

"A Justiça Social"– este vai ser o assunto do debate de amanhã, pela manhã, para fortalecer o processo democrático.

Eu dou esse depoimento, porque, claro, é importante nós estarmos no plenário, participarmos dos debates, mas ouvir a sociedade civil, para mim, é fundamental. Por isso é que eu agradeço muito a vocês por me darem esta oportunidade, independentemente do que acontecer no futuro. Quando eu estiver acariciando os meus netos, eu me sentirei como se estivesse acariciando os filhos do Brasil. Todos nós temos que olhar pelas crianças de hoje, pois são elas que vão dirigir o nosso País amanhã.

Enfim, deixando a emoção passar, eu vou para os encaminhamentos que nós tomamos aqui:

– Encaminhar as notas taquigráficas desta audiência pública e oficiar o Ministério da Saúde, solicitando mais investimentos para o tratamento da epidemia de toxoplasmose em Santa Maria, Rio Grande do Sul;

– Promoção de política de prevenção da toxoplasmose em nível nacional;

Aqui foi deixado claro que não se trata só de Santa Maria, mas de uma política nacional. E você foi muito feliz, porque disse como a cidade é abençoada e está dando um alerta ao Brasil. Você poderia dizer: "Escondam isso aí". Eu nunca me esqueci de um filme que eu vi, "Tubarão", em que, porque se tratava de uma cidade turística, não podiam dizer que havia tubarão. E ali morreram centenas de pessoas. No fundo, a mensagem do filme era uma lição de vida. E é o que Santa Maria está fazendo neste momento. E há também a questão da coragem de toda a sociedade de Santa Maria de dizer: "Vamos fundo nessa questão, não vamos esconder, vamos enfrentar." Então, ficam aqui os meus cumprimentos. Por isso é que o alerta aqui é em nível nacional.

– Criação do Protocolo de Diretrizes Terapêuticas em Casos de Epidemia de Toxoplasmose;

– Ampliação da Sorologia de Teste do Pezinho para Incluir o Teste de Toxoplasmose;

– Diretriz para o Exame Mensal de Toxoplasmose no acompanhamento pré-natal;

– Planejamento para atendimento dos pacientes com sequelas oculares.

Isso foi muito lembrado aqui. Eu me lembro disso, porque tive uma irmã que era diabética, ficou cega e depois de algum tempo faleceu. Vejam a tristeza do que é o diabetes e a cegueira. Vejam como é o destino. O meu chefe de gabinete no Rio Grande do Sul, há mais de quinze anos, é totalmente cego. Ele mora em São Sebastião do Caí e vem todos os dias trabalhar. Vejam como a vida nos dá uma lição sobre dar oportunidade para aqueles que, às vezes, não têm oportunidades. Eu só dei um exemplo. Eu convivi, senti aquele drama com ela e, depois, inclusive, devido à experiência que tive com ela e devido à experiência que tive com esse moço que mora lá no Caí – deve ter hoje em torno dos 40 anos e só comigo já está há quase 20 anos – é que nós aprovamos aqui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei é de nossa autoria, fruto dessas experiências que só a vida nos dá.

– Reforço da verba destinada a vigilância em saúde;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Reforço da verba para o Hospital Universitário de Santa Maria, que atende a gestante com toxoplasmose e as crianças com toxoplasmose congênita;

– Habilitação do ambulatório de gestante de alto risco do Hospital Universitário de Santa Maria.

Esses são os encaminhamentos, já estão na mão do Dr. Osnei, que se comprometeu a encaminhar junto aos órgãos competentes.

E, no fim, vou encerrar, pessoal, agradecendo muito, muito, muito a todos, àqueles do plenário que também falaram – ali o que eu não citei, o Daniel –, a todos que aqui, de uma forma ou de outra, deram a sua contribuição e, naturalmente, aos de lá, de Santa Maria.

Eu sou obrigado a dizer aqui, porque foi citado: eu estive lá em Santa Maria naquele momento, sim. Fomos eu, o Senador Simon, que na época era Senador, e o Senador Zambiasi. Estivemos lá e, de fato, foi algo que marcou não só Santa Maria, o Rio Grande, o Brasil, com repercussão internacional, que marcou para sempre as nossas vidas, naquele ginásio de esportes, ver lá o número de jovens deitados ali naquele piso frio.

A SRª LILIANE MELLO DUARTE (*Fora do microfone*.) – As meninas com uma manta plástica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Eu estive lá, vi tudo aquilo e de fato foi muito forte.

E entramos aqui, no fundo, com um projeto – e não fui só eu, entramos de forma coletiva naturalmente – para que haja uma lei que não permita que aquele tipo de estabelecimento funcione no País, mas ninguém mais vai conseguir ressuscitar ou clamar, por mais carinhosa que seja a posição de cada um, a perda dos filhos queridos.

Mas Santa Maria, como dizem aqui, é uma cidade abençoada. Eu vou ficar com a sua frase, Tatiana, me permita chamar assim. É uma cidade abençoada. Deu naquele momento o alerta ao País e muitas casas de espetáculo ficaram mais protegidas dali para frente. Agradeçam a Santa Maria. Neste momento também agradeçam a Santa Maria, a nossa querida Santa Maria. Enfim, como é bom saber que existem no mundo pessoas iguais a vocês, que não se escondem e enfrentam o problema. Uma salva de palmas a todo o povo de Santa Maria e a vocês aqui, meus convidados.

Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2018, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Eduardo Amorim, José Medeiros, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 120/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Justiça social, representatividade e as eleições de 2018". Participantes: Hélio Santos, Professor; Mariana Rosa, Presidente da Associação Humanizando Presídios; Hellen Frida, Representante da Casa Frida; Nayara Costa, Militante do Movimento de Mulheres do Instituto da Cidadania Maria Aniely; Sandrali de Campos Bueno, Yalorixá, Psicóloga, Especialista em Criminologia; Lia Lopes, Advogada e Economista; Ana Flávia Magalhães Pinto, Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília - UnB; Raphael Sebba, Cientista Social; Laura Zito, Comunicadora Social; Artur Antônio dos Santos Araújo, Representante da EDUCAFRO; Derson Maia, Representante da Frente Favela; e Marivaldo Pereira, Advogado e Professor da Rede de Cursinho EMANCIPA. O Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Gódiva Félix, formada em Direito, motorista por aplicativo, mãe, filha e avó; Josefina Serra dos Santos, advogada e representante do Coletivo da Verdade Negra do DF e Entorno; e Valneide Nascimento dos Santos, Secretária Nacional de Negritude Socialista do PSB e Presidente Nacional do Instituto Nacional Afro Origem – INAO. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, José Medeiros, Ana Amélia, Romário, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, e dos Senadores não membros Ataídes Oliveira, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, João Capiberibe, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima terceira a sexagésima nona Reuniões da CDH e, também, a ata da décima reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho – CDHET, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de oferta aos clientes, por parte de hipermercados, supermercados, empórios e aeroportos, de carrinhos de transporte de compras ou de bagagem adaptados para o transporte de crianças com deficiência." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos a medida privativa de liberdade." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CE, 2-CE, 3-CE, 4-CE, 5-CE, 8-CE, 9-CE, 10-CAS e 11-CAS e com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 6-CE e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II - Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada." Autoria: Deputada Perpétua Almeida. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Aprovado o RDH 135/2018, de urgência para o PLC 41/2018. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que projetos e tipologias construtivas adotados em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos considerem os princípios do desenho universal." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em locais de circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção." Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 18 - SUGESTÃO Nº 37, de 2017 - Não Terminativo - que: ""Proibição de Submissão de Criança ao Aprendizado Sobre Sexualidade"(sic)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 19 - SUGESTÃO Nº 41, de 2017 - Não Terminativo - que: "Você apoia que deveria haver concurso público para cargos políticos antes das eleições?" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o inciso II do art. 100, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o Projeto Esperança Socioeducação, implantado em 2016 por meio de ação conjunta realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso em parceria com a Faculdade de Cuiabá, com o propósito de atuar na prevenção da violência contra a mulher e na reeducação e recuperação de violadores de direitos femininos"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação prisional no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96 de 2018 que: ""Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater as normas legais referentes aos direitos das crianças cujos pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade e facilitar o convívio familiar em tais casos, como meio de instrução do Projeto de Lei do Senado n° 43, de 2018"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a 'vulneração dos direitos humanos nas comunidades tradicionais extrativistas e a violação da convenção 169 da OIT"." Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126 de 2018 que: "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas ao levantamento de informações e dados e discussão sobre os recentes aumentos nas tarifas de energia elétrica aos consumidores, notadamente no estado do Rio de Janeiro, e a nova cobrança por estimativa. Desta forma, requeiro o convite das seguintes personalidades: 1. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; 2. Representante da Enel Brasil S.A.; 3. Representante da Light Serviços de Eletricidade S.A." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Prejudicado em virtude da aprovação do RDH 132/2018. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre laqueadura compulsória com a participação dos seguintes convidados: Corregedor do Conselho Nacional da Justiça (CNJ); Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Defensoria Pública da Mulher em São Paulo; Atriz Thais Araujo – Embaixadora na ONU; Luciana Boiteaux - Professora da Faculdade de Direito da UFRJ; Paulo Silveira - membro do movimento respeito é bom e eu gosto e autor e organizador do livro "Exercício da Paternidade"." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128 de 2018 que: "Com base nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde, Sr. Leandro Fonseca da Silva e o Diretor Executivo da GEAP, Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares em 2018 e 2019 e da auto gestão da GEAP." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prejudicado em virtude da aprovação do RDH 133/2018. ITEM 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema "Medicamento SPINRAZA: o direito à vida na mão dos tribunais"." Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. ITEM 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os fundos de pensão dos funcionários do Correios, o Postalis"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os impactos das políticas de estado frente a saúde suplementar e suas consequências no SUS"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133 de 2018 que: "Requer, com base nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde, Sr. Leandro Fonseca da Silva e o Diretor Executivo da GEAP, Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares em 2018 e 2019, e por outro lado o elevado reajuste das mensalidades da GEAP." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132 de 2018 que: "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas ao levantamento de informações e dados e discussão sobre os recentes aumentos nas tarifas de energia elétrica aos consumidores, notadamente no estado do Rio de Janeiro, e a nova cobrança por estimativa." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Desmonte dos bancos públicos: privatização e desemprego"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135 de 2018 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 338, inciso IV, combinado com o art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2018, que "Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas”." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137 de 2018 que: "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovação de Voto de Solidariedade em apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos trabalhadores da Saúde do Estado do Rio de Janeiro." A Presidente concede a palavra ao Senhor Luiz Bruno de Moraes, representante dos ciganos do Maranhão. Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Aprovado. Às quinze horas e vinte e um minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quinze horas e vinte e quatro minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin e os Senadores Paulo Paim, José Medeiros, Lindbergh Farias e Romário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 63ª à 69ª Reuniões da CDH e também a Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nós temos projetos não terminativos, mas estamos sem os relatores aqui: o 26; o 41; o item 15, que é o projeto 465, também é não terminativo; o item 16, Projeto 152, não terminativo, mas o relator também não está aqui, a Senadora Lídice; o 221, também não terminativo; os itens 18, 19, nenhum dos relatores se encontra.

Nós temos requerimentos.

Votamos os requerimentos agora e esperamos os relatores aparecerem aqui.

É extrapauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, há um, se me permite, apelo que me foi feito agora por parte do Senador Garibaldi, sobre o item 17.

Não sei qual é o tema, mas ele me pede se eu não poderia ser o relator *ad hoc* para ele. Não é terminativo.

Posso fazer essa gentileza para o Senador, relatar o projeto de forma bem sintética, no sentido de que nós possamos atender a sua demanda. Claro, dependeria de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos colocar.

Certo, então, vamos para o item 17 e, depois, vamos para os requerimentos, que são poucos.

Enquanto isso, vemos se chegam os relatores dos outros projetos.

Nós estávamos no Congresso. Se no Congresso cair o quórum, o pessoal vai almoçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CCH e terminativo na CCJ.

Conforme entendimento, foi pedido ao Senador Paulo Paim que fizesse a relatoria *ad hoc*.

Então, nomeio o Senador Paim Relator *ad hoc* e passo a palavra para que seja feito o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Regina Sousa, todos sabem aqui que a minha forma de atuar é muito na informalidade. Por isso, nesse momento da história, vou fazer um apelo pela sua caminhada, pela sua vida, que todos aqui cantem Parabéns a Você. Você merece!

"Parabéns a você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida!" (*Palmas.*)

Vida longa à Senadora Regina Sousa!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador! Obrigada, minha gente, por este momento. Obrigada, gente!

Senador Paim com a palavra, para a leitura do relatório do Projeto 221, de 2018.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, só passando as vistas no projeto, vi que é um projeto muito interessante, de iniciativa do Senador Garibaldi Alves, que é o autor. O Relator oficial é o Senador José Medeiros, e eu, neste momento, *ad hoc*, assumo a responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2018, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que se propõe a modificar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que tive a alegria de ter votado ainda quando era Deputado Federal, uma obra construída por centenas de mãos e que até hoje é o marco em defesa de nossas crianças e adolescentes.

Aqui no projeto, ele quer permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

O art. 1º propõe a alteração do §2º, do art. 19-B, do ECA, prevendo que poderão – poderão – ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

O art. 2º, na sequência, dispõe que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor relata que a proposição possibilita aos pretendentes à adoção também integrarem os programas de apadrinhamento afetivo, ressaltando que a participação em tais programas tem servido como mecanismo de sensibilização dos interessados na adoção de crianças mais velhas, com deficiência ou irmãos.

Nesse sentido, Srª Presidenta, a proposta, segundo o autor, é amplamente defendida pelas associações do setor e reforçada pela Associação Brasileira dos Juízes da Infância e da Juventude.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

De acordo com inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno desta Casa, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção à infância, o que torna regimental o exame desta proposta.

Registramos, ainda, que o PLS nº 221, de 2018, não padece de vício de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou de ilegalidade.

A proposta traz uma importante inovação legislativa que permitirá ampliar o universo de possíveis adotantes. Para isso, retira do ECA a obrigação de que somente aqueles não-inscritos nos cadastros de adoção possam participar do programa de apadrinhamento.

Dessa forma, a um só tempo, aqueles cadastrados em programas de adoção poderão tornar-se padrinhos, e vice-versa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A doutrina e a melhor interpretação jurídica, registre-se, são amplamente favoráveis à proposta trazida pelo PLS. No entendimento do Ministério Público do Estado do Paraná, é certo que naquela situação em que não haja interessados para a adoção da criança apadrinhada, por questões de faixa etária, raça, etnia, existência de deficiência ou ter grupo de irmãos, e decorrido tempo suficiente para o estabelecimento do vínculo, possa-se realizar a adoção da criança pelos padrinhos. Neste caso, o fundamento é o superior interesse da criança ou adolescente – sempre em primeiro lugar, a criança.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por sua vez, ao pensar nos órfãos com menor apelo junto aos possíveis adotandos, conclui em provimento oficial que, tratando-se de crianças e adolescentes com pouca ou nenhuma perspectiva de adoção, eventual interesse adotivo por parte do padrinho não deverá ser considerado burla ao cadastro de pretendentes à adoção, que, consultado anteriormente, resultou em resposta negativa.

Concluindo, já, as estudiosas Edenilza Gobbo e Larissa Arcaro, ao apreciarem o tema, concluíram que se afigura razoável que o inscrito no cadastro de pretendentes à adoção que queira se habilitar como padrinho não tenha eleito perfil de adotando semelhante ao do possível afilhado.

Dessa forma, portanto, é de se esperar que aquelas crianças e adolescentes que pouco interesse despertam habitualmente entre os adotandos consigam efetivamente ser alvo de programa de apadrinhamento e, por consequência, da adoção propriamente dita, uma vez que os laços estejam estabelecidos entre eles e seus padrinhos.

Percebe-se, Presidenta, que, ao manifestarem-se sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2017, os Ministérios do Desenvolvimento Social e o dos Direitos Humanos esposaram o mesmíssimo entendimento, defendendo que a manutenção da atual redação do §2º do art. 19-B do ECA, ao vedar a prévia inscrição de padrinhos nos cadastros de adoção, implica prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção, ao vedar a possibilidade de serem apadrinhadas por quem está inscrito nos cadastros de adoção, sendo que o perfil priorizado nos programas de apadrinhamento é justamente o de crianças e adolescentes com remotas possibilidades de reinserção familiar. Entendem, portanto, que a medida tem mostrado que parte desse contingente tem logrado sua adoção após a participação em programas de apadrinhamento e construção gradativa de vínculo afetivo com padrinhos e madrinhas, que são potenciais, por si só, adotantes.

Parece-nos, portanto, viável como, sobretudo, necessário, que a vedação a inscritos no cadastro de adoção seja retirada do ECA.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2018. O Senador Garibaldi Alves é o autor e o Senador José Medeiros, Relator.

Não é terminativo, ainda vai para outra comissão. Vi como um gesto de simpatia, de carinho, para que os padrinhos também possam, se assim entenderem, adotar a criança.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Obrigada, Senadora.

Renovando os cumprimentos pelo aniversário da nossa Presidente hoje, Senadora Regina Sousa, desejo-lhe muita saúde e vida muito longa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Paim pela relatoria dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para atualizar, o Relator é o Senador José Medeiros, a autoria do Senador Garibaldi. Fui indicado *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveito já a sua deixa para dizer que me candidato a ser *ad hoc* do item 13, que é do Senador José Medeiros também, que trata de uma matéria muito importante para um equilíbrio de justiça social da legislação em relação à licença paternidade.

Senador Paim, queria mencionar que, quando debatemos a lei de adoção aqui, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, de Pernambuco, o Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Criança e Adolescente entrou com uma matéria dando essa preferência. Como a matéria já estava em adiantado estado de votação para terminar, então não foi acolhida.

Penso que esse projeto agora moderniza e atualiza a lei de adoção, que foi festejada e adotada com muita relevância. E o Deputado Augusto Coutinho foi o articulador desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo, mas teve muito boa vontade para discutir, só que ponderou que, como já estava na fase final de votação no Plenário do Senado, era melhor que fosse feito dessa forma.

Esse projeto que V. Exª está relatando *ad hoc* preenche esse vazio. Então, parabéns!

E também votei lá ontem uma matéria importante, que foi o Senador Romário, que tive a honra de ser a Relatora, na Comissão de Assuntos Sociais, V. Exª era o autor, da questão do mal de Parkinson, para a celebração dos portadores dessa doença.

Então, também quero aproveitar para cumprimentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria que essa parceria vai longe: eu, você e o Romário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai longe, vai longe sim.

Obrigada, Senadora.

Então, candidato-me à relatoria *ad hoc* do item 13.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mais alguém quer discutir o projeto? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que o Senador Paim leu, *ad hoc,* do Projeto nº 221, de 2018, de autoria do Senador Garibaldi Alves.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Presidente, boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Primeiramente, parabéns! Saúde, paz e felicidades por esta data importante.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Gostaria que a senhora pudesse inverter a pauta em relação ao item 27. É um requerimento que eu gostaria de lê-lo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Romário, o senhor teria um tempinho para a gente votar só mais um projeto?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Claro. O.k.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque, aí, a gente passa a ter muitos requerimentos, e eu vou para o do senhor primeiro.

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CRE.*

A Senadora Ana Amélia está sendo nomeada Relatora *ad hoc.* V. Exª está com a palavra para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Regina Sousa.

Caros colegas Senadoras e Senadores, eu vou direto à análise e vou já encurtando, porque aqueles preâmbulos que tratam da constitucionalidade já são a praxe da Casa.

A Lei 13.109, de 25 de março de 2015, que "dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paternidade, no âmbito das Forças Armadas", corrobora o prazo mínimo de cinco dias para licença-paternidade dos servidores militares, já previsto na Constituição. Já os servidores públicos civis da União, regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, têm direito à extensão da licença-paternidade pelo prazo de quinze dias, desde a edição do Decreto 8.737, de 3 de maio de 2016.

No setor privado, a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, já estendera o prazo da licença-paternidade por quinze dias além dos cinco dias previstos no §1º do art. 10 dessa mesma legislação, para pais empregados em pessoas jurídicas participantes do Programa Empresa Cidadã.

Como vemos, os militares e os trabalhadores da iniciativa privada não abrangidos pelo Programa Empresa Cidadã continuam com o prazo mínimo constitucional, significativamente inferior ao dos trabalhadores abrangidos pelas normas citadas acima.

A título comparativo, podemos mencionar que, na América Latina, apenas a Venezuela e o Uruguai têm licença-paternidade mais longa do que a brasileira, com duração, respectivamente, de catorze e de dez dias. Dos demais países latino-americanos, aproximadamente metade prevê licença-paternidade, com prazo igual ou inferior a cinco dias.

Entre os países desenvolvidos, podemos contrapor o exemplo extremo dos Estados Unidos da América, que não garantem, legalmente, prazo mínimo de licença-paternidade – sequer licença-maternidade –, contrapostos a casos como os da Suécia, Alemanha e Itália, que avançaram no sentido de oferecer uma licença parental conjunta para pais e mães.

A Suécia, por exemplo, garante quatrocentos e oitenta dias de licença parental, sendo que cada pai ou mãe é obrigado a tirar pelo menos sessenta dias, podendo o casal decidir livremente sobre o gozo do restante do prazo, até que a criança complete oito anos, além do direito de optar por uma redução de 25% na sua jornada de trabalho, com redução proporcional do salário – isso é que é se chamar direito dos trabalhadores: viva a Suécia!

Na Alemanha, a licença parental é conjunta e com duração de quatorze meses, devendo cada pai ou mãe gozar de, no mínimo, dois meses, e pode ser exercida até que a criança complete três anos. Para usufruir da licença, o pai ou a mãe deve residir na mesma casa que a criança e ser responsável pelos cuidados com ela, além de não poder trabalhar mais do que trinta horas por semana durante a licença.

Na Itália, a licença parental conjunta tem duração de dez meses, com duração máxima de até seis meses para cada pai ou mãe.

A licença-paternidade continua sendo drasticamente menor do que a licença-maternidade. Mesmo que seja ampliada para vinte dias, ilustra a percepção de que o pai ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é coadjuvante na criação dos filhos. É certo que somente mulheres podem amamentar e que a mãe é insubstituível para o bebê, especialmente nas primeiras semanas de vida, mas tamanha diferença mostra que ainda é forte a ideia de que o pai é mero provedor, ou, quando muito, ajudante da mãe na criação dos filhos.

A paternidade ativa que se busca reconhecer mediante iniciativas como o PLC nº 41, de 2018, é justamente o envolvimento direto e profundo com seu filho, incluindo o compartilhamento de responsabilidades entre pai e mãe em relação a tudo que for relacionado à criança.

Pouco a pouco, homens vêm assumindo responsabilidades antes consideradas estritamente femininas, deixando de ser apenas auxiliares da mãe no cuidado e na educação dos filhos. Ao quadruplicar o tempo que atualmente é concedido para a licença-paternidade, o PLC nº 41, de 2018, mesmo sendo restrito aos servidores militares, assinala que o cuidado dos filhos deve ser partilhado por pai e mãe e reforça o direito da criança à vida familiar, favorecendo o contato e a formação de vínculos afetivos logo após o nascimento da criança. A presença do pai nas primeiras semanas de vida do bebê contribui, inclusive, para mitigar o desgaste físico intenso a que a mãe é submetida nesse período, diminuindo a incidência de depressão pós-parto e outras doenças que podem acometê-la, além de contribuir para o sucesso da amamentação.

Como todos já receberam essa explicação, e até pelo senso de justiça que se estabelece entre pais militares e pais civis servidores públicos, o voto, em razão do exposto – e como sou Relatora *ad hoc*, concordo plenamente – é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2018, igualando o tratamento dado à licença-paternidade, para os servidores militares, dos servidores civis funcionários da União.

Muito obrigada, cara Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

Senador Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar tanto o autor como o Relator e a Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço questão de lembrar um pouco a história, Srª Presidenta: eu fui Constituinte e, quando o Alceni Guerra subiu à tribuna para defender licença-paternidade, foi quase um sorriso só no plenário: "Resguardo?" Foi uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma gozação, uma ironia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi uma gozação; risos, risos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ironia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram gargalhadas no plenário. Em todo o plenário eu ouvi isso. Claro que não de todas as pessoas, mas em grande quantidade.

Ele subiu à tribuna e, como médico, falou de como foi a experiência dele nos primeiros dias com as suas filhas. Quando ele terminou o pronunciamento, os que estavam rindo estavam chorando. Foi uma emoção total. O resultado, Senadora: foi aprovado por unanimidade.

Eu quero aqui lembrar o Alceni Guerra, nem sei se ele está na política ainda, sei que ele é do Paraná. Mas foi um gesto bonito, bonito, bonito, que emocionou aquelas milhares e milhares de pessoas que estavam acompanhando. Era uma votação decisiva. E assim que nós consagramos, no texto da Carta Magna, a licença-paternidade.

Então, dessa forma, eu só posso cumprimentar a iniciativa do projeto e a relatoria que garante esse direito bonito de valorização da vida na sua essência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina, eu queria agradecer ao Senador Paim. Eu era jornalista, Senador, na votação dessa matéria.

Eu preciso também dizer que o Alceni Guerra, que foi Ministro da Saúde, foi duramente penalizado. O Senador Alceni Guerra é nosso conterrâneo gaúcho, nasceu no Rio Grande do Sul e foi para o Paraná. E o Senador Alceni Guerra, Deputado à época, tinha uma razão muito especial para propor o que ele propôs: ele era médico pediatra. Então, ele sabia do que estava falando, Senadora Regina. Por ser médico pediatra, ele sabia da necessidade do cuidado na primeira infância. Por isso, apresentou.

Como disse o Senador Paim, ele foi ironizado, ridicularizado. Mas hoje está se vendo... Nós estamos aqui buscando a ampliação da licença-paternidade. Hoje, na sociedade moderna, o compartilhamento das responsabilidades entre homens e mulheres na criação dos filhos é muito semelhante. Isso é muito bom, porque a criança é beneficiada nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço essa lembrança e essa referência do Senador Paim, fazendo justiça ao Alceni Guerra pelo que ele fez em favor das crianças, com uma vida mais saudável desde o seu nascimento.

Quero também fazer um registro do que faz um Deputado do Rio Grande do Sul que foi Secretário da Saúde, Osmar Terra, em relação ao cuidado da primeira infância. Ele é um sacerdote na defesa dessa matéria da primeira infância.

Então, obrigada, Senador Paim, por fazer essa recuperação da memória dos brasileiros em relação a esse benefício, a esse direito dado aos pais na licença-paternidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Medeiros, que era o Relator...

Senadora Vanessa, por favor, para discutir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Obrigada, Senadora Regina.

Quero cumprimentar tanto o Relator quanto a Senadora que acaba de ler o relatório e dizer da importância deste projeto.

Este é um dos projetos que mereceriam, Senadora Regina, a aprovação, pela Comissão, de um pedido de urgência, encaminhado, Senadora Ana Amélia, ao plenário. Eu sugiro, desde já, que façamos e aprovemos um requerimento de urgência para votarmos no plenário, porque este é um projeto em que não há polêmica em relação a ele, apesar do que foi dito aqui.

Senador Paim, lamentavelmente, esses risos que aconteceram lá atrás acontecem ainda hoje – lamentavelmente. Eu tinha uma emenda a um projeto, a uma PEC na realidade... Era uma proposta de emenda à Constituição do Senador Aécio Neves que ampliava a licença-maternidade das mães cujos filhos eram, logo que nascidos, internados em UTI. E a minha emenda era para ampliar, no caso a da mãe, mas a do pai também.

Simplesmente, conversando com várias pessoas, com vários homens, o que eles diziam: "Não, se aumentar a licença-paternidade do homem, ele vai beber cachaça no bar da esquina." Eu falei: por isso que a gente não aumenta, por causa dessa visão de vocês. Não, a licença-paternidade é para o pai cuidar da criança junto com a mãe. Nós temos que acabar com essa cultura do machismo que acha que tarefa doméstica, tarefa de cuidar de criança é só da mãe. Não é por que é ela que dá à luz, ela que amamenta, que somente ela tem a obrigação de cuidar.

Então, eu peço já, Senadora Regina... Deve haver algum formulário aqui do requerimento de pedido de urgência para que a gente vote na sequência para V. Exª encaminhar ao plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Este projeto, Senadora Regina, eu creio que é um dos mais modernos que apareceram não só na legislação brasileira, mas na do mundo.

Quando se trata de criança, quando se trata de primeira infância, geralmente as pessoas torcem o nariz para discussão e não dão muita importância. Nós, por exemplo, se formos ver políticas públicas, temos políticas públicas para quase todas as faixas etárias, mas, para a primeira infância, ela é praticamente ignorada. O Brasil tem avançado muito nessa área, e esse projeto vem justamente nesse mesmo caminho, nesse mesmo rumo.

E qual a importância disso? Qual a importância de se dar o devido olhar para essa fase da vida? Existem estudos no mundo inteiro, com universidades renomadas, como Harvard, Stanford e Cambridge, que mostram que é nessa fase da primeira infância, da concepção até os seis anos de idade, que ocorre o desenvolvimento do cérebro da criança, que ocorrem todas as formações que vão direcionar e vão fazer com que aquele adulto seja uma pessoa normal ou não.

Quando eu falo dessa normalidade, vamos dizer o que significa isso. Foi feito um estudo – volto a nomear as universidades, Universidade de Harvard, de Cambridge e de outras – com dois grupos de crianças em situação de vulnerabilidade, de zero até seis anos. Um grupo de onze crianças foi só observado. Ao outro grupo foi dada toda essa atenção com os pais, o pai e a mãe, e toda semana um agente também do Estado, como se fosse um agente de saúde, ia a casa visitar para ver se a criança estava tendo um atendimento normal. Que atendimento é esse? Para não ter estresse crônico, o que é chamado de violência, abuso, para que ela pudesse desenvolver o seu cérebro normalmente.

Para encurtar a história, ao chegar aos 18 anos, eles fizeram uma observação nos dois grupos. Aquele grupo que foi monitorado, que teve toda a assistência dos pais, que teve todo o amparo, em que a criança teve um desenvolvimento cerebral normal, teve indicadores de aprendizagem muito altos, teve pouco índice de drogadição, de alcoolismo, de gravidez na adolescência. E, no outro grupo, foi um caos total. Então, eles demonstraram que não era o fato de eles serem pobres, não era o fato de estarem numa comunidade de alta vulnerabilidade que definia; era o cuidado com a criança. Então, este projeto vem nessa linha de dar amparo, de ajudar, porque nem sempre a mãe, Senador Paulo Paim, está em condições de cuidar. Às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a mãe está com depressão pós-parto, e não se leva em conta isso. E isso tem um impacto muito forte na vida e no desenvolvimento daquela criança. E, se o pai está ali presente, ele pode estar amparando nessas questões.

E o que a Senadora Vanessa falou aqui é muito válido. Esses chavões, essas verdades prontas, tais como, "Ah, o cara vai tomar cachaça!"... Ele pode até tomar a cachaça dele lá, mas ele vai estar presente, vai estar presente ali. A mãe vai estar falando: "Olha, eu preciso disso", e ele vai estar amparando.

Então, a Comissão de Direitos Humanos, sob sua presidência, Senadora Regina, presta um grande serviço à população brasileira, hoje. E é esse tipo de ação que às vezes o Senado faz e que as pessoas nem observam muito, "porque é lá na Comissão de Direitos Humanos e tal", que, por vezes, causam mudanças no ser social que é impossível até de valorar, porque isso, com o passar do tempo, vai calcificando, na sociedade, e agregando valores que o dinheiro não compra, programas não compram. Por quê? A própria sociedade vai se construindo através desse tipo de ação.

Eu agradeço por ter participado deste projeto. Parabenizo a Senadora Ana Amélia, que foi Relatora *ad hoc*, o autor, Senador Garibaldi Alves, e toda a Comissão por estar sendo a favor deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, eu já falei na abertura, quero cumprimentar a iniciativa do Senador e de V. Exª como Relator e da Senadora *ad hoc*, mas só para reforçar essa história da cachaça e de que "vai ficar na vagabundagem".

Quando foi também para libertar os escravos, disseram exatamente isto: que não podiam libertar os negros, porque eles iriam ficar bebendo, iriam ficar na vadiagem.

Isso mostra o quanto o atraso ainda continuava. Mas eu vou mais à frente agora. Quando brigávamos aqui para tirar o salário mínimo de US$100 – foi uma luta histórica, e chegamos hoje a US$300 –, diziam: "Não, não dá para aumentar o salário mínimo, porque esse povo vai gastar com bebida!". Veja os argumentos inconsequentes de algumas pessoas irresponsáveis. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse caso, então, eu me lembro, porque eu fui Constituinte, e eu contei aqui da gargalhada só no plenário pela licença-paternidade.

Graças a Deus, avançamos! E hoje estamos avançando ainda mais a partir deste Projeto. Parabéns a V. Exª e ao autor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim! Obrigada, Senador Medeiros! Acho que já debatemos.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Senadores e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para a CRE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu tenho um requerimento aí também, não sei como é que está lá...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vanessa!

Só um instantinho! Só um instantinho!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Extrapauta, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Vanessa vai apresentar um requerimento de urgência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque nós estamos recebendo a ilustre visita do Deputado Paulo...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me só fazer aqui o preâmbulo correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e por isso que eu estou aqui desatenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão extrapauta.

Senadora Vanessa.

EXTRAPAUTA

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 338, inciso IV, combinado com o art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2018, que "Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será encaminhado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, o Senador Medeiros se encontra aqui, agora. Senador Medeiros, eu fui Relator *ad hoc* de um projeto do Senador Garibaldi do qual V. Exª foi o Relator principal. E, como nós estamos tratando de criança, aqui, Senador Medeiros, hoje é o seu dia. Porque eu vou fazer um apelo, na mesma linha da Senadora Vanessa, desse projeto de que V. Exª é o Relator, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Garibaldi é o autor, que é permitir que os padrinhos possam também, aqui, alterando o Estatuto, adotar as crianças.

Eu queria perguntar a V. Exª, e se o Plenário concordar, se poderíamos dar a mesma urgência também para esse projeto aqui, na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi votado antes?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi votado antes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não tem problema.

Requerimento de urgência para a primeira votação que nós fizemos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Garibaldi é o autor; o Senador Medeiros é o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... em relação à criança também, que foi lido aqui pelo Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai a outra Comissão, então!

Valeu a iniciativa, a boa vontade de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, agora, nós vamos aos requerimentos.

Há um pedido do Senador Romário, de inversão de pauta, para ler, primeiro, o requerimento dele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E depois há um requerimento meu também, extrapauta, Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos vários requerimentos aqui na pauta, inclusive meu.

O seu é extrapauta?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O meu é extrapauta. É uma audiência pública, na verdade. Depois eu explicaria que é sobre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdos da conta de luz, no Estado do Rio de Janeiro, da Light, da Enel, um verdadeiro assalto. Eu falarei depois sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos ao do Senador Romário.

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema "Medicamento SPINRAZA: o direito à vida na mão dos tribunais".

Autoria: Senador Romário

Concedo a palavra ao Senador Romário para encaminhar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente.

O Spinraza é um medicamento usado para tratar a Atrofia Muscular Espinhal e foi aprovado pela Anvisa para todos os tipos da doença, sem restrição evidenciada em bula, seja para o tipo da doença ou idade do paciente.

No entanto, obtivemos informações de que o Ministério da Saúde restringe a distribuição deste medicamento apenas para crianças de até sete meses, alegando que esses foram os únicos que participaram dos ensaios clínicos, o que contrapõe evidências demonstradas pelos pais de pacientes, pelas associações que lutam pela causa, bem como pela própria farmacêutica que responde pela produção do medicamento.

Diante disso, existem pacientes morrendo sem receber o medicamento ou, quando conseguem receber, por meio de ação judicial, já o recebem em uma fase crítica e adiantada da doença, muitas vezes, tarde demais.

Assim, proponho essa audiência pública que reunirá, médicos, juízes, pais, laboratórios fabricantes, presidentes dos planos de saúde, representantes do Ministério da Saúde e outros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para discutir sobre o direito à vida e, peço apoio a esta Presidência e a meus pares, aqui, nesta reunião.

Só para completar, Srª Presidente, há um descaso infelizmente muito grande de alguns órgãos em relação a esse medicamento. E o pior: um descaso maior ainda do Ministério da Saúde. Eu, particularmente, estive com alguns pais, há alguns meses, na presença do anterior Ministro da Saúde, o Ricardo Barros, e fomos recebidos lá pelo Ministro. Conversamos, colocamos a importância e a relevância de se rediscutir esse problema, e nada aconteceu, depois de vários dias desse encontro. Muitos pais, muitas associações me procuraram para que seja feita essa audiência pública. Eu tenho certeza de que, a partir dessa audiência pública, o Brasil vai ter um conhecimento melhor e maior do que está acontecendo em relação a esse medicamento, e principalmente de qual é o objetivo maior do Ministério da Saúde em não liberar esses medicamentos para essas pessoas que estão a cada dia morrendo. É lamentável e triste, mas essa é a grande verdade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para reforçar a iniciativa do Senador Romário. É um absurdo a postura do Ministério da Saúde em relação a esses remédios, que podem salvar centenas ou milhares de vidas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Com certeza, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romário, com a sensibilidade de sempre, apresenta aqui para a gente realizar um debate aprofundando e cobrando das autoridades, porque com vida não se brinca.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – E antecipadamente, Presidente, se for do conhecimento e da vontade dos Senadores e Senadoras desta Comissão agora aprovar, há a possibilidade de a gente realizar inclusive essa audiência pública até mesmo na próxima quarta-feira. Eu não sei ainda com certeza se nós teremos aqui reunião, mas, se houver, seria bem interessante, devido à gravidade do que está acontecendo com essas crianças, e da pressa que essas pessoas têm desse medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senador Romário. É um tema muito sensível. Se houver reunião, se houver vaga, a gente vê. Acho que quarta-feira não está marcada nenhuma audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tranquilamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Regina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Apoio totalmente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria anunciar a V. Exª que eu estou entrando com um requerimento para que a gente faça, Senador Romário, Senador Paim, uma discussão aqui sobre a fome no Brasil, porque esta é uma Comissão de Direitos Humanos. Infelizmente, depois de um processo de redução na pobreza no nosso País, a gente está voltando para o mapa da fome. Este assunto não é tratado neste País. Eu não vejo aqui no Senado Federal uma discussão aprofundada sobre o tema. Nós estamos voltando ao mapa da fome. Um milhão e meio de pessoas voltaram à pobreza absoluta. Isso é gravíssimo. Há um silêncio do País com tudo isso. As pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha! Esse é um outro debate que a gente tem que fazer, o botijão de gás, a vida das pessoas, porque eu acho que esta é uma Comissão, Senador Paulo Paim, que trata disso.

Nós estamos vivendo uma verdadeira devastação social com este Governo do Temer. Eu inclusive digo o seguinte: essa história de inflação, ele diz que a inflação é 3%. Para o povo não é, porque para o povo está aumentando o quê? Está aumentando primeiro o botijão de gás. Tem gente fazendo escolha entre comprar comida e comprar o botijão de gás. No Rio, a passagem de ônibus, Senador Romário, subiu, de dezembro para cá, 17%. Então, sobe botijão de gás, sobe passagem de ônibus, sobe conta de luz, energia elétrica. Então é a vida do povo.

Eu estou apresentando também esse requerimento. Eu tenho mais dois, dos quais eu queria depois falar para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tenho uma série aqui, que nós vamos votar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas esse é um que eu queria que a gente fizesse uma audiência pública sobre esse tema, trazendo especialistas para chamar a atenção do Brasil e do mundo para o que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Vou colocar em votação o do Senador Romário, o que eu ainda não fiz.

Encerrada a discussão, coloco o requerimento em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora nós temos aqui uma série de requerimentos. Nós vamos seguir aqui na pauta.

José Medeiros saiu? (*Pausa.*)

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma parceria que a gente sempre faz, com todos os Senadores desta Comissão, se precisar assinar embaixo do Senador Medeiros, eu assino para ele. Eu sei que a intenção é das melhores, debater o tema. E nós temos que debater todos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então vamos lá. Item 25.

Ele vai subscrever o do Senador Medeiros.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre laqueadura compulsória com a participação dos seguintes convidados: • Corregedor do Conselho Nacional da Justiça (CNJ); • Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); • Defensoria Pública da Mulher em São Paulo; • Atriz Thais Araujo – Embaixadora na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONU; • Luciana Boiteaux - Professora da Faculdade de Direito da UFRJ; • Paulo Silveira - membro do movimento respeito é bom e eu gosto e autor e organizador do livro "Exercício da Paternidade".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, esse é o número 25?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Senadora Vanessa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É da Senadora Vanessa. Ela já nos deu a alegria de deixar a justificativa, bem curtinha. Eu vou ler aqui as palavras da Senadora:

> Vimos nos meios de comunicação a notícia de que a moradora de Mococa Janaína Aparecida Quirino foi submetida a uma laqueadura sem seu consentimento. Após a notícia de Janaína, outros diversos casos vieram à tona, inclusive no mesmo Município. Foi o caso de Tatiane Monique Dias. Os casos relatados são incontestáveis violações de direitos fundamentais e da legislação vigente, uma vez que a Lei nº 9.263, de 1996, dispõe sobre o planejamento familiar e, em regra, veda a laqueadura compulsória. Não podendo protelar o assunto, sugerimos audiência pública, rapidamente, claro, nos parâmetros desta Comissão, para que atentados e delitos como esse sejam evitados e banidos por autoridades que deveriam resguardar nossos direitos. Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu assino embaixo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Senador Lindbergh pediu de novo a inversão, por conta de ter que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Peço desculpas. É porque eu estou inscrito no plenário agora. Eu sou o próximo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu sei. Eu vou, então, colocar os dois. Aliás, são três extrapauta. Para não ter que repetir, eu peço ao Senador Paim para vir aqui, porque tem um que é meu, que é extrapauta.

Eu vou encaminhar aqui o do Senador Lindbergh.

Consulto os Srs. Senadores e as Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta.

Vou ler os dois do Senador Lindbergh. Depois, há um que é de minha autoria. No momento certo, eu passo a Presidência. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Ainda há o Lindbergh.

Requerimento nº 133. Lembro que este requerimento substitui o Requerimento 128, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com base nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde, Sr. Leandro Fonseca da Silva e o Diretor Executivo da GEAP, Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares em 2018 e 2019, e por outro lado o elevado reajuste das mensalidades da GEAP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Eu vou ler os dois e você os encaminha juntos, porque assim a gente ganha tempo.

Requerimento 132, que substitui o Requerimento 126, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas ao levantamento de informações e dados e discussão sobre os recentes aumentos nas tarifas de energia elétrica aos consumidores, notadamente no estado do Rio de Janeiro, e a nova cobrança por estimativa.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Dessa forma, requeiro o convite das seguintes personalidades: Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Ricardo Pericar, Vice-Prefeito do Município de São Gonçalo; Representante da Enel Brasil S.A.; Representante da Light Serviços de Eletricidade S.A.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para encaminhar os dois requerimentos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, o que está acontecendo no Brasil neste momento é um grande absurdo com as pessoas e com os consumidores. Primeiro, os planos de saúde. Houve uma resolução, Senador Paulo Paim, baixada na semana passada, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar que é um verdadeiro assalto às pessoas que têm plano de saúde. E vale dizer que há muitas pessoas que têm plano de saúde e que recebem R$2 mil, pouco mais de R$1 mil. Na cidade do Rio de Janeiro, são 43% de pessoas que têm plano de saúde.

Sabe o que eles aprovaram? Aprovaram agora, regulamentaram a coparticipação. Ela já, mas tinha um teto de 30%, e não era regulamentada. Agora, com essa regulamentação de 40%, eles vão querer que quem tem plano de saúde migre para esse modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é isso, Senador Paulo Paim? Você passa a pagar mais para o plano de saúde por cada procedimento. Se uma cirurgia for de R$ 1 mil, você além da mensalidade vai ter que pagar mais R$ 400 ao plano de saúde.

Internação. Antes não havia internação na coparticipação. Se você tem uma internação de R$10 mil – e a gente sabe que a internação é cara – além do que você paga por mês você teria que pagar mais R$4 mil ao plano. É escandaloso.

Para vocês terem uma ideia, para quem tem plano empresarial, porque agora plano individual são poucos que têm, são 8 milhões dos 47, porque hoje você não acha plano individual, porque eles querem que todo mundo faça o empresarial, porque esse não é regulado pela ANS. Então, se você tem um plano empresarial, agora, com essas regras, se você paga R$500 por mês, R$6 mil por ano, você pode pagar até R$9 mil a mais para o plano de saúde. É um escândalo.

E vale dizer que a gente teve aprovado aqui pelo Senado há dez dias um nome para a agência que tinha sido advogado justamente das operadoras dos planos de saúde. Então, eu acho que é fundamental que esta Comissão discuta esse assunto. Há uma verdadeira grita sobre isso.

E há um outro assunto que também está ligada à defesa dos direitos consumidor, que fala em energia elétrica. Quando falo, Senador Paulo Paim, que a inflação para o povo está muito acima: o IPCA, no Brasil inteiro, da energia elétrica, teve aumento de 13%, quando eles dizem que a inflação é de 3%.

No Rio de Janeiro, está havendo um absurdo por parte de duas empresas: a Light e a Enel. Elas estão cobrando por estimativa, por *chip*, sem um medidor na casa da pessoa, porque, quando você tem um medidor, você acompanha aquilo lá. Agora não. E estão mandando multas. Mandam um tal de TOI para a casa de todo mundo, dizendo que a pessoa tem "gato", quando a pessoa, às vezes, não tem "gato", e não tem como recorrer.

Então, é uma verdadeira grita generalizada. E o mais grave disso: isso está acontecendo nas áreas das comunidades do Rio de Janeiro, nas áreas mais pobres do Rio de Janeiro. Eles estão aumentando aí. Sabem por quê? Porque, quando aumentam na classe média, a repercussão é grande. Eles estão aumentando no meio do povo, do povo mais pobre. Senador Paulo Paim, essa é uma reclamação generalizada. Então, essas duas audiências públicas são muito importantes.

Eu pediria mais um minuto para a Senadora Regina para dizer que estou entrando com um outro requerimento. Isso aí é em relação ao voto de solidariedade aos servidores da saúde do Estado do Rio de Janeiro que, depois de uma luta muito grande – era a única categoria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha aprovado o plano de cargos e salários – , conseguiu aprovar a Lei 7.946. Foi aprovada agora dia 29 de junho.

Só que olhe que absurdo, Senador Paulo Paim! Agora tem de haver autorização do Conselho de Supervisão do Plano de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro. Olhe que absurdo! A Assembleia aprova um plano de cargos, só que o plano de cargos fica suspenso, porque há esse programa de recuperação fiscal do Rio de Janeiro, e precisa-se de uma autorização desse conselho aqui. Nós, da Bancada do Rio de Janeiro, exigimos que esse conselho autorize. É preciso respeitar a autonomia federativa do Estado. Foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Então, deixo aqui este requerimento que vou apresentar, Senadora Regina, porque é muito importante. É uma categoria que está com salário muito defasado. Há uma defasagem muito grande de pessoas. Faltam muitos, na área de saúde, enfermeiros, médicos, trabalhadores de diversas áreas. Mas esse é um tema muito sensível para o Rio de Janeiro.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

O Senador Paim já está com o microfone e quer complementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

É só para cumprimentar o Senador Lindbergh pelas três iniciativas. É inegável que agora, neste País, parece que virou moda atacar servidor público. É como se o servidor público municipal, estadual, federal, fosse o culpado por todos os males.

Olha, há uma proposta lá na Comissão de Orçamento de um Senador – não vou citar o nome, porque vou tentar conversar com ele ainda – que quer que no orçamento se consagre que salário de servidor público tem de ficar mais dois anos congelado. Já está há dois anos. Isso vai significar quatro anos de congelamento dos vencimentos dos servidores.

Claro que vou falar com o Senador e vou entrar com uma emenda, também, para tentar derrubar essa emenda, que é cruel. Se ele dissesse, pelo menos: "Vamos garantir ao servidor o correspondente à inflação", mas nem isso ele quer. Ele quer deixar congelado por mais dois anos o que já está congelado há dois anos.

Quanto à questão da saúde e dos planos privados, já fiz umas duas ou três audiências. É absurdo o que a gente ouve: que eles chegaram a aumentar dez vezes o valor da inflação do período para aqueles que têm um plano de saúde privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Calculem, senhores, o meu salário não aumenta um centavo, ou, às vezes, aumentou, durante aquele período, 1%, 2%, e o plano de saúde aumentou dez vezes. A inflação, 2%, e o plano aumentou 20%; a inflação cinco... E por aí vai sucessivamente. Isso é inaceitável! Mais de 3 milhões de pessoas já abandonaram esses planos de saúde e estão indo para o SUS. E nós temos aquela Emenda 95, que congelou todos os investimentos. Então, como é que você coloca mais 3 milhões de pessoas no SUS, que já está fragilizado, num momento em que não se pode investir mais em saúde, em educação e em segurança? Por isso é que mais esse debate é importante, sim, e que vai na linha daqueles outros que nós também aqui já encaminhamos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Só para completar, essa questão dos planos de saúde está deixando os idosos em polvorosa, todos apavorados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São os que mais precisam.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso, porque fazem um sacrifício danado, deixam de comprar coisas essenciais para pagar plano de saúde – R$1,2 mil, R$1,5 mil. E, agora, se ele precisar ficar internado, vai ter que ter dinheiro para pagar 40%. Então, isso é um absurdo! Eu acho que a gente tem que derrubar essa proposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a maioria está abandonando os planos, porque não consegue pagá-los mais.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em votação os Requerimentos nºs 132, 133 e 136, do Senador Lindbergh. O 136 foi esse último que ele encaminhou.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Passo a Presidência ao Senador Paim para que possa encaminhar o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 134, de 2018.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Desmonte dos bancos públicos: privatização

e desemprego".

Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, Presidenta desta Comissão, para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Essa foi uma demanda, inclusive, de muitas categorias. E a gente tem percebido que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão se desidratando. Essa também é uma demanda dos idosos dos Municípios pequenos por onde eu ando, porque esses eram os únicos bancos em que eles iam receber seus benefícios. Agora, eles estão viajando, por exemplo, 150km para achar uma agência bancária para receber os seus benefícios, principalmente tratar com o INSS.

Então, é preciso, porque já foram 18 mil empregos embora, após o fechamento dessas agências. Mais de 800 agências foram fechadas. E ainda há um banco que não entrou, que é o Banco do Nordeste; aliás, dois, porque há também o Banco da Amazônia. Mas eles poderão ser os próximos.

Então, estão desmontando os bancos. E o pessoal da Agricultura Familiar também vai sofrer as consequências, porque é lá que essas pessoas fazem os seus negócios, os empréstimos para a agricultura familiar com os bancos. Então, está havendo todo esse processo.

A gente já viu isso acontecer em outras estatais, mas esse processo nos bancos está sendo muito silencioso. A gente não está vendo o barulho por causa do desmonte dos bancos. Mas há muitas agências já fechadas.

Então, queria fazer esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero cumprimentar a Senadora por essa proposta para debater a questão da privatização, do desemprego e do desmonte dos próprios bancos públicos. E não é a primeira vez em que eles sinalizam isso. Como querem meter a mão na previdência, nesses trilhões da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência, querem fazer a dita reforma para acabar com o direito de aposentar. E também há sempre a ameaça de privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, e por aí vai. Por isso é um alerta a sua iniciativa, e aqui ficam os meus cumprimentos.

Alguém mais quer discutir a matéria? Concedo a palavra para quem quiser discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Presidenta Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vou encaminhar os últimos requerimentos agora, que são de sua autoria.

Vou ler os dois, aí o senhor encaminha os dois juntos.

É o item 28 e o item 29.

ITEM 28

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os fundos de pensão dos funcionários do Correios, o Postalis".

Autoria: Senador Paulo Paim

Postalis, que é o dono dos fundos de pensão.

Então, especificamente quanto aos funcionários dos Correios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os impactos das políticas de estado frente a saúde suplementar e suas consequências no SUS".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, realizamos aqui recentemente uma audiência pública, porque eles pretendiam fechar 500 agências e demitir 5 mil funcionários dos Correios. Felizmente, mediante aquela audiência pública, o Presidente da companhia esteve aqui e disse que não, não fecharia nenhuma agência, como também não iria demitir 5 mil, como estava em manchete na imprensa.

Aí, quando perguntaram para ele: "E no ano que vem?" Disse ele: "Bem, no ano que vem não posso me responsabilizar." E eu até entendi e disse: claro que não, porque o ano que vem o Presidente da República será outro e ele que vai indicar quem vai ser o novo Presidente dos Correios, e naturalmente vamos trabalhar para que não seja alguém que queira privatizar tudo neste País.

E, quanto a esse caso aqui, porque também nos procuraram os trabalhadores dos Correios, eles estão praticamente falindo o fundo de pensão dos funcionários dos Correios e Postalis. E, com essa preocupação, eles querem fazer uma audiência pública, chamar inclusive o interventor para debaterem esse tema, para encontrarmos um caminho, quem sabe, num debate com a profundidade que a situação exige, para salvar o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, que já estão pagando muito mais do que o que tinham que pagar, pela situação do fundo. Esse é o objetivo do debate sobre o fundo de pensão dos funcionários dos Correios e Postalis.

O outro, vai na linha de uma preocupação que é generalizada no País, os impactos das políticas de Estado frente à saúde suplementar e suas consequências no SUS. Aquilo que dizia antes: mais de 3 milhões de pessoas tiveram que abandonar os planos privados, porque não conseguem pagar, não é nem a questão dos 40%, não há como pagar. Então, o cara abandona

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e perde tudo. Às vezes, pagou por 20, 30 anos, o plano de saúde. Eu, por exemplo, pago, há mais de 30 anos, o plano de saúde. E as consequências no SUS. Como se faz para esses milhões de pessoas,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vão sobrecarregar o SUS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que vão sobrecarregar o SUS, e não se pode, devido à Emenda 95, investir na saúde.

Esse é o objetivo, Presidenta, dos dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os Requerimentos nºs 130 e 131, de autoria do Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Temos o último requerimento, que é da Senadora Lídice da Mata, mas o Senador Paulo Paim subscreveu.

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a "vulneração dos direitos humanos nas comunidades tradicionais extrativistas e a violação da convenção 169 da OIT".

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

O requerimento foi subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu vou direto à justificativa, os indicados são três, mas poderão ser outros indicados.

Diz a Senadora Lídice da Mata que as comunidades extrativistas estão sendo ameaçadas em virtude de diversas ações conduzidas por empresas privadas que têm como objetivo expulsar os moradores dessas localidades. Sob o artifício de criação de APAs, sem qualquer respaldo técnico, ou mesmo uma discussão mais aprofundada com as comunidades afetadas, milhares de famílias, a maioria delas assentadas há centenas de anos, serão forçadas a deixarem seus lares em favor da exploração comercial.

Por essa razão, solicitamos, então, o apoio dos eminentes pares para a discussão e aprovação do presente requerimento.

Senadora Lídice da Mata. E eu subscrevi.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado; Requerimento nº 111, de 2018.

Obrigada, Senador.

Só para dar uma satisfação, ficamos votando todas essas coisas, porque nós sabemos que há pessoas aqui interessadas, que vieram para ver o Estatuto do Cigano.

O Relator é o Senador Hélio José, ficou de vir, disse que viria, deve ter tido algum contratempo, porque não chegou. Embora não pudesse ser votado hoje, poderia ter sido lido, pois é de caráter terminativo, por isso só pode ser votado com uma quantidade x de Senadores aqui que são dez. Não é, Cristiano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Teríamos que ter dez Senadores presentes, porque a votação é nominal.

Então, prometo a vocês fazer um esforço para ver se colocamos na próxima pauta, porque temos que sair correndo atrás dos Senadores para poderem vir votar, mas eles vêm, às vezes eles atendem e vêm. Seria importante a leitura, mas, como ele não está, ele é o Relator, faz questão, não posso nomear outra pessoa para relatar, a não ser que ele permitisse, que tivesse dito que poderíamos fazer isso. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos tentar ver se na próxima pauta a gente consegue.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, permita-me, é sobre este mesmo tema.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lamento muito, mas sei que foi por motivo de força maior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele disse quer iria fazer um esforço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou autor do projeto que garante o Estatuto dos Ciganos. Vocês podem ter certeza de que eu estou fazendo o maior esforço para vê-lo votado, porque, se eu aprovei o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como Relator aprovei o Estatuto da Juventude, aprovei o Estatuto da Igualdade Racial e Social para que ninguém fosse discriminado, por que não podemos votar com rapidez também o Estatuto dos Ciganos? Que ficam de forma invisível numa sociedade como a nossa e, por isso, esse estatuto foi construído com muito carinho, por muita gente, eles aqui construíram, porque como sempre digo, que é uma palavra que é de vocês e de outros setores, tudo conosco, nada sem nós.

Então, quanto a essa obra de que o Hélio José foi Relator, espero, Senadora, sinceramente, que esta votação aconteça, ele é terminativo, mas poderíamos ter pelo menos assegurada, no dia de hoje, a leitura; como não foi possível, eu entendo – eu entendo!

Por fim, Presidenta, queria agradecer muito a V. Exª e a esses lutadores ciganos, que se deslocaram de seus lares, eu sei que é uma dificuldade, eu sei como é a dificuldade de vocês para se deslocarem para cá e, pelo menos, que tivessem levado que o projeto teria sido lido já e teríamos de marcar, então, um dia, no esforço concentrado, para a votação.

Eu sei que não é o momento, eu peço desculpas em relação ao Senador Hélio José. Podem saber que é um motivo de força maior pelo qual ele não estava aqui e vou dar uma salva de palmas a vocês aqui, pela luta de vocês. (*Palmas.*)

O SR. LUIS BRUNO DE MORAES – Nosso Senador, uma palavrinha, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fale.

O SR. LUIS BRUNO DE MORAES – Eu só tenho a agradecer ao nosso querido e estimado Senador Paim, porque ele é guerreiro, junto conosco, desde o início da nossa Associação. Ele foi quem nos ajudou na associação, ele foi quem criou nosso estatuto e nós esperamos em Deus que o estatuto vai ser aprovado.

O Senador Paulo Paim e a Deputada Erika Kokay são nossos guerreiros, junto conosco, desde o nosso início na nossa associação, e todos os Senadores.

E aqui tenho que deixar meus agradecimentos ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita que eu diga também, só questão de justiça,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parabéns, Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que o Senador Hélio José fez um belo trabalho. Ele já conseguiu aprovar em duas Comissões, esta é a terceira.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E a última.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aqui nós pedimos para ele relatar e ele vai relatar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Essa aqui é a última e ela já vai diretamente para a Câmara.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai diretamente para a Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, é porque ele realmente deve ter tido um problema, para não chegar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gravíssimo.

Ele estava todo emocionado e satisfeito, porque iria votar hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 63ª à 69ª Reuniões da CDH e também a Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nós temos projetos não terminativos, mas estamos sem os relatores aqui: o 26; o 41; o item 15, que é o projeto 465, também é não terminativo; o item 16, Projeto 152, não terminativo, mas o relator também não está aqui, a Senadora Lídice; o 221, também não terminativo; os itens 18, 19, nenhum dos relatores se encontra.

Nós temos requerimentos.

Votamos os requerimentos agora e esperamos os relatores aparecerem aqui.

É extrapauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, há um, se me permite, apelo que me foi feito agora por parte do Senador Garibaldi, sobre o item 17.

Não sei qual é o tema, mas ele me pede se eu não poderia ser o relator *ad hoc* para ele. Não é terminativo.

Posso fazer essa gentileza para o Senador, relatar o projeto de forma bem sintética, no sentido de que nós possamos atender a sua demanda. Claro, dependeria de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos colocar.

Certo, então, vamos para o item 17 e, depois, vamos para os requerimentos, que são poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, vemos se chegam os relatores dos outros projetos.

Nós estávamos no Congresso. Se no Congresso cair o quórum, o pessoal vai almoçar.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CCH e terminativo na CCJ.

Conforme entendimento, foi pedido ao Senador Paulo Paim que fizesse a relatoria *ad hoc*.

Então, nomeio o Senador Paim Relator *ad hoc* e passo a palavra para que seja feito o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Regina Sousa, todos sabem aqui que a minha forma de atuar é muito na informalidade. Por isso, nesse momento da história, vou fazer um apelo pela sua caminhada, pela sua vida, que todos aqui cantem Parabéns a Você. Você merece!

"Parabéns a você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida!" (*Palmas.*)

Vida longa à Senadora Regina Sousa!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador! Obrigada, minha gente, por este momento. Obrigada, gente!

Senador Paim com a palavra, para a leitura do relatório do Projeto 221, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, só passando as vistas no projeto, vi que é um projeto muito interessante, de iniciativa do Senador Garibaldi Alves, que é o autor. O Relator oficial é o Senador José Medeiros, e eu, neste momento, *ad hoc*, assumo a responsabilidade.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2018, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que se propõe a modificar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que tive a alegria de ter votado ainda quando era Deputado Federal, uma obra construída por centenas de mãos e que até hoje é o marco em defesa de nossas crianças e adolescentes.

Aqui no projeto, ele quer permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

O art. 1º propõe a alteração do §2º, do art. 19-B, do ECA, prevendo que poderão – poderão – ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

O art. 2º, na sequência, dispõe que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor relata que a proposição possibilita aos pretendentes à adoção também integrarem os programas de apadrinhamento afetivo, ressaltando que a participação em tais programas tem servido como mecanismo de sensibilização dos interessados na adoção de crianças mais velhas, com deficiência ou irmãos.

Nesse sentido, Srª Presidenta, a proposta, segundo o autor, é amplamente defendida pelas associações do setor e reforçada pela Associação Brasileira dos Juízes da Infância e da Juventude.

A matéria foi distribuída a esta Comissão e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

De acordo com inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno desta Casa, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção à infância, o que torna regimental o exame desta proposta.

Registramos, ainda, que o PLS nº 221, de 2018, não padece de vício de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou de ilegalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta traz uma importante inovação legislativa que permitirá ampliar o universo de possíveis adotantes. Para isso, retira do ECA a obrigação de que somente aqueles não-inscritos nos cadastros de adoção possam participar do programa de apadrinhamento.

Dessa forma, a um só tempo, aqueles cadastrados em programas de adoção poderão tornar-se padrinhos, e vice-versa.

A doutrina e a melhor interpretação jurídica, registre-se, são amplamente favoráveis à proposta trazida pelo PLS. No entendimento do Ministério Público do Estado do Paraná, é certo que naquela situação em que não haja interessados para a adoção da criança apadrinhada, por questões de faixa etária, raça, etnia, existência de deficiência ou ter grupo de irmãos, e decorrido tempo suficiente para o estabelecimento do vínculo, possa-se realizar a adoção da criança pelos padrinhos. Neste caso, o fundamento é o superior interesse da criança ou adolescente – sempre em primeiro lugar, a criança.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por sua vez, ao pensar nos órfãos com menor apelo junto aos possíveis adotandos, conclui em provimento oficial que, tratando-se de crianças e adolescentes com pouca ou nenhuma perspectiva de adoção, eventual interesse adotivo por parte do padrinho não deverá ser considerado burla ao cadastro de pretendentes à adoção, que, consultado anteriormente, resultou em resposta negativa.

Concluindo, já, as estudiosas Edenilza Gobbo e Larissa Arcaro, ao apreciarem o tema, concluíram que se afigura razoável que o inscrito no cadastro de pretendentes à adoção que queira se habilitar como padrinho não tenha eleito perfil de adotando semelhante ao do possível afilhado.

Dessa forma, portanto, é de se esperar que aquelas crianças e adolescentes que pouco interesse despertam habitualmente entre os adotandos consigam efetivamente ser alvo de programa de apadrinhamento e, por consequência, da adoção propriamente dita, uma vez que os laços estejam estabelecidos entre eles e seus padrinhos.

Percebe-se, Presidenta, que, ao manifestarem-se sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2017, os Ministérios do Desenvolvimento Social e o dos Direitos Humanos esposaram o mesmíssimo entendimento, defendendo que a manutenção da atual redação do §2º do art. 19-B do ECA, ao vedar a prévia inscrição de padrinhos nos cadastros de adoção, implica prejuízo a crianças e adolescentes com remotas chances de adoção, ao vedar a possibilidade de serem apadrinhadas por quem está inscrito nos cadastros de adoção, sendo que o perfil priorizado nos programas de apadrinhamento é justamente o de crianças e adolescentes com remotas possibilidades de reinserção familiar. Entendem, portanto, que a medida tem mostrado que parte desse contingente tem logrado sua adoção após a participação em programas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apadrinhamento e construção gradativa de vínculo afetivo com padrinhos e madrinhas, que são potenciais, por si só, adotantes.

Parece-nos, portanto, viável como, sobretudo, necessário, que a vedação a inscritos no cadastro de adoção seja retirada do ECA.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2018. O Senador Garibaldi Alves é o autor e o Senador José Medeiros, Relator.

Não é terminativo, ainda vai para outra comissão. Vi como um gesto de simpatia, de carinho, para que os padrinhos também possam, se assim entenderem, adotar a criança.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Obrigada, Senadora.

Renovando os cumprimentos pelo aniversário da nossa Presidente hoje, Senadora Regina Sousa, desejo-lhe muita saúde e vida muito longa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Paim pela relatoria dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para atualizar, o Relator é o Senador José Medeiros, a autoria do Senador Garibaldi. Fui indicado *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aproveito já a sua deixa para dizer que me candidato a ser *ad hoc* do item 13, que é do Senador José Medeiros também, que trata de uma matéria muito importante para um equilíbrio de justiça social da legislação em relação à licença paternidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, queria mencionar que, quando debatemos a lei de adoção aqui, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, de Pernambuco, o Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Criança e Adolescente entrou com uma matéria dando essa preferência. Como a matéria já estava em adiantado estado de votação para terminar, então não foi acolhida.

Penso que esse projeto agora moderniza e atualiza a lei de adoção, que foi festejada e adotada com muita relevância. E o Deputado Augusto Coutinho foi o articulador desse processo, mas teve muito boa vontade para discutir, só que ponderou que, como já estava na fase final de votação no Plenário do Senado, era melhor que fosse feito dessa forma.

Esse projeto que V. Exª está relatando *ad hoc* preenche esse vazio. Então, parabéns!

E também votei lá ontem uma matéria importante, que foi o Senador Romário, que tive a honra de ser a Relatora, na Comissão de Assuntos Sociais, V. Exª era o autor, da questão do mal de Parkinson, para a celebração dos portadores dessa doença.

Então, também quero aproveitar para cumprimentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu diria que essa parceria vai longe: eu, você e o Romário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vai longe, vai longe sim.

Obrigada, Senadora.

Então, candidato-me à relatoria *ad hoc* do item 13.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mais alguém quer discutir o projeto? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que o Senador Paim leu, *ad hoc,* do Projeto nº 221, de 2018, de autoria do Senador Garibaldi Alves.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Presidente, boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Primeiramente, parabéns! Saúde, paz e felicidades por esta data importante.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Gostaria que a senhora pudesse inverter a pauta em relação ao item 27. É um requerimento que eu gostaria de lê-lo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Romário, o senhor teria um tempinho para a gente votar só mais um projeto?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Claro. O.k.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque, aí, a gente passa a ter muitos requerimentos, e eu vou para o do senhor primeiro.

Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CRE.*

A Senadora Ana Amélia está sendo nomeada Relatora *ad hoc.* V. Exª está com a palavra para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Regina Sousa.

Caros colegas Senadoras e Senadores, eu vou direto à análise e vou já encurtando, porque aqueles preâmbulos que tratam da constitucionalidade já são a praxe da Casa.

A Lei 13.109, de 25 de março de 2015, que "dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas", corrobora o prazo mínimo de cinco dias para licença-paternidade dos servidores militares, já previsto na Constituição. Já os servidores públicos civis da União, regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, têm direito à extensão da licença-paternidade pelo prazo de quinze dias, desde a edição do Decreto 8.737, de 3 de maio de 2016.

No setor privado, a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, já estendera o prazo da licença-paternidade por quinze dias além dos cinco dias previstos no §1º do art. 10 dessa mesma legislação, para pais empregados em pessoas jurídicas participantes do Programa Empresa Cidadã.

Como vemos, os militares e os trabalhadores da iniciativa privada não abrangidos pelo Programa Empresa Cidadã continuam com o prazo mínimo constitucional, significativamente inferior ao dos trabalhadores abrangidos pelas normas citadas acima.

A título comparativo, podemos mencionar que, na América Latina, apenas a Venezuela e o Uruguai têm licença-paternidade mais longa do que a brasileira, com duração, respectivamente, de catorze e de dez dias. Dos demais países latino-americanos, aproximadamente metade prevê licença-paternidade, com prazo igual ou inferior a cinco dias.

Entre os países desenvolvidos, podemos contrapor o exemplo extremo dos Estados Unidos da América, que não garantem, legalmente, prazo mínimo de licença-paternidade – sequer licença-maternidade –, contrapostos a casos como os da Suécia, Alemanha e Itália, que avançaram no sentido de oferecer uma licença parental conjunta para pais e mães.

A Suécia, por exemplo, garante quatrocentos e oitenta dias de licença parental, sendo que cada pai ou mãe é obrigado a tirar pelo menos sessenta dias, podendo o casal decidir livremente sobre o gozo do restante do prazo, até que a criança complete oito anos, além do direito de optar por uma redução de 25% na sua jornada de trabalho, com redução proporcional do salário – isso é que é se chamar direito dos trabalhadores: viva a Suécia!

Na Alemanha, a licença parental é conjunta e com duração de quatorze meses, devendo cada pai ou mãe gozar de, no mínimo, dois meses, e pode ser exercida até que a criança complete três anos. Para usufruir da licença, o pai ou a mãe deve residir na mesma casa que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança e ser responsável pelos cuidados com ela, além de não poder trabalhar mais do que trinta horas por semana durante a licença.

Na Itália, a licença parental conjunta tem duração de dez meses, com duração máxima de até seis meses para cada pai ou mãe.

A licença-paternidade continua sendo drasticamente menor do que a licença-maternidade. Mesmo que seja ampliada para vinte dias, ilustra a percepção de que o pai ainda é coadjuvante na criação dos filhos. É certo que somente mulheres podem amamentar e que a mãe é insubstituível para o bebê, especialmente nas primeiras semanas de vida, mas tamanha diferença mostra que ainda é forte a ideia de que o pai é mero provedor, ou, quando muito, ajudante da mãe na criação dos filhos.

A paternidade ativa que se busca reconhecer mediante iniciativas como o PLC nº 41, de 2018, é justamente o envolvimento direto e profundo com seu filho, incluindo o compartilhamento de responsabilidades entre pai e mãe em relação a tudo que for relacionado à criança.

Pouco a pouco, homens vêm assumindo responsabilidades antes consideradas estritamente femininas, deixando de ser apenas auxiliares da mãe no cuidado e na educação dos filhos. Ao quadruplicar o tempo que atualmente é concedido para a licença-paternidade, o PLC nº 41, de 2018, mesmo sendo restrito aos servidores militares, assinala que o cuidado dos filhos deve ser partilhado por pai e mãe e reforça o direito da criança à vida familiar, favorecendo o contato e a formação de vínculos afetivos logo após o nascimento da criança. A presença do pai nas primeiras semanas de vida do bebê contribui, inclusive, para mitigar o desgaste físico intenso a que a mãe é submetida nesse período, diminuindo a incidência de depressão pós-parto e outras doenças que podem acometê-la, além de contribuir para o sucesso da amamentação.

Como todos já receberam essa explicação, e até pelo senso de justiça que se estabelece entre pais militares e pais civis servidores públicos, o voto, em razão do exposto – e como sou Relatora *ad hoc*, concordo plenamente – é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2018, igualando o tratamento dado à licença-paternidade, para os servidores militares, dos servidores civis funcionários da União.

Muito obrigada, cara Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria.

Senador Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar tanto o autor como o Relator e a Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc.*

Faço questão de lembrar um pouco a história, Srª Presidenta: eu fui Constituinte e, quando o Alceni Guerra subiu à tribuna para defender licença-paternidade, foi quase um sorriso só no plenário: "Resguardo?" Foi uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma gozação, uma ironia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi uma gozação; risos, risos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ironia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram gargalhadas no plenário. Em todo o plenário eu ouvi isso. Claro que não de todas as pessoas, mas em grande quantidade.

Ele subiu à tribuna e, como médico, falou de como foi a experiência dele nos primeiros dias com as suas filhas. Quando ele terminou o pronunciamento, os que estavam rindo estavam chorando. Foi uma emoção total. O resultado, Senadora: foi aprovado por unanimidade.

Eu quero aqui lembrar o Alceni Guerra, nem sei se ele está na política ainda, sei que ele é do Paraná. Mas foi um gesto bonito, bonito, bonito, que emocionou aquelas milhares e milhares de pessoas que estavam acompanhando. Era uma votação decisiva. E assim que nós consagramos, no texto da Carta Magna, a licença-paternidade.

Então, dessa forma, eu só posso cumprimentar a iniciativa do projeto e a relatoria que garante esse direito bonito de valorização da vida na sua essência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina, eu queria agradecer ao Senador Paim. Eu era jornalista, Senador, na votação dessa matéria.

Eu preciso também dizer que o Alceni Guerra, que foi Ministro da Saúde, foi duramente penalizado. O Senador Alceni Guerra é nosso conterrâneo gaúcho, nasceu no Rio Grande do Sul e foi para o Paraná. E o Senador Alceni Guerra, Deputado à época, tinha uma razão muito especial para propor o que ele propôs: ele era médico pediatra. Então, ele sabia do que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando, Senadora Regina. Por ser médico pediatra, ele sabia da necessidade do cuidado na primeira infância. Por isso, apresentou.

Como disse o Senador Paim, ele foi ironizado, ridicularizado. Mas hoje está se vendo... Nós estamos aqui buscando a ampliação da licença-paternidade. Hoje, na sociedade moderna, o compartilhamento das responsabilidades entre homens e mulheres na criação dos filhos é muito semelhante. Isso é muito bom, porque a criança é beneficiada nesse processo.

Então, eu agradeço essa lembrança e essa referência do Senador Paim, fazendo justiça ao Alceni Guerra pelo que ele fez em favor das crianças, com uma vida mais saudável desde o seu nascimento.

Quero também fazer um registro do que faz um Deputado do Rio Grande do Sul que foi Secretário da Saúde, Osmar Terra, em relação ao cuidado da primeira infância. Ele é um sacerdote na defesa dessa matéria da primeira infância.

Então, obrigada, Senador Paim, por fazer essa recuperação da memória dos brasileiros em relação a esse benefício, a esse direito dado aos pais na licença-paternidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Senador Medeiros, que era o Relator...

Senadora Vanessa, por favor, para discutir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discutir.) – Obrigada, Senadora Regina.

Quero cumprimentar tanto o Relator quanto a Senadora que acaba de ler o relatório e dizer da importância deste projeto.

Este é um dos projetos que mereceriam, Senadora Regina, a aprovação, pela Comissão, de um pedido de urgência, encaminhado, Senadora Ana Amélia, ao plenário. Eu sugiro, desde já, que façamos e aprovemos um requerimento de urgência para votarmos no plenário, porque este é um projeto em que não há polêmica em relação a ele, apesar do que foi dito aqui.

Senador Paim, lamentavelmente, esses risos que aconteceram lá atrás acontecem ainda hoje – lamentavelmente. Eu tinha uma emenda a um projeto, a uma PEC na realidade... Era uma proposta de emenda à Constituição do Senador Aécio Neves que ampliava a licença-maternidade das mães cujos filhos eram, logo que nascidos, internados em UTI. E a minha emenda era para ampliar, no caso a da mãe, mas a do pai também.

Simplesmente, conversando com várias pessoas, com vários homens, o que eles diziam: "Não, se aumentar a licença-paternidade do homem, ele vai beber cachaça no bar da esquina."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei: por isso que a gente não aumenta, por causa dessa visão de vocês. Não, a licença-paternidade é para o pai cuidar da criança junto com a mãe. Nós temos que acabar com essa cultura do machismo que acha que tarefa doméstica, tarefa de cuidar de criança é só da mãe. Não é por que é ela que dá à luz, ela que amamenta, que somente ela tem a obrigação de cuidar.

Então, eu peço já, Senadora Regina... Deve haver algum formulário aqui do requerimento de pedido de urgência para que a gente vote na sequência para V. Exª encaminhar ao plenário.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discutir.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Este projeto, Senadora Regina, eu creio que é um dos mais modernos que apareceram não só na legislação brasileira, mas na do mundo.

Quando se trata de criança, quando se trata de primeira infância, geralmente as pessoas torcem o nariz para discussão e não dão muita importância. Nós, por exemplo, se formos ver políticas públicas, temos políticas públicas para quase todas as faixas etárias, mas, para a primeira infância, ela é praticamente ignorada. O Brasil tem avançado muito nessa área, e esse projeto vem justamente nesse mesmo caminho, nesse mesmo rumo.

E qual a importância disso? Qual a importância de se dar o devido olhar para essa fase da vida? Existem estudos no mundo inteiro, com universidades renomadas, como Harvard, Stanford e Cambridge, que mostram que é nessa fase da primeira infância, da concepção até os seis anos de idade, que ocorre o desenvolvimento do cérebro da criança, que ocorrem todas as formações que vão direcionar e vão fazer com que aquele adulto seja uma pessoa normal ou não.

Quando eu falo dessa normalidade, vamos dizer o que significa isso. Foi feito um estudo – volto a nomear as universidades, Universidade de Harvard, de Cambridge e de outras – com dois grupos de crianças em situação de vulnerabilidade, de zero até seis anos. Um grupo de onze crianças foi só observado. Ao outro grupo foi dada toda essa atenção com os pais, o pai e a mãe, e toda semana um agente também do Estado, como se fosse um agente de saúde, ia a casa visitar para ver se a criança estava tendo um atendimento normal. Que atendimento é esse? Para não ter estresse crônico, o que é chamado de violência, abuso, para que ela pudesse desenvolver o seu cérebro normalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encurtar a história, ao chegar aos 18 anos, eles fizeram uma observação nos dois grupos. Aquele grupo que foi monitorado, que teve toda a assistência dos pais, que teve todo o amparo, em que a criança teve um desenvolvimento cerebral normal, teve indicadores de aprendizagem muito altos, teve pouco índice de drogadição, de alcoolismo, de gravidez na adolescência. E, no outro grupo, foi um caos total. Então, eles demonstraram que não era o fato de eles serem pobres, não era o fato de estarem numa comunidade de alta vulnerabilidade que definia; era o cuidado com a criança. Então, este projeto vem nessa linha de dar amparo, de ajudar, porque nem sempre a mãe, Senador Paulo Paim, está em condições de cuidar. Às vezes, a mãe está com depressão pós-parto, e não se leva em conta isso. E isso tem um impacto muito forte na vida e no desenvolvimento daquela criança. E, se o pai está ali presente, ele pode estar amparando nessas questões.

E o que a Senadora Vanessa falou aqui é muito válido. Esses chavões, essas verdades prontas, tais como, "Ah, o cara vai tomar cachaça!"... Ele pode até tomar a cachaça dele lá, mas ele vai estar presente, vai estar presente ali. A mãe vai estar falando: "Olha, eu preciso disso", e ele vai estar amparando.

Então, a Comissão de Direitos Humanos, sob sua presidência, Senadora Regina, presta um grande serviço à população brasileira, hoje. E é esse tipo de ação que às vezes o Senado faz e que as pessoas nem observam muito, "porque é lá na Comissão de Direitos Humanos e tal", que, por vezes, causam mudanças no ser social que é impossível até de valorar, porque isso, com o passar do tempo, vai calcificando, na sociedade, e agregando valores que o dinheiro não compra, programas não compram. Por quê? A própria sociedade vai se construindo através desse tipo de ação.

Eu agradeço por ter participado deste projeto. Parabenizo a Senadora Ana Amélia, que foi Relatora *ad hoc*, o autor, Senador Garibaldi Alves, e toda a Comissão por estar sendo a favor deste projeto.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, eu já falei na abertura, quero cumprimentar a iniciativa do Senador e de V. Exª como Relator e da Senadora *ad hoc*, mas só para reforçar essa história da cachaça e de que "vai ficar na vagabundagem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando foi também para libertar os escravos, disseram exatamente isto: que não podiam libertar os negros, porque eles iriam ficar bebendo, iriam ficar na vadiagem.

Isso mostra o quanto o atraso ainda continuava. Mas eu vou mais à frente agora. Quando brigávamos aqui para tirar o salário mínimo de US$100 – foi uma luta histórica, e chegamos hoje a US$300 –, diziam: "Não, não dá para aumentar o salário mínimo, porque esse povo vai gastar com bebida!". Veja os argumentos inconsequentes de algumas pessoas irresponsáveis. E, nesse caso, então, eu me lembro, porque eu fui Constituinte, e eu contei aqui da gargalhada só no plenário pela licença-paternidade.

Graças a Deus, avançamos! E hoje estamos avançando ainda mais a partir deste Projeto. Parabéns a V. Exª e ao autor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim! Obrigada, Senador Medeiros! Acho que já debatemos.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Senadores e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para a CRE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu tenho um requerimento aí também, não sei como é que está lá...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vanessa!

Só um instantinho! Só um instantinho!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Extrapauta, não é?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Vanessa vai apresentar um requerimento de urgência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque nós estamos recebendo a ilustre visita do Deputado Paulo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me só fazer aqui o preâmbulo correto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... e por isso que eu estou aqui desatenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão extrapauta.

Senadora Vanessa.

EXTRAPAUTA

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 338, inciso IV, combinado com o art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2018, que "Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será encaminhado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, o Senador Medeiros se encontra aqui, agora. Senador Medeiros, eu fui Relator *ad hoc* de um projeto do Senador Garibaldi do qual V. Exª foi o Relator principal. E, como nós estamos tratando de criança, aqui, Senador Medeiros, hoje é o seu dia. Porque eu vou fazer um apelo, na mesma linha da Senadora Vanessa, desse projeto de que V. Exª é o Relator, e o Senador Garibaldi é o autor, que é permitir que os padrinhos possam também, aqui, alterando o Estatuto, adotar as crianças.

Eu queria perguntar a V. Exª, e se o Plenário concordar, se poderíamos dar a mesma urgência também para esse projeto aqui, na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi votado antes?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi votado antes.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não tem problema.

Requerimento de urgência para a primeira votação que nós fizemos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Garibaldi é o autor; o Senador Medeiros é o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... em relação à criança também, que foi lido aqui pelo Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai a outra Comissão, então!

Valeu a iniciativa, a boa vontade de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, agora, nós vamos aos requerimentos.

Há um pedido do Senador Romário, de inversão de pauta, para ler, primeiro, o requerimento dele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E depois há um requerimento meu também, extrapauta, Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nós temos vários requerimentos aqui na pauta, inclusive meu.

O seu é extrapauta?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O meu é extrapauta. É uma audiência pública, na verdade. Depois eu explicaria que é sobre os absurdos da conta de luz, no Estado do Rio de Janeiro, da Light, da Enel, um verdadeiro assalto. Eu falarei depois sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos ao do Senador Romário.

ITEM 27

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal c/c com o art. 58, inciso II da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos - CDH sobre o tema "Medicamento SPINRAZA: o direito à vida na mão dos tribunais".

Autoria: Senador Romário

Concedo a palavra ao Senador Romário para encaminhar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente.

O Spinraza é um medicamento usado para tratar a Atrofia Muscular Espinhal e foi aprovado pela Anvisa para todos os tipos da doença, sem restrição evidenciada em bula, seja para o tipo da doença ou idade do paciente.

No entanto, obtivemos informações de que o Ministério da Saúde restringe a distribuição deste medicamento apenas para crianças de até sete meses, alegando que esses foram os únicos que participaram dos ensaios clínicos, o que contrapõe evidências demonstradas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pais de pacientes, pelas associações que lutam pela causa, bem como pela própria farmacêutica que responde pela produção do medicamento.

Diante disso, existem pacientes morrendo sem receber o medicamento ou, quando conseguem receber, por meio de ação judicial, já o recebem em uma fase crítica e adiantada da doença, muitas vezes, tarde demais.

Assim, proponho essa audiência pública que reunirá, médicos, juízes, pais, laboratórios fabricantes, presidentes dos planos de saúde, representantes do Ministério da Saúde e outros, para discutir sobre o direito à vida e, peço apoio a esta Presidência e a meus pares, aqui, nesta reunião.

Só para completar, Srª Presidente, há um descaso infelizmente muito grande de alguns órgãos em relação a esse medicamento. E o pior: um descaso maior ainda do Ministério da Saúde. Eu, particularmente, estive com alguns pais, há alguns meses, na presença do anterior Ministro da Saúde, o Ricardo Barros, e fomos recebidos lá pelo Ministro. Conversamos, colocamos a importância e a relevância de se rediscutir esse problema, e nada aconteceu, depois de vários dias desse encontro. Muitos pais, muitas associações me procuraram para que seja feita essa audiência pública. Eu tenho certeza de que, a partir dessa audiência pública, o Brasil vai ter um conhecimento melhor e maior do que está acontecendo em relação a esse medicamento, e principalmente de qual é o objetivo maior do Ministério da Saúde em não liberar esses medicamentos para essas pessoas que estão a cada dia morrendo. É lamentável e triste, mas essa é a grande verdade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Romário.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para reforçar a iniciativa do Senador Romário. É um absurdo a postura do Ministério da Saúde em relação a esses remédios, que podem salvar centenas ou milhares de vidas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – Com certeza, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Romário, com a sensibilidade de sempre, apresenta aqui para a gente realizar um debate aprofundando e cobrando das autoridades, porque com vida não se brinca.

Parabéns pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - RJ) – E antecipadamente, Presidente, se for do conhecimento e da vontade dos Senadores e Senadoras desta Comissão agora aprovar, há a possibilidade de a gente realizar inclusive essa audiência pública até mesmo na próxima quarta-feira. Eu não sei ainda com certeza se nós teremos aqui reunião, mas, se houver, seria bem interessante, devido à gravidade do que está acontecendo com essas crianças, e da pressa que essas pessoas têm desse medicamento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, Senador Romário. É um tema muito sensível. Se houver reunião, se houver vaga, a gente vê. Acho que quarta-feira não está marcada nenhuma audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tranquilamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Regina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Apoio totalmente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria anunciar a V. Exª que eu estou entrando com um requerimento para que a gente faça, Senador Romário, Senador Paim, uma discussão aqui sobre a fome no Brasil, porque esta é uma Comissão de Direitos Humanos. Infelizmente, depois de um processo de redução na pobreza no nosso País, a gente está voltando para o mapa da fome. Este assunto não é tratado neste País. Eu não vejo aqui no Senado Federal uma discussão aprofundada sobre o tema. Nós estamos voltando ao mapa da fome. Um milhão e meio de pessoas voltaram à pobreza absoluta. Isso é gravíssimo. Há um silêncio do País com tudo isso. As pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha! Esse é um outro debate que a gente tem que fazer, o botijão de gás, a vida das pessoas, porque eu acho que esta é uma Comissão, Senador Paulo Paim, que trata disso.

Nós estamos vivendo uma verdadeira devastação social com este Governo do Temer. Eu inclusive digo o seguinte: essa história de inflação, ele diz que a inflação é 3%. Para o povo não é, porque para o povo está aumentando o quê? Está aumentando primeiro o botijão de gás. Tem gente fazendo escolha entre comprar comida e comprar o botijão de gás. No Rio, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem de ônibus, Senador Romário, subiu, de dezembro para cá, 17%. Então, sobe botijão de gás, sobe passagem de ônibus, sobe conta de luz, energia elétrica. Então é a vida do povo.

Eu estou apresentando também esse requerimento. Eu tenho mais dois, dos quais eu queria depois falar para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tenho uma série aqui, que nós vamos votar agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas esse é um que eu queria que a gente fizesse uma audiência pública sobre esse tema, trazendo especialistas para chamar a atenção do Brasil e do mundo para o que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Vou colocar em votação o do Senador Romário, o que eu ainda não fiz.

Encerrada a discussão, coloco o requerimento em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora nós temos aqui uma série de requerimentos. Nós vamos seguir aqui na pauta.

José Medeiros saiu? (*Pausa.*)

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma parceria que a gente sempre faz, com todos os Senadores desta Comissão, se precisar assinar embaixo do Senador Medeiros, eu assino para ele. Eu sei que a intenção é das melhores, debater o tema. E nós temos que debater todos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então vamos lá. Item 25.

Ele vai subscrever o do Senador Medeiros.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre laqueadura compulsória com a participação dos seguintes convidados: • Corregedor do Conselho Nacional da Justiça (CNJ); • Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); • Defensoria Pública da Mulher em São Paulo; • Atriz Thais Araujo – Embaixadora na ONU; • Luciana Boiteaux - Professora da Faculdade de Direito da UFRJ; • Paulo Silveira - membro do movimento respeito é bom e eu gosto e autor e organizador do livro "Exercício da Paternidade".

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, esse é o número 25?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Senadora Vanessa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É da Senadora Vanessa. Ela já nos deu a alegria de deixar a justificativa, bem curtinha. Eu vou ler aqui as palavras da Senadora:

> Vimos nos meios de comunicação a notícia de que a moradora de Mococa Janaína Aparecida Quirino foi submetida a uma laqueadura sem seu consentimento. Após a notícia de Janaína, outros diversos casos vieram à tona, inclusive no mesmo Município. Foi o caso de Tatiane Monique Dias. Os casos relatados são incontestáveis violações de direitos fundamentais e da legislação vigente, uma vez que a Lei nº 9.263, de 1996, dispõe sobre o planejamento familiar e, em regra, veda a laqueadura compulsória. Não podendo protelar o assunto, sugerimos audiência pública, rapidamente, claro, nos parâmetros desta Comissão, para que atentados e delitos como esse sejam evitados e banidos por autoridades que deveriam resguardar nossos direitos. Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu assino embaixo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Senador Lindbergh pediu de novo a inversão, por conta de ter que sair.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Peço desculpas. É porque eu estou inscrito no plenário agora. Eu sou o próximo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu sei. Eu vou, então, colocar os dois. Aliás, são três extrapauta. Para não ter que repetir, eu peço ao Senador Paim para vir aqui, porque tem um que é meu, que é extrapauta.

Eu vou encaminhar aqui o do Senador Lindbergh.

Consulto os Srs. Senadores e as Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta.

Vou ler os dois do Senador Lindbergh. Depois, há um que é de minha autoria. No momento certo, eu passo a Presidência. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Ainda há o Lindbergh.

Requerimento nº 133. Lembro que este requerimento substitui o Requerimento 128, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com base nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Presidente em exercício da Agência Nacional de Saúde, Sr. Leandro Fonseca da Silva e o Diretor Executivo da GEAP, Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito de reajuste dos planos de saúde individuais e familiares em 2018 e 2019, e por outro lado o elevado reajuste das mensalidades da GEAP.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Eu vou ler os dois e você os encaminha juntos, porque assim a gente ganha tempo.

Requerimento 132, que substitui o Requerimento 126, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com vistas ao levantamento de informações e dados e discussão sobre os recentes aumentos nas tarifas de energia elétrica aos consumidores, notadamente no estado do Rio de Janeiro, e a nova cobrança por estimativa.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Dessa forma, requeiro o convite das seguintes personalidades: Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Ricardo Pericar, Vice-Prefeito do Município de São Gonçalo; Representante da Enel Brasil S.A.; Representante da Light Serviços de Eletricidade S.A.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para encaminhar os dois requerimentos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, o que está acontecendo no Brasil neste momento é um grande absurdo com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas e com os consumidores. Primeiro, os planos de saúde. Houve uma resolução, Senador Paulo Paim, baixada na semana passada, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar que é um verdadeiro assalto às pessoas que têm plano de saúde. E vale dizer que há muitas pessoas que têm plano de saúde e que recebem R$2 mil, pouco mais de R$1 mil. Na cidade do Rio de Janeiro, são 43% de pessoas que têm plano de saúde.

Sabe o que eles aprovaram? Aprovaram agora, regulamentaram a coparticipação. Ela já, mas tinha um teto de 30%, e não era regulamentada. Agora, com essa regulamentação de 40%, eles vão querer que quem tem plano de saúde migre para esse modelo.

O que é isso, Senador Paulo Paim? Você passa a pagar mais para o plano de saúde por cada procedimento. Se uma cirurgia for de R$ 1 mil, você além da mensalidade vai ter que pagar mais R$ 400 ao plano de saúde.

Internação. Antes não havia internação na coparticipação. Se você tem uma internação de R$10 mil – e a gente sabe que a internação é cara – além do que você paga por mês você teria que pagar mais R$4 mil ao plano. É escandaloso.

Para vocês terem uma ideia, para quem tem plano empresarial, porque agora plano individual são poucos que têm, são 8 milhões dos 47, porque hoje você não acha plano individual, porque eles querem que todo mundo faça o empresarial, porque esse não é regulado pela ANS. Então, se você tem um plano empresarial, agora, com essas regras, se você paga R$500 por mês, R$6 mil por ano, você pode pagar até R$9 mil a mais para o plano de saúde. É um escândalo.

E vale dizer que a gente teve aprovado aqui pelo Senado há dez dias um nome para a agência que tinha sido advogado justamente das operadoras dos planos de saúde. Então, eu acho que é fundamental que esta Comissão discuta esse assunto. Há uma verdadeira grita sobre isso.

E há um outro assunto que também está ligada à defesa dos direitos consumidor, que fala em energia elétrica. Quando falo, Senador Paulo Paim, que a inflação para o povo está muito acima: o IPCA, no Brasil inteiro, da energia elétrica, teve aumento de 13%, quando eles dizem que a inflação é de 3%.

No Rio de Janeiro, está havendo um absurdo por parte de duas empresas: a Light e a Enel. Elas estão cobrando por estimativa, por *chip*, sem um medidor na casa da pessoa, porque, quando você tem um medidor, você acompanha aquilo lá. Agora não. E estão mandando multas. Mandam um tal de TOI para a casa de todo mundo, dizendo que a pessoa tem "gato", quando a pessoa, às vezes, não tem "gato", e não tem como recorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma verdadeira grita generalizada. E o mais grave disso: isso está acontecendo nas áreas das comunidades do Rio de Janeiro, nas áreas mais pobres do Rio de Janeiro. Eles estão aumentando aí. Sabem por quê? Porque, quando aumentam na classe média, a repercussão é grande. Eles estão aumentando no meio do povo, do povo mais pobre. Senador Paulo Paim, essa é uma reclamação generalizada. Então, essas duas audiências públicas são muito importantes.

Eu pediria mais um minuto para a Senadora Regina para dizer que estou entrando com um outro requerimento. Isso aí é em relação ao voto de solidariedade aos servidores da saúde do Estado do Rio de Janeiro que, depois de uma luta muito grande – era a única categoria que não tinha aprovado o plano de cargos e salários – , conseguiu aprovar a Lei 7.946. Foi aprovada agora dia 29 de junho.

Só que olhe que absurdo, Senador Paulo Paim! Agora tem de haver autorização do Conselho de Supervisão do Plano de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro. Olhe que absurdo! A Assembleia aprova um plano de cargos, só que o plano de cargos fica suspenso, porque há esse programa de recuperação fiscal do Rio de Janeiro, e precisa-se de uma autorização desse conselho aqui. Nós, da Bancada do Rio de Janeiro, exigimos que esse conselho autorize. É preciso respeitar a autonomia federativa do Estado. Foi aprovado pela Assembleia Legislativa.

Então, deixo aqui este requerimento que vou apresentar, Senadora Regina, porque é muito importante. É uma categoria que está com salário muito defasado. Há uma defasagem muito grande de pessoas. Faltam muitos, na área de saúde, enfermeiros, médicos, trabalhadores de diversas áreas. Mas esse é um tema muito sensível para o Rio de Janeiro.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

O Senador Paim já está com o microfone e quer complementar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

É só para cumprimentar o Senador Lindbergh pelas três iniciativas. É inegável que agora, neste País, parece que virou moda atacar servidor público. É como se o servidor público municipal, estadual, federal, fosse o culpado por todos os males.

Olha, há uma proposta lá na Comissão de Orçamento de um Senador – não vou citar o nome, porque vou tentar conversar com ele ainda – que quer que no orçamento se consagre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que salário de servidor público tem de ficar mais dois anos congelado. Já está há dois anos. Isso vai significar quatro anos de congelamento dos vencimentos dos servidores.

Claro que vou falar com o Senador e vou entrar com uma emenda, também, para tentar derrubar essa emenda, que é cruel. Se ele dissesse, pelo menos: "Vamos garantir ao servidor o correspondente à inflação", mas nem isso ele quer. Ele quer deixar congelado por mais dois anos o que já está congelado há dois anos.

Quanto à questão da saúde e dos planos privados, já fiz umas duas ou três audiências. É absurdo o que a gente ouve: que eles chegaram a aumentar dez vezes o valor da inflação do período para aqueles que têm um plano de saúde privado.

Calculem, senhores, o meu salário não aumenta um centavo, ou, às vezes, aumentou, durante aquele período, 1%, 2%, e o plano de saúde aumentou dez vezes. A inflação, 2%, e o plano aumentou 20%; a inflação cinco... E por aí vai sucessivamente. Isso é inaceitável! Mais de 3 milhões de pessoas já abandonaram esses planos de saúde e estão indo para o SUS. E nós temos aquela Emenda 95, que congelou todos os investimentos. Então, como é que você coloca mais 3 milhões de pessoas no SUS, que já está fragilizado, num momento em que não se pode investir mais em saúde, em educação e em segurança? Por isso é que mais esse debate é importante, sim, e que vai na linha daqueles outros que nós também aqui já encaminhamos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Só para completar, essa questão dos planos de saúde está deixando os idosos em polvorosa, todos apavorados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São os que mais precisam.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso, porque fazem um sacrifício danado, deixam de comprar coisas essenciais para pagar plano de saúde – R$1,2 mil, R$1,5 mil. E, agora, se ele precisar ficar internado, vai ter que ter dinheiro para pagar 40%. Então, isso é um absurdo! Eu acho que a gente tem que derrubar essa proposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a maioria está abandonando os planos, porque não consegue pagá-los mais.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em votação os Requerimentos nºs 132, 133 e 136, do Senador Lindbergh. O 136 foi esse último que ele encaminhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Passo a Presidência ao Senador Paim para que possa encaminhar o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Requerimento nº 134, de 2018.

EXTRAPAUTA

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Desmonte dos bancos públicos: privatização e desemprego".

Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, Presidenta desta Comissão, para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Essa foi uma demanda, inclusive, de muitas categorias. E a gente tem percebido que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão se desidratando. Essa também é uma demanda dos idosos dos Municípios pequenos por onde eu ando, porque esses eram os únicos bancos em que eles iam receber seus benefícios. Agora, eles estão viajando, por exemplo, 150km para achar uma agência bancária para receber os seus benefícios, principalmente tratar com o INSS.

Então, é preciso, porque já foram 18 mil empregos embora, após o fechamento dessas agências. Mais de 800 agências foram fechadas. E ainda há um banco que não entrou, que é o Banco do Nordeste; aliás, dois, porque há também o Banco da Amazônia. Mas eles poderão ser os próximos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estão desmontando os bancos. E o pessoal da Agricultura Familiar também vai sofrer as consequências, porque é lá que essas pessoas fazem os seus negócios, os empréstimos para a agricultura familiar com os bancos. Então, está havendo todo esse processo.

A gente já viu isso acontecer em outras estatais, mas esse processo nos bancos está sendo muito silencioso. A gente não está vendo o barulho por causa do desmonte dos bancos. Mas há muitas agências já fechadas.

Então, queria fazer esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só quero cumprimentar a Senadora por essa proposta para debater a questão da privatização, do desemprego e do desmonte dos próprios bancos públicos. E não é a primeira vez em que eles sinalizam isso. Como querem meter a mão na previdência, nesses trilhões da previdência, querem fazer a dita reforma para acabar com o direito de aposentar. E também há sempre a ameaça de privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, e por aí vai. Por isso é um alerta a sua iniciativa, e aqui ficam os meus cumprimentos.

Alguém mais quer discutir a matéria? Concedo a palavra para quem quiser discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Presidenta Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Vou encaminhar os últimos requerimentos agora, que são de sua autoria.

Vou ler os dois, aí o senhor encaminha os dois juntos.

É o item 28 e o item 29.

ITEM 28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os fundos de pensão dos funcionários do Correios, o Postalis".

Autoria: Senador Paulo Paim

Postalis, que é o dono dos fundos de pensão.

Então, especificamente quanto aos funcionários dos Correios.

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, de 2018

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Os impactos das políticas de estado frente a saúde suplementar e suas consequências no SUS".

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, realizamos aqui recentemente uma audiência pública, porque eles pretendiam fechar 500 agências e demitir 5 mil funcionários dos Correios. Felizmente, mediante aquela audiência pública, o Presidente da companhia esteve aqui e disse que não, não fecharia nenhuma agência, como também não iria demitir 5 mil, como estava em manchete na imprensa.

Aí, quando perguntaram para ele: "E no ano que vem?" Disse ele: "Bem, no ano que vem não posso me responsabilizar." E eu até entendi e disse: claro que não, porque o ano que vem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República será outro e ele que vai indicar quem vai ser o novo Presidente dos Correios, e naturalmente vamos trabalhar para que não seja alguém que queira privatizar tudo neste País.

E, quanto a esse caso aqui, porque também nos procuraram os trabalhadores dos Correios, eles estão praticamente falindo o fundo de pensão dos funcionários dos Correios e Postalis. E, com essa preocupação, eles querem fazer uma audiência pública, chamar inclusive o interventor para debaterem esse tema, para encontrarmos um caminho, quem sabe, num debate com a profundidade que a situação exige, para salvar o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, que já estão pagando muito mais do que o que tinham que pagar, pela situação do fundo. Esse é o objetivo do debate sobre o fundo de pensão dos funcionários dos Correios e Postalis.

O outro, vai na linha de uma preocupação que é generalizada no País, os impactos das políticas de Estado frente à saúde suplementar e suas consequências no SUS. Aquilo que dizia antes: mais de 3 milhões de pessoas tiveram que abandonar os planos privados, porque não conseguem pagar, não é nem a questão dos 40%, não há como pagar. Então, o cara abandona e perde tudo. Às vezes, pagou por 20, 30 anos, o plano de saúde. Eu, por exemplo, pago, há mais de 30 anos, o plano de saúde. E as consequências no SUS. Como se faz para esses milhões de pessoas,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vão sobrecarregar o SUS.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que vão sobrecarregar o SUS, e não se pode, devido à Emenda 95, investir na saúde.

Esse é o objetivo, Presidenta, dos dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os Requerimentos nºs 130 e 131, de autoria do Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Temos o último requerimento, que é da Senadora Lídice da Mata, mas o Senador Paulo Paim subscreveu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 23

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, de 2018

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a "vulneração dos direitos humanos nas comunidades tradicionais extrativistas e a violação da convenção 169 da OIT".

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

O requerimento foi subscrito pelo Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, eu vou direto à justificativa, os indicados são três, mas poderão ser outros indicados.

Diz a Senadora Lídice da Mata que as comunidades extrativistas estão sendo ameaçadas em virtude de diversas ações conduzidas por empresas privadas que têm como objetivo expulsar os moradores dessas localidades. Sob o artifício de criação de APAs, sem qualquer respaldo técnico, ou mesmo uma discussão mais aprofundada com as comunidades afetadas, milhares de famílias, a maioria delas assentadas há centenas de anos, serão forçadas a deixarem seus lares em favor da exploração comercial.

Por essa razão, solicitamos, então, o apoio dos eminentes pares para a discussão e aprovação do presente requerimento.

Senadora Lídice da Mata. E eu subscrevi.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado; Requerimento nº 111, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

Só para dar uma satisfação, ficamos votando todas essas coisas, porque nós sabemos que há pessoas aqui interessadas, que vieram para ver o Estatuto do Cigano.

O Relator é o Senador Hélio José, ficou de vir, disse que viria, deve ter tido algum contratempo, porque não chegou. Embora não pudesse ser votado hoje, poderia ter sido lido, pois é de caráter terminativo, por isso só pode ser votado com uma quantidade x de Senadores aqui que são dez. Não é, Cristiano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Teríamos que ter dez Senadores presentes, porque a votação é nominal.

Então, prometo a vocês fazer um esforço para ver se colocamos na próxima pauta, porque temos que sair correndo atrás dos Senadores para poderem vir votar, mas eles vêm, às vezes eles atendem e vêm. Seria importante a leitura, mas, como ele não está, ele é o Relator, faz questão, não posso nomear outra pessoa para relatar, a não ser que ele permitisse, que tivesse dito que poderíamos fazer isso. Certo?

Então, vamos tentar ver se na próxima pauta a gente consegue.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, permita-me, é sobre este mesmo tema.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lamento muito, mas sei que foi por motivo de força maior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele disse quer iria fazer um esforço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou autor do projeto que garante o Estatuto dos Ciganos. Vocês podem ter certeza de que eu estou fazendo o maior esforço para vê-lo votado, porque, se eu aprovei o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como Relator aprovei o Estatuto da Juventude, aprovei o Estatuto da Igualdade Racial e Social para que ninguém fosse discriminado, por que não podemos votar com rapidez também o Estatuto dos Ciganos? Que ficam de forma invisível numa sociedade como a nossa e, por isso, esse estatuto foi construído com muito carinho, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita gente, eles aqui construíram, porque como sempre digo, que é uma palavra que é de vocês e de outros setores, tudo conosco, nada sem nós.

Então, quanto a essa obra de que o Hélio José foi Relator, espero, Senadora, sinceramente, que esta votação aconteça, ele é terminativo, mas poderíamos ter pelo menos assegurada, no dia de hoje, a leitura; como não foi possível, eu entendo – eu entendo!

Por fim, Presidenta, queria agradecer muito a V. Exª e a esses lutadores ciganos, que se deslocaram de seus lares, eu sei que é uma dificuldade, eu sei como é a dificuldade de vocês para se deslocarem para cá e, pelo menos, que tivessem levado que o projeto teria sido lido já e teríamos de marcar, então, um dia, no esforço concentrado, para a votação.

Eu sei que não é o momento, eu peço desculpas em relação ao Senador Hélio José. Podem saber que é um motivo de força maior pelo qual ele não estava aqui e vou dar uma salva de palmas a vocês aqui, pela luta de vocês. (*Palmas.*)

O SR. LUIS BRUNO DE MORAES – Nosso Senador, uma palavrinha, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fale.

O SR. LUIS BRUNO DE MORAES – Eu só tenho a agradecer ao nosso querido e estimado Senador Paim, porque ele é guerreiro, junto conosco, desde o início da nossa Associação. Ele foi quem nos ajudou na associação, ele foi quem criou nosso estatuto e nós esperamos em Deus que o estatuto vai ser aprovado.

O Senador Paulo Paim e a Deputada Erika Kokay são nossos guerreiros, junto conosco, desde o nosso início na nossa associação, e todos os Senadores.

E aqui tenho que deixar meus agradecimentos ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita que eu diga também, só questão de justiça,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parabéns, Senador Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que o Senador Hélio José fez um belo trabalho. Ele já conseguiu aprovar em duas Comissões, esta é a terceira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E a última.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aqui nós pedimos para ele relatar e ele vai relatar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Essa aqui é a última e ela já vai diretamente para a Câmara.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai diretamente para a Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, é porque ele realmente deve ter tido um problema, para não chegar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gravíssimo.

Ele estava todo emocionado e satisfeito, porque iria votar hoje.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e treze minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, José Medeiros, Vanessa Grazziotin e o Senador não membro Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim, Ciro Nogueira, Ana Amélia, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDH 89/2018, de autoria do Senador Paulo Paim, e RDH 110/2018, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Alternativas à austeridade econômica em defesa dos Direitos Humanos e da Democracia". Participantes: Bráulio Santiago Cerqueira, Secretário Executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle – UNACON; Rodrigo Octávio Orair, Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal – IFI/SENADO Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Thiago Leoni Mitidieri, Presidente da Associação dos Funcionários do BNDES - AFBNDES; Fabíola Sulpino Vieira, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – DISOC/IPEA; Andrea Barreto de Paiva, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – DISOC/IPEA; Valéria Burity, Secretária Geral da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição; Marivaldo de Castro Pereira, Auditor Federal de Finanças e Controle e Ex-Secretário Executivo do Ministério da Justiça; e Laura Barbosa de Carvalho, Professora e doutora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Às dez horas e oito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jorge Viana e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Paulo Paim, Paulo Bauer, José Agripino, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Ricardo Ferraço, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra." **Autoria:** Presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador Jorge Viana, é aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador José Medeiros, é aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senador José Medeiros, é aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Código Aduaneiro do Mercosul, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17 de 2018** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado-RISF, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a situação atual da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Para tanto, sugiro que sejam convidados, sem prejuízo de demais convidados: Embaixador Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores; Professora Cristina Pecequilo, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/04/26

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tendo em vista a viagem para fora do Brasil do Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, eu, na condição de Vice-Presidente, vou conduzir os trabalhos de hoje. O Presidente Collor está em viagem oficial para a Coreia do Norte.

Nós temos hoje uma pauta importante aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu queria, antes do início dos trabalhos, fazer um breve comentário sobre a viagem que fiz, também em missão oficial, acompanhando o Senador Presidente da Casa, Eunício Oliveira, ao Japão, a convite do Governo japonês e do Congresso japonês. Eu, como Vice-Presidente da Comissão, e o Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Anastasia, acompanhamos o Presidente do Senado. Foi uma viagem de uma semana, saímos daqui no dia 13 deste mês e voltamos no dia 22, quando foi concluída a missão. Foi a primeira vez que nós tivemos a presença de um Presidente do Congresso brasileiro no Japão.

É inacreditável como aquele país tem uma afinidade, uma relação que se traduz na presença de japoneses também aqui no Brasil e de brasileiros no Japão.

Nós temos mais de dois milhões de descendentes de japoneses aqui no Brasil. Vamos viver mais que um centenário – acho que 115 anos – da presença japonesa aqui no Brasil. Vamos organizar essa celebração. Ao mesmo tempo, já tivemos um número maior, perto de 300 mil brasileiros ou descendentes no Japão, e agora temos em torno de 190 mil brasileiros ou descendentes vivendo no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos, Senadora Ana Amélia, a oportunidade de fazer uma reunião, eu e o Senador Eunício, Presidente do Senado, obviamente ciceronizados pelo Embaixador André Corrêa do Lago, que é um extraordinário servidor da diplomacia brasileira, com sua equipe, com os diferentes grupos representantes da comunidade brasileira no Japão. Foi extraordinária a reunião.

Temos problemas seriíssimos. Imaginem... Eu vou citar só um exemplo do que temos de enfrentar. Nós temos 190 mil brasileiros lá. Não é muito simples, mesmo para um descendente, aprender a língua, chegando lá. Há dificuldades, seus filhos também as têm. Há um modelo educacional no Japão difícil para um ocidental se enquadrar. É incrível, mas é um fato. Do registro de escolas, que são escolas de boa qualidade, escolas brasileiras no Japão, vamos ter de tratar junto ao Ministério da Educação, porque elas não têm registro... Quem estuda nessas escolas de qualidade, depois, tem dificuldade para se inserir no ensino brasileiro. Nós nos deparamos com isso. Há até mesmo, pasmem – e isso nós ouvimos porque era uma reunião aberta, pública –, crianças sendo diagnosticadas com autismo porque não conseguiram acompanhar determinados ritmos. As representações da comunidade brasileira colocavam isso como um problema sério e não uma falta de adaptação. Não há confirmação do diagnóstico, mas era tido... "Olha, seu filho tem algum problema que pode ser autismo, e ele não está acompanhando." Mas não é isso.

Então, as escolas brasileiras passam a ter um papel importante e é inacreditável... Naquela oportunidade, tanto o Senador Anastasia quanto o Presidente Eunício e eu ficamos impressionados. Fizemos uma pauta, listamos todos os pontos e vamos fazer disso uma tarefa que devemos cumprir, porque a relação do Brasil com o Japão, independentemente dos vizinhos que temos do ponto de vista numérico, é uma das mais importantes relações, apesar da distância, estabelecidas entre o povo brasileiro com um país estrangeiro. É algo que devemos cultivar.

E aquele país sempre tem muito a nos ensinar no trato nesse tempo em que vivemos uma relação de ódio, de enfrentamento.. Parece que, às vezes, eu vejo todos contra todos. Foi muito importante passar uma semana no Japão, naquele mundo em que todos respeitam todos, todos cedem a vez para o outro, todos, de alguma maneira – não é que se diminuam diante do outro – dão sempre vez ao próximo. É impressionante como talvez ali haja muito daquilo que o mundo precisa hoje, que é construir a boa convivência, a tolerância e o respeito, a educação. Impressiona.

Tivemos oportunidade de ir a Hiroshima, onde também depositamos flores no monumento às vítimas da bomba atômica. O Brasil é signatário, junto com o Japão, de não trabalhar a construção – temos um tratado – de armas nucleares. Isso é muito importante para eles. Visitamos também o museu que mostra o flagelo que foi o uso da bomba atômica. E tudo o que eles pedem para nós: "Contem o que viram, falem para os outros da tragédia que vivemos nesse raio de dois quilômetros a partir do epicentro de onde caiu a bomba. Contem para os outros o drama que nós vivemos em função do uso de armas nucleares".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo também que é muito importante buscarmos estreitar as relações, inclusive econômicas, que foram diminuindo ao longo do tempo, do Brasil com o Japão. O Japão está vivendo uma crise econômica há mais de duas décadas, há quase três décadas, mas é a terceira economia do mundo e tem muito a trabalhar juntamente conosco.

Inclusive fomos recebidos com todas as honras. O Presidente Eunício, de fato, foi tratado como Chefe de Estado, como Chefe de Poder de um país amigo. Do ministro de relações exteriores a ministros do governo, do presidente da câmara e também do presidente do órgão japonês equivalente ao nosso Senado, recebemos um bom tratamento. Estivemos lá a convite do governo japonês e do congresso japonês.

É algo que também... Por conta dessa – eu vou chamar, não tenho nenhum receio – hipocrisia que vivemos em nosso País, o Congresso brasileiro não pode hoje convidar nenhuma delegação de nenhum país do mundo, trazer aqui, colocar parlamentares para conhecer o Brasil e fazer agenda, porque isso é abuso de dinheiro público, é gasto de dinheiro público. Fomos tratados com todas as honras pelo governo do Japão, pelo povo japonês, às custas do povo japonês. Vamos ter muito o que aprender ainda, passado este tempo que nós estamos vivendo.

Acho que essa relação com o Japão precisa ser retomada também do ponto de vista econômico, porque a crise que eles viveram, mesmo sendo a terceira economia do mundo, está superada. Agora estão identificando lugares, países para investimentos. E acho que é muito importante que, do ponto de vista estratégico, o Brasil possa também abrir possibilidades ou retomar as possibilidades de uma aproximação econômica estratégica com o Japão.

Faço esse relato, mas tanto eu quanto o Senador Anastasia faremos um relatório de viagem cada um. Eu sempre faço questão de ter o meu relatório. Vou fazer um pronunciamento no plenário da Casa.

Voltamos com dever de casa a ser cumprido, especialmente no que diz respeito a melhorar as condições e a dar suporte para a comunidade brasileira que vive no Japão. De fato é muito difícil. Já tivemos 300 mil brasileiros lá; agora são 190 mil. Por incrível que pareça, há cidade em que vivem 50 mil brasileiros, e eles precisam, sim, de que o Estado brasileiro tenha um certo olhar e crie determinadas condições para as famílias, para que elas possam se adaptar ou criar um ambiente de adaptação à cultura oriental, japonesa, que é bastante admirável, mas complexa e muito distante, como o é do ponto de vista da geografia, do nosso jeito de ser ocidental.

Então, eu faço esse registro, declarando aqui aberta a reunião.

Salvo engano, a Senadora Ana Amélia deseja usar da palavra para fazer um comentário.

Passo a palavra a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Primeiramente, meus cumprimentos pelo êxito dessa missão oficial, Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente.

No início de dezembro de 2017, um grupo de Deputados e eu, a convite do governo japonês – e queria agradecer ao Embaixador Akira Yamada, que é o embaixador do Japão aqui no Brasil, vindo do México –, estivemos lá, também por uma semana, não só em Tóquio, mas em Hiroshima, que eu não conhecia, e ficamos impressionados com o cuidado que os japoneses têm com a preservação da memória daquela tragédia que aconteceu há tanto tempo. Ali conversamos com uma sobrevivente do ataque a Hiroshima.

Estivemos também, Senador Jorge Viana, no centro mais importante da colônia brasileira, a cidade de Nagoya, onde se concentra a maior representação de brasileiros no Japão. São, na sua grande maioria, descendentes de japoneses que foram para lá trabalhar naquela cidade. Inclusive, o Banco do Brasil mantém uma agência ali, desde há muito tempo, para atender exatamente à movimentação financeira dos brasileiros com o Brasil.

Em Nagoya está também a sede da Toyota, além de outras grandes empresas. Nagoya é uma espécie de São Paulo para o Japão, e lá também encontramos a comunidade brasileira muito preocupada com a questão educacional, como V. Exª lembrou bem.

Agora, com a presença do Senador Cristovam Buarque, que é um batalhador na área da educação, ressalto que essa questão nós devemos enfocar.

É novidade para mim essa questão da relação da não adaptação da criança com diagnóstico de autismo.

Mas, de qualquer modo, eles também ponderaram dificuldades de recursos não apenas na questão da regulação, mas do reconhecimento, aqui no Brasil, do diploma de quem estuda lá, e vice-versa. Então, acho que é uma matéria relevante.

O Japão tem um grande interesse no Brasil, um interesse sincero. Eles são muito comedidos. Talvez como nós, quando estivemos lá, o Japão está muito preocupado, primeiro, com a questão da tensão na ´Península Coreana, que parece agora atenuada, mas, sobretudo, com a questão econômica, com o Japão perdendo espaço. Há uma agressividade muito grande no comércio internacional e no processo de globalização por parte da China. Então, eles já estão preocupados, mesmo sendo a terceira economia do mundo, com essa possibilidade.

E, por fim, não menos importante, o Embaixador ponderou que ficaram muitos felizes, os japoneses, com o voto de apoio ao Brasil para sediar a Expo 2025. Só que esse voto, para valer, Senador Jorge Viana, é preciso que o Brasil pague uma taxa de R$400 mil, o que dá cerca de €100 mil, junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bureau Internacional de Exposições, que é a organização internacional que, a exemplo da Fifa no futebol, regula essas feiras.

A próxima, a Expo 2020, será em Dubai.

Então, é preciso... O Presidente Fernando Collor já sinalizou que esta Comissão poderia encaminhar uma solicitação ao Gabinete da Casa Civil da Presidência da República ponderando sobre esse pagamento. Aliás, não é o primeiro que nós estamos devendo às organizações internacionais.

Então, eu queria cumprimentá-lo pelo relato que fez e compartilhar com V. Exª, dizendo que, para o que for preciso, estarei junto também desse grupo que esteve lá no Japão, haja vista o grande interesse que eles têm nas relações com o Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço os comentários e a manifestação de V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Quero dizer que, quando estivemos no Japão, no encontro da ITTO e depois no congresso, fui recebido também pelo Presidente do Senado. Houve o desdobramento da vinda do Presidente do Congresso aqui. E foi na vinda dele ao Brasil que ele formalizou o convite para o Presidente Eunício – na época, era ainda Presidente o Senador Renan. Foi feito o convite para o Presidente do Senado do Brasil. E, pela primeira vez, o Presidente do Senado e do Congresso brasileiro fez uma visita oficial lá. Eu e o Senador Anastasia tivemos o privilégio de compor essa delegação oficial.

Mas devo dizer que a agenda que estamos construindo tem de envolver missões outras que foram feitas, como V. Exª bem citou, por outros colegas Senadores e Senadoras.

Eu queria dar prosseguimento concedendo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Senador Jorge Viana, eu queria fazer uma ponderação a V. Exª. Nós vivemos um momento complicado de pré-campanha e de movimentações muito expressivas nos Estados, e muitas das presenças na Comissão ficam comprometidas com o processo. Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª que submetesse ao Plenário, tão logo os embaixadores aqui chegassem, a abertura do painel, para que pudéssemos garantir o quórum de apreciação. São pessoas cuja vida profissional se conhece. Haverão de fazer, suponho eu, exposições convincentes. Então, acho que, quanto àqueles que se julgarem habilitados ao voto, V. Exª poderia permitir que esses votos fossem depositados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, concordo e recepciono a manifestação de V. Exª, Senador José Agripino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, então, à primeira parte da reunião, a indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Srª MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *1 - Em 19/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

Leio também o item 2 da pauta desta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *1 - Em 12/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

Eu tive a honra de ter sido o Relator dessa indicação. O meu relatório está pronto para deliberação. Agora, no dia 12/04/2018, foi lido o relatório. Eu fiz a leitura na última reunião e foi concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada, portanto, nesta reunião.

Convido, para tomar assento à mesa, a Embaixadora Márcia Donner Abreu e o Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, conhecido como Fred. (*Pausa.*)

Eu queria, antes de passar a palavra aos sabatinados, informar a eles que terão, inicialmente, 15 minutos. Obviamente, se for necessário, podemos estender o tempo. Não há tanta rigidez, pelo menos de minha parte, que estou presidindo. O que nos interessa, e é muito importante, é ter a exposição de V. Exªs sobre o país onde será cumprida a missão, que compartilhem com todos os que estão aqui as preocupações, as observações que têm e, obviamente, que depois respondam aos questionamentos que certamente as Senadoras e os Senadores farão.

Antes de conceder a palavra à Embaixadora Márcia Donner Abreu, peço à Secretaria da Mesa que já deixe o painel aberto. Nós não estamos antecipando votação. Não vejo nenhum problema nisso, porque são pessoas públicas que já cumpriram missões em vários países. Também os relatórios das indicações são distribuídos previamente e a manifestação pelo voto de cada Senadora e Senador é obviamente com base no relatório apresentado, lido antecipadamente na Comissão. Hoje é o dia de fazermos a sabatina, quando se tem uma exposição de cada um dos indicados e, obviamente, os questionamentos que os Senadores e Senadoras acharem pertinente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda mais...

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – ...que o peso do Relator da indicação do Embaixador Fred Arruda vale também nesta sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senadora Ana.

Então, peço que fique aberto o painel de votação.

Vamos aqui, penso que é o mais adequado e o Embaixador Fred também concordará comigo, ouvir primeiro a Embaixadora Márcia Donner Abreu, indicada para o cargo de Embaixadora. Ainda há pouco, aqui, tive a dificuldade de fazer a leitura... Cazaquistão, tudo bem, já é conhecido. Mas, cumulativamente, a senhora vai trabalhar também no Turcomenistão. A pronúncia aí está certa?

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Está certinha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E também na República – aqui complicou um pouco mais – Quir...

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Quirguiz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quirguiz.

Então a senhora comece a sua sabatina nos localizando, falando um pouquinho dessa missão de servir a três países. Com a palavra V. Sª.

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Obrigada, Exmo Sr. Senador Jorge Viana, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado; uma palavra ao Senador Pedro Chaves, Relator desse processo de missão diplomática, ausente, em missão oficial no exterior; Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras; meus colegas, Embaixador Fred Arruda, ao começar a me preparar para esta arguição diplomática, busquei procurar uma palavra que pudesse resumir a mensagem que eu queria trazer aos senhores e rapidamente me dei conta de que a única palavra que eu poderia escolher seria oportunidade.

A Ásia Central, que é a região onde se situam os três países para os quais eu estou sendo sabatinada, é uma região central e vital na atualidade. Ela está na confluência de grandes atores centrais da vida política econômica atual – a Rússia, a China, o Oriente Médio, o Irã –, ela tem uma enorme riqueza mineral e de petróleo e gás, ela tem uma posição estratégica como uma região relativamente sensível à ampliação, à expansão do extremismo islâmico e ela tem um papel central na conectividade da Ásia com a Europa, com o norte da África e com o Oriente Médio.

Então, todo esse conjunto de fatores aumentou consideravelmente o poder de barganha e o poder político dos países da região, trouxe muitos investimentos à região e promoveu um grande desenvolvimento em toda a Ásia Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou focar, com a permissão dos senhores, a minha exposição mais no Cazaquistão, que é o maior, o mais estável, o mais desenvolvido, o mais rico país da região e é o país que abriga a única Embaixada brasileira na Ásia Central, na sua capital, Astana, que é capital apenas há 20 anos, que se diz, inclusive, inspirada em Brasília, uma cidade futurista extraordinária, com riqueza arquitetônica muito variada, grandes prédios modernos, um pouco uma Dubai da Ásia Central.

O Cazaquistão tem uma posição central na Eurásia e foi fundamental para a ocupação dessa região e para o seu desenvolvimento, com as rotas de comércio da antiguidade, a antiga rota da seda.

Como os demais países da Ásia Central, foi ocupado sucessivamente por grandes impérios, como o império persa da antiguidade clássica. Todo mundo ouviu falar de Dario e das guerras gregas; de Alexandre, da Macedônia, contra o império persa.

Depois, o califado árabe chegou à região de maioria muçulmana. Não chega a ser 100%, mas 70% ou 80% da população regional é muçulmana.

Depois foi ocupada pelo império mongol, de Gengis Khan, e finalmente pela Rússia czarista, lá pelo século XIX. Com a revolução de 1917, tornou-se parte da União Soviética. Para o Cazaquistão a ocupação soviética foi um período muito difícil. O regime soviético impôs uma coletivização forçada da agricultura, o cazaque é um povo nômade, rural, pastor, não se adaptou à vida nas propriedades sedentárias coletivas, 40% da população morreu de fome ou emigrou, foi um desastre de grandes proporções.

Depois, o regime soviético também instalou no Cazaquistão os seus centros de testes nucleares, mais de 400 bombas nucleares foram explodidas no Cazaquistão ao longo de 40 anos, com consequências que perduram até hoje, embora os centros já tenham sido fechados há algum tempo.

Os famosos *gulags* soviéticos foram instalados lá, os centros de aprisionamento de opositores do regime, e até os projetos de agricultura na região trouxeram problemas sérios porque o mar de Aral, que é um grande mar central entre o Uzbequistão e o Cazaquistão, praticamente secou por causa de uma irrigação malfeita.

Em 1991, com a crise da União Soviética, houve uma sucessiva proclamação de independência das repúblicas soviéticas e todas as repúblicas centro-asiáticas se tornaram independentes entre setembro e o final de 1991. O Cazaquistão foi a última república a se tornar independente, em 16 de dezembro de 1991, e nove dias depois, num dia de Natal, a União Soviética deixava de existir.

O Cazaquistão, independente, elegeu como seu primeiro presidente o então Presidente do Soviete Supremo, um líder muito moderno, muito ligado a Gorbachev, tinha participado do exercício da Perestroika, e, apesar das imensas dificuldades iniciais – o Cazaquistão era um país que não tinha fronteira, que não tinha moeda, sofreu toda essa transição para uma economia sem os controles de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia estatizada, a economia caiu 25% nos primeiros anos –, o Cazaquistão rapidamente tomou a via da modernidade e do desenvolvimento. Aproveitando naturalmente a sua riqueza em recursos de hidrocarbono, petróleo e gás, houve muitos investimentos à posição central nas questões estratégicas.

O Cazaquistão herdou da União Soviética, estacionados lá, o quarto maior arsenal nuclear do mundo. Ele imediatamente tomou a boa decisão de se desfazer do arsenal. Em negociação com os Estados Unidos e com a Rússia, todas as ogivas nucleares foram devolvidas à Rússia. Nesse processo, o Cazaquistão encontrou uma quantidade importantíssima de urânio físsil, de grau armamentista, e também foi desmobilizado pelos americanos. Fechou o centro de testes nucleares – foi um processo conduzido pelos americanos e levou 10 anos para ser concluído. E iniciou um processo acelerado de desenvolvimento, com os recursos de gás e petróleo com muito investimento externo.

O PIB *per capita* do Cazaquistão hoje é do nível do da Coreia do Sul, é de cerca de US$25 mil. O índice de igualdade da economia é bastante bom, é igual ao da Suíça, da Noruega, da Suécia, é um Índice de Gini de 0,26.

O país também tem uma forte projeção internacional, que consolidou ao longo desde esses primeiros anos da independência, com base numa plataforma muito proativa e muito moderna, a desnuclearização, a qual eu já me referi – o Cazaquistão criou a zona livre de armas nucleares na Ásia Central –; a integração econômica regional – o Cazaquistão é um grande impulsionador da integração econômica regional –; e mais recentemente criou-se a União Econômica Eurasiática com a Rússia, a Belarus, a Armênia, no Cáucaso, e a República Quirguiz, que é outro país do guarda-chuva dessa missão diplomática. É uma união econômica inspirada na União Europeia, com 4,5 trilhões de PIB, 183 milhões de habitantes. É uma região de pouca densidade demográfica, que certamente contribuirá muito para ainda melhorar as condições econômicas da região.

Finalmente, o Cazaquistão é parte central na nova rota da seda chinesa, que talvez seja um dos maiores projetos geoeconômicos da atualidade. É o grande projeto chinês para interligar a China aos mercados europeus, aos mercados do norte da África e de lá a todo o resto do mundo pelos grandes portos da região.

No Cazaquistão, a rota da seda está funcionando já a pleno vapor, porque os chineses construíram, na fronteira da China com o Cazaquistão, o maior porto seco do mundo, é uma maravilha de tecnologia. As cargas de toda a China industrial que vão ser transportadas por via férrea chegam nesse porto seco e dali elas partem em três tramos: um em direção ao Mar Cáspio e ao Cáucaso, digamos, ao Azerbaijão; outro que é a chamada ponte eurasiática em direção à Rússia, Belarus, entrando na Europa pela Polônia, e, daí, chegando aos grandes portos europeus, sobretudo Roterdã; e o terceiro tramo, que talvez, a meu juízo, seja o mais interessante do ponto de vista das velhas conectividades, é o tramo que parte do Cazaquistão, entra pelo Turcomenistão, Uzbequistão e chega ao Irã, e de Teerã ao Porto de Bandar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abbas, que é o maior porto iraniano, se não me engano, no Estreito de Ormuz, e aí de novo com acesso a toda a região do Golfo Pérsico, também do Oriente Médio e do Mediterrâneo.

O Cazaquistão tem ainda um grande interesse que se vincula a um outro grande interesse nosso que é energias renováveis, essa questão dos vetores da política externa. A relação diplomática com o Brasil é boa. O Brasil reconheceu as independências das Repúblicas Centro-Asiáticas assim que elas foram proclamadas. E o nosso relacionamento diplomático com o Cazaquistão se iniciou em 1993. Abrimos a nossa Embaixada em Astana – que é a nova capital, da qual eu já falei –, em 2006. São 12 anos, então, de uma vida diplomática. E é claro que a abertura da embaixada dinamizou bastante o relacionamento.

O Presidente cazaque é o mesmo Presidente desde a independência; é considerado o garante do desenvolvimento da estabilidade local. Ele visitou o Brasil em 2007, e o então Presidente Lula retribuiu a visita em 2009. E, em 2013, quando se completaram 20 anos das relações diplomáticas, o Cazaquistão, então, abriu a sua Embaixada em Brasília, que tem aqui uma presença muito dinâmica. Eu já encontrei, inclusive, Parlamentares brasileiros que se referiram já a visitas do Embaixador do Cazaquistão, interesse do Embaixador do Cazaquistão em receber a visita de Parlamentares brasileiros, reativar o grupo de amizade parlamentar Brasil-Cazaquistão. O Senador Cristovam Buarque tem um papel e um interesse grande nessa área.

Eu posso dizer aos senhores que, voltando à ideia de oportunidades, a que eu me referi no início, é uma excelente oportunidade para adensar as nossas relações, porque são relações em construção, são relações recentes com países jovens no cenário internacional e com amplas possibilidades de se desenvolver, primeiro, porque o Cazaquistão e todos esses outros países da região são importadores líquidos de alimentos e de produtos industriais. Certamente haverá um espaço para o Brasil aí.

O Cazaquistão comprou já nove jatos da Embraer no passado, há nove jatos da Embraer na companhia aérea de bandeira, a Air Astana, e cinco outros jatos E190 serão entregues a partir deste ano.

Eu visitei essa semana o Copac e recebi toda a informação também sobre os nossos produtos-chave de exportação de alta tecnologia aeronáutica, o KC-390 e o Super Tucano. A frota cazaque aérea militar é toda de aviões russos e está bem na hora de eles se interessarem eventualmente por um avião brasileiro. Eu pretenderia, caso aprovada por V. Exªs, fazer disto uma das nossas bandeiras: mostrar este Brasil de alta tecnologia de ponta.

Se me permitem uma palavra muito rápida sobre Turcomenistão e Quirguiz, o Turcomenistão é um país muito fechado, que teve um regime político muito autoritário durante muitos anos, até 2006. De lá para cá, está começando a se abrir, a se modernizar um pouco mais, mas é riquíssimo, tem muito gás, é o maior fornecedor de gás natural para a China. A China construiu um gasoduto dedicado para importar o gás cazaque, o gás turcomeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quirguiz é totalmente diferente dos outros dois. É um pequeno país, montanhoso, sem muita riqueza natural, mineral; vive basicamente da agricultura e das remessas de seus trabalhadores expatriados.

Para falar só um pouquinho, porque já estou me alongando demais...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem problema.

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Sem problema?

Sobre as perspectivas da construção do relacionamento bilateral, sobre a base excelente plantada pelos nossos três primeiros embaixadores no Cazaquistão, que fizeram muito para adensar as relações, eu diria, sobretudo das minhas consultas com as chefias da Casa e dos interlocutores cazaques com quem eu pude conversar, que há várias vertentes possíveis de cooperação. O Subsecretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty bate em um ponto muito interessante. Ele diz: "nós precisamos ampliar as molduras institucionais do relacionamento".

A Diplomacia é um pouco um balezinho – os senhores aqui, no Parlamento, no Congresso, terão também esses rituais. Nós temos reuniões de consultas, diálogos políticos, diálogos estratégicos, comissões mistas. Então, com essa região nós temos um diálogo, uma reunião de consulta com o Cazaquistão, que já se reuniu em várias ocasiões. O Turcomenistão deseja criar um mecanismo de consulta conosco, com o Quirguistão – a República Quirguiz, também chamada de Quirguistão –, e não temos ainda nenhum mecanismo desse gênero. Temos apenas um acordo de isenção de vistos, que é uma coisa que o Itamaraty procura sempre alavancar; facilita muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – ...essa aproximação inicial.

Então, esta seria uma parte: moldura institucional.

A segunda é realmente fazer crescer o conhecimento recíproco. Só do conhecimento é que surgem as ideias e surgem as oportunidades para iniciativas de maior adensamento das relações: mais missões empresariais, mais visitas de parte a parte, mais participação em eventos importantes de um país no cenário internacional.

Cooperação é naturalmente um tema sempre potencialmente muito rico. No nosso caso, cooperação técnica em áreas óbvias para o Brasil, como agricultura e energias renováveis, dois temas em que a região tem interesse, o Cazaquistão tem interesse. Nós temos interesse em cooperação na área de metais, mineralogia. Então, esse seria também um campo a se pesquisar. E, finalmente, a cooperação de natureza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultural. Existe uma grande simpatia no Cazaquistão pela cultura brasileira, especialmente – não podia deixar de ser – pelo nosso futebol, pelo nosso audiovisual, pelas nossas novelas e pela capoeira.

Eu lembro que a primeira visita que fiz, depois de receber o *agrément* para o Cazaquistão, foi à embaixadora cazaque na Suíça e na OMC, onde hoje trabalho. Ela me perguntou logo sobre o primeiro embaixador brasileiro no Cazaquistão e me disse: "ele trouxe ao Cazaquistão A Escrava Isaura". Era uma visita da Lucélia Santos, 30 anos depois da novela. Mas ela me explicou: foi a primeira novela que chegou ao Cazaquistão. Então, todos os cazaques, parava-se tudo no Cazaquistão para ver a novela. E a Lucélia Santos, quando foi lá, foi um sucesso nacional. A Glória Pires também foi lá por causa de novela, a Fafá de Belém foi lá. E isso aí é um excelente cartão de visitas para nós. A gente terá também uma boa potencialidade nessa área.

Era um pouco o que eu tinha a dizer.

Agradeço a atenção dos senhores e, obviamente, terei grande prazer em responder suas perguntas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Queria cumprimentar, então, a Srª Embaixadora Márcia Donner Abreu, agradecer-lhe a manifestação e trazer...

Nós todos vemos que V. Exª trouxe aqui informações importantes, porque estamos falando de algo de uma região também muito importante e que é bem distante.

Nós temos o e-Cidadania, portal interativo aqui do Senado, o www.senado.leg.br/ecidadania, e logo que V. Exª começou a se manifestar, tínhamos aqui a Márcia Alcina, do Rio de Janeiro, tratando da importância da discussão hoje do Mercosul com a União da Eurásia. Isso é muito importante, porque exatamente hoje, daqui a pouco, certamente, ao longo da sabatina, a senhora poderá também se manifestar sobre essa questão tão importante.

Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras, porque é uma quinta-feira e temos, daqui a pouco, sessão deliberativa, mas a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é sempre muito prestigiada. Não é à toa que temos aqui um quórum pleno. Eu diria que não é sem razão, mas sim pelos dois sabatinados. E por diferentes motivos, de certa forma.

Eu agora me refiro ao Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, do qual fui Relator, tive o privilégio. Temos uma relação de amizade há muito tempo. Sem demérito de ninguém, talvez seja o Diplomata de Carreira do Itamaraty mais próximo do Parlamento, o que mais trabalhou, o que mais conviveu com o Parlamento, na história do Brasil. Ninguém serviu tanto na Câmara, no Senado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele só pintou o cabelo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas é pela intensidade que ele viveu. Trabalhou! Hoje ele é assessor do Presidente Michel Temer na área internacional, nas relações internacionais, mas tem uma história fora do Brasil. Inclusive, a tese que ele defendeu na UnB... Desculpas! No Instituto Rio Branco, no Itamaraty, trata exatamente daquilo que ele muito fez, que é da diplomacia parlamentar. Ele é um especialista na diplomacia parlamentar e agora está sendo indicado para Embaixador junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Então é um posto muito importante e especial, principalmente agora que a União Europeia vive esse conflito da saída, há pouco tempo, do país em que ele vai chegar, que movimentou a economia, os questionamentos todos dos conglomerados de países, enfim. Certamente, hoje ele tem algo importante a falar para todos nós aqui do Parlamento.

Eu faço essa ressalva porque além de ser um brasileiro genuíno, cearense, vindo de lá, que venceu, que estudou aqui em Brasília, também tem uma vivência muito rica na diplomacia fora do Brasil. Eu não vou repetir porque ele agora fará sua exposição, mas faço questão de concluir com essa ressalva. Ele conviveu muito tempo no Parlamento e acho que temos muito a fazer, ainda, no que se chama de diplomacia parlamentar.

Quando da sua exposição, se possível, reserve um tempinho, depois de falar sobre o país – que entendemos e acreditamos, depois da votação da indicação – em que V. Exª deverá representar o Brasil, na Embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Então, também reserve um tempinho, na sua exposição, para falar um pouco do que chamamos de diplomacia parlamentar, já que V. Exª é um especialista, fez a sua tese nessa área, e penso que este é um momento oportuno. Não sei se o Senador Agripino queria...

Pela ordem, V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Gostaria de fazer uma observação sobre o que V. Exª acaba de dizer, Senador Jorge Viana.

O Embaixador Fred, que, como V. Exª disse, tem uma larga experiência de convivência com o Parlamento, adquiriu, além da intimidade com os Parlamentares, intimidade com a política. Eu gostei muito da exposição de V. Exª, Embaixadora Márcia: leve, concisa, objetiva. Espero que seja exitosa na sua função neste importante país que é o Cazaquistão.

Agora, o Embaixador Fred, até pela experiência que tem como assessor parlamentar, com a convivência que teve ao longo de anos e anos no Parlamento brasileiro, tem a obrigação de ficar atento ao que pode resultar de benefícios para o Brasil da saída do Reino Unido da União Europeia. O Brexit vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrir lacunas nas relações comerciais do Reino Unido com a União Europeia e, por via de consequência, com outros parceiros. O Brasil é um parceiro privilegiado do Reino Unido há anos e anos, tanto há grandes investimentos do Reino Unido aqui como nós temos interesses muito bem fincados no Reino Unido. Então, a sua experiência e a sua intimidade com a política podem render muitos bons frutos, neste momento em que a Inglaterra sai da União Europeia, e o Brasil, até por crédito, por merecimento, pode ocupar espaços preciosos dos quais não podemos abrir mão.

Entendo que V. Exª pode ser peça fundamental no apontamento ao Governo do Brasil, por sua interlocução com o governo do Reino Unido, dessas oportunidades que poderão vir a surgir. E é sobre isso que eu queria pedir a V. Exª que se detivesse na sua apreciação e na sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, eu quebrei um pouco a nossa liturgia aqui, mas é que é tão importante esse posto... Ambos são, mas o Senador Agripino, acho, conseguiu traduzir bem até meu sentimento, porque antes mesmo da exposição já estamos fazendo os questionamentos, pelo interesse que todos nós temos num país como este em que V. Exª vai servir representando o Brasil – refiro-me ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Então, passo imediatamente a palavra para o Sr. Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, de cuja indicação eu tive a honra de ter sido Relator aqui, e hoje complementamos a apreciação de sua indicação com esta sabatina.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Bom dia a todos.

Cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e a minha querida colega Márcia Donner, a quem felicito pela exposição, que foi uma exposição que empolgou a todos pela novidade. Eu me sinto aqui em desvantagem, Sr. Presidente, porque todos conhecem os Beatles e os Rolling Stones, mas ninguém conhece o Cazaquistão como ela conhece. Então, foi uma exposição cheia de novidades.

A nossa Márcia procurou sintetizar a exposição dela com uma palavra: "oportunidade". No meu caso, no caso da minha indicação, eu teria que acrescentar o "desafio" à "oportunidade", porque servir no Reino Unido já é um desafio pelo tamanho do país, de sua economia, mas, em função do Brexit, como assinalou o nosso Senador José Agripino, nós vamos ter que buscar identificar oportunidades.

Mas, antes de mais nada, queria agradecer a V. Exªs a acolhida, as atenções com que consideram a minha indicação para a Embaixada no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. Agradeço muito especialmente seu generoso relatório e suas palavras gentis de introdução, Sr. Presidente. É uma honra comparecer diante desta Comissão para receber as orientações, as recomendações, para que eu possa bem cumprir a missão, caso venha a merecer a aprovação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um privilégio estar novamente nesta Casa, onde, como o senhor já disse, servi por tantos anos e tanto aprendi – quase um mandato inteiro, são oito anos de Parlamento.

Queria expressar também meu agradecimento ao Senhor Presidente da República Michel Temer, assim como ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, pela confiança em mim depositada.

Eu pretendo concentrar minha apresentação, Sr. Presidente, nos principais elementos do plano de trabalho que eu intenciono adotar, caso venha a merecer a aprovação de V. Exªs. Antes, porém, permitam-me recordar brevemente alguns aspectos do Reino Unido e sobre as nossas relações bilaterais. Faço comentários de ordem geral, de caráter geral, até porque as informações mais completas, eu bem sei, já foram oferecidas a V. Exªs pelo Itamaraty.

O Reino Unido, como todos sabemos, tem uma história decisiva para a formação do mundo contemporâneo. Foi o berço do Parlamentarismo, berço da revolução industrial, deu e tem dado uma contribuição notável à filosofia, à literatura – Shakespeare, meu Deus –, às artes em geral. Constituiu um vasto império e até hoje permanece ligado a muitas dessas antigas colônias por meio da Comunidade das Nações; é o país onde nasceu aquela que se tornou a língua franca da globalização. Está entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, faz parte de um pequeno grupo de países que têm armas nucleares; integra o G7, o G20, a OTAN. É a quinta maior economia do mundo e uma das principais praças financeiras internacionais e se consolidou como um destacado centro de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação no mundo.

A todos os títulos, portanto, o Reino Unido figura há muito tempo, e certamente ainda hoje, entre os atores mais relevantes das relações internacionais. O acontecimento recente que alterou ou alterará a natureza da inserção do Reino Unido no mundo foi, como todos sabemos e já foi mencionado aqui, a decisão de deixar a União Europeia. Esse assunto, eu recordo, foi objeto já de exame por esta Comissão no ano passado, exame aprofundado. O alcance e o contorno exato desse divórcio ainda estão sendo definidos, mas o fato é que, qualquer que seja a forma que o Brexit venha a assumir, trará profundas consequências para as relações do Reino Unido não só com a União Europeia, mas com todos os seus parceiros e, é claro, o Brasil.

Quanto às relações entre o Brasil e o Reino Unido, estabelecidas em 1825, talvez seja útil recuperar muito brevemente algumas linhas gerais do seu histórico. Ao longo do século XIX, a presença britânica no Brasil foi marcante. Como é sabido, o Reino Unido teve protagonismo em questões de grande significado para nós, como o reconhecimento internacional de nossa independência, a abolição do tráfico de escravos e o desenvolvimento de nossa malha ferroviária.

Já no século XX – e aí eu já dou um pulo –, houve um relativo distanciamento entre o Brasil e o Reino Unido. Vale lembrar que os britânicos enfrentaram duas guerras mundiais, tiveram de lidar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um processo de descolonização e, a partir dos anos 70, viram-se engajados na própria dinâmica da integração europeia.

Foi, portanto, preciso esperar os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI para uma reaproximação entre os dois países.

No final dos anos 90 e início dos anos 2000, o diálogo entre Brasil e Reino Unido foi estruturado em mecanismos bilaterais de alto nível. As conversas entre os respectivos gabinetes ministeriais organizaram-se em torno de um diálogo estratégico, tornaram-se mais frequentes. E outros temas como ciência e tecnologia e meio ambiente ganharam peso na agenda bilateral.

Agora, no cenário pós-Brexit, a parceria entre o Brasil e o Reino Unido deverá adquirir uma outra dimensão. Como eu disse no início, se há desafios a enfrentar, é certo também que se abrem oportunidades antes inexistentes.

O governo britânico, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, tem buscado apresentar o Brexit como uma transição para um Reino Unido de ainda maior alcance global. E, ao fazê-lo, a própria Primeira-Ministra Theresa May, em discurso de grande repercussão, mencionou o Brasil como um dos países principais nessa etapa para o Reino Unido.

Devo agregar também que esse comentário, com palavras muito semelhantes, foi feito pelo líder da oposição trabalhista, Jeremy Corbyn.

Resumindo, criam-se, portanto, espaços adicionais para que aprofundemos o que já existe e busquemos novas frentes.

Chego aqui, Sr. Presidente, ao que seriam os principais traços do programa de trabalho que pretendo implementar, caso venha a merecer, caso tenha a honra de ser aprovado por V. Exªs.

Permito-me selecionar dez pontos. Primeiro ponto. Talvez antes de tudo – e respondendo já à pergunta do Senador José Agripino –, nós teríamos de enfrentar, Senador, um desafio prático decorrente do Brexit: vários aspectos do relacionamento do Brasil com o Reino Unido são hoje regidos por tratados celebrados entre o Brasil e a União Europeia. Com o Brexit, pode haver lacunas jurídicas, sim, que cheguem a ter um impacto no dia a dia das nossas relações. Foram levantados até alguns exemplos muito oportunos, inclusive a questão do transporte aéreo. Como ficaria a questão dos voos, a frequência de voos, a segurança do transporte aéreo? Então, são desafios que terão, certamente, impacto no dia a dia da nossa relação. Impõe-se, portanto, evitar descontinuidades normativas.

A boa notícia é de que o Itamaraty já vem em contato com o governo britânico sobre o assunto e já constituiu até uma força-tarefa para fazer um levantamento dos tratados que serão potencialmente afetados com essa decisão do Brexit. Mas é possível, sim, que nós tenhamos de refazer boa parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

malha de acordos que regem essa relação do Brasil com o Reino Unido. Essa é uma das tarefas que mobilizará nossa embaixada em Londres, num futuro próximo.

O segundo ponto diz respeito às oportunidades associadas ao Brexit. Não se trata de oportunidades automáticas. Nós teremos de acompanhar de perto as negociações dos termos finais do Brexit. Ainda não está definido o Brexit, o que acontecerá exatamente. É assim que encontraremos nichos as serem explorados segundo os nossos interesses.

Já se fala, Senadores, até mesmo na possibilidade de um acordo de livre comércio Mercosul-Reino Unido. Naturalmente seria precipitado agora antecipar os pormenores de um tratado dessa natureza, mas sem dúvida é uma hipótese que nós devemos ter presente no nosso trabalho lá. Talvez seja o segundo ponto mais importante de um programa de trabalho.

O terceiro ponto que ressalto é o que podemos fazer na seara comercial desde já, sem prejuízo de acordo futuro. Um exemplo é o reforço das atividades de promoção comercial. O comércio bilateral está se recuperando. Em 2017, o fluxo foi ligeiramente maior do que em 2016, interrompendo, Sr. Presidente, um ciclo de cinco anos de queda no comércio bilateral.

A boa notícia é que, nos primeiros três meses deste ano, as exportações brasileiras para o Reino Unido já aumentaram em 32%, se comparadas ao mesmo período do ano anterior. E as importações também aumentaram; menos, mas aumentaram, o que é um bom sintoma. No entanto, trata-se de um crescimento ainda abaixo do potencial de duas das dez principais economias do mundo; estamos falando de uma corrente de comércio de cinco bilhões nos dois sentidos. A Embaixada terá de valer-se de exercícios de inteligência comercial para detectar os produtos brasileiros que possam ter maior acesso ao mercado britânico.

O quarto ponto do meu programa de trabalho, caso mereça a aprovação de V. Exªs, é complementar ao anterior: é o monitoramento e a eliminação de barreiras ao comércio. A Embaixada tem realizado um trabalho importante nesse sentido, e foram identificadas restrições à entrada de produtos agrícolas e de alimentos como arroz, amendoim, manga, carnes, lácteos e ovos. Esse esforço de diagnóstico é fundamental para continuar, além dos esforços junto ao governo britânico, a superar essas barreiras.

Um quinto ponto que destaco seria a captação de mais investimentos. As negociações de um acordo que evite bitributação têm avançado. Hoje, o Brasil é o único país do G-20 que ainda não tem esse tipo de instrumento com o Reino Unido. Londres, eu recordo, é sede de vários fundos importantes de investimento e a celebração de um acordo para evitar a bitributação se juntaria a outras medidas com vistas a captar mais investimentos produtivos do Reino Unido para o Brasil.

Um sexto ponto, Presidente, que transcende a pauta econômica está ligado ao tema do meio ambiente. V. Exª sabe muito bem disso, porque esteve lá exercendo o papel de diplomacia parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um ponto em que o Brasil tem muito a dizer. Nessa matéria, iniciativas concretas de cooperação e ações de esclarecimento já fazem parte do dia a dia da Embaixada e há que continuar. Londres é também uma das maiores praças de emissão e certificação de títulos verdes. São muito avançados nisso. E são títulos debêntures. Temos de estar voltados a captar esses títulos que têm um potencial enorme de crescimento.

O sétimo ponto é o trabalho da Embaixada no campo da ciência e tecnologia, e num contexto que não poderia ser melhor, porque estamos vivendo, hoje, o ano da ciência e da tecnologia Reino Unido/Brasil, que se estenderá até março do ano que vem.

O ponto seguinte é o da diplomacia pública, aqui entendido como as relações da Embaixada com a imprensa, ONGs, com o meio acadêmico, com formadores de opinião em geral.

O Reino Unido é um grande centro de produção e disseminação de análises e informações. Grandes agências de notícias, jornais, universidades e centros de debate têm sede em Londres. As relações entre esses atores têm dimensão fundamental. A Embaixada é, e precisa continuar a ser, um posto avançado da influência brasileira, capaz de formar percepções e de reverberar nossos pontos de vista.

Cumprimento o ilustre Senador pelo Ceará.

O nono ponto que menciono são as atividades de diplomacia cultural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – ...especialmente importante naquela que é uma das capitais mundiais das artes.

A Embaixada conta com excelentes espaços para eventos culturais de toda sorte e que têm sido promovidos com grande sucesso de púbico e de crítica. A Embaixada do Brasil precisa se consolidar como um ponto de referência cultural em Londres.

Por fim e não menos importante, o décimo ponto: a Embaixada em Londres deve estar sempre atenta à proteção dos nossos compatriotas no Reino Unido, em estreita coordenação com o Consulado Geral e os cônsules honorários. É nosso dever sempre velar para que os cidadãos brasileiros sejam tratados com dignidade e respeito, na plena observância dos seus direitos.

Essa é a visão esquemática que proponho como linhas principais de trabalho, se vier a merecer a aprovação de V. Exªs. Linhas de trabalho que apresento, é claro, sem prejuízo de contemplar as sugestões e as preocupações de V. Exªs expressas nesta sabatina ou em momento posterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo esta apresentação, Sr. Presidente, com o meu renovado agradecimento pelas atenções de V. Exªs. E, se me permitem a nota pessoal, como o senhor mesmo disse, eu passei, aqui no Congresso Nacional, os melhores anos da minha vida profissional; portanto, eu bem sei que a interação entre um embaixador e esta Casa não se esgota no momento da sabatina; ela deve estender-se por toda a gestão de um chefe de posto aprovado. E minhas portas, como é meu dever, estão e estarão sempre abertas a V. Exªs.

Sobre a minha tese, eu serei muito breve.

Eu deveria ter relido um pouco a tese. Já é uma tese que, felizmente, envelheceu E eu digo felizmente porque o que eu tratei ali e que se tornou, talvez, um manual de alguma utilidade para os colegas que operam o dia a dia da relação entre o Itamaraty e o Parlamento foi no sentido de que o Parlamento brasileiro reúne um conjunto de possibilidades ainda não plenamente exploradas para ter uma atuação mais assertiva, mais ativa no campo internacional, nas relações exteriores.

Eu, quando terminei de escrevê-la, lembro-me de que submeti a tese a alguns amigos e todos disseram...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Seria bom que V. Exª descrevesse, pelo menos, qual o propósito da tese.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – O propósito era esse, ou seja, explorar essa assertiva de que o Parlamento reúne um conjunto de possibilidades não plenamente exploradas para ter uma atuação mais assertiva.

Então, ao longo da tese, eu explorava, por exemplo, os poderes do Senado no campo exterior. Fiz, por exemplo, uma comparação com todos os 70 Senados e Câmaras Altas existentes no mundo. O senhor sabe, Presidente, que o nosso Senado reúne instrumentos e poderes maiores do que a maioria dos Senados internacionais. Eu analiso criticamente as instâncias de debate, como esta Comissão, as instâncias de decisão, a diplomacia parlamentar, que é um conceito, a atuação parlamentar no espaço internacional, que assume diversas formas.

Enfim, é uma tese enorme. Não vou cansá-los com isso, mas vou pedir à nossa colega que chefia a Afepa que o encaminhe, se puder. O texto não pertence mais a mim, Sr. Presidente, ele pertence ao Itamaraty. Mas, certamente, a nossa Embaixadora Gisela Padovan pode fornecer cópias, se elas ainda existirem no Itamaraty.

Mas concluo esta breve explicação da tese dizendo que quando eu a submeti a alguns amigos daqui, do Senado, eles disseram: "Essa não é uma tese, essa é uma declaração de amor ao Parlamento."

Então, fico com essas palavras e agradeço, mais uma vez, a V. Exªs pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem!

Estão concluídas, então, as duas explanações, a da Embaixadora Márcia Donner Abreu, indicada para o cargo de Embaixadora do Brasil no Cazaquistão e em mais duas repúblicas, e a do Sr. Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, indicado para o cargo de Embaixador no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Já há uma lista de inscritos.

Faço o registro de que o Senador José Pimentel, que aqui representa o Ceará, está prestigiando também esta sabatina.

Ele é formado na UnB, Senador Cristovam, ex-Reitor. Ele é formado aqui também, como eu. É um colega da UnB. Obviamente, eu não tive o privilégio que ele teve de seguir os estudos, os aprofundamentos. Agora, ele está indo representar o Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. É um país importantíssimo, especialmente neste momento do Brexit, que está sendo trabalhado.

Antes de passar a palavra para a primeira inscrita, que é a Senadora Ana Amélia, eu queria lembrar que, agora, com a Primeira-Ministra May, os analistas falam que o Reino Unido da Grã-Bretanha terá, nos próximos anos, prejuízos econômicos por conta da saída da União Europeia. Talvez valha a pena uma exploração um pouco melhor disso. Vale, de novo, investir naquela linha de que o Senador José Agripino falou: isso vira oportunidades para o Brasil e para o Mercosul? Como se dá isso?

Nós estamos falando da quinta economia do mundo, de um país que tem uma história milenar, além de ser base... Eu lembro que visitei o Parlamento em Londres. Visitei lá, vendo a democracia instalada ali, vendo prédios de mil anos, com estrutura de madeira, junto com Luiz Henrique e com outros colegas. Então, há todo um conjunto de história, mas que, agora, está muito inserido neste vai não vai da economia europeia. É um momento delicado por que estamos passando. E essa movimentação da saída, certamente, merece um comentário de V. Exª sobre esse aspecto.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia, primeira inscrita, e, depois, para o Senador Cristovam e para o Senador Lasier, que estão inscritos para fazer, obviamente, algum questionamento para ambos os indicados.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. V. Exª já economizou, porque uma das questões que iria levantar com o Embaixador Fred

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arruda seria exatamente essa, porque é um tema muito relevante para um Estado como o Rio Grande do Sul, que tem dois países do Mercosul como fronteira: Argentina e Uruguai.

Começo com a Embaixadora Márcia. Gostei da expressão balé diplomático. Espero que a gente não dance nessa relação com a região. (*Risos.*)

Queria saudar o Embaixador Ary Quintella, que cuida da região, aqui prestigiando a Embaixadora e também o Embaixador Fred.

Chamou-me a atenção no relatório que o seu antecessor fez sobre a passagem pela Embaixada o fato de que existe uma cidade no Cazaquistão chamada Almaty, onde há o maior grupo de brasileiros. O que fazem esses brasileiros? É uma curiosidade.

Outra questão é que, quando estive na Ucrânia, por exemplo, há uma clara percepção, diria, de uma resistência na relação dos países da ex-República Soviética com a Rússia, a matriz. Lá era muito claro isso. Há também nisso uma hegemonia russa na região, especialmente em relação à imposição da língua e como se fala? É diferente o russo de Moscou do de lá? É uma curiosidade apenas.

E uma questão que me chamou a atenção: o Cazaquistão é o maior produtor de urânio – claro que eles falam em urânio não enriquecido. Mas, tendo a maior reservar de urânio do mundo, há sempre uma tensão nessa área.

Então, essa é a questão para a senhora.

Para o Embaixador Fred. As duas notícias mais visíveis envolvendo a Inglaterra são o futebol, mas sobretudo a questão do espião russo que foi envenenado e também do nascimento do neto, do herdeiro do Príncipe Philip, mas isso é apenas uma observação lateral. A questão fundamental, essa de que o Senador Jorge Viana e José Agripino falaram, é em relação ao Brexit. Como o Brasil vem negociando há muitas décadas, mais de uma década, melhor dizendo, no acordo do Mercosul e União Europeia, nós percebemos agora um impasse, um imbricamento, para fazer um trocadilho com o Brexit, entre para que lado vamos. Vamos continuar insistindo nessa questão da União Europeia ou vamos buscar construir um acordo com a Inglaterra, com a Grã-Bretanha, o que seria, talvez, mais rápido e com resultados melhores? A Inglaterra é diferente da França e da Alemanha, mais especificamente da França. Ela é uma economia mais aberta ao comércio, recebe melhor o que vem de fora. Ao contrário da França, que é mais protecionista, muito protecionista na área do comércio. Como Senadora do Rio Grande do Sul, penso que, do ponto de vista prático ou pragmático, seria mais conveniente isso. Em que condição estamos?

Estive, semana passada, na quinta-feira, em um almoço com o Comandante da Marinha, Alm. Leal Ferreira, quando me informou de uma aquisição feita pela Marinha Brasileira de um porta-helicópteros da Marinha inglesa que está chegando para reforçar os instrumentos. Isso foi também um ponto relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, o nome do porta-aviões é Ocean – ele pertencia à nau capitânia da Royal Navy –, que foi adquirido e tem uma relevância muito grande esse contrato de aquisição.

Finalmente, há um dado da questão Malvinas e um acordo relacionado à possibilidade de que tratativas britânico-argentinas para uso comercial de aviões particulares entre a ilha e o continente. Então, se V. Exª tem alguma informação de uma evolução nesses aspectos.

Muito obrigada.

Cumprimento os dois pela excelência da exposição feita.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Senadora Marta Suplicy chegou, então passo a palavra pela ordem. Depois, sigo com a lista de inscritos, Senador Cristovam e Senador Lasier. Mas, pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu também queria fazer as perguntas, mas se os outros estão antes, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É importante V. Exª estar aqui conosco. Tivemos duas extraordinárias sabatinas de pessoas que a senhora conhece. Não é à toa que temos um quórum hoje bem grande, pela importância das indicações.

Eu passo, então, agradecendo à Senadora Marta, ao Senador Cristovam. Em seguida, Senador Lasier e Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador, Srª Embaixadora, vou começar pelo Embaixador Fred, depois chego ao Cazaquistão. O Reino Unido está mais perto.

Quero começar fazendo um elogio não ao Embaixador, mas ao meu aluno Fred, que foi meu aluno no Instituto Rio Branco e na UnB também, assim como sua esposa. Eu quero fazer um elogio a uma coisa que você disse aí quando falou de sua tese, que a tese envelheceu, isso é prova de maturidade intelectual. Eu creio que nós temos direito, Senador Jorge Viana, de envelhecer em tudo, menos nas ideias, a gente pode ficar doente.

Temos que reconhecer que o vigor físico vai desaparecendo, mas o intelectual não deve desaparecer e a única maneira de ele não desaparecer é reconhecendo o envelhecimento de nossas ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Teve um grande professor o Embaixador Fred.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O Fred reconheceu isso, eu quero parabenizá-lo por isso.

Quanto às perguntas, eu quero começar pela informação de que esse grupo Cambridge Analytica teve um papel na manipulação da opinião pública britânica em relação ao Brexit, como teve na eleição do Trump e como, segundo o dono do Facebook, ele tem conhecimento de endereços e da cabeça, até das preferências de brasileiros.

Então, diante disso, pode haver um retorno e em quanto tempo da posição do Brexit? Quanto tempo ainda vamos passar para que haja uma tomada de consciência dentro do Reino Unido de que a tendência mundial é a integração cada vez maior e não a desintegração? Existe essa possibilidade? Outros diriam esse risco, eu prefiro dizer possibilidade. Se não houver essa possibilidade ou enquanto ela não acontecer, pergunto como poderemos tomar proveito, vantagens do Brexit?

Eu me lembro de um encontro com um também amigo seu e nosso Sérgio Amaral, em Washington, em que ele falava das vantagens do Trump para o comércio com o Brasil, não para o Planeta nem para relações políticas, mas para o comércio do Brasil com o México, por exemplo, com o Canadá.

A pergunta outra é a seguinte: faz já algum tempo que nós tivemos aquele trágico fato com o Jean Charles de Menezes, o nosso jovem brasileiro assassinado no metrô, há risco de crescimento de xenofobia contra esses 180 mil, se não me engano, brasileiros que há no Reino Unido, sobretudo diante do surgimento de uma certa xenofobia no Brasil, especialmente contra haitianos e venezuelanos? Será que isso pode terminar repercutindo e insuflando xenofobia contra brasileiros e junto com outros estrangeiros? Nossos compatriotas correm risco disso?

A outra pergunta tem a ver um pouco com o que falou a Senadora, mas é diferente, sobre a compra desse Ocean, que é um porta-helicóptero. Eu fui contra aqui na medida em que se pode falar a compra até dos caças, porque eu acho que o Brasil devia fazer como Índia, China, que investiram na construção de seus caças. Não há mais nenhuma guerra premente para se ter que comprar armas. Podemos investir no desenvolvimento, mesmo que tomem 20 anos. Um porta-avião eu já não me atreveria a dizer que a gente tem que ter próprio, mas um porta-helicóptero – e creio que aqui o Senador Jorge Viana entende bem, porque ele já foi um executivo importante de indústria de helicóptero –, eu tenho a impressão de que talvez fosse possível se construir no Brasil, tomando décadas. Mas isso não é uma consulta, porque realmente não é sua área.

Finalmente, a última pergunta é sobre um fato e dois gestos. O fato é o uso de armas químicas e os dois gestos são: o gesto que se supõe foram russos que fizeram contra o espião, que estava na Inglaterra; e o outro é o gesto de bombardear a Síria com base em suposto uso de armas químicas pelo regime. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de saber, além de tudo que eu já li: qual é a posição que o Governo brasileiro tomou em relação ao fato de um cidadão russo ser quase assassinado em território britânico? E que posição sobre o fato de que três países, inclusive aquele onde o senhor vai nos representar, bombardearem um país independente, soberano, sob suspeita de que teria havido uso de gás, arma química, contra cidadãos?

Quanto à Embaixadora Márcia, primeiro eu queria aproveitar também o que falou o Embaixador Fred, quando disse que nós conhecemos bem os Beatles e não conhecemos o Cazaquistão. Eu conheço, não vou dizer bem, *rock* russo, embora não entenda nada do que eles cantam, mas conheço a música. Mas do Cazaquistão eu nunca vi. Talvez a minha colega Marta, graças ao Supla, até saiba algo sobre isso. (*Risos.*)

Mas eu queria lhe pedir – eu tentei entrar no Google aqui; faltou bateria –, eu queria ver informações sobre *rock* cazaque. E, se quiser saber sobre *rock* russo, depois eu lhe dou uma lista de grupos. (*Risos.*)

Bem, aqui há as perguntas: a senhora falou, mas eu queria aprofundar mais: no jogo chinês, sobre o "One Belt, One Road" – que eu nunca sei se é assim, ou se é "One Road, One Belt" –, qual é o papel que o Cazaquistão vai desempenhar nisso? Porque deve ser um dos países que mais participará dessa estratégia chinesa, porque vai até a Finlândia o "One Belt, One Road". Então, a Finlândia não vai ser grande coisa. Mas o Cazaquistão está bem no centro da ideia do Presidente chinês. Então, qual é o papel que eles estão vendo para o Cazaquistão?

E aí é, dentro disso, um pouco – mas é uma preocupação que eu tenho tido muito em relação à África, mas também vale para o Cazaquistão – é: temos o risco de um dia descobrir que a China está produzindo soja no Cazaquistão e deixando a nossa soja do Centro-Oeste jogada, como aconteceu com a borracha no Norte? Levaram borracha para a Malásia, e Belém e Manaus, as cidades mais ricas que tínhamos, definharam. Há esse risco em relação ao cazaque? Eu já ouvi dizer que até na Sibéria vai poder se plantar soja se subir mais um ou dois graus a temperatura mundial. E aí, em vez de ir de navio para o outro lado do mundo, irá de trem. Então, sobre o Cazaquistão, eu nunca ouvi falar; eu já ouvi sobre Moçambique essa possibilidade.

A outra pergunta é: onde podemos estreitar cooperação? E aí eu não falo só de economia; aí eu falo de cultura; ciência e tecnologia, por exemplo.

A outra pergunta é: na relação com a China e a Rússia, há conflitos dentro do Cazaquistão na relação com a China e com a Rússia, ou não há esse problema?

E, finalmente, eu guardo para o final, mas tem a ver também com o Embaixador Fred, é uma pergunta que, sempre que eu posso, faço a todos que passam por aqui nas sabatinas: o que tem a ver o país para onde vocês vão com os grandes problemas da humanidade hoje, como, por exemplo, droga,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

migração, disseminação de armas nucleares, pobreza, meio ambiente, terrorismo e outros que vocês possam considerar? Esses são países em que esses problemas são latentes ou não, eles estão à margem desses problemas? Eu vou repetir os que eu citei, mas podem colocar outros: droga, migração, disseminação nuclear, pobreza, meio ambiente e terrorismo.

Essas são as minhas colocações, Sr. Presidente, dizendo que sempre é um grande prazer participar dessas sabatinas. Eu acho que é um dos melhores momentos do nosso trabalho de Senador, porque aprendemos, porque dialogamos e porque até ficamos com a ilusão de que influenciamos também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não tenho nenhuma dúvida, pelo menos do ponto de vista desse tema, que é tão rico no mundo globalizado. Eu me sinto muito bem de estar sempre aqui ouvindo e participando das sabatinas.

Eu passo imediatamente para o Senador Lasier, para que ele possa fazer a sua intervenção.

Em seguida, passarei para a Senadora Marta, que é a última inscrita.

Com a palavra V. Exª, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em primeiro lugar, quero saudar a alta qualidade das exposições que a Embaixadora Márcia e o Embaixador Fred nos trouxeram.

Com relação à Embaixadora Márcia, chamou-me a atenção a sua comunicabilidade, a sua simpatia, o seu otimismo. Está saindo de uma cidade confortável, como é Genebra, e indo para um lugar praticamente desconhecido, mas, pelo que ela revelou ontem, na visita com que me honrou no gabinete, ela chega lá sabendo tudo do Cazaquistão e da região. E, como muito já lhe foi perguntado, eu quero fazer uma pergunta bem objetiva: quais são os ganhos econômicos e comerciais que poderemos ter do Brasil com o Cazaquistão a partir da sua chegada lá?

Com relação ao Embaixador Fred – permita-me essa familiaridade com que está sendo tratado aqui pelos demais colegas –, chamou-me a atenção a disciplina, o método com que S. Exª veio para a sabatina, de uma forma um tanto inusitada com relação aos demais. Ele trouxe a plataforma de trabalho pronta! Ele trouxe o programa de trabalho, um programa com dez pontos do que ele vai fazer lá como nosso representante no Reino Unido, demonstrando também aí a sua índole, com a diplomacia parlamentar tão elogiada aqui por todos. Realmente é uma pessoa que vai nos representar já nos deixando aqui, no Brasil, sabendo todas as áreas que ele vai atender, as quais são muito abrangentes nos dez pontos aqui expostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me dou por muito satisfeito por saber onde ele vai atuar com prioridade e confortado também pelas demais perguntas já formuladas.

Tenho apenas uma curiosidade em saber qual será a posição do Brasil, qual será a diretriz do Brasil, a partir da sua chegada, com relação à expulsão dos 23 diplomatas tidos como espiões russos, o que causou uma instabilidade muito grande entre o Reino Unido e a Rússia, a tal ponto que uma resolução dada a conhecer há poucos dias dá conta de que nenhum ministro britânico irá à Copa do Mundo na Rússia. Quer dizer, mantendo uma animosidade que não cessou até agora; que, ao contrário, se amplia. Então, que posição tem o Brasil diante desse conflito que foi criado? Pergunto se isso de algum modo atinge, se isso poderá provocar um posicionamento, uma determinação do nosso representante brasileiro que lá vai conviver em Londres.

Objetivamente, são essas as duas perguntas, uma para cada um, congratulando-me com a qualidade dos nossos representantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Lasier, por sua colaboração nesta sabatina.

Passo, imediatamente, a palavra à Senadora Marta Suplicy.

Não sei se o Senador Hélio José quer que eu o inscreva. (*Pausa.*)

Então, fica inscrito por último o Senador Hélio José.

Passo a palavra para a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Primeiro, quero parabenizar a Embaixadora Márcia Abreu e o Embaixador Claudio Arruda pelos excelentes currículos e qualificação. Como foi dito aqui, nós nos sentimos muito contemplados por pessoas dessa qualidade nos representarem nesses países.

As perguntas que tenho são todas muito parecidas. Vou tentar não repetir muito.

O Brasil e o Cazaquistão não têm ainda um acordo de cooperação técnica. E, em meados de outubro do ano passado, começou um acordo, uma negociação de um texto específico. V. Exª teria conhecimento do andamento desse assunto? Como V. Exª pode, caso seja nomeada nossa representante diplomática no Cazaquistão, como esperamos que aconteça, trabalhar para que acordos de cooperação em áreas diversas possam ser efetivados? Eu me interesso muito também pela área da cultura. Acho que nós poderíamos também ter uma troca interessante entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O governo cazaque tem se destacado nas negociações de paz relativas à Síria, e a capital já recebeu seis reuniões sobre o conflito. O principal resultado foi a assinatura de um acordo em maio de 2017, pelo qual foram estabelecidas quatro áreas seguras no país árabe para proteger a população civil e diminuir as tensões entre insurgentes e forças governamentais. Recentemente, porém, o mundo testemunhou ataques químicos à população síria e uma ofensiva americana e de aliados em resposta a esses supostos ataques. Como é que o Brasil, por meio de nossas relações com o Cazaquistão, pode trabalhar mais fortemente para ajudar a conseguir dirimir essa guerra que já ceifou milhares de vidas?

Estou vendo agora que temos preocupações em várias áreas: como cooperar, como nos tornarmos mais próximos e, ao mesmo tempo, com o fato de talvez eles estarem plantando soja... Será que temos de nos proteger em relação a isso? Então, há um vasto panorama... O que eu percebo é que, para nós, é um país muito desconhecido ainda. Eu acho que V. Exª, que já deve ter se debruçado muito sobre temas relativos ao Cazaquistão para exercer suas funções, vai poder nos contar um pouco mais sobre as nossas dúvidas.

Em relação ao Embaixador, que tem uma carreira bem diferenciada e muito interessante.

Sobre o Brexit, acho que todo mundo já perguntou, mas eu gostaria também de saber que oportunidades teríamos ou se essa percepção é muito mais uma ilusão. Algo concreto já foi implementado em relação a isso?

Quero dizer também que as relações bilaterais com a Inglaterra têm se beneficiado grandemente. Quando fui Ministra da Cultura, fizemos algumas coisas juntos, mas há uma participação que é muito significativa, que é no Ciência sem Fronteiras. O Reino Unido foi o quarto principal destino para bolsistas de todas as modalidades do programa. O seu fim para a graduação, contudo, frustrou a expectativa de muitos estudantes.

Eu estava vendo que os estudantes brasileiros... Eu até pensava que a principal escolha deles fosse os Estados Unidos, mas parece que é a Inglaterra. Também não sei por que é assim; na minha geração, a gente ia mais para os Estados Unidos, mas agora a Inglaterra tem essa preferência.

Esse programa, que era fantástico, foi extinto. Eu gostaria de saber das possibilidades de parcerias com instituições britânicas para viabilizar esse tipo de intercâmbio. Eu não sei também se essa ação partiu... Provavelmente, deve ter partido de dificuldades econômicas nossas, mas pode ter sido alguma coisa de lá também. Também não sei se essa seria uma resposta que eu poderia ter antecipada, mas, de todo jeito, é uma preocupação a ter quando chegar: com essas possibilidades de *exchange* cultural, que são muito importantes para nós.

São essas as questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento a Senadora Marta Suplicy e passo imediatamente, até para economizarmos tempo, já que são muitos os questionamentos, para que V. Exª possa fazer suas perguntas ou seus comentários.

Com a palavra V. Exª, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido. Cumprimentando V. Exª, Senador Jorge Viana, pela direção dos trabalhos. Cumprimentando a Drª Márcia Donner e o Dr. Claudio Frederico Arruda, popularmente Fred Arruda, pela tarefa de representar nossas Embaixadas em dois países tão importantes para as relações bilaterais do Brasil.

Sem dúvida, Fred Arruda, você é um egresso da universidade em que eu me formei e na qual o Jorge também estudou, a UnB. Um economista com uma carreira brilhante e indo para um país importantíssimo quanto às relações comerciais com o Brasil, que é Reino Unido da Grã-Bretanha.

Seria muito importante o Brasil, que passa por muitas dificuldades tecnológicas, em algumas áreas... Eu vou continuar no meu velho bordão com relação às energias alternativas: solar, fotovoltaica e energias da biomassa, aproveitamento do lixo e também a questão do melhor aproveitamento das energias eólicas.

O Reino Unido é uma grande âncora na produção, no aproveitamento e na transmissão principalmente das energias eólicas, na Bacia do Mar do Norte. Com relação à energia solar não é tão destaque porque tem uma radiação pequena, mas é forte na tecnologia. O Brasil tem uma grande dificuldade na tecnologia, porque ainda não conseguiu depurar de forma adequada o seu silício.

O Brasil não conseguiu produzir os inversores que competitivamente façam a transformação da energia contínua, que é a energia captada do sol, para a energia alternada, que é a energia consumida na residência das pessoas. Consequentemente, precisamos ampliar as nossas relações tecnológicas.

Então, quero saber como o trabalho de V. Exª fará com que a nossa capacidade tecnológica avance, aproveitando a potencialidade, conhecida por todos nós, do Reino Unido na área da tecnologia?

Outra questão importante é o turismo. O Brasil tem uma relação com a... Eu nem pude verificar aqui direito no relatório. Eu não sei como anda a balança. Temos uma relação muito boa com o Reino Unido. Muitos brasileiros vão à Inglaterra. Eu mesmo já tive umas três oportunidades de ir para lá e para a Escócia; tanto para Inglaterra quanto para a Irlanda.

Eu queria saber como podemos ampliar a visita das pessoas do Reino Unido ao Brasil, como melhor aproveitar esse potencial maravilhoso de turismo que temos aqui, para aumentar nosso PIB e nossa relação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a senhora, Drª Márcia Donner, desejo muito sucesso. A senhora vai para um país continental como o nosso; um país que, ao contrário da Inglaterra, tem uma solimetria tão forte quanto a nossa. Um país com tantas condições de ter uma relação muito mais forte com o Brasil, porque era uma das repúblicas mais avançadas da União das Repúblicas Soviéticas, naquela época em que estavam todas juntas.

Tanto com relação às questões energéticas quanto com relação às questões turísticas, na República do Cazaquistão, como iremos melhorar nossas relações? Como a senhora nos coloca... Eu não conheço o Cazaquistão nem sei como vive o povo de lá, mas sei que é um país muito pujante, com uma tecnologia boa, em partes da União Soviética, várias coisas de ponta aconteciam no Cazaquistão, da ex-União Soviética.

Então, qual é a expectativa da senhora de ampliação desse intercâmbio tecnológico, desse intercâmbio turístico, e o que podemos fazer para melhorar as relações com o Quirguistão e o Turcomenistão? Devem ser parecidos, devem ter semelhanças esses dois países. Como também podemos melhorar o intercâmbio turístico e comercial com esses dois outros países onde a senhora nos estará representando?

Concluindo, muito sucesso! A senhora é de Santa Catarina, Florianópolis, vi aqui. Parabéns! Tudo de bom!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço.

Queria lembrar ao Senador Cristovam... S. Exª já está indo...

Eu acabei de votar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – O Senador Cristovam fez aqui uma referência à questão da compra do porta-helicópteros, o Ocean. A Assessoria Parlamentar da Marinha, muito atenta, já me deu o esclarecimento de que agora ele vai se chamar Porta-Helicópteros Multipropósito Atlântico. Esse vai ser o nome desse navio comprado da Inglaterra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador ponderou, e eu concordo com ele, claro, que é melhor que a gente fabrique aqui todos esses equipamentos. Ele também ponderou a compra desses equipamentos, uma vez que nós não estamos em risco de guerra. Na verdade, há um provérbio latino que diz: *si vis pacem, para bellum*. Se você quer a paz, prepare-se para a guerra. Então, o treinamento é uma coisa constante. Eu, como visitei a Estação Antártica Comandante Ferraz, penso que aquele centro de pesquisas no continente antártico tem um peso extremamente relevante para a ciência, para a pesquisa, para a inovação, para a tecnologia. E na ação da Marinha, na liderança da Marinha no Programa Antártico, de que o Senador Cristovam é um dos grandes estimuladores, acho que esse porta-helicópteros terá uma relevância, porque os equipamentos que estão sendo usados lá já estão, eu diria, um pouco obsoletos. Então, isso é uma modernização nos equipamentos.

Agradeço a informação da Assessoria da Marinha, de que agora vai se chamar, então, Porta-Helicópteros Multipropósito Atlântico.

Muito obrigada por permitir esse esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e queria também fazer um breve comentário, por fim, para que se possam ouvir as repostas dos dois sabatinados.

De minha parte, eu queria fazer um comentário sobre o comentário do Senador Cristovam naquilo que me cabe sobre borracha e paralelo com soja. No caso da borracha e o roubo das sementes, há um livro fantástico, *O Ladrão no Fim do Mundo*. É impressionante esse livro, que conta um pouco a ação do Império Britânico no mundo inteiro, buscando conhecimentos e buscando se apropriar daquilo que o mundo dispunha na época, e todos que encontrassem algo interessante virariam Cavaleiros da Rainha. Então, um deles foi para a Amazônia em busca das sementes da *Hevea brasiliensis*, a seringueira, e levou para o Jardim Botânico inglês. Levaram 70 sementes e, por milagre, reproduziram 2 mil sem nenhuma doença. Plantaram lá e depois levaram para o Ceilão, para as colônias inglesas, e lá domesticaram e começaram a produzir. Em 15 anos, eles conseguiram ter o monopólio da produção de borracha no mundo para a indústria que surgia naquela época, matando, praticamente, a extração nativa da borracha. O problema todo não era... Por isso tem um paralelo muito grande com a soja.

Nós seguimos produzindo a borracha a partir da exploração da floresta, dispersa, muito cara, muito difícil na Amazônia. Para o senhor ter uma ideia, precisam-se de 300 hectares na Amazônia para se explorarem 400 árvores. Lá eles fazem 450 árvores num hectare só. Então, foi inviabilizada a exploração nossa.

No caso da soja, eu ouso dizer que nós temos o domínio da melhor tecnologia de solo e clima para produzir. Qualquer lugar do mundo que vá produzir soja certamente terá dificuldade de competir com a nossa. Então, eles podem produzir onde quiserem a soja, e a nossa é exatamente o inverso: nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domesticamos e temos o avanço, graças à Embrapa, graças aos produtores... Então, certamente o Brasil seguirá sendo o campeão de produtividade de soja porque reúne as melhores condições e inclusive o domínio tecnológico dessa planta tão fundamental para a base da produção agrícola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O problema, Senador, é a proximidade da produção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O Cazaquistão, se puder levar de trem, porque eu não sei se pode... (*Risos.*)

... o custo vai cair muito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, é verdade. O único desafio que fica é o transporte; normalmente, para a soja, o transporte fluvial é muito pesado. Mas os avanços tecnológicos do Brasil em produtividade sempre fazem da soja brasileira competitiva, mesmo com as distâncias como a de Brasil e China.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Hemisfério Norte não pode contar...

Já que o senhor falou em soja, Senador Cristovam, amanhã, em Santa Rosa, onde a história da soja começou, será aberta às 10h mais uma Fenasoja (Festa Nacional da Soja)...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Olha que coisa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que discute questões tecnológicas, tudo o que há de mais moderno de agricultura de alta precisão será debatido em Santa Rosa.

Estaremos lá fazendo uma audiência pública sobre a segurança no campo, que tem a ver também com a proteção dos agricultores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

O Senador Cristovam tem plena razão. Inclusive, os chineses não estão só pensando no centro da Ásia; eles estão trabalhando intensamente com a África, que é mais próxima também. Então, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter muita competição e vamos ter de seguir melhorando a nossa produtividade, a nossa tecnologia, porque a competitividade nessa área vai crescer.

Mas, enfim, os sabatinados...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Viva a Embrapa! Viva a Embrapa!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Viva a Embrapa!

Eu só queria deixar aqui também um comentário, porque acho que é importante termos vivido, nos últimos anos, um debate muito intenso sobre os propósitos que levaram o Brasil a ter o *impeachment*, os propósitos que levaram o Brasil a viver essa crise toda, quem está por trás disso.

No final do ano passado, Embaixador Frederico, para ser mais preciso, no dia 19 de novembro de 2017, a *Folha de S.Paulo*, na seção de Mercados, fez uma matéria, reproduzindo uma matéria que saiu no *The Guardian*, trazendo que o Reino Unido estaria fazendo *lobby* no Brasil em defesa da Shell, da BP e da Premier Oil. O jornal inglês *The Guardian* trouxe esse material, citando inclusive o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Pedrosa, e colocando que houve um *lobby* no sentido de buscar defender as empresas inglesas, mas não só isso; teria havido uma interferência, uma tentativa de interferência na regulação ambiental, na questão tributária. Isso foi divulgado, e o Greenpeace fez uma denúncia mostrando que houve telegramas diplomáticos. Então, esse foi um assunto muito importante levantado no final do ano passado. E o jornal *The Guardian* também trouxe a matéria.

Eu gostaria, dentro do possível, de ouvir um comentário seu sobre essa questão. Penso que, do ponto de vista estratégico e até o ponto de vista do momento político que estamos vivendo, valeria a pena. V. Exª é hoje também assessor de relações internacionais do Palácio do Planalto e certamente tem oportunidade de se posicionar sobre esse assunto.

Mas, queria, cumprimentando os dois funcionários de carreira do Itamaraty, que demostram aqui o quanto temos de qualidade na formação de muitos daqueles que compõem a diplomacia brasileira, agradecer muito.

Passo, mais uma vez, seguindo essa lógica, a palavra para a Embaixadora Márcia Donner, para que ela dentro do possível, porque temos sessão deliberativa, possa responder aos questionamentos. Nesse caso, com uma certa objetividade, o que a senhora demonstrou muito na sua exposição e que agradou e surpreendeu positivamente todos nós.

Obrigado por ter vindo, obrigado pela exposição.

V. Exª tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Obrigada pelas palavras, Senador.

Eu vou, como me sugeriu, ser rápida e objetiva.

Vou seguir a ordem das perguntas na medida em que elas foram feitas.

Começo com a da Senadora Ana Amélia, sobre Almaty e os brasileiros lá. São, segundo nossos registros, 63 brasileiros, quase todos vinculados à indústria de petróleo e a jogadores e técnicos de futebol. Já tivemos jogadores de uma certa expressão na região, e o nosso Felipe Scolari já foi técnico no Uzbequistão. O Rivaldo jogou no Uzbequistão, mas no Cazaquistão ainda não tivemos jogadores. O meu sonho de consumo é um dia levar o Neymar lá. Acho que vão delirar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) **–** Foi lá que eles foram buscar onde os "bequestão". (*Risos.*)

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Alguém diria: "Podia ter ficado".

A questão da Ucrânia e da resistência à Rússia. No caso do Cazaquistão e dos países da Ásia, não. Ao contrário. O Cazaquistão apostou firmemente em uma excelente relação com a Rússia, em uma excelente relação com a China e em uma excelente relação com o Ocidente, com os Estados Unidos e com a União Europeia.

A questão da língua é interessante, porque o russo é a língua mais falada no Cazaquistão. Mas é óbvio que, no tempo da ocupação soviética e no tempo do império czarista, o russo se impôs porque era a língua do dominador, da potência de cabeça. Como a senhora disse, a matriz.

No período soviético, houve muita migração. E mesmo com os *gulags* vieram pessoas de nacionalidade russa e de língua russa para o Cazaquistão. O Cazaquistão, sim, tem sua língua própria, o cazaque. Eu estou aprendendo o russo, porque é a língua mais falada; 90% da população falam russo. O cazaque é falado por 70% da população, mas me dizem que é bem mais difícil. Estou achando o russo tão difícil que eu choro. Mas eu posso provar, eu tenho meu caderno com todas as letrinhas.

Agradeço às perguntas. Achei muito interessantes.

Com relação ao urânio, de fato, o urânio é uma matéria-prima, digamos, sensível, mas como eu acho que terei dito aqui, no Cazaquistão a preocupação com a não proliferação nuclear, com a desnuclearização é muito forte. Então, não existe um risco, digamos, de um uso indevido dessa matéria-prima para fins bélicos, militares.

Espero ter respondido, Senadora, às suas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cristovam, o senhor já tinha ameaçado com sua lista de temas de grande importância. Dava para escrever uma tese! Mas vou começar pela primeira pergunta, que me pareceu... Bom, sobre *rock* cazaque eu admito que eu não tenho conhecimento. De música brasileira, sim.

Lembro-me de quando Fred Meyer, que os senhores todos devem conhecer, nosso primeiro embaixador no Cazaquistão, estava lá – eu li no Lauro Jardim – e, passando por uma rua em Astana, ouviu a música do Michel Teló. Todo mundo se lembra da música do Michel Teló. Então, até no Cazaquistão! Mas o *rock* cazaque eu vou ficar lhe devendo.

Há lindas cerimônias e danças típicas, mas do *rock* eu não tinha conhecimento.

Sobre o papel do Cazaquistão na rota da seda.

Bom; é lógico que o Cazaquistão é o primeiro ponto de contato, é a passagem incontornável. Só dá para fazer a rota da seda chinesa sem passar pelo Cazaquistão se formos pela rota marítima, que a China também está montando. Se a gente vai às páginas sobre a rota da seda, a gente vai ver que há uma rota marítima que bordeia o sul e o sudeste asiáticos e chega ao Golfo, ao Mar Vermelho e à costa africana, no norte da África. Eu acho que a ideia é pegar Suez e chegar ao Mediterrâneo.

Mas, quanto à soja, eu, de fato, Senador, vou me penitenciar. Neste caso, eu não tinha consciência ou noção do que o senhor diz, ou seja, que já há especulações, artigos escritos sobre a possibilidade de um cultivo de soja.

Vou concordar com o nosso Presidente quando ele diz que a competitividade da soja brasileira é praticamente imbatível. Por outro lado, o senhor tem razão no que diz respeito aos custos de transporte, dada a proximidade... Transporte de soja em contêineres eu só conheço um caso, o daquela supersoja japonesa para fazer tofu, uma vez que o transporte por contêiner é mais caro. Todo esse transporte por trem pela rota da seda interna, terrestre, vai ser muito mais caro que o transporte marítimo. A vantagem está nos produtos de alto valor unitário – os *chips* de computador, o iPhone – que têm uma sensibilidade quanto ao tempo para a chegada. Desse modo, eles ganham dois terços do tempo: 40 dias para chegar por mar; 12, 13 duas para chegar, por exemplo, pela ponte euro-asiática.

Todavia, é uma questão para a qual eu, certamente, estarei alerta. Eu acho que o senhor abre os meus olhos, em certa medida, ao apontar para a existência desse risco.

A China, de fato, está buscando fontes de aprovisionamento agrícola em outras regiões do mundo, como na África e no sul da Ásia. São conhecidas em Myanmar as plantações para produção de etanol e, ali, no caso de *cassava*, de mandioca.

Eu vou agora passar aos vários problemas globais.

Drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cazaquistão não tem, ao que eu saiba, um problema com drogas. A República Quirguiz tem um seríssimo. A heroína e o ópio do Afeganistão passam pelo Tadjiquistão e pela República Quirguiz para chegar à Rússia. É um problema que o país tenta combater com poucos recursos, embora haja muita cooperação americana e europeia ali. Mas, por outro lado, esse problema da heroína e do ópio nos toca menos. Nós estamos num outro diapasão, porque é muito longe a região. Se fosse chegar aqui, seria realmente muito complicado. Mas, regionalmente, é um problema complexo.

Migração.

Não me vem uma problemática sobre migração. Há, sim, muito trânsito de trabalhadores migrantes, mas eles vão trabalhar nos outros países, onde são bem-vindos, são úteis, são esperados lá.

Armas nucleares.

Eu creio ter elaborado sobre a importância que o Cazaquistão dá a extirpar as armas nucleares do Planeta. Inclusive, é um país signatário do tratado... Acaba de assinar, no começo de março agora, o tratado de proibição de armas nucleares, contra a opinião da Rússia. Ele era membro do TNP, do Tratado de Não Proliferação... Membro, não; parte. Mas acaba de ingressar no Tratado para Proibição de Armas Nucleares.

Quanto à pobreza, é um país que fez um esforço enorme para ter um bom índice de igualdade econômica e que tem esse índice. O principal problema de pobreza na região está no Quirguistão. O Quirguistão basicamente expatria os seus habitantes.

O terrorismo é uma possibilidade. A região está na confluência do mundo islâmico, sobretudo no Afeganistão e, em parte, no Paquistão, onde há incidentes realmente importantes de terrorismo e de exportação de terrorismo. Mas eu acho que isso está bem sob controle. Há alguns artigos em revistas que tratam das relações internacionais, mas a própria segurança norte-americana, as análises americanas dizem que o grande problema de terrorismo na região está no Afeganistão.

Quanto ao meio ambiente, o Cazaquistão tem um enorme interesse nessa área. A Expo Astana, no ano passado, foi dedicada a novas tecnologias ambientais. Está sendo inaugurado neste ano um centro de novas tecnologias limpas em Astana. Vai ser uma oportunidade extraordinária para nós cooperarmos nessa área. Eu acho que quanto a isso não há discussão.

Senadora Marta Suplicy, agradeço a sua pergunta, porque foi algo de que não falei na minha exposição. De fato, há um acordo de cooperação técnica em negociação. Ele é fundamental para levar adiante a cooperação, porque tudo que implica o envio dos técnicos, a vinda dos técnicos de lá, o envio de equipamentos, tudo isso precisa de uma acolhida jurídica própria que só um acordo de cooperação dará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã, por cortesia do meu colega Embaixador Ary Quintella, que é o Diretor do Departamento e que me dá a alegria de estar aqui presente hoje, participarei de um almoço com o Embaixador do Cazaquistão em Brasília. Certamente, é uma das questões que abordarei com ele o andamento da parte cazaque. Essa seria uma prioridade caso eu tivesse a honra de ser aprovada aqui.

A senhora me pergunta também como o Brasil pode trabalhar com o Cazaquistão na questão do processo de Astana, no processo de paz da Síria. Eu lhe digo: é claro que essa é uma preocupação central para nós. É um dos gestos de protagonismo diplomático do presidente cazaque montar esse processo de Astana. Ele senta junto com o governo de Bashar al-Assad, com as oposições sírias, com o Irã, com a Rússia e com a Turquia, para que eles conversem entre si e procurem identificar áreas de possível avanço nas tratativas para uma futura paz.

A senhora mencionou as áreas seguras. A gente sabe que isso não deu tão certo assim, porque tanto Guta quanto Idlib, que eram duas dessas áreas, estão conflagradas. Guta foi palco de uma tragédia inominável nos últimos dias.

O Cazaquistão, Senadora, não se envolve diretamente na substância dessas conversas. Ele oferece a logística e o lócus. Ele abriga as conversas. Mas, de toda maneira, é também mais um ponto... Digamos que, de todos aqueles que acreditam que a única solução é a negociada...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Isso é bastante nevrálgico na região.

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Exatamente! E o é para todos, porque o risco de conflagrações é permanente ali.

Eu lhe agradeço também essa pergunta.

Não sei se respondi, mas, se houver qualquer dúvida, eu me disponho a depois procurar mais esclarecimentos, como o caso da soja, Senador Cristovam. O Senador Hélio José perguntou: como adensar as relações? Acho que, fundamentalmente, adensar as relações vai exigir mais contatos. Nós temos já uma excelente base para o nosso relacionamento, mas precisamos de mais interação. Nós precisamos nos conhecer melhor. As oportunidades estão dadas.

Mencionei a região importadora líquida de alimento, a importadora líquida de produtos industriais. Nós temos a porta de entrada pela Rússia, pela União Eurasiática. E, inclusive, é interessante porque os números de comércio entre o Brasil e o Cazaquistão são muito modestos. Com os outros países são praticamente traço, quase nada. Mas mesmo com o Cazaquistão, com a potência econômica do Brasil e do Cazaquistão, o comércio é modesto. Ainda assim, o que nos dizem os nossos empresários – e esse relato vem da nossa Embaixada, portanto, dos papéis preparados pelo departamento de Ásia Meridional e Central – é que muita coisa brasileira que entra para ser vendida no Cazaquistão não é computada nas estatísticas cazaques porque entra pela Rússia. Por quê? Porque entra pela Rússia. O Cazaquistão é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país totalmente mediterrâneo. Ele é um dos países que estão mais distantes do mar. Então, nada nosso entra, porque nós não temos a via terrestre até lá, diretamente no Cazaquistão, mas por outros países.

Eu teria, caso for aprovada, a ambição de instalar na Embaixada, em Astana, um setor de promoção comercial – estou fazendo *lobby* lá no Itamaraty para isso –, porque seria o primeiro setor de promoção comercial na Ásia Central. Inclusive, meu colega, o Embaixador que é o Subsecretário-Geral da área, já me disse que se for fazer na Ásia Central tem de cuidar também do Uzbequistão, que não seria um país sob a responsabilidade da Embaixada em Astana. Ainda assim nós achamos possível. Então, essa seria a minha resposta.

As questões de energia e turismo falam por si sós pela importância. Claro, Brasil e Cazaquistão são um pouco longe demais, mas a gente sabe que o interesse cultural é uma mola muito grande para incentivar o turismo, além de termos as belezas naturais extraordinárias do nosso País, cinco ecossistemas completos, diferentes. Então, seriam áreas que eu buscaria também trabalhar.

Não sei se me faltou alguma pergunta. Fiz uma anotação meio lateral aqui: como ampliar o intercâmbio, tecnologias.

O interesse e o potencial tecnológico existem aqui e lá também. É só uma questão de nós buscarmos os caminhos.

Muito obrigada.

Desculpe por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Embaixadora, fique certa – estou aqui já há muito tempo, no Senado, e, desta Comissão, sempre fiz parte –, posso dizer isso, de que a senhora conquistou a todos nós com sua maneira de ser, com seu conhecimento. É uma coisa extraordinária.

Sei também da sua inteligência. Logo, logo estará falando russo. E eu a aconselho, porque eu tinha um amigo que falava – nunca vi alguém falar tantos idiomas – francês, ele trabalhava comigo na época em que eu estava atuando na Helibras, cuidando de trazer uma fábrica de helicópteros de grande porte para o Brasil, que temos em Itajubá, que foi tirar umas férias com a família no interior da Rússia, na antiga União Soviética. E falou que de nada adianta saber inglês, francês, alemão, tudo, porque em alguns lugares dificilmente se encontrava alguém que falasse essas línguas. Certamente tem 60 brasileiros... E é bom aprender, porque para servir na Ásia Central a senhora vai ter dificuldade de encontrar alguém que fale. Mas a senhora tem a opção: fala russo ou fala cazaquistão, que é um pouco mais complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Jorge, eu estava mostrando para o Senador Cristovam como é que se escreve a palavra singela "obrigado". Aí nós dois começamos a rir. Ela tem razão de dizer que chora quando está aprendendo russo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É muito complexo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... porque é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Embaixadora, não sei se a senhora falou ou não, mas a senhora vai ter uma grande experiência, a de ver um país mudando o alfabeto. O Cazaquistão está passando do alfabeto cirílico para o alfabeto latino.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vai facilitar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É uma experiência fenomenal ver como os velhos, sobretudo, vão mudar de alfabeto. Acho que a última que fez isso for a Turquia, quando saiu o árabe para o alfabeto nosso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Coreia do Sul também criou sua língua para poder fugir um pouco da questão chinesa e japonesa. Ela criou, o monarca criou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mas ainda no século XIII ou XIV.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente, há mais de cem anos, mas é uma experiência.

Eu queria, antes de passar ao último sabatinado, que nos dá a honra também, fazer este registro: Embaixadora Márcia Donner Abreu, a senhora foi extraordinária foi brilhante aqui na sua sabatina. Muito obrigado.

Não posso ser mal-educado, mas quero fazer o registro da presença, acompanhando esta nossa reunião, do Embaixador Ary Norton de Murat Quintella, Diretor do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania do Itamaraty, que está aqui nos dando a honra da presença. Claro, faço o registro –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela já é parte do nosso trabalho – da Embaixadora Gisela Padovan, que trabalha conosco aqui, está sempre junto.

Eu passo agora para o Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, Embaixador Fred, para que ele possa responder e atender aos questionamentos das Senadoras e dos Senadores.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou tentar responder mais ou menos na ordem em que foram formuladas, inclusive, a sua é a primeira indagação sobre quais os prejuízos econômicos para o Reino Unido do Brexit e que oportunidades devem surgir. Foi uma pergunta que o senhor me formulou e outros Senadores, como a Senadora Ana Amélia.

Desde já, posso dizer que essa é a minha ansiedade maior, de identificar essas oportunidades, onde elas estarão. Isso tudo vai depender do formato final que tem o Brexit. Ainda não sabemos se será um *soft*, um *hard* Brexit, se o Reino Unido permanecerá no Mercado Comum, se será feito um acordo de livre comércio, se não haverá acordo nenhum. O processo ainda está em curso. Isso é um processo demorado, longo que compreende, imaginem, um divórcio dessa natureza. Alguns pedaços dessa questão já foram solucionados, mas nada ainda plenamente definitivo. Inclusive, nada será aprovado até que tudo seja aprovado.

Então, o que nós podemos dizer hoje é que após isso, após ficar claro qual será o relacionamento futuro do Reino Unido com a União Europeia, aí, sim, nós vamos poder identificar com mais precisão onde as oportunidades surgirão.

Faço esse comentário logo de ordem geral porque essa também é minha grande expectativa.

A Senadora Ana Amélia mencionou...

Devo dizer, antes de prosseguir, que já há muitos. Trata-se de um debate que ainda não terminou esse do Brexit. A decisão foi tomada no referendo, mas ainda segue um debate muito acirrado na imprensa, no Parlamento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Há possibilidade de volta?

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Alguns ex-primeiros-ministros, por exemplo, já pleitearam que esse assunto volte a ser aventado. O Tony Blair, o John Major e outros já solicitaram que seja refeito o referendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francamente, acho, nesse estágio, já mais difícil. Mas, enfim, não é impossível, depende dos termos finais da negociação. Já está marcado o fim, às 11h do dia 29 do ano que vem, mas há um período de implementação de mais 20 meses. Os contornos finais desse acordo ainda devem ser conhecidos.

De qualquer forma, há muita, eu noto pelos artigos de jornais, pela imprensa, os *think tanks,* resistência ao Brexit. Eles fazem projeções muito sombrias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Previsões econômicas de que haverá prejuízo.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Exatamente.

Eu peguei agora o cenário 1, com a permanência no Mercado Comum, o PIB cairia 2% ao longo de 15 anos; se for um acordo de livre comércio, menos 5%; se não houver acordo nenhum, nem livre comércio, nem mercado comum, o PIB do Reino Unido pode cair menos 8% em 15 anos.

Então, ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – E a economia sempre determinante.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Com relação aos comentários da Senadora Ana Amélia, que eu agradeço muito, sobre se teremos oportunidade de fechar o acordo com a União Europeia antes e passar então para um acordo bilateral, também vai depender do Brexit, da evolução. Porque, se o Reino Unido permanecer vinculado de alguma forma à União Europeia, as regras se aplicarão, então não poderemos fazer.

Ontem eu até falei com o Chanceler Aloysio e perguntei se poderia trazer essa notícia aqui, e ele me disse: "Claro." O Chanceler Boris Johnson, do Reino Unido, já assinalou, com muita firmeza, muito interesse, que se nós concluirmos – e é intenção do Reino Unido concluir um acordo com a União Europeia logo –, nós podemos fazer um acordo espelho, adaptando naturalmente as peculiaridades do relacionamento do Mercosul com o Reino Unido. Há uma disposição muito grande de parte a parte para que prossigamos nesse sentido.

Com relação à questão do espião russo, que foi supostamente envenenado, e também a questão da escalada militar na Síria, são duas questões que estão muito vinculadas. Se os senhores me permitirem, vou responder conjuntamente, porque o traço comum das duas é o uso de armas químicas. E que não paire nenhuma dúvida sobre isso. O Brasil condena a posse, sempre condenou o uso de armas químicas. Esse é um crime de guerra que é proibido no Brasil e em vários outros países.

O que o Brasil vem defendendo há tempos é que a Opaq (Organização para a Proibição de Armas Químicas) investigue a fundo todas as alegações de uso de armas químicas na Síria, no Reino Unido, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer que seja. O que acontece na Síria é que há uma guerra, um conflito, são vários conflitos num só. Nós temos conflitos que envolvem, opõem superpotências, ou conflitos que opõem potências menores regionais, grupos rebeldes, grupos religiosos e sobretudo um conflito de versões. E todas essas partes tentam ganhar na imprensa simpatia para a sua causa.

É possível ver isso com muita cautela, aguardar as investigações da Opaq. Agora, o Brasil já se manifestou sobre os dois assuntos e, inclusive, sobre a escalada do conflito na Síria. E já é um conflito que dura muito tempo, que tem causado vítimas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Queremos ver voltar a paz. Nós sofremos isso. O Brasil acolhe refugiados sírios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Há muitos descendentes.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Há uma comunidade síria muito grande.

E agora, sobre o uso da força, a posição do Brasil tradicional é esta: nós só admitimos o uso da força como disposto na Carta das Nações Unidas, ou seja, em legítima defesa ou se autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

Agora, há que se reconhecer que o governo britânico se preocupou em articular argumentos jurídicos para justificar aquela atuação pontual que teve. E naturalmente estamos examinando com consideração esses argumentos, mas que não reste dúvida quanto à gravidade do uso de armas químicas. Isso já não se admite mais no mundo de hoje.

Com relação à aquisição do navio, a Senadora Ana Amélia mencionou a aquisição do porta-helicópteros Ocean. Eu não sabia que já foi batizado de Atlântico. Enfim, como futuro Embaixador no Reino Unido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – ... eu acho que seria ótimo, porque isso aproxima as duas forças navais, dá motivo para intercâmbios. O Brasil mantém, a Marinha mantém em Londres uma representação muito forte de compras, junto à IMO também, existe adido. E isso é muito bom, fortalece a confiança mútua no campo da defesa, oferece a perspectiva de intercâmbios entre as marinhas.

Agora, eu concordo com V. Exªs: o preferível é fazer aqui, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Eu me recordo de uma frase que já foi dita por um colega diplomata de que a paz custa caro. Nós estamos acostumados com ela, nós a tomamos como garantida, mas, na verdade, ela pode custar um porta-helicópteros, pode custar uns caças, pode custar uma embaixada a mais no Cazaquistão, mais bem localizada no Reino Unido. Enfim, são despesas mandatórias, eu acho, para um país que quer ter a projeção que deve ter o Brasil.

Dessa forma, eu acho que... Bem, minha voz já está indo um pouco embora.

Sobre a questão das Malvinas – a Senadora Ana Amélia também levantou essa questão –, a posição do Brasil com relação às Malvinas é conhecida e já é histórica, data do ano de 1830. Desde 1830, nós apoiamos a soberania, reconhecemos o direito da Argentina sobre as ilhas. Na Guerra das Malvinas, nós nos mantivemos neutros, mas não indiferentes e nem sem deixar de reconhecer a soberania argentina. E participamos também ativamente no restabelecimento dessas relações, acho que em 1990, oito anos depois do conflito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Eu estava dizendo que a gente viu o pouso dos aviões.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Pois é. Agora, é uma posição que o Reino Unido entende bem. Ele respeita essa posição do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Presidente Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só um parêntese sobre esse aspecto. O Reino Unido e a Argentina já estão conversando.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E, recentemente, uma aeronave militar britânica desceu em território argentino, o que o Brasil não permite.

Então, a gente não pode ser mais realista que o rei. Na diplomacia do balé, temos que ser mais pragmáticos. A Embaixadora falou da Rússia. Nós não fizemos nenhuma sanção sobre a questão do uso de armas químicas e no envenenamento e, no entanto, não usamos isso como arma de negociação diplomática para que a Rússia levante o embargo à carne suína brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aqui vejo a visão política, então eu queria só acrescentá-la à questão da Argentina e das Malvinas.

Sei que é isso. Eu já tive alguns embates até com uma representação argentina aqui em função dessa questão, mas penso que a colocação de V. Exª é a cuidadosa manifestação de um diplomata que está cuidando dos dois lados.

Agradeço a sua explicação, Embaixador.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Eu que agradeço, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Exª com a palavra.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Inclusive, eu ia concluir as minhas breves palavras sobre as Malvinas com esse desdobramento recente, que foi uma nota conjunta dos dois países, inclusive para o Brasil, convidando para que nós tenhamos voos ligando as ilhas ao continente, possivelmente com escala em São Paulo ou Rio. E nós já estamos sensibilizando as companhias aéreas brasileiras para que vejam, naturalmente, se há mercado para isso. Mas não deixa de ser um desdobramento muito importante para a aproximação nessa questão.

Ainda também, Senadora, com relação à União Europeia, uma coisa que sempre me preocupou muito foi a questão das vendas de arroz do Rio Grande do Sul ao Reino Unido. Nós já chegamos a vender, em 2011, 7 mil toneladas de arroz, e essas exportações caíram para 60 toneladas. É uma queda extraordinária, e nós precisamos identificar o motivo que está causando essa queda muito grande, Senador Lasier.

Então, eu agradeço muito a sua...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É que está muito caro plantar. Hoje em dia, os gaúchos estão pagando para plantar arroz, e com a concorrência do arroz uruguaio. Então, nós estamos enfrentando a concorrência e os custos.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Pois é. E também há as restrições impostas lá, no Reino Unido. Há a questão do uso de um fungicida, o triciclazol. Eu, quando chego a um posto novo, procuro comprar aqueles produtos que me aproximam de novo do país, do Brasil. Eu servi em Londres, que foi o meu último posto, e queria comprar mamão, comprar arroz Tio João, que foi um dos que mais sofreu com essa restrição.

Essa é uma questão em que nós vamos atuar – prometo ao senhor, prometo ao Rio Grande – com toda a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O Rio Grande agradece.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Eu acho que já respondi todas as perguntas da Senadora Ana Amélia.

Senador Cristovam, o senhor é duplamente meu mestre, foi meu mestre na UnB e foi meu mestre no Rio Branco, e foi também mestre de minha esposa, Lenice – ontem estávamos recordando isso, há quarenta anos que estamos juntos; Lenice manda lembranças para o senhor.

O senhor mencionou minha tese, disse que minha tese envelheceu. Quer dizer, eu disse isso... E digo isso com uma enorme felicidade, mas não pelas minhas ideias, porque as minhas ideias permanecem bem atuais. O que a tornou velha foi a atuação do Senado Federal no setor externo, nas relações internacionais, a atuação desta Comissão. Se o senhor observar os índices que eu utilizei, de atuação, de envolvimento... Eu me lembro haver pesquisado, no período que eu elegi para compor a tese, 1,3 mil discursos proferidos por Senadores – logo depois da Constituinte, de 1988 até 2002. Hoje em dia esse número explode. Quer dizer, não passa dia sem que esta Casa analise, examine temas das relações exteriores. Isso mostra que o Senado está muito mais ativo na questão das relações internacionais.

Quanto à sua pergunta sobre ser possível reverter o Brexit, acho que eu já respondi.

Sobre a Cambridge Analytica: eu concordo com V. Exª, Professor, no sentido de que esse talvez tenha sido um dos casos mais sérios que enfrentamos recentemente.

O senhor sabe que o Reino Unido é um grande fornecedor de serviços ao Brasil, mas nós também estamos vendendo serviços ao Reino Unido, sobretudo nessa área. Eu conversei com um rapaz muito jovem que é presidente de uma empresa que oferece segurança cibernética para o *The Guardian, The Economist,* bancos ingleses, para a Tesco, que é a maior rede... Comentando com ele essa questão da Cambridge Analytica, ele me fez – depois vou encaminhar para o senhor – uma análise que é muito interessante. O que ele diz, sinteticamente – vou perder, claro, toda a profundidade da fala dele –, é que há três combustíveis para explicar o que aconteceu com a Cambridge Analytica.

O primeiro são os dados, dados que estão hoje no Google – o Google sabe quais são nossos interesses, nossas preferências – e no Facebook, que sabe quais são os nossos relacionamentos, os nossos amigos. O segundo aspecto, depois dos dados: as mídias sociais, que reverberam, viralizam dados e informações, e a Cambridge se apropriou desses dados que estão disponíveis.

Nós mesmos nos encarregamos de alimentar, com esse circuito que são as mídias sociais, para reverberar... Eles criam perfis psicológicos que em última instância ameaçam a democracia, porque é como estarmos aqui falando de violência no País e para o fulano ali a gente não fala sobre pena de morte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para esse aqui não fala nada de direitos humanos; então você divide a sociedade, fraciona o debate. Isso tem um impacto muito importante para a democracia, é um assunto que deve...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nas eleições dos Estados Unidos isso foi praticado e criou uma jurisprudência agora muito terrível.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Muito terrível.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Você sabe quem são as pessoas e fala com elas aquilo que... Os estudiosos dizem que isso foi praticado com sucesso na eleição do Donald Trump.

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Com sucesso. Exatamente.

Senador Cristovam, sobre a questão do Jean Charles, aquele nosso... O senhor pergunta se nós vamos ter outras expressões de xenofobia. Aquilo foi um lamentável incidente que decorreu muito da onda de terrorismo que assolou, infelizmente, o Reino Unido, naquela oportunidade. Na verdade, a Scotland Yard foi até condenada pela justiça a pagar multas e custas processuais, num montante bem elevado. Os policiais não foram responsabilizados individualmente. Até a família do Jean Charles recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos; perdeu, mas entrou em acordo com a Scotland Yard para ter um ressarcimento, enfim, uma indenização. O montante não foi divulgado entre a família e... Mas o senhor me dá a chance de falar sobre xenofobia, se haveria possibilidade de termos outros exemplos de xenofobia.

O governo inglês, o Reino Unido tem tomado muito cuidado em não vincular o Brexit a uma possível manifestação xenofóbica da sua população, do seu governo. O próprio Chanceler Boris Johnson tem reiterado isso. Uma das causas sempre apontadas é a questão da imigração na Europa e ele faz questão de isso não ser superestimado como uma das causas do Brexit.

Agora o senhor me dá oportunidade também de falar sobre a questão da nossa comunidade residente no Reino Unido. É uma comunidade ordeira, expressiva, é a maior na Europa. E nós não sabemos ainda muito bem o perfil dessa comunidade, onde ela está e o que podemos fazer para apoiá-la melhor.

Uma das vantagens de envelhecer é você ter história para contar, mas um dos melhores episódios meus, uma das melhores experiências que eu tive na carreira de Diplomata foi ser cônsul em Nova York, porque me permitiu esse contato direto com a população, saber o que você pode fazer pelo seu compatriota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é muito interessante, Senador Jorge Viana, porque os brasileiros no exterior tendem a ficar juntos, a se agregar para se proteger, para se apoiar mutuamente. No Reino Unido, acho que não acontece muito isso. Eles estão muito espalhados pelo Reino Unido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Qual é o número?

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – O número também é indefinido. Em Nova York, eu tentei fazer um censo, para saber qual o perfil desse migrante, qual o perfil do brasileiro, escolaridade, de onde vem, de que região, idade. Isso, se for possível, pretendo fazer também em Londres para ter uma noção mais exata dos brasileiros que lá residem. Certamente isso estará no meu plano de trabalho com grande prioridade.

Sobre o Ocean já falei, armas químicas já falei. O Senador Cristovam também pediu uma rápida palavrinha sobre alguns posicionamentos comuns, sobre meio ambiente. O Reino Unido, como o Brasil, assinou o Acordo de Paris e tem uma abordagem muito positiva. Recentemente até eles proibiram os canudinhos e cotonetes, a produção. Terrorismo, temos posição semelhante, migração também. Na área nuclear, temos divergências. Eles são potência nuclear, e nós assinamos o acordo que proíbe. De forma, Senador, que eu acho que são essas as questões que o senhor fez.

Senador Lasier, mais uma vez agradeço suas gentis palavras. Trabalharei muito pelos produtos agropecuários do Rio Grande. Sobre a expulsão dos diplomatas russos, acho que já foi respondido.

Senadora Suplicy, muito obrigado também pelas suas generosas palavras. A senhora lembrou muito bem o interesse que os nossos estudantes têm no Reino Unido. Realmente, eu pesquisei: de 2006 para agora, Capes, CNPq, Ciência sem Fronteiras, nós fornecemos mais de 20 mil bolsas para estudantes brasileiros. E ainda hoje, a nossa estimativa é de que ainda haja cerca de 10 mil estudantes cursando universidades inglesas, que são excelentes, são de ponta. Então, Senadora, eu pretendo, como uma das tarefas minhas, aproximar-me desses brasileiros que lá efetuam, fazem pesquisas, para poder saber exatamente como aperfeiçoar ainda mais esse trabalho na área de ciência e tecnologia.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu esqueci de fazer uma colocação, desculpe-me.

Quando fui Ministra da Cultura, nós batalhamos muito para que pintores, artistas plásticos brasileiros pudessem ter um lugar de exposição. Se não me engano, até conseguimos um, que depois acabou não dando certo, que era perto da Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Mas isso é muito importante para o *soft power* brasileiro lá. Então, eu gostaria de pedir que V. Exª tivesse uma preocupação nesse sentido, porque a cultura é realmente um instrumento de relação muito importante. As artes plásticas têm enorme interesse em poder ter esse contato, essa troca. A gente teve vários, mas o espaço brasileiro sobre o qual a Embaixada poderia ter a gestão era perto da Embaixada, super bonito, enorme, não me lembro exatamente em que rua era... Se pudessem abrir essas portas para os nossos artistas, seria interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Não só conheci, mas fiquei várias vezes hospedada lá. Tive diferentes amigos embaixadores...

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – A chancelaria está instalada num prédio adequado, mas no centro de Londres, em frente à Praça Trafalgar, de frente a museus, uma praça visitada por muitos turistas. E temos, no térreo, um espaço extraordinário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – ... que é utilizado, por 360 dias por ano, para exposições de artistas brasileiros. Esse é realmente um espaço invejável. Se fôssemos pagar por isso, seria um porta-helicópteros.

Então, nessa parte cultural, a senhora tem toda a razão. Precisamos divulgar o *soft power* brasileiro e certamente vamos aproveitar as instalações da Embaixada para que possamos dar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – É isso mesmo. Foi uma iniciativa extraordinária do meu colega...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – Exatamente, Eduardo Santos. E foi iniciada até, diga-se com justiça, pelo Roberto Jaguaribe. Foi uma exposição extraordinária aquela.

Por último, o Senador Hélio José já não está, mas eu queria dizer que realmente na cooperação com o Reino Unido em matéria de energias alternativas e alternativas energéticas, o Reino Unido tem um vetor de ponta. Eles utilizam muito a energia eólica em função dos ventos do Mar do Norte, têm uma tecnologia de ponta, e já há um diálogo muito avançado na área de energia com o Reino Unido. (*Pausa.*)

Senador, sobre o seu comentário da questão da Shell na reportagem do *The Guardian*, eu fico um pouco constrangido de falar. Não sei em detalhes, mas sei que o Congresso, soberanamente, resolveu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão do Repetro. Então, ficaria meio inadequado eu comentar uma decisão que já foi adotada pelo Parlamento brasileiro sobre esse assunto, mas, especificamente sobre o *lobby* da embaixada inglesa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA – ... do ministro inglês junto às nossas autoridades, eu acho que vale a pena eu comentar que, recentemente, Senador, o Itamaraty baixou uma portaria, dando orientações muito claras sobre o trabalho do diplomata em apoio às empresas brasileiras. Essa é uma iniciativa muito importante, porque faz parte do nosso trabalho lá apoiar as empresas brasileiras.

Eu não posso comentar o dela, porque eu não tenho realmente conhecimento de como se deu esse *lobby*, mas nós lá devemos fazer, sim, *lobby* pelos nossos compatriotas, pelas nossas empresas, dentro de uma moldura que foi muito bem definida pelo Itamaraty, por portaria, inclusive. Mas acho que faz parte do nosso trabalho diplomático.

Penso que já respondi a todos. Se houver alguma questão, permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado.

De fato, hoje consumimos o tempo, e não foi sem razão pelas boas exposições que tivemos e os muitos questionamentos.

Eu não poderia deixar de fazer o registro de alguém também que é servidor de carreira da diplomacia brasileira, o Eduardo Saboia, que está aqui nos dando nos dando o privilégio da audiência. Ele trabalhou aqui conosco durante muito tempo e hoje é chefe de gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes.

Vou fazer aqui uma confidência. Esteve no Japão em missão oficial, de que falei ao abrir a reunião, e, pelo que estou entendendo, ele deverá ser o próximo embaixador do Brasil, obviamente depois de passar aqui na sabatina, em Tóquio. Eu sei que será uma missão desafiadora na sua vida trabalhar e suceder o André Corrêa do Lago, que é um extraordinário diplomata também e que deverá ir para a Índia. Faço esse registro, agradecendo a sua presença aqui, Embaixador Eduardo Saboia.

Antes de passar a palavra à Embaixadora Márcia Donner, que deseja fazer um pequeno comentário, só quero dizer que, se eu tivesse grau de influência maior, eu mudaria o perfil da representação do nosso País no exterior.

Veja, a diplomacia está muito vinculada às dificuldades que tínhamos no passado de ter uma representação em cada país para trabalhar os interesses e fazer, obviamente, o acolhimento dos brasileiros. Mas o mundo mudou muito. Isso é algo que pode ser feito de uma maneira muito fácil hoje. Imagina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele passado distante, sem o avião, uma viagem para a Europa para tentar fazer uma negociação demoraria um ano; agora, isso se resolve facilmente. Para mim, as embaixadas deveriam ter uma mudança – aliás, como propôs o Presidente Lula, fazendo justiça – no sentido de ter perfil de um escritório econômico avançado do País em cada país, com metas. No meu caso, eu estabeleceria metas para casa embaixador, como V. Exª, que trouxe aqui um plano de trabalho. "Se está caindo o comércio, se estão saindo de 60 mil toneladas de arroz para algumas dezenas de toneladas, o que aconteceu? Como podemos fazer?" Que cada embaixada fosse um escritório avançado, com metas a serem alcançadas, inclusive na parte econômica.

Certamente, há essa questão que alguns equivocadamente, do meu ponto de vista, levantam querendo contabilizar o custo de termos representação em país A, B, C ou D. Acho que um outro avanço do Presidente Lula foi fazer com o que Brasil tivesse representação. Isso mudou radicalmente a balança comercial. Hoje o Brasil, se tem muitos dados negativos, um dado positivo é o saldo da balança comercial. E essa questão avançou muito por conta da representação que o Brasil passou a ter em muitos países, na África, na Ásia, em lugares distantes. Com isso, estabeleceram-se relações comerciais, óbvio, também graças à ação do nosso empresariado, do setor produtivo brasileiro.

Mas penso que a sua preocupação vai nesse sentido. Imaginem! Nós temos de ter metas! Como é que podemos ter uma tímida relação com a quinta maior economia do mundo? E, por isso, eu queria cumprimentá-lo, porque talvez tenha sido inaugurado aqui algo que eu, mesmo já tendo participado de centenas de sabatinas, nunca havia visto: o Embaixador Frederico de Matos Arruda trouxe aqui um plano de trabalho que ele vai, segundo as suas palavras, melhorar, inclusive a partir da sabatina feita aqui hoje.

Então, eu agradeço...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só queria acrescentar mais uma missão às muitas do nosso Embaixador e da nossa Embaixadora. O Rio Grande do Sul produz os melhores espumantes do Brasil e do mundo, bem como vinhos de qualidade. Então, a nossa Embaixada na Inglaterra pode ser uma boa promotora comercial também desses produtos. E eu concordo plenamente com o nosso Presidente, Senador Jorge Viana, quando S. Exª diz que a diplomacia mesmo é, hoje, no mundo globalizado, multissetorial, e a área econômica é uma das mais fortes.

E, ainda, ao tempo em que faço esse pedido, aproveito para lembrar à Embaixadora Márcia, que disse que a questão da heroína não é um problema crucial, que a Receita Federal, no Aeroporto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Galeão, apreendeu 100kg de heroína, agora nesta semana, procedentes de Hong Kong. Não consta que Hong Kong ainda tenha produção de heroína, ou seja, ela veio de algum lugar.

Este é apenas um registro que faço, porque nós temos de estar vigilantes permanentemente a temas graves como esse.

Então, agradeço e cumprimento novamente os dois Embaixadores pelas excelentes sabatinas da manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria só fazer um comentário sobre o comentário da Senadora Ana Amélia.

Eu não posso assinar embaixo da sua proposta sobre o espumante, mas eu cumpriria esse papel desde que a senhora trouxesse para que provássemos... (*Risos.*)

Porque eu só sei defender aquilo que eu conheço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Farei isso!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só defendo aquilo que eu conheço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Farei isso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, se a senhora nos trouxer alguns espumantes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O desafio está aceito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e eu provar, certamente, da próxima vez, eu vou assinar embaixo da sugestão de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O desafio está aceito. E não trarei só um; trarei vários.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Que maravilha! (*Risos.*)

Eu passo, então, a palavra para que a Srª Embaixadora Márcia Donner faça um último comentário.

Em seguida, vamos proceder à apuração dos votos. E, depois ainda, eu tenho uma questão para apresentar ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, a senhora tem a palavra.

A SRª MÁRCIA DONNER ABREU – Muito obrigada, Presidente.

Eu pedi para fazer esta última intervenção bem breve porque, para meu grande horror, depois de compulsar os meus papéis, eu vi aqui, nos meus garranchos, que deixei de responder a pergunta do Senador Lasier.

A pergunta do Senador Lasier era muito similar à pergunta do Senador Hélio José e eu resolvi tratá-las em conjunto, mas eu não referenciei o Senador. Assim, eu gostaria que, para constar da ata, estivesse lá que eu entendo que o adensamento das relações econômicas e comerciais passa por um maior número de visitas e de missões. Temos também – isso eu não havia mencionado – que aproveitar muito o nosso escritório da Apex em Moscou, que conta com excelentes quadros e que se destina a toda a Eurásia, não é só à Rússia.

Eu deixo aqui as minhas desculpas públicas ao Senador Lasier, que me recebeu, foi de uma gentileza ímpar e demonstrou muita curiosidade pelo Cazaquistão.

Muito obrigada, Srªs e Srs. Senadores, pela paciência e me desculpem. É a minha primeira sabatina, de modo que estou um pouquinho estressada. Deve ter sido por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador Fred e todos os colegas que participaram da sabatina.

Chegaram aqui o Senador Romero Jucá e o Senador José Medeiros. Não sei se querem fazer algum comentário. Não?

Regimentalmente, teríamos de seguir agora com a segunda etapa desse processo fechada ou sob sigilo, mas eu consulto, como temos feito, se posso seguir com a reunião aberta. Como temos feito, consulto se há a concordância do Plenário. (*Pausa.*)

Como não há nenhuma manifestação contrária, peço à Secretaria que possa fazer a apuração dos votos.

Espero que, um dia, façamos uma mudança – o Senador Romero Jucá é especialista no Regimento – para que tornemos regimental, sem a devida consulta, a sequência da reunião de forma aberta, como ora fazemos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Tivemos, então, 15 votos SIM e nenhum voto NÃO para a Embaixadora Márcia Donner Abreu, que vai assumir o posto no Cazaquistão e em mais duas repúblicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, do mesmo modo, o Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, que tem a missão também muito importante de representar o Brasil na Embaixada do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, obteve 15 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Isso, talvez, mostre o reconhecimento por parte da nossa Comissão do Senado Federal das carreiras brilhantes que V. Exªs desempenham, tanto a Embaixadora Márcia Donner quanto o Embaixador Frederico de Matos Arruda, que é um especialista também em diplomacia parlamentar, que foi indicado para assumir posto ainda no governo do Presidente Lula. Ele tem uma relação muito próxima, servindo ao atual Presidente quando Presidente da Câmara, com o Presidente Michel Temer e trabalha hoje no Palácio.

O Senado aqui faz essa manifestação, reconhecendo que são servidores do Estado brasileiro. É muito importante fazer esse registro.

Então, está encerrada esta parte da nossa reunião de hoje.

Agradeço a presença dos indicados. Manifesto meus cumprimentos, desejando-lhes êxito na missão.

Penso que nós podemos pedir urgência...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está apoiada a urgência para a votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...para que possa ficar disponível no plenário do Senado Federal, para, obviamente, a partir da decisão do Presidente, ser apreciada a indicação o mais breve possível.

Fica, então, o pedido de urgência coletivo para as duas indicações.

Mais uma vez, agradeço aos dois, desejando-lhes êxito na missão. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu aproveitaria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, peço que espere só um pouquinho, até terminarmos aqui a despedida dos dois Embaixadores.

Mais uma vez, cumprimento todos os que nos estão acompanhando.

Eu queria agradecer, além do Embaixador Eduardo Saboia, ao Embaixador Ary Norton de Murat Quintella, Diretor do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspendo por dois minutos a reunião, até para eu poder me despedir de V. Exªs. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fazendo soar a campainha.*) – Retomando os trabalhos, esperamos os segundos, o tempo necessário para que a técnica possa retomar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A TV Senado volte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... a TV e a Rádio Senado. Vamos aguardar só um pouquinho, há sempre um *delay*... Quem entende de comunicação sabe que temos uma lógica.

Eu queria então, retomando os trabalhos, cumprimentar a todos.

Conseguimos aqui fazer uma brevíssima interrupção.

A Senadora Ana Amélia pediu pela ordem.

Eu só queria dizer que vou pedir ao Senador José Medeiros que possa assumir, porque do próximo item da sequência da nossa reunião da Comissão eu sou o Relator.

Mas a Senadora Ana Amélia pediu a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para um registro. Eu queria pedir o apoio...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Lamento. Gostaria que o Senador Hélio José, que foi designado pelo Presidente Fernando Collor à relatoria...

No ano passado, o Brasil formalizou o pedido para adesão à OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Lembro-me muito bem de um debate que aconteceu aqui nesta Comissão naquelas sessões temáticas que o Presidente Collor, na primeira gestão desta Comissão de Relações Exteriores, promoveu, que era um debate sobre qual a relevância de o Brasil estar como membro permanente do Conselho de Segurança. Lembro-me perfeitamente de o Senador Cristovam Buarque, que tem um trato muito intenso com a área das relações exteriores, ter dito que mais importante do que estar como membro permanente do Conselho de Segurança, pelo que implica uma decisão e uma resolução desse Conselho em termos de consequências – não só do preço que paga por isso, mas também da decisão, que pode ferir ou atingir interesses de países com os quais nós temos grande relacionamento –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, então, que fez uma ponderação e dizia, àquela época, nem tínhamos ainda a Presidência da OMC nem da FAO, que era mais relevante que o Brasil buscasse ter protagonismo nestes organismos: FAO, OMC, OCDE.

Ano passado o Brasil entrou com a inscrição na OCDE, mas só pode ter acesso à OCDE se cumprir algumas resoluções das Nações Unidas relacionadas à questão do cumprimento de regras e determinações internacionais sobretudo pertinentes ao combate à lavagem de dinheiro e a atividades ligadas ao terrorismo.

Para atender a essa exigência, eu tomei a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 181, que já foi encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores. O Presidente Collor designou o Senador Hélio José. Então, quando ele estava aqui, eu deveria ter feito essa menção, pedindo o empenho do Senador, e eu tenho certeza de que o fará com a brevidade possível, porque é a condição *sine qua non* para que o Brasil possa continuar os passos da participação na OCDE.

Então, é o registro que faço, esperando também... Tenho certeza de que o Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, conhece também profundamente a relevância das organizações internacionais no âmbito da economia para o nosso País.

Então, agradeço o espaço dado nesse aspecto do PLC 181, de 2018.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Ana Amélia, agradeço a V. Exª.

Devo dizer que, por ter tomado conhecimento e sabendo da importância, antes de o Senador Hélio José sair, fiz um pedido a ele que pudesse, o quanto antes – na condição de Vice-Presidente e como Presidente da Comissão –, apressar o seu relatório e o disponibilizar para deliberarmos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais uma razão tem para receber os espumantes gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

Eu vou passar a Presidência dos trabalhos, solicitando o apoio do Senador José Medeiros, para que eu possa relatar dois itens – os itens 1 e 3 – da querida colega Senadora Fátima Bezerra, que está no Parlasul e me pediu que pudesse fazer a apreciação dessa matéria.

Em seguida, a Senadora Ana Amélia tem alguns itens que vai relatar, mas já terei assumido de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo os trabalhos ao Senador José Medeiros, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Passamos agora à segunda parte da pauta, deliberação de matérias.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Obviamente, não vou fazer referência, vou fazer uma apreciação bastante resumida. Isso não desmerece o indicado, ao contrário. Nós vamos ter mais à frente a oportunidade de sabatiná-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Rafael de Mello Vidal, filho de Paulo Padilha e Nair de Mello Vidal, nasceu em Montevidéu, Uruguai. Por ser filho de brasileiros, é brasileiro nato (art. 12, I, b, CF).

Teve formação aqui, no UniCEUB. Apresentou sua tese no Instituto Rio Branco: "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul."

Em seu currículo, serviu, por último, como Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri; antes, tinha servido como Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, para citar os dois últimos postos.

Não vou descrever sobre a República do Mali, tendo em vista a sabatina que teremos. Procurando agilizar os trabalhos, vou à apreciação final do meu relatório.

Temos a possibilidade de fazer essa indicação que terá uma sabatina logo que o Presidente desta Comissão retorne da missão que faz, fora do Brasil, e estabeleça a data da sabatina.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não encontrei nenhum óbice, tanto do ponto de vista institucional, constitucional, regimental. Obviamente que o indicado reúne as condições técnicas, profissionais, por ser um servidor de carreira do Ministério de Relações Exteriores.

Tendo em vista toda a apreciação que fiz, não cabe aduzir outra consideração no âmbito desse relatório que não seja a aprovação da indicação do Sr. Rafael de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, Relator *ad hoc,* para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Atendendo a pedido da Senadora Fátima Bezerra, que está em missão fora do Brasil, faço a leitura, *ad hoc*, como V. Exª determina.

Passo à apreciação, também resumida, do relatório da Senadora Fátima Bezerra, que é pela aprovação.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2018, que também tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2018.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 134, de 7 de abril de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Previdência Social, destaca a necessidade para deliberação do Plenário desta Comissão.

O documento esclarece, ainda, que o ato internacional em apreço, além de estender aos trabalhadores originários do Brasil e dos Estados Unidos residentes no território da outra parte o acesso ao sistema de previdência local – isso é muito importante, tendo em vista a quantidade de brasileiros que temos nos Estados Unidos –, o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais, na medida em que instituirá mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos de ambos os países.

O texto ministerial recorda, ainda, que os Estados Unidos da América (EUA) concentram a maior comunidade de brasileiros no exterior. Estima-se, com base em dados de 2014 das repartições consulares brasileiras, em um milhão e duzentos mil brasileiros residindo nos EUA. O documento destaca, por igual, a circunstância de que o Acordo beneficiará também as empresas nacionais que atuam naquele país na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que evitará contribuição dupla aos sistemas previdenciários. Daí a importância desse importante Acordo.

O Acordo está dividido em cinco partes. A Parte I cuida das disposições gerais; a II versa sobre disposições relativas à legislação aplicável; a III aborda as disposições sobre benefícios; a IV, por sua vez, trata das disposições diversas; e a V, por fim, ocupa-se das disposições finais e transitórias.

Então, eu não vou fazer obviamente comentários sobre nenhuma dessas cinco partes, porque elas estão já explicitadas, e vou diretamente para a Análise.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem defeitos no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade.

Considerando esse contexto, o Acordo em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente aos direitos de seguridade social de súditos seus quando em exercício de suas atividades laborais no território da outra Parte. Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos pelo Acordo serão os nacionais que, por tal ou qual motivo, trabalham fora de seu local de origem. Essa circunstância há de, por si só, incrementar o relacionamento amistoso entre as Partes na medida em que favorecem a aquisição de direitos por seus cidadãos.

Por fim, observamos que o texto do ato internacional em apreciação guarda semelhança com tratados de idêntica natureza que nos vincula a outras soberanias.

Voto.

O voto, então, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2018.

Sr. Presidente, esse é o relatório da Senadora Fátima Bezerra, que eu tenho a satisfação de, *ad hoc,* fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Devolvo a palavra ao Presidente, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador José Medeiros.

Aqui, eu particularmente, que pego muitas relatorias, como a Senadora Ana Amélia e outros, tenho que jogar em várias posições, para não parar os trabalhos. Então, tem-se que presidir, também apresentar relatório.

E, agora, volto para a Presidência, e passo imediatamente para o item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Muito obrigada, caro Presidente, colegas Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita honra que faço o relatório da indicação pela Presidência da República do Diplomata Alexandre Guido Lopes Parola, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, com sede em Genebra.

Nós recebemos aqui a biografia do indicado, que nasceu em 2 de junho de 1965, no Rio de Janeiro, e concluiu a graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1985. Obteve, ainda, os títulos de Mestre em Economia pela Universidade de Brasília, em 1991, e em Filosofia pela Universidade Católica de Washington, nos Estados Unidos, em 1997, bem como de Doutor em Filosofia pela mesma instituição dos Estados Unidos, em 2003. No Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Reino Unido, fez seu pós-doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, também em 2003. Ainda no domínio acadêmico, foi professor visitante na Universidade do Chile, em 1998, e na Faculdade de Ciências Políticas de Paris.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1987; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997; e o Curso de Altos Estudos em 2007, que concluiu mediante a apresentação da tese intitulada: "Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira". Também nessa instituição é, desde 2017, professor titular de Política Internacional.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1988, Segundo-Secretário em 1994, Primeiro-Secretário em 2000, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2008 e Ministro de Primeira Classe em 2016, sempre por merecimento.

Entre as funções por ele ocupadas na administração pública federal, merecem destaque as seguintes: assessor do Gabinete do Ministro da Economia, Finanças e Planejamento (1992); da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos; e Subsecretaria-Geral de Planejamento; porta-voz adjunto e porta-voz da Presidência da República (1999-2003) – e ninguém mais poderia ter um sobrenome tão adequado, Parola, para um porta-voz. Quando eu o recebi no meu gabinete, fiz essa referência, também por todas as referências recebidas de colegas do Palácio do Planalto que conviveram com o Embaixador Parola e pela forma como ele sempre teve, de maneira muito elegante e refinada, um relacionamento amistoso e cordial com todos, a despeito também da sua excelente competência no campo da Diplomacia.

Das funções exercidas na chancelaria sobressaem: Primeiro-Secretário em missão transitória na Embaixada em Londres; depois, em Genebra; e Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores.

Aqui se fala um pouco do acordo da OMC, o Acordo Geral sobre Tarifas; da Organização, na Rodada do Uruguai; e de um histórico da OMC, de que a gente muitas vezes fala aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, signatário do GATT, é membro fundador da OMC e tem atuado de forma destacada no âmbito da Organização. Nosso país assumiu, em muitas ocasiões, posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Figura, inclusive, como terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas perante o Órgão de Solução de Controvérsias. São 161 contenciosos como demandante, demandado ou terceira parte, atrás apenas de China (199) e da Índia (177).

Em face dos entraves impostos à Rodada Doha, em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando, na medida do possível, avanços nas negociações. Mais recentemente o Brasil patrocinou, em conjunto com outros 18 membros, inciativa de criação de um Grupo de Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Considerando que a crescente evidência da participação dessas empresas nas economias domésticas não se reflete no comércio internacional, o objetivo da criação do grupo foi ampliar o debate sobre como aumentar essa atuação, bem assim traçar estratégias para tanto no âmbito da OMC.

Acho que é uma iniciativa louvável, porque no Brasil, especialmente na Região Sul, as micro e pequenas empresas têm um papel preponderante no desenvolvimento econômico.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

O meu voto é favorável à indicação da Presidência da República do Sr. Alexandre Guido Lopes Parola, que é Ministro de Primeira Classe, para nosso Embaixador representante na OMC e em outras organizações, em Genebra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço à Srª Senadora Ana Amélia pela leitura do relatório.

Coloco em discussão o referido relatório. (*Pausa.*)

Não havendo inscritos, encerrada a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação.

Eu peço que o Senador José Medeiros faça, *ad hoc*, a leitura do referido relatório, que é pela aprovação da matéria.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, parto direto para a análise, tendo em vista que é um relatório bem extenso. E no relatório há apenas a explanação dos artigos. Então, parto direto para a análise do relatório.

Análise.

Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância.

Acordos desta natureza que, como bem assinala a Exposição de Motivos ministerial, estabelecem o intercâmbio de informações entre aduanas, constituem instrumentos importantes para a facilitação do comércio, além de atuarem como ferramentas valiosas contra a fraude no comércio internacional. Tais acordos também contribuem para os esforços de modernização de métodos e processos aduaneiros das Partes, por preverem troca de experiências, meios e métodos que se mostraram eficazes na execução das atividades do setor.

O Acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades aduaneiras das Partes Contratantes sobre assuntos de sua competência, tais como valoração aduaneira, regras de origem, classificação tarifária e regimes aduaneiros. Ademais, conforme estipula o artigo 3º, as Partes se comprometem a intercambiar informações que ajudem a assegurar a aplicação adequada da legislação aduaneira e a prevenção, investigação e repressão de infrações aduaneiras relacionadas a tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas e à observância de regulamentos referentes às espécies ameaçadas, conforme a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora e da Fauna Silvestres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É patente o interesse brasileiro nesse tipo de instrumento internacional bilateral, voltado à criação de mecanismos de troca de informações que nos auxiliem no combate ao tráfico de drogas, particularmente em vista dos gravíssimos problemas enfrentados pelo País no campo da segurança.

É importante assinalar que o instrumento em apreço resguarda a soberania nacional, ao prever que, em determinadas circunstâncias, a assistência solicitada poderá ser recusada pela Administração Aduaneira requerida, quando essa considerar que a assistência possa atentar contra a soberania.

Ademais, o presente Acordo coaduna-se perfeitamente com o momento histórico em curso, cujo cenário globalizado requer estreita cooperação entre os países na troca de informações para a facilitação do comércio, a repressão dos ilícitos aduaneiros e o combate ao crime de tráfico de drogas e de espécies da flora e da fauna silvestres.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2018.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Senador José Medeiros.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que tem parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2018.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Volto para mais uma matéria que está sob a responsabilidade da Senadora Ana Amélia: o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Código Aduaneiro do Mercosul, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Peço ao Senador José Medeiros... É que temos mais um item, o último, com o qual V. Exª poderá nos ajudar.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Eu agradeço e sigo a mesma lógica do Senador Medeiros, pela agilidade.

Este acordo vai completar oito anos, é do dia 2 de agosto de 2010, então farei um relatório *fast track*. O relatório pelo menos, já que o projeto não foi submetido ao *fast track:* teve uma tramitação muito lenta essa matéria, que é do interesse da região do Mercosul – no caso, aduaneiro.

Assim, vou resumir este relatório, porque ele tem 14 páginas e todos os Senadores tiveram acesso a ele. É de amplo conhecimento, mas vou, de qualquer maneira, resumi-lo.

Esse Código está versado em 181 (cento e oitenta e um) artigos, divididos em 14 (quatorze) títulos.

O Capítulo I dispõe que a legislação aduaneira do Mercosul será aplicada à totalidade do território dos Estados Partes e aos enclaves concedidos a seu favor, regulando, portanto, o comércio internacional dos países membros do Bloco com terceiros países ou agrupamentos de países.

O Capítulo II trata das definições básicas para os efeitos do Código.

O Capítulo III elenca três tipos de zonas aduaneiras: a zona primária aduaneira; a zona secundária aduaneira; a zona de vigilância aduaneira, especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 11 estabelece a precedência da Administração Aduaneira sobre os demais órgãos da Administração Pública em zona primária aduaneira, podendo requerer o auxílio de força pública.

O art. 14 do Capítulo II define as pessoas vinculadas à atividade aduaneira como sendo as que trabalham em operações vinculadas a destinos e operações aduaneiros.

O art. 16 define os conceitos de importador e exportador. O art. 17, o conceito de despachante aduaneiro. O art. 18 define outras pessoas vinculadas à atividade aduaneira, quais sejam, o depositário de mercadorias, o transportador, o agente de transporte, o agente de carga, o provedor de bordo e o operador postal.

O Título III disciplina o ingresso da mercadoria no território aduaneiro.

O art. 19 determina que mercadorias, bem como meios de transporte que ingressem no território do Mercosul submetem-se ao disposto no Código Aduaneiro e em suas normas regulamentares, exceto quando se tratar de meio de transporte que se utilize do espaço aéreo ou das águas territoriais com destino diverso dos Estados Partes.

O art. 20 estabelece condições para o ingresso de mercadorias e meios de transporte e unidades de carga que somente poderá ser efetuado nos sítios e horários estabelecidos pela administração aduaneira.

O Capítulo III – "Depósito Temporário de Importação" – regula o depósito de mercadorias e as condições de seu acondicionamento, enquanto aguardam providências destinadas a seu desembaraço.

O Título IV dispõe sobre os "Destinos Aduaneiros de Importação" e estabelece os regimes de importação a que se submeterão as mercadorias que ingressarem no território do Mercosul.

O Capítulo II – "Inclusão em Regime Aduaneiro de Importação" –, trata de detalhar os regimes aduaneiros de importação, que são os seguintes:

a) importação definitiva;

b) admissão temporária para reexportação no mesmo Estado;

c) admissão temporária para aperfeiçoamento ativo;

d) transformação sob controle aduaneiro;

e) depósito aduaneiro;

f) trânsito aduaneiro.

Pelo Título VI – "Destino Aduaneiro de Exportação" –, determina o código em análise que se aplicam às mercadorias exportadas pelo Mercosul os seguintes regimes aduaneiros:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) exportação definitiva;

b) exportação temporária para reimportação no mesmo Estado;

c) exportação temporária para aperfeiçoamento passivo; ou

d) trânsito aduaneiro.

Finalmente, no Título VII ("Trânsito Aduaneiro"), o art. 91 descreve o trânsito aduaneiro como o regime comum à importação e à exportação pelo qual a mercadoria circula pelo território aduaneiro, sob controle aduaneiro, de uma aduana de partida a outra de destino, sem pagamento dos tributos aduaneiros nem aplicação de restrições de caráter econômico.

O art. 92 apresenta as modalidades do regime de trânsito aduaneiro: de uma aduana de entrada a uma aduana de saída; de uma aduana de entrada a uma aduana interior; de uma aduana interior a uma aduana de saída e de uma aduana interior a outra aduana interior. As áreas de tratamentos aduaneiros especiais são tratadas no Capítulo IX.

O Capítulo VII define o que seja "transbordo", que consiste na transferência de mercadoria de um meio de transporte a outro, sob controle aduaneiro, sem pagamento dos tributos aduaneiros nem aplicação de restrições de caráter econômico.

O Título XI versa sobre os tributos aduaneiros.

O art. 160 apresenta definição de "obrigação tributária aduaneira", conceituando-a como o vínculo de caráter pessoal que nasce com o fato gerador estabelecido por este código e que tem por objeto o pagamento dos tributos aduaneiros.

O Título XII refere-se aos direitos do administrado, como os de petição e consulta, a interposição de recursos; a decisão fundamentada do recurso e o acesso à via judicial.

O Título XIII estabelece algumas disposições transitórias. Nesse sentido, o art. 178 determina que durante o processo de transição, até a conformação definitiva da União Aduaneira, o ingresso ou a saída de mercadorias de um Estado Parte para outro serão considerados como importação ou exportação entre distintos territórios aduaneiros.

A importância da adoção de normas aduaneiras comuns para os países do Mercosul não pode ser minimizada. Trata-se, como ressalta a Exposição de Motivos interministerial, de legislação de âmbito regional, que, uma vez em vigor, permitirá aos Estados Partes do Mercosul ampliar ações concertadas em matéria aduaneira, com consequências positivas para a circulação de bens na região. Trata-se, ademais, de instrumento essencial para a formalização da União Aduaneira, conforme prevista pelo Tratado de Assunção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o Código Aduaneiro do Mercosul, que ora se examina, foi adotado pelos Estados Partes em 2 de agosto de 2010 – como eu disse –, em San Juan, Argentina, mas somente enviado à Presidência da República para ser encaminhado à aprovação do Congresso Nacional em 13 de abril de 2016.

Em suma, o Código Aduaneiro do Mercosul, que estabelece a legislação aduaneira a ser seguida pelos Estados Partes do Bloco em suas operações comerciais intra e extra regionais, conforma a imprescindível base jurídica para que se possa avançar e consolidar a integração do Mercosul. Sua aprovação congressual e entrada em vigor revestem-se de extrema importância, particularmente no momento em que o bloco projeta a sua imagem internacional em negociações com outros países e agrupamentos de países, como a União Europeia.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 31, de 2018, que aprova o texto do Código Aduaneiro do Mercosul, assinado em San Juan, na Argentina, em 2 de agosto de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Ponho em discussão o relatório que V. Exª apresenta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2018, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Por último, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Eu peço ao Senador José Medeiros que, *ad hoc,* faça a apresentação do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, se V. Exª assim permitir, por motivo de celeridade, passo diretamente para a análise do relatório, tendo em vista que a Ordem do Dia já está começando.

O tratado em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre as partes para facilitar a continuação dessa relação mutuamente benéfica. Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos pelo acordo serão os usuários do transporte público por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal. Essa circunstância há de, por si só, incrementar a economia, o comércio e o turismo entre as partes.

Por fim, observamos que o texto do ato internacional em apreciação guarda absoluta semelhança com tratados de idêntica natureza que nos vincula a outras soberanias.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do projeto de decreto Legislativo, de que trata esse relatório, entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos com relação a Aruba.

Assinado em: Brasília, 16 de setembro de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço a V. Exª, Senador José Medeiros.

Ponho em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo inscritos, está encerrada a discussão.

Ponho para apreciação do Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2018. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, eu queria aqui fazer a leitura extrapauta aos colegas, tendo em vista que não se trata de deliberação, mas apenas de leitura, de um requerimento meu para que fique aqui registrado, obviamente que dependendo de apreciação, votação e aprovação futura na reunião da Comissão de Relações Exteriores, para as providências necessárias.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado-RISF, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a situação atual da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Para tanto, sugiro que sejam convidados, sem prejuízo de demais convidados: Embaixador Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores; Professora Cristina Pecequilo, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Autoria: Senador Jorge Viana

A justificativa que trago aqui é que ultimamente me trouxe uma grande preocupação e pesar a decisão conjunta da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai de suspender temporariamente a participação de seus Estados nas atividades da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Obviamente que esse é um debate que diz respeito ao funcionamento desta Comissão. Em nosso entendimento, eu faço só essa breve observação, tal decisão representa um duro golpe na integração regional que necessita ser debatida em profundidade pelos integrantes desta Comissão.

Assim sendo, julgamos imprescindível a realização da audiência pública que ora propomos.

Eu faço essa sugestão, obviamente que vai circular o requerimento que apresento e que sofrerá deliberação numa próxima reunião desta Comissão.

Dando sequência ao nosso círculo de debate denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 7 de maio, segunda-feira, às 18h, neste plenário.

A ideia desse painel é discutir disputa comercial internacional, oportunidades e desafios para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para expor e debater o tema temos como convidados o Dr. José Tavares de Araujo Junior, Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, e o Dr. Lucas Ferraz, Professor da Escola de Economia de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo aos servidores da Comissão e a todos os que nos acompanharam pela Rádio e TV Senado, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e quatro minutos do dia sete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Valdir Raupp e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 5º Painel: "Disputa Comercial Internacional: oportunidade e desafios para o Brasil.". **Participantes:** Prof. Dr. José Tavares de Araújo Júnior, Doutor em Economia pela Universidade de Londres e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento - CINDES.. Prof. Dr. Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Doutor em Economia e Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV.. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Valdir Raupp

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/07

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, a cada reunião do nosso ciclo, faz um relato do painel anteriormente realizado. Solicito, desse modo, à Secretaria da Comissão que tome as providências no sentido de dar como lido o relato do quarto painel de 2018, abordando o tema "África: a influência chinesa, a integração regional e o desenvolvimento econômico – a África de que não se fala".

Iniciando a nossa pauta de hoje, cumprimento o Senador Valdir Raupp, as senhoras e os senhores que aqui se encontram, eminentes representantes das Forças Armadas, do Itamaraty e todos os que nos acompanham.

Conforme já anunciado, hoje cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates denominado "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 2, de 2018, da CRE, em 1º de março de 2018.

Neste quinto painel de debates do ano, o tema abordado será "Disputa comercial internacional: oportunidade e desafios para o Brasil". Participam, como conferencistas, o Prof. José Tavares de Araújo Júnior, Doutor em Economia pela Universidade de Londres e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), e o Prof. Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Doutor em Economia e Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os quais eu gostaria de cumprimentar e convidar para fazer parte da Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando a eles as nossas boas-vindas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a presença do Dr. Lucas Pedreira do Couto Ferraz e do Prof. José Tavares, a quem revejo. E me permitam o cumprimento, porque, além de grande economista, tenho a honra de tê-lo na família como meu primo carioca.

Como se trata de evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo a nossa reunião pela TV Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço que cada conferencista disporá de 20 minutos para sua exposição inicial. Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos expositores as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Para dar início ao painel, concedo a palavra ao Prof. José Tavares de Araújo, Doutor em Economia pela Universidade de Londres e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes) para a sua exposição. V. Exª dispõe, meu caro professor, de 20 minutos, com possibilidade de prorrogação para finalizar sua exposição.

Desse modo, concedo a palavra ao eminente Prof. Dr. José Tavares de Araújo Júnior, a quem agradeço pela sua presença.

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Meu caro Senador, é um prazer para mim estar aqui. Eu não sabia que haveria essa honra de tê-lo como coordenador da Mesa.

O tema que eu vou abordar eu tinha intitulado "O Brasil na era Trump". Para falar dos desafios da inserção internacional do Brasil neste momento, eu queria fazer duas qualificações iniciais a respeito da conduta do Presidente Trump. A primeira é que, para nós avaliarmos devidamente onde estão os problemas, no caso Trump, precisamos fazer uma separação entre a bravata e as medidas concretas.

Trump, durante a campanha, anunciou inúmeras coisas, como a construção do muro, que iria começar no dia seguinte da sua posse e que iria ser pago pelos mexicanos – isso até hoje não saiu do papel –; a promessa de encerrar o Nafta, que foi convertido num processo de negociação tortuoso. Atualmente, eu acho que dificilmente alguém poderia sintetizar em que pé está essa negociação. O fato é que o Nafta não acabou, continua funcionando, mas criou-se um ambiente de tensão.

Durante a sua campanha, ele fez, inúmeras vezes, ataques ao multilateralismo, com aquela história do "America First", mas, depois da sua posse, o que se nota, no cotidiano, é que, na mesma semana em que ele faz algum ataque à OMC, dizendo que a OMC não cuida dos interesses americanos, o que se nota é que a burocracia do Departamento de Estado participa regularmente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todas as comissões, em todos os painéis da OMC, tal como antes, entrando com demandas novas ou reagindo a questões levantadas por outros membros. Ora, alguém que está querendo sair de uma organização multilateral não vai participar tão ativamente do seu cotidiano.

Depois de termos essa história da tarifa do aço, e já vai para o terceiro mês dessa novela, ele concentrou as suas críticas com relação à China, agora já tem uma agenda de ameaças e de questões contra a China. Entretanto, se nós esquecermos das bravatas e formos olhar para a conduta do Governo americano na gestão do Presidente Trump, vamos ver que não há muita novidade, porque, se nós olharmos para os últimos, digamos, 35, 40 anos de história da política comercial americana, sempre foi uma característica do governo americano ter, por um lado, um discurso e medidas concretas em favor do multilateralismo.

Aliás, o sistema multilateral de comércio contemporâneo tal como nós conhecemos não existiria se não fosse a ação decidida dos Estados Unidos desde o pós-guerra, em cooperação com outros países desenvolvidos, mas, ao lado dessa defesa persistente do multilateralismo, os Estados Unidos sempre adotaram medidas seletivas e temporárias de proteção, mas com outro discurso no passado.

E, coincidentemente, os períodos em que houve uma maior ênfase em medidas de proteção seletiva e temporária foram justamente governos republicanos, como o do Reagan, o do Bush pai, depois o do Bush filho. E essa era uma coisa curiosa da política americana. Quer dizer, nos Estados Unidos, se nós fôssemos usar o linguajar brasileiro, os democratas seriam mais desenvolvimentistas, enquanto os republicanos, em tese, seriam mais liberais, mas, na prática, não é isso que se nota.

Eu vou recordar aqui alguns exemplos mais notáveis. Por exemplo, no final da década de 70, ao longo da década de 80 inteira, os Estados Unidos tomaram uma série de medidas tentando conter a expansão das importações japonesas. Eu lembro aqueles acordos voluntários de exportação para limitar a importação de autos do Japão, as políticas da indústria de semicondutores, as medidas *antidumping* contra o aço brasileiro, as medidas *antidumping* contra suco de laranja. Mas, como eu dizia, essas medidas sempre eram apresentadas como se fossem algo excepcional, que, no conjunto, era a tendência geral da política comercial norte-americana em favor da abertura.

Se os senhores forem observar como é a política comercial americana hoje, é igualzinho a isso que eu acabei de descrever. Quer dizer, houve essas medidas tópicas, que são do aço e do alumínio, essas ameaças em relação à China, mas o conjunto da política comercial americana, a sua estrutura tarifária, os seus instrumentos de promoção continuam exatamente os mesmos que sempre foram. Então, essa...

Eu ainda queria comentar falando um... Nas últimas semanas, tem havido uma tensão muito grande quanto à questão de a China estar se tornando cada vez mais sofisticada tecnologicamente e que isso vai gerar uma tensão muito grande. Se nós olharmos para trás, esse fenômeno já ocorreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas vezes. Eu mencionei lá as medidas de apoio à indústria de semicondutores, mas há uma outra mais relevante, que é quando o Japão, no final dos anos 80, descobriu isto aqui, que é o painel de LCD. Em 1988, a Sharp lançou a televisão de tela plana, que revolucionou primeiro o segmento de televisão e depois todo o segmento de informática e equipamentos em diversas áreas.

Quando surgiu aquela inovação, rapidamente o Departamento de Defesa Americano se deu conta de que todos os equipamentos, nos anos seguintes da indústria de defesa americana, iam ter painéis fabricados no Japão ou em algum país asiático. Isso gerou um documento, que hoje em dia é um clássico, falando da ameaça que isso representava à indústria americana e à defesa americana, tal como hoje novamente aparece o argumento sobre a defesa. E o governo americano adotou uma medida que, olhando retrospectivamente, era uma medida absolutamente incompetente, mas eles aplicaram uma medida *antidumping* contra as importações de painéis de LCD – naquele momento, era basicamente para televisão, mas sobretudo para computadores.

A IBM, a Apple e a DEL foram ao Presidente Bush, na época, e disseram: "Presidente, essa medida *antidumping* que acabou de ser implantada é contra nós, porque nós é que estamos lá produzindo com os asiáticos esses painéis para incorporar nos nossos computadores. E esses painéis só são feitos na Ásia [naquela época era basicamente Japão e Taiwan, depois a Coreia entrou], porque as economias de escala são monumentais e é muito mais barato para nós que essa produção esteja lá do que aqui nos Estados Unidos. E vocês, com essa tarifa *antidumping*, só vão inviabilizar a produção de computadores." E fizeram a ameaça de que, se a tarifa não fosse suspensa, essas três empresas – a IBM, a Apple e a DEL – iriam transferir a montagem de computadores dos Estados Unidos para o Canadá e para o México, para fugir da tarifa.

Com isso, a tarifa *antidumping* foi abolida, mas, mesmo assim, o Departamento de Defesa continuava preocupado com a necessidade de ter uma indústria de painéis de LCD nos Estados Unidos. E, durante a década de 90, durante o governo Clinton, eles lançaram uma política industrial de incentivos à produção de LCD nos Estados Unidos, que foi muito parecida com alguns programas de política industrial do governo Dilma. Gastou-se muito dinheiro e não aconteceu nada. No final da década de 90, ainda no governo Clinton, os Estados Unidos abandonaram de vez a intenção de produzir painéis de LCD lá.

Eu conto toda essa história para mostrar que a política comercial americana na era Trump... Há outras eras em que a gente... Talvez fossem necessárias outras qualificações, mas, no campo estrito da política comercial, eu diria que é muito barulho por quase nada. Eu diria mais que, dessa forma, se a Hillary Clinton tivesse sido eleita, os desafios de inserção internacional da economia brasileira não seriam muito diferentes com o governo Hillary do que estão sendo com o Governo Trump, porque os principais problemas da nossa inserção internacional derivam de uma coisa que o Prof. Marcelo Abreu, da PUC, uma vez chamou de a nossa obsessão pela autarquia, que é um fenômeno que, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Abreu mostrou, começa, no século XIX, com a política de valorização do café e foi se acentuando, ao longo do século XX, com a política de substituição de importação.

Eu não vou voltar...

Ainda tenho mais uns dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Tem ainda oito minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Ah, eu não tinha visto a hora.

Eu não vou voltar ao século XIX, mas eu só queria pegar o período mais recente, pós-reforma comercial do governo Collor. Eu queria lembrar aqui um pequeno detalhe sobre o contexto em que a reforma do governo Collor foi implantada. Ela foi implantada no momento em que o Brasil tinha passado por uma década à beira da hiperinflação e com uma crise de balanço de pagamento, na qual só se importava estritamente o que não havia de produção doméstica. O País estava rigorosamente fechado à concorrência de importações.

Então, naquele momento em que a questão da inflação ainda não havia sido resolvida, ela só viria a ser resolvida bem mais tarde com o Plano Real, aquela reforma do governo Collor foi uma primeira aproximação do que deveria ser uma estrutura tarifária brasileira, tal como ocorreu com vários outros países.

Uma característica dos países que antes eram fechados e depois se abriram para o comércio internacional é que as reformas sempre foram graduais. Se olhar para a Coreia, para a China, para a Austrália, para a Nova Zelândia, etc., todos esses países passaram por... A China até hoje, uma vez por ano, faz algum ajuste na sua política comercial.

No Brasil, entretanto, a estrutura tarifária que resultou da reforma comercial do governo Collor foi congelada na tarifa externa comum do Mercosul. Quer dizer, esse foi talvez, a meu ver, um dos principais erros de política comercial das últimas décadas, que foi a de ter tornado o Mercosul uma união aduaneira. Originalmente, quando o Mercosul foi lançado, falava-se de um mercado comum, que era mais irrealista ainda. Em seguida, partiu-se para uma união aduaneira, que é um estilo de integração econômica que já desapareceu do mundo, que era uma prática de meados do século XX.

Se nós olharmos para o conjunto de países que integram o Mercosul, teria sido muito mais razoável e sensato que se tivesse criado, naquela época, uma área de livre comércio que funcionasse efetivamente como tal, porque a tarifa externa que foi implantada no Mercosul era aquela tarifa brasileira, que, como eu disse, era uma primeira aproximação à abertura. E aquela tarifa tinha, pelos menos, eu diria, dois defeitos graves, que eram tarifas muito altas para importação de bens intermediários...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nossas tarifas de importação de bens intermediários são as mais altas do mundo, sobretudo em produtos estratégicos, como PVC, aços planos, acrilato de butila, vários produtos que entram diretamente ou indiretamente na produção de todos os demais produtos da economia. Acho que o PVC talvez seja o exemplo mais cadente, porque, no Brasil, o preço do PVC é o mais alto do mundo. Isso está comprovado numa discussão recente que houve no Cade, quando a Braskem tentou comprar a Solvay, e esse ato de concentração foi vetado pelo Cade.

Então, nós temos tarifas de importação sobre uma indústria de bens intermediários que não necessita dessa tarifa. E essa tarifa, como esse setor é muito concentrado, só serve para elevar o poder de mercado dessas empresas e encarecer os custos de produção do resto da economia.

A outra deficiência similar a essa é a de tarifas de importação sobre bens de capital. Ora, hoje em dia, nenhum país entre as principais economias aplica tarifas de importação sobre bens de capital, não porque eles sejam liberais. Por um lado, é inútil tentar proteger a indústria de bens de capital com tarifa de importação, porque os instrumentos relevantes para promover a indústria de bens de capital são financiamentos de longo prazo e incentivos à inovação.

Dado que a tarifa de importação sobre bens de capital eleva o custo de investimento, inventou-se, no Brasil, um expediente para contornar essa tarifa, que se chama ex-tarifário. Então, cada vez que alguém importar, cria-se um ex-tarifário para permitir a importação daquela máquina. E todo mundo que vai fazer investimento usa o ex-tarifário quando eventualmente poderia até comprar no Brasil, mas ele usa o ex-tarifário para escapulir da tarifa de importação. A Abimaq tem todo um departamento de técnicos que só cuidam de ex-tarifário. E se vocês olharem a agenda da Camex, é um dos temas que absorve mais o tempo de decisão da Camex. Então, é um monstrengo burocrático.

O meu tempo está acabando, mas as nossas deficiências não se resumem. Além dessas distorções que eu mencionei, o Brasil é o único país que aplica *antidumping* em operações do *drawback*. No debate, a gente pode elaborar. Inventou-se um conceito que também é muito usado, sobretudo na Zona Franca de Manaus, de processo produtivo básico que é, na verdade, a ideia de autarquia no seu máximo. Através desse, existem inúmeros produtos que são feitos em Manaus e em outras partes do País, com base nesse instrumento de PPB, nessas portarias de PPB, inclusive a produção de painéis de LCD em Manaus. Ora, como eu comentei no começo, painel de LCD hoje só é produzido no Japão e em algumas economias asiáticas por razão de economia de escala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Nem nos Estados Unidos nem na Europa existe produção de LCD, mas, em Manaus, existe através desse instrumento de política industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ainda haveria as regras de conteúdo local. Eu imagino que o Lucas talvez cuide delas. Em suma, essa é uma agenda sobre a qual creio que não devo ter dito nenhuma novidade para as pessoas que aqui estiverem presentes e que acompanham a política comercial brasileira.

E uma reforma comercial que eliminasse essas distorções não iria fazer nenhuma revolução, só iria tornar o Brasil mais parecido com os outros países que participam ativamente do comércio internacional. Não seria nenhuma revolução. Nós só ficaríamos mais parecidos com o resto do mundo. Talvez não seja difícil que a gente chegue lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço, sobremodo, ao Prof. José Tavares a sua bela e elucidativa exposição.

Passo a palavra ao segundo expositor deste painel, Prof. Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Doutor em Economia e Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

V. Exª também, Prof. Lucas, disporá do tempo de 20 minutos, que fica no painel, para a sua apresentação, claro que podendo prorrogá-lo se for necessário. Desde já, igualmente, agradeço muito a gentileza de sua vinda a esse convite da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra V. Exª, por favor.

Está pronto?

O controle remoto para o controle... A tecnologia ora ajuda, ora atrapalha.

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – Boa noite!

Gostaria de agradecer o convite, Senador Anastasia; meu colega militante da área, Prof. José Tavares, Senadores; Embaixadores, militares, enfim, todos aqui presentes! Eu vou, na verdade, talvez, fazer uma apresentação, não foi nem ensaiado, mas curiosamente talvez se encaixe de forma complementar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ (*Fora do microfone.*) – Eu tenho um passador, se você quiser.

Falhas técnicas! Como professor, sempre tenho um passador comigo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – Bom, como eu ia dizendo, curiosamente, acho que o que irei falar aqui para os senhores, de alguma forma complementa e estende, em alguns aspectos, a fala do Prof. José Tavares, que, de forma muito competente, já narrou a questão do cenário externo sob o ponto de vista, digamos, mais de política comercial e de retórica comercial, mostrando pontos de vista com os quais concordo plenamente.

E o que vou mostrar aqui para os senhores, na verdade, é uma visão mais geral do que vem acontecendo hoje no comércio internacional no mundo, como o Brasil se insere nesse novo contexto e alguns dos obstáculos à nossa desejada integração, mas que, curiosamente, é interrompida por erros de política comercial que persistem, ao longo da história brasileira, e talvez as pessoas tenham uma certa dificuldade de enxergar o problema aí.

Como sempre, como professor e acadêmico, acredito que mostrando os números, talvez a gente fale mais do que propriamente mostrando o que a gente pensa ou no que a gente acredita, as nossas convicções. Eu acho que os números falam por si. E, por fim, as conclusões finais.

Então, após oito rodadas de comércio e mais de quatrocentas notificações de acordos preferenciais de bens e serviços na OMC, nas últimas décadas, a média da tarifa mundial caiu, está hoje bem reduzida, e isso é particularmente verdadeiro nos países mais desenvolvidos, como esse gráfico mostra.

Nos últimos anos... Temos, hoje, basicamente 50% do comércio global fluindo em 274 acordos regionais, e essa fração deverá aumentar com a recém formalização do TPP 11, que representa aí 13,5% do PIB mundial, e mais a RCEP, que é aquele conjunto de países da Asean, que é aquela associação de livre comércio asiático que vai incorporar China, Austrália, Japão etc, que representa aí 40% do PIB mundial. Ou seja, apesar de toda essa retórica "protecionista" – entre aspas – disseminada pelo Presidente Trump, o mundo continua ativo, os acordos comerciais continuam caminhando, talvez não na mesma dinâmica da década de 90, quando houve a explosão, mas o progresso continua ocorrendo nessa área de livre relação comercial.

Outro aspecto fundamental naturalmente são as cadeias globais de valor, o progresso tecnológico, as melhorias das técnicas de gerenciamento à distância, a redução dos custos do transporte, que gerou a chamada fragmentação internacional da produção, que explode, digamos assim, na década de 90. Hoje, o último dado que temos, basicamente 65% do comércio das exportações globais correspondem a bens intermediários, partes e componentes. Ou seja, o mundo, hoje, está integrado numa grande fábrica internacional de produção.

Essa tendência vai muito firme até pelo menos 2008, e o que a gente observa – e isso aí, na verdade, é a elasticidade e a renda do comércio mundial, ou seja, quanto cresce o comércio mundial, quando cresce 1% do PIB mundial – é que, de fato, na década de 90 – onde você tem de 90 a 2000 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quando o comércio internacional, em média, crescia quase 2,3 vezes mais rápido do que o PIB mundial. Isso mostrando a importância da fragmentação e o impulso todo dado dessa fragmentação ao comércio.

Um aspecto interessante também dessa nova globalização, como ela é chamada, é que bens que cruzam fronteiras diversas vezes necessitam de serviços, de serviços de conexão, de serviços de transferências de dados com as técnicas de gerenciamento à distância, e isso fez com que o comércio de serviços ganhasse uma importância muito particular.

Eu sou da época de estudante de economia em que a gente considerava que serviços eram bens não comercializáveis. Essa não é a realidade dos serviços hoje. Hoje, os serviços são bastante comercializáveis, e a gente ainda tem um dever de casa a ser feito.

Para a gente ter uma ideia, 28% das exportações mundiais – por volta disso – correspondem a serviços hoje em dia, mas se a gente olha o comércio mundial sob a ótica do valor adicionado, a gente percebe que 50% das exportações mundiais correspondem a serviços.

O que é isso? São serviços que vão embutidos nas exportações de outros setores da economia mundial, brasileira em particular, principalmente o setor manufaturado.

A importância do serviço também pode ser vista no número de acordos de serviços que vêm ocorrendo, de acordos comerciais no mundo, incluindo cláusulas voltadas para o comércio de serviços, como a gente pode ver no gráfico.

Outro aspecto fundamental dessa nova globalização é que com a queda das tarifas de importação, a gente tem agora um grande debate sobre as chamadas barreiras não tarifárias. A gente está falando aqui de facilitação de comércio, a gente está falando de barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias, a gente está falando de barreiras regulatórias de serviços. Essas barreiras, como um todo, hoje representam muito mais do que as próprias tarifas de importação.

Isso é muito mais verdadeiro, evidentemente, para os países mais desenvolvidos que têm as tarifas de importação mais baixas.

Aqui é só um exemplo. Se a gente pegar o comércio dos Estados Unidos com a União Europeia, a tarifa aplicada já está muito baixa; as tarifas que a União Europeia aplica sobre as exportações americanas são algo como 5,40, média ponderada, 1,92, média simples; mas a gente observa que basicamente as barreiras não tarifárias representam um imposto, uma tarifa adicional da ordem de 38%. E, ao contrário, 47%. Ou seja, o mundo hoje é um mundo que debate a questão das barreiras não tarifárias de uma forma muito incisiva, dada a sua importância.

O Brasil nesse novo contexto. A gente sabe que a economia brasileira foi a que mais cresceu de 1947 até o final da década de 70. O Brasil era um País que se industrializava nessa época, que trazia o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem do campo para trabalhar na cidade em manufatura e serviços. Fomos o País, de 1947 até o final da década de 70, que mais cresceu no mundo. Uma média de 7,2% ao ano.

A partir do final da década de 70, esse modelo se exaure e o que a gente tem é a queda de participação da indústria no PIB nacional continuamente. Eu gosto de mostrar esse gráfico porque ele nos diz algo que talvez muitas vezes é esquecido no debate: o problema da queda da participação industrial no PIB brasileiro não pode ser tratado como um problema de curto prazo, ele não é um problema de um governo A, B ou C, ele é um problema que vem ocorrendo há pelo menos quatro décadas no Brasil. Ou seja, há algo estrutural acontecendo na economia brasileira e evidentemente isso tem a ver com o que acontece no mundo também, que está fazendo com que este fenômeno progrida.

Evidentemente que, ao final da década de 70, o que você tem? Você tem abertura do mercado da China. No final da era Mao, Liu Shaoqi assume o poder e começa a implementar as reformas liberalizantes, a China começa a se abrir e, a partir daí, você tem a explosão do comércio nacional com a formação das cadeias na Ásia, Europa, Estados Unidos e etc. O Brasil, alijado desse processo, faz com que a sua indústria perca a participação no PIB e o Brasil se servicifica, como a gente diz no linguajar popular. Ou seja, o Brasil hoje é uma economia com 70% de serviços.

As cadeias globais geraram um novo padrão de comércio.

Essa aqui é uma tabela que tem muito número, vou tentar passar rapidamente. O que a gente percebe nessa tabela é o seguinte: o número de trabalhadores envolvidos em manufaturas, direta e indiretamente, vem caindo no mundo. Pelo menos de 1995 até 2010, o auge desse processo de fragmentação, essa parcela de trabalhadores, no total da força de trabalho, cai principalmente no mundo em desenvolvimento e sobe principalmente nos países da Ásia.

É importante a gente ter em mente também que para o mundo inteiro, e o Brasil não é exceção, cerca de 50% dos trabalhadores envolvidos na produção de um bem manufaturado estão fora do setor manufatureiro.

Isso manda um recado, eventualmente, para a questão das políticas industriais, que muitas vezes focam só no setor propriamente industrial, no setor manufatureiro, e esquecem que por trás desse setor tem toda uma cadeia que envolve setores de agricultura e setores de serviço também, voltados a serviços.

Então, o que a gente observa é que houve, de fato, uma servicificação do PIB mundial e do PIB de vários países, principalmente nos países desenvolvidos. A gente nota, inclusive, que essa servicificação ocorre até na própria África. Então, de 1980 a 2010, a indústria perde participação na própria África, vai de 14% a 10%. Entre 1980 e 2010, na América Latina, de 21% a 15%; e em países da OCDE, de 23% a 14%. Ou seja, só cresce na Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da desindustrialização – a chamada desindustrialização – é, portanto, um fenômeno mundial e está relacionado a esse novo padrão de comércio internacional proporcionado pelas cadeias e, também, evidentemente, muito mais influenciado pelo progresso tecnológico.

Aqui a média do crescimento da produtividade do trabalho, entre 1980 e 2009, para um conjunto de países que também sofreram essa chamada servicificação, tornaram-se economias de serviços, com ganhos de produtividade positivos no período; e o Brasil com perda de produtividade.

O que ocorreu com o Brasil? O Brasil se servicificou como todos os países em geral do mundo, à exceção da Ásia, mas a gente se servicificou não porque nós nos integramos ou porque nós sofremos um grande choque tecnológico, muito pelo contrário, porque nós sofremos uma grande perda de competitividade relativa da nossa indústria e o serviço naturalmente ocupa o espaço da economia brasileira. Essa perda de produtividade – vou tentar convencer os senhores aqui – está muito relacionada à questão do nosso isolamento comercial.

Então, o Brasil, hoje, é uma economia de serviços, comercializamos poucos bens propriamente ditos, comercializamos poucos serviços também, os serviços comercializáveis são serviços de maior valor agregado. Como comercializamos poucos serviços, nossa produtividade em serviços é uma das mais baixas do mundo.

Mas é bom a gente ter em mente que o Brasil não é só um País pouco produtivo em serviços, o Brasil é pouco produtivo em todos os setores. Para a gente ter uma ideia, só o setor de serviços, nos Estados Unidos, é cerca de 4,5 vezes mais produtivo do que a nossa própria indústria. Então, o Brasil sofre de um problema de baixa produtividade generalizada.

Aqui vou entrar em uma questão muito fundamental. A gente, em geral, vê em jornal, televisão, *policymakers*, fazedores de política, empresários... Nós precisamos integrar o Brasil nas cadeias globais, precisamos aumentar a inserção internacional.

Então, aqui eu vou levantar alguns pontos sobre como nós perdemos esse bonde, porque esse bonde andou forte até 2008, agora ele está patinando e o Brasil vai entrando tarde nesse processo de integração via cadeias globais, caso esse seja o nosso objetivo.

Primeiro ponto, por que nós perdemos esse bonde? Enquanto o mundo fragmentava a sua produção na década de 90, principalmente, e desadensava as suas cadeias locais de produção – esse é um termo muito importante que se fala muito aqui no Brasil no sentido contrário, de adensamento –, enquanto o mundo estava desadensando a sua produção, o Brasil estava preocupado em adensar cada vez mais a sua já adensada cadeia produtiva no setor industrial.

Isso está por trás de uma mentalidade – e aí vou falar de um aspecto mais, talvez, de *mindset*, de mentalidade do próprio negociador brasileiro – de que exportar é sempre maravilhoso e importar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez, um mal necessário. O sonho do negociador brasileiro talvez fosse tornar o Brasil uma grande potência exportadora, de preferência importando nada, o que é impossível.

Então, eu mostro, neste gráfico, que não há precedente na histórica econômica de um grande país exportador que não seja também um grande país importador. Isso precisa entrar na mente do negociador brasileiro, isso precisa entrar no DNA da nossa negociação. A gente não tem essa mentalidade ainda, não há precedente de país grande importador que não seja um grande exportador. Ponto. É tão simples que olhar os dados e o gráfico deixa isso claro.

O que fizemos nas duas últimas décadas, sendo bem sucinto? Em vez de focarmos em uma agenda Norte-Sul, em que toda a literatura empírica econômica mostra que ali estão os grandes ganhos de comércio, ou seja, fazer acordo com o país desenvolvido, a gente se volta para fazer acordo com país em desenvolvimento ou com país pobre propriamente dito. Então, a gente fez acordos com a Índia, acordos que envolvem poucos produtos, poucos códigos, acordos rasos, digamos assim; fizemos um acordo com a união aduaneira da África do Sul, com o Egito, com Israel, ou seja, acordos que, de fato, têm muito pouco impacto na produtividade da economia brasileira e na nossa competitividade em geral.

A Rodada Doha inicia em 2001, a negociação brasileira fica toda focada na chamada aposta multilateral, vamos tentar abrir a nossa inserção de forma multilateral negociando a Rodada Doha, mesmo quando a Rodada Doha já dava sinais – e já dá sinais há muito tempo – de que não ia muito para frente. Mas a gente pareceu ignorar esses sinais e continuamos focados nessa estratégia de não aos acordos bilaterais e regionais e sim à estratégia multilateral.

E, por fim, enquanto o mundo, nesse período, nessas duas últimas três décadas, estava já negociando acordo em serviços, acordos de investimento, barreiras regulatórias etc, o Brasil estava ali focado nos instrumentos tradicionais do GAT: tarifa, cota e subsídio, os três instrumentos tradicionais. Hoje em dia, poucos países no mundo estão interessados em centralizar o debate da negociação nesses velhos instrumentos do GAT.

Focamos no Mercosul. O Mercosul foi importante para a economia brasileira? Sem dúvida. Ajudou a aumentar a nossa inserção internacional? Certamente, não. Temos uma inserção nacional hoje, tanto o Brasil quanto a Argentina, que é basicamente a mesma que tínhamos em 91. Agora, por que o Brasil foi importante? Sob que ponto de vista? Sob o ponto de vista da nossa indústria. Se não tivéssemos o Mercosul, certamente a participação da indústria no PIB hoje possivelmente seria menor, porque encontramos no Mercosul um terreno fértil, na Argentina principalmente, onde mais de 90% do que a gente exporta são produtos manufaturados e cerca de 47% das exportações correspondem à indústria automobilística, que é o grande comércio que a gente tem com a Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse comércio, curiosamente, está fora do acordo do Mercosul, não existe livre comércio naquele que é o item mais comercializado dentro do Mercosul, que é o setor automobilístico. Aí se diz que temos uma cadeia de valor no Mercosul, que o Mercosul é importante, fundamental, e quando a gente compara os números, vê que a coisa não é bem assim. Aqui tem um exemplo muito claro para os senhores terem uma ideia: de 100% que o Brasil exporta para a Argentina, 77,2% é assimilado na Argentina e o resto é reprocessado no típico funcionamento de cadeia. Mas quanto volta para o Brasil? Cerca de 5,5% apenas.

Se você comparar isso daí com o que acontece com México e Estados Unidos, por exemplo, de 100% que os Estados Unidos exportam para o México, 75% é assimilado no México, mas quase 20% retornam para os Estados Unidos. Isso é uma cadeia de valor regional, bilateral forte. Se a gente olhar para a Europa, do que a Alemanha exporta para a República Tcheca, quase 50% é consumido diretamente na República Tcheca e o resto é reprocessado, 11% voltam para Alemanha, 3,4% vão para o Reino Unido e 3,3% para a França. Isso sim é uma cadeia de valor. Então, temos uma cadeia, temos algum tipo de comércio de bem intermediário? Temos, mas é muito tímido.

Cadeias de valor significam que países que são mais integrados em cadeia de valor, em geral, têm um conteúdo doméstico mais baixo em suas exportações. Esse é outro ponto fundamental que precisa também entrar, digamos assim, na mente do negociador brasileiro.

Enquanto a República Tcheca, por exemplo, do que ela exporta, apenas 50% são produtos domésticos, são insumos domésticos, quase 50% são insumos internacionais; no México, são 65% domésticos e 35% insumos internacionais; o Brasil tem 87% de insumos domésticos, ou seja, a cada dólar exportado pelo Brasil, a gente tem aí, basicamente, US$0,87 de renda gerada domesticamente, o que pode parecer muito bom. "Olha só, a gente é muito mais interessante do que o México, porque cada vez que a gente exporta, gera muito mais renda domesticamente". A questão é que enquanto a gente exporta uma determinada quantidade "x", o México exporta "4x" e, com isso, o México consegue gerar mais renda com suas exportações, porque elas são muito mais competitivas do que as exportações brasileiras.

Outro ponto fundamental é que, mesmo com a grande reforma tarifária que fizemos em 91, continuamos com a chamada escalada tarifária. O Brasil hoje é, talvez, pelo menos nessa desagregação do Banco Mundial, em que existem matérias-primas intermediadas a bens de capital e bens de consumo, talvez Brasil e Argentina sejam os únicos países que ainda praticam a chamada escalada tarifária, que é uma forma de olhar para a proteção da produção local por valor adicionado. E a gente observa que, mesmo hoje, o Brasil continua praticando a sua escalada tarifária, enquanto o mundo, na verdade, faz o contrário. O mundo hoje concede tarifa efetiva negativa para bem de capital e bem intermediário, enquanto o Mercosul continua oferecendo tarifa positiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mais interessante é que se a gente pegar a Coreia do Sul, o México e o próprio Brasil, em 91, a Coreia do Sul também fazia escalada tarifária e também gerava proteção efetiva para bem intermediário, bem de capital. O México também fazia o mesmo e hoje eles inverteram essa escadinha; hoje a proteção é negativa, a tarifa de bem de capital, em particular na Coreia do Sul, aplicada é de 1,9%, enquanto a nossa chega a 12,1%. No México, 2,2% e a nossa, como já foi colocado aqui pelo Professor José Tavares, é a maior tarifa de bens de capital do mundo – que fique registrado. A maior tarifa de bem de capital do mundo e a maior tarifa de bem intermediário do mundo são as tarifas brasileiras e as argentinas.

Como queremos integrar em cadeias globais dessa forma, uma vez que comércio em cadeia global é comércio de bem intermediário e é comércio de bem de capital? Como a gente consegue integrar? Então, aqui mostrando a questão da tarifa efetiva. Só para os senhores terem uma ideia, a diferença entre a tarifa nominal e a tarifa efetiva; em máquinas e equipamentos temos a tarifa nominal média de 11,8%, uma tarifa efetiva de 17%; eletroeletrônicos e comunicações, uma tarifa nominal de 12,2% e uma efetiva que é quase três vezes mais.

Para não falar da indústria automobilística, que já tem a maior tarifa nominal de importação na ordem de 35% e tem mais de 100% de tarifa efetiva e, ainda assim, insiste em pedir subsídios ao Governo supostamente para continuar sobrevivendo. Talvez a indústria automobilística brasileira seja o caso mais particular de uma indústria que se diz infante, mas tem mais de 60 anos e até hoje não aprendeu a andar com suas próprias pernas. É incrível!

O Brasil tem hoje as maiores tarifas nominais de bens intermediários – isso já foi falado.

Vou passar aqui rápido.

O Brasil, evidentemente, como tem as maiores tarifas de bem de capital e bem intermediário do mundo, está entre os menores importadores do mundo, ou seja, das importações mundiais de bem de capital, a participação brasileira é a 27ª posição, com 0,9% das importações mundiais de bens de capital, o que também confronta com o discurso tradicional de que estamos sofrendo uma invasão de bens de capital e de bens intermediários importados. Quando a gente olha para os dados, vê um cenário que é bem diferente do que é dito na prática.

Aqui fizemos uma breve simulação. Se o Brasil quisesse reduzir as suas tarifas de bem intermediário e bem de capital para a média mundial, que é em torno de 4%, qual seria o impacto para a economia?

Então, aqui há toda uma microeconomia por trás, um modelo de equipe geral computável, uma técnica sofisticada, bastante utilizada no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente observou, num cronograma de desgravamento tarifário de quatro anos, em 2030, a gente teria um ganho de PIB da ordem 0,43%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – O que é mais interessante de todo esse processo é que com a abertura de bens de capital e bens de informática e telecomunicações, os chamados BIT e BK, qual seria o setor mais bem beneficiado? O setor mais beneficiado – e não é nenhum espanto – seria a própria indústria. As nossas exportações de manufaturados ganhariam competitividade, o impacto seria da ordem de 6%, as nossas importações subiriam na ordem de 2,31%. Certamente seria o setor mais beneficiado com a abertura de bens de capital e bens de informática, aliás, em consonância com a literatura empírica, a vasta literatura empírica nesse tema, publicada nos melhores *journals* de economia no mundo.

Sobre as barreiras não tarifárias, o Brasil hoje é um País que adota muita barreira não tarifária. Esse aqui é o número de barreiras não tarifárias por código HS6 importado pelo País. O Brasil está próximo da União Europeia. Reclamamos que sofremos muito com as barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias, mas nós somos um dos países que mais impõe barreira técnica sanitária e fitossanitária. O que é curioso. A União Europeia está com 10,4 por código importado, nós temos 10,12; os Estados Unidos têm 6,4.

E o que é mais curioso ainda: a maior incidência de barreira não tarifária está no setor agrícola brasileiro. Temos o setor agrícola que tem vantagem comparativa internacional, é um setor competitivo, mas é o setor, sob a ótica das barreiras regulatórias, mais protegido do Brasil. Evidentemente, isso gera custo, isso gera proteção para o setor.

Essas barreiras não tarifárias estão dentro do Mercosul também. Isso aqui é o equivalente tarifário das chamadas TBTs e SPSs dentro do comércio do Mercosul, basicamente Brasil e Argentina. E a gente nota que o impacto dessas barreiras, o equivalente tarifário, é maior justamente nos produtos agrícolas, onde, como vimos, há maior incidência do Brasil.

A questão do comércio de serviços. Como falei para os senhores, 31% das exportações brasileiras de manufatura correspondem a serviços, 19% é o setor extrativo, 15% a agricultura. Se nós não melhorarmos a nossa competitividade em serviços, dificilmente também nos tornaremos um grande exportador, um País competitivo em setor industrial, que emprega muitos serviços.

Para isso, nós fizemos alguns exercícios, calculamos as barreiras, os equivalentes tarifários, digamos, as barreiras regulatórias de serviços para uma série de setores de serviços, comparando com a América Latina, o Brasil e a OCDE. E fizemos um exercício simples. Agora que há toda essa discussão sobre se o Brasil vai entrar na OCDE ou não, se o Brasil adotasse a mesma regulação, para o comércio de serviços, dos países da OCDE, qual seria o impacto na economia brasileira? E notamos de novo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o setor mais beneficiado seria o setor manufatureiro, com impacto de 2,65% nas exportações; em seguida, o próprio setor de serviços, o agronegócio e por aí vai. Ou seja, o impacto generalizado positivo nas exportações brasileiras, que agregam, como no mundo, muitos serviços nos seus produtos.

Por fim, a questão aduaneira. O Brasil é um País fechado em serviços, o Brasil é um País que tem as tarifas de BIT e BK mais altas do mundo, e o Brasil é um País que agora sim, mas até então, na década de 90 e 2000, deixou a questão portuária um pouco de lado. Portos são fundamentais para integração e cadeias globais de valor; talvez o fator mais importante.

Alguns estudos mostram que um dia de atraso em porto significa 1% a menos de exportação para um país. Um estudo mais recente mostra que um dia de atraso pode significar cerca de 0,6 até 2% do valor da carga transportada. E esse valor é 60% maior em média para os produtos industrializados, os chamados BITs e BKs.

A OCDE estima que o equivalente tarifário dos atrasos portuários pode alcançar até 30% do valor da carga transportada. Ou seja, os números são brutais.

Aqui mostramos o equivalente tarifário dos atrasos portuários no mundo. A gente dividiu o mundo em países de renda alta, média – Brasil tem renda média –, média-baixa e baixa. E a mostramos que de fato as barreiras geralmente são maiores para bens manufaturados. E os países de renda média, média-baixa e baixa propriamente dita são onde há as maiores barreiras. Evidentemente isso explica porque boa parte das cadeias globais de valor envolve países que têm aduanas eficientes, países desenvolvidos e alguns países asiáticos.

E aqui a gente tem o equivalente tarifário das barreiras, dos atrasos brasileiros. O último dado que a gente tem oficial é que há um atraso de 17 dias para importar. Isso significa um imposto adicional de 14,2% nas importações brasileiras. Ou seja, fora tudo que já temos de problema de importação, a gente ainda tem essa questão dos atrasos portuários.

Por fim, queria fazer alguns comentários e finalizo minha apresentação, o meu tempo já se está esgotando.

O Brasil perdeu a grande janela de oportunidade dos últimos 20 anos, quando poderia ter formalizado uma série de acordos comerciais e aumentado a sua inserção. A questão é: o isolamento brasileiro hoje, talvez, cobra um custo muito maior do que no passado, porque continuamos concorrendo com o m*ade in Brazil,* quando hoje se concorre com produtos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – ...que são fabricados no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse atraso tecnológico, esse atraso em competitividade, em produtividade, certamente nos custa mais caro.

A boa notícia. A postura protecionista do governo Trump, ao contrário do senso comum – e aí eu digo a minha opinião –, pode trazer boas oportunidades para a economia brasileira no sentido de tentar aumentar a sua inserção via acordos, no momento em que pode aumentar o apetite, pode despertar novamente o apetite de outras regiões e países que são dependentes do comércio com os Estados Unidos. Esse é o caso, por exemplo, da própria União Europeia, onde estamos no momento discutindo a finalização do acordo. Esse é o caso do acordo que estamos tentando finalizar com o México; esse é o caso da aproximação que estamos fazendo com Canadá, Coreia do Sul e Japão. Ou seja, as oportunidades certamente estão aí e a gente deve aproveitá-las ao máximo.

A aproximação com a Aliança do Pacífico é relevante, nós temos feito essa aproximação. E eu falo especificamente do Governo atual, que foi, digamos, uma guinada na política comercial brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – Isso vai ser mais interessante ainda se a gente conseguir fazer uma harmonização regulatória com esses países da Aliança do Pacífico visando eventualmente a um ingresso futuro no TPP-11, onde esses países da Aliança já são signatários.

Mas é importante ter em mente o seguinte: um acordo de comércio leva muito tempo. O desgravamento tarifário no acordo de comércio pode levar de 10 a 15 anos. E a pergunta de um milhão de dólares é: quanto tempo a nossa indústria vai sobreviver esperando o seu chamado ganho de produtividade pela rota de acordos comerciais? Eu absolutamente sou contra. Não sou contra a questão dos acordos comerciais, sou superfavorável, mas acho que medidas em paralelo certamente terão de ser feitas.

A questão do Mercosul. Se o Mercosul não mudar a sua estrutura tarifária, que ainda tem uma escalada muito grande, bens BIT e BK muito tarifados, com comércio intrabloco, que não tem livre comércio no principal produto que é o setor automotivo, dificilmente vai se integrar em cadeias globais.

Um comentário final. O Mercosul é um caso bizarro, porque o Mercosul na verdade não é uma união aduaneira propriamente dita. O Mercosul é uma área de livre comércio que resolveu adotar uma TEC, essa é a grande verdade, porque uma união aduaneira propriamente dita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – ...tem uma TEC como tem o Mercosul, mas não existem regras de origem como existem no Mercosul. O comércio é livre. Entrou no bloco, o comércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é livre. O Mercosul é um caso bizarro de uma união chamada, entre aspas, "aduaneira", que continua com as regras de origem da ordem de 50% a 60% dos produtos, o que é uma anomalia.

Então, talvez seja o caso, já que não somos de fato uma união aduaneira, temos regra de origem, de voltarmos ao modelo de acordo de uma zona de livre comércio. Por que não?

A questão portuária. O Brasil já vem tomando medidas interessantes nessa área. A questão do portal único é interessante; a questão do operador econômico autorizado, ora em implantação, são medidas corretas que vão na linha do chamado Acordo sobre Facilitação de Comércio, que foi aprovado em Bali, em 2013, de que o Brasil é signatário e está tomando medidas concretas nessa área. Isso é importante.

Mas outro ponto que também é importante focar, na questão portuária especificamente – e aqui eu estou finalizando –, é a questão do frete. O frete no Brasil é muito caro. Das empresas marítimas, que fazem o comércio marítimo brasileiro, o que é interessante dizer, 95% são multinacionais. Apenas 5% são empresas nacionais. E a pergunta que não quer calar é a seguinte: Por que temos hoje um imposto, chamado adicional de frete da marinha mercante, que embute 25% em cima do frete cobrado dos importadores brasileiros, supostamente para financiar uma indústria naval, sendo que 95% do nosso comércio são empresas internacionais?

Eu não sou, em princípio, contra nenhum tipo de medida, mas acho, como economista e como acadêmico, que no mínimo deve ser analisado o custo-benefício desse tipo de imposto pela sociedade.

Estamos falando da indústria 4.0. O mundo hoje está avançando nessa linha. O Brasil hoje tem um quadro industrial que, basicamente, está ainda na segunda revolução. Recentemente, o BNDS lançou um programa, chamado Internet das Coisas, que ignora a questão das importações. O Brasil quer desenvolver tecnologia de ponta, indústria 4.0, entre outras coisas, com tecnologia 100% nacional. É um outro tiro no pé.

E aí a minha pergunta final é a seguinte. Por que não aderimos ao acordo chamado ITA, que é o *Information Technology Agreement*, que envolve mais de 90% do comércio mundial de bens de informática e bens de capital e é um plurilateral; e o Brasil insiste em ficar fora desse acordo, está certo? E qual é a explicação provavelmente do negociador brasileiro? Ele vai dizer: Não, eu não preciso entrar nesse acordo, porque afinal de contas eu exporto com tarifa zero e eu posso importar impondo tarifas e protegendo o meu mercado. Novamente a lógica de que exportar é bom e importar é péssimo. E com isso nossa defasagem permanece.

Um outro ponto fundamental, e um último ponto, é que para avançarmos na questão da indústria 4,0, além de bens de informática e bens de capital, precisaremos de serviços de alto valor agregado, para, digamos assim, impulsionar a nossa indústria. Por que não aderirmos ao *Trade in*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Services Agreement, ao TiSA, que está sendo negociado, ainda não foi implementado, talvez seja uma hora em que o Governo brasileiro possa entrar nessa negociação e eventualmente adequar a negociação de alguma forma ao seu próprio benefício... Por que não? E é um acordo que abarca aí 70% do comércio mundial de serviços, do qual também estamos fora. Ou seja, o Brasil permanece isolado, com essas barreiras que eu citei, e o resultado não pode ser outro: uma baixa produtividade, um isolamento das cadeias globais. E a pergunta que fica é até quanto tempo resistiremos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Dr. Lucas Pedreira do Couto Ferraz.

Antes de devolver a palavra aos nossos palestrantes para as considerações finais, eu gostaria de agradecer a presença, aqui nesta Comissão, do Embaixador de Angola, Sr. Nelson Manuel Cosme; do Embaixador de Luxemburgo, Sr. Carlo Krieger; da Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares; do Subdiretor de Contabilidade da Aeronáutica, Brigadeiro Marcos Aurélio Pereira Silva; do Conselheiro da Embaixada da Belarus, Sr. Aleksandr Shkatulov; do Conselheiro da Embaixada do Reino do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; e do Segundo Secretário da Embaixada da República Árabe do Egito, Sr. Omar Elrifai.

Eu vou fazer duas perguntas, antes de passar a palavra, inicialmente, para o Doutor José Tavares de Araújo Júnior. Em que medida as estruturas burocráticas de Governo têm consciência desse cenário de protecionismo comercial brasileiro e o que tem sido feito para reverter esse quadro? Segunda. Quais os fatores principais para a melhoria da produtividade do trabalhador brasileiro e como o Governo, a sociedade civil organizada e os agentes econômicos podem contribuir para esse objetivo?

Eu não sei, poderia um responder uma pergunta e o outro responder outra?

Eu devolvo depois para o Doutor Lucas também.

Então passo a palavra ao Dr. José

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Eu vou tentar responder primeiro as perguntas, mas antes, eu queria cumprimentar o Lucas pela sua competente e tão abrangente apresentação. E queria fazer um comentário.

Por coincidência, eu iria terminar também falando sobre portos, mas não sei se você viu, na semana passada, saiu um artigo meu no *O Globo* abordando isso, que é retirado de um texto que eu tinha escrito no ano passado. Mas eu queria fazer um comentário, porque há muitos anos, aliás desde o tempo em que o Brasil era mais fechado do que é hoje, antes da reforma comercial do Collor, eu sempre me perguntava por que o Brasil é assim? E depois... Eu venho com essa preocupação desde a década de 80.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, eu comecei a perceber que enquanto o resto do mundo e dos países mais diversos, quer dizer, dos países asiáticos, dos países latino-americanos olhavam para certos aspectos da integração europeia, a impressão que se tinha era que os demais países do mundo eram empurrados para a integração internacional; e nós éramos empurrados para dentro.

Eu venho me perguntando sobre isso há muito tempo. As respostas vão todas em pontos que o Lucas mencionou diversas vezes, ao longo da sua passagem. De um lado tem a ver... Quer dizer, tem a ver também com... Tem muito a ver com ideologia, mas tem a ver também com interesses, porque todos esses custos que o Lucas escreveu tão bem, beneficiam alguns segmentos da economia brasileira.

E o pior é que esses segmentos têm uma força muito grande, haja vista a reação, eu diria quase que histérica, que certos segmentos empresariais tiveram, nos últimos meses, a essa tímida iniciativa do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, de promover o debate sobre a abertura. Veja, por exemplo, o artigo de segunda-feira passada do Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Eu sempre me perguntei de onde surge a nossa diferença. Surge de vários lados, mas tem a ver com um processo que o Lucas descreveu muito bem: a característica fundamental dos padrões de comércio contemporâneo, a questão da fragmentação dos processos produtivos, que vêm ocorrendo ao longo dos últimos 30 anos e se aceleraram na última década, em meio à formação das cadeias globais de valor. Os fatores que estão por trás disso são a revolução da tecnologia de informações, a redução dos custos de transação e de transporte. E depois, no finzinho, ele falou dos portos.

Aí eu quero fazer um *link*. Existe uma literatura chamada de o renascimento dos portos, que é sobre as reformas portuárias que ocorreram, no mundo inteiro, durante esse processo. O que tornou possível esse processo, que o Lucas descreveu tão bem, de formação das cadeias globais de valor foi que os portos passaram a ser muitas, mas muitas vezes mais produtivos e eficientes do que eram há alguns poucos anos. Algumas coisas foram favorecidas pela tecnologia, revolução dos *containers* etc e tal, mas o fator fundamental se resumiu numa coisa muito simples que se chama governança corporativa da autoridade portuária.

Como eu falei, existe uma literatura enorme. Alguns daqueles textos que o Lucas mencionou citam essa literatura. Aliás, são inspirados nessa literatura, que mostra basicamente o seguinte: desde o primeiro ciclo de globalização da economia mundial, no século XIX, formou-se, em vários países, uma aliança perversa entre portos e interesses políticos locais. Há um filme genial do Elia Kazan, que eu usei no meu artigo no *O Globo, d*a semana passada, que se chama On the Waterfront, que no Brasil tem o título Sindicato de Ladrões, que pode ser um título bem apropriado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante mais de um século, de meados do século XIX ao final do século XX, havia uma aliança perversa entre portos e interesses políticos locais. Por quê? Porque a atividade portuária é uma atividade incrivelmente rentável e, até muito recentemente, com um grau de transparência próximo de zero. Então, a possibilidade de você – como hoje em dia se chama – gerar rendas não contabilizadas na atividade portuária sempre foi monumental. Essa aliança perversa funcionou em vários países e está documentada na literatura.

Então, em diversos países – esses diversos países vão da China aos países europeus – processou-se uma reforma chamada de reforma portuária, cujo foco... Tem vários componentes, mas tem um foco central: transformar os princípios de governança corporativa da autoridade portuária, que no caso do Brasil são as nossas Companhias Docas. Essa autoridade portuária não importa que seja pública ou privada.

Na Europa, a maioria dos portos são públicos. Na Inglaterra, eles são privados, na Austrália, também são privados. Na China, são empresas de economia mista. Mas o traço comum entre todas essas reformas dos diferentes países foi a transformação da autoridade portuária numa empresa que pode ser pública ou privada, mas com estatutos conforme os princípios contemporâneos de governança corporativa, que envolvem – primeiro ponto – blindar as influências políticas espúrias sobre a atividade do porto. Político não manda em porto.

Diretor de autoridade portuária é nomeado de acordo com os critérios que vigoram, no mundo inteiro, nas grandes empresas contemporâneas. Os princípios de gestão são esses da transparência etc e tal.

Não há nenhum mistério nisso. O que aconteceu no mundo inteiro foi que essas reformas foram simultâneas. Uma característica importante de todas essas reformas foi que de país a país, do México à China, a Coreia do Sul, os diversos países da Europa, a Espanha, Portugal etc, faz-se a reforma num ano e a partir do ano seguinte, os padrões de desempenho do porto já mudam radicalmente. Em cinco anos depois, o ambiente portuário do país é outro.

O fator central é esse que eu falei. E por que isso é assim? É exatamente a contrapartida daquilo que eu estava falando. No momento em que a autoridade portuária passa a ser gerida pelos instrumentos contemporâneos de governança corporativa, ela é uma empresa que tem uma atividade extremamente rentável; e o negócio dela é promover o crescimento de importação e de exportação, é atrair negócios do resto do mundo, é cuidar do meio ambiente e do porto, porque isso afeta a imagem da empresa.

Se há algum problema de infraestrutura ou de logística perto do porto, se ela não conseguir resolver através de alguma parceria com outras empresas privadas, vai ao governo e pressiona dizendo: "olha, vocês precisam melhorar essa ferrovia ou essa rodovia, ou esse problema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

congestionamento da área do porto". A empresa portuária passa a ser um agente que vai pressionar a solução dos problemas de infraestrutura e meio ambiente daquela região, não porque eles sejam bons, mas porque interessa para eles ganhar dinheiro.

Isso aconteceu no mundo inteiro, menos no Brasil, onde falamos muito de reforma portuária. O Lucas mencionou alguma coisa recente, mas se olharmos da lei dos portos, lá de 1993, até agora, é um processo de idas e vindas em que toda discussão está em critérios de licitação de terminais.

Na década passada, sobretudo durante a era Dilma, nós tivemos aquela discussão ridícula de terminais portuários de uso privativo, sobre se podia transitar cargas próprias ou cargas de terceiros. Essa foi uma discussão que só existiu no Brasil.

Enquanto nós ficamos nessa discussão de concessão dos terminais portuários... Agora estamos nessa discussão que aparece na imprensa, todos os dias, sobre se vai renovar, como vai renovar, se vai licitar, se não vai licitar. A discussão sobre a governança corporativa das Companhias Docas está inteiramente intocada. Quer dizer, não se fez nada em relação às companhias de docas. Existem alguns trabalhos que mostram o desastre que é a gestão dessas empresas.

Então, um fator fundamental para que o Brasil avance na direção daquilo que o Lucas descreveu tão bem e que eu fico emocionado ao ouvir, reside nessa medida, que eu diria que é uma medida simples. O próximo Governo, ao tomar posse, faz uma reforma portuária que é muito simples. É só entrar na internet e pegar o Estatuto de qualquer um dos grandes portos, de Rotterdam a Xangai, e aplicar nos nossos portos. O que vai vigorar no Brasil é o que vigora em matéria...

Vamos ter, a partir daí, uma porção de problema para resolver. O Lucas mencionou alguns, mas passaremos a ter um agente que vai atuar em favor da integração internacional, porque a integração internacional gera dinheiro para essas empresas, que não vão mais precisar dividir dinheiro com os políticos. O dinheiro vai para elas, prestando contas à sociedade.

Isso é o que aconteceu no resto do mundo. A meu ver, esse é um tema que mereceria estar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – ...nos debates da próxima campanha.

Respondendo rapidamente ao Senador, à sua primeira pergunta, eu diria que há um segmento do nosso Governo, de diversos órgãos do Governo, que vai do Ipea ao Ministério da Fazenda e a outros órgãos, onde há uma consciência perfeita da necessidade de se fazer essa reforma. Inúmeros estudos já foram feitos sobre os ganhos do Brasil. Recentemente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e este ano também o Banco Mundial lançaram outro estudo mostrando os ganhos para o crescimento, para o emprego, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, não obstante isso, cada vez que esse debate é aventado, rapidamente surge uma reação, como eu disse, quase que histérica de alguns setores industriais que ganham com esse quadro. Como eu disse, esse quadro é ruim para o País, é ruim para a população brasileira, é ruim para a economia, mas é muito bom para alguns grupos. Essa questão precisa ser enfrentada.

Há um mistério para mim, porque quando eu olho para a nossa indústria, existem inúmeros segmentos dela – e aqui estou falando do setor industrial; não estou falando do agronegócio, em que o Brasil é muito competitivo, em que o setor é sofisticado, em que o Brasil sempre terá um desempenho –, existem diversos segmentos da nossa indústria que são altamente competitivos.

Peguem-se, por exemplo, todo o segmento do entorno da indústria aeroespacial, algum segmento, falando de bens de capital. Nós temos algumas empresas de bens de capital, como a WEG, a Embraco, que não dependem... São empresas competitivas internacionalmente. Nós temos um segmento da indústria de artefatos de borracha, papel e celulose.

Se nós formos pegando esses segmentos que não precisam desse aparato e que seriam altamente beneficiados com a reforma tarifária, eles ficam calados. Eu nunca vi...Quer dizer, fora recentemente, nesse debate do ano passado sobre a medida *antidumping* sobre aço, em que houve algum debate, a nossa indústria é muito tímida.

Ou seja, a nossa indústria não precisa disso. Ela é muito tímida em reagir a essas medidas protecionistas, enquanto aqueles que são beneficiados têm uma voz que é muito forte e um grande apoio de um segmento da nossa intelectualidade.

Esse conceito fantástico que só existe no Brasil e que o Lucas lembrou, que é o conceito de adensamento de cadeias produtivas, ou seja, a busca da autarquia na direção contrária de para onde vai o mundo, foi inventado na Universidade de Campinas. Está publicado. Não estou aqui ofendendo ninguém. Está registrado. Há uma literatura enorme. Depois se passou a chamar de novo desenvolvimentismo, etc, que é uma ode ao fechamento da economia. Então, esses são alguns dos obstáculos que eu vejo, pelo menos.

Muito obrigado.

Não sei se respondi integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nós que agradecemos.

Passamos a palavra ao Dr. Lucas, a quem vou fazer mais duas perguntinhas, associadas aqui à segunda que eu havia feito: quais os fatores principais para a melhoria da produtividade do trabalhador brasileiro e como o Governo, a sociedade civil organizada e os agentes econômicos podem contribuir para esse objetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui temos mais duas perguntas dos telespectadores, dos internautas.

A do Bruno Garcia, de São Paulo: "Deveríamos ter paridade de poder de compra do salário, que é desvalorizado em comparação com o da Argentina? O trabalhador de lá ganha o dobro do que no Brasil." Até eu fiquei curioso agora para ouvir a resposta dessa pergunta, porque eu não sabia dessa disparidade tão grande.

A segunda é da Franciena Lopes, do Ceará: "O Brasil se insere no mercado financeiro de acordo com o Governo Temer, que é incapaz de retornar ao otimismo, à simplicidade e à transparência do governo anterior."

Acho que o governo anterior terminou muito mal. Mas não cabe a mim aqui responder a essa pergunta. O mercado econômico está com um pouco mais de otimismo neste momento, este ano, do que no final do Governo passado.

Com a palavra o Dr. Lucas.

O SR. LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ – Bom, começando pelas perguntas do Senador, eu estou de acordo com a fala do Prof. José Tavares. Eu acrescentaria alguns pontos ao que foi falado.

Eu acho que aqui no Brasil a gente tem pouca cultura de análise de dados. Isso a gente observa participando dos debates, esse sistema de comércio agora voltou à tona, então, eu tenho tido uma participação relativamente forte nesse debate e eu tenho percebido isso. Quer dizer que a gente vem com os números, mostra os números para as pessoas. Eu costumo dizer que eu sou um professor. Então, eu não sou pago para emitir opiniões pessoais, eu sou pago para fazer estudos e mostrar o que os dados dizem.

Mas, mesmo nessa linha, a gente observa que existe uma certa falta de cultura, talvez uma descrença com os dados que a gente mostra, muitas vezes até questionando a fonte do dado. "Ah, esse dado é um dado do Banco Mundial, esse dado é um dado da OCDE. Esses caras não entendem tanto da economia brasileira como nós entendemos." Isso, evidentemente, é um argumento retórico, enfim.

Mas tem um outro ponto que talvez seja mais importante e que talvez explique por que se analisam pouco os dados de comércio nas tomadas de decisão. Isso tem a ver com o formato do nosso processo decisório. A gente tem, hoje, um processo decisório de política comercial que é muito sensível a grupos de interesse. Talvez o exemplo mais óbvio disso, nos últimos dias, como mencionou o Prof. José Tavares, tenha sido a questão do estudo da Seae, do estudo do Ministério da Fazenda relativo à abertura de BIT e BK. Então, toda uma celeuma foi criada em cima disso.

Rapidamente os arautos protetores da economia brasileira e do bem-estar social já saíram em defesa da indústria brasileira, como se nós quiséssemos aqui – eu defendo particularmente essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda também – acabar com a indústria brasileira, quando, na verdade, o intuito é totalmente ao contrário. A gente parte do princípio de que a indústria brasileira, para sobreviver, se desenvolver e ser uma indústria internacional, precisa abrir a sua economia – a gente precisa abrir a nossa economia. Mas esse processo é muito captado.

Outro exemplo também, anedótico, foi a discussão do *antidumping*, que também está relacionado ao processo decisório. A gente tem, hoje, um departamento no Ministério da Indústria e Comércio que é o Decom, que faz os estudos de *antidumping* para a economia brasileira, e esses estudos, de alguma forma, são feitos no Decom, talvez, sem muita transparência, quer dizer, a sociedade não tem acesso ao estudo, a como foi feito, e, talvez, mais importante até do que isso, seja o seu impacto na economia como um todo.

Eu faço um paralelo aqui com o que ocorre, por exemplo, no processo decisório de *antidumping* nos Estados Unidos, onde há uma agência que estuda a questão do *antidumping* com seus critérios estabelecidos no acordo de *antidumping* na OMC, e há outro organismo que faz um estudo, chamado Estudo de Impacto em Equilíbrio Geral – esse é o termo técnico. Basicamente, o que ele tenta mostrar é que, eventualmente, aquela proteção *antidumping* pode ser benéfica para aquele setor – pode dar um alívio para aquele setor –, mas ela, como um todo, pode ser prejudicial para a economia, principalmente para aqueles setores a jusante da cadeia que utilizam aquele insumo – no caso de um insumo industrial – no seu processo produtivo. Então, o resultado pode ser pior para a economia como um todo, mas, para aquele setor que pediu proteção, ser benéfico.

Então, quando novamente a Fazenda tentou trazer esse debate – "vamos tentar dar um pouco mais de transparência a esse processo; vamos tentar fazer uma análise mais sistêmica disso" –, o pessoal também já foi dizendo: "Não, eles querem acabar com o *antidumping*; não pode, etc.", ou seja, um exagero.

Bom, dito isso, ressalto que, em relação à segunda pergunta, que é sobre as medidas para aumentar a produtividade do trabalho no Brasil, a agenda é enorme. Isso passa pela melhoria na educação; isso passa pela melhoria na nossa infraestrutura; isso passa por uma boa reforma tributária – nenhum de nós discorda da sua necessidade. Mas é importante frisar um ponto central: não podemos incorrer no erro de acreditar que só podemos fazer a nossa abertura comercial quando estivermos totalmente preparados, ou seja, quando estivermos com todas essas reformas em dia – usando um linguajar um pouco mais coloquial, quando estivermos nas condições normais de temperatura e pressão. Não houve precedente na história – e não há – de nenhum país que resolveu todos os seus problemas internos e só então resolveu abrir a sua economia. Na verdade, o que a gente observa é exatamente o contrário: o processo de abertura em si é um grande impulsionador de outras reformas, em particular as reformas que eu acabei de mencionar.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Agradeço, mais uma vez, a participação das Srªs e dos Srs. Senadores, das autoridades aqui presentes e, especialmente, dos nossos conferencistas: o Prof, José Tavares de Araújo Júnior, Doutor em Economia pela Universidade de Londres e Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes); e o Prof. Lucas Pedreira do Couto Ferraz, Doutor em Economia e Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FVG).

Informo que o 6º painel ocorrerá no dia 21 de maio, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o tema Oriente Médio: Conflitos Internos (Israel x Palestina) e terrorismo.

Para expor e debater o tema, teremos como convidados: o Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; e o Professor do Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade do Rio de Janeiro, Fernando Brancoli, Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - Unesp.

Convocação para a próxima reunião.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 10 de maio de 2018, quinta-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Agradecendo, mais uma vez, a todos pela presença e pela audiência, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 18 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia dez de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil- República Popular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Democrática da Coreia" **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator o Senhor Senador Pedro Chaves, é aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18 de 2018** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução nº 18, de 2018, que "institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia", para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19 de 2018** que: "Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência na forma de participação no FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL, a ser realizado em Campo Grande - MS, em data a ser definida com a organização do evento, com a finalidade de debater o tema da Segurança Pública nas Fronteiras." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa, da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expediente: inclusão de item extrapauta.

Encontra-se sobre a mesa o Projeto de Resolução nº 18, de 2018, que visa a criar no âmbito do Congresso Nacional um Grupo Parlamentar de Amizade entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coreia.

Em nossa visita, juntamente com S. Exª o Senador Pedro Chaves, à Assembleia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia, reiteramos a intenção de criar o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-RPDC, destacando a disposição do fortalecimento das relações bilaterais entre os dois países, sobretudo pelo momento histórico que vive hoje a Península Coreana. Assim, dando celeridade à aprovação deste presente Projeto de Resolução e nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 07, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para a inclusão na Pauta da presente Reunião do Projeto de Resolução nº 18, de 2018, que "institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia".

Comunicados.

Missão oficial à Coreia do Norte.

No contexto do histórico encontro de cúpula, no dia 27 de abril, entre os líderes máximos da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, Kim Jong Un e Moon Jae In, respectivamente, participei, junto com S. Exª o Senador Pedro Chaves, de missão oficial do Senado Federal àquele país. Nessa oportunidade, foi adotada a “Declaração de Panmunjom para a Paz, a Prosperidade e a Unificação da Península Coreana”, que estabeleceu compromissos considerados pelo governo brasileiro como – abro aspas – "fundamentais para a normalização das relações intercoreanas e para a construção definitiva da paz na região" – fecho aspas. A íntegra desse documento, cuja leitura recomendo, com tradução para o português, será dada como lida pela Secretaria deste Colegiado, sendo parte integrante deste relatório.

Na maioria dos encontros, houve referências positivas por parte das autoridades da República Popular Democrática da Coreia à atuação diplomática brasileira, único país das Américas a contar com embaixada tanto na República Popular Democrática da Coreia, quanto na República da Coreia.

Quero cumprimentar aqui S. Exª o Senador Pedro Chaves, que nos acompanhou nessa viagem. Compusemos juntos essa delegação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabo de iniciar a leitura, dando conta do resultado do nosso trabalho lá, Senador Pedro Chaves.

Saudou-se a escolha do momento para a visita dos parlamentares brasileiros, durante a cimeira entre os mandatários norte e sul-coreanos, que pressagia resultados auspiciosos para a península. Instou-se o lado brasileiro a intensificar sua atuação diplomática em Pyongyang, de maneira a contribuir para a reconciliação intercoreana e a paz na região.

Na reunião com o integrante da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Popular Suprema e Vice-Presidente do Comitê Central da Federação Geral dos Sindicatos do Comércio da Coreia do Norte, Kim Tong Son, acordou-se estreitar os laços entre o Brasil e aquele país em diversos níveis, com, por exemplo, a criação de grupos parlamentares de amizade nos legislativos de ambos os países e o intercâmbio de visitas de representantes sindicais.

O Vice-Presidente da Assembleia Popular Suprema e Presidente da Comissão Central do Sindicato da Literatura e das Artes da Coreia do Norte – que é um órgão de extrema relevância naquele país –, o Sr. An Dong Chun, repassou-nos as medidas que o Supremo Líder Kim Jong Un tem adotado tanto no plano doméstico (após declarar exitosa a estratégia de desenvolvimento simultâneo da economia e do programa nuclear, proclamou a decisão de concentrar todos os esforços no progresso econômico da nação), quanto no internacional (com a declaração de Ano Novo de que implementaria diretrizes em prol da reaproximação intercoreana por meio de negociações diretas, o que veio a concretizar-se com a cimeira de Panmunjom, em 27 de abril). Também enfatizou a importância que seu país atribui às relações com o Brasil, assim como a esperança de que a visita da delegação do Senado Federal contribua para o fortalecimento dos laços bilaterais, nomeadamente por meio da superação das dificuldades decorrentes da aplicação das sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No encontro com o Vice-Primeiro-Ministro da República Popular Democrática da Coreia, Ro Du Chol, foram passadas em revista as principais decisões da reunião de cúpula em Panmunjom, ocorrida na véspera, como as relativas às reuniões das famílias separadas pelo conflito de 1950-53; aos encontros militares de alto nível; à cessação das provocações na Zona Desmilitarizada; e à disposição de finalmente assinar acordo de paz – hoje eles vivem com a assinatura de armistício e estão agora trabalhando firmemente para a assinatura de um acordo de paz. O Vice-Primeiro-Ministro frisou ser oportunidade real de alcançar paz real e duradoura na península – o "real" aqui ficou citado duas vezes.

O Presidente da Comissão Permanente da Assembleia Popular Suprema da República Popular Democrática da Coreia, Kim Yong Nam, também nos apresentou sua análise, na condição de Chefe de Estado, sobre a memorável cimeira. Às considerações que já nos haviam sido antecipadas nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontros anteriores, acrescentou acreditar que se abria novo e positivo capítulo nas relações intercoreanas, cujo êxito final dependeria do apoio de países amigos como o Brasil.

Após qualificar como contraproducentes as sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que serviriam somente para acentuar a perseverança e a independência do povo norte-coreano, elogiou a iniciativa de diplomacia parlamentar do Senado Federal, relevante mecanismo para que os tomadores de decisão brasileiros possam conhecer a verdadeira realidade da Coreia do Norte, com os desafios impostos pelo isolamento internacional e os avanços logrados em diversas áreas, como a científica, a tecnológica, a educacional e a esportiva.

Ao agradecer-nos pela disposição em contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais, formulou ele convite para que participemos, em maio de 2019, no Azerbaijão, da conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados, assim como para que retornemos a Pyongyang no futuro próximo para verificar os resultados práticos da implementação das medidas previstas na Declaração de Panmunjom.

O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia, Ho Yong Bok, realizou, durante nosso encontro, balanço, da perspectiva norte-coreana, da visita da delegação do Senado Federal. Sublinhou que a missão foi exitosa e que o Brasil permanece como prioridade para a liderança da Coreia do Norte. Transmitiu o interesse do Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país de visitar o Brasil, caso seja convidado. Assegurei-lhe que trabalharíamos, junto ao Executivo brasileiro, para que o referido convite possa ser formulado pelos canais diplomáticos competentes e que a visita possa ser concretizada o quanto antes. Também lhe reiteramos a intenção de criar, até o final de maio corrente, o grupo parlamentar de amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia, destacando a disposição de que seus integrantes possam ir à Coreia em 15 de agosto próximo, para presenciar a histórica reunião das famílias coreanas separadas pelo conflito de 1950-1953, conforme previsto na Declaração de Panmunjom.

Em todos os nossos contatos com as lideranças norte-coreanas, reiteramos o tradicional papel do Brasil como promotor da paz e defensor do Direito Internacional e da solução pacífica das controvérsias. Destacamos a disciplina, o esforço e o patriotismo do povo norte-coreano, que constituem bases sólidas para o desenvolvimento da nação, sob a orientação do Supremo Líder Kim Jong Un. Ressaltamos que, graças à sua sabedoria, a Coreia do Norte tem tomado passos concretos em direção à paz e à conciliação intercoreana, de que havia sido exemplo a participação conjunta das duas Coreias na cerimônia de abertura das Olimpíadas de Inverno de Pyeongchang, bem como a conformação de uma equipe unificada de hóquei no gelo feminino para aquela competição – a Coreia do Norte e a Coreia do Sul uniram-se neste grupo das jogadoras de hóquei feminino e participaram sob uma mesma bandeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, felicitamos nossos interlocutores pela histórica realização do encontro de cúpula entre os líderes Kim Jong Un e Moon Jae In, no dia 27 de abril, durante a estada da delegação brasileira naquele país. Graças à sabedoria dos dois mandatários, eles puderam estabelecer diálogo direto, sem a interferência de terceiros, em prol da paz, da prosperidade e da reconciliação na península.

Com vistas a intensificar as relações com o Brasil e a contribuir com as iniciativas de paz na região, comprometemo-nos a, no nosso retorno ao País, trabalhar de maneira enfática para avançar na seguinte "agenda de 6 pontos":

(1) estabelecimento de grupo parlamentar de amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia no Congresso Nacional, a ser composto por Senadores e Deputados Federais; em contrapartida, a Assembleia Popular Suprema também deverá estabelecer grupo parlamentar de amizade com o Brasil, o que permitirá a maior cooperação parlamentar entre os dois países, inclusive via intercâmbio de visitas entre seus congressistas;

(2) aceleração da apreciação, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, do Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coréia;

(3) recomposição da lotação das embaixadas da Coreia do Norte em Brasília e do Brasil em Pyongyang, com a nomeação, pelo Brasil, de embaixador extraordinário e plenipotenciário junto ao governo norte-coreano.

Hoje nós temos a presença de um encarregado de negócios, que é o Ministro Cleiton, que vem realizando um trabalho extraordinário, mesmo com a falta de condições, decorrente da leitura muito rigorosa das sanções aplicadas pelas Nações Unidas. Para que os senhores tenham uma ideia, num momento histórico como este, na Embaixada do Brasil em Pyongyang, temos somente a presença de um encarregado de negócios, acompanhado da sua esposa, que é uma senhora jovem, com um filho de dois anos de idade, e com cinco ou seis funcionários norte-coreanos. É essa a representação do Brasil hoje em Pyongyang. E, naturalmente, o Brasil, no nosso entender, não pode perder essa oportunidade única de participar deste momento histórico que terá repercussão planetária, graças às iniciativas tomadas pelo líder Kim Jong Un, da República Popular Democrática da Coreia.

(4) concessão de visto de estudante para que cidadão norte-coreano possa viajar ao Brasil para frequentar curso de língua portuguesa, fomentando, dessa maneira, a formação de quadros qualificados na República Popular Democrática da Coreia capazes de contribuir para o estreitamento dos laços bilaterais;

(5) Convite oficial, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, ao ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia para, numa visita ao Brasil, relatar e trocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações sobre os grandes avanços alcançados pelo governo daquele país no seu retorno ao convívio internacional.

As questões estão avançando com uma rapidez nunca vista na busca do acordo de paz na península coreana, e essas informações seriam muito importantes, caso trazidas de viva voz pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, para colocar as autoridades brasileiras a par de todos os acontecimentos que vêm causando tantas esperanças, fazendo renascer tantas esperanças na construção da paz naquela região do globo.

(6) Como contribuição pessoal de S. Exª o senador Pedro Chaves, doação, pelas vias diplomáticas, de livros sobre o Brasil para instituições de ensino da RPDC, como a Divisão de Língua Portuguesa, do Instituto de Línguas Estrangeiras de Pyongyang, e o Palácio das Crianças de Mangyongdae, de modo a estimular o conhecimento sobre o País e a aprendizagem da língua portuguesa.

Acompanha esse relatório, como disse inicialmente, a Carta de Panmunjom. Sugiro a leitura atenta desse documento, que é histórico.

Ainda em relação à Coreia do Norte e aos eventos extremamente positivos que vêm se sucedendo, e como parte das preparações para o encontro histórico entre o presidente dos Estados Unidos e o líder norte-coreano Kim Jong Un – encontro este proposto, aliás, pela iniciativa do líder norte-coreano Kim Jong Un –, o secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, fez uma visita oficial esta semana a Pyongyang, e na ocasião a Coreia do Norte libertou três cidadãos dos Estados Unidos presos no país – um era professor de uma universidade em Pyongyang e dois outros missionários. Esses missionários são tidos pelo governo norte-coreano como uma espécie de... Essa coisa dos anos 60, de espionagem. Eles foram detidos em função de suspeitas de que estariam participando de atitudes contrárias aos interesses nacionais e soberanos da Coreia do Norte.

A visita do secretário Pompeo teve o objetivo de discutir detalhes do encontro histórico entre os líderes dos dois países. De acordo com jornalistas que acompanharam a visita oficial, o secretário de Estado norte-americano prometeu a autoridades norte-coreanas vínculos mais próximos e um futuro melhor para o país.

Um dos vice-líderes do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte, Kim Yong-chol, disse a Pompeo que a decisão da Coreia do Norte de negociar com os Estados Unidos não foi resultado das sanções impostas ao país. Kim Yong-chol também afirmou que a Coreia do Norte é favorável à desnuclearização na península, mas apenas se Washington abandonar o que os norte-coreanos chamam de "políticas hostis" e garantir a segurança do regime.

Após a visita de Pompeo, o presidente norte-americano anunciou que o encontro já tem data e local definidos, e prometeu que essas informações serão divulgadas dentro de três dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un, quer estabelecer ligações aéreas com a Coreia do Sul. Nesse sentido, a Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO, na sigla em inglês), anunciou nesta segunda que o regime norte-coreano enviou uma solicitação para operar uma rota entre Pyongyang e Seul.

Como visto, nos últimos 15 dias as coisas evoluíram rapidamente e de forma muito positiva.

Segundo comunicado: Acordo Nuclear com o Irã.

O presidente dos Estados Unidos anunciou nesta terça-feira a saída de seu país do Plano de Ação Conjunto Global, popularmente conhecido como o Acordo Nuclear com o Irã. Assinado em 2015, o acordo foi firmado entre seis países, a União Europeia e o Irã, com o objetivo de impor limites ao Programa Nuclear daquele país, em troca do abrandamento de sanções econômicas impostas ao Irã.

Em um anúncio curto feito na Casa Branca, o presidente usou linguagem contundente para condenar o acordo assinado por seu antecessor. Segundo o líder norte-americano, o acordo "nunca deveria ter sido feito" e, para ele, ficou claro que é impossível impedir o Irã de produzir armas nucleares sob a estrutura do atual acordo que, em suas palavras, é "decadente e podre".

O presidente dos Estados Unidos critica o acordo por não restringir os testes balísticos e as "atividades desestabilizadoras" – palavras dele – do Irã no Oriente Médio, onde o país é acusado de financiar organizações terroristas. O presidente também afirmou que irá trabalhar para chegar a um acordo "verdadeiro, abrangente e duradouro" que trate de todas essas questões.

A decisão dos Estados Unidos foi anunciada apenas quatro dias antes da data limite para a renovação do Acordo, prevista para o próximo dia 12 de maio – ou seja, depois de amanhã –, e foi acompanhada do anúncio do restabelecimento das sanções econômicas contra o Irã. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos esclareceu que as sanções não serão implementadas imediatamente, mas, sim, em um prazo de 90 a 180 dias, para permitir que empresas norte-americanas encerrem contratos em vigor atualmente.

Nas últimas semanas, durante visitas de Estado a Washington, o presidente francês Emmanuel Macron e a chanceler alemã Angela Merkel instaram o presidente norte-americano a não desistir do acordo. Na ocasião, Emmanuel Macron tentou convencer o presidente norte-americano a negociar compromissos adicionais, em vez de abandonar em sua totalidade o Plano de Ação.

Após o anúncio dos Estados Unidos, Macron informou que lamenta a decisão do presidente. Ele disse que a "considera um erro, e é por isso que os europeus decidiram permanecer no acordo", conforme anunciado em um comunicado conjunto assinado por França, Alemanha e Reino Unido, e divulgado depois do anúncio do presidente norte-americano, no qual os três países também expressaram "pesar e preocupação" com a decisão dos Estados Unidos de abandonar o Plano de Ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Boris Johnson, reiterou que o Reino Unido "não tem intenção de abandonar o acordo". A chanceler Angela Merkel reafirmou o compromisso do país em fazer "tudo o que puder para garantir que o Irã cumpra suas obrigações no futuro".

O presidente do Irã, Hassan Rouhani, já avisou que o seu país está se preparando para voltar a enriquecer urânio caso o acordo deixe de existir, mas antes vai tentar contatar os outros signatários do Plano de Ação.

"Se atingirmos as metas do acordo em cooperação com outros membros do acordo, ele permanecerá válido", disse Rouhani em discurso transmitido pela TV iraniana. O presidente Rouhani determinou ao Ministério das Relações Exteriores que negocie com os países europeus, com a China e com a Rússia nas próximas semanas. E acrescentou: "Se ao final desse curto período concluirmos que podemos nos beneficiar plenamente do acordo com a cooperação de todos os países, o pacto permanecerá". A posição oficial do Irã é que seu programa nuclear tem fins pacíficos.

Mas o líder supremo do país, o Aiatolá Ali Kahmeini, afirmou que "não confia" na intenção das potências europeias em continuar a apoiar o acordo. Ele alertou o governo iraniano, durante um discurso transmitido pela televisão, a obter "garantias verdadeiras" antes de manter-se no Plano de Ação com as potências europeias, ou então "elas farão o mesmo que os Estados Unidos". Anteriormente, o Aiatolá já havia dito que o Irã iria "rasgar" o acordo caso os Estados Unidos o abandonassem.

No Oriente Médio, os rivais regionais do Irã, Arábia Saudita e Israel, elogiaram a decisão dos Estados Unidos. O primeiro-ministro israelense Benyamin Netanyahu, crítico de longa data do acordo, parabenizou o líder norte-americano e disse que "apoia completamente" a saída do que ele chamou de acordo "desastroso".

Em relação à Itália, onde continua ainda indefinida a formação do governo, o presidente italiano, Sergio Mattarella, anunciou na segunda-feira que as únicas saídas possíveis para o país são a convocação de novas eleições gerais em julho ou a formação de um governo provisório até o fim do ano. O anúncio deu-se após a conclusão, sem sucesso, da mais recente rodada de negociações formais para formar um novo governo na Itália.

As eleições italianas ocorreram há dois meses, e desde então a Itália encontra-se num impasse político, com o Parlamento dividido entre três blocos que se recusam a formar coligações para governar: o primeiro deles é a aliança liderada pela Lega (ex- Liga Norte), partido anti-imigração aliado ao Forza Italia de Silvio Berlusconi, que, juntos, obtiveram 37% do voto popular; o segundo é o partido populista *anti-establishment* Movimento Cinque Estelle – grande surpresa dessas eleições –, que saiu dessas eleições como maior força individual no Parlamento, que obteve 32% dos votos; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceiro bloco é a coligação de centro-esquerda liderada pelo Partito Democratico, que ficou com pouco mais de 22% dos votos.

Todas as tentativas de romper o impasse fracassaram, já que os blocos formados pela Lega e pelo Cinque Stelle acreditam cada um que é deles o direito de formar governo e se recusam a se aliar entre si ou com o Partito Democratico, por diferenças ideológicas.

Durante o discurso na TV, no qual anunciou o fracasso das negociações, o Presidente Mattarella pediu para que os líderes dos partidos apoiassem a primeira alternativa por ele proposta: um "governo neutro". Este governo seria composto por especialistas nomeados pelo atual presidente, e seria dissolvido no fim do ano, antes da realização de novas eleições, a serem convocadas pelo chefe de Estado para o início de 2019.

Mattarella argumentou que tal governo permitiria a aprovação de um orçamento para o próximo ano e, possivelmente, uma reforma na lei eleitoral para favorecer a formação de governos mais duráveis após novas eleições. Mas os líderes da Lega e do Cinque Stelle não mostraram interesse em apoiar a ideia, e se mostraram favoráveis à realização de novas eleições em julho próximo.

Visita do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira a países da Ásia.

A visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a sete países da Ásia e Sudeste Asiático, iniciada no último domingo e com término previsto para o dia 26 deste mês, tem como propósito dar impulso à aproximação com região de grande dinamismo econômico e significativa dimensão como mercado consumidor e centro produtivo, com a qual o Brasil mantém crescentes vínculos nas áreas de comércio e de investimentos.

Cingapura, Tailândia, Indonésia e Vietnã – os primeiros países a serem visitados – apresentam promissoras oportunidades nas áreas do comércio e dos investimentos, cooperação em defesa, ciência, tecnologia e inovação, energia e agricultura. A missão do Chanceler brasileiro busca diversificar as parcerias externas do Brasil em uma região crescentemente influente, destinada a desempenhar papel de crescente relevância no cenário internacional, tanto em função de seu peso econômico quanto em razão de sua importância política.

A região da Ásia-Pacífico tem registrado forte crescimento econômico, além de elevada integração às chamadas cadeias globais de valor. É comumente chamada de "fábrica do mundo", com destaque para os dez integrantes da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). São eles: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Há interesse do Mercosul em aproximar-se da ASEAN e dos países que a compõem. Em dezembro de 2017, os países do Mercosul aprovaram o lançamento de diálogo exploratório Mercosul-Cingapura. Nas palavras do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, esses países "compõem um novo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinâmico eixo da economia mundial". Durante sua estadia em Cingapura, o ministro destacou que "o centro de gravidade da economia global se deslocou para a Ásia".

Em seguida, o Ministro visitará a China, o Japão e a Coreia do Sul, em cuja capital, Seul, participará, no dia 25, de reunião para o lançamento das negociações comerciais Mercosul-Coreia do Sul e da abertura de Fórum Empresarial Mercosul-Coreia do Sul.

Por último, eleições na Malásia.

É interessante ter havido eleição e ter sido escolhido o líder mais idoso já eleito no mundo, com 92 anos.

O ex-Primeiro-Ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, de 92 anos, foi o protagonista da uma histórica vitória nas eleições gerais do seu país, segundo os resultados finais anunciados ontem.

Ele chefiou o governo malaio por 22 anos, até 2003, quando se aposentou, mas nunca chegou a abandonar a política.

A aliança de oposição Pakatan Harapan, antiga adversária, hoje liderada por Mahathir, obteve 115 cadeiras, 3 a mais do que as 112 necessárias para formar um governo. Ele derrotou a coligação nacional Barisan, no poder há mais de 60 anos, liderada pelo atual Primeiro-Ministro e seu antigo protegido Najib Razak.

Mahathir é o líder mais idoso já eleito no mundo, com 92 anos, tendo deixado a aposentadoria para tentar tirar do governo a coligação Barisan, da qual faz parte a Organização Nacional de Malaios Unidos, seu ex-partido, o qual deixou em 2016.

A coligação Nacional Barisan e seu principal partido, o UMNO, que obtiveram 79 cadeiras, dominaram a política malaia desde que o país ganhou a independência da Grã-Bretanha, em 1957, mas essa poderosa coligação tem visto sua popularidade declinar em anos recentes.

Nessas eleições, além das 222 cadeiras no Parlamento Nacional, foram escolhidos os membros das assembleias estaduais de 12 dos 13 Estados. O sistema eleitoral da Malásia utiliza o voto majoritário, no qual o partido que obtiver a maioria das cadeiras no Parlamento é o vencedor mesmo se não ganhar no voto popular.

Passamos ao primeiro item da nossa pauta do dia de hoje...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, mais uma vez, quero cumprimentá-lo pela forma como tem feito as aberturas das reuniões desta Comissão, passando importantes informes. Então, mais uma vez o cumprimento por isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Segundo, pelo informe, também bastante detalhado, dessa visita que fez a comitiva dirigida por V. Exª à Coreia do Norte. Eu, que faria parte da delegação sendo liderada por V. Exª, infelizmente, por problemas locais, não pude ir. Mas me sinto muito contemplada com a presença dos senhores.

Aqui, enquanto o senhor lia algumas outras informações, eu conversava com o nosso Senador, que voltou encantado de lá. Acho que isso foi muito bom. Na realidade, os senhores abrem uma porta, Senador Cristovam, muito importante. Eu não tenho notícia de recentemente ter ocorrido visita de outra comitiva.

E nos foram trazidas informações importantes, fundamentais, como o fato de que lá sequer embaixador temos, apenas um encarregado de negócios, num país que procura se integrar ao mundo inteiro.

Então, eu quero cumprimentá-los pela viagem e, aproveitando a oportunidade, dizer que nós encaminhamos um requerimento de urgência para que possamos votar, ainda hoje, a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte.

Mais uma vez, eu não vou poder ficar na reunião, Senador, mas, se fosse possível essa votação hoje, acho que seria muito importante.

Cumprimento novamente os senhores por tão importante visita à Coreia do Norte lamentando não ter podido participar desse momento histórico, porque os senhores estavam lá em momento, talvez, dos mais importantes do relacionamento entre as nações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin. Sentimos muito a sua ausência nessa viagem que empreendemos, S. Exª o Senador Pedro Chaves e eu.

Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Na mesma linha da Senadora Vanessa, eu quero dizer que eu gostaria muito de ter ido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo até ao seu convite, mas lamentavelmente foi impossível pelas razões que o senhor conhece.

Quero felicitá-lo por ter feito essa visita, que, por um lado, exige certa coragem política. No clima que se criou, sobretudo o senhor decidiu ir antes desses últimos entendimentos entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, que terminam, de repente, como por um passe de mágica, quebrando os preconceitos que existiam. Então, o senhor decidiu ir antes. Eu gostaria muito de ter ido. Espero que se faça outra viagem. E quero felicitá-lo pela decisão, por ter ido e pelo seu relatório, que eu acho que a gente deve divulgar ao máximo.

Quero fazer referência a um único ponto, sobre um ou outro dos itens que tratam da decisão do presidente norte-americano de romper o acordo nuclear com os Estados Unidos. Eu quero lembrar que os países europeus, todos eles, têm sido enfáticos em dizer que o presidente dos Estados Unidos está rompendo sem razão que justifique de fato o rompimento. A própria agência das Nações Unidas para a questão nuclear diz que o Irã está cumprindo com o que determina o acordo, e a impressão que se tem é de que os Estados Unidos nesse caso não apenas estão isolados do resto do mundo nessa decisão, mas, segundo, estão dando um passo muito arriscado, que pode terminar – em nome de uma imposição com base em fatos que só os Estados Unidos estão identificando, de que o Irã não estaria cumprindo o acordo – por jogar o mundo num clima de mais instabilidade e insegurança do que nós tínhamos até semana passada, com o acordo em vigor.

O seu relatório toca no assunto, fala nisso. E eu acho muito importante que o Brasil saiba que nós estamos atentos. Não podemos fazer nada, somos impotentes absolutamente em relação a isso, mas estamos preocupados com a possibilidade de que esse conflito, por determinação do presidente dos Estados Unidos, possa levar o mundo a um clima de muita insegurança e instabilidade depois de, com muito engenharia política, o presidente anterior, Obama, ter conseguido construir um clima de tranquilidade e de paz.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pelas suas sempre pertinentes considerações.

E, agora, passamos à primeira parte da pauta, indicação de autoridades.

Na realidade, são duas indicações. Vou ler as duas, uma após a outra.

Primeira:

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 26/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Passamos ao item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 26/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, para que tomem assento à Mesa, os Srs. Embaixadores Rafael de Mello Vidal e Alexandre Parola, a quem damos as nossas melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

Cumprimentando mais uma vez os Srs. Embaixadores aqui presentes, eu, iniciando a nossa tradicional sabatina, passarei a palavra ao Embaixador Rafael de Mello Vidal, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

V. Exª disporá de 15 minutos para fazer a sua exposição, após o que será dada a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que desejarem fazer perguntas sobre a sua indicação e sobre o seu posto.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, bom dia.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer os agradecimentos a V. Exªs por me receberem hoje aqui para o exame da minha indicação para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Agradeço ao Senhor Presidente da República, que me indica, e ao Sr. Chanceler Aloysio Nunes.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de fazer uma menção honrosa ao ex-Embaixador João Alberto Dourado Quintaes, que faleceu no exercício do posto de Embaixador do Brasil junto à República do Mali. João Alberto Quintaes esteve com V. Exªs há não muito tempo. Ele foi fundamental para o relançamento da relação do Brasil com o Mali. Em um momento muito difícil para aquele país, ele foi responsável, por exemplo, pela negociação da venda de aviões Super Tucano para a República do Mali e também para a implementação da fase final do projeto de algodão do Brasil com o Mali.

Eu gostaria de brevemente tocar em uma evolução rápida, sem cansá-los, sobre a história do Mali, chegando até os dias de hoje, quando temos o momento crucial que vivemos naquele país, que eu espero de alguma forma poder ajudar durante a minha missão.

O Mali foi, na verdade, o que pouca gente sabe, um grande império, do século XIII ao século XVI, que abarcava quase toda região, que hoje nós vemos ali, do oeste da África: Mauritânia, Senegal, Nigéria, Costa do Marfim. O Mali, portanto, de certa forma está na origem da formação social brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o século XVI foi um império benevolente que florescia, crescia e se expandia em paz; conquistava sem grandes guerras, na base de uma espécie de império esclarecido, em que as pessoas tinham liberdade para comerciar, fazer suas atividades econômicas.

Foi um império que desenvolveu uma cultura riquíssima, que até hoje se verifica naquele país, e que tem uma curiosidade que considero muito interessante: o homem que até hoje é considerado o homem mais rico do mundo, segundo dados levantados pelas fontes competentes, que foi o Imperador Mansa Musa. A fortuna dele seria calculada hoje em US$ 400 bilhões, em função sobretudo da grande produção de ouro daquele país.

Do século XVI ao século XIX, o Mali foi se desintegrando em diversos outros impérios menores, mas de certa forma mantendo a mesma integridade territorial que tem hoje, algo também bastante interessante. Em 1890, foi colonizado pela França, também mantendo a mesma integridade territorial que possui hoje, sem grandes variações. Isso perdurou até 1960, quando houve a independência. O país, então, entrou numa fase que eles chamam de socialismo africano, com um governo forte, central, que perdurou até a fase de redemocratização, que aconteceu a partir de 1991, quando começou um processo gradual de redemocratização, de aprovação da sua Constituição, do seu sistema de poder, das suas leis. A partir de 1991 até 2002, quando se fazem as primeiras eleições efetivamente democráticas naquele País, o Mali viveu uma certa estabilidade, um crescimento, uma economia que florescia na agricultura, florescia na indústria.

Trata-se do terceiro maior território da África, com uma região desértica ao norte, um corte bem linear, exatamente onde está o corte daquela tela, entre norte e sul. Tem um sul verde, subtropical, cortado pelo Rio Níger, com um forte potencial agrícola. Além de ouro – é o terceiro maior exportador de ouro da África –, também exporta algodão, que representa 40% do seu produto interno bruto.

O grande desafio do Mali acontece a partir de 2012, e perdura de certa forma até hoje, quando movimentos separatistas do norte do país – exatamente a partir daquela linha para o norte do país, no corte da tela –, movimentos das etnias tuaregue, que, desde antes da colonização francesa, já manifestavam intenções de formar uma nação independente, começaram a ser alimentados por grupos terroristas da *jihad* islâmica. Esses movimentos começaram a descer, a partir de 2011, da Líbia, com o assassinato, ou a morte, de Muamar Kadafi. Esses grupos terroristas não só passaram a ser alimentados pelos excedentes da Líbia, mas também pelos, digamos, movimentos que fugiam da repressão à expansão do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. O Mali era considerado, na visão do Estado Islâmico, uma espécie de laboratório de experiências: se não fosse possível funcionar no Iraque e na Síria, começar um novo califado no Iraque e na Síria, esse califado poderia se expandir até o Mali. Em 2012 ocorre um golpe de Estado militar no país que depõe o presidente eleito, um golpe perpetrado por um grupo de militares insatisfeitos com a forma como o presidente em exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combatia o movimento separatista do norte do país, o movimento do Azauade, movimento separatista que pretendia criar um Estado chamado Azauade.

Depõe-se o presidente e forma-se uma junta militar, mas essa situação não perdura muito tempo: em seguida é eleito um presidente que hoje está no exercício do poder. Mas, nesse meio tempo, verificou-se no Mali uma ameaça candente, presente, muito forte, de que o país fosse tomado pelo Estado Islâmico. Os serviços de inteligência da época detectaram, no final do ano de 2012, deslocamentos de grupos jihadistas da Al-Qaeda do Magreb, do Estado Islâmico, que hoje se chama Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos, do Ansar Dine, que é um movimento do Estado Islâmico com origem na etnia tuaregue.

Ou seja, vários movimentos jihadistas se organizaram no que a gente poderia considerar, talvez, como um dos exércitos mais fortes já organizados pela *jihad* islâmica. Calcula-se que mais de 500 militantes, ou combatentes jihadistas, se organizaram com veículos armados e carros blindados – muitos desses equipamentos roubados ou adquiridos em ocupações anteriores, em outros territórios. Esse grupo militar jihadista se deslocava da fronteira norte e leste do país, onde se escondia e se organizava, em direção a Bamako, capital do Mali.

Ora, naquele momento, as autoridades do Mali se viam absolutamente impedidas de resistir a um movimento dessa agressividade, o exército mali não tinha recursos, equipamentos e militares suficientes para segurar esse movimento. Assim, o exército mali convocou a França, antiga potência colonial, para intervir no país.

Chamo atenção para o fato de que a França demonstrou, naquele momento, uma capacidade de atuação militar que poucos conhecem hoje em dia, porque nós, de certa forma, crescemos numa época em que as grandes potências militares conhecidas eram os Estados Unidos, depois a União Soviética, a Rússia, a China, a França. Evidentemente, sabemos que a França é uma potência econômica, mas eu mesmo, ao examinar o assunto, não tinha ideia do poderio militar da França, que logrou, praticamente sozinha, deslocar milhares de soldados através do Senegal, da Costa do Marfim e, pelo norte, da Argélia, o que exigiu uma negociação difícil com o governo da Argélia, de sobrevoo, mas que foi lograda. A França conseguiu praticamente ocupar todo o país e fazer recuar o movimento jihadista, que ameaçava ocupar a capital, que já tinha chegado a 200km da capital.

Qual é a importância disso tudo? A importância disso tudo é que... E por que a França reagiu tão rapidamente? Porque, se os jihadistas ocupassem a capital Bamako, seria a primeira experiência de um Estado nacional efetivamente sob o controle do Estado Islâmico. Hoje, o que nós temos é o Estado Islâmico invadindo algumas áreas de alguns países, ocupando cidades, retrocedendo, agredindo e retroagindo. Mas, no caso de Bamako, seria a primeira vez em que o Estado Islâmico ocuparia um país, e aquele seria o país mais próximo da Europa até hoje ameaçado por essa invasão terrorista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do Mali – o temor existia na época e existe até hoje; é muito importante que eu mencione isso para V. Exªs –, o Estado Islâmico pode espalhar-se para os países vizinhos, sobretudo para Níger, para Chade e para Burkina Faso, que seriam as regiões mais ameaçadas, onde já existem células desses mesmos grupos terroristas hoje em atuação. Se isso acontecesse, evidentemente, o impacto sobre a segurança global, não só europeia como norte-americana, seria muito forte. A situação do Mali, portanto, não é uma ameaça exclusivamente local, africana, ou imediatamente sobre a Europa; a situação do Mali representa uma ameaça global.

É claro que podemos pensar: "O Brasil está longe, separado pelo Oceano Atlântico. Os movimentos ainda não se espalham com tanta força na região." Mas sabemos que já existem células do Estado Islâmico que atuam na região, na América do Sul. E a proposta do Estado Islâmico é o estabelecimento de um califado, e o califado não aceita outra forma de vida, de cultura, de política, de sociedade que não seja a da lei da Sharia.

Portanto, em função desse cenário, a partir da ocupação da França, em função das ameaças, que persistem, o governo do Mali e a França invocaram as Nações Unidas para atuar no país. Hoje, o Mali tem um caldeirão de forças militares regionais, multilaterais, bilaterais e tem o que, até pouco tempo, era a maior missão de paz das Nações Unidas, a Minusma (Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali). Além disso, o Mali tem uma das maiores operações da União Europeia em treinamento de militares, um centro de treinamento da União Europeia, em Bamako. O Mali conta com o grupo G5 Sahel, que é um grupo formado por cinco países vizinhos, para dar, digamos, uma conotação africana à resistência. A Minusma é hoje a operação de paz que mais sofre baixas no mundo.

Onde entra o Brasil? Vou tentar rapidamente passar para... Eu poderia falar muito sobre a situação política no Mali e sobre a relevância do Mali, mas pergunto: onde entra o Brasil? Vejo a atuação do Brasil no Mali...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE) – Sr. Presidente, desculpe interromper, mas é que nós teremos sessão no plenário do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/PMDB - PE. Pela ordem.) – Desculpe, Sr. Embaixador, pela interrupção, mas é para solicitar a abertura do painel para que a gente pudesse dar início à votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho solicita a abertura do painel para iniciar o processo de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria Geral desta Comissão que proceda às providências necessárias para tal.

Está aberto o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Continua com a palavra S. Exª o Embaixador Rafael de Mello Vidal.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Obrigado, Presidente.

Passo rapidamente à esfera do Brasil e dos interesses imediatos do Brasil na região.

O Mali, em função dessa situação política estratégica, de segurança muito relevante no contexto da geopolítica mundial, passa a ter para o Brasil um interesse não só na esfera da segurança, mas sobretudo na esfera da ajuda ao desenvolvimento.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Perfeito.

Eu entendo que a atuação do Brasil no Mali deve enfocar sobretudo a ajuda ao desenvolvimento, porque o subdesenvolvimento no Mali – o Mali é um país que tem uma crise alimentar hoje que atinge 30% da população, existe uma situação humanitária séria no país –, essa situação de subdesenvolvimento alimenta também os movimentos dos jihadistas. Como é que o Brasil deve atuar? Eu entendo que o Brasil deva atuar através da ajuda ao desenvolvimento, o que já faz com o maior projeto de cooperação do Serviço Exterior Brasileiro hoje em vigor, e com êxito, que é o projeto de algodão Cotton-4, que surgiu em função, inclusive, de uma negociação bem-sucedida do Brasil na OMC no contencioso do algodão nos anos 2000, que gerou uma indenização ao Brasil de US$800 milhões, que foram sendo pagos gradualmente. O acordo feito no âmbito da OMC foi de que esse dinheiro seria revertido em cooperação para fomento da produção do algodão no mundo, e o Mali foi um dos países escolhidos, porque a produção de algodão no Mali representa 40% do seu produto interno bruto.

Através do projeto de algodão, que já é bem-sucedido, que logrou criar um algodão de melhor qualidade, com maior produtividade, com sementes brasileiras desenvolvidas pela Embrapa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteve durante muitos anos atuando nesse projeto, nós conseguimos aumentar em 20% a produção do algodão no Mali e pretendemos agora começar a espalhar essas sementes, que já são, curiosamente, procuradas pelos agricultores do Mali para o seu plantio. E não é só o algodão, mas também a cooperação na área da produção alimentar em geral: o Mali faz parte do Programa Mundial de Alimentos que o Brasil pretende ajudar a implementar.

Nós devemos ajudar em outros projetos de cooperação na área de assistência humanitária, na área de apoio à defesa civil, na área de combate ao narcotráfico, porque o narcotráfico é efetivamente um dos elementos que também financiam movimentos jihadistas naquele país. Na área de segurança, especificamente, o Brasil acaba de assinar um acordo de venda de quatro Super Tucanos para as Forças Armadas do Mali, um projeto que rendeu cerca de US$60 milhões de exportações brasileiras, com potencial de incrementar essa participação ainda mais.

No final do mês de julho, haverá eleição presidencial no Mali, e a expectativa é que o governo atual do Presidente Ibrahim Keïta seja reeleito. Um dos elementos da campanha do Presidente Keïta é o fortalecimento da segurança do país, não só através das agências multilaterais, das missões de paz, mas também do fortalecimento da capacidade de o país sozinho, suas Forças Armadas sozinhas, conseguir assegurar condições mínimas de segurança no país.

Existem vários outros elementos de atuação em que, calculo, a nossa Embaixada poderia atuar. A própria atuação na Minusma, colaborando eventualmente com forças de atuação área de evacuação médica e na mediação da implementação do próprio acordo de paz que está em vigor – o acordo de paz em vigor é o acordo que pretende negociar com os movimentos independentistas tuaregues uma maior descentralização; não a independência, mas uma maior descentralização –, além de outros aspectos de ajuda ao desenvolvimento da região norte.

Um grande problema do Mali é que a região norte é subdesenvolvida, com grandes limitações, e a região centro-sul é onde se concentra a maior produção do país.

Para terminar, várias outras iniciativas passam pela minha expectativa de atuação, evidentemente se for aprovado por V. Exªs nesta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Rafael de Mello Vidal pela sua exposição.

Passo, em seguida, a palavra a S. Exª o Embaixador Alexandre Guido Lopes Parola para sua exposição.

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo Sr. Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Exma Srª Senadora Ana Amélia, autora do relatório legislativo pelo qual sou imensamente grato e por meio de quem eu cumprimento as Senadoras e os Senadores presentes.

Colegas presentes, senhoras e senhores funcionários do Senado Federal, senhoras e senhores profissionais da imprensa, senhoras e senhores, meus amigos, ao pensar em como estruturar essa sabatina, as minhas primeiras palavras, naturalmente, são de agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem devo a honra de ter sido indicado para esta posição, uma posição que muito me honrará poder ocupar caso V. Exªs entendam apropriado e aprovem o meu nome. Então, as palavras iniciais são, reitero, de agradecimento.

No que concerne à estrutura da apresentação – entendo que eu tenho 15 minutos –, havia duas possibilidades: uma seria fazer, talvez, um demasiado e longo histórico da OMC; outra seria tentar fazer uma apresentação mais estrutural, em que eu parta do mais genérico para o mais específico. Eu me inclinei pela segunda opção, para tentar situar os debates atuais da OMC em um marco conceitual mais amplo.

O marco mais geral, dentro do qual entendo que seja apropriado entender o que está acontecendo hoje no âmbito dos debates da OMC, é o que se pode chamar, a título muito amplo, de crise do multilateralismo. Houve um momento, imediatamente após o fim da Guerra Fria, de enorme otimismo: teria chegado a paz democrática e naquele momento, portanto, as tensões seriam desfeitas, como se o mundo tivesse pronto para embarcar em uma grande fase de cooperação, de ausência de tensões.

Isso se revelou rapidamente fora de alcance e, nos últimos dez anos pelo menos, certamente a partir de 2008, uma série de desdobramentos na cena internacional fez com que os arranjos multilaterais estivessem sob pressão.

A tensão mais clara no âmbito do multilateralismo é o fato de que novos poderes surgiram. Então, você tem uma redistribuição óbvia do poder econômico internacional, mas não apenas do poder econômico, do poder da geração de ideias, do poder da intervenção política, e essa série de fatores faz com que uma ordem multilateral tenha mais desafios.

O segundo ponto, associado a isso, embora em caráter também sistêmico mas menos abrangente, é o impacto da crise de 2008. A crise econômica de 2008 é uma crise que se compara em tudo à crise de 1929. Portanto, não é de surpreender que tensões da década de 30 voltem a surgir. Nós estamos hoje diante de tensões que se manifestaram de alguma forma na década de 30 e de forma menos virulenta na década de 80 também, quando os Estados Unidos, em alguma medida, se sentiram ameaçados pelo que então era a possibilidade de emergência do Japão como um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder mundial. E, hoje, a partir de 2008, houve um óbvio movimento de crise. Não foi por acaso que a Rodada Doha entrou num impasse em 2008, quando o setor financeiro mundial quebrou e passou a ficar muito difícil avançar na negociação econômica.

Associados a isso, estão dois fatores.

O primeiro é um sentimento claro de antiglobalização entre as classes médias das potências ocidentais – não há outra coisa, na minha percepção, que explique o Brexit, por exemplo. O Brexit não é uma reação irrefletida, mas uma reação clara antiglobalização. Isso está por trás de um conjunto de emergência de forças conservadoras ou, em alguns casos, de extrema-direita realmente, como se vê em um conjunto de países europeus. As recentes eleições na Alemanha revelaram isso, quando um partido como o Alternativa pela Alemanha teve uma votação muito mais expressiva do que se imaginava e quando o Parlamento, o *Bundestag*, passou a ter um representante da extrema-direita declaradamente. Isso está associado a um sentimento antiglobalização.

Um quarto fator, ainda nesse âmbito muito genérico, muito amplo, muito conceitual, é a consolidação da China, que hoje é um poder incontornável. Ela é um poder incontornável economicamente, é um poder incontornável politicamente também, e com a sensação clara, por parte dos chineses, de que, no fundo, eles não estão ganhando hegemonia, mas retomando um lugar que, historicamente, foi deles. Os últimos 200 anos foram um intervalo curioso no qual eles deixaram de ser a potência do meio e agora estão retomando o lugar que lhes é devido. Essa é uma ordem que está em redefinição.

Se a gente entende a OMC como parte do pacote construído no imediato pós-guerra, à luz do então contrastado poder norte-americano, é de se esperar que a OMC tivesse desafios, e esses desafios estão se materializando.

Um desafio óbvio é na estrutura de negociação da OMC, em que todas as decisões precisam ser tomadas por unanimidade. Quando você tem países com claro poder de veto, como a China, como a Índia e como Brasil, que hoje têm uma representação muito mais forte do que tiveram há 20 anos, as negociações ficam muito mais difíceis.

Eu me lembro – comecei minha carreira ainda como negociador do GATT, no fim da Rodada Uruguai, para a OMC – de que houve um intervalo em que as negociações ficaram suspensas, e elas foram retomadas no âmbito de dois acordos. Um deles foi o Acordo de Blair House, em que os americanos se sentaram com os europeus e fecharam um acordo; e, aos outros países, foi dada muito pouca margem de manobra nesse âmbito.

O que eu tenho chamado de crise do multilateralismo se reflete, portanto, nesse impasse negociador, cujas manifestações mais óbvias e às quais eu também já me referi são a suspensão virtual das negociações a partir de 2008 e a lenta erosão de alguns princípios que sempre foram basilares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da OMC. Um dos princípios negociadores é o que se chama no jargão de s*ingle undertaking*, que quer dizer: nada está decidido enquanto tudo não for decidido. Passou-se ao que também se chama no jargão de "estratégia do salame", em que você vai negociando por fatias. Não é tão bom para nós, é preciso ter clareza disso. Para nós, o *single undertaking* é mais favorável. Num contexto de necessidade de desbloquear negociações pragmaticamente nós podemos nos afastar do *single undertaking*, mas era um conceito muito importante.

A noção, por exemplo, de tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento também está sob pressão, pela razão imediata de que um país como os Estados Unidos não reconhece na China um país em desenvolvimento. Portanto, não veem nenhuma razão para que a China tenha tratamento especial e diferenciado. Com isso está associada também a crise, a pressão sobre um conceito de reciprocidade menos do que plena – no jargão *less-than-full reciprocity*. E normalmente isso vinha sob a forma de que se fechava um pacote e que os países em desenvolvimento e os países em desenvolvimento relativo tinham tratamento especial, dada a sua condição. Não era um tratamento privilegiado, mas um tratamento próprio. Isso também está sob pressão, e a discussão se chama de "graduação"; em seu jargão técnico se chama graduar países como o Brasil. Dizem: "Não, vocês não são exatamente um país em desenvolvimento, então vamos falar de igual para igual." Como se fosse possível comparar economias extraordinariamente industrializadas e desenvolvidas com países que, a despeito de estarem emergindo, de serem muito mais fortes hoje do que há vinte anos, ainda têm os desafios do desenvolvimento.

A grande crise hoje da OMC não é só a crise do sistema multilateral, mas também a crise da dimensão do desenvolvimento.

Associado a isso, eu me permitiria citar um texto relativamente clássico da Profª Maria da Conceição Tavares, dos anos 80, é um texto curto, na FEA, onde eu me formei em economia, que se chama Retomada da Hegemonia Norte-Americana. Ela diz que nos anos 80 houve movimento de retomada da hegemonia norte-americana e me parece que, em alguma medida, há uma tentativa disso em curso hoje, que é o que dá alguma racionalidade, na minha percepção, a alguns gestos, que parecem à primeira vista irrefletidos, por parte de grandes autoridades dos Estados Unidos.

Sempre há risco ao se falar de países específicos, é uma coisa que não necessariamente convém ao ator diplomático, mas dos Estados Unidos é inevitável falar. Há o gesto da administração Trump, por exemplo, de adotar medidas de proteção comercial claramente unilaterais invocando sua própria legislação. É verdade que eles refletem um surgimento mais forte do nacionalismo econômico por parte dos Estados Unidos; é verdade que eles refletem uma tendência a unilateralismo; é verdade que eles têm uma dimensão eleitoral imediata agora, mas também é verdade que eles refletem tendência de mais longo prazo. O que vinha sendo feito na administração Obama, por exemplo, com as iniciativas do TTP do TTIP, contornando a OMC, na minha interpretação nada mais era do que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativa de dizer: "Olha, na OMC o jogo está muito desequilibrado, nós vamos exercer o nosso poder bilateralmente, no caso da TTP dos países, no caso do TTIP tentando formar um universo de regras e de conformidade, e aí, uma vez estabelecidos esses parâmetros, vamos impor isso ao resto do mundo." Então era o que se chamava – sempre no jargão – de OMC Mais, OMC Extra. Eu acho que seria uma leitura ingênua imaginar que isso ia parar naquilo.

Uma vez alcançados resultados do TTP e uma vez alcançados os resultados do TTIP, as tentativas de importar isso para a OMC me parece que seriam óbvias, imediatas. Isso foi abortado de alguma forma. O Governo Trump não gostou dessa ideia e está fazendo de forma mais unilateral. Isso se traduz numa escalada retórica, as escaladas retóricas de guerra comercial. Eu acho que seria prematuro dizer hoje que já há uma guerra comercial, mas certamente nós já estivemos mais longe de uma guerra comercial do que estamos hoje.

A China não é uma potência comercial que se deixa intimidar mais. Então, diante da decisão do Estados Unidos de imposição de sobretaxa em aço e alumínio, os chineses fizeram o que é previsível, impuseram taxas em retorno. Onde isso vai parar, é difícil prever. Imagino que em algum momento vá haver alguma racionalidade que se imponha, porque, a despeito de alguns tuítes que dizem que guerra comercial é o que a gente pode ganhar, não. Com a guerra comercial você pode perder menos, mas ninguém ganha.

E o que é importante é que, num contexto de guerra comercial, o próprio arcabouço legal se desfaz. E, como eu tive a honra de comentar ontem com V. Exª, com o Presidente, a lei da selva só serve ao leão, a lei da selva não é boa para ninguém. Então, talvez seja o momento de haver alguma racionalidade negociadora.

Vejo que o tempo vai passando rapidamente.

Feito esse primeiro comentário sobre o contexto mais geral em que se insere a OMC, eu gostaria de falar sobre três pilares essenciais de atuação da OMC.

O primeiro é o pilar negociador. Esse pilar negociador está essencialmente parado, como eu disse, desde 2008. O que resta, portanto, no pilar negociador é a intensificação, uma presença mais ativa e uma atenção redobrada a ser concedida aos órgãos regulares de atuação da OMC. Então, por exemplo, as questões de barreiras não tarifárias e as questões de proteção fitossanitária são questões de interesse imediato do Brasil. O que fica prejudicado na ausência de um contexto negociador mais amplo, de uma atuação mais decisiva, mais determinada do pilar negociador é a questão do apoio doméstico em agricultura. Apoio doméstico em agricultura é muito difícil combater na ausência de um acordo ou de uma negociação multilateral. Quanto aos comitês regulares, é muito pouco provável que eles sejam capazes de levar a resultados agora, embora a nossa delegação em Genebra esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando nessa direção no Comitê de Agricultura, tentando implementar o chamado art. 20 do Acordo de Agricultura, que foi um dos resultados da transição do GATT para a Rodada Uruguai.

O segundo pilar é o pilar que se chama quase judiciário, que é a questão da solução de controvérsias, é o mundo da solução de controvérsias. Esse é um pilar extraordinariamente importante para o Brasil. Nós somos dos atores que mais invocam o pilar de solução de controvérsias, nós temos tido um extraordinário êxito e – se me permitem V. Exªs o gesto deselegante de falar mal da minha própria instituição – o Itamaraty tem sido muito ativo e muito exitoso nisso.

Meu colega se referiu ao Acordo do Algodão. Isso resultou do trabalho árduo e muito competente sob a liderança do hoje Diretor-Geral da OMC, o Embaixador Roberto Azevêdo, com quem tive a honra de trabalhar. Nós obtivemos uma vitória muito importante que foi implementada pelos Estados Unidos, que nos rendeu US$800 milhões. Então, não é um resultado pequeno. Nós temos conseguido vários resultados muito positivos.

E por que esse pilar está parado? Também por uma questão da administração Trump, mas também por uma questão de mais longo prazo dos Estados Unidos de não aceitarem jurisdição estrangeira, sempre houve uma resistência norte-americana contra isso.

Agora, como os Estados Unidos também sempre foram muito exitosos no uso do mecanismo de solução de controvérsias, havia um equilíbrio ali. Esse equilíbrio aparentemente está rompido hoje. Já são 16 meses de impasse no que se chama de órgão de apelação, que é uma das conquistas importantes do mecanismo de solução de controvérsias atual. Os Estados Unidos simplesmente não permitem que novos juízes sejam indicados. Com isso, prejudicam o interesse específico do Brasil, porque nós temos um nome, que é o Embaixador José Alfredo Graça Lima, cuja candidatura simplesmente não consegue prosperar. São sete juízes, mas hoje há apenas quatro, porque, dos outros três, o processo de indicação não avança. O mandato do quarto se esgota agora, em setembro de 2018, quando o órgão passa a ser essencialmente não funcional.

Esses são os dois pilares essenciais.

O terceiro pilar seria o funcionamento dos órgãos regulares, ao qual eu já me referi, e nós temos trabalhado nisso, em reforçar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Talvez eu deixe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os últimos dois pontos de que me restaria cuidar nesta apresentação inicial, depois da qual eu seguirei as instruções e as orientações de V. Exªs, são as outras organizações em Genebra.

A delegação se destina a atuar também junto a outras organizações econômicas em Genebra e, portanto, não é só à OMC. As outras duas são a Unctad, na qual nós sempre tivemos uma presença muito ativa.

A Unctad atravessou um período de relativa crise. Ela já foi chefiada, ou liderada, por ninguém menos que o Embaixador Rubens Ricupero, para nossa grande honra.

Hoje, três pilares são muito importantes na Unctad, a saber: pesquisa, formação de consensos e cooperação. E nós temos trabalhado nessa área. Uma das perspectivas é que a Unctad seja um centro de ideias para o mundo em desenvolvimento, para, de alguma forma, equilibrar os trabalhos da OCDE ou complementar os trabalhos da OCDE. Então, nós temos sido muito ativos nessa questão do trabalho analítico e dos debates governamentais.

A terceira organização que está também sob a responsabilidade da Delegação em Genebra é a OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual, uma agência especializada da ONU. Ela administra 26 tratados de propriedade intelectual. E duas negociações particularmente importantes em curso são sobre radiodifusão e sobre marcas, o chamado Tratado de Madri.

Uma última organização, a quarta, é a União Internacional de Telecomunicações. A representação e as instruções, no Brasil, vêm de uma posição compartilhada entre o MCTIC, a Anatel e o Itamaraty; e nós somos parte do grupo de trabalho de chefias para a execução de planos estratégicos e financeiros.

O último ponto que eu gostaria de submeter à atenção e aprovação de V. Exªs é um plano de trabalho inicial que eu estruturei em torno de cinco pontos. Parece-me que são cinco os pontos centrais que devem orientar a atuação do Delegado Permanente em Genebra.

O primeiro deles é uma atuação política e conceitual engajada e muito decidida em defesa da OMC e da integridade do sistema multilateral de comércio.

Não creio que seja um exagero dizer hoje que a OMC está sob um risco existencial. Não é uma peça de retórica. Eu acho que há um real risco, e seria muito negativo para o Brasil se nós tivéssemos de reinventar as aquisições ou o quanto foi possível avançar na OMC de forma bilateral. Muito dificilmente nós teríamos o mesmo resultado, inclusive porque uma das vantagens da OMC é a adoção do princípio de nação mais favorecida. Portanto, qualquer negociação que seja estabelecida por dois parceiros vale imediatamente para todos. Isso tem gerado benefícios extraordinários e, se nós formos voltar atrás nisso, seria muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um terceiro ponto é trabalhar pela recomposição formal do órgão de apelação, que é justamente o pilar de solução de controvérsias. Isso enfrenta uma dificuldade imediata, à qual eu já me referi, que é a oposição do governo norte-americano.

A oposição do governo norte-americano hoje é muito difícil, porque os delegados norte-americanos simplesmente não dizem o que querem. Então, é impossível você se engajar numa negociação. Eles dizem que não estão satisfeitos com o *status quo*; e você diz assim: "Então, vamos negociar. Qual é a sugestão?" E não vem nada! Então, há a sensação de que esse silêncio é um silêncio tático, é um silêncio para ver o que você vai colocar na mesa até eles dizerem qual é o preço. Mas chega-se a um limite em que não faz mais sentido negociar.

Há várias possibilidades de negociação. Uma, a que me parece a menos favorável, é simplesmente fazer um recuo ao que era a posição antiga do GATT para a solução de controvérsias, e, aí, a distinção essencial, sem entrar em tecnicalidades desnecessárias e para as quais talvez eu não seja a pessoa mais indicada, é que antes, para a implementação dos resultados, você precisava de um consenso positivo no sistema do GATT. Agora você tem um consenso negativo. Então, antes você tinha um poder de veto muito maior. Agora, se alguém tentar vetar, vai ao órgão de apelação, de forma que você consegue um mecanismo de implementação.

Uma segunda possibilidade é tentar negociar formas que não envolvam os Estados Unidos. Há um limite claro, mas, pelo menos, em um inverso de n menos um, você consegue algum dente no sistema de soluções de controvérsias.

O terceiro ponto do programa de trabalho, ponto ao qual já aludi também, seria reforçar o trabalho irregular na OMC. Quer dizer, na ausência de uma rodada que esteja em pleno funcionamento, me parece essencial que nós tenhamos delegações, missões e delegados que estejam muito ativamente fazendo avançar a nossa agenda de desenvolvimento na OMC. Isso me parece essencial, sobretudo na área de acesso a mercados, defesa de regras, salvaguardas, *antidumping*, temas como padrões privados – com padrões privados, tecnicamente, se quer dizer que, por exemplo, se uma rede de supermercados na Europa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – ... precisa certificar a sua carne, aquilo é um padrão privado e imediatamente se transforma numa potencial barreira ao comércio. A isso tudo nós precisamos estar extraordinariamente atentos.

Um quarto ponto do programa de trabalho é estar aberto conceitualmente, do ponto de vista negociador, para desenvolver formatos negociadores que não sejam estritamente multilaterais, na linha da unanimidade que é requerida, do consenso pleno que é requerido na OMC. Isso quer dizer o quê? Quer dizer: negociações setoriais ou negociações plurilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma negociação setorial – eu tive a honra de ser um dos negociadores da Rodada de Doha e, mais recentemente, fui Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty –, uma das possibilidades de negociação, por exemplo, foi: diante da impossibilidade fática neste momento de negociar um grande acordo de acesso a mercados em carne, vamos negociar um acordo de proteínas, vamos tentar achar algo que seja negociável. E plurilateral: você conversa com quem quer conversar com você.

Um último ponto – não quero exceder desnecessariamente meu tempo – seria a dimensão da diplomacia pública. A sensação que eu tenho, talvez injustamente, talvez por uma má percepção, é de que a OMC se beneficiaria ao ser mais exposta ao debate público e ao conhecimento público. Embora seja um órgão extraordinariamente técnico, é órgão extraordinariamente importante. As coisas que se decidem na OMC não são abstratas, não são irrelevantes, elas dizem respeito à vida cotidiana das pessoas, elas dizem respeito a questões simples como, por exemplo, se haverá ou não emprego em algum lugar. E uma dimensão essencial da diplomacia pública é, naturalmente, a diplomacia parlamentar, de forma que instruções, engajamento e uma presença do Congresso Nacional nos debates sobre OMC me parecem extraordinariamente importantes.

Com isso, já excedi meu tempo em pelo menos um minuto.

Reitero meus agradecimentos ao senhor, Presidente, e fico nas mãos de V. Exªs.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Alexandre Guido Lopes Parola.

Passo agora ao primeiro Senador inscrito, S. Exª o Senador Pedro Chaves. Em seguida, a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Bom dia, Sr. Presidente Fernando Collor de Mello.

Bom dia, Srs. Embaixadores Rafael de Mello Vidal e Alexandre.

Com muita alegria, vamos realmente fazer algumas perguntas que são pertinentes à profissão de vocês. Acho que para nós, Senadores, é muito importante o posicionamento.

Eu sempre enfatizo para os embaixadores que a missão hoje da Embaixada, da Diplomacia brasileira, não deve ser meramente uma representação, mas deve ser, na verdade, uma função proativa, um alavancador de desenvolvimento e de oportunidades para o País. Então, acho que esse dado é importante. Essa nova função é realmente a própria Diplomacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de viajar com o Presidente Collor de Mello, agora, para a Coreia do Norte, e foi uma ida muito produtiva, em que o Sr. Presidente teve a oportunidade de fazer colocações extremamente positivas em relação ao país e, inclusive, agiu como verdadeiro diplomata. Acho que foi fundamental a nossa posição, e a receptividade foi maravilhosa. Eu acho que o relatório dele reflete realmente o que ocorreu naquele país.

Dou-lhe os parabéns. Fiquei muito feliz com essa viagem, Presidente, porque acho que a Coreia do Norte praticamente abriu as portas para o Brasil. E cabe uma oportunidade muito grande para nós. Nós somos o único País realmente que tem uma representação na Coreia do Norte e na Coreia do Sul; esse é um dado bastante importante. O passo que foi dado pelo Presidente Kim Jong-un foi importantíssimo também. Eu acho que se distensionou um pouco o ambiente que estava, e eu acredito que o momento é agora.

Então, mais uma vez, quero agradecer ao Presidente Collor pelo convite que ele me fez para acompanhá-lo. Foi muito rica essa minha ida. Eu estou muito feliz de ter tido essa oportunidade. Muito obrigado, Presidente.

Então, a pergunta é a seguinte, Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Somente em julho de 2008, a Embaixada do Brasil no Mali passou a funcionar regularmente. Nesses quase dez anos, que resultados concretos Brasil e Mali obtiveram com essas iniciativas?

O senhor prefere que eu faça todas as perguntas? Depois o senhor responde a todas? É melhor, não é?

Segundo, considerando que o comércio bilateral é da ordem de apenas US$7 milhões e que Mali enfrenta graves problemas de segurança há seis anos, é justificável a existência de uma embaixada brasileira naquele país?

Terceiro, nem mesmo a Missão Multidimensional Integrada às Nações Unidas para a Estabilização no Mali tem sido capaz de promover a paz no local. Desde a sua criação, em 2013, até janeiro de 2018, 99 capacetes azuis morreram no Mali, em razão de ataques deliberados de grupos armados contra o pessoal e as instalações da ONU. Algum militar brasileiro serve ou já serviu à Minusma?

Quarto, basicamente as nossas exportações para o Mali foram de arroz, em 2015; de aviões, em 2016; de embalagens de papel e pneus, em 2017; de embalagem de pneus e motores geradores elétricos, em 2018. Já nossas importações foram de esculturas, em 2015; de aparelhos de TV, em 2016; e de impressoras, em 2016, em 2017 e em 2018. Entretanto, em 2016, o Mali importou de diversos países US$855 milhões em combustíveis; US$336 milhões em automóveis; US$299 milhões em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máquinas elétricas; e US$279 milhões em máquinas mecânicas. Na opinião de V. Exª, o Brasil não teria condição de fornecer esses produtos para o Mali? De que maneira V. Exª pretende contribuir para isso?

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom dia, Presidente Fernando Collor, caros colegas Senadores, Senadora que esteve aqui, caros Embaixadores Rafael Vidal e Alexandre Parola!

Antes de fazer poucos comentários na sabatina e questionamentos aos sabatinados, eu queria dizer que estava em um compromisso inadiável, mas ouvi a fala de V. Exª e os comentários da Senadora Vanessa e do Senador Cristovam sobre a missão relevante. Ocorreu-me, Presidente Collor, que eu era repórter em um momento que tem alguma simbologia e alguma analogia, nos anos 90, quando V. Exª, recém-eleito Presidente, foi ver o Muro de Berlim, que estava sendo destruído. A visita à Coreia do Norte tem um pouco esse simbolismo porque foi em um momento histórico do encontro das duas Coreias depois de um longo período de guerra fria, vamos dizer assim.

Eu tive a oportunidade de conhecer também como jornalista a zona desmilitarizada de Pyongyang. Estive lá em uma visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e era uma sensação muito impactante ver aquele país do outro lado da fronteira – estávamos na Coreia do Sul. Então, entendo a significativa relevância que teve essa visita oficial do Senado brasileiro, representado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, com essa experiência larga na área da Diplomacia parlamentar, e também pelo Senador Pedro Chaves.

Penso que, quanto mais estivermos unidos, com relações amistosas diplomáticas, políticas, institucionais com todas as nações, independentemente do respeito que temos de ter às suas soberanias respectivas, ideologias, partidos, sistemas de governo... Acho que é um momento desafiador para todos os aspectos do relacionamento que temos.

Então, meus cumprimentos novamente por essa decisão. Eu concordo com o Senador Cristovam, que falou que foi uma iniciativa corajosa de V. Exª. Então, associo-me às manifestações, cumprimentando-o. Foi um ganho para esta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal exercer a diplomacia parlamentar de forma altiva, de forma, eu diria, muito competente e muito oportuna neste momento.

Ouvi as manifestações do Embaixador Rafael Vidal e associo-me às homenagens que fez ao Embaixador que faleceu no posto no Mali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ouvi também – uma área que me interessa muito é a área de defesa – o que o senhor falou, que o Brasil exportou aviões Tucano para o Mali. Então, eu queria saber, no campo da defesa, que outras colaborações poderão ser feitas no âmbito bilateral e se o senhor acha que o Brasil poderia, em alguma medida também – aquele é um país conflagrado internamente, com insegurança na área de disputas, com terrorismo –, de alguma maneira, entrar na eventual colaboração para pacificação do país.

Para o Embaixador Alexandre Parola, quero dizer que essa missão realmente vai exigir mais do que parola. Embaixador, vai exigir mais do que parola! Ela vai exigir muito trabalho, porque o comércio global está vivendo, talvez, um dos seus momentos mais críticos, determinado por esse contencioso, por essa disputa que envolve os dois maiores países no comércio global, China e Estados Unidos, com reflexos enormes, tanto o é que 40 países, incluindo o Brasil e, na América Latina, Chile e Argentina também, junto com a Coreia do Sul, com a Turquia, fizeram um manifesto à OMC, ponderando e argumentando sobre os riscos dessa guerra comercial.

O Brasil está enfrentando, agora, no caso dos frangos, um típico processo de guerra comercial. O que está acontecendo não é uma questão sanitária, claramente não o é, porque, se fosse uma questão sanitária, um problema sanitário não pode esperar um ano para ser resolvido. Nos países da União Europeia, na França especialmente, a medida tomada alegando questões sanitárias para exportação do frango brasileiro é nitidamente uma medida protecionista, não é uma medida sanitária.

Nessa cobertura, esta Comissão, Presidente Color, sob seu comando, no debate que está fazendo aqui, mostrou que muitos países usam regulações internas para encobrir um protecionismo, porque a regulação interna tem preponderância sobre os acordos multilaterais ou bilaterais. Então, nós ficamos à mercê também do aumento e do recrudescimento desse protecionismo travestido de regulação interna, na proteção de vários países.

A Europa também vive um pouco esse cenário. Eu estive na Suíça, e ali se diz "*das ist lokal*", em alemão, referindo-se ao produto local. É um eufemismo para dizer assim: compre só o que é daqui, não compre o que vem de fora. E os suíços, é claro, com poder aquisitivo alto, pagam mais do que se pagassem pelo produto que vem da França, da Espanha, da Itália. O produto local é mais caro do que o importado desses países da União Europeia. Então, apenas dou um exemplo do que está acontecendo.

No caso da OMC, além da questão agrícola, Embaixador Parola, porque agora estamos no momento de fechamento – eu não acredito nisso, sinceramente; durante muitos anos, o nosso colega Lasier Martins acompanha –, há a questão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Com o recrudescimento desse protecionismo, eu acho pouco provável que haja avanços significativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há algo mais – é a última pergunta que lhe faço –, há uma pressão da OMC para mudar a legislação da área de informática do Brasil, para alterar essa regulação. Quem fez esse alerta foi o Embaixador Rubens Barbosa, que é Presidente da Abinee, numa audiência em que a Comissão Mista examinou a Medida Provisória nº 810, de 2017, o texto que moderniza a Lei de Informática.

Então, todo esse cenário preocupa e devemos considerá-lo em todos os âmbitos, na área do setor privado, mas, sobretudo, na área da diplomacia e das relações, que irão exigir a análise dessas grandes questões.

Desejamos aos dois muito sucesso na missão que terão pela frente, que não é nem um pouco um mar de rosas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra pela ordem, primeiro, a S. Exª o Senador Pedro Chaves e, em seguida, a S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, realmente, não fiz o questionamento ao Alexandre. Eu poderia fazê-lo? Eu não sabia se, primeiro, seria o Rafael e depois o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Foi um pedido pela ordem, mas o Senador Lasier Martins havia pedido a palavra primeiro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, tem a palavra S. Exª o Senador Lasier Martins e, em seguida, V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Agradeço, Presidente Collor.

Saudando os nossos Embaixadores, quero dizer que, ontem, tive a honra de receber a visita do Embaixador Alexandre Parola, muito bem-humorado, conhecedor do cargo que vai ocupar e muito satisfeito, pelo que pude perceber.

A minha pergunta é muito simples e insistente: de que modo nós conseguiremos penetrar mais no comércio europeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que V. Exª irá agora como Delegado para a OMC, nós temos a esperança de que o Brasil, em particular, e o Mercosul, em geral, possam ter uma melhor participação; afinal, nós precisamos muito disso. O que V. Exª poderá fazer?

Para o eminente Embaixador Rafael Vidal, que está indo para um país em conflito, um país pobre, com o qual temos relações comerciais muito modestas, eu pergunto o seguinte. Isto é do ofício: se vai para onde se manda. Mas V. Exª dará prioridade a que ao chegar a um país como esse, de tantas dificuldades, na expectativa de, amanhã ou depois, em vez do Mali, ir para Paris, Londres ou Genebra?

Era essa a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José e, em seguida, a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos!

Meus cumprimentos ao Sr. Embaixador Alexandre Parola e ao Sr. Embaixador Rafael Vidal!

A OMC está sendo presidida, inclusive, por um colega meu de faculdade, Roberto Azevêdo, engenheiro de formação, depois diplomata de carreira, concursado, que nos está dando a honra de presidir a OMC.

Desejo, Alexandre, que você realmente tenha muito sucesso nessa sua entrada na OMC.

São tantas as questões relacionadas à questão comercial do Brasil com o mundo, que a OMC tem uma tarefa muito importante, seja com relação à guerra entre as empresas de aviação – lá atrás, houve uma guerra muito mais forte, hoje está mais calma, entre a Bombardier e a Embraer –, seja com relação aos eletroeletrônicos, seja com relação aos calçados, têxteis etc.

Sabemos que a atuação da OMC na regulação dessas relações é fundamental, e ter uma pessoa... Eu não tive a honra, que o Senador Lasier teve, de recebê-lo em meu gabinete, eu não pude recebê-lo, mas eu tenho a certeza de que o senhor tem competência e capacidade de bem nos representar.

As questões sugeridas são as seguintes.

O Brasil, como apoiador que é do sistema multilateral, recorre amiúde ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC em casos de disputas comerciais envolvendo interesses de empresas nacionais. Como avalia V. Exª a efetividade desse mecanismo? Quais são as principais disputas em curso envolvendo o Brasil? Qual é o potencial impacto delas sobre os nossos fluxos de comércio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma dificuldade muito grande – eu sou engenheiro eletricista – com relação à questão da tecnologia, principalmente com relação à questão da captação de energia solar e a outras questões que no Brasil estão caríssimas. O povo está precisando, há uma demanda enorme, mas não se está seguindo uma lógica, muitas vezes por causa dessas guerras comerciais todas. O que o senhor pensa que poderia facilitar para a gente, principalmente nesse setor?

O anúncio feito recentemente pelo Presidente Donald Trump, de que adotará tarifas sobre as importações de vários produtos pelos Estados Unidos, parece ter levado o comércio internacional ao cenário prevalecente antes da criação da Organização Mundial do Comércio, quando as rivalidades comerciais entre os países se traduziam em verdadeiras guerras comerciais.

Eleito com base em uma plataforma de campanha voltada para o fim do déficit de que padece a balança comercial dos Estados Unidos, o Presidente norte-americano vem adotando medidas altamente restritivas às importações, entre elas a imposição de cotas e sobretaxas às importações do alumínio e do aço brasileiro, que impactam profundamente as nossas exportações daqueles produtos aos Estados Unidos. O Brasil argumenta que 80% das exportações do aço brasileiro são de produtos semiacabados, que passarão por reprocessamento antes de chegarem ao consumidor final dos Estados Unidos. Segundo a proposta americana, haverá uma cota de exportação de aço brasileiro calculada pelo volume médio das vendas realizadas nos Estados Unidos de 2015 a 2017 para produtos acabados e semiacabados. Assim, a cota de semiacabados será de 3,5 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 7,4% em relação ao volume importado em 2017. Já o teto para os acabados será de 687 mil toneladas, na média de 2015 a 2017, com redutor de 30%.

Segundo amplamente noticiado pela imprensa, a chamada guerra do aço poderá afetar profundamente uma indústria com 200 mil empregos no Brasil, no momento em que há 14 milhões de desempregados. Pergunto: na visão de V. Exª deveria o Governo brasileiro abandonar a estratégia que vem adotando de buscar negociar com as autoridades norte-americanas, em vez de levar o caso ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC?

Por outro lado, há temores de que a iniciativa do Presidente Trump venha a deflagrar uma guerra comercial em âmbito mundial, enfraquecendo de vez o sistema de regras da OMC, que os próprios Estados Unidos ajudaram a formular. Na opinião de V. Exª, estaremos, na era Trump, testemunhando o fim definitivo da OMC? Sei que V. Exª terá uma opinião contrária.

Eu teria aqui mais duas outras perguntas, mas, por economia de tempo, não as farei, porque acho que as mais importantes já fiz.

Vou aqui prestigiar o nosso nobre Embaixador Rafael Vidal.

Vidal, você vai para um país em conflito, um país importante na África, um país grande, continental, com muito sol e com pouca vegetação, com uma região de deserto, com muitos conflitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pergunta importante seria esta: como poderíamos aproveitar melhor as relações entre Brasil e Mali com relação ao turismo e com relação ao aproveitamento das energias, principalmente da energia solar, que no Mali é abundante?

Há outra questão: como V. Exª avalia a Minusma (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali), criada a fim de estabilizar o país após a rebelião tuaregue de 2012, para o combate ao terrorismo internacional e ao radicalismo no plano mundial? Qual a relação da Minusma com as missões da União Europeia naquele país, o Mali?

Mesmo no Brasil, que possui ampla gama de partidos, a notícia de que o Presidente do Mali, Ibrahim Keïta, foi indicado às eleições presidenciais de 27 de julho por 70 partidos causa certa perplexidade. Se nós, aqui, com 36 partidos, não estamos conseguindo administrar bem, imagine o que acontece lá, com 70 partidos!

V. Exª poderia detalhar a estrutura partidária, o sistema político do Mali, se possível, já que estamos aqui numa Casa Legislativa?

Concluindo, Mali é um país com uma riqueza histórica, tendo sido um grande império da África Ocidental, com uma riqueza musical, com músicos como Ali Farka Touré, e com uma riqueza mineral, sendo um dos maiores produtores de ouro do mundo. Mesmo assim, é um dos países mais pobres do mundo. Não é de hoje que grupos extremistas islâmicos atuam no país. Como avaliar o futuro desse conflito? Qual a importância geopolítica do conflito? A desestruturação da Líbia teve alguma influência para seu agravamento?

Quero agradecer-lhe, Sr. Presidente Collor.

Quero agradecer aos nossos sabatinados e desejar sucesso a ambos nas suas missões.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves para complementar suas perguntas.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

São duas perguntas bastante rápidas.

A presença do Brasil na OMC tem sido norteada até aqui por dois aspectos fundamentais: a transparência e o apego às normas do sistema multilateral de comércio. E que medida se pode dizer, tendo em conta recentes ações contra o nosso País no Sistema de Solução de Controvérsias da organização, que nos está afastando desses aspectos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A globalização e a regionalização constituem de tal maneira fenômenos que respondem a fatores políticos e econômicos variados, que o papel que desempenham na construção da ordem mundial contemporânea pode ser analisado de diversos modos. Na condição de Delegado Permanente do Brasil junto à OMC, como V. Exª considera o momento político por que passa a sociedade internacional, de modo especial o impacto do governo Trump nesse cenário e sua relação com o comércio internacional?

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, por incrível que pareça, eu estava percebendo aqui uma boa coincidência do Mali com a OMC. E aí vai já uma pergunta ao nosso Embaixador no Mali que tem a ver com isso.

Há alguns anos, poucos, havia um debate muito grande no sentido de que a globalização do comércio, de que a OMC é a patrocinadora principal e organizadora, estaria levando fome ao Mali porque os campos de produção de alimentos estavam se transformando em campos de produção de algodão, graças, inclusive, à Embrapa, como o senhor disse na sua fala.

Eu queria saber se, nesses anos passados, dá para dizer que os dólares conquistados pelo algodão estão sendo capazes de comprar comida ou se, de fato, aumentou a fome nesse país, embora tenha aumentado a renda, graças à exportação de algodão. Essa é uma pergunta que, de alguma maneira, tem a ver com os dois destinos dos Embaixadores.

Quero dizer, até respondendo um pouco ao Senador Lasier, que eu considero a presença do Brasil no Mali importante. Parece incrível, mas o simples fato de o Brasil ter uma bandeira tremulando nesse país, ter um Embaixador, esse simples fato é importante para um país que tem o projeto de nação do tamanho que nós somos. Além disso, desse país vieram escravos para o Brasil, ou seja, parte do sangue brasileiro tem a ver com essa região.

É um país que tem uma produção cultural que surpreende quem procura conhecê-lo. Tem um sistema educacional que não é maravilhoso, mas é também bastante surpreendente para quem conhece a situação dos outros países, inclusive do Brasil. E é uma cidade agradável aquela em que o senhor vai estar.

Além disso, costumo dizer e já disse aqui que, para o Embaixador, o currículo melhora em Genebra, mas a biografia melhora em Bamako. Eu creio que é um bom lugar para se estar, observando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que acontece na África e representando bem o Brasil em um continente em que nós deveríamos estar cada vez mais presentes.

O custo de uma embaixada é muito menor do que pensam quando a gente compara o benefício de ter essa presença. E não só benefício econômico, porque acho que embaixador não é caixeiro viajante; pode até ajudar, mas não é o principal papel. Mas estar presente na África, creio, será cada vez mais importante para o Brasil.

Quanto ao Embaixador Parola, eu queria fazer, primeiro, um comentário. Eu tenho insistido em que é muito mais importante estarmos influindo na OMC do que estarmos no Conselho de Segurança da ONU com cadeira permanente. Acho que esta é uma das poucas discordâncias que tenho em relação à política externa brasileira: a obsessão por uma cadeira permanente no Conselho, ou seja, querer estar com *hard power* ao invés de *soft power*, porque, ao entrar no Conselho, tendo cadeira permanente, passamos a ver pelo resto do mundo como se fôssemos um dos grandes, mas não somos. Isso, sim, tem um custo alto e não traz, a meu ver, grandes vantagens. Vantagem traria se o Brasil liderasse um movimento, mesmo sabendo que não conseguiria realizar, de acabar com as cadeiras permanentes, ou seja, os cinco grandes não teriam cadeiras permanentes; seriam como qualquer outro do ponto de vista do voto, não do ponto de vista da força.

Acho que o senhor vai estar em uma posição fundamental do processo mundial civilizatório nas próximas décadas, em um ou dois séculos, que é a marcha à globalização. Ela começou pelo comércio – é óbvio que teria sido isso –, mas, lamentavelmente, parece estar parando no comércio.

Eu vejo, Senador Collor, que, ao lado da internacionalização do comércio, o Mediterrâneo é uma barreira para a entrada de povos do mundo na Europa. Entendo a dificuldade de receber todos os povos na Europa; por isso, deveríamos ter uma política para reduzir a necessidade de emigração, em vez de um muro para evitar a imigração.

Para mim, o problema maior não é o Trump querer fazer um muro para proteger o seu país, mas é o fato de ele não querer dar condições ao resto do mundo para que não precise pular o muro. Para isso, sim, deveria haver um programa, que seria a expansão da globalização aos outros setores. Por exemplo, quando vamos globalizar a saúde, a educação, o saneamento? Seria um grande programa mundial, uma espécie de Marshall Plan, agora não para a economia, mas para o social.

A OMC não é o lugar para isso – como está bem escrito, o C é de comércio –, mas é um ponto de partida para refletirmos sobre, ao invés de barrar a globalização, ampliar a globalização para os setores sociais. A humanidade tem de dar esse passo em algum momento e já dispõe de recursos suficientes para conseguir fazer isso. Nós tentamos – e o Brasil tem um papel muito importante – a globalização do problema, que não será resolvido sem o que vou até chamar de planetização, que é o meio ambiente. Com a nossa reunião de 1992, o Brasil teve um papel importante nisso, mas não há os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos ainda para o controle do equilíbrio ambiental no mundo. Não temos equilíbrio, temos intenções, o que já foi um grande salto, mas não temos uma OMC do meio ambiente, embora tenhamos uma agência das Nações Unidas para o meio ambiente, mas não é o mesmo. Não há regras ainda claras para que a produção automobilística se ajuste às exigências do equilíbrio ambiental. Então, a primeira coisa é essa. É só uma referência.

Agora, eu queria fazer duas perguntas. A primeira é: quais são as ameaças que a gente pode ter do ponto de vista do comércio? Qual é a produção brasileira que hoje é feita visando ao comércio internacional, que, de repente, pode ser barrada, se outros presidentes fizerem o que o Trump fez, saindo dos acordos comerciais? Se ele saiu do acordo nuclear, quem garante que ele não vai sair dos acordos comerciais? Aliás, saiu já. Logo nos primeiros dias, ele saiu do acordo do Pacífico. Então, quais são as ameaças que podem pesar sobre a economia brasileira se outros países começarem a relegar a OMC, como o Trump tem feito com outros acordos internacionais?

E a outra pergunta é: quais são os setores de contenciosos que vamos ter no futuro na OMC? E aí eu cito um caso para saber se vai ser ou não um contencioso: as tarifas sobre o aço brasileiro. Isso aí vai se transformar num contencioso do Brasil contra os Estados Unidos? Ou não há como fazer isso? Ou não adianta?

Essas são as duas perguntas, Embaixador, dizendo que o senhor estará numa posição extremamente importante do ponto de vista concreto das relações internacionais. O senhor, Embaixador, estará num ponto importante do ponto de vista das relações humanas no Planeta a partir da presença do Brasil.

Eu desejo muita sorte aos dois, porque a sorte do Brasil depende do resultado do trabalho internacional de pessoas e servidores como vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eminentes Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, bem disse o Senador Cristovam que a diversidade do mundo nos oferece hoje algo muito interessante, que é ter em vista dois embaixadores que vão para realidades completamente distintas: Genebra, considerada a capital diplomática do mundo, talvez a cidade mais elegante que nós temos; e Bamako, que dizem que é uma capital africana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Rafael, eu me lembro bem – eu não sabia, fiquei até muito entristecido com a notícia que V. Exª nos dá do falecimento de seu antecessor –, há poucos anos, Presidente Collor, da sabatina do então Embaixador, ainda sob a gestão do Ministro Aloysio, Presidente desta Comissão, quando ele comentava aqui sobre as dificuldades do posto, da situação climática de Bamako, da situação de guerra civil, das doenças, da própria fragilidade de infraestrutura na Embaixada. Foi relatado um quadro aqui com que, à época, nós até nos espantamos, e ficamos um pouco entristecidos com a situação de ele enfrentar um desafio, mas ele ia entusiasmado e com muito vigor e energia. Eu espero que o seu falecimento não tenha decorrido de uma das condições locais. Estou vendo, pelo seu meneio, que talvez isso tenha até colaborado, porque é um posto, de fato, muito difícil. A despeito de tudo que disse muito bem o nosso Senador Cristovam, da potencialidade da República do Mali, é um posto que, de fato, exige muito esforço, dedicação e, reitero, sacrifício daqueles que lá trabalham.

Faço votos de que V. Exª não só consiga, de fato, superar as questões, volto a dizer, de infraestrutura para o exercício de sua missão, que é relevantíssima, mas também consiga, na questão do algodão e da aviação, uma boa parceria comercial, política e diplomática com essa república de influência francesa.

Aproveito, como soube só neste momento, para apresentar aqui meu lamento, junto ao corpo diplomático do Itamaraty, quanto ao falecimento do Embaixador anterior, que fez aqui uma bela exposição. Não imaginávamos que ele teria, de fato, esse desenlace triste.

Ao eminente Embaixador Parola, com que nós já conversávamos ontem também, a pergunta é muito singela e foi objeto até de nossas conversas.

Nesta semana, Presidente Collor, em razão de sua designação, eu presidi aqui parcialmente o debate que houve na segunda-feira, um debate riquíssimo sobre a questão econômica. O economista José Tavares, por sinal até casado com uma prima minha, mostrava entraves que o próprio Brasil coloca em termos de importação. Então, até fazendo coro com as indagações que nós sempre fazemos, nós queremos saber por que os outros países, principalmente os da Europa, não permitem a livre entrada dos nossos produtos.

Ora, vamos olhar para nós mesmos. Nós a permitimos? Qual é a posição hoje do Brasil, Embaixador, e V. Exª será cobrado disso, em termos de barreiras nos produtos agrícolas, nos produtos siderúrgicos?

Disse aqui o economista, na segunda-feira, Presidente, que o Brasil tem o PVC mais caro do mundo em razão de tarifas de importação. Quer dizer, isso dificulta. Não adianta nós exigirmos do nosso corpo diplomático, dos nossos negociadores que consigam abrir as barreiras se nós mesmos colocamos barreiras aqui quase intransponíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é a indagação que coloco ao eminente Embaixador, que, certamente, fará lá, até pelo brilho que tem na sua carreira – na área econômica, já desenvolveu esse papel anteriormente –, um posto muito bem-sucedido. Tenho a certeza de que terá muito êxito, desde que tenha, é claro, a colaboração da nossa política econômica e da nossa política de comércio exterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal para iniciar as respostas às indagações formuladas por S. Exªs os Srs. Senadores e a Srª Senadora.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exªs pelas indagações feitas, pelos comentários e sugestões de linha de ação.

Passo a buscar responder, uma a uma, sem eventualmente duplicar minhas respostas; vou tentar evitar isso.

Ao Senador Pedro Chaves, em relação aos resultados da Embaixada, quero dizer que, desde 2008, a Embaixada do Brasil em Bamako funciona com recursos muito pequenos em relação a não apenas orçamento do Ministério das Relações Exteriores, mas em relação ao orçamento da União, como um todo, eu diria assim. Eu posso, inclusive, dar números, porque acho que os números ajudam a compreensão dos fatos. O custo total da Embaixada do Brasil em Bamako gira em torno de US$160 mil ao ano entre as despesas de custeio, que estão mais ou menos em US$60 mil ao ano, custeio e manutenção do posto, e as despesas de pessoal, que estão em US$100 mil ao ano mais ou menos. São dez auxiliares locais, dois assistentes de chancelaria e, no momento, um diplomata.

Apenas a venda dos Super Tucanos neste ano gerou quase US$60 milhões em ingresso para o Brasil. Eu fiz um cálculo muito aproximado do que isso representa em relação à Embaixada do Brasil no Mali. A venda dos Super Tucanos permitiria manter a Embaixada do Brasil no Mali, sozinha, por 60 anos, se considerássemos só essa operação comercial que nós fizemos agora. Evidentemente, a Embaixada, nos próximos 60 anos, com essa arrecadação poderia gerar muito mais negócios, muito mais oportunidades comerciais de exportação para o Brasil do que a simples venda desses aviões que abriram a porta.

Provavelmente, essa não será a última negociação da Embraer. Eu estive com a Embraer justamente nesta semana, não apenas com a Embraer, com a representação da Embraer aqui em Brasília, mas também com o Comando da Aeronáutica, que trata da coordenação de novos projetos aeronáuticos. Eles consideram o mercado do Mali... É difícil para mim falar em mercado do Mali, porque o Mali vive uma guerra; evidentemente, a gente não deseja que as exportações bélicas sejam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tônica do comércio exterior. Mas o Mali precisa disso, porque o Mali está em guerra. O Mali está numa guerra feroz contra um inimigo invisível e muito agressivo.

Portanto, a nossa intenção é colaborar com o governo do Mali para que essa primeira operação comercial dos quatro Super Tucanos se transforme em novas operações comerciais em ajuda e fortalecimento da segurança daquele país.

Em conversas com a Embraer, por exemplo, nós pleiteamos a possibilidade de que o Brasil, através da Minusma... Existem várias respostas minhas que são conectadas com algumas perguntas. Mas uma das primeiras missões que eu tenho ao chegar ao posto, além de contatos com as autoridades do Mali, serão os contatos com os fóruns, com as organizações internacionais ali presentes. A Minusma tem como representante especial o Secretário-Geral da ONU, com sede em Bamako. Além disso, o centro de treinamento da União Europeia também tem sede em Bamako. A Espanha tem o maior contingente de efetivos lá, são 300 militares, além das próprias organizações africanas. Existem também presenças bilaterais importantes no país, como a presença norte-americana e a presença da Rússia, com atuações em apoio às Forças Armadas do Mali.

Uma das expectativas de abertura de novos negócios que as operações do Super Tucano podem gerar, além da compra de outros Super Tucanos... O Super Tucano é um avião ideal para o terreno de combate no Mali, que é um terreno dividido entre um grande deserto ao norte e uma região subtropical ao sul.

A França hoje atua lá. Aliás, esqueci-me de mencionar que, no plano bilateral, a França também está presente, mas já estava presente há muito tempo. A França atua com o Mirage, que é um avião de difícil atuação no terreno do combate a guerrilhas ou a movimentos jihadistas. O Super Tucano tem capacidade de atuação mais eficaz nessas operações de combate, mas, sobretudo, nas operações de vigilância do sistema, da movimentação terrestre das forças jihadistas no país. Por isso, o Mali se interessou tanto pelo tipo de avião que o Brasil pode produzir. Eram seis os encomendados, e eles tiveram de reduzir para quatro. Mas há a possibilidade de que, a partir de agora, isso engendre novos negócios.

Há a possibilidade, por exemplo, de utilização do KC-390, o avião de transporte da Embraer. Como a Minusma é a operação de paz que mais baixas gera no sistema das Nações Unidas hoje, sendo a segunda maior operação de paz da ONU, existe uma necessidade muito grande – li o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas – do serviço de evacuação médica urgente. No Mali, hoje, três aeroportos do país – Bamako, Mopti e Timbuktu – precisam de aeronaves de evacuação médica em caráter de urgência. E o KC-390, pelo que tenho sido informado pela Embraer, é uma aeronave muito mais eficaz nessa atuação do que o Hércules, que é usado pela força aérea francesa. Portanto, aí também já existe uma oportunidade de ajudar o governo do Mali através da exportação dessas aeronaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se apenas os quatro Super Tucanos são capazes de manter a Embaixada do Brasil no Mali por 60 anos, imagino que um KC-390 vá mantê-la por 500 anos no Mali.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Sem contar que é o mais rico do mundo.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Mas, evidentemente, a atuação da Embaixada não se limita à área comercial. O Brasil tem uma responsabilidade global. Na Diplomacia brasileira, nós procuramos ver a atuação da Diplomacia como uma atuação de responsabilidade regional, na América do Sul, e também global.

Eu sempre imagino que um Presidente da República, quando assume o seu cargo, no seu primeiro dia de mandato – e o senhor sabe muito bem, Presidente, o que deve ser isso –, deve ver o mapa do mundo, olhar para o Brasil e imaginar o que ele vai fazer com aquele país: "Como vou fazer para este País se desenvolver, enriquecer, trazer justiça social, igualdade, produção industrial e crescimento? Como vou fazer isso?" Eu penso que um Presidente da República não pode imaginar que a atuação deste País se faça fechada em si mesmo. O Planeta é como um condomínio. É impossível viver em uma casa, num condomínio com 80 outras casas, em que a gente pense simplesmente em fechar os muros, plantar lá dentro, educar os nossos filhos sem sair de casa, produzir internamente e não se relacionar com o mundo.

Na Diplomacia, a lógica é muito parecida. O Brasil tem uma responsabilidade global, o Brasil necessita de uma atuação internacional. Em alguns países, já existe uma presença muito mais antiga, evidentemente. Nos países europeus, nos países norte-americanos e nos países sul-americanos, a nossa agenda já é uma agenda forte e intensa. Mas acredito que um dos maiores desafios e, talvez, um dos desafios mais interessantes da nossa Diplomacia seja a construção de novas agendas no exterior, justamente naqueles países em que, hoje, não há essa agenda ainda tão bem construída.

Eu me recordo de uma frase do Presidente americano Theodore Roosevelt, quando foi criticado ao ser abordado sobre a construção do Canal do Panamá. Diziam a ele, em 1900: "Mas, Presidente, não existe comércio entre o Atlântico e o Pacífico. Por que o senhor vai gastar tanto dinheiro construindo um canal?" A resposta dele foi esta: "Construam o canal, façam o canal, e o comércio virá." E, hoje, nós sabemos o que significa o Canal do Panamá.

Portanto, a atuação de uma embaixada é muito semelhante à construção de um canal. Se nós não tivermos a embaixada, que custa realmente muito pouco, esse comércio não virá, esse comércio vai ficar estancado, e nós vamos ficar dependendo do que já temos hoje em dia com o mundo, muitas vezes com barreiras comerciais, com dificuldade de penetração. O governo do Mali é extremamente reconhecido hoje pelo fato de o Brasil designar um embaixador para aquele país naquelas condições. Nós recebemos informações da nossa Embaixada em Bamako de que o governo do Presidente Keïta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está extremamente agradecido pelo fato de que o Brasil vai voltar a ter uma representação em nível de embaixador – não a tinha pelo falecimento do Embaixador anterior. Isso significa, em outras palavras, que, na pacificação do país, o Brasil vai ter uma posição proeminente em relação a outros países. Isso foi dito, inclusive, ao nosso representante atual lá. O Brasil terá uma consideração destacada em relação àqueles países que não apostaram na paz do Mali. Nesse sentido, considero que os resultados da Embaixada, desde 2008, são altamente proveitosos.

O projeto do algodão no Mali tem sido revolucionário, é o melhor projeto que nós temos ou é o projeto mais eficaz que nós temos hoje na Agência Brasileira de Cooperação.

Na área de defesa, como já falei, as perspectivas são muito grandes também no sistema de vigilância. A Embraer tem interesse em penetrar no mercado do Mali de fornecimento de sistema de vigilância de monitoramento terrestre. A ameaça a Bamako em 2013 só foi detectada graças ao serviço de inteligência francesa que operava no país, que pôde detectar deslocamentos diários das células terroristas em direção à capital do país. Portanto, eles têm interesse na compra desses equipamentos também.

Na área de infraestrutura, o Brasil estava com a Andrade Gutierrez no Mali até 2012, construindo uma estrada nova entre a capital e Timbuktu, o que fomentaria, evidentemente, o turismo de uma maneira exponencial, mas a obra teve de ser interrompida em função do golpe de Estado, da intervenção militar francesa e da ameaça do jihadismo. Mas as portas continuaram abertas para futuros investimentos na área de infraestrutura.

Em relação à pergunta sobre a Minusma, se ela não promove a paz e se houve militar brasileiro morto, devo dizer que não, que o Brasil não participa da Minusma. Acredito que uma das minhas responsabilidades ao chegar ao posto, evidentemente, com a instrução, a orientação da Presidência da República e do Sr. Ministro de Estado e com a anuência do Senado, que tem de aprovar esse tipo de participação, seria esta: eu deveria explorar as formas como o Brasil poderia passar a atuar na Minusma. Existem mecanismos outros, não apenas os de combate em terreno. Existem formas de atuação na Minusma no apoio logístico e até mesmo no monitoramento do processo de paz. Nós conhecemos a capacidade do Brasil, na Diplomacia, de mediar conflitos. E eu acredito que a Diplomacia brasileira poderia participar do esforço de monitoramento e implementação do processo de paz.

O processo de paz de Argel, de 2015, que envolve o governo, as forças independentistas políticas e também as milícias pró-governo que se sentaram à mesa para negociar, tem dezenas de objetivos de implementação. Eu acredito que o Brasil pode tentar ajudar de alguma forma na Minusma, além, por exemplo, do apoio logístico de evacuação médica. Enfim, acho que nós deveríamos nos posicionar para atuar na Minusma, uma vez que a Minusma busca a estabilização de um país que é crucial no tabuleiro estratégico mundial, não apenas africano, mas mundial também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Ana Amélia, V. Exª me perguntou sobre os Super Tucanos e a defesa. Eu não sei se, de certa forma, eu respondi, na resposta ao Senador Pedro Chaves, mas alguns elementos adicionais poderiam ser acrescentados.

Na área de defesa, especificamente, além dos aviões, do sistema de vigilância e do KC-390, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, o último relatório, menciona tremendas dificuldades pela ausência de veículos blindados no apoio ao transporte terrestre de tropas das Nações Unidas naquele país. Portanto, essa é uma oportunidade também em que, talvez, nós possamos atuar.

Há o treinamento militar. Acho que podemos explorar a possibilidade de treinamento militar. Nós sabemos da excelência do Exército brasileiro, das Forças Armadas brasileiras. Nós já fazemos cooperação militar em diversos países mundo afora, e eu acredito que o Mali pode ser mais um deles. Eu vou, pelo menos, buscar explorar mecanismos para que isso possa acontecer.

Recebi informações de fontes diferentes sobre a possibilidade da criação da Adidância de Defesa do Brasil no Mali. Isso também deveria ser consultado com as autoridades brasileiras competentes.

Sim, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Só acrescentando, o senhor chegou a conhecer o KC-390?

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Não *in loco*, mas, sim, eu recebi uma informação, um *briefing*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um portfólio?

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós fizemos uma visita oficial, a convite da Embraer Defesa. É realmente uma tecnologia extraordinária. Ele supera, em larga vantagem, o Hércules, que é usado ainda hoje, o velho Hércules. Mas aquele é uma revolução tecnológica. Então, acho que o Brasil está de parabéns nisso. É um avião de muita eficiência operacional, com avanço tecnológico extraordinário.

Quanto aos blindados, no Rio Grande do Sul – é preciso puxar a brasa, Senador Lasier, para o nosso lado –, Santa Maria é a capital brasileira dos blindados. Existe cooperação também com outros países na área de blindados, que estão sendo modernizados também com a adoção de *softwares* que protegem o militar que está no comando do blindado, ficando inteiramente protegido. Ele tem um sistema de radar e de GPS que faz um autocomando com alta tecnologia. Então, estamos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançando nessa área, que pode ser um espaço novo nessa relação bilateral, para ajudar este País que tantas carências tem, Sr. Embaixador.

Então, parabéns pela exposição que o senhor fez!

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Tomei nota das suas observações e vou procurar implementá-las.

Sim, foram muitas perguntas. Eu peço perdão aos Srs. Senadores se, eventualmente, eu pular alguma. Eu vou passar para as próximas perguntas dos demais Senadores.

Acho que à Senadora Ana Amélia já atendi.

Senador Lasier Martins, minhas prioridades serão, inicialmente, as de manter contato com as autoridades do governo do Mali para conhecer melhor as necessidades do Mali em relação à ajuda ao desenvolvimento e à defesa. Como eu mencionei na minha intervenção inicial, pretendo dar enfoque prioritário às iniciativas que o Brasil pode ter com o Mali de ajuda ao desenvolvimento do país, às diversas facetas de cooperação, em que temos vantagem comparativa. Podemos ajudar com relativamente poucos recursos, mas com *know-how* nosso e presença no país.

Outra prioridade vai ser o contato com as organizações internacionais que lá estão presentes, que são estas que mencionei: as Nações Unidas, a União Europeia, as Forças de Defesa africanas e outras entidades internacionais, ONGs (organizações não governamentais), agências de ajuda humanitária.

A crise alimentar no Mali é imensa – 30% da população hoje sofrem restrições alimentares –, e eu acredito que o Brasil tem um papel a desempenhar também. Nós sabemos que temos excedentes alimentares em algumas áreas, e pode ser que nós tenhamos capacidade de ajudar nisso.

Além disso, há várias outras iniciativas no campo cultural, no campo da promoção do Mali no Brasil e da promoção do Brasil no Mali. Existe a atenção consular, que é importante. Existem situações de exilados do Mali, pessoas que buscam asilo no Brasil, e isso tem crescido. Projetos de cooperação cultural com o Mali têm crescido. O projeto de bolsas de estudo e de convênios para alunos estrangeiros tem começado a ser procurado pelo Mali; neste ano, já há dois alunos do Mali que desejam vir ao Brasil. E por aí vai. Existem diversas iniciativas nesse campo.

Na área de infraestrutura e de investimentos, vou manter contato com o Ministério da Indústria e Produção do Mali para saber as necessidades que eles têm no campo de investimentos novos. Sei da informação já de uma empresa brasileira que atua em Burkina Faso e que tem interesse, na área de engenharia, de atuar também no Mali. Portanto, vamos nessa direção chegar lá e em outras mais.

Tendo em vista que meu tempo é curto, eu vou saltar algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Hélio José pergunta: "Como aproveitar melhor o Mali para turismo e energia solar?" Energia solar é um dos temas que o Mali... Talvez, eu não tenha mencionado em outras intervenções, mas a bioenergia é um dos temas por que o Mali já nos procurou buscando ajuda. A incidência do sol no país é imensa, infinita, e a nossa tecnologia é de ponta. Portanto, nós temos como ajudá-los também nessa área. Existem cortes de energia regulares no país. Eles têm a intenção de retomar a produção industrial, que foi estancada depois do golpe de Estado.

Hoje, o Mali vive numa fronteira entre a intensificação do conflito e uma estabilização mais duradoura; os dois cenários podem acontecer. A comunidade internacional está ajudando a evitar esse primeiro cenário, que seria a intensificação do conflito. Eu acho que o Brasil tem muito a fazer nessa parte. Evitando-se a intensificação do conflito, a estabilização do país vai gerar imensas oportunidades para o Brasil. Se nós hoje, nesse cenário tão difícil que o País vive, já estamos colocando os pés de forma muito firme lá dentro, eu não imagino o que seria com o país estável, pacificado, com o potencial que o Mali apresenta, com a riqueza abundante que o país apresenta. O país tem uma extensão territorial imensa, é o terceiro maior país da África, um continente... Eu acompanhei a audiência pública sobre a África que foi organizada por V. Exªs aqui há poucas semanas, e nós vimos que o potencial da África é imenso. A China já está lá muito forte; está no Mali, inclusive. A China tem construído pontes e rodovias no Mali, o que trará um retorno também para aquele país no futuro.

Senador Hélio José, sobre o sistema político, trata-se de um sistema unicameral, com 147 Deputados. O sistema distrital é puro e semipresencial, com um Primeiro-Ministro, nos moldes da França.

O que explica a quantidade de partidos tão grande é que não existe a necessidade de representação nacional. Portanto, qualquer pequeno vilarejo no país pode formar o seu partido. Isso é o que explica que existam 66 partidos concorrendo às eleições. Mas, na verdade, são quatro partidos que concorrem. As indicações que nós temos são as de que... Talvez, eu não deva entrar nesse detalhe sobre tendências eleitorais. Talvez, as autoridades do Mali não apreciassem esse tipo de comentário. Mas elas estão disponíveis nos meios da imprensa.

Senador Cristovam, agradeço-lhe pelas suas considerações. Acho que, de certa forma, respondi a uma inquietação sua em relação ao papel da diplomacia no mundo e à abertura de novas embaixadas.

Acreditamos que a produção do algodão, que tem gerado recursos maiores para os produtores do Mali, será um fator de incremento da renda. Já tem sido um fator de incremento da renda dos produtores agrícolas no país. Isso faz com que a demanda por outros produtos agrícolas se incremente. A produção de algodão não ocupa uma área tão extensa do território do Mali, mas o Brasil tem ajudado a aumentar a produtividade. Isso é importante também. A produtividade do algodão do Mali aumentou em 20%, graças ao projeto da Embrapa. Com isso, os agricultores do Mali têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirido sementes brasileiras, têm produzido mais, têm aumentado a sua renda. Existe a expectativa de que eles possam, com isso, fomentar também a produção de novos gêneros alimentícios.

Eu pretendo, ao chegar ao posto, também examinar as formas com que nossa cooperação na área do algodão se pode ampliar para a produção de gêneros alimentícios. Vamos examinar a forma com que a produção agrícola, a agricultura pode se ampliar e alcançar gêneros alimentícios também, porque o Mali é um grande importador de alimentos hoje, efetivamente.

Senador Antonio Anastasia, agradeço-lhe pelas suas considerações. De fato, a situação do posto não é das mais fáceis, mas nós não vamos para essas missões com essas considerações em mente. O que nos motiva efetivamente é poder criar os instrumentos de trabalho necessários para que possamos aumentar a colaboração, a atuação, a participação do Brasil no Mali e vice-versa.

Nós temos obtido muito apoio do Ministério das Relações Exteriores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL – Isto é importante que se diga: graças a um orçamento um pouco mais estabilizado, nós temos obtido muito apoio do Ministério das Relações Exteriores na criação de condições de trabalho nos postos mais sacrificantes, os chamados postos do serviço exterior brasileiro. Então, eu acho que eu teria condições mínimas de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal pelas suas respostas.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Alexandre Parola.

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou tentar responder na ordem em que as perguntas foram feitas por V. Exªs, o que faço precedido de um agradecimento, que eu gostaria de apresentar a todos, pelas palavras generosas de que pude ter o benefício.

Quero agradecer, mais uma vez, a V. Exª pela condução dos trabalhos.

A primeira pergunta foi feita pelo Senador Pedro Chaves, com quem eu tive o privilégio de conversar ontem.

Eu não poderia concordar mais, eu concordo essencialmente com o senhor: a missão do diplomata brasileiro hoje não é de representação, mas é de defesa ativa, engajada, dos interesses nacionais em sentido muito concreto. A diplomacia não se faz em abstrato; a diplomacia, em última

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instância, ou em primeira instância, é a defesa dos interesses nacionais, a defesa da prosperidade, da criação de empregos, da geração de renda, inclusive por mandato constitucional. O artigo da nossa Constituição que lida com os temas políticos externos estabelece a busca do desenvolvimento comum dos pilares, e o Itamaraty, fiel à Constituição e fiel a uma longa tradição diplomática, segue isso. Dessa forma, a sua referência a uma diplomacia ativa, proativa, voltada para alavancar o desenvolvimento, eu tomo, desde logo, como uma instrução de V. Exª, como uma instrução da República.

Como vou seguir por ordem cronológica, se V. Exª me permitir... V. Exª fez a pergunta numa segunda instância. Se V. Exª estiver de acordo, eu responderei primeiramente as perguntas da Relatora, a Senadora Ana Amélia.

Eu concordo inteiramente com V. Exª, Senadora: vai precisar mais do que parola, vai precisar de trabalho. E vai precisar também de instruções claras, mais uma vez, de engajamento e não só do apoio do Itamaraty, do Executivo, da Diplomacia pública legislativa, mas também de uma missão em Genebra que é muito bem lotada. Será um privilégio, se V. Exªs me aprovarem, chefiar essa missão. Tenho colegas do mais alto nível – alguns deles eu vejo aqui –, são colegas que me inspiram o orgulho de dizer que pertenço à mesma instituição a que eles pertencem. E o mandato é sempre o mesmo, é defender o Brasil. A Diplomacia econômica brasileira também tem uma longa tradição. Realmente, é com orgulho imodesto que eu falo isso, mas eu falo em nome da instituição.

Eu concordo integralmente com a avaliação de V. Exª: a questão do frango não me parece uma questão sanitária. Uma questão sanitária dificilmente levaria um ano, não é? Eu tomei a liberdade de trazer algumas notas, e a justificativa que a Comissão Europeia deu é que foram "deficiências detectadas no sistema de controle oficial". Ora, para levar um ano... As deficiências estão em quem as detecta. E, muito prontamente, o Ministro Blairo Maggi respondeu exatamente na mesma linha de V. Exª, dizendo que isso é uma proteção comercial disfarçada de questão de saúde.

Isso nos traz ao ponto que também V. Exª mencionou, que é a dimensão da regulação interna como um fator de inibição de fluxos de comércio, no fundo de acesso a mercados, de inibição de acesso a mercados. Essa questão me traz ao ponto que eu mencionei: a importância, na ausência de um esforço negociador multilateral mais amplo, já que uma nova rodada não foi lançada e que a Rodada Doha está virtualmente morta ou virtualmente paralisada, da nossa atuação nos comitês regulares. E dois comitês me parecem particularmente importantes: um é o Comitê de Barreiras Técnicas, chamado TBT; o outro é o SPS, que é o Comitê de Barreiras Fitossanitárias. O que se decide nisso tem um impacto potencial enorme em termos de restrição ao comércio. Dependendo de como se estabeleçam regulamentos, nós simplesmente não teremos acesso.

Eu fiz uma referência a isso, à questão dos padrões privados. Acho que a questão dos padrões privados não é uma questão menor. Os países desenvolvidos, do ponto de vista conceitual, têm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto, eles dizem assim: "Mas, se é privado, por que a OMC vai se debruçar sobre isso?" O problema é que o estabelecimento do padrão é privado, mas o efeito é público; essa é a nossa argumentação. Dessa forma, nós somos muito reticentes ao uso não regulamentado, não propriamente debatido de padrões privados.

V. Exª fez referência ao tema da guerra comercial. Se eu puder, vou juntar à resposta que eu ofereço a V. Exª uma pergunta que me foi submetida também pelo Senador Cristovam: qual foi o impacto desse documento que nós circulamos em defesa do multilateralismo? Hoje, um problema ou um risco potencial na OMC é o de que os Estados Unidos, que se têm notabilizado pelo *slogan* de *America First*, passem a ser *America Alone*. Esse é um problema. E o problema da América sozinha é: o que você faz com uma OMC em que a América está sozinha?

Esse manifesto foi muito bem recebido, esse documento em defesa do multilateralismo foi muito bem recebido. A delegação da União Europeia já apresentou um papel conceitual em defesa do multilateralismo. Eu entendo que nada nos impede que nós sejamos muito vocais e muito articulados na iniciativa de uma construção de uma frente que poderíamos chamar de Amigos do Multilateralismo. O multilateralismo, estou convencido, nos convém, porque um mundo de regras nos convém.

Dessa forma, os riscos de uma guerra comercial estão presentes, são ainda latentes. Não acredito que nós estejamos já em uma guerra comercial. Diante dessa perspectiva, parece-me mais urgente do nunca a defesa do Sistema Multilateral de Comércio.

Como eu havia mencionado na minha apresentação inicial, eu entendo, sim, que há um risco existencial à OMC, e tentar reduzir esses riscos é uma das missões da missão em Genebra, da delegação em Genebra.

V. Exª fez referência à legislação na área de informática. Se eu entendo bem, isso é parte da grande disputa em torno do Inovar-Auto, em que havia disposições sobre informática. A próxima reunião do Órgão de Apelação, se não me engano, será realizada no dia 18 de junho, e nós estamos apelando ainda. Se entendo bem, a menos que V. Exª possa me corrigir, acho que é nesse âmbito que isso está abrangido. A decisão não é final ainda. Nós perdemos as disposições iniciais no âmbito do Inovar-Auto. Isso explica um pouco a necessidade do projeto 2030, para superar as questões que foram criticadas pela OMC, que foram julgadas em não conformidade com nossas obrigações. Algumas disposições da Lei de Informática estão abrangidas também nesse debate. Esse debate está em aberto, nós estamos apelando ainda.

Dessa forma, é o que tenho presente sobre isso, a menos que V. Exª se incline para mais detalhes. Eu lhe agradeço muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem em que as perguntas foram formuladas, eu passaria agora às perguntas extraordinariamente... As do Senador Pedro Chaves estão mais adiante.

A pergunta que foi feita pelo Senador Lasier Martins, com quem também tive o privilégio de me avistar – agradeço muito a sua referência –, é a seguinte: de que modo o Brasil pode conquistar maior presença no mercado europeu? O que se pode fazer?

Eu acho que é um binômio. Primeiro, precisamos ser competitivos, e isso nós somos, nós somos virtualmente competitivos. Nós temos acesso ao mercado europeu, temos acesso potencial ao mercado europeu. E a ampliação desse mercado se faz por um conjunto de formas, e uma delas é combater, como eu havia dito, no âmbito dos comitês da OMC, que sejam criadas barreiras que são completamente artificiais e que não respondem ao espírito ou à letra da OMC. Isso me parece muito importante. No âmbito mais amplo de acesso aos mercados – esta era uma das negociações em curso na Rodada de Doha, que, como eu também já disse, não foi concluída –, é preciso que medidas de apoio doméstico sejam combatidas.

Se eu puder citar um exemplo – e a Senadora Ana Amélia, se não me engano, fez uma referência a isto –, falo sobre a questão do "compre o local". Fui, muitas vezes, a reuniões em Genebra, na OMC, e me lembro de que, no caminho para a OMC, que é um lugar muito bonito à beira do lago, que não é uma região pouco nobre da cidade, havia uma área do tamanho, talvez, de um campo de futebol em que, em uma parte do ano, era plantado trigo e em que, em outra parte do ano, era criado gado.

Quando eu falei isso com o delegado suíço, ele falou: "É preciso preservar a paisagem suíça." Eu disse: "Mas ao custo de plantar trigo e ter vaca aqui, no centro do Genebra? Aqui não é uma cidade barata, não é?" Guardadas as proporções, é um pouco como se tivéssemos um estábulo na 104 sul, o que é completamente não econômico. Então, é preciso realmente haver mecanismos de combate a medidas de apoio doméstico que acabem com isso ou que restrinjam muito a capacidade desse tipo de medidas, que são distorcidas. É obviamente distorcido isso.

Se eu puder, passo agora às perguntas que foram feitas pelo Senador Hélio José.

Eu me penitencio de não ter tido oportunidade de vê-lo e peço que o senhor me releve a indelicadeza. O senhor foi colega do Embaixador Roberto Azevêdo, eu fui funcionário do Embaixador Roberto Azevêdo. O que nos une é que partilhamos a admiração que temos por ele. É dos melhores Embaixadores com quem tive a honra de trabalhar. Na minha carreira, tenho tido o privilégio de trabalhar com grandes chefes, e não gostaria de deixar de fazer referência ao saudoso Embaixador Clodoaldo Hugueney, que foi meu chefe durante muito tempo, uma pessoa que admiro imenso e com quem aprendi muito, e ao Embaixador Graça Lima. Eu não tomaria o tempo de V. Exªs citando muitos, mas não gostaria de deixar de citar esses dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer pelos votos de êxito e reiterar especificamente a V. Exª que concordo com V. Exª que a tarefa da OMC é muito importante hoje. A tarefa da OMC é essencial para manter o sistema de regras. O senhor me pede que avalie ou que faça um histórico ou uma descrição, ainda que breve, das principais medidas em curso no mecanismo de solução de controvérsias. Para isso, para não correr o risco de deixar de lado alguma, eu tenho uma lista preparada.

Nós somos participantes ativos do Sistema de Solução de Controvérsias. Nós tomamos parte já de 161 contenciosos, 31 como demandantes, 16 como demandados e 114 como terceira parte, uma das modalidades. No momento, há seis contenciosos em curso nos quais nós somos parte principal. O primeiro é o Brasil-Medidas tributárias – no jargão se chama DS472 –, que é o que trata essencialmente do Inovar-Auto e da Lei de Informática, como eu aludi na minha resposta à Senadora Ana Amélia. O relatório do painel foi publicado no dia 30/8/17, que nos foi desfavorável. Está em fase de apelação agora, e a próxima audiência do Órgão de Apelação será feita em 19/6/18.

Outro painel no qual nós somos parte principal é Canadá-Aeronaves, que diz respeito aos subsídios ao Bombardier. Os impactos disso são enormes; no fundo, eles dizem respeito à capacidade de atuação e à capacidade de conquista de mercados por parte da Embraer. Não é um assunto de pouca relevância.

Um terceiro painel no qual nós também somos parte principal é Tailândia-Açúcar. Nós questionamos os subsídios à produção de cana-de-açúcar na Tailândia, nós alegamos que é uma geração de excedentes vendidos abaixo do preço de custo. Houve consultas iniciais em abril de 2016. É possível que haja uma resolução disso sem necessidade de ir a painel, o que é uma boa coisa.

Outro tema, o quarto tema, é Indonésia-Proteína animal. Há duas disputas, uma que diz respeito a frangos e uma que diz respeito a carne bovina. Sobre frangos, nós entendemos que há barreiras à importação de frango. A decisão do painel de novembro de 2017 nos foi favorável, não houve apelação, está em fase de apelação. A segunda é carne bovina, ainda nesse mesmo painel. Nós questionamos o princípio de regionalização adotado pela Indonésia. Há consultas em curso, e nós ainda não formalizamos o pedido de abertura de painel. Há um processo prévio de pedido de consulta, de forma que o painel não está formalmente estabelecido, mas nós já sinalizamos a nossa insatisfação com a situação.

E há outro que é mais antigo do que as medidas sobre aço e alumínio adotadas agora. Questionamos o uso de medidas compensatórias sobre aço por parte dos Estados Unidos. Nós entendemos que a metodologia que eles adotam não é adequada. Ainda estamos avaliando a conveniência política e técnica de levar isso a painel, mas já houve consulta sobre isso.

Em resposta mais sumária à pergunta de V. Exª, isso para nós é essencial. O algodão foi uma vitória muito importante, como já foi referido aqui; foram US$800 milhões que se transformaram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma de cooperação. No fundo, é um sistema de defesa das regras. Para isso serve o mecanismo de solução de controvérsias. Eu não sei se respondo a V. Exª. A minha sensação é a de que...

V. Exª faz referência ao tema da energia solar. Isso é interessante. Eu fui, durante bastante tempo, um dos negociadores do que se chama na OMC de bens ambientais. Há uma lista de bens ambientais, e essa negociação evoluiu muito, desde que fui negociador desse tema. Toda a tecnologia envolvida na produção de energia solar estava coberta por isso. A ideia era fazer, no âmbito da Rodada de Doha, como se fosse um adendo de produtos que, por seu impacto ambiental, fossem favoráveis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Muito obrigado, Presidente.

Nós somos muito competitivos em energia solar, nós somos muito produtivos, de forma que, se esse debate sobre bens ambientais neste novo formato que está agora avançar, para nós será muito bom.

V. Exª faz uma pergunta sobre o anúncio do Trump e me pergunta se o GATT está de volta. A resposta preliminar que eu daria a V. Exª é que espero que não. Sem prejuízo dos méritos do GATT, nós avançamos em relação ao GATT. Então, a minha expectativa é a de que este um momento mais de bravatas do que de realidade de guerra comercial. Eu espero – é uma esperança que tenho – que o cenário eleitoral americano esteja sendo muito determinante na formulação dessas bravatas, embora haja, como também eu disse, um pano de fundo importante por trás disso, que é âmbito mais amplo do surgimento de novos poderes, de novas potências no cenário internacional.

O acordo do aço – o Presidente me lembra de que eu tenho sete minutos agora – foi uma decisão do Governo brasileiro, ouvindo o setor privado brasileiro, de evitar, neste momento, levar o tema a um contencioso. A opção de nós pararmos de negociar com os Estados Unidos talvez seja uma opção que não nos convenha no momento. A despeito das dificuldades de negociação, o setor privado entende que um mecanismo de cotas preserva o acesso ao mercado mais do que a interrupção de qualquer negociação e o fechamento virtual do mercado. É mais ou menos previsível que venhamos a ganhar ou que viéssemos a ganhar um mecanismo de solução se nós invocássemos uma solução de controvérsias; o problema é o tempo para isso. Uma vitória que venha daqui a dois anos e meio tem um impacto muito grave sobre o setor industrial brasileiro, de forma que, no momento é melhor negociar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA – Passo agora para as perguntas de V. Exª, Senador Pedro Chaves. E as perguntas são extraordinariamente interessantes e muitos amplas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu posso me arriscar a respondê-las de forma muito rápida, eu não acredito que nós estejamos nos afastando da defesa da transparência e do apego às normas. Se V. Exª me permite, eu acho que é justamente o contrário. A nossa defesa do multilateralismo é uma defesa da transparência e uma defesa das normas.

Há uma pergunta ainda mais ampla – e muito me honra recebê-la – sobre o momento político na ordem mundial contemporânea. Tentando dar uma resposta em um minuto, um elemento que eu traria para articular uma resposta a essa pergunta é que este é um momento de transição. E, como todo momento de transição na ordem internacional, o arranjo institucional que corresponde às realidades de poder últimas não está claro.

Então, há um longo debate sobre isso, um debate sobre se é possível haver multilateralismo sem hegemonia, se é possível imaginar que vai emergir um grande hegemônico ao debate em torno do que se chama G2, que seria um grande condomínio de poder compartilhado entre Estados Unidos e China. Há perspectiva de um G0, em que não há hegemonia. E um debate em Teoria das Relações Internacionais é se é possível imaginar uma ordem estável sem um poder hegemônico. Esse é um debate em curso, um debate nunca resolvido.

Os momentos de transição de hegemonia são sempre momentos de crise. Se nós olharmos os anos 30, no fundo, é possível entender toda a crise que começa em 1914 e que conduz à tragédia de 1939 a 1945 como uma longa transição hegemônica, uma transição hegemônica que responde à emergência clara dos Estados Unidos como grande potência, que corresponde à insatisfação da Alemanha com seu papel na Europa – porque o drama alemão, conhecidamente, sempre foi e pode ser sintetizado como o de ser um país grande demais para a Europa e pequeno demais para o mundo –, de forma que havia uma transição de hegemonia. Eu não vou entrar nas dimensões ideológicas, na tragédia que foi o nazifascismo, mas os anos 30 foram essencialmente um momento de transição hegemônica. Essa transição hegemônica fica concluída ou fica mais ou menos estabilizada quando os Estados Unidos emergem da guerra de 1945 como os claros vitoriosos, os claros hegemônicos no sistema, e são capazes, portanto, de traduzir essa hegemonia na ordem de Bretton Woods. Isso se traduz no FMI, no Banco Mundial e, em grande parte, na OMC, digo, no GATT, que depois passa a ser OMC, de forma que esse arranjo dá estabilidade.

Qual arranjo vai emergir hoje não está claro. Hoje nós temos uma situação muito curiosa em que temos uma potência emergente já emergida – se essa palavra pode ser usada –, como a China, que passa a ser defensora tenaz da ordem liberal – é claro, pois eles emergiram à luz da ordem liberal –, e, muito curiosamente, temos os Estados Unidos, que se percebem ameaçados na sua hegemonia e que querem minar a ordem liberal: "Essa ordem liberal não está boa, porque vocês cresceram muito com ela."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o resultado disso, Senadora? Eu acho que é um privilégio histórico nosso estarmos vivos para ver. Não tenho clareza de o que vai emergir disso. Realmente seria irresponsável apontar qualquer tendência. Eu acho que os problemas estão formulados nesses termos. Não sei se V. Exª concorda com isso ou se lhe parece suficiente essa resposta.

As perguntas do Senador Cristovam Buarque, que também tenho o privilégio de chamar de professor – o Prof. Cristovam Buarque foi meu orientador de tese na UnB, uma honra para mim –, são perguntas também muito amplas, e eu concordo com as formulações.

Acho que, para um país como o Brasil, a criação de *soft power* é hoje mais importante e mais acessível do que a busca por um *hard power*. Sem prejuízo da importância do *hard power*, parece-me orçamentariamente mais caro conseguir *hard power* do que conseguir *soft power*. E nós temos um perfil que conduz ao *soft power*. Nós somos percebidos como agregadores, como construtores de consensos, como defensores de multilateralismo, como uma presença não tensionada no mundo, de forma que eu concordo com V. Exª, Senador.

Eu não sei se a pergunta que V. Exª me submeteu sobre o impacto desse manifesto de 41 países já está respondida com o que respondi à Senadora Ana Amélia.

Neste último minuto, eu gostaria de também concordar com V. Exª em que talvez seja o momento de trazer a globalização para os temas da pobreza e da desigualdade. Um dos dramas da globalização e que a leva à sua crescente impopularidade nos setores das classes médias urbanas, sobretudo dos países em desenvolvimento, mas também dos países desenvolvidos, é a sensação de que você gera riqueza, mas não gera igualdade. Esse é o drama permanente do debate de teoria política, do debate político ocidental, na verdade. O que é melhor: liberdade ou igualdade? O problema é que, na minha interpretação, se V. Exª me permite, não há uma resposta unívoca para isso. Liberdade sem igualdade não se sustenta, e igualdade sem liberdade não tem tanta graça. Então, qual é o desafio da globalização? Encontrar o justo equilíbrio entre liberdade e igualdade, em termos muito amplos.

No que diz respeito – e com isso, se V. Exª me permitir, Presidente, eu concluiria – aos temas de educação, saúde e saneamento, esses são temas da ordem do dia. Não dá para imaginar um mundo globalizado em que as pessoas não tenham acesso a saneamento e a água potável. Não dá para imaginar um mundo globalizado, que se sustente conceitualmente, politicamente, sem acesso a saúde, sem acesso a educação.

Então, concordo com V. Exª. Concordo também que a OMC tem comércio no nome, mas também é verdade que ela tem o tratado de serviços, as disposições sobre serviços, que abrem possibilidade de a educação ser tratada no âmbito da proteção multilateral, fornecida pela OMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não gostaria de cometer a indelicadeza de deixar nenhum Senador sem resposta. Queria agradecer a V. Exª, Senador Anastasia. E concordo com V. Exª; acho que a nossa busca de acesso a mercados passa também por um esforço maior de integração. Como nós faremos essa integração é uma questão muito difícil, porque no fundo toda a nossa industrialização foi feita à luz de um processo de substituição de importações que deu certo. Então, é muito difícil abrir mão do que deu certo. Ao mesmo tempo, foi voltado essencialmente para o mercado interno. Como nós nos tornamos mais abertos ao mundo, acho que esse é o desafio das autoridades econômicas e, no fundo, do setor industrial brasileiro.

Eu entendo que há uma clareza e um consenso hoje indiscutível no nosso setor industrial de que é preciso se integrar mais. E integrar-se mais não é só vender mais, é integrar-se ao que se chama de cadeias globais de valor. Isso é uma tarefa do dia. Então, eu concordo com o senhor e de alguma forma sou otimista. Como há esse consenso interno, isso nos permite avançar nesse caminho e, portanto, nos permite, com maior legitimidade ainda, pedir a abertura de mercados.

A menos de uma indelicadeza pela qual eu já me penitencio, entendo ter respondido essencialmente a todas as perguntas. Não sendo esse o caso, naturalmente sigo à disposição de V. Exªs, a quem agradeço mais uma vez pelo apoio e paciência de me ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado ao Sr. Embaixador Alexandre Parola pelas suas respostas.

Indago a S. Exªs os Srs. Senadores e Senadoras se estão satisfeitos com as respostas oferecidas por ambos os Embaixadores. (*Pausa.*)

Agradeço, portanto, a todos.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores sobre se continuaremos com a reunião aberta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam que continuemos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito agora à Secretaria desta Comissão que proceda à apuração dos votos com a colocação no painel do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico o resultado da votação das indicações desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos os Srs. Embaixadores, o Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali, e o Sr. Embaixador Alexandre Guido Lopes Parola, indicado para o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas em Genebra, foram aprovados, por unanimidade, por esta Comissão.

Desejo aos Srs. Embaixadores, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os melhores votos de êxito no posto que vão ocupar a partir da apuração dos votos no Plenário do Senado, que, sem dúvida, apoiará a decisão desta Comissão. Êxito pleno nela!

Muito obrigado aos senhores. (*Pausa.*)

Passamos, agora, à segunda parte da pauta para deliberação de matérias.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Meus agradecimentos ao Sr. Presidente, Fernando Collor; meus agradecimentos a todos os Senadores aqui presentes.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República faz do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Rodrigo de Lima Baena Soares, nascido em 11 de dezembro de 1963 na cidade do Rio de Janeiro-RJ – portanto, três anos mais novo do que eu –, é filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares. Meu pai também se chamava João. Muitas coincidências, Senador Collor.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1986 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, nesse último, a tese intitulada "Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro".

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro, em 2003; Ministro de Segunda Classe, em 2007; e Ministro de Primeira Classe, em 2015. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de Assessor Especial (2009/2011) e Porta-Voz (2011/2012) da Presidência da República; Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2012/2015).

No exterior, serviu como Segundo-Secretário na Embaixada em Assunção (1995/1996); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (2000/2003); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2006/2009) e Embaixador em Maputo (2015, até o presente).

Foi, ainda, chefe de delegação de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

A mensagem presidencial veio acompanhada, em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Peru, do qual extraímos as informações que seguem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O histórico relacionamento entre Brasil e Peru é marcado por sólidos vínculos de amizade e cooperação. A agenda bilateral caracteriza-se pela diversidade e complexidade. Nesse sentido, a circunstância de possuirmos 2.995km de fronteira dá, em larga medida, o tom das relações entre os dois países. Assim, por exemplo, foi criada em 2009 Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF). Esse colegiado cuida, entre outros, de assuntos relacionados com controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas.

No plano comercial, o intercâmbio mostra-se tradicionalmente superavitário em relação ao Brasil. Verificam-se, nos últimos tempos, oscilações nas trocas comerciais, que, no entanto, permanecem na casa dos US$3,8 bilhões. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) destaca, entre os produtos que exportamos, os seguintes: automóveis, tratores, chassis e plásticos. Ainda segundo o MDIC, importamos sobretudo naftas para petroquímica, sulfetos de minérios de zinco, cátodos de cobre refinado, sulfetos de minério de cobre e fosfato de cálcio. Em 2016, nosso país figurou como o terceiro maior fornecedor de produtos para o Peru com 5,9%, atrás de China e Estados Unidos da América; e o oitavo destino de suas exportações com 3,3%, depois de China, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Coreia do Sul, Japão e Espanha.

Outro item importante do temário bilateral é o que se vincula com a cooperação técnica. No ponto, o Peru é o país com o qual temos a mais intensa parceria na América do Sul. No momento presente, verificam-se iniciativas, entre outros, nos seguintes domínios: saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social e trabalho. Para além disso, o Brasil tem prestado superlativa assistência humanitária ao país andino em situações de desastres naturais.

Há, ainda, forte relacionamento no combate a ilícitos transnacionais, destacadamente ao narcotráfico. Nesse sentido, foi instituída Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos como espaço para acompanhamento político-diplomático da colaboração entre autoridades dos dois países visando ao fortalecimento do combate conjunto da criminalidade transfronteiriça.

No tocante à comunidade brasileira no país andino, estima-se que ela seja composta de aproximadamente 3.250 pessoas. O sumário não dá notícia do contingente populacional de peruanos e seus descendentes no Brasil. Entretanto, é de se imaginar que o número deve ser, por igual, bastante expressivo.

Diante do exposto, meu nobre Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão.

Relator: Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero comentar e agradecer a V. Exª pela designação para relatar essa importante indicação presidencial para a representação diplomática em país irmão, de um país importante, o Peru, e desejar meus cumprimentos ao nobre Dr. Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos ao segundo item.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins para apresentação do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Collor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, trata-se da indicação do Sr. Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Líbano.

Vou pular alguns pontos, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, nascido em 12 de outubro de 1953, em Salvador-BA, é filho Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto. Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1978 e a graduação em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) em 1979.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Chefe de Delegação na 36ª Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, em Eastbourne, Grã- Bretanha, em 1984; Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1995-1997); Conselheiro na Missão junto à ONU, Nova York (1997-2000); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada no México (2001-2003); Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Opanal), na Cidade do México, em 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa (2003-2005); Embaixador em Porto Príncipe (2005-2008); representante do Brasil na Conferência de Alto Nível sobre Operações de Paz Multidimensionais e Integradas, em Oslo, em 2007; Embaixador em Ottawa (2008-2010); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2011-2015), Chefe da Delegação do Brasil à Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 2014; e Cônsul-Geral em Milão, de 2015 até o presente.

A República do Líbano está localizada na região do Levante no Oriente Médio. Com população de 4,5 milhões de pessoas e uma área de 10.452km², o país faz fronteira com Síria e Israel. O país alcançou sua independência em 1943. Segundo o sistema de governo adotado, chamado de confessionalista, o presidente da República deve ser cristão maronita; o primeiro-ministro, muçulmano sunita; e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita. Tensões entre esses grupos levaram a uma longa guerra civil entre 1975 e 1990. Em 1989, o conflito foi selado pelos Acordos de Taif, que lograram a normalização do Estado libanês, mas com a manutenção do caráter confessional de sua política.

Seu Produto Interno Bruto (PIB) calculado por poder de compra em 2017 ficou em US$87,89 bilhões, o que lhe propicia renda *per capita* por poder de compra de US$19.486. Seu Índice de Desenvolvimento Humano de 2016 ficou em 0,763, colocando o país em 76º lugar entre 188 países.

São fortes os vínculos entre os dois países, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 11 milhões de pessoas. Os primeiros imigrantes libaneses chegaram ao Brasil no século XIX. Ao longo do século XX, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade libanesa no Brasil foi diversificando suas atividades, demonstrando suas vocações e talentos à medida que se integrava à paisagem nacional. Os imigrantes libaneses enriqueceram a identidade brasileira e logo começaram a registrar sua presença na política, na economia, nas artes e na gastronomia.

O Grupo Parlamentar Brasil-Líbano foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 30/79, de 6 de setembro de 1979. Seu atual Presidente é o Deputado Ricardo Izar, PSD/SP.

Em dezembro de 2014, Mercosul e Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica com o objetivo de fortalecer o diálogo econômico e promover a negociação de acordo de livre comércio. Em 2016, texto-base de Acordo de Livre Comércio foi apresentado ao Líbano e está em negociação.

A atual comunidade brasileira no Líbano conta com mais de 17 mil brasileiros residentes, estimados em cerca de 5,5 mil idosos, 9 mil adultos e 2,5 mil crianças, quase todos binacionais. Embora se encontrem pulverizados em quase todo o território libanês, um terço dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (região leste do país), empregado nos setores agrícola e de serviços.

A economia libanesa é baseada especialmente no turismo e em atividades bancárias (o setor é o maior da região em termos de participação no PIB). O Líbano possui balança comercial estruturalmente negativa, com tendência de deterioração no déficit. Em 2014 e 2015, houve melhoria dos termos de troca em razão, sobretudo, da queda no preço internacional do petróleo, repassada aos preços internos e responsável, também, pelo aumento da renda disponível no país.

Ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e o Líbano tem-se mantido estável (crescimento de 17,5%), passando de US$240,89 milhões, em 2007, para US$283,06 milhões, em 2017. O Brasil registra, tradicionalmente, superávits expressivos no comércio bilateral (US$243,94 milhões em 2017).

Nas importações brasileiras do Líbano, verificou-se considerável progressão de 853,98%, passando de US$2,05 milhões em 2016 para US$19,56 milhões em 2017. Essa vasta variação foi motivada basicamente pela compra brasileira de superfosfatos (91% do total), que estava ausente da pauta desde 2015.

O perfil das exportações brasileiras para o Líbano é majoritariamente de produtos primários (açúcar, carnes, animais vivos e café). A variação entre 2017 e 2016 do total geral foi negativa em 6,04% (US$263,5 milhões contra US$280,43 milhões). Observa-se que essa variação foi gerada, principalmente, pela redução nas exportações de açúcar, que caíram de US$72,77 milhões para apenas US$24,93 milhões. Em 2016, a carne bovina refrigerada do Brasil deteve 14% de participação nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importações libanesas, enquanto o gado vivo para abate registrou 9% do total. Aves congeladas provenientes do Brasil responderam por 3% do total de importações libanesas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o relatório, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indago a V. Exªs, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, se podemos passar ao item 5 como próximo item da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, ao item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2018

- Não terminativo -

Aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

Indico S. Exª o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc*.

Tem a palavra V. Exª, Senador Antonio Anastasia, para a apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, como V. Exª apregoou, trata-se do exame desta Comissão do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores.

O Conselho de Governadores da MIGA – agência pertencente ao Grupo do Banco Mundial – aprovou, à luz da Resolução nº 86, acima referida, emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a MIGA (Agência Multilateral de Garantia para Investimentos). A emenda ao artigo 11 prevê a supressão da exigência de pedido conjunto do investidor e do país anfitrião no tocante à concessão de cobertura a riscos específicos não comerciais.

Foi, assim, autorizada a aprovação pela Junta de Diretores, por maioria especial, da concessão da cobertura de riscos de caráter não comercial específico complementar.

Por sua vez, o artigo 12 emendado estabelece a permissão da cobertura de dívida autônoma no intuito de ampliar o processo para registro de investidores e expansão da cobertura de ativos existentes.

A emenda ao artigo 12 possibilitou a cobertura de dívida autônoma e a ampliação da cobertura de ativos existentes, bem como um maior alcance ao processo para registro de investimentos, ocasionando a expansão de modalidades de investimentos estrangeiros que proporcionam maior número de operações capazes de beneficiar os países em desenvolvimento.

O instrumento internacional em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, depois de passar pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o decreto legislativo resultante da mensagem presidencial; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Vindo ao Senado, foi a matéria encaminhada a este Colegiado e distribuída ao Senador Fernando Bezerra, de quem eu tenho a honra de ler o relatório.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal. Tampouco padece de vícios quanto à sua juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a Resolução nº 86, de 30 de julho de 2010, ao emendar a Convenção do Conselho de Governadores da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos, visa modernizar seu mandato.

No plano internacional, segundo informa a Exposição de Motivos que acompanha a mensagem presidencial, as emendas já entraram em vigor desde 14 de novembro de 2010, 90 dias após a comunicação formal da aprovação necessária pelos países membros da agência.

No plano interno, a efetiva alteração da convenção depende da aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República.

A análise sucinta da proposição e das emendas a serem por ela internalizadas no ordenamento jurídico pátrio não revela quaisquer óbices à sua aprovação pelo Congresso Nacional.

O que se busca com a emenda à alínea (b) do artigo 11 é eliminar a exigência do pedido conjunto pelo investidor e pelo país anfitrião, para as autorizações à cobertura de riscos não comerciais específicos complementares.

No caso das modificações ao artigo 12, o que se quer, conforme explica a Exposição de Motivos, é permitir a cobertura da dívida autônoma, ampliar o processo para registro de investidores e ampliar o alcance de ativos existentes.

A proposta de ampliação dos tipos de investimentos elegíveis para garantia pela MIGA permitirá que a agência ofereça garantias para tipos de investimentos bastante utilizados na atualidade, mas que não eram cobertos pela MIGA, em especial a dívida autônoma. Esta ampliação do escopo vai aumentar o número de operações da agência, isto é, o investimento em países em desenvolvimento.

Por outro lado, a possibilidade que se dá ao Conselho de Governadores de poder aprovar, por maioria especial, a ampliação das modalidades de investimento cobertas pela agência facilitará a revisão do escopo de atuação da MIGA no futuro.

Em suma, as emendas em exame são essenciais para adequar o mandato da MIGA à nova realidade da indústria de seguros e do mercado financeiro, e não compromete a capacidade do Governo do país anfitrião de escolher as operações que deseja autorizar.

Por isso, Sr. Presidente, vamos ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2018.

É o parecer do eminente Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-o agora em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Decreto Legislativo nº 23, de 2018.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Indago, novamente, aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras se nós podemos passar agora ao item 6. Invertendo os itens da pauta, passaríamos agora à leitura do item 6.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inversão da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos à leitura do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação.

Indico S. Exª a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc,* a quem concedo a palavra para a apresentação do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou resumir este relatório que eu faço *ad hoc,* do Senador José Medeiros, porque ele já foi distribuído e são dez páginas de relatório sobre esse acordo entre Brasil e Turquia. Então, eu vou ler as partes essenciais para chamar atenção diretamente ao que interessa.

Em primeiro lugar, quanto aos aspectos terminológicos trazidos no art. 1º do acordo, observe-se que a versão portuguesa foi traduzida do inglês – língua oficial que deve prevalecer em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divergência de interpretação, conforme preceitua o fecho do acordo. Ademais, o texto deste instrumento é, em grande parte, inspirado na Convenção Europeia sobre Transferência de Pessoas Sentenciadas, de 1983, aplicável a um grande número de países com diferentes tradições jurídicas. Também não se distancia do Acordo-Modelo das Nações Unidas sobre Transferência de Prisioneiros Estrangeiros, de 1985.

Quanto aos aspectos procedimentais da tramitação de pedidos de transferência ativa e passiva, compõem sua base normativa: os tratados sobre a matéria; o Decreto nº 8.668, de 2016, Anexo I, art. 10, incisos V e VI; e a Portaria nº 572, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça. Conforme o disposto nessa portaria, o juízo sobre a admissibilidade e o mérito do pedido de transferência é feito por meio de processo administrativo que corre no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, cabendo ao juízo de execução competente a liberação da pessoa condenada, no caso dos pedidos de transferência ativa, ou a indicação de estabelecimento penitenciário que receberá a pessoa condenada, no caso de transferência passiva.

O mecanismo adotado neste e em outros tratados do gênero firmados pelo Brasil adere ao sistema de aplicação indireta da lei processual penal estrangeira e de cumprimento contínuo da pena, no qual a sentença estrangeira aparece como um fato jurídico histórico, embora se requeira a dupla incriminação e a compatibilidade da execução da pena com as leis internas do Estado administrador (art. 4º, §1º, "g", do acordo).

Em consequência, o Estado administrador, que executa a sentença, embora não possa alterar seu conteúdo, aplicará a própria legislação de execução penal, o que se extrai, igualmente, do art. 9º, §2º, do acordo.

Como se verifica na Portaria do Ministério da Justiça nº 572, de 2016, no endereço eletrônico do Ministério da Justiça e no Manual de Transferência de Pessoas Condenadas (Ministério da Justiça, 2010), o estrangeiro que tenha interesse em ser transferido para cumprir o restante da sua pena em seu país de origem deve encaminhar o pedido formal de transferência ao Ministério da Justiça, que entra em contato com os órgãos necessários para recebimento do restante dos documentos, em especial do Poder Judiciário, e remete o pedido à Autoridade Central do outro Estado. Caso a resposta seja positiva, o Estado administrador, após a liberação da pessoa condenada para fins de transferência pelo juízo competente, providencia a retirada do seu nacional do Território brasileiro, em local e dia acordado pelas Partes.

A entrega da pessoa estrangeira condenada aos policiais de seu país de nacionalidade poderá ocorrer concomitantemente à efetivação da sua expulsão, uma vez que o processo administrativo para fins de expulsão tramitará paralelamente ao processo administrativo de transferência. As despesas com a transferência correm por conta do Estado que irá receber seu nacional condenado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior. O brasileiro que cumpre pena no exterior, além de fazer a solicitação ao país em que se encontra, também pode encaminhar o pedido de transferência para o Ministério da Justiça, que informa a vontade do brasileiro ao outro país. O pedido de transferência deve ser aprovado pelos dois Estados envolvidos, nos termos do acordo. Em caso de denegação, há necessidade de pronta comunicação à contraparte. O brasileiro condenado no exterior que pede transferência para cumprir a sua pena no Brasil tem seus documentos encaminhados ao juiz da Vara de Execuções Penais de onde residam os seus familiares, que providencia a vaga em estabelecimento prisional brasileiro.

Estabelecida a compatibilidade desse mecanismo de cooperação internacional com o ordenamento jurídico brasileiro, resta-nos concluir que o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011, é exequível e compatível com os valores da segurança jurídica e do devido processo legal.

Seu fundamento material encontra-se no (i) custo financeiro da gestão da população prisional estrangeira; (ii) na irracionalidade da execução penal dirigida ao preso estrangeiro, cuja finalidade é a reinserção social do condenado, quando, ao final, ele é transferido para o seu país de origem; (iii) na responsabilidade última do Estado na execução da pena relativa a nacional seu, pois faz parte da responsabilidade pela violação da ordem jurídico-penal de outro Estado; (iv) no princípio da humanidade, que exige minorar o sofrimento de quem se encontra encarcerado e distante de seu círculo familiar e cultural. Assim, a transferência visa fomentar a cooperação mútua em matéria penal, a boa administração da Justiça, mas, sobretudo, promover ou facilitar a reabilitação ou reinserção social da pessoa condenada.

Voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do tratado em apreço, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2018.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, mais uma vez, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa.

Item...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria apenas relembrar que, em abril, nós fizemos uma referência aos débitos que o Brasil tem junto ao Bureau Internacional de Exposições, trazendo à tona uma reivindicação, um apelo que o governo do Japão fez, porque, na eleição de Osaka, no Japão, para que o voto brasileiro tenha validade – ele já manifestou apoio ao pleito do Japão e a Osaka para realização da Feira Internacional, Expo 2022, se não me engano –, ele depende de ter o pagamento dessa dívida. Se não pagar, não tem direito a voto, e V. Exª sabe bem melhor do que eu. Então, em abril, a gente falou sobre isso como uma demanda.

Agora, recentemente, o Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, esteve, junto com o Senador Anastasia e o Senador Jorge Viana, a convite oficial, no Japão, e, novamente, esse mesmo pleito foi feito.

Está parado na Casa Civil, Presidente, a minuta da exposição de motivos, feita com a ajuda dos Ministérios das Relações Exteriores e do Planejamento, que regulamenta a implementação dessa convenção sobre exposições internacionais, chamada Convenção do Bureau International de Exposições (BIE). Essa exposição de motivos ainda não foi enviada pelo Executivo ao Congresso e, por enquanto, está sem previsão para envio.

De qualquer modo, não há tempo hábil para que essas sugestões para regulamentar a implementação dessa convenção tramitem no Congresso e para que a quitação do valor em aberto – o que equivale a R$366 mil – ocorra antes de novembro deste ano, prazo que o Brasil teria para regularizar a situação financeira e legal junto ao BIE, de modo a votar favoravelmente à candidatura de Osaka para sediar a Expo 2025 – não é a 2022; é a 2025.

O Ministério das Relações Exteriores já informou ao governo japonês que o Brasil não conseguirá resolver essa questão antes de novembro deste ano, mas as tratativas continuam. O governo japonês tratou, entre outras questões – como eu disse anteriormente –, com o próprio Senador Eunício Oliveira.

Então, eu trago de volta o assunto porque a burocracia não podia ser tão prejudicial às relações diplomáticas. É a minha opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª tem toda a razão, e eu endosso inteiramente, assim como, acredito, todos os integrantes desta Comissão, a colocação de V. Exª em relação a certos fatos que não cabem no entendimento de nenhum de nós. Eu me prontifico a falar também junto ao Ministério das Relações Exteriores, levando esse pleito de V. Exª e vendo se isso, em algum momento, ajudará.

Eu agradeço a sua participação, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero apenas acrescentar que o Embaixador do Japão no Brasil, Akira Yamada, tem acompanhado com atenção. Tivemos um encontro aqui, no Senado Federal.

Eu agradeço a V. Exª, em nome do Embaixador japonês, essa iniciativa de trabalhar também em favor da resolução desse problema, que é vítima da burocracia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

Obrigado a V. Exª.

Passamos agora ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Embaixador Antonio José Ferreira Simões, nascido em 14 de julho de 1960, no Rio de Janeiro, concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático e de Altos Estudos, com uma tese, nesse último curso: "A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica".

Tornou-se Segundo-Secretário em 1986; Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2003; e Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por mérito.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de assessor do Departamento de Organismos Internacionais; assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político; Chefe do Núcleo de Coordenação; e outros.

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Missão junto à ONU, foi Embaixador em Caracas e é Embaixador em Madri, onde, Sr. Presidente, eu tive ocasião de ver o seu trabalho durante os anos em que fui membro do conselho editorial de uma editora espanhola, em que eu tive muito contato com o Embaixador. Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, bem como de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

A mensagem presidencial veio acompanhada, em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal...

No que se refere ao país para o qual o Embaixador deverá ir se for aprovado, é preciso lembrar que o Uruguai é certamente um dos países com mais longínqua relação com o Brasil. O relacionamento diplomático completa 190 anos, desde a assinatura da Convenção de Paz, que formalizou a independência daquele país em 1828.

Desde então e de modo crescente, os laços políticos e humanos entre os dois países se ampliaram. Nos dias de hoje, é elevado o grau de confiança mútua, que dá o tom de todos os aspectos que tangenciam sua convivência.

A agenda bilateral, que se caracteriza pela diversidade, é bastante abrangente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a parceria entre os dois países alcançou patamar ainda mais elevado com a criação do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai em 2012.

No plano comercial, o intercâmbio revela-se superavitário em relação ao Brasil.

No tocante à comunidade brasileira, estima-se que ela seja composta de aproximadamente 11 mil pessoas. Esse conjunto de nacionais é atendido por importante rede consular, que se faz presente, de modo destacado, na área de fronteira entre os dois países.

Pela proximidade histórica e geográfica, além de cultural e econômica, a embaixada no Uruguai é certamente uma das mais importantes entre nossas 139 embaixadas.

As informações apresentadas pela Presidência da República indicam que o Embaixador Antonio Simões tem todas as condições para representar o Brasil nesse importantíssimo posto.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo mais uma vez a palavra ao Senador Cristovam Buarque para apresentar o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se da indicação do Sr. Marcos Bezerra Abbott Galvão, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Trata-se de um diplomata da maior importância para o Brasil, atualmente secretário-geral, e que vai para um cargo da maior importância para o Brasil.

Marcos Galvão, como é conhecido, nasceu para ser diplomata, porque nasceu em Nova York, Estados Unidos – não no Piauí –, e filho de um eminente Embaixador, que tive a honra de conhecer, do Rio Grande do Norte, o Embaixador Fernando Abbott Galvão, e da Srª Sônia Bezerra Galvão.

É óbvio que ele tem, o Marcos, a nacionalidade brasileira, em razão do art. 129, inciso II, da Constituição de 1946, que assegura nacionalidade a todo brasileiro que nasceu no exterior, filho de brasileiros a serviço do País.

Ele concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1980 – fico muito feliz em dizer –, quando eu era professor no Instituto Rio Branco, e eu fui professor dele.

Assumiu o posto de Terceiro-Secretário no mesmo ano e obteve mestrado em Relações Internacionais pela American University, em Washington, em 1988. Tornou-se Segundo-Secretário em 1982; chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou numerosas e relevantes funções – são duas páginas, que peço licença para não ler. Está escrito, qualquer Senador pode ter acesso. São duas páginas de funções que ele ocupou na carreira.

Além disso, fez jus a diversas condecorações que estão listadas aqui, do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em seu currículo, a autoria dos seguintes artigos – isto vale a pena citar –: "Realismo de cada um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria", que está em *Estudos Históricos*, vol. 6, nº 12 (1993); "Globalização: arautos, céticos e críticos", que recomendo bastante; "Brasil, Rússia, Índia e China: BRIC Trazendo Oportunidade" – isso está publicado no exterior, em inglês –; e outros artigos.

Registre-se também que o Embaixador Galvão foi considerado como um dos melhores alunos por seus professores em diversos cursos que frequentou, inclusive tendo sido o primeiro da sua turma no Instituto Rio Branco, em 1980 – o que não é fácil. Eu me incluo entre esses professores com quem já conversei, que o consideram como um dos melhores.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, que diz respeito a informações sobre a União Europeia, que é, como sabemos, uma união política e econômica formada de 28 Estados-membros. É um dos maiores exemplos, talvez, de engenharia política do mundo contemporâneo, mas de toda a história, porque antes nem havia isso. A construção dessa unidade é uma obra de engenharia política, geopolítica fundamental. São 511 milhões de habitantes, creio que com 28 idiomas diferentes oficialmente. Cada país desses às vezes tem dois ou três idiomas.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os Estados-membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. O Embaixador hoje falou da ideia do condomínio. Cada país hoje é parte de um condomínio. A União Europeia é um grande exemplo disso, de um condomínio de nações. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

O Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia, em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992 – portanto, o senhor era o Presidente, não é verdade? –, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura do novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica, e a decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, em Lisboa, em 4 de julho de 2007.

No âmbito dessa Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento neste momento, o que mostra a importância de nossa Embaixada em Bruxelas – não do ponto de vista da relação entre os Estados, mas com a comunidade.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados. O Brasil é o décimo parceiro comercial extrarregional europeu. A União Europeia detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que nosso País se transformou em importante fonte de investimento direto estrangeiro lá, na União Europeia.

Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, cooperamos de maneira próxima em pesquisas e investimentos. Há parceria em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Em 2017, o intercâmbio comercial com a União Europeia somou US$67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do Brasil e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior.

Os produtos básicos representaram 47% das exportações para a União Europeia. Os manufaturados equivaleram a 95% das importações originadas do bloco europeu.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US$2,3 bilhões. Esse superávit cresceu 23%, somando US$2,8 bilhões no ano seguinte.

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%.

Por fim, examinando-se o aspecto dos investimentos recíprocos, verifica-se que a União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil. Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local.

A União Europeia também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do Embaixador Marcos Galvão, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela leitura do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de passar ao próximo item, eu gostaria de comunicar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que acaba de ser anunciado pelo governo americano que o encontro do Presidente norte-americano com o Líder Kim Jong-Un, da Coreia do Norte, está confirmado para o dia 12 de junho próximo, em Singapura.

Passando ao próximo item...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... dia 12 de junho é Dia dos Namorados, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É mesmo, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É ou não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Que coisa...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone.*) – Esse homem sabe tudo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Interessante esse detalhe, Senador. (*Risos.*)

Passamos ao próximo item, pedindo desculpas a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, de quem está sendo exigida hoje uma tarefa além do normal, já que ele também é o Relator do próximo item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª para a apresentação do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, é um relatório bastante longo, mas que peço licença para reduzir, comprimir, deixando claro que ele está à disposição de todos.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 262, de 2016, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Por força do disposto no artigo 3º, a mensagem foi inicialmente apreciada e aprovada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o projeto de decreto legislativo dela decorrente.

Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, nos termos do parecer da eminente Relatora, Deputada Bruna Furlan, com emenda, foi o texto em exame acatado também pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo esta última decidido pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. Aprovada pelo Plenário da Câmara, a matéria veio ao Senado, onde foi encaminhada a este Colegiado e, por sua determinação, a mim distribuída para relatar.

Cumpre destacar que a emenda proposta pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e acolhida pelo Plenário, corrige a redação do parágrafo único do art. 1º, que determinava estarem sujeitos à aprovação do Congresso Nacional apenas as alterações ao acordo que acarretassem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina foi adotado por meio da Decisão Nº 35/11 do Conselho do Mercado Comum, durante a XVII reunião daquele órgão, realizada em Montevidéu, em dezembro de 2011.

Está versado em 13 Capítulos, cujos dispositivos se estendem ao longo de 408 páginas. Conforme observou o nobre Deputado Heráclito Fortes, autor do relatório emitido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a enumeração dos artigos do acordo não obedece a uma sequência numérica geral, como acontece usualmente nos textos internacionais – sendo ela, ao invés, reiniciada a cada novo capítulo.

O acordo é formado por Preâmbulo, 13 Capítulos e 8 Anexos. O Capítulo I trata de disposições iniciais. O Artigo 2 faz referência ao Artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1994. Também o Capítulo II, ao estipular as disposições gerais a regerem o presente acordo, novamente faz referência às normas norteadoras do GATT.

O comércio de bens é tratado no Capítulo III, em cujo artigo 3º estipula-se que a tarifa-base para as sucessivas reduções tarifárias estabelecidas no acordo será a tarifa de Nação Mais Favorecida.

O Capítulo IV dispõe sobre regras de origem para a implementação do acordo e Certificados de Origem, bem como apresenta três anexos sobre o assunto.

No Capítulo V são estipuladas diretrizes sobre salvaguardas bilaterais.

O Capítulo VI versa sobre regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação.

No Capítulo VII são tratadas medidas sanitárias e fitossanitárias.

O Capítulo VIII regula a cooperação técnica e tecnológica.

O Capítulo IX estabelece um Comitê Conjunto.

A publicação e a notificação são preceituadas no Capítulo X, segundo o qual cada Parte designará um ponto de contato para facilitar as comunicações relativas ao acordo.

O Capítulo XI trata da questão da solução de controvérsias.

O Capítulo XII resolve sobre exceções, enquanto o XIII expõe disposições finais.

Da análise, Sr. Presidente.

O ato internacional em pauta é o terceiro acordo de livre comércio do Mercosul com um parceiro extrarregional, o que demonstra uma lentidão muito grande do Mercosul. Em todos esses anos, temos três acordos de livre comércio. Isso termina amarrando o Brasil. Sua celebração reflete o compromisso dos Estados Partes do Mercosul de negociar de forma conjunta – essa é a dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais do presente acordo com a Palestina, o Mercosul celebrou outros acordos extrarregionais de livre comércio ou de preferências comerciais. Por exemplo: o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel; o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia; o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-União Aduaneira da África Austral; e o Acordo de Livre Comércio com o Egito.

Isso mostra uma dificuldade. Com todo o respeito à importância desses países, mas não temos isso com a Comunidade Econômica Europeia, com os Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Está para sair agora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É, estão avançando.

Cabe recordar que a assinatura do presente ato foi precedida pela conclusão do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, em 16 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu.

A estrutura estipulada pelo acordo está organizada em cinco categorias, que eu listo rapidamente: categoria A, tarifas aduaneiras; categoria B, tarifas aduaneiras eliminadas em quatro partes iguais; categoria C, tarifas aduaneiras eliminadas em oito partes iguais; categoria D, tarifas aduaneiras eliminadas em dez partes iguais – a primeira na vigência do acordo e as outras no dia 1º de janeiro de cada ano subsequente –; e a categoria E, tarifas aduaneiras sujeitas a preferências, conforme especificação para cada item tarifário, na entrada em vigência do acordo.

Ressalte-se que a liberalização do comércio bilateral não será ampla e irrestrita. Estará ela circunscrita aos produtos listados nos Anexos I e II do artigo 3º do Capítulo III.

Em 2017, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Palestina totalizou apenas US$27 milhões.

O acordo em tela é parte da estratégia de abranger o Oriente Médio como parceiro comercial preferencial dos países do Mercosul, em consonância, inclusive, com as tradicionais diretrizes da política externa brasileira concernente à Palestina.

É preciso lembrar que antes foi feito o acordo com Israel.

Com efeito, o nosso País estabeleceu relações com a Palestina em 1975, quando a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), na qualidade de movimento pela libertação nacional... Interessante que foi em 1975, e era apenas um movimento. Isso mostra como a nossa política externa muitas vezes está avançada. Foi assim com a Angola, assim com a Palestina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1993, o Brasil autorizou a abertura da Delegação Especial Palestina em Brasília, sendo o seu *status* equiparado ao de uma Embaixada desde 1998, no Governo, portanto, de Fernando Henrique Cardoso. Em 2004, foi aberto o Escritório de Representação do Brasil em Ramalá. A partir do reconhecimento do Estado da Palestina pelo Brasil em 2010, a Delegação Especial passou a chamar-se Embaixada da Palestina.

Paralelamente, para concluir, Sr. Presidente, cumpre recordar que as negociações extrarregionais do Mercosul contribuem para a diversificação e a ampliação de mercados para as exportações brasileiras, fortalecendo a competitividade interna e externa dos setores produtivos nacionais e também dos demais países do Mercosul.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2018, que aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório apresentado por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, referente ao Decreto Legislativo nº 34, de 2018.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências de praxe.

Item extrapauta:

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil- República Popular Democrática da Coreia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Designo o S. Exª o Senador Pedro Chaves para relatar a matéria.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muito prazer, eu relato este parecer extremamente importante.

Relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2018, de autoria do Senador Fernando Collor, que institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O art. 3º ilustra os meios pelos quais se dará a cooperação interparlamentar: visitas recíprocas; realização de seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais; Intercâmbio de experiências parlamentares; e outras atividades compatíveis com os objetivos do grupo.

O art. 4º dispõe que o grupo parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

A justificação do projeto ressalta que as relações entre Brasil e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) foram estabelecidas formalmente em 2001. A Embaixada da Coreia do Norte em Brasília foi inaugurada em 2005 e a Embaixada do Brasil em Pyongyang foi inaugurada em 2009. O Brasil é o único país das Américas com embaixadas residentes nas duas Coreias. A Embaixada, além de estabelecer canal de contato direto com as autoridades locais, tem permitido ao Brasil acompanhar *in loco* o quadro em evolução da República Popular Democrática da Coreia – e da Península Coreana – e analisar esses acontecimentos, que têm impacto direto em importantes parceiros brasileiros, como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China, o Japão e a Coreia do Sul. Dessa forma, a criação de Grupo Parlamentar de Amizade certamente proporcionará uma maior integração entre os dois países.

Análise.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, o PRS nº 18, de 2018, cumpre todas as exigências. A proposição não afronta dispositivo constitucional, é compatível com as normas regimentais da Casa e atende o requisito da juridicidade. Ademais, o texto adota, em linhas gerais, as mesmas atribuições de grupos dessa natureza. Nesse sentido, ele não destoa da prática desta Casa no tocante à matéria.

É evidente que a atuação de grupos parlamentares formalmente compostos com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais já existentes tem sido exitosa na prática parlamentar brasileira, possibilitando o conhecimento mútuo e dos respectivos Parlamentos, a troca de experiências em matéria de soluções de problemas e de aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países.

Diante disso, a formação do Grupo Parlamentar de Amizade permitirá maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países, incentivando também suas relações bilaterais.

Voto.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2018.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela relatoria desta matéria, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2018.

Ainda submeto à deliberação deste Plenário o Requerimento nº 18, de 2018, desta Comissão.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução nº 18, de 2018, que "institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia", para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Coloco agora em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa.

O último item, extrapauta, da reunião de hoje encontra-se sobre a mesa.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência na forma de participação no FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL, a ser realizado em Campo Grande - MS, em data a ser definida com a organização do evento, com a finalidade de debater o tema da Segurança Pública nas Fronteiras.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Assim, nos termos do *caput* do art. 4º, do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fica incluído o requerimento extrapauta.

Esse requerimento, então, passa a ser agora discutido.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Pedro Chaves, o requerimento de autoria de V.Exª.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

E agora um informe sobre a reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, informo que, na próxima quarta-feira, dia 16 de maio de 2018, às 14h30, realizaremos a segunda reunião deste ano do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, dando seguimento às duas reuniões realizadas no ano passado – portanto, esta será a 4ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que está sendo realizado aqui neste plenário –, com o objetivo de discutir a gestão compartilhada de aduanas na fronteira como alternativa para o desenvolvimento e a integração dos dois países.

Na oportunidade contaremos com a presença do Ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes; do Sr. Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do Itamaraty; do Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes, Presidente da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; do Sr. Alexandre Patury, Coordenador-Geral de Política de Imigração do Departamento de Polícia Federal; e de um representante da Receita Federal, ainda a ser designado.

Convocação para a próxima reunião.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 17 de maio de 2018, quinta-feira próxima, às 9h, neste plenário, como de praxe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e desejando uma boa tarde.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Humberto Costa, Antonio Anastasia, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Dário Berger e José Serra. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2018 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Aprova o texto da Decisão nº 10/12 do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), adotada em 30 de novembro de 2012, em Lima, durante a VI Cúpula da Unasul, que aprova o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED)." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Jersey sobre o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, assinado em Londres, em 28 de janeiro de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Há expediente sobre a mesa: comunicado do Ministério das Relações Exteriores, assinado por S. Exª a Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, junto a esta Comissão, referente às comunidades brasileiras no exterior, à VI Conferência Brasileiros no Mundo, a ser realizada em Salvador do dia 23 ao dia 25 do mês de maio deste ano. É endereçado aos Líderes de partidos, vazado nos seguintes termos:

> Sr. Líder, deverá realizar-se, em Salvador-BA, de 23 a 25 de maio do corrente, a VI Conferência Brasileiros no Mundo. O evento, já tradicional no calendário da área consular do Ministério das Relações Exteriores, congrega, presencial e virtualmente, os porta-vozes dos cerca de 60 conselhos de cidadãos e cidadãs existentes em todo o mundo, os quais constituem um canal de interlocução institucionalizado de diálogo entre o Governo brasileiro e sua comunidade emigrada.
> Por questões orçamentárias, estarão fisicamente representadas no encontro lideranças brasileiras de cerca de 30 jurisdições consulares da Europa, da América do Sul, da América do Norte, além do Oriente Médio e da Ásia, devendo os demais participarem de forma remota no evento, que será transmitido ao vivo.
> Durante as conferências, são tradicionalmente discutidos temas de interesse das comunidades brasileiras no exterior, estimadas em cerca de três milhões de pessoas, tais como educação, empreendedorismo, previdência social, saúde, questões de gênero, serviços consulares e remessas, entre outros. O foco dessas discussões são as possibilidades de parceria com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas que beneficiem esses grupos. Exemplos dessas políticas são os acordos de previdência social, a internacionalização do Ligue 180 para o apoio a mulheres vítimas de violência em mais de dez países e a realização do exame ENCCEJA Supletivo para brasileiros residentes em cerca de 15 cidades em diferentes países do mundo.
> No corrente ano, a área consular do Itamaraty foi solicitada pelas lideranças comunitárias brasileiras a convidar os pré-candidatos à Presidência da República ou representantes de seus partidos a exporem suas respectivas plataformas com referência às comunidades brasileiras no exterior. As opções para esse diálogo seriam: a) participação no evento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presencialmente; b) participação na modalidade de videoconferência: ou c) envio de mensagem gravada para ser exibida aos participantes.

Tendo presente que um sexto dos brasileiros residentes no exterior, cerca de 500 mil pessoas, são eleitores aptos a votarem nas eleições presidenciais brasileiras realizadas pela rede consular, compreende-se o interesse em que as evoluções políticas no Brasil sejam acompanhadas.

Ressalte-se, ademais, que os vínculos entre a primeira geração de emigrantes e seus familiares e amigos no Brasil são ainda bastante fortes, tendo sido incrementados pelas atuais facilidades de comunicação, pelas novas redes sociais, pela grande mobilidade com que muitos transitam entre o exterior e o Brasil e pelas perspectivas de sinergia em áreas como educação, ciência e tecnologia, empreendedorismo, cultura e outros.

Nessas condições, muito agradeceria conhecer o interesse do partido de V. Exª [ou dos partidos a quem S. Exª a Srª Embaixadora se dirigiu] em fazer-se representar na VI Conferência Brasileiros no Mundo e, em caso positivo, em qual das modalidades propostas no parágrafo anterior.

Assina, como disse, S. Exª a Srª Embaixadora Gisela Padovan.

Outro expediente: a Presidência desta Comissão recebeu convite da Câmara de Representantes do Senado da República da Colômbia para participar de encontro nos dias 31 de maio a 1º de junho, nas cidades de Bogotá e Cúcuta, com o objetivo de redigir uma declaração conjunta dos Parlamentos da América Latina, a ser assinada em Villa del Rosario, cidade vizinha, e, além disso, lido na fronteira com a Venezuela, em ato simbólico, com a participação de Parlamentares da Assembleia Nacional da Venezuela.

Em função de compromissos anteriormente assumidos para aquele período, esta Presidência indica S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para representá-la no referido evento.

Peço à Secretaria desta Comissão que dê ciência dessa indicação a S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. Acompanha a íntegra da carta que nos foi enviada, que peço conste, na íntegra, da ata desta reunião.

Próximo expediente: inclusão de item extrapauta.

Encontra-se sobre a mesa a Mensagem (SF) nº 34, de 2018, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor Roberto Jaguaribe Gomes De Mattos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, diante da celeridade requerida pela importância do posto diplomático em questão e nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 7, de 2017, desta Comissão, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, peço à Secretaria da Comissão que tome as providências requeridas para a inclusão na pauta da presente reunião da Mensagem (SF) nº 34, de 2018.

Passamos aos comunicados.

O primeiro deles é o comunicado da Embaixada da Rússia. Informo às Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa o recebimento, por esta Presidência, de comunicado da Embaixada da Rússia em Brasília, referente à destruição de armas químicas na Síria.

O comunicado, em inglês, foi encaminhado ao Serviço de Tradução do Senado e cópias do mesmo estarão à disposição de S. Exªs as Srªs e Srs. Senadores a partir do meio-dia de amanhã, sexta-feira, na Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado.

Panorama internacional. Encontro Coreia do Norte-Estados Unidos.

Mesmo após a divulgação, ontem, de uma resposta da Coreia do Norte às declarações de John Bolton, assessor de segurança nacional do Presidente norte-americano, que considera o abandono completo do programa de armas nucleares da Coreia do Norte uma exigência prévia a quaisquer concessões por parte dos Estados Unidos, a Casa Branca afirmou que ainda espera que o encontro entre o Presidente dos Estados Unidos e o Líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, siga em frente. O encontro está previsto para o dia 12 de junho, conforme já anunciado, em Cingapura.

Nesta semana a Coreia do Norte deu repetidos sinais de insatisfação com a postura dos norte-americanos às vésperas do encontro histórico. Na terça-feira, os norte-coreanos criticaram a realização de manobras militares conjuntas dos Estados Unidos e da Coreia do Sul e cancelaram um encontro de alto nível previsto para a próxima quarta-feira entre autoridades das duas Coreias com o objetivo de dar seguimento às negociações iniciadas no encontro histórico dos dois líderes coreanos no último dia 27 de abril.

O quadro se agravou ontem, quando a agência de notícias norte-coreana KCNA publicou um comunicado em que o governo da Coreia do Norte repudia as declarações dadas por John Bolton. Em entrevista à emissora norte-americana CBS, veiculada no fim do mês passado, Bolton comparou as negociações e acordos que os Estados Unidos pretendem firmar com a Coreia do Norte com acordos assinados em 2003 com a Líbia, então governada por Muamar Kadafi. No comunicado, a Coreia do Norte afirma estar desapontada com essas declarações e acrescenta que declarações como as de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolton – aspas – "não expressam a intenção de abordar essas questões através do diálogo" – fecho aspas.

A porta-voz da Casa Branca, Sarah Sanders, disse à imprensa que o Presidente norte-americano está pronto para encontrar Kim Jong-un, mas, caso o encontro não ocorra, os Estados Unidos vão continuar a campanha de pressão máxima que vêm fazendo contra a Coreia do Norte – não é exatamente uma boa posição para quem está disposto ao diálogo.

Mais tarde, quando indagado por repórteres se o encontro vai mesmo ocorrer, o Presidente norte-americano respondeu que ainda estava incerto, mas reiterou que os Estados Unidos vão insistir na desnuclearização, como de resto também a Coreia do Norte insiste, de acordo com a Declaração de Panmunjom, assinada no dia 27 de abril, que esse item da desnuclearização deve ser um item prioritário para o mundo.

O documento norte-coreano também denuncia a tentativa norte-americana de atribuir o encontro ao sucesso da campanha de sanções e à pressão dos Estados Unidos. De acordo com o comunicado, a decisão estratégica de Kim Jong-un de participar do encontro não deve ser confundida com um sinal de fraqueza. O documento termina informando que, se os Estados Unidos estão tentando obrigar a Coreia do Norte a abandonar unilateralmente sua capacidade nuclear, os norte-coreanos não estarão mais interessados no diálogo e não terão escolha senão reconsiderar sua ida à cúpula com os Estados Unidos.

De acordo com especialistas, a Coreia do Norte é especialmente contrária à comparação com a Líbia por causa do destino do Coronel Muamar Kadafi, que abandonou suas ambições de conseguir armas nucleares após um acordo com os Estados Unidos e outras potências ocidentais apenas para ser deposto e assassinado anos depois em uma insurgência apoiada pela Otan.

A Coreia do Norte já citou, após testes nucleares em 2016, o colapso dos governos Kadafi, da Líbia, e Hussein, do Iraque, como consequências do abandono de seus respectivos programas nucleares.

Próximo comunicado: eleições na Venezuela.

Apenas uma semana antes das eleições presidenciais, que ocorrerão neste domingo, 20 de maio, na Venezuela, o Brasil e mais 13 países fizeram um último apelo para que o pleito seja suspenso, por meio de um comunicado assinado pelos Ministros das Relações Exteriores, Finanças ou representantes de cada um dos países, que se reuniram na cidade do México nesta segunda-feira última.

A nota foi assinada pelo chamado Grupo de Lima – que foi formado ano passado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santa Lúcia, com o objetivo de buscar uma saída para a crise política e econômica na Venezuela – e também por Espanha e Estados Unidos.

O comunicado, publicado na íntegra pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, informa que os países signatários condenam o que eles chamaram de "regime autoritário que prevalece na Venezuela", e afirmam que ele desrespeita as instituições democráticas e o Estado de direito, e que as eleições marcadas para o próximo domingo são ilegítimas.

Ao fim do documento, os países se comprometem a "continuar analisando e adotando ações para a restauração da democracia, direitos humanos e Estado de direito no país irmão".

As eleições presidenciais da Venezuela estavam marcadas para abril e foram adiadas para este domingo próximo. Elas vão decidir quem assume o próximo mandato como Presidente do país, que dura 6 anos. O atual Presidente, Nicolás Maduro, é o favorito, de acordo com pesquisas realizadas por instituições estatais, mas três dos principais partidos oposicionistas do país foram proibidos de concorrer após boicotarem as eleições para prefeito em dezembro do ano passado.

Estão concorrendo com Nicolás Maduro os candidatos Henri Falcón, militar aposentado e advogado, do Partido Avanzada Progresista, de centro-esquerda; Javier Bertucci, pastor evangélico que concorre sem partido; e Reinaldo Quijada, engenheiro, do partido chavista UPP 89.

O próximo comunicado é sobre a Itália.

Dois partidos populistas e rivais da Itália, conforme estamos tratando vez por outra nesta Comissão, o *antiestablishment* Movimento 5 Stelle e a agremiação separatista de direita Lega (antiga Lega Nord), que chegaram à frente nas eleições gerais de 4 de março último, estão em negociações para formar um governo. Nenhum dos líderes desses dois partidos tem experiência no executivo nacional.

Um esboço de programa conjunto de governo vazou ontem na imprensa do país e detalha planos que contrariam resoluções da União Europeia sobre a dívida pública da Itália e sobre imigração. O documento, que foi publicado ontem pelo *HuffPost Italia*, descreve planos para exigir o cancelamento de títulos da dívida pública italiana comprados pelo Banco Central Europeu, no valor de 250 bilhões de euros – a Itália tem o segundo maior déficit público da zona do euro, que hoje está em 130% do PIB.

O projeto não detalha planos de ação, mas deixa claro que os dois partidos consideram a atual situação migratória europeia "insustentável para a Itália", e estão discutindo medidas para limitá-la. O documento também contém propostas para que a Itália suspenda as sanções contra a Rússia, determinadas pela União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois partidos responderam rapidamente à publicação do projeto, dizendo que o documento, datado de 14 de maio, está desatualizado, já mudou radicalmente. Os líderes dos dois partidos criticaram autoridades da União Europeia que, segundo eles, tentam interferir nas negociações para formação do governo. O líder do movimento 5 Stelle, Luigi Di Maio, de 31 anos, disse que as negociações sofrem ataques contínuos de eurocratas. E o líder da Lega, Matteo Salvini, de 45 anos, disse que considera inaceitável a interferência da União Europeia. É próprio da juventude dos dois líderes.

De acordo com especialistas, os dois partidos estão trabalhando dia e noite para tentar conciliar, por meio de um acordo, suas promessas para o eleitorado italiano. Na semana passada, quando o Presidente do país, Sergio Mattarella, aventou a possibilidade de convocar novas eleições ainda este ano, as alianças mudaram e o 5 Stelle e a Lega começaram a negociar a formação de novo governo.

O Forza Italia, de Silvio Berlusconi, abriu espaço para que a Lega, aliada do partido na coligação de centro-direita durante as eleições, negociasse sozinha com o 5 Stelle. Porém, o partido de Berlusconi adiantou que não dará seu voto de confiança a um governo 5 Stelle com o Lega. Os dois partidos populistas estão negociando desde sexta-feira passada, e uma aliança entre eles seria, segundo alguns observadores, um choque para a União Europeia, já que a Itália é tradicionalmente um país pró-Europa, mas os dois partidos venceram as eleições italianas com plataformas anti-União Europeia.

Para alívio de Bruxelas, as duas agremiações voltaram atrás em algumas das suas promessas mais radicais. O 5 Stelle desistiu de realizar um referendo para decidir se o país deixaria de adotar o Euro, enquanto o Lega, que havia prometido abandonar o bloco, agora fala em reformá-lo.

Não se sabe quem os partidos vão escolher como chefe de governo, mas um assessor próximo a Luigi Di Maio sugeriu que uma figura independente possa se tornar o novo Primeiro-Ministro. Especula-se que o líder do 5 Stelle assumiria o Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto Salvini ficaria responsável pela Pasta do Interior.

O Presidente Sergio Mattarella espera que os Presidentes dos dois partidos tenham uma resposta no domingo ou na segunda-feira para que ele possa decidir se levará adiante a nomeação formal de um novo governo. Mattarella já havia alertado que o próximo governo italiano não poderá confrontar a União Europeia nem destruir o euro – enfim, uma voz de bom senso.

Como exemplo da preocupação registrada na Europa com relação a um eventual governo 5 Stelle-Lega na Itália, matéria publicada no jornal britânico *Financial Times* diz que "Roma abre suas portas para os bárbaros modernos". Repito: segundo o *Financial Times* e aspeado: "Roma abre suas portas para os bárbaros modernos." O diário alertava para o fato de que a Itália está à beira de formar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o menos convencional e inexperiente governo para dirigir uma democracia europeia desde o Tratado de Roma, que fundou o Bloco em 1957.

Próximo comunicado: violência em Gaza.

Sessenta pessoas, conforme já anunciado, foram mortas e mais de 2,7 mil ficaram feridas na Faixa de Gaza na segunda-feira, quando soldados israelenses atiraram nos manifestantes palestinos que avançaram em direção à cerca de segurança que separa Gaza do território israelense.

Os palestinos protestavam contra a instalação, naquele dia, da Embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém, uma decisão polêmica que rompeu com décadas de políticas norte-americanas e que foi criticada pela comunidade internacional e indignou os palestinos que reivindicam Jerusalém oriental como capital de um futuro Estado palestino.

O episódio é o mais sangrento ocorrido na região, desde a guerra em Gaza, em 2004. Apenas para lembrar, foi uma operação militar israelense deflagrada em resposta ao sequestro e assassinato de três jovens de Israel, supostamente realizado pelo Hamas, que resultou em quase 2.200 mortes, de acordo com as Nações Unidas.

Recordo que, àquela época, o Ministério das Relações Exteriores do governo anterior no Brasil lamentou a proporção da reação israelense e chamou de volta o Embaixador brasileiro em Israel, Henrique Sardinha.

Tal atitude provocou afirmação do porta-voz da chancelaria israelense, Yigal Palmor, segundo a qual a medida era uma demonstração lamentável de como o Brasil, um gigante econômico e cultural, continua a ser um anão diplomático, com o que eu enfaticamente tenho que discordar.

Segundo o Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, o Exército agiu em legítima defesa neste episódio último em Gaza, contra uma investida do grupo Hamas, na segunda-feira, acrescentando que todo país tem obrigação de defender suas fronteiras.

De acordo com o Exército israelense, mais de 41 mil palestinos participaram de tumultos violentos ao longo da cerca de segurança no dia e, entre os mortos, nesse dia, estavam ao menos 24 indivíduos com antecedentes terroristas documentados.

O porta-voz para o Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Rupert Colville, disse ser inaceitável a maneira como Israel usou a força, acrescentando que a lei internacional deixa claro que a força letal só deve ser usada como último recurso.

Esse protesto foi parte de uma série de manifestações convocadas para marcar a Nakba, que significa catástrofe em tradução literal do árabe e é como os palestinos chamam o êxodo palestino de 1948, quando foram expulsos de suas casas no que é hoje território israelense, no início da guerra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1948, 1949, após a criação do Estado de Israel. A data da Nakba é dia 15 de maio, mas há sete semanas manifestações vêm acontecendo ao longo da fronteira.

Os manifestantes foram vistos atirando pedras e dispositivos incendiários sobre a cerca com o objetivo de queimar plantações israelenses, além de se aproximarem a pé da cerca, o que Israel proíbe.

Nessas sete semanas, mais de cem pessoas já foram mortas e milhares feridas pela resposta israelense.

A escalada da violência motivou a realização de uma reunião extraordinária no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na terça-feira passada. Após vários países expressarem preocupação e pedirem por uma investigação, o Embaixador palestino Riyad Mansour, disse que a Palestina condena veementemente o que ele chamou de massacre odioso cometido por Israel na Faixa de Gaza, acrescentando que a ação israelense foi um crime de guerra, um crime contra a humanidade.

O Embaixador de Israel nas Nações Unidas, Danny Danon, retrucou que os acontecimentos na fronteira de Israel não eram protestos nem manifestações, mas, sim, tumultos violentos, e também acusou o Hamas de colocar civis em risco.

Segundo ele, o Hamas incita a violência, coloca os civis na linha de fogo, põe a culpa em Israel e depois recorre às Nações Unidas. É, segundo ele, "um jogo mortal que eles jogam ao custo de vidas inocentes" – palavras do Embaixador.

Representantes da Alemanha, Reino Unido, Bélgica e Irlanda pediram por uma investigação independente dos acontecimentos de segunda-feira. A embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Nikki Haley, defendeu a resposta israelense, dizendo aos membros do Conselho que nenhum deles "teria agido de maneira mais contida que Israel". Ela enfatizou que seu país lamenta a perda de vidas humanas, mas culpa o Hamas pela violência.

Passamos à primeira parte da pauta do dia de hoje: indicação de autoridade.

Mensagem do Senado Federal nº 22...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas é que eu estava ouvindo a sua fala e olhando a súmula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mereceria um dia a gente ter uma reflexão, talvez naqueles encontros de segunda-feira à noite, sobre como nós não conseguimos globalizar a política.

Nenhum desses itens aqui tem a participação do mundo na solução deles. Todos são bilaterais ou até unilaterais: os Estados Unidos tomando certas decisões, em alguns casos bilaterais; no caso da Venezuela, está lá sozinha. Não temos tido uma globalização do processo político. É como se, enquanto progredisse a globalização econômica, as Nações Unidas fossem definhando como instituição representante do mundo inteiro.

Recentemente, li um livro que diz que a questão palestina e israelense não será resolvida enquanto o mundo inteiro não fizer pressão sobre os dois, exigindo o fim desse clima em que um joga a culpa no outro.

A leitura do seu documento – e ouvi a sua fala quanto aos seis problemas, se não me engano, ou cinco – mostra que, de fato, não estamos conseguindo fazer com que o mundo interfira nas decisões que são tomadas, e qualquer dia a gente acorda vendo que houve uma guerra nuclear ou que houve um genocídio outra vez. É só uma provocação – que eu recebi do que ouvi de V. Exª – que eu faço: o que o Brasil pode fazer nesse cenário mundial?

Eu estava pensando no Brasil, mas e os outros países? O mais que a Europa hoje faz é reclamar um pouco do Trump. Mas, mesmo a Europa – e vamos analisar aqui a ida do nosso Embaixador para a Comunidade Econômica Europeia, pode ser um bom momento para falar isso – só está falando em termos de relações comerciais, preocupada se suas empresas vão ter que seguir o que o Presidente Trump determinou. Esse é um ponto.

O outro ponto, quanto ao qual também não podemos fazer nada, é como os acordos internacionais são frágeis, basta mudar um presidente para que ele rasgue acordos tão grandes quanto o do Pacífico, de comércio, ou, agora, a tentativa, que se conseguiu, de barrar a produção de bomba atômica no Irã. Ou seja, essa fragilidade é algo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O Acordo de Paris também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – O Acordo de Paris do meio ambiente, algo ainda mais grave talvez do que todos os outros, porque é o mais unânime que nós tínhamos até hoje. O Acordo de Paris era unânime. Os Estados Unidos mudaram o Presidente e decidiu.

Às vezes eu me pergunto se a Coreia do Norte não se está perguntando: "E se o próximo presidente rasgar o acordo que vamos assinar com o Trump hoje?" Se o próximo presidente fizer com a Coreia do Norte o que o Trump está fazendo com o Irã, ignorar o que foi assinado? É uma instabilidade muito grande que nós atravessamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade. V. Exª tem toda razão nas suas considerações. Aliás, como sempre, Senador Cristovam Buarque, esta Comissão se engrandece sempre com os seus comentários e com as suas considerações e sugestões.

Essa é uma sugestão que a Presidência acolhe, e nós iremos fazer numa segunda-feira um debate sobre isso.

O fato é que, no mundo de hoje, unipolar, nós estamos todos submetidos ao talante de um líder norte-americano que é absolutamente imprevisível. E é difícil se fazer uma boa diplomacia quando o fator imprevisibilidade se faz presente em todas as grandes decisões que são tomadas, decisões essas de que faz parte o protagonista principal, que são os Estados Unidos da América. É um mundo unipolar que faz com que o processo de globalização, que deveria se estender ao campo político, fique em dificuldades para ser exercido.

V. Exª tem toda razão e, mais uma vez, agradeço a sua sugestão. Vou incluí-la e determinar, por favor, à Secretaria desta Comissão que inclua para uma próxima segunda-feira um debate sobre esse tema trazido aqui por S. Exª Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Por conhecer a biografia e os trabalhos dos dois candidatos que se submetem à sabatina na CRE, proporia a V. Exª hoje, dadas as circunstâncias da agenda de cada um, a abertura da votação do processo para agilizar. Faço isso exatamente por conhecer a competência e a dedicação à diplomacia brasileira dos dois sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que sugere que seja aberto o processo de votação dos Embaixadores que serão hoje sabatinados por esta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a abertura do painel de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria desta Comissão que proceda à abertura do processo de votação para a indicação dos Srs. Embaixadores que hoje estarão sendo sabatinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, portanto, ao item 1 da nossa pauta: indicação de autoridade.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 10/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 10/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, para que tomem assento à Mesa, S. Exªs os Srs Embaixadores Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e Marcos Bezerra Abbott Galvão, a quem damos as nossas melhores boas-vindas a este plenário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Concedo inicialmente a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

V. Exª dispõe de 15 minutos para a sua exposição inicial.

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Exmo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Exmos Srs. e Srªs Senadores da República; Exmo Sr. Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, Secretário-Geral das Relações Exteriores, meu chefe aqui presente; queria falar também da Exma Srª Vera Lúcia Pinto, que é a minha outra chefe, Embaixatriz, aqui presente também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Embaixadora?

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Embaixatriz. Os senhores sabem que, no Exército, a esposa de quem tem quatro estrelas possui cinco estrelas. (*Risos.*)

Então, essa é uma questão importante!

Cumprimento ainda a minha colega, a Embaixadora Lígia Scherer, que será minha chefe se esta Comissão me aprovar.

Eu estava sentado na sala de espera olhando o mapa do mundo. Vi o imenso tamanho do Brasil, a grande área da União Europeia e, com o olho meio míope, quase não vi o Líbano. E pensei: "O que é que eu vou fazer na República Libanesa?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem à noite, me preparando para esta sabatina, eu me lembrei de olhar o *Livro dos Reis*, em que há uma primeira referência importante ao Líbano. Salomão falou com Hiran, rei de Tiro, e trouxe as tábuas de cedro para o templo de Jerusalém. E eu creio que essa imagem é uma imagem interessante, porque, de certa maneira, mostra um pouco da importância da República Libanesa para o mundo de hoje.

Nós temos aqueles papéis que o Itamaraty prepara que falam de algo importante, que é a relação do Líbano com o Brasil. O Líbano é um país pequeno: 10 mil quilômetros quadrados, 4,5 milhões de habitantes e um território antiquíssimo na civilização humana. Porém, é um Estado extremamente recente, um Estado que ficou independente em 1943 – o Brasil, comparado ao Líbano, é um Estado antigo.

E por que ter uma Embaixada em Beirute? A primeira razão é olhar um pouco a história do nosso relacionamento com o Líbano. Outro dia vi um programa sobre corrupção. Falava-se que, quando D. João VI chegou, o proprietário do que viria a ser a Quinta da Boa Vista cedeu aquela fazenda para o Príncipe Regente que havia chegado. Chamava-se Elias, nome de família. Os historiadores não têm certeza, mas há uma indicação de que talvez ele fosse de origem libanesa.

Depois, D. Pedro II visita o Líbano, então uma dependência do Império Otomano, em 1876, e faz coisas extraordinárias: viaja de Beirute a Baalbek – dizem que fez um grafite em um dos templos romanos da cidade –, depois sobe a Damasco. Oitenta quilômetros! Oitenta quilômetros, de Beirute a Damasco... Eu meço um pouco o mundo pelas distâncias da Bahia, então isso é menos do que de Salvador a Feira de Santana.

Nesse pedacinho de terra que D. Pedro II palmilhou, ele encontrou lá, em Beirute, uma comunidade que estava sofrendo, e tinha sofrido recentemente em termos de perseguições dentro do Império Otomano – uma comunidade cristã maronita, greco-ortodoxa –, e os convidou, diz a lenda, a vir ao Brasil. Então, hoje nós temos, dizem, entre 7,5 milhões e 13 milhões de descendentes de libaneses aqui. Tendo eu sido Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio, eu acho que nós temos cerca de 10 milhões de descendentes libaneses e 2,5 milhões de descendentes de sírios.

Ora, tanto a Síria quanto o Líbano são Estados recentes. Eles não existiam como tal antes daqueles arranjos diplomáticos posteriores ao final da Primeira Guerra Mundial.

Eu estava tentando ouvir a sua explicação inicial sobre o que acontece no mundo. Uma das questões centrais que acontece no mundo hoje é resultado de uma decisão entre dois diplomatas, tomada entre 1916 e 1917: o diplomata francês Picot e o diplomata inglês Sykes. Nós todos vimos o filme Lawrence da Arábia: Lawrence foi mandado levantar o povo árabe na sua luta contra os turcos otomanos, que naquele momento eram inimigos da Inglaterra e da França. E se prometeu ao Xerife de Meca que seria rei em Damasco, como primeiro Estado árabe omíada. Ora, o Xerife – que não era rei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era simplesmente o líder daquela cidade sagrada – levantou-se e ajudou os ingleses a vencerem. Só que, durante a luta, nas chancelarias europeias se decidiu fazer algo diferente. O pobre do Emir Abdullah entra em Damasco para se proclamar rei, e dizem "não, a promessa não vale mais", porque Sykes e Picot haviam decidido que aqueles territórios árabes do mundo otomano seriam mandatos da França – a Síria e o que veio a ser a República Libanesa – ou da Inglaterra – o Iraque e a Palestina, que na época representavam os territórios de Israel e Jordânia.

Então, esse acordo, que tem mais ou menos cem anos, é de certa maneira o fulcro da problemática política estratégica que o mundo de hoje enfrenta – o senhor falou sobre Trump, a imprevisibilidade.

Então, o que nós temos em Beirute? Nós temos um posto de observação política privilegiadíssimo. Uma república parlamentar de caráter confessional. O que é isso? É uma república que, para manter um mínimo de coexistência entre primos, dividiu, dentro da estrutura do Estado, um cargo para cada uma das religiões que compreendem o povo libanês.

O Presidente da República é, *ex officio* constitucional, um cristão maronita. O Primeiro-Ministro é um muçulmano sunita. O Presidente da Câmara, Nabih Berri, que está desde 1992, é um muçulmano xiita. E dentro da estrutura do Estado, os gregos ortodoxos têm isso, os drusos têm aquilo.

O Senador Serra está aqui, meu ex-Chanceler.

Então, nós temos uma complicação extraordinária. E nós acabamos de ter uma eleição no Líbano, uma eleição que representa uma mudança, uma tentativa de mudar essa quase camisa de força que num certo momento levou as comunidades libanesas a uma guerra civil de 15 anos.

Essa tentativa não é de desfazer aquilo que havia no Líbano, mas de aperfeiçoar e dar um mínimo de flexibilidade. Hoje em dia há um componente proporcional à possibilidade de que se apresentem candidatos independentes. E nós tivemos uma vitória do Partido de Deus, o Hezbollah, um partido xiita, daqueles que eram os mais pobres dentro do Líbano.

O Líbano é um pouco isso. No fundo é o Monte Líbano e o Vale do Bekaa, de onde veio a família do Presidente Temer, o último de quatro filhos e o primeiro a nascer no Brasil.

Quando a gente olha a realidade libanesa e a compara com a realidade brasileira é estranho, porque eu, como Cônsul-Geral em Milão, fui procurado pelo decano do corpo consular na Lombardia, o cônsul-geral do Líbano, que me trouxe a sua esposa. Parece Amal, aquela esposa de Clooney, muito jovem. E o que ela queria ser? Ela queria ser brasileira. Ela disse: "O meu avô esteve no Brasil". E como ela é cristã e o cônsul é sunita, eles não podem se casar no Líbano. Casaram-se na Itália e vieram trazer a filha, fruto desse casamento, para receber um passaporte brasileiro. Porque o passaporte brasileiro, para os libaneses, é de uma imensa validade. Permite viajar pela Europa sem visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós somos para o Líbano um país de uma importância extraordinária. Como o Líbano é tão pequenininho, a economia libanesa não é tão importante para a gente. O comércio, que nós aumentamos em termos de importação, é de US$20 milhões, está na casa do milhão. Porém, é uma plataforma econômica e financeira importantíssima para o Oriente Médio.

Eu, como Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio, uma vez visitei a Nigéria. Na Nigéria, nós tínhamos um problema: não conseguíamos exportar frango. O governo brasileiro queria isso, mas diziam que não era possível. Eu chamei o Embaixador, e fomos ao supermercado, onde havia uma gôndola em que todos os frangos eram brasileiros. Eu pensei: mas que mistério é esse? Era um mistério libanês, porque os donos de supermercados na África Ocidental são, em geral, libaneses e compravam na França o nosso frango, no momento em que os franceses, talvez, não quisessem comer, com desconto, e o levavam para a Nigéria.

Então, hoje, o Líbano procura, como Estado, instrumentalizar essa imensa diáspora no Brasil, na Argentina e na África Ocidental como um vetor para o seu desenvolvimento econômico e tem procurado se coordenar conosco para ver se eles podem servir como um canal de mútuo benefício, para aumentar as nossas exportações. Então, o Líbano é um pouco isso.

Entrei no Líbano, em 2011, pela porta dos fundos. Fui a Damasco e não pude encontrar as pessoas, que me disseram: "Venha daqui a uma semana." Fui a Beirute e encontrei o nosso Embaixador lá, o Paulo Tarrisse, e o Almirante Caroli, que tinha sido designado Comandante da Força-Tarefa Marítima da Unifil. Fui de helicóptero até a fronteira de Israel, até Naqoura, cidade libanesa onde está o comando da Unifil. E, ao passar por Tiro – está ali no mapa –, cidade que foi assediada, se não me engano, por Alexandre da Macedônia, o Grande, o piloto entrou por 10km no mar. Eu disse: "Por quê?" Ele disse: "Porque ali há os mísseis do Hezbollah, e a gente não gosta que eles nos confundam com outros helicópteros do sul. Então, é melhor o senhor dar um passeio." Ao chegar a Naqoura, entro com o meu almirante, e o general comandante, um general espanhol, disse: "*Viene el embajador de Brasil con su almirante sin barco*." Fiquei meio zangado. Ele disse "*almirante sin barco*", que quer dizer "almirante sem navio". (*Risos.*)

Na época, nós falamos com a Presidente e com o Vice-Presidente Temer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – ...e a Marinha mandou uma fragata.

Bem, eu falei demais.

Agradeço ao Sr. Presidente, por me ter dado esta oportunidade, e aos Ex^{mo}s Srs. Senadores.

Estou à disposição para tirar qualquer dúvida sobre esse pequeno grande país que é o Líbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Passo a palavra, agora, a S. Exª o Sr. Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, indicado para o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Obrigado, Senador Cristovam Buarque, meu professor no Instituto Rio Branco em 1980, com quem eu jamais perdi contato ao longo desses 38 anos de caminhada. Agradeço seus comentários generosos a meu respeito na apresentação do seu relatório.

Eu saúdo o Senador José Serra, que me convidou para ser Secretário-Geral das Relações Exteriores, e hoje, 17 de maio, faz exatamente dois anos que eu recebi um telefonema me dando 24 horas para embarcar de Genebra de volta para cá para encontrar S. Exª, que me convidou para o mais honroso cargo que um diplomata pode ocupar. Muito obrigado, Senador! Obrigado, Ministro!

Eu saúdo as Srªs e os Srs. Senadores presentes, os colegas do Itamaraty que me acompanham, minha mulher, Ana, e todos que nos assistem hoje.

E saúdo o Embaixador Paulo Cordeiro, que, 40 anos atrás, em 1978, foi meu professor de História do Brasil no curso de preparação ao concurso do Instituto Rio Branco. Quarenta anos de caminhada, e os senhores viram a qualidade do professor.

Como eu fiz questão de dizer nas duas vezes anteriores em que meu nome foi submetido ao Senado e a esta Comissão, eu me orgulho de ser cidadão e servidor de uma democracia. Por isso, tem um significado muito importante para mim me submeter a este rito essencial e me submeter ao crivo e à decisão do Senado Federal.

E eu passo imediatamente à União Europeia e sua construção.

Muitos de nós nesta sala somos da geração que nasceu no pós-guerra, dos chamados *baby boomers*. O projeto de integração da Europa nasceu de verdade justamente dos escombros trágicos e das cicatrizes da Segunda Guerra, nasceu como resposta à insensatez da guerra e como vacina contra novas e desastrosas reprises.

Como disse na reunião passada o Senador Cristovam Buarque, trata-se de uma obra política extraordinária, uma construção política viva, que continua a avançar diante de nossos olhos. Hoje se fala muito, com boa razão, das grandes mudanças na correlação mundial de forças e sobretudo na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ascensão de novas grandes potências. De fato, são transformações tectônicas da ordem internacional. Estranhamente, no entanto, fala-se muito menos, nesse mesmo contexto das grandes mudanças do cenário internacional, da construção, expansão e aprofundamento da União Europeia, que avançam em ritmo historicamente extraordinário. E vou mencionar alguns poucos dados que demonstram essa velocidade.

Os Tratados de Roma, que criaram a Comunidade Econômica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), completaram, em 1º de janeiro último, 60 anos de vigência. É muito pouco em termos históricos. O euro começou a circular em janeiro de 2002, 16 anos atrás. É uma moeda que, embora já tenha nascido forte, ainda não passou da adolescência. O Tratado de Lisboa, que hoje rege o funcionamento da União Europeia, entrou em vigor em dezembro de 2009, ou seja, menos de nove anos atrás, e, embora seja fruto de tratados anteriores e de experiência acumulada ao longo do tempo, trata-se de uma constituição ainda criança.

O Serviço Europeu para a Ação Externa, criado também pelo Tratado de Lisboa e que vem a ser o serviço diplomático da União Europeia, começou a funcionar em 2010, ou seja, oito anos atrás. Pensem: nossa escola diplomática, o Instituto Rio Branco, tem 73 anos, e o Serviço Exterior Brasileiro, muito mais do que isso.

O último membro a aderir à União Europeia, a Croácia, o fez em 2013, ou seja, cinco anos atrás, e, como sabemos, ainda há países considerando ou sendo considerados para juntar-se ao bloco.

Finalmente, o primeiro membro a pedir para deixar a União Europeia decidiu fazê-lo em junho de 2016, menos de dois anos atrás, e o processo somente deverá concretizar-se em março de 2019. Os termos da separação ainda estão sendo negociados.

Em resumo, como se pode ver muito facilmente por esses dados, a Europa é tudo menos um velho continente. Existem poucas regiões com tanta vitalidade política, diplomática, econômica, científica e cultural no mundo em que vivemos.

A construção da União Europeia, além disso, tem sido, e continua a ser, um processo de experimentação constante. A moeda única europeia, por exemplo, que hoje circula nos 19 países da zona do euro, é uma experiência inédita, ambiciosa, ousada política e economicamente. Aliás, a União Europeia, com todas as suas inquietações, avanços, pausas e retrocessos – muito mais avanços do que retrocessos até agora –, é mais uma prova de que, ao contrário do que o Prof. Francis Fukuyama deve se arrepender até hoje de ter escrito, com certeza, e felizmente, não chegamos ao fim da história. Aliás, o Prof. Fukuyama, que foi professor de minha mulher e a quem tive o gosto de conhecer, é uma pessoa encantadora e não deve se arrepender tanto assim não, porque ele ficou famoso por conta dessa expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou a alguns dados básicos sobre a União Europeia. Feita essa breve retrospectiva, eu lembro alguns dados.

A União Europeia tem hoje 28 membros – serão 27 a partir de 2019, com o Brexit. É a maior economia do mundo – salvo algumas classificações que já põem a China em primeiro lugar –, mas será ultrapassada pelos Estados Unidos com a saída do Reino Unido, que vai levar consigo 13% do PIB e 16% da população da União Europeia. Hoje o PIB nominal da União Europeia corresponde a cerca de US$17 trilhões e é um pouco maior do que o dos Estados Unidos.

Sua economia vive um momento positivo com a retomada sustentada do desenvolvimento, e deve crescer 2,3% este ano. Em 2017, pela primeira vez em 10 anos, todos os países da União cresceram economicamente. Além disso, o desemprego vem caindo, os indicadores de dívida e déficit público vêm melhorando, enquanto a inflação se mantém estável. Trata-se da maior potência comercial do mundo, tanto em termos de importações como de exportações. Ocupa também o primeiro lugar como origem e destino de investimento direto estrangeiro. Estamos falando de um mercado de renda elevada, com 511 milhões de habitantes – antes da saída do Reino Unido – e da maior provedora mundial de ajuda externa e assistência ao desenvolvimento.

Alguns chamam a União Europeia de potência civil, já que seu lugar no mundo, seu *status,* não é determinado por seu poderio militar. Alguns falam na União Europeia como projeto de paz, justamente porque a própria existência da União Europeia, sobretudo se considerarmos a realidade que existia antes, é, em si mesma, uma valiosíssima contribuição à paz e à segurança internacionais. E há quem defina a União Europeia como uma potência regulatória – é um lado que nós conhecemos –, já que regulamentos e diretrizes comunitários são alguns dos produtos da União que mais afetam a vida de seus cidadãos e também suas relações com o resto do mundo, sobretudo, mas não apenas, na esfera econômica e comercial. Acima dessas definições possíveis, resta, no entanto, o fato incontornável de que a União Europeia é uma superpotência econômica.

De outra parte, no plano político, trata-se de uma união de democracias: não existem ditaduras na União Europeia. Entretanto, tal como ocorre hoje em muitas democracias nacionais, também a União Europeia vive um período de estresse democrático. Na Europa, a exasperação de certos setores da sociedade, com variações de país a país, está frequentemente relacionada aos efeitos reais ou imaginados seja da globalização econômica, seja do próprio processo de integração. Isso se acentuou com a crise econômica deflagrada em 2008/2009, que, no caso europeu, foi mais visível na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, mas afetou a todos.

Segundo pesquisas de opinião, a popularidade de pertencer à União Europeia caiu em quase todos os países membros, com raríssimas exceções. Os eurocéticos conquistaram mais espaço no Parlamento Europeu nas últimas eleições, em maio de 2014, e haverá novas eleições em maio de 2019. Partidos eurocéticos, como sabem as senhoras e os senhores, têm avançado também em eleições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionais, e o Brexit, portanto, foi apenas a expressão mais recente e radical dessa resistência e ocorreu no país berço do euroceticismo.

No plano das relações com o Brasil – vamos a alguns dados básicos –, o Brasil estabeleceu relações com a Comunidade Econômica Europeia em 1960. Fomos um dos primeiros países a fazê-lo, o primeiro latino-americano. Em 2007, nossas relações foram declaradas parceria estratégica. Eu normalmente não falo nisso porque entendo que tenha havido um abuso dessa expressão, mas, nesse caso, a União Europeia só mantém parcerias estratégicas com os países não europeus do G7, os BRICS, a Coreia do Sul e o México, dez países ao todo.

A União Europeia é o segundo parceiro comercial do Brasil, depois da China e à frente dos Estados Unidos. Nós somos o décimo parceiro extrarregional da União Europeia. Trata-se se do segundo mercado para as nossas exportações e do primeiro mercado de origem das importações brasileiras. Trata-se, também, do segundo mercado para as exportações do nosso agronegócio. E eu dou aqui o exemplo de duas frutas que o Senador Fernando Bezerra mencionou para mim anteontem – e, como na vida nunca fiz nada sem trabalhar, eu fui atrás –, e os números são significativos: em 2017, a União Europeia importou 76% de nossas exportações de manga e 82% de nossas vendas de uvas; a União Europeia recebe 14% de nossas exportações de carne bovina e cerca de 10% das vendas de carne de frango. E as vendas em geral para a União Europeia estão crescendo bem. De janeiro a abril deste ano – vejam este número –, as exportações para União Europeia cresceram 34,4% em relação ao mesmo período do ano passado, em contraste com o crescimento de 4% com a China e de 5,8% com os Estados Unidos da América.

A União Europeia é o investidor direto número um no Brasil, com estoque de 175 bilhões em 2015, quase metade do total, mais precisamente 46% do estoque total de investimento no Brasil. E nós somos o terceiro destino de investimento direto europeu, apenas depois dos Estados Unidos e da Suíça. No sentido inverso, empresas brasileiras são a quarta fonte de investimento direto extrarregional na União Europeia, com estoque de 127 bilhões de euros – também número de 2015.

Além dos laços históricos e de sangue que nos unem, compartilhamos valores como democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável; no plano internacional, defesa do multilateralismo e do desenvolvimento sustentável, do direito de um mundo de regras, da solução pacífica de disputas e a preferência pelo chamado *soft power* em contraposição ao poder da força ou da ameaça de seu emprego. Nos dias atuais essas afinidades se tornam mais importantes.

Temos, claro, diferenças significativas, como estágio de desenvolvimento: eles muito mais desenvolvidos do que nós; eles, em geral, países de renda alta, nós um país de renda média; os desafios sociais ainda imensos no Brasil e que eles, em sua maioria, já superaram; assimetrias na capacidade de comércio, investimento, cooperação e assistências externas; e, portanto, posições e interesses distintos que correspondem a essas diferenças no plano internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo dessas diferenças se manifesta no comércio agropecuário e decorre dos níveis de proteção e subsídio à produção agrícola adotados na Europa, de obstáculos tarifários, cotas restritivas e barreiras sanitárias e fitossanitárias que limitam o acesso de nossos produtos ao mercado europeu. Apesar dessas diferenças e mesmo divergências, temos sido capazes de cooperar até mesmo em questões comerciais agrícolas, como fizemos na Conferência da OMC em Nairóbi, quando eu era Embaixador junto à OMC. Juntos, Brasil e União Europeia tiveram proposta adotada pela conferência ministerial de proibição dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. E seguimos ambos empenhados no disciplinamento dos subsídios à produção agrícola – o primeiro era exportações.

Quanto a um tema mais visível no momento, que é o acordo Mercosul-União Europeia: a ideia foi lançada em 1999, quando da I Cúpula Mercosul-União Europeia no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, eu acompanhei o então Chanceler Luiz Felipe Lampreia nesse encontro que se realizou no MAM, no Rio de Janeiro.

Em 2004, deu-se a primeira troca de ofertas, mas os dois lados não conseguiram avançar. A entrada, naquele mesmo ano de 2004, de dez novos membros na União Europeia aumentou a complexidade do processo negociador. Além disso, Brasil e União Europeia ainda davam prioridade a uma possível conclusão da Rodada Doha na OMC e a crise de 2008 veio dificultar negociações de abertura comercial tanto multilaterais como birregionais. Por tudo isso e mais, somente em maio de 2016 ocorreu nova troca de ofertas, a partir da qual estamos negociando de lá para cá, e hoje mesmo equipe negociadora do Mercosul está em Bruxelas negociando.

As negociações ganharam novo impulso em 2017, inclusive por parte da União Europeia, como resposta a mudanças importantes no ambiente internacional. O acordo tem três pilares: diálogo político, cooperação e livre comércio. O pilar comercial tem 12 grupos negociadores temáticos e neste momento restam pendências em poucos deles. O fato relevante é que nunca estivemos tão perto da conclusão de um acordo, que poderá ser concluído – poderá! – ainda este ano, ao menos poderemos estar na posição de fazermos uma declaração política como a União Europeia fez no ano passado com o Japão, no sentido de que concluímos o essencial das negociações, restando apenas a negociação de detalhes mais técnicos. Com o Japão, essa negociação de detalhes mais técnicos durou seis meses e hoje está tudo concluído. Hoje mesmo, como eu já disse, nossos negociadores estão trabalhando e as coisas caminham.

Finalmente, caso eu mereça a aprovação de V. Exªs nesta Comissão e no plenário do Senado Federal, mencionaria como prioridades de minha missão, dando continuidade ao trabalho realizado pelo Embaixador Everton Vargas, que hoje a chefia,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – ... trabalhar na negociação do Acordo Mercosul-União Europeia e atuar no que cabe à missão com vistas a sua posterior implementação; acompanhar de perto e com intensidade, no campo do comércio bilateral em particular, mas não exclusivamente, a situação das nossas exportações agropecuárias, que são muito afetadas sobretudo no setor de carnes por práticas e barreiras regulatórias da UE; e também acompanhar a reforma da política agrícola comum, que ocorrerá até o final do ano de 2020; reforçar as relações políticas Brasil-União Europeia; trabalhar pela maior aproximação com o Parlamento europeu em todas as frentes, inclusive com as delegações que lidam com as relações com o Brasil e com o Mercosul; acompanhar detalhes da situação econômica europeia e como ela afeta o Brasil e a economia mundial; desenvolver e aprofundar a cooperação em áreas de interesse prioritário para o Brasil, como ciência e inovação – e aqui vale um dado: com apenas 7% da população do mundo, a União Europeia responde por 20% dos investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento –; explorar a possibilidade de cooperação trilateral em países em desenvolvimento, e há muito potencial para isto: fazermos juntos cooperação, como o Brasil já faz com alguns países europeus e com o Japão; e, finalmente, elevar o perfil do Brasil em Bruxelas, que é cada vez mais um grande centro formador de opinião no continente na cena internacional – Bruxelas, afinal, é a capital da Europa, hospeda jornalistas de todas as especialidades, tem *think tanks* relevantes, grupos de interesse. Esse é um trabalho que nós faremos, caso mereçamos a aprovação de V. Exªs, juntamente com a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Bélgica e com o apoio do Escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª pela explanação, Sr. Embaixador Marcos Bezerra Abott Galvão, por sua exposição.

O Embaixador é indicado ao cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer um comentário rápido sobre a indicação dos Embaixadores Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e Marcos Galvão.

O Embaixador Paulo Cordeiro vai para uma função que lhe deve dar muito prazer, porque é um posto-chave no Oriente Médio. Até pelo que aqui foi dito na exposição de S. Exª, é uma espécie de porta de entrada dos interesses brasileiros – e assim é pelo espírito mercantilista do Líbano e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença maciça de libaneses no Brasil e de libaneses que têm relação com esses libaneses que moram no Brasil – no Líbano.

Isso possibilita um largo espectro na área comercial, na área cultural, em todas as áreas. E a presença de S. Exª lá vai, claro, com o conhecimento de causa que tem, facilitar, na minha opinião, em grande medida, a relação bilateral do Brasil – mais do que com o Líbano – com o Oriente Médio, porque entendo que o Líbano é uma espécie de porta de entrada do Oriente Médio para os interesses do Brasil, pelas relações de brasileiros com brasileiros. Porque os libaneses que moram em Natal, por exemplo, são brasileiros, são conterrâneos e conhecem os patrícios, têm intimidade com os patrícios e vão muito lá. Essa relação interpessoal é importantíssima na relação comercial, na relação cultural e na relação entre os países. S. Exª tem clara consciência disso e haverá de fazer um bom trabalho, até como já expôs na sua apresentação, em benefício dos dois países.

Agora uma palavra especial, Presidente Fernando Collor, em relação ao meu conterrâneo – acho que ele não disse aqui que é potiguar. É um potiguar que nos orgulha muito, que é o Embaixador Marcos Galvão.

Presidente Collor, nós convivemos na política há muitos anos, e V. Exª sabe que pouquíssimas vezes eu escrevo texto para falar. Eu conto nos dedos de uma mão os discursos que eu fiz escritos. Mas fiz, sim, dois discursos, dos quais não esqueço, importantes na minha vida, que foram os discursos de posse como Governador, discursos feitos a algumas mãos.

O primeiro deles foi feito por mim e por meu irmão, que é diplomata, colega dos senhores, já aposentado, para o primeiro governo, de 1982 a 1986.

No segundo governo, meu irmão me apresentou a um potiguar que ele me dizia ter enorme capacidade de síntese – mostrou aqui na exposição que fez – e ser capaz de apreender ideias, argumentos e disposições com maestria. E me indicou uma pessoa que trabalhava no Palácio do Planalto na época: era o Embaixador Marcos Galvão, a quem eu procurei. Eu mal conhecia Marcos, mas o procurei e expus a ele o que eu pretendia fazer como governador eleito, que havia sido, do meu Estado, em 1990. Conversei com ele por uma ou duas horas e coloquei os compromissos que eu tinha assumido na minha campanha, o meu ideário, as minhas intenções. E o Embaixador Marcos Galvão fez um... Digo primoroso porque o discurso não foi meu; as ideias eram minhas, mas a redação foi dele. Então, nós temos uma relação muito íntima e de muita profundidade.

E eu fiquei orgulhoso, Embaixador Marcos Galvão, da sua capacidade de síntese ao apresentar as suas preocupações, as suas intenções e o formulário de sua ação no cargo que ocupará – estou seguro de que será aprovado – nessa importantíssima missão que vai coroar neste momento a sua vida como diplomata, como Embaixador do Brasil junto à União Europeia. É, na verdade, na minha opinião, uma coisa emblemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relação do Brasil com o Japão é boa, com os Estados Unidos é boa, mas ela guarda travas, guarda certas reservas. A relação do Brasil com a União Europeia guarda similitudes de muita latinidade. A relação do Brasil com Portugal, com a Espanha e com a França guarda a intimidade das pessoas que conversam e que tratam de assuntos de forma destravada. Claro que há os respectivos interesses, daí a abrangência do comportamento do Brasil na relação comercial, cultural, na relação geral com os países da União Europeia.

A minha preocupação é uma só: o Brexit é uma novidade. A Inglaterra, ou Reino Unido, foi u dos últimos a entrar na União Europeia e está saindo. Esperava-se que houvesse um movimento meio grupal, a saída de outros países, mas isso não aconteceu – não aconteceu e se espera que não aconteça. Que não saia mais ninguém e que a saída do Reino Unido seja uma coisa negociada de forma isolada, que fique circunscrita à saída de alguém que tem as suas razões, mas que não carregue outros, para que essa relação que é positivíssima para o Brasil – especialmente agora, com o acordo que se avizinha do Mercosul com a União Europeia –, de capital importância para as relações comerciais do Brasil, de capital importância para as relações comerciais e para as relações diplomáticas, relações culturais, para o esporte... Afora Brasil e Argentina, o esporte, que é um meio formidável de relação internacional, se faz com intensidade entre o Brasil e países da Europa. As relações culturais entre o Brasil e a França e entre o Brasil e a Itália são outros pilares extremamente robustos numa relação bilateral e numa relação que se forma entre continentes. Queira ou não queira, o Brasil é líder do Mercosul, e países como a Itália, como a Alemanha e como a França são líderes dentro da União Europeia.

Então, a minha preocupação – eu gostaria de ouvir a sua opinião – é sobre a expectativa de saída de outros países, coisa que acho que não acontecerá. Mas é bom que a gente saiba, porque isso poderá ter reflexo na própria conclusão do fechamento do esperado acordo Mercosul-União Europeia e nas negociações que há anos são feitas para o destravamento das barreiras da União Europeia à produção agropecuária do Brasil.

Com os meus melhores votos tanto ao Embaixador Paulo Cordeiro como ao meu estimadíssimo amigo e conterrâneo Marcos Galvão, desejo pleno êxito no exercício das funções para as quais foram designados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Temos Senadores inscritos para fazer as suas indagações aos senhores sabatinados.

O primeiro Senador inscrito, e Relator do sabatinado Embaixador Paulo Cordeiro, é o Senador Lasier Martins; em seguida, o Relator de S. Exª o Sr. Embaixador Marcos Abbott Galvão, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristovam Buarque. Na sequência, S. Exª o Senador José Serra, ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que nos prestigia hoje com sua presença e, em seguida, Senador Pedro Chaves.

Eu aguardo a inscrição de outros Senadores que queiram formular indagações aos sabatinados do dia de hoje.

Passo, portanto, a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Collor.

Saúdo os nossos dois Embaixadores.

A minha primeira palavra, Presidente, é de que nós temos recebido aqui, nesta nossa Comissão, embaixadores que nos orgulham muito pela competência, pela história, pelo preparo, mas entendo que hoje nós estamos diante de dois dos melhores embaixadores que o Brasil tem para nos representar no exterior.

Tive oportunidade de ouvir ontem, demoradamente, o Embaixador Paulo Cordeiro, de cuja indicação tenho a honra de ser o Relator. Tive oportunidade de visitar há dois anos, em Genebra, o Embaixador Marcos Galvão. Estávamos juntos lá com o Senador Anastasia e com a Senadora Ana Amélia numa missão com a então Ministra Kátia Abreu, da Agricultura. E ontem também tive oportunidade de conhecer o Embaixador Marcos Galvão e com ele conversar e aprender mais ainda. Ele tem recebido as mais nobres missões do Brasil, tanto quanto o Embaixador Paulo Cordeiro tem recebido as missões mais árduas.

Cheguei à conclusão ontem de que, onde há crise no mundo, lá é chamado o Embaixador Paulo Cordeiro para representar o Brasil, seja nos países mais críticos da África, seja no Oriente Médio. E agora o Embaixador Paulo Cordeiro está indo para uma das regiões mais conflagradas do mundo, como Embaixador do Brasil no Líbano.

Eu queria fazer uma pergunta bem objetiva, porque, ao lado do Líbano, há um dos países mais complicados, onde estão os terroristas, onde há uma guerra permanente, onde há um grande ditador, Bashar al-Assad, que, aliás, pelo que eu vi ontem, é conhecido já do Embaixador Paulo Cordeiro.

Ele nos falou bastante do Líbano, que tem tantos representantes no Brasil – hoje há bem mais descendentes de libaneses no Brasil do que a própria população de 4,5 milhões que tem aquele país.

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre a vizinhança do Líbano, Embaixador Paulo Cordeiro. Hoje nós estamos percebendo que a situação se agrava, a mortandade na Síria é cada vez maior. O Hezbollah é um problema naquela região. E o Irã, parece, pouco a pouco está se apropriando da Síria. Outro dia, ouvi um palestrante dizendo que, do jeito que a coisa vai, a Síria vai se entregar e o Irã vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dominar completamente aquele país. Então, como o senhor interpreta essa vizinhança? O que o senhor acha que vai acontecer com a Síria, já que o senhor está ali bem próximo e conhece muito bem a região pelas várias missões que já desempenhou no Oriente Médio?

E me dirijo também ao Embaixador Marcos Galvão, que vai exercer uma das funções mais importantes para o Brasil: ele simplesmente será o Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia. S. Exª disse bem quando relembrou aqui que a União Europeia é a maior potência comercial do mundo, com 27 países depois do Brexit. Nós temos o maior interesse em ampliar as nossas relações, as nossas exportações. Se, de um lado, há alguns produtos que já estão bem avançados, nós queremos muito mais.

E a minha pergunta é no seguinte sentido. Qual é a sua prioridade, Embaixador Marcos Galvão, nessa ampliação de negociações, no estabelecimento dessas relações comerciais em que precisamos exportar mais? Que produtos ainda terão espaço para a oferta do Brasil naquela região?

E desejo a V. Exª que tenha uma trajetória também magnífica. Nas grandes missões, o senhor sempre esteve presente; o senhor esteve por um bom tempo em Genebra, nos representando muito bem, e, agora, vai para Bruxelas, numa outra missão extraordinária.

Então, como V. Exª pretende direcionar o seu trabalho para a ampliação dessa nossa colocação de produtos na União Europeia?

Bem objetivamente, era isso, agradecendo a oportunidade de formular perguntas a esses dois embaixadores que tanto nos orgulham.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar à disposição do Senador Serra a minha vez. Como ex-Chanceler, se ele quiser falar antes, pode até nos ajudar a pensar melhor. Se quiser; senão, falo eu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ao talante de V. Exª, Senador Serra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu tenho, em primeiro lugar, ao Sr. Paulo Cordeiro, que eu conheci num dos momentos mais difíceis do Haiti, em que tivemos que andar no centro dentro de um tanque de guerra, com capacete e colete à prova de bala... E eu vi o seu trabalho entre os nossos soldados e com as autoridades haitianas.

E tive a oportunidade de experimentar uma coisa, Senador Collor, que me impactou muito. Numa conversa que eu tive com o então Presidente do Banco Central, que foi meu colega no Banco Interamericano, em Washington, eu perguntei como é que ele reagia ao fato de haver tropas brasileiras no território do seu país. E ele me disse: "De manhã cedo, quando eu acordo, eu fico com raiva de haver tropas brasileiras aqui. De noite, quando eu vou dormir, eu fico tranquilo, porque há tropas brasileiras no meu país." Isso me impressionou muito, e todo esse contato foi graças ao senhor.

Eu quero fazer aqui um pequeno comentário, mais do que uma pergunta. O senhor, na sua fala, disse que foi buscar razões para o Brasil ter uma embaixada no Líbano no *Livro dos Reis*. E eu quero dar aqui, pelo menos, seis razões que eu imaginei.

A primeira delas é a população libanesa que há no Brasil e que precisa ter um representante no Líbano. O senhor é Embaixador do Brasil e embaixador de uma população específica de brasileiros; é fundamental nós o termos lá.

A segunda é porque o Líbano é um ponto de observação fundamental do que acontece no Oriente Médio, que é uma região fundamental para o futuro da civilização mundial. O senhor vai estar em um centro que tem um clima democrático, está dentro da região da guerra, um país com uma elite sofisticada, na fronteira de muitas guerras.

Terceira razão. O senhor pode nos ajudar a entender como funciona uma democracia em um país dividido por sectarização – não vou chamar de seitas, porque fica ruim. É um país dividido por uma sectarização. E eu temo que o Brasil caminhe para isso, não por razões religiosas – e olhe lá; se a gente não tomar cuidado, até por religião também. O senhor pode nos ajudar a entender como isso funciona.

Eu tenho um "assessor" – entre aspas – para isso. É um assessor do Presidente Temer, um libanês nascido no Brasil que estudou em Harvard, estudou na Sorbonne, e que é uma figura que conhece o Líbano de uma maneira fundamental, porque os pais são libaneses e ele morou lá dos quatro anos até terminar o ensino médio. Ele foi a primeira pessoa que me falou como é que se compõe o processo eleitoral no Líbano, as divisões, o que o senhor aqui resumiu quando disse que é pré-determinada a origem e a prática religiosa do presidente da República, do presidente da Câmara e do primeiro-ministro. Então, estar lá é importante.

Há uma outra razão: é um país que coloca a educação na frente de outras prioridades. Eu me lembro de haver lido, há alguns anos, quando a guerra civil estava no pior momento no Líbano, que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos em luta fizeram uma trégua durante os exames escolares. Durante o período de exames escolares, eles suspenderam a guerra entre eles. Eu tive um amigo, Agop Kayayan, que foi aqui representante do Unicef muitos anos, que disse que a mãe vendeu a casa para pagar o doutorado dele. Ou seja, é um valor fundamental. É um país que tem uma das melhores educações, a gente pode dizer, entre todos os países do mundo – e eu gostaria de dizer isto –, que tem universidades da melhor qualidade, inclusive uma americana, outra de linha francesa, mas que são libanesas de fato.

Uma outra razão que eu gostaria de colocar é o imenso potencial que ainda temos, comercial e cultural, nas relações. É muito pequena a relação comercial, como o senhor disse, mas há como fazer isso se expandir muito. E há uma simpatia lá pelo Brasil até por causa dos libaneses.

No que se refere à cultura, essa sim, a gente poderia explorar mais. Ainda ontem, quando o senhor esteve comigo, eu lhe falei que considero, tirando as brasileiras, a melhor cantora do mundo hoje em dia a Fairuz, não só de músicas populares, como de músicas de canto orfeônico em árabe, que é uma coisa muito especial – eu tomei conhecimento, inclusive, através do Ánuar, que é o nosso Cônsul em Montevidéu e que é um músico da maior qualidade, uma das raras pessoas que têm o que se chama de ouvido absoluto, ou seja, se eu soltar isso, ele dirá quais são as notas desse barulho. Então, há muito potencial nas relações culturais.

E, finalmente, por que o senhor está indo para lá especificamente? A resposta é na linha do que falou o Senador Lasier: de fato, V. Exª tem uma vocação para ir onde há crise. Eu o vi no Haiti. E no Líbano, apesar de aparentemente ter uma certa paz interna, a guerra hoje é mais contra países de fora, ainda há tropas das Nações Unidas. E o senhor entende disso, pelo seu período no Haiti. Então, fico satisfeito de vê-lo nos representando.

Quanto ao Senador Marcos Galvão, primeiro, eu agradeço a lembrança de quando o senhor era muito jovem. Eu era quase da mesma idade e fui seu professor, e ficamos amigos até hoje. Não houve interrupção nos contatos, por *e-mail* que fosse. Eu tenho uma só pergunta, que vou dividir em alguns pontos, mas V. Exª pode acrescentar outros. A pergunta é: para onde vai a Europa? Mas eu vou dividir essa pergunta em itens.

A Europa hoje oscila entre integração – é um exemplo da engenharia política, como o senhor disse – e desintegração nacional. É um dos continentes que tem maior número de movimentos de desintegração. O mais famoso é na Espanha, mas há muitos outros. Para onde vai a Europa? Integração internacional ou desintegrações nacionais?

Segundo: para onde vai a Europa na relação com a Rússia? Aproximação, que muitas vezes é o que parece, ou oposição e choque, sobretudo depois do que houve na relação com a Ucrânia?

Outro: submissão ou rebeldia em relação aos Estados Unidos? Um dia desses a gente viu Inglaterra e França mandando aviões para bombardear os arredores de Damasco, por conta de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeita – que, aliás, até hoje não teve comprovação, eu não vi a comprovação – do uso de armas químicas. Então, uma submissão. E, ao mesmo tempo, há uma rebeldia que a gente está vendo hoje, no que se refere a não aceitar a posição americana quanto às relações com o Irã.

Outro: imigração. Para onde vai a Europa? Aumentar o muro que impede – o muro chamado Mediterrâneo – a entrada de pobres do mundo ou ser a vanguarda de um movimento internacional em que ninguém precise emigrar para sobreviver? A Europa poderia ser a vanguarda desse movimento de oferecer à África e ao Oriente Médio, de onde vêm os emigrantes e imigrantes dela, uma alternativa de vida, fonte de renda, educação, qualidade de vida e de saúde. Então, a Europa vai para muros ou para pontes? Esse, aliás, é o título que o senhor dá, Senador Collor, às reuniões das segundas-feiras. A Europa vai para a opção dos muros ou para a opção das pontes?

Outro ponto: meio ambiente. A Europa vai para a defesa – como muitos discursos falam – do equilíbrio ecológico ou vai continuar querendo aumentar o consumo e a produção? E é possível aumentar a produção sem criar problema ecológico? Até quando?

E, finalmente, a luta contra o terrorismo. Claro que aí não há opção, é preciso lutar contra o terrorismo, mas a luta contra o terrorismo vai ser a partir da quebra das liberdades individuais – e com razões; não posso nem dizer que a gente fica contra –, para nos protegermos de todas as formas de suspeita de terrorismo? Ou a Europa vai por um caminho que permita acabar o terrorismo no mundo, por ser desnecessário utilizar essas armas?

Então, Embaixador, fico muito feliz de vê-lo indo representar o Brasil numa posição tão importante. Deixo aqui essas perguntas mais como quem quer aprender do que como quem quer testar um candidato. Acho que, aqui, não se está testando.

Finalmente, eu queria fazer um último comentário. Eu até pedi ao Senador Fernando que não saísse ainda, mas ele tinha de sair.

Esta reunião – agora chegou a Senadora Ana Amélia para desmentir um pouco isto – parece de nordestinos. Apesar de o senhor ter nascido no exterior, o senhor é potiguar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas ele tem um sanguezinho gaúcho!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Tem sanguezinho gaúcho? (*Risos.*)

Mas a Mesa é de nordestinos. Aqui quase todo mundo é nordestino, tirando um mineiro que é meio nordestino – Minas tem um pedaço lá. E os gaúchos – pelo menos nós, pernambucanos –, consideramos que eles são pernambucanos a cavalo – e têm carne sobrando! Então, esta Mesa hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz um debate muito entre pessoas nordestinas: um baiano, um potiguar, um alagoano, um pernambucano, e por aí vai.

Eu quero dizer que fico orgulhoso de o Brasil ter um serviço de relações exteriores como o que nós temos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Apoiado!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – É uma das razões de orgulho que nós temos no Brasil, e a prova são vocês dois.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assino embaixo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Aliás, desculpe-me, Senador Pedro Chaves, mas eu já havia anunciado a fala de S. Exª o ex-Ministro das Relações Exteriores, atual Senador da República pelo Estado de São Paulo, o Senador José Serra, a quem passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Há um italiano aqui.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Cristovam omitiu a minha condição de cidadão brasileiro e europeu, italiano. (*Risos*.)

Eu queria desejar aos dois diplomatas aqui entrevistados a melhor sorte e um grande sucesso nas embaixadas que vão comandar, muito importantes por motivos diferentes, tanto no Líbano, quanto na União Europeia.

Quero dizer que, no caso do Líbano, nós promovemos uma homenagem a esse país, quando eu ocupava o Ministério, em São Paulo, onde se concentra a maior parte dos libaneses. E constatamos na época isto que foi dito aqui: há mais libaneses no Brasil do que no próprio Líbano, entre os que são efetivamente cidadãos e os seus descendentes.

Eu queria dirigir duas perguntas ao Embaixador Marcos Galvão, que eu tive a honra de ter como primeiro diplomata durante a minha gestão no Ministério. Ele foi Secretário-Geral e foi o responsável por me encaminhar muitos problemas, questões e instruções a respeito do próprio Itamaraty. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem qualificadíssimo do ponto de vista da diplomacia, do ponto de vista pessoal e também do ponto de vista da habilidade política para exercer cargos de responsabilidade nessa área.

A primeira pergunta tem a ver com o Mercosul. Durante a nossa gestão, Marcos, o Mercosul, o destravamento do Mercosul foi uma grande prioridade. A maior convergência entre Brasil e Argentina, além do destravamento, aumentou muito a credibilidade do bloco e, por conseguinte, sua capacidade de negociar acordos, como o Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, tanto que nós conseguimos efetivamente avançar: depois de praticamente 12 anos de negociações suspensas, de certo modo, houve finalmente uma troca de ofertas em 2016, quando estávamos à frente do Itamaraty. E durante toda a nossa gestão, priorizei e dei impulso a essa negociação. Acreditava e acredito que o enorme potencial de crescimento dos fluxos de comércio e investimentos entre os dois blocos é uma oportunidade que o Brasil não só não pode perder, como deve ampliar. Eu sei que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e eu convergimos nesse tema. Ele tem acompanhado as negociações de perto e com grande interesse com relação à União Europeia.

Minha pergunta é a respeito do estado atual das coisas, quais as perspectivas para o futuro imediato e que linha de ação o senhor, como Embaixador, pretende adotar. Isso é fundamental. Qual é a linha de ação para essa dinamização de um tipo de relação econômica que nos interessa muito.

Um outro aspecto tem a ver com a proliferação, o aumento notório de partidos eurocéticos. Eles têm tido vitórias importantes em alguns países, como, por exemplo, Áustria e Hungria, mas também tiveram derrotas, como é o caso da França e da Alemanha. Num cenário em que o euroceticismo eventualmente venha a se acirrar e se alastrar, que desafios e que oportunidades isso poderia representar para o Brasil, ou seja, o avanço maior ou menor do euroceticismo apresenta que desafios para o nosso País? Que oportunidades eventualmente poderia abrir? É uma questão que sempre me vem à mente quando acompanho as vicissitudes da União Europeia. Como cidadão, como homem público e também por motivos familiares e de formação, torço para que a União Europeia dê cada vez mais certo, torço para que vão bem e torço para que as nossas relações melhorem.

V. Exª enfatizou um aspecto em que sabe que eu insisti muito, que é a questão do protecionismo europeu. No Brasil, um certo complexo de inferioridade nos faz enfrentar, como críticos da política econômica externa brasileira, os próprios brasileiros acusando-a de protecionismo excessivo etc. Eu sempre me insurgi contra esse tipo de ação no sentido de que o Brasil não é mais protecionista do que os blocos de países desenvolvidos, nem sequer do que a Escandinávia, que aparece como grande *free-trader*, mas que faz protecionismo na área de produtos primários de uma maneira absolutamente chocante.

É inclusive por isso, Sr. Presidente, que pensei já mais de uma vez – e aproveito aqui a oportunidade para dizê-lo – que nós deveríamos promover, no âmbito desta Comissão do Senado, uma espécie de seminário sobre a questão comercial brasileira, inclusive levantando os principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas que se apresentam, do nosso lado e do outro lado, para que se conheçam as vicissitudes do nosso comércio com os países da União Europeia, com os países asiáticos, com os Estados Unidos, uma visão mais aprofundada e menos folclórica daquela que existe. Creio que seria muito útil para a opinião pública e para os próprios Senadores, para o Congresso, para que se possa ter uma consciência mais avançada a esse respeito. O Brasil não é um país mais protecionista do que os grupos de países dos centros desenvolvidos. V. Exª, Embaixador Marcos Galvão, sabe que essa é a minha tese antes, durante e depois do Itamaraty. Portanto, Sr. Presidente, queria fazer essa sugestão, que posso, depois, detalhar a V. Exª. Creio que valeria a pena isso. Faríamos audiências públicas, levantamentos, e poderíamos, inclusive, publicar algo a esse respeito posteriormente.

É isso, Marcos.

Quero aqui deixar a todos muito claro que trabalhei com Marcos Galvão no dia a dia do Itamaraty e que o considero uma figura humana da melhor qualidade, além de ser um grande quadro brasileiro na área de comércio exterior, dos melhores que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Serra, que é ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pela sua presença e pela sua participação.

Em relação à sua sugestão, gostaria de lhe informar que, duas semanas atrás – isso acontece segunda-feira sim, segunda-feira não –, tivemos, como objeto de audiência pública, o tema comércio exterior. Tratamos aqui de vários assuntos, talvez não com a abrangência que V. Exª sugere. Fico aguardando uma correspondência sua, alguma nota informativa acerca daquilo que o senhor imagina que possa ser uma audiência pública tratando desse assunto, dentro de sua ótica. Nós teremos o maior prazer aqui em acolher isso e novamente chamarmos audiência pública sobre o comércio exterior. É apenas para lhe informar que a Comissão de Relações Exteriores promove, a cada 15 dias, sempre às segundas-feiras às 18 horas, com a participação de internautas e das senhoras e senhores Senadores aqui presentes e de outros Parlamentares, audiências públicas para tratar de temas atuais, temas do momento. Por exemplo, na próxima segunda-feira, nós teremos aqui uma reunião, uma audiência pública às 18 horas, em que nós iremos tratar da questão do Oriente Médio – sempre procuramos adequar o tema a um momento que estejamos vivendo, vivenciando, e que, portanto, mereça uma reflexão por parte desta Comissão e daqueles que nos assistem.

Chega-me aqui a informação: foi no último dia 7 de maio, quando nós tratamos da disputa comercial internacional, das oportunidades e desafios que representa para o Brasil. Esse foi o tema tratado, com a participação de vários debatedores. Mas eu gostaria de receber de V. Exª essas sugestões para que voltemos a esse tema que me parece recorrente e muito importante no debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje travado internacionalmente, sobretudo depois daquela frase emblemática de quem a pronunciou e das intenções de quem a pronunciou, qual seja a de que guerra comercial é uma coisa fantástica, que é muito bom, é muito positivo, sobretudo porque a pessoa que disse isso disse: "Porque sempre nós vencemos".

Então, acho que é o momento de nós refletirmos um pouco sobre essa disposição de certas lideranças de, no mundo globalizado, querer imprimir, dentro disso, característica de mundo unipolar em que vivemos hoje, uma guerra em todos os aspectos que o termo e a sua denominação pode abranger.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello, Srs. Embaixadores Marcos Galvão e Paulo, eu apenas gostaria de fazer duas perguntas a cada um.

Inicialmente, farei uma pergunta ao nosso querido Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

O Brasil tem acolhido, desde o século XIX, fluxos de imigrantes vindos do Líbano, sobretudo cristãos, o que levou à formação de uma importante comunidade libanesa no País. Estima-se que entre sete e dez milhões de brasileiros tenham ascendência libanesa. Esse vínculo humano entre os dois países é um dos principais ativos do relacionamento bilateral. Essa comunidade está espalhada em todo Território brasileiro, sendo responsável por notáveis instituições aqui no Brasil. Deve-se supor que essa também é uma das pautas mais importantes do nosso relacionamento bilateral. Pergunto: como V. Exª pretende desenvolver a diplomacia cultural com o Líbano, tendo em vista que já temos tão grande acervo no Brasil?

A segunda pergunta: as relações entre o Líbano e Israel nunca foram boas, mas a questão se agravou no âmbito da guerra da Síria. Um dos maiores papeis no conflito desempenha o movimento xiita libanês Hezbollah, apoiado pelo Irã, o inimigo principal de Israel. O Hezbollah é um grupo paramilitar, mas sua ala política também é uma parte crucial da Aliança 8 de Março, que governa o Líbano e é uma coalizão sobretudo de partidos conservadores e nacionalistas. O Hezbollah tem 11 dos 128 lugares no Parlamento libanês. O partido do Presidente Michel Aoun, Movimento Patriótico Livre, também faz parte da Aliança 8 de Março. Pergunto: quais os prognósticos para a situação do Líbano ante a evolução do conflito na Síria e o recente rompimento do acordo nuclear entre os Estados Unidos e o Irã?

Agora vou fazer pergunta para o nosso querido Embaixador Marcos Galvão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme noticiou a imprensa recentemente, o Embaixador da União Europeia no Brasil, Sr. João Cravinho, declarou-se otimista quanto à possibilidade de assinatura de acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, ainda neste ano, talvez em junho ou julho próximo. Pergunto: como avalia V. Exª essa proximidade de conclusão de um acordo? Quais são os principais gargalos existentes a impedir o avanço das tratativas? A crise na Argentina piora as perspectivas para uma rápida e exitosa conclusão das negociações? – é uma segunda pergunta. Que impactos poderá causar sobre a chamada Aliança Atlântica a retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã? Na opinião de V. Exª, haverá retaliação por parte da União Europeia às punições impostas pelos Estados Unidos a empresas europeias que mantenham relações comerciais com o Irã?

São essas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Imediatamente passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Caros colegas Senadores, caros Embaixadores que estão aqui sendo submetidos a sabatina, quero cumprimentá-los pela qualidade da exposição.

Ao Embaixador Paulo Cordeiro, que vai para Beirute, no Líbano, cidade que tive a oportunidade de conhecer numa missão do Ministério da Defesa: percebemos ali uma pacificação, pelo menos aparente, de um Estado que teve muitos problemas de divisão interna pela convivência de um país que tem 4,5 milhões de habitantes. Beirute, particularmente, abriga uma colônia palestina, um bairro palestino, e mais 1,2 milhão, se não me engano, de sírios que fugiram dos problemas graves do atual ditador sírio. Então, é uma cidade que consegue fazer uma convivência ali com essas condições.

No ano passado, foi realizada no Brasil, em São Paulo, uma espécie de diáspora libanesa. Como o senhor falou, são 4,5 milhões de habitantes no Líbano, e o total de descendentes de libaneses na região aqui é de 16 milhões, se não me falha a memória no número, no debate que reuniu vários países da América Latina em São Paulo. Então, desejo ao senhor, lá, nesse país, uma boa... Porque são 17 mil brasileiros que lá vivem, no Líbano. Tivemos com eles contato.

Esse papel que a Marinha lidera na Unifil, que é a Força de Paz das Nações Unidas, na fronteira com Israel, é de relevância enorme. Nós tivemos contatos com oficiais estrangeiros que estavam no comando, naquele momento, da Unifil sobre o papel da Marinha como patrulhadora do litoral do Mar Mediterrâneo na fronteira do Líbano para evitar o ingresso, evidentemente, de armamentos ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer outro... E houve uma ação desse navio da Fragata Liberal, uma ação humanitária, única exceção que se faz às operações, porque vários imigrantes estavam fugindo, imigrados da África, se não me engano, aí a embarcação afundou e foram salvas por essa ação da Marinha, da Fragata Liberal, mais de 160 pessoas. Foi um gesto muito relevante do ponto de vista da ação da Marinha brasileira. Então, eu faço esse registro.

Para o Embaixador Marcos Galvão: queria dizer que o Senador Serra lembrou as questões do protecionismo. Nós do Rio Grande do Sul estamos hoje, a economia gaúcha está impactada gravemente pelo embargo à carne de frango. O Brasil exporta metade da produção nacional. A Europa é um dos grandes mercados, e essa situação foi agravada pela decisão recente da União Europeia de também embargar a carne de pescado. Para se ter uma ideia do impacto disso, no Rio Grande do Sul, que é o maior processador de atum, peixe mais consumido nas importações europeias, as vendas do ano passado eram de U$5 milhões e este ano, zero, depois do embargo. Isso para a indústria, para o setor, para os trabalhadores é muito grave. E a de frangos também da mesma forma, porque ela pega não só a indústria exportadora, mas o produtor, o criador que é integrado à agroindústria. É um problema social gravíssimo, e junta-se a isso também o embargo da Rússia à carne suína brasileira.

Então, como Senadora do Rio Grande do Sul, tenho certeza de que o Senador Lasier também hipoteca apoio a essa questão, peço ao senhor que na União Europeia dê uma atenção cuidadosa para esse tema. E não é só no Rio Grande do Sul. A situação é muito grave, os representantes do setor temem o reflexo disso. Porque quando um país, um grupo, um bloco como a União Europeia faz esse embargo, ele tem reflexo sobre o comportamento de outros mercados e o prejuízo aumenta, caro Presidente Collor.

Diante disso, desse recrudescimento do protecionismo que a gente observa não só aqui no Mercosul, mas na União Europeia, nos Estados Unidos especialmente, que pode comprometer, eu queria lhe indagar também sobre esse acordo Mercosul-União Europeia, lembrado pelo Senador Pedro Chaves, porque eu era jornalista quando acompanhava isso. Foram anos, anos. E exatamente sobre o capítulo da produção agropecuária, que interessa para a Argentina, para o Uruguai e para o Brasil, agora também para o Paraguai, que passa a ser produtor de soja, como o senhor avalia? Esse otimismo do Embaixador Cravinho é confirmado mesmo? Eu não tenho tanta certeza ou tanta esperança, especialmente considerando este cenário desses embargos. Quer dizer, com esses embargos à carne, ao frango e ao pescado, pouco provável que a gente avance num acordo. Se avançarmos, temos que preservar os interesses dessa produção.

Sucesso ao senhor também nessa missão difícil e espinhosa diante desse recrudescimento protecionista globalizado.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Anastasia, eu gostaria de fazer a leitura de duas perguntas que passarei aos Srs. Embaixadores ora sabatinados, vindas pelo nosso Portal e-Cidadania.

A primeira pergunta é dirigida a S. Exª o Sr. Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Pergunta Bruno Garcia, de São Paulo – aliás, as duas perguntas são dele, para um e para outro Embaixador: "Sr. Paulo Cordeiro, o que o Brasil poderia ganhar com essa aliança político-militar nas áreas de desenvolvimento e tecnologia, comércio e econômica?" – como está aqui escrito. "Qual é a importância da missão de paz que o Brasil lidera no Líbano e se há alguma possibilidade de o efetivo melhorar a segurança e o desenvolvimento daquele país?"

Passo a suas mãos a pergunta.

A outra indagação, também de Bruno Garcia, de São Paulo, a S. Exª o Sr. Embaixador Marcos Abbott Galvão: "Gostaria de perguntar ao Embaixador e aos membros desta Comissão qual a relação da União Europeia com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e quais são as barreiras que estas nações encontram na Europa."

E, agora sim, passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador José Serra. Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem.) – Apenas para me desculpar porque, por motivo de viagem, vou ter que me ausentar. Vou seguir os debates, inclusive as respostas, pela televisão. Quero pedir desculpas, mas, infelizmente, tinha uma viagem já agendada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Senador. Seja sempre bem-vindo.

Muito obrigado por sua presença.

Com a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, na realidade, não há nenhuma pergunta a ser feita após essas belíssimas exposições e indagações de meus distintos pares, inclusive hoje enobrecidos pela presença do eminente Senador José Serra, que nos distinguiu por estar aqui na Comissão, aliás, num horário que não é muito peculiar, o que demonstra, de fato, o prestígio dos nossos Embaixadores. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade, nós conhecemos os hábitos do querido Senador Serra, um dos Senadores que eu mais respeito, meu grande correligionário.

Mas é testemunho e muitas vezes nós percebemos, Sr. Presidente, um certo pessimismo no Brasil com as coisas. Serei muito singelo e rápido, mas basta hoje verificar aqui a presença desses dois profissionais de carreira do nosso serviço público para nos injetarmos de otimismo. País com capital humano dessa qualidade não pode deixar de avançar. Então, eu queria cumprimentar muito pela presença a ambos e desejar felicidades.

O Embaixador Paulo Cordeiro é um homem que tem um conhecimento enciclopédico de fazer inveja a Diderot. É um homem preparadíssimo e certamente terá uma belíssima carreira, continuará agora no Líbano.

O Embaixador Marcos Galvão eu conheci alguns anos atrás quando governador de Minas Gerais e ele, Embaixador no Japão, um homem que fiquei encantado ao conhecer, uma capacidade de trabalho que o faz, de fato, quase uma máquina. Se não fosse humano, seria já meio máquina, porque o que foi dito pelo Chanceler Serra é a pura realidade, uma capacidade invejável. Eu tenho notícias por pessoas próximas que são testemunhas do seu trabalho e da sua dedicação. É um quadro que nós só podemos aplaudir e que orgulha muito o Brasil.

Eu queria só fazer este registro: o Brasil tem muita solução, basta apostarmos nos nossos valores, no nosso capital humano. Está aqui o Itamaraty para demonstrar isso de maneira muito clara uma vez mais.

Muito obrigado, Presidente.

Boa sorte a ambos!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo agora, então, a palavra a S. Exª o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para oferecer respostas às indagações feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho uma imensa honra de estar nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Itamaraty, Ex^mo^ Senador Anastasia, é uma casa de excelência. Porém, o Itamaraty, principalmente no mundo no qual nos encontramos, precisa não só de aliados, mas precisa do Senado e da Câmara, porque no Legislativo estão os representantes do povo brasileiro.

A grande pergunta que nós nos fazemos como funcionários, como instrumentos do Itamaraty... Eu me lembro de que me encontrei com o Diretor do Rio Branco, Embaixador Sérgio Bath, na escadaria da Universidade Federal da Bahia, em 1977, quando eu me preparava para fazer o concurso, e ele disse: "Se o senhor passar, o senhor será um bisturi, um instrumento de precisão nas mãos do Estado." Agora, a pergunta é sempre esta para instrumentos de precisão – vejo aqui o Embaixador José Luís Archer, o Embaixador Paulo Uchôa –: o que o Brasil quer ser no mundo? Essa é uma pergunta extremamente relevante para o que os senhores querem de nós, porque a Constituição diz que quem define a política externa é o Senhor Presidente da República.

A ida para o Líbano é... Eu agradeço muito ao meu Relator, que foi extremamente generoso comigo, o Senador Lasier Martins, e que fez uma pergunta extremamente relevante. Nós temos, primeiro, de aprender a distinguir.

Então, para um funcionário diplomático olhar a complexidade do mundo, ele tem de separar em partes compreensíveis e depois montar esse quebra-cabeça de novo, como o Embaixador Marcos Galvão faz de maneira magistral, como elementos para os tomadores de decisão. Este é o nosso trabalho: entender o mundo...

Eu peço que aumentem ali o mapa, principalmente colocando o Líbano e a Síria.

Ora, neste momento, eu sou o Cônsul-Geral do Brasil em Milão, e o padroeiro de Milão é Santo Ambrósio, um filho de um funcionário romano, de uma cidade que hoje está na Alemanha, Trier. Em uma confusão imensa em Milão, o povo de Milão o elege bispo. E ele diz: "Nem cristão eu sou." Mas resolveu estudar a Boa Nova e virou doutor da igreja. Como? Eu não sei. (*Risos.*)

Mas, no momento em que Santo Ambrósio era Bispo de Milão, uma turba cristã – aumente um pouquinho, por favor – destrói uma sinagoga em Palmira, que está ali no deserto da Síria e que recentemente teve os seus monumentos, patrimônios da humanidade, destruídos pelo Isis. A comunidade judaica de Palmira escreve para o Imperador, que estava em Constantinopla, dizendo: "Olha, isso não é aceitável. Nós queremos que o senhor pague a reconstrução da Sinagoga." E Santo Ambrósio, de Milão, sem ter *e-mail* ou WhatsApp, manda uma missiva para o Imperador, dizendo: "Olha, não dá. Aquela coisa ali é uma religião em decadência, e nós estamos crescendo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que este mundo mediterrâneo continua sendo um mundo mediterrâneo, e as distâncias são muito pequenas.

Então, quando o Estado Islâmico destrói os monumentos de Palmira, eu tenho, como analista internacional, de procurar entender todas aquelas realidades socioeconômicas, religiosas, civilizacionais que levaram aquele grupo a entrar, como V. Exª, Senador Cristovam Buarque, disse, para o caminho do terrorismo. O que leva um homem ou uma mulher, por piedade religiosa, a se encher de dinamites, entrar numa igreja e explodir-se?

Quando Subsecretário, eu fui a Bagdá, exatamente porque o Isis estava chegando perto de Bagdá, e nós não podíamos nos fechar na Embaixada. E fui convidado pelo patriarca da Igreja Caldeia, que é ligada à Roma, uma das igrejas orientais, à rededicação da Catedral de Nossa Senhora da Assunção. Estava lá um cardeal argentino, que é prefeito para as igrejas orientais, um cardeal maronita, um greco-católico, um armênio-católico, um armênio não católico, um nestoriano – parecia um desfile de modas, e eu ficava até invejoso de estar de paletó. Mas o fato é que o padre disse assim: "Embaixador, está vendo aqueles caixõezinhos ali? É a carne das pessoas que nós conseguimos raspar."

Obviamente aqueles jovens sunitas que se explodiram lá queriam fazer impacto não necessariamente como o dos cristãos; eles queriam fazer um impacto contra o governo de origem xiita, que hoje governa a República do Iraque e que é um canal entre a República Islâmica do Irã, o governo de um Estado que se define como laico, do Presidente/Ditador Bashar al-Assad, e o movimento xiita Hezbollah, no Líbano.

Então, nós temos aí o que os analistas internacionais, principalmente do Ocidente, falam de um eixo xiita entre Teerã e o Líbano. Ora, olhando um pouco abaixo do Rio Litani, nós temos o Estado de Israel. E uma das questões que foram levantadas para mim é a de que os libaneses estavam sempre contra os israelenses, o que não é de todo verdade. Em 1920, os maronitas que queriam um Estado do Monte Líbano viam naqueles imigrantes europeus asquenazes, judeus louros da Europa, que queriam e eram membros da Agência Judaica, possíveis aliados, os dois se viam. E, naquela época, se podia andar de carro de Haifa até Beirute. O que ocorreu, depois, com a expulsão dos palestinos de certos territórios foi que a ONU, numa sessão que foi presidida por um grande gaúcho, Oswaldo Aranha, tinha aquela ideia de ter dois Estados, o Estado judeu e o Estado árabe. E o Estado árabe não se realizou.

Então, nós temos que ver um pouco... Porque a história, como dizia Roberto Campos, muitas vezes é um farol voltado para trás. A gente joga na questão do planejamento político, que é algo que o nosso Chanceler Aloysio Nunes Ferreira está querendo reforçar no Itamaraty, de, fazendo essas análises, apostar em onde aquilo vai dar. Então, o Brasil condena o terrorismo. Nós não aceitamos o terrorismo em nenhuma parte; está na nossa Constituição. No entanto, nós temos que distinguir entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquelas forças políticas que tiveram uma situação tão insuportável que tomaram armas e, dentro do quadro regional e também do quadro global, tentar atuar: onde é que eu apoio ou deixo de apoiar.

O Hezbollah é um Partido importante dentro do novo Parlamento libanês. Nós temos em Foz do Iguaçu uma comunidade xiita importante que manda recursos para as obras sociais do Partido. O que nós temos é que desenvolver mecanismos de distinguir o que vai para o Partido e o que vai para uma milícia, que é tão eficaz que hoje se transformou na ponta de lança do combate do Governo Bashar al-Assad, que representa uma comunidade, a comunidade alauíta, mas também aqueles sírios – e eu visitava o Club Homs, na Av. Paulista, em São Paulo – que consideram que aquela comunidade se sente ameaçada por uma exacerbação da militância sunita.

Ora, aquela estrela, minha senhora, lá embaixo, de vez em quando escuta essas minhas elucubrações mentais.

Nós temos uma força sunita radical no Reino da Arábia Saudita. Nós temos um movimento chamado Irmandade Muçulmana, que nasceu no Egito, mas que hoje é a ideologia do Governo que lidera a Turquia e do Governo que lidera o Catar. E nós vimos como, depois da visita do Presidente Trump a Rabat, a Arábia Saudita tentou...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Foi a Rabat ou a Riyadh?

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – Riyadh. Rabat fica no Marrocos. Sem o senhor, imagino que a minha geografia está perdida! (*Risos.*)

A Riyadh. A Arábia Saudita e os Emirados, Barhrein, imediatamente, fizeram um bloqueio contra o Catar.

Então, isso é o que nós temos que fazer aqui, no Itamaraty, que é um centro de análise e, eu digo, centro de inteligência, com a Abin – o Gen. Etchegoyen esteve recentemente na Itália e disse: "Quero conversar com você sobre o Líbano" – e com os senhores aqui. Porque os senhores e estas audiências das segundas-feiras são importantes para que nós tomemos consciência disso.

Estavam o meu chefe e o Subsecretário-Geral conversando aqui atrás sobre a questão da tecnologia cibernética, da segurança cibernética. Ora, os americanos e os europeus – e eu sou Cônsul em Milão... Não se faz uma *pizza*, em Milão, sem que um muçulmano coloque aquilo no forno. São 200 mil egípcios, 150 mil argelinos, 100 mil tunisinos, não sei quantos mil que vêm ali, e os italianos monitoram todo mundo juntamente com os serviços de inteligência dos países de origem, para exatamente localizar, no fluxo de informações, pela internet, quem se radicalizou ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, isto é o mundo em que nós estamos. É um mundo para o qual o Brasil deve se preparar. Para esse – usando uma expressão em inglês – *haven of peace*, esse espaço de paz política que nós somos; não o somos em termos de criminalidade, mas em termos de convivência de comunidades de todo o mundo, nós somos um lugar de paz. Esse lugar de paz precisa se preparar.

Como a Senadora Ana Amélia mencionou, quando enviamos uma fragata para o Líbano, nós comandamos uma frota de barcos gregos e turcos e o almirante deve evitar que os dois se encontrem, não é? – bangladeshs e indonésios, alemães –, para evitar a entrada de armamento não aceitável no Líbano. Ao mesmo tempo, a nossa Marinha já começa a formar jovens guarda-marinhas libaneses no Brasil.

Então, essa é uma tarefa da Embaixada do Brasil no Líbano, juntamente com as nossas Embaixadas em Amã, onde temos uma estação da Abin, e em outros lugares. Nós temos de nos preparar para fazer com que a Secretaria de Estado, o Sr. Secretário-Geral e a Embaixadora Lígia Scherer processem isso e levem aos nossos patrões: aos tomadores de decisões que estão no Planalto, no Itamaraty e nesta Casa.

O senhor sabe aquela piada sobre a primeira vez que um avião veio do Rio de Janeiro para Brasília e tinha um Deputado baiano? Ele começou um discurso de agradecimento ao piloto no Rio de Janeiro, e não tinha terminado quando o avião aterrissou em Brasília. Bem, isso é uma tentativa de resposta, Senador Lasier, ao senhor.

A cultura, Senador Cristovam, é talvez a riqueza maior que qualquer povo tem, porque ela é que o determina. Eu sou brasileiro e sou libanês por causa da minha cultura. Porque eu vejo o mundo dessa outra maneira. E o Líbano é uma fonte de cultura extraordinária. Eu cresci, na minha juventude, lendo Khalil Gibran. E já Diplomata meio velho, Paulo Nogueira Batista me disse: "Leia *León el Africano*, de Amin Maalouf". E através da literatura, eu comecei a apreender um pouco as realidades políticas e sociais em que eu deveria atuar. Então, nós temos que fazer isso que o senhor falou.

A Universidade Americana de Beirute, a Universidade de Saint Joseph são instituições extraordinárias em um país que não tem quase nada – uva, um pouco de azeitona –, mas que criou uma sociedade capaz de fazer um centro econômico-financeiro que é a Paris do Oriente Médio.

Então, a educação foi o que fez com que os libaneses construíssem aquilo que eles têm como nação, num pequeno país que não quis ser Síria em 1923.

Portanto, o nosso trabalho é este: o de distinguir e ver quem é democrata, quem não é terrorista, para trabalhar com eles. Com isso, a nossa rede de embaixadas se estende de Teerã a Bagdá, passando por Riyadh e por aqueles postos do Oriente Médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Milão, nós temos um extraordinário *designer* libanês, William Sawaya, que trabalhava com a extraordinária arquiteta britânico-iraquiana Zaha Hadid. Nós temos exatamente de usar essa gente para promover o que o Brasil tem de bom e para fazer uma espécie de *aggiornamento* da nossa capacidade de exportar ideias, *design*, roupa.

Nós temos, no norte da Itália, na Valtellina, uma fábrica italiana que transforma carne gaúcha em *bresaola Halal* e em *viande séchée du Valais Halal*, que nós exportamos para o Golfo. Então, isso aí é a criatividade brasileira com essa comunidade libanesa, que o Senador Serra mencionou que existe em São Paulo. Nós tivemos de desenvolver o mercado Halal nesse mundo islâmico e de criar no Brasil instituições, entidades, abatedouros etc. que fizessem com que o nosso produto se adequasse às necessidades do mercado. É isso que nós temos de fazer. O Brasil é um país admirado por isso. Eu nunca vou vender massa de acarajé em Beirute, mas muitas outras coisas eu espero que a gente possa fazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Pão de queijo.

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – O pão de queijo já está pelo mundo.

E o churrasco? Podemos fazer churrasco Halal para os xiitas do Hezbollah. (*Risos*.)

E a gente pode fazer outras coisas. Desculpem-me! Tento evitar cair...

Nós temos, naquele mar entre Líbano, Israel e Chipre, um mar de gás lá embaixo, e a Petrobras já foi convidada para isso. Os italianos, outro dia, tiveram... Um navio turco prendeu uma plataforma italiana ao sul do Chipre. Então, essa é uma área em que o Brasil tem excelência. Em dado momento, a Petrobras teve de voltar atrás, teve de se concentrar no pré-sal, mas, mesmo naquela época, libaneses vieram ao Brasil para pedir: "Por favor, estejam presentes no nosso território!"

Eu queria dizer a esse estudioso Bruno Garcia que o Brasil pode fazer muitas coisas. Nós temos um avião de contrainsurgência extraordinário, que é o Super Tucano, que foi vendido em vários países da África e que, agora, na sua versão produzida nos Estados Unidos, vai aparelhar a Força Aérea libanesa. Esse é um exemplo desse país que... No Piemonte e na Lombardia, dizem assim: "O café brasileiro é bom?" Eu digo: "Não, os senhores viajam de Milão para Roma no jato da Embraer, só que não sabem que é da Embraer." Não é? Como os libaneses terão que entender que o braço de contrainsurgência deles será um avião brasileiro.

Então, o Brasil é isso, é essa imensa coisa que é maior que o eixo que vai de Lisboa a Kiev, ou de Trondheim ao sul da Argélia, e que nós temos que fazer que o mundo entenda. E o mundo nos conhece. O nosso trabalho no Líbano, e muito mais o trabalho do meu Secretário-Geral na Europa, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fazer isso. E precisamos aqui dos senhores, com leis, com aquela coisa que às vezes os americanos fazem, os *loopholes,* onde os outros se protegem, para que possamos entrar nesse mercado global.

Eu tinha dez minutos, já passaram? (*Pausa.*)

Três minutos.

Senador Pedro Chaves, o senhor perguntou sobre essa questão de Líbano e Israel. É uma questão extremamente sensível porque nós não temos ainda uma fronteira internacionalmente acordada, nós temos uma superposição de missões das Nações Unidas, a Unifil, a UNDSS, e uma linha – eu fico com medo de dizer, porque a Embaixadora Ligia Scherer está ali, pronta a me corrigir –, uma linha de separação, a Linha Verde, que precisa ser transformada numa fronteira internacionalmente acordada, e com comunidades que passam, por exemplo... Nós tivemos, quando eu era Subsecretário aqui, um embaixador israelense que era druso e que não falava com palestino nas reuniões oficiais, mas se eu deixasse, numa reunião, os dois corriam para conversar em árabe. Então, nós temos uma comunidade drusa ali onde está o Monte Carmelo. O que nós temos que fazer – e o Brasil tem uma voz nisso – é a promoção da paz.

Quando eu era Embaixador no Canadá, uma vez uma autoridade canadense olhou para mim e disse assim: "O que vocês, brasileiros, estão fazendo no Oriente Médio?" Eu disse para os céus: "Santa ignorância! Nós temos o Oriente Médio dentro de nós! Eu tenho um *kibutz* em Israel!" Uma vez eu estava na Faixa de Gaza e encontrei uma senhora toda coberta de preto, que me disse, com uma voz carioca: "Embaixador, por que o senhor não faz isso?" Eu vi uma menina do Rio embaixo daquela cobertura negra, era uma brasileira. E do outro lado da fronteira, em Amã, e no Líbano, 17 mil.

Então, todas essas comunidades sabem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO – ... que aqui elas convivem bem e que nós temos, na nossa diplomacia, na maneira que nós somos como povo, a possibilidade de aportar uma pequena contribuição para essa área extremamente conflagrada. Eu ainda acredito em Deus, ainda sou mais ou menos um católico, minha mulher puxa a orelha porque eu não vou, não faço o que a igreja manda, mas ali está o lugar do Armagedom. O nosso trabalho é dizer que São João, o evangelista, em Patmos, estava errado. Então, o trabalho do Embaixador Marcos Galvão, o meu e o dos meus colegas do Itamaraty é fazer com que aquele que descreveu o apocalipse... É dizer assim: não é exatamente isso que o senhor ouviu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora a S. Exª o Embaixador Marcos Abbott Galvão.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Começo por responder a pergunta do Senador José Agripino.

O Senador José Agripino mencionou que eu não tinha declinado a minha condição de potiguar. Eu nunca deixo de declinar minha condição de potiguar, inclusive cheguei de Natal domingo à noite, onde fui passar o Dia das Mães com minha mãe. Meu pai está enterrado em Natal. Eu sou três quartos potiguar e um quarto gaúcho, como lembrou a Senadora Ana Amélia, porque minha avó paterna era gaúcha de São Gabriel.

A pessoa que tinha capacidade de síntese e apreensão, de que o Senador se lembrou, tinha 31 anos de idade naquela época. Hoje os neurônios já estão um pouco mais desgastados, mas a gente tenta compensar com mais esforço e trabalho.

O Senador fez uma pergunta que não é simples, assim como as outras perguntas não foram simples. Ele falou do Brexit e perguntou qual era, no meu entender, a probabilidade ou a perspectiva de que outros países viessem a deixar a União Europeia.

No imediato pós-Brexit, houve muitas cogitações sobre isso. Houve grande expectativa em relação às eleições na França, mas a maioria do povo francês respondeu claramente na escolha que fez que não queria seguir o caminho seguido pelo Reino Unido. O povo do Reino Unido decidiu... Aliás, a propósito das eleições na França, acho que não é por acaso que o Presidente da França, Emmanuel Macron, se tornou uma referência na França e uma espécie de liderança agora, no contexto europeu.

Eu acho que, sim, é verdade – e eu mencionei isso –, as pesquisas de opinião indicam que em quase todos os países da Europa a popularidade de pertencer à União Europeia está declinando, mas eu não veria hoje uma probabilidade com crescimento acelerado no sentido de novas retiradas da União Europeia. Evidentemente – e as senhoras e os senhores, que são eleitos, sabem disso muito melhor do que eu –, essas decisões são tomadas em referendos, por escolha popular, e, portanto, é difícil antecipar, mas, por outro lado, para que esses referendos ocorram, geralmente é preciso que líderes que estão no governo tomem a decisão de convocá-los. No caso do Reino Unido – diplomaticamente vou evitar opinar sobre a política interna de outros países –, há analistas que dizem que houve ali, talvez, um erro de cálculo do então Primeiro-Ministro Cameron.

Passo às perguntas do Senador Lasier Martins, que me perguntou, em primeiro lugar, que produtos ainda terão espaço no mercado europeu.

O mercado europeu, demograficamente, é um mercado maduro e de alta renda. Portanto, não existe o fenômeno que existe seja em mercados demograficamente mais jovens, seja em mercados com trajetória acentuada de expansão de renda, uma propensão ao aumento do consumo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos, por exemplo. Então, não creio que devamos esperar que haja uma curva muito inclinada para cima na demanda europeia por alimentos. No entanto, a Europa, que é o maior importador mundial de alimentos e também um grande exportador de alimentos, não deixará de ser, continuará a ser um mercado fundamental para nós. Agora, é preciso que nós não nos contentemos apenas em exportar bens primários para a União Europeia, que hoje correspondem mais ou menos à metade da pauta. Nós temos de fazer um esforço para diversificar as nossas exportações, incluindo nelas produtos industrializados e incluindo nelas exportações de serviços.

O senhor me perguntou também como pretenderia, caso seja aprovado por V. Exªs, direcionar o trabalho. É no plano da União Europeia que se define a política comercial da União Europeia, os regulamentos que se aplicam à política comercial, entre eles os sanitários e os fitossanitários, e também a regulação na área de competição, de concorrência. Portanto, o foco da atuação em Bruxelas, mais do que direcionado a mercados consumidores, é um foco direcionado a reguladores e tomadores de decisão e a formuladores e executores de política.

Agora, de qualquer maneira, mesmo para isso, para influenciar tomadores de decisão e formuladores de políticas, é preciso um esforço na área de imagem – imagem do nosso produto, imagem da nossa capacidade de fiscalizar a nossa produção – e de credibilidade. Por exemplo, é muito importante o que a Apex-Brasil está fazendo hoje em termos de projeção do caráter sustentável da produção agrícola brasileira. Isso é muito importante, sobretudo na Europa. Então, temos de trabalhar nessas áreas, e eu não deixarei de fazer isso.

Nos meus dois postos anteriores, Japão e OMC, a minha tarefa prioritária sempre foi trabalhar pelas exportações agrícolas brasileiras. No Japão, coincidiu com a minha presença lá a culminância de um trabalho que havia sido começado antes: abertura do mercado japonês para a exportação de carne suína de Santa Catarina. Na OMC também houve um combate constante para assegurar que tenhamos melhores condições de competir ou, às vezes, condições menos adversas de competir com os nossos produtos nesses mercados em que enfrentamos barreiras de vários tipos.

Eu passo às perguntas do Relator da minha indicação, Senador Cristovam Buarque, que não são simples. Se o senhor ainda fosse meu professor, certamente eu não iria passar de ano.

Em primeiro lugar, o senhor me perguntou sobre o fato de que a Europa oscila entre a integração e a desintegração nacional. É verdade. Há forças centrífugas em algumas nações da Europa, e há, de fato, movimentos separatistas, alguns deles de maior relevância do que outros. Talvez, com otimismo, eu tenda a achar que, pelo menos no nosso tempo de vida, no nosso de trabalho, esse fenômeno não vá ser um dado determinante dos desafios que temos de enfrentar. Não deve ser menosprezado, mas eu tenho a impressão de que não para o trabalho de conjunto que temos de fazer, um significado maior. Para a Europa, vai-se ter de ver mais adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor me perguntou sobre a relação com a Rússia, se de oposição ou de choque. Aí, como diria Garrincha, é preciso combinar com os russos. A União Europeia vai ter de combinar com os russos, porque não depende só da União Europeia como vai se desenvolver a relação com a Rússia; depende também da Rússia como vai se desenvolver a relação com a União Europeia. Eu diria, no entanto, tenderia a achar – e aqui é intuitivo, qualquer projeção que se faça nesse tema é intuitiva, embora respaldada em dados concretos – que há uma convergência de interesses entre ambos que, a prevalecer de parte a parte um grau de pragmatismo, objetividade e responsabilidade, porque é importante, já que é uma área de potencial tensão, eu diria que é possível que essa relação entre a União Europeia e a Rússia possa evoluir num sentido favorável. Dependerá, evidentemente, da conduta de parte a parte.

Eu chego a uma pergunta que desafia um pouco mais o diplomata aqui presente, mas eu não vou deixar de responder a nenhuma pergunta, que é, como o senhor me perguntou, como eu antevejo a relação entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, se é uma relação de submissão ou de rebeldia.

A atitude europeia em relação aos Estados Unidos tem oscilado ao longo do tempo. Lá atrás, nos anos 60, de Gaulle simbolizou uma ideia de autonomia em relação... Uma das ideias-força da integração europeia para muitos europeus era justamente somar forças e ser capaz de preservar alguma autonomia diante das duas maiores potências do mundo de então, que eram os Estados Unidos da América e a Rússia, a União Soviética. Naquele tempo, em 1967, houve um célebre livro: *O Desafio Americano*, de Jean-Jacques Servan-Schreiber, que tratava justamente disso. E Servan-Schreiber, que era o fundador e editor da revista *L'Express*, que nós lemos nas nossas juventudes respectivas, via justamente na integração europeia uma forma de equilibrar a relação entre a Europa e os Estados Unidos. Já Victor Hugo falava, em 1849, de Estados Unidos da América – e muitos falaram de Estados Unidos da América depois dele, alguns tinham falado antes, ele não foi o criador dessa expressão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Estados Unidos da Europa, desculpe.

Eu diria que a vocação da Europa é uma vocação de autonomia, a do projeto europeu, é uma vocação de autonomia no contexto global. É evidente que nós temos visto nessa matéria avanços e retrocessos. Não vou falar em sístoles e diástoles no atual contexto do noticioso brasileiro e de memórias, mas eu acho que é importante, e isso já me foi dito quando eu era negociador no G-20, por exemplo, por um europeu, é importante para os europeus verem outros países, inclusive países como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil, se comportarem com autonomia. A União Europeia é uma comunidade muito mais poderosa do que o Brasil, mas é importante porque, ao ver outros atores se conduzirem com autonomia na cena internacional, isso ao menos os inspira e dá um sentido a eles também, e eles sabem perfeitamente disso, de que é possível se conduzir com autonomia na cena internacional.

O senhor me perguntou sobre a imigração, se vamos para muros ou pontes.

Esse cenário da imigração, de imigrantes em massa atravessando o Mediterrâneo, foi um cenário que foi muitas vezes imaginado pelos europeus, inclusive num livro que o Presidente Collor, quando Presidente da República, leu, comentou publicamente, que se chamava *O Império e os Novos Bárbaros*, de Jean-Christophe Rufin.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Eu prefaciei o livro.

O SR. MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO – É, o senhor prefaciou o livro.

Eles já imaginavam essa cena de ondas de imigração vindas do mundo em desenvolvimento, expulsos dessas áreas por carências, pobreza etc.

A resposta a essa pergunta, Senador, é uma resposta difícil. Tal como em todas as democracias – e a Europa é um conjunto de democracias, nós temos a nossa própria, nós estamos aqui vivendo esse debate até em torno do fluxo de imigrantes venezuelanos, que numericamente é muito relevante para o Estado de Roraima, não chega a ser relevante do ponto de vista da escala demográfica do Brasil –, é uma questão que vai depender de uma dinâmica política, de uma dinâmica de sentimentos coletivos que é muito difícil de antecipar. Mas eu espero que os europeus, que têm uma tradição longa e que sabem as vantagens de se manter na tradição da democracia, da abertura, que eles se vacinem progressivamente contra impulsos mais restritivos nessa área.

E nós vimos a coragem política inclusive da Chanceler federal Angela Merkel quando tomou a sua decisão de adotar uma política mais liberal em relação à imigração. Pagou um preço político elevado por isso, mas os líderes precisam, o mundo ganha e as democracias ganham quando os líderes têm coragem. Ela teve coragem, ousadia de ficar do lado certo. Porque também a gente precisa achar e acreditar que há lados certos e há lados errados. Eu espero que a Europa, em matéria de imigração, continue do lado certo, e que os líderes da Europa tenham coragem de liderar suas sociedades nesse sentido, mesmo que sejam confrontados com sentimentos coletivos que possam até eventualmente caminhar na direção oposta.

Quanto ao meio ambiente, sou mais confiante. Na União Europeia eu acho que existe um sentimento muito forte da importância de preservar o meio ambiente. Nessa área eu acho que a União Europeia é líder em termos de sentimento, e exerce uma liderança política internacional. E nesse lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho uma certa confiança. Evidentemente que não haverá perfeição, haverá sempre conflitos de interesse, mas eu tenho uma confiança maior.

Na luta contra o terrorismo, se a Europa se colocar em situações em que haverá risco à liberdade, novamente entramos em terreno mais incerto. Eu diria que isso dependerá, em boa medida, da intensidade que o fenômeno do terrorismo possa vir a ganhar na Europa. Infelizmente, quanto maior a incidência do terrorismo, maior a propensão das sociedades a se disporem a sacrificar liberdades fundamentais e direitos em troca do que elas suponham, equivocadamente, a meu ver, sejam condições melhores de combate ao terrorismo pela via da força.

Eu acho que a melhor resposta que o Ocidente – e o Brasil é parte do Ocidente, nós somos uma democracia ocidental –pode dar ao terrorismo, ao autoritarismo, à tentação das ditaduras é consolidar a democracia, termos a coragem de defender a democracia, a liberdade e os valores que nós, sobretudo, da nossa geração, já vimos de forma diferente. Falo da importância de nós nos mantermos como somos: democracias sólidas com instituições cada vez mais fortes.

Sobre o Senador José Serra – a mesma coisa vale para as senhoras –, eu quero também agradecer, na pessoa do Senador José Serra, mas também comentando o que disseram outros Senadores, os comentários generosos que fizeram a meu respeito. Eu, sinceramente – e aqueles que me conhecem sabem disso –, não me julgo deles merecedor.

O Senador Serra perguntou que papel teve o fortalecimento do Mercosul em relação à perspectiva de negociações extrarregionais no Mercosul, e eu acho que é imenso. Eu era Embaixador no Japão em 2011 e em 2012, quando se criou a Aliança do Pacífico. A Aliança do Pacífico se criou como uma marca por oposição à marca Mercosul, que estava um tanto desgastada naquela época, e um pouco a significar que, de um lado, estavam países, digamos, propensos a certa ineficiência, à proteção de sua ineficiência por meio de políticas protecionistas. Havia um quê de objetividade e um quê de estereótipo negativo nessa formulação. Mas o fato é que a marca Aliança do Pacífico veio ao mundo e projetou muito favoravelmente os países que dela fazem parte, em prejuízo da imagem externa do Mercosul, involuntariamente. Mas o fato é esse.

Com as mudanças de orientação de política econômica no Brasil e na Argentina, isso se transformou radicalmente. O Mercosul avançou nos últimos anos, houve uma remoção significativa de travas internas no mercado intrarregional no Mercosul. Isso foi uma política que o Ministro Serra conduziu durante o seu período de gestão e que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira vem impulsionando com prioridade na sua gestão. Ele vive ligado a esse tema da negociação com a União Europeia. Inclusive, agora, da Ásia, ele me pede notícias e dá instruções diariamente sobre isso.

Isso mudou, certamente, a probabilidade de nós concluirmos acordos do Mercosul com outras regiões, seja com a União Europeia, que é o caso mais visível; seja com o Canadá, que já teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociações lançadas com o Mercosul semanas atrás; seja com a Coreia do Sul, onde o Ministro Aloysio Nunes Ferreira estará na semana que vem, juntamente com seus pares do Mercosul, para lançar negociações Mercosul/Coreia do Sul.

Então, não é por acaso que esses países agora decidiram querer iniciar negociações com o Mercosul. É que eles sabem que o Mercosul melhorou e que o Mercosul tem hoje perspectivas que não tinha no passado recente.

Perguntou-me também o Senador José Serra sobre a proliferação de países de partidos eurocéticos, sobre a possibilidade de que outros países venham a deixar a União Europeia e quais suas implicações para o Brasil.

Como eu disse, eu não acho que necessariamente estejamos no limiar de um movimento de saída da União Europeia. Num cenário hipotético de que isso viesse a ocorrer – e repito que não considero que isso seja provável –, não me parece que isso fosse favorável aos interesses do Brasil.

No caso do Reino Unido, pode-se até invocar uma atenuante da vocação liberal do Reino Unido, de um menor grau de protecionismo natural do Reino Unido, da tradição britânica de liberalismo, mas esse seguramente não seria o caso, num cenário hipotético, ainda improvável, a meu ver, de outros países que viessem a sair, porque o euroceticismo, em muitos países, está associado a tipos de nacionalismos que eu não me surpreenderia que viessem acompanhados de impulsos protecionistas seguramente deletérios ao panorama de comércio mundial e aos interesses do Brasil.

O Senador Pedro Chaves me fez duas perguntas: quais são os principais gargalos? Pergunto sobre o meu otimismo em relação às negociações, se eu compartilho do otimismo do Embaixador Cravinho em relação às perspectivas de chegarmos a um acordo num futuro próximo. Sim, eu acho que o Embaixador Cravinho está correto. Ele está falando com base em informações que ele tem. E eu posso falar, com base nas informações de que eu disponho, como eu já disse na abertura, que nós nunca estivemos tão próximos da conclusão de um acordo, o que não quer dizer que a conclusão está dada, mas estamos perto disso. Existem poucos temas pendentes.

O senhor me perguntou também se a crise na Argentina piora as perspectivas de um acordo. Creio que não. A crise na Argentina é percebida – eu entendo – na comunidade internacional como uma crise que está sendo contida, delimitada, como uma crise financeira. Isso não muda o apetite, a vontade política do governo argentino de concluir esse acordo. Então, eu tenho a impressão de que... Não creio que a posição... Não tenho nenhum dado que aponte nesta direção – zero – de que a disposição negociadora da União Europeia em relação ao acordo com o Mercosul esteja sendo afetada por essa situação de pressão cambial e de pressão financeira que a Argentina sofreu nesses últimos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor me perguntou também se haveria retaliação europeia e que impacto teria na Aliança Atlântica a posição americana em relação à questão do acordo em torno do programa nuclear iraniano. Eu acho que é cedo para falar num impacto na Aliança Atlântica. Sei que, quando o senhor fala de retaliação, o senhor está falando de retaliações na área econômica, já que há prejuízo para empresas europeias e para empresas de outros países também que atuam no Irã. Eu tenho a impressão de que, por enquanto – a possibilidade de uma resposta já foi mencionada verbalmente –, os atores que permanecem no tratado estão tentando encaminhar as coisas pela via do diálogo, e não necessariamente ainda pela via do embate.

A Senadora Ana Amélia menciona o impacto do embargo europeu à carne de frango, que, de fato, é um tema que preocupa muito o Governo brasileiro, é um tema muito sensível. A Europa é um dos grandes mercados importadores. Nós estamos questionando o tratamento diferente que a Europa dá, por exemplo, aos exames de salmonela em carne não cozida e em carne cozida de frango, o que não parece fazer sentido cientificamente.

Toda essa discussão em torno de padrões sanitários e fitossanitários tem justamente a ver com a cientificidade ou não das exigências que se fazem alegadamente para a proteção dos consumidores. O nosso entendimento – estamos argumentando nesse sentido e temos argumentado sempre nesse sentido com os nossos interlocutores da União Europeia – é o de que as medidas adotadas recentemente pela União Europeia excedem objetivamente as necessidades que corresponderiam ao legítimo interesse deles em proteger o consumidor europeu.

Quanto à questão das restrições na área de pesca e produtos da pesca, eu fui ver os valores hoje. Nós já tínhamos, como a senhora sabe, da parte do Brasil, diante de preocupações manifestadas por eles, interrompido, por iniciativa nossa, as exportações para reforçarmos os nossos controles sobre as nossas importações nessa área. Eu fui ver os valores que estão envolvidos. A senhora mencionou os valores envolvidos para o Rio Grande do Sul na área do atum. Os valores envolvidos para o Brasil são da ordem total de aproximadamente US$33 milhões por ano; exatamente a metade, US$16,5 milhões, é de peixe, e US$16 milhões são de crustáceos. Isso envolve não só o Rio Grande do Sul, mas envolve também, por exemplo, Santa Catarina e o Nordeste.

Agora, diante do fato de que a União Europeia invoca, numa carta que foi tornada pública hoje – ela está publicada no *Valor*, que está aqui –, que houve dois carregamentos, por coincidência, oriundos de Natal, que foram acompanhados de certificados das autoridades brasileiras, quando nós já tínhamos dito que não emitiríamos certificados, eles alegam ter havido aí uma dissonância entre o compromisso assumido e o efetivamente ocorrido e decidiram, da parte deles, suspender as importações de produtos de pesca no Brasil. Novamente, também nesse caso, achamos que a medida é excessiva. Já estamos dialogando com eles nesse sentido, argumentando no sentido de defender a nossa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa, como a senhora sabe melhor do que eu, é uma luta constante de quem exporta produtos agropecuários e produtos da pesca, são as discussões em torno de medidas na área sanitária e fitossanitária. É uma luta constante, é uma luta que nós – o Ministério da Agricultura, o Itamaraty, todos os serviços competentes do Brasil – travamos ininterruptamente. É um trabalho que absorve grande parte de nossas energias diplomáticas nessas frentes. E, repito, foi algo de que eu nunca deixei de tratar nos últimos anos no Japão, na OMC, como Secretário-Geral, e, caso V. Exªs venham a aprovar o meu nome, a partir do ano que vem, em Bruxelas.

A senhora me perguntou sobre o acordo Mercosul-União Europeia, se eu compartilho desse otimismo, inclusive à luz dessas barreiras sanitárias e fitossanitárias e dessas medidas recentes. Embora as coisas façam parte de um só universo, Senadora, na área das negociações, a questão agrícola se centra, sobretudo, neste momento, como pendência na área de acesso ao mercado de bens. Portanto, é uma troca. Nós estamos negociando, justamente neste momento, o que haveria, neste acordo, agora, em termos de movimento europeu, de abertura de seus mercados para produtos agropecuários e do que o Brasil fará sobretudo na área de abertura de alguns setores de sua indústria. Então, é uma questão mais de acesso a bens.

Há um pilar ou um subpilar no acordo sobre a área sanitária ou fitossanitária, mas, sem querer fazer trocadilhos, não é algo que, tecnicamente, na negociação de acesso a bens, contamine, digamos... As medidas fitossanitárias não são algo que contamine essa discussão. Nós sabemos que, mesmo quando nós tivermos fechado o capítulo de acesso a mercado em bens e o capítulo de medidas sanitárias e fitossanitárias, para usar uma expressão também de tempos passados, a luta continua. Essa luta em defesa da adoção apenas sanitária e fitossanitária, das medidas sanitárias e fitossanitárias, e não do seu emprego um pouco além das necessidades objetivas para fins de defesa comercial, é uma luta travada por todos os exportadores de produtos agropecuários em desenvolvimento e desenvolvidos também.

Por fim, o Senador Antonio Anastasia não fez uma pergunta, e eu só tenho a agradecer a ele as palavras generosas que disse a meu respeito.

Antes de concluir, Presidente, eu responderia ao Bruno Garcia, que fez a pergunta pelo e-Cidadania: "Qual é a relação da União Europeia com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Quais são as barreiras que essas nações encontram na Europa?"

Bem, Bruno, um dos membros da CPLP é Portugal, que é membro também da União Europeia. Portugal é, portanto, uma ponte entre a CPLP e a União Europeia. Não existe uma relação bloco a bloco, digamos, entre a União Europeia e a CPLP, nem há barreiras erigidas pela Europa à CPLP em si. Haverá as relações que cada país integrante da CPLP tem com a União Europeia, mas não há, nesse sentido, um quadro como definido na sua pergunta. De qualquer maneira, Portugal tem uma atitude muito positiva e de liderança no contexto da CPLP, e eu estou certo de que Portugal exerce um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho no sentido de fortalecer e facilitar a relação dos países da CPLP com a União Europeia, a que ele pertence.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, indicado para Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, pela sua exposição e pelas suas respostas.

Eu indago a S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes se podemos continuar com a nossa reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A reunião continua, então, aberta.

Eu solicito à Secretaria desta Comissão que abra o painel, para nós tomarmos conhecimento do resultado da sabatina a que foram submetidos S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Assim que for conhecido o resultado, Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Terá a palavra pela ordem, depois de eu proclamar o resultado. Pode ser?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois, depois, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois do resultado, que é mais importante.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro, portanto, aprovados, por unanimidade, os nomes de S. Exª o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa, e de S. Exª o Sr. Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão, indicado para Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

Cumprimento V. Exªs pelo brilhantismo das suas exposições, pela pertinência das respostas oferecidas a este Plenário, desejando-lhes, em nome da nossa Comissão, pleno êxito na nova missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exªs estarão empreendendo, a partir do ano que vem, após ouvido naturalmente o Plenário da nossa Casa Legislativa.

Muitas felicidades aos senhores! (*Pausa.*)

Passamos agora à segunda parte da nossa pauta, para a deliberação de matérias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ah, sim! Desculpe-me!

Antes disso, pela ordem, tem a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assessorias, eu fiquei surpresa com o artigo publicado no jornal *Le Monde*, em Paris, assinado pelo ex-Presidente Lula, que está preso na sala da Polícia Federal, em Curitiba. Nessa carta, o Presidente volta a atacar o que ele chama de farsa judiciária. Eu penso que um Chefe de Estado, como foi o ex-Presidente Lula, que teve grande destaque internacional, está denegrindo a imagem da instituição do Judiciário, que pode, sim, ter falhas. Mas ele não pode avaliar o conjunto e colocar todo o Poder Judiciário como incurso em atitudes que não sejam condizentes com o Estado democrático de direito em nosso País.

Então, parto em defesa dessa instituição, do Judiciário Brasileiro, da independência desse Poder, da independência do Ministério Público, das investigações da Polícia Federal.

Quero dizer que, é claro, é compreensível esse esforço do ex-Presidente de se manter candidato, a despeito de a legislação em vigor impedi-lo, porque ele já foi julgado em segunda instância. A Lei da Ficha Limpa, fruto de uma ação popular, a primeira após a Constituição de 1988, foi estimulada pela CNBB, que agora apoia o respeito à Lei da Ficha Limpa, que reza que ele está impedido legalmente dessa candidatura, como reconheceu o Presidente do TSE, Luiz Fux, ao assumir a Presidência, quando disse que não é registrável um candidato que esteja incurso da Lei da Ficha Limpa.

Então, posto isso, eu quero reafirmar aqui a defesa das instituições do nosso País. Nós aqui também tivemos, no Congresso Nacional, uma atitude absolutamente respeitosa diante da legislação brasileira, da Constituição brasileira, no capítulo que trata do impedimento. Então, faço essa observação. Quero dizer que o que mais surpreendeu foram as manifestações de ex-presidentes de países europeus, como o ex-Presidente François Hollande, o ex-Presidente da Espanha José Luis Zapatero, o ex-Primeiro-Ministro belga Elio Di Rupo e os ex-Presidentes do Conselho de Ministros da Itália Massimo D'Alema, Enrico Letta e Romano Prodi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da França, surpreende que Hollande tenha esquecido que o ex-Presidente que o antecedeu, Sarkozy, foi preso, levado às barras da lei, para investigação, com base em uma lei francesa de 1903. Portanto, é interessante imaginar que o Sr. Hollande considera também uma farsa jurídica o que aconteceu com o seu antecessor, Sarkozy.

Então, eu faço este registro, nesta Comissão de Relações Exteriores, para manifestar a minha surpresa não só com a carta do ex-Presidente, que é justificável pelo seu empenho para ser candidato, em um cenário de impossibilidade, pela legislação em vigor, mas também, especialmente, com o apoio dos líderes europeus que estão aqui.

Acho que, além da manifestação do Ministro Aloysio Nunes Ferreira, de Relações Exteriores, que rebateu essa manifestação, seria conveniente que o jornal francês desse igual espaço para que a autoridade das relações exteriores fizesse uma carta semelhante para demonstrar que país democrático vive o Brasil, com suas instituições funcionando, não só o Poder Judiciário, como o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Ministério Público e também os órgãos de investigação, que estão atuando de forma republicana.

É o registro que faço, surpresa com essa situação toda, mas não é de fora que vamos fazer pressão aqui dentro, num País que tem liberdade de escolha, em que os eleitores também terão liberdade, no dia da eleição, para escolher seus candidatos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Antes de passarmos à segunda parte da nossa pauta, eu gostaria de dar a informação às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que acaba de chegar aqui uma notícia de que acaba de haver uma revolta em uma prisão em Caracas. Parentes de presos políticos que estão detidos em Caracas divulgaram há pouco que os presos tomaram o controle de um dos blocos de celas de El Helicoide, um antigo *shopping center n*o centro da cidade que foi transformado em sede do Sebin, a agência de inteligência venezuelana, que abriga mais de 300 presos. De acordo com fontes ouvidas pela rede britânica BBC, a revolta dos presos começou com o espancamento de Gregory Sanabria, estudante que aguarda julgamento desde sua detenção por participar de protestos antigoverno em 2014, por outro preso detido no complexo.

A rede norte-americana CNN afirma ter conversado por telefone com um dos presos, que exigiu a libertação de todos os presos políticos venezuelanos. Não há informações até agora sobre a situação no centro de detenção.

Passamos, então, à segunda parte da nossa pauta, para a deliberação de matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.* Indico o Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O relatório está pronto para deliberação.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Chaves, para a apresentação do relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, trata-se, na realidade, da indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Sr. Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Fernando José Marroni de Abreu, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Fernando José Marroni de Abreu nasceu em São Borja (RS) em 1957, filho de Fernando da Encarnação Abreu e de Lygia Marroni de Abreu.

É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Ciências Econômicas (1985) e em Relações Internacionais (1986) pela Universidade de Brasília. Em 1988, obteve o grau de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris I (Sorbonne).

Na carreira diplomática, ingressou em 1981, tendo ascendido a Segundo-Secretário em 1986, a Primeiro-Secretário em 1994, a Ministro-Conselheiro em 2000, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2010. Serviu em Paris, Havana, Roma, e dentre seus últimos postos estão o de Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000-2002), Chefe de Gabinete no Ministério da Defesa (2003-2005), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Infraero, Ministro-Conselheiro em Madri (2005-2008), Embaixador em Amã (2008-2012), Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (2012-2015), Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2015-2016) e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio (2016).

Dentre seus escritos, destaca-se *Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática em Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico* (2000) e *A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica* (2004), este fruto de sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado, muito rico, por sinal, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações sobre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com perfil biográfico de seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva; do Vice-Diretor-Geral de Operações, o norte-americano Daniel Gustafson; e da Vice-Diretora de Conhecimento, a cabo-verdiana Maria Helena Semedo, bem como informações gerais da organização e sobre a participação e atuação do Brasil. Igualmente, traça o perfil do Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o americano David Muldrow Beasley, e do Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), o togolês Gilbert Fossoun Houngbo, e de sua Vice-Presidente, a alemã Cornelia Richter. Também sobre essas duas organizações o Itamaraty anexa informações gerais e descreve nossa participação e atuação.

Conforme é notório, o Brasil é um grande produtor e consumidor de alimentos, tem a maior biodiversidade do mundo e detém uma das maiores reservas de água doce, o que o torna um grande interessado em organizações que versam sobre alimentação, desenvolvimento agrícola e sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da FAO, os programas prioritários para o Brasil são: Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural, Segurança Alimentar e Nutrição, Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos, Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis, Cooperação Sul-Sul e Triangular, Assistência Humanitária Alimentar, Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas, Sanidade Vegetal e Animal, *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias.

No Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil tem se alinhado em questão de cooperação humanitária, apoiando questões estruturantes na área de segurança alimentar e nutricional, desenvolvendo estratégias de mobilização de recursos em resposta a crises iminentes, estimulando a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, favorecendo a compra de alimentos para o abastecimento de populações afetadas e promovendo pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local.

Já a vinculação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e o Brasil tem foco na melhoria de condições socioeconômicas de comunidades rurais de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sobretudo no Semiárido nordestino. Dentre os objetivos estão o aumento da produção agrícola comercial da agricultura familiar, melhoria do acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, geração e disseminação de conhecimento aos pobres rurais, debate sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar nos planos nacional e internacional.

Esse é um breve resumo da vasta atuação dessas organizações no Brasil. A FAO, em especial, dirigida por um brasileiro, tem evoluído em respostas mundiais ao combate à pobreza, às mudanças ambientais e à exploração adequada dos recursos genéticos. Nesse sentido, explora soluções na bioeconomia, que é aquela pensada no cultivo e uso de biomassa como instrumento de combate às mudanças climáticas e à poluição, e na agroecologia, que é o desenvolvimento agrícola ecológico e sustentável. Alimentar adequadamente todos é o grande desafio, o que tem encontrado fortes barreiras, como conflitos, mudanças climáticas e preços elevados de alimentos, levando 124 milhões de pessoas à fome em 2017.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, DE 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto da Decisão nº 10/12 do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), adotada em 30 de novembro de 2012, em Lima, durante a VI Cúpula da Unasul, que aprova o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED).

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

A Relatoria é de S. Exª o Senador Pedro Chaves, a quem passo a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 32, de 2018, que aprova o texto da Decisão nº 10/12, do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), adotada em 30 de novembro de 2012, em Lima, durante a VI Cúpula da Unasul, que aprova o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED).

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Defesa e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, informa que o Centro está subordinado à estrutura da Unasul, mais especificamente ao Conselho de Defesa Sul-Americano. O documento anota, ainda, que "o objetivo do Centro, que tem sede em Buenos Aires, é assessorar o Conselho de Defesa, contribuindo para a criação de uma identidade estratégica sul-americana em matéria de defesa e segurança regional". O texto esclarece, também, que "o Centro produzirá análises e estudos e buscará identificar enfoques e diretrizes comuns em favor do fomento à confiança entre os países sul-americanos e da manutenção de um ambiente de paz e cooperação".

A decisão em análise, composta de 21 artigos, tem sua gênese na Declaração de Guayaquil, por meio da qual o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) aprovou o Estatuto do CEED, em 6 e 7 de maio de 2010. Houve, em relação ao tema, consenso em torno da necessidade de gerar pensamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico no plano regional, que favoreça a coordenação e a harmonização em matéria de políticas de defesa na América do Sul.

Nesse sentido, o art. 1º cria o CEED, como instância de estudos estratégicos para assessorar o CDS mediante solicitação do Conselho. O texto sublinha que o Centro terá como missão contribuir para a consolidação dos princípios e objetivos do CDS, por meio da geração de conhecimento e difusão de pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regionais e internacionais (art. 2º).

O art. 3º dá notícia dos objetivos do CEED, e o art. 4º se ocupa das suas funções. O art. 5º versa sobre o âmbito dos estudos e registra que aqueles realizados pelo Centro não implicarão a substituição das funções dos centros de estudos estratégicos nacionais, sem prejuízo de fomentar atividade conjunta com esses centros.

O dispositivo seguinte cuida da estrutura do CEED. Nesse sentido, esclarece que ele será formado por técnicos designados pelos Ministérios da Defesa dos países-membros da Unasul (art. 6º). Informa, ainda, que o Centro será composto por um Conselho Diretivo, uma Direção Executiva e uma Secretaria Administrativa (art. 7º).

O art. 8º trata do funcionamento e das atribuições do Conselho Diretivo, e o art. 9º cuida da direção executiva, bem como das funções do diretor e do subdiretor. Em seguida, os arts. 10 e 11 ocupam-se da secretaria administrativa do Centro. O art. 12, por sua vez, aborda o tema do pessoal: corpo de especialistas e funcionários técnico-administrativos. No ponto, convém destacar que o corpo de especialistas será composto por até dois delegados por país-membro, designados por seus respectivos Ministérios da Defesa, que se responsabilizarão pelos vencimentos, subsídios e quaisquer outros custos relacionados ao desempenho das funções. Já o pessoal técnico-administrativo será fornecido pelo Ministério da Defesa argentino sem prejuízo de que qualquer membro do CDS contribua com pessoal burocrático, financiando os custos respectivos.

Já o art. 13 estabelece que a sede do Centro será em Buenos Aires em espaço físico e instalações a serem fornecidos pela República da Argentina. Na sequência, o texto fixa que as demais questões relacionadas com o CEED na capital portenha serão tratadas em acordo de sede específico (art. 14).

No tocante ao orçamento do Centro, o art. 15 estipula que ele será financiado por contribuições dos Estados-membros, que levarão em conta a capacidade econômica dos membros, a responsabilidade comum e o princípio da equidade (art. 16, II, do Tratado Constitutivo da Unasul). O orçamento, cujo projeto será elaborado pela Secretaria Administrativa, terá periodicidade anual (art. 16).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O artigo subsequente prescreve que os idiomas oficiais serão: espanhol, inglês, português e neerlandês. Já o art. 18 estabelece que o idioma de trabalho será o espanhol. O ato internacional em apreço prevê, também, a possibilidade de emenda do Estatuto.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

Análise da matéria.

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Sobre a proposição em análise, não há vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, defeitos de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Tendo em conta o tema da defesa, a temática da Decisão objeto do presente projeto reveste-se de relevância no contexto regional. Nesse sentido, ela proporciona marco jurídico para atuação do Centro de Estudo Estratégico de Defesa da Unasul. Essa circunstância favorecerá maior cooperação entre os Estados-membros com vistas a contribuir para a identificação de desafios, fatores de risco e ameaça para a defesa e as seguranças regionais e mundiais. Uma vez institucionalizado, o Centro poderá contribuir para a fixação de enfoques conceituais e diretrizes básicas comuns que permitam a articulação de políticas em matéria de defesa e segurança dos países sul-americanos.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2018.

Pedro Chaves, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, DE 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Jersey sobre o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, assinado em Londres, em 28 de janeiro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: pela aprovação.

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

A Relatoria é de S. Exª o Senador José Medeiros.

Indico S. Exª o Senador Hélio José como Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado pela deferência.

O Senador Medeiros é um nobre Senador atuante. Ele acabou de chegar.

Por favor, é o seu relatório!

É um nobre Senador atuante do Estado do Mato Grosso. Honra-me muito poder ser Relator *ad hoc* desse trabalho feito pelo nobre Senador Medeiros.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 35, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

A Presidência da República, por meio da Mensagem nº 469, de 6 de novembro de 2015, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Jersey sobre o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, assinado em Londres, em 28 de janeiro de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, é destacado que "o acordo em apreço tem como um de seus objetivos combater a fraude e a evasão fiscal, assim como coibir práticas de elisão ou planejamento fiscal. Tais práticas são especialmente relevantes no contexto internacional atual, caracterizado pela busca de maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate ao planejamento tributário agressivo ou abusivo, considerado pelo G20 como um dos agravantes da crise financeira global por sua capacidade de afetar a base tributária nos orçamentos nacionais dos países".

O texto registra ainda que "a assinatura de um acordo de troca de informações adquire especial importância no caso de Jersey, sobretudo pelas características do sistema tributário da ilha, considerada por muitos especialistas um 'paraíso fiscal'".

A seção dispositiva do acordo em apreço conta com 12 artigos, sendo que o Artigo 1, ao cuidar do objeto e escopo do acordo, dispõe que as autoridades competentes das partes assistir-se-ão mediante o intercâmbio de informações que sejam relevantes para a administração e o cumprimento das suas leis internas referentes a tributos visados por este acordo, incluindo informações para a determinação, lançamento, execução, cobrança ou recuperação de tais tributos, em relação a pessoas sujeitas a tais tributos, ou para a investigação de assuntos tributários, ou para a instauração de processo referente a matérias tributárias de natureza criminal em relação a essas pessoas. Segundo o mesmo dispositivo, os direitos e salvaguardas garantidos a pessoas pelas leis ou pela prática administrativa da parte requerida permanecem aplicáveis na medida em que não afastem ou atrasem indevidamente o efetivo intercâmbio de informações.

O Artigo 2 estabelece que a parte requerida proverá as informações independentemente do fato de ser a pessoa referida residente ou nacional de uma parte, ressaltando, no entanto, que ela não está obrigada a fornecer informações que não sejam detidas por suas autoridades, nem estejam na sua posse ou sob seu controle, nem possam ser obtidas por pessoas que estejam sob sua jurisdição territorial.

O Artigo 3 estabelece os impostos visados, o imposto federal sobre a renda, no caso do Brasil, e o imposto de renda para a ilha de Jersey, ao passo que o Artigo 4 dá a definição de termos relevantes para fins de aplicação do presente acordo, incluindo termos como "pessoa", "sociedade" e "nacional", e prescreve que os termos não definidos nesse dispositivo terão o significado que lhes conferir a legislação vigente da parte que aplicar o acordo, prevalecendo, em caso de conflito, o significado dado pela legislação tributária sobre as demais.

O Artigo 5 cuida do intercâmbio de informações, que, resumidamente, pode ser assim descrito:

a) o parágrafo 1 ressalta que o intercâmbio ocorrerá independentemente do fato de a Parte requerida necessitar das informações concernentes para fins tributários próprios ou de a conduta sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação constituir crime de acordo com as suas leis, cabendo à Parte requerente formular tal pedido de informações apenas quando estiver impossibilitada de obter as informações por outros meios;

b) o parágrafo 2 dispõe que, se as informações disponibilizadas pela Parte requerida não forem suficientes para possibilitar o atendimento, a Parte requerida usará todas as medidas relevantes para coletar informações, a fim de fornecer à Parte requerente, a despeito de seu interesse nessas informações para seus próprios fins tributários;

c) a autoridade competente da Parte requerida, conforme o parágrafo 3, fornecerá as informações na extensão permitida por suas leis internas, na forma de depoimento de testemunhas e cópias autenticadas de registros originais;

d) o parágrafo 4 estabelece que cada Parte assegurará que suas autoridades competentes tenham autoridade para obter e fornecer, mediante solicitação, dentre outras:

- informações detidas por bancos, outras instituições financeiras e qualquer pessoa, incluindo agentes e fiduciários (*trustees*);

- informações referentes à propriedade legal e efetiva de sociedades, parcerias e outras pessoas;

- no caso de fideicomissos (*trusts*), informações relativas aos instituidores, fiduciários (*trustees*), protetores e beneficiários;

- no caso de fundações, informações a respeito dos fundadores, membros do conselho da fundação e beneficiários; e

- no caso de esquemas de investimento coletivo, informações sobre ações, quotas e outras formas de participação.

e) o parágrafo 5 detalha os elementos que devem constar do pedido de informações, especificados por escrito; e

f) o parágrafo 6 estabelece que autoridade competente da Parte requerida acusará o recebimento da solicitação à autoridade competente da Parte requerente e envidará seus melhores esforços para encaminhar as informações solicitadas à Parte requerente no menor tempo possível.

O Artigo 6 cuida das fiscalizações no exterior, ao dispor que a Parte requerente poderá solicitar que a Parte requerida permita que representantes da autoridade da Parte requerente entrem no território da Parte requerida, nos limites permitidos pelas leis internas, a fim de entrevistar pessoas e examinar registros, com o consentimento prévio, por escrito, dessas ou de outras pessoas envolvidas. O parágrafo 2 desse dispositivo estabelece que, a pedido da autoridade competente de uma Parte, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autoridade competente da outra Parte poderá, nos limites permitidos pelas leis internas, permitir que representantes da autoridade competente da primeira Parte mencionada estejam presentes no momento apropriado de uma fiscalização na segunda Parte mencionada.

O Artigo 7 trata da possibilidade de se recusar um pedido, com destaque para a hipótese em que a revelação das informações requeridas for contrária à ordem pública da parte requerida. Nos termos do parágrafo 2 desse dispositivo, o acordo não imporá a uma Parte qualquer obrigação de fornecer informações sujeitas a privilégio legal, consoante previsto na lei interna da Parte relevante, nem qualquer segredo comercial, empresarial, industrial ou profissional, ou processo comercial. O parágrafo 4 desse mesmo Artigo 7 estabelece que a Parte requerida não estará obrigada a obter e fornecer informações que a Parte requerente estaria impossibilitada de obter sob suas próprias leis para o fim de administração ou execução de suas próprias leis tributárias ou em resposta a um pedido válido, feito em circunstâncias similares, da Parte requerida sob este acordo.

O Artigo 8 trata da questão do sigilo nos seguintes termos:

a) as informações fornecidas e recebidas pelas autoridades competentes das partes serão mantidas como sigilosas;

b) as informações fornecidas à autoridade competente da Parte requerente não serão usadas para qualquer propósito diverso dos propósitos estabelecidos no Artigo 1 do acordo sem o prévio e expresso consentimento escrito da Parte requerida;

c) as informações fornecidas serão reveladas apenas a pessoas ou autoridades (incluindo autoridades judiciais e administrativas) relacionadas com os propósitos especificados no Artigo 1 do acordo e usadas por essas pessoas ou autoridades apenas para esses propósitos, inclusive para a decisão de quaisquer recursos – nesse sentido, as informações poderão ser reveladas em procedimentos públicos dos tribunais ou em decisões judiciais; e

d) as informações fornecidas a uma Parte requerente sob este acordo não serão reveladas a qualquer outra jurisdição.

Em princípio, conforme estabelece o Artigo 9, os custos ordinários incorridos na prestação de assistência serão arcados pela Parte requerida, e os custos extraordinários incorridos na prestação de assistência (inclusive custos de contratação de consultores externos em conexão com litígio judicial ou de outro tipo) serão arcados pela Parte requerente.

A solução de controvérsias que venham a surgir na aplicação desse acordo, nos termos do Artigo 10, dar-se-á, em princípio, por meio do entendimento mútuo.

O Artigo 12 dispõe que qualquer das Partes poderá denunciar o presente acordo por via diplomática, ao passo que o Artigo 11 estabelece que o início de sua vigência dar-se-á quando cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte tiver notificado a outra da conclusão de seus procedimentos internos necessários para tanto, sendo que, na data de entrada em vigor, o acordo produzirá efeitos: para matérias tributárias de natureza criminal, naquela data; e para todas as outras matérias cobertas pelo Artigo 1, naquela data, mas apenas em relação a períodos fiscais que comecem naquela ou após aquela data ou, quando não houver período fiscal, em relação a todas as imposições tributárias que surjam naquela ou após aquela data.

A mensagem presidencial foi aprovada, inicialmente, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que a transformou na proposição em análise. Nessa forma, foi acatada também pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Após a aprovação em plenário, em 12 de abril de 2018, a matéria veio para esta Casa e foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Aí vem a análise, Sr. Presidente. Eu li com muito cuidado todo o texto. Vou seguir para o voto do referido texto. O.k.?

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2018.

Presidente Fernando Collor, eu, Senador Hélio José, sou o Relator *ad hoc* de uma matéria feita pelo Senador José Medeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências de praxe.

O próximo item é extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: pronto para deliberação.

Concedo a palavra a S. Exª, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Collor.

Eu vou direto para o *curriculum vitae* do indicado, Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, pela Mensagem nº 34 da Presidência da República.

O Sr. Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos é filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos e nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1952. Graduou-se em Engenharia de Sistemas em 1979, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1979. Ascendeu a Conselheiro em 1992; a Ministro de Segunda Classe, em 1998; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005, todas as promoções por merecimento. Em 1997, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada sua tese intitulada "O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento".

Atuou em diversas atividades na Chancelaria e na Administração Federal do Brasil.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1993 a 1995; de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 2000 a 2003; de Embaixador do Brasil em Londres, de 2010 a 2015; e de Embaixador em Pequim, de 2015 a 2016. Desde 2016, é Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, constituindo-se o ilustre Embaixador em um de nossos mais preparados e hábeis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais e econômicos e de propriedade intelectual, agenda que, sem dúvida, tem um lugar central no relacionamento com a Alemanha.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Federal da Alemanha, que são referências bem conhecidas.

Vou um pouco adiante, mas considerando ainda alguns itens a respeito da Alemanha, país que detém a maior economia europeia e a quarta maior do mundo. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica e de metais. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.

Brasil e Alemanha estabeleceram relações diplomáticas em 1871, logo após a unificação alemã e a criação do Império Alemão, em 18 de janeiro desse ano. Rompidas no contexto da Segunda Guerra Mundial, as relações seriam retomadas em 1951.

O relacionamento bilateral – alçado ao nível de Parceria Estratégica, em 2002 – é, tradicionalmente, sólido e denso, marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais. As relações Brasil-Alemanha são alicerçadas na observância de princípios e valores comuns, como a igualdade entre os Estados, a promoção dos direitos humanos, o compromisso com o multilateralismo e o respeito às diversidades étnica e cultural dos povos. A diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos e comerciais e a clara percepção da importância de cada país na sua região reforçam a disposição para a contínua aproximação.

A Alemanha é uma das principais fontes da cooperação técnica recebida pelo Brasil. Os temas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável têm grande relevo na relação bilateral. As áreas de florestas tropicais e de energias renováveis são os eixos principais da cooperação alemã com o Brasil, incluindo eficiência energética em indústrias, edifícios e sistemas de transporte urbano. Além disso, Brasil e Alemanha possuem projetos de cooperação trilateral para países da América Latina e da África.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Alemanha manteve-se na posição de quarto maior parceiro comercial do Brasil no mundo e primeiro na Europa. Segundo os últimos dados estatísticos alemães, o Brasil continua como o primeiro parceiro da Alemanha na América do Sul. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), no ano passado, as exportações brasileiras, no valor de US$4,9 bilhões, elevaram-se em 1,03%, e as importações expandiram-se em 1,06%, atingindo US$9,2 bilhões. O déficit brasileiro acumulado foi de US$4,3 bilhões, o menor desde 2009, à exceção de 2016. O intercâmbio bilateral em 2017, no valor de US$14,1 bilhões, cresceu 1,05%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação ao mesmo período do ano anterior, apontado como o primeiro resultado positivo desde 2012.

Diferentemente de anos anteriores, as vendas brasileiras de bens manufaturados e semimanufaturados para a Alemanha cresceram 15,37%, chegando a US$2,3 bilhões. Nessas circunstâncias, ultrapassaram as de produtos de base, que tiveram retração de 9,38%, ficando em US$2,2 bilhões. As principais exportações para o mercado alemão consistiram em café em grãos, minérios e farelo de soja, enquanto as compras de produtos alemães mantiveram-se fortemente concentradas em bens industrializados, com destaque para medicamentos (12%) e partes e peças para automóveis e tratores (6,2%).

O país é historicamente um dos maiores investidores na economia brasileira. Aproximadamente 1,6 mil empresas alemãs, ou de capital alemão, estão instaladas no Brasil. Conforme estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no País ultrapassava US$18 bilhões em 2014, sem contabilizar o reinvestimento em reais e os investimentos alemães feitos por meio de terceiros países.

Vale destacar o aspecto consular dessa missão. A comunidade brasileira encontra-se distribuída por todo o território alemão e é constituída, principalmente, por nacionais brasileiros casados com nacionais alemães, funcionários de empresas alemãs com filiais no Brasil e estudantes que cursam universidades locais. Segundo dados do sistema consular brasileiro, há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha. Praticamente há cem mil brasileiros residentes na Alemanha. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e em Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

Registre-se, por fim, que a Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação do relatório que acaba de apresentar.

Coloco agora em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer, especialmente, às autoridades que hoje estiveram presentes na nossa reunião, ao Sr. Embaixador Paulo Uchoa, Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República; à Srª Embaixadora Ligia Scherer, Diretora do Departamento de Oriente Médio do Itamaraty; e à Srª Embaixadora Gisela Padovan, da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Eu gostaria também de pedir a S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que, por favor, se possível, comparecessem ao plenário do Senado, onde estamos aguardando o quórum de quatro Senadores para fazer a abertura da sessão de hoje. Eu pediria a presença daqueles que para lá pudessem se dirigir.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 21 de maio, na segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando realizaremos o 6º Painel de debates de 2018 sobre o tema "Oriente Médio: Conflitos Internos (Israel e Palestina) e Terrorismo".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-Doutor em Relações Internacionais pela London School of Echonomics e Coordenador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais, e também o Professor e Jornalista Fernando Luz Brancoli, Doutor em Relações Internacionais e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por fim, convoco S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 23 de maio, na quarta-feira.

Na próxima semana, teremos duas reuniões desta Comissão: na quarta-feira, às 10h, e na quinta-feira seguinte, no horário habitual de 9h.

Então, convoco S. Exªs para essas duas reuniões, agendadas, repito, para os dias 22 de maio, quarta-feira, às 10h, e 24 de maio de 2018, quinta-feira, às 9h, também neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e zero minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 6º Painel: "Oriente Médio: Conflitos Internos (Israel x Palestina) e terrorismo". **Participantes:** Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pós-Doutor em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science; Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).. Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli, Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP); Graduado em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor do Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ).. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/21

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje, cumprimos mais uma etapa do nosso ciclo de debates, que tem como título mais abrangente "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 2, de 2018.

Neste 6º Painel de Debates, o tema é "Oriente Médio: conflitos internos (Israel x Palestina) e terrorismo".

Antes de passarmos à leitura do comunicado da reunião anterior desta Comissão, gostaria de fazer a leitura resumida de uma correspondência enviada por S. Exª o Sr. Embaixador do Estado da Palestina no Brasil, o Sr. Ibrahim Alzeben, que hoje nos envia uma correspondência baseada nos seguintes termos que aqui, resumidamente, passo a ler:

> O Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil, ao registrar seu apreço pela posição do Governo da República Federativa do Brasil em relação aos últimos acontecimentos ocorridos nos territórios palestinos, gostaria de levar ao conhecimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil o forte compromisso e a firme adesão dos países árabes em promover a paz e a estabilidade no Oriente Médio, através do diálogo e da negociação e dentro dos parâmetros da legalidade internacional.

S. Exª o Sr. Embaixador lamenta o desrespeito às resoluções das Nações Unidas, referindo-se aos recentes, dramáticos e trágicos episódios ocorridos na Faixa de Gaza e acrescenta:

> Tal atitude, condenável em toda circunstância, desconsidera a legalidade internacional, menospreza o direito humanitário internacional, fere os sentimentos éticos e humanitários de toda a humanidade e, mais do que tudo, agride as crenças dos seguidores das três religiões monoteístas, o islã, o cristianismo e o judaísmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E continua S. Exª:

> A causa palestina não é apenas uma causa política que compromete tanto o espaço geopolítico do Oriente Médio. É uma causa humanitária e ética, que questiona a consciência universal e que coloca a comunidade internacional diante de sua responsabilidade histórica. Por esses motivos, o Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil conclama o Brasil, através de sua reconhecida estatura internacional e seu papel primoroso na preservação da paz e da segurança internacional, a continuar apoiando os esforços da comunidade internacional, visando à rápida retomada de negociações diretas entre os palestinos e os israelenses no objetivo de estabelecer a paz, a justiça e a legalidade no Oriente Médio.

Assina, como disse anteriormente, S. Exª o Sr. Ibrahim Alzeben, Embaixador do Estado da Palestina no Brasil e decano do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil.

Comunicado da Presidência em relação ao debate aqui realizado no 5º Painel, que teve como tema "Disputa Comercial Internacional: oportunidades e desafios para o Brasil". Participaram como palestrantes o Prof. Dr. José Tavares de Araújo Júnior e o Prof. Dr. Lucas Pedreira do Couto Ferraz.

No caso Trump, disse o primeiro palestrante, Prof. José Tavares de Araújo Júnior, para avaliarmos devidamente onde estão os problemas, precisamos fazer uma separação entre a bravata e as medidas concretas. Nos últimos 35, 40 anos, a política comercial americana sempre se caracterizou por ter, de um lado, um discurso e medidas concretas em favor do multilateralismo, e, de outro, a adoção de medidas seletivas e temporárias de proteção, mas, observou ele, no passado, com outro discurso.

No final da década de 70 e ao longo de toda a década de 80, os Estados Unidos, tentando principalmente conter a expansão das importações japonesas, tomaram uma série de medidas, como as políticas da indústria de semicondutores e os acordos voluntários para limitar a importação de automóveis do Japão, além de medidas *antidumping* contra o aço e o suco de laranja brasileiros, lembrou ele. A política comercial americana hoje repete isso. O seu conjunto, a sua estrutura tarifária, os seus instrumentos de promoção continuam exatamente os mesmos que sempre foram.

Os desafios de inserção internacional da economia brasileira, com um governo Hillary – referindo-se à candidata Hillary Clinton –, não seriam muito diferentes do que estão sendo com o atual governo americano, disse o palestrante. Os dois principais problemas da nossa inserção comercial derivam da nossa obsessão pela autarquia, fenômeno que começa no século XIX, com a política de valorização do café, e foi se acentuando ao longo do século XX, com a política de substituição de importações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma do governo Collor, destacou o Prof. José Tavares, foi implantada no momento em que o Brasil tinha passado por uma década à beira da hiperinflação e com uma crise de balanço de pagamento, na qual só se importava estritamente o que não tinha produção doméstica. O País estava rigorosamente fechado à concorrência de importações. Aquela reforma foi uma primeira aproximação do que deveria ser uma estrutura tarifária brasileira, tal como ocorreu com vários outros países. Uma característica dos países que antes eram fechados e depois se abriram para o comércio internacional, ressaltou ele, é que as reformas sempre foram graduais, mas a estrutura tarifária que resultou da reforma comercial do governo Collor foi congelada na tarifa externa comum do Mercosul.

Hoje, nenhum país entre as principais economias aplica tarifas de importação sobre bens de capital. Não por liberalidade, considerou ele, mas porque é inútil tentar proteger a indústria de bens de capital com tarifa de importação.

Os instrumentos relevantes para promover essa indústria, afirmou o Professor José Tavares, são financiamentos de longo prazo e incentivos à inovação. O Brasil é, asseverou o palestrante, o único País que aplica *antidumping* em operações de *drawback*. Inventou-se um conceito, muito usado sobretudo na Zona Franca de Manaus, de Processo Produtivo Básico (PPB), que é, na verdade, a ideia de autarquia no seu máximo. Por fim, há ainda as regras de conteúdo local. Uma reforma comercial que eliminasse essas distorções não seria nenhuma revolução, concluiu o Professor José Tavares de Araújo Júnior, dizendo que apenas tornaria o Brasil mais parecido com os outros países que participam ativamente do comércio internacional.

Após oito rodadas de comércio e mais de 400 notificações de acordos preferenciais de bens e serviços na OMC, ressaltou o Professor Lucas Pedreira do Couto Ferraz, nas últimas décadas, a média da tarifa mundial caiu e está hoje bem reduzida, o que é particularmente verdadeiro nos países mais desenvolvidos. Apesar de toda essa retórica protecionista disseminada pelo Presidente americano, o mundo continua ativo e os acordos comerciais continuam caminhando, assinalou ele.

O mundo está integrado numa grande fábrica internacional de produção, onde praticamente 65% do comércio, das exportações globais, afirmou o Professor Lucas Pedreira, correspondem a bens intermediários, partes e componentes. Com as técnicas de gerenciamento à distância, fazem-se necessários serviços de conexão, serviços de transferência de dados, o que fez com que o comércio de serviços ganhasse uma importância muito particular: 28% das exportações mundiais são compostas de serviços, correspondendo, informou ele, sob a ótica do valor adicionado, a 50% das exportações mundiais.

Com a queda das tarifas de importação, há agora um grande debate sobre as chamadas barreiras não tarifárias: facilitação de comércio; barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias e barreiras regulatórias de serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com forte migração de mão de obra da agricultura para a atividades de serviços e manufaturas e com o alto crescimento da produtividade, afirmou o palestrante, de 1947 até o final da década de 70, a economia brasileira foi a que mais cresceu. A partir do final da década de 70, esse modelo se exauriu, ocorrendo um declínio continuado da participação da indústria no PIB nacional, com queda ou estagnação da produtividade. As cadeias globais geraram um novo padrão de comércio e o Brasil ficou atrás desse processo. Atualmente, disse ele, cerca de 70% do PIB nacional corresponde a serviços, via de regra, de baixa produtividade.

Como em geral ocorreu com todos os países do mundo, à exceção da Ásia, ressaltou o Professor Lucas Pedreira, o Brasil se "servicificou", porque sofreu uma grande perda de competitividade relativa de sua indústria, muito relacionada à questão do nosso isolamento comercial.

O Brasil sofre de um problema de baixa produtividade generalizada. Enquanto o mundo, principalmente na década de 90, fragmentava a sua produção e desadensava suas cadeias locais de produção, o Brasil, afirmou o palestrante, estava preocupado em adensar, cada vez mais, a sua já adensada cadeia produtiva no setor industrial. Isso está por trás de uma mentalidade do próprio negociador brasileiro, de que exportar é sempre maravilhoso e importar talvez um mal necessário.

Nas duas últimas décadas, em vez de focarmos em uma agenda norte e sul, quando toda a literatura empírica econômica mostra que ali estão os grandes ganhos de comércio, ou seja, fazer acordos com países desenvolvidos, nós voltamos para fazer acordos com países em desenvolvimento ou com países pobres. Fizemos acordos que envolvem poucos produtos, poucos códigos, acordos rasos, que têm muito pouco impacto na produtividade da economia brasileira e na nossa competitividade em geral, afirmou o Professor Lucas Pedreira.

Enquanto o mundo nesse período, continua ele, estava já negociando acordos em serviços, acordos de investimento, barreiras regulatórias, etc., o Brasil estava focado nos instrumentos tradicionais do GATT: tarifa, quota e subsídios, os três instrumentos tradicionais.

O Mercosul foi importante para a economia brasileira...

Com licença, que vou cumprimentar o Senador Hélio José.

Desculpem-me V. Exªs, mas tive que cumprimentar o Senador, que se retirava no momento.

Enquanto o mundo nesse período estava já negociando acordos em serviços, acordos de investimento, barreiras regulatórias, etc., o Brasil estava focado nos instrumentos tradicionais do GATT: tarifa, quota e subsídios, os três instrumentos tradicionais.

O Mercosul foi importante para a economia brasileira, mas não ajudou a aumentar a nossa inserção internacional. Mais de 90% do que a gente exporta são produtos manufaturados, e cerca de 47% das exportações correspondem à indústria automobilística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande comércio que temos com a Argentina, que é o setor automobilístico, está fora do acordo do Mercosul. Não existe livre comércio naquele que é o item mais comercializado dentro do Mercosul, destacou o Professor.

O Brasil e a Argentina talvez sejam os únicos países que ainda praticam a chamada escalada tarifária, que é uma forma de olhar para a proteção da produção local pelo valor adicionado.

O mundo, na verdade, afirmou ele, faz o contrário: concede tarifa efetiva negativa para bens de capital e bem intermediário, enquanto o Mercosul continua oferecendo tarifa positiva.

Hoje a proteção é negativa. A tarifa de bens de capital aplicada na Coreia do Sul é de 1,9% e, no México, de 2,2%, enquanto a nossa chega a 12,1%. Questionou ele: como queremos nos integrar em cadeias globais dessa forma, uma vez que comércio em cadeia global é comércio de bem intermediário e de bem de capital?

O Brasil, hoje, também adota muitas barreiras não tarifárias, inclusive dentro do Mercosul, destacou o Professor, sendo que a maior incidência está no setor agrícola brasileiro, que é um setor competitivo e tem vantagem comparativa internacional.

O Brasil perdeu a grande janela de oportunidade dos últimos 20 anos, quando poderia ter formalizado uma série de acordos comerciais e aumentado a sua inserção internacional. O decorrente atraso tecnológico, atraso em competitividade e em produtividade, certamente, nos custa muito caro. A boa notícia é que a postura protecionista do governo americano, ao contrário do senso comum, ao aumentar o apetite por acordos em outras regiões do mundo dependentes do comércio com os Estados Unidos, pode significar novas oportunidades de abertura e integração para o Brasil.

Antes de qualquer coisa, é preciso tornar o Mercosul uma verdadeira União Aduaneira, incluindo o setor incluindo o setor automobilístico no acordo (45% do comércio bilateral), unificando as Aduanas dos países – sem dúvida – e eliminando as regras de origem para o comércio intrabloco.

Portos são fundamentais, talvez o fator mais importante, para integração e cadeias globais de valor, afirmou o palestrante. Alguns estudos mostram que um dia de atraso em porto significa 1% a menos de exportação para um país. É preciso reduzir o custo do frete para o importador brasileiro. Quando mais de 95% do comércio marítimo nacional é feito por companhias estrangeiras, disse ele, há que se questionar a finalidade dos 25% de imposto (adicional de frete da Marinha Mercante) pago sobre o frete do bem importado.

Respondendo a questionamentos, o Prof. José Tavares considerou que o protecionismo comercial brasileiro tem muito a ver com ideologia, mas tem a ver também com interesses. Todos esses custos têm uma força muito grande, disse ele, haja vista a reação quase que histérica que certos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos empresariais tiveram nos últimos meses, a essa tímida iniciativa do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Assuntos Estratégicos de promover o debate sobre a abertura.

O que tornou possível esse processo de formação das cadeias globais de valor foi que os portos passaram a ser muitas vezes mais produtivos e eficientes do que eram há alguns poucos anos. Algumas coisas, como a revolução dos contêineres, foram favorecidas pela tecnologia, mas o fator fundamental se resumiu numa coisa muito simples, destacou o palestrante, que se chama governança corporativa da autoridade portuária.

Em diversos países, disse o Prof. José Tavares, processou-se uma reforma cujo foco foi transformar os princípios de governança corporativa da autoridade portuária, que no caso do Brasil são as nossas companhias docas.

Enquanto ficamos nessa discussão de concessão dos terminais portuários, a discussão sobre a governança corporativa das companhias docas está inteiramente intocada. A solução é simples, afirmou o Prof. José Tavares de Araujo Júnior, basta entrar na internet e pegar o estatuto de qualquer um dos grandes portos, de Roterdã a Xangai, e aplicar nos nossos portos.

Segundo o Prof. Lucas Pedreira, também respondendo a questionamentos, temos, hoje, um processo decisório de política comercial que é muito sensível a grupos de interesse. O exemplo mais óbvio disso, nos últimos dias, disse ele, é a questão do estudo do Ministério da Fazenda relativo à abertura de BIT (Bens de Informática e Telecomunicações) e BK (Bens de Capital). Rapidamente os arautos protetores da economia brasileira e do bem-estar social saíram em defesa da indústria brasileira, como se quiséssemos acabar com ela, quando, na verdade, o intuito é totalmente o contrário.

Sobre as medidas para aumentar a produtividade do trabalho no Brasil, considerou o palestrante, a agenda é enorme e passa pela melhoria na educação, pela melhoria na nossa infraestrutura e por uma boa reforma tributária.

Não houve e não há precedente na história, de nenhum país que resolveu todos os seus problemas internos e só, então, resolveu abrir a sua economia. Na verdade, o que se observa é exatamente o contrário. O processo de abertura em si é um grande impulsionador de outras reformas, finalizou o Professor Lucas Pedreira do Couto Ferraz.

Esta audiência pública foi Presidida por S. Exªs os Srs. Senadores Antonio Anastasia e Valdir Raupp e solicito à Secretaria da Comissão que dê como lido o relatório na sua íntegra. E pedindo, por gentileza, a relação das autoridades presentes, que já deveria estar aqui, na minha mesa.

Passando à pauta no dia de hoje, como disse no início da nossa reunião, temos um tema bem atual e que suscita muito interesse. Inclusive, gostaria de anunciar que já recebemos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecedência aqui, pelos nossos internautas, várias perguntas, várias demandas e várias considerações sobre o tema, o que demonstra que isso suscita muita curiosidade, e esse debate, portanto, me parece absolutamente necessário.

O tema hoje é Oriente Médio: Conflitos Internos – Israel e Palestina. *A latere*, não tendo nada a ver nem com Israel, nem com a Palestina, a questão também do terrorismo que ambos os Estados combatem.

Participam como Conferencistas o Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, pós-doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science, e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, e o Professor do Centro de Estudos de Relações Internacionais da Universidade do Rio de Janeiro, Fernando Luz Brancoli, doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas, Unesp, os quais gostaria de cumprimentar em nome de nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e convidá-los para fazerem parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um.

Seja bem-vindo!

E, antes de passar a palavra ao Professor Brancoli, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença prestigiosa para esta Comissão de S. Exªs os Srs. Embaixador da Palestina, Ibrahim Mohamed Al-zeben, que é o Decano dos Embaixadores árabes no Brasil; o Embaixador do Líbano, Joseph Sayah; o Embaixador da Jordânia, Sr. Malek Twal; S. Exª o Embaixador da Síria, Mohamad Khafif; S. Exª o Embaixador do Catar, Sr. Mohammed Ahmad Mohammed Al-Hayki; S. Exª o Embaixador do Iraque, Sr. Arshad Omar Esmaeel; Sr. Chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Coronel Valério Luiz Lange; Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Gholami Nohouji; Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da África do Sul, Sr. Fadl Nacerodien; 2º Secretário da Embaixada do Egito, Sr. Omar Mostafa Mohamed Elrifai; Analista da Divisão de Planejamento Estratégico e Política da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, Srª Patricia Torres Seroa da Motta; Srª Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores e da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; Vice-Presidente da Associação Cultural Israelita de Brasília, Sr. Mourad Ibrahim Belaciano.

Registro o cumprimento e saudação da Deputada Bruna Furlan e nossos agradecimentos à presença dos alunos do MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, aqui em Brasília.

Iniciando, portanto, a nossa audiência pública de hoje, passo a palavra ao Prof. Dr. Luz Brancoli para fazer a sua exposição sobre Oriente Médio: Conflitos Internos (Israel x Palestina).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO LUZ BRANCOLI – Obrigado, Presidente. Eu queria agradecer o convite, em nome do Presidente Collor, e saudar também os presentes aqui, Embaixadores e demais autoridades, aproveitando para desejar àqueles que profetizam a religião muçulmana um feliz mês do Ramadan Mubarak.

Nesse sentido, eu queria estabelecer algumas reflexões aqui a respeito da crise no Oriente Médio, com ênfase na Palestina e em Israel, estabelecer, na verdade, uma narrativa regional, tentando compreender um pouco quais são as consequências das mudanças regionais a respeito da crise entre palestinos e israelenses, que já leva décadas, obviamente, e, se sobrar um pouco de tempo no final, Presidente, comentar também os possíveis impactos para o Brasil e qual seria o papel brasileiro nessa crise, se é que temos algum.

Queria iniciar minha fala reforçando que, quando a gente trata da questão entre palestinos e israelenses, a gente está falando de uma dinâmica que envolve décadas, pelo menos, do ponto de vista forma, 70 anos, se a gente for pensar na data fundacional de 1948. Nesse sentido, eu queria reforçar o caráter simbólico desse tipo de embate envolvendo palestinos e israelenses na medida em que envolve não só, efetivamente, esses dois povos, essas duas populações, mas interpretações de mundo que extrapolam a região. Quando a gente fala de Palestina e Israel, a gente vai estar envolvendo dimensões simbólicas que impactam, obviamente, questões de partidos no Brasil, na Argentina, na África do Sul e em demais localidades. Então, entender um pouco o conflito que acontece nessa região é também compreender um pouco as extrapolações regionais e também, de certa forma, entender a própria dinâmica política no nosso País.

Nesse sentido, não descartando o caráter interno, obviamente, das disputas entre Hamas e Fatah, na Palestina e, obviamente, o impulso feito por um governo israelense que se vê, de certa forma, acuado devido a certas acusações dentro da estrutura governamental israelense, o que acaba fazendo com que certas lideranças tomem certas posições.

Eu queria reforçar que mudanças estruturais na região do Oriente Médio provavelmente vão impactar as relações ou os conflitos envolvendo palestinos e israelenses, mais até do que eu diria as modificações dentro desses países.

Nesse sentido, eu queria reforçar três países importantes naquela região: o Egito, o Irã e a Síria. E, de certa maneira, tentar entender como as modificações dentro dessa estrutura vão provocar dinâmicas de mudança dentro desses espaços.

Queria começar, nesse sentido, com a dinâmica iraniana. Os senhores devem ter acompanhado hoje o Presidente dos Estados Unidos ter reforçado pedidos ou demandas, dependendo da interpretação, a respeito de como ele normalizaria as relações com o Irã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para muitos analistas – e, de certa maneira, eu acho que eu me aproximo desses analistas –, as demandas são praticamente impossíveis de serem cumpridas. De maneira mais direta, aproximam-se, se não for de maneira sinética, de um confronto entre Estados Unidos e Irã, mas certamente de um distanciamento por parte de Washington de Teerã.

Eu quero reforçar esse tipo de argumento, porque vale a pena lembrar que Teerã e a Palestina têm relações históricas. Há um bom tempo, principalmente o Hamas teve relações importantes diplomáticas e de apoio dentro de Teerã. Não me impressionaria, nos próximos meses, um aumento discursivo por parte de países ocidentais, transbordando para dentro desses grupos palestinos esse afastamento buscado em relação a Teerã.

Qual é o meu argumento aqui? Por mais que as relações entre Hamas, na Palestina, esse grupo que hoje governa a Faixa de Gaza, e Teerã já não foram tão próximas quanto foram nos últimos anos, não me impressionaria que se crie uma relação direta discursiva entre esses dois grupos que acabe de certa forma aumentando a tensão dentro desses espaços.

Eu não estou dizendo que isso existe necessariamente, mas não me impressionaria que esse tipo de questão fosse apresentada.

Certas acusações eu diria até um pouco esdrúxulas a respeito de grupos palestinos terem envolvimento por exemplo com o Estado Islâmico, com o Daesh, o que não faz o menor sentido, já foram feitas nos últimos anos. Esse tipo de aproximação discursiva acaba tendo como objetivo muito mais criar inimizades do que explicar a realidade. Mas, dentro de um mundo mais complicado – se é que dá para ficar mais complicado o Oriente Médio –, não me impressionaria.

O primeiro ponto, então, é: um Irã mais afastado dos Estados Unidos e do Ocidente de modo geral à medida que as empresas europeias que atuam dentro do Irã vão ter de se afastar nos próximos meses vai deixar a região da Palestina mais instável, seja porque vai aproximar de certa maneira grupos palestinos do Irã ou, pelo menos, discursivamente vai facilitar que certos países ocidentais construam um eixo que não é tão direto assim.

Então, me parece que, primeiro ponto, a instabilidade dentro do Irã e um aumento discursivo bélico por parte desses espaços vão prejudicar qualquer tipo de paz que possa ser discutido entre israelenses e palestinos.

O segundo ponto que me parece que vai ter um impacto profundo dentro das relações entre Israel e Palestina... E, de novo, eu não estou descartando obviamente os elementos internos. Eu só estou tentando reforçar práticas externas que, de alguma maneira, nos ajudam a entender. É óbvio que, por exemplo, a mudança da embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém provoca repercussões bastante significativas a respeito do processo de paz entre os dois países. É só acompanhar, por exemplo, os últimos casos naquela região, inclusive com a morte de palestinos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria reforçar então, de novo voltando para esse caráter externo, a questão da Síria e os possíveis impactos a respeito da relação entre palestinos e israelenses. Vale a pena lembrar, a gente hoje, o governo Sírio comemora a retomada de Damasco e dos seus arredores. Depois de sete anos o governo de Bashar Al-Assad vem ocupando espaços maiores, ou cada vez maiores na Síria, e a gente já viu, nos últimos meses, uma resposta por parte do governo israelense a respeito desse tipo de movimentação.

A respeito de qualquer tipo de aspecto moral, um dos cálculos feitos pelo governo israelense é de que não é possível, dentro do seu cálculo, permitir que o grupo Hezbollah receba armamentos por parte do Irã. Pelo menos essa é a acusação do governo de Israel. Isso se manifestou, nas últimas semanas, com ataques, dentro do território sírio, por parte da Força Aérea Israelense, e também de respostas de dentro da Síria para Israel, com o lançamento de mísseis.

Nesse sentido, com um governo se estabilizando na Síria, e a gente já observando o que a gente pode imaginar como sendo o fim da guerra civil, não seria também surpreendente imaginar uma realocação de forças naquele espaço. Imaginar, por exemplo, que grupos que estão operando dentro da Síria retornem para seus países de origem. E na medida em que retornem, isso crie algum grau de fricção dentro daquele tipo de espaço. Não me impressionaria, principalmente vendo hoje em dia os confrontos nas áreas ocupadas das Colinas de Golã, que em alguma medida isso transborde também para dentro de território israelense e em alguma medida agrupe ou aglutine as discussões sobre a Palestina.

Vale a pena lembrar, senhoras e senhores, que nos últimos anos a questão envolvendo Israel e Palestina acabou ficando um pouco apagada devido a crises envolvendo o Oriente Médio terem aparecido mais na imprensa de modo geral, principalmente a crise humanitária na Síria. Não me impressionaria, nos próximos meses, com certa regularidade acontecendo dentro da Síria, uma regularidade voltando, na medida do possível, para dentro da Síria, que nós tenhamos uma realocação de forças para a região sul da Síria, fronteira com Israel, e que isso transborde também para esses cálculos de segurança.

Reparem então, falei primeiro de Irã, questões envolvendo o Irã e os Estados Unidos podem transbordar para dentro de Israel e para dentro da questão entre palestinos e israelenses. Eu acho que uma normalização agora na Síria também pode realocar forças dentro desse tipo de cálculo.

E queria falar do último país que me parece importante. Também vou deixar um pouco de lado aqui a Turquia, que é um país essencial, mas talvez o Prof. Visentini vá tratar disso, mas por questão de tempo não vou tratar da Turquia de maneira direta. Queria reforçar o papel do Egito dentro desse tipo de cálculo. Vale a pena lembrar, o Egito faz fronteira com os territórios palestinos, e nas últimas décadas tem sido um país estratégico para se imaginar qual vai ser a capacidade da Palestina de atuar de maneira mais ou menos autônoma, principalmente na região envolvendo a Faixa de Gaza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Egito vem passando por mudanças governamentais importantes nos últimos anos. E de certa forma vem estabelecendo relações de normalidade com Israel. Nesse sentido me parece que o que a gente vem acompanhando é certa normalidade de relações entre o Egito e Israel. O Egito reabriu, por exemplo, a passagem, agora nesses últimos dias, com a Palestina, na tentativa de auxiliar a população na Faixa de Gaza, mas, de maneira geral, o Egito vem se aproximando, vem normalizando as suas relações com Israel nos últimos anos, o que também é peculiar quando a gente observa as aproximações com os países do Golfo e Israel.

Esse é um cálculo estratégico importante e me parece que para onde o Egito for, do ponto de vista estratégico e geopolítico, vai, de maneira significativa, representar qual o papel, qual a capacidade de autonomia a Autoridade Palestina vai ter de atuar naqueles espaços.

Dentro desse sentido, eu solicito ou sugiro a nós, acadêmicos e interessados na região em geral, que não só tenhamos de nos atentar para as dimensões internas da governança da Palestina e também de Israel, mas compreender como esse conflito, que é historicamente registrado e mobilizado por todos os países da região, vai ser influenciado pelas mudanças profundas que o Oriente Médio está passando hoje em dia.

Não dá para entender a questão palestina e os embates entre palestinos e israelenses sem compreender a dinâmica de forças dos países da região e compreender, obviamente, uma região que está passando por modificações profundas na maneira como atua e na maneira como entende o seu papel no mundo.

Nesse sentido, para encerrar, Presidente, eu queria só dar algumas pinceladas a respeito de qual é o papel brasileiro ou se o Brasil tem algum papel a respeito desse conflito e desse tipo de questão.

Primeiro, vale a pena reforçar: o Brasil tem interesse não só político de ter um sistema internacional mais estável, mas também econômico. Vale a pena lembrar que crises humanitárias naquele espaço, obviamente, tem uma grande repercussão humana e moral. O primeiro a se pensar é que pessoas estão sendo mortas e que o Direito Internacional tem sido violado de maneira sistemática.

Então, existe uma preocupação que é moral, mas, além dessa principal preocupação, que é moral, existem questões econômicas. O Estado de onde eu vim, o Rio de Janeiro, está muito preocupado sobre o preço do petróleo. E vale a pena lembrar, imaginar que vão ocorrer necessariamente variações do preço do petróleo na medida em que região fique mais estável.

De novo, a primeira dimensão a ser pensada é sempre a humana, a morte de pessoas e o bem-estar da população. Mas, pensando em caráter de governo, é importante imaginar que a estabilidade nesses espaços também vai provocar variações em *commodities* que são importantes para o Brasil, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai haver profundas modificações obviamente na própria gestão e de pensamento da questão brasileira.

O segundo ponto que me parece importante é que o Brasil tem boas relações com os países da região, imaginando que o Brasil é um país próximo de Israel e da Palestina, inclusive mantendo embaixadas nesses dois Estados. Nesse sentido, eu reforçaria o papel de mediador do Brasil dentro desse espaço, o papel do Brasil como um país que favorece o contato. Eu lembro aos colegas e aos meus alunos aqui o quanto nós discutimos... Em alguns momentos é complicado fazer Estados conversarem uns com os outros, não há canais de informação, de contato entre esses dois Estados. E me parece que o Brasil pode funcionar muitas vezes como esse canal de interlocução.

Reforço aqui não só o papel histórico do Itamaraty em fazer esse tipo de ação, reconhecido que é, inclusive internacionalmente, como um mediador – o Brasil é um país amigo dos Estados, não são do árabes e persa, mas também do israelense –, mas o papel, que eu reforço, também o da Câmara dos Deputados e do Senado em atuar como atores importantes para a mediação desse tipo de conflito, lembrando, inclusive, a passagem recente do Presidente pelas Coreias, imaginando qual papel que nossos Congressistas podem ter em promover esse tipo de mediação e de aproximar, de certa forma, o Brasil e a população brasileira de confrontos que, apesar de estarem distantes do País, dizem respeito, sim, não só para os laços históricos e culturais do Brasil, mas porque o Brasil tem interesse num sistema internacional mais respeitoso do direito internacional e onde soberanias sejam respeitadas.

Para encerrar e para só lidar com questões, vale a pena lembrar que quando a gente fala de Oriente Médio, muitas vezes o principal ponto que vem à nossa cabeça é terrorismo e questões ligadas a terror ou algo parecido. Eu queria reforçar que não há caráter universalista a respeito de quem é terrorista. Isso é um ponto importante a se reforçar. O ato de denominar alguém como terrorista é um ato político, é uma escolha política. Grupos que são considerados terroristas por alguns países não o são por outros. E é um debate infinito que nós da academia realizamos. Então, também solicito, de maneira respeitosa, que nós, de alguma maneira, aumentemos o grau de sofisticação a respeito de o que é chamar alguém de terrorista e quais são as consequências políticas desse tipo de argumento seja no Oriente Médio, seja no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli pela sua exposição.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Visentini para sua explanação.

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – Boa noite a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me a rouquidão, mas o frio do Rio Grande do Sul me acertou um pouco a garganta.

Cumprimento todos os embaixadores, o Presidente e o público em geral.

A minha fala está baseada num trabalho já feito sobre o Oriente Médio numa editora do Rio de Janeiro. E o que eu vou fazer aqui não é uma análise da conjuntura só atual, mas uma visão mais estratégica da região e, sem desconsiderar os aspectos humanitários, morais etc., manter a devida, vamos dizer assim, serenidade para que se possa ter uma compreensão que atravesse as sucessivas mudanças.

Um médico veterinário, para uma cirurgia, recebeu um animal em péssimas condições, que estava realmente... E as pessoas que o trouxeram estavam chorando, e ele foi cuidar... E disseram: "Por que você não está preocupado com isso? Como é que está tão calmo?" Ele disse: "Se eu perder a calma, ele vai morrer." Então, eu acho que se nós perdermos a razão, a perspectiva histórica e estratégica da região, a gente vai ser induzido a muitos erros, porque existem visões distorcidas, muito distorcidas sobre a região.

A primeira coisa que eu gostaria de afirmar é que não há conflitos milenares, principalmente de caráter etno-religioso. Só quem não conhece história pode afirmar que existem conflitos milenares. Nenhum conflito é milenar; não existe isso, nunca existiu. E muito menos etno-religioso, porque naquela região que é habitada, apenas nos tempos históricos, há 5 mil anos, é muito difícil distinguir as interações que houve ao longo do tempo entre comunidades e criação de ideias, de religiões etc. Então, a região é de uma variedade de povos inacreditável – quando a gente pega um atlas e olha precisamente quais são esses grupos, como eles se dividem na região. Então, basta desse discurso simplista que vê a região como um campo de batalha entre o bem e o mal apenas. É o local de surgimento das três religiões monoteístas – o judaísmo, o cristianismo e o islamismo – e de inúmeras civilizações que foram fundamentais na ascensão da humanidade.

O segundo ponto é que os problemas que existem há cento e poucos anos na região são questões nacionais e são questões nascidas na Europa e vindas Europa, seja através de ações políticas, militares, estratégicas e mesmo culturais. Então, são problemas europeus. Os *pogrons* antissemitas começaram na Europa feitos por cristãos; não tinham nada a ver com as populações do Oriente Médio, onde inclusive muitas pessoas da comunidade judaica viveram todo esse tempo (por séculos, 2 mil anos), na própria região. O segundo ponto, ainda, é que essas questões também são geopolíticas – vou pular esse ponto e vou passar a ele logo em seguida.

E em terceiro lugar, obviamente a região está assentada, para o bem e para o mal, em cima de imensas jazidas energéticas que, devido à escassez populacional da região, são muito visadas internacionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de geopolítica, nós temos exatamente que essa região é uma conexão entre três continentes. Então, ela tem uma importância estratégica imensa em todos os sentidos. E ela também foi historicamente a ligação entre dois oceanos: o caminho mais curto entre os países industriais do Atlântico Norte e o Oceano Índico e o extremo Oriente, por outro lado.

Então, essa região foi, desde muito cedo, cobiçada, e o Império Turco Otomano, que ali estava em decadência, era uma presa fácil, e as potências... Desde que houve a rápida presença francesa na época da revolução no Egito, já deixando, com Muhammad Ali, algumas noções de modernidade etc., a região tem sido disputada e cobiçada pelas grandes potências, principalmente depois da abertura do Canal de Suez e da crescente presença britânica na região.

Isso historicamente se chamou Questão do Oriente, os historiadores chamavam isso de Questão do Oriente. Havia uma disputa de projeção de vários países para aquela área: a Alemanha, por via terrestre, pela ferrovia Berlim-Bagdá; os ingleses, por mar; os franceses, tentando pegar a sua parte. E a raiz mais imediata dos problemas vem exatamente da Primeira Guerra Mundial e da decomposição do Império Turco: as províncias árabes do Império Turco foram independentizadas, mas num quadro em que houve promessas demais e contraditórias, como por exemplo a sinalização aos árabes de que haveria um Estado árabe na região, e a sinalização às comunidades judaicas de que haveria um lar nacional na Palestina – veja bem, não se falava de um Estado: a diplomacia tem uma arma fortíssima que se chama a "palavra", e cada palavra tem que ser muito bem pesada porque ela vem carregada de uma conotação específica.

Como se isso não bastasse, a França e a Inglaterra dividiram a região entre si, mas não contavam com algumas consequências que viriam, como por exemplo uma revolução modernizadora que renasceu a Turquia, uma Turquia republicana, laica, moderna. E o surgimento da monarquia saudita, depois de conflitos locais, formou uma entidade monárquica, apoiada numa aliança com o varrabismo, que é uma corrente fundamentalista do Islã nas regiões da península arábica.

A questão judaico-palestina, que é, vamos dizer assim, algo que cataliza muito o debate, já foi bem analisada aqui, bem proposta pelo colega. Eu diria apenas duas coisas: ela vem muito fortemente de acontecimentos externos à região; em segundo lugar, vamos dizer assim, ela é uma questão que, de certa maneira, é localizada.

A maioria das pessoas leigas acredita que a região vive, como conflito mais intenso, o conflito ali. Ele tem uma conotação humanitária terrível realmente. Em termos de questão de Direito internacional, eu acho que o colega já abordou essas questões, mas eu só lembro algumas coisas, como as atitudes, as decisões dos poderes, às vezes, mudam completamente a face de uma região para um lado ou para outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A União Soviética e os Estados Unidos apoiaram conjuntamente a criação do Estado de Israel. Veja bem o caso até da União Soviética, que via a existência de um resquício de dominação britânica na região como uma ameaça. Os Estados Unidos tinham seus interesses petrolíferos, as suas empresas concorriam com as empresas britânicas, apesar da aliança deles na Segunda Guerra Mundial.

Então, eu diria que esse é um conflito localizado, mesmo as operações bélicas tiveram um certo alcance, mas é claro que esse conflito implica a segurança da região como um todo, na medida em que as percepções de defesa que os países adotam, particularmente Israel, são sempre perturbadas pelos acontecimentos da região onde eles percebem algum tipo de ameaça.

No entanto, ao longo desse período posterior à fundação do Estado de Israel e à intensificação do problema palestino, eu diria que o verdadeiro conflito foi o conflito entre nações árabes, entre duas concepções: uma concepção republicana, laica e modernizadora, que vem com o nasserismo, que vem com o Bahá'i e que vem com outros movimentos que visavam a uma amplitude e uma modernização da região, com ampliação dos direitos das mulheres e dos jovens, com industrialização, com urbanização, com educação, com o melhoramento da economia da região; e havia evidentemente a crueldade da fixação das fronteiras nessas regiões, que normalmente são uma linha demarcada fora dali, separando os recursos naturais de um lado da fronteira e uma população carente de recursos do outro lado da fronteira. Esse é um dos grandes problemas da região. Eu diria que, enquanto todo o foco estava nesse conflito entre Israel e as comunidades palestinas e as e as suas inúmeras consequências, havia uma guerra mais surda, vamos dizer assim, de forma mais discreta, entre aquelas monarquias que se sentiam ameaçadas por essa modernização, ou seja, aqueles que gostariam de manter as coisas como estavam. E uma das cartadas usadas na guerra fria – hoje já temos tanta documentação desclassificada – era de que o apego à religião, o uso político da religião seria uma arma importante para que muitas comunidades não cruzassem a linha em direção a esses movimentos modernizadores e emancipadores.

Nesse sentido, na minha humilde opinião, o conflito que se trava na Síria, hoje, por exemplo, é um conflito exatamente que ainda se encontra dentro dessa linha, separando uma ideia de modernidade de uma ideia de um conservadorismo em direção ao passado.

À época, a guerra fria não teve um impacto tão direto, como se imagina, no Oriente Médio. Na medida em que o Egito deixou de se apoiar na União Soviética, e houve a paz com Israel – vamos dizer assim –, isso se desarticulou completamente porque os países pró-soviéticos foram países cada vez mais periféricos dentro da região ou sem uma capacidade estratégica muito grande.

Então, a ideia de se apoiar um Islã, politizando e usando a religião – de a política usar a religião –, foi um instrumento utilizado e apoiado por países ocidentais, inclusive. E o ápice disso vai se dar no Afeganistão: o uso da religião como uma ferramenta política, que vai acabar se revelando uma faca de dois gumes para quem assim pensou agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma colega tem toda razão: como estudiosos, a gente não pode aceitar que o termo "terrorista" seja usado a torto e a direito. Por quê? Porque, em termos metodológicos, aquilo que tudo explica nada explica. As coisas têm que ter a sua visão específica, embora possam ter aparências, às vezes... Por exemplo, o crime, a atuação das facções criminosas seria terrorismo? Ou é diferente do terrorismo, que é praticado com as finalidades políticas?

Evidentemente que são coisas muito distintas, porque um visa explorar e viver às custas da fraqueza da sociedade em que nós estamos, de tudo o que está errado na nossa sociedade. E, quanto mais essa sociedade se mantiver igual, como está, e errada, fraca, sem instituições, melhor para eles. Agora, com o terrorista, não. O terrorista político é alguém que quer mudar. Podemos questionar se esses meios são válidos, se a ideia deles de transformar as coisas seria adequada, se esse caminho a que eles se propuseram seria adequado. Mas, de qualquer maneira, há uma coisa de que não se pode esquecer: eles querem mudar completamente as sociedades em que eles aparecem.

Então, obviamente, um estudioso não pode cair num discurso banalizado de que tudo é terrorismo, porque isso aí nos esvazia. E, como disse o meu colega, todo mundo praticou um pouco isso aí: nós tivemos, desde a explosão do hotel Rei Davi por uma organização de extrema direito judaica contra os ingleses que estavam no prédio, que era utilizado como sede, até os grupos extremistas palestinos ou pró-palestinos – muita gente fala em nome de outros às vezes – também vindos de países vizinhos, e alguns Estados, em alguns momentos, como a Líbia e outros; o próprio Irã teve momentos.

Mas eu queria chamar atenção porque, na verdade, o que nos preocupa hoje como estudiosos é aquele terrorismo antirrevolucionário, o terrorismo que foi empregado... Se não me falha a memória, talvez uma frase atribuída ao ex-Presidente Reagan foi de que os soviéticos teriam de sair do Afeganistão porque iam pagar um preço muito alto, iam ver do que eles eram capazes. E se mobilizaram forças como a de Bin Laden, que sai da Arábia Saudita para ir a um país lutar por uma causa – e sempre as causas são nobres –, e, assim como ele, que era filho de um grande empresário, um motorista de táxi do Cairo, um camponês do Marrocos; muita gente foi, e criaram-se verdadeiras milícias. Então, esse é um quadro em que também esses regimes republicanos recuam.

Há uma mudança geopolítica fundamental no Oriente Médio, que é a revolução iraniana. Ela é fundamental em dois sentidos. Primeiro, porque era um grande aliado militar dos Estados Unidos, e ele desapareceu, expôs a fragilidade dos países do outro lado do Golfo, mas se manteve com um regime republicano. É interessante o sistema político, que tem muito a ver com o sistema francês, embora com uma conotação, vamos dizer assim, religiosa. E essa conotação religiosa ameaçou, de certa forma, o monopólio que a Arábia Saudita tinha de falar em nome da religião. Então, senhoras e senhores, nunca houve um conflito milenar; houve o momento do divórcio. Sim, o divórcio sempre é um problema, mas entre sunitas e xiitas foi como entre os protestantes e os católicos. Depois que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo passou, as pessoas convivem; isso não é mais a causa. A causa é a política, é o Estado, são os movimentos que usam essas bandeiras para mobilizar comunidades que às vezes não estão tão interessadas nisso.

O Iraque vai sofrer, a partir do fim da guerra contra o Irã, e no pós-Guerra Fria nós temos uma mudança grande nessa região, porque a Ásia Central, ex-soviética, acaba se orientando em direção à região. As populações ali falam, em geral, uma língua turcófona, com exceção do Tadjiquistão, que fala uma língua farsi, persa. Então, essa região se ampliou e envolveu, de certa forma, o conflito do Afeganistão e tornou a região ainda mais instável. O que há, depois do fim da Guerra Fria, é uma espécie de vazio estratégico momentâneo.

O Presidente Clinton mencionou, numa entrevista, com todas as letras, o seguinte: "Pois é, depois que os soviéticos saíram do Afeganistão, nós efetivamente achamos que o problema estava resolvido. Nós não tínhamos uma política para o Afeganistão, depois. Nós simplesmente nos retiramos". Bem, as consequências são do conhecimento de todos. Deixem e as coisas evoluem numa outra direção.

Também há uma espécie de imobilismo político e econômico é a ideia... Por que os países sempre devem construir um adversário? Os países, quando não têm um adversário, tentam construir um adversário para manter a sua coesão e para se manterem mobilizados. O que aconteceu muito no Oriente Médio, depois do fim da guerra fria, foi uma espécie de ascensão de uma segunda geração ao governo de Israel que não são mais aqueles que estavam ativos em idade adulta, quando o Estado de Israel foi criado. Outros regimes buscaram uma acomodação com o Ocidente, já que a União Soviética não existia mais, e parecia não haver mais ameaças. Isso aí criou um imobilismo político em muitas nações.

Quando vem o 11 de setembro de 2001, é como um raio que provoca uma reação em cadeia chamada guerra ao terrorismo, que de fato afeta o Iraque e o Afeganistão, e espraia pela região. O movimento foi extremamente mal calculado de consequências inesperadas, mas que tinha um objetivo estratégico e geopolítico muito claro, que era a conformação de um grande espaço eurasiano que de certa forma assusta alguns analistas e *policy makers* no Ocidente.

Apesar disso, apesar desses conflitos, essa estagnação no resto do Oriente Médio continuou até ser sacudida pela Primavera Árabe. Não há tempo para falar sobre a Primavera Árabe – eu estou contando os minutos e segundos que estão chegando ao fim –, mas eu diria que a Primavera Árabe tem causas reais, locais; não aquelas que os nossos analistas ou jornalistas tentam ver e dizem que as pessoas queriam uma democracia e tal. Nós sempre projetamos para os outros a nossa visão de mundo. E o estudante de Relações Internacionais sempre devem ter em mente o seguinte: você deve entender como o outro pensa e não tentar colocar a sua visão de mundo na ação do outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, são importantes audiências como essa e trabalhos que dialoguem com o público, que saibam fazer esse tipo de análise. Você tem que conhecer o outro, como ele pensa. Ele vai reagir não como você quer, ele vai reagir como ele percebe as coisas.

Eu diria que houve sim um movimento maior. Ele é difícil de ver. À maioria das coisas, nós estudiosos, apenas estudiosos, não temos acesso: aos serviços de informação, à informação privilegiada, a documentos que permanecem secretos. E aquilo que é mais importante, geralmente nem documento vira; são conversas pequenas que se tornam grandes decisões de que nós nunca sabemos, mas podemos intuir.

Por que um atentado acontece num determinado momento? Antes que a excitação venha e a culpa seja atribuída a alguém... Calma, vamos com calma! É como naqueles livros policiais ingleses, que são muito interessantes, em que há raciocínio: a quem interessa, nesse momento, fazer esse atentado? Porque esse atentado terá uma consequência política "x". Então, quem fez?

Quem sou eu, Senador? Lá no Rio Grande do Sul tentando pensar o mundo inteiro? A gente hoje tem condições disso se tivermos as ferramentas. Pensar por que aconteceu isso nesse momento? Alguém – como se diz popularmente – pisou na bola? Ou não é o que parece ser? Por que um país faria um atentado num momento em que certas coisas estão avançando? Então, essas perguntas o analista precisa fazer.

A Primavera Árabe tem uma série de coincidências, em países que ainda são muito diferentes, para se dizer que é apenas consequência natural de uma troca de mensagens nas redes sociais, etc. Ela não é um complô, uma conspiração; ela tem fundamentos econômicos, sociais, políticos. Mas há sim um empurrãozinho daqueles que se sentiam prejudicados.

Nós vimos a crise do *subprime,* a crise do euro, a queda no turismo, a queda na ajuda, a queda no comércio, a chegada gradual da China na região; a atitude de alguns países da região tentando ter uma diplomacia própria, já que a dependência não vinha. E, mais importante que tudo, houve o início da retirada americana da região. Ou seja, os Estados Unidos se comportam por movimentos de sístoles e diástoles, parafraseando o trabalho do Golbery. Eles refluem, depois de um grande espraiamento.

Não há lugar para o vácuo na política e as potências regionais tentam ocupar a região. Quem são essas potências e o que poderiam fazer? E me encaminho para o fim. A Turquia cansou de bater na porta da União Europeia. A Turquia é um país que tem indústria sim. Ela tem, aliás, uma estrutura produtiva muito parecida com a do Brasil e começa com um movimento... O governo se diz islâmico e ela começa com um movimento de retorno ao otomanismo, de voltar a apresentar-se como modelo... E também por que não fazer negócios com os países do Oriente Médio? Há uma reorientação gradual, no caso deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Turquia, que faz o acordo nuclear... O governo Obama era ingênuo? É claro que não. O problema dos Estados Unidos é que não são só um país, são ainda o líder do mundo; e devem agir, às vezes, um pouco no seu próprio interesse, como faz atualmente o Presidente Trump, ou às vezes deve agir como o líder do mundo. Então, obviamente, um país que ficou sob embargo se abriu para quem? Ora, ele se abriu para a China, para a Rússia, para uma série de países que começaram a fazer negócios diretamente.

Não acredito que – há os que discordam um pouco – as companhias europeias vão cair novamente nessa história de não fazer comércio. Acho que haverá uma tensão entre Europa e Estados Unidos. Já está havendo, inclusive extrapolando o nível do respeito mínimo no campo diplomático, porque mexe nos interesses dessas empresas. Quem importa petróleo do Oriente Médio é a Europa, é o Japão. A China diversifica, mas a Europa e o Japão são os mais atingidos. Os Estados Unidos nunca importaram mais do que, talvez, 10% do seu petróleo da região.

A Arábia Saudita também quer jogar um papel importante; o pequeno Catar também, é pequeno mas tem recursos. E Israel, que tem, talvez, uma agenda negativa: é mais o que não quer que aconteça. Então, como decorrência da Primavera Árabe, aqueles que foram muito despreparados, como a Líbia, sofreram consequências que estão aí.

É interessante como os assuntos que não se resolvem bem somem da mídia. Não se fala mais da Líbia; não se fala mais, é quase nada sobre isso, a não ser quando batem os refugiados na Itália, algo muito importante.

Nós temos um conflito terrível na Síria, como nunca houve. Entre as guerras civis modernas, é a mais longa e a mais destrutiva, com farta participação internacional apoiando facções contra um governo que, até pouco antes, era bastante aceito, como também foi o caso do Egito, quando houve deposição do Presidente Mubarak. Um jornalista me entrevistou perguntando sobre o "ditador Mubarak". Eu disse: "Mas que interessante, você já me entrevistou uma vez e chamou-o de Presidente. Ele era Presidente e agora não é? Virou ditador?" Então, essa adjetivação não contribui para as pessoas que pensam estrategicamente e precisam tomar decisão. Isso é para quem faz política. O.k., quem quer fazer política encha de adjetivos e convença quem puder. Agora, eu já estou numa idade em que prefiro estudar, compreender exatamente o que está acontecendo.

Então, são guerras que trouxeram coisas inesperadas, como a presença russa, como a mudança de posição da Turquia, que é muito importante, e também formas novas de terrorismo. Al-Qaeda era um VHS, a pessoa falando assim... E aí vem o Estado Islâmico...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – ...com veículos novíssimos, armamento moderno e tudo mais; equipamentos de comunicação. Quem pagou por isso? De onde veio isso? E a maioria das pessoas vindo exiladas da Europa.

Vem o fator Trump – duas frases e termino aqui –, que significa que velhas alianças foram explicitadas e ativadas. O interessante no governo Trump é que ele não é um político e não se preocupa em camuflar politicamente suas ações. As suas alianças estão abertas e sobre a mesa para todo mundo ver; e o cenário que advém disso é um cenário de incerteza, porque – volto a insistir – a ideia de trazer o Irã para um acordo com o Ocidente foi para diluir aquele bloco que se vai formando, que se chama hoje Organização para Cooperação de Xangai, que é um organismo muito importante e aqui nem sequer se fala a respeito disso. Ele é importante economicamente e em termos de segurança.

Por fim, quero apenas reforçar o que o meu colega disse. E o Brasil com isso? Não, nós não temos perna, quem somos nós para... Como assim não temos perna? Nós somos o quinto País em população, em território, já estivemos em quinto no PIB – caímos, levantamos e tal. Como o Brasil pode ficar alheio a isso se ele tem uma enorme comunidade de árabes e outros e de população judaica que vive no Brasil pacificamente? Como o Brasil poderia ser indiferente?

E há mais. Desculpem-me algum engano, não tenho agora o número exato, de cabeça, mas houve um momento em que só existiam em torno de seis países que tinham relações diplomáticas com todas as nações deste planeta. Não sei se existe alguma outra nação fora deste planeta, mas, neste planeta, apenas seis países tinham relações com todo o mundo. O nosso País, para meu orgulho, é um desses países. Então, nós temos, sim, o que oferecer.

O Brasil apareceu lá, em 1993, 1994, inclusive por convite de Shimon Peres, que é lembrado em algumas memórias diplomáticas recentes, para participar de um encontro para a assinatura da primeira tentativa de acordo de paz. Somos membros do BRICS e temos a pretensão de contribuir para o bem do mundo, porque, afinal, até agora creio que nunca fizemos mal para ninguém, só para nós mesmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Visentini por sua brilhante exposição.

Passarei a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, Senador Fernando Collor, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Prof. Dr. Paulo Gilberto Visentini e o Dr. Fernando Luz Brancoli – dois italianos, *oriundi*: Visentini e Brancoli.

Percebi claramente, em todo o conteúdo, o equilíbrio na avaliação, como os acadêmicos precisam fazer, exceto aqueles que são apaixonados por uma ou por outra causa, por um ou por outro lado. Não se trata aqui de fazer opção sobre de que lado estamos, mas de analisar historicamente o que está acontecendo naquela região.

Coincidentemente, Senador Fernando Collor, nosso Presidente, a revista *The Economist*, que é uma publicação muito conceituada globalmente, fez uma matéria de capa bem ilustrativa, *Gaza: There is a better way*. Não é uma pergunta, eles afirmam "*there is a better way*!"

Então, a primeira pergunta que eu faço aos dois expositores é se existe realmente um caminho melhor para o encontro da paz diante desse cenário de recrudescimento, em alguns momentos, da tensão e da violência na região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria também de aditar, aqui há algumas perguntas. Vários internautas estão participando, mandando suas considerações, que são as mais variadas e sempre vêm entremeadas por um pouco de paixão. Mas, enfim, os comentários são bem divididos.

Eu gostaria de agradecer a participação da Joana Lopes, do Rio Grande do Sul; Rodrigo Gonçalves, de Goiás; Inacio Juventino, de Pernambuco; Marcelo Almeida, de Minas Gerais; Marcio Camargo, do Acre; Jean Carlos, do Espírito Santo; Jose Ribeiro, de São Paulo; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Iraci Manfrin, do Paraná; outra vez o Marcelo Almeida, de Minas; o Nivaldo Nicoliche, de São Paulo; Marcos Oliveira, do Rio de Janeiro, Sergio Ennes Chear, do Rio de Janeiro, e Artur Alvim Cury, de São Paulo.

Enfim, selecionei aqui algumas perguntas para os nossos conferencistas, os nossos palestrantes: "O terrorismo inclui também terrorismo de Estado?", essa é do Rodrigo Gonçalves, de Goiás.

De Joana Lopes, do Rio Grande do Sul: "Como o rompimento entre Catar e Arábia Saudita impactou dinâmicas regionais, em especial a relação desses países com o Irã?" E também da Joana Lopes, do Rio Grande do Sul: "Qual a relação das monarquias do golfo pérsico, como a Arábia Saudita, com Israel e com o Ocidente? Qual é o interesse desses Estados em se aliarem contra outros atores do Oriente Médio, como o Irã?"

Depois, Nivaldo Nicoliche, de São Paulo: "Do ponto de vista das três maiores religiões monoteístas nascidas nesta mesma região do planeta, há de ter consenso sobre algo: Deus é brasileiro." Realmente... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Sergio Ennes Chear, do Rio de Janeiro: "Tanto o povo de Israel quanto os palestinos são vítimas da manipulação de interesses geopolíticos das grandes nações." Essa é uma afirmação, eu gostaria de ouvir comentários dos nossos palestrantes.

Agora passo a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Como eu terei que me ausentar, eu vou, então, concluir, porque eu imaginei que fosse um pouco mais...

Eu tenho uma dúvida, que, aliás, foi mencionada aí. Vou ficar aguardando as respostas dos nossos dois professores e, aí, me retiro.

Eu percebi que os dois tiveram um pensamento comum a respeito da questão do terrorismo, que não é uma conceituação – sei lá – dogmática, ou uma conceituação acadêmica, ou, enfim, de dentro do Direito Internacional.

Eu estou levantando essa questão porque as Nações Unidas têm um regramento sobre terrorismo, e o Brasil, para entrar na OCDE, precisa criar uma lei interna, precisa criar uma regulação, e um dos dispositivos diz respeito exatamente ao tema terrorismo. Então, se não há, numa conceituação, como foi abordado pelos professores, como se justifica e qual é a visão das Nações Unidas sobre esses aspectos relacionados ao terrorismo?

Nós tivemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, a presença do Prof. Henrique Cymerman, que é um especialista –foi a palestra de um pacifista aqui –, fazendo uma abordagem muito construtiva. Ele é até um consultor do Papa Francisco – já que falaram que Deus é brasileiro, ele tem uma relação muito grande com o Papa Francisco – e aqui abordou esses aspectos relacionados à questão da paz, havia até representantes dos países árabes.

E o que percebemos agora é que não temos mais as figuras de um Yitzhak Rabin; não temos mais a figura de Shimon Peres, que foi mencionado aqui; nós não temos também o próprio Yasser Arafat e sua forma de agir. Havia disposição, especialmente do Yitzhak Rabin, de se aproximar para buscar a paz, negociar – é aquilo que o Maquiavel falava: se você não pode vencer o inimigo, junte-se a ele; no sentido exatamente de uma construção efetiva de paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pergunto se a ausência de líderes que tiveram no passado essa força, ou essa capacidade de liderança, e que eram pacifistas, de alguma maneira, ou buscavam esse esforço, também não está na raiz das dificuldades desse entendimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ou Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli.

O SR. FERNANDO LUZ BRANCOLI – Obrigado pelos comentários e pelas perguntas.

Senadora, acho que esta é uma questão essencial: se há solução para aquele embate. Acho que, como o Prof. Visentini colocou de maneira direta, não há automatismos nessa violência, não há uma natureza em se odiar entre palestinos e israelenses, isso é uma constituição política, social muitas vezes. Então, acho que esse é um primeiro ponto que é necessário reforçar, porque muitas vezes se coloca esse espaço em que apenas o ódio pode existir porque seriam inimigos quase que naturais. Não ocorre isso.

Parece-me que uma das soluções possíveis, que, obviamente, não são fáceis de serem aplicadas, senão até teriam sido, é um pouco o argumento brasileiro: existem normas e resoluções das Nações Unidas acordadas nas últimas décadas a respeito de como aquele espaço deveria ser dividido e organizado. Parece-me que pelo menos o início para a resolução desse conflito seria a adoção e a aceitação por parte das partes envolvidas daquelas resoluções que dizem respeito a quem governa determinados espaços, quais são as fronteiras entre os dois Estados, qual é a capacidade e o grau de atuação das Forças Armadas daqueles dois espaços. Então, parece-me que o Direito Internacional, que também é complicado pela sua própria existência, já que não existe uma Constituição do mundo, muito menos alguém que aplique de maneira unilateral esse tipo de direito... Mas existem construções jurídicas que foram feitas nos últimos 70 anos que tentam criar soluções para aqueles espaços.

Lembro-me de que a gente chegou, em alguns momentos, muito perto de ter essa paz. Nós tivemos acordos na década de 90, por exemplo, e em alguns momentos acreditávamos que teríamos a paz naquele tipo de questão. Mas, obviamente, por este ou aquele motivo, acabaram saindo. Mas eu diria que o início para a resolução desses conflitos seria a aceitação dos acordos que já foram colocados, que já foram aceitos.

Agora, há um ponto importante, que eu acho que a senhora até colocou: não existem mais mediadores muito claros desse tipo de conflito. Durante anos, ou décadas, se buscou alguém que pudesse colocar à mesa as partes para conversarem – durante um bom tempo os Estados Unidos se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportaram dessa forma, mas, hoje em dia, acho que não há ninguém que acredite que os Estados Unidos sejam um ator neutro dentro desse tipo de resolução.

Então, não sei se é uma resposta de alguém que, de alguma maneira, espera pela paz, mas eu diria que um caminho comum, um mapa para a paz, passaria pela adoção das resoluções feitas pelas Nações Unidas e por meio de acordos regionais a respeito desse tipo de espaço.

A respeito das outras perguntas, Presidente, dos outros comentários.

Existe terrorismo de Estado? Sim, existe, o terrorismo é aplicado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO LUZ BRANCOLI – Claro, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. FERNANDO LUZ BRANCOLI – Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, em função da solicitação de S. Exª a Senadora Ana Amélia, eu passo a palavra ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Visentini para oferecer respostas às indagações feitas por S. Exª. Em seguida, voltamos a palavra ao Prof. Brancoli.

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – Senadora, há dois pontos.

Quanto à questão sobre a definição de terrorismo, eu acho que cada país tem uma forma de presença no mundo, vai receber e perceber desafios e vai classificar isso como terrorismo.

Eu acho que o nosso País já tem inteligência estratégica; nós não exploramos isso muito, mas nós temos os cérebros e já estamos começando a ter instituições. Eu tenho trabalhado bastante com o Ministério da Defesa e alguns órgãos, e eu vejo o avanço das reflexões sobre o que é isso.

Então, eu acho que nós não deveríamos assinar nada que alguém tenha feito pela sua situação e nos colocar junto, nos colocar num problema que nós não temos. Nós já temos bastantes problemas, não precisamos de novos problemas seguindo agendas que não nasceram da realidade da nossa presença no mundo. Então, acho que tínhamos que ser muito sérios sobre isso, porque as consequências, depois, são muito difíceis de reverter.

Em segundo lugar, o outro ponto. É uma coisa estranha a política, a política é uma coisa muito estranha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – E interessante!

Às vezes, a gente tem dificuldade de explicar para um aluno e dizer o seguinte: "Olha, sabe quem é que tem condições de fazer um acordo?" "Não, porque o fulano, que é um dos mais progressistas... Já saíram de cena..." Esse tipo de pessoa tem mais dificuldade em juntar forças dentro do que... Ou seja, os primeiros processos de, por exemplo, normalização de Israel com o Egito foram conduzidos por quem do lado israelense? Já por uma geração que veio – os sefarditas – e formou o Likud. Ou seja, foi a direita israelense que negociou, em nome de uma segurança estratégica, o recuo de toda a Península do Sinai. Mais tarde, nós tivemos uma situação mais difícil – veja que o segundo acordo já foi assinado por um outro grupo e ele começou a ter muita oposição interna.

Quando a gente não sabe quem vai fazer... As pessoas sempre querem uma resposta certa: "Mas quem faria isso?" Por enquanto, eu não sei, mas vai aparecer. E vai aparecer por quê? Porque eu acho que, para o bem ou para o mal, o Presidente Trump expôs uma série de coisas que eram cobertas por um discurso benevolente da globalização. Ele mostrou que os Estados Unidos têm uma classe que foi extremamente prejudicada e se apoiou, inclusive contra o seu partido, é uma coisa impressionante... Não estou fazendo apologia nenhuma, muito pelo contrário.

Então, eu diria que a região sofre hoje um problema, que é a falta de uma liderança. O Irã é um país importante, mas ele não é árabe, ele tem outra formação, ele é persa, *farsi*, ele é diferente. Israel, por óbvias razões, não tem como jogar esse papel. A Arábia Saudita encontra reações também muito fortes. O Egito perdeu um pouco o protagonismo que tinha no passado. Então, a região carece de um líder que a unifique.

Mesmo que a gente fale mal da integração na América do Sul, a gente tem uma integração sul-americana que mais ou menos funciona; a gente tem uma integração na Europa.

Agora, o mundo hoje precisa de recursos, e vai haver mudanças demográficas – aliás, está havendo mudanças demográficas profundas. Ao contrário do que se pensa desses países, parte do que se chama fanatismo ali não é senão o resultado de um processo de modernização. A percentagem de alfabetizados no Oriente Médio está crescendo muito, o número de nascimentos por mulher está diminuindo, e a alfabetização das mulheres cresce mais rápido do que a dos homens.

Isso tira essas comunidades de dois mil anos de uma letargia e as introduz no mundo das ideias complexas etc., e isso causa ansiedade. A Europa passou por isso. Por que as Bíblias começaram a ser traduzidas no século XVI para os idiomas locais? Porque as pessoas começaram a ser alfabetizadas e forem ler a Bíblia, não eram mais seis pessoas que leriam a Bíblia em latim, mas milhares que iriam ler em alemão, em francês, em italiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma passagem angustiante que vai trazer realidades novas e, às vezes, onde menos se espera, vai sair algum tipo de negociação. A curto prazo, eu sou pessimista, eu acho que cada um vai usar as suas forças o máximo que puder, até um ponto de quase ruptura, mas há ali do lado...

A gente viajou para o Oriente, numa elipse, de Karachi a Tóquio. Cinquenta e cinco por cento da humanidade vive ali, está começando a andar de carro, a se vestir melhor etc. Então, esses recursos vão ter uma valorização, e esse cenário vai se alterar futuramente. Não sei em quanto tempo, infelizmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

Eu só quero agradecer a atenção e as respostas.

Eu tive a oportunidade de visitar Israel e também a Autoridade Palestina, em Ramala. Vendo de perto, constatei uma grande verdade de um ditado chinês, que diz: "Ver uma vez vale mais do que ler mil vezes." E, de fato, é assim quando você chega lá.

Mas o que mais me chamou a atenção foi ver uma escola palestino-israelense compartilhar a paz, a educação para a paz – é um projeto que ganhou um prêmio das Nações Unidas. Você vê ali, nesse espaço, os jovens adolescentes, professores árabes e judeus ensinando, fazendo a educação para a paz. Fiquei muito impressionada com aquela iniciativa, que foi premiada internacionalmente. De fato, é preciso a gente abrir mão de algumas posições, às vezes dogmáticas, para tentar construir um espaço maior em relação a isso.

Agradeço muito aos professores pela contribuição e pelas respostas dadas aqui nesta aula que V. Exª trouxe às segundas-feiras nesta Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigada, Presidente.

Também gostaria de lembrar que, por iniciativa de V. Exª, foi criada aqui uma Frente Parlamentar Brasil-Arábia Saudita e que V. Exª me deu a honra de presidi-la. Então, tenho que trabalhar muito também para essa educação a que agora me referi aqui. Agradeço muito a V. Exª por isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela sua sempre muito briosa participação em todos os nossos debates.

Passo agora a palavra, retornando, ao Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli.

O SR. FERNANDO LUZ BRANCOLI – Continuo, então, a analisar os comentários apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo era a respeito de terrorismo de Estado. Eu lembraria que a própria criação... A primeira vez que o termo "terrorismo" foi empregado no Ocidente foi no contexto estatal. Mas queria reforçar um pouco a palavra do Prof. Visentini, a ideia de que terrorismo são construções sociais. Sobre terrorismo não há consolidações universais, é sempre um ato político chamar alguém de terrorista.

Parece-me que o Brasil tem sido convocado, nos últimos anos, a entrar numa agenda a respeito de combate ao terror ou algo parecido. Conversando com colegas, sejam da Abin ou de outros espaços, me parece que há uma certa ansiedade, por exemplo, sobre se o Daesh, se o Estado Islâmico estaria criando células de terror dentro do Brasil. Parece-me que, obviamente, o Governo brasileiro tem de estar atento a isso, mas também deve ter cuidado para não comprar uma agenda que não é nossa e não exacerbar ameaças que não são tão fortes assim. Reforço e confirmo o que o Prof. Visentini comentou: já temos problemas demais. E me parece que, no momento em que comprarmos uma agenda de combate ao terror, abriremos espaço também para, por exemplo, criminalizar toda uma população que, há anos, diria quase séculos, vive no Brasil de maneira pacífica, aumentar discursos xenófobos ou algo parecido. É uma linha muito tênue o que cabe aos nossos militares e políticos, de modo geral, que é encontrar, obviamente, a segurança do Estado e garantir a soberania estatal e, ao mesmo tempo, não aumentar e criar, muitas vezes, ameaças que não existem. Então, acho que a gente tem de estar muito atento a esse tipo de questão.

Para encerrar, duas questões a respeito de países do Golfo e os reflexos desse tipo de conflito.

Primeiro, a respeito do impacto da cisão entre Catar e Arábia Saudita, porque me parece que há algumas lições importantes para o Brasil dentro desse tipo de esforço. Vale a pena lembrar que o Catar – isso foi citado aqui – é um país que, do ponto de vista geográfico, não é dos maiores, mas que economicamente é bastante interessante e tem dispositivos que não são só econômicos que aumentam sua inserção no mundo. Vale a pena lembrar: o Catar abriga a Rede Al Jazeera de televisão, uma rede estatal que tem graus de independência, mas também que está muito próxima ao Governo do Catar e que, de certa forma, dá poder ao chamado *soft power* para o Catar de maneira bastante expressiva. Parece-me que o Catar joga com cartas de quem quer ser conhecido como uma liderança regional. E me parece quase um incentivo ao Brasil, que é bem maior do que o Catar, porque nós também podemos, de alguma maneira, querer jogar dentro desse tipo de cálculo.

Parece-me importante compreender essas dinâmicas de embate, principalmente porque o discurso da Arábia Saudita e de aliados a respeito do isolamento do Catar diz respeito a uma aproximação com o Irã. É uma aproximação que não começou agora, que já existe de maneira histórica, mas reforçaria a minha fala do início: de que se constrói discursivamente no sistema internacional a ideia de que países que de alguma maneira têm relação com Teerã seriam automaticamente vistos como antagônicos ou inimigos do Ocidente ou algo parecido, quando, na verdade, esse tipo de construção representa disputas regionais que talvez não envolvam tanto o Irã. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crise ficou, agora, um pouco por baixo dos panos, até porque discursivamente Washington aumentou sua carga contra outros atores, mas me parece algo peculiar naquela região.

Queria centralizar um ponto importante, Presidente, até porque abrimos uma frente parlamentar a respeito da Arábia Saudita. O Brasil é um país que tem interesses econômicos importantes, somos parceiros econômicos da Arábia Saudita, e pouca gente sabe disso. Nós vendemos carne *halal* para a Arábia Saudita, somos um país importante nesse sentido.

A Arábia Saudita e Israel... Acho que este argumento reforça também um ponto que o Prof. Visentini comentou. Muitas vezes tenta-se explicar o Oriente Médio por contexto religioso puramente, como se a religião fosse uma força inenarrável que justificasse amizades e inimizades de maneira automática. Então, sunitas odiariam xiitas, judeus odiariam muçulmanos. Você explicaria toda e qualquer política dentro daquela região através de contextos religiosos. Acho que isso é muito simplista e ignora de maneira bastante profunda a complexidade daqueles espaços. Isso funciona, talvez, para explicarmos em cinco minutos num jantar de domingo a alguém o que está acontecendo, mas uma análise política sofisticada exige incluir, obviamente, a religião e mais uma série de outros fatores. E eu acho que a relação entre Arábia Saudita e Israel leva isso em consideração.

A Arábia Saudita é um país de maioria muçulmana, um país sunita, um país que abriga áreas e cidades sagradas para o islamismo, mas atualmente tem se aproximado de Israel. Lembro que, nas últimas semanas, abriu o espaço aéreo para voos que estão em direção a Israel. Mantém relações, se não diretas, indiretas, de maneira muito direta, com Israel, até porque tanto Tel Aviv quanto Riade têm agora o que seria um inimigo comum, que seria o Irã.

Nesse sentido, essas configurações de poder entre Arábia Saudita e Israel reforçam a ideia de que um analista sofisticado tem que não só incluir religião, mas outros fatores também. Se a gente fosse incluir só religião, Arábia Saudita e Israel jamais poderiam operar de maneira conjunta, mas, como a gente inclui outras dinâmicas políticas e econômicas de alianças que vão além do Oriente Médio, isso, de uma maneira geral, acaba incluindo esse tipo de dinâmica.

De novo, onde o Brasil entra nesse tipo de cálculo? Parece-me, de novo, que o Brasil tem interesses políticos para uma área estabilizada, o Brasil tem relações diplomáticas com esses países, e não interessa ao Brasil se envolver como um ator que, de alguma maneira, escolhe lados dentro desse tipo de espaço. Acho que o Brasil tem sido bastante habilidoso nas últimas décadas, em virtude principalmente do trabalho do Itamaraty, em se apresentar como alguém que quer mediar o conflito, que quer a paz naquele espaço. Então reforço também a necessidade de a gente encontrar uma mediação dentro desse tipo de configuração ou dentro desse tipo de espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforçando, Presidente, para encerrar: me parece que temos que, de maneira urgente ou de maneira contínua, prezar pela construção de um pensamento brasileiro a respeito de qual é a política no Oriente Médio e de como pensamos aquele tipo de espaço.

Reforço as palavras da Senadora: precisamos incentivar nossos alunos a aprender árabe e hebraico, precisamos incentivar a visita de professores e Parlamentares àqueles espaços para compreender o que é aquela realidade e incentivar a circulação de ideias, porque me parece que, se importarmos, de certa forma, a interpretação de mundo de outros países sobre o que é aquele espaço, o Brasil não vai ter os seus interesses atendidos, vai acabar sendo levado a reboque desse tipo de dimensão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Dr. Fernando Luz Brancoli.

Tem o senhor, Prof. Visentini, a palavra.

O SR. PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – Complemento o que foi dito: muitas vezes essas dinâmicas podem nos surpreender. É interessante como, numa época em que foi assinado o acordo entre a Autoridade Palestina e o Governo de Israel, alguns estudos mostravam o grau de complementaridade que existiria se esses países fizessem a paz e se, de alguma maneira, cooperassem econômica e tecnologicamente. A região pararia de ser apenas uma vendedora de *commodities* e uma importadora de objetos de luxo para uma elite. Ela importaria, se tivesse de importar, e logo instalaria suas fábricas de bens de consumo e geraria uma realidade nova. Se isso não for feito pelos atores que mencionei, acabará sendo feito por outros atores, exatamente por esses elementos que eu mencionei anteriormente.

Eu quero reforçar e me desligar um pouco, vamos dizer assim, de um discurso conciliador, que agrade a todo mundo. Minha falecida mãe dizia: "Na dúvida, diga a verdade." Nem sempre é fácil, mas o que me parece ser a verdade?

Em primeiro lugar, queria chamar a atenção para o fato de que o Irã já fez uma modernização social bastante grande, é um país moderno. E os países árabes estão no caminho de fazer isso, estão fazendo, estão atravessando esse período de modernização demográfica.

Um autor francês chamado Emmanuel Todd, que é demógrafo e historiador, mostra dados segundo os quais, em trinta anos, o número de filhos por mulher no mundo árabe estará caindo, exceto raras exceções de países que estão completamente desagregados. E a mulher tem um papel fundamental, não numa perspectiva feminista e abstrata, mas como pessoa que, naquela cultura, é encarregada da família. Isso é extremamente importante. Por isso, talvez, 50 anos atrás, não houvesse uma demanda de pessoas mais conservadoras para que se usassem véus e coisas desse tipo, porque não havia necessidade. Quem queria usar usava, quem não queria usar não usava. Agora uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudança está acontecendo. E ela vai ser pressionada, porque essa região é uma região, como eu disse no início, pivô. Se era pivô há 150 anos, quando começou a corrida para o Oriente, começou a aparecer o petróleo, a rota para as Índias, hoje é muito mais ainda.

A China está construindo uma série de projetos – a nova rota da seda, *One Belt One Road*, o cinto –, que são um trabalho de construção de infraestrutura não apenas de pontes, mas de áreas de atividade econômica. O Oriente Médio já está começando a ser acessado por terra, não mais pelo mar exclusivamente. É uma direção de onde, desde a época das migrações muito antigas, não vinha um impulso desenvolvimentista e civilizacional. Então, isso aí vai acabar pesando na balança das decisões.

Não temos, talvez, nessa geração uma pessoa ou outra que pareça ser grande líder? Pode ser que não, mas logo atrás vem alguém que pensa diferente e, na hora, aparece esse líder.

O próprio Estado de Israel, por exemplo, hoje é um Estado que tem problemas do tipo: imigrantes africanos, atividades criminais de máfias que vieram do exterior para se instalar ali, partidos de comunidades – os de origem russa que foram para lá criaram um partido próprio porque se sentiam mal: terceiro violino da orquestra de Leningrado dirigindo um táxi, porque o país é pequeno, não havia emprego para todo mundo –, jovens que não querem prestar serviço militar em áreas ocupadas, coisas desse tipo, que a gente, a rigor, parece que não conhece muito. Isso já existe, ou seja, nós podemos ser surpreendidos.

Outra coisa que eu queria dizer é que é um equívoco pensar que um país pequeno pode ser pura e simplesmente manipulado por uma potência maior. Eu acho que não é esse o caso nem de Israel nem da Arábia Saudita, que sempre foram aliados dos Estados Unidos, essa cooperação não é de hoje, nunca houve uma guerra que tivessem travado juntos. Nunca houve!

Vamos para os livros de história. Às vezes os livros de história são interessantes não pelo que está escrito, mas pelo que não aparece ali, não está escrito. "Olha que interessante, isso não está escrito. Se não está escrito é porque não existiu". Mas não se diz que aquilo não aconteceu. Então, isso é uma realidade que pode mudar, e esses países não são...

Eles dizem assim: "Agora a Rússia pode pressionar o governo da Síria a assinar não sei o quê." Olha, depois de um preço de sangue como esse – não só o sangue das pessoas: as instituições foram levadas às ruínas –, o governo vai desistir simplesmente porque uma potência quer? Está ajudando, ajudou muito, criou um novo equilíbrio na região, mas não quer dizer que vá... Assim como Israel, que, em muitas situações na diplomacia internacional, divergiu dos Estados Unidos, criou situações que os Estados Unidos tiveram de referendar. Se nós voltarmos para a guerra de 1973 e outras coisas, veremos que coisas são diferentes. Também países do Golfo aliados dos Estados Unidos também já demonstraram muito a sua independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes eu fico pensando por que um país tão grande como o Brasil acha que tem que ser liderado por alguém. Nós vamos fazer 200 anos amanhã – amanhã, gente! –, 2022 está chegando, nós vamos fazer 200 anos de independência. Então, se outros países tão menores, tão mais fracos, conseguem ter vontade de barganhar... Não é hostilizar ninguém, é negociar, barganhar uma posição melhor nas coisas e fazer valer a sua vontade com o patrimônio do nosso Território, do nosso povo e da nossa atitude política com o resto do mundo, que tem sido, há cento e tantos anos, uma atitude bastante correta dentro do meu ponto de vista.

É isso. Acho que os outros aspectos já foram mencionados. Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Visentini pelas respostas oferecidas.

Eu gostaria de fazer alguns comentários, com a permissão de V. Exªs.

O primeiro deles é que, no meu modo de ver, nós estamos vivendo uma quadra da vida internacional onde predominam a falta de prudência e a imprevisibilidade. Há uma total falta de previsibilidade e uma ausência absoluta de prudência por parte daqueles que são os detentores das grandes potências mundiais, máxime o líder dos Estados Unidos da América.

É um mundo unipolar. É um mundo onde todos nós, que pertencemos a outras nações e países, somos meros coadjuvantes. Nós estamos aprendendo – nós, o Planeta – que resoluções das Nações Unidas estão sendo baixadas para serem desrespeitadas, e não para serem respeitadas. E quem dá o exemplo desse desrespeito a essas resoluções são sempre as grandes potências, que, em alguns momentos, até ultrapassam esses limites e desrespeitam até a sua própria Constituição, que determina que, quando houver uma ação de guerra, essa ação seja autorizada pelo seu Congresso, pelo seu Poder Legislativo. E nem isso vem acontecendo mais.

Então, é um mundo que nos sobressalta a cada semana. A cada semana temos uma novidade, e uma novidade não agradável, uma novidade que coloca o Planeta todo, como disse, sobressaltado, aguardando, a qualquer momento, o desfecho de uma contenda que venha, inclusive, a destruir o nosso próprio Planeta. Esta é a verdade: nós estamos assentados sobre essa possibilidade.

Eu me lembro bem de que, quando eleito Presidente da República, em 1989, antes de tomar posse na Presidência, eu fiz uma visita aos países nossos vizinhos, aqui no Cone Sul, e em seguida fui aos Estados Unidos. Lá chegando, em Nova York, fui a uma entrevista coletiva no National Press Club. Ouvi perguntas inteiramente sensaboronas, sem nenhum sentido, mostrando o desconhecimento absoluto que tinham, pelo menos os jornalistas ali presentes, da realidade de tudo que dizia respeito ao que estava abaixo do Equador. E, quando estávamos praticamente encerrando a entrevista, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalista, lá ao fundo, disse: "Eu tenho uma pergunta para fazer ainda". E aí eu disse: "Pois não. Pode fazer." E ele me pergunta: "O que o senhor acha da invasão dos Estados Unidos ao Panamá?" – que tinha acabado de ocorrer. Aí eu disse: "Eu sou contra, absolutamente contra." Aí, vira-se o jornalista e diz: "Quer dizer que o senhor é a favor de um narcotraficante?" Eu disse: "Não, até porque eu não cometeria essa indelicadeza contra vocês, população americana, e o seu governo, porque, a ser um narcotraficante, é graças aos senhores e ao governo dos senhores, que o financiou durante 30 anos, que ele lá está."

Quando terminamos a entrevista, o meu futuro Ministro das Relações Exteriores e Embaixador nosso em Washington me disse: "Presidente, nós temos que aguardar a qualquer momento o cancelamento da audiência" – que teríamos no dia seguinte – "com o Presidente George Bush (pai) devido a essa questão dessa sua resposta." Eu disse: "Bem, não podemos fazer nada. Temos que aguardar."

Mas a audiência foi mantida. No dia seguinte... Nessa mesma noite, aliás, em Nova York, fomos para Washington e, no dia seguinte, pela manhã, fomos à Casa Branca. No Salão Oval, o time brasileiro e o time americano, aguardando alguns minutos a chegada do Presidente Bush. Ele chegou muito simpático, muito atencioso, me chamando pelo primeiro nome e dizendo: "Fernando, vamos conversar aqui em uma outra sala. Deixe aqui o nosso pessoal tratando da nossa agenda, porque eu queria conversar pessoalmente com você." E lá fomos, para uma sala.

Ele começou dizendo: "Eu soube da sua entrevista de ontem e queria lhe explicar sobre essa questão do Panamá." E eu disse: "Presidente, eu queria lhe pedir que nos poupasse desse diálogo, porque temos tantas coisas importantes para tratar nas nossas relações bilaterais, e eu tenho tantos pontos aqui para saber qual a posição dos Estados Unidos, sobretudo no campo econômico, que tratar dessa questão..." E ele disse: "Não, mas eu queria explicar." Eu disse: "Presidente, então deixe-me dizer ao senhor o seguinte: o meu governo, em nenhum momento, vai apoiar qualquer ação norte-americana ou não norte-americana de intervenção na soberania e na autodeterminação de qualquer país do nosso globo terrestre. Meu governo não apoiará." E aí ele disse: "Mas e Cuba?" Eu falei: "Cuba muito menos, Presidente. Cuba muito menos! Porque Cuba está ali, no Mar do Caribe, e é um país com quem o Brasil mantém, ao longo de todos esses anos, muito boas relações. Nem pensar em uma coisa como essa! Nós não podemos apoiar qualquer tipo de iniciativa nesse campo."

Depois, tomei posse, veio o episódio da Guerra do Golfo, do Kuaite, e ele então me ligou pedindo para que eu enviasse um navio e soldados para a guerra. E eu, então, lembrei a ele: "O senhor se lembra da nossa conversa? Eu não vou mandar nem navio nem nenhum soldado nosso para a guerra que se está travando no Golfo." O nosso papel, o papel do Brasil, que é um papel que o Itamaraty, desde o seu nascimento – e ganhou uma projeção, então, muito maior com o Barão de Rio Branco –, vem praticando é o da diplomacia, de buscar consensos, buscar aproximação, tratar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca da paz, em busca de entendimento; de praticar o chamado *soft power*. Essa é a posição que o Brasil vem adotando ao longo dos anos e que vem dando e trazendo resultados extremamente satisfatórios.

Bem, mas o resultado dessa conversa com o Presidente George Bush foi que, a partir dali, nasceu uma relação de confiança recíproca. Ele colaborou com o Brasil, ajudou o nosso governo e o Brasil no período em que eu estive e, depois, posteriormente, também com outros presidentes; fruto de uma conversa franca, aberta, em que o Governo brasileiro mostrou-se extremamente incomodado em exercer a figura do "*yes, sir*", de que tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Não é bem assim. Não pode ser assim. Se alguns erros são cometidos – e erros vêm sendo cometidos seguidamente, na minha avaliação, pelo atual líder norte-americano –, nós temos que dizer, temos que falar, não podemos aceitar: "Ah, não; isso é inevitável", "Ah, não; isso tinha que acontecer", "Ah, não; isso é um recado para o público interno americano". Não. Nós temos o dever, o Brasil tem o dever de alertar para esses erros e esses equívocos que vêm sendo cometidos, e os exemplos estão aí à penca para nos demonstrar esse estado de coisas.

Desse modo, esta nossa audiência pública de hoje, em que nós tratamos, e de uma maneira tão abrangente e profunda, pela qualidade dos nossos expositores, a questão vivida hoje no Oriente Médio, é um momento de reflexão que o Senado da República promove, em nome do Congresso Nacional, com a população brasileira, com aqueles que nos assistem; um momento de reflexão para um instante muito difícil nas relações internacionais. Muito difícil! Nós não podemos cruzar os braços e aceitar somente essas imagens que nos são enviadas desses conflitos que pululam aqui e acolá e ficar inertes diante disso. Não! Nós temos que buscar alternativas, soluções; temos que oferecer as nossas críticas, como também, eventualmente, os nossos elogios, quando eles se fizerem por merecer. Mas, infelizmente, nos dias em que vivemos, as críticas vêm sendo o *leitmotiv* nosso.

Críticas, sim, porque não podemos aceitar uma série de dificuldades que vêm sendo colocadas no convívio entre as nações e no convívio entre os povos por ações tomadas de forma inadvertida por um líder como o atual líder norte-americano. Erguer barreiras; tratar os refugiados ou os imigrantes como animais? Animais! Podemos aceitar isso? Não podemos aceitar. Isso está errado. Tem de haver respeito. Tem de haver consideração. Erguer muros, e não somente muros físicos, mas muros também na questão do comércio? Erguendo muros e, em um mundo globalizado, exercendo uma política de um mundo unipolar, em que declara: "A guerra comercial é sempre muito boa para que nós a vençamos". Essa é uma declaração que se pode esperar de uma pessoa investida da responsabilidade de líder da maior potência do globo terrestre? Não, não é. Para mim não é.

Desse modo, esta audiência pública de hoje serve para que todos nós que tenhamos assistido a ela possamos ponderar, possamos pesar ou sopesar, de forma que nós possamos contribuir, cada um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da maneira que estiver ao seu alcance, para falar uma palavra: paz! Nós queremos viver e conviver em paz. Vamos conviver em paz!

Exemplos são dados por líderes no Oriente Médio. Um amigo meu me disse que no Oriente Médio não existem problemas se a pessoa é xiita, se é sunita, se é alauita, se é judia, se é... Enfim, o que existe é a questão do interesse em torno do petróleo e do gás; isso é que traz a grande divisão. Pode até ser, não sei, mas o fato é que nós temos lá, como aqui já foi dito, três religiões monoteístas: o cristianismo, o judaísmo e o islã. Enfim, aqui convivem, no Brasil, que é um laboratório. O Brasil serve para demonstrar claramente que essa é uma convivência que pode ser exercida em nome da paz.

E é em nome da paz que eu quero dedicar a audiência pública do dia de hoje, esperando que o Brasil, o Governo brasileiro, a Diplomacia brasileira saiba conduzir bem os nossos destinos, saiba conduzir bem os nossos posicionamentos nos fóruns multilaterais, de modo a fazer com que o Brasil se afirme no conjunto das nações e no concerto das nações como um país altaneiro, parceiro, um país que trabalha, que busca a verdade, a confraternização e a paz universal.

Gostaria, antes de finalizar a nossa reunião de hoje, de agradecer, mais uma vez, as presenças de S. Exªs, o Embaixador da Palestina e Decano dos Embaixadores Árabes no Brasil, Sr. Ibrahim Mohammed Alzeben; ao Sr. Embaixador do Líbano, Sr. Joseph Sayah; ao Sr. Embaixador da Jordânia, Sr. Malek Twal; ao Sr. Embaixador da Síria, Mohammed Khafif; ao Sr. Embaixador do Catar, Sr. Mohammed Al-Hayki; ao Sr. Embaixador do Iraque, Sr. Arshad Omar Esmaeel; ao Sr. Embaixador do Paquistão, Najm us Saqib; ao Sr. Embaixador da África do Sul, Sr. Joseph Mashimbye; ao Sr. Embaixador da Belarus, Sr. Aleksandr Tserkovsky; ao Sr. Embaixador do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; ao Sr. Chefe do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Coronel Valério Luiz Lange; ao Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Nohouji; ao Sr. Ministro Conselheiro da Embaixada da África do Sul, Sr. Fadl Nacerodien; ao Sr. Segundo Secretário da Embaixada do Egito, Sr. Omar Mostafa Mohamed Elrifai; à Srª Analista da Divisão de Planejamento Estratégico e Política da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, Patrícia Torres Seroa da Motta; à Srª Embaixadora Gisela Padovan, Assessora de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; ao Sr. Vice-Presidente da Associação Cultural Israelita de Brasília, Sr. Mourad Ibrahim Belaciano.

Registro também o cumprimento e a saudação da Srª Deputada Bruna Furlan e os nossos agradecimentos à presença, como já foi aqui colocado, dos alunos do MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas de Brasília.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, aos Srs. Professores Gilberto Fagundes Visentini e ao Professor Dr. Fernando Luz Brancoli, pelas brilhantes exposições que fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo a V. Exªs e às senhoras e aos senhores aqui presentes que o nosso VII Painel ocorrerá no dia 11 de junho, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, com o tema "O Protagonismo Chinês e a Instabilidade no Mar da China".

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as senhoras e os senhores Senadores membros desta Comissão para as nossas próximas reuniões deliberativas, agendadas para os dias 23 de maio, quarta-feira, às 10 horas, e 24 de maio de 2018, quinta-feira, às 9 horas, neste plenário.

Teremos duas reuniões, portanto, nesta semana: na quarta-feira feira próxima, às 10 horas da manhã; na quinta-feira próxima, às 9 horas da manhã.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, desejando uma boa noite e um feliz *Hamadan* a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Hélio José, Marta Suplicy, Fátima Bezerra, José Pimentel, Humberto Costa, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Gladson Cameli, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Paulo Rocha, Rodrigues Palma, Ataídes Oliveira, Wilder Morais e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e José Agripino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/23

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Iniciando a pauta agendada para o dia de hoje, item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Agripino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 17/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 17/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa S. Exªs os Srs. Embaixadores Fernando José Marroni de Abreu e Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, desejando a ambos as melhores boas-vindas a esta Comissão. (*Pausa.*)

Antes de passarmos a palavra aos nossos sabatinados do dia de hoje, eu indago a S. Exªs e às Srªs e aos Srs. Senadores se podemos dar início ao processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Peço à Secretaria desta Comissão que abra o processo de votação dos Srs. Embaixadores ora sabatinados.

Agradecendo mais uma vez a presença dos Srs. Embaixadores, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, indicado para o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Bom-dia, muito obrigado Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Sr. Senador Antonio Anastasia, caros colegas, minha mulher Ana Cristina, minha filha Bianca.

Queria inicialmente agradecer ao Presidente Michel Temer e ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira a indicação para servir como representante do Brasil junto à FAO, FIDA e PMA, em Roma, caso mereça a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal.

Inicio a minha apresentação recapitulando algumas informações já de conhecimento geral, principalmente dos Srs. Senadores, que seguem com atenção o tema da agricultura.

A agência especializada das Nações Unidas de caráter intergovernamental, a FAO tem um mandato de ajudar países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde a sua fundação, em 1945, a FAO teve a sua sede inicialmente nos Estados Unidos, mudou posteriormente, em 1951, para Roma e se mantém como um dos principais organismos internacionais das Nações Unidas.

Nas suas duas primeiras décadas foi a principal fonte de informações e o principal foro de reconhecimento internacional para alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente junto ao Programa Mundial de Alimentos, criado em 1963 e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), criado em 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados à agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários e o Diretor é o brasileiro José Graziano da Silva.

A Conferência se reúne a cada dois anos, em anos ímpares. O Conselho se reúne a cada ano e os principais comitês são o Comitê de Agricultura, o Comitê de Produtos de Base, o Comitê de Florestas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Comitê de Pesca. Ainda é importante mencionar a Comissão de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação e também a Comissão de Segurança Alimentar.

Entre as principais atribuições da FAO, estão: apoiar países em desenvolvimento mediante projetos de assistência técnica, numa visão que integre as dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica; informar sobre nutrição, alimentos, agricultura, floresta e pesca; aconselhar governos, com base no seu conhecimento especializado e experiência na formulação de estratégias nacionais o para desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e combate à pobreza; servir como um fórum neutro para discutir e formular políticas nos principais assuntos relacionados à agricultura e alimentação; realizar conferências, encontros técnicos e consultas especializadas.

A atuação da FAO estende-se também a operações de assistência humanitária nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências e também possui programas de prevenção e controle de pestes.

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o programa Codex Alimentarius, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteção de consumidores, garantir o comércio justo e promoção da coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar levados por organizações internacionais. Também é importante saber que são os parâmetros utilizados pela OMC desde a sua criação.

Queria ainda mencionar que a FAO abriga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura – bom dia, Senador! –, a Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais e, em 2013, aprovou a revisão do Marco Estratégico, que estabeleceu cinco objetivos estratégicos.

O primeiro, ajudar e eliminar a fome, antes era reduzir a fome e passou a ser eliminar a fome, a segurança alimentar e a desnutrição; aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável; reduzir a pobreza rural; promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e quinto, aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes.

Também está em fase de conclusão o processo de reforma da estrutura de governança da organização, voltado sobretudo a resultados concretos de gestão, redução de custos, desenvolvimento das capacidades institucionais e incentivo à cooperação Sul-Sul com maior participação da sociedade civil.

O orçamento da FAO previsto para o biênio 2018/2019 é de US$2,56 bilhões. Deste montante, 39% se referem às contribuições obrigatórias dos Estados-membros e 61% referentes a contribuições voluntárias, que devem ser fornecidas pelos Estados-membros e outros parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As contribuições são pagas anualmente, uma parcela em dólar e, outra, em euro, e corresponde à metade do valor devido no biênio. O Brasil é o décimo contribuinte no orçamento regular da FAO. A contribuição brasileira para o ano de 2018 é de cerca de US$10,4 milhões e 7,2 milhões de euros, com vencimento em 31 de dezembro de 2018. Além disso, o Brasil se encontra em dívida com pequeno valor residual de 2016 e com valor de 2017 de US$8 milhões e 5,6 milhões de euros. No total, portanto, devemos à Organização US$18,4 milhões e 12,8 milhões de euros.

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos, além de ser o primeiro país em biodiversidade e o segundo em extensão florestal, além de ter as maiores reservas de água doce, não poderia estar ausente dos principais fóruns internacionais sobre temas agrícolas, em especial, nas diversas instâncias da FAO, inquestionavelmente a principal Organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforça pela constatação da crescente complexidade a transversalidade dos temas, envolvendo simultaneamente comércio, energia, mudança de clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas quanto àquelas relativas à cooperação e meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados de maneira positiva ou negativa dependendo das discussões nas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes ministérios e instituições nacionais também é outro elemento que revela a importância das discussões na FAO e nas principais comissões que lá têm seus trabalhos.

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para implementação de projetos de cooperação técnica Sul-Sul e trilateral em benefício próprio e de vários países. Há atualmente 25 projetos em andamento no âmbito da FAO, dos quais o Governo brasileiro apoia financeiramente com um orçamento aproximado de US$90 milhões no que tange às contribuições brasileiras.

Os projetos realizados em terceiros países refletem os esforços do Governo brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e trilateral, o compartilhamento de tecnologias e experiências brasileiras no desenvolvimento de políticas e aplicação de programas voltados sobretudo para o combate à pobreza e à fome.

Além dos vinte e cinco projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra sete projetos com orçamento total de US$17 milhões, e o Brasil é apenas beneficiário da cooperação, não havendo, portanto, aporte financeiro ou em espécie nesses projetos.

Passo agora ao FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), que compõe, junto com a FAO, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com os países recipiendários, e sempre com a participação de entidades cofinanciadoras.

O FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los em condições favoráveis e concessionais, em apoio ao desenvolvimento à agricultura de Estados-membros em desenvolvimento. O fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para melhorar o sistema de produção de alimentos e fortalecer as políticas e instituições no âmbito das prioridades estratégicas e nacionais. Desde o início das operações, em 1978, o fundo investiu US$14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980, e envolve tanto o Governo Federal quanto os Governos estaduais. As atividades são desenvolvidas com propósito de apoiar os países em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo nível de desenvolvimento humano.

Desde seu estabelecimento em 1977, o FIDA já financiou onze projetos no Brasil, que totalizam cerca de US$825 milhões, dos quais US$260 milhões foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365 mil famílias.

Os projetos do FIDA no Brasil se concentram principalmente no Semiárido nordestino, mas se estendem também à Amazônia e ao Agreste, e estão dirigidos ao apoio e à promoção da agricultura familiar, buscando o aumento de renda, a capacitação e o acesso a serviços essenciais a grupos vulneráveis.

Atualmente, seis operações estão em andamento no Brasil, entre as quais: o Viva o Semiárido; o Procase, em Paraíba; o Negócio Rural para Pequenos Produtores; e o Gente de Valor. Este último, por exemplo, já beneficiou 34 Municípios e 282 comunidades desfavorecidas.

O Brasil tem tido atuação quase constante na junta executiva, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é responsável pela designação de governador. Aliás, o Embaixador Roberto Jaguaribe já foi Governador do FIDA, e tivemos oportunidade de participar de algumas reuniões na década de 90.

As contribuições brasileiras para o FIDA estão em dia. Com relação à integralização do FIDA10, o Governo escalonou o pagamento de US$16,7 milhões acordados em cinco parcelas. O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA e, ao mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento – o FIDA tem três listas: a Lista A, que é dos países desenvolvidos; a Lista B, que é dos países exportadores de petróleo; e a Lista C, que é dos países em desenvolvimento, nos quais devem ser aplicados os recursos em condições favoráveis e concessionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora ao Programa Mundial de Alimentos, que é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas. Atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas, incluindo 58 milhões de crianças. De sua sede em Roma, de seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas a produzir e a obter alimentos suficientes para si e suas famílias. O Brasil voltou a integrar a junta executiva no período de 2018 a 2020.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA é também direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças como a aids, por exemplo. Os programas de alimento por trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental. De acordo com a avaliação mais recente das atividades do Programa, das 798 milhões de pessoas que se encontram em situação de fome no mundo, 82,2 milhões já receberam ajuda do PMA, sendo financeira ou em espécie.

O Programa Mundial de Alimentos também possui vertente emergencial, na qual vem trabalhando ativamente em países que se encontram em situação de conflito, como a Síria, Iêmen, Iraque e Nigéria, por exemplo.

De modo geral, as ações do PMA se encontram alinhadas com as diretrizes e posições do Governo em cooperação humanitária. Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria desenvolvida entre o Governo brasileiro e o PMA, com a criação, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília, que recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e replica, usa como base, a experiência brasileira na alimentação escolar em mais de 23 projetos com países da América Latina e da África.

Entendo como objetivo à segurança alimentar e, além de garantir a merenda escolar, esse programa garante também recursos e incentiva a agricultura familiar, garante a produção de bens com os quais os alunos já estão familiarizados e, conforme eu disse, incrementa a renda das famílias produtoras. O Brasil já aportou atualmente US$21 milhões com projetos nessa área, com recursos, repito, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e do Instituto Brasileiro do Algodão.

Relaciono a seguir algumas das ações que entendo serem parte de minha missão, caso mereça aprovação por V. Exªs e pelo Plenário do Senado Federal:

Defender os interesses nacionais, tanto os estritamente econômicos e comerciais quanto aqueles relativos à cooperação e ao meio ambiente, em todas as discussões, nas diversas instâncias das três organizações;

Manter e reafirmar a centralidade da FAO na governança mundial em alimentação e agricultura e elevar a participação de países em desenvolvimento, particularmente a brasileira, na governança de temas de interesse mundial;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuar a contribuir voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial, sobretudo na modalidade Sul-Sul e triangular, em benefício próprio e de outros países;

Manter a coordenação com diferentes ministérios e instituições nacionais nos debates e projetos da FAO;

Aprofundar o conhecimento nacional no governo, nas instituições de pesquisa, entre o empresariado e a sociedade civil sobre temas, produtos e processos das três organizações;

Incentivar a integração porque o tratamento dos temas de produção agrícola na FAO se encontrem alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e com as políticas do Governo brasileiro. Nesse contexto, a produtividade agrícola vem sendo tratada pela FAO sob a ótica da sustentabilidade e da importância da agricultura para o alcance da segurança alimentar e nutricional;

Participar ativamente de discussões do grupo de países da América Latina e Caribe e manter diálogo estreito com os demais países do BRICS e CPLP, além da ação coordenada com o G77, em Roma – o G77 é um grupo de 134 países em desenvolvimento e a China, que se reúne em todos os foros internacionais;

Manter atuação consistente nos diversos comitês técnicos, nos foros de discussão, nas áreas de agricultura, pecuária, pesca e silvicultura;

Divulgar a experiência brasileira no desenvolvimento de técnicas e na adoção de políticas e programas voltados à sustentabilidade e aumento da produção agropecuária e apoiar a FAO na promoção da sustentabilidade ao longo das cadeias produtivas, criando, com atenção às questões ambientais, condições necessárias para a prosperidade econômica, desenvolvimento social, de forma inclusiva e em bases duradouras;

Promover a continuidade e esforços do FIDA em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento, parcerias estratégicas públicas e privadas, evitando que os recursos do fundo se limitem unicamente aos países de menor desenvolvimento relativo, como tem sido uma das propostas apresentadas com insistência pelos países da Lista A, os países desenvolvidos;

Apoiar a participação brasileira em atividade de cooperação humanitária com o PMA e promover a crescente interação com o Centro de Excelência contra a Fome, com base em Brasília, conforme já mencionei;

E, finalmente, incentivar a crescente participação de peritos brasileiros nas três organizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, pela sua exposição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Nós aqui temos que nos virar nos trinta nessa nossa agenda. A sala ao lado tem uma audiência pública para uma sabatina bem mais complicada e complexa do que esta que fazemos aqui na Comissão de Relações Exteriores, porque estamos diante de diplomatas de alta qualidade profissional. Basta não exatamente ler o currículo, mas acompanhar os desafios aos quais foram submetidos ao longo de suas carreiras, para saber que se trata de pessoas que nos honram muito na representação, nos desafios que terão agora: a Embaixada do Brasil na Alemanha e a representação brasileira junto à FAO, ambas em cidades maravilhosas: Berlim e Roma.

Eu quero apenas, Presidente Fernando Collor, e obrigada pela cedência da palavra, desejar aos dois diplomatas uma missão muito relevante. O Rio Grande do Sul, como o senhor sabe, Embaixador Jaguaribe, é um Estado com muito vínculo com a Alemanha. A nossa imigração alemã data dos séculos XVIII e XIX – mais XVIII; quero desejar, então, que tudo o que for possível na integração com o meu Estado possa ser feito.

E, com a sua licença, sendo um carioca da gema, eu quero saudar aqui a República de Piratini. Eu não poderia estar ausente aqui, meu caro Presidente Fernando Collor, também com desculpas a Alagoas, mas a República de Piratini, do meu Estado, está aqui presente: Embaixador Fernando José de Abreu, nascido lá na terra dos Presidentes, São Borja, de Getúlio e Jango. Então, é um prazer estar aqui, e já votei exatamente por conhecer a biografia dos dois sabatinandos. Quero desejar aos dois...

E a FAO, claro, tem tudo a ver também com o nosso Estado, um celeiro agrícola que continua exportando, como se diz, a diáspora gaúcha espalhou-se pelo Brasil e CTGs estão espalhados, inclusive, em sua Alagoas ou no Rio de Janeiro. Aqui em Brasília há mais de um, são pelo menos quatro CTGs aqui na cidade, na Capital da República.

Então, parabéns e sucesso aos dois. Os temas são todos os relevantes.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Presidente Collor, na mesma linha, aqui ao lado, daqui a pouco, ainda tenho um pouco de tempo, começa uma audiência na Comissão de Educação, que eu convoquei. E, pelo que eu estou sabendo, não há nenhum Senador presente, vou ter que ir presidir juntamente com os demais, com os que vão falar.

Então, eu também terei que me ausentar em algum momento, é óbvio que eu vou votar. Tenho algumas perguntas a fazer a cada um, tentarei vir, se algum Senador puder me substituir na Comissão de Educação, mas eu só queria avisar que em algum momento terei que sair, peço desculpas aos Embaixadores.

Conversei com eles antes, deixei claro o meu interesse em estar aqui. Confesso que eu não estava lembrando dessa audiência que será feita daqui a pouco na Comissão de Educação e que vou presidir.

Só para avisar isso e pedir desculpas.

Vou deixar algumas perguntas, de qualquer maneira, mesmo sem estar presente na hora da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, muito obrigado a V. Exª.

Dando continuidade à nossa pauta, passo a palavra ao Sr. Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Federal da Alemanha.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exª, como Presidente desta Comissão; ao Vice-Presidente, Senador Jorge Viana; e ao Relator da minha indicação, Senador Lasier Martins. Agradecer aos Senadores presentes e especialmente pelas condições peculiares deste ano e pela agilidade com que o senhor tem tratado essa temática ao nos disponibilizar, inclusive, uma reunião extraordinária da Comissão para que os nossos nomes possam ser considerados por esta Comissão e, posteriormente, se for o caso, pelo Plenário do Senado.

Eu queria, também, evidentemente, agradecer muito ao Senador e Ministro das Relações Exteriores – bom dia, Senador! –, Aloysio Nunes, pela confiança que depositou em submeter meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome à apreciação do Senhor Presidente da República. E, ao Senhor Presidente da República, pela confiança que também depositou em mim para submeter o meu nome à apreciação deste colegiado, começando aqui por este órgão que o senhor preside com tanta competência.

Quero, também, deixar registrados os meus agradecimentos tempestivos pela coleta de informações que foi propiciada pela Afepa, pelos esforços que eles têm feito para mobilizar o apoio geral aqui desta Casa para as nossas nomeações. Agradecer aos meus colegas da Apex, do Itamaraty, pelas contribuições muito significativas para corrigir as minhas deficiências de informação a respeito do posto nessa brevidade de tempo. Em particular, quero agradecer à Ministra Cecilia Ishitani, que montou várias estratégias para que eu pudesse dispor de uma multiplicidade de informações que, eu espero, tenham sido úteis e que contribuam para me capacitar para exercer esse posto.

A Alemanha, é desnecessário dizer, Sr. Presidente, é um país de extraordinária trajetória, apesar de ser um País na verdade jovem. É uma nação muito antiga, mas um país que tem 50 anos menos que o Brasil.

Ele se inicia, como país, apenas no final da Guerra Franco-Prussiana e, por sinal, um processo um pouco humilhante para a França. Foi criada no Salão dos Espelhos de Versalhes, em 1871, após a vitória esmagadora que a Prússia teve sobre a França na Guerra Franco-Prussiana.

Mas é um país de grande trajetória global, desde sempre, muito antes da sua configuração como Estado, porque a nação alemã teve um papel muito importante na formação do mundo ocidental.

A Alemanha fez parte de uma composição um pouco menos precisa de que um estado contemporâneo mesmo a essa composição, que é o império romano, Sacro Império Romano-Germânico, que foi presidido, e em uma multiplicidade de vezes, por príncipes alemães, mas era uma coligação mais solta de cidades e de estados em que havia os príncipes eleitores, que ganhou mais consistência quando a Casa de Habsburgo adquiriu uma predominância, uma proeminência maior no cenário europeu, mas que nunca se configurou como um estado real, comparável, por exemplo, ao que já era a França, ao que já era o Reino Unido, na Inglaterra, na mesma época.

Mas, então, essa trajetória alemã não é impedimento de que a Alemanha tenha contribuído, possivelmente de forma mais relevante do que outros, para a consolidação da civilização e da cultura ocidental.

Na minha casa, Excelência, aprendi com o meu pai, e ele dizia sempre: "Cultura é uma palavra que se escreve com K."

Em função da enorme relevância da Alemanha, não apenas nas ciências exatas, nas ciências sociais, nas ciências humanas, mas, também, nas artes. Então, a contribuição alemã, em geral, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo ocidental é extraordinariamente significativa e muito maior do que a sua contribuição política, que só começa posteriormente e que criou até certos embaraços, como nós podemos constatar no decorrer da sua relativamente breve história.

Então, é uma nação que tem os seus primeiros registros na interface com o mundo clássico, particularmente com o mundo romano, nem sempre em uma luz muito favorável, inclusive dando margem aos diversos topônimos de identificação do país.

A gente mesmo, em português, identifica da Alemanha como alemães, ou como tedescos, ou como germânicos, o que dá margem a diversas designações do país. Em português e em francês, Alemanha; em alemão, é tedesco, Deutschland; nos Estados Unidos, em inglês, é Germany.

Então, essa configuração diversificada é um traço também importante. Evidentemente que esse império alemão termina em 1806 com Napoleão e a abdicação do imperador austro-húngaro, mas aí é um processo de emancipação da Prússia que conduz a uma reunificação alemã, que tem sucesso pleno a partir da Guerra Franco-Prussiana – como mencionei – sob a condução eminente de Bismarck, um homem com grande pragmatismo, uma lucidez e uma vocação, digamos, de implacabilidade, que o permitiu construir essa organização que, na verdade, tanto impacto teve, e muitas vezes não tão positivos, no quadro político europeu a partir desse momento.

Então, é uma relação extremamente densa. Um país com um significado muito relevante dentro do contexto europeu, mas, também, global, com uma contribuição fundamental para o conhecimento humano e, portanto, uma densidade de relação com o Brasil que eu pretendo listar a seguir, também altamente significativa.

O quadro atual da Alemanha, em termos políticos, é relativamente conhecido. É um país que tem uma democracia parlamentar federativa, que tem, a partir da sua consolidação no pós-guerra, em 1949, com a criação do partido CDU, associado na Bavária, ao partido do local, uma estabilidade político-democrática significativa, um processo que hoje se consolida com a reeleição, mais uma vez, da Chanceler Angela Merkel, nas eleições realizadas no ano passado, mas com uma configuração parlamentar um pouco mais complexa, em que ela foi obrigada a desistir do seu empenho inicial, que era formar uma aliança com o Partido Liberal e se juntou novamente a uma aliança com o SPD, o partido mais antigo da Alemanha, com mais de 150 anos de existência, contrapondo-se a esse partido social cristão, que foi fundado junto com a superação da Segunda Guerra e a liberação da Alemanha da ocupação, por Adenauer, em 1949.

Essa consolidação reflete também uma perda relativa de votação dos dois principais partidos. A CDU obteve um percentual de 32,9% nas últimas eleições, tendo perdido 8,6% dos votos, bem como 65 cadeiras no Parlamento alemão. A SPD teve uma votação de 20,5%, perdendo 5,2% e 40 cadeiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Parlamento alemão. Mas, mesmo assim, eles se configuram como uma maioria confiável no Parlamento alemão.

É interessante notar – eu acho que isso é de interesse também para esta Casa – que a democracia alemã tem um sistema que, muitas vezes, é citado no Brasil como um modelo possível a ser seguido, um modelo de eleição, de processo eleitoral baseado numa combinação de voto distrital com voto de lista.

Curiosamente, Excelência, Sr. Presidente, isso faz com que o número de integrantes do Parlamento alemão seja flexível, porque eles obedecem a uma regra de permanente proporcionalidade com voto de lista. Mas, como há o voto distrital e, muitas vezes, isso cria um desequilíbrio, em função do fato de que o primeiro que passa é que é eleito, é possível crescer a participação do Parlamento alemão, que está, em princípio, baseada no número 598.

Mas, nessa instância, por exemplo, existem hoje 709 membros do Parlamento alemão, porque o princípio formador central é respeito integral à proporcionalidade dos votos de lista, para fazer com que a representação parlamentar seja equivalente à proporcionalidade dos votos que foram dados aos partidos que integram. É também conhecido o fato de que o sistema alemão não permite representação parlamentar a partidos que não obtenham 5% dos votos nacionais. Isso faz com que haja uma representação partidária no Parlamento relativamente reduzida.

No momento atual, nós estamos com o maior número de partidos no Parlamento, desde 1953, e são seis partidos: os dois já mencionados, que formam a maioria; um novo partido, criado já para as últimas eleições, mas que, nas últimas eleições, não obteve votos suficientes para ter representação parlamentar, que se chama Alternativa para a Alemanha, que, como todos os senhores e as senhoras sabem, é um partido com uma tendência mais restritiva em relação à abertura da Alemanha, tanto no que diz respeito à imigração, como no que diz respeito à sua integração plena no âmbito da União Europeia; há também uma representação da esquerda, que é um partido que se juntou com remanescentes do comunismo da Alemanha oriental, manteve uma votação relativa, teve um crescimento pequeno de 0,6% e mais cinco cadeiras nessa votação; há também uma outra característica, pela qual a Alemanha já vem sendo conhecida, que é a participação do Partido Verde, que, inclusive, já fez parte do governo numa coalizão com os social-democratas, a algum tempo atrás, no âmbito do governo do Schröder. O Partido Verde também cresceu marginalmente, com 0,5%, e ganhou 4 cadeiras adicionais no Parlamento atual.

Então, essa composição foi custosa, demorou cinco meses para ser concluída. Mas agora já está em curso e há uma expectativa de que ela possa trazer uma harmonia, uma estabilidade não apenas para a Alemanha, mas no âmbito das convulsões sob as quais a própria União Europeia se vê submetida nesse passado recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também especulações de que o Partido Social-Democrata tem muito a perder, do ponto de vista eleitoral, por ter passado a integrar essa coligação, uma vez que ele já perdeu votos significativamente, em função desse mesmo fenômeno, de uma eleição para outra, apesar de ter influenciado, de forma relevante, as políticas estabelecidas.

Evidentemente que ele cobrou um preço elevado para integrar essa nova coalizão, assumindo não apenas tradicionalmente a função do Ministério das Relações Exteriores, mas também uma que sempre foi reservada para a própria CDU, que é o Ministério das Finanças.

Do ponto de vista econômico, a Alemanha é um país com uma estabilidade muito significativa. É uma economia muito importante, a maior economia, por larga margem, da Europa. Hoje, com cerca de US$4,2 trilhões em PPC, ou seja, em paridade de poder de compra, e cerca de US$3,7 trilhões em economia nominal. Na paridade de poder de compra, a Alemanha é a quinta do mundo, porque a Índia, nessa classificação, supera até o próprio Japão. Na avaliação estritamente nominal, ela fica atrás de Estados Unidos, China e Japão, como quarta economia mundial.

Pontos salientes da economia alemã, ao longo de todo esse período do pós-guerra, tem sido, em primeiro lugar, a disciplina fiscal e uma aversão ao risco. Essa disciplina alemã fez com que, entre outros elementos, por exemplo, a Alemanha tenha sido possivelmente o menos afetado dos países europeus na recessão que afetou o mundo industrializado, sobretudo, mas o mundo todo, a partir de 2007/2008.

A Alemanha recuperou em um ano a sua capacidade. Ela teve declínio econômico apenas durante um ano, contrapondo-se, por exemplo, ao Reino Unido, que só veio a recuperar a sua capacidade econômica cinco anos depois do início da recessão; contrapondo-se, por exemplo, à Itália, que até hoje ainda não recuperou a sua condição econômica de produção prévia à crise que se abateu sobre a Europa e sobre o mundo industrializado, e mesmo a França, que teve uma recuperação um pouco mais rápida, mas que, ainda assim, não tão rápida como a Alemanha. A Alemanha teve um crescimento econômico de cerca de 2,5%, no ano passado, o que é muito acentuado para uma economia madura. Prevê-se que, neste ano, cresça 2,3%, novamente um indicador importante. Tem uma inflação reduzida de 1,8% e uma conta corrente altamente positiva, em função da relevância de seu comércio: 8,1%.

É um país que possui uma característica – ou duas – para as quais eu também chamaria a atenção das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores e de V. Exª, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, o fato de que a Alemanha é um país com um comércio muito intenso. O fluxo de comércio da Alemanha representa cerca de 70% do seu PIB, contrapondo-se, por exemplo, ao Brasil, em que esse fluxo de comércio é cerca de 24% da nossa economia. Outra característica surpreendente para uma economia tão madura e sofisticada é o fato de que, até hoje, o PIB industrial da Alemanha é muito significativo. Então, a indústria, na Alemanha, representa cerca de 30% do PIB do país. Essas características são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes. Tem um comércio muito ativo. Apesar de mais de 50% do comércio da Alemanha se dar no âmbito da relação com a Europa, a China é o principal parceiro comercial da Alemanha nos últimos dois anos, ou seja, a incursão da China não é apenas aqui na América Latina, mas é muito importante também nessa parceria com a Europa e com a Alemanha, em particular.

Sobre a relação bilateral, eu vou falar brevemente, para depois me estender um pouco mais sobre a minha visão de como nós devemos prosseguir para dar ampliação a essa relação.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que é uma relação de grande densidade há muito tempo. Mesmo antes da criação do Estado alemão, a influência alemã, seja através da Áustria, seja através de personagens alemãs, começa com o começo do Brasil, e o caso mais óbvio é o próprio Hans Staden, que escreve um livro fascinante e que ganha projeção no seu próprio país e na sua cidade de origem em função dessa estada aqui. Posteriormente, a Casa de Bragança tinha uma relação com a Casa Habsburgo e com os reinos alemães. Isso favoreceu, como lembrou muito bem a Senadora Ana Amélia, o processo de imigração, e a Alemanha passou a ser o primeiro país europeu – o Senador Lasier, que está aqui, vem do mesmo Estado onde a influência é muito grande – a ter oficialmente acesso à imigração para o Brasil. Apesar de o número de imigrantes alemães para o Brasil ter sido inferior ao de outras nacionalidades, como ela começou muito antes, a influência é muito significativa, e a herança é muito grande. Hoje, o IBGE estima, por autodeclaração nas suas pesquisas, que 12 milhões de brasileiros tenham ascendência alemã de alguma forma. Evidentemente, isso é concentrado nos Estados do Sul, mas é presente também em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Bahia.

Outra dimensão importante é baseada no fato de que, apesar de a Inglaterra ter o predomínio do Brasil colonial e mesmo do jovem Império no relacionamento comercial e financeiro, a Alemanha começa a fazer incursões importantes, já a partir do século XIX. E, também do ponto de vista cultural, apesar da preponderância da influência francesa – o Senador Cristovam não está mais aqui, mas ele saberá muito mais do que eu, certamente –, a partir de Recife, no Nordeste, no século XIX, buscou-se uma cultura alternativa ao positivismo francês como forma de influência do pensamento brasileiro. Está aqui o Senador Armando Monteiro, que também é conhecedor dessa matéria.

Então, a Alemanha tem uma influência importante na relação com o Brasil desde sempre. Nós temos essa presença populacional significativa e, concomitantemente, como sabem os senhores, uma imigração brasileira para vários países europeus, inclusive a própria Alemanha, onde hoje se encontram cerca de 90 mil brasileiros. Afora isso, nós temos uma densidade no relacionamento de cooperação técnica. A Alemanha é o principal parceiro histórico e presente de cooperação técnica com o Brasil, e mais de 2,8 bilhões de euros já foram empregues, de forma concessional, pela Alemanha nessa relação. A média anual ainda é relativamente importante, sobretudo dado ao fato de que o Brasil não é mais um país que necessite tanto disso – cerca de 22 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Situa-se em muitas áreas, todas elas importantes. A Alemanha, sobretudo na questão de capacitação industrial... De novo, cito aqui o Senador Armando Monteiro, que, com seu conhecimento da matéria, sabe que nós fizemos muitas coisas no Brasil, inspiradas e com a cooperação da Alemanha, com base no modelo Fraunhofer de capacitação tecnológica.

A Alemanha foi parceira fundamental para o PPG7 na questão ambiental, que o senhor conhece tão bem, Sr. Presidente, e continua sendo parceira fundamental. Inclusive, ajudou o Brasil a montar, nessa escassez de recursos fiscais, o Cadastro Ambiental Rural, fruto desta nobre obra que foi construída nesta Casa também, que é o novo Código Florestal. A Alemanha foi instrumental para permitir que isso se consolidasse. Ou seja, há uma relação muito densa na área de cooperação – não vou me estender muito sobre isso.

Vou falar agora sobre a questão política, que, evidentemente, é um dos aspectos fundamentais.

O Brasil e a Alemanha estabeleceram e elevaram, para o nível de parceria estratégica, o relacionamento tão tradicional entre nós a partir de 2002. E, em 2012, a Alemanha sugeriu a criação de um grupo de consultas políticas de alto nível, que realizou a sua primeira reunião em 2015, que resulta ser uma reunião muito ambiciosa, com a presença não apenas dos Líderes – no caso, a Primeira-Ministra da Alemanha e o Presidente do Brasil, ou a Presidenta –, mas também de diversos Ministros, em conversas que se realizam, teoricamente, a cada dois anos. Em função de dificuldades no processo eleitoral na Alemanha e na formação do novo governo, apesar de ter sido oferecida uma data, em 2017, para a segunda etapa desse processo, não foi possível realizá-la, e os alemães agora propõem que isso se realize no primeiro semestre de 2019.

A relação comercial é uma relação de grande densidade, assim como a relação de investimentos, mas, infelizmente, decaiu, significativamente, Sr. Presidente, nos últimos quatro, cinco anos: chegou a um pico de US$24 bilhões de comércio total e, hoje, se encontra em cerca de US$14 bilhões. Também a questão de investimentos é altamente significativa. O Brasil é o recipiendário principal dos investimentos alemães na América Latina. São Paulo, no seu momento, foi a maior cidade industrial alemã do mundo, incluindo as cidades alemãs, e, hoje, disputa com Xangai essa condição – é difícil saber qual das duas tem essa preponderância. Mas a Alemanha tem um investimento fundamental e reconhecido por todo o Brasil no processo de industrialização no Brasil a partir dos anos 50. Empresas como a Volkswagen, a Mercedes, a Thyssen, a Siemens têm uma participação extraordinariamente relevante e continuam empenhadas em fazer isso. Eu, como Presidente da Apex, tive, inclusive, a oportunidade de assinar com a Siemens um acordo de investimentos, em que eles pretendem colocar cerca de US$2 bilhões adicionais.

Finalmente, Sr. Presidente – desculpe-me, porque eu acabo de me dar conta de que me estiquei um pouco no horário –, eu queria dizer que é muito difícil fazer um programa de trabalho para uma projeção com a Alemanha em função da extraordinária densidade e multiplicidade de elementos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência. E, como dizia um Embaixador antigo, aquele que muito abraça pouco aperta. Mas a verdade é que é difícil não ser ambicioso nessa relação com a Alemanha.

Eu queria aqui qualificar três dimensões que acho fundamentais. Primeiro, nós não podemos examinar a Alemanha apenas no contexto da sua já riquíssima relação bilateral com o Brasil. É importante reconhecer a Alemanha com um ator fundamental e crescente no ambiente global e multilateral, apesar do fato, devido às condições da guerra e à situação provocada pela própria Alemanha, de que a Alemanha só passou a integrar plenamente as Nações Unidas em 1973, e com muita timidez, porque havia uma certa inibição de participação em áreas onde a Alemanha achava ainda que tinha uma certa responsabilidade, particularmente, nessa questão de presença militar. Então, a Alemanha tinha enorme relutância de fazer suas forças de defesa participarem de atividades conjuntas das Nações Unidas. A primeira vez que isso se deu foi na Bósnia, em 1993, e, fora da região europeia, apenas em 2001, no Afeganistão. Mas a visão alemã do sistema multilateral é muito próxima da do Brasil. E nós temos ampliadas esferas de cooperação de forma significativa.

A outra dimensão extremamente importante é a Alemanha como carro-chefe condutora da União Europeia. Nós sabemos que a União Europeia passa por desafios significativos de fora e de dentro, mas a Alemanha tem sido o grande ator estabilizador desse processo e tem feito uma contribuição altamente significativa nesse percurso. Portanto, se me for dado o privilégio de vir a ocupar essa cadeira de Embaixador do Brasil na Alemanha, não há dúvida de que será necessário um destaque especial nessa dimensão da relevância da Alemanha no contexto ao União Europeia e nessa dimensão da relevância da Alemanha crescente no contexto multilateral.

Na parte específica da bilateralidade, é claro que tem que se dar um foco na recuperação dos investimentos e na recuperação do comércio, dar um foco especial também em algumas áreas de cooperação que têm sido muito proveitosas para o Brasil – como citei, essa área tecnológica industrial é muito importante, assim como a área do meio ambiente – e também reforçar a dimensão consular em função dessa presença relevante de população brasileira na Alemanha, que hoje, como mencionei, chega a cerca de 90 mil.

Finalmente, Sr. Presidente, eu quero dizer que – muito obrigado – essa cadeira que, possivelmente, com a aprovação desta Casa e do Plenário, posso vir a ocupar foi ocupada por figuras de muito destaque recentemente e no passado, mas, principalmente, quero fazer referência ao próprio Barão do Rio Branco, que ocupou essa função de 1901 a 1902, quando veio chamado para ser Chanceler do Brasil, um momento de grande significado. Então, é um orgulho muito significativo para mim estar sendo submetido à apreciação desta Casa e, posteriormente, espero eu, também do Plenário do Senado para poder ocupar essa função.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos pela sua exposição.

Pelos oradores inscritos, passo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins, Relator do indicado, o Embaixador Jaguaribe.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente, Collor.

Há certas pessoas, Presidente Collor, que nós somos levados a admirar por osmose. É o caso do nosso eminente Roberto Jaguaribe, que acaba de nos fazer uma belíssima exposição, mostrando já um profundo conhecimento do país onde ele vai nos representar. Fiquei sabendo ontem, inclusive, através da sua própria palavra, que já está adiantando seus conhecimentos do idioma alemão, que ele já sabe um pouco. E por ser filho de uma figura admirável, Helio Jaguaribe, que aprendemos a admirar muito como cientista político, como sociólogo, como jornalista, um homem de incontáveis virtudes e predicados e que – que pena – se acha agora recolhido à vida privada por uma questão de doença, aos 93 anos de idade. Mas me senti muito honrado, Embaixador Jaguaribe, por ter sido Relator da sua indicação e gostei muito da sua exposição.

Quanto ao meu prezado coestaduano de São Borja, Embaixador Fernando Marroni de Abreu, cujo prestígio e competência já conheço, foi aluno da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem uma bela história. Conheço também o seu gremismo – eu, que sou Colorado – e respeito a brilhante fase que atravessa o seu clube, mas ele sabe muito bem que, no Rio Grande do Sul, caracteriza-se uma gangorra: quando um está no alto, o outro está no baixo, e isso se reverte seguidamente. Eu espero que a do meu clube, proximamente, esteja no alto.

Eu queria fazer uma pergunta a cada um dos nossos eminentes sabatinados.

O Embaixador Jaguaribe, praticamente, não deixou pedra sobre pedra. Ele fez uma exposição sobre os vários aspectos da Alemanha. Mas eu tenho a curiosidade de saber o seu pensamento com relação às tendências. A Chanceler Merkel está indo para o seu quarto mandato, mas num país que está cercado por tendências direitistas: a Áustria, a Polônia, e há insinuações já da Hungria. Pergunto se ele acha que não há o risco de, daqui a pouco, virar também uma Alemanha conservadorista e xenófoba, como já foi no passado.

Nós brasileiros temos uma relação enorme com a Alemanha, particularmente no meu Estado. Os alemães chegaram ao Rio Grande do Sul pelo Rio dos Sinos e se estabeleceram em São Leopoldo, que hoje é uma cidade grande, uma cidade tipicamente alemã, assim como Novo Hamburgo e toda aquela região de Gramado, de Parobé. Temos uma população de descendência alemã enorme no Rio Grande do Sul e uma relação comercial extraordinária. Então, interessa-nos tudo que acontece com a Alemanha. Só não queremos mais o 7 a 1. Queremos devolver alguma coisa nesta Copa do Mundo. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo por que mais rezamos é para que a final seja entre o Brasil e a Alemanha, lá na Rússia. Nós ansiamos por essa revanche.

Então, eu queria saber se há alguma tendência, sob esse ponto de vista ideológico, político da Alemanha. Como V. Exª interpreta isso, já que, com relação a algumas dificuldades econômicas e ao PIB, V. Exª já realçou bastante?

Com relação ao meu prezado Fernando Marroni de Abreu, do Rio Grande do Sul, que já tem uma boa experiência também como diplomata, eu queria fazer uma pergunta sobre o desperdício de alimentos. Aqui no Senado eu fui Relator dessa matéria há algum tempo, há uns dois anos mais ou menos, e fomos apurando, pouco a pouco, que o mundo desperdiça cerca de 1,3 bilhão de toneladas de comida por ano. Então, nós precisamos, já que o nosso embaixador gaúcho está indo para a FAO, para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, se possível, contribuir para uma política que economize, quem sabe através de algumas tecnologias que direcionem comida para esse povão, principalmente africano. E nós também temos, na América Latina e particularmente no Brasil, muita gente que passa fome, e com tanto alimento desperdiçado. Pergunto se pensa em contribuir também nesse particular.

São as duas perguntas que queria formular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os dois Embaixadores.

Não pude assistir à exposição do Embaixador Fernando, mas fiquei aqui muito atento à exposição do Embaixador Roberto Jaguaribe, que tem uma trajetória muito densa e muito rica na sua vida diplomática, mas não apenas estritamente nas missões diplomáticas, pois pôde ter em diferentes momentos uma participação em estruturas importantes do Governo. Mais recentemente, o Embaixador Jaguaribe preside a Apex, que é uma agência de promoção de exportação muito importante. E ele vem realizando lá um trabalho, eu diria, extremamente bem sucedido, usando essa estrutura, essa plataforma tão interessante como a da Apex.

Eu queria me ater aqui a duas questões, que endereço, inicialmente, ao Senador Jaguaribe. A primeira é a questão do acordo Mercosul-União Europeia, que é algo muito importante. Talvez seja a frente mais importante de negociação do País e, mais do que isso, eu diria que é uma espécie de teste fundamental para a sobrevivência do próprio Mercosul. O Mercosul viveu tempos de certo imobilismo, e eu diria que o relançamento do Mercosul depende em grande medida do êxito desse acordo. E há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicações que nos levam a crer que é possível, sim, depois de muito tempo, imaginar que venhamos a fechar o acordo este ano.

O Embaixador Jaguaribe, que acompanha este tema, sabe que a Alemanha exerceu um papel muito construtivo e muito pró-acordo ao longo de todo esse tempo. Nós contamos com muitas resistências, por exemplo, nos temas agrícolas, especialmente uma resistência muito forte da França, da Irlanda, mas, durante todo esse tempo, a Alemanha teve um papel muito forte, muito construtivo.

Então, eu queria ouvi-lo sob essa perspectiva, finalmente, da celebração do acordo. Há ainda alguns temas de regras de origem, algo ligado ao tema da indústria automotiva, que é um tema sensível nessa perspectiva. Eu queria ouvir, então, do Embaixador uma avaliação.

E quero dizer, Embaixador, que há um tema muito importante a que o Embaixador Jaguaribe se referiu, que é o tema da cooperação na área, sobretudo, da indústria com a Alemanha. Eu acho que o Brasil está desafiado como ainda a principal plataforma manufatureira da América Latina; o Brasil está desafiado nessa perspectiva da indústria 4.0, da manufatura avançada. A indústria brasileira tem muito a aprender com a experiência alemã, porque a Alemanha é, sim, uma potência industrial extraordinária. E eu diria que ela se caracteriza hoje pela produção de bens de alta densidade tecnológica, o que permitiu, inclusive, que ela pudesse fazer até com a própria China um arranjo interessante. Ou seja, a Alemanha é grande exportadora de manufaturados para a China.

Então, nessa perspectiva, revisitando aqui, Embaixador, aquela agenda do último encontro de alto nível em 2015 – eu tive oportunidade, na época, como Ministro, de participar dessa interlocução em que 14 Ministros da Alemanha estiveram aqui no Brasil –, destaco exatamente este ponto: foi assinado um acordo com a Câmara de Indústria e Comércio da Alemanha exatamente no tema da indústria 4.0 e na perspectiva de um diálogo com o Ministério de Economia e Energia.

Mas há outras áreas, em termos de desenvolvimento tecnológico, como, por exemplo: o tema da Internet das Coisas, *smart grid* para as cidades inteligentes, projetos de eficiência energética, que é algo, a meu ver, muito importante. Há os temas de conectividade e mobilidade urbana, sobre os quais eu acho que temos muito o que aprender com a Alemanha. O tema de energias renováveis também é um tema presente nessa agenda, e a Alemanha tem um papel importante.

Finalmente, destaco que essa parceria com a Sociedade Fraunhofer é muito importante para a indústria brasileira. É, sem dúvida nenhuma, a mais importante organização de pesquisa aplicada da Europa e se destinge pela excelência na construção de soluções inovadoras para o setor produtivo.

Então, eu gostaria, nessa perspectiva, também de ouvi-lo – lamentando que o segundo encontro não tenha acontecido, o de 2017 – sobre como ele vê sobre essa pauta para o encontro do próximo ano. Que temas deveriam ser priorizados nessa perspectiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também me permito endereçar aqui ao Embaixador Fernando Marroni de Abreu um tema relacionado com o Semiárido. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola tem um projeto importante para capacitar agricultores e familiares e promover um incremento em técnicas produtivas no Semiárido brasileiro. Como V. Exª avalia essa iniciativa e quais Estados seriam beneficiados?

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Eu passo a palavra, agora, a S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente Fernando Collor; meus cumprimentos ao nobre Fernando José Marroni de Abreu, indicado para a FAO, e ao Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, que esteve me visitando inclusive. Parabéns pelo trabalho!

Para o nosso nobre Dr. Jaguaribe. A produção de energia sustentável, sobretudo por meio de painéis solares e geradores eólicos, dá conta de algo próximo de 80% de toda a energia requerida pela Alemanha. Isso posto, indago: de que forma ambos os países poderiam ampliar a cooperação bilateral no sentido tanto de transferência de tecnologia quanto de desenvolvimento conjunto de novas fontes de energia sustentável? E o que foi feito até aqui sobre essas possibilidades?

Dr. Jaguaribe, no Brasil, nós tivemos uma posição um tanto quanto de retaguarda com relação à energia solar – lamentável, porque o Brasil tem um potencial gigante, de 28,5 mil gigawatts de energia solar, enquanto a matriz brasileira elétrica é de 172 gigas apenas – e um grande desenvolvimento da energia eólica, tornando o Brasil um dos maiores competidores na questão de geradores de energia eólica, de torres e de pás, hélices. Então, o Brasil hoje é um dos grandes *players* de mercado nesse setor e, lamentavelmente, está na idade da pedra com relação à energia solar, que temos de sobra aqui nesse País.

Então, seria interessante que o senhor, como Embaixador brasileiro num dos países onde ambas as energias estão bem desenvolvidas, ambas as tecnologias estão bem desenvolvidas, colaborasse, da melhor forma possível, para que o Brasil, sendo um dos maiores produtores de silício do mundo e de outras matérias-primas necessárias para o bom aproveitamento da energia solar, saísse da triste realidade que nós temos hoje, com um potencial enorme com dificuldades de ser explorado pelo nosso povo, porque os preços não são competitivos, porque a tecnologia brasileira ainda não aprimorou formas de melhor fazer os inversores e melhor fazer os captadores dos painéis de energia solar. Então, precisaríamos atuar bastante nessa linha, e tenho certeza de que a experiência internacional de V. Exª nos ajudará muito nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estaremos aqui – sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e sou, exatamente, um concursado público federal da área de infraestrutura – para colaborar nesse importante setor para o povo brasileiro e também para abrir novos mercados para a nossa produção eólica.

Outra pergunta para V. Exª: quais os riscos de o desfecho das últimas eleições alemãs, com ascensão da extrema direita, contaminar as políticas migratórias da Chanceler Merkel? E a eventual mudança no tratamento dado aos migrantes na Alemanha pode atingir os brasileiros que lá se encontram? Em caso afirmativo, de que forma e o que podemos fazer para minorar esses efeitos?

O senhor, meu nobre Jaguaribe, além de diplomata, é engenheiro de sistemas, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) – é o atual Presidente –, e conhece muito bem a área de propriedade industrial e intelectual. Pois bem, dirigiu essa área no Governo brasileiro. Sua experiência nessas áreas lhe dará condição especial nas negociações comerciais e para a abertura de novas perspectivas ao comércio de bens com a inteligência incorporada. Em sua análise, quais as perspectivas brasileiras para melhorar a qualidade de nossas trocas comerciais com a Alemanha? E o que o Brasil precisa fazer ter uma presença maior naquele mercado?

Finalizando, os alemães são uma das populações que mais fazem turismo no mundo. Eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, e sem dúvida o PIB brasileiro só vai mudar quando tiver um investimento mais preciso com relação à política de turismo. Como é que a experiência do senhor em várias áreas pode também colaborar para que nós tenhamos uma balança mais favorável com relação ao turismo Brasil-Alemanha?

Questões para o nosso nobre Dr. Fernando José Marroni de Abreu, nosso Embaixador indicado junto à FAO.

O ambicioso objetivo de erradicar a fome na África, até o ano de 2025, não está atualmente ao alcance, lamentavelmente. De acordo com relatório da FAO "O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2017", a fome do mundo está aumentando novamente após um prolongado declínio. Este aumento está relacionado aos conflitos e às secas que afetaram muitos países, especialmente nas áreas rurais. A que se deve essa situação negativa, mesmo com o avanço fenomenal das tecnologias agrícolas e de logística de distribuição? Então, seria importante ouvir do senhor uma opinião sobre essa situação.

Em 2014, meu nobre Fernando Marroni, depois de reduzir 82,1% o número de pessoas subalimentadas, o Brasil finalmente deixou o vergonhoso Mapa da Fome da ONU. Menos de quatro anos depois, o regime que destituiu a Presidente Dilma impôs uma agenda perversa, que afetou, sobretudo, a população mais pobre. Cortes em benefícios e programas sociais excluíram do Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Família 1,1 milhão de famílias, o que representa 4,3 milhões de pessoas, a maioria crianças. Com o aprofundamento da crise, pela política econômica, cresceu o desemprego, que hoje está por volta de 14 milhões, e vieram mais cortes em ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Brasil é parceiro histórico da FAO e contribuinte para as suas políticas e diretrizes. Como V. Exª avalia deva se manter o relacionamento entre o Brasil e a organização, a FAO? Como os programas podem auxiliar para uma nova superação da situação de fome no Brasil?

Em 2017 – terceira pergunta – a capacidade instalada de geração de energia da biomassa chegou a 14.630MW, superando a geração de Itaipu, e o equivalente a 9% do parque elétrico brasileiro. A maior parte, 77% da bioeletricidade do País, tem como fonte geradora as usinas de açúcar e álcool, que aproveita o bagaço da cana. Por outro lado, as florestas plantadas, a indústria de carvão e celulose, responde por 22% da energia elétrica produzida pela biomassa. Esse imenso potencial da biomassa para a energia, importantíssimo para a nossa matriz energética, pode, entretanto, concorrer com a exploração agropecuária. Pergunto: como essas questões envolvendo a agricultura e a energia são tratadas no âmbito da FAO? Qual a posição do Brasil na FAO com respeito às fontes renováveis de energia derivadas da biomassa?

Concluindo, o Brasil tem um potencial gigante em nível de agricultura familiar, em nível da segurança alimentar mundial. Assim, como o senhor, um Embaixador experiente, que está sendo indicado pelo FAO, pode colaborar para melhor aproveitar a nossa inclinação de fixar, via agricultura familiar, o homem no campo e poder propiciar uma maior produção? Isso porque a maioria da nossa alimentação vem da agricultura familiar. Como podemos colaborar de uma forma mais efetiva com essa política e até passar as experiências brasileiras para outros países que também estão com crises alimentares?

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Antes de passar a palavra aos Srs. Embaixadores, gostaria de fazer um adendo de algumas perguntas que nos chegaram pelo e-Cidadania; é a participação dos nossos internautas.

De Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: "O Brasil é o celeiro do mundo, porém não estamos aproveitando nosso potencial. Há muitas terras improdutivas. O que as Nações Unidas podem fazer para que o Brasil realmente faça uma reforma agrária para poder aumentar sua capacidade produtiva?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também dela, Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: "O 7 a 1 foi só um exemplo de como a Alemanha é superior ao Brasil em vários aspectos." Há controvérsias. (*Risos.*) "Deveríamos enviar mais estudantes para a Alemanha para aprendermos mais com eles, sobretudo na área industrial?"

De Bruno Garcia, de São Paulo, também duas perguntas. A primeira: "Gostaria de saber qual a importância do Brasil para a FAO e para as cooperações internacionais de desenvolvimento que ela organiza em conjunto? Parabéns à Comissão e a todos os Senadores e convidados. Estou sempre acompanhando o trabalho de vocês."

Muito obrigado ao Bruno.

A outra pergunta dele: "Gostaria de saber qual a chance de o Brasil ter parcerias com a Alemanha na área de saúde pública, sanitária e tecnológica?"

Outra pergunta de Son Marinho, do Rio de Janeiro: "Sou nutricionista. Gostaria que o candidato [no caso, o Embaixador Fernando] comentasse sobre a realidade atual da alimentação no Brasil. Nosso País continua ainda fora do Mapa da Fome da FAO?"

Antes de passar às S. Exªs os Srs. Senadores, eu gostaria apenas de fazer um adendo ao que aqui foi dito sobre os descendentes de alemães. S. Exª o Senador Lasier Martins, gaúcho, falou sobre a imigração alemã e citou a cidade de São Leopoldo, no Vale dos Sinos, que faz parte da Grande Porto Alegre.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Exatamente.

Foi lá que nasceu meu avô, descendente de alemães, de pai e mãe alemães, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor – meus pais deixaram o nome Boeckel de fora, por isso que eu tenho somente o Collor, que é da minha mãe, filha de Lindolfo Collor, e o Mello, de meu pai, que é de Alagoas. Então, há também, Embaixador – o senhor chegou até à Bahia; podia chegar um pouco mais acima –, em Alagoas, descendentes de alemães.

Eu fico muito honrado com isso, porque sou um admirador da capacidade de recuperação do povo alemão, da sua capacidade de se reintegrar depois de longos anos e de continuar sendo a maior potência da Europa. É claro que, como disse aqui um dos nossos internautas, temos muito a aprender com a Alemanha, como também temos algumas coisas a ensinar.

E também há um segundo ponto, que diz respeito à questão da indústria alemã. Houve uma oportunidade em que eu estava em Bonn, antes de tomar posse na Presidência, numa reunião com todos os presidentes mundiais das empresas e indústrias com filiais aqui no Brasil – Volkswagen, Siemens, enfim, todos com indústrias no Brasil estavam presentes na pessoa de seus presidentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundiais. O Presidente mundial da Volkswagen naquela época, talvez um pouco mais relaxado pela presença do meu ex-sogro, que era detentor de 20% da Volkswagen no Brasil, acho que se sentiu muito à vontade para ganhar certa intimidade e fazer algumas perguntas que me pareceram impertinentes. Então, numa das respostas às perguntas que ele formulou, eu disse: "Antes de o senhor dizer o que está dizendo" – que era alguma impropriedade – "o senhor comece a fabricar no Brasil carros, porque o que o senhor fabrica são carroças". Foi daí que nasceu aquela questão das carroças. Ele falou: "Mas nós fabricamos carros!" Eu disse: "Não, os senhores não fabricam carros; fabricam carroças."

Então, naquela época, mesmo um parque industrial tão avançado quanto o alemão tinha aquele cacoete de país extremamente desenvolvido que mandava para economias menos desenvolvidas e extremamente fechadas, como era a brasileira naquele momento, o refugo do material que sobrava de carros inadequados para funcionamento da Europa naquele momento e na própria Alemanha. Então, depois da abertura comercial, a Volkswagen realmente começou a produzir carros de melhor qualidade.

Houve outro episódio também. Quando foi feita a abertura comercial, estabeleci um regime de redução das alíquotas para importação, dando certo tempo para uma adequação da nossa indústria – o que não foi naturalmente necessário, mas eu tinha que forçar um pouco a mão para acelerar esse processo. O Presidente da Volkswagen no Brasil, então, me procurou, logo depois da abertura, dizendo o seguinte: "Eu queria pedir ao senhor que estabelecesse um regime de cotas para a importação de carros, porque nós não temos condições de competir com os importados." Eu disse: "Não; não vou estabelecer regime de cotas, porque a decisão já está tomada, já está em pleno curso. Vamos seguir com essa redução das alíquotas, conforme estabelecido na medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional." Aí ele disse: "Então, eu vou ter de fechar uma das fábricas que nós temos aqui no Brasil." Eu perguntei: "Só por curiosidade, qual delas o senhor pretende fechar?" Ele disse: "A de Taubaté", que era a mais nova e melhor fábrica que eles tinham na época. Eu falei: "Perfeitamente. Então, o senhor me faça um favor. O senhor saia do meu gabinete, vou pedir ao meu assessor de imprensa que o acompanhe para que o senhor dê uma coletiva à imprensa, e anuncie que vai fechar a fábrica de Taubaté, porque o Presidente da República não aceitou a sua solicitação de estabelecer um regime de cotas para importação de carros". Ele fez um assentimento de cabeça, eu pedi ao meu assessor de imprensa que o acompanhasse, mas, no meio do caminho, ele desviou e não falou mais nada sobre o assunto.

Então, foram dois aspectos interessantes que dizem respeito à questão da Alemanha e à questão relacionada à sua indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, portanto, passo a palavra ao Sr. Embaixador Fernando José de Abreu, para responder as indagações que foram formuladas por S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras e pelos nossos internautas.

O SR. FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria inicialmente agradecer os comentários feitos pelo Senador Lasier Martins, do meu Estado, que tive o prazer de cumprimentar e com quem conversei ontem à tarde, e dizer que a questão do desperdício de alimentos é, efetivamente, um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta.

Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa de propor esse evento no Senado. Conforme o senhor mencionou, 1,3 bilhão de toneladas são desperdiçados. Houve um evento, dois anos atrás na FAO, concentrado nisso e se verificou que, em alguns países, cerca de 30% dos alimentos produzidos são desperdiçados das mais diversas maneiras. A primeira de todas é que os alimentos são produzidos e não conseguem sair do local de produção. Há dificuldade de acesso aos mercados. A outra é a deficiência na infraestrutura de transporte. Más estradas refletem consequências sobre perdas de transporte de safras. Veículos com capacidade e com estrutura inadequada também ocasionam perda de alimentos. Outra questão e talvez a principal de todas é a questão cultural, o maior desafio. As pessoas têm que se acostumar a comer só o que realmente necessitam, e não se servirem inadequadamente. Isso parece um gesto menor, mas é muito importante. Também volta e meia vemos na imprensa notícias de restaurantes que têm que distribuir alimentos – e nem todos são adequadamente distribuídos para a população que necessita – que não são consumidos. Então, é necessário um planejamento adequado também de micro e pequenas empresas, mas também uma formulação de uma política de governo e de um programa de governo. Então, é importante que o Brasil, mas não só o Brasil, os países de todo o mundo, países desenvolvidos, países em desenvolvimento tenham maior consciência disso e procurem nos foros adequados – e a FAO, o PMA e o Fida são foros para isso – desenvolver essa consciência na população.

Basicamente, são esses os comentários que eu gostaria de fazer sobre a sua pergunta, a qual agradeço.

Quanto ao Senador Armando Monteiro, eu gostaria de agradecer também os seus comentários e fazer referência ao dado que mencionei na minha apresentação de que o Fida tem, sim, projetos no Semiárido, e não só no Semiárido, mas na Amazônia e no Agreste, que se propõem basicamente a apoiar e promover a agricultura familiar, com o objetivo de maior capacitação, incremento de renda e serviços essenciais a grupos vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mencionei quatro projetos: o Projeto Viva o Semiárido, o projeto Procase Paraíba, o Negócios Rurais para os Pequenos Produtores e o Gente de Valor. Eu tenho dados de que esse último beneficiou 34 Municípios e 282 comunidades desfavorecidas.

Eu só queria mencionar que o Fida deve repassar os recursos que ele obtém no mercado internacional e frutos de contribuições para projetos em países em desenvolvimento em condições concessionais e com esses objetivos. Eu também gostaria de mencionar que eu tive oportunidade, como Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrária, em 1999, de ser presidente de um comitê gestor de um projeto da Fida para assentamentos no Semiárido e produção sustentável. Então, são dados a que nós continuamos a dar atenção. O próprio Embaixador Jaguaribe, conforme mencionei, também foi governador do Fida, e naquela ocasião foi aprovado esse projeto no valor de US$25 milhões.

Senador Hélio José, eu queria agradecer, primeiro, os comentários e dizer que o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do Brasil serviu de inspiração para um projeto de cooperação com a África, justamente feito pelo Brasil, chamado Compra de Africanos para Africanos (Purchase from Africans for Africa), que foi desenvolvido juntamente com a FAO em benefício de dez países africanos e se inspirou na nossa política de produção de alimentos pela agricultura familiar, que, conforme sabemos, além de gerar renda e incrementar o mercado local, tem o benefício de dar acesso a produtos e a bens a que as populações estão acostumados. Esse projeto se concluiu no ano passado, mas foi fruto de esforços brasileiros em que replicamos a nossa experiência, coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação. E há ainda demandas. Eu sou Subsecretário da África e do Oriente Médio, recebo, com frequência, embaixadores, e sempre há demandas, nessa área de agricultura, dos programas sociais brasileiros e especialmente da Embrapa também, para replicar nossa experiência com os países africanos.

A questão da energia também tem sido foco de atenção da FAO – e não só da FAO, mas do PMA. É um desafio maior a questão do tratamento da transversalidade de todos os temas que devem ser considerados na produção e no transporte de uma alimentação de boa qualidade e no acesso a ela, e um dos fatores que se coadunam também é a energia, é a produção de biomassa, que pode ser um dos fatores que reduzem o custo e permitem maior acesso à alimentação.

Quanto às perguntas de reforma agrária e da produtividade, eu queria mencionar alguns dados. O Brasil tem tido uma política consistente de reforma agrária, e o grande desafio da reforma agrária não é somente a distribuição de terras, que é um fator relativamente simples; o maior desafio é dar condições aos assentados, para que possam produzir, e produzir com qualidade e com recursos financeiros adequados, e para que possam também ter acesso ao mercado. Esse é o grande desafio. Nós temos alguma experiência para compartilhar. Já há alguns projetos nessa área com países africanos e da América Latina também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mencionar também a importância da agricultura familiar na produção agrícola, conforme o Senador Hélio José já mencionou. Cerca de 70% da produção de alimentos são feitos por pequenos agricultores. Isso é um elemento muito importante, complementar à grande agricultura brasileira, o agronegócio, que partiu de dados já relevantes. Em 2000, por exemplo, nós exportamos US$20 bilhões; nós passamos a exportar, em 2016, US$85 bilhões do agronegócio. Então, eu queria ressaltar isso.

Eu queria ressaltar também a disponibilidade de terras. Ainda o Brasil tem um grande potencial para incrementar não só a produção, mas a produtividade.

Eu quero mencionar que ainda temos também uma capacidade de preservação do meio ambiente muito grande. Cerca de 60% das terras brasileiras ainda estão com vegetação nativa. Daí a importância também das discussões na FAO e no PMA.

Finalmente, quanto à questão feita sobre o Mapa da Fome, felizmente, o Brasil continua fora do Mapa da Fome.

Eu gostaria de ressaltar também, da minha experiência como Diretor da Agência Brasileira de Cooperação e como Subsecretário da África, que nós temos compartilhado com vários países africanos toda a nossa experiência na produção de alimentos, no incremento da produtividade, no intercâmbio de experiências com a Embrapa e outras instituições científicas brasileiras. Está aqui o Embaixador Rodrigo Baena, Embaixador em Moçambique, país com o qual nós temos 15 projetos de cooperação, a maioria deles na área agrícola. Um deles, o mais ambicioso de todos, é o ProSavana, no norte do país, com excelentes resultados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Fernando de Abreu pelas suas respostas.

Passo agora a palavra ao Embaixador Roberto Jaguaribe.

O SR. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer a todos os Senadores as observações e indagações e também aos internautas que acompanham.

O Senador Lasier indaga, com muita pertinência, sobre como é a perspectiva da política da Alemanha num contexto de crescente radicalização do eleitorado, dentro da União Europeia, em particular em países relevantes vizinhos da Alemanha, como é o caso da Polônia, da Áustria e da Hungria, e do próprio fortalecimento de alianças mais xenófobas dentro da Alemanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confesso, Senador, que é uma questão que preocupa todos e eu não tenho uma condição de lhe dar uma resposta cabal a respeito de como vai se desenvolver esse quadro. Eu apenas acredito em alguns elementos mais tranquilizadores. Primeiro, a tradicional ponderação da Alemanha e a sua capacidade de dar respostas econômicas adequadas para os problemas que ela tem enfrentado ao longo dos últimos 50 anos. Inclusive, dentro do quadro atual europeu, como eu tive oportunidade de mencionar, a Alemanha está se destacando por um crescimento maior do que a média da Europa, mesmo enfrentando esse tipo de dificuldade. Evidentemente boa parte dos problemas que levam à inquietação de natureza de política tem uma origem de emprego e uma origem de crescimento econômico. A Alemanha encontrou soluções de equilíbrio de relação capital-trabalho que foram, a bem da verdade, ajustadas no período da social-democracia, mas que permitiram que o governo da Primeira-Ministra, da Chanceler Angela Merkel colhesse enormes benefícios.

E, também como mencionou o Senador Armando Monteiro, no próprio governo de Schröder, traçou-se um desenho de mudança da capacidade industrial da Alemanha para mantê-la na frente da liderança global desse processo. E essa nova competência industrial alemã, que eles classificam de indústria 4.0, como também mencionou o Senador Armando Monteiro, vai fazer uma mudança geográfica da manufatura, fazendo com que o custo barato da mão de obra tenha uma incidência menor na geografia da disposição da produção. Isso, de novo, vai trazer para a Alemanha condições econômicas que, a meu juízo, podem dar satisfação às inquietações que são de natureza eminentemente econômica e a algumas das inquietações que essas questões geram.

Infelizmente, elas não são todas de natureza econômica. É difícil para um país como o Brasil, que é criado na abertura, na tolerância, entender como é possível esse tipo de comportamento tão xenófobo que, muitas vezes, nós verificamos em outros países. Mas eles têm também uma raiz cultural importante, e esse é um elemento de difícil averiguação.

Em particular, nós temos que ter presente aquilo que eu mencionei anteriormente: como a Alemanha consegue ter essa unidade agregadora durante mil anos, sem ter um Estado por trás? Há um elemento, digamos, de aglutinação cultural e étnica, que permitiu que isso se desse dessa forma. Esses elementos se veem um pouco afetados pela intromissão, no caso, de um 1,5 milhão de imigrantes que já foram aceitos pela Chanceler Merkel. Mas, por outro lado, eu acho que, dentro de uma solução europeia, já há um limite que a Alemanha vai aceitar.

A Alemanha tradicionalmente tem apoiado políticas de fortalecimento dos países que são origem dessa imigração – em particular um país de transitoriedade dos imigrantes, que é a Turquia, que, aliás, já tem uma participação importante no contexto migratório da Alemanha e muito antiga também –, de modo que eu acredito que, dentro desse contexto econômico positivo da limitação do que tem sido possível agora e de um certo estancamento das causas fundamentais desse processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja possível criar condições de sustentabilidade. Isso também vai, em certa medida, Senador Hélio José – agradecendo a sua pergunta sobre a questão migratória –, um pouco nesse contexto.

Com relação às perguntas tão importantes do Senador Armando Monteiro, eu acho, Senador, que efetivamente, apesar de a Apex não estar na linha de frente do processo de negociação... Quando eu assumi a Presidência da Apex, eu tive a oportunidade de fazer algumas sugestões sobre o decreto da Apex e incluí o fato que eu achava muito importante de que a Apex deveria ter uma participação mais ativa nas negociações comerciais; não na linha de frente – porque não é competência do Itamaraty, mas do MDIC –, mas na retaguarda, porque a Apex é a interface ampla com o setor exportador, que é quem sabe a demanda que eles têm de entrada nos mercados.

Então, em meus diálogos com os atores fundamentais desse processo, o que eu colho é o que o senhor conhece: há uma expectativa altamente positiva de que seja possível a conclusão do acordo neste ano. Como o senhor mencionou, a Alemanha, de fato, é uma das parceiras importantes nesse processo, na medida em que ela tem um interesse claro em que o acordo seja concretizado. Como eu mencionei, a Alemanha tem 30% do seu PIB derivado da indústria, de extraordinária competitividade global, como mencionou o Presidente, Senador Collor, inclusive vendendo proficuamente para a China. Quer dizer, a China é grande compradora de bens de capital da Alemanha. Portanto, ela tem enorme interesse em que o Mercosul passe a ter mais facilidade de acesso a isso. Por outro lado, a agricultura na Alemanha representa 0,6% do seu PIB e, portanto, tem uma capacidade relativamente reduzida de impacto comercial. Mas nós sabemos todos que o *lobby* agrícola europeu como um todo é forte, muito mais por razões de natureza política e social do que pelo seu peso relativo na economia.

De qualquer forma, a expectativa de todos é que seja possível realizar esse acordo – e aí já vou adiantando para outras perguntas que foram dirigidas. E esse acordo vai gerar oportunidades reais para uma ampliação do intercâmbio, inclusive de venda de indústria do Brasil para a Europa. Eu tenho a convicção, Senador, de que o Brasil tem a vantagem da maleabilidade, da flexibilidade, ou seja, é possível fazer uso, dos benefícios que vão ser concedidos no âmbito desse acordo, de estratégias específicas para a entrada muito mais acentuada de bens brasileiros, da sua indústria, na Alemanha. Aliás, no ano que findou, houve um crescimento da exportação do setor industrial e uma redução de exportação do Brasil para a Alemanha do setor agroexportador, de modo que eu vejo muitas possibilidades.

Não tenho dúvida, Senador, de que a questão do Fraunhofer é absolutamente fundamental. A experiência da Alemanha é a mais bem-sucedida de todos os países europeus não apenas pela competência científica, mas pela capacidade de inserção dentro do setor produtivo. Quer dizer, os mecanismos de permitir que o setor produtivo tenha acesso à tecnologia desenvolvida no âmbito desses institutos é um dos segredos evidentes da competência alemã. Podemos fazer um paralelo com o Brasil, infelizmente não no caso da indústria, mas no caso da agricultura. Um dos segredos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucesso da capacitação produtiva brasileira foi o acesso à tecnologia propiciado não apenas pela Embrapa, mas por outros órgãos já tradicionais de competência nessa dimensão.

Com relação às energias renováveis, de novo há uma dimensão extraordinária na Alemanha. É muito importante – e o Senador Hélio José fez uma pergunta a respeito disso – ter presente que há muitos elementos de mistificação. A Europa é extraordinária, é um continente fabuloso, mas a mistificação europeia é altamente significativa, assim como também – para falar com franqueza – o cinismo. Então, nós vemos, por exemplo, nessa área de energias renováveis, um discurso não compatível com a realidade. O Brasil é vastamente superior a qualquer país europeu na questão da sustentabilidade da sua matriz energética. A Alemanha, por exemplo – que faz um discurso muito relevante, e é um ator fundamental e contribui muito para o Brasil –, tem apenas 13% da sua matriz renovável; o Brasil tem 41%, e com o compromisso, na COP 21, de passar para 46%. Então, a gente precisa começar a desmistificar esse discurso, que afeta, inclusive, a área agrícola de forma muito severa.

Nesse contexto, por exemplo, das energias renováveis, a Alemanha olha com muita dificuldade a questão dos biocombustíveis, dificulta – como todo o resto da Europa – o acesso de etanol brasileiro na matriz energética lamentável da Europa e vem fazer críticas a respeito do desflorestamento. Como disse o Embaixador Fernando Abreu, o Brasil tem 65% da sua cobertura vegetal nativa; na Europa, a média é 0,3%. Que número é esse? É 0,3%! É claro que houve um processo de reflorestamento importante, e hoje a cobertura vegetal reflorestada na Europa chega a cerca de 30%, mas da mata nativa há 0,3%. Mesmo na região mais afetada pelo desmatamento no Brasil, que evidentemente é a Mata Atlântica – que, além de ser apenas 20% da área do Brasil, reúne 70% da população –, ainda assim, a nossa preservação da Mata Atlântica original é superior a 10%. Então, não há margem de comparação entre o que o Brasil faz e o que faz a Europa.

Mas, aí, Sr. Presidente – e o senhor estava falando das suas experiências de interface com alguns europeus –, algumas coisas ocorrem. Desde logo, não é possível passar impune por ficar 500 anos no topo do mundo. Isso gera certos preconceitos em situações complexas, e a gente tem de lidar com isso. E a Europa, evidentemente, é muito concentrada nessa dose de preconceito. Eu costumava dizer em Londres que o Brasil é um pouco ignorante, pobre e ignorante, mas que a ignorância é mais fácil de superar que o preconceito e é menos detrimental ao entendimento. Eu acredito nisto: eu acho que o preconceito é mais detrimental ao entendimento do que a ignorância e mais difícil de superar. Mas a verdade é que, paulatinamente, nós temos que fazer esse esforço, e tem que ser uma das coisas que nós temos que fazer lá para mudar a percepção, sobretudo, da agricultura, que é uma parte muito dinâmica da capacidade exportadora brasileira, mas que se vê afetada por uma série de informações ruins e também por uma enorme incapacidade de formatação da narrativa adequada que nós temos no próprio Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa questão de energia renovável solar, o Brasil optou por uma estratégia de mercado e de não subsidiar energias renováveis. Por quê? Porque nós temos condições naturais de ter energias renováveis com competitividade, sobretudo o biocombustível e a energia hidrelétrica, além desse potencial – já uma realidade – na energia eólica, que hoje é a mais relevante de crescimento percentual no Brasil. A energia solar, como disse o Senador Hélio José, portanto, é menos competitiva, mas a verdade é que nós já temos muitos investimentos neste setor, não alemães, mas chineses. A China está investindo muito relevantemente no setor de energia solar, inclusive na produção de painéis solares e outras coisas no Brasil, com empresas importantes.

Para não me alongar excessivamente, Presidente, e apenas fazendo menção às suas observações – como eu já mencionei –, nós precisamos ter presente, que quando nós vamos para países tão importantes e tão centrais há tantos anos, nós não podemos perder de vista a magnitude e a relevância do Brasil. O Brasil é um país de estatura no mínimo equivalente a todos esses países, inclusive pelas suas dimensões. Poucos países do mundo agregam esses atributos de relevância demográfica e geográfica de recursos naturais e mesmo de economia como o Brasil. Esses são ingredientes positivos que nós temos que fazer realçar nessa relação.

Portanto, esse reconhecimento de superioridade alemã não é algo que tenha me contaminado. Eu acho que a Alemanha é um país extraordinário, tem uma enorme contribuição a dar – já tem dado, e eu espero que possa continuar a dar ainda mais –, mas dentro de um sistema de uma paridade e um entendimento de que há vantagens recíprocas. É evidente que há uma certa gratuidade, um altruísmo na grande cooperação técnica alemã – e nós nos beneficiamos disso –, mas há também interesses muito próprios, que levam benefícios específicos em função do que vem sendo feito. Tudo isso são elementos que nós não podemos perder de vista. Eu sei que o Brasil é um país um pouco iconoclasta, e lá fora é muito fácil falar mal do País, porque basta reproduzir o que se fala aqui dentro, mas a verdade é que nós também temos conquistas altamente significativas e que temos que valorizar.

Respondo às duas perguntas de internautas.

A Fernanda fez menção à questão de estudantes na Alemanha. É evidente que há um número relativamente importante. A Alemanha tem uma competência muito importante na capacitação no ensino médio, que é uma das grandes virtudes do processo educacional alemão, e nós temos um intercâmbio importante para nos beneficiarmos também dessa dimensão.

Quanto à questão de tecnologia, eu já mencionei que há um intercâmbio enorme, que floresceu mais ainda a partir do intercâmbio científico e tecnológico que tivemos em 2010 e 2011 Brasil-Alemanha.

Na saúde pública, assim como no transporte e em outros elementos que foram trazidos à atenção aqui desta Comissão, a Alemanha é um país de destaque. O transporte público na Alemanha é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excepcional em todas as cidades. É um dos países do mundo com menos problemas de congestionamento e com mais eficácia de transporte público. É evidente que isso é uma lição que o Brasil pode aproveitar e da qual pode se beneficiar.

É basicamente isso, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Sr. Embaixador Roberto Jaguaribe pelas suas explanações e pelas suas respostas aos nossos internautas e às Srªs e aos Srs. Senadores.

Não havendo mais Senador ou Senadora inscrito para fazer perguntas aos Srs. Embaixadores ora sabatinados, eu indago ao Plenário se vamos manter a nossa reunião em sistema aberto.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A reunião continua aberta.

Vamos, então, agora à apuração dos votos oferecidos às S. Exªs os Srs. Embaixadores hoje sabatinados. Eu peço à Secretaria da Comissão que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Quatorze votantes compareceram.

Quatorze votantes compareceram.

S. Exª o Sr. Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, indicado ao cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organismos Internacionais Conexos, em Roma, foi aprovado por unanimidade deste Plenário.

Do mesmo modo, S. Exª o Sr. Embaixador Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha, também por unanimidade foi aprovado por este Plenário.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto os meus agradecimentos, desejando-lhes pleno êxito nas novas funções que exercerão após seus nomes serem escrutinados no plenário do Senado.

Muito obrigado pela presença de V. Exªs. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de agradecer a presença, na reunião de hoje, da Srª Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, bem como do Sr. Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru, e do Sr. Embaixador Antonio José Ferreira Simões, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai, nossos próximos convidados a uma reunião para efeito de sabatina aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Encerrando agora os nossos trabalhos, convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para amanhã, dia 24 de maio de 2018, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia a todos.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia, Lasier Martins e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Fátima Bezerra, José Pimentel, José Agripino, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Fernando Collor e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Ana Amélia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Lasier Martins

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/05/24

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, senhoras e senhores. Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados.

Comunicado da Presidência, reunião de 24/05/2018.

Carta Universal dos Deveres e Obrigações das Pessoas.

Ofício recebido do Embaixador do México no Brasil, Sr. Salvador Arriola, datado de 11 de maio de 2018.

A Carta Universal dos Deveres e Obrigações das Pessoas, de 31 de julho de 2017, é um documento derivado de iniciativa de acadêmicos, intelectuais e da sociedade civil do México, que tem recebido o apoio do Governo local e de outros países, como Portugal, e pretende complementar as declarações de direitos humanos.

São 23 artigos, que versam sobre os mais variados temas, tais como a não discriminação, autonomia psíquica e corporal, liberdade ideológica e religiosa, liberdade de expressão e informação, direito à educação, direito à saúde, atenção aos imigrantes, refugiados e asilados, respeito à privacidade, à veracidade da informação e ao meio ambiente.

O significativo aporte do documento, contudo, não é somente atualizar as preocupações atinentes aos direitos humanos, mas partir da perspectiva de que todas as pessoas, a incluir empresas e organizações da sociedade civil, e não somente o Estado, devem cumprir com os direitos humanos garantidos em instrumentos internacionais.

Todas as pessoas têm o dever e a obrigação de um exercício solidário e não abusivo dos direitos e do gozo responsável dos bens e serviços, consagra o artigo segundo dessa Carta cívica, demonstrando seu escopo.

Divulgamos, assim, o importante texto da Carta Universal dos Deveres e Obrigações das Pessoas, disponibilizado pelo S. Exª o Embaixador do México no Brasil, Sr. Salvador Arriola, a quem agradecemos a atenção a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cópia do documento na íntegra pode ser adquirido na Secretaria desta Comissão.

Inclusão de item extrapauta.

Encontram-se sobre a mesa as Mensagens (SF) nºs 32 e 33, de 2018, que submetem, respectivamente, à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Eduardo Paes Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão; e do Sr. João Almino de Souza Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Assim, diante da celeridade requerida pela importância dos postos diplomáticos em questão, e nos termos do *caput* do art. 4º do Ato nº 07, de 2017, da CRE, que versa sobre situações extraordinárias para inclusão de matéria extrapauta, e não havendo objeção do Plenário desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, determino à Secretaria que tome as providências requeridas para a inclusão na pauta da presente reunião das Mensagens (SF) nºs 32 e 33, de 2018.

Pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 10/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 10/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tomem assento à mesa os Embaixadores Rodrigo de Lima Baena Soares e Antonio José Ferreira Simões, aos quais damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Antes de dar a palavra aos eminentes embaixadores, tendo já recebido solicitação de alguns Senadores para abertura do painel de votação, determino, de ofício, à nossa Secretaria que o faça, permitindo desde logo a votação àqueles Senadores que assim desejarem.

Informo aos eminentes Embaixadores que o tempo destinado a sua exposição é de até 20 minutos, podendo, claro, haver prorrogação caso tenham necessidade disso.

Depois daremos a oportunidade, é claro, à sabatina.

Desse modo, inicialmente, concedo a palavra ao eminente Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Bom dia, Exmo Sr. Senador Antonio Anastasia, Presidente desta reunião, que tive o prazer de receber em Maputo, no meu atual posto, Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores.

Agradeço, em particular, o Senador Hélio José, Relator da minha indicação, o relatório apresentado.

Cumprimento também o Embaixador Antonio Simões, meu amigo do Itamaraty.

Srªs e senhores, que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores por minha indicação para ocupar o honroso cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Como estrutura da minha apresentação, Sr. Presidente, pretendo fazer breves comentários sobre a situação política e econômica do Peru, mas, sobretudo, sobre as relações bilaterais.

Também, e caso apropriado, farei sugestões em linhas de ação a serem desenvolvidas pela Embaixada caso meu nome mereça aprovação desta Comissão.

Considero o Peru, Sr. Presidente, um país prioritário para a política externa brasileira. Temos uma aliança estratégica, desde 2003, que é de fato algo desgastado, mas acho que se aplica com muita propriedade à relação com o Peru. Há várias razões para que tenhamos construído essa aliança estratégica com o Peru, e aponto algumas delas.

Temos uma fronteira em comum de quase 3 mil quilômetros, que é a segunda maior fronteira do Brasil na América do Sul e a décima primeira entre dois países no mundo. Temos um comércio também bastante vigoroso em expansão; um estoque de investimentos muito significativo. O Peru é o maior beneficiário da cooperação brasileira na América do Sul. Temos um fluxo turístico bastante importante entre os dois países.

Então, eu vejo a agenda com o Peru claramente positiva e que traz benefícios concretos no curto, médio e longo prazo para os interesses brasileiros.

Contamos também com uma grande dose de simpatia por parte dos peruanos aos brasileiros. Houve uma recente pesquisa feita pelo jornal *El Comercio*, que é um dos principais jornais peruanos, que aponta que os peruanos consideram o Brasil o país mais amigo do Peru, além de ser o país que mais admiram na América Latina e o terceiro que mais admiram no mundo.

Sr. Presidente, eu vou começar falando um pouco sobre a economia peruana, se o senhor me permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua história recente, o Peru apresentou resultados bastante favoráveis no seu desempenho econômico, com uma média de crescimento, desde o ano 2000, de 5.25%; A economia peruana cresce de maneira contínua há 19 anos. Há, na conjuntura econômica, uma situação favorável. A inflação vem caindo e se fortaleceram as políticas monetária e fiscal, ainda que haja um déficit público significativo.

Contudo, um efeito muito danoso à economia peruana foi um fenômeno climático, o *El Niño Costero*, que trouxe prejuízos à economia peruana, segundo estimativas de uma consultoria independente, de cerca de US$3,2 bilhões, o que representa quase 1,6% do PIB do Peru.

Mas, de todo modo, a economia tem dado sinais de robustez. Houve um crescimento, no ano passado, de cerca de 2,5%. Para este ano, a estimativa é de que haja um crescimento ainda superior, da ordem de 3,5%, e esse crescimento será muito baseado em investimentos privados, muito em resposta à recuperação dos preços internacionais dos minérios, sobretudo do cobre, e também se espera um investimento público por conta da reconstrução de muitas partes que foram devastadas no Peru por conta do fenômeno climático *El Niño*, que aqui me referi há pouco, e também a preparação para os Jogos Pan-Americanos do ano que vem, que se realizarão em Lima.

Temos, como eu mencionei, um comércio muito vigoroso com o Peru. O Brasil é o terceiro país de origem das importações peruanos – esses são dados de 2017 – e o oitavo de destino das exportações peruanas. Exportamos, essencialmente, produtos manufaturados e semimanufaturados, que compõem cerca de 86% da pauta, o que, de resto, é um perfil muito parecido ao das nossas pautas de exportações para outros países sul-americanos – o Embaixador Antonio Simões também, depois, poderá falar do Uruguai. E nós importamos, sobretudo, nafta, cobre e zinco. O volume de comércio, Sr. Presidente, é um dos mais significativos: cerca de US$4 bilhões – dados do ano passado.

E qual o cenário que a Embaixada pode trabalhar para os próximos anos, caso meu nome seja aprovado por esta Comissão?

Eu acho que alguns setores específicos da produção brasileira podem aumentar ainda mais as suas exportações para o Peru. Eu me refiro ao mobiliário, a calçados, a bens de capital e a jogos eletrônicos. São todos bens de valor agregado. o que eu acho que é importante, e que podem contribuir para que nós ampliemos ainda mais as nossas exportações para aquele país, bem como há uma perspectiva de aumento da venda de veículos automotores ainda para os próximos anos. E, por outro lado, também há a previsão de uma recuperação das vendas peruanas para o Brasil, sobretudo na questão das frutas.

Há também um instrumento muito importante, assinado em 2016, quando da visita, inclusive, do Senador Armando Monteiro, na época Ministro da Indústria e do Comércio, que é o Acordo de Ampliação Econômico-comercial Brasil/Peru, um acordo muito importante, talvez, a meu ver, o mais importante e mais ambiciosa que nós já assinamos com outro país em termos de comércio, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos na América do Sul. Esse acordo estabelece a liberalização de serviços e a abertura de mercado de compras públicas, e tem também um capítulo sobre investimento. Nós ratificamos esse acordo no ano passado, mas o Peru ainda não o ratificou. Então, eu pretendo, caso aprovado por esta Comissão, empenhar-me ainda mais no que já está sendo feito pela Embaixada, sob o comando atual do Embaixador Marcos Raposo, para que o Peru ratifique também esse acordo muito importante que vai abrir ainda mais a possibilidade de exportações brasileiras.

Temos também com o Peru uma agenda muito importante de cooperação técnica. Eu venho de um país, Moçambique, que é o maior beneficiário da cooperação brasileira em todo o mundo. Caso aprovado por esta Comissão, pretendo também... E o Peru é o maior beneficiado da cooperação técnica na América do Sul. Há dez projetos em execução em muitas áreas diferentes: saúde, aquicultura, recursos hídricos.

O Brasil também tem prestado assistência humanitária importante ao Peru por meio da doação de medicamentos antirretrovirais, vacinas, também contribuiu com apoio em situações de desastres naturais, como nas intensas chuvas que aconteceram no Peru em 2007 também por conta do fenômeno El Niño, que eu mencionei, que causou inundações, deixou milhares de desabrigados. Temos muitos projetos de cooperação, sobretudo de algodão, café. A Embrapa está presente também. Aliás, hoje há uma sessão comemorativa dos 45 anos da Embrapa, que é, na minha opinião, uma das joias do Estado brasileiro. Grande parte desses projetos de cooperação técnica se desenvolve na área fronteiriça com o Brasil. Isso eu acho muito importante.

Também pretendo, caso conte com o aval desta Comissão, engajar-me em cooperação trilateral com outros países, com representantes de outros países, porque assim nós teremos recursos financeiros ainda mais importantes, sobretudo em tempos de reduções orçamentárias como os que temos passado, mas sem abrir mão dos princípios que regem a Cooperação Sul-Sul que o Brasil desenvolve.

Já que mencionei a cooperação transfronteiriça, acho que vou abordar rapidamente, Sr. Presidente, alguns aspectos da cooperação transfronteiriça que julgo importante apresentar nesta Comissão. Eu acho que essas nossas relações, essa grande densidade que temos de relação com o Peru se expressa de uma forma muito forte, muito evidente nos quase 3.000km de fronteira que compartilhamos com o Peru. Para avançar nessa área, nós firmamos, em 2009, um acordo que cria uma comissão em nível de vice-ministros justamente para avançar temas na cooperação transfronteiriças. Ali temos muitos assuntos a serem discutidos: transporte, saúde, telecomunicações, por exemplo, a questão do *roaming* inadvertido que há na zona transfronteiriça.

Temos também três comissões bilaterais de fronteira que são: Benjamin Constant-Islândia, Assis Brasil-Iñapari e Santa Rosa do Purus. O problema aqui, Sr. Presidente, é que esses comitês não têm se reunido com frequência, sobretudo um deles, o Santa Rosa do Purus, que nunca se reuniu. Portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que vale a pena nós fazermos um esforço para que haja um cronograma mais regular de reuniões desses comitês para que possamos avançar ainda mais nos temas da cooperação transfronteiriça. E isso vai requerer, evidentemente, um engajamento ativo não só das autoridades peruanas, mas também das autoridades brasileiras, sobretudo Polícia Federal, Anvisa, Receita Federal e outros órgãos envolvidos.

Temos também a questão importantíssima da integração física entre os dois países. Temos todos interesse nisso, de modo a promover convergências, a incrementar o comércio bilateral e também a atuar em setores específicos, como a infraestrutura. Eu cito o exemplo da Rodovia Interoceânica Sul, inaugurada em 2011, que, de fato, cumpre um papel importante para o escoamento da produção brasileira pelos portos peruanos, sobretudos os do sul. A rodovia também nos ajudou muito quando houve enchentes no Acre, por exemplo. Não foi possível fazer o transporte de alimentos e combustíveis pelo Brasil e foi feito pelo Peru. Então, isso dá uma demonstração clara da importância também dessa rodovia e, de um modo geral, dos corredores bioceânicos.

Estive com o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jorge Viana, que me chamou a atenção para alguns dos problemas que acontecem na fronteira, S. Exª tem conhecimento do terreno, sobretudo quanto ao alfandegamento. Acho que há a necessidade de nós temos um engajamento maior das nossas autoridades tributárias em relação ao alfandegamento, o que é muito solicitado pelas autoridades peruanas.

Mas acho que é essencial para nós ampliarmos o comércio nós dirigimos essas questões e também lembrar que é sempre importante uma saída para o Pacífico para que nós tenhamos acesso ao gigantesco mercado asiático.

Outro aspecto importante que eu mencionarei na cooperação da relação bilateral com o Peru é o combate ao tráfico de drogas ilícitas. A cooperação bilateral acompanhada por nós, pela via político-diplomática, por uma comissão mista, no âmbito da qual nós tratamos a questão das drogas de uma forma integral, não somente na ótica do controle da oferta, mas também na ótica da redução da demanda e do tratamento dos usuários. Parece-me que é de todo interesse nosso que tenhamos mecanismos e que nós aprofundamos, na verdade, os mecanismos que já existem de inteligência e de segurança, de modo a aproximar os órgãos competentes dos países e termos uma troca de informações mais ágil, em tempo real.

É claro que também é importante termos um engajamento dos outros países vizinhos, como a Bolívia e Colômbia para combater esse terrível flagelo.

Vou tratar agora de cultura e educação, são aspectos do relacionamento com qualquer país que trazem, na minha opinião, grandes benefícios para o Brasil e projetam a imagem do Brasil de uma forma duradoura, de uma forma efetiva e para um público mais amplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que são dois os principais instrumentos que temos junto com a cooperação técnica para promover o que se convencionou chamar de *soft power* e o poder brando do Brasil.

Vou falar um pouco de educação. Nós temos um contingente muito grande de estudantes peruanos aqui no Brasil. O Peru tem o segundo maior contingente de estudantes estrangeiros aqui no Brasil, sobretudo na área de pós-graduação. Nós temos um programa chamado Programa Estudante-Convênio, em nível de pós-graduação, o Peru está em segundo lugar em número de estudantes. E também pretendo, Sr. Presidente, acompanhar essas feiras educacionais que existem, para que se possa contribuir para a presença ainda maior de estudantes peruanos no Brasil. Acho que isso é muito importante, enriquece a nossa relação a presença de estudantes peruanos aqui.

E também quero falar um pouco de cultura. Eu acho que é importante que nós mostremos ainda mais a cultura brasileira. Claro, a cultura brasileira é conhecida, mas eu acho que vale a pena tentar também mostrar umas faces da cultura brasileira que talvez não sejam tão conhecidas no Peru. Como eu tive ocasião de fazer no meu atual posto, levei aqui, Senador Hélio José, ao Clube do Choro, daqui de Brasília, e também ao Quarteto de Cordas do Teatro Claudio Santoro, aqui de Brasília. Então, pretendo também mostrar um pouco mais essa parte da nossa cultura, que talvez não seja tão conhecida, mas temos grandes talentos.

Isso, certamente, com as restrições orçamentárias que temos, vai requerer uma grande criatividade da nossa parte, para estabelecer parcerias com empresas privadas. E também uma boa ocasião seriam os Jogos Pan-Americanos do ano que vem, para mostrarmos mais a cultura brasileira.

Saúdo também a presença do Senador Edison Lobão aqui.

Os Jogos Pan-Americanos do ano que vem vão certamente atrair muitos brasileiros. O setor do Consulado da Embaixada deverá estar preparado para prestar o apoio necessário aos nossos concidadãos. E quero lembrar também – eu estava conversando com o Senador Hélio José sobre turismo – que nós temos um fluxo turístico muito intenso entre os dois países.

Presidente, há 150 mil brasileiros que visitam o Peru anualmente. E no sentido inverso também há um número significativo de 60 mil peruanos que visitam o Brasil anualmente, com uma tendência de crescimento.

Do ponto de vista da política externa, há duas questões importantes que eu queria salientar, que são a presença do Peru no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não permanente até o final do ano que vem, e a aspiração do Peru a ser membro da OCDE, uma aspiração também compartilhada pelo Brasil. Nesses dois temas, um diálogo mais aprofundado com as autoridades peruanas será muito importante para nós termos um fluxo de informações. Então, esse é um objetivo que eu teria, caso V. Exªs aprovem o meu nome aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma palavra, antes de passarmos ao Embaixador Antonio Simões, é sobre a conjuntura política interna peruana. O quadro político, como sabem, sofreu um período de instabilidade, com a renúncia do Presidente Pedro Pablo Kuczynski, em março deste ano. Assumiu o governo o Primeiro Vice-Presidente, que na época era Embaixador do Peru no Canadá, Martín Vizcarra, que tem adotado, Presidente, um tom muito conciliador, conclamando a unidade das forças políticas peruanas. Inclusive, teve um voto de confiança recente, duas semanas atrás, no Parlamento peruano, que é um Parlamento majoritariamente de oposição; mas ele teve, com expressiva votação, um voto de confiança desse Parlamento.

Por último, Sr. Presidente, eu queria ressaltar o prazer que tenho em voltar a esta Comissão, agora como indicado para ser Embaixador do Brasil na República do Peru. Trata-se, além de uma imposição constitucional, de um exercício muito saudável, de diálogo aberto e democrático sobre temas de política externa importantes para nós. E contar com a aprovação, as recomendações, os comentários, a visão do Legislativo, dos representantes do povo, para nós Diplomatas, para nós Embaixadores é muito importante e irá contribuir certamente para tratar dos nossos assuntos do dia a dia, em Lima, no meu caso, em sendo aprovado por esta Comissão. E confere certamente muito mais legitimidade ao nosso trabalho.

Eu queria agradecer a atenção dispensada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu que agradeço, eminente Embaixador Baena Soares.

Antes de passar a palavra ao Embaixador Antonio Simões, eu não posso deixar de registrar aqui, mais uma vez, o meu agradecimento pela recepção tão gentil que fez a comitiva do Ministro Aloysio Nunes, a qual eu integrava, no ano passado, quando visitamos Moçambique.

Estivemos na Embaixada, ali hospedados, com a hospitalidade de V. Exª e sua senhora, e fui testemunha daquilo que disse aqui, não só do seu dinamismo, mas, de modo especial, do instrumento cultural como forma de aproximação e do grande papel do Brasil junto a Moçambique na questão da cooperação. E V. Exª certamente trará também ao país irmão Peru a sua mesma proficiência nessa importante via de cooperação entre nações amigas. Então, mais uma vez, meus agradecimentos e meus cumprimentos.

Passo a palavra, agora, ao eminente Embaixador Antonio Simões, indicado para a República Oriental do Uruguai, igualmente para seu pronunciamento, por até 20 minutos.

Com a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Exmo Sr. Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Antonio Anastasia; Exmos Srs. Senadores; Exmas Srªs Senadoras; Embaixador Rodrigo Baena, meu colega; meu irmão Walter, que aqui comparece; senhoras e senhores; expectadores da TV Senado e internautas que nos acompanham, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a indicação do meu nome pelo Presidente Michel Temer e pelo Ministro Aloysio Nunes Ferreira como Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai. Agradeço, igualmente, a V. Exªs pela oportunidade de comparecer à Comissão para apresentar um panorama sobre o Uruguai.

Eu dividirei a minha apresentação da seguinte forma: primeiro, eu falarei sobre um pequeno contexto histórico do Uruguai; em seguida, falarei sobre um perfil econômico do país para o qual fui indicado; depois, falarei sobre as relações bilaterais; e, finalmente, apresentarei um programa de trabalho que pretendo executar caso seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal.

Em termos de histórico, é importante entender que há muita história entre o Brasil e o Uruguai, e talvez o ponto de inflexão na história de Brasil e Uruguai tenha acontecido no início do século XX e pelas mãos do Barão do Rio Branco. É preciso que nós nos recordemos que, diferentemente de outros países da América do Sul, o Uruguai se tornou independente do Brasil, não da Espanha, e com todas as consequências que se podem imaginar disso. O Barão, quando negociou, em 1909, o tratado de limites, teve isso muito presente. E o Barão pensou que aquela era uma oportunidade de fazer um gesto para o Uruguai; de fazer um gesto que pudesse um pouco resolver coisas do passado. E foi assim que foi negociado o tratado de limites, em 1909, em que o Brasil concedeu ao Uruguai a livre navegação e o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

O Barão, nisso, inspirou-se no seu pai. O Visconde de Rio Branco, quando ainda não era Visconde, foi Embaixador em Montevidéu, no início do anos 1850 mais ou menos. E, naquele momento, o Visconde compreendeu e transmitiu ao filho a imagem do que ele achava que podia ser feito. Vou, inclusive, permitir-me aqui, Sr. Presidente, citar um pequeno trecho de um discurso do Visconde, de 1860, quando ele transmite a ideia do que ele pensava que era a visão da Diplomacia brasileira para o Prata.

Dizia o Visconde: "[...] porque temos consciência de nossa força, podemos ser moderados, benévolos [...], tanto quanto estes sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império".

A iniciativa do Barão, com o Tratado de 1909, foi, na verdade, um divisor de águas nas relações com o Uruguai. A partir deste momento, nós pudemos desenvolver com Uruguai uma série de iniciativas, inclusive, de integração física que foram pioneiras na América do Sul. Por exemplo: em 1913, houve a primeira ponte ferroviária entre Santana do Livramento e Rivera; em 1915, foi inaugurada a Ponte sobre o Rio Quaraí; e, em 1930, foi inaugurada a Ponte Barão de Mauá, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

joia arquitetônica, que, infelizmente, hoje precisa de reformas – é algo com que nós precisamos nos preocupar, porque é um ícone, trata-se da primeira ligação rodoviária entre dois países da América do Sul.

Não é exagero a gente pensar que essa ação do Barão foi um cimento fundamental para que a gente pudesse, no final do século XX, dar um passo muito importante que foi o Mercosul. É, com muito orgulho, que hoje venho a esta Comissão e tenho, atrás de mim, a bandeira do Brasil e a bandeira do Mercosul, cujo tratado original, o Tratado de Assunção, por sinal, foi assinado na Presidência do Presidente Collor. Então, também é uma menção que eu acho que deve ser feita.

Passo, agora, a fazer um pequeno perfil da economia do Uruguai. O Uruguai é considerado pelo Banco Mundial um país de renda alta. É importante que a gente saiba que o Uruguai é uma das maiores rendas *per capita* da América Latina, de US$21 mil. Quando nós comparamos com os US$15 mil da renda *per capita* do Brasil, nós percebemos a diferença. No Uruguai, 60% da população é de classe média; apenas 9,4% está na linha da pobreza; e 0,3%, na pobreza absoluta, quer dizer, é realmente algo extremamente interessante.

Em termos de PIB *per capita*, ele se encontra no terceiro lugar na América Latina. Só existe à frente dele Chile e Panamá. E, em termos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), das Nações Unidas, na frente do Uruguai, só há dois países também, que são Chile e Argentina.

A economia do Uruguai tem crescido muito. Em 2017, cresceu 3,5%, e, na verdade, está agora num período de 15 anos de crescimento ininterrupto. Entre 2003 e 2016, esse crescimento esteve na casa de 4,5%. É um país que tem 176 mil quilômetros quadrados. Em termos de população e PIB, faz recordar um pouco o Distrito Federal: são 3 milhões de habitante e são US$60 bilhões de PIB.

E uma coisa que a gente se pergunta é a seguinte: como esse país consegue crescer tanto? Qual foi a receita para um país que depende tanto do comércio exterior, como Uruguai – 50% do PIB do Uruguai é referente ao comércio exterior. É muito para um país.

Muito bem. As respostas são várias; não há uma resposta só, mas uma das coisas que eles fizeram foi, primeiro, diversificar a pauta exportadora. Então, por exemplo, passaram a exportar celulose e vão exportar mais celulose ainda, porque há um investimento imenso da Finlândia numa segunda planta, um investimento de US$4 bilhões. Será o maior investimento da história do Uruguai, que, materializado, vai aumentar ainda mais a exportação de celulose.

Outra coisa que eles fizeram foi passar a vender mais para a China: hoje eles vendem para a China 80% da soja e 40% de toda a carne que eles produzem. Eles vendem para a China quase US$3 bilhões por ano, no geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira coisa que eles fizeram foi aumentar a renda do turismo. O turismo é tão importante... Estava conversando com o Senador Hélio José, e ele mesmo comentou a importância do turismo. Pois muito bem, lá no Uruguai, a renda do turismo é uma das maiores fontes de divisa, chega a US$2,5 bilhões.

Além disso, trabalharam com a ideia de regimes especiais de impostos, estabelecimento de zonas francas e também produção de *software* e indústria audiovisual. O país aumentou muito o investimento em ciência e tecnologia. Na verdade, eles cresceram em termos reais: de 2007 a 2015, o investimento em ciência e tecnologia do Estado cresceu 73% em termos reais. Hoje eles têm, por exemplo, *softwares* sendo produzidos no Uruguai por *startups* e sendo vendidos para os Estados Unidos – a partir desses investimentos.

E há também a aplicação dessa tecnologia na economia tradicional. Então, hoje, eles dispõem de rastreabilidade do gado bovino. Ou seja, o boi uruguaio tem currículo, você sabe exatamente o que ele fez na vida. Isso, para os consumidores, é uma vantagem tremenda, porque eles têm garantia quanto ao que fez esse animal e por onde ele passou até chegar às suas mesas na Europa, nos Estados Unidos, no Japão ou onde for.

No entanto, a economia uruguaia não tem só o lado bom. Há também problemas, como em todo país. E uma das questões que aflige a economia do Uruguai hoje é o déficit fiscal, que está na casa dos 3,5% do PIB.

O ritmo do crescimento também tem sido reduzido nos últimos anos. O desemprego cresceu um pouquinho no ano passado, mas ainda está muito baixo: na faixa de 8%. E também é preciso que aguardemos um pouco o que vai acontecer com a economia da Argentina – esperamos que tudo corra bem, que o momento tenha sido superado. Como a Argentina é o maior investidor no Uruguai, com US$29 bilhões, a sua situação econômica é algo que realmente tem de ser levado em conta, assim como tem de ser levada em conta a questão do preço do petróleo, já que o Uruguai importa 100% do petróleo que usa.

Em termos gerais, hoje, no Uruguai, existe preocupação no setor dos produtores rurais. Como ocorre em outros países, inclusive no Brasil, esses setores pedem hoje menos impostos e pedem também que o câmbio seja um câmbio que... Na visão deles, o câmbio está apreciado, eles queriam mudanças no câmbio.

Passo agora a comentar um pouco a agenda bilateral Brasil-Uruguai.

O Uruguai é um país essencial para o Brasil, é um parceiro estratégico. Mas é mais do que isso: a própria história da diplomacia brasileira do século XIX, do século XX e de hoje passa necessariamente pelo Uruguai, quer dizer, desde de tudo o que se passou no século XIX até a construção do Mercosul. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito paradigmático que a Secretaria do Mercosul esteja em Montevidéu. Isso é um elemento de significado. Ou seja, a história passou por ali.

O Parlasul, o Parlamento do Mercosul, de que alguns dos Senadores aqui participam, também está em Montevidéu. Então, nos unem relações históricas, relações políticas, relações comerciais, muitos investimentos, investimentos brasileiros pesados, a integração do Mercosul, a integração energética. Enfim, seja por essa agenda que eu chamo de macro, seja por aquela agenda que pode ser chamada de micro, que é aquela agenda da fronteira, que é tão importante para as pessoas que vivem lá, a relação com o Uruguai é uma relação essencial.

O Uruguai depende do comércio exterior. É um país que participa ativamente do Mercosul. A Cúpula do Mercosul, no final do ano, será em Montevidéu, e o Uruguai é um país que estimula muito a agenda externa do Mercosul, inclusive as negociações do Mercosul/União Europeia. Agora eu vejo que chega aqui o Senador Armando Monteiro, que, quando Ministro, estimulou muito essas negociações. E, para o Uruguai, que é um país que depende muito do comércio exterior, isso é algo fundamental.

Existe, na verdade, uma forte interligação entre as duas economias, e essa interligação é de muito tempo. Ela vem do tempo da colônia, ela se reforçou muito na época do Império, com o Barão de Mauá, que lá criou o Banco Mauá, que trabalhava no Uruguai, que trabalhava na Argentina, que trabalhava no Brasil, e ela se estende até hoje, com o Brasil possuindo grandes investimentos em todos os setores ativos da economia do Uruguai. O Brasil está presente seja no setor energético, seja no setor bancário, siderúrgico, agropecuário, de roupas, bebidas, em tudo isso está o Brasil.

Por exemplo, no caso da carne bovina, empresas brasileiras são responsáveis por quase a metade do abate da carne bovina do Uruguai, ou no arroz, em que também, muitas vezes, os produtores gaúchos ou de outras procedências do Brasil têm uma presença muito forte. E também há a indústria automobilística no Uruguai, que é pequena, mas é uma indústria que se impõe e que existe basicamente para vender carros para o Brasil. Então, é algo também extremamente significativo.

No caso da integração energética – e aqui temos a presença do Senador Lobão, que trabalhou muito por isso quando Ministro de Minas e Energia, na verdade trabalhamos juntos algumas coisas, na época tive a honra de ser Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty –, o Uruguai hoje, pelas linhas de transmissão, a linha de transmissão San Carlos-Candiota, construída na época do Ministro Lobão como Ministro de Minas e Energia, e Rivera-Sant'Ana do Livramento, vende para o Brasil, ou vendeu, no ano passado, US$130 milhões, atendendo muito o Rio Grande do Sul, que fica na ponta do sistema. Essa presença do Uruguai dá uma segurança adicional ao sistema elétrico brasileiro.

A Petrobras também está presente lá: ela tem distribuição de gás em Montevidéu, distribuição de gás no interior, postos de gasolina. A Eletrobras está presente também: lá há o primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimento da Eletrobras no exterior, o Parque Eólico Artilleros. É essa energia que termina vindo para o Brasil, comprada por nós. Enfim, é uma relação muito paradigmática.

No comércio também; no comércio, o Brasil é o segundo maior parceiro comercial do Uruguai, só perde para a China, mas, quando contabilizamos o petróleo, o que nós fazemos nas nossas contas, o Brasil passa a ser o principal parceiro comercial do Uruguai. O nosso volume de comércio, em 2014, bateu um recorde, foi de US$5 bilhões. Só para os senhores terem um dado de comparação, o país tem um PIB de US$60 bilhões, com um comércio de US$5 bilhões. Isso demonstra claramente a importância disso. No ano passado, a corrente de comércio se situou em US$3,7 bilhões, US$2,4 bilhões de exportações do Brasil e US$1,3 bilhão de importações do Brasil. O que a gente verifica, nos últimos quatro anos, é a existência de um superávit na balança comercial para o Brasil situado na casa de US$1 bilhão. Como nós exportamos petróleo, neste ano também, esse superávit está aí e deve até crescer um pouco mais, mas, na verdade, é um comércio muito grande. Nós vendemos para o Uruguai, sobretudo, petróleo, automóveis e produtos manufaturados e compramos leite, malte e energia elétrica.

Além desse lado macro, existe também outra realidade, a realidade da fronteira. A fronteira do Brasil com o Uruguai é uma fronteira de 1,68 mil quilômetros, que tem uma característica interessante: é a fronteira mais viva do Brasil. São seis cidades irmãs. E nós temos ali uma realidade em que, do lado do Uruguai, vivem 10% da população do Uruguai, 330 mil pessoas, e em que, do lado do Brasil, vivem 500 mil gaúchos, ou seja, há quase 1 milhão de pessoas vivendo nessa fronteira, interagindo nessa fronteira. E estão vivendo uma realidade única, porque a vida na fronteira não respeita aquela linhazinha que nós traçamos nos tratados; a linha, na fronteira, é dinâmica. Os problemas dessas pessoas, que, às vezes, na mesa dos burocratas parecem problemas pequenos, na realidade do dia a dia, são grandes problemas. São problemas que temos de trabalhar para resolver, nas áreas de trabalho, de saúde, de educação, de desenvolvimento social e econômico. O que eu gosto de dizer é o seguinte: a relação com o Uruguai não envolve só a política externa, mas também a política interna, porque temos ali 500 mil gaúchos, que estão vivendo essa realidade e que precisam também ser atendidos. Por isso, caso eu seja aprovado por esta Comissão, uma das minhas prioridades será nitidamente a questão da fronteira.

Finalmente, apresento o programa de trabalho. Caso eu seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, pretendo dedicar os maiores esforços para imprimir um dinamismo renovado nas relações Brasil-Uruguai. Em termos econômicos e comerciais, a ideia é trabalhar para ter cada vez mais parcerias. Não vamos só pensar em comprar empresas. Vamos pensar em trabalhar em conjunto, vamos pensar em *joint venture*, vamos pensar numa coisa que seja compartilhada, porque há muito o que podemos aprender também com o Uruguai, que, aliás, é um país de grande nível de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos políticos, a meta que estou estabelecendo é a realização de visitas de alto nível com maior frequência e regularidade. Também pretendo convocar, no mais breve prazo possível, as reuniões pendentes de mecanismos institucionais de cooperação, como a nova agenda no caso dos assuntos de fronteira e o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai no caso dos projetos prioritários.

A fronteira será uma prioridade, como eu falei. E também pretendo estimular muito a cooperação cultural. Há muito o que se pode fazer. Há um polo de cinema importante lá, que faz muitas coproduções.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Então, pretendemos trabalhar muito com isso.

Também em ciência e em tecnologia, na área de *software*, creio que há muito o que fazer nesse caso.

Srªs e Srs. Senadores, todos os que nos veem, para terminar eu gostaria de evocar, mais uma vez, o Barão do Rio Branco. Quando ele terminou o trabalho de fazer o mapa do Brasil, ele disse o seguinte: "Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é de contribuir para a união e a amizade dos povos da América do Sul."

A minha esperança é seguir os passos do Barão e, caso aprovado por esta Comissão, também promover os interesses brasileiros, estimular a política de integração, buscar melhorar a vida das pessoas na fronteira, fazendo avançar, cada vez mais, a união e a amizade entre o Brasil e o Uruguai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Antonio Simões. Meus cumprimentos pela bela exposição, que culmina com a citação do seu patrono, o Barão do Rio Branco.

Eu gostaria de dar início à intervenção dos nobres pares. Já está inscrito o eminente Senador Lasier Martins, do Estado do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

Solicito que os demais Senadores vão se inscrevendo.

O próximo será o Senador Hélio José.

Então, Senador Lasier, V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente dos trabalhos, Senador Antonio Augusto Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo os nossos eminentes Embaixadores, um deles indo ali para nossa vizinhança, bem próximo do Rio Grande do Sul, o Embaixador Antonio Ferreira Simões, e o outro eminente Rodrigo Baena Soares, inserido numa belíssima família de diplomatas, que está indo para o Peru.

Eu começo perguntando ao nosso Embaixador Antonio Ferreira Simões, que fez uma exposição incluindo a vizinhança com o Rio Grande do Sul. Eu não sei se perdi o começo da sua fala, perdi um pouco da fala do Embaixador Baena Soares, porque está havendo uma cerimônia de homenagem à Embrapa no plenário do Senado, e eu estava participando dela, inclusive mais tarde devo voltar para lá, mas eu não sei se V. Exª falou na abertura agora dos *free shops*. É um acontecimento muito importante para o Rio Grande do Sul, para o Brasil inteiro, mas só o Rio Grande do Sul terá 11 cidades com a implantação dessas lojas mais acessíveis, mais flexíveis nos seus preços. Por exemplo, com o Uruguai nós teremos Sant'Ana do Livramento, Jaguarão, Chuí, entre outras, são 11 cidades.

Então, nessa fronteira em que o comércio vai se incrementar muito mais, certamente teremos a sua contribuição, a sua participação, o seu incentivo, que vai facilitar ainda mais esse inter-relacionamento já muito bom existente entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Nós sabemos de uma quantidade muito grande de fazendeiros que, em razão de dificuldades no Rio Grande do Sul, se transferiram para o lado de lá, estabelecendo fazendas, criação de gado, plantações de soja, gaúchos que estão do lado uruguaio.

Outra questão que queria abordar, porque tive a oportunidade de sentir na rápida conversa que tivemos ontem, é sobre o seu interesse pelo vinho. V. Exª vem da Espanha, onde atuou na Embaixada do Brasil em Madri, e percebeu a diversificação de regiões para o cultivo de videiras e fabricação de vinhos.

Nós temos, no Rio Grande do Sul, uma região sedimentada como produtora de vinhos que é o Vale dos Vinhedos, onde há em torno de 40 vinícolas, com a produção de vinhos de muito boa qualidade. Porém, pouco a pouco, está se descobrindo que, talvez, o melhor solo gaúcho para a produção de vinhos seja exatamente aquela região de fronteira com o Uruguai – Livramento, Bagé, Dom Pedrito –, onde até já estão produzindo vinho.

Eu queria ouvir a sua comparação com o que senhor sentiu na Espanha, ou seja, essa diversificação que houve lá e se nós poderíamos adotar também no Rio Grande do Sul. É uma matéria delicada, porque não podemos mexer com aqueles que já estão muito bem estabelecidos, mas já há vinícolas da região de Bento Gonçalves, do Vale dos Vinhedos, que estão também se transferindo ou compartilhando de cultivos na região de Livramento.

Então, eu queria uma palavra sua, com base na sua experiência, sobre na Espanha não se ter ficado apenas na região de La Rioja, que é a parte forte na produção de vinhos naquele país, e se poderíamos também copiar essa diversificação no território gaúcho, já que somos os maiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores de vinhos do Brasil. O Rio Grande do Sul produz 90% do vinho brasileiro. E temos muito orgulho dessa produção.

E queria fazer uma pergunta ao eminente Embaixador Rodrigo Baena Soares, com quem tive oportunidade de conversar ontem. V. Exª está indo para o Peru em uma época conflagrada em razão da corrupção lá. O Ministério Público peruano apurou atos de corrupção do Presidente Pedro Kuczynski, que inclusive renunciou ao mandato, e tem também levado a efeito investigações também sobre o que fizeram Alejandro Toledo, Alan García, Ollanta Humala e a ex-candidata, que não conseguiu concorrer, a Keiko Fujimori.

De que modo trabalhar num ambiente como esse, ainda mais quando uma protagonista importantíssima nesses casos de corrupção é uma empresa brasileira, a Odebrecht?

No mínimo, uma das funções de V. Exª será a de procurar melhorar a imagem do Brasil, porque deve repercutir muito mal o fato de termos colocado lá, ou melhor, de essa empresa ter se colocado lá de maneira a depreciar o conceito brasileiro.

Então, são essas as perguntas que eu queria formular, Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito o eminente Senador Lasier Martins por suas indagações.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o eminente Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço a V. Exª, Senador Anastasia, e o parabenizo pela condução dos trabalhos.

Cumprimento o nosso nobre Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares e também o nosso nobre Embaixador Antonio José Ferreira Simões. Meus cumprimentos! Trata-se de dois servidores públicos de alta competência, demonstrada nos países por onde passaram.

O nobre Embaixador Rodrigo Baena está vindo de Moçambique, um país muito importante para as relações dos países de língua portuguesa e um país que sofre com a pobreza generalizada. Com certeza, a experiência dele em Moçambique fará muito bem para as nossas relações Brasil-Peru.

E o nobre Embaixador Antonio está vindo da Espanha, um país com alto desenvolvimento, onde a questão das energias, por exemplo, renováveis praticamente atinge até mais do que 50% da matriz elétrica da Espanha, onde a distribuição energética, a energia distribuída nos tetos e em outras situações é grande. E é um país fundamental para as relações com os irmãos latino-americanos – é o caso da Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que os dois estão vindo de duas escolas que vão ajudar muito o Brasil tanto nas relações comerciais com o Mercosul quanto com o grupo Andino, podendo, portanto, nos ajudar muito nessa área.

O Peru, por exemplo – nobre Baena, acho que o Brasil é uma excelência na produção de energia eólica, e o Peru tem baixíssimo índice de aproveitamento de energia eólica, com uma grande plataforma marítima e também litorânea –, poderia ser um grande ponto de negócios e de investimentos, de pensamento para melhorar a balança comercial brasileira com relação às energias alternativas, que estão dentro de uma política adequada, e principalmente com relação à energia eólica, que no Peru tem um potencial significativo.

O Uruguai também, não tenha dúvida, com relação a essa mesma questão eólica que coloco, Embaixador Antonio, pode ser muito bem explorado. O Brasil tem lá, no Parque Osório... Os primeiros grandes parques eólicos brasileiros estão ali no Rio Grande do Sul, que tem um relevo e uma endometria muito similar à do Uruguai. Isso pode também nos abrir algumas fronteiras de mercado.

Algumas questões que foram sugeridas pela minha assessoria. Para o nosso nobre Rodrigo de Lima Baena Soares. Em abril de 2016, os governos do Brasil e Peru assinaram o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, que disciplina matérias de investimentos, serviços e compras governamentais com vista a maior integração comercial e aceleração de seus processos de desenvolvimento econômico e social. Alguns o consideram o mais amplo acordo temático bilateral já concluído pelo Brasil, contendo compromissos em matérias de investimentos, serviços e compras governamentais. Para além de complementaridades industriais a serem exploradas entre as duas economias, que já dispõem de acordos tarifários abrangentes, como o Acordo de Complementação Econômica nº 58, da Aladi, o novo acordo estabelece e consolida as regras que potencializarão e balizarão os negócios entre Brasil e Peru, criando novas oportunidades de integração, facilitando investimentos recíprocos e diversificando a natureza do comércio bilateral. Qual a avaliação que se pode fazer desse último acordo, nobre Embaixador? Que resultados podem ser conseguidos em nossa cooperação e intercâmbio com o Peru?

A integração tão almejada para a América do Sul deve envolver também a integração produtiva. Merece destaque a integração de um importante setor de infraestrutura que é o da área energética. Esse destaque deve-se à experiência já acumulada pelo Brasil e a vantagens de ganho que ela determina para os países envolvidos. Pergunto: quais as perspectivas de se trabalhar a integração energética Brasil-Peru, tendo em conta que há grandes afinidades nesse campo? Como o Brasil poderia ter um papel catalisador nesse processo, tanto nas experiências hidroelétricas na parte amazônica do Peru, nos rios que descem dos Andes, com a experiência eólica na outra parte, quanto com a solar também, já que a solimetria do Peru é muito favorável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cresceu o fluxo comercial entre o Brasil e o Peru, após a integração física proporcionada pela rodovia interoceânica que liga o Estado do Acre ao litoral do Peru. O comércio entre os dois países continua mais expressivo pelos transportes aéreo e marítimo. Mas, após 2011, quando a rodovia começou a operar em sua totalidade, houve aumento de 3% nas exportações brasileiras e 5% nas peruanas, somente pelo modo rodoviário. Esses dois dados confirmam a importância da integração e da facilitação do comércio. O fortalecimento das relações bilaterais e de comércio pode servir de impulsor para o crescimento de regiões pouco desenvolvidas de ambos os países. Tendo em vista essas informações, pergunto como dinamizar a integração por mais rodovias de transportes do Brasil e Peru e tornar ainda mais atrativa essa ligação rodoviária já existente. Como é a percepção no Peru sobre essas ligações?

Meu nobre Embaixador do Uruguai, Antonio, as questões que a minha assessoria preparou, além daquelas outras de que já falei, são as seguintes.

Um. A Agência Mudes afirma que a crise argentina não deve provocar efeito dominó na América Latina, mas deve agitar o mercado do Uruguai. O dólar tem sofrido alta por lá, mas devido, sobretudo, a fatores globais, o que não significa que parte se deve à Argentina. Como está a saúde financeira, as reservas uruguaias e qual o nível de dependência do Uruguai em relação à Argentina?

Dois. O Uruguai tem seguido rumo diferenciado na região em vários assuntos. Recentemente, foi destacado pela OIT como um exemplo em relação à proteção social. São práticas associadas ao amparo à maternidade e à paternidade, à cobertura universal em pensões, proteção de pessoas com deficiência e de crianças, bem como à aplicação do imposto único. O que o Uruguai tem a ensinar sobre o modelo de desenvolvimento social para nós, os brasileiros?

Três. Geralmente, insistimos em perguntas sobre o relacionamento comercial bilateral e eventuais interesses associados, mas, nem sempre, prestamos atenção às boas práticas, inclusive parlamentares. O projeto uruguaio estima que possui 70 mil crianças e alunos superdotados no País. Há registro nacional de alunos com altas habilidades. Protegendo seus dados pessoais, estimula a política pública do potencial criativo, cognitivo, produtivo e acadêmico. Sem adentrar na armadilha da meritocracia e ignorando desenvolvimentos pessoais de frentes, como impulsionar regionalmente a educação e as habilidades em prol do desenvolvimento comum?

Além disso, queria concluir agradecendo relatoria do nosso nobre Embaixador Rodrigo Baena. Desejo muito sucesso a ele na ida ao Peru, que seja tão exitosa quanto foi em Moçambique. Cumprimento nosso nobre Antonio. Desejo que eles consigam aumentar o fluxo turístico de uruguaios para o Brasil e de peruanos para o para o Brasil tanto quanto nós temos para os dois países vizinhos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito ao eminente Senador Hélio José, inclusive Relator do Embaixador Rodrigo, pelas suas colocações.

Seguindo aqui as nossas inscrições, o próximo é o eminente Senador Lobão, nosso Presidente na CCJ, que se inscreveu.

Após S. Exª, está inscrito o Senador Armando Monteiro. E creio que, logo depois, Senador Cristovam, já o estou inscrevendo aqui, porque sei que, como Relator que é, também vai apresentar suas ponderações.

Senador Lobão, com a palavra V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Sr. Presidente, Antonio Anastasia, que é Presidente associado da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente *ad hoc* de todas as comissões daqui do Senado, eu o cumprimento especialmente.

Srs. Senadores, eu não desejo fazer indagações aos dois Embaixadores, porque os conheço de sobra. Sei da competência e do espírito público de ambos. O Embaixador Baena Soares, como aqui já foi lembrado, é de uma linhagem de diplomatas de primeira grandeza. O pai foi Secretário-Geral da OEA, meu amigo muito querido, por muitas vezes estivemos juntos, e que prestou relevantíssimos serviços à diplomacia brasileira e ao Brasil. Cumprimento V. Exª desejando que tenha no Peru o mesmo desempenho que tem demonstrado nas outras missões que exerceu.

Quanto ao Embaixador Simões, eu o conheço de sobra e estivemos juntos diversas vezes; em muitas missões também juntos. Era Embaixador na Venezuela e por diversas vezes eu fui àquele país como Ministro de Minas e Energia. E houve até alguns desafios respondidos positivamente pelo Embaixador Simões.

O Embaixador não tem apenas a função de assinar papéis. Sabem o Embaixador Baena e o Embaixador Simões que precisam manter uma estreita relação com as autoridades do país onde se encontram. Certa vez, houve um desafio ao Embaixador Simões para que em menos de 24 horas conseguisse uma audiência do Ministro de Minas e Energia do Brasil com o Presidente Chávez. Foi dado a ele, portanto, um prazo de 12 horas para que se entendesse com o Presidente daquele país e marcasse a audiência. Quatro horas depois, o Embaixador Simões me telefonava dizendo que a missão havia sido cumprida. Em outras ocasiões, estivemos juntos em Itaipu.

E, já que se mencionou tanto o Uruguai, para cujo país irá agora o Embaixador Simões, menciono também outro episódio. O Presidente Lula disse-me – e com isso transmitia-me uma instrução – que o Presidente, Dom Pepe, desejava conhecer o Ministro de Energia do Brasil. Achei, naquele instante, estranho que o Presidente do Uruguai apenas pretendesse conhecer o Ministro brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui lá. Fomos juntos. E lá, de fato, o que desejava o Presidente era que o Brasil e o Uruguai se associassem na implantação de um parque eólico – que ainda há pouco foi referido pelo nosso Embaixador –, o que foi feito. Tomamos uma decisão e, conjuntamente, construímos o parque eólico naquele país.

Naquele momento, nós estávamos exportando 300MW de energia para o Uruguai através de uma linha de transmissão que passava pela Argentina. Era a contribuição que o Brasil dava à integração da América do Sul. Hoje, como também mencionou o Embaixador, nós estamos recebendo energia do Uruguai que diz respeito à nossa sociedade naquele parque eólico. Essa energia vem para o Rio Grande do Sul, ajudando-nos a garantir o abastecimento desse Estado tão importante do Brasil.

Na verdade, a política energética brasileira ganhou impulso à época do Presidente Lula, quando, juntamente com alguns presidentes sul-americanos, ele desenvolveu um raciocínio segundo o qual a integração se faria mais rapidamente e mais eficientemente se ocorresse através de uma interligação energética. Passamos, então, a estimular, a incentivar e a tomar providências quanto à construção de duas hidrelétricas na fronteira do Brasil com a Argentina. Os projetos foram elaborados, os recursos, estabelecidos e os tratados, esboçados. Duas grandes hidrelétricas.

Fui também algumas vezes à Guiana, cujo Governo se interessava por que o Brasil construísse duas grandes hidrelétricas naquele país com o compromisso de importar a energia limpa.

Por algumas vezes, negociamos também com a Venezuela a construção de uma nova hidrelétrica.

Com o Paraguai já temos a maior hidrelétrica do mundo – porque, embora nominalmente Três Gargantas possa ter 6 mil megawatts a mais do que Itaipu, na prática a produção de energia firme no Brasil, em Itaipu, é superior à de Três Gargantas, na China.

Imaginavam, sobretudo, os Presidentes Lula, Chávez e Cristina Kirchner, com o Uruguai pensando igual ao Paraguai, que nós promoveríamos, de fato, as ideias do Bolívar de integração sul-americana através da interconexão do sistema de energia elétrica entre esses países. Era a América portuguesa com a América espanhola dando-se as mãos, além do Mercosul, num projeto de grande envergadura. Lastimavelmente, as ideias desses Presidentes que pareceram tão ajustadas aos tempos em que vivemos perderam um pouco do ritmo, o que não quer dizer que tenham sido abandonadas.

Mas essas são algumas lembranças que trago a respeito dos dois ilustres Embaixadores, para concluir dizendo que o Itamaraty é uma forja de grandes valores. Não só apenas os dois Embaixadores aos quais me refiro, que estão no topo da pirâmide dos serviços à Nação brasileira; outras colegas seus, de igual dimensão, de igual densidade, vamos encontrar, Senador Cristovam, no Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dito até que, num passado não muito distante, o Brasil, que era pobre de valores para a cúpula governamental, se valeria de servidores do Itamaraty e servidores do Banco do Brasil para a gestão nacional. Foi um tempo que certamente evoluiu. Hoje, já temos um corpo de servidores de grandes proporções, como intelectuais, como técnicos, e cada vez nos valemos menos dos valores do Itamaraty e do Banco do Brasil. O que não quer dizer que tenham caído de nível; ao contrário, aperfeiçoaram-se, evoluíram ainda mais. O fato é que são diplomatas de primeira linha, assim como os encontrados pelos demais países do mundo.

Cumprimento, portanto, os dois Embaixadores que vão emprestar seus serviços, sua inteligência, sua competência servida ao Brasil a outros países, agregando mais contribuição a esta Nação de cerca de 210 milhões de habitantes num território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

O Brasil, ainda pouco, lembrava o Embaixador Simões, já é um país com US$380 bilhões de reservas externas, é uma das maiores reservas do mundo. Isso tudo se conseguiu – volto a mencionar o nome, e sempre o faço com respeito e admiração – com o esforço brasileiro, é claro, mas sob a gestão do Presidente Lula. O Presidente Lula pagou, no seu governo, o que devíamos ao Fundo Monetário Internacional, tirando de nós aquela humilhação constante de servidoras do FMI, que aqui vinham, portando as suas bolsas Louis Vuitton, para nos humilhar, fiscalizando-nos no nosso Banco Central e no Ministério da Fazenda. Lula não só pagou o que o Brasil devia, como ainda emprestou US$15 bilhões ao Fundo Monetário Internacional, portanto, anistiando-nos daquelas humilhações pelas quais passávamos.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a generosidade de ouvir-me com paciência, assim como a meus ilustres colegas, por tanto tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lobão. É sempre uma honra e um prazer ouvir V. Exª, que traz a experiência de um Senador decano da Casa e, sobretudo, de Ministro de Estado durante tantos anos de uma pasta tão relevante como é a de Minas e Energia, o que acaba de demonstrar agora na sua bela exposição.

O próximo inscrito é o eminente Senador Armando Monteiro, a quem concedo, também com muito garbo, a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os dois Embaixadores aqui presentes, o Embaixador Baena e o Embaixador Simões. É uma satisfação poder participar desta sabatina.

Eu começaria destacando também a satisfação que temos, como brasileiros, de poder verificar, a cada momento, a qualificação dos quadros do Itamaraty. Eu tive, na condição de Ministro, durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curto período, a oportunidade de poder conviver de forma estreita com essa burocracia que honra as carreiras de Estado do nosso País. Pude, portanto, identificar a competência, o zelo, o patriotismo desses quadros. Queria iniciar minha intervenção fazendo este registro por absoluto dever de justiça.

Quero agradecer inicialmente ao Embaixador Baena pelo registro que fez do acordo em que tive a honra de, na condição de Ministro, representar o Brasil, nesse protocolo que foi firmado em abril de 2016 e que consagrou um acordo muito amplo do ponto de vista temático e que representa, a meu ver, uma boa referência do que podemos ainda promover no interesse desse processo de integração que é tão importante entre os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico.

Eu destacaria, nessa moldura que foi proporcionada por esse acordo temático, aliás, multitemático, a perspectiva de liberalização na área de serviços. Nós temos possibilidades imensas nessa área em relação ao mercado peruano, que vão desde a área de tecnologia da informação, serviços de engenharia e de arquitetura a toda a área de turismo. Portanto, eu creio que esse acordo representará um importante instrumento para a ampliação das nossas relações nessa área de serviços.

Quero até assinalar que, graças a esse acordo, os compromissos peruanos praticamente são equivalentes aos que foram consolidados no âmbito do acordo do Tratado do Transpacífico com os países da Aliança do Pacífico. Então, o Brasil foi alçado praticamente ao mesmo *status,* no que diz respeito ao tratamento da área de serviços, que existe nessa perspectiva do acordo mais amplo.

Por outro lado, tivemos a oportunidade de realizar o primeiro acordo de compras públicas. Senador Anastasia, o mercado de compras públicas no Peru é algo muito expressivo se levarmos em conta as licitações de todas as áreas, é algo estimado em mais de US$10 bilhões por ano. As empresas brasileiras eram obrigadas a fazer um depósito para participar das licitações equivalente a 5% da capacidade máxima de contratação. Então, imagine como era difícil poder, em condições minimamente isonômicas, participar desse processo. Graças a esse acordo de compras públicas, as empresas brasileiras, evidentemente, passam a ter um acesso franco a essas licitações.

E destacaria, finalmente, o acordo ACFI (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos), que representa também um marco novo para estimular os investimentos dos dois países.

Mas eu gostaria de adicionar um ponto importante: no Brasil, especialmente no momento em que tivemos essa grande retração do mercado doméstico na área automotiva, foram fundamentais esses acordos automotivos que estabelecemos na América Latina para que o Brasil pudesse ampliar as exportações, por exemplo, o acordo do México, o acordo da Argentina, mas também pudemos promover acordos com a Colômbia.

Com o Peru, particularmente, eu queria fazer uma indagação ao Embaixador. Estava prevista a antecipação do cronograma de desgravação para que pudéssemos também acessar o mercado peruano. É um mercado de quase 200 mil unidades por ano, não é um mercado desprezível, e o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje tem uma participação absolutamente irrelevante no comércio automotivo com o Peru. Então, eu creio que seria, com a antecipação da desgravação no âmbito daquele ACE 58... É um mercado também muito importante para o País, e me parece que ainda está pendente de internalização, particularmente com o Peru. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Perfeito.

Bem, eu queria, então, ouvir um pouco o Embaixador sobre esse tema do cronograma de desgravação, que me parece fundamental para a ampliação do nosso comércio. E queria também instá-lo a fazer uma avaliação rápida do que representa essa presença cada vez mais avassaladora da China nesses mercados. Quer dizer, a presença da China, de certo modo, contribui para deslocar um pouco o comércio, vamos dizer, intrarregional, particularmente olhando o Brasil como um país que pode ter uma presença mais importante nesses mercados. Então, gostaria de ouvir o Embaixador sobre essa questão de como ele vê a presença da China, que vem se ampliando de forma muito efetiva. E ainda ouvi-lo sobre a perspectiva de exportação, por exemplo, de carne suína para o Peru, que é um mercado importante também nessa área.

Com relação ao Uruguai, ao nosso Embaixador Simões quero dizer da satisfação que tive de poder trabalhar ao lado dele nessa agenda. Tivemos a oportunidade de fazer várias viagens, e ele sempre teve um papel extraordinariamente importante nesse processo. E, agora, no Uruguai, eu queria aproveitar para pedir a ele que faça – sei que ele está sempre muito atualizado nesses temas – uma avaliação do nosso acordo Mercosul-União Europeia, como ele vê, hoje, o *status* dessas negociações, lembrando que o Uruguai desempenhou um papel muito importante nesse processo, sempre.

Inicialmente, o Uruguai, durante aquele período de certo imobilismo no Mercosul, apontava muito a necessidade de intensificarmos acordos bilaterais, mas, depois, graças a um maior alinhamento da posição da Argentina, o que veio a ocorrer a partir da eleição do Presidente Macri, o Uruguai ficou, de forma muito presente, animado com essa perspectiva de relançamento do Mercosul. E me parece que o mais importante marco desse relançamento seria a consecução de um acordo com a União Europeia. Então, eu queria ouvi-lo sobre essa sua avaliação. E, ainda do ponto de vista extrarregional, que novos acordos ele identifica como possíveis nessa nossa agenda extrarregional do Mercosul?

Quero só lembrar um ponto, que também destaco para o Embaixador Baena: graças a esse acordo de compras públicas do Peru, o nosso Mercosul apressou o passo para promover um acordo inter-regional de compras públicas, o que nós não tínhamos, Senador Anastasia. No âmbito do Mercosul, nós não tínhamos um acordo de compras públicas. Portanto, acho que tivemos nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda a oportunidade também de estimular esse movimento no sentido de contarmos também com esse instrumento.

Então, eram essas as questões.

Agradeço muito a oportunidade que me foi dada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pelas suas ponderações igualmente sempre lúcidas e procedentes.

O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, a quem concedo, com alegria, a palavra, para que faça sua intervenção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um!

Meus cumprimentos aos Srs. Embaixadores.

Peço desculpas por não ter chegado aqui a tempo, por não ter chegado mais cedo. Os tempos de hoje nos exigem muitas coisas aqui dentro, em áreas diferentes, e lá fora, no DF e no Brasil. Dessa maneira, por mais cedo que se acorde e por mais tarde que se deite, a gente chega atrasado aos compromissos.

De qualquer maneira, conheço os dois, li os relatórios e só tenho boas referências a fazer. Conheço o Embaixador Baena mais pelas coisas que ele fez indiretamente. Com o Embaixador Simões tive uma boa convivência durante um período em que fui membro do conselho editorial de uma editora espanhola. Eu ia lá a cada tantos meses, e, mesmo que eu chegasse lá num domingo e voltasse na segunda à noite, ele achava um tempo para se encontrar comigo e para conversarmos.

Nesse sentido, vou fazer uma pergunta a cada um que tem a ver mais com os países de onde estão saindo do que com aqueles para onde vão. Logo depois, entretanto, Sr. Presidente, se o senhor me permite, quero fazer referência ao conjunto dos países latino-americanos.

Embaixador Simões, eu gostaria de saber como anda a recuperação da Espanha. Não me lembro dos números, mas a Espanha passou por uma recessão que não foi menor nem menos grave que a brasileira no que se refere a desemprego, no que se refere à queda da produção, e tomou medidas muito duras de ajuste. Eu gostaria de saber se, passados dois ou três anos, ou um pouco mais, em que foram tomadas essas medidas de reajuste, já se veem resultados.

Embaixador Baena, na ótica de quem ficou esse tempo em Moçambique, como é que está o avanço, o desenvolvimento, a democracia social e econômica em Moçambique e também – não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer na África inteira, porque a África é tão diversa que nem deveria ser chamada de continente, mas, sim, de planeta – nos países vizinhos?

Eu tenho profunda curiosidade em saber como está hoje a situação no Zimbábue, depois de uma inflação que talvez só perca para a Venezuela nesses tempos contemporâneos, depois de uma desarticulação. Na Espanha e no Brasil, tivemos recessão; no Zimbábue e na Venezuela, temos desarticulação da economia. Como anda a África do Sul, o Zimbábue e obviamente Moçambique.

Presidente, para os dois eu queria lembrar o seguinte: nós estamos comemorando 70 anos da Cepal este ano, um vai para o Uruguai, outro para Moçambique, países fundamentais da construção do pensamento econômico que veio pela Cepal e que até hoje ainda está na cabeça de muita gente.

Eu tentei fazer aqui, junto com a Cepal, mas não consegui, um debate sobre: "E agora Cepal? Passados 70 anos, e agora?" A concepção, a meu ver, já não é mais da integração apenas com o Norte, como foi naquele período. Hoje, é em todo o mundo. Já não é mais o protecionismo e o subsídio, como nós vimos. E talvez o melhor exemplo seja o que vi no Nordeste, com o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, absolutamente cepalino. A base era a industrialização e o mercado interno nacional. Hoje, a gente sabe que o mercado é global e a base industrial não resiste, se não houver uma base educacional, científica e tecnológica.

Havia a ideia de que o caminho era a intervenção do Estado e a construção de economias mistas. Nós tivemos economias mistas, não dava nem para dizer que era capitalismo nem socialismo. Hoje a gente sabe que não dá mais para o Estado continuar intervindo tanto, nem é eficiente, nem é sustentável. Nem o Estado tem o dinheiro, Senador Anastasia, e, se tivesse, não é o melhor caminho.

Eu tenho usado muito a metáfora de que nós precisamos de um Estado que construa o trilho e um setor privado que seja a locomotiva. Não dá para o Estado ser a locomotiva.

Hoje nós temos, portanto, uma mudança... E também outro ponto fundamental do período cepalino é a matriz energética e de transporte – transporte privado e rodoviário – e energia fóssil, gasolina. A gente sabe que foi um equívoco basearmos nossa malha de transporte tão monopolicamente no transporte rodoviário. Abandonamos o ferroviário, abandonamos o fluvial, que no seu Estado seria tão útil, e não dá mais para ser fóssil.

Hoje de manhã, nesses debates que me prenderam até chegar aqui sobre a greve dos caminhoneiros, vi que se nós tivéssemos investido mais em carros elétricos, caminhões elétricos, como já existem, essa greve não teria esse impacto, porque os preços estariam em diferentes matrizes.

Portanto, eu gostaria de saber como a gente pode, a partir do lugar para onde vocês vão, tentar formular em cada um desses países... E aqui, além de ser elétrico, poderia ser também de origem solar, como defende tanto o Senador Hélio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, é o único Senador cujo nome tem tudo a ver com a bandeira dele: Hélio e solar. (*Risos.*)

Pois bem; a Cepal imaginava que era possível fazer justiça por dentro da economia. Hoje, a gente sabe que a base da justiça social é uma economia eficiente. Não se faz justiça social sobre economia ineficiente. A prova é quando a gente compara Colômbia e Chile a Venezuela e Argentina. Colômbia e Chile investiram em economias eficientes e, socialmente, estão muito melhores os dois do que Argentina e Venezuela.

Então, não é uma pergunta, mas apenas dizer que, no posto em que cada um vai estar, deveríamos tentar levar adiante esse debate: e agora, Cepal? No fundo é: e agora, América Latina? E agora? Qual é a nossa luz para construir um novo tipo de desenvolvimento, já que o que nós fizemos deu tudo certo mas com o resultado errado?

Conseguimos taxas de crescimento milagrosas, somos industrializados, temos uma malha de estradas grande, embora paradas hoje... Então, nós fizemos o que a Cepal mandou, e deu o resultado que a Cepal esperava, só que não trouxe o que a gente queria, que era sustentabilidade, que era equilíbrio, que era estabilidade monetária, sem o que a justiça social não se faz.

Então, como é que, a partir do Peru e do Uruguai, a gente pode debater esse assunto: e agora? Para onde vamos?

E, aí, eu queria pedir que levassem ao Ministro Aloysio Nunes a ideia de fazermos um encontro, aqui no Brasil, comemorando os 70 anos da Cepal. Eu tentei fazer com a Cepal, mas não está avançando, Senador Anastasia, por diversas razões que eu posso conversar depois.

Então, por que não o Brasil organizar um encontro? Eu sei que não é um momento para isso por causa das eleições; eu sei que tudo é difícil hoje, mas valeria a pena o nosso Chanceler – e poucos chanceleres teriam as condições que ele tem, por ser um político, por ser um pensador, por ter sido um professor de desenvolvimento na França – tentar promover aqui este encontro: "E agora, América Latina?" ou "E agora, Cepal?" E poderia trazer, não vou dizer chefes de Estado, o que seria muito complicado, mas trazer personalidades e pensadores para nós debatermos para onde queremos ir agora e como fazer para caminhar.

As posições no Peru e no Uruguai, eu creio, são extremamente favoráveis para esse debate, até porque há uma massa crítica muito boa no Peru e, ainda melhor, no Uruguai, de pensadores que podem ajudar nessa reflexão.

Sei que essa não é a tarefa específica do trabalho de um embaixador, mas creio que essa também poderia ser.

Então, ficam aqui as duas perguntas – uma para cada um sobre os países de onde saem... Não vou perguntar ao Embaixador Simões sobre a Venezuela, onde ele foi Embaixador, mas já faz muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, quando era outra Venezuela, mas sim sobre a Espanha. E, ao Embaixador Baena, sobre Moçambique e sobre os países vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Agradeço muito a contribuição sempre muito valiosa de V. Exª a este debate.

O próximo inscrito é o Senador Wellington Fagundes, a quem concedo a palavra também com muito prazer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Cumprimento o Senador Anastasia, que preside esta reunião.

Quero cumprimentar também o Senador Armando Monteiro e o Senador Cristovam.

Antes de cumprimentar o nosso Embaixador, queria registrar também, Senador Cristovam, que, além do Hélio, ele também é engenheiro elétrico, porque é engenheiro eletricista e é elétrico em pessoa.

Então, quero aqui cumprimentar os nossos dois Embaixadores: Rodrigo Lima Baena Soares – o nome de guerra é Baena, todos o conhecem por esse nome – e também o Sr. Antonio José Ferreira Simões.

Sobre o currículo a gente não tem nem o que estar falando, porque todos dois apresentam seu currículo vasto em experiência. Tenho certeza de que não só teremos o voto por unanimidade hoje, uma quinta-feira – já estamos em momento de pré-campanha, com muitos se deslocando –, mas que, com certeza, todos aqueles que aqui vieram ou virão ainda sabem da importância que representa o trabalho de V. Exªs aqui para o Brasil, pela experiência da andança de cada um por muitos Estados e muitos países, Brasil afora.

Tenho de registrar aqui também, Senador Anastasia, que o nosso Embaixador Antonio morou na minha cidade, passou grande parte da sua infância em Rondonópolis, Mato Grosso, então há um pouco de afetividade aqui também. Além de falar da competência dos dois, queria registrar isso aqui.

E também quero, claro, rapidamente, dizer que, como sou do Mato Grosso, inclusive, também pré-candidato a governador, como o Anastasia que, lá nas Minas Gerais, é pré-candidato, estamos trabalhando muito essa questão da Lei Kandir, que é fundamental para os nosso Estados, para o Brasil inteiro, mas principalmente para o Mato Grosso, Minas, Pará, Estados do Centro-Oeste e do Sul. Porque dentro da Lei Kandir se previa o Fundo de Compensação das Exportações, que não foi até hoje corrigido. Nós entendemos que existe uma dívida muito grande por parte da União com os Estados. A União, como muitos têm dito, é uma grande agiota, ou seja, todos os Estados a devem, mas ela não quer fazer encontro de contas daquilo que os Estados entendem que têm como crédito, principalmente os exportadores de matérias-primas e semielaborados. Quanto mais cada um faz seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforço, ele menos recebe, porque o valor está congelado. Então, aprovamos semana passada... Ontem, Senador, inclusive, tivemos o encontro dos Prefeitos, a Marcha dos Prefeitos. Esse assunto foi o primeiro item da pauta. Estiveram presentes os Presidentes da Câmara e do Senado. E espero que o Presidente da Câmara coloque esse assunto em pauta.

Estou falando isso porque, quando falamos de outros países, temos de falar de exportação e importação. Por isso a importância de entendermos que o País não deve exportar imposto, mas encontrar condições para que cada um possa se desenvolver e ter as iniciativas para essa bilateralidade entre países. Até penso que a gente poderia ter uma política de cada Estado com mais condições, principalmente aqui na nossa América do Sul. O que nós poderíamos fazer para ampliar essa capacidade, os governos, não o Governo Federal? O que vocês entendem que cada governante, em seu Estado, poderia estar fazendo dentro da política que existe hoje no Brasil e, em especial, no Mercosul? Fica essa indagação.

Eu imagino que, quanto mais proximidade nós tivermos entre os nossos povos, culturalmente e nas relações de convivência, eu creio que facilitará o comércio. Aí, é onde fica a nossa pergunta. O turismo regional, esse intercâmbio regional é muito pequeno ainda, a meu ver, ele poderia ser ampliado de forma bem mais expressiva. Eu gostaria de ouvir dos dois Embaixadores de que forma entendem que nós podemos melhorar essa relação entre os nossos países, independentemente dos tratados. O que falta nesses tratados, por exemplo?

Como já disse aqui o Senador Cristovam, o que nós podemos, então, estar promovendo?

O Uruguai, em especial – como já foi feita a pergunta aqui da Espanha, eu acho que o Brasil vive essa situação, mas o Uruguai, em especial –, está mais... Ali nós temos hoje já uma relação comercial em compras e vendas um pouco mais intensa, mas, mesmo assim, temos um pouco mais do turismo do Brasil, dos brasileiros indo para lá do que vindo para cá, diferentemente da Argentina. No Peru, eu creio que há mais ainda brasileiros indo para lá do que os peruanos vindo para cá. Então, é sobre essa atração que eu gostaria de ouvir de vocês, de que forma poderemos ampliar esse intercâmbio entre as pessoas, entre a nossa cultura e, consequentemente, a relação comercial.

É isso. Muito obrigado.

Que vocês possam ter um grande trabalho lá, em cada país. Todos esses países são irmãos. Quando vamos lá, parece que todos veem o brasileiro como alguém muito querido. Quando eles vêm aqui, também, da mesma forma. Mas eu sinto que falta um trabalho mais profícuo nisso, para que a gente possa ampliar esse intercâmbio comercial também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes. Agradeço a palavra de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me também registrar o trabalho belíssimo que realizou à frente da Comissão da Lei Kandir, que interessa tanto aos nossos Estados, a solução adequada que deu a esse tema. Agora, esperemos a decisão dos plenários respectivos.

Próximo inscrito – e o derradeiro inscrito na nossa lista –, eminente Senador José Agripino, aniversariante da semana, que recebeu todos os nossos cumprimentos e merece recebê-los ainda hoje.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Senador Anastasia. Recebi a simpatia de sua mensagem e me apressei em respondê-la. Fico feliz pelo registro que faz, mesmo no dia seguinte. Extremamente simpático de V. Exª.

Presidente Anastasia, eu acho que, com a presença dos Embaixadores Baena Soares e Simões para sabatinas, indicados que estão para o Peru e para o Uruguai – são países importantes nas relações com o Brasil –, nós não podemos perder a oportunidade de extrair de S. Exªs depoimentos do que eles viveram no exercício dos postos que estão deixando na OEA e na Espanha.

A minha preocupação é com prospecção de futuro. A Venezuela acabou de realizar eleições que estão sob questionamento. Muitos países questionam a validade do resultado da eleição. Foi uma abstenção monstruosa. O Embaixador Simões foi Embaixador na Venezuela e até poderia se manifestar um pouco sobre o que conhece da política venezuelana.

Claro que a situação da Venezuela nos interessa de perto, até pelo problema da fronteira e da migração maciça que está ocorrendo de pessoas desempregadas, de irmãos venezuelanos que procuram asilo ou emprego no Brasil.

O que eu gostaria de saber? O que acho que a Comissão gostaria de saber? Qual é a visão da OEA com relação à questão da Venezuela. É claro que sabemos qual é a posição dos Estados Unidos, sabemos qual é a posição da Colômbia, mas, do órgão como um todo, se é possível fazer essa revelação ou essa avaliação, creio que é importante para nós, porque o futuro da Venezuela, que é um país irmão do Brasil, por quem nós temos grande estima, está nas mãos de um governo que foi teoricamente eleito agora – o Presidente Maduro – e que está levando o país à situação de caos anunciado e real. Então eu gostaria de saber: qual é a posição dos países? Qual é a posição majoritária da OEA com relação à Venezuela?

Porque mais dia menos dia a OEA será um elemento de consulta fundamental com relação ao posicionamento internacional do Brasil, da União Soviética, da Inglaterra... A OEA é ponto de referência, é ponto de informação. Qual é a opinião dominante na OEA com relação à situação da Venezuela? Sem paixão, porque a OEA não tem o direito de agir com paixões, age de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, com depoimentos, com posicionamentos que podem ser ideológicos, mas são fundamentalmente técnicos. E V. Exª acaba de sair, ou está saindo da OEA, e é uma boa oportunidade para que esta Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Mas ele foi da OEA. O Baena Soares foi da OEA.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Então eu estou homenageando. Eu estou de qualquer maneira homenageando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – De qualquer maneira ele é um Embaixador com pleno conhecimento, como é o Embaixador Simões, que também viveu na Venezuela e pode nos dar uma opinião, como Diplomata que é. E até pela relação de afinidade que tem.

Então, eu gostaria de saber, e insisto nessa pergunta, porque esse é um assunto que nos interessa de perto. Se V. Exª tiver alguma contribuição a dar nesse sentido, eu acho que é oportuno e a Comissão ficaria agradecida.

Com relação ao Embaixador Simões, a quem eu visitei até recentemente e está há uns dois, três anos na Espanha, eu gostaria de saber de S. Exª a perspectiva de poder político na Espanha, que passou por problemas seriíssimos de desemprego, teve injeções maciças de recursos da União Europeia, quando o Presidente Aznar era Presidente de governo. A Espanha se soergueu, adquiriu ou contraiu uma dívida pesada com relação à União Europeia, mas é um país com características muito particulares. É um país industrial, um país com economia agrícola forte, com uma indústria forte, com turismo forte e que investiu recursos em áreas e grande parte respondeu bem e grande parte não respondeu tão bem. E acumula hoje uma dívida apreciável com a União Europeia.

Em função disso, o regime de Aznar elegeu o sucessor, Rajoy, por uma margem menor, e o Governo de Rajoy enfrenta hoje dificuldades políticas, até porque não há mais a dicotomia entre socialistas e PP. Existem partidos no meio do caminho que estão em franco crescimento e que poderão comprometer esse processo de escalada dentro de uma linha programática de governo que foi implantada na linha do liberalismo econômico, na linha dos investimentos privados, na linha do fortalecimento da empresa privada como geradora de emprego, diferente dos governos socialistas, que tinham uma outra conotação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ouvi-lo, já que V. Exª está lá, está saindo, sendo designado para o Uruguai. Eu gostaria de saber a sua visão com relação à perspectiva de futuro nas eleições da Espanha, porque a relação da Espanha com o Brasil é uma relação extremamente robusta. Eu diria que os caminhos que a Espanha vier a seguir terão forte influência sobre a geração de empregos, pelos investimentos maciços que a Espanha tem no Brasil e pelos interesses comerciais que o Brasil tem com a Espanha. Então, eu gostaria, se fosse possível, que V. Exª nos desse, na sua visão, um panorama da perspectiva política da Espanha na próxima eleição principalmente – com escusas ao Embaixador Baena, mas, até por questões de filiação, ele deve ter considerações importantes e interessantes para nos dar e subsidiar esta Comissão.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado ao Senador José Agripino pela gentileza de sua sempre lúcida intervenção.

Eu, tendo encerrado a fase de inscrições, tenho aqui duas perguntas que recebemos. Na verdade, são de um internauta, o Sr. Francisco Macedo, do Estado do Ceará, que faz a mesma pergunta em relação a ambos.

Indago se o Senador Roberto Requião, que chegou agora, gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

Não. Agradeço ao Senador Requião, mais uma vez, sua presença.

E a pergunta é a mesma. Ele pergunta aos sabatinados, cada qual aqui mencionado, a diferença das leis trabalhistas e previdenciárias do Uruguai em relação ao Brasil e do Peru em relação ao Brasil. Caso seja possível responder ao internauta Francisco Macedo, que participou através do e-Cidadania, o nosso portal de participação no Senado, esta é a pergunta que ele faz para ambos, cada qual no país em que servirá, em referência às distinções das leis trabalhistas e previdenciárias daquele país em relação ao Brasil.

Sendo assim, passamos agora a palavra aos eminentes Embaixadores para responderem aos questionamentos dos nossos Senadores. Como são muitos, mas tenho certeza da capacidade de síntese de cada qual, peço para, dentro do tempo razoável, apresentarem suas respostas, já que teremos sessão plenária daqui a algum tempo.

Passo a palavra, primeiro, ao Embaixador Baena Soares, que foi o primeiro a fazer sua apresentação, para suas respostas.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras pelas perguntas formuladas, pelos comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria iniciar minhas respostas ao Senador Lasier Martins e queria mencionar três pontos em resposta à pergunta formulada pelo eminente Senador.

Já foi assinado, um tempo atrás, um acordo em matéria penal entre o Brasil e o Peru, e no âmbito desse acordo há uma troca constante de informações entre os Ministérios Públicos do Brasil e do Peru.

Recentemente, inclusive, recebemos a visita de procuradores peruanos a São Paulo, para a discussão sobre os tópicos mencionados por V. Exª, para se informarem sobre a situação ocorrida aqui no Brasil com reflexos no Peru.

O senhor, de maneira muito apropriada, lembrou-se das empresas brasileiras. Eu acho que é muito importante que nós, no meu papel de Embaixador do Brasil no Peru, possamos assegurar que as empresas brasileiras não tenham nenhum tipo de tratamento discriminatório por conta desses episódios que o senhor mencionou. Acho que é muito importante que nós tenhamos isso em mente, e farei tudo nesse sentido.

V. Exª também mencionou a questão da situação política no Peru. Eu devo dizer que, de fato, houve um período de grande instabilidade política, houve a renúncia do Presidente anterior, Pedro Pablo Kuczynski, há um indiciamento de ex-Presidentes também. Mas eu devo dizer que acho que nós temos que ter confiança no sistema político peruano, porque assumiu a Presidência o 1º Vice-Presidente, Martín Vizcarra, que, como mencionei, era Embaixador também do Peru no Canadá, e o jogo democrático está sendo respeitado. O Presidente Vizcarra assumiu o Governo em março passado, e o processo político está se desenrolando com a normalidade possível, em vista das circunstâncias. Inclusive, mencionei aqui o voto de confiança que o Presidente Vizcarra recebeu do Parlamento, um Parlamento unicameral no Peru. São 130 Deputados, com a maioria oposicionista, mas, mesmo assim, o Presidente Vizcarra recebeu esse voto de confiança. Então, eu acho que isso tudo demonstra que a normalidade constitucional, a normalidade política está sendo respeitada no Peru, apesar das questões que o senhor mencionou de maneira muito apropriada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Anastasia, eu sei que nós estamos correndo contra o tempo, porque, daqui a pouco, há plenário, mas eu queria pedir uma informação ao nosso Embaixador Rodrigo Baena Soares – ele está indo para um lugar que estava minado de corrupção, que é o Peru, deve melhorar agora; e ele está saindo de um outro lugar que estava minado de corrupção.

Eu batalhei muito, aqui no Senado, com pouco resultado, para abrir a caixa-preta do BNDES. O BNDES fez um dos investimentos mais absurdos da História em Moçambique, onde estava o Embaixador Rodrigo, em um aeroporto que custou uma fortuna, num dos países mais pobres do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo – Moçambique é um dos dez países mais pobres do mundo! O aeroporto de Nacala custou mais de R$1 bilhão, e não serve para nada, porque não tem movimento.

Eu não sei se o Embaixador pode falar sobre isso, porque se trata de uma matéria muito reservada, e diplomata não gosta de falar coisas desairosas sobre onde vem e para onde vai. Mas eu pergunto: qual é o movimento do aeroporto de Moçambique, que agora provoca um calote para o Brasil? O Brasil vai ter que pagar o dinheiro, a União brasileira vai ter que pagar o calote da Venezuela e de Moçambique, e o de Moçambique é por causa do aeroporto, um aeroporto moderníssimo para nada. Qual é o movimento lá?

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Bom, o movimento...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concedo a palavra a V. Exª para responder.

Dentro do contexto apresentado, só para informação do Senador Lasier: eu conheci o Aeroporto de Nacala, então sou testemunha do que V. Exª está dizendo.

Por gentileza, Embaixador.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Presidente.

De fato – respondo diretamente a pergunta do eminente Senador Lasier Martins –, a previsão inicial para o Aeroporto de Nacala, que fica na província de Nampula, no centro norte de Moçambique, era de 500 mil passageiros ao ano, mas hoje mal se tem 50 mil ao ano. Então, de fato, não há o movimento que se esperava de passageiros.

Obrigado, Senador.

Bem, agora respondo às perguntas formuladas pelo meu Relator, o eminente Senador Hélio José.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, 80% da energia do Peru provêm de combustíveis fósseis. V. Exª apontou muito bem quando disse que o percentual de energias não tradicionais, como se costuma dizer, é muito baixo. De fato, é de 2%. Na verdade, de energias renováveis, o Peru conta com 10,8% e, dessas renováveis, apenas 2,3% vêm de energia eólica ou energia solar. Então, de fato, como V. Exª apontou, há um campo muito grande para que possamos avançar nesse assunto e também, eventualmente, poder contar com a colaboração do Brasil. Acho que, tanto na energia solar quanto na energia eólica, há esse dado.

V. Exª também fez várias outras perguntas. Vou procurar condensá-las, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao acordo de ampliação econômica que o senhor mencionou: de fato, ele foi assinado em abril de 2016, como eu mencionei na presença do então Ministro da Indústria e Comércio, o Senador Armando Monteiro. Ele é um acordo muito importante, Senador, porque o Mercosul assinou um acordo de complementação econômica com o Peru – ACE-58 –, e esse acordo já levou a uma desgravação tarifária muito intensa. Esse acordo chegou, em 2012, a 100% dos produtos peruanos e, ano que vem, vamos para 100% dos produtos brasileiros, com algumas exceções, como álcool e açúcar.

Mas esse acordo que V. Exª mencionou é um acordo muito importante, é o mais amplo que o Brasil jamais assinou com qualquer país, o que demonstra a importância que atribuímos ao Peru. Ele tem um capítulo sobre investimentos, sobre compras públicas, conforme mencionou o Senador Armando Monteiro, ele abre possibilidades muito grandes para empresas brasileiras atuarem. Há vários projetos que estão sendo planejados no Peru, como a ampliação do Aeroporto Internacional de Lima, como o Gasoduto do Sul, cujo projeto foi paralisado a partir do início do ano passado. Então, acho que, de fato, como V. Exª apontou, há um grande espaço, uma grande possibilidade para que empresas brasileiras atuem de maneira mais forte, mais ativa, tenham um engajamento mais ativo no Peru por conta desse acordo que o senhor mencionou.

V. Exª também mencionou a integração física, que, evidentemente, é um assunto da mais alta importância na relação entre os dois países. A Rodovia Interoceânica Sul, que eu mencionei na minha apresentação inicial, foi inaugurada em 2011 e tem sido um importante vetor de aproximação entre os países, tanto do ponto de vista de trânsito de bens como também de pessoas. E há um fluxo turístico importante, que tem aumentado dos dois lados da fronteira por conta da Rodovia Interoceânica Sul, que também serviu para ajudar nossos concidadãos no Acre quando houve as inundações, as fortes chuvas que aconteceram naquele Estado ano passado.

Há outras modalidades também de transporte que nós temos que pensar, como, por exemplo, fluvial – há um projeto nesse sentido – e também na questão das linhas aéreas regionais, que é um ponto que não é muito mencionado, mas acho igualmente importante, porque nós temos com o Peru 182 voos mensais, que servem quatro cidades no Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Foz do Iguaçu e Porto Alegre. Acho que é muito importante que nós possamos avançar também na questão do transporte aéreo regional, e isso nós não temos conseguido fazer, mas vou procurar, caso aprovado por esta Comissão, fazer com que esse tema avance como deve ser feito.

Eu queria agradecer as perguntas do Senador Hélio José e também agradecer a generosidade do Senador Edison Lobão, que, infelizmente, teve que se ausentar, agradecer pelas suas palavras realmente generosas em relação a mim.

Eu queria mencionar também as perguntas formuladas pelo Senador Armando Monteiro. De fato, nós temos esses instrumentos que eu mencionei, o ACE 58, também mencionei o acordo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliação econômica e também um protocolo de desgravação tarifária, que foi assinado também, que acelerou os tempos em relação à desgravação tarifária do apontado pelo Senador Armando Monteiro e que, sobretudo, vai favorecer nossas exportações de automóveis leves e picapes. Acho que, em relação a todos esses acordos, Sr. Presidente, é bom ressaltar que são acordos que não existem em outros países. Então, acho que todos esses instrumentos jurídicos que nós conseguimos assinar com o Peru vão de fato favorecer, mas precisamos pôr em prática. Nós temos que incentivar essas nossas empresas a estar mais presentes no mercado peruano.

O Senador Armando Monteiro também mencionou a questão da China. Eu queria também aproveitar que ele é um dos palestrantes de um seminário que vai acontecer dia 5 de junho agora, promovido pela Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, que é justamente sobre a Aliança do Pacífico e o Mercosul.

Então, esse é um tema que acho que pode dar uma resposta importante à presença chinesa, como mencionou o Senador. É verdade que o Peru confere uma prioridade muito grande à Aliança do Pacífico. E falam mais em não privilegiar muito a geografia, mas, sim, visões sobre a abertura econômica. Mas eu queria mencionar alguns dados, Sr. Presidente, se o senhor me permitir, que eu acho que dão muita clareza aqui sobre como é importante também e principalmente o comércio do Peru com o Mercosul e com o Brasil naturalmente; há alguns dados importantes.

O intercâmbio do Peru com os demais membros da Aliança do Pacífico, Senador Cristovam, é de apenas 10% do seu comércio e representa 4,8% do total das exportações, ao passo que, na relação do Peru com os países do Mercosul, essa cifra é maior, é de 5,6%. Então, já há, na verdade, trocas comerciais mais importantes do Peru com o Mercosul do que com a Aliança do Pacífico. Na verdade, já há uma desgravação muito importante, há poucos itens que não estão desgravados. Portanto, acho que não é uma dicotomia, mas, sim, que seria uma boa plataforma para ambas as associações, tanto a Aliança do Pacífico, quanto o Mercosul se integrarem mais. E já há o que se chama de folha de rota, a primeira reunião aconteceu já alguns anos atrás. Então, já há um movimento nessa direção. Claro, ainda há muitas fases para acontecer, mas já há um movimento para um diálogo mais aprofundado entre os dois grupos, tanto a Aliança do Pacífico, quanto o Mercosul. Portanto, eu acho que isso seria também uma importante resposta a essa penetração dos produtos chineses no Peru.

Eu queria também responder ao Senador Cristovam Buarque, vou falar de Moçambique. Eu espero não me alongar muito, Sr. Presidente, mas Moçambique é um grande parceiro do Brasil, como V. Exª bem sabe. Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira em todo o mundo. Nós temos 40 projetos em execução em Moçambique; o maior investidor estrangeiro em Moçambique é brasileiro, a Vale. Há, portanto, uma densidade muito grande da relação entre os dois países.

Quanto à situação sobre a qual o senhor perguntou diretamente, a situação econômica, a situação política, Moçambique teve muitos problemas, evidentemente, o senhor conhece muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde a sua independência em 1975, houve uma guerra civil devastadora em Moçambique que durou quase 16 anos, Senador, entre a Frelimo, o governo, e a Renamo, que era o principal grupo armado, uma guerrilha que devastou o país; houve quase 1 milhão de mortos nessa guerra civil.

Ainda assim, acho que Moçambique tem podido cumprir as regras do jogo democrático. O Presidente atual é um presidente eleito. Este é o quarto Presidente depois, evidentemente, da independência em 1975. O primeiro Presidente foi o Samora Machel, um grande líder africano que eu acho que é um pouco subestimado, porque, de fato, fez muitas realizações, se preocupou com o essencial naquele momento que era educação e saúde para o povo moçambicano. O Presidente atual é Filipe Nyusi, Presidente eleito há quatro anos. Já estão previstas para o ano que vem eleições presidenciais, em outubro do ano que vem. O mandato lá é de cinco mais cinco. Há uma assembleia que se reúne com frequência. São 250 Deputados. Então, não há preso político em Moçambique. Há total liberdade de expressão, liberdade de imprensa. Acho que, apesar de todas as dificuldades do País, se conseguiu ter um ritmo, um jogo democrático respeitado.

Sobre a economia moçambicana, de fato, o momento é ruim, é delicado. Temos uma crise fiscal muito grande. A relação dívida-PIB em Moçambique chega a 115%.

Do ponto de vista monetário, a situação é um pouco melhor. O dólar caiu. Há uma estabilização da moeda local, que é o metical. Mas o endividamento é muito grande. Então, de fato, esse é um desafio grande. Há uma retração por parte dos países desenvolvidos em relação a Moçambique, não nossa, mas dos países desenvolvidos. Mas Moçambique tem uma perspectiva muito grande, Senador, que é o gás.

No norte de Moçambique, na Bacia do Rovuma, perto da fronteira com a Tanzânia, há grandes e importantes reservas de gás. E há muitas empresas estrangeiras presentes lá. As grandes empresas de gás do mundo estão presentes em Moçambique. E há perspectiva de começo da exploração a partir de 2022.

Portanto, eu acho que ainda que o curto e o médio prazo sejam difíceis para Moçambique, eu acho que a perspectiva de ganhos de arrecadação é muito grande para os próximos anos.

Inclusive, Senador Cristovam, vamos realizar agora, em junho, dia 13 de junho, um seminário em Maputo para atração de empresas brasileiras na área de serviços para o gás, na área de engenharia, na área de serviços de advocacia, por exemplo. É importante porque há um mercado muito promissor para empresas brasileiras para os próximos anos.

Não queria falar de cultura moçambicana, que o senhor conhece muito bem, nós estivemos conversando, mas nós temos uma cooperação cultural muito grande com Moçambique. Temos um centro cultural cujo nome é José Aparecido de Oliveira. O Senador Antonio Anastasia esteve presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa cerimônia que fizemos de condecoração de uma grande escritora moçambicana, Paulina Chiziane. Mencionei ao senhor na nossa conversa.

Então, acho que Moçambique atravessa este período delicado, mas eu acho que há boas perspectivas para o longo prazo.

Em relação aos vizinhos, África do Sul é o principal parceiro de Moçambique. Tendo em vista o comércio, há uma presença muito importante também de empresas sul-africanas em Moçambique. O principal produto de exportação de Moçambique é o carvão, que é explorado pela Vale. Mas o segundo é o alumínio, que é explorado por uma empresa sul-africana.

A África do Sul sofreu um período de turbulência, como bem sabe V. Exª. Mas, agora, já na nova presidência, por exemplo, a situação econômica ainda é delicada, mas a moeda local se valorizou. Quando eu cheguei a Moçambique, o dólar estava a 16 rands, e hoje em dia está a 11,5. Então, houve um controle maior.

Agora, o principal desafio da África do Sul, no meu modo de ver, é a grande desigualdade que há. São índices alarmantes. E também há questões de violência urbana importantes.

O Zimbábue também é mais um país que sofreu uma turbulência política muito grande, com a deposição do Presidente Mugabe, mas acho que também está readquirindo a sua normalidade. E há muitos moçambicanos que vão ao Zimbabue. O senhor sabe que ali a fronteira é numa província chamada Manica, em Moçambique, cuja capital é Chimoio. Ali há um trânsito muito grande entre os dois países, e tem se falado muito da agricultura. O senhor lembra que o Presidente Mugabe teve muitos problemas ali na questão agrícola, na questão dos fazendeiros estrangeiros, mas são questões que estão sendo resolvidas.

E, portanto, é importante que Moçambique, que tem seis vizinhos, todos de língua inglesa, possa também ter uma cooperação mais intensa bilateral com o Zimbábue na questão agrícola, porque o potencial agrícola de Moçambique é muito grande, mas apenas 15% das terras em Moçambique estão em produção, o que é um dado dramático. Isso tem que... O próprio Presidente Nyusi menciona isso com frequência.

E, certamente, transmitirei a mensagem em relação à Cepal que V. Exª mencionou.

Não sei se tenho mais um minutinho.

Eu queria responder também ao Senador Wellington Fagundes. Eu queria dizer que, de fato, a ideia é sempre poder aumentar a cooperação entre os dois países, entre o Brasil e o Peru. Mas como vamos fazer isso? Pela integração fronteiriça, pela integração física. Tudo que nós já fizemos tem apresentado resultados bastante positivos, Senador Agripino Maia, e acho que nós... Há uma circulação de pessoas muito grande, há um fluxo turístico muito grande, aumentou o fluxo turístico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre o Brasil e o Peru a partir da Rodovia Interoceânica Sul. Portanto, acho que, com um país vizinho com que nós temos três mil quilômetros de fronteira, é só a partir da melhoria dos transportes, das rodovias, do transporte fluvial, do transporte aéreo que nós vamos aproximar ainda mais esses dois países.

Eu queria também agradecer a pergunta ao Senador Agripino Maia. Aliás, eu queria mencionar que é o Grupo de Lima que trata da questão da Venezuela. São 12 países que tratam de...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Temos, no mínimo, uma afinidade.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Pois é. Exatamente.

E o governo peruano tem se engajado de uma maneira muito ativa na questão da Venezuela. Eu queria mencionar isso. No ano passado, entraram 110 mil venezuelanos no Peru; este ano, até abril, entraram cerca de 30 mil.

Então, é uma questão que tem preocupado, com razão, as autoridades peruanas, e há, de fato, um engajamento da diplomacia peruana em relação à questão da Venezuela, que acho que nós temos que tratar da forma adequada. Eu acho que o que a nossa chancelaria, o Itamaraty, tem procurado fazer é ter uma visão serena da situação, mas, ao mesmo tempo, contribuir para que a situação na Venezuela se normalize a fim de que possa a Venezuela voltar a se integrar na nossa região de maneira apropriada.

Bem, Sr. Presidente, eu não queria tomar mais o tempo, e agradeço muito a gentileza de ter me dado mais tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com muito gosto. Mas o Senador Cristovam gostaria de uma intervenção.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Só um minuto.

Algo que eu tenho provocado muito aqui em discussões é sobre o risco de que Moçambique possa, em alguns anos mais, substituir o Brasil como grande produtor de soja.

Eu tenho acompanhado a compra de terras pelos chineses em Moçambique, a presença chinesa em Moçambique. Nada impede até que nossos próprios produtores invistam em Moçambique. Nada impede que nossa tecnologia da Embrapa seja comprada e chegue a Moçambique. Acontecendo isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na metade do caminho para a China. Nós podemos correr o risco de perder um mercado fundamental.

A história do Brasil mostra que já aconteceu isso, não com a soja, mas com a borracha. Uma região riquíssima que estava lá no Norte – sua Região, inclusive – ficou pobre quando a borracha foi para a Malásia. Hoje a gente pode ter isso com essa região riquíssima nossa que é o Centro-Oeste. Eu já conversei muito com os produtores inclusive dizendo que a saída deles para evitar isso seria começar a investir para transformar o Centro-Oeste brasileiro numa espécie de Silicon Valley, para produzir alta tecnologia, para não ficar prisioneiro para sempre do agronegócio, porque o "para sempre" não existe mais.

Então, eu queria saber: o senhor tem alguma informação sobre compra de terras pela China visando produzir soja em Moçambique?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra V. Exª, Embaixador.

O SR. RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES – Obrigado, Senador Cristovam, pela pergunta.

A questão da terra em Moçambique é um pouquinho diferente da que temos aqui, porque lá a terra não é privada, mas pública. A terra é do Estado, de acordo com o art. 90 da Constituição moçambicana.

Então, para que se tenha direito ao uso da terra, recebe-se um documento chamado Duat, pelo qual o Estado lhe dá o direito de usar a terra por 50 anos – são 50 mais 50. Então, a terra não é privada. Aliás, isso faz com que muitos agricultores brasileiros, fazendeiros brasileiros, produtores brasileiros não se interessem em ir para Moçambique e investir na agricultura, ainda que haja... Claro, há brasileiros investindo na agricultura, sobretudo no norte de Moçambique, numa província que tem terras muito férteis, que é a província do Niassa, onde fica um belíssimo lago, chamado Lago Niassa.

Agora, nós temos contribuído bastante com Moçambique na agricultura, Senador, através da Agência Brasileira de Cooperação. Nós temos um projeto chamado ProSavana, um projeto bilateral que nós temos com o Japão e que abrange três províncias em Moçambique. Ainda que ela ainda não tenha produzido resultados, nós já fizemos o trabalho preliminar, e vai trazer muitos benefícios para Moçambique.

Também temos um projeto importante de algodão, que abrange duas províncias em Moçambique, Tete e Manica, uma província a que eu me referi há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos, Senador, aumentar a produtividade do agricultor moçambicano em quatro vezes, por conta das técnicas que nós pudemos compartilhar com Moçambique, com o treinamento do pessoal de Moçambique. Isto graças a técnicos da Embrapa que estiveram lá.

Também temos um importante projeto na área de horticultura, na província de Maputo mesmo. Isso fez com que vários agricultores muito pobres de Moçambique pudessem ter uma renda, mínima que seja, mas que pudessem ter algum tipo... Ajudou ali na economia local muito pequenininha.

Agora, a China, de fato, tem uma presença muito importante na África como um todo, mas, em Moçambique, para se ter uma ideia, os principais prédios públicos de Maputo foram construídos por empresas chinesas. Há uma ponte que vai ser inaugurada agora, no Dia da Independência, dia 25 de junho, a maior ponte suspensa da África, construída por uma empresa chinesa.

Mas eu vejo mais a China na área de engenharia em Moçambique do que propriamente na agricultura. Por conta da regulamentação que há sobre terras em Moçambique, isso talvez não incentive a China a estar mais presente na agricultura. Não quero dizer que ela não esteja, mas não vejo um risco de que haja, sobretudo na soja... Não há, em Moçambique, uma grande plantação de soja.

Portanto, eu acho que a China deseja estar mais presente em engenharia. Eu vejo muito isso. Os grandes projetos que há em Moçambique são feitos por empresas chinesas.

Mas eu agradeço muito pela pergunta, Senador. Eu não queria tirar mais o tempo do Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Baena Soares.

Passamos a palavra ao Embaixador Antonio Simões para as respostas às perguntas que lhe foram dirigidas.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder aqui ao Senador Lasier, que trouxe duas questões. Primeiro a questão dos *free shops* na fronteira. Eu acompanhei esse tema não só de agora, mas da época em que eu era Subsecretário-Geral para a América do Sul, Central e Caribe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei passou aqui em 2012. Depois houve necessidade de uma série de regulamentações, leis municipais... Isso terminou, e é realmente positivo que agora esteja tudo pronto para que se possa dar esse passo, que é possível que tenha um efeito dinâmico na economia da região, mas que tem que ser feito também de acordo com... Há que se ver também outros entendimentos, enfim, e discutir para que tudo seja feito num clima de harmonia, porque esta é a ideia: nós fazermos a fronteira prosperar em conjunto, o Brasil e o Uruguai.

Sobre a questão do vinho, esse ponto é extremamente importante. Nos contatos que eu fiz na Espanha com a associação de vinhos de lá... A Espanha tem hoje grandes regiões produtoras; ela é um dos maiores produtores de vinhos do mundo e melhorou muito a qualidade dos seus vinhos. A primeira denominação de origem da Espanha foi La Rioja, que foi nos anos 20 – 1925, mais ou menos – , e as outras são dos anos 80. É interessante notar o seguinte: a produção de vinho na Espanha começou a melhorar e a Espanha começou a ganhar mais mercado a partir do momento em que houve outras denominações de origem, ou seja, a produção, que sempre foi em vários lugares da Espanha, se organizou melhor dessa forma. Então, nesses contatos que eu fiz, um ponto muito interessante é que uma vez eu conversei com um geólogo espanhol que tinha vindo ao Brasil, ao Rio Grande do Sul, algumas vezes, e a avaliação dele era exatamente essa que o senhor passou. Ele dizia o seguinte: o Rio Grande do Sul pode ter um grande vinho em nível mundial, só que precisa plantar no lugar certo; até agora se planta em outro lugar, e seria preciso plantar os vinhedos na área da fronteira.

Eu, sinceramente, não vejo nenhum problema em que continue exatamente a produção com as 40 vinícolas que existem hoje no Vale dos Vinhedos e que se possa plantar também em outra área. Veja o exemplo de La Rioja, por exemplo: a Vinícola do Marqués de Riscal, que produz os vinhos tintos em La Rioja, produz vinhos brancos na área de Ribera del Duero – que é uma outra denominação de origem; não é Ribera del Duero, é Verdejo, mas produz em outra área. Então, nisso não há incompatibilidade, é o contrário: foi isso que fez o vinho crescer na Espanha.

E uma coisa interessante do vinho é a seguinte: o vinho agrega muito valor; o vinho e a vinha agregam muito valor. Talvez, para aquela área de fronteira que precisa tanto de um empuxo econômico, quem sabe se não é o vinho? E quem sabe se não é um acordo que a gente possa fazer com a Espanha e que possa trazer mais prosperidade para aquela área de fronteira? Tudo isso são ideias que eu gostaria de trabalhar em conjunto com o Rio Grande do Sul e em conjunto também com o Uruguai, que está do outro lado da fronteira e vai também aproveitar desse tipo de coisa.

Um outro ponto também levantado aqui pelo Senador Hélio José foi em relação à questão de como estariam as reservas do Uruguai e de qual o impacto que poderia ter na economia uruguaia o que está acontecendo na Argentina. Bem, a situação hoje é muito diferente no Uruguai do que era quando houve a crise na Argentina em 2001. Naquela ocasião, as reservas do Uruguai estavam entre US$1 bilhão e US$2 bilhões. As reservas uruguaias hoje são de US$18 bilhões – quer dizer, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia que tem US$60 bilhões e tem reservas de 30% da economia. Então, são reservas robustas. E eles tomaram também o cuidado de fazer com que essas reservas crescessem no último ano: há um ano, eram apenas de 12, e hoje somam em torno de 18 bilhões. Quer dizer, eles têm um colchão bastante significativo.

E a outra coisa também que ocorreu é que na verdade o Uruguai, ao longo do tempo, trabalhou para diminuir a dependência que havia da economia argentina. Mesmo em relação aos turistas – vão muitos turistas argentinos lá –, hoje o turismo brasileiro também é crescentemente importante. Várias medidas que foram tomadas reduziram o risco, e houve aquilo a que eu já tinha me referido antes, de ter mais novos produtos de exportação. Então, de fato, eu acho que o quadro é realmente outro.

Queria aqui também aproveitar e agradecer as palavras do Senador Lobão, palavras muito amáveis, e também as palavras do Senador Armando Monteiro.

Em relação ao Senador Armando Monteiro, ele perguntou sobre o Acordo Mercosul-União Europeia. A negociação desse acordo prossegue. Esse acordo está em fase final – na verdade são poucos os pontos pendentes no momento –, e existe uma expectativa de que se possa avançar na direção de concluir, digamos assim, pelo menos essa fase geral do acordo, ainda que, depois, seja necessário deixar um ou outro ponto para ser resolvido, mas mais de natureza técnica. O que eu queria dizer é que hoje a expectativa é extremamente positiva.

Em relação à outra pergunta que ele fez – quais os outros acordos do Mercosul que estão sendo feitos hoje –, basicamente está sendo negociado acordo com o Canadá, acordo com a Efta, acordo com a Coreia, com o Líbano, Nova Zelândia e Singapura. Ou seja, o universo é muito significativo. E isso é muito positivo, porque o Mercosul tem que se abrir. O Mercosul tem que fazer acordos com outros parceiros, não pode ficar limitado como está hoje, e é muito positivo que todas essas frentes estejam indo adiante hoje.

Em seguida, tenho aqui a pergunta do Senador Cristovam, que é o meu Relator, e agradeço muito a gentileza do relatório do Senador Cristovam. Primeiro, ele fez uma pergunta sobre a Espanha, que coincide também com a pergunta feita pelo Senador José Agripino, com alguns matizes, e eu vou tratar de responder as duas perguntas em conjunto agora.

Primeiro, a questão da recuperação da Espanha. A Espanha sofreu uma crise gravíssima. O orçamento do Estado espanhol foi reduzido entre 30% e 40%. O país, realmente, enfrentou um desemprego enorme; num dado momento, o desemprego chegou a quase 30%. Então, realmente, foi uma crise de impacto terrível. Houve também muitos problemas no setor imobiliário, porque havia uma borbulha imobiliária, as pessoas compravam duas, três, quatro casas, perdiam o emprego e não podiam pagar, e aquilo deixou muitas obras incompletas. Realmente, foi uma situação muito caótica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a Espanha soube resolver esse problema de uma forma muito interessante, e eu acho que é muito interessante observar isso. Uma coisa que eu sempre tenho insistido – tive também a alegria de receber lá o Senador Anastasia e naquela ocasião também comentei isso – é que a Espanha fez várias coisas extremamente inteligentes. Uma delas foi passar a fazer como a Alemanha, a dar uma ênfase maior na economia na exportação, porque eles não tinham essa ênfase. E hoje a exportação na Espanha representa 34% do PIB. É muito parecida com a porcentagem da Alemanha, por exemplo, e não era isso antes. E como eles estão na União Europeia, e o maior mercado deles são os próprios europeus, então é uma situação em que é fácil ganhar: é só você colocar a empresa, que você vai vender dentro da própria União Europeia. Então, isso melhorou muito a situação.

O outro elemento que eles jogaram também, que é muito importante, é a questão do turismo. Ano passado eles fecharam com 80 milhões de turistas. Então, a gente tem que pensar o seguinte: quando a Coca-Cola vai para a Espanha, ela não vai produzir Coca-Cola para 46 milhões de espanhóis; ela vai produzir para os 46 milhões de espanhóis e para os 80 milhões de turistas. Isso tem um impacto na economia que não é apenas o impacto do restaurante, do hotel, o que já é muito significativo. Eles conseguiram reconstruir o interior, as cidades do interior, a partir disso, de reconstruir para o turismo.

Outra coisa que eles fizeram extremamente inteligente foi uma reforma trabalhista. Eles fizeram uma reforma trabalhista, porque as regras trabalhistas na Espanha são extremamente estritas, mas eles conseguiram, com essa flexibilização das regras trabalhistas, retomar o emprego. Então, hoje, por exemplo, o desemprego na Espanha está em torno de 16%, 17%. Eles estão conseguindo criar cada vez mais emprego. Eles se tornaram o segundo maior produtor de automóveis da Europa – o primeiro é a Alemanha, o segundo é a Espanha –, ultrapassando a França, ultrapassando a Itália, ultrapassando o Reino Unido, que são produtores muito mais tradicionais. E eles conseguiram isso com esse conjunto de medidas na economia. Então, eu acho que há muitas coisas ali que nós temos que observar.

Agora, o Senador José Agripino comentou ali aspectos importantes em relação, por exemplo, à dívida. De fato, a dívida é muito elevada; a proporção é de 100% do PIB, e isso realmente é uma questão. Quanto ao governo espanhol, o Presidente Rajoy está no seu segundo mandato e aprovou nesta semana os orçamentos – portanto isso já é uma indicação de que ele vai cumprir a legislatura, que ainda tem mais dois anos, até 2020 –, mas todas as pesquisas de opinião apontam o crescimento muito grande de um outro partido. Tradicionalmente – o Senador Agripino falou muito apropriadamente –, na Espanha havia uma dualidade: era ou o Partido Socialista ou o PP, que é o Partido Popular; esses eram os dois partidos que se alternavam no poder. Mas hoje as pesquisas indicam um crescimento muito grande de um terceiro partido, que se chama Ciudadanos, que é um partido com uma visão liberal, moderna, com uma linguagem muito mais direta. Esse partido está subindo muito na opinião pública, e as últimas pesquisas dão a vitória desse partido nas eleições, com o PP ficando em segundo lugar. Hoje, esse Partido Ciudadanos faz parte da coalizão que sustenta o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Rajoy, é um partido minoritário, mas, pela tradição espanhola, eles apoiam para dar a governabilidade, mas não têm ministérios. E numa nova configuração, a gente não sabe, mas há indicação de que na eleição de 2020, ou já na eleição do ano que vem, há possibilidade de o Ciudadanos passar à frente do PP. Isso são os espanhóis que vão saber.

Volto aqui a uma pergunta do Senador Cristovam, meu Relator, sobre a Cepal. Eu tenho a impressão de que essa sua pergunta – essa sua pergunta provocação – é extremamente importante, Senador. Extremamente importante, porque a integração... Por que é que o Brasil favorece a integração? Por que é que eu falei na integração com o Uruguai? Por que é que eu falei do Mercosul na minha intervenção? Porque está na Constituição brasileira. A Constituição, no seu art. 4º, estabelece que nós vamos promover a integração da América Latina. Ou seja, é algo que está no nosso Texto Constitucional. Então, não é questão de eu querer ou não querer fazer. Eu tenho uma obrigação, pela Constituição, de seguir isso.

Mas o que é que ocorre hoje em dia? Várias coisas, várias ideias ficaram necessitando ter uma certa renovação. É preciso que a gente veja: muitas coisas que existem no mundo são ainda do mundo analógico, e nós precisamos hoje atualizá-las, passá-las para o mundo digital. Então, nós temos que fazer, de fato, uma reflexão. De certa forma, algumas coisas já estão sendo feitas. Por exemplo, em relação ao Mercosul, hoje já existem as negociações do Mercosul com a União Europeia, com a Efta, com a Nova Zelândia; nós já estamos fazendo algumas coisas. Mas outras talvez nós precisássemos fazer. E eu acho que é extremamente bem-vinda essa sua ideia. Vou transmitir isso internamente no Ministério. Eu acho que seria muito oportuno nós fazermos uma reflexão e vermos de que atualizações nós precisamos; o que nós precisamos fazer para que se possa cumprir a Constituição, que é seguir com a integração.

Queria aqui também fazer um comentário, um agradecimento ao Senador Wellington Fagundes, que se referiu a Rondonópolis. Eu quero dizer que eu tenho muito orgulho de ter vivido em Rondonópolis e que, para ser Embaixador, a gente precisa, sobretudo, conhecer o Brasil. Eu fui menino andando naquelas estradas, com a terra vermelha, tomando banho de rio. Então, eu aprendi ali um pouco do que é o Brasil real, e é esse Brasil real que eu levo no coração. Então, eu levo no coração Rondonópolis, eu levo no coração o interior do Brasil. Para mim é muito fácil... Quando eu falo com algum Senador ou com algum Parlamentar que me fala da sua terra, eu tenho muito isso claro, porque eu fui menino vivendo em Rondonópolis.

Ele comentou o que se pode fazer para aumentar a cooperação. Eu acho que, sobretudo, há que se conhecer o outro. A gente tem que conhecer o que o outro faz e ver onde é que está o ponto de contato. Por exemplo, se o Uruguai é capaz de fazer a rastreabilidade eletrônica do seu gado, será que isso não interessa para o Mato Grosso? Será que isso não interessa para o Rio Grande, que está ali do lado? É claro que interessa! Então, vamos conhecer mais e vamos tratar de fazer. Eu acho que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que procurar fazer coisa concreta. O diplomata não pode só fazer discurso; o diplomata tem que fazer coisa concreta. E eu estou disposto a fazer coisa concreta. Nós temos que trabalhar num mundo real. É esse o nosso mundo, porque as pessoas demandam isso de nós hoje. Então, vamos atender isso e vamos trabalhar no mundo real, no mundo da fronteira. Isso é muito importante de se trabalhar. É importante trabalhar no mundo da diplomacia, mas a gente tem que trabalhar no mundo real também.

Finalmente, eu tenho a pergunta dos internautas, que eu agradeço, sobre as leis trabalhistas e previdenciárias do Uruguai. O Uruguai é um país que tradicionalmente tem leis trabalhistas muito fortes e leis previdenciárias muito fortes também. Isso vem de uma tradição, inclusive, herdada da Espanha. Agora, o que é interessante notar também é que boa parte da legislação trabalhista e previdenciária do Uruguai... Há uma parte que está consolidada na legislação Mercosul. Existe uma legislação Mercosul trabalhista e previdenciária, que é, justamente, a ideia de você poder ali ter um mínimo denominador comum, algo que valha para todos e que possa fazer com que os trabalhadores tenham os seus direitos garantidos. Então, existe isso.

Existem, por exemplo, regras no Mercosul extremamente interessantes, em que você pode, por exemplo, contribuir num país e se aposentar em outro. Extremamente justo! Então, a pessoa vai para outro país, trabalha lá, casa-se com alguém; vem um argentino, passa a viver aqui, pode contribuir para a Previdência brasileira e, um dia, se voltar, pode se aposentar na Argentina. Então, isso são coisas importantes que nós temos.

Bem, para finalizar, eu queria só agradecer muito esta oportunidade de estar aqui na Comissão. Como diplomata, eu tenho muito orgulho desta instituição, do Senado Federal, da Comissão de Relações Exteriores, e tenho muita alegria em estar aqui. Eu acho que é muito importante que a gente possa aqui prestar contas mesmo, porque os senhores são eleitos. Os senhores são eleitos, os senhores trazem aqui uma legitimidade muito importante, e nós saímos daqui reforçados. O Embaixador, quando sai daqui aprovado na Comissão, chega ao país para onde ele vai com a cabeça erguida, porque ele vai ali com uma indicação do Executivo, mas com uma aprovação do Legislativo. Isso é extremamente importante. Isso reforça o nosso papel, isso é um elemento da democracia, e nós temos que trabalhar cada vez mais para que seja dessa maneira.

Assim, muito obrigado, Senador Anastasia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Antonio Simões, agradeço sobremaneira as respostas que V. Exª deu.

Indago se todos os Senadores já votaram – me parece que sim – e consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos eminentes Embaixadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aqui o voto eletrônico é mais lento que o voto manual. Mas temos lá o resultado.

O Sr. Embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru, foi aprovado por 14 votos SIM; zero voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

O Sr. Embaixador Antonio José Ferreira Simões, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai, foi também aprovado por 14 votos SIM; zero voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Desse modo, ambos aprovados.

As indicações serão remetidas ao plenário.

Agradecendo a presença dos eminentes Embaixadores indicados, manifesto meus cumprimentos, desejando-lhes êxito nas respectivas missões.

Nós vamos nos despedir e continuar a pauta com mais dois itens.

Item extrapauta. Mensagem do Senado Federal nº 32, de 2018. Não terminativo... Desculpem, não é o 32; é o 33 primeiro.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Designo como Relator *ad hoc* o eminente Senador Lasier Martins, que fará a leitura do relatório.

Antes disso, agradeço a presença, mais uma vez, da Embaixadora Ligia Scherer, Diretora do Departamento do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores; da Embaixadora Vera Cintia Álvarez, Coordenadora-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Ministério das Relações Exteriores; e da Embaixadora Gisela Padovan, que é nossa sempre companheira, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Desse modo, com a palavra, o eminente Senador Lasier Martins para a leitura do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Antonio Anastasia.

Observadas as formalidades de regimentalidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... juridicidade, constitucionalidade, sem qualquer reparo.

O Sr. João Almino de Souza Filho é filho de João Almino de Souza e Natália de Queiroz Souza e nasceu em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 27 de setembro de 1950. Graduou-se em Direito, em 1973, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (1979) e doutor em História Comparada das Civilizações Contemporâneas pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (École des Hautes Études en Sciences Sociales), Paris (1980). Ainda no domínio acadêmico, é pós-doutor pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1974. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 2002. Todas as promoções por merecimento. Em 1990, após concluir o Curso de Altos Estudos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "Naturezas mortas: a filosofia política do ecologismo".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, na Administração Federal e na Academia, destacam-se: Professor na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma do México; assessor do Gabinete do Ministro de Estado; Professor de História das Ideias Políticas no Instituto Rio Branco e de Filosofia Política e das Relações Internacionais na Universidade de Brasília; assessor e coordenador do Gabinete Civil da Presidência da República; Professor Visitante na Universidades da Califórnia em Berkeley e de Stanford, Califórnia; Diretor do Instituto Rio Branco e Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, de 2015 até o presente momento.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário no México; Conselheiro na Embaixada em Washington; Cônsul-Geral em São Francisco e em Lisboa; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Londres; bem como Cônsul-Geral em Miami e Madri. Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias. Importa registrar, também, que o Embaixador indicado é autor de diversas publicações.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a República do Equador, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, das quais constam aqui vários itens.

Em relação aos assuntos consulares, convém destacar que é estimado em cerca de três mil o número de brasileiros vivendo no solo equatoriano. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o setor consular da Embaixada em Quito, com jurisdição sobre todo o território do Equador, bem como com consulados honorários em Cuenca e Guaiaquil.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Num resumo bem apertado, é esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins, pela gentileza da leitura do relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu solicitaria ao Senador Lasier a gentileza de assumir a Presidência para que eu possa ler uma mensagem que é a derradeira extrapauta – abusando da paciência de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Estamos aqui para isso. (*Fora do microfone.*)

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Paes Saboia é filho de Gilberto Vergne Saboia e Maria Helena Paes Saboia e nasceu no Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1967.

Graduou-se em Direito pela UnB em 1989, no mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Foi Terceiro-Secretário, em 1990; Conselheiro, em 2005; Ministro de Segunda Classe, em 2009; e Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul; Assessor do Gabinete do Ministro de Estado; Assessor do Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços; Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal; Assessor Parlamentar Sênior da Liderança do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado Federal; e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, cargo que ocupa até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Assessor Sênior do Diretor do Brasil no Banco Mundial; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington; Assessor Sênior do Diretor do Brasil no Fundo Monetário Internacional; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz.

Fez jus a diversas condecorações que estão listadas aqui no relatório.

Além do seu currículo, que é grandioso e muito rico, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Japão.

O Japão, com um território de cerca de 380 mil km² e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes, é a terceira maior economia do mundo e a segunda maior da Ásia, após a da China.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão remonta a 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas e o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior, quase 2 milhões; e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País, quase 200 mil.

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em aprofundar a cooperação em Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I), pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela coordenação em temas globais.

A presença japonesa na economia brasileira é destaque no complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 1950 – no meu Estado, a Usiminas –, e na evolução tecnológica, que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, o famoso Prodecer, com a presença japonesa muito expressiva.

Há dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: a) Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994 e presidido pelo Deputado Luiz Nishimori (PR-PR); b) Frente Parlamentar Mista Brasil-Japão, lançada em 2015 e presidida pelo Deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR).

A comunidade brasileira no Japão é de 191.362 pessoas, a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil mantém Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, mantém consulados em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão aumentou mais de 80%, entre 2004 e 2014, atingindo, em 2011, a histórica marca de US$17 bilhões. Apesar do recuo nos últimos anos, o intercâmbio bilateral voltou a crescer e chegou agora a US$9 bilhões, em 2017. O Brasil exporta, basicamente, produtos básicos (minério de ferro, alumínio, café, carnes e soja em grãos) e importa produtos manufaturados – sempre o problema da nossa balança – (máquinas, automóveis, eletrônicos, instrumentos de precisão e produtos químicos). Há sempre o interesse nacional em ampliar e diversificar as exportações nacionais, em especial nos setores de agronegócio, alimentação, energia, vestuário, indústria cultural e criativa.

Registre-se, por fim, que o ano de 2018 marca o aniversário de 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil, que abriga atualmente a maior comunidade nipo-descendente do mundo, como eu disse, com quase 2 milhões de pessoas. A exemplo de comemorações anteriores, estão previstos eventos a serem organizados pela sociedade civil, por empresas japonesas e pelas Embaixadas do Japão em Brasília e do Brasil em Tóquio, além da realização de audiência pública no Congresso Nacional.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Devolvo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, é uma honra.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Convocação para as próximas reuniões.

Antes do encerramento, convoco os Srs. Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 5 de junho deste ano, terça-feira que vem, às 10h, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Humberto Costa, Antonio Anastasia, Ricardo Ferraço, José Agripino, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Paulo Rocha e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Paulo Bauer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/06

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Expediente recebido de S. Exª a Senadora Simone Tebet, Líder do PMDB e da Maioria no Senado Federal, nos seguintes termos:

> Ao cumprimentar cordialmente V. Exª, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) para compor, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na oportunidade, renovo a V. Exª votos de apreço e consideração.

Assina, como disse, a Senadora Simone Tebet.

Em nome da Comissão, gostaria de desejar as melhores boas-vindas a S. Exª o Senador Airton Sandoval ao nosso convívio.

Iniciando os trabalhos da manhã de hoje, vamos à primeira parte da nossa pauta: indicação de autoridade.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 32, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO PAES SABOIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 24/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Em 24/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa S. Exªs os Srs. Embaixadores Eduardo Paes Saboia e João Almino de Souza Filho, desejando as melhores boas-vindas a este plenário. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos a oitiva de S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes, eu gostaria de consultar o Plenário desta Casa se podemos declarar já aberto o sistema de votação eletrônica.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Solicito à Secretaria desta Comissão que proceda à abertura do sistema de votação eletrônica.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Iniciando, então, os nossos trabalhos, concedo a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Eduardo Paes Saboia, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil no Japão, para sua exposição.

O SR. EDUARDO PAES SABOIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Minhas primeiras palavras são de agradecimento, agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro Aloysio Nunes pela indicação do meu nome à Embaixada em Tóquio, agradecimento ao Relator da minha indicação, Senador Anastasia.

Para mim, Sr. Presidente, é uma grande emoção estar aqui no Senado, nesta Comissão. Trabalhei aqui por dois anos e fui acolhido aqui por Senadores, pelos servidores do Senado. Foi um momento muito especial da minha trajetória. Sou eternamente grato pela experiência que tive aqui nessa minha passagem pelo Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também a V. Exª o fato de marcar esta sabatina numa reunião extraordinária. Sabemos da intensa agenda do Senado esta semana. Esta reunião extraordinária e as várias reuniões que o senhor marcou são demonstração da sua generosidade e do compromisso seu e dos membros da Comissão conosco, diplomatas indicados para chefias de representações diplomáticas.

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. É um país com o qual nós temos vínculos humanos, políticos e econômicos de grande densidade. É um país incontornável no cenário internacional: terceira maior economia, um país com renda *per capita* elevada, um país que é um grande emissor de fluxos de investimentos, doador importante da ajuda ao desenvolvimento e um país de uma grande estabilidade política, um regime democrático exemplo para sua região e para o mundo. É um país que compartilha dos melhores valores internacionais – o apoio ao multilateralismo, o respeito ao direito internacional – e que fez essa transformação preservando a sua identidade, que é admirada não só no Japão, mas também, hoje, cada vez mais, no mundo inteiro: sua cultura, as artes plásticas, e até entre os jovens, a cultura dos "animes" e dos "mangás".

As relações Brasil-Japão têm mais de um século. Elas começam no momento de convergência entre dois movimentos: a consolidação, digamos, da Restauração Meiji no final do século XIX, as transformações derivadas da abertura do Japão para o mundo, que levaram a mudanças sociais e a fluxos de japoneses saindo do Japão, buscando oportunidades primeiro nos Estados Unidos e depois no Brasil, e, no Brasil, também no final do século XIX, um país que se abria à imigração, sobretudo para a lavoura cafeeira.

As primeiras décadas, até a Segunda Guerra Mundial, do relacionamento Brasil-Japão foram marcadas pela questão da imigração. Não foi sempre um processo fácil. Os japoneses que vieram ao Brasil sofreram, tiveram que enfrentar discriminação, mas é um caso de imigração que se consolidou. Houve fluxo, continuou após a Segunda Guerra Mundial, e eles se integraram à sociedade brasileira.

Depois da Segunda Guerra Mundial, temos o adensamento e a diversificação desse relacionamento, que passa a incorporar uma dimensão econômica, dos investimentos, investimentos no Estado do Senador Anastasia – Usiminas –, investimentos depois, mais tarde, em todos os projetos da época dos anos 70, do II Plano Nacional de Desenvolvimento, período Geisel, e um relacionamento político que atravessa as várias fases da política.

Hoje nós temos mecanismos, uma parceria global estratégica entre Brasil e Japão, visitas dos presidentes brasileiros ao Japão, visitas do Primeiro Ministro. Há uma interconexão muito boa e muito frequente.

Mas eu queria pular para um aspecto da relação política que eu acho que é de especial interesse para esta Comissão, que são as relações e a diplomacia Parlamentar, que no caso do Japão é particularmente ativa. Nós tivemos, recentemente, a visita do Presidente Eunício Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado de vários Senadores, inclusive o Senador Anastasia, ao Japão. E temos visitas frequentes de Parlamentares japoneses. O próprio Vice-Primeiro Ministro Taro Aso, um Parlamentar destacado, esteve no Brasil, ano passado, para a inauguração da Japan House. Enfim, há uma dinâmica. Isso sem falar da Bancada nipo-brasileira na Câmara.

Sr. Presidente, na verdade, acho que qualquer Embaixador no Japão vive um processo de sabatina permanente, porque essas Bancadas e esses grupos Parlamentares exigem, cobram da Embaixada, cobram do Governo brasileiro e têm uma visão diferenciada, porque são capazes de detectar os pontos cegos que os diplomatas não são capazes de enxergar. Então, a diplomacia parlamentar é muito valorizada e eu, caso venha a ser aprovado, procurarei dar o máximo de apoio a esse trabalho.

Comércio com o Japão é muito significativo. O Japão ocupa o quinto lugar no *ranking* das nossas exportações, depois da China, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Argentina. Uns anos atrás, chegamos a 17 bilhões de dólares na corrente comercial. Ano passado, foram nove bilhões. Quer dizer, houve, em função da crise no Brasil, uma redução desses fluxos. E algo que é prioridade para o Governo é tentar recuperar e ampliar essa corrente de comércio.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são produtos de matérias-primas, minério de ferro, alumínio, café, carne de frango, soja. Mas existe um enorme potencial de ampliação desse comércio. Por que esse comércio caiu? Tirando o fator da crise, o Japão, tradicionalmente um País que apostou nas negociações multilaterais da OMC, percebeu, há alguns anos, que era preciso encontrar outro caminho. E passou a negociar vários acordos comerciais. O mais importante deles é a Parceria Transpacífico. Com isso, o Brasil passou a ter uma situação menos favorável no mercado Japonês. O México, por exemplo, tem acordo com o Japão, bem como a Austrália. E o Brasil então perdeu espaço. É preciso recuperar esse espaço.

Felizmente, as duas grandes associações, Keidanren, a federação das indústrias do Japão, e a Confederação Nacional de Indústria, vem se coordenando para fazer uma defesa de uma negociação Mercosul-Japão. Isso é algo que envolveu inclusive Parlamentares. Eu sei que o Senador Ferraço esteve num desses encontros, lá no Japão, e a perspectiva é de que no mês de julho haja uma apresentação de um estudo e isso leve a um pedido formal ao Primeiro-Ministro japonês, para que se iniciem essas negociações.

O Japão tem indicado que é preciso administrar um pouco as conhecidas resistências do setor agrícola e também a tramitação de alguns dos acordos da dieta japonesa. Então, prefere dilatar um pouco esse anúncio, mas a expectativa é de que possamos anunciar o início das negociações em novembro, à margem da reunião do G-20. Isso seria um grande avanço. Recentemente, tivemos o anúncio do lançamento das negociações com a Coreia. Enfim, é um movimento que trará bons frutos, creio, para o relacionamento econômico com o Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, os problemas sanitários e fitossanitários sempre fazem parte do trabalho constante do nosso País, na conquista de mercados. Hoje a prioridade é entrar no mercado de carnes bovina e suína *in natura*. Temos um adido agrícola, na Embaixada em Tóquio, e é um trabalho que deverá continuar e que contará, caso venha a ser aprovado, com o meu empenho para que consigamos avançar nessa área. É preciso ter paciência, mas muito pode ser alcançado.

Investimentos. O Japão é um importante emissor de investimentos. Já tivemos o grande ciclo de investimentos japoneses no passado. Hoje andamos com algumas dificuldades. Durante os últimos anos, houve algumas frustrações do lado japonês, mas a ideia é retomar um novo ciclo de investimentos.

Na viagem do Presidente Temer ao Japão foi assinado um memorando voltado para a área de infraestrutura. E devemos tentar atrair o Japão, que é um parceiro confiável, interessado em relações de longo prazo, e no estabelecimento de relações de confiança, atraí-lo para um novo ciclo de investimentos no Brasil.

Quero referir-me aos vínculos humanos. Talvez esse seja, provavelmente, o mais importante ativo no nosso relacionamento. O Brasil salienta a natureza circular dessa migração, ou seja, da interligação: o fenômeno da imigração japonesa no Brasil e os brasileiros residentes no Japão.

Temos, aqui no Brasil, a maior comunidade nipo-descendente, cerca de quase dois milhões de pessoas. Neste ano comemoramos 110 anos. Há várias atividades programadas, inclusive aqui no Congresso. E teremos, entre outras atividades, entre outras demonstrações de atenção do governo do Japão, a visita da Princesa Imperial a São Paulo e a Maringá. Ela permanecerá 12 dias no Brasil, um gesto que se tem repetido ao longo das várias comemorações alusivas à imigração japonesa. O próprio Imperador já esteve aqui mais uma vez, como príncipe herdeiro e também numa visita.

A comunidade brasileira no Japão – que já foi maior – hoje está em torno de 191 mil, mas voltará a crescer, provavelmente. Ela é a quinta maior comunidade de estrangeiros no Japão, que é algo significativo, porque os outros são todos os asiáticos: chineses, coreanos, filipinos, vietnamitas e os brasileiros que estão do outro lado do mundo. Isso é algo formidável. É também a terceira maior comunidade que nós temos no exterior. Nos Estados Unidos é primeira, com 1,3 milhão; no Paraguai e no Japão. Agora, as comunidades nos Estados Unidos e no Paraguai têm muito mais facilidade de contato com o Brasil.

Então, o papel da embaixada, o papel dos consulados é tentar apoiar essa comunidade brasileira de gente trabalhadora e esforçada para que possa se integrar de forma efetiva à sociedade local, sem perder o vínculo com o Brasil. Nós temos três consulados-gerais – Tóquio, Nagoia e Hamamatsu – que prestam apoio direto aos cidadãos brasileiros e a Embaixada que trabalha na articulação com o governo central, naquelas questões transversais, sobretudo nas questões ligadas à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, que é um problema sério. Inclusive, em todas as missões parlamentares ao Japão esse assunto é mencionado. É um desafio porque muitos jovens brasileiros perdem, não têm a proficiência, vão perdendo também a proficiência em português e ficam numa espécie de limbo, o que leva, às vezes, a situações de desajuste social e até, enfim, de delinquência juvenil.

Esse é um assunto prioritário para a Embaixada, é um assunto que, sobretudo, precisa ser tratado também do ponto de vista positivo. Nós temos casos de sucesso entre brasileiros no Japão: empresários do setor da alimentação, da área agrícola... O fabricante de chassis do trem-bala hoje é um brasileiro que chegou como operário, que foi ajudando a aperfeiçoar aquelas peças até conseguir esse feito. Temos também até um lutador de sumô.

Então, eu acho que comemorar também a nossa imigração, a nossa presença no Japão é algo que precisa ser feito.

Caso seja aprovado, tenho a plena noção de que será o começo de um aprendizado que precisa ser completado com visitas aqui no Brasil. Aqui existem muito do que os americanos chamam de *stakeholders,* interessados numa relação com Japão: sociedade civil muito dinâmica, muito interessada e interconectada com a comunidade lá, eu vi isso nos Parlamentares nipo-brasileiros; os empresários, que estão facilitando essa ideia de uma negociação de acordos Mercosul-Japão, estão quase que antecipando esse trabalho; e, obviamente, o Governo, que também tem esse interesse em receber investimentos e manter o diálogo.

Meu trabalho, caso venha a ser aprovado, será muito facilitado por dois fatores. Primeiro, porque o atual Embaixador que está lá, André Corrêa do Lago, é, enfim, um grande colega. Tenho muito a agradecer pelo trabalho que ele tem feito, a orientação que dele recebi. Gostaria de dar continuidade ao trabalho dele. Segundo, porque a Embaixada, que é a repartição pública brasileira mais distante do Brasil, de Brasília – talvez a Embaixada em Manila seja mais distante –, são 17.667 quilômetros, 12 de horas de fuso horário e conta com uma equipe muito boa de brasileiros e japoneses que estão lá para trabalhar pelas relações entre o Brasil e o Japão.

Eu agradeço e estou aberto a receber perguntas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Embaixador Eduardo Paes Saboia pela sua exposição.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Sr. Embaixador, S. Exª João Almino de Souza Filho, de registrar aqui a presença do integrante desta Comissão, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra V. Exª, Sr. Embaixador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fernando Collor; Exma Srª Senadora; Exmos Srs. Senadores, Embaixador Eduardo Saboia, minhas colegas, meus colegas do Itamaraty, amigas e amigos, senhoras e senhores, quero, em primeiro lugar, expressar o meu respeito e o meu apreço pela responsabilidade constitucional desta Comissão e do Senado Federal em examinar previamente as indicações dos chefes de missão diplomática, no meu caso, para ocupar a chefia da Embaixada em Quito.

Em primeiro lugar, algumas palavras sobre a política interna no Equador. O Presidente Lenin Moreno tomou posse há pouco mais de um ano, em maio do ano passado, eleito por uma coligação, que é a Aliança País, coligação essa que obteve, nessa ocasião, 74 assentos na Assembleia Nacional, que é composta de 137 membros. Trata-se de uma assembleia, de um parlamento unicameral no Equador.

Apesar de 28 dos membros dessa coligação terem se distanciado dela, o presidente tem conseguido manter maioria no parlamento para o encaminhamento das questões importantes para o país, em função da sua capacidade de diálogo e sobretudo das iniciativas de distensão e de seu estilo conciliador, que tem sido bem recebidos inclusive por setores da oposição.

Em fevereiro deste ano, ele fez uma consulta popular, que eu acho que reforçou mais ainda a sua posição política no país, consulta esta que, do ponto de vista político, levou a duas mudanças significativas: deixou-se de lado a ideia da reeleição indefinida para os cargos do Executivo, e ele também propôs, sendo bem-sucedido nisso, uma reestruturação do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, que é uma espécie de quarto Poder no Equador.

Na política externa, as relações com os vizinhos, a Colômbia e o Peru, são intensas, fluidas e de alto nível. A questão da segurança foi elevada ao primeiro plano das preocupações do país em função, sobretudo, de incidentes na fronteira norte da Colômbia. Há um que foi especialmente relevante ocorrido em abril, quando um grupo dissidente das Farc, liderado por um equatoriano, sequestrou jornalistas do jornal *El Comercio* e os assassinou. Apesar de não haver uma ligação entre esse grupo dissidente e o Exército de Libertação Nacional, isso levou o Equador a deixar de participar como sede da mesa de paz entre a Colômbia e o Exército de Libertação Nacional, e deixou também de inclusive ser garante desse processo negociador.

Uma questão que tem também estado na agenda do país é a da Unasul, que tem sede em Quito. A organização vive um momento de crise desde que, em fevereiro de 2017, tornou-se vago o cargo de secretário-geral, e, para este cargo, foi indicado um candidato único – na verdade, o argentino José Octavio Bordón –, que contou com o apoio da maioria dos sul-americanos, mas com a posição de alguns que creem que o cargo deve ser ocupado por um ex-chanceler

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Equador tem muito interesse na reativação da Unasul, mas alguns países, entre os quais o Brasil, membros do chamado Grupo de Lima, preferiram suspender a participação das atividades no organismo em função dessa paralisação. O Equador tem procurado flexibilizar a sua posição e feito gestões para tentar reativar o organismo, mas ainda sem êxito.

As relações com os Estados Unidos passam por uma nova fase de grande pragmatismo; com a União Europeia, o Equador assinou um protocolo de adesão ao Acordo Comercial Multipartes, que já teve o efeito de fazer aumentar as exportações equatorianas para a União Europeia em 20% no ano passado; a China é o principal parceiro econômico do país e é credora de um terço da dívida equatoriana, que atualmente se situa em US$26 bilhões. Há dois fatos marcantes na história das relações diplomáticas entre o Brasil e o Equador: um é o fato de o Brasil ter contribuído, em dois momentos, para os processos de paz em relação a litígios na fronteira entre o Equador e o Peru. O primeiro deles levou ao protocolo de paz, assinado no Rio de Janeiro em 1942, e o Brasil foi um dos países garantes; e o segundo levou à assinatura em Brasília, em 1998, do Acordo de Paz de Brasília.

No momento, as relações com o Equador passam por uma fase que tem sido definida como de renovação construtiva. Eu diria que são marcos importantes dessa fase de reconstrução das relações a própria posse do Presidente Lenin Moreno em maio do ano passado e a nomeação de um novo embaixador no Brasil, que foi feita em dezembro do ano passado, havendo ele tomado posse em fevereiro deste ano.

Já houve um encontro de chanceleres, entre o Chanceler Aloysio Nunes Ferreira e a Chanceler Maria Fernanda Espinosa, à margem da 8ª Cúpula das Américas, em Lima, agora no mês de abril. As chancelarias discutem, no momento, a possibilidade de agendar uma data para uma reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, que é a mais alta instância de coordenação diplomática entre os dois países.

Eu faço um parêntese aqui para dizer que a Chanceler Maria Fernanda Espinosa foi eleita no dia de ontem Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, um cargo da mais alta importância no cenário internacional, o que é uma indicação muito clara da atividade equatoriana nos fóruns multilaterais, da capacidade que o país tem inclusive de empreender um diálogo importante em temas muito importantes dessa agenda que também é uma agenda muito cara ao Brasil.

Do ponto de vista comercial, foram aparadas algumas arestas, mas eu acho que o fato a ser destacado aqui e o mais importante é estrutural, um desequilíbrio extremo que existe na nossa relação comercial com o Equador, numa razão da ordem de 6,4 para 1, a favor do Brasil.

Caso meu nome seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, assumirei minhas funções no Equador com entusiasmo, guiado por interesses maiores do nosso País, na manutenção, no aperfeiçoamento, no estreitamento dessas relações entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas diretrizes que creio que estão sendo sondadas pelas nossas próprias Constituições. Tanto a Constituição brasileira, quanto a Constituição equatoriana colocam como um dos objetivos das nossas políticas internacionais a integração latino-americana. A integração física da América do Sul é um objetivo perseguido pelo Brasil pelo menos desde o ano 2000, e creio que esse também é um parâmetro geral para o nosso trabalho.

Eu diria que, nesse sentido, é importante manter, na pauta das questões estratégicas, a ligação entre Manaus e o Porto de Manta, no Equador, um eixo Manaus-Manta, que pode ser implementado por etapas, por exemplo, pensar-se, em primeiro lugar, de maneira mais factível, numa ligação hidroviária entre Manaus e o Porto Providência no Equador.

No ponto de vista da segurança e sobretudo da defesa, existe um diálogo muito fluido entre as nossas respectivas áreas, os Ministérios de Defesa do Brasil e do Equador, que, inclusive, têm mantido reuniões regulares, até mesmo no ano passado. Nós recebemos aqui no Brasil frequentemente oficiais equatorianos que vêm aqui se aperfeiçoar nas nossas escolas da área de defesa. E o equipamento militar de defesa equatoriano é brasileiro, o que tem gerado uma demanda de serviços e de modernização.

A cooperação técnica é um ponto alto nas nossas relações. Nós temos projetos que têm sido muito bem avaliados pelos dois países. E já temos, inclusive, discutido a possibilidade de realização, num tempo relativamente curto nos próximos meses, de uma nova reunião do grupo de trabalho de cooperação técnica.

A área do comércio é regida pelo ACE 59, que é o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-CAN. Mas esse acordo pode ser aprofundado com a inclusão de novos capítulos – o que é do nosso interesse –, na área de investimentos, comércio de serviços, compras governamentais, facilitação de comércio. E, aliás, na área específica de investimentos, nós já estamos num processo de negociação de um acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (CFI) com o Equador.

Há um problema de imagem, neste momento, das empresas de construção brasileiras, mas eu creio que isso pode ser relativamente equilibrado com uma divulgação de iniciativas do nosso País na área de transparência e de combate à corrupção e até mesmo de iniciativa das próprias empresas através dos seus acordos de leniência e de iniciativa de *compliance*.

Os temas ambientais são importantes na nossa pauta, no nosso diálogo bilateral, eu diria, sobretudo agora com um enfoque amazônico do Presidente Lenín Moreno, que é originário da Região Amazônica. E eu gostaria, em relação a essa questão, de lembrar que a Rede Internacional de Bambu e Rattan tem sua sede regional em Quito e que o Brasil tem a segunda maior floresta do mundo na área de bambu. Então, esse é um campo em que pode haver, na verdade, uma cooperação, em grande medida horizontal, entre os nossos países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria de finalizar dizendo que creio muito firmemente que a área da cultura como um todo pode ser um instrumento muito importante na compreensão entre os povos e na sua aproximação profunda. E, entre nós e o Equador, há uma série de instrumentos que podem levar a essa aproximação no campo cultural. Por exemplo, na área de cinema, temos participado dos principais festivais do país, obtido prêmios importantes de maneira frequente. Existe no País, na área de artes plásticas, o Prêmio de Arte Contemporânea, através do qual tem havido, inclusive, residências de artistas equatorianos aqui no Brasil; é um prêmio que tem grande visibilidade no País. Para o ensino do português, nós temos um instituto brasileiro equatoriano de cultura que reúne personalidades muito conhecidas no País e é um instituto que tem diplomas reconhecidos pelas universidades locais. Na área de literatura, existe uma revista que foi criada pela Embaixada que já está no seu terceiro número e reúne contos de seis escritores brasileiros e seis escritores equatorianos destacados e, por meio dela, já têm sido feitos estudos universitários na área de literatura comparada. E, finalmente, eu diria que as próprias universidades são um campo muito propício para a discussão de ideias que interessam aos dois países. Nesse campo da reflexão, eu creio que nós podemos colocar lado a lado grandes pensadores brasileiros e locais para discutir o futuro da nossa própria região.

Para concluir, eu diria que o Brasil, os brasileiros são vistos com muita simpatia pelo Equador. Isso é um bom começo para o trabalho diplomático, sobretudo naquele campo que nós temos definido como de diplomacia pública. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Exª Sr. Embaixador João Almino de Souza Filho.

Gostaria de assinalar, antes de dar continuidade aos nossos trabalhos, a presença, entre nós, de S. Exª o Senador Airton Sandoval, que, conforme lido no expediente da Srª Líder do PMDB e da Maioria, Simone Tebet, foi indicado por ela para fazer parte deste Colegiado.

A V. Exª os nossos votos de muito boas-vindas, conforme já oferecidos no início desta sessão.

Passo agora a palavra a S. Exªs os Srs. Senadores, iniciando por S. Exª a Senadora Ana Amélia, mas antes lendo algumas questões, algumas perguntas que já nos estão sendo enviadas pelos nossos internautas.

Lucas Loeblein, do Rio Grande do Sul, em relação ao Sr. Eduardo Saboia, diz: "Desejo boa sorte em seu serviço. Que exerça seu cargo com responsabilidade e autoridade, representando da melhor forma nosso País vasto e forte. Obrigado por servir ao País."

Depois, Atila Conceição, da Bahia, que enviou o seguinte comentário: "O Brasil tem muito a aprender com o Japão, a educação japonesa e os serviços de transporte público, a rede ferroviária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alta velocidade, o cuidado e o respeito com a população idosa, o combate à criminalidade, a participação popular na proteção aos patrimônios públicos."

E Amaro Ventura, de Pernambuco, que endereça perguntas especificamente ao Sr. Embaixador Eduardo Paes Saboia. A primeira delas é sobre a liberdade das forças armadas do Japão, independentemente dos Estados Unidos da América; a segunda, o intercâmbio entre os países sobre segurança de energia nuclear, se referindo, naturalmente, entre os países Japão e Brasil; e a terceira colocação é sobre maior intercâmbio para jovens brasileiros e japoneses, como isso poderia ser realizado.

Feito isso, passo a palavra a S. Exª a Senador Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente, Senador Fernando Collor, caros colegas Senadores e Senadoras, caros Embaixadores em sabatina nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Quero desejar também sucesso e dizer que veja que do Rio Grande do Sul vem a primeira mensagem, uma mensagem de um cidadão que tem a noção exata... E fico feliz pela República de Piratini sempre estar presente nas manifestações. E o nosso Presidente, neto de um gaúcho, Lindolfo Collor, sabe bem do nosso apreço pela nossa Pátria.

Brincadeira à parte, eu queria dizer que as duas missões são extremamente relevantes. São em países com temos uma relação histórica. Não fossem apenas os 110 anos de imigração japonesa no Brasil, que celebramos neste ano, o Embaixador Saboia vai agora para uma missão e um desafio.

Hoje o Embaixador André Corrêa do Lago, neto do gaúcho Oswaldo Aranha, de grande significado para a diplomacia brasileira, me brindou com o livro magistral escrito pelo irmão Pedro Corrêa do Lago sobre Oswaldo Aranha.

Eu queria cumprimentar e desejar ao senhor boa sorte, mas dizer que todos os temas abordados por V. Exª são relevantes.

Eu estive com o Embaixador e também participei de um programa que o governo patrocina chamado Juntos. E ele estabeleceu esse programa para uma relação parlamentar com o Japão. Foram seis Deputados Federais e eu, Senadora.

Esse programa foi de alta valia. A reunião foi em dezembro do ano passado, e ontem tivemos uma reunião de sequência de trabalho, em que pudemos constatar também a eficiência e o trabalho que a diplomacia brasileira faz exatamente na solução desses problemas que envolvem a participação brasileira no Japão, que conta com a contribuição extraordinária não só de nisseis, sanseis e decasséguis, mas também de brasileiros estão lá ou que são casados – marido brasileiro e mulher de origem japonesa ou vice-versa –, cujas famílias estão lá vivendo, claro, sob o impacto de uma cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente diferente da nossa, a começar pelo horário, pela rigidez do horário. Essa é uma questão que eu diria ser um ritual, uma liturgia que tem no Japão, assim como os trens na Alemanha ou os relógios na Suíça.

Estive lá no maior consulado que há do Brasil, em Nagoia, onde o Cônsul Nei Bitencourt havia recém-chegado àquela missão. E lá ouvimos também das escolas brasileiras sobre as dificuldades que têm para financiar, para manter a educação e a integração dos brasileiros. Visitamos também em um distrito de Nagoia uma escola japonesa que acolhe os brasileiros que ali chegam. Extraordinário! O que mais me impressionou é que essa escola não tem faxineiros. As crianças cuidam da escola como se cuidassem da sua própria casa. Então, acho que é uma cultura da qual temos de aproveitar as coisas boas.

O Japão hoje tem uma recente e grande dificuldade – e fala disso claramente. Acho uma grande virtude reconhecer as suas debilidades – em relação ao enfrentamento na Ásia. O Japão, que é a terceira economia no mundo, hoje teme o avanço da China no comércio global – nos investimentos globais em infraestrutura e na área do agronegócio, está todos os cantos do Planeta –, e o Japão sente que está perdendo um pouco esse espaço, eu diria, pelo comedimento que têm os japoneses na tomada de decisões. Eles só encerram uma negociação depois de tudo esclarecido, e a China não se preocupa mais, ela quer fazer. Talvez isso caracterize a preocupação que eles têm hoje. Estão perdendo espaço para a China, mas também para Coreia do Sul e a própria Tailândia e têm muita preocupação com a Coreia do Norte, agora talvez atenuada pelo esforço de paz pela união das duas Coreias.

Então, queria sugerir a V. Exª que esta integração comece pela área educacional no que pudermos, para resolver o problema dos brasileiros que estão lá e para que se integrem mais. E também por uma área que para nós do Rio Grande do Sul é muito cara, que é a questão dos bancos de dados, *big data*, que estão desenvolvidos muito fortemente, e também na área de agricultura de alta precisão, já em nível mais avançado do que o que temos no Brasil, hoje com equipamentos que já não precisam mais de operadores de máquinas, pois se movem sozinhos com GPS. O Japão tem uma evolução muito grande. Então, nessa área temos de ter atenção.

Temos uma província-irmã do Rio Grande do Sul, Shiga.

Boa sorte ao senhor, e, nesses espaços, sugerimos que faça o que tiver de fazer pelo nosso Rio Grande do Sul e pelo Brasil.

Cumprimentamos V. Exª pela merecida promoção.

O Embaixador do Equador também conheço. Era jornalista quando acompanhei no Itamaraty o acordo de paz que foi celebrado em 1998, um momento extremamente relevante para o Brasil, exatamente por envolver dois países amigos e que estão muito integrados. Claro que o Equador viveu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um regime que eu diria da linha chavista. O Rafael Correa foi um Presidente, digamos, ideologicamente muito forte; formado nos Estados Unidos, nas melhores universidades norte-americanas, tem uma cultura muito grande, mas, contraditoriamente, foi aplicador de reformas liberais no País.

Houve muito investimento internacional, inclusive se mudou o aeroporto de Quito para uma área que não tivesse o problema de altitude para os aviões, hotelaria... E hoje o Equador é um país que atrai por sua beleza, por sua capacidade, não apenas pelo chapéu panamá – tem o nome de panamá, mas é feito no Equador; o Panamá leva a fama, mas o chapéu é equatoriano, e de alta qualidade.

Então, desejo a V. Exª também nessa missão desafiadora...

Gostei de ver essas mudanças. Eu não acompanhei essa última mudança política, do novo Presidente. Claro que essa composição, esse equilíbrio de forças no Parlamento pode obrigar também a uma inflexão mais liberalizante, mais democrática dentro do país, que está dando bons sinais também para o desenvolvimento em muitas áreas e em muitos setores.

Sucesso para V. Exª.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Peço que me inscreva, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente Collor de Mello, Srs. Embaixadores Eduardo Paes Saboia e João Almino de Souza Filho.

Com prazer, inicialmente vou fazer perguntas ao Sr. Eduardo Paes Saboia.

Segundo o relatório de gestão do Embaixador André Corrêa do Lago, que está à frente da Embaixada do Brasil em Tóquio desde 17 de outubro de 2013, aquela representação diplomática buscou observar o comportamento do governo japonês face aos crescentes desafios que o país enfrenta em seu entorno imediato, dos quais a assertividade chinesa e a ameaça norte-coreana são os mais conhecidos. Nesse contexto, pergunto: que iniciativas vem tomando o governo japonês para contrabalançar a diminuição de seu peso relativo no sistema internacional em face da ascensão da China? Como tem reagido aquele governo diante do cambiante cenário em seu entorno geopolítico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que se destaca o eventual encontro entre o Presidente Trump e o Presidente da Coreia do Norte Kim Jong-un?

Segunda pergunta. Foi tomada pela embaixada iniciativa no sentido de buscar estimular a adoção, pelo governo japonês, de políticas ativas de facilitação da plena integração dos nacionais brasileiros residentes no Japão à sociedade local. Nesse sentido, constituiu linha prioritária do posto, segundo o Embaixador Corrêa do Lago, a interlocução com o governo japonês sobre o acesso da comunidade brasileira à educação. Segundo o embaixador, embora a escola japonesa seja gratuita e de qualidade, parte dos estudantes brasileiros sofrem dificuldades em razão da falta de proficiência no idioma nipônico, o que resulta na prática de *bullying* contra eles por parte dos alunos japoneses. Será, assim, necessário procurar sensibilizar as autoridades governamentais japonesas para a influência decisiva da educação na capacidade de integração de brasileiros à sociedade japonesa? Como se apresenta neste momento essa questão? Foram tomadas iniciativas pelo governo japonês no sentido pretendido pela nossa missão, que contribuíssem para essa integração dos estudantes brasileiros à sociedade japonesa?

Uma última pergunta. O Japão concluiu ambicioso acordo de associação com a União Europeia. Paralelamente, há, no presente momento, convergência de interesses dos países do Mercosul com vistas à celebração de acordo de parceria econômica com aquele país. Um acordo com o Japão beneficiaria, do ponto de vista do Brasil, a exportação de carnes e frutas, milho, soja, suco de laranja, café e açúcar, entre outros produtos da pauta exportadora brasileira. Como estão as negociações de um acordo de parceria econômica entre o Mercosul e o Japão? Quais seriam, na estimativa de V. Exª, os maiores entraves à sua conclusão?

Agora temos perguntas para o nosso Embaixador João Almino de Souza Filho.

Questões sugeridas.

De que maneira os vínculos do Equador com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, Tratado de Comércio dos Povos, Alba, justificam o estremecimento das relações com o Brasil após o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff?

Em que medida se pode dizer que a eleição do Presidente Lenín Moreno representa uma ruptura do Equador com os ideais da denominada Aliança Bolivariana?

A juízo de V. Exª, de que modo o afastamento do Sr. Jorge Glas do cargo de Vice-Presidente do Equador, sob acusação de corrupção passiva envolvendo empresa brasileira, pode comprometer a imagem do nosso País junto à opinião pública equatoriana?

Quais desafios V. Exª entende que o próximo Embaixador do Brasil junto à República do Equador pode encontrar? Como contorná-los?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Cumprimento S. Exª o Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, pelos trabalhos.

Quero cumprimentar o nosso nobre Eduardo Paes Saboia, indicado para a Embaixada no Japão, cumprimentar o nosso João Almino de Souza Filho, indicado para a Embaixada no Equador.

Queria começar pelo nosso amigo João Almino de Souza Filho, Presidente da Agência de Cooperação do Itamaraty, perguntando sobre a importância dessa agência, sobre o trabalho que essa agência faz. Que ele possa aqui aproveitar esta oportunidade de estar conversando conosco na Comissão de Relações Exteriores para falar um pouquinho do trabalho que ele vem fazendo nessa comissão tão importante, nobre Presidente Fernando Collor, que prevê a cooperação entre os países – e nós sabemos como isso é importante para o desenvolvimento, por exemplo.

Segunda pergunta que quero fazer para ele. O Equador, o nome diz, está na linha do Equador, radiação 100%. A energia solar é uma matriz fundamental para o desenvolvimento dos países, inclusive para aqueles em desenvolvimento, como o nosso, países do Terceiro Mundo. Como é que se vê, já que V. Exª vem da Agência de Cooperação, uma forma de a gente aproveitar melhor esse recurso tanto pelo Equador, que é uma economia também com deficiência energética, como pelo Brasil? Qual seria a cooperação que poderíamos dar, já que tanto o Brasil quanto o Equador se encontram numa situação ainda aquém do necessário com relação à exploração dessa importante matriz energética, que é a fotovoltaica, a energia solar, e também no que diz respeito à energia da biomassa, já que o Equador tem uma economia muito forte na agricultura com relação ao plantio da banana, da qual sobra muita biomassa, além de outras biomassas naturais, e o Brasil tem uma *expertise* extraordinária no que diz respeito ao aproveitamento da biomassa da cana de açúcar, e essa *expertise* poderia ser mais bem aproveitada pelo Equador? Como é que se pode fazer esse intercâmbio?

Além disso, como V. Exª vê a eleição que foi feita ontem, da Srª Maria Fernanda Espinosa, para representação na América Latina e Caribe, em uma vaga na Assembleia Geral das Nações Unidas? Como isso poderá melhorar a relação; que perspectiva abre na relação do Equador com as Nações Unidas, o Brasil? O Brasil é um parceiro prioritário no Equador?

Com relação à produção pesqueira, também, o Equador tem uma *expertise* muito boa, e o Brasil ainda não andou muito, como poderia andar, com relação a essa questão. Como podemos aproveitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa estada do senhor, nesse período que com certeza será muito profícuo no Equador, pela experiência que o senhor adquiriu, para podermos melhorar as relações bilaterais Brasil-Equador?

Com relação o nosso nobre Embaixador Saboia, ele está indo para um país cujas relações com o Brasil são muito boas, importantes, até pela história do Brasil, que tem uma das maiores colônias japonesas fora do Japão. A relação de cooperação sempre houve entre Brasil e Japão. Como se podem aumentar essas relações? A tecnologia... Por exemplo, eu acabei de falar aqui com relação à energia solar, o quanto estamos com deficiência. O Japão tem uma tecnologia muito mais evoluída que a nossa. Como se pode fazer essa cooperação tecnológica?

Eu, por exemplo, tive a oportunidade de ir ao Japão em uma missão do grupo Brasil-Japão – eu era o único Senador, com nove Deputados Federais. Fizemos uma missão em que passamos 12 dias vendo questões extraordinárias no Japão, como a recuperação de Hiroshima, por exemplo, depois do massacre da guerra, demonstrando que as coisas têm jeito, desde que haja administração. Porque foi um massacre o que aconteceu em Hiroshima, e ela foi totalmente recuperada. Então, eu digo que o Brasil tem jeito. Esse Brasil em que a gasolina aumenta todo dia; em que os nossos pobres, moradores do Brasil, cada vez são mais empobrecidos. Cada vez mais há uma classe empresarial não patriótica, porque não paga previdência, sonega imposto quando pode sonegar, não paga e não cumpre as suas tarefas e muitas vezes é beneficiada com Refis e outras questões, e o povo pagador de imposto é massacrado.

Acabamos de ver isso, agora, com relação à greve dos caminhoneiros, justa, por sinal, porque não é possível os caminhoneiros ficarem pagando, na situação atual, com o frete no preço em que está, e os empresários do setor de transportes faturando cada vez mais alto e ainda fazendo locaute para poder tirar imposto para beneficiar empresário, e os caminhoneiros praticamente vão ficar na mesma situação. E, agora, o pobre do brasileiro vai ter que pagar aumento maior no gás e na bomba de gasolina para compensar presente para empresário que fez locaute na greve dos caminhoneiros. Então, como as experiências exitosas, positivas do Japão podem servir de ensinamento para que o Brasil de fato faça as ações que precisam ser feitas para a nossa Nação ser a Nação que todos nós desejamos; uma nação em que o nosso povo, harmônico e ordeiro, possa estar em primeiro lugar, em detrimento daqueles antinacionalistas – porque muitas vezes a gente vê aqui algumas medidas para beneficiá-los em detrimento da massa brasileira?

Senador Fernando Collor, vou aproveitar aqui algumas perguntas também da nossa assessoria.

O Brasil e o Japão mantêm relações centenárias e diversificadas.

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, por meio do qual foram estabelecidas as relações diplomáticas, completou 120 anos em 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade brasileira no Japão é a terceira maior comunidade brasileira no exterior, apesar de ter decrescido do ápice de mais de 300 mil pessoas, em 2007, para mais de 173 mil atualmente. A comunidade nipo-descendente no Brasil, fruto da imigração iniciada em 1908, alcança cerca de 1,6 milhão. A maior população de origem nipônica fora do Japão. Esse vínculo humano é o principal patrimônio das relações, potencializando o diálogo e a cooperação entre os dois países.

Por meio da Jica (Agência de Cooperação Internacional do Japão), o Japão é um dos principais parceiros do Brasil em projetos de cooperação técnica, tanto em cooperação recebida pelo Brasil quanto prestada conjuntamente a terceiros países. Uma das iniciativas mais bem-sucedidas é o ProSavana (Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique), desenvolvido em conjunto com a Embrapa.

O sistema nipo-brasileiro de TV digital, o ISDB-T, é resultado de parceria tecnológica dos dois países. Essas parcerias são indicadoras da capacidade de realização conjunta do Brasil e do Japão. Cuida-se, portanto, de um relacionamento absolutamente profícuo e exemplar.

Nesse panorama, o que V. Exª considera que deve ser ou devam ser os temas fundamentais da agenda Brasil-Japão nos próximos anos? Como V. Exª pensa em desenvolver essa agenda?

Eu, por exemplo, visitei uma empresa de recuperação de lixo em Tóquio, onde vi a forma do manejo, a forma correta e adequada de utilização desse lixo, que no Brasil se desperdiça e polui o meio ambiente, o que evita que nós possamos, inclusive, ter mais energia no nosso sistema. E o Japão faz exatamente diferente. Queria que também nessa área, meu nobre Embaixador, V. Exª pudesse fazer considerações.

Agora para os dois, para concluir.

Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo. Nós precisamos ampliar a nossa relação turística. Eu acho que tanto com o Japão quanto com o Equador, que são dois bons parceiros, nós temos potencial grande para crescer nessa área. Como nós podemos melhor aproveitar as relações, com a ida de vocês, para dar um *upgrade* nessa questão do turismo?

Muito obrigado, Excelências.

Obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, ao ler os dados sobre o Japão, eu fiquei com a sensação de que a língua portuguesa carece de uma palavra que indique inveja social. Porque a inveja que a gente sente sempre é pessoal, mas, ao ver os dados do Japão, a gente pode ter uma inveja social.

Vejam só: no IDH, ele está na quarta posição, entre 188 países. Quanto ao analfabetismo, quando a gente vê aqui o número, chega a surpreender: zero. Não é zero vírgula alguma coisa, não; zero! Quando a gente vê o índice de desemprego: 2,8; expectativa de vida: 85,3. E isso porque nesses dados que tenho não se fala na criminalidade, que é certamente, se não uma das menores do mundo. Isso para não falar que – para na hora das perguntas o Embaixador lembrar – um dos problemas que ele vai ter é que o maior índice de delinquência juvenil no Japão é de filhos de brasileiros. Então, é preciso um termo para indicar inveja coletiva em relação a outra coletividade.

Dito isso, quero, em primeiro lugar, dizer ao Embaixador Saboia que ele vai ter uma grande dificuldade que é substituir um Embaixador como o André Corrêa do Lago. Eu tive a oportunidade de estar vendo o trabalho dele, não só na época da reunião Rio+20, como também como embaixador durante os anos em que eu estive no Conselho da Universidade das Nações Unidas, que é em Tóquio, e eu posso dizer que não é fácil substituir um Embaixador como André Corrêa do Lago. É mais ou menos como o jogador que substituiu Pelé no Chile, quando ele quebrou a perna. Quebrou não, mas teve uma distensão forte. Dessa vez, é uma substituição natural, está no tempo. Um embaixador não pode ficar por um período muito longo, e nem acho que seja uma questão de protocolo ou de regra, eu acho que não é conveniente.

Mas eu lhe digo que eu vi o trabalho dele, como vi, também, o trabalho do Cônsul Farani. E a primeira pergunta tem a ver com o trabalho que o Farani, que hoje está conosco aqui como assessor internacional do Presidente, fez.

Não é uma pergunta, eu gostaria de sugerir, de solicitar um cuidado especial com os filhos dos brasileiros. A situação deles é trágica, Senador Collor, já falamos disso aqui. Eles não conseguem ser japoneses, nem conseguem mais ser brasileiros. Não conseguem entrar na escola como japoneses, porque a concorrência, a cultura da escola é completamente diferente da nossa; não se integram no País, mas, ao mesmo tempo, não dá para dizer que eles estão com a cabeça no Brasil – estou falando dos jovens, crianças e adolescentes. Os outros até que podem voltar, mas esses não podem. Existem experiências que tentam superar isso, suprindo de escolas particulares mantidas por brasileiros. Há um empresário brasileiro de grande sucesso no Japão que mantém escolas lá, mas é um problema a cultura desses jovens. Não é por acaso, como eu disse há pouco, que a delinquência juvenil no Japão tem um dos pontos maiores os adolescentes brasileiros e jovens brasileiros. Esse é um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro é pedir que se aproxime da Universidade das Nações Unidas, que na sua história de 30 anos, ou pouco mais, durante 10 foi presidida pelo Reitor Heitor Gurgulino, nosso compatriota. O prédio belíssimo foi ele quem construiu. Então o Brasil tem uma relação forte com a Universidade das Nações Unidas. É uma solicitação que faço, cuidar dos filhos dos brasileiros e se aproximar da UNU para ver o que podemos fazer.

Agora, uma solicitação de informação, uma pergunta que alguns já fizeram antes e eu queria aprofundar. É sobre a disputa do Japão com a China. Existe uma disputa latente para ver se a China vai superar o Japão no conjunto da produção econômica, embora do ponto de vista *per capita* será quase impossível, por conta de a população chinesa ser tão grande. Mas, como potência, a China e o Japão acho que disputam economicamente, depois de obviamente anos e anos de disputa militar, de sofrimento chinês pela invasão japonesa.

Eu gostaria de saber que risco temos de um dia essa disputa econômica chegar a um enfrentamento militar diante das ilhas que disputam? Se um dos países ocupa ilhas que pertencem legalmente ao outro, como o mundo vai ou não perder a respiração. É a pergunta, a relação Japão e China. Eu não quero aprofundar com relação ao Japão e Coreias, porque creio que a Senadora Ana Amélia já fez a pergunta, é mais com a China.

Quanto ao Embaixador João Almino, eu quero dizer que ele vai para um belíssimo país. Foi um dos países onde vivi durante os nove anos que estive no exterior, e de que tenho as melhores lembranças. É o país onde já tivemos grandes embaixadores, inclusive poetas como o senhor. Mas a pergunta é no sentido de qual tem sido o impacto da Lava Jato no Equador? Chega perto do que nós estamos sofrendo ou nem de longe eles estão dando essa importância?

A outra: a imagem de que o *impeachment* foi um golpe continua presente nas autoridades equatorianas, apesar da mudança da presidência?

Qual é a posição do Governo equatoriano hoje em relação à Venezuela, especialmente no caso da votação pela expulsão da Venezuela da OEA? Eu tenho a impressão de que o Equador deve estar se colocando ao lado da Venezuela, mas aí é na hora do voto. No conjunto, há ou não uma sensibilidade equatoriana para que a Venezuela não pode continuar no caos em que hoje se vive naquele país?

Quero dizer também que fiquei surpreso com o indicador do índice de alfabetização no Equador. Aqui, nos dados que tenho, falam em 99% de alfabetização. Eu procurei levantar em outra fonte e, em 2015, era de 95,4%. Mesmo assim muito melhor que o Brasil, e tem uma população de difícil acesso, tanto culturalmente – é preciso falar outro idioma diferente do espanhol – como geograficamente. Não é um país que tem a facilidade brasileira.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar o Embaixador para o Equador para trazer aqui outro tema: como podemos fazer para trazer a preocupação do nosso Ministro sobre a relação do Brasil com Cuba?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Equador, depois do *impeachment*, teve um estremecimento, chegou a levar o embaixador de volta. O Brasil já está há dois anos ou mais, eu creio, sem embaixador em Cuba. E não por culpa do Governo brasileiro, porque o Governo brasileiro chegou a indicar o Embaixador Frederico Meyer. E foi o governo cubano que não se pronunciou. Nem disse que recebeu a indicação, que tenha negado o *agreement*. Não disse que recebeu.

Eu gostaria de saber como está hoje a situação. Eles vão esperar até a mudança do Presidente da República, com as eleições de outubro? Ou está havendo a possibilidade de reatar relações, porque explicitamente há uma relação, claro. Mas hoje está muito estremecida, não temos embaixador lá e creio que a embaixadora cubana aqui foi há mais de dois anos de volta para Cuba e não voltou.

Então, eu gostaria de aproveitar que está aqui o embaixador nosso que vai para o Equador para trazer para esta Comissão este assunto. Não sei se devemos fazer um ofício ao Ministro Aloysio Nunes, se uma conversa nossa, do senhor com ele, se devemos trazer algum funcionário aqui. Mas como está hoje a relação diplomática do Brasil com Cuba?

Lembro que eles mudaram o Presidente agora. E a Constituição deles diz que a eleição é indireta. Seria uma afronta o Brasil protestar porque não é eleição direta. Eleição direta é a nossa. Lá é indireta, o que é perfeitamente normal, correto e justo se a Constituição diz isso. Da mesma maneira que se fez um *impeachment* dentro de todos os trâmites formais. Pode-se discordar, pode-se levantar até suspeitas sobre como foi constituído o bloco dos que votaram a favor, inclusive eu. Mas não se pode dizer que não foi dentro da soberania e do marco legal que segue o Brasil.

Então, Presidente, desculpe-me eu tirar proveito aqui do Embaixador João Almino, como se estivesse surfando, para pedir que esta Comissão procure saber como estão as relações do Brasil com Cuba hoje e o que vamos ter nos próximos meses até o fim do ano.

Essas são as perguntas. Mais uma vez, eu sinto prazer em estar aqui numa sabatina diante de quadros tão qualificados do Estado brasileiro que eu tenho certeza de que vão nos representar muito bem nos respectivos países.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque. Sua solicitação será atendida. Eu entrarei em contato com S. Exª o Ministro das Relações Exteriores e trarei, se possível, não na próxima reunião, que será amanhã, mas na outra uma resposta de S. Exª à indagação que V. Exª acaba de fazer.

Com a palavra S. Exª o Sr. Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava em compromisso externo, mas fiz questão de vir mesmo às pressas para participar desta sabatina e poder manifestar a minha posição de voto em relação às indicações do Embaixador Eduardo Saboia e do Embaixador João Almino de Souza Filho. Eu tenho considerações pessoais a fazer sobre cada um dos dois. O Embaixador Eduardo Saboia ficou marcado no bom sentido no Itamaraty pela posição corajosa que ele teve no momento delicado das relações do Brasil com a Bolívia, onde ele servia, não como embaixador, mas como, acho que encarregado de negócios...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Ministro conselheiro.

Na oportunidade em que ele conduziu, ele ofereceu uma espécie de salvo-conduto a um Senador boliviano, que veio de carro da Bolívia até o Brasil, num momento de tensão de relações e quando o Brasil tinha uma disputa em torno da desapropriação que a Bolívia havia feito de bens da Petrobras na Bolívia. E havia uma situação conflituosa entre o Brasil e a Bolívia.

O Embaixador Eduardo Saboia, por moto próprio, numa atitude muito corajosa, conduziu esse dissidente do regime, que claramente afrontava interesse brasileiro, legítimo brasileiro, entendido pelo então governo do PT como uma ação entre amigos, que não deveria consultar, claro que não consultava o interesse soberano brasileiro, e ele tomou uma posição de prestigiar o interesse brasileiro. É preciso que se faça esse registro.

Naquele momento, quando as relações do ex-Presidente Lula com Evo Morales caminhavam para que a desapropriação ou a aquisição, a negociação de bens da Petrobras com a Bolívia ficasse na base de uma ação entre amigos, e o interesse do Brasil, o que era questionado dentro do Brasil era colocado em segundo plano, o Embaixador Eduardo Saboia teve uma posição corajosa e emblemática de defesa da soberania nacional e do interesse brasileiro. E pagou um preço alto por isso dentro do Itamaraty.

Os tempos mudaram, ele passou a ser prestigiado. Nós fomos companheiros de viagem à Venezuela, numa viagem frustrada que fizemos à Venezuela, no sentido de que Senadores pudessem levar uma palavra de conforto e de solidariedade a um preso político, a um preso político na Venezuela, que continua.

E há essa história de vida, que é preciso que aqui seja relatada, porque ele está indo agora, com a marca da coragem e da brasilidade, para um posto importante, que é a Embaixada no Japão.

Aqui foi perguntado, com muita propriedade, pelo Senador do Distrito Federal, que me antecedeu, o papel da Embaixada do Brasil na observação das relações do Brasil com a China, do Japão com a China. Nós temos todos interesse em ver isso. Agora, o Japão é um país com enorme migração de japoneses para o Brasil. A relação nipo-brasileira é muito profunda. As exportações, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil para o Japão, como do Japão para o Brasil, o intercâmbio, tanto cultural, quanto tecnológico, são muito robustos. A presença da indústria japonesa no Brasil é expressivíssima. Então, é uma relação muito curiosa, porque tanto há muito brasileiro no Japão, como há muito investimento do Japão no Brasil. Então é uma troca benfazeja.

Então, as relações do Brasil com o Japão têm que ser muito bem-vistas e têm que ser vistas por alguém com o perfil de um embaixador que teve, em alguns momentos, a coragem de agir como agiu, para agir com independência, para agir com sentimento de defesa do interesse do Brasil.

Agora, até pelo pretérito das relações belicosas entre o Japão e a China, é importante acompanhar muito de perto o posicionamento do Japão em relação à China, que é um grande parceiro do Brasil, com quem precisamos ter relações diplomáticas, políticas e comerciais cada vez mais robustas, e a sinalização do Japão para o Brasil, nesse sentido, é muito importante. Precisamos estar a par da relação Japão-Brasil, das informações sobre Japão-China-Brasil, porque são parceiros que se somam, evidentemente, no rumo de proteger o interesse do Brasil. De modo que eu gostaria de ouvir as suas considerações com relação a isso.

E, com relação ao Embaixador João Almino de Souza Filho, eu até preciso dizer o seguinte: o Embaixador João Almino de Souza Filho foi meu vizinho em Mossoró. Nós fomos meninos em Mossoró. Menino de calça curta. O pai dele morava ao lado da casa em que eu morava, em Mossoró. Eu me lembro demais.

Naquela época, eu o tratava por Souzinha. Depois ele chegou a ser diplomata e chegou a membro da Academia Brasileira de Letras, orgulhando muito o Estado do Rio Grande do Norte. E agora, vai para o Equador, que é governado pelo sucessor de Rafael Correa e que não mantém mais as mesmas linhas ideológicas do Rafael Correa. Aquele bloco Bolívia-Equador-Venezuela, que se contrapôs, num bom momento, à linha do Brasil, com a Argentina, com a Colômbia, é uma novidade. Então, é importante a observação da relação da Bolívia com o Equador e com a Venezuela, com vistas à hegemonia da modernidade, porque cada qual pensa como quer, mas a Venezuela do Presidente Maduro, lamentavelmente, para o povo da Venezuela, por quem nós temos grande apreço, é um país em dissolução! E por erros políticos praticados e movidos por uma ideologia sectária. A Bolívia ainda se mantém; o Evo Morales ainda se mantém. O Equador caiu.

Então, é importante a informação da Embaixada do Equador para o Brasil, para o Congresso, sobre como anda esse eixo, quais são as perspectivas, e a relação do Equador com o Brasil, que tem que ser levada em conta muito mais como uma relação política, de equilíbrio, num eixo que, na minha opinião, não caminhou bem, no sentido do bem-estar da população desses três países, como o que está ocorrendo no momento recente: a Venezuela acabou de praticar uma eleição contestada pelos países quase que do mundo inteiro, exceto pelos seus parceiros mais próximos, com uma abstenção monumental, garantindo um mandato novo a um governo que está exportando cidadãos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colômbia em grande quantidade e para o Brasil em grande quantidade. Ninguém exporta gente se as pessoas que estão saindo estiverem bem no seu país. É claro que é uma manifestação clara de insatisfação interna, e é um país sufocado por ações e cabe a nós, à comunidade internacional, vigiar, observar e nos manifestarmos – claro que respeitada a autonomia dos países.

Mas é importante, estando no Equador – e o Equador tem relações até atávicas com a Bolívia e a Venezuela, e acho que, agora, cada vez mais com o Peru e com a Colômbia –, manter-nos informados com relação a esse eixo, o comportamento do Equador no eixo Bolívia-Equador-Venezuela, que foi um eixo que, durante mais de dez anos, se manteve e que dá os primeiros sinais de fraqueza, com a eleição do sucessor de Rafael Correa.

Desejo a ambos, tanto ao Eduardo Saboia quanto ao João Almino de Souza Filho, os melhores êxitos no desempenho das suas missões, tanto no Equador como no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador José Agripino.

Passo agora a palavra a S. Exª o Embaixador Eduardo Saboia para oferecer respostas às indagações formuladas pelos Srs. Senadores e pela Srª Senadora.

O SR. EDUARDO PAES SABOIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Se o senhor me permite, eu começaria pelo Senador José Agripino e pelo Senador Hélio José.

Primeiro, quero agradecer as palavras do Senador José Agripino, sua generosidade, enfim... Foi um período muito rico de convivência aqui com os membros da Comissão, enfim... Guardo boas lembranças daquela nossa viagem à Venezuela. Apesar de frustrada, foi uma manifestação de solidariedade, porque, naquele momento, mais uma vez, quanto à questão da diplomacia parlamentar, só o Parlamento brasileiro poderia fazer.

O senhor mencionou a questão da relação com a China, da nossa relação com a China, da importância da nossa relação com o Japão e da, digamos, complexidade dos vínculos entre o Japão e a China. Essa pergunta é fundamental quando se olha para aquela região. Ela tem dois elementos. Um é, digamos: como é que o Japão lida com a, digamos, ascensão chinesa? Isso foi mencionado também pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Cristovam Buarque, pelo Senador Pedro Chaves: a questão da assertividade chinesa.

Do ponto de vista do Japão, o que nós observamos é que existe uma preocupação japonesa, digamos, com um equilíbrio, em manter um certo equilíbrio na região da Ásia. Então, isso se traduz em aproximação, diversificação do seu relacionamento, um relacionamento próximo, evidentemente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os Estados Unidos, mas também com a Índia, com outros países do Sudeste Asiático. Então, isso é uma faceta, digamos, da forma com que o Japão lida com essa situação.

Outra dimensão é, digamos, o pragmatismo japonês. O Japão tem uma relação econômica muito densa com a China. Há mais de 27 mil empresas japonesas na China. O comércio é enorme. O fluxo de pessoas, estudantes, turistas, é muito grande. Então, ao que nós assistimos na Ásia é, muitas vezes, um paradoxo entre relações políticas com algumas dificuldades históricas, mas uma capacidade de compensar isso com uma teia de relações de comércio e investimentos que, de uma forma, neutraliza. Então, eu não sei se...

Todos nós, todos os países, estamos nos adaptando a essa situação de uma China superpotência, emergente – não é só o Japão –, e temos que tirar proveito – e o Brasil tem feito isso – desse dinamismo chinês, ao mesmo tempo entendendo que uma economia madura e importante como o Japão continua tendo seu papel, inclusive, digamos, com características diferentes. O investimento chinês – acho que foi a Senadora Ana Amélia que mencionou – é um investimento que vem num grande volume, numa velocidade maior; o investimento japonês se orienta por outros princípios, com a questão do longo prazo e de uma certa relação de confiança que atravessa turbulências. Existe um nicho para os dois tipos de investimento.

Eu acho que o Brasil, diante desse cenário, deve procurar se coordenar, olhar para a Ásia como, digamos, o novo eixo da economia mundial e tentar fazer com que o trabalho das nossas embaixadas seja coordenado. Então, essa visão de conjunto, Senador José Agripino, é muito importante. E nós temos feito... Mês passado, Senador, o Ministro Aloysio Nunes fez uma reunião com todos os nossos embaixadores na Ásia, em Pequim, olhando para a questão política e para a questão dos investimentos.

Eu acho também, Presidente, que uma distensão na península coreana seria um elemento que contribuiria muito para melhorar esse equilíbrio e para criar uma dinâmica mais favorável para todos os países do mundo inteiro.

O Senador Hélio José mencionou a sua frustração com a situação no Brasil e pergunta o que o Japão poderia fazer para nos ajudar. Eu acho que, primeiro, a verdade é que nós teremos que resolver os nossos problemas, com o nosso esforço. Não há atalhos. É algo que exige, numa democracia, conciliação de interesses e também firmeza de propósitos. Eu acho que o Japão pode entrar com investimentos em infraestrutura, conhecimento em matéria de mobilidade urbana e logística, que são coisas que o Brasil precisa.

O Senador Cristovam também está um pouco frustrado com nossos indicadores em matéria de educação, em matéria de analfabetismo, em uma comparação com o Japão, que realmente tem um elevado desempenho nessa área. Isso é uma causa sua e de todos nós. Eu acho que, com relação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digamos, ao trabalho da embaixada, o que nós podemos fazer é ajudar a que os bons exemplos japoneses sirvam para a formulação de políticas no Brasil. Eu sei que há um intercâmbio de professores e de diretores de escola, que visitam o Japão para aprender com essas experiências.

Espero eu poder me debruçar muito sobre o tema dos brasileiros na integração dos estudantes. É uma questão que pode ser resolvida. É um problema que, felizmente, tem solução. Claro, isso não será de um dia para outro, mas tem solução, primeiro, porque a comunidade brasileira lá é muito organizada; segundo, porque nós realmente temos uma presença consular forte – nós temos três consulares-gerais num espaço concentrado –; e, como eu disse, temos sempre a cobrança da comunidade nipo-brasileira aqui e dos Parlamentares, que são sempre muito atentos a essa questão. A Senadora Ana Amélia também mencionou esse assunto. Essa questão merece todo o empenho do nosso lado.

Eu concordo com o senhor, Senador Cristovam, que será um desafio suceder o Embaixador André Corrêa do Lago, mas fique certo de que ele deve, em breve, ser sabatinado aqui para a Índia, que também é um país muito importante. Hoje, existe uma dinâmica entre os embaixadores na Ásia de muita interação, de muita conversa, para que eu possa ajudar o outro.

O Senador Pedro Chaves se referiu também ao tema da educação e da assertividade chinesa e à questão da Coreia do Norte, que foi mencionada. O Sr. Presidente e o Senador Pedro Chaves estiveram lá e têm uma experiência direta da importância desse processo e do impacto que isso pode ter para o mundo. A posição japonesa é, digamos, consistentemente em favor de uma completa desnuclearização da Coreia do Norte. Para eles, esse tema é uma ameaça direta à segurança. Enquanto, para os Estados Unidos, digamos, os mísseis de longo alcance é que são ameaças, para o Japão, um míssil de curto alcance já tem uma consequência desastrosa. Depois, eles têm também alguns assuntos que, digamos, têm um grande peso na sociedade, como é a questão dos abduzidos, os japoneses que foram abduzidos na década de 70. Enfim, as informações que eu tenho recebido são de que há uma mudança no discurso japonês, eles estão entendendo que esse processo tem avançado. O que eles querem é que haja uma garantia de que, primeiro, essas questões de interesse específico deles, as ameaças diretas ao território japonês, sejam consideradas e de que também outras, como a questão dos japoneses sequestrados, abduzidos, também sejam equacionadas. Eles não querem ficar, digamos... Eles querem participar desse processo, de qualquer solução. Isso é inevitável que aconteça. O Japão é um ator importante e tem todas as credenciais para estar envolvido nesse processo.

Eu tinha ainda as perguntas dos internautas. Eu vou responder brevemente. Há a questão dos estudantes. O Brasil está entre os 30 maiores países com estudantes no Japão. Temos aproximadamente 500 estudantes brasileiros, o que não é um número baixo, é um número importante. E é algo que precisa ser estimulado a presença de jovens no Japão, o intercâmbio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens. Além dos estudantes, existe agora a possibilidade de um visto para os descendentes de quarta geração, os yonseis. O Japão, aparentemente, está disposto a conceder vistos para esses jovens de 18 a 30 anos de idade permanecerem cinco anos no Japão, desde que tenham alguma proficiência em japonês. Essa é uma janela que se abre.

A questão das Forças Armadas.

Pela Constituição de 1946, o Japão não tem tecnicamente direito de ter Forças Armadas, isso dentro da ideia de desmilitarização do Japão. Ele tem forças de autodefesa, que constituem na verdade o oitavo maior orçamento militar. Então, não é pouca coisa.

A normalização dessa condição é um dos objetivos do Primeiro-Ministro Abe, mas isso envolve uma mudança constitucional, enfim. Isso aponta para uma inserção do Japão com uma certa independência em relação ao seu principal aliado, que são os Estados Unidos, uma crescente independência. Esse caminho é um caminho inevitável, eu acho.

Não sei se esqueci alguma pergunta, mas acho que o tempo também...

Ah, a questão da cooperação na segurança da energia nuclear.

O Brasil e o Japão têm uma visão convergente em matéria de aproveitamento pacífico da energia nuclear, trabalham juntos na Agência Internacional de Energia Atômica, como também defendem o desarmamento nuclear nos foros.

O Japão optou por não participar do tratado de proibição de armas nucleares, tem as suas especificidades, mas, em essência, é um país, por ter sido justamente a única vítima de uma bomba nuclear, que trata desse assunto com muito cuidado.

Sobre segurança específica da energia nuclear, eu desconheço que haja alguma troca. Eu sei que existe uma cooperação na área tecnológica em questão de desastres naturais. O caso do acidente de Fukushima foi resultado de um desastre natural. Mas eu confesso que eu não sei. Vou procurar me informar e transmitir ao internauta as informações depois da pesquisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Eduardo Saboia, pelas suas respostas.

E me veio agora uma lembrança a que eu gostaria de me referir, baseado no que aqui falou o Senador Cristovam Buarque, o Senador José Agripino, na questão da educação, e tem tudo muito a ver com a maneira com que o povo japonês, por intermédio do seu governo, enxerga, por exemplo, a sua burocracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A burocracia japonesa é uma das mais eficientes do mundo e uma das mais estáveis, porque há uma legislação infraconstitucional que diz o seguinte, de forma peremptória e clara, que não podem ser nomeados para o serviço público: primeiro, os incompetentes; segundo, os semi-incompetentes; terceiro, os falidos não reabilitados; e, quarto, os condenados a penas superiores à do confinamento.

Quer dizer, isso é um exemplo da importância que o povo japonês, por intermédio de seus governos sucessivos, dá a uma burocracia estável e extremamente qualificada e talvez seja um dos elementos que traduzam, com muita clareza, o desenvolvimento e o sucesso econômico do país, do Japão.

Passo a palavra agora, com satisfação, a S. Exª o Sr. Embaixador João Almino de Souza Filho, também para oferecer suas respostas.

O SR. JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO – Eu começo talvez...

Agradeço ao Sr. Senador Fernando Collor a palavra, mas talvez eu comece com a observação do Senador Tasso Jereissati e as palavras muito afetuosas do Senador José Agripino, porque diz aqui o Senador Tasso Jereissati que está me dando o abraço cearense.

De fato, toda a família da minha mãe é do Ceará, da região de Iracema, tenho um vínculo muito forte com o Ceará, morei em Fortaleza muitos anos, mas, em toda a minha infância, até os 12 anos de idade, morei no Rio Grande do Norte, minha terra, na cidade de Mossoró, onde eu nasci, e tenho, de fato, as mais gratas lembranças muito afetuosas da nossa vizinhança em Mossoró, com o Senador José Agripino, os seus irmãos, o Embaixador Oto Maia e toda a família, portanto, inclusive o seu pai, Tarcísio Maia, D. Teresa. E trago comigo muito de Mossoró, da minha infância, é uma cidade que foi uma pioneira na libertação dos escravos no Brasil, que foi pioneira no voto da mulher. São fatos importantes da história que marcam muito a infância de uma pessoa. Então, agradeço as suas palavras, Senador.

Eu vou seguir, antes de responder às palavras do Senador José Agripino, um pouco o roteiro das perguntas que foram feitas aqui, começando com os pontos levantados pela Senadora Ana Amélia.

Ela se referiu ao acordo de paz de 1998, que foi, de fato, algo muito importante para o estreitamento dos laços entre o Brasil e o Equador, e depois ela fez algumas considerações em relação ao governo de Rafael Correa, não só do ponto de vista ideológico, mas também do ponto de vista econômico, de algumas conquistas daquele período. E eu gostaria de mencionar que ele, de fato, investiu muito não só na área de infraestrutura e na área social, mas também na própria expansão da própria máquina do Estado. Então, isso não foi feito sem que fosse gerada uma crise fiscal, que é algo que este governo atual está herdando. Mas há, sem dúvida, uma inflexão tanto política, eu diria, algo ideológico e também do ponto de vista das próprias políticas econômicas, algo a que eu vou me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referir um pouco mais adiante, porque eu acho que tem a ver com outras perguntas que foram feitas aqui.

A Senadora também se referiu à área de turismo, que é um ponto que foi levantado pelo Senador Hélio José mais adiante, então eu vou deixar para responder essa questão ao me referir as perguntas feitas pelo Senador Hélio José.

Quanto às perguntas feitas pelo Senador Pedro Chaves, eu acho que duas são o centro realmente da questão dele. Uma tem a ver com a participação do Equador na Alba, uma pergunta se houve alguma mudança nesse campo, qual foi o impacto da substituição do vice-presidente, que teve um comprometimento de imagem com a Operação Lava Jato no Brasil, e os desafios da embaixada talvez nesse campo.

Eu vou responder especificamente essa questão da Alba dizendo que existe uma percepção de que está havendo um distanciamento progressivo do Equador em relação à Alba. Um indício disso, por exemplo, seria a esperada participação do novo presidente na cúpula da Alba, que houve recentemente na Venezuela, a 15ª Cúpula. Ele preferiu ser representado pelo Ministro da Defesa. Isso foi interpretado, por círculos políticos equatorianos, como um distanciamento progressivo.

De fato, o Vice-Presidente Jorge Glas foi substituído até antes de ser concluído o processo dele em relação a supostas propinas advindas da Odebrecht, e isso, sem dúvida, de alguma forma, compromete a imagem das empresas brasileiras no país. O desafio, nesse caso, é o de mostrar que o Brasil não é o país da corrupção; o Brasil é também o país do combate à corrupção. E eu acho que esse é um trabalho que pode ser feito, até mesmo através da divulgação do que já vem sendo feito no próprio País em nível de medidas, por exemplo, do Executivo, através do Ministério da Transparência, quem sabe através de um trabalho de cooperação mesmo, que envolve uma transmissão de informações entre os dois países. E eu diria que nessa área específica das construtoras, algumas delas já fizeram seus acordos de leniência, isso também é algo a que se pode dar publicidade, algumas delas também já avançaram muito nas suas atividades de *compliance,* nas suas iniciativas nesse campo. Então, isso também pode ser mais visibilizado, e nós devemos também, através, por exemplo, dos setores específicos na Embaixada, procurar identificar outras empresas brasileiras que possam atuar, por exemplo, nessa área específica de construção, pois existem no Brasil empresas médias que podem também, tais como as grandes empresas que nós conhecemos, se habilitar para alguns trabalhos, algumas obras no Equador.

Então, acho que, de fato, a pergunta é relevante e existe um desafio a ser superado nessa questão.

O Senador Hélio José me dá a oportunidade de falar um pouco sobre o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que eu tenho dirigido ao longo desses últimos três anos. Ele tem toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

razão ao mencionar a importância desse trabalho. Eu diria que é uma área em que nós investimos pouco em recursos financeiros para um ganho muito importante, porque a cooperação abre portas para muitos outros campos. Nós podemos, através da cooperação, transmitir o que há de melhor nas nossas práticas, nas nossas técnicas, e, ao mesmo tempo, também nos beneficiar daquilo que os outros países têm feito nos mais diferentes campos, porque, de fato, a cooperação pode abranger as áreas mais diferentes.

Ele frisou aqui muito especialmente a área do meio ambiente, mais especificamente energia solar, área de energias renováveis em geral, muito especificamente a energia solar, frisando o fato de que o Equador, por estar na Linha do Equador talvez tenha algum diferencial nessa área.

Faço até um pequeno parêntese para dizer que o nome do país – Equador – ocorre só em 1830. A independência é de 1822, mas o Equador, naquele momento, se junta à chamada Grã-Colômbia, que era compreendida pela atual Colômbia, que se chamava Nova Granada, e Venezuela. Quando finalmente existe a independência em 1830, existe uma disputa em relação ao nome, porque a província de Quito gostaria que o nome do país fosse Quito, que é o nome originário da região indígena, mas houve uma oposição de Guayaquil e Cuenca. Então, eles chegaram a esse termo neutro, que era um termo que vinha de uma missão científica francesa, uma missão geodésica, que tinha ido ao Equador precisamente fazer pesquisa sobre essa linha.

Então, de fato, o Equador se situa nesse ponto exato, mas não só por isso. É um país que tem, de fato, se dedicado muito às questões ambientais, e, como eu dizia, com o novo presidente, essa questão, inclusive, passou a ter um realce ainda maior, sobretudo no que diz respeito às florestas, à questão amazônica, porque é de onde ele vem, é de onde ele é originado. Então, ele está dando muita importância a essa questão.

Mas, sem dúvida, o País tem se interessado pela área de energia solar, pela biomassa, que são pontos que o senhor levantou. E não há dúvida de que o Brasil pode explorar muito bem essas questões sob a ótica da cooperação, porque nós temos avançado muito nesse campo também. Aqui, no Brasil, existe muito interesse.

E quanto, por exemplo, à biomassa de cana-de-açúcar, nós temos o trabalho não só da Embrapa, como também de universidades que têm investido muito na pesquisa nessa área. Por exemplo, a Universidade de São Carlos é uma delas. E são todas instituições com as quais a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) tem trabalhado muito ativamente ao longo de muitos anos.

Ele também se referiu à eleição da Chanceler equatoriana, Maria Fernanda Espinosa, indagando sobre a importância disso e para o Brasil especialmente. Eu diria o seguinte: apesar de ela não ter sido a candidata brasileira, o Brasil tem muito apreço por ela, pelas suas qualificações e tem uma satisfação especial de ver uma latino-americana nesse cargo tão importante, que é o de Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Geral das Nações Unidas. Realmente é um cargo de importância extraordinária no cenário mundial. Então, com toda certeza posso dizer, conhecendo a trajetória da nossa diplomacia, que o Brasil vai procurar trabalhar com ela de maneira muito estreita, ela tendo sido eleita ontem.

Expertise equatoriana na área pesqueira certamente há, uma *expertise* grande. Essa é uma das áreas nas quais o Equador tem investido. E, em geral, os produtos da pesca para o Equador são importantíssimos, inclusive na pauta de exportações, não só produtos *in natura*, como também processados, em conserva, por exemplo. Então também é uma área em que certamente nós poderíamos desenvolver cooperação, como o senhor bem assinalou.

Finalmente, levantando a questão do turismo, o senhor toca num ponto que também foi levantado pela Senadora Ana Amélia, eu diria que nós temos de fato a oportunidade de trabalhar de maneira ainda mais intensa com o Equador. Já temos um instrumento muito bom, que é o Comitê Descubra Brasil, Equador. Um Comitê equatoriano, do qual faz parte a Embratur – Embratur tem uma participação neste Comitê –, há uma participação das oito principais operadoras de turismo do Equador, de duas empresas aéreas e também da empresa Quiport, cuja maior participação acionária é da CCR, que é uma empresa brasileira. Nós temos de fato um belo instrumento, digamos, de trabalho para divisar oportunidades novas de turismo, não só no sentido bilateral. Do ponto de vista bilateral, o turismo é muito baixo. Por exemplo, o número de turistas equatorianos ao Brasil no ano passado foi da ordem de 30 mil.

Então, de fato, muito pode ser feito no sentido da atração de turismo equatoriano ao Brasil e muito no turismo brasileiro para o Equador, que tem, por exemplo, as Ilhas Galápagos, que tem a própria cidade de Quito, que é a cidade mais bem preservada do ponto de vista histórico e arquitetônico na América do Sul, que é patrimônio da Unesco...

Então muito pode ser feito do ponto de vista bilateral, mas muito pode ser feito também do ponto de vista de atração do turismo, a partir de outros continentes, sobretudo de áreas distantes. Por exemplo, poderia ser do Japão. Quem vem, de um lugar tão distante para a América do Sul, pode perfeitamente ter interesse de visitar pontos turísticos no Brasil e no Equador.

Então, de fato, nós temos um bom campo, o senhor tem toda razão de levantar essa questão, para trabalhar ainda mais nessa seara. E eu diria ainda mais, porque nós já temos realizado um bom trabalho lá na nossa Embaixada. O Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira que está lá é uma pessoa muito afinada com essa área de promoção comercial na qual ele trabalhou aqui no Brasil, e tem feito um belíssimo trabalho na embaixada em Quito, que eu vou herdar. Mas vou procurar precisamente dar continuidade a todo esse trabalho que ele vem realizando em vários campos, entre eles, nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço as palavras gentis do Senador Cristovam Buarque em relação a mim, agradeço o depoimento dele em relação ao Equador, é sempre importante para mim conhecer esses depoimentos daqueles que viveram no País e que têm lembranças, no caso dele, lembranças tão boas do país, lembrança do fato também de que pelo Equador passaram grandes embaixadores, o que para mim reforça a responsabilidade que eu terei de estar indo para o Equador.

Ele lembrou aqui inclusive o nosso grande João Cabral de Melo Neto. Até o momento eu não descobri, pelo menos na poesia, rastros da passagem dele por Quito, mas vou tentar pesquisar.

Já me referi ao impacto da Lava Jato. Eu acho que, de alguma forma, eu respondi a essa pergunta dele, tanto referindo-me ao impacto propriamente dito, quanto ao que eu acho que possam ser as iniciativas que nós possamos ter para contrabalançar digamos esse impacto, que é certamente importante.

Quanto à Venezuela, que é outra das perguntas que ele fez, eu começaria, em primeiro lugar, dizendo que as relações com a Venezuela são relações históricas da maior importância, porque o Equador e a Venezuela já foram um único país.

O libertador do Equador, aquele que entrou com tropas no Equador e foi o grande promotor, digamos, da independência do Equador, em 1822, foi o Gen. Sucre, um venezuelano. Ou seja, são relações muito íntimas, históricas, da maior importância.

De fato, a ligação da Venezuela com o Equador, mesmo no período recente, foi uma relação em que praticamente não havia crítica ao processo político da Venezuela, do ponto de vista político. Isso é o que tem se modificado de maneira, eu diria, talvez ainda tênue, mas visível. Então, por exemplo, já houve uma manifestação, através de nota do Equador, sobre as eleições venezuelanas recentes. Foi uma nota que – se notou – foi muito bem estudada, muito precisa, tanto que o Equador demorou a publicá-la. O que ela traz de novo é uma preocupação com o fato de a oposição venezuelana não ter participado da maneira, digamos, adequada, devida, totalmente, nas eleições. Então, isso se notou numa nota divulgada pelo Equador.

Mas ontem o Presidente do Equador, na OEA, acho que deu mais um passo nesta direção, digamos, de procurar respeitar os princípios constitucionais da não ingerência, enfim, ao mesmo tempo, eu diria, manifestando o seu apreço por esses laços com o povo venezuelano. Mas ele levanta uma questão que tem a ver com a legitimidade das eleições, porque acaba sugerindo que haja uma consulta popular, na Venezuela, sobre as eleições e que, para essa consulta popular, possam concorrer todos os segmentos políticos indistintamente, com uma boa vigilância internacional desse processo. E sugere que, ao final do processo, da consulta, dependendo do resultado, haja novas eleições.

Isso obviamente não é a posição que coincide com a de outros países, não é uma posição altamente crítica, eu diria, mas é uma evolução da posição que vinha sendo adotada pelo Equador em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação às circunstâncias e ao processo político venezuelano. Ele, além disso, nesse discurso, faz referência, sim, aos refugiados venezuelanos em outros países sul-americanos.

O Senador Cristovam Buarque chama a atenção para um fato muito positivo no Equador que é o índice de alfabetização. De fato, dos 18 aos 23 anos, o índice é altíssimo, Senador. O senhor falou em 99%, e, na verdade, acho que é 99,7%. É um índice, realmente, extraordinariamente alto, para uma população que, como o senhor bem diz, é uma população diversa, com componente de – segundo estimativas das organizações sociais – cerca de 40% da população de ascendência indígena. Embora, pelas estatísticas oficiais, os indígenas propriamente ditos sejam 7% da população, uma população também de afro-equatorianos, sobretudo da costa. Mas, enfim, um índice de alfabetização altíssimo, em que uma parte da população fala as suas línguas originais, o *quechua*, por exemplo. Agora, se levar em conta toda a população adulta, o índice baixa um pouco, mas ainda assim é muito mais elevado que no Brasil, é um índice de 92%, incluindo aí – digamos – os adultos de faixas mais elevadas.

Eu acho que respondi, Senador, as suas perguntas. Vou agora às perguntas do Senador José Agripino, a quem eu já me referi agradecendo as suas palavras afetuosas.

Creio, também, que, no caso do Senador, eu acabei tocando nos pontos mais importantes, porque a grande questão que ele levantou foi – digamos – a do relacionamento do Equador com esse eixo que ele chamou. Qual o equilíbrio que o Equador em relação ao que ele chamou hegemonia da modernidade e quais as perspectivas do relacionamento do Equador especialmente com esses países, tais como a Venezuela e a Bolívia.

Eu acho que, direta ou indiretamente, eu já respondi mencionando aquele distanciamento progressivo em relação à Alba e a evolução da política recente sobre a Venezuela. As relações com a Bolívia, eu acho que continuam estáveis, são boas relações. Eu acho que, com os dois comentários que eu fiz sobre o relacionamento com a Venezuela e a Alba, indiretamente, já respondi também à pergunta central do Senador José Agripino.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Embaixador João Almino de Souza Filho, pela sua explanação.

Consulto agora as Srªs e os Srs. Senadores se nós podemos continuar a nossa aberta para fazer a apuração da votação dos Srs. Embaixadores.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com que continuemos esta reunião no sistema aberto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito, agora, à Secretaria da Comissão que abra o painel com o resultado da votação dada aos Srs. Embaixadores.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Resultado: S. Exª o Sr. Embaixador Eduardo Paes Saboia, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Japão, foi aprovado por 13 votos favoráveis desta Comissão. Do mesmo modo, S. Exª o Sr. Embaixador João Almino de Souza Filho, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador, foi também aprovado por 13 votos favoráveis.

Agradeço a presença de V. Exªs ao plenário desta Comissão, desejando aos Srs. Embaixadores amplo êxito e sucesso na nova missão que lhes está sendo confiada, aguardando naturalmente a decisão soberana do Plenário desta Casa. Sejam sempre muito bem-vindos e tenham êxito continuado! (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passamos agora à segunda parte da nossa pauta para a deliberação de matérias.

Item 1 desta segunda parte.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor Artur José Saraiva de Oliveira, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Tem a palavra V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é um prazer substituir o Senador Pedro Chaves na indicação do Embaixador Artur José Saraiva de Oliveira para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi.

O Sr. Artur José Saraiva de Oliveira é filho de Marco Antonio Monteiro de Oliveira e Alvaceli Saraiva de Oliveira e nasceu em Salvador/BA, em maio de 1963.

Licenciou-se em Letras, Português-Inglês, pela Fundação Educacional D. André Arcoverde, no Rio de Janeiro, em 1990.

Foi nomeado 3º Secretário da Carreira de Diplomata em 1996. Ascendeu a 2º Secretário em 2003; a 1º Secretário em 2007 e a Conselheiro em 2014.

Desempenhou, entre outras funções, a Chancelaria e postos no Exterior, do qual eu destaco Chefe da Divisão da África 1, de 2014 a 2016 e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lomé, em 2007 e na Embaixada em Uagadugu, em 2013. Serviu também na Embaixada em La Paz (2001-2004), no Consultoria-geral em Miami (2004-2008) e na Embaixada em Assunção (2008-2011). Desde 2016, exerce funções na Divisão da África Central e Ocidental.

Ele publicou o livro chamado *A outra história de Itaipu*, o que me provocou, agora, querer ler esse seu livro.

O Itamaraty encaminhou relatório executivo sobre a República do Malawi, do qual extraímos as informações que seguem – são diversos detalhes sobre esse país.

No campo da cooperação, é de se destacar o Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze, que conta com o apoio da Embrapa. É interessante, Senador Collor, como a Embrapa está presente em diversos países da África.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu estava acostumado a ver em Angola e Moçambique, países de língua portuguesa, mas a gente vê que em outros países também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também se desenvolvem no Malawi projetos de Cooperação Sul-Sul trilateral coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com enfoque em segurança alimentar.

No tocante a investimentos brasileiros no Malawi, a Vale é a única empresa brasileira com registro de atividades naquele país, com investimento total que ultrapassa US$1 bilhão, equivalente a cerca de um sexto do PIB daquele país.

Senador Collor, o senhor tem uma ousadia que talvez aceite uma sugestão que eu estou tentando encaminhar, mas há muito isso e isso. Nesse negócio de bilhão e milhão, ninguém sabe se a gente está falando bilhão ou milhão. Eu estou propondo que a gente adote a maneira utilizada em tantos países de língua espanhola: mil, milhão. É difícil entender, quando a gente ouve na televisão, se é bilhão ou milhão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade. É verdade, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – A gente poderia adotar essa praxe de outros países. Eu estou consultando a Academia Brasileira de Letras, inclusive, para ver como é que eles reagem.

A Vale é responsável pelo mais relevante investimento em infraestrutura no país: a expansão da infraestrutura ferroviária no contexto do Corredor de Nacala. Veja que, nesse ponto, estamos concorrendo com a própria China.

Em maio de 2017, o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Cooperação e Promoção de Investimentos, vinculado aos investimentos brasileiros no projeto desse corredor.

Finalmente, Sr. Presidente, no que diz respeito ao comércio bilateral, a corrente de comércio é pequena e apresenta forte flutuação.

Os produtos manufaturados respondem pela integralidade das exportações brasileiras para o Malawi, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento do fumo e implementos agrícolas.

O governo malawiano vem aprofundando parcerias com países emergentes, ganhando especial relevo os entendimentos com a China e a Índia, que envolvem doações ou mecanismos de créditos concessionais.

No tocante às relações com os vizinhos Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, estas são tensas com Moçambique em função de problemas quanto à navegabilidade dos rios que eles dividem, que são Shire e Zambeze, porém são cordiais e produtivas com Tanzânia e Zâmbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe serem aduzidas outras considerações a este relatório, que eu tive a honra de ler, substituindo o nosso colega Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco... Aliás, não havendo quem queira discutir, tomo a providência imediata de conceder vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 2 da segunda parte da nossa reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz nasceu em Cochabamba (Bolívia), em 1959, filho de Adalberto Tércio Lopes da Cruz e Martha Montenegro Lopes da Cruz, porém, sendo brasileiro nato pelo critério de filho de pais a serviço do Brasil no exterior.

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), em 1979 – por acaso, um ano depois que entrei na UnB; fui aluno da UnB a partir de 1978 –, iniciou sua carreira diplomática em 1986. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política pela The George Washington University, concluiu seu Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese "O Brasil e a Sociedade da Informação: a construção de uma estratégia para a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação", em 2006.

Na carreira diplomática, cumpriu com várias funções, tais como a de Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (1993); Secretário-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (1990/1995); Subchefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2003/2005); Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (2014/2015); Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (2015/2017); Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2017).

No Ministério de Ciência e Tecnologia, foi Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministro (1997/1999); Coordenador-Geral de Programas Especiais, na Assessoria Internacional (1999/2003); Coordenador-Geral de Bens Sensíveis, no exercício da Autoridade Nacional de Bens Sensíveis (2005/2006).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Azerbaijão, sua política interna e externa, bem como acerca de suas relações com o Brasil, do qual extraímos uma síntese.

Na sua grande maioria fiéis ao islã, dois terços da população do Azerbaijão são xiitas e o restante são sunitas, restando pequeno percentual de cristãos russos ortodoxos ou armênios ortodoxos. Apesar dessa característica, o país é secular, laico, sendo o seu Presidente, Ilham Aliyev, substituto de seu pai e cumprindo seu quarto mandato consecutivo.

Distintamente, o atual Primeiro-Ministro, Novruz Mammadov, está no posto desde o dia 21 de abril deste ano. De língua túrquica, possui justamente na Turquia sunita grande aliado, a considerar que ambos possuem relação conflituosa com a Armênia. O Azerbeijão, no caso, em relação ao conflito de Nagorno-Karabakh, disputa o domínio de região homônima com a Armênia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Azerbaijão é um país do tamanho aproximado de Portugal, vizinho da Rússia, Geórgia, Irã e Armênia. Economicamente, depende em grande parte de suas vastas reservas petrolíferas e de gás no mar Cáspio.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticos com o Azerbaijão em 1993, tendo aberto sua Embaixada em Baku somente em 2009, enquanto o Azerbaijão abriu a sua em Brasília em 2012. Portanto, o convívio é recente e bastante inexplorado. A corrente de comércio bilateral com o Brasil é bastante limitada, tendo sido destaque no ano passado a venda de aeronaves da Embraer, equivalentes a U$60 milhões, mas que atingirão a soma de U$400 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão.

Presidente, Fernando Collor.

Relator, Senador Hélio José.

Quero fazer o comentário, Sr. Presidente, de que o Azerbaijão é um país que tem tido uma situação até protagonista entre essas Repúblicas que se liberaram da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tendo uma posição importante por ter exatamente uma capital e uma grande reserva petrolífera de gás, e Baku era uma situação nessa questão, tem uma situação muito amistosa com o Brasil, e me orgulha muito poder relatar essa questão, de um Embaixador preparado que está sendo encaminhado.

Então, obrigado a V. Exª.

E parabéns a esse nobre Embaixador e que ele possa fazer um ótimo trabalho nas relações tão recentes entre Brasil e Azerbaijão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Hélio José, pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Pela ordem, S. Exª o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há um projeto, Sr. Presidente, que trata do porte de arma para os oficiais de Justiça. Havia uma solicitação de audiência pública pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e nós conversamos com ele recentemente, e ele abriu mão dessa audiência pública, e está liberado para a pauta. Se fosse possível a gente, na próxima reunião, colocar em pauta, fica essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem. A sua solicitação está registrada, Senador, e, assim que possível, colocaremos a matéria em pauta para apreciação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Convoco ainda as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa, a ser realizada amanhã, quinta-feira, às 9h da manhã neste plenário.

Agradecendo a presença de todos e a participação dos nossos internautas, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia sete de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, José Pimentel, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Magno Malta e Rudson Leite. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Pedro Chaves. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uzbequistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **3ª Parte - Instalação de Grupo Parlamentar**. **Finalidade:** Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Instalado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - República Popular Democrática da Coreia, é aprovado seu Estatuto e eleita por aclamação sua Comissão Executiva, na seguinte forma: Presidente de Honra: Senador Eunício Oliveira Presidente: Senadora Vanessa Graziottin Vice-Presidentes: Senador Fernando Collor e Senador Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Passo à leitura de comunicados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Se V. Exª me permite, seria possível fazermos inversão da pauta, porque acho que... Não sei se é o item 2 ou 3... Item 3. Nós temos a instalação da Frente Parlamentar Brasil e Coreia do Norte. Seria possível, antes mesmo da leitura do comunicado?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois muito bem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin sugere a mudança da pauta, passando o item 3 a ser o primeiro item da pauta do dia de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 3 do dia de hoje passa a ser o primeiro item da pauta de nossa reunião.

Primeiro comunicado: Missão Oficial à República Tcheca.

Entre os dias 28 e 31 de maio último, esta Presidência cumpriu, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, missão oficial em Praga, na República Tcheca, onde participou de uma extensa agenda programada pelo embaixador brasileiro Márcio Florêncio Nunes Cambraia, contendo audiências e encontros com as seguintes autoridades daquele país:

1. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa e Segurança do Senado no Parlamento da República Tcheca, Sr. František Bublan, com a presença do também Senador Hassan Mezian;

2. A Primeira Vice-Presidente do Senado do Parlamento da República Tcheca, Srª Miluše Horská;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. O Vice-Ministro da Defesa responsável pela seção da política da defesa e estratégia, Sr. Jakub Landovisk̀y;

4. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Parlamento da República Tcheca, Sr. Lubomír Zaorálek, com a presença de mais sete deputados integrantes daquela comissão;

5. O Presidente da Câmara dos Deputados do Parlamento da República Tcheca, Sr. Radek Vondrácek;

6. O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pela seção dos países não europeus, cooperação econômica e desenvolvimento, Sr. Martin Tiapa.

A partir da queda do Muro de Berlim em 1989, a República Tcheca testemunhou o retorno à democracia e ao Estado de direito. Em 1993, deu-se a separação pacífica da Eslováquia, com a qual formava então a Tchecoslováquia. A filiação à OTAN se deu em 1999 e, à União Europeia, em 2004.

Possuindo hoje um dos maiores índices de crescimento econômico da Europa, o país torna-se cada vez mais relevante no cenário do continente. Seu papel político-diplomático vem se mostrando assertivo, principalmente com base no relacionamento próximo que mantém com a Alemanha, o que tem permitido estender sua influência sobre os demais países do centro e leste europeu. Isso faz com que o apoio tcheco revele-se importante para o avanço das negociações do acordo do Mercosul junto à União Europeia e para o processo de ascensão do Brasil à OCDE.

Foi nesse contexto geopolítico que participamos dos encontros previstos na agenda oficial da visita àquele país.

O fortalecimento das relações não só comerciais, mas também legislativas, foi a tônica em todas as audiências. Dentro do conceito de instrumento complementar à diplomacia tradicional, a diplomacia parlamentar foi oportunamente reconhecida como indutora das relações bilaterais e do estreitamento do diálogo entre os Parlamentos em busca da paz e da solidariedade hoje tão demandadas no mundo.

Também com destaque tratou-se do projeto comum dos dois países na produção do avião multiuso KC-390, cuja versatilidade e qualidade tecnológica abrem grandes perspectivas para o Brasil de abertura e conquista do mercado europeu, inclusive na área de defesa. Isso porque esse KC-390, que é um equipamento de última geração, e não há nada que se compare a ele no mundo, tem parte de sua fuselagem fabricada pela indústria da República Tcheca. Então, já há esse encontro de interesses em torno de um projeto de defesa.

No mesmo sentido, o acordo Mercosul-União Europeia mostrou-se de grande interesse para as autoridades tchecas, principalmente diante da possibilidade de assinatura ainda em 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto da globalização, a preocupação com os fenômenos da migração, do nacionalismo, do protecionismo e dos extremismos fez parte das pautas dos encontros, assim como a instabilidade mundial gerada por decisões e políticas externas de alguns líderes mundiais.

Assim, debateu-se a importância do fortalecimento da União Europeia, nosso principal parceiro comercial, como fator de estabilidade para o mundo e como contraponto ao atual protagonismo na cena internacional dos Estados Unidos, Rússia e China. Para tanto, e dentro do exercício do *soft power*, o revigoramento das raízes e a aproximação entre Brasil e Europa podem ter papel importante, assim como nossa participação no BRICS. No caso, destacou-se a relevância que a classe política deve ter no processo de pacificação do mundo, por meio da desnuclearização do planeta, e de desenvolvimento econômico sustentável, por meio do respeito ao livre mercado, aos acordos comerciais e ambientais.

Temas como o atual cenário político do Brasil, com destaque para as eleições gerais de 2018, a retomada, ainda que lenta, do crescimento da nossa economia, e as expectativas em relação ao desenvolvimento da América Latina foram ainda objeto de abordagem dos diálogos mantidos com as autoridades da República Tcheca.

Por fim, em todos os encontros foram feitos convites às autoridades e aos integrantes do Parlamento tcheco para que visitem o Brasil, bem como para continuar os trabalhos do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca, cuja presidência aqui no Brasil é exercida por Sua Exª o Senador Antonio Anastasia.

Era este o relato que gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs. e dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

O segundo comunicado é sobre a Espanha.

A Espanha tem, como todos nós acompanhamos nos últimos dias, um novo primeiro-ministro, o líder socialista Pedro Sánchez, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), que, apesar de ter apenas um quarto das cadeiras no Congresso de Deputados, conseguiu formar uma aliança com seis partidos menores para derrubar o então chefe de governo, Mariano Rajoy, mediante moção de censura na sexta-feira da semana passada.

Essa é a primeira vez desde a transição da Espanha para a democracia em 1975, após o fim da ditadura franquista, que um primeiro-ministro espanhol sofre moção de censura. O voto põe fim a sete anos de Rajoy à frente do governo de centro-direita do Partido Popular.

A mudança foi considerada dramática pelos analistas europeus, uma vez que os socialistas têm apenas 84 cadeiras de um total de 350 no Congresso, mas especialmente porque Sánchez formou uma inusitada aliança com partidos menores para derrubar o governo Rajoy, cujo partido ficou desacreditado por grandes escândalos de corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O novo Primeiro-Ministro espanhol (chamado de Presidente do Governo na Espanha), que se autodenomina um feminista, terá maioria de mulheres em seu ministério – 11 dos 17 cargos – em postos relevantes, como defesa, economia, finanças e educação. A Vice-Chefe de Governo será Carmen Calvo, também responsável pelo ministério da Igualdade. As mulheres escolhidas para seu ministério incluem uma negociadora do Tratado de Mudança Climática, uma eurocrata do alto escalão e a principal procuradora antiterror da Espanha.

Apenas seis países no mundo – comentário à parte – têm governos com pelo menos metade do ministério ocupado por mulheres, entre eles a França de Emmanuel Macron, um liberal; o Canadá de Justin Trudeau, também um liberal; e a Suécia de Stefan Löfven, que é um social-democrata; ou outros são a Bulgária, a Nicarágua e a Eslovênia.

Sánchez montou seu ministério com a participação de colegas de partido e personalidades experientes de fora da política. Outra figura de relevo é o astronauta espanhol Pedro Duque, escolhido para dirigir o ministério da Ciência, Inovação e Universidades. Duque participou da missão de nove dias no espaço, a bordo do ônibus espacial Discovery, em 1988. Em 2003, ele fez parte da missão espacial Cervantes-Estação Espacial Internacional, durante dez dias, como engenheiro de voo a bordo da nave espacial soviética Soyuz-TMA.

Sánchez, o novo Presidente do Governo Espanhol, que herda o orçamento do governo Rajoy para o corrente ano, prometeu convocar novas eleições em menos de dois anos e deverá, segundo os analistas, lutar para conseguir passar reformas no Parlamento, além de ter de procurar uma fórmula para obter a vitória no próximo pleito.

Após o PSOE sofrer duas humilhantes derrotas eleitorais em 2015 e 2016, Pedro Sánchez venceu a corrida para liderar os socialistas, que em 2016 tiveram seu apoio erodido pelo novo partido populista de esquerda, o "Podemos". Em retorno pelo apoio dado aos socialistas para derrubar Rajoy, acredita-se que o Podemos vá demandar concessões políticas significantes do PSOE.

Segundo os críticos, o novo Governo não conta nem com um programa, nem com apoios parlamentares que proporcionem estabilidade política e econômica.

Sánchez é o primeiro premiê espanhol que não é deputado. O fato de o líder socialista não ter assento no Congresso é a cicatriz mais evidente das feridas que partiram em dois o PSOE há dois anos por causa da governabilidade do país. Lideranças históricas do partido queriam, naquela época, obrigar Sánchez a apoiar Mariano Rajoy, que, por sua vez, buscava respaldo para traduzir em uma chefia de governo seus magros resultados eleitorais. Sánchez renunciou ao cargo de deputado e, em um gesto traumático, também ao posto de secretário-geral do partido em outubro de 2016, eventualmente ganhando as primárias do PSOE oito meses depois, tendo sido reinvestido no cargo de secretário-geral (líder) dos socialistas. Ele costuma usar esse ato de renúncia como exemplo de que é fiel aos seus princípios. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derrubar Rajoy com o apoio de nacionalistas e independentistas, Sánchez afirma não ter negociado nada com esses grupos políticos, tendo advertido-os da tribuna que seu governo cumprirá e fará cumprir a Constituição e que não admite o direito de autodeterminação da Catalunha. Apesar disso, os líderes históricos do PSOE assistem com preocupação às condições em que Sánchez chega à presidência do governo espanhol.

De acordo com analistas políticos, ninguém pode duvidar da vontade de ferro de Pedro Sánchez. A resistência e a perseverança são duas das características mais relevantes do seu perfil psicológico, que mostrou ao enfrentar situações em que tinha tudo contra ele. É determinado e constante, reflexivo, garantem em seu círculo mais próximo. Seus críticos o acusam de ser inconsistente e irregular.

Segundo editorial do jornal *El País*, "governar um país que enfrenta desafios políticos, econômicos, sociais e territoriais de indubitável calibre com um apoio tão exíguo sem dúvida gerará instabilidade, e com isso contribuirá para deteriorar a confiança nas instituições".

Com suas 84 cadeiras, o PSOE será minoritário na coligação de 180 deputados com a qual pretende governar, pois todos os partidos que o apoiam (Unidos-Podemos, Bildu, ERC, PDeCAT e PNV) são partidários, de uma forma ou de outra, do "direito a decidir", eufemismo de um direito à autodeterminação que não cabe na Constituição. Para *El País*, Sánchez dificilmente conseguirá administrar a crise catalã sendo minoria dentro de sua própria coligação parlamentar.

Sánchez é contrário à independência catalã e se opôs ao referendo separatista em outubro do ano passado. Essa pode ser uma questão sensível para seu governo, já que os partidos catalães apoiaram o PSOE durante a moção de censura que derrubou Rajoy. Eles afirmaram que se tratava mais de "rejeitar o PP" do que de apoiar Sánchez.

O editorial do *El País* conclui que desalojar Rajoy era "um imperativo", mas que tentar governar "com apoios contraproducentes é uma imprudência". O jornal defende uma imediata convocação às urnas, em data pactuada por todos os partidos que queiram garantir a estabilidade e a governabilidade e que pensem que a solução mais eficaz e mais democrática é dar voz aos cidadãos.

A Espanha tem um superávit comercial, mas uma taxa de desemprego de 17,4%, uma das mais altas da União Europeia. O desemprego entre os jovens está em 35%, atrás apenas do índice da Grécia. A dívida pública está perto de 100% do valor do PIB – taxa alta, mas ainda menor que as dívidas da Grécia e da Itália. Por outro lado, a Comissão Europeia prevê que o PIB da Espanha vai aumentar em 2,8% este ano. Para os principais países europeus, a administração Sánchez será menos preocupante do que o novo governo populista italiano, sem precedentes.

Mais um comunicado, um adendo ao que acabou de ser lido em relação especificamente à Catalunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a posse do novo governo catalão, no último sábado, os nacionalistas locais recuperaram, no último final de semana, o controle da região. A cerimônia marca o fim do período de intervenção do governo central espanhol na Catalunha. A região teve sua autonomia suspensa por Madri, durante quase sete meses, após a declaração unilateral de independência catalã, em outubro do ano passado, considerada ilegal e inconstitucional pela Corte Suprema da Espanha.

Quim Torra, aliado do presidente deposto da Catalunha, Carles Puigdemont (que se impôs um autoexílio e encontra-se atualmente na Alemanha), é o líder do novo governo catalão. Puigdemont e vários membros de sua administração foram presos ou deixaram o país após a intervenção do governo espanhol.

Em relação à Itália – o quarto comunicado.

Um novo governo italiano, chefiado pelo Primeiro-Ministro Giuseppe Conte, tomou posse na última sexta-feira, pondo fim a um impasse que durou quase quatro meses desde que as eleições de março não deram a nenhum partido ou coligação a maioria necessária para formar um governo. A coligação entre os partidos populistas Movimento Cinco Estrelas e Liga foi aprovada na quinta-feira pelo Presidente Sergio Mattarella após uma semana de negociações.

Giuseppe Conte é um professor de Direito Civil que lidera um ministério composto por membro dos dois partidos. O líder do Movimento Cinco Estrelas, Luigi di Maio, está no comando do Ministério da Indústria, e o líder do partido Liga, Matteo Salvini, é Ministro do Interior.

O ministério das Finanças será comandado pelo professor de economia Giovanni Tria, enquanto o eurocético Paolo Savono, anteriormente escolhido para aquela pasta, ficou com o ministério dos Negócios Europeus.

A Liga, partido de direita e anti-imigração, anunciou durante a campanha que deportaria mais de 500 mil imigrantes ilegais da Itália – promessa que foi consolidada no programa de governo da aliança –, e seu líder, Matteo Salvini, prometeu ser duro com a imigração, em um discurso proferido pouco após a aprovação da coligação pelo presidente italiano. Disse Salvini – abro aspas –: "Portas abertas na Itália para pessoas boas, e um bilhete só de ida para aqueles que vêm para a Itália causar confusão e acham que vamos cuidar deles. Mandá-los de volta para casa será uma das nossas prioridades" – fecho aspas.

A Itália estava sem governo desde as eleições, pois nenhum partido político conseguiu obter a maioria nas urnas. Os líderes dos dois partidos populistas, Luigi di Maio, do Movimento Cinco Estrelas, e Matteo Salvini, da Liga, finalmente concordaram com a formação de uma aliança e escolheram Giuseppe Conte como seu candidato para o cargo de Primeiro-Ministro há duas semanas.

No domingo, a chanceler alemã, Angela Merkel, descartou ajudar a Itália com sua dívida, quando repórteres a informaram que o novo governo populista italiano planejava pedir ao Banco Central Europeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que perdoasse 250 bilhões de euros (equivalente a mais de R$1,1 trilhão) da dívida italiana. Merkel também afirmou estar de acordo com algumas das ideias do presidente francês, Emmanuel Macron, para maior solidariedade na zona do euro e na União Europeia, mas que, embora a coesão entre os membros do bloco da moeda única seja importante, segundo ela – abro aspas – "a solidariedade entre os parceiros do euro nunca deve levar a uma união de dívidas, e sim, a ajudar os outros a se ajudarem".

O próximo comunicado: Cúpula Coreia do Norte-Estados Unidos.

O líder dos Estados Unidos confirmou na sexta-feira, dia 1º de junho, que a histórica cúpula Coreia do Norte-Estados Unidos será realizada no dia 12 de junho, após receber o general norte-coreano Kim Yong-chol na Casa Branca. O anúncio surpreendeu a comunidade internacional por ser feito uma semana depois de o líder norte-americano ter anunciado o cancelamento do encontro.

O general Kim Yong-chol é vice-líder do Partido dos Trabalhadores da Coreia, o mesmo que Kim Jong-un comanda, e é considerado braço direito do líder norte-coreano. Ele foi enviado a Washington para entregar uma carta escrita pelo líder norte-coreano ao líder dos Estados Unidos, e havia se reunido com o secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, no dia anterior, em Nova York.

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, terá encontro hoje com o presidente norte-americano e espera-se que um dos temas sejam as preocupações japonesas quanto à Coreia do Norte, antes do encontro de cúpula do próximo dia 12. Antes da viagem, Abe disse, em Tóquio, que coordenará com o presidente dos Estados Unidos temas relacionados ao progresso do programa nuclear, de mísseis e, principalmente, à questão dos cidadãos japoneses, segundo ele, abduzidos pela Coreia do Norte. Também hoje, a ministra dos Negócios Estrangeiros de Cingapura, Vivian Balakrishnan, vai se encontrar com seu homólogo norte-coreano, Ri Yong-ho, em Pyongyang.

Nesta segunda-feira, a porta-voz da Casa Branca, Sarah Sanders, confirmou a repórteres que o encontro entre os dois líderes está marcado para as nove horas da manhã do dia 12, horário de Cingapura – isto é, segunda-feira dia 11, às 22h, no horário de Brasília. O encontro terá lugar no hotel Capella, na Ilha de Sentosa. A cidade-Estado de Cingapura compõe-se de 63 ilhas.

A cúpula entre os dois líderes havia sido cancelada de forma unilateral no dia 24 de maio, quinta-feira, pelo presidente dos Estados Unidos.

Enfim foi dado um espaço à razão.

Venezuela.

Duas semanas após a polêmica reeleição do presidente Nicolás Maduro, a Venezuela anunciou a soltura de 79 políticos e ativistas de oposição no último fim de semana. O ministro das Comunicações da Venezuela, Jorge Rodriguez, afirmou que o governo está examinando novamente os casos de outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dissidentes, e que as libertações realizadas até agora são um gesto de boa vontade do governo que tem o objetivo de aliviar as tensões no país.

Muitos dos presos libertados na sexta-feira e no sábado haviam participado dos protestos contra o governo Maduro em 2014 e em 2017, nos quais morreram cerca de 170 pessoas em confrontos com a polícia. Os presos recém-libertados foram proibidos de usar as redes sociais e de viajar para o exterior.

O líder oposicionista Júlio Borges criticou o governo em mensagem publicada no Twitter, afirmando que "não há que se agradecer à ditadura" pelas libertações. Nas palavras dele, essas pessoas "nunca deveriam estar presas". A oposição na Venezuela alega que mais de 300 pessoas estão detidas sob acusações que são usadas para reprimir os dissidentes.

Há duas semanas, no dia 20 de maio, o presidente Nicolás Maduro foi reeleito para um mandato de seis anos em eleições que foram boicotadas pela oposição e não reconhecidas por vários países, entre eles o Brasil. De acordo com os resultados oficiais, entretanto, Maduro obteve 68% dos votos, enquanto seu principal rival, o advogado e político Henri Falcon, ficou com 21%.

Na ocasião, os países que compõem o chamado "Grupo de Lima" – Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia – divulgaram um comunicado no qual afirmam não reconhecer a legitimidade do processo eleitoral realizado no dia 20 de maio, e que os países irão reduzir suas relações diplomáticas com a Venezuela, chamando para consulta os seus respectivos embaixadores em Caracas.

O comunicado também expressava preocupação com o fluxo migratório de venezuelanos abandonando o país em direção aos vizinhos da América Latina – em comunicado anterior às eleições, o Grupo de Lima já havia declarado que o número de imigrantes venezuelanos já chegava a 1,6 milhão de pessoas, 800 mil destas apenas na Colômbia.

Em nota divulgada pelo Itamaraty, no dia seguinte à eleição na Venezuela, o governo brasileiro lamentou que o governo venezuelano não tenha atendido aos apelos da comunidade internacional para a realização de "eleições livres, justas, transparentes e democráticas". Segundo a nota, o governo brasileiro considera o pleito do último domingo – abro aspas – "carente de legitimidade e credibilidade" – fecho aspas.

Por outro lado, o presidente russo, Vladimir Putin, parabenizou Nicolás Maduro pela vitória, em comunicado, desejando "sucesso em enfrentar os problemas econômicos e sociais que [a Venezuela] enfrenta". A China também parabenizou Maduro pela vitória, e pediu para que se "respeitem as escolhas feitas pelo povo da Venezuela". El Salvador e Cuba também parabenizaram Maduro pela reeleição.

Terça-feira passada, a Organização dos Estados Americanos, a OEA, aprovou uma resolução que dá início ao processo de suspensão da Venezuela da Organização devido à condução do processo eleitoral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no país. A iniciativa promovida pelos Estados Unidos e apresentada por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, México e Peru, foi aprovada com 19 fotos favoráveis, 4 contra e 11 abstenções – isto mostra que a OEA está dividida: 19 a 15 – e pede a aplicação dos mecanismos da Carta Democrática Interamericana por "alteração da ordem constitucional". Nicolás Maduro acusou o governo dos Estados Unidos de fazer chantagem contra os países da região, e lembrou que a Venezuela já ratificou uma decisão para sair da OEA. De acordo com Maduro, a Venezuela está aguardando o fim do período de 24 meses para que a saída do país seja efetivada.

No dia seguinte, o presidente do Equador, Lenín Moreno, sugeriu a realização de uma consulta popular na Venezuela para verificar se os cidadãos do país endossam o resultado das eleições. Moreno sugere que o referendo seja realizado sem restrições à participação de diferentes partidos políticos, e que conte com o apoio e supervisão de organizações internacionais. O candidato derrotado à presidência venezuelana, Henri Falcón, e o líder opositor, Júlio Borges, afirmaram ser favoráveis à proposta do presidente equatoriano. Vale ressaltar que a sugestão do presidente equatoriano sinaliza, claramente, uma mudança nos rumos que a política externa do Equador vinha adotando em relação à Venezuela.

Em relação à Arábia Saudita – último comunicado.

A Arábia Saudita emitiu as primeiras carteiras de motorista para mulheres, pela primeira vez, nesta segunda-feira, a apenas três semanas da suspensão da lei que proíbe as sauditas de conduzir veículos. Dez mulheres trocaram suas habilitações obtidas no exterior por documentos sauditas em diversas cidades ao redor do país.

De acordo com um comunicado do Ministério da Cultura e Informação saudita, essas dez mulheres "fizeram história", e espera-se que, a partir da semana que vem, mais de 2 mil cidadãs daquele país se tornem motoristas licenciadas. Rema Jawdat, uma das mulheres que recebeu sua licença na segunda-feira, disse – aspas –: "É a realização de um sonho estar prestes a dirigir no Reino (...). Para mim, dirigir representa ter uma escolha – a escolha da independência de movimento. Agora nós temos essa opção" – fecho aspas.

A decisão de suspender a lei que proíbe as mulheres de dirigir, anunciada pelo Rei Salman em setembro do ano passado, é atribuída à campanha de modernização do Reino liderada pelo príncipe-herdeiro Mohammed bin Salman. O programa Visão 2030, comandado pelo príncipe-herdeiro, conhecido em seu país como MbS, tem o objetivo de diversificar a economia do país para diminuir a dependência em petróleo e liberalizar a sociedade saudita.

Passamos agora à nossa pauta do dia de hoje, com a inversão da mesma por este Plenário.

A terceira parte dela será analisada como primeiro item da nossa pauta: Instalação do Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coreia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coreia foi criado na presente Legislatura, por meio do Projeto de Resolução nº 18, de 2018, e transformado na Resolução Nº 11, de 2018, do Senado Federal.

Durante nossa recente Missão Oficial, juntamente com o Senador Pedro Chaves, à República Popular Democrática da Coreia, com vistas a intensificar as relações com o Brasil e a contribuir com as iniciativas de paz na região, comprometemo-nos a, no nosso retorno ao País, trabalhar de maneira enfática para avançar na seguinte "agenda de 6 pontos": (1) estabelecimento de grupo parlamentar de amizade Brasil-RPDC no Congresso Nacional, a ser composto por senadores e deputados federais; em contrapartida, a Assembleia Popular Suprema também deverá estabelecer grupo parlamentar de amizade com o Brasil, o que permitirá maior cooperação parlamentar entre os dois países, sobretudo no momento histórico que estamos vivendo nas relações internacionais como um todo em nosso planeta; (2) aceleração da apreciação, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, do Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular e Democrática da Coreia; (3) recomposição da lotação das Embaixadas da RPDC em Brasília e do Brasil em Pyongyang, inclusive com a nomeação pelo Brasil de embaixador extraordinário e plenipotenciário junto ao governo norte-coreano; (4) concessão de visto de estudante para que cidadão norte-coreano possa viajar ao Brasil para frequentar curso de língua portuguesa, fomentando, dessa maneira, a formação de quadros qualificados na RPDC capazes de contribuir para o estreitamento dos laços bilaterais; (5) convite oficial, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil ao ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia, para, numa visita ao Brasil, relatar e trocar informações sobre os grandes avanços alcançados pelo governo daquele país no seu retorno ao cenário internacional; (6) como contribuição pessoal de S. Exª o Senador Pedro Chaves, doação, pelas vias diplomáticas, de livros sobre o Brasil para instituições de ensino da RPDC, como a Divisão de Língua Portuguesa, do Instituto de Línguas Estrangeiras de Pyongyang, e o Palácio das Crianças de Mangyongdae, de modo a estimular o conhecimento sobre o País e a aprendizagem da língua portuguesa.

A realização da Missão do Senado Federal ocorreu no contexto do histórico encontro de cúpula, no dia 27 de abril, entre os líderes da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, Kim Jong Un e Moon Jae In, respectivamente. Nessa oportunidade, foi adotada a "Declaração de Panmunjom para a Paz, a Prosperidade e a Unificação da Península Coreana", que estabeleceu compromissos considerados pelo governo brasileiro como "fundamentais para a normalização das relações intercoreanas e para a construção definitiva da paz na região".

Assim, este Grupo Parlamentar de Amizade tem como finalidade incentivar o desenvolvimento das relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países nos moldes tradicionais.

A presente Reunião de Instalação do Grupo Parlamentar de Amizade abrangerá, portanto, a aprovação de seu Estatuto e, por consequência, a eleição de sua Comissão Executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Estatuto.

Considerando a necessidade de ajustes no aparato normativo específico, que orienta o funcionamento das ações desenvolvidas pelo Grupo Parlamentar Brasil-República Democrática da Coreia, submeto à deliberação das Srªs e Srs. Senadores o respectivo Estatuto do Grupo, na forma apresentada às senhoras e aos senhores Senadores membros e cujas cópias já foram distribuídas.

Coloco em discussão o Estatuto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo às S. Exªs Srªs e Srs. Senadores que, no momento, tenham interesse em integrar este Grupo Parlamentar que podem solicitar à Secretaria-Geral da Mesa o formulário de adesão para preenchimento. Acrescento que, conforme a Resolução nº 14, de 2015, em seu Artigo 6º, §§ 6º e 7º, compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais, cabendo à Secretaria de Apoio aos Órgãos do Parlamento – SAOP, na pessoa da Sr. Dr. João Pedro de Souza Lobo Caetano coordenar a execução dos trabalhos.

Passamos agora à eleição da Comissão Executiva.

Informo que a chapa recebida até o presente momento figura com a seguinte composição: Presidente de Honra, S.Exª Senador Eunício Oliveira; Presidente, S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin; Vice-Presidentes, Senador Fernando Collor e Senador Pedro Chaves.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que queiram ocupar ou indicar nomes para os cargos ainda vagos podem fazê-lo oportunamente.

Consulto as Srªs e os Srs. Parlamentares presentes se podemos proceder à eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção, declaro, então, eleita por aclamação a Comissão Executiva, que fica composta da seguinte forma. (*Palmas.*)

Presidente de Honra: S. Exª Senador Eunício Oliveira; Presidente: S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin; Vice-Presidentes: Senador Fernando Collor e Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar assento à Mesa dos Trabalhos S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente eleita do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Democrática da Coreia, para a qual passo a palavra para fazer as suas considerações. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra a S. Exª, quero dizer que nós temos como integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia: S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Fernando Collor, S. Exª Senador Pedro Chaves, S. Exª Senador José Pimentel, S. Exª Senador Antonio Anastasia, S. Exª Senador Acir Gurgacz, S. Exª Senador Lasier Martins, S. Exª Senador Cristovam Buarque, S. Exª Senador Paulo Rocha, S. Exª Senadora Lídice da Mata, além de vários Deputados, cujos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O Deputado Campanella, na Câmara dos Deputados, está recolhendo as assinaturas de Deputados que querem fazer parte desse Grupo, mas até agora não nos chegou essa relação. Oportunamente anunciaremos a participação deles.

Anuncio a presença entre nós da nossa sempre Senadora Emilia Fernandes, que nos dá a honra, com sua presença, de participar desta reunião.

Agora, sim, passo a palavra à Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Popular Democrática da Coreia, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Fernando Collor.

Eu apenas gostaria de fazer uma breve observação antes de – se me permite V. Exª – fazer uma breve leitura também, um pouco do histórico do que representa a criação desse Grupo Parlamentar de Amizade entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coreia do Norte, principalmente no momento que nós estamos vivendo. Trata-se de um momento em que, como S. Exª o Senador Fernando Collor de Mello já leu, há um grande esforço envolvendo as duas Coreias, com a participação do próprio governo norte-americano, no sentido de estabelecer a paz naquele pedaço do planeta.

Acho que seria importante que os Senadores que estivessem aqui pudessem já assinar a adesão à Frente Parlamentar.

Então, Senador Collor, se me permite, eu vou deixar para os *Anais*, para compor esse ato de instalação da Frente, um trabalho que nós procuramos fazer no gabinete, um levantamento breve, um histórico sobre a situação da Coreia do Norte e sobre a situação das Coreias. Não farei a leitura na íntegra, mas gostaria, se possível, que ficasse registrado na íntegra.

Começo falando um pouco dos primórdios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os primeiros sinais de humanídeos na península coreana datam do paleolítico inferior, há 1 milhão de anos. Já os primeiros indícios humanos (artefatos, uso do fogo etc.), datam de 300.000 anos a.C.

Em 277 a.C., emerge o primeiro Estado Feudal da Coreia.

Em 918, o Rei Wangkon estabeleceu a dinastia Koryo, tendo por capital a atual cidade de Kaesong, unificando pela primeira vez a nação coreana. A dinastia Koryo durou até 1392, quando surgiu a dinastia feudal Joson, o último Estado feudal da nação coreana, que no início do século XX foi dominado pelos japoneses.

No final do século XIX – quando ocorreu a expansão imperialista em todo o mundo – a Coreia sofreu sua primeira agressão em 1866, quando o navio de guerra norte-americano General Sherman invadiu as águas territoriais do país e subiu o Rio Taedong até Pyongyang, mas foi afundado e incendiado pelos coreanos. Após, outros barcos de guerra – da França, Inglaterra e Japão – foram repelidos pelo povo coreano. Porém, em 1876, o Japão conseguiu impor ao decadente Estado feudal coreano o desigual Tratado de Kanghwado, reduzindo a Coreia a uma semi-colônia japonesa.

Os Estados Unidos apoiaram o Japão em sua ocupação da Coreia, em troca do apoio japonês à ocupação norte-americana das Filipinas. O Tratado de Ulsa – imposto pela força das armas em 1905 – e o Tratado Coreano-Japonês de Anexação, em 1910, consumaram a transformação da Coreia em colônia japonesa. A partir de então, usando da maior brutalidade...

Em 1925 já são 425 mil japoneses instalados na Coreia. Em 1942, 80% das florestas e 25% das terras cultivadas estão em mãos japonesas.

Os coreanos nunca aceitaram o domínio japonês e, em 1908, o movimento "voluntários anti-japoneses" chegou a abarcar 70 mil guerrilheiros, mas acabou derrotado em 1910.

Em 1917, Kim Hyong Jik – pai do futuro Presidente da Coreia, Kim Il Sung – criou a organização revolucionaria Associação Nacional Coreana, para lutar contra a dominação japonesa, mas acabou sendo preso.

Em 1925, foi formado o Partido Comunista da Coreia, que não foi reconhecido pela Internacional Comunista e se desfez em 1928.

Em outubro de 1926, Kim Il Sung fundou a União para Derrotar o Imperialismo (UDI), integrada por jovens comunistas.

Em abril de 1932, foi iniciada a Guerrilha Popular Anti-Japonesa. Em março de 1934, ela foi transformada em Exército Revolucionário Popular da Coreia.

Ao final da Segunda Grande Guerra, após a rendição alemã (8 de maio de 1945), a luta prosseguiu contra o Japão, que continuava dominando inúmeros países na região do Pacífico e ocupando a Coreia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Exército Revolucionário Popular da Coréia (ERPC) e demais lideranças patrióticas organizaram Comitês Populares em toda a Coreia que, reunidos em Seul, proclamaram em 6 de setembro de 1945 a República Popular da Coreia.

Desrespeitando a autodeterminação do povo coreano, no dia 8 de setembro, os Estados Unidos ocuparam o sul da Coreia com suas tropas, até o paralelo 38, inclusive Seul, dissolveram os Comitês Populares e prenderam em massa os seus membros, o que gerou uma grande reação do povo sul-coreano.

No outono de 1946, uma rebelião massiva se espalhou por quatro províncias. Fortemente reprimidos, os rebeldes iniciaram uma guerrilha que se manteve ativa até 1949.

Enquanto isso, no norte, as tropas russas respeitaram o governo surgido dos Comitês Populares, criados logo após a vitória contra os japoneses.

Em 10 de outubro de 1945, Kim Il Sung fundou o Partido Comunista da Coreia do Norte, que, em 1946, uniu-se ao Partido Neodemocrático da Coreia constituindo o Partido do Trabalho da Coreia.

Em 8 de fevereiro de 1946, tendo por base os Comitês Populares formados em todo o país, foi constituído o Comitê Popular Provisório da Coreia do Norte – com a tarefa de levar adiante a revolução democrática, anti-imperialista e antifeudal – o qual elegeu Kim Il Sung como seu presidente.

Em 5 de março – sob o lema "a terra pertence aos camponeses que a trabalham" – foi editada a Lei da Reforma Agrária na Coreia do Norte, que confiscou as terras de japoneses e dos pró-japoneses.

Em 24 de junho foi promulgada a "Lei do Trabalho para os operários e empregados da Coreia do Norte", estabelecendo a jornada de 8 horas e a proibição do trabalho às crianças. No dia 30 de julho, foi assinada a "Lei da igualdade de direitos do homem e da mulher na Coreia do Norte".

No início de 1949, mais de 2,3 milhões de coreanos haviam sido alfabetizados e o analfabetismo foi definitivamente erradicado no país.

Em 10 de agosto de 1946, foi assinado o "Decreto de nacionalização de indústrias, transportes, comunicações, bancos, etc.", pertencentes a japoneses, pró-japoneses e, segundo eles, traidores da nação.

Em 3 de novembro de 1946, foram realizadas as primeiras eleições democráticas da Coreia em seus 5 mil anos de existência: "Nas eleições ao Comitê Nacional Popular de novembro de 1946 o PDC obteve 351 representantes (...)".

Fruto de todas essas transformações econômicas, sociais e políticas, a produção industrial aumentou 3,4 vezes entre 1946 e 1949, e a produção para o consumo cresceu 2,9 vezes. Houve um início de diversificação industrial. No ano de 1949, a indústria nacionalizada era responsável por 91% da produção e as cooperativas e o Estado controlavam 57% do comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos, entretanto, bloqueiam a reunificação e autodeterminação da Coreia.

Apesar de ter sido acordado na Conferência de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Moscou, em dezembro de 1945, que a URSS e os Estados Unidos trabalhariam pela criação de um governo provisório unificado e que no prazo de cinco anos se retirariam da Coreia, no dia seguinte os Estados Unidos passaram a trabalhar pela divisão definitiva do país, em um contexto de Guerra Fria.

Além de dissolverem pela força os Comitês Populares e reprimirem os que defendiam a reunificação da Coreia, criaram e armaram um exército de 150 mil homens no sul, sem possuir qualquer mandato para tanto.

A eclosão da Guerra da Coreia.

No dia 25 de junho de 1950 pela manhã, teve início a Guerra da Coreia, que durante três anos manteve o mundo à beira de uma terceira guerra mundial – vou pular bastante os detalhes.

Em resposta ao ataque sul-coreano, o Exército Popular da Coreia iniciou uma grande contra-ofensiva, que em poucos dias levaria a tomar Seul.

A assinatura do Armistício de Panmunjon.

Apesar dos delírios dos militaristas estadunidenses, finalmente chegou-se a um acordo para a pacificação da península coreana. Envergonhados por sua incapacidade de vencer a República Popular Democrática da Coreia, os norte-americanos queriam que a assinatura do armistício – marcada para 27 de julho de 1953, na localidade de Panmunjon, na Coreia do Norte – ocorresse da forma mais discreta possível. Mas os norte-coreanos não aceitaram isso e construíram, em tempo recorde, um amplo pavilhão especialmente para a cerimônia de assinatura do armistício. Um comando armado dos Estados Unidos ainda tentou derrubar o prédio na madrugada que antecedeu a assinatura do acordo, mas foi impedido pelos soldados norte-coreanos.

O general norte-americano Mark Clark, que assinou o armistício, diria amargurado: "Eu ganhei a nada invejável distinção de ser o primeiro Comandante do Exército dos Estados Unidos a assinar um acordo de armistício sem vitória".

O armistício assinado estabeleceu uma linha demarcatória de em torno de 250 quilômetros – que atravessa o país de leste a oeste, seguindo um trajeto próximo ao paralelo 38 –, em torno da qual se estende uma área desmilitarizada, de 2km em cada lado, na qual é proibida a existência de armas automáticas ou de alto poder de fogo.

A árdua reconstrução da República Popular da Coreia do Norte sob a ameaça permanente dos EUA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após três anos de guerra – durante os quais os EUA submeteram a Coreia do Norte a um bombardeio genocida por ar, terra e mar – o país havia sido completamente destruído e precisava recomeçar a partir do zero. A evacuação do sul pelas tropas norte-americanas, a não introdução de novas armas e a reunificação pacífica da Coreia por meio de eleições gerais – previstas no armistício – jamais aconteceram, mas as Nações Unidas não tomaram qualquer medida para exigir que os Estados Unidos cumprissem com o acordado

O armistício mostrou não significar qualquer garantia sólida de paz e de não agressão atômica contra a República Popular Democrática da Coreia por parte dos Estados Unidos: "Depois que finalizou a Guerra da Coreia, os Estados Unidos introduziram armas nucleares na Coreia do Sul, apesar do acordo do armistício, que proibia a introdução de armamento novo enquanto ao seu tipo.

Em janeiro de 1958, os Estados Unidos colocaram canhões nucleares de 280mm e mísseis nucleares tipo 'Honest John' na Coreia do Sul e um ano mais tarde a força aérea "estacionou permanentemente um esquadrão de mísseis cruzeiro tipo Matador na Coreia". Com um alcance de 1.100 quilômetros, os Matador foram dirigidos à China e à URSS, assim como também à Coreia do Norte.

É nesse quadro de grave ameaça externa que a República Democrática da Coreia do Norte teve que trilhar o árduo caminho da sua reconstrução.

Na construção econômica do pós-guerra, devemos seguir a orientação, segundo eles, de assegurar preferencialmente o restabelecimento e o desenvolvimento da indústria pesada e, ao mesmo tempo, desenvolver a indústria leve e a agricultura. No decorrer do Plano Trienal – 1954 a 1956 –, houve um aumento dos meios de produção em uma média anual de 59% e de bens de consumo em uma média anual de 28%.

Neste momento que nós vivemos hoje, podemos assistir à construção da tão almejada paz entre o povo coreano. O Presidente sul-coreano Moon Jae-in recebeu, no dia 27 de abril – e lá estava uma delegação do Senado Federal, presidida pelo Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, neste exato dia 27, em que, depois de muitos anos, encontraram-se, pela primeira vez, na Zona Desmilitarizada, os Presidentes das duas Coreias –, o Líder da República Popular Democrática da Coreia, Kim Jong-un. Aconteceu na vila fronteiriça de Panmunjom.

Na declaração de paz conjunta das duas Coreias, assinada no término da cúpula pelos líderes do sul e do norte, é indicado que na península coreana não haverá mais guerra e que começa uma nova época.

Um aspecto pouco salientado nas abordagens até agora feitas sobre a declaração reside no fato de que esta afirma, desde o primeiro ponto, o fato de esse processo de paz ser liderado pelos coreanos e de que a Coreia do Sul e a Coreia do Norte afirmam o princípio de determinar o destino da nação coreana por si mesma, o que pode ser interpretado como um recado aos Estados Unidos, que têm milhares de soldados estacionados na Coreia do Sul e buscam ser o tutor da península coreana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira medida prática da declaração é estabelecer que todas as atividades hostis entre as Coreias, incluindo a transmissão de propaganda na Zona Desmilitarizada, cessará a partir do dia 1º de maio, o que deve definitivamente ter cessado, data histórica para os trabalhadores de todo o mundo.

Durante esse período crucial de transformação histórica na península coreana, que reflete a aspiração eterna do povo coreano à paz, à prosperidade e à unificação, o Presidente da República da Coreia Moon Jae-in e o Presidente da Comissão de Assuntos de Estado da República Popular Democrática da Coreia, Kim Jong-un, realizaram uma reunião de cúpula intracoreana, na Casa da Paz em Panmunjom, em 27 de abril de 2018. Os dois líderes declararam solenemente aos 80 milhões de coreanos e ao mundo inteiro que não haverá mais guerras na península coreana e que uma nova era de paz começou.

A Coreia do Sul e a Coreia do Norte voltarão a conectar as relações de sangue das pessoas e promoverão o futuro de prosperidade conjunta e da unificação liderada pelos coreanos, facilitando o progresso abrangente e pioneiro nas relações intracoreanas. Melhorar e cultivar as relações intracoreanas é o desejo predominante de toda a nação e o apelo urgente da história que não pode mais ser retido.

A Coreia do Sul e a Coreia do Norte acordaram, entre outros tantos itens e pontos, estabelecer um escritório de ligação em conjunto com representantes residentes de ambos os lados na região de Gaizong, a fim de facilitar a consulta estreita entre as autoridades, assim como propiciar intercâmbios fluidos e a cooperação entre as pessoas.

Também concordaram em estimular a cooperação e o intercâmbio, visitas e contatos mais ativos em todos os níveis possíveis para rejuvenescer o sentimento de reconciliação nacional e unidade entre o sul e norte. Ambos os lados fomentarão a atmosfera de amizade e a cooperação através da organização ativa de vários eventos conjuntos, em datas que têm significado especial tanto para o sul como para o norte, como em 15 de junho, em que participantes de todos os níveis, incluindo os governos centrais e locais, Parlamentos, partidos políticos e organizações civis estarão envolvidos. Na frente internacional, ambos os lados concordaram em demonstrar a sua sabedoria, talentos e solidariedade coletiva, participando conjuntamente de eventos esportivos internacionais, como os Jogos Asiáticos de 2018.

Enfim, aí há uma série de outros itens que também são muito importantes, Sr. Presidente.

A Coreia do Sul e do Norte reafirmaram acordo de não agressão, que impede o uso da força, de qualquer forma, entre si e concordam em aderir estritamente ao acordo. Concordam ainda em realizar o desarmamento gradualmente, na medida em que as tensões militares são diminuídas e avanços substanciais são feitos na construção da confiança militar.

Durante esse ano, que marca o 65º aniversário do armistício, a Coreia do Sul e Coreia do Norte concordam em promover, de maneira ativa, reuniões trilaterais que envolvam as duas Coreias e os Estados Unidos e reuniões para quatro partes que envolvam as duas Coreias, os Estados Unidos e a China,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o objetivo de declarar o fim da guerra, convertendo o armistício em um tratado de paz e estabelecendo um regime de paz permanente e sólido.

Então, é nesse contexto que o Presidente Moon Jae-in concordou em visitar em Pyongyang neste outono e também haverá um breve encontro, que havia sido cancelado, como o Presidente desta comissão já registrou, e que foi reorganizado para o próximo dia 12, na próxima terça-feira, entre o dirigente máximo da Coreia do Norte e o Presidente norte-americano.

Então, Sr. Presidente, eu fiz essa leitura entendendo que é muito importante que brevemente nós possamos conhecer essa história de tanta luta e de tanta resistência. É um país que, apesar de milenar, sofreu muito, em grande parte da sua existência, por invasões externas por guerras e perdas. Exatamente por essa razão, este momento que nós estamos vivenciando hoje é um momento muito importante, que é o momento da busca da aproximação e paz de duas nações que, no fundo, representam apenas um único povo, uma única cultura.

Então, penso que foi muito feliz o Presidente da nossa Comissão, S. Exª o Senador Fernando Collor, em estar representando o nosso Senado naquele 27 de abril, um momento muito importante. De minha parte, eu e o Senador Cristovam, juntamente com outros Parlamentares, como o Senador Hélio José, que estava aqui, já estivemos em várias conversas com o Embaixador da Coreia do Norte, também temos uma grande alegria, uma grande satisfação, através desse grupo de amizade, neste momento importante para a história no mundo, para a construção da paz mundial, de também aproximar duas culturas tão diferentes, mas tão próximas, tão ligadas em relação aos direitos humanos que têm que ser garantidos por todos no mundo inteiro.

Então, eu fico feliz pela credibilidade que me dão e pela confiança. Tenho certeza de que faremos aqui, juntamente com toda a direção do grupo, com todos aqueles que assinarem – eu acho que seria interessante o maior número de Parlamentares assinar o grupo... Não é uma questão que deva ser organizada ou dirigida pela ideologia que cada um de nós possa professar, e existem muitas diferenças ideológicas, certamente, entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, mas, acima de tudo, há uma necessidade maior da unidade e da busca pela paz. Como vários aqui de posições políticas diferentes já assinaram, espero que um número bastante significativo de Senadores e Deputados possa assinar e vir a integrar essa frente como uma simbologia até, diria eu, de que nós também lutamos e trabalhamos muito pela paz mundial, uma paz em que todos os direitos dos povos sejam respeitados e a busca pela melhoria da qualidade de vida seja prioridade de todos nós.

Muito obrigada, Presidente.

Desculpa por ter ocupado, talvez, um tempo maior do que aquele que V. Exª imaginava.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sou eu que lhe agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin, pela leitura que fez do histórico a respeito da península coreana.

Gostaria de dizer que este é um momento, para o mundo, extremamente importante: é o momento em que nós estamos às vésperas de estabelecer a paz na península coreana.

Até dois meses atrás, nós vivíamos sobressaltados com uma retórica extremamente agressiva do líder norte-americano em relação à Coreia do Norte, o que também nos deixava à beira de um ataque de nervos – como o nome de um filme –, sem saber o que poderia acontecer no dia seguinte caso a responsabilidade, a previsibilidade não fizesse parte das declarações do líder norte-americano. Mas, graças à iniciativa dos dois líderes coreanos, do Norte e do Sul, foi possível se chegar a esse encontro em Panmunjom, no dia 27 de abril, em que não houve a presença de nenhum observador internacional, embaixador, Parlamentares de outros países – nem China, nem Rússia, nem Estados Unidos, ninguém –; somente norte-coreanos e sul-coreanos estiveram presentes a esse encontro, em que foi assinada a Declaração de Panmunjom. Diferentemente de declarações que nós estamos acostumados a ler após encontros de Chefes de Estado, em que há uma série de intenções, a Declaração de Panmunjom é uma declaração absolutamente objetiva.

Dentre os vários pontos aqui citados por S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, há um que é de fundamental relevância, em que os dois países atestam, decidem e estabelecem uma data para ambas as Coreias comemorarem a sua data nacional – ou seja, como se fosse o nosso Sete de Setembro. Então, estabeleceram uma data, já a partir deste ano, em que a Coreia do Norte e a Coreia do Sul vão festejar a sua data nacional, demonstrando com isso um passo importante na reunificação do país, na reintegração dos povos, que, na realidade, constituem um só povo; um só povo em duas diferentes nações.

Propõem, claramente, a reunificação, portanto, da península coreana; propõem a desnuclearização; propõem viver em paz. Tudo isso sem interferência de terceiros, decisão dos dois e, diga-se de passagem, iniciativa tomada pelo líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un. Foi dele que partiu a iniciativa de, nos Jogos Olímpicos de Inverno, as duas Coreias desfilarem sob uma mesma bandeira. Em um jogo de hóquei no gelo feminino, as equipes das duas Coreias se mesclaram e formaram um único time.

Essa reunião que vai haver no próximo dia 12 de junho foi sugerida pelo Kim Jong-un, líder da Coreia do Norte, em um encontro que teve com o seu homólogo da Coreia do Sul, Moon Jae-in, dizendo que estava aberto a um diálogo com o líder norte-americano. A iniciativa de se fazer esse encontro em Panmunjom também foi algo emocionante para todos nós que queremos ver um planeta em paz, ver um planeta sem sobressaltos, ver um planeta minimamente harmonizado, sobretudo nessa área.

E a reunião de Panmunjom foi algo emocionante. Eu me senti extremamente sensibilizado por estar presente, juntamente com o Senador Pedro Chaves, não na reunião em si, como disse, porque foram somente os norte-coreanos que participaram, mas em Pyongyang, acompanhando o desenrolar dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecimentos. Posteriormente, visitamos Panmunjom; foi a primeira delegação estrangeira a visitar aquele sítio hoje histórico, consolidando-se a paz na península coreana.

O Brasil, Srªs e Srs. Senadores, é o único país das Américas, das três Américas, a ter representação diplomática tanto na Coreia do Norte quanto na Coreia do Sul – o único país das Américas. E, no meu modo de ver, salvo melhor juízo, o Brasil não pode perder essa oportunidade de incentivar esses esforços na busca da paz. O Brasil, dentro da sua prática diplomática, do exercício do *soft power*, tem todas as condições de ser um protagonista neste momento histórico.

Nós temos que esquecer um pouco essa avalanche que a mídia ocidental descarrega sobre nós, demonizando uns, endeusando outros, e tirar as nossas conclusões pelos fatos concretos que estão ocorrendo naquela parte do nosso Globo Terrestre. É algo extremamente importante.

E eu fico feliz de estar instalado hoje este Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coreia, com Parlamentares das duas Casas, porque vai ser, então, dada oportunidade a todos nós de conhecer melhor e mais de perto a evolução de cada um desses momentos e de ter as informações corretas sobre o que está acontecendo.

Nós temos absoluta convicção de que, exercendo a diplomacia parlamentar, nós estamos legitimando atitudes e ações da diplomacia convencional, no momento em que tomamos uma posição favorável ou contrária, porque nós, Parlamentares – Senadores e Deputados – temos a legitimidade do voto. Nós temos a legitimidade do voto. Então, nós oferecemos a nossa legitimidade a uma ação diplomática convencional naquilo que nós entendemos serem atitudes acertadas.

E eu, de minha parte, com a licença das Srªs e dos Srs. Senadores, acho que a atitude acertada que nós poderíamos eventualmente considerar seja exatamente a de estarmos posicionados ao lado dos esforços pela construção da paz na península coreana. E para isso é necessário que o Brasil faça gestos; não gestos de beligerância, não gestos de inflamar o ambiente, não gestos de ser contrário ou favorável a A ou B, deixando a questão ideológica de lado, como disse aqui S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, e observando somente e tão somente a construção da paz. O que o Brasil pode... Neste momento histórico em que o mundo vive, de que maneira o Brasil pode participar para estimular esse processo?

E é nesse sentido que eu entendo que a criação do Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coreia tem o seu sentido e o seu objetivo.

Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Depois... Pois não, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria dizer que vou fazer uso, pela primeira vez, do fato de ser Vice-Presidente desta Comissão para fazer este posicionamento. Eu sempre fui titular da Comissão de Relações Exteriores, mas acho que atitudes como a que V. Exª tomou com o Senador Pedro Chaves e, agora, hoje, a instalação deste grupo é que fazem valer a pena estar em uma Comissão desta no meio de tantos problemas.

Veja, eu estive com o atual Chanceler Aloysio Nunes na Coreia do Sul na época em que estávamos lá pleiteando a vinda do Fórum Mundial da Água para o Brasil. Vimos de perto a dificuldade daquele povo dividido, com famílias divididas, e as ameaças permanentes, o medo posto. E, de alguma maneira, eu me alegrei muito quando vi...

Nós somos levados também ao preconceito. Falo isso porque nós nos informamos, não conhecemos os assuntos; lemos nos noticiários e, imediatamente, formamos preconceitos sobre o que acontece em um país ou noutro, e dali a pouco já estamos todos convencidos de que aquilo ali é algo que tem de ser destruído. Vai o senhor, como Presidente da Comissão, vai o Senador Pedro Chaves. E o Senador Pedro Chaves me deu um relato dos seus olhos, da maneira que viu, como encontrou e da perspectiva que ele via de nós termos que pôr fim a esse risco de um eminente conflito mesmo.

Aquela região do mundo tem povos muito antigos – China, Japão, Coreia. Eu fui à Coreia e vi que eles tiveram, Senador Cristovam – V. Exª, que é um professor de vida toda –, de criar um alfabeto para poderem não desaparecer. Eles criaram uma língua própria para não desaparecerem como nação, nos conflitos de China, Japão, Coreia, que foram terríveis – vamos aqui colocar claramente: terríveis! –, com milhões de pessoas mortas, ao longo de muitos anos, milhares de anos. Agora, há um conflito de duas Coreias, depois da guerra, divididas, na situação em que vivem. E o Japão, país irmão nosso, sofrendo uma permanente ameaça do outro lado. Então, não é uma coisa só entre Coreias; é do mundo inteiro.

Quando eu vi o Presidente Trump dizer no Twitter que o Presidente da República Popular Democrática da Coreia estava querendo apertar um botãozinho e que o dele era bem grande, eu fiquei... Digo: olha na mão de quem estamos! Então, a mediação, os presidentes das duas Coreias, os dois líderes se encontrando, apertando a mão, foi um gesto que me acalmou um pouco e me tirou muito do preconceito que sem querer a gente vai absorvendo, internalizando. E acho que essa viagem de V. Exª e do Senador Pedro Chaves tirou outra parte. E, depois, quando eu vejo o próprio Presidente Trump dizendo que aceita fazer um encontro, eu digo: pronto, então, de fato, o que nós estamos vivendo é algo que pode, sim, fazer parte do passado, de uma página virada. Ontem mesmo o noticiário dava conta de que algumas instalações de armamento nuclear estavam sendo destruídas já pela República Popular Democrática da Coreia.

Então, eu concluo, parabenizando V. Exª, parabenizando a Senadora Vanessa, todos que estão no Grupo. Eu fiz a minha adesão – porque ontem estava em uma correria, tinha vindo de São Paulo. Fiz minha adesão ao Grupo, porque são atitudes como essa que podem nos ajudar a conviver com aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que a gente, aparentemente ou preconceituosamente, diz que não quer conviver e a estabelecer um espaço de colaboração. O Brasil precisa, sim, rever sua posição, V. Exª tem razão. O Brasil tem que seguir sendo um país que faz parte da mediação de todo e qualquer conflito que o mundo possa presenciar. Parabenizo V. Exª. Parecia algo que não daria resultado, mas já deu bastante resultado. E V. Exª estava lá antes mesmo de nós recebermos tantas notícias boas.

Acho que a Comissão de Relações Exteriores escreve um capítulo importante da história com essa atitude na mediação ou na busca de colaborar com a solução de um dos mais ameaçadores conflitos que nós temos no mundo de hoje, que ocorre exatamente lá, naquela região da Ásia, e que esperamos possa ser superado com o diálogo, com o entendimento entre as duas Coreias e entre as grandes nações do mundo, ajudando nesse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Collor, essa manhã aqui pode ter uma importância maior do que a gente talvez esteja imaginando. Vou dizer por quê.

Há duas lições que a gente tira daqui. A primeira é como, na política externa, não podemos nos submeter a pressões que venham de fora. Seis meses atrás, a pressão para que o Brasil rompesse relações com a Coreia do Norte era muito forte. Cheguei a acompanhar isso em conversas com o próprio Embaixador da Coreia do Norte e até sendo intermediário de pleitos deles junto ao Ministério. Começaram a reduzir tanto o número de membros da Embaixada aqui que, daqui a pouco, ia ficar o Embaixador sozinho – e a Senadora Vanessa sabe disso.

Pois bem. O Governo, apesar de tirar o visto de alguns, resistiu. Temos de parabenizar nesse sentido o ex-Senador, o Ministro Aloysio. Resistiu e ficou. De repente, a gente vê os Estados Unidos, que pressionavam o Brasil para romper relações, marcando encontro – no Dia dos Namorados, inclusive – com o grande inimigo dele. Ou seja, nós temos que ter uma linha, não podemos titubear para lá e para cá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Claro! Claro!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Agora, há uma segunda lição, Presidente Collor, e não sei se o senhor vai querer fazer um gesto como o de ir à Coreia do Norte, porque talvez seja mais ousado. O Brasil não está dividido entre Brasil do Norte e Brasil do Sul. Não há nenhuma dessas duas com armas atômicas. Mas nós estamos quase tão divididos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quanto as duas Coreias. Nós não temos diálogo político entre nós. Nós precisamos fazer um gesto como esse entre nós. Precisamos chegar a um acordo de convivência na democracia brasileira. E estamos perdendo, eu acho, o tempo. Há candidato a Presidente... Enquanto a Coreia do Norte destrói o arsenal nuclear, há candidato a Presidente no Brasil propondo fazer as pazes aqui distribuindo armas para todo mundo; em vez de um grande programa de desarmamento para parar a violência, acha que cada um deve ter a sua arma para se proteger. Como muitos não podem comprar armas, é capaz de ele criar um Bolsa Bala para que todo mundo possa se defender igualmente.

Então, nós temos que fazer...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – No crediário, porque a bala está cara.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Nós temos que fazer talvez um pacto. Eu sei que há dificuldades grandes. Por exemplo, Senador Jorge, não é possível um pacto político neste País sem a participação do Presidente Lula, pela sua liderança. E hoje para um encontro, para um pacto como esse temos que pedir licença ao Poder Judiciário, que eu não sei o que fará. Mas algo tem que ser feito.

O senhor pegou um avião aqui e foi para a Coreia do Norte – inclusive, me convidou, e eu não fui porque estava me recuperando de uma pneumonia, e não ia ser fácil ficar essas horas todas no avião, mas lamento muito a oportunidade perdida. Talvez o senhor possa, ex-Presidente, candidato a Presidente, fazer um gesto qualquer de convidar lideranças nacionais para começarmos a conversar. Em que nós nos comprometemos para, pelo menos daqui a 31 de dezembro, termos uma convivência? O que nós podemos fazer para evitar que a paz no Brasil venha da distribuição de armas? Quais são os caminhos que nos unem? O que nos aglutina? Essa é uma pergunta... Ontem, conversando com o Embaixador Roberto Jaguaribe, que eu convidei para almoçar, a gente se perguntava: o que nos aglutina hoje, além do idioma? Porque até além... O Cristianismo, talvez? Mas não basta. Aqui tem muito muçulmano, tem muitos judeus! Quando eu ouço falar que o que nos une é o Cristianismo, aqui tem ateu, também, no Brasil, que é tão brasileiro quanto o cristão.

O que nos une? O que nos aglutina, nas nossas divergências, claro? Algo precisa ser feito nesse sentido. Eu confesso que não tenho clareza, sobretudo pelas dificuldades de voltar a debater com pessoas que durante tanto tempo... De se encontrar pessoas que tanto tempo se criticaram, entre nós. E volto a insistir que não faz sentido pensar num acordo nacional sem que o ex-Presidente Lula dê sua voz, apesar de todas as críticas que cada um possa fazer. Mas algo deve ser feito para enfrentarmos os próximos meses e talvez os próximos anos.

O que traz coesão e o que define um rumo para o Brasil? O povo está perdendo a esperança em nós, aqui. Eles não acreditam mais que nós somos capazes. E quando a gente vê o Trump e o Primeiro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro... Presidente da Coreia do Norte se encontrando, depois de disputarem quem tinha o botão maior e mais vermelho para soltar bomba nos outros, como a gente não consegue se encontrar, Presidente? É uma pergunta que eu deixo aqui.

Não tenho resposta. Mas esse encontro me provocou essas reflexões, as duas. Primeiro, que não podemos ceder às pressões externas, porque o mundo externo muda e nós ficaremos a reboque. E, segundo, como esses dois caras se encontram e nós aqui não conseguimos nos encontrar para debater o futuro do Brasil?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque. Realmente, tenho que me colocar absolutamente de acordo com V. Exª, em primeiro lugar, porque o Brasil não pode ficar a reboque; o Brasil precisa tomar as suas próprias iniciativas; e, em segundo lugar, nessa reflexão que V. Exª faz sobre a questão do País, porque hoje, infelizmente, encontramos uma Nação profundamente dividida. E é preocupante, porque essa divisão vem carregada de um sentimento negativo, de sentimentos subalternos que assustam, pela sua radicalização. E o povo brasileiro, como já dizia o nosso grande sociólogo, é um povo cordial. E essa cordialidade está deixando de existir até nos mínimos encontros, nos mínimos contatos de uns com outros.

Acolho também a sua reflexão. Refletirei sobre isso e acho que todos nós iremos refletir sobre aquilo que o senhor propõe. Mas que temos que encontrar um caminho, temos, para buscar essa coisa mínima, para não deixar que haja um esfacelamento total. E é um convite a todos aqueles que também nos estão escutando, nos ouvindo, nesse momento, para que também façam, nas suas casas, nas suas famílias, essa mesma reflexão, para saber como cada um de nós pode ajudar nesse processo.

Agradeço a sugestão de V. Exª para que eu possa iniciar um trabalho nesse sentido, mas sou muito pequeno para propor alguma coisa como essa. Eu estimo que o conjunto dos candidatos a Presidente possam, eles próprios, fazer essa reflexão e trazer uma mensagem mais distendida e carregada de uma mensagem, como disse V. Exª, de coesão, de objetivos e de pacificação da sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, como o Senador Cristovam Buarque já fez uma colocação que eu imagino extremamente oportuna, eu usaria a palavra dele: apartação. Mas a apartação foi aumentada, Senador Cristovam, pela intolerância que cresceu muito no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixarei para provocar V. Exª sobre o tema posteriormente, porque quero respeitar os colegas que têm compromissos agendados. Que se inicie a sabatina, para que seja aberto o painel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ótimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, em respeito aos colegas, eu deixo de fazer esse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Antes de iniciarmos a nossa pauta do dia de hoje, eu gostaria também de registrar aqui a presença do Sr. Senador Rudson Leite, do Partido Verde de Roraima, que esteve aqui presente – acabou de sair – participando da nossa reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE. Pela ordem.) – Só ratificando a solicitação da Senadora Ana Amélia, se pudessem abrir o placar eletrônico, a votação eletrônica, para que a gente pudesse adiantar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador.

S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho propõe a abertura do painel de votação.

Eu pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores presentes se assim poderemos fazer. (*Pausa.*)

Não havendo quem seja contrário, determino e peço à Secretaria desta Comissão que abra o painel de votação, dentro da primeira parte da nossa pauta, que trata de indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 06/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 06/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Convido, para que tomem assento à mesa, S. Exªs os Srs. Embaixadores Artur José Saraiva de Oliveira e Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, desejando-lhes boas-vindas à nossa Comissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Artur José Saraiva de Oliveira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi, para sua exposição.

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Srª Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu gostaria de começar minha breve explicação aqui com um agradecimento e uma prestação de contas. Primeiro, o agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado pela indicação de meu nome.

A prestação de contas refere-se ao porquê de haver uma embaixada no Malawi. Eu faço essa prestação de contas, Sr. Presidente, porque logo que comecei a atuar como chefe da divisão da África Central e Ocidental, eu notei que por vezes havia uma preocupação pela existência de embaixadas na África, em alguns países. Eu acho uma preocupação legítima de quem talvez não conheça o assunto a fundo e gostaria de aproveitar essa oportunidade em que posso prestar contas à sociedade brasileira, diretamente pela internet, aos que estão nos assistindo, e aos senhores que nos representam aqui.

No caso de Malawi, eu começo falando da Vale, que tem uma ferrovia que atravessa o país. A Vale, para os senhores terem uma ideia, é a maior investidora no Malawi. O investimento da Vale equivale a um sexto do PIB. A título de comparação, o nosso PIB está em algo como R$6,6 trilhões, em 2017. É o equivalente a uma empresa estrangeira ter feito investimento de R$1 trilhão no Brasil, essa é a magnitude do investimento brasileiro no Malawi. Nós somos maiores que a China em matéria de investimento no Malawi.

A Vale é muito importante por quê? Não apenas por esse tamanho de investimento. Hoje o Brasil é um exportador de *commodity.* Quando a gente fala de *commodity*, eu sempre gosto de fazer uma comparação entre soja e minério de ferro. E a gente percebe, Senador, a diferença.

Numa exportação de *commodity*, nós temos três atores: o produtor, o distribuidor/atravessador e o consumidor. No caso da Vale, nós temos a sorte de possuir um distribuidor. Mal comparando, é como se um sojeiro brasileiro fosse o dono da ADM, ou da Cargill, ou da Louis Dreyfus. Este é o peso da Vale, a importância para nós. E a Vale significa, nós sabemos, bilhões de dólares, milhares de empregos no Brasil. Então, só esse US$1 bilhão investido eu acho que já justifica a presença de uma embaixada no Malawi.

Mas não é só isso. Eu diria que a segunda justificativa para a minha existência, para eu estar aqui diante dos senhores é o atendimento à comunidade no exterior. Nós temos, no caso do Malawi, uma comunidade pequena, de 70 pessoas, mas ainda assim eu creio que a obrigação do Estado brasileiro é prestar uma assistência a nossos concidadãos onde for necessário.

Dois fins de semana atrás, eu fui a Blantyre, a 300 quilômetros de Lilongwe. Houve um encontro da comunidade brasileira e eu tive oportunidade de dizer exatamente isso, que eu estava ali representando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Estado brasileiro, colocando-me à disposição para qualquer eventualidade. Essa é uma das tarefas essenciais do Itamaraty: prestar esse atendimento à sociedade, à diáspora brasileira no exterior.

Mas nós temos mais do que isso. Por que a Embaixada no Malawi? E o que me vem à cabeça, Sr. Senador, é um caso que se conta de um embaixador neozelandês com outro embaixador de outro país, na África. Eles se encontram e o neozelandês pergunta a seu colega: "Ah, você está aqui para quê?" E o outro fala: "Olha, estamos aqui buscando uma inserção no marco de uma nova estratégia geopolítica e de acordo com os *papers* da União Africana, das metas do milênio e blá, blá, blá." E esse embaixador, por sua vez, pergunta ao neozelandês: "Você está aqui para quê?" Ele fala: "Ah, eu estou aqui para vender ovelha."

Eu achei essa história, se não for verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – Ovelha, que é a exportação da Nova Zelândia.

Eu achei genial porque digo para a senhora que um embaixador, num país pequeno, tem que ser um caixeiro-viajante. E aí eu chamo atenção para um fato sobre um país como o Malawi e vou comparar o embaixador brasileiro no Malawi com um embaixador americano no Brasil.

Veja o senhor, por exemplo, a Ford e a GM. A Ford e a GM já estão aqui há 90, 100 anos. Já conhecem o caminho das pedras, já tem a Anfavea, vão direto ao MDIC e seguramente já terão batido na porta dos gabinetes dos senhores.

No Malawi, cabe ao embaixador criar essa cabeça de ponte para permitir essa aproximação, porque isso também é algo em que eu acredito, que um relacionamento entre dois países não pode jamais se ater a um relacionamento oficial, diplomático, entre chancelarias. Nós precisamos ter um relacionamento entre a sociedade civil e também entre a iniciativa privada.

Eu estava conversando com o Presidente da Vale no Malawi, e eu, brincando com ele, dizia: "Olha, eu desejo que vocês tenham muito lucro, porque afinal de contas o meu salário depende do lucro de vocês." E é verdade. Então, consciente da importância desse papel de caixeiro-viajante, eu fui estudar e descobri um nicho de atuação para que, caso meu nome seja aceito pela Comissão e pelo Plenário, eu possa desempenhar essa função.

É importante esse exercício de encontrar o nicho de atuação do país. Por exemplo, o Brasil não pode exportar carro e competir com o carro usado no Japão, nós não temos capacidade, por aí, nós não vamos vender carro nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após algum estudo, eu vi que a área onde poderia haver uma inserção seria a parte de agricultura. Por quê? Porque nós somos uma potência, mas nós temos os dois tipos de agricultura, que são o agrobusiness e nós temos também a propriedade familiar. E, como eu vou – caso meu nome seja referendado – promover essa entrada de empresas brasileiras ligadas ao setor não apenas agrícola, mas talvez de uma pequena metalúrgica, algo desse tipo? Eu identifiquei o setor de cooperação, que seria a maneira de enfiar o pé na porta, digamos assim, desse mercado pequeno.

No tocante à cooperação, gostaria de narrar algo que aconteceu, uma conversa minha com um técnico da Embrapa, numa viagem entre Uagadugu e Bobo-Dioulasso, em Burkina Faso. Eu ainda não conhecia muito o assunto, meu desconhecimento, digamos, era maior que o atual. Eu cheguei para o técnico da Embrapa e perguntei: "Meu amigo, você está ensinando o ouro a um concorrente? Será que essa cooperação nossa não vai ser prejudicial para o Brasil?" E o técnico da Embrapa me deu uma lição, ele falou: "Não, de forma alguma, porque nós nos beneficiamos dessa cooperação." Citou um exemplo: "Eles têm cultivares de algodão que nós podemos utilizar no Brasil." E isso é óbvio, faço uma pergunta aqui. O que seria da pecuária brasileira sem o zebu e a braquiária? Quer dizer, tudo isso importado.

Então, esse tipo de cooperação que existe, brasileira, essa cooperação horizontal, é extremamente benéfica para nós. E é por meio desta cooperação, que é completamente distinta daquela cooperação tradicional de país doador, digamos assim, de cima para baixo, que eu acredito que poderei – caso meu nome seja aprovado – ajudar a abrir uma porta para o empresário brasileiro, e acho que é obrigação essencial de um diplomata fazer esse trabalho.

Cito um exemplo: conheci uns conterrâneos de V. Exª que trabalham na Japan Tobacco International. Eles estão lá. O maior produto de exportação do Malawi é o tabaco. Eles estavam me dizendo que eles fizeram um estudo, descobriram que determinadas espécies de tabaco são as mais apropriadas e compram de uma empresa no Rio Grande do Sul. Essa poderá vir a ser uma maneira de eu conseguir realizar esse trabalho.

No momento, nós temos cooperação de algodão, que está na fase da multiplicação de sementes. Essa multiplicação de sementes está sendo feita em 46 pequenas propriedades rurais. Quero poder chegar ao Ministro da Agricultura e dizer o seguinte: "Olha, vamos fazer o seguinte, vamos importar umas sementes de uma empresa lá em Ponta Grossa, no Paraná, ou em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Em vez de termos 46 pequenos produtores plantando, vamos ter 460 ou 4.600." Esse é apenas um dos tipos de atuação, a maneira que eu julgo necessária e factível para poder realizar esse trabalho. Porque isto também é algo muito importante, não se pode negar aqui, o Malawi é um mercado muito pequeno, ele não é um mercado muito grande, como, por exemplo, o Azerbaijão, do meu colega Manuel.

Mas, também, é muito conveniente que um diplomata faça o seu exercício de encontrar o verdadeiro nicho de atuação do Brasil, porque nós não podemos dar um passo maior do que as pernas. Se é feito um trabalho sério de identificação de possibilidades, talvez – tendo sido aprovado e com a ajuda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Itamaraty que eu tenho recebido e a ajuda do pequeno *staff* de lá da Embaixada – seja possível realmente criar essa cabeça de ponte que vai levar a um relacionamento bilateral que seja feito por fora da Embaixada, que é o verdadeiro relacionamento sólido.

Eu teria também algo mais a acrescentar sobre cooperação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – Basicamente, eu pretendo enfatizar, dividir o nosso *know-how* de políticas sociais. O Brasil tem um *know-how* extraordinário, tanto da União como de Estados e Municípios, de políticas sociais. E nós também temos a aprender. Eu acredito que nessa área será possível realizar um trabalho com resultado excepcional para a população do País, inclusive para nós.

Eu gostaria de agradecer a atenção.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Artur José Saraiva de Oliveira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

Passo a palavra agora a S. Exª o Sr. Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria que minhas primeiras palavras fossem de agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, pela minha indicação. Também ao Senado Federal pela honra de me dirigir à Comissão e submeter meu nome à aprovação desta instância republicana e constitucional.

A República do Azerbaijão se insere geograficamente na região do Cáucaso, que é, desde sempre, uma área de contato entre o Oriente e o Ocidente. É também uma área de grandes pressões geopolíticas que se refletiram historicamente na própria formação da República do Azerbaijão.

Desde a partição das terras azeris, entre o Império Persa e Império Russo, é que se tem essa curiosa característica de quem mora hoje na Pérsia, no Irã, mais azeris do que na própria República do Azerbaijão.

A primeira República do Azerbaijão foi, na verdade, com a declaração da independência que se deu em 1918, ao final da Primeira Guerra contra o Império Otomano, que ocupava aquelas terras naquele momento. Há uma característica essencial da República de 1918, que é o parlamentarismo, a democracia e os valores, como, por exemplo, o voto feminino, num país que era e é majoritariamente e quase absolutamente muçulmano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa época, data a Universidade de Baku, a fundação da universidade, a criação de bolsas de estudo no exterior para formação de quadros. Enfim, uma primavera democrática que durou dois anos, até que a guerra civil russa, entre mencheviques e bolcheviques, chegou a Baku e ocupou a cidade, que, desde então, transformou-se numa das repúblicas soviéticas, até 1991, quando se dá, então, a nova declaração de independência, sobre as ruínas da ex-União Soviética, da República do Azerbaijão, que presta homenagem e se declara herdeira dos valores da República Democrática. Portanto, mantém valores democráticos, tolerância religiosa, igualdade de gênero, eleições sucessivas – eu chegarei a isso depois – e se enfrenta uma tarefa enorme, que é a formação de uma identidade nacional e de um Estado nacional a ela ligado.

Fundamenta, então, essa construção, esse projeto, em três itens basicamente: a adoção excludente do idioma azeri, da etnia majoritária; o conflito com a Armênia, que quase que passa a dar sentido à nacionalidade, o que é um reforço da soberania e da nacionalidade; e é um projeto nacional.

Da língua, enfim, falarei muito pouco. Na verdade, a introdução dessa língua nacional desloca o russo, que é a língua franca, até então. Causa alguns problemas hoje em dia porque toda a parte tecnológica está escrita em russo, está publicada em russo. Os jovens, que só sabem azeri, ficam em relativa desvantagem, esse é um problema que o país tem que enfrentar.

Segundo, é o conflito com a Armênia, que começa ainda no tempo soviético – em 1988, conflito armado – por um enclave, que se chama Nagorno-Karabakh, que simplesmente quer dizer o Carabaque Alto, em oposição ao Carabaque Baixo, que é uma faixa de fronteira com a Armênia. Então, esse mapa não reconhece, por exemplo, o enclave, que é um pouco maior do que o Distrito Federal. Na verdade, o Azerbaijão é do tamanho de Portugal e tem quase que a mesma população, são 10 milhões de habitantes e o tamanho de Portugal.

Esse enclave, então, está ocupado, de fato, por armênios e por forças armadas armênias. Ele não tem reconhecimento internacional de ninguém, nem mesmo da Armênia, mas é uma inflamação, está lá. E as negociações que começaram em 1994, com o cessar-fogo, mantêm-se em compasso de espera e não há realmente um projeto de paz. Existe um cessar-fogo, que é uma coisa sempre muito precária.

Finalmente, o projeto nacional. O projeto que se apresenta, então, à nação azerbaijana é o controle soberano e autônomo dos seus recursos – e enormes recursos! – petrolíferos e gasíferos. Fazem parte desse projeto construção de infraestrutura impressionante, de oleodutos e gasodutos que têm um sentido claramente estratégico, porque eles se destinam já não mais ao mercado russo, como seria natural e histórico. O óleo de Baku está numa peça de Maiakóvski famosa, a frase em que a locomotiva grita: "Dê-me o petróleo de Baku", então, era natural até esse momento.

Hoje em dia, o Governo do Azerbaijão, em associação com a Geórgia e a Turquia, inaugura, no início dos anos 2000, um oleoduto, logo a seguir, um gasoduto. Assina, anos antes, o chamado acordo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

século com empresas de exploração de petróleo. Desse consórcio, fazem parte empresas italianas, russas, enfim, americanas, britânicas. A BP, por exemplo, tem uma forte presença no Mar Cáspio, que é de onde vêm o petróleo e o gás. E, mais recentemente, no final de 2017, inaugura uma ferrovia, que passa por Tbilisi. Ou seja, ela vai de Baku a Tbilisi e acaba no porto turco, que está fora do mapa, mas já sobre o Mediterrâneo.

Por último, associa-se a um projeto que é de segurança energética para a comunidade europeia, que se chama o Corredor Gasífero do Sul. Esse Corredor Gasífero do Sul está projetado para transportar entre 60 e 120 bilhões de metros cúbicos de gás do Cáspio e da Ásia Central para a Europa. O valor máximo é de 120 bilhões de metros cúbicos. Nós compramos, Sr. Presidente, da Bolívia, por ano, 11 bilhões. Para se ter uma ideia da escala desse projeto, que custará US$45 bilhões para ser completado.

Então, são esses os projetos em que está envolvido o Azerbaijão. Ele é a pedra de toque porque o território dele é passagem obrigatória, não só para o Uzbequistão, que está em frente; para o Cazaquistão e o Turcomenistão, que também tem grande riqueza gasífera.

Portanto, está em andamento aí uma mudança em ritmo chinês, que o Brasil precisa conhecer e da qual precisa participar, no meu entender.

A forma de governo do país é presidencialismo robusto.

O Presidente Aliyev se reelegeu pela quarta vez, com 85% dos votos, à maneira que acontece em outras ex-repúblicas soviéticas, e fez uma reforma constitucional, pela qual o grupo modernizador tomou mais espaço. Esse grupo é identificado como responsável por mudar de rosto o Azerbaijão, sobretudo a partir da cidade de Baku, que, hoje em dia, é muito elogiada pela Fórmula 1 e pelos festivais europeus e que atraiu os primeiros jogos europeus de atletismo e assim por diante. Então, a forma de governo e o governo atual estão modernizando o Azerbaijão, preparando-o para outra etapa da sua história.

Estes são os desafios políticos e desafios econômicos: o desafio político é o de equilibrar a modernização e a tradição, e o desafio econômico principal é o de diversificar a economia e financiar essa diversificação. O Azerbaijão tem para isso um fundo constitucional, um fundo soberano que, por exemplo, já investiu nos Estados Unidos US$6,5 bilhões e, na Turquia, por volta de US$12 bilhões. Por que não no Brasil?

Finalmente, trato da política externa do Azerbaijão. Mencionarei certos elementos. Um deles é o cultivo de uma imagem de tolerância, modernidade e estabilidade. No ano passado, esteve lá o Papa Francisco. Não direi mais nada. Há o fortalecimento de parcerias econômicas diversificadas, que vão da China aos Estados Unidos, a Alemanha e a Rússia. E, por último, há o fortalecimento de vínculos com a Turquia, com os países túrquicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o panorama das nossas relações bilaterais. O Brasil estabeleceu relações com o Azerbaijão justamente no momento do pico do conflito armado e justamente no momento em que o Brasil exercia a Presidência temporária do Conselho de Segurança da ONU, que emitiu resoluções que permitiram o cessar-fogo. Isso é sempre lembrado, com agradecimento, pelo Azerbaijão, porque o Azerbaijão estava perdendo a guerra naquele momento.

O primeiro encontro de presidentes se deu à margem das Nações Unidas, ainda em 1995, mas realmente as relações ganharam um novo impulso com o estabelecimento de embaixadas residentes. Desde então, houve uma troca de visitas de alto nível, entre as quais eu queria mencionar a diplomacia parlamentar, que tem um importante elemento a contribuir. O primeiro Senador da República a visitar o Azerbaijão foi o Senador Cristovam Buarque, que manteve lá encontros de alto nível com o Ministro da Educação, com o Chanceler, em 2013. Em junho de 2013, também estiveram lá os Deputados Pellegrino, Rocha e Caiado e, em novembro daquele mesmo ano, o atual Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que voltou em novembro de 2016 à frente de uma delegação importante.

Em conclusão, na atual gestão, o Ministro de Estado tem voltado a atenção para a prioridade que tem o Cáucaso, neste caso não só o Azerbaijão, mas também a Geórgia e a Armênia, neste mundo em mudança para o Brasil, para o potencial que tem o Brasil.

O Ministro visitou Baku, em novembro do ano passado, e estabeleceu objetivos, e eu os resumiria, como o de elevar o intercâmbio comercial. É o que vamos tentar lançar como propósito do grupo de trabalho bilateral, possivelmente em outubro deste ano, ainda na primeira reunião, que vai receber do lado azerbaijano as demandas e as possibilidades de importação, porque o nosso perfil comercial, Srs. Senadores, está muito enviesado para o lado brasileiro. Ou seja, nós vendemos tudo, e eles não nos vendem nada. Isso não é sustentável. É preciso tentar equilibrar as trocas, não necessariamente equilibrá-las absolutamente, mas estabelecer um ritmo de trocas. No momento, nós temos obtido sucesso com a Embraer, principalmente, na venda de aeronaves para a linha aérea do Azerbaijão, o que nos dá picos de superávits de três em três anos mais ou menos. Também seria conveniente tornar isso mais normal.

Finalmente, há uma extensa lista de acordos que estão em negociação, entre os quais os de cooperação técnica, de cooperação educacional, de cooperação no campo do turismo. Se eu merecer a aprovação dos senhores e do Plenário, pretendo dar seguimento a esse programa de trabalho, que, parece-me, terá o condão de transformar a posição do Brasil em relação ao Azerbaijão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – Por que o Brasil é importante? Porque o Brasil é um País que oferece ajuda, cooperação e comércio sem nenhuma vinculação com as realidades geoestratégicas de que o Azerbaijão normalmente foi objeto. Ou seja, eles não têm nada a temer de nossa parte, nem hoje, nem nunca. Então, há essa falta de preocupação estratégica. Nós não somos um concorrente estratégico, mas somos um País importante. Eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente também interessados em diversificar seus contatos diplomáticos e comerciais, projetando no futuro um país efetivamente democrático e autônomo.

Portanto, além de ser um importante posto de escuta para o Brasil no meio de uma região até certo ponto conturbada – notemos que, ao norte e ao sul, há países que estão sofrendo sanções do bloco ocidental –, nós também, estando lá, poderemos apoiar o estabelecimento de empresas brasileiras na região. É um país estável, que tem regras claras de negócios, que tem facilidade para se estabelecer, onde já há, por exemplo, 200 empresas alemãs funcionando e outras 200 empresas americanas. Então, é um país que oferece perspectivas boas de negócio para o Brasil, onde nossa presença política é muito apreciada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

A primeira Senadora inscrita é S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Tem V. Exª a palavra.

Em seguida, falará o Senador Hélio José.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe-me! É o Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...o Senador Hélio José e o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor; caros colegas Senadores; caros Embaixadores, permitam-me apenas fazer uma digressão pelo tema anterior, porque eu não queria impedir os colegas que estavam com compromissos, para que não se atrasassem.

Eu percebo na criação do grupo, Senador, a sua exortação a um gesto de boa vontade, de esforço, de *empowerment* para a questão das duas Coreias. E houve a referência do Senador Cristovam sobre a situação que vive o Brasil, fazendo uma analogia simbólica entre a divisão Coreia do Norte/Coreia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul, que equivale também lembrar a divisão das duas Alemanhas, divididas no pós-guerra. Graças a lideranças de muita competência e de muito comprometimento, foi possível chegar a um bom termo. Quanto à própria África do Sul, é sempre recorrente o tema da apartação, traduzido nos anos 90 pelo Senador Cristovam a respeito do *apartheid.*

Então, se foi possível historicamente haver esses entendimentos, pergunto a V. Exª, que esteve visitando a Coreia do Norte, que esteve lá – e só quem está perto e quem chega lá pode ler nos olhos ou ter a intuição de saber se há ou não sinceridade e disposição real de um líder que, até ontem, ameaçava com uma bomba de longo alcance –, se é possível assegurar esse entendimento na região entre as duas Coreias. É a minha indagação a respeito desse tema para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu diria, Senadora Ana Amélia, pelo que nós ouvimos e vimos, participando de várias reuniões, que há absoluta sinceridade por parte das autoridades norte-coreanas nos propósitos que eles deixaram explicitados na Declaração de Panmunjom, com base na reunião realizada no dia 27 de abril, declaração esta assinada pelo Líder da Coreia do Norte e pelo Líder da Coreia do Sul. Quem tiver a oportunidade de ler essa Declaração de Panmunjom vai se inteirar da clareza, da ausência de meandros, da ausência de advérbios...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...de dúvidas, numa linguagem muito direta, e dos propósitos que eles, irmanados, estão prontos para iniciar e já iniciaram.

Então, mais do que as palavras que eu colhi quando dessa visita, juntamente com S. Exª o Senador Pedro Chaves, são as ações posteriores a essa declaração. Já há ações efetivas como esse encontro com o líder norte-americano, que foi uma disponibilidade que o líder norte-coreano colocou nas mãos do Presidente Moon Jae-in, da Coreia do Sul, de que ele estaria disposto ao diálogo.

Na declaração assinada por eles, eles falam claramente da desnuclearização da península coreana e, indo mais além, da desnuclearização do Planeta. Eles, por exemplo, como eu disse aqui, estabelecem uma data nacional para ser comemorada pelos dois países. Isso tem o simbolismo de dizer: nós somos o mesmo povo, e uma única data nacional nos irmana e nos une nos nossos sentimentos, nos nossos ideais, nos nossos propósitos de viver em paz e de reunificar as duas Coreias.

Então, não tenho dúvida em relação aos bons propósitos.

Eu lhe diria mais uma coisa. Eles nunca, nas nossas conversas, se queixaram de uma posição do Brasil em relação à Coreia do Norte, em função das sanções aplicadas pelos Nações Unidas, fruto de resoluções aprovadas pelas Nações Unidas, resoluções essas que vêm sendo continuamente desrespeitadas pelas grandes potências. As grandes potências... Dizem, inclusive, alguns que as Nações Unidas estão se tornando num braço intervencionista das grandes potências. Então, as resoluções dizem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente que não pode haver nenhuma intervenção armada, nenhuma ação armada de um país em relação a outro sem que passe pela autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E isso as grandes potências vêm desconhecendo inteiramente. Mais ainda, a lei, a Constituição norte-americana determina que o Presidente da República, para iniciar uma ação armada, precisa também da aprovação do Congresso norte-americano. E isso pelo atual líder norte-americano já vem sendo descumprido. Esse último bombardeio promovido pelo líder norte-americano na Síria foi realizado sem qualquer autorização do Congresso dos Estados Unidos.

Desse modo, voltando ao que eu estava dizendo, em nenhum momento, eles criticaram a posição do Brasil por estar absolutamente inserido na obediência estrita a essas resoluções. Eles até disseram: "Nós entendemos perfeitamente a posição de vocês e não temos absolutamente nada a objetar, não temos nada a dizer, aceitamos tranquilos e calmamente. A única coisa que nós gostaríamos que vocês entendessem é que nós temos direito de lutar pela nossa sobrevivência, de lutar pela integridade do nosso território, de não sermos ameaçados. E a única maneira que nós temos de fazer isso é termos condições de sentar à mesa em condições de igualdade." Isso foi dito para justificar o programa nuclear.

Então, há algo muito sincero, muito claro, muito direto. E agora isso conquistado... Realmente, eles dispõem desses mísseis balísticos com ogivas nucleares com alcance de 13 mil quilômetros, o que faz com que esses mísseis cheguem até o território norte-americano – esse é o grande receio que tem o atual líder, que tem todos os motivos para isso –, como também de mísseis, com muito mais facilidade, de média e pequena distância.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que assustam o Japão, que assustam Taiwan, toda a Ásia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Inclusive, o Primeiro-Ministro Abe, hoje, foi a Washington, deve estar agora com o líder americano. Ele vai solicitar – é o que se presume; ele não deu nenhuma declaração ainda a esse respeito – ao Presidente americano que, nos entendimentos com o líder da Coreia do Norte, não se esqueça de incluir o Japão, pela insegurança que a atitude do líder norte-americano está gerando entre os seus aliados, no momento em que ele abandona o acordo nuclear com o Irã e deixa aliados como o Reino Unido, como a França, como...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...a Alemanha...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Especialmente a Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...especialmente a Alemanha, e também a Itália... Por exemplo, com o fim desse acordo, se os aliados norte-americanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o deixarem, somente a Itália vai perder US$1,5 bilhão de contratos já assinados para investimentos em infraestrutura no Irã. Imaginem o que não estarão perdendo a França, o Reino Unido e a Alemanha!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, como o líder norte-americano tomou essa decisão de forma unilateral, sem nenhum tipo de conversa prévia com seus aliados de sempre, o Primeiro-Ministro japonês – é o que se presume – pediu esse encontro com urgência ao líder norte-americano para solicitar a ele: "Se assim entender, você não fique tratando apenas do míssil de 13 mil quilômetros de alcance, mas veja também a nossa região e sobretudo o nosso país!" Ele tem medo de que seja também abandonado, como foram abandonados os aliados na questão do acordo com o Irã.

Desse modo, eu vejo, neste momento, aqui repetindo, com sua permissão, Senadora, que o Brasil, como o único país das três Américas que tem representação diplomática na Coreia do Norte, em Pyongyang, e em Seul, na Coreia do Sul, como um País que tem por tradição exercer o seu *soft power* de estar sempre, constantemente, buscando o consenso, buscando a paz, buscando o equilíbrio entre as partes em litígio – o Brasil tem essa tradição –, não pode ficar distante deste momento histórico para o Planeta, porque nós estamos tratando da segurança mundial. Não podemos acreditar, em função das suas declarações e das suas atitudes, que o Presidente norte-americano, de repente, diante de uma crise, cometa alguma bobagem, alguma besteira, o que significaria para o Planeta, enfim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um desastre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ...um desastre absoluto.

Mas, por parte deles, da Coreia do Norte, o que eu encontrei foi muita sensibilidade e muito propósito, propósito esse que eu vi – todos nós temos acesso a isso – na Declaração de Panmunjom subscrito, com muita clareza, nas suas intenções, tanto pelo líder norte-coreano, como pelo líder sul-coreano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente. O senhor abordou aí um aspecto relevante: mais do que a paz, o interesse econômico dos países, que são legítimos todos, e o significado que isso tem numa relação dessas. Então, muito obrigado ao senhor.

Eu queria, Presidente, ao Embaixador Artur dizer que nós gaúchos temos uma expressão que é "tocaio". Tocaio, para o gaúcho, quer dizer xará. O Presidente do Malawi é Arthur também e é um presidente com uma formação acadêmica extraordinária, pelas informações que o Itamaraty fornece: é formado em Londres e nos Estados Unidos, em Yale; as melhores universidades ele frequentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que existe na aproximação é interessante. Há dois aspectos um pouco contraditórios, parece-me. O senhor destacou uma questão importante sobre as *commodities*, porque sempre existe a crítica que alguns fazem: "Ah, temos de exportar valor agregado!" Só que, na balança comercial, mesmo que a Vale tenha essa expressão que V. Exª destacou com muita competência, na pauta de exportações, o percentual, integralmente, é de manufaturados brasileiros que vão para lá. E são do meu Estado – V. Exª citou a questão do tabaco –, são máquinas para o trabalho nas pequenas propriedades. É que a grande maioria no Malawi é de pequenas propriedades, como o é no Rio Grande do Sul também. A identidade diz respeito a isso. São tratores, máquinas para tratamento de fumo e implementos agrícolas.

E me chama a atenção também aqui o fato de que, na área da agricultura, o Brasil tem ajudado muito o país na colaboração tecnológica da Embrapa para o controle da lagarta-do-cartucho, porque o milho é a principal base da economia do país. Então, com a Embrapa, eles desenvolveram tratamentos biológicos para o combate à lagarta, o que protege a plantação. E também produzem muita batata-doce na região, o que é comum aqui no Brasil hoje, sendo até introduzida nas receitas de nutrição como um produto saudável para todos nós.

Então, como gaúcha, quero que o senhor tenha essa diplomacia comercial – nós temos a diplomacia parlamentar –, em defesa desse estreitamento numa área em que, aqui no Senado, na questão do tabaco, temos tido grandes problemas. Quando eu defendo isso, eu não defendo o cigarro; defendo aquele produtor, porque a maioria é de pequena propriedade rural. E aqui o Senador Serra é combativo, faz um combate duro e intenso. Mas tenho tido aqui o apoio do Senador Cristovam, que entendeu as razões sociais – sociais! –, porque as propriedades nessa área... Alagoas, Estado do Senador Fernando Collor, nosso Presidente, também produz, bem como a Bahia, Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do Sul. A minha preocupação não é com a indústria, mas é com aquele o agricultor que, por gerações e gerações, está dedicado a isso. Hoje, 90% da produção brasileira de tabaco são exportados; a folha é enviada para o exterior. Então, há essa preocupação social.

Vejo que há uma grande relação. Já vi que V. Exª está bem a par disso. Então, parabéns pela missão que terá nesse país que acabei de conhecer aqui!

Embaixador Manuel Montenegro, primeiro, eu fiquei aqui conversando com o senhor, que falou que já sabia falar russo. Aí eu descobri que ele jogou xadrez, aprendeu a jogar xadrez. E, quando ele começou a jogar xadrez, a Rússia era a grande escola de xadrez, sempre foi e continua sendo, e, por isso, ele aprendeu a falar russo. Então, acho que é um aspecto importante falar da qualidade que tem o nosso Embaixador.

Mas me chama a atenção um detalhe sobre o país para o qual senhor vai. A grande concentração da riqueza do país está no petróleo. E nós estamos vivendo hoje no Brasil uma crise sem precedentes, que fez com que houvesse, na semana passada, uma paralisação dos caminhoneiros, por conta da política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços adotada pela Petrobras para salvar a empresa de uma situação muito complicada, porque é um produto, é uma *commodity* internacional, e são poucos produtores.

O Azerbaijão tem no petróleo o grande motor da economia.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para se ter uma ideia do peso do petróleo no Azerbaijão, a renda de um trabalhador na área do petróleo é de US$1 mil, enquanto na agricultura é de US$140. Isso dá a dimensão de um percentual muito pequeno na economia da agricultura, que é menos 13% no cômputo geral.

Eles têm no petróleo... E aí é a questão Petrobras-Brasil e a visão que nós temos. Ora, era uma ex-república soviética o Azerbaijão. A descoberta e a produção de petróleo, no século XIX, transformaram Baku em centro industrial importante no Cáucaso, mas foi somente após a segunda independência, em 1991, com a conclusão de acordos de produção com as multinacionais – é um país soviético –, o que eles chamavam de Production Sharing Agreements (PSAs) –, que os *royalties* do petróleo permitiram o rápido desenvolvimento do país, com o chamado Contrato do Século, concluído em 1994, pelo qual ficaram estabelecidas as condições para produção e partilha das reservas estimadas em seis bilhões de barris. E a decisão tomada em 1998 de construir o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), de 1.760km, o segundo maior do mundo, tornaria operacional aquele contrato. O BTC seria inaugurado em 2006, data que marca o início do período de prosperidade do Azerbaijão.

Olha, fizeram disso... Agora, aí vem a questão: primeiro, o exemplo que nos dá um país da ex-república do sistema soviético ao fazer um contrato multinacional. Isso deu para eles uma renda e a capacidade de desenvolver o país.

Diante da política mundial determinada pelos códigos internacionais de que, até o ano 2030, nós vamos substituir a energia fóssil, que é o petróleo, no abastecimento dos veículos híbridos, que agora já estão fabricados – hoje há veículos movidos à eletricidade e a outros tipos de combustíveis não fósseis –, como é que o país, que vai tendo essa relevância que o petróleo determina para a economia, o Azerbaijão, vai fazer? E, nessa área, que contribuição poderíamos ter para entender um pouco melhor essa política interna, para que o Brasil não tenha também com a Petrobras novos sobressaltos? É a questão que eu faço para o senhor.

Desejo aos dois sucesso na missão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, rapidamente, eu queria cumprimentar o Embaixador Artur José Saraiva e desejar sucesso nessa missão no Malawi.

E, de modo muito especial também, cumprimento o Manuel. Chamo assim o Embaixador Manuel. Vou falar o sobrenome dele: Lopes da Cruz. Ele é de uma família muito tradicional do Acre, de Cruzeiro do Sul, e tem uma história de vida muito bonita, de luta, na construção de sua carreira no Itamaraty. E, certamente, neste momento, ele está fazendo o orgulho de um número enorme de descendentes da família Lopes da Cruz. Especialmente, todos nós ficamos conhecendo muito o tio dele, o Sr. Joaquim Cruz, que era uma espécie de patriarca, que também tive o privilégio de conhecer, que era amigo do meu pai e que foi Deputado Estadual.

Ele é filho do Sr. Adalberto Cruz, que é irmão do Sr. Joaquim Cruz. Nasceu em Cochabamba, porque a mãe dele é boliviana. O pai é acriano, de Cruzeiro do Sul, da família. Depois, morou na Bolívia, morou nos Estados Unidos, buscou a boa formação aqui no Brasil e hoje está aqui recebendo a missão de assumir um posto de Embaixador do Brasil, indo representar o nosso País no Azerbaijão.

Certamente, há o orgulho da família dele, o orgulho de todos nós do Acre por conta do seu sucesso como profissional. Ele passou também por grandes desafios na carreira quando serviu na Bolívia. Eu estive sempre junto com ele, com sua família. E acho que agora a vida segue um curso natural.

Certamente, S. Sª vai ser aprovado aqui, vai passar pelo Plenário do Senado. Vai ser coroada uma carreira de muita luta, de muito trabalho, na prática fazendo essa integração. E, agora, vai servir no Azerbaijão. Eu espero que tenha sucesso pela explanação que fez – ambos a fizeram.

Mas eu não poderia deixar aqui de representar um pouco voz do Acre na Comissão de Relações Exteriores do Senado, falando do nosso orgulho pela sua carreira, pelo sucesso da sua carreira, pela seriedade e competência que V. Sª demonstrou na construção de toda essa carreira. E sei que falo isso em nome da família Cruz, que está feliz. O Klinger, que trabalha comigo, é filho de Joaquim Cruz, filho do velho Sr. Joaquim Cruz, que eu tive o privilégio de conhecer. Todos, enfim, da família, certamente, estão acompanhando essa deliberação na Comissão do Senado, que vai coroar essa carreira que faz com que a gente seja sempre orgulhoso de ser acriano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, meus cumprimentos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nobre Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, cujo processo eu tive a satisfação de relatar.

Cumprimento também nosso nobre Embaixador Artur.

Creio que são duas indicações muito procedentes, porque são dois servidores de carreira com trabalhos reconhecidos.

Eu me solidarizo com as palavras do nosso Senador Jorge Viana a respeito da questão do Manuel, de quem eu estive avaliando toda a situação para apresentar o relatório aqui.

Eu acho que o Azerbaijão, Manuel, para onde o senhor vai, é uma república importante nas relações do Brasil com aquela região, ocupa uma situação estratégica ao lado do Irã, à beira do Cáspio, com a reserva de uma *commodity* fundamental, como é o petróleo, como é o gás em abundância. A cidade de Baku é uma cidade que, a cada dia, vem se abrindo mais, vem se modernizando e chamando a atenção do mundo. Então, creio que o senhor está indo para um país cujas relações com o Brasil só tendem a aumentar.

Houve aquele grande negócio com a Embraer. Esperamos, inclusive, que possamos fazer daquele negócio outros negócios. Com certeza, acho que as outras indústrias brasileiras, a automobilística e outras da área tecnológica, têm condição também de fazer mais negócios com o *A*zerbaijão, que tem uma economia pujante pelas *commodities* de que dispõe.

Acho que, nas relações bilaterais do Brasil com aquele público, o Azerbaijão, pela situação estratégica em relação à Turquia e ao Irã, é um bom canal para que o Brasil possa ampliar essas relações.

Eu queria ver como V. Sª está pensando no sentido de aumentarmos o intercâmbio turístico entre Brasil e Azerbaijão, porque isso vai aumentar as nossas relações bilaterais.

Eu sei que há uma dificuldade, porque, como o país é insular, não está à beira-mar, as cargas só chegarão via ferrovias de algum porto, ou via aérea, mas temos condições de ampliar muito as relações.

Na área de tecnologia, creio também que o Brasil tem muito o que passar para o Azerbaijão e que o Azerbaijão tem muito o que passar para o Brasil.

Na área das energias renováveis... Sabemos que o Azerbaijão tem energia fóssil de sobra, mas há a necessidade de ampliação das energias renováveis. Creio que o Brasil, tanto na questão eólica quanto na questão solar e na biomassa, pode ser um bom parceiro do Azerbaijão.

Quero desejar muito sucesso a V. Sª, uma pessoa preparada, que tem todas as condições – isto se deu em todos os lugares por que passou – para ir para uma república localizada numa posição tão estratégica como essa. Para se alcançar a paz ali, são importantes demais as relações que ela possa fazer, e o Brasil pode estar junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Malawi, meu nobre Artur, eu acho que é um desafio bastante interessante. É um país que tem o dobro, inclusive, da população do Azerbaijão, embora não tenha tantas reservas naturais como o Azerbaijão, que tem 9,6 milhões contra 18 no Malawi.

O Malawi tem uma situação interessante, que é aquele lago gigante que está no meio da África. Acho que as nossas relações também na área do turismo podem ser ampliadas. Eu queria ouvir o que o senhor está pensando sobre essas questões.

Acho que, no Malawi, há também uma situação da indústria pesqueira sobre a qual podemos discutir, para verificar formas de melhor aproveitamento das tecnologias que nós temos e que eles têm. O Brasil ainda está muito incipiente nisso. Acho que o Brasil, com todo o litoral que tem, por ter lagoas gigantes como o lago que há no Estado do Rio Grande do Sul, da minha querida Senadora que está ao meu lado aqui, a Lagoa dos Patos, que é gigante...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Lagoa Mirim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – E Lagoa Vermelha é a minha terra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É a sua terra.

O Estado do nosso nobre Presidente, Alagoas, tem lagoas belíssimas e grandes também.

Então, eu acho que V. Sª tem condição, no Malawi, de trazer ensinamentos e de realmente nos ajudar nesse campo. Quero desejar muito sucesso a V. Sª.

Eu gostaria de ouvir dos senhores, colegas servidores públicos e embaixadores que assumirão esse cargo nesses dois importantes países, a impressão sobre a importância – até conversei com os senhores sobre isso quando me visitaram – de, de seis em seis meses, o Brasil chamar todos os nossos embaixadores e fazer um congresso de três dias, com nossos ministros e com o nosso chanceler, para que troquemos experiências, para que possamos ter mais colaborações bilaterais.

Ontem, por exemplo, estivemos com o Embaixador Almino, que vai para o Equador. Ele é o Presidente em exercício da Agência Brasileira de Cooperação. Eu acho que a cooperação entre os povos é uma forma pela qual podemos ampliar muito o potencial de cada país, tanto do Brasil quanto dos outros.

Se nós aproveitássemos os nossos embaixadores de Togo, dos Estados Unidos, do Reino Unido, do Malawi e do Japão para trocar experiências com nossos ministros, com nosso sistema governamental, talvez pudéssemos aumentar a nossa potencialidade em várias áreas em que, no dia a dia, os senhores trabalham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente Collor, V. Exª sabe que eu nunca falto às reuniões desta Comissão, porque sei o quão importante é essa tarefa dos embaixadores.

Estive recentemente na Itália com o nosso nobre Patriota e com todos os embaixadores que trabalham com ele, discutindo, dentre outras, a questão da Enel, que acabou de adquirir aqui no Brasil a Eletropaulo. Percebo em cada setor o quanto a diplomacia brasileira tem a colaborar com o País.

V. Exª foi Presidente do Brasil e sabe, conhece de perto essa questão, porque cada país tem a sua potencialidade. Eu sou um defensor, por exemplo, de que o Brasil tenha embaixada em todos os países. Se a ONU reconhece um país, é porque ele tem importância no mundo, e precisamos ter uma relação bilateral, para aproveitarmos um pouco melhor esse trabalho maravilhoso que os nossos embaixadores fazem.

Talvez, se tivéssemos uma forma de, de seis em seis meses ou até anualmente, termos esse conselho em reunião, pegando as experiências de todos, fossem muito mais bem aproveitadas as ideias boas sobre as quais eles discutem, que eles veem nos países de lá, que nós também podemos considerar.

Eu queria saber a impressão do nobre Artur e do nobre Manuel sobre essa colocação que fiz, para concluir minha intervenção.

Agradeço e desejo sucesso a V. Sªs, Artur e Manuel. Contem conosco aqui!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, quando V. Exª me pediu para ler o parecer do Embaixador Artur José, que tinha sido feito pelo Senador Pedro Chaves, eu confesso que não o conhecia e nem sabia que estava aqui. A Embaixadora, depois, me disse que V. Sª estava aqui. Mas, quando eu o li, chamou-me a atenção um artigo dele – eu até disse que era um livro, porque estava descrito como livro no parecer que eu li – intitulado "A outra história de Itaipu". Eu sei que isso pode não ter nada a ver com a sabatina, mas eu gostaria de fazer uma referência, porque eu sempre vi, até como engenheiro que sou, Itaipu como uma grande obra de engenharia. Mas, depois de ler o seu artigo, Embaixador, eu descobri que Itaipu é uma grande obra de política, e eu não estava alerta a isso.

Senador, estou dizendo que sempre vi que Itaipu era uma das maiores obras de engenharia do mundo, mas não é só isso, é uma obra de política, é de política dentro de cada país, pelas contradições, pelos choques, e entre os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que fiquei surpreso com alguns custos que eu nunca tinha imaginado pesarem sobre o Brasil: R$47 bilhões. O senhor diz que é o que custa em termos de hoje. E há certas vantagens para o Paraguai que parecem generosidade brasileira. Eu prefiro não ver nesse sentido, até porque tenho simpatia e devo ter certo complexo de culpa de brasileiro por causa do que eles chamam de Guerra da Tríplice Aliança e do que nós chamamos de Guerra do Paraguai.

Mas recomendo que o texto "A outra história de Itaipu" mereça um dia ser analisado aqui, numa daquelas nossas segundas-feiras, porque diz coisas muito interessantes desde a origem e, depois, certas coisas que vale a pena considerarmos sobre a relação com a Argentina, que tem a ver com isso.

Eu me lembro de tudo isso e me lembro de estar atento à relação do Presidente Lula com o Paraguai, quando ele facilitou... Eu confesso que aqui o senhor diz que ele fez isso porque era um governo progressista. Sinceramente, eu acho que foi porque era um governo do Paraguai independente, embora o presidente anterior não tenha conseguido... E o próprio Lula – o senhor cita no artigo – disse uma vez que só um presidente progressista no Paraguai conseguiria isso.

De qualquer maneira, eu acho que o Brasil deve, de certa maneira, isso, apesar – e termino o assunto – de que o Embaixador coloca três ou cinco perguntas que eu trouxe para vermos e que são muito incômodas para nós. Pergunta se melhorou a relação do Brasil com o Paraguai, se a relação com os "brasiguaios" hoje é melhor. Aparentemente, Itaipu não trouxe nenhuma dessas vantagens. E há mais uma ou outra, que seriam as vantagens paralelas. "Os 6,5 milhões de paraguaios representam um mercado atraente para a nossa indústria?" "O contrabando diminuiu?" Ele só cresceu, não é? "O tráfico de drogas e de armas foi efetivamente combatido?" "Os 'brasiguaios' têm sido respeitados?" "A imagem do Brasil é de país amigo ou de espoliador?" Isso é o que o senhor coloca. De fato, parece que essa melhora Itaipu não conseguiu.

Ele diz uma frase que é forte: "O problema é que alguns diziam que era um casamento indissolúvel do Brasil com o Paraguai, graças a Itaipu, uma espécie que ninguém arranca do dedo." Mas ele diz: "O problema é que o casamento não é harmonioso." Eu fiquei muito impressionado com isso.

Agora, o que mais me interessou, como oportunidade para este momento por conta da greve dos caminhoneiros e tudo isso, é quando ele traz que o modal hidroviário tem uma sugestão de melhorar o complexo de Itaipu, criando eclusas. O modal hidroviário gasta em torno de quatro litros de combustível, Senadora Ana Amélia, por tonelada a cada mil quilômetros; uma linha férrea, seis litros; e uma rodovia, quinze litros! Podemos ver como a gente vem sistematicamente errando com a ideia do transporte rodoviário entre cidades; não falo só dentro das cidades. É de quatro litros para quinze litros! É claro que o hidroviário não há em todo lugar, mas o ferroviário pode-se construir. Eu não sabia disso e soube ontem quando li o parecer escrito pelo Senador Pedro Chaves e sua assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a sua fala, o senhor a começou quase se justificando pela indicação para Embaixador do Malawi. Eu tenho uma posição aqui de que a melhor justificativa para a gente ter um embaixador lá é que o país existe. E o Brasil é um país também.

Ontem, muitos comemoraram aqui a eleição da Ministra de Relações Exteriores do Equador para Presidente da Assembleia. Isso se dá graças ao apoio, inclusive, do Malawi, provavelmente. São essas coisas que vão criando relações.

Além disso, hoje o país é pobre. E daqui a cem anos? E se for descoberta uma mina de um minério que a gente nem sabe o que é hoje? Imagine, 150 anos atrás, um país europeu abrir uma embaixada no Brasil! Era capaz de os parlamentos reclamarem: "O que se vai fazer lá nesse lugar distante?" Não se esqueça de que a Áustria, mais do que mandar embaixador, mandou uma princesa para se casar aqui com o nosso imperador, nesse fim de mundo!

Então, tem de haver, sim, embaixador, salvo se a gente não tiver dinheiro para bancar, mas eu não acho que embaixada seja uma coisa que custe tão caro assim em relação aos benefícios que traz ao país. Eu acho que é muito bom que tenhamos um embaixador, e, pelo que eu vi, o senhor está absolutamente preparado, até pelo entusiasmo com que vai ao cargo.

Costumo dizer aqui que quem vai para a Europa como embaixador melhora o currículo, mas quem vai para a África melhora a biografia. E biografia tem de estar à frente do currículo; e o currículo, à frente do patrimônio e da conta bancária. Há gente que inverte tudo isso. Então, fico satisfeito que o senhor esteja lá.

Tenho apenas uma curiosidade, se é o que o senhor está informado: pelo que eu vi, há uma disputa muito grande entre o presidente e o vice-presidente. Como isso nos faz lembrar um pouco do que aconteceu aqui conosco, eu gostaria de saber até que ponto isso pode inviabilizar a democracia no Malawi.

A outra coisa é a relação do Malawi especialmente com Moçambique, que é um país tão próximo a nós do ponto de vista histórico e do ponto de vista do futuro também. Que risco existe, ou como são as relações entre os dois países?

Quanto ao Embaixador Manuel Adalberto, não vou dizer que o conheci agora, porque eu o conheço há muito tempo.

Quero dizer que tenho uma grande admiração pelo país Azerbaijão, com sua localização. São cinco mil anos de história daquela região. Não foi no Azerbaijão, mas dizem os que acreditam que foi ali perto da região que saiu Noé no seu barco. É um país com muita história, com uma arqueologia muito forte, que tem 100% da população alfabetizada – é preciso dizer que isso se deve em grande parte ao regime comunista soviético, que dava prioridade a esse assunto. É um país riquíssimo em petróleo, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

influência muito grande pela posição em que está, diante dos problemas que existem hoje na relação entre Estados Unidos e Irã. O Azerbaijão está ali no meio, e por ele passam ou deverão passar condutos de petróleo do Irã – quando o governo americano proibir a venda de petróleo iraniano, é por ali que eles vão ter de passar, provavelmente. Então, é numa posição muito especial que o senhor vai estar para observar o que acontece no mundo. Eu gostaria – apenas é uma curiosidade que tenho – de saber como é que o Azerbaijão está usando o dinheiro do petróleo, porque, às vezes, dá-se a impressão de que esses países terminam usando-o para desperdícios. Sempre se cita a Noruega como grande exemplo de bom uso do petróleo. Eu gostaria de saber como é que o Azerbaijão está usando essa riqueza que um dia vai acabar. Essa é a única pergunta.

Desejo aos dois embaixadores muita sorte em países tão diferentes, nos quais o Brasil tem de estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar os futuros Embaixadores Artur Oliveira, indicado para o Malawi, e Manuel Adalberto, indicado para o Azerbaijão.

Eu sei que o Malawi é um país pequeno, de pouca expressão neste momento – como acabou de dizer o Senador Cristovam, tem pequena expressão econômica hoje –, mas o Brasil tem lá uma ponte avançada de uma empresa brasileira de grande responsabilidade que acompanha a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce não vai para onde não tem futuro, até porque o objetivo dela é lucro. Ela é uma empresa privada. Se ela se instalou no Malawi é porque ela deve perceber perspectivas de encontrar minério ou minérios que podem significar muito para ela e para o país, para Malawi.

Então, quero fazer esse registro e levantar aí a preocupação de V. Exª com relação à presença brasileira no Malawi, que já é expressiva hoje e que pode ser muito mais expressiva para o futuro.

Eu estive, há poucos dias, com o Presidente da Petrobras, conversando sobre a perspectiva de crescimento da produção de petróleo no meu Estado. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, já produziu, mais ou menos, 90 mil barris de petróleo por dia, a maioria desse petróleo saída do solo, do subsolo, em terra. Eu conversava com ele sobre o declínio da produção do petróleo e as perspectiva de crescimento. Ele, que me dizia, à época, que a Petrobras se batia pela sua recuperação econômica, pela melhoria dos seus índices, me disse que estava a Petrobras impossibilitada, naquele momento, de fazer investimentos na perfuração de poços em terra, porque o retorno era lento, mas que a Petrobras estava, naquele momento, gastando dinheiro – e não era pouco – na prospecção, na identificação sismológica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

províncias petrolíferas no pré-sal, nas imediações da costa do Rio Grande do Norte. Eu disse: "Qual é a perspectiva?" Ele me deu uma resposta clara, limpa como água. Disse: "A perspectiva é o volume de investimento que a Petrobras está fazendo lá."

A Petrobras não gasta dinheiro impunemente. Se ela está gastando dinheiro, se ela está gastando bastante dinheiro na prospecção e na identificação sismológica da área onde pode haver petróleo do pré-sal é porque a perspectiva é real.

A mesma coisa se dá com a Vale do Rio Doce, que foi para o Malawi por isto: porque há perspectiva com relação a minérios, minérios vários. O mundo todo sabe que a África é um continente inexplorado, onde a perspectiva de ocorrências novas acontece por explosão.

Então, fique atento, Embaixador, a isso, porque, se o Malawi é como hoje se imagina um país de importância relativa, que, para mim, não é, essa importância pode crescer muito a partir da presença da Vale do Rio Doce, que não gasta dinheiro bom em lugar ruim. Isso pode significar muito para o País e muito para o nosso interesse nacional, interesse do Brasil.

É o meu alerta, se é que posso dizer isso, com o meu desejo de que se haja muito bem no posto para o qual está indicado.

Com relação ao Embaixador Manuel Adalberto, eu tenho uma preocupação, Embaixador. O Azerbaijão, que é um país relativamente pequeno, situado na área do Mar Cáspio, com produção de petróleo expressiva, é parceiro da Turquia. A gente sabe que a Turquia e a Armênia têm uma disputa que já vem de muito tempo – é a história do genocídio – e que a colônia armênia no Brasil é muito importante e faz opinião. Eu tenho a impressão de que o Brasil, que tem uma tradição pacifista e conciliadora, pode significar, com sua presença no Azerbaijão, uma espécie de algodão entre os cristais na eventualidade de conflitos entre, mais uma vez, a Armênia e a Turquia, já que o Azerbaijão é parceiro da Turquia nesse conflito, já que a colônia armênia, como a turca, no Brasil, são expressivas, têm muita representatividade.

Então, além das relações econômicas e políticas com o país, que é um país inclusive que se esforça muito para se desenvolver tecnologicamente, há esta conotação política para a qual acho que V. Exª estará atento o tempo todo, que é a de exercer a tradicional habilidade do Brasil na conciliação de conflitos que podem – e eles ocupam, muitas vezes, espaço na imprensa internacional – ocupar preocupações internacionais.

Há disputa. O genocídio já foi objeto até de plebiscito: houve ou não houve. Eu mesmo respondi aqui, no Brasil, a indagações por parte das embaixadas sobre qual era meu pensamento com relação ao genocídio, se houve genocídio ou se não houve genocídio. É uma questão sobre a qual até o Papa é chamado a se manifestar. É uma coisa incrível!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma preocupação no campo político, já que o Brasil, haja vista o papel de Oswaldo Aranha na ONU, tem um papel pacifista que pode ser desenvolvido em algum momento para, sendo algodão entre os cristais, evitar conflitos indesejáveis em uma área sensível do mundo.

Com essa minha lembrança, quero também lhe desejar muito bom êxito nas funções de Embaixador do Azerbaijão para as quais, com certeza, vai ser designado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Não havendo mais Senadores inscritos ou Senadoras inscritas, passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Artur José de Oliveira, indicado para a República do Malawi.

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – Começo respondendo à eminente Senadora Ana Amélia.

A senhora mencionou a questão da exportação de sementes e de manufaturados ligados à agricultura para o Malawi. Esse é o nicho que eu identifiquei, porque nós não vamos exportar – ou é muito difícil que exportemos – avião, automóveis. Nós temos esse nicho específico, e, caso eu venha a ser aprovado, eu realmente gostaria de expandir essa exportação. E acho que é factível e pretendo usar a cooperação como uma maneira de levar produtos brasileiros.

Eu dou um exemplo para a senhora: a questão da cooperação em merenda escolar. Nós temos esse *know-how* extraordinário. Sobre a merenda escolar, é saudável que as compras da merenda escolar se façam em pequenas propriedades, no local. Então, haverá uma distribuição de renda para pequenas propriedades locais. Então, se nós conseguirmos canalizar mais dinheiro para merenda escolar com compra localizada, fatalmente haverá uma demanda de algum tipo de produto.

Eu não penso, falando francamente com a senhora, nessas colheitadeiras com GPS, não. Mas haverá uma metalúrgica em Ponta Grossa, onde passei minha infância, ou em Goiás...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em Caxias!

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – ...em Caxias do Sul, em Montauri, terra de um amigo meu, ali no seu Estado.

E é factível. O importante é o Brasil identificar o nicho e querer dar um passo do tamanho das pernas. Estou convencido de que será possível, casa eu seja aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ARTUR JOSÉ SARAIVA DE OLIVEIRA – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à pergunta do Senador Hélio José. Ele menciona o turismo. No caso específico de turismo, eu acho que é provável que nós tenhamos uma balança deficitária. Há um grande interesse do Brasil na África, e o Malawi é um país lindíssimo. Recentemente, até houve o filme Gabriel e a Montanha, que narra o caso de um rapaz que foi para a montanha Mulanje e que faleceu. Então, isso será possível. Vamos, obviamente, na Embaixada, tentar atrair, mostrar o Brasil, mas confesso que há uma dificuldade de chegar lá. Nós não temos voos diretos. Por exemplo, para vir do Malawi para cá, é necessário dormir. E o mercado não é tão grande.

Agora, é possível também exportar. Quer dizer, esse intercâmbio pode ser formiguinha, e dou um exemplo para os senhores. Encontrei um brasileiro que identificou perucas como mercado, porque quem vai a África... É interessante; esse estilo de penteado afro é muito mais comum no Brasil que na África. Na África, elas gostam, de modo geral, de peruca e cabelo liso. Então, esse brasileiro identificou o seguinte: eu vou exportar peruca e cabelo, que são leves, e vou importar turbantes da África. Então, esse tipo de intercâmbio é possível haver no Malawi e é algo que a Embaixada procurará incentivar.

Sobre a reunião de embaixadores, o Itamaraty já faz. Recentemente tivemos uma reunião de embaixadores na Ásia e também me recordo de cônsules na América do Norte. Então, já existem essas reuniões de maneira regular. Mas, sim, levarei a sugestão ao Itamaraty.

Senador Cristovam, vamos por partes aqui. Uma maneira de o senhor se curar do complexo de culpa – ninguém questiona que houve atrocidades por parte do Exército Brasileiro, como houve por parte do Exército paraguaio, quando invadiu o Brasil – é a leitura do livro *Maldita Guerra*, do Doratioto – não sei se o senhor já leu –, excepcional. Ele mostra uma visão mais imparcial, porque, logo após a guerra, houve a demonização de Solano López; quando chega a década de 30, na Guerra do Chaco, eles precisam criar um herói nacional; e, nos anos 60, há um movimento revisionista que transforma o Solano López nesse paladino contra uma potência imperialista. Recentemente, digamos assim, o pêndulo chega ao meio. Eu recomendo a quem tem interesse ler o *Maldita Guerra*, do Doratioto. É um livro referência. Todos na Embaixada do Brasil em Assunção o leem.

Sobre justificar a existência, eu gostaria de dizer que concordo 100% com o senhor e com o Senador Agripino. Eu estou convencido da importância do Malawi e da África para o Brasil. Agora, essa minha explicação decorre do fato de que, durante todos esses anos em que eu tenho lidado com África, é muito comum eu ouvir esta pergunta: por que há embaixada na África? E eu acho legítima essa preocupação, inclusive aqui dentro, porque os senhores são quem nos representa. Então, na sociedade brasileira, muita gente desconhece a África, o relacionamento com o Brasil, e eu acho perfeitamente natural. Então, eu estava me antecipando, não para os senhores, porque percebemos claramente que dominam o assunto, mas eventualmente alguém na internet poderá ter a ideia equivocada de que é um grande custo o Brasil manter embaixadas na África. E realmente não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito até o ensejo para mostrar como o Itamaraty não é um grande custo. Eu recentemente li na *Folha*, se não me engano, que a Justiça do Trabalho gasta mais em auxílio-habitação no Brasil que o Itamaraty, com mais de 200 postos no exterior. O gasto do Itamaraty é grande? É. O dinheiro pode ser mais bem empregado? Sempre pode, mas, dentro do universo, não é um grande dinheiro. Então, essa, digamos assim, justificativa da minha existência foi para alguém da sociedade que eu não conheço.

Sobre o presidente e o vice-presidente, eles são do mesmo partido, e eu não vejo uma grande crise no horizonte. Eu acho que basicamente é uma questão de grupos dentro do mesmo partido. O presidente já tem mais de 80 anos, e há uma disputa entre os grupos para a sucessão. Ele aparentemente não está disposto... Na verdade ele e o seu grupo não estão dispostos a abrir mão do poder. Teremos eleições em maio. Há já um grupo de oposição dentro do partido, que tenta se reunir em volta do vice, e há o partido da oposição também, mas não existe, no horizonte – pelo menos a Embaixada do Brasil não identifica –, uma crise.

Outra característica é que essa disputa que se dá pelo poder não é uma disputa de modos de enxergar o país. Quer dizer, não haverá um candidato identificado com uma maior presença do Estado ou um novo modelo de desenvolvimento, enquanto que na oposição haverá algum extremamente liberal. Não. Mais ou menos há um consenso, e há uma disputa de grupos sobre quem vai ganhar a eleição em maio de 2019. Então, ninguém antevê uma grande crise. Até porque em Malawi não há um Parlamento, um Congresso tão atuante e forte como no Brasil. O Congresso se reúne, às vezes, 90 dias por ano. É interessante que o próprio orçamento do Congresso depende do Ministro da Fazenda. Então, se há essa disputa, é uma disputa intrapartidária, mas não de modelo; uma disputa basicamente por poder.

Sobre as relações Malawi-Moçambique, é uma relação, digamos assim, Bolívia-Chile mais *light,* porque é um país mediterrâneo. Então, hoje o Malawi exporta pelo Corredor de Nacala e exporta também por Beira, por caminhões. Houve um momento que o Malawi tentou um aproveitamento das bacias do Rio Chire e Rio Zambeze, mas o governo de Moçambique não comprou a ideia. Há disputas de interesse, como em todo relacionamento internacional, em que sempre cada país defende seu interesse, mas não há um antagonismo ou uma grande dificuldade. É um relacionamento tranquilo, cada um defendendo seu interesse, eu diria, como nós com a Argentina: muita união, mas cada um puxa a brasa para a sua sardinha. Não há – também não vemos – no horizonte crise alguma.

Os outros vizinhos são Zâmbia e Tanzânia. Na Tanzânia, há uma pequena disputa de fronteira, da época em que a Alemanha ainda tinha colônias e a divisa era exatamente na Praia do Lago, ao contrário de Moçambique; a divisa de Malawi com Moçambique é no meio do lago, mas a divisa de Malawi com Tanzânia é na praia. Então, caso haja uma descoberta de grandes reservas de petróleo no lago, é possível que essa disputa se aqueça, mas, no momento, ninguém também consegue enxergar um cenário de muita instabilidade ou disputa em nível regional com os três vizinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Agripino, quanto à perspectiva da Vale – também já dizendo que concordo com V. Exª: eu acho que o Brasil, sim, tem que estar na África –, no caso específico da Vale, houve uma sorte geográfica do Malawi, por quê? Porque a ferrovia da Vale se insere no âmbito do Corredor de Nacala, em que há exportação de carvão da mina de Moatize para a China, via Porto de Nacala. Essa ferrovia era mais barato para a Vale construir atravessando do que contornando por baixo, mas, obviamente – nós conhecemos a Vale, o senhor bem menciona que é uma empresa que está atrás do lucro –, a Vale sempre está aberta a oportunidades. No caso de logística, por exemplo, eles têm um grande interesse em que haja uma maior conexão com Zâmbia e que Zâmbia possa exportar seus produtos via esse Corredor de Nacala.

Outro ponto da Vale que eu digo que justifica a presença de embaixadas brasileiras – dou outro exemplo – é a Guiné-Conacri. É um país também pequeno, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, um baixo PIB, e a Vale perdeu US$500 milhões em Guiné-Conacri, R$2 bilhões, com a mina de Simandou.

Temos em toda a África – e aí eu digo a importância de o Brasil estar presente –, está havendo em toda a África essa disputa por matérias-primas. De um lado, temos a Vale e suas concorrentes – como BHP Billiton e Rio Tinto – e a China com aquele apetite insaciável. Temos, por exemplo, a reserva de Belinga, no Gabão, enormes reservas de ferro.

Então, é importante, dado o peso da *commodity*, para a nossa balança comercial. Eu realmente estou convencido de que é interesse nacional que o Brasil acompanhe de perto todo esse Great Game que está havendo neste momento na África. Por quê? Porque, em outros países, as reservas estão identificadas, você já tem as suas empresas, mas, na África, não; há um *scramble for Africa*. Então, eu diria, só isso já justificaria essa grande presença do Brasil para um setor que é essencial para a nossa economia.

Creio que, ao mencionar o Corredor de Nacala, eu já terei, Presidente, respondido uma pergunta de um internauta, o Sr. Marroni dos Santos, que me perguntou sobre o Corredor de Nacala. Ele é do Rio de Janeiro e me perguntou sobre o Corredor de Nacala.

E houve não uma pergunta, mas uma afirmação do meu tocaio, como diz a eminente Senadora, Artur Alvim Cury, mencionando que o Brasil realmente deve investir nesse importante continente. Eu queria dizer ao Artur que o Itamaraty e o Governo brasileiro estão conscientes dessa importância. Então, o nosso relacionamento com a África não é uma política de Governo, é uma política de Estado. Nós percebemos que tivemos uma grande alternância no Executivo, e a África continua sendo uma prioridade absoluta para o Governo brasileiro.

Eu espero ter respondido as perguntas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª Embaixador Artur José Saraiva de Oliveira.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz.

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu responderei primeiramente à Senadora Ana Amélia, mas de certa forma eu acredito que também responderei ao Senador Cristovam em relação ao futuro do Azerbaijão, ao futuro econômico.

O país está plenamente consciente de que o petróleo vai acabar, possivelmente até 2034. A primeira observação a fazer a respeito é que o que se chama "combustível do futuro" é o gás. Eles têm reservas muito grandes de gás. Mesmo assim, eles já estão prevendo a diversificação como uma saída para a economia no longo prazo e criaram, então, um fundo soberano que tem o equivalente a um ano do PIB. Esse é o tamanho dele. Com esse dinheiro eles têm desenvolvido investimentos em outros países até, por exemplo, na Turquia e até nos Estados Unidos.

Eles também, com o dinheiro do fundo soberano, constroem infraestrutura. E eles se voltaram cada vez mais para o apoio a setores autossustentáveis, como, por exemplo, o turismo. Eu chegarei também a mencionar isso na resposta ao Senador Hélio José.

Quanto ao controle, que me parece que foi outro aspecto da sua pergunta, Senadora Ana Amélia, em relação aos recursos, é verdade que o arranjo do acordo do século – e o novo acordo, que se chama "acordo do novo século", é ainda maior para o gás – teve o efeito, o impacto imediato de modernizar a estrutura tecnológica, que era antiga, ainda do tempo soviético. Era, então, poluente, etc. Eles conseguiram trazer tecnologias novas, mas nunca abriram mão do controle acionário. Então, a empresa estatal tem controle ou participação em todos esses esquemas, nesses consórcios, mesmo quando são gerenciados por uma multinacional. Eles são muito ciosos de estarem no comando, digamos, da política.

Então, esses dois elementos se somam também à diversificação de contatos com outros países. Eu mencionei aqui que a Alemanha tem duzentas empresas, e não são empresas de prestação de serviços petrolíferos; são de fora setor petrolífero. A mesma coisa fazem os Estados Unidos: eles se estabelecem no Azerbaijão porque é um país que, digamos, está aberto para negócios.

O Presidente do Azerbaijão outro dia se referia ao custo de abrir uma empresa e dizia: "Olha, em qualquer outro lugar da região, é cinco vezes mais caro." E, em termos de transparência de regras, digamos, o Azerbaijão tira notas muito altas, portanto atrai também investimento.

Por último, outra maneira de preservar, a longo prazo, a viabilidade econômica é estabelecer-se como um núcleo necessário de contato entre a Europa e a China. Então, um objetivo do Governo do Azerbaijão é atrair entre 10% e 15% do volume de tráfego ferroviário no comércio entre a China e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europa. Só de tarifas de passagem, eles pretendem arrecadar por volta de US$700 milhões por ano já em 2020.

Então, todas essas medidas mostram que o Governo do Azerbaijão percebe que o recurso atual não pode se tornar a maldição do petróleo, como se diz, como muitos países rentistas. Então, eles tentarão evitar se tornar um país rentista com resultados que nós vemos em muitas outras latitudes, com falta de apoio à agricultura; países que têm petróleo, mas não têm comida; e assim por diante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – Sim, é próximo a nós.

Então, eu creio que, também com isso, cobri – quero crer – a indagação do prof. Cristovam, a quem conheço como professor, pois foi meu Reitor na UnB, quando eu era chefe de editoração da Editora Universidade de Brasília, vários anos antes de me tornar diplomata. Sou cria da UnB, todo mundo sabe.

Passo agora à pergunta do Senador Hélio José, a quem agradeço primeiramente pelo relatório que fez.

Ele propôs essas reuniões. Acho que o meu colega Artur se referiu ao exercício que fazemos no Itamaraty, sempre que temos recursos – e não é sempre – de coordenar as ações dos embaixadores ou por setores ou por regiões geográficas; reuniões consulares ou reuniões de embaixadores. Por exemplo, agora mais recentemente, em Pequim, se congregaram os embaixadores na Ásia. Há sempre uma questão também de calendários. Não é sempre que se pode fazer, mas, com certa regularidade, o Itamaraty tem feito isso, porque tem presente a importância da horizontalidade. É uma instituição hierárquica, mas, como sabem, ela se faz de diálogo entre colegas de pontos de vista diversos. E essa eu acho que é a nossa riqueza institucional maior.

Sobre o turismo, nós efetivamente precisamos de um instrumental para apoiar as ações de governo a governo. No que sejam exclusivas do turismo, evidentemente, é promovido por agentes privados. No caso do Azerbaijão, temos dois acordos que estão muito próximos da assinatura – de fato, estão esperando uma palavra do lado azerbaijano. Trata-se de um acordo sobre serviços aéreos, que é indispensável, e de outro sobre cooperação propriamente sobre o turismo.

Em relação ao turismo, há poucos turistas brasileiros no Azerbaijão.

Aliás, eu queria me referir a um dos acordos, que é sobre esportes, assinado em 2013, e que gerou, como um dos resultados aparentemente, que os únicos residentes praticamente brasileiros em Baku são jogadores de futebol. Nós temos aproximadamente vinte famílias de jogadores de futebol lá e mais quatro funcionários da British Petroleum. Essa é nossa pequena colônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de turismo, chegaram lá perto de mil turistas no ano passado. É um número pequeno, sobretudo porque o Azerbaijão recebeu, nesse mesmo ano, 2,5 milhões de turistas, que deixaram lá US$1,3 bilhão. E os turistas do Azerbaijão gastaram US$1,2 bilhão no exterior. Então, é nesse U$1,2 bilhão que nós temos de mirar, porque é o que deixam os turistas do Azerbaijão no exterior.

Se eu for aprovado pelo Senado, pela Comissão e pelo Plenário, eu pretendo agilizar o máximo possível a assinatura desses instrumentos e também de todos os demais para encontrar as maneiras de atrair o turismo, esse U$1,2 bilhão ou uma parte dele, para o Brasil.

Senador José Agripino – a quem, como a todos, agradeço a pergunta –, lembro apenas que o Brasil já participou da promoção da paz. Foi justamente em 1993, quando estávamos na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa dessas participações não permanentes no Conselho, e promovemos, apoiamos, então, as quatro resoluções do Conselho de Segurança que tiveram o condão de sustar as hostilidades entre a Armênia e o Azerbaijão.

É verdade que há um conflito simbólico muito grande entre a Turquia e a Armênia sobre a questão do holocausto armênio. Há também uma questão não menos importante, pelo menos para o Azerbaijão, sobre o massacre realizado por tropas armênias durante a guerra entre a Armênia e o Azerbaijão, entre 1988 e 1994. No momento há um cessar-fogo, que já se estende há mais de 20 anos – agora, 24 anos –, entre a Armênia e o Azerbaijão.

O Brasil sempre estará disposto e disponível para buscar esforços, enfim, para encetar esforços em direção à paz. Essa é a nossa postura e somos reconhecidos por isso. Somos reconhecidos por isso especialmente pelo Azerbaijão, que sempre se lembra da nossa intervenção naquele momento em que eles estavam, como eu mencionei aqui, perdendo a guerra, uma guerra que lhes custou trinta mil vidas; aos armênios, cerca de sete mil – enfim, se fosse uma, já seria demais. Portanto, nós temos lá uma presença e uma imagem de fazedores da paz.

Certamente eu espero, se aprovado, contribuir para isso, na medida em que os governos envolvidos nos busquem, como muitos países nos procuraram em diversos momentos – eu penso, por exemplo, em Peru e Equador –, para ajudarmos num possível... Seja apoiando trabalhos como o do Grupo de Minsk, que infelizmente está estagnado, um trabalho que deveria chegar à negociação de uma paz permanente e que é composto pela França, pela Rússia e pelos Estados Unidos, seja também em nível multilateral nas Nações Unidas.

Finalmente, deixei o Senador Jorge Viana, a quem responderei de coração... Porque realmente foi do meu pai que eu aprendi o significado de amar o Brasil, e não mais direi. Ele era funcionário, oficial de chancelaria do serviço exterior brasileiro, e deixou de lado uma vida até certo ponto cômoda no exterior para servir no seu Estado, onde ajudou a fazer o planejamento, como secretário de governo de um Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que começava nos anos 60 e 70. E como Secretário da Agricultura ele promoveu também, muito, a vinda de sulistas, como a Senadora Ana Amélia certamente saberá.

Portanto, quando eu vejo hoje o Acre, com uma economia pujante... Deixe-me só mencionar que uma das experiências na Bolívia, de dificuldade, foi relocalizar aqueles brasileiros que estavam sendo tangidos do país por uma legislação discriminatória contra colonos brasileiros, contra "brasilianos" – alguns dos quais tinham netos, já, no território boliviano, mas tiveram de sair, e o Brasil se dispôs a relocalizá-los. E significativamente uma das grandes dificuldades do Incra em encontrar terras para esses brasileiros, que queriam morar, evidentemente, no Acre, era que as terras no Acre estavam caras demais, porque a economia do Estado era tão pujante que ficava muito caro relocalizá-los, e portanto foi preciso procurar terras no interior do Amazonas. Isso para dar uma ideia da mudança econômica de hoje nesse Estado, de que eu me sinto parte. Portanto, eu agradeço muito essa lembrança tão carinhosa do Senador Jorge Viana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Sr. Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, que é indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se podemos continuar com a nossa reunião aberta para procedermos à apuração dos votos dados aos Srs. Embaixadores.

Aqueles que estiverem de acordo com que continuemos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu solicito à Secretaria desta Comissão que abra o painel com o resultado da votação concedida aos Srs. Embaixadores.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico o resultado da votação das indicações desta Comissão.

O Sr. Embaixador Artur José Saraiva de Oliveira, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi, foi aprovado, por unanimidade, com 11 votos favoráveis.

O Sr. Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão, também foi aprovado por unanimidade, com 11 votos dos integrantes desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença de V. Exªs, manifesto meu desejo e os votos desta Comissão de que se hajam muito bem na missão que lhes é confiada, ouvido, posteriormente, o Plenário do Senado, e que tenham continuado êxito em suas carreiras.

Muito obrigado pela presença. (*Pausa.*)

Passamos, agora, à segunda parte da pauta, para deliberação de matérias.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indico S. Exª o Senador José Agripino como Relator *ad hoc* para que possa apresentar o relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou procurar fazer uma síntese do relatório preparado pelo Senador Anastasia para que – já que foi distribuído o relatório – ele seja do conhecimento na sua essência, nos seus pontos principais.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Paulo Estivallet de Mesquita, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da China e, cumulativamente, na Mongólia.

O indicado exerceu missões no exterior. Dentre outras funções, esteve na Delegação Permanente em Genebra (2003-2008), na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-2011) e, entre 2016 e 2018, foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Ele foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador), Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Naval, Medalha Mérito Tamandaré. Recebeu também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco. É homem de reconhecidos méritos, a começar pela comendas de que é portador.

Exerceu diversas funções no exterior e, agora, está designado para exercer a função importantíssima de Embaixador do Brasil na China e em Mongólia.

Na China, o Brasil tem três Consulados-Gerais: em Cantão, em Hong Kong e em Xangai. O Brasil instalou, também em 2015, *Visa Centers* em Pequim, Xangai e Cantão, que contribuem para acelerar a tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo. A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais brasileiros.

No que diz respeito à política externa chinesa, cinco eixos a orientam: a relação com Estados Unidos, Rússia e União Europeia; relação com países vizinhos; fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento; relações com organismos e foros multilaterais; e a diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

O Brasil e a China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, destacando-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Outros âmbitos de cooperação são o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau); o Foro CELAC-China; e o BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, criado no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto.

No campo do comércio, a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US$74,8 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US$20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o Brasil é o nono parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

O Brasil exporta para a China principalmente soja, minério de ferro e petróleo, e os componentes eletroeletrônicos representam 21% das importações totais oriundas da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante aos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. De pouco mais de US$300 milhões, em 2014, o estoque de investimentos superava, em 2014, US$12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de tecnologia da informação (TI), infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

A Mongólia conta com população de 3,06 milhões de habitantes e tem área de 1.566.500km². Seu PIB é de US$11,1 bilhões, e o IDH é de 0,675 (108º lugar no *ranking* mundial).

A população brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de apenas dez habitantes.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o nosso relatório, Sr. Presidente. É a súmula do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida, como sempre, vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Próximo item.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria do Senador Cristovam Buarque, a quem eu concedo palavra para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Sr. Pompeu Andreucci Neto é filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci. Nasceu em São Paulo em 1964. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1986. Em 2009, tornou-se Mestre em Políticas Públicas Internacionais pela Paul H. Nitze School of Advanced International Studies da Johns Hopkins University.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1989. Ascendeu a Primeiro-Secretário, em 2000; a Conselheiro, em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, eu diria que entre as mais importantes, na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se a de Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração; Assessor Diplomático e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, de 2011 a 2016; e Chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 2016 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Terceiro e Segundo-Secretário no Escritório Financeiro em Nova York; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu; e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2011.

Fez jus a diversas condecorações.

Há, ainda, em seu currículo, a menção a diversas obras publicadas, como A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores; Itaipu Binacional – Origens e Consequências de uma Crise; O Pensamento de Jean-Jacques Rousseau e a Estrutura da Legitimidade Democrática nos Estados Modernos; Rio-Branco e a Questão do Acre; e A Opção Realista em Política Internacional.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre o Reino da Espanha, que estão aqui para atender a qualquer um que deseje consultar.

A Chancelaria espanhola tem dedicado empenho à recuperação do peso relativo da Espanha na Europa, sem descuidar dos tradicionais laços com a Ibero-América e o Magrebe – preciso lembrar que, quando se diz "recuperação do peso", isso quero dizer "da força".

A característica principal dos investimentos espanhóis é a presença de grandes conglomerados e multinacionais.

A Espanha foi o 12º parceiro comercial do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após três anos de resultados negativos em transações comerciais com a Espanha, o Brasil reverteu a tendência deficitária no comércio bilateral e obteve superávit em 2016 de US$39 milhões, que saltaram para US$963 milhões em 2017.

No que tange à matéria consular, registre-se que a comunidade de brasileiros na Espanha supera os 80 mil indivíduos.

Sobre o Principado de Andorra, é importante constar que está localizado na Cordilheira dos Pirineus. Com pequeno território, Andora é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, San Marino, Mônaco e Vaticano.

O país é conhecido como uma coprincipalidade, devido ao papel honorário concedido aos dois copríncipes: o Bispo de Urgel, na Espanha, e o Presidente da França – interessante essa característica. Na verdade, há dois Chefes de Estado. Seu Parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas, em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, que acaba de apresentar o seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Próximo item da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indico S. Exª o Senador José Agripino como Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Vou procurar fazer uma súmula do relatório, já que o parecer foi distribuído para os membros da Comissão, e gostaria de fazer alguns registros especiais.

O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1984. Ascendeu a Conselheiro em 2001; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções ocorreram por merecimento. Em 1990, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "O impacto da Trade Promotion Authority nas negociações da ALCA à luz dos interesses comerciais brasileiros" – fecho aspas.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal, destacam-se: Assessor Especial da Presidência da República (1995); Chefe de Gabinete do Secretário de Comunicação Social da Presidência da República (1995/97); Presidente do Conselho de Administração da Radiobrás (1995); Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2001/03); Chefe da Divisão da Área de Livre Comércio das Américas (2003/06); Assessor Especial (2011/13), além de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (2013/15).

No Exterior, exerceu, entre outros cargos, o de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Londres (1997/2001); o de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim (2006/11); e de Embaixador em Nova Délhi e, cumulativamente, em Thimbu, capital do Butão (2015 até a presente data).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao comércio bilateral – aí entro nas relações comerciais do Brasil com a Federação Russa –, o Brasil é o 18º país que mais exporta para a Rússia e o 35º destino das exportações russas. O período compreendido entre 2000 e 2017 registrou relevante elevação no comércio bilateral. Nossas exportações passaram de US$423 milhões para US$2,7 bilhões nesse período. Em 2017, as trocas comerciais apresentaram superávit de US$100 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados são: carne suína (25,1%), carne bovina (16,4%), soja em grão (15,2%) e açúcar bruto (7,1%). Ainda segundo os dados apresentados, 561 empresas brasileiras registraram exportações para o mercado russo.

No tocante às nossas importações da Rússia verifica-se semelhante incremento no período 2000/17. Passamos de US$571 milhões para US$2,6 bilhões. Compramos sobretudo adubos potássicos (18,2%); adubos nitrogenados (17,3%); adubos azotados (16,4%), óleo refinado de petróleo (12,6%) e combustíveis sólidos (10,6%). E 533 empresas brasileiras efetivaram compras no mercado russo. Ou seja, há uma relação comercial muito robusta entre Brasil e Rússia e entre brasileiros e russos.

No tocante ao Uzbequistão, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1993. As trocas comerciais ainda são bastante exíguas. Exportamos basicamente açúcar.

Consta registro de único brasileiro residente no Uzbequistão.

Vale registrar, por fim, potencial de cooperação entre os dois países nas áreas da agricultura, mineração e energia.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador José Agripino, pela apresentação do relatório, que agora está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação.

Indico S. Exª o Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc* da matéria, a quem passo agora a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse é um acordo que eu fico feliz que tenha, por coincidência, caído em minhas mãos para relatar como Relator *ad hoc.* Há muito tempo eu sei que os Emirados Árabes buscam esse acordo, facilitando as relações entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos. Hoje, são milhares de pessoas que viajam daqui para lá, com muitas dificuldades de visto, o que esse acordo vai eliminar.

O texto foi aprovado nas diversas comissões da Câmara e no plenário da Câmara antes de vir para cá.

Como assinala a Exposição de Motivos, o Acordo busca "incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários".

O Acordo conta com 23 artigos e um anexo. O Artigo 1 é dedicado à definição dos termos a serem utilizados na aplicação do ato internacional em questão.

O conceito de "Acordo" significa, obviamente, o presente Acordo, quaisquer emendas e anexos a ele.

"Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

"Território" tem o significado a ele atribuído pelo Artigo 2 da Convenção de Chicago; e "tarifas aeronáuticas" significa o valor cobrado...

O Artigo 2 elenca os direitos conferidos pelas Partes às empresas aéreas por elas designadas para operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas.

O Acordo prevê que, se, devido a conflitos armados, perturbações ou desenvolvimentos políticos ou circunstâncias incomuns, uma empresa designada de uma das Partes não puder operar um serviço na sua rota normal, a outra Parte Contratante envidará todos os melhores esforços para facilitar a continuação da operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo Artigo 3, cada Parte terá o direito de designar à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados.

O Artigo 4 faculta a cada Parte o direito de negar as autorizações mencionadas.

Segundo o Artigo 5, as empresas aéreas designadas de ambas as Partes Contratantes poderão competir livremente quanto ao fornecimento de transporte aéreo.

O Artigo 6 estipula que nenhuma das Partes cobrará das empresas aéreas designadas pela outra Parte tarifas de importação, direitos aduaneiros, impostos diretos e indiretos, taxas de inspeção, etc., sobre as aeronaves, equipamento, combustível, lubrificantes, equipamentos de manutenção, etc.

No que diz respeito à aplicação das leis, regulamentos e procedimentos de uma Parte Contratante relativos à admissão, permanência ou partida de seu território das aeronaves que operam na navegação aérea internacional, ou à operação e navegação dessas aeronaves em seu território, serão as leis e regulamentos aplicados às aeronaves operadas pelas empresas aéreas da outra Parte sem distinção de nacionalidade (Artigo 7).

No tocante ao compartilhamento de códigos, o Artigo 8 permite às empresas designadas pelas Partes celebrar livremente acordos cooperativos de comercialização, com qualquer empresa aérea, inclusive de terceiros países.

Ao tratar do reconhecimento de certificados e licenças, estipula o ato internacional em análise que os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma das Partes e ainda em vigor serão reconhecidos como válidos pela outra Parte, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos à luz da Convenção de Chicago.

O Artigo 10 trata da segurança operacional, estabelecendo procedimento de realização de consultas entre as Partes.

O Artigo 11 trata das tarifas aeronáuticas, estipulando que nenhuma das Partes cobrará das empresas aéreas designadas pela outra Parte tarifas discriminatórias para a utilização de aeroportos e outras instalações de aviação.

Segundo determina o Artigo 12, as Partes reafirmam sua obrigação mútua, já consignada em inúmeros instrumentos do Direito Internacional...

O Artigo 13 regula aspectos das atividades comerciais das empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante.

O Artigo 14 trata da transferência de fundos pelas empresas aéreas designadas por cada Parte Contratante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Artigo 16 estipula que as Partes signatárias permitirão que cada empresa aérea designada determine o preço a ser cobrado por seus serviços com base em considerações de mercado.

No que diz respeito ao intercâmbio de informações entre autoridades aeronáuticas das Partes, o Artigo 17 determina a sua eficiência e rapidez; o Artigo 18 dispõe sobre consultas periódicas e o Artigo 19 refere-se ao mecanismo de solução de controvérsias. O Artigo 20 admite emendas ao presente Acordo.

Os dispositivos finais tratam das cláusulas de praxe, como denúncia e vigência. Segundo o Artigo 22, qualquer uma das Partes poderá notificar por escrito e por via diplomática a sua decisão de denunciar o Acordo, e o Artigo 23 – último – determina que o Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última Nota...

O anexo segue junto ao presente parecer.

Finamente, Sr. Presidente, cuida-se aqui de relevante instrumento internacional, contendo marco legal para a operação dos serviços aéreos, já muito intensos, entre os territórios do Brasil e dos Emirados Árabes Unidos.

Segundo ressalta a Exposição de Motivos encaminhada a esta Casa pelo Poder Executivo, "em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil estabelecida [...], o Acordo contempla concessão de direitos de tráfego de até quinta liberdade (artigo 2, parágrafo 2, alínea c) [...]". Vale recordar, neste contexto, que o Governo brasileiro adotou os princípios da chamada "política dos céus abertos" – entre aspas – em algumas de suas mais recentes negociações bilaterais no campo do transporte aéreo. Ou seja, este Acordo não é diferente do que nosso País já vem praticando nas relações com outras empresas internacionais.

O Acordo não traz vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Da mesma forma, inexistem vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa os dispostos legalmente.

O Acordo reconhece a importância do transporte aéreo como um meio de criação e fomento da amizade.

O presente Acordo, que tem o objetivo de incrementar os laços de amizade e entendimento entre o Brasil e aquele país, haverá de também contribuir para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Com base no exposto, e por ser constitucional e regimental, meu voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2018.

Esse foi o parecer elaborado pelo Senador Antonio Anastasia, do qual eu tenho o prazer de fazer a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, dia 11 de junho, segunda-feira próxima, às 18h, neste plenário, quando realizaremos o 7º Painel de debates de 2018, com o tema: "O Protagonismo Chinês e a instabilidade no Mar da China".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Sr. Oliver Stuenkel, doutor em Ciência Política pela Universidade de Duisburg-Essen (Alemanha) e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e também o Sr. Alexandre Ratsuo Uehara, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco (FRB).

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, sobretudo dos nossos internautas, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e três minutos do dia onze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Pedro Chaves, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 7º Painel: "O Protagonismo Chinês e a instabilidade no Mar da China". **Participantes:** Prof. Dr. Oliver Stuenkel, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Duisburg-Essen (Alemanha) e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco (FRB). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, boa noite. É um prazer recebê-los aqui para a nossa 24ª Reunião – 7º Painel do ciclo de debates.

Hoje é segunda-feira, 11 de junho.

Vamos iniciar exatamente no horário, às 18h.

Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Passo à nossa pauta.

Iniciando a nossa pauta de hoje e agradecendo às senhoras e aos senhores aqui presentes, hoje cumpriremos uma etapa do Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 2, de 2018, em 1º de março de 2018.

Neste 7º Painel de debates do ano, o tema abordado será "O Protagonismo Chinês e a instabilidade no Mar da China", assunto extremamente relevante.

Participam como conferencistas: o Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Duisburg-Essen, na Alemanha, e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Prof. Dr. Oliver Stuenkel; e o Doutor em Ciência Política pela USP e Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara.

Eu gostaria de cumprimentá-los e de convidá-los para fazerem parte desta Mesa, agradecendo, antecipadamente, a presença de cada um e dando nossas boas-vindas.

Participação popular. Como se trata de um evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população brasileira poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião pela TV Senado e, inclusive, pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço que cada conferencista disporá de 20 minutos para sua exposição inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos expositores as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Para dar início ao painel, concedo a palavra, primeiramente, ao Prof. Oliver Stuenkel – recordando, são 20 minutos para cada um –, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Duisburg-Essen e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. O senhor tem vinte minutos.

O SR. OLIVER STUENKEL – Muito obrigado, Senador, Senadores.

Há várias pessoas conhecidas aqui.

É um grande prazer discutir esse tema importante, um tema que, no Brasil, ainda recebe pouca atenção. Como eu tenho escrito ao longo dos últimos anos, acredito aqui, e vou apenas repetir isso brevemente, que o Brasil deve ser talvez um dos países menos preparados para a chegada de um mundo asiacêntrico. O conhecimento, na sociedade, sobre a Ásia, sobre a China é muito limitado. O número de sinólogos no Brasil é pequeno. A percepção de que a China hoje é um ator decisivo ainda não é tão divulgada como deveria ser. Mas a gente percebe, cada vez mais, que, sem uma compreensão sofisticada da China, o Brasil não consegue fazer sentido das novas dinâmicas na ordem internacional, nem sequer consegue fazer sentido da política doméstica.

Uma colega minha da Fundação Getulio Vargas, Profª Daniela Campello, recentemente publicou um livro que mostra que há uma forte correlação entre o preço das *commodities* internacionais e o resultado de eleições presidenciais no Brasil. Quando o preço de *commodities* é alto, o governo se reelege com facilidade. Quando o preço da *commodity* cai, governos tendem a perder a eleição. Quem hoje determina o preço das *commodities* obviamente é a China, ou seja, nós não conseguimos fazer sentido das eleições no Brasil, do cenário eleitoral brasileiro sem ter uma compreensão. Obviamente, a China também é ator-chave para a política regional brasileira. É o ator mais influente hoje na Venezuela, um país cuja crise chega a afetar o interesse nacional do Brasil. E, da mesma maneira, não há como pensar sobre o projeto regional, sobre como superar as barreiras que ainda existem na América do Sul sem levar a China em consideração. Então, nesse sentido, é importante que, ao longo dos próximos anos, o Brasil possa dedicar recursos para melhorar e para superar essa ignorância que ainda marca, acima de tudo, essa relação bilateral.

A sociedade como um todo continua dando uma ênfase muito grande aos Estados Unidos. Eu mesmo tenho uma luta diária com meus alunos para convencê-los de que é preciso fazer intercâmbio na China, estudar a China, estudar chinês. Quando meus alunos ocuparem um papel-chave na sociedade, a China será muito mais importante do que os Estados Unidos. Já é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e isso aumentará cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui brevemente, antes de falar sobre a situação no mar do sul da China, falar sobre o final de semana passado, dias de grande impacto, de grande simbolismo para a ordem internacional. Vale lembrar que estamos encarando a maior crise do G7 em décadas, uma instabilidade, uma imprevisibilidade importante e, hoje, com os Estados Unidos atuando como um fator que dificulta prever os rumos do cenário internacional. Então, eu quero aqui brevemente falar sobre essa situação e, depois, desmistificar e talvez questionar um pouco a afirmação de que, em função da ascensão do protecionismo, a gente vai ver o fim da globalização, que a gente vai ver uma onda de protecionismo.

Temos fortes indícios de que há uma reação positiva por governos ao redor do mundo. O Brasil está em um momento de abertura também. Mas a situação muito peculiar dos Estados Unidos, de se fechar, de olhar para dentro, não terá, a meu ver, repercussões tão grandes, como muitos pensam hoje. A China continua defendendo a abertura comercial, a União Europeia também. Temos uma expectativa de concluir o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia em breve. E tudo isso indica que temos um deslocamento de poder não só econômico, mas também político para a China. Ou seja, cada vez, é mais fundamental que a gente entenda as dinâmicas nessa região.

Depois, vou falar sobre o desafio chinês no mar do sul da China, na vizinhança e, brevemente, falar sobre as implicações que isso tem para o Brasil.

O tema que talvez me pareça mais importante ressaltar é que a velha distinção entre esquerda e direita nos Estados Unidos não funciona mais. A gente vê claramente uma ascensão de um nacionalismo, de um populismo na região. Cada vez mais, a dicotomia entre globalismo e nacionalismo, o papel dos Estados Unidos na definição dos grandes temas vai diminuir. Cria-se brevemente um vácuo de poder e uma oportunidade para que outros países possam de fato preencher esse vácuo. E isso não é apenas uma questão do presidente atual. Ele não mudou a política. Havia já um viés nacionalista crescente no país. É pouco provável que o fim do governo dele ou uma saída daqui a três anos ou sete anos mudará esse cenário de que os principais motores da continuação da globalização estarão cada vez mais em outros lugares. Cabe, portanto, a outros países, à União Europeia, à China, ao grupo BRICS e aos governos norte-americanos continuar esse processo e defender a continuação da abertura comercial.

Como eu já disse, quando a gente viaja pela Ásia, o desencanto com a globalização não está visível da mesma maneira. O governo chinês continua com um projeto de abertura e a gente vê uma reação positiva ao Tratado Transpacífico, por exemplo, que continua sem os Estados Unidos. Isso são avanços importantes. Então a gente não deve achar que apenas porque a gente vê essa transformação nos Estados Unidos verá uma onda de protecionismo.

Então, o que me parece importante e por que eu falo desse tema antes de falar sobre a situação no mar do sul da China? Porque a decisão de se fechar e de não mais defender a globalização terá graves consequências para a capacidade dos Estados Unidos de ter impacto no quesito de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacional. Vale a pena aqui lembrar que o principal trunfo na barganha com outros países dos Estados Unidos é o acesso ao mercado americano. Uma vez que os Estados Unidos não conseguem mais oferecer isso, o seu impacto, a sua capacidade de convencer os seus aliados a se manterem perto dos Estados Unidos diminui. A gente vê isso claramente ao longo dos últimos anos, quando, por exemplo, os Estados Unidos montaram uma campanha diplomática para convencer outros países a não fazerem parte do banco asiático de investimento em infraestrutura, um banco liderado pela China. E a gente acabou vendo que a grande maioria dos países, apenas com exceção do Japão e da Coreia do Sul, acabaram não participando desse banco, mas todos os outros países, inclusive aliados de longa data, decidiram se juntar a esse banco liderado pela China.

A gente vai ver que cada vez mais, nesse sentido, a China participará, portanto, de debates não apenas como participante, mas como um ator que decide quais serão os temas discutidos. Então, nesse sentido, essa relação será importante. E a Ásia se torna cada vez mais o centro do debate político global.

Vale também obviamente lembrar, todos nós sabemos disso, que a gente está apenas voltando à antiga distribuição de poder que nós tivemos por grande parte dos últimos mil anos. Esse mapa global mostra que a população dentro do círculo é maior do que a população fora dele. Então, há uma grande concentração demográfica na Ásia. E agora, em função da aproximação do PIB *per capita* das pessoas que vivem dentro desse círculo, obviamente a gente verá que esse círculo também será a região central para definir os rumos globais. Por isso, me parece importante... Quando eu falei com vários colegas, eles disseram: "Mas por que o Senado se importa com a situação na Ásia, no mar do sul da China?" Isso é fundamental, me parece importante inclusive a gente promover debates assim.

Paradoxalmente, eu acho que o governo talvez seja a parte que jamais tem consciência dessa tendência. Eu me preocupo muito, talvez, com a imprensa brasileira, com a sociedade civil, com as universidades, que têm muita dificuldade de se adaptar a essa nova realidade. Não há nenhum grande jornal brasileiro que tem correspondentes permanentes nessa região. Isso é gravíssimo, porque a gente recebe as notícias dessa região com 24 horas de atraso e em uma tradução medíocre. E, como a gente vê agora, com situações como o Trump ter acesso a informações de maneira direta, isso é importante. E a maneira como, por exemplo, um europeu ou um americano interpreta essa região talvez não seja a mesma maneira como alguém com o olhar do Brasil, da América Latina interpreta essa questão. Então, é importante promover isso, e, infelizmente, em função das dificuldades logísticas, há muitas barreiras. Vale a pena lembrar que as três grandes cidades do mundo mais longe de Pequim na Terra são São Paulo, Santiago e Buenos Aires. Não há outras cidades mais longe de Pequim do que as cidades latino-americanas. Portanto, os obstáculos e as dificuldades que os acadêmicos, os sinólogos que aqui estão, na América Latina, enfrentam são maiores do que de qualquer outro sinólogo do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função disso, o Brasil precisa fazer um esforço muito grande para acabar com essa assimetria de conhecimento que marca ainda as relações, que marca o debate aqui. A maioria dos livros escritos sobre essa região, de novo, são traduzidos.

Eu contei essa anedota aqui para vários colegas já, mas vale a pena repetir. Durante a minha última viagem para China, quando promovi um livro que foi traduzido para o chinês, eu aceitei participar de um debate em uma universidade no interior da China sobre o Brasil. Agora, eu não sou especialista na política brasileira, mas falei: olha, eu consigo me defender mais ou menos. Então, fiz uma apresentação geral e, depois, um aluno na última fileira levantou a mão e disse: "Como o senhor avalia a atuação do PMDB no Estado do Rio de Janeiro e como isso impacta a dinâmica? E como o senhor acha que o deslocamento de poder para o Centro-Oeste afeta a posição brasileira nas negociações de comércio?" Esse é o tipo de debate que se tem na China sobre o Brasil. E não há ninguém, ouso dizer aqui, na academia brasileira que poderia fazer uma pergunta tão sofisticada sobre a política interna chinesa.

O impacto, de novo, disso é que a gente fica sabendo de detalhes com um atraso que, às vezes, pode ser decisivo, o que limita a capacidade de empresas brasileiras a identificar tendências, a reduzir o risco de que eles sejam pegos por situações geopolíticas que afetam os interesses de investidores brasileiros. Então, isso já afeta diretamente o interesse de atores brasileiros.

Então, brevemente, para falar aqui do assunto, temos uma situação muito complexa na Ásia, sobretudo em função da ausência de instituições. Em outras partes do mundo, temos muitas plataformas nas quais diplomatas, representantes de governos podem manter contato e reduzir o risco de mal-entendido. O risco do mal-entendido me parece, nessa região, talvez o maior elemento que pode causar um conflito, mesmo que não existam de fato problemas incontornáveis. Quando a gente olha para a história da Primeira Guerra Mundial, a gente vê que, com a presença de uma União Europeia, talvez esse conflito pudesse ter sido evitado, mas houve vários elementos aí que causaram erros de comunicação, que dificultaram o acesso à informação sobre os governos. Então, isso aqui é um risco sério.

Há uma forte presença de elementos nacionalistas, há disputas territoriais e ninguém pode parecer fraco. Quando a gente tem a presença de elementos nacionalistas fortes, é possível que a elite política até estivesse disposta a ceder, a chegar a um compromisso, mas muitas vezes é a pressão pública e popular que impossibilita esse tipo de dinâmica.

Para resumir, temos aqui uma situação de várias ilhas que são disputadas por vários países. E a China, tornando-se uma das principais potências do mundo e, em breve, a maior potência, tem a convicção e se vê no direito de estabelecer uma esfera de influência, como todas as grandes potências no passado têm feito – é um pouco parecido, talvez, com o Caribe no caso dos Estados Unidos, América Central. E, de fato, isso gera uma tensão, dado que os Estados Unidos têm investido muito nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alianças, nas parcerias com os países que estão perto da China, de fato, para limitar a capacidade chinesa de consolidar sua influência na região, porque o raciocínio americano é muito claro: enquanto a China precisar dedicar toda a sua atenção à sua vizinhança, terá menos tempo e capacidade de articular um projeto global.

A grande vantagem na história da política externa americana tem sido que não há nenhuma grande potência perto dos Estados Unidos. Então, desde o início, os pensadores e a diplomacia americana conseguiam pensar grande, porque não havia um país perto dos Estados Unidos que estivesse ameaçando sua integridade territorial; ou seja, os Estados Unidos estão protegidos por dois grandes oceanos, o que tem sido um dos elementos-chave para explicar a relativa facilidade com que os Estados Unidos conseguiram projetar seu poder, mesmo longe das suas fronteiras.

A China não tem esse privilégio, e, em função disso, a maioria dos pensadores sobre relações interacionais e política externa que estão na China pensam sobre sua relação com países na região. Esse é um tema que aparece muito mais no debate doméstico chinês. E, de certa maneira, a chegada da China como grande potência está intimamente ligada ao seu controle do Mar do Sul da China, que a gente vê aqui com vários outros países, como a Malásia, como o Vietnã, como as Filipinas e a Indonésia, disputando esse espaço.

É apenas parcialmente uma questão econômica. Existem aí obviamente temas importantes de petróleo, de acesso a alimentos, etc., mas, acima de tudo, trata-se de uma questão geopolítica. A China pensa o tempo inteiro em possíveis cenários de conflito; pensa o que aconteceria se, em algum momento, os Estados Unidos não aceitassem sua ascensão; pensa em como a gente reage em um momento em que pode haver um conflito, e o controle dessa região é chave na concepção chinesa.

Em função disso, seu principal objetivo estratégico é a redução da presença militar dos Estados Unidos, que obviamente gera uma angústia grande em países como o Japão, que tem uma aliança forte com os Estados Unidos, mas que agora está começando a questionar o compromisso que os Estados Unidos têm, sobretudo em função do governo Trump, que, vamos dizer, tem uma estratégia imprevisível, que é sobretudo preocupante para seus principais aliados, que delegaram sua proteção para os Estados Unidos, como a Alemanha, mas também como o Japão, por exemplo.

Eu não vou entrar em muitos detalhes, porque a ideia é mais fazer uma apresentação geral e, depois, responder a dúvidas específicas. Temos aqui a visão da complexidade da quantidade de atores que, de certa maneira, estão reivindicando partes dessa região, e, obviamente, a construção de ilhas e a ocupação delas é chave nesse sentido. A China constrói, por exemplo, bases militares em parte dessas ilhas, para, de fato, consolidar a sua visão de que essa região deve ser controlada pelo governo chinês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O risco disso, como eu disse, obviamente, é que pode haver interpretações diferentes sobre o que é uma violação, uma invasão, por exemplo, no território nacional; há um risco grande nesse sentido. Os Estados Unidos, repito, têm tratados de autodefesa mútua com os países da região...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVER STUENKEL – ... e já tivemos – já vou terminar – vários casos, quando aumentaram muito as tensões, porque aeronaves americanas entraram em um espaço que a China considera seu.

Então, o grande objetivo, neste caso agora, é estabelecer mecanismos que possam reduzir a tensão em momentos de complicação, estabelecer linhas diretas de comunicação para evitar esse tipo de conflito, que, repito, teria um impacto brutal sobre a economia global.

Ao meu ver, o grande argumento americano é que, em função do seu regime político ou em função da ameaça que a China gera para os seus vizinhos, ela terá dificuldades em criar alianças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVER STUENKEL – Eu acho que isso é pouco provável, porque, de fato, a dependência econômica dos vizinhos da China aumenta cada vez mais. A gente vê claramente que, do ponto de vista econômico, a China tem um peso cada vez maior, e os Estados Unidos têm dificuldades em competir com isso.

Eu vou aqui apenas pular para a última questão. É muito pouco provável que tenhamos um conflito a curto prazo. A China quer, obviamente, evitar um confronto. Neste momento, ela ainda é inferior do ponto de vista militar. E pensadores dominantes, por exemplo, pensadores realistas, como John Mearsheimer, recomendam que os Estados Unidos fortaleçam sua aliança, uma aliança contra a China na região, uma espécie de Otan da Ásia, conectada aos Estados Unidos, do ponto de vista geopolítico.

A saída dos Estados Unidos do Tratado Transpacífico, obviamente, reduziu a presença dos Estados Unidos na região, e há várias dificuldades com isso. O custo de manter uma aliança antichina pelos Estados Unidos é altíssima. Os membros dessa aliança têm intenções entre si. Então, parece-me pouco provável que os Estados Unidos, de fato, consigam manter a influência que tiveram ao longo das últimas décadas.

Parece-me que a grande questão, o grande tema vai ser se os Estados Unidos aceitam, de fato, a redução do seu papel na Ásia ou se, em algum momento, um futuro governo reagirá de maneira que se possa iniciar um conflito. Por exemplo, num cenário de uma retomada de Taiwan, há vários elementos aí que serão cruciais, porque, a partir do momento em que os governos da região percebem que o compromisso de segurança dos Estados Unidos já não vale, isso pode levar a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrida armamentista. Países como Japão e Coreia do Sul poderiam desenvolver armas nucleares rapidamente para se protegerem, nesse sentido, contra a China.

Apenas para encerrar, as implicações disso são claras. A gente precisa acompanhar essa situação de perto. É preciso investir mais recursos para ter uma compreensão de perto, fortalecer as embaixadas que lá existem. Eu lembro que, 15 anos atrás, o Brasil abriu uma embaixada na Coreia do Norte e foi duramente criticado à época. Eu visitei essa embaixada cinco anos atrás. É fundamental não só manter essa embaixada, mas fortalecer a presença lá.

Esses são pontos que, à primeira vista, têm pouca relevância econômica para o Brasil, mas é importante haver postos diplomáticos que possam recolher informações estratégicas, chave, para evitar que o Brasil esteja despreparado numa situação de conflito.

Então, vou parar por aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu gostaria muito de agradecer a palestra do Oliver Stuenkel, que realmente foi brilhante aqui, na sua exposição. Muito obrigado.

Eu gostaria de convidar a Deputada Federal Bruna Furlan para participar da Mesa. Ela também é da Comissão.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Querido Presidente, muito obrigada pela gentileza. Gostaria de cumprimentar o Dr. Alexandre, o Dr. Oliver. Ele é o meu professor e dessas meninas lindas aqui, na FGV – MBA de Relação Internacional. É um excelente professor. Aliás, todo o corpo acadêmico é extraordinário. E eu não estou aqui fazendo propaganda, não; estou só falando o que eu acho. Inclusive, a Gisela é Embaixadora e faz a relação institucional das Casas com o Itamaraty, e o Embaixador Eduardo Saboia, que foi agora sabatinado e vai para o Japão, ia fazer o curso também. Não fez porque estava com muito trabalho – lembra que a gente tinha conversado?

Então, Professor, não estou fazendo propaganda só na sua frente, não.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – É um prazer termos aqui (*Fora do microfone.*) ...a nossa querida Deputada Bruna Furlan, que realmente é uma entusiasta da Comissão e é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal.

Eu gostaria de registrar a presença do Embaixador da Palestina, o Sr. Ibrahim Mohamed Khalil Alzeben; do Embaixador de Luxemburgo, Sr. Carlo Krieger; do Embaixador da Bolívia, José Kinn Franco; do Embaixador do Chile, Fernando Schmidt Ariztía; do Primeiro-Secretário da África do Sul, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Michael Mathebula; do Conselheiro da Embaixada da África do Sul, Sr. Schalk Willen Malan; do Conselheiro da República de Belarus, Sr. Aleksandr Shkatulov; da Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Interiores, Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do MRE; do Brigadeiro do Ar Vincent Dang, Subdiretor de Contratos e Convênios da Diretoria de Economia e Finanças. Muito obrigado pela presença dos senhores aqui.

Vamos dar prosseguimento agora, com muito prazer, passando a palavra para o Prof. Alexandre Ratsuo Uehara, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco.

O senhor tem 20 minutos para a exposição.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA – Primeiramente, eu queria agradecer o convite para poder participar deste evento, poder falar um pouquinho sobre as reflexões que temos feito em relação à Ásia como um todo e à China, em particular, e dizer que eu e o Prof. Oliver temos nos encontrado em algumas oportunidades, e acho que esses encontros têm feito com que a gente pense um pouco parecido, porque a minha apresentação está muito próxima à sua. Então, isso vai me poupar algum tempo em relação à apresentação.

Quero agradecer o convite ao Senador Pedro Chaves, representando a Comissão. É sempre uma honra poder compartilhar aqui o que a gente tem estudado.

Em particular, eu digo que há uma semelhança não aparente entre mim e o Prof. Oliver, porque, de igual forma, eu também sou descendente de europeu. Meu tataravô era holandês, tanto é que tenho parente de olhos azuis. Apesar de eu já não parecer mais nada holandês, eu tenho algum pé distante na Europa, alguma parte do sangue é europeu. Enfim, a semelhança não é só no conteúdo.

Vamos falar um pouquinho sobre a China.

Vou dar um enfoque um pouco diferente daquilo que o Prof. Oliver mencionou para dizer da importância que vejo hoje em estudarmos a Ásia, como ele mencionou.

O protagonismo chinês e a instabilidade no Mar da China. Particularmente, eu queria chamar atenção não só para o protagonismo chinês mas para a região como um todo. Nós tivemos, na segunda metade do século XX, um protagonismo japonês, pela economia japonesa, mas que não causou o mesmo impacto que tem hoje esse – vamos usar a terminologia chinesa; eles usavam primeiramente ascensão pacífica – chamado desenvolvimento pacífico. Então, esse desenvolvimento pacífico que a China vem promovendo acaba elevando não somente a posição chinesa, mas a região como um todo. É isso que a gente vai ver aqui agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns pontos que eu queria levantar são a importância demográfica, econômica, ambiental e política envolvendo China e região. Se a gente pensar na Ásia, hoje, quando a gente olha para o mapa, muitas vezes pensa em China, Japão, Coreia – até porque hoje ocorre um encontro importante entre o Kim Jong-un e o Presidente Trump –, mas, a Ásia começa desde a pontinha das fronteiras com a Europa, praticamente, e segue todo esse continente asiático. Isso é importante, porque, quando a gente pensa na China hoje, temos que lembrar que eles já lançaram, poucos anos atrás, a nova Rota da Seda, e essa nova Rota da Seda envolve ou tem o planejamento de envolver também outras economias, indo agora no sentido do Oriente Médio.

Isso é importante se a gente pensar, por exemplo, na época da Guerra Fria, em que a Rússia basicamente ficou circunscrita, em suas relações econômicas, ao seu entorno; e a China não mais. A China já está no mundo. A China hoje já está nos Estados Unidos, já está no Brasil, já está na Europa e está ocupando espaços no Oriente Médio. E a África – vou mostrar daqui a pouquinho para os senhores –, que muitas vezes foi esquecida depois do colonialismo, quando a China pôs o pé na África, as pessoas acordaram e lembraram que lá há muita coisa a ser desenvolvida, compartilhada e cooperada. Agora, então, a China está abrindo um espaço, um canal de desenvolvimento para o Oriente Médio e também para a África.

Qual a importância que esse impacto vai ter daqui para frente? Se a gente olhar o mundo, desde que a gente conhece, em relações internacionais – a gente pode pegar aí a Vestfália, pode pegar um pouco o aspecto histórico das relações internacionais –, o mundo que nós temos hoje se desenvolveu envolvendo, vamos dizer assim, englobando 24% do mundo. Com 24% do mundo desenvolvido, nós destruímos o Planeta. Nós não temos hoje condições de falar qual vai ser o futuro da natureza, do meio ambiente para as futuras gerações. E agora nós estamos falando em envolver os outros 75% do mundo, que envolve a China, os países do Oriente Médio, como eu falei agora, a África – isso representa 75% do mundo.

Temos que lembrar que esses 25% ou 24% que hoje existem de consumo no mundo, que são de uma economia desenvolvida, conseguiram poluir os mares, conseguiram poluir o Planeta, conseguiram promover, apesar de o Sr. Trump dizer que não, alguma mudança no ambiente, no clima, e agora estamos falando em envolver os outros 75% do mundo, das pessoas do mundo, dos habitantes, com um padrão de consumo que vai subir. Imaginemos nós agora, daqui para frente, o que será termos esses 75% do mundo consumindo como nós brasileiros, aqui, nas grandes capitais? O que significa isso em termos de meio ambiente, o que significa isso em termos de ar, água e alimento? Só para nós pensarmos. Temos que lembrar que Ásia é a região do mundo que mais se desenvolve hoje em termos de crescimento econômico, e a África vamos ver também que é uma região importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar alguns números ali. De um lado, os países mais populosos do Planeta, os que estão em amarelo ou em laranja, são os que envolvem o continente asiático. Então, ali temos um grande número de países que são asiáticos, um grande número de países em que a renda *per capita*, com a exceção do Japão, é muito baixa. Então, quando eu falo que o impacto é grande é porque são muitas pessoas que têm uma renda *per capita* ainda baixa; com o desenvolvimento econômico, a tendência é que esse padrão de consumo se eleve; e a elevação desse padrão de consumo vai ter um impacto, pode ter um impacto bastante significativo, dependendo de como for o caminho dado a esse desenvolvimento econômico.

Então, temos que lembrar que a China ainda tem dois terços da população que precisa ainda ser envolvida; a Índia, uma grande parcela da população; a Indonésia, nem se fala; Paquistão; Bangladesh; mesmo a Rússia, neste momento, passa por momento difícil economicamente e tem ainda que ser incorporada. Então, percebemos que existe um potencial de crescimento econômico grande, o que projeta a Ásia para crescer muito mais do que hoje, mas, por outro lado, também nos preocupa esse crescimento econômico.

Nesse crescimento econômico, só para termos uma ideia do que significa a China hoje, em 1990 os Estados Unidos eram praticamente dez vezes o tamanho da economia chinesa; hoje, em 2017, os Estados Unidos são menos de duas vezes a economia chinesa. O Japão, em 1990, logo depois da Guerra Fria, ao final da Guerra Fria, era três vezes e meia o tamanho da economia chinesa; hoje, o Japão não chega a 50% da economia chinesa – para vocês terem uma ideia do que significa essa China no mundo hoje. Então, quando falamos da China como protagonista no século XXI, nós temos alguns números que nos ajudam a pensar o que significa a China para este século XXI.

O Kissinger, um autor, um pensador importante, um político importante dos Estados Unidos, já dizia que os primeiros 20 anos do século XXI representam um período de oportunidade estratégica para a China. E nós vimos que essas primeiras duas décadas realmente têm sido de uma projeção muito forte da China no mundo.

Quando olhamos um pouco mais abertos os dados estatísticos, percebemos que há uma ascensão de países asiáticos entre as maiores economias do mundo. Quando acabou a Guerra Fria, em 1989, nós tínhamos ali três países – pode-se colocar o Irã –, quatro países – enfim, era basicamente o petróleo –, e, se olharmos para 2017, percebemos que está havendo um crescimento no número de países asiáticos entre as principais economias do mundo. Eu coloquei a Austrália, porque também existe uma relação importante econômica com a China.

Então, percebemos que aquela região do mundo está crescendo mais economicamente, e eu tenderia a dizer que – nas minhas aulas, eu menciono – estamos observando uma possível "asianização" das relações internacionais. Vimos o mundo começar na Europa. Acho que não dá tempo de mostrar, mas, enfim, no mapa em que aprendemos a estudar, a Europa está no centro do mundo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é por acaso. E lá na Ásia não se estuda assim. Lá na Ásia, os chineses estudam com a China no meio do mapa; o Japão estuda as relações internacionais com o Japão no centro do mapa. Então, podemos pensar que, de repente, as gerações futuras aqui, no Brasil, não terão mais a Europa no centro do mundo, mas eventualmente a China no centro do mundo, só para termos uma ideia dessa possível "asianização" que podemos ver daqui para frente.

Um outro dado interessante. Como eu falei para os senhores, para as senhoras, estamos vendo um crescimento econômico chinês forte principalmente nessas duas últimas décadas, com a China ganhando destaque, e, com a China, percebemos que há outros países também se beneficiando desse crescimento econômico. Então, se pegarmos a lista do Fundo Monetário Internacional e pegarmos os 20 principais países em termos de média de crescimento econômico, vamos perceber que são países ou asiáticos, ou africanos. E por que africanos? Exatamente porque a China tem hoje uma relação importante com a África. A China encontrou na África importante fornecedor de recursos naturais e tem feito com que esses investimentos, comércio tenham promovido também um desenvolvimento econômico africano.

Então, percebemos que a China crescendo até traz outros países juntamente com ela. E aí podemos até mesmo dizer do caso do Brasil: como o Prof. Oliver mencionou, quando a China entra no mercado para comprar minério, o preço do minério sobe. Nos últimos anos, a China precisou muito do minério, e nós tivemos o benefício de sermos exportadores líquidos de minério para a China. Então, a China crescendo tem feito com que a economia mundial e os países que estão relacionados a ela cresçam junto. E isso aqui projeta a possibilidade de termos aí uma Ásia e uma África crescendo mais rapidamente.

Quero dar alguns dados sobre por que os países africanos têm crescido. Basicamente, na relação com a China, dos investimentos que eu mencionei, o aumento do preço das matérias-primas, das *commodities*, que aconteceu nos últimos anos, e os países africanos tendo a China como principal mercado. E os investimentos chineses que para lá se canalizaram também contribuíram para as economias que, num primeiro momento, basicamente se relacionavam com a China. Mas, depois, dado o interesse não só dos chineses mas também de outras economias, isso acabou beneficiando as economias africanas como um todo. Então, percebemos que a África hoje também é um continente para ser olhado por nós brasileiros.

Posição da China no mundo hoje.

Como mencionei, a China é hoje não só uma economia que cresce bastante, ainda que tenha saído dos dois dígitos e agora esteja em torno de 7%, mas, se nós olharmos para o mundo, para as principais economias do mundo, a China está hoje entre os cinco primeiros parceiros comerciais em importação ou exportação – quando não é o primeiro ou o segundo. Então, percebemos que não dá para dizer que se vai aplicar uma política de isolamento à China, como o Presidente Trump algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes mencionou – porque a China estaria atuando contra a economia americana –, porque a China está no mundo inteiro. A China hoje é dona de marcas multinacionais que estão presentes no nosso dia a dia. Estou vendo a Lenovo, que está aqui; a Motorola, que está aí; a IBM, que agora é Lenovo; carros chineses que estão no Brasil.

E não é só isso: a China hoje tem investido muito no seu sistema de ensino superior. Há uma reforma que foi feita, há um investimento forte na China. O governo chinês percebeu que aquela ideia de um governo ou de um país que se baseia em produtos chamados descartáveis – muitas vezes, tínhamos essa ideia aqui, no Brasil – já não é mais verdade. Boa parte dos produtos exportados pela China hoje são produtos com valor agregado, são bens de capital. E isso baseado em quê? No desenvolvimento dos seus recursos humanos na China. As universidades têm investido fortemente nisso lá na China. São estudantes que estão estudando em língua inglesa; são professores estrangeiros que são levados para a China para ensinar os chineses em língua inglesa; são universidades que estão investindo em tecnologia para competir com os europeus, com os americanos, com os japoneses, com os coreanos e inclusive conosco, brasileiros. Então, temos que prestar atenção que essa China está crescendo com uma projeção de médio e longo prazo, não é um fogo em pólvora, é algo realmente pensado.

Então, percebemos que a China já tem uma posição importante, e a tendência eu creio que seja, daqui para a frente, ela se fortalecer ainda mais e não enfraquecer. Existe muita contestação, existem questionamentos sobre se esse crescimento chinês seria sustentável. Na minha opinião, num ritmo menor, mas é sustentável, porque a China tem percebido as suas fraquezas e tem tentado desenvolver políticas para combater essas fraquezas.

Como eu falei, os impactos ambientais são muito importantes. Se olharmos para o mundo – o Prof. Oliver também mostrou o mapa com a ocupação da população – esse é um pouco da visão do verde que existia na Ásia e do verde que não existe mais na Ásia hoje, diante desse crescimento econômico que ocorreu nos últimos anos. Então, percebemos que é importante não só olhar para as emissões de gás de efeito estufa, pelo combustível que é queimado na China, mas também para o meio ambiente como um todo.

É importante que olhemos e percebamos que esse crescimento econômico, de um lado, é positivo, porque, quando a China cresce, abrem-se portas para as exportações do Brasil, mas, de um outro lado – temos que olhar de uma maneira mais abrangente, como o Prof. Oliver mencionou –, a globalização não para se os Estados Unidos resolverem fechar as suas portas. A globalização continua, e essa globalização envolve também questões climáticas, questões de meio ambiente, e precisamos estar atentos a isso para ver como podemos mitigar essas dificuldades, porque a tendência, na minha percepção, é ela aumentar à medida que a renda média da população na Ásia se amplie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um outro exemplo, rapidamente. Vamos ver o verde desaparecendo na região do Camboja, Tailândia e Vietnã. Então, fica claro e evidente que não é só uma percepção leviana, mas que realmente existe ali um impacto importante no meio ambiente.

Então, o crescimento chinês – e isso vimos acontecer na Ásia – vai levar agora, provavelmente, o seu braço para o Oriente Médio e também para a África. Qual o impacto que teria sobre a África esse desenvolvimento e industrialização que os chineses estão conduzindo pelo desenvolvimento econômico, pelos investimentos diretos chineses, pelas empresas chinesas que vão para a África? Que impacto isso teria para o mundo? São coisas para pensarmos, além da importância da China nesse contexto como um todo.

Aí, é interessante olhar – o Prof. Oliver também mencionou – o G7, a última reunião do G7, e essa figura aí, essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone*.) – Enigmática!

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA – O Trump contra todos os outros, o G6, ali. Isso pode significar alguma coisa. E, na verdade, todos estavam ali questionando-o em relação às tarifas que foram estabelecidas contra o aço e contra o alumínio. E mostra um pouco o afastamento que o Trump vem assumindo desde o momento em que chegou à Presidência. Os acordos de que ele saiu, que ele abandonou, seja o de Paris, seja o TPP; isso mostra um isolamento que vem acontecendo dos Estados Unidos, com o America First.

Tem acontecido, mas o que significa isso para o mundo? Na minha opinião, significa uma abertura de espaço para que a China ocupe o espaço por que ela não está brigando mais, porque os Estados Unidos estão dando de mão beijada. Enquanto, na história das relações internacionais, geralmente os países brigam pelo poder, pela liderança nacional, o Trump meio que está deixando essa liderança, porque, ao sair dos acordos internacionais. Quando saiu do Acordo de Paris, ele não quebrou o acordo com um país, ele quebrou o acordo com os outros cem países; quando ele saiu do acordo com o Irã, ele não quebrou o acordo com o Irã – ainda que argumente que seja o acordo com o Irã –, ele deixou o acordo que já foi assinado pela França, que foi assinado pela Alemanha, que foi assinado por outros países. Então, não é só um acordo com o Irã. Então, temos que pensar que, ao fazer essa tomada de decisões, ele está deixando muita coisa para trás e um espaço importante para a China.

Estes são os acordos que eu mencionei. Há o TTPP, de que ele saiu, e os argumentos. No TTPP, teríamos vários países... E a ideia, naquele momento, quando o Obama negociava, era pensar algo que pudesse conter esse crescimento chinês. E o Trump abriu mão. Eu não sei se ele não sabia da lógica toda dos anos de negociação – foram oito anos de negociação – que ele abandonou numa canetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Acordo de Paris, a mesma coisa. Quer dizer, ao sair do Acordo de Paris, os outros países acabam tendo que assumir essa situação – eu creio que seja inevitável.

Questões internas de protecionismo, como vieram acontecendo agora, também fazem com que... A China, quando ingressou na OMC, era um país muito contestado em relação ao custo da mão de obra, ao trabalho escravo, e hoje os países europeus acabam tendo que se alinhar com a China para poder defender uma questão que os Estados Unidos colocaram na mesa. Eles colocaram o bode na sala, e agora esse bode tem que ser tirado pela China, inclusive – a China vai ter que ajudar a tirar esse bode da sala. Então, de novo, a China foi colocada numa posição de liderança.

Em relação às disputas, não vou entrar muito nas questões. Só acho interessante uma frase...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA – ... uma questão interessante no que tange a essas disputas. Dizem a seguinte história. Deng Xiaoping foi às Filipinas, e o Presidente Filipino mencionou a seguinte frase: "Se você olhar o mapa, Deng Xiaoping, as ilhas em disputa estão mais perto das Filipinas do que da China. Então, lógico, as ilhas são filipinas." Aí Deng responde: "Se você olhar bem o mapa, as Filipinas são uma ilha perto da China." E realmente, olhando o tamanho, as Filipinas são uma ilha perto da China.

Enfim, aí há algo semelhante que mostramos, as várias situações de conflito que existem; não é só uma questão chinesa.

Deixe-me avançar aqui.

Quero só mostrar que a questão do Mar do Sul da China não é só chinesa; os outros países ali têm outras estruturas já construídas: o Vietnã construiu 29; a Malásia, 5; Filipinas, 8; e Taiwan, 1. Então, não é só a China que está construindo. Também não vamos só satanizar a China. Vamos perceber que outros atores também têm atuado na região ali.

Só para finalizar, em um minutinho, o que eu considero importante em considerações para o Brasil diante desse cenário? Olhar para o século XXI de que maneira? Como eu falei, vejo a China ganhando importância em várias áreas das relações internacionais – importância econômica, importância demográfica, importância nas questões ambientais, importância nas políticas de segurança, no comércio –, e não dá para deixar a China fora do nosso espectro de análise e de interesse brasileiro.

Como eu falei, nós no Brasil estudamos muitas vezes, ou desde sempre, o mundo desta forma: com a Europa no centro do mundo. E para o século XXI, a minha proposta, que eu tenho defendido com os alunos, os meus estudantes, é que nós temos que pensar o mundo a partir da nossa perspectiva, como o Prof. Oliver mencionou, não podemos mais olhar para o mundo a partir dos olhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos outros; não podemos ficar apenas lendo uma literatura traduzida pelos americanos ou pelos europeus. Nós temos que ter a nossa própria visão. Temos que ir à Ásia e ir à China e fazer a nossa própria análise, como os chineses fazem, olhando o mundo a partir da sua perspectiva, se colocando no centro e vendo quais são seus interesses.

E, aí, eventualmente, colocar o Brasil mais ao centro do mundo, tentando trazer o mapa – não achei nenhum mapa com o Brasil no centro do mundo, mas podemos começar a propor que a nossa indústria editorial produza um mapa com o Brasil no centro do mundo – e, talvez, olhando o mundo de outra forma, colocando o Brasil para cima, e não o Brasil para baixo. Por que o Brasil tem que ser na parte de baixo do mapa? Pode ser o Brasil com um mapa na parte de cima. E aí temos outra maneira de ver o mundo. Então, não temos que "subir" para a Disneylândia, podemos "descer" para a Disneylândia. Podemos ver o mundo de outra forma. O extremo oriente, o extremo asiático, o extremo leste não é, por quê? Depende da maneira como a gente olha o mundo. Se a gente for para o espaço, o marciano não vai olhar da mesma maneira que a gente olha o mundo aqui.

Isto que eu acho que é um desafio para nós hoje no século XXI: olhar o mundo de uma outra forma.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Agradeço muito ao Dr. Alexandre Ratsuo Uehara pelo seu posicionamento e pela beleza da sua apresentação.

Recebemos alguns questionamentos dos internautas. Gostaria de passar aos senhores aqui. Algumas são muito óbvias; outras, não.

Esta é uma pergunta de Adair Savois, do Rio Grande do Sul: "Exportamos para a China (ferro, soja) e ficamos com problemas; por exemplo, transformam o minério em aço e vendem para os Estados Unidos com preço menor. Além disso, no Rio Grande do Sul, a indústria calçadista foi quase extinta! Que medidas serão tomadas para garantir o emprego e a renda dos brasileiros? Grato."

Para cada um farei uma pergunta.

O SR. OLIVER STUENKEL – Olha, eu acredito que a gente precisa reconhecer que a estrutura, o tipo de comércio com a China certamente traz riscos também, riscos de desindustrialização para o Brasil, mas, de certa maneira, isso não é culpa da China; é muito mais a baixa produtividade aqui no Brasil. Então, isso é um desafio interno, que precisa ser encarado, que precisa ser priorizado, mas também é preciso trazer isso nos debates, as oportunidades que o governo brasileiro tem, nas suas interações com o governo chinês, para assegurar que isso seja uma interação mutuamente benéfica.

O próximo Presidente ou a próxima Presidente do Brasil terá o privilégio de ser também Presidente ou Presidenta do grupo BRICS por um ano, a partir de 1º de janeiro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outubro vai acontecer, aqui em Brasília, a 11ª Cúpula do BRICS, com a presença de Xi Jinping, do Presidente também da Rússia, do Primeiro-Ministro da Índia e do Presidente da África do Sul, além dos presidentes da Aliança do Pacífico e do Mercosul, uma grande oportunidade para apresentar as propostas do próximo governo.

Mas esses encontros também precisam ser momentos em que o governo articula claramente quais são os objetivos estratégicos dessa relação, o que o Brasil quer na relação com a China. Um deles claramente tem que ser o de assegurar que essa relação também traga não só benefícios financeiros ao Brasil, mas que também permita que o Brasil possa continuar seu processo de industrialização ou parar o processo de desindustrialização. A próxima oportunidade que o Presidente Temer tem, acredito que no dia 20 ou 21 de julho, é no encontro com Xi Jinping na 10ª Cúpula do BRICS.

Então, esse é um tema que me parece realmente importante e que tem um impacto grande sobre a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Obrigado.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Inclusive, Presidente, o livro do professor sobre os BRICS eu recomendo. Eu tenho o livro!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou fazer umas cinco perguntas, porque há realmente um *mix* entre elas, e aí eu passo a vocês.

Pergunta do Silvio Ribas, do Distrito Federal: "O que se pode fazer para viabilizar o investimento chinês na infraestrutura ferroviária? Não é um absurdo estarmos diante do desejo de investidores da China de fazer a ligação férrea do Brasil com o Pacífico, até portos do Peru, e isso não deslancha nunca?"

Ricardo Vaz, do Distrito Federal: "Eu gostaria de saber a opinião dos senhores sobre a recente restrição da China em relação à exportação de frangos do Brasil, já que o país é o maior parceiro de *commodities."*

Uma próxima: "Quais são os perigos que o Brasil corre ao se distanciar de um parceiro econômico como a China (uma pauta considerada por alguns candidatos à Presidência)? Qual será o impacto na recente taxa que a China impôs ao frango brasileiro? Isso pode se estender para outros produtos?"

A terceira pergunta: "Meu nome é Leonardo [...] e gostaria muito de saber se o Brasil, saindo de tão severa e violenta recessão econômica, tem alguma condição de responder 'à altura' às hostilidades comerciais [internacionais] que vem recebendo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mar da China ou Mar do Japão, o importante é dar uma atenção para todo o avanço dos asiáticos e, em especial, para a Península da Coreia. É imprescindível" – isso é uma afirmação – "abrir novas frentes, realizar pontes e iniciar ou dar continuidade aos diálogos para um entendimento mútuo."

Uma última pergunta: "O Brasil deve ficar neutro nessas questões. É muito ruim ser inimigo dos chineses, o país mais populoso do mundo, a segunda maior economia do Planeta e o maior investidor em nosso País e futura economia do mundo em breve! Potência econômica e bélica!" Como devemos nos posicionar em relação à China e ao Estados Unidos?

E há uma última pergunta, do Leonardo de Cerqueira, de São Paulo: "[...] gostaria de saber quais são as razões/causas que motivam os países, como os Estados Unidos e a China, a tratarem as relações comerciais com o Brasil com tanta hostilidade."

São essas as perguntas. Não sei se deu para fazer um *mix*.

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA – Bem, vou tentar comentar algumas coisas.

Sobre o aspecto do comércio internacional, eu trabalhei alguns anos nessa área de comércio internacional, e uma das coisas para a qual devemos chamar atenção para a posição brasileira no comércio internacional é a necessidade de termos um plano de médio e longo prazo para sabermos o que nós queremos do Brasil. Em termos de indústria, tivemos no passado um problema sério com o desinvestimento de muitas, como foi mencionado, indústrias que foram – as calçadistas por exemplo – que foram para a China, mas o problema eu acho que não é só o calçado. O problema não é o calçado; o problema é saber o que nós queremos do Brasil.

Eu acompanhei o nosso comércio com a China lá, nos anos 90, quando começou a se intensificar, e uma das coisas interessantes que nós tínhamos – e não há nenhuma crítica à China; eu creio que é uma crítica a nós, o Brasil – que estabelecer era o que nós queríamos em termos de comércio. Quando nós começamos a nossa relação com a China, nós exportávamos motores de carros, a Volkswagen exportava motores de carro daqui para a China; nós exportávamos descompressores da Brastemp lá para a China; vários produtos com maior valor agregado. Inclusive, no caso da soja, a soja já triturada e, às vezes, o óleo nós exportávamos para a China, e, ao longo do tempo, nós perdemos esse mercado. Por quê? Porque os chineses perceberam que, estabelecendo regras ao comércio favoráveis ao interesse chinês, era mais interessante montar os motores na China, era mais interessante fazer o esmagamento da soja na China. E não é que o chinês estava errado; o chinês está certo. O problema é nós aqui ainda não termos conseguido contornar essas ações e manter a nossa exportação de produtos de maior valor agregado para a China.

Então, creio que um desafio grande – uma lição de casa para nós – é nós nos posicionarmos em relação ao que queremos para o Brasil daqui pra frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que eu também costumo questionar é a nossa produção automobilística. As montadoras são uma indústria importante no Brasil, têm feito investimentos importantes no Brasil, só que nós estamos discutindo carros a combustão, enquanto o mundo está discutindo carros elétricos ou com outras alternativas. Lá nos anos 40, 50, 60, nós recebíamos aqui muitas vezes as indústrias que já não eram interessantes nos países desenvolvidos, mas hoje não precisa ser assim. Eu creio que a gente pode pensar de maneira diferente. Tanto é que, quando há lançamento de filmes, um filme que acontece lá nos Estados Unidos, acontece aqui também na mesma semana, ou às vezes até vem aqui para o nosso mercado antes de fazer o lançamento fora.

Então, nós temos um mercado, nós somos importantes, nós temos uma economia. Ainda que estejamos, neste momento, passando por uma dificuldade de crescimento econômico – estamos saindo de uma recessão –, nós temos que pensar, fazer planejamento de longo prazo, para que, aí, sim, consigamos perceber se é interessante ou o que é interessante disputarmos com a China, o que é interessante levarmos para a OMC. Será que os países são realmente hostis conosco ou será que nós é que não estamos sabendo nos defender muito ou vender o nosso peixe?

Houve uma coisa num dos eventos de que participei – só para finalizar meu comentário agora – que eu sempre menciono também nas minhas aulas: um exportador do Brasil foi para uma feira de alimentos na Ásia, na Coreia, na época, e levou um carregamento de rapaduras. Aí perguntaram para esse exportador: "O que você vai fazer com rapadura em Seul? Ninguém vai comer rapadura lá. Rapadura é uma coisa do Nordeste do Brasil, aqui". E ele levou a rapadura para lá, montou seu estande e fez o maior sucesso. Depois, ele vendeu contêineres de rapadura para o Nordeste.

Qual é a moral da história aqui? Muitas vezes, nós temos muitos produtos no Brasil de qualidade, bons, que o mundo não conhece, e nós ficamos, às vezes, batendo, dando murro em ponta de faca, querendo competir com algumas coisas com que nós não conseguimos competir lá fora. Temos muitas coisas boas com que podemos competir, só que o mundo não conhece ainda, como não conhecia a rapadura. Tem muita gente lá fora querendo comer rapadura, e a gente não vendeu rapadura ainda porque as pessoas não conheciam. Então, é lógico que não precisamos vender rapadura, mas podemos vender muita coisa boa que o Brasil tem, desde que a gente comece a mostrar para o mundo aquilo que também nós temos de bom, de tecnologia.

Durante muito tempo – vou puxar um pouco a brasa para a minha sardinha –, os japoneses não sabiam que a Embraer era uma empresa brasileira de alta tecnologia. Ainda ficavam pensando no café, no frango, e não sabiam da Embraer, não sabiam da tecnologia embarcada nesse produto. As pessoas não conheciam. Hoje já conhecem, já compraram até aviões.

Mas, enfim, acho que nós temos que ter um pouco mais de ousadia no nosso mercado internacional, nas exportações dos produtos que nós temos aqui, e, principalmente, tentar elevar o valor agregado dos nossos produtos que exportamos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OLIVER STUENKEL – Apenas para agregar ao que eu já disse sobre o tema, a gente vê claramente uma politização do comércio; o sistema multilateral de comércio global vê grandes ameaças, e há, certamente, elementos políticos na decisão chinesa de impor sobretaxas contra o frango brasileiro. Isso ocorre também num contexto em que o governo americano pressiona o governo chinês a aceitar mais frango dos Estados Unidos. Ou seja, isso faz parte de um contexto de grandes potências de fato e também mostra que, apesar de fazer parte do BRICS, etc., essa relação é uma relação, para a China, como qualquer outra.

Existia, há alguns anos, essa questão da relação sul-sul, e existe toda uma retórica de que tudo aquilo é mutuamente benéfico, mas é preciso brigar também para assegurar que os produtores brasileiros tenham previsibilidade e acesso seguro ao mercado chinês. Isso é um tema muito importante. Eu acho que vários produtores perderam muito dinheiro em resposta a essa decisão chinesa.

Parece-me também, eu concordo, que é preciso desenvolver – acho que isso é um projeto nacional – uma estratégia mais clara do que o Brasil quer da China, qual é a estratégia a longo prazo. Certamente, parece-me que a diversificação de parcerias é fundamental. A gente tem, agora, vários pontos de instabilidade, acima de tudo no Ocidente, mas, como eu mostrei aqui, um possível conflito no Mar do Sul da China é uma realidade. Aqui, na América Latina, em função da ausência de guerras interestatais, a gente tem dificuldade de imaginar esse tipo de cenário, mas muitos historiadores, vários dos principais historiadores que estudaram a Primeira Guerra Mundial dizem que vários dos elementos presentes à época se reproduzem hoje na Ásia. De novo: há uma ausência institucional com vários elementos nacionalistas, com uma China que quer se consolidar como potência regional e com vários outros que podem bloquear – vamos dizer – uma consolidação chinesa com o Japão.

Então, existe também um perigo em depender excessivamente dessa região. É preciso tomar cuidado em relação a isso e aproveitar, talvez, uma janela de oportunidade para ter um debate pragmático e objetivo sobre esse tema antes que isso se torne um tema politizado.

Nossa relação com os Estados Unidos é totalmente politizada: se eu sou de esquerda, eu preciso ser contra os Estados Unidos; se sou de direita, preciso ser a favor do Estados Unidos. Isso com a China ainda não existe, a gente ainda consegue ter um debate bastante focado, e isso vai mudar. Daqui a 20, 30 anos, para ganhar uma eleição, um candidato vai falar mal da China. Isso vai mudar. É preciso avançar esse debate hoje.

E as afirmações que ainda eu escuto muito: "a China faz mal, o Brasil faz bem"; "cria emprego, destrói emprego". Obviamente, faz os dois: destrói alguns empregos e cria outros. É preciso, de fato, articular uma estratégia e, a partir dela, estruturar a relação bilateral com a China. Mas, novamente, estamos numa posição de desvantagem grande, simplesmente porque é tão difícil achar especialistas que podem, de fato, participar desse processo da articulação de uma estratégia em relação à China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Eu gostaria de agradecer muito ao Dr. Oliver Stuenkel e ao Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara.

Vou passar a palavra à Bruna para o encerramento.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Muito obrigada, Presidente querido. Desculpe interrompê-lo, mas já me sinto em casa aqui. O Presidente Collor, sempre tão gentil, enquanto eu presidia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, a Comissão Mista das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, a Comissão Especial que fez a Lei de Migração e a Comissão Especial que está fazendo uma lei para tratar e proteger dados *online* e *offline*. Na Câmara, nós, através de uma construção, através de diálogo, Presidente, aprovamos por unanimidade e estamos muito felizes por isso.

Eu só gostaria de dizer – até peço, se o Presidente Collor estiver assistindo, que ele me dê essa liberdade – que amanhã haverá uma eleição do comitê dos direitos das pessoas com deficiência, que vai atuar no mandato de 2019 a 2022. E o Brasil tem uma candidata, que é a Mara Gabrilli. Ela é publicitária, psicóloga, Deputada Federal, no Congresso brasileiro preside a Frente Parlamentar Mista de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, é membro da Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, preside a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na Câmara, e, durante dois anos, foi 3ª Secretária do Congresso Nacional. Ela também foi a responsável, no Brasil, pela regulamentação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ela é Relatora e autora do texto final da Lei Brasileira de Inclusão.

A Deputada Mara Gabrilli é a primeira tetraplégica a assumir um mandato. Inclusive, na própria Câmara dos Deputados, não existia acessibilidade, mas, quando ela foi eleita para assumir um cargo na Mesa, a Câmara percebeu que não havia acessibilidade; se uma pessoa com deficiência ganhasse a eleição, não tinha condição de assumir. Quer dizer, se na Casa do povo não tem, onde vai ter?

Ela ficou tetraplégica com 26 anos, mas eu costumo dizer que ela é a tetraplégica que mais se movimenta que eu conheço. É uma pessoa muito especial, de coração muito bom, e eu gostaria, para os Embaixadores que estão aqui, para os que estão assistindo à Comissão, com humildade, de pedir a ajuda desses países para a Deputada Mara Gabrilli, porque eu tenho certeza de que, se for eleita, ela nos honrará com o seu trabalho, com a sua dinâmica e com toda a sua competência.

Senador Pedro Chaves, muito obrigada e me desculpe pela intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) – Não há problema. Eu também reitero e ratifico. (*Fora do microfone.*) Peço a todos, então, esse apoio, porque ela merece. Realmente, é excelente Deputada. Com todas as limitações, ela se supera. É o fator da superação. Eu sempre digo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o homem vence na vida quando supera os seus limites, e ela consegue superar os seus limites. É uma maravilha mesmo!

Eu dou parabéns à Bruna por ter colocado isso.

Eu gostaria de fazer convocação para a próxima reunião antes de encerrarmos os trabalhos de hoje. Convoco as senhoras e os senhores e todos os Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 13 de junho, quarta-feira agora, às 10 horas, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos pela presença e pela audiência, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, especialmente aos nossos queridos convidados aqui, o Oliver e o Alexandre. Gostei muito!

(*Iniciada às 18 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Gladson Cameli, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Paulo Rocha, Eduardo Lopes e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço e Rudson Leite. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/13

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

A Mesa recebeu o Ofício de S. Exª o Líder do Bloco Democracia e Cidadania Senador João Capiberibe, que diz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com os meus cumprimentos, comunico a V. Exª a indicação do Senador Rudson Leite para compor, como membro titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em vaga destinada a este bloco parlamentar.

Agradeço a S. Exª o Sr. Líder João Capiberibe pelo envio deste ofício e, em nome da Comissão de Relações Exteriores, desejamos ao Sr. Senador as melhores boas-vindas e um profícuo trabalho nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

A primeira parte da pauta: indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Paulo Estivallet de Mesquita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Pompeu Andreucci Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para tomar assento à mesa os Embaixadores Paulo Estivallet de Mesquita e Pompeu Andreucci Neto, aos quais damos as nossas melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Concedo a palavra a S. Exª o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia, para sua exposição.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Senador Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Srªs e Srs. Senadores, Embaixador Pompeu, meu colega, meus colegas, gostaria de começar agradecendo ao Senador Aloysio Nunes, Ministro das Relações Exteriores, pela indicação, ao Presidente da República pela aceitação dessa indicação, pela oportunidade que o Senado me dá de defender essa postulação e a oportunidade, que eu espero seja concedida, caso aprovado pelo Senado, de exercer essas funções na China.

Eu me proponho a orientar essa apresentação de 15 minutos dividindo-a em cinco temas: em primeiro lugar, lembrando um pouco a importância e a relevância da China no cenário internacional; segundo, falando da importância da China para o Brasil; terceiro, da importância do Brasil para a China; quarto, o relacionamento bilateral como existe hoje; e, por fim, o que seriam as tarefas que me parecem prioritárias para a Embaixada do Brasil em Pequim, que seria uma espécie de programa de trabalho, caso eu possa contar com a confiança do Senado Federal.

Em termos de importância da China, além da tradição, da história, do peso inclusive físico que a China tem, com quase 20% da população mundial e o terceiro maior território, a China tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trajetória econômica, nos últimos anos, que não tem precedente no mundo. Ao longo de quase 40 anos, a China vem mantendo taxas de crescimento de quase 10% ao ano.

Outros países já tiveram taxas de crescimento elevadas durante bastante tempo, como o Japão, a Coreia e Singapura, mas nenhum manteve por tanto tempo como a China e nenhum tinha a relevância que a China tem. Desde 2014, a China tem a maior economia do mundo em paridade de poder de compra. Ela ainda é dois terços da economia americana em termos nominais, mas como há um diferencial de taxa de crescimento de 4% ao ano, em menos de uma década a China será, também por esse critério, a maior economia do mundo.

A China representa cerca de 15% do PIB mundial, mas ela foi responsável, no ano passado, por um terço do crescimento da economia mundial. Em termos absolutos, isso representa, segundo as estimativas do Banco Mundial, um pouco mais de dois trilhões de dólares, que é o tamanho da economia brasileira. O crescimento de produção da China em um ano corresponde ao tamanho da economia brasileira.

Em termos comerciais, talvez o mais notável seja a rapidez da transformação da China. Quando começaram as reformas, ela representava menos de 1% do PIB mundial. Ela chegou a 3,6%, desculpe, não do PIB, mas do comércio mundial; chegou a 3,6% há dois anos e se situa próximo disso ainda agora. Eram 9,6 bilhões de exportações, em 1978, e 2,2 trilhões, em 2016.

A China é o maior exportador mundial de mercadorias, o segundo maior importador, o quinto maior exportador de serviços e o segundo maior importador de serviços no mundo.

Essa dimensão física, associada a esse crescimento, a essa pujança econômica, tem impactos em todas as áreas. Então, na área do meio ambiente, por exemplo, a China é hoje, de longe, o maior emissor de gases de efeito estufa, com quase o dobro das emissões dos Estados Unidos. Mas, ao mesmo tempo, a China é um pais que investe enormemente em energias renováveis. O investimento chinês, a cada ano, corresponde a mais do que a soma dos investimentos dos Estados Unidos e da Europa em energia renovável.

Um primeiro-ministro chinês disse, há alguns anos, que qualquer problema multiplicado pela população da China é muito grande, mas qualquer problema dividido pela população da China é muito pequeno. Então, isso dá a ideia de grandes desafios, mas, ao mesmo tempo, de uma enorme capacidade de enfrentá-los.

A China vem também adquirindo uma influência cada vez maior na política internacional. É o país que tem a segunda maior rede diplomática do Planeta. Após um período de relativa discrição, no início do período das reformas, a China vem, cada vez mais, flexionando os seus músculos. Essa iniciativa, um cinturão, uma rota, anunciada em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, vai nessa direção, ou seja, ela soma a capacidade de mobilização de recursos que a China tem, os interesses comerciais e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento da China a um projeto que tem clara conotação política, que se estende não apenas ao trajeto tradicional da rota da seda em direção ao Mediterrâneo, mas também envolve a África e até mesmo a América Latina.

A título de anedota, para encerrar essa introdução sobre a importância da China, eu mencionaria que um estudo feito por acadêmicos de Yale, de Xangai e de Hong Kong, em 2015, encontrou uma correlação entre o comércio com a China e os resultados de eleições parlamentares americanas. Aqueles distritos eleitorais onde havia maiores importações tendiam a eleger deputados do Partido Democrata e com discurso contra o comércio. E, tendo em vista o que aconteceu depois, parece provável que o outro partido também tenha tirado algumas lições desse estudo ou de estudos equivalentes.

Em termos de importância da China para o Brasil, posso dizer que a China é o nosso maior mercado de exportação desde 2009. No ano passado, nós exportamos US$4,5 bilhões para a China, o que representou 20% do total das exportações brasileiras, o dobro do segundo mercado para o Brasil e quase o triplo do terceiro mercado.

Para alguns Estados brasileiros, essa participação é ainda mais significativa. No caso de Alagoas, é quase 30% das exportações; do Rio Grande do Sul, quase 30% das exportações; do Distrito Federal, 32%; de Minas Gerais, 30%; de Mato Grosso do Sul, 35% das exportações; do Pará, 40% das exportações; do Acre, se contarmos o que vai para Hong Kong, são quase 35%.

Hoje, 70% da soja exportada pelo Brasil, 44% do petróleo, 54% do minério de ferro, 40% da celulose, 38% da carne bovina e 12% da carne de frango vão para a China.

Cerca de 30% do saldo comercial obtido pelo Brasil, no ano passado, foram das relações comerciais com a China.

Em matéria de investimentos, a presença da China é cada vez mais pujante.

O Ministério do Planejamento publica, a cada dois meses, um relatório sobre investimentos, que é elaborado em coordenação com a Embaixada em Pequim e com a Câmara de Comércio Brasil-China, e eles identificaram US$55 bilhões em investimentos, no período de 2003 a 2017, em mais de 100 projetos.

Em 2015, o Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, anunciou a criação de um fundo de US$50 bilhões, com aportes chineses e brasileiros para investimentos em infraestrutura, e os primeiros projetos já foram aprovados nos últimos meses. E a China é também um parceiro muito relevante em ciência e tecnologia, é uma parceria tradicional em que, com também no crescimento chinês, surgem oportunidades adicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto é sobre a importância do Brasil para a China. O Brasil é o nono parceiro comercial da China. Em 2016, nós fomos o sétimo maior fornecedor de produtos para a China, então, atrás de Japão, Coreia, Austrália, Estados Unidos, Alemanha e Malásia, e à frente de todos os outros países europeus, da Rússia, do Canadá, da Índia. O Brasil foi neste ano, além de sétimo maior fornecedor, o 16º mercado para as exportações chinesas.

Na verdade, o que se vê nessa relação é que o Brasil é mais importante como fornecedor do que como mercado. O Brasil além de, no comércio de ferro, ser fundamental para que a China não fique submetida a um quase monopólio da Austrália, é particularmente relevante como um fornecedor confiável de produtos agroalimentares. A China não é autossuficiente em alimentos; ela é quase autossuficiente nos cereais fundamentais, que são arroz e trigo, e um pouco em milho, mas não é em soja, não é em carne, não é em leite, não é em açúcar.

Há um debate em curso na China sobre a substituição do conceito de autossuficiência alimentar por um conceito de segurança baseada no mercado. Mas, para que essa discussão possa avançar na direção que interessaria ao Brasil, é fundamental que o Brasil cada vez mais seja um fornecedor confiável.

Existe também o próprio problema ambiental. A China alimenta quase 20% da população mundial com apenas 7% das terras cultivadas. E o processo de urbanização tende a empurrar a agricultura para áreas menos produtivas, o que aumenta ainda mais uma pressão ambiental já considerável em termos de consumo de insumos químicos e de água. Os chineses têm apenas 2 mil metros cúbicos por habitante por ano disponíveis, quando a média mundial é de 8 mil metros cúbicos e no Brasil é de 48 mil metros cúbicos.

Então, o Brasil por um lado se beneficia do impacto que a China tem nos mercados internacionais em termos de preços de demanda de *commodities*, mas a China se beneficia muito também do impacto que o Brasil tem na direção contrária, em termos de se moderar os preços dos produtos agrícolas e da capacidade de expansão de oferta que o Brasil tem.

Do ponto de vista político, a China também valoriza o Brasil como um país relevante, com uma política externa independente, com o qual ela tem complementaridades importantes e não tem rivalidades estratégicas. Os chineses frequentemente se referem a Brasil e China como os principais países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente. E a China tem interesse em se coordenar com o Brasil e o tem feito ao longo do tempo – isso acontecia e aconteceu na Organização Mundial do Comércio, na conformação do G20 e nas negociações em matéria de meio ambiente.

Quarto ponto: relacionamento entre Brasil e China. É um relacionamento muito denso e que tem uma boa base. Então, os Presidentes do Brasil e da China se encontram pelo menos duas vezes por ano, por ocasião das Cúpulas dos BRICS e do G20. A Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nível), que é presidida no Brasil pelo Vice-Presidente, e agora, também na China, pelo Vice-Presidente, Wang Qishan, tem doze subcomissões. Há um diálogo estratégico de alto nível, que é presidido pelos chanceleres, que se encontram todos os anos, ao qual estão submetidos dez diálogos setoriais. Ou seja, há uma ampla gama de mecanismos e de instâncias de diálogo e coordenação que abrangem todas as áreas de atuação do governo: economia e finanças, comércio, investimentos, meio ambiente, cooperação consular, judiciária, agricultura, questões sanitárias e fitossanitárias, cooperação em investimentos, intercâmbio educacional, científico e tecnológico, enfim, todas as áreas. E, além de abranger todas as áreas do Executivo, isso envolve hoje em dia também o Legislativo, o Judiciário, as unidades da Federação, o setor privado certamente, cada vez mais, e também a sociedade civil, as instituições educacionais, as associações sociais.

Então, essa parceria tão ampla está reconhecida, inclusive, por proposta dos chineses no que nós chamamos de uma parceria estratégica global e eles chamam de parceria estratégica abrangente. Ela é global e abrangente na verdade, porque ela abrange temas que vão além do simples relacionamento bilateral. Os dois países valorizam o diálogo, são dois países que são importantes – claro, com diferenças, mas são importantes – na área internacional. Tanto separadamente como de forma conjunta, os dois têm contribuições a dar no cenário internacional para o bom convívio e para a conformação de um sistema internacional que seja mais pacífico e propício ao desenvolvimento sustentável.

Essas várias instâncias de diálogo contam também com alguns documentos que foram aprovados ao longo do tempo. Há um plano de ação conjunta 2015-2021 e um plano decenal de cooperação 2012-2021.

Por fim, então, o que é o trabalho da Embaixada e o que eu gostaria de fazer caso conte com a aprovação do Senado para a minha indicação?

As funções clássicas da diplomacia e das embaixadas são representar, informar e negociar. No caso da Embaixada em Pequim, há um enorme trabalho a fazer em matéria de identificação de oportunidades, de administração de divergências também – é inevitável que haja diferenças de perspectivas – e também de promoção de compreensão mútua entre dois países que se prezam mutuamente, mas que, obviamente, pela distância e pelas diferenças culturais, ainda têm muito a fazer em conjunto.

Como tarefas específicas, eu começaria com a questão da representação e do apoio institucional, porque esse conjunto de diálogos, essa gama de diálogos, de visitas, de contatos e de esforços de coordenação em foros multilaterais requer um grande acompanhamento, e ele é um pouco mais difícil em parte pelas diferenças culturais e, em parte, pela distância. É importante que a Embaixada esteja em condições de apoiar, por exemplo, os governos estaduais e municipais e o setor privado que buscam estabelecer e consolidar suas relações na China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto, que constitui atualmente, e que deve continuar a constituir, o carro-chefe do relacionamento é a área econômica, comercial e de investimento. São dois países complementares, que têm um grande significado um para o outro como parceiros comerciais, mas também na área de investimento. É importante que a Embaixada continue a buscar assegurar o acesso dos produtos brasileiros e lute para que esses acessos se expandam, para que novos produtos possam contar com a aprovação regulatória na China, para que isso seja feito de maneira regular.

Inclusive, em perspectiva de mais médio prazo, seria conveniente contar com certo planejamento estratégico para que a questão de habilitação de estabelecimentos, aprovação de eventos transgênicos ou abertura de mercados para novos produtos seja feita com algum planejamento, o que asseguraria maior previsibilidade e segurança tanto para o lado brasileiro como para o lado chinês.

Em matérias de investimentos, além dos setores tradicionais, a China tem investido também em setores não diretamente vinculados ao comércio entre os dois países. Isso tem a ver com a percepção da China de que o Brasil é uma economia importante, relevante e que oferece oportunidades para colocação desses capitais chineses, que são muito volumosos e que, no fundo, requerem bons projetos e boas oportunidades.

Em termos de diálogo político e acompanhamento da evolução externa, existe, por um lado, a necessidade de manter esse espírito de consulta e coordenação em relação aos temas da agenda internacional e que permitem que os dois países colaborem para buscar objetivos comuns.

Existem também transformações em curso na China, assim como também o Brasil passa por um momento interessante. É importante que isso objeto de conversa e de diálogo, para que não haja nenhuma solução de continuidade no que vem sendo um trabalho muito positivo dos dois países.

Em matéria de ciência e tecnologia, como eu havia mencionado, há uma cooperação tradicional que remonta os anos 80. No próximo ano, deve ser lançado o sexto satélite da série CBERS. É claro que a China adquiriu uma dimensão muito maior do que a do Brasil. Na China, hoje em dia, os pedidos de patente correspondem a 200 vezes os que são do Brasil; a China é o país que mais publica artigo científico no mundo desde 2016. Então, há um certo descompasso.

Por outro lado, há várias nas quais o Brasil tem contribuições importantes a oferecer e, de certa forma, o fato de que a China é mais desenvolvida, oferece oportunidade para que nós possamos focar naquilo que nos interessa. De certa forma, o Brasil tem oportunidade, desde que haja decisão política, é claro, de dedicar recurso para isso, porque, como se diz, quem paga os músicos é quem escolhe a música. Então, é importante que o Brasil também esteja decidido a participar disso.

O último ponto seria a divulgação da imagem. O Brasil tem uma imagem positiva na China. A nossa Embaixada vem fazendo um trabalho muito bom há muitos anos, mas é um desafio disputar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atenção dos chineses, que são foco de atenção do mundo inteiro. Há iniciativas em curso e que poderão ser aprimoradas em matéria de cinema, de produção televisiva, de teatro, de esporte, enfim, e de literatura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Um antigo embaixador disse que são dois países que não têm de vencer uma batalha para estabelecer confiança mútua, para consolidar os bons esforços da cooperação. Há identidades que podem ser exploradas, e as divergências podem ser administradas. Os dois países, como têm elementos de sincretismo na sua cultura, podem utilizar isso também para continuar a servir de ponte entre o Ocidente e o Oriente.

No último ponto, falo sobre a Mongólia. Quero dizer que a Mongólia é um país muito pequeno, com três milhões de habitantes. É uma embaixada cumulativa. A economia da Mongólia corresponde mais ou menos à economia da Nicarágua. Então, o relacionamento não é muito denso. O comércio é de US$5 milhões por ano. Mas é importante que a Embaixada também faça um acompanhamento para verificar as oportunidades de cooperação e de entendimento.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Pela ordem, tem a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Como nós estamos fazendo uma reunião extraordinária deliberativa, nesta manhã, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente, proponho a V. Exª que submeta ao Plenário a abertura da votação, porque são dois diplomatas que, como sabemos, são de altíssima qualidade. Não há dúvida sobre o desempenho deles na sabatina. Então, por tudo isso, proponho, então, a V. Exª a abertura do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois sim, Srª Senadora Ana Amélia.

S. Exª a Senadora Ana Amélia indaga se pode ser aberto o processo de votação pela urna eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aberto o processo de votação pela urna eletrônica.

Solicito à Secretaria desta Comissão que tome providências para tal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passo agora a palavra a S. Exª o Embaixador Pompeu Andreucci Neto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, ao Principado de Andorra.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor; Senador Cristovam Buarque, Relator da minha indicação, a quem muito agradeço; Senador Lasier Martins; Senadora Ana Amélia, que acabou de se ausentar; caros colegas aqui presentes; senhoras e senhores, registro meus agradecimentos ao Senhor Presidente da República e também ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação de meu nome para o cargo de Embaixador junto ao Reino da Espanha e ao Principado de Andorra.

A minha intenção é fazer uma apresentação da Espanha, tratar das nossas relações bilaterais e do seu potencial e apresentar um plano de trabalho centrado em oito propostas. Farei, igualmente, uma apresentação sobre o Principado de Andorra.

Senhoras e senhores, falamos de um país que, nos últimos 400 anos, ajudou a forjar a identidade cultural do Ocidente e que, entre outros muitos nomes, nos deu personalidades como Velázquez, Goya, Picasso, Cervantes e São João da Cruz e manifestações culturais como o Alhambra, o Escorial, a zarzuela. É um país, sobretudo, que, hoje, é uma das nações mais pujantes do mundo.

A Espanha, na atualidade, é uma praça financeira muito destacada, constitui-se no segundo maior produtor de automóveis na Europa e é fonte de investimentos da ordem de US$500 bilhões em diversos países do mundo.

É também o terceiro maior receptor de turistas no mundo. Apenas para dar uma ideia, no ano passado, a Espanha recebeu 80 milhões de turistas, com uma população de 46 milhões de habitantes.

Está na vanguarda também de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos.

É, portanto, um país complexo, avançado, com uma população multiétnica e com uma larga tradição de liderança na Europa e no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço, agora, considerações sobre a relação bilateral Brasil-Espanha. Eu não vou me deter nos dados geográficos de língua, de população. Esses elementos já foram circulados e são do amplo conhecimento de V. Exªs.

A Espanha é hoje, na relação bilateral, o segundo maior investidor do mundo no Brasil. Com relação ao seu PIB, a Espanha seria o primeiro. Os primeiros, em números efetivos, são os Estados Unidos, mas a Espanha dispõe hoje de estoque de capitais investidos no Brasil da ordem de US$68 bilhões, com possibilidade de chegar a US$70 bilhões. Senhoras e senhores, só para dar uma ideia, esses investimentos espanhóis geram no Brasil, hoje, cem mil empregos diretos e indiretos. Daí a importância da relação.

Também o nosso fluxo bilateral é extremamente importante – é maior do que com outros países da Europa; maior do que, por exemplo, com o Reino Unido – e atinge a soma de 6,5 bilhões de euros. É o nosso fluxo bilateral. Nós temos um superávit na balança comercial de 1,56 bilhão de euros. Temos perspectivas de em 2018 chegar a US$7 bilhões. O nosso comércio bilateral com a Espanha cresceu, apenas no ano de 2017, segundo dados do MDIC, espantosos 46% – 46%!

A nossa balança comercial, a pauta das nossas exportações ainda é concentrada em produtos básicos: 79% das nossas exportações são produtos básicos, e 94% das nossas importações são produtos industrializados. Mas isso é algo que ainda vou abordar mais adiante; talvez possamos corrigir.

Temos também cinco mil estudantes brasileiros, hoje, universitários e de pós-graduação na Espanha. Estudantes brasileiros aprendendo nas escolas espanholas, que têm alto nível de desempenho e custos muito competitivos. Todas as 15 maiores empresas espanholas têm investimentos em negócios no Brasil. As empresas brasileiras também estão na Espanha. As principais empresas, como Gerdau, Latam, Itaú, Weg e outras, atuam na Espanha como base para as suas operações na Europa e também no mercado espanhol.

Finalmente, ainda como uma apresentação da Espanha, se hoje muitos brasileiros buscam a Espanha, os espanhóis desde há muito estão no Brasil. A população brasileira de origem espanhola, hoje, constitui-se de 20 milhões de habitantes – 20 milhões de nacionais brasileiros são descendentes de espanhóis. Apenas para dar uma ideia.

Falo, agora, do programa de trabalho que pretendo implementar, se aprovado por V. Exªs, à frente da Embaixada.

A principal manifestação dessa nossa relação com a Espanha encontra-se no eixo econômico comercial. O seu dinamismo se reflete em outras áreas, como energia, ciência e tecnologia, inovação, e também no adensamento do relacionamento bilateral. Essas duas vertentes consolidadas, econômico-comercial e política, permitem-nos pensar em um reposicionamento da relação. A ideia seria renovar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma parceria tradicional, densa e muito bem consolidada, uma parceria que se iniciou em 1834 com o reconhecimento de nossa independência.

Esse objetivo, senhoras e senhores, permitirá trabalhar para definir um perfil ainda mais alto para a relação Brasil-Espanha. Independentemente do excelente trabalho que já vem sendo realizado pelo Itamaraty e pelos colegas que estão na nossa Embaixada em Madri, pelo Embaixador Antonio Simões, é possível ainda melhorar mais e elevar mais o perfil da relação, para que a gente possa, de um lado, renovar e revigorar essa parceria e, de outro, muito importante me parece, Senador, trazer para a população brasileira ainda mais benefícios e mais bem-estar que possam ser hauridos dessa relação. Para realizar esse objetivo, é preciso identificar motores ou vetores e é preciso também dar uma direção à relação.

Na minha avaliação, identifiquei três elementos principais que podem funcionar como motores para levar essa relação adiante num nível ainda mais elevado e identifiquei oito prioridades que poderão servir para direcionar essa relação.

Esses vetores ou motores dessa relação são, em primeiro lugar, Srs. Senadores, o interesse espanhol pelo Brasil. É imenso – eu mesmo confesso que me surpreendi ao me aprofundar nos estudos sobre a Espanha – o interesse espanhol pelo Brasil, é muito grande. Falo dos empresários espanhóis que se interessam – como vimos, das 15 maiores empresas espanholas, 15 estão no Brasil –; falo dos investidores espanhóis; falo da sociedade espanhola também – o interesse pela cultura do Brasil é muito grande na Espanha; apenas no ano passado, foram 50 eventos sobre Brasil realizados pela Embaixada em Madri; e falo também da imprensa espanhola; falo de toda uma população que se volta para a América Latina; e da política externa espanhola também. Esse seria um primeiro motor que poderia nos levar adiante.

Falo, em segundo lugar, de uma relação política do mais elevado nível. As visitas bilaterais que se realizam entre Brasil e Espanha, que são frequentes, permitem dinamizar e desafiar as burocracias nacionais para que avancem ainda mais na relação bilateral. Apenas para dar uma ideia aos senhores, o senhor, Presidente, esteve na Espanha três vezes durante seu período na Presidência da República; o Presidente Fernando Henrique esteve cinco vezes na Espanha; o Presidente Lula esteve cinco vezes na Espanha, a Presidenta Dilma esteve uma vez; o então Vice-Presidente da República, Michel Temer, esteve uma vez também. Aznar esteve no Brasil, em 2003; Zapatero, em 2005 e em 2008. Em 2012, o Rei Juan Carlos veio ao Brasil. Em 2017, agora, ano passado, recentemente, em abril, Rajoy esteve aqui, com resultados excelentes para a relação bilateral. Essas visitas dinamizam a relação e levam as estruturas negociadoras a avançar cada vez mais no relacionamento bilateral. Esse seria o segundo motor dessa relação.

O terceiro motor, o que nos anima muitíssimo, seria, no aspecto comercial econômico, a conclusão das negociações de parceria bilateral Mercosul-União Europeia. Concluídas essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociações ou sinalizado muito fortemente o seu avanço, o efeito sobre o relacionamento bilateral dos países latino-americanos do Mercosul e da União Europeia serão significativos. O nosso comércio poderá avançar muitíssimo, uma vez concluída essa negociação.

Esses três motores em marcha permitirão avançar a relação, mas é preciso dar a essa relação uma direção. Essa direção, senhoras e senhores, caso mereça a aprovação de V. Exªs, Srs. Senadores, poderá ser proporcionada por um programa de trabalho que me proponho a implementar na Embaixada. Esse programa de trabalho conta com oito metas que eu passo a apresentar.

A primeira delas é a meta do desenvolvimento da parceria científica e tecnológica com a Espanha. Os nossos maiores ganhos na relação certamente advirão, a médio prazo, de acréscimos tecnológicos e científicos e das inovações que pudermos agregar às nossas cadeias produtivas.

A Espanha dispõe de excelentes centros de tecnologia na área de inovação e pode nos dar uma contribuição significativa para o nosso desenvolvimento na área da indústria e dos serviços. O documento fundador dessa relação na área de ciência e tecnologia é de 1992. É preciso renová-lo, é preciso renegociá-lo. Apenas para dar uma ideia aos senhores, embora fosse de 1992 esse mecanismo, a primeira reunião da comissão conjunta nessa área realizou-se em 2017; ou seja, 25 anos depois de assinado o documento realizou-se a primeira reunião conjunta. É preciso acelerar isso.

Falo, em segundo lugar, da área educacional. Não há desenvolvimento, não há comércio e não há diplomacia sem educação. A educação é fundamental. Hoje nós temos 700 estudantes espanhóis no Brasil e cinco mil estudantes brasileiros na Espanha. É preciso aprofundar isso, é preciso aumentar, é preciso buscar meios de financiamento privados e públicos.

Falo, em terceiro lugar, da cooperação no setor energético. A Espanha dispõe de excelentes tecnologias nessa área. Nós também dispomos de excelência. É preciso incrementar os contatos com vistas a obter ganhos recíprocos.

Falo da cooperação em temas de meio ambiente. Brasil e Espanha têm interesses convergentes em meio ambiente. A declaração conjunta de 2017, assinada entre os Presidentes Temer e Rajoy, pediu que os respectivos governos alcançassem com esforços conjuntos nessa área. Vou trabalhar nessa direção também.

Em quinto lugar, nesse programa de trabalho, falo em cooperarmos na área de turismo. Como mencionei, a Espanha é um centro de atração de turistas do mundo inteiro. Foram 80 milhões de turistas, em 2017, e 11% do PIB da Espanha advém da área de turismo. Nós temos, no Brasil, um potencial imenso nessa área ainda inexplorado. Temos, no entanto, uma capacidade ainda limitada. A Espanha poderá nos auxiliar muitíssimo nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sexto lugar, falo da cooperação cultural e na área de economia criativa. Esse é outro setor em que nós temos uma excelência fundamental no Brasil. Os senhores têm bem noção de quantos recursos poderão ser obtidos pelo Brasil em seu benefício, em benefício de sua população e de sua economia, a partir da economia criativa. Nós temos uma cultura profunda, nessa área, ainda a ser explorada, e a Espanha é um mercado extremamente demandante.

Somente em 2017, como mencionei, realizamos 50 eventos culturais sobre Brasil na Espanha, na área de fotografia, pintura, cinema. Temos um festival novo cinema, na Espanha. Isso tudo pode ser dinamizado, pode ser aumentado, pode ser incrementado, podemos levar ainda mais artistas brasileiros, autores brasileiros, pintores brasileiros, expositores brasileiros para o mercado espanhol. Podemos tornar isso um meio fundamental de aproximação e de compreensão, de entendimento entre as duas sociedades. O cenário cultural espanhol criou uma janela excelente de oportunidade para a economia criativa brasileira.

Falo – e deixei propositadamente por último – dos dois eixos principais da relação. Já estão muito desenvolvidos, mas merecerão também, naturalmente, uma continuidade e um acompanhamento atento: o eixo econômico-comercial.

É fundamental tratarmos de desenvolver ainda mais esse eixo. Como? Diversificando, por exemplo, a pauta exportadora brasileira. Como mencionei aos senhores, 74% das nossas exportações são produtos básicos. É preciso acrescentar valor agregado a essas exportações. E isso poderemos fazer a partir da atração ainda maior de investimentos espanhóis no Brasil, da atração de cooperação tecnológica e de inovação ainda maior para as nossas cadeias produtivas, também a partir do relacionamento espanhol.

Do total das nossas exportações, 44% se referem a produtos do agronegócio. Esse é um setor importantíssimo, nós somos extremamente competitivos nessa área. É preciso desenvolver esse setor também; é preciso ganhar ainda mais preponderância nessa área; e é preciso aprofundar a cooperação nas áreas sanitária e fitossanitária também nesse relacionamento.

Por último, como programa de trabalho, como oitava prioridade, falo dos investimentos.

Claro, já são enormes, são grandes, vieram em duas ondas principais para o Brasil, em 1990 e em 2000, mantiveram-se durante as crises a partir de 2008, ou seja, mantiveram-se os investimentos espanhóis no Brasil, mas é preciso continuar a mostrar para o mercado espanhol que os empreendedores espanhóis podem confiar no Brasil. O Brasil apresenta segurança jurídica, o Brasil apresenta um ambiente estável e confortável para os investidores estrangeiros. Podemos elevar ainda mais os investimentos espanhóis no Brasil nessa direção.

São essas, Srªs e Srs. Senadores, as prioridades do programa de trabalho que, se a minha indicação for aprovada, pretendo implementar na direção da Embaixada em Madri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo último, senhoras e senhores, é o benefício mútuo da relação e a busca de vantagens justas e recíprocas para o Brasil e para o bem-estar do povo brasileiro, da população brasileira, que é, afinal de contas, quem paga os nossos salários, quem mantém a estrutura do Serviço Exterior Brasileiro funcionando. Para isso, os senhores podem ter a certeza de que trabalharei de forma incansável e sem cessar se o meu nome for aprovado por V. Exªs.

Refiro-me agora, por fim, à relação bilateral com o Principado de Andorra, para o qual também há uma indicação do meu nome para ocupar a Embaixada.

Os dados básicos, naturalmente, foram circulados.

O objetivo maior da gestão frente à Embaixada em Andorra, sempre se aprovado por V. Exªs, será aprofundar a relação política. Andorra tem sido um parceiro importantíssimo e contribuído com votos e apoios importantes para o sucesso de nossas candidaturas nos organismos internacionais multilaterais, principalmente aqueles do sistema ONU. Além disso, o elevado número de turistas brasileiros em Andorra requererá um acompanhamento atento à situação consular desses nacionais que visitam e trabalham no Principado.

Por fim, trabalharei também, se aprovado, para tornar mais dinâmico e intenso o comércio bilateral, dentro, naturalmente, das dimensões da economia andorrana.

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, ao concluir e estando nesta Casa, não poderia deixar de observar que, a meu ver, a diplomacia não se faz apenas com diplomatas. Tanto Espanha quanto Andorra, por seus sistemas de governo parlamentar, são países com os quais o Brasil muito se beneficiaria pela intensificação, Sr. Presidente, da diplomacia parlamentar, do contato reiterado dos Parlamentares brasileiros e suas contrapartes espanhola e andorrana.

Realizei levantamento a respeito das missões parlamentares realizadas à Espanha e constatei, Sr. Presidente, que não são frequentes as visitas parlamentares ao país, à Espanha; em 2018, houve apenas duas visitas de Senadores pelo levantamento que fiz. Nesse sentido, permito-me elevar à consideração de V. Exª, Sr. Presidente, e de V. Exªs, Srs. Senadores, a possibilidade de a Casa intensificar os contatos bilaterais com seus homólogos espanhóis. Para esse fim, naturalmente, a Embaixada em Madrid estará sempre à disposição.

Era o que tinha a dizer.

Estou à disposição de V. Exªs para responder aos questionamentos e acatar as propostas e eventuais sugestões que V. Exªs tenham e que muito me honrarão, caso desejem apresentá-las.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Sr. Embaixador Pompeu Andreucci Neto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Iniciando as perguntas das Srªs e Srs. Senadores, passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, pela ordem, um segundo. Pode ser, Senadora Ana Amélia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a permissão de V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Presidente, apenas para comunicar que, aqui ao lado, na Comissão de Educação, está se iniciando – na verdade, deveria ter se iniciado às 10h30 – uma audiência que eu presido, porque eu que a convoquei. E não posso deixar de estar lá, não só por ser o Presidente, mas porque o próprio Senador Medeiros, que aceitou ficar, vai ficar muito pouco tempo. Então, eu quero pedir desculpas, dizer que já votei, e que, se houver tempo, eu gostaria aqui de colocar duas perguntas, se for possível, agora, mesmo correndo o risco da indelicadeza de não estar na hora da resposta.

Uma pergunta ao Embaixador que vai nos representar na China é sobre até que ponto o que está dando certo na China vai continuar e quais são os riscos de, por exemplo, uma bolha financeira trazer dificuldades ou de a migração interna trazer dificuldades.

E, quanto ao Embaixador Pompeu, eu gostaria apenas de fazer uma pergunta: se o senhor acha que a mudança de Primeiro-Ministro vai levar a uma substituição das bases da política econômica sólida que vinha sendo cumprida pelo Primeiro-Ministro Rajoy; se o fato de os socialistas chegarem ao poder significará um sistema mais intervencionista do Estado, com menos responsabilidade fiscal.

Eu deixo aqui as duas perguntas, vou tentar vir aqui, se chegar algum Senador que me substitua lá.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor, caras colegas Senadoras, Senadores e caros Embaixadores, na exposição feita por ambos, foi sempre renovada a qualidade da diplomacia brasileira.

Eu vou começar com o Embaixador Pompeu Neto, porque, a primeira meta que o senhor estabeleceu de trabalho está sendo cumprida precisamente hoje lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. E aí eu gosto de puxar a brasa para a nossa República de Piratini, que tem aqui um grande representante que vai para a China e lá tem uma missão gigantesca, abissal eu diria até. V. Exª falou da questão da tecnologia, e está acontecendo hoje em Porto Alegre um evento. Os parques tecnológicos mais importantes do Rio Grande do Sul, o Tecnosinos, da Unisinos, o Tecnopuc, da universidade em que eu estudei, a PUC, e o Feevale Techpark, estão realizando o evento "Seu Negócio + Global – Espanha como porta de entrada para a Europa". A iniciativa conta com o apoio do governo espanhol – vejam o grau, digamos, de ativismo que tem o governo espanhol. Esse evento objetiva a troca de informações entre os dois países e o Estado do Rio Grande do Sul.

O evento também apresentará o Rising Startup Espanha 2018, programa de apoio às *startups* dirigido a projetos estrangeiros de caráter inovador e em desenvolvimento. Esse programa conta com o apoio da Barcelona Activa, ICEX-Invest in Spain e Madrid International Lab, onde as empresas poderão ser alocadas para o desenvolvimento de seus projetos. Ou seja, ele já tem tudo estabelecido lá com plataforma para essa iniciativa. Além disso, o programa prevê aporte financeiro e mentorias especializadas para fortalecer e apoiar o processo de financiamento, além de serviços de assistência para obtenção de visto.

Essa iniciativa conta também com o apoio da Câmara Espanhola de Comércio, da Comunidade do País Basco e da Comunidade Autônoma de Andaluzia – Extenda, que falará sobre o Parque Tecnológico de Málaga, que deve ser muito importante também na região da relação.

O primeiro passo já está sendo, de alguma maneira, implementado.

V. Exª falou desse crescimento de 46% do comércio em 2017. Qual é a razão? Pergunto porque foi um período complicado para a economia brasileira e para a economia mundial.

V. Exª também tocou na questão Mercosul-União Europeia e na relevância da relação entre o agronegócio brasileiro e o espanhol. Eu, como Senadora do Rio Grande do Sul, tenho uma dúvida grande, porque é exatamente no setor da produção primária e do aumento do protecionismo, invocando as questões fitossanitárias, que tem havido barreira maior para os produtos dessa área. Considerando que a Europa é muito protecionista no que diz respeito aos seus produtores rurais – especialmente a França, que lidera esse protecionismo; a Inglaterra, que saiu da União Europeia, é bem mais liberal; a Alemanha é um pouco mais neutra, mas não deixa de dar proteção aos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores –, como é que pode ser administrado o crescimento de protecionismo *versus* Mercosul-União Europeia, tendo no agronegócio exatamente o ponto mais sensível?

Concordo com o senhor quanto à questão do turismo. De fato, temos muito a aprender com a Espanha, que é um exemplo. Eu conheço praticamente todas as regiões da Espanha; acho que é um país extraordinário nessa matéria de organização.

E quero aceitar o seu desafio, Presidente Collor, do ativismo da diplomacia parlamentar no Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, porque acho aquele país extraordinário.

Por fim, só a questão de novamente recrudescerem na Espanha os movimentos de independência das regiões autônomas. O que nós vimos em relação à Catalunha, que é, digamos, a região que lidera isso... A Catalunha é uma região muito, muito rica do ponto de vista econômico e tem esse protagonismo também. Há estabilidade? Isso vai continuar ou lá vai haver sempre uma brasa acesa em se tratando disso?

Para o senhor, é isso.

Embaixador Paulo Estivallet, o senhor vai chegar à China em uma hora muito complicada, mas boa por um lado.

O senhor é do Rio Grande do Sul, e uma empresa do Rio Grande do Sul está vendendo a tecnologia do aeromóvel para a China. Um grupo chinês comprou essa tecnologia. Então, nós teremos na China, seguramente, uma extensão muito grande do aeromóvel, que é uma inovação tecnológica que está em outros países, inclusive em Singapura. Eles acabam de fazer esse processo de transferência tecnológica para os empreendimentos previstos para a China, que é uma questão muito importante, e já lhe peço apoio para esta iniciativa da direção da empresa gaúcha que tem esse projeto grande e importante do ponto de vista tecnológico.

A empresa licenciou essa linha, que vai ser construída em uma das regiões icônicas da China, em Xian, onde estão os exércitos de terracota, que é uma coisa linda, maravilhosa.

Neste final de semana, houve mais um baque na questão do protecionismo e das restrições às importações chinesas do Brasil numa área muito importante para o Rio Grande do Sul e para todo o Brasil: a área de carne de frango.

> A China anunciou [...] que vai impor direito antidumping provisório sobre as importações de carne de frango brasileira, em mais um revés para as gigantes de proteína animal brasileiras no momento em que os Estados Unidos pressionam Pequim a reabrir seu mercado a produtos avícolas norte- americanos. [É um jogo duro].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [Também] os importadores chineses de frango do Brasil terão de pagar depósitos de 18,8% a 38,4% do valor de suas compras a partir de 9 de junho, informou o Ministério do Comércio em um comunicado.

A Associação Brasileira e Proteína Animal considera isso um retrocesso e que não há nenhuma razão, nenhum nexo causal entre as exportações de carne de frango do Brasil e eventuais situações mercadológicas locais. Essa é a entidade que defende o setor. Eu peço a V. Exª empenho porque a China está impondo isso.

A China estabelece uma política de importação de produtos primários sem valor agregado. Por exemplo, a soja em grão chega à China sem nenhuma tributação, já farelo ou qualquer outro produto manufaturado chega lá com taxação, porque ela prefere manufaturar seus produtos.

Ainda mais: sobre nessa briga ou nessa posição do governo americano, eu tenho informação de que, na Embaixada americana em Pequim, o número de adidos agrícolas é expressivo. Não é só um, não é meia dúzia; é um número muito maior. Eu queria saber de V. Exª como é na Embaixada brasileira, que tem como base a agricultura – não só frango, mas há a questão da soja –, se tem apenas um, se não tem nenhum. Como o senhor pretende trabalhar essa matéria dado que os desafios do crescimento do protecionismo global vão impor uma necessidade de atuação mais firme da diplomacia e dos próprios atores nessa área da globalização do comércio?

Desejo ao senhor também muito sucesso com todos esses desafios com que estamos trabalhando com relação à questão comercial.

Parabéns aos dois!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senadora. V. Exª já está inscrita logo após S. Exª o Senador Pedro Chaves, a quem passo a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello.

Embaixador Pompeu Neto e Embaixador Paulo Estivallet, é um prazer muito grande estar aqui para fazer alguns questionamentos que acho de extrema importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de perguntar ao nosso querido Embaixador Pompeu Neto sobre três questões. Faço a primeira pergunta ao nosso querido Embaixador Pompeu Neto. O atual governo do Partido Socialista da Espanha, o PSOE, deve enfrentar o tema sensível pertinente à Catalunha. Uma das hipóteses é a adoção do federalismo em contraposição ao modelo de unidades autônomas com níveis distintos de poder. Para tanto, um processo constituinte deveria ser instaurado. De qualquer sorte, a Espanha, com o País Basco, com a Catalunha e com outras regiões, tão ciosos de sua identidade apartada e diferenciada da espanhola, traz um cenário constante de tensão. Um federalismo à espanhola seria a solução? A primeira pergunta é essa.

Faço a segunda pergunta. O Uruguai tem se destacado com a energia eólica, passando, inclusive, a vender energia para o Brasil. Não há dúvida sobre o apelo positivo dessa energia limpa. Sabe-se que a empresa espanhola Gas Natural Fenosa está investindo R$385 milhões em dois projetos fotovoltaicos em Minas Gerais. Sempre sujeito aos órgãos reguladores – no caso, é a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) –, esse tipo de negócio tem a Espanha como um grande investidor. Como catalisar o investimento espanhol? Quais são as grandes áreas de investimento espanhol no Brasil e na América Latina?

Faço a minha última pergunta. Sobre o Principado de Andorra, o que podemos comentar é que, entre as notícias desse pequeno país, há a investigação de lavagem de dinheiro, como aquela em que se investiga a consultora brasileira Camargo Corrêa, que teria movimentado cerca de US$100 milhões, entre 2008 e 2011, em um banco de Andorra. Podemos considerar esse país ainda um paraíso fiscal? Quais as possibilidades que V. Exª vislumbra em relação ao Principado?

Agora, farei as perguntas ao nosso querido Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita. As questões sugeridas são as seguintes.

Primeiro, integrada à economia globalizada, a China apresenta-se hoje como o maior exportador de todo o mundo, com 13% do total das exportações mundiais. Segundo a revista *The Economist*, nela estão sediadas 12 das mais valiosas empresas do mundo. A China criou uma extraordinária prosperidade para si própria e para os países que com ela fizeram negócios. No entanto, contrariando as expectativas das potências ocidentais, que esperavam que a sua integração ao mundo globalizado e a adesão à OMC a tornariam uma economia de mercado com liberdades democráticas, a China, de Xi Jinping, parece buscar o caminho da repressão, da intervenção do Estado e da confrontação. Ademais, em 20 de abril último, nas reuniões anuais da Assembleia Nacional Popular (ANP) e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), foram aprovadas medidas no sentido de uma mudança constitucional que retirou o limite de dois mandatos consecutivos para o Presidente e para o Vice-Presidente da República, entre outras. Na opinião de V. Exª, houve um erro de cálculo por parte das potências ocidentais ao admitirem a China como membro da OMC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta. No campo geopolítico, Pequim projeta uma imagem de poder bélico ao ocupar, em alguns casos, ou construir, em outros, inúmeras ilhas no Mar do Sul da China, o que constitui um dos conflitos geopolíticos mais importantes e antigos do Leste Asiático. China, Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan disputam há séculos a soberania sobre diferentes partes de um território que é a chave para o tráfego marítimo mundial, especialmente de navios petroleiros. Trata-se, também, de local rico em recursos pesqueiros. Acreditando-se que abrigue importantes reservas de petróleo e gás, a China alega precedentes históricos para reclamar o poder sobre essa zona, situada há mais de dois mil quilômetros de sua costa. Levado o caso à Corte Internacional de Haia pelas Filipinas, a Corte apoiou a demanda Filipina na disputa pelo controle de ilhas próximas à sua costa. Pequim, entretanto, recusou-se a reconhecer a decisão da Corte, dedicando-se a construir ilhas artificiais em recifes da área para serem utilizadas como bases militares. Estados Unidos, Reino Unido e seus aliados criticam as construções nas águas sob disputa, o que a China responde dizendo que o objetivo é somente proteger barcos de pesca que atuam na área. Recentemente, um navio de guerra dos Estados Unidos entrou na área de conflito para demonstrar a vigência da liberdade de navegação no local, e a China acusou os Estados Unidos de provocação. Qual a posição do Itamaraty a respeito desse perigoso conflito, tendo em vista que o Brasil reconhece a jurisdição da Corte Internacional de Justiça de Haia?

Última pergunta. Segundo avaliam especialistas, os negócios entre Brasil e China devem se fortalecer nos próximos anos com a crescente presença da China nos projetos de infraestrutura e com a continuidade do consumo interno na China, o que propicia ótimas exportações. O interesse chinês nos setores de energia e logística parece apontar para uma relação de longo prazo entre aquele país e o Brasil. Há alguma preocupação, da parte do Governo brasileiro, no que diz respeito à segurança nacional, em razão do maciço interesse chinês em nossa infraestrutura e geração de energia?

É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Muito obrigada, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar a indicação dos dois Embaixadores. Acredito que o Brasil será muito bem servido por esses dois homens de carreira excepcional e que, agora, vão para países de muita importância comercial e cultural para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiro, de perguntar ao Embaixador Pompeu sobre a relação Espanha-Venezuela, porque, após um longo período de tensões, que levou ao congelamento das relações diplomáticas entre os dois países, os dois agora anunciaram, há pouco tempo, em abril, a normatização dos laços e da recolocação de seus respectivos embaixadores. Nesse sentido, V. Exª acha que nós podemos contar com a Espanha para ajudar a retomar a democracia na Venezuela? E como poderíamos trabalhar a nossa relação com a Espanha, que é tão próxima, em relação à situação venezuelana? Essa é uma questão.

A outra diz respeito ao turismo. Como Ministra do Turismo – agora ex-Ministra – a experiência que tive foi muito interessante. Realmente, como V. Exª colocou muito bem, eles têm uma criatividade, uma cultura e um investimento na economia criativa e no turismo que conversam o tempo todo, porque é o que atrai, e nós não podemos passar batido.

Eu tive ocasião de visitar algumas instituições, tipo o Matadouro, acho que em Madri, que era um grande matadouro reformado que virou um grande celeiro cultural, e eu observei que várias áreas do Matadouro eram patrocinadas por empresas espanholas. A indústria espanhola investe em cultura. E a indústria espanhola investe no Brasil, só que aqui ela não investe em cultura, eu acho que talvez porque nunca foi estimulada. Mas a isso eu gostaria que V. Exª desse atenção, porque é um campo que realmente pode ter uma contribuição espanhola para nós e vice-versa, porque eles também apreciam muito a nossa cultura e isso poderia ser muito interessante.

Outra questão é para ter mais informação, porque eu não sei muito sobre isso. Nós vimos agora que o Primeiro Ministro Pedro Sánchez recebeu um barco de imigrantes que estava à deriva. A Itália não se portou muito bem em relação a isso e o barco foi acolhido pelo Ministro, com 386 pessoas desnutridas, mulheres grávidas, crianças. Qual tem sido a política da Espanha em relação à migração e em relação aos países europeus? Como V. Exª tem visto, analisado essa questão?

Nós vivemos aqui também com a questão dos venezuelanos em Roraima. Nós brasileiros... Pelo menos eu tenho ficado com o coração na mão com o que eu escuto. Ontem, a própria Senadora Ângela fez um discurso sobre isso, que o Exército pôs as tendas para 3.500 pessoas, e nós conversávamos que pôr a tenda para 3.500 pessoas está bem, eles estão lá abrigados; e saúde? Onde as crianças vão estudar? E as mulheres que estão tendo filhos? É uma situação que estamos vivendo no nosso País, mas como Roraima é bem longe, a gente não tem tanta proximidade. Mas quando ouvimos os relatos do que está acontecendo na cidade, é uma coisa horrorosa.

A Espanha fez um gesto incrível de receber. Não são poucas pessoas. Como eles estão se... Não sei. Isso foi tão recente que eu não sei nem como eles estão assimilando. Mas eles já têm essa experiência de receber? Ou era um país que recebia menos? V. Exª tem informação sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também fiquei muito impressionada, na Espanha, com a capacidade de organização do turismo. Não é à toa que o turismo espanhol tem uma porcentagem enorme do PIB. Eles são organizados.

Presidente da nossa Comissão, eles fazem um *marketing* parecido com o dos Emirates, com uma capacidade! Eu lembro que a gente não tinha um tostão para fazer *marketing* nenhum e eu via o que os Emirates faziam entrando no Brasil com seus aviões. Muito bom! Inclusive aqui entraram. Mas é a capacidade de sufocar qualquer competição, por ser bem-feito e com muito recurso! E a Espanha faz igual.

Eu estou falando isso porque deveríamos aprender; porque no Brasil nós temos as praias mais lindas, nós temos um povo com tudo que eles acham interessante e não exploramos. A situação no momento eu diria que é até contrária, em face do que nós estamos vivendo em termos de violência. Mas a vida não será sempre assim e a gente tem de começar a se preparar.

V. Exª falava dos nossos jovens que estudam na Espanha. Nós deveríamos incrementar o estudo na área de turismo também, que é uma área em que é difícil a gente ver um brasileiro sair para estudar, isto é, o turismo, mas é uma das áreas onde a capacitação e qualificação são muito, muito importantes, ainda porque, inclusive, fazer um *network* internacional ajuda muito depois.

Então, são essas as minhas questões a V. Exª.

Para o Embaixador Paulo, quero salientar que V. Exª disse que o Brasil conta com uma imagem muito positiva na China. É, de fato, impressionante como eles gostam dos brasileiros. Eu também, em todas as vezes que estive na China, sempre contatei isso.

Sabem V. Exª que, na primeira vez que eu fui à China, o Brasil não tinha relações com aquele país ainda. Foram três jornalistas e eu, como esposa do Suplicy, que, na época, era jornalista. A gente andava pelas ruas, e eu era loira, Como eles nunca haviam visto uma, quando olhava para trás, havia 100 pessoas olhando. E, naquela época, o Eduardo Suplicy ainda tinha cabelos – e com cachinhos. Então, eles vinham e puxavam os cachinhos para ver como eram. (*Risos.*)

Quase não havia carros nas ruas e todo mundo usava roupas azuis.

Depois eu fui algumas outras vezes, mas eles já estavam de tal modo adiantados que a gente nem acreditava.

Mas por que eu estou comentando isso? Porque eu sempre senti esse carinho. Quer dizer, eles gostam mesmo. E eu acho que a gente tem muita coisa parecida no jeito também.

Mas outra coisa, que também vem da época em que eu fui Ministra do Turismo, é que nós conversamos sobre intercâmbio. Eles são muito mais, eu diria, complexos na questão de se fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceira no turismo. Eles querem muito, mas eu lembro que os dados que o Ministro do Turismo colocava sobre a capacidade que eles têm, e tudo era muito planejado... Eu não sei quantos milhões, porque isso já foi há algum tempo, mas eu via aqueles números e falava: "Bom, e quanto disso vem para cá?" E não vem nada para cá.

Na época, daquilo que nós conversamos, eu me lembro de uma coisa que chamou a atenção – deve ter mudado, espero – era que tínhamos de ter, pelo menos, uma refeição chinesa para os turistas. E, aí, eu fui ver na minha cidade, que é São Paulo, e nós tínhamos apenas quatro ou cinco restaurantes chineses. E, com isso, eu lembro que a gente foi falar na Fiesp para ver se conseguiam fazer mais cursos de culinária chinesa, mas é muito complicado.

O que nós temos percebido é que, há muitos anos, nós tínhamos os turistas japoneses, quando eles iam para a Europa. Eles nunca andavam sozinhos; era sempre um monte de 20, 30, sempre em fila – nos mesmos lugares, mas sempre em fila. Isso foi mudando e, agora, a gente já vê turistas japoneses sozinhos – um casal, etc. Eles perderam o receio. A China ainda não tem assim essa multidão que está... Eles estão indo, por exemplo, a Dubai. Eles estão indo para outras áreas.

Eu gostaria – e aí é um pedido – que V. Exª focasse na questão do turismo, porque, quando nós pensamos em incrementar, nós fizemos uma pesquisa, e os turistas chineses.... Não sei nem se eram turistas ou quem tivesse condições de viajar lá, mas o que eles queriam era tudo que o Brasil tinha: floresta, música e praia. Era um verdadeiro encantamento por essas coisas. Isso nós continuamos tendo, só que nós não temos os canais azeitados para que... Se eles resolverem direcionar – eu não digo muita gente, nem metade – um tiquinho que seja, para nós vai ser uma mudança extraordinária.

Então, gostaria de fazer essas considerações. Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

Pergunto se algum outro Senador deseja fazer uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O Senador José Agripino, que já está a postos, e, em seguida, S. Exª o Senador Hélio José.

Senador José Agripino, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu gostaria inicialmente de me dirigir ao Embaixador Pompeu Andreucci Neto, que está designado para exercer as funções de Embaixador do Brasil na Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S. Exª tem uma carreira longa, tem experiência, inclusive experiência recente dentro do Palácio do Planalto, onde assiste o dia a dia de um governo. Vai ser embaixador num país que está passando por – não digo crise – grandes transformações, porque acabou de merecer voto de desconfiança o Presidente do Governo Mariano Rajoy, que é seguidor de uma ação de anos e anos do Partido Popular, o PP, iniciada com José María Aznar, que, queiram ou não queiram, consertou o país através de uma política liberal, sucedendo, inclusive, o PSOE, de Felipe González.

A Espanha tem um turismo formidável, tem uma dívida com a União Europeia formidável, tem uma relação dívida-PIB formidável – são fatores preocupantes –, tem uma economia diversificadíssima, tem um turismo poderoso, tudo isso ancorado num governo que vinha praticando a política do liberalismo econômico e vinha combatendo o mais grave dos problemas da Espanha, que é o desemprego. Dentro do contexto europeu, a Espanha, que eu acho que é a quarta maior economia da Europa, tem índices muito elogiáveis, mas tem um índice terrível, que é o índice de desemprego, muito superior a 20%, principalmente entre os jovens – jovens que devem ter, evidentemente, forçado situações políticas que levaram ao voto de desconfiança de Mariano Rajoy.

Assumiu um novo primeiro-ministro, o presidente do governo, com uma grande novidade que acho que o mundo aplaude, o feminismo na composição do governo, mas não se sabe que políticas a Espanha vai adotar com vistas ao prosseguimento de um processo de recuperação econômica e de estabilização econômica de um país de economia poderosa, como é a Espanha.

A preocupação que quero colocar para V. Exª é que eu por anos presidi o Democratas – que é um partido filiado à IDC, a Internacional Democrata Cristã, muito ligada ao PP espanhol e ao partido da Angela Merkel, na Alemanha – tenho uma relação próxima e tenho conhecimentos muito íntimos com a administração pública da Espanha. Acompanhei, ao longo desse tempo todo, os sucessos e os insucessos do governo, desde a derrota de Aznar com o atentado de Atocha até a volta ao poder de Mariano Rajoy, as desavenças entre Rajoy e Aznar, o recolhimento de Aznar na Faes, fundação do Partido Popular, o afastamento do partido, e vejo com grande preocupação o que está por acontecer com a Espanha, que é um país de economia consolidada: do ponto de vista industrial, é poderosa, assim como do ponto de vista agrícola e da prestação de serviços, mas do ponto de vista político é cheia de problemas, a começar pelo separatismo do País Bascos da Catalunha. E a composição do governo feita pelo atual Presidente de Governo inclui separatistas, inclui aqueles que querem ver a Catalunha separada, muito embora ele tenha feito a declaração de que é contra o separatismo.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre a postura do Brasil nesse contexto complicado da Espanha, que é um país irmão para valer. É um país com que temos relações diplomáticas, econômicas e culturais fortíssimas. Eu diria que, ao lado de Portugal, a Espanha é um país irmão do Brasil e por quem nós torcemos. Queremos que a Espanha dê certo. Mas eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre esses imbróglios todos em que mais recentemente a Espanha se enveredou, desejando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentemente, muito boa sorte no desempenho de suas funções nesse país simpático e importante que, no meu entender, é importantíssimo para as relações do Brasil com a União Europeia – mais do que com a Espanha, com a União Europeia.

O Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita vai ocupar um cargo classe A – como classe A é a Embaixada do Brasil na Espanha –, que é a Embaixada do Brasil na China, um parceiro comercial do Brasil e de quem o mundo hoje depende. Não é o Brasil só; o mundo todo depende da China, do sucesso da China, do êxito da China, da estabilidade do governo da China. Aliás, recentemente, o Premiê chinês foi reeleito para um longo período.

Eu estive na China duas vezes e se há uma preocupação que eu guarde é com a rigidez do sistema. Eles fazem um enorme esforço para estabelecer comitês de fiscalização da administração pública. Eles são capazes de fazer 3.000km de trem-bala em três anos. Por quê? Porque eles são determinados e eles passam por cima de tudo. Eles não têm Tribunal de Contas da União, eles não têm Ministério Público. Eles fazem e fazem para valer. Agora, isso tudo tem um preço.

O regime democrático da China tem as suas limitações. E eles têm, ao lado disso, um gravíssimo problema, que é a fixação das populações no campo. A migração do campo para a cidade. A economia chinesa, que explode a cada ano – é verdade que em velocidade menor a cada ano que passa –, precisa da população no campo, que está permanentemente buscando a migração para a cidade, onde existe oportunidade de empregos mais atrativos.

Eu gostaria de ouvir também as suas opiniões sobre a perspectiva da relação política do Brasil com a China e sobre a expectativa da manutenção do regime como um regime respeitado e produtivo – porque, na medida que eles são o que são, eles fazem o que fazem; agora, isso tem um limite: a internet vai terminar entrando com portas largas na China, e as avaliações, as críticas vão terminar chegando à ponta, e isso pode significar um abalo no regime político da China e um abalo, evidentemente, no sistema de equilíbrio das nações, em que a China exerce uma função central.

Eu gostaria de ouvir as suas considerações sobre essas minhas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador José Agripino.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus cumprimentos a V. Exª, Presidente Collor, pela condução dos trabalhos.

Meus cumprimentos ao Paulo Estivallet de Mesquita e também ao Pompeu Andreucci Neto pela história, pelo trabalho que vêm desenvolvendo ao longo do tempo e por essas importantes indicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ambos obtiveram para a gente avaliar aqui no Senado. A elegância dos dois indicados é indiscutível. A capacidade técnica também é indiscutível, bem como o conhecimento do Brasil para esses dois postos tão importantes.

Para a Espanha está sendo indicada uma pessoa que está convivendo no dia a dia do Palácio do Planalto, convivendo no dia a dia com os nossos problemas, e uma pessoa que é um *gentleman*, o Sr. Pompeu.

Pompeu, que Deus o ilumine e que você tenha, realmente, essa delicadeza que sempre teve para esse país tão importante, que é a Espanha, para as relações bilaterais do Brasil, para a gente poder melhorar as nossas relações de cooperação, como eu falei com você, por exemplo, na questão das energias alternativas. A Espanha é âncora, no mundo inteiro, de geração distribuída. A geração distribuída tem todo um tratamento especial, e o Brasil precisa compreendê-lo para bem aproveitar o seu potencial. Então, as relações bilaterais de Brasil e Espanha nessa área são fundamentais.

Ao nosso nobre Estivallet, as mesmas palavras que falei ao Pompeu falo a ele – da elegância, da presteza e da competência –, por estar conduzindo aqui, no Brasil, durante todo esse tempo, as relações no Mercosul, as relações na América Latina. Então, a ida do Estivallet à China é de fundamental importância para o Brasil. E, nessa linha também, a China, por ser o maior produtor de célula solar fotovoltaica, por ser o maior produtor de inversores, quem mais investe em energias alternativas no mundo e quem de fato tem uma produção em série, que se tornou econômica, ela é um fator fundamental para o Brasil, incentivo de verdade para que a China possa investir no nosso País, na infraestrutura de captação da energia solar principalmente e nas demais energias alternativas.

A China tem 30% menos radiação solar, menos solimetria do que o Brasil e tem uma produção de energia solar que beira dois terços do total geral da matriz elétrica brasileira. A matriz elétrica brasileira tem 172GW, a China está prevendo fazer 100 gigas de energia solar nos próximos cinco anos, porque ela tem uma produção de escala que lhe permite ter realmente condição investir nessa área. Nós precisamos aproveitar isso para tirar o Brasil do atraso porque sem energia não fazemos nada. Como temos sol nos 365 dias do ano, com grande potência...

Então, eu acho que essas duas áreas são fundamentais, por isso que eu pulei de um para o outro.

Além desta questão, na área de infraestrutura geral, nós precisamos ver como podemos, de fato, aproveitar o protagonismo chinês para que fixe negócios no Brasil de geração de emprego, de oportunidade aqui.

E a Espanha é, inclusive, um dos maiores países do mundo com relação à questão do turismo – meu nobre Pompeu –, o PIB espanhol cresceu muito, praticante dobrou quando a Espanha teve a sapiência de mudar uma visão e investir muito no turismo e na produção. É um outro parâmetro. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor, como Embaixador e com toda essa cancha – vou dizer assim – que possui da situação brasileira, precisa tentar trazer para Embratur, trazer para o Ministério do Turismo. Precisa ver como nós podemos aproveitar essa experiência para que o nosso PIB, num país como o Brasil, possa realmente dobrar, como a Espanha dobrou, com o investimento no turismo.

Eu acho que a China também é uma parceira, o chinês adora passear, adora viajar. Eu mesmo estive com os chineses lá na Nova Zelândia – estava numa missão de trabalho na Nova Zelândia. Uma grande equipe chinesa esteve comigo visitando, eles estão no mundo inteiro. Dou o exemplo da Nova Zelândia porque é um país em que praticamente ninguém nunca...

Creio, meu nobre Estivallet, que essas duas áreas são essenciais. A minha assessoria fez algumas perguntas que eu até passei por escrito para vocês. Eu vou lê-las para concluir e não tomar mais o tempo, meu nobre Senador Fernando Collor. Mas as duas perguntas mais essenciais se referem a turismo e à infraestrutura, a energia é a questão.

E uma questão para fechar, eu falei com os dois Embaixadores, quando tive a honra de recebê-los no meu gabinete, da importância da troca de experiência desses embaixadores tão preparados – a gente discute aqui. O que eles acham da possibilidade de uma vez por ano ou uma vez a cada semestre nós fazermos um grande conselho com os embaixadores titulares de cada país aqui no Brasil, com os ministros, com os Senadores e com as autoridades para uma troca de experiência de toda essa cooperação que eles têm feito nos países onde eles nos representam. Isso é importante.

Meu nobre Estivallet, a minha assessoria faz as seguintes perguntas, além das que eu já fiz a V. Exª.

A chegada da China à condição de grande potência projeta-se no Mar da China, que Pequim percebe como a área de influência. Ali, há várias ilhas disputadas por países vizinhos como Filipinas, Vietnã, Malásia e outros, inclusive Taiwan. O controle do Mar da China é chave da percepção chinesa da segurança em seu entorno, ressentindo-se, consequentemente, da presença militar norte-americana em região que percebe como sua área de influência. Esse fato é preocupante pelos riscos envolvidos. Qualquer mal-entendido poderá deflagrar conflito de proporções inimagináveis.

Pergunto a V. Exª, Estivallet:

1. Que impactos poderá ter a eventual aproximação entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte do entorno chinês?

2. Quais são as diretrizes adotadas pelo Itamaraty no que diz respeito às relações bilaterais Brasil e China? Que pautas seriam prioritárias nessa relação para o Brasil? Delas constariam questões relacionadas à observância dos direitos humanos pelo governo chinês, já que o Brasil é signatário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numerosos instrumentos internacionais de defesa desses direitos? É importante essa pergunta por causa do tipo da relação de trabalho na China e as reclamações sobre o que acontece.

3. Ao contrário da Rússia, que tem buscado afirmar a sua influência no entorno, a China adotou estratégias no sentido de estar presente em todo o mundo em termos comerciais. A nova Rota da Seda envolve tanto os países do Sudeste Asiático como do Oriente Médio. A China está, inclusive, abrindo canal de desenvolvimento para a África, onde vem investindo pesadamente em infraestrutura, da mesma forma na América Latina. Paralelamente à ideia de que a China exporta produtos descartáveis e sem qualidade – já não corresponde à realidade essa situação hoje –, ao adotar políticas cuidadosamente planejadas para o seu desenvolvimento em médio e longo prazo, a China está agora investindo em educação e, particularmente, no ensino superior, contrata, inclusive, professores de língua inglesa para ministrar aulas nas universidades naquele idioma, de modo a formar uma geração com bom conhecimento da língua inglesa. Ao mesmo tempo, assistimos ao progressivo isolamento dos Estados Unidos no cenário internacional, sob a égide da política "América First" adotada pelo Presidente Donald Trump. Pergunto: que iniciativa deverá a Embaixada brasileira em Pequim adotar para melhor posicionar nosso País em seu relacionamento bilateral com a China? Particularmente, na esfera comercial e no tocante a projetos de cooperação cultural e tecnológica, que iniciativa pretende V. Exª tomar?

Desculpem-me o prolongamento, mas a importância da China é tão grande na relação Brasil que não há como não fazer, o mesmo quanto à Espanha, meu nobre Pompeu. A pergunta começa exatamente com a China.

A China é o principal destino das exportações da Espanha na Ásia. Cerca de 15 mil empresas espanholas exportam para a China. Em torno de 600 empresas estão lá, em áreas como: a automotiva, a energia, serviços financeiros, tecnologia e alimentos. Segundo analistas, essa aproximação se deve, em parte, em razão de a Espanha ser atrativa à China como uma ponte de oportunidades à Europa e à América Latina. V. Exª vê algum cenário de triangulação comercial entre o Brasil, a Espanha e a China? Essa questão é muito importante. As ações triangulares, Pompeu, podem ganhar outros contornos como da cooperação Sul-Sul, como ocorreu com projeto do programa de água e saneamento na Bolívia em consórcio com a Espanha e Brasil? A considerar que a Espanha tem grande inserção na América Latina, como V. Exª vislumbra projetos de cooperação nessa região em parceria com a Espanha? Existe uma estratégia nesse sentido? Se existe, é importante a gente estar junto e colaborar.

A terceira e última, para terminar.

O turismo na Espanha é uma das bases econômicas do país a congregar segurança, serviços, gastronomia e cultura, terminando 2017 com cerca de 80 milhões de turistas estrangeiros, enquanto a população da Espanha é de 40 milhões. A maioria dos turistas na Espanha vem da própria Europa, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, do Reino Unido, da França, da Alemanha, de países nórdicos, Itália e Países Baixos, o que facilita a organização do setor turístico.

O que aprender com a Espanha nesse setor? E isso só reforça o início daquela minha pergunta. Como V. Exª pretende otimizar o turismo espanhol no Brasil? Quais nichos poderiam ser explorados no turismo ao Brasil?

Nobre Presidente Collor, obrigado pela paciência e obrigado pelo espaço.

Quero ainda agradecer aos dois Embaixadores, dizer que, lamentavelmente, não pude acompanhar as exposições de V. Exª, que, com certeza, foram brilhantes, dada a sua competência e preparo, e que também não acompanhar as respostas. Terei de assistir depois pelo vídeo, uma vez que a CCJ tem em pauta projeto de minha autoria. Desse modo, eu tenho de ir para lá, até porque a Comissão está aberta e em funcionamento neste exato momento.

Então, pedindo vênia e perdão mesmo a V. Exªs por não poder continuar aqui no plenário da CRE, já que tenho de estar na CCJ, desejo-lhes muito sucesso nas suas empreitadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Antes de passar a palavra a S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes, eu gostaria de aditar algumas perguntas que nos chegaram pela internet, questões dos nossos participantes internautas.

De Rogério Marques, do Pará, dirigia ao Sr. Embaixador Paulo Estivallet:

"Estatais e universidades chinesas são um bom exemplo para o Brasil? Sucesso [e aí ele se dirige a ambos]aos embaixadores!"

De Átila Santos, da Bahia:

"A China tem investido forte na internacionalização das suas universidades, empresas e do seu corpo estudantil. O Brasil precisa fazer parcerias com a China para desenvolver novas tecnologias e modernizar os modais de transporte. O turismo também deve ser valorizado" – aqui é mais uma consideração.

De Bruno Roberto, de São Paulo:

"A China foi tema de painel do Curso de Altos Estudos em Defesa da ESG, *campus* Brasília, no último dia 22 de maio. Qual é a relação de intercâmbio entre o Itamaraty, a Escola Superior de Guerra e o Ministério da Defesa? O que o Brasil espera da China?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Vinícius Gamer, de Pernambuco:

"Tomara que, com o apoio da China, os impostos caiam para que possamos ter consoles e eletrônicos sem precisar comprar mídias piratas. Vocês dizem que DVDs pirata é crime, mas o povo brasileiro não tem dinheiro para comprar os originais. Deem um jeito nisso!" (*Risos.*)

É uma tarefa...

De Átila Conceição dos Santos, da Bahia:

"A China quer investir no Brasil, mas devemos privilegiar as energias renováveis, ferrovias, educação, turismo, telecomunicações e informática". Isso também é uma consideração que termina com o desejo de sucesso a ambos.

De Lucas Loeblein, do Rio Grande do Sul, bem dirigido ao Embaixador Estivallet:

"Desejo boa sorte em sua jornada. Que exerças sua função com responsabilidade e autoridade, diante da tensão entre as Coreias e que, consequentemente, a China influencia devido a força econômica que possui e à parceria comercial com a Coreia do Norte. Obrigado por servir ao Brasil."

E novamente de Bruno Roberto Garcia, de São Paulo, que diz: "Também o caça J-20 tem semelhança com o F-23. Esses caças podem se tornar concorrentes do F-39 do Brasil, o caça Gripen, que há em áreas da América Latina para se vender. Ainda a China tem interesse em construção da Ferrovia Transoceânica? Em qual área mais eles têm interesse?"

Enfim, são esses.

E agradeço a participação, mais uma vez, dos internautas, que sempre abrilhantam, com as suas considerações e perguntas, as sabatinas aqui realizadas.

Passo a palavra, para responder a S. Exªs, às Srªs e aos Srs. Senadores, a S. Exª o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Muito obrigado, Senador.

Obrigado às Srªs e Srs. Senadores e aos internautas pelas perguntas, que são muito amplas e desafiadoras.

Eu começaria respondendo à Senadora Marta Suplicy em relação à questão do turismo. O Brasil recebe um volume bastante pequeno de turistas, e o contraste com a Espanha é extraordinário. A impressão que eu tenho é de que há uma questão de escala e de massa crítica para poder receber os turistas chineses. Não há apenas a questão da alimentação, mas também é preciso que os hotéis e as atrações turísticas estejam em condições de se comunicar em chinês, de dar uma estrutura que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suficiente. Alguns dos países que recebem mais turistas fazem isso num sistema quase de enclave, como é em Punta Cana, na República Dominicana; não é o mesmo esquema que há no Brasil até hoje.

Mas eu pretendo, na preparação para assumir a minha função, caso seja aprovado, manter contato com o Ministério do Turismo, com a Embratur, para ver em que medida eles estariam dispostos a fazer também o que no fundo é um investimento para absorver essa quantidade de turistas. É claro que o potencial é enorme e eu compartilho a percepção de que é um mercado quase inesgotável para o Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Exatamente, mas desde que o Brasil também tome as decisões necessárias para isso.

O Senador Agripino Maia mencionou a questão da rigidez do sistema, que eles têm facilidade para executar, mas isso apresenta certos custos. Existe a questão da internet e o efeito que isso pode ter sobre o sistema. A verdade é que, ao longo do tempo, o sistema tem dado mostras de capacidade de adaptação.

Então, poucos anos atrás, se olhava para a China como um país que dependia exclusivamente do investimento, com uma taxa de investimento quase inédita na história, perto de 50% do PIB e das exportações. Isso mudou muito ao longo dos últimos anos. Até mesmo em termos de saldo comercial, a China teve um saldo em conta corrente de 1,8% do PIB dois anos atrás; 1,3% no ano passado; e, neste primeiro trimestre, a China teve déficit em conta corrente – ainda tem um pequeno saldo comercial. Mas houve, então, um redirecionamento, e esse crescimento que continua ocorrendo tem vindo mais do consumo do que do investimento. Então, isso demonstra uma capacidade que se considerava difícil há algum tempo. Existe a questão das migrações – essa é uma questão quase que em aberto. O governo chinês tem procurado administrar isso. Eles têm estimulado migrações para cidades que eles consideram pequenas, cidades que têm entre um milhão e cinco milhões de habitantes, tentando evitar, ou diminuir, a atratividade dos grandes centros, como Xangai e Pequim. Não é fácil, porque a lógica econômica exerce uma atração muito forte para os grandes centros, mas eles vêm conseguindo manter...

No momento, o regime certamente tem mantido sua legitimidade, em parte pelo êxito, ou seja, pela a capacidade de retirar pessoas da pobreza, de atender a maior parte dos anseios. Embora não corresponda completamente a um ideal, sobretudo do ponto de vista do que é a visão brasileira em relação a sistema político, do ponto de vista social e econômico eles têm tido grandes êxitos. Isso, até o momento, me parece inegável. O que acontecerá no futuro é um pouco difícil de estimar.

Em relação ao impacto da internet. Há mais de 10 anos se dizia que, com a chegada da internet, a China não conseguiria manter os mesmos mecanismos de controle, mas até agora ela vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantendo. Então, ela demonstra uma capacidade de adaptação extraordinária – sem juízo de valor em relação a isso –, até mesmo em relação ao custo ambiental: eles fixaram metas para a redução da poluição e vêm conseguindo alcançar essas metas. Claro que a situação ainda é muito difícil, o que mencionei quando falei sobre a pressão que a agricultura exerce sobre o meio ambiente. Enfim, é algo que certamente merece um acompanhamento cuidadoso, e é um dos interesses da China essa capacidade de atuar nessas áreas.

O Senador Pedro Chaves mencionou a questão da economia de mercado e também fez alguma referência às expectativas que alguns países têm em relação à evolução do sistema político chinês. De novo, é claro que o sistema político tem características muito próprias, não é uma área na qual haja absoluta convergência com o Brasil, mas é importante que nós sejamos capazes de administrar essas diferenças com respeito mútuo, como tem sido feito até hoje.

Em termos econômicos, o papel do Estado e do Partido são muito importantes, mas o fato é que a China, ao longo do tempo, vem, sim, modificando de forma muito consistente a gestão econômica, e a participação do setor privado é muito mais importante do que já foi.

A gente tem de considerar também o que era o ponto de partida e em quanto tempo eles chegaram nisso. Há trinta anos, praticamente todos os preços eram administrados. Hoje em dia, na maioria dos setores de consumo, os preços são fixados pelo mercado de maneira bastante livre. Os grandes setores de infraestrutura ainda são controlados por empresas estatais, mas isso também dá mostras de modificação.

O Senador Pedro Chaves perguntava também se foi um erro de cálculo permitir o ingresso da China na OMC. Eu certamente acho que não. Eu acho que isso contribuiu para ajudar a China nessa evolução em direção a um sistema que é mais baseado no mercado. Não é completamente. É claro que há queixas com relação a isso, mas é muito melhor ter a China dentro do sistema multilateral de comércio do que não ter. Inclusive, hoje em dia, a China aparece mais dentro do sistema do que, talvez, até os Estados Unidos.

O Senador Pedro Chaves mencionava também a questão dos interesses em matéria de energia e logística – refletem um interesse de longo prazo, sem a menor dúvida – e se a questão dos investimentos chineses representa uma preocupação em matéria de segurança. O importante é o controle que o Estado brasileiro é capaz de exercer sobre suas próprias questões de segurança. Nesse sentido, até mesmo uma empresa privada ou uma empresa estatal brasileira pode suscitar questões de segurança. Agora merece uma reflexão se há um interesse em que setores estratégicos da economia tenham uma presença extraordinária em termos de investimentos estrangeiros de determinadas fontes. Mas são questões que pelo menos podem ser definidas e decididas pelo Estado brasileiro, pelo Congresso Nacional de acordo com nossas prioridades e interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Ana Amélia mencionou as oportunidades que surgem, como essa questão da venda de tecnologia do aeromóvel, que, sem dúvida, requer atenção e apoio especial da Embaixada – acho que mencionei isso na minha apresentação.

A questão do protecionismo, sem dúvida, também é um problema; por outro lado, o Brasil aplica quase 60 medidas *antidumping* contra importações chinesas, a China, acho, aplica duas ou três contra produtos brasileiros. O impacto acaba sendo maior porque as nossas exportações são mais concentradas, mas há canais para se manter esse diálogo. Nós, certamente, vamos acompanhar e buscar nos assegurar de que não haja nenhum favorecimento em relação aos Estados Unidos, o que, se houvesse, desmoralizaria a investigação *antidumping*. Há mecanismos para tratar disso, e estaríamos acompanhando.

Existe um adido agrícola na Embaixada, que vem fazendo um trabalho muito importante. É difícil de comparar com os Estados Unidos, porque a dimensão de toda Embaixada do Brasil é muitas vezes menor do que a da Embaixada americana. Atuamos em estreita coordenação com os Ministérios aqui no Brasil. Como disse, o adido agrícola vem dando uma contribuição muito grande. Eu próprio sou engenheiro agrônomo e acompanho com muito interesse as questões de agricultura.

O Senador Hélio José apresentou uma série de questões, todas muito interessantes. Sobre a questão das energias renováveis, eu havia mencionado que já tem havido investimentos chineses no Brasil em energia solar. Na área de geração de energia hidroelétrica e de transmissão, eu acho que a China já é o maior operador no setor privado. É claro que a Eletrobras ainda é mais relevante.

O Senador Hélio José, como o Senador Pedro Chaves, faz referência à questão do Mar da China. O Senador Pedro Chaves, aliás, presidiu aqui uma sessão muito interessante na segunda-feira à noite, em que se tratou dessa questão.

É claro que isso tem sua complexidade. A China não é o único país que vem construindo ou reforçando a estrutura de ilhotas ou atóis para buscar reforçar as suas pretensões na área. O entorno estratégico da China é bastante complexo, há vários países com os quais ela teve conflitos em períodos não tão distantes ou com os quais até mesmo ela tem pendências em termos de limites tanto terrestres quanto marítimos. A China tem 13 vizinhos e com vários deles teve conflito, o que contrasta, é claro, com a nossa situação privilegiada de termos dez vizinhos e nenhuma pendência em termos territoriais.

São questões interessantes. É claro que é difícil prever o que vai acontecer.

O Senador Hélio José faz referência a essa questão de entendimentos entre Estados Unidos e Coreia do Norte. É claro que todo entendimento, tudo aquilo que contribui para a paz é positivo para a China e é positivo para o Brasil. Agora, o importante – mencionei isto no início – é que uma das coisas que favorecem o nosso relacionamento com a China é que nós não temos rivalidade, nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos como prioridade uma contenção da China. Embora eu, pessoalmente, ache que a China tenha se comportado ou venha se comportando com razoável prudência e sabedoria, há outros países que têm uma preocupação mais imediata em relação a isso.

O Senador Hélio José menciona também a questão dos direitos humanos. Essa é uma área na qual, claramente, não há uma convergência perfeita entre Brasil e China. Os dois países defendem visões que não são exatamente as mesmas. O Brasil, até mesmo como mandato constitucional, tem isso como uma de suas prioridades em matéria de política externa. Isso é objeto de diálogo, mas é claro que a capacidade de influência de cada país é diferente. Nós somos muito ativos nos fóruns multilaterais. Há alguns diálogos nessa área. Agora, é importante ressalvar também a evolução da China. Hoje em dia, um cidadão chinês tem um grau de liberdade que nunca teve na história. Falta muito em termos de determinado ideal, sobretudo em termos do ideário ocidental, mas os chineses nunca tiveram o grau de liberdade de que desfrutam hoje. Esse, talvez, seja um dos elementos – volto a me referir às perguntas do Senador Agripino Maia – pelos quais o sistema não enfrenta, talvez, um desafio de legitimidade tão grande. É claro que tudo isso pode mudar. A prosperidade muda as expectativas e as perspectivas dos cidadãos.

Enfim, acho que a última pergunta do Senador Hélio José era sobre as perspectivas na área bilateral. Acho que eu já havia respondido durante a apresentação, mas, sem dúvida, a cooperação na área de ciência e tecnologia e na área educacional é prioritária.

Por último, o Senador Cristovam Buarque fez esta referência: até que ponto a China vai continuar dando certo? Em que medida riscos como a possibilidade de bolha financeira e as migrações internas podem representar uma ameaça? De novo, é sempre difícil especular sobre o futuro, mas a China vem demonstrando uma grande capacidade de adaptação.

Então, o sistema vem se afastando, vem se reequilibrando, se reorientando da ênfase no investimento em infraestrutura, que gerou parte do endividamento ou parte dessas dívidas – falam, agora, sobre uma possibilidade de bolha financeira –, e a gestão financeira e macroeconômica dá sinais de maior prudência, de tentar controlar os riscos no sistema financeiro. Enfim, eu não vejo motivos para duvidar de que eles continuarão seguindo nessa linha.

Em relação às migrações internas, eu já havia em parte respondido ao Senador Agripino Maia. É, sem dúvida, um processo difícil de administrar. Não há nenhum país com o grau de desenvolvimento da China que ainda tenha uma participação da população rural tão grande como a China tem. Mas, enfim, há iniciativas do governo, e é algo que nós teremos que ver como se desenvolve.

Em relação às perguntas dos internautas, todas elas são muito interessantes. Nem para todas, de fato, eu tenho resposta no curto prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa questão, por exemplo, do acompanhamento do material de emprego militar, essa é uma área com potencial de cooperação. O Itamaraty tem um diálogo muito estreito com o Ministério da Defesa, e nós continuaremos atuando tanto para a promoção da venda de material de emprego militar, quando possível, como também, com um maior entendimento e diálogo, para a promoção de cursos de formação de militares brasileiros, enfim, no contexto, repito, de uma relação que, *grosso modo*, é essencialmente de confiança.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, pelas suas respostas.

Eu gostaria, antes de passar a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Pompeu Andreucci Neto, a propósito da questão que foi colocada aqui de migração e direitos humanos, de citar um episódio ocorrido durante uma visita que o ex-Presidente Jimmy Carter fez a Pequim – ou Beijing –, quando eleito presidente, sequenciando as iniciativas tomadas pelo ex-Presidente Richard Nixon, que reabriu a embaixada americana em Pequim – naquela época, Pequim –, e, reciprocamente, Pequim a reabriu em Washington. Ele, muito voltado para a questão dos direitos humanos, fez uma viagem para fazer uma visita a Deng Xiaoping para propor a ele algumas iniciativas, no campo dos direitos humanos, para justificar a abertura de linhas comerciais que os Estados Unidos começariam a fazer para que a China exportasse seus produtos para os Estados Unidos. Ele disse a Deng Xiaoping: "Eu vou reabrir essas linhas comerciais, mas eu precisaria de algum aceno seu na área dos direitos humanos". E Deng Xiaoping respondeu: "Pois não; o senhor tem alguma sugestão?" Ele disse: "Tenho: talvez a questão do direito de ir e vir; que vocês aqui autorizassem o direito de ir e vir do povo chinês". E aí Deng Xiaoping respondeu: "Pois não, eu acho uma boa ideia. Vamos fazer uma experiência: por 90 dias, eu vou abrir as fronteiras da China e permitir que saiam tantos chineses quantos queiram. Eu imagino que, em 90 dias, saiam cerca de cem milhões de chineses do nosso território. Eu gostaria de saber para onde eu os encaminharei. Para a Califórnia? Para a Europa?" (*Risos.*) Enfim, e o assunto, então, acabou aí, foi encerrado aí, e nenhuma providência nesta questão do direito de ir e vir foi tomada naquela oportunidade, mas, como disse o Embaixador Estivallet, hoje, realmente, nós encontramos chineses em todos os lugares do mundo.

Agora, eu estive passando por Istambul, eu fiquei impressionado, no aeroporto, com o número de chineses e, como disse a Senadora Marta Suplicy, é sempre aquele mesmo grupo, sempre em fila, muito organizado, com papéis na mão, com uma bandeirinha.

Outro dia também, em Roma, uma confusão terrível para fazer o détaxe – confusão em função do número de chineses –, o que demonstra que já está havendo, de qualquer forma, uma abertura para saída e volta dos chineses que visitam outros países fora do seu continente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sim, passo a palavra a S. Exª o Embaixador Pompeu Andreucci Neto.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Muito obrigado, Presidente. Eu queria agradecer às questões todas que foram colocadas.

Eu me permito iniciar pelas ponderações apresentadas pela Senadora Marta Suplicy.

V. Exª se refere a turismo e a economia criativa. De fato, é impressionante a sinergia que existe entre os dois temas. O próprio governo espanhol tem ciência disso, investe muito nisso, promove naturalmente seminários e eventos culturais para atrair o turismo, ainda mais do que já recebe todos os anos.

Nós temos um potencial muito grande na área de turismo, mas, aqui, no Brasil, pensamos sempre no que já nos é dado um pouco pela natureza e pelas belezas do País como atrativos turísticos.

É muito importante desenvolvermos, sem dúvida, a indústria do turismo no Brasil e aprendermos com os espanhóis. Eu acho que nós temos um espaço muito grande de cooperação nessa área, pretendo trabalhar nisso intensamente.

Concordo com V. Exª no que diz respeito à ideia de qualificação da indústria de turismo brasileira na Espanha. Comento com V. Exª que existe um programa do Ministério do Turismo, ainda pequeno, incipiente, mas que, em 2017, conseguiu enviar 60 estudantes brasileiros na área de turismo, para a Espanha, para qualificação.

É preciso desenvolver isso, é preciso ampliar, é preciso estender esse tipo de iniciativa para diversas áreas do turismo. V. Exª, como Ministra que foi do turismo, conhece muito mais do que eu isso, sabe quais todos os setores envolvidos na indústria do turismo – são inúmeros. É preciso que nós nos envolvamos e intensifiquemos os esforços nessa área.

Concordo também com V. Exª que é preciso que façamos investimentos maiores na área de *marketing*. O turismo, sendo uma indústria de serviços, precisa ser vendido, precisa ser apresentado, precisa entusiasmar o viajante, até porque nós, aqui, disputamos com o mundo todo a indústria de turismo. E os espanhóis sabem muito bem fazer isso. Têm uma estrutura muito grande, têm agências especializadas, têm ministérios voltados para isso, têm recursos, têm pessoal.

É importante que nós possamos também trazer esses elementos aqui que sirvam para catalizar uma política nacional voltada à atração do turismo.

É um setor que eu pretendo trabalhar muito na Embaixada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exª se refere também à questão dos migrantes. Essa questão tem sido, naturalmente, um ponto de preocupação de toda a Europa. Eu tenho dados aqui, com relação à Espanha, que são dramáticos.

Em 2016, menciono que tentaram chegar à Espanha 6.046 migrantes. Muitos entraram no território espanhol, mas, infelizmente, ocorreram, nesse mesmo ano de 2016, 128 mortes.

Para que V. Exª tenha ideia, em 2017, acorreram aos portos espanhóis não os 6.046, de 2016, mas, sim, 21.468 migrantes, todos oriundos das regiões do Magreb, do Sahel e também das regiões alcançadas pelo Mediterrâneo. Nesse ano de 2017, ao invés das 128 mortes, tivemos, infelizmente, 224 mortes.

Em 2018, só de janeiro a abril, foram 4.409 pedidos de acesso ao território e, já em 2018, temos 217 mortes – só em 2018.

A Espanha tem sido, sim, criticada por organismos não governamentais, organizações internacionais e pela própria União Europeia com relação à sua política de migração, mesmo assim tem feito muito e há um interesse crescente da população, naturalmente, por esse tema, seja pela questão humanitária, seja pelo impacto social, econômico, político que isso tem na população espanhola.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Se me permite, Presidente, então, pode ser até entendida a questão do Ministro Pedro Sánchez como um movimento político. Eu não tinha tido essa clareza.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Sem dúvida. Acho que V. Exª tem toda razão. Este momento agora, imediato da assunção do Primeiro-Ministro Sánchez, em autorizar o atracamento do barco, o dito barco Aquarius, quando foram recebidas 629 pessoas, que foram trazidas, em parte, pelos Médicos Sem Fronteiras, em parte por uma outra organização, SOS Mediterranée, e que não receberam autorização de entrada nem de atracagem na Itália. É uma situação dramática, que envolve, como eu disse, toda a União Europeia.

A Espanha tem tido também uma política muito ativa nessa área e que lembra um pouco também a questão que nós enfrentamos, como V. Exª bem mencionou, em Roraima, em Boa Vista em particular, em Pacaraima, quando tentamos manter os eventuais migrantes no seu local de origem.

Os espanhóis têm tido, na área de cooperação internacional, uma política muito ativa na busca de desenvolver políticas que possam segurar esses migrantes na sua origem, principalmente na África. Têm sido bem sucedida em parte; em parte, não, tanto que os migrantes continuam a acessar.

Há uma desconfiança por parte de alguns governos na Europa, como, principalmente, o governo italiano que tem manifestado – e manifestou agora, recentemente –, que estaria sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvida uma indústria do tráfico de pessoas e que essas pessoas estariam sendo aliciadas nos seus locais de origem para, enfim, fornecerem recursos para que atravessadores e pessoas interessadas em levá-las até a Europa pudessem se beneficiar, obter lucros com essas atividades.

De todo o modo, é um problema que ainda está em curso, não há solução e, provavelmente, levará infelizmente ainda algum tempo até ser equacionado.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Posso perguntar? Eu sei a gente está saindo do prático, mas não é só a Espanha que está devendo essa questão.

Eu acho que nós não temos essa experiência, está sendo uma experiência muito nova o que acontecendo em Roraima. Mas, ontem, eu estava sendo informada de uma coisa seriíssima: as pessoas que estão entrando não têm vacinação, então estão trazendo de novo doenças que nós já tínhamos erradicado aqui e não tem também vacinação, por exemplo, contra dengue e outras questões até menos graves – e graves são as que podem levar a óbito –, mas não são graves...

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Sarampo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – ... como o sarampo e outras questões que são epidemiológicas, de outro nível até. Esses países devem estar tendo já várias experiências de como lidar com isso e seria uma oportunidade interessante, a partir dessa experiência – e V. Exª vai estar lá, certamente –, poder ter o interesse em acompanhar como eles estão lidando porque, pelo que eu entendi, essas pessoas desse barco que chegou estão desnutridas, estão extremamente desidratadas, as mulheres grávidas em situação terrível. Quer dizer, que tipo de coisa eles estão fazendo que talvez a gente pudesse ter mais inspiração? Porque o Brasil certamente está tentando fazer o que pode, mas já tem gente que está vivenciando isso há muito mais tempo que nós. Não é que tenham sido tão exitosos – a gente tem visto como vai –, mas V. Exª vai ter oportunidade de conversar com muita gente, até fora da Espanha, nesse nível de experiência, para poder talvez dar alguma sugestão porque não acho que isso vá ter um final tão rápido e, depois, essas pessoas que estão indo, já são mais de 50 mil – eu acredito, pode ser até ingenuidade –, não querem ficar no país; as pessoas querem voltar para o seu país e como tem sido essa experiência também dos que querem voltar. Há muita coisa ainda para a gente pensar e saber.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Obrigado, Senadora.

De fato, acho que V. Exª tocou no ponto fundamental: a Europa tem uma política de acolhimento e há procedimentos já previstos para um primeiro momento, nessa chegada, nesse acolhimento os mais integrais possível, de forma a atender às crianças, à vacinação, à toda questão sanitária inclusive, à alimentação, mas, em um segundo momento, existe uma grande questão – e na Espanha tem se colocado também esse problema – do que efetivamente fazer com essas pessoas. Essas pessoas, se ficarem, se decidirem ficar, precisam ser alojadas, precisam ser empregadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser protegidas; elas se envolvem numa série de relações sociais com a sociedade local; às vezes há a questão da criminalidade envolvida, a prostituição.

Então, é todo um conceito que não afeta, naturalmente, só a Espanha, mas afeta também a própria Alemanha, a própria Itália e tem um reflexo político, como V. Exª bem apontou, imenso. Já houve um reflexo político nas eleições na Alemanha, agora, recentemente na Itália, enfim é um tema candente que, certamente, demandará ainda muita atenção dos governos europeus e nosso também, porque, também como V. Exª muito bem mencionou, parece-me, nós não temos experiência nisso, e os problemas são dramáticos, de fato, enfrentados em Roraima.

V. Exª mencionou também a questão da relação Espanha/Venezuela. É um tema que esteve e está ainda, e evidentemente é muito presente, na política externa espanhola. Já houve momentos muito mais duros nesse enfrentamento da retirada dos embaixadores. A Espanha, até recentemente, apoiou muito medidas mais drásticas em relação, inclusive, a sanções pessoais contra membros do governo venezuelano, mas houve um determinado momento, ainda sob o governo Rajoy, houve uma tentativa de abrandamento dessas posições um pouco em função de uma esperança que se poderia ter no momento das eleições que se realizavam na Venezuela. A ver, agora, com o desenvolvimento do governo que se constituiu na Venezuela e, naturalmente, com a nova administração Sánchez, na Espanha, como será conduzida essa questão.

De todo modo, menciono a V. Exª que o tema preocupa muitíssimo, mas ele acaba sendo encoberto por uma questão que, infelizmente, capturou boa parte da política externa espanhola, que é a questão catalã. Essa questão, naturalmente, dos processos independentistas e do nacionalismo periférico, como eles chamam, tem dominado e, de fato, capturado grande parte da política externa espanhola.

Eu queria me referir também... Não sei se respondi aos questionamentos de V. Exª...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Muito obrigado.

Eu queria me referir, naturalmente, ao questionamento apresentado pelo Senador Agripino, que muito me honrou com sua pergunta muito interessante. Permita-me fazer algumas considerações.

De fato, Senador, a substituição do governo Rajoy por um novo governo de natureza socialista, embora tenha causas, que eu até gostaria de mencionar, estruturais e conjunturais, foi, em grande medida, uma surpresa até mesmo para a população espanhola e para o mundo político espanhol; surpresa tanto pelo momento; surpresa pela forma como foi feita; surpresa porque, na história recente espanhola, desde a democratização depois de Franco, nenhum presidente de governo, nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro-ministro havia sofrido uma censura bem-sucedida. E, no momento em que essa censura foi apresentada por um partido que não tem maioria, e liderada e apresentada por um membro desse partido que não tem mandato, que tem uma história conturbada dentro do partido, que já deixou o partido, que teve enfrentamentos duríssimos dentro do partido, e que, sobretudo, também se levantou num momento... Uma pessoa muito jovem – brilhante, evidentemente, mas muito jovem. Nesse momento, esses elementos confluíram para surpreender o eleitorado espanhol, que ficou atônito, e a própria imprensa espanhola não conseguia imaginar, naquele momento, naqueles dois dias em que a moção surgiu, foi apresentada, e caracterizou-se uma possibilidade de sucesso, não conseguia a própria imprensa imaginar qual seria o resultado disso. Especulou-se muito que o presidente de governo, Rajoy, poderia renunciar e pedir eleições, encerrar a legislatura, mas, naquele momento, essa opção foi descartada.

V. Exª sabe disso melhor do que eu, mas acho que é importante mencionar: há alguns fatores estruturais que confluíram nesse episódio. Entre eles, acho muito importante destacar, naturalmente, a questão catalã e o tratamento que o PP deu à questão catalã.

Apareceu, segundo ainda a imprensa espanhola, para a opinião pública, como uma medida muita adequada naquele momento, dada a tônica radical que o processo tomou, conduzido pelo Generalitat da Catalunha, com um plebiscito que resultou na declaração de independência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. POMPEU ANDREUCCI NETO – Senadora...

Desculpe.

Enfim, foi aceito, e pareceu natural que se invocasse o art. 155 da Constituição para decretar a intervenção, a dissolução do Parlamento catalão, a destituição de seus membros e a prisão dos líderes, inclusive com a fuga do Carles Puigdemont, num primeiro momento para a Bélgia e, depois, para a sua detenção, onde está atualmente, na Alemanha.

No entanto, com o desenvolvimento dos fatos e o desenvolvimento da situação, talvez tivesse sido adequado fazer um processo, de alguma forma, de abertura de diálogo com as autoridades catalães. Aparentemente, a opinião pública esperava um pouco isso.

E esse elemento se juntou a outro elemento estrutural no resultado da votação de Rajoy, que foi justamente a questão do bloqueio institucional. O governo Rajoy, durante um ano, foi impedido de formar um ministério e de se constituir, durante todo o período de 2015, término do primeiro mandato de Rajoy. Até a primeira eleição, que ocorreu no final de 2015, até junho, não se conseguiu formar um governo. Houve uma reeleição, como eles dizem, em junho de 2016, e mesmo assim o Governo não se formava. Só foi se formar em outubro de 2016 o novo governo Rajoy. Com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificavam-se dificuldades crescentes, estruturais e desacordos dentro do Governo espanhol com relação a conduzir temas, como V. Exª mencionou, tão importantes como o déficit fiscal, a questão da dívida pública, a questão premente do desemprego. Hoje a Espanha tem 3,8 milhões de desempregados, cerca de 17% da população, e é aparentemente um desemprego estrutural, porque não diminui.

A dívida foi diminuída, sim. O déficit fiscal foi reduzido, sim, pelo PP. O PP fez um trabalho muito importante de reformas, sem dúvida nenhuma, mas aparentemente não resultou numa popularidade maior perante a população. Criticou-se muito o governo do PP, o governo de Rajoy, como um governo que não conseguia aprovar medidas de uma forma mais célere no Parlamento, embora tenha aprovado, sim, o Orçamento, por exemplo, na Câmara dos Deputados.

Eu acho que há uma questão aqui, Senador, se V. Exª me permite, de percepção do resultado e, por outro lado, do resultado efetivo do que ocorreu na política espanhola, e a percepção não era positiva naquele momento. V. Exª também sabe muito bem que os dois partidos tradicionais espanhóis, o PP e PSOE, têm reflexos, têm dois concorrentes que refletem essas posições, que são o Ciudadanos, que seria um partido de centro-direita, e o Podemos, que seria um partido de centro-esquerda. O Ciudadanos manteve-se associado ao PP nesse processo todo, mas o Podemos, sim, votou com a moção de censura do PSOE, que foi apoiada também pelo Partido Basco, que tem apenas cinco membros, e também pelos partidos da Catalunha.

Hoje o que se vê é que o ministério montado pelo Presidente Sánchez é um ministério que se diz voltado para a conclusão da legislatura, que se conclui em 2020. Aparentemente não seria intenção do Presidente Sánchez simplesmente constituir um governo de passagem, um governo provisório apenas voltado para a convocação de novas eleições. Ao contrário, pretende governar: chamou diversos... Não chamou ninguém de outros partidos, todos eles são oriundos do PSOE, mas são pessoas extremamente capacitadas, pessoas já testadas, com capacidade técnica e capacidade política. Refiro-me especificamente ao Ministro das Relações Exteriores, que foi Presidente do Parlamento Europeu e que tem uma posição muito clara em relação à unidade da Espanha e uma recusa em aceitar qualquer processo independentista ou separatista, seja em relação à Catalunha, seja em relação ao País Basco – agora esse processo está muito arrefecido no País Basco.

A posição do Governo brasileiro com relação a isso é de recusa absoluta de aceitar a posição de independência. Há uma nota, do dia 27 de outubro do ano passado, do Itamaraty que reflete essa posição. Nós não aceitamos a declaração unilateral da Catalunha de independência. E chamamos as partes, por um lado, para o diálogo, por um lado baseado na legalidade da Constituição espanhola, que prevê naturalmente outros métodos de questionamento desses temas, e também voltado para a preservação da unidade do reino espanhol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento, os mercados reagiram bem ao governo socialista. V. Exª sabe que a Espanha teve uma experiência positiva em relação a governos socialistas, sobretudo no passado, logo depois do franquismo, com Felipe González; mas, sem dúvida – eu concordo com V. Exª –, é um governo que suscita muitas questões, com muitas sérias dificuldades, numerosas, pela frente. Aparentemente, os investimentos estrangeiros se mantiveram. As questões agrícolas e de serviços também estão atendidas, mas os problemas políticos continuam.

Há um fator conjuntural – e aí eu encerro, se V. Exª concordar – que precipitou também a queda de Rajoy, que foi o chamado caso Gurtel. Trata-se de uma investigação de fundos que foram alocados aos partidos para realização de campanhas por empresas privadas e depois tiveram destinos que foram inadequados, segundo decisões da Justiça espanhola. Esse caso teve uma repercussão imensa na imprensa espanhola e precipitou, em vista daquelas questões estruturais que mencionei, ajudou a precipitar a queda de Rajoy e o sucesso da moção de censura.

Não sei se respondi ao questionamento de V. Exª. Muito obrigado.

Sr. Presidente, me refiro, então, às questões ainda remanescentes. O Senador Cristovam mencionou a mudança política. Eu acho que, de alguma forma, já atendi ao responder a questão do Senador Agripino. Complemento apenas dizendo que poderá, sim, haver no Governo Sánchez um aumento da intervenção, porque, enfim, é parte do programa político do PSOE. Mas há, sem dúvida nenhuma, uma tentativa muito forte desse novo Governo de manter a responsabilidade fiscal.

Referir-me-ia agora, Sr. Presidente, às questões apresentadas pela Senadora Ana Amélia. A Senadora menciona a questão de ciência e tecnologia e sugere que se intensifique a troca de informações entre Brasil e Espanha. Para mim, parece que esse é o caminho. A cooperação entre Brasil e Espanha na área de ciência, tecnologia e inovação precisa ser atualizada. Nós temos um acordo que chama-se – o próprio nome já indica que o documento requer uma atualização – Convênio Básico de Ciência e Tecnologia. Nós não queremos um convênio apenas, queremos um acordo; não queremos que ele seja básico, queremos que ele seja amplo e abrangente e queremos que ele envolva, sobretudo, temas de inovação. Isso poderá nos trazer enormes benefícios para a nossa indústria e para o nosso setor de serviços.

A Senadora Ana Amélia questiona também com relação ao crescimento do comércio bilateral. De fato, esse comércio já vem crescendo há alguns anos, é uma das fontes de maior benefício que a relação Brasil e Espanha tem proporcionado ao Brasil. A nossa pauta é concentrada. Nesse período, com esse crescimento excepcional de 46%, houve um acréscimo muito grande na exportação brasileira de óleo bruto de petróleo, que é o nosso produto número um de exportação para a Espanha e que passou a dominar a nossa pauta em um quarto da pauta, em 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Ana Amélia ainda menciona as questões fitossanitárias envolvidas na agricultura e também há o aspecto europeu envolvido nessa questão. Podemos, sem dúvida, trabalhar com a Espanha para uma cooperação maior e, sobretudo, para um reconhecimento recíproco de documentos oficiais nessa área sanitária e fitossanitária tão importante para o Brasil.

A Senadora Ana Amélia mencionou ainda a questão do turismo. Eu acho que, em parte, respondi quando comentei as questões apresentadas pela Senadora Marta Suplicy.

E a Senadora Ana Amélia menciona também a questão da independência da Catalunha. É uma questão naturalmente complexa e difícil, evidentemente, é a questão principal que ocupa o governo espanhol e não está, em absoluto, resolvida. O seu principal líder Carles Puigdemont continua preso na Espanha. Os últimos desenvolvimentos indicam uma posição um pouco mais equilibrada dos líderes. Desculpe-me. Ele está preso na Alemanha, continua preso na Alemanha. A posição dos líderes do processo independentista indica um certo arrefecimento das paixões. O Presidente da Catalunha eleito Quim Torra aceitou não nomear membros presos para o seu ministério, para a sua assessoria, e isso incentivou justamente o novo governo Sánchez a tentar reabrir a porta do diálogo. Naturalmente, esse diálogo tem que ser baseado no princípio inafastável da unicidade do reino espanhol.

O Senador Pedro Chaves pediu também considerações em relação à Catalunha e ao governo do Partido Socialista, o novo governo de Sánchez. Embora tenha havido em um primeiro momento, no dia da constituição do governo socialista, essa preocupação muito aguda, parece que ficou claro que não será um governo que vai transigir com esse princípio da unicidade do país.

Refiro-me ainda às questões apresentadas pelo Senador Hélio José.

A questão da energia, mencionada por S. Exª, é, sem dúvida, uma questão premente e onde podemos obter também imensos benefícios. O Brasil tem excelência em bioenergia, a Espanha tem excelência em energia fotovoltaica e, sobretudo, na geração distribuída. É muito comum na Espanha a captação pequena por meio de painéis solares e a colocação da energia sobressalente não utilizada na rede. Esses processos podem ser aproveitados pelo Brasil.

O Senador Hélio José mencionou também o potencial de cooperação em turismo. Sem dúvida nenhuma. Eu acho que já me referi aqui bastante a esse tema. Concordo plenamente.

Ainda para responder aos questionamentos apresentados por escrito por S. Exª o Senador Hélio José com relação à triangulação comercial entre Brasil, Espanha e China, eu acho que, sem dúvida, há um potencial para isso. Aqui está o meu colega Embaixador Paulo Estivallet, com quem, sem dúvida, eu tratarei deste assunto, e poderemos imaginar uma forma, seja por intermédio de investimentos, seja por intermédio de uma busca de complementariedade dos comércios, de como poderíamos encaminhar essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da triangulação sul-sul na cooperação em terceiros países já ocorre... Também foi mencionado pelo Senador. Ela já ocorre. O Brasil tem participado muito das ações de cooperação com a Espanha, seja na América Latina, seja na própria América Central, seja na África.

E, por fim, S. Exª mencionou o turismo. Também aqui já me referi a essa questão.

Eu acho que, com isso, Presidente, eu completei as questões apresentadas pelos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Pompeu Andreucci Neto.

Eu perguntaria aos Srs. Embaixadores se alguém tem alguma consideração final a fazer.

Com a palavra S. Exª o Sr. Embaixador Paulo Estivallet.

O SR. PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA – Obrigado.

Presidente, eu acho que a pauta bilateral foi bastante coberta pelas perguntas que os Srs. e as Srªs Senadoras fizeram, mas eu gostaria de me referir à questão da participação do Brasil e da China no BRICS.

No próximo ano, o Brasil terá, novamente, a presidência do BRICS, o que, entre outras coisas, motivará a vinda do Presidente XI Jinping, haverá diversas visitas de alto nível.

Além disso, o BRICS tem uma série de mecanismos bilaterais que permitem não só projetos e coordenação e diálogo conjuntos sobre temas de interesse, mas também abrem oportunidades para iniciativas na área bilateral.

Então, quando eu era Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, eu era o representante no Grupo Consultivo de Temas Econômicos e Comerciais, no qual nós discutíamos coordenação de posições em mecanismos e em instituições multilaterais e também questões bilaterais.

Na área cultural, por exemplo, foi decidida a criação de um prêmio de cinema. Os filmes brasileiros tiveram um desempenho muito bom, e isso abriu portas para a exibição nos circuitos em todos os países, mas, com destaque, obviamente, neste caso, o que me interessa mais é a China.

Então, haverá a vinda de um grande número de missões chinesas que abrirão a possibilidade também para encontros bilaterais para explorar todas essas oportunidades que foram mencionadas para o relacionamento bilateral.

A China também destaca, dá muita importância ao Brasil como seu principal sócio na América Latina. Foi em 2014, durante a presidência brasileira do BRICS, que o Presidente Jinping propôs o estabelecimento do fórum Celac – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, novamente, enfim, a participação dele aqui provavelmente dará margem a alguma iniciativa de coordenação. A China preza muito a opinião e a percepção do Brasil em relação às suas iniciativas na região.

Acho que seria isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Paulo Estivallet.

Eu consulto o Plenário se nós poderemos continuar com a reunião aberta para fazermos a apuração dos votos concedidos a S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam que a reunião continue aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Solicito à Secretaria da Comissão que dê conhecimento do resultado da votação oferecida aos Srs. Embaixadores. (*Pausa.*)

Comunico, portanto, o resultado da votação das indicações nesta Comissão: o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia, foi eleito por unanimidade dos votos dos presentes nesta Comissão. Do mesmo modo, S. Exª o Sr. Embaixador Pompeu Andreucci Neto, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco, foi aprovado por unanimidade dos votos dos integrantes desta Comissão.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto meus cumprimentos, desejando a ambos êxito pleno na missão que lhes será confiada, depois de ouvido o Plenário do Senado Federal. Parabéns e um bom dia a V. Exªs!

Passamos, agora, à segunda parte da pauta, para deliberação de matérias.

Eu consulto o Plenário se podemos fazer inversão de pauta: o item 2 passando a ser o item 1.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2, que passa a ser o primeiro item da pauta desta segunda parte da reunião.

MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor.

Passo à leitura do relatório. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Haroldo de Macedo Ribeiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de Afonso de Araújo Ribeiro e de Maria José de Macedo Ribeiro e nasceu em Belo Horizonte, em 1962. Graduou-se em Direito, em 1985, e é mestre em Direito Constitucional, em 1990, pela mesma universidade. O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1992, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe, em 2011; e a Ministro de Primeira Classe, em 2017. Todas as promoções por merecimento. Em 2008, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada com louvor a tese intitulada "Comércio, meio ambiente e solução de controvérsias: a evolução da jurisprudência do sistema multilateral de comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GATT e sua potencial incidência sobre interesses brasileiros".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos; Coordenador do Departamento Econômico; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos; Assessor do Gabinete do Ministro de Estado; Assessor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores; e Chefe de Gabinete do Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, cargo que exerce até o momento.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul); e Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e a outras organizações econômicas em Genebra. Importa registrar, ainda, que o Embaixador indicado é autor de diversas publicações.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Bélgica e o Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Bélgica, localizado no oeste da Europa, ocupa a 21ª posição no *ranking* do IDH. O país apresenta, também, elevado índice de industrialização. Importa recordar, também, que Bruxelas é tanto a capital do Reino quanto administrativa da União Europeia, bem como sede da OTAN. O Norte é a região mais próspera do país e onde vivem comunidades flamengas, e o Sul é habitado pelos valões, de língua francesa. Há, ainda, pequena parte da população, no leste, que fala alemão. Esse pluralismo constitui motivo de tensão entre a população, estimada em mais de 11 milhões de habitantes, ameaçando a unidade do Reino.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam à independência, quase concomitante, de ambos os países. Nessa trajetória, vale destacar, do ponto de vista político, a visita do Rei Alberto I ao Brasil em 1920 e, da perspectiva econômica, o papel desempenhado no ramo siderúrgico pela Companhia Belgo-Mineira – em meu Estado, Sr. Presidente, Minas Gerais. Desde então, verificamos crescente aproximação tendo em conta a consonância de sentimentos no tocante a temas internacionais importantes e a complementariedade de suas economias.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Bélgica foi o 12º maior destino das exportações brasileiras em 2017. De um lado, o mercado belga é importante para nossos produtos; de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante porta de acesso para outras áreas da Europa. As trocas comerciais, que somaram quase US$5 bilhões em 2017, seguem superavitárias para o Brasil. Exportamos produto básicos e *commodities* e importamos produtos de maior valor agregado.

Em relação aos assuntos consulares, estima-se em cerca de 48 mil o número de brasileiros na Bélgica. Para seu atendimento, nossos nacionais contam o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, importa destacar que se trata de nação autônoma desde de 1830. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da economia até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional. Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US$4 trilhões. Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter importantes laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de forte migração portuguesa para o país nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população. Em relação à comunidade de brasileiros no país, avalia-se em 3.600 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, Sr. Presidente, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo ao item 1, que passa a ser, naturalmente, o item 2, em função da inversão de pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Flavio Marega, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Solicito a S. Exª o Senador Antonio Anastasia que aceite ser o Relator *ad hoc* dessa matéria e passo a palavra a S. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de apregoar, trata-se da indicação do Sr. Flavio Marega, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

No currículo elaborado pelo Ministério do indicado consta que ele é filho de Guido Marega e Olga Dal Bem Marega, nascido em 28 de maio de 1960, em Paranavaí, no Paraná.

Graduou-se em Direito pela Universidade Católica de São Paulo e fez o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1985.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1986, Segundo-Secretário em 1992 e Primeiro-Secretário em 1999. Foi promovido a Conselheiro, em 2004, a Ministro de Segunda Classe, em 2007 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017, todas as promoções por merecimento.

Desempenhou no Ministério as funções de Subchefe da Divisão do Mercado Comum; Chefe do Núcleo de Apoio à Presidência Pro Tempore brasileira do Mercosul; Subchefe da Divisão de Comércio de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, Coordenador-Geral na Coordenação-Geral de Contenciosos.

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Riade, na Delegação Permanente em Genebra; na Delegação Permanente junto à Aladi, Montevidéu; na Embaixada em Washington; na Embaixada em Londres, na Embaixada no Reino da Arábia Saudita e na República do Iêmen. Chefiou a delegação do Brasil em várias reuniões internacionais, como as do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia, entre outras aqui elencadas. Foi agraciado com diversas condecorações.

Anexa também o Ministério das Relações Exteriores notícia sobre a Argélia.

População de 41 milhões de pessoas, com os idiomas o árabe e o tamazight (oficiais), bem como o francês.

Os dados econômicos apresentados, de 2015, revelam um PIB de cerca de US$160 bilhões e renda *per capita* de US$3.852. O IDH está em 0,745, conferindo-lhe a 83ª posição entre 188 países. A expectativa de vida é de 75 anos e os índices de desemprego e de alfabetização estão em cerca de 11% e 80%, respectivamente.

Após o conflito civil da década de 90, foi promovido processo de reconciliação nacional. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial, já que a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano e no mundo árabe.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecerem a independência da Argélia em 1962 e, naquele mesmo ano, foi aberta a Embaixada brasileira em Argel. Os dois países compartilham posições e interesses em questões internacionais de importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais.

Quanto à posição argelina no tocante aos conflitos regionais, a Argélia tem atuado no sentido de facilitar a obtenção de solução política para tais conflitos. Assim como o Brasil, ela identifica como principal origem da volatilidade regional a intervenção externa realizada pela OTAN na Líbia, em 2011, sem um acompanhamento bem planejado para o período pós-conflito.

Mais de 90% das exportações brasileiras à Argélia consistem de açúcar, óleo de soja, milho e carne. Importamos daquele país nafta e óleo bruto de petróleo.

Desse modo, Sr. Presidente, diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberarem sobre a indicação Presidencial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do Relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Senado Federal.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das duas reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco, ainda, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, membros desta Comissão, para a nossa próxima reunião deliberativa anunciada e agendada para amanhã, quinta-feira, às 9 horas, neste Plenário.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença de todos e a participação dos nossos internautas, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia quatorze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Roberto Requião, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Rudson Leite e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/14

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Iniciamos com os comunicados.

O primeiro deles: Cúpula Coreia do Norte-Estados Unidos.

O primeiro encontro entre os líderes dos Estados Unidos e da Coreia do Norte foi realizado com sucesso em Singapura, na última terça-feira, dia 12. Após uma reunião de 40 minutos, seguida de uma almoço de trabalho, os dois líderes assinaram uma declaração na qual se comprometeram, entre outras coisas, a trabalhar juntos para a desnuclearização da península coreana.

O aguardado encontro foi considerado um sucesso pelos dois líderes, tendo o norte-americano anunciado, em uma coletiva de imprensa realizada ainda em Singapura, que iria dar fim aos exercícios militares que os Estados Unidos realizam em conjunto com a Coreia do Sul. Ele também afirmou que Kim Jong-un prometeu destruir um importante local de testes de mísseis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não foi fácil chegar até aqui", disse o líder norte-coreano Kim Jong-un. "Houve obstáculos, e nós os superamos."

Na Coreia do Norte, o jornal estatal *Rodong Sinmun* chamou a cúpula de "encontro do século", e a agência estatal KCNA publicou um artigo em inglês, exaltando o encontro como uma "ruptura com o passado".

A resposta internacional foi, na maior parte, positiva. O Presidente sul-coreano Moon Jae-in, que participou de um encontro histórico em Panmunjom com Kim Jong-un, no dia 27 de abril – também passado –, acredita que as duas Coreias e os Estados Unidos vão escrever uma nova história de paz e cooperação.

A China, grande aliada econômica e diplomática da Coreia do Norte, também disse que o encontro pode significar a criação de uma nova história. O Ministério das Relações Exteriores chinês afirmou que as sanções sobre a Coreia do Norte podem ser aliviadas.

O Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, que teve uma reunião de emergência com o líder norte-americano, na semana passada, elogiou seus esforços e a liderança, dizendo que apoia a promessa de desnuclearização da Coreia do Norte e a considera um passo importante em direção à solução dos problemas relativos àquele país.

Segundo a agência de notícias France-Presse, a União Europeia elogiou o encontro, chamando-o de "passo crucial e necessário, que torna a desnuclearização possível." A agência cita a Chefe de Relações Exteriores do bloco, Federica Mogherini. E disse ela: "Essa cúpula foi um passo crucial e necessário para dar seguimento às evoluções positivas conquistadas nas relações intercoreanas e na península até agora."

O Porta-Voz da Presidência russa, Dmitry Peskov, declarou que "é preciso comemorar, pelo simples fato de que a reunião foi realizada e o diálogo direto tenha se estabelecido." Ele acrescentou que é preciso cautela, pois a questão da desnuclearização não será resolvida rapidamente.

A agência de notícias oficial do Irã, Irna, transmitiu uma mensagem do Porta-Voz do Governo iraniano, Mohammad Nobakht, que alertava os norte-coreanos para não confiar no líder norte-americano.

Diz a agência de notícias do Irã: “Não está claro se ele irá cancelar o acordo antes de chegar em casa”, disse o porta-voz, numa clara alusão ao abandono unilateral, pelos Estados Unidos, do Acordo Nuclear com o Irã, no mês passado, segundo a agência oficial de notícias do Irã.

Os principais temas da cúpula foram o desarmamento nuclear e a redução das tensões entre Coreia do Norte e Estados Unidos. No acordo assinado em Singapura, os dois países se comprometem a cooperar em direção a “novas relações”, e os Estados Unidos deram “garantias de segurança” à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coreia do Norte. Sobre a questão nuclear, Kim Jong-un "reafirmou seu firme e resoluto compromisso para a completa desnuclearização da Península Coreana". Especialistas criticaram o acordo como carente de substância, como se somente o fato de eles dois terem se encontrado não fosse suficiente num primeiro momento, depois de 70 anos de total ausência de diálogo.

Segundo analistas, o compromisso de desnuclearização contido no acordo não conta com duas palavras-chave: irreversível e verificável – uma exigência norte-americana de longa data. Para os especialistas, não foi dessa vez que os Estados Unidos conseguiram firmar um acordo nos termos que o país gostaria. Considerando que Kim conseguiu arrancar a promessa do fim dos exercícios militares na península, concluiu a repórter da BBC, Laura Bicker: "Tudo indica que Kim Jong-un saiu de Singapura como vencedor."

Passo à leitura da declaração conjunta do Presidente Donald Trump, dos Estados Unidos da América, e o Líder Kim Jong-un, da República Popular Democrática da Coreia, na Cúpula de Singapura, emitida em 12 de Junho de 2018.

> O Presidente Donald J. Trump, dos Estados Unidos da América, e o Líder Kim Jong-un, da Comissão de Negócios de Estado da República Popular Democrática da Coreia, mantiveram a primeira cúpula histórica em Singapura em 12 de Junho de 2018.
> O Presidente Trump e o Líder Kim Jong-un conduziram uma abrangente, profunda e sincera troca de opiniões sobre temas relacionados ao estabelecimento de novas relações entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia e a construção de um duradouro e robusto regime de paz na Península Coreana. O Presidente Trump comprometeu-se a dar garantias de segurança para a República Popular Democrática da Coreia, e o Líder Kim Jong-un, seu firme resoluto compromisso para a completa desnuclearização da Península Coreana.
> Convencidos de que o estabelecimento de novas relações Estados Unidos-República Popular Democrática da Coreia contribuirá para a paz e prosperidade da Península Coreana e do mundo e reconhecendo que a construção de confiança mútua pode promover a desnuclearização da Península Coreana, o Presidente Trump e o Líder Kim Jong-un declaram o seguinte:
> 1. Os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia comprometem-se a estabelecer novas relações Estados Unidos-República Popular Democrática da Coreia, conforme o desejo de paz e prosperidade dos povos dos dois países.
> 2. Os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia juntarão esforços para construir um regime de paz duradouro e estável na Península Coreana.
> 3. Reafirmando a Declaração de Panmunjom, de 27 de abril de 2018, a República Popular Democrática da Coreia compromete-se a trabalhar com vistas à completa desnuclearização da Península Coreana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia comprometem-se a recuperar os restos mortais de prisioneiros de guerra e de desaparecidos em ação [...], incluindo a imediata repatriação daqueles já identificados.

Tendo reconhecido que a Cúpula Estados Unidos-República Popular Democrática da Coreia – a primeira da história – foi um evento histórico, de grande significado, ao superar décadas de tensões e hostilidades entre os dois países e para a abertura de um novo futuro, o Presidente Trump e o Líder Kim Jong-un se comprometem a implementar o estipulado nesta declaração conjunta total e prontamente. Os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia se comprometem a realizar negociações contínuas, lideradas pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, e uma autoridade relevante de alto escalão da República Popular Democrática da Coreia, na data mais próxima possível, para implementar os efeitos da Cúpula EUA-RPDC.

O Presidente Trump, dos Estados Unidos da América, e o Líder Kim Jong-un, da Comissão de Negócios de Estado da República Popular Democrática da Coreia, se comprometeram a cooperar pelo progresso das novas relações EUA-RPDC e pela promoção da paz, prosperidade e segurança da Península Coreana e do mundo.

[Assinam]

Donald J. Trump

Presidente dos Estados Unidos da América

Kim Jong-un

Líder da Comissão de Negócios de Estado da República Popular Democrática da Coreia

12 de junho de 2018

Ilha Sentosa

Singapura

Essa foi a leitura da declaração assinada pelos dois líderes na reunião do último dia 12 de junho.

Sobre a Arábia Saudita.

Na madrugada de domingo, 10 de junho, um míssil lançado do território do Iêmen atingiu a cidade de Jizan, no sul da Arábia Saudita, vitimando três civis. O impacto foi noticiado pelo canal de TV Al-Arabiya, de Riade, e confirmado pelo porta-voz da Coligação Árabe para Restaurar a Legitimidade no Iêmen, Coronel Turki Al-Maliki, marcando a primeira vez em que as forças aliadas admitem que um projétil lançado contra o território do Reino Saudita atingiu seu alvo.

Há três anos, a Coligação Árabe para Restaurar a Legitimidade no Iêmen foi formalmente anunciada em declaração conjunta da Liga de Estados Árabes, em Riade. Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuaite firmaram o documento, com o qual se comprometeram também Egito, Jordânia, Marrocos, Senegal e Sudão. A coligação tem como objetivo restaurar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governo do Iêmen o Presidente deposto, Abdo Raboo Mansour Hadi, atualmente exilado na Arábia Saudita. Por sua vez, os houthis são uma milícia xiita fundamentalista que representa apenas 5% da população do Iêmen e tomou a capital Sanaa e cerca de dez províncias ocidentais que correspondem aproximadamente à área da República Árabe do Iêmen pré-unificação, se autodeclarando como o novo governo legítimo do Iêmen.

Ontem, forças pró-governo do Iêmen no exílio e da Coligação Árabe, liderada pela Arábia Saudita, deram início ao ataque contra o Porto de Hudaydah, no Iêmen, atualmente sob o controle dos rebeldes houthis. Os ataques começaram depois que os houthis, apoiados pelo Irã, ignoraram o prazo estabelecido pela coligação para sua retirada da cidade. Essa é a primeira vez que a coligação tenta capturar uma cidade importante do Iêmen das mãos dos rebeldes.

A coligação liderada pela Arábia Saudita acusa os rebeldes de usarem o Porto de Hudaydah para contrabandear armamentos iranianos para o Iêmen. Tanto o Irã quanto os rebeldes negam essa acusação. Para a coligação, uma vitória poderá quebrar o impasse na guerra e levar os houthis à mesa de negociações.

O porto também é vital para o abastecimento de alimentos, combustíveis, remédios e ajuda humanitária para a maioria dos iemenitas. As Nações Unidas tentam fazer com que as partes envolvidas no conflito cheguem a um acordo capaz de impedir os ataques.

O governo iemenita no exílio anunciou que suas tropas e as forças sauditas deram início aos ataques “após exaurirem-se todos os meios pacíficos e políticos”. Mais tarde, aviões e navios de guerra da coligação bombardearam posições houthis. Uma aliança de forças iemenitas que apoiam o governo no exílio, internacionalmente reconhecido, lideram o combate em terra. A TV al-Arabiya relatou “ataques intensos e concentrados perto do Porto de Hudaydah".

O governo no exílio do Iêmen, liderado pelo Presidente Abdo Hadi, disse que “a libertação do Porto de Hudaydah é um divisor de águas na luta para recapturar o Iêmen das milícias que sequestraram o país para servir a agendas estrangeiras” – palavras dele. O governo iemenita refere-se ao Irã, que apoia os houthis. Por sua vez, os rebeldes disseram que “confrontarão as agressões da coligação em todas as frentes”.

A atuação da Coligação Árabe em território iemenita foi solicitada pelo próprio Presidente iemenita perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Liga Árabe, para proteger o Iêmen e deter a agressão houthi.

A coligação conta ainda com a legitimação da Resolução 2.216 de 2015, do Conselho de Segurança da ONU, que declarou a ilegitimidade do regime houthi e enquadrou a crise no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que tecnicamente possibilita o uso de recursos militares para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“restabelecer a paz e segurança internacional". A atuação da coligação é direcionada, sobretudo, ao enfrentamento das forças houthis e, mais recentemente, ao movimento separatista no sul do Iêmen.

Crise migratória no Mediterrâneo.

O Presidente francês, Emmanuel Macron, acusou, na terça-feira, o Governo italiano de “cinismo e irresponsabilidade” por fechar seus portos para o navio Aquarius, que navega pelo Mar Mediterrâneo com 629 migrantes resgatados de botes infláveis à deriva perto da costa libanesa no último final de semana. O navio foi impedido de aportar em Catânia, na Sicília, e, na segunda-feira, o Governo espanhol quebrou o impasse e afirmou que seu país receberia o navio em Valência.

De acordo com o porta-voz do Presidente Emmanuel Macron, Benjamin Griveaux, o líder francês afirmou que “em casos de perigo, são aqueles com as costas mais próximas que têm a responsabilidade de responder”, antes de acusar a Itália de demonstrar cinismo e irresponsabilidade com sua decisão. Em resposta às críticas, a Itália convocou o embaixador francês em Roma para comparecer ao Ministério das Relações Exteriores italiano na manhã de ontem.

O Ministro da Economia italiano, Giovanni Tria, adiou um encontro com seu homólogo francês, anteriormente marcado para a manhã de ontem. Os dois ministros concordaram, por telefone, em se encontrar em uma data futura. A mídia italiana especula que um encontro entre o Primeiro-Ministro italiano, Conte, e o Presidente francês, Macron, previsto para amanhã, também será cancelado.

Os migrantes, entre os quais estão 7 mulheres grávidas, 11 crianças e 123 jovens desacompanhados entre os 13 e os 17 anos de idade, agora estão recebendo cuidados de voluntários das ONGs Médicos sem Fronteiras e da franco-alemã SOS Méditerranée, a bordo do Aquarius, operado pelas duas ONGs. Na segunda-feira, a tripulação afirmou que o navio – impedido de aportar em qualquer lugar desde sábado – estava superlotado e não tinha recursos para realizar a viagem de três dias até a Espanha. O Aquarius acabou recebendo provisões e a Itália se comprometeu a mandar dois navios para acomodar parte dos migrantes e escoltar o Aquarius. As três embarcações estão a caminho de Valência.

Tanto a Itália quanto a República de Malta haviam se recusado a receber o navio Aquarius, e as autoridades da Córsega, ilha francesa no Mediterrâneo, ofereceram seus portos para seu desembarque antes do anúncio da decisão do Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez. O comunicado divulgado pelo Governo espanhol diz que: "É nossa obrigação evitar uma catástrofe humanitária e oferecer um porto seguro para essas pessoas, cumprindo assim as obrigações da lei internacional."

Segundo especialistas, as normas da União Europeia, estabelecidas no início dos anos 90, dizem que os imigrantes são responsabilidade do primeiro Estado-membro que os receber. No domingo, o Primeiro-Ministro italiano, Giuseppe Conte, pediu por mudanças na lei, afirmando que obrigar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imigrantes a pedir asilo no primeiro país em que desembarcam e permitir que eles se desloquem para outros países apenas depois que os pedidos são analisados torna as relocações de imigrantes lentas e raras.

O Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, chamou a oferta espanhola de receber os migrantes de vitória para as políticas anti-imigração do novo Governo italiano. Em uma declaração publicada na segunda-feira, um dia depois que a autoridades italianas recusaram o navio, Salvini disse: "Salvar vidas é um dever, mas transformar a Itália em um enorme campo de refugiados não é", ao mesmo tempo em que instou Malta, um país com 1% da população da Itália, a receber os migrantes. Salvini é o líder do partido populista Liga, que conquistou votos com a promessa de expulsar centenas de milhares de imigrantes ilegais da Itália.

A declaração do Ministro do Interior foi apoiada tanto pelo Primeiro-Ministro, Giuseppe Conte, quanto pelo Ministro da Indústria e líder do partido Movimento 5 Estrelas, Luigi di Maio, sinalizando que há um consenso dentro do novo Governo sobre as políticas migratórias do país. Do início deste ano até agora, a Itália registrou pouco mais de 13,7 mil migrantes que chegaram ao país pelo mar, uma redução significativa em relação a anos anteriores.

Desde 2013, a Itália coordena oficialmente as missões de resgate no Mediterrâneo, depois que um naufrágio perto da ilha siciliana de Lampedusa deixou mais de 350 mortos. Desde então, países europeus juntaram seus esforços em uma operação militar coordenada pela Itália para impedir que tragédias como a de Lampedusa aconteçam novamente e, também, para coibir o tráfico humano no mediterrâneo.

Comunicado em relação à Macedônia sobre um problema causado pela utilização do nome Macedônia como designação de um país, a Grécia não aceita que este país tenha o nome de Macedônia.

O Primeiro-Ministro grego, Alexis Tsipras, anunciou na terça-feira ter chegado a um acordo com seu homólogo da vizinha "Antiga República Iugoslava da Macedônia" – aspas –, depois de 27 anos, sobre o nome deste pequeno país da região dos Balcãs. O país passará a se chamar República da Macedônia do Norte, uma solução aceita pelo Primeiro-Ministro Zoran Zaev.

Desde a independência da Macedônia em 1991, na sequência do desmantelamento da Iugoslávia, que o nome do país tem motivado um apaixonado debate entre gregos e macedônios: Macedônia é também o nome de uma região no norte da Grécia, que inclui a cidade de Salônica, a partir de onde Alexandre, o Grande, iniciou a expansão de seu império no século IV a.C., que se expandiu até o território onde hoje fica a Índia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, o Presidente da Macedônia, Gjorge Ivanov, afirmou ontem que não assinará o acordo, alegando que ele viola a constituição de seu país. Ele garantiu que sua decisão é final e não vai ceder a nenhuma pressão.

Suspendendo um pouco aqui a leitura, chega informação sobre o Iêmen.

Chegou-nos há pouco a informação de que o Presidente do Iêmen no exílio, Abd Hadi, voltou a cidade de Áden, no sul do Iêmen, juntamente com membros de seu Governo. Ao mesmo tempo, forças da coligação árabe, lideradas pela Arábia Saudita, continuam a avançar sobre o Porto de Hodeida, para retomada, no futuro, da capital iemenita, Sanaa.

Tudo indica que as forças rebeldes houthis estão perdendo terreno. Isso acontecendo, o legítimo Presidente do Iêmen, Hadi, que está hoje exilado em Riade, está voltando agora para a cidade de Áden, que fica no sul do Iêmen, juntamente com membros de seu Governo, apoiando o ataque que vem sendo feito pelas forças da coligação da Arabia Saudita, para retomada do Porto de Hodeida, que é o foco principal para a sobrevivência de quem quer que esteja nos limites geográficos do Iêmen. Isto acontecendo – é o que diz aqui esta nota que nos chega agora como última notícia daquela região –, tomado o Porto de Hodeida, isso significa que será restabelecido o Governo do Presidente Hadi, que está hoje no exílio.

Então, voltando à questão da Macedônia, estamos vendo que há uma discussão, uns aceitando, outros não aceitando o novo nome de Macedônia do Norte. A dificuldade está também de ser isso aprovado pelo Parlamento grego.

E esse acordo que está sendo tratado diante dessa polêmica causada isenta a Macedônia da necessidade de uma revisão constitucional e o novo nome será usado tanto no plano interno como externo. Dessa forma, ficam satisfeitas todas as exigências gregas em torno de uma solução.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro da Macedônia destacou que este acordo com a Grécia garante o eventual acesso de seu país à Otan e à União Europeia. O acordo terá de ser referendado pela Macedônia e aprovado politicamente pelos dois lados, sendo que Atenas só submeterá o acordo para ratificação no Parlamento grego depois de a Macedônia ter cumprido todos os passos legais.

Nicarágua.

É preocupante a situação na Nicarágua, que atravessa uma profunda crise política há quase dois meses, com um balanço de cerca de 150 mortes. A crise deixou infraestruturas destruídas, lojas saqueadas, afetou o fluxo de mercadorias no país, com mais de 6 mil caminhões de carga parados devido ao bloqueio das estradas. O custo, até o momento, ultrapassa US$600 milhões em perdas. É de se imaginar o que não significa um montante como esse para um país como a Nicarágua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os empresários nicaraguenses convocaram uma greve nacional de 24 horas, que começou à zero hora de hoje – uma medida considerada extrema pela própria classe – para instigar uma reação do Presidente Daniel Ortega à chamada agenda de democratização, apresentada, na quinta-feira passada, pelos bispos da Conferência Episcopal da Nicarágua, que foi escolhida como mediadora das negociações para encontrar uma saída pacífica para a crise, que passa por sua renúncia ao cargo, após 11 anos de governo. Essa agenda inclui reformas constitucionais e do sistema eleitoral e a antecipação das eleições gerais, incluindo o Parlamento, previstas para 2021, com a saída do atual mandatário e dos Parlamentares.

Quer dizer, os que estão se insurgindo contra o Governo da Nicarágua estão querendo que o Presidente renuncie – ele que foi eleito com mandato até 2021 – e também todos os representantes da Assembleia Nacional e que haja eleições gerais.

O atual Presidente, Daniel Ortega, pediu aos bispos dois dias de reflexão, mas, segundo o jornal espanhol *El País*, manteve a repressão aos protestos e ordenou o ataque às barricadas, nas quais milhares de nicaraguenses paralisaram o país. Ainda segundo o periódico espanhol, soube-se, no último fim de semana, que Ortega teria oferecido diretamente ao Governo dos Estados Unidos – quer dizer, os Estados Unidos também estão nisso – antecipar as eleições, embora sem apontar uma data específica, com a garantia de sua permanência no poder até a realização do processo eleitoral.

A greve abrange todo o país e todas as atividades econômicas, salvo aquelas relacionadas com a preservação da vida e a cobertura de serviços básicos para a população. Esta é a primeira vez, em 40 anos, que a cúpula empresarial nicaraguense convoca uma paralisação nacional no país. Em 1978, os empresários fizeram o mesmo, para pressionar a ditadura de Somoza, deposto em 1979 pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, liderada pelo atual Presidente Daniel Ortega – que já dirigiu o país de 1979 a 1990 e voltou à Presidência nas eleições de 2006, tendo promovido, em 2014, uma reforma no sistema eleitoral que eliminou o limite do número de dois mandatos para Presidente da República.

A crise teve um inesperado início no último dia 18 de abril, quando grupos pró-governamentais conhecidos como grupos de choque reprimiram com violência uma pequena manifestação contra a reforma da previdência proposta pelo Governo naquele mesmo dia. Fotos e filmes da repressão foram compartilhados nas redes sociais e provocaram mais protestos, por sua vez, tratados com mais repressão.

Três pessoas morreram no dia seguinte à primeira manifestação e o sentimento contra o governo foi crescendo, tendo os protestos aumentado e as tentativas de reprimi-los se intensificado dia a dia.

O governo da Nicarágua negou qualquer responsabilidade, culpando grupos criminais e grupos políticos da oposição, com agendas políticas específicas, pela situação. Para o governo, a atual crise é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendida no exterior como luta popular, com jovens revoltados contra uma ditadura, que, até dois meses atrás, era o modelo democrático mais exitoso da América Latina.

Porém, segundo o governo, esses revoltosos não têm nenhuma demanda econômica ou social. E, nos bastidores, os políticos da direita tampouco pedem políticas econômicas que promovam o desenvolvimento, investimentos externos ou políticas macroeconômicas equilibradas. Só querem que o governo e o Congresso, a Assembleia Nacional, no caso, renuncie.

Segundo o governo, ele tem agido frente ao que classifica de guerra suave ou tentativa de golpe de Estado, com a resistência ativa pacífica, não aceitando provocações e concentrando os esforços da população na autodefesa, tendo o resguardo da vida e a proteção aos bairros como meta principal.

Na Nicarágua, de acordo com a visão do governo, entende-se com claridade que os financiadores dos grupos criminosos estão esperando que o governo atue contra eles para denunciar que se está cometendo um genocídio. A população, na medida em que passam os dias, se organiza e tem atuado contra os grupos criminais, desalojando-os dos bloqueios de estradas e ruas. O governo da Nicarágua tem conclamado os organismos de direitos humanos da OEA e das Nações Unidas para que investiguem livremente, com suas próprias normas, os crimes que se estão cometendo no país e quem os está cometendo.

Por último, sobre a última cúpula do G7, disputa comercial do Canadá com os Estados Unidos. E essa foto aqui, essas duas fotos eu acho que representam muito bem o final do que foi aquela cúpula do G7, quando o Presidente Donald Trump disse que não assinaria o comunicado final da cúpula. Ou seja, o primeiro passo, a continuar nessa toada, para que esse grupo se dissolva.

Então, isso aqui é um apelo, quase que dramático, a primeira-ministra da Alemanha perorando para que o presidente norte-americano, de braços cruzados e sem o franzido, se digne a assinar um comunicado oficial conjunto. Aqui a expressão do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, do Japão, contra o Estado, decepcionado. Aqui está a primeira-ministra da Inglaterra. E o presidente Macron, está aqui a testa dele. E a primeira-ministra.

Esse aqui é o Bolton, que é o assessor de segurança do Presidente Trump, que vem sendo conhecido pelas declarações desastrosas que vem dando em termos de política externa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Já vi que o senhor tem grande apresso por esse presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não, é apenas uma consideração dos fatos, Senadora. Mas é porque realmente deixar de assinar um comunicado oficial do G7 é algo que impressiona. Bom, aqui há outra foto em que ele está... Ele também dialoga.... Aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparece. Aqui, a Theresa May, da Inglaterra; o Macron; a Angela Merkel... Aqui o japonês já não está nesta foto.

Bom; então, após o encontro marcado por desavenças em questões como comércio e tarifas, o líder norte-americano retirou no sábado o seu endosso à declaração conjunta assinada no fim da Cúpula do G7 e afirmou, nessa terça-feira, que o Canadá sofrerá grandes perdas econômicas caso decida adotar medidas retaliatórias às sobretaxas do aço e do alumínio impostas pelos Estados Unidos.

Essa Cúpula do G7 foi considerada por especialistas como uma oportunidade de superar as desavenças sobre as taxas impostas unilateralmente pelos Estados Unidos. Mas o encontro entre os líderes dos sete países – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido – não dissuadiu o líder norte-americano de prosseguir com a aplicação das tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio importados da União Europeia, Canadá e México.

Após a cúpula, o Primeiro-Ministro canadense Justin Trudeau anunciou que o Canadá irá aplicar medidas retaliatórias às tarifas. Em seu anúncio, Trudeau disse: "Canadenses, nós somos educados e nós somos sensatos. Mas nós não seremos intimidados." As medidas entram em vigor no dia primeiro de julho.

A essa declaração do Primeiro-Ministro no Canadá, o líder norte-americano respondeu chamando-o de desonesto e fraco em publicações no Twitter, supostamente realizadas enquanto ele viajava em direção a Singapura para o seu encontro com o líder norte-coreano Kim Jong-un. Ele também anunciou pelo Twitter que retirará o seu apoio à declaração conjunta do G7.

Ao desembarcar em Singapura, o líder norte-americano prometeu, em uma coletiva de imprensa, que o Canadá perderia muito dinheiro se prosseguisse com a aplicação das tarifas.

O porta-voz do Primeiro-Ministro canadense Cameron Ahmad negou que o primeiro-ministro tenha sido desonesto. Afirmou ele: "O primeiro-ministro não disse nada que não havia dito antes – o Primeiro–Ministro do Canadá –, tanto em público, quanto em conversas privadas com o Presidente dos Estados Unidos."

Outros líderes mundiais também se posicionaram a favor de Trudeau. A Primeira-Ministra britânica Theresa May elogiou a liderança e a condução habilidosa demonstradas pelo Primeiro-Ministro canadense, que foi o anfitrião da cúpula realizada em Quebec. May também afirmou que considera a sobretaxa do aço e do alumínio inaceitável, mas enfatizou que o diálogo é necessário para evitar a intensificação da disputa.

A Chanceler alemã Angela Merkel descreveu a mudança de opinião do líder norte-americano com relação à declaração conjunta como desanimadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um comunicado da Presidência francesa, do Presidente Macron, afirmou que não há espaço na diplomacia internacional para o que ele chama de acessos de raiva.

E aqui encerro a leitura dos comunicados e passamos à nossa pauta do dia de hoje, indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1– Em 13/6/2018 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

O Embaixador Marega é o atual embaixador do Brasil na Arábia Saudita.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1– Em 13/6/2018 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa S. Exªs os Srs. Embaixadores Flávio Marega e Haroldo de Macedo Ribeiro, a quem oferecemos as nossas boas-vindas a este plenário.

Concedo a palavra a S. Exª o Embaixador Flávio Marega, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

O SR. FLÁVIO MAREGA – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Exmos Srs. Senadores e Srªs Senadoras desta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Eu gostaria inicialmente de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, a convocação da CRE que analisará a minha indicação como Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Argélia. Eu gostaria igualmente de agradecer à Senadora Ana Amélia, que muito me honra com a sua presença nesta Comissão e foi a Relatora da Mensagem nº 46, que ora está sob consideração da CRE. E igualmente a gentileza do Senador Antonio Anastasia, que ontem fez a leitura do relatório.

De igual forma, eu gostaria de agradecer a confiança em mim depositada pelo Sr. Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores com essa designação para a importante missão de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Popular da Argélia.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de mencionar de igual forma o privilégio e a honra que tive ao acompanhar V. Exª em recente visita que realizou a Riade no mês de março passado, a qual, ao meu juízo, foi coroada de grande êxito. A programação cumprida por V. Exª, que abarcou reuniões com integrantes do Parlamento Saudita, o Shura Council, com reuniões com o Presidente do Shura Council, governo e empresários do reino, se já se configura como histórico, sobretudo neste ano em que nós estamos comemorando cinquenta anos de relações diplomáticas com a Arábia Saudita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os resultados de sua visita ao reino já começam a dar frutos para o adensamento das relações entre os dois países. Como eu disse, os resultados de sua visita já começam a dar frutos nas relações entre os dois países, em especial nos setores econômico, financeiro e de defesa, para o estabelecimento futuro de uma linha aérea entre o Brasil e a Arábia Saudita.

E também, Sr. Presidente, eu gostaria de recordar que como resultado de sua visita, no retorno houve a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita, o qual será presidido também pela Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, caso esta Comissão e o Plenário do Senado Federal venham a aprovar a minha indicação, será para mim uma grande honra exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Argélia, no que já se configura como uma desafiadora missão, mas ao mesmo tempo uma grande experiência profissional e pessoal.

Neste ano de 2018, nós completamos 56 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a Argélia, sendo que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Argélia, no dia seguinte à independência, 5 de junho de 1962.

Sr. Presidente, eu concentrarei minha apresentação, brevemente, na evolução política do País depois da independência, além de tratar de aspectos da estrutura política, econômica, bem como das relações bilaterais e comerciais entre os dois países.

No tocante à questão política, a França invadiu a Argélia em 1830 e, ao longo dos séculos XIX e XX, acabou por obter completo controle do país, no velho conceito do colonialismo. Em 1948, a Argélia foi proclamada como parte integrante da França sob a segunda Constituição da República francesa e os habitantes de descendência europeia, também conhecidos como *pieds-noirs*, assim como os judeus argelinos, eram considerados cidadãos franceses, enquanto os cidadãos argelinos, os muçulmanos não tinham sua cidadania reconhecida e, portanto, não tinham direito a voto.

Com o agravamento das tensões e da crise social no ano de 1947, a França finalmente estendeu a cidadania francesa aos argelinos e permitiu o acesso de muçulmanos aos cargos públicos. No mesmo ano de 1947, foi fundada a Frente de Libertação Nacional, a FLN, para organizar a luta de independência. Como nós vamos ver ao longo de toda a história da Argélia, esse foi um partido, foi uma agremiação partidária que exerceu um papel central na história do país.

Uma campanha de atentados antiárabes carregada entre 1950 e 1953, desencadeada por colonos franceses, levou à reação por parte da FLN, que realizou uma onda de atentados nas cidades e guerra de guerrilha no campo. A intervenção das tropas de elite da França, paraquedistas e legião estrangeira ampliou a guerra de forma que ações terroristas, tortura e deportações caracterizaram a ação militar da França no final de sua ocupação naquele país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse momento histórico da Argélia é muito bem retratado em um filme A Batalha de Argel, do cineasta Gillo Pontecorvo, que é um cineasta italiano, de 1966, inclusive, foi prêmio Palma de Ouro, em Cannes, no Festival de Cannes de 1966.

Em 1958, rebeldes exilados no Cairo fundaram um governo provisório, republicano. Também em 1958, os nacionalistas e oficiais de ultradireita acabaram por dar um golpe militar na Argélia. No ano seguinte, o Presidente Charles de Gaulle concedeu autodeterminação aos argelinos, mas já era um contexto tardio.

Em 1961, a guerra se intensificou com a entrada em ação de um grupo terrorista de direita, a Organização do Exército Secreto, comandado pelo General Salan, que fora um dos responsáveis pelo golpe de 1958. Ao terrorismo da OAS, a FLN respondeu com mais terrorismo, ou seja, começou um embate, uma batalha entre os próprios cidadãos argelinos.

Finalmente, em 1962, foi assinado o Armistício de Evian, com o reconhecimento da independência da Argélia pela França em troca de garantias aos cidadãos franceses que ali viviam. A República Popular Democrática da Argélia foi proclamada após as eleições em que a FLN apresentou-se como partido único.

Sr. Presidente, desde a independência, a história da Argélia passou por revoluções e diferentes regimes políticos, criando um cenário ao mesmo tempo dinâmico, mas de frequentes mudanças na luta constante pela consolidação das instituições naquele país. O país é atualmente uma República Constitucional, com um governo eleito democraticamente, embora o estamento militar mantenha o papel de garantidor do poder e das instituições.

Desde o começo da década de 90, vem ocorrendo uma mudança no modelo de socialismo que foi inicialmente implantado após a independência pelo Conselho da Revolução e, de toda a forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO MAREGA – ... tenta-se implantar uma economia de livre mercado, mas ainda com grande controle por parte do governo sobre a economia.

Ao longo desses 56 anos de independência, eu gostaria de destacar três períodos que eu considero vitais e importantes para o país.

O primeiro é o do Presidente Houari Boumédiène, de 1965 a 1978. O primeiro Presidente, Ahmed Ben Bella, foi destituído do seu cargo após um golpe, em 1965, liderado pelo então General Houari Boumédiène, que tomou o poder e se tornou o novo Presidente do Conselho da Revolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a permissão de V. Exª, Embaixador Flavio Marega, eu gostaria de propor ao Plenário que nós abríssemos o painel para a votação eletrônica.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu solicito à secretaria da Comissão que, por favor, abra o painel, ou melhor, a urna eletrônica para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam se pronunciar. Obrigado.

Com a palavra V. Exª, por favor, Sr. Embaixador Flavio Marega.

O SR. FLAVIO MAREGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, como eu disse, o segundo Presidente, Houari Boumédiène, traçou dois caminhos básicos para a política na Argélia: fortalecer a independência nacional e desenvolver a economia baseada em um modelo socialista. Sob sua presidência foram realizadas, inicialmente, importantes conquistas no campo da educação, treinamento de pessoal, planejamento, industrialização e desenvolvimento.

A política de nacionalização liderada pelo Conselho da Revolução, naquela época, nos anos 60, passou a questionar os próprios termos do Acordo do Armistício de Évian. Assim, ocorreu a nacionalização das reservas de gás e petróleo e a criação da empresa petrolífera hoje, na Argélia, que é a Sonatrach. Foi adotada uma nova Constituição, com a declaração da arabização das instituições.

O modelo de governo seguido após a independência, dominado por um partido, o FLN, como eu já descrevi antes, mostrou sinais de esgotamento ao final da década de 1980, e, em outubro de 1988, eclodiram manifestações populares que demandavam uma maior abertura política do país.

Consequentemente, em 1989, foi adotado um sistema multipartidário na Argélia pela primeira vez. Os eventos contestatórios dessa época, seguidos da abertura política, passaram a ser conhecidos como Primavera Democrática Argelina – eu estou falando de 1989, ou seja, muito antes da Primavera Árabe.

O segundo período, Sr. Presidente, que marcou de uma maneira realmente indelével a história da Argélia foram os anos 90, quando o país passou por uma guerra civil e um terrorismo em escalas brutais, que também passou a ser conhecido como os anos negros da Argélia. A crise institucional e as dificuldades econômicas da década de 80 contribuíram para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico na Argélia.

Com o fim do sistema de partido único, foram fundados mais de 20 partidos na Argélia, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. Já por conta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multipartidarismo, eles venceram as eleições legislativas de 1990 e o primeiro turno das eleições presidenciais de 1991.

Diante dessa possibilidade de a Argélia se transformar em uma república fundamentalista islâmica, o Presidente, à época, Chadli Bendjedid, pressionado pelos militares, dissolveu a assembleia do país e, em seguida, renunciou. Isso estava previsto na Constituição como forma de barrar o processo eleitoral.

Foi chamado do exílio um presidente que atuou muito na época da independência, Mohamed Boudiaf, que retornou à Argélia depois de 30 anos da independência, mas, seis meses depois, Boudiaf foi assassinado. Ele passou a presidir um conselho que administrava o país, até que novas eleições se realizassem.

Os líderes da FIS (Frente Islâmica de Salvação) foram presos, e o partido foi colocado na clandestinidade. Assim, começou uma guerra civil e um movimento terrorista que durou boa parte da década de 90, resultando em mais de 100 mil mortos, segundo as estimativas oficiais; 200 mil mortos, segundo as estimativas não oficiais.

E surgiram dois grupos islâmicos, ou islamistas, radicais: o Grupo Islâmico de Salvação (GIS), que era o braço armado da FIS, e o Grupo Islâmico Armado (GIA), que era composto de terroristas, que, inclusive, iam para o Afeganistão aprender com os *mujahidin*. Ou seja, a ideia era transformar a Argélia em um Afeganistão, com o movimento de guerrilha nas montanhas. E esse grupo era tão radical que eles desciam das montanhas e procediam a massacres nos vilarejos de populações inteiras da Argélia.

O islamismo e o extremismo muçulmano que brotaram naquela década continuam a ser problemas na Argélia até o presente. A sociedade argelina se vê atormentada pelo conservadorismo, pelo extremismo religioso cada vez mais aceito e enraizado no país. A Frente Islâmica de Salvação e seus líderes, que receberam anistia depois dos anos negros, continuam a ter presença e a influenciar a população na Argélia, apesar de o governo argelino ter, tradicionalmente, mantido a política de lutar vigorosamente contra o extremismo religioso.

Por fim, Sr. Presidente, o último período que eu considero de extrema relevância corresponde às presidências do Presidente Abdelaziz Bouteflika, de 1999 até o presente. O Presidente Abdelaziz Bouteflika lançou-se candidato independente em 1998, atraindo em torno de si uma forte coalizão de partidos políticos encabeçada pela FLN. No seu primeiro mandato, Bouteflika empenhou-se em implementar o seu programa de governo, que se articulou em torno de três eixos principais: o regresso da paz, através de um acordo nacional de conciliação, a reativação da economia e uma maior inserção regional e internacional da Argélia.

No tocante à pacificação nacional, após os anos negros da década de 90, como me referi, Bouteflika procedeu a uma política de anistia pela qual – isso é interessante – logrou integrar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setores islamistas moderados de volta à vida social e à vida política do país, ao mesmo tempo em que manteve a proscrição dos movimentos extremistas. Foi, então, elaborada uma carta, intitulada Carta para a Paz e a Reconciliação Nacional, e, dessa forma, essa proposta foi aprovada com vistas a encerrar esses dez anos de guerra civil na Argélia. Foi feito um referendo sobre a carta, que foi aprovado por 97% dos votos. Assim, essa Carta para a Paz, para a pacificação do país, foi aprovada e virou lei em 28 de fevereiro de 2006.

A pacificação do país e os bons resultados econômicos ao longo dos anos 2000 renderam muito prestígio ao Presidente Bouteflika e possibilitaram sua reeleição por três vezes: 2004, 2009 e 2014. O terceiro mandato somente foi possível porque em 2009 foi feita uma mudança na Constituição, pela qual foi permitido um terceiro mandato. Mas há dois anos ela foi refeita, ou seja, essa cláusula foi mudada novamente e voltou ao limite de dois mandatos presidenciais. O atual mandato do Presidente Bouteflika terminará em abril de 2019.

A memória do conflito civil nos anos 90, o prestígio popular desfrutado por Bouteflika como pacificador da nação e as reformas políticas e econômicas realizadas na Argélia constituem as principais razões pelas quais os movimentos populares ocorridos em 2011, na também conhecida Primavera Árabe, foram, de certa maneira, brandos na Argélia, assim como no Marrocos, ou seja, não resultaram em um levante generalizado no país, como ocorreu em outros países da região.

As últimas eleições legislativas e locais, realizadas em 2017, reforçaram a maioria absoluta e a ascendência sobre a vida política dos dois partidos mais importantes da base aliada, que são a FLN, o Movimento da Sociedade para a Paz e o RND.

Os principais partidos da oposição são o Encontro pela Cultura e Democracia (RCD), o Movimento pela Reforma Nacional (MRN), o Partido dos Trabalhadores – nós temos um Partido dos Trabalhadores (PT) na Argélia, como aqui no Brasil – e a Frente de Forças Socialistas (FFS).

No tocante à organização administrativa, Sr. Presidente, a Argélia é dividida em 48 *wilayas*, que são Estados ou províncias, liderados por *walis*, que são governadores, que são subordinados ao Ministério do Interior – isso é interessante. Mas existe uma democracia popular, como resultado da eleição, pela qual cada *wilaya* é dividida em comunas. As *wilayas* e as comunas são governadas por uma assembleia, que também é eleita diretamente pelo povo daquela província, pelo voto popular.

Já me encaminho para as conclusões, Sr. Presidente.

Sobre a economia da Argélia, segundo a *Global Finance*, o PIB nacional da Argélia, em 2017, foi de US$178 bilhões, sendo que, em termos de Paridade de Poder de Compra (PPP), atingiu estimados 640 bilhões. Já as reservas ao final de 2017 eram estimadas em US$145 bilhões. O PIB *per capta* é estimado em US$4.295, mas, em termos de PIB *per capita* por PPP (Paridade de Poder de Compra), está estimado em US$15.420. Portanto, é um país de renda média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia argelina tem uma dependência histórica da exploração dos hidrocarbonetos, que representam, *grosso modo*, 30% do PIB, 60% do orçamento público e 95% das receitas provenientes das exportações.

A Argélia tem até a décima maior reserva de gás natural do mundo e a décima sexta maior reserva de petróleo comprovada, em termos de volume, mundialmente. Como nós sabemos, a Argélia é um dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Como mencionei anteriormente, o Estado exerce um papel primordial na atividade produtiva e responde por elevados gastos públicos, com subsídios em alimentos, combustíveis, eletricidade e habitação. A queda dos preços do petróleo no mercado no internacional nos últimos anos vem sendo apontada como o principal desafio ser enfrentado pelo governo e pela economia argelina na atualidade, muito embora a recuperação recente dos preços internacionais do petróleo certamente deva contribuir para a melhora do quadro no país e da economia como um todo.

Já em conclusões, Sr. Presidente, em termos de relações bilaterais, a Argélia constitui um parceiro diferenciado do Brasil na África e no mundo árabe. Temos elevada convergência de posições em relação aos grandes temas da agenda internacional, comércio significativo, fluxo de investimentos e histórico de cooperação diversificada.

A progressiva estabilização da Argélia, desde o início dos anos 2000, aliada à renovada prioridade conferida pela política externa brasileira aos países árabes e africanos, possibilitaram o adensamento das relações entre os dois países, em especial nos domínios político e econômico.

As relações bilaterais Brasil-Argélia sempre foram fluidas e densas. No plano político, existe um mecanismo de consultas políticas que foi estabelecido por um Memorando de Entendimento no ano de 2000. Desde então, houve três reuniões ao amparo desse mecanismo. A primeira delas em Brasília, em 2006; a segunda em Argel, em 2008, e a terceira novamente em Brasília, em 2010.

As relações bilaterais ganharam novo impulso após a visita a Argel do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, em outubro de 2015. Na ocasião, foi inaugurado o Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Argélia – são três os países na África com que nós temos esse Mecanismo de Diálogo Estratégico: Nigéria, Egito e Argélia. O Mecanismo de Diálogo Estratégico é conduzido por meio de reuniões de alto nível de chanceleres, com periodicidade anual.

Para concluir, Sr. Presidente, em termos de comércio bilateral – muito brevemente –, a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na África. O intercâmbio Brasil-Argélia, no ano passado, foi de US$3,5 bilhões, dos quais US$1,186 bilhão de exportações pelo Brasil e US$2,313 bilhões de importações da Argélia. Açúcar, óleos vegetais, cereais e carnes respondem por 90% das nossas exportações para a Argélia. Do lado da Argélia, petróleo, óleos minerais, adubos e fertilizantes, cal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cimento e produtos químicos orgânicos e inorgânicos respondem por mais de 90% das nossas importações, as quais são em grande parte feitas pela Braskem.

Em 2017, o comércio bilateral cresceu substancialmente em relação a 2016, quando foi de US$2,683 bilhões, após ter atingido o auge, em 2011, quando atingiu US$4,6 bilhões. A retração do comércio, sobretudo em 2014 e 2015, deveu-se principalmente à queda no preço das *commodities*, em particular do petróleo, e de produtos semifaturados, que constituem a base do nosso comércio bilateral.

Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez, eu gostaria de encerrar esta apresentação inicial. E, naturalmente, coloco-me à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadores para as perguntas e para posteriores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Flavio Marega, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Popular da Argélia.

Passo a palavra agora a S. Exª o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Eu gostaria inicialmente de cumprimentar as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e, especialmente, o Senador Antonio Anastasia, que muito gentilmente relatou, ainda na sessão extraordinária de ontem, a minha indicação para a Embaixada em Bruxelas e, cumulativamente, em Luxemburgo.

Com a sua permissão, Presidente, eu gostaria também de deixar um registro do meu agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro Aloysio Nunes pela confiança na indicação do meu nome para tão altas funções.

Por fim, eu gostaria de cumprimentar meu colega Flavio Marega, companheiro de muitas batalhas na OMC, na Coordenação de Contenciosos do Itamaraty, minha família e muitos amigos do Itamaraty que eu vejo aqui hoje.

Presidente, olhando o mapa da Bélgica projetado, ocorre-me que eu devo iniciar esta exposição dizendo que a Bélgica só é um país pequeno quando ela é medida exclusivamente com a régua da geografia. Sob qualquer outro ponto de vista – economia, cultura, tecnologia, presença no mundo –, a Bélgica na verdade é um gigante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós olharmos o mapa, vamos ver que há um pequeno litoral, um litoral de mais ou menos 70km – quer dizer, 1% do litoral brasileiro. Mas ali, naquele litoral, estão alguns dos melhores portos da Europa e do mundo. Esses portos dão acesso a um território bastante plano; um território fértil, com rios navegáveis, onde é fácil construir estradas, ferrovias, canais, todos eles dando um acesso rápido e facilitado para o interior do continente, para os Países Baixos, para a Alemanha, para a França. Essas características da geografia privilegiada da Bélgica explicam, em muito boa medida, por que a Bélgica é uma potência comercial desde a Idade Média, na realidade.

O país como nação soberana surgiu recentemente – vamos dizer assim –, em 1830 apenas, e isso aconteceu quando a sua população, que na época era majoritariamente católica e majoritariamente de fala francesa, opôs-se ao soberano dos Países Baixos; ele, um rei protestante que decidiu que o idioma de todos os Países Baixos seria o holandês.

Dessa chamada Revolução Belga surgiu uma monarquia constitucional parlamentar, que trazia dentro do seu território dois povos – vamos chamar assim – ou pelo menos duas etnias completamente distintas, com idiomas distintos: ao norte, os flamengos, na Flandres, herdeiros da herança cultural germânica; e, ao sul, os valões, na Valônia, herdeiros da herança cultural latina.

A linha que separava essas duas comunidades e que continua separando até hoje, na verdade, começou a ser traçada dois mil anos antes, no Império Romano, porque a Bélgica são placas tectônicas – germânica e latina – que se encontram desde a época dos romanos. Portanto, quando a Bélgica nasceu como Estado soberano, essa já era a realidade do país. De lá para cá, esse antagonismo, essa rivalidade entre os dois grupos perpassou toda a história da Bélgica e vem até os dias atuais, mesmo tendo a Bélgica sofrido no seu território duas guerras mundiais e mesmo tendo a Bélgica sido ocupada nas duas oportunidades por forças estrangeiras.

Na década de 1960, esse modelo unitarista belga entrou em colapso. Algo muito emblemático foi a ruptura da Universidade Católica de Louvain, que é a mais antiga e mais prestigiosa da Bélgica e que, em um dado momento, diante de tamanha rivalidade entre professores e alunos de fala holandesa e professores e alunos de fala francesa, se rompeu em duas: a parte francesa saiu da Flandres, onde está Louvain, e se transferiu para a Valônia, criando uma nova universidade. Então, um símbolo nacional se rompeu nessa década de 1960.

Os belgas perceberam que era preciso fazer alguma coisa muito séria para manter sob a mesma bandeira flamengos e valões, e o que eles fizeram foi uma sequência de reformas constitucionais radicais que transformaram a Bélgica de um Estado unitário em um Estado federado; um Estado federado *sui generis*, sem par no mundo em termos da autonomia que concede às suas regiões.

Para se ter uma ideia de como a Bélgica funciona nesse seu arranjo institucional *sui generis*, o Estado federal, digamos, a União convive com seis entes federados: três regiões – Flandres, Valônia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruxelas – e três comunidades culturais – a dos flamengos, a dos francófonos e os de fala alemã. Essas entidades se sobrepõem no território. Cada uma delas tem um governo e um parlamento. Isso significa que a Bélgica, que surgiu dessa reforma constitucional e que, por um lado, viabilizou a unidade do país, são várias Bélgicas – como Minas são várias Minas também, Senador Anastasia. E essa é a realidade.

Se nós queremos cooperar com a Bélgica, nós precisamos conhecer a Bélgica, o seu arranjo institucional e respeitá-lo, porque é assim que é possível buscar e alcançar os objetivos que o Brasil quer naquele país.

O governo atual é um governo de coalizão, integrado por partidos de centro-direita e direita, que iniciaram o seu mandato em 2014. Vai haver eleições regionais em outubro deste ano e eleições federais em maio do ano que vem.

O principal problema enfrentado pelo governo belga hoje é a ameaça terrorista, sobretudo a ameaça terrorista interna. Desde 2012, a Bélgica já sofreu dez atentados terroristas, sendo o mais grave deles o que ocorreu em março de 2016, no aeroporto e no metrô de Bruxelas, com um saldo de 32 pessoas mortas e mais de 300 feridos. E especialmente grave para o governo da Bélgica foi que, na investigação sobre esses atentados, apurou-se que a sua concepção e implementação – e não apenas desses atentados na Bélgica, mas de outros atentados terroristas na Europa, inclusive em Paris, em novembro de 2015 – haviam sido perpetradas por membros da comunidade muçulmana de Bruxelas, inclusive nacionais belgas, não necessariamente estrangeiros.

Essa situação vem sendo agravada com o retorno à Bélgica de nacionais belgas que foram para a Síria e para o Iraque lutar ao lado do Estado Islâmico. Eles estão retornando ao país, e há um temor do governo de que isso possa gerar, enfim, mais articulações terroristas. Por essa razão, o governo atua em conjunto com os países vizinhos e dentro do seu próprio território. Há uma operação... No momento, as Forças Armadas estão – já desde, na verdade, os episódios de 2016 – vigiando as ruas das principais cidades da Bélgica. E essa é a grande preocupação do governo.

Brasil e Bélgica têm relações antigas e muito consistentes. Na verdade, a presença belga no Brasil remonta ao início mesmo da colonização portuguesa, ainda no século XVI. Há registro de capitais de Antuérpia financiando o início do ciclo da cana-de-açúcar no Brasil, que foi, na verdade, o início da vida econômica – digamos assim – do País, e é sempre mencionado – já foi mencionado, inclusive, no relatório do Senador Antonio Anastasia – que o marco do processo de industrialização do Brasil foi a criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, na década de 1920.

Os belgas continuam grandes investidores no Brasil. A Bélgica tem o quarto maior estoque de investimentos no Brasil, e eu cito como exemplo disso a cooperação de mais de 15 anos da Sonaca, que é uma empresa de aeronáutica da Bélgica, com a Embraer: eles fabricam peças para as asas dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aviões da Embraer, instalam metralhadoras nos aviões Tucano... E cito também o investimento que o porto de Antuérpia está fazendo na construção do Porto do Açu, no Rio de Janeiro. Mas são apenas alguns exemplos.

Um aspecto muito relevante dos investimentos da Bélgica no Brasil é que quase 99% são investimentos na indústria de transformação, ou seja, em uma indústria que vai agregar valor à produção brasileira, inclusive para exportação.

No sentido inverso, a Bélgica é uma porta de entrada para o Brasil no mercado europeu. Não só os belgas consomem muitos produtos brasileiros – por exemplo, nós exportamos mais para a Bélgica do que exportamos para a França, para o Reino Unido, para a Rússia –, não só eles são grandes consumidores, mas eles são armazenadores dos produtos brasileiros. Pela logística excelente que eles têm e pelas facilidades que eles concedem, há inúmeras empresas brasileiras que estão instaladas na Bélgica para armazenar produtos e, de uma maneira mais rápida, mais fácil, mais barata, distribuí-los pelo continente.

Eu menciono dois exemplos também. A Citrosuco, que é a maior produtora mundial de suco de laranja, mantém um terminal marítimo especializado para suco de laranja em Antuérpia e tem 36 tanques refrigerados em Ghent, onde eles acumulam o suco de laranja, que, depois, é distribuído por toda a Europa e também para o mercado chinês. Isso na Flandres. Para citar o exemplo da Valônia, a Alpargatas mantém em Liége os galpões onde eles guardam cerca de 12 milhões de pares de sandálias fabricados em Campina Grande e Montes Claros para posterior distribuição na Europa em 15 mil pontos de venda.

Esses são exemplos de como a Bélgica e o Brasil estão articulados em termos comerciais de uma maneira vantajosa para os dois lados.

Eu queria fazer uma referência também à nossa coordenação política com a Bélgica. A Bélgica é um país de grande inserção mundial. Eles são membros fundadores da União Europeia, da Otan, da OCDE, da OMC, e, portanto, dialogar com eles é fundamental para o Brasil, não só para nós passarmos mensagens, como para recebermos também mensagens que são úteis no desenho da nossa política externa. A Bélgica é favorável à reforma do Conselho de Segurança, com o Brasil dentro; a Bélgica é favorável ao ingresso do Brasil na OCDE... Portanto, é uma relação muito profícua.

Bruxelas é uma caixa de ressonância para as atividades culturais brasileiras. Nós temos uma programação cultural ao longo do ano bastante expressiva. E Bruxelas, além de capital da Europa, é o maior centro diplomático do mundo – são 280 missões diplomáticas, fora as consulares –, e, por ser a sede da União Europeia, nós temos ali mais 2 mil ONGs, 1,5 mil escritórios de advocacia. Então, calcula-se que haja uma população de cerca de 50 mil pessoas com alto interesse em cultura, em cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, e que é capaz de reproduzir nos seus países de origens as mensagens culturais que o Brasil deseja transmitir nos eventos que realiza em Bruxelas.

A pauta bilateral é majoritariamente positiva, felizmente, mas é claro que há temas que exigem uma atenção, uma preocupação maior do nosso lado, e eu gostaria de mencionar dois deles.

O primeiro é o recrudescimento das leis de imigração na Bélgica. Por que isso é relevante para nós? Porque o governo belga informou que a maior comunidade de ilegais da Bélgica é a comunidade brasileira, com 40 mil pessoas. Isso significa que, no caso de recrudescimento dessas normas, é possível – não é evidente, mas é possível – que essa população brasileira ilegal na Bélgica possa ser, de alguma maneira, afetada.

Um outro exemplo que eu gostaria de dar é a crescente atitude protecionista da região da Valônia, protecionismo agrícola. Em 2016, a Valônia se opôs à assinatura pela Bélgica do Acordo de Livre Comércio Canadá-União Europeia. Tendo em vista as peculiaridades do sistema belga, como eu mencionei, a força que as regiões têm, a Valônia usou seu poder de veto e disse "não" para a assinatura pela Bélgica do acordo. Isso criou obviamente um grande constrangimento para a Bélgica, mas também um imenso constrangimento para a União Europeia, porque passou a imagem de que a União Europeia na realidade tem limitações na negociação dos seus acordos comerciais. Se uma região de um dos países-membros pode vetar a assinatura do acordo, isso passa uma imagem que não é a que a União Europeia quer transmitir. Esse problema foi superado naquele momento com algumas alterações feitas no acordo, mas nós estamos esperando agora a segunda parte, porque esse acordo que está em vigência provisória, para entrar em vigência permanente, vai exigir a aprovação pelo Parlamento da Valônia, e aí será um novo momento.

E por que isso chama a nossa atenção? Porque o Brasil e o Mercosul estão muito próximos de concluir o Acordo Mercosul-União Europeia, que terá de ser aprovado pelos países-membros, e, na Bélgica, terá de ser aprovado pela Flandres, pela Valônia, por Bruxelas, pela comunidade francófona, pela comunidade neerlandesa e alemã.

Eu gostaria de também fazer uma referência ao Grão-Ducado de Luxemburgo, cujas relações com o Brasil são acompanhadas a partir de Bruxelas também. Trata-se de uma praça financeira excepcional, de grande importância na Europa e no mundo. Eles são gestores de fundos de investimento trilionários e têm muitos investimentos no Brasil.

A área de Luxemburgo é mais ou menos equivalente a um décimo da área do Estado de Sergipe. E a população de Luxemburgo é de 600 mil pessoas, sendo 4 mil brasileiros. Mas eles estão em nono lugar entre os maiores investidores no Brasil, isso considerando os recursos de Luxemburgo, porque, como é uma praça financeira, eles fazem investimentos, por exemplo, em nome da China, transferindo dinheiro. Mas, não; se for considerado todo o valor que é investido no Brasil a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luxemburgo, o País cresce e chega, talvez, à segunda posição entre investidores no Brasil. Mas individualmente, como Estado soberano, já está em nono lugar.

Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, a relação do Brasil tanto com a Bélgica quanto com Luxemburgo é uma relação madura, consolidada, e ela se opera em todas as áreas, o que não significa que ela não deva ser permanentemente revisada, atualizada, cuidada, porque os interesses mudam e as circunstâncias internacionais e nacionais também, de maneira que, se eu vier a contar com o apoio de V. Exªs e a aprovação do meu nome para cumprir essas altas funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, evidentemente, eu vou me dedicar a, com o olho na institucionalidade desses países, revisar toda essa base da relação do Brasil com eles, buscando, obviamente, aprofundar, ampliar, melhorar essa relação.

É muito importante para nós termos um contato permanente, de alto nível, com o Governo da Bélgica. A Bélgica acabou de ser eleita, no começo desta semana, para um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2019-2020. Portanto, nós vamos precisar falar muito com eles. Mas não só isso, evidentemente.

Vou me ocupar, claro, da promoção do produto brasileiro – nós podemos melhorar a qualidade da nossa pauta de exportação –, também da cooperação em matéria econômica em geral, financeira, mas também no campo educacional, de ciência e tecnologia, que exige uma revisão, porque, no caso de educação, cultura e ciência e tecnologia, as competências da União foram transferidas para as regiões. O nosso acordo cultural com a Bélgica, por exemplo, é de 1960, quando a competência era da União, digamos assim. Então, é preciso fazer uma renovação desse quadro normativo básico.

Claro, não posso deixar de dizer que será minha incumbência também, caso meu nome seja aprovado, acompanhar de perto os trabalhos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), cuja sede é em Bruxelas, e, por sua relevância para as questões de paz e segurança no mundo, precisa ser acompanhado por um país do tamanho do Brasil, com as responsabilidades que o Brasil tem no mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, pela sua exposição.

Oradores inscritos.

Entre os Senadores e as Senadoras inscritas, a primeira é S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Fernando Collor, caros colegas Senadores e Senadoras, eu quero, em primeiro lugar, explicar que ontem...

Quero agradecer ao Senador Anastasia, que foi Relator *ad hoc* da indicação do Embaixador Flavio Marega para a Argélia, e agradecer ao Presidente Collor, porque acho que ele fez essa designação porque também teve a iniciativa de criar o Grupo Parlamentar Brasil-Reino da Arábia Saudita, país em que V. Exª esteve até há pouco, representando o Brasil naquela região tão importante. E a visita do Presidente Collor teve o seu apoio lá. Foram reafirmados os interesses bilaterais no aumento da relação bilateral, especialmente no campo da chamada diplomacia parlamentar. Logo em seguida, veio uma missão na área da Defesa, no Ministério da Defesa do Reino da Arábia Saudita. O Presidente Collor teve a oportunidade de, no seu escritório de trabalho, fazer uma reunião, e me convidou, em pleno domingo, quando estivemos reunidos. Então, eu penso que o legado deixado por V. Exª será muito importante para seu sucessor nesse país.

Desejo também que, agora, com esse novo desafio, já conhecendo a realidade de países árabes, mesmo que, aí, esteja dentro do continente africano, V. Exª tenha um desempenho tão excelente, extraordinário, quanto teve. Até porque os paranaenses e os gaúchos têm elevados... Eu não estava presente, porque – eu costumo dizer que é a República de Piratini, Embaixador Flavio, e não me leve a mal pelo orgulho; o Senador Lasier também concorda – nós estávamos debatendo na Comissão de Constituição e Justiça um tema muito caro para nós, que era uma questão relacionada a pretensões da Zona Franca de Manaus. A Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Eduardo Braga e o Senador Omar Aziz estavam lá ferrenhamente defendendo uma mudança numa lei que foi editada com dois projetos de resolução para manter incentivos e benefícios fiscais às grandes empresas que fornecem sucos concentrados que vêm para o resto do Brasil. Sou de um Estado que tem muita indústria. E o seu Estado, Paraná – Santa Catarina da mesma forma, e São Paulo também –, tem refrigerantes de marcas locais, municipais, regionais ou estaduais. Então, estavam muito apreensivos, porque vai haver uma concorrência, digamos, não justa do ponto de vista tributário e fiscal. Então, a minha missão era estar lá, porque eu tive que convocar uma audiência pública – eu a requeri –, que felizmente foi aprovada, e lutava com três grandes gigantes desta Casa: o Senador Eduardo Braga, que foi Ministro de Minas e Energia, líder do Governo; o Senador Omar Aziz, que só pelo tamanho já é um guerreiro; e a Senadora Vanessa, que, quando se trata de defender a Zona Franca, saiam da frente! Saiam da frente, porque são, realmente, guerreiros e combativos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu não sou tão competente quanto a Senadora na defesa do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas, como ela é de Santa Catarina, sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estava nessa reunião. Por isso não estive aqui.

Agradeço ao Senador Anastasia.

Então, muito sucesso ao senhor! Deixo de fazer perguntas porque tenho uma audiência agora para tratar de um tema de interesse das comunidades do meu Estado.

E eu queria dizer também ao Embaixador Haroldo: o senhor foi, acho, aluno... Aqui todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi colega da área de Direito Constitucional na Universidade Federal de Minas Gerais, e, claro... Imaginem! Porque os dois são muito jovens, não poderiam ser alunos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque aqui todos foram alunos do nosso querido Cristovam Buarque, os que vêm de Brasília.

Mas eu queria desejar ao senhor...

São surpreendentes esses dados sobre a Bélgica que o senhor apresentou. Para mim, a gente tem a obrigação de saber, mas são tantas informações relevantes! E há esse entreposto, que é relevante para vários setores. Então, nós temos vários elementos de interesse. O Rio Grande do Sul também.

Estamos próximos de um acordo União Europeia-Mercosul. Esse é um tema muito caro para nós em função da questão do agronegócio, e é nessa área que as barreiras comerciais e os protecionismos estão mais exacerbados, especialmente por conta da força política que os produtores europeus têm em relação aos seus governos. Então, quero um olhar seu atencioso.

A Bélgica deve fazer muito bonito agora na Copa do Mundo. O senhor vai chegar lá com a Bélgica... Segundo as previsões do Paulo Roberto Falcão, nosso jogador do Inter, temos que nos cuidar porque a Bélgica pode ser a grande surpresa dessa Copa do Mundo.

Então, vamos começar também a nossa participação – que continue sendo bem exitosa.

Sucesso ao senhor! Dê atenção a esse acordo para que os nossos direitos e a nossa proteção também sejam assegurados.

Parabéns, Presidente Collor! Obrigada pela gentileza.

Sucesso aos dois!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, caso algum Senador queira, por motivo de agenda, falar antes de mim, ficarei até o final. Tenho um relatório a fazer, não me oponho. Mas, se não houver...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Parece-me que o Senador Hélio José se habilita.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente, não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu quero cumprimentar S. Exª o Senador Fernando Collor, Presidente Collor, pela condução dos trabalhos e pelas informações da situação do mundo, sempre no início da reunião, quando a gente se informa da situação geral das relações exteriores, sempre muito prestativo. Parabéns por esses comentários iniciais.

Cumprimento o Dr. Haroldo, nosso Embaixador que vai para a Bélgica, país importantíssimo para as relações do Brasil na Europa. Bruxelas eu conheço e sei a pujança da questão da diplomacia em Bruxelas, a importância de todas as relações.

Cumprimento nosso nobre Flavio Marega, que está saindo de uma Embaixada importante, que é Riade, e indo para outra importante, que é na da Argélia. Argélia é um país com uma dimensão continental no Oriente, que tem uma relação muito boa com o Brasil e tem uma vocação pacífica.

Com certeza, o preparo dos dois Embaixadores demonstra a qualidade do que eles já vêm fazendo e do que eles farão nessas duas Embaixadas tão importantes. Então, quero cumprimentar o Itamaraty, cumprimentar os dois indicados. Recebi as visitas dos dois, pudemos conversar várias questões, e não tenho dúvida da competência e da capacidade de ambos.

Duas perguntas gerais para ambos os nossos Embaixadores, em dois países fundamentais, com relação ao turismo. Tanto a Bélgica é uma referência para aumentar o nosso turismo com relação a Bélgica e a Luxemburgo... Eu também conheço Luxemburgo e concordo com o senhor sobre a importância de Luxemburgo. A comunidade brasileira em Luxemburgo é grande, é significativa e vale

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pena a gente ressaltar isso. É uma pequena república, mas é importante a representação de Luxemburgo.

Nessa questão do turismo, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, Flavio e Haroldo, acredito que nós podemos aumentar a relação turística do Brasil com a Argélia e do Brasil com a Bélgica, aumentando portanto, esse PIB, dando realmente uma condição melhor para o Brasil em fontes que o Brasil hoje tem explorado pouco para melhorar as receitas do Estado, em vez de ficar pressionando os servidores públicos e tirando as poucas conquistas que eles tiveram a vida inteira.

Então, a questão do turismo precisa ser trabalhada. Eu gostaria que os dois explanassem um pouco mais sobre como nós podemos fazer. No caso, por exemplo, de Argel, creio que talvez um voo direto Brasil-Argélia seja uma forma. A comunidade argelina é muito grande, há muitos argelinos no Brasil, muitos interesses comuns. Talvez seja uma questão importante. E, no caso da Bélgica, é por ela ser essa porta de entrada de todas as questões.

Outra questão coletiva também é com relação às energias alternativas. Ambos os países têm muito que contribuir nessa relação. A COP 21 determinou que pelo menos 30% das matrizes energéticas de todo o mundo fossem de energias alternativas. O Brasil cumpre isso com sobra, porque no Brasil a energia hidráulica é a fonte de maior quantidade de energia gerada, mas temos um potencial enorme na energia solar fotovoltaica, tanto o Brasil quanto a Argélia – a Bélgica um pouco menos, mas também tem. Temos um potencial enorme com relação à energia eólica. Eu acho que para a Argélia, por exemplo, como o Brasil tem toda a tecnologia avançada de pás, torres e tal, de utilização, seria um caminho muito importante para se fazer; como também para a Bélgica, porque no Mar do Norte há grande produção de energia eólica para a Inglaterra e para os países próximos. Creio que teríamos negócios a fazer com a Bélgica nessa linha que seria interessante para ambos os países. Então, com relação às energias alternativas, eu queria ouvir as opiniões de ambos sobre o que podemos melhorar e em que podemos ampliar nossas questões.

A minha assessoria preparou também alguma pergunta. Eu quero lê-la aqui ao meu amigo Flavio Marega.

O comércio entre o Brasil e a Argélia possui grandes potencialidades, mas segue concentrado em petróleo e produtos primários em geral. Temos acordo de facilitação de investimentos com a Argélia que poderiam contribuir para a diversificação das trocas entre os países e para o aumento dos investimentos. Que iniciativas V. Exª contempla adotar no sentido de incrementar as relações econômicas entre o Brasil e a Argélia? O senhor mais ou menos já explanou, mas pode sintetizar talvez algumas questões mais objetivas em que a gente possa estar auxiliando e ajudando.

Após a Primavera Árabe, foi feita uma reforma constitucional na Argélia com o fito de modernizar o sistema político-partidário. A partir daí, tem havido avanços no que diz respeito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação feminina na vida política do país? Essa pergunta se faz porque os países árabes são muito fechados à participação feminina. E aqui no Brasil – por exemplo, está a Vanessa aqui, que é uma lutadora, Presidente da Procuradoria da Mulher – nós temos tidos alguns avanços. Eu queria saber, depois da Primavera Árabe, já que a Argélia é uma referência, como isso anda.

Eu queria que a assessorai entregasse essas perguntas por escrito ao nosso nobre Embaixador, pois facilita para ele.

Quanto ao nosso nobre Embaixador Dr. Haroldo, também bastante competente, estou muito feliz com a sua indicação para a Bélgica e para Luxemburgo. Depois dos Estados Unidos, a Bélgica registra o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil: US$63 bilhões.

Esse montante tem como destino principal os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Não obstante esse quadro, ela permanece desconhecida para a maioria dos brasileiros que têm em mente estudar e fazer turismo em Londres, Paris, Roma, Amsterdã, isso para ficar só na Europa. Como explicar essa circunstância? Daí a pergunta inicial que eu fiz sobre o turismo.

A Bélgica não deveria ser mais propagada com vistas a um maior intercâmbio cultural entre as nações? De que maneira a divulgação poderia ser feita em prol da maior aproximação entre os dois países?

Considerando a avançada infraestrutura belga, de que é exemplo paradigmático a sua sede intermodal de transportes, que distribui produtos do mercado europeu a partir dos seus portos – Antuérpia, Gent, Liege –, pergunto: de que maneira poderíamos cooperar com a Bélgica com vistas ao aperfeiçoamento de nossa combalida infraestrutura dramaticamente exposta pela recente greve dos caminhoneiros? V. Exª estima que os belgas teriam interesse nessa cooperação?

Finalizando, o atual governo da Bélgica tem propugnado por um maior aprofundamento da integração europeia. Nesse sentido e considerando as assimetrias existentes no bloco, os belgas defendem uma Europa de duas velocidades, com integração mais acelerada entre as economias que participam da Zona do Euro.

Tendo em mente o desarranjo causado pelo anúncio da saída do Reino Unido (o Brexit) da União Europeia, bem como do resultado das últimas eleições na Itália e os seus eventuais reflexos no processo de integração, o Reino da Bélgica pode ficar isolado em suas posições? O que esperar da União Europeia nos anos que estão por vir?

Por favor, assessoria, passe isso para o Embaixador.

Para concluir, depois de ouvir as exposições de S. Exªs e percebendo a qualidade dos nossos quadros que vão para as embaixadas, eu queria propor – e já tenho proposto isso a outros embaixadores aqui sabatinados – a construção de um congresso ou de um conselho que, de seis em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seis meses ou anualmente, pudesse reunir todos os titulares das nossas embaixadas mundo afora para uma troca de experiências e cooperação, porque todos os países são importantes e têm uma relação importante, e é por isso que nós temos embaixadas. Então, eu queria ouvir o que V. Exªs pensam sobre isso.

Tal qual a nossa ilustre Senadora Ana Amélia, eu também estou com a agenda apertada, por isso até que eu fui ali e já pedi a minha inscrição, já votei... Não tenho problema nenhum em dizer que votei favoravelmente à indicação dos dois pela sua competência e pela sua capacidade. E esperamos, na terça-feira, se Deus quiser, aprovar, no Plenário do Senado, com louvor, a indicação de ambos.

Obrigado, Presidente Collor, e parabéns pelo trabalho.

Eu vou ouvir depois pela intranet as respostas de V. Exªs.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Hélio José.

Agora passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, com a permissão de S. Exª o Senador Antonio Anastasia, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – É que, daqui a pouco, abre a sessão plenária, e eu tenho dez minutos para tentar falar alguma coisa lá, porque, em seguida, sigo para a minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O Senador Antonio Anastasia concorda perfeitamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu não vou fazer nenhum questionamento. Apenas peço a palavra para cumprimentar os indicados.

Estive com o Embaixador Flavio no dia de ontem, mas não tive a oportunidade de estar com V. Exª, Embaixador Haroldo. De todo modo, fique tranquilo que eu sei da competência do trabalho e sei da dedicação dos senhores para chegarem até aqui. É uma alegria muito grande vê-los com tanto entusiasmo para essas nossas tarefas aqui. Eu percebi isso, no dia de ontem, de parte do Embaixador Marega, que dizia da alegria que tem de representar o nosso País na Argélia, missão para onde foi indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era apenas para cumprimentá-los e desejar-lhes sucesso, um bom trabalho e que, de fato, consigam uma expansão significativa das relações entre o nosso País e as nações para onde foram indicados.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Parece-me que, agora, Senador Antonio Anastasia, V. Exª terá a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço e cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores.

Eu ouvi com muita atenção as exposições do Embaixador Flavio Marega e do Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro e, como tenho dito, muito me alegra, Sr. Presidente, ver o altíssimo nível profissional que têm os nossos diplomatas do Itamaraty, que apresentam aqui, de fato, relatórios verbais, que, apesar de concisos, dado que o tempo é exíguo, muito ricos pelo nível de informações e muito precisos, que não só nos enriquecem bastante como nos ajudam muito a decidir e, sobretudo, a conhecer uma realidade distinta da brasileira, mas muito importante nesses tempos de globalização.

O Embaixador Flavio Marega iniciou a sua exposição com um relato extremamente didático sobre a evolução política da Argélia, uma nação da África muito grande, populosa e importantíssima, integrante do famoso Magreb, mas que tem ainda dificuldades, como vimos, lamentavelmente, políticas, agravadas por um radicalismo religioso que leva o governo a tomar permanentemente atitudes firmes.

S. Exª lembrou muito bem o maravilhoso filme que foi A Batalha de Argel, a que todos devem ter assistido – e quem não assistiu deve assistir, porque é algo de grande recomendação, porque é uma obra de arte do cinema...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual o nome?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Batalha de Argel, de Gillo Pontecorvo, sobre a guerra de independência da Argélia.

Aliás, a Senadora Vanessa, é sempre bom registrar, é culta e gosta dessas coisas. E, inclusive, lembrando aqui a Bélgica, eu dei a ela um livro – não sei se ela teve tempo já de lê-lo – sobre a colonização do Congo Belga, que é exatamente *O Sonho do Celta*, de Mario Vargas Llosa, sobre o Roger Casement, o pai dos direitos humanos no mundo, que começou no Congo Belga com aquelas atrocidades do Rei Leopoldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas voltando, Embaixador Flavio, a Argélia é, na realidade, hoje, uma potência econômica, porque, apesar desses conflitos de natureza política e até religiosa, é uma nação populosa, rica em razão do gás e do petróleo, com uma posição geopolítica importante, foi líder do chamado terceiro mundo no passado, ou seja, com uma importância muito grande. Muitos exilados brasileiros correram para a Argélia e lá foram socorridos nos tempos do regime militar.

Portanto, a Argélia se torna uma parceira preferencial nossa pelo comércio bilateral que V. Exª já apontou, até para tentarmos vender mais produtos manufaturados brasileiros. Certamente ali, com um mercado consumidor mais expressivo, haverá um grande campo para V. Exª, que é *expert* em temas árabes, temas, aliás, a que o nosso Presidente também tem se dedicado, não só em relação ao Marrocos, à Arábia e a outros países que tem visitado e se desdobrado, ainda porque os temas árabes são, de fato, o tema do futuro. Não há dúvida alguma de que o crescimento da população e a importância dos países árabes vêm ascendendo cada vez mais dentro do cenário e do concerto internacionais, alcançando um patamar de grande relevo e de grande importância. Então, V.Exª, certamente, adotará a *expertise* já elencada por V. Exª na Arábia Saudita, também na Argélia, que é um país tão complexo quanto certamente o é a Arábia Saudita.

Eu queria desejar a V. Exª muito boa sorte e que consiga adensar as nossas relações políticas – que já estão sólidas –, mas sobretudo econômicas com o mercado certamente frutífero.

E quero dizer ao meu estimado, permita-me, Sr. Presidente, amigo Haroldo, porque fomos contemporâneos, colegas de faculdade, da Vetusta Casa de Afonso Pena, que está aqui com a sua senhora, minha cara Maria Emília, também nossa colega da faculdade, que é um prazer, uma honra e até uma satisfação muito grande, decorridos mais de 30 anos de nossas formaturas, ter a oportunidade, como Senador por nosso Estado, Minas Gerais, de estar aqui aplaudindo, na verdade, a sua primeira indicação a um posto no exterior como embaixador.

O diplomata Haroldo hoje é o chefe de gabinete do Secretário-Geral do Itamaraty, o Embaixador Marcos Galvão, que nós aqui sabatinamos e foi aprovado para ser o embaixador também em Bruxelas, mas junto à Comunidade Europeia, e sempre fez uma dobradinha com o Embaixador Haroldo, que vai servir nas relações bilaterais com a Bélgica. E Haroldo, para orgulho dos mineiros, que é um diplomata dos mais aplaudidos, tem sido reconhecido no Itamaraty como um grande solucionador de problemas – é a notícia que eu tenho do próprio chanceler, nosso amigo, ministro e colega, Senador Aloysio Nunes.

Então, é com muita satisfação que tenho a honra de vê-lo aqui e cumprimentá-lo. Vai exercer as funções em um país, como ele acabou de relatar, dos mais relevantes do Brasil, que para a nossa história mineira tem uma participação fundamental, não só na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, mas pela famosa visita dos reis da Bélgica a Belo Horizonte, em 1920.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os primeiros soberanos que visitaram Belo Horizonte, Presidente, na história de nossa jovem capital foram os reis da Bélgica, em 1920. A cidade foi à época remodelada nos seus jardins, nos seus parques, para receber os soberanos europeus, o Rei Alberto e a Rainha Astrid. E, depois, a relação econômica com os belgas é extremamente próxima e feliz.

Certamente, a presença do Embaixador Haroldo lá vai aprofundar essas relações não só na questão econômica, que como já demonstrou são imensas, mas sobretudo, no que lembrou o Senador Hélio José muito bem, na tentativa de maior fluxo turístico da Bélgica para o Brasil, por ter renda *per capita* altíssima, pessoas de alta cultura, não é só o país do chocolate e das batatas fritas, mas é um país de cultura famosíssima, com pessoas com nível muito alto e que viajam muito. Não só o nosso Estado, mas certamente o Brasil como um todo pode receber um fluxo maior de turistas vindos da Bélgica. E, ao mesmo tempo, é claro, tentar identificar cada vez mais opções negociais, porque o Brasil precisa exportar, reduzir o nosso custo, agregar valor aos nossos produtos e competir internacionalmente.

O exemplo dado pelo eminente Embaixador Haroldo, Sr. Presidente, das sandálias Havaianas é um exemplo emblemático de um produto que se tornou símbolo do Brasil, um produto de alto valor agregado, porque de fato entre o que ele custa e o que ele vale é um valor muito interessante, tornou-se uma marca brasileira, e Liege é a verdadeira sede de distribuição por toda Europa e se vende pelo mundo afora. Oxalá tenhamos outros produtos como esse. E podemos tê-lo. Já que temos um, por que não podemos ter outros nessa mesma seara, nessa mesma vertente?

Então, é claro que o corpo diplomático se esforça sempre nesse caminho, ainda mais agora que a Apex está acoplada ao Itamaraty, o que facilita muito essa ação conjunta entre a questão do comércio exterior e as nossas representações diplomáticas.

E o Grão-Ducado de Luxemburgo, *ça va sans dire*, a sua relevância. Eu não sabia que possuía investidores no Brasil. Ao ler o relatório de V. Exª vi lá ontem que nós temos US$4 trilhões alocados em fundos de Luxemburgo. Para um Brasil que precisa de investimentos em infraestrutura, ali nós estamos diante de um maná, um Valhala, um paraíso na verdade de investimentos, e temos de dar segurança jurídica para atraí-los. E o papel do embaixador é fundamental para isto, para levar o bom nome do nosso Brasil.

Então, estimado Embaixador Haroldo, é com imenso regozijo que aqui eu o aplaudo e vejo êxito e o coroamento de sua carreira, chegando ao posto mais alto, ainda mais perante o Reino da Bélgica e no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Parabéns e boa sorte a V. Exª!

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter me designado Relator do distinto amigo, Dr. Haroldo de Macedo Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, eu queria tomar um pequeno momento antes de falar sobre os embaixadores para comentar o seu relatório semanal.

Eu gostaria muito de debatermos aqui a Nicarágua, por exemplo, a que o senhor fez referência, porque me instiga muito saber por que está se passando aquilo na Nicarágua. Eu morei dois anos na América Central, na época em que Daniel Ortega era o grande líder contra a Somoza, que venceu e implantou um governo que trouxe tanta esperança e está nessa situação, não sei se por fadiga de material, que eu acho que em política acontece muito, mesmo que ele não tenha ficado todas essas décadas continuamente. Eu gostaria de debater sobre o lêmen, de que o senhor trata, mas eu queria fazer, mais uma vez – eu o fiz na semana passada –, uma pequena referência a esse encontro da Coreia do Norte com os Estados Unidos.

Como é possível que aqueles dois líderes, com aquela distância imensa entre eles, se encontrem, e nós aqui no Brasil não conseguimos nos encontrar? Não conseguimos encontrar um rumo e uma coesão para o País. E o senhor toca no assunto. Eu quero recomendar um artigo do jornal *O Globo,* do jornalista Ascânio Seleme: "Aprender com Portugal" – e eu acho que a gente deveria distribuir para todos os Senadores. Como é possível que eles saíram da crise, com a prisão inclusive do Primeiro-Ministro José Sócrates, do Partido Socialista, na época, desmoralizado politicamente o país, muito parecido conosco aqui, e hoje eles conseguem uma coalizão que tem o apoio da extrema esquerda, que tem o apoio esporádico de centro-direita, que conseguiu, para salvar o país, cortar salários de servidores, aumentar imposto sobre a renda nas alíquotas mais altas, reformar a legislação trabalhista, para colocar o país em sintonia com a globalização, com o programa de estabilidade que define um déficit ainda de 0,2% e um superávit a partir de 2019? Como eles conseguem a coesão com essas coisas e nós aqui não conseguimos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Chama geringonça esse pacto que eles têm e que está funcionando, do Primeiro-Ministro Costa.

Eu creio que valia a pena debatermos António Costa, talvez aqui num dos encontros que o senhor faz às segundas-feiras. Como essa geringonça – como lembrou o Senador Anastasia que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamam a política – está funcionando em Portugal? Fazermos aqui um debate sobre Portugal. Como eles saíram do lugar de pior país da Europa e hoje são um dos mais promissores?

Então, é isso que eu queria dizer e juntar isso com o encontro exemplar entre Coreia do Norte...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pode ser.

Mas eu quero sugerir este debate aqui: Portugal, algo sobre o que está acontecendo lá.

Quanto aos nossos embaixadores, antes de tratar diretamente do assunto do Embaixador Flavio no novo posto, eu queria dar um testemunho sobre ele como Embaixador em Riad. Durante quatro anos, eu fiz viagens sucessivas ao Reino do Bahrein, quando eu era do conselho criado pelo Rei para dar um prêmio que, a cada dois anos, ele oferece para quem der uma grande contribuição à humanidade; US$1 milhão ele entrega.

E, em uma dessas viagens que eu fiz com um membro do júri, fui a Riad e vi o que é ser um embaixador em Riad, com todas as dificuldades do país; não dificuldades, mas características especiais. Ele teve a competência de abrir para mim agendas com autoridades. Eu fui a uma viagem pessoal que, em pouco tempo, conseguiu e vi certos detalhes que eu vou relacionar aqui, sobre como é o trabalho de um embaixador. Cada país tem o seu.

Durante o almoço, chega um funcionário, assessor, e cochicha algo para ele. E ele nos conta que tinha acabado de morrer um velho, brasileiro, que fazia a peregrinação em Meca. E ele teve que resolver o problema desse brasileiro. Aí ele me disse que há um desejo de muçulmanos do mundo inteiro de morrerem ali – já que têm de morrer um dia – num lugar santo. Então, o embaixador consegue resolver essas coisas. Além disso, me deu uma boa bibliografia para entender o que é o Reino. Há um livro que se chama *The Kingdom*; e o outro, *Inside the Kingdom*. E esses livros foram muito importantes para eu entender o que caracteriza um país tão diferente do nosso. Então, essa é a minha referência inicial, um testemunho do papel do Embaixador Flavio lá em Riad.

Ainda sobre esse país, eu queria deixar duas perguntas aqui: uma é sobre o que está por traz desse conflito da Arábia Saudita com o Catar, em que a Arábia Saudita conseguiu atrair o Bahrein, consegui atrair os Emirados Árabes. O que está por trás disso? Será que é apenas, como se diz, fechar a Al Jazeera, ou há outras razões? E qual é a chance de que se resolva esse conflito, inclusive a tempo da Copa do Mundo próxima, que vai ser em Doha?

E, também sobre esse assunto, como é a relação que a gente pode imaginar, daqui para a frente, da Arábia Saudita com o Irã? Há risco de conflitos maiores além do que há no Iêmen? Porque, no seu relatório, o senhor toca sobre o que está acontecendo o Iêmen, com foguetes chegando à Arábia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saudita. Então, até que ponto nós temos um risco ou, quem sabe, podem Trump e Kim inspirar os líderes, o novo líder, rei da Arábia Saudita e os iranianos?

Sobre a Argélia, eu quero dizer que a minha geração foi muito influenciada pela Argélia e a olhava com uma admiração muito grande, porque foi para lá que foi – eu, como pernambucano – Miguel Arraes, que ficou lá anos e anos. Foi lá que Niemeyer trabalhou, grande parte dos... Eu conheço muitos arquitetos que ficaram lá na Universidade de Constantine – o prédio é dele. Então, é uma admiração grande.

Do nosso imaginário faz parte a luta de independência. O filme que o Senador Anastasia citou é um filme clássico. A literatura francesa mesmo foi influenciada por Camus, que nasceu na Argélia. É um país que tem uma história conosco. Agora, no presente, há o interesse comercial. É um país de alto comércio e um país que produz petróleo, depende do petróleo. Então, é um país fundamental.

Mas eu quero me concentrar num problema em que também o senhor tocou hoje que é o problema da migração. A Argélia é um dos pontos por onde passa a migração vinda da Europa e é um ponto onde ficam os imigrantes. Então, eu queria saber sobre a situação dos imigrantes saarauís e dos árabes. Os saarauís tocam aqui na gente, por causa do Marrocos. E o Senador Collor e eu somos, vamos dizer, patronos da aliança, da cooperação parlamentar entre Marrocos e nós. E o problema dos saarauís sempre aparece; há, inclusive, representantes aqui em Brasília que nos procuram. A Senadora Vanessa é uma grande defensora deles. Como está esse problema da migração na Argélia – até que ponto eles aguentam – e que passa pela Argélia?

Quanto ao Embaixador Haroldo, eu creio que o senhor é uma pessoa indicada para ir para lá. Embora não vá para a Comunidade Econômica Europeia, em que há outro embaixador, de qualquer maneira, pela sua experiência com o Mercosul, pela sua presença no Mercosul, eu creio que Bruxelas tem a ver com esse tipo de cooperação entre países. Mas a minha pergunta...

Sim, antes disso eu queria lembrar algo que pouca gente sabe, para a qual não se fica atento; eu, como sou da universidade, sei: a importância da Bélgica para a formação da universidade brasileira é muito maior do que se imagina. A gente sempre lembra os nossos doutores dos Estados Unidos, da França, mas, os de Leuven são uma grande parte. A Embrapa? A nossa Embrapa deve muito à formação na Bélgica de agrônomos, ecologistas, com um pensamento novo de como fazer agricultura.

A minha pergunta é: como a Bélgica consegue sobreviver unida, mesmo sendo tão contraditória? Por que a Bélgica tem menos problemas de separatismo do que a Espanha, quando até as línguas são mais diferentes do que o catalão e o espanhol? Então, o que segura a Bélgica como um país? É uma curiosidade que eu tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo muita sorte e sei que vamos ter dois grandes embaixadores, um na Argélia e outro na Bélgica. E aproveito, como sempre, essas sabatinas para aprender um pouco com os nossos embaixadores.

Essas são as minhas colocações, Sr. Presidente, Senador Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Quanto à sua sugestão sobre uma audiência pública a respeito de Portugal, já vou pedir à Secretaria da Comissão que providencie a inclusão desse tema numa das próximas audiências que realizaremos aqui. Naturalmente vamos conversar um pouco antes, porque eu gostaria de obter mais luzes de V. Exª sobre quais itens poderíamos desdobrar em relação ao tema.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Itens e sugestão de nomes. Eu tenho alguns nomes que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sim, sem dúvida. Dos debatedores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... creio que poderiam vir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente. Faremos assim, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra S. Exª o Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, esta é a segunda reunião da Comissão a que eu compareço. Na reunião anterior, eu tive apenas a oportunidade de votar, porque eu presidia outra comissão e não tive a chance de expressar a minha satisfação por compor esta Comissão, especialmente tendo como Presidente a pessoa de V. Exª. Pudemos conviver por um período importante na vida deste País na Câmara dos Deputados no período de 1983 até 1987, quando V. Exª também esteve ali na Câmara, um Deputado trabalhador, eficiente e respeitado. Então, eu me sinto muito orgulhoso de compor esta Comissão, especialmente – se os nossos embaixadores não têm esta informação – por estar substituindo o nosso Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, uma figura extraordinária, que merece o nosso respeito e a nossa consideração pelos seus conhecimentos, pelo seu exemplo de vida pública e de cidadão do nosso País. Ele tem todo o meu respeito e o meu carinho. E eu me sinto aqui na obrigação de não envergonhá-lo ao exercer o mandato que ele me transferiu como seu 1º Suplente; para isso, eu me esforço bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei qual é a contribuição que eu posso trazer a esta Comissão, Presidente Fernando Collor, mas tenho certeza absoluta de que aqui vou aprender muito e já estou aprendendo com os Senadores Cristovam Buarque, com V. Exª, Presidente, e com o Senador Anastasia, que sabem tudo. Eu estou começando a aprender agora. Fiquei um pouco de tempo fora da política, sempre exercendo as minhas funções no Partido, a que sempre me mantive filiado, mas retornei aqui por um curto período. Daí a minha honra e satisfação de estar nesta Comissão.

Acompanhei atenciosamente as manifestações, tanto do Embaixador Flávio Marega quanto do Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro. Há até um detalhe interessante: há pouco tempo, fiz uma visita à Embraer, uma grande empresa nacional, e tive a oportunidade de me sentar no *cockpit*, em que vão se sentar os pilotos do KC-390. A Bélgica produz partes importantes nessa composição do KC-390. Eu tive também, meu Presidente, uma satisfação muito grande, quando entrei nos galpões em que estão construídas algumas partes do avião – a asa é construída aqui no Brasil mesmo e montada junto com peças que vêm de Portugal, Argentina e Bélgica – e vi o nosso pavilhão nacional.

Indagando sobre aquilo, disseram-me que era coisa dos funcionários e não uma intenção da direção da empresa. Os funcionários queriam trabalhar tendo a vista do nosso pavilhão nacional, o que nos enche de orgulho. E mais ainda: quando eu cheguei, vi um desses últimos modelos que a Embraer está construindo sendo batizado com o nome de Ozires Silva. Na verdade, foi Ozires Silva quem fez a Embraer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – E a Embraer se transformou na terceira maior empresa de aviação do mundo.

Então, eu estou aqui muito honrado. Já declinei o meu voto e estou satisfeito com tudo. Eu tinha algumas questões a fazer, mas nem preciso mais, porque já estou realizado com as manifestações que os embaixadores fizeram. Tenho certeza absoluta de que eles cumprirão as suas tarefas com altivez e dignidade, defendendo este nosso País que todos amamos e respeitamos.

Desejo-lhes êxito nas suas missões, que sei que são complicadas e difíceis, mas tenho certeza absoluta de que darão conta do recado. Estarei aqui torcendo, com sinceridade, para que tudo dê certo para vocês e para nós no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Airton Sandoval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a V. Exª que, em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do nosso Senado, a honra e a satisfação de tê-lo como integrante deste colegiado é toda nossa. Nós sentimos em V. Exª a capacidade, a competência e a clarividência de poder estar junto conosco analisando e avaliando, no plano internacional, as questões que se colocam no dia a dia para a nossa reflexão, e também sobre as eventuais crises – não tão eventuais quanto gostaríamos, mas, de qualquer maneira, analisando também essas crises –, para saber de que maneira o Brasil pode, nesses momentos, exercer aquilo que tem de melhor na sua diplomacia, que é o exercício do nosso *soft power*. Portanto, V. Exª aqui está em casa, está no meio de iguais e de pessoas que o admiram e que lhe querem muito bem.

Parabéns a V. Exª, mais uma vez, por estar aqui integrando, substituindo, como V. Exª bem disse, este grande Ministro, este grande Senador, colega nosso, Aloysio Nunes Ferreira, ele que foi Presidente já... Aliás, eu o estou sucedendo na Presidência desta Comissão. Ele presidiu anteriormente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aqui do Senado.

Portanto, mais uma vez, seja muito bem-vindo e muito obrigado pela sua participação.

Indago se algum Senador ou alguma Senadora deseja formular outra pergunta aos Srs. Embaixadores. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se pronunciar, primeiramente, tenho de fazer a consulta se continuamos com a reunião em regime aberto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordem com que devamos continuar com o sistema aberto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Alguma coisa, Álvaro? Não. Está bem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – As respostas talvez, Sr. Presidente, antes de abrir o placar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sim, sim, claro. Perfeitamente.

Então, eu colocarei isso posteriormente.

Eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Antonio Anastasia pela sua absoluta e precisa intervenção.

Vamos, portanto, às respostas dos Srs. Embaixadores às perguntas feitas pelos Srs. Senadores, começando por S. Exª o Embaixador Flavio Marega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLAVIO MAREGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Basicamente, é um conjunto de perguntas formuladas pelo Senador Hélio José e pelo Senador Cristovam Buarque, mas, se o senhor me permite, eu gostaria de retribuir a saudação feita no início da sua intervenção pelo meu amigo e colega Embaixador Haroldo Ribeiro.

Atuamos juntos em muitos momentos anteriores na carreira, desde a época do Mercosul, mas particularmente marcante foi a nossa atuação conjunta em uma batalha importante que nós vencemos na OMC, que foi o famoso contencioso sobre a importação de pneus usados. Nos anos em que o contencioso ocorreu, entre 2006 e 2009, à época, Sr. Presidente, o Brasil importava 10 milhões de pneus usados para uma produção anual de 40 milhões de pneus usados, e a União Europeia entrou com questionamento na OMC de por que o Brasil proibia a importação de pneus usados. Mas, através de liminares concedidas pelo Justiça Federal, os importadores continuavam com esse volume absurdo de um quarto da produção nacional sendo importada da União Europeia.

Quando eu cheguei para chefiar a Coordenação-Geral de Contenciosos, em substituição ao Embaixador Roberto Azevêdo, a nossa derrota na OMC era dada como certa, mas, graças ao caso que foi montado pelo Embaixador Haroldo à época – e eu contribuí para a defesa da nossa posição na OMC –, nós invocamos um artigo muito específico do GATT, de difícil cumprimento em nossa defesa, que foi uma defesa ambiental e de saúde pública do porquê o Brasil proibia a importação desses pneus usados. E nós percorremos todas as etapas do contencioso e saímos vitoriosos. Isso implicou inclusive o julgamento de uma ação por descumprimento de preceito fundamental, a ADPF 101, pelo Supremo Tribunal Federal. Ao final das contas, nós chegamos à OMC depois de três anos e declaramos que nós havíamos cumprido com as recomendações do órgão de apelação. Portanto, a partir de então, o Brasil zerou a importação de pneus usados, que causavam tantos danos ao meio ambiente e à saúde pública, como pudemos comprovar durante o contencioso. Essa foi uma grande vitória das nossas carreiras no passado, Embaixador Haroldo, e da qual nós muito nos orgulhamos.

Como disse, Presidente, o Senador Hélio José formulou duas perguntas a respeito de turismo e de energias renováveis. O turismo é muito importante para a Argélia, é uma fonte importante de renda na sua economia. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor gerou, no ano passado, US$29 bilhões, com a presença de 2,433 milhões turistas internacionais naquele País, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. Até 2027, o governo da Argélia espera um aumento de turistas que atinja 4,396 milhões, gerando receitas da ordem de US$49 bilhões.

Em 2017, a contribuição total do setor de viagens e turismo, aí incluindo a parte de restaurantes, os efeitos mais amplos, tais como investimentos à própria cadeia de suprimentos, foi da ordem de 7,2% do PIB da Argélia. Ou seja, é um setor extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor de turismo gerou, em 2007, 347 mil empregos diretos naquele país, excluindo o serviço de transporte, que naturalmente faz parte, mas não foi computado, e incluindo, por exemplo, atividades como restaurantes e lazer relacionadas ao turismo.

Ainda segundo a Organização Mundial do Turismo – e não é um número fácil de ser obtido; devo confessar, Sr. Presidente –, a média de brasileiros visitantes na Argélia ano passado foi muito pequena, em torno de 560 turistas. E o mesmo número mais ou menos se aplica em relação ao Brasil, sendo que o auge foi no ano da Copa do Mundo, quando 2 mil turistas argelinos vieram ao Brasil.

Portanto, o que fazer nessa área? Acho que o primeiro passo, como bem mencionou o Senador Hélio José, seria propor ao governo argelino a negociação de um acordo de serviços de transportes aéreos, a exemplo desse que já assinamos com a Arábia Saudita e que, graças à sua intervenção nesta Casa, em breve entrará em vigência, já que o governo saudita aprovou esse acordo em 2016.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – O Senador Antonio Anastasia foi o Relator.

O SR. FLAVIO MAREGA – Muito bem. Isso vai ser muito importante, Senador, porque nós passaremos a ter provavelmente... É claro que, uma vez aprovado o acordo sobre serviços aéreos, cabe às empresas junto com o governo negociar a repartição de tráfego aéreo, mas a existência de voos diretos contribui enormemente para a ampliação do turismo entre os países, de forma que uma das primeiras propostas, naturalmente com a aprovação do Itamaraty e das entidades responsáveis e dos órgãos governamentais no Brasil, é a negociação de um acordo de igual molde na Argélia.

Com relação a energias renováveis, como já expus na minha apresentação inicial, a Argélia ainda é um país extremamente dependente da economia de hidrocarbonetos. Na realidade, eles representam boa parte da energia produzida naquele país e atualmente apenas 2% da energia provêm de renováveis, aí incluídos energia hídrica e energia eólica, só que o país caminha rapidamente para a ampliação da energia fotovoltaica, energia por painéis solares. Na realidade, o governo argelino tem como objetivo diversificar a matriz, para torná-la menos dependente dos hidrocarbonetos e de maneira a aumentar a geração de eletricidade, a partir de renováveis, de 6% para 40% entre os anos 2020 e 2030.

Recentemente, o Ministro da Energia da Argélia, Noureddine Bouterfa, anunciou que em 2018 haverá uma licitação nacional e internacional para geração de 4 mil megawatts, a partir de energias provenientes de renováveis, de fontes limpas. A medida é parte, portanto, de uma política, de um programa de desenvolvimento do setor por parte do governo da Argélia, sendo que a licitação terá como exigência – isso é importante – que parte dos equipamentos – que aliás, faz parte da *rationale*, do pensamento do governo argelino – do projeto seja produzida no país. O objetivo do governo argelino, portanto, é atingir uma produção de 22 mil megawatts a partir do ano de 2030. Como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, a energia solar é a que desponta como a mais viável, dado o alto grau de insolação naquele país. Portanto, a energia solar fotovoltaica incluirá instalar sistemas de painéis em edifícios públicos, em hospitais e em escolas localizadas em regiões particularmente propícias ao alto grau de insolação.

Em 25 de abril do ano passado, o Primeiro Ministro da Argélia, Abdelmalek Sellal, inaugurou uma mega fábrica de painéis solares fotovoltaicos pertencente ao grupo argelino Aures Solaire, junto com a empresa francesa Vincent e com um orçamento inicial relativamente pequeno, de 10 milhões de euros, e apoio governamental. A fábrica se localiza na cidade de Ain Yagout, na província de Batna, a aproximadamente 430km de Argel, e produzirá aproximadamente 125 mil painéis solares fotovoltaicos por ano.

O Senador perguntou também sobre a energia eólica, que, no momento, é muito incipiente. Não há registro praticamente de produção de energia eólica. Dessa forma, como o Brasil é um dos setores em que a energia eólica caminha a grandes passos, sem dúvida alguma, é um setor que vou explorar, uma vez que eu esteja à frente da Embaixada, como possível área de cooperação entre o Brasil e a Argélia.

Duas perguntas ainda foram feitas pelo Senador Hélio José com relação ao comércio. Sr. Presidente, seria objeto de uma intervenção em si como expandir o comércio com a Argélia. Temos de reconhecer que ainda é um comércio muito dependente em produtos primários e em produtos semifaturados. Vejo três vertentes principais de atuação. Além da atuação tradicional em termos de apoio institucional, sempre dado pela Apex, que, agora, como bem lembrou o Senador Antonio Anastasia, se juntou ao DPR... Portanto, há um esforço conjunto de atuação, e aí podemos citar missões empresariais, participações em feiras, o que, de resto, já vem ocorrendo. Só no ano passado, participamos de duas feiras importantes em Argel, que foi a Feira Internacional de Argel, realizada em maio, e o Salão da Pecuária e dos Equipamentos Agrícolas, realizado em outubro do ano passado. Houve também uma importante missão empresarial realizada pela Apex com o apoio de empresas brasileiras que já estão instaladas na Argélia, quais sejam o grupo WEG e a empresa Andrade Gutierrez.

Eu já me referi à missão empresarial. Além do apoio institucional, Sr. Presidente, acho que há outra área – e pretendo repetir o que fiz em Riad – em que podemos atuar, tentando conhecer a realidade do setor. Então, é preciso não só fazer o trabalho no Brasil, através do apoio da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, visitar os exportadores brasileiros, entender qual é a atuação deles no País, mas também conhecer as empresas argelinas que têm relação com o Brasil e as empresas brasileiras instaladas. Nós temos três grupos, duas construtoras, a Queiroz Galvão e a Andrade Gutierrez, como já mencionei, e a WEG Motores. E, do lado argelino, nós temos um investimento muito importante por parte do grupo Cevital, que é o maior grupo da Argélia, que é o grupo responsável pela importação de praticamente 70% dos nossos produtos primários que lá eles processam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grupo Cevital pretende realizar um investimento no Pará de US$4,5 bilhões, que já está em andamento e que implica a construção de um porto fluvial, a construção de armazéns no Estado do Pará e de Mato Grosso, a construção de um porto marítimo em Vila do Conde e de uma linha férrea de 1.523 quilômetros. Então, é um investimento que já está em andamento e que permitirá, portanto, o escoamento dos grãos pela Calha Norte diretamente para a Argélia, atingindo, de resto, todo o Mediterrâneo, encurtando, portanto, talvez, em uma semana, a navegação que naturalmente se faz dos portos do Sudeste do Brasil.

Esse é um investimento importante, o que me leva à questão do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Nós já propusemos ao governo saudita a negociação desse acordo. Até o momento, não houve reação. Como é do conhecimento de V. Exªs, nos anos 90, o Brasil aprovou 14 acordos com base no antigo modelo da OCDE de 1959, os APPIs. E, à época, o Congresso Nacional não aprovou os acordos, sobretudo pelo fato de conterem uma cláusula chamada Investidor-Estado, pela qual um investidor que se sinta prejudicado nos seus investimentos, por expropriação ou pelo que seja, leva a União, no caso o Brasil, a um painel, a um tribunal que está localizado em Washington, de par com a Convenção de Washington, da qual nós não fazemos parte. Nós não fazemos parte da Convenção de Washington, mas, nos APPIs que negociamos, reconhecemos esse tribunal. Então, o Congresso, à época, não os aprovou. O Itamaraty, juntamente com os demais órgãos do Governo, reformulou a proposta de acordo. E, agora, há um acordo que se chama Cooperação e Facilitação de Investimentos, que, como o próprio nome diz, está voltado não só à proteção dos investidores estrangeiros, mas também à ampliação da promoção e da cooperação dos investimentos. Portanto, é uma área que, certamente, nós temos de explorar com o governo argelino, até porque, como se pode ver, há investimentos concretos e crescentes de ambos os lados.

Por fim, no tocante ao comércio, existe um Conselho Empresarial que foi criado em 2004. E, consultando meu atual colega, o Embaixador Eduardo Botelho Barbosa, ele falou que o conselho nunca se reuniu. Eu reputo como sendo de grande importância que exista um Conselho Empresarial entre os dois países, que é quando os empresários podem se sentar e trazer aos governos os problemas que eles enfrentam em termos de investimento, em termos de comércio bilateral. Portanto, sem dúvida alguma, estando em Argel, é uma das áreas em que eu gostaria, se possível, de criar esse Conselho Empresarial e torná-lo efetivo, para ampliar as relações econômico-comerciais.

No tocante à participação feminina, que foi a pergunta seguinte do Senador Hélio José, acredito que, na Argélia, esse não é um problema, ao contrário da Arábia Saudita, onde as mulheres, pela primeira vez, em 2015, puderam votar somente para os governos locais. Na Argélia, acredito que há uma ampla participação feminina tanto em termos de votação quanto de candidatas e de candidatas eleitas. Mas, sem dúvida alguma, sempre é um assunto candente a questão do empoderamento feminino nos países árabes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta que ele fez foi relacionada à ideia do Congresso de Embaixadores, como ele chamou, que seria uma oportunidade de os embaixadores brasileiros se reunirem. Sr. Presidente, como o senhor sabe, no passado havia essa prática. Muitos países, a grande maioria dos países continua a ter esta prática de chamar, uma vez por ano, os embaixadores para uma grande reunião com o Ministro das Relações Exteriores, em alguns casos, como ocorre no México. O próprio Presidente do México mantém uma reunião com os embaixadores; isso foi o que me informou meu colega em Riad. Mas, pela questão de contenção de despesas, essa reunião deixou de existir já há vários anos. Mas uma alternativa que outros países, como a Argentina, fazem são reuniões regionais. Então, por exemplo, a Argentina reúne os embaixadores do norte da África e do Oriente Médio em Marrocos todos os anos. Poupa recursos por não trazer todos os embaixadores para Buenos Aires, mas não deixa de ser um exercício coletivo pelo qual cada um traz a sua visão da suas atuações e dos problemas que existem nas relações bilaterais. Portanto, aí fica uma ideia, que acho ser mais exequível: reuniões regionais dos grupos de embaixadores em cada parte do Planeta.

Com relação às perguntas do Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar quero saudá-lo, Senador, pela sua presença, que muito me honra. Foi um prazer acompanhá-lo na sua visita, ainda que particular, à Riad, mas conseguimos realizar muitas coisas.

Quanto à sua pergunta inicial sobre o Catar, quero dizer novamente que caberia toda uma vasta discussão aqui. Mas o senhor perguntou o que está por trás. Então, vamos à essência, no meu entendimento, do que está por trás. Em primeiro lugar, é a questão da Irmandade Muçulmana e o receio para as monarquias do Golfo de que o Islã político, de certa forma, ingresse nesses países, ameaçando a própria estruturação dessas monarquias. No caso do Catar, apesar de ser também um regime monárquico, eles, tradicionalmente, incentivam, como se deu durante o conflito no Egito, a Irmandade Muçulmana.

Portanto, há uma preocupação grande nesse aspecto, o que, inclusive – já vou chegar aos 14 pontos –, era um dos 14 pontos que faziam parte em 2014. Em segundo lugar, Senador, eu diria o que eles dizem: que o Catar golpeia acima...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – ... da linha de cintura.

O SR. FLAVIO MAREGA – ... da linha de cintura! Exatamente!

Ou seja, eles executam uma política externa que vai muito além do próprio tamanho do país, da própria... Mas, como é um país dotado de enormes recursos, que tem uma empresa aérea que executa, enfim, seus serviços no mundo inteiro e uma estação de televisão extremamente influente, como é a rede Al Jazeera, em inglês e em árabe, esses dois instrumentos, enfim, de certa forma, contribuem para que o Catar tenha posições muito ativas. E a crítica que se ouve dos críticos é que eles golpeiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima da cintura, ou seja, acima da sua capacidade real. Então, se o senhor me perguntar, por trás, seriam esses dois elementos.

Quando eu cheguei a Riade, em 2014, as relações não estavam rompidas, como agora, mas os embaixadores tinham sido chamados de volta. Então, os embaixadores dos demais países do Golfo no Catar foram chamados de volta, e o meu colega do Catar não se encontrava em Riade.

Em novembro de 2014, ainda quando o Rei Abdullah era vivo – faleceu em janeiro de 2015 –, ele presidiu uma reunião em que eles chegaram a um acordo. Então, esse problema diplomático já vinha há alguns meses. Chegaram a um acordo por meio do qual o Catar se comprometeria com os famosos Quatorze Pontos, que, à época, não se tornaram públicos. Os Quatorze Pontos só se tornaram públicos quando do rompimento das relações diplomáticas, no ano passado. E aí havia, enfim, todo tipo de demanda: fechar a rede Al Jazeera, não mais financiar a irmandade muçulmana, não financiar grupos radicais, reduzir as relações com o Irã; ou seja, demandas muito fortes por parte dos outros países do Golfo em relação ao Catar. E, anos depois, no ano passado, quando a crise diplomática realmente se implantou, a acusação foi de que eles não tinham cumprido com os Quatorze Pontos. E aí os Quatorze Pontos se tornaram públicos para que os que demandavam provassem que, efetivamente, eles não tinham sido cumpridos.

Bem, como eu vejo a crise, Senador? Inicialmente, eu achava que ia ser uma questão talvez de semanas e que, mais uma vez, eles se sentariam à mesa e resolveriam, mesmo porque são primos – a família catari é originalmente de território saudita, então eles são primos. Mas o que aconteceu foi que, em decorrência das várias medidas que foram adotadas depois – inclusive, por exemplo, a proibição de que a Qatar Airways utilizasse os espaços aéreos da Arábia Saudita, dos Emirados –, isso foi se intensificando a ponto de o assunto, por exemplo, ter sido levado à Oaci, ou seja, a quantidade de medidas e a profundidade de medidas acabaram fazendo com que o conflito não se tornasse tão simples de ser resolvido.

Mas o Catar, por sua vez – essa é a minha avaliação pessoal –, soube sempre invocar princípios de direito internacional, sempre saiu na frente de sua defesa e, portanto, digamos assim, até agora tem prevalecido; as suas posições têm sido melhor entendidas, digamos, pelos países.

Portanto, em conclusão, eu não vejo atualmente uma solução rápida. Repito: são países onde todos são primos, são parentes de alguma forma, e é possível que em uma reunião se resolva, mas, dada essa proliferação de medidas e essa proliferação de ações em vários organismos internacionais, eu vejo cada vez mais difícil uma solução. E, naturalmente, Senador, isso terá impactos para a próxima Copa do Mundo, porque o Catar, com as limitações que sofre hoje, tem todo um processo de construção de estádios, a própria empresa aérea teria um papel fundamental na atração de turistas para a Copa do Mundo, e tudo isso será prejudicado, sem dúvida alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Irã, esse é um outro tema muito complexo para se tentar esgotar em apenas uma explicação, mas eu diria que a origem do problema, Senador – pelo menos é o que eu ouço com frequência nas minhas conversas com o Governo e sauditas –, está na revolução de 1979, quando o governo xiita, o governo aiatolá assumiu o poder no Irã e o tornou uma república islâmica.

Nesse mesmo ano, houve outro episódio igualmente grave, que foi a invasão da mesquita de Meca por jihadistas, por terroristas islamistas, que tomaram a mesquita por duas semanas. Teve de haver uma fátua especial que permitisse que as forças de segurança retomassem a mesquita. Foi um episódio muito grave e traumatizante na história da Arábia Saudita.

Então, esses dois elementos, desde então, têm contribuído para que as relações entre Irã e Arábia Saudita sejam difíceis.

Quando cheguei a Riade, em 2014, ainda havia um embaixador iraniano, muito embora – ele próprio me confidenciou – fosse dificílimo o trânsito dele junto ao governo saudita. Ele não conseguia audiências, não conseguia atuar. E aí, no início de 2016, houve a execução de vários acusados de terrorismo na Arábia Saudita, entre eles a de um clérigo, o clérigo al-Nimr, um clérigo xiita das províncias do Leste. Ele foi, enfim, enquadrado como terrorista, mas na realidade ele pregava... Ele era um clérigo xiita nas províncias do Leste. Isso gerou uma série de revoltas no Irã, inclusive atacaram a Embaixada da Arábia Saudita, o Consultado, o que levou ao fechamento das relações diplomáticas.

E eu diria hoje, Senador, que a grande preocupação da Arábia Saudita – eu diria, até mesmo, a grande obsessão – se relaciona ao Irã, sobretudo pelo fato de a presença do Irã vir se expandindo na região: primeiro no Iraque; depois na Síria; no Líbano, naturalmente, através do Hezbollah; e, mais recentemente, no conflito do Iêmen, onde claramente... Há ali, por exemplo, a questão dos mísseis, do lançamento de mísseis balísticos, de origem iraniana inconteste, que têm sido lançados contra o Reino, inclusive contra Riade, que já recebeu seis ataques de mísseis balísticos. Portanto, complicou-se bastante essa guerra por procuração, essa *proxi war* que o Irã vem exercendo na região.

Então, são dois elementos – de um lado, o embate entre xiismo e sunismo e, de outro, essa expansão na região – que têm preocupado muito o governo saudita em relação ao Irã.

Eu não sei se esgotei o assunto, mas, de toda forma, são comentários preliminares nesse ponto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Permita-me, Presidente, só uma questão. Não a fiz inicialmente, mas tem a ver com isso.

Conversando com personalidades, inclusive de governo, de Israel, eu sinto que eles falam com muita esperança de que a Arábia Saudita poderá ser um elemento fundamental de pressão sobre a Autoridade Palestina e, sobretudo, sobre Gaza. Existe essa perspectiva em Riade de tentar pressionar a Autoridade Palestina e, em Gaza, o Hamas para que tenham uma relação mais pacífica com Israel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLAVIO MAREGA – Senador, essa é uma pergunta difícil de responder, porque oficialmente não existem relações diplomáticas, não há entendimento entre Israel e Arábia Saudita, mas muito se especula, nos últimos meses, de que havia entendimentos, enfim, secretos para uma maior aproximação em relação a Israel, sobretudo em decorrência do Irã. Portanto, é difícil eu atestar aqui que efetivamente esse tipo de política de pressão sobre a Autoridade Palestina seria exercida, mesmo porque, como pano de fundo, o reconhecimento de Israel por qualquer país árabe, com exceção do que ocorreu no passado com o Egito, como nós sabemos, e a Jordânia, mas sobretudo para os países do Golfo, seria um passo muito difícil de ser tomado.

O senhor sabe que a iniciativa de paz árabe até hoje permanece, com a iniciativa válida que foi lançada em 2006, ainda, pelo Rei Abdullah, que era basicamente a ideia de terra por paz. Portanto, uma mudança paradigmática nesse sentido eu vejo com muita dificuldade. E, na realidade, não tenho elementos para saber até que ponto essa cooperação entre Israel e Arábia Saudita vem ocorrendo.

Existe um último ponto que o senhor mencionou e eu acredito que já toquei nos pontos principais. E o senhor também perguntou sobre a questão de migração. Ontem, eu tive a oportunidade de tratar desse assunto, na reunião que tive com o Presidente. Eu acredito que no caso a Argélia, pelo fato de ter sido um país que sempre combateu, desde os anos 90, como eu expus aqui inicialmente, a questão do terrorismo, internamente, e com um sistema de combate por parte das Forças Armadas e das Forças de Segurança, que naquele momento foi muito criticada pela imprensa ocidental, mas depois dos ataques de 11 de setembro, de certa forma legitimou-se aquela ação de combate ao terrorismo que a Argélia havia começado tanto antes, portanto, em função disso, eu acredito que não exista um fluxo de imigrantes nos moldes da Líbia.

Nós sabemos que no caso da Líbia, depois da queda de Muammar Kadhafi, houve um movimento das tribos Tuaregues, do Mali, armadas, que subiram em direção ao território líbio, que hoje é uma das grandes fontes de preocupação no tocante à imigração para a Europa. Portanto, no caso da Argélia, esse movimento não existe. Agora, eu não tenho elementos especificamente sobre o que ocorre com os imigrantes que chegam à Argélia, mas eu me comprometo a levantar e enviar para o senhor depois.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. FLAVIO MAREGA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Flavio Marega.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço todas as perguntas que foram formuladas a mim. Vou procurar respondê-las.

O Senador Hélio José fez uma referência à questão do turismo, depois retomada pelo Senador Antonio Anastasia.

Aí eu gostaria de dizer o seguinte, 20 anos atrás, quando eu servi em Bruxelas, na missão do Brasil junto à União Europeia, todo mês de fevereiro, eu ia a uma feira de turismo, em Bruxelas, chamada Salon des Vacances. É uma feira imensa e tradicional. Saía de lá carregado de sacolas com folhetos, porque ia como jovem diplomata que queria escolher lugares para visitar, nos meus momentos de férias. Muitas das viagens que eu fiz foram nessa linha, encontrando os destinos nesses folhetos do Salon des Vacances.

Sempre me surpreendeu o fato de que nós – o Brasil – não tínhamos uma presença no Salon des Vacances. Para me prepara para essa arguição, eu procurei saber qual a situação hoje. E qual não foi a minha surpresa ao saber que, lamentavelmente, nós estamos ausentes do Salon des Vacances. A Embaixada do Brasil em Bruxelas também não dispõe de um acervo de folhetos turísticos que possam ser distribuídos.

De maneira que, sim, nós temos um trabalho a fazer, porque como mencionou o Senador Anastasia, não é razoável que um país de onze milhões de habitantes, um país rico, de gente instruída que gosta de viajar, um país em que boa parte do ano não tem sol, que sobra aqui, emita 35 mil visitantes por ano ao Brasil.

Isso é metade do que manda a Holanda, que não tem o dobro da população; e se nós compararmos com Portugal então, claro, descontando o fato das relações históricas e linguísticas com Portugal, ele manda mais de 200 mil visitantes ao Brasil.

Então, é natural que haja espaço para trabalhar a questão do turismo na Bélgica e creio que teríamos muito sucesso, porque o Brasil tem um apelo imenso lá. O *soft power* brasileiro – como o senhor mencionou, Presidente – também é grande, de maneira que se o meu nome for aprovado por V. Exªs, antes de partir para a Bélgica, eu pretendo visitar – e conversar com – as autoridades turísticas brasileiras, para que a gente faça o nosso dever de casa. Eu tenho certeza de que a resposta será muito positiva do lado da Bélgica.

A Embaixada do Brasil em Bruxelas está na Avenue Louise, que é uma das principais avenidas de Bruxelas. Nós temos, no térreo, o que chamamos de Casa do Brasil. É um espaço excepcional, onde fazemos os eventos culturais. E temos doze metros de vidraças. Quer dizer, eu creio que projetar permanentemente imagens do Brasil ali já vai atingir o espírito de pessoas como eu, que frequentam o Salon des Vacances, como frequentei no passado; já vai trazer muitos turistas ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Hélio José também fez uma referência muito interessante ao fato de que a Bélgica é um dos principais investidores no Brasil, mas é um país relativamente pouco conhecido. O que se explica com isso? Há uma certa confusão da Bélgica com a França e com a Holanda. Isso é resultado dessa rivalidade entre Flandres e Valônia, sobre a qual eu falei aqui, que é um traço essencial do país.

Muita coisa que é belga, como a batata frita, a maionese, atribui-se à França. Muita coisa que é belga porque é de Flandres, atribui-se à Holanda. E a presença da Bélgica no Brasil é tão extraordinária que eu vou mencionar aqui apenas alguns exemplos de intervenção da Bélgica na arquitetura e na paisagem brasileira. A cúpula do Teatro Amazonas, em Manaus, veio da Bélgica. A escadaria principal do Palácio da Liberdade veio da Bélgica. Da estrada de ferro da Graciosa, entre Curitiba e Paranaguá, todos os pontilhões, as pontes vieram da Bélgica. O viaduto Santa Ifigênia, no Anhangabaú, em São Paulo, veio da Bélgica. Todas as portas, vitrais e decorações do Theatro Municipal do Rio de Janeiro vieram da Bélgica.

A Bélgica é um país realmente presente no Brasil desde o início. E eu entendo quando o Senador Hélio José diz que se surpreende com isso. Ele disse: "Por que a Bélgica é tão pouco conhecida?" Nós precisamos conhecer mais a Bélgica. Isso será importante para os dois lados.

O Senador fez referência à excepcional infraestrutura belga, justamente porque eles têm uma logística extraordinária. Claro, souberam compreender o privilégio da sua geografia e fazer disso um bom negócio. Os belgas estão atentos para as oportunidades em infraestrutura no Brasil.

O Governo brasileiro tem conversado com eles, eles têm recursos para investir. O Ministro dos Transportes esteve na Bélgica no ano passado, visitou os portos e visitou ferrovias. Eu acho que é uma questão de tempo e de ajuste, nós vamos ter mais uma vez uma onda de investimentos belgas na área de infraestrutura porque é o que eles sabem fazer de melhor – e olha que eles fazem chocolate e cerveja num nível excepcional.

O Senador Hélio José fez também referência à Europa em duas velocidades, que é uma defesa que o Primeiro-Ministro da Bélgica, Charles Michel, faz para o futuro da União Europeia. Mas, tendo em vista o Brexit, tendo em vista a eleição na Itália, ele agregou a essa informação a dúvida se a Bélgica ficaria isolada. E o que é que a Bélgica vê pela frente? Como eu mencionei, a Bélgica é um dos fundadores da União Europeia, um país que tem muito o que dizer e que quer ocupar uma posição de destaque no desenho da futura União Europeia. Essa ideia de duas velocidades não é apenas uma ideia belga. Hoje, há um entendimento entre o Primeiro-Ministro da Bélgica, o Primeiro-Ministro de Luxemburgo e o Presidente da França, os três liberais, jovens, mais ou menos da mesma idade, e com uma visão muito semelhante – é considerada a vanguarda política da União Europeia. E eles estão juntos defendendo essa Europa em duas velocidades porque eles perceberam que todos juntos vão muito mais devagar e que o grupo que hoje pertence à Zona do Euro, por todas as razões, tem condições de avançar mais rápido e mais profundamente. Isso não significa mudar o projeto europeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um todo nem abandonar os países que não fazem parte da Zona do Euro, é apenas uma maneira de ter uma geometria variável que permita o avanço do processo de integração europeu, que é de maior relevância para eles, para nós e para todo mundo, porque é um mecanismo de paz num continente que viveu tantas guerras e é muito importante que isso ocorra.

O Senador Hélio José mencionou também a questão das energias alternativas. Aí, aparentemente, a Bélgica está nos devendo, devendo ao mundo um avanço compatível com a sua capacidade. A União Europeia recentemente divulgou relatório em que diz que a Bélgica não está fazendo o suficiente para avançar nas energias alternativas. Há decisões na União Europeia no sentido de que cada país tenha pelo menos 25% da sua matriz energética em energias renováveis – aliás, 27%. O Parlamento Europeu quer subir isso para 35%, a Bélgica se opõe. Por quê? Porque na matriz energética da Bélgica, 90% são de energia de fonte não renovável, sobretudo petróleo, gás, mas também energia nuclear. Apenas 10% são de energia renovável. Por quê? Porque a vantagem que eles têm com um país plano e vias navegáveis é uma vantagem que desaparece no momento de gerar energia elétrica, por exemplo.

Quanto à energia nuclear, há um impasse muito forte na Bélgica: de um lado, o governo assumiu o compromisso, em lei, de fechar as duas usinas nucleares, os sete reatores nucleares da Bélgica, até 2025. O equipamento nuclear está antigo e boa parte dos recursos para pesquisa em ciência e tecnologia para energia está sendo usada para a segurança das centrais nucleares. E, por outro lado, a central nuclear responde por metade da energia elétrica produzida na Bélgica. Assim, se os belgas cumprirem o que a lei determina e fecharem as usinas, eles terão que recorrer, provavelmente, a fontes não renováveis, uma vez que as renováveis não serão capazes de produzir, em curto prazo, a quantidade de energia que eles precisam para substituir a energia atômica.

Então, não é que eles sejam contrários a esse avanço; eles são favoráveis, digamos assim, no seu posicionamento internacional, mas há dificuldades internas para avançar nesse ponto.

O Senador Anastasia fez referência à visita do Rei Alberto I. Esse é um marco na relação do Brasil com a Bélgica e mesmo na relação do Brasil com a Europa, porque não só a visita do Rei Alberto I, que visitou durante 27 dias o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, em 1920, foi a primeira visita de um chefe de estado a Belo Horizonte, que nascia naquela época... E essa visita teve impacto na própria formatação da cidade. A Praça da Liberdade foi redefinida da maneira como ela existe hoje.

O Rei e a Rainha Elisabeth se hospedaram no Palácio da Liberdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO – A filha. Isso. Exatamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi uma visita da maior relevância e com dividendos políticos, econômicos e culturais muito grandes para o Brasil e que perduraram. E essa foi a primeira visita de um chefe de estado europeu ao Brasil desde a Proclamação da República. Ou seja, 30 anos após a Proclamação da República, pela primeira vez, veio um soberano europeu ao Brasil, o que significou um reconhecimento mais profundo da Nação brasileira como república.

Em 2020, vamos relembrar o centenário dessa visita. Nesse contexto, há um interesse, uma disposição de parte do Rei Filipe e da Rainha Matilde de fazerem uma visita de Estado ao Brasil. Certamente, muito nos honraria se essa viagem puder ser realizada, e, se o meu nome for aprovado, naturalmente eu pretenderei dar o apoio possível e necessário para que ela seja muito exitosa e para que ela constitua, realmente, um marco nas relações do Brasil com a Europa, além, é claro, da relação do Brasil com a Bélgica.

O Senador falou da capacidade de investimento de Luxemburgo. De fato, é incrível. Eu menciono aqui uma empresa, que tem sede em Luxemburgo, a siderúrgica ArcelorMittal, que foi a sucessora da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e que é a maior fabricante de aço do mundo. Como disse, tem sede em Luxemburgo e está presente no Brasil.

No ano passado, Luxemburgo abriu a sua embaixada em Brasília. É a primeira embaixada de Luxemburgo na América Latina, o que significa que eles realmente têm um interesse muito grande em aprofundar relações com o Brasil.

Chegou também, quase que junto com a Embaixada, a SES, que é a segunda maior operadora de satélite e telecomunicação do mundo, que tem um terço do seu capital como capital público de Luxemburgo. A intenção deles é aprofundar a cooperação com o Brasil e o perfil econômico do país para além da condição de praça financeira. Eles já fizeram isso uma vez, porque Luxemburgo, como a Bélgica, tinha na siderurgia o maior peso da sua economia. Eles souberam, no momento certo, passar para a atividade de serviços, atividade financeira, e agora eles buscam outras maneiras de fazer a sua economia e pensam no Brasil como um parceiro importante.

O Senador Cristovam Buarque primeiro mencionou a importância da Bélgica no preparo dos brasileiros. Essa é uma grande verdade. O Embaixador da Bélgica no Brasil me presenteou com um livro excepcional, que fala dos 500 anos de relações entre o Brasil e a Bélgica, um livro organizado pelo historiador Eddy Stols, que é casado com uma brasileira funcionária da nossa missão na União Europeia, que tive o prazer de conhecer 20 anos atrás. É um livro fabuloso. Há um capítulo em que ele fala, após pesquisas muito rigorosas – é um historiador importante na Bélgica –, da presença de estudantes brasileiros o tempo todo, desde a época do Brasil Colônia, passando pelo período da Independência e da República. Ou seja, de fato, Senador, o senhor tem toda razão. Mesmo no Programa Ciência Sem Fronteiras a Bélgica recebeu uma boa quantidade de alunos brasileiros e foi, segundo a informação que eu tenho, o décimo segundo parceiro do Brasil naquele programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Cristovam Buarque pergunta como a Bélgica consegue se manter unida, tendo em vista que o separatismo das suas regiões é fato conhecido. Eu diria o seguinte: em primeiro lugar, a Bélgica nasceu assim. Isso distingue a Bélgica de outros países que têm problemas dessa natureza. Está no DNA do nascimento do país a coexistência dessas regiões. O que aconteceu foi que a parte mais rica, mais povoada, a dominante era Valônia, de fala francesa; e o tempo se encarregou de mudar esse equilíbrio, e a Flandres hoje é a parte mais rica, mais produtiva. E isso fez com que houvesse uma certa compensação histórica interna entre as duas regiões.

Para se ter uma ideia da gravidade desse desequilíbrio no passado, a primeira versão em flamengo, em holandês, da Constituição da Bélgica, que é de 1831, a primeira versão oficial só surgiu em 1967. Por isso eu disse que a década de 1960 foi crucial na derrocada, digamos, do modelo unitário belga. Mas eu disse também que os belgas foram muito pragmáticos. E para se manterem sob a mesma bandeira, eles lançaram mão do Direito e do Direito Constitucional.

Então, essa pressão que existia entre as duas regiões foi, de uma certa maneira, reduzida por esses avanços institucionais, que, ao contrário do que a gente espera, não são para unificar as regiões; não, são para distingui-las. Partindo da aceitação de que elas são diferentes, que elas sejam diferentes mesmo e sejam autônomas, mas vivam sob a mesma bandeira. Isso, digamos, do ponto de vista mais jurídico.

Agora, junto ao povo da Bélgica, a gente encontra um grande apoio à monarquia. E a monarquia na Bélgica significa a união do país, porque o rei é o garante da União. Então, sempre me pareceu um pouco ilógico que o rei da Bélgica, que é o responsável pela união do país, tivesse tanto apoio da parte de flamengos e valões, mas tem. Claro que acontece na Bélgica o que acontece no Brasil; em toda a parte, há certo questionamento das instituições.

Então, a monarquia vem perdendo também na Bélgica certo apoio, digamos assim, mas não é direcionado à monarquia ou ao fato de o rei ser o garante da unidade do País. Todas as instituições estão sofrendo na Bélgica, como em outras partes, certo desgaste, e isso inclui as Forças Armadas, o Parlamento, o Governo. De maneira que, na verdade, o que a gente tem é um país que, há 180 anos, vive assim, com essas dificuldades e rivalidades, mas vive junto. E, como os belgas são muito pragmáticos, eu imagino que, se for necessário, eles vão encontrar novas saídas institucionais, novos desenhos para se manterem juntos.

E aí eu faço referência a uma observação da Senadora Ana Amélia sobre a Bélgica na Copa do Mundo. Eu acredito – porque nós sabemos que, aqui no Brasil, também é assim – que um bom desempenho da seleção belga na Copa do Mundo pode fazer mais pela unidade do país do que anos e anos de tentativas internas, porque tenho certeza de que eles vão juntos comemorar de forma muito orgulhosa essa vitória que seria de um país, e não de uma região, vamos dizer assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao Senador Airton Sandoval, à Senadora Vanessa Grazziotin e à Senadora Ana Amélia pelos cumprimentos, pelas referências elogiosas sobre a importância da Bélgica para o Brasil e finalizar dizendo que a Senadora Ana Amélia tem muita razão quando diz que é preciso que a gente vá adiante, que a gente conclua a negociação Mercosul-União Europeia. Nós sabemos que os países europeus entregaram à Comissão Europeia a competência para negociar o comércio, disso se trata. Nós estamos buscando uma melhoria do acesso para o produto brasileiro ao mercado europeu através dessa negociação.

Nos postos bilaterais, o que nós temos que fazer é promover o produto brasileiro, é promoção comercial, mas, para que isso funcione bem, a gente precisa de condições de acesso melhoradas. E é isso que a gente busca nesse acordo.

As regiões da Bélgica têm competência constitucional e legal para se pronunciar. Eu já mencionei esse tema hoje. O que eu imagino que cumpra ao Governo brasileiro fazer, juntamente com os outros membros do Mercosul, é dar todas as informações necessárias para que os agentes políticos e os agentes econômicos das partes da Bélgica possam avaliar que essa é uma união estratégica entre a América do Sul e a Europa, num momento de gravidade no cenário internacional. Nós estaremos unidos pelo comércio, teremos o Oceano Atlântico revitalizado nas rotas entre Europa e América do Sul, e há, obviamente, muita vantagem para a economia da Bélgica como um todo, de maneira que é uma questão de arregaçarmos as mangas e de dialogarmos com os diversos atores. Tenho certeza de que vai funcionar bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Há uma contribuição fundamental da Bélgica de que... Pelo menos há uma lenda, e já vi, em um dia, um artigo que negava isso. Fala-se que a primeira universidade brasileira foi criada com a finalidade de dar um título de *honoris causa* ao Rei – se não me engano – Alberto I, em viagem ao Brasil em 1922.

O fato é que o Brasil foi o último país a ter universidade nesse sentido; tinha escolas de Engenharia, de Medicina. Coincidência ou não com a visita do Rei Alberto I, que queria um título de *honoris causa*, não havia universidade para dá-lo a ele. Então, juntaram três, quatro cursos e disseram: "Esta é a Universidade do Brasil", que hoje é a URFJ. Ela não tem nem cem anos. Na Guatemala, na República Dominicana, as universidades têm 400 anos. Fala-se isso. Eu já vi um artigo sobre a história da universidade brasileira que dizia que não há nenhum registro disso, nenhuma ata dizendo que se daria o título *honoris causa* ao Rei na nova universidade, mas, de qualquer maneira, é uma ideia que demonstra a importância da Bélgica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa é que alguém aqui, no começo, falou de chocolate. Eu quero dizer – e vou fazer uma propaganda sem saber o nome da empresa; então, não fica mal – que fui, há alguns meses, a um evento da Comunidade Econômica Europeia na Embaixada da Bélgica. Havia, na entrada, uma mesa enorme de chocolates. Estava alguém comigo, e eu disse: "Venha provar o que é um verdadeiro chocolate." E fui me dirigindo... Veio um senhor jovem ainda com roupa de chocolateiro, um *chef*, e disse: "Desculpe, Senador, mas este chocolate é fabricado por mim aqui no Guará." (*Risos.*)

Não sou especialista, mas me deu um gosto maravilhoso aquele chocolate – e as embalagens também. Ele me deu o cartão e tudo... Ainda bem que não me lembro, senão faria propaganda aqui, o que talvez não fosse muito correto. Mas um chocolate do Guará servido na Embaixada da Bélgica, em que havia um evento da Comunidade Econômica Europeia, tem de ser bom, não é isso? Então, o senhor pode levar um pacotinho para a Bélgica. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bom, Senador Cristovam, muito bom!

Agradeço a S. Exª o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro pelas suas respostas às perguntas feitas por S. Exªs Senadoras e Senadores.

Consulto o Plenário se podemos continuar com a nossa reunião em sistema aberto, com vistas à apuração dos votos concedidos às S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam que continuemos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu solicito à Secretaria que proceda à colocação na tela da apuração dos votos oferecidos aos Srs. Embaixadores.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem.

O Sr. Embaixador Flavio Marega, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática e Popular da Argélia, teve a unanimidade dos votos dos senhores membros integrantes desta Comissão.

Do mesmo modo, o Sr. Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, também, por unanimidade, foi aprovado pelos integrantes desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, a presença de V. Exªs, cumprimento-os pelas votações expressivas que obtiveram nesta sabatina, desejando a ambos pleno êxito nas novas funções que passarão a exercer, após ser ouvido o Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a V. Exªs pela presença. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fazendo soar a campainha.*) – Gostaria também, antes de iniciarmos a segunda parte da nossa pauta, de forma muito especial, cumprimentar todos os familiares dos Srs. Embaixadores que aqui se fizeram presentes na manhã de hoje. Sentimo-nos muito honrados com as presenças de V. Sªs.

Muito obrigado.

Segunda parte a nossa reunião de hoje: item nº 1.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para apresentar seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como V. Exª fez o anúncio, trata da indicação do Diplomata Evandro de Sampaio Didonet para exercer o cargo de Embaixador junto à Confederação Suíça e ao Principado de Liechtenstein.

O indicado é filho de José Didonet e Maria Antunes de Sampaio Didonet e nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no dia 28 de dezembro de 1958.

É mestre em Administração de Empresas pela Webster University, Campus de Viena, de 1986.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1980, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Ascendeu a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 1999 e a Ministro de Primeira Classe em 2008, todas promoções por merecimento.

Em 1998, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada a tese intitulada "A negociação da Alca e a agenda econômico-comercial do Mercosul".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se a de Assessor do Departamento Especial de Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento, a de Assessor da Secretaria-Geral e a de Diretor do Departamento de Negociações Internacionais.

No exterior, exerceu, entre outros cargos, o de Primeiro-Secretário na Embaixada em Bonn, o de Conselheiro da Embaixada em Roma, o de Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada em Ottawa, o de Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada em Washington, o de Embaixador e Representante Permanente da Embaixada junto a organismos internacionais em Viena, o de Representante Permanente da Missão Permanente junto à OMC.

Registre-se ainda que o indicado chefiou inúmeras delegações brasileiras nos mais diferentes fóruns e é autor de diversas publicações.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações sobre ambos os países.

A Confederação Suíça, fundada em 1291, é uma república federal na Europa composta por 26 cantões e pela cidade de Berna, com oito milhões de habitantes. O país se caracteriza, desde 1815, por sua neutralidade armada. É nascedouro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. É sede tanto do comitê quanto de inúmeras organizações internacionais. Embora não façam parte da União Europeia, os suíços participam do Espaço Schengen do Mercado Único Europeu. Em decorrência da política de neutralidade, a Confederação só se tornou membro da ONU em 2002. Cuida-se de um dos países mais desenvolvidos do Planeta, com o oitavo maior PIB *per capita*.

No tocante às relações bilaterais, estas remontam ao reinado de D. João VI, que, há 200 anos, autorizou cem famílias suíças a se instalarem como imigrantes no Rio de Janeiro. Desde então, sobretudo após o reconhecimento de nossa independência pelos helvécios em 1826, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionamento foi se aperfeiçoando e alcançou o patamar de parceria estratégica em 2008, sendo o Brasil o principal parceiro comercial com a Suíça na América Latina.

Anote-se também a presença de importantes empresas brasileiras na Suíça, Vale, Suzano, Safra Sarrasin, bem como de grandes empresas suíças no Brasil, Nestlé, Roche, Novartis. Além disso, o empresariado helvético vem demonstrando crescente interesse em investir no País. Nesse sentido, destaca-se a concessão do Aeroporto de Confins, em meu Estado, no qual o operador do Aeroporto de Zurique detém 24% de participação no consórcio operador. E a Suíça figura como a 11ª maior investidora estrangeira no Brasil. Estima-se em cerca de 79 mil o número de brasileiros na Suíça, contando para o seu atendimento com Consulados Gerais em Genebra e em Zurique.

Sobre Liechtenstein, trata-se de principado com 160 quilômetros quadrados, com uma população de 37 mil pessoas. É um dos menores países da Europa. Mantém fortes laços com a Confederação Helvética. O principado adota o franco suíço e delega à nação vizinha relações exteriores e os serviços telefônicos e postais. O país é uma praça financeira, incluída pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico na lista de paraísos fiscais. Liechtenstein é sede de cerca de 75 mil empresas, atraídas pelos baixos impostos. O turismo é, por igual, importante fonte de receitas. Ingressou na ONU em 1990 e participa do Espaço Econômico Europeu. Calcula-se em mil pessoas o número de brasileiros radicados no país, que são atendidos pelo Consulado Geral do Brasil em Zurique.

Tendo em vista a relevância da matéria e a apreciação do relatório, não cabem ser aduzidas outras considerações.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convoco, ainda, as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, a ser realizada no dia 20 de junho de 2018, próxima quarta-feira, às 10h da manhã, neste plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Kátia Abreu, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Humberto Costa, José Agripino, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Rudson Leite, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados sobre as emendas à LDO.

Considerando a aprovação do relatório preliminar ao PLN nº 2/2018, VLDO 2018/LDO 2019, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da CMO no dia de ontem, 19/06/2018, comunico às Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a abertura do prazo para a apresentação de emendas ao referido projeto, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências", perante esta Comissão.

a) abertura do prazo: dia 20 de junho – hoje –, quarta-feira;

b) encerramento: dia 22 de junho, sexta-feira, até as 18h impreterivelmente.

Acrescento que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas, no endereço http://cn/emendas, e a via impressa, assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria desta Comissão.

Informo ainda que a reunião para a deliberação das emendas ocorrerá na próxima semana, em dia e horário a serem definidos.

Coloco à avaliação deste Plenário a inversão de pauta no dia de hoje, passando o item 3 a ser o primeiro item da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos, então, ao item 3, que, na realidade, é o primeiro item da segunda parte da pauta do dia de hoje para deliberação de matérias.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pela aprovação

Vou, então, proferir o meu relatório e, em seguida, colocaremos em discussão e em votação.

Eu gostaria de ter em mãos, se o Secretário da Comissão assim me permitir, o meu relatório, para poder ser lido. (*Pausa.*)

Obrigado.

Passo à leitura do relatório.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 70, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

A ementa é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2018, (PDC nº 852, de 2017, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de julho de 2017.

Passo, então, ao relatório.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 413, de 24 de outubro de 2017, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Emenda, assinado em Mendoza, em 21 de julho de 2017, à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda e Seu Protocolo, celebrados em Buenos Aires, em 17 de maio de 1980 (Convenção).

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, dá notícia de que o texto pactuado reflete equilíbrio entre os interesses dos dois países. O texto esclarece também que as alterações introduzidas pelo Protocolo à Convenção de 1980 deverão favorecer os investimentos argentinos no Brasil, assim como os investimentos brasileiros na Argentina. Além disso, o novo documento deverá reforçar a possibilidade de cooperação entre as respectivas administrações tributárias, de modo destacado em relação à troca de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A par da manutenção dos dispositivos tradicionais em acordos congêneres, o documento informa que: (I) foram fixados limites à tributação na fonte de dividendos, juros, *royalties* e serviços técnicos e de assistência técnica; (II) foi atualizado, conforme padrões internacionalmente aceitos, o dispositivo relativo ao intercâmbio de informações entre as respectivas administrações tributárias, de modo a combater a evasão fiscal; e (III) foi incluído artigo que deixa espaço para as legislações tributárias dos países envolvidos adotarem dispositivos com vistas à luta contra a elisão fiscal sem que o ato internacional em apreço seja contrariado.

Os ministros que subscrevem a exposição esclarecem, além disso, terem sido adotados todos os preceitos que compõem os padrões mínimos acordados pelos participantes do projeto sobre a erosão da base tributária e transferência de lucros (Projeto BEPS) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem assim outros dispositivos de combate ao planejamento tributário agressivo.

O Protocolo, composto de 28 artigos, dá nova redação à Convenção de 1980, que passa, segundo disposto em seu art. 1º, a ser denominada "Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Eliminar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital".

O art. 2 ajusta a redação do preâmbulo da Convenção de 1980 (Convenção). O dispositivo subsequente dá nova redação ao art. 2 da dita Convenção para indicar os impostos visados; no caso brasileiro, o imposto federal sobre a renda. O art. 4 prossegue na implementação de atualizações e aperfeiçoamentos do texto convencional de 1980. O art. 5 exclui da expressão "estabelecimento permanente" as circunstâncias referidas como, por exemplo, de utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias à empresa.

Já os Artigos 6, 7, 8 e 9 inserem parágrafos respectivamente nos Artigos V, X, XI e XII da Convenção. O disposto nos Artigos 10 e 11 tratam da renumeração de Artigos da Convenção e, no caso do Artigo 11, também dá nova redação aos Artigos XX, que versa sobre professores, pesquisadores, estudantes e aprendizes, e XXI, que se ocupa de outros rendimentos.

O Artigo 12 do Protocolo dá nova redação ao Artigo. XXII e dispõe sobre capital constituído por bens imóveis, bens móveis, navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre, ações e participações no capital de uma sociedade. O Artigo 13 oferece nova redação ao Artigo XXIII 23, que alude à eliminação da dupla tributação. O Artigo 14 altera o Artigo XV e refere-se ao procedimento amigável entre contribuinte e autoridade competente para resolver dificuldade ou dúvida quanto à interpretação ou aplicação do texto convencional.

Na sequência, o Artigo 15 modifica o Artigo XXVI, que versa sobre a troca de informações entre as autoridades competentes de ambos os Estados, considerada relevante para a aplicação da Convenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Artigo 16 muda o texto do Artigo XXVII, que cuida da limitação de benefícios, e o Artigo 17 renumera os Artigos XXVII, XXVIII e XIX da Convenção. Os Artigos 18 a 27 do Protocolo de Emenda em apreço dedicam-se a substituir, dar nova redação e incluir, respectivamente, itens ao Protocolo da Convenção. Por fim, o Artigo 28 dispõe sobre a entrada em vigor do Protocolo de Emenda.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada por esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

Quanto à análise, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Acerca da proposição em apreço, registramos não haver defeitos no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre o projeto, porquanto observado o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Ocorre-nos, contudo, que a metodologia empregada pelos negociadores não foi, a nosso sentir, a mais feliz. É certo que não temos conhecimento exato das circunstâncias negociais; não menos certo é que ambas as partes poderiam celebrar nova convenção em substituição ao texto convencional merecedor de atualizações.

Não se trata aqui da mudança tópica de um ou dois artigos, hipótese clássica de adoção de emendas. No caso, o empreendimento modificativo tem proporções que vão além da emenda singular ou de um conjunto limitado de emendas tópicas. Está-se diante de alteração mais profunda da Convenção em vigor. Daí o Protocolo de Emenda em apreciação ter quase o mesmo número de artigos (28) da Convenção de 1980 (XXIX), que se deseja emendar.

O método utilizado contribui, a nosso sentir, para maior imprecisão e falta de clareza em detrimento tanto do contribuinte quanto das autoridades encarregadas do cumprimento do ato internacional em exame. Esse quadro, no entanto, não inviabiliza o que se almeja. A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal.

Some-se a isso o fato de que a ausência de acordos de dupla tributação (ADTs) afeta a competitividade das empresas transnacionais brasileiras no exterior. A celebração desses acordos, bem como a uniformização da aplicação da rede de atos internacionais nesse sentido atualmente em vigor reduzirão obstáculos e aumentarão a segurança jurídica dos atores envolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do mais, os ADTs, que são os Acordos de Dupla Tributação, destinam-se a melhorar o ambiente de negócios para atrair o investidor estrangeiro. Eles impedem, ainda, discriminação entre investidores estrangeiros e nacionais e ampliam, como mencionado, a segurança jurídica e tributária. Contribuem, por igual, para evitar a tanto a dupla tributação quanto a dupla não tributação.

Nesse passo, a "nova redação" da citada Convenção proporciona maior cooperação entre as administrações tributárias envolvidas para evitar a dupla tributação, combater o planejamento tributário abusivo, prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e disciplinar o assunto de forma compatível com os instrumentos internacionais mais contemporâneos a que ambos os países estão vinculados. E, ao fazê-lo, aproxima esses países das práticas internacionais mais modernas nesse domínio, formam um canal de incentivo para investimentos entre os países signatários e levam ao estreitamento bilateral de suas relações comerciais e econômicas.

Passo ao voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2018.

Passo agora a presidência ao Senador Jorge Viana para proceder aos itens seguintes da apreciação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, convidados, coloco em discussão o relatório que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em apreciação o relatório que acaba de ser apresentado.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam...

Perdoem-me.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2018.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu devolvo a condução dos trabalhos ao Sr. Presidente Fernando Collor, fazendo uma solicitação: eu tenho uma audiência fora, uma audiência para a qual estou convocado, não é voluntário, e eu pediria, se fosse possível, já que V. Exª fez a inversão de pauta, que pudesse fazer a leitura, tão somente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitura resumida, do relatório da indicação do Embaixador Corrêa do Lago para a Índia, se fosse, obviamente, da concordância de V. Exª e dos colegas Senadores.

Devolvo a Presidência para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Recebo a Presidência dos trabalhos de S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão, e coloco para apreciação e deliberação do Plenário a solicitação que faz S. Exª, da inversão de pauta, colocando o item 2 como próximo item da pauta a ser discutido.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esta inversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria também de colocar para avaliação de V. Exªs a abertura do painel, para que S. Exªs, as Srªs e os Srs. Senadores, possam já iniciar, depositar os seus votos aos indicados, a S. Exªs os Srs. Embaixadores indicados para postos em missão no exterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam que o início da votação seja dado já, a partir de agora, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, me parece que S. Exª o Senador Ministro José Pimentel queria fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Pois não. Muito obrigado.

Passamos, então, ao item 2 da nossa pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentá-lo também, concordar, como já fiz quando questionado, com a abertura da possibilidade de votação e faço até um esclarecimento: nós recebemos previamente os relatórios, apresentados pelos colegas, das indicações. Obviamente dá para ter tranquilamente um posicionamento. Claro, essas sabatinas são fundamentais; temos aprendido muito e tem virado rotina, cada vez mais, termos boas sabatinas aqui, discutindo as relações do País, do indicado no país em que a representação ocorrerá.

Eu queria aqui agradecer essa inversão de pauta, é importante. Eu não poderia deixar de fazer a leitura desse relatório, que aprecia a escolha e a indicação do Sr. André Aranha Corrêa do Lago – que está aqui ao lado, temos o prazer de tê-lo aqui conosco –, Embaixador do Brasil no Japão, que agora foi indicado para a representação do Brasil na República da Índia, cumulativamente no Reino do Butão.

Essa é uma prerrogativa do Senado, como já leu V. Exª. Para o bom andamento dos trabalhos, vou procurar, mesmo com prejuízo, porque acho que o indicado é um dos melhores quadros, com todo o respeito, que o Itamaraty tem, tem uma história de vida e também uma história profissional muito rica e, de certa forma, isso não coube no meu relatório, mas eu expresso aqui o pedido de desculpas, externando esse posicionamento.

O indicado é filho de Antônio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasceu em Paris, tem uma tradição na família, é neto do Oswaldo Aranha. Eu fui o Relator de sua indicação para Tóquio e cobrei dele, quando fiz o relatório, e, depois, na sabatina ele o trouxe, o discurso de Oswaldo Aranha quando da morte de Getúlio Vargas, um discurso histórico, que é parte da cultura política brasileira, e ele o distribuiu. Na época, salvo engano, o Presidente da Comissão era o Senador Aloysio Nunes, colega aqui. Nós fizemos, inclusive, uma certa discussão sobre essa peça da política brasileira que é o discurso proferido por Oswaldo Aranha no enterro de Getúlio Vargas, que ele trouxe e nós tivemos o privilégio aqui de debater.

O Embaixador Corrêa do Lago graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1981. Ocupou inúmeros cargos, mas a tese que ele trabalhou no Instituto Rio Branco é "Estocolmo, Rio de Janeiro, Johanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas".

Sei que é um tema muito caro para V. Exª, Senador Fernando Collor. Ele, de fato, passou a ser um dos especialistas no Itamaraty nesse tema, ajudou em muitas conferências, presidiu muitas missões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente. Claro que houve um certo prejuízo com a sua ida para Tóquio. Nas últimas COPs, eu mesmo falava: olha, deveríamos chamar o Embaixador Corrêa do Lago, por sua experiência, para a discussão da COP 15, em Paris, por exemplo, sobre o acordo do clima. Eu fiz, sinceramente, essa manifestação para as autoridades brasileiras, no sentido de auxiliar a Ministra Izabella Teixeira e outros representantes do Itamaraty nas negociações do acordo do clima.

Eu também tive a honra de, nessa indicação, agora, participar, com o Presidente Eunício, de uma missão ao Japão, uma missão oficial do Senado Federal, foi a primeira vez que o Presidente do Congresso fez uma visita oficial ao Japão, e boa parte do sucesso da missão devemos também à equipe e à ativa participação do Embaixador do Brasil em Tóquio, que nos possibilitou também uma reunião histórica com as várias entidades que representam a comunidade brasileira naquele país irmão.

A indicação e a missão que ele recebe neste momento é de representar o Brasil na segunda mais populosa Nação do Planeta. Com 1,3 bilhões de habitantes, a Índia tem um papel fundamental. Vou me restringir a esse brevíssimo comentário por conta de que, certamente, amanhã, ele fará uma exposição e nós vamos debater a importância da relação Brasil-Índia. Amanhã eu acredito deva ser o dia de sua sabatina.

Claro, também está sendo indicado para o Reino do Butão. Em relação às relações econômicas com a Índia, a importância econômica, estratégica, já que é um país membro dos BRICS, amanhã nós faremos obviamente, durante a sabatina do indicado, questão de aprofundar. Eu pus isso no meu relatório, mas peço licença para adiantar, tendo em vista a gentileza de V. Exª de fazer a inversão da pauta.

Eu queria fazer um brevíssimo comentário sobre o Butão. É um Reino situado no Himalaia, entre China e Índia. Em alguns cursos na Amana-Key, discutimos muito o Butão pelo propósito que o país tem, apesar de ser um dos menores países do mundo. Eu queria aqui fazer um paralelo. É um Estado, de certa forma, entre aspas – "protegido" da Índia. Mas o Reino do Butão começou a chamar muito a atenção quando propôs como causa do povo e do país um conceito de felicidade nacional bruta. Imaginem um país que tem como propósito de sua existência a felicidade nacional bruta! Muitos analistas chegaram a entender que o Butão é o país mais feliz do mundo. Não tem riquezas materiais, mas busca essa riqueza que talvez seja a mais importante que tenhamos.

Eu só lamento, Embaixador, estarmos vivendo esses tempos difíceis aqui no Brasil, em que há certo embrutecimento da sociedade com tanta violência e tantos desencontros. Acho que estamos caminhando para uma sociedade medieval, pelo que eu vejo, do ponto de vista de preconceito, de intolerância, de ódio. Parece mesmo que estamos tendo resquícios de uma sociedade medieval no Brasil, talvez por falta de conhecer o Butão. Eu li e procurei ver: parece que não há brasileiros no Butão. Eles só passam por lá. Nós temos que mandar missões para o Butão. Se V. Exª for indicado e me convidar, eu faço questão de tentar ir para conhecer um pouco dessa filosofia, desse propósito de um país, que é o de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar a ideia da felicidade bruta, o conceito que eles chamam de felicidade nacional bruta. Mas isso é fato concreto. Não é uma questão de retórica, ou seja, as organizações que trabalham com gestão, do mundo privado, buscando a excelência nas relações, estudam o caso do Butão como um *case* importante de país que é absolutamente contemporâneo naquilo que propõe como filosofia para o país e que faz tanta falta hoje nas sociedades.

Então, fica aqui esse registro, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a hora de ter tido o privilégio, de novo, de ser Relator da indicação do Embaixador André Aranha Corrêa do Lago para a representação do Brasil na Índia e no Reino do Butão.

Diante do exposto, os integrantes desta Comissão possuem – esse relatório já está distribuído – elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. André Aranha Corrêa do Lago para o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

É esse o meu parecer, o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Maioria/MDB - PE) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O próximo item.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Airton Sandoval para apresentação do relatório. (*Pausa.*)

Vamos sustar por enquanto essa leitura – eu pediria a V. Exª, Senador Airton Sandoval, que compreendesse – e passar para o próximo item.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 07/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

O item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 14/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião. Convido para que tomem assento à mesa os Srs. Tovar da Silva Nunes e Evander de Sampaio Didonet, a quem damos as boas-vindas em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Tovar da Silva Nunes, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos, Srªs e Srs. Senadores.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma menção de agradecimento ao Relator, Senador Lasier Martins. Queria também agradecer a indicação do Sr. Presidente da República para ter a honra de estar hoje presente aqui perante V. Exªs também por recomendação, o meu nome foi sugerido ao Presidente, do Sr. Chanceler Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem também agradeço. Queria agradecer também a presença dos colegas, da Embaixadora Gisela Padovan, e também fazer uma menção ao meu colega Evandro Didonet, colega aqui de bancada.

Sr. Presidente, o senhor entenderá que representar, poder merecer a honra de representar o Brasil na Federação Russa e no Uzbequistão é não só um privilégio como também uma honra, mas, sobretudo, uma grande responsabilidade, primeiro, pelo fato de que aquela Embaixada já teve grandes nomes da nossa diplomacia. Para não ser injusto, eu mencionaria um deles, uma grande dama da diplomacia, que é a Embaixadora Thereza Quintella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda razão da grande responsabilidade, no fundo, é o momento que nós estamos vivendo. A ordem internacional hoje é marcada por uma certa desordem, um desarranjo. Desde o fim da Guerra Fria, houve uma tentativa de conformação de uma nova ordem que não chagou a se realizar. Então, nós vivemos hoje o que eu chamaria de uma tripla insatisfação. Há uma insatisfação com o fato de que as regras internacionais existentes, quando respeitadas, não refletem a distribuição de poder. Então, países como Índia, Brasil e também China, Rússia e África do Sul não têm o lugar que merecem nas instâncias decisórias internacionais. A segunda razão dessa insatisfação é o fato de que a globalização, que prometia benefícios a todo o mundo, gerou benefícios, mas de maneira desigual. Gerou também desigualdades entre os países e nos países. E o terceiro fato é que a ordem liberal, propalada desde o final da Segunda Guerra, hoje sofre ameaças e dificuldades, sobretudo o protecionismo, que podemos chamar de individualismo mesquinho, o não cumprimento, por exemplo, de direitos humanos essenciais, como o direito dos imigrantes.

Então, nessa insatisfação, ao Brasil interessa, cada vez mais, a conformação de uma ordem multipolar. Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque uma ordem multipolar baseada no direito internacional, com a prevalência do multilateralismo e com regras que possam beneficiar países que não fazem parte das instâncias na medida em que merecem, tem na Rússia um aliado de primeira ordem. A Rússia é capaz de, junto com o Brasil, trilhar esse caminho da conformação dessa ordem multipolar.

A Rússia é um país que sofreu dois grandes traumas no século XX, XVII e, depois, em 1991, o esfacelamento completo do sistema econômico, social e político se recriou. Hoje alguns se referem à Rússia como uma fortaleza sitiada. Sitiada talvez pela Otan, pelas sanções dos países ocidentais. O que interessa ao Brasil é a parte da fortaleza.

A Rússia, inegavelmente, é uma fortaleza e tem condições de se unir ao Brasil nessa trilha da conformação dessa ordem policêntrica baseada no direito internacional. Ela tem uma liderança renovada recentemente, com 76,6% dos votos. O Presidente Putin goza de 80% de popularidade, é um feito.

A ação da Rússia no Oriente Médio, como um todo, não só na Síria, mas no Iêmen, no Iraque, na Líbia, é tida como incontornável. O país é um ator importante nessa região, participa do Processo de Astana que, na verdade, deu condições para que se vislumbrasse uma solução política para a Síria. Portanto, tem uma diplomacia que, ao mesmo tempo, é capaz de se relacionar com Irã, com Arábia Saudita e com Israel e, ao mesmo tempo, mantém uma aliança histórica com a Índia e uma amizade renovada com a China, sem mencionar outros sócios como nós mesmos, dentro do BRICS e bilateralmente. Então, nós estamos falando de um ator diplomático gigante.

Ser aliado, ter uma parceria estratégica com esse país é de nosso interesse. O Brasil tem interesse, na verdade, em participar do que chamamos de arranjos de geometria variável. Isso significa que nós vamos ter, sim, aliados, mas vai depender do tema: G4, Conselho de Segurança; G20, a gestão macroeconômica mundial; Basic, a questão de mudança climática; BRICS e IBAS são outras instâncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde nós temos interesse, sim, em participar. Portanto, geometria variável significa que nós escolheremos nossos aliados sem subordinação, sem exclusivismos tampouco.

Nesse quadro, a Rússia entra como um parceiro. Desde 2002, somos parceiros estratégicos, mas as nossas relações começaram há 190 anos. Elas foram interrompidas entre 1918 e 1945 e, depois, entre 1947 e 1961, mas são antigas. Agora, a parte estratégica, verdadeiramente, só vai ser estratégica se nós, Brasil, soubermos definir os nossos interesses e soubermos atuar. Não há forma de que essa parte estratégica surja por partenogênese, isso é necessário criar.

É por isso que, com uma certa humildade, mas com muito muito entusiasmo, eu venho compartilhar com vocês uma proposta de programa de trabalho para atuação à frente da missão em Moscou, da Embaixada em Moscou. Esse programa de trabalho, necessariamente, tem que incluir seis áreas. Eu não vou poder me alongar em todas as áreas, mas me concentrarei em três delas. Essas áreas são: comércio; investimentos; defesa; energia; ciência, tecnologia e inovação; cultura, educação e esportes, em blocos.

Comércio primeiro. Nós temos na Rússia um comércio que, em 2017, atingiu 5,230 bilhões. Não é muito para o potencial dos dois países. É pouco, já foi mais no passado, já passou de 7 bilhões, e tem se recuperado depois da queda e da recessão, tanto no Brasil quanto na Rússia, em 2014 e 2015. Começou a melhorar em 2016 e atingiu 5,230 bilhões no ano passado. No começo deste ano, as estatísticas não são muito favoráveis ao Brasil, mas por uma razão sazonal: os portos da Rússia, em sua grande maioria, ficam congelados. Então, não dá para contabilizar para o ano inteiro o que acontece no começo do ano. É um comércio aquém, eu digo, do potencial, porque, se eu analiso os dez principais parceiros da Rússia, eu vejo que dos dez parceiros, fora o primeiro, que é a China, todos são membros da Otan.

Então, por mais que se fale das sanções e das contrassanções russas e das dificuldades que a Federação Russa enfrenta, quando eu vejo que a Alemanha consegue atingir um comércio de 50 bilhões, eu fico impressionado com o fato de que o discurso político é um, o das sanções, mas o comércio se faz uma maneira muito mais intensa do que se poderia imaginar. Os Estados Unidos, por exemplo, são o quinto parceiro da Rússia, com 24 bilhões de comércio. Portanto, muitas vezes mais do que os nossos cinco. Até a Turquia, que é o sexto parceiro, tem quatro vezes mais comércio do que nós, com 21 bilhões. Portanto, eu estou vendo que a Rússia, sim, tem comércio com outros países.

Eu acho que o Brasil tem condições de concorrer com a Turquia.

Nós temos uma economia que é a nona economia, dependendo dos parâmetros de cálculo do PIB, não há razão para que a gente ache que 5 bilhões está bem. Então, minha meta seria me concentrar na expansão do comércio, diversificação desse comércio, ver se conseguimos exportar além do que já exportamos, que incluí proteína animal, todas elas, de suíno, bovino e frango; um pouco de soja também e amendoim, tabaco, café; e começam a surgir produtos como tratores, com maior valor agregado. Mas há um potencial enorme de produtos em que o Brasil é competitivo no mundo, e a Rússia não compra da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente. Nós estamos falando de todos os produtos derivados de cacau, manteiga, cacau em pó, castanha de caju, também há potencial para ovos de incubação, limas, limões. Tudo isso seria possível vender para a Rússia, e nós não estamos conseguindo ainda comércio suficiente. Há até mercado já identificado para flores brasileiras.

Então, uma missão será expandir essa pauta de exportação, incluir produtos de maior valor agregado, na medida do possível, e uma tentativa de elevar, idealmente, a cada ano, um bilhão, para que cheguemos, em cinco anos, a 10 bilhões de comércio conjunto. Para isso, vai ser necessário eliminar as barreiras que existem hoje. Há barreiras fitossanitárias, há barreiras tarifárias. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, para que um brasileiro possa vender uma garrafa de cachaça na Rússia, a tarifa é de 81%. Ora, a cachaça é um produto importante, nós temos batalhado até para ter a indicação de origem do produto. A situação também do chamado pico tarifário atinge outras carnes não desossadas em 37%, carnes, por exemplo, de galo e galinha pagariam 60%. Isso são impeditivos, são tarifas inaceitáveis num mundo que já passou por várias transformações e lidou com a queda para baixar as tarifas. De maneira que há um trabalho claro fitossanitário: vencer a suspensão, vencer as barreiras que existem hoje.

Mas há outro problema, Sr. Presidente: nós temos um comércio que não contabiliza os serviços. Eu vejo uma fotografia do comércio, eu vejo lá 5 bilhões, mas não sei quanto houve de compra de serviço de turismo, financeiro, arquitetura, todos esses serviços que movem a economia hoje em dia mais do que os bens. Portanto, hoje, apesar de haver uma corrente de comércio aquém do potencial, eu não sei dizer o que pode ser feito em serviço, porque sequer foram coletadas as estatísticas. Então, um trabalho a ser feito é incluir serviço no comércio bilateral, sobretudo a parte de turismo e transporte, acho importante.

Junto com o comércio, a questão de investimento me parece prioritária. O Brasil não tem investimento na Rússia; tem presença de empresas, mas não tem estoque de investimentos. A Rússia tem um investimento que, curiosamente, geograficamente é pontilhado pelo Brasil inteiro. Há um projeto importante no Rio Solimões, um projeto gasífero de 1,2 bi investidos, com perfuração de poços; há uma compra recente de uma unidade de produção de fertilizantes nitrogenados em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, uma unidade muito importante, porque vai possibilitar reduzir a absurda e inaceitável conta de importação de fertilizantes no Brasil; há uma compra de uma empresa em Santa Catarina pela Power Machines. Power Machines é uma empresa russa que produz equipamentos de usina térmica, hidráulica, nuclear, ferroviários.

Foi o Senador Pedro Chaves que me alertou para essa compra da UFN3, em Três Lagoas. Sou muito grato a ele por ter me soprado esse recente investimento russo, da ordem de 4 bilhões, podendo chegar até 5 bilhões. Era uma unidade da Petrobras que foi comprada depois de uma licitação vencida contra noruegueses e chineses, e a Rússia, então, se instalou.

A Rússia se instalou também no Rio de Janeiro, com a Rosatom, que é uma empresa de energia nuclear. Ela está também no Paraná, com a Biocard, que produz fármacos e tem uma fila de produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperando autorização da Anvisa. Ela está também no Rio de Janeiro, de novo, com a Petrobras, em conversações sobre prospecção de petróleo em águas profundas. Ela está também em Minas Gerais, com uma estação de rastreamento e monitoramento de detritos espaciais, numa cidade chamada Brazópolis, no Pico dos Dias, perto de Itajubá.

Portanto, há uma presença importante que pode ser expandida. Um exemplo é na Norte-Sul. Há interesse da empresa ferroviária RZD, russa. Eles têm feito prospecções. Não há razão nenhuma para que eles não invistam na nossa infraestrutura, eles são bons em ferrovias na Rússia. De maneira que há um trabalho muito grande de disseminação das oportunidades, de conversas sobre arquitetura financeira, mas há outra missão para o chefe daquela embaixada, que é extrair dos russos um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. Esse é um acordo importantíssimo.

Eu tive a honra de participar, de acompanhar as negociações com a Índia, recentemente. O primeiro País com que a Índia resolveu negociar foi o Brasil. Estamos próximos de assinar o acordo. Acho que a existência de um acordo de cooperação e de facilitação de investimentos encorajará os brasileiros a estabelecer parcerias, não só na Rússia como nos países vizinhos, com olho no mercado russo. Não há razão nenhuma, por exemplo, para que a gente não tenha uma fábrica de produção de frangos no Uzbequistão ou no Cazaquistão, para exportar para a região. Isso tudo é possível, só que é preciso que os investimentos sejam garantidos na própria Rússia.

Passando agora para a área de ciência, tecnologia e inovação, eu reputaria essa área a mais importante. Eu tomei a liberdade de consultar e dirigir cartas a 83 unidades de pesquisas no Brasil, parques tecnológicos e universidades, com o recado: "Vou me submeter a uma sabatina no Senado e eu gostaria de não ir com mãos vazias, eu gostaria de levar elementos concretos para a cooperação de ciência e tecnologia". Para minha surpresa, eu recebi respostas muito positivas da Fapesp, em São Paulo, que acaba de assinar um acordo para pesquisa básica; da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que abriga, entre outros centros, o Rio+ e o painel Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Eles têm interesse em retomar a cooperação com a Rússia, que já iniciaram ano passado, sobretudo em energias de baixo carbono.

A mais extraordinária resposta que eu recebi foi da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município de Pato Branco, no Paraná. Essa secretaria me indicou, Sr. Presidente, coisas muito precisas que vão da nanotecnologia até a prospecção de petróleo, passando por metamateriais e outras questões tecnológicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Portanto, há um trabalho grande para ser feito nessa parte de ciência e tecnologia, sobretudo na formação de pesquisadores. Há um instituto chamado Skolkovo, que tem interesse em compartilhar com o Brasil a pesquisa básica e a formação de pesquisadores. Nós deveríamos, então, incentivar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pesquisa em saúde já existe. Nós temos pesquisa também em nanotecnologia e biotecnologia. Em saúde, há desenvolvimento de vacinas, até um medicamento biológico para tratamento da degeneração macular, um tratamento oftalmológico. Há também investimento nas áreas de produção de isótopo radioativo, para terapia de câncer e doenças cardiovasculares. Portanto, há um mundo de possibilidades.

E a parte espacial é uma das mais importantes. Eu já mencionei o centro de Minas Gerais. O centro de Minas Gerais é um centro que integra o Laboratório de Astrofísica de Minas Gerais. Os russos nos brindaram com essa estação de monitoramento, no fundo, de lixo, de detritos espaciais, mas existe também um interesse dos russos para o relançamento da Base de Alcântara e também para o possível desenvolvimento de um veículo lançador de satélites. Portanto, como o senhor vê, são coisas básicas de ciência e tecnologia, mas nós teríamos na Rússia um parceiro que não só tem interesse como que já começou essa cooperação.

Eu vou passar rapidamente pelos outros setores. Não posso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – O tempo...

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Eu poderia ter uma palavra sobre o Uzbequistão talvez?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – O senhor terá oportunidade...

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Embaixador Tovar da Silva Nunes, pela sua exposição.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Evandro de Sampaio Didonet.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia.

Eu gostaria de iniciar mencionando a honra que sinto em comparecer novamente a esta Comissão.

Eu queria fazer um agradecimento especial ao meu Relator, o Senador Anastasia.

A minha sabatina tratará de dois países: Suíça e Liechtenstein.

Eu inicio pela Suíça. Falarei um pouco sobre o país e sobre a agenda bilateral Brasil-Suíça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A respeito da Suíça, eu gostaria de comentar alguns aspectos do sistema político suíço que me pareceram peculiares ou únicos e que mereceriam atenção nesta sabatina. A Suíça é um Estado federado, uma democracia parlamentar como se vê normalmente na Europa Ocidental, mas há pelo menos três elementos peculiares do sistema político suíço que eu gostaria de mencionar. Em primeiro lugar, há o fato de que a Suíça é governada de forma colegiada. Não há uma distinção clara entre governo e oposição na Suíça. O Poder Executivo, chamado Conselho Federal, é um órgão colegiado de sete membros que refletem a composição do Parlamento, e, por disposição constitucional, esses sete membros devem tomar decisões de forma colegiada. E um dos aspectos também dessa forma colegiada consensual de tomada de decisões é o fato de que o Presidente da Suíça é eleito rotativamente a cada ano entre os membros desse Conselho Federal. Então, este é o primeiro aspecto que me chamou atenção: um governo de forma colegiada.

O segundo aspecto que me chamou atenção é o elemento da democracia direta. Eu não estou falando aqui daquela imagem que temos todos sempre presente de populações votando em praça pública. Isso ainda acontece, mas no âmbito municipal. Mesmo assim, o elemento de democracia direta está muito presente no uso muito intenso, muito frequente do instituto do referendo. Eu poderia, depois, se houver interesse de V. Exªs, voltar a esse aspecto.

Um terceiro ponto que também me chamou a atenção é, na equação de equilíbrio entre os três Poderes, a posição privilegiada do Congresso Nacional. Constitucionalmente, está dito que o Congresso Nacional é a autoridade suprema do País que responde apenas ao povo e aos Estados federados. Chamou-me atenção esse aspecto.

Passando a pontos da economia e a aspectos sociais da Suíça, o que me ocorre comentar, em primeiro lugar, é que essa cultura política de decisões por consenso e colegiada tem um substrato material, por assim dizer. Ela não acontece no vazio. A Suíça é um país extremamente desenvolvido, extremamente rico, uma renda *per capita* de US$60 mil ou US$80 mil, dependendo do critério de medição, mas eu ressaltaria também o aspecto da forte coesão social do País. Há um índice de desemprego de apenas 3%, um Coeficiente de Gini muito baixo, menos de ponto 30%, ou seja, um país de renda relativamente bem distribuída. Então, é claro que essas características também favorecem essa cultura política de busca de consensos que se vê no sistema político.

Eu passo a aspectos da política externa suíça. A Suíça é um país que tem uma projeção externa, uma influência internacional muito, mas muito acima da sua dimensão demográfica, econômica etc. Poderia haver várias explicações para isso, como a tradição de neutralidade, o fato de várias instituições internacionais de peso estarem na Suíça, inclusive a OMC, órgão perante o qual eu tenho a honra de ser, no momento, o representante do Brasil. A Suíça tem também um serviço exterior extremamente profissional. Eu devo dizer isso, porque, como colega de diplomata suíço, sempre me chamaram atenção o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionalismo e a formação dos colegas suíços. Também é um serviço diplomático muito bem dotado de meios financeiros e humanos. Isso é, claro, um aspecto relevante.

Um aspecto fundamental – eu diria que é o aspecto mais importante – da política externa suíça é a questão da sua relação com a União Europeia. A União Europeia é destino de aproximadamente 55% das exportações suíças, origem de aproximadamente 75% das importações suíças. Portanto, essa é a relação-chave da Suíça. Aqui, há sempre uma equação difícil, uma busca de um equilíbrio nem sempre fácil para a Suíça, porque, de um lado, há essa força inevitável da crescente integração econômica e humana com os seus vizinhos de expressão, como Alemanha, Itália, França; e, por outro lado, há esse desejo permanente, histórico da Suíça de manter sua identidade e sua soberania. Então, esse é um desafio permanente da política externa suíça.

Eu concluo esses comentários sobre a política externa suíça, voltando a esse ponto que me parece um ponto fundamental inclusive quando se examina a relação bilateral Brasil-Suíça: trata-se de um país, de novo, com uma projeção externa muito acima do que se poderia imaginar para um país com a sua dimensão econômica, demográfica e geográfica. E dou talvez dois exemplos: a Suíça tem um papel muito ativo como mediador, como provedor de bons ofícios; e algo que eu não sabia e do qual me inteirei ao me preparar para esta sabatina é que a Suíça foi representante dos interesses de Cuba nos Estados Unidos até o restabelecimento das relações diplomáticas Cuba-Estados Unidos no governo Obama. A Suíça foi um dos mediadores no passado, entre 1998 e 2008, dos processos de paz na Colômbia. Então, esses são exemplos muito concretos dessa presença muita ativa da Suíça no exterior.

E com isso eu passo à agenda bilateral. Justamente por ser a Suíça um país com uma política externa tão presente, tão influente, são muito importantes o diálogo e a concertação política com esse país, e temos uma relação institucionalmente muito estruturada, diálogos ativos em vários setores. Esse é um primeiro aspecto relevante da relação com a Suíça.

Um segundo aspecto que eu também mencionaria é que, sendo a Suíça um centro financeiro de expressão como sabemos que é, há uma cooperação tributária muito importante entre o Brasil e as autoridades tributárias da Suíça. A partir do próximo ano, passará a ser operacional um acordo de troca automática de informações bancárias; e acaba de ser assinado um acordo sobre bitributação. Então, esse é outro aspecto relevante.

Na área econômico-comercial, dois comentários: em termos de fluxos de comércio, o quadro não é positivo, pois temos um déficit comercial significativo, e a qualidade daquilo que exportamos não é encorajadora. Por outro lado, na área de investimentos, o panorama é muito positivo. De um total... Segundo dados do Banco Central do Brasil, no final de 2016 havia um estoque de US$700 bilhões no Brasil; desses US$700 bilhões, US$45 bilhões eram originários da Suíça; de forma que a Suíça está entre os cinco principais investidores externos no Brasil, o que novamente é um sinal muito claro da relevância desse país para as relações bilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto que eu mencionaria ainda sobre as relações Brasil-Suíça é a importância da comunidade brasileira naquele país, que é de 80 mil brasileiros em uma população total de 8,4 milhões, ou seja quase 1% da população do país. Então, esse é outro aspecto que me parece relevante quando se considera o quadro das relações bilaterais.

Mas eu volto a este ponto: temos uma relação institucionalmente muito estruturada com a Suíça, com diálogos ativos nas mais diversas áreas. E eu concluo essa parte mencionando que a Suíça, em 2005, tomou a iniciativa de buscar parcerias estratégicas com poucos parceiros no cenário internacional. E o Brasil foi um dos países contactados pela Suíça para o estabelecimento dessa parceria estratégica, que justamente gerou esse relacionamento tão intenso.

Em conclusão, sobre a Suíça, eu diria que, caso eu mereça a aprovação de V. Exªs e do Plenário do Senado depois, identifiquei, na minha preparação para esta sabatina, cinco áreas que me pareceriam merecer o foco do trabalho do Embaixador no país. Então, a questão do diálogo e da concertação política, isso pode parecer algo um pouco genérico e vago, mas é algo que tem uma expressão muito concreta, por exemplo, quando se vê o apoio decidido da Suíça ao ingresso do Brasil na OCDE.

Um segundo aspecto que eu mencionaria é a importância da conclusão da negociação em curso do acordo de livre comércio Mercosul-EFTA. A EFTA é a área de livre comércio europeia que inclui Suíça, Liechtenstein, Islândia e Noruega. Estamos em tratativas para a conclusão de um acordo de livre comércio – algo que está caminhando bem.

O terceiro aspecto que mereceria atenção: investimentos diretos suíços pela razão que eu já mencionei. Outro aspecto é o da cooperação tributária. E, por fim, a relevância da comunidade brasileira no país.

Então, com isso, eu encerraria a apresentação sobre a Suíça, e ficarei, claro, à disposição de V. Exªs para tentar responder alguma pergunta ou comentário.

Sobre Liechtenstein, um comentário de um minuto. Naturalmente, é um país muito pequeno, são 160km^2, com uma população de 38 mil habitantes. Eu, quando vi esse dado, não pude evitar a comparação: 38 mil habitantes era a população da cidade onde eu cresci no interior do Rio Grande do Sul, e isso é Liechtenstein. Agora, existem aspectos que são relevantes para o Brasil. É um país, enfim, que é um membro da comunidade internacional e tem um voto que conta como o voto de qualquer outra nação nas Nações Unidas e em outros fóruns. Liechtenstein, sendo um membro da EFTA, também está envolvido nessa negociação de um acordo de livre comércio Mercosul-EFTA. Curiosamente a comunidade brasileira nesse pequeno país também é expressiva: em uma população de 38 mil habitantes, estima-se que haja 1 mil brasileiros; ou seja, também é expressivo. E, por fim, há também um valor de US$1 bilhão em capitais brasileiros investidos no Liechtenstein, que possivelmente são de empresas de *holding* que, a partir do Liechtenstein, investem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – ... em terceiros países.

Sr. Presidente, antes de eu concluir essa exposição, apenas menciono que é uma satisfação participar desta reunião junto com o meu colega Tovar Nunes; e, também, na pessoa da Embaixadora Gisela, eu agradeço o apoio dos colegas do Itamaraty à minha preparação para esta sabatina.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sou grato a V. Exª, Embaixador Evandro de Sampaio Didonet, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, com o Principado de Liechtenstein.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero primeiro escusar que estava na CCJ, porque aqui no Senado a gente tem uma agenda que se superpõe e era uma matéria que relacionava muitos interesses da República de Piratini, da qual faz parte o nosso Embaixador Didonet.

E é muito bom, Presidente Fernando Collor... Porque, se ele fosse de Alagoas, quando ele fizesse a comparação de Liechtenstein, diria que era uma cidade de Alagoas e daria o nome. Então, eu agradeço. Isso aí me orgulha muito.

Quero desejar sucesso ao Embaixador Tovar, que já conheço. Quando era jornalista, convivia muito na relação da diplomacia brasileira. E quero desejar aos dois muito sucesso.

Apenas para mencionar, temos muitos problemas... Com a Suíça, não – até favoráveis a essa questão de Liechtenstein em relação ao acordo Mercosul-União Europeia, o que é positivo. Mas, em relação à Rússia, nós temos.

Primeiro, uma das mais antigas colônias russas no Brasil se instalou numa cidade gaúcha; isso em 1912. Inclusive, foi construída uma igreja ortodoxa no Rio Grande do Sul por essa comunidade. E esse grupo de russos está lá na cidade de Campinas das Missões, que pode ser considerada a mais russa das cidades brasileiras, como é Guarani das Missões a cidade mais polonesa no Brasil – as duas no Rio Grande do Sul. Isso dá a ideia dessa multiculturalidade que nós temos de imigração. E essa participação mereceu matérias no Fantástico e matérias na *Veja*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que a Rússia hoje é uma pedra no nosso sapato, especialmente dos produtores de suínos. Sobre os embargos à carne suína eu pediria uma atenção de V. Exª. Há uma relação muito intensa em relação a isso.

Também temos a lembrar a questão dos parques tecnológicos: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e a Feevale, todas elas têm seus parques tecnológicos muito ativos. Então, disponha desses elementos.

E, para terminar, Presidente – não menos importante –, eu gostaria de pedir o apoio de V. Exª e também o apoio das colegas Senadoras e Senadores, pois acho que uma ação desta Comissão seria relevante neste momento em há notícias sobre a separação de crianças brasileiras na fronteira México-Estados Unidos. Isso está sendo um problema social, um problema de direitos humanos, eu diria. Há o caso de um menino de 16 anos que é autista e que foi separado da avó, colocado a 3,5km de distância. O Consulado do Brasil em Houston diz que o número é muito maior do que essas oito crianças, esses oito casos.

Eu tenho certeza de que, pela sensibilidade de V. Exª e também dos demais membros desta Comissão, terão uma ação de protagonismo junto ao Chanceler Aloysio Nunes Ferreira, nosso colega aqui, para que o Governo brasileiro exerça suas funções aí junto ao Governo americano, às autoridades americanas, respeitando todo o regramento interno do país, mas considerando essa questão humanitária. Não é aceitável que nós Senadores, Parlamentares, fiquemos passivos ao que está acontecendo e não demos nenhuma proteção institucional, política e diplomática a esse episódio lamentável desse afastamento dessas crianças brasileiras na fronteira dos Estados Unidos.

Muito obrigada a V. Exª e sucesso aos nossos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra à primeira oradora inscrita, S. Exª a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os colegas.

Eu gostaria de dizer que interrompi alguns exames de saúde que estava fazendo agora de manhã para vir prestigiar especialmente o nosso Embaixador Tovar.

Infelizmente, com o Embaixador Evandro eu ainda não tinha tido algum motivo de proximidade, mas com certeza também deve ser bastante competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador Tovar eu conheci na Índia. Tive essa honra e esse privilégio. E, sinceramente, fiquei muito impressionada com a sua atuação e também com a da sua esposa, sua companheira, a Embaixatriz Guadalupe, uma pessoa muito especial. Acho que o primeiro posto do Embaixador Tovar foi na Índia. E a desenvoltura com que trabalhou naquele país, no período em que lá estive visitando como Ministra da Agricultura... E não nos falamos mais com frequência, mas não me esqueci da sua atuação. Conheço o Brasil todo, o mundo inteiro como Presidente da CNA e também como ministra e tive a oportunidade de me relacionar com vários embaixadores por todo o mundo. E faz a diferença quando nós encontramos alguém como o Embaixador Tovar – mas como faz a diferença! Trabalhou duro, com persistência, com garra, com vontade de que as coisas pudessem acontecer. E foi um trabalho especialíssimo. Sinto muito que nós não pudemos continuar o nosso trabalho, pois a nossa saída do ministério impediu que isso acontecesse; mas tenho certeza absoluta de que na Rússia o senhor irá solucionar problemas delicadíssimos que nós temos naquele país.

Gostaria de, com muita humildade – o senhor me perdoe o atrevimento –, recomendar que o senhor possa conversar bastante, antes de ir, com o Ministro da Agricultura, com a Secretaria do Ministério de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e também com a Secretaria de Defesa Agropecuária. São duas secretarias-chaves para que o senhor possa entender o histórico e a complexidade do relacionamento com a Rússia no que diz respeito às nossas exportações de proteína animal.

Nós estamos com as exportações de bovinos e de suínos embargadas; apenas de aves liberada. E nunca se demorou tanto para retomá-las. De vez em quando eles fazem isto, sempre interrompem as exportações, mas nunca demorou tanto. Então, talvez a habilidade... Enfronhar um pouco mais naquele país, um país de difícil relacionamento comercial, não é fácil; mas é importantíssimo para o Brasil. Nós não podemos abrir mão da Rússia. Então, eu tenho a convicção de que o senhor, municiado de detalhes por essas duas secretarias – claro que coordenadas pelo Ministro Blairo Maggi –, com a sua capacidade, com o seu talento, vai ter mais condições de trabalhar essa questão, que está prejudicando demais o nosso País.

Gostaria, Embaixador Tovar, de que o senhor pudesse, na área agropecuária, me falar se tivemos alguns avanços na Índia, um país muito fechado. Nós deixamos lá o início de uma cooperação com a Embrapa para que a gente devolvesse o banco genético dos zebuínos na área leiteira, especialmente da raça Gir. Deixamos esse banco genético à disposição, numa cooperação, para que eles, então, pudessem abrir algumas áreas para que nós pudéssemos comercializar. O interesse deles era muito alto na área de óleo comestível, até havia uma preocupação excessiva com relação a esse ponto. Enfim, queria apenas – não sei se o senhor já fez isso no começo; eu me apressei o máximo que pude para chegar aqui –, se o senhor pudesse, que fizesse apenas um balanço sobre o que está deixando na Índia com relação à área agropecuária, ao setor agropecuário. Eu gostaria muito de ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Embaixador suíço: Deus deve gostar muito do senhor, porque morar em Berna... O senhor vai morar em Berna ou em Zurique?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Em Berna. O senhor é um homem privilegiado. É um lugar muito especial. Eu quase tive torcicolo de tanto ficar olhando a beleza pelas ruas e quase fui atropelada. É uma beleza, um patrimônio da humanidade. A cidade inteira é um patrimônio da humanidade, é um lugar muito especial, muito bonito. E Zurique, sem palavras. Então, quero desejar muito boa sorte ao senhor, mas gostaria de saber, na verdade, como está esse Acordo de Livre Comércio, um pouco mais detalhadamente – se puder; é claro –, do EFTA, porque, já que o Acordo de Livre Comércio geral com a União Europeia ainda não foi possível, nós deixamos já encaminhado com o comissário europeu de saúde, que é o que libera as exportações, um acordo de FPE entre o Ministério da Agricultura e aquele país. Eu me lembro de que eles tinham sessenta produtos há anos pedidos para abrir pelo Brasil, e eu consegui, em uma semana, dez dias, abrir trinta produtos para eles exportarem para o País. E isso era condição para que esse acordo de FPE fosse estabelecido e continuado. Mas o mais importante é esse acordo de EFTA, cujas condições eu gostaria de conhecer e como ele está sendo encaminhado.

E, com relação a estes investimentos diretos no Brasil – 45 bilhões que a Suíça tem investido no País –, eu gostaria de saber em quais áreas principalmente está sendo feito esse trabalho, se o setor agropecuário está dentro desses 45 bilhões e se o senhor já sabe se existe esse interesse. Senão, quando o senhor chegar ao País, se aprovado for pelo Senado – e eu espero que sim –, que o senhor possa fazer um levantamento minucioso para que, quem sabe, a Comissão de Relações Exteriores possa nos ajudar a chegar até lá com empresários brasileiros, produtores rurais para buscar investidores para investirem na área do agronegócio, especialmente na verticalização dos produtos, na industrialização do agronegócio no País.

Eu conheço o quanto o mundo inteiro tem um olhar especial para o Brasil no que diz respeito à produção de alimentos. E hoje há uma infinidade de opções para esses investidores, mas alimento tem sido uma tônica especial. E talvez Zurique, Suíça, que é um país muito urbano, não tenha tido ainda esse olhar para esses investimentos.

Então, eu gostaria muito que isso pudesse ser encaminhado para que futuramente nós pudéssemos tentar buscar esses investidores nessa área.

Eram essas duas questões com relação à Suíça.

Muito obrigada e boa sorte aos dois!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Hélio José, assim que ele terminar a ligação telefônica.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Meus cumprimentos ao Sr. Presidente Collor, ao Tovar e ao meu nobre Embaixador Evandro Didonet, na Suíça.

Primeiro, fica caracterizada a competência e a capacidade do Itamaraty, que tem bons técnicos, bons embaixadores e pessoas que realmente orgulham nosso País lá fora. Então, eu me sinto muito à vontade de estar aqui para participar desta sabatina, sabendo que o Brasil vai estar muito bem representado num país importante dos BRICS, a Rússia, e vai estar muito bem representado lá na Suíça.

O Evandro Didonet já trabalha com nosso nobre Diretor-Geral da OMC, meu colega de faculdade, já tem uma experiência muito grande lá na OMC. A Suíça é um país importante lá na Europa, é um algodão entre os cristais, para poder fazer a relação. Queria, na verdade, aproveitar, nobre Embaixador, a presença de V. Exª na Suíça para ver como é que V. Exª pode nos ajudar com relação aos intercâmbios tecnológicos quanto às energias alternativas, quanto às novas tecnologias, pois é notório que a Suíça é um país de ponta da Europa, tem uma boa relação com todos os outros países e tem uma tecnologia muito mais avançada do que a brasileira. Então precisamos realmente atraí-los para investir aqui no nosso País.

É notório também que o Brasil tem uma *expertise* bem maior do que alguns países europeus, no caso específico, voltando às energias, da energia eólica. O Brasil hoje tem uma excelência em torres, em hélices e tubos geradores que podemos, inclusive, exportar para esses países. Então, eu gostaria que V. Exª aproveitasse a proximidade com todas as embaixadas europeias e essa sua posição na Suíça para, nas importantes reuniões de que participará, ampliar essa questão.

Há também a questão turística. O suíço tem uma relação muito boa com o Brasil. Temos cidades que têm uma população suíça muito grande. Então, a gente precisaria dar uma aumentada no nosso intercâmbio turístico. Eu sou um privilegiado, porque já tive a oportunidade, quando era servidor público, nem Senador eu era, de passar umas férias em Zurique, de ir à Genebra, Lausana, não entrei em Berna, passei pertinho, mas pude conhecer boa parte da Suíça lá em Mont Blanc e saber que a Suíça é um país lindo, maravilhoso, altamente atrativo para o turismo, como o Brasil o é. Então, nós precisamos aumentar o nosso PIB é com o turismo. E, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, creio que V. Exª pode colaborar muito nessa questão, tanto nas energias quanto no turismo e intercâmbio comercial.

Nobre Embaixador Dr. Tovar, V. Exª está indo para um país que é continental igual ao Brasil, com desigualdades sociais imensas de umas áreas para outras, mas um país com um potencial gigante de negócios. O senhor está vindo de um país de potencial gigante, que é a Índia, e está indo para outro de potencial igual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Brasil e a Rússia ainda se complementam em muitas questões. E a gente precisava aproveitar essa experiência de V. Exª para ampliar os negócios, para ampliar essas relações comerciais, seja na área da agricultura, seja na área tecnológica.

Por exemplo, o mesmo que eu falei para o nosso nobre Didonet, nós devemos aproveitar a sua estada lá para fazer um intercâmbio tecnológico com relação às energias alternativas, com relação à possibilidade solar, embora na Rússia praticamente a radiação solar seja muito pequena, mas há uma tecnologia boa e eles têm uma capacidade boa de endometria na eólica com a qual nós podemos colaborar.

Eles também têm uma capacidade muito boa na área da biomassa, porque nós temos a *expertise* superdominada com relação à nossa área de biomassa, ao bagaço da cana e a outras tecnologias. Então, pode-se discutir a possibilidade de a beterraba, os bagaços, as leguminosas da Rússia serem mais bem aproveitadas para o potencial energético, pegando a nossa experiência, e eles passando a experiência deles para nós. Com relação ao turismo, eu creio também que a Rússia é uma parceira muito importante para o Brasil, porque o Brasil tem um clima diferenciado da Rússia, paisagem diferenciada, situação diferenciada, o que nós podemos acentuar nessa discussão de uma forma mais profunda.

Fechando, eu queria fazer para os nossos dois nobres Embaixadores uma proposta que eu tenho feito a todos os últimos embaixadores que eu tenho sabatinado sobre a importância de aproveitar a experiência de cada um de vocês, dos países onde vocês estão participando, e proporem junto ao Itamaraty um conselho, pelo menos uma vez ao ano, dos nossos Embaixadores titulares de todos os países do mundo, aqui no nosso País, onde vocês poderiam debater com as nossas câmaras comerciais, poderiam debater conosco, do Senado Federal, debater com os Ministros de Estado e o Itamaraty, pegar as experiências entre vocês para poder ampliar as relações do nosso País.

Queria ouvir a opinião de vocês sobre essa ideia, cumprimentá-los novamente, cumprimentar o Presidente Collor, e dizer que estamos torcendo cada vez mais para que o nosso Brasil volte a ser aquele Brasil grande, dos anos que nos orgulhavam sempre. Espero que vocês, como servidores públicos que são, estejam na âncora para colaborar nessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Antes de passar a palavra a S. Exªs os Srs. Senadores para responder às perguntas formuladas, eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Juan Martin Mabragaña, Ministro da Embaixada da República da Argentina, pela sua presença no dia de hoje, quando aqui aprovamos o importante acordo de evitar a dupla tributação entre Argentina e Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Tovar da Silva Nunes para oferecer resposta aos Srs. Senadores, e convido S. Exª o Senador Airton Sandoval para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer as perguntas feitas.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, com a presença do Vice-Presidente, talvez seja mais conveniente consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade. Deixe-me consultá-lo.

Senador Jorge Viana, eu perguntaria a V. Exª se pode continuar até o final da reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Posso sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, eu agradeço a V. Exª, Senador Airton Sandoval, e passo a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Fernando Collor.

Queria cumprimentar a todos. Para variar, nessa ida e vinda, já fui a uma audiência fora, já fui à CCJ, e agora assumo aqui, com muita satisfação, a condução dessa audiência, no caso aqui da sabatina de dois indicados que já tiveram a oportunidade... Lamento e peço desculpas por conta da minha ausência, mas já relatei matéria nesta Comissão hoje cedo, a indicação do Embaixador André Corrêa do Lago, para a Índia e a República do Butão.

Vamos dar sequência então agora, neste momento, salvo engano, ouvindo a Senadora Kátia Abreu.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Eu estou respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já está respondendo. O Senador Hélio José não está.

Então, passo ao Embaixador Tovar, para seguir.

V. Sª tem a palavra.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de agradecer as perguntas feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a permissão da Senadora, há uma pergunta da Senadora Amélia. Não sei se poderia... Há uma interface entre as duas perguntas na parte de suínos. Primeiro, é uma informação que passou a Senadora da mais alta relevância, a existência de um núcleo russo no Rio Grande do Sul. É extraordinária a notícia. Eu não tinha conhecimento, confesso, e tratarei de saber um pouco mais, porque acho que esse tipo de unidade, ou de ponto de apoio, é útil para o diálogo, que já é muito bom entre o Brasil e a Rússia, mas pode ajudar a ampliar nossa capacidade de convencimento do lado dos russos.

A Senadora mencionou a questão dos suínos. Obviamente, uma prioridade máxima daquele posto – eu já mencionei – é a ideia de eliminar as barreiras fitossanitárias. Há uma barreira, que foi mencionada também pela Srª Senadora Kátia Abreu, que é a suspensão das nossas carnes, sobretudo suínas, mas também bovinas, que contenham uma substância chamada ractopamina. A ractopamina, para quem conhece um pouco de criação de proteína animal, é uma substância erroneamente chamada de hormônio de crescimento. Essa substância permite que o animal ganhe mais músculo e menos gordura e, portanto, o tempo de abate é reduzido. Obviamente, para o produtor é interessante, porque ele terá o lucro auferido mais rapidamente e, na verdade, está produzindo uma carne mais saudável. Não há nenhuma prova de que essa substância cause qualquer dano à saúde humana. Sem prejuízo disso, a União Europeia, a China e agora a Rússia suspenderam toda a carne suína e bovina que contenha essa substância, a ractopamina. Há um diálogo em curso com os russos. Nós temos a vantagem de ter um excelente Adido Agrícola, Cosam, em Moscou, uma pessoa muito ativa. A própria Câmara Brasil-Rússia também atua de maneira muito construtiva e positiva, de maneira que, com o esforço conjunto com as autoridades mencionadas também do Ministério da Agricultura, nós vamos resolver esse problema. Estou seguro disso.

Há menção também a um parque tecnológico das universidades do Rio Grande do Sul. Tomo nota. A elas também escrevi, dirigi as comunicações. Seguramente responderão e trataremos de ampliar a cooperação tecnológica com essas unidades do Rio Grande do Sul.

Primeiro, eu queria agradecer as generosas referências da Srª Senadora Kátia Abreu, alguém que eu pude admirar, cujo trabalho eu já admirava antes, mas na Índia eu pude ver a diferença que faz não só alguém da alta patente, como a Senadora como Ministra da Agricultura que era, a capacidade de diálogo, mas sobretudo a capacidade de não sossegar enquanto não houvesse um resultado. Nós tínhamos uma questão difícil, um problema recorrente na Índia, que é obter o resultado no momento adequado. Há sempre uma tentativa de puxar do bolso uma outra necessidade de diálogo, etc. Era uma questão específica que nós estávamos tentando resolver, e com a presença da Ministra Kátia Abreu, conseguimos ter interlocução no nível adequado. Mais do que isso, eu acabara de chegar ao posto – havia poucos meses, dois meses – e pude me beneficiar com essa presença da Srª Senadora, de contatos de altíssimo nível, entre eles um dos Ministros mais próximos ao Primeiro-Ministro Modi, que ofereceu à Srª Senadora um jantar inesquecível, mas que era um jantar de *network*, isto é, um jantar de fazer contatos onde a figura, na verdade, mais apagada era o próprio Ministro da Agricultura e, no fundo, permitiu postular no mais alto nível as nossas questões bilaterais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sou muito grato à Senadora e depois tive a honra de ter a presença por duas vezes do Ministro Blairo Maggi, cujo trabalho também tem sido impecável.

O balanço que eu faria, Srª Senadora, com relação à Índia é muito positivo. E não é por outra razão, devido a esse começo da minha gestão com o impulso da sua visita e a do Ministro Blairo Maggi, conseguimos várias coisas. Primeiro, a questão dos embriões que foi encaminhada. Segundo, conseguimos recentemente a permissão para exportação de maçãs. Era algo que estava dificultado pelo lado indiano e que agora foi liberado.

A Índia é um país difícil para exportação de proteína animal e vocês podem entender o porquê. Como há a questão cultural a carne bovina não tem sucesso nenhum naquele país e, mesmo a suína, por questões culturais de gosto, enfim, gastronomicamente, não há muito consumo, mas há um nicho de consumo, nós estamos empenhados, e as coisas estão caminhando para a permissão de que a carne suína brasileira possa entrar na Índia.

Existem outras questões fitossanitárias, a presença de um adido agrícola a partir do início desse ano. O Dalci tem dado ao posto uma capacidade – essa ideia de adidos vem da própria Senadora e do Ministro Blairo Maggi. Sou muito grato a isso, a Embaixada cresceu de interlocução, senta à mesa com os interlocutores falando de fitossanitário e todos aqueles detalhes botânicos e de doenças, de questões veterinárias que, para diplomata, podem ser um mistério, a menos que a gente faça um curso rápido, fica muito...

Então, esse é o balanço. Nós temos uma interlocução em alto nível e no nível técnico excepcional. Estou contente em legar ao meu sucessor que, certamente, dará um impulso ainda maior com o seu talento e capacidade a essa interação na parte agropecuária.

Voltando à Rússia, agradeço a sugestão de me informar ainda mais do que já procurei fazer com relação às questões fitossanitárias da Rússia. Eu tive a honra, em 2002, de participar como Chefe de Gabinete do Ministro da Indústria e Comércio da visita do Presidente Fernando Henrique à Rússia, e a questão da carne já vinha dessa época. Quer dizer, havia um sistema oligopolizado de distribuição, era uma incógnita como fazer perfurar. A carne até chegava, mas na hora de distribuir era preciso permissão para esse grupo que controlava a comercialização.

De maneira que as coisas evoluíram, o nosso diálogo com a Rússia é muito bom hoje em dia nessa questão. Nós também...Claro, esse é todo um jogo, não há espaço para a inocência, Sr. Presidente. Nesse espaço comercial é preciso ser muito firme nas posições porque não existe espaço para inocência, não existe espaço nenhum para que a gente ceda sem ganhar alguma coisa. Então, no caso da Rússia, essa questão de suspender importações, eles aproveitam que os portos estão congelados e não tem como entrar mesmo o produto e tentam extrair alguma vantagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, o Ministério da Agricultura aprovou o certificado sanitário para importação de trigo russo. Portanto, nós estamos fazendo a nossa parte para mostrar boa vontade. Estou convencido desse diálogo, que é fluído, graças ao trabalho do atual Embaixador Antonio Salgado, que tem feito uma excelente gestão e a quem agradeço pelo fato de ter me dado elementos para esta sabatina, mas também ao seu antecessor, o Embaixador Vallim Guerreiro, que também deixou análises e contribuições excepcionais e que muito me beneficiam hoje.

Eu passaria agora à pergunta feita pelo Senador Hélio José, primeiro para dizer que, na parte de energia renovável, a Rússia já propôs cooperação em energia eólica.

A Rússia, na verdade, tem uma matriz energética muito diferente da nossa, com um componente de energia renovável muito pequeno. Então, é difícil convencer a Rússia, por exemplo, a produzir etanol. Mas, como eles produzem muitos rejeitos e detritos agrícolas, não será difícil convencê-los a ter produção do chamado etanol celulósico, de segunda geração. De maneira que isso já existe na pauta de cooperação.

Na parte de biomassa, como eu disse, também é possível. No turismo, obviamente nos meses em que lá na Rússia – são quatro ou cinco meses – o clima é muito frio, pouco ameno, a ideia de trazer turistas russos ao Brasil obviamente é parte da nossa prioridade. E sobre a proposta que ele mencionou de reunir embaixadores, sou completamente favorável. Isso existiu no passado e, por questões orçamentárias, ficou difícil manter. Acho que é necessário que nós nos reunamos com Senadores, com formadores de opinião, com acadêmicos, mas entre nós também para podermos gerir a política externa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Embaixador Tovar da Silva Nunes.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informar ao Embaixador Tovar que eu recebi a notícia de que Blairo Maggi está indo para a reunião dos BRICS – eu não sei onde será, vai ser na Rússia? – onde ela está sendo sediada.

O SR. TOVAR DA SILVA NUNES (*Fora do microfone.*) – Vai ser na África do Sul.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Na África do Sul.

A informação que eu recebi agora é de que ele está indo para tentar negociar essa reabertura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo imediatamente para o Embaixador Evandro Sampaio para que ele possa também fazer suas considerações.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – Muito obrigado, Senador Presidente.

Em atenção à sua orientação, serei particularmente breve nas minhas respostas.

Eu iniciaria pelas suas perguntas, Senadora. Eu apenas comentaria que eu assumi a delegação do Brasil junto à OMC pouco após a sua visita a Genebra. Eu lamentei que não tivesse tido a oportunidade de conhecê-la pessoalmente naquele momento. V. Exª mencionou o acordo Mercosul-EFTA. Essa negociação está caminhando bem. Há um clima positivo. Há uma expectativa de que essa negociação possa ser concluída de forma relativamente rápida. As dificuldades são as conhecidas, as sensibilidades do lado suíço e dos países da EFTA na área agrícola. Nós temos algumas dificuldades no campo de tarifas industriais, de propriedade intelectual, mas, de novo, o clima é muito positivo e há uma expectativa de que essas negociações possam ser concluídas relativamente.

Eu, tendo sido negociador comercial no passado, e a senhora conhece essas questões melhor do que eu, evitaria fazer previsões. Mas já houve três rodadas de negociação. A quarta rodada de negociação acontecerá justamente em Genebra, em julho. Estão sendo preparadas as listas para trocas de ofertas. Há uma expectativa positiva e seria particularmente importante porque a Suíça, a EFTA, caso esse acordo seja concluído, seria o primeiro parceiro desenvolvido de um acordo de livre comércio do Mercosul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – O grupo... A Suíça são 8 milhões de habitantes, a Noruega são 6 milhões, então 15 milhões de habitantes.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Em valores, em dólares, o comércio com esses países.

O SR. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET – O Brasil exporta para esses países US$1,5 bilhão, para o conjunto desses países. Naturalmente os dois principais clientes são Suíça e Noruega.

Eu atribuo grande importância a esse fato de que seria o primeiro acordo de livre comércio do Mercosul com parceiros desenvolvidos. E temos uma expectativa positiva em relação a isso.

Quanto à questão dos investimentos diretos: sim, há investimentos suíços também relacionados direta ou indiretamente à agricultura, sobretudo em processamento de alimentos e fertilizantes, defensivos agrícolas. Terei muito presente, caso seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, a sua recomendação para procurar aprofundar o exame dos investimentos que existem e que potencialmente poderiam haver no setor do agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às perguntas do Sr. Senador Hélio José sobre intercâmbios tecnológicos, no âmbito da parceria estratégica Brasil-Suíça, temos um acordo de cooperação em ciência e tecnologia. Em abril passado, o Ministro Kassab assinou com uma contraparte suíça um plano de ação para cooperação científica e tecnológica, e uma das áreas focais desse plano de ação é justamente a parte das energias renováveis. Portanto, há uma base para trabalhar.

Na questão do fluxo de turistas, eu não poderia concordar mais com o Senador Hélio José sobre a importância dessa área de atuação para uma missão diplomática. Eu não tenho certeza sobre esse dado, mas, se não me falhe a memória, há um fluxo de 30 mil turistas suíços ao Brasil por ano. Ou seja, não é um número pequeno e são turistas de alto poder aquisitivo.

Quanto à sugestão do Senador Hélio José de reuniões de embaixadores no Brasil, inclusive com o Poder Legislativo e setores da sociedade civil, é uma prática que eu entendo que havia no passado no Itamaraty, foi descontinuada há algum tempo por motivos orçamentários, mas é claro que seria uma prática extremamente proveitosa, eu diria sobretudo para os próprios chefes de missão no exterior, porque seria um momento de retroalimentação, de ouvir dos Srs. Senadores e Senadoras e da sociedade civil prioridades de atuação.

Eu queria, por fim, agradecer as palavras da Senadora Ana Amélia também, aliás, como V. Exª mencionou, sobre a relevância da negociação Mercosul-EFTA.

Então, de forma muito breve, Presidente, atendendo à sua orientação, eu encerraria aqui as minhas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós concluímos, então, essa etapa da sabatina e consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação já concluída. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, fica, então, aprovado que sigamos com a reunião aberta.

Solicito, então, à Secretaria da Mesa, tão logo a Senadora Kátia Abreu e outros Senadores possam concluir sua votação... O Senador Rudson Leite também está indo votar agora. Tão logo eles concluam, nós vamos fazer, então, a apreciação dos votos.

Senador Humberto Costa, se puder colaborar com a votação... Já estamos na fase final de encerramento. (*Pausa.*)

Bem, concluída, então, a votação, eu peço à Secretaria que possa fazer a apuração dos votos, conforme o Plenário autorizou que seguíssemos com a reunião aberta.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, tivemos o resultado.

O Sr. Embaixador Tovar da Silva Nunes, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, recebeu 15 votos do total de 15 votos, nenhuma abstenção, nenhum voto nulo. Portanto, está aprovada a indicação.

O Sr. Embaixador Evandro de Sampaio, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, com a missão que é colocada, recebeu 15 votos de 15 Srªs e Srs. Senadores votantes, nenhum voto em branco, nenhuma abstenção.

Ficam, então, aprovadas as duas indicações.

Agradeço a presença dos indicados e manifesto meus cumprimentos, certamente acompanhados de votos de êxito nessa missão.

Foi um privilégio ter presidido esta reunião. (*Pausa.*)

Então, faço o enunciado.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir à Senadora Kátia Abreu que pudesse fazer uma resumida leitura do relatório apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Eu peço também, Senadora, já anunciando...

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu, inclusive, disputei a relatoria, tendo em vista a proximidade geográfica do meu Estado e a relação que temos com a Bolívia, mas está em boas mãos o relatório, que é do Senador João Alberto Souza e está pronto para deliberação.

Eu peço também que a Senadora Kátia Abreu possa fazer a leitura dos dois relatórios para que, assim, se faça o encerramento desta reunião.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra V. Exª, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Como Relatora.) – Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República faz do Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira nasceu em 4 de março de 1957, filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira.

Na carreira diplomática, obteve o cargo de Terceiro-Secretário em 1983, o de Segundo-Secretário em 1988, o de Primeiro-Secretário em 1996, o de Conselheiro em 2003, o de Ministro de Segunda Classe em 2008 e o de Ministro de Primeira Classe em 2013.

Quanto às funções exercidas no Itamaraty, destacamos a de assistente da Divisão de Passaportes, Segundo-Secretário na Embaixada no Vaticano, Segundo-Secretário na Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário na Embaixada em Nova Delhi, Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Primeiro-Secretário na Embaixada em Estocolmo, Assessor do Departamento de Organismos Internacionais, Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos – OEA, Conselheiro na Missão junto à OEA, Conselheiro na Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, Diretor do Departamento de América Central e Caribe, Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial na Secretaria-Geral das Relações Exteriores e Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Suécia, sua política interna e externa, bem como acerca de suas relações com o Brasil, do qual extraímos uma síntese.

Monarquia parlamentarista, unicameral, a Suécia é um País de baixa densidade geográfica, ocupando o 14º lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano e registrando o 11º maior PIB *per capita* do mundo. Com alto desenvolvimento tecnológico, não há como deixar de destacar, nesse ponto, a parceria estratégica entre o Brasil e a Suécia inaugurada em 2009 e consolidada no projeto aeronáutico dos caças Gripen NG, firmado em 2014 entre a Força Aérea Brasileira e a Saab.

O primeiro-ministro Stefan Löfven tem posições claras, como manter-se europeísta, reconhecer o Estado da Palestina, manter o status de neutralidade do País ao não se vincular à OTAN, ser uma potência humanista e considerar a Rússia a grande ameaça à segurança europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumulativamente, a Embaixada é responsável pela Letônia, sobre a qual o Itamaraty também enviou material. Esse País, antigo integrante da União Soviética, desde 2004, é membro da Otan e da União Europeia, tendo adotado o euro no ano de 2014.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe induzir outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu peço a V. Exª que leia o próximo e eu darei o mesmo encaminhamento, que seria de vista coletiva.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Como Relatora.) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 57 (Mensagem nº 331/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Concluída a leitura dos dois relatórios, já disponíveis para todos os colegas Senadores e Senadoras, eu então ponho em vista coletiva para obviamente darmos sequência ao que estabelece o Regimento Interno da Casa.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Convoco para a próxima reunião as Srªs e os Srs. Senadores para estarem nesta sala, que está agendada para o dia 21 de junho de 2018, na próxima quinta-feira, amanhã, às 9 horas, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada, agradecendo a todos, a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Rudson Leite e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados sobre as emendas à LDO.

Considerando a aprovação do relatório preliminar ao PLN nº 2/2018, VLDO 2018/LDO 2019, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da CMO, no dia 19 de junho de 2018, reitero às Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o prazo para a apresentação de emendas ao referido projeto, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências", perante esta Comissão.

1) a abertura do prazo ocorreu ontem, quarta-feira, dia 20 de junho;

2) o encerramento do prazo será no dia 22 de junho, sexta-feira, até as 18h, impreterivelmente.

Acrescento que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas, no endereço http://cn/emendas, e a via impressa, assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria da Comissão.

Informo ainda que o Relator das emendas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional será S. Exª o Senador Aírton Sandoval, e que a reunião para a deliberação das emendas ocorrerá na próxima semana, terça-feira, 26 de junho de 2018, logo após a reunião deliberativa desta Comissão, agendada para as 10h do mesmo dia.

Comunicados.

Separação de famílias na fronteira dos Estados Unidos com o México.

O líder norte-americano cedeu a pressões e assinou, na tarde de ontem, uma ordem executiva determinando que filhos de imigrantes considerados ilegais não sejam mais separados de seus pais, após uma semana de duras críticas e fúria internacionais e domésticas à aplicação de uma nova política de tolerância zero com a imigração, que resultou, apenas no período de 19 de abril a 31 de maio deste ano, na separação de mais de duas mil crianças de suas famílias, na fronteira entre o México e os Estados Unidos. Mas a ordem não contempla as famílias já separadas pela polícia, até o momento. Ou seja, para aquelas crianças que estão presas naquela espécie de gaiolas, a que assistimos pelos meios televisivos, essa separação continua.

A separação das famílias chocou o mundo inteiro depois que, na sexta-feira, foram divulgadas gravações de um abrigo improvisado onde as crianças eram mantidas. As imagens mostravam as crianças em grandes áreas cercadas e vigiadas por agentes da imigração, chorando pelo retorno de seus pais. A denúncia de que a administração atual dos Estados Unidos estava separando famílias na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteira motivou reprovação e críticas, tanto da comunidade internacional quanto de políticos dentro dos Estados Unidos, incluindo membros do Partido Republicano e de seu atual presidente, e especialmente as ex-primeiras damas Laura Bush e Michelle Obama, além da atual, Melania Trump.

Uma carta de divulgação interna assinada por mais de 100 funcionários da Microsoft, que foi publicada pelo jornal *The New York Times,* pede à direção da firma para suspender seu trabalho com a Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos. Segundo a carta, os funcionários se recusam a ser cúmplices. A Microsoft disse que sua tecnologia não está sendo usada para "projetos relacionados à separação de crianças de suas famílias na fronteira".

Segundo os números oficiais, 1.995 crianças foram separadas de suas famílias, de 19 de abril até o dia 31 de maio, e estima-se que, hoje, o número já possa ter subido para pouco mais de 2.300, dentre elas, 49 brasileiras que estão em abrigos e foram separadas dos pais ao ingressarem ilegalmente nos Estados Unidos. Segundo o Consulado brasileiro em Houston, no Estado do Texas, o governo norte-americano não deu detalhes acerca da idade das crianças nem da cidade em que estão abrigadas – abrigadas é modo de dizer.

A preocupação inicial do Consulado brasileiro é colocar as famílias em contato. O trabalho será o de localizar as crianças, visitá-las e verificar as condições em que estão. Depois, o intuito é estabelecer contato com as famílias. O Governo brasileiro não tem como pedir a libertação dos pais e das crianças que imigraram ilegalmente para os Estados Unidos, mas algo deve ser feito em nome dos direitos humanos, em nome dessa agressão a crianças indefesas, de dois, três, cinco anos de idade, chorando, engaioladas, criando como se fosse uma nova Guantánamo na fronteira dos Estados Unidos com o México. Essa é uma cena horripilante. Isso é algo desprezível por quem tomou essa decisão.

O líder norte-americano, ao defender sua política de repressão, disse que não permitirá que os Estados Unidos se transformem num "acampamento de migrantes" acrescentando: "Vejam o que está acontecendo na Europa e em outros países; não posso permitir que isso ocorra nos Estados Unidos, não sob a minha vista" – ou supervisão. São palavras dele. Antes, ele havia dito que os países europeus cometeram um grande erro ao permitir a entrada de milhões de imigrantes.

Em seguida, ele criticou a política de imigração da Alemanha, usando dados incorretos sobre a criminalidade. Ele afirmou que a criminalidade naquele país aumentou 10% após a chegada de grande número de migrantes e que as autoridades alemãs não queriam reportar esses crimes, mas a Chanceler Angela Merkel rebateu com dados oficiais mostrando que a criminalidade na Alemanha em 2017 foi a menor dos últimos 25 anos e que os dados oficiais "falam por si mesmos".

A nova política norte-americana de tolerância zero com a imigração, anunciada no dia 7 de maio, obriga as autoridades a processar criminalmente, sem exceções, todos os que cruzarem ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos. Com a decisão, pais que atravessam a fronteira com seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos passaram a ser detidos em prisões federais norte-americanas e as crianças, tratadas como menores desacompanhados, são colocadas sob a tutela do governo norte-americano e aprisionadas naquelas espécies de gaiolas patrocinadas pelo líder norte-americano.

O mesmo líder norte-americano e membros de sua administração tentaram, desde a semana passada, ora negar que a política tenha partido deles, ora culpar o Partido Democrata pela situação, sem sucesso. A primeira manifestação do líder norte-americano a respeito da crise veio ainda na sexta-feira em publicação no Twitter, segundo a qual, "a culpa pelas separações é de leis do Partido Democrata", mas sem citar quais seriam essas leis. A própria administração reconheceu, posteriormente, que não há leis que falem especificamente da separação de crianças dos seus pais.

Em uma coletiva de imprensa na segunda-feira, a Secretária de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Kirstjen Nielsen, relatou que a imigração ilegal na fronteira sul do país ultrapassou, nos últimos três meses, a marca de 50 mil pessoas por mês e que as solicitações de asilo cresceram mais de 1.700% nos últimos 10 anos, gerando uma fila com mais de 600 mil casos a serem analisados.

Mas nada disso justifica a atitude drástica e desprezível de separar os filhos de seus pais. Os pais vão para uma prisão federal e os seus filhos ficam aprisionados em gaiolas, em condições subumanas, como nós assistimos pelas imagens de televisão. Nada justifica!

Ela afirmou que a crise imigratória atual é resultado exclusivo de lacunas em leis federais que impedem os imigrantes ilegais menores de idade e suas famílias de serem detidos e deportados, criando o que ela chamou de "fronteira funcionalmente aberta".

Nada disso justifica, repito.

Segundo a Secretária, captura sem detenção e remoção não é segurança de fronteira.

Retórica!

Esse comentário foi visto por especialistas como uma alusão às críticas do líder norte-americano às políticas anteriormente praticadas na fronteira.

Segundo as Nações Unidas, no final do ano passado, 68,5 milhões de pessoas estavam forçadamente fora de suas regiões de origem em todo o mundo, a maioria como deslocados internos dentro de seus próprios países, mas 25,4 milhões delas como refugiadas que tiveram de buscar abrigo em outros países.

Esse é o maior índice em sete décadas, desde a fundação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Segundo o mesmo órgão, 2,9 milhões de pessoas se tornaram refugiadas só em 2017, o maior número já registrado em um único ano. Eles fizeram parte de um grupo de 16,2 milhões de deslocados que, no ano passado, tiveram de deixar tudo para trás para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escapar de guerras, perseguições, crises políticas e econômicas, desastres naturais e suas consequências.

Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados brasileiro (Conare), o Brasil reconheceu, até o final de 2017, 10.145 refugiados de diversas nacionalidades. Quer dizer, o Brasil, em 2017, tinha registrado 10.145 refugiados de diversas nacionalidades, numa população de 205 milhões de habitantes. No ano passado, houve o maior número de pedidos de refúgio, considerando a chegada dos venezuelanos e dos haitianos. E aí 33.866 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiados. Se adicionarmos a essas 33 mil pessoas as outras 10 mil, o total será de 43 mil pessoas, que é o número de refugiados que hoje, como a estimativa aponta, estão no Brasil.

De acordo com o relatório anual Tendências Globais, da Agência, divulgado mundialmente nessa terça-feira, véspera do Dia Mundial dos Refugiados, celebrado ontem, em comparação à população mundial, uma, em cada 110 pessoas, encontra-se hoje forçadamente fora de suas comunidades de origem. Os números também indicam que 44,5 mil pessoas são forçadas a se deslocar diariamente, ou uma pessoa a cada dois segundos.

Entre os refugiados, a origem está concentrada em poucos países. Pouco mais de um quinto deles são palestinos, e, entre os demais, dois terços vêm de cinco países, todos afetados por conflitos: Síria (6,3 milhões); Afeganistão (2,6 milhões); Sudão do Sul (2,4 milhões); Mianmar (1,2 milhões) e Somália (986.400). Só na Síria e no Afeganistão, são 8,9 milhões, aproximadamente 9 milhões. Repito: em Sudão do Sul, são 2,4 milhões; em Mianmar, 1,2 milhões; e, na Somália, 986.400. É de se ressaltar que, em relação à Síria e ao Afeganistão, especificamente, naturalmente, não se pode escusar os Estados Unidos de terem participado diretamente desse êxodo, em função da sua intervenção militar nesses dois países e também em outros, como a Rússia.

Em outro desdobramento, o governo dos Estados Unidos anunciou, ontem, sua saída do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o qual chamou de “fossa de políticas tendenciosas”. A representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Nikki Haley, acrescentou que o Conselho é “hipócrita, egoísta” e que “zomba dos direitos humanos”. Então, por onde andam esses organismos multilaterais, que são desconhecidos pelos Estados Unidos? Quer dizer, eles já desconhecem as Nações Unidas e as suas resoluções, porque ultrapassam todas as suas resoluções, desconhecendo o que elas determinam aos Estados-membros. Contrariando, inclusive, decisão do Conselho de Segurança e as resoluções emanadas do Conselho de Segurança, interferem em outros países e os atacam, contrariando essa decisão, inclusive não pedindo sequer autorização ao seu Congresso, conforme exige a Constituição norte-americana. Agora, sai do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, novamente desconhecendo esse instrumento de uma instituição multilateral e tomando-o, na palavra da Srª Nikki Haley, como um Conselho "hipócrita, egoísta".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é a referência que nós temos hoje em relação à questão dos direitos humanos, já que esse Conselho ligado às Nações Unidas é considerado hipócrita e egoísta e que zomba dos direitos humanos pelo governo norte-americano?

Ela acusa o Conselho de ser tendencioso com relação a Israel, até agora o único país a adotar a decisão norte-americana.

Constituído em 2006, o Conselho, com sede em Genebra, já foi criticado por permitir a participação, como membros, de países com histórico questionável de direitos humanos. O Secretário de Estado Mike Pompeo chamou o Conselho de "um pobre defensor dos direitos humanos".

Mas é um defensor dos direitos humanos. E países com histórico questionável dos direitos humanos... Baseado em quê se julga o questionável? E se é questionável, que seja questionado pelos seus próprios pares dentro do próprio Conselho. Não cabe a um país integrante do Conselho julgar quem é questionável ou não fora dos limites do Conselho. Que questione dentro, leve à votação, sugira o expurgo de um país ou de outro, mas lute dentro dos limites do Conselho, e não fora dele, porque isso não ajuda em nada.

É lamentável. Nunca imaginei poder ler, dentre os comunicados, algo tão tenebroso quanto esse. É algo que nos deixa extremamente entristecidos com a natureza humana o que é capaz um ser humano de fazer, com a responsabilidade que tem o Presidente da maior potência deste Planeta. Fazer isso em relação a uma população indefesa de crianças, separadas abruptamente dos pais! Essa é uma cena que nos remete a um período da Segunda Guerra Mundial, apartar as crianças dos mais velhos. Parece-nos que já vimos alguma coisa parecida e o resultado foi tenebroso. Até hoje todos nós pagamos por isso. Lamentável!

Itália.

O Ministro do Interior da Itália e líder do partido populista de direita Liga, Matteo Salvini, anunciou nesta terça-feira que deseja realizar um censo da população cigana da Itália que pode levar à deportação dos ciganos não-italianos vivendo naquele país. A afirmação causou controvérsia, e a realização do censo foi rejeitada pelo Vice-Primeiro-Ministro e líder do partido anti-establishment Movimento Cinco Estrelas, Luigi di Maio, que o chamou de inconstitucional.

Estima-se que vivam na Itália de 130 mil a 170 mil ciganos, muitos em acampamentos sem licença nas periferias de cidades. Associações de promoção dos direitos dos ciganos rejeitaram a sugestão de Salvini, afirmando que qualquer censo baseado apenas em etnia seria contra a lei italiana. A ideia de Salvini também foi criticada pelo ex-Primeiro-Ministro italiano pelo Partido Democrático, Paolo Gentiloni.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matteo Salvini já fez campanha contra a comunidade cigana da Itália, e também já pediu para que seus acampamentos fossem demolidos.

Na entrevista em que deu as controversas declarações, Salvini disse que o censo registraria os ciganos e os que não tivessem o direito de estar na Itália seriam deportados, acrescentando que "quanto aos ciganos italianos, infelizmente [teremos] que mantê-los em casa".

Após as críticas... Ciganos e italianos, ou seja, italianos. Quanto às pessoas italianas, de ascendência seja qual for, mas italianos. Diz ele: "[...] infelizmente [teremos] que mantê-los em casa". Quer dizer, os próprios nascidos na Itália.

Após as críticas, o Ministro do Interior esclareceu sua posição, alegando que sua intenção não era registrar os ciganos, mas, sim, realizar um levantamento nos acampamentos ciganos para proteger as crianças que estivessem sendo impedidas de frequentar escolas. O Vice-Primeiro-Ministro Luigi Di Maio afirmou estar feliz que Salvini negou os planos para registrar a população cigana. Ele afirmou que "se certa coisa é inconstitucional, ela não deve ser feita".

Aproximadamente metade dos 130 a 170 mil ciganos vivendo na Itália tem cidadania italiana, de acordo com estimativas. Muitos deles são provenientes da Romênia e de países da antiga Iugoslávia. De acordo com uma pesquisa de 2016, os italianos têm uma opinião majoritariamente negativa dos ciganos, com 82% dos entrevistados afirmando serem desfavoráveis a esse grupo étnico – número muito mais alto que a média europeia.

Desde que a coligação entre o partido liderado por Salvini, a Liga, e o partido de Luigi Di Maio, o Movimento Cinco Estrelas, chegou ao poder no início desse mês, o Ministro do Interior se concentrou em tomar medidas contra a imigração ilegal. Na semana passada, a Itália proibiu um navio transportando 629 migrantes de aportar no país. A embarcação, chamada Aquarius, foi recebida em um porto de Valência, na Espanha, neste último final de semana, conforme é do nosso conhecimento.

Kim Jong-un em Beijing.

O líder norte-coreano Kim Jong-un encontrou-se, na terça-feira, com o Presidente chinês Xi Jinping, em Beijing, uma semana após seu encontro com o Presidente dos Estados Unidos. A TV estatal chinesa não divulgou o tema das conversas entre os dois líderes. Contudo, esperava-se que eles discutissem as sanções econômicas contra a Coreia do Norte e o compromisso de Kim em desnuclearizar a península coreana.

A China, único país economicamente aliado à República Popular Democrática da Coreia, já havia sugerido o relaxamento das sanções. Enquanto isso, os Estados Unidos e a Coreia do Sul confirmaram a suspensão do planejamento de seu próximo exercício militar conjunto, de acordo com a promessa feita pelo líder norte-americano a Kim Jong-un na cúpula de Singapura, no último dia 12, num gesto –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que reconhecer quando esses gestos são positivos – positivo do líder norte-americano nessa questão em relação ao problema hoje existente na península coreana.

Na ocasião, os dois líderes assinaram o que o norte-americano chamou de um "acordo abrangente". A Coreia do Norte concordou com a desnuclearização da península – o mesmo que o país já havia prometido à Coreia do Sul, anteriormente – enquanto o norte-americano prometeu que os Estados Unidos suspenderiam seus exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul, cujo fim era uma antiga demanda de China e Coreia do Norte. Porém, tanto a Coreia do Sul quanto o Japão, o outro principal aliado dos Estados Unidos na Ásia, alegaram que os exercícios conjuntos são muito importantes.

Aparentemente, o anúncio feito pelo norte-americano a esse respeito pegou a Coreia do Sul desprevenida. Houve certa confusão quando o líder norte-americano classificou os exercícios militares de "provocativos", um termo usado pela Coreia do Norte para descrevê-los, enquanto que os Estados Unidos sempre insistiram que tais operações eram meramente de natureza defensiva.

Os Estados Unidos mantêm cerca de 29 mil soldados baseados na Coreia do Sul e os dois países conduzem, anualmente, exercícios militares de grandes proporções. O próximo – cujo planejamento foi suspenso – estava marcado para agosto, com a participação de 17.500 soldados norte-americanos.

A respeito da cúpula de Singapura, a última edição da revista semanal britânica *The Economist* traz em sua capa a manchete "Kim Jong-Won", ou Kim Jong-Venceu, realçando que a cúpula foi o triunfo do *showbiz* sobre o conteúdo e que Trump fez grandes concessões sem obter nada em troca.

Não, ele obteve. Apenas a título de curiosidade, aqui está a capa do *The Economist* que traz "Kim Jong-Won" fazendo um trocadilho com o último nome dele, dizendo Kim Jong-Venceu a batalha diplomática, naturalmente, até o presente momento. Mas nesse aí não há... No caso só há vencedores. O líder norte-americano e o líder da Coreia do Norte, todos dois são vencedores juntamente com o Presidente da Coreia do Sul, que merecem naturalmente o nosso incentivo e o nosso entusiasmo para que eles prossigam nessa caminhada, buscando a construção da paz na península coreana.

Colômbia.

O jovem conservador e ex-Senador Iván Duque, de 41 anos, foi eleito presidente da Colômbia no último domingo, no segundo turno das eleições presidenciais. Após a divulgação dos resultados, ele prometeu unir o país, depois de uma campanha que destacou a aguda divisão entre a direita e a esquerda no país. O presidente eleito tomará posse em agosto próximo. Duque obteve 54% dos votos, contra 42% do candidato contrário, o ex-prefeito de Bogotá e ex-guerrilheiro – não sei se ele pertenceu às Farc ou não – Gustavo Petro. Na chapa vitoriosa, foi eleita vice-presidente Marta Lucía Ramirez, a primeira mulher a ocupar este cargo no país. Por outro lado, a presença de um candidato de esquerda no segundo turno das eleições presidenciais jamais havia ocorrido na Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duque afirmou que fará uma revisão de alguns aspectos do acordo de paz assinado em novembro de 2016 entre o governo e o grupo rebelde das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), agora desmobilizado. Para o novo Presidente, o acordo, assinado pelo Presidente Juan Manuel Santos, é muito leniente com relação a ex-guerrilheiros acusados de crimes de guerra. Ele é considerado um "amigo do mercado" e prometeu baixar impostos, promover investimentos e adotar um estado mínimo, além de combater fortemente a corrupção e o tráfico de drogas.

Seu rival no segundo turno, Gustavo Petro, foi guerrilheiro do M-19, um movimento desmobilizado em 1990. Ele baseou sua campanha em um discurso *anti-establishment* aplaudido especialmente pelos jovens e as classes populares. Recebeu críticas por suas formas populistas e sua antiga amizade com Hugo Chávez. O fantasma da Venezuela e sua repercussão na Colômbia, onde nos últimos meses entraram centenas de milhares de cidadãos que fogem do regime de Nicolás Maduro, foi um dos eixos da polarização ideológica desta corrida presidencial. A estimativa é de que até o presente momento 1,5 milhão de venezuelanos tenha cruzado a fronteira com a Colômbia, estabelecendo-se neste país vizinho.

Segundo observadores, os colombianos elegeram o presidente em um clima de transparência e, pela primeira vez em mais de meio século, sem a ameaça das Farc. Mas essa paz precisa consolidar-se, em sentido amplo, para garantir a segurança e a estabilidade econômica.

A Colômbia ingressou na OCDE no final do mês passado e logrou uma linha de crédito de mais de US$11,4 bilhões, aproximadamente R$42 bilhões do FMI, sem condições – sem pré-condições estabelecidas para que eles obtivessem esse empréstimo –, mas a desigualdade continua marcando a rotina de milhões de cidadãos. No encerramento de sua campanha, Duque assumiu o desafio de "recuperar a economia colombiana, eliminar o desperdício, a corrupção e a evasão", prometendo elevar os salários dos trabalhadores.

Em relação à Turquia, apenas um breve... Eu peço à Secretaria que dê como lido na íntegra esse comunicado específico em relação à Turquia, mas apenas para lembrar que as eleições gerais da Turquia, anteriormente previstas para o ano que vem, ocorrerão no próximo domingo, dia 24 de junho. No ano passado, o Governo de Erdogan aprovou uma reforma constitucional que eliminou o cargo de primeiro-ministro do país e deu ao Presidente poderes de chefe de Estado e de governo. A reforma definiu que as primeiras eleições sob as novas regras seriam realizadas em novembro de 2019. O Presidente Erdogan anunciou a antecipação das eleições em abril deste ano, afirmando que o país precisa de uma "presidência executiva forte para enfrentar desafios econômicos e de segurança". Erdogan está no poder na Turquia, como Primeiro-Ministro e Presidente, há mais de 15 anos, e atualmente seu Partido tem maioria no Parlamento.

O México, do mesmo modo, realizará, no próximo dia 1º de julho, eleições gerais e locais para eleger Presidente da República, Deputados, Senadores e Governadores em 30 Estados e da Capital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cidade do México. As pesquisas eleitorais apontam como favorito na corrida presidencial o ex-prefeito da Cidade do México, Andres Manuel López Obrador, do Partido de esquerda Movimento Regeneração Nacional (Morena), que aparece com 41,7% das intenções de voto, quase o dobro do segundo colocado, Ricardo Anaya, que lidera uma coligação de centro-direita com seu Partido Ação Nacional (PAN) e tem 21% das intenções de voto. Do mesmo modo, peço que se dê como lida a íntegra deste comunicado.

Temos também mais dois comunicados, um em relação ao Iêmen e outro em relação à Arábia Saudita. O primeiro trata, basicamente, do fato de que forças pró-governo do Iêmen, apoiadas pelos Emirados Árabes Unidos, tomaram nesta terça-feira última o aeroporto da cidade de Hudaydah (Hodeida), que era controlada por rebeldes houthis. A agência de notícias estatal Wam, dos Emirados Árabes Unidos, reportou que tropas tomaram a instalação após confrontos com dezenas de rebeldes houthis. As forças pró-governo do Iêmen lançaram uma ofensiva para retomar a cidade de Hudaydah, em especial o seu porto, de importância estratégica. O porto foi tomado na semana passada. Então, tomaram o porto e agora o aeroporto. E peço que se dê como lido o restante também desse comunicado.

Em relação à Arábia Saudita, uma boa notícia é que, a partir de domingo, dia 24, as mulheres poderão dirigir na Arábia Saudita, uma vez que a lei que proíbe mulheres de conduzir veículos no reino será oficialmente suspensa. A aguardada suspensão chega menos de um ano depois de anunciada pelo Rei Salman, e faz parte da série de iniciativas de modernização do Reino da Arábia Saudita conhecida como Visão 2030, liderada pelo próprio príncipe-herdeiro Mohammed Bin Salman.

Peço à Secretaria da Comissão que dê como lida a íntegra deste comunicado, cuja síntese bastante resumida foi aqui feita e lida.

Passando à nossa pauta do dia de hoje, pela ordem, S. Exª Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Hoje, creio que todos nós estamos com muitos compromissos. Eu mesmo tenho um compromisso fora, no *Correio Braziliense*. Mas não queria deixar de fazer uma referência ao seu – em certo momento – manifesto pessimista sobre o que está acontecendo no mundo hoje, quando o senhor falava da situação dos Estados Unidos.

Ontem, eu coloquei um Twitter dizendo que o Presidente dos Estados Unidos estava sequestrando crianças e cobrando de resgate a volta dos pais para seus países de origem, na pobreza.

Senador Collor, para minha surpresa, eu recebi uma quantidade de críticas ao meu Twitter, em defesa do Trump, dizendo que ele estava defendendo o país dele. E que se esses pais quisessem ir para os Estados Unidos, que pedissem visto. É uma surpresa que nos deixa, como o senhor mesmo disse, pessimistas com a condição humana, o sentimento de mundo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu lembrei também que ontem estive em um debate sobre *fake news*; depois da minha fala, eu pedi desculpas pelo pessimismo e concluí dizendo que otimismo hoje é uma *fake news*.

De fato, a sua fala sobre o que o Presidente Trump fez nesse tempo... E o senhor até, no final, elogiou o encontro dele com o Presidente Kim, que realmente foi um gesto importante. Mas esse sequestro de crianças cobrando em troca que os pais voltassem para seus países, para receberem as crianças, é algo que envergonha os Estados Unidos inteiros. E tanto é que houve grandes manifestações de pessoas do partido dele, a própria esposa dele, as esposas de outros presidentes do partido dele.

Então, quero dizer que a sua fala sobre esse assunto é muito importante, para passar a posição que nós temos aqui. E realmente eu comparto de um pessimismo grande. Eu recebi essas respostas e tenho a impressão de que em parte é gente influenciada pela vinda dos venezuelanos a Roraima.

Ali está o Senador que defendeu aqui a vinda... Defendeu a vinda não, mas defendeu que tratássemos bem os haitianos, quando chegaram aqui. O Senador Jorge Viana foi um dos que defendeu que tratássemos com humanismo aqueles irmãos que estavam vindo para cá, ao custo enorme para o Estado do Acre, naquele momento.

Então, apenas essa referência à sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, S. Exª Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Se eu pudesse... Porque acho que foi uma leitura muito importante que V. Exª fez hoje, no comunicado, tratando desse tema que está chocando o mundo inteiro.

O Papa Francisco tem dado, desde domingo, uma série de declarações de que não é civilizado o que está ocorrendo nos Estados Unidos. E o problema não está solucionado, Sr. Presidente. Hoje eu vi o noticiário. Ele recuou ontem, mas vejam só, as crianças estão indo para um abrigo, para um local também separado das famílias. Então, o assunto segue. Não é uma coisa simples.

Hoje, de cada 110 habitantes do Planeta, um está fora do seu país. Só que as Nações Unidas dizem que isso vai chegar a um para dez, com a mudança climática. Imagine que nós vamos ter perto de 700 milhões de pessoas migrando. Então, ou a gente tenta encontrar uma solução ou em que mundo nós vamos viver?

Eu queria aqui fazer um apelo – Senador Cristovam, antes de V. Exª sair. No Acre, Rio Branco tem 350 mil habitantes. Nós recebemos, em quatro anos, 45 mil haitianos, passando por Assis Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileia e Rio Branco. Eles chegavam à fronteira; o que fazer? Montar uma porteira, um muro? Nós tentamos acolher – o Governador –, gastamos dinheiro. Depois, fomos acusados por São Paulo de estarmos exportando haitianos. O Acre era só um ponto de passagem. Mas estou dizendo que nós vivemos isso e tratamos com acolhimento pessoas que chegavam. Graças a Deus, esse período passou, mas ficou um exemplo de ser humano na hora em que há alguém desse jeito. Agora, a nação mais rica do mundo resolveu tratar com o que eles chamam de tolerância zero os imigrantes.

Bem, eu queria aqui só dar uma sugestão, porque nós temos uma pauta a cumprir. Nós temos falado sobre diplomacia parlamentar. Eu queria, aproveitando a substância do comunicado de V. Exª sobre esse tema que nos comove tanto, sugerir que nós pudéssemos ter uma manifestação da Comissão de Relações Exteriores, obviamente feita pela Secretaria da Casa e com a concordância dos colegas, à Embaixada dos Estados Unidos aqui, pedindo que eles encontrem uma maneira diferente dessa. Eu tenho uma fotografia aqui das crianças enjauladas em ginásios. Dentro de jaulas! Então, usando a diplomacia parlamentar, que nós pudéssemos, quem sabe, com o *ad referendum* do Plenário, estabelecer que V. Exª pudesse fazer um comunicado à Embaixada dos Estados Unidos, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal brasileiro, dizendo que eles encontrem uma maneira humana de lidar com essa questão, e não essa que choca o mundo e que envergonha a humanidade, obviamente nos termos adequados para a diplomacia parlamentar. Eu queria dar essa sugestão, para não termos que aprovar uma moção de repúdio, ou coisa que o valha, mas encontrar o termo adequado para uma manifestação nossa.

Os funcionários – o senhor mesmo leu nos comunicados – de empresas de tecnologia estão querendo parar de trabalhar se a tecnologia deles seguir sendo usada para colaborar com esse tipo de ação que o governo americano implementa. Vejam a que nível chegou o choque de todos nós diante disso. Isso na nação mais rica do Planeta, os Estados Unidos.

Então, era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, e sugiro, se V. Exª assim aceitar, que V. Exª pudesse redigir esse documento, e nós o submeteríamos à apreciação da nossa Comissão para ser, então, um documento de todos os integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se posso, sem ser impertinente, eu tento fazer de maneira que todos não se sintam constrangidos ou com problemas de assinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Antes de passar a palavra, pela ordem, a S. Exª a Senadora Ana Amélia, chega aqui, de última hora, um outro comunicado, uma outra informação, melhor dizendo, sobre a posição da American Airlines e da United Airlines, que pediram ao governo norte-americano que não use seus voos para transportar crianças imigrantes que foram separadas de seus pais. Os diretores das duas companhias aéreas disseram que a política migratória do republicano, de separar famílias, está em conflito com os valores das empresas.

Enfim, é a sociedade civil norte-americana de alguma forma se rebelando contra essa política imigratória do líder norte-americano.

Pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor, com relação às manifestações do Senador Cristovam Buarque e do Senador Jorge Viana, ontem, na sabatina do Embaixador Tovar para a Rússia e do Embaixador Didonet para a Suíça, aqui na Comissão, eu abordei esse tema e solicitei que o nosso Ministério das Relações Exteriores tivesse uma ação de protagonismo em defesa dessa questão social e humanitária.

Portanto, a essa iniciativa do Senador Jorge Viana eu queria incluir não apenas a correspondência ao Embaixador dos Estados Unidos, mas igualmente ao nosso colega Chanceler Aloysio Nunes Ferreira uma referência, também porque essa é uma ação diplomática e necessária, já que está envolvida uma questão crucial e grave em relação à defesa de cidadãos brasileiros, ou mais, crianças brasileiras – em alguns casos, crianças vulneráveis com autismo ou outros problemas de saúde. Só esse afastamento dos pais causa um trauma. São crianças de 7 anos a adolescentes de 17 anos.

Também como o Senador Cristovam, eu tenho uma atuação nas redes sociais, até pela minha formação como jornalista, Presidente Collor, e o que me conforta é que 70% das pessoas que se manifestaram foram favoráveis a essa preocupação com a questão humanitária, e 30%, favoráveis às medidas duras adotadas pelo governo Trump.

Ainda assim, Senador, eu acho que temos motivo para ter otimismo, como a ação dessas duas companhias americanas em relação ao tema. Há, sim, uma luz no fim do túnel nesse processo, numa crise de intolerância que nós vivemos dentro da sociedade brasileira e no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também temos ações de governos como o da Espanha, por exemplo, que abriu as portas para refugiados miseráveis, de países muito pobres da África, vítimas de convulsões internas, de pobreza extrema, de conflitos internos e guerra civil, religiosa ou de tribos. Então, há sempre uma esperança de compreensão humanitária nesse caso da imigração, que hoje é um tema que está na agenda de todos os países desenvolvidos, em desenvolvimento e emergentes, como o nosso.

Eu queria reforçar essa crença de que, sim, é possível, até pelas ações que nós já vimos e que V. Exª acaba de relatar em relação ao caso das duas companhias americanas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

S. Exª o Senador Jorge Viana acolheu a sua sugestão e já está providenciando para que também seja endereçado ao Exmo Sr. Ministro das Relações Exteriores, nosso colega, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passando, então, à primeira parte da nossa pauta de hoje.

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 20/06/2018, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 20/06/2018, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa, S. Exªs Embaixadores Nelson Antonio Tabajara de Oliveira e André Aranha Corrêa do Lago, oferecendo a ambos as nossas melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo a palavra a S. Exª o Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia, antes do uso da palavra pelo Sr. Embaixador Tabajara de Oliveira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Eu consultaria V. Exª, ouvido o Plenário, se poderia abrir o painel de votação, porque se trata de dois diplomatas da melhor qualidade. O Embaixador Nelson Tabajara vai para a Suécia, onde tive uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande amiga e que hoje está retirada. Falo de Leda Lúcia Camargo, que fez um belo trabalho naquelas operações que foram essenciais para o Brasil do ponto de vista da defesa, com a troca de tecnologia e com a aquisição do Gripen. Essa é área da sua preferência ou do seu empenho, e área da defesa brasileira tem pelo senhor muito respeito, tendo razões para isso.

E o Embaixador André Corrêa do Lago é um conterrâneo. Oswaldo Aranha diz tudo para esse diplomata, que trouxe no DNA a qualidade e a excelência e vai para Nova Délhi, para a Índia, com grandes desafios.

Aos dois, muito sucesso.

Como o Senador Cristovam, eu gostaria muito de ficar, mas haverá uma celebração que eu gostaria de mencionar, haverá uma sessão especial para celebrar os 110 anos da imigração japonesa no Brasil. Eles saem de Tóquio, onde houve um encontro em dezembro passado. Eu tenho de ir lá e também participarei do mesmo evento de que o Senador Cristovam participará junto com o Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, e Eduardo Mufarej, do Renova Brasil. Por essa razão, não estaremos aqui compartilhando momentos de saber mais sobre a diplomacia de qualidade que vão exercer nesses países tão importantes para todos nós. Então, sucesso aos dois nesta nova missão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

A Senadora Ana Amélia sugere que possamos abrir o painel para iniciar o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito ao Secretário da Comissão que, por favor, determine a abertura do processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente Collor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Quando cheguei aqui, fui informada da observação que fez a Senadora Ana Amélia, que eu acho, aliás, que foi a mesma feita ontem na Comissão de Constituição e Justiça – não é? Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero, primeiramente, somar-me à manifestação da Senadora Ana Amélia, Senador Collor de Mello, e dizer que nós estamos diante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É exatamente.

E dizer que nós estamos diante de um fato assim que eu não diria nem escandaloso, mas sem precedentes no momento em que nós vivemos, no século XXI: crianças serem separadas de seus pais e vivendo engaioladas.

V. Exª, Senador Collor, é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e nós fizemos aqui um requerimento sugerindo ao Plenário a apresentação de um voto de censura a essa política de tolerância zero adotada pelos Estados Unidos.

Parece até que, ainda ontem, o Presidente Trump voltou atrás, mas, segundo diz a notícia, isso poderá suscitar um grande debate jurídico, uma vez que isso é o que determina a tal lei de tolerância zero.

Não somos, nunca fomos e penso que jamais seremos iguais aos americanos... Aliás, não iguais aos americanos, mas ao governo americano no que diz respeito à sua política externa, porque eles intervêm em absolutamente tudo. Aprovam leis locais intervindo em outros países e penalizando países que se relacionem com aqueles outros que eles não querem. Jamais! Mas eu acho que nós não podemos ficar calados. O mundo inteiro está se mobilizando, e a mobilização foi tão grande que aconteceu aquilo.

Então, Senador Collor, há esse requerimento que está posto para o Plenário; porém, eu acho que seria importante nós chegarmos ao Plenário com algo aprovado pela nossa Comissão e, lá, eu pedirei que o meu seja, obviamente, apensado ao da Comissão de Relações Exteriores.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, é também para lamentar os diversos episódios a que nós temos assistido e que têm tomado também grande repercussão internacional. Refiro-me à atitude de alguns brasileiros na Copa do Mundo.

Nós sabemos não foi apenas um vídeo que viralizou no mundo, não; já estão aparecendo outros, inclusive envolvendo crianças. Naquele vídeo que viralizou, alguns deles servidores públicos – um já foi até demitido, o que eu acho uma excelente providência –, são brasileiros em situações que agridem a figura da mulher. Aquilo é uma agressão também inominável, uma atitude misógina, uma atitude de desrespeito que não cabe a ninguém. E aquilo mostra, infelizmente, como a cultura machista ainda está presente na sociedade brasileira, pois eles fazem aquilo como se fosse algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente natural e que não tivesse problema nenhum. Eu duvido que uma mulher faria isso em relação a um homem; não, porque respeitam.

Então, eu apenas faço esse registro, Sr. Presidente, para que V. Exª estude a possibilidade de alguma medida, de alguma ação por parte da Comissão de Relações Exteriores sobre esse episódio também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, e, com a permissão de V. Exª, S. Exª o Senador Jorge Viana, já no início da reunião, manifestou o mesmo desejo de um pronunciamento da Comissão de Relações Exteriores tanto em relação ao governo norte-americano, como em relação ao próprio Governo brasileiro por intermédio de S. Exª o Ministro Aloysio Nunes Ferreira.

Então, eu pediria a V. Exª que, com a concordância do Senador Jorge Viana, conversando com ele, os dois pudessem, então, elaborar um documento que lhes parecesse conveniente, para a deliberação do Plenário.

Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana e, em seguida, S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Cumprimentando os Embaixadores e a colega Senadora Vanessa, quero dizer que nós tínhamos feito, Senadora Vanessa, uma conversa, um debate aqui sobre esse tema, pela sua importância, que V. Exª também ressalta. A sugestão não era bem um voto de censura, mas que pudéssemos ter uma manifestação da Comissão tanto para o Chanceler brasileiro, para o Governo brasileiro, quanto para o Embaixador dos Estados Unidos, demonstrando a nossa preocupação e, obviamente, a nossa crítica, colocando um posicionamento contrário ao que está ocorrendo lá hoje, que não é algo civilizado. Há até a manifestação do Papa.

Nós estamos elaborando uma minuta, um documento, para que possa ser apreciado ainda durante esta audiência...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que vai no sentido da sua preocupação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Maravilha! Estou dentro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Está de acordo, Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Com a palavra S. Exª o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/MDB - PR) – É só uma informação. Eu queria saber se seria possível o nosso André Aranha, que vai ser nosso Embaixador na Índia, expressar-se nesta sabatina em hindi ou em gujaráti, que era a língua do Gandhi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Senador Roberto Requião, a solicitação foi feita a S. Exª o Embaixador André Corrêa do Lago. Tenho certeza de que ele fará o que for possível para atender à solicitação de V. Exª. (*Risos.*)

Passo a palavra, então, a S. Exª o Embaixador Nelson Tabajara.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – As sabatinas são difíceis.

O SR. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Exmos Srªs e Srs. Senadores, é uma honra estar nesta Comissão. Eu gostaria, ao mesmo tempo em que agradeço a atenção de V. Exªs, de também agradecer a indicação do meu nome pelo Ministro Aloysio Nunes Ferreira e pelo Presidente Michel Temer, por ter endossado a minha nomeação para a Embaixada do Brasil no Reino da Suécia e junto à Letônia também.

Eu começaria, inicialmente, apenas indicando que o Brasil e a Suécia são dois países que têm relações de longuíssima data. Tanto o Brasil quanto a Suécia, mais ou menos, coincidem na formação do que hoje podemos chamar de Brasil, já como Brasil, e de Suécia, como a Suécia é hoje.

Em 1810, foi eleito um rei da família Bernadotte, que era um marechal de Napoleão que foi ajudar a Suécia. O Parlamento sueco, naquela época, achou que ia ter confrontos com a Rússia e que o rei deveria ser um militar. Assim, elegeram um francês que tinha tido muito sucesso e que, inclusive, tinha sido muito generoso com soldados e oficiais suecos em uma guerra na Alemanha. Ele tinha sido muito generoso e ganhou popularidade. Então, formou-se essa última dinastia, que vige até hoje, que é a da família Bernadotte. Isso ocorreu em 1810, e ele assumiu em 1818 já como rei.

No Brasil, como os senhores sabem, a nossa independência veio mais ou menos nessa época. Quando se transferiu a família real para o Brasil, a Suécia instalou um encarregado de negócios, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1808, e, desde então, Suécia e Brasil se reconheceram mutuamente. Em 1826, o Brasil, então, estabelece relações diplomáticas com a Suécia e, nesse mesmo ano de 1826, assinamos o primeiro acordo de livre comércio entre Brasil e Suécia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Sim, pois não.

Então, ao longo do século XIX, continuamos mantendo relações muito boas. O próprio Rei D. Pedro II fez uma visita à Suécia em 1876 e desde então as duas Casas tiveram um relacionamento. E hoje, por coincidência, também temos a Rainha Sílvia, que é de família brasileira. Hoje a Rainha da Suécia tem esse DNA brasileiro, o que também acrescenta às excelentes relações que nós temos com a Suécia.

Ainda no século XIX, nós tivemos um fato interessante nas relações dos dois países, que foi a instalação do primeiro telefone, que era da Ericsson, em 1991. O Dr. Ericsson foi quem inventou o aparelho, que é o auricular, e o fone parece que foi ele que inventou. Isso foi uma grande descoberta. Na época, D. Pedro II se interessou e instalou um desses telefones aqui no Brasil. A partir daí, em 1894, instalaram uma central telefônica, foi instalada pela Ericsson. Desde então não pararam de vir empresas suecas para o Brasil. Em 1889 abriu-se a primeira linha marítima, a Linha de Johansson, entre a Suécia e o Brasil. E outras empresas começaram...

A primeira colônia sueca no Brasil se instalou em 1890, justamente num local que a Senadora Ana Amélia ontem citou, que foi a Colônia Guarani. Começou com suecos, depois aderiu a colônia de poloneses e de outras nacionalidades no Brasil, no Rio Grande do Sul. Desde então só aumentaram as relações.

Ao longo do século XX, várias empresas se instalaram no Brasil. Logo no início, a Ericsson começou a investir no Brasil, foi a primeira vez que o capital sueco entrou no Brasil como investimento. A partir daí, várias outras entraram. A Scania, a Volvo, a Electrolux, nos anos 50, abrindo uma fábrica. Desde então temos tido uma grande participação de capital sueco na nossa economia.

Nessa relação comercial que nós temos com a Suécia, temos, nesse caso, uma grande demanda. O Brasil, justamente, serviu como terreno para formar a rede de exportação que a economia sueca estabeleceu no mundo, abrindo fábricas aqui, uma vez que o seu mercado consumidor era muito restrito, mas a Suécia tinha grande capacidade de produção com suas fábricas, passou então a abrir fábricas no mundo, e o Brasil fez parte dessa rede. Hoje é uma grande economia baseada na exportação e na tecnologia.

Então, a economia sueca hoje, que é renomada, tem grande sucesso a economia sueca, essa fórmula que eles encontraram, passou por uma grande transformação. Em meados do século XIX, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um país praticamente agrícola, onde metade da população trabalhava na produção agrícola. E hoje é uma economia altamente industrializada, competentíssima, inovadora, com um grande grau de incorporação tecnológica na sua produção.

A economia da Suécia, obviamente, teve certas vantagens, que foi especialmente a questão de o país ter sido neutro tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda Guerra, o que poupou o parque industrial sueco na Primeira Guerra e na Segunda Guerra.

Então, tanto no entreguerras como no pós-guerra, era um dos poucos países que tinham produção para vender justamente para a grande demanda que havia no resto da Europa. Então, isso ajudou a Suécia a dar um grande salto nesse lado econômico de mercado, foi, então, onde ela pôde se concentrar também na formação.

E entra, então, um componente crucial na economia sueca, que é a tecnologia, que já vinha, como se recordam, desde o Ericsson, que inventou esse telefone, que fez um grande sucesso e passou a ser praticamente o modelo que todos os outros países adotaram. Até hoje, grande avanço tecnológico a Suécia tem em vários sentidos.

Essa é a relação que nós temos. O grande interesse que a Suécia tem na economia brasileira, no mercado, tem investido aqui no Brasil. E nós temos um grande interesse também nesse desenvolvimento tecnológico que a Suécia nos oferece, não somente no projeto que é o mais conhecido hoje em dia, o caça Gripen, em várias outras tecnologias nós temos só a nos beneficiar de ter parceria com a Suécia.

Então, nós temos, por exemplo, um grupo que se formou, que é o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica, justamente, o pilar sendo o Gripen. Também temos outros aspectos da tecnologia aeronáutica que nós também podemos oferecer ao lado sueco, por exemplo, na área de aviões comerciais. Aliás, a Saab, que é a empresa que se associou com a Embraer para justamente desenvolver a nova geração do Gripen, já produziu aviões de transporte pessoas, aviões comerciais. Inclusive, nos anos 50 a Vasp comprou seis aviões da Saab, do modelo Scandia, que foi o primeiro avião que pousou em Brasília, em 1956, foi justamente um avião sueco. Então, há exemplos e exemplos de como estamos relacionados com a Suécia.

Nós temos esse formato de Grupo de Alto Nível e temos um grupo de trabalho especificamente para atividades tecnológicas voltadas para a indústria. O tom que nós temos dado a isso é justamente a questão da inovação. A inovação é hoje a maior prioridade que a Suécia está dando em termos de desenvolvimento.

Eles têm uma agência, chamada Vinnova, que descobriu que pode incentivar uma fórmula muito comum que temos hoje na economia, que são as *startups*, empresas pequenas que geram ideias, que dali saem e se fundem com outras empresas maiores e então nós temos uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inovação a que a Suécia dá tanta prioridade é justamente já prevendo desafios que terão no futuro: questão de população, transporte e energia. Hoje, quanto à energia, por exemplo, uma das grandes revoluções que há na área de energia é a Suécia que tem conseguido. Eles passaram, nos anos 70, de uma dependência de 75% da energia à base de petróleo e hoje são apenas 20%. Mais de 50% da energia na Suécia é de fontes renováveis.

Recentemente houve uma empresa sueca que inventou também uma forma de tornar a água potável, que está sendo agora difundida e disseminada na África, em lugares onde há grande dificuldade de se poder tornar a água potável. Então, tem contribuído nessa área não só de energia, mas também de meio ambiente.

Com isso, temos uma relação comercial muito importante, mas somos deficitários na relação comercial bilateral entre os dois países, sendo que nós somos maiores importadores de produtos suecos e exportamos mais ou menos cerca da metade desse valor; importamos cerca de US$1 bilhão e exportamos um pouco abaixo de meio bilhão de dólares, US$500 milhões. E vendemos muitos produtos primários. Inclusive o primeiro item da pauta das nossas exportações para a Suécia é o café.

Aliás, uma curiosidade, nós hoje fornecemos 30% do café da Suécia; 30% do café da Suécia hoje é de origem brasileira. E também outro dado interessante é que entre Finlândia e Suécia os dois disputam primeiro e segundo lugares como maiores consumidores *per capita* de café no mundo. O consumo na Suécia e na Finlândia de café é altíssimo, e nós fornecemos um terço desse volume.

Nós temos um grande interesse em termos a Suécia como parceira nessa área, mesmo que nós tenhamos esse déficit comercial, porque temos um grande investimento. Há mais de 200 empresas suecas instaladas no Brasil, com um total de mais de 70 mil empregos diretos, criados justamente pela presença industrial sueca no Brasil. E, como o senhor sabe, são grandes empresas, grandes fábricas: Electrolux, Scania, Volvo, Ericsson – a Ericsson se instalou no Brasil nos anos 50, começou uma fábrica, e nos anos 2000 já inclusive instalou um Centro de Desenvolvimento Tecnológico. O Brasil não só é um destino de mercadoria ou de produção, mas também onde a Suécia investe na área de desenvolvimento tecnológico.

Então, é uma parceria que eu acho que nós temos que incentivar. Eu, caso V. Exªs aprovem minha nomeação, gostaria de aumentar e expandir.

Um tema que obviamente não há como escapar, que é a questão do Gripen, é um grande contrato que conseguimos, justamente pelas nossas Forças Armadas, para adquirir caças. Serão 36 caças. Em 2019 já começaremos talvez a produção. É um investimento nosso de mais de US$5 bilhões, mas que terá um retorno muito grande. Porque, além dessa parceria, nós também nos tornaremos sócios da Saab, da empresa sueca, para exportação para terceiros mercados. Isso nos abre não somente essa incorporação tecnológica, que no caso é mútua, porque nós também desenvolvemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiros brasileiros desenvolvem parte dos componentes dessa nova geração do Gripen. E também depois teremos uma parceria que levará décadas por onde podemos, inclusive, abrir caminhos novos, não só nos determos especificamente nos caças, mas abrir oportunidades em outras áreas.

Uma excelente oportunidade seria justamente que vamos ter no ano que vem... Há planejamento de uma grande vinda de empresários ao Brasil, e nós gostaríamos justamente, antes de receber, de fazer um ciclo de seminário sobre o Brasil a esses empresários. Inclusive, eu já gostaria, enfim, pelo menos planejando, que houvesse uma sessão parlamentar, porque eu acho que uma coisa que é muito necessária a países que investem no Brasil é conhecer o processo político no Brasil, saber como é que funciona a nossa sociedade, como é que todo o Estado, enfim, é constituído. Isso dá certa tranquilidade ao investidor, quando tem maior conhecimento.

Então, um dos pilares desse seminário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA – ... seria justamente poder contar também com a colaboração sobretudo desta Comissão nesse assunto.

No último minuto que me sobra, eu vou rapidamente falar um pouquinho sobre a Letônia, que é um país em que, em relação a nós, existe certa distância; temos ainda que trabalhar mais nessa relação. Hoje em dia, o comércio bilateral ainda é modesto, mas vamos ver se conseguimos... A abertura de embaixada talvez fosse já um anúncio de intenção que possa haver. Pelo menos do lado letão, há o interesse de abrir uma embaixada no Brasil.

Ontem, eu recebi por acaso, no meu departamento, uma proposta do nosso Ministério da Defesa de assinarmos um acordo de defesa com a Letônia, o que também abre uma oportunidade, inclusive, para não só a nossa cooperação em si, mas para acordos, que geralmente facilitam também a abertura de nossas exportações na nossa base industrial de defesa, que pode ser uma oportunidade de que partiremos para um segundo patamar.

Sr. Presidente, eu agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, a V. Exª, Embaixador Nelson Tabajara, pela sua explanação.

E passo a palavra a S. Exª o Embaixadora André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Bom dia a todos!

A pedido do Senador Requião vou dizer *namastê*, que é a primeira palavra que eu aprendi em hindi. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, portanto, eu estou tentando cumprir com o pedido, pelo menos em parte.

Eu queria agradecer imensamente ao Presidente, ao Ministro das Relações Exteriores, pela indicação para ser Embaixador na Índia e no Reino do Butão. Estou muito, muito feliz e eu espero... Inclusive, eu estou aqui com o meu Relator, o Senador Jorge Viana, que mencionou a diplomacia parlamentar. Eu devo dizer... Eu queria mencionar a importância que eu atribuo a isso, e eu sei – conversando com o meu antecessor, o Embaixador Tovar, que está aqui – que essa troca parlamentar ainda não é muito intensa, inclusive não há nenhum Senador na Liga Parlamentar, e temos que trabalhar também nisso. Recentemente o Presidente do Senador esteve no Japão – e o efeito foi realmente extraordinário –, acompanhado do Senador Anastasia e do Senador Jorge Viana.

Então, eu queria agradecer por estar aqui. E eu estou muito, muito feliz de poder apresentar essas palavras.

Eu queria mencionar o seguinte: eu tive o privilégio de passar agora mais de quatro anos no Japão como Embaixador. E, evidentemente vivendo na Ásia, pela primeira vez na minha vida, dei-me conta da importância, no meu dia a dia, da Ásia, que todos sabemos que é imensa.

E, inclusive, com o Embaixador do Brasil em Nova Délhi e o Embaixador do Brasil em Pequim, o Tovar e o Caramuru, nós desenvolvemos um papel que apresentamos ao Ministro, sobre importância de uma estratégia específica para a Ásia.

Portanto, eu estou muito contente em poder passar de um país como o Japão, que é a segunda maior economia desenvolvida do mundo, para a segunda maior economia em desenvolvimento do mundo, que hoje é a Índia.

Há alguns anos, eu li no *The Economist* uma frase – já que o senhor citou o *The Economist* hoje – sobre China e Índia que me impressionou muito. Era um editorial, e o *The Economist* começava dizendo: "As pessoas estão achando muito surpreendente o quanto a China e a Índia estão se tornando economias importantíssimas." Aí o *The Economist* diz: "As pessoas esquecem que, tirando os últimos 300 anos, a China e a Índia sempre foram as duas maiores economias do mundo."

Então, há na Índia uma grande percepção de que eles não são emergentes, eles são reemergentes, como eles mesmos dizem, porque eles já tinham um papel. Eles estão apenas recuperando um papel que eles consideram que merecem.

É evidente, todos aqui que estiveram na Índia já viram em pessoa os desafios do dia a dia na Índia, como os desafios, evidentemente, de pobreza. Para os senhores terem ideia, em pobreza absoluta na Índia há uma população maior do que a do Brasil – só de pobreza absoluta, o que, em princípio, no Brasil, já foi superado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há grandes questões religiosas, questões muito complexas com os vizinhos, sobretudo com o Paquistão e a China.

Mas eu acho que também o que é extraordinário na China são as oportunidades que estão se apresentando. Primeiro, o mercado, porque há 1,3 bilhão de pessoas, uma população que vai ultrapassar a da China, e hoje uma classe média que, para padrão internacional, tem 100 milhões de pessoas. Mas a ideia é que, em 2030, a Índia vai ter a maior classe média do mundo; já agora.

É uma economia que vai atingir 10 trilhões de PIB, algo que só Estados Unidos e China basicamente podem, e com uma imensa vantagem sobre a China, que é o bônus demográfico. A Índia tem muito mais jovens, e, portanto, o período que ela tem para se desenvolver é muito mais longo que o da China, que, em breve, vai entrar em crise sob esse ponto de vista.

Agora, a Índia está na procura de uma definição de que tipo de potência ela quer ser. E eu acho que, aliás, essa é uma pergunta que também nós nos fazemos. Mas eu acho que é um momento muito interessante para o Brasil entrar na naturalidade do crescimento e da importância de um país que vai ser incontornável. Portanto, eu acho que é um momento particularmente interessante, sobretudo sucedendo a um trabalho excelente – e eu estou muito feliz porque o Dr. Tovar, meu antecessor, está aqui presente.

Na relação com o Brasil, nós temos muito fortes três dimensões: a bilateral, a multilateral, mas também a de trabalharmos juntos em grupos.

Na bilateral, nós temos uma parceria estratégica desde 2006 que tem que ser fortalecida. A distância é complicada – as visitas de autoridades eu já sei que são sempre complexas –, e nós temos alguns mecanismos que funcionam, segundo todos viram no relatório do meu antecessor, não muito bem porque justamente o ritmo de encontros não consegue ser seguido. Portanto, quanto a essa relação bilateral, existe na base uma decisão de ser estratégica, mas ela precisa ter uma execução mais sólida.

A relação multilateral, é evidente, é muito forte em vários contextos: na OMC, tradicionalmente, é evidente, mas também no desenvolvimento sustentável – e o senhor se lembrará, Presidente, da importância da Índia na Rio 92 e na Rio+20, com imenso entendimento com o Brasil nesses pontos – e mudança do clima, também nós criamos um grupo, que era o Basic: Brasil, África do Sul, China e Índia, em que trabalhamos juntos de forma muito próxima, para o objetivo de Paris. E, evidentemente, nas Nações Unidas, no Conselho de Segurança, o G4. Eu estou vindo de um membro do G4, o Japão, e é o grupo que reúne Japão, Alemanha, Índia e Brasil, para trabalharmos para a reforma do Conselho de Segurança.

Também há essa dimensão dos grupos. E o grupo mais conhecido, obviamente, é o BRICS, um grupo que começou com um *paper* de um banco e acabou virando um agrupamento de países que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm uma fortíssima relação política e econômica, que tem permitido encontros frequentes de alto nível com todos esses países, que são os grandes países emergentes dos – digamos – reemergentes.

Temos, naturalmente, também o G20, que de certa forma pegou toda a agenda que era do G7 e do G8 sobre economia. Juntamo-nos. Então, estamos num grupo que tem as principais decisões quanto às grandes questões macroeconômicas mundiais. E, naturalmente, um grupo que não tinha reuniões muito intensas, o IBAS: Índia, Brasil e África do Sul, é extremamente interessante porque é um grupo que reúne três grandes democracias que são também países multiétnicos, que, portanto, têm muito a contribuir nas relações internacionais.

Eu gostaria de comentar também o que eu acredito que possa fazer, construindo sobre o que os meus antecessores puderam realizar, na Embaixada. Eu acho, como já comentei, que os mecanismos existentes e os diálogos previstos precisam de uma dinâmica muito mais intensa. E eu procurarei... Vou precisar muito, também, da Comissão, e precisarei muito, evidentemente, de todos os órgãos do Governo brasileiro, do Estado brasileiro e da sociedade civil brasileira, porque eu estou absolutamente convencido de que quanto mais se souber sobre a Índia, mais os brasileiros vão se interessar em se aproximar da Índia.

Eu entendo também que há acordos importantes para nós assinarmos, um dos quais sobre investimentos, que é uma questão essencial, porque a Índia cada vez mais se está expandindo mundialmente, alguns grupos indianos estão comprando empresas muito importantes pelo mundo e estão investindo no Brasil, na área de petróleo, em outras áreas também, e eu acredito que haja grandes oportunidades para trabalharmos juntos. E o Brasil também está investindo na Índia e há um potencial extraordinário, por causa dessa nossa condição brasileira que é bastante próxima da indiana. Nós temos todos as mesmas condições. Quer dizer, nós temos a riqueza extrema, nós temos classe média e nós temos a pobreza. Então, nós entendemos... Nós temos produtos para todas essas faixas e podemos desenvolver, com a escala da Índia, coisas extraordinárias.

Nós precisamos vencer obstáculos, como os obstáculos para a agricultura brasileira, e também obstáculos muito relacionados ao desconhecimento do Brasil.

Presidente, eu acho que uma coisa interessante é lembrar que até hoje o centro da economia mundial, desde que o Brasil é independente, sempre foi de países ocidentais que já tinham uma relação conosco. Hoje, o centro do desenvolvimento econômico, científico e até cultural está acontecendo em uma área que, tirando o Japão, por causa da imigração, não tem muita ideia do Brasil; aliás, tem pouquíssimas ideias do Brasil. E o Brasil também tem pouquíssimo conhecimento sobre essa área do mundo. Então, eu acredito que essa divulgação do Brasil, de certa forma, essa invenção da imagem do Brasil que nós temos de fazer na Índia vai ser um desafio extraordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também pegar um pouco uma parte que eu conheço de experiência que é a parte de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e mudança do clima, e aproveitar a minha presença na Índia e talvez conseguir fazer com que os ODSs (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) sejam um pouco a orientação da nossa agenda bilateral, porque o resultado da Rio+20 foi aprovado pelo mundo todo, e o Modi criou, inclusive, uma instância que ele preside pessoalmente para gerenciar a evolução dos ODSs na Índia. Então, eu acho que Brasil e Índia juntos, como duas grandes forças do mundo em desenvolvimento, defendendo a realização dos ODSs, é uma agenda muito interessante para podermos desenvolver.

Gostaria de comentar que, no trabalho da embaixada – e minha experiência no Japão me ensinou isso –, temos várias dimensões a serem exploradas. Temos, naturalmente, as nossas políticas de Estado, a diplomacia de Estado, e as posições tradicionais do Brasil que nos orientam há muito tempo e que sofrem alguns movimentos, mas são grandes princípios que nos permitem atuar no exterior.

Depois, nós temos as políticas de governo. Dependendo do governo, acentua-se um tema, acentua-se outro tema, ou desenvolvem-se algumas iniciativas, o que também, evidentemente, é orientação básica.

Mas há uma terceira dimensão que eu penso ser talvez a mais inspiradora no exterior que é, ao estar no país, identificar coisas que nenhum outro brasileiro pode identificar, porque nós temos uma equipe na Embaixada do Brasil na Índia. Com essa equipe, acho que nós somos um núcleo de esforço de conhecimento da Índia que será excepcional e que poderá identificar muitas coisas, porque, naturalmente, no Brasil, não há nenhum grupo de 12, 13 pessoas formadas, preparadas e patrióticas que estejam procurando as oportunidades que podemos ter lá na Índia. Portanto, isso foi para apresentar um pouco a Índia.

Eu tenho de falar sobre o Butão, senão o Senador Jorge Viana não vai ficar feliz, porque ele gosta muito do Butão. Eu não falei do comércio Brasil e Japão, porque tenho certeza de que haverá perguntas e poderemos abordar esse tema. O Butão é um país conhecido pelo índice de felicidade. Ele é um pouco maior do que a Bélgica e um pouco menor do que o Estado do Rio de Janeiro, com 800 mil habitantes, que conseguiu criar um pouco desse mito da Felicidade Interna Bruta. O rei do Butão disse isso. Em 1972, ele veio com esse conceito, dizendo que a Felicidade Interna Bruta era mais importante do que o Produto Interno Bruto, e a partir daí o país foi desenvolvendo essas ideias e, inclusive, trabalhando, quando entrou nas Nações Unidas.

Hoje, o que é muito interessante é que o Butão se transformou em um país democrático. Desde 2008 tem uma Constituição, tem um Rei, mas tem Primeiro-Ministro. E, na Constituição do país é determinado que o objetivo do país é seguir esse conceito. Há uma estrutura que até parece com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ODS, itens que devem ser seguidos como respeito à natureza, respeito à cultura do país e, evidentemente, a questão social, para atingir a felicidade. O objetivo é atingir a felicidade.

A gente pode ter um grande debate sobre isso, porque certos autores criticam alguns aspectos disso, mas acho que é uma base muito boa para a gente se aproximar do Butão.

E, portanto, mais uma vez, se eu puder, eu procurarei usar o que eu pude aprender nesses anos de experiência de negociação e tentar aplicar isso para maior aproximação do Brasil com esses dois países.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador André Corrêa do Lago.

Como primeiro Senador inscrito para as perguntas, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu tive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem problema. Pode ser primeiro o Senador Cristovam. Ele, inclusive, tem um compromisso daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe-me.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Estou recebendo cobranças aqui o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Eu nem vou fazer pergunta, porque é muito indelicado fazer uma pergunta e não ficar aqui para ouvir a resposta. Espero ter oportunidade de conversar com os Embaixadores diretamente algum dia ou por outros meios, mas não queria aqui de dizer da minha satisfação de estar diante de dois grandes representantes do nosso corpo diplomático.

Eu conheço especialmente o Embaixador André, desde o tempo em que foi o mentor, o organizador diplomático da Rio+20. O Presidente Collor, que era o então Presidente desta Comissão, colocou-me como presidente de um grupo do Senado para trabalhar a Rio+20, e tivemos alguns encontros. Depois, durante os seis em que fui membro do Conselho da Universidade das Nações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidas, cada ano ia a Tóquio e tinha de encontrar com ele durante um período desses seis anos – no período anterior, creio que era com o Marcos Galvão. E pude ver a competência e estou certo, Embaixador, de que na Índia o senhor vai fazer um grande trabalho.

Quero dizer aqui que muitas vezes já ouvi de Senadores que a hora em que eles têm inveja é quando fazem sabatina, porque todos gostariam mesmo de ser embaixador. Eu lhe confesso que, do ponto de vista genérico, talvez até não, mas na Índia, sim. A Índia é um lugar muito especial em que vale a pena estar um tempo. E não é por acaso que grandes personagens foram embaixadores na Índia, não só do Brasil, mas de outros países, como Octavio Paz, Galbraith e outros.

Creio que o Brasil estará bem representado. E o senhor vai ter oportunidade de estar em um país muito especial, que tem muito a nos ensinar não sobre o presente apenas e sobre a economia, mas sobre a cultura e sobre a maneira de ser. Como é possível haver democracia com um milhão de motins a cada instante?

Parabéns ao Brasil que vai ter esses dois Embaixadores.

Peço desculpas, Senador Jorge, mas, de fato, o Ministro Barroso já está chegando e seria muito feio eu chegar depois dele para uma palestra.

Foi um prazer estar presente à sabatina. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu até peço à Secretaria que faça uma ligação para o Senador Lobão, que estava aqui e está na Casa, inclusive, para que ele possa vir a esta Comissão para a votação.

Eu queria, aqui, também cumprimentar os Embaixadores que estão aqui e faço isso na pessoa do Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, que vai cumprir agora uma nova missão – e, certamente, esse é o sentimento que vejo na Casa, na Comissão – no Reino da Suécia e também na República da Letônia.

Ontem eu tive o privilégio de conversar com ambos em meu gabinete, ocasião em que aprofundamos um pouco as nossas impressões.

Obviamente que, com essa sabatina aqui hoje e com a sua exposição, Embaixador, eu não tenho dúvida de que V. Exª terá sucesso nesse país que está numa região muito importante e muito singular da Europa e que tem, talvez, um dos maiores desafios de cooperação com o Brasil. Estou me referindo ao projeto dos caças.

Eu trabalhei nessa área por um período quando saí do Governo do Estado e fui ser Presidente do Conselho de Administração da Helibras, que é uma empresa privada. Até por conta do nome, as pessoas pensam que se trata de uma estatal, mas ela, que tem a participação do Estado de Minas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalha com helicópteros e, obviamente, tem uma maior participação da empresa que se chamava Eurocopter, francesa, mas que, hoje, é do grupo Airbus, concorrente da nossa Embraer.

Mas, de todo modo, acompanhei também, obviamente como todos, a discussão da escolha que o Brasil tinha de fazer para o desenvolvimento do caça brasileiro ou do novo caça. E a decisão do Governo brasileiro foi a de trabalhar com a Suécia. Então, certamente, esse é um dos grandes projetos estratégicos do País, e nós estamos aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde debatemos sempre esse tema.

Espero – e, inclusive, deixo aqui um apelo, um pedido formal mesmo – que o senhor possa, anualmente ou quando achar pertinente, ou quando houver uma situação mais nova, manter informada esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o andamento desse projeto. Eu peço, inclusive, que o senhor aprofunde um pouco mais essa questão, quando eu retornar a palavra a V. Exª, sobre o andamento desse projeto, os seus prazos, porque entendo, exatamente por estarmos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que a parte atinente à defesa nacional requer um acompanhamento muito direto desse tema.

Eu aproveito para deixar essa sugestão, que, ao mesmo tempo, é um pedido, na condição de Presidente interino aqui, mas como Vice-Presidente da Casa e membro titular desta Comissão, de que seja formalizado isso, ou seja, que, formalmente, uma vez por ano, a gente possa receber um relatório, nesta Comissão, do andamento desse projeto que é tão importante para o Brasil.

Demorou quase 20 anos – eu o acompanhei por pelo menos 15 anos ou por quase 20 anos mesmo – para que o Brasil tomasse a decisão de quem seria o parceiro no trabalho do caça brasileiro, e exatamente o Reino da Suécia foi escolhido. O projeto está em desenvolvimento. A Comissão aqui o acompanha, mas, havendo essa conexão, já que V. Sª está indo agora para lá, sendo aprovado aqui, como certamente o será, e no plenário da Casa, eu deixaria não digo um dever de casa, mas um pedido de colaboração de V. Sª para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Eu queria também cumprimentar o querido amigo, uma pessoa que tenho na melhor conta, um dos grandes quadros do Itamaraty, André Aranha Corrêa do Lago. O Senador Cristovam foi muito feliz quando lembrou aqui uma das páginas importantes do currículo dele. Eu tive o privilégio de ser o Relator já pela segunda vez; na primeira vez, fui o Relator da indicação dele para o cargo no Japão e, agora, na segunda vez, para o cargo na Índia e em Butão.

Eu queria também ressaltar, como alguém ligado à área ambiental, ao socioambientalismo – procuro aproximar minha vida, minha ação política e minha vida de cidadão a esse aspecto –, que ele cumpriu missões muito importantes. Foi um importante ajudador nos momentos decisivos que levaram ao Acordo de Paris, na preparação, na Rio+20, nas negociações também. Há todo um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no seu currículo vinculado à questão ambiental, que está ocupando um bom espaço na atividade profissional do Embaixador.

Eu queria aproveitar não para falar sobre a ida para a Índia, mas eu queria começar pela parte do Japão. Como é que, do ponto de vista dos países da Ásia, essa questão ambiental, esse desafio ambiental referente à mudança climática é visto? Eu acabei de vir de lá, mas quero ouvir o seu testemunho, já que ficou lá por quatro anos, por quase cinco anos. É o outro lado do Planeta, e é bom que se saiba isso. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto, ainda aproveitando a sua temporada no Japão, é como os países asiáticos veem essa questão da migração. Nós começamos a reunião de hoje todos chocados. Estou aprovando uma moção sobre a atitude dos Estados Unidos de tolerância zero com a imigração, o que está criando um transtorno. Estão enjaulando crianças, separando, segregando famílias. É uma situação chocante, que chocou o mundo. O governo americano teve de recuar. Mas agora eles aprovaram uma lei, e a lei, sendo aplicada, causa uma situação vexatória. Nós decidimos aqui que vamos fazer uma manifestação do Plenário da Comissão de Relações Exteriores, buscando tornar realidade o que chamamos de diplomacia parlamentar. Vamos encaminhar uma moção ao Chanceler Aloysio Nunes e ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, à Embaixada dos Estados Unidos, falando da nossa preocupação com esses fatos lamentáveis. O mundo inteiro ficou chocado ao tomar conhecimento deles, a ponto de empresas de tecnologia americanas... Na Microsoft mesmo, os funcionários hoje estavam falando: "Queremos parar de trabalhar, porque desenvolvemos tecnologias que agora estão sendo usadas para dar suporte a essa política do governo." Eu lembrei que no Acre nós vivemos a crise com os haitianos. Tendo em vista o terremoto que ocorreu, ou seja, um desastre natural, o país entrou num processo de caos. O Brasil foi para lá com a Missão de Paz, atendendo a um encaminhamento das Nações Unidas, mas sobrou a fuga. Foi construída uma rota via Panamá, Equador, Peru, por terra, entrando no Brasil pelo Acre, e nós nos deparamos com quase 50 mil haitianos em situação de profundo sofrimento que chegavam à fronteira do Brasil, ao meu Estado. O Governador Tião Viana fez o acolhimento, fomos até criticados, mas deu atendimento humanitário. Começou com o Governador Binho, depois se aprofundou. Foram quatro anos. O Governador Tião Viana foi até acusado pelo Governo de São Paulo, na época, de estar exportando haitianos – assim mesmo: exportando haitianos – para São Paulo, quando o Acre era apenas um ponto de passagem. Eles ali eram alimentados, iam para um abrigo, mesmo sendo um Estado pequeno, com dificuldades muitas. Tivemos de fazer esse ato humanitário.

Agora a maior Nação do mundo quer resolver o problema gravíssimo, que é do Planeta, de uma maneira arbitrária, usando a força. O país mais poderoso do ponto de vista econômico e do ponto de vista bélico resolver usar a força contra imigrantes! Temos lá 49 brasileiros, crianças brasileiras. A situação atinge o País e nós estamos adotando essa medida aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados que tenho lido, eu fui Presidente da Comissão Mista de Mudança Climática e sou hoje Relator dessa mesma Comissão, a questão da mudança do clima pode levar a um crescimento exponencial da imigração no Planeta. Nas Nações Unidas, alguns analistas falam que pode chegar a 700 milhões de pessoas saindo de seus países por conta da questão da mudança climática. Vejam o tamanho do problema! Além do econômico, nós podemos ter uma outra migração vinculada à mudança do clima. Então, hoje, dados das Nações Unidas: de cada 110 habitantes do Planeta, um não está no seu país de origem ou está procurando uma pátria, um lugar para viver. Se esse número das Nações Unidas estiver correto, se, de 7 bilhões, 700 milhões estiverem buscando o mesmo propósito, nós vamos falar de 1 para 10. Hoje é 1 para 110. Vejam o tamanho da situação! Como a concentração maior de habitantes no Planeta... Nós temos países como China, Índia, o sudeste da Ásia com uma população enorme. Se o senhor pudesse falar um pouquinho desse problema do ponto de vista dos desafios que teremos lá na Ásia, seja na região não digo do Japão em si, mas na região da Ásia, no sudeste da Ásia, nisso seria importante aprofundarmos um pouquinho aqui.

Sobre a Índia, que o senhor pudesse aprofundar um tiquinho mais também, já que estamos aguardando o quórum. Boa parte da base da agropecuária brasileira veio da Índia – o gado, por exemplo. Então, não teríamos a pecuária que temos sem que... Inclusive, quem primeiro trouxe o gado para cá tinha uma propriedade no Acre, tem amigos no Acre. Há uma história muito bonita da tentativa de trazer o gado indiano para cá. E, olha, ele é base hoje da pecuária mais poderosa do mundo, uma das maiores do mundo de proteína animal, a partir da Índia.

Mas não é só isso, muitas frutas, toda uma base de alimentos que foram domesticados aqui no também estão vinculados, têm como origem a Índia. Apesar de nós termos 20% da biodiversidade do Planeta, boa parte da base agropecuária nossa, inclusive o capim – o capim é africano também, mas, enfim, nós temos capim indiano, nós temos gado indiano, nós temos frutas e uma série de outros... Se o senhor pudesse falar um pouco como é que a gente pode aprofundar... Nós temos a nossa Embrapa, como é que são os centros de desenvolvimento também da Índia. Eu acho que aí há um espaço que, já que naturalmente ocorreu, nós temos que tentar institucionalizar. Quando há uma cooperação já natural, a gente buscar fazê-la institucionalmente também pode ser um belo de um desafio para o século XXI, já que eu estou me referindo ao que ocorreu no século passado.

E passo, então, para as considerações primeiro para o Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, mas não sem antes me referir à história do Butão. No fundo, no Reino do Butão eles trocaram. Todos os países do mundo ficam medindo seu desenvolvimento pelo PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, dinheiro, acúmulo de algum bem material. E o Butão pegou um outro caminho. Eles têm lá a Felicidade Interna Bruta, se não me engano, esse é o índice em vez do PIB (Produto Interno Bruto), a Felicidade Interna Bruta. Eu acho que é esse o termo, eu não sei em inglês como é, quem vem primeiro, mas é Felicidade Interna Bruta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um propósito diferente. Por que mesmo nós estamos vivendo? Todo mundo quer ser feliz, todo mundo quer ter um lugar ao Sol, no fundo, quer ter algumas coisas, mas quer ter a felicidade, que é algo que se busca de maneira mais subjetiva ou até objetiva. E que pudéssemos aprofundar um pouquinho.

Eu, exatamente por fazer Amana-Key, por trabalhar com Oscar Motomura, trabalhamos e discutimos essa questão do Butão como um *case*, como uma quebra de paradigma. Quem sabe, teríamos um mundo melhor se todos os países do mundo buscassem não o PIB, mas buscassem ser felizes, ter melhor relacionamento entre as pessoas, entre as nações. Certamente, seria algo muito mais civilizado. O acúmulo de dinheiro nós sabemos que até nas famílias é um seriíssimo problema, como na partilha de heranças. Enfim, isso não tem fim, parece que é algo que a humanidade ainda não resolveu. No dia em que resolver, certamente vamos viver melhor.

Mas era isso. Eu passo, então, para o Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, indicado para o Reino da Suécia e República da Letônia, para que faça um comentário pelo que eu propus e outros colegas.

Talvez o Senador Hélio José queira ainda falar. Para concluirmos, ouvindo os Senadores, eu passo ao Senador Hélio José.

Depois, a palavra estará com V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero cumprimentar S. Exª Senador Jorge Viana, cumprimentar S. Exª o Presidente Collor, que estava dirigindo anteriormente. Inclusive, pude ouvir pela Rádio a emoção do Presidente Collor quando relatava, Jorge, essa questão que você coloca, esse absurdo com relação ao Presidente americano, o que põe o mundo todo em risco. Nós esperamos, sinceramente, que o Brasil não opte – inclusive, até pela falta de ânimo de alguns – por fazer escolhas tão heterodoxas, como essa que foi feita nos Estados Unidos. Que a gente tenha condição, daqui a quatro meses temos eleições no Brasil, de as pessoas ponderarem, pensarem e saberem que a ausência da votação, a abstenção, o voto nulo e o voto branco – que são a mesma coisa – vão deixar que os piores fiquem, é só isso que vai acontecer. O exemplo foi no Tocantins agora, 50% se ausentaram, o poder econômico permaneceu e permaneceram as elites políticas. Toda renovação e todo apoio às causas sociais ficaram de fora no segundo turno.

Na cidade de Ipatinga, uma cidade de classe média alta, 55% da população optaram por não ir às urnas, a se absterem e votarem nulo; o prefeito do mesmo time que tinha sido cassado ganhou com 15 votos de diferença. Então, quer dizer, é essa a escolha das pessoas que estão aí sem querer participar do processo, participar do debate, conhecer a essência. Porque este é o grande ano, a grande oportunidade de a gente afastar todos os ruins políticos e apostar nos bons políticos, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendem as causas brasileiras. Então, é muito importante para não acontecer como aconteceu nos Estados Unidos.

Com relação ao nosso nobre Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, indicado ao Reino da Suécia e, cumulativamente, à República da Letônia, quero agradecer primeiro a sua visita ao meu gabinete e dizer que lamento não poder estar presente no momento em que você esteve lá, para podermos dialogar um pouco mais, tanto você quanto o meu nobre André Aranha Corrêa do Lago, que também esteve visitando o meu gabinete. Eu estava com o Presidente Eunício Oliveira, com as centrais sindicais, resolvendo questões importantes com relação ao desemprego, com relação à situação que vive o nosso País e acabei não voltando a tempo para dialogarmos um pouco mais, com mais profundidade lá no gabinete.

São dois países importantíssimos, a Índia e o Butão e o Reino da Suécia e a Letônia. Dois Embaixadores com currículo vasto, com experiência bastante satisfatória e profunda. Eu sou um servidor público concursado e quero cumprimentar V. Exªs e o Itamaraty pelo acerto em indicar ambos para essas missões. Acho que o nosso nobre André Aranha Corrêa do Lago, que estava no Japão, está indo para a Índia, um país importantíssimos nas relações sul-sul Brasil, no desenvolvimento dos BRICS, na questão parecida com o Brasil, em toda essa questão da agenda do G20, tem uma tarefa muito importante nas relações Brasil-Índia, na questão do Brasil-Japão, em fazer essa diferença.

A Índia é um país de muita desigualdade social, como o Brasil, temos muitas experiências a trocar – a Índia, com todas as dificuldades que tem, por ter uma população gigante, de 1,2 bilhão de habitantes. O Brasil tem duzentos e poucos milhões de habitantes e tem dificuldade, imagina a Índia com 1 bilhão a mais de habitantes que o Brasil. Muitas coisas que ocorrem lá a gente pode melhorar aqui no Brasil para que a gente consiga superar a situação de dificuldade que a gente vive hoje, a crise de desemprego, a crise da falta de infraestrutura.

A Índia tem um desenvolvimento tecnológico invejável com relação à nanotecnologia, com relação aos estudos. Por exemplo, o Brasil tem um potencial de 28.500GW de energia solar, e isso não está sendo aproveitado. Então, de repente, com um intercâmbio maior com a tecnologia indiana, a gente poderá melhorar o desenvolvimento da nossa matriz energética, da nossa geração distribuída de energia solar. Eu acho que é uma tarefa... O senhor foi, inclusive, Diretor do Departamento de Energia do Itamaraty, então, é uma pessoa que sabe o tanto que é importante a questão das energias alternativas.

O Brasil – o senhor deve saber – é uma âncora na produção de energia eólica e pode muito bem intercambiar a tecnologia também para a Índia, e a Índia poderá nos ajudar na solar. A Índia tem regiões, como o Brasil, com montanhas, planícies etc. Então, tem uma boa endometria, tem uma boa forma de aproveitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa serve também para o nosso nobre Dr. Nelson, que vai para a Suécia, mar do norte, aquela região toda lá, que é onde há grande produção de energia eólica do Reino Unido e outros países se avizinham. Então, o Brasil...

Que bacana, estamos recebendo a visita do Senador Renan e do Senador Lobão! Que coisa boa! Que satisfação! Até parei meu pronunciamento para saudá-lo, meu Presidente, sempre Presidente desta Casa. Tudo bem, Senador Renan? E o Presidente da CCJ, Senador Lobão, tudo bem com o senhor? Satisfação.

Então, eu quero dizer que ambos vão para países fundamentais e seria muito interessante – eu até tenho proposto aos raros Embaixadores que a gente aqui entrevista, que a gente sabatina – que essas experiências por que ambos passarão sejam trazidas para o Brasil e socializadas com o País.

Então, a pergunta que eu quero fazer para ambos é: o que ambos acham da proposta de, pelo menos uma vez ao ano, o Itamaraty convidar todos os nossos Embaixadores brasileiros para passarem aqui uma semana, conversando conosco no Congresso Nacional, conversando com a Câmara Empresarial brasileira, conversando entre si, conversando com os Ministros brasileiros, fazendo troca de experiência, aproveitando esse potencial que V. Exªs têm e também nos ajudando numa questão importantíssima que é o PIB com relação ao turismo no Brasil, que está bastante deficiente.

A gente vai aos Estados Unidos e vê mais indiano do que qualquer coisa. Então, por que esse povo não pode vir para o Brasil passear mais aqui no Brasil? Porque eles gostam muito de passear.

A nossa relação com a Suécia também é maravilhosa. É um povo lindo, um povo que tem uma cultura exemplar; apenas 10 milhões de habitantes, mas que – estou com dificuldade – fazem a diferença. Então, vamos ampliar o nosso fluxo turístico.

Eu tinha algumas perguntas feitas pela minha assessoria. Como eu estou com certa dificuldade pela gripe por que estou passando, vou passar para o próximo, e depois eu gostaria só de ler essas perguntas. Está bom, Presidente Collor?

Obrigado.

Só preciso me recuperar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Gostaria de registrar aqui a presença para nós muito honrosa de S. Exª o Senador Renan Calheiros, sempre Presidente desta Casa; e de agradecer também a presença do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador Edison Lobão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós havíamos falado anteriormente, logo no início desta reunião, S. Exª o Senador Jorge Viana ficou, então, encarregado – com o de acordo de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, que apresentou proposta no mesmo sentido – de redigir uma carta, que se entendeu melhor ser dirigida, além de ao governo americano, também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, além de também ser endereçada, em nome da Comissão de Relações Exteriores – todas as três missivas –, a S. Exª o Sr. Ministro das Relações Exteriores, nosso companheiro, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu gostaria de saber de S. Exª o Senador Jorge Viana se já temos o documento pronto ou se precisamos de mais algum tempo para podermos deliberar a esse respeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ao tempo em que cumprimento também a presença do nosso colega Senador Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no plenário desta Comissão, e do querido colega Senador Renan, nosso ex-Presidente da Casa, eu pediria um pouquinho mais de tempo, porque, por se tratar de um documento com *ad referendum* do Plenário da Comissão, eu estou tomando o cuidado de pôr os termos adequados. Mas eu diria que já temos uma versão; só estou fazendo alguns ajustes. Alguns minutos a mais, e eu concluiria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só informando – porque eu estava presidindo –, nós fizemos alguns questionamentos, e eu estava no momento de passar a palavra para os Embaixadores para que eles pudessem responder aos questionamentos do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Assim faremos, Senador Jorge Viana.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, eu já posso ler aqui minhas perguntas? Assim, já concluo. Se o senhor quiser passar para mim...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, para complementar a participação de S. Exª o Senador Hélio José, passo-lhe a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Ao nosso nobre Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, primeiro, meus cumprimentos.

A Câmara de Comércio Sueco-Brasileira foi estabelecida há exatos 65 anos, em 1953. Esse período é eloquente da qualidade do relacionamento comercial entre os dois países. Nos dias de hoje, verifica-se a presença de 180 empresas suecas no Brasil. Há quem afirme que a cidade de São Paulo é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda cidade industrial sueca, tamanha a presença de indústrias desse país em solo paulistano. Dito isso, pergunto: essa presença contribui para o crescimento de todos os envolvidos ou se observa também aqui a transferência de tecnologia e de produtos ultrapassados? Sendo essa a hipótese, como contorná-los nos anos que estão por vir?

O senhor entendeu? Tranquilo. É o que a gente não quer que aconteça também com os nossos aviões.

Dois. V. Exª é Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Itamaraty. Não fosse nossa Diplomacia tão profissional, eu diria tratar-se de um presságio. É que, embora os países acabem de assinar contrato financeiro para a aquisição pelo Brasil de 36 caças Gripen da nova geração da empresa sueca Saab, visando equipar a frota da Força Aérea Brasileira (FAB), foram 15 anos de intensas negociações em procedimento internacional ganho pelos suecos. Esse quadro... Considerando a *expertise* de V. Exª, indago: no tocante ao apoio logístico e à transferência de tecnologia, temos precedentes com os suecos? Dois: a entrega da primeira aeronave está prevista para o próximo ano. Esse cronograma será cumprido? O senhor tem notícia sobre isso? Três: qual a expectativa de V. Exª em relação a outras oportunidades que essa parceria pode acarretar?

Agradeço V. Exª e se o senhor quiser, a assessoria pode até passar aqui, por escrito, as minhas perguntas para o nosso nobre Embaixador, por favor.

Nobre Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, meus cumprimentos novamente. Índia e Butão são importantes. Em 2017... Eu ainda acho que são importantes todas as Embaixadas brasileiras. Eu concordo com o Governo do Presidente Lula, que estava querendo abrir embaixada em todos os países, porque se um país existe, é importante que o Brasil tenha embaixada naquele país e com ele tenha relações.

Em 2017, os investimentos globais em fontes renováveis aumentaram 2% e atingiram o valor de 280 bilhões. Além disso, a capacidade de energia renovável aumentou mais do que a capacidade de energia fóssil. Mas os grandes responsáveis por esse incremento foram os países em desenvolvimento, notadamente a China, a Índia e o Brasil, que juntos foram responsáveis por mais da metade dos investimentos em energias renováveis, em 2017.

No ano passado, o Brasil investiu seis bilhões em energias renováveis, sendo 2,1 bilhões em energia solar, 3,6 bilhões em energia eólica, dois milhões em biocombustível e um milhão em pequenas centrais hidroelétricas. Isso representa um aumento de 8%, na comparação com o ano anterior, e, mais ainda, uma redução importante considerando o recorde de 11,5 bilhões, ocorrido em 2008, quando os aportes do desenvolvimento de biocombustíveis tiveram um pico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A China, enquanto isso, investiu 126,6 bilhões, sendo 86,5 bilhões em energia solar, daí fazendo os cem gigawatts de energia, igual eu falei. Os investimentos da Índia, em 2017, foram de 10,9 bilhões. Brasil e Índia parecem estar no mesmo patamar de investimentos e de índices de aproveitamento.

Pergunto: Qual o peso que a cooperação em energia, especialmente a renovável, pode ter no relacionamento Brasil e Índia?

Dois: a Índia é o país de origem do gado zebu, mas o melhoramento genético realizado no gado zebuíno brasileiro trouxe resultado em ganhos de produtividade e o tornou atraente para os produtores indianos, de acordo com o Ministério da Agricultura. Maior produtor de leite do mundo, a Índia está investindo na melhoria genética do seu rebanho. Desde 2016, o Brasil exporta sêmen bovino para produtores indianos, e agora, a autoridade sanitária da Índia oficializou a importação de embriões bovinos e suínos vivos do Brasil. Esse segmento, assim como todo setor agropecuário, é de extrema importância para o Centro-Oeste brasileiro, celeiro do Brasil. Qual a dimensão que pode alcançar no relacionamento com a Índia? Há outros programas em andamento, além desse mecanismo?

O Embaixador Tovar da Silva Nunes, com quem eu tive um bom diálogo, que esteve no meu gabinete, relata, em sua fase atual, que o relacionamento indo-brasileiro requer a renovação dos mecanismos de diálogo e a redefinição das áreas territoriais e projetos de interesse mútuo, e a nítida coerência de um foro de alto nível, nos moldes da reunião anual de líderes entre Índia e países como a Rússia e o Japão, que poderiam ser complementados por diálogos setoriais em nível ministerial.

Pergunto: esses encaminhamentos já são discutidos na chancelaria? Na hipótese de já existirem, em que situação estão atualmente? Agradeço ao Presidente Collor, agradeço a V. Exªs, e repasso aqui para a assessoria entregar ao nosso nobre Embaixador André Aranha Corrêa do Lago.

André nasceu em Paris, filho de Embaixador também, não é isso? Parabéns! É a tradição da diplomacia brasileira. Parabéns!

Obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Passo a palavra para oferecer respostas às indagações formuladas a S. Exª o Embaixador Nelson Tabajara.

O SR. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Presidente.

Agradeço também aos Exmos Senadores que me fizeram pedido de esclarecimento de alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, atendendo ao que solicitou o Senador Jorge Viana, que pede que anualmente se faça um acompanhamento e que esta Comissão seja informada do avanço da...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Isso foi na hora em que eu assumi a interinidade, mas eu preciso informá-lo de que eu sugeri, tendo em vista que a Suécia tem um dos projetos mais importantes na área de defesa do Brasil – é parceira –, que o nosso futuro Embaixador anualmente possa se reportar à Comissão fazendo um relatório de a quantas anda o projeto do caça que está sendo desenvolvido entre o Brasil... Porque nós aqui somos Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Isso nos ajudaria muito. Sem a sua autorização, enquanto eu estava presidindo, solicitei a ele que levasse este compromisso de, quando achar importante determinados estágios do projeto ou anualmente, um reporte para a Comissão de a quantas anda esse projeto que, para a área de defesa nacional, é talvez um dos mais importantes. Foi isso, e eu queria só informá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sou eu quem tem de agradecer a V. Exª, Senador Jorge Viana, e dizer que o convite feito por V. Exª já está endossado pelo todo desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a S. Exª o Embaixador Nelson Tabajara.

Por gentileza, com o senhor a palavra.

O SR. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que, sim, não só é uma coisa que eu farei com o maior prazer como eu acho que é necessário, inclusive, Senador, compartilhar o sucesso que teremos com esse projeto.

Ele é um projeto cujo cronograma – apenas para também responder a outras perguntas feitas pelo Senador Jorge Viana com relação à evolução e ao cronograma, e eu aproveito também para, nessa resposta, atender ao que solicitou o Senador Hélio José com relação ao cronograma do projeto – está de acordo, quer dizer, está sendo mantido; o planejamento que se teve está sendo cumprido. Eu vou apenas indicar que, pelo cronograma do projeto, em 2017, haveria o primeiro voo do protótipo sueco, o que, de fato, aconteceu em junho do ano passado na Suécia. Então, essa primeira fase foi atendida.

Para 2019 está previsto o início da certificação, quer dizer, o protótipo vai começar a passar por testes. Até que a Força Aérea Brasileira conceda a certificação, ele terá de passar por testes e, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que ele for passando e estiver em condições de realmente se tornar operacional, consegue-se o certificado para se dar início à produção dele.

O primeiro voo da aeronave com teste de instrumentação está previsto para julho de 2019. Em 2020, começa o início da produção das aeronaves na Embraer já aqui no Brasil. Em 2021, está previsto o primeiro voo dessa nave biposto, porque nós... Vou acabar o cronograma e já explico essa questão do biposto. Em 2022, entrega do primeiro monoposto produzido pela Embraer. Em 2023, entrega do primeiro biposto produzido pela Embraer. Em 2024, entrega da última aeronave biposto desse contrato.

Vou fazer apenas uma pequena explanação para mostrar e, nessa resposta, também atendo o que foi indagado pelo Senador Hélio José com relação à transferência de tecnologia.

Quando optamos pelo projeto Gripen, além de apenas se comprar uma aeronave, estava-se comprando um projeto em andamento. Quer dizer, já estávamos pensando em uma aeronave que pudesse atender melhor às nossas capacidades. Com isso, nessa licitação, uma das questões foi aumentarmos a potência. Então, não é apenas a compra de uma aeronave como se compra um carro em uma revendedora, em que o carro está pronto; podemos opinar e fazer requisitos adicionais sobre a capacidade, a potência dele. Inclusive, uma dessas exigências era que também a versão que hoje é monoposto fosse para dois pilotos, chamada biposto. Por, de acordo com o cronograma, vamos desenvolver, na verdade, dois modelos: o monoposto e o biposto.

E o interessante é que todos os requisitos adicionais que nós demandamos à Saab não são apenas transferência de tecnologia. Haverá também, mas essa parte dos requisitos novos será desenvolvida conjuntamente. Então, respondendo ao que o Senador Hélio José indagou, não é apenas transferência de tecnologia, mas também desenvolvimento conjunto; empresas brasileiras que vão participar tanto do fornecimento de componentes como no desenvolvimento de componentes específicos para essa nova geração de aeronaves.

A sugestão do Senador Hélio José de que Embaixadores venham com alguma regularidade informar e atualizar sobre os desdobramentos que ocorrem nos postos da nossa rede diplomática acho que é uma proposta muito interessante. Acho que os Embaixadores teriam o maior prazer em compartilhar, porque nós trabalhamos nas Embaixadas, mas seria uma faceta interessante que pudéssemos também divulgar um pouco o que fazemos. Nós temos canais muitas vezes institucionalizados com a nossa Secretaria de Estado do Ministério e com alguns Ministérios com que pontualmente temos relação por algum tema que prevaleça naquele posto. Mas vir e dar um pouco o estado da arte nas relações do Brasil com postos específicos acho que seria muito interessante. É um projeto que ainda temos de desenvolver, mas agradeço a proposta do Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Hélio José também indagou com relação à questão da instalação, em 1953, da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira e que, desde então, vem acumulando um relacionamento nessa área comercial muito positivo. O Senador mencionou que hoje mais de 180 empresas já estão instaladas no Brasil, e eu diria que mais já estão confirmadas mais de 200 empresas.

Houve crescimento, e essas empresas, sim, contribuem para o desenvolvimento do Brasil, primeiro, instalaram fábricas aqui. A Volvo, por exemplo, está desde 1970; a Scania está desde os anos 50; a Electrolux está desde 1950; a Atlas Copco; a Tetra Pak. Enfim, há um grande número de empresas, inclusive de produção industrial pesada, que se instalaram no Brasil e que contribuem não somente dando empregos, fornecendo equipamentos ao nosso mercado, mas em muitas delas há desenvolvimento conjunto. Do mesmo jeito que estamos fazendo com o Projeto Gripen, há produtos em que há centros de desenvolvimento tecnológico, como a Ericsson, que está instalada, desde o ano 2000, em São José dos Campos com uma unidade de desenvolvimento tecnológico. Isso mostra essa parceria que nós temos nessa área de troca tecnológica.

Portanto, eu diria que sim, que há uma contribuição e ela só tende a aumentar na medida em que as nossas demandas também aumentem.

A outra pergunta foi com relação a... Sim, justamente, essa questão da transferência tecnológica, que eu respondi já ao responder a pergunta do Senador Jorge Viana, ou seja, que desenvolvemos conjuntamente, inclusive, a Embraer será coproprietária da propriedade intelectual do que se desenvolver.

Assim, do Gripen, dessa nova geração de caças, o Brasil compartilhará a sua propriedade intelectual e poderá, inclusive, no momento em que produzir os 36 caças que serão incorporados à Força Aérea, exportar para terceiros mercados. Então, somos realmente parceiros nisso.

Na minha avaliação, essa é uma avenida que está em construção, mas eu acho também que, uma vez que esse projeto esteja concluído, teremos espaço, capacidade e interesse de ampliar para outras áreas, o que, inclusive, está previsto, ou seja, que essa parceria se estenda por mais de 30 anos.

Então, também na minha avaliação, é um projeto que trará, no futuro, grandes vantagens para o Brasil.

A última pergunta que o Senador Hélio José havia feito era sobre o cronograma, o que eu respondi no momento em que respondi ao Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de poder esclarecer esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador Nelson Tabajara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ao registrar aqui a satisfação da presença do Senador Renan Calheiros, devo dizer da especial satisfação da presença do Senador Edison Lobão, com quem eu tive o prazer de conviver intensamente quando era chefe do Departamento de Energia. Fizemos juntos várias viagens e aprendi muito com S. Exª.

É um grande prazer tê-lo aqui neste momento tão importante, esperando que V. Exªs aprovem a minha nomeação.

Eu queria responder as perguntas do Senador Jorge Viana. Eu sei que tenho de ser breve por conta do horário, mas o Senador Jorge Viana abordou temas importantíssimos: a questão ambiental e a questão dos refugiados na Ásia.

É uma questão muito delicada, porque, pela minha experiência no Japão, como ele perguntou, houve realmente a adoção surpreendente, por aquele país, dos ODSs. Os ODSs realmente estão sendo adotados pelo governo japonês e pela indústria japonesa como uma referência. Contudo, na questão de mudanças climáticas, o Japão – todos os analistas concordam – poderia fazer muito mais por ser uma grande potência tecnológica. O Japão é tímido ainda, sobretudo entre os principais países desenvolvidos.

E sobre o impacto sobre a imigração, sobre a migração, sobre os refugiados, Senador, obrigado por levantar esse tema, porque é um dos mais complexo da Ásia no momento.

Nós acompanhamos, no ano passado, a crise dos rohingya, por exemplo, em Myanmar, e também no Butão, onde esse é um tema muito complexo. Ali houve, inclusive, um movimento da população daquele país, há alguns anos, ainda na década de 90.

E, obviamente, a questão da mudança do clima também está tendo impacto. Fala-se muito das pequenas ilhas, mas as pequenas ilhas têm uma população muito pequena. O impacto maior está ocorrendo, pelo jeito, em Bangladesh – com o aumento do nível do mar em Bangladesh, literalmente dezenas de milhões de pessoas vão precisar migrar – e na Índia, que é o país que mais pode sofrer com a mudança do clima.

Então, esse tema é absolutamente central na vida da Ásia. O crescimento da economia desses países, evidentemente, preocupa, mas eu queria acentuar uma coisa positiva nesse crescimento da Ásia: é que, até hoje, as grandes tecnologias foram desenvolvidas olhando para a classe média da Europa, dos Estados Unidos e do Japão, basicamente, um número de algumas centenas de milhões de pessoas, mas, hoje em dia, com a incorporação desses bilhões de pessoas, algumas tecnologias passam a ser possíveis, tecnologias que não foram levadas em consideração. Então, a escala que a Ásia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está trazendo vai permitir o uso de tecnologias que até hoje não eram usadas porque não havia escala para elas serem usadas. Então, acho que é um potencial fascinante.

Com relação à questão do índice de felicidade, digo só uma última palavrinha: realmente, acho que a gente passou da ideia do PIB para a ideia do IDH, o que foi uma evolução muito grande, porque incorporou as questões sociais, e, talvez, o próximo passo, realmente, seja essa incorporação da felicidade no processo civilizatório, como diz o Senador Jorge Viana.

O Senador Hélio José fez várias perguntas extremamente pertinentes, e vou procurar responder da maneira mais rápida possível.

Primeiro, com relação às energias renováveis, quero dizer que, de fato, com a Índia nós já temos dois grandes projetos conjuntos. O primeiro é que o Brasil assinou a Aliança Solar Internacional, que foi criada pela Índia, que foi proposta pela Índia; o Brasil foi um dos primeiros países a assiná-la. Aliás, esse documento, em algum momento, virá para ser ratificado. Então, acho que isso é muito importante. A Índia dá uma grande atenção a essa questão da energia solar. Por outro lado, nós temos a parte de bioenergia, e também a Índia se juntou à iniciativa de bioenergia do Governo brasileiro. Portanto, nessas duas áreas, nós já temos algo de muito formal. Mas há também a dimensão da hidrelétrica, que é fascinante. Uma das principais exportações do Butão para a Índia é de energia hidrelétrica, porque o Butão tem um potencial de hidrelétrica extraordinário e tem uma população de só 800 mil pessoas. Então, o que vai ser construído no Butão – inclusive, estamos começando uma cooperação com o Brasil – vai ser, além do mais, uma fonte extraordinária de sustentabilidade para a região.

Quanto à pergunta do Senador Hélio José sobre a questão de os Embaixadores do Brasil virem ao Brasil e trocarem ideias tanto com todos os Poderes como com a sociedade civil, acho que isso é extremamente interessante. E, quando nós fizemos a proposta que mencionei, o Embaixador Tovar, o Embaixador Caramuru e eu, que o nosso Ministro Aloysio está criando – inclusive, essa última viagem muito longa que ele fez à Ásia teve justamente esse objetivo –, pensamos que, numa estratégia para a Ásia, nós vamos precisar muito dessa presença aqui, dessa discussão com a Academia, com os Poderes, com os demais Ministérios e também com a sociedade civil. A gente sempre tem de lembrar que a Embaixada é do Brasil, que a Embaixada não é do Itamaraty, que a Embaixada tem justamente que incorporar e explicar o que faz e o que pode ser feito. Finalmente, na questão do último item que foi levantado, sobre o zebu, esse tema realmente é fascinante, porque – estou respondendo à questão do zebu – é realmente incrível, pois é um elemento de união entre a Índia e o Brasil, de um simbolismo extraordinário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO – Vou até contar para o senhor uma mínima história de que o senhor vai gostar, é muito curta. É o seguinte: há um tipo de manteiga que os indianos apreciam muito, sobretudo para fazer oferendas, que é a manteiga mais pura, mais maravilhosa, que tem de vir do gado zebu mais puro possível. Os indianos descobriram que o zebu mais puro que ainda existe está em Minas Gerais, porque ficou totalmente isolado durante esses anos. Então, a manteiga que é produzida por esse zebu em Minas Gerais é vendida na Índia como a manteiga mais extraordinária, e é um produto de exportação bastante surpreendente. Em todo caso, o zebu é um elemento de união.

Caso aprovado, terei o maior prazer de tentar fortalecer ainda mais essa nossa troca, inclusive tecnológica, com eles.

Finalmente, a última pergunta, sobre elevarmos, criarmos uma discussão em alto nível, criarmos uma instância de alto nível entre a Índia e o Brasil para um diálogo mais dinâmico. Devo lhe dizer que, pelas informações que recebi, não há ainda uma iniciativa formal nesse sentido, nem começaram as discussões nesse sentido, mas concordo com o meu antecessor que isso poderia dinamizar enormemente a relação bilateral, portanto, com todas as organizações que o senhor citou: BRICS, G4, G20. Há todos os motivos para que se crie essa instância na relação Brasil-índia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Embaixador André Corrêa do Lago, pelas suas explicações, pelas suas palavras, como também a S. Exª o Embaixador Nelson Tabajara.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se podemos continuar com a nossa reunião, com o sistema aberto, para procedermos à apuração dos votos conferidos a S. Exªs os Srs. Embaixadores hoje aqui presentes.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Continuamos então a reunião em sistema aberto.

Peço à Secretaria desta Comissão que, por favor, abra o painel de votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico a V. Exªs o resultado da votação das indicações desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por unanimidade, o Sr. Embaixador Nelson Tabajara de Oliveira, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República Letônia, foi aprovado. Repito: por unanimidade dos votos desta Comissão. (*Palmas.*)

Do mesmo modo, S. Exª o Embaixador André Corrêa do Lago, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão, foi aprovado, por unanimidade, pelos membros desta Comissão. (*Palmas.*)

As palmas são merecidas.

Agradecendo a presença de ambos os Srs. Embaixadores, desejo a André Corrêa do Lago e a Nelson Tabajara os melhores êxitos na continuada já exitosa carreira diplomática a serviço do Brasil.

Muito obrigado a V. Exªs. (*Pausa.*)

Dando continuidade à nossa reunião, passamos à segunda parte da pauta, mas, antes disso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª.

Antes disso, dou a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprindo a liberação do Plenário, com a ajuda, obviamente, da Assessoria – destaco aqui o trabalho do Zero –, nós construímos aqui uma manifestação. Inclusive, quero agradecer a sua, que deu uma importante colaboração também. Uma manifestação, que, penso, atende o que a Senadora Vanessa e eu tínhamos proposto, com aval dos demais colegas, com *ad referendum* do Plenário, uma manifestação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado do Brasil sobre a situação que as crianças, que imigrantes nos Estados Unidos enfrentam neste momento. Obviamente, o ideal é que a Comissão, a nossa Comissão encaminhe essa manifestação para a nossa contraparte no Senado americano, a Comissão de Relações Exteriores dos Estados Unidos e, obviamente, à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Não sei como V. Exª vai proceder, no sentido de também passarmos esse posicionamento ao nosso Chanceler, nosso colega Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A manifestação nossa está pronta, eu acho que até daria a dimensão que estamos pensando se V. Exª pudesse fazer a leitura dela ou se...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com prazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu passaria, então, para que V. Exª fizesse. Ela faz referência, inclusive, ao que está escrito na Estátua da Liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos sempre foram um exemplo de acolhimento, de país acolhedor. E essa abertura da nota, inclusive, era o que os primeiros imigrantes liam quando chegavam aos Estados Unidos, está lá, embaixo da Estátua da Liberdade, onde os navios atracavam. Eles se depararam com um acolhimento, uma manifestação de acolhimento da nação americana.

Eu penso que ficaria mais adequado, tendo em vista a gravidade do problema, V. Exª, como Presidente, fazer a leitura dessa manifestação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Pela ordem S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Nobre Senador Jorge Viana, eu tenho um compromisso inadiável meio-dia, não tenho como ficar. São 11h23, eu sou o primeiro aqui. Deixe-me só ler o relatório do Embaixador da Finlândia, se V. Exª me permitir. Eu gostaria de lê-lo porque tenho a missão de cumprir aqui procedimento e ir a esse compromisso, porque não vai dar tempo. Posso fazer isso, Presidente Collor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Por favor, rapidamente.

É a indicação do nosso nobre Dr. Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto, Ministro de Primeira Classe, para a República da Finlândia.

Relator: Hélio José.

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Sr. João Luiz de Barros Pereira Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Passo à análise da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Se V. Exª desejar, pode ir para a conclusão, como V. Exª achar conveniente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relações cordiais.

O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos. Em 2007, o presidente Lula realizou visita de Estado ao país. Em fevereiro de 2012, o primeiro-ministro finlandês visitou o Brasil.

Em outubro de 2015, a presidente Dilma Rousseff visitou a Finlândia.

Em agosto de 2016, os chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram, em Brasília, uma lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, a qual inclui: temas educacionais; ciência, tecnologia e inovação; energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; defesa; promoção de comércio, investimentos e negócios; e diálogo político.

Em 2017, o ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä, visitou o Brasil, ocasião em que inaugurou novo Consulado da Finlândia em São Paulo. A abertura de uma nova representação finlandesa no Brasil é sinal da importância que a Finlândia confere ao mercado brasileiro.

Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil seu potencial de investimentos, que já são significativos em alguns setores, como o de celulose e telecomunicações.

A participação conjunta de Brasil e Finlândia na Plataforma para o Biofuturo é exemplo do alinhamento de interesses em matéria de biocombustíveis.

Outro sinal da convergência entre os dois países é que a Finlândia manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

Com relação ao comércio, o intercâmbio entre Brasil e Finlândia vem caindo desde 2011. Em 2017, foi de US$813 milhões, sendo US$290 milhões de exportações e US$523 milhões de importações. Houve, portanto, um saldo negativo de US$233 milhões. O Brasil exporta, principalmente, café, minério de cobre e ferroligas, e importa, sobretudo, máquinas mecânicas, papel, cartões e produtos farmacêuticos.

Além disso, há registro de 1.428 brasileiros vivendo na Finlândia.

É o relatório que só tenho a aprovar e encaminhar para que todos nós aqui do Senado, com louvor, façamos a indicação do Sr. João Luiz de Barros Pereira Pinto, pelo seu preparo, pela sua competência e pelo seu histórico nessa relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª pela apresentação do seu relatório, que gostaria de apregoar.

S. Exª o Senador Hélio José acaba de ler o relatório, de sua autoria, sobre a seguinte mensagem:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Exª o Senador Hélio José acabou de fazer a apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo agora a ler a nota – conforme solicitação e aprovação deste Plenário, cuja elaboração ficou a cargo de S. Exª o Senador Jorge Viana – que deverá ser, conforme solicitação e aprovação dos Srs. Senadores desta Comissão, encaminhada à Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal dos Estados Unidos da América e a S. Exª o Sr. Embaixador dos Estados Unidos da América aqui no Brasil.

O trâmite normal desse envio seria por intermédio do Itamaraty. Então, isso seria enviado ao Itamaraty, e o Itamaraty se encarregaria de fazer chegar às mãos do Sr. Embaixador dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos da América e também à Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal dos Estados Unidos da América.

Gostaria, de antemão, de cumprimentar S. Exª o Senador Jorge Viana pela precisão e pelo esforço que realizou para apresentar esta nota na reunião de hoje, para a nossa deliberação.

Diz a nota:

> Os Estados Unidos da América têm uma vasta tradição de acolhimento de imigrantes. Trata-se, na realidade, como muitos outros países do continente americano, inclusive o Brasil, de uma nação que foi construída com o imprescindível trabalho e esforço de imigrantes vindos de todo o mundo. Um dos seus principais símbolos [e essa parte é extremamente evocativa], a Estátua da Liberdade, tem inscritas, na sua base, as seguintes frases:
> "Dai-me os seus fatigados, os seus pobres,
> As suas massas encurraladas ansiosas por respirar a liberdade,
> O miserável refugo das suas costas apinhadas.
> Mandai-me os sem abrigo, os arremessados pelas tempestades,
> Pois eu [o povo norte-americano, a quem o Presidente dos Estados Unidos da América representa] ergo o meu farol junto ao portal dourado."

Ou seja, mensagem de boas-vindas aos miseráveis, aos encurralados, aos que fogem da perseguição, da fome, da miséria. Isso está inscrito na base da Estátua da Liberdade. Que bela inspiração, Senador Jorge Viana! Parabéns!

Parabéns a todos que participaram da elaboração dessa nota, coordenada por S. Exª o Senador Jorge Viana.

Então, isso está inscrito na base da Estátua da Liberdade. Continua a nota:

> Da mesma forma, os Estados Unidos da América sempre foram referência mundial no que tange à defesa dos direitos humanos fundamentais e têm uma Constituição que figura entre as mais libertárias do mundo. Por isso mesmo, chocou-nos tomar conhecimento da política de tolerância zero da administração Trump em relação aos imigrantes não documentados, a qual incluía até mesmo a odiosa prática de separar os imigrantes de seus filhos, felizmente agora parcialmente revertida.
> Por todo o Planeta, difundiram-se as imagens de crianças, muitas delas de tenra idade, enjauladas em alambrados improvisados com colchonetes no chão e cobertores de papel de alumínio servindo como único consolo à traumática separação forçada de seus progenitores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foram difundidos vídeos e gravações do choro desesperado de pequenas crianças clamando pela presença de seus pais [Crianças a partir de dois anos de idade, chorando, chamando pelos seus pais, dos quais foram apartados].

Essas crianças, inclusive 49 de nacionalidade brasileira, sofrem um trauma psicológico que poderá deixar sequelas por todas suas vidas. Inevitavelmente, tal prática provocou reação nacional e internacional de vastas proporções. A ONU e a Unicef vinham denunciando a prática, que classificavam de desumana.

A Diretora Executiva do Unicef, Henrietta Fore, anunciou, em comunicado oficial, que "parte o coração ver como crianças, alguns deles bebês, que buscavam refúgio nos Estados Unidos, são separados dos seus pais".

Entidades médicas norte-americanas alertaram para os danos irreparáveis que a separação forçada pode ter sobre as crianças. O próprio Papa Francisco também manifestou seu repúdio à odiosa prática. Em entrevista, Sua Santidade o Papa afirmou apoiar a declaração dos bispos norte-americanos, que classificam a separação de pais e filhos de imoral e contrária aos valores cristãos.

Muito embora tal prática já tenha sido parcialmente revertida pelo Presidente Donald Trump [Parcialmente revertida, porque a decisão foi a partir de agora; mas quanto às crianças já apartadas, ainda não há nenhuma definição sobre o destino delas nem tampouco de seus pais, prisioneiros do Estado americano], preocupa-nos a continuidade da política de tolerância zero em relação aos imigrantes. Com tal política, essas pessoas, que procuram apenas uma oportunidade de trabalho e de sobrevivência digna, são equiparadas a criminosos comuns.

Salientamos que ativistas e acadêmicos de todo mundo vêm há anos denunciando o tratamento inadequado da questão migratória e prevendo os riscos, para os direitos humanos, da ampliação de políticas restritivas.

Com efeito, os imigrantes e os refugiados vêm sendo transformados, a bem da verdade, em bodes expiatórios da crise mundial. Trata-se, a nosso ver, de uma visão completamente equivocada da questão migratória, incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos e com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951.

Em nosso entendimento, o mundo em crise não precisa de muros e da criminalização de imigrantes e refugiados, muito menos de cárceres para crianças inocentes. O mundo precisa de mais diálogo, mais entendimento, mais comércio. O mundo precisa, urgentemente, de mais respeito aos direitos da pessoa humana. Sobretudo, o Planeta precisa da generosidade e da solidariedade inscrita nos dizeres da Estátua da Liberdade.

Por tudo isso, sugerimos ao Governo dos Estados Unidos da América que modifique a sua política imigratória e cesse de criminalizar os imigrantes e suas famílias. Acreditamos que todos ganharão com isso, especialmente os Estados Unidos da América, que receberão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que querem apenas trabalhar em paz e contribuir para o desenvolvimento do país que os acolheu.

Os Estados Unidos da América tornaram-se grandes graças a pessoas como essas, que estão sendo hoje prisioneiras, que acreditaram no sonho americano. Esperamos que os Estados Unidos da América respeitem a sua extraordinária e inspiradora tradição de país acolhedor, generoso e modelo de defesa dos direitos humanos.

Assim finaliza a nota, que coloco agora à deliberação do Plenário para aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, com os cumprimentos efusivos a S. Exª o Senador Jorge Viana, a quem coube a responsabilidade de redigir esse documento, que julgo um dos mais importantes que já foram lidos e votados nesta Comissão.

Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Quero só agradecer as palavras generosas de V. Exª.

Acho que o momento que o mundo vive e que minorias, famílias, crianças enfrentam requer sentimento na manifestação política. Eu sempre trabalhei nesse propósito. Tem de haver alma, tem de haver sentimento, tem de haver algo que não seja apenas mais um confronto com quem está discordando de uma coisa ou de outra. E acho que a Comissão nossa tem trabalhado nesse propósito. Uma nota como essa pode ser que sensibilize os destinatários, seja a Embaixada dos Estados Unidos, seja a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos.

Então, eu penso que é uma manifestação importante a que nós estamos fazendo aqui; é o coletivo da Comissão. E eu peço também que essa nota possa circular entre os colegas. Eu vou fazer questão de fazer a leitura no plenário do Senado já, mas eu queria agradecer. Por isso, eu pedi que V. Exª, como Presidente da Comissão, fizesse a leitura; pela importância da manifestação que estamos adotando hoje. Diante de tantos problemas que temos, tantas responsabilidades, acho que é isso aqui que nos torna mais humanos e mais úteis, seja para o nosso País, seja para o mundo inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, mais uma vez, Senador Jorge Viana, e a providência que V. Exª anuncia que irá adotar dentro de instantes, fazendo a leitura e pedindo a aprovação do Plenário sobre essa nota para que ela se transforme numa nota não somente do conjunto da Comissão de Relações Exteriores, mas também do Senado da República, seria de extrema importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a ler agora o seguinte ofício que encaminharei como Presidente desta Comissão, a pedido também dos Srs. Senadores que aqui já se pronunciaram no início desta reunião, a S. Exª o Sr. Ministro Aloysio Nunes Ferreira, Ministro das Relações Exteriores do nosso País:

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal aprovou, em sua reunião ordinária do dia 21/06/2018, requerimento solicitando a manifestação desse Ministério junto ao governo dos Estados Unidos da América em relação aos 37 menores brasileiros desacompanhados e detidos em abrigos nos Estados Unidos.

Em que pesem as medidas e providências já tomadas por esse Ministério junto aos consulados brasileiros naquele país, visando o acompanhamento da situação desses menores, esta Comissão, preocupada com as notícias veiculadas pela imprensa, entende ser necessária ação mais incisiva para a resolução do problema no menor prazo possível.

Certos da atenção prioritária a ser dada ao assunto, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente.

É subscrito por mim, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Com a aquiescência do Plenário, temos aqui mais três itens para serem deliberados na reunião de hoje, mas, diante do ocorrido e diante da leitura dessa nota, eu solicito que passemos esses itens para a nossa próxima reunião.

Com a aprovação de V. Exªs, as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A análise do item 2 até o último item será feita na nossa próxima reunião.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convocação para a próxima reunião.

Dando seguimento ao nosso Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 25 de junho, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando realizaremos o 8º Painel de Debates de 2018, com o tema: "Ásia, proliferação nuclear. Irã, Índia e Paquistão. A questão Coreia *versus* Estados Unidos da América."

Para expor e debater o tema, teremos como convidados: a Srª Layla Ibrahim Abdallah Dawood, Doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e o Sr. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Doutor em Engenharia de Produção e Estudos Estratégicos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2018, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezoito horas e zero minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Rudson Leite e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" 8º Painel: Ásia - Proliferação nuclear (Irã, Índia e Paquistão) - A questão Coreia x EUA. **Participantes:** Profª. Dra. Layla Ibrahim Abdallah Dawood, Doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Prof. Dr. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), doutor em Engenharia de Produção (Estudos Estratégicos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/25

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicado sobre o Ciclo de Debates e o 7º Painel de 2018, realizado no último dia 11 de junho, com o tema "O Protagonismo Chinês e a Instabilidade no Mar da China", do qual participaram como palestrantes os Professores Drs. Oliver Stuenkel e Alexandre Ratsuo Uehara.

Na opinião do primeiro palestrante, o Prof. Stuenkel, o Brasil deve ser um dos países menos preparados para a chegada de um mundo asiacêntrico. Quem hoje determina o preço das *commodities*, obviamente, é a China e há uma forte correlação entre o preço das *commodities* internacionais e o resultado das eleições presidenciais no Brasil.

A situação muito peculiar dos Estados Unidos de se fechar, de olhar para dentro, não terá repercussões tão grandes, como muitos pensam. A China e também a União Europeia continuam defendendo a abertura comercial. Temos a expectativa de concluírem em breve o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Tudo isso, considerou ele, indica que temos um deslocamento de poder não só econômico, mas também político para a China.

O principal trunfo dos Estados Unidos na barganha com outros países é o acesso ao mercado americano. Não conseguindo mais oferecer isso, o seu impacto no quesito segurança internacional, a sua capacidade de convencer seus aliados a se manterem perto dos Estados diminui muito, afirmou ele. Há uma grande concentração demográfica na Ásia, que, em função do crescimento do PIB *per capita* das pessoas, também será a região central para definir os rumos globais.

A imprensa brasileira assim como a sociedade civil e como as universidades têm muita dificuldade de se adaptar a essa nova realidade. A situação na Ásia é muito complexa, afirmou o Prof. Oliver, sobretudo em função da ausência de instituições. O risco do mal-entendido é nessa região, talvez, o principal elemento que pode causar um conflito, mesmo que não existam de fato problemas incontornáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua ele: "Os Estados Unidos, para limitar a capacidade chinesa de consolidar sua influência na região, tem investido muito nas alianças com os países do entorno chinês." O raciocínio americano é muito claro, disse ele. Enquanto a China precisar dedicar toda a sua atenção à sua vizinhança terá menos tempo e capacidade de articular um projeto global. A China se preocupa o tempo inteiro com possíveis cenários de conflito. Em função disso, o seu principal objetivo estratégico é a redução da presença militar norte-americana. A estratégia imprevisível que caracteriza o governo norte-americano, disse ele, é preocupante para seus principais aliados, sobretudo para o Japão, que delegaram sua proteção aos Estados Unidos.

Continua ele, dizendo que o grande objetivo agora é estabelecer mecanismos que possam reduzir a tensão em momentos de complicação e estabelecer linhas diretas de comunicação para evitar esse tipo de conflito, que teria um impacto brutal sobre a economia global.

"É muito pouco provável que tenhamos um conflito a curto prazo", afirmou o palestrante. A China, neste momento, ainda é inferior do ponto de vista militar e quer, obviamente, evitar um conflito.

"A percepção pelos governos da região de que o compromisso de segurança dos Estados Unidos já não vale pode levar a uma corrida armamentista, com países como Japão e Coreia do Sul buscando, rapidamente, desenvolver armas nucleares para se protegerem contra a China", concluiu o Prof. Stuenkel.

Afirmou o Prof. Alexandre Ratsuo Uehara, o nosso outro palestrante da noite: "Na época da Guerra Fria, a Rússia, basicamente, ficou circunscrita em suas relações econômicas ao seu entorno, o que já não ocorre com a China. A China hoje já está no mundo, está nos Estados Unidos, está no Brasil, está na Europa e está ocupando espaços no Oriente Médio e na África."

Os países mais populosos do Planeta são os que envolvem o continente asiático, onde a renda *per capita*, com exceção do Japão, é muito baixa. "Existe um potencial de crescimento econômico grande, o que projeta a Ásia para crescer muito mais do que hoje", disse ele. Mas, por outro lado, esse crescimento econômico também nos preocupa.

Observou o Prof. Uehara: "No mapa em que aprendemos a estudar, a Europa está no centro do mundo. Os chineses estudam com a China no meio do mapa, e, eventualmente, as gerações futuras, também aqui, no Brasil, terão a China, e não mais a Europa, no centro do mundo."

A China é, hoje, não só uma economia que cresce bastante, mas também está entre os cinco primeiros parceiros comerciais globais em importação ou exportação. Considerou o palestrante: "Não dá, como o Presidente americano algumas vezes mencionou, para dizer que se vai aplicar uma política de isolamento à China, porque ela está no mundo inteiro e é dona de marcas multinacionais que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes no nosso dia a dia." Se os Estados Unidos resolverem fechar as suas portas, a globalização, segundo ele, não vai parar.

É importante não só olhar para as emissões de gás de efeito estufa pelo combustível que é queimado na China, mas também para o meio ambiente como um todo. O verde, destacou ele, está desaparecendo na região do Camboja, da Tailândia e do Vietnã, evidenciando a existência ali de um impacto ambiental importante.

Os acordos que o Presidente americano deixou de cumprir, seja o de Paris, seja o TPP (Trans-Pacific Partnership), citou o palestrante, mostram um crescente isolamento dos Estados Unidos e oferecem uma abertura de espaço, dado de mão beijada para ser ocupado pela China.

A China vem ganhando importância em várias áreas das relações internacionais, econômica, demográfica, em questões ambientais, nas políticas de segurança, no comércio, e não dá para deixá-la de fora do espectro de análise e de interesse brasileiro. Temos de pensar o mundo a partir de nossa perspectiva, ter a nossa própria visão. Como os chineses fazem, temos de ir à Ásia e à China e fazer a nossa própria análise, olhando o mundo a partir da nossa perspectiva, colocando-nos no centro e vendo quais são os nossos interesses, finalizou o Prof. Alexandre Ratsuo Uehara.

Em resposta a perguntas, o Prof. Stuenkel ressalvou que o tipo de comércio com a China certamente traz também riscos de desindustrialização para o Brasil, mas que isso não é culpa da China e, sim, da baixa produtividade brasileira. "É preciso desenvolver um projeto nacional, uma estratégia mais clara do que o Brasil quer da China no longo prazo", finalizou o Prof. Stuenkel.

Peço à Secretaria desta Comissão que dê como lida a íntegra deste comunicado.

Agradecendo mais uma vez a presença de V. Exªs, de todos os que aqui estão e dos que nos estão assistindo pela TV Senado ou nos ouvindo pela Rádio Senado, anuncio a realização hoje do nosso 8º Painel de Debates deste ano, com um tema que será abordado em relação à Ásia: "Proliferação Nuclear (Irã, Índia e Paquistão) – A Questão Coreia do Norte x Estados Unidos da América".

Participam como conferencistas a Doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professora Adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio, a Profª Layla Ibrahim Abdallah Dawood, e o Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Abri), Doutor em Engenharia de Produção e Estudos Estratégicos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), o Prof. Dr. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, que eu gostaria de cumprimentar. Eu gostaria de lhes dar as boas-vindas e de convidá-los a fazer parte desta Mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como todos têm conhecimento, estas nossas reuniões, estas nossas audiências públicas ou estes nossos ciclos de debates vêm sendo transmitidos ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado e também são abertos à participação dos nossos internautas, a quem sempre agradecemos pela profícua participação que têm nesses debates e que nós sempre incentivamos.

Portanto, àqueles que ainda não têm o endereço e queiram participar, o endereço é www.senado.leg.br/ecidadania.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Passo a palavra à Profª Layla Ibrahim Abdallah Dawood, para a sua exposição.

A SRª LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD – Muito obrigada.

É uma honra, agradeço muitíssimo o convite.

Eu vou dividir minha fala em alguns conceitos introdutórios, para que a gente possa discutir a questão. Em seguida, vou falar sobre as normas internacionais para lidar com a proliferação nuclear, depois vou discutir um pouco a eficácia dessas normas e, em seguida, vou fazer algumas considerações sobre a Ásia.

O primeiro conceito que eu gostaria de colocar é a ideia de proliferação e a divisão entre proliferação vertical e proliferação horizontal. Quando a gente fala sobre esse tema, muitas vezes fala da proliferação vertical, que é a ideia de que aqueles que já possuem armas nucleares incrementam seus armamentos, seus arsenais. E a proliferação horizontal seria a ideia de que novos Estados, novos atores viessem a adquirir armas nucleares.

Os acordos e o conjunto de normas que há na atualidade lidam muitíssimo, muito de perto com a proliferação horizontal, ou seja, buscam deter, impedir que novos Estados, novos atores adquiram armas nucleares. E por que novos atores adquirirem armas nucleares seria um problema? Aí a gente discute esses porquês.

As potências nucleares, aqueles Estados que têm armas nucleares temem que novos Estados que venham a adquirir armas nucleares tenham já um histórico de conflito entre si. Esse histórico de conflito poderia fazer com que o uso efetivo de armas nucleares viesse a acontecer.

Ou há também quem diga que novos Estados que adquiram armas nucleares podem ter líderes que não sejam tão racionais quanto os antigos líderes ou que sejam mais emocionais.

Outro problema talvez fosse que novos Estados, adquirindo armas nucleares, não conseguiriam controlar o uso desses armamentos tão bem, porque quem estaria a cargo desse controle seriam militares, o que, nessa literatura, é colocado como sendo um perigo ou algo que aumentaria o risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de armas nucleares, porque, supostamente, de acordo com essa literatura, militares são mais propensos ao uso da força em geral.

Então, esses seriam os problemas relacionados à proliferação horizontal que fariam com que especialmente as potências nucleares tentassem combater, impedir que novos Estados entrassem nesse clube nuclear.

Como combater novos Estados adquirirem armas nucleares? Quais são as abordagens possíveis?

A primeira abordagem é a abordagem multilateral convencional, que seriam os tratados internacionais pelos quais normas são criadas para impedir que novos Estados adquiram armas nucleares, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares sendo o mais famoso nesse sentido.

Além da abordagem multilateral convencional, há uma abordagem multilateral que não envolve tratados, mas que envolve, por exemplo, organismos internacionais, como a ONU, e aí as resoluções da ONU e da Assembleia-Geral como sendo também uma forma de lidar com o problema. Por fim, há uma abordagem não institucional para lidar com a proliferação, que envolve, por exemplo, componentes militares, que, na literatura internacional, é chamada de *counterproliferation*. E, dentro dessa abordagem, há estratégias, como a estratégia de dissuasão, que são utilizadas pelos Estados para tentar impedir que novos Estados venham a adquirir armas nucleares. A estratégia de dissuasão, grosso modo, a gente vai tratar como sendo uma ameaça de uso da força contra aqueles Estados que venham a adquirir armamentos ou que venham efetivamente a utilizar armamentos nucleares.

Quando se fala da estratégia de dissuasão propriamente dita, existem várias formas de exercer a estratégia de dissuasão. A Índia e a China, por exemplo, que nos interessam mais de perto aqui, já que estamos falando da Ásia, são Estados que utilizam uma dissuasão dita mínima, que é a ideia de que eles não necessitam de força suficiente para realizarem ataque de precisão contra forças de outros países que porventura venham a adquirir armas nucleares. Essa estratégia de dissuasão mínima também envolve a ideia de que basta ter a capacidade de atingir cidades ou territórios importantes do seu possível adversário; então, seria uma estratégia contra valor. Então, há duas formas de executar a estratégia de dissuasão: contra valor ou contra forças. Índia e China, por exemplo, realizam essa estratégia contra valor, ou seja, basta que eles consigam acertar cidades ou alvos valorados pelos possíveis adversários. Seria uma ideia mínima, basta ter uma quantidade mínima de armas nucleares, que isso já impediria um ataque contra o seu território.

Vamos, então, falar um pouco, com esses conceitos iniciais tendo sido apresentados, das regras internacionais para combater a proliferação nuclear. Grande parte dessas regras foi construída durante a Guerra Fria. Aí a gente destaca o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que foi cunhado no final da década de 60 e aberto para assinaturas em 1970. Esse tratado visava a congelar o *status quo* nuclear naquele momento em que ele foi criado. Então, aqueles países que, naquele momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham armas nucleares, que eram União Soviética, Reino Unido, França, Estados Unidos e China, poderiam manter seus arsenais, mas a ideia era a de que todos que viessem a entrar no tratado, todos os outros Estados, deveriam se comprometer a não adquirir armas nucleares. A ideia por trás do Tratado de Não Proliferação seria basicamente a de congelar o *status quo* nuclear no momento em que ele é criado.

Além desse tratado, há o Tratado de Interdição de Testes Nucleares, também da década de 60, que tenta fazer com que Estados se comprometam a não testar armas nucleares, na crença de que, se essas armas não forem tão operacionais ou se não se tiver tanta certeza da operacionalidade dessas armas, a tendência de uso é mais baixa.

Então, esses dois tratados têm ampla adesão e são criados durante a Guerra Fria. Como eu falei dos conceitos anteriores, esses tratados estão muito preocupados com a proliferação horizontal, ou seja, eles querem impedir que novos Estados entrem para o clube nuclear.

Com relação à proliferação vertical, que é o incremento dos arsenais daqueles que já os possuem, durante a Guerra Fria, alguns tratados foram feitos entre Estados Unidos e União Soviética, como o Salt e o Start, o primeiro tentando impor um limite máximo para as armas estratégicas desses países, e o segundo já tentando reduzir o volume de armas estratégicas que esses países possuíam.

Então, essas foram as iniciativas de controle da proliferação vertical e horizontal durante a Guerra Fria.

Na atualidade, a gente tem o que é chamado de Regime de Não Proliferação Nuclear, que é o conjunto de regras que tentam exatamente lidar com a questão da proliferação nuclear, regras internacionais, normas e regras internacionais. A base mais importante desse regime é o Tratado de Não Proliferação. Há a atuação da Agência Internacional de Energia Atômica, tentando verificar o cumprimento do Tratado de Não Proliferação, e temos também o Tratado de Interdição Parcial, que proíbe testes nucleares na superfície.

Quais são os desafios colocados a esse conjunto de normas? Existem desafios dentro do próprio regime, em que os Estados não nucleares reclamam das potências nucleares, dizendo que elas não trabalham pelo desarmamento, ou seja, que elas não fazem o suficiente para conter a proliferação vertical, que, na verdade, Estados Unidos e, atualmente, Rússia, em vez de reduzirem seus arsenais, eliminam armas, mas não necessariamente isso os deixa menos fortes do ponto de vista nuclear, porque eles estão aprimorando sempre seus arsenais.

Então, um grande problema, um grande desafio do Regime de Não Proliferação seria que esse regime não dá conta da proliferação vertical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à proliferação horizontal, ou seja, impedir que novos Estados adquiram armamentos nucleares, ele é um regime que não dá conta de lidar com aqueles Estados que queiram sair. Então, um exemplo que também hoje a gente precisa discutir é a Coreia do Norte, que era parte desse regime e que sai desse regime em 2003. Ou seja, ela assinou o Tratado de Não Proliferação, mas ela denunciou o tratado, ou seja, saiu do tratado. Então, o regime não dá conta de lidar com aqueles Estados que, em um dia, são parte e, em outro dia, não querem mais fazer parte, não mais se submetem àquele regime.

Além desse desafio, há o desafio daqueles Estados que não assinaram o Tratado de Não Proliferação, entre os quais também estão elencados, no dia de hoje, a Índia e o Paquistão, que são países que não assinaram esse tratado e que possuem armas nucleares, e também Israel – embora Israel não admita publicamente, todo mundo sabe que Israel tem armas nucleares.

Além desse desafio, coloca-se para o Regime de Não Proliferação o desafio dos atores não estatais, ou seja, há um temor de que terroristas, grupos terroristas adquiram armas nucleares ou a chamada bomba suja, que não chega a ser arma nuclear, mas algum material físsil, radioativo, que possa ser utilizado para causar dano. Dentro desse desafio também está o Paquistão, de que a gente estava falando agora, porque esse país tem a fama de ter proliferado, de ter passado a sua tecnologia nuclear para outros Estados, como Coreia do Norte e Irã, mas também há a desconfiança internacional de que o Paquistão também a passou para grupos terroristas.

Então, o que está em jogo aqui seria a eficácia desse conjunto de regras internacionais para conter a proliferação. E, quando a gente discute isso, uma questão muito importante é a gente entender a ligação entre programas civis e programas militares. O Irã, por exemplo, alega que seu programa tem finalidade pacífica, que quer apenas desenvolver a tecnologia nuclear para finalidade pacífica, assim como o Brasil faz. Acontece que há uma corrente dentro das relações internacionais e dos institutos de segurança internacional e também entre os tomadores de decisão que desconfia dessa ligação, justamente porque a tecnologia nuclear é uma tecnologia dual. No enriquecimento de urânio, o combustível utilizado para abastecer centrífugas é o mesmo combustível que, se enriquecido à alta potência, poderia se transformar em um armamento militar. A ideia é a de que essa tecnologia dual pode levar à proliferação. Ou seja, a posse de tecnologia para finalidade pacífica poderia ser transmutada em uma finalidade bélica.

Em outras palavras, é como se houvesse uma opacidade e uma ambiguidade. A opacidade que essa literatura aponta seria que instalações bélicas estariam escondidas por trás das civis, poderiam porventura estar escondidas. E a ambiguidade é que não se sabe exatamente qual é a intenção. A gente não tem nunca como saber as intenções dos líderes. Então, se a intenção hoje é dita pacífica, ela pode se transmutar numa intenção belicosa.

De posse, então, dessas considerações, a gente pode partir para considerações sobre a Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que Índia, China e Paquistão possuem *status* legais completamente diferentes em relação a essas regras internacionais. A China está entre os cinco países que podem ter armas nucleares de acordo com esse Regime de Não Proliferação; Índia e Paquistão, não. A Índia adquiriu armas nucleares bem cedo, ainda na década de 70, embora viesse a testá-las mais adiante. Seus esforços começaram bastante cedo, mas não em tempo da assinatura do Tratado de Não Proliferação.

Esse *status* diferenciado desses países em relação às regras internacionais tem implicações, inclusive, comerciais. Por quê? Porque faz parte desse regime o grupo de supridores ou de fornecedores internacionais de material nuclear. O Brasil faz parte desse grupo. E o que acontece é que aqueles que não aderem às regras não podem também participar do comércio internacional de tecnologia nuclear com finalidade pacífica. Acontece que a Índia firmou um acordo com os Estados Unidos que teve a consequência de legalizar a participação da Índia no comércio de material nuclear. A Índia, logo depois desse acordo com os Estados Unidos, também fez um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica, em 2008, que permitiu que ela tivesse acesso ao comércio de tecnologia nuclear. A China também tem acesso, mas o Paquistão não pode ter acesso a esse comércio internacional justamente porque se acredita que o Paquistão tenha o potencial de proliferar, de transferir a sua tecnologia para outros atores, para outros Estados ou para atores não governamentais.

Com relação à dinâmica entre China, Índia e Paquistão – acredito que o Prof. Eugênio vai falar disso com bastante propriedade –, é interessante ressaltar que os arsenais de China, Índia e Paquistão não são grandes arsenais. Eles estão entre os países que têm um arsenal nuclear menor, em especial o Paquistão, que adquire armas nucleares em vista da sua inferioridade convencional em relação à Índia. Isso é um grande problema, embora os arsenais não sejam grandes, porque há uma incerteza quanto à doutrina nuclear do Paquistão. Há gente que teme que, em um eventual conflito convencional com a Índia, justamente porque há uma inferioridade do Paquistão, o Paquistão escale para uma guerra nuclear. Então, sobre a perspectiva de guerra nuclear entre esses três, talvez o mais provável, se a gente pudesse prever de alguma forma, seria que o Paquistão usasse, porque Índia e China têm uma política mais clara de *no first use*, de não uso, de não primeiro uso. No caso do Paquistão, a gente não tem muita certeza. Pode ser que, na eventualidade de uma guerra, ele venha a escalar. Este é o medo: que uma guerra convencional se transforme numa nuclear. Digo isso sobre a relação entre Paquistão e Índia.

Na relação entre Índia e China, a Índia, na atualidade, tenta melhorar o seu arsenal para atingir a costa leste da China, porque ela acredita que o valor que vai afetar mais a China seria uma cidade na parte mais rica da China. Então, na atualidade, a Índia tenta incrementar seus arsenais para conseguir dar conta de chegar até à costa leste, não que a estratégia tenha virado uma estratégia contra força – é contra valor –, mas a ideia é tentar aprimorar para que os seus arsenais cheguem mais longe. A China

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vê isso como competição nuclear. Então, não há um grande perigo de guerra, mas há uma competição entre Índia e China, embora o arsenal da China seja bem mais importante do que o indiano.

Passando para as duas questões mais famosas, que seriam Irã e Coreia do Norte, o Irã é parte dessa norma internacional, é parte do TNP e tem, inclusive, o que a gente chama de protocolo adicional firmado com a Agência Internacional de Energia Atômica, que permite que a Agência Internacional de Energia Atômica faça inspeções mais intrusivas no território iraniano. O problema é que, a partir de 2002, a Agência Internacional de Energia Atômica começou a verificar certas incongruências entre os relatórios apresentados à agência e as instalações que o Irã, efetivamente, tinha. Então, foram descobertas instalações de separação de plutônio e instalações de enriquecimento de urânio, o que levou a chamada comunidade internacional e, principalmente, as potências nucleares a desconfiarem que esse programa iraniano tinha, na verdade, finalidade bélica, que esse urânio estava sendo enriquecido para a criação de ogivas nucleares.

Depois de muitas negociações – inclusive, a ONU entra nessas negociações com várias resoluções, com várias sanções internacionais –, em 2015, é firmado um acordo entre o P5, composto pelas cinco potências do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, acordo liderado pelo ex-Presidente Obama, que é chamado de Plano de Ação Abrangente. Por esse acordo, o Irã deveria parar de enriquecer urânio, deveria entregar seus estoques de urânio enriquecido, deveria limitar o número de centrifugas de enriquecimento. Ou seja, era uma série de medidas que tentariam garantir para a comunidade internacional, especialmente para as potências nucleares, que o programa civil iraniano não seria transmutado em um programa com finalidade bélica. O acordo estava vigente desde 2015. Como todo mundo sabe, o Presidente Trump dele saiu, retirou os Estados Unidos. Então, isso gera certa instabilidade, porque a própria Agência Internacional de Energia Atômica dizia que o Irã estava cumprindo o acordo. Por outro lado, o Presidente Trump reclama não necessariamente do cumprimento, mas dizendo que as cláusulas não seriam abrangentes o suficiente. Então, a ideia é a de que, sim, o acordo estava sendo cumprido, mas ele não é suficiente para garantir que o programa iraniano se torne um programa militar. Mais especificamente, o Trump estava muitíssimo insatisfeito com a atuação do Irã de desestabilização do Oriente Médio, apoiando o Hezbollah, apoiando o Assad, desenvolvendo mísseis. Então, ao que tudo indica, pode ser que o desagrado do Presidente Trump não seja necessariamente com o acordo, mas com outras coisas que o Irã vem fazendo no Oriente Médio.

A consequência imediata de o Presidente Trump sair do tratado seria uma aproximação dos Estados Unidos de novo com Israel. Então, a gente não sabe exatamente como vai ficar esse acordo, especialmente porque as outras potências que firmaram o acordo disseram que vão continuar, e o Irã disse também que vai continuar obedecendo ao acordo. Então, há muita instabilidade a esse respeito, mas o resultado imediato, de que a gente pode ter certeza, é uma aproximação de novo entre Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos e Israel, sendo que, durante a Presidência do Presidente Obama, as relações tinham ficado estremecidas. Disse isso com relação ao Irã.

Como meu tempo está se esgotando, vamos para a Coreia do Norte. Com relação à Coreia do Norte, é o contrário. O Presidente Trump, como todos sabem, sai do acordo com o Irã, mas se aproxima do Presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e anuncia que esse problema acabou, que o problema das armas nucleares na Coreia do Norte acabou. Qual a diferença do Irã? A Coreia do Norte, assumidamente, tem armas nucleares e tem mísseis, ou seja, tem mecanismos de entrega dessas armas nucleares, que podem atingir não apenas o entorno na Coreia do Norte, mas podem atingir, inclusive, o território dos Estados Unidos, o território continental dos Estados Unidos.

A gente não sabe muito bem sobre comando e controle, a gente não sabe sobre quão operacionais são essas armas, mas o fato é que, em geral, a gente não paga para ver, não é? Acredita-se, pelos testes que foram executados, que, sim, o Presidente Kim Jong-un poderia, a Coreia do Norte poderia lançar uma arma nuclear que atingisse grandes distâncias. O grande desafio, ao lidar, portanto, com a Coreia do Norte, seria impedir o uso efetivo de armas nucleares.

Há duas correntes nos Estados Unidos, entre os analistas americanos, especialmente os que se dedicam a essa questão, e nas análises mundiais também sobre o acordo: há os otimistas e os pessimistas. Há duas posições. Os otimistas vão dizer: "Olha, embora o problema não esteja completamente resolvido, principalmente porque não foi divulgado internacionalmente pela mídia, a gente não sabe se esse acordo vai ter monitoramento."

A Agência Internacional de Energia Atômica monitorava o acordo com o Irã; no caso da Coreia do Norte, a gente não sabe se há monitoramento, a gente não sabe se houve negociações para esse monitoramento. Ao que tudo indica, não houve isso. O que a gente sabe é que não há divulgação nesse sentido.

Embora, então, não seja possível verificar se há ou não monitoramento e se a Coreia do Norte vai efetivamente cumprir a sua promessa de desnuclearização, os otimistas dizem que é possível que o trato com a Coreia do Norte esteja no rumo certo, na medida em que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD – ...era preciso engajar o Presidente, tendo em vista que apenas o Presidente pode tomar alguma decisão sobre os arsenais. Então, embora não tenha resolvido o problema, pelo menos estaríamos no caminho certo, engajando-o, conversando com o Presidente, retomando as negociações e mostrando ao Presidente que a comunidade internacional não vai promover uma mudança de regime. Então, a sinalização teria sido a de que a comunidade negocia para fazer com que a Coreia do Norte tenha os benefícios de entrar na comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, de comercializar, deixando de ser isolada diplomaticamente, sendo, portanto, seduzida a largar os seus armamentos.

Já os pessimistas vão dizer: "Olha, a forma como o Presidente Trump encaminhou as negociações fez com que apenas o único resultado possível, do ponto de vista político para ele, na política doméstica, era trazer um resultado positivo." Para conseguir esse resultado positivo, os pessimistas vão dizer que ele prometeu muito mais do que ele recebeu. Então, ele prometeu, por exemplo, paralisar os exercícios militares que são feitos com regularidade com a Coreia do Sul. Em troca, ele recebeu apenas uma promessa verbal de desnuclearização, promessa essa que já tinha sido realizada em outros momentos da negociação.

Então, o resultado – vamos fazer algumas considerações finais breves, porque o meu tempo já acabou –, se a gente for analisar a situação da Ásia na atualidade, é que não se sabe ao certo se a Coreia do Norte vai se desnuclearizar. Então, foi promovido, do ponto de vista da maioria dos pesquisadores e dos analistas... Na verdade, foi feita uma desestabilização, porque com o Irã havia um acordo, que foi quebrado. A gente não sabe, então, qual vai ser o futuro com relação ao Irã. E, no caso da Coreia do Norte, iniciou-se não um tratado, mas foram iniciadas negociações que não têm garantias, não têm monitoramento.

Então, a situação dos países em questão não é uma situação muito promissora do ponto de vista da proliferação, se a gente for analisar a Ásia na atualidade. E, para o Brasil, se o senhor me permite, como o Brasil se coloca, então, diante de dessas questões? O Brasil, em 2010, como todos sabem, tentou mediar um acordo com o Irã, acordo que foi rechaçado, especialmente, pelos Estados Unidos, que diziam que nós éramos ingênuos, que o Irã estava nos enganando, digamos assim. Então, eu acho que o espaço, pelo menos no curto e médio prazo, para a nossa atuação, para a intermediação desse tipo de acordo, o espaço brasileiro para a intermediação desse tipo de acordo, seja com o Irã ou com a Coreia do Norte, é muito pequeno. Então, o que nos resta fazer é continuar trabalhando nos fóruns multilaterais, resta-nos a abordagem multilateral, que envolve as organizações internacionais. O nosso espaço de atuação ainda é ali, e não nessas tentativas de intermediação desses grandes acordos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Profª Layla Ibrahim Abdallah Dawood, pelas suas palavras.

Já temos aqui alguns oradores inscritos, entre eles S. Exª o Embaixador do Paquistão, Sr. Najm us Saqib, a quem darei a palavra em seguida à audição do nosso segundo palestrante, que é o Dr. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem V. Sª a palavra.

O SR. EUGÊNIO PACELLI LAZZAROTTI DINIZ COSTA – Boa noite, Senador! Quero agradecer, na sua pessoa, o convite feito pela Comissão para participar do debate e agradecer a presença dos senhores e senhoras participantes.

Quero dizer o seguinte: como a Profª Layla tratou dos assuntos diretamente relacionados à proliferação e não proliferação, eu vou me deter muito mais na dinâmica atualmente em curso das interações entre os atores já nuclearmente armados na região, com a diferença de que vou incluir também no que se refere à questão da Coreia do Norte, naturalmente, a participação do Presidente dos Estados Unidos ou dos Estados Unidos, que, apesar de não ser um ator da região, é quem está na liderança do processo político relacionado à Coreia do Norte neste momento.

Então, vou focalizar principalmente a dinâmica nuclear no sul da Ásia e na península coreana, dizendo sobre as interações estratégicas nucleares. Naturalmente, não vou aqui falar dos programas relacionados à geração de energia nuclear.

Eu quero salientar o seguinte: do ponto de vista estrito, a rigor, não houve aumento de atores nuclearmente armados nas duas regiões desde que a Coreia do Norte anunciou a sua saída do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e realizou os seus testes. Eu estou me contendo, então, a esses quatro atores da região. No caso da Coreia do Norte, inclusive, é possível – note-se o possível; mais do que isso não dá para falar – que venha haver a desnuclearização.

Portanto, rigorosamente, o meu foco aqui não vai ser a proliferação nuclear *stricto sensu*. Por que eu uso *stricto sensu*? A Profª Layla salientou muito bem que há uma distinção consagrada na literatura entre proliferação horizontal e proliferação vertical, mas essa distinção me parece um pouco forçada e muito mais motivada politicamente, tendendo muito mais a confundir do que a esclarecer.

Geralmente, quando estamos lidando com problemas relacionados ao aumento ou à diminuição da quantidade de artefatos disponíveis para um ou para outro ator, nós falamos dos acordos de controle de armamento ou simplesmente do aumento, seja do aumento quantitativo, seja da melhoria qualitativa significativa. E, frequentemente, inclusive, essa melhoria está relacionada a questões de segurança do próprio artefato. Então, não é verdade que toda melhoria signifique uma melhoria do desempenho de produção de resultado do artefato, mas, pelo contrário, de diminuição da capacidade, da probabilidade de que haja determinado tipo de dano, além do buscado pelo próprio artefato.

Então, vamos tratar desses processos, mas eles seguem cursos ligeiramente distintos. Vou tratá-los, então, separadamente, dando aqui apenas um panorama geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na estimativa do Sipri, uma instituição muito importante, a respeito dos arsenais nucleares, em janeiro de 2018 – não pus a dos anos anteriores para fins de comparação –, um aspecto bastante curioso é o aumento quantitativo da quantidade de artefatos – perdão pela redundância – disponíveis ao Paquistão. O Paquistão tem uma capacidade, vem exercendo essa capacidade de acrescentar aos seus arsenais algo em torno de 20 artefatos por ano. Nesse caso, então, pelo menos pela estimativa do Sipri, já ultrapassou em termos de quantidades de artefatos o próprio arsenal nuclear da Índia, refletindo um pouco a dinâmica que nós vamos explorar um pouco.

Então, primeiro, mostro Índia, China e Paquistão. A imagem do fundo é da Belt and Road Initiative, da China, a iniciativa do cinturão e da estrada, da rota, relativa à Silk Road. Por quê? Porque, de certa maneira, o que está ocorrendo está relacionado, de alguma maneira, a essa nova atividade chinesa.

Qual era a situação até 1998? Lembro que, a essa altura, em 1998, tanto a China quanto a Índia já eram Estados nuclearmente armados. Não podemos confundir com Estados com armamentos nucleares, que é o termo *nuclear-weapon States*, que é o termo do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Eles eram Estados que tinham artefatos nucleares, para não confundir com este termo técnico "Estados nuclearmente armados".

Nesse período, o que nós tínhamos era uma tensão latente, duradoura, entre a Índia e a China – até hoje, há o cessar-fogo, desde a guerra em 1962 – e uma disputa muito mais intensa entre a Índia e o Paquistão, relacionada principalmente à região da Caxemira ou Kashmir.

O fato de que ambos, então, tinham a Índia como problema político comum levou a uma convergência – não vou dizer que houve uma aliança, mas apenas uma convergência – de interesses entre a China e o Paquistão, porque, de certo ponto de vista, a situação era mais favorável para a Índia, a situação vigente até então. A Índia tinha uma atitude politicamente mais defensiva no sentido de que a situação política para ela lhe era razoavelmente favorável.

O controle da Caxemira é da Índia. Aquele mapa é o mapa da perspectiva indiana. Eu pus assim claramente para poder... Em determinados momentos, essa percepção indiana é que vai ser mais relevante para os desdobramentos mais recentes. Mas a situação, então, era percebida como bem mais tranquila do ponto de vista indiano, com uma atitude defensiva, porque o *status quo* lhe era ligeiramente mais favorável. Ela tinha uma razoável confiança na sua superioridade convencional contra o Paquistão, lembrando que, até 1998, a Índia também já era detentora de capacidade bélica nuclear. Ela fazia uma aposta com relação a problemas logísticos que a China enfrentaria caso viesse a invadir o território indiano, e ela o fazia deliberadamente. Inclusive, as próprias condições das estradas nas regiões fronteiriças não eram de boa qualidade, e a Índia contava com isso como um fator de atraso numa eventual incursão chinesa contra a Índia. Observa-se, então, também que a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornava pouco interessante – dificuldade, talvez, não seja o termo mais adequado – que a China fosse tomar a iniciativa de *first use*, é claro – a China tem uma política de *no first use* –, contra a própria Índia.

Então, a Índia se encontrava numa situação ligeiramente mais confortável até 1998. Em 1998, o teste do artefato explosivo nuclear do Paquistão é seguido de uma nova demonstração indiana. Mas, curiosamente, para grande parte dos analistas, inclusive, as manifestações políticas na época sinalizavam para a expectativa de que, diante disso, haveria, então, um efeito do potencial dissuasório que muitos consideram intrínseco aos artefatos nucleares – esse é um detalhe importante que depois a gente pode explorar um pouquinho mais –, o que, então, tenderia até mesmo a estabilizar a situação e permitir a continuidade de negociações, com o nível de tensão um pouco mais baixo.

Essa perspectiva, essa expectativa não se materializa, porque, muito rapidamente, há episódios que vão ser interpretados ou que vão levar a uma intensificação significativa das tensões, o que é um efeito que é chamado, na literatura sobre interação nuclear, interação entre países detentores de artefatos nucleares, "o paradoxo estabilidade-instabilidade". Ou seja, a suposta estabilidade trazida pela dificuldade de agir contra alguém que disponha de capacidade nuclear, por parte de outro ator, mesmo que este também tenha capacidade nuclear, geraria essa estabilização mais geral, exatamente na esfera nuclear, mas abriria uma oportunidade maior para iniciativas um pouco mais arriscadas no plano convencional.

O que é que acontece? Entre maio e julho de 1999, houve um acontecimento importante, complicado, o conflito da Guerra de Kargil, como foi chamado. Qual era a situação? Aquilo que, à primeira vista, parecia como uma ação por grupos não estatais, na região da Caxemira, é percebido ou entendido pela Índia – algumas evidências apontam nessa direção – como sendo uma ação das forças paquistanesas. Isso acaba, inclusive, a certa altura, aparecendo publicamente no debate e força um recuo, mas é uma situação que gerou uma grande tensão, note-se, pouco tempo depois da explosão do artefato do Paquistão.

Em seguida, nós temos a crise que foi chamada na literatura, em alguns momentos, de Crise dos Dois Picos – imagino que, talvez, muitos e muitos dos presentes se lembrem disso –, quando, em dezembro de 2001, ainda na esteira dos atentados de 11 de setembro, num momento de tensão política muito grande, há uma tentativa, que acaba malograda, de ação contra o Parlamento indiano por parte de determinado grupo em particular, e a Índia entende que isso teria sido, se não patrocinado, pelo menos tolerado por parte do Paquistão. Isso leva a uma tensão muito grande entre eles, a uma grande mobilização nesse período, que é seguida de um atentado, em maio de 2002, contra famílias dos soldados indianos que estavam engajados nessa atuação. A percepção que os indianos tiveram dessa situação e dessa crise é a de que a demora excessiva na sua própria mobilização – eles demoraram tempo demais, levaram tempo demais na mobilização das suas forças – prejudicou, inclusive, a sua capacidade de realizar uma retaliação convencional em larga escala, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, de utilizar a vantagem que eles teriam de superioridade convencional. Não é isso? Então, esse episódio gerou um processo que eu acho melhor descrever como uma revisão doutrinária da Índia. É claro, ela publica a única versão ostensiva da sua doutrina nuclear em 2003, que, mesmo assim, é uma versão muito rudimentar, algo que, às vezes, parece – pelo menos a parte pública – que foi colocado um pouco às pressas, mas que é composta destes elementos: a dissuasão crível mínima, ou seja, uma capacidade dissuasória com credibilidade, mas a menor possível – a Profª Layla já mencionou essa ideia –; a ideia de que não seria o primeiro ator a empregar artefatos nucleares no conflito, com a ressalva de que, se houvesse emprego de armamentos químicos ou biológicos, ela poderia retaliar com armamentos nucleares; e a ideia de que, caso houvesse um ataque envolvendo artefatos nucleares contra a Índia, ela retaliaria com muita força.

Do ponto de vista convencional, a Índia revisa também a sua concepção de emprego, e o termo que apareceu no debate público foi a doutrina Cold Start ou "começo frio", cujo nome é um pouco surpreendente. Por quê? Porque a própria ideia era a de que, em caso de necessidade percebida naturalmente pela Índia, ela lançaria uma operação convencional, em larga escala, com o propósito de ocupar territórios partes do Paquistão, para usar como poder de barganha, fiando-se na sua capacidade retaliatória nuclear caso o Paquistão empregasse, então, seus artefatos nucleares. Mas, ao mesmo tempo, ela começa a reavaliar a sua posição com relação à China e começa, também levando em conta o seu problema de mobilização, a revitalizar, a conduzir um processo de revitalização logística das regiões fronteiriças com a China; inclusive, há a criação de novas unidades específicas, para atuar especificamente na região de fronteira com a China.

Ao mesmo tempo, de tudo o que é possível inferir e condensar de declarações e ideias que vão aparecendo, de depoimentos, de entrevistas, de perguntas – tudo isso é um esforço muito exaustivo e sujeito a erros –, daquilo que teria sido possível coligir por parte das pessoas que se debruçaram sobre esse assunto, começa a haver também uma mudança na concepção de emprego do Paquistão. É aquilo que a gente poderia chamar de uma doutrina nuclear que é inferida. Ela nunca foi publicada, como, por exemplo, a Índia publicou a sua, de 2003.

Do ponto de vista convencional, no sentido de não nuclear, o que nós temos é que o foco do Paquistão se mantém, no sentido da estabilização na região de fronteira com o Afeganistão. A grande preocupação do Paquistão é a de que se mantenham as coisas todas aí – inclusive, é a sua ambiguidade na relação com o Talibã –, por causa da sua necessidade de concentrar-se no seu problema principal, que é a fronteira com a Índia. É uma situação muito difícil, exatamente por conta da importância de alguns desses relacionamentos, por causa do problema da estabilidade interna nas regiões fronteiriças com o Afeganistão. Isso é percebido por vários atores e particularmente pela Índia como uma ambiguidade com relação a, pelo menos, alguns grupos terroristas que atuariam dentro do Paquistão ou com algum apoio do Paquistão. A Índia atribuiu o atentado de 2001 – ou a tentativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

malograda, em larga medida, de atentado em 2001 – ao Lashkar-e-Taiba, um grupo relacionado ao Paquistão.

Mas principalmente no que concerne à questão nuclear, o Paquistão começa a entender, ou melhor, começa-se a se entender que a postura do Paquistão seria da possibilidade real de emprego de artefatos nucleares contra forças indianas numa incursão convencional tal como a pensada na doutrina Cold Start. Essa doutrina Cold Start, diga-se de passagem, nunca foi endossada; aliás, foi muito tardiamente endossada publicamente. Durante muito tempo, negou-se a existência dessa doutrina, e, mesmo quando se reconheceu a doutrina, fez-se questão de enfatizar que as versões mais extremas não vigiam de fato. Mas o fato é que era percebida dessa maneira.

Então, teria havido a possibilidade de que artefatos nucleares fossem empregados pelo Paquistão contra forças indianas que lançassem essa ofensiva em larga escala no território paquistanês. Ou seja, era uma clara possibilidade de *first use*. O Paquistão não tem uma doutrina expressa de *no first use*, de não ser o primeiro a empregar o artefato nuclear, e contava com sua capacidade de dissuasão nuclear contra uma retaliação nuclear indiana. Em conjunto com esses artefatos de menor alcance, de menor capacidade, que seriam empregados contra as forças, havia aqueles que têm o alcance e a capacidade de penetração dentro do território indiano, aí sim numa perspectiva claramente contra valor. O curioso é que o Paquistão o faz, mas com a separação física entre os artefatos explosivos e os meios de entrega, o que é um pouco complicado de lidar numa situação em que se considera o *first use* – ser o primeiro a usar – e particularmente numa situação de tensão que, supostamente, ocorresse no contexto de uma incursão em larga escala indiana. Então, isso aparece como uma inconsistência percebida nessa perspectiva.

Então, temos o atentado de Mumbai em 2008. E aí o que acontece? Em plena vigência daquela concepção que convencionou se chamar de Cold Start, simplesmente morreram mais de cem pessoas – foi uma situação dramática, algo muito pior em termos de escala do que ocorrera em 2001 –, e a Índia não se sente em condições de responder exatamente em função do problema do risco de que suas forças fossem submetidas à ação de artefatos nucleares. Existem outros aspectos relevantes relacionados ao problema da direção de determinados resíduos, mas o fato é que isso gera uma enorme preocupação na Índia: "Estamos sem capacidade de dar conta." Isso ocorre em um contexto em que há uma intensificação muito significativa da presença chinesa no Oceano Índico. Em função, inclusive, da presença chinesa e dos relacionamentos da China no Oriente Médio e na África, o Oceano Índico se torna cada vez mais importante para a China, e isso se reflete em uma atuação significativa da China, o que exige, do ponto de vista da Índia, uma intensificação da sua atividade naval, manifestada particularmente no seu esforço em aparelhar as ilhas de Andamã e Nicobar como parte desse esforço de conter a atuação chinesa ou de confrontar a atuação chinesa no Oceano Índico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem a iniciativa Belt and Road, que implica uma ampla atividade de infraestrutura em diversos corredores na região, que podem ter um impacto significativo sobre a Índia, e particularmente a Índia – daí aquele mapa mais atrás – considera que parte dessas atividades ocorrerão em território disputado, que a Índia considera disputado. Isso transparece ou ocorre em paralelo com atitudes um pouco mais ousadas da China, particularmente algumas incursões em algumas dessas áreas, pelo menos percebidas como tal, e particularmente a Crise de Doklam, percebida pela Índia como um problema bastante significativo, quando, segundo a Índia, a China teria adentrado um território disputado, nesse caso, com o Butão, que é aliado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO PACELLI LAZZAROTTI DINIZ COSTA – Opa, vou tentar concluir!

O Butão é aliado da Índia. A Índia, então, entra nesse território. Há um impasse, porque essa entrada da China seria para a construção de uma estrada. É um grupo que está indo realizar construções para além, para estender uma estrada que já havia mais próximo de uma parte particularmente sensível do território indiano. Então, a Índia entra nessa área para forçar a China a afastar-se. É uma situação que perdura entre junho e agosto do ano passado.

Essa é a região. É o mapa daquilo que pode ser considerado região disputada. Não há, inclusive, consenso sobre quais são as regiões disputadas nessa tríplice fronteira entre Butão, Índia e China. Ali é um ponto que foi – digamos – o ponto nevrálgico dessa crise. Mas o ponto mais importante para a Índia é que isso permitiria colocar as forças chinesas muito próximas, demais, desse gargalo que é a ponte da Índia do oeste com a Índia do leste, que é o único ponto de passagem – é aquele verde mais escuro – e que tem na sua menor extensão apenas 27km de largura, ou seja, alcance de artilharia convencional.

Então, torna-se uma situação muito intensa, muito dramática, muito emocional para a Índia, e isso gera, então, essa tensão atual vigente ali na região – isso tudo, isso conflui –, que é uma situação em que há uma intensificada desconfiança regional. A Índia lidera e promove uma intensa oposição – perdão, ali é "indiana"; desculpem-me, saiu errado – à Belt and Road Initiative, inclusive atuando contrariamente, de maneira muito intensa, na região, de maneira a minar esse esforço. Isso ocorre junto com a má vontade de outros atores regionais, com relação ao que vem ocorrendo em torno do Mar da China Sul, ou Mar do Sul da China, como alguns chamam – parece que isso foi objeto de uma discussão aqui recentemente. Então, muita gente, ou alguns analistas começam a levantar uma possibilidade de revisão, de que esteja em curso uma revisão da doutrina nuclear indiana – algumas pistas aparecem em algumas falas –, levando em conta a possibilidade de um ataque contraforças ao Paquistão para evitar essa situação que, do ponto de vista da Índia, é percebida como uma situação insustentável. Claro, o problema é que fazer isso implicaria aumentar as capacidades indianas, o que tende a intensificar tensões também com a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Prof. Layla mencionou a tentativa indiana de aumentar o alcance dos seus artefatos de entrega. Alguns já penetram bastante dentro do território indiano, mas alguns dos mísseis em desenvolvimento pela Índia alcançariam distâncias ainda maiores.

Isso convive com uma certa tensão decorrente do quê? Daquilo que apareceria, supondo que há algum acerto nessa percepção, nessa destilação que se tem do que seria uma doutrina nuclear do Paquistão, que é essa tensão, de um lado, entre o desacoplamento dos artefatos e dos seus veículos de entrega *versus* a possibilidade do *first use*, do emprego em primeiro lugar. E uma ausência – perdão, ali faltou a palavra "ausência" antes – uma ausência da discussão, pelo menos no debate público, de como poderia ocorrer o controle ou o uso controlado desses artefatos como uma forma de lidar com a situação chinesa.

Então, essa é a situação, tal como aparece ali.

A situação da Coreia do Norte tem sido acompanhada com muito mais vivacidade no debate público, então eu vou apenas fazer um apanhado muito rápido do que ocorreu recentemente, ou pelo menos das perspectivas disso que ocorreu.

Isso é apenas um gráfico a respeito das possibilidades de alcance dos principais mísseis norte-coreanos. Há possibilidade, então, de que áreas dos Estados Unidos pudessem ser atingidas.

Essa discussão ocorre dentro de um quadro que tem uma história, e essa história se acelera drasticamente a partir do ano passado.

Após um acordo malogrado de que supostamente a Coreia do Norte não continuaria perseguindo determinado tipo de atividade, o fato é que a Coreia do Norte se retira do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e realiza vários testes nucleares – seis até o ano passado. Ao mesmo tempo, isso ocorre com o avanço acelerado no desenvolvimento e no teste de mísseis, ou seja, da capacidade de entrega desses artefatos nucelares.

Em vários momentos, ela se afirma disposta a negociações bilaterais com os Estados Unidos, mas demandando algumas garantias que os Estados Unidos não se consideravam dispostos a oferecer, e, posteriormente, acrescenta a essa demanda a suspensão dos exercícios conjuntos entre Estados Unidos e Coreia do Sul.

Nesse período, os Estados Unidos aceitam conversar, mas só com outros atores – são as *six-party talks*. Eles não aceitam um acordo bilateral sem que haja uma promessa da desnuclearização.

Nesse período veio, então, um aumento das sanções sobre a Coreia do Norte, havendo, em alguns momentos, suspeitas de descumprimento de algumas dessas sanções pela Coreia do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2017, há a dramática intensificação das tensões, inclusive com ofensas pouco elegantes, para se dizer o mínimo, de lado a lado, com uma linguagem bem pouco diplomática em vários momentos, e começa a ser considerada, de fato, a possibilidade de uma guerra entre esses dois atores. O Presidente Trump responde a determinados comentários do Presidente Kim Jong-Un de uma maneira, digamos assim, na mesma moeda ou às vezes até num tom um pouco mais alto, e recebe também respostas nesse sentido.

E o interessante é que, em nenhum momento, a China afirma publicamente que lutaria para defender a Coreia do Norte em caso de um ataque por parte dos Estados Unidos; disse que não deveria ocorrer, que seria inaceitável, mas, em nenhum momento, disse que lutaria contra.

Em 2018, então, esse processo culmina naquilo que a gente viu há poucos dias. Mas qual é o contexto? E é isso que eu acho que falta em boa parte das análises. Isso ocorre num contexto de intensificação da disputa entre Estados Unidos e China em outras áreas, o que vem sendo tratado como uma guerra comercial, no momento em que a China enfrenta algumas resistências regionais – algumas delas até instigadas pela Índia no que concerne à Belt and Road –, mas, inclusive, com um incremento das tensões no Mar da China Sul.

E, após uma visita à China, o Presidente Kim Jong-Un, da Coreia do Norte, aceita publicamente a desnuclearização. Fala: "Estou disposto a conversar sobre desnuclearização." Na esteira disso, há o encontro das Coreias e a cimeira de Singapura, que quase não foi realizada, de certa maneira pondo em dúvida o argumento que alguns colocam de que o Presidente Trump manobrou de maneira a ser obrigado ao acordo. Num determinado momento, ele disse que não ia. Então, essa foi uma situação um pouquinho curiosa do ponto de vista político.

Quais foram os resultados? Um compromisso público com a desnuclearização por parte da Coreia do Norte, sem qualquer menção no texto a alívio de sanções de imediato. Desde o anúncio da Cúpula, não houve outros testes por parte da Coreia do Norte. Foram feitas da parte da Coreia do Norte algumas concessões adicionais – a libertação de três prisioneiros, a devolução de restos mortais de soldados estadunidenses da época da Guerra da Coreia –, ao passo que Kim Jong-un obtém o seu encontro bilateral e obtém a suspensão dos exercícios entre Estados Unidos e Coreia do Sul, com um detalhe: essa é uma declaração, inclusive, posterior, isso não está no texto do acordo.

O que é que parece? O contexto, a meu ver, sugere que, diante da possibilidade real de guerra, a Coreia do Norte, após visita à China, parece ter recuado. Essa é uma questão que não é clara. Evidentemente, é uma visão do contexto que pode sugerir esse entendimento, mas o fato é que isso ocorre num contexto em que havia a perspectiva de que as coisas evoluíssem realmente para uma confrontação armada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são as perspectivas? Há muito trabalho adiante, claramente, mas China e Coreia do Norte, se esse entendimento está correto, pagaram um preço muito alto. O que teriam a fazer agora seria colher os benefícios ou não da parte deles. O sacrifícios que os Estados Unidos fizeram foram, a meu ver, comparativamente baixos e reversíveis – é perfeitamente possível retomar os exercícios. Agora, há o risco real de que as pressões sobre a Coreia do Norte diminuam. De certa maneira, a forma como o Presidente Trump lidou com a situação, após o encontro, em particular, depois de encerrado o encontro – não há mais uma ameaça –, sugere uma diminuição da pressão, pode ensejar uma diminuição da pressão e, principalmente, a grande possibilidade de que não haja acordo nos detalhes, por mais que até haja um comprometimento público com isso.

A questão é que tudo isso ainda vai ter de ser construído. Isso, evidentemente, não aparece ali. E, se é para ocorrer, tem de estar claro o que é exatamente; qual é a extensão da desnuclearização; como isso vai ser implementado, se vai ser com algumas medidas e com alguns alívios ou se, só depois que houver a desnuclearização completa, é que vai haver algum tipo de alívio; como vai ser, se vai haver mecanismos de monitoramento e verificação do cumprimento dessa desnuclearização por parte da Coreia do Norte; e quais seriam, então, as garantias de cumprimento ou os custos desse não cumprimento. Claramente, há um monte de questões em aberto, mas é um claro contraste com relação ao que havia, ao que se via no ano passado, com o que me parece ser um caminho um pouco mais difícil no âmbito do sul da Ásia.

Basicamente, eram esses os meus comentários, Senador. Era isso que eu queria trazer, a título de contribuição, sobre a discussão.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, Presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Doutor em Engenharia de Produção (Estudos Estratégicos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e também professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela sua exposição.

Eu gostaria de registrar e de agradecer a presença, nesta audiência do dia de hoje, de S. Exª o Sr. Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; do Sr. Embaixador do Paquistão, Sr. Najm us Saqib; do Sr. Embaixador da Síria, Sr. Mohamad Khafif; do Sr. Embaixador da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; do Sr. Conselheiro da Embaixada da Belarus, Sr. Aleksandr Shkatulov; do Sr. Terceiro-Secretário da Embaixada da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk.

E agora, passando a palavra aos que aqui se inscreveram, gostaria de registrar a participação dos nossos internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcelo Almeida, de Minas Gerais, diz que "O Brasil precisa se aproximar mais dos EUA e parar com esses afagos com China, Rússia, Irã, entre outros, países [...]."

O Adriano Silva, do Rio de Janeiro, pergunta – o anterior foi um comentário feito para análise dos senhores palestrantes, e esta é a pergunta do Adriano Silva do Rio de Janeiro: "O que dá o direito de um país ter energia nuclear? Não é restringindo o acesso que se obtém a paz. É preciso dialogar com todos os países para se obter mais conhecimento, respeito e comercialização. Quem sabe não possamos juntos desenvolver uma nova matriz energética?"

O Artur Cury, de São Paulo: "[...] por que os Estados Unidos possuem milhares de bombas nucleares e esses países asiáticos não podem possuir as suas? A proliferação dessas armas na Ásia é o reflexo das políticas imperialistas e americanas no mundo, é reflexo de autodefesa!!"

Joaquim Tavares, daqui, de Brasília: "Qual a probabilidade de haver uma guerra entre Coreia do Norte, Coreia do Sul e EUA? Caso viesse a acontecer, seria uma guerra nuclear? [...] Qual o papel do Brasil nessa guerra? Temos que desmantelar o programa nuclear [...]." E por aí ele encerra a sua consideração.

Tenho a honra de passar a palavra à S. Exª, o Sr. Embaixador do Paquistão no Brasil, Sr. Najm us Saqib.

O SR. NAJM US SAQIB (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado ao Sr. Presidente. Falarei devagar para que a tradução não consista em um problema.

É um grande prazer estar aqui. Estou um pouco surpreso. Vim aqui porque, nas últimas duas reuniões que frequentei aqui, os apresentadores eram mais sérios do que os apresentadores de hoje. Por exemplo, a Drª Layla falou que o Paquistão e a Índia tornaram-se nucleares nos anos de 1970, mas, na verdade, foi em 1998 que o Paquistão conduziu testes.

Como Embaixador do meu país, estou feliz de estar aqui, porque essa é uma situação em que apenas um lado da questão foi passado ao povo brasileiro sobre uma questão muito importante. O programa nuclear do Irã, Índia, Caxemira... Não vou falar do Irã ou Índia ou Coreia, porque não estão aqui. Brevemente, falarei aos meus colegas que, fora dois fatos desta apresentação – primeiro, Paquistão e Índia tinham essa questão da Caxemira; segundo, em 1998, o Paquistão conduziu esse teste –, fora isso, todo o material dessas apresentações foi retirado do Google, de jornais da Índia, sob a perspectiva da Índia. Foi isso que se falou. Então, falou-se sobre Bombaim, tudo sob a perspectiva da Índia.

Então, eu gostaria de convidar meus dois colegas brasileiros, primeiro, para visitar a nossa Embaixada e ver a perspectiva do Paquistão, que tem mais de 200 milhões de habitantes. Por que o Paquistão conduziu esse teste em 1998? Falaram sobre a Caxemira, mas esqueceu de mencionar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prof. Eugênio que, desde 1998, mais de 75 mil pessoas da Caxemira foram mortas pelas forças de ocupação da Índia. Ele se esqueceu de falar sobre isso.

A Índia ocupou a Caxemira do lado do Paquistão. Essa área está sob disputa. E eu vou falar, Sr. Presidente, sobre a questão da Caxemira. Em 1947, Paquistão e Índia se tornaram independentes, de acordo com um plano. Todas as áreas, na Índia, de maioria islâmica... A Caxemira possuía 98% de muçulmanos. A Índia mandou suas forças para a Caxemira, e as forças da Índia têm ocupado a Caxemira desde então. A Índia, em 1998, foi às Nações Unidas e solicitou a opinião sobre o que se poderia fazer com a Caxemira. O Conselho de Segurança da ONU, por meio de uma resolução unânime, disse que deveria haver um referendo, um plebiscito para que o povo da Caxemira decidisse se gostaria de ficar no Paquistão ou na Índia. Esse plebiscito, esse referendo, nunca foi realizado.

Um fato importante, principalmente, o Dr. Eugênio se esqueceu de mencionar: em 1948, em 1971 e em várias outras guerras, todas essas guerras foram lutadas entre Paquistão e Índia por causa da Caxemira.

Os mapas mostraram a perspectiva da Índia em relação ao Afeganistão. Vou falar ao professor: o Paquistão queria ter o controle do Afeganistão só para ter liberdades com a Índia. A Índia está na fronteira leste.

Humildemente eu falo ao senhor, Presidente. Gostaria, meus colegas e meus amigos, que viessem à Embaixada ou me convidassem. Eu vou a qualquer lugar, a qualquer parte do Brasil.

A Drª Layla disse que o Paquistão tem suprido conhecimento nuclear, tem passado conhecimento nuclear a terroristas. De onde vem essa informação? Eu quero dizer que o Governo do Brasil, o povo do Brasil e – sei – o Senado brasileiro têm uma opinião totalmente diferente dessas questões.

Eu estou decepcionado com os acadêmicos desse País; que suas fontes sejam relatórios de jornais, o Google. Nenhum dos professores mencionou uma fonte autêntica, um livro autêntico, por meio do qual eles fizeram essas afirmações.

Estou feliz por estar aqui e agradeço o senhor permitir que eu fale alguns minutos.

Ofereço, mais uma vez, que venham visitar a Embaixada e quero convidá-los para ir ao Paquistão, para que vejam, por si mesmos, o que está acontecendo, *in loco*, e quem está colocando esse tipo de informação no Google.

Com base no Google, o Brasil não vai ganhar a Copa do Mundo, mas eu asseguro a todos que estou torcendo pelo Brasil. O último jogo com a Costa Rica o Brasil ganhou. Acreditar no Google é bom para os estudantes da 8ª série, da 10ª série, mas para doutores fazerem essas colocações de um ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista particular... Eu não acredito que este prestigioso Senado brasileiro compartilhe desse mesmo ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador do Paquistão, Sr. Najm us Saqib, pela sua participação neste nosso debate.

E obrigado pela simpatia que tem pelo nosso futebol, do Brasil. A vitória contra a Costa Rica foi muito boa – 96 minutos de partida, e só precisamos de 6 minutos jogando bola para fazermos dois gols. Eu espero que, no próximo jogo, nós joguemos bem os 90 minutos iniciais.

Eu passo a palavra, agora, para comentários sobre a sua fala, muito percuciente, em relação ao debate hoje aqui travado e proposto, à Profª Layla Ibrahim Abdallah Dawood.

A SRª LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD (*Tradução simultânea.*) – Sr. Embaixador, eu vou responder em inglês para que não haja problemas com a tradução. Pode ser que tenha havido problemas com a tradução. Eu não disse que o Paquistão adquiriu armas em 1998. O que eu disse foi que a Índia começou seus esforços nos anos de 1970, não o Paquistão. O que o Prof. Eugênio disse foi que os testes ocorreram em 1998, e isso foi correto. Então, testes são uma coisa; o desenvolvimento de armas nucleares é uma coisa diferente. E o que eu disse, corretamente, foi que a Índia começou seus esforços antes de testar suas armas nucleares. Era isso que eu gostaria de dizer.

A outra coisa é em relação às fontes. Tenho de responder porque é uma grande ofensa para uma acadêmica dizer que as suas fontes são o Google. Não são o Google.

Durante a minha apresentação, eu diria que, sob o ponto de vista de armas nucleares, há Estados legalmente reconhecidos, de acordo com o Tratado de Não Proliferação, há países que possuem a permissão de ter armas nucleares, e Paquistão e Índia não têm essa permissão. Durante a minha apresentação, eu disse do ponto de vista dos Estados que têm a permissão legal de ter armas nucleares. O senhor pode acusar-me de falar desde o ponto de vista daqueles que podem ter legalmente armas nucleares, mas, do ponto de vista de potências nucleares, eu quis dizer aqueles que podem legalmente possuir armas nucleares. Então, não é a perspectiva da Índia, mas a perspectiva daqueles que construíram o regime não nuclear. Então, eu respeito a sua posição, a defesa do seu país, mas o que eu disse foi do ponto de vista daqueles que construíram o regime de não proliferação, e não do ponto de vista da Índia, não do ponto de vista do Paquistão, mas do ponto de vista daqueles que defendem o regime.

Eu gostaria de concluir falando sobre a questão da legalidade e da legitimidade.

O que o Tratado de Não Proliferação diz é que alguns podem, legalmente, ter armas nucleares. Alguns não podem ter armas nucleares, mas adquiriram armas nucleares. Isso não quer dizer que não é legítimo tê-las. Não estou dizendo isso. Não defendo a aquisição de armas nucleares. O que estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo é que há grupos que compram de forma legal. Alguns países têm armas nucleares, mas não têm a permissão. Isso não significa que as suas armas nucleares não sejam legítimas. O que pode acontecer é que os problemas que eles encontram são tão sérios na região que isso explique por que eles têm armas nucleares. Falei sobre aqueles que estavam no regime de não proliferação. Eu nunca discuti a legitimidade das armas nucleares do seu País.

O SR. NAJM US SAQIB (*Tradução simultânea.*) – Desculpe-me, Drª Layla. A senhora disse que as suas fontes são o Tratado de Não Proliferação e a Agência Internacional de Energia Atômica. A senhora pode falar de que maneira o Paquistão tem passado conhecimento a terroristas sobre armas nucleares? De onde a senhora tirou essa informação?

A SRª LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD (*Tradução simultânea.*) – O que posso dizer é que o que falei vem do ponto de vista da literatura, não do Google. Falei sobre os Estados que, legalmente, podem ter armas, e o Paquistão pode ter.

O SR. NAJM US SAQIB (*Tradução simultânea.*) – Em que informação... Qual é a fonte da sua informação?

A SRª LAYLA IBRAHIM ABDALLAH DAWOOD (*Tradução simultânea.*) – Eu respeito o seu ponto de vista, Embaixador, mas a literatura diz que há uma grande possibilidade. Não estou dizendo que é verdade, mas a literatura afirma que existe essa possibilidade. Essa informação não vem do Google. Essas informações são provenientes da literatura sobre a não proliferação de armas nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Antes de passar a palavra ao Prof. Eugênio Pacelli, eu gostaria de fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, acho que realmente deve ter havido algum erro – não diria erro –, alguma má compreensão na questão da tradução. Mas há alguma coisa em que nós temos que prestar sempre muita atenção, que são as nossas fontes. Quando digo "nossas", falo do mundo ocidental. E nós somos muito levados a acreditar nessas fontes.

Por exemplo, eu, particularmente, acreditei numa pessoa que eu conheci. E eu me tornei admirador dessa pessoa, que se chama General Colin Powell. Eu vi na televisão o General Colin Powell, numa sessão do senado americano ou do congresso americano, mostrando fotos e dizendo: "Sim, nós temos provas de que o Iraque, o país, possui artefatos nucleares. Aqui estão as provas." E nos mostrou, a milhões de pessoas em todo o mundo, alguma coisa que, num futuro muito próximo, depois dessa declaração, se mostrou não verdadeira. O Iraque não possuía essas armas. Mas, em função da crença de que realmente havia essas armas, houve a invasão do Iraque e houve a destruição de um país, até hoje tratando de se recuperar de anos e anos de lutas, de isolamento, de sanções, de pelejas, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, tenho muito cuidado quando vejo essas declarações oficiais de organismos internacionais, multilaterais. E confesso que somos levados a isso, porque queremos crer que ainda exista alguma possibilidade de ordem neste mundo em que estamos vivendo.

Um desses organismos chama-se Organização das Nações Unidas. Até quando, ou até quanto, melhor dizendo, nós podemos acreditar em tudo quanto a Organização das Nações Unidas fala ou proclama, via resoluções, como coisas que, de fato, mereçam a nossa crença e a nossa credibilidade? Resoluções emanadas das Nações Unidas – e são milhares delas – são editadas rigorosamente para serem descumpridas pelas grandes potências nucleares. Hoje, não se pode acreditar que, quando uma resolução das Nações Unidas é baixada, isso vá ser respeitado por todos, inclusive pelas potências que detêm o poder nuclear.

Eles formam um grupo de países que se transformaram no grande juiz daqueles que podem ter acesso a uma determinada tecnologia e dos que não podem ter acesso a uma determinada tecnologia. E aí não falo somente da questão nuclear. Falo, inclusive, no direito ao acesso que países em desenvolvimento deveriam ter de absorver certas tecnologias extremamente modernas de inovação para poderem, com essas tecnologias, ajudar o seu próprio desenvolvimento, o seu próprio equilíbrio social. Mas não! O poder do conhecimento que essas grandes potências vão alcançando elas vão também armazenando, como armazenam seus artefatos nucleares. Então, são novas tecnologias, e ai de quem queira avançar sobre o conhecimento dessas novas tecnologias!

Estamos assistindo agora à chamada guerra comercial que os Estados Unidos, pelo seu governo – não o país –, pelo líder norte-americano, declararam a vários países do mundo. É a chamada guerra comercial, uma guerra que não leva à vitória de ninguém, que apenas aumenta a instabilidade mundial e que, com essa instabilidade mundial, ameaça a sobrevivência de bilhões de pessoas. Então, impõe tarifas, porque a China, especificamente, entre outras coisas – agora, vou me referir às sanções que foram aplicadas sobre a China, vou me referir ao ponto de que eu estava tratando, que é a questão da tecnologia –, teria usurpado direitos intelectuais de tecnologias americanas.

Este é um momento em que cabem medidas completamente diferentes daquelas que estão hoje sendo tomadas por essas grandes potências. O momento hoje é de diálogo, é de cooperação, sem submissão. Há de se ter muito cuidado quando se fala em cooperação de um país em relação a outro, porque, às vezes, essa cooperação apenas traveste uma nova forma de colonização e, portanto, de submissão. Mas nós temos, hoje – este é o momento –, de buscar o diálogo, a convivência pacífica; de construir e edificar consensos; de trazer de volta o bom senso ao convívio entre nós, sobretudo ao convívio entre as grandes lideranças mundiais.

Nós não podemos mais aceitar que um organismo multilateral como as Nações Unidas fique silente diante do descumprimento, reiteradas vezes, de suas resoluções; resoluções que teimam em falar de sanções, em impor sanções aos países que, eventualmente, não estejam cumprindo este ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele desiderato das grandes potências. Quem sofre com isso é a população desses países que são vitimados por esse tipo de sanções. E será que a população desses países merece essas sanções por erros ou acertos que as lideranças desses países tenham cometido dependendo da ótica de quem observa o assunto, o fato?

Desse modo, eu tenho muito cuidado – muito cuidado! – quando observo algumas declarações e o posicionamento da mídia ocidental em relação a temas, a como eles são colocados.

No caso presente, que é um tema que vem sendo muito assediado, pela procura que se faz quanto ao que está acontecendo em relação à Coreia do Norte, em relação ao Irã e a esse acordo com o Irã, em que cinco países, seis países aliados dos Estados Unidos – os Estados Unidos e os seus aliados principais, além de Rússia e China, seus aliados tradicionais... O governo, o líder norte-americano não poderia se retirar desse acordo da maneira como fez, pedindo o chapéu e indo embora, sem dar satisfação aos seus aliados, que têm um pensamento completamente diferente, até porque declarações públicas dos líderes desses países foram lidas e ouvidas por todo o mundo sobre aquela atitude que o líder norte-americano tomou.

A saída do Acordo Trans-Pacific Partnership: também pediu o boné, saiu e deixou os seus aliados a ver navios. A saída do Acordo de Paris: se há hoje algo que une a população deste Planeta é a necessidade que nós temos de salvá-lo de uma destruição não de armas nucleares – não! –, mas pela ação de nós próprios, habitantes deste Planeta, algo de extrema importância para a nossa sobrevivência. E também o líder norte-americano se retira desse acordo. Retira-se da Unesco, onde se discute a questão de cultura, de *softpower*, de educação, de preservação do patrimônio histórico. E retira a sua assinatura depois do encontro do G7, depois de assinar, porque o Primeiro-Ministro do país anfitrião, Trudeau, deu uma declaração numa entrevista coletiva que não soou simpática aos ouvidos do líder norte-americano. E ele, simplesmente, no seu Twitter, disse: "Retire a minha assinatura!" E aí? E o G7? Como ele vai ficar sem a presença do líder da maior e mais poderosa potência deste nosso mundo, hoje unipolar? Unipolar!

Então, vejam os senhores e as senhoras que nós temos que refletir bastante. Temos que, talvez, conversar mais, nos inteirar mais, ouvir as partes, não somente o lado que o nosso Ocidente deseja que nós compremos como a pura e lídima verdade. Mas vamos ouvir o outro lado, vamos fazer o nosso juízo, e não comprar o juízo simplesmente dessas organizações. Por que é verdade, é o que nós temos de legal hoje, e temos que nos fiar em algo, temos que ter um certo balizamento, mas que sirva de baliza, e que nós pensemos bastante, antes de formarmos o nosso juízo, ouvindo a baliza oposta e sabendo até que ponto a verdade caminha com a opinião exarada pelos órgãos de comunicação ocidentais ou caminha contra a nossa realidade.

Eu passo a palavra ao Sr. Prof. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EUGÊNIO PACELLI LAZZAROTTI DINIZ COSTA (*Tradução simultânea.*) – Sr. Embaixador, eu vou falar também... O senhor pode culpar a mim de tudo que falou. Eu acredito que os intérpretes fizeram um excelente trabalho. E eu quero que o senhor ouça diretamente de mim.

Primeiramente, quero agradecer pela maneira honesta como o senhor colocou o seu desacordo. O senhor falou de maneira direta e honesta, e isso é muito satisfatório para um acadêmico.

Eu vou tentar ser o mais honesto que puder sobre essa questão sensível e relevante. Eu lhe agradeço por seu convite gentil para visitar a Embaixada. Tenho certeza de que o senhor sabe entreter muito bem e tenho certeza de que a conversa seria bastante produtiva.

Quero dizer-lhe que houve realmente... Pode ser que tenha havido algum tipo de mal-entendido. Eu fui claro. Eu tinha a clareza de que eu ia tentar mostrar o que estava mudando naquela dinâmica, nas dinâmicas regionais relacionadas à possibilidade dos conceitos, da ideia de armas nucleares na região.

Particularmente, eu mencionei...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EUGÊNIO PACELLI LAZZAROTTI DINIZ COSTA – ... quando eu estava mostrando o mapa com o qual o senhor se preocupou, sobre as áreas contestadas, as áreas sob disputa, eu acredito que eu estava realmente mostrando a perspectiva da Índia. E havia uma razão para isso, que era o principal agente de mudança naquela dinâmica, depois dos testes de 1998... Foi o processo de tentar lidar com diferentes percepções, diferentes realidades percebidas pelas autoridades indianas. Isso é muito importante. Eu achei importante deixar isso bem claro. O teste de 1998 pelo Paquistão mudou, foi um divisor de águas para a Índia. E eu acho que o senhor concordaria comigo. Parte da explicação de por que o Paquistão desenvolveu armas nucleares, em primeiro lugar. Esse é o meu ponto principal.

O agente principal de mudança naquela dinâmica foi a percepção ou a nova percepção que as autoridades da Índia têm de uma situação que, do seu ponto de vista, tornou-se crucial, tornou-se, vamos dizer, diferente e menos favorável do que antes. E eles estão tentando aceitar e lidar e processar essa situação. Não estou dizendo se é uma maneira falsa, boa; só estou tentando dizer que, por causa disso, eles mudaram de comportamento, e esse comportamento induziu mudanças no comportamento dos outros atores regionais. É isso pelo menos o que podemos inferir a partir das afirmações de conselheiros de segurança nacional. Vêm do Google essas informações, mas são informações com base nas informações de um conselho de segurança.

Sou membro de um instituto para estudos internacionais em Londres e pago muito dinheiro para fazer parte desse grupo, para ter acesso a comentários estratégicos – a minha mulher diz que eu gasto muito dinheiro com isso. O que eu estou tentando comunicar aqui é uma compilação breve e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concisa do meu entendimento, da minha opinião sobre essa mudança. É claro que eu não me esqueci de que deveria ter havido um referendo sobre a Caxemira. Eu não esqueci; eu apenas não mencionei. Não mencionei também a guerra de 1950 das Coreias, quando eu falei da Coreia do Norte. Precisamos ter um limite em relação às informações que passamos.

Eu não me lembro, em nenhum momento, de ter falado que uma posição, uma perspectiva é melhor do que a outra. Eu falei apenas que o *status quo* foi percebido como mais favorável, do ponto de vista da Índia. Essa mudança de percepção causou uma mudança de comportamento, e essa mudança de comportamento, trazida pela mudança na percepção, causada pela mudança de percepção, impactou e causou mudanças nos comportamentos e percepções de outros atores da região. Então, o fato é que foi essa percepção, essa mudança de percepção o principal agente causador da mudança nas dinâmicas. Esse foi o ponto que eu quis trazer. Eu coloquei esse ponto e mostrei no mapa, de maneira gráfica, essa percepção.

Espero que isso tenha esclarecido a situação. Em nenhum momento eu quis magoar o senhor, os seus sentimentos ou afirmar que o seu país ou a Índia ou a China estão no lado errado da equação, ou que qualquer deles esteja mais certo do que o outro.

Se essas afirmações fossem irrelevantes, não teríamos o problema persistindo por tanto tempo. Então, é significativo que esse seja um problema que tem se arrastado por tanto tempo e que não tem tido solução. É uma conjunção de problemas difíceis de se resolver. Espero que eu tenha conseguido ser claro, transmitir o meu ponto com clareza para o senhor.

Preciso dizer-lhe também que foi muito gratificante ver o Embaixador defendendo o seu País de maneira tão direta, mas também tão bondosa. Eu agradeço a sua sinceridade e a sua bondade, que ajudou a explicar coisas que provavelmente não foram muito claras. Muito obrigado pelo que o senhor disse e por sua atitude.

O SR. NAJM US SAQIB (*Tradução simultânea.*) – Primeiro, fui corrigido, mas acho que não houve problemas na tradução. Não quero culpar os maravilhosos tradutores que estão sentados lá atrás. Mas agradeço a explicação dada pela Drª Layla e pelo Dr. Eugênio, de forma especial.

Eu só gostaria de agradecer, Sr. Presidente, a sua bondade em explicar a situação de uma perspectiva visionária e diferente. Eu anotei o que o senhor disse e vou passar isso ao que estou escrevendo, às minhas memórias, depois que eu me aposentar. O que o senhor disse... Seria possível escrever uns dois ou três livros sobre o que o senhor disse. E eu não estou fazendo piadas. Muito obrigado por sua bondosa explicação e esclarecimento.

No livro sagrado do Islã, o Alcorão, algo mencionado é que não ore... Se estiver fazendo uma citação, não ore se você ficar bêbado. Não ore se você estiver bêbado. Não reze se você estiver bêbado, ou seja, não mencione a história só de uma perspectiva. Eu concordo com o senhor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, é preciso deixar que as duas partes falem, que as duas partes possam explicar seus pontos de vista de forma plausível, de forma sábia e que se chegue a uma conclusão.

Quero também mencionar... Não sei se as pessoas ainda gostam de Paulo Coelho, mas eu o li, muitos anos atrás, e lembrei-me do que ele falou. Paulo Coelho é um escritor, e ele disse: "Não explique. Não explique, porque as pessoas ouvem o que elas querem ouvir."

Com isso, mais uma vez eu agradeço, Sr. Presidente e nossos queridos colegas, por esta discussão. Eu aprendi hoje e agradeço muitíssimo.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador do Paquistão, Sr. Najm us Saqib, pela sua participação neste nosso debate.

Quero agradecer muito especialmente à Profª Layla Ibrahim Abdallah Dawood pela sua brilhante participação; agradecer também ao Prof. Eugênio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa pela sua também brilhante participação.

Quero dizer aos senhores, a V. Exªs aqui presentes e aos nossos ouvintes e telespectadores, que esta eu reputo uma das melhores, se não a melhor audiência pública que nós realizamos até hoje, exatamente pelo debate que foi proporcionado, graças à participação e à presença de S. Exª o Embaixador do Paquistão, a quem mais uma vez agradeço a presença, mas também pela maneira como os nossos palestrantes puderam oferecer a S. Exª respostas às suas questões e às suas dúvidas.

Fico muito feliz com o convite que foi feito para que visitem – a Srª Professora, doutora, e o Sr. Professor, doutor –, quando tiverem uma oportunidade, a Embaixada do Paquistão para conversarem um pouco e ouvirem um pouco, enfim, e trocarem mais ideias, o que eu tenho certeza os senhores gostariam de fazer num ambiente de maior recolhimento.

Muito obrigado a todos os nossos internautas pela participação.

Eu informo que o nosso 9º Painel ocorrerá no dia 9 de julho próximo, na segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Exmº Sr. Embaixador e ex-Ministro Celso Lafer, que abordará o tema Insegurança Internacional.

Eu recomendo muito a presença de todos aqueles que se interessam por um tema tão atual a comparecerem a essa audiência, porque o Prof. Celso Lafer, Ministro, Embaixador, é sem dúvida uma das cabeças mais brilhantes deste País, como também são aqueles nossos palestrantes do dia de hoje.

Solicito que o relato do 7º Painel deste nosso Ciclo de Debates, realizado no dia 11 de junho, seja dado como lido na íntegra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos de hoje, convoco as Srªs Senadores e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, agendada para amanhã, dia 26 de junho, terça-feira, às 10h, neste plenário, acrescentando que faremos, em seguida a essa nossa reunião, outra reunião para deliberar sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao PLN nº 2, de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018.

Mais uma vez agradeço a presença entre nós do Sr. Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; de S. Exª o Sr. Embaixador do Paquistão, Sr. Najm us Saqib; de S. Exª o Sr. Embaixador da Síria, Sr. Mohamed Khafif; de S. Exª o Sr. Embaixador da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; ao Sr. Conselheiro da Belarus, Sr. Aleksandr Shkatulov; e ao Sr. Terceiro-Secretário da Embaixada da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk; além de agradecer muito especialmente a presença que me dá muita alegria e muita satisfação também, no dia de hoje, do Deputado Federal João Caldas, do Estado de Alagoas, homem público que tem uma vida política sempre medida pelas boas ações que tem empreendido em favor do seu povo, da sua gente, e também aqui na Câmara Federal, onde seu filho hoje o substitui como Deputado Federal – o Deputado Federal JHC. Peço licença para pedir a S. Exª o Sr. Deputado Federal João Caldas que leve ao Sr. Deputado JHC o nosso abraço e a nossa consideração.

Agradecendo mais uma vez a todos pela presença na noite de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

Muito boa noite.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Edison Lobão, Romero Jucá, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Paim, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, Gladson Cameli, Cristovam Buarque, Rudson Leite, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Paulo Rocha e Reditario Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, José Agripino e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Airton Sandoval. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o Relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014." **Autoria:** Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Airton Sandoval, é aprovado o Relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, Respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, é aprovado o Relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Ao iniciar a nossa reunião no dia de hoje, eu submeto à apreciação das Srªs e dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão se nós podemos já decidir pela abertura da votação dos Exmos Srs. Embaixadores que serão sabatinados no dia de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam que nós abramos imediatamente o processo de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito ao Secretário desta Comissão que, por favor, abra o processo de votação eletrônica a ser conferida aos Srs. Embaixadores hoje sabatinados. Obrigado.

Comunicados.

Turquia. Após vencer as eleições gerais antecipadas, nesse domingo, com cerca de 53% dos votos, o Premiê da Turquia, Recep Erdogan, do conservador Partido da Justiça e Desenvolvimento, terá os seus poderes ampliados com a entrada em vigor das mudanças constitucionais endossadas por um referendo realizado no ano passado que promoveu a extinção do cargo de Primeiro-Ministro e o enfraquecimento do Legislativo.

O candidato da oposição do social-democrata Partido Republicano do Povo, Muharrem Ince, obteve 31% dos votos. Ele disse que a Turquia está entrando num período perigoso de governo de um só homem. Outros quatro candidatos tiveram menos de 10% dos votos.

Críticos dizem que falta ao novo regime político turco um sistema de pesos e contrapesos. Nas eleições para o Parlamento, a Aliança Governista, liderada pelo partido AKP, de Erdogan, garantiu maioria de 53%, com 343 cadeiras de um total de 600, ao passo que o opositor CHP e seus aliados obtiveram 33% ou 190 cadeiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez o partido de esquerda Pró-Curdo, Partido Democrático do Povo, HDP, retornará ao Parlamento tendo conquistado 67 cadeiras, apesar de seu candidato à Presidência, Selahattin Demirtas, se encontrar numa prisão de segurança máxima sob a acusação de terrorismo – o que ele nega.

Segundo comunicado. Eu passarei à leitura de uma nota da Comissão de Relações Exteriores, aprovada na nossa última reunião de quinta-feira e que foi encaminhada, ontem mesmo, pela Embaixada do Brasil, em Washington, ao Departamento de Estado Americano, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores daquele país, Senador Bob Corker e ao Senador Bob Menendez, Vice-Presidente da referida Comissão. Esses envios foram feitos de acordo com o que determina o mais exigente e correto protocolo, via Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Passarei à leitura da nota encaminhada ao Departamento de Estado Norte-Americano e ao Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano.

Nota. Os Estados Unidos da América têm uma vasta tradição de acolhimento de imigrantes. Trata-se, na realidade, como muitos outros países do continente americano, inclusive o Brasil, de uma nação que foi construída com o imprescindível trabalho e esforço de imigrantes vindos de todo o mundo. Um dos seus principais símbolos, a Estátua da Liberdade, tem inscrita, na sua base, as seguintes frases:

> "Dai-me os seus fatigados, os seus pobres,
> As suas massas encurraladas ansiosas por respirar liberdade,
> O miserável refugo das suas costas apinhadas.
> Mandai-me [dizem os dizeres inscritos na base da Estátua da Liberdade, lá no Rio Hudson, nos Estados Unidos] os sem abrigo, os arremessados pelas tempestades,
> Pois eu ergo o meu farol [que é exatamente a tocha que a Estátua da Liberdade segura na mão] junto ao portal dourado. [Portal dourado é metaforicamente entendido como o portal de ingresso nos Estados Unidos da América, país que realizou tantos sonhos, de tantos imigrantes em todo o mundo.]
> Da mesma forma, os Estados Unidos da América sempre foram referência mundial no que tange à defesa dos direitos humanos fundamentais e têm uma Constituição que figura entre as mais libertárias do mundo. Por isso mesmo, chocou-nos tomar conhecimento da política de tolerância zero da administração Trump em relação aos imigrantes não documentados, a qual inclui até mesmo a odiosa prática de separar os imigrantes de seus filhos, felizmente agora parcialmente revertida.
> Por todo o planeta, difundiram-se as imagens de crianças, muitas delas de tenra idade, enjauladas em alambrados improvisados com colchonetes no chão e cobertores de papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alumínio servindo como único consolo à traumática separação forçada de seus progenitores.
Também foram difundidos vídeos e gravações do choro desesperado de pequenas crianças clamando pela presença de seus pais e mães.
Essas crianças, inclusive 49 de nacionalidade brasileira, sofrem um trauma psicológico que poderá deixar sequelas por todas as suas vidas.
Inevitavelmente, tal prática provocou reação nacional e internacional de vastas proporções. As Nações Unidas e o Unicef vinham denunciando a prática, que classificavam de desumana.
A Diretora Executiva do Unicef, Henrietta Fore, anunciou, em comunicado oficial, que "parte o coração ver como crianças, alguns deles bebês, que buscavam refúgio nos Estados Unidos, são separados dos seus pais".
Entidades médicas norte-americanas alertaram para os danos irreparáveis que a separação forçada pode ter sobre as crianças.
O próprio Papa Francisco também manifestou seu repúdio à prática odiosa. Em entrevista, o Papa afirmou apoiar a declaração dos bispos norte-americanos, que classificam a separação de pais e filhos de imoral e contrária aos valores cristãos.
Muito embora tal prática já tenha sido parcialmente revertida pelo Presidente Trump, preocupa-nos a continuidade da política de tolerância zero em relação aos imigrantes. Com tal política, essas pessoas que procuram apenas uma oportunidade de trabalho e de sobrevivência digna são equiparadas a criminosos comuns.
Salientamos que ativistas e acadêmicos de todo o mundo vêm há anos denunciando o tratamento inadequado da questão imigratória e prevendo os riscos para os direitos humanos da ampliação de políticas restritivas. Com efeito, os imigrantes e os refugiados vêm sendo transformados, a bem da verdade, em bodes expiatórios da crise mundial.
Trata-se, a nosso ver, de uma visão completamente equivocada da questão migratória, incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos e com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951. Em nosso entendimento, o mundo em crise não precisa de muros e da criminalização de imigrantes e refugiados, muito menos de cárcere para crianças inocentes.
O mundo precisa, isso sim, de mais diálogo, mais entendimento e mais comércio. O mundo precisa urgentemente de mais respeito aos direitos da pessoa humana. Sobretudo, o planeta precisa da generosidade e da solidariedade inscrita nos dizeres da Estátua da Liberdade.
Por tudo isso, sugerimos ao Governo dos Estados Unidos da América que modifique a sua política imigratória e cesse de criminalizar os imigrantes e suas famílias. Acreditamos que todos ganharão com isso, especialmente os Estados Unidos da América, que receberão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que querem apenas trabalhar em paz e contribuir para o desenvolvimento do país que os acolheu.
Os Estados Unidos da América tornaram-se grandes graças a pessoas como essas, que acreditaram no sonho americano. Esperamos que os Estados Unidos da América respeitem a sua extraordinária e inspiradora tradição de país acolhedor, generoso e modelo de defesa dos direitos humanos.

Esta é a nota encaminhada, nota da Comissão de Relações Exteriores, encaminhada e ontem entregue ao Departamento de Estado Norte-Americano, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano e ao seu Vice-Presidente.

Depois dessa nota enviada, então, passo a ler esse acompanhamento.

Agentes de imigração norte-americana deixaram de indiciar criminalmente os imigrantes que atravessam ilegalmente a fronteira acompanhados de crianças, de acordo com o chefe da agência responsável pelas fronteiras nos Estados Unidos, Comissário Kevin McAleenan.

A decisão foi tomada para cumprir a ordem executiva assinada na semana passada pelo Presidente dos Estados Unidos, segundo a qual, filhos de imigrantes considerados ilegais não serão mais separados dos seus pais. Ao assinar a ordem executiva na semana passada, o líder norte-americano assegurou que os imigrantes e seus filhos seriam detidos juntos, mas detidos.

De acordo com o Comissário, os pais imigrantes não podem ser indiciados criminalmente se os agentes americanos desejam manter as famílias juntas, já que crianças não podem ser detidas em prisões federais.

O Consulado-Geral do Brasil em Houston confirmou ontem que há 51 crianças brasileiras separadas dos pais. Nem isso nós podemos afirmar com certeza, porque os números que são divulgados diferem dia após dia. Já saíram de 37 crianças brasileiras aprisionadas naquelas jaulas até o número de 51 crianças, e nem mesmo os Consulados podem afirmar com exatidão pela falta de informações dos órgãos responsáveis por tais medidas do governo norte-americano.

Até sexta-feira passada, dia 22, o número de que o Governo brasileiro dispunha era de 49 crianças. Desde maio, a política do Presidente dos Estados Unidos de tolerância zero com a imigração ilegal levou à separação de mais de 2 mil crianças de suas famílias ao passarem pela fronteira entre México e Estados Unidos.

Na quarta-feira da semana passada, o líder norte-americano, depois de muita pressão doméstica e internacional, assinou o decreto executivo que coloca fim à separação das famílias. A solução deve ser manter as crianças presas ao lado dos pais – a solução, se isso for solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

McAleenan disse à agência de notícias norte-americana Associated Press que a política de tolerância zero do Presidente norte-americano ainda está em vigor, mas seu órgão e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos terão de descobrir como será possível indiciar os adultos sem separá-los de seus filhos no futuro.

Com a nova ordem, abre-se o caminho para reverter a aplicação das leis de imigração ao modelo vigente sob a administração Obama, duramente criticado pelo atual Presidente. Os agentes que apreenderem imigrantes sem documentos acompanhados de crianças serão obrigados a entregarem intimações para que eles compareçam a uma audiência e depois liberá-los, política que o atual líder norte-americano apelidava de pegar e soltar – *catch and release* – e que tentou eliminar com a política de tolerância zero.

De acordo com o jornal norte-americano *The New York Times*, o Chefe de Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Jeff Sessions, disse ontem que não indiciar adultos que entram nos Estados Unidos seria um desserviço ao país e que relaxar a política de tolerância zero encoraja adultos a trazerem crianças ilegalmente aos Estados Unidos, e disse que a administração atual – aspas – "fará tudo em seu poder para evitar a separação de famílias" – fecho aspas.

E encerro aqui a leitura dos comunicados da nossa reunião de hoje, passando, então, à primeira parte da nossa pauta, indicação de autoridade.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 55, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. João Luiz de Barros Pereira Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 21/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

(*Procede-se à votação.*)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 20/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Convido para que tomem assento S. Exªs os Srs. Embaixadores João Luiz de Barros Pereira Pinto e Otávio Henrique Dias Garcia, a quem oferecemos, em nome de toda a nossa Comissão, as melhores boas-vindas a esta sessão plenária. (*Pausa.*)

Iniciando agora a oitiva de S. Exªs os Srs. Embaixadores, passo a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para mim uma honra e um prazer voltar a esta augusta Casa, desta vez, para falar sobre o posto ao que fui designado e em que, com a aprovação de V. Exªs, passarei a representar o nosso País, na Finlândia.

É um prazer encontrar vários Senadores com os quais já tive oportunidade de trabalhar e interagir.

A Finlândia é uma antiga nação, mas um país novo. Entre o século XIII e o princípio do século XIX, fez parte da Suécia. A partir de 1809, integrou o Grão-Ducado da Finlândia, dentro do Império Russo, até 1917, quando se tornou independente e, ano passado, consequentemente, festejou o seu primeiro centenário como nação independente.

A Finlândia é uma república parlamentarista que goza de invejáveis índices de qualidade de vida, educação, distribuição de renda, em uma população de 5,5 milhões de habitantes. Sua estabilidade política também é notável, com os partidos de centro predominando nos seus governos desde a instituição do sufrágio universal, em 1906.

Até os anos 50 do século passado, era um país eminentemente agrícola e extrativista, mas se industrializou rapidamente e a economia evoluiu, e, hoje, o setor de serviços representa 70% do PIB, de US$242 bilhões.

A política externa da Finlândia é uma decorrência direta de sua proximidade e afinidade com seus vizinhos nórdicos e as tradicionais coordenadas de paz, estabilidade, multilateralismo, direitos humanos, igualdade, ordem internacional e império do direito. Tudo isso é temperado com a realidade de compartir. É a maior fronteira europeia da Rússia, vizinho com quem tem um relacionamento importante, delicado e sensível. A Finlândia faz parte da União Europeia desde 1995, da OCDE, e, apesar de seu não alinhamento militar, mantém laços com o OTAN sem ser par formal desta.

Com respeito às relações com o Brasil, essas se pautam por uma agenda positiva e sem questões pendentes. Em 2016, por ocasião da visita ao Brasil do Chanceler Timo Soini, foi adotada a lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, que destacam os campos onde há potencial de cooperação, como educação, ciência, tecnologia, inovação, energias renováveis, bioeconomia, tecnologias limpas, defesa, comércio, investimentos e cooperação empresarial.

Ao deter um dos índices de inovação mais altos do mundo, a Finlândia é uma parceira privilegiada no nosso esforço de promoção de ciência, tecnologia e inovação com os setores produtivos brasileiros. Existem cerca de 50 empresas finlandesas instaladas no Brasil, nas áreas de telecomunicações, papel e celulose, manejo florestal, além de química e mineração. O intercâmbio comercial é modesto, muito inferior ao que poderia ser, na casa dos US$500 milhões anuais e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma média de cerca de US$2 importados da Finlândia para cada dólar exportado pelo Brasil. Há também um trabalho a ser feito nessa área.

No começo da minha carreira, de jovem terceiro secretário, talvez por minha formação da área de exatas, eu considerava a diplomacia cultural como área de atuação de menor importância. Hoje, com 35 anos e experiência, reconheço que não só é fundamental, mas é a atividade que deita as raízes mais profundas em terras estrangeiras e mais reconhecíveis ou apegadas à imagem ou à identidade do nosso País.

Um país com uma riqueza e uma diversidade cultural como o nosso não pode se limitar a aceitar que fiquemos nos estereótipos de praia, futebol e carnaval. O que eu vou dizer agora é um pouco contraditório com o que eu acabei de mencionar, mas, na Finlândia, nesse momento, há sete escolas de samba e já se criou uma liga das escolas de samba finlandesas. Não há brasileiros nessas escolas de samba. Então, isso reforça de certa forma o que eu disse, apesar de eu dizer que o carnaval não deveria ser o eixo principal.

Acho que as relações entre os nossos países precisam de maior conhecimento mútuo. Então, pretendo, no decorrer da minha gestão na Finlândia, reforçar o que meu antecessor iniciou, que é esse esforço de difundir as culturas brasileiras e não se limitar aos três amigos ou ao samba e ao futebol. A base está lançada, mas não há como evitar que se aprofundem esses conhecimentos.

À parte disso, temos uma grande cooperação na área de educação. Há programas de treinamento de professores brasileiros na Finlândia, professores que voltam ao Brasil para amplificar e difundir essas metodologias, esses conhecimentos. Há cooperação, agora há investimentos brasileiros na Finlândia na área de produção de novos materiais para a indústria têxtil, a partir de novos materiais com base em produção florestal.

Enfim, é da natureza humana considerar que todo antecessor é incompetente, e todo sucessor é um mal-agradecido. Certamente não serei mal-agradecido, não considerarei meu antecessor um incompetente e espero que ele não me considere um mal-agradecido ao continuar o trabalho que ele iniciou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

E agora passo a palavra a S. Exª o Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia para fazer a sua exposição.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é para mim também motivo de grande honra poder voltar a esta Comissão nesse momento para ser sabatinado para minha indicação para Embaixador na Bolívia.

Para nós, diplomatas, o rito de aprovação pela Comissão de Relações Exteriores e depois pelo Plenário do Senado Federal é uma prova viva da democracia brasileira e nos dá, como funcionários de Estado, um respaldo parlamentar que é muito importante e instrumental para nossa atuação no exterior.

Eu queira inicialmente agradecer ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela sugestão do meu nome para ocupar esse cargo e também agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela indicação e envio da mensagem com o meu nome para esta Casa.

Estou muito honrado também com a presença de colegas aqui: a presença da Embaixadora Gisela Padovan, a Embaixadora Vera Cíntia e o meu querido amigo de longa data, o Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o Estado Plurinacional da Bolívia é o herdeiro de uma sucessão de civilizações milenares que se sucederam no altiplano boliviano, no altiplano sul-americano e que se espraiaram também pela costa ocidental da Cordilheira dos Andes. Eu acho que a situação geográfica da Bolívia é um dado fundamental para a compreensão da sua inserção continental e internacional.

Depois do Brasil, é o país da América do Sul que possui o maior número de fronteiras internacionais: tem fronteira com cinco países. Com uma área de, praticamente, 1,1 milhão de quilômetros quadrados, é o quinto maior país da América do Sul e, com uma população de 11 milhões de habitantes, é o oitavo país do continente em população.

Em termos de PIB, a Bolívia é o oitavo dos doze países do continente e, em PIB *per capita*, o décimo segundo. Portanto, é o último país em termos de PIB *per capita*, o que reflete que o país ainda tem um potencial, um desafio enorme para crescer e terminar com as suas desigualdades internas.

Em termos de relacionamento com o Brasil, a Bolívia é o país que possui a maior fronteira terrestre com o nosso País. É uma fronteira de 3.423km. Só para dar um exemplo de comparação, a fronteira dos Estados Unidos com o México, que está muito em voga e muito mencionada pela mídia ultimamente, é de 3.100km. Isso demonstra a importância que a fronteira possui no relacionamento bilateral. É o único país também da América do Sul que possui fronteiras com quatro Estados brasileiros: Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Vocês podem ver que o tamanho da fronteira é realmente visível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela situação, por essa fronteira muito extensa, o relacionamento entre os dois países pode ser considerado um relacionamento estratégico. Existem três pontos, três áreas principais em que esse relacionamento tem se desdobrado: na parte de integração energética, na parte de integração de infraestrutura física e na parte de combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos internacionais. A fronteira é, obrigatoriamente, um elemento a ser considerado em qualquer planejamento de comunicação entre o Atlântico e o Pacífico.

Como eu mencionei, nesse pilar do relacionamento na área energética, a Bolívia é o maior fornecedor de gás natural para o Brasil. As importações brasileiras de gás hoje representam praticamente 30% do gás natural utilizado no Brasil. Há ainda todo um potencial de aproveitamento hidrelétrico. E, em função dessa conjunção, em 2015, foi criado o Comitê Técnico Brasil-Bolívia de energia, que se desdobrou em dois grupos de trabalho, um deles voltado, exclusivamente, para o gás natural; e outro, para eletricidade.

O acordo de exportação de gás, cuja primeira vigência termina no ano que vem, em 2019, deve ser renegociado entre os dois Governos a partir do ano que vem e envolve uma série de atualizações de realidades tanto de um lado da fronteira quanto do outro.

Na parte de energia elétrica, o Brasil e a Bolívia exploram a possibilidade da construção, instalação de uma hidrelétrica binacional sobre o Madeira, o que pode transformar a Bolívia, em médio e longo prazo, num polo exportador de energia para todo o continente, não só em benefício das áreas fronteiriças do Brasil, mas também do Peru e da parte sudeste brasileira.

Em termos de população, essa extensa fronteira tem assumido uma atualidade maior em função do crescimento populacional dos dois lados da fronteira. Em função disso, os dois Governos estabeleceram comitês de integração fronteiriça, que trabalham em quatro áreas basicamente: Cobija/Epitaciolândia; Guajará-Mirim/, do lado brasileiro, Guayaramerín, do lado boliviano; Corumbá/Puerto Suárez; e Cáceres/San Matías.

A Bolívia tem oferecido apoio unilateral e praticamente unânime em todas as candidaturas que o Brasil postulou nos organismos internacionais.

Em dezembro passado, o Presidente Evo Morales visitou o Brasil. Na ocasião, foram assinados dois importantes memorandos: um memorando de entendimento para o desenvolvimento de um corredor ferroviário bioceânico e um acordo de cooperação policial para a troca de informações entre os órgãos de segurança dos dois países, o que demonstra um desenvolvimento concreto de cooperação na área de combate a ilícitos transnacionais.

Em termos consulares, de população, o Brasil dispõe, além da Embaixada em La Paz, de dois Consulados-Gerais, em Cochabamba e em Santa Cruz de la Sierra, e de outros quatro Consulados, que estão situados mais na área de fronteira para atender às populações fronteiriças: Cobija,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guayaramerín, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Há uma estimativa de que existam entre 36 mil e 40 mil brasileiros residentes na Bolívia, dos quais a metade, praticamente 20 mil, concentrados entre Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, sejam estudantes universitários que vão à Bolívia estudar e, depois, ou se radicam lá ou vão para outros países da América do Sul. E muitos voltam para o Brasil para exercer suas profissões. Portanto, um dos temas que a Embaixada trata em coordenação com os Consulados é o apoio a essa população brasileira residente na Bolívia. Em termos de política interna, a Bolívia teve sempre uma evolução difícil em termos institucionais e políticos, mas desde a eleição do Presidente Evo Morales, em 2006, o país tem observado uma estabilidade razoável, que permitiu à Bolívia, em dez anos – ele tomou posse em 2006, já há mais de dez anos, já vamos para doze anos –, quintuplicar o produto interno do país. Ou seja, a estabilidade política efetivamente teve consequências para o desenvolvimento econômico e social do país.

Eu não quero me estender em detalhes que podem ser...

Em termos de política externa, a Bolívia, nos últimos anos, tem dado prioridade para intensificar a sua presença internacional, seja nas Nações Unidas, onde tem defendido conceitos de cultura nativa, de meio ambiente – eles têm um conceito de viver bem com a Pachamama, que é a mãe natureza –, e que em muitos momentos tem uma coincidência muito grande com as próprias políticas brasileiras de preservação de meio ambiente.

Eles ainda têm um diferendo histórico com o Chile. Na guerra do pacífico de 1878, a Bolívia perdeu o acesso ao mar, e desde então há negociações que vão e vêm ao longo dos anos, na tentativa de recuperar ou o território em si, ou o acesso ao mar em termos práticos. Os dois países, desde a década de 60, não têm relações diplomáticas. E em 2013, a Bolívia apresentou à Corte Internacional de Justiça, na Haia, um pedido para que se obrigue o Chile a negociar de boa-fé uma solução para a questão. E há uma expectativa de que a Corte se pronuncie no ano que vem sobre isso.

Ainda em termos de política externa, é importante frisar que a Bolívia assinou com o Mercosul um tratado de adesão, que já foi reconhecido, já foi aprovado por todos os países, com exceção do Paraguai, onde ainda falta uma etapa legislativa, e do Brasil, onde já foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e está esperando aprovação do Plenário para que venha ao Senado. A Bolívia tem participado das reuniões do Mercosul e é uma intenção, uma iniciativa importante, por representar um distanciamento da comunidade econômica à qual o país pertencia anteriormente, que era a Comunidade Andina, e um fortalecimento do Mercosul nesse caso.

Houve também, desde a eleição do Presidente Morales, um afastamento dos Estados Unidos e uma aproximação com a Rússia e a China, e o Presidente Morales acabou de visitar a Rússia e assinou acordos importantes, que podem compor um pouco, juntamente com o Brasil, a retomada da exploração dos campos de gás e de petróleo e do desenvolvimento dessa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de economia, o país tem crescido, nos últimos dez anos, a uma média de um pouco mais de 4%, o que tem proporcionado ao país retirar uma parcela importante da população da pobreza e passá-la a níveis maiores.

Em termos de comércio exterior, a Bolívia tinha, até dois ou três anos atrás, uma corrente de comércio relativamente equilibrada, que se beneficiava dos altos preços de petróleo e gás natural, que regem o mercado nessa área. Mas tem apresentado, nos últimos dois anos, em função da queda dos preços do petróleo, um pequeno déficit, que, se não for corrigido nos próximos anos, pode representar um óbice para o país.

Há uma fragilidade clara: o país continua muito dependente da exploração e da exportação de gás e minérios. Com o Brasil, por exemplo, 98% da pauta exportadora é representada pelo gás natural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – E o país tem tido enormes dificuldades em diversificar essa pauta.

Eu espero ter coberto, em traços muito gerais, o relacionamento, a importância do país para o Brasil. E gostaria de deixar outros momentos para os questionamentos que poderão ser feitos.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ouvimos os Embaixadores João Luiz e Octávio Henrique. Na lista de inscrições para usar a palavra... (*Pausa.*)

O Senador Cristovam está presente? Então, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador. Se o Senador permite, eu vou ter que ir à CAE, porque está sendo lido um projeto, e estão me chamando. Eu posso falar na sua frente?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Pode. Eu vou ter que sair às 11h. Mas vai dar tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não, não, eu não vou... Eu quero apenas cumprimentar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Não, pode, com prazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Apenas cumprimentar os nossos Embaixadores e dizer da alegria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por permuta, eu concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

Quero dizer da alegria de tê-los aqui, um Embaixador indo à Europa, o outro aqui, à vizinha Bolívia. Desejo a ambos muito sucesso no trabalho de representar a nossa Nação.

E quero dizer ao Embaixador Côrtes que pouco se ouve falar atualmente da Bolívia. Pouco.

E aliás, estão tentando também esconder a Argentina, um outro vizinho. A Argentina, de que tanto falavam até alguns meses atrás, como grande exemplo de democracia, um grande exemplo de retomada econômica, e hoje ela está, não absolutamente escondida, porque é impossível, em decorrência do que vem acontecendo lá. Na Argentina, aquele modelo, tal qual aplicam no Brasil hoje, levou o país a pedir socorro ao FMI. A população ontem paralisou completamente a nação, não é? Enfim...

E a Bolívia não se vê, não se ouve falar. Eu tenho lido muitas notícias sobre a Bolívia nos rodapés de jornais. Por exemplo, e eu quero que V. Exª corrija, a Bolívia tem sido, de todos os países da América do Sul, aquele que tem o maior índice de crescimento econômico, um índice significativo de crescimento econômico. Um país que busca inserir a sua população... Sabemos todos, pobre, pobre, grande parte do território pobre e formado por povos indígenas, não é? A Bolívia é um vizinho da nossa Região Norte, da Amazônia brasileira. Meu Estado do Amazonas não faz fronteira, mas nós temos um Município chamado Boca do Acre, que convive muito... Não com Cobija, não lembro exatamente qual a região dali da Bolívia.

Então acho que o senhor tem uma grande tarefa lá, de ampliar ainda as nossas relações.

Finlândia é isso, é um país que todos admiram. Aliás, pequenos e grandes países. Pequeno do ponto de vista do território, da população nem tanto, a Finlândia, mas com um nível de desenvolvimento social, assim, fenomenal, por conta do desenvolvimento tecnológico, do alto valor agregado aos produtos que eles fabricam, produzem lá, não é?

É apenas isso. E desculpa, Senador Cristovam, é que eu vou ter que ir bem ali à outra Comissão. Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Foi um prazer, Senadora, até porque...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu queria saber se os Embaixadores querem fazer algum comentário. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não? Então agradecemos.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senadora, foi um prazer permitir sua fala antes, até porque a senhora trouxe um ponto importante: de fato a Bolívia era vista, ao longo da história, como uma espécie de "patinho feio" da América Latina. E tem sido, nas últimas décadas, não só a partir do Presidente Evo, mas até um pouco antes, como um país que está encontrando coesão e rumo, duas coisas que precisamos tanto.

Me preocupa que, para manter isso, ele esteja tentando mais um mandato presidencial. Isso me preocupa na ideia da democracia, consolidar o bom projeto que o Presidente Evo vem implantando.

Embaixador Garcia Côrtes, eu queria fazer apenas uma pergunta que tem alguns pontos. É sobre quais são os contraditórios que podemos prever nas relações com a Bolívia em geral, em função de uma herança de fatos antigos. Por exemplo, a retirada do Senador, através do território boliviano, que deu tanto o que falar no Brasil alguns anos atrás, isto ainda deixou uma marca negativa da nossa diplomacia junto ao governo boliviano, o fato de que diplomatas brasileiros tenham tirado, com razões humanitárias muito fortes, mas de qualquer maneira retiraram, sem o aval do governo, que tenham asilado dentro da Embaixada?

Segundo, o *impeachment* no Brasil ainda continua sendo um problema na relação com o governo boliviano, mesmo que, com a vinda do Presidente Evo Morales, isso pareça ter desaparecido? Mas eu pergunto se o senhor acha que ainda existe, na intelectualidade, no mundo político e governamental, essa preocupação.

Terceiro, as relações da Petrobras com a Bolívia, que alguns anos atrás era considerada como algo quase que imperialista, ainda é um problema nessa nossa relação daqui para a frente?

Quarto, a fronteira representa um problema de fato, em relação, por exemplo, a brasileiros morando na fronteira e donos de terra, como temos no Paraguai, tráfico de armas, tráfico de drogas? A fronteira é um problema que pode trazer dificuldades?

Quinto, durante muito tempo se falou que a Bolívia se ressentia de que o Brasil ou os brasileiros tinham uma relação mais próxima com a região de Santa Cruz do que com o próprio país boliviano, sobretudo quando, alguns anos atrás, surgiu aquele movimento separatista, liderado por empresários *cruceños*. Eu pergunto se isso ainda pesa na relação Brasil-Bolívia.

Finalmente, um assunto que eu havia anotado aqui, mas que está dentro da questão da fronteira, que é o problema do tráfico, especialmente de armas e drogas. Pergunto se isso pode, amanhã ou depois, trazer problemas nas nossas relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Embaixador Pereira Pinto, eu queria fazer pedido: que V. Exª seja também embaixador da educação finlandesa no Brasil; que forneça, sempre que puder, informações sobre como aquele país conseguiu se encontrar como nação. Não faz muitas décadas, ele perdeu uma guerra, perdeu um pedaço enorme do seu território. A Finlândia recebia comida do exterior, Senador, para poder alimentar sua população – as Nações Unidas soltavam comida de avião, como se faz na África. Era um exportador apenas de madeira e hoje é um país com um potencial tão grande do ponto de vista econômico e, mais do que econômico, civilizatório. A Finlândia é um exemplo de civilização. Então, eu gostaria de sua atenção nisso e que nos mantivesse informados.

Quero dizer que, atendendo a seu pedido e também do Embaixador Garcia Côrtes, eu trouxe, para cada um, aquela bandeira que eu tenho, minha, Embaixador. É uma bandeira do Brasil que eu tenho na entrada no meu gabinete em que, no lugar de "Ordem e Progresso" está escrito "Educação é Progresso".

Eu trouxe uma para cada um, para o senhor colocar na Embaixada em Helsinki, mostrando que aqui a educação é um assunto, embora ainda tenhamos muito a fazer.

É isso.

E eu parabenizo o Presidente e o Ministério por estarem enviando mais Embaixadores de carreira, que carregam a formação que receberam. Tenho tanto orgulho de ter sido professor do Rio Branco, o lugar onde fui professor que mais me toca do ponto de vista do magistério!

Fico feliz e estou absolutamente confiante de que vamos ter bons Embaixadores, em um país tão rico em termos civilizatórios e em um país que é fundamental para o Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – A primeira pergunta do Senador foi dirigida ao Embaixador que vai para a Bolívia, Sr. Octávio Henrique, depois ao Embaixador que vai para a Finlândia, Pereira Pinto.

Então, para responder ao Senador Cristovam Buarque, eu concedo primeiro a palavra ao Embaixador Octávio Henrique.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Cristovam, eu tomei nota aqui das suas palavras.

Em relação ao asilo concedido e depois à vinda do Senador boliviano Roger Pinto ao Brasil, o senhor indaga se isso ainda deixou alguma cicatriz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que não. Em termos concretos, a visita primeiro do Chanceler Huanacuni, aqui, no ano passado, preparando a visita do Presidente Evo Morales em dezembro, que foi uma visita importante, terá sepultado qualquer sensibilidade que ainda restasse em relação a essa questão.

No que se refere ao *impeachment,* se ainda é um problema, houve declarações do governo boliviano acusando o processo de *impeachment*, mas, da mesma forma como tinha ocorrido no caso do Senador, do asilo dado ao Senador boliviano, eu acredito que a vinda do Presidente Morales mostra a normalização absoluta do relacionamento e, no fundo, o reconhecimento de um certo pragmatismo, de que, independentemente de preferências partidárias, a relação entre os dois países é basicamente ditada por uma relação de Estado com interesses permanentes que em muito passam e ultrapassam governos.

Essa visita, nesse ponto, tem um aspecto simbólico, essa visita de dezembro do Presidente Morales tem um aspecto simbólico muito importante nesse sentido de que todas essas sensibilidades estão ultrapassadas.

O senhor pergunta a respeito da Petrobras, se a Petrobras ainda é um problema, eu não acredito. Eu servi na Bolívia entre 2005 e 2008 como Conselheiro, cuidava do relacionamento comercial, momento em que, logo após a eleição e a posse do Presidente Morales, houve um movimento do governo boliviano para nacionalizar ou reformar os contratos de exploração. Há dois momentos: os contratos de exploração dos campos de gás e há um segundo ponto referente às refinarias que a Petrobras possuía no País.

A Petrobras se adaptou, obviamente teve custos no momento, não foi um processo sem dores, mas desde então a Petrobras continua. Houve uma negociação para a venda das refinarias que foi bem concluída com o pagamento das operações e o pedido, inclusive, para que a Petrobras auxiliasse as autoridades, os operadores bolivianos, a colocarem e manterem em bom funcionamento as refinarias. Há uma promessa da própria Petrobras de aumentar investimentos na Bolívia que permitam o aumento das reservas bolivianas e a continuidade do fornecimento de gás, que dependerá do acordo a que se chegar no ano que vem sobre a extensão ou um novo acordo de fornecimento de gás boliviano para o Brasil.

O senhor pergunta se a fronteira é um problema. Eu tenho uma visão otimista, eu acho que a fronteira é sempre uma solução. Há sempre problemas na fronteira, não tenho dúvidas quanto a isso, mas é sempre uma solução. Eu vejo a fronteira como um espaço de aproximação. Há problemas de tráfego, há problemas de ilícitos, há problemas de tráfico de drogas, de pessoas, de armas. São problemas bastante sérios, mas o histórico do relacionamento tem demonstrado um grau de cooperação nessas áreas que avançou muito nos últimos anos. Ano passado foi criado um Gabinete ministerial para Segurança Brasil-Bolívia, que já teve uma reunião no Brasil juntando o Ministro da Defesa, o Ministro de Segurança Pública, o próprio Itamaraty e suas contrapartes bolivianas. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo está avançando, há uma troca de informações. Na visita do Presidente foi assinado esse acordo de cooperação policial. Então, eu acredito que o tema esteja muito bem encaminhado. Problemas existem, mas o encaminhamento também se coloca e é positivo e concreto.

No que se refere ao relacionamento com Santa Cruz, em detrimento de La Paz, eu acho que isso, se o senhor me permite dizer, é até um pouco distorcido. Nós sempre tivemos boas relações com La Paz e com todos os outros departamentos, tanto com Pando, fronteira com Acre, quanto com Santa Cruz. Santa Cruz pode ter tido, na mídia, uma atenção maior, porque há um número de agricultores brasileiros que estão residentes e possuem terras em Santa Cruz, e a Embaixada sempre teve um acompanhamento da situação deles em termos fundiários, sempre prestou apoio nessa área. É um grupo muito expressivo, um número reduzido de empresários brasileiros do campo que produzem um número desproporcionalmente maior da produção agrícola do País. Talvez isso tenha sido um pouco distorcido pela mídia, tentando mostrar que havia uma certa... Não há.

Eu me lembro de que, no final de 2007, início de 2008, houve uma crise política entre o governo e a oposição, que estava radicada em Santa Cruz, e o Brasil, a Colômbia e o Vaticano foram convidados para mediar as conversações, que foram, naquele momento, bem-sucedidas.

Então, do lado boliviano eu não acredito que exista qualquer sensibilidade nessa área.

Eu acho que eu cobri as suas perguntas. E eu queria lhe agradecer pelo oferecimento da bandeira, que porei na minha sala em La Paz, se for aprovado aqui, com o maior orgulho.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado.

Agora, eu concedo a palavra ao Embaixador Pereira Pinto

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – O comentário do Senador Cristovam era propriamente um comentário, mas fico muito honrado com essa nova missão que o senhor me dá.

De fato, a Finlândia teve a sabedoria de investir na maior riqueza, que é a sua população, e, com isso, conseguiu transformar sua economia, que era, basicamente, agrícola e extrativista, que, como consequência da 2ª Guerra Mundial, o pouco que tinha de indústria foi absorvido pela perda de território que teve pela União Soviética e teve que se reinventar. Reinventou-se, inicialmente, com a indústria tradicional, sobretudo na parte de indústria naval, em mecânica, mas soube ultrapassar essa fase industrializadora, digamos assim, e investir na sua gente, em sabedoria e em conhecimento e é um dos países que têm o maior índice de inovação hoje em dia. Há 30 anos, a Nokia destruiu a Motorola com os telefones celulares desenvolvidos por ela, inteligência finlandesa. Circunstâncias fizeram com que ela não tivesse a capacidade empresarial para enfrentar a evolução tecnológica trazida pela Apple, mas, em outras áreas, continua sendo extremamente inovadora. E as inúmeras –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando o termo da moda – *startups* na Finlândia, e tudo com base em conhecimentos próprios. Enfim, eles têm um sistema educacional que enfatiza o lado técnico e também têm uma outra vertente, que é mais universitária, mais voltada para a pesquisa.

Então, com esse modelo, eles conseguiram, enfim, um sistema educacional que é exemplar para o mundo todo. No momento, eu sirvo como Embaixador na Guatemala, tenho amigos que têm escola e que foram para a Finlândia, para aprender o sistema deles, para implantar na Guatemala. É um modelo que, enfim, nós poderíamos aprender.

E, seguindo as suas instruções, Senador, serei o Embaixador da educação finlandesa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu agradeço as palavras do Embaixador Pereira Pinto e gostaria, por curiosidade, de fazer duas ou três perguntas para os Srs. Embaixadores sabatinados.

Primeiro, quero perguntar, por curiosidade, ao Embaixador Pereira Pinto, que falou em escola de samba na Finlândia: como é essa escola de samba? Nos moldes nossos, do Brasil.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Seguem exatamente os nossos moldes, com finlandeses, mas o carnaval lá, por causa do clima, é em junho. Agora mesmo...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Três dias também?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Também três dias...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – A mesma coisa.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Enfim, não são três dias, se estende ao longo de uma semana e reúne multidões de 35 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – O Senador Flexa Ribeiro, conversando comigo, esteve na Finlândia, e tenho a curiosidade de também querer visitar a Finlândia. Talvez eu chegue lá.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Muito obrigado.

Agora eu gostaria de perguntar ao Embaixador Octávio Henrique: o Estado da Bolívia é plurinacional, e o que significa "plurinacional"? São algumas etnias?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Há o reconhecimento na Constituição que foi aprovada e que entrou em vigor em 2009 – houve um plebiscito, houve uma votação em 2007, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia foi adotada em 2009 e dá autonomia até penal, em alguns casos, para as entidades nativas –, há o reconhecimento de diversas nações dentro do Estado boliviano, e essas nações têm determinadas autonomias dentro do funcionamento institucional.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – O senhor sabe dizer quantas nações são?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – São mais de dez.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Mais de dez?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – São mais de dez.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – E a língua?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – A língua... Bem, há três línguas principais, e as três são consideradas os idiomas oficiais do país. São o espanhol – e aí os dois maiores, porque outros menores também são reconhecidos –, o aimará, que é de uma civilização anterior à incaica, e o quíchua, que é dos Incas e ainda é falada. São as três principais línguas faladas. Há outras menores que também são reconhecidas.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Agora, Embaixador, a parte contestada, porque há uma parte contestada na disputa com o Chile, qual é? Qual é o local?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – É a fronteira, onde o Chile faz fronteira hoje com o Peru. É uma extensão de aproximadamente 400Km.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu queria aqui o mapa. Deixa eu ver o mapa aqui...

Estão colocando.

Quero visualizar...

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – O senhor está vendo ali, um pouco a sudoeste de La Paz, a linha de fronteira entre o Peru e o Chile. Aquela área de onde está marcada a fronteira hoje...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Cochabamba...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Não, não. Cochabamba é mais para o interior. É que o nome está aparecendo ali. Cochabamba é mais para o centro da Bolívia do que La Paz, propriamente dito.

Abaixo de Tacna...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Arica...

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – É. Arica até Iquique. Essa é a faixa que a Bolívia detinha e que perdeu na guerra. A verdade é que os dois países depois chegaram a um acordo de paz e reconheceram esse território como chileno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Chileno.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – O Chile também incorporou uma parte de território peruano. Era a Guerra do Pacífico. Foi uma guerra que durou vários anos. Os chilenos chegaram a ocupar Lima, a capital do Peru, que é, o senhor vê aqui, bem mais ao norte. E houve sempre uma dificuldade natural por essa perda de território. Houve uma possibilidade de acordo no início dos anos 70, os dois países estavam passando por regimes militares...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – E a população lá? É populosa essa área?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Não, não, é uma área deserta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – É uma área deserta?

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – É uma área deserta e, na verdade, há exploração de guano e salitre na região.

A Bolívia levou o assunto à Corte Internacional de Justiça, que deve dar um pronunciamento no ano que vem, mas a demanda boliviana não é para uma solução, é simplesmente para que o Chile negocie de boa fé. Isso é um termo relativamente vago para se chegar a alguma coisa. Vamos ver o que acontece.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Senador Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, eu queria pedir desculpas aos Srs. Embaixadores. Eu estava apresentando o meu relatório. Hoje é o último dia para apresentarmos relatórios para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu sou relator na Comissão de Ciência e Tecnologia. Cheguei nesta madrugada, vim de madrugada do Acre para cá e fui direto para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, mas eu não poderia faltar aqui, não só para votar, mas para cumprimentar também os dois indicados. Eu queria aqui saudar o Embaixador João Luiz de Barros Pereira Pinto. Queria cumprimentá-lo e depois vou explicar por que também minha afinidade e o meu desejo de estar aqui com a Finlândia.

E também cumprimento o Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Cortês, que é o indicado para Embaixador no Estado Plurinacional da Bolívia. Fiquei até enciumado, porque, como eu sou vizinho – o Acre é vizinho da Bolívia –, eu queria ter pegado a relatoria. Sou Vice-Presidente da Comissão, mas sei que a relatoria está também em muito boas mãos com o Senador João Alberto. O Senador João Alberto é o Relator, e, claro, o Senador Hélio José, para a indicação da Finlândia.

Mas faço este registro porque cobrei do Alvaro: "Olha, Peru, Bolívia, os vizinhos têm de ser comigo". Quase usei a prerrogativa de Vice-Presidente da Comissão. Cheguei para o Alvaro e perguntei o que estava acontecendo. "São os meus".

Mas, também, eu aceitaria a compensação de ser Relator de V. Sª para a Finlândia, e explico. A Finlândia é um país fantástico para mim. Daqui a pouco, faço uma referência. Estive na Finlândia faz algum tempo, quando era Governador do Acre. Sempre tive na Costa Rica e na Finlândia duas referências de país, vinculando-os ao meu Estado. Senador João Alberto, a Finlândia é realmente um país incrível. Eu debatia outro dia aqui quando o André Corrêa do Lago estava aqui, ele também conhece bem. É um país que tem, acho, pouco mais de cinco milhões de habitantes, talvez.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Tem 5,5 milhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Tem 5,5 milhões. É um país incrível, um dos poucos países onde está crescendo a área de floresta, só que uma árvore lá, Senador João Alberto, demora 60 anos para ficar adulta, e eles não param de plantar árvores, para alguém colher. Eu fui ver colheita de árvores, fui ver um pouco da cultura.

É um país que tem períodos em que só há noite ou só tem dia. O clima é realmente muito pesado, sofreu muito nas guerras, pagou contas altíssimas com a União Soviética, Rússia, enfim. É uma situação muito delicada. Tem muitas dificuldades naturais para poder se firmar, mas há coisas que eu vi lá... Tenho desejo de voltar, quem sabe agora, V. Sª indo e surgindo uma oportunidade, porque a Finlândia é um exemplo de uma equação quase impossível. Ninguém fala finlandês! Eu acho que V. Sª vai sair de lá sem falar finlandês.

O Senador Cristovam está chegando aqui, e eu digo: como um país cuja língua ninguém fala pode avançar tanto como a Finlândia? Viu, Senador Cristovam? A Finlândia é um dos países... Senador Cristovam, só uma última coisa: digo a V. Exª, que estimula tanto a educação, que ninguém fala finlandês. E a Finlândia é um país onde estive que tenho como referência, um dos países onde mais se lê. Quando eu fui lá, eram 25 livros por habitante a leitura no País, uma coisa incrível! Quer dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém fala a língua deles, e eles leem a língua de todo mundo, procuram saber a cultura de todo mundo. É um país inacreditável, com toda dificuldade – só ter noite, só ter dia –, e é um exemplo, pois segue plantando florestas. Cresce a área de floresta, e lá se plantam árvores. Aí, explica por que essas coisas... Uma árvore demora 60 anos para ser plantada e, depois, colhida, e é um dos poucos países da Europa cuja área de floresta está aumentando.

São perto de 5 milhões de pessoas, tem 700 mil propriedades. Todo mundo tem que ter uma pequena área para ir uma vez por ano, duas vezes por ano e, mais ainda: não há cerca na maioria dos lugares, porque o alce tem de andar livremente no país. Já imaginou um lugar desses, em que os animais têm o direito de transitar? Eu andava em alguns lugares onde havia sal, via coisas que eles põem para os alces nas árvores. Eu falava: "Gente, é inacreditável!" E, nas estradas, todo cuidado é pouco, porque dizem que pode um alce cair em cima do carro. Mas, nem por isso, eles bloqueiam tudo. Então, olha, que evolução é essa que, pensando em respeitar os animais, você nem cerca coloca nas propriedades! Eu vi isso, há muitos anos.

E o licenciamento ambiental é uma coisa extraordinária. Um país que uma árvore demora 60 anos! Temos uma árvore na Amazônia que tem mil anos, mas as nossas árvores aqui, em seis, sete anos, podem ser colhidas. É só plantar que você colhe sete anos depois. Na Finlândia, são dez vezes mais tempo, por causa do clima, claro. E lá o licenciamento para explorar uma árvore dessas, que tem 100 anos ou que foi plantada há 60 anos, não existe. Você entra na Internet – entrava na época, agora isso é mais moderno ainda – e dizia: "Olha, tenho minha área lá, vou tirar um hectare, um talhão, desmatar, corte raso, e, claro, vou plantar de novo para alguém colher daqui a 60 anos". E você não tem com quem falar. Você manda o pedido de licença, se não vier nada, nem uma notificação do órgão, está autorizado a cortar. Você contrata uma das empresas, são três ou quatro que exploram.

Eu fui lá faz uns 17 anos, estou lembrando tudo de memória, nunca mais fui lá, nunca mais li nada sobre lá, estou contando história que eu vivi e nunca esqueci. Aí você manda para o órgão licenciador, Senador João Alberto, o pedido de licença de corte raso. Lá se confia nas pessoas. Então, dizem: "Olha, vou explorar um hectare, 100 por 100, vou cortar tudo".

Fui visitar as áreas exploradas. Chegando lá, há uma máquina cortando. Pegam a árvore, cortam, tiram, já dividem em pedaços para atender à loja tal, ao serviço tal, já sai de lá marcada para onde vai, para que indústria vai. E depois eles plantam de novo para, daqui a 60 anos, alguém colher. Então, é algo muito civilizado, o que mostra que a gente pode evoluir bastante.

Queria cumprimentá-lo e dizer que tenho essa admiração, seja pela educação... Eu era muito fã também da Nokia. A Nokia era uma empresa que produzia botinas, botas de borracha, uma coisa muito primária, e virou, depois, a empresa de telefone mais interessante. Claro que, depois, na crise, eles perderam. E agora voltou um pouco. E eu digo: como a Nokia pode... Porque a Nokia é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa da Finlândia, ganhou o mundo inteiro, saindo de um país pequeno, e agora ganhou força novamente.

Fui a um evento lá em Barcelona – só para concluir essa história – há dois anos, o Mobile Congress, e, quando eu cheguei lá, tinha lido na *Folha de S. Paulo* que estava na moda, de novo, um telefonezinho da Nokia, um telefone colorido, Senadora Vanessa, que não tinha Internet. Fila de gente querendo um telefone que não tem nada dessas coisas chatas que a gente tem que carregar. Eu falei: é muita criatividade alguém fazer um telefone...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Jorge, fabricava lá no polo industrial de Manaus.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, esse aí, no caso, era de lá. Mas Manaus está produzindo mesmo, a senhora tem razão. Essas coisas acontecem também na Finlândia. Tem lá os bons pilotos, o homem do gelo, finlandês, que pilota com aquela coisa e não fica nervoso.

Queria cumprimentar o senhor. Há muita possibilidade de a gente avançar no contato com a Finlândia, especialmente nessa questão florestal, na área de tecnologia, na área da educação. É um país que lê, que tem um povo que lê muito. Mesmo que ninguém fale a língua deles, eles conseguem avançar, no mundo inteiro, fazendo algo extraordinário.

Mesmo tendo lá, salvo engano, mais de 80 pequenas ilhas – aliás, 80, não, milhares, 80 mil, acho, pequenas ilhas no país –, é uma coisa muito difícil. Eu não queria ter sido governador lá. Mas eu falava sempre que o Acre poderia se inspirar na Finlândia, pela dificuldade e pelo avanço, e na Costa Rica, por ser um país mais parecido com o da gente. Sempre me inspirei muito, quando estava no governo, nesses dois países.

Queria cumprimentar também o Sr. Embaixador Octávio Henrique Garcia Côrtes, por estar indo para a Bolívia, um Estado vizinho. Esse tema, que V. Exª está levantando, não sei por que, não se resolve, essa situação da Bolívia.

Lá no Acre é mais complicado, porque tivemos aquele conflito, no começo do século passado, que chamamos de Revolução Acriana. O General Pando, que era o Ministro da Guerra, foi lá fazer a luta, nós ganhamos, mas ficamos amigos da Bolívia. Sempre ficava aquela dúvida dentro do território acriano, mas houve um contrato, houve um acordo. O Barão do Rio Branco fez uma boa negociação.

Quando a gente atravessa, fui esse fim de semana lá, em Brasileia, quando a gente atravessa, vê lá a Marinha da Bolívia. A Marinha boliviana está lá, a esquadra, e tal, virada para o nosso lado. E só tem o Rio Acre, em que mal passa uma canoa quando a água está muito baixa. Quando está alta, um navio pequeno, de uma dezena de toneladas, no máximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Bolívia precisa de uma saída para o mar, sim. Para isso teria que haver uma negociação mais humana, mais generosa. Não é isso que vai tirar pedaço nem do Chile, nem do Peru.

Conheci, fui mochileiro, andando naquele trecho, voltando por charanha ali, em Arica, no Chile, bem na divisa com o Peru. Ajudei a fazer a estrada, fazendo a conexão para o Peru, quando fui governador, com a ajuda do Presidente Fernando Henrique, e, depois, com a ajuda do Presidente Lula, e as pontes, seja para o Peru, seja para a Bolívia. Na primeira ponte que fizemos, tivemos um encontro lá em Brasileia – estive em Brasileia esse fim de semana – estavam o Presidente Mesa, o Presidente Toledo, o Presidente Lula, os três Presidentes inaugurando uma pequena ponte, atravessando esse rio que falei, de Brasileia para Cobija, onde estive agora, nesse fim de semana, uma ponte pequena de cento e poucos metros, mas que simbolizava essa irmandade, essa união, que nunca tinha ocorrido, foi a primeira vez, e nós que fizemos, como governador lá.

Quero desejar sucesso e dizer, Senador João Alberto, que, se for para La Paz, leve o oxigênio, porque lá tem tudo de bom, mas falta oxigênio. Nunca tive problema, mas muita gente tem problema. Lá tem que cumprir algumas regras, e tomara que ninguém interprete mal – viu, Senador Hélio José, colegas Sandoval, Vanessa? Lá tem que comer *poquito,* andar *despacito*, e dormir *solito*. Não pode fazer muito esforço. Se fizer muito esforço, vai faltar gás, faltar oxigênio.

Um abraço e obrigado. E parabéns também!

Vejo o governo Evo Morales, que enfrentou muitas dificuldades, e agora a Bolívia prospera economicamente. Tomara que, unida, prospere politicamente, economicamente, porque é um país que sofreu muito, já viveu muitas mazelas. Eu cheguei a alguns lugares na Bolívia em que vi algo que nunca tinha visto: fogo em cima da panela. Imagine alguém cozinhar, Senadora Vanessa, numa cidade em que pega a panela, põe uma tampa e põe o fogo em cima, porque não tem fogão nas casas? Eu vivi isso na Bolívia, eu vi isso na Bolívia. Mas hoje, graças à Deus, está prosperando, está indo para a frente.

O que precisamos é disto: ser mais humanos, nos preocupar com o próximo, com os vizinhos, ajudar uns aos outros.

Acho que o Chile prosperou tanto, o Peru também, que não custava nada o entendimento, seria uma coisa fantástica. O Presidente dos Estados Unidos foi lá se encontrar com o Presidente da Coreia do Norte. Por que, o Chile, a Bolívia e o Peru não fazem um acordo, e a Bolívia tem acesso a um porto, ao mar, para poder seguir, porque é um dos poucos países, junto com o Equador e Bolívia que, eu acho, não tem... Não, Bolívia e Paraguai. O Equador tem. Bolívia e Paraguai – desculpa – o mapa está aqui na cabeça. Que não tem acesso. Mas, no caso da Bolívia, ela tinha acesso, perdeu durante a guerra e nunca mais foi recomposto. Acho que é algo fundamental. O próprio Brasil poderia ajudar nisso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomacia brasileira ou parlamentar poderia ajudar, quem sabe, uma hora, para fazer esse entendimento.

Obrigado, Senador João Alberto. Desculpa ter-me estendido, mas queria dar esse depoimento por conta da simbologia desses dois indicados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Agradeço ao Senador Jorge Viana pelos comentários. Por sinal, deu uma lição muito boa para nós. Dá ainda mais vontade de conhecer a Finlândia.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Sr. Presidente, queria fazer um pronunciamento antes da abertura, mas acho que, quanto à consulta, está o.k. Acho que continua aberta. Só queria fazer meu pronunciamento, se o senhor assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Sem problema.

Com a palavra o Senador. Não dei a palavra porque V. Exª não havia pedido inscrição. Então, com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Quero agradecer nosso nobre Presidente João Alberto, sempre um *gentleman,* um Senador amigo de todos nós, uma pessoa que é um exemplo a ser seguido pelo Senado Federal. Muito obrigado, Senador João Alberto, pela presidência dos trabalhos.

Quero cumprimentar o João Luiz de Barros Pereira Pinto, nosso Embaixador na Finlândia, indicação de que tive a honra e a satisfação de ser Relator, Jorge, e me honrou muito, porque é um homem bastante, muito, muito preparado, uma pessoa com uma carreira exemplar, com todos os requisitos necessários para a boa diplomacia brasileira. E, consequentemente, indicado para um país que é um orgulho para todos os povos, quando se vê a delicadeza dos finlandeses, seja numa Copa do Mundo, seja numa Olimpíada, seja numa Olimpíada de Inverno, nas competições esportivas, que onde a gente se encontra mais, e em outros eventos também. O povo finlandês sempre é um povo pacífico. Como o Jorge coloca, tem uma linguagem de difícil compreensão, mas consegue compreender todos. Consequentemente, é um exemplo muito positivo de diplomacia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Fala finlandês.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – É. Muito, muito positivo o exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria, como engenheiro que sou, como Senador da República, como servidor público concursado, de cumprimentá-lo e desejar que a gente consiga, com sua gestão agora, João Luiz, aumentar o fluxo turístico Brasil-Helsinque, Helsinque-Brasil, porque são relevos e climas distintos do nosso, o que aumenta a atratividade, a questão da aurora boreal, a questão do comportamento dos povos. Então, uma série de questões fazem com que seja bastante curioso para nós poder conhecer esse outro lado do mundo. Como a Finlândia se destaca por essa questão da indústria madeireira e o Brasil, por ser um país continental, que precisa melhor desenvolver o aproveitamento desse potencial, creio que o senhor, nas relações bilaterais comerciais, pode colaborar muito nisso, além de na questão turística.

Outra questão importante é o intercâmbio energético. A Finlândia é um país que tem uma plataforma continental muito favorável à exploração da energia eólica, tal qual é no Mar do Norte, lá na região da Inglaterra. Consequentemente, como o Brasil tem uma *expertise* muito boa nas energia eólicas, seria uma fonte de abertura de comércio para o empresário brasileiro, que poderia se ver. A Finlândia tem muita biomassa, resíduos que sobram do aproveitamento da madeira e outras questões, e poderia pegar toda nossa *expertise* no aproveitamento, de 100%, da biomassa, principalmente na área canavieira brasileira, para poder aproveitar, que toda nossa tecnologia seja vendida à Finlândia para o aproveitamento da energia da biomassa, e outras questões que a Finlândia tenha para nos passar. A solar, a Finlândia não tem, porque lá tem muito pouco sol, mas o Brasil tem condição de estar colaborando também.

Bolívia é um irmão. Nós aqui do Brasil, cada vez mais, precisamos aproveitar as nossas relações com a Bolívia. Eu quero cumprimentar o nosso nobre Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes por essa importante indicação, também uma bastante pessoa experimentada e vivida. Quanto à Bolívia, nós precisamos resolver as crises com relação ao trabalho dos bolivianos que vêm para São Paulo e para outras áreas. Nós precisamos minorar isso. Nós precisamos renovar nosso acordo energético Brasil-Bolívia com relação à utilização do gás boliviano em condições que sejam boas tanto para o Brasil quanto para a Bolívia. Precisamos, realmente, ver essa questão de investimento em áreas energéticas também na biomassa, também na solar fotovoltaica, porque a Bolívia tem uma radiação solar muito boa, tem condições de um ótimo aproveitamento nessa questão, e também, naquelas alturas lá, uma boa exploração eólica também. Tem condições de fazer a complementariedade da matriz elétrica boliviana. Então, consequentemente, o senhor pode ser uma porta de abertura para que as empresas brasileiras possam estar investindo na Bolívia com relação a essa questão. Eu acho que o fluxo turístico Brasil-Bolívia também pode melhorar um pouquinho.

E, para finalizar, para os dois Embaixadores, eu só queria falar o seguinte: eu tenho conversado com todos os Embaixadores que têm vindo aqui e provocado a seguinte questão: as experiências em cada país em que o Brasil está com suas Embaixadas são extraordinárias. Então, que a gente possa fazer um conselho dos nossos Embaixadores titulares, pelo menos, uma vez a cada seis meses ou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada ano, aqui no Brasil, onde nós, Senadores, Ministros de Estado, Governo, câmara empresarial de investimento, possamos estar nos reunindo, em algumas câmaras, com vocês, Embaixadores, que estão trocando experiências, para melhor aproveitar a *expertise* de vocês em cada país. Eu gostaria de ouvir a opinião de ambos, já que têm uma experiência muito grande, sobre essa ideia, que, creio, pode ampliar e muito o nosso fluxo turístico, o nosso fluxo comercial e a nossa questão das relações políticas.

Muito obrigado, nobre Senador João Alberto. Parabéns a V. Exª pela condução.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Cada um responderia ou responderia pelos dois? Cada um dá uma opinião, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Vamos fazer o seguinte: o Embaixador Pereira Pinto dá uma opinião generalizada sobre o assunto.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Esse exercício tem tudo para ser positivo. Agora, em princípio de maio, o Itamaraty organizou uma reunião de Embaixadores da América Latina em São Paulo. Esse exercício já foi feito em outras épocas. Quando eu era Diretor do Departamento da América do Sul I, lembro que o Presidente Lula organizou uns três desses encontros. São experiências extremamente positivas. Naquelas ocasiões, não só Embaixadores estavam presentes, como também outros Ministérios que tinham atuação ou projetos com esses países. É sempre muito positivo porque, por exemplo, o Octávio vai para a Bolívia e a visão que ele tem do relacionamento Brasil e Bolívia é muito claro, mas o relacionamento que o Peru tem com o Brasil não é tão claro; e o relacionamento Bolívia e Peru também é influenciado pelo relacionamento com o Brasil.

Então, essas ocasiões permitem uma troca de informação, uma troca de experiências, uma troca de realidades incidentes. Eu me lembro de que uma vez, uma coisa menor, um incidente entre o Peru e a Bolívia, uma questão de Carnaval de Oruro, mas, ouvindo os dois Embaixadores, eu vi uma coisa diferente do que, enfim, os relatos individuais transmitiam. Então, esse exercício é sempre muito bom. Muitas vezes, prospectivamente, permite que o Governo, não só o Itamaraty, não só a Presidência, mas a Esplanada como um todo possa ver uma nova direção na política externa. Então, é um exercício que, enfim, se fosse implementado de uma forma institucional, acho que seria extremamente positivo. Não sei qual é a opinião do Octávio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Com a palavra o Embaixador Octávio.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, a ideia – já disse o Embaixador João Luiz – já foi implementada no passado, certamente depende de espaços orçamentários para ser efetivada, porque é um volume considerável, significativo, de deslocamentos que tem de prever. Mas é, sem dúvida nenhuma, muito produtivo. Várias outras chancelarias fazem isso. Eu tenho visto lá, na Etiópia, por exemplo. Os Europeus fazem – praticamente todos os países europeus –, no final do ano, uma reunião de embaixadores nas suas capitais, exatamente para trocar informações, que são trocadas naturalmente ao longo do ano, mas que ficam muito mais fáceis de serem compreendidas numa reunião em que estejam todos presentes. Concordo também que esse exercício poderia não só ser implementado, como trazer participantes não só de outros Ministérios, mas mesmo do meio empresarial. Podia se dividir em períodos, alguns só de governo, outros que compusessem governo e sociedade civil, sociedade empresarial. Eu sou de pleno acordo. Acho que seria uma iniciativa de grande valia para todo mundo.

Eu só queria fazer um comentário, porque o senhor falou de energias não tradicionais. A Bolívia, no fundo, mudou de posição em relação à utilização de biocombustíveis e começou a permitir, a partir do ano passado, o uso de etanol. Isso vai abrir toda uma cadeia de cooperação e de mercado para os dois países, não só para a Bolívia, que tem áreas de plantação de cana-de-açúcar que podem ser aproveitadas para etanol, como cooperação com o Brasil, que é líder nesse mercado, nessa tecnologia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu quero agradecer ao Senador Hélio José os comentários e dizer que o Senador Hélio José é o maior conhecedor do setor energético. Ele é um especialista da área e, com suas opiniões, tem ajudado muito a resolver alguns problemas que surgem.

Eu consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

Embaixador Pereira Pinto: 14 votos SIM, um voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Octávio Henrique: 15 votos SIM.

Eu gostaria de que a Secretaria chamasse, se estiver aí próximo, o Senador Fernando Collor de Mello, para encerrar. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradecendo a S. Exª o Senador João Alberto pela presidência que exerceu com tanta proficiência, o que é habitual na sua vida pública, cumprimento os Srs. Embaixadores, agradecendo a presença de ambos, dizendo que tenham êxito na avaliação que será feita pelo Senado Federal, pelo seu Pleno, nos próximos dias.

Muito obrigado a V. Exªs.

Êxito nas suas novas missões!

Obrigado.

Passamos, agora, à segunda parte da nossa pauta para deliberação de matérias.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin para, na condição de *ad hoc*, apresentar o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna, Ministro de Primeira Classe de Carreira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para que escolha o embaixador em votação secreta.

O indicado é filho de Paulo Venâncio da Rocha Vianna e Hilda Fontes da Rocha Vianna e nasceu no Rio de Janeiro, no dia 27 de dezembro de 1955. É bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. O Embaixador indicado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1980, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Ascendeu a Conselheiro, em 1998; em 2004, a Ministro de Segunda Classe; em 2009, a de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento. Em 2003, teve aprovada a tese intitulada "O confronto entre conservacionistas e caçadores na regulamentação internacional da caça da baleia: considerações para a atuação do Brasil na Comissão Internacional da Baleia".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se – vou ler algumas só –: Assistente da Divisão de Meio Ambiente, Assessor no Departamento de Integração Latino-Americana; Chefe de Divisão de Meio Ambiente; Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Delegação junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); Ministro Conselheiro junto à Aladi e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul); e Embaixador na Embaixada em Montevidéu. Registre-se, ainda, que o indicado chefiou inúmeras delegações brasileiras nos mais diferentes fóruns, atuou como representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores em missões oficiais do Vice-Presidente da República e como coordenador de missões empresariais.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Polônia.

Situada no centro-norte da Europa, a Polônia é um elo importante entre a parte ocidental desse continente e a Rússia. Primeiro país da região a pôr fim ao regime comunista, a Polônia se aproxima do Ocidente com sua adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1999, e à União Europeia, em 2004. Cuida-se, no momento atual, de membro de crescente importância da União Europeia. Tem a quinta maior população do Bloco.

No tocante às relações bilaterais, a presença de expressiva comunidade de descentes de poloneses, estimada em 2 milhões de pessoas, que migraram para o Brasil entre o final do século XIX e o romper do Século XX. Esse quadro favoreceu, de tal ou qual modo, a que o Brasil fosse o primeiro país latino-americano a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918. O fato é visto com simpatia pelos poloneses no momento do centenário da reconquista da sua independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, o Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina. O comércio bilateral alcançou no ano passado a cifra de US$1,2 bilhão.

Inobstante esse quadro, a percepção de ambas as partes é que há muito espaço, tendo em vista o crescimento dessa relação e tendo em vista sobretudo o tamanho das respectivas economias.

Em relação aos assuntos consulares, 907 brasileiros estavam registrados, no romper deste ano, junto à Embaixada do Brasil em Varsóvia. Trata-se de comunidade relativamente pequena quando comparada com outros países do continente.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, de acordo e nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. José Antonio Marcondes de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicitaria, depois, à Secretaria da Mesa que corrigisse o nome do Sr. Embaixador, porque está aqui Macondes.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Airton Sandoval para apresentação do seu relatório.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor José Antonio Marcondes de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e Maria Marcondes de Carvalho, tendo nascido em 18 de março de 1953 em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Direito pela Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1980 e ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1975. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) em 1982 e, em 1997, completou o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, tendo apresentado, com sucesso, a tese: "Do Fracasso de Bicese à Esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança".

Tornou-se Terceiro Secretário em 1976; ascendeu a Segundo Secretário em 1979, e a Primeiro Secretário em 1985. Foi promovido a Conselheiro, em 1992, a Ministro de Segunda Classe, em 1998, e a Ministro de Primeira Classe, em 2003, todos por merecimento.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de subchefe da Divisão Especial do Meio Ambiente (1990-1991); assessor e Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral dos Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1992-1993); Chefe da Divisão de Integração Regional (1998-1999); Diretor-Geral da Direção-Geral de Integração Latino-Americana (1999-2003); Diretor do Departamento de Integração (2003-2007), e Subsecretário-Geral do Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (a partir de 2013).

Em missões do exterior, serviu, entre outras, na Embaixada do Brasil em Washington (1982-1987); na Embaixada em Havana (1987-1990); na missão do Brasil junto às Nações Unidas (1993-1998); na Embaixada em Roma, como Representante Especial junto à FAO (2007-2010); tendo sido também Embaixador do Brasil em Caracas (2010-2013).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi agraciado com a Ordem de Rio Branco (Grande Oficial, 1999).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Áustria.

Segundo o documento, a Áustria conta com população de 8,764 milhões de pessoas e seu idioma oficial é o alemão. Os dados econômicos apresentados revelam um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 409,32 bilhões e PIB *per capita* de US$46,436 milhões. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,893, conferindo-lhe a 24ª posição entre 188 países. A expectativa de vida na Áustria é de 81,6 anos e o índice de desemprego está em cerca de 5,4%.

As relações Brasil-Áustria são cordiais, sem fricções ou temas contenciosos. Está fundamentada em laços históricos, como o casamento, em 1817, da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro Imperador do Brasil, D. Pedro I; e culturais, com o exílio no Brasil, durante o nazismo, de Stefan Zweig, à época, o mais popular escritor austríaco, bem como de outros imigrantes, como o jornalista e escritor Otto Maria Carpeaux. Também contribuiu para as boas relações entre Brasil e Áustria a iniciativa brasileira em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca na 7ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1952. No plano internacional, Brasil e Áustria compartilham e defendem valores e objetivos comuns, como democracia e Estado de direito, os direitos humanos, multilateralismo, desarmamento nuclear, proteção ao meio ambiente e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Na esfera econômica, cabe enfatizar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto a ser destacado é a presença de comunidade brasileira na Áustria, estimada em 7 mil nacionais. Convém lembrar, ainda, que o país é membro da União Europeia desde 1995. Nesse sentido, o Presidente austríaco Alexander Van der Bellen ressaltou a tradicional ênfase austríaca nas relações com os Estados vizinhos na política externa do país. No tocante à questão dos refugiados, ressaltou a importância de cooperar com os países de origem e de trânsito dos refugiados, sem deixar de ressaltar que a Áustria continuará a demonstrar "solidariedade ao cumprimento de sua responsabilidade humanitária". Nesse contexto, a Áustria recebeu o segundo maior número de refugiados *per capita* na Europa.

No tocante ao comércio bilateral com o Brasil, houve decréscimo de 8% no intercâmbio entre os dois países em 2017, comparado com 2016, causado pela redução de importação de produtos austríacos pelo Brasil. As exportações brasileiras (US$137,5 milhões) aumentaram 54%, e as importações (US$912 milhões) decresceram 13%, segundo dados do MDIC. Os produtos manufaturados e semimanufaturados compuseram 90% do valor das exportações brasileiras à Áustria em 2017. A Áustria segue, ademais, sendo um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBDS), segundo dados do Banco Central do Brasil. Atualmente, encontra-se em quarto lugar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com um estoque de US$35 bilhões (11,5% do total), mas em segundo lugar em investimentos não financeiros, atrás dos Países Baixos.

O Brasil exporta para a Áustria principalmente semimanufaturados de ferro ou aço; partes de motores; manivelas; cabos de isolamento sintéticos e celulose. E importa daquele país sobretudo máquinas mecânicas, produtos farmacêuticos, ferro e aço e máquinas elétricas.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Airton Sandoval, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho um relatório para ler, e estou com um compromisso, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se V. Exª, com o aceite dos nossos colegas, pudesse fazer a inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, solicita ao Plenário autorização para que haja inversão de pauta, passando o item 5 a ser o item 3 da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Peço vênia, Senador.

Eu não tenho problema nenhum em aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, o Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pela ordem.) – Eu deixei pessoas dentro da minha sala – eu as estava recebendo – no meio da audiência para poder vir aqui para cumprir o meu dever como o Relator do Embaixador da Finlândia para votar. O item 3 é da minha autoria. Estou pacientemente com as pessoas de castigo dentro da minha sala...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – É porque nós não sabíamos. Eu solicitei, Senador Hélio José, obviamente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Está retirado o pedido, imagine!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Se V. Exª puder esperar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin retira o pedido de inversão de pauta, ficando anulada a consulta feita ao Plenário desta Comissão.

Passo a palavra para S. Exª o Senador Hélio José para a apresentação do item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2018

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exª, sempre tão educado, solícito. Todos nós nos orgulhamos de estar aqui, colaborando sempre com a Comissão que o senhor preside,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – ... pela maneira cortês como o senhor trata todos nós, indistintamente. Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Relatório de importância capital desse acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre a transferência de pessoas condenadas, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 33, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 456, de 17 de agosto de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre a transferência de pessoas condenadas, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, esclarece que esse ato internacional foi firmado com o intuito de reaproximar o indivíduo detido em Estado estrangeiro de seus familiares e de seu ambiente social e cultural, ao permitir-lhe cumprir pena em seu próprio país. Registra, também, que o documento está inserido em sentido amplo de assistência jurídica, pois favorece a reinserção social das pessoas condenadas, um dos objetivos precípuos da pena para o ordenamento jurídico pátrio.

Ressalta-se, ainda, que o ordenamento jurídico brasileiro passou a contemplar o instituto da transferência de pessoas condenadas na Lei 13.445, de 2017 (Lei de Migração), cuja base é a promessa de reciprocidade ou tratado, como o que está em análise. O texto destaca o caráter humanitário do acordo e destaca que ele dará maior densidade nas relações bilaterais no tocante à cooperação entre as Justiças de ambos os países no tocante ao tema objeto do tratado.

Versado em 19 artigos, o instrumento em apreço segue a estrutura dos tratados desta natureza celebrados pelo Brasil e por diversos países do mundo.

Assim, após definições de praxe (Artigo 1º), dá-se notícia dos princípios gerais da matéria (Artigo 2) e dos direitos das pessoas condenadas (Artigo 3).

O tratado em questão cuida, por igual, das condições para a transferência de pessoas condenadas (Artigo 4), por exemplo que ela seja nacional do Estado de execução e que a sentença seja definitiva. Há, também, dispositivo que trata da obrigação de o Estado de condenação fornecer informação relativa à manifestação de interesse de uma pessoa condenada em ser transferida ao amparo do acordo (Artigo 5).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, o tratado dispõem sobre a comunicação entre as partes (Artigo 6); os documentos de instrução (Artigo 7); o consentimento da pessoa condenada e sua verificação (Artigo 8); o cumprimento da sentença, que será regida pelas leis e pelos procedimentos do Estado de execução, ficando esse vinculado pela natureza legal e pela duração da pena, como determinadas pelo Estado de condenação (Artigo 9); os efeitos da transferência (Artigo 10); a informação sobre a aplicação da pena (Artigo 11); e o trânsito de uma pessoa condenada (Artigo 12).

O Artigo 13, por sua vez, aponta as respectivas autoridades centrais, que deverão se comunicar em todos os assuntos abrangidos pelo acordo. Em ambas as partes, a autoridade central será o Ministério da Justiça local. Da questão idiomática, bem como do tema da autenticação de documentação transmitida, ocupa-se o Artigo 14. O aspecto relacionado com despesas ficará a cargo do Estado de execução, exceto aquelas efetuadas no território do Estado de condenação – isso está previsto no Artigo 15.

Por fim, o acordo discorre sobre relação com outros acordos internacionais (Artigo 16); aplicação temporal (Artigo 17); consultas acerca da sua interpretação ou aplicação (Artigo 18); e ratificação, entrada em vigor e denúncia (Artigo 19).

Assim está descrito todo o tratado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há defeitos no tocante à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e posterior ratificação do acordo está, assim, em consonância com esse comando constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As partes expressaram nos considerandos do acordo seu desejo em desenvolver cooperação legal visando à reabilitação social mais efetiva de pessoas condenadas. Lembram, além disso, que esse propósito deve ser alcançado concedendo a oportunidade a pessoas condenadas à privação de liberdade de cumprirem suas penas em sua própria sociedade.

Tendo em atenção esse contexto, o tratado em apreciação reveste-se de forte conteúdo humanitário e está em consonância com outros instrumentos internacionais que vinculam nossa República a outras soberanias. Ele não destoa, assim, de tantos outros tratados já aprovados nesta Casa. Nesse sentido, o acordo, como sua denominação revela, disciplina o regime jurídico da transferência de pessoas condenadas no território das partes. Para além disso, o acordo favorece maior interlocução entre as autoridades responsáveis pela cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Voto, Excelência.

Primeiro, quero fazer um comentário.

O Senador Fernando Collor colocou, na última reunião desta Comissão, o escândalo da situação ocorrida nos Estados Unidos contra as crianças e contra as pessoas. Eu fiz questão de ler todo esse tratado aqui exatamente para relatar o alto espírito humanitário da questão. Mesmo sem eu ter tempo, fiz questão de ler todo o relatório para deixar claro como o senhor tem razão nas colocações que fez sobre as situações que vigem nos Estados Unidos com relação às crianças e às pessoas separadas de suas famílias.

Parabéns, mais uma vez, a V. Exª, que nos representa de forma supercorreta com relação a essas questões, como é praxe de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2018.

Sala da Comissão.

Presidente, Senador Fernando Collor.

Relator, Senador Hélio José.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores...

Melhor dizendo, não havendo mais quem queira discutir ou quem queira discutir o relatório...

Vou voltar ao início, ao *status quo ante*.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Podemos fazer a inversão agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin solicita a inversão de pauta do item 5, passando a ser o item 4.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 5, que passa a ser o item 4, de acordo com a inversão de pauta solicitada por S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 69, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin para a apresentação de seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o referido projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem formulada por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Na exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, enfatiza-se: "Trata-se de um acordo de enorme valor simbólico para o Brasil e o México, uma vez que chancela o interesse comum dos dois países em salvaguardar a preservação da integridade e originalidade das duas bebidas nacionais."

Com a ratificação do acordo, assegurar-se-á aos produtores de ambos os países a proteção plena de seus direitos de propriedade, bem como a qualidade das bebidas comercializadas bilateralmente, com base na observância de procedimentos tradicionais, controlados e supervisionados pelas autoridades competentes de cada país.

O referido acordo é composto por 13 artigos, Sr. Presidente. E aí se faz a análise no relatório dos 13 artigos.

Análise.

Ligadas diretamente às culturas do Brasil e do México, a cachaça e a tequila agora terão proteção plena de propriedade e qualidade na comercialização nos dois países. O presente acordo estabelece que toda bebida vendida no Brasil com o nome de tequila será de fabricação mexicana, assim como toda cachaça vendida no mercado mexicano deverá ter sido fabricada no Brasil.

A cachaça e a tequila, bebidas destiladas tradicionais do Brasil e do México, devem suas características peculiares e identidade aos processos tradicionais de cultivo, fermentação, destilação, armazenamento e envelhecimento e às propriedades únicas dos locais de produção. Como forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação da integridade, qualidade, inocuidade e originalidade desses produtos nacionais, os dois países têm empreendido esforços para garantir sua designação como indicações geográficas protegidas.

Indicações geográficas são indicações que identificam um produto como originário do território de um Estado, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

A indicação geográfica, Sr. Presidente, tem várias subdivisões. E aí há acordos internacionais que reconhecem plenamente essas questões, Sr. Presidente.

O acordo que nós estamos votando aqui foi assinado em 2014, o projeto recebeu investimentos na ordem de R$1,3 milhão e contou com a participação de mais de 50 empresas, entre micro, pequenas e grandes empresas responsáveis por quase dois terços do valor exportado de cachaça nos últimos anos. Esses recursos foram investidos em ações de promoção da cachaça nos Estados Unidos, Alemanha e México.

O Brasil possui quase 2 mil produtores de cachaça devidamente registrados. Aliás, V. Exª vem da terra da cachaça, vem de Alagoas, que também produz, ao lado de Minas Gerais e tantos outros Estados que produzem de fato aquela bebida que representa o nosso País. E há uma estimativa de que a capacidade instalada de produção seja de aproximadamente 1,2 bilhão de litros anuais da bebida, embora a produção gire em torno, mais ou menos, de 800 milhões de litros.

Aqui há dados também sobre a produção de tequila no relatório.

Enfim, Sr. Presidente, esse acordo tem como princípio a reciprocidade no reconhecimento da legislação e regulamentação do país produtor no território da outra parte, sobretudo no que diz respeito à caracterização e às condições de comercialização da bebida protegida pela indicação geográfica, inclusive por meio da exigência, durante o controle aduaneiro, de certificação ou documento que ateste a avaliação de conformidade do produto, bem como pelo reconhecimento mútuo dos laboratórios de ensaio.

Dessa forma, consideramos que o acordo, respeitando a reciprocidade e o equilíbrio entre as partes, contribuirá para ampliar a projeção mundial da cachaça e da tequila como indicações geográficas do Brasil e do México, consolidar sua reputação e seu reconhecimento e garantir sua qualidade no mercado interno e externo, com todos os benefícios decorrentes para os produtores e consumidores e para o desenvolvimento econômico dos dois países, atendendo, assim, ao interesse nacional brasileiro.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, pela sua conveniência e oportunidade aos interesses nacionais, pela constitucionalidade e juridicidade, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Último item da pauta desta reunião é o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2018.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) Dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina, em 16 de dezembro de 2014.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Airton Sandoval, a quem passo a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 66, de 2018, cuja ementa foi mencionada por V. Exª e está acima epigrafada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio da Mensagem Presidencial nº 455, de 17 de agosto de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa 90 dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 26/14, em 16 de dezembro de 2014, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça, esclarece que esse ato internacional foi negociado considerando que o texto original não contemplava a possibilidade de solicitação, no território do país de destino, uma prorrogação da permanência autorizada no momento de ingresso. Nesse sentido, o texto ministerial destaca que o intuito é assegurar um direito uniforme à prorrogação de permanência, em consonância com os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção referentes à progressiva harmonização normativa entre os Estados Partes e Associados com vistas ao fortalecimento do processo de integração.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde ao Senador Lasier Martins e a mim, *ad hoc*, como indicado por V. Exª.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há defeitos no tocante a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Airton Sandoval, pela apresentação do relatório que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.108423/2018-86

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, com início imediatamente após a presente reunião, destinada à deliberação das emendas desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2.002/2018.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018.

1. Às doze horas e quatorze minutos do dia vinte e seis de dois mil e dezoito, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Romero Jucá, Jorge Viana, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Rudson Leite, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Hélio José, Marta Suplicy, José Pimentel, Paulo Paim, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Inicia-se a apreciação da **PAUTA – Deliberação de Emendas ao PLDO 2018**. Reunião destinada à deliberação das emendas ao PLN 002/2018–CN (PLDO 2018/LDO 2019), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Airton Sandoval. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Airton Sandoval, para proferir o seu Relatório. Resultado: Aprovado. Esta Comissão aprova as seguintes Emendas: **Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas**: Emenda n. 1: 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390, Quantidade Meta: 3; Emenda n. 2: 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, Quantidade Meta: 8; **Emendas ao Anexo III do texto,** as propostas que ressalvam despesas do contingenciamento. Propostas: 1, 2, 3, 4, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 36, 49, 50, 52, 53, 58, 60, 64, 66, 67, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 115, 116, 119,122, 124, 125 e 127; **Emendas ao texto do Corpo da Lei**: ao art. 54, parágrafo 1º, que trata do montante da limitação de empenho, caso haja contingenciamento da despesa. Propostas: 32 e 107; ao art. 55, inciso VI, para acrescentar novas despesas no roll das programações autorizadas a serem executadas caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2018. Propostas: 26, 30, 31, 33, 51, 54, 61, 65, 68, 108, 114, 123 e 126; ao art. 64, parágrafo único, inciso 2, alínea e, a fim de flexibilizar a regra para que entidade privada sem fins lucrativos possa receber subvenção social, mesmo que não tenha certificação de entidade beneficente de assistência social. Proposta 71. As emendas aprovadas são encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **FERNANDO COLLOR**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 002, de 2018, do Congresso Nacional, como já dito, usualmente conhecido como Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Relator, S. Exª o Senador Airton Sandoval.

Observações:

1) Em 20 de junho de 2018, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste colegiado.

2) Rememoramos que a abertura do prazo para recebimento das emendas nesta Comissão aconteceu no dia 20 de junho de 2018, e o encerramento ocorreu no dia 22 de junho de 2018, às 18h.

3) Foram apresentadas 128 emendas, abrangendo inclusão de metas e as emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 pelas Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão.

4) Agradecemos a profícua contribuição dos integrantes desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O relatório é pela aprovação das emendas de inclusão de meta.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Airton Sandoval, Relator, para proferir e apresentar o referido relatório.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Como Relator.) – Obrigado pela indicação que V. Exª faz para que eu possa relatar tão importante matéria nesta importante Comissão que V. Exª preside com grande altivez e grande responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Trata-se da ementa já lida por V. Exª, e eu vou passar diretamente ao relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram apresentadas 128 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências". Dentre as propostas apresentadas, 61 buscam incluir ações no Anexo de Prioridades e Metas, e 67 referem-se ao texto do projeto.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até duas emendas para elaboração do Anexo de Prioridades e Metas. O referido parecer preliminar estabelece, ainda, que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto.

As propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas relacionadas às competências regimentais desta Comissão, no total de 61, apontam para 16 ações distintas, do Ministério da Defesa, do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços e do Ministério de Relações Exteriores. As 16 ações objeto de propostas foram:

a) 1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte;

b) 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X);

c) 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional;

d) 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020;

e) 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani;

f) 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron);

g) 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390;

h) 153V - Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

i) 2015 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior;

j) 20TU - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior;

k) 20WW - Relações e Negociações Bilaterais;

l) 20WZ - Promoção Comercial e de Investimentos;

m) 20X0 - Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil;

n) 20ZO - Promoção e Gestão do Comércio Exterior;

o) 2536 - Demarcação de Fronteiras;

p) 6105 - Relações e Negociações no Âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas duas emendas, decidimos priorizar as propostas mais adequadas às necessidades dos órgãos envolvidos. Dessa forma, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam no Anexo de Prioridades e Metas as seguintes ações:

• 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 (ação do Comando da Aeronáutica); e

• 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020.

As propostas de emendas ao texto foram dirigidas ao Anexo III e ao corpo da lei. Procuramos acatar todas as propostas dirigidas ao texto do projeto de LDO, uma vez que, de acordo com o parecer preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto e por considerarmos todas meritórias. É o voto do Relator: diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao Anexo de Prioridades e Metas, pelo maior valor proposto para as metas das seguintes ações:

1.1. 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390. Propostas 5, 6, 7, 16, 19, 20, 25, 34, 38, 40, 55, 7, 63, 73, 82, 85, 92, 93, 100, 111, 117, 120 e 128; e

1.2. 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020. Propostas 20, 45, 56, 59, 88, 91, 97, 109 e 121;

2. Ao Anexo III do texto, as propostas que ressalvam despesas do contingenciamento. Propostas: 1, 2, 3, 4, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 36, 49, 50, 52, 53, 58, 60, 64, 66, 67, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 115, 116, 119, 122, 124, 125 e 127.

3. Ao texto do corpo da lei:

3.1. Ao art. 54, §1º, que trata do montante da limitação de empenho, caso haja contingenciamento da despesa. Propostas: 32 e 107;

3.2. Ao art. 55, inciso VI, para acrescentar novas despesas no rol das programações autorizadas a serem executadas caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2018. Propostas: 26, 30, 31, 33, 51, 54, 61, 65, 68, 108, 114, 123 e 126;

3.3. Ao art. 64, parágrafo único, inciso II, alínea "e", a fim de flexibilizar a regra para que entidade privada sem fins lucrativos possa receber subvenção social, mesmo que não tenha certificação de entidade beneficente de assistência social. Proposta: 71.

Sala da Comissão, 26 de junho de 2018.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Airton Sandoval, pelo excelente trabalho que V. Exª realiza ao apresentar um relatório sobre matéria que teve tantas emendas – e todas elas igualmente importantes –, mas que, devido à exiguidade do Orçamento, houve que priorizar aquelas que V. Exª entendeu como as de melhor interesse para o nosso País, para a Nação brasileira.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª o Senador Airton Sandoval. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado o relatório com as emendas... Melhor dizendo, aprovadas as emendas apresentadas a esta Comissão, que serão encaminhadas, em seguida, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como a da presente reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento Público, Fiscalização e Controle, juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convocação para a próxima reunião.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, ficam convocadas S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião deliberativa agendada para o próximo dia 4 de julho, quarta-feira, às 10h, neste plenário.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando uma boa tarde a todos aqueles que aqui compareceram.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 12 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e zero minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Airton Sandoval, Marta Suplicy, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ana Amélia, José Medeiros, Cristovam Buarque, Rudson Leite, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, Dário Berger, Vicentinho Alves e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann e Ricardo Ferraço. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Airton Sandoval. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberação**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rudson Leite. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado em Brasília, em 7 de dezembro de 2011." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

A primeira parte da pauta do dia de hoje: indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 26/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 56, de 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Sr. José Antonio Marcondes de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 26/06/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa S. Exª o Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna e o Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, aos quais damos as melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra a S. Exªs os Embaixadores aqui presentes, eu indago aos Srs. e às Srªs membros desta Comissão se podemos abrir o painel para a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço à Secretaria desta Comissão que abra o painel de votação.

Muito obrigado.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Muito bom dia.

Muito obrigado.

Sr. Presidente desta Comissão, Fernando Collor de Mello; Srªs e Srs. Senadores membros da Comissão; meu caro colega, Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho; outros colegas do Ministério das Relações Exteriores que estão aqui; cumprimento todos os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria inicialmente de expressar a minha gratidão ao Senhor Presidente da República, Michel Temer, ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, por minha indicação para a chefia da Embaixada do Brasil na República da Polônia.

Para mim é uma renovada honra estar novamente nesta Comissão uma vez que, em 2015, fui indicado para a chefia da Embaixada do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Eu também gostaria de agradecer ao Senador Lasier Martins pela relatoria deste exercício.

Minha apresentação pretendo que seja bastante breve, sucinta, abordará três aspectos principais. Primeiramente, as transformações do perfil da Polônia ocorridas nas últimas décadas e as suas consequências para a atuação deste país no cenário global e no cenário regional europeu.

O segundo aspecto se refere ao relacionamento da Polônia com o Brasil, com ênfase especial na promoção do comércio, dos investimentos.

E, por último, eu me permitiria apresentar sugestões de ações prioritárias para a minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Varsóvia, evidentemente se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal.

Eu começaria dizendo que é interessante notar que, para muitos, a imagem da Polônia ainda se encontra muito vinculada aos infortúnios que este país viveu no decorrer da evolução do seu processo histórico. O território da Polônia se encontra num corredor entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental. Sempre foi cercado por nações expansionistas. E, por causa disso, a nação polonesa sofreu uma série de infortúnios, como ocupações, conflitos, guerras, desmembramentos territoriais. E tudo isso com consequências diretas, negativas para a sua população e para a manutenção da infraestrutura do país.

A situação mudou há 30 anos, sobretudo após o ingresso da Polônia na União Europeia, em 2004, momento em que a Polônia busca mudar o seu perfil internacional, procurando angariar peso político e econômico cada vez maior, tentando se afirmar na Europa como uma potência média.

Hoje em dia, a Polônia é o maior país da Europa centro-oriental. O território da Polônia equivale mais ou menos aos territórios do Paraná e de Santa Catarina juntos. Possui 38 milhões de habitantes, é o sexto país mais populoso da Europa, o que lhe permite ser representada no Parlamento Europeu por 51 Eurodeputados, num universo de 751. A Polônia possui um índice de desenvolvimento humano altíssimo. Em 2015, ela estava em 36º lugar, num universo de 169 países.

E ela detém um nível elevadíssimo educacional. Seus alunos alcançam notas muito expressivas no exame Pisa, da OCDE. E isso tem consequências diretas para a formação de mão de obra qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Polônia detém cinco prêmios Nobel na área da literatura e na área da paz. E com a saída do Reino Unido da União Europeia, a Polônia passa a ser a quinta maior economia do bloco.

Na sua política externa, a Polônia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Do bloco. Hoje em dia ela é a sexta; saindo o Reino Unido, no ano que vem, ela passa a ser a quinta economia do bloco, o que é surpreendente para um país que ingressou na União Europeia em 2004.

Quanto à política externa da Polônia, muito brevemente, o que vale sublinhar é que ela sempre valorizou a questão da segurança, a defesa do seu território, da sua soberania, e também a questão do progresso econômico. E não é à toa que ela se voltou para a União Europeia, para os seus vizinhos mais próximos, porque são os compradores dos seus produtos, compartilham seus pontos de vista no que se refere à defesa, no que se refere a terrorismo. E é um espaço onde ela realmente procura ser a voz a ser ouvida.

E ela procura também desenvolver, dentro da União Europeia, alianças com outros blocos de países. É o caso do Grupo de Visegrado, que ela integra junto com a Eslováquia, a República Tcheca e a Hungria. E atualmente esse grupo de países é responsável por certo enfrentamento que está ocorrendo na União Europeia em relação às políticas migratórias propostas principalmente pela Alemanha.

Recentemente, os Chefes de Estado e de Governo europeus se encontraram, e esse tema foi trazido à baila. E a Polônia, juntamente com as demais nações do Grupo de Visegrado, manteve a sua posição totalmente refratária ao ingresso de refugiados e ao ingresso de pessoas que fogem de conflitos em outros países.

É importante também notar que um grande aliado da Polônia, transatlântico, são os Estados Unidos, evidentemente. Que o Governo Trump mantém um bom relacionamento com o partido governista da Polônia. O Presidente Trump viajou à Polônia em 2017, um dos poucos países visitados na Europa naquela época. E eles também compartilham essas noções de defesa e noções de necessidade de combate ao terrorismo.

Agora, evidentemente a Polônia se beneficia muito dessa adesão à União Europeia. Ela é a maior beneficiária da concessão dos tais fundos de coesão. São fundos que visam a combater as assimetrias nas economias dos países da União Europeia. E hoje em dia, ela continua recebendo. Mesmo com orçamentos menores em toda a União, a Polônia conseguiu manter o seu nível de recebimento dos fundos de coesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, os maiores compradores de produtos poloneses são a Alemanha, o Reino Unido, a República Tcheca, a França, a Itália, enfim, o mundo da Polônia é a União Europeia.

Isso explica certo – eu não sei se é uma boa palavra –, mas certo desconhecimento do que existe em outros continentes, sobretudo na América Latina, onde eles estão conscientes de que o mercado brasileiro, o mercado mexicano, o mercado argentino são importantíssimos para desenvolver o comércio, mas eles ainda estão muito presos a essa atividade de se firmarem como potência média, como voz a ser ouvida no contexto europeu.

Importante também mencionar ainda, com relação ao perfil da Polônia, os dados dos indicadores econômicos. A Polônia cresceu, em 2017, 4,6%, o que é uma taxa extremamente elevada, sobretudo em épocas de crises mundiais. Só no primeiro trimestre desde ano, a Polônia cresceu 5,2%; neste ano de 2018. Não é que essa taxa vai continuar a mesma até o final do ano, mas, de qualquer maneira, as previsões são de que a economia da Polônia continue fortalecida nos próximos tempos.

A Polônia foi a única economia da Europa a não entrar em recessão após a crise financeira internacional de 2008-2009 e após a crise da Zona do Euro, de 2010. O PIB da Polônia é da ordem de US$1 trilhão, e um aspecto importante é que esse país, é verdade, há 30 anos vem desenvolvendo suas capacidades na área industrial. Ele não só é produtor de produtos primários, como minérios e alimentos, mas ele também é exportador de produtos sofisticados, manufaturados, de alto valor agregado, principalmente eletrônicos, farmacêuticos, equipamentos de construção.

A Polônia é um mercado muito visado na Europa, e, evidentemente, a Embaixada do Brasil naquele país deve ter sempre presente como melhor explorar as possibilidades de cooperação comercial e de investimentos com a Polônia.

Passando agora às relações com o Brasil, de modo geral, as relações entre o Brasil e a Polônia são consideradas tradicionais, fluídas e estáveis. Nós nos apoiamos mutuamente em fóruns internacionais, e um detalhe importante é que não existem irritantes no nosso relacionamento.

Existe uma área hoje em dia sensível, que é exatamente a questão da posição polonesa nas negociações do acordo Mercosul-União Europeia. A Polônia é uma produtora de alimentos, como eu disse, alimentos que rendem na sua balança comercial, com os países europeus, uma parcela muito importante, e ela, evidentemente, não vê com muitos bons olhos um livre comércio com o Mercosul, tendo que enfrentar eventual competitividade de países produtores, como o Brasil, como a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Esse é um detalhe no nosso relacionamento, mas que, repito, não chega a ser um irritante. É um detalhe que a Embaixada, evidentemente, seguindo as instruções de Brasília, terá que ter sempre presente em sua agenda, contato intenso, fluído com as autoridades na chancelaria e fora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chancelaria polonesa, com vistas a seduzi-la para aceitar essas negociações no âmbito no acordo Mercosul-União Europeia.

É importante também mencionar muito rapidamente uma parte histórica do nosso relacionamento.

Os poloneses são muito gratos ao Brasil, porque, em 1918, nós já nos manifestávamos a favor da retomada da independência polonesa, tanto que, em 1920, a Polônia instalou uma legação no Brasil; um ano depois, nós instalamos, retribuímos com uma legação em Varsóvia; e, nos anos 40, ambas as legações foram elevadas à categoria de embaixada. Portanto, em 2020 nós vamos comemorar cem anos de relacionamento com a Polônia.

E eu me permito a avaliação de que nós temos de aproveitar. Não só o Brasil, mas os dois países têm de aproveitar este momento para aprofundarem os laços, para se conhecerem melhor, para diminuírem esse déficit de conhecimento e, enfim, tornarem-se mais parceiros, mais amigos, com vistas a seguirem em frente nesse relacionamento, que é tão tradicional, que é tão pacífico e, como disse, sem irritantes.

Quanto ao comércio exterior com o Brasil – eu já disse que o Brasil é o maior parceiro da Polônia na América Latina –, o intercâmbio, em 2017, foi de 1,16 bilhão, com um superávit em favor do Brasil.

É muito importante dizer que o Brasil exporta principalmente bens primários, minérios. Nós exportamos farelo de soja...

Senador, como vai o senhor?

Farelo de soja, cobre, ferro. E importamos uma série de bens manufaturados, equipamentos dos mais diversos, farmacêuticos. Ou seja, nós exportamos bens primários e importamos bens manufaturados. Há um capítulo que é importante nesse processo e que é único: nós conseguimos, na área de bens manufaturados de alto valor agregado, exportar aviões da Embraer.

Então, é importante que todos nós saibamos que a Polônia, a companhia aérea polonesa LOT tem a maior frota da Embraer na Europa. Nós vendemos... Ela tem 60% de aviões da Embraer na sua frota. E vendemos dez aviões só em 2017. Por isso, o superávit não é só de US$35 milhões; chega a cento e tantos com essa venda da Embraer. É a grande, vamos dizer assim, carta na manga do Brasil no comércio com a Polônia. Nós estamos muito orgulhosos dessa nossa condição, mas também a Embaixada sempre terá de trabalhar para que se mantenha em bons termos esse relacionamento.

Há a possibilidade também de vendas nossas no setor de defesa. Como eu disse, a Polônia concentra sua atenção na defesa do seu território e da sua soberania. Portanto, nós temos aí um caminho aberto para a Avibras e para a Embraer, sobretudo para esse último produto da Embraer, que é um avião de transporte de carga, que será muito bem recebido por lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passaria agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – ... a outro tema, muito rapidamente, que é a diáspora polonesa no Brasil, só para dizer que foi uma diáspora importantíssima. Os descendentes de poloneses no Brasil, hoje em dia, somam quase dois milhões de pessoas nos Estados do sul do Brasil – essa foi a primeira onda migratória no século XIX; mais tarde, entre guerras e um pouco mais à frente, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. Finalmente, eu gostaria, de uma maneira bem sucinta, apenas de dizer aos senhores que, uma vez aprovado por esta Comissão e pelo Senado, eu pretenderia observar alguns aspectos de um programa de trabalho na minha missão em Varsóvia. Só para dizer que não é um desafio complicado, porque nós temos relações tradicionais, o Brasil é o maior parceiro comercial, a influência da dimensão da diáspora no relacionamento, portanto, é uma agenda positiva. Já mencionei qual é a sensibilidade que existe hoje em dia.

E a Embaixada poderia investir em atividades como: procurar que o Brasil se faça representar, em alto nível, em visitas oficiais à Polônia. A última visita foi em 2015. Era então o Vice-Presidente Michel Temer, com uma comitiva expressiva. Até hoje essa visita não foi reciprocada. A Embaixada tem de estar atenta a esses detalhes.

Existe um outro detalhe também em que nós poderíamos investir, uma área que é a diplomacia parlamentar. Existe um grupo de amizade, que lá é chefiado pelo Vice-Presidente do Senado, que já demonstrou interesse em vir ao Brasil. Fica uma proposta para que ele seja convidado. E a Embaixada se voltaria para suas atividades tradicionais de difusão da cultura brasileira, com ênfase na importância da Língua Portuguesa, na cooperação científica, tecnológica, acadêmica e educacional, claro, sempre com uma atenção muito voltada para as atividades de promoção comercial de bens e de serviços, sempre trabalhando atividades de inteligência comercial, em consonância com a Apex, com o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e as câmaras de comércio existentes.

Mais um detalhezinho: o Brasil e a Polônia carecem de um voo direto. Não existe um voo direto para Varsóvia, o que, de certa maneira, prejudica a ida de empresários, de políticos e de turistas. E nós não podemos deixar de levar em conta que toda essa comunidade de origem polonesa no Brasil, com a possibilidade de voos mais baratos, tem toda intenção de visitar o país dos seus antepassados, quer dizer, nós poderíamos investir. São 2 milhões de pessoas que poderiam estar incentivando as atividades de turismo. Portanto, a questão de uma linha aérea é fundamental para esse desenvolvimento de atividades.

Por último, Sr. Presidente, volto à questão do compromisso da Embaixada em reforçar o diálogo com as autoridades polonesas no sentido de fazer com que acreditem no diálogo entre a União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeia e o Mercosul para que se completem essas negociações e que os dois blocos consigam chegar ao seu objetivo.

Em suma, era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, indicado para Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito bom dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar as Srªs e Srs. Senadores membros da Comissão, em especial o Senador Airton Sandoval, Relator de minha indicação.

Permita-me, Presidente, manifestar a honra que tenho, como diplomata de carreira com quase 42 anos de serviço, de voltar a comparecer a esta Comissão para ser arguido, seguindo preceito constitucional. Desta feita, eu estou no processo de minha indicação para a chefia da Embaixada do Brasil na República da Áustria.

Também aproveito para agradecer ao Senhor Presidente da República, Michel Temer, e ao Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a confiança que em mim depositaram para exercício de tão altas funções.

Em vista da exiguidade de tempo, Presidente, eu gostaria de estruturar esta minha exposição em quatro blocos: primeiro, ter uma visão geral a respeito da Áustria; em segundo lugar, uma análise das relações bilaterais; em terceiro, de forma muito sintética, abordar o tema de organismos internacionais sediados em Viena e arredores; e, por último, abordar alguns aspectos de um programa de trabalho que pretendo imprimir na Embaixada em Viena, evidentemente caso confirmado por esta Comissão e aprovado pelo Plenário do Senado.

Eu apresento, então, a partir dessa visão geral, alguns dados, números que situam a Áustria.

A Áustria é um país de 84 mil quilômetros quadrados, o que não chega a 1% do nosso território. Comparando, ela é três vezes a área de Alagoas, um terço da área do meu Rio Grande do Sul e a metade da área do Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população é de 8,8 milhões de pessoas, o que corresponde a menos de 0,5% da população brasileira.

O PIB da Áustria é perto de US$400 bilhões, o que representa perto de 20% do PIB brasileiro, na casa de US$1,8 trilhão. A Áustria tem um PIB *per capita* – é importante ressaltar esse aspecto, porque há uma grande diferença entre o PIB *per capita* austríaco e brasileiro – perto de US$45 mil, ao passo que o Brasil tem um PIB *per capita* na casa dos US$9 mil.

No Índice de Desenvolvimento Humano, também há uma diferença acentuada. A Áustria está ranqueada em 24º lugar num universo de 188 países, ao passo que o Brasil ocupa a 79ª posição.

Seria importante, Presidente, dar, em rapidíssimas pinceladas, saltos históricos – e me desculpe o Professor e Senador Cristovam Buarque, que certamente me daria uma nota rebaixada na academia, caso eu fizesse esses saltos tão altos em matéria de história da Áustria.

Eu começo do Congresso de Viena, em 1815, quando a Áustria saiu como uma das quatro potências europeias depois do vendaval ou da derrocada de Napoleão pelas forças que lutaram contra a França. Então, a Áustria saiu como um dos grandes países europeus, junto com a Inglaterra, a Prússia e a Rússia.

É importante também mencionar que o Império Austro-Húngaro, no final da segunda metade do século XIX, colapsou – no final da Primeira Guerra Mundial –, e, no período entre guerras, a Áustria teve um período bastante difícil, que era o da construção de uma nova república. Em segundo lugar, ela foi extremamente impactada pela crise econômica dos anos 20 e 30; também assistiu ao surgimento do nazifascismo na Europa; e, em 1938, ela acabou sendo anexada pela Alemanha, numa situação bastante complicada.

No fim da Segunda Guerra Mundial, a Áustria, como outros países, também foi ocupada por forças aliadas soviéticas, norte-americanas, inglesas e francesas.

Então, eu acho que esses aspectos são importantes.

E eu gostaria de, dando mais um salto, mencionar algumas datas importantes, depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1945, é instalada a segunda república na Áustria. Em 1955, ela recupera a sua independência e soberania. Em 1960, a Áustria adere à Associação Europeia de Livre Comércio, da qual ela sai quando da sua adesão à União Europeia, na época Comunidade Europeia, em 1995. E, em 1999, ela adota o euro como moeda nacional.

É importante darmos uma olhada no panorama político, hoje, da Áustria, em que o seu chefe de Estado é o Presidente Alexander van der Bellen, de militância no Partido Verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O chefe de governo é o jovem Chanceler Sebastian Kurz, líder do Partido Popular desde a eleição de maio de 2017, que formou um governo baseado no Partido Popular e no Partido da Liberdade, colocando na oposição o Partido Social Democrata, que, durante anos, se alternou no poder com o Partido Popular.

Vários países europeus manifestaram preocupação com o advento deste novo governo, justamente porque um governo de caráter mais conservador poderia acrescentar, tonificar forças centrífugas ao processo de integração da União Europeia, a partir da saída do Reino Unido da União.

Eu cito ainda, dando uma visão geral sobre a economia, Sr. Presidente, alguns elementos. Para resumir, eu me permitiria resumir a economia da Áustria em cinco grandes elementos: ela é, de fato, uma economia de mercado altamente desenvolvida; em segundo lugar, ela dispõe de uma mão de obra extremamente qualificada e com excelente padrão de vida; em terceiro, a sua economia é dominada pelo setor de serviços, mas com uma sólida base industrial; em quarto, a economia austríaca tem uma forte integração com cadeias produtivas europeias, principalmente com a alemã.

Outro aspecto importante, resumindo muito rapidamente uma descrição da economia austríaca, é que a maior parte das suas trocas comerciais é feita intra União Europeia ou com países não membros circunvizinhos.

Eu já mencionei o volume do Produto Interno Bruto, que cresceu, no ano passado, 3,1%; neste ano, ele deve ficar um pouco menor, mas ainda nessa faixa.

O desempenho dos setores de agricultura retoma um nível de crescimento; a indústria tem uma redução, mas são altamente compensadas essas quedas pela entrada e pelo afluxo de turismo na Áustria. É importante mencionar que o turismo representa 10% da formação do Produto Interno Bruto austríaco. Depois, eu gostaria de voltar a esse tema, quando fizer algumas propostas de programa de trabalho para a Embaixada.

Eu acho que é importante, além de vermos essa questão da política interna, vermos a questão da sua política europeia, foco central da atuação da Áustria. E é bom lembrar que a Áustria passou a ocupar a partir de julho deste ano a presidência rotativa da União Europeia e durante todo o segundo semestre.

O tema da imigração hoje é um tema extremamente polêmico dentro da União Europeia. As posições se enrijeceram bastante na Áustria, mas a recente cúpula dos países europeus, cujos detalhes ainda não vieram totalmente à tona, mostra que havia sempre um esforço de cooperação entre os países em matéria migratória e também uma questão polêmica de divisão de custos dessas responsabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo rapidamente à análise das nossas relações bilaterais, que são tradicionais, sem maiores controvérsias, mas hoje elas se alicerçam sobre uma muito sólida base econômica. Só para citar alguns números, há mais de 200 empresas austríacas radicadas no Brasil; um número expressivo de empresas brasileiras – não tão vasto, mas de empresas significativas, economicamente falando; e também um fluxo de investimento muito significativo entre os nossos dois países.

O comércio bilateral Brasil e Áustria é largamente deficitário para o Brasil. O Brasil vem reduzindo muito as suas exportações para a Áustria. Nós exportamos basicamente produtos manufaturados, ao passo que a Áustria nos exporta produtos que contêm altíssimo teor tecnológico. Então, a Áustria exporta na casa de US$1 bilhão por ano, enquanto o Brasil tem exportado historicamente US$100 milhões – como vai o senhor? – por ano.

Essa pauta de importação tanto de um país como o do outro tem potencial muito grande ainda a ser explorado, mas o fato de a Áustria ter o seu comércio grandemente concentrado nos países da União Europeia é um grande desafio.

No setor político, como eu mencionava, não temos uma pauta de contenciosos bilaterais, não há, e nós estamos hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Obrigado.

E hoje a Áustria, é importante destacar – não está o mapa aqui na nossa tela; agora, voltou –, faz fronteira com oito países. Indo no sentido anti-horário, nós vemos a Hungria, a Eslováquia, a Alemanha, a Suíça, Liechtenstein, Itália e Eslovênia. Espero não ter esquecido... Eu acho que são esses os oito países com que ela faz... E República Tcheca também.

Em função da tradição e da história diplomática, a Áustria é um país de importantes pontes com o Oriente, com a Europa Oriental, e é também um importante ponto de observação político nesse setor.

Temos grandes afinidades políticas no âmbito multilateral principalmente derivadas do fato de que, em ambos os países, defendemos um sistema internacional baseado em regras. Então, isso nos permite essa afinidade e um trabalho conjunto.

Eu passo muito rapidamente à questão dos organismos internacionais. Como eu mencionava, Presidente, Viena é o terceiro principal polo das Nações Unidas depois de Nova York e Genebra. E uma série de organismos internacionais das Nações Unidas são sediados em Viena, organismos internacionais de importância. Eu menciono a Unido, eu menciono o Escritório de Desarmamento, eu menciono a questão também de drogas e crimes que mostram a importância desses organismos naquela cidade. E há também outros organismos não vinculados às Nações Unidas de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. Eu cito um deles, a Opep, e o seu Fundo para o Desenvolvimento Internacional, e também a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

A Embaixada é uma embaixada híbrida, parcialmente bilateral e parcialmente multilateral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Então, é um trabalho bastante importante.

Eu me permito agora, Sr. Presidente – evidentemente que, caso confirmado por esta Comissão e aprovado pelo Plenário do Congresso –, esboçar algumas prioridades que pretenderia desenvolver no trabalho em Viena. Evidentemente que eu começaria com um trabalho de diplomacia econômico-comercial voltado justamente para diversificar a nossa pauta de importação, examinar a possibilidade de reduzirmos esses déficits históricos que temos acumulado com a Áustria e também entender em parte os impactos que venha a ter esse acordo com a União Europeia tão buscado pelo Mercosul e tão difícil de ser terminado.

O segundo ponto que eu mencionaria como programa de trabalho seria uma efetiva diplomacia federativa. Chegando a Viena, eu pretenderia visitar os nove estados da Áustria, justamente para identificar oportunidades e também para estimular contatos entre representantes subnacionais do nosso País com a Áustria.

Menciono, como o meu colega Hadil, Presidente, a importância de uma diplomacia parlamentar como prioridade de trabalho e, nesse aspecto, a retomada do Grupo de Amizade Brasil-Áustria, o que seria muito importante.

Também há outro aspecto, o quarto aspecto no programa de trabalho, que eu ressaltaria, que seria um trabalho de diplomacia climática, ambiental e de sustentabilidade. Temos o Acordo de Paris, recentemente negociado, agora em fase... Temos aqui o Embaixador Reinaldo Salgado, que negocia a regulamentação do Acordo de Paris, junto com uma equipe muito competente no Ministério, que eu tenho o privilégio de acompanhar e de chefiar. Então, o Acordo de Paris e a Agenda de Desenvolvimento 2030 permitem um guia, um norte de cooperação, para explorar oportunidades nessa nova economia com menos intensidade de carbono e mais sustentável.

Outro aspecto a ser desenvolvimento, no meu ponto de vista, é a diplomacia da inovação, para buscarmos compreender essas oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico na Áustria, trazendo à baila uma série de setores, não apenas o Governo, mas também a Academia, entidades de pesquisa e o setor privado; para buscarmos aproximar as congêneres brasileiras e as austríacas nessa área; e, evidentemente, entender um pouco mais o âmbito regulatório nessa área de pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica e tecnológica; e para, obviamente, também buscarmos conhecer as experiências austríacas em termos de transformação digital.

Outro aspecto extremamente importante também é que nós estamos falando de um país que tem uma nominata de grandes compositores e de grandes artistas plásticos. Seria impossível citá-los; eu levaria mais de 15 minutos só citando esses compositores e artistas. Em um país que teve Mozart, Schubert, Bruckner e Strauss e que tem artistas plásticos como Klimt e Schiele, a diplomacia cultural é um aspecto importante, que tem de ser explorado, não apenas fomentando o intercâmbio de artistas já existentes, sendo trabalhado pela Embaixada, mas também buscando oportunidades de indústrias criativas brasileiras naquele país.

Eu menciono também outro aspecto que é de enorme interesse nosso, que é a diplomacia da educação e da capacitação, para buscar possibilidades de intercâmbio de estudantes de todos os níveis, para buscar a possibilidade de estágios de profissionais brasileiros em áreas de excelência na Áustria. Essa seria uma possibilidade que apenas nos engrandeceria.

Eu mencionei a existência de um grande número de entidades internacionais na Áustria e evidentemente que a diplomacia multilateral é uma constante na Embaixada, tem que ser reforçada. E uma das preocupações que eu tentaria reverter – não é uma tarefa fácil – seria aumentar o número de funcionários brasileiros trabalhando nesses organismos internacionais e também fomentar a ida de brasileiros para participarem – de representantes de governo, representantes de outros setores – da construção desses debates e desses consensos que se armam nesses organismos, que, no final, acabam permeando as relações internacionais.

Eu havia mencionado também a questão do turismo, Presidente. A Áustria é uma potência turística, 10% do PIB austríaco provêm do turismo. E é muito importante que nós possamos entender quais foram as políticas públicas, quais foram as ações levadas a efeito que permitiram essa situação. E também há uma conhecida capacidade de formação de quadros na área de turismo que valeria a pena nós explorarmos e aprofundarmos nela.

Por fim, como uma última ação da Embaixada, não podemos nos esquecer da atividade consular. Passam muitos brasileiros por lá. Há uma comunidade brasileira reduzida – por volta de 5 a 6 mil brasileiros residindo na Áustria –, e a Embaixada tem de ser o centro de todos os brasileiros. E temos de sempre continuar aperfeiçoando o atendimento a nossa cidadania.

Presidente, são essas as observações que eu apreciaria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Passamos a palavra a S. Exªs os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro inscrito é S. Exª o Senador Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar os Embaixadores pelas excelentes manifestações que fazem neste momento e também, Presidente, cumprimentar V. Exª pelo esforço que tem feito. V. Exª tem conseguido o prestígio e o respeito de seus companheiros. Num dia difícil como hoje, com uma sessão do Congresso convocada, V. Exª convoca a sua reunião, faz a reunião, e nós estamos cumprindo a nossa tarefa. Então, meus cumprimentos também a V. Exª pela efetividade do seu trabalho e por sua determinação em cumprir com o seu dever e com a nossa obrigação.

As manifestações do Embaixador Hadil e do Embaixador José Antonio, de cujos processos tive a honra de ser o Relator, já são bastante esclarecedoras da importância que têm esses dois países para o nosso Brasil.

E a demonstração que fazem mostra claramente que estão com toda a competência e com toda a capacidade para cumprir as suas tarefas, as suas missões que são importantes em países que têm uma tradição de amizade e respeito com o nosso País, o nosso Brasil.

Eu não teria muitas indagações, mas eu faria apenas uma ao Embaixador Hadil. A Polônia deve fazer investimentos importantes na sua área de defesa. O governo polonês pretende, nos próximos 15 anos, investir US$55 bilhões em modernização das Forças Armadas polonesas. Nós já temos um precedente que é a LOT comprando aviões da nossa Embraer e mantendo 60% de sua frota com aviões nacionais.

E eu tive oportunidade de conhecer o cargueiro brasileiro KC-390, e há uma curiosidade. Eu queria saber por que KC-390. É porque ele substitui um outro cargueiro americano que é o C-130, e, então, o que se pretende é que ele seja três vezes melhor que o C-130 – e é. Eu tive oportunidade de sentar no *cockpit* dele, e é uma coisa extraordinária. Eu quero ter o prazer, um dia, talvez, de voar nesse avião.

Então, Sr. Embaixador, eu gostaria de saber quais as ações que poderiam ser feitas pela Embaixada e por todos nós, para que houvesse a possibilidade de que o Brasil, através da Embraer, através da Avibras e de outras empresas estratégicas de defesa do nosso País, possa participar das licitações e das vendas de nossos produtos para a Polônia.

O nosso Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho tem uma extensa folha de serviços já prestados ao nosso Brasil, em várias missões que ele exerceu ao longo da sua função como Embaixador e em outros cargos no nosso Ministério de Relações Exteriores. Ele tem uma grande folha de serviços prestados, e eu tenho certeza absoluta de que vai representar muito bem o nosso País num país de muita importância para nós e de uma tradição histórica que vem desde o tempo do Império. E nossas amizades são seculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem organismos da maior importância, não são somente as missões de Embaixada que ali existem. Como V. Exª mesmo mencionou, existem grandes organismos internacionais da maior importância que poderão ser utilizados, com a participação de companheiros nossos, de outros embaixadores. E eu tenho certeza absoluta de que a ação de V. Exª vai ser muito importante também nessa área.

Eu vejo que o senhor vai ter uma pequena dificuldade lá. Trata-se da Unido. Nós temos uma dívida antiga, que está sendo paga, mas ainda falta um valor substancial para ser pago. Deverão ser pagos aí cerca de 10 milhões de euros até o final deste ano de 2018. O Brasil precisa cumprir os seus compromissos direitinho e vai cumprir os seus compromissos direitinho, porque é a nossa tradição. Atrasos existem em tudo na vida. De repente, atrasa um pouco, mas paga.

Eu quero mais uma vez cumprimentá-lo e com a certeza absoluta de que V. Exª vai representar muito bem o nosso País lá na Áustria, naquele país importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Airton Sandoval. E passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Embaixadores, eu quero fazer perguntas aos dois Embaixadores, porque eu acho que há problemas em comum para os dois países.

Mas, antes, eu queria fazer uma pequena referência ao que falou o Embaixador Hadil sobre os Prêmios Nobel da Polônia. O senhor falou em cinco, mas não importa o número. Eu queria dizer que, se incluíssemos os descendentes de poloneses, esse número seria muito maior. E, entre esses filhos de poloneses, eu gostaria de incluir um que não recebeu e creio que já passou, por causa da idade, da situação de saúde. Um que veio para o Brasil com 13 anos de idade, chamado Ignacy Sachs, a quem eu devo muito da minha formação como meu orientador durante o meu doutorado na França.

O Sachs é uma figura que trouxe uma visão nova para a economia que só, anos depois, inclusive com o Presidente Collor envolvido, que é o problema do meio ambiente na economia... Foi ele que trouxe uma crítica ao uso da tecnologia nem sempre positiva socialmente. Foi ele que trouxe uma capacidade de ver o mundo e a economia não polarizados entre o marxismo, o antimarxismo, mas por meio de uma visão aberta, capaz de criticar todos os lados.

O Ignacy Sachs é um descendente de polonês, que já veio para cá com 13 anos e que merecia estar na lista, Embaixador, embora não tenha recebido esse prêmio. Como ele, eu fico satisfeito de o senhor tratar aqui, fazer uma referência a essa colônia polonesa de 2 milhões que vivem no Brasil. É uma população que, quando a gente vai ao Sul, a gente percebe a importância dessa comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu gostaria de fazer, na verdade, três perguntas. Uma é sobre a posição dos dois países em relação à imigração. Eu gostaria de saber que diferença há na posição do governo da Áustria atual e do governo da Polônia, que diferença há no que se refere ao tema da imigração em relação ao Presidente Trump? Eu não acredito que seja a mesma coisa, mas também confesso que não vejo muita diferença na posição de fechamento do País contra imigrantes, salvo na Copa do Mundo, porque aí a Europa adora filhos de imigrantes vestindo a camisa dos países das seleções europeias. Tirando esse momento, eu creio que está surgindo uma reação geral, mas especificamente nesses dois países qual é a diferença entre o Governo Trump, no que se refere à imigração, e os governos da Áustria e da Polônia?

O segundo é sobre a posição em relação ao meio ambiente, que é outra postura que o governo americano hoje reflete o que há de mais reacionário e anti-humanidade. Qual é a posição do governo da Polônia ou do governo da Áustria sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável no mundo, sobre o controle da emissão de combustível fóssil, por exemplo, a destruição de florestas?

E a terceira pergunta é se há dentro desses países, aí não só governos, mas como uma coisa da população, se há possibilidade de movimentos para saírem da Comunidade Econômica Europeia? Eles estão enfronhados na visão europeia como sendo o caminho para o futuro ou há protesto, resistência, manifestações, como aconteceu na Inglaterra?

São as três perguntas.

E a minha manifestação de satisfação de ver dois grandes quadros da diplomacia brasileira sendo indicados pelo Presidente da República. E muito boa sorte para nos representarem nesses países!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V.Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia aos Srs. Embaixadores Hadil e José Antonio Marcondes! É um prazer recebê-los aqui.

Brevemente, apenas alguns comentários. Com relação à Polônia, eu vejo algumas portas bem interessantes do ponto de vista comercial. Já quanto à Áustria, nem tanto; população muito pequena, vejo muito mais em termos de tecnologia, de inovação, de pesquisa. Acho que é o nosso grande foco. São especiais na aviação, no setor automobilístico. Então eu acredito que tudo o que nós pudermos, um país com alto nível de PIB *per capita,* um país que tem um IDH extraordinário, que tem todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de produtividade... Apenas em quatro anos eles aumentaram a produtividade no setor de aviação em 40%, com os mesmos equipamentos. Então, isso demonstra um nível de produtividade intenso, e, infelizmente, no Brasil nós estamos vendo o contrário, essa produtividade decrescer por conta de investimentos verdadeiros em educação, não só investimentos financeiros, mas investimentos políticos, verdadeiramente políticos, de interesse político verdadeiro. Nós estamos diminuindo a nossa produtividade. Hoje um americano produz quatro vezes mais do que um brasileiro na mesma atividade, no mesmo tempo. Então, enquanto um brasileiro demora quatro minutos para escrever um texto, digitar um texto, um americano demora um minuto, mais ou menos, só para dar um exemplo para quem nos ouve agora.

Então eu acho que, em relação à Áustria, na verdade, nós tivemos até mesmo uma perda nos investimentos diretos, nós já fomos o primeiro da Áustria e hoje nós somos o quarto. E é alguma coisa de se admirar, porque nós temos já, há bastante tempo, um acordo bilateral de não tributação. Certo? Esse acordo de não bitributação poderia ter aumentado os investimentos diretos. Então, nós precisamos entender o que foi que aconteceu que isso deu um efeito reverso.

E, aqui nos meus documentos, eu tenho citado vários acordos bilaterais com a Áustria, que, nominalmente, são interessantes e que eu gostaria muito de conhecer. Por exemplo: Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica, feito em 2005. Estamos com acordos já pendentes encaminhados sobre Previdência Social. O que quer dizer isso? E também de cooperação cultural – esse tudo bem, que o próprio nome já diz. Mas acordo sobre Previdência Social eu gostaria muito de conhecer o que está sendo encaminhado. Foi feito acordo sobre econômica e industrial desde 1986.

Então, Sr. Presidente, eu aproveito para lhe fazer uma proposta, citando esses acordos, que seria muito importante esta Comissão e a Casa, através da Comissão, conhecer os resultados desses acordos tão anunciados, esses acordos de cooperação, esses acordos bilaterais. A gente sempre vê uma citação enorme quando aqui vêm os embaixadores – e eu acredito que todos sejam verdadeiros –, mas nós não conhecemos o resultado disso. Qual é a produtividade do Itamaraty com relação a esses acordos? O que, de fato, tem trazido de lucro e de vantagens para o nosso País, em termos de conhecimento, de tecnologia, não só de comércio, mas de desenvolvimento da indústria? O que esse acordo, especificamente com a Áustria, trouxe para nós?

Não se trata de nenhuma dúvida com relação à competência e à performance do Itamaraty; eu só acho que esta Casa poderia ter o conhecimento mais detalhado dessas questões que estão sendo praticadas por países do mundo todo, especialmente países com alta tecnologia, com alto IDH, com alta performance de PIB *per capita*, PIB geral. Então, nós precisamos usufruir, porque, sobre alimentos, eles não querem nem ouvir falar do alimento brasileiro. Já que nós não podemos alimentá-los de alimento físico, quem sabe eles nos alimentem de alimento intelectual, tecnológico, que nós poderemos aceitar muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Áustria, eram essas as minhas considerações, sobre acordos que estão sendo encaminhados: ciência, tecnologia e previdência.

Com relação à Polônia, eu vejo questões comerciais com uma população maior – uma população bem maior. Em 2020, a nossa cooperação, o nosso acordo, a nossa união, o acordo bilateral vai fazer cem anos. Acordo de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Isso. Desculpa.

As relações diplomáticas Brasil-Polônia vão fazer um centenário em 2020, e eu vejo um país promissor do ponto de vista comercial. Eu acho que nós temos muitas expectativas, pois é um país que está crescendo muito. Comparativamente aos europeus, é impressionante o que eles têm crescido, e, ao mesmo tempo, a Polônia representa para nós apenas 0,37% das nossas exportações, com uma população de 37 milhões de habitantes.

Então, eu acredito muito que, com relação à Polônia, nós poderíamos não só insistir em aumentar as nossas exportações, mas, principalmente, por ser um país tão pequeno territorialmente – ele é um pouquinho maior do que o Tocantins; tem 312 mil quilômetros quadrados, e o Tocantins tem 276 mil quilômetros quadrados –, eu penso que investimentos da Polônia no Brasil são muitos, mas não há nada na área da produção de alimentos. E, quem sabe, esta seria uma porta de entrada: investimentos poloneses no Brasil na área da produção de alimentos.

Então, eu acredito que isto seria uma pequena fresta que poderia se abrir: nós, aproveitando esse centenário, fazermos algum tipo de evento, nesses próximos dois anos, de apresentação da agropecuária brasileira para investidores que pudessem investir no nosso País. Tenho certeza de que nós comprovaremos a eles o sucesso, a produtividade e a rentabilidade desses negócios, porque são impressionantes, e até os europeus duvidam. Eles duvidam, e com razão, porque de fato é impressionante a lucratividade, a rentabilidade da agropecuária brasileira, não só no que diz respeito aos custos da produção, mas à valorização das terras no Brasil, que é impressionante.

Então, eu acredito muito, Sr. Presidente Collor, que nós poderíamos organizar alguma coisa nesses próximos dois anos, até 2020, em comemoração a esse centenário das relações diplomáticas com a Polônia.

Essas são as minhas considerações com relação à Polônia. Apenas isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Quero desejar – desculpa – muito boa sorte a vocês dois. (*Fora do microfone.*)

Que vocês sejam muito felizes! Sei que é difícil não ser feliz em Varsóvia, e é difícil não ser feliz também na Áustria – tenho certeza de que sim –, mas boa sorte no trabalho de vocês, que é o que mais importa para vocês e para o Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Kátia Abreu, pelas suas considerações, que a Mesa acolhe, recolhe e fará chegar, naturalmente, ao Itamaraty e ao Ministério das Relações Exteriores com essa sua proposta de nós darmos uma importância e preponderância à comemoração dos cem anos de relações diplomáticas entre Polônia e Brasil.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS) – Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Srs. Embaixadores Hadil Fontes da Rocha Vianna e José Antonio Marcondes de Carvalho – muito prazer! –, eu estou sugerindo alguns questionamentos aqui.

Inicialmente, ao Sr. Hadil Fontes, indicado para ser o nosso Embaixador na Polônia, eu faço alguns questionamentos.

A Comissão Europeia abriu um procedimento de infração ao direito europeu contra a Polônia em razão de esta ter aprovado legislação que obriga a aposentadoria de mais de um terço dos membros do Supremo Tribunal polonês. O órgão comunitário considera essa lei como uma violação à separação dos Poderes e à autonomia do Poder Judiciário. A Polônia resiste em cumprir as determinações europeias. Como V. Exª avalia o Estado de direito na Polônia?

Segunda pergunta. O Partido polonês Lei e Justiça há anos, desde sua ascensão ao Poder, tem preocupado as autoridades europeias com o seu posicionamento de minar o Poder Judiciário, a rever os elos da Polônia com o nazismo, dentre outras medidas muito reacionárias. Qual a influência desse partido no país e na região? Quem internacionalmente o apoia?

Terceira pergunta. A Polônia é conhecida por seu catolicismo, tendo por símbolo o Papa polonês João Paulo II. Qual a influência da Igreja Católica na vida social e política polonesa? Temas, por exemplo, como o aborto, direito reprodutivo, união civil entre pessoas do mesmo sexo são impactados pelo catolicismo?

Agora eu gostaria de fazer perguntas ao nosso mestre José Antonio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa para os próximos cinco anos, do atual governo austríaco, denominado "juntos pela nossa Áustria", estabelece, entre outras coisas, a necessidade de redução de benefícios para refugiados – de modo particular, assistência social – e a implementação de um pacote de segurança mais rigoroso. Considerando o passado austríaco, em que medida, a juízo de V. Exª, esse programa remete a um período da história que preferimos ver esquecido?

Segundo, tendo em atenção o fato de que a Áustria se tornou membro da União Europeia em 1995 e mercê dos recentes acontecimentos nesse bloco – por exemplo, o Brexit –, qual a posição do atual governo austríaco em relação ao processo integracionista europeu?

São essas duas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Com a palavra S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Da mesma forma, eu quero cumprimentar os Embaixadores que aqui estão, Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna e o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, conhecido por todos como Gaúcho, porque todo gaúcho é assim, faz questão de se apresentar como tal, gaúcho.

Quero dizer que não farei muitos questionamentos. Apenas pedi a palavra para desejar a ambos sucesso na representação que promovem do nosso Brasil em terra estrangeira, tão distante, diferente, mas importante quanto aos laços de amizade, aos laços culturais, aos laços comerciais.

Eu quero fazer coro com a Senadora Kátia. Dizíamos aqui que estávamos com pena de ambos, nós vivendo um momento tão tranquilo no Brasil, e os senhores lamentavelmente terão que ir para Viena, para Varsóvia... (*Risos.*)

Mas, enfim, agora vamos pensar por outro lado, nem Viena nem Varsóvia têm o céu e o mar de Alagoas, não é, Senador Collor de Mello?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não têm a nossa exuberância da Floresta Amazônica, não têm lá o capim dourado, Senadora Kátia, do Tocantins...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Jalapão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... do Jalapão. Ou seja, nós temos várias vienas e várias varsóvias dentro de um único território, que é o Território brasileiro. Nem o doce de leite de Minas Gerais...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone*.) – E o Pantanal, né?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E o Pantanal também. Olha só a riqueza que nós temos para decantar!

Mas, enfim, eu andei lendo rapidamente o currículo de ambos, os serviços já prestados pelo Brasil no desempenho de suas carreiras, e ambos atuaram parece que com bastante força na área ambiental. Aliás, o Embaixador Marcondes deixa a chefia da negociação do Brasil, no âmbito das Nações Unidas, na Conferência das Partes sobre o Clima.

E, Senador Collor, o Embaixador Marcondes tem sido, nesses últimos anos, um grande parceiro do Parlamento brasileiro, não só do Senado, mas do Parlamento como um todo, porque nós temos aqui vários Parlamentares que acompanham anualmente as Conferências de Clima.

O Embaixador Marcondes e o Embaixador Figueiredo, anterior ao primeiro, sempre deixaram as portas bastante abertas para o Parlamento, porque esse é um problema que eu vejo nas relações dos países perante esses organismos internacionais. Vejam, só quem tem voz ativa, no âmbito das Nações Unidas, é o Poder Executivo, que representa cada país. E o Parlamento geralmente fica de lado. Agora, não há política de mudanças climáticas, de enfrentamento às mudanças climáticas se não houver a participação direta do Parlamento; ou seja, tudo que se negocia lá nós temos de aprovar aqui. E muitas vezes nós damos o exemplo aqui para se negociar lá.

No ano de 2020, teremos outro fato importante que é o início do vigor do Acordo de Paris, que se inicia agora, quando todos os países terão parte obrigatória nas metas estabelecidas, obviamente dentro de uma gradação da capacidade de cada um. E o Brasil tem muitas parcerias com vários países europeus. Tenho certeza de que a Noruega é o maior exemplo disso. Ela tem um belo fundo, um fundo muito forte que veio exatamente da riqueza do petróleo, e uma parte importante desse fundo é dirigida a projetos ambientais no Brasil. Então, eu perguntaria a ambos se há algo semelhante ou que parcerias nós poderíamos desenvolver com Áustria, com Polônia em relação a esse tema.

Por fim, Embaixador Hadil, novamente a COP, neste ano, será na Polônia, a COP, Conferência do Clima. Acho que a última que houve lá foi há uns quatros anos...

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Em que ano foi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Em 2013, tivemos uma bela conferência em Varsóvia e, dessa vez, será num município do interior da Polônia.

Não sei se o Embaixador já estará lá nesse período, mas deverá a Polônia receber mais uma vez uma delegação importante de Parlamentares brasileiros.

No mais, desejo a ambos sucesso neste trabalho tão importante para toda a nossa gente e para o nosso País.

Obrigada.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª a Senadora Kátia Abreu; logo em seguida, S. Exª o Senador Cristovam.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Pela ordem.) – Só para complementar, a Polônia vai receber, de 2014 a 2020, 72,9 bilhões de euros do Fundo de Coesão. No que ela o aplica? Qual é o objetivo desse fundo? No que ele pode ser aplicado? Só internamente ou também no exterior?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Presidente, um pequeno comentário...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... na fala da Senadora Vanessa. A Senadora Vanessa falou que os Embaixadores nossos vão para lugares tranquilos, enquanto aqui nós estamos no caos. Eu não invejo o trabalho deles para explicar lá fora o caos brasileiro. (*Risos.*)

Como explicar a corrupção, a desigualdade, a baixa popularidade do Presidente, um candidato a Presidente que defende o regime ditatorial? Como explicar a pobreza? E uma coisa que nos toca aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente: como explicar na Áustria, na Polônia o alto custo do Poder Judiciário e do Poder Legislativo no Brasil? Deve ser muito difícil explicar essas coisas entre seus colegas diplomatas, entre as autoridades locais, e na imprensa. Portanto, cada terremoto que acontece aqui é uma trabalheira imensa para um embaixador.

Senadora Vanessa, eu não tenho inveja dos embaixadores brasileiros que têm de explicar os erros que nós cometemos aqui no Congresso, e no Governo, e na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Com a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, eminentes Embaixadores.

Presidente, primeiro, queria pedir escusas de não ter acompanhado a sabatina na exposição, tendo em vista que estava presidindo a CCJ aqui na sala ao lado, em razão da viagem do Senador Lobão, Presidente daquela Comissão. Encerrados os trabalhos, vim imediatamente para cá e quero naturalmente, em primeiro lugar, parabenizar o Embaixador Hadil e o Embaixador José Antonio, que vão para Polônia e Áustria respectivamente.

Meus pares já apresentaram as perguntas fundamentais, e eu só queria, de fato, registrar aqui a proximidade que temos. A Polônia é um país, Embaixador Hadil, como V. Exª vai bem servir por lá, que é sofrido, mas que está em plena reconstrução. Então, eu imagino que a resposta que V. Exª dará à Senadora Kátia Abreu daqui a instantes é que esse fundo vai servir para a melhoria da infraestrutura polonesa.

Aliás, no ano passado, eu estive na Polônia, visitei o interior da Polônia e vi um país em obras, estradas, ferrovias, infraestrutura, telefonia. É impressionante como a Polônia está em obras no seu interior indo rapidamente para o padrão da Europa Ocidental em termos de infraestrutura. É um povo extremamente simpático, eu acho que é um país populoso, com quase 40 milhões de habitantes, que gostam muito do nosso País e que podem trazer talvez um pequeno fluxo turístico deles para nós, já que a renda média polonesa é superior a nossa e há aqui essa grande colônia que V. Exª mencionou e evidentemente os poloneses são importantes entre nós.

Eu peguei só o finalzinho do Embaixador José Antonio, lembrando os compositores austríacos, mas a Polônia não fica por baixo, basta citar Chopin, para fazermos aqui um paralelo. E eu queria saudá-lo também, Embaixador José Antonio, e dizer que os brasileiros conhecem pouco a Áustria, lamentavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, todos os dias, nós vemos a Áustria na nossa bandeira, porque o amarelo da bandeira é a cor da Casa de Habsburgo, da Imperatriz Leopoldina; o verde é dos Bragança e o amarelo da Áustria, da Áustria do tempo ainda do Império austro-húngaro. Então, a importância da Áustria na nossa história está nos nossos símbolos nacionais.

Há a importância da Áustria como nação, mãe de uma civilização extraordinária não só na Filosofia, na Psiquiatria, na Economia. De fato, a Áustria foi a potência intelectual na virada do século XIX para o século XX, e durante a primeira metade do século XX, até que lamentavelmente houvesse a anexação pela Alemanha e os problemas da guerra que foram traumáticos.

Aliás, para a Senadora Vanessa, que gosta muito de ler, ouso recomendar uma leitura chamada *A lebre com olhos de âmbar*, que exatamente mostra a história da Áustria nessa parte da guerra, um romance magnífico de Edmund de Waal.

Então, V. Exª irá para uma cidade invejada que é Viena, a capital da civilização europeia, em um país que, de fato, é pequeno, como foi lembrado, com população menor, com uma situação econômica que não é como era no tempo do império, mas com uma posição geopolítica fundamental e, como foi lembrado aqui pelo Senador Cristovam, com uma situação política delicada, porque partidos de direita, populistas um pouco radicais em termos de xenofobia e contra a imigração passaram a ter uma preponderância novamente na cena eleitoral da Áustria – como também lembrou o Senador Pedro Chaves –, como também na da Polônia. Então, o Leste Europeu e o Centro Europeu têm essa preocupação, que certamente hoje levanta uma dúvida na Comunidade Europeia como um todo, à mercê da globalização e da situação tão delicada que temos.

Mas certamente V. Exª vai representar bem o nosso Brasil lá e permitir, especialmente nas questões tecnológicas, em que a Áustria tem uma capacidade extraordinária, um intercâmbio que será útil para a nossa economia e a nossa população, a par, como mencionou V. Exª na sabatina, de uma diplomacia cultural que para nós é um intercâmbio que será útil para a nossa economia e para a nossa população, a par, como mencionou V. Exª na sabatina, de uma diplomacia cultural, o que para nós é fundamental. A questão cultural austríaca, volto a dizer, continua como uma referência para todos nós, especialmente na música e, agora, nos dias de hoje, na música clássica. Esse é também um processo civilizatório que devemos ter em relação aos nossos cidadãos.

Então, tendo a certeza de que a participação de V. Exª lá será de grande utilidade.

Peço escusas, mais uma vez, por não ter podido ficar aqui o tempo todo. Cumprimento ambos e tenho a certeza do grande desempenho que terão nas suas respectivas missões.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Apenas faço uma lembrança que acho importante: a independência do Brasil tem muito a ver com a Áustria, por intermédio de D. Leopoldina, e com Minas Gerais, por intermédio de José Bonifácio, porque a independência do Brasil foi proclamada por D. Pedro I depois que ele recebeu uma carta feita, a quatro mãos, por José Bonifácio e por D. Leopoldina, dizendo a D. Pedro I: "Se quiseres permanecer aí, no reino, declare logo a independência do Brasil." Então, devemos muito à Áustria, por intermédio de D. Leopoldina, e a José Bonifácio, que, com a boa tradição mineira, sempre aconselha bem os seus dirigentes.

Obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Antes de passar a palavra aos Srs. Embaixadores, eu gostaria de ler aqui, das perguntas que nos chegaram, duas perguntas dos nossos internautas, a quem, mais uma vez, agradecemos a participação nas nossas reuniões.

A primeira pergunta é de Lucas Fonseca, de Minas Gerais. As perguntas são dirigidas a ambos os Embaixadores. "Qual o posicionamento de V. Exª em relação à questão de soberania nacional de um país e ao tema da imigração? No caso, países europeus como Hungria e Áustria têm adotado uma política severa contra a imigração, alegando que muitos imigrantes são, por exemplo, muçulmanos radicais."

De Erivan Júnior, do Ceará, veio a seguinte pergunta: "Como ficam as relações [...]." A primeira pergunta foi dirigida aos dois Embaixadores, e esta segunda pergunta é feita para o Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho: "Como ficam as relações Brasil-Áustria com o recrudescimento na política externa do governo de Viena, cada vez mais avesso à imigração e, em diversas ocasiões, crítico da União Europeia, que está próxima de concluir um importante tratado com o Mercosul?"

É interessante que ambas as perguntas têm relação com as considerações aqui feitas por S. Exª o Senador Cristovam Buarque sobre essa questão imigratória ou questão migratória.

Passo a palavra...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, fala S. Exª o Senador José Agripino, antes de eu passar a palavra ao Sr. Embaixador Hadil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um alerta. Quero cumprimentar os Srs. Embaixadores da Polônia e da Áustria, mas quero fazer um alerta especialmente para o Embaixador Hadil sobre um fato que está acabando de acontecer na Polônia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma coisa que vai ter repercussão no plano regional da União Europeia e no plano internacional. É o confronto entre o Poder Judiciário, que controla as leis, e o Poder Executivo. Houve, recentemente, uma decisão de baixar a idade de 70 anos para 65 anos de permanência dos juízes no cargo, e a atual Presidente da Suprema Corte, Srª Malgorzata Gersdorf, recusa-se a deixar a Presidência da Suprema Corte. Ela tem recebido manifestações de apoio de manifestantes, de populares, da população, e estabeleceu um claro conflito com o governo e com a interpretação da Constituição. Isso terá grandes repercussões, e certamente o Brasil terá que se manifestar em algum momento.

Eu gostaria de fazer este alerta a V. Exª, que certamente vai ser indicado para a função e vai encontrar essa crise: se um país maduro como a Polônia, que passou pelo que passou durante a Segunda Guerra Mundial, o processo de reconstrução, com o amadurecimento político que tem, está enfrentando esse tipo de problema, seguramente se vai promover um debate internacional, e isso vai chegar a consultas ao Brasil, evidentemente. É a advertência ou o alerta que faço a V. Exª, caso venha a ser designado – o que acho que vai acontecer – Embaixador do Brasil na Polônia. E vai encontrar, vamos dizer, esse abacaxi para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Agora, sim, passo a palavra ao Sr. Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna para respostas aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Muito obrigado.

Agradeço todas as perguntas que foram feitas. Vou tentar respondê-las, a começar pela posição do Brasil no que se refere aos investimentos que podem ser feitos na área de defesa.

Como eu bem mencionei na minha apresentação, uma das preocupações principais da Polônia no que se refere à sua política externa é a garantia, a defesa do seu território e da sua soberania. O próprio Senador mencionou os gastos que ela está disposta a fazer nos próximos 15 anos, da ordem de 2,5% do PIB em material de defesa. A Polônia já produz material de defesa, material militar, mas as nossas produções são complementares. Portanto, há uma porta aberta muito grande para que o Brasil possa estar presente.

O melhor exemplo, hoje em dia, é o do avião de transporte de cargas da Embraer. Vale a pena só reiterar que a LOT tem uma frota quase toda de aviões da Embraer. Na realidade, em toda a região, para quem visita os países do Báltico, todo o transporte é feito por aviões da Embraer. Dá um orgulho muito grande! E a Polônia é o centro disso tudo; a maior frota de Embraer da Europa.

Mas não há só aviões. Existem outros materiais e equipamentos que o Brasil pode fornecer à Polônia, e isso, evidentemente, vai fazer parte do esforço da Embaixada, sempre em coordenação com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Apex, com o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e com as câmaras de comércio. Essas são as portas que nós temos para manter abertas ao diálogo com as autoridades competentes da Polônia.

Não sei se respondi a sua pergunta, Senador, mas é esse o sentido, os mecanismos são esses. O que a gente pode fazer? Um trabalho intenso na Embaixada; não ficar preso a discursos e, enfim, representações. O Embaixador do Brasil, os funcionários da Embaixada do Brasil em todos os países têm que ser verdadeiros agentes de comércio, e é isso ao que eu pretendo, em estando lá, se confirmada a minha indicação, realmente me dedicar a esse setor da Embaixada. E vale a pena mencionar: no Itamaraty nós temos uma classificação de setores de promoção comercial, de acordo com a sua eficiência, e o de Varsóvia é o mais eficiente.

Sinto-me muito confortável para afirmar que vamos continuar nesse esforço e, de preferência, explorar mais outras oportunidades. Como bem mencionou a Senadora Kátia Abreu, existe um mundo para explorar. É um parceiro muito tentador, com capacidade, e o Embaixador do Brasil tem que ter isso muito presente.

Com relação às perguntas que foram feitas sobre a questão migratória, de fato, há duas questões grandes que a Polônia enfrenta hoje no âmbito da União Europeia. São duas, aí sim, situações delicadas, são situações que afetam um pouco essa necessidade que a Polônia tem de estar bem com o seu entorno regional: uma é a questão migratória e a outra é a questão que acabou de ser levantada a respeito das reformas que ela empreendeu no seu Judiciário.

Em relação à questão migratória, a gente pode até fazer um esforço de entender porque toda essa atitude tão refratária à entrada de imigrantes: um país que, no seu histórico, foi ocupado, em boa parte do seu processo de evolução histórica. A Polônia realmente tem uma posição de não querer aceitar migrantes e pessoas que estão fugindo de situações de conflito em seus países. É uma atitude em que ela conseguiu aliados, como eu disse, no Grupo de Visegrado, que é formado pela República Tcheca, pela Eslováquia, pela Hungria e pela própria Polônia. E é um tanto paradoxal, porque, para ser membro da União Europeia, ela também se tornou participante do Espaço Schengen, que prevê a livre circulação de pessoas. Mas, de qualquer maneira, hoje em dia, a posição polonesa é totalmente refratária à entrada desses imigrantes.

Pode explicar também um certo receio com a competitividade que esses contingentes de migrantes podem trazer e uma preocupação, que me parece muito genuína, com relação ao terrorismo. Aí se aproxima com a posição do governo norte-americano, e é um momento, vamos dizer assim, de realmente identidade de posições. O Presidente Trump vê a Polônia com olhos muito generosos, visitou Varsóvia em 2017 e compartilha dessas ideias com o governo, o partido governista da Polônia, que é o PiS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o importante, então, para se ressaltar nessa análise é essa capacidade que a Polônia encontrou de mostrar para o resto da União Europeia que ela pode criar um contraponto ao processo decisório em vários temas, mas principalmente nesse que é, hoje em dia, um gargalo no entendimento de todos os países membros da União.

Com relação ao meio ambiente, é um tema que está sendo também um gargalo no relacionamento da Polônia com o resto da União Europeia porque a Polônia possui uma matriz energética suja, uma matriz energética baseada no uso carvão, de combustíveis fósseis, a ponto de ela necessitar urgentemente de projetos de cooperação com outros países a fim de buscar fontes alternativas e renováveis de energia. Ela depende muito do consumo do carvão. Ela depende muito também da importação de gás liquefeito de petróleo, enfim, de fontes de energia que, na realidade, devem ser evitadas hoje em dia.

Ela mantém uma cooperação com os Estados Unidos para buscar novas fontes de energia. E já até respondo, de certa maneira, o que foi perguntado pela Senadora Kátia Abreu e pela Senadora Grazziotin com relação à possibilidade de o Brasil participar disso. Sim! Existe. O Brasil já tem conhecimento suficiente, tecnologia para mostrar à Polônia principalmente na área eólica, na área de outras energias renováveis, desenvolver competências e capacidade para explorar numa cooperação bilateral.

Nesse debate, é importante mencionar que, dentre as listas de cidades mais poluídas da Europa, quase todas são polonesas, quase todas, devido a esse processo de industrialização que durante 30 anos existiu e continua em andamento na Polônia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Sim, eu vou tentar, então, acelerar um pouco as respostas com relação aos fundos de coesão sobre o que a Senadora Kátia Abreu perguntou. Os fundos de coesão na União Europeia são utilizados, em última análise, para evitar ou terminar com as assimetrias de países que ingressam e que são países com diferenças muito grandes econômicas em relação aos sócios originais. Esse foi o caso da Polônia; no passado, foi o caso da Espanha, foi o caso de Portugal. A Polônia está vivendo esse momento agora. Ela é a maior beneficiária e não pode utilizar esses créditos para outras atividades.

Como bem respondeu o meu antecessor, a infraestrutura era um desastre. Realmente, qualquer tipo de estrada na Polônia não tinha condições de fazer nenhum tipo de transporte e, hoje em dia, parece que elas são uma maravilha. Então, ela tem aproveitado de maneira espetacular esses fundos de coesão, e essa é mais uma razão para ela também não estar investindo em gargalos ou enfrentamentos com a União Europeia. Mas, como eu disse, três assuntos pelo menos estão na pauta para resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ver outra pergunta que eu pudesse... A da Senadora Grazziotin acho que já foi respondida que é sobre a questão energética.

A questão do catolicismo. É interessante porque realmente é um país católico e que entrou muito no mapa em decorrência do Papa. É um país que, apesar de ser muito católico, não é retrógrado: é um país que admite aborto em determinadas condições, em que a união estável de pessoas do mesmo sexo é permitida, um país com uma tradição de feminismo – as primeiras feministas europeias eram polonesas, elas criaram o movimento sufragista. Então, é uma mistura de atitudes interessantes, porque há um quê de conservadorismo, mas sem impedir maiores desenvolvimentos do país.

E, Sr. Presidente, eu creio que, de uma maneira muito rápida, eu tentei me referir pelo menos a algumas perguntas feitas. Permaneço às ordens.

Quanto aos internautas, eu também creio que as respostas às perguntas que foram feitas já foram tratadas.

E fica o alerta que foi feito sobre essa questão da reforma do Judiciário na Polônia. De fato, está nas primeiras páginas, há uma ameaça de sanções a serem aplicadas pela própria União Europeia, mas é um tema de política interna e evidentemente a Embaixada vai atuar devidamente instruída por Brasília. E caberá à Embaixada manter Brasília muito bem a par do que acontece na Polônia para posições nacionais.

Agradeço, mais uma vez, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Permita-me, agora eu fiquei em dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – ... se elogio o gesto diplomático do silêncio. (*Risos.*)

Ou se eu insisto na pergunta sobre a diferença entre a política polonesa e a americana em relação à imigração. Não sei se eu me distraí e não ouvi, perdão.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Perdão.

Eu vejo algumas similaridades. O que as fontes perguntam é por que o Trump vê a Polônia com olhos tão generosos. Por que ele identifica o medo do terrorismo, a importância que, nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos e na Polônia, é dispensada à questão de defesa. Agora, em termos de atividades – aí há a questão do muro no México –, nisso a Polônia não entra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Isso.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – A Polônia simplesmente bate o pé com relação às atuais propostas apresentadas pela União Europeia. Ela não gosta da política de cotas, não quer saber de outro tipo de proposta similar.

Mais recentemente, na semana passada, os chefes de Estado de Governo se reuniram e estão aparecendo novas propostas com pequenas mudanças que o grupo de Visegrado poderá aceitar, mas é um exercício de futurologia. E, em termos de similaridade com o regime americano, é isto: eu acho que são essas duas grandes noções, a questão da defesa e, aí dentro, a questão de tentar evitar atividades terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna.

E passo a palavra ao Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço as palavras generosas a meu respeito.

Eu gostaria de abordar a questão de imigração, que foi colocada por vários Senadores, inclusive pelos nossos internautas. A política norte-americana de imigração eu conheço pouco, eu conheço reflexos pela imprensa, essa questão de separação de famílias para imigrantes ilegais, temas que vieram bastante à tona nas últimas semanas. Mas eu acho que a questão de fundo que está acontecendo, Senador, é todo um debate sobre as vantagens e desvantagens da globalização e como que os países que hoje conseguiram dar o seu salto de desenvolvimento pretendem preservar essa situação e não dividir o bolo ou abrir para outros imigrantes essa sua situação, a situação interna.

Então, é um debate que não está resolvido internacionalmente. Quanto às semelhanças com relação à política americana ou não, acho que há circunstâncias distintas, como a própria geografia da União Europeia. Os Estados Unidos fazem fronteira apenas com três países. A gente se esquece, muitas vezes, da Rússia, onde não há um influxo migratório, mas, sim, há um influxo migratório proveniente do sul dos Estados Unidos, através do México, seja de mexicanos, seja de pessoas de outras nacionalidades. Mas há todo um debate sobre os efeitos da globalização, um tema que não está resolvido.

Na Europa, na Áustria, por exemplo, houve certo temor, como mencionei na minha exposição, de um governo mais conservador. Ele é um governo conservador. O tema da imigração está no topo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da agenda austríaca. Mas esta discussão a respeito de como a União Europeia tratará esse tema não está necessariamente resolvida. Eu mencionei a recente cúpula na Europa, na semana passada, sobre o tema da imigração e os parcos detalhes que vieram à tona a respeito disso. Então, é um tema que está longe de ser resolvido.

Qual o caminho que tomará isso? O senhor vê que há grande preocupação dos países mediterrâneos a respeito dos fluxos migratórios provenientes da África. A preocupação da Áustria, obviamente, deriva muito da questão de migrantes do Oriente Médio que passam pela Turquia. No próprio mapa, como o senhor vê, há essa preocupação com esses migrantes que vêm do Oriente Médio, mais ao sul, que passam pela Turquia. E são abundantes os números de imigrantes na Turquia, passam de milhões os que estão de passagem lá. Se eles voltam ou não para as suas casas é uma dúvida. Mas a Áustria, nitidamente, está endurecendo esse debate, fruto de um posicionamento coletivo naquele país.

O senhor também mencionou a questão de fósseis, Senador, no meio ambiente na Áustria. A Áustria atua nessas negociações sob a égide da União Europeia, mas, em matérias de fósseis, sim, a Áustria tem uma matriz energética relativamente mais limpa se comparada ao caso da Polônia, por exemplo. Então, sim, há espaço para se trabalhar.

O senhor mencionou a questão da possível saída da Polônia...

Meu Deus, acho que vou inverter essa nomeação. Vou sugerir a inversão de designação.

O senhor mencionou a reação da Áustria sobre a possível saída da União Europeia. Sim, essa era uma preocupação que havia em Bruxelas, era uma preocupação de grandes países europeus com o novo governo. Mas o Chefe de Governo, o Chanceler Kurz, como a sua Chanceler, imediatamente, ao começarem esse Governo, foram fazer visitas importantes, justificando a importância da presença da Áustria na União Europeia e o comprometimento da Áustria com o projeto europeu.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – V. Exª terá que encerrar, Embaixador.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Então, essas são as respostas – e eu teria outras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, pelas respostas oferecidas.

Agora, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre se continuamos com a nossa reunião em sistema aberto ou se a fecharemos para apuração dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovarem, que estiverem de acordo com que continuemos com a reunião em sistema aberto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito, imediatamente, à Secretaria desta Comissão que proceda à apuração dos votos para proclamação posterior dos resultados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

O Sr. Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia, foi aprovado por unanimidade de votos – sem nenhum voto contrário, portanto.

Total: 17 votos favoráveis.

O Sr. Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria, também foi aprovado por unanimidade de votos nesta Comissão.

Total: 17 votos SIM.

Declaro, portanto, aprovados S. Exªs os Srs. Embaixadores Hadil Fontes da Rocha Vianna e José Antonio Marcondes de Carvalho.

Agradeço a presença dos indicados, desejando a ambos pleno êxito no exercício de suas novas funções. Muito obrigado pela presença de V. Exªs. (*Pausa.*)

Eu gostaria de informar a S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores que as respostas de ambos os Srs. Embaixadores foram curtas não em função do desejo deles, mas, sim, em função de uma determinação do Presidente do Congresso Nacional, de que os trabalhos nas Comissões fossem imediatamente encerrados para não se prejudicar a sessão, que está sendo realizada neste momento, do Congresso Nacional.

Portanto, as nossas desculpas aos Srs. Embaixadores pelo fato de não terem tido eles a oportunidade de oferecer respostas mais elastecidas às perguntas que foram formuladas. Mas foi por uma questão de nós mantermos hígida e válida a nossa reunião do dia de hoje, de que a decisão foi assim tomada.

Agradeço a S. Exªs os Senadores que aqui permaneceram, muito em particular a S. Exª o Senador Antonio Anastasia, Relator de três projetos de resolução que estão na pauta do dia de hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedindo desculpas também a S. Exª pela determinação que recebemos do Presidente do Congresso Nacional.

Fica o restante da pauta transferido... Não, não! Antes de encerrarmos, temos de fazer pelo menos uma leitura. Temos de fazer a leitura de dois projetos, ou melhor, de duas mensagens antes de encerrarmos.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rudson Leite

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Indico S. Exª o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc*. O relatório está pronto para deliberação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para apresentar o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme apregoado por V. Exª, trata-se de indicação do Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, para a Embaixada da Etiópia e, cumulativamente, da República do Djibuti e República do Sudão do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de diplomata de carreira, nascido no Rio de Janeiro em 1963, que exerceu cargos na Embaixada de Beirute; em Port-of-Spain; em Damasco; também funções em Bruxelas; em Beirute novamente e em Atenas, onde atualmente é encarregado de negócios.

Ele juntou suas condecorações, suas publicações. É diplomata do mais alto nível.

Depois o relatório descreve, Sr. Presidente, as condições da Etiópia: décima economia do continente, sede da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. É o único país africano que escapou ao jugo colonial, à exceção da ocupação italiana no período da Guerra.

É uma das economias estatizadas do continente africano. Desde 2005 adota plano de desenvolvimento.

As relações diplomáticas com a Etiópia experimentaram inédito processo de adensamento nos últimos 15 anos e há espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral.

Há perspectivas de parcerias sólidas no campo da cooperação, com destaque para a agricultura, os biocombustíveis e a troca de experiência na formulação e implementação de políticas sociais. Vale ressaltar ainda que, sendo a Etiópia a sede da União Africana, projetos bem-sucedidos desenvolvidos naquele país tendem a ter maior visibilidade e repercussão junto a outros países.

O comércio bilateral com a Etiópia, Sr. Presidente, é desequilibrado em favor do Brasil, mas sofreu queda nos últimos anos. Após o pico histórico de US$63 milhões, em 2013, reduziu-se em quase 80%.

No novo contexto estratégico de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do seu desenvolvimento. Até o momento, todavia, não há registro de investimentos brasileiros na Etiópia.

Segue o relatório, Sr. Presidente: sobre a República do Djibuti, um dos menores países da África em termos populacionais (menos de 1 milhão de habitantes), tem localização estratégica entre a Península Arábica e o continente africano, o chamado Chifre da África. O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional e contribui para o apaziguamento da Somália.

Temos relações com o Djibuti desde 1996.

Há potencialidade de investimentos no ramo de transportes, tendo em vista que os portos de Djibuti tendem a ser tornar dos maiores da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, ficou independente em 2011, em razão de uma guerra civil fratricida que lá ocorreu, com separação ao longo de linhas étnicas e religiosas – o norte árabe e muçulmano, e o sul cristão ou animista. Depois de 50 anos, estabeleceu-se um novo país.

A economia do Sudão do Sul é baseada na agricultura de subsistência e na exploração do petróleo.

O Sudão do Sul foi reconhecido pelo Brasil no dia de sua independência (9/7/2011), mas a instabilidade política e de segurança no Sudão do Sul impediu uma maior aproximação bilateral.

Não há projetos, por ora, em relação àquele país.

O comércio entre os dois, Brasil e Sudão do Sul, é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de aves. Todavia, feita a estabilização política do país, espera-se que possa haver um adensamento de novas oportunidades comerciais para o Brasil.

Desse modo, Sr. Presidente, de maneira sumária, é esse o relatório que faço neste momento.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter desse relatório, não cabendo serem aduzidas outras observações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica...

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Gostaria de fazer aqui uma ressalva, antes de passar a palavra, pela ordem, a S. Exª o Senador Rudson Leite. É que esta matéria, originalmente, tem como Relator S. Exª o Senador Rudson Leite. Em função da convocação do Congresso e da aceleração, da pressa que nós demos aqui aos nossos trabalhos, foi solicitado por mim a S. Exª o Senador Antonio Anastasia que ficasse como Relator *ad hoc* da matéria, mas o Senador Rudson Leite chegou logo após o início da leitura. Por isso, não pude interrompê-lo.

Peço desculpas a V. Exª e indico V. Exª como Relator *ad hoc* da próxima matéria.

Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR. Pela ordem.) – Ontem eu recebi a visita do Embaixador, e, por tudo que a gente conversou, ele é uma pessoa preparada, conhece a matéria.

Parabéns, Embaixador!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Rudson Leite.

Não sei se eu concluí aqui o processo de discussão da matéria, mas... Concluí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Já concedi vista coletiva.

Obrigado, Senador.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Sobre Vanuatu e Nauru, apenas um comentário adicional ao introito: são duas Repúblicas que estão prestes a desaparecer em função do aquecimento global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Rudson Leite, a quem passo agora a palavra, antes dizendo que, nesta reunião, vai ser lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tem a palavra S. Exª o Senador Rudson Leite para apresentar o relatório.

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima é filho de Everardo Moreira Lima e Maria Eudóxia Moreira Lima e nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1949. Graduou-se em Direito em 1972, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É mestre em Direito Internacional pela Universidade de Oslo (2009).

O indicado iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1973. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 2001. Pode-se intuir, visto que não informado, que as promoções foram, como sói acontecer, por merecimento. O currículo apresentado também não dá notícia do ano de conclusão do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, tampouco da tese apresentada.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se: Chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades do Cerimonial; Chefe Substituto do Cerimonial; Coordenador-Executivo do Departamento Econômico; Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base; Chefe Substituto do Departamento de Política Comercial; Secretário da Secretaria de Controle Interno; e Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington; Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lisboa; Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas; Ministro Conselheiro na Embaixada em Londres; Embaixador em Tel Aviv; Embaixador em Oslo; e Embaixador em Budapeste.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Comunidade da Austrália, bem assim as Ilhas Salomão, o Estado Independente da Papua Nova Guiné, a República de Vanuatu, a República de Fiji e a República de Nauru, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A Austrália forma a massa continental da Oceania e apresenta grande diversidade de paisagens, que abriga 10% da biodiversidade do Planeta. O país, sexto maior do mundo, é uma Federação composta pelos Estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia. Sua população, estimada em 23 milhões de habitantes, localiza-se fundamentalmente nas costas do país. Cuida-se de um dos líderes mundiais na exportação de carvão, bem como importante produtor de minério de ferro e ouro. Merecem destaque, por igual, os setores financeiro, industrial e comercial. O país apresenta, ainda, taxas positivas de crescimento econômico há vários anos, o que o coloca em posição de destaque em distintos *rankings* internacionais.

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1945. No ano seguinte, ambos os países criaram legações nas respectivas capitais: Rio de Janeiro e Canberra. Apesar de cordiais, as relações entre os dois países se desenvolveram mais no campo multilateral. A similitude das economias proporcionou aproximação na defesa de posições idênticas nos fóruns internacionais. Some-se a isso a distância entre Brasil e Austrália. Esse quadro não estimulou o desenvolvimento de relações bilaterais mais sólidas.

O contexto descrito começa a se alterar com o estabelecimento, nos anos 1990, do Mecanismo de Consultas Políticas entre altos funcionários das respectivas chancelarias. Impulso definitivo foi dado em 2008 com a proposta brasileira do estabelecimento de um Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada. Além da manutenção do mecanismo de consultas, esse documento estabelece marco para cooperação nas áreas científica, tecnológica, cultural, desportiva, cooperação técnica trilateral e articulação sobre temas da agenda internacional de interesse mútuo.

Dando sequência a uma maior aproximação bilateral, ambos os Estados elevaram seu relacionamento ao nível de Parceria Estratégica em 2012. Essa circunstância tem resultado na realização, com maior regularidade, de encontros bilaterais entre chefes de governo, bem como de intercâmbio de visitas no plano ministerial. Com efeito, verifica-se, desde então, concorrida agenda de visitas de autoridades de ambos os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além disso, vale ressaltar, no âmbito dos Legislativos, a reinstalação, para o biênio 2016/18, do Grupo Parlamentar Brasil-Austrália. O grupo é presidido pela Senadora Ana Amélia, que acompanhou recente visita de delegação parlamentar australiana a esta Casa.

Em relação ao comércio bilateral, o fluxo é composto majoritariamente por importações brasileiras. Do total do intercâmbio (US$1,8 bilhões, em 2017), nossas exportações representaram apenas 25,4%. No ano passado, exportamos, sobretudo, café em grãos, máquinas para terraplanagem, sucos de frutas, calçados e medicamentos em doses. Importamos carvão mineral, alumínio em formas brutas, óleos brutos de petróleo, carvão betuminoso e carvão de retorta, bem assim carnes bovinas.

Em relação aos assuntos consulares, estima-se em cerca de 37 mil o número de brasileiros em solo australiano. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o setor consular da Embaixada em Canberra e com o Consulado-Geral em Sydney.

Sobre os demais países em que a Embaixada se dá de forma cumulativa – já foram citadas as ilhas –, o relacionamento com o Brasil é proporcional às respectivas dimensões territoriais e humanas. Esse quadro, no entanto, representa desafio para o fortalecimento dessas relações nos anos que estão por vir. Não há, de resto, informação segura sobre a presença de brasileiros nesses países.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Rudson Leite, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nós ganhamos um espaço para continuarmos a nossa reunião, de modo que vamos passar ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa, assinado em Brasília, em 7 de dezembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para apresentar o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª apregoa, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2018, cuja ementa já foi lida por V. Exª, tendo por objeto os Assuntos de Defesa entre Brasil e o Reino dos Países Baixos.

O *caput* do Artigo 1 observa que a cooperação será norteada pelos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum. Ele prescreve que o acordo tem por objeto promover a cooperação bilateral em assuntos relativos à defesa, que se dará, fundamentalmente, por meio de visitas, reuniões, intercâmbio de instrutores, cursos e eventos, tendo por objeto o desenvolvimento, o apoio logístico e o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no campo de operações de defesa.

Não há vícios, Sr. Presidente, no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, estando de acordo com o art. 49, I, da Constituição Federal.

Além disso, o ato internacional em apreço está em conformidade com o art. 4º da Constituição Federal, no que prevê que o Brasil se regerá em suas relações internacionais pela não intervenção, pela igualdade entre os Estados, pela defesa da paz e pela solução pacífica dos conflitos. A aprovação e posterior ratificação do acordo está, assim, em consonância com esse comando constitucional.

A temática do tratado em apreço reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. Como destacado nos considerandos, os negociadores compartilham o entendimento comum de que a cooperação mútua no campo da defesa vai reforçar, com base no interesse mútuo, o relacionamento entre as partes.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, proponho a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2018.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

Vou apregoar os itens 4 e 5.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Em seguida:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, de 2018

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para apresentar o relatório referente aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 67 e 68, respectivamente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª acaba de apregoar, trata-se de dois projetos com o mesmo conteúdo: o Projeto de Decreto Legislativo nº 67 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, ambos tendo por objeto a questão de acordos aéreos, o primeiro com a Nova Zelândia, e o segundo com a União Europeia.

Como de praxe, em ambos nós temos as cláusulas que se referem às tarifas aeronáuticas, à questão relativa à segurança da aviação, à questão relativa às estatísticas da concorrência, à conversão de divisas, à remessa de receitas, à possibilidade de consultas e de emendas ao acordo e a eventuais acordos multilaterais posteriores.

Em ambos os acordos, Sr. Presidente, nós temos um avanço muito forte da relação na possibilidade das rotas aéreas entre os países signatários. E, no caso específico da Comunidade Europeia, em que já existe a relação aérea, o acordo destaca em especial a questão da segurança operacional, estabelecendo o direito das partes em garantir norma de segurança, mesmo quando o Estado-membro tenha designado transportadora aérea, cujo controle seja exercido e mantido por outro Estado-membro. Portanto, ambos os acordos têm as praxes e as cláusulas de praxe, conforme o tema, porque se trata dos acordos aéreos.

E, por fim, a questão relativa às regras de concorrência, questão estabelecida em ambos, e, no caso da União Europeia, fica determinado que, em tratados bilaterais que temos com a Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Hungria, Itália, Países Baixos, Portugal, Suécia, Bélgica e Polônia, favoreçam a adoção de acordos entre empresas, de decisões por associações de empresas ou de práticas concertadas que impeçam ou distorçam a concorrência.

Desse modo, Sr. Presidente, tendo por objeto, de modo singelo, os dois pareceres em relação aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 67 e 68, é este o relatório, em conjunto, que faço sobre ambas as peças, que têm por objeto, reitero, acordos de serviços aéreos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2018. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Coloco agora em discussão o relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2018. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2018.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agradecendo, mais uma vez, a S. Exª o Senador Antonio Anastasia pela apresentação dos seus relatórios e pela paciência que teve de permanecer aqui na Comissão até o encerramento dos nossos trabalhos, convoco as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, agendada para amanhã, dia 5 de julho de 2018, às 9h da manhã, neste plenário.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2018, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e zero minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Collor e José Medeiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Airton Sandoval, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Antonio Anastasia, José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Rudson Leite e Pedro Chaves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rudson Leite. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hélio José. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Airton Sandoval. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2018 - Não Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22 de 2018** que: "Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo da Tailândia em razão da situação das crianças daquele país presas na caverna. Desejamos que seja exitoso o resgate desses jovens tailandeses." **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/05

(Texto ainda não revisado.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Antes de iniciar a leitura dos nossos comunicados – muito bom dia, Senador Antonio Anastasia –, eu gostaria de consultar o Plenário se nós podemos determinar a abertura do painel de votações para avaliar as indicações dos Srs. Embaixadores que serão hoje sabatinados aqui, na Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a abertura do painel do sistema de votação eletrônica permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria desta Comissão que abra o sistema de votação eletrônica para que os Srs. Senadores possam se manifestar.

Comunicados.

O Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, estarão amanhã em Chicago para onde seguiram ontem na tentativa de buscar uma solução para o impasse que envolve menores brasileiros separados dos pais ou responsáveis, identificados que foram como imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Eles deverão visitar o abrigo da rede Heartland Alliance, um dos 16 campos de acolhimento desses menores brasileiros naquele país. O último balanço do Itamaraty aponta para a existência de 58 crianças e adolescentes brasileiros nessa situação.

Há nove abrigos da Heartland Alliance na área metropolitana de Chicago. Os menores brasileiros que foram separados dos pais e direcionados a abrigos na região próxima a Chicago encontram-se no abrigo Heartland Alliance/International Children Reception Center – instituição em Chicago que mais recebe menores brasileiros detidos pela imigração norte-americana e que deverá ser visitada pelo Ministro de Estado – ou no abrigo de Lupe, em Des Moines, no Estado de Iowa, sob jurisdição do Consulado-Geral do Brasil em Chicago. A quase totalidade dos menores brasileiros é transferida para abrigos em Chicago pelo fato de que, nesses locais, os assistentes sociais falam português.

A mais recente visita de agente consular brasileiro ao abrigo do Heartland Alliance foi realizada na quinta-feira passada, dia 28 de junho. No local, há atualmente 25 crianças brasileiras, em sua maioria nascidas em Minas Gerais e cujas idades variam entre 9 e 17 anos. O abrigo ICRC é amplo, limpo, bem cuidado e dispõe de assistentes sociais que falam português; de visitas de psicólogos uma vez por semana – sessões individuais e em grupo; de *field trips,* quando são levados a museus, zoológico e praia; e todos assistem a aulas de inglês, matemática, geografia e outras matérias durante seis horas por dia, além de praticarem esportes, vôlei, futebol e *softbol*. Segundo relatado pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças brasileiras, os menores recebem roupa, ao chegar em um abrigo, sem desenhos ou estampas, mas podem usar suas próprias vestimentas desde que sejam apropriadas, não muito curtas ou estampadas. O nível de detalhes em uma barbaridade que se comete...

No abrigo Lupe 3, atualmente, estão oito crianças brasileiras, todas nascidas em Minas Gerais e com idades entre oito e dezessete anos. A mais recente visita de agente consular brasileiro local ocorreu na sexta-feira, dia 29 de junho. Todos os menores informaram que estão sendo bem tratados pelas assistentes sociais do abrigo ao comentarem que já realizaram passeio a museu nessa cidade.

O Consulado-Geral do Brasil em Chicago tem feito várias visitas regulares aos dois abrigos e tem elaborado fichas de cada um dos menores brasileiros que ali se encontram, com dados como nome completo, data de nascimento, nome dos pais, local de nascimento, endereço, telefone.

O Chanceler deverá também realizar, amanhã e sábado, dias 6 e 7 de julho, reunião de coordenação com as repartições consulares brasileiras na América do Norte. Estarão representados no encontro os Consulados-Gerais em Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, México, Miami, Montreal, Nova York, São Francisco, Toronto, Vancouver e Washington, bem como as Embaixadas na Cidade do México, Ottawa e Washington.

A reunião de coordenação analisará com especial atenção os reflexos da atual política migratória do Governo norte-americano para as comunidades brasileiras, em particular a situação dos menores que se encontram separados dos seus pais ou responsáveis em abrigos nos Estados Unidos, uma prática, segundo o Itamaraty, em clara violação dos instrumentos internacionais de proteção às crianças e cuja anunciada revogação espera-se seja logo implementada. Serão discutidos, entre outros aspectos, o apoio consular que tem sido prestado aos menores e a assistência jurídica a pais e responsáveis com vistas à recuperação da guarda e à reunificação familiar.

A reunião de coordenação tem também como objetivo avaliar o esforço em curso de aprimorar a assistência às comunidades brasileiras da América do Norte, que totalizam, aproximadamente, 1,6 milhão de indivíduos, o maior contingente de nacionais fora do País. A política de assistência compreende iniciativas voltadas à ampliação do atendimento consular, ao reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, ao enfrentamento à violência de gênero, ao apoio de micro e pequeno empreendedorismo, à educação de crianças e à facilitação do exercício de direito ao voto no exterior.

Realmente, acredito que seja motivo de aplauso essa iniciativa tomada por S. Exª o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Que sua viagem seja muito bem-sucedida, com retorno ao Brasil o mais rapidamente possível ou com, em primeiro lugar, o reencontro, o mais rapidamente possível, dos filhos apartados de seus pais naquela oportunidade, com, se for o caso, o retorno deles ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo comunicado: sobre as eleições no México, algo extremamente importante, porque isso vai mudar bastante a relação desse país com os Estados Unidos. Como nós sabemos, o México vem sando alvo de ação de fechamento de fronteira por parte do Governo americano, fechamento de fronteira entre dois países que, paradoxalmente, constituem um grupo econômico, um grupo de países que trabalha pela integração econômica e que já tem isso consolidado no chamado NAFTA.

As eleições gerais realizadas no México neste domingo deram vitória ao populista de esquerda Andrés Manuel López Obrador, conhecido como AMLO, candidato do partido Movimento de Renovação Nacional (Morena), com 53% dos votos, a quase 30 pontos percentuais do segundo colocado, Ricardo Anaya, do conservador Partido da Ação Nacional, com 22,5% dos votos. O candidato centrista José Meade, do Partido da Revolução Institucional (PRI), um tradicionalíssimo Partido mexicano, do atual Presidente Enrique Peña Nieto ficou em terceiro lugar, com pouco mais de 16% dos votos.

Na terça-feira, com 92% dos votos apurados, a coligação Juntos Faremos História, composta pelo Morena, partido vencedor, pelo Partido do Trabalho do México e pelo partido Encontro Social, já havia obtido 68 das 128 cadeiras no Senado e 307 das 500 na Câmara dos Deputados, conquistando a maioria nas duas Casas.

A vitória confirma as previsões feitas por institutos de pesquisa feitas nas últimas semanas, nas quais Obrador aparecida com 20 pontos percentuais de liderança em relação ao segundo colocado. Ele vai tomar posse para um mandato de seis anos, sem a possibilidade de reeleição, no dia 1º de dezembro. Em seu discurso de vitória, na noite de domingo, Obrador disse que a corrupção é a responsável por todos os males que afligem o México, jurando que não poupará ninguém envolvido em corrupção, nem mesmo aqueles a quem chamou de "irmãos de armas".

O opositor Ricardo Anaya reconheceu a vitória de Obrador nas eleições, parabenizou-o e desejou grande sucesso. O terceiro colocado, José Meade, também desejou sucesso ao presidente eleito.

O Presidente dos Estados Unidos, que Obrador criticou duramente durante sua campanha, chamando suas políticas imigratórias de irresponsáveis e racistas, também parabenizou o Presidente eleito. Obrador prometeu, em seu discurso de vitória, construir uma nova relação com os Estados Unidos, "enraizada no respeito mútuo e na defesa de nossos compatriotas migrantes que vivem e trabalham honestamente" nos Estados Unidos. Obrador revelou, por meio de mensagem publicada no Twitter na segunda-feira, que recebeu uma ligação do Presidente norte-americano e que os dois conversaram por quase meia hora. O novo Presidente disse que propôs ao norte-americano um acordo abrangente sobre projetos de desenvolvimento que gerarão empregos no México e, como consequência, reduzirão a emigração. O Presidente eleito do México enfatizou a natureza respeitosa da conversa com o Presidente dos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andrés Manuel López Obrador, um político de 64 anos de idade, já concorreu à Presidência, sem sucesso, duas vezes: em 2012, contra Enrique Peña Nieto, e em 2006, contra Felipe Calderón, do Partido da Ação Nacional. Nas duas ocasiões, Obrador concorreu pelo Partido da Revolução Democrática, de esquerda, que ele deixou em 2012, dois anos antes de fundar o Morena, em 2014.

O populismo nacionalista que ele passou a representar com seu novo Partido é diferente de tudo o que o México já viu desde o início dos anos 80. Em sua campanha, Obrador, ex-Prefeito da capital, Cidade do México, de 2000 a 2005, falou em transformação radical de seu país e de erradicar a corrupção. Ele prometeu uma mudança tão profunda quanto a Revolução Mexicana, de 1910, mas sem violência – é o que esperamos.

Quando perdeu as eleições para Calderón, em 2006, por apenas 0,5% dos votos, Obrador exigiu uma recontagem de todos os votos no país, convocando seus partidários a bloquearem as ruas na Cidade do México. Ele também foi, simbolicamente, "empossado", entre aspas, pelos seus apoiadores como Presidente "legítimo", entre aspas, do México. O pedido de recontagem não foi aceito pela Justiça mexicana. Ele também já incentivou seus apoiadores a não pagarem contas de energia e disse que os tribunais deveriam ser instrumentos da vontade popular.

Atualmente, seus partidários afirmam que Obrador amadureceu e usam como evidência de seu pragmatismo o mandato como Prefeito da Cidade do México, do qual ele saiu com taxas de aprovação de 85%. Desde então, Obrador abrandou seu discurso revolucionário. Ele fez as pazes com o acordo NAFTA e não fala mais de reverter a reforma energética de Peña Nieto, que acabou com 75 anos de monopólio estatal sobre o petróleo, apesar de continuar prometendo que vai revisá-la em busca de indícios de corrupção. Ele também promete um orçamento disciplinado, não aumentar impostos e respeitar a independência do Banco Central.

Entretanto, críticos afirmam que Obrador aparenta não entender como democracias e economias modernas funcionam – pelo que ele diz que vai fazer, realmente ele não está entendendo direito ainda como elas funcionam. Ele já atacou instituições independentes, como a Suprema Corte mexicana. Ele fala em tornar o México autossuficiente em comida e em construir refinarias de petróleo. Suas ideias também são criticadas como simplistas. Ele prometia cortar pela metade os salários de autoridades, incluindo o do Presidente, e se sujeitar a um referendo de reavaliação popular daqui a três anos – anteriormente, isso ocorreria a cada dois anos. São ideias radicais que agradam ao eleitorado desiludido com a política. Seus opositores mais ferrenhos comparam sua postura autoritária com a do Presidente venezuelano Hugo Chávez. Obrador rejeita as comparações com líderes venezuelanos, afirmando que não realizará estatizações nem tentará mudar a Constituição para se reeleger.

Com sua vitória, afirmam especialistas, a segunda maior economia da América Latina vai se juntar ao grupo de países cujos eleitores se revoltaram contra o *establishment*, um fenômeno que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assemelha ao que levou à eleição do atual Presidente dos Estados Unidos, ao observado no referendo britânico para deixar a União Europeia e também à guinada italiana em direção ao populismo.

Temos de acompanhar de perto a evolução do governo do Presidente eleito Obrador.

Cúpula Estados Unidos-Rússia.

O Presidente da Rússia, Vladimir Putin, e seu homólogo norte-americano vão realizar um encontro de cúpula bilateral em Helsinque, capital da Finlândia, no próximo dia 16, para discutir as relações entre os dois países e uma série de questões de segurança nacional, informam comunicados do Kremlin e da Casa Branca divulgados no último sábado.

Washington afirmou que o encontro entre os dois líderes é resultado de uma visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Bolton, ao Presidente Putin em Moscou, na terça-feira da semana passada. Bolton informou que os dois líderes querem usar a cúpula para melhorar as relações entre seus países. O Conselheiro de Segurança Nacional acredita que o diálogo entre eles contribuirá não só para as suas relações bilaterais, mas também para a estabilidade no mundo.

O encontro foi bem recebido pelo chefe da OTAN, Jens Stoltenberg, que declarou que o diálogo é um sinal de força. Disse Stoltenberg: "Nós não queremos outra Guerra Fria. Não queremos isolar a Rússia, nós queremos nos empenhar em construir relações melhores com a Rússia."

Antes de se encontrar com Putin, o líder norte-americano participará de uma cúpula da OTAN, na Bélgica, nos dias 11 e 12 de julho, quarta-feira e quinta-feira da semana que vem, e fará uma visita à Primeira-Ministra Theresa May, no Reino Unido, no dia 13, sexta-feira da próxima semana. Como nós sabemos, está havendo dificuldades grandes na relação de Trump com os seus aliados que pertencem à OTAN.

O encontro entre os dois líderes ocorre em um momento de relações fragilizadas entre a Rússia e as nações ocidentais. A Rússia foi suspensa do G8 em 2014, após anexação da Região da Crimeia, na Ucrânia. Além disso, o país foi acusado de interferir em eleições de diversos países ocidentais, como nas eleições de 2016 nos Estados Unidos.

O líder norte-americano surpreendeu seus aliados na cúpula do G7, ocorrido no mês passado, quando defendeu a reintegração da Rússia ao bloco. Desde que tomou posse, em janeiro de 2017, o Presidente dos Estados Unidos tenta melhorar as relações com a Rússia, apesar de ter sua campanha presidencial investigada pelo FBI, devido à suspeita de conluio com aquele país.

O Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, garantiu que a suspensão das sanções impostas à Rússia, desde a anexação da Crimeia, não estará em discussão na cúpula entre os dois Presidentes. Vladimir Putin disse que seu encontro com Bolton alimentou suas esperanças de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restaurar completamente as relações entre os dois países, que ele admitiu não estarem em boas condições. Entretanto, o líder russo insistiu que Moscou nunca buscou o confronto e que, em sua opinião, o estado atual das relações entre os dois países é o resultado de ferozes confrontos políticos internos dos próprios Estados Unidos.

Anteontem, uma delegação de Senadores do Partido Republicano norte-americano foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov. Os norte-americanos vão se reunir com Parlamentares das duas Câmaras do Parlamento russo.

União Europeia e os migrantes. Esse é outro tema que vem sendo pauta das preocupações dos países da União Europeia e de todo o mundo.

Em reunião de cúpula, cujo principal tema foi a situação dos migrantes, os líderes da União Europeia atravessaram a madrugada da quinta-feira passada, de quinta para sexta, em Bruxelas, até chegarem a um acordo considerado pela imprensa europeia como frágil e um expediente político fraco em detalhes, com grandes chances de ser revisitado em poucos meses, enquanto os Estados-membros tentam negociar acordos bilaterais. Isso vem enfraquecendo bastante a liderança da Chanceler Angela Merkel, que poderá sofrer um revés na sua política de acolhimento dos imigrantes anos passados. O encontro discutiu também a guerra comercial com os Estados Unidos, o Brexit e o futuro do euro – esses dois últimos temas sem novidades de relevo.

O acordo sobre migrantes obtido pela Chanceler alemã Angela Merkel quase lhe custou o apoio do seu aliado na Baviera, o Partido democrata cristão CSU, mas a crise política foi evitada em Berlim, após o anúncio do Ministro alemão do Interior, Horst Seehofer, nesta segunda, de que ele concordou com a Chanceler sobre política migratória, tornando dispensável a sua anunciada demissão. Pelo menos por agora, o Governo alemão estará a salvo de uma sentença de morte, que deixaria o país mais influente da União Europeia em uma grave crise política, em uma altura em que vários países europeus estão cada vez mais de costas voltadas por causa das políticas de migração. Seehofer exigia o direito de não mais aceitar migrantes irregulares na fronteira austro-bávara, ao mesmo tempo em que Merkel defendia a ampla estratégia do bloco obtido em Bruxelas para resolver o problema, além de acordos bilaterais que ela celebrou com mais de dez países. Os líderes europeus, no entanto, discordam quanto à eficácia dos acordos alcançados. A migração ilegal é hoje o tema que mais divide o bloco, e a maratona de negociações durante a cúpula refletiu essas divergências. Os termos do acordo, considerados vagos, revelam como as políticas domésticas estão moldando a política comunitária. Essa é uma realidade.

A questão da migração diz respeito especialmente a dois problemas domésticos e não se caracteriza como de dimensão comunitária. A Itália tem um novo governo, eleito para conter a migração, apesar do fato de as levas migratórias terem diminuído consideravelmente. Hoje na União Europeia, o número de migrantes caiu para 5% do que foi registrado em 2015 – ou seja, 5% hoje é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número de migrantes, comparado com aquele número registrado em 2015 –, durante a maior crise vivida pelo bloco, quando chegaram à Europa mais de 1 milhão de refugiados e migrantes procedentes do Oriente Médio e do norte da África.

Na Itália, o número de migrantes hoje equivale a 14% do total registrado nos últimos três anos, e os analistas europeus consideram falso o problema dos migrantes atualmente naquele país, o que não impede que isso seja um problema para a União Europeia.

Na Alemanha, o problema também é visto como falso, pois o número de migrantes diminuiu drasticamente no país. Na realidade, o problema é o partido cristão democrático da Baviera, o CSU, que está sendo ameaçado pelo partido anti-imigrantes Alternativa para a Alemanha. Por esse motivo, o líder do CSU e também Ministro do Interior de Merkel, Seehofer, quer o apoio da União Europeia para a "exportação" de migrantes que chegaram à Alemanha após terem sido registrados em outros países europeus, por onde chegaram inicialmente. Nesse sentido, Merkel obteve acordos informais com 10 dos 28 países-membros, que aceitam de volta os migrantes que foram parar na Alemanha. Houve também acordo sobre a distribuição voluntária dos migrantes que se encontram na Itália – portanto, não vinculante. Os líderes também concordaram em que as migrações são um problema europeu, não italiano, outro acordo de caráter voluntário – nesse "voluntário", nós sabemos que há uma dose de relatividade enorme –, não vinculante.

Por fim, conclui-se pela necessidade de o bloco reformar o acordo de Dublin, em 2013, uma série de leis determinando o Estado-membro responsável pelo exame de pedidos de asilo e o seu registro, além da eventual transferência dessas pessoas para o país por elas desejado. Geralmente, o país responsável por essa primeira triagem é aquele do primeiro porto de entrada. Grécia e Espanha aceitaram receber de volta os migrantes detidos na fronteira alemã que, comprovadamente, entraram primeiro naqueles países. A Itália, por onde chega a maioria dos migrantes em situação irregular, se recusa a aceitá-los de volta da Alemanha. O novo Primeiro-Ministro italiano, Giuseppe Conte, disse que a Itália não está mais sozinha. Porém, ele chegou a bloquear as conclusões do comunicado conjunto da cúpula até que os líderes decidissem sobre a questão dos migrantes. A República Tcheca, a Eslováquia, a Hungria e a Polônia disseram, mais tarde, que não farão parte do acordo.

O acordo também prevê novos centros de triagem para o processamento dos migrantes quando de sua chegada nos diversos países europeus. O Presidente da União Europeia, Donald Tusk, disse que ainda é cedo para se falar em sucesso. O Presidente francês Emmanuel Macron acredita que o acordo foi uma escolha pela cooperação que ajudará a gerenciar o fluxo de migrantes para a Europa. Para Angela Merkel, esse foi um significante passo à frente, mas bem mais precisa ser feito para resolver as discordâncias entre os países-membros.

O Chanceler da Áustria, Sebastian Kurz – é um jovem, o Chanceler tem 31 anos, é impressionante –, que formou uma coligação com a agremiação de extrema direita Partido da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liberdade, já adiantou que a luta contra a migração ilegal será prioridade numero um durante a presidência austríaca do bloco, que começou neste 1º de julho, segunda-feira, e se estenderá até o final do ano. Kurz quer mudar o foco do controverso tema da relocação dos pedidos de asilo dentro da Europa para a defesa das fronteiras externas do bloco, uma alternativa que, segundo ele, consegue maior concordância dos países-membros. Ele é a favor da construção de centros de processamento de asilo fora da União Europeia, além da concessão de mais poderes para a agência de fronteira europeia, a Frontex.

Para o analista Paul Schmidt, da Sociedade Austríaca para Políticas Europeias, a linha dura com relação ao problema da migração poderá causar dificuldades para a Áustria durante a presidência do bloco. Ele ressalta que a Áustria terá de dar um passo para trás e não colocar seus interesses nacionais na agenda, pois ela terá de mediar entre as diferentes posições dos países-membros.

O objetivo de se chegar, finalmente, a uma política comum sobre o assunto não foi alcançado nessa cúpula. Tomando como exemplo os centros processadores a serem operados dentro e fora da União Europeia, a ideia é impedir a entrada de migrantes econômicos e aceitar apenas aqueles que teriam direito a asilo ou ao *status* de refugiados, mas esses centros processadores, além de serem iniciativa voluntária dos países-membros, não se sabe ainda quando e nem onde entrarão em operação. Enquanto isso, os migrantes continuarão a tentar a perigosa travessia do Mediterrâneo, que já causou milhares de vítimas.

Os 28 líderes europeus também aprovaram outras medidas, tais como o reforço dos controles das fronteiras externas, aumentando o financiamento para a Turquia e países do norte da África, a possibilidade de criar plataformas de desembarque regionais destinadas a frustrar as gangues de tráfico de pessoas, mediante o processamento de migrantes fora da União Europeia, além de incrementar investimentos na África para ajudar o continente a conseguir uma transformação socioeconômica de modo a fazer com que as pessoas não mais queiram deixar seu país de origem em busca de uma vida melhor na Europa.

Os acordos procuram equilibrar medidas para atacar o problema das levas de migrantes vindos pelo Mediterrâneo com medidas para resolver a migração secundária daqueles à procura de asilo que se registram no país de entrada e depois se mudam para outro. Muita incerteza ainda permanece não somente quanto a devolver os que procuram asilo de volta a seus países de origem. A taxa de retorno de migrantes ainda se mantém abaixo dos 40%.

O certo é que para analistas europeus o que ocorrerá no futuro ninguém sabe, pois a União Europeia é muito boa em adiar crises. Cerca de 56 mil imigrantes chegaram à Europa neste ano de 2018, em comparação com mais de 1 milhão em 2015. Portanto, há uma redução vertiginosa no número de imigrantes que chegam à Europa. Vários países da Europa Central rejeitam o esquema do bloco de realocar 160 mil refugiados dos campos abarrotados de refugiados na Grécia e na Itália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organizações não governamentais condenaram com veemência os acordos, alegando que eles são uma traição a pessoas vulneráveis, assim como aqueles tentando salvá-los da morte nas águas do Mediterrâneo.

O novo Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, líder do Partido anti-migrantes Liga, disse na sexta que navios pertencentes a organizações não governamentais internacionais estão ajudando traficantes de pessoas, conscientemente ou não. "As organizações não governamentais somente poderão ver a Itália pelos cartões-postais", disse Salvini, acrescentando que os portos italianos ficarão fechados durante todo o verão, que já se aproxima.

A Itália ainda quer a realocação obrigatória dos migrantes através da União Europeia, mas a República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Polônia a rejeitam, daí o arranjo pela decisão voluntária dos países-membros. Quanto a essa questão da decisão voluntária, é aí que está o busílis dessa questão.

O próximo comunicado. A União Europeia mantém tarifas contra os Estados Unidos, o que era esperado. Aqui há alguns dados – e eu peço à Secretaria da Comissão que dê como lido este comunicado sobre a União Europeia manter tarifas contra os Estados Unidos como uma retaliação às tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos provenientes da comunidade europeia.

Por último, Venezuela. O Presidente venezuelano Nicolás Maduro promoveu anteontem quase 17 mil membros das Forças Armadas do país como uma recompensa por sua lealdade em cerimônia ocorrida na capital, Caracas. De acordo com o Ministro da Defesa venezuelano, Gen. Vladimir Padrino, os promovidos foram leais ao Presidente constitucionalmente eleito.

A promoção em massa veio em meio à intensificação da crise política e econômica na Venezuela, durante a qual políticos opositores do regime Maduro exortaram as Forças Armadas do país a se aliarem com o povo. O Gen. Padrinho disse, durante a cerimônia, que os membros das Forças Armadas foram instrumentais para proteger a estabilidade institucional, a democracia e a paz na Venezuela.

Pouco mais de um mês atrás, do Presidente Maduro havia ordenado que membros das Forças Armadas assinassem um documento assegurando sua lealdade. De acordo com a organização não governamental da Venezuela Foro Penal Venezolano, dezenas de oficiais, alguns de alta patente, foram detidos sob acusação de tramar contra o Presidente. Durante a cerimônia desta terça-feira, ele disse que seu governo havia desmantelado uma conspiração financiada e orquestrada pela Colômbia, com o apoio do governo dos Estados Unidos, para dividir as Forças Armadas venezuelanas.

As Forças Armadas desempenham um papel importante no Governo de Nicolás Maduro, com muitos oficiais ocupando posições influentes no Governo, como os cargos de ministro. Duas semanas atrás, as Forças Armadas foram convocadas para fiscalizar mais de cem mercados no país e prenderam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comerciantes que estavam supostamente cobrando a mais pelos bens com preços controlados pelo governo.

Há dez dias, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou um relatório segundo o qual as forças de segurança venezuelanas causaram centenas de mortes. O órgão afirma que identificou um padrão de uso desproporcional e desnecessário de força por parte das forças de segurança venezuelanas. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, disse, na semana passada, que o fracasso em responsabilizar as forças de segurança por tais ações sugere que o Estado de direito está praticamente ausente na Venezuela. Já o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela rejeitou o relatório, chamando-o de resultado de uma metodologia altamente questionável que carece da credibilidade e do rigor técnico exigidos de um órgão dessa natureza.

Opositores do regime Maduro insistem em que a crise foi causada pela atual administração do país. As estimativas mais recentes das Nações Unidas, de um relatório de março deste ano, indicam que aproximadamente 5 mil venezuelanos deixam o país diariamente, por conta da crise.

Passando à pauta da reunião de hoje, indicação de autoridade.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rudson Leite

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 04/07/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 04/07/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

É tão somente para fazer um comentário à leitura de V. Exª do item que se referiu à visita do Chanceler aos Estados Unidos, no caso da separação das crianças. Como V. Exª leu muito bem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, a maioria ou a quase unanimidade das crianças identificadas são de meu Estado, Minas Gerais.

Eu queria fazer coro exatamente às ponderações que V. Exª fez na leitura. "Uma barbaridade" foi o termo utilizado com muita propriedade por V. Exª sobre essa situação que incomoda todos os seres humanos da Terra. É inimaginável pensar que uma nação civilizada como os Estados Unidos, uma potência mundial, possa fazer um ato como esse, separando as crianças dos pais, crianças de 8, 9 anos de idade, colocando-as em um regime praticamente de prisão, como foi colocado, até com as roupas, sobre o que V. Exª também leu, sendo regradas. Então, é o nosso endosso à posição que V. Exª coloca, com a nossa indignação profunda de, como representante de nosso Estado, ver as nossas crianças submetidas a esse tratamento, fazendo votos de que a missão do Chanceler, nosso colega, Senador Aloysio Nunes, seja exitosa e consiga superar esse grave impasse.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, que, desde o início, vem manifestando a sua indignação pelo que ocorreu e que, de alguma forma, continua ocorrendo nos Estados Unidos em relação a essa questão de imigração.

A nota da Comissão de Relações Exteriores foi organizada por S. Exª o Senador Jorge Viana e outros Senadores e aqui, na penúltima reunião da Comissão de Relações Exteriores, foi lida, aprovada e encaminhada, por intermédio do Itamaraty, ao Departamento de Estado Norte-Americano e também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, Senador Bob Corker, que é do Partido Republicano. Imediatamente, recebemos retorno da assessoria do Senador Corker, dizendo que ele estava plenamente de acordo com a posição da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República.

Esse fato eu manifestei na terça-feira anterior, quando da visita do Vice-Presidente Pence ao Brasil, durante um almoço que lhe foi oferecido na Sala Rio de Janeiro no Palácio do Itamaraty. Eu tive oportunidade de manifestar ao Vice-Presidente a nossa inconformidade com o que estava acontecendo, lembrando a ele o que estava escrito na base – e isso faz parte da nota que foi aqui aprovada na Comissão de Relações Exteriores – da Estátua da Liberdade, que diz, numa tradução livre, mais ou menos o seguinte: sejam bem-vindos aqueles que fogem das tempestades, açoitados pelos problemas de fome, pelos problemas de perseguição política, entrem nesse portal dourado – significando o portal dourado os Estados Unidos –, porque aqui encontrarão abrigo. Isso está escrito na Estátua da Liberdade.

Ontem, dia 4 de julho, data nacional americana, uma senhora subiu exatamente no pedestal e ficou sentada em cima de onde estão escritas essas frases, sendo de lá retirada pelas forças de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, mas isso demonstra também o apoio da população americana contra esse processo da imigração, sem falar no apoio que vem tendo por parte do Partido Republicano a ideia de que essa política de tolerância zero não é das mais inteligentes, como, aliás, das mais inteligentes não têm sido outras medidas adotadas pelo líder norte-americano em outras áreas.

De forma que nós esperamos também que, com essa reação interna em relação a essa medida nos Estados Unidos, que vem da própria Primeira-Dama, Melania Trump, e da ex-Primeira-Dama Srª Bush, casada com George W. Bush, que também manifestou a sua inconformidade com o que estava acontecendo, alguma medida fora do caráter medieval deverá ser adotada pelos Estados Unidos para superarmos essa dificuldade, esse problema que estamos vivenciando, até pelo efeito de demonstração que isso vem causando em outras partes do mundo. A intolerância e o preconceito não são definitivamente as melhores formas de nós resolvemos questões como essas.

Agradecendo mais uma vez as palavras de S. Exª o Senador Antonio Anastasia e apresentando nossa solidariedade, já que a maioria das crianças que ali estão apartadas de seus pais e presas em gaiolas nos Estados Unidos é de Minas Gerais, eu convido S. Exªs os Srs. Embaixadores Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso e Sérgio Eduardo Moreira Lima para que tomem assento à mesa, apresentando as boas-vindas de toda a Comissão de Relações Exteriores ao nosso plenário. (*Pausa.*)

Cumprimentando mais uma vez S. Exªs os Srs. Embaixadores, é com satisfação que passo a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Eduardo Villarinho Pedroso para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Antes disso, com a permissão do Sr. Embaixador, pela ordem, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, obrigada ao Embaixador Villarinho.

Eu não quis interromper a manifestação do Senador Antonio Anastasia a respeito das crianças mineiras que sofrem de um processo de discriminação de uma política que fere princípios humanitários e de diretos humanos em alguma medida também. Então, nesta mesma Comissão, sob a Presidência de V. Exª, havíamos, logo no início, quando das primeiras informações sobre a separação de filhos crianças de seus pais brasileiros, manifestado-nos a respeito desse problema. E, no mesmo momento, na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, promovemos uma manifestação ao Chanceler. O Chanceler prontamente tomou as iniciativas necessárias, o que agora também prossegue não só na visita do Vice-Presidente americano ao Brasil para tratar de temas de defesa, mas na igualmente relevante questão humanitária das crianças. Então, eu endosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando, Presidente, penso que, por ser esta Comissão a que mantém o relacionamento diplomático, seja ele parlamentar, seja ele institucional, com os países, também esta Comissão poderia encaminhar à Embaixada da Tailândia uma manifestação de solidariedade a um time de crianças que está dentro de uma caverna. Eles estão vivos, e é um momento que comove o País. Quando os mineiros no Chile estiveram soterrados, da mesma forma, nós nos manifestamos. Eram adultos, mas agora são crianças. Conseguiram, com o apoio internacional de vários países – da Austrália, de Israel, da Itália e de outros –, dar os primeiros socorros a essas crianças que estão vivas lá dentro da caverna, mas é uma operação muito difícil, muito complicada, que requer também das crianças... Os equipamentos israelenses que foram fornecidos permitem que as crianças tenham comunicação com as famílias, o que já é um grande alívio neste processo, porque a profundidade da caverna e as circunstâncias em que eles estão também impediriam o contato visual por telefonia celular móvel para fazer transmissões de imagens lá de dentro. E isso foi possível. O mundo todo viu e acompanha com tensão, até porque são jogadores adolescentes de um time de futebol no momento em que a Copa do Mundo se realiza na Rússia. Amanhã, o Brasil joga, e também há todo o envolvimento com isso. Penso que os colegas Senadores todos e V. Exª, muito sensível a essas questões, poderiam manifestar, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um voto de solidariedade à Tailândia e às famílias dessas crianças.

Eu queria também aproveitar, Presidente, por conta de, pela primeira vez em uma quinta-feira, eu deixar de ficar até o final da sabatina dos Srs. Embaixadores, especialmente porque há, de novo... O senhor me desculpe, e a república de Alagoas, mas a República de Piratini... Senador Anastasia, a nossa história, Minas e Rio Grande, é muito próxima. E eu queria dizer que o Embaixador Villarinho é casado com uma lagoense, da minha cidade, de onde eu nasci, Presidente Collor. É muita coincidência – agradável para mim. Então, a república aqui está hoje representada.

E o carioca, Embaixador Moreira Lima, vai para um país de que eu tenho a honra – e V. Exª teve um papel muito importante nisto – de ter recebido aquela comitiva parlamentar em abril, liderada pelo Senador Scott Ryan, jovem político australiano, que presidia à época o Senado australiano, acompanhado de mais dois Senadores, de uma Deputada e de um Deputado, além do chefe de gabinete do Senador e de mais uma secretária da Câmara dos Deputados australiana. É a segunda vez que uma missão chega. Eles foram recebidos por V. Exª no seu gabinete e ficaram muito bem impressionados com a atenção, com a deferência, peculiar ao nosso Presidente Fernando Collor. Eles também foram recebidos pelo Presidente Eunício Oliveira. Eu ofereci, na condição de Presidente desta Comissão, um almoço à comitiva, no nosso restaurante do Senac, que é um restaurante escola – o que também teve um significado especial para eles –, onde foram atendidos.

Quero solicitar ao Embaixador Moreira Lima que nos ajude a manter o estreitamento dessa cooperação parlamentar, dessa política, dessa diplomacia parlamentar, como é chamada pelo Presidente Collor, para que possamos, talvez no início do ano que vem, depois do processo eleitoral...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se estarei aqui, porque isso depende muito do que vai acontecer na eleição. De todo modo, penso que seja relevante isso.

Quero me escusar perante os dois Embaixadores, por não poder ficar aqui até o final da sabatina, desejando aos dois muito boa sorte.

Obrigada pela sua adesão. Sem dúvida, fará uma manifestação sobre a Tailândia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia apresenta um requerimento para deliberação da Comissão de Relações Exteriores, com uma manifestação à Embaixada da Tailândia, uma manifestação de solidariedade desta Comissão, com os votos de que tudo transcorra de forma exitosa no resgate das crianças que ali estão vivendo dias, imagino, tenebrosos e de que todos saiam com saúde e com vida de lá.

Eu pediria a S. Exª a Senadora Ana Amélia e à Secretaria da Comissão que, por favor, tomem as providências para que o requerimento seja apresentado ainda nesta reunião, para que seja aprovado pelo Plenário da Comissão de Relações Exteriores, se V. Exª assim concordar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por falar em "alagoanidade", eu também gostaria de dizer à senhora que também o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima é neto de alagoanos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Uma das principais avenidas de Maceió, uma das principais ruas, uma das principais artérias da cidade de Maceió chama-se Moreira Lima. Então, eu estou hoje muito bem defendido aqui, nas minhas duas alas, por "alagoanidades", que nos aproximam, como também...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... o Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lindolfo Collor, além de ser uma cidade, faz parte da história de sua família e do senhor também, com o sobrenome que carrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado. Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Embaixador Luiz Eduardo Villarinho Pedroso, para a sua exposição.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores integrantes da Comissão de Relações Exteriores, Embaixadora Gisela Padovan, prezados colegas aqui presentes, senhoras e senhores, primeiramente, eu gostaria de deixar registrados meus agradecimentos ao Senhor Presidente da República, Michel Temer, pela indicação do meu nome para a titularidade da Embaixada em Adis Abeba; ao Sr. Ministro de Estado Aloysio Nunes, pela confiança em mim depositada; ao Sr. Presidente da CRE, Senador Fernando Collor; aos demais integrantes da Comissão, assim como ao Senador Rudson Leite pela relatoria apresentada na reunião de ontem.

Tendo em vista a especificidade da atuação da Embaixada em Adis Abeba, pretendo dividir minha breve exposição em quatro segmentos: Etiópia, que é o país em que está sediada a Embaixada; Djibouti e Sudão do Sul, que são as duas cumulatividades ou responsabilidades do posto; e, finalmente, o relacionamento do Brasil com a União Africana, que é uma organização internacional com sede na capital etíope e que reúne 55 membros – na realidade, são 54 países e a República Árabe Saharaui Democrática, que é o antigo Saara Ocidental, que é um país que não é reconhecido pela maioria dos membros da comunidade internacional.

No que diz respeito à Etiópia, há alguns elementos interessantes sobre o país, importantes para contextualizar. É o décimo país em termos de extensão no continente africano, ocupando o 26º lugar na escala mundial. O país tem uma superfície de 1,1 milhão de quilômetros quadrados, um pouco maior do que a Região Sudeste do Brasil e um pouco menor do que o Estado do Pará, enfim, para situar.

O país possui a segunda maior população da África e décima segunda em termos mundiais. A estimativa atual é de 105 milhões de habitantes, mas o último censo ocorreu em 2007 e, à época, foi apurada a população em 79 milhões de habitantes. Projeções dão conta de que o país terá, até 2060, 210 milhões de habitantes, se forem mantidas as atuais taxas de crescimento, que estão em torno de 2,6% ao ano. Para se ter uma ideia, por exemplo, em 1983, não é tanto para trás assim, eram apenas – apenas, não, mas enfim – 33 milhões de habitantes e já estamos em 100 milhões agora, em 2018. Isso é uma estimativa, obviamente o último censo é de 2007.

A população se concentra sobretudo na parte ocidental do território do país, e ela está essencialmente concentrada no meio rural – 83% da população reside no meio rural, apenas 17% em centros urbanos. Apenas uma grande cidade no país – enfim, é uma curiosidade, um país com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população tão grande –, apenas a capital é uma metrópole, com 3 milhões de habitantes. A segunda cidade do país tem 200 mil habitantes, e são cidades com 200 mil, 100 mil, e o restante da população está concentrado no meio rural.

Muito rapidamente os aspectos geográficos e topográficos do país. O país, enfim, se situa justamente no Chifre da África, ou seja, a parte oriental do continente africano. Se formos cortar ao meio o país, digamos assim, a parte oriental do continente é composta basicamente por uma cadeia de montanhas e planaltos altos, planaltos elevados que são conhecidos como o Planalto e as Terras Altas etíopes, em inglês, Ethiopian Highlands. Nessa região justamente são solos bastante férteis, propícios a atividades agrícolas.

A porção mais à leste do país é composta mais de planícies e cadeias montanhosas menos pronunciadas. Também é montanhosa, mas é menos pronunciada, com regiões áridas ou semidesérticas, muito pouco habitada a parte leste do país.

Na Região Nordeste – aí uma curiosidade –, encontra-se uma área vulcânica e desértica, Dallol, perto da fronteira da Eritreia, em que são observadas as temperaturas médias mais altas do Planeta. A temperatura mínima é de 34 graus, e pode chegar a 50 graus. Em função dessas características, ela quase não é habitada, é uma cidade fantasma, mas é considerada cidade.

Também falando dessa parte norte, justamente daquele lago que está ao norte, que é o Lago Tana, ali nasce o Nilo Azul, que vai seguir seu curso para o território do Sudão, onde, na cidade de Cartum, capital do Sudão, ele se encontra com o Nilo Branco para formar o Rio Nilo, o grande Rio Nilo, vamos dizer assim.

E é justamente nessa região do Lago Tana que está sendo construída – ainda está em fase de construção; em dois, três anos, estima-se, estará concluída – a maior hidrelétrica do continente africano, cujo nome é a Grande Barragem do Renascimento Etíope, que é objeto de controvérsias, enfim, no relacionamento com o Egito, justamente porque ela controlará o fluxo hídrico do Rio Nilo, e, como sabemos, o Egito depende do Rio Nilo para a sua agricultura, para a sobrevivência do país; enfim, o Nilo faz parte da história do Egito, vamos dizer assim.

A Etiópia faz fronteira com seis países: ao norte, Eritreia; a oeste, Sudão, Sudão do Sul; ao sul, Quênia; a leste, Somália; e, no nordeste, Djibouti. É uma região conhecida no noticiário internacional, onde se sabe que sempre há certa instabilidade política, seja na Somália, seja em Eritreia, seja no Sudão do Sul. Enfim, é uma região conhecida com essas características.

Agora, focando mais na própria Etiópia, é um país que figura como uma das regiões mais antigas de ocupação humana no mundo. Há registros de presença de hominídeos que remontam a 4,2 milhões de anos. Há um fóssil humano de que muitos já devem ter ouvido falar, de nome Lucy, que foi encontrado em 1974, e esse, sim, é um pouco mais jovem: tem 3,2 milhões de anos – uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impressionante. Nessa região, justamente, da Etiópia e do Quênia, há muitas escavações, e há algumas teorias de que o *Homo sapiens* teria começado ali. Há outras teorias, mas essa é uma das teorias que é mantida, que é sustentada.

Da mesma forma, trata-se de um dos países mais antigos do mundo, com o conceito mais ou menos de país, diferentemente dos demais países africanos, cuja consolidação como país se deu ao longo da segunda metade do século XX. Temos dinastias que remontam ao século VIII a.C., destacando-se nesse contexto o império *habesha* e, depois, o império axumita, que são, enfim, duas dinastias que se sucederam, remontando ao século VIII a.C. A Etiópia, por exemplo, foi citada em cinco ocasiões nos escritos de Homero Ilíada e Odisseia – em um volume, em duas ocasiões; no outro volume, em três ocasiões.

A dinastia mais recente, que é descendente de uma dinastia salomônica – portanto, descendente do Rei Salomão e da Rainha de Sabá –, remonta a 1270 e estendeu-se até 1974, quando foi deposto o Imperador Haile Selassie. Já o Estado moderno etíope remonta a 1889. Curiosamente, enfim, houve a formação da República durante o reinado do Imperador Menelik. Aí, houve, mais ou menos, a consolidação do atual território. Foi a mesma época em que foi fundada a capital, Adis Abeba.

Outra característica própria do país é ter sido o único país africano que jamais foi colonizado, escapou daquela partilha colonial do continente pelas potências europeias no âmbito da Conferência de Berlim, da década de 1880, e apenas foi ocupada, em breve ato, em 1936 e 1941, pela Itália, pelo projeto colonial da África Oriental Italiana, a Abissínia também, enfim, foi um hiato de cinco anos. Houve uma primeira tentativa italiana ao final do século XIX, justamente ainda naquele contexto da Conferência de Berlim, com todo mundo querendo pegar seu pedaço, vamos dizer assim, no continente africano, mas o Exército italiano foi derrotado pelas forças etíopes. Houve até a famosa Batalha de Ádua em 1895/96. A batalha é de 1896, mas a Primeira Guerra Ítalo-Etíope deu-se entre 1895/96. A segunda foi mais prolongada, entre 1936 e 1941. O Imperador Selassie ficou no exílio no Reino Unido, tendo retornado com o auxílio do Reino Unido em 1941.

Outra característica própria do país é que muitos países africanos, inspirados pelos ideias emancipatórios e independentistas do Imperador Selassie, cujo reinado foi de 1930 a 1974, adotaram as cores da bandeira da Etiópia nas próprias bandeiras nacionais. Em função de seus próprios ideais, o Imperador também é venerado até por comunidades rastafáris na Jamaica, que usam essas mesmas cores, e em outros países do Caribe também. Aí, do ponto de vista da comunidade rastafári, ele seria encarado como a nova encarnação, como uma reencarnação de Jesus Cristo.

Indo agora para a parte da política interna da Etiópia, é um país composto por uma pluralidade ética. São 80 povos etíopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Linguística: 90 línguas e dialetos são utilizados no país.

Quatro principais atores no contexto do país: oromos, aimaras, tigrinas e somalis.

Há também uma diversidade confessional, com presença de todas as religiões abraâmicas. Inclusive, algo que é importante registrar é que é um dos primeiros países com forte presença cristã no mundo. E depois foi também uma das portas de entrada, foi a porta de entrada do islã no continente africano. Há, inclusive, uma cidade na Etiópia de nome Harar considerada uma cidade santa no âmbito do islã.

Depois do período do reinado do Imperador Haile Selassie, entre 1974 e 1991, o país esteve sob o regime do Derg, que quer dizer "comitê" na língua do país, que é o amárico. Enfim, inicialmente foi uma junta militar de inspiração marxista que depois se transformou numa ditadura militar pura e simples e que se manteve no poder por quase 20 anos e se estendeu até 1991.

Como resistência justamente a esse movimento, havia uma coligação de movimentos desses quatro principais atores que eu havia mencionado – os oromos, aimaras, tigrinas –, que formaram a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, cujo acrônimo é EPRDF, que derrubou, justamente logrou derrubar esse regime anterior e assumiu o poder desde então.

O país é dividido basicamente em nove regiões administrativas, possui representação política bicameral, com uma casa da Federação de 153 membros eleitos indiretamente pelas regiões, por essas nove regiões – são nove regiões, na realidade, duas cidades administrativas, a capital e outra –, e há uma casa dos representantes, que seria como a Câmara dos Deputados, o Parlamento, uma casa dos representantes do povo, que tem 547 membros eleitos pelo povo. São mandatos de cinco anos.

Essencialmente há um partido único, como eu já havia mencionado, uma coligação de movimentos étnicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – O atual Primeiro-Ministro, Abiy Ahmed, que assumiu o governo em abril último, sucedendo o Primeiro-Ministro Desalegn, tem um ímpeto reformista e tendência de abertura da economia. Há um programa de privatizações, inclusive da companhia Ethiopian Airlines, que é uma empresa bastante eficiente.

A libertação dos prisioneiros políticos também representou um aceno de paz à Eritreia, um país vizinho com que estiveram em guerra entre 1998 e 2000. E aí se aceitaram justamente os termos de um acordo de paz de Argel do ano 2000.

Sr. Presidente, o meu tempo já foi? Já deu, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Seis segundos.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Seis segundos, está certo.

Enfim, rapidamente vou, então, passar para os outros pontos e falar também de Djibouti, que é um pequeno Estado com que basicamente temos relações desde 1996. É um país que depende essencialmente de portos, é um país semidesértico, em que 5% do território é arável. Com isso é um país que depende, tem uma relação simbiótica com a Etiópia quanto ao suprimento de energia e de alimentos. Então, é um país que tem realmente essa ligação umbilical quase com a Etiópia e é um país que se tornou independente da França em 1977.

Há também o Sudão do Sul, que é outro país de representação cumulativa com a Etiópia. Esse é o país mais jovem do mundo. Se tornou independente em 2011; agora em 9 de julho, vai completar sete anos. E, desde então... O país se tornou independente em 2011; em 2013, começou uma guerra civil que vem durando desde então, já houve três cessar-fogos, o último há duas semanas. Eles não se mantêm por muito tempo. Esse é o apanhado.

E, por último, gostaria só de registrar que a Embaixada em Adis Abeba também cobre a União Africana e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (Uneca), que é o acrônimo em inglês. A União Africana, na realidade, sucedeu a antiga Organização da União Africana, esta, sim, criada em 1963. A União Africana foi criada em 2002.

O Brasil é o País observador. Com isso, há uma presença diplomática muito importante em Adis Abeba – são cerca de 140 representações diplomáticas –, que é considerada por isso a capital diplomática – vamos dizer assim – da África. Há um interesse de colaboração pelo Brasil. Enfim, eu não vou me estender, para tentar me manter no tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso pela sua exposição.

Passo a palavra a S. Exª o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, para a sua explanação.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, colegas diplomatas, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão e também agradecer as palavras amáveis do Senador que me recebeu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello, em nome de quem saúdo os Exmos Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me também agradecer ao Presidente da República a indicação para o honroso cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália, que exercerei com dedicação e sentido de responsabilidade, se meu nome for aprovado por V. Exªs e pelo Plenário do Senado.

Eu muito agradeço a confiança do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e da alta chefia do Itamaraty. Esse rito de passagem obrigatório é de grande importância para o diplomata, Senador Presidente Collor, pois reforça a legitimidade de suas funções no exercício da representação do Brasil e contribui para orientar suas ações e tratativas oficiais no exterior.

Dividirei minha breve exposição em três partes. Na primeira, tratarei da Austrália em sua dimensão contemporânea. Na segunda, apresentarei uma síntese das relações com o Brasil. E, na terceira, falarei das oportunidades e iniciativas no contexto do meu programa de trabalho.

Independente da Inglaterra em 1901, a Austrália é um Estado Federal com Monarquia Constitucional e um sistema de governo parlamentar. É uma democracia liberal na qual o Parlamento e o Executivo compartilham o poder político. A chefia de Estado de caráter protocolar cabe ao Governador-Geral, indicado pela Rainha Elizabeth II, Rainha da Inglaterra.

Com o sexto maior território e uma população de 25 milhões de habitantes, a Austrália possui a décima segunda economia do mundo, o décimo PIB *per capita* e o segundo maior índice de desenvolvimento humano. É um país de alta renda, membro da OCDE e uma das economias mais abertas, competitivas e inovadoras, com um setor privado dinâmico e empreendedor.

Destaca-se também pela qualidade das suas instituições de ensino. Duas de suas universidades são consideradas entre as 30 melhores do mundo, que são a Universidade de Melbourne e a Universidade Nacional da Austrália, situada em Camberra.

É um país, como o Brasil, rico em recursos naturais. A Austrália é um dos grandes produtores e exportadores de *commodities*, mas os métodos de gestão na mineração e na agroindústria são reconhecidos mundialmente, e os elevados padrões tecnológicos respondem pela eficiência e pela sua elevada produtividade.

A Austrália é um dos 55 membros fundadores das Nações Unidas, defensora de multilateralismo robusto. Foi ela um dos formadores do Grupo de Cairns, em que defendia seus interesses contra o protecionismo da União Europeia e dos Estados Unidos da América. Foi responsável também pela introdução da agricultura nas disciplinas do Gatt e depois na OMC.

Essa mesma atitude de defesa do multilateralismo também tem orientado as posições da Austrália no tocante a questões como clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A questão da mudança do clima tem afetado as condições de vida do país, que é comprometido com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução das emissões de carbono. A Austrália é também um grande poluidor, é um país que produz muito carvão, mas é um país que ratificou o Acordo de Paris em novembro de 2016.

No contexto geopolítico, a Austrália tem sido tradicionalmente aliada dos Estados Unidos e do Ocidente. Também, como o Brasil, lutou nas duas guerras mundiais. Sua contribuição é historicamente reconhecida. A Austrália ajudou na defesa da Commonwealth em ambas as guerras, inclusive enviando tropas para a Inglaterra e para outras partes do Império Britânico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – É, exatamente.

A ajuda dos Estados Unidos na defesa da Austrália na Segunda Guerra criou laços especiais entre os dois países sobretudo no campo da defesa. A Austrália é membro ativo da Anzus, pacto de defesa militar de 1951 com os Estados Unidos. Foi ela também a maior contribuinte fora da Otan com soldados na campanha do Afeganistão.

O deslocamento de poder para a Ásia já se faz sentir em todos os aspectos das questões globais. O Brasil precisa conhecer melhor a região e deve estar preparado para o advento de uma ordem mundial nela centrada. É preciso refletir sobre os interesses brasileiros num mundo cada vez mais asiacêntrico. A Austrália é parte desse processo, que tem como principal pivô, como sabemos, a China e, em menor escala, a Índia.

Devemos desenvolver uma perspectiva multidimensional no tratamento dos temas estratégicos, políticos, econômicos e culturais internacionais, superando o estigma da distância geográfica e também do desconhecimento mútuo. Impõe-se uma visão estratégica fora dos circuitos das parcerias tradicionais.

Não se pode perder de vista também o papel histórico do Brasil no Timor Leste e a importância estratégica da Austrália em relação àquele país. Recordo que a solidariedade da Austrália foi importante na independência do Timor Leste, único membro da CPLP na Ásia.

No tocante ao estado das relações bilaterais, como os senhores sabem, Brasil e Austrália são membros do G20 e estabeleceram em 2012 uma parceria estratégica. As relações diplomáticas datam de 1945. Após décadas em que questões da agenda multilateral prevaleceram no diálogo entre os dois países, temas bilaterais têm sido impulsionados, nos últimos anos, especialmente a partir da criação de um mecanismo de consultas políticas em 1990.

Na primeira metade da década de 2000, importantes visitas de ministros australianos ao Brasil promoveram um significativo aumento de investimentos no País – australianos no País, que passaram também a diversificar seus investimentos: além do setor de mineração, também na área do agronegócio, energia renovável, até mesmo empreendimentos varejistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e Austrália buscaram impulsionar o relacionamento em 2010, ao assinar o memorando de entendimento para estabelecer uma parceria reforçada, como se dizia, definindo metas de ampliação de comércio e investimento, de cooperação científica, educacional e de cooperação também em favor de terceiros países.

Ao estreitamento de laços entre os governos seguiu-se maior aproximação entre universidades, autoridades estaduais e empresas dos dois países. Registrou-se, inclusive, aumento de investimentos de empresas brasileiras na Austrália. Em 2012, por ocasião da Cúpula Rio+20, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Governo australiano, a Ministra Julia Gillard, quando os dois governos decidiram elevar as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.

Em 2014, a Presidente da República Dilma Rousseff participou da Cúpula do G20 em Brisbane, primeira presença de uma Chefe de Estado brasileira na Austrália. Em 2016, o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália foi reinstalado no Congresso Nacional. Em abril último, como mencionou a Senadora Ana Amélia, a delegação parlamentar visitou o Brasil, delegação chefiada pelo Presidente do Senado.

A última reunião de consultas políticas foi realizada em dezembro de 2017.

No plano comercial, os números não guardam correspondência ao tamanho das duas economias e de seu comércio exterior. O intercâmbio comercial em 2017 foi de 1,4 bilhão, um intercâmbio... Aliás, 1,8 bilhão, com expressivo défice para o Brasil. Dado o tamanho das duas economias, não se poderia esperar nada menos de 8 bilhões de comércio, e não 1,8 bilhão. E esse comércio é menor do que aquele que foi atingido tanto em 2011 quanto em 2008. Enfim, temos que trabalhar mais para promovermos uma elevação significativa desses níveis de comércio bilateral.

E é disso que vou tratar agora, ao falar da agenda futura. As relações Brasil-Austrália apresentam grande potencial em todas as áreas. As perspectivas são muito boas porque as relações deixam muito a desejar e seu potencial é extraordinário. A primeira medida que eu pretendo me empenhar em realizar será assegurar a regularidade do diálogo político – sem o diálogo político fica tudo mais difícil –, com o agendamento da próxima reunião de consultas em 2019.

Na ampliação do diálogo político, devemos avançar nas questões de cooperação na área de segurança e defesa, inclusive no estabelecimento de uma adidância da Marinha junto à Embaixada. Isso é extremamente importante, inclusive diante da tradição dos dois países e da existência do Timor ali e da importância da Austrália nesse particular.

Buscar a organização de missão parlamentar – aí, eu pediria aos Senadores apoio nesse sentido – brasileira à Austrália em 2019, dando seguimento àquela missão do Presidente do Senado australiano, que veio aqui no início deste ano, como falou a Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizar, em 2019, em parceria, o Fórum Brasil-Austrália de Agronegócio para Segurança Alimentar Global, com a participação do setor privado, e tornar esse fórum anual.

Estimular o estabelecimento de voo direto Sydney-São Paulo, e para tanto é preciso que o Senado aprove o projeto, em tramitação desde março, de acordo de transporte aéreo. O projeto estaria pronto para deliberação do Plenário do Senado.

Reforçar a cooperação na área de saúde. É uma área importante. Estamos, inclusive, enviando uma missão agora à Austrália. E verificar a questão das formas de financiamento dessa cooperação.

Sistematizar e aprofundar as iniciativas esparsas de cooperação na gestão dos recursos hídricos. Essa é uma área extremamente importante, que tem a ver não só com a qualidade da gestão dos recursos hídricos, mas também com questões importantes de tecnologia, de dessalinização. A maior parte das cidades australianas usa água dessalinizada. Então, precisamos avançar e ficar menos dependentes dos ditames do clima e estabelecer, sobretudo em áreas litorâneas, uma política mais esclarecida no tocante ao uso da água.

Estabelecer mecanismos específicos de diálogo e cooperação em matéria econômica, tendo em vista as limitações do mecanismo existente entre o Mercosul e a Anzcerta, que é a área de comércio entre a Austrália e Nova Zelândia.

Avançar na negociação de acordos bilaterais para os operadores econômicos, com os acordos de facilitação de comércio e de bitributação.

Definir com Apex uma agenda de missões, rodadas de negócios setoriais. Também, na esteira de operação do visto eletrônico e do aumento da concessão de vistos de visitas a cidadãos australianos, organizar com a Embratur um evento de promoção do Brasil como destino turístico.

Identificar iniciativas concretas para implementação do Acordo de Ciência, Tecnologia e Inovação, firmado em 2017, que também aguarda aprovação do Senado.

Fomentar parcerias bilaterais para pesquisa científica de ponta por meio de iniciativas, como a Fapesp Week, na Austrália, em 2019.

Organizar, em base anual, evento cultural de relevo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Finalmente, além da Austrália, fui indicado para o cargo de Embaixador, não residente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Repúblicas Fiji, Vanuatu e Nauru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As relações do Brasil com esses países têm sua importância em razão do multilateralismo. E, caso meu nome seja aprovado, pretendo promover maior aproximação bilateral e também multilateral com a região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, pelas suas palavras como Embaixador indicado para a Comunidade da Austrália e, cumulativamente, para as Ilhas Salomão, para o Estado Independente de Papua Nova Guiné, para a República de Vanuatu, para a República de Fiji e para a República de Nauru.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos, mais uma vez, das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

O primeiro Senador inscrito para indagar a S. Exªs os Embaixadores aqui presentes é o Senador Cristovam Buarque, que está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia, Srs. Senadores!

Bom dia, Srs. Embaixadores e todos os presentes!

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Embaixador Sérgio sobre a Austrália e sobre as relações da Austrália com o Timor Leste, e já começo com essa pergunta. A Austrália teve um papel importante, e o Brasil também, na independência do Timor, quando a Indonésia não queria permitir isso. Eu gostaria de saber como andam hoje essas relações e o papel que tem a Austrália na garantia da sobrevivência e do fortalecimento do Timor Leste.

A outra pergunta, talvez, exija um desenvolvimento ainda maior. Mas esta é uma grande curiosidade que tenho: por que a Austrália deu certo? O que houve na Austrália, Presidente Collor? É um país que surgiu até depois do Brasil e que, hoje, é um país com alta qualidade de vida, com alto desenvolvimento econômico, com coesão e com rumo.

Então, essas são as duas perguntas.

Quanto ao Embaixador Antonio Augusto, a minha pergunta é menos sobre a Etiópia e mais sobre o posto em que o senhor está na Grécia. É claro que todos nós, acredito, temos muita curiosidade sobre a Etiópia. Eu, pessoalmente, tenho muita curiosidade, porque é um país com uma história de milhares de anos, com uma posição importante, que foi fundamental no início do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cristianismo, mas vou dizer do que me interessa como político hoje. Se o senhor puder, eu quero que o senhor faça algumas considerações sobre a Grécia.

Há poucos anos, no meio de um movimento de caminhar político para a direita no mundo inteiro, a Grécia surge com um governo de esquerda até radical. Lá já houve governos socialistas recentemente. E esse governo chega ao poder, acho – eu gostaria de ouvir sua opinião, corrigindo-me, inclusive –, com um discurso de enfrentamento ao sistema financeiro internacional, levantando até a hipótese da volta do dracma como moeda, de não pagamento de dívida, tudo que há de posição radical e de isolacionismo no mundo.

Eu gostaria de saber qual foi a evolução, ou involução, como alguns podem dizer, do Syriza, Partido no poder, ao longo desses dois ou três anos. Quais foram as mudanças que eles fizeram do ponto de vista das relações com o sistema financeiro internacional, com a Comunidade Econômica Europeia, com os sindicatos dentro do país, com os partidos de esquerda? Se não me engano, chegam a ter hoje uma aliança com partidos conservadores, eu diria até partidos xenófobos. Como foi essa inflexão? E qual é a situação hoje?

Todos nós nos lembramos de que, há três ou quatro anos, na Grécia, havia uma ruptura do seu tecido social e, sobretudo, das suas finanças, de que não havia como pagar funcionário.

Dito isso, quero dizer que conversei com um professor grego, no período mais duro da crise, e ele me disse algo que me fascinou do ponto de vista do sentimento da necessidade de austeridade que precisamos ter hoje no mundo inteiro. Ele disse que o salário dele, Senador Anastasia, tinha sido reduzido em 40% e que o tempo de trabalho dele também tinha sido reduzido em 40%. E eu perguntei como ele sobrevivia.

Ele disse que a primeira coisa que ele fez foi chamar o dono do apartamento – isso foi em Atenas – e pedir para reduzir o aluguel. Ele disse: "Eu não tenho como pagar e, se eu sair, é capaz de o senhor não conseguir outro." E o dono do apartamento reduziu. Foi à escola privada do filho – e eu achava até que a Grécia era um dos países da Europa que não precisava disso – e tirou o filho da escola privada, colocou-o na pública. E passou – isso é interessante – a usar parte do tempo livre dele para ajudar a escola pública. Deixou o carro em casa, deixou de usar o carro, e passou a usar o transporte urbano. Segundo ele dizia, ficou mais feliz, porque, como todo mundo estava fazendo isso, não tinha engarrafamento e não tinha com que se preocupar. Disse que aquilo de que realmente ele sente falta é viajar ao exterior, porque agora, com 40% a menos, ele não tem como comprar bens importados, nem viajar.

Esse é um sentimento da população grega ou ela continua revoltada com a necessidade de austeridade? Porque a Grécia tem uma vantagem que é uma tremenda desvantagem: não pode fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inflação, a não ser que saia da comunidade econômica e abra mão dos privilégios do Europa. Como não pode ter inflação, tem que ter austeridade.

Lamentavelmente, no Brasil, a inflação sempre é a alternativa que o Brasil usa toda vez que começa a gastar mais do que tem. Aí encaminha para a inflação, com a naturalidade, como se fosse uma coisa atávica, como se fizesse parte do espírito brasileiro ter moeda sem valor sólido.

Acho que até hoje, Senador Anastasia, temos dúvida se o real é para valer ou não, porque foram tantos séculos de inflação que uma moeda estável parece uma coisa estranha no universo brasileiro.

Então, Sr. Embaixador, eu queria aproveitar um pouco a sua presença aqui para saber sobre a Grécia, apesar da minha curiosidade sobre a Etiópia. Como está hoje? Qual foi a inflexão feita pela esquerda na Grécia? E, finalmente, como ficaram os antigos aliados do Syrisa depois que houve essa mudança de posição?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, ouvi com atenção ambas as belas exposições. E veja a curiosidade, eminente Presidente, Senador Fernando Collor, nós temos talvez um país que é o berço da civilização humana, a Etiópia, e o continente mais jovem do mundo que é a Austrália. E é interessante, como bem lembrou o Senador Cristovam, enquanto o mais antigo enfrenta dificuldades terríveis no Chifre da África, o mais jovem é uma revelação, um país civilizado, uma das melhores economias do mundo, e um país – e eu tive a honra de visitar a Austrália alguns anos atrás – que inveja pela qualidade de vida do povo australiano.

Então é algo, de fato, curioso para ver o que significa o desenvolvimento da humanidade. Certamente o tempo não é um critério adequado para medir o desenvolvimento.

Mas o eminente Embaixador Villarinho irá para a Etiópia, que é um país muito curioso. Como disse o Senador Cristovam, nós todos temos muita curiosidade de conhecê-lo, até porque, lendariamente, é a terra do Preste João, que todos procuraram durante tantos séculos, no tempo das Cruzadas e, depois, no descobrimento pelos portugueses. O Preste João era, na verdade um negus, aquele título atribuído ao imperador da Etiópia pela origem cristã daquela nação a partir do início da era cristã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante também, como o Embaixador Villarinho demonstrou, Sr. Presidente, que a Etiópia, naquela época abissínia, foi a única nação africana ou não imperial que derrotou uma potência, que foi a Itália, derrotada na Batalha de Ádua. E aquilo ficou como uma mancha negra, no dizer da história italiana, nas suas armadas italianas. Então, eles fizeram questão de, em 1936, fazer a invasão, o que levou, inclusive, ao fim da Liga das Nações. A Liga das Nações foi desmoralizada e dissolvida com a invasão da Itália contra a Abissínia em 1936, que levou àquela ocupação, que de fato durou muito pouco tempo. O então imperador procurou refúgio na Inglaterra e foi restaurado ao tempo da Segunda Guerra.

E há um episódio também muito curioso, que o Senador Cristovam deve não lembrar, mas conhecer também, que une o Brasil à Etiópia. Quando o Imperador Haile Selassie visitava o Brasil, ao tempo do Presidente Juscelino, houve um golpe militar em Adis Abeba, e ele foi deposto. E ele pediu um empréstimo – nem sei se foi pago; é até bom indagar isso – ao Presidente Juscelino, que o fez, para ele poder voltar e recuperar o poder em Adis Abeba. E assim foi feito.

Está acenando o Embaixador de que o empréstimo foi pago. Então, não temos esse crédito junto à Etiópia atual.

Posteriormente, o imperador, lamentavelmente, foi preso e sofreu muito ao final de sua vida, executado em condições terríveis na prisão. De fato, um homem que era um símbolo da unidade africana e que tanto fez pelo pan-africanismo, como se chamava àquela época. E V. Exª também será Embaixador junto à Organização da Unidade Africana, que é fruto do trabalho que ele fez àquela época.

A Etiópia é um país, como V. Exª bem colocou, muito populoso. É a segunda população na África. Portanto, é um mercado consumidor ávido, talvez, aos nossos produtos. E, por essa relação histórica, o nosso grande fotógrafo mineiro, Sebastião Salgado, fez um belíssimo trabalho na Etiópia, publicou um livro sobre exatamente esses povos; a herança, meu caro Senador Airton, cristã, toda fotografada, de maneira brilhante, em um livro de altíssimo nível cultural. Então, há essa proximidade toda.

Inclusive, a possibilidade da linha aérea que já existe entre São Paulo e Adis Abeba permite, certamente, o adensamento das relações com um país muito populoso e que, se enfrenta dificuldades típicas do Chifre da África, saberá superá-las. Certamente, o nosso Embaixador lá terá condições de aproximar ainda mais o Brasil de uma nação cuja história deve ser aplaudida de pé pelo sacrifício e esforço de sua gente ao longo de tantos séculos de guerras, de lutas, mas, sobretudo, inclusive, apesar das dificuldades de hoje, de influência no mundo inteiro.

Então, meus cumprimentos ao Embaixador Villarinho Pedroso, que certamente fará lá um belíssimo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador Moreira Lima já vai encontrar uma situação muito distinta, porque a Austrália é um país, apesar de muito jovem, já plenamente desenvolvido, mas cuja proximidade com o Brasil é muito grande, com o meu Estado de Minas Gerais sobretudo, em relação à questão minerária. Realiza-se todo ano uma grande exposição nacional de mineração, e os maiores empresários são australianos. Temos presenças de empresas australianas de mineração no Brasil, e em Minas Gerais em especial, Sr. Presidente. Desse modo, portanto, essa grande cooperação econômica e técnica entre o Brasil e a Austrália deve ser também, igualmente, objeto do seu trabalho, porque existe presença de grandes empresas, como a própria Vale, na Austrália. Isso é fundamental, porque eles têm uma técnica, como V. Exª falou na sua exposição, muito superior em termos de mineração. As questões ambientais têm um tratamento diferenciado e o próprio enfrentamento da seca, como V. Exª bem lembrou, é motivo de indagação e de estudo da nossa parte para as questões nordestinas, já que também temos uma área extremamente árida no nosso Brasil.

A Austrália é um país em que a imigração deu certo. E o Senador Cristovam faz a indagação, que é a pergunta que não quer calar: por que deu tão certo um país tão jovem? Certamente pela educação. E, pior, como diz o Senador Cristovam: foi habitado inicialmente por degredados, prisioneiros ingleses foram colocados lá, em tese, pessoas de má índole, mas, com o desenvolvimento, certamente a Austrália tornou-se um país de portas abertas.

Ao contrário do que se vê hoje no mundo, a imigração funcionou muito bem na Austrália durante várias décadas. Então, o que se vê lá são descendentes de portugueses, italianos, russos, chineses, indonésios, indianos, gente do mundo inteiro, para o antigo domínio da Austrália, que tanto contribuiu, como bem lembrou o Embaixador Moreira Lima, nas guerras, especialmente no episódio de Gallipoli, dos Dardanelos, na Primeira Guerra Mundial, quando houve a Anzac, as tropas neozelandesas e australianas fizeram aquela loucura que resultou no massacre de dezenas de milhares de vidas no território do antigo Império Otomano.

Embaixador Moreira Lima, tenho certeza de que V. Exª fará lá um relacionamento espetacular, até porque a questão das universidades nos permitirá, em convênios científicos, trazer inteligência e *expertise* australiana, que é um país que também recebe imenso fluxo de jovens brasileiros que vão aprender inglês. Então, certamente isso aproxima ainda mais, até porque o relacionamento político, acadêmico, cultural é muito próximo entre Brasil e Austrália a despeito da distância. Se V. Exª conduzir de modo positivo a possibilidade de um voo direto entre Sidney e São Paulo, será uma grande vitória, porque a possibilidade de turismo brasileiro para a Austrália e australiano para o Brasil e de negócios certamente é muito grande, porque vai receber, em toda aquela região também do sudeste asiático, uma via de acesso muito mais fácil do que via Europa ou via Estados Unidos; será via Austrália, o que é muito mais rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desejo a ambos muita sorte, muito sucesso. Tenho certeza de que são países importantíssimos. Para a geopolítica do Brasil no nosso horizonte curto, para a nossa política internacional, a curto prazo, será muito importante esse desdobramento, esse esforço de ambos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, que sempre nos brinda com uma bela lição, uma bela aula sobre os temas que estão em discussão no momento em que V. Exª faz uso da palavra.

Não havendo mais...

S. Exª o Senador, por favor.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – Apenas, Presidente, quero me desculpar pelo atraso. Não pude acompanhar o pronunciamento dos dois Embaixadores, mas tive uma razão muito justa: fui atender a um convite do Comandante da Aeronáutica, que estava apresentando as dificuldades que está vivendo na região amazônica com relação aos aeroportos que existem e aos que precisam ser construídos naquela região.

Eu quero apenas cumprimentar os dois Embaixadores. Terão missão importante de representar o nosso País nesses importantes países para os quais irão.

Sr. Presidente, eu me sinto aqui muito orgulhoso, ao lado do Senador Anastasia e do Senador Cristovam Buarque, pela sabedoria que eles demonstram em cada reunião da nossa Comissão. É muito importante para a gente se sentir assim, ao lado de figuras...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É um orgulho para todos nós.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP) – ... tão nobres. E isso nos ajuda a aprender um pouquinho mais.

E, finalmente, desejo boa sorte aos Embaixadores nas missões que terão a cumprir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Airton Sandoval.

E, agora, passo a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Eduardo Villarinho Pedroso para as respostas às perguntas formuladas.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando, agora, pela pergunta formulada pelo Senador Cristovam Buarque com relação ao meu atual posto em que estou servindo, a Grécia, eu cheguei à Grécia em agosto de 2014. Portanto, agora em agosto de 2018, estarei completando quatro anos lá. E o meu período coincidiu inteiramente justamente com o governo da Syriza, que é uma coligação de partidos de esquerda que se autodenomina como esquerda radical.

No primeiro programa de governo, quando foram convocadas as eleições – as eleições foram convocadas em dezembro de 2014 –, não houve apoio. A eleição do Presidente da Grécia se dá de forma indireta, o Parlamento escolhe o Presidente. E, se não houver maioria, o governo cai. Foi o que aconteceu com o governo da nova democracia, que era do então Primeiro-Ministro Antonis Samaras. E foram convocadas as eleições para janeiro de 2015, tendo a Syriza justamente chegado ao poder.

Por não ter atingido a maioria, teve que fazer uma coalizão, uma coligação com um partido justamente oposto da linha preconizada pela Syriza, que é um partido cujo nome significa anel, gregos independentes; é um partido nacionalista, que tem uma agenda bastante conservadora e até diria, como o Senador mencionou, com alguns elementos de xenofobia, mas não é...

Há um partido, este, sim, com muitos aspectos de xenofobia, que, inclusive, se autodenomina como neonazista, que é a Aurora Dourada. Curiosamente, 8% da população grega praticamente vota na Aurora Dourada. Em Atenas – uma coisa que até me chocou –, 15% da população vota; não sei se como reflexo dessa recente onda migratória.

Há também outros movimentos com certos elementos de xenofobia em toda aquela região dos Bálcãs. Há o Grupo de Visegrad, que são Hungria, República Tcheca, Eslováquia e Polônia, que têm uma agenda anti-imigração. Pelo menos são todos membros da União Europeia, mas eles defendem uma linha anti-imigração, que, de certa forma, colide com a orientação dos demais países na União Europeia.

Temos também a Áustria, que é outro país que, com a eleição recente, tem novo governo que também... Ontem tivemos até a sabatina do Embaixador Marcondes, que está seguindo para Viena, e isso foi mencionado. Enfim, é um governo que tem uma agenda com certos elementos de xenofobia, vamos dizer assim.

Voltando a essa aliança com a Anel. No primeiro momento do governo da Syriza, ele tomou posse coincidentemente no dia 31 de janeiro de 2015 e foi até meados de julho de 2015, justamente. Foi um governo que durou seis meses...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Janeiro de 2015 a julho de 2015. Ele durou sete meses. Porque foi quando houve a convocação do referendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, voltando ao primeiro governo, nesse primeiro governo, realmente havia uma agenda de tentar confrontar os credores. Chegou a se falar num possível retorno ao dracma, mas isso mais no final desse período de sete meses. Havia o Ministro das Finanças, o Yanis Varoufakis, que teve até um certo protagonismo na imprensa ao tentar confrontar os credores da União Europeia, o Banco Central europeu; e o mecanismo europeu de estabilidade.

O FMI não entrou no atual pacote de resgate. Mas, enfim, havia essa ideia de não seguir as linhas ditadas pelos credores. Ao cabo de seis meses, foi convocado um referendo para ver se havia interesse da população em se manter na zona do euro ou não. O resultado deu favorável a uma eventual saída da zona do euro, mas o que ocorreu foi que o Primeiro-Ministro Alexis Tsípras fez uma volta em U e acabou não saindo da Zona do Euro, convocou novas eleições e, aí, sim, deu início ao segundo governo, que começou em agosto de 2015. E aí acabou adotando uma posição muito mais pragmática. Acabou aceitando...

Durante o primeiro governo, ainda era um segundo programa de resgate econômico, e agora eles assinaram, a partir de agosto, um terceiro programa de resgate econômico, tendo em vista que pouco antes desse referendo, o país teve *defau*lt, justamente. Não teve como pagar. Por não estar implementando plenamente o que era preconizado pelos credores, chegou um momento em que uma das fatias não foi repassada à Grécia, a qual não teve como pagar o que estava devendo e entrou em *default*.

Isso justamente acabou provocando a queda desse primeiro governo de Alexis Tsípras, que conseguiu a reeleição e ainda está no poder. Aí houve, sim, uma volta em U, um programa absolutamente pragmático, em que realmente constavam austeridade, cortes nas pensões, a população sentindo no bolso, na carne e tal...

Agora, a Grécia – eu comento com várias pessoas, porque essa pergunta já me foi feita por outras pessoas – tem uma qualidade de vida altíssima. A posição do país no IDH, em 2015, era 29ª. Altíssima. Caiu para 30ª. As pessoas, obviamente, tiveram de se adaptar a essa realidade. Eu sinto mais no dia a dia a presença do Estado, a manutenção onde o Estado deve intervir, manutenção de estradas, as calçadas na cidade... Isso realmente não está sendo levado a cabo, não está sendo mantido. Não há a menor dúvida de que é doloroso. Muitas pessoas... Um quinto da população, de alguma forma, depende de pensões para sobreviver, e os cortes nas pensões evidentemente vão prejudicar a manutenção de famílias.

O senhor mencionou também a escola privada. Muitas famílias tiveram que migrar para escolas públicas. Agora, o exemplo que o senhor citou eu também ouvi de outras pessoas, de amigos lá... Entra num *pool,* vamos dizer assim, num mutirão para auxiliar e baixar os cursos, por exemplo, de operação de uma escola privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, ao ter feito essa volta em U, essa austeridade fiscal, corte nas pensões etc. e tal, a aprovação do partido está em franca queda – chegou a 15% de aprovação e agora está torno de 20%.

A outra alternativa seria o Partido da Nova Democracia, que já chegou a ter 15% a mais do que a Syriza, e hoje está com cerca de 10% a mais nas intenções de voto, mas também não se convocam... Volta e meia mencionam que vão convocar eleições antecipadas, mas, como é uma incógnita se um ou outro lado sairá ganhando, a tendência é que se deixe encerrar o governo da Syriza, que vai justamente até agosto do próximo ano.

Essa é mais ou menos a perspectiva, a realidade, tal como tenho visto nesses quatro anos em que estou servindo na Embaixada em Atenas.

Já respondo aos demais?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Obrigado, Senador.

Agora, respondendo ao Senador Anastasia... Só mencionando, na brincadeira, jocosamente, que eu também tenho origens mineiras. Tenho uma avó na cidade de Formiga, em Minas. Então, também tenho sangue mineiro.

A presença cristã na Etiópia tem um elemento, por exemplo, que é muito interessante, já que o senhor mencionou: eles praticamente – não é dizer que ficaram de fora, mas é praticamente – ficaram de fora do comércio de escravos, porque havia uma proteção papal, justamente, para que os etíopes ficassem de fora porque são cristãos. Animistas, tudo bem, mas os etíopes, pelo fato de serem cristãos, ficaram praticamente... Não foram completamente excluídos, mas havia essa proteção papal. Inclusive, em outro momento, também os portugueses participaram do lado das tropas imperiais etíopes, à época imperial, na defesa contra o Império Otomano, a expansão do Islã. Os portugueses participaram lá, no final do século XV, início do século XVI, e justamente houve isso que o senhor havia mencionado.

Com relação ao comércio com o Brasil, é um comércio relativamente modesto. No ano passado, chegou a US$30 milhões. O máximo que chegou, em 2013, foi a US$60 milhões. O grosso do movimento sai do Brasil, nós importamos muito pouco da Etiópia. Há sempre um potencial com uma população tão grande e com uma perspectiva de crescimento maior ainda, com essas taxas de 2,6% ao ano. O que há no momento é que o país tem uma crônica falta de divisas, e isso prejudica o comércio.

Não obstante, eles, por exemplo, desde o estabelecimento da rota dessa ligação aérea, em 2013, da Ethiopian Airlines, que inicialmente eram três vezes por semana e, desde junho último, passou a ser diária e direta... Passou a ser direta: antes fazia escala em Lomé e agora é voo direto Adis Abeba-São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo e depois segue para Buenos Aires até. Com isso, o grosso dentro do comércio bilateral é suprimento de bordo para os aviões, peças mecânicas para os aviões. Há uma unidade da General Electric em Petrópolis, para reposição de peças para turbinas dos aviões; inclusive, às vezes, as próprias turbinas são exportadas do Brasil para manutenção desses aviões.

O senhor também mencionou Sebastião Salgado. Eu fui ver essa exposição de trabalhadores, fiquei uma hora na fila. Foi no primeiro posto que eu estava servindo, até já comentei com o Presidente, Senador Collor, em Madri, a primeira vez que eu tive a ocasião de conhecê-lo. Fiquei uma hora na fila, porque ele é tratado como um *rock star*, era uma fila... A exposição é maravilhosa e retratava justamente alguns aspectos do trabalho agrícola, sobretudo no caso da Etiópia.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Luiz Eduardo Villarinho Pedroso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Passo a palavra ao Sr. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr. Presidente, só um pequeno comentário, que acho que tem a ver com a política em geral hoje.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pela ordem.) – Quando eu o vi lembrando da Grécia, do Syrisa, da esquerda no poder – porque trata-se disso, como é a esquerda hoje no poder –, quando terminou a eleição no México domingo, e eu vi que ganhou o Obrador, eu pensei: se eu fosse ele, minha primeira visita seria à Grécia.

Obviamente. Não sei, mas ele fez uma coisa que tenho a impressão de que ele ouviu a Grécia.

Eu soube ontem, pelos jornais, que ele decidiu que, aos três anos, na metade do mandato, vai fazer um plebiscito para saber se continua ou não. No fundo, é o que ele fez lá, só que lá é um parlamentarismo. Eu achei de uma grande sabedoria, porque tenho a impressão de que ele vai ter de fazer algumas inflexões em relação ao que prometeu. E qual é a maneira de se legitimar? Feitas as inflexões, as mudanças, os ajustes, é perguntar: "Vocês estão de acordo ou não? Se não estiverem eu vou para casa; se estiverem, eu continuo." Isso foi o que fez o Governo da Grécia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a impressão de que o Obrador deve ter tido uma influência grega, pelo menos nesse aspecto de buscar legitimação na metade do seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam, mas seria bom também nós lembrarmos que, no começo da campanha, durante a campanha do Sr. Obrador à Presidência da República, ele havia se comprometido a fazer esse *recall* aos dois anos de governo. Agora, depois de eleito, já ampliou um ano. O mandato dele é de seis anos, e ele colocou para a metade do mandato. Vamos aguardar que isso se concretize. Realmente, como V. Exª citou muito bem, talvez tenha se inspirado no exemplo do Syriza na Grécia.

Agora, sim, por favor, Embaixador Moreira Lima.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Agradeço ao Senador Cristovam Buarque os comentários e também as perguntas.

Começarei pela questão do Timor-Leste, que é um país membro da CPLP, que muito interessa ao Brasil, e pela questão da relação do Timor-Leste com a Austrália, que é uma relação extremamente importante do ponto de vista da segurança também desse país, tendo em vista que a Austrália está, creio, entre as 20 ou 21 forças militares do mundo; tem uma tradição de participação, como mencionou o Senador Anastasia. É importante e, inclusive, tem episódios interessantes também. Ele lembrou um deles, mas outro foi a situação da Austrália em determinado momento – e foi isto que levou à aproximação com os Estados Unidos –, quando a Austrália queria ter de volta seus soldados para se defender de possível ameaça do Japão. Isso deixou a Austrália muito vulnerável naquele momento da Segunda Guerra. Daí, então, houve a aproximação com os Estados Unidos, tão importantes, porque quem veio acudir foram realmente os Estados Unidos. Daí essa relação que até hoje é extremamente importante quanto à segurança.

E aí há um aspecto: a atitude do Presidente norte-americano em relações ligadas ao multilateralismo e ligadas também à segurança que se observa agora em relação aos países da Otan. Não é o caso da Austrália, mas afeta também a Austrália, porque a revisão de determinadas alianças tradicionais está gerando uma situação de desconforto.

E essa situação de desconforto, de preocupação, poderá vir... O que se está observando é uma aproximação cada vez maior da Austrália em relação à China. Isso ainda não ocorreu na área de defesa, mas, claramente, na área econômica e mesmo na área política, é perceptível essa aproximação. Eu não sei em que medida isso também poderá ocorrer na área de defesa, não por vontade própria da Austrália, porque o compromisso da Austrália, enfim, é relativo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Moreira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Senador Relator! Não posso deixar de cumprimentar o Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Muito obrigado. Obrigado ao Sr. Senador. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone*.) – Parabéns! Vai dar tudo certo.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Mas, então, essa questão é muito delicada, Senador Cristovam, porque estamos tratando aqui... Estamos num momento em que há pontos de interrogação, creio, por parte do governo australiano, em relação à questão da segurança em toda a área do Pacífico. Então, isso não diz respeito apenas ao Timor, mas é uma questão, é um ponto de interrogação importante que o governo australiano deverá se fazer para o seu futuro, olhando-o com certa preocupação.

Aproveitando a carona nessa área, quero dizer que, ontem, tive um encontro com o representante da Embraer. Um dos focos também, creio, da minha atuação, se eu vier a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, será exatamente um olhar... Mencionei até a criação de uma adidância em Marinha, uma adidância ligada à Marinha, porque isso tem a ver efetivamente... É difícil de se explicar atualmente que nós não tenhamos uma adidância militar, uma presença militar num país como a Austrália. É difícil! Enfim, creio que a presença de um adido da Marinha lá vai nos ajudar, como também se poderia dizer o mesmo em relação a um adido da Aeronáutica, porque a Embraer está lá há 40 anos. Vendeu o Bandeirante. Temos os Bandeirantes, temos aviões aqui e devemos marcar, inclusive, esses 40 anos dessa parceria no ano que vem. Mas é uma parceria de altos e baixos, e temos de transformá-la numa parceria vencedora. Essa parceria vencedora tem a ver, a meu juízo, com o novo cargueiro da Embraer, o KC-390, que vai ser entregue à Defesa do Brasil até o final do ano. A partir daí, então, criam-se condições... Inclusive, é um avião que tem uma capacidade de voo maior do que a do Hercules, é um avião muito mais moderno do que o Hercules em todos os aspectos. Então, nós temos o que oferecer efetivamente à Austrália. Dependendo da evolução dessa situação de segurança regional, creio que nós deveremos ter uma presença ali também importante na área da Aeronáutica.

Isso tudo tem tudo a ver sempre com o Timor, porque isso é da área, o Timor está nessa área.

E na medida em que o Brasil tem uma presença cooperativa... E não foi à toa que o Brasil assinou um acordo de cooperação com terceiros países, acordo esse com a Austrália, pensado exatamente na cooperação, na assistência educacional, na assistência em matéria de saúde, enfim, com o Timor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas passando também para a outra pergunta do Senador Cristovam Buarque. Por que a Austrália deu certo?

Eu acho que o Senador Cristovam sabe bem essa resposta. Num certo sentido ele representa exatamente, com o seu histórico, o porquê que a Austrália deu certo, que é a educação. Eu acho que a educação é um fator extremamente importante para explicar por que um país de 25 milhões de habitantes, que começa, como o Senador Anastasia mencionou, com presos ingleses que foram enviados para lá, se transforma num país exemplo para o mundo em matéria de educação, tendo quase todas as suas universidades uma posição superior à posição, sem querer comparar, da USP, que é a nossa melhor universidade. Evidentemente que é difícil competir, porque o fato de falar inglês já joga essas universidades para uma posição de mais difícil competição em relação às nossas, que têm força em outras áreas, as ciências exatas.

Um outro fator que eu apontaria também em resposta à pergunta do Senador Cristovam Buarque é a questão da saúde. Também a saúde, em que a Austrália é parceira importante do Brasil, inclusive no combate à dengue, à chikungunya. Nós estamos pesquisando... Conversei também esta semana com o instituto de Manguinhos, e para eles a parceria com a Austrália, com instituições australianas é de grande importância, porque estão sendo feitos trabalhos, pesquisas em conjunto, que são importantes para a eliminação e o combate definitivo dessas doenças. Então, não é uma questão acadêmica, é uma questão prática.

Por outro lado, eu diria que também a parte de infraestrutura. Eu acho que a Austrália soube muito bem investir em infraestrutura, criar as condições para facilitar o transporte das suas mercadorias. É um país continente, é o sexto maior país do mundo, o Brasil é o quinto, a Austrália é o sexto. Então, são grandes distâncias, e a vida, as cidades são concentradas nas bordas daquele enorme continente. Então, a infraestrutura é de extrema importância, e eles lograram avanços nessa área.

Agora, ao falar também da saúde e da economia, eu incluiria, a questão que eu mencionei rapidamente, que é a questão da gestão da água. A Austrália – isso explicando também em resposta ao Senador – é um país que conseguiu administrar bem a escassez da água, por exemplo, e a escassez de determinados produtos vitais.

O sistema que eles desenvolveram de gestão da água e de otimização do seu uso é um dos melhores e mais sofisticados do mundo. Por quê? Por causa da necessidade.

O Brasil ainda tem dificuldades de gestão do que era a sua abundância. Só que nós estamos mudando. A mudança do clima está afetando essa percepção de abundância, que não nos levava a investir tanto em desafios, como é a questão da água.

E, como nós somos também um grande produtor agrícola – o agronegócio é algo extremamente importante neste País –, é preciso efetivamente criar uma mentalidade, e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias, nessa área da dessalinização, Presidente. Essa é uma área, repito, da maior importância. Desde o início do século XX, a Austrália vem pesquisando, vem aprofundando o seu trabalho. Hoje em dia, em todas as suas cidades, o consumo humano já depende da água dessalinizada. Em Sidney, onde o Senador Anastasia esteve, 40% da água de consumo vem da dessalinização. Então, é importante que outras áreas no Brasil, próximas e que têm dificuldades de manter a produção por causa dos fatores climáticos, vençam esse obstáculo e passem a ter previsibilidade a partir da garantia do suprimento.

Eu fui Embaixador em Israel. Mesma coisa: Israel está caminhando para 100% de água dessalinizada. Ainda há uma parte do Jordão, mas já deve estar com 60%, 70% de água dessalinizada. Na Arábia Saudita também, a mesma coisa.

Então, essa área é importante. Por quê? Em última análise – para concluir, Senador Cristovam –, é tudo isso que vai garantir a competitividade. Vai garantir, de um lado, o bem-estar e, de outro lado, a competitividade. Nossos produtos serão mais competitivos se o nosso povo tiver educação, se o nosso povo tiver saúde, se a empresa, o setor privado tiver produtividade, produzir melhor por hectare, produzir com maior eficiência e poder escoar essa produção por vias que sejam competitivas e tornem o nosso frete, enfim, ao final, mais barato.

Então, essa é a questão.

Eu passaria, então, à questão do Senador Anastasia, para responder. Não foi propriamente uma resposta, mas o Senador, como disse muito bem o Presidente Collor, assinalou, deu uma verdadeira aula para todos nós, com o enorme conhecimento que tem da história. Tratou, então, da história, da economia e também da política da imigração. Enfim, esses pontos todos ajudam na minha orientação, naquilo que eu penso a respeito, e acrescem.

Em relação à questão dos minérios, por exemplo, uma área – tanto a parte de minérios como a da agroindústria – em que Minas Gerais é tão importante, é o berço da produção mineral no Brasil, é uma área em que já temos uma presença forte, como o Senador Anastasia observou, mas a possibilidade de incremento disso é extraordinária. Eu trouxe aqui, Presidente Collor, se o senhor me permite, um documento de um dos maiores especialistas não da área de mineração, mas da área do *agribusiness*, que é o Marcos Jank. Hoje o Marcos Jank opera lá em Singapura. Eu falei com ele esta semana também e ele me mandou até esse documento, que mostra bem as vantagens competitivas no setor do agronegócio. Ele coloca que a Austrália é o sétimo exportador de produtos, com um total de 6% da área, e o Brasil é o terceiro. Mas ele diz o seguinte: que a diferenciação da Austrália está na qualidade, está na segurança alimentar e está também naquilo que ele diz que é poder traçar o histórico dos produtos. Com isso, você pode identificar toda a origem. Nós estamos avançando nessas áreas, mas são áreas em que a cooperação com a Austrália, tanto na parte de qualidade, de segurança alimentar e também nessa questão do histórico, podemos trabalhar, e também na questão das marcas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil se descuidou muito da questão da marca, achando que era produção em atacado, mas hoje nós vemos que a marca é que dá o valor. Hoje o valor está na marca, e o Brasil está investindo no atacado, em ser grande fornecedor de grãos, mas tem de fornecer a marca, porque é a marca que tem valor, a marca que está ligada ao tratamento social do campo, a marca que está ligada ao respeito ao meio ambiente. Então, essa marca, a marca que está ligada a condições de turismo, é essa marca que faz a distinção e que vai nos garantir condições de competitividade, porque ela vai ser reconhecida. Aí você fala: "A marca tal". A marca tal diz respeito à qualidade, ao trabalhador, à maneira como nós tratamos o meio ambiente. Enfim, ela expressa uma civilização, ela expressa o que nós somos. E o Brasil descuidou, a meu ver, Sr. Presidente, dessa questão.

A outra questão é aquela de, dentro desses novos parâmetros, trabalhar com as redes, mas num sentido transformador, num sentido que venha a produzir maior qualidade e um conceito diferenciador e também, ele esclarece aqui, os sistemas regulatórios, que são tão importantes, inclusive para o trabalho desta Casa, que são simples e focados – simples e focados.

Enfim, eu poderia falar muito mais aqui, mas creio que...

Também o último ponto vou mencionar brevemente: a questão do fluxo de jovens brasileiros, porque acho que o Senador Anastasia se referiu a ele e também o Senador Cristovam. Essa questão é de extrema importância, porque nós temos uma comunidade de alta qualidade na Austrália. Inicialmente, era uma comunidade de nível mais baixo. Hoje nós temos uma comunidade de profissionais altamente qualificados.

E temos, então, uma responsabilidade maior, Presidente, exatamente pelo alto nível de qualificação desses brasileiros que estão hoje na Austrália.

E a perspectiva, inclusive, com todas as críticas que foram feitas ao Programa Ciência sem Fronteiras, à luz, inclusive do juízo... Este aqui é um livro que foi editado pela Funag e aqui há um juízo extremamente interessante – eu coloco este livro à disposição aqui, com o número de exemplares, para todos os membros desta Comissão – que trata exatamente e que diz o seguinte... Eu posso ler, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – "O fluxo de intercambistas surgiu..." Quem está falando aqui, quem escreveu sobre isso é um rapaz que trabalhava no Itamaraty nessa área, cobrindo a Austrália, e que agora está trabalhando na nossa Embaixada na Austrália. Este aqui é um livro sobre a relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas. E eles escreveram, cada um tratou de um determinado tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O fluxo de intercambistas surgiu espontaneamente e apresentou crescimento contínuo desde a segunda metade dos anos 2000, mas essa tendência foi muito acentuada após o ingresso das universidades australianas no Programa Ciência sem Fronteiras.

Então, entre 2011 e 2015, o número de estudantes brasileiros na Austrália duplicou de 11 mil, em 2011, para 22 mil estudantes estimados, em 2015, dos quais cerca de 7 mil são intercambistas do Ciência sem Fronteiras.

> Os brasileiros representam atualmente a sexta maior comunidade de estudantes estrangeiros na Austrália e são o único grupo de origem não asiática a figurar entre os dez maiores consumidores dos serviços educacionais australianos.

Numa visita que eu estava fazendo aqui à Comissão, ao conversar com uma das assessoras, ela me disse que estava fazendo um curso *on-line* com a Universidade de Melbourne. Veja que coisa interessante!

Eu gostaria também de agradecer ao Senador Airton Sandoval pelas palavras e a mensagem construtiva e estimulante.

E gostaria, se o Presidente Collor me permitir, também de recordar aqui a minha situação atual como Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão. Eu me sinto muito em casa nesta Comissão, não só pela acolhida tão amável do Presidente Collor – todos o conhecem bem –, mas pelo fato de termos, aqui à esquerda, o busto de Alexandre de Gusmão. E a mim esse busto me toca profundamente, porque eu creio que, se nós temos um legado em matéria de política externa, esse legado... E aí eu cumprimento a escolha daqueles que decidiram pela colocação do busto, nesta sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, exatamente por esse legado. O legado de Alexandre Gusmão é um legado que tem a ver... O Alexandre Gusmão trouxe...

Ele era um santista, para aqueles que não sabem. Ele foi para Portugal, porque não havia instituições de ensino superior no Brasil. Essas instituições só apareceram no século XX, e nós estamos falando aqui do século XVIII. Ele foi para Coimbra, estudou em Coimbra, depois estudou na Sorbonne e como profundo conhecedor do Direito Privado romano, trouxe o princípio do *uti possidetis* para o direito internacional público. E esse princípio extraordinário e importante que ele trouxe ajudou, como os Senadores sabem, a política territorial brasileira, o território brasileiro.

A primeira vez que o território brasileiro como tal surgiu próximo ao que é hoje foi no Tratado de Madrid de 1750. E ele, Alexandre de Gusmão, foi o grande negociador do Tratado de Madrid. Ele tinha uma posição importante junto ao Rei Dom João V, de Portugal. Então, eu estava conversando ontem com o Presidente Collor exatamente a esse respeito. Qual foi esse legado que nos ficou do trabalho extraordinário desse homem, com essa questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o Barão do Rio Branco... Antes, Duarte da Ponte Ribeiro estuda muito o princípio. E depois de Duarte da Ponte Ribeiro, o Barão do Rio Branco é quem o aplica, é quem o estuda e o aplica. E chegaram até a cumprimentar o Barão do Rio Branco pelo fato desse princípio. E ele disse que não, que não havia sido ele que inventou. Isso foi um princípio do Alexandre de Gusmão, que trouxe do Direito romano.

Então, qual é esse grande legado? Esse legado, ao meu ver, mostra o nosso compromisso, em primeiro lugar – o Senador Cristovam é sensível para isso –, com o conhecimento. É o legado do conhecimento. Você precisa conhecer. Nós devemos conhecer, nós devemos estudar, pesquisar, porque é desse conhecimento que sairão as soluções. Foi o que ele fez. Ele trouxe, do Direito Privado romano, uma solução para uma questão maior que interessava a Portugal, mas acabou interessando também ao Brasil, até a República, quando esse princípio finalmente marca a nossa relação com os países vizinhos.

Mas além da pesquisa e do conhecimento, que são a base desse legado, nós temos o compromisso com a paz, o compromisso com o diálogo; a crença de que, através das negociações, nós podemos resolver os problemas, não através do uso da força. Isso foi um marco extraordinário, um legado extraordinário, que começa ali atrás, no Alexandre de Gusmão.

E o terceiro – como estava comentando com o Presidente Collor ontem – tem a ver também com essa crença, esse compromisso de que o tratado efetivamente pode estabelecer o primado do Direito; o tratado *rule of law*. *O* tratado é a base; *Pacta sunt servanda* é a base do estabelecimento de uma ordem baseada no Direito.

Isso realmente me emociona, pelo fato de ser Presidente da Fundação que tem o nome de Alexandre de Gusmão e ter essa oportunidade aqui, ao lado do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, na frente dos Senadores, de prestar essa homenagem ao Alexandre de Gusmão.

E mais uma vez agradeço também ao Relator, Senador Hélio José, pela relatoria da minha indicação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, pelas respostas oferecidas às Srªs e aos Srs. Senadores.

Eu indago aos Srs. Senadores se alguém mais deseja fazer alguma pergunta. (*Pausa.*)

S. Exª o Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Gostaria de cumprimentar S. Exª o Senador Fernando Collor, sempre tão elegante e bem posicionado em questões essenciais para o nosso País nos debates que ocorrem aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, nosso Embaixador indicado para a República da Etiópia e do Djibuti também, além da República do Sudão do Sul, um desafio sem tamanho e importante.

Quero cumprimentar também o nosso nobre Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, de cujo processo tive o privilégio, a satisfação e a honra de ser Relator, pela competência, pelo trabalho, em homenagem ao nosso Moreira Lima também, nosso querido maestro que encanta este Brasil com a música, com a suavidade, mostrando que temos o que mostrar mundo afora. Meus abraços e cumprimentos ao seu irmão, não é?

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Primo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Primo, que é uma pessoa que nos orgulha muito.

Quero dizer, Presidente Collor, que a Etiópia é um país gigante da África, com muitas desigualdades sociais, como o nosso, que sedia uma organização muito importante que é a União Africana; tem uma relação importante em nível da paz, das relações sociais e de todas as questões com o mundo e com o Brasil especialmente; está ao lado da Somália, com toda a crise que os somali representam com relação à pirataria, com relação às contravenções. Então... A nossa posição com relação às contravenções evidentemente de meliantes que vivem naquele país, não do país em si...

A relação nossa com a Etiópia é fundamental pela troca de experiências com relação à superação das desigualdades sociais, com relação á superação das questões da fome, com relação à superação das questões da falta de insumos básicos para sobrevivência e da necessidade de desenvolvermos relações de produção que garantam o essencial que Deus nos deu que é a vida.

Eu quero dizer que tive oportunidade de conversar com o nosso nobre Luiz Eduardo, que é uma pessoa preparada, uma pessoa com totais condições de bem nos representar neste país importante.

Acho que os outros países que estão próximos também são importantes, como o Sudão do Sul, que passou pela crise da divisão com o Sudão, como o Djibuti, que tem relações importantes comerciais...

Eu só queria ver, meu nobre Embaixador, uma forma de, além de aumentar e aprimorar essa troca de experiências, que nós também pudéssemos desenvolver juntos, por exemplo, as energias alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Etiópia tem uma posição privilegiada, uma posição com a solimetria muito boa, condição de energia basilar para o desenvolvimento de um povo.

O Brasil tem derrapado e deixado muito a desejar nas energias solar e fotovoltaica. O Brasil tem ido muito bem tanto na energia eólica como na energia da biomassa, em que pode, inclusive, colaborar muito com eles. Com relação às energias solar e fotovoltaica, pelo potencial que existe na Etiópia e pelo potencial que existe no Brasil, pode haver cooperações para melhor desenvolvimento nessa área, barateando e dando condições para que o povo possa ter um convívio melhor.

Eu quero desejar sucesso a V. Exª. Eu só queria ver como se pode colaborar.

Para finalizar, sobre a questão do turismo, como a Etiópia tem mais de 100 milhões de habitantes e o Brasil tem duzentos e poucos milhões de habitantes, o turismo entre Brasil e Etiópia pode ser ampliado, pode ser muito melhor trabalhado de forma a gerar tanto divisas para a Etiópia quanto divisas para o Brasil.

O que o senhor pensa dessas duas áreas?

Meu nobre e querido Sérgio Eduardo Moreira Lima, de fato, o senhor está indo para um país que é um continente, a Austrália, que é importantíssima nas relações com o Brasil, importantíssima na relação sul-sul, importantíssima na questão de *commodities*, importantíssima também na questão das desigualdades sociais, já que a Austrália tem todo tipo de clima e de relevo, como deserto, praia, floresta. É um país hoje privilegiado, porque, com uma população pequena de 25 milhões, investiu muito na educação, está numa discussão, tem dificuldades com relação a direitos sociais, a direitos de migrantes. Eu creio que são coisas com que o senhor, com a experiência e a delicadeza do senhor, pode ajudar muito.

Alguns países, como o Estado Independente da Nova Guiné, Vanuatu, Fiji, República de Nauru, Ilhas Salomão, são muito desconhecidos do nosso povo brasileiro, e o senhor também vai ter a honra de nos representar como Embaixador nesses países, junto com a Austrália.

Eu tive o privilégio de, numa das minhas férias, ir conhecer a Austrália. Conheci Sydney, Port Douglas, Cairns e pude ir à Barreira de Corais da Austrália, uma das grandes maravilhas da natureza, Presidente Collor – eu não sei se o senhor já teve oportunidade de mergulhar na Barreira. Lá é lindo. O povo precisava ter oportunidade de conhecer as coisas belas da natureza.

Eu acho que Austrália e Brasil, dentro da pergunta que acabei de fazer para o nosso nobre Embaixador da Etiópia, têm muito que crescer nas relações turísticas, tanto no fluxo para lá quanto no fluxo para cá. Eu acho que Austrália e Brasil, embora a Austrália esteja numa posição longitudinal menos favorável do que o Brasil com relação à energia solar, mas, como o clima da Austrália é bastante favorável, com muita terra devoluta nos desertos e coisa tal, podem desenvolver um melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitamento das energias solares, da energia eólica. Eu acho que o Brasil pode contribuir muito com a Austrália pela *expertise* que o Brasil tem, pela capacidade do Brasil de fazer. Consequentemente, isso pode ser uma boa abertura comercial para os nossos empresários, para as nossas empresas.

Com relação à energia da biomassa, com a *expertise* do Brasil com relação à cana-de-açúcar, com relação ao aproveitamento, eu acho que o Brasil pode fazer uma boa parceria com a Austrália que tem biomassa abundante também. O Brasil aproveita bem essa energia.

Com relação a outras energias, a Austrália também tem energias, principalmente a energia geotérmica. O Brasil não tem essa energia, mas há várias experiências que a gente pode desenvolver juntos. Eu sei que a Austrália é um continente, um parceiro com que o Brasil precisa, cada vez mais, melhorar suas relações. Eu espero que a Austrália, por exemplo... Quero até ver o que o senhor pensa sobre as relações Austrália e Timor, como é que pode, porque essa questão é importante, já que o Timor é um parceiro nosso de língua portuguesa no Oriente, e, com certeza, o Brasil jamais virará as costas aos problemas do Timor. Há uma situação do Timor de ter se sentido prejudicado lá nos tratados iniciais, quando da independência do país. O senhor teria alguma visão a respeito de como colaborar para superar essas questões?

Eu nem vou utilizar as perguntas da minha assessoria, para economia de tempo, Sr. Presidente. Quero pedir minhas escusas pelo meu atraso ao meu querido Embaixador Sérgio, que eu tive a honra de relatar, mas estava atendendo a uma agenda com o Conselho Federal de Medicina Veterinária e Zootecnia e também do Conselho Regional e do Sindicato dos Veterinários, uma agenda que estava pré-marcada com uma grande antecedência. Consegui concluir o mais breve possível para estar aqui, para poder dar meu voto, com certeza, favorável a essas duas competentes indicações, e poder participar aqui desse processo.

Mais uma vez, cumprimento V. Exª pela condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso para responder às demandas oferecidas por S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Hélio José pelas estimulantes perguntas. Começo pela primeira, com relação a energias alternativas. Dentre os vários desafios que a Etiópia tem pela frente, um deles é a questão da eletrificação. Apenas 25% do país é eletrificado. Com isso, o desafio é tremendo. A carência em gerar energia eles estão tentando suprir com a construção de uma grande barragem no norte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, justamente no Nilo Azul. As energias alternativas, não há a menor dúvida, seriam um caminho a ser seguido.

E justamente desde que surgiu no horizonte, enfim, essa possibilidade eventualmente de assumir a Embaixada em Addis Ababa – obviamente se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário –, estava dando pesquisadas nessa distância ainda – estava em Atenas. Por exemplo, eu sei que na UnB – eu, embora nascido no Rio de Janeiro, adotei Brasília como minha cidade, eu cresci em Brasília, eu estudei na UnB, etc – há justamente um programa que se adéqua muito bem à realidade de países, por exemplo como Etiópia, países carentes, com muitos desafios, que são postes de PVC com captadores fotovoltaicos e ainda que reagem numa substância alvejante, água sanitária, em termos mais populares. E é baratíssimo. O custo é de R$400 por unidade.

Essa já estava, enfim, entre as ideias que eventualmente poderiam ser apresentadas. É uma modalidade de cooperação absolutamente pé no chão acima de tudo e, além do mais, tem a ver um pouco com a minha universidade, que é a UnB, tendo estudado lá. Na realidade, o que ocorreu na UnB: desenvolveu-se um projeto que foi concebido por um engenheiro de Minas, o engenheiro Mozart, e, na área de pesquisa da UnB, na Engenharia Elétrica, etc., os alunos aprimoraram e bem recentemente aplicaram no Rio de Janeiro alguns exemplares desse projeto piloto desses postes de PVC com captadores fotovoltaicos. E esse reagente é um alvejante, uma água sanitária.

Eu acho que biomassa também é outra parceria que poderia ser desenvolvida. Já há um programa em colaboração da Embrapa e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola. Esse é um dos projetos de colaboração que está em andamento desde 2012, também na área de plantio, manejo de cana-de-açúcar. A origem do projeto era correção de solos ácidos, mas surgiram outras vertentes justamente nessa área de biomassa, biocombustíveis.

Um exemplo que eu acho uma coisa interessante: apesar de todas essas carências, eu li – isso teria que ser confirmado depois – que cerca de 25% – ou até mais, 35% – da energia de Adis Abeba é resultante de biomassa justamente. É uma colaboração que eles fizeram com uma empresa britânica. Então, por que não fazer uma colaboração trilateral? Isso poderia ser um aspecto interessante a ser desenvolvido, obviamente caso o meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário.

Com relação a turismo, que V. Exª mencionou, um elemento-chave para fomentar isso: uma ligação aérea, que eu já havia mencionado anteriormente, que foi estabelecida desde 2013. Ela começou com uma periodicidade de três vezes por semana, passou para cinco e, desde junho, é diária. Sobretudo para aumento de negócio etc., é uma coisa que passa a ser útil pela periodicidade diária.

Na realidade, nessa ligação aérea, o maior foco é fazer uma ligação América do Sul-China, com essa parada no *hub* de Adis Abeba. A empresa detém 25% ou até um pouco mais do fluxo aéreo entre América do Sul e a África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos maiores problemas da Etiópia, como já havia mencionado, é a falta de divisas. É um país carente, com todas as dificuldades, o IDH é baixo, está na posição de número 174 no mundo. Mas, justamente mencionando essa questão do *hub* de conexão na Etiópia, não há a menor dúvida de que podemos tentar um potencial, enfim, há uma classe média incipiente – são esses que, na realidade, poderão fazer... Enfim, na Etiópia poucas pessoas têm condições de se dar ao luxo – vamos dizer assim – de uma viagem turística. Agora, o fato de haver esse *hub* e essa conexão pode fomentar o turismo na macrorregião ali. Então, acho que esse pode ser o principal foco, talvez não apenas da própria Embaixada de Adis Abeba, mas nos países circunvizinhos também. A Ethiopian Airlines estará assegurando 25% do fluxo entre os dois continentes. Uma das chaves já está aí. Tem que achar as demais chaves, para tentar fomentar essa questão do turismo.

Justamente agora estou servindo na Grécia, é um país em que a principal atividade vem a ser o turismo. Eles recebem 27 milhões de turistas ao ano. Em países ali próximos é mais impressionante. A Croácia recebe 17 milhões. Essa eu fiquei sabendo recentemente. Proporcionalmente, é muito mais do que a Grécia, e a Croácia é um país menor. No meu primeiro posto, quando tive a oportunidade de conhecer o Presidente Collor, a Espanha também recebia 40 milhões de turistas. É mais ou menos equivalente à população. No caso da Grécia, a população da Grécia é de 11 milhões, e recebe 27 milhões. Aí, obviamente, é uma fonte de riqueza para o país, com importante participação no PIB do País. Então, turismo é *business* também. É negócio. É definitivamente algo que deve ser explorado.

Agradeço a estimulante pergunta de V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Luiz Eduardo Villarinho Pedroso.

Passo agora a palavra ao Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

O SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a pergunta do Senador Hélio José. Cumprimento-o exatamente pelo trabalho que tem desenvolvido na criação de uma consciência sobre a importância das energias alternativas, em particular a energia solar e fotovoltaica.

Concordo inteiramente com ele, inclusive pelo conhecimento que ele tem, pela sua formação de engenheiro, sobre a possibilidade de que nós possamos trabalhar com a Austrália em uma convergência e em uma troca de tecnologias, sobretudo na área de biocombustíveis de segunda geração, que eu acho que é uma possibilidade. A Austrália é um pouco reticente em relação às tecnologias atuais, por causa de preocupações de natureza alimentar, mas eles estão abertos à cooperação em matéria de uma segunda geração, de uma nova geração de tecnologias. Eu creio que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa área de energia vai ser importante na cooperação com os demais países com os quais, se aprovado por esta Comissão e também pelo Plenário do Senado, trabalharei durante a minha gestão, meu período.

Inclusive são países com os quais nós mantemos o melhor diálogo nos fóruns multilaterais e temos cooperação específica em áreas... Por exemplo, eu não sabia que nós tínhamos aqui no Brasil a Embaixada de Fiji. Nós temos o embaixador aqui, a Embaixada de Fiji, foi estabelecida aqui. E eles inclusive aguardam a reciprocidade de nós estabelecermos uma embaixada lá, porque para eles a cooperação com o Brasil é uma cooperação com um país que logrou superar, em grande medida, o desafio do desenvolvimento e que tem condições de ser um líder em matéria de desenvolvimento sustentável. Mas isso tudo é uma batalha, como todos nós sabemos, é um desafio diário. Esse é um desafio que nós vamos ganhar, superar inteiramente com a cooperação internacional, tanto recebendo quanto prestando.

Eu creio que no caso das Ilhas do Pacífico vai ser uma área importante em relação a essas trocas. O mesmo também no tocante às relações turísticas. Eu havia até mencionado na minha exposição em relação ao meu programa de trabalho o intuito – e nós já avançamos nessa parte de visto eletrônico –, o propósito de organizar com a Embratur um evento de promoção do Brasil como destino turístico, que é um evento que se aplicará certamente aos outros Estados.

Em relação à questão do Timor Leste, tive oportunidade também de responder a uma questão semelhante feita pelo Senador Cristovam Buarque, com o qual concordo inteiramente. É uma preocupação do Brasil o fato de termos uma missão e um perfil elevado na Austrália e não ter repercussões importantes para o Timor Leste na medida em que essa cooperação, na medida em que as posições do Brasil ajudarão a criar condições cada vez mais favoráveis para os países membros da CPLP. E o Timor Leste é o país que está ali, nosso representante da Ásia. Então, temos em relação a ele um interesse especial. Ajudamos, estava recordando, tivemos um Presidente brasileiro, de nacionalidade brasileira, que foi Presidente do Timor Leste, caso único na história.

Então, agradeço.

Espero ter respondido a todas as suas perguntas, Senador Hélio José.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

E eu gostaria, antes de darmos sequência à nossa reunião de hoje, fazer alguns comentários mais especificamente em relação à área que estará sob a coordenação, como Chefe de Missão, do Sr. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta região do Pacífico e nesses países a que V. Exª também responderá cumulativamente, como as Ilhas Salomão, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Fiji, Nauru, eu não vi aqui Tuvalu, talvez porque não tenhamos ainda estabelecido relações diplomáticas com Tuvalu.

Mas eu deixaria como uma lembrança para o Sr. Embaixador que talvez na Embaixada da Austrália pudesse haver algum acompanhamento mais de perto da questão da elevação do nível do mar, do descongelamento das calotas polares e com o efeito que isso possa causar sobretudo em duas dessas repúblicas que estarão subordinadas à sua coordenação como Embaixador, que é de Vanuatu e de Nauru, porque juntamente com Tuvalu são três países ilha cujos pequenos territórios estão ameaçados pelo aumento do nível das águas do mar.

Há um fato, ocorrido há alguns anos atrás, quando o rei Carlos Gustavo XVI, da Suécia, fez uma expedição ao círculo polar Ártico por navio e convidou alguns cientistas para fazerem essa visita e durante a visita discutirem o problema do descongelamento e os efeitos disso, essa questão das mudanças climáticas, e assim por diante, e convidou, dentre outros, o Presidente de Tuvalu. E num certo momento, o Presidente de Tuvalu, muito acabrunhado com as discussões, pediu a palavra e disse o seguinte: Olha eu agradeço muito o convite que me foi formulado, eu estou aqui participando disso, dessas discussões, que eu entendo muito importantes, mas não tão urgentes quanto a necessidade que eu tenho de salvar o meu País, porque, enquanto nós estamos aqui discutindo, o meu País está afundando.

Para que os senhores tenham uma ideia, nessas ilhas de Nauru, Tuvalu e Vanuatu o ponto máximo de altitude não passa de dois metros. Então uma elevação do nível das águas, no ritmo que se está processando, fatalmente irá fazer submergir esses três países que são três ilhas. Um deles, não sei se Nauru ou Tuvalu, inclusive já começou a comprar áreas na Papua Nova Guiné para a eventualidade de submergir, de ver o seu País submerso e ele ter que transferir então a sua população para uma extensão na Papua-Nova Guiné.

Então eu deixaria como uma lembrança, como uma sugestão ao Sr. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima que houvesse um grupo, dentro da embaixada da Austrália, do Brasil na Austrália, fazendo um monitoramento de como andam essas medidas que estão sendo cogitadas agora na COP de Paris, enfim, e todas as outras COPs que foram realizadas, em relação à questão das mudanças climáticas e os seus efeitos desastrosos para o nosso Planeta.

Quero agradecer mais uma vez a participação dos Srs. Embaixadores.

E consulto às Srªs e os Srs. Senadores se podemos continuar com a reunião em sistema aberto para a apuração dos votos dados aos Srs. Embaixadores. Aqueles que concordam que permaneçamos em reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Secretaria desta Comissão que promulgue, que projete o resultado dos votos concedidos aos Srs. Embaixadores na reunião de hoje.

Vou comunicar o resultado da votação dos indicados nesta Comissão.

S. Exª o Sr. Embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Dyibuti e à República do Sudão do Sul, foi aprovado pela unanimidade dos votos desta Comissão – 13 votos favoráveis.

Do mesmo modo, S. Exª o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru, com a unanimidade dos votos dos integrantes desta Comissão – 13 votos. Por unanimidade, também foi aprovado. (*Palmas.*)

Agradecendo a presença dos indicados e desejando que, quando da avaliação pelo Plenário do Senado, V. Exªs tenham um resultado favorável, manifesto os meus cumprimentos, desejando-lhes pleno êxito no exercício de suas novas funções.

Muito obrigado pela presença.

Os senhores fiquem à vontade para se retirarem.

Mas, antes disso, há aqui a participação de uma internauta, dirigida à S. Exª o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

Márcia Ferreira, do Distrito Federal, diz: "Excelente exposição. Certeza de que representará muito bem o Brasil nesse país que possui tantas similaridades com o nosso".

Passo às suas mãos a participação da nossa internauta e, mais uma vez, desejo-lhes êxito nas suas novas funções.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Dando continuidade à nossa reunião, passamos à segunda parte da pauta para deliberação.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 61, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Airton Sandoval

Relatório: Relatório pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Airton Sandoval para a apresentação do seu relatório.

O SR. AIRTON SANDOVAL (Bloco Maioria/MDB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Carlos Alfonso Iglesias Puente, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, o diplomata em apreço nasceu em Poços de Caldas/MG, em 1963.

Completou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD), em 1985, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), em 1994, e o Curso de Altos Estudos (CAE),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambos também do Instituto Rio Branco, em 2008, quando apresentou a tese "A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005". Tem Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Toronto, Canadá (1994).

Iniciou a carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1986. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1991; a Primeiro-Secretário em 1999; a Conselheiro em 2005 e a Ministro de Segunda Classe em 2009, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Assistente e Assessor na Secretaria Especial de Imprensa, de 1986 a 1991, e de Coordenar-Geral Substituto junto à Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, de 2001 a 2006.

No Exterior, foi Chefe de Delegação na Missão Brasileira de Cooperação Técnica no Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, em Díli; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Barcelona (entre 2006 e 2010), Ministro-Conselheiro na Embaixada em Luanda (2010-2012) e na Embaixada em Pretória (2012- 2016). Desde 2016, é Embaixador do Brasil junto ao governo da República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, junto aos governos da União das Comores e da República de Seicheles, bem como representante do Brasil perante a Comunidade da África Oriental (EAC).

Além do currículo do indicado, o Itamaraty encaminhou a esta Casa documento informativo sobre a República de Moçambique, o Reino da Suazilândia e sobre a República de Madagascar, das quais extraímos dados que seguem.

A República de Moçambique conta com população de cerca de 28 milhões de habitantes e seu Produto Interno Bruto (PIB) é da ordem de US$ 12 bilhões, segundo dados de 2017. No que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, cabe destacar que o Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 15 de novembro de 1975, no mesmo ano de sua proclamação.

Membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Moçambique confere prioridade à organização, que é sempre citada como critério de preferência em apoios a candidaturas brasileiras em foros internacionais. Ademais da CPLP, Moçambique valoriza as suas relações com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

O Relatório do Itamaraty destaca:

> Moçambique e seu povo têm grandes expectativas em relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países "irmãos", como Moçambique. (...) Aliada a essa percepção positiva sobre o Brasil, temos presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira, com projetos pioneiros e estruturantes. O estoque de investimentos brasileiros ultrapassa a casa de 9 bilhões de dólares, liderados pela Vale.

A partir de 2000, iniciou-se uma série de visitas de alto nível, que intensificaram o relacionamento entre os dois países.

No tocante à cooperação entre os dois países, Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação bilateral envolve projetos como o "Projeto da Universidade Aberta em Moçambique" e a "Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos". Há também diversos outros projetos nas áreas de saúde e educação, desenvolvimento urbano e previdência social.

No que concerne ao comércio bilateral, em 2017, assinala o Relatório do Itamaraty, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US$169,5 milhões, sendo que, pela primeira vez desde o ano 2000, o saldo da balança comercial foi negativo para o Brasil (-US$109,67 milhões) – reflexo direto das operações da Vale em Moçambique, que geraram aumento das exportações de carvão (extraído das minas de Moatize) para US$136 milhões (97,7% do total), comparadas a US$21 milhões, em 2016, e a US$17 milhões, em 2015.

No que diz respeito à comunidade brasileira vivendo em Moçambique, ela vem crescendo em função da intensificação das atividades das empresas brasileiras instaladas naquele país. O Ministério das Relações Exteriores estima que cerca de 1,5 mil brasileiros vivem em Moçambique. O perfil da comunidade é formado por representantes do Governo e de empresas brasileiras, por missionários e por cônjuges de nacionais moçambicanos(as).

O Relatório do Itamaraty assinala três acordos em trâmite com Moçambique:

Acordo de Previdência Social – O acordo previdenciário, a exemplo dos outros acordos previdenciários bilaterais firmados pelo Brasil, visa a garantir o direito à previdência social previsto na legislação de ambos os países, provendo arcabouço legal comum quanto às obrigações e direitos previdenciários. O tempo de contribuição em um dos dois países é considerado como tempo de contribuição no outro, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles. O acordo foi assinado pelos Ministros Aloysio Nunes Ferreira e seu homólogo moçambicano em maio de 2017, estando atualmente em análise no Ministério da Fazenda desde novembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, assinado em março de 2015, aguarda ratificação pelo lado moçambicano.

Acordo de Cooperação Técnica, assinado em março de 2015, está em tramitação no Congresso Nacional.

O Reino da Suazilândia conta com cerca de 1,20 milhões de habitantes e PIB de US$3,842 bilhões, 2014. No dia 19 de abril de 2018, em cerimônia de celebração dos cinquenta anos de independência de Suazilândia, o Rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de eSwatini. O termo eSwatini significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo.

À diferença de muitos países do entorno, a Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova e volta e meia foi debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes.

As relações na área da cooperação entre Brasil e eSwatini têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação de eSwatini. Registrou-se em 2011 o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids, tendo em vista que o país tem um dos maiores índices de prevalência de HIV no mundo (26%).

Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há no momento, informa o documento do Itamaraty, "nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país."

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique. Tampouco há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior (Comace).

Em matéria de política externa, a Suazilândia mantém bom relacionamento com a África do Sul, Estados Unidos e Taiwan, um dos principais investidores no país. É membro da União Africana, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercado Comum da África Austral e Oriental (Comesa), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU).

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela Divisão de Inteligência Comercial, entre 2007 e 2017 o comércio bilateral entre o Brasil e a Suazilândia passou por grandes oscilações, com corrente comercial de apenas US$ 568 mil, em 2015, e pico de US$ 22.750 mil, em 2010. Houve recuo do comércio em 2014, principalmente, devido à diminuição das exportações brasileiras para esse mercado (-61,4%). Em 2010, 2011 e 2012, o Brasil experimentou os piores déficits com a Suazilândia: US$ 16,8 milhões (de uma corrente total de US$ 22.749.000); US$ 13,8 milhões (corrente total de US$ 20.994.000); e US$ 2,9 milhões (corrente total de US$ 4.386.000), respectivamente.

Entre 2016 e 2017, as importações brasileiras originárias de eSwatini caíram de US$ 730 mil para US$ 136 mil. Em 2017, os principais produtos importados foram: (I) aparelhos para interrupção, proteção, ligação ou conexão de circuitos elétricos; (II) açúcar; (III) aparelhos para projetar, pulverizar líquidos; e (IV) partes e acessórios de veículos automóveis; (V) correias transportadoras ou de transmissão de borracha. O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU, aprovado pelo Congresso Nacional no final de 2010, é um instrumento que, quando em vigor, deverá contribuir para o incremento das trocas comerciais entre Brasil e eSwatini.

Investimentos.

Segundo informa o documento encaminhado pelo Itamaraty, não há registro de brasileiros em eSwatini, assim como não há registro de investimentos brasileiros, segundo o Banco Central.

Estou quase finalizando, Sr. Presidente.

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico.

Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

O país conta com 26,2 milhões de habitantes e PIB de US$11,460 bilhões (2017).

As relações diplomáticas entre o Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. Em termos comerciais, de 2007 a 2017, o comércio bilateral evoluiu de US$9,439 milhões para US$64,906 milhões. Em 2017, o intercâmbio registrou importante aumento, praticamente dobrando em comparação com 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Itamaraty, o crescimento do comércio entre os dois países, em 2017, deu-se, principalmente, pelo aumento das exportações brasileiras de açúcar e de máquinas para terraplanagem. As importações brasileiras originárias de Madagascar têm pouca representatividade no total das trocas comerciais entre os dois países. O saldo comercial é, portanto, tradicionalmente favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram: US$20,7 milhões (2015); US$29,4 milhões (2016); e US$61,2 milhões (2017).

Não há registros de nacionais brasileiros em Madagascar ou de empréstimos e financiamentos oficiais brasileiros.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Airton Sandoval, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2018

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO AUGUSTO MARTINS CESAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Hélio José.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Hélio José para apresentação do relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido, Senador Fernando Collor.

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor Antonio Augusto Martins Cesar, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na República Federal Islâmica das Comores e na República de Seicheles.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O diplomata, Sr. Antonio Augusto Martins Cesar, filho de Jorge Augusto Cesar e Francis Elizabeth Cesar Martins, nasceu a 16 de outubro de 1974, em Umuarama, Estado do Paraná.

Concluiu o Bacharelado em Direito na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, em 1996; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1999; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2011, quando defendeu a tese intitulada "Dez anos do Processo de Kimberley: elementos, experiências adquiridas e perspectivas para fundamentar a atuação diplomática brasileira".

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1997, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Intituto Rio Branco, sendo, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro em 2010; e a Ministro de segunda classe em 2017.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe Substituto da Divisão da África I no MRE em 2008 e assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores em 2011.

No Exterior, serviu nas seguintes Embaixadas do Brasil: em Caracas, em 1999; em São Salvador, em 2000; em Assunção, em 2003; em Windhoek (Namíbia), em 2005; em Lisboa, em 2012; em Pretória (África do Sul), em 2016 e 2017.

O diplomata foi condecorado com a Ordem de Rio Branco (Grau Comendador) em 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Tanzânia, Comores e Seicheles, do qual destacamos as seguintes informações.

Cabe uma referência especial sobre o Ministro Martins Cesar, tendo em vista o país ao qual ele se dirigirá caso aprovado: ao procurar sua biografia na internet, para completar a primeira versão deste parecer preparado pela Consultoria do Senado, vi sua foto tendo na parede um mapa da África, o que mostra seu interesse com o continente onde se propõe servir.

A Tanzânia é um país africano resultante da união de Tanganica e das duas ilhas do Arquipélago de Zanzibar. Possui cerca de 885 mil km^2 e 54 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de aproximadamente US$880. Tem gozado de longa e duradoura estabilidade política democrática.

Foi na Tanzânia o raro gesto de Presidente da República, fundador da pátria, se retirar do poder após o primeiro mandato, tal como fez o Presidente Julius Nyerere. Ele liderou a independência da Tanzânia, apoiou a luta pela independência de diversos outros países africanos, inclusive de Mandela, na África do Sul.

Em 1985, Nyerere entregou o poder ao seu sucessor eleito e ficou até seus últimos dias como um "velho estadista", chamado por toda a população, inclusive as crianças tanzanianas, de "mwalimu", que no idioma suajili significa professor, maestro. Além deste gesto político, Nyerere foi o artífice e o arquiteto da alternativa socialista-terceiro-mundista, ou socialista-independente. Não se alinhou à força da União Soviética, nem da China, ainda menos à visão hegemônica dos EUA e das antigas nações coloniais.

Sua proposta de democracia popular ouvindo o povo, usando tecnologias alternativas, combinando modernidade com emprego, inspirou a juventude de esquerda independente no mundo inteiro. Uma importante contribuição.

Brasil e Tanzânia estabeleceram relações diplomáticas em 1970. Em 1979, foi criada a embaixada residente brasileira em Dar es Salam, desativada em 1991. Em 2005, a representação brasileira foi reaberta. O governo tanzaniano estabeleceu sua embaixada em Brasília em 2007. Em 2010, o ex-Presidente Lula visitou a Tanzânia. De 2010 a 2012, o Brasil recebeu a visita do chanceler, do Primeiro-Ministro e do Presidente da Tanzânia.

Entre as iniciativas de cooperação desenvolvidas nos últimos anos, sobressai o projeto regional de "Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do

Lago Victoria", também conhecido como projeto Cotton Victoria.

A Tanzânia, com dívida de US$236 milhões, decorrente de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à construção da Rodovia Morogoro-Dodoma, em 1979,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupava a posição de terceiro maior devedor em atraso com o Brasil. Em setembro de 2016, o Senado Federal aprovou projeto de acordo para perdão de 86% da dívida da Tanzânia com o Brasil e reescalonamento dos restantes 14% em duas parcelas iguais de US$16,69 milhões, pagas em 15/11/2017 e 15/5/2018. O acordo foi assinado em setembro de 2017.

O equacionamento definitivo da questão da dívida constitui passo fundamental para normalizar as relações econômico-comerciais bilaterais, uma vez que permite a abertura de novos canais de financiamento de projetos que tenham a participação de empresas brasileiras, sobretudo na área de infraestrutura, incremento dos negócios e financiamento de exportações, o que deverá favorecer as trocas comerciais entre os dois países.

Em 2017, nossas exportações para a Tanzânia foram de US$29,84 milhões e nossas importações foram de apenas US$ 50 mil. Basicamente, o Brasil exportou açúcar (bruto e refinado) e máquinas e aparelhos agrícolas (incluindo tratores) e importou serviços de mesa e outros artigos domésticos de plástico.

Comores é um conjunto de três ilhas no litoral sudeste africano, com cerca de dois mil km2 e 800 mil habitantes. Em 2017, nossas exportações para Comores foram de US$2,65 milhões e nossas importações foram de somente US$20 mil. Basicamente, o Brasil exportou carne bovina e importou óleos essenciais.

Seicheles é um país formado por 115 ilhas a norte e nordeste de Madagascar, com 455 km2 e cerca de 94 mil habitantes.

Em 2017, nossas exportações para Seicheles foram de US$9,46 milhões, e nossas importações foram de apenas US$120 mil. Basicamente, o Brasil exportou pescados e carnes de frango, suína e bovina, e importou artigos de plástico para transporte ou embalagem.

Esse é o relatório e está na Comissão.

O Presidente é o Senador Fernando Collor e o Relator é o Senador Cristovam Buarque e relator *ad hoc* Senador Hélio José.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art, 383 do Senado Federal.

Item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2018

- Não terminativo -

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo da Tailândia em razão da situação das crianças daquele país presas na caverna. Desejamos que seja exitoso o resgate desses jovens tailandeses.

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Airton Sandoval.

Esse é um requerimento que deve ser encaminhado por esta Comissão à Embaixada da Tailândia junto ao Governo brasileiro.

O requerimento foi assinado, como já disse, por S.Exªs a Senadora Ana Amélia e o Senador Airton Sandoval.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, no dia 9 de julho, segunda-feira próxima, às 18 horas, neste plenário, quando realizaremos o 9º Painel de Debates de 2018, com o tema "Insegurança Internacional". Para expor e debater o tema, teremos como convidado S.Exª, Sr. Embaixador e ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.

Nada havendo mais a tratar, agradecendo a presença de todos e a participação de nossos internautas, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatorze minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, José Agripino, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Paulo Paim, João Alberto Souza e Rodrigues Palma. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Jorge Viana, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Otto Alencar, Roberto Muniz, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável à matéria com as emendas nº 1-CTFC/CI e 2-CTFC/CI. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LEI DO SENADO Nº 224, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 795, de 2015 - Terminativo -** que: "Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2017 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências, para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatório:** Pela aprovação, com as emendas nº 1/CMA e 2/CMA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para permitir que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica desenvolvam atividades de geração de energia elétrica." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26 de 2018** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convocado o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Cívil, Senhor Valter Casimiro Silveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecimentos acerca das obras de manutenção, conservação e recuperação da BR – 319, especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental, requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27 de 2018** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convocado o Ministro do Meio Ambiente Substituto Senhor Edson Duarte, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca das obras de manutenção, conservação e recuperação da BR – 319, especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental, requisito necessário para a liberação das obras de reasfaltamento da rodovia." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Retirado pelo autor. Suspensa às dez horas e quatro minutos, a reunião é reaberta às dez horas e quarenta e seis minutos. Durante a reunião, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/12

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado. Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso 292, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada com o objetivo de avaliar os controles e a conformidade dos procedimentos realizados no âmbito do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados a atividades de pesquisas e de lavra das jazidas de petróleo, gás natural, Repetro.

Cópia do documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na secretaria da Comissão.

Aliás, Senador Acir, esta análise do Repetro poderia ser um bom lugar para que nós pudéssemos nos debruçar na busca das compensações fiscais que o Governo quer para poder equilibrar a renúncia fiscal do óleo diesel, porque, aqui no Repetro, o Governo brasileiro simplesmente está dando R$1 trilhão de renúncia fiscal para a indústria de óleo e gás. No entanto, o Governo foi tirar exatamente dos mais pobres, foi tirar exatamente da Zona Franca de Manaus, do concentrado de bebidas da Zona Franca de Manaus, R$750 milhões, só no ano de 2018, para fazer a compensação do subsídio do óleo diesel. Veja, enquanto isso, o Repetro, que está prorrogado até 2043, com uma renúncia fiscal de mais de R$1 trilhão, não foi sequer mencionado pelo Governo Federal.

Eu queria também, Senador Acir, fazer aqui meu voto de pesar, porque Itacoatiara e a cidade de Manaus estão, neste momento, em luto pelas mortes, em um acidente de trânsito brutal na AM-010, rodovia estadual que liga Manaus a Itacoatiara, dos parentes do Vereador Bosco Rodrigues, que é Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara. A mãe, a irmã e um sobrinho do Vereador estavam no táxi que colidiu com um micro-ônibus na AM-010 nesse domingo. Passageiros do micro-ônibus foram atendidos em hospitais.

Noticia aqui o jornal, dizendo:

> A mãe, a irmã [...] foram as vítimas fatais [portanto, faleceram] do acidente envolvendo um táxi da cooperativa Manauara Táxi e um micro-ônibus no Km 102 da rodovia AM-010 (Manaus-Itacoatiara), em Rio Preto da Eva, na tarde deste domingo (10). A informação foi confirmada pela secretária do Parlamentar, Patrícia Matos.
>
> Valdira Rodrigues, de 87 anos, Simonildes Rodrigues, 53, e o taxista Kalilo Bruno Rodrigues Hage, 29, estavam no veículo modelo Cobalt branco, placa [...], e morreram no local após a colisão frontal com o micro-ônibus onde estavam 29 pessoas. "Eles vinham no sentido Manaus-Itacoatiara, e um ônibus foi desviar de algum buraco, e foi contramão, na mão em que eles estavam vindo. Eles entraram debaixo do ônibus", comentou Patrícia.
>
> Mais cedo, o presidente da Manauara Táxi havia revelado à reportagem que Kalilo estava levando Valdira e Simonildes, avó e tia dele, respectivamente, para Itacoatiara.

Quero aqui lamentar profundamente. Eu conheço o Vereador. Eu conheci sua mãe há muitos anos. Bosco é um amigo querido de muitos anos. Isso aconteceu hoje com a família do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara, mas já aconteceu com outras famílias em Itacoatiara. Isso é fruto, como bem diz a reportagem, de problemas de manutenção nessa rodovia.

Vi, hoje, pela manhã, o Governo do Estado disponibilizando R$150 milhões para a recuperação da AM-010, recursos esses, tenho certeza, que farão com que a AM-010 se torne uma rodovia mais segura, uma rodovia bem sinalizada, sem buracos, com boa pavimentação, já que estamos no momento de verão. E que possamos ter um contrato de manutenção permanente nas nossas rodovias estaduais, ao estilo do Crema, que o Governo Federal tem para manter suas estradas e que foi uma medida acertada do DNIT para melhorar a manutenção nas estradas brasileiras.

Faço, assim, votos de que o Governo do Estado aja imediatamente, porque os relatos com relação a essa obra inacabada de conserto da AM-010 já datam pelo menos de três governos. Acho que, quando o Senador Omar estava saindo do Governo, ele estava iniciando a recuperação da AM-010. Depois, veio o Governador Melo; depois, veio o Governador David; e, agora, está lá o Governador Amazonino Mendes. E, lamentavelmente, a soja que vem de Boa Vista e o milho que vem de Boa Vista, além de toda a madeira que é transportada pela AM-010 para ser exportada pelo Porto de Manaus, acabam passando por essa estrada. Portanto, a manutenção dessa estrada, bem como a da Estrada da Várzea e a da Estrada de Silves precisam estar no radar permanente da Secretaria de Infraestrutura, para que novas vidas não venham a ser perdidas naquela estrada.

Eu quero aqui, mais uma vez, externar meus votos de pesar pelas vítimas desse acidente, não por acaso familiares do meu querido amigo Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, Vereador Bosco. Abraçando o Bosco, quero também abraçar a sua esposa, a Sirange, e todos os seus familiares. Meus mais profundos votos de pesar e meus sentimentos à família do Vereador Bosco!

Mas, voltando à pauta, o item 1 da pauta, não terminativo, é um projeto de lei de minha autoria, relatado pelo Senador Acir Gurgacz.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2017

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: pela aprovação, com as emendas nº 1-CTFC e 2-CTFC

Observações:

1. Matéria tem parecer da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), pela aprovação com duas emendas.

1. Após análise da CI, matéria seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa.

Essa é uma matéria que eu reputo importantíssima.

Ouço o parecer do eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de entrar na nossa pauta, no primeiro item, Sr. Presidente, eu me solidarizo com V. Exª com relação ao que fez o Governo quanto ao Amazonas, ao enfraquecer as empresas que estão produzindo o xarope da Coca-Cola, principalmente, lá no Estado do Amazonas, colocando em risco essas fábricas que não só geram muito emprego como também impostos no Amazonas. Há uma preocupação também com relação aos investimentos de infraestrutura no País. Quando quer fazer uma economia, o Governo olha para o Norte: "O Norte tem menos eleitores, vamos diminuir e fazer uma retenção ali no Norte." Rondônia tem só 1 milhão de habitantes; o Amazonas deve ter uns 2 milhões de eleitores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Nós temos 4 milhões de habitantes e 2,5 milhões de eleitores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... 2,5 milhões de eleitores; Roraima tem 400 mil eleitores. Então, essa região toda não tem uma importância muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Rondônia tem 1 milhão de eleitores, não?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, 1 milhão de eleitores em Rondônia.

Então, há uma preocupação muito grande. Eu já externava essa preocupação lá atrás. Quando se falava da troca de governo, a gente colocava essa preocupação. Este Governo tem uma preocupação grande com o Sudeste: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, esquecem o Norte do País. E o Norte do País, principalmente com relação ao nosso Estado, tem sofrido muito a falta de investimento, investimento em infraestrutura, estradas, saneamento básico. O saneamento básico de Porto Velho é um problema sério. Em Ji-Paraná, nós temos 0% de saneamento básico. Não dá para continuar dessa forma, é questão de saúde pública, de conforto para as famílias. Porto Velho não é diferente, chega a ter uns 15% de saneamento básico, mas vejam quanto falta para se fazer. É um Estado que está crescendo, as cidades estão crescendo e se desenvolvendo muito, acima da média brasileira, mas o Estado, como a União, não consegue acompanhar o crescimento da população com o investimento que faz no agronegócio, na pecuária, na produção de pescado. Então, essa visão de Governo que esquece o Norte do País nos preocupa muito.

O que fizeram agora com relação não só aos refrigerantes, mas ao xarope...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Na realidade, é o concentrado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... que é fabricado ali para toda a América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E se V. Exª me permite, esse concentrado usa produtos regionais: usa um açúcar produzido no Amazonas; usa açúcar mascavo produzido no Juruá, no interior do Amazonas; usa guaraná produzido no interior do Estado, em Maués, em Urucará, em Boa Vista do Ramos, em Barreirinha, em Presidente Figueiredo, que também tem plantio de guaraná. Portanto, esse é um dos poucos polos em que há uma integração entre a Zona Franca de Manaus e o interior do Estado do Amazonas.

O Governo é infeliz ao escolher um polo de concentrados como esse, porque não atinge apenas a Coca-Cola, a Ambev; ao contrário, ele atinge o produtor de guaraná, que está lá em Maués, em Urucará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em Boa Vista do Ramos, em Barreirinha, em Presidente Figueiredo. Ele atinge o produtor de açúcar que está lá em Presidente Figueiredo, que está lá em Eirunepé.

Ao fazer dessa forma, ele também não está atingindo e colocando insegurança jurídica apenas no concentrado de bebida. O que garante à Moto Honda, que tem o maior investimento fora da China no Brasil, que amanhã o ministro da fazenda de plantão não vai simplesmente fazer um decreto, e o Presidente da República assinar, baixando os benefícios fiscais das motocicletas? Ou à Samsung e a LG, que são os maiores produtores de televisores no Brasil, junto com a Sony, com a Panasonic, etc., todos localizados no Polo Industrial de Manaus, terem os seus benefícios fiscais colocados?

Por isso, Senador Acir, a fala de V. Exª é muito pertinente. É pertinente porque o Governo, quando vai tratar de tirar benefícios, olha exatamente para aqueles que são os elos mais frágeis da correlação de forças políticas neste País. Somos nós do Norte, pelo número de eleitores, pelo número de Deputados que temos na Câmara dos Deputados. Enquanto isso, o Inovar-Auto não é reconhecido pela Organização Mundial do Comércio, conhecido inclusive como um *dumping* do Brasil em cima da indústria automobilística; enquanto isso está aí o Repetro sendo prorrogado com redução de conteúdo local, que gera emprego no Brasil, com aumento de benefício fiscal, com uma série de benefícios para a indústria de petróleo, exatamente quando o petróleo chega a US$80 e está mais atrativo do que nunca, quando nós tivemos a Petrobras, de forma irresponsável, fazendo uma política de reajuste dos derivados de petróleo da forma como estabeleceu. Ora, isso está errado! Isso está errado!

Portanto, a colocação de V. Exª merece o aplauso de nossa parte. Enquanto isso, a BR-319 está do jeito que está, intransitável; a BR-364 não está duplicada como deveria estar; as linhas de transmissão de que precisamos para levar a industrialização para o interior de Rondônia...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Também não acontecem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... também não acontecem. E nós no Amazonas, em Rondônia, no Acre, em Roraima, continuamos a ser tratados como brasileiros de segunda classe.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A minha sugestão, Presidente, é que nós da Amazônia nos unamos aqui no Senado para criar uma frente em favor da Amazônia. A Amazônia é 60% do território brasileiro. Nós precisamos nos unir para recuperar aquilo que não foi feito e não deixar que retirem ainda mais do pouco que nós temos na Amazônia com relação a investimento, infraestrutura e os benefícios que temos para a Região. A minha sugestão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu queria, inclusive, acatando a sugestão de V. Exª, pedir, Senador Valdir Raupp, aos companheiros do Norte: tanto eu como a Senadora Vanessa apresentamos um decreto legislativo que será relatado pelo Senador Roberto Rocha amanhã na CCJ, pedir o apoio de V. Exªs para que a gente possa revogar o decreto que praticamente acaba com a Zona Franca de Manaus, porque, ao abrir esse precedente contra a Zona Franca, nós estamos colocando em risco todo o modelo.

A partir do momento em que você...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E que não é pequeno, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Que não é pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É importante que a população saiba que é um polo industrial dos maiores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Que representa 4,4% do PIB industrial brasileiro. Se nós representamos 2% do PIB geral brasileiro, do PIB industrial nós representamos 4,4%. E mais: numa região em que nós não podemos plantar, nós não podemos desmatar, nós não podemos fazer mineração, nós não podemos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Produzir álcool, porque não pode produzir cana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... produzir álcool, porque não podemos colocar cana-de-açúcar.

Nós não podemos nada, e agora este decreto vem colocar em risco o nosso modelo da Zona Franca.

Portanto, eu quero aqui fazer um apelo aos companheiros, porque amanhã nós teremos na CCJ um relatório do Senador Roberto Rocha, que nós esperamos poder votar no dia de amanhã. Temos conversado com o Presidente Lobão, para que coloque em extrapauta, com inversão de pauta, esse relatório, para que nós possamos dar um passo inicial, ainda na CCJ, da aprovação desse decreto. E aí iremos para o plenário, com regime de urgência, para tentar pautar no plenário.

Veja: nós não somos contra que o Governo equilibre as suas questões fiscais, mesmo que tenha que ser no refrigerante. Ora, em vez de taxar na Zona Franca, por que ele não faz uma graduação no produto final, no bem final, que é o refrigerante? Ele alcançaria o mesmo resultado. Para que os senhores tenham uma ideia, eles reduziram benefício fiscal de 20% para 4%, portanto reduziram em 16% os benefícios fiscais. Se ele aumentasse a alíquota do bem final, do refrigerante, em 4% – em 4%; não em 16%, em 4% –, ele alcançaria o mesmo resultado e não mexeria com os empregos da Zona Franca, não mexeria com os empregos no interior do Amazonas, ou seja, é apenas uma decisão política da Receita Federal, uma decisão política da Receita Federal de atacar, de desrespeitar a segurança jurídica constitucional do modelo Zona Franca de Manaus.

Eu, durante algum tempo, pude presenciar, ainda quando o então Governador Eduardo Campos estava vivo, Senador Fernando Bezerra, a coragem e a determinação com que os pernambucanos defendiam o Porto de Suape para haver uma área aduaneira, para poder haver uma zona de exportação dentro do Porto de Suape. E vi a garra e a determinação com que os pernambucanos lutaram e transformaram aquele porto numa realidade.

Pois bem, a Zona Franca está para o Amazonas assim como o porto está para Pernambuco. O que estão fazendo conosco neste momento é a mesma coisa de um decreto simplesmente mudar toda a regulação do porto de Pernambuco, que hoje é responsável pela geração de boa parte da economia do Estado de Pernambuco. Ora, por que nos mais pobres? Por que não fazer isso na indústria de produto final dos refrigerantes? Por que não aumentar em 2% o IPI da cerveja? Por que não aumentar em 2% o IPI do uísque escocês, que nem produzido no Brasil é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida. **O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Portanto, eu não consigo compreender a decisão da Receita Federal de atacar de uma forma covarde, de uma forma injusta. E eu tive a oportunidade de dizer que o Governo erra quando age dessa forma, porque não nos deixa outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa: é lutar no Legislativo por um decreto legislativo – e eu quero aqui pedir o apoio Senador Fernando Bezerra, já pedi do Senador Valdir Raupp, do Senador Acir. O Estado do Amazonas está na mesa de negociação até o dia de hoje, mas, não encontrando uma solução, nós vamos recorrer a uma ação direta de inconstitucionalidade e a um mandado de segurança ou um pedido de cautelar, para que nós possamos fazer no Judiciário.

Agora, veja...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Voltamos ao Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... mais uma vez, estamos judicializando uma matéria que diz respeito às desigualdades regionais, diz respeito ao desenvolvimento industrial do nosso País, diz respeito a diminuir a pobreza no nosso País, e nós não seremos capazes de resolver isso no Congresso Nacional? Não seremos capazes de resolver isso no diálogo com o Executivo?

Eu, sinceramente, lamento ver que o Brasil ainda não aprendeu a vencer esses desafios pela via do Legislativo e pela via do entendimento do desenvolvimento regional, que é tão fundamental e necessário para a nossa região.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Voltamos, então, ao item 1, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) 356, de 2017, de autoria do Senador Eduardo Braga, que propõe incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Senador justifica a proposição com base na perspectiva de que a modernização do setor elétrico por meio da tecnologia das redes elétricas inteligentes terá relevante impacto para o consumidor, para a eficiência energética e para a segurança na operação de fornecimento de energia elétrica. Essa tecnologia também é um vetor de expansão da fonte solar na geração distribuída. No entanto, os altos custos envolvidos no desenvolvimento dessa tecnologia são um fator dissuasivo para os agentes do setor elétrico. É fundamental, portanto, que a legislação incentive a modernização das instalações de distribuição de energia e das redes inteligentes, mediante incentivo nos programas de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética.

O projeto contém três artigos. O art. 1º do PLS inclui o art. 16-A na Lei nº 9.727, de 1996, para detalhar o conceito de atualidade na prestação do serviço adequado previsto na Lei 8.987, de 1995.

O art. 2º altera o §4º do art. 4º da Lei nº 9.991, de 2000, para priorizar a modernização das instalações vinculadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nos programas de P&D e inovação tecnológica do setor de energia elétrica. No art. 2º, o PLS também revoga o art. 5º-A, que trata de competência da Agência Nacional de Energia Elétrica para gerir os recursos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética arrecadados no setor elétrico e aplicar punições cabíveis para casos de inadimplência; em seu lugar, o PLS propõe redação que trata de assunto diverso, qual seja o de considerar a tecnologia digital aplicada ao setor elétrico como instrumento de eficiência energética e de modernização das instalações de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º é cláusula de vigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi despachada para as Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC); de Infraestrutura (CI); e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Na CTFC, o parecer ao PLS foi aprovado com duas emendas de redação. A primeira emenda suprime a expressão (NR) do art. 1º por se tratar de inserção em artigo e não nova redação. A segunda emenda altera, de 5º-A para 5º-B, a numeração do artigo da Lei 9.991, de 2000, que o PLS propõe acrescentar. Segundo o parecer, "verifica-se a existência de dispositivo com a mesma numeração, o que demanda a sua alteração para art. 5º-B devido à existência de dispositivo com tal numeração".

Após a devida análise nesta CI, o PLS seguirá para a CCT, onde será analisado em decisão terminativa.

Análise.

Cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a assuntos de infraestrutura, nos quais se insere a indústria da energia elétrica.

A alteração legislativa proposta pelo Senador Eduardo Braga é oportuna e meritória. A tecnologia de redes elétricas inteligentes permite a prestação de serviços que não são possíveis com a tecnologia atual. Por exemplo, ela permite que o consumidor tenha informações em tempo real do seu consumo, da tarifa e da qualidade do serviço. Viabiliza também que o consumidor gere sua própria energia e utilize a rede elétrica como um acumulador de energia excedente para uso posterior, mediante o uso de medidores bidirecionais. A distribuidora pode também reduzir substancialmente os seus custos com manutenção, haja vista que, com as redes inteligentes, intervenções remotas podem ser feitas nas unidades consumidoras, o que a tecnologia atual não permite.

É preciso romper a inércia por que o setor elétrico brasileiro passa em relação à adoção dessa importante tecnologia. Vários países já a adotam em larga escala. O Brasil já iniciou essa revolução em sua indústria da eletricidade, mas os resultados estão muito aquém das expectativas. O PLS proposto pelo Senador Eduardo Braga tem o mérito de dar condições mais sustentáveis para a expansão das redes inteligentes, de modo que o Brasil possa ter, em pouco tempo, condições para fazer essa atualização tecnológica em larga escala.

Finalizando, cabe destacar que as alterações de redação propostas pela CTFC são pertinentes e merecem ser acatadas no âmbito da CCT.

De fato, a revogação do art. 5º-A da Lei nº 9.991, de 2000, não consta da justificação e não tem qualquer relação com o objeto do PLS.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2017, e das Emendas nºs 1 e 2 da CFTC.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eu agradeço a V. Exª e coloco em discussão a matéria.

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para o que representa a aprovação deste projeto para o setor elétrico, principalmente para quem está nos assistindo em casa, porque eu sei que os Srs. Senadores conhecem e dominam a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, no Sistema Elétrico Brasileiro, dispomos de um recurso dentro da nossa estrutura de tarifação para a eficiência energética. Esses recursos, ao longo dos anos, têm sido utilizados para compra de equipamentos que consomem menos energia para a faixa de baixa renda e que são distribuídos para esses consumidores. Trata-se de compra de geladeira que consome menos energia, de substituição de lâmpada alógena por lâmpada de *led*, que consome menos energia. Isso é distribuído para os consumidores.

Isso é bom? É. No entanto, não muda estruturalmente o nosso sistema de distribuição de baixa tensão.

A construção de um sistema de baixa tensão com uma rede elétrica inteligente finalmente colocará o Brasil no século XXI na área de distribuição de energia elétrica. Por quê? Porque, se nós tivermos uma rede inteligente, com *smart grids*, por exemplo, instalados, nós poderemos, sempre que for do interesse do consumidor, sempre que for do interesse do consumidor seja residencial, seja comercial, seja industrial, ter um cogerador na microgeração distribuída seja de energia solar, seja de energia eólica, seja de energia a gás, com termo a gás, para que nós possamos ter equilíbrio muitas vezes na ponta de carga e para que muitas vezes nós possamos substituir a vinda de energia que hoje nós estamos trazendo de cada vez mais longe.

Quanto mais perto do centro de carga nós produzirmos energia e quanto mais limpa for essa energia, melhor para o País, melhor para o setor elétrico.

Quanto mais inteligente e mais moderna for a rede de distribuição, melhor para todos os consumidores, melhor para o consumidor de baixa renda, melhor para o consumidor de alta renda, melhor para o consumidor de alta tensão, melhor para a segurança energética da rede de distribuição.

Vejam: ontem mesmo nós tivemos um problema no Município de Lábrea, que fica a 800km de Manaus, entre Manaus e o Estado de Rondônia. Lá, três placas de regulação de tensão de cada unidade de grupo gerador simultaneamente queimaram. Ora, para três placas autônomas de regulação de tensão de geradores independentes queimarem simultaneamente só por curto-circuito; não é por problemas eletromecânico da placa. Mas isso cortou 20% da carga do Município de Lábrea, que tem quatro alimentadores, e todos os quatro alimentadores possuem escolas, unidades de saúde etc. Portanto, acabamos atingindo toda a cidade e tivemos de deslocar hoje muito cedo um avião para levar placas para o Município de Lábrea. Se o Município de Lábrea tivesse uma rede de tensão inteligente, ao identificar um curto-circuito, teria desarmado a proteção dessas usinas, e as placas não teriam queimado.

Portanto eficiência energética não é apenas distribuir geladeira, lâmpada *led* etc. É também arrumar *funding* e recursos para que a gente possa investir na modernização na nossa rede de baixa tensão.

Boa parte das nossas perdas técnicas – não as perdas comerciais – existentes hoje mesmo no Sul e no Sudeste do Brasil, no Brasil rico, é em função da rede de baixa tensão que o Brasil não conseguiu modernizar nos últimos 20 anos. Nos últimos 20 anos, o Brasil conseguiu investir muito em geração de energia e conseguiu investir muito em linhas de transmissão de alta tensão e de média tensão. Mas, nas redes de baixa tensão, o Brasil, lamentavelmente, não se modernizou. O Brasil não tem uma rede de baixa tensão inteligente, o Brasil não consegue implementar, mas o Estado do Paraná está fazendo um grande *case*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui diante de vários candidatos a governadores de Estado e queria sugerir que analisassem o *case* do Estado do Paraná, porque a concessionária de energia do Estado do Paraná se associou a uma empresa de microgeração distribuída e de tecnologia de rede inteligente e estão fazendo uma verdadeira revolução em baixa tensão no Estado do Paraná, sem que isso signifique um centavo em aumento da tarifa de energia elétrica no Estado do Paraná.

E o Estado do Paraná hoje é o que mais cresce em energia solar. Olhem, não é o Estado do Piauí, do Ceará, de Pernambuco, do Amazonas ou até mesmo do Distrito Federal, que tem um índice solar elevadíssimo. Não é à toa que, quando Ministro, implantei – e o nosso Fernandinho inaugurou – um sistema inteligente no Ministro de Minas e Energia, onde 60% da energia consumida são produzidos por energia solar, em placas embutidas no telhado do Ministério. E isso deveria estar instalado em toda Esplanada dos Ministérios, inclusive no Palácio do Planalto. Lamentavelmente, não andou mais o projeto. O projeto parou, mas hoje era para estarmos com toda Esplanada com 40% de energia solar.

Pois bem, a partir da aprovação desta lei, nós poderemos pegar parte do recurso da eficiência energética que nós temos na estrutura da tarifação brasileira e destinar a implantar na rede de baixa tensão sistemas inteligentes que vão mudar a configuração e a estruturação da rede elétrica de baixa tensão no Brasil, trazendo apenas ganhos para o consumidor e para o Brasil, que passará a ter uma rede muito mais segura e eficiente do ponto de vista energético.

Portanto, quero aqui louvar o parecer do Senador Acir Gurgacz e dizer aos Srs. Senadores que estamos próximos de atingir o quórum, mas ainda não o atingimos. Assim, estamos debatendo temas importantes sobre a infraestrutura. Falamos há pouco sobre a questão do setor elétrico e tenho um comunicado a fazer aos Srs. Senadores que reputo grave.

Algumas semanas atrás, esta Comissão, por unanimidade, aprovou um requerimento assinado pelo Senador Acir Gurgacz e pela Senadora Vanessa Grazziotin, convidando representantes de três órgãos – o Ibama, a Funai e o DNIT – para se fazerem representar em um debate nesta casa, em uma audiência pública para tratar da questão da BR-319. Formulamos os convites, obviamente, em nome do Presidente da Funai, em nome do Presidente do Ibama e em nome do Presidente do DNIT, e, para minha surpresa, eles disseram que não poderiam atender o convite desta Comissão e que encaminhariam representantes.

Ora, senhores, seguramente a BR-319 está com a questão da licença ambiental em discussão há 20 anos e, depois de 20 anos, convidados pela Comissão de Infraestrutura do Senado para debater as razões pelas quais esse licenciamento não anda, os três organismos simplesmente não têm data para que seus Presidentes possam vir ao Senado debaterem com os Senadores e trazerem informações pertinentes e importantes a este Senado.

Nós, inclusive, sugerimos mais de uma data para que eles pudessem ter flexibilidade de agenda e pudessem, obviamente, compor as suas agendas e estarem presentes aqui no Senado da República. Não conseguimos.

Assim sendo, conversando com o Senador Acir Gurgacz, entendemos que deveríamos apresentar um requerimento à Comissão, desta feita não mais convidando, mas convocando S. Exª o Ministro do Meio Ambiente e S. Exª o Ministro dos Transportes para que ambos, como manda a Constituição e como manda o Regimento Interno do Senado, possam vir a esta Casa – convocados que serão por esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, não tenho a menor dúvida – para prestarem esclarecimentos com relação à BR-319, o seu licenciamento e, obviamente, a parte que atinge a nossa região.

Essa BR-319 é fundamental para a integração de Roraima, Amazonas, Rondônia e o resto do Brasil. Hoje o intercâmbio comercial e de serviços entre o Amazonas e Rondônia é muito grande. O *trade* comercial Amazonas e Rondônia tem, seguramente, um dos maiores volumes de *trade* que o Estado do Amazonas tem e que o Estado de Rondônia tem.

Na área de serviços, até porque praticamente 60% da nossa logística hoje depende dos portos de Porto Velho ou de Humaitá, interligados com Porto Velho e com Rondônia portanto, o nosso *trade* também é muito grande com o Estado de Rondônia. E, com Roraima, praticamente 80% de todo o *trade* comercial de Roraima é através do Amazonas. Portanto, essa BR-319 não é apenas importante para o polo industrial de Manaus, ela não é apenas importante para o Estado do Amazonas, ela é importante para o Amazonas, ela é importante para Rondônia, é importante para Roraima e é importante para o Brasil. Eu não tenho a menor dúvida: juntando a sinergia do agronegócio de Rondônia e do agronegócio de Roraima com a sinergia do agroflorestal e da Zona Franca do Amazonas, mais a questão dos derivados de petróleo do Amazonas, nós podemos criar ali um nicho junto com o Acre extremamente importante para podermos levar desenvolvimento, renda, emprego e esperança para o povo daquela região.

Portanto, está aqui na nossa Comissão um requerimento assinado pelo Senador Acir Gurgacz, que nós estamos comunicando à Casa que colocaremos extrapauta na reunião de hoje, com a convocação de S. Exª o Ministro do Meio Ambiente e também com a convocação de S. Exª o Ministro dos Transportes para que eles possam vir a esta Casa, como manda a Constituição da República e o Regimento Interno do Senado, para tratar do tema BR-319, que, aliás, neste momento se encontra intransitável, não é isso, Senador Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – De fato, Sr. Presidente.

Só para justificar por que estamos convocando os Ministros e não o Presidente do Ibama, o Presidente da Funai e o Diretor-Geral do DNIT. Regimentalmente, nós não podemos convocá-los, nós só podemos convocar ministros. Por isso, então, nós estamos convocando os ministros para que eles possam trazer, junto com eles, o Diretor-Geral do DNIT, possam trazer o Presidente da Funai e o Presidente do Ibama, para que nós possamos debater esse tema.

Lembrando, principalmente, Sr. Presidente, que o Ministro dos Transportes é um grande aliado nosso na reabertura e no reasfaltamento da BR-319. O Valter Casimiro já esteve por três vezes em diligência junto conosco, quando era Diretor-Geral de DNIT, e nunca se furtou a vir aqui ao Senado para debater o tema. Não só vir aqui, mas como, volto a dizer, por três vezes esteve conosco transitando na BR-319 em diligência oficial do Senado.

Tenho certeza absoluta que o Ministro Valter Casimiro não sabe, não tem conhecimento dessa negativa do Diretor-Geral do DNIT em vir aqui participar de um debate com relação à BR-319.

Eu tenho certeza de que, a partir do momento que chegar até ele essa informação, ele irá tomar providências urgentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a informação que eu tenho sobre a BR, de ontem, Presidente, é que as máquinas já voltaram para a estrada para fazer a manutenção; diminuiu um pouco a chuva e deu possibilidade para que as máquinas pudessem iniciar os trabalhos.

Já há uma equipe nossa que saiu ontem de Porto Velho, de Humaitá, ontem de manhã, para chegar até o Castanho para fazer essa medição, para ver como é que está a estrada e nos trazer informações reais de que tipo de trabalho está sendo feito na BR-319.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Senador, eu poderia pedir uma gentileza a V. Exª?

Com certeza o seu pessoal da área técnica deve ter fotografado...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eles estão em viagem ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Eles devem estar fotografando...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ... todo esse trecho. E devem ter fotos também de como estava há duas semanas, como estava absolutamente intransitável a BR-319.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Se V. Exª puder me mandar por WhatsApp ou por *e-mail* essas fotos, eu ficaria muito agradecido, porque nós estamos num esforço grande para podermos sensibilizar o Governo Federal de que é a hora, de uma vez por todas, de enfrentarmos essa questão do licenciamento ambiental da BR-319.

Não é possível que um licenciamento possa perdurar, Senador Flexa, por 15 anos. Há 15 anos o licenciamento da BR-319 está em diligência no Ibama, desde 2003 ele está em diligência no Ibama. Estudos de impacto ambiental, desde 2003, é estudo em cima de estudo, exigência em cima de exigência, não é possível, 15 anos é tempo mais do que suficiente para que uma licença ambiental possa ser conclusiva e um estudo possa ser conclusivo em relação a essa questão. Eu gostaria de sugerir aos Srs. Senadores de suspendermos a reunião por uma hora – e são 10h agora – para que nós pudéssemos alcançar o quórum, haja vista que nós estamos agora com o Dr. Rachid iniciando um debate na CAE. Assim, suspenderíamos aqui, se for da conveniência dos Srs. Senadores, por uma hora para que nós pudéssemos alcançar o quórum e, daqui a uma hora, nós voltaríamos e, se o quórum fosse alcançado, nós votaríamos não só o projeto não terminativo, mas também os requerimentos aqui discutidos.

Se os Senadores estiverem de acordo...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Presidente. Projetos não terminativos não podemos votar com este quórum?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ah, são doze?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Doze.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Doze é um bom número, está certo. Mas nós temos que alcançar os doze...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Então fica suspensa por uma hora. Retornamos em uma hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 10 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 45 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Declaro reaberta a reunião.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Pois não, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Peço para que se coloque em votação o Item 1, agora que nós temos quórum, para que possamos avançar com esse projeto, que é da maior importância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Item 1 da pauta, que era o item relativo à modernização da redes do setor elétrico.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem, novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nesse intervalo que V. Exª deu para que a gente pudesse alcançar quórum de votação, tanto as equipes do Ministério do Meio Ambiente como as do Ministério dos Transportes, por meio do Diretor-Geral do DNIT, da Presidente do Ibama como o Presidente da Funai nos telefonaram, confirmando para a próxima terça-feira, a sua vinda aqui às 9h da manhã.

Ou seja, os requerimentos colocados deram resultado. De modo que entendo que seja pertinente a retirada dos requerimentos em função da vinda, então, da Presidente do Ibama, do Presidente Funai e do Diretor-Geral do DNIT...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – Acolho a sugestão de V. Exª, tendo em vista que a Presidente do Ibama, da Funai e o Diretor-Geral do DNIT...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Confirmaram presença.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – ...encontraram espaço na sua agenda para confirmar a presença na próxima terça-feira, às 9h da manhã.

Então, fica convocada uma nova reunião para a audiência pública com o Presidente da Funai, com a Presidente do Ibama e com o Diretor-Geral do DNIT para tratarmos da questão da BR 319 para a próxima terça-feira, às 9h da manhã...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E, na sequência, LDO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Maioria/MDB - AM) – E, na sequência, a LDO, com as emendas. E ficaremos, inclusive, com a Comissão suspenso até que possamos aprovar as emendas na própria da semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, e convoco para nossa próxima reunião, conforme já anunciado, a ser realizada no dia 19 de junho, terça-feira, às 9 horas da manhã, neste plenário.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Acir Gurgacz e Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Hélio José, Romero Jucá, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Roberto Muniz, Reditario Cassol, Vanessa Grazziotin, Rudson Leite, Wellington Fagundes, Paulo Paim, João Alberto Souza, Rodrigues Palma e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 24/2018, de autoria do Senador Lasier Martins. **Finalidade:** Debater o sistema logístico brasileiro, com o objetivo de conhecer os programas, ações e investimentos realizados no sentido de diversificar os modais de transporte no país. **Participantes:** Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, Diretor do Departamento de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica e Informação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Regis Anderson Dudena, Gerente Jurídico da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Fabiano Mezadre Pompermayer, Diretor de Estudos e Politicas Setorias de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Lasier Martins, Rudson Leite, Roberto Muniz e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e quatro minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Rudson Leite, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Hélio José, Romero Jucá, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Roberto Muniz, Lasier Martins, Reditario Cassol, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Rodrigues Palma, João Alberto Souza e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da Comissão à LDO**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PLN nº 02/2018 (LDO), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na CI: Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovada a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: I) Emendas de inclusão de meta: **Emenda 1** - Código da ação: 1248; Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM; Meta: 426 km. **Emenda 2** - Código da ação: 7X90; Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Humaitá - Entr BR-317 (Lábrea) - na BR-230/AM; Meta: 220 km. II) Emendas ao texto: **Emenda 3** - Referência: Anexo II, Inciso XXXV; Tipo: aditiva. [Texto proposto: "XXXVI - relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 que superem dez milhões de reais e cuja execução orçamentária não tenha sido iniciada, discriminando se possuem, ou não, estudo de viabilidade e projeto básico, com as respectivas datas de elaboração."] **Emenda 4** - Referência: Anexo III, Item 66; Tipo: aditiva. [Texto proposto: "67. Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário; 68. Manutenção e Operação do Sistema de Fiscalização Eletrônica; 69. Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e de Bens Operacionais; e 70. Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária."]. Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rudson Leite

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item único, não terminativo.

EMENDAS DA COMISSÃO À LDO

Finalidade:

Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 02/2018 (LDO), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Relator das emendas na CI: Senador Acir Gurgacz.

A relatoria das emendas na Comissão é do Senador Acir Gurgacz, a quem concedo a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente Rudson Leite.

Nós já fizemos as nossas análises. Eu gostaria de ir direto à conclusão, para que avancemos no tempo.

Conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos que a distribuição das emendas aprovadas prestigia as funções de governo de concentração exclusiva da Comissão, segundo competências opinativas regimentais, atendendo, ademais, ao interesse dos Parlamentares do Colegiado, o que se evidencia pelo número de propostas apresentadas. Pelas razões ilustradas, votamos pela aprovação do parecer nos seguintes termos:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades de números 05, 06, 11, 16, 17, 24, 32, 39, 40, 47, 50, 51, 52, 69 e 71;
II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto de números 57 e 60;
III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, de números 13 e 20;
IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Esse é o relatório super-resumido que pediram para nós fazermos, Sr. Presidente, em função da sessão do Congresso Nacional que está para abrir. Então, são essas as emendas. E nós escolhemos, Senador Garibaldi, as emendas que tiveram maior número de apresentações ou o maior número de indicações. Fizemos um resumo dentro do que os nossos universitários nos autorizaram a fazer. São somente duas emendas. E essas duas emendas foram acolhidas pela quantidade de Senadores que as indicaram.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado.

Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de estar aqui na defesa da inclusão na Lei Orçamentária da duplicação da BR-304, porque ela é vital na medida em que liga a cidade de Mossoró à cidade de Natal, que é a capital, e à cidade de Fortaleza.

Eu sei que a missão do Relator é muito delicada nesse aspecto, porque só há duas emendas de Comissão e 77 propostas – parece-me –, todas elas procurando defender os seus Estados. Na verdade, quero confessar que não me adverti para o fato de que o problema não era de qualidade, o problema era de quantidade também. Então, resultado, eu apareço apresentando uma emenda, mas há aqui emendas que são defendidas por uma Bancada.

Fica muito difícil o trabalho do Relator, eu reconheço. Vim aqui fazer esse reconhecimento. Mas vejo como sensibilizar o Relator, porque, quanto às Bancadas estaduais, seria facílimo unir a Bancada do Rio Grande do Norte em torno dessa emenda. Acontece que todas as Bancadas têm um interesse específico. Então, apresentam o seu interesse para ver se o milagre acontece, porque é só um milagre, na medida em que nós só temos condições de votar duas emendas.

Então faço o apelo ao Relator. Reconheço o trabalho que ele apresenta. Quero parabenizá-lo e falar da expectativa de que o Relator possa me dizer algo que venha no sentido de beneficiar esse trecho da BR-304, que liga Natal a Fortaleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Muito bem, Sr. Senador!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu tenho a certeza de que essa rodovia é da maior importância para o País, não tenho dúvida, assim como todas aquelas outras que foram aqui colocadas como emendas para serem acatadas.

Eu sugiro, Senador Garibaldi, que V. Exª faça como uma emenda individual, agora, na CMO. Eu entendo que lá haja uma possibilidade maior de nós acatarmos, porque lá não ficaremos restritos a duas emendas somente. E, dentre 70 – porque foram apresentadas 70 emendas –, nós acolhemos duas. Então, é realmente muito difícil. A vontade é jogar na cumbuca e escolher duas, porque todas elas são importantes. Nenhuma é menos importante do que as outras.

Então, a minha sugestão, sempre Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves, é que V. Exª apresente como uma emenda individual na CMO, porque ali nós teremos uma condição maior de acolhimento dessa emenda.

Peço escusas pelo não acolhimento, mas, pelo número de Senadores que fizeram as emendas igualmente, nós optamos por atendê-los dessa forma. E atendemos todas as emendas de redação, porque essas não há número para atender, não há quantidade.

Dessa forma, ficou assim o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Eu agradeço, Sr. Presidente, Senador Rudson Leite.

Mesmo se eu tivesse sido avisado, se eu tivesse mobilizado vários colegas, isso seria inviável. Cada um tem seu interesse: lutar pelo seu Estado. Não há como...

Então, eu quero agradecer ao Senador Acir Gurgacz a sugestão. Eu não sou membro da Comissão do Orçamento, mas posso apresentar essa emenda lá.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mesmo não sendo membro, pode apresentar emenda.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/MDB - RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rudson Leite. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Obrigado também, Senador Garibaldi.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e Srs. Senadores, e convoco a próxima reunião, a realizar-se no dia 3 de julho de 2018, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário.

Assim está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Rudson Leite, Paulo Rocha, Paulo Paim, José Pimentel, José Medeiros, Roberto Muniz e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa - Emendas da CDR ao PLDO 2019. Finalidade: Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (PLN nº 02, de 2018-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Coordenador das Emendas: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. Aprovadas a indicação das seguintes Emendas de Meta, assim renumeradas: **Emenda nº 01** – AÇÃO 7K66 / Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / QUANTIDADE META 3.141 e **Emenda nº 02** – AÇÃO 5900 / Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) / QUANTIDADE META 116. É aglutinada à Emenda nº 02, por se tratar de Ação dentro do mesmo Programa, sugestão de inclusão de meta à AÇÃO 7X91 / Construção da primeira etapa (fase I) do Canal Do Xingo / QUANTIDADE META 10. São acolhidas, também, as sugestões de Emendas ao Texto apresentadas, renumeradas: **Emenda nº 03** – REFERÊNCIA Item 66 / Aditiva; **Emenda nº 04** – REFERÊNCIA Item 66 / Aditiva; **Emenda nº 05** – REFERÊNCIA Item 66 / Aditiva; **Emenda nº 06** – REFERÊNCIA Artigo 11 Inciso XV / Aditiva; **Emenda nº 07** – REFERÊNCIA Inciso XXXIV / Aditiva. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, a Presidente propõe a dispensa da leitura da presente Ata e a submete a votação. A Ata é aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte quatro minutos.

Senadora Regina Sousa

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 20ª Reunião da Comissão da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, PLN nº 02, de 2018, do Congresso Nacional, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Comissão poderá apresentar até duas emendas de acréscimo de meta e qualquer número de emendas de cancelamento de metas e de emendas ao texto.

A Comissão somente poderia receber sugestão de emendas de membros do seu colegiado e referentes à matéria de sua competência regimental.

Na forma regimental, a Comissão recebeu 71 sugestões de emendas de inclusão de metas e cinco sugestões de emendas de texto.

Foi designado Relator das sugestões de emendas o Senador Paulo Rocha, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório e das suas considerações.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Como aqui só há Senadores experientes e conhecedores da matéria, como também estamos bem assessorados, há uma questão no orçamento que tem verberado em outras comissões, o Governo atual está manobrando para tirar na questão do orçamento, é a verdadeira pedalada de que foi acusado o governo anterior. Estão tirando de setores para transferir para outros setores para socorrer o problema fiscal, que há em nosso País hoje, temos de reconhecer. E o lençol está curto para poder suprir a questão orçamentária, principalmente das necessidades básicas das políticas públicas que já haviam sido construídas em nosso País.

Agora, o Governo, com essas manobras, está tirando de orçamentos importantes e estratégicos como, por exemplo, a educação, aquilo em que já havíamos avançado em setores importantes, avanços da sociedade. E está socorrendo outros setores que não tem nada a ver com o processo no qual estava sendo pensado o Estado social que nós estávamos construindo em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há esse debate e seria bom que a gente se debruçasse quando fosse discutir, principalmente aqueles que estão representados na Comissão do Orçamento, para que pudéssemos influir nesse debate. E há algumas comissões que fizeram, inclusive, propostas mediadas para que o Governo tirasse destes orçamentos, mas pelo menos que tirasse somente 50%, para que 50% ficasse direcionado, reconhecendo a crise fiscal que hoje nós vivemos.

O nosso relatório não entra nesse debate; entra exatamente nas questões específicas daquilo que a Comissão de Desenvolvimento Regional tem como direito indicar, são duas emendas.

O que tomei como critério? Essas emendas aqui são emendas de previsibilidade, porque é para incluir na LDO e, depois, emendas complementares para direcionar realmente o financeiro para essa previsibilidade. Então, como esta Comissão dialoga com os setores do Executivo em um Ministério específico, que tem um papel nacional, o do desenvolvimento nacional, por isso que é Comissão de Desenvolvimento Regional, então, nós estamos assegurando uma emenda nacional para haver essa previsibilidade de emendas, e emendas futuras na questão financeira mesmo, para que assegure que os Parlamentares de cada região possam assegurar orçamentos específicos no desenvolvimento regional, conforme a região.

E há emendas, produto de dezenas de emendas, que vêm dos nossos Senadores do Nordeste – e aqui está uma verdadeira representante da área e a nossa própria Presidenta –, que é produto de 76 emendas, que envolvem o conjunto desses interesses regionais, mas a maioria dessas emendas são ligadas à questão do direcionamento lá para o Nordeste, principalmente a questão da água.

E aí, surgiram duas reivindicações principais. Uma: isso está assegurado em um programa que é um programa específico que há dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias em que está assegurada a integração das bacias, que é o grande projeto que se estabeleceu lá para o problema do Nordeste para resolver o problema da seca. Todo mundo sabe disso.

Há dois braços principais que estão em pleno processo de execução. O braço que é reivindicado principalmente, vanguardeado pela nossa Presidenta, que é o Eixo Norte, na área do chamado Apodi, que, na verdade, beneficia quatro Estados. E há uma outra emenda reivindicada principalmente pelo Senador Valadares que é sobre o Canal do Xingó.

Como se trata da mesma programática, eu estou entendendo que cabem, em uma única emenda programática, esses dois ramais. E, lá adiante, os Parlamentares de cada área asseguram a emenda orçamentária para assegurar a viabilidade financeira para se poderem criar as condições da execução das duas obras.

Então, este é o meu relatório e este é meu voto para assegurar que haja as duas emendas, e não só uma emenda diretamente específica para o programa executado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Portanto, há uma emenda nacional que assegura que os Parlamentares de cada região possam assegurar emendas orçamentárias dentro desse programa assegurado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e se possa alavancar o desenvolvimento regional de cada região. E há esta específica para o Nordeste, que também tem que ter esse caráter nacional, para assegurar, digamos assim, a consecução dessas duas grandes obras, que são esses dois grandes ramais da integração da Bacia do Rio São Francisco. Então, esta é a minha aprovação, este é o meu voto.

Mas, para chamar atenção dos nossos Parlamentares, essa agregação dos dois ramais pode ter enfrentamentos lá na própria Comissão do Orçamento de visões diferenciadas. Porque a do Apodi tem um caráter mais nacional, porque envolve quatro Estados; mas a do Xingó, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

envolve só um Estado, pode ter um caráter de ser uma coisa específica e, portanto, se precisaria de uma emenda específica para aquilo.

Com este meu relatório, eu estou agregando, porque está dentro de uma emenda programática e tal. Mas nós podemos ter, vamos dizer, alguma avaliação técnica tentando diferenciar as duas coisas.

Então, o meu voto, Presidenta, é pela aprovação das duas emendas, mesmo enfrentando, na Comissão do Orçamento, uma possível avaliação técnica de que nós temos que diferenciar as duas emendas. Aí, se for o caso, quando dessa diferenciação, aí o Relator vai ser chamado para se posicionar sobre qual é, afinal, dos dois ramais que nós vamos priorizar. Aí, nós teremos naturalmente de nos posicionarmos por aquele que cumpre o maior caráter nacional, que no caso é do Apodi, porque envolve os quatro Estados.

Está clara a nossa posição, a nossa relatoria?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Senadores e Senadoras...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Além dessas duas emendas, essa que tem guarda-chuva que é sobre a questão do desenvolvimento nacional, há umas de redação que são para assegurar que essa visão de desenvolvimento regional esteja presente quando do debate do orçamento próprio da União. Essas redações, digamos assim, consertam algumas coisas para assegurar as reivindicações de cada região.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, a 75 é essa de que eu estou falando. A 75 é essa, que apoia os projetos de desenvolvimento regional sustentável, dentro desse projeto e tal. Cabe aos Senadores de cada região fazerem emendas orçamentárias para assegurar os desenvolvimentos específicos de cada região. Isso está claro, por isso que essa questão do guarda-chuva assegura para o Ministério do Desenvolvimento Regional um orçamento global para atender aos vários programas de cada região, conforme a reivindicação de cada Parlamentar ou de cada grupo de Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou repetir aqui o rito.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, ficam aprovadas as Emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2019, nºs 75 e 21, aglutinadas como a 48, que são renumeradas como 1 e 2, bem como as Emendas de texto nºs 4, 5, 30, 53 e 54, renumeradas como 3, 4, 5, 6 e 7.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente contendo as emendas destacadas e aprovadas. A justificativa é que a gente tem que encaminhar agora lá para a Comissão, que vai começar a se reunir agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria fazer uma intervenção final aqui, que é mais política. Eu já estou há muito tempo aqui no Congresso brasileiro. Fiquei cinco mandatos lá na Câmara Federal e agora estou no Senado Federal. E quanto mais o País vai entrando em crise, principalmente nessa crise econômica, fiscal, etc., mais exige, principalmente do Senado Federal, dos nossos Congressistas, principalmente dos Senadores, uma postura mais exigente na questão de resolver o problema da Federação.

Então, quem corre aqui sobre nós? É muito difícil você fazer um voto, um relatório quando correm atrás dos nossos Senadores, e está correto, os prefeitos, para resolverem as suas questões específicas, como a questão do lixo, por exemplo; ou o prefeito corre aqui para resolver o problema de uma questão de saneamento básico lá, etc. Como está nesta Comissão, que, como bem disse aqui, é o guarda-chuva, principalmente das políticas regionais, não há como, entre duas emendas, você resolver esse problema, que é uma crise da Federação. Então, estão concentradas muitas coisas na União e sobra lá para os Estados parte, mas a maioria dos problemas surge para os nossos Municípios.

Então, eu acho que fica registrado em uma comissão como esta que os Senadores têm que, de uma vez por todas, resolver esse problema da Federação, porque um País como este, deste tamanho, não há como a Federação todo-poderosa criar políticas públicas, mas jogar para o Município executar sem que vá, juntamente com isso, o orçamento ou a divisão do orçamento adequado para processar isso.

Então, o orçamento fica concentrado todo na União, depois nos Estados, e o lado pobre dessa estrutura são os nossos Municípios, e os nossos Municípios não têm como executar políticas públicas com essa situação de concentração do orçamento na União e parte nos Estados e só sobram repasses muito aquém do que está concentrado como responsabilidade de políticas públicas para os nossos Municípios.

Então, eu acho que, quando se discutir o Orçamento da União, a gente tem que agregar esse debate, não basta só resolver através de projetos. Os nossos consultores, os nossos estudiosos da área e os nossos assessores são muito dedicados a isso e muito preparados, mas não há como se a gente não solucionar este grande problema que é essa questão da divisão do bolo, da chamada divisão do bolo na estrutura federativa do País.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Agora, nós temos a deliberativa.

(*Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Paulo Paim, José Pimentel, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Roberto Muniz, Lídice da Mata, Rudson Leite, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Airton Sandoval, Rodrigues Palma, Reditario Cassol, Vanessa Grazziotin e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Humberto Costa, Fátima Bezerra, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** que: "Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia – MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24 de 2018** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de dez audiências públicas a fim de debater: O atual modelo de produção e exploração de petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil, nas cidades de: Brasília, Natal, Aracaju, Salvador, Fortaleza, Teresina, São Luis, João Pessoa e Recife." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Paulo Rocha. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas." **Autoria:** Deputada Laura Carneiro. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do PLS 206/2012 com três emendas que apresenta e pela prejudicialidade do PLS 60/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senador José Medeiros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senadora Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação da Proposta de Plano de Trabalho do senador ELMANO FÉRRER à Avaliação de Políticas Públicas definida pelo RDR 11/2018, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. Será avaliada pela CDR, no ano de 2018, a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. **Resultado:** Reunião de trabalho adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, há um requerimento de minha autoria e da Senadora Fátima Bezerra.

Na verdade, nós queremos pedir uma inversão de pauta para incluir na pauta este requerimento, que, ao nosso ver, é um requerimento de urgência. Aproveitando esta convocação e a nossa possibilidade de aprová-lo, eu queria, primeiro, requerer no rito da pauta a inversão de pauta para a gente aprová-lo, aproveitando o quórum existente.

Trata-se de um requerimento importante no debate nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 2 da pauta.

Inversão de pauta acatada.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24, de 2018

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de dez audiências públicas a fim de debater: O atual modelo de produção e exploração de petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil, nas cidades de: Brasília, Natal, Aracaju, Salvador, Fortaleza, Teresina, São Luis, João Pessoa e Recife.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Observações: Subscrito pelo Senador Paulo Rocha

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – O requerimento é autoexplicativo, e aí nós vemos que, com a crise que está na questão dos combustíveis e no papel que tem para o desenvolvimento do nosso País e a Petrobras, urge, ao nosso ver, que a gente discuta essa questão, que envolve não só os Estados, mas envolve os Municípios. Estamos vendo a crise que se estabeleceu no País com a greve dos caminhoneiros. Foi produto do quê? De uma política gestada na Petrobras a partir desse processo que se estabeleceu no nosso País e está levando-a a ser uma empresa de mais interesses dos grandes grupos internacionais, portanto a busca da lucratividade, do que o papel que sempre se concebeu para a Petrobras de que é uma verdadeira âncora do desenvolvimento do nosso País.

Foi assim que nós estabelecemos nos governos populares, desde a época quando foi construída a Petrobras, como na época de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, como também agora nos nossos governos. Nós concebemos exatamente isto: ela era dona de uma das maiores riquezas do nosso País e, a partir da exploração dessa riqueza, a gente fazer não só o desenvolvimento econômico, mas inclusive o desenvolvimento social, político e cultural. Sempre a Petrobras cumpriu esse papel. A Petrobras é grande financiadora da cultura.

Com a descoberta do pré-sal, nós também direcionamos, através da política de partilha, que aquilo que era lucro do Governo Federal, que é o sócio majoritário da Petrobras, fosse dividido para os Municípios aplicarem em educação e saúde. O que aconteceu? Com o processo do golpe, a política implementada para a Petrobras, está sendo direcionada para assegurar os grandes lucros dos sócios minoritários da Petrobras, que são as grandes petroleiras internacionais e os grandes grupos econômicos nacionais.

Então, nós queremos processar esse debate com o conjunto do País a partir dessas audiências públicas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Medeiros, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Rudson Leite. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDR 24/2018, de autoria do Senador Paulo Rocha e da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater o atual modelo de produção e exploração de petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil. **Participantes:** Paulo César Lima, Especialista, Consultor aposentado da Câmara dos Deputados; Jean Paul Prates, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e energia - CERNE; Deyvid Bacelar (representante de: Federação Única dos Petroleiros - FUP). Agnelson Camilo, Diretor da Federação Nacional dos Petroleiros. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usaram da palavra o Senador Paulo Rocha, o Sr. Paulo César Ribeiro Lima, o Srº Jean-Paul Prates, o Srº Deyvid Bacelar, o Srº Agnelson Camilo, a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Regina Sousa e o Senador Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Ao iniciar os nossos expedientes, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Vamos à fase dos comunicados.

Recebemos do Tribunal de Contas da União, para conhecimento, cópia do Acórdão 1.450, de 2018, que trata de representação para exame global de práticas administrativas irregulares de servidores na formulação e condução de 43 convênios firmados com a entidade Premium Avança Brasil, relatado pelo Ministro Walton Alencar.

Aos membros desta Comissão que tenham interesse no tema, é possível acessar a íntegra do relatório e do voto que fundamentam essa deliberação no endereço eletrônico do TCU.

Aproveito o momento para renovar o convite aos membros desta Comissão para comparecerem em evento a ser realizado no dia 13 de julho, próxima sexta-feira, no Teatro Municipal de Parnamirim, no meu Estado, Rio Grande do Norte. Será uma audiência em que vamos dar continuidade ao debate acerca da proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como Patrimônio Imaterial da Cultura brasileira. Esta audiência representará mais um passo na busca pelo reconhecimento do forró como Patrimônio Imaterial da Cultura nacional junto ao Iphan.

Lembro que, desde o ano passado, esta Comissão abraçou essa luta. Estive na Paraíba ano passado, fizemos audiência pública no âmbito da nossa Comissão e estivemos no Rio de Janeiro. Lá no Rio Grande do Norte, será a segunda audiência. Recentemente realizamos uma na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, e esta agora será em Parnamirim, terceira cidade do Rio Grande do Norte, congregando toda a região metropolitana.

O fato, repito, é que essas audiências públicas têm sido muito importantes e oportunas no sentido de convocar, de mobilizar a sociedade para se engajar nesta luta. Há a presença muito expressiva dos nossos artistas, os forrozeiros, e há a presença do Iphan, até porque cabe a ele desenvolver todo o estudo que está em curso e para o qual nós contribuímos, inclusive aportando emendas ao Orçamento Geral da União. Cabe, portanto, ao Iphan, repito, proceder aos estudos para que, ao final, tenhamos, sim, esta bela conquista, merecidamente, que é dar ao forró o patamar, o certificado de Patrimônio Imaterial da Cultura popular brasileira.

Então, sexta-feira, às 13h, na cidade de Parnamirim, uma iniciativa da Vereadora Ana Michele, do Partido dos Trabalhadores. Confirmamos a nossa presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quero aqui fazer uma conclamação aos Senadores e às Senadoras que integram esta Comissão para, na próxima quarta-feira, fazermos um esforço concentrado para limparmos a nossa pauta, uma vez que no dia 15 terá início o recesso legislativo. Inclusive quero pedir, não só à assessoria da Mesa da CDR, mas também as dos demais Parlamentares que integram esta Comissão para colaborarem conosco para, na quarta-feira, fazermos um mutirão aqui, um esforço concentrado e colocarmos em pauta os projetos e as proposições legislativas pendentes na nossa Comissão.

Conforme pauta previamente distribuída, informo que a presente reunião é destinada a debater a produção e exploração de petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 24, da CDR, de autoria do Senador Paulo Rocha, que já se encontra aqui, e da nossa autoria também.

Esta é a primeira audiência sobre esse tema, que pretendemos debater também nas cidades de Natal, Aracaju, Salvador, Fortaleza, Teresina, São Luís, João Pessoa e Recife.

Lembro que, recentemente, recebemos aqui o Dr. Paulo César Ribeiro Lima, Consultor da Câmara dos Deputados, que aqui se encontra presente e que, não custa nada lembrar, é um dos maiores especialistas do País na área de petróleo. Semana passada ele esteve conosco tratando desse tema, junto com a FUP, que se encontra aqui representada pelo Deyvid. A Federação Nacional dos Petroleiros também está presente, representada por Agnelson.

Estou só colocando isso para dizer que, fruto do debate da audiência pública que nós fizemos aqui, foi aprovado por esta Comissão um ciclo de debates que começaria aqui nesta Comissão e com o qual vamos percorrer exatamente o Nordeste. E o tema não poderia ser mais oportuno, necessário e urgente: "A produção e a exploração do petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil". O que queremos colocar com isso? Queremos colocar que o Brasil está atônito, revoltado e indignado com os rumos que estão sendo dados a um dos ativos mais importantes que o povo brasileiro tem, que é exatamente a nossa Petrobras. É uma coisa insana ver um governo sem legitimidade nenhuma, portanto, sem nenhum respaldo popular, adotando medidas e mais medidas que vêm na direção do verdadeiro desmonte da nossa Petrobras.

Primeiro, alteraram a política do chamado conteúdo local, o regime de partilha. E olhe que não é fácil para nós falarmos sobre isso, principalmente para mim, na condição de professora, porque sei, como professora, o que significou no governo da Presidenta Dilma nós termos aprovado a Lei 12.573, que tratava do marco regulatório da exploração do pré-sal no nosso País, e o fato de aquela lei ter inserido um dispositivo para promover a cidadania do nosso povo, quando estabelecia que 50% do Fundo Social do Pré-Sal iriam para educação. A educação, naquele momento, havia aprovado por unanimidade no Congresso Nacional o seu Plano Nacional de Educação. Então, nada mais justo, nada era mais importante e oportuno do que dar uma destinação nobre aos *royalties* oriundos da exploração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do pré-sal, destinando-os exatamente à educação da nossa juventude e das nossas crianças, para ajudar a realizar as metas do Plano Nacional de Educação.

Hoje é revoltante, repito, a gente simplesmente ver essa lei alterada, contando com a conivência da maioria dos que fazem este Congresso Nacional. A lei só foi alterada por quê? Porque os amigos de Temer, os seus cúmplices aqui no Congresso Nacional, disseram "sim". Está hoje o Plano Nacional de Educação ameaçado, sobretudo em virtude de mais uma outra medida desastrosa deste Governo, a chamada Emenda 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos.

É disto que estamos falando: da medida provisória que tornou a Lei 13.756, a chamada lei do trilhão. Trilhão para os poderosos e migalhas exatamente par o nosso povo. Trilhão por quê? Porque essa legislação vai permitir que as multinacionais do petróleo deixem de pagar impostos e, com isso, o Brasil, os Estados e os Municípios vão ter uma perda astronômica: os Estados, mais de 150 bilhões; os Municípios, mais de 180 bilhões. Recentemente, houve outro escândalo, o projeto em tramitação na Câmara dos Deputados que trata da cessão onerosa. Outro escândalo recente foi a crise dos combustíveis, unicamente em decorrência dessa política de lesa-pátria, dessa política desastrosa que o Pedro Parente, que o Governo Temer adotou de dolarizar o reajuste dos combustíveis no País, o que deu no que deu. Hoje, estamos ameaçados pela falta de botijão de gás de cozinha; o gás de cozinha, hoje, está sendo proibido para mais de um milhão de pessoas. Há famílias pobres deste País afora que não têm mais condições de comprar o gás de cozinha. Inclusive, está ameaçada a produção.

Enfim, é disso que se trata o nosso debate.

Por isso, quero, ao mesmo tempo em que agradeço, convidar para a Mesa imediatamente Jean-Paul Prates, que é Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia.

Quero chamar Paulo César Lima, especialista e Consultor Legislativo aposentado da Câmara dos Deputados, e agradecê-lo mais uma vez.

Chamo aqui também o Deyvid Bacelar, representando aqui a gloriosa FUP, Federação Única dos Petroleiros.

Também chamo, com igual satisfação, Agnelson Camilo, representando aqui a Federação Nacional dos Petroleiros.

Vamos, portanto, dar início ao nosso debate, dizendo que também foi convidado para participar desta audiência o Coordenador dos Secretários do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); o Sr. André Horta, que é Secretário de Tributação do meu Estado; o representante da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn); e um representante dos Governadores e da Frente Nacional de Prefeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, quero antes de passar a palavra, dizer que esta é a primeira audiência pública deste ciclo de debates que vamos realizar pelo Nordeste, conclamando a sociedade para que a gente possa fazer o debate, repito, acerca de todas as medidas em curso adotadas pelo Governo Temer que têm provocado o verdadeiro desmonte da Petrobrás e o reflexo dessas medidas para a vida da população, para a vida dos Estados, para a vida dos Municípios. Esse é um tema que nós consideramos da mais alta relevância. Por isso, a parceria com a FUP – chamamos também a Federação Nacional dos Petroleiros – , vamos realizar este debate. A sociedade precisa se apropriar do conteúdo deste debate para que a gente possa resistir.

Nós temos a Frente Nacional em Defesa da Soberania Nacional, a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, Frente Parlamentar em Defesa das Refinarias da Petrobras, Senadora Lídice da Mata, mas, mais do que nunca, este debate precisa chegar à casa das pessoas.

As donas de casa que hoje, coitadas, não estão tendo mais condições, repito, de comprar o seu botijão de gás, precisam compreender que isso tem tudo a ver com essas medidas que o Governo Federal – repito, que não tem legitimidade nenhuma – vem adotando – tem tudo a ver! A explosão da crise dos combustíveis também teve tudo a ver. Os desinvestimentos da Petrobras que estão acontecendo no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Nordeste... A Petrobras, que, para nós, do Rio Grande do Norte, já representou a instituição que teve o maior peso do ponto de vista do Produto Interno Bruto do nosso Estado, hoje simplesmente está desaparecendo do Rio Grande do Norte e do Nordeste. Não! Isso é muito doloroso. Isso não é um aspecto qualquer de maneira nenhuma.

Então, nossa obrigação aqui, repito, como Parlamentares comprometidos com os interesses do Brasil, em especial com os interesses dos nossos Estados, é tomar posições, tomar atitudes. Isso é exatamente o que estamos fazendo.

Eu conclamei os Senadores desta Comissão, pedindo que, em cada Estado, os integrantes desta Comissão assumam este debate. Por exemplo, lá na Bahia, a Senadora Lídice vai chamar os demais Senadores e vai coordenar este debate lá, junto com as instituições, chamando o Governo do Estado, chamando os Secretários da Fazenda, etc. No Rio Grande do Norte, eu vou fazer a mesma coisa; Sergipe, idem. E por aí vai.

O fato, repito, é que nós temos de, amparados no bom debate, desmascarar toda esta política de lesa-pátria que este Governo Temer vem adotando no Brasil, denunciá-la e resistir, porque a Petrobras é um dos maiores ativos, é um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, e nós não podemos, de maneira nenhuma, ficar calados diante do que estão fazendo com ela.

Ela é uma empresa, e eles querem agora que os olhos da Petrobras sejam só para o mercado. Tudo bem, ela é uma empresa e tem seus acionistas. Ponto. Mas é evidente que uma empresa da dimensão da Petrobras não pode, de maneira nenhuma, negligenciar a sua dimensão do ponto de vista de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa pública, de uma empresa fundamental, decisiva, estratégica para promover o desenvolvimento nacional. Esse é o cerne do debate.

Sem maiores delongas, vamos passar a palavra ao Dr. Paulo César Lima, especialista e Consultor aposentado da Câmara dos Deputados.

Senador Paulo Rocha, V. Exª prefere ouvir os nossos convidados e, depois, usar a palavra?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na verdade, Presidenta, vai haver sessão do Congresso agora, porque, como não houve quórum para se aprovarem os PLNs no Congresso... Eu sou da Comissão, mas terei de ir lá em determinado momento. O mais importante é a gente ter conseguido com que os nossos convidados chegassem, porque são companheiros e entidades que vão colocar essa questão do debate sobre a Petrobras a nu.

O que nós queremos é exatamente isto, a iniciativa do requerimento de nossas autorias tem exatamente este objetivo: trazer para dentro do Congresso esse debate e as informações que os companheiros detêm, porque a grande imprensa, mancomunada com o processo da entrega do nosso País, esconde um conjunto de informações que naturalmente os companheiros trazem aqui para exporem a nu e trazer para os corredores do Congresso esse debate. Acho que é fundamental isso.

O que nós queremos com isso é exatamente colocar a nu o que vou resumir numa frase. O modelo criado por nós, aproveitando os investimentos que o setor público fez, que o governo na época do Lula fez, o investimento na pesquisa, aproveitando a inteligência que nós temos dentro da Petrobras... Ela foi buscar essa riqueza que está no fundo do mar e que é do nosso País, é da União. Portanto, nós avançamos mais ainda. Ao descobrir isso, o ganho que era da União nós transferimos para o incentivo à política pública estratégica para o nosso povo e para a nossa gente, entendeu?

Esse petróleo que financiava setores estratégicos para o nosso País não só do desenvolvimento econômico, mas do desenvolvimento humano, que é a questão da saúde e da educação, agora, os entreguistas estão invertendo; estão transferindo as nossas riquezas a um custo alto da nossa inteligência, mas também do financiamento de dinheiros públicos, para a lucratividade dos sócios minoritários, que são as grandes petroleiras internacionais. Esse é um verdadeiro crime de lesa-pátria.

Acho que esses convidados têm de colocar a nu, a cru isso para que o nosso povo pelo menos, via TV Senado e via Anais, que vão ficar aqui para continuarmos esse debate, possa colocar...

E há mais uma coisa, Presidenta: nós temos de mostrar ao nosso povo que esses crimes de lesa-pátria que os golpistas e os entreguistas estão fazendo são legalizados aqui no Congresso. Ao final, com essas medidas provisórias e iniciativas de leis aqui, os chamados representantes do povo os legalizam aqui. Nós estamos bem perto de escolher outros representantes do povo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso povo também tem de perceber que a escolha do seu Senador e do seu Deputado Federal tem muito a ver com esse debate agora do que se está entregando. Ou seja, eles legalizam aquilo que é um crime de lesa-pátria, de entrega do nosso patrimônio, com o chamado voto de representantes do povo. Acho que esse é um debate... O nosso povo tem de perceber que, ao escolher oportunamente, em 2018, os seus representantes... Por isso estamos colocando que a eleição de 2018 não é qualquer uma, porque nela vamos eleger o Presidente da República, os governadores, dois Senadores, um Deputado Federal e um deputado estadual. Então, o nosso povo não pode ser manipulado nesse voto, que pode fazer a concertação do nosso País hoje.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Agradecemos ao Senador Paulo Rocha, que é autor da presente audiência pública junto comigo.

Nós vamos passar a palavra imediatamente a Paulo César Lima, que é consultor da Câmara dos Deputados.

Eu queria combinar com a FUP e com a Federação Nacional dos Petroleiros, tendo em vista que nós vamos ter sessão do Congresso Nacional ainda agora pela manhã, 15 minutos para cada um, o.k.? Está bom assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos lá.

Com a palavra, Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Bom dia a todos.

É uma satisfação e uma honra estar aqui com vocês de novo. Quero agradecer muito à Senadora Fátima Bezerra e agradecer muito à Eva Maria, viu, Eva? Você foi muito importante nessas discussões, você tem trazido esse tema aqui para as discussões. Quero agradecer muito à minha esposa, Luiza, que está aqui e me ajuda muito nos textos e nas apresentações. E gostaria de agradecer muito aos amigos do Sindipetro, aos colegas do Congresso Nacional que sempre nos apoiam, e à Senadora Ideli, que tem dado uma contribuição muito importante para a gente.

Bem, eu não vou repetir o que falei na audiência passada. Vou passar rapidamente só para falar que realmente o petróleo é um bem da União. A arrecadação do imposto de renda é dividida entre Estados e Municípios, nos termos do art. 159 da Constituição. O art. 177 deixa muito claro que tanto o refino quanto a exploração e produção do petróleo são monopólio da União; então, como monopólio da União, eles têm de ser exercidos com espírito público. E a Lei 9.847 estabelece claramente que tanto o refino quanto a exploração e produção são atividades de utilidade pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos um probleminha aqui: havia uma figura ali que acabou não aparecendo. É muito importante mostrar qual é a visão da atual Diretoria Executiva da Petrobras em relação aos derivados de petróleo. Isto eu tirei ontem no *site*; eu o acessei ontem. Eles falam o seguinte: os derivados de petróleo são simples *commodities* – ou seja, a gente tem uma lei falando que são utilidade pública e a direção da Petrobras fala que são *commodities* – *e* que o preço está atrelado ao mercado internacional. As cotações variam diariamente para cima ou para baixo, e essa variação é muito importante para a Petrobras, em tese, ser eficiente.

Com a nova política de preços da Petrobras para os derivados, a gente fala que há paridade PPI, paridade com o mercado internacional, mas a gente não pode achar que esse é o preço no mercado internacional. Essa diretoria da Petrobras inclui lá o frete dos navios, os custos internos, a margem praticada para remunerar risco, a volatilidade da taxa de câmbio, estadia em portos, lucro... E ela definiu muito claramente que não iria praticar preços abaixo de tudo isso aí que você soma. Então, o fato concreto é que a Petrobras, com essa política, passou a vender diesel e gasolina a preços mais altos que nos Estados Unidos. Se a refinaria da Petrobras Pasadena entrega lá o diesel, ela vai entregar o diesel no mercado americano mais barato que o diesel que a refinaria do Brasil entrega; ou seja, é bem acima, coisa de vinte centavos, trinta centavos. Essa diretoria da Petrobras determinou ao povo brasileiro que pague acima do preço do mercado internacional. Nós não estamos praticando preços de mercado internacional; é sempre acima e, às vezes, bem acima, dependendo do produto.

Nós tivemos problema com a apresentação...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – O que está havendo com a apresentação? (*Pausa.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – É porque ali tínhamos figuras que mostravam claramente que a Petrobras pratica preços acima do mercado internacional para a gasolina, para o diesel, para o óleo combustível, para o GLP.

Volte aí... Acho que agora entrou. Eu queria... Pode deixar que eu passo aqui.

Uma coisa que é muito importante nesse espírito de política pública... Eu fiz esse gráfico para mostrar que, nos governos Lula e Dilma, o preço médio praticado pela Petrobras foi de R$1,8 por litro; e o preço, no porto de Nova York, foi de R$1,31, ou seja, praticamente igual. Então, essa questão de que a Petrobras foi irresponsável não procede. Quem ganhou com essa política de preços foi o povo brasileiro. Veja bem a estabilidade de preços... Esse aí é o caso do diesel. Aquela linha vermelha é o preço praticado pela Petrobras. E essa verde, que varia muito, é o preço no porto de Nova York.

Eu reconheço que isso gerou problemas para a Petrobras, porque realmente, por muitos anos, em determinados períodos, a gente ficou bem abaixo do preço do mercado internacional, mas, nos anos seguintes, isso era compensado. Então, eu acho que se pode, sim, rediscutir essa política que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras adotava, mas nunca adotar aquela linha verde. No caso da atual direção, não é nem a linha verde, mas é acima da linha verde, o que não faz o menor sentido. Essa questão de que os governos Lula e Dilma tiveram uma política de preços que não foi adequada ao interesse público não é verdadeira.

Disso aqui eu já tinha falado... Agora, as figuras apareceram.

Então, essa política desse governo fez com que aquela linha azul – vocês vão ver que ela está sempre acima daquela linha vermelha, que são os preços do mercado internacional. Com a Petrobras praticando preços acima do mercado internacional, o que aconteceu? Ela começou a perder mercado. É claro! Se ela pratica preços acima do mercado internacional, começou a surgir no Brasil um mercado de combustíveis que importa principalmente do Golfo dos Estados Unidos os produtos; e, se você importa produto, o que você tem de fazer? Diminuir a produção das refinarias. Então, no mês de abril, a carga das refinarias da Petrobras estava com 68%. Veja que coisa tecnicamente insana: você tem as refinarias, tem capacidade de refinar, mas não refina e importa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Isso é de uma irracionalidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Tem! Tem abaixo. Tem 40... A Refap está com 40 e qualquer coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – É uma coisa... (*Risos.*)

Com isso, o que aconteceu? Nós começamos a importar derivados. Olhe o crescimento da importação de diesel e olhe só o crescimento... A gente não importava gasolina e passou a importá-la. O GLP a gente sempre importou, mas também aumentou-se a importação até de GLP.

E o que aconteceu simultaneamente? A exportação de óleo cru. Nós passamos a ser exportadores de óleo cru. A gente vende o óleo cru num preço menor do que o dos derivados... E a gente tem de fazer a conta – eu ainda vou fazer essa conta; já prometi que vou fazê-la –, porque não sei se isso é bom até para o acionista minoritário, porque você perder fatia de mercado, não vender derivado e exportar petróleo cru a mim parece ser uma irresponsabilidade técnica, mas a gente precisa demonstrar isso com números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa política incorreta tecnicamente, o que aconteceu? O brasileiro começou a pagar um preço de óleo diesel sem tributos, que é 40% maior que o preço que o americano paga! O americano, quando vai ao posto... O caminhoneiro nos Estados Unidos, quando abastece o caminhão, paga, sem tributos, 40% menos que o brasileiro! Então, não foi por acaso que veio a greve dos caminhoneiros. Se a gente considerar os tributos, no Brasil, realmente, o preço com tributos é acima do preço do mercado americano, mas muito abaixo dos existentes nos países europeus. Aquela linha verde é no Brasil. Mas esta é que é importante. A linha azul é nos Estados Unidos e a verde, no Brasil. Não parece razoável para ninguém que o brasileiro pague 40% a mais que o americano no litro de óleo diesel.

Estou dividindo aqui... Falei bastante da área de abastecimento. Temos uma notícia muito importante para comemorar na área de abastecimento, que foi uma decisão, uma liminar do Ministro Lewandowski que suspendeu as privatizações... (*Palmas.*)

Essa é uma decisão histórica do Ministro Lewandowski. Ontem foi anunciada pela própria Petrobras a suspensão da privatização das refinarias, da venda dos ativos associados a essas refinarias, que são os terminais e os dutos associados a essas refinarias; foi suspensa a venda da TAG (Transportadora Associada de Gás), que opera a malha, que é a dona dos ativos da Petrobras no Norte e Nordeste. A suspensão da venda da TAG, para o País, é uma notícia importantíssima. Infelizmente, a NTS já foi privatizada, mas agora tem de se trabalhar no sentido de anular essa venda da NTS.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Paulo César, foi bom você levantar essa questão do Lewandowski. Mas, como foi uma liminar...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Foi uma liminar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ele vai sofrer uma pressão, como já está sofrendo, do PIB. Entendeu? E tem de se dar sustentação aqui no Congresso sobre essa questão...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Isso é importante.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... uma vez que é uma decisão unitária. Tem de reforçar essa ideia aí...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Tem de reforçar, e muito.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... no sentido de trazer para cá, para o Congresso.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas, no Congresso, ontem mesmo, na Câmara, deram um drible, aprovando um requerimento de urgência, na Câmara, para se vender parte do setor elétrico, a Eletrobras.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – As distribuidoras.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – As distribuidoras.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Isso é importantíssimo e foi muito bem colocado, Senador.

Então, vou falar um pouquinho do...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso, ressalto mais ainda a importância deste ciclo de audiências públicas que nós vamos realizar, porque é um espaço extremamente oportuno para se promover toda essa mobilização. A presença das entidades é fundamental.

Mas devolvo a palavra ao Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Eu fui engenheiro da Petrobras. Eu era da área de exploração e produção, mas já trabalhei também em refino. Mas, realmente, a maior parte do meu tempo foi em exploração e em produção. Então, vou falar um pouquinho do pré-sal, porque as pessoas precisam conhecer a grandeza do que realmente é isso e também o fato de que esses altíssimos lucros do pré-sal, infelizmente, não vão gerar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, por causa da Lei 13.586, que permite deduções. Por exemplo, eu citei aqui que os 15% dos *royalties* vão ser deduzidos. Então, a alíquota efetiva vai ser de 9,9%. Se houver o leilão dos excedentes da cessão onerosa – vou falar um pouquinho sobre isso também –, eles vão ser deduzidos. Então, se a gente, por exemplo, faz um leilão dos excedentes da cessão onerosa, de que vou falar daqui a pouco, e arrecada 100 bilhões, há aí uma dedução de 34% disso. Então, seriam 34 bilhões de dedução só no leilão neste ano. E são muitos os outros problemas dessa lei, como falei na audiência passada, mas, hoje, não vou entrar em detalhes.

Eu preciso falar um pouquinho da cessão onerosa, porque a cessão onerosa está na pauta. Há o Projeto 8.939, do Deputado Aleluia. Já foi aprovada a Emenda Substitutiva Global. Faltam três destaques. Mas eu acredito que, na Câmara, hoje, eles votem esses destaques. E isso vem para o Senado.

Vou falar um pouquinho aqui, muito rapidamente, até para as pessoas entenderem o que é a cessão onerosa. *Grosso modo*, é o seguinte: aquelas áreas em vinho são as áreas da cessão onerosa. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande destaque daquela área ali – vou mostrar na figura seguinte – é o Campo de Búzios. Ali a Petrobras tem o direito de produzir 5 bilhões de barris, naquela área em vinho. Mas, naquela área em vinho, muito possivelmente, a gente tem ali 20 bilhões de barris. Então, o projeto de lei do Senador Aleluia permite que a Petrobras venda indiretamente esse direito de produzir os 5 bilhões de barris até 70%. Então, poderia vender até 3,5 bilhões... E essa operação é uma operação muito especial. A Cláusula 30ª do Contrato de Cessão Onerosa prevê a intransferibilidade. Isso não poderia ocorrer de maneira nenhuma! Mas a gente está assistindo aqui ao Congresso Nacional, que já aprovou essa emenda substitutiva que permite essa venda.

Há um acréscimo em relação ao projeto do Senador Aleluia, que são os excedentes que existem naquelas áreas em vinho ali, o que pode chegar a 15 bilhões... Houve um avanço na Câmara, porque ele ia ser produzido também no regime de cessão onerosa, em que se paga só *royalties* de 10%. Houve um avanço na Câmara para se fazer a licitação desses excedentes no regime de partilha, mas a gente tem um gravíssimo problema aqui. O CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética, quando cita o regime de partilha, tem estabelecido uma participação do Estado brasileiro, da União, nos lucros, o que a gente chama de excedente em óleo, que é o que financia a educação e a saúde. Cinquenta por cento dos recursos desse excedente vão para o Fundo Social, e, do Fundo Social, 50% vão para as áreas de educação e de saúde. Então, esse excedente é importantíssimo.

Então, o que vai acontecer? A Petrobras, que está sozinha na produção dos 5 bilhões, muito provavelmente, vai ceder, vai entrar naquele conjunto de venda de ativos, geralmente por preços baixíssimos. É muito importante dizer aqui que a Petrobras tem vendido os ativos por um preço muito baixo. Vendeu Carcará a um preço baixo. E até Roncador, em que ela vendeu participação na Statoil, ela também vendeu por um preço muito baixo. No caso de Carcará, foi coisa de US$3,71 por barril, que é mais alto do que na cessão onerosa, ou melhor, que é mais baixo do que na cessão onerosa. Mas ocorre que, em Carcará, paga-se participação especial. Então, a comparação precisa ser feita, considerando-se que são regimes diferentes.

No Operativo Petróleo, a gente tem feito muitas reuniões com todos os amigos aqui, com a Senadora Ideli Salvatti. Surgiu um termo lá que eu acho que é muito bom. Falam que o pré-sal brasileiro virou uma *black friday*, ou seja, estão liquidando realmente, estão fazendo uma liquidação do pré-sal.

Vou mostrar ali o que é esse pré-sal. Só no Campo de Lula... Estão vendo aquele Campo de Lula? Aquele campo lá, só aquela área do Campo de Lula está produzindo mais de um milhão de barris de petróleo equivalente por dia. Isso é um terço da produção de petróleo equivalente do Brasil. E é só aquele campinho de Lula! Está certo? Só o gás que é produzido naquele campinho de Lula ali são 37 milhões de metros cúbicos por dia, que é maior que a capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia. No gasoduto Brasil-Bolívia, no contrato, são 30 milhões de barris. Mas, só ali em Lula, são 37 milhões! Só aquele negocinho ali é bem mais que o gasoduto Brasil-Bolívia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse Campo de Lula a Petrobras é a operadora. Ele está com a BG e com a Galp, que é a Petrogal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Mas a gente tem Búzios e Libra. Em Búzios, deve haver mais de 10 bilhões de barris, podendo chegar a 13 bilhões de barris. Lula também tem mais de 10 bilhões de barris, Libra tem mais de 10 bilhões de barris. Então, a reserva no Brasil é de 14 bilhões a 15 bilhões de barris. Só ali nós estamos falando em 30 bilhões de barris recuperáveis, só naquelas áreas ali.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Tudo é feito com tecnologia e plataforma brasileiras?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Toda essa tecnologia no Campo de Lula, que já foi estendida para Búzios – Búzios é da cessão onerosa –, é tudo tecnologia da Petrobras. A Petrobras é que descobriu o pré-sal, porque foi ela que... O que eu digo é o seguinte: se a Petrobras não fosse uma empresa estatal, talvez ela nem tivesse descoberto o pré-sal. O primeiro poço que ela perfurou foi o de Paraty. Tinha de atravessar, numa lâmina d'água de cinco mil metros, uma camada de sal de dois mil metros.

O primeiro poço custou US$270 milhões, com uma perspectiva baixa. Eu reconheço que eu mesmo me enganei. Nunca achei que, a seis mil metros de profundidade, houvesse um poço que produzisse 40 mil barris por dia. Isto aqui é coisa só da Arábia Saudita, ou nem da Arábia Saudita!

Então, são aqueles três pedacinhos lá: Lula, Búzios e Libra. Libra foi o único bloco que foi licitado. Foi o primeiro bloco licitado no regime de partilha de produção, ainda no governo Dilma. Aí foi a primeira. Depois da primeira, nós já tivemos lá as Rodadas de Partilha 2 e 3. A Rodada 4 já ocorreu. Vamos ter a quinta. Está vendo aquele verde claro lá? A quinta vai ocorrer no dia 28 de setembro.

Vocês não vão acreditar, mas eu acho que até vou mostrar... Ele é tão importante! Isto aqui chama...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero colorida.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... Saturno e Titã. Isto aqui vai ser licitado no dia 28 de setembro. (*Fora do microfone.*)

A resolução do CNPE para essa área aí estabeleceu um excedente em óleo para Saturno de 9%, 9% e alguma coisa, e para Titã de 5% e alguma coisa. Você imagina: como é que pode uma área... E o próprio Diretor-Geral da ANP falou que Saturno tinha o potencial de Libra. Eu achei baixo no governo Dilma. Eu achei que 41,65%... Para o excedente em óleo, para a parte do lucro que fica com a União, achei que 41% era um percentual baixo. Agora, imaginem Saturno e Titã com 9% e com 5%!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isto aqui virou uma roleta-russa. Digo que isto aqui virou uma roleta-russa. Por quê? Porque você coloca essa área, e o Governo fala que aceita 9% e que aceita 5%. Felizmente, a Petrobras, em algumas áreas, corrigiu isso. Então, vou dar um exemplo aqui. Do lado de Lula, ali embaixo, há uma área em lilás, em roxo, que é o Entorno de Sapinhoá. A resolução do CNPE falava em 10,34%, mas a Petrobras ofereceu 80%!

Agora, o grave é que, em Saturno, não consigo entender por que a Petrobras não manifestou interesse; ela não manifestou interesse em exercer a preferência em Saturno. Então, Saturno vai ficar para o mercado. Qual vai ser a oferta do mercado? A gente não tem a menor ideia. Por exemplo, acima de Saturno, há o Alto de Cabo Frio Central e o Alto de Cabo Frio Oeste; um ficou com 70% e alguma coisa, e o do lado ficou com 22%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Então, isto aqui virou uma roleta-russa! E, de certa forma, tenho de reconhecer, quem está salvando um pouquinho essa *black friday* aí ainda é o mercado, porque o Governo coloca excedentes tão baixos, que, de certa forma, em algumas situações, o mercado corrige isso; em outras, não. Por exemplo, em Sul de Gato do Mato, que é aquele que está em verde, ao lado de Búzios, que é aquele que está em roxo e que foi na segunda rodada, não houve correção de mercado; ali ficou com 11%. A área de Dois Irmãos ficou com 16%.

Então, isto aqui é o seguinte: uma área tem 70%, e a área ao lado tem 20%. Então, não há racionalidade técnica nenhuma nessas licitações do pré-sal, nessas resoluções do CNPE.

O grande argumento da cessão onerosa, que é o argumento do Deputado José Carlos Aleluia, não tem nenhuma fundamentação técnica. Ele argumenta que a Petrobras não pode estar sozinha na cessão onerosa porque ela não tem condições de investir. Isso não faz o menor sentido tecnicamente, porque a Petrobras já investiu. Ela já construiu as plataformas da cessão onerosa. O Governo já colocou no Plano Decenal de Expansão de Energia que as áreas da cessão onerosa vão produzir, sem contar os excedentes, 1,3 milhão de barris por dia. As plataformas já estão todas contratadas. Só falta uma plataforma, que é a de Búzios 5. Então, essa argumentação, tecnicamente, não se sustenta.

É muito importante, de certa forma, aqui no Senado, caso esse projeto venha para cá, como tudo indica que virá, a gente não aprovar esse projeto, essa Emenda Substitutiva Global.

E há outra coisa que é muito importante, que é a questão das licitações. A Petrobras está querendo contratar, no caso de consórcios – e ela está sempre em consórcios –, com uma empresa privada. E, de certa forma, essa Emenda Substitutiva Global sacramenta isso, fala que a Petrobras, como operadora de consórcios, não vai precisar fazer licitações públicas. E até vem com aquela teoria de que o mercado contrata por convite. A gente sabe todos os problemas que ocorrem quando se contrata por convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há o Destaque 20 hoje lá, e é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... que a gente retire isso do texto e mantenha as licitações públicas no pré-sal. Eu acho que isso atende também a todas as empresas fornecedoras, porque elas sabem que, havendo uma licitação pública, uma concorrência pública, todos vão ter oportunidade de participar.

Eu já falei bastante aqui, já passei do tempo, mas me coloco aqui à disposição de todos. E agradeço, mais uma vez, a presença de todos e a oportunidade de trazer as minhas visões aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, aqui quero agradecer a contribuição valiosa de Paulo César no nosso debate.

Passo, imediatamente, a palavra a Jean-Paul Prates, que é Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais & Energia (Cerne), especialista em legislação e regulação do setor energético, com mais de 30 anos de trabalho e de estudo nessa área. Tem também mestrado em Gestão Energética e Política Ambiental e mestrado na área de Economia do Petróleo.

Com a palavra Jean-Paul.

Mais uma vez, registro a presença aqui da nossa Senadora Lídice da Mata, que comigo divide, na condição de Vice-Presidente, a coordenação dos trabalhos da CDR.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Obrigado, Senadora Fátima.

Obrigado a todos. Obrigado pela audiência através da TV e da transmissão na *web*.

De fato, é um tema extremamente relevante. Obviamente, não preciso declinar a importância do setor de petróleo para qualquer país, principalmente para um país que alcançou a autossuficiência recentemente.

Vou tentar destacar, então, alguns aspectos desse momento que requerem tanta urgência e atenção, quando esses processos estão ocorrendo, Paulão, sem nenhuma transparência, sem nenhuma discussão pública sobre uma questão tão importante para todos nós.

Como é que passa o eslaide? Eu falo com vocês? (*Pausa.*)

Como a gente tem pouco tempo, vou dispensá-los da parte contextual, que, obviamente, todos conhecem, do que seria o que nós estamos falando nesta audiência, o que é o termo "desoneração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal" e o momento por que estamos passando. Nós, claramente, estamos passando por um momento em que já está havendo extrema desoneração fiscal de vários setores. E, como eu disse, muitas dessas desonerações estão sendo feitas sem o devido respaldo de transparência, de discussão pública. Nós estamos num momento ímpar da história do Brasil. Temos um Congresso que age de acordo com algum tipo de energia e de motivação diferente do habitual. E temos de trabalhar com essas forças.

Conseguiram projetar? (*Pausa.*)

Agora, em relação ao Governo no setor de petróleo, apesar de não dar para ver a lista toda por conta da letra, posso assegurar a vocês que o Brasil está onde está essa seta, e isso se deu em 2012, no momento do auge da nossa fruição do pré-sal, digamos assim, logo depois do anúncio e dos primeiros passos regulatórios, daquelas discussões todas sobre *royalties*, que demoraram bastante. Houve um anúncio efusivo, e cheguei a dizer na GloboNews que era a melhor notícia dos próximos 50 anos para o Brasil, que era o anúncio não do pré-sal em si. A melhor notícia dos próximos 50 anos, para mim – eu disse isso em cadeia nacional, quando fui entrevistado –, foi quando a Presidenta Dilma dedicou esses *royalties* do pré-sal à educação e à saúde numa proporção que foi, inclusive, discutida, aí sim, transparentemente e democraticamente, o que levou até dois anos. Levamos muito tempo até – foi tempo demais! – discutindo na Casa a destinação dos *royalties* do pré-sal naquela época. Chegou-se a ameaçar, inclusive, o início, o cronograma desses processos em função disso, para se ver como era diferente o tratamento dessa matéria.

Então, o Brasil, nesse período, voltando à figura, estava lá embaixo. Olhem ali: todos os que estão acima são os países produtores, grandes ou não, que têm participação governamental na receita do petróleo maior que a do Brasil. A do Brasil está em torno de 55%, de 56%, nessa fase justamente de auge da discussão do pré-sal, que era justamente uma fase até de óleo a preço alto, com todo mundo em uma comunhão de interesses. Imagine agora, quando você ainda está em cima disso desonerando, ou seja, diminuindo a participação governamental na receita, ainda mais que você está, no sentido oposto, com reservas provadas bem maiores, ainda mais que você está numa situação muito mais confortável de negociar à mesa!

O que é isso, não é, Paulão? O que é esse jogo do E&P, da exploração e produção? É um jogo de negociação do poder de barganha à mesa. O que está à mesa? Direitos exploratórios e direitos sobre reservas de petróleo. Ora, quando tenho muito, tenho cacife para negociar, atraio muito interesse. Quando eu não tinha nada, eu mesmo, como alguns sabem, trabalhei na reforma de 1994 a 1995, com a emenda constitucional, e em 1998, com a Lei do Petróleo. Graças a isso, temos até a Lei do Petróleo, que, apesar de ir na direção contrária do que a gente precisa agora, salvaguarda de certa forma as reservas nacionais e ajudou a Petrobras até a crescer dentro desse novo ambiente.

Mas, hoje, é outra fase. Naquela fase, nós, realmente, precisávamos desenvolver recursos naturais nossos. Havia a questão de ter ou não ter dinheiro, de capitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Petrobras não tinha esse grau de confiança do mercado que veio a ter depois não só com o pré-sal, mas até antes dele, com as gestões Lula e Dilma, onde ela podia capitar no mercado recursos com a confiança... Porque esses dias falaram: "A Petrobras era extremamente endividada", o processo de ela estar quebrada, esse mito que se criou de que a Petrobras quebrou porque estava com alto grau de endividamento. Isso é um mito. Na indústria do petróleo, quem faz descoberta de petróleo de grande porte de uma hora para outra, quem faz uma megadescoberta tem que se endividar, ele vai se endividar no mercado, e quando ele se endivida, vamos pensar: ninguém empresta dinheiro para quem não tem dinheiro. Ninguém empresta dinheiro para quem não dá garantia. Quando você diz "a Petrobras está com alto grau de endividamento", significa que muitos bancos, muitos financiadores, muitos acionistas, muitos investidores confiaram naquela empresa e emprestaram dinheiro. Ninguém vai emprestar dinheiro para a Petrobras porque ela era boazinha ou porque ela era gentil ou porque ela era bonitinha. É porque ela tinha grandes reservas a desenvolver e tinha como dar retorno disso, de alguma forma.

Então, quando falarem "a Petrobras está quebrada", quebrada uma ova! Ela pode estar num momento de endividamento mais alto, porque justamente fez uma grande reserva, fez uma grande descoberta há anos, então, ela precisa captar esse dinheiro. Inclusive, o processo da cessão onerosa foi uma forma de fazer isso também, e o Governo, à época, foi extremamente criativo, usou vários mecanismos diferentes para poder viabilizar essa capitalização, digamos, da Petrobras – mas tudo com base em reservas e garantias dadas a esses financiadores. Ninguém ficou com o chapéu na mão, a Petrobras pedindo e o camarada emprestando gratuitamente dinheiro, sem nenhuma garantia. Então, não vamos ser inocentes e cair nessa conversa de Petrobras quebrada por alto grau de endividamento.

A outra coisa, e aí a grande discussão da audiência, seria a seguinte: o que se faz quando se faz desoneração de uma cadeia produtiva, de uma empresa, de um setor? Isso vale, inclusive, para outros setores que estão sendo desonerados, que eu coloquei no primeiro eslaide ali. Outros setores estão sendo desonerados, mas desoneração o Estado só faz quando tem uma contrapartida, quando o Estado diz: "Eu vou desonerar você porque você vai me dar de volta alguma coisa." E o que se espera em troca? Normalmente, em troca de desoneração, esperam-se incentivos à indústria nacional e geração de empregos, qualificação e renda local. É o mesmo princípio, por exemplo, dos programas de incentivos estaduais. Em cada um dos nossos Estados, embora agora esteja tudo muito parecido, a natureza, a razão de se dar incentivo fiscal ou desoneração fiscal, Fátima, é pedir em troca alguma coisa, gerar emprego, gerar qualificação, gerar renda, gerar incentivos à indústria nacional. Senão, não se tem interesse em baixar imposto.

Então, o que aconteceu na verdade? Nós tivemos, ao contrário, o Governo excluindo a Petrobras como operadora do pré-sal, que era uma forma indireta, embora um pouco patronal ou paternalista de garantir, mas era necessária, que a Petrobras fosse a principal contratante, porque o operador – não é, Paulão? – tem a função de emitir as notas, de contratar todo mundo em nome do consórcio. Operador é isso, é a empresa líder do consórcio. Então, ele excluiu a Petrobras como operadora do pré-sal e ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuiu o seu compromisso com entes de nacionalização. Quer dizer, disse: "Você não precisa mais ser operadora única e, além do mais, tudo que, desde a época do Fernando Henrique Cardoso, 1998, das primeiras licitações de blocos da ANP, foi comprometido com compras na indústria nacional, você pode diminuir, tudo isso aí; não precisa mais comprar 70%, 80% no Brasil, inclusive percentuais que você deu na licitação, disse que ia fazer, você está perdoada, pode contratar menos e flexivelmente." Que sinal é esse que você dá? Simplesmente abriu geral.

Então, quando se dizia que a lei de 1997 abria, não está nem perto disso aí. A lei de 1997 é extremamente soberana, extremamente séria em relação a isso, inclusive clamava pelo índice de nacionalização.

E só para dar um exemplo, para não dizer que isso é coisa de brasileiro, de esquerdista ou do que for, está aqui o exemplo de uma entidade que eu conheci pessoalmente, ninguém me contou, não, eu conheci isso na época da década de 90, já no final da operação desse órgão: um órgão britânico que foi criado nos anos 70 para tirar a Inglaterra, ainda ali no início da exploração do Mar do Norte inglês, de 30% para 70% de conteúdo britânico nas contratações da exploração daquelas bacias. Esse processo foi atingido em 15 anos, Fátima. Superou a meta – e aí, como dizia a nossa Presidenta Dilma, dobraram a meta. Enfim, superou a meta e, aos 26 anos ele foi extinto porque atingiu aquela meta e superou-a. Hoje a Inglaterra, o Reino Unido, que tem já os seus campos em declínio – Paulão sabe disso – exporta tecnologia *offshore* para o mundo, inclusive para nós. Então o OSO – esse Offshore Supplies Office – era membro, era a agência que tinha a função precípua... Não era uma agência de petróleo, era uma agência de estímulo aos fornecedores locais, com várias políticas que você era obrigado a cumprir – e ele também ajudava a que fossem cumpridas –, pelas quais as empresas estrangeiras, por exemplo, tinham que estabelecer suas filiais e fábricas ali, etc. e tal, treinar pessoas... E a mesma coisa aconteceu na Noruega, na Holanda, na França e em vários outros países. Até Angola tem política de conteúdo nacional.

Então, voltando aqui. Ao invés disso, nós tivemos o impacto dessa política, em dois anos, de demissões da Petrobras e contratados, mais de 200 mil. Isso está inclusive num artigo que o Presidente Lula escreveu no fim de semana no *Jornal do Brasil*. São números obtidos das entidades que têm a ver com esse processo. Nos estaleiros, mais de 60 mil demissões, e, em geral, na indústria de máquinas e equipamentos, em torno de 1 milhão de perdas de empregos. Primeira parte do processo.

Segunda parte da discussão aqui: quando se fala em desinvestimento, está se falando de fato, claro, em privatização, em venda e, em alguns casos, em descontinuação de atividades. E aí eu quero salientar as áreas em que isso está acontecendo hoje, que também é uma forma de desoneração.

Biocombustíveis. Veja, a Petrobras estava olhando para o futuro, olha para o futuro. Misturar hoje bioenergia, energia renovável, veículos elétricos, tudo para onde o mundo está indo para recuar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser uma empresa exportadora de cru. Vamos chegar lá, vai recuar e vai ser uma exportadora de cru, é a visão deles.

Distribuição de GLP tem um cunho social importantíssimo porque se trata do gás de cozinha, mas também outros mercados que justamente compensam o que você, digamos, deixa de ganhar no combustível social, isso é compensado em outros segmentos que consomem o mesmo gás liquefeito de petróleo.

Fertilizantes, participações na petroquímica, gasodutos e oleodutos. Falou-se aqui do sistema de gasodutos do Nordeste. Esse sistema de gasodutos do Nordeste nada mais é do que a coluna vertebral do mercado de gás do Nordeste inteiro – a coluna vertebral, aquela que segura o corpo todo. Todos os mercados do Nordeste estão situados ali no litoral. Não dá para apontar aqui, mas imaginem todo o litoral do Nordeste, onde as capitais e as populações se concentram, e o Nordestão e o Gasene passam justamente em todas essas capitais, obras aí que levaram anos para serem viabilizadas, porque esses mercados não eram desenvolvidos, foi abertura de mercado. Agora, na hora de comer o filé, tira o filé do prato do sujeito que investiu naquilo ali.

Terminais terrestres e marítimos. Importantíssimos para desenvolver áreas novas. Eu vou falar aqui onde é que a iniciativa privada deveria estar investindo em vez de estar comprando coisas já amortizadas, já pagas.

Refinarias e campos de petróleo. Aí, nos campos de petróleo, mais um alerta, eu até estou comentando aqui em *off*: existe um cuidado muito grande que a gente tem que ter aí, porque essas vendas de alguns ativos estão sendo feitas através de anúncios escondidos em *teasers* de fatos relevantes do mercado, não num *site* aberto, e conduzidas diretamente por banco estrangeiros, como o Scotiabank, como o Citibank. Então, em vez de escrever para a Petrobras para pegar informação, você escreve para um *e-mail* do Citibank. Isso já é uma coisa que causa um pouco de espécie, porque, mal ou bem, são dados... E outra, a transparência, o princípio todo da publicidade, todo esse processo provavelmente está altamente comprometido nesses casos.

Houve aquela suspensão pelo TCU do processo iniciado ainda pelo Presidente Bendine...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – ... e agora esse outro, iniciado depois de um decreto do Presidente Temer, meio que ajeitando essa situação, e aí soltaram mais editais – esses editais nem se chamam editais, são convites diretos a companhias, que falam diretamente com os bancos e com seus gerentes.

Para terminar, queria repisar esse assunto que Paulão já expôs, só com um pouco mais de detalhe: qual é o dogma, qual é a inteligência, a mentalidade de quem está atuando hoje lá? É o que eu chamo de dogma Temer-Parente. Este é o dogma: primeiro, a Petrobras precisa de preços livres e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imediatamente paritários com o mercado internacional, portanto, sem intervenção do Estado, ajustados em tempo real, para sobreviver.

Tributos sobre combustíveis são altos demais – essa é outra afirmação. Depois eu vou rebater uma por uma.

O investidor/acionista da Petrobras não se interessa pela ação se houver interferência do Governo na sua gestão, direcionamento nos seus investimentos ou controle/amortecimento dos reajustes de preços. Então, o investimento não se faz, o investidor não compra a ação. Essa é a tese que é jogada aí o tempo todo.

Outra: comprar diesel fora é mais negócio do que produzi-lo nas refinarias brasileiras. Essa é outra tese que está lá.

Manter ociosa a capacidade de refino abre espaço saudável para os concorrentes. O Presidente da empresa diz isso.

Aí vem: exportar petróleo cru, ceder fatias de mercado nacional para os concorrentes, vender reservas descobertas – descobertas –, parcela do atual parque de refino já amortizado e viabilizado, e da sua infraestrutura logística hegemônica é bom para o Brasil e para o caixa da Petrobras. Aí você vem aqui... Por trás disso tudo está um outro dogma que é ainda mais importante combater, que é o seguinte: o que é o acionista da Petrobras. Gente, toda hora a gente discute...

Eu peço um pouquinho mais de tempo só para esse raciocínio aqui, importantíssimo. Ninguém tem dito isso. Tem que ter coragem para dizer isso, é o mercado financeiro. Gente, é uma empresa mista; ela é diferente da Shell, é diferente da OGX, diferente de uma *startup* de tecnologia. O acionista que compra essa ação compra uma ação porque ela é mista, porque ela é hegemônica no refino, porque ela tem hegemonia de terminais, porque ela tem preferência para escolher as áreas do pré-sal, porque ela era o operador único do pré-sal, porque ela tem garantia do Governo, porque ela sempre foi *blue chip* no mercado de ações do Brasil sem ter política de preço reajustado na bomba em dólar e em tempo real.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Então, como é que agora querem me vender que o minoritário da Petrobras... Abandonar a Petrobras porque o preço da bomba não é o real, que é coisa que nenhum governo, nem dos militares, nem o Collor, nem o Itamar, nem o Sarney, nem o Fernando Henrique, nem o Dutra, ninguém, nem Juscelino fez?

Então, a política nova de preço paritário em tempo real e em dólar nunca existiu no Brasil, e a Petrobras sempre foi *blue chip* no mercado. O que movia esse acionista a comprar essa ação e negociar essa ação? O fato de ela ter privilégios de estatal, privilégios sem nenhuma vergonha de dizer isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque foi o modelo que o Brasil escolheu: privilegiar sua estatal. Isso é o bônus de ser estatal. Qual é o ônus de ser estatal? Está do outro lá ali: interesse do acionista/governo: ser a colher do tacho, aquela que mexe o setor, para onde eu giro o setor vai. Para o Governo é importante. Foi uma opção do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, aliás, e econômica, por questão de efeito econômico, inflação, etc., por isso a política de combustível, paridade controlada e investimento continuado – inclusive na década de 80, onde o preço de petróleo era o mais baixo da história, e a Petrobras continuou enfiando dinheiro no *offshore* da Bacia de Campos. Isso é o ônus de ser estatal. Então, há um ônus e há um bônus. O bônus são os privilégios que o Estado dá a ela, ônus são exatamente essas coisas. Quando o acionista compra essa ação, ele calcula o balanço entre o ônus e o bônus. Base para competitividade da indústria...

Ora, como é que a CNI – a CNI – não se alertou ainda para o fato de que ela está do lado errado? Para a CNI é horrível ter preço em dólar e paridade internacional na bomba diesel. É horrível para ela, consome inclusive GLP também. Como é que a CNI está do lado errado? Está dizendo "não, isso é mercado", cegamente, "como eu sou liberal, mercado é bom, preço livre, oba, oba". E está se lascando, porque está comprando o insumo mais importante da economia brasileira dolarizado e paritário a fatores que nós não podemos controlar: especulação internacional, furacão não sei onde, inverno europeu, verão dos Estados Unidos, dólar, crises de oferta, crises de procura por petróleo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Nada disso o Brasil controla. Aí você chega à autossuficiência com uma empresa estatal mista, e no momento que você pode exercer todo esse poder da competitividade do Brasil, da indústria brasileira, você inverte a lógica e aplica preço em dólar na bomba. Não faz o menor sentido.

Seguindo, para fechar: não é por outra razão que o locaute ou a greve ou como queiram chamar causou o caos que causou e, como diz um dos analistas sobre isso, a política de preço Temer e Parente não passou no teste de estresse. Se tivesse sido uma quentura leve, a gente não ia perceber, porque houve épocas – olhem aqui o que o caos rodoviário revelou – de Lula e Dilma em que o preço esteve o mesmo que está hoje, quando você atualiza o valor – isso é lá do Infopetro, pessoal da UFRJ – e ninguém percebeu. Por quê? Porque fazia parte da política de paridade por patamares ter preço oscilando de acordo com o mercado internacional, mas não em tempo real. Então, houve períodos em que a gente nem percebeu isso aí que aconteceu, o mesmo valor que está hoje em preço, ou até um pouco acima em alguns momentos. Está ali. Só que, como era administrada a questão, ninguém foi ferido com isso.

Outra coisa que o caos revelou foi justamente o que Paulão já mostrou. Ora, ninguém tinha notado que as refinarias estavam em capacidade reduzida. Que situação é essa? Você deixa de produzir da sua fábrica para deixar o outro entrar, e ainda é chamado de presidente competente. Como é que pode um negócio desse? O dia em que ele saiu deveria ter sido festa na empresa, os acionistas deveriam ter soltado fogos, "saiu o cara que deixava o concorrente entrar no mercado dele".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto é que custa esse processo no futuro? Hoje você não percebe isso, mas quanto vai custar ter dado fatia de mercado hegemônico da Petrobras para outras empresas, por ser bonzinho, por achar que o mercado é bom para o Brasil, etc.? É tão bom que deu esse caos que aconteceu aí. E pior, quando deu a confusão toda, pior a emenda que o soneto. Então está certo, o governo Dilma, lá em algum momento, errou represando além do necessário por motivos eleitorais, vamos admitir que sim. Não vamos aqui esconder também. Tudo bem, errou lá dois meses, três meses, passou do ponto, devolve aqui e tal. Quando foi devolver em 2015 para recuperar, não conseguiu, porque aí pegou aquela onda de negatividade contra a Presidente eleita quase por uma margem pequena, o Brasil dividido, não conseguiu fazer o ajuste que tinha que ser feito. Mas a paridade controlada era correta. A paridade por patamares era correta. Dolarizar é muito pior. Reajustar em tempo real, nem falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN-PAUL PRATES – Aí a solução que se propõe: em vez de mexer na causa do negócio todo, vão mexer em outras áreas, tributar menos. Aí se vai pedir ao Governador do Ceará para abrir mão do imposto do combustível. "Não, governador, dá uma ajuda aí." Pelo amor de Deus! Eles fizeram a egípcia, como dizem. Passaram direto assim, não é nem comigo. Que governador, num ano desse, vai abrir mão de receita de combustível, que é a mais certa de entrar, difícil de sonegar, para ajudar o Governo Temer a sair de uma crise que ele mesmo criou por querer dolarizar o preço do combustível? Não tem condição! Aí propõe subsidiar, pagar à Petrobras a diferença. Quer dizer, é voltar ao tempo da Idade da Pedra.

Ninguém usa mais subsídio, olhem aí a quantidade de países que usam isso, só país altamente produtor, exportador de cru, que tem uma leve esperança de atrair alguma indústria por conta disso, mas basicamente está dando combustível para o cidadão. É isso que a Venezuela e a Arábia Saudita fazem. Não são nossos exemplos, viu, gente? Nem da esquerda nem da direita no Brasil.

Depois, refinarias ociosas – não há nem o que comentar sobre isso – e importar diesel. Essa é a solução que foi proposta. Resultado... Muita gente pergunta: e os modelos lá fora? Como funciona isso lá? Estão aí os cinco modelos.

Controle estatal total: Venezuela e Arábia Saudita, eu já mencionei.

Preços livres, só que é um "livre" entre aspas. Os Estados Unidos têm tropas que custam uma fortuna, todos sabem quanto, para manter estáveis países que são importantes, que são *swingers* do mercado internacional, como a Arábia Saudita, países, inclusive, que não são nem um pouco democráticos, e nem por isso deixaram de ter o seu reinado ou os seus dirigentes, digamos assim, contestados nas suas políticas internas, países garantidos por tropas americanas e, além disso, estoques estratégicos, coisa que a gente também não tem no Brasil. Então, o modelo americano é livre, mas até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a página 7, porque ele é garantido no respaldo final, na bacia lá embaixo, tem uma rede de proteção gigante, que são tropas e estoques.

Na Europa, além de tropas e estoque, porque eles têm um território reduzido e uma preocupação ambiental bem maior, uma dependência menor dos automóveis, eles têm tributos, tropas e estoques. Então, eles ajudam os Estados Unidos com as tropas, fazem estoque e aumentam terrivelmente os tributos. Na Alemanha, França, etc., quase 80% do combustível é tributo – 80%! Aí há países que fizeram fundos de estabilização. Então, arrecadam um período e pagam as diferenças às empresas de petróleo no período de alta. Chile e Peru são exemplos. E tem o nosso modelo. É um modelo! Por que o Brasil não pode ter um modelo, fundado um modelo, procurado um modelo? E não pode fazer o seu modelo?

Tributos e estatal – estou levando um cartão vermelho aqui da Senadora. Brasil, Malásia, China usam tributos e a estatal, porque a estatal mista é para isso. Claro que você não vai quebrá-la, não fará tanto movimento tão radical, mas você a usará. Um pedaço desse controle de preços será feito por ela.

Então, para fechar, esse eslaide. Autossuficiência para quê? No final das contas, a gente lutou 60 anos de investimento, trabalho e conquistas. Investimentos até, como eu disse, nos períodos de baixa do petróleo. Construção de um parque de refino concomitante com essa produção; ao longo da produção subindo e as refinarias sendo construídas, para – o que a gente ouvia dos nossos pais e avós? E até nós mesmos continuamos a ouvir? – libertar o País da dependência externa e da volatilidade do mercado internacional. Não era esse o papo? Toda vida a gente ouviu isso. Aí, quando a gente chegou nisso aí...

A ideia era permitir planejamento e competitividade dos produtos brasileiros, coisa que interessa à indústria brasileira. Expandir o mercado de trabalho e a cadeia produtiva a jusante, abaixo da exploração e produção. Exportar derivados com as melhores margens e não exportar cru. E, portanto, expandir a capacidade de refino dos mercados altos. Tudo isso foi depois distorcido por todo esse processo de investigação, de não sei quê, prêmio um, prêmio dois, Pasadena, Fukushima... Sei lá como era o nome da refinaria lá. Não era Fukushima, era outra.

Mas era certa a política. Qual era a política certa? Produzir petróleo, refinar para nós mesmos e refinar para os outros no ponto de destino, que eram Estados Unidos e Japão, com refinarias próprias. Estava tudo certinho nesse processo. Então, o que faltou nesse processo? A última parte desse eslaide. Oscilação do preço internacional eu já disse. Vantagens da paridade controlada e periódica: previsibilidade e estabilidade.

Para o camarada do frete, o que ele precisa, no frete, é previsibilidade do preço e estabilidade do preço. Foi isso que ele não encontrou naquela política Temer-Parente. Então, como você faz isso acontecer? Transparência e objetividade nos critérios, cesta de parâmetros e fixação de periodicidade. Ou seja, você pega a situação e diz assim: o preço do diesel será de acordo com uma cesta de diesel e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de óleos de fora mais o dólar, mais outros parâmetros que eu queira colocar. E eu fecho aquela cesta e digo a todo mundo que aquela cesta são os parâmetros que eu vou usar. E depois eu digo de quando em quando farei esses ajustes: Ah, de trinta em trinta dias terá um ajuste.

Qualquer estagiário de economia será capaz, na sua empresa, de calcular quanto será o reajuste dali a trinta dias, porque terá os parâmetros, saberá quanto deu e terá o dia em que irá acontecer o aumento ou a diminuição do preço. Então é mais ou menos por aí.

Para não falar que somos contra ou que estamos nos posicionando contra investimento privado, que o investimento privado não tem vez no setor de petróleo, eu deixo com vocês vários segmentos onde o investimento do petróleo é extremamente bem-vindo! Na Petrobras, com a Petrobras e até onde a Petrobras não estiver. Ou em complemento à Petrobras.

Então estão aí explorações de bacias de fronteira; estaleiros e fábricas de equipamentos; prestadores de serviços sediados no Brasil – é claro! Revitalização de campos, refinarias novas e refinarias no exterior, infraestrutura de escoamento, transporte, navegação, de cabotagem, parcerias com pesquisas de desenvolvimento e inovação, parcerias internacionais, energia e fontes renováveis, conversão para mobilidade elétrica, petro e gás-química de última geração, biocombustíveis, fertilizantes e outras frentes.

Com isso, eu agradeço a vocês, porque já passei muito do tempo, e fico à disposição para as perguntas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabenizo aqui Jean-Paul pela importante exposição que também acaba de fazer, dando uma contribuição valiosa, o que mostra o quanto ele tem conhecimento nessa área, experiência tanto na área de petróleo quanto de gás e de energia. É muito valiosa a sua contribuição aqui para o nosso debate, juntamente com Paulo César, o nosso Consultor.

Agora vamos ouvir as entidades representativas dos trabalhadores. Vamos começar pela FUP, com Deyvid Bacelar. E depois ouviremos a Federação Nacional dos Petroleiros, com o Agnelson. Ao tempo em que registro também, com satisfação, a presença aqui conosco do Senador Valadares, que vai puxar a audiência pública lá em Sergipe.

Com a palavra o Deyvid.

O SR. DEYVID BACELAR – Bom dia, senhoras!

Bom dia, senhores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DEYVID BACELAR – Também, com certeza.

Primeiramente, parabenizo e saúdo a Mesa, em nome da Senadora Fátima Bezerra, por essa iniciativa que foi tirada na audiência anterior e felizmente está aqui acontecendo. Esse debate é de suma importância para todo o Brasil e também para os Estados lá do nosso Nordeste.

Saúdo aqui o Senador Paulo Rocha, o Senador Valadares, a nossa Senadora, baiana, Lídice da Mata, que tem, sim, encampado essa luta – e nós do Sindipetro Bahia sabemos muito bem disso –, ao ponto de declararmos total apoio à Senadora Lídice da Mata, lá no nosso Estado. E continua de pé, sem dúvida alguma, Senadora.

Saúdo o nosso companheiro Paulão pela brilhante apresentação, como sempre aqui, que nos dá luz para estarmos debatendo o tema com maior propriedade.

Saúdo o Jean-Paul Prates, aproveitando a oportunidade aqui para parabenizá-lo não somente por essa apresentação brilhante, mas por aquela surpresa boa na GloboNews, porque eles ficaram surpresos com a abordagem feita pelo senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DEYVID BACELAR – Com certeza, acho que não.

Parabenizo aqui e saúdo o nosso companheiro Homero, da FUP, que está aqui presente; o companheiro Eder, da H6 Advocacia, que tem feito um brilhante trabalho também nessa luta contra as privatizações aqui no nosso Estado; o nosso companheiro Agnelson, que está aqui representando a FNP; juntamente com a Drª Raquel, que estava presente.

Aproveito essa oportunidade aqui, Senadora Fátima, para parabenizar também dois companheiros nossos da Câmara dos Deputados, aqui em Brasília, os Deputados Federais Jorge Solla e Nelson Pellegrino. Porque aproveitando o ensejo aqui, quando foi exposto esse tema das refinarias, houve uma visita técnica das Comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e também de Trabalho e Renda da Câmara, quando esses Deputados verificaram justamente isso que foi apresentado aqui pelo companheiro Paulão e pelo Jean-Paul Prates.

Felizmente, as argumentações nossas estão tão sólidas que os gerentes executivos que lá estavam presentes – gerente executivo de logística e gerente executivo da industrial, da Petrobras – não conseguiram explicar como as refinarias estão operando em média com 65% da sua capacidade de produção e como a Refinaria Landulpho, lá na Bahia, estava operando com 50% da sua capacidade de produção? E a BR Distribuidora, a Petrobras Distribuidora perdendo grau de participação no mercado internacional para outras distribuidoras; e a Petrobras abrindo espaço para mais de 300 importadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão atuando aqui no Brasil, e, como disse aqui o companheiro Paulão, trazendo principalmente diesel dos Estados Unidos, da América do Norte. E nós sabemos aqui que infelizmente é uma das faturas do golpe que está sendo paga.

Felizmente, nessa visita, Senadora, eles deram até uma notícia boa de que reconheceram que erraram na mão com relação à política de preços e, a partir de julho, agosto, estarão aumentando a carga das refinarias. É só notícia boa. Então, confirmando aqui o que o Jean-Paul Prates apresentou aqui. A política está equivocadíssima. Então, sem dúvida alguma, principalmente nesse período aqui, pré-eleitoral, eles estarão revendo esse repasse do preço dos derivados para a população brasileira de forma mais tranquila.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deyvid, permita-me...

Notícia boa sem dúvida nenhuma. Isso já é fruto de toda essa mobilização, não é, Senadora Lídice?

O SR. DEYVID BACELAR – Sem dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Da pressão, não é? E aqui mais uma vez destaco o papel importante de vocês, da FUP, da FNP, da Frente Brasil Popular, enfim, as instituições que têm compromisso com a soberania nacional têm exercido importante papel nessa quadra do momento histórico que o País vive, porque o processo de desmonte é muito veloz, o que exige também muita iniciativa de resistência e de mobilização. Mas destaco aqui e os parabenizo.

Rapidamente, eu quero aqui registrar também, com muita alegria, a presença de Maria Gabriela. Cadê Maria Gabriela? Que é Secretária de Mulheres lá da Fetarn (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), lá do meu Estado. E de Ana Aline, Ana Aline querida, também Secretária de Políticas Sociais da Fetarn. Estão aqui participando das reuniões, Senadora Lídice, com vistas à organização da Marcha das Margaridas, que este ano, seguramente, será uma marcha ainda mais expressiva, pelo desafio colocado, que é a luta contra os retrocessos em curso no nosso País, que têm atingido tanto a trabalhadora rural e o trabalhador rural no campo do Nordeste e por este País afora.

Eu convido vocês para virem mais para cá. Venham participar aqui da nossa audiência pública, porque esse tema diz muito respeito à vida dos trabalhadores tanto da cidade como do campo.

Desculpe, Deyvid. Devolvo a palavra a você.

O SR. DEYVID BACELAR – Senadora, por sinal, essa união entre o campo e a cidade é de suma importância. A Plataforma Operária e Camponesa para Energia tem discutido de forma ampla esse tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da soberania nacional, da soberania energética, e temos conseguido avançar para além da categoria, trazendo esse debate para o seio da população do nosso País.

Não poderia deixar também, aqui, de elogiar e parabenizar o Governador Rui Costa, que, quando foi interpelado por uma jornalista da Rede Globo, sobre essa questão da desoneração fiscal em cima de ICMS da Bahia, ele foi muito taxativo: "Na Bahia o ICMS é um dos menores do Brasil, mas o problema não é a tributação, o problema é a política de preços dessa nova gestão da Petrobras." E de forma muito rápida ele usou todos os argumentos que a gente tem utilizado e desmascarou ali, em plena Rede Globo, o que estava acontecendo naquela época da greve dos caminhoneiros, ou locaute, como aqui foi colocado, e da greve dos petroleiros, que culminou com a saída do Pedro Parente.

Agradeço aqui o pessoal do Inep e do Dieese, tanto o Cloviomar quanto o Rodrigo Pimentel, que ajudaram na elaboração dessa nossa fala.

Então, Senadora, o atual modelo de exploração e produção de petróleo e gás hoje no Brasil traz, sim, uma série de impactos negativos para as políticas públicas no nosso País. Aqui, de forma muito brilhante, tanto o Paulão quanto o Jean-Paul Prates já apresentaram alguns elementos das mudanças que estão causando esses impactos. Isso muda um pouco o roteiro da nossa fala, porque eles já abordaram. Então, a gente vai destacar somente alguns pontos que nós entendemos serem também importantes.

É bom lembrar que, a partir do golpe de estado que nós sofremos aqui no País, infelizmente com apoio de parte do Legislativo e apoio de parte do Judiciário brasileiros, nós temos uma mudança no marco regulatório do petróleo – e fizeram várias por sinal infelizmente –, tanto relacionada à questão do E&P quanto também do refino brasileiro, várias mudanças. Algumas que são grandes mudanças.

O marco regulatório do pré-sal, principalmente, em que nós tivemos um avanço na legislação brasileira, foi o melhor possível construído na época. Nós dos movimentos sociais e do movimento sindical petroleiro estávamos encampando um projeto de lei que era para que a Petrobras viesse a ser uma empresa 100% pública e estatal, que seria o ideal para o Brasil, para o povo brasileiro e para a própria empresa, para que ela não sofra esses desavanços infelizmente da legislação nacional e internacional, e por ela ter ações principalmente da Bolsa de Nova York.

Então, esse modelo não passa, mas um modelo possível, no modelo de partilha, passa. E ele tem um tripé fundamental que são pilares que sustentam essa política, que trazem a discussão da Petrobras como operadora única do pré-sal. Isso infelizmente o Poder Legislativo mudou, e nós temos aqui infelizmente um dos piores Congressos desde a redemocratização do nosso País, que consegue mudar algo que era importantíssimo para a manutenção do modelo de partilha.

Tínhamos um conteúdo local forte estabelecido dentro desse marco regulatório. E o Jean-Paul Prates mostra aqui que nós estamos indo na contramão do que o mundo está fazendo. A Inglaterra, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, como ali foi apresentado, vai de 30% para 70% de conteúdo local. Ou seja, geração de emprego e renda nacional, tecnologia e desenvolvimento da indústria nacional. Aqui nós retrocedemos, saímos de uma média de 65% para uma média de 18%, 20%. É um escândalo o que estão fazendo aqui no nosso País. E, por tabela – e esperamos que não ocorra, Senadora e Senadores que estão aqui presentes –, com relação ao fundo social soberano. Porque, sem dúvida alguma, quebrando já essas duas pernas, esses dois pilares centrais do modelo de partilha, o terceiro é um segundo passo.

É bom lembrar que existem projetos tramitando nas duas Casas que querem acabar com esse modelo de partilha para voltar para o modelo de concessão. Na verdade, essa é a cobrança das petrolíferas internacionais. Como aqui já denunciamos, vários lobistas estão conversando muito de perto, de pé de orelha, com inúmeros Parlamentares – por sinal Parlamentares esses que estão aí buscando formas de financiarem as suas campanhas.

Então, essas mudanças são péssimas. Por quê? Apresentaram aqui tanto o Paulão quanto o Jean-Paul Prates que a geração de riqueza, por meio desse modelo que tínhamos, era melhor para o Brasil. Em matéria de *royalties,* em matéria de geração de tributos, nós já temos uma queda muito brusca com as mudanças que foram feitas, principalmente porque, quando nós tiramos a Petrobras de ser operadora única e exclusiva de todo o pré-sal brasileiro, nós não estamos verificando que a empresa possui melhor tecnologia – aqui disse o Paulão – para desenvolver, para produzir, para explorar em águas ultraprofundas, tem a melhor operação e com menores custos de extração e produção total de petróleo. Isso gera maior arrecadação, ou seja, maior participação para o Governo Federal e, consequentemente, para os Estados e Municípios, até porque estamos falando aqui de recursos do pré-sal brasileiro que vão para toda a Nação, para todos os Municípios inclusive. É uma perda significativa com relação a isso. E aqui os companheiros mostraram isso muito bem.

Com relação ao conteúdo local, que aqui pincelamos rapidamente, lá no Nordeste, por exemplo, Senadora, nós tínhamos dois grandes estaleiros, em Pernambuco e na Bahia, que, por conta da política de conteúdo local, estavam produzindo navios, sondas, plataformas com tecnologia nacional, gerando milhares de empregos ali na Região Nordeste, região que, como aqui colocamos na audiência anterior, sempre foi muito prejudicada pela história do País. E houve, sim, uma correção disso no governo Lula, com investimentos que foram votados para nossa região. Estaleiros hoje estão praticamente fechados, sem empregar ninguém, em Maragogipe. A Senadora Lídice, que atua naquela região e foi bem votada ali, sabe muito bem o que hoje Maragogipe é, praticamente uma cidade fantasma. Lá havia em torno de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras que construíram duas plataformas de perfuração marítima, a P-59 e a P-60, com investimento de 720 milhões e que foram vendidas por apenas 60 milhões. Ou seja, menos de 10% do valor. É uma cidade fantasma hoje, que não gera emprego, não gera renda, não gera recursos para esse Município, para o Estado baiano e também para o Governo Federal. Em Pernambuco, a mesma coisa, navios fabulosos foram construídos lá, por sinal navios que estão hoje com a Transpetro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm nomes de vários revolucionários da história do nosso País. Não temos mais isso por conta dessa mudança infelizmente na política de conteúdo local no nosso País, e isso se reflete em todo o Brasil.

A Operação Lava Jato tem uma influência direta nisso, infelizmente. E aqui ratificamos a opinião que sempre demos: o Juiz Sergio Moro, aqui reforçamos isso, ele, sim, tem uma influência direta dos Estados Unidos da América do Norte. Fez especializações lá, o próprio WikiLeaks e o Snowden declararam isso perfeitamente, onde ele, procuradores do MPF e agentes da Polícia Federal foram, sim, treinados pela CIA. E esse Juiz, que deveria trabalhar em cima dos executivos das grandes empresas brasileiras de engenharia gigantes, Odebrecht lá da Bahia, OAS lá da Bahia, Camargo Corrêa e outras, ele deveria buscar o CPF desses gestores, e não o CNPJ; ou seja, esse senhor destruiu as empresas de engenharia do nosso País, todas elas, todas elas.

Quem hoje está licitando com o Governo Federal? Quem hoje está licitando com a Petrobras? Não é coincidência, empresas de engenharia norte-americanas, que hoje estão fornecendo tecnologia e serviços inclusive para a própria Petrobras, por conta da mudança da política de conteúdo local. Acordos de leniência deveriam ter sido feitos com essas grandes empresas como fizeram com outras grandes empresas no mundo que tiveram problemas similares: Siemens, Total, Shell e outras empresas que corrompem por sinal governos, estados e que não foram destruídas; foram preservadas para gerar emprego, renda, riquezas para os seus países. Então, a política de conteúdo local, Senadora, Senadores, pessoas que estão nos acompanhando aqui pela TV Senado, ela foi bastante reduzida e isso gera um prejuízo enorme para nossa Nação e principalmente para o povo brasileiro.

E um terceiro e último aspecto, que está finalizando aqui o tempo, é bom destacar que a defesa das empresas públicas sobre o controle do Estado brasileiro deve ser feita por todo e qualquer Parlamentar, seja ele de esquerda ou seja de direita, porque essa é a prática dos outros países. Das grandes dez maiores petrolíferas do mundo, oito são estatais; 80% das reservas de petróleo no mundo são controladas por empresas estatais ou empresas públicas controladas pelos Estados; 75% da produção de petróleo no mundo estão nas mãos das empresas estatais ou empresas públicas controladas pelos Estados.

Então, o Brasil, pós-golpe, vai na contramão do que o mundo hoje pratica. Por sinal, para quem não se lembra, hoje países da Europa que praticaram a privatização ampla, total e irrestrita, com o neoliberalismo que ali imperou por muito tempo, hoje estão estatizando setores estratégicos para esses países, a exemplo da Inglaterra reestatizando a área de saneamento básico, a distribuição de água; diversas cidades na Europa fazendo o mesmo. Outras pessoas sempre citam, Jean-Paul Prates, os Estados Unidos da América do Norte, um país ultraneoliberal, mas que controla setores estratégicos com mão de ferro, como aqui já citamos; o setor elétrico controlado pelas Forças Armadas norte-americanas. Então, o Brasil vai na contramão do que o mundo pratica hoje, entregando as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas públicas, os seus recursos naturais para outros países, para empresas transnacionais a preço de banana.

E, para concluir mesmo, Senadora, somente lembrar isto: a decisão que nós tivemos aqui do Ministro Ricardo Lewandowski é uma das melhores decisões que nós tivemos nos últimos tempos. Eu particularmente não vi, em toda minha vida, alguém que representa o Judiciário brasileiro falar sobre soberania nacional de forma tão plena. (*Palmas.*)

Quem leu a decisão do Ministro entende muito bem do que é que nós estamos falando. Parecia até mesmo uma linha de argumentação que os movimentos sociais defendem, de entenderem muito bem que a soberania precisa ser defendida por qualquer brasileiro, brasileira, por qualquer Parlamentar, independentemente do partido a que ele seja filiado.

Então, essa decisão felizmente fez com que ontem a Petrobras divulgasse que todos os seus processos de privatização hoje estão suspensos. Então, as privatizações das refinarias e terminais, quatro refinarias no Brasil, doze terminais da Transpetro e todo o sistema logístico interligado a esses, estão suspensas por conta dessa decisão liminar; a venda da TAG, sobre a qual aqui a Drª Raquel fala muito e já nos explicou aqui. Esse processo de venda da NTN agora – a NTS infelizmente já foi vendida – está suspenso. A Fafen Araucária, lá no Paraná, junto com a Mato Grosso, que já estava praticamente vendida à Acron, essa empresa russa gigantesca que produz fertilizantes e vende para todo o mundo. O processo está suspenso.

Qual o nosso trabalho agora? Precisamos fazer com que essa decisão se mantenha. Porque, como aqui já foi dito pelo Senador Paulo Rocha, as pressões são muitas agora em cima do Ministro Lewandowski, que deu essa decisão liminar. Tanto os Parlamentares aqui desta Casa, o Senado Federal, quanto da Câmara dos Deputados precisam dar esse suporte ao Ministro. Porque em algum momento essa decisão vai para o Pleno do STF e aí nós precisamos garantir que a soberania nacional também seja defendida pelos outros ministros do Supremo Tribunal Federal, ou seja, da Suprema Corte brasileira, que tem que preservar, sim, o Brasil, tem que ter esse olhar. É uma decisão pela qual nós aqui, desde já, parabenizamos o Ministro por tido coragem de defender algo que a Constituição Federal brasileira coloca como princípio.

Nós não queremos sofrer, nós não queremos sofrer, Senadora Lídice, a doença holandesa que afetou vários países, como a Nigéria, a Indonésia, o Equador. Queremos que o petróleo, o gás, a energia que essa fonte, essa matriz energética gera elas nos deem retorno como deu na Noruega, que é um exemplo fabuloso que temos, e por sinal o modelo de partilha que nós criamos é similar ao que lá existe. Para isso, nós precisamos manter aí todo esse esforço que temos feito aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e também nas ruas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde já deixamos claro que a categoria petroleira está organizando, sim, uma greve nacional contra esse desmonte do Estado brasileiro, contra as privatizações que estão ocorrendo no nosso País.

Esperamos que a sociedade que está nos acompanhando neste momento e os Parlamentares aqui que foram eleitos com o voto popular estejam conosco também nessa luta, porque nós entendemos perfeitamente que defender a Petrobras é defender o Brasil.

Muito obrigado, Senadora e Senadores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui a Deyvid, que representa aqui a Federação Única dos Petroleiros e parabenizá-lo também pela contribuição tão qualificada que traz aqui para o debate.

Quero mais uma vez reafirmar que nós nos associamos, Deyvid, à FUP e às demais entidades no apoio a essa decisão estratégica, corajosa, patriótica, sim, porque está pensando nos interesses do povo brasileiro: refiro-me à decisão do Ministro Lewandowski de suspender o controle aí das estatais, suspender o processo de privatização, numa linguagem mais clara é exatamente isso.

É uma decisão de caráter liminar que ainda terá seu mérito em debate para julgamento. Por isso mesmo a importância de a gente ampliar e fortalecer todo esse processo de mobilização em defesa da Petrobras.

Vamos passar agora, imediatamente, para o Agnelson.

Eu quero pedir aqui a compreensão da Senadora Lídice e do Senador Valadares, e também a compreensão aqui de Agnelson. Fomos informados de que o Congresso deu quórum, e a votação vai começar exatamente pelo Senado.

Mas, Senadora Lídice e Senador Valadares, eu posso passar imediatamente aqui a palavra para Agnelson, que representa a Federação Nacional dos Petroleiros, o.k.?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. AGNELSON CAMILO – Bom dia a todos! Bom dia, Senadores e Senadoras. Bom dia à Mesa, com Jean-Paul Prates, que conheço desde a época da quebra do monopólio estatal do petróleo e da quebra do monopólio estatal das telecomunicações.

Esse é um fato que serve, inclusive, como exemplo para o que representa a quebra da soberania nacional. Das telecomunicações, de que sou oriundo, foi quebrado o monopólio e, dois anos depois, foi privatizada. E, hoje, você só consegue, quando reclama, ouvir aquele bipe, bipe, bipe, e não tem a quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reclamar da péssima qualidade do sistema de celular e convencional no Estado brasileiro. Prejuízo total. A gente não pode se esquecer disso.

No mesmo período quebraram o monopólio estatal do petróleo, que a Petrobras exercia, pois o monopólio pertence à União. Aquela luta foi incansável e até hoje a gente continua nesta luta na tentativa de impedir que entreguem essa que a maior empresa de petróleo da América Latina, a Petróleo Brasileiro S.A.

Eu sempre fico com esse cartãozinho para ver como é muito fácil as grandes multinacionais do petróleo chegarem aqui e se apoderarem do que é nosso. Nós temos aqui uma empresa chamada Rosneft. Ela é russa e é a terceira maior empresa do petróleo do mundo e hoje ela chega com toda estrutura pronta, feita pela Petrobras, para produzir, perfurar, fazer todo tipo de petróleo aqui no Brasil, o que a gente entende como um absurdo. Tira a soberania do povo brasileiro.

Hoje a gente tem uma discussão – e a gente ouviu muito isso dos comentaristas, principalmente da Rede Globo – de que a questão do pré-sal é só na cabeça do pessoal da Petrobras, que não existia. É um projeto de 20 anos, da exploração à produção do petróleo, até 8 mil metros de profundidade de lâmina d'água. Factoide, né? E isso foi desmentido tecnicamente. A Petrobras foi lá, furou e comprovou. Depois disseram que a Petrobras não tinha tecnologia, e aqui hoje eu ouvi: será que essa tecnologia é brasileira? A tecnologia de *onshore* e *offshore* é tricampeã mundial.

Ela não deve favor a ninguém e é uma tecnologia toda brasileira, desenvolvida nos seus centros de pesquisa, como o Cenpes e outros centros de pesquisa espalhados pelo Brasil afora – o CTGAS, inclusive, lá dentro do Rio Grande do Norte. E a gente traz aqui esse debate para demonstrar...

Parabenizo, de antemão, as palestras do Jean-Paul Prates e do Paulo César, porque elas são importantíssimas para o Parlamento, elas são importantíssimas para cada um dos que representam determinado tipo de segmento aqui nesta reunião.

Agora, a gente precisa pegar esses fatores técnicos e construir um processo com um linguajar que possa chegar ao povo brasileiro, porque essa é a maior dificuldade que todos nós aqui temos. O povo sabe que a Petrobras tem um grau de importância altíssimo – e deveria ser muito mais.

Eu ouvi aqui o Jean falar e ele falou claramente: "A Petrobras é coitadinha." Eu estive em uma sessão lá no TST em que, na presença de toda a Direção da Petrobras, eu tive que desmentir, porque tratavam, ali naquele julgamento do TST, sobre a questão de a Petrobras ser uma coitadinha. E como é que uma empresa que tem um faturamento médio de 350 bilhões por ano pode ser tratada como coitadinha?

Você imagine uma empresa que tem o pré-sal... E aí não é um número meu, não; esse é um número do maior do maior geólogo que provavelmente já passou pela Petrobras. E uma pergunta que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fiz a ele, porque há muitos fatores... Ele trabalhou muitos anos; eu fui, inclusive, de equipes dele, porque eu sou da área de exploração. E eu perguntei: "Qual a sua perspectiva para o pré-sal?" Ele disse: "Agnelson, aqui a estimativa não é de 30, nem 40, nem 50. O pré-sal tem em torno de 300 bilhões de barris de petróleo. Ponto."

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual o nome do geólogo?

O SR. AGNELSON CAMILO – É o geólogo... Eu esqueci o nome dele agora; depois, eu lembro.

De qualquer maneira, quando ele afirmou... Inclusive, eu trabalhei na equipe dele. Ele saiu por pressão, mas, de qualquer maneira, é um profissional da Geologia muito capacitado.

E, quanto a isso, a gente teve debates em Assembleias Legislativas, em que a gente ouviu: "Tirar petróleo a 8 mil metros, se tirar na terra já causa n prejuízos..." E eu fiz uma pergunta para o Presidente da federação amazonense das indústrias, que disse que era um risco profundo. E eu fiz uma pergunta a ele muito categórica: "Você sabe quantos milhões de barris de petróleo vazaram no afundamento da P-36?" "Ah, devem ter sido milhões." E eu disse: "Não vazou uma gota de óleo, porque a capacidade em tecnologia com que a Petrobras fura em águas profundas e que fura já em águas ultraprofundas é alta; as tecnologias da Petrobras são avançadíssimas. Então, não se derramou absolutamente nada."

E vocês viram lá no Golfo do México em quantos meses vazou petróleo com a BP? Porque não há como você controlar um vazamento desse. É uma pressão de PSI altíssima, e você não consegue, depois que a coisa acontece, salvar.

Por isso, companheiros, é importante esta reunião, mas é também de vital importância que nós saíamos daqui e preparemos... A gente já tem preparado, a FUP tem, a FNP tem, os fôlderes, como a gente fazia na campanha do monopólio estatal do petróleo, demonstrando a importância da Petrobras, que representa 15% do PIB nacional. Por que vai ter que abrir mão daquilo que é seu? É exatamente como se eu, em minha residência, um senhor estrangeiro viesse aqui, e eu cedesse o meu quarto com a minha esposa e fosse dormir na cozinha, para que ele ficasse lá no quarto excepcional. É isso que a gente faz, e não podemos permitir, e aí independentemente de políticas diferenciadas. Nós temos diferença políticas, mas este momento é de união, é força total para barrar toda essa política neoliberal implementada aqui.

Quando a gente pergunta: "A Noruega como faz?" A Noruega possui o maior IDH do mundo, do Planeta, companheiro. E sustentado por quem? Pelo petróleo, e lá não é ruim. Você imagina que o americano tem tudo privatizado?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AGNELSON CAMILO – Saúde lá é estatal; educação lá é estatal e bancada pelas periferias, pelos países que eles chamam de periféricos.

Por isso, companheiros, a Petrobras é campeã em tecnologia, tem petróleo para sustentar a educação. A ideia, na época em que estava a US$100 o barril de petróleo – e, só em libras, valia, naquele período de médio e longo prazo, em torno de 3,5 trilhões... Se você reduzir o preço do barril de petróleo pela metade, ainda vale um 1.750 trilhão, o que daria para sustentar todo o saneamento básico deste País, daria para sustentar a educação, daria para sustentar a saúde e todos os demais segmentos da sociedade brasileira.

E tudo isso aqui deveria ser produzido com as mãos do povo brasileiro, que é o único e exclusivo dono desta empresa. A gente tem sempre que lembrar que a Petrobras não foi forjada em gabinete. A Petrobras foi forjada nas ruas, companheiros, foi forjada na luta do povo, derramou suor e sangue do povo brasileiro. Lembro que a Petrobras foi atacada muito antes de ser criada, porque as seis irmãs afirmavam isso categoricamente, que nós tínhamos condições de gerir uma política de petróleo na questão da exploração, na questão da produção do petróleo aqui no Brasil, e foi desmentido. A Petrobras, que saiu do primeiro campo da Bahia, em 1937, ainda não existia e, até os dias de hoje, lá na cidade de Lobato, sua terra, a Petrobras chegou aos patamares de produção de mais de 3 milhões de barris de petróleo por dia.

E, quanto ao gás, não é diferente. A capacidade de produção de gás natural da Petrobras é extremamente alta. A Amazônia tem campos com alguns trilhões de metros cúbicos de gás. E querem entregar também, Senadora, Urucu, que é o maior campo terrestre de produção da Petrobras; a refinaria de Bacabeira, lá no Maranhão, de que fizeram toda a terraplanagem – é preciso que se visite e mostre que aquela refinaria Premium, que iria refinar 600 mil barris de petróleo, está lá na prateleira encostada; a gente tem a refinaria de Fortaleza também, outra Premium; e temos a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, em que foram gastos 33 bilhões, e está lá com a metade funcionando e a outra metade entregue às baratas. As duas federações têm batido profundamente nesse processo, tanto a FUP como a Federação Nacional dos Petroleiros. Então, a gente está nessa luta muito antes de hoje, contra a tentativa de privatizar a Petrobras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGNELSON CAMILO – E, para encerrar, essa luta não vai acabar aqui. A decisão do Ministro do STF é importantíssima, mas a gente precisa abraçar, precisa reforçar essa tese de que nada é mais importante em um país do que a sua soberania e sempre afirmar que a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa e os Correios sempre deram excelentes resultados. Aqui posso ter me esquecido de algumas, mas eles querem entregar agora a Eletrobras a preço de banana também. E a gente tem que combater tal atitude diante de todo esse conjunto de empresas brasileiras que sempre trouxeram o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para este País e de que a gente não pode abrir mão, com essa falácia de que tem que se privatizar porque não há recurso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGNELSON CAMILO – Você imagine o número de barris de petróleo que a gente deu aqui. Qualquer banco tem interesse de emprestar, sim, à Petrobras, porque ela tem competência em tecnologia e capacidade de produção dos seus técnicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGNELSON CAMILO – Por isso, eu quero aqui só lembrar um pouquinho – V. Exª me dê permissão, um minutinho para dizer...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – É que vai haver votação.

O SR. AGNELSON CAMILO – A gente está numa luta lá com a Petros também – e isso aí também tem é efeito da privatização em cima de mais de 100 mil trabalhadores – porque agora eles querem entregar os grandes fundos de pensão deste País.

Por isso, esta luta não se encerra aqui. E a gente está à disposição para acompanhar, seja lá onde for, para ajudar nesse processo contra a privatização da Petrobras e das demais empresas do Sistema Petrobras. Para a gente conseguir vencer essa luta, vai ser preciso ainda passar por várias barreiras.

É isso que eu tenho a colocar.

E, mais uma vez, parabenizo a Senadora Fátima Bezerra e os demais Senadores e agradeço aqui pelas palestras do Jean-Paul Prates e do Paulo César.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, primeiro, eu quero agradecer, Agnelson, a você e pedir compreensão. Na verdade, é que a sessão do Congresso já se instalou, o processo de votação já está aberto, começando exatamente pelos Senadores. De forma que, inclusive, eu iria facultar agora a palavra aos Senadores, à Senadora Lídice, que está aqui deste o início, ao Senador Valadares, à Senadora Regina.

Inclusive, o nosso abraço afetuoso de feliz aniversário para a Senadora Regina hoje. (*Palmas.*) (*Risos.*)

E muitos votos nas urnas do Piauí em 2018, para que esta brava e comprometida Senadora com a defesa da soberania nacional volte a esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Lídice e Senador Valadares, como é que nós fazemos? Vocês querem falar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Eu quero parabenizar a nossa Comissão sob a sua Presidência, que realizou esta audiência pública tão importante, e me comprometer aqui com que nós possamos levar para a Bahia este debate numa audiência pública que possamos realizar lá. Já vou com o Deyvid acertar isso, para que nós possamos levar todos os nossos debatedores para a Bahia, porque esse debate tem que ser capilarizado para os Estados, e ele impactará certamente num processo de mobilização em defesa da Petrobras.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Fátima, também só um minutinho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para falar – eu não estava aqui, infelizmente, porque estava em outra Comissão que também estava precisando de quórum –, principalmente para os trabalhadores, para a gente conversar com o povo. O povo não está entendendo esse negócio. Então, eu acho que é preciso fazer uma coisa mais ilustrativa, como aquela história: "Quer que eu desenhe?" Então, vamos desenhar para mostrar o que está acontecendo.

E vamos para a rua, gente! É em porta de igreja, é em porta de fábrica, é onde há gente, povo, que tem que receber essas informações para poder compreender o processo de destruição deste País. Então, vamos fazer nossos panfletinhos mais explicados, desenhados, ilustrados, que é para poder a população entender. Está todo mundo gritando sobre o gás de cozinha, que voltou para o fogareiro, que voltou para a lenha, mas não sabe, não entende que isso tem a ver com o processo de desmonte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E levar a audiência lá para o Piauí, não é, Senadora Regina?

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Rapidamente, parabenizo V. Exª, Presidente, Senadora Fátima Bezerra, por esta audiência pública, e as apresentações grandiosas, merecedoras de nossos aplausos, de todos aqueles que participaram do debate informativo não só para nós, Senadores, como também para todos aqueles que acompanham a TV Senado.

Desde muitos anos, eu estou aqui no Senado Federal. E, quando houve uma multiplicação das privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso, eu aqui estava, combatendo o Estado mínimo, a ideologia do liberalismo para vender a qualquer custo as empresas estatais em benefício do mercado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em benefício de empresas estrangeiras que se apoderaram do nosso patrimônio, como, por exemplo, a Vale do Rio Doce, que foi vendida a preço de banana. E, enquanto o Brasil se desfazia do seu patrimônio, o endividamento do nosso País chegou a quase US$300 bilhões com arrecadação de pouco mais de 30 bilhões, significando dizer o seguinte: que o Estado mínimo é uma pregação falaciosa, mentirosa e que, se tivesse validade, o Brasil não estaria vivendo o momento que está vivendo hoje.

Portanto, meus parabéns a todos aqueles que participaram do debate. É uma pena que agora nós tenhamos sessão do Congresso e não possamos dar continuidade, inclusive, com perguntas que poderíamos fazer aos seus integrantes. Meus parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E vai levar para Sergipe a audiência pública.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Sem dúvida. A Fafen, vamos dizer assim, por enquanto, não está sendo privatizada, mas ela está sendo hibernada – é um novo termo criado pelo neoliberalismo para vender a preço de banana estatais do nosso País. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, eu quero agora agradecer aos nossos expositores aqui, debatedores e fazer um agradecimento muito especial pela contribuição tão qualificada que vocês trouxeram aqui para esse debate, que não é um debate qualquer. Na verdade, nós estamos tratando de um dos temas mais importantes para o desenvolvimento nacional, porque nós estamos aqui cuidando exatamente de defender o melhor e o maior ativo que o povo brasileiro construiu que é exatamente a Petrobras, pelo papel que ela historicamente desempenhou na promoção do desenvolvimento nacional e do desenvolvimento regional.

Na verdade, esse debate vai para os Estados por quê? Porque ele precisa chegar à casa das pessoas, às ruas, às praças, às igrejas, pela gravidade do momento por que nós estamos passando, dada a velocidade das medidas que o Governo, que está aí sem legitimidade, vem tomando num verdadeiro desmonte da nossa Petrobras, a ponto de, nesta semana, a gente ter tido um pouco, digamos assim, de alento, quando o STF, através da decisão patriótica brasileira do Ministro Lewandowski, que, numa liminar, suspendeu uma série de processos já em curso tratando da venda de setores da nossa Petrobras.

Então, é muito grave o momento que nós estamos vivendo – muito grave, Paulão! É muito grave quando a gente se dá conta aqui, por exemplo, dessas desonerações tributárias generosas que a gestão do Pedro Parente, do Temer vem fazendo para agradar os interesses dos poderosos. Imagine um país com a desigualdade social que este País ainda tem, com as desigualdades do ponto de vista regional!

O próprio Nordeste, em que pesem os investimentos que houve durante aquele período de um governo de perfil desenvolvimentista, como foram os governos Lula e Dilma, em que pesem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos, inclusive, na Petrobras e especialmente na Petrobras... Uma coisa era a Petrobras, nos anos do governo do Presidente Lula, por exemplo, no Nordeste, por exemplo, no meu Estado, com a presença como uma das empresas que tinha a maior carteira de investimentos e, portanto, uma parceira fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte; e hoje é exatamente o contrário.

O desinvestimento é fortíssimo em todo o Nordeste, como se viu exatamente aqui. E há o impacto que isso traz para vida da nossa população. E eles acham pouco, repito, no conjunto dessas medidas, a chamada lei do trilhão tirar da boca do povo brasileiro, da saúde, do direito à saúde do povo brasileiro, do direito à educação da nossa juventude cerca de R$1 trilhão, em dez anos, para dar aos gringos, às multinacionais do petróleo.

Nós não podemos aceitar isso. Só os Estados e Municípios somente com *royalties*, de acordo com os dados de Paulo César, o nosso Consultor aqui da Câmara, vão perder 331,5 bilhões. O Nordeste, nessa brincadeirinha, está perdendo quase R$80 bilhões. Isso é um crime!

Por isso eu quero, repito, agradecer a cada um, a cada uma de vocês, dizendo que, na verdade, quando nós estamos aqui, realizando esse debate, estamos tratando de um tema que é fundamental não só para o povo, para o consumidor brasileiro, mas para os trabalhadores e também para os empresários, Deyvid, porque nós estamos aqui defendendo a indústria nacional. Defender a Petrobras é defender exatamente a indústria nacional, a pequena, a média e a grande empresa, os empresários e os empreendedores. Ou seja, fazer a defesa qualificada e apaixonada da Petrobras significa estar defendendo o presente e o futuro do nosso País.

A melhor forma de a gente dar continuidade a esta luta é realizando as audiências públicas que já foram aprovadas por esta Comissão. Nós já temos indicativo de realização de audiências públicas começando por Natal, Sergipe, Bahia e Piauí. E, repito, queremos contar com a presença de vocês, porque estes momentos são necessários para que a gente possa ampliar esta mobilização em defesa da nossa Petrobras e, portanto, barrar os retrocessos em curso.

Está encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos e todas.

Antes, quero registrar o nome do geólogo a que o Agnelson fez referência: Celso Lucchesi.

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE JUNHO DE 2018.

Às onze horas e dois minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Rodrigues Palma, Pedro Chaves, José Pimentel e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado e Lasier Martins. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 21595/2018/SEI-MCTIC, subscrito pelo Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), solicitando prorrogação do prazo para prestar as informações requeridas pelo Requerimento de Informações nº 584, de 2017, referente à Avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária no exercício de 2017, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16/2017; Ofício nº 224/2018-GM/MEC, subscrito pelo Sr. Rossieli Soares da Silva, Ministro de Estado da Educação (MEC), encaminhando informações requeridas pelo Requerimento de Informações nº 585, de 2017, referente à Avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária no exercício de 2017, definida pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 16/2017; Aviso nº 683-GP/TCU, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do Acórdão nº 709/2018, prolatado nos autos do TC 029.427/2017-7, que trata de Relatório de Auditoria Coordenada, com o objetivo de avaliar as estruturas de governança no Governo Federal para implementar a Agenda 2030 e a meta 2.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, consolidando os resultados com outras 11 Entidades Fiscalizadoras Superiores da América Latina e Caribe. A Presidência comunica ainda a abertura do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2018 (Mensagem nº 187/2018, na origem) – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do dia 13/06/2018 a 18/06/2018. Após a leitura do expediente, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 30, de 2018, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, subscrito pelo Senador Waldemir Moka, destinada a debater os problemas e perspectivas relacionados aos impactos da atuação da Empresa BRF no Estado de Goiás, com a participação do Sr. Blairo Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Bartolomeu Braz Pereira - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG); Sr. Jorge Lima - Vice-Presidente Global de Eficiência Corporativa (BRF S.A.), representante do Sr. Pedro Parente - Presidente do Conselho de Administração da BRF S.A.; Sr. Marco Túlio Moraes da Costa - Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil S.A. (BB), representante do Sr. Marco Antônio Felício Sanches - Superintendente Estadual do Banco do Brasil em Goiás. Após a apresentação dos senhores expositores, as Senadoras Lúcia Vânia e Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol, Waldemir Moka e Wellington Fagundes, o Senador Licenciado Cidinho Santos, o Deputado Estadual Lissauer Vieira (PSB/GO), o Sr. José Mário Schreiner – Presidente Licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e o Sr. Antonio Chavaglia – Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, determina o envio de ofício ao Sr. Aloysio Nunes, Ministro de Estado das Relações Exteriores (MRE), por sugestão do Senador Waldemir Moka, solicitando audiência com os Senadores da Região Centro Oeste e o Presidente da CRA, para tratar sobre o anúncio da China de impor Direito Antidumping provisório sobre a importação da carne de frango brasileira, como também, designa a Senadora Lúcia Vânia para acompanhar a situação do município de Mineiros no estado de Goiás, acatando sugestão da nobre Senadora. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2018, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Gladson Cameli, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Rodrigues Palma, Eduardo Lopes, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RTG 26/2018, de autoria do Senador Airton Sandoval Santana. **Finalidade:** Discutir a oferta de serviços de extração da base de dados de CPF e de CNPJ pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), para órgãos da Administração Pública, mediante remuneração. **Participantes:** Maria da Glória Guimarães dos Santos, Diretora-Presidente do SERPRO; Frederico Meinberg Ceroy, Promotor de Justiça e Coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT; Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República. Joara Marchezini, Representante da Coalizão Direitos na Rede. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2018/06/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2018, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e seis minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Romero Jucá, Paulo Paim, Regina Sousa, Rodrigues Palma, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Deliberação das Emendas ao PLDO 2019**. **Finalidade:** Votação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei nº 2/2018-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências" – PLDO 2019. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Cristovam Buarque, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela apresentação à CMO das seguintes emendas: Emenda de Meta: **1) Código Ação: 214V; Descrição Ação: Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã; Quantidade Meta: 100.000. 2) Código Ação: 2334; Descrição Ação: Proteção e Defesa do Consumidor; Quantidade Meta: 5.000. Emenda ao Texto: 3) Artigo 5 Parágrafo único, Modificativa; 4) Artigo 129 Inciso IV, Aditiva; 5) Item 66, Modificativa; 6) Artigo 129, Aditiva; 7) Artigo 17, Modificativa; 8) Artigo 116, Modificativa; 9) Artigo 129, Modificativa; 10) Artigo 5, Modificativa**. Ao final, a Presidência submete à deliberação a presente ata, que é aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos.

Senador Airton Sandoval

Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Havendo número legal, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs.Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração, execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências (LDO 2019).

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com base nos arts. 43 a 45 da Resolução 01/2006-CN, esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019.

A esta Comissão foram apresentadas dez propostas de emendas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades e oito propostas de emendas de texto.

As emendas estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Meu voto, Sr. Presidente.

De acordo com o parecer preliminar aprovado pela CMO, cabem a esta Comissão até duas emendas de acréscimo ou inclusão ao Anexo de Metas e Prioridades, detalhadas até o nível da ação orçamentária, seguidas dos respectivos produto, unidade de medida e meta física. Além disso, essas emendas devem ser afetas às competências regimentais da Comissão, limitadas ainda a despesas da competência da União tal como estabelecidas na Constituição Federal. Não há limite de número de emendas de texto.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que se entendem como emendas de texto aquelas que propõem alteração do texto do projeto.

Nos termos dos arts. 87 a 91 da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional, aplicam-se às emendas ao PLDO as exigências relativas às emendas à lei orçamentária anual constantes dos arts. 43 a 45 do mesmo normativo.

Nesse sentido, as emendas devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas. Devem ainda respeitar o disposto no art. 47, incisos II a V, aplicáveis por força do art. 44, inciso II.

Por fim, restrição maior foi introduzida pelo item 2.2.6 do parecer preliminar, que dispõe que são passíveis de emenda e que serão disponibilizadas pelo respectivo sistema de elaboração apenas o conjunto das ações das Leis Orçamentárias de 2016, 2017 e 2018.

Não é, portanto, possível incluir ações inexistentes por meio de emendas à LDO.

Sobre o critério de caráter geral na apreciação das emendas do Anexo de Metas e Prioridades, inicialmente é preciso evidenciar a natureza dos critérios de "caráter institucional" e "interesse nacional", previstos no art. 44, inciso II, da resolução já referida. Quanto ao primeiro, não mais existe restrição a órgãos específicos da Administração para o emendamento, ficando apenas o critério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genérico de que as comissões permanentes apresentam emendas "no âmbito de suas competências regimentais".

Já quanto ao "interesse nacional", ressalto a dificuldade oriunda da ausência de critérios objetivos para sua avaliação. Portanto, diante da ausência de normas e precedentes, assumi a contingência de fazer esta avaliação caso a caso, à vista das circunstâncias do objeto da emenda e suas justificativas, sempre levando em conta ações cujo impacto estenda-se a mais de uma unidade da Federação.

Quanto aos critérios específicos para emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, utilizo para a seleção entre as muitas emendas – todas meritórias – os critérios da preferência da comissão respectiva, manifestada pelo número de emendas apresentadas, além da igualdade entre as áreas de governo e as regiões do País, de forma que a comissão distribua a sua prerrogativa de emendamento entre o máximo número possível de beneficiários do Orçamento federal, dentro das áreas prioritárias definidas pelos seus integrantes, por meio da escolha das áreas temáticas para formularem as emendas.

Entrando no que interessa, Sr. Presidente: Emendas de Metas e Prioridades.

Antes de indicar as propostas de emendas que serão acolhidas, é preciso salientar que sobre elas incide o limite máximo de duas, fixado pelo item 2.2.3 do Parecer Preliminar.

Quanto à admissibilidade, lembrando os critérios apresentados no subitem 2.2, entendo serem todas as emendas admissíveis, exceto as de número 1, 5, 6 e 9.

Nos termos expostos, proponho o acolhimento das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades abaixo relacionadas:

Emenda 3, cujo objeto é proteção e defesa do consumidor.

Emenda 7, cujo objeto é apoio à alfabetização, à educação de jovens e adultos e a programas de elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã.

Quanto às demais emendas de metas e prioridades, não obstante o inegável mérito de cada uma delas, devo propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo indicado acima.

Foram apresentadas oito emendas de textos, não incorrendo nenhuma delas em qualquer vedação regimental ou critério de admissibilidade esposado neste relatório.

Tendo esse fato como referência e considerando ainda não haver limite à apresentação de emendas de texto, acolhi todas as propostas de texto apresentadas.

Conclusão, Sr. Presidente.

Considero, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva à intervenção da Comissão em áreas de elevado alcance social, segundo o interesse dos Parlamentares da Comissão, razão pela qual voto pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão do exposto, voto:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 1, 5, 6 e 9;

II) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 3 e 7;

III) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apresentadas; e, finalmente,

IV) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas de Texto nº 1 a 8, que foram apresentadas.

É isso, Sr. Presidente. É esse o meu parecer, entregando com ele um quadro de emendas – todas recebidas –, para se perceberem quais foram as recusadas. É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo relatório que faz, de grande importância para esta Comissão e para o nosso Senado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar a reunião, submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Obrigado pela presença, Sr. Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 05C00ABD002696F5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.